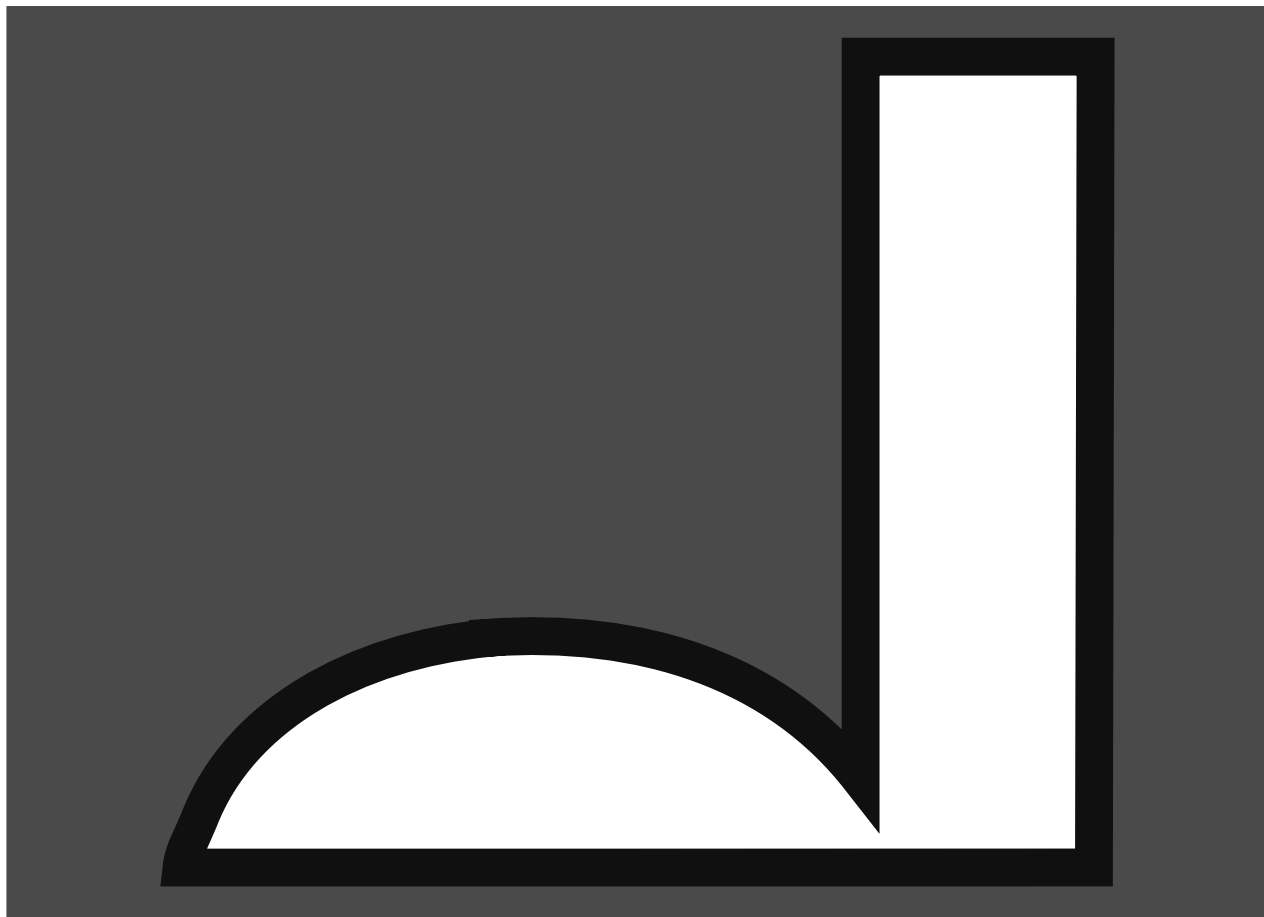




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de novembro de 2009)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

VOLUME II/II

ANO LXIV – SUP.AO Nº 192 – QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		
José Sarney - (PMDB-AP)		
1º VICE-PRESIDENTE		
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		
1º SECRETÁRIO		
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		
2º SECRETÁRIO		
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		
3º SECRETÁRIO		
Mão Santa - (PSC-PI)		
4ª SECRETÁRIA		
Patrícia Saboya - (PDT-CE)		
SUPLENTE DE SECRETÁRIO		
1º - César Borges - (PR-BA)		
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)		
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)		

LIDERANÇA		
Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp ⁽⁶⁾ Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha ^(4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns ⁽³⁾ Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM ⁽¹⁾ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos ⁽²⁾ Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
	PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

- Notas:**
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
 2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
 3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
 4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
 6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
 7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de novembro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	7
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	63
– Secretaria de Comissões	70

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 40ª Reunião Conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD; Finanças e Tributação-CD; Fiscalização Financeira e Controle-CD e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, realizada em 17 de setembro de 2009.....	238

Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	252

Ata da 49ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de novembro de 2009.....	257

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	286

Ata da 51ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	302

Ata da 52ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2009.....	335

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2009.....	368

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2009.....	394

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2009.....	405

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2009.....	423

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2009.....	435

Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2009.....	472

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009.....	492

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	497

Ata da 52ª Reunião Conjunta com a 65ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, realizada em 28 de outubro de 2009.....	507

Ata da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2009.....	521

Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	533

Ata da 55ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	556

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	558

Ata da 46ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	591

Ata da 47ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 10 de novembro de 2009.....	669

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	690

Ata da 49ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	701

Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	737

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	766

VOLUME II

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	772

Ata da 65ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 28 de outubro de 2009.....	779

Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de novembro de 2009.....	794	Ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2009, suspensa e finalizada em 18 de novembro de 2009.....	1096
Ata da 67ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	806	Ata da 40ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 60ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 19 de novembro de 2009.	1109
Ata da 68ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	826	Ata da 41ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada em 24 de novembro de 2009.	1124
Ata da 69ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	829	1.2.5.1 – Subcomissão Permanente da Água	
Ata da 70ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	851	Ata da 1ª Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente da Água, realizada em 28 de outubro de 2009.....	1144
Ata da 71ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	881	1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 72ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de novembro de 2009.....	916	Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	1146
Ata da 73ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2009.....	938	Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	1159
Ata da 74ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	956	Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	1188
Ata da 75ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	985	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	1208
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	1211
Ata da 29ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal com as Comissões de Assuntos Econômicos-SF, Finanças e Tributação-CD, Fiscalização Financeira e Controle-CD, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD; e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, realizada em 17 de setembro de 2009.	998	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	1243
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	1012	Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	1257
Ata da 36ª Reunião, realizada em 3 de novembro de 2009.....	1034	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	1276
Ata da 37ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 47ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de novembro de 2009.....	1053	1.2.7 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI	
Ata da 38ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 45ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de novembro de 2009.	1073	Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	1278
		Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2009.....	1302
		Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2009.....	1313
		Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2009.	1338
		Ata da 45ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de novembro de 2009.	1362
		Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2009.	1384

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2009.....	1417		
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR			
Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	1447		
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	1474		
Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	1476		
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 e 18 de novembro de 2009.....	1478		
Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	1483		
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA			
Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2009.....	1488		
Ata da 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2009.....	1505		
Ata da 33ª Reunião Conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 7 de outubro de 2009.....	1528		
Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2009.....	1551		
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2009.....	1587		
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	1594		
		Ata da 37ª Reunião Conjunta com a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de novembro de 2009.....	1624
		Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2009.....	1647
		Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	1660
		1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
		Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009.....	1672
		Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2009.....	1698
		Ata da 44ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 12 de novembro de 2009.....	1711

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Gerson Camata, Marco Maciel, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais, Marconi Perillo e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sadi Cassol, Fátima Cleide, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino e Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e Papaléo Paes. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, em virtude da falta de quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 001: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Paulo Paim ao **Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Assegura aos professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de exame vestibular”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Modifica a redação da alínea “b” do inciso II do artigo 8º da Lei nº 9250, de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que “Altera a Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às

pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir ao contribuinte pessoa física abrangida pelo Estatuto do Idoso deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda valor pago a título de taxa condominial do imóvel em que reside”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 681, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Euclydes Mello, que “Acrescenta a alínea h ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com impostos estaduais e municipais”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas para custeio de educação de menores carentes”, e em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que os gastos com educação sejam integralmente deduzidos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o relatório favorável ao PLS nº 423, de 2003, na forma do substitutivo oferecido e pela rejeição dos PLS nº 495, de 2003; PLS nº 106, de 2006; PLS nº 470, de 2007; PLS nº 681, de 2007; PLS nº 138, de 2008 e PLS nº 115, de 2009, que tramitam em conjunto, e da emenda apresentada nesta Comissão ao PLS nº 138, de 2008, é aprovado. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marina Silva, que “Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismos geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que “Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências”

e com o **Projeto de Lei do Senado nº 047, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Olivir Gabardo, que “Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o parecer pela prejudicialidade do PLS nº 216, de 1999, PLS nº 271, de 2000 e PLS nº 047, de 2003, que tramitam em conjunto, é aprovado. Neste momento, o Senador Sérgio Zambiasi requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 42/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Flávio Arns e Romeu Tuma que requerem “...nos termos regimentais, a realização de Seminário, no âmbito desta Comissão, para debater ‘O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro’”. O Requerimento é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 021: Comunicado da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, apresentando seu reconhecimento ao esforço empregado pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP na solução dos problemas causados pelo furto das provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Os Senadores que desejarem uma cópia da Correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2004; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2009; Item 006: Projeto**

de Lei do Senado nº 319, 2008; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2009; Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009; Item 020: Requerimento, não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns. A Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senhora Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pauta de hoje tem vários projetos aqui, vamos começar pelo Item nº. 1 que é terminativo, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 322, de 2008, em turno suplementar. “*Assegura aos professores concursados das redes públicas de educação básica acesso a cursos superiores de Pedagogia e outras licenciaturas, sem necessidade de exame vestibular*”; mas quero complementar que não é sem nenhum tipo de seleção, é com tipo de seleção, a ementa aqui faltou ser complementada; *autoria do substitutivo, Senador Paulo Paim, autoria do PLS 302/2008, Senador Cristovam Buarque, relatoria ad hoc, Senador Paulo Paim. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido.*

Observação 1: o parecer do PLS 322/2009 de autoria do Senador Paulo Paim, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 13/10/2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo

o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal”.

Palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente Senadora Marisa Serrano. Eu já li o relatório do projeto do Senador Cristovam, mas pela importância do substitutivo aprovado, eu vou ler só o substitutivo. E são três, quatro itens. O Congresso Nacional decreta nos moldes das mudanças que a nossa Presidente já relatou. “Esta lei estabelece o direito do ingresso de profissionais do magistério, a curso de formação de professores, a nível de graduação por meio de processo seletivo especial.

Art. 2º. A Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 96 passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62 letra A, art. 62 letra A: o acesso de professores nas redes pública de educação básica a curso superiores de Pedagogia e Licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado.

§ 1º, terão o direito a pleitear o acesso previsto no caput desse artigo, os professores das redes públicas municipais, estaduais e federal, que ingressaram por concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não sejam portadores de diplomas de graduação.

§ 2º, as instituições do ensino responsáveis pela oferta de curso de Pedagogia e outras Licenciaturas definirão critérios adicionais de seleção, sempre que ocorrerem aos certames interessados em número superior ao de vagas disponíveis para os respectivos cursos.

§ 3º e último, sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos, em regulamentos pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de Licenciatura em Matemática, Física, Química, Biologia e Língua Portuguesa.

Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

O parecer foi favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Paulo Paim, foi interessante que V.Exa. tenha lido para não ficar esse hiato entre o dia que foi aprovado e a de hoje que nós estamos referendando.

Item nº. 2, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 423, de 2003, tramitando em conjunto com os PLS 495 de 2003, 106 de 2006, 470 de 2007, 681 de 2007, 138 de 2008, e PLS 115 de 2009. Eu vou ler só as ementas e o Senador Gerson Camata depois poderá fazer uma explicação mais--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V.Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): — mais consubstancial. Modifica a relação da alínea “b” do inciso II, do art. 8º da Lei 9250, de 2005 que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências. Autoria do Senador Marcelo Crivella, relatoria do Senador Gerson Camata. Observação: matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido.

Projeto de Lei do Senado 495 de 2003 altera a Lei 9250 de 26 de dezembro de 95, para permitir as pessoas físicas deduzir do Imposto de Renda devido, o valor de doações feitas às entidades sem fins lucrativos. Autoria do Senador César Borges, relatoria do Senador Gerson Camata, parecer pela rejeição deste e dos PLS que vou ainda ler. Apresentando substitutivo. A matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado 106 de 2006, que altera a Lei 9250, de 26 de 95, para permitir ao contribuinte, pessoa física abrangida pelo Estatuto do Idoso, deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda pago, valor pago a título de taxa condominial do imóvel em que reside. Autoria do Senador Arthur Virgílio, relatoria do Senador Gerson Camata, parecer pela rejeição segundo o substitutivo oferecido. A matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado 470 de 2007, que altera a Lei 9250 de 26 de dezembro de 95, que dispõe sobre o Imposto de Renda de pessoas físicas para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial. Autoria do Senador Alvaro Dias, relatoria do Senador Gerson Camata, pela rejeição com substitutivo oferecido. E observação, a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado 681 de 2007. Acrescenta a alínea “h” ao inciso II do art. 8º da Lei 9250, de 26 de dezembro de 95, para autorizar dedução da base de cálculo do Imposto de Renda, das despesas do contribuinte pessoa física com impostos estaduais e municipais. Autoria do Senador Euclides Mello, relatoria do Senador Gerson Camata. Parecer pela rejeição, segundo na forma do substitutivo oferecido e a matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº. 138 de 2008, altera a Lei nº. 9250, de 26 de dezembro de 95, para permitir a dedução do Imposto de Renda da pessoa física de despesas para custeio de educação de menores carentes. Autoria do Senador Cristovam Buarque, relatoria do Senador Gerson Camata, parecer pela rejeição na forma do substitutivo oferecido. E a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº. 115, que acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8 da Lei 9250, de 26 de dezembro de 95, para autorizar a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda das despesas do contribuinte pessoa físicas com impostos estaduais e municipais. Autoria Senador Euclydes Mello, Senador Gerson Camata parecer pela rejeição desta forma do substitutivo. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, com a palavra o Senador Gerson Camata para sua relatoria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Muito obrigado, Sra. Presidente. Na verdade, V.Exa. Anunciou aí, são 7 proposições, todas mais ou menos na mesma direção, e todas cheias de mérito, que por um requerimento do Senador Romero Jucá acabaram sendo todas anexadas umas as outras. Na verdade, o meu parecer não rejeita nenhuma delas, pelo contrário, eu tive que pegar as sete e fazer um substitutivo que acolhe todas, pelas tão semelhantes e tão próximas, e tão justas. Mas poder sair pelo substitutivo, eu tive que fazer um projeto rejeitando.

Eu queria dizer também que eu sou contra o substitutivo, o substitutivo mata o autor, é uma injustiça que se faz com o autor que às vezes estudou, trabalhou naquele projeto, eu já fui vítima disso. Por exemplo, há pouco tempo lá na Câmara, um projeto meu que passou aqui, passou em todas as comissões da Câmara. Botaram duas vírgulas e uma palavra e/ou e botaram como substitutivo, me tomaram a autoria do projeto. Isso acontece, tanto que naquela reforma do regimento que nós estamos fazendo, eu estou acabado com o substitutivo, porque o substitutivo desmerece o trabalho, ou a ideia do autor do projeto. Então, eu estou fazendo uma coisa aqui que me contraria, mas eu quero dizer o seguinte. Primeiro, cumprimentar Senador Marconi Perillo, pelo seu projeto que está acolhido integralmente no seu substitutivo, o Francisco Dornelles, que foi relator da outra, Marcelo Crivella, meu nobre colega. O Senador César Borges também que está acolhido, Senador Arthur Virgílio, o Senador Euclydes Mello, o Senador Cristovam Buarque, o Sérgio Zambiasi. Todas as ideias que eles apresentaram nesses vários projetos que versam sobre o mesmo motivo, estão englobados nesse substitutivo que eu estou apresentando, porque vão desde a educação até a dedução de pessoas idosas, dedução de prestações, dedução de pagamento de aluguéis.

Então, eu vou ler aqui o substitutivo, que só a leitura dele, me exime de ter que ler o relatório que eu apresento. Então diz o seguinte: "*O inciso II do art. 8º da Lei 9250 passa a vigorar com as seguintes alterações: A pagamentos de despesas com instruções*

de contribuinte de seus dependentes e de crianças e adolescentes devidamente inscritos no programa Bolsa Família, efetuados a estabelecimento de ensino relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas, ao ensino fundamental, ao ensino médio, a educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação, mestrado e doutorado e especialização, e a educação profissional compreendendo o ensino técnico e tecnológico. É onde ocorrem as deduções. As importâncias pagas pelas pessoas a que se refere a Lei nº. 10741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso. Nosso colega Paulo Paim é autor dele. A título de taxa de condomínio do imóvel em que residam, desde que ela sejam detentoras de apenas uma fonte de renda, e proprietárias de no máximo um imóvel observado o limite de dedução de 350 reais a cada mês, para o somatório dos valores pagos em taxas condominiais aos pagamentos efetuados no ano calendário a título de prestação para aquisição do único imóvel residencial, cujo custo original não ultrapasse o valor de 150.000 reais. E aos pagamentos realizados no ano calendário da qualidade de contribuinte do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, do imposto sobre propriedade de veículos automotores e do imposto sobre serviços de quaisquer natureza onde também ocorrem as deduções. O art. 2º da Lei 9250, a que me referi lá de 1995, passa no seu § 8º: as doações efetuadas a entidades civis legalmente constituídas no Brasil sem fins lucrativos que prestem serviços gratuitos em benefício da comunidade onde atuem e as entidades reconhecidas como organizações de sociedade civil de interesse público na forma da Lei 9790, de março de 1999, observadas as seguintes regras. Também caem as isenções sempre elas, se acrescentam as isenções. As doações quando em dinheiro serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária, diretamente em nome da entidade beneficiária. A pessoa física doadora manterá em arquivo à disposição da fiscalização, a declaração segundo modelo aprovado pelo órgão competente para administração do imposto, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização dos seus objetivos sociais, com a identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Isso fecha uma válvula que funcionou em algumas fundações em alguns órgãos, em algumas sociedades, essa redação fecha. A entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal do órgão competente da União. E no art. 3º do substitui-

tivo há uma mudança ainda nessa Lei 9532, de 10 de dezembro, que passa no seu art. 22, a ter a seguinte redação: a soma das deduções a que se referem os incisos I e III e VIII do art. 12, da Lei 9250, de 1995, fica limitada a 6% do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas doações. E o art. 4º então tem a seguinte redação: O Poder Executivo com vistas ao cumprimento dos expostos do art. 5º § 2º, 12º e 14º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei, e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorrido os 60 dias da publicação desta. Então, essa se constitucionaliza através desse art. 4º. A lei entra em vigor na sua publicação e as permissões de que trata essa lei, só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior a aquele que for implementado do disposto do art. 4º, que é a anualidade da tributação”.

Então, é esse o substitutivo que praticamente contra a vontade eu apresento, mas absorvendo e abarcando todos os outros sete projetos apresentados pelos nossos colegas senadores. É o relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Camata, eu só quero fazer uma ressalva aqui, uma correção, o Projeto de Lei do Senado nº. 115, esse último lido, não é de autoria do Senador Euclides Mello e sim do Senador Sérgio Zambiasi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Foi lida aqui a emenda, o substitutivo. O substitutivo então, feito a sete projetos de senadores, que tramita nessa Casa, e V.Exa. falou sobre a reforma do Regimento. Eu quero falar aqui ao Senador Alvaro Dias, que está presente, ao Senador Goellner e a V.Exa., que realmente precisa discutir um pouquinho essa reforma desse Regimento. Por exemplo, a CCJ está discutindo o mérito das cotas universitárias. A CCJ não deveria discutir o mérito, quem deveria discutir o mérito das cotas é a Comissão de Educação. E nós aqui agora estamos discutindo a questão do idoso. Quem deve discutir que se o idoso deve ou não, as entidades que apóiam terem ou não isenção, não é a nossa Comissão, é a Comissão de Assuntos Sociais. Quer dizer então, que essa reformulação ao Regimento é fundamental para que essas aberrações não continuem mais existindo nas nossas comissões.

Mas coloco em discussão a proposta do substitutivo do Senador Gerson Camata. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores e senadoras que estejam de acordo com o substitutivo do Senador Gerson Camata, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 19. Não terminativo. *Projeto de Lei do Senado, nº. 216, 1999, proíbe por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismos geneticamente modificados, OGM, ou derivados de OGM em todo o território nacional. Autoria: Senadora Marina Silva, relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer pela prejudicialidade deste e dos projetos de lei do Senado 271 de 2000 e 47 de 2003. Observação: a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. A matéria constou da pauta da reunião no dia 13/10/9.*

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sra. Presidente, Srs. Senadores. O motivo de eu estar afônico, gostaria de passar, se fosse... A senhora nomear um senador *ad hoc*, Senador Alvaro Dias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Eu não sei se existe senador *ad hoc* presente. Não existe, mas em caso excepcional, o Senador Alvaro Dias vai fazer a leitura pelo Senador Gilberto Goellner, embora a relatoria seja do Senador Gilberto Goellner.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É com a maior prazer, Sra. Presidente, desejando aí que a garganta do nosso senador se recupere rapidamente.

São vários projetos que com o mesmo conteúdo, dispondo sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada. O projeto do Senador Olívir Gabardo é favorável e os demais são contrários. E o relatório do Senador Gilberto Goellner considera que é matéria superada, é matéria vencida, porque já há uma lei superior que autoriza o cultivo e a comercialização da soja geneticamente modificada em todo o território nacional, trata-se da Lei nº. 11105, de 2005, que é bastante abrangente e estabelece de forma pormenorizada, normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo a produção, a manipulação, o transporte, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados, inclusive para o caso específico da soja geneticamente modificada. Nesse sentido a lei estabelece de forma clara que as atividades que envolvem o uso de OGM serão submetidas à avaliação de risco caso a caso, pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio, que emitirá a decisão técnica sobre a biossegurança do OGM, autorizando

ou não a atividade, seja de pesquisa, seja para fins comerciais. Portanto, na visão do Senador Gilberto Goellner, o relator destes projetos, não há necessidade de deliberação sobre essa matéria, uma vez que uma lei competente, que significou um grande avanço para o país inclusive, que demandou debates intensos nesta Casa com a participação da comunidade científica de forma muito ativa e depois deliberação até do Supremo Tribunal Federal. Portanto, esse é um assunto discutido intensamente em profundidade e que coloca o Brasil na vanguarda nessa matéria. Por essa razão, o relatório é pela rejeição desses projetos. Inclusive um deles... porque são projetos anteriores à lei. Um deles de autoria do Prof. Olivir Gabardo, que foi inclusive meu suplente no outro mandato de senador e o seu projeto é exatamente daquele mandato. Portanto, nós acompanhamos aí o parecer do Senador Gilberto Goellner, pelo arquivamento desses projetos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada pela ouvidoria que nós tivemos. Eu queria só informar também, a todos que estão nos prestigiando aqui, os que estão nos vendo e ouvindo, que esse projeto está sendo discutido aqui e acabamos de ler a relatoria porque antes era a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência, Tecnologia e Comunicação. Como foi desmembrada em 2007, e esse é de 2001, então, ainda está aqui, afeto a esta... Continuou, a Mesa não mudou o despacho, então, veio para cá. Mas necessariamente não deveria ter vindo. Mas como é pela prejudicialidade, porque afinal de contas a lei hoje... já está vigindo uma lei que engloba todas essas questões, portanto, eu coloco em discussão o parecer do Senador Gilberto Goellner. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado o relatório do Senador Gilberto Goellner.

Eu queria pedir ao Senador Alvaro Dias que poderia adiantar um pouco o nosso trabalho, lendo o item 8 e o item 9 da pauta de hoje. O 125, página 125.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Um momentinho só, Senador Alvaro Dias. É o “Projeto de Lei do Senado, item 8, nº. 446, que autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de União da Vitória no Estado do Paraná. Autoria do Senador Flávio Arns, relatoria do Senador Alvaro Dias. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. 282 combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Observação 2.

A matéria é a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade, em 09/06/ 2009”.

Com a palavra o relator.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado, Sra. Presidente. Projeto do Senador Flávio Arns diz respeito, portanto à criação da Escola Técnica Federal da União da Vitória. Por coincidência, nesta sexta-feira eu estarei em União da Vitória para proferir palestra, a convite do ex- Prefeito, Hussein Bakri, e é uma cidade importante do Sul do Paraná, município pólo que faz divisa com Santa Catarina, com Porto União, tem instituições de ensino superior, é uma região que necessita de modernização para o seu desenvolvimento. Tem que promover transformações no seu sistema produtivo, agregando valor à economia, através da industrialização de determinados produtos, e uma escola técnica que vai possibilitar a profissionalização é de fundamental importância para uma região como esta, do Sul do Paraná. Por isso, agiu bem o Senador Flávio Arns ao tomar a iniciativa de propor a criação desta instituição de ensino, e nós oferecemos um parecer favorável recomendando a sua aprovação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Para discutir, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sra. Presidente, é bem rápido, é dizer que da importância hoje do ensino técnico. Eu até fui autor de uma proposição, porque aqui no Senado nós temos os estagiários só de curso superior. Eu pedi agora, a Mesa concordou, em abrir durante esse ano ainda, 50 vagas de estagiários de curso técnicos. Eletricistas, mecânicos, operadores de máquinas de computação, que curseem escolas técnicas.

Eu tive uma emoção muito grande, o Espírito Santo agora tem uma super refinaria de gás natural que transforma petróleo e gás natural em gás de cozinha. Em Cacimbas, no interior de do Município de Linhares. Essa refinaria produz hoje metade do gás de cozinha consumido no Brasil. Que o Brasil importava, importa hoje ainda 25%. E com a extensão com o gasoduto que está sendo feito de Cacimbas até o Sul do Espírito Santo, nós vamos produzir 100% do gás de cozinha consumido no Brasil. Então veja V.Exa. que interessante, no dia da inauguração dessa refinaria, que é um portento de refinaria, que muitos capixabas nem sabem que tem isso lá, e os brasileiros quase não sabem. Os operadores dessa refinaria se perfilaram para cumprimentar o Presidente da República. E estava o Ministro da Educação. Eu lutei durante uns 8 anos para instituir

uma escola técnica dedicada a curso sobre petróleo no Município de São Mateus, no Espírito Santo. E aí inaugurou, ao ano passado, já tinha cinco anos que essa escola estava funcionando. Eu então, pedi: “Presidente, o senhor me permita fazer uma pergunta aos operadores, os técnicos, quem se formou na escola de São Mateus?” Dos 200 que estavam ali, 130 e poucos formados naquela escola técnica. Eram antes, tínhamos até operadores de até outros países trabalhando ali. Hoje são todos capixabas. E o governador Paulo Hartung, eu estou dizendo isso, a importância da escola técnica, teve uma outra emoção, ele foi a Dubai onde estava sendo construída uma plataforma que está hoje operando no Espírito Santo. E lá ele encontrou uma moça do Espírito Santo que estava falando em inglês e operando a plataforma. Ela disse a ele: “Governador, há dois anos eu estava roçando café lá em Jaguaré, no norte do estado, hoje eu estou em Dubai, falando inglês e operando uma plataforma desse tamanho”. Veja a importância do ensino técnico.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Concorde com V.Exa., nós tivemos uma época aqui no país que nós tínhamos escolas agrícolas, depois escolas agrotécnicas, e agora as escolas técnicas federais. Temos o CEFET já há algum tempo. Eu acredito que o país vai crescendo, vai se industrializando e a comunidade vai necessitando mais de técnicos, as indústrias vão apoiando mais também, porque se não há demanda, as escolas fencem. As escolas agrícolas quase todas foram fechadas no país e hoje vão se transformar em escolas técnicas federais. A gente espera realmente que essas escolas continuem dando suporte que o país precisa para o seu crescimento, seu desenvolvimento.

Continuando em discussão. Não há mais discussão. Esse é um projeto terminativo. Então, nós votaremos provavelmente na próxima semana. Quero ler aqui o item nº. 9, que é também terminativo. *“Projeto de Lei do Senado nº. 430 de 2008 que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras no Estado do Paraná. A autoria do Senador Flávio Arns, relatoria do Senador Alvaro Dias, parecer favorável na forma do substitutivo oferecido, sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação de turno suplementar nos termos disposto do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria será votada em bloco segundo decisão nº. 1 dessa Comissão. Aprovada por unanimidade, em 09/06/2009.*

Passo a palavra, então, ao relator Senador Alvaro Dias para o seu relatório.

Senador José Nery, seja bem-vindo à nossa Comissão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, da mesma forma, o projeto tem o mesmo objetivo do anterior, e também do Senador Flávio Arns. Nós queremos apenas registrar que não se trata de gerar falsa expectativa. Nós já discutimos isto aqui em outra reunião, estamos aprovando uma série de projetos que criam instituições de ensino superior ou instituições de ensino médio com essa característica, de profissionalização, isso não significa que será uma realidade, porque depende da sanção do Presidente da República e da iniciativa do Poder Executivo. Uma escola não se cria no papel, ela tem que se instalar, tem que ter evidentemente investimentos para que ela possa se organizar e prestar esse serviço à comunidade. Nova Laranjeiras fica no centro do Paraná é uma região também carente de investimentos e certamente o investimento na educação é essencial. Recentemente aprovamos aqui a Universidade em Laranjeiras do Sul, com campus em Laranjeiras do Sul, a universidade federal, criada recentemente, que terá um campus também em Laranjeiras do Sul que é uma localidade próxima de Nova Laranjeiras. O ensino técnico é essencial nesta região, e é o ensino médio profissionalizante. Creio que o Governo Brasileiro deve investir mais nessa natureza de ensino, nesse gênero de ensino. Por isso o nosso parecer é favorável, repito, sem gerar falsa expectativa é apenas uma manifestação de intenção, é vontade política do Senador Flávio Arns e desta Comissão. Esperamos que o Governo, que o Poder Executivo possa dar sequência a essa iniciativa e consolidar o projeto, fazer com que a escola técnica profissionalizante em Nova Laranjeiras seja realidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Alvaro Dias. Continua em discussão. Não havendo mais discussão, dou por encerrada essa fase, já que é terminativo, e fica para a próxima sessão.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que amanhã nós teremos uma Audiência Pública em conjunto com a CAS, “Primeira Infância e Cultura da Paz”, a audiência está inserida na programação da “Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal no período de 27 a 30 de outubro. Autoria do requerimento dos Senadores: Flávio Arns, Rosalda Ciarlini e Cristovam Buarque. Autoria do requerimento é da CAS é da Senadora Rosalba Ciarlini. Os convidados é Antoine Guedeney, Presidente da Associação Mundial de Saúde Mental Infantil da França; Richard Tremblay, Diretor do Centro de Excelência para Desenvolvimento da Primeira In-

fância da Universidade de Montreal, Canadá; Marilena Flores Martins, Presidente da Associação Brasileira de Direitos de Brincar em São Paulo.

Há um requerimento extrapauta que eu quero submeter à votação dos senadores. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Requeremos nos termos regimentais a realização de seminário no âmbito desta Comissão, para debater o papel da iniciativa privada no ensino superior, realidade e desafios para o futuro. Sala das Comissões, Senador Sérgio Zambiasi. Os senadores que concordam com a realização desse seminário, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um comunicado aos Srs. Senadores: *“Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, e do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, CONSED, apresentando seu reconhecimento ao esforço empregado pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, na solução dos problemas causados pelo furto de provas do Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM”*. Os senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Não havendo mais nada a discutir, já que todas são terminativas, dou por encerrada--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, antes da senhora encerrar e com a presença dos Srs. Senadores ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Nery com a palavra

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, nós aprovamos há alguns dias, um requerimento tratando do convite ao Ministro da Educação e ao Ministro da Fazenda para discutir os cortes de nove bilhões de reais nos recursos da educação básica determinado por um decreto do Ministério da Educação e que traz graves consequências para toda a educação básica no país. Então, conversando com o nosso secretário, tentamos agendar, verificar o agendamento, e haveria uma possibilidade aí na primeira semana de novembro, talvez numa quinta-feira, dia cinco. Eu gostaria de consultar V.Exas. da possibilidade de nós agilizarmos a realização desta audiência, tendo em vista o enorme prejuízo que significa esse corte de nove bilhões e teremos que fazer todos os esforços necessários, Senador Goellner, Senador Antonio Carlos Valadares, para que possamos garantir a integralidade dos recursos previstos, tendo em vista os planejamentos feitos por estados e municípios, e como todo nós sabemos aqui, isso significa o comprometimento de metas e ações que estão previstas para 2009, e há uma

previsão também de redução de recursos bem abaixo do que era previsto para 2010 e nós não podemos ao meu ver permitir que isso ocorra. Por isso é preciso um esforço conjunto, coletivo, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, um diálogo com o Ministro da Educação e com o Ministro da Fazenda, porque nós não podemos aceitar esse corte de recursos, da forma como ele foi proposto. Portanto, eu queria, de todos os esforços que nós fizemos aqui do calendário, mas se nós pudéssemos agendar para os próximos dias essa audiência que considero bastante urgente e importante. Muito obrigado a V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): V.Exa. Já entrou com o pedido, senador?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Já aprovamos o requerimento. Na verdade--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Aguardando uma data?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nós estamos aqui definido uma data, e eu estava dialogando com nosso secretário, para que nós pudéssemos agendar, eu queria de V.Exa. um compromisso da gente tentar agendar o mais rápido possível, pela urgência desse tema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Essa é uma questão extremamente preocupante, e não adianta essa Comissão ficar votando projeto de lei, aumentando despesa, sendo que o Ministério da Educação está cortando, o Governo Federal está cortando recursos do Ministério da Educação. Eu acredito que isso, uma audiência pública que deverá ser feita. Nós temos que estudar com carinho uma data, já que as audiências estão marcadas aqui, seminários e audiências até dezembro deste ano. Mas é essa é uma questão de suma importância. Sem ela, realmente tudo aquilo que nós votarmos aqui, tenha aumento de despesa, fica inócuo.

Então eu quero agradecer a presença de todos, convidando para amanhã a nossa audiência pública nessa Comissão, a partir das 10 horas da manhã. Muito obrigada. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h48.

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e nove, na sala

de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Gilvam Borges, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, José Nery, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Moraes, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sadi Cassol, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Sérgio Zambiasi, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Mão Santa e João Durval. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque e Papaléo Paes. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a reunião sem a participação da Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que a mesma encontra-se reunida para deliberação e tão logo encerre sua reunião, passará a integrar esta sessão com os efeitos regimentais pertinentes. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 34/09-CE, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque e nº 83/09-CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que tem como objetivo debater o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Marília Serra, Assessora de Divisão Política da Embaixada do Canadá; Senhor Osmar Terra, Secretário Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul; Senhor Jaderson Costa da Costa, Diretor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Senhora Professora Sandra Garcia, Vice-Presidenta de Educação da Comunidade Internacional de Cooperação na Educação e Diretora Nacional do Projeto Mente Inovadora; Senhora Iraê Lucena, Secretária de Ação Governamental do Estado da Paraíba; Senhora Marília Serra, Assessora de Divisão Política da Embaixada do Canadá; Senhor Francisco Quiazua, Coordenador do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da 1ª Infância de Montreal – Canadá; Senhor Ignácio José Kormowski, Coordenador Técnico da Cultura e Turismo da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Senhor Laurista Corrêa

Filho, Pediatra; Senhor Valdir Cimino, Diretor Fundador da Associação Viva e Deixe Viver; Senhores Professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Senhores Professores da Universidade Federal do Ceará; Senhores Estudantes de pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília; Senhor Flávio Campos, Assessor do Comitê de Assessoramento do Programa Mãe Coruja de Pernambuco; Senhor João Batista Bezerra de Sousa, Psicólogo; Senhora Simone Lopes, Médica da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – FHEMIG; Senhor Fernando Vidgal, Gerente de Programas da ONG UnitedWay Brasil; Senhora Ângela Assis, Prefeita de Quadra da Associação de Moradores da 705 Norte e Educadora Popular; Senhora Marta Cordeiro, Secretária de Educação do Município de Eusébio – CE; Senhora Maria Zélia Lins, Vice-Prefeita do Município de Pedra Branca – CE; Senhora Gilvani P. Granjeiro, Assessora Técnica da Área da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Senhora Ieda Pires, Membro da Rede da 1ª Infância do Ceará e do Conselho Estadual de Educação; Senhor João Figueiró, Presidente do Instituto 0 a 6; Senhor João Batista Bezerra de Sousa, Psicólogo Infantil e para Adolescentes; Senhora Marta, Secretária Municipal de Educação de Eusébio – CE; Senhor José Kfoury, pediatra do Senado Federal e Senhora Iraê Lucena, Secretária de Ação Governamental do Estado da Paraíba. Como expositores, comparecem à Audiência o Senhor Antoine Guedeney, Presidente da Associação Mundial da Saúde Mental Infantil – França; Senhor Richard Tremblay, Diretor do Centro de Excelência para Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal – Canadá e Senhora Marilena Flores Martins, Presidenta da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar – São Paulo, Brasil. Às onze horas e trinta minutos, antes de conceder a palavra ao segundo expositor, a Senhora Senadora Marisa Serrano passa a presidência à Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Neste momento, a Presidência comunica que a Comissão de Assuntos Sociais passa a participar da presente sessão, em conjunto com esta Comissão. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senador José Nery. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida

e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os senadores e senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 34/09, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque, para a realização dessa Audiência Pública, destinada a discutir sobre a primeira infância e cultura da paz. Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Eu comunico ao público presente que essa Audiência Pública está sendo retransmitida, em telão, no auditório Petrônio Portela, com tradução simultânea. E lembro ainda que fizemos uma mudança que a Legislação permite: pedimos autorização à CAS e a retiramos dessa sessão conjunta, para que ficasse só Educação, e nós pudéssemos começar, sem esperarmos a CAS terminar a sua audiência. Portanto, essa é uma comissão só da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Estamos aqui, recebendo, hoje, o Presidente da Associação Mundial de Saúde Mental Infantil, da França, Antoine Guedeney, e o Diretor do Centro de Excelência para Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal, Canadá, Richard Tremblay, e a Dra. Marilena Flores Martins, Presidente da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, de São Paulo. Eu quero dizer que as palestras dos dois professores, em francês, serão realizadas com tradução simultânea. Eu quero aqui me desculpar pelo atraso que tivemos. Isso não é comum nessa Comissão, nós temos sempre procurado fazer na hora certa, mas, hoje, a Comissão de Assuntos Sociais atrapalhou um pouquinho o nosso trabalho. Portanto, eu quero, aqui, passar a palavra ao Dr. Richard, para que comece a sua fala, que vai ser traduzida, por 20 minutos. Há um 'reloginho' lá, que dá o horário, para auxiliá-los.

SR. RICHARD TREMBLAY: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado por este convite. Pediram-me para que eu falasse sobre a avaliação de programas de intervenção para crianças peque-

nas, e eu irei fazer uma apresentação rápida, sucinta, e, depois, responderei as suas perguntas. O próximo slide, por favor.

Se quisermos avaliar bem a eficácia de nossas intervenções, é preciso termos pessoas bem informadas e treinadas para fazer este trabalho de avaliação. Temos necessidade de termos pessoas dedicadas a essa tarefa. Teremos, portanto, necessidade de um conjunto de pessoas. Próximo.

Por que é necessário fazer avaliações? Por que avaliar intervenções, quando estamos tentando ajudar crianças? Porque isto é crucial para o bem-estar das nossas crianças.

Por que existem tão poucas avaliações de alta qualidade? Se examinarmos o conjunto de publicações que pretendem ter feito avaliações de intervenções que fazemos com crianças, chegamos à conclusão de que, dentre quatro mil artigos, apenas trinta e quatro satisfazem critérios aceitáveis de avaliação. [interrupção no áudio]por que este fato? Várias razões. A primeira é que acreditamos naquilo que fazemos. Não é possível fazer um bom trabalho, se não acreditarmos naquilo que estamos fazendo. Nós frequentemente acreditamos que basta acreditar naquilo que estamos fazendo para fazer bem para as crianças. Em segundo lugar, nós não gostamos de perceber que aquilo que estamos fazendo pode ter efeitos que esperávamos não ter. Em terceiro lugar, as crianças têm necessidade que nós aprendamos quando que as coisas funcionam e quando elas não funcionam. Uma das razões pelas quais fazem-se investimentos em intervenções que não funcionam, com frequência, é porque os políticos querem ser reeleitos. Os gerentes, as pessoas responsáveis, os gestores dos programas querem ser promovidos, e os educadores têm necessidade de esperar, de ter esperança, e eles também precisam de ter um emprego. Então, todo mundo tem vantagens em acreditar que aquilo que estamos fazendo é bom.

Por que, então, decidimos não fazer avaliações rigorosas? Dizemos: "Já gastei toda minha verba, todos os meus recursos, não tenho mais dinheiro para poder avaliar aquilo que fazemos". "Não tenho mais dinheiro suficiente para fazer uma avaliação de boa qualidade". "Eu não gosto da ideia... Não me agrada a ideia de fazer avaliações, porque não é ético avaliar de modo rigoroso". Tudo isso são desculpas que escutamos regularmente, quando propomos avaliar aquilo que fazemos com crianças.

Então, eu vou agora apresentar os exemplos de avaliações que foram bem feitas. A primeira avaliação bem feita é dos anos 30, foi um estudo feito nos Estados Unidos. A senhora intérprete de língua de sinais está me tapando o slide. Essa avaliação foi uma avaliação

que chamamos randomizada, ensaio clínico randomizado. A intervenção teve início em 1935 e terminou em 1939. Foi dirigida a meninos entre cinco e 12 anos de idade, que foram avaliados pelos seus professores como estando, ou não, em risco de delinquência e intervenção, era intensiva, investimos muito dinheiro para dar o máximo possível, tudo que podíamos, a esses meninos, durante o período de cinco anos. Na época, era o melhor que podíamos imaginar fazer para este tipo de crianças. Mas a pessoa que planejou essa intervenção decidiu fazer uma avaliação rigorosa, distribuindo ao acaso essa intervenção para um grupo de meninos e não dando intervenção a um outro grupo de meninos, e esta escolha de quem receberia, ou não, a intervenção foi feita pelo acaso. Então, 253 meninos tiveram intervenção, 253 não tiveram.

A avaliação que foi feita em muito longo prazo, chegando até 40 anos mais tarde, feita por [ininteligível], observou que, entre as crianças que tinham recebido o tratamento, a intervenção, 42% tornaram-se criminosos na idade adulta, enquanto que, entre as crianças que não tinham recebido essa intervenção, apenas 32% tornaram-se criminosos na idade adulta. Então, o resultado nos mostra, 40 anos mais tarde, de modo claro, que a intervenção fez mal, enquanto que acreditávamos que se era a melhor intervenção possível para essas crianças. Próximo.

O que não funcionou? Qual foi o problema? Parece que o problema era que agrupávamos essas crianças que tentávamos ajudar, colocávamos juntos em um campo de verão, em um acampamento de verão, e que essas crianças que tinham dificuldades se tornaram amigos. E essa amizade entre crianças problema aumentou as suas dificuldades. Próximo.

John(F) [ininteligível], que fez esta avaliação, escreveu, na época, em 1978, que, infelizmente, constatávamos que uma intervenção poderia fazer mal, mas, ao mesmo tempo, ela estimulava as pessoas a continuar a procurar para encontrar soluções para essas crianças. Então, a refazer outras avaliações rigorosas. Próximo.

Uma dessas avaliações que foi realizada a seguir foi uma avaliação no Canadá, em Montreal, onde utilizamos exatamente o mesmo procedimento, a randomização de crianças que apresentavam problemas, no momento de sua entrada na escola, um grupo que teve uma intervenção preventiva, intensiva, e um grupo que não recebeu essa intervenção. Próximo.

Temos aqui as características da intervenção, com visitas domiciliares, apoio escolar tanto dos professores quanto para os alunos.

Observamos, neste caso, que a intervenção tinha efeitos benéficos. Eu apresentei esses resultados

ontem à noite, aqui, no Senado. Observamos que as crianças que tinham intervenção, tinham melhor resultado escolar e tinham menos problemas de criminalidade. Próximo.

Um outro programa, dessa vez nos Estados Unidos, intervenção intensiva nas creches, com a randomização das crianças, em termos de qualidade das intervenções nas creches, e observamos, 40 anos mais tarde, que as crianças que tiveram intervenção tem menos problema de delinquência, tem melhores resultados escolares, tem menos problemas de saúde. Próximo.

Calculamos a economia, que foi consequência dessa intervenção com crianças de três a quatro anos, e observamos que, para cada dólar que foi investido, economizávamos sete dólares. A maioria dos ganhos ocorria nos níveis das intervenções do sistema judicial e carcerário dessas crianças chegadas à idade adulta. Então, uma avaliação rigorosa pode nos mostrar os efeitos benéficos de uma intervenção. Próximo.

Um outro programa que foi avaliado de modo rigoroso, por randomização, uma intervenção junto a mulheres grávidas... Próximo. Esta intervenção mostrou que, a longo prazo, crianças, cujas mães recebiam intervenção durante a gestação e no início da vida do seu filho, apresentavam menos problemas de abuso, de negligência, e também menos problemas de delinquência durante a adolescência. Todas essas demonstrações indicam que, intervindo precocemente na vida, nós economizamos muito dinheiro a longo prazo.

Entretanto, para termos certeza de que esta intervenção tem benefícios para as economias, é preciso avaliá-la, e é preciso avaliá-la bem. E avaliar bem significa utilizar os métodos mais rigorosos à randomização dessas intervenções para um grupo que irá receber uma intervenção e um outro grupo que não a recebe. Próximo.

Nós sabemos já, há muito tempo, que é importante intervir no início da infância. A qualidade dos recursos de intervenção é particularmente importante para crianças que nascem em um contexto adverso. Essas crianças que nascem em um contexto adverso têm necessidade de auxílio, porém, eles têm necessidade de um auxílio que seja certo. Muitas das nossas intervenções não fizeram, não passaram por essa demonstração de eficácia. De modo geral, investimos muito dinheiro para ajudar crianças, mas não avaliamos a eficácia dessas intervenções. As crianças que têm mais necessidade que façamos essas demonstrações são crianças que, de modo geral, não recebem as melhores intervenções. Próximo.

Para reduzir as desigualdades em educação e em saúde, é preciso oferecer serviços eficazes às crianças

menos privilegiadas, a partir da gestação. É preciso inovar nossas intervenções. Entretanto, nossas intervenções inovadoras devem ser avaliadas.

Essa é a nossa responsabilidade moral: ajudar as crianças. Mas é igualmente nossa responsabilidade moral ajudá-las, com programas, por meio de programas que sejam bem avaliados. Próximo. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queremos agradecer aqui e registrar a presença da Deputada Iraê Lucena, Secretária de Ação Governamental do Estado da Paraíba; Marília Serra, Assessora de Divisão Política da Embaixada do Canadá; Francisco Quaizua, Coordenador do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, em Montreal, Canadá; **Ignácio José** Kornowski, Coordenador Técnico da Cultura e Turismo da Confederação Nacional dos Municípios, CNM; Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra; Valdir Cimino, Diretor Fundador da Associação Viva e Deixe Viver; professoras e professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal; professores e professoras da Universidade Federal do Ceará; estudantes de pós-graduação e psicologia da Universidade de Brasília. Queremos passar a palavra à Dra. Marilena Flores Martins, Presidenta da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, de São Paulo, para a sua fala de 20 minutos.

SRA. MARILENA FLORES MARTINS: Bom-dia a todos, a todas, à Senadora Marisa Serrano, que sempre está conosco, na defesa dos direitos da infância, aos ilustres palestrantes, aqui, da Mesa, cientistas. Eu gostaria de dizer que eu não sou... Embora tenha atuado 27 anos na área de saúde mental infantil, eu sou, atualmente, uma ativista do brincar. Não se assustem porque não vou gritar palavras de ordem, nem vou subir na Mesa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Você me permite só um minutinho? Só para informar que, a partir desse momento, a Comissão de Assuntos Sociais já está conosco em rede. Pronto.

SRA. MARILENA FLORES MARTINS: Mas trabalho porque acredito. Assumi o 'Brincar' como causa, há mais de 30, 40 anos atrás, nem vou dizer quanto, e fundei, no Brasil, esta associação, que é a IPA. Na verdade, ela é derivada da IPA – International Play Association, que foi uma associação, criada na Dinamarca, há quase 50 anos. E eu vou apresentar aos senhores, rapidamente, a questão do brincar no desenvolvimento infantil, da maneira como nós temos visto e observado, nesses quase 30 anos de trabalho com crianças, incluindo as crianças com deficiência, e, nos últimos

quatro anos, como uma avó, observando meus netos. Por favor, próximo slide. O próximo, por favor.

Primeiro, vamos falar... Na minha formação, eu sou assistente social, sou pós-graduada em animação sociocultural. Então, sempre fui uma militante da defesa de direitos das pessoas e eu gostaria de lembrar que a infância é um direito da criança, é um direito de cidadania, que está assegurado – não vou ler aqui – no art. 227, da Constituição Federal, e nos art. 4º e 16º do Estatuto da Criança e do Adolescente. O próximo, por favor.

Mas qual é o cenário atual? O cenário. A cultura, esporte, lazer – isso é uma matéria de um jornal de São Paulo – são direitos ainda marginais. Como é que nós, enquanto sociedade, enquanto adultos, enquanto gestores públicos, estamos tratando esse direito da infância? Por favor, o próximo.

De um lado, as crianças sem recurso; de outro lado, as crianças de classe média e classe média alta, que estão sofrendo uma violência, por conta da hiperestimulação, que está gerando males de adultos nas crianças. O próximo, por favor.

O direito à infância... A marca [ininteligível], eu fui consultora durante quatro anos para criar uma visão, para desenvolver uma visão do quadro geral de como estava a infância no Brasil e no mundo. Essa é uma pesquisa mundial, que foi feita em dez países desenvolvidos, em desenvolvimento, e as pessoas declararam, no Brasil, 92%, que as pessoas esqueceram a importância de aprender por meio de brincar e de outras experiências não estruturadas. Então, nós gostaríamos de saber: mas se brincar é tão importante, por que as pessoas, os adultos, não oferecem essa oportunidade às crianças? Nós fomos estudar as nossas raízes culturais e históricas, e nós percebemos que nós temos inúmeros preconceitos. E o preconceito, ele é o maior inimigo do direito. Para que o direito seja respeitado, nós precisamos lutar contra os preconceitos, porque eles são arraigados na nossa cultura. Recentemente, foi feita uma pesquisa no Brasil todo, com professores, pais e crianças da rede escolar, e 98% declararam que tem algum tipo de preconceito. Então, embora pareça que nós somos um país livre de preconceitos, bastante moderno, na nossa visão de cultura da criança, infelizmente nós ainda temos muitos deles. Nós já estamos na terceira geração, que é a geração dos direitos coletivos, e o direito à infância é um deles. O próximo, por favor.

Então, por que investir na primeira infância? Eu também não vou me demorar porque o Dr. Tremblay já explicou... Razões econômicas. Mas a situação da primeira infância no Brasil é a seguinte: 45,4% das famílias mais pobres têm crianças na primeira infância.

Então, quase 50% da nossa população, que está em situação de pobreza, tem crianças na faixa de zero a seis. E o Dr. Robert [ininteligível] diz o seguinte: que as crianças de nível socioeconômico mais baixo mostram padrões de fisiologia cerebral semelhantes aos de alguém que sofreu danos no lóbulo frontal, quando adulto. Então, vocês imaginam quais são as consequências desses danos no lóbulo frontal. E as crianças que não têm esse tipo de estimulação apresentam o mesmo tipo de comportamento. A ciência comprova que investir na primeira infância traz dividendos econômicos, políticos e sociais; na saúde, na educação, no desenvolvimento econômico e social, na justiça e na segurança. Por último, do James Heckman, que diz que, quanto antes os estímulos vierem, mas chances a criança terá de ser um adulto bem sucedido. O próximo, por favor.

Então, por que investir na primeira infância? Essa pesquisa, de 40 anos, no Estado de Michigan, comprovou que as crianças que tiveram educação pré-escolar, tiveram renda mensal mais alta, quando adultos, porcentagem mais alta de casa própria, nível mais alto de instrução, porcentagem mais baixa da necessidade de assistência, por programas sociais, número menor de prisões na população jovem e menor tempo em programas de recuperação escolar para os que tinham alguma dificuldade de aprendizado. O próximo, por favor.

Então, o que é uma boa infância? Existem dois levantamentos, feitos recentemente, um na Grã-Bretanha, de 2007, 2008, pelo Dr. Stuart(F) Brown, e ele apontou as seguintes condições para que o desenvolvimento infantil se processe de uma maneira harmoniosa: então, uma família amorosa – não vou me detalhar, por conta do tempo -, amigos, porque a criança precisa basicamente dos relacionamentos, uma visão positiva de mundo, distante do consumo excessivo e de uma vida pouco saudável, uma boa escola, onde eles possam adquirir, não o conhecimento exclusivamente, mas valores e competências para a vida futura, uma boa saúde mental, principalmente para aquelas crianças que têm dificuldades e que apresentam transtorno no seu desenvolvimento, e recursos materiais suficientes, porque elas precisam viver com dignidade entre seus pares. Por outro lado, a pesquisa Brasil Ponto a Ponto, feito pela ONU, pelo PNUD, em 2009, com 500 mil brasileiros, apontou que o mais importante para a nossa população são os valores, mais do que saúde, mais do que educação, mais do que segurança e mais do que emprego. Então, valores como respeito, honestidade e amor.

Então, na verdade, o povo brasileiro está querendo uma mudança, no sentido de nós fortalecermos os

nossos valores. Isso é um pleito que foi diagnosticado por essa pesquisa, neste ano. O próximo, por favor.

Então, nos primeiros anos de vida, o que as crianças precisam? Basicamente, eu coloquei quatro, quatro áreas, quatro eixos; afeto, estímulo, atividade e estrutura. O próximo, por favor.

Então, o afeto. Oscar Wilde já dizia: “A melhor maneira de ter bons filhos é fazê-los felizes”. E como fazer uma criança feliz? É simples. É muito simples. A criança precisa de, pelo menos, uma pessoa que a aceite incondicionalmente. Independente do que ela é, da aparência física, do rendimento que ela tem na escola, ela precisa ser aceita. E quando ela brinca juntos... Por isso que o brincar é tão importante, porque, quando brincam juntos, o adulto e a criança, eles expressam essa aceitação condicional. Eles reconhecem a existência do outro e desenvolvem o sentido de pertencimento. O próximo, por favor.

Einstein já dizia: “Brincar é a mais elevada forma de pesquisa”. O segundo requisito, a segunda condição da criança ter um desenvolvimento adequado e saudável, é ela ter estímulo. A criança aprende, ela conhece o mundo por meio dos sentidos. Então, a aprendizagem experiencial, que é aquela aprendizagem natural, com pouca intervenção do adulto, principalmente utilizando os elementos da natureza. Nós, na IPA, não defendemos o brinquedo, nós defendemos o ato de brincar, as brincadeiras. Então, para a criança, o melhor brinquedo é um adulto disposto a brincar com ela e essas oportunidades de estímulo. Então, a criança, quando brinca, ela tem ganhos para o seu vocabulário. Então, está comprovado que crianças que têm facilidade de se comunicar são mais pacíficas, menos violentas, porque elas conseguem expressar tanto a sua indignação quanto as suas necessidades. Elas ficam... Elas desenvolvem habilidades físicas, mentais, sociais... Desenvolvem a tolerância à frustração. Uma das bases da violência é a dificuldade que as pessoas têm de responderem às frustrações cotidianas. Então, elas respondem de uma forma violenta. A criança, quando brinca, ela tem a frustração, mas ela aprende a lidar com isso, mesmo porque ela recebe do grupo indicações de como o comportamento dela está sendo atendido ou não, está sendo aceito ou não. Então, ela aprende a controlar os seus impulsos. O próximo, por favor.

A atividade. Toda criança precisa de atividade. Existe uma frase que diz assim: “Eu quero ser como uma criança. Estar sempre alegre, não parar nunca e chorar com força por tudo que se quer”. Então, eu acho que é isso que a gente precisa aprender com eles, essa atividade. E essa aquisição de habilidades. Então, quando elas brincam, principalmente, crianças com idades

diferentes, com culturas diferentes, elas desenvolvem as habilidades físicas, cognitivas emocionais; aprende a controlar o corpo, aprende a solucionar problemas, aprende a comunicar-se e também aprende a negociar, a negociação é uma das... Dos requisitos básicos para a cultura de paz. Então, quando elas estão brincando, elas têm que negociar: quem joga primeiro, quem vem depois, que regras do jogo eles vão adotar, o grupo. Então, ela aprende essa convivência harmoniosa no grupo. O próximo, por favor.

A criança precisa... A última característica é a estrutura. Estrutura significa apoio, confiança, limite, valores. Ela precisa desenvolver a confiança, a autoconfiança. E quando ela brinca ela recebe o tempo todo essa informação dos seus companheiros de brincadeira. Então, ela desenvolve a empatia, que segundo o Dr. Peter Fonagy, um pesquisador, um psicanalista britânico, é a condição para que as pessoas vivam em paz. É a capacidade de se colocar no lugar do outro. E a empatia está localizada numa área do cérebro. Então, quando a criança brinca, ela aprende, principalmente, no faz de conta, na imaginação, quando ela assume os personagens, ela está aprendendo a se colocar no lugar do outro. O próximo, por favor.

Então, quais são os paradigmas e os preconceitos que impedem que as nossas crianças brinquem o quanto elas deveriam? Primeiro deles, brincar é perda de tempo. Quem ainda não ouviu essa frase? A mente ociosa é a mãe de todos os vícios. A gente aprendeu isso já muito cedo. Só o trabalho dignifica o homem. Então, muitas vezes esses preconceitos é que impedem até a erradicação do trabalho infantil. Porque há pessoas que falam assim: "É melhor estar trabalhando do que estar na rua sem fazer nada, aprontando". Então, a brincadeira chega a ser sinônimo de irresponsabilidade, de inconsistência ou de inconsequência. Próximo, por favor.

Então, por que mudar os paradigmas? O próprio ministro, nosso Ministro da Educação disse: "A formação do professor deve mudar para melhorar a qualidade de ensino". Então, os paradigmas educacionais precisam ser mudados. Bases científicas como as que os senhores estão ouvindo hoje comprovam que o brincar no desenvolvimento infantil tem reflexos em várias áreas. E que os Direitos Humanos evoluem e se consolidam. Nós não podemos mais imaginar que dar comida e dar... Dar alimento... A criança... Creche, por exemplo, as crianças: "Ah, eles tomam banho e se alimentam". Isso não é política de desenvolvimento infantil. A criança tem outros direitos tão essenciais e que precisam ser contemplados. O próximo, por favor.

Quais são os requisitos para o brincar? Uma política de direitos implementada. Os agentes capacitados.

Esses agentes podem ser os professores, os pais, os educadores, os avós que hoje em dia na nossa sociedade os avós estão assumindo o papel de pais. Os espaços precisam ser qualificados, porque às vezes a gente vê as crianças em espaços totalmente inadequados. Os materiais que elas utilizam, precisam ser materiais adequados à faixa etária da criança, com qualidade. O próximo, por favor.

Então, a IPA, já falei um pouquinho sobre ela. Ela existe em mais de 50 países, tem um status consultivo do UNICEF e recebeu o título de mensageira da paz da ONU. Próximo, por favor. A missão é o art. 31, e o próximo. Eu não posso demorar muito que o meu tempo está correndo. No Brasil, ela foi fundada em 97 e ela desenvolve as seguintes atividades. Consultoria, programas e projetos com foco no brincar, capacita ludoeducadores e agentes do brincar, que são duas categorias diferentes, organiza eventos comunitários e fóruns. Por favor, o próximo.

Então, qual seria a política adequada para favorecer o brincar? Então, promover a mudança dos paradigmas culturais que são os impeditivos da nossa atuação. Formular e implementar política pública que possibilite a prática do brincar em todos os lugares onde existem crianças. Nos países desenvolvidos se você vai num centro de saúde existe o espaço de brincar para a criança enquanto ela espera; se você vai numa estação de trem, por exemplo, na Suécia, existe um espaço; se você toma um trem de um lugar para outro, por exemplo, da Dinamarca para a Suécia, existe um vagão brinquedoteca em que as crianças vão com os pais, porque eles entendem que esta é a maneira da criança se expressar. Oferecer a capacitação para pais e educadores, apoiar as associações de caráter comunitário e permitir que as crianças brinquem. O próximo, por favor.

Então, essa é a minha mensagem final que nós... Que é do Ianus Korkes(F), para quem não conhece, ele ganhou o Prêmio Nobel da paz, ele é um judeu húngaro que ficou muitos anos em campo de concentração. Ele se tornou um educador depois disso, e essa mensagem eu acho muito significativa e eu convido os senhores a refletirem sobre ela. Que ele diz: "Nós somos responsáveis perante as crianças pelas guerras que aconteceram e acontecerão. Pelos milhares delas que morreram no passado. Pior que a guerra é privar as crianças do seu direito natural à alegria. As crianças precisam vir antes das políticas, de qualquer maneira". Então, eu acho que essa é a mensagem que eu gostaria de deixar nesta Casa para todos os senhores legisladores, para todos os profissionais aqui presentes, que reflitam bastante qual é o papel de cada um na garantia do direito de brincar porque nós

todos almejamos uma sociedade mais pacífica, com mais respeito à vida humana, e nós precisamos ser proativos. Nós precisamos ser como as crianças, estar sempre ativos, não parar nunca e chorar com muita força por aquilo que nós queremos. Não é, Alice? A Alice sabe disso. Então, muito obrigado a todos. Foi um prazer estar aqui.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós agradecemos à Dra. Marilena Flores Martins, que aqui com tanta competência e mostrando além do mais nas suas palavras, na sua expressão, na forma de colocar, muito amor a essa causa. Dra. Marilena, eu acho que estamos nos conhecendo agora, mas eu também tenho um carinho especial. Eu sou médica pediatra. Então, a criança fez parte da minha vida sempre. Além de ter uma família imensa, eu sou a mais velha de nove irmãos, então veja que sempre eu tive... A criança é uma boa experiência. Mãe de quatro e avó de mais quatro. Então a criança... Eu vejo, eu tive uma experiência assim muito... Principalmente, com as crianças mais carentes onde a gente vê o quanto é importante. Quando elas têm a oportunidade de ter uma pré-escola, quando existem políticas públicas que realmente abraçam essas crianças, a gente sente que elas evoluem rapidamente, porque eu como médica acompanhava esse desenvolvimento. Então, parabéns, nós precisamos sim é de pessoas como a senhora, como todos que aqui estão e aqui vieram, para que possamos somar e colocar a criança em primeiro lugar. Entendendo que o processo de educação é o processo de transformação, de mudança, somente evoluímos por aí, somente seremos realmente um país forte por esse caminho, mas desde que a gente possa dar o primeiro passo com mais segurança, que começa na primeira infância. Muito obrigada e quero aqui--

[palmas]

Quero aqui, para atender aos dispositivos regimentais e para efeito da ata em notas taquigráficas, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, informo que esta 52ª Reunião Extraordinária da Comissão, em conjunto com Comissão de Educação, Cultura e Esporte, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queremos também aqui registrar a presença de Flávio Campos, assessor do comitê de assessoria-

mento do programa Mãe Coruja, de Pernambuco. O Sr. João Batista Bezerra de Sousa, psicólogo. Simone Lopes, médica da Fundação Hospitalar de Minas Gerais. Fernando Vidigal, Gerente do programa da ONG United Way Brasil. Ângela Assis, Prefeita de Quadra da Associação dos Moradores da 705 Norte e educadora popular. Marta Cordeiro, Secretária de Educação do Município de Eusébia. Maria Zélia Lins, vice-Prefeita do Município de Pedra Branca, Ceará, meu vizinho. Eu sou do Rio Grande do Norte. Gilvani Grajeiro, Assessora Técnica da Área da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. Ieda Pires, membro da Rede da Primeira Infância do Ceará e do Conselho Estadual de Educação. E João Figueiro, Presidente do Instituto de Zero a Seis.

Passamos agora a palavra ao Dr. Antoine Guedeney, Presidente da Associação Mundial da Saúde Mental Infantil, na França, a quem desde já agradecemos por ter aceito o nosso convite e temos certeza que o senhor, com a experiência que tem, assim como os demais que aqui já se manifestaram, irá nos dar boas orientações para que através das informações, do conhecimento, nós possamos defender cada vez mais políticas públicas em apoio da nossa criança, dos nossos pequeninhos. Passo a palavra, então, ao Dr. Antoine, para proferir a sua... A sua participação. Muito obrigada.

SR. ANTOINE GUEDENY: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Sra. Ciarlini. Eu vou falar o segmento, aquilo que os meus colegas já disseram. Próximo.

Mas, antes de falar, gostaria de homenagear um amigo e uma figura brasileira, um personagem brasileiro importante da prevenção e da intervenção precoce: Salvador Célia, que nos deixou recentemente. Fénelon, Educador de Luis XIV nos dizia, temos a tradução no slide, que o cérebro da criança é como uma lamparina, uma vela acesa em um lugar exposto ao vento e que a luz está sempre vacilando. E o que Fénelon disse no século 17 continua a ser verdadeiro. O desenvolvimento precoce é um milagre. Mas extremamente sensível. Pelo próprio devido mesmo sua complexidade e ao meio ambiente.

Em dois anos um ser humano torna-se capaz de falar, capaz, sobretudo de pensar. Capaz de ter curiosidade pelo pensamento do outro e progressivamente cada vez mais capaz de inibir o seu comportamento e particularmente os seus comportamentos agressivos. Notei recentemente, percebi recentemente que os nossos três grandes gênios da Psicologia do Desenvolvimento, os três estudaram seus próprios filhos. Darwin, com sua filha, Freud com seu neto e Pia-

get enormemente seus três filhos. E com a noção de [ininteligível] da multifidelidade sabemos que existem muitos modos para que o desenvolvimento aconteça. Todos os caminhos levam a Roma. Mas, a qualidade do resultado, a qualidade de funcionamento psicológico, funcionamento mental, dependerá enormemente das condições das interações precoces, das condições sociais e condições culturais.

Cinco ideias chave. [ininteligível] disse, Richard Tremblay Richard Tremblay, a prevenção precoce da violência começa muito cedo. E em todos os modos possíveis. O livro de [ininteligível], Do Neurônio à Vizinhança, é um exemplo muito bom disso. Um estudo mais antigo, mas sempre válido, continua válido, o de [ininteligível] em Rochester, mostra-nos que existem limites para a resiliência. Se tivermos vários fatores de risco independentes, acima de três já não existe mais resiliência. De qualquer maneira, não existe mais um desenvolvimento brilhante, tanto emotivo como emocional.

A principal tarefa de bebês e pais durante o primeiro ano de vida é de conseguir sincronizar-se. O bebê tem necessidade de uma outra pessoa que o ajude a funcionar. Sobre tudo no plano das emoções negativas. As emoções negativas, também o medo, são coisas boas. Mas são mais difíceis de serem integradas do que emoções positivas. Richard Tremblay também nos lembrou ontem que as trajetórias de risco podem ser identificadas muito, muito precocemente. Isso não quer dizer que seja um destino, que se batermos no nosso amiguinho com três anos de idade terminaremos inevitavelmente na cadeia? Mas isso quer dizer que se permanecermos constantemente agressivos, três, quatro anos, esse é um sinal de alarme, e mostra um problema na inibição. E a inibição é o que aprendemos mais e com maior dificuldade na pequena infância. Uma coisa importante é que hoje temos evidências das interações entre os genes e o ambiente no ser humano. Não apenas em animais, mas em seres humanos. E nós sabemos que as intervenções precoces são capazes de ligar ou desligar o funcionamento de genes.

Uma conclusão importante de um estudo recente de [ininteligível] é que as crianças que são as mais suscetíveis devido ao seu temperamento de entrar em trajetórias de risco são também aquelas que mais se beneficiam das intervenções. É isso que está mostrado neste gráfico. Próximo. Algumas ideias clínicas. O apego é um sistema primário, somos obrigados a desenvolver o apego, que tem funcionamento prioritário na pequena infância. Em relação aos outros sistemas de motivação. Antes, ter um apego seguro é melhor do que ter um apego inseguro. Mas o importante é de não ter um apego desorganizado. É ter uma estratégia.

Essa estratégia pode ser vista, pode ser notada muito cedo na pequena infância. O bebê aprende muito cedo a esperar alguma coisa por parte da sua figura de apego. Se eles tiverem uma brutal, imprevisível ou ausência de resposta, então eles não poderão organizar uma estratégia de resposta e seu apego corre o risco de ser desorganizado. Nós sabemos cada vez melhor notar os sinais da desorganização do apego do bebê. E o vídeo foi muito útil, as técnicas de vídeo foram muito úteis para que nós notássemos isso. E o objetivo das intervenções precoces é notar esses sinais de desorganização. Perceber os comportamentos desorganizadores por parte dos pais, e fazer isso dentro de uma relação de confiança com os pais, que permita que eles vejam aquilo que nós vemos.

Houve observadores de bebês que nos ensinaram muitas coisas. Por exemplo, Edward Tronick nos diz que mesmo em interações banais há 50% de falhas, ou de erros, e o importante não é ser bom, ser perfeito sempre, é de poder perceber que aquilo que fizemos não funcionou. É a capacidade de notar os erros. Mas quando esses erros são muito intensos, muito frequentes, isso pode causar uma renúncia do bebê de procurar estabelecer um vínculo com o pai ou com a mãe. Beatriz [ininteligível] nos mostra que a qualidade das interações da sincronização precoce aos quatro meses prevê o tipo de apego aos 12 meses. O que Selma Fraiberg nos ensinou é que o bebê instala defesas muito precocemente. Face às violações repetidas daquilo que ele, bebê, espera da interação. Isso por volta dos seis, nove meses de vida. E é por isso que é necessário intervir precocemente. Porque os comportamentos de apego, uma vez instalados, tornam-se mais resistentes à mudança, mesmo se essa mudança continua ser possível.

O que observamos mesmo nas nossas sociedades desenvolvidas é que cada vez mais vemos comportamentos desorganizadores nos pais. Certamente, porque suas condições econômicas são mais difíceis, os pais e mães jovens recebem muito menos ajuda por parte da sociedade e estão mais isolados. E, no fundo, aquilo que é preciso... Quem é preciso ajudar são: as mães jovens, isoladas, pouco escolarizadas; os casais instáveis e casais em conflito. Esses correm o risco de terem bebês mais desorganizados. Nos grandes estudos pudemos demonstrar que, numa população não clínica, a desorganização do apego envolve 15% da população. Mas, nas populações de alto risco chegamos a encontrar 80%. O que desorganiza um bebê é um pai ou uma mãe que por um lado está aterrorizado e por outro lado é aterrorizador. Aterrorizador porque ele mesmo está aterrorizado. Ele pode estar aterrorizado devido ao traumatismo atual, recente, presente ou

passado, que faz com que ele não se esteja presente na relação com o bebê. A desorganização do apego precoce tem uma tendência para evoluir para um comportamento controlador. A criança tenta controlar aquilo que lhe causa medo. O ponto importante é de entender que não existe uma solução para a criança. Se é a sua figura de vínculo que lhe causa medo? Quanto mais medo ele tem mais ele tem necessidade de vir para perto, de se aproximar. E quanto mais ele se aproxima, mais medo ele tem. Próximo.

Frente a isso, nos últimos dez anos, aproximadamente, um certo número de intervenções foi proposto para aumentar a segurança do apego na criança ou para diminuir a desorganização. Entre os estudos que foram avaliados, o estudo de [ininteligível] é um dos melhores. Ela dirigiu-se para jovens mulheres de baixo nível socioeconômico que não poderiam ter acesso a uma ajuda especializada e ela procurou ajudar essas jovens mães que tem bebês extremamente irritáveis. Isso foi feito por meio de cinco ou seis visitas domiciliares. Todas essas jovens mães eram voluntárias. O que é interessante é que o efeito foi extremamente positivo para uma intervenção curta, mas intensa, que permitiu a seguir ver um efeito duradouro. Porque mesmo aos dois anos de idade, a segurança do apego ainda era melhor no grupo que tinha sido tratado por meio da intervenção. Robert Marvin propôs a teoria do círculo de segurança, que é um modo de intervenção e de prevenção precoce – individual e em grupo – que foi avaliado e que é um programa de intervenção maravilhoso. Existe também o [ininteligível] nos Estados Unidos, que é um programa de intervenção conjunta com uma enfermeira e um profissional de saúde mental juntos. E que funciona muito, muito bem para jovens mulheres de altíssimo risco. Mais recentemente Backerman(F) e [ininteligível] mostraram a eficácia de prevenção de problemas de comportamento por meio de um programa de crianças de dois anos e meio, três anos, que permite ajudar pais e mães a controlar as crises de raiva, as crises de birra e cólera precoces, utilizando vídeos, pequenos vídeos curtos que depois examinamos com os pais, vemos juntamente com os pais para entender.

Depois temos o Programa Stipp(F), de Martha(F) Erikson(F), que é um programa fabuloso de prevenção e que procura aumentar a sensibilidade dos pais que se chama... Programa esse que se chama “Ver é Crer”. E este programa ajuda os pais a verem e a crerem, acreditarem na sua enorme influência sobre a alegria dos bebês, como dizia a Sra. Flores Martins. Sua enorme influência sobre o desenvolvimento psicológico do seu filho. Aí também utilizando pequenos vídeos, vídeos curtos para mostrar aos pais a extrema

sensibilidade dos bebês nas atitudes dos pais. Richard Tremblay falou do Programa [ininteligível], que é um programa eficaz, e que mostrou efeitos a longo prazo. Então, com o auxílio de Richard Tremblay, nós fizemos um programa de prevenção precoce com os critérios... Com critérios estritos de qualidade. Este programa está em curso, deve ser concluído no ano que vem e nós incluímos 440 mulheres jovens com um grupo controle e um grupo de intervenção. Com uma intervenção domiciliar, durante o fim da gravidez, até os dois anos de vida. Os primeiros dois anos de vida da criança. Com uma avaliação independente também feita em domicílio e nós propusemos esse estudo para jovens mulheres de menos de 26 anos de idade e em Paris isso é jovem. Primíparas com um dos três critérios seguintes. Que elas se declarem isoladas. Não precisa comprovar, é apenas que elas digam: “Eu vou criar o meu filho sozinha”. Com baixo nível socioeconômico e menos de 12 anos de escola. Próximo. Próximo, por favor. A anterior. Essa. Próximo. Próxima. Ótimo.

Esta intervenção consiste numa visita domiciliar e a concentrar-se nas interações precoces, e a mostrar aos pais, às mães, no caso, por meio de pequenos vídeos curtos a sua importância no desenvolvimento psicológico do seu filho. Também fazemos outras coisas. Ajudar essas mulheres a utilizar as redes da comunidade. Utilizar, realmente, as redes sociais. Nós fazemos isso por meio... Utilizando jovens psicólogos, mas isso pode ser feito também com enfermeiras, com assistentes sociais, é preciso ter um certo nível profissional para ser capaz de ensinar as capacidades específicas para certas intervenções. O que nós aprendemos é que essas intervenções funcionam. Até aonde que elas funcionam, ainda não sabemos. Em termos de duração, a longo prazo, ainda não sabemos. Mas nós vimos um grande número de mulheres jovens com grandes dificuldades que nunca tinham falado com ninguém quanto as suas histórias pessoais catastróficas e que na sua relação com os seus filhos reencontravam e eram tomadas pelos fantasmas do seu passado. Mais ou menos, 1/4 delas tinham diagnósticos psiquiátricos importantes, maiores, de eixo A. Mesmo assim, nosso trabalho pôde funcionar, trabalho com elas em relação a seus filhos, seus bebês. Friberg(F) dizia que os pais sempre fazem mais por seus filhos do que fariam por si mesmos. Essa intervenção que é bastante difícil foi feita por jovens psicólogos, com resultados, mas, entretanto, pagando um preço de uma supervisão intensiva. Supervisão individual por um psicanalista semanal. Supervisão comigo, quinzenal, em grupo. Supervisão técnica com vídeo e também uma linha telefônica direta. Ou seja, elas podem telefonar para o responsável cada vez que se sentirem

mal, uma dificuldade ou que sintam que bebê ou mãe estão passando por um momento particularmente difícil. E elas... Os psicólogos tem obrigação de me telefonar. E fazem isso pelo menos seis vezes por semana. Portanto, a sua intervenção com ou sem vídeo é de examinar como que as coisas estão funcionando com o bebê. E em situação tranquila, mas também em situação de estresse. Porque aí é que as coisas são importantes. Próxima.

E, portanto, essas mulheres jovens muitas, muitas vezes viram a importância da separação precoce, viveram história de negligência e de abuso. No início, elas não confiam nas pessoas, mesmo depois de terem aceito fazer parte da pesquisa. É preciso, às vezes, esperar três, quatro, cinco encontros antes que a porta se abra. E quando o interventor, a pessoa que está ali, mostrou a sua confiabilidade, que aquela pessoa não vai chamar o serviço social, aí então essas mulheres jovens contam as suas histórias. E é com base nesse vínculo de confiança, nessa relação de confiança e de aliança que elas podem começar a ver aquilo que nós podemos lhes mostrar. Daquilo... Aquelas coisas que elas fazem bem para seus filhos. E, às vezes, elas têm uma ideia de que elas não fazem nada de bom. E apenas quando mostramos aquilo que elas estão fazendo bem, podemos começar a falar com elas daquilo que não é assim tão bom. Portanto, eu não sei se aquilo que nós fazemos é um bom programa de prevenção. O futuro vai nos dizer isso por meio dos resultados. Entretanto, a ideia é que é preciso ir buscar essas jovens famílias. Elas não virão a nós sozinhas, por sua própria vontade. É preciso ir buscá-las. E propor a elas uma relação. A seguir, em geral, elas se atiram nos nossos braços, como um afogado se agarra numa boia. E então o bom programa de prevenção precoce, em primeiro lugar é um programa precoce, que começa cedo, durante a gestação, com uma meta clara. É preciso saber aquilo que nós estamos procurando fazer. Nós estamos procurando diminuir a desorganização do apego. Não procuramos mais prevenir essa desorganização, porque parece que isso é impossível prevenir. Nós procuramos diminuir a depressão pós-natal, porque esse é um fator muito importante nos distúrbios de relação precoce e de sofrimento das jovens mães, mas não pensamos que conseguiremos prevenir a depressão pós-natal. É preciso que o programa dure bastante tempo, ou seja, bastante longo. Quanto maiores os riscos, mais longo ele deve ser. É preciso que as pessoas que fazem as intervenções sejam estáveis, senão isso irá reproduzir as carências e as incoerências que as pessoas experimentaram. Não quero me comprometer contigo porque tu vai desaparecer como todas as pessoas na minha vida desapareceram. É preciso ter pessoas formadas,

treinadas com os instrumentos de avaliação e com as técnicas de intervenção. Porque é preciso realmente... É muito melhor saber o que estamos fazendo quando vamos trabalhar com essas famílias. E é preciso ter uma supervisão intensiva, sem a qual as pessoas que estão trabalhando com as famílias não aguentam, face à violência das experiências. É, portanto, uma intervenção que é baseada na relação. Como [ininteligível] dizia, o nosso instrumento é a relação e o efeito da relação sobre as relações. Uma das coisas importantes que Suzane(F) [ininteligível] nos ensinou, por exemplo, é que quanto pior o estado das famílias, a situação das famílias, mais é preciso se centrar, focalizar nas metas da família. Aquilo que as famílias querem, e não aquilo que nós queremos. É preciso fazer uma intervenção múltipla, que faça várias coisas ao mesmo tempo, apoio social, apoio às interações, tudo isso, mas não demais. É preciso uma intervenção que seja focalizada. Ou seja, nós trabalhamos sobre o apego e não uma intervenção muito geral. E é preciso termos um estudo piloto para ver se é verdadeiramente viável fazer isso. E é preciso haver um manual para que se possa... Que as coisas possam funcionar. Próximo.

Portanto, a prevenção precoce é possível. O dispositivo da nossa pesquisa atual é extremamente caro, mas se ele é eficaz e clinicamente nós já sabemos que ele é eficaz, nós não vimos nenhuma família que tenha dito que fizemos mais mal do que bem. Podemos esperar que a relação custo-benefício será tão bom quanto a relação dos melhores estudos. Nós encontramos mulheres de múltiplas origens étnicas, na maior parte das vezes em grande precariedade, e elas aceitaram participar dessa pesquisa. Elas aceitaram para melhorar a sua situação, para fazer alguma coisa para o bebê.

E gostaria de concluir dizendo que um bebê não se levanta sozinho. Ele tem necessidade de alguém. E este alguém tem necessidade de muita gente para ajudá-lo a fazer, ajudá-la a fazer essa tarefa essencial. A evolução não nos fez de modo para que possamos viver sozinhos. Ao contrário, nós dependemos dos outros para a nossa regulação emocional. Portanto, como o bebê é um fator de perturbação emocional muito importante, é preciso ir buscar essas... Pais e mães, jovens, e propor-lhes essa ajuda para regular suas emoções de modo que possam ajudar seu bebê a regular suas emoções.

Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queremos também agradecer ao Dr. [ininteligível] que nos trouxe... Como já era de

esperado, grandes informações, uma experiência, um trabalho que com certeza, como ele bem colocou, mal não fará de jeito nenhum. Só fará bem. E o resultado nós vamos só medir no decorrer do tempo. Porque quando se dá atenção, se acompanha questões que são, de certa forma, problemática e levando melhores condições para o desenvolvimento da criança, com certeza a tendência é melhorar. O quanto vai melhorar, qual a melhor estratégia, qual o melhor método, nós esperamos que vocês estejam com todos os métodos, os mais corretos possível, para que nós tenhamos os melhores resultados. Mas, com certeza, o resultado é bom.

Bom, queremos aqui registrar também a presença do Dr. Osmar Terra, Secretário Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul; Jaderson Costa da Costa... Costa da Costa, Diretor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora Sandra Garcia, vice-Presidente de Educação da Comunidade Internacional de Cooperação na Educação e Diretora Nacional do Projeto Mente Inovadora. E também quero registrar a presença do Exmo. Sr. Senador José Nery, Presidente do PSOL.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Poderia me manifestar, Presidente, fazer uma rápida--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Concedo a palavra e esperamos que não ultrapasse os cinco minutos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas Sra. Presidente, como é para falar da infância, falar de criança, então eu tenho certeza, com esse espírito de juventude e criança que está dentro da senhora, com certeza terá paciência para comigo, que sempre às vezes ultrapasso o tempo. Mas vou fazer questão de ser breve para não... Para que tenhamos também a oportunidade de ouvir os demais convidados que estão aqui nessa Audiência Pública. Mas Sra. Presidente, ilustres convidados e convidada, a realização dessa audiência combinando aí com a realização da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Promoção de uma Cultura de Paz deve ter para essa Comissão de Direitos Humanos e por extensão para o Senado Federal a importância de podermos colocar como prioridade absoluta, tal qual estabelece a nossa Constituição Brasileira, a criança como prioridade absoluta das políticas de Estado do nosso país, prioridade essa que está assentada de forma muito precisa no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que, infelizmente, nós não temos tido a felicidade de poder celebrar e comemorar o que estabelece os preceitos constitucionais e legais. Ao dizer isso, eu quero também reconhecer o trabalho dos que se dedicam à infância, à educação e que realizam através de um conjunto de

instituições públicas, instituições não governamentais que se dedicam à causa das nossas crianças, dos nossos adolescentes. Ao mesmo tempo em que reconheço o trabalho realizado por instituições públicas e por movimentos, por entidades não governamentais, quero também lamentar e lastimar o fato de que nós não tenhamos sido capazes de fazer das nossas crianças essa prioridade absoluta. Porque no Brasil são 2 milhões e 500 mil crianças que ainda envolvidas no trabalho infantil. São milhares de crianças violentadas na sua integridade física, emotiva, pela violência dos crimes sexuais infanto-juvenil muito presente em nosso país e eu que sou membro da CPI da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, e temos constatado tristemente no nosso país.

Então, receber a contribuição dos eminentes convidados que tanto da França quanto do Canadá e da nossa brasileira, para que possamos aqui refletindo sobre os desafios de fazer da infância prioridade no Estado Brasileiro em todas as esferas do Executivo, das Prefeituras, dos Estados, da União, do Parlamento em todas as esferas, das instituições em todas as esferas, públicas e privadas. Porque a única forma de podermos construir uma sociedade assentada no princípio da paz, da justiça, da não violência é se nós formos capazes dessa dedicação, tratando a criança como de fato ela tem que ser tratada, com carinho, com amor, com dedicação para o seu pleno desenvolvimento físico, cognitivo, familiar, social... E assim nós estaremos, dessa forma, prevenindo, educando para uma sociedade que promova verdadeiramente a paz. Porque é a falta dessa atenção que leva com que, hoje, boa parte da criminalidade existente em nosso país se envolvam jovens, adolescentes, e que em vez de aprofundarmos as políticas de proteção, de garantia de direitos, é triste ver aqui mesmo no Congresso Nacional proliferar com uma certa facilidade as tentativas de criminalizar as vítimas, como é o exemplo maior, a tentativa da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade, como se isso fosse resolver o problema. [palmas]

Mas eu quero, Sra. Presidente, para não abusar, também dizer do nosso compromisso como parlamentares, dedicado à causa das nossas crianças, da nossa juventude, do presente do futuro do Brasil. Nós precisamos ter uma atitude muito firme para impedir cortes dos recursos da educação básica que este ano já são previstos aí mais de nove bilhões, há previsão de cortes orçamentário para 2010, enquanto isso nós utilizamos 48% das receitas do orçamento nacional para pagar a dívida pública interna e externa. Então, o Congresso não pode aceitar isso. O Brasil não pode aceitar isso. As nossas crianças, e aqui os educadores,

os que trabalham nessas instituições ligadas a criança não podem aceitar isso.

Portanto, creio que esta Semana de Valorização da Primeira Infância, promoção da Cultura e Paz, esta Audiência Pública com os exemplos, com os testemunhos, com o acúmulo de conhecimento de como nós podemos avançar em políticas públicas de saúde, educação, na família, na sociedade, para, enfim, daqui algum tempo fazer, de fato, como nós queremos e estabelece a nossa Legislação, criança como prioridade absoluta.

Esse é o desafio, esta é a nossa causa. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador José Nery. Realmente, o senhor toca num ponto... Enquanto não tiver prioridade, porque não é questão de faltar recursos, é questão de prioridade. Porque hoje, nós, graças a Deus, o Brasil teve uma política que deu um equilíbrio econômico, acabou com a inflação, controla, de certa forma, a tendência inflacionária, e estamos todos, a cada momento, comemorando exatamente o sucesso, o resultado da política econômica. Já podemos até emprestar ao FMI. Mas, não é possível que falte dinheiro para ter uma creche, dinheiro para ter mais vagas na pré-escola. São mais de 14 milhões de crianças que não estão tendo esse direito. Mais de 14 milhões! Então, não adianta fazer política de cota, porque quando chega o que aconteceu, o que fez com que os mais pobres, os mais carentes não estivessem em condição de competitividade com os filhos daqueles que tiveram condição de dar educação infantil, dar oportunidades à sua criança, de chegar, de favorecer uma série de ações que estimularam o desenvolvimento, então, quando chega na hora da universidade, só passa os ricos, porque faltou aos pobres o direito maior que tem essas crianças, de serem atendidas em todas as suas necessidades. Não somente a necessidade, inclusive, de poderem estar alimentadas para ter disposição de brincar, de poderem... Com o mínimo de saúde para poder brincar... Então, o mínimo necessário. Então, eu vejo que realmente eu sou muito indignada com tudo isso, quando eu vejo se anunciar: "Vamos emprestar dinheiro ao FMI". O Brasil, com algumas ações, assim... Eu digo o básico, o mais importante, o mais necessário, o que vai realmente repercutir na paz e na justiça social é cuidar, hoje, das nossas crianças; começar pelos pequeninhos. Bem, então eu vou ter que... Nós temos o seguinte: como em Audiência Pública não é permitido que... Com exceção dos Senadores, que haja a intervenção dos que estão assistindo, mas para não

deixar de forma nenhuma de dar essa oportunidade a tantos que aqui vieram tão interessados e, com certeza, que já contribuem para essa questão, nós vamos receber perguntas que aí repassaremos para os senhores expositores. Então, chegou aqui a pergunta para o Dr. Antoine Guedeney. Como você avalia o trabalho de prevenção precoce através do trabalho em rede? As mães conseguem ter adesão a esse tipo de prevenção e conseguem ver esta mudança? João Batista Bezerra de Sousa, psicólogo infantil para a infância e adolescência. Sr. João Batista. Dr. Guedeney.

SR. ANTOINE GUEDENEY: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: O objetivo da nossa pesquisa, o objetivo da pesquisa é ir buscar. É encontrar pessoas que não peçam nada. Em seguida, depois de... estar elaborado uma relação, fazer com que elas possam utilizar melhor a rede social, a rede comunitária, a rede familiar. No nosso projeto inicial, queríamos associar a intervenção individual com a intervenção em grupo. Não foi possível, mas eu lamento muito que não tenha sido possível organizar grupos entre essas mulheres. Mas, pelo menos mandamos ela utilizar os grupos que existem na comunidade. Por exemplo, os grupos de preparação para o parto... Mas todos os grupos em que tenha interventoras conscientes(F). Então, temos um papel importante de [ininteligível], que vai estabelecer a relação, ajudá-las a identificar que, por exemplo, o sistema social não está aqui para julgá-las, e sim para ajudá-las. E, às vezes, acompanhamos ela até o sistema social. Eu respondi a pergunta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, agora passamos para o Dr. Tremblay. Explique, por gentileza, o que é randomizar? Marta, Secretária Municipal de Educação de [ininteligível] Ceará. Fui clara?

SR. RICHARD TREMBLAY: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: A palavra randomizar, ou randomizado, significa que pegamos um grupo de pessoas, no caso, aqui, um grupo de pessoas que precisam de serviços, e, ao acaso, aleatoriamente, decide-se quem vão beneficiar do serviço e quem não vão se beneficiar com o serviço, para poder comparar, no final da intervenção, o grupo que se beneficiou com a intervenção e aquele que não beneficiou. Um outro termo utilizado são testes clínicos randomizados ou aleatórios.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Aqui também há uma pergunta que, na realidade, é mais voltada à saúde. A saúde das mães que refletem na criança. No Brasil há um problema de grande repercussão nos programas que procuram melhorias na primeira infância. A de-

sorganização nutricional das gestantes e das nossas crianças levam, em uma escala assustadora, a Anemia Carencial Ferropriva, o que atrapalha qualquer intervenção que venha a ser feita. Como este problema é visto? José Kfouri, pediatra do Senado Federal. Olha, na realidade, eu... Os senhores gostariam de colocar alguma coisa? Acho que o Dr. Kfouri... Ele está aqui? Dr. Kfouri, realmente nós temos esse problema no nosso Brasil. A Anemia Carencial Ferropriva, ela é muito grande, mas já existe, aí vai tudo o que pode ser feito, o que deve ser feito é exatamente haver um bom pré-natal. Um acompanhamento dessas mães e também da criança pelo menos durante os seus dois primeiros anos de vida. É exatamente um programa desse, que dê atenção à infância, não será apenas na parte de estimulação, de convivência, de socialização da criança. É também associá-lo, fazer um trabalho integral com a sua saúde. E aí, nas áreas mais carentes, onde ainda temos problemas de desnutrição, que embora a gente... O Brasil tem avançado muito na queda da desnutrição, na mortalidade infantil, nós ainda temos muito disso de forma pontual, principalmente nas regiões mais pobres.

Então, é questão de saúde pública mesmo. Isso significa dizer que é um reflexo de que realmente o pré-natal e o acompanhamento à infância, à sua saúde, não está sendo feito do modo que é apresentado e que é estipulado pelo Sistema Único de Saúde. Está havendo aí uma... Vamos dizer assim, existe aí alguns gargalos. Existem aí algumas questões que precisam ser melhoradas. E tem se refletido, inclusive, no alto índice de mortalidade materna, que é uma vergonha para o nosso país. Esse é um dos nossos... Metas do milênio, que, infelizmente, da forma que está sendo a redução, nós não iremos alcançar a meta que foi estipulada. Precisa haver um trabalho intenso, porque essa é a origem de muitas coisas, inclusive dessa problemática que já reflete nos filhos. E, também, a mortalidade infantil também é uma das metas. Nós estamos dentro da expectativa que foi estipulada como, vamos dizer assim, previsível, mas nunca como desejável, porque o desejável é que não morra nenhuma criança, e nem que elas sejam acometidas de nenhuma doença, inclusive quando a anemia, que leva a criança a ser uma criança apática, uma criança que, de certa forma, não terá disposição para a brincadeira, não terá disposição para estudar... E isso vai refletir, conseqüentemente, no seu aprendizado, na sua socialização e no crescimento intelectual e conseqüentemente nessa cultura de paz e de desenvolvimento que nós desejamos. Me desculpe, que eu respondi por eles, até porque eu acho... Como eu falei, acompanhei muito essa questão da criança, do seu desenvolvimento, conheço isso de perto, até

porque o meu trabalho foi realizado no Nordeste, no interior, com comunidades carentes. Muito obrigada.

[palmas]

Bem, então eu gostaria, aqui, de... Como não chegaram mais perguntas, de agradecer a todos. Se tiverem... Ah, tem, sim. Mas outras perguntas nós poderemos, também, receber e encaminhar para os... Até porque depois, às vezes, a gente fica: "Por que é que eu não perguntei isso?". Vem aquela dúvida. Encaminhe para a Comissão de Assuntos Sociais, que nós, com certeza, encaminharemos aos senhores, e peço, desde já, que nos ajude respondendo, porque tudo é importante e hoje eu acho que nós temos a internet para isso, para acelerar, para nos ajudar.

Ao Dr. Richard Tremblay. As autoridades de Segurança Pública já se interessaram pelo tema da primeira infância? Acredito que, se prevenir na primeira infância, haverá menos violência no país? Deputada Iraí Lucena, Secretária de Ação Governamental do Estado da Paraíba. Bem-vinda, querida! Tenho um carinho especial, comecei meu curso de medicina em João Pessoa. Durante quatro anos, eu fui também "Paraíba hospitaleira, morena brasileira do meu coração". Vou passar aqui, para o Dr. Richard.

SR. RICHARD TREMBLAY: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Não sei se essa pergunta é feita em relação ao Canadá ou ao Brasil. Eu não sei, assim, no Brasil... De forma geral. No Canadá, há cerca de 15 anos, o Ministério da Justiça criou um Centro de Prevenção da Delinquência, e esse centro de prevenção da delinquência, depois de ter revisado a literatura, concluiu que as intervenções que deviam ser favorecidas, priorizadas, são intervenções junto à primeira infância. Então, mobilizaram recursos importantes do Ministério da Justiça para apoiar programas de prevenção já na primeira infância. Um dos problemas é a avaliação desses programas; muitas vezes inventam novos programas sem avaliar os antigos, não se sabe, a longo prazo, quais os impactos, mas nesses casos o Ministério da Justiça fez um passo na direção certa. Se examinarmos os estudos, os resultados dos estudos de longo prazo, para cada dólar investido na pequena infância, se poupa sete dólares na justiça. Seis dólares por dólar investido na primeira infância. Deveríamos pegar parte do orçamento investido para punir os delinquentes adolescentes e adultos, pegar uma parte desse orçamento e investi-lo na primeira infância. Poderíamos aumentar seis vezes o que é investido na primeira infância e recolheríamos, em 15 anos, os benefícios desse investimento, dessa transferência de fundos da justiça para a primeira infância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, senhor. Nós vamos aqui, agora, não havendo mais nenhuma pergunta para ser colocada, nós vamos concluir essa Audiência Pública informando mais uma vez que todos que tiverem dúvidas encaminhem ou para a Comissão de Educação ou Comissão de Assuntos Sociais, para que a gente possa encaminhar. Agradecendo mais uma vez à Dra. Marilena Flores Martins, ao Dr. Antoine Guedeney e ao Dr. Richard Tremblay pela exposição que aqui fez e dizendo aos senhores que nos colocamos inteiramente à disposição. Nós queremos, inclusive, receber sugestões, ideias, que possam vir a nos dar subsídios para aqui defender projetos, programas, na valorização da primeira infância.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, ainda gostaria depois da senhora encerrar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está certo. Mas tenho que encerrar, até por causa do horário regimental, a Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais. Um minuto para o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Um minuto, cumprindo à risca, para fazer, na verdade, uma proposta que deveria depois se transformar, eu creio, num requerimento no sentido de que possamos, para 2010, avançar na organização da semana de valorização da primeira infância, realizando, inicialmente, com o apoio do Senado e de todas as instituições que estão envolvidas nesse projeto de valorização da infância para a promoção de uma cultura de paz, a sugestão de que pudéssemos, juntos, Senadora Rosalba, apresentar um requerimento para a realização de cinco grandes debates, seminários, ou sob a forma de Audiência Pública em diligência nas cinco grandes regiões brasileiras, tentando avançar nesse processo de criação de uma consciência sobre a importância das políticas públicas para a primeira infância, e como se disse muito bem, vai desde todo o trabalho que se tem que fazer de saúde pública junto à mãe, aos pais dessas crianças até depois do seu nascimento, o acompanhamento, a atenção, a alimentação, o serviço de saúde... Tudo que envolve proteção. Sugerir que pudéssemos começar a pensar, em 2010, uma semana de valorização da primeira infância, como estamos realizando essa segunda. A terceira edição, que pudesse ser precedida de uma experiência mais regionalizada pelo Brasil, tendo em vista as nossas dificuldades de comunicação, as distâncias, e aproximar esse debate de todos os entes que podem, efetivamente, começar um processo mais intenso de aproximação e de compromisso real e objetivo com esse tema tão importante para construir a sociedade do nosso sonho.

E digo isso também para agradecer a contribuição dos ilustres convidados e expositores, suas experiências aqui compartilhadas com esta Comissão, com os educadores, com os representantes de entidades, e sem dúvida um importante momento para nós que dedicamos boa parte da nossa atuação à defesa da infância, para a construção de uma sociedade que promova a paz e justiça social. Muito obrigado a V.Exa.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi o minuto que eu já vi mais bem aproveitado. A sugestão, acho que é excelente e, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu já estou dizendo que concordo e quero que... Tenho certeza que o Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, também estará de acordo com que nós possamos sentar e fazer uma programação que realmente possamos levar o debate às regiões brasileiras. E já digo aqui, começa pelo meu Estado. Pelo Nordeste, no meu Estado. Tem que ser por região, porque se a sociedade não se envolver, não tivermos esse sentimento em todas as esferas, e eu digo muito que o Município é onde nós temos que mais semear idéias, onde nós temos que mais semear exatamente ações, porque é onde mora a criança. E um país forte se faz com Municípios fortes.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, lembrando que esse cronograma, se assim concordarmos e aprovarmos aqui o requerimento, essa parte preparatória e também de envolvimento das diversas regiões brasileiras, talvez nós tivéssemos que pensar num cronograma de realização no primeiro semestre e, em novembro, a conclusão do processo passado ali aquele período do processo eleitoral. Obrigado a V.Exa. pela paciência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como o nosso mandato de Presidente de Comissão é por dois anos, então nós temos até 2010, tanto eu como... Nós poderíamos programar este ano, com bastante antecedência, porque começar o mais rápido possível, até porque o ano que entra será um ano de eleições e, a partir de junho, nós sabemos que muitos estarão envolvidos em suas campanhas, inclusive eu. Então, eu quero, mais uma vez, agradecer a competência, a disponibilidade, a grande colaboração que os senhores vieram nos trazer nessa audiência. Dizer que todo o Brasil terá... Está tendo a oportunidade de assistir, através da TV Senado, essa audiência e isso, com certeza, já vai contribuir muito para que possamos ampliar a possibilidade de crescer nessa cultura de paz. Muito obrigada. Fiquem com Deus. Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h37.

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às onze horas e treze minutos do dia três de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Marco Maciel, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Osvaldo Sobrinho, Efraim Morais e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes e José Agripino. Justificam a ausência os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Flávio Arns e Papaléo Paes. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria o décimo-quarto salário dos profissionais da educação da rede pública e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista à Senadora Fátima Cleide, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó”. O relator designado é o Senador Efraim Morais e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Inscree o nome do Senador Pinheiro Machado no

Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Cabo Júlio, que “Torna obrigatória a inclusão no programa de disciplinas dos ensinos fundamental e médio de estudos sobre o uso de drogas e dependência química”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Futebol, que “Regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CCJ/CE, é aprovado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma. Prosseguindo, a Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 38/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ideli Salvatti e Fátima Cleide que requerem “...nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento de minha autoria para a realização de uma Conferência destinada debater o **PLS 295/2005**, que “Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau”, marcá-la para o dia 9 de novembro de 2009, em Blumenau, com a inclusão dos seguintes convidados: 1) **Maria Paula Dallari Gucci** – Secretária Nacional de Ensino Superior do Ministério da Educação e 2) **Gleisson Rubin** – Coordenador Geral de Expansão da Rede Técnica do Ministério da Educação”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 021: Requerimento nº 43/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns, que requerem “...nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em data a ser mar-

cada, para homenagear os professores vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009. São eles: **Ademir Testa Júnior**, Escola Estadual Capitão Henrique Montenegro, Bocaina, SP, DISCIPLINA Educação Física, PROJETO Movimento, Saúde e Qualidade de Vida: a Educação Física na Escola, SÉRIES 5ª a 8ª; **Andréia Betina Legatzky Klitzke**, Escola Municipal Professora Karin Barkemeyer, Joinville, SC, DISCIPLINA Matemática, PROJETO Construindo o Conceito de Ângulo, ANO 5º; **Áudrea da Costa Martins**, Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista, São Leopoldo, RS, DISCIPLINA Arte, PROJETO Composição Musical: Experiências no Universo Contemporâneo e Tecnológico, SÉRIES 5ª e 6ª; **Claudia Tondato**, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Rosalvito Cobra, São Caetano, SP, DISCIPLINA Língua Portuguesa, PROJETO Novos Contos da Rua Brocá, SÉRIE 4ª; **Daniela Mazoco**, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Athayr da Silva Rosa, Urupês, SP, DISCIPLINA Matemática, PROJETO Tecnologias, Estatística e Consumo de Água em Urupês, SÉRIE 6ª; **Karla Emanuella Velloso Pinto**, Centro Educacional NDE UFLA, Lavras, MG, DISCIPLINA Geografia, PROJETO Ambiente Virtual, ANOS 8º e 9º; **Maria das Dores de Macedo Coutinho Raposo**, Escola Crescimento, São Luís, MA, DISCIPLINA Língua Portuguesa, PROJETO Em Pauta, Contos de Terror, ANO 6º; **Maria Tereza Gomes de Almeida Lima**, Centro Educacional Frei Seráfico, São João Del-Rei, MG, DISCIPLINA Língua Portuguesa, PROJETO O Jornal “O Domingo” e a Literatura do Século 19, ANO 9º; **Milca Luiza Toyneti dos Santos**, Escola Estadual Professor João Caetano da Rocha, Itápolis, SP, DISCIPLINA Alfabetização, PROJETO Conhecer Cada Um, Alfabetizar Todos, ANO 2º; **Rosângela Guella Tamagnone**, Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos, Caxias do Sul, RS, DISCIPLINA Arte, PROJETO O Registro Fotográfico: do Convencional ao Digital, SÉRIES 7ª e 8ª; **Gestor**, CATEGORIA Gestor Nota 10 e **Amarildo Reino de Lima**, Centro de Ensino Fundamental 427, Samambaia, DF, PROJETO A Hora É Essa – Avanço Excepcional, SÉRIES 5ª a 8ª. O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 39/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Cristovam Buarque que requerem “... nos termos regimentais, Aditamento ao Requerimento Nº 39, de 2009, destinado a celebrar o “Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento”, aprovado por esta Comissão em 15 de se-

tembro do corrente, para que seja incluído os nomes do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Resende e da Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo, Superintendente de Políticas de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, entre os participantes da Audiência Pública”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2003; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 063, 2004; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009; Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007 e Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2009.** O Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Romeu Tuma**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiveram de acordo, permaneçam como se acham. Aprovada.

Nós temos vários projetos em pauta, hoje, mas vamos começar pelo Item 3, não terminativo, Projeto de Lei do Senado 319, de 2008. “*Cria o 14º salário dos profissionais de educação da rede pública e dá outras providências.*” Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Marconi Perillo.

O relatório é favorável, na forma de substitutivo oferecido. A matéria é terminativa na Comissão de

Assuntos Sociais, ela constou da pauta da reunião no dia 27/10/2009.

Com a palavra o relator do projeto, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. Relatório. "O Projeto de Lei nº. 319, de 2008, de iniciativa do eminente Senador Cristovam Buarque, ex-Presidente desta Comissão, determina que os profissionais da educação básica pública, dos entes federados, que elevarem o IDEB de sua escola em pelo menos 50%, receberão, no mês de dezembro, o 14º salário.

O Senador Cristovam Buarque tem sido autor, aqui, de iniciativas extremamente felizes e eficazes para a verdadeira democratização de oportunidade, Senadora Marisa, através e a partir da educação pública de qualidade. E essa iniciativa é muito válida, porque ela estimula todos os professores, todos os profissionais envolvidos com a educação a buscarem cada vez mais eficiência e qualidade na prestação desse serviço tão fundamental, tão básico para a promoção, para o crescimento sustentável do país, que é o investimento em educação.

Ao vincular o 14º salário ao desempenho no IDEB, com certeza, o Senador Cristovam estará, a partir desta lei, estimulando a que todos os professores, todos os profissionais de educação, trabalhem cada vez mais qualitativamente, no sentido de estimularem um aprendizado maior.

O benefício desse salário adicional também será dividido aos profissionais que alcançarem o IDEB igual ou superior a sete. Adiante, o projeto estipula que o pagamento do 14º salário deve ocorrer até o final do semestre subsequente ao da publicação dos resultados do IDEB.

A proposição estabelece, ainda, que as escolas que alcançarem o IDEB, igual ou superior a sete, farão jus, automaticamente, ao 14º salário. A data de vigência da lei sugerida é prevista para a data de sua publicação. Não foram oferecidas emendas ao projeto, que também será apreciado pela CAE e pela CAS.

Valorizar os profissionais da educação constitui a principal medida, indicada por todos os especialistas entendidos do assunto, para a elevação da qualidade da educação básica. Essa valorização deve ser feita tanto mediante a melhor capacitação desses profissionais quanto pela garantia de condições dignas de trabalho, nas quais se inclui uma remuneração justa.

É claro que o ambiente de trabalho também deve ser levado em consideração, o ambiente físico, laboratórios de ciências, línguas, informática, a qualidade dos próprios públicos da educação, nas áreas mais quentes, se dispõe de ventilação ou de ar condicio-

nado, enfim, tudo isso implica numa melhoria da qualidade. Mas é claro que o estímulo, através do salário, é uma ferramenta indispensável na melhoria da qualidade do ensino.

Nesse sentido, Sra. Presidente, o projeto segue um caminho válido e, por isso, merece nosso aplauso. Todavia, cumpri lembrar que, conforme disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, é da competência privativa do Presidente da República a proposição de leis que disponham sobre a remuneração dos funcionários públicos da administração direta e autárquica.

Por analogia, as constituições estaduais, a lei orgânica do Distrito Federal, bem como as leis orgânicas municipais, reservam essa iniciativa aos respectivos chefes do Poder Executivo. Cabe estranhar, ainda, que o pagamento da bonificação para os profissionais da educação seja previsto para o mês de dezembro, no caput do art. 1º do projeto, e até o final do semestre subsequente ao da publicação dos resultados da avaliação, no § 2º do mesmo artigo.

Quanto à técnica legislativa, deve ser indicado que o conteúdo dos § 1º e 3º do projeto se repete, mas com impropriedade, na segunda norma, de prever o pagamento para a escola, e não para seus profissionais. Para corrigir essas pequenas falhas, apresento substitutivo à matéria.

De início, é conferido caráter autorizativo à iniciativa, o que é sustentado pelo Parecer nº. 527, de 98, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também incluo norma que subordina o pagamento da bonificação, a prévia consignação, nas respectivas leis orçamentárias das votações necessárias à sua concessão. Finalmente, sugiro que seja fixado em seis o índice-meta para o recebimento da gratificação, mantida a norma original de premiação dos profissionais da escola que aumentaram em 50% seu índice anterior.

O estabelecimento de um índice mais próximo da média nacional, mas ainda relevante, do ponto de vista do resultado pedagógico, representaria um estímulo à produtividade dos profissionais da educação. Em suma, o projeto tem grande mérito educacional e, por isso só, merece ser acolhido por esta Comissão".

O voto. Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 319, de 2008, na forma do substitutivo a ser apresentado.

Segue, Sra. Presidente, o substitutivo, de acordo com as modificações já elencadas na análise. Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Relator.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentar o Sr. Ciro Miranda, que é suplente do Senador Marconi Perillo, que está aqui, conosco, essa manhã. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

Antes de passar para a Senadora Fátima Cleide, eu gostaria de dizer ao Senador Marconi Perillo, que ele que foi governador e que criou o vale universitário, bolsa universitária, que é amplamente difundida, hoje, em todo o país, acompanhou de fato e de perto essas questões, para fazer essa modificação que a legalidade prevê. Isto é, é um projeto autorizativo, passa a ser um projeto autorizativo, mas é interessante, porque ele baliza algo que eu vi nesta semana, na minha terra, um prefeito está com... Sobrou recurso do FUNDEB, e ele falou assim: "Já avisei aos professores que eles vão ter o 14º salário".

Quer dizer, mas não vinculou isso à melhoria da qualidade. Quer dizer, se tiver uma meritocracia, entrar na discussão, e nós tivermos, realmente, ganha, não porque sobrou dinheiro, ganha porque realmente trabalhou melhor ou os alunos apreenderam mais, a escola melhorou, então, é uma forma de a gente estimular a melhoria.

Isso eu queria fazer esse registro, porque, nessa semana que passou, eu ainda ouvi de um prefeito essa conotação.

Passo à Senadora Fátima Cleide, que pediu a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu também considero meritória a apresentação desse projeto por parte do Senador Cristovam Buarque, porém tenho uma ressalva com relação, justamente, à questão financeira.

Minha cidade, Porto Velho, já faz, já pratica, acho que há uns três anos, essa questão de utilizar a sobra do FUNDEB, né, para proporcionar aos professores, indistintamente, e já chegou, o ano passado, a atender, inclusive com o 14º, não apenas os professores, como os funcionários de escola. Então, todos aqueles que trabalham na educação. Porém, essa realidade, ela não é homogênea, ela não tem uma mesma situação para todos os municípios e para todos os estados.

Eu tenho uma preocupação com relação aos recursos financeiros, porque, como aconteceu com a Senadora Marisa Serrano, de ter encontrado um prefeito que disse que vai usar este ano, e, na prefeitura de Porto Velho, já se pratica isso, eu também encontrei, domingo, com prefeitos em Mirante da Serra, o prefeito de Mirante da Serra, o prefeito de Urupá, muito preo-

cupados com a questão da Lei da Responsabilidade Fiscal, e, com o valor do FUNDEB, a recomendação caiu, enfim, está tendo dificuldade de pagar o piso.

Então em função dessas preocupações, eu gostaria, Senadora Marisa Serrano, de pedir vistas para a gente poder... Eu quero, inclusive, parabenizar o Senador Marconi Perillo, que transformou o projeto em autorizativo, já é uma preocupação. Agora, tenho, também, outra preocupação, que é com relação à premiação. Eu acho que, se tem que ser para um, tem que ser para todos, porque isso incentiva mais ainda a que todos trabalhem, a que todos busquem se comprometer com a qualidade do ensino, e, assim, elevar o índice do IDEB, o índice que mede os resultados da educação básica.

Então, eu gostaria, Senador Marconi Perillo, de pedir vistas a esse projeto, para, semana que vem, a gente discutir um pouco mais, verificar. A gente pode até aprová-lo da forma como está, mas eu gostaria de ouvir mais, minha preocupação é com os municípios e os estados, diante dessa situação que a gente está vivenciando, no momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A vista está concedida. Só queria fazer uma ressalva, aqui, que, hoje em dia, o mundo muda, as concepções mudam, e, hoje, o incentivo, através do mérito, é normal, a tal ponto que a Ministra Dilma Rousseff está fazendo para o DNIT um incentivo para quem estiver trabalhando melhor no PAC, quem estiver fazendo com que o PAC ande, caminhe.

Esse é o incentivo que o governo, inclusive, está utilizando, de uma forma nova, isso eu nunca tinha visto, o governo fazer isso, é a primeira vez que eu ouço, na história nossa, o DNIT receber, os funcionários do DNIT receberem recurso daqueles projetos que estão em andamento.

Então, eu acho que essa é uma forma que nós teremos de trabalhar e discutir, aqui, a questão do mérito, recebimento pela melhoria, pelo mérito, não para todos iguais. Trabalhar com aqueles que realmente se interessam em fazer com que as coisas andem neste país. Mas está concedida vista à Senadora Fátima Cleide.

Peço ao Senador Efraim Moraes que, por favor, faça a leitura do Item 13, é terminativo, mas que a gente possa ler e discuti-lo. Projeto de Lei do Senado 381, de 2009, "*que autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó*". Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Efraim Moraes. Relatório: favorável.

A matéria constou da pauta última reunião, do dia 27, e vai ser votada em bloco, segundo decisão

nº. 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009. Com a palavra o relator Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sra. Presidente, fui designado, pela Presidência desta Comissão, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº. 381, de 2009, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, que confere ao Poder Executivo autorização para criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Instituto Federal da Paraíba no Município de Piancó.

“A proposição autoriza o Poder Executivo a: 1 – criar os respectivos cargos de direção e as funções gratificadas e indispensáveis ao funcionamento do campus; 2 – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, as denominações das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, assim como sobre o processo de implantação e de funcionamento do campus; e 3 – lotar no campus os servidores que se fizerem necessários, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos, vagos os quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme o PLS, o campus de Piancó será uma instituição destinada à formação e à qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional, com vistas a atender às necessidades socioeconômicas da Paraíba e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Por fim, o início da vigência da lei proposta é marcado para a data de sua publicação. O autor justifica a proposição pela necessidade de que o país tem de qualificar os estudantes e de reduzir as desigualdades existentes entre as regiões, ressalta, também, o apoio da Prefeitura Municipal de Piancó, que, em escritura pública, formalizou a doação de terreno para a construção do campus pretendido.

Não foram, Sra. Presidente, oferecidas emendas à proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão. A análise, a necessidade de qualificação para o trabalho, aspecto de relevância cada vez maior, em virtude das demandas do setor produtivo, torna prioritária a ampliação, pelo poder público, do acesso à educação profissional e tecnológica.

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, particularmente, após a edição da Lei nº. 11.195, de 18 de novembro de 2005. O projeto em exame acompanha a tendência de valorização, essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para abrigar uma nova instituição federal da educação tecnológica.

Trata-se do Município de Piancó, localizado na microrregião do mesmo nome, lá no Vale do Piancó, que, por sua vez, pertence à mesorregião do sertão paraibano, município histórico. Piancó foi lugar onde faleceu o grande bandeirante Domingos Jorge Velho, além de constituir um dos marcos por onde passou a Coluna Prestes, em 1926.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005, e sua economia está baseada na agropecuária, com possibilidade de desenvolvimento do turismo rural.

Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº. 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

À luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível apontar inconstitucionalidade, por vício da iniciativa, em projetos de lei que autorizem o poder executivo a criar instituições de ensino.

Por fim, Sra. Presidente, o projeto encontra-se redigido conforme a boa técnica legislativa”.

E o voto, em vista do exposto: voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº. 381, de autoria do eminente Senador Cícero Lucena.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço ao Senador Efraim Morais a relatoria do projeto. Como ele é terminativo, ele foi lido, e vou abrir à discussão.

Aqueles senadores e senadoras que quiserem discutir o projeto. Então, está encerrado a discussão, e o projeto vai ser votado na próxima reunião.

Quero, aproveitando que o Senador... O Senador Romeu Tuma está presente, nós podíamos ler o projeto Item 8, que V. Exa... Como V. Exa. está presente, graças a Deus, vamos ler o nº. 8, que é terminativo, mas nós vamos ler e fazer já a discussão, para adiantarmos. É o Projeto de Lei do Senado nº. 33 de 2009, “inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria”. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi, também presente. Relatoria do Senador Romeu Tuma. Parecer favorável.

Observação, a matéria constou da pauta da reunião no dia 27. Portanto, eu quero passar a palavra ao relator da matéria, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, V. Exa. já leu a ementa a que se refere o Item 8 da pauta de hoje, que é “inscrever o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria”.

Vou passar à análise do projeto, onde o autor, Senador Sérgio Zambiasi, justifica a necessidade dessa inscrição dos heróis da pátria. Ele justifica, chama atenção para a representatividade desse grande patriota, figura decisiva na consolidação do Brasil republicano. *“Natural de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado foi um dos mais influentes políticos brasileiros, no início do século XX”.*

Senador Sérgio, estou lendo sua autoria, seu projeto.

“Advogado de formação, Pinheiro Machado, ainda muito jovem, integrou, como voluntário, as fileiras do Exército, na defesa do país, por ocasião da Guerra do Paraguai. Fundador do Primeiro Partido Republicano da Província de Missões, no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado empenhou-se, desde então, na campanha a favor da proclamação da República.”

Com o advento do novo regime, elegeu-se senador por seu estado natal, onde participou do Congresso Constituinte de 1890, 91, no Rio de Janeiro. Em 93, 1893, com a inclusão da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado voltou a integrar as forças de combate, tendo logrado a vitória, pela qual recebeu a patente de general.

De volta ao Senado, conciliou seu reconhecido papel de articulador político, destacando-se como uma importante liderança política à frente do Partido Republicano Conservador.

Pelo exposto, analisado o mérito, e não encontrando óbice de natureza constitucional, jurídica ou técnica legislativa, o voto é pela aprovação do inteligente projeto do Senador Sérgio Zambiasi, de nº. 33, de 2009”.

Esse é nosso relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão, a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só para, Presidente Marisa Serrano, para agradecer ao Senador Romeu Tuma, que apresenta esse relatório favorável, e dizer que, efetivamente, fazia falta a presença de Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria. Pinheiro Machado tem uma história muito especial, com a história revolucionária do Rio Grande do Sul, e, enfim, com a construção do próprio Estado do Rio Grande do Sul. Que, aliás, tem, na nossa metade sul, nós o homenageamos com o nome de uma das cidades, a cidade de Pinheiro Machado, não é?

É, exatamente. E eu destaco uma frase de Júlio de Castilhos, que é um dos patriarcas do Rio Grande do Sul: na vida do Rio Grande, Pinheiro Machado representa uma tradição fulgente, que vale um constante ensinamento cívico. Na vida da República, se destaca

em nobre saliência, votando sempre, dia a dia, pela palavra imaculada e pelo exemplo permanente da mais admirável abnegação de patriota.

Então, é uma presença necessária neste livro que homenageia os heróis da nossa pátria, na presença exatamente de Pinheiro Machado. Por essa razão, eu deixo aqui meu agradecimento ao Senador Tuma e aos colegas aqui, da Comissão, pela acolhida favorável ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só uma breve intervenção, para dizer que, de fato, Pinheiro Machado foi um contestável da República velha. E marcou sua atuação política por uma presença muito firme em diferentes passagens da chamada velha República, que se encerrou em 1930.

E é dele, é atribuída a ele aquela frase: nem tanto a pressa, nem tão rápido que pareça ousadia, mas nem tão devagar que pareça covardia; nem tão devagar que pareça covardia, mas nem tão rápido que pareça provocação. E, infelizmente, ele terminou a vida em circunstâncias trágicas, mas eu acho que o Brasil não pode deixar de reconhecê-lo como um dos pró-homens da chamada República velha, que se encerrou com a Revolução de 30.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, o projeto fica para a hora que tivermos *quorum*, que pode ser, inclusive, até hoje, porque só faltam quatro senadores para termos *quorum*.

Vamos ver, então, o Item 20, que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 50. Vou pedir à Senadora Fátima Cleide que seja uma relatora *ad hoc*, porque esse projeto já é a quinta vez que entra na pauta, consta na pauta.

Então, eu pediria à Senadora Fátima Cleide a leitura do Projeto de Lei da Câmara nº. 50, que *“torna obrigatória a inclusão no programa de disciplinas do ensino fundamental e médio de estudos sobre o uso de drogas e dependência química”.*

Com a palavra a relatora *ad hoc*, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Presidente, *“o Projeto de Lei da Câmara nº. 50, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Júlio, propõe que é obrigatório o estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas do uso de drogas no currículo, como disciplina.”*

Na sua justificativa, o autor argumenta especialmente que ‘as nossas crianças têm tido contato com os entorpecentes em tenra idade, e não são raras as

vezes que deparamos com menores viciados em maconha, cocaína e outros alucinógenos. Faz-se, portanto, necessária a conscientização dos malefícios causados por essas substâncias, mediante a inclusão, entre as disciplinas obrigatórias, de estudos e depoimentos que desestimulem o consumo e demonstrem os danos físicos e psicológicos ocasionados pelos psicotrópicos'.

Não há dúvida de que o deputado tem uma preocupação pertinente sobre o tema. Entretanto, não cabe ao Ministério da Educação interferir na organização dos sistemas de ensino, os quais têm autonomia pedagógica e administrativa, intervenção que seria verificada, caso tomasse tais decisões para serem cumpridas dentro dos currículos das escolas.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº. 9.394, de 1996, determina, especialmente em seu art. 26, que os currículos do ensino fundamental e ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da população atendida.

À União cabe a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva, em relação às demais instâncias educacionais. Diante disso, a Lei nº. 9.394 fortalece as decisões do sistema local de ensino e da escola, que, após amplo debate em toda a comunidade escolar, expressa sua organização e atividades no projeto político-pedagógico da escola.

Com certeza o estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso de drogas, parte da educação sobre drogas, deve estar inserida nas propostas pedagógicas das escolas, considerando a competência política dos estados e municípios, a adversidade social e cultural das regiões brasileiras e a autonomia dos gestores, professores e equipes pedagógicas, como bem lembra o relator, quando se refere à inclusão do tema nos parâmetros curriculares nacionais.

Vale, ainda, lembrar, Sra. Presidente, que as estratégias para a implementação das ações de promoção da saúde e prevenção, propostas no PSE, priorizam a formação e a participação juvenil, a educação permanente de profissionais de educação e saúde, a inclusão transversal e contínua dos temas da promoção, nos projetos político-pedagógico das escolas e o fortalecimento de ações no campo da promoção da saúde, na estratégia da saúde da família.

Em face das ponderações acima apresentadas, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara

ra nº. 50, de 2009, mesmo considerando meritória a preocupação do Deputado Cabo Júlio". Esse é o Voto, Sra. Presidente.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Presidente, eu não vou discutir, acho que concordo com a relatoria do Papaléo, que é um médico, conhece profundamente o assunto. Mas é um assunto atualizadíssimo, senadora.

A senhora, que é professora, conhece profundamente a área de ensino, da educação, sabe o mal, hoje. A imprensa diz que o crack superou o uso da cocaína. Então, o crack, por ser um produto mais barato e mais desastroso para a saúde pública, tem que nos assustar, nos preocupar, e tentarmos buscar mecanismos para que vençamos essa fase do crescimento do uso da droga, que mata, que transforma o cidadão em praticamente um robô, um ente sem validade para a sociedade, para salvar essas crianças, evitar que, realmente, eles sejam cooptados pelos traficantes.

Então, é um assunto que é, propriamente, da Comissão de Educação. Talvez uma Audiência Pública, para se discutir qual é a melhor forma, e o SISNAD, que já soltou cartilhas a respeito desse problema, e esteve conosco o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. A responsável esteve aqui conosco, mostrou a cartilha, como está sendo levada ao ensino de primeiro e segundo grau a discussão aberta.

Hoje, se fala em descriminalização do uso de droga, principalmente a maconha. E a gente sabe que é uma porta de entrada, porque, quem usa medicamento, V. Exa. que é médico sabe, o remédio faz efeito até um certo ponto, aí ele troca por um mais forte, porque já não está mais fazendo efeito o mais leve.

Então, qual é o caminho certo que nós temos que discutir, porque nós estamos, em tese, sendo vencidos pelos traficantes, pelo uso das drogas. Pela crise econômica, uma série de fatores sociais que interferem no comportamento do jovem. Queria apenas dizer isso, cumprimentar V. Exa. e acho que nós temos que discutir realmente esse assunto, em maior profundidade, e aqui na Comissão de Educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eu concordo com o Senador Romeu Tuma de que nós precisamos aprofundar essa discussão. Hoje à tarde, eu falo no Plenário sobre essa questão, e, em geral, o problema da violência e a criminalidade em geral, mas nós temos que discutir como as escolas poderão ajudar. Não há um caminho, ainda, talvez aí uma grande mobilização nacional, com campanhas específicas, contínuas, para que os professores, sendo bem atendidos e treinados, para a gente conseguir caminhar.

Em discussão, continua em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir... Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, realmente, é um tema que está surgindo, essa descriminalização da droga, que a gente tem que pensar e discutir. Porque, como ele falou aqui, a batalha nós estamos perdendo. E temos que... Eu acho que esta Casa é o lugar para a gente discutir bastante esse assunto, não é?

Essa lei já está contemplada pelas políticas públicas, então, por isso que ela foi rejeitada. Não foi rejeitada porque ela não é meritória. Foi rejeitada, vamos deixar bem claro, que a senadora fez isso, porque ela já está incluída dentro dos programas escolares da nossa Nação. Muito obrigada, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Augusto Botelho. Não havendo mais quem queira discutir, passamos, então, à leitura.

Com a presença do Senador Alvaro Dias, nós temos um não terminativo, o Item 4, que podemos deliberar. Projeto de Lei do Senado 293, de 2001, regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais. "*Estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para responsabilidade de seus administradores*". Autoria da CPI do Futebol do Senado Federal. Relatoria do Senador Alvaro Dias. O relatório favorável, com aprovação de emenda oferecida na CCJ.

Com a palavra o relator, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente Marisa Serrano, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse projeto é resultado de um grande debate na CPI do Futebol, que eu tive o privilégio de presidir nesta Casa, com resultados reconhecidos por todos os que acompanharam essa Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente os principais cronistas esportivos do Brasil, que passaram a afirmar que a administração do futebol brasileiro passou a ter duas fases: até a CPI e depois da CPI.

Houve uma mudança no conceito de administração do futebol do país. Em que pesa o atraso, esse projeto é de grande importância, exatamente porque propõe transparência e acaba com a impunidade, até então existente na administração do futebol do nosso país.

Os dirigentes de entidades e de clubes arrebatavam os cofres das instituições, voltavam para suas casas, sem que nada acontecesse. A partir da CPI, esse cenário mudou, e esse projeto aprimora. Nós estamos verificando, aqui, que, já no seu 2º artigo, ele

trata da atividade no esporte, no futebol, nas transações efetuadas no futebol como se deve tratar. É um ato de comércio, e, por força desta lei, passa a ser visto como ato de comércio. Qualquer transação realizada no futebol estará sujeita à legislação vigente no país para a atividade comercial.

No art. 3º, elenca as entidades que deverão comportar as atividades relacionadas à administração e à prática de competições de atletas profissionais do futebol. E, no art. 4º, determina que as responsabilidades e as penalidades previstas na legislação civil, penal, trabalhista, previdenciária, cambial e tributária, para os diretores, sócios e gerentes de sociedades comerciais, aplicam-se aos dirigentes, acionistas e cotistas das sociedades citadas nesta lei.

Portanto, o que antes não prevalecia, passará a prevalecer. Por que a impunidade na administração do futebol? Por que em qualquer outra atividade econômica há penalidades, os responsáveis estão sujeitos à legislação civil, penal, tributária e trabalhista, e por que não no futebol? Não há razão para se colocar o futebol acima do bem e do mal, no país, acima da legislação.

Aqueles que administram o futebol não podem estar excluídos das exigências legais. Portanto, o que se estabelece é a obrigatoriedade de se elaborar e publicar as demonstrações contábeis e balanços patrimoniais de cada exercício, devidamente submetido à auditoria externa.

Isso tem por objetivo propor a transparência necessária à administração do futebol. A clandestinidade que existia não se justifica mais. Grandes clubes, grandes torcidas, grandes patrimônios e absoluta clandestinidade. Ninguém prestando contas de coisa alguma, numa anarquia administrativa sem precedentes.

Essa lei, já avançamos um pouco, essa lei avança mais. Ela coloca, inclusive, o Ministério Público em ação. O art. 69, aliás, o art. 6º cita os requisitos contábeis de transparência que deverão ser atendidos pelas sociedades citadas no art. 3º, que detêm patrimônio ou receitas anuais ou negócio no valor superior a seis milhões de reais. Esse é o limite, a partir de seis milhões de reais, são os grandes clubes, são os clubes médios, terão que realizar, inclusive, auditoria externa e a publicação de seus balanços anualmente.

Enfim, se estabelecem todas as exigências que são normais para qualquer empresa. Aliás, o objetivo da CPI do futebol era transformar os clubes em clubes-empresas, exatamente para que pudessem ser mais rigorosamente fiscalizados.

Na Câmara dos Deputados é que houve a alteração, flexibilizando a legislação proposta e possibilitando que a transformação do clube em clube-empresa

passasse a ser opcional, ou seja, uma opção dos dirigentes do clube.

O art. 9º estabelece que, para o recebimento de recursos, deverão apresentar à empresa contratada certidões negativas, portanto, os clubes inadimplentes, as entidades inadimplentes não poderão se beneficiar das concessões existentes, em matéria de recursos, recursos de publicidade, através das emissoras de televisão, por exemplo, ou mesmo recursos oriundos das entidades do desporto, repassadas constantemente a clubes de futebol, como se verifica através do noticiário.

Os clubes inadimplentes com o erário, inadimplentes, por exemplo, com a Receita Federal, inadimplentes com a Previdência Social, esses clubes não terão direito aos benefícios constantes da legislação, inclusive recursos oriundos de publicidade ou de loteria, como nós temos no país.

No art. 12, estatui que devem assegurar direitos de petição a seus sócios, mediante ofício em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a requisição de documentos relativos a negociações relevantes para o equilíbrio econômico e financeiro das referidas sociedades, sob pena de suspensão de suas atividades.

Portanto, qualquer sócio pode requerer, pode requerer, mediante ofício, a prestação de contas de uma transação realizada de um atleta de futebol. Para exemplificar, recentemente, o Internacional obteve, numa transação significativa, 70 milhões de reais com a venda do jogador Nilmar. É evidente que qualquer sócio do clube pode peticionar, através de ofício, requerer todas as explicações. Que valor que ficou com o clube? Quanto foi para o atleta, o empresário do jogador ou clubes que anteriormente tiveram vínculos com atletas e que legalmente possuem, também, direitos adquiridos? Enfim, essa explicitação, de forma transparente, é absolutamente necessária, para evitar o desvio de recursos.

O que eu considero bastante importante é que o Ministério Público passa a ter o direito de constituir comissão para investigar a atividade econômica e financeira do clube, a administração do clube, quando houver qualquer denúncia.

Antes, o Ministério Público estava totalmente afastado da esfera da administração do futebol. Portanto, esta, em síntese, é a análise que eu posso fazer desse projeto. Nós estamos vivendo um momento importante no Brasil, com o anúncio da Copa do Mundo de 2014, com a valorização do nosso futebol, e, mais do que nunca, o Poder Legislativo tem que estar presente, legislando, aprimorando a legislação, exatamente propondo maior transparência e responsabilização civil

e criminal daqueles que, eventualmente, possam se envolver em desmandos na administração dos clubes e das entidades.

Eu repito, já avançamos um pouco, mas é preciso avançar muito mais, e esse avanço depende muito da legislação. Essa é uma proposta interessante. Do debate dessa proposta participaram clubes, dirigentes de clubes, atletas profissionais, ex-atletas profissionais, empresários e jogadores de futebol, dirigentes de entidades esportivas, o Poder Executivo, através do Ministério do Esporte, e o Congresso Nacional, já que se tratou de uma CPI no Senado Federal. Portanto, houve um amplo debate, um debate democrático, e eu creio que a aprovação dessa proposta é fundamental para aprimorar nossa legislação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Alvaro Dias, acredito que, com a votação de um projeto como esse, seria uma reviravolta na administração financeira dos clubes de futebol do país. Esse projeto está aqui desde 2001, portanto, há um longo tempo de tramitação nesta Casa e daqui ainda ele vai para o plenário. Palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Alvaro Dias, há muitos anos, vem batalhando para criar uma legislação própria, principalmente para a área do esporte profissional, que é o que movimenta economicamente essa parte da nossa vida, e eu gostaria de deixar com o Senador Álvaro, porque ele é um pesquisador, como anda a Timemania, se realmente está trazendo algum resultado positivo ou não, se os clubes estão pagando parte de sua dívida, dividida em razão do que rende a Timemania, pondo em dia com a Previdência Social e outros débitos que têm ou não.

Eu vou deixar com ele, para ver se ele futuramente nos traga essas informações, e agradeço e cumprimento V. Exa. e cumprimento a senhora, por ter posto isso na pauta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Uma sugestão interessante do Senador Romeu Tuma, eu creio que cabe até um pedido de informação, porque, ao que se informa, a Timemania é um fracasso, não alcançou os objetivos propugnados. Nós alertamos para essa realidade. Quando discutimos isso aqui, eu afirmei que isso não salvaria clube algum, atenderia um pouco o interesse do governo, em saldar alguns débitos de clubes, mas que não resolveria a situação dos clubes brasileiros. Eu acho que cabe, realmente, um pedido de informações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Falou o Senador Alvaro Dias, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tirar da inadimplência, não é?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente, o objetivo era esse, saldar os cumprimentos dos clubes com o fisco, especialmente, com a Previdência, mas creio que isso possa ter ocorrido parcialmente, uma vez que, infelizmente, não houve o sucesso esperado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente ou Presidenta, todo projeto que vem de uma CPI, Senador Alvaro, já tem minha simpatia, porque é um projeto que é resultado de um estudo, de uma provocação, de análise, de escutar pessoas. Esse ainda mais, tanto pelo objetivo, que é cuidar do futebol, como também pelo seu conteúdo, que eu parablenizo.

Nós estamos precisando, sim, e o Senador Alvaro tem sido talvez o que mais fala disso, cuidar melhor da maneira como nosso esporte maior é feito no Brasil. De repente, começa a haver notícias de que há, no esporte, atividades não tanto legais. Começa a haver notícias de que existe gente fazendo time de futebol para ter lavagem de dinheiro, que tem atletas que começam a ser tratados quase que como escravos. Porque nós nos acostumamos a ver os grandes atletas. E, um desses dias, eu perguntei a um ex-jogador de futebol, atualmente, jornalista de futebol, quantos por cento, Senador Tuma, dos jogadores de futebol realmente ganhavam dinheiro. Ele disse 2%. Eu disse: “E quantos conseguem o suficiente para ter uma vida decente depois?”. Ele disse: “5%, o resto termina, se não na miséria, porque encontrou outra atividade profissional”. E a gente tem esquecido tudo isso.

Eu não tenho dúvida de que o Brasil já foi mais um país do futebol do que hoje. Antigamente, eu me lembro que, quando encontrava um estrangeiro, falava no Brasil, se falava em Pelé, falava em Garrincha, hoje em dia, se fala em Niemayer, se fala em Paulo Coelho, se fala no Lula, que é um personagem mundial, na Gisele Bündchen, surgiram outros nomes, que vão fortalecendo a imagem do Brasil, mas o futebol ainda é o grande centro, por isso eu fico feliz com o projeto.

Eu só queria fazer duas perguntas: se a gente deve ou não e se pode ou não acrescentar. São duas preocupações minhas: uma é o fato como o futebol vem sendo desnacionalizado, pelo fato de que nossos jogadores jogam fora a vida inteira e só vêm aqui na hora da Copa. De repente, eles não são jogadores do Brasil, eles são jogadores da Espanha, são jogadores da Itália, que vestem a camisa brasileira naquele período. Até que ponto se justificaria – e não estou propondo,

porque não tenho tanta segurança – a possibilidade de que, para jogar na seleção brasileira de futebol, teria que estar jogando aqui, pelo menos nos dois últimos anos antes da Copa?

O Pelé jogou aqui a vida inteira, só foi para o exterior depois de aposentado. Então, o nome dele era vinculado ao Brasil. Hoje, os nomes dos jogadores são vinculados aos seus times, mais do que ao Brasil. Eu, inclusive digo, as pessoas acham que é terrorismo, que, dentro de mais alguns anos, Senador Alvaro, é capaz de que a Copa do Mundo da FIFA não seja mais por país, seja por escuderia, como as corridas da Fórmula 1. Vai ter o time da Nike, o time da Adidas, o time do banco tal, do banco tal. As pessoas riem disso, mas não é impossível.

Quando a gente vê a seleção francesa de futebol, a gente vê que não é tão francesa assim. A própria cor das pessoas, são de nacionalizados. Daí a ser de uma empresa não vai demorar.

Então, seria ou não possível e conveniente – é uma pergunta – nós termos a obrigação de que, para jogar na seleção brasileira de futebol, tem que estar jogando aqui algum tempo antes? Segundo, o que fazer com crianças, adolescentes, obviamente, que começam a ser levados para o exterior, com autorização dos pais, é verdade, mas vendidos por agentes, para que eles joguem no exterior, antes mesmo dos 18 anos de idade.

Eles vão, às vezes, para uma escolinha, mas cedo demais para que essa decisão seja tomada não por eles, mas tomada por outras pessoas ou seus pais, mas quase sempre um agente de... Não vou dizer tráfico, porque é uma palavra muito comprometedor, mas agentes comerciais do passe de crianças e adolescentes, que, em vez de fazerem sua carreira inicial aqui, já muito cedo vão para o exterior, e ninguém sabe como são tratados lá fora e ninguém sabe que retorno o país terá depois.

São duas questões que eu ponho, para ver se o Senador Alvaro andou, analisando isso, se acha que se justifica uma posição.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho a impressão, senador, de que já foi discutido isso numa CPI--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Essa segunda parte, há um projeto que eu relatei semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça, que contempla, é um projeto do Senador Demóstenes, que amplia o prazo do primeiro contrato do atleta profissional com o clube, de dois para quatro anos, e proíbe a transação do jogador com o exterior antes da

sua profissionalização e também antes de completar a maioria.

Então, essa parte da sua observação está contemplada, até eu peço à secretaria da Comissão que agilize, porque esse projeto terá que ser votado aqui, não é? E até gostaria de ser o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi discutido numa CPI, também, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente, foi discutido na CPI e é um projeto que a Comissão de Justiça aprovou na última semana.

A primeira parte da sua observação eu já acho complexa, porque nós reduziríamos a qualidade técnica da nossa seleção, então, seria um prejuízo para o país, nas competições internacionais, nós não teríamos uma seleção da mesma qualidade, porque é uma realidade que os atletas mais talentosos são negociados com o exterior, isso não é exclusividade brasileira. Isso ocorre com a Argentina, com a própria Espanha, enfim, com todos os países. Os jogadores mais talentosos são negociados com os clubes que possuem maior poder de compra, que são os clubes que se transformam em grandes empresas, em sociedades e adquirem atletas por valores exorbitantes, como, recentemente, o Real Madrid adquiriu do Milan, da Itália, o Kaká, que é brasileiro, por uma verdadeira fortuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sessenta e cinco milhões.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ou próprio Real Madrid adquiriu um jogador, que é português, mas que jogava na Inglaterra, pelo maior valor da história das transações do futebol mundial.

Então, em relação à primeira parte da sua indagação, seria claro que interessante, sob o ponto de vista de valorizar os atletas que atuam no nosso país, mas nós comprometeríamos a qualidade técnica da nossa seleção e teríamos prejuízo nas competições internacionais; certamente, nós não seríamos vitoriosos como somos, não é, porque a seleção brasileira é composta, basicamente, de atletas que estão jogando no exterior, com raríssimas exceções.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu só queria lembrar, Senador, que alguns casos dessas transferências se transformaram em caso de polícia, pela falsificação documental, na hora da transferência, na naturalidade, de idade, para poder facilitar a naturalização, para conseguir o clube que tem dois ou três, que é o máximo permitido. Então, falsificaram documentos, virou caso de polícia, e eu lembro, porque alguns casos caíram na minha mão.

Então, V. Exa. tem razão, a gente tem que discutir um pouco mais, e o Alvaro Dias lembra bem que o

poder econômico da globalização dificulta a participação direta da contratação de times brasileiros, que são semifalidos, alguns deles, por uma venda de um valor enorme, facilitam a transferência. Desculpe

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu quero acrescentar, Senador Alvaro, que nós estamos, aqui, numa discussão em que nenhum dos dois tem plena certeza, mas eu acho o seguinte: da mesma maneira que poderia diminuir a qualidade técnica da nossa seleção, eu posso dizer o contrário, aumentaria a qualidade técnica do nosso futebol, durante os dois anos anteriores, ao atrair alguns jogadores.

Aí claro, eu tenho que acreditar numa coisa que pode parecer antiquada, patriotismo, ou seja, o fato de um jogador jogar na seleção brasileira justificaria para ele uma certa redução de salário, durante dois anos, ao vir para cá, aonde alguns dos muito bons também ganham bem. Além disso, eu temo que, em breve, eles comecem a se nacionalizar lá fora e já não joguem mais nem mesmo pelo Brasil. Se eles não se nacionalizam é porque tem algum apego à cor da bandeira, e, finalmente, uma parte, pelo menos, do salário alto que eles têm é pelo fato de terem sido jogadores da seleção brasileira de futebol.

São poucos os que chegam lá em cima, já desde muito cedo, antes de jogarem numa seleção. Portanto, tenho a impressão de que teria que fazer uma análise, um estudo, se era a seleção que perderia ou se era o futebol brasileiro e o patriotismo que ganharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Senador, eu lembro, aqui, o caso do Adriano, do Ronaldo e do Fred, que ganharam fortunas no exterior e estão jogando bem, com esperança de poderem voltar ainda para a seleção brasileira, para o campeonato de 2014.

Eu acho que é um orgulho para o jogador, eu vejo, às vezes, a decepção daqueles que são craques no exterior, quando não são convocados. E eu queria, talvez, se V. Exa. permitisse, homenagear o jogador Juvenal Amarígio, que faleceu dia 30, último jogador da Copa de 50, que praticamente teve que ter a ajuda de amigos para poder custear seu tratamento, ao final da vida. Então, presto minhas homenagens. Senador, desculpa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Senador, eu gostaria de lembrar aos colegas, aos companheiros senadores que a gente tem que fazer lei, mas não esquecer da autodeterminação dos indivíduos. Se o indivíduo quer se naturalizar, ele tem liberdade de se naturalizar, nós não podemos tentar entrar nessa área. Então, e que também as pessoas possam decidir como é que é, nós não podemos fazer muita amarra, aqui, não. O futebol é um esporte, que se torna profis-

são, mas ele tem indivíduo, como o engenheiro, que é mais bem remunerado nos Estados Unidos vai para lá, como o médico que se naturalizam também, no fim das contas. Então, nós não podemos botar dificuldade para essas coisas, Senador Cristovam, tem que deixar o indivíduo decidir o que ele quer fazer, o jogador de futebol é como qualquer profissional.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O que se naturalizar, ele tem que ficar jogando lá mesmo, aí eu não tenho dúvida.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas claro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu estou falando, é aquele que a gente vai emprestar a nossa camisa brasileira, a gente tem direito de exigir algumas coisas deles.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Ele tem direito de dizer: "Eu não quero essa camisa, eu vou me naturalizar". Ou: "Eu não quero jogar por essa camisa, eu vou ficar aqui até o dia da Copa". Porque a camisa é do país. No fundo, é como é possível ou não nós termos um pouco mais de patriotismo, até para evitar que acabe a Copa do Mundo por país, ela se transforme em Copa do Mundo por empresa, como é a Fórmula 1. A Fórmula 1, a gente se lembra que ele é brasileiro, mas ele não corre pelo Brasil, ele corre por sua escuderia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Continua em discussão, não havendo quem mais queira discutir, vou colocar em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a inclusão, em extrapauta, de um requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que eu subscrevo, para aditamento de requerimento de audiência pública, para ser realizada na próxima segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Sim, eu submeto aos senhores e senhoras presentes se concordam com a Senadora Fátima Cleide, em nome da Senadora Ideli, para acrescentar isso ao ofício que encontra-se à mesa, senador. Mais dois nomes daquele que foi requerido e aprovado.

Pergunto se os Srs. e Sras. Senadoras concordam. Aprovado. V. Exa. pode passar à mesa para incorporar o requerimento. Se quiser ler.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente. Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao requerimento de minha autoria, para a

realização de uma conferência destinada a debater o PLS 295, de 2005, que autoriza O Poder Executivo a federalizar a Universidade Regional de Blumenau, mediante sua transformação na Universidade Federal de Blumenau, marcá-la para o dia 09 de novembro de 2009, em Blumenau, com a inclusão dos seguintes convidados: 1 – Maria Paula Dallari Bucci, secretária nacional de ensino superior do Ministério da Educação; 2 – Gleison Rubin, coordenador geral de expansão de rede técnica do Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Eu ponho em discussão o requerimento, já que foi aprovada a inclusão dos nomes, mas queria lembrar que essa audiência será em Blumenau, Santa Catarina. É uma conferência, segundo o pedido da Senadora Ideli Salvatti, endossada pela Senadora Fátima Cleide, com acréscimo dos dois nomes sugeridos. E pergunto se há alguém contrário a esta decisão. Não havendo, aprovado.

Então, fica por conta da secretaria. V. Exa. quer falar sobre o assunto? Então, fica por conta da secretaria os acertos finais.

Item 21, autoria do Senador Cristovam Buarque, um requerimento sobre o art. 9, inciso II e IV do regimento interno. Tem V. Exa. a palavra, para Audiência Pública nesta comissão, o requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O requerimento que assino junto com a Senadora...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): É item 21, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Porque tem outro requerimento, eu queria ver se eu já posso tomar iniciativa junto com a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Em seguida, vamos votar esse que já foi anunciado, em seguida, extrapauta, o que V. Exa. pede.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Trata-se, Sr. Presidente, de repetir algo que já fizemos o ano passado, é trazer aqui, para uma Audiência Pública, para escutar e homenagear aqueles professores que foram vencedores do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, de 2009.

Eles receberam esses prêmios este mês em São Paulo. Eu considero esse prêmio, Victor Civita Educador Nota 10, um dos maiores incentivos à promoção da educação no Brasil, na medida em que respeita, reconhece e dá um prêmio a professores. E, agora, esse ano, pela primeira vez, também, a categoria de gestor, o gestor nota 10.

Nós fizemos isso ano passado, seria o caso de repetir ir aqui, trazer esses professores, que eu leio

aqui. O professor Ademir Testa Júnior, a professora Andréia Betina Legatzky Klitzke, a professora Áurea da Costa Martins, a professora Cláudia Tondato, a professora Daniela Mazoco, a professora Karla Emanuella Veloso Pinto, a professora Maria das Dores de Macedo Coutinho Raposo, a professora Maria Tereza Gomes de Almeida Lima, a professora Milca Luiza Toyneti dos Santos, a professora Rosângela Guella Tamagnone e o professor Amarildo Reino de Lima. Esse é o requerimento que eu assino, junto com o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão. Eu pergunto, eu recebi uma revista, senador, daquele setor da indústria, como o Ministério da Educação, também o professor emérito do ano, que foi o professor Adib Jatene este ano. Não sei se V. Exa.. Incorporaria, também, a presença dele como professor emérito na área da saúde, da medicina.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que incorporar o Dr. Jatene vai acrescentar prestígio a esta Comissão e a esses professores, não vejo nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Faço essa proposta a V. Exa., que tem um artigo muito bonito da revista sobre o prêmio que ele recebeu como professor emérito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vejo nenhum problema, faríamos a audiência em homenagem ao prêmio da Fundação Victor Civita e também a essa outra entidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ou fazer uma específica, segunda secretaria, V. Exa. que decide, que é o nosso mestre, aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o senhor é presidente, eu não veria nenhum problema juntos, embora separados talvez o prestígio fique maior para os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então está bom, e coloco em votação a proposta do senador, já aprovado.

E eu queria só lembrar, senador, que talvez nós pudéssemos incorporar essa manifestação pública que eu vi ontem. "Eu, você, todos pela educação", que nós pudéssemos, realmente, trazer para esta comissão essa tese que está em faixas pelas cidades do Brasil. Que V. Exa. tão bem iniciou na sua campanha a presidente. "Eu, você, todos nós em favor da educação." Aprovado, a secretaria marcará a data. Pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho outro requerimento extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Extrapauta, eu acho que todos os senadores concordam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Que é da iniciativa da Senadora Marisa Serrano, mas que eu tenho muito prazer em subscrever.

Requeiro, nos termos regimentais, na verdade, estou oferecendo um aditamento ao Requerimento nº. 39, que é destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, que já foi aprovado por esta Comissão, em 15 de setembro deste ano.

A ideia que nós temos, Senador [ininteligível], é incluir também os nomes do Sr. Ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia, e da coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, a Sra. Beatriz Macedo, que é também superintendente de políticas de educação do Estado do Mato Grosso.

Então, é, na verdade, um aditamento a um requerimento já aprovado, incluindo mais dois nomes na comemoração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Coloco em discussão o aditamento, proposto pela Senadora Marisa Serrano e pelo senador. Não havendo quem queira discutir, em votação, aprovado, senador. E cumprimento V. Exa. pela iniciativa.

Secretário, não abandone o presidente [risos]. Eu queria só comunicar a Audiência Pública que será realizada amanhã, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, proposto em requerimento pela Senadora Marisa Serrano e o Senador Augusto Botelho, com a presença dos senhores convidados Márcia Ângela da Silva Aguiar, presidente da Associação Nacional de Pós-graduação, Pesquisa e educação, Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, representante da Academia Brasileira de Letras, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, presidente de honra da Academia Brasileira de Filologia, Ernani Pimentel, movimento Acordar Melhor.

Então, fica aqui estabelecido que, amanhã, há o início... Que horas que é? Dez horas? Dez horas haverá, nesta sala, sala 15, essa Audiência Pública importantíssima para a língua portuguesa.

Não havendo mais nada a ser discutido, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente sessão.

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatorze minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões

da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Gerson Camata, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Burque, José Nery, João Ribeiro, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Papaléo Paes e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias e Eduardo Azeredo. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 35/09-CE, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Augusto Botelho, que tem como objetivo debater “**O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**”. Neste momento a Senhora Senadora Marisa Serrano informa que o livro “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, organizado pelo Senador Romeu Tuma, será distribuído aos presentes, esclarecendo que a publicação foi transcrita, em sua totalidade, para o Sistema Braille, em atendimento àqueles que, por condições especiais, requerem tratamento diferenciado na forma de obtenção do conhecimento. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Nelson Meurer (PP/PR); Senhora Zifirina Perroni, Representante da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Senhor José Carlos Gentili, Presidente da Academia de Letras de Brasília; Senhora Margaret de Palermo, Representante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia – IBICT/MCT; Senhor Sonilton Campos, Advogado e Escritor de Brasília; Senhor Flávio Augusto Nogueira Noronha, Advogado; Senhora Cecília Souza Santos, Diretora do Instituto Vestcon; Senhor Fábio Brunelli, Relações Públicas do Instituto Vestcon; Senhora Ana Beatriz Nascimento, Assessora de Imprensa do Instituto Vestcon; Senhor Claiton Natal, Professor do Instituto Vestcon e Senhor Everardo Coelho Leitão, Professor do Instituto Vestcon. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente de Honra da Academia Brasilei-**

ra de Filologia – ABRAFIL; Senhor Walter Esteves Garcia, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e Senhor Ernani Pimentel, do Movimento Acordar Melhor. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. Neste momento, a Senhora Senadora Marisa Serrano submete ao Plenário proposta no sentido de encaminhar à Consultoria do Senado Federal expediente com o fim de verificar quais os caminhos que deverão ser tomados com relação a questão do Acordo Ortográfico assinado pelo Brasil. A proposta é aprovada. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 35, desta Comissão, deste ano, de minha autoria e do Senador Augusto Botelho para a realização de Audiência Pública destinada a debater “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, assinado recentemente pelo Brasil. Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Quero informar a todos que está sendo distribuído o livro “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, organizado pelo Senador Romeu Tuma, que tem também a sua versão em braille, que justamente nos auxilia e auxilia o povo brasileiro a tomar mais conhecimento e a discutir as razões e os porquês da mudança ortográfica que o Brasil é signatário. Está aqui à disposição--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas, eu queria agradecer a V. Exa.. por ter autorizado, eu acho importante a distribuição, foi bem preparado pela gráfica do Senado.

[sobreposição de falas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua a palavra com o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria agradecer a gráfica e a professora que fez a revisão do trabalho. A minha ideia foi no final do ano, quando houve a edição da reforma, a gente não esquecer das pessoas com deficiência visual. Então eu solicitei que a gente pudesse preparar a reforma em braile. Realmente demorou um pouquinho porque eles tiveram que fazer algumas correções da forma como ia sair no Diário Oficial, quer dizer, a norma oficial ter que serve corrigida. Então foi feito e a distribuição para as entidades que congregam as pessoas com deficiência visual, cegos e que tenham dificuldade em ler as coisas, receberam com agrado. Até Portugal pediu cópia em braile da edição da reforma. Eles acharam importante que se fizesse em escrita normal. Então eu tomei a liberdade de trazer para distribuir àqueles que se interessam e poder ser um auxiliar no estudo da reforma ortográfica brasileira e portuguesa.

Então eu agradeço a V. Exa., sempre com a sua inteligência, sua disposição, visão de futuro, da importância da discussão dessa reforma que tem trazido algumas dificuldades, principalmente aos estudantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como V. Exa. vê, o interesse era meu, mas era seu, é de todos aqui que trabalham nessa Casa. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, Sra. Presidente, até ressaltar isto, porque eu tive a oportunidade de estar no lançamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa na versão em braile, que aconteceu aqui na biblioteca do Senado Federal, aliás, um evento bastante prestigiado, e enaltecer o Senador Romeu Tuma que habitualmente vem assim pensando e se dedicando à área da pessoa com deficiência, num conjunto de iniciativas. Em qualquer situação, ele sempre se lembra de ter a versão também em braile, para que a pessoa cega possa, de imediato, já ter acesso a um volume assim publicado com essa finalidade. Só quero parabenizar o senador também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flávio Arns. Começamos agora a nossa Audiência Pública, cujo

assunto é “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. Os nossos convidados de hoje são: o Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia; o Professor Walter Esteves Garcia, um querido e velho companheiro meu, amigo, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; e o Professor Ernani Pimentel, também muito conhecido, do Movimento Acordar Melhor. Não puderam vir, e também acredito que não justificaram a ausência, o Professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras, o representante do Conselho Nacional de Educação e o Jornalista Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Nós procuramos colocar uma mesa múltipla, mas ficamos muito felizes com a anuência de V. Exas. de estarem aqui, conosco nesta manhã. Com a palavra o Professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia, por vinte minutos.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Eminente Senadora Marisa Serrano, a minha primeira pergunta é o seguinte: eu disponho de quanto tempo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vinte minutos, aquele relóginho ali vai marcar.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: A senhora, por gentileza, toca no meu braço quando estiver chegando a hora, tá?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode deixar.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Bem, em primeiro lugar, eu quero agradecer a honra de participar dessa Comissão, como Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia, e dizer à nossa eminente Presidente, Senadora Marisa Serrano, que o meu colega e amigo Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras, não está aqui porque está em Portugal. Ele foi convidado para participar de um congresso e me pediu que lhe apresentasse desculpas pela ausência, senão ele estaria aqui e honraria a todos nós com a sua presença.

Bom, as minhas considerações sobre o Acordo Ortográfico são as seguintes: primeiro, ortografia é uma questão de hábito. Pascal já dizia que o hábito é uma segunda natureza. A criança aprende desde o curso primário a escrever de uma forma, desta forma também escreve no ensino médio e no ensino superior. Os que chegam ao ensino superior, também escrevem daquela maneira, de forma que há uma grande resistência natural a contrariar o hábito adquirido. Essa resistência que os escritores de Portugal e também escritores

brasileiros fazem à nova lei do Acordo Ortográfico é exatamente porque ela vem contrariar um hábito adquirido desde a infância. Contraria diretamente o hábito, então reage. Então, no meu entendimento essa, lei é muito importante porque ela não foi feita para hoje, ela foi feita para amanhã. Quer dizer, as crianças que, no curso primário, aprenderem a nova ortografia, de acordo com esta lei, e, no ensino médio, aprenderem a nova ortografia de acordo com esta lei, elas é que vão resistir à mudança desse sistema ortográfico que está aí.

Agora, no meu ponto de vista de filólogo, o decreto tem contradições. Há contradições e incoerências até. Então, o que eu gostaria que a Comissão de Educação do Senado prestasse atenção é no seguinte: é necessária uma regulamentação da lei, porque a lei não está regulamentada. Toda hora diz etc., etc. e etc. Ora, no etc. entra tudo. Lei não tem que ter etc., tem que ter sentido unívoco, é aquilo e pronto, está acabado. Então é preciso reunir uma comissão mista de filólogos brasileiros, portugueses e representantes das redações(F) africanas de língua portuguesa e de Timor-Leste também para regulamentar a lei.

Eu vou dar um exemplo de contradição da lei. Eu estava até comentando com os meus ilustres colegas aqui, antes de vermos este exemplo. O nosso Machado de Assis tem um belo soneto, chamado Círculo Vicioso, que termina dizendo o seguinte: "Ai, quem me dera ser um simples vagalume". Ele fala do sol, da lua, das estrelas e termina humildemente dizendo: "Quem me dera ser um simples vagalume". Tudo junto, não há hífen, não há hífen. Então vejam bem: vaga-lume é um brasileirismo e é uma forma eufemística, entra na língua portuguesa do Brasil no Século XVII. Portugal não usa a palavra vaga-lume. Então nós é que temos o direito de decidir como é que se deve escrever vaga-lume, se é com hífen ou sem hífen, porque Portugal não usa essa palavra. Então eu vou explicar por que é um eufemismo. Porque ela surge. Quem conhece passarinho, sabe disso. Quer dizer, caga-sebo era caga-lume. Como é uma expressão grosseria, caga-lume... O povo, ainda hoje, diz caga-sebo, caga-sebinho(F), mas isso é da linguagem vulgar, digamos assim. Então para que esta palavra, que entra na língua do Brasil no Século XVII, passasse ao nível culto, houve um eufemismo, evoluiu-se de caga-lume para vaga-lume. Mas se eu perguntar aqui aos presentes: alguém sabia disso, da origem dessa palavra? Ninguém sabe. Então, a lei diz o seguinte: quando se perdeu a noção da composição do nome composto, quando se perdeu a noção dos elementos que entram no nome composto, não há hífen. Então isso está lá na lei, no Acordo. E mais adiante diz o seguinte: os nomes que

indicam espécies botânicas ou animais têm que ter hífen. Então isso é contraditório.

O meu querido amigo Bechara vai mudar isso, eu já falei com ele sobre isso, mas ele põe no vocabulário ortográfico da Academia Brasileira de Letras vaga-lume. Eu disse: "Professor Bechara, eu me recuso a escrever vaga-lume com hífen, porque não tem nenhum sentido, é contraditório isso". "Mas você está contra o Acordo?". "Não, eu estou de acordo com o Acordo, porque o Acordo diz que, quando se perdeu a noção da composição do termo, não há hífen". Então ele disse: "É, você tem razão". Eu digo: "Escuta, Bechara, o nosso querido e saudoso amigo Antonio Houaiss, no dicionário dele, põe as duas formas: vaga-lume com hífen e depois sem hífen, mostrando com isso a evolução da palavra". Quer dizer, palavra grosseria passa por eufemismo a vagalume, que é um eufemismo. Imaginem se o soneto do Machado de Assis terminasse: "Quem me dera ser um simples caga-lume" [risos]. Quer dizer, seria uma coisa horrorosa, estragava o soneto completamente.

Bem, os maiores jornais do Brasil, os grandes jornalistas sempre escreveram vagalume sem hífen. Os grandes escritores brasileiros, Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, até os modernos, Guimarães Rosa, etc., todos escrevem vagalume sem hífen. Então é preciso respeitar a tradição ortográfica do termo na linguagem dos bons autores brasileiros. Porque Portugal não tem nada com isso, eles não usam esse termo, eles não usam. Então o Bechara concordou e, no próximo número da Academia, ele já vai pôr vaga-lume com hífen e vagalume sem hífen, tendo pelo menos uma opção, uma opção, porque podem ver que não há nenhum jornal no Brasil que escreva vagalume com hífen. Então isso é uma das muitas contradições que têm o Acordo.

Eu já falei quantos minutos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor tem doze minutos ainda.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Dois?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Doze.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Ah, doze, porque dois seria um suicídio [risos].

Bom, então eu queria dizer o seguinte: todas as grandes línguas de cultura do mundo têm unidade ortográfica. Não há nenhuma língua de cultura que não tenha unidade ortográfica, a não ser a língua portuguesa. Verifiquem o seguinte: na Península Ibérica, há o espanhol, o galego, que está lá na Espanha, e o

português. A língua falada na Espanha tem nada menos, eu anotei isso, são 400 milhões de falantes, 400 milhões de falantes, incluindo a Espanha e os habitantes das Repúblicas Hispano-Americanas da América do Sul. Nós temos, num cálculo aproximado, 240 milhões de falantes, com o Brasil chegando a 190 milhões de falantes e Portugal, com 10,5 milhões de falantes. A língua pertence aos seus usuários, seus usuários. Agora, vejam bem: ortografia não tem nada a ver com pronúncia, porque, em 400 milhões de falantes, seria realmente impossível pensar numa pronúncia unificada. A ortografia pode ser unificada. A pronúncia, não. No Brasil, por exemplo, a pronúncia não é unificada. São Paulo diz sentimento, nasaliza a vogal nasal. No Rio Grande do Sul, pronuncia-se essas vogais todas que reduzimos a uno na língua, no português carioca e aqui eu creio que em Brasília também, de maneira que essa variação de pronúncia é normal em qualquer língua. Italiano tem a mesma ortografia. Não há nenhuma língua românica que tenha mais diversidade fonêmica ou fonológica do que o italiano. Um italiano do norte se encontra com o italiano do sul em Roma e pergunta: “*Me capiche? Me capiche?*”. É toda hora, ele tem dúvida se o outro está entendendo. Aqui não. Eu nasci no Recife, fui criado no Rio de Janeiro, a minha pronúncia é do Rio de Janeiro e toda gente aqui está entendendo o que eu estou a dizer, como dariam os portugueses, de maneira que é preciso separar as coisas: ortografia é uma coisa e a pronúncia da língua é outra, o uso fonêmico da língua é outra.

Nessas 22 Academias de Língua e Literatura que existem na Espanha, somando com as que existem nas Repúblicas Hispano-Americanas, todos escrevem da mesma maneira. Para a ONU, por exemplo, é uma coisa estranha: “Como é? A língua portuguesa é uma só, mas lá se escreve assim e aqui se escreve assim?”. Então há uma necessidade, até mesmo de política internacional, de cultura internacional, há uma necessidade de unificar a ortografia da língua portuguesa. Temos que ter paciência e refazer os nossos hábitos, porque tem que refazer e muito.

Eu até fiz um levantamento aqui, aplicando já a nova ortografia, vamos verificar que ela está precisando de uma regulamentação, porque, vejam bem, eu vou dar só alguns exemplozinhos. Eu tive o trabalho de ver letra por letra no dicionário, as diferenças, palavras com grafia modificada no novo Acordo Ortográfico.

Letra ‘a’. Eu vou dar apenas um exemplozinho em cada letra, um, dois ou três exemplos. Como é que vocês escrevem, desculpem esse ‘vocês’, que é um hábito de velho professor, mas como é que vocês escrevem abenço? É com acento circunflexo ou sem acento circunflexo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Com acento circunflexo.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Todo mundo põe assento circunflexo. A lei manda eliminar. Então vai ficar: amarrou, abenço, acolchoo e por aí afora; tudo sem acento, caiu o acento, o chapeuzinho sai fora, eliminou-se o acento.

Bom, mais adiante, vamos ver um outro exemplo aqui. Água-de-cheiro, água-de-coco. Escrevem com hífen ou sem hífen?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Com hífen.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Com hífen. Podem tirar o hífen. Pelo novo Acordo, não há mais hífen aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Não estou ouvindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Eu gostaria que deixassem as perguntas para o final.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Água-de-coco e etc., não há mais hífen. Agora, como é que escrevem alcalóide, alcatéia? Como é que se escreve, qual é a acentuação que põe? Acento agudo. Não há mais acento agudo. Alcateia sem acento agudo, alcaloide sem acento agudo. Porque vejam bem: a língua portuguesa é uma língua de ritmo trocáico. Trocáico, em latim, significa palavra longa e breve e, por correspondência, em português, é tônica é átona.

O paroxítona é o padrão fonêmico da língua portuguesa, é o paroxítona. O povo diz: “Eu vou servir ao Exército”. O cantador do Nordeste, por exemplo, não usa proparoxítona, o povo não usa proparoxítonas. As palavras esdrúxulas [risos], eles não usam. Em Portugal, não se usa, o povo não usa também proparoxítona. Na língua padrão, há o domínio do paroxítona, depois vem o oxítona. Então, o cantador do Nordeste recebe um mote... Qual foi o mote, meu Deus? “Que os anos não trazem mais”, que é um verso do poeta romântico, “Que os anos não trazem mais”. Pegou a viola, eu fiz isso, fiz aquilo, é um vantagismo, há um vantagismo na linguagem dos cantadores do Nordeste. “Depois falei com o Padre Nobrega por detrás de uma bodega que os anos não trazem mais”. Aí o sujeito diz: “Meu amigo, não seja ignorante. Não é Nobrega, é Nóbrega”. “Não, senhor, a palavra não cabe no verso. Se disser Nóbrega, o verso fica com uma sílaba a menos”. Quer dizer, cabe... Eu vou [ininteligível] a palavra aqui, um pouquinho. Então, essas palavras... Não pode tirar o acento é do proparoxítona, porque, em geral, são palavras eruditas, que vêm do latim.

Eu me lembro que o meu querido, saudoso, mestre e amigo Antonio Houaiss queria até sugerir a eliminação do acento do paroxítona. Eu disse: “Não faça isso”. Fomos a um congresso em Portugal e, durante o avião, fomos conversando, ele dizia: “Não, [ininteligível]”. “Não tire acento de proparoxítona, Houaiss, porque o povo vai pronunciar tudo como se paroxítona, porque leva para o padrão fonêmico da língua”.

Lá na Universidade Fernando Pessoa, ele fez uma conferência, eu estava ao lado dele, e defendeu isso. Aí levantou-se lá um professor e disse: “Professor Antonio Houaiss, sem acento, como é que eu devo pronunciar: ‘Tem um cágado no meu jardim?’”. Aí um outro olhou, eu acho que era muito inteligente, tinha presença de espírito, ele disse: “Eu não tenho cágado no jardim [risos], eu não tenho nenhum cágado no jardim”. O problema é seu, quer dizer, não é meu. Então não pode deixar de ter acento, porque senão vai... A tendência normal é levar para o paroxítona. Bom, mas eu tenho que passar adiante.

Letra ‘b’, para dar apenas alguns exemplozinhos. Por exemplo, baiúca. Põe acento. Podem tirar, porque não há mais acento; balão-de-ensaio. Com hífen. Podem tirar o hífen porque não há mais pela nova lei; bicho-de-sete-cabeças. Não há mais hífen; bicho-domato, bico-de-papagaio e por aí fora.

Agora vamos passar à outra letra, que o meu tempo já deve estar quase esgotado, se é que não se esgotou.

Letra ‘c’. O sujeito costuma dizer: “Você é um cabeça-de-bagre, cabeça-de-ponte, cabeça-de-porco, cabeça-de-prego, cabeça-de-rede, cabeça-de-vento”, etc. Não há mais hífen, suprimiram o hífen. Aliás, essa regra do hífen tem que ser regulamentada, porque é uma coisa incoerente, a gente não tem uniformidade e é cheia de contradições. Quer dizer, as pessoas que estão habituadas a escreverem isso com hífen; pelo novo Acordo, não poderão mais fazê-lo.

Vamos ver a letra ‘d’. Debilóide, delinqüência [soa a campanha]. Havia um acentozinho agudo aí. Não há mais, suprimiram o acento. Debilóide é paroxítona, não precisa por acento. Agora eliminar o acento, o trema, o treminha no ‘u’, eu, como filólogo, sou completamente contrário, completamente contrário porque isso fere não só a ortografia, a tradição ortográfica da língua portuguesa, como fere a própria pronúncia. Por exemplo, o menino aprende na escola que quente não leva trema. Muito bem, quente não leva trema. Mas eloquente também não leva trema pelo Acordo. Então o menino vai dizer: eloquente. Se ele está vendo que quente não leva trema, eloquente também não tem que levar, é uma coisa lógica. Então isso tem que ser regulamentado. Desde o Século XVI é que a

língua portuguesa usa o trema. Eu digo o Século XVI porque aí que se organizou a norma culta da língua portuguesa, no Século XVI, com Camões e os grandes escritores sessentistas. Eles punham trema até em saudade. Camões tem um verso que é o seguinte: “Que me quereis, perpétuas saudades”. Se tirar o trema, o verso fica com nove sílabas e não dez. E toda vez que se pronúncia o ‘u’, nestes casos de sequência e de... Há trema desde o Século XVI. Por conseguinte, é uma tradição multissecular. Quer dizer, tirar o trema aí vai criar um problema fonêmico, porque o menino, já na adolescência, começa a raciocinar com lógica, ele diz: “Mas se quente não leva trema, então eu vou dizer eloquente” [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Mais um minuto.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Bom, nesse minuto final, eu vou deixar aqui com a senadora e ilustre Presidente essas notinhas. Se ela achar conveniente, pode mandar digitar e distribuir depois a todos. Eu vim examinando no dicionário letra por letra, da letra ‘a’ em diante, aí, depois, entram essas três letras. Isso eu acho ótimo. As letras que estavam eliminadas do nosso alfabeto, ‘k’, ‘w’ e ‘y’, entram, porque elas são necessárias ortograficamente. Abreviaturas como km, etc., ‘k’, ‘w’ e ‘y’, essa inclusão, essa restauração ou recriação dessas letras eu acho muito oportuna no Acordo. Quer dizer, como professor de língua portuguesa, eu, evidentemente, vou ter que adotar este Acordo. Aliás, eu estou aposentado, mas escrevo, continuo escrevendo livros, fazendo conferências e etc.

Eu vou seguir a lei porque lei é para ser cumprida, mas preciso lutar pela regulamentação da lei, porque ela está cheia de incoerências, cheia de... Como o exemplo do vaga-lume, esses pequenos exemplos que eu dei, eu dou mais de cinquenta exemplos, mas não tenho tempo para dar, de incoerências que há dentro do novo Acordo. Então ele precisa ser regulamentado, sofrer uma regulamentação. A grande resistência, Presidente, em Portugal, é que o português adota uma ortografia etimológica, quer dizer, eles querem mostrar a origem latina pela ortografia. Ora, ortografia é convenção. Mostrar a origem latina é uma disciplina, que se chama filologia românica. Quer dizer, não tem que estar voltando. Se você chegar lá e dizer assim... Por exemplo, eu estava até comentando com os amigos aqui. Há uma rua que chama-se Actor Taborda. Está lá escrito A-c-t-o-r Taborda. Ninguém diz Actor Taborda, é Ator Taborda. Quer dizer, esse ‘c’ aí é uma consoante muda, mas os portugueses não abrem mão das consoantes mudas, eles fazem questão de manter as consoantes mudas, que não têm nenhuma

função. Ora, o que tem função não deve ser eliminado. O trema tem função. Portanto, não deve ser eliminado. Agora as consoantes mudas não têm função nenhuma. Então, podem ser todas elas eliminadas. Não têm função. Mas o trema, tem. O trema tem função e vai criar um problema dos infernos, porque a quantidade de palavras que levam trema, vai ficar sem trema, e as pessoas vão começar a pronunciar tudo errado, que elas não têm trema. O trema tem função e o que tem função não se elimina numa convenção ortográfica. Já as consoantes mudas não têm função nenhuma e essas podem ser inteiramente eliminadas.

Desculpe, eu passei do tempo. Muito obrigado pela gentileza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É sempre bom a gente poder ouvir e aprender cada vez mais. Eu, como sou professora, para mim, isso é importantíssimo.

Hoje, num jornal de Brasília, há um artigo sobre a nossa Audiência Pública de hoje: “Mudanças são ilógicas – Acordo Ortográfico”. Há uma entrevista aqui com o Professor Ernani Pimentel, que está aqui, no jornal de Brasília de hoje.

Queremos agradecer a presença, nessa manhã, da Sra. Zifirina Perroni, representante da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal. Seja bem-vinda. Sr. Flávio Augusto Nogueira Noronha, Advogado. Seja bem-vindo. E do Instituto VESTCON, Cecília Souza Santos, que está presente lá atrás, Fábio Brunelli, Ana Beatriz Nascimento, Claiton Natal e Everardo Coelho Leitão. Obrigado pela presença de todos, da Diretora, que é a Cecília, do Relações Públicas, que é o Fábio, e dos Professores Ana Beatriz, Claiton e Everardo. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Passo a palavra agora ao Professor Walter Esteves Garcia, que representa aqui a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a ANPEd. Seja bem-vindo, Walter.

SR. WALTER ESTEVES GARCIA: Obrigado, Marisa. Eu vou tratá-la assim em função da admiração que eu tenho pelo seu trabalho desde os anos 80, quando participamos juntos da Criança e Constituinte, na qual a senhora foi uma das principais incentivadoras desse movimento, e fico muito feliz de vê-la aqui, ainda vinculada a essas questões de educação e lutando pelas nossas causas comuns.

Eu gostaria de agradecer ao convite do Senado para participar deste evento e em representação da Professora Márcia Aguiar, Presidente da ANPEd, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, que presa compromissos acadêmicos na Universidade Federal de Pernambuco não pôde estar aqui e então me pediu que cumprimentasse a

todos os senadores e os participantes deste debate hoje, pela manhã.

Eu gostaria de dizer que este assunto também não é estranho à ANPEd. Nós temos vários grupos que estudam a questão da aprendizagem, da leitura e da escrita. Inclusive se vocês acompanharam, nos últimos tempos, há uma discussão entre métodos construtivistas e métodos fônicos, que é uma discussão que ainda vai render muita literatura, muita escrita, porque realmente há certas questões que, ao nível de conhecimento da gênese do pensamento infantil, não estão definidamente esclarecidos, como é que se dá essa relação do processo de aprender, de falar, de expressar. Dizer que a Associação continua disponível e aberta a participar de outros eventos que certamente acontecerão nesse processo de implantação desse novo Acordo Ortográfico.

Me preparando para vir aqui para esse evento, fui buscar algumas informações. Me chamou a atenção, por exemplo, a forte reação que existe em Portugal com relação a esse Acordo. Por coincidência, na semana passada, estive aqui entre nós um jornalista e escritor português, que se chama Miguel Sousa Tavares, lançando um livro, um romance que se chama “No teu deserto”. Ele diz assim que o Brasil é o único país que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz, como se os Estados Unidos impusessem um Acordo Ortográfico à Inglaterra, afirmou esse escritor. No decorrer da entrevista dele, que é bastante extensa, que foi publicada pela Agência de Notícias de Portugal, ele vai dizendo que esse Acordo não vai dar certo nem para o Brasil e nem para Portugal. Aí eu acho que nós temos que concordar com o Professor Leodegário ao dizer que língua é hábito, e, como educador, eu sou obrigado a concordar com isto também.

Uma coisa que me chama a atenção é que, realmente, na nossa tradição legislativa, nós, desde tempos e memoriais, somos levados a acreditar que a lei tem um poder mágico de transformar a realidade. Realmente basta ver que a educação pública é obrigatória no Brasil há cento e tantos anos e até a LDB de 1961 dizia que a ausência de escolas próximas da casa do aluno era motivo suficiente para dispensá-lo da obrigatoriedade. Então sempre encontramos um jeitinho de buscar escapatórias para isto.

Mas realmente, independentemente do processo, aí concordo com o Professor Leodegário, nós temos que desenvolver hábitos e acho que Bourdieu, por exemplo, trouxe uma contribuição importante a essa discussão da formação de hábitos, nós deveríamos lutar por algumas bandeiras. Por exemplo, o Presidente Lula, o ano passado, quando homologou o Acordo, informava que,

até o final de 2009, nós teríamos bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros. Isso me parece uma medida fantástica se ela for fixada como meta e como motivo de uma discussão política séria para a implantação de novos hábitos de leitura e de formação de eleitores. Há pouco tempo, eu vi um pronunciamento de alguns representantes do Ministério da Cultura, dizendo que, infelizmente, essa meta não seria cumprida ao final deste ano por uma série de empecilhos que a gente entende que naturalmente existam, até as dificuldades da elaboração de propostas para cada município, a organização de cada atividade em cada lugar, não temos bibliotecários em número suficiente, não há uma cultura de manter as bibliotecas abertas nem nas escolas, imaginem as bibliotecas públicas que nós estivermos pensando.

Então, nesse sentido, me parece que a questão da formação de hábitos está intimamente vinculada com o processo de implantação deste novo Acordo Ortográfico, e aí eu acho que caberiam várias iniciativas que, no desdobramento dessas discussões, nós poderíamos tentar desenvolver formas mais atrativas, inclusive, para esclarecer essas dúvidas que o Professor Leodegário levantou e que nós, por exemplo, acadêmicos ainda, temos certa dificuldades. Se nós temos dificuldades para incorporar essas mudanças, imaginem o garoto que, hoje em dia, passa mais tempo na internet. Eu, por exemplo, não consigo entender o que é que os meus netos escrevem no computador. Imaginem eles entendendo o novo Acordo Ortográfico. Então esta formação de novos hábitos, ela implicaria em adoção de certas medidas que inclusive primassem por uma nova forma de escrever, incorporando já essas novas formas. Por exemplo, eu não vejo mal algum, nós temos excelentes escritores nesse país. Por que não chamar esses escritores, por exemplo, para fazer uma coleção contando causos ou historinhas, incorporando as novas formas de escrever? Com isso, nós resolveríamos esses problemas que o Professor Leodegário colocou. E que esses livros fossem distribuídos gratuitamente, estivessem disponíveis em todas as bibliotecas, ou seja, sem uma massificação destas novas orientações nós vamos fazer um Acordo que vai vigorar, por exemplo, na linguagem oficial dos órgãos públicos, das escolas, dos concursos públicos, provavelmente, que vão ter que definir um padrão, porque o Ministério da Educação já está definindo, por exemplo, que a partir do ano que vem todos... Aliás, a maioria dos livros que o MEC está comprando já estão com o novo padrão editorial, mas isto não chega até à base do sistema educativo, que é o grande instrumento de formação de novos eleitores e de incorporação de novos hábitos de leitura e de escrita.

Então eu gostaria de ficar nessas breves observações, até porque este não é o meu campo de atuação específico, e agradecer uma vez mais a Professora Marisa pelo convite e colocar a Associação à disposição para prosseguir, inclusive indicando pesquisadores que possam eventualmente dar alguma contribuição para a ampliação dessa discussão. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Obrigado, Professor Walter. Eu acredito que ANPEd pode nos ajudar muito, principalmente na área de pesquisa, incluindo aí a receptividade e como é que os nossos alunos estão realmente incorporando essas novas normas.

Quero cumprimentar aqui e agradecer a presença do Sr. José Carlos Gentile, Presidente da Academia Brasileira de Letras de Brasília. Seja muito bem-vindo na nossa Casa; o Sr. Sonilton Campos, Advogado e Escritor aqui de Brasília. Seja bem-vindo; e o Deputado Nelson Meurer, que acabou de sair, entrou aqui um pouquinho, que é Deputado Federal do Paraná.

Eu quero dizer que essa nossa Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo, pela TV Senado, para todo o Brasil, e dizer a todos os presentes que, como é uma Audiência Pública, não é um Seminário, os presentes não poderão fazer perguntas diretamente à Mesa, mas poderão fazer perguntas através dos senadores presentes. O Senador Flávio Arns está aqui e aqueles que quiserem fazer alguma pergunta à Mesa, por favor, a façam diretamente ao Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao nosso amigo também e Professor Ernani Pimentel, que tem se preocupado muito com essa questão e debatido exaustivamente a nova questão ortográfica brasileira. Com a palavra por vinte minutos.

SR. ERNANI PIMENTEL: Muito obrigado, senadora, obrigado aos senadores presentes, ao Professor Leodegário, ao Professor Walter, a todos os presentes, inclusive ao coautor do nosso livro "Acordo Ortográfico", o Professor Everardo Leitão, e quero registrar também a presença do Professor Claiton Natal, que trabalha muito com pesquisa sobre esse Acordo.

Eu vou mostrar para vocês, pelo quadro, algumas reflexões sobre o Acordo Ortográfico. O primeiro fato é que ele é ortográfico, como disse o nosso Professor Leodegário. Então ele não está preocupado, o Acordo não pode se preocupar com o som, é preciso se preocupar só com a grafia. Nós não vamos mudar a pronúncia. Se nós pegarmos esse texto aí, esse texto é de 1820. A gente observa, eu vou ler para os senhores: "Carta ao redactor sobre os negócios actuais de Portugal. Abril, 1820. Sr. Redactor do Correio Brasiliense. Tem-se falado e fala-se..." Eu posso continuar lendo porque todo mundo está entendendo o que eu estou

lendo, mas, se a gente for observar, a ortografia sofreu inúmeras mudanças nesse tempo. Quer dizer, essas palavras nós não escrevemos mais daquele jeito. Isso prova que uma coisa é a pronúncia e a outra coisa é a grafia. A grafia é uma convenção que pode ser alterada e deve ser alterada de vez em quando.

Bom, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nenhum país o adotou, exceto o Brasil. Os outros estão falando em adotá-lo, mas a gente sabe que há resistências muito fortes e que podem levar a essa não adoção. Ele foi assinado em dezembro de 1990, mas a base do pensamento dele vem de 1975, de conversas entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. A vigência definitiva dele seria a partir de 2013. Ele está vigindo hoje, ele está vigindo hoje juntamente com a ortografia antiga, mas, a partir de 2013, ele terá vigência definitiva.

A primeira coisa que a gente tem que observar aqui é o anacronismo dessa lei. O Acordo foi pensado em 1975, um pouco antes disso, e, na realidade, ele vai ser implantado agora. Existe uma diferença. Por exemplo, na locomoção, como é que nós nos locomovíamos em 1975? Os tipos de carro que nós usávamos? Os aviões? Os transatlânticos? Como é que nós nos comunicávamos? A imprensa usava datilografia. A comunicação era por telex. Como é que nós pensávamos? E qual era o nosso comportamento em 1975? Compare como nós nos locomovemos hoje, a comunicação de hoje, o pensamento de hoje, o comportamento de hoje. Uma pessoa, por exemplo, que teria falecido em 1975, se acordasse hoje, ela ficaria assustada com o que estaria vendo, com as mudanças de todas as instituições, inclusive. O Século XXI é um século que mudou tudo. Na realidade, em 1975, nem existia a internet. Hoje, nós temos a internet. Muito bem foi colocado aqui que os jovens de hoje têm uma cabeça muito diferente. Hoje, nós estamos tendo, os países que estão pesquisando nessa área, estão falando numa mutação genética pela qual a humanidade está passando. Por exemplo, no Japão, eles estão fazendo pesquisas com crianças que estão no nosso meio também, essas crianças, só que lá eles têm o cuidado de analisar. Crianças, por exemplo, de oito anos, nove anos, que só sabem falar japonês. Eles entregam um livro para essa criança como, por exemplo, o Harry Potter, escrito em qualquer língua. Uma criança dessa pega o livro, fica fazendo assim com as páginas do livro e começa a falar tudo que tem dentro do livro. Têm outras que ouvem o livro, põem o livro aqui no ouvido, ficam assim e começam a falar tudo do livro. Chega a ter vinte professores para um aluno. Essas crianças, elas têm uma percepção quântica da realidade. Eles começam a fazer perguntas sobre o que o autor escreveu. Dão livros de mate-

mática, por exemplo, de física, de biologia para esses meninos e começam a fazer perguntas sobre aquele livro e depois começam a avançar e a perguntar sobre os livros seguintes do autor, quer dizer, ideias que não estavam aqui e o menino já está falando lá na frente, quer dizer, ele tem um contato quântico com a energia do autor. Essas crianças estão no nosso meio. Se a gente for, por exemplo, à Alemanha, a gente vai ver na diretoria de multinacionais meninos de trinta anos. Há vinte anos atrás tinha que ter sessenta anos para ser diretor de multinacional, quer dizer, a realidade mudou muito, a realidade do Século XXI não é a realidade do Século XX. Então, primeiro lugar, esse Acordo está querendo colocar para a gente um comportamento já anacrônico.

Exceção comprova a regra. Essa frase mostra o divisor de águas. Em 1975 você fala para um aluno, o aluno perguntava: "Por que é que tem essa exceção?" A gente dizia: "Porque a exceção comprova a regra". Ele ria solidariamente com a gente, ele ria para a gente, ria para a gente solidariamente. Hoje se você falar para um aluno que a exceção comprova a regra, ele ri sarcasticamente da gente, ele ri da gente, ele fala: "Poxa, mas que burro! Por que é que aceita uma coisa dessas?" Esse é um divisor de águas.

O Acordo Ortográfico foge do seu objetivo. Como disse muito bem o Professor Leodegário, o trema, o trema não é só gráfico. Na realidade, olha só, deixa eu só voltar a esse caso. Eu estava num aeroporto de Belém, tem uma companhia aérea e essa companhia aérea tinha uns cartazes muito bonitos e eu resolvi ir lá fazer uma pergunta. Tinha uma pessoa sendo atendida, eu fiquei na fila e entrou um casal atrás de mim. Aí o rapaz leu assim: "Air Carrebes(F)". Logo depois, ele corrigiu: "Air Caraïbes", porque tem o trema que mostra que o 'i' tem que ser pronunciado ali. Aí eu pensei e acabei escrevendo um artigo: "Que bom que a França não eliminou o trema", porque até um estrangeiro aprende a pronunciar a palavra. Pois bem, resultado: esse trema não poderia ser tirado mesmo. Ortografia é uma coisa e ortofonia é outra. O Acordo é ortográfico, não é ortofônico. Então ele fugiu do seu objetivo aí.

Eu não preciso entrar em detalhes aqui, mas, por exemplo, veja lá embaixo: equidistância ou equidistância? Eu poderia ter uma maneira diferente de substituir o trema, mas eu não posso eliminar o trema sem colocar na realidade um substituto para ele para mostrar a pronúncia certa. Por exemplo, ali, olha, equipartido ou equipartido?

Bom, existe no Acordo contradições de princípios. Como é que se cria uma regra com princípios contraditórios? Por exemplo, o princípio é manter o 'h'

ou eliminar o 'h'? Extra-humano, desumano. Propõe o Acordo que extra-humano se escreva com hífen e desumano sem hífen. Ora, são princípios contraditórios. A gente quer manter ou quer tirar o hífen? Para ser coerente, ou se elimina desumano e extraumano ou se mantém extra-humano e deshumano. Nós não temos que ficar decorando detalhes, nós temos que entender o raciocínio.

Imprecisão de conceitos. No Acordo a gente vai ler e ele diz que são aglutinadas palavras como girassol, madressilva, mandachuva, pontapé. Bom, eu aprendi isso como justapostas. Aglutinadas são outras coisas. Será que quem assinou o Acordo não sabe que 'gluti', em latim, significa comer, de ontem vem a palavra glutão, por exemplo, e a aglutinação pressupõe que na junção das duas palavras alguma coisa se perca ou se modifique? Eu não vou dar aula de português aqui, mas quero dizer que eles estão usando uma terminologia inadequada.

Pontuação discutível. Eu não vou entrar nesse detalhe porque são muitos casos de pontuação, mas é flagrante que esse pessoal, por exemplo, não saiba que antes do etc. não se deve usar vírgula, porque o etc. é "e o restante", e, antes do 'e', você só coloca vírgula se você quer dar ênfase para o que vem depois. E o restante já está sendo até desprezado, não pode ser enfatizado.

Excepcionalidade inútil. O Acordo é cheio de exceções. Topônimos compostos, sem hífen. Por exemplo, Cabo Verde, São Paulo, Mato Grosso, nada usa hífen. Portanto, nós vamos escrever Guiné Bissau e Timor Leste assim. Isso é coerente. Mas não, o Acordo diz que esses dois são exceções, têm que ter hífen. Nós vamos decorar?

Cor de café, cor de açafrão, cor de bonina, tudo sem hífen. Portanto, cor de rosa sem hífen também. Não é o lógico? Não, nós temos que decorar. Cor-de-rosa é exceção. Quer dizer, desde quando o aluno quer decorar?

'R' ou 'S' depois de vogal, dobra. Fica 'rr' ou 'ss': biorritmo, microssistema, minissaia. Portanto, nós vamos concluir: pararraio, guardassol, guardarroupa. Errado, porque esses três e mais vinte outros são exceções, quer dizer, desde quando nós temos que seguir essas ilogicidades?

Outras ilogicidades: não eliminar e não reduzir ao máximo as exceções. Isso é ilógico. Se eu estou fazendo um acordo, eu quero simplificar, vamos acabar com as exceções. É ilógico você não eliminar. Mais ilógico ainda é terminar a lista de exceções com reticências, que faz com que a gente se prenda por uma algema ao dicionário. Vamos passar o resto da vida olhando o dicionário? Aliás, todos nós que estamos aqui somos

rigorosamente analfabetos, quer dizer, nós não sabemos usar as letras do nosso abecedário. Significa que nós somos analfabetos, estamos sempre consultando o dicionário.

Justificar a exceção como consagrada pelo uso é outra ilogicidade, porque se a consagração do uso é um motivo para eu não mexer, então não podia mexer em nada, não podia haver acordo e nem nenhuma alteração. A gente devia estar escrevendo farmácia com 'ph', a gente deveria estar falando latim, aliás. Madre Forma, Madre Mestra, Madre Pérola. O lógico é tudo sem hífen porque começa sem hífen, mas Madre-Pérola é exceção. Guarda-roupa, guarda-chuva, é com hífen. Mas Mandachuva é sem hífen. Pré-embrião ou pré-embriário, você tem dupla grafia. Olha que maluquice. Você não altera a pronúncia, não. Dupla grafia. Portanto, nós temos que pegar os seus derivados. Pré-embriário, a dupla grafia também é lógica. Mas não. Segundo o VOLP, só o primeiro é possível. O segundo, não. Adrenal ou adrrenal? Os dois estão corretos no VOLP. Portanto, adrenalina ou adrrenalina. Errado. Não, adrrenalina não existe. Quer dizer, isso é muito ilógico.

Improvisação, alterações do Acordo. Alterações em Acordos Ortográficos, só no século passado, foram feitas nove. O que é que eles fizeram? Estão pegando a língua antiga e estão fazendo adaptações provisórias. Eles estão cerzindo puídos de tecido podre. Corrige aqui e estraga lá. A língua é viva, forte, viçosa, bela. No entanto, envolta em trapos de múmia. É isso que nós temos hoje no Brasil. O Século XXI exige tecido novo, parâmetros mais racionais, claros e objetivos.

O vocabulário ortográfico, além de tudo, é ilegal e é inconstitucional. Por quê? O Acordo de 1990 prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa. O decreto da Presidência da República que instituiu esse Acordo diz que o Acordo será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. Pois bem. O VOLP, que foi lançado pela Academia Brasileira de Letras, que a gente lamenta a presença, não estar aqui, desrespeita e altera o conteúdo original. Como? Por exemplo, no uso dos prefixos 'a', 'an', 'co', 'ré', 'pre', 'pró', que não está no Acordo, mas está no VOLP. Na eliminação de várias reticências que o Acordo tem e o VOLP elimina. Na inclusão dos conceitos de produtos afins numa regra das espécies bioisológicas(F), que, no Acordo, não tem, e, no VOLP, tem. Então, na realidade, eles estão desrespeitando o Acordo. O próprio vocabulário ortográfico foge da lei.

Ilegalidade e inconstitucionalidade. Aí é a opinião de pessoas muito especializadas, dizendo que "A Academia Brasileira de Letras, ao publicar o vocabulário ortográfico da língua portuguesa, transgrediu o acordo

internacional. As inovações contidas na 5ª edição do VOLP, em desconformidade com o Acordo Ortográfico, são inconstitucionais por afronta ao princípio da legalidade” – Nelma Fontana, autora e Professora de Direito Constitucional.

Aqui nós temos ainda: “*O vocabulário ortográfico tem sido, de certa forma, imposto pela Academia Brasileira de Letras (autoritarismo), instituição privada que edita periodicamente o VOLP, reconhecido como um instrumento de definição, no Brasil, da forma de aplicação do Acordo Ortográfico. É responsável pela publicação a Comissão de Lexicografia da ABL. Tal Comissão, porém, não possui legitimidade para regulamentar o tratado internacional do qual o Brasil é signatário*” – Dr. Fabrício Sarmanho, Advogado, autor e Professor de Direito.

O mais sério e o melhor para nós: tudo isso que está acontecendo aí é ruim? Não, nós vamos perceber que é ótimo para nós. O mais sério é a onerosidade, como fica caro. É só pensar: quantas milhões de horas/aula de ortografia por ano sem eficácia? Quanto tempo despende um cidadão que viva oitenta anos para consultar ortografia em dicionário? Todos nós aqui de vez em quando temos que ir lá, temos que ver. Por quê? Porque a educação não funcionou, porque as regras não funcionam. Multiplique-se esse tempo todo que um cidadão de oitenta anos gastou por vinte, cinquenta, cem ou duzentos milhões de cidadãos. Como um sistema ortográfico lógico, simples, sem exceções e duplas grafias, todo esse tempo será usado para lazer e produtividade. Quanto ganhará o cidadão? Quanto ganhará o país? Na realidade, não é interrogação, tinha que ser exclamação: quanto ganhará o cidadão! Quanto ganhará o país!

A solução: prioridade governamental para a ortografia. Aliás, o governo sempre falou que educação deveria ser prioridade, não é Senadora? E na realidade até hoje, eu tenho 67 sete anos [soa a campanha] e estou ouvindo isso, mas não vi. Então prioridade governamental, inclusive definindo verbas, levantamento e padronização gráfica dos radicais. Como é que, por exemplo, eu escrevo... Por que é que a palavra viagem tem com ‘g’ e com ‘j’ se na realidade ela veio de viajar? Porque viagem é a ação de viajar. Por que é que eu tenho que ficar decorando isso? Se o radical era um, tinha que ser um só. Para que duplo radical? Existem dezenas de outros exemplos.

Nós temos que fazer uma pesquisa acelerada de novas propostas ortográficas, novas propostas ortográficas. De que maneira nós podemos escrever? Vamos pensar, vamos pensar com esses meninos que estão sugerindo alguma coisa. Nós temos possibilidade de reduzir as regras de ortografia a 20% delas.

Instituição de regras concatenadas e lógicas. Eliminação de exceções. Eliminação de duplas grávida. Discussão democrática e aberta. Não é fechado entre quatro paredes. Eu estou aqui representando professor de português, é o que eu fui a vida inteira. Eu tive 550 mil alunos presenciais e há 46 anos eu milito nessa área. Eu estou com um abaixo-assinado com onze mil assinaturas, por enquanto. 4900 são de professores de língua portuguesa. Nós ainda não saímos divulgando isso. Acredito muito que, vamos dizer, essa Audiência Pública será o ponto de partida para a gente divulgar com mais intensidade a necessidade de a gente modernizar a nossa grafia.

Uma discussão democrática e aberta. É por isso que nós temos esse movimento com o nome www.acordarmelhor.org. O que é que nós falamos nisso? A duplicidade de sentido, ela é intencional. Nós temos que fazer um Acordo melhor para que a gente possa dormir sossegado e acordar melhor, sem estar algemado ao dicionário. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada e quero agradecer muito ao Professor Ernani Pimentel, nome conhecidíssimo nas nossas escolas do Brasil afora. Agradecer a presença da Professora Margaret de Palermo, do IBICT, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência Tecnológica do Ministério de Ciência e Tecnologia. Seja bem-vinda.

SR. ERNANI PIMENTEL: Posso só pedir um favor?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Como não, o Professor Ernani quer pedir um favor.

SR. ERNANI PIMENTEL: É só dizer que eu fiz um texto, eu redigi um texto dessa apresentação. O texto, é lógico que é mais completo. O texto está à disposição de todos que quiserem. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Está ótimo. Nós estamos aqui com o Senador Flávio Arns, mas antes eu queria fazer algumas colocações, já que eu sou uma das autoras da ideia dessa Audiência Pública.

Primeiro, por que dessa dificuldade que nós estamos vendo e que vocês hoje tiveram um pouquinho um exemplo dela nessa mesa e poderia isso aqui levar horas, dias talvez a gente discutindo essa questão, muito mais, e vocês viram que vinte minutos é muito pouco para um professor e um filólogo poderem colocar aqui a sua ideia e as incongruências, as dificuldades que têm.

Eu quero colocar, como professora que sou também de língua portuguesa há muitos anos, dizer que todos nós sabemos que precisamos de um Acordo Ortográfico. É importante, como disse o Professor

Leodegário, que a língua portuguesa seja uma grafia única nos países de língua portuguesa. O meu pai era português, a minha família toda para o lado paterno mora em Portugal, eu vou muito lá. Então eu conheço bem as dificuldades que nós temos, principalmente na grafia.

Como foi dito aqui, há que se distinguir bem aí a oralidade da grafia. As pessoas têm me colocado sempre a mesma história: “Mas não é possível, aqui em Portugal nós estamos acostumados a falar assim”. Eu falei: “Se você escrever, como o Professor Ernani colocou aí de 1800, você lê perfeitamente e entende o que está escrito”. Não há dúvida, mas a grafia é diferente.

Eu acredito também, o Professor Leodegário deixou bem claro aqui, o Professor Ernani também e também o Professor Walter, que é necessário uma regulamentação da lei. Isso é função dessa Casa, mas para fazê-lo nós precisamos de apoio, estudo e pesquisa dos órgãos como a ANPEd, a Academia Brasileira de Letras, a Academia Brasileira de Filologia e todos os professores de língua portuguesa que queiram estar conosco nesse trabalho, todas as Associações e Academias Estaduais de Letras que queiram participar conosco desse esforço. É inadmissível e impossível que queiram que os senadores aqui tenham condições de fazê-lo sem um apoio fundamental e de todos aqueles que militam e trabalham nessa área. Portanto, para fazer qualquer reforma que não seja um remendo, que seja uma mudança naqueles pontos que são fundamentais, e todos juntos, para nessa Casa não ficar entrando uma proposta de uma mudança num item, daqui um pouco outra em outro item e fazer uma colcha de retalho. Aí nós precisamos mesmo que na aplicabilidade da lei seja visto aquilo que precisa ser modificado e modernizado para que nós possamos fazer de comum acordo com a sociedade brasileira.

Quero passar a palavra agora ao Senador Flávio Arns para as suas considerações e também as considerações que a plateia lhe deu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Sra. Presidente. Quero cumprimentar novamente os expositores, eu já havia feito isso anteriormente, e dizer da importância, da beleza, da propriedade e do conhecimento que todos os expositores trazem para essa Audiência Pública. Isto é muito interessante, muito importante e para que todos nós possamos observar como que de fato o conhecimento nesta área marca a trajetória de vida de tantas pessoas aqui presentes e de tantas outras que se dedicam a esta área, estejam presentes nesta Audiência ou não.

Mas eu, em primeiro lugar, quero dizer que fiquei assim abismado com o nível de dificuldades que o

Acordo Ortográfico está trazendo para a vida nacional também, para as decisões, para os encaminhamentos, para a tomada de atitudes, de posicionamentos. Fiquei, assim, preocupado com a clareza, quer dizer, essa minha preocupação é fruto da clareza das exposições. Eu gostaria, inclusive, que nesse sentido houvesse algum tipo de comparação, pelo menos nessa primeira fase da pergunta, para que fosse assim esclarecido se esse tipo de problema ocorreu nas ocasiões anteriores também, quer dizer, houve o mesmo tipo de problema ou não? Ou o problema nesta ocasião está assim se apresentando de maneira mais acentuada, o tipo de debate, de discussão, a compreensão ou historicamente nós podemos pensar que foi da mesma maneira?

Eu gostaria assim que fosse esclarecido quem que participou, quem participa habitualmente de um trabalho de revisão ortográfica, quer dizer, da elaboração de um Acordo Ortográfico, porque foi sugerido inclusive que fosse feito, conforme o Professor Ernani Pimentel, me permita lhe chamar de professor, eu também sou professor, então somos colegas, também professores, o Professor Ernani Pimentel colocou fazer de maneira democrática e aberta. Não é feito de maneira democrática e aberta? É um grupo restrito? Quem que participa desses aspectos? Como é que isto ocorre ou vem acontecendo em termos de outras línguas? Foi mencionado, por exemplo, pelo Professor Walter também, a questão de que o Brasil estaria a sugerir uma mudança em relação ao país de onde a língua portuguesa também no decorrer da história se transferiu para o Brasil. Mas como é que ocorre isso em termos de outras línguas? Há Acordos no espanhol, no inglês? Como é que isso acontece em termos de outras situações?

Foi colocado também, quer dizer, a preocupação nossa, por exemplo, o Professor Ernani colocou de uma maneira muito clara colocando assim várias dificuldades, problemas, sugerindo inclusive estudos e discussões. O Dr. Leodegário também colocou: “Como filólogo, sou contra”. Então até eu queria perguntar se existe, assim, quem é que está a favor? [risos] Existe gente que esteja a favor assim do encaminhamento para o Acordo Ortográfico? Quer dizer, a Mesa está se posicionando contrariamente. Mas só que eu fico pensando: por que é que não houve uma mobilização naquela época, porque isto foi aprovado pelo Congresso Nacional como decreto legislativo, quer dizer, qual que foi a mobilização que aconteceu para haver o alerta: “Olhe, não é o caminho, há dificuldades”. Afinal, como é que isso pode ser explicado em termos de história?

Me preocupa a situação de que: “Não, nós vamos regulamentar”. Tanto quanto eu saiba, um decreto legislativo não pode ser regulamentado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um decreto legislativo, não é lei. Tem razão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas tanto quanto eu saiba um decreto legislativo, como foi colocado pela professora de Direito Constitucional, professora de Direito, um decreto dessa natureza auto se contém, está contido nele próprio. Não há possibilidade de cada país agora ficar regulamentando, porque senão nós teremos outras mudanças ortográficas de acordo com a regulamentação de cada país. Então salvo melhor juízo, Sra. Presidente, eu penso que um decreto legislativo... Eu inclusive estava relendo o texto do decreto legislativo e a única coisa a que se refere aqui é que são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo. Mas revisão do referido Acordo, é um decreto legislativo, então é um Acordo entre países que naturalmente tem que ser levado o resultado de tudo isto, eu penso, para uma rodada de negociações. Isso implica num novo Acordo, numa alteração do Acordo.

Então as perguntas, pelo menos nesse primeiro momento, são no sentido assim de ver mais essa questão de comparação com os outros países. Essa questão das mudanças, considereei muito significativa as mudanças radicais que aconteceram no decorrer da última década, se pensarmos de fato em 1975 e 2010, apesar de serem só 35 anos em termos de espaço de tempo, mas as mudanças sociais, culturais e econômicas aconteceram assim de uma maneira muito célere. Basta dizer que aqui no Congresso Nacional em 1991, portanto, quinze anos depois do início desse debate, nós tínhamos ainda máquina de datilografia, menos de vinte anos atrás, não tínhamos fax, não tínhamos celular, não tínhamos caixa eletrônico *[risos]*. A gente fica pensando hoje em dia como é que nós vivíamos quinze anos atrás. Imagine há quarenta ou cinquenta anos atrás, não é verdade?

Mas quero enaltecer e pensar assim. E ao mesmo tempo, na sequência: bom, e daí, vamos fazer o que, a partir do exame desta realidade? O que é que se sugere que seja feito daqui para frente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam Buarque. Aqui nós temos dois senadores, o Flávio Arns é Senador pelo Paraná e o Cristovam Buarque é Senador por Brasília.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Três.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Três. Desculpem, eu não tinha visto o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas na verdade são quatro, porque apesar de eu ter emagrecido tanto, eu não sumi ainda.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina. Seja bem-vinda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidenta, eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpa a todos os participantes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Cristovam Buarque, V. Exa. me permite? É que eu cometi uma indelicadeza enorme. V. Exa. me permite? É que o Professor Nilson Campos, aqui presente, fez uma pergunta, como tinha sido sugerido pela Mesa, onde ele diz o seguinte: “Se a nossa língua mãe, o latim, não tem hífen, por que não aboli-lo em português?”

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero pedir desculpas pelo atraso e não ter assistido as falas que eu tinha o maior interesse, mas eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e tinha que estar lá pelo menos na abertura e até um certo momento para conseguir senadores que assumam a direção e vir para cá.

Eu devo dizer que quando eu vi pela primeira vez a ideia do Acordo, eu me entusiasmei, porque eu creio, como educador, que é preciso simplificar a linguagem. Apesar de que cada sutileza da linguagem tem uma razão, não há dúvida nenhuma, tinha uma riqueza na sutileza e a gente vê quando lê literatura. De qualquer maneira, para ensinar a língua é preciso uma simplificação. Além disso, para penetrar no mundo global de hoje na literatura, não falo no comércio, é preciso a gente ter uma linguagem mais simplificada. O inglês tem vencido não apenas pelo fato de que se trata da maior potência. Tem vencido também pela simplificação de como esse idioma é falado e é escrito. O que seriam erros em outros idiomas, são aceitos no inglês. Então eu imaginei que o Acordo traria uma simplificação que facilitaria.

Além disso, eu acho muito positivo que a gente tente aglutinar todos os que falam a língua portuguesa no mesmo padrão. Eu sei que isso pode trazer uma certa fragilidade, uma certa deficiência, uma certa diminuição na riqueza específica de cada um. Se a gente leva ao limite o que eu estou dizendo, de unificar todos os que falam português, a gente vai querer daqui a pouco unificar francês e português, francês e italiano, todas as línguas latinas serem unificadas em

uma só, o que traria um empobrecimento para cada um desses povos. Mas de qualquer maneira eu tive uma simpatia pelo Acordo.

Depois de conversar com o Professor Ernani, especialmente, eu comecei a perceber falhas no Acordo. Quero dizer que fiquei tocado com a percepção dessas falhas. Hoje eu sou um defensor de que a gente precisa reacordar, reformar, refazer o Acordo. Hoje eu estou de acordo que é preciso fazer isso. Há falhas grandes.

Entretanto, eu tenho três perguntas a fazer aos senhores. A primeira é como é que os senhores explicam que outras pessoas fizeram esse Acordo deixando tantas falhas e depois de longos anos de estudos? O que é que houve nesse processo? Foi concessão aos portugueses, concessão aos brasileiros, foi pressa? O que é que foi que levou a tantas falhas que a gente percebe quando olha com mais cuidado e que eu não tinha percebido?

A segunda diz respeito ao que fazer daqui para frente. O que é que o Senado pode fazer? O que é que essa Comissão pode fazer? Que provocações nós devemos fazer e a quem para que esse Acordo seja refeito e que até o fato de termos assinado, seja superado?

E a terceira é mais de ordem de olhar o futuro. Não tem a ver com esse Acordo. Como é que vocês veem a necessidade de as línguas hoje terem um dinamismo que antes não eram necessários?

Os novos saltos que foram dados, citados pelo Senador Flávio Arns, forçam necessariamente a uma modernização da linguagem numa velocidade que a gente não fazia. Quando a gente lê hoje na internet textos escritos por jovens, com suas abreviações, com suas simplificações, a gente começa a perguntar: Contra o que devemos lutar? Porque se transforma numa linguagem à parte, que daqui a pouco ninguém vai entender, só eles, e aí perdeu-se o sentido da linguagem. Nós vamos ter dialetos e não é bom deixar que sujam dialetos. Até que ponto a gente deve lutar e o que é que a gente deve absorver como uma condição necessária da dinâmica?

Eu devo dizer que eu tenho recebido críticas, até de jovens, no uso que eu tenho hoje muito intenso do tal do twitter, porque eu quase não coloco acentos, porque para colocar acentos a gente tem que apertar em tantos botões que termina perdendo a dinâmica do pensamento, sem falar que são textos limitados a 140 toques e que exige você fazer concessões à pureza da linguagem para se comunicar com quem está na ponta ou perder a velocidade e sua mensagem chegar atrasada. Então como é que nós vamos trabalhar? A solução do Acordo Ortográfico formal, tradicional, como ele deve ser, e se vocês têm pensado como é

que a gente vai permitir uma dinâmica linguística para se adaptar às novas exigências da internet? Isso sob a forma já tradicional da informática. A internet hoje já tem uma forma tradicional e já tem uma forma nova, que é o twitter. Daqui a pouco vai surgir outra coisa. Como é que a gente vai se adaptar? E aí dentro de como adaptar, como é que a gente vai tratar a importação de termos estrangeiros na nossa linguagem?

Eu sempre tive uma simpatia por um Projeto, muito criticado, do Deputado Aldo Rebelo, de proibir até o uso de palavras estrangeiras, de estrangeirismo em comunicações públicas. Hoje a gente vai a um shopping ou mesmo numa rua e é raro ver uma expressão em português nas placas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): No próprio shopping.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em shopping e em todos os cantos. Mas eu estou percebendo que isso está sendo um processo impossível de impedir. Então como é que a gente vai trabalhar para casar a pureza da nossa língua com a dinâmica dessa globalização que vem? E como é que, ao invés de ver como empobrecimento, a gente não pode ver como um enriquecimento da língua os novos termos que vão chegando? Eu sei que há um empobrecimento quando se aposenta uma palavra nossa e põe uma estrangeira no lugar, mas quando são palavras novas, conceitos novos que estão surgindo, que ainda não têm na nossa língua. Eu tive recentemente descobrindo que na Islândia eles zelam pelo purismo ao dizer que falam a língua dos Vikings de mil anos atrás. Qualquer palavra nossa para penetrar tem que passar por uma Comissão Especial de Linguistas, de Literatos, que pescam para ver se podem criar uma palavra local ou se são obrigados a se submeter e importar o termo novo.

Então são essas as minhas perguntas. O que é que a gente vai fazer para manter a pureza da nossa linguagem, da nossa língua, num mundo de promiscuidade linguística que a gente vive? No dia-a-dia a gente se sente falando em deletar, a gente se sente falando em tantos termos que não são próprios da linguagem. Isso é um. Mas o mais importante para mim é: o que é que a gente faz com esse Acordo Ortográfico que está aí e que eu já estou convencido, Professor Ernani, de que ele tem que ser repactuado e refeito?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer também, queremos agradecer a presença do Senador José Nery, lá do Pará. Seja muito bem-vindo sempre aqui à Comissão.

Vou passar a palavra aos nossos três convidados de hoje de manhã, mas dizendo ao Senador Cristovam, ao Senador Flávio e aos outros senadores, a Ideli e

o José Nery, que nós poderíamos fazer uma lei autorizativa, autorizando o Executivo a mudar o decreto. Mas para ele mudar, ele vai ter que pactuar novamente com os países de língua portuguesa. É um acordo internacional e sendo um acordo internacional passa por essa Casa. Então há um longo caminho, mas eu acho que se a vigência completa do Acordo é 2013, em 2013 nós temos que absorver integralmente o Acordo, então é necessário que a gente pense rapidamente, que daria tempo ainda de essas pequenas incongruências existentes serem modificadas.

Eu estava perguntando aqui, a única coisa que nós poderíamos fazer para um decreto legislativo presidencial seria ou revogar, que é uma questão pesada, quer dizer, nós revogaríamos um acordo, ou faríamos uma lei autorizativa colocando todos esses problemas e solicitando a mudança. É possível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permita? Eu não gosto nunca de usar aqui as coisas pessoais, eu acho que a gente tem que trabalhar muito no setor formalmente com o estado. Mas eu tenho uma neta que começa a aprender a ler, ela não consegue saber por que é que o nome dela, Luisa, é com 's', e de uma colega outra é com 'z'. Eu próprio tenho dificuldade em explicar por que é que o meu nome é Cristovam com 'm' no final e não com 'ão' no final [risos].

Essas contradições o Acordo não vai resolver, absolutamente, e a gente deveria tentar fazer com que as crianças não precisem perguntar por que é que o nome dela pronuncia-se do mesmo jeito que o de outra e se escreve diferente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): É verdade. O meu, por exemplo, é Marisa. Já me perguntam: "É com 's' ou com 'z'?"

Eu quero passar a palavra aqui ao Professor Leodegário de Azevedo Filho, Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia, para comentar aí, fazer uma réplica e um comentário às questões levantadas.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO

FILHO: Eu ouvi com muita atenção a exposição que foi feita pelos meus colegas de mesa e de maneira geral eu estou de acordo com todos. Também ouvi com muita atenção as observações feitas pelo eminente Senador Cristovam Buarque, que defende a educação no nosso Congresso Nacional com rigor e competência.

Gostaria de dizer apenas o seguinte: o que entrou em nossa língua é coisa nossa e como tal deve ser tratada, quer dizer, a questão dos estrangeirismos, a forma estrangeira que entra deve ser aportuguesada, deve submeter-se às normas da ortografia portuguesa.

Eu até me lembro que estava com o Professor Mattoso Câmara Júnior, dávamos os dois um curso de linguística geral na Universidade de Lisboa, estávamos no mesmo hotel e saíamos juntos, observávamos o que havia pelas ruas e tal. Em uma casa comercial havia a seguinte coisa: "Há desbarate total da existência". Aí o Mattoso diz assim: "Mas o que é que é isso?" Aqui no português do Brasil usa-se a palavra estoque, que é um estrangeirismo, mas que foi aportuguesada e, portanto, é coisa nossa e como tal deve ser tratada. Ninguém fala em existência de casa comercial, mas em estoque da casa comercial. E eles lá põem as tabuletas assim: "Há desbarato da existência", quer dizer, como é que se diz isso aqui? Qual é o termo que se usa, Ernani, para essa venda assim, ao desbarato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Liquidação.

SR. ERNANI PIMENTEL: Venda a atacado ou a varejo.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Como?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Queima, queima de estoque.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Queima, isso, queima. Liquidação, liquidação, a palavra é liquidação, liquidação do estoque. Lá seria liquidação da existência, eles não usam estoque.

Há coisas muito interessantes de diferenças de língua falada, mas que não interfere, porque uma coisa, como ficou esclarecido aqui, é fonêmica ou fonologia e outra coisa é ortografia. Ortografia é convenção, é um hábito, conforme eu tentei explicar aqui, que se adquire desde a infância e adolescência e depois há uma resistência de mudar esse hábito.

Os nossos irmãos portugueses, eles se consideram donos da língua portuguesa, de maneira que eles citam o espanhol como exemplo, quer dizer, todas as Academias das diferentes Nações Hispano-Americanas seguem a da Ortografia Real Academia Española. Mas isso são os espanhóis, nós não temos nada a ver com a solução dada pelos espanhóis, quer dizer, nós somos brasileiros, recebemos a língua, somos 190 milhões de falantes e eles são apenas 10,5 milhões, quer dizer, e a língua pertence aos seus usuários. Então em matéria de usuários da língua, o Brasil é que linguisticamente devia oferecer as soluções para esse Acordo Ortográfico.

Mas os portugueses têm uma ortografia, como eu disse, etimológica, quer dizer, então colocam essas consoantes mudas. Para que, se elas não são pronunciadas? Isso até atrapalha na pronúncia das palavras. Quando eu fui pela primeira vez a Coimbra... Desculpe, mas eu vou molhar um pouquinho a palavra aqui.

Fomos a um Congresso da Universidade de Coimbra, onde eu lecionei em 1972 o ano inteiro, um Congresso Internacional, os grandes linguistas brasileiros presentes, Antenor Nascentes, Mattoso Câmara Júnior, e, depois da sessão, veio o empregado e me disse assim: “O senhor, doctor, não vai à receção?”. Eu disse: “Meu amigo, eu não estou dizendo o que o senhor está dizendo”. O senhor, doctor, não vai à receção?”. Eu disse: “Escuta, vamos silabar”. Silabação, porque eu não entendia nada. “O senhor, doctor, não vai na receção?”. Os senhores entenderam o que ele quer dizer, alguém entendeu aqui isso? “O senhor, doctor, não vai à receção?”. Sabem o que quer dizer? “O senhor, doutor, não vai à recepção?”. “O senhor, doctor, não vai à receção?”. Ninguém entende, porque essa consoante muda que está aí, eles acham que tem que abrir a vogal anterior. Eu disse aqui na minha fala que vi lá como nome de rua Actor Taborda. Está escrito A-c-t-o-r Taborda. Ninguém conhece Actor Taborda. Então para que esse ‘c’? Essa é uma consoante muda que tem que ser eliminada. Tem que haver uma correspondência lógica entre o que se pronuncia e o que está escrito, senão dá esses casos, quer dizer, ao invés de eles pronunciarem recepção, como nós pronunciamos, porque todo ‘p’ tem que ser pronunciado, eles lá acham que o ‘p’ apenas abra vogal anterior e dizem receção, quer dizer, isso altera a pronúncia. Não é muito fácil discutir com os portugueses problemas da ortografia, porque eles se colocam como proprietários. Aliás, o nosso querido amigo aqui se referiu, o Editor Walter Esteves Garcia se referiu a um escritor português que veio aqui. Diga o que é que ele disse.

SR. WALTER ESTEVES GARCIA: Eu estava citando aqui: “Acordo Ortográfico é ato colonial”, diz escritor português [risos]. Como é que um país colonizado agora quer colonizar quem deu origem a ele? [risos]

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Bom, então, nesse minuto que me resta, eu apenas [soa a campainha] agradeço mais uma vez o convite e a honra de participar desse encontro, justificando inclusive a ausência do meu colega e amigo Professor Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras, e dizendo o seguinte: que a Academia Brasileira de Letras figura junto da Academia das Ciências de Lisboa, da qual eu sou membro correspondente, há muitos anos. A Academia Brasileira de Filologia é que devia tratar desse assunto, mas a Academia Brasileira de Filologia foi fundada em 1944, quer dizer, muito posterior à fundação da Academia Brasileira de Letras. Então, por uma questão de tradição, a Academia Brasileira de Letras é que representa a posição do Brasil diante desses problemas ortográficos, juntamente com

a Academia das Ciências de Lisboa. Mas eu estou lutando, nós estamos lutando para que a Academia Brasileira de Filologia seja ouvida, porque ela é que é a Academia que reúne os especialistas em linguística e em filologia e que entendem desse assunto. A Academia Brasileira de Letras tem filólogos, mas predominantemente têm poetas, escritores, ensaístas e é difícil então representar cientificamente a posição do Brasil diante desses problemas ortográficos.

Mais uma vez cumprimento o nosso Senador e meu caro amigo Cristovam Buarque, que luta, como todos nós, pela educação no Brasil, e peço licença à Sra. Senadora Marisa Serrano para concluir dizendo o seguinte: pela estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE há 14 milhões de crianças fora da escola no Brasil inteiro. A população inteira de Portugal é de 10 milhões e 500 mil. É mais do que a população inteira de Portugal de crianças e adolescentes fora da escola e a nossa Constituição diz que a educação é prioridade nacional, quer dizer, se é prioridade nacional é preciso não falar, mas fazer, conjugar o verbo fazer, quer dizer, dizer como o nosso Presidente diz: “Educação é fundamental”. Eu estou de acordo, mas eu quero que faça, quero ver a realização disto, quer dizer, que futuro pode ter uma Nação com 14 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, mais do que a população inteira de Portugal fora da escola? Quer dizer, é difícil. Então eu fiz inclusive um projeto, já encaminhei às autoridades competentes, mas não me deram a resposta nenhuma.

Senadora, só para concluir. Tem que se criar no Ministério da Educação e Cultura um departamento específico de educação da criança e do adolescente fora da escola. Verba para isso: 5% do Imposto de Renda de todos nós, não é lei nova, pelo menos vamos saber que 5% estão sendo aplicados numa causa justa em termos constitucionais; 5% do PIB, com a autorização do Governo Federal; 5% das empresas privadas que quiserem doar ao projeto, muitas vão doar. Isso dá bilhões e bilhões de reais. Reunir os prefeitos de todos os municípios, esse departamento se reuniria com os governadores e com os prefeitos de todos os municípios e se criaria uma comissão, digamos, um Conselho Fiscal, quer dizer, esses bilhões de reais, mensalmente a comissão deveria prestar contas da aplicação desse dinheiro, porque desgraçadamente o desvio de verbas tornou-se um hábito infeliz em nosso País. Então é preciso que esses bilhões sejam realmente aplicados em educação das crianças e dos adolescentes fora da escola. Nesse sentido até escrevi uma vez uma carta ao eminente Senador Cristovam Buarque, que me respondeu, estando de acordo plenamente comigo. Eu acho que todos nós, professores, educadores e repre-

sentantes do povo que aqui se encontram devemos lutar por isto, pois que futuro pode ter esta Nação com 14 milhões de crianças e adolescentes fora da escola? Fumando crack, praticando... Enfim, está exposto o meu pensamento. Desculpe se falei demais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É sempre bom ouvi-lo, é um prazer enorme. Quero lembrar aos Srs. Senadores e Senadora que acabando essa Mesa, imediatamente nós vamos ter uma reunião, a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação para analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 200, cuja Relatora é a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra, por cinco minutos, o Professor Walter.

SR. WALTER ESTEVES GARCIA: Muito obrigado. Eu gostaria de reiterar algumas questões que apenas passei muito rapidamente dizendo o seguinte: o dia que nós tivermos, e aqui eu acho que o Senador Cristovam e os demais senadores sabem disso melhor do que eu, se nós não tivermos um sistema educacional que possa nos deixar inteiramente seguros com relação ao que as crianças estão fazendo na escola, nós poderemos ter qualquer Acordo Ortográfico que nada vai mudar, nada vai acontecer de significativo no futuro desse País.

Então quando nós vemos, por exemplo, que a Argentina no final do Século XIX tomou a decisão de universalizar a educação básica para toda a população e outros países na própria América Latina, por exemplo, como Costa Rica, universalizaram a educação já há muitas décadas, e uma educação de qualidade, diga-se de passagem, com crianças permanecendo no mínimo seis horas por dia, desenvolvendo bons hábitos, como falamos aqui na primeira parte da nossa Reunião, nada disso vai acontecer, nós podemos rever Acordos e criar novos, pouca coisa vai acontecer. Sem contar que esses estrangeirismos, essas novas linguagens vão talvez ajudar a criar mais confusão ao invés de integrar e de criar novos hábitos que sejam capazes de forjar uma nova cidadania. Evidentemente que essas decisões, elas não são fáceis, até porque elas dependem de uma somatória de fatores que nem sempre os dirigentes, na escolha das prioridades governamentais, podem decidir tranquilamente como decidiu Sarmiento, por exemplo, no Século XIX. Isso historicamente está provado também pelos vários estudos feitos sobre financiamento da educação.

Os países que hoje nos dão lições de como fazer uma boa educação, durante décadas – e os estudos mostram isso – investiram até 15% do seu Produto Interno Bruto em educação e, evidentemente, a partir do momento que essas políticas se consolidaram elas

geram outras necessidades e eliminam outros gastos pelo próprio desenvolvimento da atividade educacional. Se resolve problemas de saúde, resolve problemas de moradia, onde a educação para todos têm um efeito multiplicador de benefícios. Nós ainda não temos condições de fazer isso ou não tivemos vontade política, talvez, para fazer isto. Houve tentativas, os senhores são testemunhas de muitas dessas iniciativas, mas eu creio que essa questão do Acordo Ortográfico, ela se resolveria naturalmente ou através de uma revisão, mas ela não se resolverá do ponto de vista de um processo histórico educacional se nós não tivermos uma outra postura diante das questões de educação básica. Se nós não estamos formando bons leitores, nós não estamos formando bons princípios de cidadania, até porque a escola não tem tempo de trabalhar com esses alunos durante mais tempo.

Então fica aqui esse registro e reiterando, mais uma vez, a nossa disposição enquanto Associação Nacional de Pesquisadores em Educação de nós colocarmos a serviço de tudo aquilo que puder dar alguma contribuição [soa a campainha] efetiva para o nosso País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Professor Walter, seja sempre bem-vindo a essa Casa. Passo a palavra agora ao Professor Ernani Pimentel.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, só antes do Professor Ernani--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --tomar a palavra, é que havia sido solicitado e eu também tinha recebido do Flávio Noronha, só três situações.

A Academia Brasileira de Letras... É uma pergunta: a Academia Brasileira de Letras é detentora de poder para formular sozinho alterações, inclusões e modificações no Acordo Ortográfico? Quer dizer, já discutimos um pouco. Se sim, por que não o fez no momento oportuno, ou seja, quando das negociações internacionais para a sua implementação? E se não, a atitude da Academia Brasileira de Letras estaria prejudicando de modo geral a compreensão e a própria implantação do Acordo?

SR. ERNANI PIMENTEL: Eu vou tentar ser breve, mas eu tenho aqui oito perguntas a responder. Então eu gostaria, não vou pedir cinco minutos para cada pergunta, só que cinco minutos para oito respostas é muito pouco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): No mais breve possível, porque depois nós temos uma outra reunião, mas gostaríamos de ouvir todas as respostas.

SR. ERNANI PIMENTEL: Tá bom. Então, em primeiro lugar, respondendo diretamente a essas perguntas. A Academia Brasileira de Letras envolve personalidades que têm mérito em muitas áreas, mas, na área de filologia e linguística, ao que eu saiba, só tem um acadêmico, enquanto na Academia Brasileira de Filologia, todos são da área.

SR. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO: Obrigatoriamente doutores em letras.

SR. ERNANI PIMENTEL: Sim, são obrigatoriamente doutores em letras. A Academia, eu quero respeitar, inclusive respeitar a posição do Professor Evanildo Bechara. Em 1980, num almoço com o Professor Antonio Houaiss, eu sugeri a ele que no Acordo eles propusessem a padronização da grafia dos radicais. Ele virou para mim e falou assim: "São 28 mil palavras". Depois que o Acordo foi publicado, no ano passado, eu fiquei tão revoltado que me tranquei vinte dias num hotel e escrevi um livro chamado "O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", mostrando os desencontros e os absurdos do Acordo. Eu o levei para o Evanildo Bechara e falei com ele: "Bechara, nós perdemos a oportunidade de corrigir a grafia dos radicais". Ele falou para mim: "Ernani, são 350 mil verbetes", quer dizer, trinta anos depois o argumento é o mesmo. Na realidade, nós não podemos ficar com o passado. No passado havia menos resistências porque a sociedade evoluía com mais lentidão. Então essas mudanças eram aceitas com mais facilidade. Se esse Acordo tivesse sido implementado em 1990, quando ele foi assinado, as resistências seriam muito menores. O grande problema é que ele foi assinado em 1990, com um pensamento de 1975, para ser implantado no Século XXI. Aí sim é querer trazer para nós... Nós vamos ter que usar agora, ao invés de terno, vamos usar elmo. Vamos usar elmo, vamos usar escudos, armaduras. Nós vamos voltar à Idade Média. Não é isso.

Então nós temos que ter um Acordo... E outra coisa, nós precisamos diferir duas coisas: uma coisa é Acordo e a outra coisa é uma reforma. Nós não podemos fazer um Acordo novo sem envolver os oito países. Aliás, eu acho que vai ter que se chegar a isso. Mas nós podemos começar com um trabalho interno, uma reforma aqui. Na realidade o que é que eu proponho? Eu, quando estou dizendo, é esse Movimento Acordar Melhor: prioridade governamental, apoio efetivo do Governo Federal, do Congresso Nacional, dos Ministérios que envolvem *[soa a campanha]* Cultura, Educação e Comunicação, inclusive com a alocação de recursos financeiros, levantamento e padronização gráfica dos radicais, pesquisas aceleradas de novas propostas ortográficas, instituição de um mínimo de regras concatenadas, convergentes e lógicas, elimi-

nação de exceções, eliminação de duplas grávidas, discussão democrática e aberta – esse foi o erro da Academia Brasileira de Letras, esse foi o erro, não houve discussão democrática e aberta -, criação, aí sim, aí agora nós vamos pensar em termos de Século XXI e futuro, criação de um organismo competente, aberto democraticamente à participação de quem tenha a língua escrita como ferramenta ou que com ela se preocupe. Podem participar, devem participar linguistas, filólogos, gramáticos, advogados, jornalistas, sociólogos, filósofos, professores, pedagogos, pensadores e outros. E qual é a finalidade? É ter a responsabilidade de ensinar, divulgar, manter e defender os princípios aprovados e acordados. Então, na realidade, nós precisamos criar um organismo como se fosse a Real Academia Española, só que agora seria Democrática Academia do Brasil, que fosse estudar, inclusive como fazer entrar na língua os estrangeirismos. Nós não podemos ser contra isso. O mundo perdeu as fronteiras, não é verdade? Nós não temos mais fronteiras. Eu estou ligado aqui com o mundo inteiro. É a mesma coisa que eu voltar lá atrás e falar: "Não, futebol não podemos usar". Aí vamos escrever o que? Futebol é ludopédico. Vamos usar ludopédico, porque futebol é uma palavra inglesa. Quando quiseram importar a palavra galocha, eles sugeriram anidropodoteca. Inteligentíssimo: 'na' (contra), 'idro' (água), 'podo' (pé), 'teca' (lugar onde guarda). Então, anidropodoteca era para substituir galocha. Pegou? Lógico que não pega. É galocha e é futebol. Então nós não vamos mexer. O que é que nós temos que fazer? Nós temos que ver de que maneira aceitar isso.

Por que realmente ter possibilidade de escrever os sons com 's' e com 'z'? Agora incluir um som 'k'. Para que botar, escrever a letra 'k'? Para quê? Só para escrever palavra estrangeira. Então eu posso tirar o 'c', jogar fora, e o que 'qu' eu posso jogar fora. Antes de sair daqui... Aliás, ontem, antes de sair de casa, eu vi em cima da mesa uma revista da minha mulher, CAZA, escrito C-A-Z-A. Por que é que a gente não pode ousar, pegar a realidade que nós estamos vivendo e criar padrões para essa realidade? Aí sim nós precisamos da opinião não só, vamos dizer, dos detentores da sabedoria ancestral, como nós temos que ter também os detentores da ativação do momento. E evidentemente respeitar a riqueza da língua portuguesa, que não vai ser afetada apenas por alteração gráfica, não é verdade?

Respondendo, então, as minhas propostas são essas que estão aqui.

Apenas para não deixar sem resposta, como se explicam tantas falhas? Eu acho que é uma pergunta a ser respondida e cabe aos que assinaram e aos que

colocaram... Infelizmente, eu lamento o Ministério da Educação não estar aqui também, não é verdade? Mas eu acho que nós temos que envolver nessa discussão o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério das Comunicações, no mínimo, e, com isso, a gente pode criar, sim, condições muito mais atuais, modernas, para a gente ter realmente uma grafia voltada para o Século XXI. Eu não sei por quanto tempo, está certo, mas que seja pelo maior número de anos possível.

Agora, só no século passado, não mexeram nove vezes? Então significa que nós temos muita coisa que fazer, só que não é difícil. Esse Acordo demorou trinta anos, etc. Não existia internet. Eu me lembro que, quando, lá atrás, o Professor Houaiss me falou em 28 mil vocábulos, era muita coisa, e o Professor Evanildo Bechara me fala que 350 mil verbetes era muita coisa; na segunda, oportunidade eu já tinha contra-argumento. Espera aí, nós estamos falando em radicais. Nós temos 40 mil radicais na língua portuguesa, podemos ter 50 mil, vamos chutar 60 mil, é o máximo. Só nas Universidades Federais nós temos 180 mil estudantes de Letras. Se o Ministério da Educação resolve incentivar as Universidades Federais a pesquisar os nossos radicais, vai dar briga, são três estudantes para um radical. E nós temos a internet a nosso favor. Quer dizer, aquilo que se demorava décadas para poder ser atingido, hoje a gente pode atingir em um ano, menos de um ano. Quem sabe até antes de 2013 a gente já tenha ideias novas para mostrar inclusive... Esse convite é para que todos os outros países participem com a gente também. E se não participarem, a gente pode ter a nossa fórmula e mostrar para cada um deles. Imagina a gente chegar para qualquer Ministro de Educação de qualquer país e falar: "Olha, você gasta 400 horas/aula para ensinar ortografia. Agora vai poder gastar só 100. Só que nas 400, o aluno não sai escrevendo, vai ficar o resto da vida sem saber escrever. E com 100 horas/aula ele vai saber escrever, porque é lógico". O que vocês acham que eles vão querer? Com certeza qualquer outro país vai querer entrar num sistema desse. Então se alguém tem que fazer isso, vamos fazer nós, vamos começar a fazer e vamos chamá-los para participar porque o interesse decisão todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Já terminou?

SR. ERNANI PIMENTEL: Infelizmente eu terminei. Eu me perdi aqui, que era muita pergunta, mas se tive era alguma específica eu posso responder.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu agradeço muitíssimo ao Professor Ernani. Como vocês viram--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permite, eu sei que estamos muitos apressados, mas eu queria, se me permite,--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Claro. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

--fazer uma pergunta. Nós estamos falando da reforma ortográfica, mas a língua não é só ortografia.

SR. ERNANI PIMENTEL: Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu pergunto se vai valer a pena a gente um dia tentar fazer uma reforma da semântica que elimina as ambiguidades na nossa linguagem. Aí só para uma brincadeira, o senhor tem o Movimento Acordar Melhor. Movimento é uma palavra que vem da física e nós importamos para o movimento político, social.

SR. ERNANI PIMENTEL: Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Deveríamos ter uma palavra para cada um. E acordar, aí é no sentido de fazer acordo, mas parece também de despertar.

SR. ERNANI PIMENTEL: Sim, nos dois sentidos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Então o senhor quis fazer a própria ambiguidade.

SR. ERNANI PIMENTEL: Essa é a riqueza da língua. Eu, como professor de análise literária, eu posso dizer que a gente não pode limitar os significados. O que nós temos que fazer, e é a obrigação de quem escreve, quando se escreve com uma intenção objetiva de comunicação... A ambiguidade é um erro, nós temos que eliminar a ambiguidade no nosso texto. Mas quando se escreve com a intenção artística e criativa, a ambiguidade, a plurissignificação é qualidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas quando a juventude diz: "Isso aqui é um barato", esse sentido polui ou enriquece a linguagem?

SR. ERNANI PIMENTEL: Enriquece a língua.

Do mesmo jeito que a gente fala, por exemplo, "Ele aciou o cachorro". E aí o pai diz: "Olha, o menino falou um palavrão, falou bunda". Aí o pai fala: "Não pode", e você não pode acuar o cachorro. Ora, acuar não era aceito porque era preposição 'a', substitutivo 'cu' e sufixo 'ar', quer dizer, é fazer alguém andar para trás até não ter mais saída, acuar. Resultado: era uma palavra chamada até obscena e de repente entrou na língua, quer dizer, nós não podemos ficar evitando a evolução. O que nós precisamos é ter, sim, um organismo que diga: "Essa palavra que está entrando nova deve ser escrita assim". Aí todo mundo tem que seguir. É o papel da Real Academia Española, está certo? Então é isso que nós precisamos ter.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Como vocês viram, a nossa língua--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu também só quero, assim, fazer algum tipo de encaminhamento, porque eu considerei assim a Audiência Pública extremamente rica, importante, permitiu-nos a todos refletir sobre esse tema, só que precisamos ter alguma coisa que aconteça agora, depois desta Audiência.

Me parece que a sugestão que o Professor Ernani Pimentel coloca é algo muito importante: "Não vamos discutir o Acordo, vamos discutir a reforma". Nós podemos ter perfeitamente o debate da reforma ortográfica, até convidando, inclusive, Ministérios e eventualmente em certos momentos os outros países para que essa discussão da reforma possa significar posteriormente algum acordo, se for o caso, se for o caso. Isso a trajetória vai, assim, definir.

Nós já temos exemplos nesta Casa que, por exemplo, na área do direito, há grupos que vêm se reunindo formalmente constituídos para a elaboração da reforma do processo penal, do processo civil, no sentido de agilização da justiça e com a maior participação possível da sociedade.

Então, Sra. Presidente, eu penso que, depois dessa Audiência Pública, ouvidos os expositores para que a ideia esteja em sintonia também com o que foi debatido aqui, possamos propor para a presidência do Senado Federal, já que envolve vários Ministérios, como o de Comunicações, quer dizer, essencialmente seria esta Comissão, porque a Cultura e Educação que estão aqui nesta Comissão... Essencialmente é esta Comissão. É que quando a gente constitui um grupo muito grande também, isso leva a se perder os objetivos desse trabalho em muitas ocasiões, talvez da própria Comissão aqui, mas, assim, algo sistemático, importante e envolvendo, como foi sugerido, setores todos da sociedade, as universidades, os estudantes, linguistas, filólogos, gramáticos, escritores, quem tiver assim conhecimento e desejo de participar, e que possamos, nesse sentido, ter um trabalho regular, sistemático, inclusive com a coordenação da própria sociedade. Nós podemos perfeitamente identificar pessoas que coordenem esse trabalho e que isso possa apresentar um resultado fruto desta Audiência Pública, porque me parece, o que a gente pode concluir é que um processo, o Acordo Ortográfico é um processo mal resolvido, na verdade é mal resolvido. E nós aprovamos isto, quer dizer, o Congresso Nacional aprovou o

decreto legislativo. Então não adianta ficar apontando culpados também porque somos corresponsáveis na culpa, se a culpa houver, como parece que há. Então vamos pensar para frente. E daí, o que é que nós vamos fazer? Como o Senador Cristovam também sugeriu, qual que seria o passo? E, naturalmente, é ortográfico, não pensando em termos semânticos, como foi colocado, em termos de uso de contexto, mas a ortografia do nosso léxico também.

Eu quero sugerir isto, que a gente possa assim se debruçar, pensar e organizar a ideia, mandar para os expositores, refletirmos, colocarmos para a Comissão e fazermos o encaminhamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flávio Arns. Era justamente essa a proposta quando pedimos a instalação dessa Audiência Pública, justamente para ver que tipo de encaminhamento poderia ser feito com os problemas que nós estamos ouvindo no País inteiro. A preocupação é de chegar em 2013 sem estarmos com isso resolvido.

Eu pensei, se os nobres pares aceitarem, depois a gente vê a área jurídica do Senado que nos dê quais são os caminhos que poderemos fazer aí. Me parece o que melhor seria, se for o caso, da reforma mesmo, que poderia ser feita, ou uma lei permitindo que o Executivo faça, se for o caso. Então nós faríamos isso após essa Audiência para encontrar o caminho e poderíamos fazer, como V. Exa.. disse também, uma nova Audiência Pública, se for necessário, e acredito que vá ser, para continuarmos essa discussão em outras bases, talvez.

Queremos agradecer muitíssimo aqui e dizer que vocês viram o quanto é importante a gente discutir o Acordo Ortográfico. Eu tenho certeza que muita gente ficou surpresa de ver essa Comissão discutindo essa questão, mas isso equivale dizer que... Eu gostaria que pudesse dizer que os milhões todos de brasileiros dependem disso. Infelizmente, nós temos aqueles que não têm ainda a escrita como a forma de se pronunciar e poder interagir com outros, mas eu acredito que, pelo menos, 150 milhões de brasileiros dependem daquilo que nós estamos discutindo hoje aqui, que depende para facilitar a vida deles. E nas nossas escolas, como disse o Professor Walter, precisamos muito saber o que é que nós queremos e o que é que os nossos alunos vão poder usufruir dentro da sala de aula.

Então, essas questões todas nós levantamos aqui, agradecemos muitíssimo a presença do Professor Leodegário de Azevedo Filho, que é Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia, o Professor Walter, que aqui está representando a ANPEd, muito obrigado pela presença, e o Professor Ernani Pimentel, do Mo-

vimento Acordar Melhor, que vem lutando arduamente para que essas mudanças sejam efetuadas.

Quero informar que, dentro de cinco minutos, acabando aqui, nós teremos nova Sessão Extraordinária da Comissão de Educação. Muito obrigado pela presença de todos. Declaro encerrada essa Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h26.

Sessão encerrada às 12h21.

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Papaléo Paes e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias e Eduardo Azeredo. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Reunião, do Senhor Daniel Santana, Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Senhor Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação do Município de Florianópolis – SC; Senhor Roger Madruga, cineasta e Senhora Roseli Maria de Oliveira, assessora de políticas públicas do Partido dos Trabalhadores. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item Único: Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artís-

ticas e culturais)”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 44/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que requer “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2009 – Complementar**, que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais).” O Requerimento de Urgência é aprovado. Neste momento, o Senador José Nery requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 40/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Nery, que requer “...nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte inclua representação da Confederação Nacional dos Municípios – CNM na lista de convidados aprovada para a Audiência Pública que discutirá os efeitos da Portaria MEC nº 788 de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. A Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senhora Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Pauta da reunião desta quarta-feira, dia 04 de novembro de 2009. Item Único, não terminativo. Proje-

to de Lei da Câmara nº. 200/09, Complementar. Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que altera a alíquota de tributação para produções cinematográficas, artísticas e culturais. Autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria da Senadora Ideli Salvatti. Relatório favorável.

Com a palavra a relatora do Projeto de Lei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Sra. Presidenta. Inclusive, vou pedir a compreensão de todos os senadores aqui presentes, para que nós possamos aprovar muito rapidamente esta matéria, até porque, neste momento, deve estar acontecendo a reunião do ministro da cultura, com vários artistas e também o Conselho Nacional de Cultura, para que possam serem agilizadas várias matérias que estão aqui no Senado, relativas ao interesse dos nossos artistas e de todos aqueles que se dedicam à riquíssima cultura brasileira.

Esse projeto, ele é originalmente de autoria do Deputado Mendes Thame e é um projeto que tem como objetivo adequar os produtores culturais, artísticos, cinematográficos brasileiros, enquadrando num anexo mais adequado, na Lei Geral da micro e pequena empresa.

A Lei Geral foi reformulada em 2008, ela tinha sido aprovada em 2006, a Lei Complementar nº. 123, que é de 2006, ela tinha os produtores culturais, cinematográficos, artísticos, eles estavam numa alíquota um pouco melhor.

Em 2008, com a alteração feita na Lei Geral da micro e pequena empresa, este setor cultural acabou ficando numa alíquota muito elevada, de 17,5%.

Então, nós estaríamos, agora, aprovando, com a mudança do enquadramento, ao invés de no Anexo 4, no Anexo 3 da lei de 2008, nós estaríamos praticamente fazendo com que este segmento cultural pudesse se enquadrar numa alíquota mais próxima ao que era originalmente. Então, ficaria, ao invés dos 17,5%, ficaria em torno de 6,5% a alíquota para este segmento.

Então, nós estamos, inclusive, aqui, com um documento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio favorável a esta alteração. É claro, como não poderia deixar de ser, a Fazenda é contra. Mas nós até ficaríamos surpresos se viesse da parte da Receita Federal um parecer favorável.

Mas há um movimento muito forte, inclusive, o próprio ministro da cultura, que ontem nos deu a honra de estar em Santa Catarina, assinando contratos do programa "Pontos de Cultura", foram 60 pontos de cultura, que vão receber em torno de quase sete milhões de recursos do Ministério, lá, para dar incentivo. E nós nos comprometemos com o ministro de aprovarmos, hoje, aqui, de apresentarmos o parecer

e buscar o consenso de todos os senadores da Comissão de Educação, para aprovar esta mudança no enquadramento.

Ao invés de permanecerem no Anexo 4, passarem para o Anexo 3, e isto, traduzindo para o entendimento das pessoas, significa que todos os nossos produtores culturais, todos os nossos artistas, que trabalham por conta própria, ao invés de... Quando se constituem enquanto empresa, micro e pequena empresa terão, então, uma tributação muito menor.

Então, era isto, Sra. Presidente, falando de forma muito simples, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei de origem na Câmara, inclusive, volto, aqui, a afirmar, é do Deputado Mendes Thame, que pertence ao partido da Senadora Marisa, que preside, aqui, a sessão, e para nós é muito importante dar este incentivo fiscal para as nossas micro e pequenas empresas que atuam no setor da cultura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Em discussão. Senador Sadi Cassol.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Eu gostaria de parabenizar a relatora Ideli Salvatti e dizer da importância de nós aprovarmos essa matéria nesta data, até porque, ontem, também, nós tivemos a visita no Plenário do conhecido e renomado cantor Zezé di Camargo, da dupla Zezé di Camargo e Luciano, onde também estavam atrás dessa matéria, no sentido da sua aprovação, para poder, cada vez mais, dar incentivo à cultura, enfim, toda essa área, da área artística do nosso país.

Então, eu quero já declarar favoravelmente e parabenizar o autor do projeto, bem como a relatora, favorável a esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, também, Sra. Presidente, parabenizar a iniciativa. A área cultural, artística merece todo o apoio nosso. Há diversos projetos em tramitação e debates que têm que acontecer nesta área, num conjunto de aspectos, assim, fundamentais para o desenvolvimento da produção artística, cultural, cinematográfica.

E este Projeto de Lei, em particular, a carga tributária, como já foi mencionada, que começava no percentual de 17,5%, passa, cai, no sentido de começar a partir de 6%. Então, é uma carga tributária significativamente menor.

Não é terminativo, vai para o Plenário. É de autoria de uma pessoa muito dedicada como parlamentar, que eu já o conheço há muitos anos, que é o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; o nome completo é

Mendes Thame, que é conhecido, inclusive, é Antonio Carlos Mendes Thame, de São Paulo, já foi Prefeito, inclusive, é uma pessoa que merece todo o respeito, e, aqui, a relatoria da Senadora Ideli Salvatti, também com vínculo bastante grande com a área. Então, é motivo para festejarmos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Continua em discussão. Antes da aprovação final, a discussão final, eu gostaria, aqui, de agradecer a presença do Sr. Daniel Santana, presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, do Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, é um prazer enorme vê-lo aqui conosco, um grande batalhador e lutador, secretário municipal de educação de Florianópolis, Santa Catarina. Sr. Roger Madruga, cineasta, que está aqui conosco. E a Sra. Roseli Maria de Oliveira, assessora de políticas culturais do Partido dos Trabalhadores. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa.

Não havendo mais quem queira discursar, em votação. Aqueles senadores e senadoras que concordam com o parecer da Relatora Ideli Salvatti permaneçam como se acham. Aprovado. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente. Só agradecer o apoio e a unanimidade na aprovação e fazer o seguinte registro: o projeto, ele não é terminativo. Ele deverá passar ainda por outras comissões. Mas, se houver possibilidade, eu quero inclusive pedir o apoio, de nós podermos ter um regime de urgência para a matéria. Até porque a pauta do Plenário do Senado está aberta. Nós não temos Medidas Provisórias trancando a pauta. E, portanto, acho que nós deveríamos até ter um esforço, porque eu entendo que esta é o tipo da matéria que não haverá discordância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Primeiro, vai para a CAE.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É. Ele vai para a CAE. A não ser que os líderes e a própria Comissão, se a Comissão, por exemplo, concordasse, nós poderíamos apresentar um requerimento de regime de urgência. E aproveitar esta janela, sem nenhuma Medida Provisória trancando, para, de repente, quem sabe, hoje à tarde, fazemos a votação no Plenário.

É muito importante, Senadora Marisa, o setor cultural no Brasil, apesar de as pessoas não terem a dimensão, ele é responsável por algo em torno de quase 5% do PIB, Senador Cristovam Buarque.

Então, movimenta e muito a economia. E esta redução da carga tributária vai permitir, inclusive, uma formalização maior ainda deste setor, que é tão importante e que emprega tanta gente.

Então, se nós pudéssemos ter uma apresentação de um requerimento de urgência em nome da Comis-

são, nós tentaríamos construir, e aí eu quero já pedir o apoio de todos os líderes de todos os partidos, nós poderíamos tentar votá-lo hoje à tarde, se houvesse acordo das lideranças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Se todos concordarem, é possível fazer isso. Então, esta Comissão vai... Peço ao Secretário Júlio que providencie, para que a gente possa... Sim.

Ele está me dizendo que urgência tem que colocar primeiro em votação. Todo mundo diz que concorda... Mas é nominal? Então, todo mundo já concordou. Mas, em todo caso, eu coloco em votação. Aqueles todos que concordam permaneçam como se acham. Aprovado também o pedido de urgência feito pela Senadora Ideli Salvatti, e essa Presidência vai tomar todas as providências necessárias para que isso se dê o mais rápido possível, que hoje à tarde já esteja no Plenário.

Não havendo mais nada a tratar... Quero agradecer muitíssimo--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria solicitar que a senhora pudesse colocar em votação requerimento de minha autoria, que é só aditamento de convidado para uma Audiência Pública, já aprovada nesta Comissão. Se V.Exª concordar, eu gostaria de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Como não. Primeiro, o Senador José Nery solicita a entrada de um requerimento extrapauta. Senador e senadora que concorda permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento... *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte inclua a representação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) na lista de convidados aprovados para a Audiência Pública que discutirá os efeitos da portaria do MEC nº. 788/09, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB. Senado Federal, 28 de outubro de 2009, Senador José Nery Azevedo, líder do PSOL."*

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. Aprovado.

Não havendo mais nada que queiram discutir, quero agradecer muitíssimo a presença de todos, fomos até o final, com duas reuniões hoje. Agradecemos a presença de todos e damos por encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 12h38.

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia dez de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Papaléo Paes e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino e Alvaro Dias. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senador Flávio Arns encaminha sugestão no sentido de oficial o Excelentíssimo Ministro da Educação, Fernando Haddad, solicitando esclarecimentos com relação ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, realizado em 08 de novembro do corrente, que segundo noticiado pela mídia (Jornal O Globo, em 10/11/2009), fez menção às ações do governo federal em 4 (quatro) das 10 (dez) questões de conhecimentos gerais comuns às 27 (vinte e sete) carreiras avaliadas, em detrimento da correta avaliação dos estudantes. A proposta é aprovada. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 019: Aviso nº 51, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 223, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (TC –

002.363/2000-6)”. O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o relatório, pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso, é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de títulos publicados no País pelas bibliotecas das instituições de ensino superior”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 021: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Professor Luizinho, que “Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a fiscalização e controle dos recursos do Fundef)”. O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, que “Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria o décimo-quarto salário dos profissionais da educação da rede pública e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. Neste momento, o Senador Inácio Arruda requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 002, o que é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, com as duas emendas oferecidas na CCJ. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas

em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE.

Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Barros, que “Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Itagiba, que “Dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Imigração Judaica e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos o trecho, na cidade de Natal-RN, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR – 101”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó”. O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis.

Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Reunião, do Senhor Professor Cláudio Lembo, Ex-Governador do Estado de São Paulo. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. Neste momento, o Senador Papaléo Paes pede a palavra para manifestar posição contrária à proposta de reforma administrativa da Casa, formulada pela Fundação Getúlio Vargas, no tocante às vagas destinadas aos gabinetes e as comissões, sob a alegação de que os avanços obtidos ao longo do tempo serão perdidos, lembrando que o prazo final para apresentação de emendas esgota-se na próxima quinta-feira. No mesmo sentido manifestam-se os Senadores Romeu Tuma, Marisa Serrano e Flávio Arns, que ressalta a importância do papel das Comissões Permanentes do Senado Federal no processo legislativo, que é, essencialmente, atividade fim da Casa, com o que todos concordam. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao ‘Pai da Aviação’, Alberto Santos Dumont”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Pa-

raíba, no Município de Mamanguape”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Moraes, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança.” O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Cabo Júlio, que “Torna obrigatória a inclusão no programa de disciplinas dos ensinos fundamental e médio de estudos sobre o uso de drogas e dependência química”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. Prosseguindo, o Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 45/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “...nos termos regimentais, a realização de Seminário, no âmbito desta Comissão, para debater “O Negro nos 120 Anos da República e a cultura Afro-Brasileira”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 46/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “...nos termos regimentais, que a **Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)** do Senado Federal realize Audiência Pública para debater o projeto de parceria realizado entre a **União Parlamentar Escoteira do Brasil (UEB)**; a **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CECIRM)**, onde se encontra o **Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)** e a **União dos Escoteiros do Brasil (UEB)**, que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiros brasileiros à Antártica, vencedores que foram do **Mutirão Nacional de Ação Ecológica (MUTECO)**, promovido anualmente pela UEB. Nesse projeto de parceria foi mobilizado o contingente de escoteiros do País, cerca de 70.000 jovens de todas as Unidades da Federação, em torno das causas de preservação e emprego sustentável do meio ambiente, com o imprescindível apoio de uma das mais bem sucedidas políticas de Estado Nacionais – O Programa Antártico Brasileiro. Os resultados da iniciativa demons-

tram a potencialidade da união de esforços entre as políticas de estado, representadas pelo PROANTAR e as organizações sociais, representadas pela UEB, com a articulação parlamentar da UPEB. Indico como convidados o **Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves**, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), responsável pelo Programa Antártico Brasileiro; o **Sr. Paulo Eugênio de Oliveira**, Presidente da **União dos Escoteiros do Brasil (UEB)**, o **Sr. Rubem Tadeu Perlingeiro**, Coordenador do Mutirão Nacional de Ação Ecológica (MUTECO); o escoteiro de Americana – SP, **Daniel Lucas Rodrigues**; o escoteiro de Florianópolis – SC, **Gabriel Renaldo de Sousa** e a escoteira de Sapucaia do Sul – RS, **Pâmela Carvalho da Silva**. O Requerimento é aprovado. **Item 022: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de lançamento do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas: a Escola Aprendendo com as Diferenças, a ser realizado no dia 11 de novembro do corrente, na sala de Atos, no 9º andar do edifício-sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) que a Comissão disponibilizou, em sua página no site do Senado Federal, os seguintes relatórios: Repasses de Recursos Públicos às Entidades Esportivas, no período de 2003 a 2008; e Programas e Ações do Ministério do Esporte. Os relatórios citados visam democratizar o acesso à informação, pois permitem ao cidadão conhecer, entender e acompanhar as formas e a quantidade de recursos públicos repassados às entidades de administração do esporte nacional, assim como as principais linhas de ações e programas executados pelo Ministério do Esporte, os quais buscam ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer. O endereço eletrônico para consulta é www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Diversos”. A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009 e Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009**. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** la-

vrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós hoje temos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, eu gostaria de trazer só à consideração de V. Exa. e desta comissão o encaminhamento que foi feito na prova deste último domingo do ENADE, que é a avaliação da instituição de ensino superior.

E nós no Brasil estamos, felizmente, criando uma sistemática de avaliação do ensino médio, de avaliação das séries iniciais, do ensino fundamental e do ensino superior e essas avaliações vão nos permitir comparar cursos, comparar instituições de ensino superior, orientar a comunidade. Enfim, nós temos que ter um sistema de avaliação cada vez mais adequado.

Contudo, o que aconteceu neste último domingo e que foi estampado pelos meios de comunicação, foi no sentido, algo no sentido de personalizar o processo de avaliação. A gente poderia usar a expressão “fulanizar” o processo, personalizar, e até eu diria “partidarizar” o processo de avaliação.

Poderia parecer estranho, porque eu estava no Partido dos Trabalhadores, agora não estou mais, mas eu penso que a nossa responsabilidade nessa comissão não é com o partido político, nós não podemos “partidarizar” os procedimentos, que é algo... Esta Comissão tem se pautado sempre por uma postura suprapartidária, seja na educação, seja na cultura, nós discutimos o tempo todo, o tempo todo, como melhorar a educação, como aprimorar a cultura, como ter novos mecanismos para esporte.

E o que aconteceu, por exemplo, na questão 19 do ENADE, está escrito, estampado aqui: *“Quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a crise financeira mundial era um ‘tsunami’ no exterior, mas no Brasil seria, entre aspas ‘uma marolinha’, vários*

veículos da mídia criticaram a fala presidencial. Agora é a imprensa internacional que lembra e confirma a previsão de Lula”.

Quer dizer, evidentemente está citando o nome do Presidente, está personalizando, está enaltecendo o que o Presidente colocou, está dizendo que a imprensa internacional agora está reconhecendo.

Ou seja, a gente não precisa disso no Brasil. Por que fazer propaganda, por que enaltecer, por que fazer essas coisas em exames nacionais em que o nosso objetivo é avaliar a qualidade da instituição de ensino superior?

E eu fico imaginando no ENEM, agora, Exame Nacional de Ensino Médio, se é de fato para avaliar, se é para enaltecer um ano antes da eleição, milhões de pessoas lendo aquele texto e eles colocam: *“Considerando a realidade atual da economia no exterior e no Brasil, é correto afirmar que houve, por parte dos críticos: atitude preconceituosa”*, em relação a quê? Ao Lula, ao Governo, *“irresponsabilidade; livre exercício da crítica; manipulação política da mídia; prejulgamento”*.

Ou seja, a pessoa está induzindo a se enaltecer o Governo, enaltecer o Presidente; pode ser enaltificado, pode ser feito, pode se vangloriar daquilo que está sendo feito, e tem muitas coisas de orgulho, mas não numa prova de avaliação da qualidade dos cursos que são ofertados por nossas instituições de ensino superior no Brasil. Isso não pode acontecer.

Isso, eu diria, é um crime que se comete contra um processo que vem sendo construído no Brasil e que tem que dar credibilidade para um sistema de educação.

Então, eu quero trazer este fato para os colegas, inclusive, parlamentares aqui dessa comissão e para esta comissão e requerer de V. Exa., como Presidente, vice-Presidenta da comissão, que possamos cobrar explicações, cobrar explicações, do Ministério da Educação, para se ver porquê, por qual razão esses procedimentos vêm sendo tomados.

Quer dizer, qual é o compromisso com esta prova? É vangloriar o governo? Então acabe a prova. É avaliar a instituição de ensino superior? Mude-se a prova.

Eu considere, particularmente, um crime; um crime isto que está sendo cometido, um desrespeito às instituições, um desrespeito aos alunos, um desrespeito a um sistema que a sociedade está construindo.

E a gente pensa no ENEM agora. ENEM, exame nacional, vai entrar na universidade. Então tem que estudar o plano de governo, as propostas de governo, para ver se consegue responder as perguntas.

E esta resposta aqui, eu até diria, tem que ser anulada essa questão específica aqui, por que qual é

a resposta? Será que é *atitude preconceituosa, irresponsabilidade*, o jornal usou foi irresponsável, houve *manipulação política*, um *prejulgamento*?

E dizendo assim: “Não, o Lula tinha razão, o Lula tinha razão porque foi uma marolinha, não foi um *tsunami*, o Lula tinha razão”. E a pessoa diz: “Não, mas será que perder o emprego é uma marolinha?” Será que deixar de investir é uma marolinha? Será que o PIB cair de seis pontos alguma coisa para dois, três é uma marolinha? Será que os países, se não tivessem tomados as atitudes que tomaram lá no exterior seria essa marolinha no Brasil?

Mas, de qualquer forma isso é um debate que se faz, e necessário, mas não para avaliar uma instituição de ensino superior, onde nós queremos exames, provas de qualidade e de competência.

Então, Sra. Presidente, eu queria apresentar isso para a comissão, e pedir explicações, o Ministério da Educação deve explicações para a sociedade, para o Brasil. Para que é que serve um exame de avaliação desse? É para elogiar o governo? Acabe o sistema de avaliação. É para avaliar a instituição? Mude-se, despeça-se, demita-se as pessoas que ideologicamente estão tomando essas atitudes dentro do ministério; é uma ideologia de propaganda, de propaganda a favor e nós, como educadores, não queremos isso para essa finalidade.

Esse debate é importante, mas para outras finalidades, não para avaliação do ensino superior como se pretende numa prova séria, que foi séria, até esse domingo pelo menos, foi séria, e que nós temos que resgatar que deixou de ser séria em função disto e queremos resgatar a seriedade para a avaliação.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Obrigada, Senador Flávio Arns. Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, eu estava lendo hoje um artigo do *Globo*, “*As questões do ENADE elogiam ações do Governo Lula e são criticadas por professores universitários*”.

E o Presidente da FENAJ, que é a Federação Nacional dos Jornalistas, critica que “*Das dez questões de conhecimentos comuns às vinte e sete carreiras avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE, quatro foram elogios a ações do Governo Federal*”.

E o Sérgio Murillo de Andrade, que é o Presidente da FENAJ diz que não é um consenso que a crise tenha sido superada já completamente, que não há esse consenso nem entre os críticos da economia. E critica o alinhamento político nem, de um lado, e nem do outro, mas que é muito ruim, que é a primeira vez que estamos vendo um alinhamento político numa

prova que de dez questões, quatro são direcionadas a apoiar o Governo.

E que o Reynaldo Fernandes, que é Presidente do INEP, que é o órgão responsável pelo ENADE, disse que “*Uma comissão de sete professores definiu as diretrizes da prova, mas coube à empresa CONSULPLAN, contratada para realizar o exame, formular as questões*”.

Quer dizer então que as questões foram formuladas por uma empresa chamada CONSULPLAN.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.
Que absurdo!

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É claro que é um absurdo a partidização num exame como esse, que termina virando uma publicidade subliminar.

Mas eu quero ir, senador a outro ponto.

Além disso, a pergunta que o senhor se referiu, o exame foi deseducador. Por quê? A pergunta foi deseducadora, porque trata a crise brasileira como se fosse um aspecto apenas da economia.

A tal da marolinha na economia, até pode ter sido marolinha, mas ela está aumentando o endividamento, está aumentando a depredação ambiental e ela está ameaçando ainda o próprio sistema financeiro.

É preciso tratar a crise como quatro crises: a financeira, a econômica, a ecológica e a social. Falar em marolinha só de uma, é como se uma pessoa estivesse doente de diversos aspectos e você olhasse apenas um dos aspectos. Então termina sendo deseducador para a nossa juventude, que continua com a cabeça prisioneira apenas da economia, sem olhar os outros aspectos da grave dimensão da crise, que não é só brasileira, mas que é planetária hoje, que inclui o social, que inclui o ecológico, e que inclui o financeiro, pelo endividamento crescente.

A gente tem vendido mais carros, isso tem trazido o crescimento, mas daqui a cinco anos, a gente vai ver as consequências disso na hora dos compradores que não têm condições e começam a devolver os seus carros porque não podem pagar.

Então eu quero só insistir que além de ser um equívoco a manipulação partidária, eu acho que é um grave equívoco é a visão equivocada, e, portanto, uma pergunta deseducadora, na medida em que impede o aluno de ver a totalidade da crise que a gente atravessa.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Obrigada, Senador Cristovam.

Eu queria então, nas palavras do Senador Flávio Arns e do Senador Cristovam, fazer uma proposta aqui, pelo que eu ouvi, Senador Flávio Arns era talvez, nós temos várias possibilidades de oficiar ao Gover-

no, um deles é um ofício pedindo explicações; se não responder o ofício nós temos também o regime de... O requerimento de informação, que são trinta dias para responder, mais trinta dias, quer dizer são 60 dias, só o ano que vem para responder.

E aí depois também tem uma nota de repúdio, que vai para a CCJ também, que é possível se fazer.

Então temos que discutir aqui, se todos concordarem, aquilo que eu coloquei, Senador Flávio, Senador Cristovam, nós não podemos deixar passar essas coisas, porque isso é próprio de um regime totalitário, quando começa a fazer proselitismo nas provas de avaliação das universidades e da educação.

E avaliação não é feita para ser a favor ou contra o Governo, avaliação é para ver se o aluno sabe o conteúdo daquilo que deve ser oferecido a ele durante o ano letivo e nós temos que estancar, acredito eu, isso no começo já, no início, para que não aconteça mais isso no país.

Eu queria ouvir qual é proposta que o Senador Flávio Arns colocou: é um ofício, é um requerimento de informações, ou é uma nota de repúdio? Talvez um ofício para começo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, eu penso que antes de estabelecer uma nota de repúdio, nós devamos falar com as pessoas, indagar, perguntar para os responsáveis.

Agora, quem é responsável, no fundo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): É o ministério.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não é o INEP.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O responsável, no fundo, é o Ministro da Educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Ministro da Educação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E por quem eu tenho muito respeito. E me admira que com a credibilidade que o ministro tem e com o esforço que ele faz no sistema de avaliação, do sistema da educação, que ele permita que essas coisas aconteçam.

Aquilo que o Presidente do INEP colocou é um absurdo absoluto, não, professores elaboraram, mas uma empresa... Uma empresa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Formulou as questões.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Teve que fazer o sistema, teve que fazer a prova, fez a prova, uma empresa fez a prova.

Não, o sistema de avaliação é responsabilidade do MEC. É que nem o Obama fala, vamos pegar o

exemplo do Obama: "Eu sou o responsável por aquilo que acontece no Governo". E o próprio ministro dizer: "Eu sou o responsável e não a empresa por aquilo que acontece no meu ministério".

E tenho, repito, pelo ministro, muitas razões para elogiá-lo, muitos fatos. Agora isso aí não está adequado. Então, colocaria o ofício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): O ofício primeiro?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E convidaria o ministro para explicar o que é que aconteceu nesse exame aí.

Quer dizer, como é que isto vai avaliar a instituição de ciência superior, esse componente da prova vai ajudar a ter uma nota, para que ele venha dar explicações sobre isto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Ok. Então fica o seguinte, faremos, se todos concordarem, um ofício--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu acho que não foi mencionado aqui, uma audiência pública aqui, nessa comissão, para pedirmos as devidas explicações e avaliações e daí se requerer, se constituir uma Audiência Pública mediante requerimento dos senadores aqui presentes, devendo-se agora selecionar quem seriam os convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Senador Goellner, esse ano não tem mais data para Audiência Pública, a Secretaria nos informa. Pelo número de Audiências Públicas que já estão entrando para o ano que vem.

Então, eu sugiro que se faça um ofício, se todos concordarem, ao Sr. Ministro pedindo explicações a respeito. E conforme a resposta do Sr. Ministro nós tomaremos as decisões que a comissão achar melhor, se todos concordarem com o ofício. Está aprovado.

Item 19 da pauta, encaminha... Aviso nº 51, de 2000, "*Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 223, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (Tribunal de Contas 363, de 2000).*" Autoria, Presidente do Tribunal de Contas e a relatoria do Senador Neuto de Conto, a quem eu passo a palavra.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Senadora Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sras. e Srs. Senadores.

“Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Aviso nº 51, encaminhado em 2000 a esta Casa pelo Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre a Decisão nº 223, do mesmo ano, adotada pelo Tribunal, para fins de conhecimento.

A sobredita decisão diz, em seu item 8.1, que o TCU conheceu da representação formulada pelo titular de sua 6ª Secretaria de Controle Externo para considerá-la procedente, tendo em vista o entendimento firmado pelo Tribunal no sentido da inconstitucionalidade do art. 3 e 11 da Medida Provisória nº 1.979-16, de 09 de março de 2000, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências, por considerar que a atribuição de competência, aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para analisar prestações de contas de recursos federais, infringindo as disposições dos arts. 70, 71, § 2º e VI, e 75, da Constituição Federal.

No texto da decisão em tela, especificamente em seu item 8.2, lê-se que o Tribunal de Contas da União resolveu, ainda, comunicar a diversas autoridades, inclusive ao Presidente do Senado Federal, sobre a necessidade de serem introduzidas modificações na MPV em questões de modo a afastar a inconstitucionalidade decorrente da forma de prestação de contas por ela instituída, encaminhando-lhe cópias da discussão, acompanhadas do Relatório e do Voto que formularam.

O processado foi distribuído à Comissão de Constituição... Comunicação, Justiça e Cidadania, CCJ, e da Comissão e à de Fiscalização e Controle.

Na CCJ, onde entrou em 26 de abril de 2000, foi aprovado relatório do Senador Demóstenes Torres, em 02 de abril de 2009, pelo arquivamento ao final da tramitação pelas necessidades... Mencionadas comissões.”

Análise. “A matéria diz respeito à Decisão adotada pelo TCU no sentido da inconstitucionalidade do art. 3º e 11, da MPV nº 1.949-16, de 09 de março de 2000, que reedita idênticos dispositivos na Medida Provisória 1.784, de 14 de dezembro de 1998.

O Tribunal considerou que as atribuições de competência aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, para analisar prestações de contas de recursos federais, infringindo as disposições contidas nos arts. 70, 71, § 2º e 6º, de 75, da Constituição Federal.

O encaminhamento a esta Casa do Aviso em tela ocorreu, conforme nele consta, para fins de conhecimento.

O TCU decidiu, na ocasião, comunicar as diversas autoridades, inclusive ao Presidente da República, sobre a necessidade de serem introduzidas modificações na MPV em questão, de modo a afastar a alegada inconstitucionalidade.

Ocorre que a MPV nº 1.979-19, de 02 de junho de 2000, apresentou diversas alterações em relação às edições anteriores, não mais incidindo na inconstitucionalidade apontada pelo Tribunal de Contas da União, cuja competência de fiscalização foi expressamente reconhecida em seu art. 5º.

Complementarmente, o texto da MPV 1.979-19 dispôs sobre fiscalização dos recursos financeiros relativos ao art. 4º do PDDE e no art. 12.

As alterações acima referidas foram reafirmadas por medidas provisórias posteriores e, mais recentemente, aperfeiçoadas pela Lei 11.947, de 17 de junho de 2009.

Com isso, democratizou-se o acompanhamento e controle social dos gastos em alimentação escolar e manutenção das escolas, sem cometer a Tribunais de Contas Estaduais e Municipais a tarefa de exame das contas envolvidas, confirmando a prestação de contas às autoridades federais que repassaram os recursos e reconhecendo o papel do Tribunal de Contas da União como representante do Congresso Nacional nessa importante missão.”

O Voto. “Assim sendo, opino, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa, pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso nº 51, de 2000, após o seu trâmite na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”.

É o relatório, é o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Neuto de Conto.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Gostaria de passar ao Item nº 05, não terminativo. E pediria ao Senador Zambiasi, se possível, que fosse o relator ad hoc do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2004. “Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de títulos publicados no País pelas bibliotecas das instituições de ensino superior.” Autoria do Deputado Fernando Gabeira. Relatoria do Senador Inácio Arruda, favorável o relatório. Observação: a matéria constou da pauta das reuniões dos dias 27 e 03 de 11. Relator ad hoc, Senador Zambiasi, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigada, Presidenta Marisa Serrano. É o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de autoria do Deputado Fernando... É o item... De autoria do Deputado Fernando Gabeira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aquisição de títulos publicados no país pelas bibliotecas das instituições de ensino superior.

Eu vou direto à análise. Por força do exposto no art. 102, a análise relatada pelo Senador Inácio Arruda.

“Por força do disposto no art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta comissão opinar sobre proposições que versam sobre, entre outros assuntos, instituições educativas. Daí a legitimidade desta comissão para emitir juízo sobre a matéria.

No que tange ao mérito, ao se insurgir contra a reprodução indiscriminada de textos técnicos e científicos produzidos no País, a medida proposta tem, pelo menos, três efeitos interrelacionados.

Primeiro, ela protege direitos autorais e cria perspectivas de dinamização do mercado editorial brasileiro. A ampliação desse mercado, em si, já representa um ganho para o País, que carece de maior número de editoras e livrarias.

Mas o retorno maior será, sem dúvida [soa a campanha], o barateamento de obras, com o consequente aumento do acesso à produção autoral nacional.

Segundo, ela pode viabilizar o aumento do acesso disponível aos alunos brasileiros. Com isso, esse segmento é beneficiado pela redução de custos de reprodução de textos, tão corriqueira em sua vida acadêmica.

Por fim, a matéria tem evidente caráter educativo, na medida em que contribui para a formação de profissionais mais atentos à necessidade de se respeitar o patrimônio intelectual que, no mundo científico e do conhecimento, constitui bem dos mais valiosos.

Por isso, a matéria é meritória, a merecer, portanto, a acolhida desta Casa.”

O Voto, que eu relato do Senador Inácio Arruda, em vista do exposto, então, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 63/2004.

E eu quero referir aqui que Porto Alegre está efervescente com a Feira do Livro.

Nós temos uma das mais tradicionais feiras culturais do Brasil, que é a feira do livro de Porto Alegre. É um sucesso, são milhares de pessoas visitando, uma média de vendas superior a 500 mil livros, que é um fato, assim, marcante, quer dizer, é realmente, a cultura do livro, da leitura sendo estimulada durante quinze dias.

É uma grande festa popular, é o livro na praça, as crianças das escolas visitando os stands e conhe-

cendo as publicações, eventos, pela manhã, pela tarde e ao anoitecer. Aos finais de semana realmente se transforma numa festa popular belíssima, com peças teatrais ao ar livre, leituras e, acima de tudo, estimulando a descoberta da leitura e do livro.

Por esta razão, tudo que vier a favor do livro é importante.

Eu acompanho a relatoria do Senador Inácio Arruda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

É importante o que V. Exa. disse aqui a respeito da leitura, e oxalá a gente tivesse mais eventos que oportunizassem à população brasileira a ter contato direto com o livro, não só as crianças, mas toda a população.

Continua em discussão. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Senadora Marisa Serrano, que preside esta reunião.

Eu tenho a impressão que a CCJ ao apreciar o assunto considerou a matéria inconstitucional; suspeito, não... Posso estar equivocado. E talvez fosse o caso de se verificar se não há equívoco de minha parte.

E também, se evidentemente isso aconteceu, eu acho que nós poderíamos também fazer uma alteração na redação para que se escoimasse a inconstitucionalidade, se é que ela existe ou foi apontada na CCJ.

Não quero entrar no mérito. Acho o que mérito...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo. O relator não levantou a questão da inconstitucionalidade, não acusou isso, mas V. Exa. pode, sim, requerer a verificação da inconstitucionalidade, o encaminhamento da matéria para a CCJ, por exemplo.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): E, sobretudo, encontrar uma forma de superar a inconstitucionalidade, a apontada inconstitucionalidade, se tal efetivamente ocorreu quando a CCJ apreciou o assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A CCJ não se manifestou pela inconstitucionalidade.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não se manifestou... A CCJ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ela se manifestou pela constitucionalidade.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Tem pela rejeição do... Eu acho o que Senador Demóstenes... Não. Foi o Senador Alvaro Dias que teria sido o relator. Na página 62, eu não sei se a página 62... *“Em face do exposto, o Voto é pela rejeição do Projeto de Lei*

da Câmara nº 63/2004, nos termos do art. 133, inciso II do Regimento Interno do Senado". E na página...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Achamos. O projeto chegou ao Senado Federal em 2004, onde foi distribuído à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou o parecer por sua rejeição ante o entendimento de que era inconstitucional e injurídico e a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O Senador Zambiasi, o Senador Arruda coloca o voto pela aprovação, mas a comissão, a CCJ, deu... Rejeitou o projeto, ante o entendimento de que era inconstitucional e injurídico.

Podemos fazer, refazer o parecer, se for do interesse de todos, ou votar do jeito que estar e depois ir ao Plenário, quer dizer, aí nós temos que dar aqui a nossa contribuição.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Marisa, tendo em vista essa informação nova que vem através do Senador Marco Maciel, da CCJ, eu vou solicitar, como relator *ad hoc*, para revisar o parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então o Senador Zambiasi... Retiramos o projeto para revisar o parecer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Retira... Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está autorizado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): E pode ser, Sra. Presidente, eu acho até que pode ser... A análise que ele fizer, poderá fazer um reexame da questão e superando, consequentemente, o vício da apontada inconstitucionalidade.

E a questão então poderia ter, o projeto poderia ter sua normal tramitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade. Obrigada, Senador Marco Maciel, foi muito bom V. Exa. estar atento para a discussão de um projeto que poderia realmente ferir a constitucionalidade.

Item nº 21, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 50/2004, "Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre a fiscalização e controle dos recursos do FUNDEF." Autoria, Deputado Professor Luizinho. Relatoria Senador Adelmir Santana, pela prejudicialidade.

Passo a palavra ao relator.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): "Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo desse projeto é o de aperfeiçoar o funcionamento do FUNDEF.

Ocorre que a vigência do FUNDEF se encerrou em 31 de dezembro de 2006, sendo ele substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, o FUNDEB.

Por isso, o PLC nº 50, de 2004, fica prejudicado pela falta da materialidade jurídica, ao tempo em que os seus objetivos foram em boa hora alcançados na legislação subsequente.

Pelo exposto, o Voto é pela declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento definitivo do PLC nº 50, de 2004, nos termos do art. 334, inciso I, § 4, do Regimento Interno do Senado Federal. Esse é o nosso Voto".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

O outro, o Item nº 09, também vamos pedir ao Senador Marco Maciel que seja o nosso relator *ad hoc* deste Item nº 09, Senador Marco Maciel, Projeto de Lei da Câmara nº 149, que "Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará." Autoria, Deputado Marcelo Teixeira. Relatoria, Senador Inácio Arruda; relatório favorável na forma do substitutivo oferecido.

Na reunião do dia 07 de 07, foi concedida vista ao Senador Gilberto Goellner, que não apresentou manifestação por escrito. A matéria constou da pauta das reuniões do dia 27/10 e 03/11.

Com a relatoria, o relator *ad hoc* o Senador Marcos Maciel.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): O relatório, portanto, já foi lido?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já foi lido.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Senadora Marisa Serrano, Presidente da Comissão, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista a manifestação da Presidência da comissão, eu vou me ater exclusivamente ao voto, já que a matéria já foi lida e etc. E que com isso também faço um pouco da economia processual, ou seja, ganhamos tempo.

Então Sras. e Srs. Senadores, "Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 149, de 2008, na forma do seguinte Projeto de Lei da Câmara nº 149/2008, Substitutivo."

A ementa é a seguinte: denomina, aspas “Rodovia Padre Cícero Romão Batista”, fecha aspas, “o trecho urbano da Rodovia BR-116, compreendido entre os viadutos de 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e altera a Lei 11.363, de 23 de outubro de 2006, e a Lei nº 11.916, de 09 de abril de 2009, de modo a redefinir os trechos da Rodovia BR-116 denominados, aspas, ‘Rodovia Santos-Dumont’, fecha aspas, e, abre aspas, ‘Rodovia Governador Virgílio Távora’, fecha aspas, respectivamente.”

E o texto passa a ser o seguinte: “O Congresso Nacional decreta: fica denominado, aspas, ‘Rodovia Padre Cícero Romão Batista’, fecha aspas, o trecho urbano da Rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto da Avenida 13 de Maio e o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º A ementa e o art. 1º da Lei nº 11.363, de 23 de outubro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações: aspas, ‘Denomina Rodovia Santos-Dumont’, fecha aspas, o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará, e o entroncamento com a Rodovia BR-040, no Estado do Rio de Janeiro. Art. 1º Fica denominado Rodovia Santos-Dumont o trecho da Rodovia BR-116 compreendido entre a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará, e o entroncamento com a Rodovia 040, no Estado do Rio de Janeiro.”

Art. 3º, a ementa e o art. 1º da Lei nº 11.916, de 09 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações: aspas, “Denomina Rodovia Governador Virgílio Távora o trecho da Rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, e a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará”, fecha aspas.

Art. 1º. Fica denominado, aspas “Rodovia Governador Virgílio Távora o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, e a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

E fica, consequentemente, a página 88 denominada Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos 13 de Maio e a Cidade dos funcionários na cidade da Fortaleza estado do Ceará.

“O Congresso Nacional decreta, art. 1º, fica denominado Rodovia Padre Cícero Romão Batista, o trecho urbano da BR-116, situado entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Art. 2º esta lei entrará em vigor na data da sua publicação”.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senador Marco Maciel. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham, aprovado.

O Item nº 03, não terminativo. Projeto de Lei do Senado 319, que “Cria o 14º salário dos profissionais da educação da rede pública e dá outras providências.” Na reunião do dia 03 foi concedida vistas à Senadora Fátima Cleide, que não apresentou manifestação por escrito.

Portanto, continua em discussão o Projeto de Lei que cria o 14º salário dos profissionais de educação da rede pública e dá outras providências. Relatoria do Senador Marconi Perillo e relatório favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com o projeto, permaneçam como se acham. Aprovado.

Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidenta, apenas para dizer da minha satisfação de ver esta comissão aprovando esse projeto. Com esse projeto nós temos a possibilidade de vincular a performance dos alunos e dos professores a um incentivo monetário financeiro.

O projeto está bem feito no sentido de que só receberá esse 14º os professores e funcionários administrativos das escolas que tiverem um incremento no IDEB e, segundo, todos os professores e todos os funcionários, então não cria concorrência entre os professores, como alguns estão dizendo. Absolutamente.

O que vai criar, realmente, é uma cobrança maior de alguns professores sobre outros. Um professor começa a faltar muito e os outros professores vão dizer: “Cara, você precisa estar aí presente, porque senão nós todos vamos perder.”

Vai haver uma emulação e não uma competição, é diferente, uma emulação no lugar de competição.

Eu fico muito feliz e espero que na CAE esse projeto passe rapidamente e que nós tenhamos ele enviado para a Câmara e em breve podemos comemorar isso no Brasil inteiro, porque em alguns estados essa ideia do 14º já existe.

Então, muito obrigado a todos os colegas senadores, e creio que estamos dando um bom passo para melhorar a qualidade da educação e dar um apoio maior aos nossos professores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Essa matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sociais, CAS e não CAE, não CAS. Eu espero que na CAS...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E vai para a CAE também. Temos *quorum*?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, o Item 02 da pauta, há uma solicitação da União Nacional dos Estudantes e da UBS, querem fazer uma observação sobre o projeto.

Eu já apresentei aqui o relatório, é terminativo, de qualquer sorte não temos número suficiente para votá-lo e eu pediria à V. Exa. Então se puder me conceder uma solicitação de retirada de pauta para que eu possa examinar com os estudantes, porque, afinal, é a eles que é dirigido o projeto. Agradeço a V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está... O seu pedido foi aceito, está retirado de pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E é preciso justificar que nas votações anteriores e na leitura de dois projetos meu que eu estava como relator, tivemos os relatores *ad hoc*, a satisfação de ter um imortal sendo relator *ad hoc*, então, uma glória para qualquer senador da nossa Comissão, exatamente porque estava na sala vizinha, praticamente, também sendo relator de projetos terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, que são também muito importantes, nós estamos hoje numa concorrência muito difícil, porque tem a CAE, Educação e Assuntos Sociais simultaneamente, votando projetos terminativos e não terminativos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E há um acordo que isso não aconteça nessa Casa. Mas, infelizmente, é a segunda vez que nós estamos verificando isso acontecer.

Vamos passar para o Item nº 08, Projeto de Lei da Câmara, para leitura, nº 154 que "*Dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Imigração Judaica e dá outras providências.*" Autoria do Deputado Marcelo Itagiba. Relatoria do Senador Marco Maciel, relatoria favorável.

Eu gostaria o que Senador Marco Maciel pudesse ler o seu relatório, que embora seja terminativo, nós estamos esperando que os senadores não saiam da Comissão, para que nós possamos ter *quorum* ainda para votar os terminativos hoje.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sra. Senadora Marisa Serrano, Sras. e Srs. Senadores, é muito oportuno [soa a campanha] que estejamos fazendo a leitura do parecer relativo ao projeto de iniciativa do ilustre deputado Marcelo Itagiba apresentado na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a insti-

tuição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Emigração Judaica e dá outras providências.

Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara 154/2009 conforme foi enunciado pela Senadora Marisa Serrano, é de autoria do Deputado Marcelo Itagiba, representante do Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre a instituição, como falamos, do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional de Emigração Judaica e dá outras providências.

É de se destacar no início, que significativamente no dia de hoje estaria visitando o Congresso Nacional, inclusive o Senado da República, o Primeiro Ministro do Estado de Israel, Shimon Peres, [ininteligível] até que nesse dia tivéssemos em condições de aprovar a referida proposição, já acolhida na Câmara dos Deputados.

"O projeto menciona os objetivos no seu art. 1º, fixa a data no art. 2º, e fecha com a cláusula de vigência, a indispensável cláusula de vigência no art. 3º.

Na justificação, o autor menciona a importância dos imigrantes judeus em todos os setores da vida nacional, notadamente nos campos artístico, político, diplomático, da indústria, do comércio e das finanças.

A data escolhida tem como referência a reinauguração da Sinagoga Kahal Kadosh Zur Israel, Santa Comunidade Rochedo de Israel, na Rua dos Judeus, no Recife, evento ocorrido em 18 de março de 2002."

Já que mencionamos a Capital do Estado de Pernambuco, e como eu sou Senador do Pernambuco, eu gostaria de mencionar que essa sinagoga, hoje devidamente restaurada, foi a primeira sinagoga estabelecida no Brasil e muitos dos seus integrantes posteriormente migraram para os Estados Unidos e lá constituíram a Sinagoga em Nova Iorque.

De alguma forma não deixa de ser algo muito significativo para as relações do Brasil com Israel, o fato de termos, portanto, uma sinagoga em território pernambucano pioneira, essa Rua dos Judeus já teve o seu nome alterado e podemos dizer que uma filial dessa sinagoga se instalou em Nova Iorque.

"Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno daquela Casa, o que implicou a deliberação conclusiva das comissões, dispensada a apreciação pelo Plenário.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída em foro de decisão terminativa a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Não foram apresentadas emendas."

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de

Educação, Cultura e Esporte, apreciar proposições que digam respeito a datas comemorativas, que é objeto do PLC nº 154, de 2009.

Efetivamente, a contribuição da comunidade judaica para a criação e o desenvolvimento da sociedade brasileira é inegável, considerados todos os aspectos, apesar das lutas, historicamente situadas, que contra esse povo foram travadas.

Mas, talvez, justamente porque foram cometidas grandes injustiças contra pessoas de origem judaica, faça-se mais imperiosa a aprovação de uma proposição como esta, de autoria do nobre Deputado Marcelo Itagiba.

Não nos cabe aqui relatar todos os feitos memoráveis, em cada um dos períodos históricos do desenvolvimento do Brasil, que foram e são protagonizados por personalidades e comunidades de origem judaica. Nem tampouco enumerar os intelectuais, artistas, desportistas, comerciantes, industriais, banqueiros e empresários da mídia que tiveram e têm atuação destacada no Brasil.

Mas é forçoso reconhecer que essa presença tem sido sempre benigna à cultura, à política, à economia e à sociedade brasileira como um todo.

Por fim, Sra. Presidente, a data escolhida, da reinauguração da primeira sinagoga das Américas, situada em Recife, representa uma homenagem significativa à contribuição feita por essa comunidade ao nosso continente.

Cumpro à Comissão de Educação, a CE, no uso de sua competência suplementar, pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. Nesses aspectos, a meu ver, nada há a obstar."

O voto, portando, em decorrência do exposto, é que nos termos da proposição, somos pela aprovação do referido Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2009, nº 4.153, de 2008, na Casa de origem.

É o meu parecer, que apresento à comissão, Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Marco Maciel.

Continua em discussão, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Duas palavras. Cumprimentar o Senador Marco Maciel pelo relatório e pelo histórico da sinagoga em Recife, em sua terra. E eu queria cumprimentar também o Deputado Marcelo Itagiba, que esse relatório V. Exa. põe em boa hora.

O Presidente Shimon Peres visita o Brasil e virá ao Senado, se não me engano às 16 horas de hoje, 16h30 e seria uma notícia que o Presidente Sarney

poderia passar a ele se fosse aprovado; me parece que é terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Terminativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas bons sinais estão aqui. Eu conheço bem a história da convivência pacífica entre judeus e árabes, principalmente na região em que eu nasci, na Rua 25 de Março.

Então, sempre trabalharam conjuntamente, há casamentos entre filhos de judeus e filhos de árabes que tem tido um comportamento bastante afável e uma convivência pacífica, um exemplo para o mundo o que acontece no Brasil, com respeito à origens da região oriental.

Eu acho que é uma boa hora, nós temos que nos respeitar sempre, porque a paz é a coisa mais importante. Ainda no ano passado quando visitei a ONU, o Rei da Arábia Saudita provocou um encontro mundial pela paz, com todos os líderes de todos os países e falou o Shimon Peres, como falou o rei da Arábia Saudita e outro árabes, todos pregando a paz e harmonia entre os povos.

Eu acho que o relatório de V. Exa. vai ao encontro, a esse desejo internacional de que se acabe com essas brigas regionais, sem nenhuma razão. Religião não é desculpa para guerra.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Senador Tuma, só fazer um achego às considerações que V. Exa. fez, que a Rua 25 de Março é uma homenagem à 1ª Constituição Brasileira, a Constituição de 1824 e, de alguma forma São Paulo, portanto, homenageia o início de nossa vida após a Independência do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Continua em discussão.

Gostaria de dizer que esse... Seria muito bom se nós pudéssemos votar esse projeto hoje, até como uma forma de amizade pelo povo de Israel, e pela visita do Ministro Shimon Peres à nossa Casa.

Nós estamos precisando de um senador apenas, o Senador Cristovam está ali, o Senador Gilvam está dentro da sala, se tivermos mais um senador nós temos condições de votar esse projeto... Não tem.

Eu vou deixar ainda suspenso essa... Esse item, para voltar à votação...

Eu quero, enquanto esperamos um pouquinho, eu quero ler aqui, amanhã nós temos um seminário durante todo o dia, que vai ser muito importante, que é *O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro*. Autoria do Requerimento nº

429 dessa Comissão, são os Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. Então, amanhã nós temos esse seminário discutindo o papel da iniciativa privada no ensino superior.

Eu quero só lembrar aos Srs. Senadores que 75% do alunado em cursos superiores no país, 75%, estão em instituições privadas. Portanto, é uma obrigação nossa acompanhar, estar perto, discutir, apoiar e auxiliar a que essas instituições deem a melhor educação, o melhor ensino possível aos nossos alunos, já que 75% do nosso alunado está nas escolas privadas.

Essa é uma questão que eu acredito que amanhã vai ser muito interessante, abertura de manhã com vários... São convidados o ministro Fernando Haddad, o Gabriel Mário Rodrigues; José Janguê Bezerra Diniz, da ABRAFI; o Dr. Abib Salim Cury, da ANUP; o Paulo Antônio Gomes Cardim, da ANACEU.

E temos outro painel com Rodrigo Capelato, da SEMESP São Paulo, Antônio Carbonari Netto, do Grupo Anhanguera; o Cláudio Moura e Castro, Conselho Consultivo do Instituto Inhotim e Especialista em Educação.

No terceiro, no segundo painel a Professora Maria Helena Guimarães de Castro, da UNICAMP; João Batista Araújo Oliveira do Instituto Alfa e Beto; o Professor Fábio José Garcia dos Reis Diretor de Operações do Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

São todas as pessoas que vão participar amanhã do nosso encontro.

E à tarde os professores Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior, do Ministério da Educação; o Sérgio Fiuza de Mello Mendes, do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA; José Roberto Covac, Consultor Jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior.

E ainda são expositores, no último painel o Senador Cristovam Buarque, desta Casa; Gabriel Mário Rodrigues da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior e Paulo Alcântara Gomes, da FUNDESP São Paulo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu só quero também, da minha parte, destacar a importância desse seminário que vai acontecer no dia da amanhã.

São quatro painéis lidos por V. Exa., 75% dos alunos do ensino superior vêm da iniciativa particular ou comunitária, nesses dois sentidos, colocando particular; e o plano nacional de educação prévia que até o ano

que vem tivéssemos que ter 30% dos nossos jovens no ensino superior de 18 a 24 anos, nós temos 12%, 12, falta muito para chegar nos 30% e se houver, assim, um trabalho integrado junto com a iniciativa particular, nós poderíamos achar caminhos para apressar esse processo de acesso ao ensino superior.

O Brasil tem 12%, Argentina tem 35%, Cuba tem 50% e outros países, Estados Unidos e outros têm 60, 70 %. Nós temos 12%.

Então, é muito pouca gente, o Plano Nacional de Educação, que se encerra no ano vem apontava para termos 30%.

Podemos chegar, desde que nos articulemos, mas não é só o número; estão sendo criadas instituições de ciência superior e há uma concorrência desnecessária em termos da iniciativa pública, cria-se um IFET, o IFET faz uma licenciatura, e a dois quilômetros de lá está uma instituição comunitária, particular.

E há uma ponderação, por isso que tem o terceiro painel que é avaliação, regulação e supervisão, existe, assim, uma precariedade legislativa em termos desta avaliação, muda-se com muita frequência e as pessoas acabam não tendo a oportunidade de se adequar, de ter os recursos.

Então tem que haver mais segurança legal, legislativa, para essa finalidade. Sempre concordando, como as instituições concordam, que haja avaliação, tem que ser boa, instituição de ensino superior tem que ser de qualidade e ao mesmo tempo pensando-se no futuro.

Então, só quero elogiar, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flávio Arns.

Esperamos todos aqui amanhã para o seminário *O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior*, com abertura às nove horas da manhã.

Quero pedir ao Senador Papaléo Paes, relator do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, que faça a leitura do seu relatório, já que é terminativo, mas nós adiantaríamos também o nosso processo. É o que “*Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático.*” Autoria do Senador Paulo Paim e a relatoria do Senador Papaléo Paes, a quem eu passo a palavra, com parecer favorável.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado Sra. Presidenta.

Fica o resumo do relatório já feito por V. Exa., e vou à análise.

“*A manifestação sobre o PLS nº 63, de 2003, decorre do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere legitimidade e competência à Comissão de Educação, Cultura e Esporte*”

te para opinar acerca do mérito de matérias afetas à área educacional.

No que tange ao conteúdo do projeto, vale lembrar que a preocupação com o livro didático, especificamente, está contemplada, somente no nível da União, em, pelo menos, três programas, todos geridos pela autarquia conhecida como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. E são eles: o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

Ocorre que a preocupação fulcral do FNDE no que tange a tais programas está concentrada na distribuição, no fazer chegar livros didáticos, gratuitamente, a todos os alunos de escolas de educação básica das redes federal, estadual e municipal e de entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

A aquisição de obras a serem utilizadas na formação do alunado revela certo zelo, já que segue especificações técnicas estabelecidas nos editais de execução dos programas e envolve a análise do material, sob o aspecto pedagógico, pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – MEC.

Ressalte-se, contudo, que os programas em questão são adstritos ao setor público e não envolvem o controle ‘a posteriori’.

Portanto, os procedimentos utilizados na avaliação tal qual hoje se verifica são, de toda... Ineficazes na identificação e inibição de atitudes reforçadas de preconceitos, tendo como fonte e estímulo os recursos didático-pedagógicos.

Com efeito, a matéria, além de meritória, remanesce oportuna, e enseja acolhida pelo Senado Federal.”

Em face do exposto, reafirmando a constitucionalidade e juridicidade já atestadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o voto é, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.”

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão o parecer do Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita, Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade e chamar a atenção dos Srs. Senadores, já que nós vemos aqui senadores [soa a campanha] que estiveram de maneira bastante ativa naquele processo que nós rei-

vindicamos tantas alterações necessárias para que a administração do Senado fosse modernizada, atualizada, readaptada às situações atuais.

Eu peço encarecidamente aos presentes, à Senadora Marisa Serrano, Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, Senador Cristovam Buarque, Senador Marco Maciel, Senador Raupp, Senador Tuma, Romeu Tuma, e Senador Neuto De Conto, que... Além do Senador Inácio Arruda, eu peço encarecidamente aos Srs. Senadores, as Sras. Senadoras que observem rigorosamente as pretensões de alteração que estão propondo para a administração da Casa, que a Fundação Getúlio Vargas está recomendando, ela não tem condições de nos impor, ela apenas recomenda, nós aceitamos ou não.

Eu quero dizer a todos que estou interessadíssimo no assunto, mas temo que este assunto seja levado a Plenário sem todos terem conhecimento e nós aprovarmos algo que em vez de melhorar a administração da Casa, até piore, porque eu vejo pontos extremamente... Que, como é que a gente diz, estão dando marcha-ré. Avanços que nós tivemos na Casa estão sendo retroagidos e alguns avanços que achávamos que teríamos, estão perpetuando o mau funcionamento da Casa como deveria fazer.

Então, vamos estudar isso, não vamos deixar ir cumprindo prazo e passando, passando, e no final não adianta ir para a Tribuna reclamar, porque ninguém vai ter razão. Nós temos antes de decidir. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quinta-feira é o prazo final para qualquer emenda a esta reforma administrativa da Casa.

E eu acredito que todos mesmo têm que ficar atentos porque nós vamos votá-la e depois não podemos reclamar que não sabíamos.

Até quinta-feira é o último prazo para as emendas.

Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, Senador diante da explicação de V. Exa. o PTB está fazendo praticamente um abaixo-assinado para não alterar a formação dos gabinetes, principalmente a chefia de gabinetes ser garantida a funcionário concursado da casa.

Porque, senão, nós vamos ficar meio perdidos. Não que não há gente de confiança para trabalhar conosco, mas há falta de conhecimento da atividade e a interligação que todo chefe de gabinete tem nesta casa.

Então, eu acho que nós não podemos abrir mão dos concursados; vocês já têm o de confiança. Agora, o chefe de gabinete que conhece todo o andamento,

conhece todos os procedimentos, pode intervir em várias diretorias, tudo isso eu acho que a gente não pode abrir mão, que... Fazer uma nova experiência seria destruidora.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permite-me, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero também dizer, Sra. Senadora, que nós não deveremos abrir mão, em hipótese alguma, dos nove funcionários da casa, servidores da casa que compõem o nosso gabinete, é o que dá credibilidade efetiva ao gabinete, é o que dá aquela sustentabilidade da continuidade dos bons trabalhos da casa. E para onde vão os outros seis? Estão querendo deixar só três, Senadora, e os outros seis vão para onde? Não.

Pelo menos no meu gabinete todos os nove são extremamente necessários, cumprem rigorosamente seus horários e são indispensáveis.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o que vão fazer com os seis?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois é, para onde vão os seis? Então acabar com essa história de... O Senado se diferencia exatamente por isso. É uma casa extremamente profissional. E esse profissionalismo é garantido pela qualidade dos servidores concursados que nós temos na casa.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu queria também que os Senadores dessem uma olhada bem na questão das comissões, porque é onde nós trabalhamos, é onde nós produzimos e nós temos de analisar se o número de servidores, a forma como está sendo colocada dessa nova perspectiva administrativa, vai continuar nos dando o suporte que nós temos para podermos realmente fazer o nosso trabalho bem feito.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Já que nós entramos só nesse debate, eu só quero dizer também que me preocupa muito o trabalho da comissão, da comissão, porque a comissão, depois do Plenário, eu diria que a comissão é o órgão mais importante, porque nós vamos ter espaço, equipamento, e a comissão sempre fica lá para frente.

São três funcionários efetivos, três, imagina uma Comissão de Educação, Cultura e Esporte, até o Secretário me aponta, quatro, e pretendendo se diminuir para dois, eu digo, não tem mesmo as instalações. Nós estamos priorizando as coisas que não são importantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas eu só queria perguntar a V. Exa., V. Exa. colocou em votação o projeto ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só queria sugerir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Faltam dois Senadores. E eu queria pedir o Item nº 04, se for possível, o Senador Goellner fazer a leitura para nós.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, mas, Sra. Presidente, eu só queria... O Papaléo, o Senador Papaléo Paes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Papaléo?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só queria sugerir para o Senador Papaléo Paes, porque no § 2º, item IV, está escrito que esse Conselho Nacional de Avaliação do Material Didático haverá especialistas de notório saber nas áreas de história, sociologia e antropologia.

Eu não sei por que em história, sociologia e antropologia em detrimento, por exemplo, de português, língua portuguesa, matemática, ciências, biologia e um conjunto de áreas.

Eu sugeriria a V. Exa. especialistas de notório saber nas áreas pedagógicas da educação básica. Nas áreas pedagógicas da educação básica. Então, pode ser ou uma ou outra. Mas nada impede e, por exemplo, biologia a discriminação pode acontecer na disciplina de português, na de biologia, não precisa... Eu fico perguntando por que essa primazia. São importantes, mas sociologia, filosofia e história, nas áreas pedagógicas da educação básica.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então V. Exa. propõe uma emenda?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Uma emenda de redação?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então está aceito, está aceita a emenda de redação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sim.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Senador Flávio Arns propôs uma emenda de redação e foi... Aceito como relator, incorporo ao meu relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): O Senador Papaléo Paes aceita

a emenda de redação efetuada pelo Senador Flávio Arns.

Já temos número? Então vamos... Vamos colocar em votação.

Senador Gilvam, Item 18. Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Não, é relatoria do senhor.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Item 18, desculpe, é terminativo. Projeto de Lei do Senado 650, que "*Autoriza o Poder Executivo...*" É verdade, "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás, com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás.*" Autoria, Senador Marconi Perillo. Relatoria Senador Gilvam Borges, relatório favorável.

A matéria constou da pauta em reuniões do dia 27 e 03. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº 1º dessa comissão, aprovada por unanimidade em 09 de 06 de 09.

Essa matéria... Já foi lida? Já foi lida. Não. Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

E depois nós votamos em bloco todas essas... De dias e autorizativas nós vamos votar em bloco.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 650/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás, com sede no Município de Jataí, no estado de Goiás.

O Projeto de Lei é de iniciativa do Senador Marconi Perillo, autoriza em seu artigo o Poder Executivo a criar Universidade Federal do Sudeste do Goiás UF-SOG, de sede no município goiano de Jataí.

Considerando todos os procedimentos legais e os pareceres pela consultaria, o voto é pela aprovação. Precisão imediata na avaliação e neste relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Gilvam Borges. Em discussão. Não havendo quem queira... Em discussão... Podemos botar em votação? Então vamos colocar em votação, em bloco os Itens 7... Se os senadores quiserem anotar, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 18.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pode votar em bloco? Nós temos que saber quais são.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): 07...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Item 07.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Já foram todos lidos e discutidos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria de... Exato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): 07, 08... Deixa, vou lendo as emendas aqui para facilitar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Primeiro, 07, "*Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama*".

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu fui relator desse projeto, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): 07. 08, "*Dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Imigração Judaica e dá outras providências*".

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ótima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): 10, denomina...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Judaica ou israelita? Porque...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): 10: "*Denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos o trecho, na cidade de Natal-Rio Grande do Norte, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR-101*".

11: "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná*".

12: "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná*".

13: "*Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no município de Piancó*".

18, esse que foi lido agora: "*Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás, com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás*".

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sra. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Concordo, Presidente, concordo com esse voto que a que com todos eles.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Nós não podemos incluir também a pauta, como está em pauta o Item 04, que... Da qual eu sou relator, incluir, como ele é terminativo, institui o...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse é muito bom, vamos votar, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como a decisão da Comissão foi que seria em blocos de dia e autorizativos, logo depois nós votamos esse.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o 06, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Votamos logo depois também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os senadores... Continuam em discussão ainda. Não havendo discussão, dou por encerrada a discussão de todos esses projetos. Em votação nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Fátima Cleide. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi. Cristovam Buarque.

Por unanimidade, todos os projetos foram aprovados.

O Item 01 da pauta. Senador Romeu Tuma, chamei. Senador Romeu Tuma, realmente não tinha chamado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sra. Senadora Marisa Serrano, gostaria de solicitar a V. Exa. que constasse como visita honrosa a do ex-Governador de São Paulo, o Professor Cláudio Lembo, que nesse instante nos visita aqui na Comissão de Educação, ele que é também professor e um educador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É uma alegria para esta casa ter aqui o Professor Cláudio Lembo, que tem uma vida política dedicada a esse país e uma vida profissional também que todos nós reconhecemos, queremos dar as boas-vindas. Essa casa é de V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sempre dedicado à educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sempre dedicado à educação. Seja bem-vindo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Especialmente a educação política.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria que o Dr. Cláudio Lembo sentasse conosco.

Item 01 da pauta. "Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático." Relatoria do Senador Papaléo Paes, com emenda do Senador Flávio Arns.

Os senadores que concordam com a aprovação... É terminativo? É terminativo.

Votação do Item nº 01. Em discussão. Ainda tem alguém que queira discutir? Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Fátima Cleide. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Adelmir Santana. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Papaléo Paes. Voto conhecido. Foi o relator, Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Com o relator, Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Aprovado o Item nº 01 da pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos votar o Item 4, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Gostaria de perguntar aos Srs. Senadores se mantêm o mesmo voto para a emenda do Senador Flávio Arns?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** De acordo. Mantido o mesmo número de votos para a emenda do Senador Flávio Arns.

Acabamos de perder o *quorum* por um senador. Vamos tentar ver se nós voltamos para o Item nº 4.

O Item nº 04, que é terminativo, "*Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont.*" Autoria do Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senador Gilberto Goellner.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação nominal. Item nº 04.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Fátima Cleide. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator,

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): E Roberto Cavalcanti. Onde está o Roberto?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Com o relator. Por unanimidade, também foi aprovado o Item nº 04, Projeto de Lei do Senado 402.

O Item 14, terminativo, cuja relatoria é do Senador Roberto Cavalcanti, que “*Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Mamanguape.*” Autoria do Senador Efraim Moraes e relatoria do Senador Roberto Cavalcanti, a quem eu passo a palavra do Item nº 14.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não é esse, não; 14.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Vai ler o relatório agora.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, trata-se de aprovação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte de mais um centro, que é o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, nesse caso para o Município de Mamanguape [soa a campanha], que fica na Mata Norte do Estado da Paraíba, município extremamente competitivo e que tem sua economia alavancada na agroindústria.

Então, o nosso parecer é favorável ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Em discussão. Em votação nominal. Item nº 14.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, senhora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti, voto conhecido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Voto conhecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): .

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Papaléo Paes. Senador Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Aprovado. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Com o relator. Aprovado o Item nº 14, terminativo nessa... E agora o último item a ser analisado...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente o Item 15.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Item 15.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o Item 06, senadora, vai voltar ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): O Item 06 já foi votado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Item 15.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Item 15. Projeto de Lei do Senado 197, que “*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*”

gia da Paraíba, no Município de Esperança.” Autoria do Senador Efraim Moraes. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti, a quem passo a palavra para a sua relatoria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, agradeço a colocação em pauta, trata-se de um projeto semelhante ao projeto anterior, dessa feita para a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na Paraíba, no Município de Esperança; o Município de Esperança fica no compartimento da Borborema, também uma cidade bem próxima à da Campina Grande, uma cidade que tem uma pujança econômica fantástica e desponta como um dos municípios mais promissores do Estado da Paraíba.

Então, o parecer nosso é favorável, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Parecer favorável do Senador Roberto Cavalcanti.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Com o relator. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti, voto conhecido. Eduardo Suplicy. Gilvam Borges. Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque.

Aprovado o Item nº 14.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O 15.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Ah, o Item nº 15. O Item nº 06. O Item nº 06 que “*Inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria.*” Relatoria Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já foi lido, senadora. É só para votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Já foi lido e iniciada a discussão. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação o Item nº 06.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eduardo Suplicy. Gilvam Borges.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Marco Maciel. Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Adelmir Santana. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma, voto conhecido. Cristovam Buarque. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Aprovado o Item nº 06.

Item 20. Projeto de Lei da Câmara que “*Torna obrigatória a inclusão no programa de disciplinas dos ensinos fundamental e médio de estudos sobre o estudo das drogas e dependência química.*” Autoria, Deputado Cabo Júlio. Relatoria *ad hoc*, Senadora Fátima Cleide, relatório pela rejeição.

A matéria foi lida e iniciada a discussão em 03/11. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o Item nº 20.

Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Fátima Cleide, conhecido o voto. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Relatora. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eduardo Suplicy. Gilvam Borges. Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Marco Maciel. Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): A relatora. Adelmir Santana. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sérgio Zambiasi. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Aprovado o Item nº 20, pela rejeição.

Não havendo mais projetos terminativos, dou por encerrada essa Sessão, convidando a todos para estarem amanhã--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): --no seminário desta comissão sobre o Papel da *Iniciativa Privada no Ensino Superior*. Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero [soa a campanha], Sra. Presidente, fora da pauta, nós temos observado no Brasil a questão aí justamente desse projeto que acabou sendo prejudicado, mas não era talvez nessa linha, a questão do uso de drogas, do uso de drogas, da venda de drogas [soa a campanha], do trabalho de traficante, os problemas que às drogas vêm ocasionando na sociedade, mas em particular, no nosso caso aqui, nas escolas, da educação infantil, ensino fundamental, médio, do ensino superior também.

Quer dizer, é um problema sério, e a gente está discutindo em audiências públicas aqui a questão da violência, também nas escolas, mas, sem dúvida, a droga ilícita é um componente, assim, que dificulta toda essa relação.

Eu queria, ver, Sra. Presidente, não propriamente uma audiência pública, mas que nós pudéssemos, na sequência, dialogar e discutir para ver se nós poderíamos fazer nesta Comissão algum grupo de trabalho convidando o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, e talvez chamando alguém também da Comissão de Assuntos Sociais, mas sob a ótica do aluno, da escola, quer dizer, o problema da droga, da droga na escola.

Então, eu queria só sugerir a V. Exa. que pudéssemos pensar em conjunto e talvez na próxima reunião propor alguma iniciativa pensando o impacto da droga sobre o contexto escolar.

Se é questão inclusive de polícia, como o conselho escolar pode se envolver, como que podemos ter disciplinas, ter praticamente uma força tarefa nessa direção.

Então, é a proposta que eu faço de conversarmos sobre o assunto e pensarmos em alguma sugestão, mas não em termos de audiência pública, nada disso, porque... Talvez, no final, termos Audiência Pública.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O secretário nos informa que já foi pedido Audiência Pública sobre violência nas escolas, fizemos a primeira, podemos fazer a segunda sobre essa questão das drogas nas escolas, se V. Exa. anuir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então nós podemos fazer... Formalizando, o Senador Flávio Arns vai formalizar e a segunda Audiência Pública então nós faremos sobre a questão das drogas nas escolas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu poderia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo plenamente, inclusive alguns jornais tem publicado erroneamente o trabalho que tem sido desenvolvido e como esta Casa está procurando um caminho. Pedir ao SENASP todo o material que eles estão difundindo para as escolas públicas, não só para o curso superior, mas para 2º grau, 1º grau, tem um trabalho interessante de uma professora especialista nessa área.

Já pedi o material para que a gente possa analisar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então fica... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até em função do que o Senador Romeu Tuma falou, ele falou SENAD, Secretaria Nacional Anti-Drogas.

E nós conhecemos o trabalho, é um pessoal... São iniciativas muito valiosas e importantes, a Secretaria Nacional Anti-Drogas será convidada...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então nós pediríamos que V. Exa. fizesse um aditamento ao seu requerimento--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo... Eu conversarei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --E de outros senadores dessa casa para fazermos esta Audiência Pública.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem. Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer dois comunicados aos Srs. Senadores.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de Convite do Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para solenidade de lançamento do *Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, A Escola Aprendendo com as Diferenças*, a ser realizado do dia 11 de novembro do corrente, amanhã, na sala de Atos, no 9º andar, no edifício-sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite, poderão se dirigir à secretaria dessa comissão. A matéria vai para o arquivo.

E o segundo comunicado. Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras que a Comissão disponibilizou em sua página no site do Senado Federal os seguintes relatórios: repasses de recursos públicos as entidades esportivas no período de 2003 a 2008 e programas e ações do Ministério dos Esportes.

Os relatórios citados visam democratizar o acesso à informação, pois permitem ao cidadão conhecer, entender e acompanhar as formas e a quantidade de recursos públicos repassados às entidades de administração do esporte nacional, assim como as principais linhas de ação e programa executados pelo Ministério do Esporte, os quais buscam ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer.

O endereço eletrônico para consulta é www.senado.gov.br – atividade legislativa – Comissões do Senado – Permanentes – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – diversos. A matéria vai para o arquivo.

Não havendo mais nada.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Desculpe. Não, mas eu só quero destacar isso que V. Exa. acabou de ler.

Fizemos reuniões na Comissão de Educação, reunindo educação, cultura e esporte para que fossem apresentados documentos bem concretos, bem práticos acessíveis para a população, para que todos pudessem ter assim uma ideia muito clara dos programas que existem, recursos, prazos, iniciativas que podem ser tomadas, acompanhamento do orçamento, execução do orçamento, e esse relatório, que foi colocado à disposição na área do esporte, está bem dentro dessa linha.

Eu quero também, se V. Exa. permite, só ler um requerimento, que é: *“Requeremos, nos termos regimentais, a realização de seminário no âmbito dessa Comissão destinado a homenagear o negro nos 120 anos da República e a cultura afro-brasileira”*.

Quero só apresentar esse requerimento também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Recebemos o requerimento do Senador Flávio Arns.

Eu queria só dizer que esse foi um trabalho, do repasse, voltando ao repasse, dos recursos públicos, as entidades esportivas e o programa de ações do Ministério do Esporte, colocado disponibilizado por esta Comissão, eu quero dizer que esse foi fruto de um trabalho de mais de quatro meses da secretaria desta comissão, a quem nós queremos agradecer, e parabenizar ao Júlio e a toda a sua equipe por um trabalho que vai facilitar e muito a que todos no Brasil tenham acesso à transparência, a transparência nessa questão.

E parabenizar também o Senador Flávio Arns que foi o mentor da ideia.

Requerimento: *“Requerimento. Requer nos termos regimentais que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal realize Audiência Pública para debater o projeto de parceria realizada entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil, a Comissão Interministerial para Recursos do Mar, onde se encontra o programa antártico brasileiro e a União dos Escoteiros do Brasil, que neste ano culminou com a primeira visita de escoteiro brasileiros à Antártica, vencedores que foram do Mutirão Nacional de Ação Ecológica – MUTECO, promovido anualmente pela UNB, UEB.*

Nesse projeto de parceria foi mobilizado o contingente escoteiros do país, cerca de 70 mil jovens de todas as unidades da federação, em torno das causas da preservação e emprego sustentável do meio am-

biente, com imprescindível apoio de uma das mais bem sucedidas políticas de estado nacionais, o programa antártico brasileiro.

Os resultados da iniciativa demonstram a potencialidade da união de esforço entre as políticas de estado representadas pelo PROANTAR e as organizações sociais representadas pela UEB, com articulação parlamentar da UPEB.

Indico como convidados o Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, Secretário da Comissão Interministerial para os recursos do Mar, responsável pelo Programa Antártico Brasileiro; o Sr. Paulo Eugênio de Oliveira, Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, o Sr. Rubem Tadeu Perlingeiro, Coordenador do Mutirão Nacional da Ação Ecológica, o escoteiro de Americana – São Paulo, Daniel Lucas Rodrigues, o escoteiro de Florianópolis – Santa Catarina, Gabriel Reinaldo de Souza e a escoteira de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, Pâmela da Carvalho da Silva. Sala das sessões, 10 de novembro de 2009. Senador Flávio Arns.”

Submeto à inclusão extrapauta dos dois requerimentos: o que foi lido pelo Senador Flávio Arns, que requer nos termos regimentais a realização do seminário no âmbito dessa Comissão destinado a homenagear o negro nos 120 anos da República e a cultura afro-brasileira e o requerimento que eu fiz a leitura.

Se os senadores concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se acham. Incluído.

Colocando em aprovação... Em votação os dois requerimentos. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a discutir na sessão de hoje, dou por encerrada a nossa reunião. Obrigada.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009.

SEMINÁRIO

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia onze de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque,

Eduardo Suplicy, Neuto De Conto, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Efraim Moraes e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias e Eduardo Azeredo. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo ao Requerimento nº 42/09-CE, de autoria dos Senhores Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma, destinado a debater **“O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro”**. A mesa de abertura é composta pela **Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente desta Comissão; Senhora Maria Paula Dallari Bucci, Secretária da Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC; Senhor Gabriel Mario Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhor Antônio Carbonari Netto, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI; Senhor Abib Salim Cury, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP e Senhor Paulo Antônio Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU**, que fazem um breve pronunciamento. Prosseguindo, dá-se início ao Seminário. A Presidência registra a presença para acompanhar a sessão, do Senhor Ex-Senador Wilson Matos; Senhor Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSDB/PR); Senhor Deputado Federal João Matos (PMDB/SC), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior; Senhor Deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB/PR); Senhor Deputado Federal Wilson Picler (PDT/PR); Senhora Marlene Salgado de Oliveira, Reitora da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e mãe do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira; Senhor João Luis Barroso, Diretor Executivo de Relações Institucionais da Universidade Estácio de Sá; Senhor Guilherme Marback Neto, Reitor da Uniderp – Anhanguera Educacional; Senhora Ana Maria Costa de Sousa, Diretora Acadêmica de Graduação da Anhanguera Educacional; Senhor Edson Franco, Reitor da Universidade da Amazônia – UNAMA; Senhor Ihanmarck Damasceno, Pró-Reitor Acadêmico da Universidade Tiradentes; Senhor Eduardo Soares, Diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das

Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI; Senhor José Antônio Karam, Diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI; Senhora Carmen Luiza da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES; Senhor Décio Corrêa Lima, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI; Senhor Sérgio Missiaggia, Diretor da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior – FUNADESP; Senhora Maria Lúcia Vilhena Garcia, Diretora da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior – FUNADESP; Senhora Gislaíne Moreno, Diretora de Desenvolvimento Institucional da Kroton Educacional; Senhora Therezinha Cunha, Coordenadora Geral do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação do Centro Universitário Hermínio da Silveira; Senhor Marco Antônio Abrahão, Presidente do Conselho Regional de Biomedicina; Senhor Marcelo Abissamra Issas, Secretário do Conselho Regional de Biomedicina; Senhora Aparecida Andrés, Consultora da Câmara dos Deputados; Senhora Michele Louise S. de Moura, Assessora Parlamentar da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Cecília Horta, Assessora da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Bianca de Andrade Estrella, Assistente de Comunicação da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Dora Sílvia Cunha Bueno, Assessora da Reitoria da Universidade Salvador – UNIFACS e Senhor Hugo E. Meza Pinto, Diretor das Faculdades Santa Cruz de Curitiba. Neste momento, o Senador Osvaldo Sobrinho faz um breve pronunciamento sobre o encontro de Senadores da América Latina e Caribe destinado a debater a educação superior, desafios normativos e direito social de uma educação de qualidade, onde esteve representando esta Comissão e faz a entrega da “Declaração de Buenos Aires” à Vice-Presidente desta Comissão. A Senhora Senadora Marisa Serrano agradece sua intervenção e participação como representante deste Colegiado em Buenos Aires. Como moderador da mesa, que tem como tema **“Participação no Desenvolvimento Econômico-Social Brasileiro”**, o Senador Flávio Arns convida os seguintes expositores para dar início ao Primeiro Painel: **Senhor Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP; Senhor Antônio Carbonari Netto, Diretor Presidente do Grupo Anhanguera Educacional S/A e Senhor Cláudio de Moura e Castro, Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim e Especialista**

em Educação. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão e após, aos parlamentares e demais presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e o Deputado Federal Wilson Picler (PDT/PR). Prosseguindo, como moderador da segunda mesa, que tem como tema **“Qualidade do Ensino: Diagnóstico e Propostas”**, o Senador Sérgio Zambiasi convida os seguintes expositores para dar início ao Segundo Painel: **Senhora Maria Helena Guimarães de Castro, Professora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Senhor Fábio José Garcia dos Reis, Diretor de Operações do Centro Universitário Salesiano de São Paulo e Especialista em Mercado Universitário.** Finda a apresentação dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, esclarece que em virtude do atraso da programação, o debate será realizado em conjunto com a próxima mesa, que terá início às 14 horas. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende a Requerimento nº. 42/09 desta comissão, de autoria dos senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma, para a realização deste seminário, destinado a discutir: “O papel da iniciativa privada no ensino superior: realidade e desafios para o futuro”.

Eu quero informar a todos que é com muito prazer que nós estamos hoje recebendo todos os senhores e senhoras aqui. Agradecer, já de antemão, a vinda dos nossos convidados, que aceitaram participaram des-

ta manhã conosco, porque, para nós, é fundamental conhecermos mais profundamente as questões que envolvem o ensino superior privado neste país. Afinal de contas, ontem, eu disse nesta comissão que, se 75% do alunado brasileiro está nas instituições particulares, privadas, é fundamental que esta Comissão conheça, acompanhe, discuta e participe ativamente da vida desses milhares ou milhões de alunos que estão na iniciativa privada.

Ontem, o Senador Flávio Arns também colocou, aqui, que, de 18 a 24 anos, dos nossos estudantes que deveriam estar no ensino superior, nós temos apenas 13% da taxa líquida; a Bolívia tem 28%; V. Exa. colocou que o Chile... Argentina 39%, 35%; Cuba 50%; o Chile 60%. Então, nós estamos muito aquém ainda, precisamos, sim, expandir o ensino universitário no país, e é claro que nosso país sempre trabalha com parceiras, e as instituições privadas são grandes parceiras nossas nesse trabalho de colocar o cidadão brasileiro nas escolas, e só exigimos que sejam boas escolas.

Portanto, eu quero agradecer, aqui, também o apoio do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular Brasileiro, a esta nossa iniciativa, e lembramos, também, que estamos ao vivo, pela TV Senado, para todo o país, portanto, aquilo que nós falamos aqui vai calar fundo, acredito, na mente de milhões de pessoas que nos ouvem e nos veem todos os dias. Portanto, eu quero agradecer a presença de todos e espero que tenhamos, aqui, um bom dia do seminário, com várias mesas, de manhã e de tarde, abarcando toda a questão do ensino superior privado no país.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom-dia! Damos início ao seminário “O papel da iniciativa privada no ensino superior: realidade e desafios para o futuro”, uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, com o apoio do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

Este encontro tem como objetivo conhecer com mais profundidade a realidade do ensino superior privado brasileiro e apresentar propostas para seu perfeiamente.

Na presidência desta Comissão a Senadora Marisa Serrano. E convidamos, neste momento, para compor a mesa a Sra. Maria Paula Dallari Bucci, secretária da educação superior do Ministério da Educação; o Sr. Gabriel Mario Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, ABMES; o Sr. Antônio Carbonari Netto, que é o vice-presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas, a ABRAFI; o Sr. Abib Salim Cury, presidente da Associação Na-

cional das Universidades Particulares, ANUP. E, ainda, convidamos o Sr. Paulo Antônio Gomes Cardim, presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários, ANACEU.

Ouviremos, agora, a Sra. Maria Paula Dallari Bucci.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sra. Presidente, questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, o Senador Osvaldo Sobrinho, de Mato Grosso.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Somente para comunicar que tem muito a ver com o encontro de agora, e vou ser bastante sintético, porque eu sei que é importante.

Eu estive representando esta Comissão em Buenos Aires, na Comissão de Ensino Superior, quando estavam presentes vários países, inclusive do MERCOSUL e do Caribe, e quando foram tratados vários assuntos.

Eu trouxe o documento, a Declaração de Buenos Aires, que eu quero entregar a V. Sa., para que possa constar nos anais desta Casa e desta Comissão, principalmente.

Foi uma reunião memorável, um momento importante, onde todos os países da América do Sul, principalmente os países latino-americanos, tiveram a oportunidade de colocar a situação dos seus países com a educação e aquilo que pretendem para um futuro bem próximo, com relação à educação. E a manifestação de vontade de um intercâmbio maior entre os países da América do Sul e do Caribe.

Foi uma reunião, assim, que nós sentimos que muito tem a se fazer e muito tem a se caminhar e precisamos caminhar muito e a passos largos, para tentarmos fazer a integração do Cone Sul e, principalmente, daqueles países que têm interesses comuns. Portanto, baseado nisso é que eu entrego a V. Exa. a Declaração de Buenos Aires, encontro de senadores da América Latina e Caribe em educação superior e debate, desafios normativos e direito social de uma educação de qualidade".

Foi realizado em Buenos Aires, nos dias 05 e 06 de novembro de 2009. E que, na sessão deliberativa, eu faço questão de fazer um relatório mais aprimorado. Só que, se eu não entregasse agora, efetivamente ficaria extemporâneo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos, Senador Osvaldo Sobrinho, a possibilidade de V. Exa. ter podido participar, em nosso nome, dessa reunião importante em Buenos Aires, porque era uma reunião de senadores da América Latina e Caribe, justamente

discutindo o ensino superior do nosso continente. E, portanto, o Brasil não podia deixar de estar presente. Nós queremos agradecer muitíssimo a boa vontade e a participação de V. Exa. e gostaríamos, depois, que V. Exa. fizesse um relatório pormenorizado para esta Comissão. Muito obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Dando prosseguimento, ouviremos a Sra. Maria Paula Dallari Bucci, que é secretaria de educação superior do Ministério da Educação.

SRA. MARIA PAULA DALLARI BUCCI: Muito bom dia à Senadora Maria Serrano, muito bom dia às senhoras, aos senhores, ilustres senadores. Início cumprimentando os autores do requerimento, senadores Flávio Arns, Zambiasi e Romeu Tuma pela iniciativa deste seminário, que é da maior importância.

Cumprimento, também, os representantes do setor, professores Carbonari Netto, Paulo Cardim, Professor Abib, Professor Gabriel, educadores, mantenedores da educação, professores, senhoras e senhores, Professor Cláudio de Moura e Castro.

É uma oportunidade importante, que deve ser aproveitada, esta que o Senado nos concede, de discutir, de maneira mais aprofundada, a importância do setor privado. A importância do setor privado, já a primeira menção da Senadora Serrano já não deixa qualquer dúvida, 3/4 das matrículas no Brasil, hoje, estão em mãos do setor privado.

O ensino privado, ao contrário do que alguns pensam, o ensino superior, de maneira geral, não sei por que razão, se firmou um ideia, na opinião pública, de que ele já tinha cumprido sua expansão, e isso está muito longe de ser verdade. Mesmo que nós considerássemos os dados da taxa bruta, e não da taxa líquida, porque o Brasil ainda vive uma defasagem em idade e série em quase todos os segmentos da educação, então, não é fora de propósito pensar que nós devemos considerar os 23% de taxa bruta, e não a taxa líquida, mas, ainda sim, se o Brasil aspira a uma condição de país desenvolvido, ele não vai poder deixar de lado a formação dos seus jovens em nível superior. E essa formação tem que encontrar, as oportunidades de formação têm que encontrar, diante de si, uma diversidade de caminhos. Isso é verdade no mundo todo.

E eu acho que que panorama da educação superior no Brasil responde e deve avançar ainda mais nesse sentido. Quer dizer, há espaço para o ensino público no âmbito federal [soa a campainha], para o ensino público no âmbito estadual, prefeituras que oferecem educação superior, há espaço para educação das instituições comunitárias, das confessionais, sem fins

lucrativos, com fins lucrativos, beneficentes e não beneficentes, particulares, em sentido estrito.

Eu acho que, nesse sentido, o panorama brasileiro é avançado, na medida em que ele permite que esse vasto continente seja atendido, no que diz respeito à educação superior, por instituições de vários perfis, de várias naturezas, que vão chegar a grandes metrópoles, a municípios pequenos, seja pelos meios presenciais, seja com as possibilidades, as ferramentas da educação à distância.

Então, essa diversidade, que é alguma coisa que alguns países ainda estão longe de atender, o Brasil já tem, e essa diversidade é um valor a ser preservado e desenvolvido.

É fato que essa diversidade precisa nos unir na persecução do valor/qualidade; qualidade da educação superior tem que ser um valor, assim, básico, que nos une a todos. É evidente quem ao discutir o que é qualidade, nós sabemos, isso não é particular no Brasil, ao discutir o que é qualidade, eu posso ter uma vasta gama de entendimento, talvez não haja consenso de imediato sobre o que é educação com qualidade. Mas há consenso sobre o que é educação sem qualidade, e dessa todos nós estamos irmanados, ao procurar nos distanciar.

Então, é preciso que a oferta de um curso que vai levar ao diploma assegure, de fato, ao titular daquele diploma formação, lugar no mercado de trabalho. O Brasil está ávido por isso, e todos aqui somos parceiros nesse percurso que vai se abrir diante de nós.

Eu queria finalizar essa saudação muito breve, lembrando que o MEC, no período recente, tomou diversas iniciativas que contemplam, de maneira concreta, o apoio a essa diversidade. A iniciativa mais importante e símbolo dessa visão mais aberta que o MEC vem empreendendo à educação superior pode ser resumida na iniciativa do ProUni.

O ProUni é um programa que pôs dentro das instituições privadas de educação superior, Senadora, mais de meio milhão de estudante, há meio milhão de jovens, mais de 500 mil jovens que não tinham acesso, não tinham nenhuma perspectiva de acesso à educação superior e, hoje, são estudantes de educação superior e, mais do que isso, são os responsáveis pela qualificação, em boa medida, desse ensino superior. O jovem estudante do ProUni é um jovem muito aguerriado, estudioso, que agarra a oportunidade com as duas mãos, faz o ENADE, não tem preguiça, não mede forças para cumprir seus objetivos.

Então, o MEC construiu o ProUni com o setor privado, vários dos articuladores do desenho do ProUni estão aqui presentes nesta sala, são parceiros de primeira hora do MEC, na construção do ProUni, e são

os responsáveis, em grande medida, pelo sucesso desse programa.

Além disso, o MEC vem reformulando o programa de financiamento estudantil, em mais de uma iniciativa. O FIES, agora, é objeto de uma reforma importante que tramita nesta Casa, que vai permitir, vai dar outro impulso à formação de professores, vai dar outro impulso à formação de médicos para o SUS no país.

E, por fim, eu queria lembrar a recente aprovação do protocolo com o BNDES. Então, o MEC também está atento, está atuando em conjunto com o setor privado, para dar possibilidades de ampliação de financiamento, para que haja oferta desse ensino superior de qualidade.

Então, essa diversidade eu sei que é preocupação de todos nós e eu tenho certeza de que este seminário vai nos ajudar a avançar ainda mais nos próximos desafios que se anunciam para a próxima década, em relação ao ensino privado. Bom trabalho a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria agradecer, aqui, a fala da Professora Maria Paula e informar a todos os presentes que nós estamos com um telão, aqui na sala 13, aqui ao lado, aqueles que quiserem ficar melhor acomodados, e já temos gente lá na sala 13, que está à disposição de todos os nossos convidados.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, neste momento, o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, o Sr. Gabriel Mario Rodrigues.

SR. GABRIEL MARIO RODRIGUES: [soa a campanha] Senadora Marisa Serrano, presidenta deste mesa, Professora Maria Paula Dallari, secretária de educação superior, os companheiros do fórum, Professor Abib Salim Cury e Professor Paulo Antônio Gomes Cardim, senhores parlamentares, senhores mantenedores, professores, é com satisfação imensa que, depois de acho que de mais de 30 anos de vida associativa, nós temos a oportunidade de discutir "O papel da iniciativa privada, do ensino superior: realidade e desafios para o futuro".

Como eu disse, é a primeira vez que MEC, o Parlamento e as entidades podem trocar experiências e dizerem dos desafios que cada um desses setores tem de poder produzir o melhor conhecimento para os nossos jovens.

Quando nós falamos de educação, sempre a primeira visão é de um setor limitado. Formação de recursos humanos deve ser algo mais abrangente, porque está ligado ao futuro do país. Nós não podemos só analisar educação, se nós não agregarmos aos problemas que o país tem e ao seu próprio futuro.

Nos próximos dez anos, nós teremos mais um plano nacional de educação. Então, a primeira pergunta que nós devemos nos fazer: o que é que nós pretendemos ao país? [soa a campainha] Que país nós queremos dar a essa juventude, dar aos nossos filhos, às nossas famílias, aos brasileiros. Que país?

E, para que nós possamos ter um país que possa, realmente, e o que está acontecendo, a tendência do Brasil é crescer, nos próximos anos, numa taxa de 5% ao ano, então, que recursos humanos serão necessários para que o desafio de um Brasil sustentável e que possa dar aos seus residentes uma vida mais feliz, é aquilo que nós todos devemos almejar.

Então, dentro dessa perspectiva de futuro, não se pode deixar desalojado, deixar separado, e o que acontece, hoje? Bom, a educação caminhando de um lado, e as necessidades de crescimento do país, de outro lado.

Então, nessa síntese, essa preocupação, principalmente quando a tecnologia modifica todo o processo de comunicação com que o sistema universitário está acostumado, quando os desafios que nós temos pela frente de educar uma juventude e, dentro daquela perspectiva que é importante nós colocarmos, o que é que nós desejamos, por exemplo, com os jovens, com os jovens que terão de dez a 15 anos, aqueles de famílias sem estrutura? O que é que nós queremos dessa juventude? É o desafio que nós temos pela frente.

O que nós queremos? Queremos que eles continuem sendo os bandidos das nossas favelas ou nós queremos que eles sejam os profissionais, as pessoas com famílias mais ajustadas? É tudo isso problemas que o setor educação deverá resolver, junto com todos os outros setores que pensam num país mais feliz.

Então, dentro dessa perspectiva de que é importante, e é a primeira vez que nós nos sentamos ao mesmo lado para discutir o que nós queremos para esse país, em formação de recursos humanos para que ele seja autossustentável. É com essa preocupação que eu finalizo minha fala.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o vice-presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas, o Sr. Antônio Carbonari Netto.

SR. ANTÔNIO CARBONARI NETTO: Senadora, senadores, queria agradecer, em nome da ABRAFI, o convite, para que essa presença se traduza numa expressão da necessidade de falar do setor das faculdades isoladas.

O papel da iniciativa privada no ensino superior, que nós teremos oportunidade de debater hoje em dia, é extremamente importante, porque, pela primeira vez no Brasil, depois de 96, com o advento da Lei 9.394,

de 96, é que o papel do ensino superior ficou bem claro na preparação para o trabalho, no desenvolvimento social, na inclusão social, nos preceitos de qualidade, e não como a legislação anterior, 5.540, 4.024, que pretendia, nas suas finalidades, formar o educando brasileiro para as elites dirigentes do país.

É a primeira vez, desde 96, que a lei brasileira faculta ao jovem a participação na sua sociedade, como um elemento em crescimento, não necessariamente formar elites, mas formar melhor a população brasileira.

Então, de 96 para cá, a lei realmente mudou, os pressupostos mudaram, e nós somos, hoje, efetivos partícipes desse desenvolvimento nacional. Quando se diz 75% dos alunos de ensino superior estão na iniciativa privada, é preciso reconhecer que 80% das instituições são da iniciativa privada. Hoje, há uma maior absoluta, com direitos, com deveres e, principalmente, com deveres sociais de fazer com que essa juventude cresça, desenvolva seus projetos de vida, para que a gente tenha um Brasil melhor.

Eu agradeço a oportunidade dessa participação e parabeno a senadora, Senador Flávio Arns pela iniciativa, porque realmente essa voz é extremamente importante para o país, preparando, inclusive, a iniciativa privada para novos desafios que aí vêm, de formar essa juventude brasileira, de ultrapassar esses meros 13% ou 23 % de taxa líquida ou taxa bruta; de qualquer maneira, qualquer uma dessas taxas é vergonhosa para o Brasil. Nós temos que suplantar isso aí [soa a campainha], porque nós estamos no limite da segurança nacional, com esse número de graduado que o país tem. É muito pouco, temos que avançar mais. E eu acredito, até pela escassez de recursos e até pelos preceitos de qualidade, que a iniciativa privada crescerá muito mais ainda nessa próxima década. Muito obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de agradecer a fala do Professor Carbonari e agradecer, aqui, a presença do Senador Wilson Matos, é um prazer sempre recebê-lo nesta Casa. Venha sempre, sentimos falta. Justificar a não-vinda, ele esteve aqui no começo, mas demoramos um pouco para começar, e ele não pôde permanecer, o Deputado João Matos, do PMDB de Santa Catarina, que é ex-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e presidente da nossa Frente Parlamentar dos deputados na área da educação superior.

Agradecer, também, a presença de Carlos Alberto da Cruz, diretor acadêmico do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB; o João Luís Barroso, diretor executivo de relações internacionais da Universida-

de Estácio de Sá; o Professor Dr. Guilherme Marback Neto. Eu quero agradecer muito a presença do meu estado, está lá em Campo Grande, é reitor da UNIDERP/Anhanguera Educacional; da Professora Ana Maria Costa de Souza, outra querida amiga, diretora acadêmica de graduação da Anhanguera Educacional; Professor Agnaldo Menezes Dantas, assessor parlamentar da FENAP, Federação Nacional das Escolas Particulares; e da Professora Carmem Luíza da Silva, vice-presidente da ABMES, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, a palavra do presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, o Sr. Abib Salim Cury.

SR. ABIB SALIM CURY: Um bom dia a todos. Senadora Marisa Serrano, Professora Maria Paula Dallari, nossos companheiros, Gabriel, Paulo Cardim e Carbonari.

É com muita satisfação que a gente, hoje, é chamado, talvez pela primeira vez, a discutir o ensino particular neste país, desta forma, de uma forma de parceria. E eu gostaria até de registrar que, nesta mesa, professora, nós temos companheiros de 40 anos, vivendo a iniciativa privada, e alguns deles, como é nosso caso, exclusivamente vivendo o ensino superior brasileiro.

Então, nossa experiência é muito grande, mas nos falta, efetivamente, a parceria, para que a gente possa, efetivamente, produzir e fechar os espaços existentes, que colocam nossa juventude em situações difíceis. Vamos tirar nossa juventude dos guetos, vamos tirar a nossa juventude dos tóxicos, vamos tirar, porque só tem um caminho, este caminho é a educação. E é nossa obrigação, pelo menos trabalharmos com uma parceria intensa. É preciso que a iniciativa privada, o Ministério da Educação, principalmente, que é o órgão regulador, o Congresso, que tem a possibilidade de produzir a legislação, e esse trabalho todo só pode ter um enfoque, que já foi levantado por outros companheiros, que é a preparação de recursos humanos. Recursos humanos em duas vias, que é [soa a campainha] a preparação do professor, aquele que efetivamente vai levar o conhecimento e a preparação dos nossos profissionais.

Eu, nos últimos anos, tenho feito uma brincadeira, um pouco da minha brincadeira de árabe, e por ter passado por uma Secretaria de Educação de Ribeirão Preto, durante alguns anos, eu costumo dizer que o grande problema talvez não esteja no ensino superior, e, sim, no ensino fundamental e médio, e ele tem que ser atacado, inclusive, com nosso auxílio, junto conosco, tudo aquilo que nós pudermos, como ensino superior,

acudir esta área, porque é daí que estão nascendo, talvez, nossos grandes problemas.

Eu costumo, inclusive, dizer o seguinte: se nós tivemos um bom produto no ensino fundamental e médio, eu tenho certeza de que o ensino superior privado tem condições de dar um bom produto para este país. Então, quando se há uma preparação, quando se há uma base, há um crescimento natural, e nós temos, hoje, no ensino superior, por tudo o que fizemos, por tudo o que investimos, por toda a nossa vontade, dando uma vida inteira, dentro do ensino privado, teremos condições de dar um produto que vai, efetivamente, suprir o crescimento e nosso sonho de crescimento deste país.

É preciso que tenhamos, neste momento, isso tudo na nossa cabeça, isso tudo no nosso trabalho. Eu fico muito feliz pela possibilidade de estarmos tendo este simpósio, essa parceria, e ela não pode se limitar, pura e simplesmente, aos nossos discursos, é preciso que tenhamos que produzir, ombro a ombro, algumas legislações maiores. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, professor, sua participação. Queremos agradecer, também, a presença do Professor Eduardo Soares, diretor da ABRAFI, Associação Brasileira de Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; Professor José Antônio Karam, diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; Professor Ihanmarck Damasceno, pró-reitor acadêmico da Universidade Tiradentes; Professor Edson Franco, reitor da UNAMA, Universidade da Amazônia. É sempre um prazer enorme revê-los. Seja bem vindo à nossa Casa.

A Professora Marlene Salgado de Oliveira seja muito bem vinda. É mãe do nosso Senador Wellington Salgado, um querido amigo que nós temos nesta Casa. E sempre muito lembrada.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos, agora, o presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários, o Sr. Paulo Antônio Gomes Cardim.

SR. PAULO ANTÔNIO GOMES CARDIM: Bom dia a todos, Sra. Senadora Marisa, nossa secretária de ensino superior, Professora Maria Paula, demais companheiros de mesa, Srs. Senadores, Senadoras e companheiros.

Foi dito, anteriormente, nesta mesa, a singularidade desta reunião. É verdade. É a primeira vez que, de fato, a iniciativa particular, ela tem esse acesso, nesse contato direto, quase, e numa parceria público-privada, o Legislativo, a executivo, na presença da secretária, representando nosso ministro do estado, e o ensino particular. Mas esta reunião de hoje, aqui,

é uma consequência do que ocorreu anteriormente, que é a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior. Só que também, na criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior, os que militam no ensino particular convivem, até hoje, com essas vitórias recentemente conquistadas, com tabu da marginalidade do seu reconhecimento, da sua qualidade, e o seminário daqui trata do papel do ensino superior particular.

A criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino, inicialmente, continha a palavra particular, então, dentro do próprio Congresso, nós tivemos que retirar a palavra particular, para que a Frente pudesse ser criada.

Então, eu quero que os senhores imaginem nossa dificuldade. Se, na nossa Casa, nós temos que excluir a palavra particular, para que, regimentalmente, essa Frente pudesse ser constituída, e, hoje, nós pudéssemos estar aqui, como já foi anotado, pela primeira vez, o quanto é difícil separar o joio do trigo, na nossa área.

Nas demais áreas, as coisas acontecem facilmente. Eu não quero dizer que [soa a campainha], na categoria econômica, não tenha pessoas que possam estar desalinhadas no seu comportamento ou com a legislação. Há, claro que há. Como há em todas as demais categorias, só que, lamentavelmente, não há a "punidade", há impunidade, que faz com que haja essa mistura, essa confusão, em que nós não conseguimos separar o joio do trigo.

Sra. Secretária, nós estamos vivendo um fase, no ensino superior particular, que ele está em cima de um tripé, para que sua qualidade possa ser demonstrada; é o tripé da avaliação, da regulação e da fiscalização.

Eu tenho certeza absoluta de que, no término deste seminário, secretária, representando, repito, nosso ministro, o ensino superior particular possa ter condições de apresentar suas qualidades e demonstrá-las, porque é fácil verificar a qualidade dos defeitos, e não os defeitos da qualidade que o ensino superior particular contém. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queremos, aqui, cumprimentar ainda a Professora Carmem Luíza da Silva, vice-presidente da ABMES; Sérgio Missiaggia, diretor da FUNADESP, Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior; Maria Lúcia de Vilhena Garcia, diretora da FUNADESP, Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior; Gislaine Moreno, diretora de desenvolvimento institucional da CROTON(F) Educacional; Terezinha Cunha, coordenadora geral do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação do Centro Universitário Hermínio da Silveira; e as senho-

ras Michelle Louise Moura, Cecília Horta e Bianca de Andrade Estrella, da ABMES.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Anunciamos, agora, a palavra da Exma. Senadora Marisa Serrano, que é vice-presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como todos os senhores e senhoras perceberam, foi a primeira vez que o Senado Federal conseguiu colocar numa mesa e num seminário um debate de um grupo de entidades que formam a instituição brasileira do ensino superior privado no país.

Se é tão importante para o alunado brasileiro e para a educação brasileira a vida dessas instituições, nada mais justo de que quem faz leis, quem discute leis, possa conhecer, em profundidade, as dificuldades que essas entidades enfrentam e que tipo de adequação pode ser feita para que essas instituições ofereçam cada vez o melhor ensino, que é aquilo que interessa a todos nós brasileiros.

Nós queremos agradecer muitíssimo a presença do Dr. Antônio Carbonari Netto, um querido amigo, que está, também, em Mato Grosso do Sul; o professor Paulo Antônio Gomes Cardim, seja bem-vindo sempre; a Maria Paula, que falou muito bem, aqui, da abertura que nós estamos dando em todas as possibilidades de abrir o ensino superior a um número maior de brasileiros, e é claro, evidente que nós queremos um ensino particular vicejando no país, mas com a qualidade que nós exigimos, também, das escolas públicas federais e estaduais.

Agradecer, também, à pessoa do Dr. Gabriel Mario Rodrigues, é um prazer sempre, aqui, e do professor Abib, é outro grande lutador da educação brasileira. Agradeço a presença de todos desta mesa, e vamos dar início--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, se a senhora, antes de terminar, me dá um minuto só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minuto. Uma questão de ordem do Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um minuto. Porque é tão angustiante, e não sei se é felicidade ou saudades, mas V. Exa. sempre foi nossa líder na área de educação, pelo conhecimento, pela experiência, pelo trabalho sempre desenvolvido para melhorar a qualidade de ensino, e todo o Brasil conhece seu trabalho.

Mas eu queria lembrar, Professor Carbonari, todos que estão na mesa, nossa secretária, o início da história do investimento no ensino particular, numa hora de desespero do estado. O Ministro Jarbas Pas-

sarinho, Ministro da Educação, em São Paulo, a Professora Dalva Soto Mayor, que era delegada de ensino federal, e eu delegado de polícia, então, surgiu o clima dos excedentes dos vestibulares no estado, porque o estado não tinha competência para matricular a maioria dos aprovados no vestibular.

Então, o Ministro Jarbas Passarinho começou a abrir o “apoio” a que nascesse, com maior velocidade, o ensino particular, para absolver aqueles que queriam estudar, e não tinham oportunidade na classificação do vestibular.

Então, surgiu, talvez improvisado, coisa, que vem sendo corrigido ao longo dos anos. Então, nós não podemos deixar essa infraestrutura, que dá para quase 70% na capacidade de absorção de quem queira estudar, cair no vazio, sem, realmente, uma assistência, principalmente na hora da legalidade, porque estão misturando área econômica com área educacional. Se for tirar o empréstimo do BNDES, o MEC tem que autorizar. Então, o MEC tem que ver se a escola pode ou não funcionar. Mas, se tiver funcionando com autorização, precisar de um empréstimo, não pode haver uma intervenção, dizer: “Não, primeiro eu tenho que dar o aval”, porque é uma empresa econômica.

Eu conheci a história, porque tive que intervir várias vezes, era uma questão, às vezes, de polícia que era triste para gente, saber que tem que impedir estudante de reclamar um direito que ele possa ter. E, hoje, não tem mais o problema do excedente. Ele, realmente, tem outra oportunidade. Desculpa interromper.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sempre bem-vindo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é historicamente tão importante para mim, que tenho saudades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E é para todos nós.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas tenho a certeza de que a evolução é importantíssima para dar continuidade ao estado direito, ao cidadão que quer estudar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um prazer enorme sempre ouvi-lo e contar um pouco da história, que é a nossa história, a história que todos nós vivemos, e eu me lembro bem dessa época, também.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, pedimos a todos que permaneçam em seus lugares. Dentro de instantes, daremos início aos trabalhos, sob a moderação do Senador Flávio Arns. Neste momento, a mesa de abertura será desfeita.

[soa a campanha]

Senhoras e senhores [soa a campanha]. Senhoras e senhores, pedimos a atenção [soa a campanha]. Senhoras e senhores, para darmos início ao primeiro painel intitulado: “Participação no desenvolvimento econômico-social brasileiro”, comunicamos a presença do Exmo. Senador Flávio Arns, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que conduzirá os trabalhos.

Convidamos, agora, para compor a mesa o Sr. Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo; o Sr. Antônio Carbonari Netto, diretor presidente do grupo Anhangueira Educacional SA. E, ainda, o Sr. Cláudio de Moura e Castro, presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim e especialista em educação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Quero agradecer a presença dos expositores para este primeiro painel deste seminário, lembrando, no início deste painel, o próprio artigo da Constituição, já lembrado também na abertura, de que a grande preocupação, o grande interesse do Brasil é na educação, educação básica, infantil, fundamental, média e ensino superior, graduação e pós-graduação, na educação, para possibilitar o exercício da cidadania, o desenvolvimento dos potenciais, a preparação para o trabalho, a criação da cidadania.

E isso é dever do Estado e da família, com a participação, conforme a Constituição federal fala, com a participação da comunidade. E o que nós estamos fazendo aqui é dizer: este desafio é de todos nós, de todos, também, no caso do ensino superior, da graduação e dos cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior públicas e particulares, quer dizer, de todos nós. Porque o grande desafio do Brasil é fazer com que os jovens, adultos, os que desejem tenham acesso ao ensino superior de qualidade, e é isso que todos que estão presentes nesta sala também o desejam.

Então, com muita alegria, temos a presença dos expositores e, para darmos início, então, a este painel, intitulado “Participação no desenvolvimento econômico-social brasileiro”. Então, nesse sentido, eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Rodrigo Capelato, diretor do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

SR. RODRIGO CAPELATO: Bom-dia a todos. Obrigado pelo convite, Senador Flávio Arns, Senadora Maria Serrano, Senador Sérgio Zambiasi, ao Júlio Linhares, que foi um dos grandes idealizadores, também, deste seminário. E eu acho que é bastante interessante a gente estar discutindo isso aqui, nesta

Casa. Nós discutimos isso no setor e tivemos a oportunidade de fazer essa exposição no Congresso de Araxá, e eu acho que abrir isso para o maior número de pessoas, isso é bastante importante.

Como nós temos, aqui, um tempo um tanto restrito, nós temos, aqui, uns 20 minutos para falar, eu vou tentar ser o mais objetivo possível. Mas a ideia, aqui, é mostrar, de uma forma construtiva, a papel da iniciativa privada no desenvolvimento da educação superior, não só do Brasil, que eu acho que tem um papel mais do que fundamental, mas mostrando, inclusive, outros exemplos no mundo, como no caso principalmente dos países do leste asiático, que são países emergentes, com características parecidas com a nossa.

Então, o que eu vou passar um pouco, passar um pouquinho pela situação atual da educação superior no Brasil, pois a contribuição da iniciativa privada no desenvolvimento da educação superior, até o estágio em que nós chegamos hoje; o impacto econômico que esse setor tem na economia como um todo, assim como qualquer outro setor; o impacto na formação da mão de obra e na empregabilidade, no setor; e a participação, exemplos da participação do ensino superior privado nos países da Ásia, que mostram, são casos de sucesso e que eu acho que a gente tem que olhar isso com bastante cuidado.

Bom, situação atual da educação: não há dúvida de que o país está ingressando num novo ciclo de desenvolvimento e que, para se tornar sustentável, para que a gente possa aproveitar esse crescimento de desenvolvimento, é inadiável que o país passe a desenvolver mais seu capital humano. E aí vem o primeiro nosso, que se impõe uma mudança estrutural na educação nacional, com o setor público tendo que investir mais no ensino fundamental e médio e drenar acho que menos recursos para o ensino universitário, deixando, reconhecendo, e esse é o grande desafio, acho que do governo, reconhecer o papel, hoje majoritário, da iniciativa privada no ensino superior.

E, quando eu falo isso, não estou falando em privatização, que é uma palavra que todo mundo tem muito medo, afinal de contas, nós não estamos falando em vender as universidades públicas, mas, sim, reconhecer o papel importante dos empreendedores, em todo o país, para fazer com que a educação superior consiga promover uma expansão, que, há muitos anos, não se conseguiu promover, apesar de ter tido um crescimento muito forte a partir de 97, mas que ainda é bastante deficitário.

O problema, no país, até como falou, outro dia, o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, num evento promovido pelo SEMESP, não é realmente de gasto público em si. Se você comparar os gastos públicos

em educação do Brasil, ele figura entre os países que mais destinam verba para isso. O problema é a forma como isso está sendo destinado para todos os níveis de educação no Brasil, de forma que há uma prioridade para o ensino superior, em detrimento, muitas vezes, do ensino fundamental e médio. E isso gera um paradoxo extremamente grave, que é você favorecer com o ensino superior público as camadas mais ricas da população.

E aí eu trago alguns dados, aqui, que isso fica bastante evidente. Se nós olharmos o perfil das matrículas, por período, nas universidades, nas instituições de ensino superior, vejamos, nas instituições de ensino superior privadas, 70% do seu alunado está à noite, cursa à noite. Já nas instituições pública é o inverso, 63% ou próximo dos 70% estudam de dia, ou seja, aquele cidadão que não tem recurso, que precisa trabalhar para poder fazer um ensino superior, ele só tem, só consegue ingressar na instituição privada.

A pesquisa, o PNAD, do IBGE, também reforça isso, essa questão desse paradoxo, 93% dos estudantes, nas instituições públicas, estão entre os 40% mais ricos da população; 73% dos estudantes, nas instituições pública, estão entre os 20% mais ricos da população.

Vejam, esse quadro é um quadro comparativo de países da América Latina, em que a gente pode dividir por quintis de renda o percentual de alunos no ensino superior, conforme a renda das famílias. Veja a distorção no nosso país. O quintis de renda os 20% mais pobres da população, na Argentina, 38,4% no ensino superior; Colômbia, 30%; Chile, 26%; Equador, 38%; El Salvador, 22%; e, no Brasil, 9%. Já na camada dos 20% mais ricos, aí a proporção já é mais igual, ou seja, isso mais do que mostra a realidade, esse paradoxo, essa distorção que existe na educação superior brasileira.

Outra coisa que, inclusive, nos alertou também o Professor Eduardo, naquela oportunidade, que não podemos deixar de esquecer, é a atraso, e precisa haver consciência desse atraso na educação no Brasil, e, principalmente, quando a gente fala que o momento do novo ciclo de crescimento econômico do Brasil é agora.

Trouxe alguns dados que mostram, em relação aos Estados Unidos, um atraso de um século do desenvolvimento da educação no nosso país. Vejam, os Estados Unidos completaram a universalização do excesso ao ensino fundamental no século XIX, no final do século XIX, e nós, no Brasil, conseguimos chegar nessa universalização do final do século XX, um século de atraso. Nos Estados Unidos, a proporção dos jovens matriculados no ensino superior, a taxa líquida

de escolarização, no início do século XX, era de 9%, hoje, no Brasil, um século depois, nós temos uma taxa de 12%, ou seja, uma taxa próxima do que os Estados Unidos tinham há um século passado. Hoje, os Estados Unidos têm uma taxa de 51,7% de jovens matriculados.

Para se ter mais alguns níveis de comparação do nosso atraso. Vejam, a taxa de escolarização bruta, que mede o percentual de matrículas, em relação ao número de jovens que estão na faixa adequada para estar no ensino superior. Vejam a posição do Brasil, 26%, abaixo de Colômbia, Peru, Panamá, Uruguai, Chile, vários países, para não falar nos países já desenvolvidos.

E a taxa de escolarização líquida, percentual de jovens de 18 a 24 anos que estão matriculados no ensino superior, também esse é um dado de 2005, aqui, hoje em dia, nós estamos na base de 12,7%, mas, se pegarmos uma comparação em 2005, vejam, o Brasil abaixo do México, Uruguai, Turquia, Portugal, vários países, todos na nossa frente, em relação a isso.

Então, diante dessa realidade, tem que se questionar como é que nós vamos promover e como é que nós vamos aproveitar esse momento de crescimento econômico do país, com essas condições na educação superior. E aí é que eu entro, então, na questão da contribuição da iniciativa privada para o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

É fundamental que se tenha essa consciência, porque o que a gente tem visto são políticas que não vão muito nessa direção, políticas como, por exemplo, não há como fugir de uma crítica, por exemplo, ao programa do REUNI, a programa desse tipo, porque nós sabemos que a expansão do ensino superior, por meio da iniciativa pública, ela é extremamente cara, extremamente morosa, e, como nós já falamos, há outra prioridade no Brasil, que é o ensino básico primeiro. Então, por que não deixar a iniciativa privada, assim como fizeram os países do leste da Ásia, continuarem o trabalho que já iniciaram na década de 90, quando foram chamados pelo governo para isso.

Vejam, como eu falei, a partir de 96, 97, o governo entende que é necessário fazer a parceria com a iniciativa privada, para promover a expansão do ensino superior, que não acontecia desde sempre. Se vocês olharem, aqui para trás, desde 1960, não há crescimento quase que nenhum, tanto das instituições públicas como privadas, ou seja, do ensino superior como um todo, não há expansão nenhuma.

A partir de 96, essa linha vermelha mostra o número de instituições privadas, há um crescimento de 148% de novas instituições no Brasil, enquanto de instituições privadas, enquanto de pública apenas

31%. E não podemos deixar de ressaltar que, se não houvesse tido essa parceria da iniciativa privada, hoje, nós teríamos, no Brasil, apenas 252 instituições de ensino. Se lembrarmos aquele déficit todo educacional e pensarmos nessa realidade, aqui, isso aqui seria mais do que trágico.

Em termos de matrícula, veja, a iniciativa privada promoveu um crescimento de 207%, em dez anos. Se não houvesse a iniciativa privada, 1,3 milhões de alunos somente teríamos no ensino superior, ou seja, 3,7 milhões a menos do que hoje já é extremamente deficitário.

Número de vagas, crescimento da oferta de vagas, 394%, em dez anos. Sem a iniciativa privada, teríamos, hoje, apenas 329.000 vagas sendo ofertadas no ensino superior. Cursos. Sem a iniciativa privada, teríamos 17 mil cursos a menos sendo ofertados.

, aqui, uma projeção que nós fazemos. As colunas em vermelho representam a projeção do IBGE em relação à população de 18 a 24 anos, e, aqui, nossa projeção em relação às matrículas no ensino superior. Vejam, hoje, nós temos, aqui, mais de 80% da população jovem excluída do ensino superior. Pelas nossas projeções, a continuar do jeito que está, nós chegaremos, aqui em 2013, ainda com 19 milhões de jovens excluídos, e há de se ressaltar que, sem o papel da iniciativa privada aqui, a taxa de escolarização líquida atual, que é baixíssima, como nós vimos, que é 12,7%, não chegaria a 5%, o que seria, realmente, catastrófico para o país.

E, com relação à capilaridade do ensino superior, vejam, 934 municípios cobertos por algum tipo de curso sendo oferecido por instituições privadas. Sexta-feira passada, eu tive a oportunidade de visitar uma cidade no interior da Bahia, chamada Ipiaú, uma cidade com 60 mil habitantes. E eles tinham começado, um casal que foi do Rio, foi para lá, empreendedores puros, chegaram lá e montaram um colégio, porque não havia escola na região, só uma escola pública bastante precária. Quando eles montaram a escola pública (sic), eles viram que não tinham professores para essa escola. Foram, então, fazer o quê? Abrir uma faculdade, para promover a formação de professores. Já foi um martírio para eles conseguirem abrir essa faculdade lá. Não havia nada na região. Conseguiram abrir a faculdade com o curso de história. Veio avaliação, agora, do CPC, essa instituição ficou com nota 2 no CPC, ou seja, ela está totalmente engessada com relação à sua expansão.

Fui ver os resultados do CPC dela, infraestrutura, nota 3; plano de ensino, nota 3; desempenho dos ingressantes, nota 3; desempenho dos concluintes, nota 3. Sabe o que derrubou a instituição? Percentu-

al de doutores. Ora, se não tem nem professor para atender a escola de ensino básico, onde eles vão arrumar doutores para a faculdade? Então, é isso que tem que tomar cuidado, quando a gente faz política pública neste país. A gente já viu a precariedade toda da nossa oferta de ensino superior. Então, eu ressalto esse importante trabalho da iniciativa privada, de chegar a todos esses municípios no Brasil.

Essa é outra simulação, que eu já mostrei naquela oportunidade. O quanto o governou ou quanto a economia pública teria que ter gasto para atingir os mesmos percentuais que atingiu, hoje, com a parceria da iniciativa privada, ou seja, o aluno, na escola pública, custando entre 11 mil a 15 mil reais por ano, desde 1960, o governo teria que ter gasto 2,9 trilhões a mais, ou seja, 27% do PIB de 2008, que foi um PIB recorde. Ou seja, vocês imaginam o quanto não teria, por exemplo, crescido o endividamento do país.

E, rapidamente, porque meu tempo está fechando, aqui. E o impacto do ensino superior privado na vida das pessoas ou o impacto do ensino superior, que é uma coisa bastante já conhecida por todos. Emprega 392 mil pessoas, sendo que 119 mil professores, se não houvesse as instituições privadas, nós teríamos 219 mil professores não sei onde. Crescimento do emprego aos mestres e aos doutores, 146%, de 2000 a 2007; doutores, 116%, de 2000 a 2007.

Será que nós temos que ver o número de doutores em números absolutos ou a variação, o crescimento de mais de 100%, de 200 a 2007, que foram absorvidos pela iniciativa? Programa de *stricto sensu*, 493 programas. Mas o que é que nós temos que olhar? O crescimento de 379% na oferta de novos programas de *stricto sensu*; 446% de crescimento de titulados em programas de *stricto sensu*, na iniciativa privada.

Números do setor, como um setor qualquer da economia, faturamento anual de 24 bilhões; massa salarial de 16 bilhões; participação no PIB de 1%; investimento de 2 bilhões em bibliotecas, equipamentos, etc.; geração de renda indireta, 1 bilhão; mais de 24 milhões de projetos sociais por ano; atendimento a mais de 20 milhões de pessoas por ano.

Vejam o impacto na mão de obra. O ensino superior privado formou 5,6 milhões de alunos, em 23 anos, enquanto o público, apenas 2,6 milhões de alunos. Hoje, nós teríamos, sem a iniciativa privada, menos de 6 milhões de profissionais no mercado de trabalho.

Pesquisa realizada pelo SEMESP, no Estado de São Paulo, nas grandes empresas, mostrou que 86% dos empregados com nível superior formaram-se, tanto em escalão presidência, diretoria, médio escalão, analista, técnicos recém-formados, 86% se formaram em instituições privadas. Vejam, entre os jovens, esse

índice é ainda maior, 93% dos jovens empregados nas empresas do Estado de São Paulo são formados em instituições de ensino superior privadas.

E eu acho, por que eu trago isso aqui? Eu acho que isso, sim, é indicador de qualidade. É isso aqui que mostra, e, se nós temos 75% das matrículas no ensino superior, o ensino superior privado tem 75% das matrículas, por que é que 93% dos jovens estão empregados? Ou seja, além de nós termos a maioria das matrículas, nós estamos formando melhor para o mercado de trabalho do que a instituição pública. Então, isso é avaliação, no meu ponto de vista.

Em todos os setores se emprega da mesma forma. Assim como no público, como no privado [soa a campainha], há um crescimento social para os cidadãos, 35% mudou de empresa, 58% melhorou de cargo, depois de se formar, houve um crescimento de 55 % na renda.

Vejam, um estudo da FGV, também com relação a isso, mostra que o salário dos jovens universitários pós-graduados são 544% superiores aos analfabetos e a chance de ocupação é 422% maior. Isso é a importância. E, no ensino, na pós-graduação, 85%, no ensino privado.

E, rapidamente, para vocês entenderem, quer dizer, como nós estamos indo na contramão dessa história. Vejam que os países asiáticos, que eles tinham o mesmo problema que Brasil, ou seja, um problema de “confrontamento” de crescimento econômico e falta de mão de obra qualificada, falta da capacitação, vejam o que é que eles fizeram. Liberação da iniciativa privada, que permitiu a transformação da educação superior nos países emergentes da Ásia; corte dos gastos do governo, menos restrições à iniciativa privada; os países permitiram a entrada de substituições e ensino superior estrangeiras, para ampliar o número de matrículas e melhorar a competitividade do setor; estímulo à concorrência, por meio da desregulamentação. As economias emergentes fizeram uso de parceiras com o setor privado, para reinventar o ensino superior.

E, vejam, já terminando, aqui. Esse gráfico aqui é interessante. Os países, cujo percentual de matrículas em instituições privadas é maior, são aqueles países que mostram a taxa de escolarização bruta maior, vejam o caso da Coreia, de Taiwan e do Japão, 90%, mais de 70%, 80% em instituições de ensino superior privadas e, com isso, consequentemente, uma taxa de escolarização bruta acima de 70%. E, por fim, último slide, para vocês verem na Índia, agora, como é que está funcionando. Vejam. O *status*, universidades públicas não crescem; universidades particulares surgindo; faculdades públicas sem crescimento; faculdades particulares com o apoio do governo sem

crescimento. E o que é que está crescendo de forma acelerada? Faculdades particulares, instituições de ensino superior, ensino pós-secundário, não superior, e instituições privadas não reconhecidas. Ok. Então é isso. Depois, eu fico aberto, aqui, às questões. Muito obrigado [palmas].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação do Rodrigo Capelato, neste primeiro momento. Quero destacar que vários dos aspectos mencionados pelo Rodrigo serão, inclusive, objeto de reflexão no segundo painel, que vai abordar “Qualidade do ensino: diagnóstico e propostas”, e, ao mesmo tempo, também no terceiro painel, não é, Rodrigo, que é a questão da avaliação, regulação e supervisão.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao segundo palestrante, Dr. Antônio Carbonari Netto, diretor presidente do grupo Anhanguera Educacional SA.

SR. ANTÔNIO CARBONARI NETTO: Senadores, deputados e colegas aqui presentes. Tocou a mim, evidentemente, num papel da iniciativa privada, falar um pouquinho sobre o desenvolvimento dessa iniciativa privada, uma vez que os números são bem claros na locução do Rodrigo.

O Senador Romeu Tuma já disse, de início, e usou das minhas palavras, que eu ia dizer agora. É preciso reconhecer que, na década de 70, não fosse a política do então governo e do Senador Jarbas Passarinho, de expansão e de interiorização do ensino superior, muitos de nós não estaríamos graduados e aqui presentes, hoje. Foi uma expansão acelerada, necessária, até por causa da crise estudantil que eclodiu em 1968.

A iniciativa privada, ela não vem como um favor do Estado, a partir de 1988, na nova Constituição. A livre iniciativa é constitucionalmente aceita como preceito, como lei, como art. 209. O ensino superior é livre à iniciativa privada, sujeito, evidentemente, a normas gerais e à autorização do Poder Público.

Diferentemente do que outras leis anteriores preconizaram, é livre a iniciativa privada, nos termos da lei, isso não tem mais, é livre iniciativa privada. Ponto. Não é mais delegação do Estado o ensino superior privado. Precisa ficar bem claro essa distinção, porque muitos legisladores, ainda hoje, entendem que é uma delegação. Na Constituição não consta mais isso. E a LDB, de 1996, também ficou claro, nas suas finalidades, que, agora, o ensino superior é responsável pela preparação para o trabalho, participação social, fraternidade e o diploma de ensino superior apenas garante e atesta a sua formação, não mais uma formação para a elite dirigente. Começa aí, então, uma nova fase do ensino superior, principalmente da iniciativa privada.

A década de 90. A década de 90 foi uma década onde se iniciou a expansão com mais critérios de

qualidade. Então, no início, uma expansão necessária socialmente, consubstanciada, evidentemente, nas reformas, até 68, e, na década de 90, a expansão se deu já com mais de qualidade, mais critério, mais normas. Nasce, na década de 90, uma força bastante grande na área da regulação.

Os anos 2000 se caracterizaram, além dos pressupostos de qualidade, a questão da inclusão social, a bolsa-escola, hoje Bolsa Família, a inclusão social, hoje, também representado pelo ProUni, em seus 500 mil estudantes. O financiamento estudantil, que começa agora, com o FIES um pouco mais corajosamente colocado à comunidade. Uma política de qualidade, onde se discute educação de massa *versus* elitização, que ainda persiste no país, porque é difícil aceitar a teoria da mudança. Há muito saudosistas, principalmente aqueles que acreditam em dogmas ultrapassados, que querem equalizar a qualidade com a dificuldade de acesso.

E, no final desses anos 2000, o exagero da regulação. Eu quero, na questão dos anos 2000 para cá, eu quero fazer jus ao início da política de inclusão social, até porque nós temos presente a representação da Professora Maria Helena Guimarães de Castro, também do INEP, da SESu e ex-ministra, que ajudou a começar esse sistema maravilhoso de qualificação do ensino superior, sem perder a noção de expansão.

É importante que se faça o registro de que, em todas as décadas, o MEC sempre teve critério para sua expansão. É baboseira dizer: “O ensino superior cresceu aleatoriamente, cresceu sem critério”. É falso, sempre os critérios existiram, embora diferentes. Na época do Ministro Jarbas Passarinho, foram alguns, e veio subindo, veio melhorando, veio acertando a expansão. No Governo FHC, uma série de critérios de qualidade, no Governo Lula, outros critérios de qualidade. Critérios sempre existiram. Então, é preciso deixar essa baboseira de falar que a expansão do ensino superior se dá sempre sem critérios, é falso. Isso, de novo, é reclamação dos saudosistas da elite brasileira.

Mas vamos falar um pouquinho mais dos anos 2000. E, quando se fala nos anos 2000, vem aqui até 2009 e, agora, já 2010, é preciso dizer que a inclusão social foi um forte vetor do desenvolvimento do ensino superior brasileiro. O governo passado e esse governo, devem ser creditados a ele a forte entonação, a forte preocupação com a inclusão social e com a qualidade. Mas, quando se fala em inclusão social, não basta ProUni, não basta só FIES, é preciso abrir os critérios para o acesso desses jovens. Pasmem os senhores, de 2 milhões de alunos que vêm para o ensino superior, são formados no ensino médio, apenas um vem para o ensino superior. E o outro um milhão?

Vai à cata do primeiro emprego, não tem condições de financiamento, portanto, dificilmente, Rodrigo, nós vamos atingir patamares acima de 13% de taxa líquida de escolarização do ensino superior, porque falta incentivo no ensino médio. É preciso ter FIES para o ensino médio, ProUni para o ensino médio, assim como hoje se faz necessária, Srs. Senadores, a extensão do ProUni à pós-graduação, que é a quarto ano que os alunos do ProUni estão se agradando. Há mais de 100 mil alunos se agradando, que precisam de bolsa para a pós-graduação. Então, é preciso estender o ProUni para pós-graduação.

Agora, quando se fala em inclusão social, há que se entender que nós temos que romper alguns paradigmas; e os paradigmas, hoje, no Brasil, e a grande dificuldade que o ensino superior privado tem é romper com o conceito de qualidade. Para muitos saudosistas, a qualidade ainda é escassez de vaga, dificuldade de acesso, vestibular difícil, número de mestres e doutores exacerbado, para quê? Qualidade não é isso no mundo inteiro. Qualidade é o atendimento aos requisitos, anseios e aspirações do interesse do usuário do produto e dos serviços. A área de administração, no mundo inteiro, reconhece que qualidade está naquilo que se oferece e para quem usa e não aquilo que eu penso.

Então, precisa romper o paradigma antigo do conceito de qualidade, que qualidade é só doutor, só tempo integral, só escolas diurnas, esses paradigmas serviram para forjar, evidentemente, a elite do ensino superior brasileiro, mas trouxe consigo o ranço da aristocracia educacional brasileira. Ainda temos aristocratas como reitores, como diretores e que defendem um vestibular extremamente seletivo e não classificatório; excesso de livro na biblioteca, não aceitando bibliotecas virtuais; excesso de titulação, para que a corporação saia beneficiada, onde o emprego se garante por norma, e não pelas leis que a comunidade exige.

Então, esses paradigmas mais antigos estão atrapalhando o desenvolvimento do ensino superior brasileiro. Não fossem eles, nós teríamos dobrado a capacidade de atendimento, e com bolsas e com inclusão social, para o ensino superior brasileiro.

Vocês podem ver, 75% dos alunos estão conosco, 80% das entidades são privadas. Srs. Senadores, deputados e amigos, menos de 2% a 3% do setor privado se faz representar no Conselho Nacional de Educação, na CONAES, na CTA e órgãos de decidem a educação brasileira, motivo pelo qual o setor privado está a exigir pelo menos a paridade, 50% nesses órgãos ou, então, 1/3, mas não 1% ou 2% de participação. É fatal, é visível que, nessa próxima década, o ensino superior brasileiro particular deverá dobrar sua

capacidade, a despeito da excessiva regulação que hoje nós estamos sofrendo.

Sofremos, hoje, com portarias, resoluções, pareceres normativos, pela limitação do que a LDB diz, se extrapola, hoje, por uma portaria, o preceito constitucional da livre iniciativa. Por que é que isso é feito? Por que a reforma universitária não sai? Não é por acaso do setor privado. Nós sempre impulsionamos, sempre quisemos, por quê? Quanto mais inclusão social nós propiciarmos a esses milhões de jovens que terminam o ensino médio, mais o país estará pronto para as necessidades da próxima década.

Quando a gente fala que 13% apenas dos nossos jovens estão nas faculdades e universidades, nós estamos abaixo de uma linha da segurança nacional. Entrem os senhores no site do Ministério do Trabalho e vejam. O Ministério do Trabalho tem dado, em média, por ano, 25 mil *green cards* de trabalhos estrangeiros no Brasil. É muito? Não é muito. Mas eu preciso formar mais brasileiros.

E pasmem os senhores, de julho passado para cá, no Conselho de Desenvolvimento Econômico-social, o presidente da Petrobras, o Dr. Gabrielli, colocou a necessidade no sistema Petrobras para 2012, são 900 mil novos empregos, em função do Pré-sal. O sistema MEC forma, hoje, 700 mil graduados. Anotem aí, como diz o Marcelo Neri de FGV, o apagão do emprego, em 2012, será inevitável. Por quê? Excesso de normas, excesso de regulação e falta de confiança na iniciativa privada.

Nós já temos a LDB, que regulamenta, a Constituição. Deixe o ensino privado trabalhar. Se tiver alguma coisa mal, corrijam, supervisionem, mas não precisa de regulação, porque, atualmente, a regulação está tomando o papel, por exagero, da avaliação, lei, os sinais aprovados nesta Casa, está sendo extrapolado pela regulação, pela falta de reforma ou por imperativo pessoal ou grupal dos atuais detentores do poder normativo.

Então, eu acho que o ensino superior particular se expandiu maravilhosamente, mas sempre com dificuldades, dificuldades operacionais, dificuldades de regulação e dificuldade de reconhecimento. Toda vez que se fala em qualidade no Brasil, se fala em ensino público, por quê? O Rodrigo mostrou aqui, ele não foi mais adiante na pesquisa, mas está disposta na SINDATA, que é o órgão do SEMESP, todos os dados da educação superior.

Hoje, 75% dos empregos das 500 maiores empresas do Brasil, segundo a *Exame*, são ocupados por egressões do ensino superior particular, de gerente para acima, as 500 maiores empresa, 75% vêm de ensino particular.

Isso é significativo para o Brasil. Eu não posso dizer que a qualidade está só no ensino público. Isso é muito difícil. E, quando eu digo o ensino público, desculpem aí o exagero, é o ensino estatal, público somos nós que estamos na bolsa de valores e sujeitos aos critérios da publicidade de lei.

Todo o ensino superior melhorou. Investimos muito em professores, em carreira docente, em laboratório, em infraestrutura, nos projetos pedagógicos, hoje, baseados nas Novas Diretrizes Curriculares, salvadoras, por sinal. Porque, antigamente, nós éramos presos numa camisa de força chamada currículos mínimos. Hoje, as diretrizes curriculares são fantasticamente bem aceitas, embora a gente tenha alguns cortes, alguns atropelos das corporações, não é isso?

Conselho Nacional disso, Conselho Federal daquilo, que querem mandar na educação e nos cerceiam ainda. Mas, de qualquer maneira, as diretrizes curriculares, hoje, favorecem um Brasil moderno. Tudo isso, esse crescimento só foi possível pelo investimento da iniciativa privada. E os preceitos de qualidade, desculpem insistir um pouco mais, qualidade, hoje, no Brasil, está posta, número de mestres, doutores, bibliotecas, laboratórios, exame, processo seletivo, tudo isso é condição de entrada, o que falta no Brasil de hoje: quantidade de aluno no ensino superior.

Enquanto não se investir na ampliação exagerada, até, do número de vagas dos bancos escolares, derubarem aqueles paradigmas que eu chamo de mito, aliás, eu e o Cláudio fizemos um trabalho junto, de que sala de aula pequena é sala boa, isso é mito, os países desenvolvidos têm 300, 400 alunos em sala de aula, e todos bem formados e muitos prêmios Nobel. Nós não tivemos nenhum com 35 por aluno em classe.

Então, é preciso acreditar na quantidade, porque a qualidade já está exposta. Com isso, o ensino superior privado crescerá, o Estado terá seu papel atendido de formação de toda a sua classe estudantil, em parceria ou não com as entidades estatais, mas, hoje, é reversível, eu não acredito que algum estatístico, matemático, economista ou alguém que conheça um mínimo de número acredite que esses 80% vão se reverter e que as universidades estatais vão dobrar ou triplicar sua capacidade. Só se for em detrimento do salário. Corta salário e aumenta o número de vagas, o que não acontece com a entidade privada.

Eu coloquei esse problema apenas para levantar para o debate, porque, associado ao Rodrigo, todos esses dados não são mais questionável, são dados comprovados, com pesquisa, bem trabalhados em várias universidades e que estão à disposição no SINDATA. O SINDATA é o órgão do SEMESP equiparadamente ao DIEESE.

Hoje, o maior banco de dados de ensino superior do Brasil está na SINDATA, que é dirigida pelo Rodrigo. Eu estou à disposição de vocês, para, logo mais, fazer algum tipo de debate, mas eu quis levantar a expansão do ensino superior com critério, principalmente baseado na quantidade, uma vez que a qualidade já está posta. Muito obrigado [palmas].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom. Eu quero agradecer a participação, novamente, do Antônio Carbonari Netto nesta Comissão, já estive aqui em outras audiências públicas, o Rodrigo Capelato também já estive, e dizer assim, Carbonari que eu já o conheço, assim, há mais anos, também, que seu discurso socialista está muito bom [risos].

SR. ANTÔNIO CARBONARI NETTO: Socialista somos nós.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Filosofia socialista. Pois é, isso que ele fala, eu acho que socialistas somos nós mesmo, sabe?

Muito bem, quero, antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio de Moura e Castro, que também já esteve nesta Comissão, e com quem eu tive o prazer de me encontrar, recentemente, em outros eventos, só destacar a presença do Deputado Osmar Serraglio, lá do Paraná, PMDB; Deputado Wilson Picler, PDT-PR; Carmen Luíza da Silva, da ABMES, Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior; Décio Corrêa Lima, Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; Sérgio Missiaggia, Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior; Maria Lúcia Vilhena Garcia, Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior; Gislaine Moreno, diretora de desenvolvimento institucional da Croton(F) Educacional; Terezinha Cunha, coordenadora geral do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, do Centro Universitário Hermínio da Silveira; Marco Antonio Abrahão, presidente do Conselho Regional de Biomedicina; Marcelo Issas, secretário do Conselho Regional de Biomedicina; Aparecida Andreas, consultora da Câmara; Michelle Louise Moura, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; Cecília Horta, também da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; também a Bianca de Andrade Estrella e a Dora Silvia Cunha Bueno, assessora da reitoria da UNIFACS, Universidade de Salvador.

Então, eu passo, com muita satisfação, a palavra ao Cláudio de Moura e Castro, que é presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim, especialista em educação e muito conhecido de todos nós aqui, de todo o Brasil. Seja muito bem-vindo.

SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO: Bom dia. O ensino privado tem muitas virtudes e alguns

pecadores. O que nós não podemos é confundir um com o outro. Temos que ter clareza de onde estão os pecadores e de onde estão as virtudes.

Alguém já disse que, se só tem no Brasil, e não é jabuticaba, provavelmente, não é boa coisa. Então, vamos pensar um pouco na nossa estrutura de ensino superior.

Vamos ver, existem muitos modelos espalhados pelo mundo, tomemos um modelo típico, que é o modelo colombiano, um ensino público de massa gratuito e um ensino de elite pago, pequeno, é uma possibilidade. Tomemos outro caso, ainda mais típico, um ensino público segmentado, ou seja, com vários patamares, e um ensino privado de elite, eu diria que Estados Unidos, Europa, Argentina, mais ou menos, correspondem a esse modelo. São sistemas razoavelmente pensados, no caso americano, que é o mais conhecido, nós temos os *community colleges*, temos os *colleges* de quatro anos, nós temos as universidades, ou seja, atende-se, no público, toda a gama de alunos, isso é mais ou menos o que acontece nesses países. E nós temos, no Brasil, um sistema que nunca foi repensado, que nasceu espontaneamente e não teve, como no Chile, uma rearrumação. É um sistema público, caro, pequeno, gratuito e elitizado. E nós temos um privado que absolve o que sobrou desse público e vai se massificando. No fundo, o aluno pobre paga, e o aluno rico estuda de graça, nós vimos os dados.

Se só tem no Brasil, e não é jabuticaba, provavelmente, nós não temos um sistema bom. E a verdade é que vêm-se observando vários consertos nesse sistema, mas há um ritmo insuficiente. Nós temos o ProUni, o FIES, mas nós devemos nos lembrar de que, no país mais rico do mundo, que são os Estados Unidos, mais de 50% dos alunos de nível superior recebem algum tipo de ajuda financeira, ou com bolsa ou com crédito. E nós estamos longe de chegar nesse número, nós estamos na ordem de 20% ou 30%, no máximo, então, alguma coisa não está muito bem nesse sistema. É preciso pensar. Não é culpa do privado, não é culpa do público, é a arquitetura que está obsoleta. Colocou, foi colocando puxadinho em cima de puxadinho, e o edifício não funciona.

Bom, vamos fazer um pequeno exercício. Vamos supor que não existisse o sistema privado e que todos fossem absorvidos pela federal. Já foi feito mais ou menos esse exercício, o que eu vou dizer não é muito diferente disso. São 3,7 no privado, 1,2 no público; sem privado o público teria que absolver esses alunos, ou deveria absolver, e vamos supor o custo de federal. Isso significa, por ano, 37 bilhões a mais, com uma estimativa razoável de custo/aluno, e 72... estimativa mínima, desculpe. E 72 bilhões, incluindo todos os curtos, os

aposentados, etc., etc., etc. Ou seja, seria necessário ou duplicar ou triplicar o orçamento do MEC para atender os alunos que estão hoje no privado.

A viabilidade política dessa alternativa é, no mínimo, duvidosa. O papel do privado em esparramar o ensino pelo Brasil afora. O federal predomina nas grandes capitais, nas capitais e nas grandes cidades, metade está nas capitais. E o privado espalhou pela interior e mudou a cara do interior. Quem vai à cidade do interior e vê o que é as faculdades fizeram sabe disso. É muito interessante ver o livro da Maria Luiza Marcílio, mostrando o impacto da criação da faculdade de direito do Largo São Francisco em meados do século XIX, quando São Paulo tinha 10 a 20 mil habitantes, mostrando como essa universidade mudou a cara da Universidade de São Paulo. Transformou a cidade, mudou tudo.

Então, não é menos o que essas pequenas faculdades do interior estão fazendo, desprezadas, mas elas estão mudando a cara dessas cidades do interior. O setor privado não fez isso por idealismo e não fará jamais por idealismo, porque, no sistema de mercado, não é isso que funciona, e é por isso que funciona direito, mas o que interessa é o resultado. E as maçãs podres? Aqui, puxão de orelha em vários representantes de órgãos de instituições privadas, o Sr. Carbonari, aqui do meu lado, que não puxa a orelha daqueles...

SR. ANTÔNIO CARBONARI NETTO: Sou vice [risos].

SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO: Daquelas que pisam na bola, dos pecadores. Quer dizer, eu acho que o setor privado, as associações do setor privado têm sido muito lenientes com os pecadores, prejudicando a eles próprios e aos alunos.

O MEC só agora começa a passar pente fino no fundo do tacho, que é facilmente demonstrável como duvidoso. O Paulo Renato tentou fazer isso, e veio um tsunami de liminares, e ele cascou fora e não conseguiu fazer nada. Agora, eu acho que alguma coisinha está começando a acontecer, mas acho que, no caso de excessos, realmente flagrantes, há espaço para uma intervenção do Poder Público. Não é porque está mais ou menos. Isso é outro assunto. É o péssimo. Há suficiente evidência de que a concorrência tem sido boa para o setor e para os alunos. As mensalidades vêm caindo nas áreas mais competitivas, a qualidade vem aumentando nas áreas mais competitivas, enfim, o sistema de mercado funciona razoavelmente bem, com os tropeços que a gente sabe que existem em todos os mercados e que têm que ser tratados. Mas não necessariamente tratados com mão de burocrata.

O mais difícil é combater a concorrência predatória. O sistema de mercado não tem boas armas. As

ações anti-*dunping* são muito difíceis de funcionar. Então, essa é uma grande vulnerabilidade do sistema, e nós não sabemos como se pode fazer alguma coisa. O burocrata certamente que vai errar.

Bom, há diversificação. Sim, mas é uma diversificação envergonhada, ela não é assumida, ela não vem de cima para baixo, ela não diz claramente a que veio, ela é envergonhada. Vamos ver. No mundo, no primeiro mundo, menos de 5% das instituições de ensino superior são universidades de pesquisa, ou seja, os professores produzem regularmente pesquisa; nos Estados Unidos são 3%. E nós temos uma Constituição que diz que todo mundo tem que ser universidade de pesquisa. Se os Estados Unidos, que produzem metade dos prêmios Nobel e 1/3 da pesquisa mundial, só 3% é universidade de pesquisa, é, no mínimo, ingênuo dizer que todos são universidades de pesquisa. E, portanto, nós temos a famosa indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Isso é um sonho, isso é um sonho, isso não existe na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha.

Na França, as melhores universidades são as *grandes ecoles*, onde havia uma norma de que não podia fazer pesquisa, porque atrapalhava o ensino. Agora não há mais, quem quiser pode fazer. Mas não há política de pesquisa.

Bom. E aí? Esse senhor, Alexander [ininteligível], da USALA(F), é a pessoa no mundo que mais fez estudos de acompanhamento de egressos, e, num dos últimos que ele fez, ele agora está aposentado, ele entrevistou 40 mil graduados de instituições de ensino superior e chegou a muitas conclusões, inclusive esta que é fundamental: professores orientados para pesquisa aumentam a insatisfação dos alunos e prejudicam seu aprendizado. Se alguém me mostrar um dado para o Brasil, eu me rendo.

Vamos voltar um pouquinho aos Estados Unidos. Mais da metade dos alunos americanos estão em *community college*, grande parte dos *community college* tem uma norma interna, proibindo a contratação de doutores como professores. Os doutores são chefes de departamento, coordenadores, reitores, vice-reitores, mas professor de sala é proibido ser doutor, não todas, mas, na grande maioria, é proibido. Por quê? Porque eles acham que doutor não tem paciência para lidar com tipo de aluno que eles recebem, que, fazendo um pouco a extrapolação do PISA, são mais ou menos como nossos alunos de nível superior. Concluam o que os senhores quiserem.

Nós temos cursos profissionais, isso é um dos crimes que se faz na educação brasileira, é acadêmizar os cursos profissionais, quer dizer, a legislação... Imaginemos um curso de engenharia privado e um

público. O privado tem dez engenheiros, professores, que têm longa experiência de empresa, e tem cinco doutores. O público tem dez doutores e nenhuma pessoa que jamais entrou numa fábrica. Quem é que vai ganhar nota maior? O público. Completamente equivocado, não tem o menor sentido que isso aconteça. Quer dizer, o MEC não conseguiu dar legitimidade à experiência profissional, que é fundamental nos cursos profissionais.

Tomemos uma instituição americana, como a Corcoran, que está do lado da Casa Branca, que ensina arte, arte comercial. O que é que precisa para ser professor lá? Mostrar o portfólio e ter um estúdio comercial funcionando e viável economicamente. Nem se pergunta que diploma que tem, nem de *high school* não precisa ter diploma e, se não souber falar inglês, tem que aprender depois que entrou para ser professor.

E nós não conseguimos valorizar os diplomas profissionais e a experiência profissional, nós valorizamos só o mestrado e o doutorado, o que é um absurdo total e completo. E o desempenho em sala de aula. O aluno aprende não é porque o professor tem diploma, o aluno aprende porque o professor é bom, ele sabe criar as circunstâncias do momento, a atmosfera em o que aluno é motivado e aprende; 95% do ensino brasileiro deveria ter como objetivo central isso. Nós temos dez universidades de pesquisa no Brasil, só. E, no entanto, não há nenhuma referência, nenhum estímulo a melhorar o funcionamento na sala de aula.

Quem manda na avaliação do MEC? Quantos professores do sistema privado estão no INEP e na SESu? Eu não fiz meu "para casa", então, levemente, eu vou dizer que nenhum, mas talvez eu esteja errado. A burocracia do MEC é uma Hidra indomável, eu me lembro da mitologia grega, aquela Hidra, é mais ou menos a burocracia do MEC. Isso não é desse governo, não, hein? Isso antecede o de hoje, antecede Maria Helena, antecede todo mundo, é uma Hidra indomável.

A verdade é: Ministro da Educação e secretário da SESu não manda naquela burocracia, não adianta ministro prometer, não adianta secretário da SESu prometer, porque não manda. Os sinais, ele tem forte componente contra o privado e contra o bom curso profissional. Vamos ver, 20% para os doutores, que não há nenhuma evidência de que sejam melhores do que professores de sala de aula que não têm esse diploma, pelo contrário, há uma sugestão de que, a não ser que o aluno seja altamente elitizado, que seja pior professor, pelas razões que os *community colleges* americanos não deixam, não têm paciência; 5% dos mestres, está lá, isso não atrapalha e nem ajuda.

Dois indicadores de avaliação de aluno, que não servem para nada, é puro ruído, porque o aluno, com o que ele vai comparar, ele só cursou uma faculdade. Então, para saber se é bom ou se é ruim, ele tinha que ter um comparativo, e não tem, e os indicadores são poucos.

Depois, a nota do ENADE, que está certo; a nota do ingressante, ou seja, quem recebe alunos bons ganha de graça 15% da pontuação; de graça, não fez nada para isso, mas recebeu o aluno bom e ganhou 15% da pontuação, e o valor adicionado, que tem razão de ser.

Então, nada é dito sobre presenças de profissionais experientes nos cursos profissionais, portanto, e está ali o tempo integral, que é muito bom para o professor de filosofia, agora, para o professor das áreas profissionais de um curso de engenharia e de direito, é ruim, é ruim.

Uma faculdade de direito, em que todos os professores são de tempo integral, ela só tem um esperança de ser boa, é que os professores não cumprem, ou seja [risos], tem lá suas bancas, estão lá nas suas bancas, escondidos, é a única possibilidade de ser boa.

Bom, para terminar. Mais lucro significa menos qualidade, as pessoas... não existem boas estatísticas. As pessoas que estão analisando esses dados, como Ryon Braga, etc., acham que há uma leve tendência para que as mais lucrativas tenham qualidade melhor, mas o oposto certamente que não é verdade, ninguém demonstrou que mais lucro significa menos qualidade.

A concorrência funcionou, aqueles lucros de 50% ao ano acabaram, e tem um número grande de privadas que estão, para usar o termo técnico, com as calças na mão. Estão fecha não fecha, sobretudo os pequeninos e os incompetente administrativamente.

Então, a concorrência funcionou. E uma coisa curiosa, nessas comparações entre instituições de lucro e instituições filantrópicas, nós aprendemos vendo os mercados comuns, que não são de educação, e mercados altamente competitivos, *marketing chair* é muito mais importante do que lucro, então, as instituições investem para manter sua fatia de mercado ou aumentar, e não distribuem lucro. Então, qual a diferença de uma filantrópica que não tem lucro, mas que tem que ocupar seu mercado, para uma que tem lucro e que não pode distribuir dividendo, porque tem que ocupar o mercado da outra? Quer dizer, no fundo, em um mercado competitivo, ter ou não ter objetivo de lucro faz muito pouca diferença, porque o imperativo é fatia de mercado, portanto, essa não é uma distinção que nos dê um indicador muito seguro. Eventualmente, alguma coisa ela pode dizer, mas não excessivamente.

A experiência brasileira ainda não permite dizer nada; a experiência americana é mais incipiente que a brasileira, então, nós não sabemos exatamente aonde a gente pode chegar.

A competição aumenta a eficiência e abaixa a mensalidade [soa a campainha], mas a avaliação é importante, e o controle do abuso é necessário. Para resumir: arquitetura do sistema gera iniquidade; o superior é inviável sem o privado; a dispersão gráfica mudou o interior do Brasil; a avaliação discrimina contra privado e profissional; a concorrência é boa e aumenta a eficiência; a avaliação e o controle de abuso é essencial. Muito obrigado [palmas].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu tenho uma pergunta, aqui, na frente, na mesa, vou perguntar aos Srs. Senadores se querem fazer alguma pergunta. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu vou ter a responsabilidade da ter que me ausentar, daqui a pouco, por votações importantes na Comissão de Constituição e Justiça. Eu quero dizer que aprendi muito com as três exposições. Eu precisei sair um pouco na sua, por causa de uma... ter que usar a palavra ali, para uma emergência. E eu fiquei curioso, aqui, com uma observação do Professor Cláudio de Moura e Castro, porque...

O senhor continua sendo professor na FGV?

SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO: Não. Atualmente, [ininteligível].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas dá aulas?

SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO: No momento, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque, quando observou que o professor que pesquisa, muitas vezes, acaba deixando de... Por aquela pesquisa mencionada, que professor dedicado pesquisa acaba não sendo um bom professor, como eu sei, através das suas publicações, porque leio seus artigos, porque está sempre pesquisando e tudo, mas, como o considero um professor motivador, interessante, que certamente estimula seus estudantes, como professor, em aula, então, afinal, eu fiquei um pouco preocupado com aquela conclusão, porque [soa a campainha] o professor que puder sempre combinar estar realizando pesquisas com dar aulas e ser uma pessoa tão estimulante para levar seus estudantes a realizarem aquilo que é o progresso no ensino me parece que é uma boa coisa, por isso que eu fiquei preocupado com aquela conclusão. Então, se puder fazer um breve comentário sobre aquele ponto, eu agradeço.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Senador Sérgio Zambiasi, que é um dos autores do re-

querimento, e que é o moderador da próxima mesa. Eu até quero dizer, para todos os presentes, que eu penso, assim, que os painéis são momentos, assim, para pensarmos sobre o assunto, que não é, assim, propriamente um espaço dos maiores para um debate maior, mas, de qualquer forma, a gente pensa, reflete. Por exemplo, o Senador Sérgio Zambiasi é o relator, agora, aqui no Senado, nesta Comissão, da Lei do FIES. Então, esse debate, sem dúvida alguma, vai subsidiar, e, ouvindo, escutando, prestando atenção, nós poderemos depois chamar, também, os expositores para nos aprofundarmos em aspectos necessários. Então, é o momento, principalmente, que eu considero de parada para refletirmos sobre a realidade educacional e, em particular, do ensino superior.

Deputado Picler, também do Paraná, com a palavra.

DEPUTADO WILSON PICLER (PDT-PR): Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui, participando de um seminário tão ilustrativo, tão bom como este. Eu gostaria de apenas acrescentar, reforçar alguns aspectos que já foram ditos. Essa questão da exigência de mestres e doutores encarece muito a oferta do ensino privado e produz um efeito social muito grave e danoso, que é a exclusão, porque já existem pesquisas que mostra que a capacidade de financiamento desse aluno brasileiro está em torno de 200, 300 reais. Com essas exigências, a oferta eleva o preço, essa exigência eleva o preço da oferta para 600 reais, 500 reais. Então, produz algo muito danoso para o Brasil, que é a exclusão, não é isso que estamos procurando.

Aí nós teríamos que pesar se, realmente, esse acréscimo, suposto acréscimo de qualidade, com o doutor, vale a pena, porque o preço social é muito alto. Então, tem que fazer uma reflexão nesse sentido. E eu observo que essa exigência de mestres e doutores, ela se veste muito bem no sistema federal, porque eles têm isso lá, porque, lá, é o orçamento da União que mantém esse aluno, caro manter esse aluno lá, mas tudo bem, existe um orçamento aí bilionário para o MEC, é possível manter isso lá, essa quantidade de doutores. Então, os critérios de avaliação são feitos para avaliar o sistema federal.

Então, quando o sistema de avaliação aponta uma fragilidade de qualidade ou um *ranking*, as privadas abaixo, não quer dizer que elas sejam piores, apenas que elas não podem se ajustar àquele critério do público, por uma questão orçamentária, mas não tem nada a ver com qualidade, não tem nada a ver com qualidade.

Outra coisa que o desempenho desses alunos do privado [soa a campainha]; não, do público é melhor, já vou concluir, é porque eles pegam os egressos do

sistema privado da educação básica, que o ENEM já mostrou que é melhor, e nós pegamos um aluno muito fraco, até mesmo porque a oferta está elevada e até tem sobra de vagas, há, como a gente fala, uma ociosidade, então, nós pegamos, realmente, uma quantidade de alunos, uma faixa da sociedade com muita deficiência na sua formação. Aí nós vamos pegar esse doutor para dar aula para aquele aluno, não dá certo. Está certa a conclusão dos americanos, não dá certo.

E eu estudei na UNICAMP. O maior sacrifício daqueles professores doutores, lidando com assuntos, com pesquisas, financiamento daquelas pesquisas, coisas muito elaboradas. Pesquisa, para verdadeira, tem que ser original e, para ser original, está lá na ponta do conhecimento, e o aluno está aqui na base.

Então, quando aquele professor da UNICAMP, do doutorado e do mestrado, tinha que ir dar aula na graduação, era um horror para ele, aquilo era o fim da picada. Ele chegava a falar para alunos que queriam estudar na graduação da UNICAMP: "Vá fazer sua graduação no seu estado, venha aqui para fazer a pós-graduação, que aqui nós não temos muito interesse na graduação". Isso se falava na UNICAMP, na física e na engenharia elétrica, que é a melhor do país. E teria uma série de outras coisas, aqui, para falar, mas eu acho que daí eu iria abusar da palavra.

Só quero registrar que protocolei quatro Projetos de Lei, aprimorando o ProUni, e uma das questões é a pós-graduação. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Inclusive, nesse aspecto, quero estacar que várias das observações podem se converter, na sequência, em Projeto de Lei, também, como V. Exa. colocou.

Eu quero ler aqui, Sr. Carbonari, como o senhor colocou, o excesso de regulamentação por parte do governo às instituições de ensino particulares, superiores, não estaria forçando a uma concentração do ensino superior privado, concentrando nas mãos das instituições de ensino de grande porte, a maior parte desse setor? Essa questão surge perante a impossibilidade de as instituições de médio e pequeno porte atender às exigências regulamentadoras do governo. Dr. Hugo Pinto, diretor das Faculdades da Santa Cruz de Curitiba.

Muito bem. Eu passo a palavra, na mesma ordem, aos expositores, para fazer um apanhado das perguntas, as considerações finais, para encerrarmos este painel e, na sequência, termos o segundo painel, que será moderado pelo Senador Zambiasi.

Com a palavra, então, o Rodrigo Capelato.

SR. RODRIGO CAPELATO: Bom, primeiro, parabenizar as exposições do Professor Carbonari e do Professor Cláudio de Moura e Castro, foram realmen-

te excelentes. Eu acho que tudo foi bastante claro. Eu acho que exposição do Deputado Wilson Picler também foi bastante clara, e é exatamente isso que está acontecendo no setor.

E eu acho curioso, até saindo um pouquinho do tema e falando um pouquinho mais dessa questão dos doutores, nós questionamos o INEP com relação à questão técnica. De onde sai essa informação de que doutores ou percentual de doutores com peso maior reflete em qualidade de ensino? E eles nos disseram, aqui vou tentar resumir tecnicamente, mas que o que define qualidade para eles é o IDD e que eles confrontam, então, aquelas instituições que têm IDD maior com essas variáveis de doutores, etc. Ora, primeiro que é óbvio que aquelas instituições que têm IDD maior vão ter o percentual de doutores, porque a gente sabe que os doutores, as instituições públicas estão com 100% dos doutores, primeira questão. Mas o que me deixa preocupado é que nós pedimos essas informações, o ano passado, pedimos essas informações este ano de novo, e não aparecem. Eu não sei por que isso acontece.

Agora, quando nós fazemos uma confrontação das notas de IDD e do CPC, na há correlação. Então, isso, até está a professora Magda, aqui, que mostra bem isso, que eles fizeram esse trabalho estatístico. Vai por terra toda essa tese, toda essa explicação que está dando o INEP. Então, não entendendo essa fala de clareza do INEP, com relação a essas questões. E aí a gente vem com todas essas críticas, com tudo isso que está sendo debatido hoje. Então, isso é uma questão grave, hoje, no setor. Eu acho que esse é um ponto fundamental para se tratar no setor e, como, inclusive o Deputado Wilson Picler falou, isso onera demais as instituições privadas, que já estão sofrendo demais com a competição e que têm papel fundamental, principalmente na interiorização do ensino superior.

Então, qual é o objetivo disso tudo? Então, a gente precisa estar muito preocupado com isso. Outra questão, só para encerrar minha participação, que eu acho interessante, é um fenômeno que vem acontecendo no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, principalmente, e que demonstra o quanto o foco do Ministério da Educação me parece equivocado. Quando eu falei, logo no começo, que deveria drenar os recursos todos para o ensino básico e deixar o ensino superior um pouco mais livre, não tão regulamentado.

Hoje, no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, principalmente, com o crescimento, ainda que pequeno, da renda da classe C, as escolas privadas voltaram a ter alunos, do ensino médio e ensino fundamental. E porque isso? Porque simplesmente a classe média não agente abaixo qualidade do ensino

básico público [soa a campainha]. Então é só crescer um pouquinho de renda para eles, que eles já fogem para as instituições privadas. Então, isso mostra bem a questão do foco, é necessário ter foco na qualidade do ensino público básico. Essa é minha última mensagem. Obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Rodrigo Capelato. Só para vocês saberem que essa campainha que bate, não sou eu que estou batendo, aqui, nada, para não ficarem bravos com a moderação, que vai acontecer com o Senador Zambiasi, depois, na sequência, também. É automático. Sempre tem os relógios lá no fundo e aqui, que vão colocando. Quando falta um minuto, a companhia bate, também para alertar a pessoa aí de o que tempo está se encerrando.

Passo, em seguida, a palavra ao Antônio Carbonari Netto, para suas considerações.

SR. ANTÔNIO CARBONARI NETTO: A colocação do Dr. Hugo, de Curitiba, ensejando que a concentração do ensino superior se deve também ao excesso de regulamentação é verdadeira. Agora, quando se fala em concentração, não pode se falar em uma instituição, mas, numa federação, numa nova associação, por quê? As pequenas instituições do Brasil não suportam o custo MEC, anotem essa variável, taxa para visita, taxa disso, taxa daquilo, tem até editor especializado em vender bibliotecas prontas para o direito, para a engenharia, para a medicina. Então, o custo MEC, hoje, é exacerbado, e as pequenas simplesmente não aguentam. Então, se associam municipalmente, regionalmente, fazem alguns conglomerados, e outras fazem aquisições de expansão, em função desses problemas.

Mas não é por causa disso que há uma expansão de conglomerados maiores. Não é por causa disso, é por causa da baixa penetração do ensino superior do interior do Brasil. Quer dizer, a forma de você conseguir até salvar as pequenas é adquiri-las, agregá-las, parcerizá-las, para que você tenha, na escala, apenas um departamento de avaliação externa, apenas um grupo que se preocupe com custo MEC, enquanto as pequenas não conseguem suportar. Ou os próprios administradores, diretores e associados fazem esse trabalho ou mentem, e não cumprem, porque uma escola pequena de alto nível, de bom nível, que tenha que suportar realmente esse número de mestre e doutor, as exigências, hoje, que são feitas para as federais e operacionadas nas pequenas, não aguentam esse custo MEC. Realmente, é um trabalho muito grande.

E pasmem os senhores, no Brasil, a área de educação superior eu acho que é a única que paga para ser fiscalizada. Nós pagamos para ser avaliados. Alguma empresa paga para o fiscal do INSS ir avaliá-la? Ou a Receita Federal? Eu pago o salário

dele, para ele me fiscalizar? Ninguém faz isso. Isso é antropofagia, inclusive. Mas, de qualquer maneira, a gente paga praticamente 10 mil reais por curso para autorizar ou reconhecer.

Então, as pequenas não têm condições de sobrevivência nesta situação atual. Mas, de fato, essa concentração começa a existir, no país, não necessariamente para uma instituição só, mas talvez polos regionais ou estaduais, é uma tendência, em função da necessidade de escalar os gastos e dividir com sua própria base.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Passo a palavra ao Cláudio de Moura e Castro.

SR. CLÁUDIO DE MOURA E CASTRO: Dois comentários. Primeiro, Senador Suplicy, e é também meu caso, temos uma experiência de graduação e pós-graduação em instituições de elite, que são bem diferentes, sobretudo do ponto de vista dos alunos daquelas instituições que correspondem a 95% da matrícula.

Os dados do ASTEN(F) são médias que capturam os 3% ou 5% ou 10% das universidades de pesquisa americanas, que, portanto, não têm peso nesses resultados, esses são resultados de média, ou seja, para o aluno médio americano, que não é essas maravilhas, o pesquisador não é necessariamente o melhor professor. Essa é a conclusão dele. Eu estou simplesmente repetindo.

O segundo comentário, se nós falarmos nesse trio: tempo integral, doutorado e pesquisa, vamos nos lembrar apenas de um número, 1/3 de professores em tempo integral dobra a mensalidade do aluno, ou seja, o aluno tem que pagar o pedágio desse 1/3 em tempo integral, e isso significa uma mensalidade duas vezes mais alta, que é inviável, passa de 500 para mil, de 600 para 1.020, e por aí afora, portanto, não adianta o MEC dizer que tem que ter tempo integral, dedicação exclusiva e doutor fazendo pesquisa, não vai acontecer, em hipótese alguma.

O que é que acontece? É que grandes universidades, grandes em termos de número, têm pequenos institutos de pesquisa, onde o pedágio é diluído por um número maior, e, com isso, eles fazem um trabalho bonitinho de pesquisa, mas não vamos dizer que isso é universidade de pesquisa, são pequenos enclaves de pesquisa, que é única coisa que é possível.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, como havíamos colocado antes, o grande objetivo deste e dos outros painéis, e como foi bem destacado, também, na abertura deste seminário pelos expositores, é um momento de parada, de reflexão, de análise conjunta, por parte da sociedade, do Congresso, do Executivo sobre alternativas, caminhos, dificuldades,

facilidades, e buscarmos, em conjunto, os encaminhamentos que mais beneficiem à sociedade brasileira, dentro de um diagnóstico adequado, de uma análise de realidade correta, pensando no que está dando certo, nas dificuldades apontadas e pensando nos caminhos para o futuro.

Então, agradeço, sobremaneira, a participação do Rodrigo Capelato, a participação do Antônio Carbonari Netto, do Cláudio de Moura e Castro; os três já estiveram, em outras ocasiões, aqui nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, estão retornando. Já os convidamos para estarem novamente em outros debates e outras reflexões sobre os desafios nessas três áreas para o Brasil.

Agradeço sobremaneira a participação e convido a todos para participarmos, na sequência, no segundo painel desta manhã, que terá a moderação do colega Sérgio Zambiasi, grande líder nesta Comissão, sobre "Qualidade do ensino: diagnóstico e propostas". Obrigado a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, vou me ausentar um pouquinho, mas já volto.

[soa a campainha]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senhoras e senhores, vamos, então, iniciar o segundo painel. Inicialmente, eu quero convidar para compor a mesa e para que possamos abordar o tema "Qualidade do ensino: diagnóstico e propostas", a Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP; o Sr. Fábio José Garcia dos Reis, diretor de operações do Centro Universitário Salesiano de São Paulo e especialista em educação. Bem-vindos. Muito obrigado.

Quero cumprimentar, inicialmente, o colega Flávio Arns, que presidiu o painel anterior, moderou o painel anterior; o Rodrigo Capelato, que é diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo; o Professor Carbonari, diretor presidente do grupo Anhanguera Educacional SA; e o Sr. Cláudio de Moura e Castro, presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim e especialista em educação.

Acho que foi um momento muito diferenciado, que nós apreciamos, aqui, com essas três manifestações. Já vamos pedir água, café e o que for necessário para que a atenção permaneça adequada aos temas importantes que vamos bordar.

Só dizer que acho que todos nós aprendemos muito, foi um momento muito importante para o Senado, não é, Flávio Arns? Para a Comissão de Educação, inclusive para desenhar propostas futuras. Eu acredito

que, das manifestações que nós ouvimos, a Comissão de Educação pode, inclusive, elaborar alguns marcos, alguns projetos, alguns questionamentos, enfim alguns encaminhamentos ao Ministério da Educação, ao governo, enfim, para que a gente possa trabalhar uma linha de aproximação, de entendimento, que eu considero fundamental. Nós ouvimos com atenção as manifestações, a Professora Dallari, quando manifestou-se, aqui, ela reconheceu abertamente o que significa a presença do ensino particular no Brasil, onde 3/4 da população estudantil está na escola particular, na escola privada.

Então, já é um fato relevante, o próprio governo demonstra claramente que, se não é a presença da escola privada, não haveria esse índice de estudantes ganhando seu diploma e conquistando os espaços na sua vida profissional, conforme foi bem demonstrado em pesquisa, aqui apresentada pelo Capelato.

Nós vamos, imediatamente, abrir, então, este painel, passando a palavra, aqui, pela ordem que foi colocada na apresentação da proposta, à Professora Maria Helena Guimarães de Castro.

SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO: Muito obrigada. Bem, bom dia a todos. Eu quero agradecer o convite da Comissão de Educação do Senado, cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi, que é o coordenador desta mesa, e dizer que eu, em linhas gerais, concordo com tudo o que foi dito pelo Rodrigo Capelato, pelo Cláudio de Moura e Castro, pelo Carbonari, enfim, por todas as apresentações feitas aqui.

Eu acho que muitas das questões levantadas são questões quase históricas, antigas, estruturais e eu acho que muito mais, daqui para frente, nós temos que pensar: “Bom, e daí? O que fazer e como fazer?”. Porque o problema, eu acho que estamos pronunciando cada vez mais nossa capacidade de compreensão dos problemas do ensino superior e da educação em geral.

Eu vou fazer, aqui, uma fala sobre a última Education at a Glance, Panorama da Educação da OCDE, eu escrevi o prefácio da última edição, que foi traduzida para o português, editada pela Editora Moderna, então, eu vou apresentar os dados, e no fim, vou falar meio que livremente do que eu entendo como grandes problemas, com base nas pesquisas e evidências existentes.

Então, o que eu vou dizer aqui e os dados que eu apresentar estão na última publicação, Panorama da Educação 2008, que foi editado pela OCDE e traduzido pela Editora Moderna.

De modo geral, são 29 países da OCDE e seis países convidados: Brasil, Chile, Estônia, Israel, Rús-

sia e Eslovênia, que não são membros da OCDE. Em todos os países se notam duas grandes tendências principais: a melhoria dos indicadores educacionais, em relação ao ensino superior, que foi o tema dessa última publicação; e a tendência à ampliação dos investimentos públicos e privados, inclusive do setor privado na Europa, que é uma grande novidade.

Errei. Bom, essa publicação, ela trabalha, está errado ali, não é 2008, não, é 2006? É que eu estou sem meus óculos de longe. Mas ali não é 2008, é 2006. Na verdade, a publicação mostra, primeiro, que, depois do grande debate dos anos 90, na Europa e entre os países da OCDE, que o desafio... 2006. Que o desafio era principalmente aumentar a cobertura do ensino superior. A OCDE estabeleceu uma meta que deveria ser atingida em dez anos, então, eles lançaram em 96, em 2006 atingiram, literalmente atingiram, porque eles tinham colocado como meta no mínimo de 50% de taxa bruta de cobertura do ensino superior, para os países membros, incluindo todos, inclusive Portugal, Turquia, Grécia, que eram países que tinham baixa cobertura, e eles saltaram de 37% para 57%, num período razoavelmente pequeno.

No Brasil, no mesmo período, a taxa bruta, estou falando 99 e 2006, que é o dado do INEP, não estou considerando o último censo do ensino superior, que foi o que o Rodrigo apresentou, que já dá um taxa bruta de quase 25%; no mesmo período, nós saltamos de 11% para 19%, portanto, crescemos, mas não tanto quanto poderíamos.

O que é que se observa entre os países da OCDE? Que houve avanços concretos, e esses avanços, eles tiveram ligados diretamente a uma “concertação” entre os países da OCDE. Afinal de contas, o que é União Europeia? Para mim que sou socióloga e cientista política, a União Europeia é um novo modelo de federalismo, está certo? Cada país é um, cada país tem suas características, especificidades, no entanto, eles estabeleceram instâncias de negociação e de colaboração, em relação a várias coisas, inclusive na educação. Quer dizer, começaram com a Previdência Social, com o sistema de saúde, como fazer com um conjunto de direitos adquiridos em países que tinham populações muito envelhecidas.

Uma das últimas “concertações” da OCDE foi na área de educação e que culminou com o Protocolo do Bolonha, que muitos aqui acompanharam e que resultou numa reforma enorme do sistema de ensino superior europeu. Eu fiquei impressionada. Mês passado eu fui para a Espanha e para Portugal, participei de algumas coisas em universidades, e é incrível como as universidades europeias, de países que estavam mais atrasadas, em relação ao padrão desenvolvido da Grã-

Bretanha, Alemanha e tal, como eles redesenharam rapidamente o sistema de ensino superior.

Portugal é impressionante e a Espanha, também. Esse é um ponto. Quer dizer, todo mundo já está dentro do Protocolo de Bolonha, três anos de graduação, dois anos de mestrado profissional e mais três anos de doutorado. O mestrado profissional é praticamente obrigatório, em uma série de áreas profissionais, como o Cláudio chamou atenção. Não tem mais o mestrado acadêmico em praticamente nenhuma instituição, salvo algumas áreas, algumas carreiras muito específicas. Então, houve uma nova arquitetura do sistema de ensino superior europeu, como o Cláudio clamou atenção, e que eu concordo totalmente. Quer dizer, eu acho que esse é o grande desafio para os próximos governos, porque, afinal de contas, este já está acabando.

O outro ponto que chama atenção é que, em relação à taxa de conclusão do ensino superior, o Brasil está com um indicador que avança lentamente, enquanto os países europeus, que cresceram muito, se expandiram muito, redesenharam o sistema, estão com um taxa de conclusão de 15%, no Brasil, a taxa é de 5%.

No que se refere à distribuição dos graduandos por área, é absolutamente idêntica, a única diferença é engenharias, ou seja, todos os países, mais ou menos, têm a mesma distribuição, ciências sociais, negócio e direito dá 40%; humanidades, artes e educação, 33%; saúde e bem-estar, 13%. Só as engenharias que aqui nós temos, mais ou menos, a metade do que a média dos países da OCDE.

Eu achei muito engraçado, porque, quando eu levantei alguns gráficos, eu fui atrás dos gráficos que já existiam. A única série histórica longa, que tem no disponível no INEP e na SESu, é do ensino superior. Para a educação básica tudo é recente, tudo vem de 95 para cá, 92 para cá, não tem dado antigo, quer dizer, o que mostra a superioridade do ensino superior brasileiro, que tem dados organizados, sistematizados, desde a década de 60.

Então, vocês notem que o ensino superior cresceu muito. De 1960 até 2007, vocês observam que a matrícula é a linha vermelha, a matrícula, ela deu saltos espetaculares nos anos recentes, e a pergunta é: vai continuar assim? Essa que eu acho que é a questão. Eu tenho falado sobre isso já há algum tempo, fiz uma pesquisa para FAPESP, em 2003, que foi publicada em 2004 pelo livro da FAPESP de indicadores de ciência e tecnologia em ensino superior. Quer dizer, na verdade, nós estamos patinando em relação ao ensino médio, literalmente, patinando. Nós não sabemos como fazer para aumentar, no entanto, 80% dos alunos que concluem o ensino médio brasileiro já estão ingressando

no ensino superior, de acordo com a última PNAD, o Carbonari falou em metade, metade, é mais, Carbonari, aumentou. É muito mais.

E 80% é muito alto. O Cláudio, se não me engano, tem dados sobre isso, a média, nos países desenvolvidos, é em torno de 50%, 60%, por aí. Quer dizer, nós estamos com um indicador muito acima da média da OCDE.

Bom, e o problema é que nossos índices de conclusão do ensino médio são baixos, nos países da OCDE, você tem índices de conclusão muito maiores, como Alemanha, Noruega, Japão e Finlândia, com 100% dos alunos que ingressam concluem, toda a corte de ensino médio, está concluindo o ensino médio, todo mundo tem o ensino médio.

O Brasil só não é pior do que o México, entre os países pesquisados; todos os outros têm indicadores melhores. E a última PNAD, embora tenha mostrado uma taxa bruta fantástica de matrícula no ensino superior, ela continua mostrando o mesmo quadro, em relação ao ensino médio, só 48% dos jovens de 15 a 17 anos estão de fato matriculados no ensino médio, o que é muito pouco, porque os outros alunos, metade dos alunos de 15 a 17, continuam lá para trás, no ensino fundamental, e o resto abandona na 7 série, na 8ª série, não está concluindo.

Então, o quadro ainda não é bom. E aí eu vou mostrar alguns dados da educação básica, porque todo mundo aqui sabe que minha paixão continua sendo a qualidade da educação básica. E eu espero não decidir até morrer, não sei se eu vou aguentar. Mas os indicadores, realmente, são complicados, os indicadores de rendimento. Quer dizer, está todo mundo na escola, não falta vaga de ensino fundamental, não falta vaga de ensino médio, faltam vagas de educação infantil, no entanto, olhando pelo lado da evolução das matrículas no ensino médio, a população de 15 a 17 anos, vocês notam que, ali, a linha vermelha é a população. Vocês veem que a tendência demográfica, os jovens de 15 a 17 anos estão caindo. Então, a demanda potencial dos futuros alunos de ensino superior, olha lá como é que está a tendência demográfica, isso é um dado do IBGE. Está caindo. E a matrícula estagnou.

Bom, vamos ver a educação profissional. É a que mais cresce agora, mas ela ainda é muito pequena. A educação profissional, ela teve um crescimento extremamente acelerado nos últimos quatro anos, principalmente 2005, 2006 para cá. Então, e aí eu estou falando de nível técnico, ensino técnico de nível médio, quer dizer, há uma nova demanda, porque as pesquisas mostram muito bem que o aluno que faz um bom curso técnico de nível médio, as pesquisas de egressos, elas mostram que esses alunos têm maior em-

pregabilidade e, provavelmente, o melhor salário do que um aluno que faz um curso de nível superior para o qual há muita gente formada, pronta no mercado, e não há uma demanda tão significativa.

E vejam que está se crescendo no setor privado e também no setor público. Em relação à promoção no ensino médio, também os indicadores estão caindo, quer dizer, não são só os indicadores de evasão, nós temos aí, a promoção está caindo nos últimos anos, e caindo bastante, de 2000 para cá.

A distorção idade/série, que melhorou muito no ensino fundamental e médio mostra que nós temos ainda 45% de jovens do ensino médio com pelo menos dois anos de atraso escolar, portanto, qual é a expectativa de esses alunos, de fato, concluírem e como é que eles vão concluir? Eles vão chegar prontos para entrar na universidade, já precisando trabalhar, porque são alunos velhos e, portanto, vão ter que fazer curso noturno, vão ter que ter financiamento, vão ter pouco dinheiro para pagar mensalidade, então, é esse o mercado, está certo?

As taxas de conclusão, elas também apresentam tendência de queda. Vocês veem que a do ensino fundamental é a mais dramática, de 2000 para cá, a taxa de conclusão da 8ª série, ela caiu de 62% para 53%. É um horror esse indicador! E ninguém fala disso, porque não é só o problema da qualidade, você tem um problema dos indicadores de rendimento, sem o que fica muito difícil melhorar a qualidade.

E, em relação a desempenho, todo mundo conhece bem os resultados do SAEB, eles estão estagnados, não há melhora significativa de 99 para cá. Nós tivemos uma ligeira queda no início, com a expansão do sistema, com a incorporação de novos alunos, e continua uma linha flat, tanto para português como para matemática, e, portanto, o desempenho não é bom.

Em matemática, o quadro é absolutamente igual ao de língua portuguesa, está melhorando muito pouquinho, e os alunos têm o desempenho muito fraco, para ser generosa.

O PISA mostrou que, em matemática, nós temos apenas, o último PISA, 10% dos alunos acima do nível 3, que é o mínimo da OCDE, a média da OCDE está sempre acima do nível 3, e, em leitura, 23% dos alunos acima do nível 3. Portanto, qual é o problema do ensino superior? O problema do ensino superior é quantidade e qualidade, e o problema do ensino básico é basicamente qualidade.

Esse gráfico é um gráfico que está no relatório da OCDE, pegando a população de 25 a 64 anos, são as duas primeiras colunas, e 25 a 34 anos o segundo bloco. Então, vocês veem, o cinza claro não dá para ver direito aí, é o Brasil; o preto é a OCDE. O dado é

um dado de 2005. Em 2005, 22% das pessoas de 25 a 64 anos, no Brasil, tinham o ensino médio completo; na OCDE, 42%. Também em 2005, 38% dos jovens de 25 a 34 anos tinham ensino médio completo; na OCDE, 78%. Então, nós temos um problema razoável para resolver: a expansão imediata do ensino superior brasileiro.

Em relação a investimentos, o crescimento na OCDE é real, mas onde está crescendo mais? Está crescendo mais o investimento privado do que um investimento público. O investimento público na educação, nos países da OCDE, ele está se mantendo no mesmo patamar, 5,1% do PIB; o restante é o setor privado, que é o que mais cresce. E onde o setor privado mais cresce nos países da OCDE? É no ensino superior.

Então, por exemplo, nos países, na Espanha, Portugal, que foram países aí que eu andei olhando mais recentemente, há um crescimento intenso do setor privado. De outro lado, todo o setor público, na Itália, na Espanha, em Portugal, cobra taxas. A Inglaterra também cobra, a Alemanha vai cobrar, quer dizer, quem não cobra é a França, a Finlândia, a Noruega, a França e a Dinamarca que não cobram, os outros países estão cobrando mensalidade dos alunos das instituições públicas.

No Brasil, o crescimento foi menor do gasto com educação, mas foi razoável, passou de 3,8% do PIB para 4,6, de acordo com o anúncio do ministro, na semana passada, e que não é o dado que está na publicação; na publicação está 4.3.

A boa notícia é que está crescendo mais, no caso do Brasil, o investimento em educação básica do que no ensino superior. Porque está aumentando o número de alunos no ensino superior público e, com isso, está baixando o gasto *per capita*/aluno e também o investimento público, embora o governo esteja criando 13 universidades federais, os dados da OCDE ainda não absolveram esse investimento do Governo Federal em ensino superior, que é mais recente e que, realmente, deve ter impactado o investimento no ensino superior público.

O investimento por aluno, esse dado é o que todo mundo também conhece, mas ele está atualizadíssimo, porque é o último dado da OCDE. Então, a média, pegando todos os segmentos de ensino, com a exclusão da educação infantil, está em 7.527 dólares. No Brasil, é 1.540 dólares PPP, dólares comparáveis. Você veem que é bem menos que México, Chile e que Rússia.

Agora, se nós considerarmos apenas o *per capita*/aluno no ensino superior, comparado com a educação básica, vocês veem que o Brasil tem um problemaço, que é o fato de investir pouquíssimo na educação básica, e, portanto, é impossível ter a qualidade que o

ensino superior público e privado esperam da educação básica brasileira, sem aumentar o investimento sem educação básica, viu, Carbonari? Não dá. Quer dizer, não dá. Porque, com esse *per capita* aluno/ano de 1.277 dólares por aluno/ano, é inviável. O México tem o dobro do Brasil, o Chile tem mais que o dobro, o Peru tem mais do que Brasil, a Colômbia. Quer dizer, não dá, é muito aluno, são 33 milhões de alunos de ensino fundamental, 9 milhões de ensino médio, 7 milhões de educação, é muito aluno. A diferença é muito grande. E nós não vamos chegar a lugar nenhum, sem melhorar a qualidade da educação básica.

O que eu vejo no relatório da OCDE, que eu já mencionei, é a responsabilidade compartilhada público-privada, especialmente na oferta do ensino superior. Quer dizer, essa é crescente, quer dizer, o setor privado aumenta sua participação não apenas em pesquisa, para produzir inovação, que é real. Hoje, 50% da pesquisa para produzir inovação, nos países das OCDE, é investimento privado, não é do Estado, como também o setor privado está investido na oferta de cursos.

Eu mesma fui visitar uma grande universidade portuguesa, que, aliás, está vindo para o Brasil agora, está abrindo lá perto de Suzano, que é uma das maiores universidades de Portugal e ela é privada.

O que é que o Brasil está fazendo? É o Instituto Piaget, Instituto de Educação Superior Piaget, que abriu nos países de língua portuguesa, abriu na Polônia e está chegando no Brasil.

Bom, o ProUni eu considero uma boa política, é uma política importante, está se expandindo, e creio que terá que se expandir mais, que, no fundo, é o financiamento público a alunos de baixa renda, em instituições privadas.

Há outros governos, eu citei São Paulo aí, não é porque eu sou de São Paulo, não, é porque o que eu conheço, mas pode existir iniciativas que eu não conheço. O governo de São Paulo está ampliando a oferta de bolsas para instituições públicas e privadas, tanto com o Programa Ler e Escrever, que é um programa do Governador José Serra, que está tanto na prefeitura como no Governo do Estado, está ampliando a oferta de bolsas também para outras áreas. Quer dizer, nós temos vários programas dedicados à educação básica e que oferecem bolsas para alunos de instituições privadas, onde eles trabalham quatro horas por dia, e uma bolsa equivale quase à mensalidade plena, que eles têm que pagar. Então, eu acho que são boas iniciativas, para ajudar o financiamento do aluno, mas não resolve, tem que ter um bom FIES.

Eu pus esse quadro do PISA, embora não tenha muito que ver com o assunto de hoje, só para voltar a insistir que: só dinheiro resolve? Não. Não adianta

aumentar o investimento em educação básica. É preciso investir mais? É. Mas é preciso mais investimento com uma série de políticas e ações, senão, não vamos melhorar a qualidade. E um bom dado é o do PISA de ciências, porque o investimento por aluno/ano no Japão é de 71.517 dólares, quer dizer, considerando um aluno, quanto ele gasta para o aluno que ingressa na educação infantil, até ele terminar o ensino médio; na Estônia, de 35 mil dólares, e os dois tiveram exatamente o mesmo resultado no PISA.

E, se pegarmos Estados Unidos, por exemplo, e outros países, como a Eslováquia, a diferença é maior ainda. Estados Unidos gasta 96 mil dólares para formar cada aluno no ensino médio; a Eslováquia gasta 25 mil dólares PPP, e o resultado também é idêntico.

Então, só dinheiro não resolve, só investimento não resolve, o problema são muitas coisas, entre elas, eu vou estacar daqui a pouco, formação de professores.

O que é que eu considero a grande prioridade do Brasil, hoje? Eu sempre gostei de número, embora seja socióloga, às vezes, eu posso falar bobagem, não sou economista, mas o Brasil tem 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, de acordo com a última PNAD. Ora, gente, é a população da França, está certo? Nós estamos falando de 50 milhões de pessoas. O que vai era? Essas pessoas [soa a campainha] são basicamente a população economicamente ativa, da qual dependem os 900 mil empregos que o Carbonari mencionou, que a Petrobras anunciou para o Pré-sal, etc.

Bom, o que nós estamos fazendo? Qual é o PAC para formar esses alunos? Não tem PAC de qualificação, não tem PAC de preparação, está certo? Esse é o grande problema. Nós temos 27 mil escolas de ensino fundamental abaixo da média do IDEB, que já é ruim. O que é que nós estamos fazendo para superar os problemas dessas 27 mil escolas, que IDEB do Governo Federal aponta como escolas que estão muito de média mínimo da prova Brasil? Nada.

Temos 37% dos professores que recebem o piso nacional por 40h, o que é muito pouco, o restante recebe do piso. E os salários dos professores de nível superior, embora estejam melhorando, ainda estão 53% abaixo das outras carreiras, portanto, eles ainda não são atraentes para nós estarmos chamando e retendo os melhores professores.

O que eu acho? Não perco a mania de pensar no futuro e na formulação de política. O que é que vai ter que fazer com os jovens? Eu, sinceramente, eu considero a proposta do ensino médio inovador do MEC ainda muito insuficiente, para dar conta do pro-

blema do ensino médio; ela é um passo, mas ela não é suficiente.

Então, eu creio que o ensino médio vai ter que mudar. Eu acho que tem um problema de currículo, tem um problema de desenho, tem um problema de arquitetura. Eu estou acompanhando a reforma inglesa, ainda não estudei tudo o que eu gostaria. A Inglaterra fez uma grande reforma do ensino médio, de 2007 para cá, flexibilizou o sistema de ensino médio, criou as academias, e os diplomas são os exames diferenciados por área. É muito interessante, porque a Inglaterra tem uma baita experiência em qualificação para o mercado de trabalho.

O Canadá está fazendo alguma coisa. Então, alguma coisa tem de importante, que é diferente do clássico modelo francês, alemão do sistema dual, da preparação, não, é outra coisa. O Canadá e os Estados Unidos estão fazendo coisas diferentes, na área do ensino médio, que eu acho que nós precisamos olhar.

Em relação à qualificação para o trabalho, eu acho que não há articulação de políticas públicas. Eu sou presidente do CONSOCIAL da FIESP. Em setembro, nós chamamos o Ministro da Educação; em outubro, nós chamamos o secretário nacional de políticas de emprego, no Ministério do Trabalho e Emprego. Não existe o menor canal de diálogo, de interação, de articulação, nem institucional, nem informal, para definir políticas públicas para a formação de pessoas, para a qualificação e para, principalmente, para pensar o que fazer com esses 50 milhões de jovens.

A Lei do Estágio, que é um ponto que o José Pastore, que também é membro do CONSOCIAL, ele sempre chama atenção. A Lei do Estágio, todos os países desenvolvidos têm um estágio que a empresa que contratar um aluno que esteja se formando ou no último ano de uma faculdade, ele vai trabalhar, ele vai ganhar o mesmo salário que alguém do mesmo nível dele, com o mesmo tipo de formação, só que os encargos sociais serão a metade; no Brasil, não, ele ganha menos de salário, e os encargos sociais são iguais. É exatamente o inverso.

Então, para que nossos alunos tenham uma melhor preparação, nós vamos ter que pensar. E aí, de novo, eu peguei os números do Pré-sal. Quer dizer, o que o Brasil está fazendo para qualificar os 225 mil empregos? Não são os 900 mil, são 225 mil de alta qualificação, a maioria engenheiros, que o Pré-sal vai precisar. E a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Por que ninguém está pensando em aumentar curso de inglês para todos os jovens de ensino médio e de ensino fundamental? Como é o que Brasil vai fazer para receber milhares de pessoas, se ninguém sabe falar inglês, no Brasil, a maioria dos alunos não sabe.

Quer dizer, existem cursos prontos para isso. Quer dizer, tem coisas muito simples, que podem ser feitas, e que ninguém está falando. E o óbvio, que não tem... prioridade, para mim, continua sendo a educação básica. E aí, me desculpem todos os meus amigos do ensino superior, privado e público, que me desculpem, o maior problema da falta de qualidade da educação básica brasileira é porque os professores que são formados pelas universidades públicas e privadas são pessimamente formados; esse é o grande problema.

Quer dizer, se vocês reclamam que os alunos estão chegando muito mal preparados para o ensino superior e que esse é o problema, educação pública é de baixa qualidade, é porque os professores, 80% dos professores de educação básica brasileiros são formados em faculdades particulares e 20% em faculdades pública, todos têm problemas na formação inicial. Não há formação continuada, eu falo por experiência própria, que resolva o tamanho do problema dos buracos deixados na formação inicial.

Quer dizer, se o Brasil não fizer uma profunda mudança no desenho, e não é essa mudança que MEC está fazendo, não resolve. O MEC está fazendo oferta de cursos de formação pela Universidade Aberta, criando não sei quantas mil vagas de cursos de pedagogia e licenciatura, para repetir mais do mesmo que nós já sabemos que não está funcionando, está certo?

Então, o que é que nós vamos oferecer como formação do professores? Esse que é o problema, está certo? Tem que mudar o modelo de novo, tem que mudar. Todos os professores na Europa, agora, têm três anos de graduação e dois anos de mestrado profissional, que é formação e serviço dentro da escola. São dois anos de residência dentro da escola. O professor sai formado, com certificado, para dizer [soa a campainha]: "Olha, aprendi isso, isso e aquilo", e teve uma avaliação de um professor tutor da universidade e um de dentro da escola pública, onde o professor vai treinar. E o que o Brasil está fazendo para rever isso? Nada.

Então, eu acho que esse é nosso foco, formação, carreira e salário de professor, sem o que vamos parar de dizer que o aluno da escola não tem qualidade, vamos parar com isso, está certo? Porque as universidades têm um grande papel e uma grande responsabilidade nisso. As públicas e as privadas, porque os professores não são formados para dar conta dos alunos.

Bom, então, minhas considerações finais são essas. Quer dizer, com relação ao ensino superior. Já faz tempo que está todo mundo falando de diversificação do ensino superior. Eu acho que é muito importante conhecer outras alternativas e escolhas de políticas

adotadas por diferentes países, para saber o que nós vamos escolher.

Eu acho que tem muita gente, a China está fazendo coisas diferentes, a Índia está fazendo. Quer dizer, o que nós estamos mapeando? Vamos deixar os números, vamos pensar nas políticas, no desenho das políticas. Como é que elas estão organizadas e o que isso pode inspirar a formulação, o processo de debate interno, aqui no Brasil, para a gente propor?

O ano que vem é um ano que todo mundo vai ter que pensar em trabalhar com agendas, para oferecer para os futuros candidatos a presidentes, a governadores, ao diabo a quatro. Então, o que nós vamos propor? Nada?

Então, eu acho fundamental ampliar o gasto em relação ao PIB, expandir os investimentos, criar padrões de qualidade. No ensino superior, eu acho muito importante ter padrões de qualidade, tanto para a educação básica como para o ensino superior. Para a educação básica, cada vez mais, o SAEB, a Prova Brasil oferecem padrões de qualidade. Eu você dúvida se o ENADE oferece um padrão de qualidade. Muitas. Está certo?

Então, eu acho que o ensino superior, ele deveria estar pensando em fóruns para discutir padrões de qualidade. Isso que o Cláudio estava dizendo. Quer dizer, o que é exigir só professor doutor. Nós já sabemos que só professor doutor, primeiro que ninguém vai conseguir pagar, o aluno não paga, o dono da faculdade não paga, e, segundo, que o aluno não vai conseguir ter uma boa formação, porque não é necessário, quer dizer, nós precisamos de pessoas com experiência profissional. Mas nós precisamos ter padrões de qualidade.

Quer dizer, o Brasil tem algumas coisas interessantes no setor privado, como padrão de qualidade. Quer dizer, além de todos os números que foram discutidos aqui, quer dizer, nós sabemos que tem várias instituições particulares que têm um padrão de qualidade muito elevado. Eu vou pegar na formação de professores, a melhor faculdade de formação de professores do Brasil é particular, é da Cinira Fausto, em São Paulo, é o Instituto de Ensino Superior Vera Cruz, ligado ao Colégio Vera Cruz, que segue o modelo que nós criamos, quando nós estávamos no MEC, que, depois, o Conselho Nacional mudou, em relação às diretrizes de formação de professores. É o Instituto Superior de Formação de Professores.

Se eu pegar escolas de formação de economistas e administradores de empresas, quais são as melhores? São duas privadas, não são públicas, não é a USP, não é a UFRJ, então, quem? É a FGV, o IBMEC e o Insper, está certo? São três privadas. Lógico que

elas são de elite, que são caríssimas, que selecionam, mas elas são privadas, não são públicas.

E vamos por aí agora. Então, eu acho que a gente precisa, também, parar com isso que todo padrão de qualidade é público. Eu gostaria de ter estudos que fossem capazes de comparar padrões de qualidades diferentes.

E aí eu termino, eu acho que eu já falei tudo o que eu tinha que dizer, aqui era um resumo das coisas que eu falei, mas, como o tempo já está mais do que em cima da hora, agradeço a paciência de todos vocês. Muito obrigada.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bom. Nós é que agradecemos a empolgante manifestação da professora Maria Helena de Castro, que falou realmente com paixão. Falou com paixão, falou com conhecimento, quer dizer, nos trouxe mais uma bela lição, aqui, aprendemos bastante. Acho que este dia está sendo realmente histórico para o Senado, para a Comissão de Educação e para os setores todos que estão aqui, debatendo esse tema, que, pela primeira vez, vem aqui ao Senado, vem ao Congresso, que é o papel da iniciativa privada no ensino superior.

Apenas para esclarecer a questão do FIES do ensino médio, o novo FIES já prevê.

SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO: Prevê?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Prevê. Uma das inovações do FIES está a permissão para que o FIES cubra os custos com a educação profissional ou técnica. Aqui é que está o detalhe, eu acho que nós estamos elaborando um novo projeto, nós queremos universalizar. Se o FIES universaliza a universidade, vai universalizar o ensino médio também.

Então, nós vamos... Eu estou relatando o FIES, nosso tempo está extremamente exíguo, apenas para esclarecer, aqui, a todos que estão diretamente interessados na questão. Então, nossa tendência é acolhermos o projeto da Câmara, para que as universidades, os alunos possam se adequar para o ano que vem, e, concomitantemente ao projeto da Câmara, Senadora Marisa, apresentar um projeto paralelo, que acolha estes aperfeiçoamentos: universalização do FIES para o ensino médio, enfim, uma série que a gente vem pegando, aqui, nessas palestras que nós estamos acompanhando.

E também ficou muito evidente, aqui, a gente tem especialistas, aqui, na educação, temos dois colegas aí na frente. Mas tem generalistas, como é meu caso, que tem que apreender constantemente sobre tudo. Mas eu já percebi que realmente há uma grande pressão,

quando forma o ensino fundamental, o ensino médio já começa a criar um problema. E começo a entender, inclusive, as questões dos municípios médios. Lá do interior, Professora Marisa Abreu, ex-secretaria de educação do Rio Grande do Sul, está aqui presente, hoje consultora da Câmara, nos privilegiando, aqui. Começa a entender as pressões dos municípios médios, lá do interior, que formam o jovem no fundamental e não têm escola média. Não tem onde colocar. A gente começa a perceber esses patamares, essas diferenças, é impressionante isso aí. Mas só em eventos como esse que a gente pode abrir, realmente, a cabeça.

Eu vou passar, imediatamente, a palavra ao Sr. José, Fábio José Garcia dos Reis, para que nos ofereça seus conhecimentos, também.

SR. FÁBIO JOSÉ GARCIA DOS REIS: Bom dia, senador, bom dia a todos. Quero dizer que é um privilégio estar aqui hoje para discutir a educação superior de iniciativa privada.

Em função do tempo, eu vou escolher alguns slides e priorizar minha fala e minha reflexão. Eu dividi minha fala em quatro tópicos. O primeiro eu quero contar uma experiência. Eu 2002, eu fui fazer um estágio na Universidade de Salamanca, uma universidade com mais de 800 anos, e a Universidade de Salamanca ela possui um comitê de gestão da qualidade, e esse comitê tinha como diretor o Professor José Miguel Angel Quintanilla, que tinha sido senador na Espanha, é um político e um professor, também, ligado à esquerda. Até abril deste ano fazia parte do governo Zapatero, e, logo quando eu cheguei nesse Comitê, na diretoria, perguntei: “Professor, eu gostaria de entender duas coisas: primeiro o que está acontecendo na Europa, e, depois, qual o seu conceito de qualidade”.

Quando eu perguntei sobre qualidade, ele sorriu: “Depende, é um conceito extremamente multidimensional, há várias concepções”. Sobre o que está acontecendo na Europa, ele me deu uma série de livros e também livros sobre qualidade, e fui ler, uma semana depois, nós fomos conversar. E me encantou a proposta, uma discussão europeia, que infelizmente não chegou no Brasil, que é do *new public management*, uma concepção da OCDE, do início da década de 90, que pensava novas diretrizes para o Estado, de reforma do Estado, de modernização do Estado, para que o Estado se tornasse mais competitivo. E essas diretrizes da OCDE chegaram às universidades, chegaram às universidades europeias.

E conheci experiências de universidades europeias, Universidade de Madri, Universidade de Valência, que estavam trabalhando com os conceitos do *new public management*, ou seja, é óbvio que qualidade também passa por questões acadêmicas, mas quali-

dade também é empregabilidade, qualidade também é a relação com o mercado, relação com as empresas. Qualidade passa pelos indicadores de performance da instituição. Qualidade passa pelo bom uso dos recursos que, muitas vezes, no caso espanhol, são recursos públicos, passa pelos serviços que eu ofereço, pela comercialização desses serviços.

E toda essa leitura que fiz, em 2002, falei: “Nossa! Isso precisa chegar no Brasil. Precisamos discutir”. E, desde 2002, eu tenho participado de vários fóruns, de várias discussões. Cheguei há duas semanas de um seminário em Los Angeles e Boston e percebi que nós ainda não participamos dos fóruns de discussões internacionais, em relação à qualidade, em relação a... Nós não somos ainda um sistema competitivo. E acredito que nós devemos pensar em introduzir os conceitos de gestão de *new public management* nas nossas instituições de ensino e, mesmo, no nosso Estado.

Outra questão interessante, que discuti em Salamanca, o conceito da qualidade, eu logo entendi que qualidade, segundo o professor Quintanilla, um homem da esquerda, é satisfazer os clientes, é satisfazer a sociedade. Qualidade, numa instituição de ensino, é você ter uma administração, uma governança e uma gestão, assim como você faz com as empresas privadas.

Nós precisamos repensar nosso modelo de governança e de gestão e repensar nossas universidades, também dentro desses modelos de administração empresarial. Eu não tenho dúvida disso, pelo que eu tenho observado que está acontecendo em diversos lugares do mundo.

Um professor da Universidade de Valência, José(F) Rineis(F) Moran(F), que estuda também a questão da qualidade e as novas dinâmicas das universidades no século XXI, ele disse que a qualidade passa pela sua capacidade de ser competitivo no mercado e de contribuir para o conhecimento e para o desenvolvimento nacional. Quer dizer, precisamos trabalhar com esses conceitos e com essas questões.

Conheci outra experiência, a Universidade de Miguel Hernandez, é uma universidade pública, que hoje tem 12 anos, ela é toda, quem conhece a Universidade de Miguel Hernandez, nós não vamos dizer que ela é uma universidade pública. Primeiro que todos os setores da universidade trabalham com orçamento e precisam prestar conta o tempo todo dos seus gastos. E, se você não presta conta dos seus gastos, você não tem, no ano seguinte, a verba. Quer dizer, aqui, nós somos avaliados o tempo todo pelo uso dos recursos. Segundo, há uma série de pactos da atualidade, feitos pelos professores: “Olha, nós vamos melhorar o currículo, nós vamos intensificar nossa relação com o mercado, nós vamos ampliar o número de alunos

empregados, nós estamos interessados em empregabilidade". Eles publicam o índice de empregabilidade, são mais de 90%. É uma universidade pública, que possuiu convênio com 5.200 e tantas empresas, e que os diversos setores fazem pacto de qualidade, e que os melhores pactos são premiados.

Há uma série de premiação para os professores que cumprem os requisitos. E é interessante essa questão da carta de serviço, então, a biblioteca declara o que vai fazer para a sociedade e cumpre. Há indicadores se cumpre ou não aquilo que está colocando como qualidade.

Então, eu acredito que nós precisamos, quando pensarmos em qualidade, no Brasil, ver as experiências internacionais, as boas experiências internacionais, e ir além dos conceitos acadêmicos que nós temos hoje.

Quer dizer, qualidade não é só o número de doutores, não é só a infraestrutura, é isso também, mas eu acredito que o mundo sintonizado com o século XXI, o mundo universitário sintonizado com o século XXI está indo além disso.

Sou leitor do Professor Hégio Trindade, que, em 2001, já disse que o conceito de universidade que nós temos hoje mudou, e mudou bastante, aquilo que o Professor Carbonari disse e que o Professor Cláudio de Moura também disse, nós temos a ideia de que todas as universidades precisam ser de pesquisa ou nossas universidades, com essas grandes estruturas, e nós temos uma série de intelectuais brasileiros e de outros países que colocam: "Olha, a universidade, conforme nós pensamos, lá no século XIX, início do século XX, não é dá mais no século XXI. Ela é outra, o mundo mudou, e os conceitos também precisam ser outros".

A concepção de currículo, a própria concepção de organização da universidade. É interessante que essa experiência que eu tive, agora, nos Estados Unidos, na Universidade do Sul da Califórnia, 60%, 70% das aulas são extremamente práticas, não são teóricas, e aqui nós discutimos quanto tempo tem que ficar na sala de aula, quantas horas, a carga horária, o tempo, que tem que ser 60 minutos ou não tem que ser 60 minutos.

Acredito que as questões precisam ser colocadas de outra forma. Interessante, achei corajosa a fala de três professores da USP, quando fizeram crítica ao processo de seleção de reitor da USP, dizer: "Olha, a universidade mudou, e ainda nós temos processos burocráticos", isso só para simbolizar, que burocráticos, corporativistas, que essa tal da democracia universitária não funciona. E não funciona.

Eu li, recentemente, o relatório do Banco Mundial, não é um relatório do Banco Mundial, um consultor do

Banco Mundial que fez um estudo sobre modelos de governança e de gestão universitária. Os professores participam em alguns colegiados, agora, quem decide é um grupo de executivo e um grupo de preparadas ou que sabem fazer gestão universitária.

Então, eu, realmente, não acredito mais nessa democracia universitária, e não foi isso que eu vi nas experiências que eu tive recentemente nos Estados Unidos.

Um segundo tópico que eu gostaria de comentar. Em 2004, eu acreditei nos Sinais (F), acreditei em muita coisa que foi colocado pelos SINAES, especialmente na ideia da globalidade, da diversidade, de respeito àquilo que era diferente no diálogo, na participação dos diversos setores, e, hoje, eu não vejo mais, não vejo mais, não sei o que um dos mentores, e eu vi duas, três, quatro palestras do Professor Dias Sobrinho, da UNICAMP, eu não sei o que ele pensa hoje sobre os SINAES. Mas houve uma distorção daquilo que foi apresentado em 2004, no meu ponto de vista.

Por exemplo, os manuais de avaliação e todos os critérios de avaliação, não há participação, como foi dito, nós não participamos dos conselhos que realmente decidem, nós enquanto representantes da iniciativa privada. E uma coisa colocada, que é resultado dos SINAES, diversos manuais de avaliação, nós não podemos dizer que qualidade é ter um professor doutor para coordenar um curso de direito. Eu, pessoalmente, gostaria de ter um gestor como coordenador, alguém que entenda da academia, mas alguém que entenda do mercado, alguém que entenda da dinâmica da educação.

Quer dizer, não dá. No nosso caso, eu trabalho na UNISAL, a última aprovação, na primeira fase do direito, foi 82%, excelente. Nós temos o selo da "OAB Recomenda". Mas nosso coordenador do curso de direito, que tem 34 anos, ele não teria nem o conceito um, porque ele não é doutor, mas é uma pessoa plugada no mundo, da dinâmica do mundo universitário, daquilo que acontece na área de direito.

Então, nós não podemos, nós temos tenho que rever essas questões. Também não acredito no CPC da forma como está. O Professor Kovack está aqui, que entende de legislação, quando nos avaliam por se temos indicadores de professores doutores e mestres, e faculdades eu não sei se precisam de mestres e doutores e professores com tempo integral. Então, há uma série de distorções, e acontece aquilo que li na UOL, domingo à noite, dos compromissos das pessoas que estavam fazendo a prova, e uma série de questões aí que o SEMESP já apontou, em relação ao CPC.

Eu acredito muito que nós devemos buscar um equilíbrio, no momento em que elaborarmos nossas

legislações e normas de qualidade, no equilíbrio entre autoridade estatal, a oligarquia academia e o mercado. Eu sou fã do modelo chileno, eu tenho estudado o modelo chileno, já visitei três ou quatro vezes o Chile, para visitar universidades e conversar com especialistas, conversar com pessoas do governo.

Esse é de um estudioso norte-americano, e quem colocou o nome dos países é um estudioso chileno, o Professor Brunner(F). Ele está preocupado, aqui, com o caminho do Chile, cada vez mais em direção ao mercado. E, como disse o Professor Cláudio de Moura e Castro, fez uma reforma que está inserindo as universidades chilenas no século XXI, no meu ponto de vista.

Então, ao elaborar as normas, nós temos que buscar um equilíbrio entre mercado, autoridade estatal e oligarquia academia. Gostaria que o Brasil estivesse, aqui, no caminho do Chile, de 85, já estivesse, nós estamos muito atrás ainda, nós estamos muito aqui na autoridade estatal.

E cito Brunner(F) e Clark(F), que a competitividade e o mercado são saudáveis, trazem, sim, qualidade. É óbvio que tem o desafio que o Cláudio apontou, de como você supervisionar isto, como você supervisionar, como você monitorar o mercado, mas o mundo, que eu digo, estive na conferência da UNESCO, agora em julho, e a primeira palestra, que é a abertura da Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior, foi do Professor Felipe [ininteligível], que é de Boston, e ele apontou para o processo de privatização, de avanço do mercado, no mundo todo, e fez um série de considerações em quanto está tornando a educação superior mais competitiva e quanto isso também traz mais qualidade.

Então, o sistema supervisionado é saudável, o mercado supervisionado é saudável. Só para apontar que essas são duas frases da conferência, da declaração final da Conferência da UNESCO: “A educação superior é um bem público, e tudo bem que seja um bem público”. É interessante que, como estava na conferência, até um da tarde, o primeiro documento que saiu do relatório final, educação estava como um serviço, e acredito eu que os latino-americanos reagiram e reagiram de um maneira muito forte. Por quê? Para ir para a conferência, eu li todos os relatórios regionais, quer dizer, da América Latina, da África, da Ásia, da Europa. O mais conservador era o nosso.

O que todos falavam em relação com empresa, empregabilidade, negócios e abertura de capital, e nossas críticas, ele não fazia reflexão da educação superior, ele fazia crítica àquilo que existia em relação à educação privada. É isso. Eu não via a crítica. E é um documento que foi discutido, inclusive aqui no Conse-

lho Nacional de Educação. No meu ponto de vista, é o mais conservador, quando comparamos àquilo que foi elaborado em artigos regiões do mundo.

Então, se consideramos um bem público, tudo bem, mas é um bem público de responsabilidade de todos, inclusive das partes interessadas. Nós também representamos o bem público, nós somos sociedade organizada, e que o tema da qualidade, é óbvio que nós queremos a qualidade, é óbvio que queremos melhorar a qualidade.

Bom, outro tópico, a reforma e o papel do Estado. Quando eu me lembro da primeira proposta de reforma educacional, uns dois, três anos atrás, e olho o que está acontecendo à dinâmica e à educação superior no Brasil, eu fico assustado, porque nossa proposta, ela é extremamente... Como o termo, o melhor termo, impede a dinâmica da educação superior.

Nós estamos discutindo, na reforma, indicadores de doutores, se deve entrar ou não capital, eu sou favorável à globalização e à internacionalização. Mas nossa proposta de reforma não tem sintonia, quando nós olhamos: “Olha, o mundo é cada vez mais globalizado”.

Nas duas universidades que eu visitei, nos Estados Unidos, fala de referência dos expositores era Ásia e China, enquanto sistemas educacionais mais competitivos. E eu perguntei: “E a América Latina?”. “Vocês precisam melhorar.”

Aí toda uma discussão, a universidade de classe mundial, podemos questionar os rankings mundiais, de [ininteligível] e de Xangai, mas a USP saiu entre as 200 melhores, não está mais entre as 200 melhores do mundo, e nós continuamos reagindo ao mundo, era a única. Agora, no ranking de Xangai, estamos em 146, a USP.

E toda a fala: “Olha, a América Latina participa pouco das discussões internacionais, dos fóruns internacionais”. Eu participei de um programa que chama que *Tuning*, de um vínculo de universidades europeias com universidades latino-americanas. Nós tínhamos quatro ou cinco universidades brasileiras participando de uma discussão internacional sobre currículo. Então, precisamos estar mais sintonizados, e nossa reforma educacional precisa focar essas questões. E, especialmente, revermos nosso conceito de Estado. O Estado não pode ser o interventor e aquele que controla, o Estado tem que compartilhar a soberania com a sociedade. Já dizia Manuel Castells, quem leu Manuel Castells, o sociólogo, há muito, muito tempo atrás, Manuel Castells tem textos sobre o Chile extremamente interessante, quando ele fala, inclusive sobre o reforma educacional no Chile, o quanto a reforma educacional no Chile trouxe benefício. Algumas questões sobre a

reforma educacional no Chile, que foi feito em 90, quando coloca o papel do conselho de educação.

Vejam, o conselho que recebe o pedido de uma instituição nova tem 90 dias para julgar. Quanto tempo nosso conselho tem? Vejam, *new public management*, eficácia, eficiência, controle. Nosso conselho demora dois, três anos, e nós investimos e nós acreditamos na educação.

Se vocês olharem todas as especificações do Conselho Nacional de Educação do Chile: "Em 90 dias nós entregamos o parecer, se aprovado ou não; a instituição de ensino, ela tem tantos dias para refazer e passar para nós novamente". Há normas, há datas, há prazos, há critérios muito bem definidos.

E uma comparação, pegando o texto original, o texto de dois, três anos da reforma educacional, quer dizer [soa, primeiro que já decidiram que à educação pública há taxas, a educação publica superior, nosso, aqui, acredito que nós precisamos discutir essa questão. E, no Chile, não há indicadores de doutores, não há indicadores de mestres, não há o conceito de indissociabilidade na reforma educacional.

Olhemos os bons e parâmetros. E, por fim, eu quero fazer uma proposta, aproveitando que estamos aqui hoje no Senado, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é descentralizar o processo de avaliação deste país.

Eu não acredito que o Ministério da Educação, o MEC e o INEP, ele não consegue dar conta da quantidade de instituições, e acredito que o CPC, até por uma forma de criar, através da prova, e cria um indicador e avalia todo mundo, porque esse passou a ser o parâmetro. Então, que possamos descentralizar e criar agência como Chile faz, como o Peru faz, como os Estados Unidos fazem, como a Espanha já fez, como os melhores sistemas de educação já fizeram. Que possa avaliar parâmetros, além das questões acadêmicas: empregabilidade, acompanhamento dos egressos, empreendedorismo, novos negócios, que possamos olhar isso também.

O Chile já aprovou seis agências, tudo em 2008; seis agências. E estão aí. Só entrar no site do governo chileno, do Ministério da Educação chileno, e vocês vão ver como funciona cada agência. E acho que é um bom caminho para o Brasil essa descentralização.

Só algumas referências dos três professores de Boston, que estiveram na conferência da UNESCO, que o mundo será cada vez mais globalizado, a educação também, então, nossa reforma educacional não pode negar o processo de globalização e internacionalização; a competição, ela ajuda a excelência, mas também pode ter outro lado, que pode ser o perverso, de nós

perdemos a capacidade de reflexão, de discussão, que a educação superior também precisa fazer isso.

As instituições públicas estão cada vez mais assumindo características de instituições privadas. Aqui no Brasil, parece que é um tabu, nossas instituições públicas assumirem características de instituições privadas ou algumas de negócios e de serviços, precisam e precisam, sim, no meu modo de pensar. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu agradeço, Professor Fábio José. E, como nosso Senador Flávio Arns comentou anteriormente, nós estamos aqui num processo mais de reflexão, e não de debate, razão pela qual nós vamos agradecer a presença, aqui, de todos e de todas, vamos dar um pequeno intervalo para almoço, reiniciando estes painéis às 14 horas, já com manifestações, assim, extremamente importantes, por exemplo, já no próximo painel, o terceiro, estará aqui o Dr. Samuel Martins Feliciano, que é coordenador-geral de legislação e normas da educação superior do Ministério da Educação.

Quer dizer, a importância do painel, é extremamente importante. Agradeço a presença de todos. E o convite para que, às 14 horas, possamos reabrir os painéis. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h39.

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2009.

SEMINÁRIO

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia onze de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Marisa Serrano, Romeu Tuma e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Sérgio Zambiasi. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Co-

missão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo ao Requerimento nº 42/09–CE, de autoria dos Senhores Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma, destinado a debater “**O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro**”. A Presidência registra a presença para acompanhar a sessão, do Senhor Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSDB/PR); Senhor Deputado Federal Lôbbe Neto (PSDB/SP), Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Senhora Mariza Abreu, Ex-Secretária da Educação do Estado do Rio Grande do Sul; Senhor Jorge de Jesus Bernardo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás – SEMESG; Senhor Ricardo Holtz, Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância; Senhor Juarez Freitas, Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público; Senhor José Eduardo Creste, Pró-Reitor Acadêmico da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE e Senhor Antonio Veronezi, Chanceler da Universidade Guarulhos – UNG. Como moderador da mesa, que tem como tema “**Avaliação, Regulação e Supervisão**”, a Senhora Senadora Marisa Serrano convida os seguintes expositores para dar início ao Terceiro Painel: **Senhor Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação; Senhor Sérgio Fiúza de Mello Mendes, Vice-Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará – Cesupa e Senhor José Roberto Covac, Consultor Jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão, aos parlamentares e demais presentes. Usam da palavra os Senadores Romeu Tuma, Flávio Arns e Wellington Salgado de Oliveira. Prosseguindo, a Senhora Senadora Marisa Serrano submete ao Plenário, em atendimento à solicitação do Senador Flávio Arns, proposta para encaminhar ao setor competente solicitação de estudo no sentido de analisar a consonância das normas educacionais (atos, portarias e decretos) editadas pelo Ministério da Educação, com a legislação educacional em vigor. A proposta é aprovada. Prosseguindo, como moderador da quarta mesa, que tem como tema “**Perspectivas para o Futuro: Reforma ou Revolução?**”, o Senhor Senador Romeu Tuma convida os seguintes expositores para dar início ao Quarto Painel: **Senhor Senador Cristovam Buarque, membro titular desta Comissão; Senhor Gabriel Mario Rodrigues, Presi-**

dente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES e Senhor Paulo Alcântara Gomes, Presidente da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão, parlamentares e demais presentes. Usam da palavra os Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Flávio Arns, Marisa Serrano, Rosalba Ciarlini e o Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSDB-PR). Neste momento, o Senhor Senador Romeu Tuma passa a presidência à Senhora Senadora Marisa Serrano, para o encerramento do Seminário. Prosseguindo, a Presidência submete ao Plenário, em atendimento à solicitação do Senador Romeu Tuma, proposta no sentido de providenciar junto à gráfica do Senado a impressão de todos os depoimentos e discussões, para publicação de todo o conteúdo do Seminário. A proposta é aprovada. Antes de encerrar o Seminário, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad para as solenidades de inauguração dos campi Bragança Paulista, São Roque e Campos do Jordão, a ser realizado no dia 13 de novembro, sexta-feira do corrente, a partir das 15h00. O evento terá a participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que procederá às inaugurações de forma simultânea, a partir de Campos do Jordão. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores

e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº. 42/09 desta Comissão, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma para a realização deste Seminário, destinado a discutir “O papel da iniciativa privada no ensino superior: realidade e desafios para o futuro”.

Eu gostaria de informar que, hoje de manhã, eu estive que sair um pouquinho porque nós estávamos numa Sessão solene do Congresso Nacional, Câmara e Senado, para a promulgação da DRU, da desvinculação da DRU para a Educação; são mais de sete bilhões que vão para a Educação, e outras modificações previstas principalmente no relatório da Câmara dos Deputados.

Eu senti muito porque uma cerimônia que é importante para a educação – nós precisávamos ter dado uma demonstração para a sociedade brasileira do interesse que isso representa para a educação nacional – e eram pouquíssimas as pessoas que estavam lá; não que eu seja... A nossa aqui estava continuando, mas era necessário, por exemplo, que, pelo menos, os professores do Distrito Federal, que estão aqui, que são aqui do Distrito, outros professores do país pudessem ter estado aqui, conosco, nessa promulgação, porque era também um incentivo que nós daríamos aos líderes das duas Casas, que estavam lá, o Presidente Sarney e o Presidente Michel Temer, da Câmara, para o próprio Ministro, que estava lá. Uma demonstração de que essa Casa tem trabalhado e trabalha em prol da Educação. Essa Emenda da DRU foi uma Emenda Legislativa, proposta legislativa, não veio do Executivo, foi Legislativo, votado por esta Casa, para ajudar a conseguir mais verbas para a Educação, e outras modificações que foram feitas, por exemplo, como a obrigatoriedade para o ensino de quatro a 17 anos que, para alguns, foi um pouco intempestivo; eu mesma achei que nós podíamos ter discutido um pouquinho mais principalmente a questão dos quatro anos; a preocupação maior minha e de quem trabalha com a educação infantil é justamente a população e as escolas acharem que a obrigatoriedade equivaleria a colocar as crianças de quatro anos na escola, com já uma formação pedagógica que não condiga... possa não condizer com a sua idade.

Essa é uma idade lúdica, é uma idade que a criança cresce e se desenvolve pelo brincar, e a minha preocupação foi justamente essa de não nos ter dado tempo, porque aqui, no Senado, não nos foi dado tempo de, nesta Casa, nós podermos debater um pouquinho a questão da obrigatoriedade, a partir dos quatro anos, para o próximo ano.

Mas quis fazer esse registro para dizer que foi promulgada hoje mais uma mudança expressiva na educação; vinculamos também a receita ao PIB nacional; isso eu acho que vai ajudar muitíssimo a que a gente tenha uma continuidade de recursos mais efetivos para a educação brasileira.

Eu quero dar as boas-vindas a todos nessa tarde; foi uma manhã extremamente produtiva que nós tivemos hoje. E vamos começar a compor a nossa Mesa.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, boa-tarde. Damos início à segunda parte do Seminário “O papel da iniciativa privada no Ensino Superior: realidade e desafios para o futuro”. Uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, com o apoio do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

A Senadora Marisa Serrano, vice-Presidente dessa Comissão, será a moderadora do terceiro painel, intitulado “Avaliação, regulação e supervisão”. O Sr. Samuel... Convidamos agora, para compor a Mesa, o Sr. Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação; o Sr. Sérgio Fiuza de Mello Mendes, vice-Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará; e convidamos ainda o Sr. José Roberto Covac, Consultor Jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós, iniciando a nossa Mesa, primeira Mesa da tarde, são duas Mesas nessa tarde, os nossos convidados terão 20 minutos para fazer a sua exposição. Quero passar a palavra ao Sr. Samuel Martins Feliciano, o Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, já que nós estamos aqui, trabalhando algo que é extremamente importante para o caminhar da iniciativa privada, mas principalmente para esta Casa, para que nós tenhamos também base e conhecimento suficiente para que a gente possa fazer a melhor legislação possível para o país.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Primeiramente, boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, a quem estendo os cumprimentos a todos os senadores e senadoras presentes. Também cumprimento os demais integrantes da Mesa e os demais representantes das instituições de ensino superior, aqui presentes.

Primeiramente, vou aproveitar a fala inicial da senadora para dizer que a atuação do Congresso Nacional em relação à desvinculação da DRU foi assunto corriqueiro e permanente no Ministério da Educação, então, aproveito a oportunidade para elogiar a atuação do Congresso Nacional como um todo e

novamente agradecer a atuação responsável e que prestigia esse princípio, que é tão importante, que é permitir ao sistema educacional, como um todo, aí todos os entes federativos trabalhando conjuntamente, com uma possibilidade maior e com uma quantidade também de recursos condizente com a importância da educação.

Primeiramente, eu preparei uma apresentação, daqui a pouco, eu entro nela, mas, como o assunto geral aqui, do seminário, é “O papel da iniciativa privada na Educação Superior”, talvez eu repita a colocação que a Secretaria da Educação Superior tenha feito na abertura desse evento, mas acho que é importante a gente situar qual é a importância das instituições privadas para o Sistema Federal de Ensino Superior. Então, se a gente pensar que, pelos dados do censo da educação superior de 2007, que são aproximadamente 220 instituições, e que, dessas, aproximadamente dois mil são instituições privadas do ensino superior, a gente já pode ter um dimensão.

Quando a gente vai falar de cursos de graduação presencial, são 23 mil no total, sendo que aproximadamente 17 mil são de instituições privadas de ensino superior. Então, essa introdução é só para situar bem a nossa fala e ponderar que o Ministério da Educação, na sua atuação, sempre buscando a qualidade do ensino que é ofertado, tem como seta a importância de toda a rede privada de ensino superior.

Para trazer alguns exemplos mais concretos, a gente tem alguns programas do Ministério, tal qual o FIES, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, e também o ProUni, que contam com uma participação efetiva e diria mais com uma parceria da rede privada de ensino superior. Poderia trazer alguns números depois, se houver interesse, só para situar, bolsas do ProUni, no último ano de 2009, ofertadas, foram 148 mil, 858, então, só por esse número, e considerando a importância que o ProUni vem tendo e essa parcerias com as instituições privadas, então, só para situar toda a colocação que vai ser feita que o Ministério entende a relevância e a importância do ensino privado na área da educação superior.

Primeiramente, o pedido, o convite foi para expormos alguma coisa sobre a avaliação, regulação e supervisão. Vendo a programação e os encontros e painéis que vocês tiveram pela manhã, achei pertinente trazer uma apresentação mais preocupada em relatar a atividade do Ministério e da Secretaria de Educação Superior, mesmo porque a minha, acho que é primeira fala, depois os demais integrantes da Mesa poderão também trazer a sua contribuição. E, além disso, também compreendi que uma discussão mais de fundo sobre avaliação, a forma de fazê-la, de

que forma também conduzir o processo regulatório, foi objeto dos painéis pela manhã.

Então, iniciando, é importante a gente colocar aqui como se deve compreender o direito à educação como estruturante da cidadania. Então, se a gente partir dos arts. 6º e 205 e seguintes da Constituição Federal, o direito à Educação, ele não se realiza, senão nos termos do direito da Educação, e aí direito da Educação, mais para frente, na minha exposição, a gente vai compreender que ele é constituído por todo o marco regulatório que está estruturado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Então, temos que compreender um conjunto... Que o direito da educação representa um conjunto de normas e aplicação que dela se faz, então, toda a interpretação administrativa, judicial que dela se faz, que concretamente rege o funcionamento das instituições educacionais de ensino superior, e daí é importante ponderar que é sempre um assunto de debate que esse conjunto de normas não diferencia a instituição de ensino superior pública e a instituição de ensino superior privada.

Então, a premissa maior desse conjunto de normas é que a Educação, como um direito fundamental, previsto do art. 6º, é direito de todos e dever do Estado. Então, deve ser compreendido como um serviço público essencial, franqueado à iniciativa privada, nos termos da Constituição Federal, mediante autorização e observadas normas gerais da educação superior.

Aí, eu faço uma recapitulação, eu acho que todos os presentes têm uma boa base do direito educacional, mas, só para trazer, dentro da LDB, o art. 7º, que diz que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições, repete a disposição constitucional, cumprimento das normas gerais da educação nacional e também a disposição constitucional, que é necessária a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

O art. 46, ele vai versar de que forma essa autorização e reconhecimento dos cursos e da atuação das instituições privadas se dá. O art. 9º, por sua vez, traz algumas competências da União em relação ao sistema federal de ensino, quais sejam o de baixar normas sobre cursos de graduação e pós-graduação e assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade.

É importante ponderar, nesse inciso, que até a promulgação da lei do Sistema Nacional de Avaliação Superior, já aí a gente tinha uma base que deveria existir um processo nacional de avaliação que pressupõe um Sistema Nacional de Avaliação das instituições de educação superior.

E, por fim, o inciso IX, do art. 9º, ele vai trazer que é competência também da União autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar respectivamente os cursos dessas instituições de ensino superior. Ainda nessa base do conjunto de normas, o Ministério da Educação e a Secretaria, de um tempo para cá, desde a edição do Decreto 5.773, tem trabalhado com uma compreensão de um marco regulatório da educação superior que, como eu já falei, ele está estruturado na Constituição Federal e na LDB e incluiria aí também a Lei 10.861, que é a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e, regulamentado todo esse arcabouço mais geral pelo Decreto 5.773 de 2006, procedimentalizado, o procedimento do Decreto está definido pela Portaria Normativa MEC nº. 40/2007, e as demais normativas do MEC sobre os procedimentos.

Então, entrando realmente no assunto que é o do painel, o direito à educação como estruturante da cidadania, ele só é garantido por aquele conjunto de normas que a gente falou, o direito da Educação, se as seguintes ações estiverem presentes e concatenadas: avaliação, regulação e supervisão. No histórico da educação superior, no Brasil e em outras partes do mundo, também outros sistemas de Educação, aquele sistema que esqueceu ou deixou de considerar alguma dessas ações, ele não foi efetivo e não garantiu a qualidade que se espera de um sistema que vai formar os profissionais e a Academia, de toda forma, que também muito responsável pelo desenvolvimento do país.

Seguindo, a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, ela vai trabalhar com três componentes principais, e aí eu já estou adentrando em um dos pontos, que é avaliação da educação superior; esses três componentes principais são a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Essa avaliação vai considerar alguns eixos. Esses três eixos consideram alguns aspectos, quais sejam: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social da instituição de ensino superior, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, de que forma ela é conduzida, o corpo docente, as instalações físicas e infraestrutura em geral e alguns outros aspectos, que estão enumerados ali, na lei do SINAES.

É importante a gente considerar que alguns instrumentos foram criados pela lei do SINAES, ou aperfeiçoados alguns já existentes, e é importante citá-los, quais sejam: da autoavaliação, que seria aquela atividade da própria instituição de educação superior fazer a sua autoavaliação; construir um sistema de avaliação; avaliação externa, que é conduzida pelo INEP, na estrutura do Sistema Federal de Ensino; o ENADE, que é o Exame Nacional de Desempenho

do Estudante; a avaliação dos cursos de graduação, e os instrumentos de informação, que daí são o censo da educação superior e o cadastro das instituições de ensino superior.

Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, a CONAES, que é importante dizer: é um órgão colegiado, que inclusive conta com a participação efetiva da rede privada de ensino superior, inclusive sendo presidido por uma reitora de uma instituição privada de ensino superior. A operacionalização desse sistema é de responsabilidade do INEP, autarquia do Ministério da Educação.

Passando para o Decreto 5.773, é importante falar que o Decreto garantiu, baseado nos princípios presentes na lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação, e também pela estrutura já desenhada pela lei do SINAES, a garantia de funcionamento desse tripé de funções, qual seja: regulação, avaliação e supervisão. Inclusive, se buscarmos a estrutura do Decreto 5.773, ele é organizado exatamente dessa forma, primeiro, alguma disposição geral, depois as competências definidas, mas a divisão seguinte trata de regulação, de avaliação e de supervisão. Não necessariamente nessa ordem. Na verdade, a regulação, supervisão e avaliação.

De toda forma, o Decreto estabelece mecanismos processuais de conexão necessárias entre essas funções. Então, sempre, na redação do Decreto, a gente vai buscar alguma remissão, dentro da regulação, à avaliação; alguma remissão, dentro da supervisão, à regulação. Então, essa conversa é constante no Decreto e baseia todo o funcionamento e a atividade da Secretaria da Educação Superior e das outras Secretarias do Ministério.

Então, os indicadores de qualidade dos processos de avaliação, como eu falei, eles sempre vão gerar consequências em termos de regulação e supervisão. Ultimamente, até pela própria... Como o Decreto é recente, é de 2006, o Ministério da Educação e a Secretaria estão concretizando essa conversa entre avaliação e consequências na regulação e na supervisão, recentemente, então, depois eu vou trazer alguns exemplos...

Os objetivos principais do Decreto: a simplificação e racionalização dos processos, que foi complementado pela Portaria Normativa nº. 40, como eu vou falar mais a seguir, que institui um sistema eletrônico de tramitação dos processos regulatórios, que é o e-MEC, que aperfeiçoou um sistema anterior, que era o SINAES--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SAPIEnS.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: SAPIEnS, obrigada pela correção. Do SAPIEnS, então... E o próprio e-MEC, ele também trouxe e concretizou outro objetivo do Decreto, que é a transparência e disponibilização de informações. Então, anteriormente, mesmo com o SAPIEnS, que já era um sistema eletrônico, ele era um sistema muito travado, que não garantia um acesso total e contínuo às instituições de todo o processo regulatório; até a compreensão da tramitação era um pouco complicada. Então, o e-MEC aperfeiçoou, para aqueles que conhecem, sabem que foi um sistema que facilitou a atividade do pesquisador institucional, que é responsável por conduzir esses processos dentro das instituições.

Ele também, de certa forma, busca abreviar os prazos. É claro que nem todos os princípios trazidos pelo Decreto foram concretizados, eles estão em processo de consolidação. Então, a gente vem observando que os processos de regulação, eles vêm, com o tempo e proporcionalmente aí ao tempo, reduzindo o prazo de tramitação. Outro objetivo seria maior efetividade, tanto de controle prévio como posterior, e a criação de condições para iniciativa dos próprios interessados.

Alguns destaques rápidos do Decreto: ele trouxe a noção, complementando a lei do SINAES, dos ciclos avaliativos. Então, todas as instituições e cursos, de três em três anos, baseado no prazo em acontece o ENADE, passarão por um processo avaliativo, e também ele regulamenta o protocolo de compromisso, que ele é citado na Lei do SINAES, no art. 10, que é uma indução à correção de problemas das instituições e cursos. Então, é um enfoque corretivo e não punitivo. Então, a garantia de um processo avaliativo, que aponte uma insuficiência ou uma irregularidade ou uma necessidade de adequação, o protocolo de compromisso, ele tem exatamente esse fim.

Então, além disso, o Decreto também trouxe a regulamentação da supervisão; anteriormente, a Secretaria da Educação Superior sequer tinha uma estrutura específica para regulação; existia uma coordenação geral de orientação e controle, que a própria coordenação que hoje eu ocupo, que é a de Legislação e Normas, que conduzia os processos administrativos, mas sem nenhum parâmetro específico para a área de educação e só se utilizando da lei 9.784. Então, o Decreto teve essa importância também.

Outro destaque que merece ser feito é da efetivação da diretriz de avaliação como referencial básico da regulação; aquilo que já mencionamos anteriormente. Além disso, a participação externa nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso. Então, a participação dos conselhos profissionais, versando aí sobre a relevância social dos cursos,

das propostas apresentadas ao Ministério e também da inovação, considerando o mercado de atuação profissional de cada área.

A Portaria Normativa MEC nº. 40 – eu já trouxe alguns disposições sobre ela, ela complementa o Decreto 5.773 – institui o sistema eletrônico de tramitação de processos e-MEC, já aqui mencionado, e consolida a utilização das informações da atividade de avaliação no processo regulatório.

Outros instrumentos normativos que merecem ser mencionados: o primeiro deles é a Portaria Normativa MEC nº. 01/2007, que instaura o primeiro ciclo avaliativo, é o que atualmente nos encontramos, que é de 2007 a 2009, novo ciclo se inicia o ano que vem, e outro seria a Portaria Normativa MEC nº. 04/08, que regulamenta um dispositivo da Portaria Normativa MEC nº. 40, instituído um conceito preliminar de curso. Como o meu tempo é escasso, então, não vou versar... A maioria de vocês tem conhecimento. Depois, nos debates, a gente pode ter conversar sobre a composição do conceito preliminar. Mas, resumindo, ele foi um conceito baseado no ENADE, na infraestrutura da instituição e no questionário do ENADE que é respondido pelos alunos sobre alguns pontos da instituição que está sendo avaliada. Então, um conceito preliminar é formado, que, depois, ele vai permitir objetivamente simplificar os procedimentos, dispensando da avaliação inócua aqueles cursos que tiverem avaliação satisfatória, compreendidos como avaliação quatro e cinco, de um parâmetro que vai de um a cinco.

Além disso também, a gente teve a Portaria Normativa MEC nº. 12/2008, que estabeleceu um índice geral de cursos, que é uma média ponderada dos CPCs existentes da instituição, e considerando também alguma realidade da pós-graduação existente naquela instituição.

Uma recente Portaria Normativa, que foi a nº. 10/2009, ela trabalha com conceito, utilizando o IGC, o Índice Geral de Cursos, e o IC, que é o índice CI, conceito institucional da instituição de ensino superior, que é depois do processo todo de avaliação *in loco*, do processo de credenciamento, a instituição vai ter esse conceito institucional. Então, baseado nesses dois, no IGC e no CI, você tem um parâmetro maior para ponderar qual é a pertinência daquela instituição que apresenta uma qualidade preocupante ter mais cursos autorizados [soa a campainha] Eu vejo que me falta só um minuto, talvez eu extrapole um pouquinho, mas eu acho que vou tentar correr.

Além disso, também é importante mencionar os atos normativos do INEP, que instituem os instrumentos de avaliação e disciplinam também o banco de avaliadores; aqui eu não trouxe nenhum exemplo específico,

mas, depois, nas discussões, eu acho que seria pertinente a gente trabalhar discutindo eles também. Além disso, o Decreto 5.622, que trata especificamente da regulação, avaliação e supervisão da educação à distância, regulamentando o art. 80 da LDB.

Conversando um pouco sobre a supervisão, é importante a gente compreendê-la como um saneamento das deficiências detectadas, daí essas deficiências chegam ao Ministério da Educação e à Secretaria, ou por denúncia ou resultado do processo avaliativo, e disciplinada, só importante lembrar, pelos arts. 45 e seguintes do Decreto 5.773. Então coloquei uma pergunta: visão para quê? A compreensão da SESU e do Ministério da Educação, antes de objetivar a aplicação de medidas sancionatórias, é para indução da melhoria efetiva de qualidade, com repercussões imediatas sobre a formação de pessoal de nível Superior. E como ela é trabalhada, compreendida como um poder de constrição sobre as IES, mediante um quadro de inadequação ou irregularidade, somada à proteção dos interesses dos alunos matriculados nos cursos daquela instituição.

Trazendo alguns exemplos, foram deflagrados, em 2007 e 2008, processos de supervisão em bloco, de supervisão especial, de cursos de Direito, Medicina e Pedagogia, daí eu trago alguns números dos resultados: em Direito, foram 89 cursos com resultados insatisfatórios no ENADE e IDD, que é o índice de desempenho, e teve uma redução aproximada de 24 mil vagas nesses cursos com piores resultados. Medicina, eu menciono, se não me engano, foi algo em torno de 16 cursos também com uma avaliação insatisfatória, que foram, muitos deles, objeto de temas de saneamento de deficiências, e alguns por problema principalmente na infraestrutura do aprendizado prático, interno, foi necessária a edição de medidas cautelares com suspensão de qualquer forma de ingresso até o saneamento das deficiências observadas.

Um último a ser mencionado é uma supervisão especial relativa ao corpo docente e ao atendimento, pelas universidades e centros universitários, dos requisitos mínimos de composição de corpo docente em relação à quantidade de mestres e doutores e quantidade de contratados em regime integral.

Já encerrando a minha colocação, primeiro aqui, eu acho que é importante mais o debate, como a gente pode falar da atuação do MEC em relação à avaliação, regulação e supervisão. O MEC compreende que a sua atuação deve ser de um indutor de qualidade, aí indiferente se a gente está falando da rede pública ou rede privada de educação superior. O MEC sempre deve se preocupar em ser um indutor de qualidade, utilizando-se da avaliação, da regulação e da supervisão.

Então, são dois componentes de transformação da atuação do Estado. Como a gente falou, as outras formas de atuação do Estado, que precederam essa consolidada por esse marco regulatório e de outros sistemas também pelo mundo, que não combinaram avaliação, supervisão e regulação, não conseguiram induzir a qualidade de uma forma efetiva. Então, a visão é de que cabe ao Estado um papel mais amplo que o de apenas organizar as informações oriundas dos exames nacionais de curso, que é uma coisa que a gente observava antes da lei do SINAES e antes da consolidação do marco regulatório.

Contrapor a compreensão de autorregulação, é claro que a gente compreende e deve privilegiar sempre o princípio da autonomia universitária, mas é responsabilidade do Estado garantir a qualidade da educação superior ofertada.

E falando em rede privada, considerando que é um mandamento constitucional que ela deve ser autorizada pelo Poder Público, então, se o Poder Público autorizou, ele deve autorizar e garantir um ensino superior de qualidade. Então, o Estado deve passar a atuar como regulador e supervisor efetivo, utilizando os referenciais da avaliação para induzir comportamento das IES, os quais, se não cumpridos adequadamente, podem levar a uma atitude de extrema, depois de todo o processo de saneamento das deficiências, ao descredenciamento ou desativação de cursos.

A segunda vertente desses dois componentes diz respeito ao aparelhamento do Estado para o desempenho dessas atribuições, que corresponde a quê? À tradição jurídico-institucional da determinação política antes exposta do primeiro componente, principalmente reformulando os processos de coleta e análises de informações sobre cursos IES.

Então, vamos compreender que esse sistema avaliativo desenhado pela Lei do SINAES e consolidado pelo Decreto 5.773 e pelas normativas do INEP, ele busca exatamente garantir uma maior transparência e valorizar, de um lado, a boa-fé da autonomia da maioria das instituições que prestam satisfatoriamente os serviços que foram autorizadas e, para se concentrar de outro lado, sobre situações irregulares, então, é otimizar e dar maior eficiência à atuação da SESU e do Ministério da Educação.

Então, só mencionar, eu ia trazer alguns exemplos, mas deixo, se for objeto de questionamento, que é importante que essa estrutura toda que, de certa forma, foi uma inovação iniciada em 2006, e ainda em processo de consolidação, ela vem sendo confirmada pelo Poder Judiciário e também vem recebendo uma compreensão e fortalecimento das bases do marco regulatório pelo Sistema Federal de Ensino Superior, inclusive pela rede

privada. E também esses dois componentes garantem uma maior transparência e, conseqüentemente, um controle social, tanto pelos diretamente interessados e envolvidos nos processos de regulação, mas, principalmente, pelos alunos, que são ou aqueles pretendentes a cursar a instituição Superior.

Então, é isso. Eu deixo o *link* para o novo cadastro das instituições de educação superior que, dentro desse espírito de transparência, ele traz uma navegabilidade um pouco melhor do que é o que era aquele que o antecedeu, e deixo ali o meu contato e aguardo os debates. Agradeço novamente.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Professor Samuel. É claro e evidente que é uma visão de atuação que tem que sempre se modernizar, porque o mundo muda, o momento é outro, e usar o aparelhamento do Estado para desempenhar essas atribuições me soa um pouco pejorativo; eu acho que não é aparelhar o Estado que nós precisamos; nós precisamos justamente que haja maior valorização do contato entre aqueles que prestam bom serviço ao cidadão brasileiro. Fiz essa ressalva porque não gostei do aparelhamento do Estado.

Nós estamos falando aqui de avaliação, regulação e supervisão, e gostaria muito de passar a palavra agora ao Professor Sérgio Fiuza de Mello Mendes, vice-Reitor do Centro Universitário do Estado do Pará.

SR. SÉRGIO FIUZA DE MELLO MENDES: Boa-tarde a todos. Eu quero cumprimentar, de início, a Senadora Marisa Serrano, vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, cumprimentar os demais senadores presentes, demais componentes da Mesa, Dr. Samuel, que representa aqui a SESU e o Ministério, o Dr. Covac.

Eu não tenho formação jurídica. Portanto, a minha fala só pode trazer e ser carregada da experiência que vivencio como dirigente institucional. A formação vem da Engenharia Civil, e ela vem me acompanhando nesses anos e tem me ajudado a fazer uma leitura, eu diria, um pouco diferente do que esse estado de coisas, demarcado por um arcabouço legal, que parece anunciar uma tranquilidade plena e serenidade ao sistema, não me cala bem assim.

Qualquer fala que eu pronuncie também não coloco, Professor Gabriel, responsabilidade a qualquer um das entidades, porque, da minha experiência vivida, como vice-Reitor hoje, há quase 20 anos numa instituição, é com esse compromisso que eu venho aqui, com menos prazer do que teria se estivesse discutindo novos arranjos acadêmicos, novos arranjos educacionais, uma escola para o futuro; o mundo

mudou, nós temos alunos olhando o futuro, e nossas escolas estão no passado.

Então, muito mais prazer me daria... Eu brincava com o nosso amigo, Fábio José, ele disse: "Eu queria estar no seu painel porque você abriu as janelas para o mundo, não só uma santa inveja", se é que existe uma santa inveja, Fábio, de estar fazendo uma trajetória brilhante mesmo, conhecendo realidades que o Brasil precisa primeiro conhecer e entender, para que a gente se descole(F) uma imagem tosca de futuro que estamos construindo. E quando a sociedade tem um imagem tosca de futuro, os projetos educativos, via de regra, atraíam esta sociedade e atraíam a juventude. As palavras são de Alvin Toffler, que aponta nessa direção. Não podemos trair a juventude, não podemos trair a sociedade, isso significa organizarmos projetos educacionais comprometidos com o futuro.

Nessa linha, eu creio, senadora, que nós estamos vivendo dois mundos... E da nossa capacidade de aproximá-los e fazê-los conviver dentro de um único sistema, já que é único Sistema Federal de Educação Superior, será da nossa capacidade fazer com que esses dois mundos converse, se aliem, entrem num entendimento, que o futuro do sistema está aí e será definido. A que mundos me refiro? Primeiro o de uma proposta de avaliação, supervisão e regulação, que tem um ar muito positivo de ser assunto de Estado, tema de Estado, não um tema deste ou daquele Governo.

A Lei do SINAES, que foi buscar um fio solto que ficou, lá dos tempos do PAIUB, 93, 94, talvez, ou 92, a Professora Marlene acena, aqui me ajudando, essa ponta do fio ficou solta – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, já no Governo do Presidente Lula se instala a CEA – Comissão Especial de Avaliação, que recuperaram esses estudos porque muitos que recuperaram o instituto estiveram lá no tempo do PAIUB, eu lembro aqui do professor José Dias Sobrinho e outros. Os estudos da CEA são o berço onde se desenvolveu a Lei do SINAES. E a Lei do SINAES, num primeiro momento, criticada, reações de toda ordem, muitas adversas, mas a Lei do SINAES trata a questão como questão de Estado.

Então, isso, por mais que a gente tenha num primeiro momento recebido algum impacto, isso trouxe uma certa segurança; as 10 dimensões, o equilíbrio que a lei demonstra, o Dr. Samuel brilhantemente expôs isso aqui para nós. Avaliação das instituições, dos cursos, dos alunos, ela traz esse equilíbrio. Inaugura a Lei do SINAES e cria a CONAES, a Comissão Nacional passa a ser instituída dentro da lei, e nós pouco temos ouvido falar da CONAES e, não sei, eu posso estar desinformado, eu fico com a informação do Dr. Samuel, mas não me parece que o segmento privado

tenha voz ativa e que possa ecoar o sentimento do segmento privado dentro da CONAES. Hoje, não me parece que seja assim, muito embora eu tenha, eu e muitos, nós tenhamos ficado muito entusiasmados com a entrevista que a Presidente da CONAES, logo depois que assumiu, concedeu a um periódico do ensino superior numa revista de circulação nacional. E ela falava da avaliação como questão de Estado.

Mas não é esse o mundo que nos acompanha dia a dia. Não é com essa avaliação, com essa regulação ou com uma supervisão que ainda não está muito bem definida no próprio ambiente do Ministério. Os procedimentos da supervisão ainda copiam coisas da avaliação, não há ainda, mas isso é processo, aqui não vai nenhuma crítica, Dr. Samuel, vai o reconhecimento de que é difícil você implantar uma função nova num país desse tamanho, com tudo controlado a partir do andar que a SESU ocupa no edifício-sede. É muito difícil, porque supervisão, conceitualmente, tem a ver com acompanhamento.

Então, eu não posso apenas por uma questão de quem ficou abaixo de três, ficou com dois ou um, dizer que o que acontecer a partir dali para quem tirou dois ou um na instituição, que aquilo é supervisão; precisa haver um aprofundamento conceitual da supervisão. Esse foi apenas um parêntese.

Eu quero é do mundo que, para além do marco legal que está posto como questão de Estado, nos assombra, nos tira o sossego, sim, e faz com que nossas instituições se ocupem com o cumprimento, não de normas gerais, mas de regras, e o que me chamou atenção do... Muito importante, que o Dr. Samuel demonstrou, há um slide que ele demonstrou, que fala do marco regulatório e a última linha é “demais normativas do MEC sobre procedimentos”, e são essas “demais normativas do MEC sobre procedimentos”, o Dr. Covac é advogado, o Dr. Samuel eu imagino que seja também, eu não vou me arriscar por aí.

Mas são essas demais normativas que nos tiram de tratar avaliação, supervisão e regulação como questão de Estado, e passarmos a tratar como uma questão que nós não sabemos, na sexta-feira, o que vai acontecer na segunda. E isso, no limite, tira não só... Tira não só a nossa tranquilidade em termos de segurança jurídica do que fazemos, mas, mais do que isso, desvia o caráter da educação superior. E eu quero voltar a isso antes da encerrar.

Do que estou falando? O CPC, o IGC, o que foi feito com o ENADE, não é o ENADE em si; todos nós reconhecemos grandes virtudes no ENADE, sob o ponto de vista metodológico, da construção da prova, na parte específica principalmente, nos surpreenderam algumas coisas que apareceram no ENADE de

domingo passado, na formação geral, e uma coisa tem a ver com a outra, porque há uma questão do ENADE, a questão 09 da formação geral, de domingo passado, que trata mal, tecnicamente, eu vou ficar no plano técnico, eu não vou fazer aqui uma avaliação política da prova de domingo passado, isso poderia ser objeto de outra discussão. Mas há problemas técnicos como aquela questão 09. Há questões colocadas ali, há aspectos mencionados ali para o IGC, que não são do IGC, que são do CPC; quando se diz que condição de trabalho docente é insumo, não parece isso em nenhum lugar em relação ao corpo docente. Aparece a formação, aparece a jornada de trabalho, mas condição de trabalho docente vai para muito além da formação e da jornada de trabalho.

Essa microrregulação, que vem abaixo da lei, porque ela é decorrente da lei, ela vem depois da lei, é essa que está nos causando um certo espanto, e eu queria topicamente mencionar duas ou três coisas. O valor que o ENADE tem é perdido quando ele parece como figura central, como pilar central de todo um sistema de avaliação nacional, olhando o futuro, olhando a questão como questão de Estado, mas tudo se apequena e se empobrece, tudo de muito importante e de muito valoroso, sob o ponto de vista do significado que carrega, se apequena quando a fórmula do CPC traz o ENADE com, hoje, 70% desse peso, um ano atrás, já foi de 80. É só decompor o CPC. Isso desequilibra o que diz a lei, que é uma lei muito bem montada, muito bem escrita e sancionada. Ela não popa propõe isso.

E aí você vem para o CPC e ignora, no CPC, o art. 2º da lei do SINAES que é o que de mais rico na educação superior brasileira ou na educação como um todo, que é a diversidade. Perdendo a diversidade, a riqueza maior deste país, nós vamos comprometer, na linha do tempo, o sistema; o sistema será fraturado, se fragmentará de uma tal forma, porque a Amazônia, de onde eu venho, do Estado do Pará, não é o Sul do país, são características distintas, e entre a Amazônia e o Sul do país tem um mar enorme de riquezas que a educação como um todo, e a educação superior não pode ignorar, mas a fórmula do CPC nos induz a abrir mão tenho tudo isso que a lei prevê.

E aí a minha dificuldade, como gestor, como Engenheiro Civil, gestor, de compreender que marco regulatório é esse que, no seu maior, mantém o que o país precisa preservar, mas que, na sua microrregulação, res no chão, vai pontuando questões que chegam a nos assombrar.

Ainda topicamente tem seu exercício, a portaria nº. 40 traz uma questão micro, micro, que o que eu imaginava ser um pré-disposição de desconfiança com o segmento privado, me parece que agora se estende

a uma pré-disposição de desconfiança com o próprio avaliador, que o próprio INEP, portanto, o MEC, nomeia para visitar nossas instituições. Me refiro à questão de cursos que, tendo tirado uma nota menor que três, eu não gostaria de encerrar sem falar um pouco dessa métrica de um a cinco, do ENADE, do CPC, enfim... O curso que tiver um conceito menor que três, Srs. Senadores, ele vai receber uma visita da Comissão de Supervisão, mas que avaliação, não há conceitualmente diferença, quem indica a Comissão é o INEP, portanto, o Ministério da Educação. A Comissão vai, fica dois, três dias, produz um relatório e se esse relatório resultar, ao final dos conceitos das três dimensões, resultar um conceito três, vamos admitir porque quatro é impensável, quatro, depois de uma visita *in loco* seria uma coisa assim, para chegar às raias do absurdo, mas vamos ficar no três, aquele dois do CPC, que veio do ENADE, que virou três, depois da avaliação *in loco*, vai, no tratamento formal, jurídico-formal da portaria 40, o processo será impugnado de ofício, uma impugnação eletrônica, que vem na mensagem do e-MEC, com o texto do artigo que, se não me engano é o art. 36 da portaria 40.

Eu não quero ir para o plano do que se merecia sair dos dois ou para o três, ir para o plano do que aconteceu, o que eu quero dizer é o seguinte: não dá para que essa desconfiança permeie o sistema, como está permeando, e eu, agente regulador, que nomeia aqueles professores que representam, ali na instituição visitada por Ministério, que a palavra escrita, validada num relatório por eles, não tenha valor. O processo impugnado é remetido eletronicamente para a CTAA, que vai se manifestar, em termos administrativos, como instância final, falar de uma instituição que ela não conhece, de um processo que ela não sabe como se deu, ignorando ou colocando sob suspeita, no mínimo, a palavra daqueles professores que visitaram aquela instituição, aquele curso. Esse é um aspecto da microrregulação, que me parece, deveria ser removido urgentemente. Porque isso, Senadora Marisa, significaria, nas nossas instituições, o Reitor desconfiar do seu coordenador e o coordenador desconfiar do seu professor e o Reitor dizer: "Não, eu não acredito que esse aluno foi capaz disso".

Se nós colocarmos numa comparação possível a avaliação das instituições com avaliação da aprendizagem, aquela que acontece dia a dia nas nossas instituições, é possível, sim, essa comparação, sob o ponto de vista, inclusive, teórico, nós, instituições e cursos, somos os alunos, somos os alunos; essa é a nossa posição, diante do sistema, e a do aluno, diante da instituição que ele escolheu e o abriga. Não dá para nós caminharmos num mar de desconfiança.

Esses dois mundos, de uma regulação, de um estado avaliador, supervisor, um estado moderno, que define normas gerais, porque esse é o papel do regulador, mas não é o que está acontecendo no Brasil.

O que está acontecendo no Brasil, a partir da microrregulação, é este outro mundo de um estado absolutamente controlador, um estado... Daí a questão eu acho ser muito menos técnica, que as questões técnicas podem ser removidas ou superadas pelos técnicos, por um entendimento, por uma conversa, a questão se dá muito mais no campo das definições e conceitos que acontecem no plano político. É disso que estamos falando, quando falamos de avaliação, regulação e supervisão na educação superior brasileira.

Ora, todo o tempo que poderíamos dedicar em nossas instituições, pensando em inovação, pensando numa nova forma de nos organizarmos academicamente, numa nova forma de contratar professores; a questão não é mais tempo integral, tempo parcial horista; a questão, há muito tempo, deixou de ser esta. A questão é qual é o papel daquele professor, naquele percurso de formação, naquele curso, precisamos redefinir espaço e tempo na Universidade. O conceito de espaço e de tempo na Universidade brasileira ainda é um conceito arcaico, mas a Resolução 03 está aí, e aí eu faço uma *mea culpa*, porque estou falando também olhando para o espelho, para dizer que nós nos debruçamos muito mais, o Fábio mencionou isso, olhando aquela coisa menor, de 60 minutos, 50 minutos da Resolução 03/2007, creio, do CNE, quando ela nos traz muito mais. E, por esse caminho, que também é regulação, porque é uma Resolução, amparada num parecer do Conselho, por esse caminho podemos sim, evitar o desvio de caráter da educação superior brasileira, que eu acabei de mencionar.

E aí qualidade assume uma outra dimensão. Recentemente, num evento da FUNADESP, em Goiânia, o Presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, o conselheiro Paulo Barone, fazia uma referência a esse que aspecto. Não podemos falar de qualidade de um a cinco porque a nota padronizada, Srs. Senadores, a nota padronizada, o escore padronizado do ENADE não diz para a sociedade brasileira se o curso é bom ou se o curso é ruim. Eu posso ter uma instituição com meia dúzia de cursos, todos com conceito quatro, por exemplo, e serem seis cursos ruins, porque esse *ranking* fala de melhor e piores, está a fala e artigos publicados do Professor Maurício Garcia; fala de melhores e de piores.

Eu posso usar a escore padronizado para uma série de coisa, mas não dizer para a sociedade que quatro é bom e que dois é ruim, porque dois, no ENADE ou no CPC, dois pode ser maior que quatro, se aquele

dois for resultado de uma carreira onde o Brasil todo se saiu muito bem, aí a curva de Gauss vai toda lá para a direita, então, eu tiro dois porque tem que ter dois, a perspectiva é gaussiana, mas eu posso estar com seus medíocres, com a curva de Gauss muito para a esquerda, os estudos do professor Simon Schwartzman e de outros professores estão aí, eu posso ter, na minha instituição, seis cursos de qualidade muito, muito ruim, fraquíssimos, mas com conceito três, quatro, quiçá cinco, se o Brasil inteiro tiver ido mal naquela carreira.

Essa métrica de um a cinco, ela não pode nos iludir como sistema; nós não podemos anunciar para a sociedade brasileira que quatro é bom e dois é mal, é ruim, porque não é isso que o escore padronizado significa, e nós temos que ter a lealdade com o cidadão, com o pai, com a mãe, com o estudante de dizer: “Olha, esse meu quatro não vale nada”, ou “esse meu dois é ótimo”. “Ah, mas você está falando de pontos fora da curva?”. Um instante, não é bem isso.

O que não pode é o sistema criar sequer a possibilidade disso se instalar, e é nessa direção que nós estamos encaminhando, dessa forma, e aí já encerrando, a educação superior brasileira, como sistema, está fadada ao um desequilíbrio tal que levará, na linha do tempo, e nós não podemos... E o tema do Seminário sugere “Desafios para o futuro”, o financiamento estará comprometido porque quem tiver dois, por melhor que seja o seu curso, ele é dois, não tem FIES, a inclusão social estará comprometida porque se aplequenarão as possibilidades de bolsas no ProUni.

A questão da expansão, está aí o PNE 2001-2010, às vésperas de encerrar, e nós não conseguimos chegar nem perto de lá, financiamento comprometido na linha do tempo, inclusão social, expansão, significa um sistema que poderá vir a dar sinais de falência sem faltar muito tempo para isso. E 30 anos em Educação, 50 anos em educação não são tempo algum; o tempo da educação é um tempo total, e é nessa perspectiva que a gente confia que o Plano Nacional de Educação, que entrará em discussão para o próximo decênio para valer como referência maior para 2011-2020, e que o projeto de reforma da Universidade, que está em tramitação, a gente tem grande esperança de que eles possam acolher espaço para que a gente remova e possa ajustar muitas dessas distorções e inconsistências que nos estão ocupando por demais no dia a dia, tirando-nos tempo para que a gente possa avançar para uma educação superior brasileira da América Latina, que o mundo requer, como foi à saciedade demonstrado nesta manhã. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Professor Sérgio. Eu queria aqui agradecer a presença hoje de manhã, ainda. Não deu para gente nominar, os Deputados Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná, e do Deputado Lobbe Neto do PSDB de São Paulo, que é vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura da Câmara dos Deputados; da Marisa Abreu, ex-Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul; Jorge de Jesus Bernardo, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Educação Superior do Estado de Goiás; Sr. Ricardo Holtz, Presidente da Associação Brasileira de Estudantes de Educação à Distância; Juarez Freitas, Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Professor Doutor José Eduardo Creste, pró-Reitor acadêmico da UNOESTE, Universidade do Oeste Paulista; Professor Antônio Veronese, chanceler da UNG, Universidade de Guarulhos, sejam todos, muito bem-vindos.

Passo a palavra, por 20 minutos, ao Sr. José Roberto Covac, consultor jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior. Passo a palavra por 20 minutos.

SR. JOSÉ ROBERTO COVAC: Senadora Marisa Serrano, com a qual eu tive oportunidade de, em alguns momentos, de aqui participar de alguns debates. E a senhora é uma educadora nata, a vice-Presidência da Casa está muito bem representada. E eu lembro da senhora como grande defensora das Emendas em relação ao DRU, que foram de extrema importância, inclusive para o próprio Ministério da Educação. Isso demonstra que não existe oposição quando o assunto é Educação. E acho que, nesse aspecto, a senhora dá um grande exemplo. O Dr. Samuel, representando aqui o MEC, prezado amigo Sérgio, Senador Flávio Arns. E quero, em nome da Professora Marlene, nossa decana aqui, cumprimentar a todos.

Eu gostaria de não tratar do tema da forma como foi posta aqui, que é regulação, supervisão e avaliação. Eu gostaria de me deter muito mais o que estabelece a Constituição. A Constituição fala duas coisas, no 209, que é autorização e avaliação, e, ao mesmo tempo, a LDB, ao estabelecer, no art. 46, fala em autorização, quando se fala de cursos e reconhecimento também de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições de ensino, nas suas diversas tipologias.

O Senador Tuma, ele fez uma fala, logo no início, e eu quero acrescentar outra fala a respeito do que foi a iniciativa privada dos anos 70, e aqui seguir, mencionar aqui o Dr. Gabriel Mário Rodrigues. Na década de 70, a dificuldade era tão grande para implantar cursos superiores que as instituições fizeram aquilo que era de mais ousado naquele instante, iniciaram os cursos

sem autorização do Ministério da Educação e vinham aquelas senhoras para o curso de Turismo, para iniciar o seu curso, e aí depois a instituição de ciência pediu reconhecimento do curso para que, então, desse validade aos atos pedagógicos do curso.

A iniciativa privada, já naquele instante, ela rompeu todos os laços ali existentes, a fim de possibilitar uma inclusão necessária e fundamental no país, que sem a formação do curso Superior, sem dúvida alguma, a dificuldade desse país chegar ao desenvolvimento seria muito maior ainda.

Ainda na década de 70, as instituições, obviamente, sofriam com uma série de situações, mas, entre as quais, duas eram básicas, quando se pediu credenciamento de uma instituição ou autorização de um curso, entrava com uma carta-consulta; essa carta consulta era submetida para que, então, o Ministério da Educação verificasse se a instituição tinha as condições necessárias para implementar aquele projeto e somente após a sua aprovação, então, que a instituição poderia encaminhar o projeto, fazer os seus investimentos e aí, então, ter o seu curso autorizado e seu curso credenciado.

O que se estabelecia, naquele instante, era a possibilidade de um pouco de segurança jurídica, para que não se investisse desnecessariamente em projeto que não seria aprovado posteriormente. Esse tempo passou, nós chegamos na lei de diretrizes e bases da Educação, e mesmo antes na lei de diretrizes e bases da Educação, já no Governo Fernando Henrique, em 1994, houve a discussão e o projeto de reforma do Estado, e isso imposto até pelo FMI naquela oportunidade, o Fundo Monetário Internacional, objetivando modernizar o Estado para cumprir o seu próprio mister e discutindo até o caráter de intervenção ou não.

E, paralelamente a isso, nós tínhamos outro momento que era necessário à expansão do ensino superior e como tal, o Governo daquela oportunidade tinha que escolher um mecanismo desse ensino superior pela expansão e criou o denominado Provão, exame nacional de cursos, depois as condições de ensino e também as condições da instituição de ensino. Ou seja, foram três elementos que, sem dúvida alguma, tiveram um papel importante, porque alavancou-se nas instituições a necessidade de cuidar da avaliação, de melhorar os seus projetos, de implementar melhoria na sua infraestrutura e, ao mesmo tempo, incluir alunos que até então não tinham oportunidade.

Nós saímos, então, da elite para o ensino superior, dando possibilidade para as classes C e D terem acesso ao ensino superior. E com isso, evidentemente, precisava-se ter, óbvio, alguns critérios de avaliação e quem fizesse avaliação. Naquela oportunidade, o

INEP passou a ser o órgão de avaliação do Ministério da Educação e, diferentemente, por isso que eu não quero falar em regulação, porque, em 94, quando houve a reforma do Estado, criou-se agências reguladoras, várias agências reguladoras, elas foram criadas, mas com outro objetivo, o INEP enquanto agência, se assim pudesse dizer, não é reguladora, é de avaliação. E o INEP passou, dentro do seu mister, a fazer as avaliações das instituições de ensino. O INEP, sem dúvida alguma, num certo instante, passou a ser um grande referencial para fins de autorização, de credenciamento, de credenciamento, de reconhecimento de curso.

Passado o Governo, entra o Governo do Presidente Lula, e que faz uma profunda alteração, em que alguns aspectos extremamente positivos, criando o SINAES, e o que era mais importante e imaginava-se que, naquele instante, não se criaria uma avaliação fragmentada, muito pelo contrário, a partir daquele instante, as instituições, o curso, e o aluno, por intermédio do ENADE, faria, pelo conjunto da avaliação, a sociedade teria possibilidade de escolher o melhor curso, ou escolher o curso mais pertinente para sua qualificação, pela sua localização e assim por diante.

Entretanto, a lei é de 2004, apenas em 2007, o ciclo avaliativo previsto na lei do SINAES foi inaugurado. Quando o professor Sérgio fala a respeito da política de educação como política de Estado, isso é extremamente importante, porque, na realidade, quando um projeto é encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo, imagina-se que por detrás disso há uma política de Estado e, para tanto, tem que haver, ser pensada a operacionalização desse processo, sob o risco até de parte do sistema de avaliação ser implantado, como efetivamente correu.

Inicialmente, foi implementado o quê? O ENADE. Somente em 2007 que se implantou a avaliação de curso e a avaliação institucional. Porém, o ano passado, por intermédio de uma portaria, altera-se um dos critérios, criando-se o critério denominado o conceito preliminar de curso e também o índice geral de instituição... E o índice geral de cursos.

Qual a grande preocupação no que diz respeito a esses índices? Eu queria dizer, primeiro aspecto, e aqui contestar o Samuel num ponto que eu acho extremamente importante, quando a Constituição estabelece alguns princípios, que aqui foi bem colocado, eu queria citar outros princípios que são fundamentais. O primeiro em relação à co-existência entre instituições públicas e privadas, esse é um princípio fundamental, e utilizando a palavra do Dr. Samuel, quando ele diz que há não diferenças entre instituições públicas e privadas, elas são tratadas de forma isonômica, eu vou citar alguns exemplos para demonstrar que isso

não ocorre. Cito como exemplos os Centros Federais de Educação.

Os Centros Federais de Educação foram criados por força de reforma da educação profissional em 1994, portanto, antes, inclusive da LDB. Transformava os colégios federais, naquela oportunidade, em Centros Federais de Educação. Mas há uma previsão legal na própria lei da criação dos Centros de Educação Tecnológicos privados, e com base nisso, em 2001, foram criados estes Centros de Educação Tecnológicos privados. Esses Centros de Educação Tecnológicos privados foram transformados, em 2004 em faculdades; ninguém pediu um descredenciamento naquele instante. O que ocorreu foi o seguinte: o Ministério da Educação resolveu, naquele instante, que os Centros de Educação Federal privados deveriam ser transformados em faculdades da tecnologia sem, inclusive, as autonomias previstas aos CEFETs. Então, o primeiro equívoco no conceito de isonomia está aí. Enquanto existem os CEFETs, com autonomia, os CETs não existem mais. Até do ponto de vista da informação ao aluno isso foi extremamente complicado; de um dia para o outro, por um decreto, se diz para um aluno que ele não estuda mais num Centro, mas estuda numa faculdade.

Citaria outro exemplo. Pegando o exemplo da Professora Marlene, ela não iniciou a instituição dela como universidade; ela teve que ter uma trajetória e iniciou com uma faculdade, se submeteu a um processo e até chegar à Universidade; a Universidade pública não depende disso. A Universidade Pública é criada já como Universidade.

E se basearmos até nos conceitos estabelecidos pelo marco regulatório, da necessidade social, eu poderia citar alguns exemplos estranhos de necessidade social. O ABC é um exemplo típico; quando a Universidade Federal do ABC foi criada, eu sou de São Paulo, é um dos maiores IDH do país, por que é que não foi criado, então, em Guaianazes, região pobre de São Paulo, dependente, sim, de acesso ao ensino superior, e isso não correu. Até para minha surpresa, eu fui visitar a Universidade, naquela oportunidade da sua criação. E o que me surpreendeu, sem entrar no mérito de nada, foi infraestrutura instalada daquela Universidade. Eu diria que, se uma faculdade do setor privado pedisse o credenciamento, não teria o credenciamento, porque realmente era um local absolutamente provisório de sua instalação.

Daí eu posso dizer que, no que diz respeito, pelo menos, à isonomia de tratamento entre instituições públicas e privadas, isto, efetivamente, só por esses dois exemplos, não ocorre. Citaria um outro exemplo, um outro princípio, que é de extrema importância tam-

bém, que é a questão da diversidade de instituições e de cursos.

O Professor Sérgio deu alguns exemplos aqui. Eu não nasci em São Paulo. Pelo contrário, eu nasci na periferia e, por nascer na periferia, você conhece o que é periferia, até porque a tua origem permanece lá. Então, você visita as pessoas indo até lá, os parentes e etc.. A minha família é de Ferraz de Vasconcelos, de vez em quando, alguma publicidade de Ferraz de Vasconcelos, pela violência que lá tem, do lado de Ferraz de Vasconcelos, tem um bairro de São Paulo chamado Guaianazes, extremamente violento, com enormes dificuldades para aquela população e que também tem lá uma faculdade, uma faculdade que iniciou com muito sacrifício e etc., e que agora tirou o IGC dois, e os seus processos todos foram arquivados, de autorização. Todos nós sabemos o que significa uma escola no seu entorno, o que leva uma escola num entorno: lanchonete que vai, banco que chega, é casa que começa a construir, exemplo típico é a Universidade de São Francisco, de São Paulo, em que, naquela oportunidade, Senador Tuma, o Jarbas Passarinho pediu para os Franciscanos que tivesse uma Universidade porque era necessidade de interiorização no ensino superior e os Franciscanos se instalaram lá e fizeram a instituição, e o que é hoje Bragança Paulista? Bragança Paulista cresceu em torno das Universidades. Os estudantes de São Paulo que iam lá morar, que iam estudar, ficaram lá morando, depois construíram seus escritórios e suas clínicas etc. e expandiu o município.

A diversidade, Mogi das Cruzes é um exemplo típico, Mogi das Cruzes, para se ter um ideia, duas estações de trem foram criadas linhas diretas para Mogi das Cruzes, o trem das estudantes para que o aluno estudasse em Mogi das Cruzes. As Olimpíadas estão provocando hoje a necessidade de transporte. Imagina o que uma instituição fez naquela região, dando possibilidade alunos de Santos, alunos São Paulo, alunos da Zona Leste, da Zona Norte estudar.

Então, outro princípio que é fundamental é que a diversidade de instituições e de cursos, considerando as tipologias diferenciadas, elas precisam, obviamente, ser observados os instrumentos de avaliação.

Agora, o que preocupa, no que diz respeito à avaliação hoje do INEP? A instituição de ensino, e aí veja a complexidade que é isto: hoje, para a escola entender em que conceito está já não é fácil, imagina o aluno. Se o aluno perguntar por que é que o IGC dela é dois, tem que dizer "não, porque o aluno fez o ENADE; do ENADE teve três CPCs, do CPCs, pela média ponderada, teve o IGC, mas ainda não tem o CI e nem tem o CC", olha a confusão que é isso, a dificuldade, ao mesmo tempo, poderá a instituição—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ROBERTO COVAC: Exatamente. Ao mesmo tempo, a instituição poderá tirar IGC três e conceito institucional cinco. E aí o que é que tem ocorrido nos processos de avaliação do INEP? Se uma instituição tirou quatro ou cinco, automaticamente, o seu relatório é impugnado à CTAA, considerando que há uma desconfiança a respeito daquela avaliação porque, se não há desconfiança, não haveria impugnação.

E aí eu gostaria de observar um princípio que foi colocado aqui, que é de extrema importância, que é o princípio da boa-fé. Será que avaliador ali na instituição, ele não tenha a boa-fé? Será que a instituição, quando apresenta, não tenha boa-fé? Qual é a motivação que se dá, então, em relação ao processo de impugnação automática ao próprio... À SESU, em relação às avaliações que estão ocorrendo. Então, isso preocupa sim do ponto de vista sim da segurança.

Porque, quando o processo é claro, quando o processo sabe o meio, o começo e o fim, é muito mais fácil para as instituições e os alunos saberem aonde pode-se chegar. Imagine, por exemplo, um aluno chegando à instituição e ele pergunta qual é o critério de avaliação, vai dizer assim, “olha, o critério de avaliação é média cinco”; ele faz o primeiro bimestre, tira cinco, o segundo cinco, quando chega ao terceiro, a escola fala assim: “Mudei os conceitos, passou para oito”. “Mas eu não sabia. Eu não sabia que agora a média é oito”. “Não, mas ela vai ser aplicada a partir de agora”. Aí, ele se esforça e chega na média oito e diz assim, “agora, além da média oito, você não pode deixar de freqüentar um dia de aula e, com este conceito, eu te reprovó”.

Por que é que eu estou dizendo isso? Porque alguns conceitos que foram aplicados eram do desconhecimento das instituições. A instituição só ficou sabendo do resultado deles, desses conceitos, no momento que eles foram publicados e, ao mesmo tempo, fixados, ou seja, ela não sabia quais eram os insumos do CPC quando ele foi criado; ela desconhecia o que era o IGC e mais ainda, isso que é um pouco preocupante, porque o IGC, embora possa dizer que é um mero conceito referencial, mas para efeito da portaria 10, esse IGC, ele torna-se válido até o final de 2011, inclusive após o término desse Governo. Não poderia nem se imaginar que se criaria essa situação, considerando que, na realidade, o conceito que deveria prevalecer é o conceito institucional de curso.

Então, eu já estou aqui terminando aqui a minha fala. Mas, para encerrar, a preocupação do que diz respeito a todo esse sistema, está, sem dúvida alguma, num sistema que busca, primeiro, segurança, esse é

o fundamental; segundo, que as instituições saibam efetivamente aonde podem e como investir; terceiro, que se respeitem os processos que estão tramitando, dentro das regras que foram pré-estabelecidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professor, o senhor está dizendo-se que está retroagindo para prejudicar?

SR. JOSÉ ROBERTO COVAC: Sem dúvida. A aplicação da norma ocorre sem que a instituição tenha conhecimento. Vou dar um exemplo típico com relação aos cursos, por exemplo, de medicina. Mudaram-se novamente as regras em relação ao instrumento de avaliação do curso de medicina. O que acontece é o seguinte. A instituição não tem como cumprir a regra. Porque como é que você, de um dia para o outro, tem o hospital de ensino, só que o instrumento de avaliação é aprovado, ele é autorizado e a instituição tem que preencher o formulário e obedecer às condições estabelecidas nesta condição. Ou seja, a própria norma, e isto é uma regra, a denominada *vacatio legis*, para que a *vacatio legis*? É o tempo em que as pessoas podem assimilar norma e podem conseguir, inclusive, cumpri-las, agora, aplicar de imediato realmente é uma situação bastante complicada. Mas essas são as considerações, que eu já superei o meu tempo, muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos ao professor José Roberto as suas colocações. Queremos agradecer também ao Dr. Samuel e ao Dr. Sérgio Fiuza.

Antes de abrir a palavra para o Senador Flávio Arns, eu queria agradecer a presença do Senador Flávio Arns, do Senador Romeu Tuma, do Senador Wellington Salgado e dizer que, na abertura dessa Mesa da tarde, eu coloquei da promulgação de uma Emenda Constitucional que muda alguns aspectos da Educação, que são muito importantes, inclusive, que referenda a DRU, além, então, de reduzir anualmente, a partir de 2009, o percentual de Desvinculação das Receitas da União incidentes sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de que trata o art. 212 da Constituição Federal, também dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a 17 anos. E também o terceiro item, ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica e dá nova redação ao § 4º, do art. 211, e ao *caput* do art. 214.

Só para todos terem notícia, já que o professor José Roberto disse aqui que, às vezes, a gente fica sem saber o que está sendo feito. Hoje foi promulga-

da uma nova Emenda Constitucional que refere-se à educação brasileira.

Quero também informar a todos os presentes que, amanhã, nós temos uma audiência pública conjunta de cinco Comissões aqui da Casa, vai ser no Plenário, então, estaremos todos no Plenário para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, comandada aqui pela Comissão de Ciência e Tecnologia, comandada pelo Senador Wellington Salgado.

Eu quero agradecer muitíssimo a presença de todos. Quero ver se o Senador Flávio Arns queria fazer uma colocação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só uma colocação, Sra. Presidente, porque este painel do qual acabamos todos de participar, que é justamente “Avaliação, regulação e supervisão”, eu diria que é o painel que aponta para as grandes dificuldades que vêm sendo enfrentadas, me parece, salvo melhor juízo, porque nós temos outras dificuldades, lógico que têm que ser objeto de negociação, como a questão do crédito, do financiamento, do FIES, também do próprio ENADE, dos problemas que aconteceram nesta avaliação que, infelizmente, aconteceram nesse domingo e que... Cujo... Mas já estamos pedindo informações para o Ministro, já foi deliberado. Agora muitos problemas foram levantados, o Sérgio foi muito detalhado também, e apresentou uma série de problemas, o José também colocou, o Carbonari, de manhã, e outras pessoas tantas, e o Samuel estava aqui também. E o que se aponta é justamente isto, quer dizer, existe a lei e existe o conflito daquilo que está sendo regulado com a própria lei.

Muitos, inclusive, apontam no sentido de dizer que as Portarias, as Resoluções, o Decreto e tudo, eles estão inovando em relação à lei, ou pelo dizer, Samuel, que poderia ser melhor discutido, dialogado, sentar-se com a sociedade, e se chegar a conclusões que pudessem encaminhar, com tranquilidade, essa questão, que todo mundo quer qualidade, nós não estamos discutindo coisas que não sejam de qualidade, mas o que é qualidade? O que é que a lei pensa? O que é que está sendo exigido? O que é que está sendo pensado? Essas mudanças abruptas, que foram colocadas... Adequação de tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Concede um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Olha, tem uma coisa em Direito que é a hierarquia das leis; uma Resolução, uma Portaria não pode se superar já a uma lei existente se ela não for reformada pelo órgão competente, que é o Legislativo.

Então, legislar com Resoluções, em cima de uma lei, modificando o seu conceito, ela não pode ter valor. Então, nós temos que discutir realmente se há interesses em modificar a lei, e aqui é o órgão competente, que é o Legislativo. Então, baixar Resolução cumprindo a lei é outra coisa diferenciada do que ela modificar a lei. Então, desculpe eu interferir, mas V. Exa. tem razão. Eu acho que a gente tem que exigir o respeito ao Congresso Nacional.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O que eu quero propor é o seguinte, até em função da fala da Maria Paula Dallari hoje cedo, que ela enfatizou o fato da importância do MEC, junto com o Congresso e junto com a sociedade, estarem sentados aqui, debatendo, discutindo e buscando os caminhos para os problemas legítimos que a área vem enfrentando.

Então, eu gostaria de propor, Sra. Presidente, pedir que o Samuel, como Diretor, Samuel é Coordenador-Geral de Legislação e Normas de Educação Superior do Ministério da Educação, mas, reforçando, inclusive, a fala da Maria Paula, que é a Secretária de Educação Superior da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, que nós pudéssemos ter um desdobramento disso, ou seja, que nós, em conjunto, fruto decorrente deste nosso Seminário, essas coisas todas fossem apontadas e nos sentássemos aqui, independentemente de Audiência Pública, para saber o que fazer dentro desses conflitos todos que vêm surgindo para que, a partir daí, a gente pudesse ter a opinião, como Congresso, inclusive, o Ministério da Educação também, e junto com as entidades para saber, inclusive, sugestões que podem ser debatidas, como foi levantado hoje cedo também pelos outros expositores, a questão de Mestrado, de Doutorado, a questão de tempo integral, dedicação exclusiva, o conceito de pesquisa ou não, mas outras coisas, ainda mais... Até no detalhe, como foi colocado, quer dizer, a lei, pelo jeito, o que a gente observa, há uma aceitação geral da lei, a lei é boa e tudo, mas a regulamentação da lei é que causou inúmeros contratempos e inúmeras dificuldades por todos os relatos que a gente escuta, não só hoje, mas em tantas outras ocasiões das quais eu, pessoalmente, já participei, inclusive no Congresso em Araxá, Minas Gerais.

Então, eu queria propor, que o Samuel, o Dr. Samuel Martins Feliciano pudesse estar de acordo com a fala da Secretária, eu acho que ela me pareceu bem precisa, ela enalteceu o momento, dizendo “estamos juntos aqui para discutir”. Então, está bom, então vamos fazer o desdobramento. Eu só quero sugerir isso, Sra. Presidente, porque senão nós vamos ficar “não, tem esse problema”, eu, da minha parte diria: “Vamos resolver os problemas, tem os problemas, quais são,

vamos colocar no papel”, Senador Romeu Tuma, “e vamos resolver para ver o que fazer”.

Eu só quero saudar o Senador Wellington Salgado, dizer da felicidade de tê-lo sentado ao lado da sua irmã, Marlene.

[risos]

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu quero, então, informar a V. Exa. e a todos que, por sugestão do Senador Flávio Arns, eu quero solicitar à Secretaria da Comissão que solicite uma análise da legislação da Educação em relação às normas educacionais que são pautadas pelo Ministério da Educação.

SR. JOSÉ ROBERTO COVAC: Senadora, a senhora me permite um aparte?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Como não?

SR. JOSÉ ROBERTO COVAC: Eu só queria, dentro da função do legislador, só gostaria de fazer um apelo aqui, no que diz respeito a um assunto que já foi superado no congresso, que já foi aprovado, é lei, é em relação a CAPES; a CAPES, os comitês técnicos da CAPES são públicos, têm que ser públicos, em função do que estabelece a lei, entretanto, isso não está sendo obedecido pela CAPES. As reuniões técnicas não são públicas; isso já é uma informação; as instituições teriam que ter acesso e não conseguem esse acesso.

Outro ponto que... Eu só queria, só para reforçar um fala aqui do Samuel, o Dr. Samuel falou a respeito da confirmação do Judiciário em relação às decisões, no que diz respeito à avaliação e autorização. O setor privado não tem dúvida que cabe ao Estado autorizar e avaliar, não há dúvida a respeito, e o Judiciário confirmou exatamente isto.

Agora, ao mesmo tempo, o que o Judiciário, e já não é uma e nem duas sentenças, e inclusive o Tribunal tem questionado, é o problema de desobedecer princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição: o princípio da proporcionalidade, da razoabilidade, esse é o grande problema que tem ocorrido, e também um ponto fundamental, a Lei 9.784 estabelece os prazos em relação ao processo e aos procedimentos no âmbito da Administração Pública, e isto o Ministério da Educação não tem cumprido. Por isso que um processo, às vezes, demora quatro anos, três anos e meio, então, isso é um problema.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** O Dr. José Roberto, quebrando um pouquinho a linha aqui, mas não tem problema não, porque nós estamos aqui é para esclarecer mesmo. O Dr. Samuel pediu, então, se o Senador Romeu Tuma, que preside a próxima Mesa, me permitir, já extrapo-

lamos o tempo, mas vamos dar a palavra também ao Dr. Samuel.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Primeira-mente, gostaria de cumprimentar os Senadores que se juntaram aqui ao painel: Senador Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Flávio Arns e Wellington Salgado. E aproveitar, acho que alguns momentos, e eu vou iniciar a minha fala, reforçando a ponderação feita aqui pela Secretaria da Educação Superior, que oportunidades como esta, na verdade, são importantes para a gente visualizar a necessidade de o Ministério da Educação, como Poder Executivo, o Congresso Nacional e a sociedade, aqui representada pelas instituições de ensino superior privadas, que é o objeto desse seminário, se reunirem e continuarem em permanente contato, até para haver uma crítica, que é necessária à atuação do Ministério, até para o aperfeiçoamento tanto das normas que disciplinam e regulamentam a LDB, Lei do SINAES e etc.

E eu gostaria de aproveitar aqui, só para não ficar parecendo como uma verdade, que, na verdade, alguns pontos foram colocados aqui sobre a Lei do SINAES e criticados da atuação da regulamentação, como, por exemplo, cito um exemplo a ponderação em dados estatísticos de um a cinco para as avaliações, essa é uma construção da própria Lei do SINAES, e é importante falar que o Ministério da Educação, quando o INEP, na verdade, autarquia do Ministério da Educação, quando divulga os dados da avaliação, ele divulga essa ponderação em bases de um a cinco, mas também têm uma pontuação que é contínua, e que, na verdade, o Ministério da Educação inclusive, nas suas decisões, nos processos de regulação, usa essa avaliação contínua também, que daí fica demonstrado, como bem ponderado pelo Professor Sérgio Fiuza, a questão da avaliação, da real qualificação daquela instituição de ensino.

Então, esse é um parâmetro que o Ministério da Educação sempre respeita e inclusive divulga para a sociedade. A gente sabe, e essa atuação não é do Ministério da Educação, e sempre que o Ministério da Educação tem oportunidade de se pronunciar sobre isso, que, eventualmente, algumas áreas das mídias e da opinião pública fazem uso dessas estatísticas e dessas avaliações, de forma arranqueada(F) ou utilizando uma parametrização que não é a correta, mas o Ministério da Educação tem o cuidado de não atuar.

E, só para finalizar, a questão da hierarquia das normas, muito bem pontuada pelo Senador Romeu Tuma e também já colocada pelo professor José Roberto Covac, é importante, quando eu mencionei no slide e passei muito alto que o Poder Judiciário tem confirmado, é claro que tem alguma ou outra decisão

judicial que questiona pontos da regulamentação do marco regulatório da educação superior. Agora, é importante, infelizmente não vou ter a oportunidade de expor aqui, já estamos invadindo o horário do outro painel, mas a gente tem, o Ministério da Educação tem como comprovar realmente que prevalece, no Poder Judiciário, a compreensão de que na verdade toda essa regulamentação, e inclusive conceito preliminar de curso e índice geral de cursos, ela obedece aos pressupostos que a Lei do SINAES e a LDB trazem.

Então, quando o Poder Judiciário, inclusive em alguns momentos até as instâncias Superiores confirmarem esses dados, eu acho que é importante a gente ponderar isso.

E, por fim, eu só queria ponderar que todo esse pedido, inclusive colocado aqui pelo professor José Roberto Covac, de celeridade do processo, de obediência a alguns do processo administrativo, todo esse esforço de regulamentação do Ministério da Educação, como foi colocado na minha exposição, na verdade, para permitir maior celeridade àqueles processos e àquelas instituições que apresentam uma qualidade, ainda que num conceito preliminar, satisfatória, e focar realmente o esforço naquelas instituições que apresentam uma dificuldade, e reforço novamente, quando foi feito o exemplo e a comparação aqui com os critérios para avaliação de um aluno, é importante, e eu vou continuar no mesmo exemplo, que o Ministério da Educação não tem hoje, e a Secretaria, o perfil daquele professor... Não sei se é a terminação mais correta, aquele professor muito exigente e pouco aberto, ele, na verdade, tem a intenção, na verdade, quando ele estabelece esses conceitos preliminares e utiliza os dados da avaliação, de buscar, junto com aquele aluno, corrigir eventualmente as dificuldades e as irregularidades ali encontradas, naquele processo avaliativo.

Então, só encerrando, é importante colocar isso. O esforço do Ministério da Educação, utilizando todos os instrumentos de avaliação, inclusive os conceitos preliminares, é sanear eventualmente as deficiências, de forma conjunta com as instituições. Então, gostaria de agradecer. Era só importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS): Obrigada. O Senador Wellington Salgado pediu a palavra. E aí encerramos essa Mesa, para dar lugar ao nosso moderador, o Senador Tuma, que comanda o último painel.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só fazer uma colocação, que o destino me deu a oportunidade de conhecer os dois lados: o lado da escola particular, o qual é toda a

minha origem, e o lado de ser Senador da República e defender esse Governo do qual Samuel faz parte.

O que eu venho notando é o seguinte. Ao longo da história, a questão do marco regulatório, já vi marco regulatório com vários Ministros; todo Ministro cria um marco regulatório, então, todo mundo acha que vai fazer um marco regulatório. Sai o Ministro e cria outro marco regulatório, e assim vai caminhando a Educação.

Nós temos observado que essa organização da escola particular, que está acontecendo agora, e eu não vejo, ao longo de toda a minha vida na escola privada, antes de ser Senador da República, isso demonstra que a escola privada está sendo sufocada. Eu já, inclusive, tive a oportunidade de colocar pessoalmente para o Ministro o que está acontecendo. Em função de avaliações, onde o próprio Senado Federal aqui à frente, tendo o nosso Presidente, o Senador Flávio Arns, trouxe aqui membros do INEP, onde e quando se falava em índice e IGC, ninguém sabia o que é que era, inclusive, até eu mesmo tive que ligar para nosso assessor, lá da Universidade da minha querida Reitoria, minha mãe, que está aqui para me dizer o que era realmente, que o Carbonari estava aqui no dia, e explicando para os Senadores o que era essa quantidade de índices que existem, e os Senadores passaram a começar a entender o que está acontecendo.

Então, o que eu queria, Samuel, é que você levasse o recado que as escolas particulares estão sendo sufocadas, primeiro porque se cria um padrão de qualidade que não é um padrão de qualidade real, o tipo de produto que a escola particular está trabalhando, esse que está vindo e que está subindo e que precisa dessa mão-de-obra qualificada para que o Brasil continue desenvolvendo, e esse é um trabalho que a escola particular está fazendo, a escola privada.

Então, quando começa a se criar uma série de índices, fora da realidade do produto da matéria-prima que está vindo, não há como você juntar as duas coisas. É como bem colocou aqui o nosso amigo Covac, falou: "Olha, mudou a lei, agora você não passa com cinco, vai passar com oito". Só que, na Universidade, não dá para se fazer isso assim. Você tem todo um produto, houve uma evolução que, na avaliação do produto que entra com o produto que sai, eu acho que essa foi a grande avaliação do MEC. Não pega mais aquele negócio para dizer assim, "avalia o que está entrando, avalia o que está saindo". Agregou o valor, a escola está indo bem. Eu acho que isso o MEC foi sensacional em fazer isso.

Agora, com tudo que está se criando, aí criou-se uma paixão por índice; todo mundo cria índice começa a cada um a inventar um negócio e a escola particular tem lá assessores e mais assessores acompanhando

que índices são esses, como é que faz, como é que acompanha, e aí não está dando, a verdade é essa. Não está dando, a escola particular não está agüentando mais tantas coisas. Até a questão do custo, porque houve uma maior oferta, você está nivelado pelo poder aquisitivo dessa população, você não pode aumentar preço para poder acompanhar a qualidade que o MEC exige.

Então, foge do mercado, se aumentar preço não tem aluno. Você está limitado, ali, a uma mensalidade fixa. Então, essa sensibilidade o MEC tem que ter e tem que ser esse canal com a escola privada. Eu quero saber o seguinte: como é que a gente chega num padrão que a gente quer, dentro dum mercado que vocês atuam? Isso não está acontecendo. Sentam 10 pessoas, cria-se o índice, aplica e joga lá e a escola particular tem que cumprir e não dá. E a gente sabe também o seguinte, que o mesmo índice não é aplicado para a pública, se você pegar uma avaliação de laboratório na escola privada e for fazer a mesma coisa com a pública, a privada é muito melhor, fecha todas as públicas, ou seja, aí não está havendo a igualdade, e isso eu estou falando como membro da escola privada e Senador da República, porque eu sei a realidade, eu não posso mentir perante a televisão e perante a gravação do que está acontecendo.

Então, você fala que a justiça decide sempre a favor, mas uma hora ela vai mudar porque ela vai ver que está errado. Você pode ter certeza, que eu já vi isso ao longo da história; estou com 51 anos, e estou na atividade há 16, já vi entrar Ministro, sair Ministro, criar índice, sair índice, o Paulo Renato entrar, entra outro, você acha que aquele é o pior, parece outro pior do que aquele. E a história continua, porque eu acho que um país cresce com tudo isso, cada grupo que entra acha que tem um ideia melhor, agora o Lula ficou oito anos, eu acho que vai ficar mais tempo, talvez o PSDB não concorde que essa filosofia vai continuar tempo, eu acho que a Ministra Dilma ganha a eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não concordamos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Marisa vai cortar o meu tempo, a Senadora Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou cortar o tempo dele já, já.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, eu retiro, eu acho que o Serra tem uma chance, para melhorar. Então, leve

esse recado. Os mantenedores estão vindo. O Senador Flávio Arns está transformando essa Comissão e abrindo esse canal que ninguém nunca abriu; eu já fui Presidente dessa Comissão e não tive a oportunidade, Senador Flávio Arns, até mesmo por questões de ter uma origem no ramo, não ter essa oportunidade de fazer um seminário como V. Exa. está fazendo agora. Acho sensacional e eu te digo sinceramente: aqui estão as cabeças pensantes da iniciativa privada. Todos que estão aqui são atuantes, formadores de opinião na iniciativa privada. V. Exa. conseguiu, junto com a Senadora Marisa, com o painel, o Senador Romeu com o próximo, trazer aqui aqueles que representam a iniciativa privada para o país.

Então, V. Exa. está de parabéns, Senadora continua muito bem. E eu acho que está mandando o recado para vocês. Entenda, abram o canal, conversem e continuem o trabalho de vocês, mas deixando a escola privada sobreviver, porque do jeito que está, estamos ficando sem ar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Wellington. Queremos agradecer aqui os nossos expositores, a contribuição foi muito importante para o avanço do conhecimento a respeito das instituições privadas brasileiras.

Passo a Mesa, a palavra para o Senador... Encerro esta minha Mesa e convido o Senador Romeu Tuma para assumir a Mesa final.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pediria aos senhores e senhoras que tomassem assento em seus lugares para reiniciar o quarto painel da discussão do “papel da iniciativa privada no ensino superior, realidades e desafios para o futuro”. Para o quarto painel, convido, visto que o título é “Perspectivas para o futuro – Reforma ou Revolução?” Mas ninguém está armado para revolução? Acho que não.

Eu convidaria os senhores expositores Senador Cristovam Buarque, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa; Dr. Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, ABMES; Dr. Paulo Alcântara Gomes, Presidente da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, FUNADESP.

Dra. Marlene, eu queria cumprimentá-la por ter dado tanta veia ao Wellington, para ele poder crescer, como cresceu. E a senhora ficou aí do lado, se precisasse puxar a orelha, a senhora ia puxar, mas a senhora me disse que ele falou tudo certinho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ela disse: “Eu vou ficar aqui do lado, porque, se ele falar bobagem, eu puxo a orelha e ele não reclama”. Aí ela disse: “Ele está falando certinho”. Parabéns, Senador Wellington, sua mãe é maravilhosa.

Mas eu queria primeiro agradecer, porque eu fiquei na Comissão de Justiça, onde hoje se discutiu sobre o crime em vários fatores, crime... Tráfico de drogas, avaliação do usuário, do pequeno traficante, o crime organizado, uma série de fatores que têm prejudicado e feito com que a população venha a sofrer imensamente com o medo que toma conta daqueles que querem ter a liberdade de ir e vir e, sem dúvida nenhuma, ter tranquilidade e são hoje prisioneiros do medo.

E eu estava ansioso para vir aqui, Dra. Marlene, por quê? Porque não dá para se discutir diminuição da criminalidade sem a evolução da Educação, nós não podemos pensar em que o crime vai acabar porque nós fazemos a lei e botar na cadeia mais 20, 30 anos, alguém, se ele não tiver um infraestrutura de formação educacional, com o Estado apoiando, então, se fizer concorrência do Estado com a iniciativa privada, nós estamos perdido, para não falar outra e ficar muito feio perante a presidência.

Nós sabemos, historicamente, como é que sugeriu a necessidade do ensino privado, quando os excedentes lutavam desesperadamente para conseguir uma vaga. Então, o Ministro Jarbas Passarinho, a quem eu peço licença para homenagear hoje, tomou a iniciativa de estimular, incentivar o ensino privado, então, não dá para você achar que hoje tem que acabar com o ensino privado, como V. Exa. colocou, que ele está sufocado, está mesmo.

Eu verifico aqui, diante de todas as exposições, que nós ficamos um pouco analfabeto da evolução do ensino privado, como V. Exa. teve... Tantas siglas foram oferecidas aqui, que eu fico perdido, parece do Governo, INSS, SUS e mais não sei o quê. A população não sabe nem onde bater.

Então, eu acho que esse Congresso, que foi de iniciativa, eu assinei um requerimento, Senador Arns, e o Senador Sérgio Zambiasi, inclusive, em combinação com os grandes líderes dessa área de educação e vi que nós não podemos nos arrepender. Como V. Exa. disse, agregar valores, acho que esse Congresso está agregando valor às iniciativas privadas, para que elas tenham o que o Governo precisa olhar com bons

olhos, então, não precisa fazer que o ensino privado e comece a chorar. E ele está olhando com bons olhos, incentivando e estimulando, então, não pode haver concorrência com o Estado, porque a capacidade de investimento talvez seja maior; eu mesmo fui convidado a, para esse fim de semana, para três *campi* universitários, provavelmente seja da própria Universidade do ABC, que o professor Covac fez referência.

Então, ela vai estendendo e estendendo, e a infraestrutura, o Senador Cristovam conhece profundamente o que é Universidade governamental, ele foi reitor da Universidade de São Paulo, e foi meu chefe no Ministério da Justiça, que eu tenho muito orgulho de dizer, com toda tranquilidade, que ele foi meu chefe, quando chefe de gabinete do Ministro Fernando Lira, e eu era Diretor da Polícia Federal, e ele que me orientava juridicamente e educacionalmente. Eu sou um cara educado hoje às suas custas, desculpa a liberdade.

Mas eu passo a palavra, pela ordem que foi dada aqui, 20 minutos a cada um dos oradores, ao Senador Cristovam Buarque, visto que o título é “Perspectiva para o futuro: Reforma ou Revolução?” V. Exa. já vem fazendo uma revolução no ensino, de forma que é com muito prazer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Boa tarde a cada um e a cada uma. Eu quero começar pedindo desculpas... Falou em 20 minutos, mas ali está escrito 10. Ah, não, mudou. 20 minutos é até muito, eu creio.

Eu quero pedir desculpas de não estar aqui de manhã. Perdi a oportunidade de um grande debate porque eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e tínhamos uma Sessão, e tive que ficar lá, preso, sobre ensino de História Africana e Indígena nas escolas de base do Brasil. Então, eu peço desculpas, ao mesmo tempo, eu que perdi, Senador Flávio.

Segundo, eu quero dizer que eu mudaria o título dessa Mesa, em vez de ser reforma ou revolução, eu colocaria qual revolução? Não há dúvida que o problema hoje é a revolução. A revolução está acontecendo, queira ou não, ela está acontecendo. Vinte anos atrás, tínhamos 500 mil alunos, eu creio, na Universidade; hoje temos quase cinco milhões. Vinte anos atrás, quase todos eram do setor chamado particular, hoje são quase todos do setor estatal; 20 anos atrás, era tudo com giz e quadro negro, presencial; hoje a gente tem uma grande parte do ensino à distância. Está havendo uma revolução. Por isso eu vou discutir com vocês da minha sugestão sobre quais revoluções temos que fazer. E não se há reforma ou revolução.

E a melhor maneira de a gente analisar uma revolução é analisar os termos que a gente usa e como defini-los. É aí que estão as revoluções; as revoluções

acontecem quando a gente muda a definição dos conceitos. Primeira revolução que eu imagino é sobre o conceito, que está no próprio título, de particular. Nós temos que analisar e que tem que mudar essa ideia de que a Universidade se divide entre particular ou estatal. E sim discutir se é de interesse privado ou de interesse público.

A propriedade dos prédios, o pagador da folha de pagamento, quem recebe as mensalidades ou os impostos é secundário. O importante é se a instituição tem uma repercussão de interesse público ou de interesse privado. Se o aluno se forma para trabalhar só para ele é de interesse privado, seja numa Universidade propriedade estatal ou numa Universidade de propriedade particular. Se o aluno se forma para servir aos interesses nacionais, ela é de interesse público, seja de propriedade particular ou de propriedade estatal.

Todo aluno que, em uma Universidade de qualidade, porque as que não são de qualidade não são Universidade, não são faculdades; eu parto do princípio que toda... Que a gente está falando aqui é de qualidade; as de não qualidade não devem ter esse nome. Todas as faculdades de qualidade, portanto, que tem alunos estudando para serem professores no ensino básico, é de interesse público, não importa o dono, é de interesse público. Aí se pergunta: "Mas quem paga é o aluno". Aí é outra discussão. Vamos ver quem é deve pagar. Eu defendo que se é de interesse público, quem deve pagar é o Estado. Eu não posso imaginar alguém que quer ser professor de Física, quando o Brasil precisa de 200 mil deles, tenha que pagar para estudar. O Estado tem que pagar. ProUni, dirigido por curso ou qualquer outra coisa, do mesmo jeito que paga para quem vai ser diplomata, para quem vai ser militar.

A mesma forma eu acho que aquele que estuda para uma profissão de interesse privado, apenas para si, mesmo que seja numa estatal, não deveria ser grátis, a não ser que haja dinheiro sobrando do orçamento; se houver dinheiro no orçamento, eu acho que devia ser gratuito. A gente devia até comprar todas as particulares e encampá-las.

Então, a primeira revolução é sair dessa dicotomia entre público e privado no sentido de estatal ou particular e definir corretamente, existem entidades de propriedade estatal e entidades de propriedade particular. Agora, o que interessa é saber qual é a de interesse público e qual é a de interesse privado, do ponto de vista do trabalho do formado. Segundo conceito que eu acho que a gente deve revolucionar é se a Universidade, faculdade, deve ser definida por endereço geográfico ou por endereço eletrônico; essa é uma revolução que está acontecendo, e eu dizendo que a revolução vai ser cada vez mais por endereço

eletrônico. No futuro, talvez nem até mais endereço geográfico nas Universidades; elas serão de endereço eletrônico. Todos nós moramos numa casa onde tem o endereço geográfico, mas nós temos hoje o endereço eletrônico, que é o que nos permite transmitir idéias; a casa interessa para outras coisas, raramente para o processo de transmissão de idéias.

Então, é essa outra revolução que a gente tem que ver. Se a Universidade do futuro vai ser endereço geográfico ou com endereço eletrônico, se vai ser por prédio ou se vai ser por rede, e a revolução está na rede. O terceiro item é se ela vai ser de caráter nacional ou internacional. E eu imagino que as Universidades, um dia, serão todas elas interligadas, independente do país onde ela estejam.

Eu não vejo como a gente ficar prisioneiro do conceito da nacionalidade. Temos que cuidar dos conceitos que são transmitidos; se amanhã existir um regime hitlerista e quiser botar uma Universidade aqui ensinando racismo, a gente não permite o racismo, mas também não deve permitir a uma que seja de propriedade brasileira. Também não deve. Então, nós temos que ter conceitos que tenham que ser passados por razões éticas e conceitos que não devem ser passados por razões éticas.

A partir daí, eu acho que não é fundamental se o proprietário ou se o endereço eletrônico correspondem mesmo a uma entidade que fica no Brasil ou não fica no Brasil. O segundo... O terceiro já, o quarto... A quarta revolução é se o ensino vai ser por disciplinas ou por temas e disciplinas. Não há mais Universidades que queira se mudar, reformar ou revolucionar, que fique prisioneira apenas das disciplinas das categorias do conhecimento. Elas têm que se organizar também por temas das realidades que nós temos no mundo, por tema dos problemas que nós temos na realidade ou nas realidades. A Universidade terá que ser matricial; ela terá que ter os departamentos de acordo com as categorias científicas ou categorias estéticas, mas ela tem que ter também os núcleos temáticos de acordo com o tema que estuda.

A universidade não pode mais ser só para formar engenheiro; tem que ser engenheiro que se preocupe com o meio ambiente, ou com a fome, ou com a energia. Não pode mais formar economista apenas para saber a teoria econômica; ele tem que estar envolvido... Essa é uma palavra que a gente vai ter que acrescentar na universidade... Ele tem que estar envolvido com um dos temas da realidade. Então, essa é uma revolução que a gente vai ter que fazer.

Outra revolução é o problema da regulamentação ou da liberdade. Eu defendo que a revolução está na liberdade. Mas, depois, eu vou colocar outra, se ela

vai ser avaliada ou não. Eu acho que ela tem que ser livre e avaliada, em vez de regulada e não avaliada. O fundamental é ver se o resultado que a gente tem atende ao interesse do aluno que tem seu interesse privado no curso, que deve respeitar plenamente, ou se atende aos interesses públicos, que a gente deve respeitar e buscar. Então, é uma questão de avaliação, mas não de tutelamento. Se a gente tutelar a Universidade, por exemplo, e prisioneiro ainda mais das disciplinas, a gente não vai colocar na Universidade as disciplinas novas, que é o que hoje acontece. Estão surgindo cursos fora das faculdades e Universidades para responder aos desafios do conhecimento que implica em misturar, por exemplo, neurobiologia com eletrônica. Não existe nenhuma disciplina na faculdade que caiba essa disciplina nova, que é mista, entre eletrônica e neurobiologia.

Eu estive, há pouco, com um aluno em Harvard, um brasileiro, que ele trabalha com cibernética aplicada às formigas. Qual é a disciplina dele? Ele é biólogo ou ele é cientista da área de computação? Ele é de uma coisa nova, que vai ser o casamento das duas. Então, nós vamos ter que trabalhar, a meu ver, com liberdade e com avaliação, sem tutela, mas com a transparência de dizer quem cumpre ou não cumpre o seu papel corretamente.

E aí eu não vou discutir quais são as avaliações corretas, porque eu tentei isso no chamado IDES, que assim que eu saí do Ministério virou SINAES, então, eu não vou entrar nesses detalhes, embora depois tenha surgido IDEB, eu não entendo porque tem o IDEB e não tenha o IDES. Mas eu não vou entrar nos detalhes da avaliação, até porque eu acho que nenhum é perfeita para a gente avaliar o conhecimento, sobretudo quando o conhecimento está evoluindo e os critérios de avaliação são prisioneiros do passado.

Depois, eu acho que a gente tem que discutir outra revolução, que é a revolução entre a autonomia autista ou autonomia libertária. Existe uma autonomia que é a autonomia voltada para dentro, em que você se sente autista e acha que não tem que prestar conta para ninguém; existe uma autonomia que é para você ter condições de liberdade para fazer avançar o conhecimento. Eu defendo essa última, claro. A autonomia autista eu acho que provoca o atraso do conhecimento; temos que revolucionar para uma autonomia libertária, uma autonomia com avanço.

O outro é o problema de se ela deve ser isolada ou sistêmica, e aí outro conceito errado e antigo, que tem que revolucionar, é esse de fazer esse encontro para as Universidades ditas particulares e depois fazer uma para as estatais; tem que fazer tudo junto. Cada uma vai ter o seu papel. A Universidade do futuro, ne-

nhuma delas vai ser boa se for sozinha; a Universidade tem que entrar em rede com todas; a Universidade tem que ser sistêmica. Essa é uma evolução que a gente não está acostumado, até porque a gente tem competição entre as Universidades. Eu acho que a competição entre as Universidades deve ser para ver qual é a que tem melhor time de futebol, para o que tem mais prêmio Nobel, mas não para quem é que dono do saber. Na hora do saber, tem que ser um trabalho sistêmico, em que o aluno, por exemplo, possa ser aluno de duas Universidades, de três Universidades, de uma Universidade aqui e outra no exterior, através dos sistemas abertos.

E vamos ter que mudar o conceito de diploma. O diploma, no futuro, vai ter que ter três tipos de mudanças, primeiro, eu acho que ele tem que ser provisório. Não pode mais dar diplomas permanentes. Ninguém merece continuar, desculpe aqui, que eu vou ofender a todos nós, ninguém merece continuar no exercício da profissão, cinco anos depois de ter recebido o diploma, se não fez nenhum curso adicional, não merece. Então, o diploma vai ter que ser provisório, vai ter que ter um período, um mandato, como tem as comidas, prazo de validade.

Segundo, eu acho que a gente deve caminhar para que o diploma não seja só de uma só área; os diplomas vão ter que ter mais de uma área de conhecimento, ou subáreas do conhecimento. Então, vai poder ter um diploma apenas de uma área. E terceiro não de uma Universidade só. Eu imagino que, no futuro, os diplomas serão de duas, três Universidades, em que você diga que alguns cursos foram feitos em lugares diferentes. Essa é outra revolução que eu imagino.

Essa última revolução leva a outra, que é a revolução do prazo de formação ou da formação por toda a vida. As faculdades não podem mais se dar ao luxo de jogar um menino ou a menina na rua com o diploma e esquecer deles; o aluno vai ser para toda a vida. Uma coisa que tem que borrar do conhecimento é o conceito de ex-aluno; não existe ex-aluno. A não ser depois de morto, ou depois de não ser mais aluno por ter ficado obsoleto, então, ele não é mais ex-aluno, ele é mais... Ele é ex-profissional. Você pode ter o ex-profissional, mas não o ex-aluno com uma profissão. Ele tem que ser aluno sempre, e aí é uma coisa que eu acho que vocês, do setor particular, embora eu goste de trabalhar com o sistema todo, vocês não aproveitaram a chance. Está na hora, que é mais vocês do que as outras, pelas amarras que as outras estatais sofrem, eu não vejo nenhuma de vocês criando um sistema de ensino permanente. Eu cheguei a formular o trabalho, não para uma faculdade. Sabe quem me pedi esse trabalho? O CREA, aliás, não é o CREA, é um instituto dos

engenheiros. Eles queriam um sistema de formação permanente para os engenheiros. Cheguei a elaborar um documento grande, faz uns 10 anos; o engenheiro, com o telefone dele, ligaria para um centro, que ensinaria o que há de mais moderno em cada área do conhecimento. Lá de cima do prédio, ele dizia: "O que é que tem de material novo de construção?" E aí, através do computador, alguém punha ele em contato com o professor ou com algumas informações, e ele se reciclaria automaticamente.

Eu imagino o futuro, o formado aluno, toda noite chegar em casa, ligar o computador e perguntar à Universidade dele: "O que é tem de novo na minha área?", e aí ele ter, claro, que, para isso, claro, que ele deve pagar alguma taxa, como a gente paga taxa para tudo que a gente compra através da Internet. A Universidade, na revolução, tem que sair da formação por tempo determinado e ingressar na formação por toda a vida.

O outro item é o problema das relações da universidade com o ao redor dela. As Universidades, inclusive, são muito autocentradas, elas ensinam, ensinam, e depois o aluno se vai; eu estou propondo que ela não se liberte jamais da Universidade, ou essa ou outra, mas é mais que isso, a Universidade tem que ter uma relação vertical entre o que está acima dela, que são os centros de ciência e tecnologia, e o que está abaixo dela, que é educação de base. E aí a minha grande crítica ao sistema universitário hoje, que é o abandono da educação de base.

Eu, aliás, quero agradecer, agradecer não, convidar a vocês, agradecer a outros... Convidar a vocês que, amanhã, a SBPC vai estar lançando, na Universidade de Brasília, o movimento nacional dos cientistas brasileiros pela educação de base; isso aí estava faltando. Gente, não tem como melhorar a Universidade, ensino superior sem melhorar a educação de base. Não há a menor possibilidade. Você pode até melhorar um curso ou outro, uma faculdade ou outra, mas o conjunto do sistema jamais vai melhorar. Não tem como, e eu não vejo esse empenho do setor de ensino superior pela educação de base. O empenho do ponto de vista de formar mais licenciados e mais pedagogos e, do ponto de vista político, como a SBPC vai fazer a partir da manhã.

Então, essa relação aqui é fundamental vertical, e a outra é horizontal. Não há mais boa Universidade se não for ligada com a realidade externa. E aí eu não vou ficar usando palavra de extensão, que é muito vaga. Eu quero ver os cursos de Engenharia interligados com as empresas de engenharia, com as indústrias. Não tem como formar um bom engenheiro se o curso não estiver ligado ao setor produtivo. E não vejo como

uma boa faculdade da licenciatura sem estar ligada diretamente às escolas, nem um curso de medicina sem estar ligado à rede de saúde, seja o SUS, seja a outra rede. Então, a Universidade, ela tem que estar ligada para cima e para baixo com o setor de produção de conhecimento e, nos lados, com os setores de usuários do conhecimento.

Mais duas coisas apenas, uma é presencial ou aberta, não tem dúvida, caminhamos para o aberto. Vai ser puramente aberto? Provavelmente nunca vamos ter tudo totalmente aberto. Mas caminhamos para ser cada vez mais aberto o ensino. O ensino fechado dentro das quatro paredes de uma sala de aula, nunca, a meu ver, vai ser abandonado, mas vai ser cada vez menor, e não só para as faculdades, o ensino médio hoje, para mim, já tem que ter uma parte aberta, o menino não precisa ir todo dia à escola; o ensino fundamental não, porque a gente não apenas ensina conhecimento, a gente passa sentimentos, a gente passa socialização, mas, do ensino médio em diante, vai ser cada vez mais aberto. Não tem jeito. A gente tem que se acostumar com isso.

Dentro do aberto, eu quero colocar outra análise, é o fato de que não pode haver mais centros sérios de ensino, baseados no quadro negro e no giz; não existe mais, gente. O menino que vê um filme "Guerra nas Estrelas", ele não consegue aceitar um aula de astronomia em que o cara põe um pontinho branco e diz que é o sol, põe outro e diz que é lua e faz uma roda assim. Ele vê isso rodando através do Rubble, ele vê isso em cores. Uma aula de biologia desenhada no quadro negro é uma aberração, e é por isso que os alunos hoje são mal comportados, indisciplinados, porque o meio que a gente usa não é o meio ao qual eles estão acostumados.

E, finalmente dentro dos meus segundinhos, 15, talvez, é quem é o dono. O dono das Universidades, cada vez mais, tem que ser a humanidade inteira, nem mesmo o país. O dono dos prédios pode ser a mantenedora, ou pode ser o Governo federal, ou o Governo estadual ou municipal, pode ser até um empresário. Ele, sozinho, sem mantenedora nenhuma, mas o dono real tem que ser a humanidade inteira. A Universidade tem que ter esse compromisso com o avanço do conhecimento, com o avanço dos valores. Se a gente perder essa perspectiva, nós ficamos medíocres, como eu acho que nós estamos tendo; medíocres como nós estamos tendo em quase tudo. Medíocres, por exemplo, para encerrar, como a gente está tendo no enfrentamento do problema ecológico, como se fosse uma questão de dióxido de carbono a mais, quando, na verdade, o problema do meio ambiente não é a emissão de gases, é a emissão de desejos de consumo. O que faz

o carro jogar dióxido de carbono é o desejo da gente de comprar o carro.

A reforma ou a revolução virão na mentalidade das pessoas. E a mentalidade é formada na escola, incluindo o ensino superior, nas famílias, sobretudo para as idades menores, e na mídia; o tripé, além das religiões, obviamente, que forma, sobretudo, valores e crenças, não conhecimento, o tripé é esse: família, escola e mídia, e escola tem que ser da primeira série, aliás, da pré-escola até a vida toda. Esse é o desafio que nós temos. Para mim, essas são as bases da revolução ou das revoluções que a gente precisa fazer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito bem, Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra, com a inversão, para a Dr. Paulo Alcântara Gomes, Presidente da Fundação Nacional do Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Tem V. Exa. 20 minutos para expor o seu ponto de vista.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque, meu igualmente grande amigo, antigo amigo, Gabriel. Eu gostaria, em primeiro lugar, de salientar a importância desta Reunião e ressaltar, mais ainda, como fez o Covac, o papel da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nesse momento em que nós estamos vivendo um tempo de decisão na Universidade brasileira.

Essa é terceira vez, em seis meses, que eu compareço aqui ao Senado Federal. A primeira vez, nesse mesmo lugar, para discutir questões relacionadas com a educação a distância e, naquele momento, representando o Conselho de Reitores, numa Sessão presidida pelo Senador Flávio Arns; a segunda sobre uma discussão sobre a reforma universitária, e a terceira, aonde vamos tratar um pouco de uma questão crucial para a Universidade brasileira, que está diretamente relacionada com o papel da iniciativa privada, que nós todos consideramos como absolutamente determinante.

Falar depois do Senador Cristovam Buarque é muito difícil porque ele torna todos os temas absolutamente gerais e transforma as nossas intervenções em casos particulares daquilo que ele abordou, com muita propriedade. Espero que some.

Se nós temos que falar... Eu vou ser mais modesto do que a revolução, e vou tentar abordar aspectos pontuais do que seriam as reformas para nós realizarmos, a médio prazo, na medida em que nós enfrentamos hoje inúmeros desafios que devem ser considerados.

Em primeiro lugar, nós devemos ter um novo olhar sobre a educação superior, na medida em que fatos

começaram a ocorrer, a partir do final dos anos 50 do século passado, e que passaram a ter uma influência direta no processo de formação de nossos profissionais; o primeiro deles está relacionado com as novas profissões, e o Senador falou sobre isso, gerada pelos avanços da ciência e da técnica, que geram um fato concreto.

Em 2006, 80% da tecnologia terá sido desenvolvida a menos de 10 anos, e 80% da força de trabalho terá sido formada a mais de 10 anos. Isso nos remete a duas questões cruciais, a Universidade convencional, que nós conhecemos há 700 anos, que foi criada num processo de relações ensino/aprendizagem, professor/aluno, centrada na formação unidirecional, desaparece por completo.

E a Universidade que se encerra no momento em que o aluno conclui um curso de graduação, como também abordou o Senador Cristovam Buarque, desaparece completamente, porque nós devemos voltar à Universidade para o contato com as novas tecnologias, com os conhecimentos que foram gerados em intervalos de tempo muito curto e que passam a ser determinantes num processo que a própria UNESCO, naquele relatório de cerca de 11 anos atrás, considerou como fundamental na geração de postos de trabalho, afirmando que, a cada 10 anos, numa vida útil de 30 anos, os profissionais mudarão os objetivos, as suas missões em cada um dos postos de trabalho.

Outro fator fundamental está naquela inserção vertical da Universidade a que o Senador Cristovam Buarque colocou, mas, na prática, isso significa o quê? O efeito dos arranjos produtivos locais e das cadeias produtivas e das cadeias de fornecedores. Quando nós falamos no arranjo produtivo ligado ao petróleo na Bacia de Campos, ou quando falamos no arranjo produtivo ligado à indústria automotiva, lá nas cidades de Porto Real e Resende, no Rio de Janeiro, nós temos que considerar que a cadeia de fornecedores deve ser suficientemente capacitada para responder às demandas daquele setor.

O exemplo da Volkswagen, em Porto Real, Presidente é crítico. A Volkswagen, por ausência de uma cadeia de fornecedores devidamente capacitados, é obrigada a transportar seus caminhões e ônibus ao Paraná, devolvê-los a São Paulo, para que eles sejam acabados na cidade de Porto Real porque a cadeia de fornecedores não tinha os níveis de qualificação necessários ao processo. Isso também nos conduz a uma nova visão da Universidade; a Universidade não pode mais ser aquela Universidade eclética, abrangente, transmissora de conhecimentos, voltados exclusivamente para a formação de profissionais que vão exercer algum dia algum tipo de atividade, porque

as demandas colocadas pelos avanços da técnica obrigam a um contato direto com a informação, mas, mais importante do que isso, as demandas colocadas e as necessidades do desenvolvimento industrial e da competitividade impõem claramente um novo posicionamento na formação dos profissionais.

As novas tecnologias da informação e da comunicação foram exaustivamente comentadas, hoje pela manhã e agora à tarde. Agora o avanço da sociedade do conhecimento é crítico nesse processo. E aí há dois fatos que nós não podemos deixar de lembrar, primeiro que nos anos 90, a inovação tecnológica foi responsável por cerca de 70% do crescimento econômico e por aproximadamente 80% dos ganhos de produtividade. Quem diz isso não sou eu; são dois economistas, um dos quais premiado Nobel de economia. E, aliás, isso foi muito ruim porque desfez a minha imagem de tio Patinhas, porque a sociedade do conhecimento, ao trabalhar com intangível, com a geração, com a produção de informação e de novos saberes, ela acabou com aquela imagem do capital, daquele que enriquecia pelo terreno, pela terra, pela indústria, pela produção propriamente dita, na medida em que hoje nós trabalhamos com a gestão da informação, com a geração de novos conhecimentos e com agregação de valores dos produtos.

Mais ainda, 50% do PIB dos países da OCDE hoje, é essencialmente ligado aos setores intensivos do conhecimento. Evidentemente, a Universidade posiciona-se aí através de uma primeira variável nesse processo, que é a variável do conhecimento.

Mas a universidade, ela não convive com populações que têm os níveis de informação, de formação, e os níveis de desenvolvimento humanos adequados em todos os instantes; é preciso nós entendermos que as disparidades sociais, as disparidades regionais acabam por impor, na formação para a cidadania e na formação profissional, a questão da responsabilidade social. Nós, os engenheiros, somos os grandes responsáveis e pioneiros pela introdução do conceito de responsabilidade social dos cursos superiores, quando, em 1976, o Conselho Federal de Educação aprovou a Resolução, a Reforma 48/76, que impunha, na organização das estruturas curriculares, disciplinas ligadas ao humanismo e à responsabilidade social.

Quarto parâmetro nesse processo de discussão do novo olhar sobre a Universidade, está diretamente ligado à globalização, impondo maior competitividade das empresas. Nós temos duas maneiras de atuar na globalização: a primeira delas entrarmos pela frente, produzindo conhecimentos, trabalhando realmente, agregando valor aos nossos produtos, aumentando a competitividade das nossas empresas, no micro e no

macro, aumentando a competitividade das nações, e a segunda delas entrarmos pela porta de serviço, trabalhando na construção de grandes projetos que são gerados alhures e que são executados aqui no nosso país. Essa foi a origem da sociedade do conhecimento. As pessoas, nos países mais desenvolvidos à época, não queriam carregar a chapa dos estaleiros dos navios nas costas e esse processo foi sendo transferido para os países da península ibérica, para o norte da África e chegou à América Latina, e isso significa exatamente o nós acabarmos por sermos parceiros da globalização, entrando pela porta de serviço. Essa não é a nossa intenção, e se não é a nossa intenção, nós devemos procurar aumentar a competitividade das empresas e essa passa a ser função fundamental da Universidade, como disse o Senador Romeu Tuma, porque a Educação, se ela se reflete sobre a diminuição da criminalidade, ela se reverte claramente sobre o aumento do emprego e da renda, e o aumento do emprego e da renda depende essencialmente da modernização das práticas gerenciais, mas dependem também da agregação de valor aos produtos através da inovação, e mais ainda, na melhor definição dos perfis de habilidades e competências dos quadros e das empresas, questão que passa diretamente pela formação dos profissionais de nível Superior, mas passa também pela formação dos profissionais na área de nível técnico, de ensino médio, na formação básica.

E aí nós juntamos tudo isso no que é hoje uma empresa competente e qualificada, que é gerida por três lados de um triângulo: o lado do conhecimento, o lado da inovação e um lado do empreendedorismo; nós teremos uma empresa mais competitiva se nós atendermos equilibradamente a essas três variáveis. Podemos ter algumas empresas que têm muito conhecimento, mas têm pouca inovação, seguramente, elas estão pouco competitivas porque elas não conseguirão renovar os seus produtos adequadamente. Podemos ter empresas que sejam competentes, inovadoras, mas não são suficientemente empreendedoras para transformar os seus produtos em algo comercializável. E isso passa a refletir-se sobre a Universidade de uma forma praticamente clara, naquilo que tange às estruturas curriculares.

E aí vêm algumas questões que são ligadas, e eu falei do mundo muito superficialmente, a questão, e, hoje, a Maria Helena abordou isso de manhã, aos fatos resultantes da conjuntura atual; o primeiro deles é que o exemplo do Rio de Janeiro, no PAC... Isso a Maria Helena falou em 225 mil empregos, de fato, são 900 mil, hoje, são 900 mil empregos. Acho que o Carbonari falou em 900 mil. O pólo petroquímico do São Gonçalo vai ser responsável por 300 mil empregos.

Eu participei da montagem dos quadros dos programas de capacitação do pólo petroquímico de São Gonçalo e vivi uma situação relatada indiretamente pelo Senador Cristovam Buarque, muito interessante. A empresa que estava promovendo os concursos através do PROMIMP, dizia: "Não, nós vamos contratar 30 mil pessoas aqui para a área básica". E eu, como tinha sido Presidente do SEBRAE disse: "Nós não vamos conseguir". E a professora Marlene e o Senador Wellington estão aqui, sabem muito bem disso, porque em São Gonçalo não existem pessoas com esse nível de escolaridade que estejam em condições de atuar. Ou eu sou um bom soldador e não o nível de escolaridade, ou eu sou um mal isolador e também não tenho o nível de escolaridade. O resultado é que os concursos foram se realizando a prestações, e até hoje não foram preenchidas todas as vagas, e nós todos, lá no Rio de Janeiro, sabemos disso.

Isso impõe pensar a Universidade como um processo transformador, fazendo com que ela atue, certamente, na mudança em níveis de educação fundamental e educação básica, porque nós temos que dar escolaridade a esses profissionais para que eles possam ler os manuais dos equipamentos, porque eles vão ser modificados daqui a três, quatro anos, e cada vez mais, nós vamos ter empregos desde o chão da fábrica até o nível da Engenharia.

E aí, na última parte dessa nossa intervenção, vamos rapidamente analisar dois cenários: um cenário foi colocado aqui, salvo erro, pela visão final do Sérgio Mendes, quando ele falou, num cenário pessimista, que, de repente, a iniciativa privada pode vir a explodir ou a implodir em função das restrições causadas pela legislação.

Eu acho quase impossível, eu diria, improvável, embora matematicamente possível, mas acho que nós, em parceria com o Poder Legislativo e com a própria sociedade, teremos meios para fazer com que isso vá se modificando gradualmente.

E um cenário esperado, que nós todos queremos nesse processo de mudanças, em que a iniciativa privada transforma-se num efetivo ator, parceira eficaz da construção do país. E aí vem uma questão, para que nós consigamos atingir esse cenário, vamos ver rapidamente dois níveis de ações diferentes: o primeiro deles as ações do Governo. Eu acho fundamental que nós entendamos que é preciso o que Governo atue seriamente na descentralização do saber. Como descentralizar o saber? Primeiro, por que é que eu digo que o que saber é descentralizado? Este é um país em que 75% dos grupos de pesquisa, Senador, 85% dos estudantes de doutorado estão nas regiões

sul e Sudeste, que respondem por menos de 50% da população.

No Rio de Janeiro, que tem 92 municípios, nós temos dois municípios, duas grandes áreas regionais, Rio de Janeiro, o grande Rio, Niterói, e eu diria a Grande Niterói, em homenagem aos Niteroienses aqui, a grande Niterói, incorporando o Rio de Janeiro e Campos, com a Universidade Estadual do Norte Fluminense, e o resto do estado fora desse processo de geração de conhecimento, de transmissão de conhecimento. O papel do Governo, o papel das políticas públicas deve ser o de induzir, promover a expansão induzida e não de cercear, fazendo com que essa expansão se realize de forma compatível com as demandas e necessidades dos arranjos produtivos locais.

A legislação atual dos prezados colegas acaba por nos induzir a um caminho errado; eu crio um arranjo produtivo de fruticultura no norte do Estado do Rio de Janeiro, e por força de legislação, pela falta de elasticidade e flexibilidade, eu acabo montando lá curso de Direito, Pedagogia, Letras e Informática, quando preciso de cursos de Tecnologia em Logística e Armazenagem de perecíveis; curso de gestão de cooperativas agrícolas e etc.

Outro ponto crítico foi abordado hoje de manhã pelo Cláudio Moura Castro, a Universidade de ensino *versus* Universidade de pesquisa, e nós temos que levar em consideração que é preciso que nós flexibilizemos o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Se nós não fizemos isso, nós estaremos fadados a desaparecer, até porque o Cláudio Moura Castro foi muito otimista na sua informação, a dizer que nós temos 10 Universidades de pesquisa no nosso país. Se nós usarmos a estatística da Fundação Carnegie, nós temos quatro Universidades de pesquisa; quatro, em 178, usando os critérios considerados de Universidade científica, de fato, nos países desenvolvidos.

Isso acaba por impor um modelo artificial, em que é quase aquilo que uma vez o Ministro Cristovam Buarque disse, quando era Governador do Distrito Federal, e o Darcy Ribeiro também já havia dito isso: os professores que fingem que ensinam e os alunos que fingem que aprendem. Nós temos hoje os pesquisadores que fingem que pesquisam e aqueles que fingem que aceitam que está havendo de fato uma pesquisa, porque, de fato, o que está havendo é uma organização, uma sistematização de conhecimento, e isso passa a ser identificado como uma pesquisa, ao invés de nós flexibilizarmos esse conceito e criarmos novos critérios de acompanhamento desse processo.

Ora, isso não será nada demais, porque, como foi dito aqui, as muitas grandes instituições em todo

o mundo trabalham na produção de resultados diretamente.

Um outro aspecto que me parece determinante é o princípio da relevância e da participação articulada dos vários setores do Governo. O que eu quero dizer por relevância? Eu quero dizer que relevância é o comprometimento dos órgãos de Governo. Quando o Ministro Renato Archer era o Ministro da Ciência e Tecnologia, o saudoso Ministro Renato Archer, era da Ciência e Tecnologia, ele organizou um seminário denominado “Ciência e tecnologia numa sociedade democrática”.

Esse seminário denominado “Ciência e tecnologia numa sociedade democrática”, eu presenciei esse seminário, o Ministro Renato Archer ficou sentado do primeiro ao último dia, em todos os momentos, convergindo para as discussões, e dali surgiu o PADCT, que foi um instrumento de reforma das Universidades brasileiras, em termos de financiamento à pesquisa; surgiram os programas de apoio aos grupos emergentes; o programa de requalificação das Universidades, através do antigo FIPEC do Banco do Brasil, e uma série de outros compromissos do Governo para com as Universidades e para com os institutos de pesquisa.

E eu era, nessa época, pró-reitor de pesquisa, porque eu sou anfíbio, eu vim do sistema público e entrei no sistema privado. E pró-reitor de pesquisa da UFRJ.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Anfíbio?

[risos]

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: É porque eu caminhava; hoje eu nado no mar da iniciativa privada, e antigamente eu caminhava nas duras rochas... Podia ser selacanto também, porque provoca maremoto. Então...

[risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui nós temos uns políticos anfíbios.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Não, mais isso é outra coisa. Então, outro exemplo de relevância está no Ministro Marco Maciel, quando era Ministro da Educação aqui no nosso país. O Ministro Marco Maciel criou um programa, os mais antigos se lembram, chamado Nova Universidade. Todos se lembram do Ministro Marco Maciel sentado com os dirigentes das universidades públicas e privadas, dia após dia, e lendo; eu era Presidente da Comissão de Especialistas no ensino de engenharia do MEC, lendo projeto a projeto, com o secretário de ensino superior e com

os sub-secretários e Presidente de Comissão; isso é relevância, sai da... Do dizer e entra na vontade. Relevância é... Que ele não me ouça, o Ministro Cristovam Buarque, quando eu fui Presidente do clube, em um ano e dois meses, ele foi 19 vezes ao Conselho de Reitores, promoveu, pelo menos, 35 reuniões no seu gabinete, que eu ontem contabilizei, com os Reitores das Universidades; a professora Marlene participava de quase todas e se lembra muito bem disso. Em um ano, em um ano e um mês, salvo erro.

Agora, então, é preciso que também haja o princípio da relevância no Governo, através do Ministério da Educação. Eu até me atreveria a colocar uma pergunta no ar, já que estamos falando de revolução. Por que o Ministério da Educação? Se a educação permeia pela saúde, agricultura, pela ciência e tecnologia, pelo desenvolvimento econômico, por que não o status de uma secretaria matricial que seja capaz de unir as demandas e as necessidades da necessidade para responder aos grandes problemas da sociedade no planejamento da Educação? Fortalecendo a identidade do sistema privado, nós conseguiremos fazer com que ele fique menos arrisco usado.

Hoje, pela manhã, o Rodrigo falou das dificuldades de alguém montar uma faculdade do interior da Bahia. O setor público chegará aos municípios com 60 mil habitantes? Não há dinheiro para isso, Senador. Não há dinheiro e não é real pensar isso, nós temos que ver o outro lado, porque senão nós caímos naquela situação do Garrincha ou do Feola, combinando, sem combinar com o adversário; nós temos que garantir que o setor privado, porque o setor privado não é apenas o grande empreendimento do Grupo Anhanguera; o setor privado é a faculdade isolada, pequena, que tem a parceria da população, que é responsável pela festa de domingo da cidade, responsável pelos debates, e a grande responsável pela mudança na sociedade. Ali é que está o papel importante do setor privado e esse foi o grande papel dos *commons college* nos Estados Unidos.

[soa a campainha]

Eu tenho mais 57 segundos e vou tentar encerrar. Seguinte... Adiante, por favor. Outra questão fundamental é a ampliação ao mecanismo de estímulo à formação dos professores de ensino médio. Eu estou vendo a proposição de melhoria da formação do professores do ensino médio, exclusivamente centrada no setor público. Acontece que a professor daquela escola da Bahia que o Rodrigo falou hoje de manhã, não terá condições de sair dali para ir fazer um programa de capacitação na grande cidade, aonde está a Universidade Pública, aí o setor privado é fundamental nesse processo porque ele terá o contato a cada momento.

As diversidades e peculiaridades locais e regionais são pontos críticos e isso nos impõe também um repensar esse processo. Nós não podemos ter normas e catálogos nacionais, Senador, catálogos nacionais de cursos tecnológicos, catálogos nacionais de cursos técnicos, num país em que a questão ambiental no Rio Grande do Sul é completamente diferente da questão ambiental na região Norte. Porque, aliás, qual é o significado de um catálogo nacional se seu promovo um curso de gestão do carnaval no Rio de Janeiro, para que esse curso, seja, por exemplo, aplicado numa cidade de Mato Grosso, ou em Guarulhos, lá do Veronese, ou na cidade de São Paulo, que tem hoje um carnaval até interessante, mas que, talvez, não seja o Grajaú.

Então, eu acho que esse é outro ponto. Facilitar a criação de redes institucionais, disse muito bem o Senador Cristovam Buarque; as redes interinstitucionais são o futuro porque nós teremos diploma de graduação com consorciados, nós teremos uma atuação concreta das Universidades resolvendo-se todos esses aspectos.

E eu não vou falar sobre o papel da iniciativa privada, porque, de fato, acho que não posso me estender mais, porque senão vou ficar muito indisciplinado. Eu deixo para os senhores mais dois slides sobre o papel da iniciativa privada, onde eu só gostaria de pensar no último ponto que foi objeto da discussão, da intervenção do Senador Cristovam. O trabalho em rede, com as redes temáticas interinstitucionais, o compartilhamento de laboratórios e bibliotecas e os cursos de graduação consorciados, são ações que cabem a nós, da iniciativa privada, desenvolvermos; nós temos que ser pró-ativos e começarmos a propor essas ações, para que nós, de fato, nos coloquemos à frente das propostas das políticas públicas, porque estas, de fato, são políticas públicas, porque cria um processo de mudança extraordinário e de transformação na nossa sociedade. Eu por aí eu fico e agradeço, mais uma vez, a possibilidade de estar aqui.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Excelência. Eu queria só fazer uma colocação, não a exposição brilhante feita pelo professor Paulo Alcântara, ainda não é Senador, mas eu queria fazer uma colocação, já que eu defendi a escola particular, eu queria saber o seguinte, Senador Cristovam, eu que fui testemunha de quanto V.

Exa., à época Ministro, recebia todos, e bem colocado pelo professor Paulo Alcântara, quando surgiu o ato e que tirou V. Exa. do Ministério, houve manifestação da iniciativa privada pela continuidade da V. Exa., ou houve um documento pedindo que V. Exa. continuasse? Alguém fez aqui, da categoria, algum documento nesse sentido? Ninguém fez nada.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não deu tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas após o ato—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Após o ato não adiantava.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Após o ato também não houve. O que eu quero mostrar—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Após o ato, só mandar coroa de flores.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas o que eu quero mostrar aqui é que a escola particular, a escola privada, vem passando o que está passando fruto da própria não operacionalidade do seu grupo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpe, senador. Eu telefonei, sim, para o senador, logo em seguida ao ato, e conversei [ininteligível].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [ininteligível], senão não grava.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para não deixar passar em branco. Eu ia ficar quieto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, tem direito, se o Senador Romeu Tuma der a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas eu fiz isso, sim. Eu liguei para o Senador Cristovam Buarque, solidarizei, estava junto com o Lauro Zimmermann(F), convidei para ir à Universidade, ele foi a Guarulhos, fez uma exposição, fez uma palestra, reuni gente ao redor dele para a manifestação, sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim. Então, é um sobre quanto, Veronese? Nós somos quantas escolas privadas? Um sobre quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 2400.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um sobre 2400, está razoável. Cristovam, um sobre 2400, o Veronese fez...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, professor. E passo a palavra, então, ao último expositor, Professor Gabriel Mário

Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

SR. GABRIEL MARIO RODRIGUES: Prezado Senador Romeu Tuma, moderador dessa Mesa, prezado Senador Cristovam Buarque, meu caro companheiro Paulo Alcântara Gomes, Senadoras, Senadores, meu amigos, os participantes desse fórum, em primeiro lugar, eu quero dizer que eu não sou especialista em futuro, não sou especialista em tecnologia e nem em comunicações, eu sou apenas um curioso. E, ao preparar... Eu fui convidado para esse painel aqui no fim da semana passada e, ao preparar, eu devia pôr no primeiro slide o nº. 50 milhões; o que são esses 50 milhões? Eles são coincidentes, num pedido que eu fiz ao Valdemar hoje cedo, para ele me calcular quantas pessoas nós teremos, da idade de zero a 15 anos, na década que vem. Ele falou 50 milhões.

A professora Ana Maria, na parte da manhã, ela falou: "O Brasil tem 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade". Então, são 50 milhões. A pergunta que eu também pedi para o Valdemar é essa: "Desses 50 milhões, aqueles que não têm possibilidade alguma de sobrevivência", ele falou que são 40%; 40 % são 20 milhões, e eu acho que há um pouco de exagero, e como eu não fiz nenhum cálculo, eu vou diminuir um pouquinho, no lugar de ser 20 milhões, ser 10 milhões, mas são os excluídos da atual sociedade, ou eles vão virar bandidos ou vão virar presunto, marginais. E é o começo da sua colocação.

E se nós não encontrarmos soluções para essa população, o Brasil não vai ter solução. Acorda, pessoal, eu vou precisar, eu nem sabia que o Senador Cristovam participaria dessa Reunião. Eu vi só na última hora, quando eu vi, porque eu vou precisar ler, porque eu retirei isso de um artigo dele, de 2007, artigo "Acordem, meninos". Para eu não me basear nesse texto, que é uma reprodução, eu vou ler, é rápido. "Acorda meninos", do Jornal de Comércio, 20 de abril de 2007, do Senador Cristovam Buarque: "Pela primeira vez na história, a próxima geração terá menos oportunidade do que seus pais. Parece começar a crise ecológica... Para começar, a crise ecológica dificultará a sobrevivência das gerações futuras. O aquecimento global fará a vida menos confortável, a desarticulação do clima levará à escassez de alimentos e água, os recursos naturais ficarão mais raros e o conforto mais caro. Além disso, será cada vez mais difícil conseguir emprego e bons salários. Alguns, como já acontece, vão cair na marginalidade e usar o crime como forma de compensar suas dificuldades. Seus pais vieram do campo com pouca instrução e conseguiram emprego graças a cursos simples que permitiram o emprego. Agora, os empregos são raros e exigem boa formação.

Os poucos que tiveram oportunidade de bons estudos continuarão aqui e terão uma vida de alto padrão de consumo, participação da economia global, viverão protegidos por sistemas de segurança e manterão seus filhos, desde pequenos, estudarão em escolas particulares, super protegidas, ou no exterior". É um cenário pessimista, é um cenário realista, mas é um cenário que todos precisam pensar. Principalmente por causa de número de 50 milhões.

Por outro lado, inovação na gestão universitária. O que é que está acontecendo com a indústria jornalística? Os grandes jornais americanos estão perdendo o público, estão com modelo de negócio completamente superado, aonde a Internet entra e, pela sua possibilidade de interatividade, ela modifica todo o negócio, e nós, mantenedores, nós estamos ainda num modelo de negócio de prédios e de sala de aulas, de grade curricular, de aulas quatro dias... Cinco dias por semana e quatro aulas por dia. Nós estamos nisso. E, numa síntese profunda, de início, o professor Cristovam falou que não vamos ter mais prédios, mas, sim, endereços eletrônicos.

A outra qualidade. Os jovens nativos digitais, crescidos com Internet, não aceitam facilmente a possibilidade dos meios tradicionais de estudos; podem passar horas no computador, conservando, lendo ou escrevendo em Twitter ou blogs sobre os assuntos mais diversos ou buscas de vídeos, enquanto fazem ou copiam trabalhos escolares de uma só vez em ambiente multi-tarefas.

O "Dicionário do Século 21", de Jacques Attali, antecipa um futuro de auto-educação e eduversão e que alimentará uma poderosa indústria de conteúdos para as grandes marcas universitárias mundiais... Parece até que nós combinamos. Então, e o conteudista(F) vai ser a peça maior dentro do esquema; a Universidade do futuro terá mais em comum com Hollywood do que com a Salamanca de Cervantes. O professor falou a mesma coisa, falando do vídeo de Festival das Estrelas.

Eu... Na semana passada, uma agência que trabalha apenas com Internet, me trouxe uma comunidade, um projeto de uma comunidade social, existente no Japão, aonde o relacionamento é só com os universitários; tem perto de um milhão de universitários. E o que eles fazem? Tem rede para discutir conteúdos, tem aulas, tem a vida particular de cada um, tem a experiência do dia e tem toda a inter-relação das Universidades e, no fim, nós estamos falando a mesma coisa. É uma mudança completamente de negócio. E por quê? Por que é que eu estou falando nisso? Porque a maioria das coisas que nós falamos, antes dessa Mesa aqui, nós falamos do passado, nós só fa-

lamos do passado e nós estamos num mundo que se transforma a cada dia.

Dentro disso, recursos humanos foram desenvolvidos... Uma coisa que eu sempre falo e depois, sucintamente, o Paulo colocou e eu aqui, de uma forma menos estruturada, o que ele diz... Conselho interministerial para o desenvolvimento de educação nacional. O que eu disse foi que não adianta nós falarmos só de educação... Nós somos preparadores dos recursos humanos para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento da nação; não é possível fazer qualquer plano desenvolvimento de recursos humanos sem saber para onde vai o país. Aonde vai o país? Para que lado vai? Porque é em função disso que nós devemos preparar.

Então, isso que o Paulo disse está aqui tudo escrito, é o inter-relacionamento de todos os Ministérios; nós precisamos saber para onde vai, quem é que está preparando o pessoal... São quantos? 900 mil empregos... Então, tudo isso precisa andar de forma harmoniosa.

E outra, ensino fundamental e profissional, é um ensino básico, aquilo que foi falado de manhã, o mais importante de tudo, é ensino básico e princípios para que principalmente as crianças de menor poder aquisitivo possam sobreviver em qualquer profissão. Quer dizer, como ninguém sabe, eu tenho um bisneto índio; a minha instituição, a pedido da minha neta, ela ajuda numa aldeia que eles vivem em Florianópolis, os Guaranis de Florianópolis... A minha instituição ajudou com a instituição, a minha neta disse: "O primeiro passo a ser dado é alimentação, precisa ensiná-los a cozinhar", e nós construímos uma cozinha comunitária, inclusive, depois de três meses, já o índice de desnutrição baixou completamente.

E o que eu precisava falar, o mais importante de tudo foi que eu fui convidado para a festa de inauguração. E o que é que eu vi? Tinha umas 10, 20, são cinco, seis famílias, 20 adultos, o restante é mais de 100 crianças, desde o que estava no bucho de, tudo... Uma escala, mais de cem crianças naquele lugar. E os rapazes o que é que fazem lá? Trabalham na lavoura. Então, esse exemplo, inclusive, nós temos no Brasil todo, no Nordeste, no Norte, aonde precisamos encontrar meios para a sobrevivência das pessoas.

Então, nessa questão mais importante é o ensino básico e profissional nas plataformas, nas novas plataformas que nós precisamos usar para ensino técnico e universitário, a questão do papel do MEC, o Paulo falou o MEC, qual é o papel do MEC? Eu não posso dizer "para que MEC?" Porque está sendo gravado. O paradoxo da Universidade... Atividade-escola tem sido alterada sempre com... A Universidade, a Academia

é sempre a última, ela nasceu sendo o pólo de inovação, há sete séculos atrás, era por ela que as coisas aconteciam; hoje ela ficou completamente atrasada em relação à sociedade.

A instituição criada há sete séculos para envolver o conhecimento humano, inovar, pesquisar, descobrir está sempre na vanguarda de festejar o novo, tornou-se, desde o seu início, uma das organizações mais fechadas, retrógradas, conservadoras a qualquer novidade. Eu devo ter roubado isso de algum texto seu também. [risos] Mas, com tudo isso, para nós, os mantenedores, o ensino-aprendizagem é uma atividade primordial. Quer dizer, a sociedade precisa dela, o ensino e aprendizagem tende a se tornar uma das maiores atividades do setor de comunicação em todo o mundo, pelos seguintes motivos: tornou-se uma atividade obrigatória, é uma atividade de consumo forçado, permanente e confirmado em todo o mundo, e continuado em todo o mundo, em menos de um Século, deixando de estudar no Século 21, o ser humano se arrisca a virar sucata profissional, o modelo mais indicado poderá ser o público-privado, foi o que foi colocado numa das nossas palestras hoje, porque o Estado faz convênios, faz negócio, o Ministério de Comunicações, o Ministério de Transportes, todos, setor privado e setor público estão unidos. No setor educacional, vamos uma coisa com experiência aqui e os meus colegas, a área de gestão, o setor privado dá baile no setor público, dá baile e se não tiver...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sem orquestra.

SR. GABRIEL MARIO RODRIGUES: Então, é... Precisava era essa integração para que o país possa, em função das atividades que os gestores dominam, progredir mais. Aqui é aquela questão do preço de quanto custa um aluno da Universidade pública, que tem o ensino de graça, aquilo que todo mundo sabe que aonde o aluno que pode pagar, não paga, e a falta de investimento completo, como também a professora Maria Helena falou.

Então, dentro dessas considerações, áreas multidisciplinares a serem pesquisadas para criação, execução do mundo novo da educação: armazenagem e distribuição gratuita de toda a informação mundial pelo Google, usando uma tecnologia que arquiva praticamente tudo sobre todos os assuntos... O Google, o que é que tem? Na hora que sistematizar o Google para Universidade, ela já está feita, tem a informação, tem tudo, então, a questão é o Google está preparando e não fala Google, nós temos, no Brasil, a maior Universidade que ninguém percebeu ainda que existe, só que não põe "universidade", tem alguns programas que ela já põe "Universidade Globo". Ela tem tudo, tem

imagem, tem repertório. Então, a mudança completa no sistema, aonde há necessidade de integrar o futuro da escola digital, estará disponível a partir de 2014.

Mecanismos digitais de conhecimento já comprovaram que crianças e jovens excluídos, em qualquer nível, aprenderão tudo o que quiserem, usando apenas microweb e Google e, daqui a pouco, só por celular, toda essa parafernália, e, olha, não vai levar dois, três anos, só com celular, tira tudo que está aqui, só com celular se faz tudo, tem todo o mundo dentro de uma pecinha, essa é a apenas a via. Então, nós precisamos estar preparados para isso.

Então, este fenômeno de poder criar o novo processo educacional nesse século e mudar radicalmente aquilo que hoje conhecemos como escola, Universidade e mundo. O conhecimento passa a fazer parte integrante do cotidiano global. Como a administraremos esse volume brutal de conhecimento, sem ter que entrar nada, sem ensinar nada a ninguém? Porque já existe. Serão eles que aprenderão sozinhos, sem professor, sem mantenedor e sem MEC. Tem tudo. Como já fazem com o micro e com a TV. Como enfrentar o fato inexorável de que a caducidade do conhecimento e sua superação será cada vez mais rápida, se só na Medina apenas são mais de 25 mil informações mensais publicadas e logo superadas. O que aprender de tudo isso?

A história vem mostrando que a interação entre a realidade educacional e os demais cenários humanos, principalmente o econômico e o político, foi se tornando cada vez mais difícil. A Universidade sempre tranquila, sempre vivendo tradições de séculos atrás, lutando internamente por títulos nobiliárquicos, diplomas e carimbos, até elas mesmas se tornaram uma ameaça. A Universidade muda ou morre.

Quer dizer, com essa mensagem de que nós vamos precisar mudar, não... Por que nós somos mais bonitos, nós somos mais inteligentes? Não, porque se não mudarmos, morreremos.

Neste finalzinho, aproveitando o minuto final que nós temos, é agradecer, em nome do fórum, a participação no Senado e a participação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tanto no início, a ideia veio com o Senador Arns, lá em Araxá, de nós estudarmos, e depois foi abraçada pela Senadora, de ter essa oportunidade de nós abraçarmos toda a experiência para que os Senadores, para que o Congresso brasileiro saiba como está o ensino particular, os seus problemas, os seus anseios e os seus desafios.

Então, ao agradecer a todos a primeira oportunidade, eu queria registrar, hoje é 11 de novembro, aos companheiros de fórum, 11 de novembro de 2009, é um marco na existência do fórum, porque o fórum,

muitas vezes, nós desanimamos, porque a maioria é mantenedor, nós queremos as decisões rápidas, e até o Deputado João Matos falou: "Não, nós precisamos ir mais devagar, precisamos trabalhar como formiguinha". Mas já que nós estamos no ar, eu gostaria que todos os mantenedores do Brasil pudessem reconhecer esse trabalho que o fórum está fazendo, o SEMESP a ANACEL, a ABRAF, a ABMS e a ANUP, nós, os Presidentes dessas instituições nos despidimos de todas as nossas vaidades, porque também não é todo mundo que quer ser Presidente. Então, no caso, nós temos apenas um Senador... Um Secretário para coordenar os trabalhos.

Mas o que é importante é esse passo que nós demos e nós estamos tendo essa possibilidade de passar para o Congresso Nacional a nossa realidade e aquilo os desafios que nós temos de enfrentar para, cada vez mais, alçar a nação brasileira no cume mais alto que ela merece. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Eu, antes de abrir a palavra àqueles que queiram fazê-lo, questionando esta Mesa, eu queria cumprimentá-lo pela frase final, que é o contraponto da criminalidade, esse crime "ou mata ou morre" e a Universidade "ou muda ou morre". Então, V. Exa. dá o contraponto da criminalidade. Eu acho que de vez em quando é bom ser presidido e não ser Presidente.

Senador Flávio Arns, V. Exa., como um dos autores do Requerimento, passo a palavra, se assim o desejar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não eu só, Sr. Presidente, dizer que também apreciei muito a realização do Seminário. Quero destacar, para todas as entidades que estiveram aqui, sejam faculdades, centros universitários, universidades, mantenedoras, o fórum, que muitos Senadores passaram por aqui, estão aqui praticamente 10% dos Senadores do Senado Federal, que são 81, estão seis, sete aqui presentes, mas, no decorrer do dia, passaram aqui muitos outros e praticamente uns 20 Senadores.

Então, é um momento importante e principalmente um momento para se ter desdobramentos depois, porque esse é um momento de parada, de reflexão, de tomar conhecimento, ouvir informações, sistematizar o debate e, depois, Marisa, também a Rosalba, Wellington, Romeu Tuma, Cristovam, quer dizer, a gente buscar soluções que visualizem a mudança do quadro para melhor.

Então, da minha parte, eu posso dizer que apreciei sobremaneira, gostei muito, muita qualidade, e dizer que esta caminhada continua. E, quando eu penso

no futuro, eu só quero dizer que eu tenho a mania de pensar no futuro pensando no presente, fazendo principalmente o feijão com arroz, o diário, por exemplo, ter o futuro do ensino fundamental, dizendo: “Olhe, precisamos ter o bom professor”, como foi dito hoje cedo também. Bom professor, com boa formação, formação continuada, salário, trabalho, plano de carreira, coisas assim, que são essenciais.

Então, esse professor precisa estar presente na escola; eu falei com uma menina outro dia, falava para a Senadora Marisa, que reprovou o ano passado em português, que a gente fica imaginando reprovou em português e, ao mesmo tempo, esse ano, eu perguntei para ela: “Como é que está indo em português na tua 8ª série? “Não, acho que vou passar e tal, só que o problema é que eu já tive 10 professores de português esse ano”. Já imaginou, 10 professores de português neste ano? Eu digo assim: “Mas não é possível”.

Então, nós discutimos outro dia que a gente tem que ter a boa gestão, a gestão da escola, como escolher o Diretor, que tipo de formação, a gestão do sistema educacional. Eu digo para as pessoas, quer dizer, se você souber bem português, bem matemática, isso dá emprego, gera emprego, como é difícil hoje em dia encontrar alguém que redija bem, elabore um projeto. Eu digo ter um bom professor de geografia, de história, de ciências, abrir a mente desse pessoal para toda essa beleza do mundo. O meio ambiente hoje pode ir criando tudo isso no português, o respeito na história, na geografia e na faculdade a mesma coisa. Eu não concordo quando as pessoas, inclusive hoje de manhã foi colocado, “a formação está muito ruim do professor”. Eu acho que a formação esteja tão ruim do professor, o professor precisa ser bem informado. Agora, lógico, então, qual é o desafio nosso hoje para melhorar o futuro? Formar bem o professor, ter formação continuada, lutar pelo salário desse professor; esse professor ter um bom diretor; ser avaliado. E pensar assim coisas que inclusive caibam nos dedos da mão, quais são as coisas mais importantes que você acha...

Então, claro que aí fazendo essa reflexão sobre a prática, como ter uma boa aula... O Senador Cristovam colocou, com todas essas imagens que nós temos à disposição, Google e tudo isso que foi colocado também. Já têm uma gestão eficiente e pode colocar isso à disposição dos professores. Nesta aula de ciência, você tem à sua disposição, aqui na Secretaria de Educação, essas informações, aquelas... Veja... Veja o que se vai utilizar, o que não vai, mas está à sua disposição, ajuda o professor, já tem até um sistema organizado de busca de informações. E valorizar o papel do professor.

Eu acho que, muitas vezes, a gente valoriza muito o conhecimento, que é bom, claro, valorizar o conhecimento para muitas coisas, mas valorizar o professor; não é o professor, quando eu penso, é o pai, a mãe, a pessoa da sua comunidade, o professor, que acaba conduzindo essa criança, esse jovem, para pensar de uma maneira diferente.

Eu vejo as minhas netinhas hoje em dia, uma de cinco anos e outra de três, que vão para a escola, e elas falam o que elas estão vendo na escola, o que é que o professor faz, e como elas amam o professor, gostam do professor, e querem que aquilo realmente reflita o que elas acham de melhor.

Então, o futuro é a construção adequada de um presente de qualidade, sempre refletindo, pensando o que é que pode ser feito para que esta realidade sempre mude para melhor.

Então, acho que isso que nós pensamos hoje, o papel da Universidade privada; concordo que deva ser da universidade, do ensino superior, Senador Cristovam colocou bem isso também, o Gabriel e todos os expositores também fizeram essa questão, mas eu fiquei muito feliz e acho que nós podemos perfeitamente, depois, ter os passos seguintes para que esse debate, essa discussão e reflexão possa se transformar em melhorias efetivas dentro da nossa realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa, antes de eu passar palavra a V. Exa., como ilustre e querida Presidente desta Mesa, desta Comissão, sugeri, tendo em vista a proposta do Senador Arns de dar continuidade, que pedisse à Secretaria que providenciasse junto à gráfica do Senado a impressão de todos os depoimentos que aqui foram feitos e as discussões, e a gente fazer um livreto a respeito, para que possa realmente nós sabermos o que foi discutido e darmos continuidade, com base nesse primeiro seminário, que tão bem V. Exa. organizou e conduziu.

Com a palavra, V. Exa., e depois gostaria que assumisse a Presidência para dar o encerramento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu só queria fazer uma consideração, Senadores e todos os convidados que estão hoje aqui, quando a gente fala em ensino superior, nós temos que dizer que esse Seminário não visou apenas, e tenho certeza que todos que vieram aqui, que fizeram suas exposições e aqueles que estão aqui na platéia, ninguém visou apenas resolver problema ou discutir problema de escolas particulares.

A partir do momento que você discute a melhoria da educação brasileira, novos rumos para a Educação, a educação do futuro, quando a gente discute qual a metodologia melhor para gente conseguir a consecução

ção dos objetivos que nos propomos, isso nós estamos fazendo uma melhoria para toda a educação brasileira, mormente para o ensino superior.

Então, eu fico muito contente porque eu acredito que esse foi um bom dia de trabalho, e essa Mesa me deu a perspectiva, só não pude assistir a explanação do Senador Cristovam porque não deu para eu estar aqui no momento, mas assisti a dos outros dois professores, dizer que esta é um Mesa que teria mesmo que fechar esse encontro. Dizendo que nós não vamos poder parar em nenhum momento.

Nenhuma ação educacional pode ter o fim em si mesma e dizer “acabou e está completa”. O conhecimento é sempre cada dia maior, as novas descobertas, a nova tecnologia. Não há como a gente ter uma educação estanque; é necessário que sempre estejamos discutindo e ampliando horizontes. Então, essa Mesa é que nos deu a possibilidade de parar um pouquinho para pensar que o futuro é o nosso balizamento, é o rumo que nós temos que tomar e, a partir dele, nós incentivarmos a melhoria da educação no país.

Só para terminar, quero dizer que a preocupação muito dessa Casa e eu tenho ouvido isso de todos os Senadores que fazem parte dessa Comissão, mais de 50, é de que a gente não tem a devida noção da qualidade, porque não é uma coisa só; não é só pagar bem o professor que vai resolver a questão da qualidade; não é só garantir a infraestrutura que vai resolver a qualidade; não é só dando a merenda escolar que vai resolver a qualidade. Então, são essas questões todas imbricadas que nós temos que começar a pensar qual de todas essas questões, atacando todas as questões, quais aquelas que são mais urgentes, mais necessárias, onde nós temos que colocar o maior esforço nosso?

E acredito, por tudo que eu ouvi aqui, que tenho ouvido nessa Comissão, que nós temos que garantir uma melhor qualidade na formação dos nossos professores. E aí as Universidades são fundamentais para que... Eu não acredito que a gente possa pensar e não fazer uma reforma completa nos nossos cursos de pedagogia; os nossos professores não sabem trabalhar com as crianças, não têm essa característica, não há como. E é por isso que tem aqui um projeto do Senador Marco Maciel, criando a residência para os professores todos de todas as licenciaturas, talvez seja uma saída para gente garantir uma melhora e uma mudança exponencial nessa questão.

Tenho muito... A gente gostaria tanto de falar sobre tantos aspectos da Educação, mas eu acredito que nós temos que elencar aqueles que são prioritários e é neles que nós temos que colocar toda a nossa energia. Parabéns pela Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Realmente essa Mesa foi propositiva. E V. Exa. também fez uma manifestação propositiva. Senadora Rosalba, com a palavra, e, em seguida, o Deputado...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu gostaria de parabenizar o Senador Flávio Arns pela brilhante iniciativa, ao lado do Senador Cristovam e a nossa Presidente, a nossa vice-Presidente, que é Presidente, Marisa Serrano, que tem um sensibilidade muito grande para todas as questões educacionais, e agradecer também a todos que aqui vieram, que estiveram desde a parte da manhã, nos dando uma contribuição importantíssima para a Educação.

Inclusive num dia que, para nós, é histórico, 11 de novembro, histórico porque tivemos esse encontro, esse debate, apoiado pelo Fórum, mas também porque foi hoje promulgada a PEC da DRU, da desvinculação de recursos para a Educação. Coisa que já deveria ter acontecido há muito tempo, porque, em qualquer setor, é a admissível até que você tente fazer economia, mas, na Educação, por tentarem fazer economias, reter recursos, é que nós estamos, ainda hoje, no Século XXI, em vez de estarmos entre os melhores do mundo, porque esse Brasil tem história para ter chegado até isso, na Educação, nós ainda estamos aqui a discutir que caminhos devemos tomar. O que é mais importante para que a gente possa melhorar a nossa Educação?

E, como o Dr. Gabriel aqui colocou, realmente, vamos ter que fazer uma revolução, e tem que ser rápido. Se não mudar e mudar logo, cada vez nós vamos perder mais tempo, porque a população está crescendo, as dificuldades cada vez se avolumam, e nós estamos sentindo lá na ponta. Hoje, Professora Marisa, senadora, V. Exa. aqui falou da questão da preparação do professor. Eu acho que os senadores devem estar até cansando de me ouvir em falar em educação infantil porque eu acho que nós... Lutamos para termos mais apoio, mais escolas, mais cursos, mais Universidades realmente de ponta, seja ela privada, seja ela pública. Eu quero aqui dizer que é importantíssimo termos a rede privada porque ela cria as condições de competitividade, abre novas fronteiras, mas a educação infantil... Nós temos é o primeiro passo, é o passo fundamental, mas, para que essa educação infantil seja realmente a qualidade que nós queremos, como a professora Marisa aqui colocou, “o professor é preparado aonde?” Nos nossos cursos Superiores. E esses cursos Superiores têm que estar em consonância com tudo isso.

Então, eu queria dizer aqui que foi realmente muito importante para que a gente pudesse ter essa avaliação da participação no desenvolvimento eco-

nômico do país, da qualidade do ensino termos mais elementos de diagnóstico e de como podemos lutar para essa melhoria, avaliação; sem avaliação, você não consegue dar nenhum passo. Se você não avalia, isso em toda atividade, se você tiver uma voltada na saúde, você tem uma empresa... Você tem que avaliar, da mesma forma, na educação e em todos os setores. Então, tem que haver avaliação para que você possa encontrar as formas de corrigir e de melhorar.

E também a questão de realmente prever esse futuro. Esse futuro que não pode demorar mais porque, realmente, as coisas estão andando com muita rapidez. Eu hoje tenho um neto de cinco anos, pertinho de fazer seis, e ele me surpreende hoje no computador, ele chega com coisas que eu chego e fico... Aí ele: "Mas, vovó, você não sabe disso? Está me ensinando já."

Então, veja como nós temos que realmente entender que o mundo deles não é o mundo que eu tive para ir para a Universidade, me preparando, vestibular... Porque eles já estão tendo informações muito maiores, estímulos muito maiores, e tudo isso a gente sabe que é fundamental para desenvolver cada vez mais, e nós queremos é que isso não seja somente para aquelas crianças que podem e que vão ter, porque os seus pais vão dar a eles todas as oportunidades, entendendo esse mundo dinâmico, esse mundo competitivo, que eles têm que ser de excelência. Mas que chegue para aqueles que, com certeza, com essa DRU agora liberada, possamos ter mais investimentos e possam chegar para aqueles que são os que não tinham condições, para que eles possam avançar e com a parceria... Eu sou muito de parcerias, de união, de aliança, eu acho que um Governo... Acho que é porque eu fui gestora, já fui gestora, já tive essa oportunidade... Nós temos que chamar a sociedade como um todo.

Se é uma revolução educacional, nenhum Governo fará sozinho; fará com a participação das entidades públicas, privadas, com a participação de todos, cada um fazendo a sua parte, cada um dando a sua contribuição e, nessa união, é que nós podemos realmente ter uma perspectiva melhor e podermos fazer esta revolução que precisamos para o futuro. Muito obrigada a todos que aqui vieram e parabéns pela luta de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Exa. Com a palavra, o Deputado Federal Alfredo Kaefer. É isso mesmo? V. Exa., do PSDB do Paraná, tem a palavra.

DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB-PR): Muito obrigado, senhores palestrantes e senhores e Sras. Senadoras. Eu participei de um painel hoje pela manhã e agora mais um pedaço. O tema da educação tem sido um dos meus focos de trabalho desde que eu

vim aqui ao Congresso Nacional, lá na Câmara qual, pela razão de que o único instrumento de transformação da sociedade que nós teremos é pela Educação. E nós só conseguiremos isso se tivermos investimentos maciços, materiais e de pessoas, desde o ensino infantil, pré-escolar, indo pela educação em tempo integral, avançando depois no ensino médio, técnico e profissionalizante, endereçado para a função da gente que vai se colocar na vida, aí na frente, e o ensino superior, que eu estou absolutamente convencido de que passa pela iniciativa privada. Por isso até que estou participando-se desse seminário.

Eu entendo que o Estado, por mais que ele queira, não vai conseguir suprir tudo aquilo que nós precisamos em Educação, principalmente no ensino superior. Mas aí eu tenho uma preocupação muito grande, e eu tenho trabalhado num projeto e tenho buscado subsídios para saber qual é a forma que nós conseguiremos financiar esse estudante. Os recursos do FIES são muito poucos; outros mecanismos disponíveis não atendem, não só para o público, a clientela hoje existente, como também por todo contingente que nós estaremos colocando no futuro, e que nós temos que dar alguma forma de que eles se financiem.

O ensino privado universitário é mais barato do que o público; os demonstrativos estão aí. Então, eu vejo que um dos grandes desafios que nós temos é que criar meios de financiamento para que nós tenhamos mais e mais gente acesso ao ensino superior, e assim, e aí privado; é uma espécie de um Banco de Educação ou um fundo constitucional, eventualmente até com a participação da iniciativa privada, já pensei, por exemplo, no depósito compulsório dos bancos, ora, se parte, 20% dos depósitos compulsórios dos bancos são destinados para financiamento da agricultura, por que é que nós não poderíamos ter uma parte depois disso também para constituir um fundo e financiar o ensino superior?

Num primeiro momento, eu até achava que seria só ensino universitário. Hoje, Senadora Marisa, eu já estou convencido que também o ensino médio nós temos que começar a financiar. E nós não vamos conseguir atender o estudante a partir do momento que nós só damos para ele o valor da mensalidade; ele precisa muito mais. Ele precisa sobreviver, ele precisa fazer pesquisa, precisa adquirir materiais. Então, esse é um desafio, é uma reflexão até, que eu levo aos Senadores, para que a gente pense em fórmulas alternativas de financiamento do ensino superior privado. E aí imagine quantas Universidades, quantas faculdades nós poderíamos estar criando.

Eu conheço, de forma vivida, essa situação. Eu tenho um contingente de funcionários que eu sei que

muitos deles trabalham o mês inteiro, basicamente para pagar a sua faculdade.

E aí nós temos o outro lado, contrário, de muitos estudantes, que têm origem e renda alta, estudando nas Universidades públicas gratuitas; eu vou dar outro exemplo: a minha filha estuda na UnB, aqui em Brasília, gratuitamente, e não existe até nenhum mecanismo para eu chegar e dizer: "Olha, quanto custa o seu curso, que eu quero fazer um pagamento, coisa assim". Não existe esse mecanismo. Quer dizer, nós precisamos quebrar essa situação, filhos originários de renda baixa, dando duro, ralando o mês inteiro para pagar a sua mensalidade, e grande parte dos filhos originários de pessoas de classe alta estudam gratuitamente nas Universidades, em geral, as mais caras, de medicina, de engenharia, e por aí a fora. Por quê? Tiveram uma base sólida no ensino básico, pré-escolar e fundamental, e assim por diante. Então, é um nó que nós temos que quebrar.

E eu complemento até o que a Senadora Marisa disse, não basta só salário. É preciso treinamento. E eu vejo um equívoco, Senador Cristovam Buarque, que é uma pessoa a quem eu, muito antes de vir aqui, sempre acompanhei a sua luta pela Educação. De que nós falamos muito em aperfeiçoamento do professor e esquecemos de que o maior foco do aperfeiçoamento dele é no sentido de que ele seja especialista em transmitir informações e ensino para os estudantes.

Nós tivemos até, no Paraná, lá, uma espécie de faculdade lá, que o governador Jaime Lerner criou, que era esse sentido de aperfeiçoamento de professores, mas muitos saíam de lá com melhores conhecimentos para eles, melhoravam o conhecimento deles, mas não era direcionado para transferir isso para as crianças.

Então, absolutamente eu estou convencido: grande parte dos recursos públicos, principalmente federais, que são destinados ao ensino público, deveriam ser redirecionados para o ensino básico: infantil, pré-escolar, ensino fundamental e médio.

Outra coisa que nós teríamos que fazer, nós teríamos que transferir a administração, do ensino médio para baixo, inclusive, todo ele para os municípios. É muito mais fácil administrar lá o ensino. Eu estou falando tudo isso pelo conhecimento, pela vivência. Eu já tenho filho de 28 anos; eu tenho outro de 10, tudo eu já vivenciei e vi o que é prático e o que dá certo.

Eu gostaria que, se todos os brasileiros tivessem tido oportunidade de minha experiência, que eu tive com os filhos, que tiveram oportunidade, desde os três anos, e isso está provado, técnica e cientificamente, de que você abre a cabeça de uma criança a partir dos três anos, é que nem jogar uma semente num terreno extremamente adubado, depois de sete, oito

anos, já... Esse adubo já se deteriorou, e é mais difícil a semente pelar. Então, é fundamental que a gente envie esforços para a educação pré-escolar, infantil, universalizada. Esse é o grande desafio. Mas, parabéns pelo seminário, a saída do ensino superior está na atividade privada, até porque o Estado não conseguirá suprir toda a clientela que nós precisamos. Mas, eu friso, temos que criar mecanismos de acesso aos jovens, às faculdades particulares, via oportunidade, e essa oportunidade chama-se um mecanismo especial de financiamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Deputado. Senador Wellington, V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, muito obrigado por passar a palavra. Eu demorei um pouco para responder porque eu estava confirmando aqui com o professor Carbonari que, nesse seminário, do total de 3,5 milhões de alunos que tem hoje a iniciativa privada, dois milhões de... Mantenedores que representam dois milhões de alunos passaram por esta Reunião, se eu estiver errado, o Gabriel pode me corrigir. Então, veja a representação que aconteceu nessa Reunião de hoje, Senador Flávio, Senadora Rosalba, Senadora Marisa Serrano, Senador Romeu Tuma e Senador Cristovam. Então, foi um sucesso total. Quero parabenizar a Comissão.

É uma mudança, que essa Comissão sempre se discutiu, até na época que eu fui Presidente, o ensino público, e hoje, a partir do momento, começa a discutir também o ensino privado, os caminhos que o ensino privado, da maneira como o ensino privado está sendo conduzido nesse país.

Eu queria dizer uma coisa, eu conversava com a professora Ana aqui, e ela me perguntava: "Mas, Senador Wellington, o que é que os Senadores acham do que está acontecendo?" E eu falava para a professora Ana: "Os Senadores que estão aqui, nós temos tantas coisas para ver, que se vocês não visitarem os gabinetes dos Deputados também, vai ser difícil passar o conhecimento para os Senadores", porque nós estamos vendo a questão da DRU para a Educação, que muitas vezes a gente fala, muitos não sabem o que é a DRU, aquele dinheiro que tira para poder, talvez, para o superávit primário, e que agora não vai poder tirar mais; a Senadora Rosalba colocou aqui relativamente, vai colocar tudo, o Senador Cristovam também lutou por isso, desde o início de seu mandato.

Então, é um novo momento que nós estamos vivendo. Agora se não visitarem os Senadores, coisa que os mantenedores, os diretores não fazem, não conversar com cada um, passar o que está aconte-

cendo em nível de Governo, porque esse Governo é um Governo muito forte; o Presidente Lula tem, depois de sete anos, 80% de aprovação, não me pergunte por que, análise, mas ele tem, estão aí os dados. Então, consequentemente, os seus Ministros, do qual eu sou suplente de um deles, acabam tendo a mesma força que tem o Presidente. E, de repente, pode praticar atos que, muitas vezes, podem ser atos não avalizados pelo Presidente Lula, porém, com força do Governo do Presidente Lula. E isso leva, muitas vezes, a expor, no caso da iniciativa privada, da escola privada, do ensino superior no país. E asfixia, como bem colocou no nosso anfíbio aqui, o professor Paulo Alcântara.

E aqui nós temos aqui, talvez, o Gabriel seja o mantenedor mais antigo, junto com a minha querida mãe, que está aqui presente. Então, já passaram por vários... É que minha mãe é mais antiga, mas é mais jovem que o Gabriel.

[risos]

Estou mexendo com o Gabriel. Então, veja bem, já passaram por vários Ministros, a história é cíclica, ela acontece, vem, então, eles são mais experientes talvez até que muitos Ministros, não é isso, Paulo Alcântara? Que já viram acontecer. O Paulo Alcântara já foi do Conselho Nacional de Educação, já foi da SESU. Não é isso? Quem é que não lembra dessa fase? Eu lembro muito bem.

Então, está de parabéns essa Comissão de ter propiciado esse grande momento aqui, um momento em que a escola privada superior trouxe a sua palavra, e o Senado abriu espaço para esse momento, que é importante. Abriu, reconheceu e é um novo encaminho. Eu acho que hoje, digamos assim, como tem o marco regulatório do Ministro, aqui hoje é o marco regulatório da iniciativa privada superior, podem ter certeza disso.

Então, não foi ficar parabenizando outra vez. Mas é um grande momento. Eu só lamento não ter participado de manhã, mas o meu voo de Uberlândia para cá atrasou, da TRIP, cheguei tarde, mas esses dois painéis finais foram sensacionais, e os anteriores eu vou conseguir com a assessoria da comunicação, que vai me mandar. Parabéns à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Senador Wellington. Eu estava falando com o Senador Cristovam Buarque, ele tem um bonito currículo que está aqui na programação. Ele disse assim: "Eu quero um dia ter o currículo de uma palavra só, como o Presidente Lula. E não precisa escrever mais nada para ter os 80%".

Mas eu queria agradecer preliminarmente ao Senador Cristovam Buarque, o nosso professor, o nosso

titular da Comissão; o professor Gabriel Mário Rodrigues, e o Dr. Paulo Alcântara.

Antes de passar as palavras finais para os senhores debatedores, eu gostaria de convidar a Senadora Marisa Serrano para encerrar os trabalhos, como Presidente da Comissão, e pelo brilhante trabalho desenvolvido nesta Comissão. Inclusive, a nossa querida assessora, que tem trabalhado imensamente junto aos senadores para a realização e chegar a bom termo esse seminário.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós queremos, nessa tarde-noite, depois de nove horas de atividade, de seminário, eu queria agradecer muitíssimo aqui ao Professor Gabriel Mário Rodrigues, que preside a ABMS, é um prazer enorme ter a sua entidade participando conosco desse seminário. Representando o Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas, o professor Antônio Carbonari Netto, vice-Presidente; o professor Dr. Adib Salim Cury, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP; o professor Paulo Antônio Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU.

É um prazer enorme... É um prazer enorme nós termos recebido todos os senhores aqui conosco. Agradecemos também a presença do Ministério da Educação, na figura da professora Maria Paula Dallari Bucci, e agradecer principalmente ao apoio do Fórum, que nos ajudou muito e nos propiciou estarmos juntos hoje, durante todo o dia. Tenho a certeza que todos saem daqui mais enriquecidos e aprendendo-se mais com todas as Mesas que nós ouvimos. Agradecer àqueles que puderam participar conosco durante todo o dia, e dizer que, desse fórum, várias questões que aqui foram levantadas, vão ser objeto de análise, de estudo dessa Comissão... A proposta de transformarmos aqui as palestras todas num livreto da Comissão está acatada, vamos fazer isso, não é isso, Senador Flávio Arns? Transformando-se isso num livreto que a gente possa socializar para o país todo.

É função nossa fazê-lo, é importante para nós podermos ter tido aqui a oportunidade de, pela primeira vez, reunir as mantenedoras das instituições de ensino superior particular do país, e dizer que cada proposta que aqui foi colocada, e foram várias as propostas, nós vamos todas analisar com muita dedicação, porque o objetivo maior dessa Comissão é justamente isso: é ouvir a sociedade e ser o elo entre a sociedade e o Governo.

Nós estamos aqui para auxiliar a fazer com que a educação e o país melhorem. E se for através das

nossas leis, dos nossos debates, das nossas sugestões a todos aqueles que têm o dever de propiciar uma educação de qualidade, nós vamos fazê-lo.

Essa Comissão não se furta nunca a apoiar e a ajudar a transformar a educação brasileira. Uma Sessão dessa comissão sempre é extremamente concorrida. Eu acredito, Senador Flávio Arns, Senador Cristovam, que já presidiu esta Comissão, que essa é a Comissão mais concorrida da Casa, a Comissão que mais vota projetos terminativos, e uma Comissão extremamente polêmica, que aguça a inteligências das pessoas, e eu fico muito orgulhosa de ser um dos membros dessa Comissão.

Para terminar, eu quero comunicar aos senhores e senhoras o recebimento do convite do Ministro de Estado de Educação, Fernando Haddad, para a solenidade da inauguração do Camping Bragança Paulista, São Roque e Campos do Jordão, a ser realizada no dia 13 de novembro, sexta-feira do corrente, a partir das 15 horas. O evento terá a participação do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que procederá às inaugurações de forma simultânea, a partir de Campos do Jordão. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai para o arquivo.

Eu quero declarar encerrada a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que realizou-se hoje, dia 11 de outubro de 2009, quarta-feira, a partir das 9 horas da manhã, até esse momento, na Ala Senador Alexandre Costa, sala 15. Agradeço a participação de todos os presentes, sejam sempre bem-vindos a esta Casa. Esta Casa é a Casa de vocês. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 17h58.

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência dos Senhores

Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, e Senhores Senadores Cristovam Buarque e Flávio Torres, Presidentes Eventuais, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Efraim Morais, Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Almeida Lima, Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Durval, José Nery, Pedro Simon, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel e Kátia Abreu reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatii, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Marisa Serrano, Marina Silva, João Pedro, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Gim Argello, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Fernando Collor, Delcídio Amaral, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, João Tenório, César Borges, Neuto De Conto e Osmar Dias. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Embaixador Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Senhora Gabriela Garcia Carranza, Embaixadora do Pará; Senhor Dirk Schüller, Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha; Senhora Susan Cesar de Oliveira, Assessora de Política Comercial e Ciência & Tecnologia da Embaixada do Canadá e Alunos de ensino médio ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos "Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento", conferido pela UNESCO. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Au-

diência Pública, atendendo ao Requerimento nº 39, de 2009 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns; Requerimento nº 36, de 2009 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; Requerimento nº 71, de 2009 – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande; Requerimento nº 67, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo; Requerimento nº 48, de 2009 – CI, de autoria do Senador Fernando Collor; Requerimento nº 51, de 2009 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira; e ao Aditamento n.º 01 – CCT, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres. Comparecem à Reunião como expositores, os Senhores José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – USP e Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Flávio Torres e Flexa Ribeiro. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática submete à decisão no plenário para que os dois primeiros colocados no concurso de trabalhos escritos e desenhos, conferido pela UNESCO, aluno de ensino médio, Daniel Rocha Riz e Gildasio Souza Santos, respectivamente, possam se pronunciar, com o que todos concordam. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte um minutos, determinando que nós, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão Educação, Cultura e Esporte; Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Marcelo Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Álvaro Araújo Souza; Secretário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; José Francisco B. Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora

Vice-Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao Requerimento nº. 36/09 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; Requerimento nº. 39/09 da CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 71/09 da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 67/09, da CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; Requerimento nº. 48/09 da CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; Requerimento nº. 51/09 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembléias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* – transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do e-mail diamundialdasaude@interlegis.gov; diamundialdaciencia@interlegis.gov

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio

Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Ro-

seli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa, segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: *“É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.”*

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *“Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação”.*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes

vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *“Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.”*

Dizia, ainda, Freud: *“E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.”*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em

2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem

violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução, da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimigináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível

de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as

peessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalidades, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a

poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por

um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos, a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje, não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois

anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto

da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anysio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Viana, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibilitou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmen-

te partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores parcelas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho. A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse pro-

cesso, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo

relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma boa lembrança de sugeri-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso, que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas

ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada, porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jovens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnólogos, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desperdice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenharia e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortalecidas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai for-

ficar os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule

a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cientistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agradeço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção

e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma díspar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade, deve buscar a melhoria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obri-

ga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a envia-los esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e todas. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu

caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema "Ciência pela paz e pelo desenvolvimento". Na verdade, na história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica, deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo

a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. "Não, isso que eu estou dizendo é científico". Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas, convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança

abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências, e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, "uma discussão acadêmica".

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a

pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa,

para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desenvolvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobijada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolho, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subsolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores, Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: "Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região".

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina “vovó”, “vovô”, “uva”, “viu”, não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucional, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: *“O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Além disso, a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências”*, § 1º. *“Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e*

para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, §2º – Por fim, *“o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem”*, §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, basta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, teremos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, “ciência pela paz e desenvolvimento”. Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu vó. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido “Um conto dos cosmos”.

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui repre-

sentando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desenvolver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os 10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNESCO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te vendo nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: "Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer". Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que "eu também posso". Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço

que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulgarem essas possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar para o exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz

em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com

experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresentação, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema “Um conto dos cosmos”, o tema é “Nossa presença no cosmos”. “Um conto dos cosmos” foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divulgação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui. Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabeno pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidásio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidásio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gildásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que vocês já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gidálsio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama "O homem e a biosfera", que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera,

a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positivamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá

novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvolvimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvol-

vimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergunto ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólon Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões, nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade. Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na

prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação entre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento, lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h21.

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala de

reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Sérgio Zambiasi**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Gilvam Borges, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marconi Perillo e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 020: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao **Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória, no Estado do Paraná”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 021: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao **Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, no Estado do Paraná”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 022: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Gilberto Goellner, ao **Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao ‘Pai da Aviação’, Alberto Santos Dumont”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 023: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, ao **Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador

José Agripino, que “Denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos o trecho, na cidade de Natal-RN, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR – 101”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que “Confere ao Município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 091, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que “Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental”. A relatora designada é a Senadora Marina Silva e o parecer pela rejeição, é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, passa a Presidência à Senadora Rosalba Ciarlini, para relatar o item 007, advogado pela Presidência. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação”. O relator é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, é aprovado. Reassume a Presidência o Senhor Senador Sérgio Zambiasi. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Melles, que

“Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo”. A relatora designada é a Senadora Kátia Abreu e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que “Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. **Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e outros, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Umarizal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Nova Cruz”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senador Sérgio Zambiasi requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento e Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 47/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que requerem “...nos termos do **artigo 93 do Regi-**

mento Interno do Senado Federal, a realização de uma **Audiência Pública Conjunta da CAE, CCJ, CAS e CE** para debater e instruir o **PLC 221/2009**, que “**Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências**”, no dia 24/11/09, com a presença do **Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Juca Ferreira**, em horário compatível com a agenda da Comissão, uma vez que, na mesma data, às 10 horas, será realizada Audiência Pública, anteriormente agendada, destinada a discutir ‘Os 13 anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação’. O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Roberto Cavalcanti faz um pronunciamento no sentido de enfatizar a responsabilidade das Comissões na aprovação de Requerimentos para realização de Audiências Públicas no que concerne à habitual ausência nessas sessões dos autores dos Requerimentos, o que prejudica o andamento dos trabalhos, a credibilidade do Senado Federal e reduz a qualidade do debate, ressaltando que esta Comissão é uma exceção, pois isto raramente ocorre neste Colegiado. Manifestam-se no mesmo sentido os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns. **Extra-Pauta, Item 002: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 23/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “Em aditamento ao Requerimento 23, de 2009 – CE, referente ao tema ‘Violência nas Escolas Brasileiras’, em que será debatido o assunto ‘Drogas nas Escolas’, indico como convidados um representante da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e um representante do Conselho Nacional de Educação (CNE)”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 024: Comunicados da Presidência: Comunicado 01**: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do Professor José Seixas Lourenço, no cargo de Reitor *Pro Tempore* da Universidade Federal do Oeste do Pará, a realizar-se no dia 18 de novembro do corrente, às 14h30, no auditório do edifício-sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02**: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº1590-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC

017.177/2008-2, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o resultado do trabalho de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC, destinado a examinar, em nível nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com suas fundações de apoio. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2009; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 2009; Projeto de Lei da Câmara nº 071, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2009; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2009; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 072, de 2009 e Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2009.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. senadores e senadoras que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Inicialmente, registro três itens terminativos que a Comissão acolhe exatamente em função de não haverem sido oferecidas emendas no período estabelecido. Item 20, terminativo. Projeto de Lei do Senado 446/2008, turno suplementar. Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória no Estado do Paraná. Autoria Senador Flávio Arns, relatoria Senador Alvaro Dias. Relatório favorável, na forma do substitutivo oferecido. Observações: o parecer ao PLS 446/2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 10/11/2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da dis-

cussão. A matéria é dada então como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 254 combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 21, terminativo. Projeto de Lei do Senado 430, de 2008, turno suplementar, autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná. Autoria Senador Flávio Arns, relatoria Senador Alvaro Dias, relatório favorável na forma do substitutivo oferecido. Observações: O parecer ao PLS 430/2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 10 de novembro de 2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo ao fim da discussão, a dada então, como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 combinado com o arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

E o item 22, terminativo. Projeto de Lei do Senado 402, de 2005, turno suplementar. Obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao pai da aviação, Alberto Santos Dumont. Autoria, Senador Marcelo Crivella, relatoria Senador Gilberto Goellner. Relatório favorável na forma de emenda substitutiva oferecidas na CCJ. Observações: o parecer ao PLS 402/2005, de autoria do Senador Gilberto Goellner, favorável ao projeto na forma de substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 10 de novembro de 2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria então, é dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

E o item 23, terminativo. Projeto de Lei do Senado 340, de 2009, turno suplementar. Denomina Rodovia Tenente Brigadeiro Murilo Santos, o trecho da Cidade de Natal, Rio Grande do Norte, compreendido entre o portão secundário da Base Aérea até as margens da BR 101. Autoria Senador José Agripino, relatoria Senadora Rosalba Ciarlini, relatório favorável na forma do substitutivo oferecido. Observações: o parecer ao PLS 340, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 10 de novembro de 2009. Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria então, é dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 combinado com os Arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 1 da Pauta. Terminativo, de Lei do Senado 185, de 2008, acrescenta o § 6º no art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de novembro dezembro de 1996, que es-

tabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para obrigar exibição de filmes audiovisuais de produção nacional, nas escolas de educação básica. Autoria de Senador Cristovam Buarque, relatoria Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório favorável com Emenda oferecida. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto, outra pela emenda. Não há quórum votação, porém a senadora pode fazer a leitura.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Mas eu gostaria de fazer aqui, de solicitar, que como eu vou ter que me ausentar por cinco minutos, agora que é urgente, é uma votação que está acontecendo, e eu preciso dar a minha presença, eu gostaria de que o senhor substituísse, fizesse uma inversão, colocasse logo o projeto de relatoria do Senador Paim. Eu estarei voltando dentro de poucos minutos para dar continuidade, muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ficaremos aguardando o seu retorno, Senadora Rosalba Ciarlini.

Vamos então ao item 8. Item 8, terminativo. Projeto de Lei da Câmara, nº. 80, de 2009. Confere ao Município de Nova Petrópolis, do Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo. Autoria Deputado Pepe Vargas, relatoria Senador Paulo Paim. Relatório favorável. A matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade, em 9 de junho de 2009. Com a palavra o relator, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi, V.Exa. Conhece bem esta cidade, Nova Petrópolis; lhe confesso, Senador Zambiasi que quando o Deputado Pepe Vargas pediu que esse projeto fosse votado, ele tinha dois relatores preferenciais, eu e V.Exa. Ele vai ter os dois agora, porque V.Exa. vai presidir e eu vou relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Estamos, portanto, plenamente representados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Relatório. O Projeto de Lei da Câmara nº. 80 de 2009, de autoria do Deputado Pepe Vargas, confere ao Município de Nova Petrópolis no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo. O autor argumenta que a concessão do título se justifica pelo fato de em Nova Petrópolis ter sido fundada a primeira cooperativa de crédito da América Latina. Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.536, de 2007, foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura com emenda ao art. 1º, de modo a conferir a Nova Petrópolis o título de Capital Nacional do Cooperativismo, em vez de Capital Nacional de Cooperativismo de Crédito, como constava no texto original. Já na Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, o Projeto de Lei foi aprovado sem emendas nos termos do art. 54 e 24 o do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário. Não foram apresentadas emendas à proposição. No Senado Federal, o PLC nº. 80, de 2009 está sendo apreciado em decisão terminativa, pela Comissão de Educação Cultura e Esporte, nos termos do art. 91 § 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise. Nos termos do art. 102, segundo o Regimento Interno do Senado Federal compete a essa Comissão opinar sobre o Projeto de Lei em análise. O cooperativismo nasceu na Inglaterra, em meados do Século XIX, como alternativa econômica adotada por um grupo de tecelões, para enfrentar as condições perversas impostas pelo capitalismo advindo da revolução industrial. Definido como uma nova fórmula de pensar, o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, o cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, sendo reconhecido como alternativa democrática para a solução de uma infinidade de problemas sócio-econômicos. Atualmente, as cooperativas são organizadas internacionalmente pela Aliança Cooperativa Internacional. No Brasil, como enfatiza o autor da proposição, o Município de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros na organização de cooperativas. Constituída basicamente por agricultores, a Comunidade de Nova Petrópolis sofria com a falta de instituições financeiras com linhas de créditos especiais para financiar a aquisição de ferramentas e sementes. Diante disso, no início do Século XX, com a ajuda do Padre Theodor Amstad, profundo conhecedor do sistema europeu de crédito cooperativo, foi fundada naquele município, a primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina. Tendo sobrevivido a momentos difíceis ao longo do tempo, a Cooperativa de Amstad foi exemplo seguido por inúmeras comunidades, atualmente com o nome de Sicred Pioneira, ela continua a ser uma referência para o cooperativismo. Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de conferir ao Município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Cooperativismo.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, esta Comissão, como contribuição subsidiária, também não encontrou qualquer óbice que maculasse o prosseguimento da matéria.

Voto. Diante do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 80, de 2009, 1.536 de 2007 na origem, de autoria do nobre Deputado Pepe Vargas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim. Está em discussão. Não havendo ninguém para discutir, eu vou

transferir a discussão para a próxima sessão, já que nós não temos quórum para votação normal na sessão de hoje. Então, a discussão e deliberação ficarão para a próxima sessão.

Passo a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, então, para que possa fazer a leitura do item 1 da Pauta de hoje. Projeto de Lei do Senado 185 de 2008, acrescenta o § 6º do art. 26 da Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para obrigar a exibição de filmes audiovisuais de produção nacional nas escolas de educação básica. Autoria de Senador Cristovam Buarque. Palavra a relatora, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Presidente. Sr. Presidente, esse projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, ele trata de algo que eu considero muito importante, porque é cultura e todas as formas de manifestação cultural que possam estar inseridas no contexto da escola, ela cria com certeza mais atrativos e formas de desenvolvimento. E nada melhor para fazer transformação, mudanças, do que realmente a educação caminhe lado a lado com a cultura.

Então o relatório do PLS nº. 185, de 2008, que modifica o art. 26 da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, para obrigar as escolas de educação básica a exibirem obras cinematográficas nacionais. Além do mais, além de você estar levando o cinema de forma democrática, de forma educativa para as crianças, você está levando também, está dando condição a criar cada vez mais uma platéia para analisar, para gostar, para apreciar o cinema brasileiro. É uma forma de também estarmos dando um apoio à indústria cinematográfica brasileira. E claro que a escola deverá ter o critério da triagem, de escolher bem, tantos filmes brasileiros que nós sabemos de boas produções que contam fatos marcantes da nossa história, que contam quanto já representou a chegada dos imigrantes. Isso tudo faz parte da história do nosso povo e a escola tem que resgatar toda essa história, porque um povo que não conhece o seu passado não poderá ter um grande futuro. É exatamente conhecendo o nosso passado, valorizando os feitos heróicos, grandiosos, do passado e analisando, tendo a reflexão sobre as falhas e os erros, que nós podemos preparar um futuro melhor que se prepara na escola.

Então, o relatório mostra aqui o contato com o cinema, além do enriquecimento cultural, como eu já falei, propicia a formação de públicos para esta arte, tornando-a sustentável e independente de subsídio estatal. Dessa maneira, o espaço escolar e os primeiros anos da formação de nossas crianças, constituiriam o

locus e o tempo privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela sétima arte.

A proposição tem decisão terminativa desta Comissão, e não recebeu emendas no prazo regimental. Agora, análise do projeto. O PLS nº. 185, de 2008 envolve matéria de natureza educacional, sujeitando-se, portanto à apreciação dessa Comissão por força do Disposto nº. 102 do Regimento Interno. No que tange ao mérito, a proposição tem o objetivo essencial de obrigar as escolas de educação básica a exibir mensalmente, por no mínimo 2 horas, obras da produção cinematográfica nacional. De fato, consoante a perspectiva do autor, a medida, ao promover o contato sistemático do alunado com essa forma de arte e a cultura nacional tem grande potencial para desenvolver simultaneamente o gosto pelo cinema e a formação de público para essa atividade no futuro. Com isso, resultados da implantação da mudança serão certamente benéficos para ambos, estudantes e indústria cinematográfica.

Vai ser muito bom que os nossos estudantes vão poder ver o Auto da Compadecida, O pagador de promessas, a história vivida pelo bando de Lampião, A independência, Chica da Silva, tem muita coisa que com certeza vai ajudar a que as nossas crianças e nossos jovens entendam melhor o nosso Brasil.

No mais, nada impede que exibição de filmes seja dosado pelas escolas em face dos respectivos projetos pedagógico. A flexibilização e a dinâmica de realização do componente pode viabilizar a utilização. Bem, então, numa análise do mérito, nós somos favoráveis, e por fim, tendo em conta a premência de renumeração do § 6º proposto, como § 7º, em face de criação de dispositivo com aquele número por meio da Lei nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008, quer-nos parecer cabível a supressão da redação do *caput* do vigente art. 26 da LDB a nosso juízo indevida e necessariamente reproduzida no projeto. Assim, permitimo-nos apresentar emenda de redação que elide tais falhas menores, dando maior clareza e consistência ao projeto, em nada alterando o seu teor.

Eu vou ler aqui, Sr. Presidente, as duas emendas. Dê-se à emenda do Projeto de Lei do Senado nº. 185, de 2008, a seguinte redação: acrescenta o § 7º no art. 26, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes Básicas da Educação Nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas de educação básica.

A segunda Emenda. Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado, nº. 185 de 2008, a seguinte redação: art. 1º acrescenta o § 7º ao art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para obri-

gar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas de educação básica.

Outra emenda. Dê-se ao art. 26 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado, nº. 185 de 2008 a seguinte redação. A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas semanais.

Sr. Presidente, este é o relatório. Mas para complementar eu gostaria de dizer aqui que nessas horas a gente tem um pouco... vem aquele saudosismo. A lembrança de que quando éramos estudantes que e não tinha dia mais feliz quando terminávamos a aula, terminava mais cedo para que pudéssemos ir ao cinema de arte. Ao cine de arte. Que era exatamente na sexta-feira. Então, fica aqui o nosso parecer pela aprovação. E é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. Parabéns pela relatoria, muito bem feita, muito bem colocada, muito bem posta inclusive com a lembrança de produções nacionais, produções regionais. Apenas para acrescentar alguma coisa do Rio Grande do Sul, também. Eu espero que logo inclusive as escolas possam receber, por exemplo, a mini-série da Globo, 'A Casa das Sete Mulheres', que conta muito da história da formação do Rio Grande do Sul, que está em DVDs e poderão ser assistidas em sala de aula, que será um acréscimo muito importante do desenvolvimento da cultura, divulgando a cultura do Rio Grande do Sul para o Brasil. Assim como também O Quatrilho, que é um belo filme feito no Rio Grande do Sul e que conta um pouco da história da colonização italiana lá no sul do país, também um filme de alto significado cultural. E todas as regiões e todos estados seguramente têm produções do gênero, por isso é importante a aprovação deste projeto. Está em discussão. Como não há quórum para votação nominal terminativa, nós estamos adiando a discussão e a votação para a próxima sessão. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto outra para as emendas.

Vamos imediatamente ao item 4 da Pauta, não terminativo. Projeto de Lei do Senado 91, de 2008, altera a Lei 11.284, de 2 de março de 2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para implantação de centros de educação ambiental. Autoria Senador Gim Argello, relatoria Senadora Marina Silva, a quem passo a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu vou direito à análise

do projeto. O projeto da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 91, de 2008, que altera a Lei nº. 11.284 de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para implementação centros de educação ambiental.

A análise. Quanto aos aspectos constitucionais informais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa nos termos da Lei Complementar nº. 95 de 98. No mérito, o PLS nº. 91, de 2008 inclui dois novos parágrafos no art. 41 da Lei nº. 11.284 de 2006 que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável, de modo a assegurar educação ambiental aos cidadãos da Amazônia mediante a criação de centros de educação ambiental nos municípios daquela região. A reflexão sobre as práticas sociais em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e de seus ecossistemas, envolve uma necessária articulação com a produção de sentido sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento de diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e da comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve ser necessariamente, deve necessariamente contemplar as interrelações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento e com ênfase na sustentabilidade sócio-ambiental.

O papel do poder públicos é indutivo nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para atual quadro atual de degradação sócio-ambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a produção participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Por outro lado, tendo-se em vista que o combate a degradação ambiental é objetivo não apenas da Amazônia, mas também do Brasil e do mundo, uma vez que é um problema transnacional por excelência, ignora fronteiras naturais ou estatais, concordamos com as emendas propostas pelo Senador Marconi Perillo, que tem o sentido de ampliar o escopo territorial dos futuros centros de educação ambiental. Nesses tempos em que a informação assume um papel cada vez

mais relevante, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas, para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido, cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação sócio-ambiental. Nesse caminho, a iniciativa parlamentar é louvável. Contudo, a iniciativa já se encontra prevista na Lei 11.284, de 2006, denominada Lei de Gestão de Florestas Públicas, em seu art. 41, quando determina a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e impõe, em seu § 1º quanto ao uso dos recursos. § 1 Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas: Inciso I Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II Assistência técnica extensão florestal; III Recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV Aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V Controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI Capacitação e manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; e o VII Educação ambiental. O VIII Proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

Considerando que o projeto não amplia a lista de áreas prioritárias e a atuação do Fundo de Desenvolvimento Florestal, a proposição torna-se redundante. Quanto ao Voto, diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado, nº. 91, de 2008, ainda que compreendendo os méritos, mas já está contemplado na lei que estabeleceu a gestão das florestas públicas no Brasil.

No processo de elaboração da lei, Sr. Presidente, nós fizemos um estudo muito cuidadoso de todas as iniciativas de regramento em relação ao uso sustentável de florestas, verificamos também a lei de países que são manejadores de florestas, como é o caso da Malásia, da Indonésia, do Canadá e outras experiências, no sentido de verificarmos quais seriam os as melhores formas de promovermos o uso sustentável, tanto comunitário quanto oneroso, das florestas públicas. E ao estabelecermos os recursos e a destinação do Fundo, nós consideramos que para além daqueles outros itens que mencionei, a educação ambiental constitui-se num elemento básico para que possamos ter uma lei de gestão de florestas públicas, o sistema de concessões públicas inteiramente adequado a uma nova

consciência que visa a proteção e ao mesmo tempo integrar o uso sustentável das bases naturais do nosso desenvolvimento. De sorte que mais uma vez reconheço a positividade da iniciativa do proponente, mas nós não podemos aprovar uma lei que já está contemplada adequadamente na Lei de Gestão de Florestas Públicas. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Marina. O Voto pela rejeição e ninguém melhor do que a Senadora Marina para emitir um parecer e um conceito a respeito de um projeto desta dimensão. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os que concordarem com o relatório permaneçam como se encontram. Está aprovado o relatório da Senadora Marina pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 91, 2008. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos agora ao item 7.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, não poderíamos ler logo o item 5, não, que eu sou relatora?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou solicitar a Senadora Rosalba que presida por cinco minutos, apenas por um item. Porque o item 7 já foi anunciado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente não pede, ordena, e a gente compre.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu agradeço a compreensão.

O item 7, Projeto de Lei do Senado 191, de 2009, estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor, oriunda da relação de educação. Autoria Senador Paulo Paim, está presente, relatoria Senador Gerson Camata que autorizou na designação de relator *ad hoc*, na condição de Presidente eventual, já que não está na 3ª sessão, estou avocando a relatoria do projeto, por isso eu solicito à Senadora Rosalba que assuma por estes minutos a presidência da Comissão, para que eu possa apresentar o relatório *ad hoc* elaborado pelo Senador Gerson Camata, que é favorável com algumas emendas oferecidas. E lembrando que a matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini para presidir a sessão.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos passar a apreciação do item 7. Projeto não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 191, de 2009. Estabelece procedimentos de

socialização de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor, oriundas da relação de educação. A autoria Senador Paulo Paim e a relatoria do Senador Gerson Camata. O Senador Sérgio Zambiasi será o nosso relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Rosalba Ciarlini. Projeto da Comissão da Educação de autoria do Senador Paulo Paim que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas em casos de violência contra o professor oriunda da relação da educação. Nós entendemos um projeto de extrema importância, o Senador Gerson Camata elaborou um projeto muito sólido, apresentando parecer favorável ao projeto.

Em seu relatório, o Senador Camata esclarece que a proposição trata do atendimento inicial entendido como aquele a ser prestado na iminência ou após a prática da violência contra o docente. O art. 3º discrimina as providências que a autoridade policial deve adotar de forma imediata, no sentido de assistir o professor nas referidas situações. A seu turno, o art. 4º relaciona as providências a serem tomadas pela autoridade policial após o registro da ocorrência, sem prejuízo do que determina o Código de Processo Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seus arts. 5º e 7º, a proposição trata dos casos de liberação ou não do agressor.

E o Capítulo II, que inclui os arts. 8º a 12 trata das medidas de proteção ao ofendido e ao agressor. Os arts. 13 a 19 formam o Capítulo III, Dos procedimentos, que determina, nos dois primeiros artigos, seja observado o disposto no Código de Processo Penal quando se tratar de agressores penalmente imputáveis, ou do ECA, no caso de menores de 18 anos. E os arts. 13 a 20 a 22 compõem o Capítulo IV, Das disposições finais. O primeiro prevê que os estabelecimentos de ensino desenvolverão mecanismos internos de solução de conflitos entre professores e alunos e manterão equipe de atendimento multidisciplinar integrada por profissionais das áreas psicossocial e de saúde, para prestar assistência aos professores e alunos.

O autor apresenta, na justificação do PLS, dados trazidos pelo estudo: *A Vitimização de Professores e a Alunocracia na Educação Básica*, elaborada por Tânia Maria Scuro Mendes e Juliana Mousquer Torres, que tratam a violência contra professores e o sentimento

de insegurança enfrentado por eles nas salas de aula do nosso país.

Vou direto à análise. O projeto é de extrema relevância por definir critérios de prevenção contra a violência ao professor, assim como estabelecer medidas de proteção ao ofendido e critérios de punições ao agressor. Infelizmente a violência nas salas de aula é uma realidade de nosso sistema de ensino. Como cita a justificação do projeto, segundo pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, com 2.400 professores em seis capitais brasileiras: São Paulo, Rio, Salvador, Porto Alegre, Belém e Brasília, em 2003, 86% dos docentes admitem haver violência em seus ambientes de trabalho. A proposição surge de maneira louvável, como forma de proteger os docentes que em sua imensa maioria, 89% conforme dados do estudo supracitado no relatório, gostariam de contar com legislação que os amparassem contra agressões praticadas por alunos.

Por fim, não há ressalvas a serem feitas quanto à observância aos princípios de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislativa pela proposição, à exceção de duas pequenas correções: uma na numeração dos incisos do art. 8º do Projeto, que apresenta incorretamente um inciso II a após o inciso I; e outra, para substituição da expressão “medidas protetivas” não dicionarizada, pela forma “medidas de proteção”.

O Voto. Ante o exposto, o voto exalado pelo Senador Camata, que eu acompanho, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 191, de 2009, com a seguinte emenda de redação: Corrija-se a numeração do inciso II a, do art. 8º do Projeto de Lei do Senado 191, de 2009, para inciso II, mantendo-se inalterada a numeração dos demais incisos. A outra emenda: substitua-se onde constar o Projeto de Lei do Senado 191, de 2009, a expressão “medidas protetivas” pela forma “medidas de proteção”.

Portanto, este é o relatório, Senadora Rosalba, e o parecer do Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação de jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação é favorável. Este é o relatório, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador Paulo Paim, para discutir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, rapidamente primeiro cumprimentar ao Senador Zambiasi, eu conversava aqui com a Senadora Kátia, ela perguntava: “Senador, me permita essa informalidade, se além de ser um grande senador, você também

trabalha em comunicação". Eu digo: "É um campeão no meu estado de rádio e de voto ainda". E nas pesquisas ele está em primeiro lugar de novo, para qualquer cargo que a gente disputar lá.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Já que o Senador Paim declarou as minhas inconfidências aqui, mas eu sinceramente fiquei encantada, além da sua competência, da sua eficiência, eu sei o que quanto é reconhecido no Rio Grande pela população, pelos eleitores especialmente e uma voz maravilhosa, extraordinária. Ficou vermelho.

[risos]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É que eu sou de estúdio, por isso a manifestação em públicos sempre me deixa vermelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi só elogio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ainda mais um elogio desse, da Senadora Kátia Abreu, de quem o Brasil inteiro é fã e a admiro pelo seu trabalho também, a sua defesa intransigente pelo direito a propriedade, que é muito importante. Parabéns.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas só dizer que aqui é só elogio. Tanto de minha parte como dela, viu? Não só como homem de comunicação, mas seu mandato também como senador. Eu dizia aqui, me permita que eu diga isso que na última pesquisa agora, V.Exa. está ainda na minha frente, e V.Exa... não, mas eu não sou candidato eu vou te dar uma força.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É verdade. É verdadeiro, mesmo que as pesquisas estejam nos privilegiando e estamos praticamente juntos à frente de todos, e bem à frente, eu tomei uma decisão e anunciei inúmeras vezes e repeti tantas outras que eu não sou candidato à reeleição ao Senado. Eu busco outros caminhos, razão pela qual, eu estou muito privilegiado por este tempo de mandato, tive um aprendizado maravilhoso no convívio com os colegas aqui no Senado que é uma Casa grande, importante, e poder ter convivido com o Senador Paulo Paim, Senador Simão lá do meu estado, estreitando essa relação também fui muito importante. Mas acho que eu prego renovação e tenho que ser coerente com a minha pregação. Se eu prego renovação é justo que eu abdique desta cadeira, que em princípio o Rio Grande se dispõe a renovar, para que outro substitua e venha a ocupar em nome do Rio Grande a minha cadeira aqui no Senado. Esta é uma decisão que eu tomei porque é coerência. Quero a renovação, trabalho pela oxigenação. Então, é justo que eu abdique da minha cadeira, para que outro a ocupe.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer, me permita ainda, Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, que nesse sábado eu lancei o livro *Todo*

o Poder Emana do Povo e quem faz a apresentação do livro, e que escreveu um belíssimo texto, Senador Sérgio Zambiasi. Foi muito bonito lá na Feira do Livro em Porto Alegre a apresentação que V.Exa. Fez, quero de público aqui agradecer.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acredito na pluralidade, Senador Paim, no diálogo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, o que estou achando interessante é que no diálogo dos senadores do Rio Grande do Sul, é que eu também sou de um Rio Grande, que é Norte, é que isso mostra como o povo brasileiro está querendo transformações, querendo mudanças, querendo realmente essa renovação. Então, Senador Zambiasi, acho que nós vamos nos encontrar em outros caminhos, se Deus quiser.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então, viu só?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Plantando, semeando bem para que a gente possa colher muitas rosas de trabalho, realização.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Estamos semeando bons ventos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, só uma rápida colocação sobre o projeto. V.Exa. conhece--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos aqui continuar o projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conhece o projeto, esse projeto foi feito pelas professoras e professores universitários do Rio Grande do Sul e eu disse que provavelmente seria votado hoje, V.Exa. seria o relator *ad hoc*. O Senador Gerson Camata fez um belo trabalho e V.Exa. infelizmente como não estava presente, ele de pronto pediu e V.Exa. fez o relatório. Na verdade, é um projeto que visa proteger também os professores, porque normalmente nós todos olhamos sempre para o aluno e corretamente, mas é importante também olhamos para os professores. Este projeto visa dar proteção no caso da agressão que possa acontecer no ambiente escolar também para os professores. Era esse o comentário, meus cumprimentos ao Senador Sérgio Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Continua a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos agora passar ao item... ah, esse não é... Desculpe, porque esse não é terminativo, nós podemos votar. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Retorno a presidência ao Senador Sérgio Zambiasi.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. E nós estamos imediatamente dando sequência à apreciação dos projetos da Ordem do Dia de hoje.

Vamos ao item 3 da Pauta. Projeto de Lei da Câmara 114, 2009, terminativo. Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo, autoria Deputado Carlos Melles, relatoria Senadora Kátia Abreu, a quem passo a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria, antes de mais nada, dizer do entusiasmo e da alegria de poder estar relatando esse projeto do Deputado Carlos Melles, do Democratas de Minas Gerais. Antônio Ernesto de Salvo foi uma das pessoas mais importantes para o agronegócio brasileiro, Ex-Presidente da CNA. Sem dúvida, não se pode negar que a agropecuária que constitui um dos mais importantes setores da economia nacional, merece ser reconhecida e valorizada por meio da homenagem às pessoas que realizam ações em prol do desenvolvimento setor. Da mesma forma, é inegável a importância do trabalho que Antônio Ernesto de Salvo realizou em prol do fortalecimento do agronegócio. O Sr. Antônio Ernesto dedicou toda a sua vida ao trabalho de organização e desenvolvimento do setor agropecuário, com sua atuação desde a fundação do sindicato rural de Curvelo, Minas Gerais e da fundação da Associação Mineira dos Criadores de Zebu, ele conseguiu unir os diversos setores da agricultura e pecuária do Brasil em torno do objetivo de fortalecer e desenvolver o agronegócio.

Antônio Ernesto Werner de Salvo nasceu em 06/07/33 em Curvelo, Minas Gerais, foi engenheiro agrônomo formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955 no Rio de Janeiro; fazendeiro em Curvelo, Minas Gerais, administrou a Fazenda Canoas, onde foi criador reconhecido pela excelência do rebanho da raça Guzerá. Foi o seu conhecimento a respeito do assunto tornou-o um membro do Colégio Brasileiro de Juízes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, ABCZ, com sede em Uberaba, Minas Gerais. Foi Vice-Presidente e Presidente da Associação de Criadores de Guzerá do Brasil, membro da Diretoria do Conselho Deliberativo da ABCZ, recebeu o Mérito Pecuário em 1987 oferecido pela entidade. Foi Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, por quase duas décadas, além de também ter sido Presidente do

Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil, Rural Brasil, do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR, e da Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores, CIAGA, que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas. Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais, entre eles o livro *Guzerá 50 Anos, Fazenda Canoas, Curvelo, Minas Gerais*. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do TST e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Falecido em 29 de junho de 2007, Antônio Ernesto Werner de Salvo representou uma das figuras mais representativas na história do setor agropecuário nacional. Trata-se de uma reconhecida homenagem a quem dedicou sua vida ao agronegócio e pelo seu exemplo de vida e abnegação, pelo seu compromisso com a vida pública, com honestidade e seriedade.

Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de criar uma comenda com o nome de Antônio Ernesto Werner de Salvo, para homenagear pessoas que estejam trabalhando em prol da agropecuária em nosso país.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 114, de 2009.

E ainda para complementar, Sr. Presidente, gostaria aqui de destacar a sua bandeira apaixonada pelo direito de propriedade, pela segurança jurídica do país, especialmente no campo brasileiro. Merece toda a nossa lembrança, o nosso carinho, administração e principalmente gratidão por tudo que nos ensinou, a mim particularmente, e a tudo que fez pelo agronegócio brasileiro e de forma muito especial pelo gado e rebanho Guzerá brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Kátia Abreu, parabéns pelo relatório. Ninguém melhor que a Senadora Kátia Abreu para emitir este relatório exatamente pela afinidade e pelas origens. Por isso temos uma proposta tão bem acolhida aqui na Comissão.

Coloco em discussão. Porém, não há número suficiente para votação em caráter terminativo, razão pela qual eu adio a discussão e a votação para a próxima sessão. Muito obrigado, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vamos ao item 5 da Pauta. Projeto de Lei do Senado 337, de 2006. Altera o § 2º do art. 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir

no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas. Autoria Senador Roberto Saturnino, relatoria Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório favorável com emendas oferecidas. Passo a palavra a relatora Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero aqui desde já parabenizar o Senador Roberto Saturnino por este projeto, porque na realidade esse é mais um projeto que mostra a importância da cultura na escola, do ensino das Artes Cênicas, da Música, das Artes Plásticas como um instrumento maior de educação, como instrumento de incentivo, de socialização, enfim, fundamental para o desenvolvimento da nossa infância e da nossa adolescência.

Então, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 337 de 2007 (sic), do Senador Roberto Saturnino, institui no ensino da Arte a obrigatoriedade de desenvolvimento de conteúdos alusivos a Música, às Artes Plásticas e às Artes Cênicas em todas as etapas de modalidade de ensino de educação básica. Para tanto, o projeto modifica o art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, mediante inserção de dispositivo específico. De acordo com o art. 2º do Projeto, os sistemas de ensino ficam obrigados a cumprir a inovação no prazo de cinco anos e ainda tomar todas as providências necessárias à consecução desse fim. Entre tais medidas o dispositivo menciona expressamente a formação de professores em número suficiente para tarefa do ensino de Artes nos moldes previstos.

Pelo art. 3º, a lei em que o projeto se transformar terá vigência a partir da data de sua publicação.

Para o autor, a iniciativa se presta principalmente a resgatar o valor da Arte na formação integral do ser humano em adição aos objetivos explícitos de garantir o contato sistemático do alunado com a prática das Artes e o apoio de professores especializados, cuja formação é determinada pela nova lei, criam indiretamente a oportunidade de ocupação para profissionais atuantes ou interessados em atuar na área, mas sem respaldo no espaço institucional da escola. Este é outro ponto importante do projeto, Sr. Presidente, porque ele vai criar também um campo de trabalho, ampliar a área de atuação de artistas de pessoas que têm notório conhecimento de Artes e que pode muito bem transmitir aos nossos alunos.

A proposição, que tem decisão terminativa dessa Comissão de Educação Cultura e Esporte, não recebeu emendas no prazo regimental. Importa ressaltar por fim, que a matéria já tramitou em conjunto o Projeto de Lei do Senado, nº. 330, de 2006, que deu à Lei nº.

11.769, de 18 de agosto de 2008, a que nos reportaremos oportunamente no decorrer desse relatório.

Análise do relatório. O PLS nº. 337, de 2006, envolve matéria de Duque natureza educacional, sujeitando-se, portanto à apreciação desta comissão por força do dispositivo no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. O mérito e relevância social da proposição já foram exaustivamente afirmados nos debates realizados no Congresso Nacional. A respeito do assunto, tanto na perspectiva de inovações curriculares voltadas para formação integral do aluno, quanto sob a ótica de valorização social dos profissionais com formação na área artística. A corroborar essa assertiva, valemo-nos da recente sanção da mencionada lei, nº. 11.769, de 2008, que levou a música à condição de conteúdo privilegiado do estudo das artes, em ambiente escolar formal.

Portanto, no que diz respeito a esses aspectos, nada há obstar a tramitação e aprovação do projeto. A nosso juízo, caberia tão-somente a sua adequação em face das mudanças já carreadas ao texto da LDB por meio da norma acima mencionada. A propósito, parece-nos adequado harmonizar a proposição com o texto do § 6, recém introduzido na LDB, segundo o qual a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular de que trata o § 2º do art. 26 dessa norma. Essa solução, além de preservar o intento original do PLS nº. 337, de 2006, e valorizar a mudança decorrente da Lei nº. 11.769/2008, permite a manutenção do prazo determinado aos sistemas de ensino para o desenvolvimento da temática musical que foi de três anos.

De resto, nada há a comprometer a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº. 337, de 2006. Por essas razões, uma vez efetuados os aprimoramentos aventados, cumpre-nos tão-somente afirmar sua pertinência e oportunidade, e por dever de ofício reputá-los digno de aplauso e acolhida desta Casa e do Congresso Nacional.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 337, de 2006 com as seguintes emendas: Primeira emenda dê-se ao art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 337, de 2006, a seguinte redação: a música, as artes plásticas e as artes cênicas constituem conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º.

Segunda emenda. Dê-se o art. 2º do Projeto de Lei nº. 337, a seguinte redação: art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes da aplicação desta lei, relativamente ao ensino de artes plásticas e artes cênicas, incluindo a formação

de respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica é de cinco anos.

Terceira Emenda. Dê-se à emenda do Projeto de Lei do Senado 337 a seguinte redação. Altera o § 2º e 6º do art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.

Quarta emenda. Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, a seguinte redação: art. 1º. Os § 2º e 6º do art. 26 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a ter a seguinte redação.

Sr. Presidente, este é o relatório, essas são as emendas. Eu gostaria só de, antes de passar à discussão do projeto, que é terminativo, sei que nós não temos quórum para se votado hoje, mas foi muito importante podermos ler e mostrar ao Brasil, à população, a importância desse projeto, até porque quando nós falamos tanto da violência que está crescente nas escolas, eu tenho certeza que é o caminho da arte, são as artes cênicas, as artes plásticas, a música, o cinema na escola, que vai fazer com que esse ambiente, em vez de ser um ambiente de violência, se transforme, com certeza, num ambiente saudável de paz, de muita alegria que é assim que nós queremos as nossas escolas para os nossos filhos e os filhos das mães brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Parabéns, Senadora Rosalba. Territórios de paz, as escolas devem ser territórios de paz.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Acima de tudo. E leitura realmente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E onde eu estiver, tenha certeza, pode ficar certo, será sempre a minha bandeira. Fazer de escola um território de paz, fazer com que a escola possa ter todos os atrativos, para engrandecer a criança, para fazer com que ela possa realmente se sentir um rei, um príncipe, uma princesa, nesse sentimento do respeito à educação, do respeito ao direito da criança. Não é escola com a violência, não a escola com tráfico de drogas. Não, isso nós temos que combater com a voz que o povo do Rio Grande do Norte nos confiou aqui no Senado Federal. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bem. O parecer da Senadora Rosalba é favorável com emendas oferecidas, está em discussão. Como nós não temos número suficiente para a votação, é terminativo, nós estamos adiando a discussão e a votação para a próxima sessão.

Vamos agora ao item 2 da Pauta. Não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 251, de 2009, autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. Autoria Senadora Marisa Serrano, relatoria Senador Flávio Arns, parecer favorável, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado, Sr. Presidente. É um projeto, como já foi mencionado, da Senadora Marisa Serrano, projeto importante que autoriza o Poder Executivo a implantar, em articulação com estados, municípios e Distrito Federal serviços de monitoramento de ocorrências de violência escolar, denominado Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas. Esta é a maior preocupação da sociedade hoje em relação às escolas, não é mais qualidade de ensino, mas sim violência no ambiente escolar.

De acordo com o projeto, a iniciativa será utilizada prioritariamente na produção de estudos, levantamentos, mapeamento de ocorrências de violência escolar, sistematização e divulgação de medidas e soluções de gestão eficazes no combate à violência escolar, na promoção de programas educacionais e sociais voltados à formação de cultura de paz, na prestação de assessoramento às escolas consideradas violentas, nos termos de regulamento e na prestação de apoio psicossocial a membros na comunidade escolar vítimas de violência nas dependências de estabelecimento de ensino ou em seu entorno.

A autora justifica a proposição tomando como inspiração iniciativa em vigor nos Estados Unidos da América, ela relata que naquele país uma das primeiras medidas de combate e prevenção à violência nas escolas foi emanada de uma diretiva presidencial de 1984 com força de lei, a qual teria motivado a criação do Centro Nacional de Segurança nas Escolas, NSSC, em inglês. Inobstante a gama de atividades desenvolvidas pelo NSSC, que hoje inclui até o delineamento de perfil de potenciais candidatos ao cometimento de atos de violência, aduz, as comunidades escolares daquele país, vez por outra, são surpreendidas por situação que chocam a mundo inteiro. É certo que, sem um instrumento como NSSC, as coisas poderiam ser deveras piores.

Muito bem. A análise. É forçoso ressaltar que a violência escolar constitui problema com contornos e consequências superiores àquilo que se costuma alardear a respeito do tema. Assim não foi a toa que a temática assumiu relevância a ponto de ser incluída na agenda de políticas educacionais do país. A razão maior para tanto é que a violência afeta direta e indiretamente os processos e objetivos e resultados da instituição escolar. Como se sabe, o teor dos estudos

até aqui disponíveis, a violência tem múltiplas interfaces com a frequência escolar e com processos mais complexos, como a aprendizagem e a pretensa formação de novos cidadãos. Com efeito, proposições envolvendo o assunto são sempre oportunas, pela possibilidade de trazer novas luzes e soluções ao problema. Só por isso, o Projeto de Lei já seria merecedor de atenção. Cumpre lembrar também que na reunião do último dia 11 de agosto a Comissão de Educação aprovou parecer favorável ao PLS 191, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que trata da criação da Agência Federal para Coordenação da Segurança Escolar, tal organismo destinar-se-ia a apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal e por outros órgãos locais, pelas secretarias de educação, por professores, alunos, servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aula.

A correlação entre as matérias ensejaria a sua tramitação conjunta, entretanto, adiantado estágio de discussão do PLS 191, de 2008, constitui impedimento regimental à aplicação do princípio da economia processual ao caso. No mais, é imperioso relembrar que o PLS em exame, da Senadora Marisa Serrano, contempla questões ainda não tratadas na legislação específica e nas proposições e andamento. Dessa maneira, parece-nos que o mais recomendável nesse caso é avançar a sua análise, de modo a permitir, se for o caso, que suas exposições, pelo menos em parte sejam carreadas ao PLS 191, de 2008, na ocasião em que este estiver sendo discutido terminativamente no âmbito da CCJ. Sendo assim, uma vez afirmados o mérito e a relevância do projeto, do ponto de vista educacional, quer nos parecer justo que receba manifestação favorável desta Comissão. Com isso, o PLS poderá ser objeto de exame mais judicioso por parte da CCJ no tocante aos aspectos de constitucionalidade, a princípio equacionada diante o caráter autorizativo da proposição, que tem respaldo e entendimento firmado pela própria CCJ, consoante o Parecer nº 527, de 98 e juridicidade.

Então Sr. Presidente, diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 251 de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, a quem eu cumprimento pela iniciativa, porque como eu já mencionei, a questão da abordagem da violência nas escolas é preocupação de toda a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flávio Arns, em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação. Senadoras e senadores que con-

cordem, permaneçam como se encontram. Está aprovado o Projeto de Lei do Senado 251, de 2009, matéria terminativa segue para a Comissão Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos agora aos itens 18 e 19 com a relatoria ad hoc do Senador Roberto Cavalcanti. Item 18 terminativo. Projeto de Lei do Senado 271, de 2009 autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Umarizal. Autoria Senadora Rosalba Ciarlini e outros, relatoria Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório favorável. A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/10, 3/11, 10/11. A matéria deverá ser votada em bloco, segundo a Decisão nº. 1 desta Comissão, aprovada por unanimidade em 9/6/2009.

Relator *ad hoc*, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senador, pela ordem. Seria possível regimentalmente V.Exa. ler o item 19 que são projetos similares do mesmo autor, do mesmo relator. É possível ou não? Tem que ser etapa por etapa. Então, vamos lá ao 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A assessoria informa que deve ser item por item.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senador Sérgio Zambiasi, é um privilégio ter da parte de V.Exa. a concessão de relatar *ad hoc* esses dois projetos, quem é navegador sabe que na madrugada, antes do amanhecer do dia, surge uma luz e essa luz muitas vezes é confundida como outra embarcação, como algo da natureza. Mas na verdade, é Vênus que nasce, e nasce de forma esplendorosa, exatamente antes do raiar do dia. E eu diria que da mesma forma a competição que eu tenho V.Exa. é uma competição extraordinária, porque V.Exa. está sempre presente para em primeiro lugar, digitar a senha e o ser o primeiro a comparecer no Senado Federal, no painel eletrônico. Então, eu não sou Rubinho Barrichello, não, mas estou terminando e me contentando com o segundo lugar, nas provas de amanhecer do dia no Senado Federal, com V.Exa.

Passado esse lado assim mais brincalhão de nossa relatoria, eu gostaria de dizer que é com muita emoção que eu relato um projeto da Senadora Rosalba Ciarlini, por se tratar de uma senadora que tem dedicado toda sua atuação ao Rio Grande do Norte, principalmente na área educacional. É de formação de medicina, mas me parece que tem uma vocação extraordinária educacional.

O projeto em pauta se refere à implementação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Rio Grande do Norte, espe-

cificamente no Município de Umarizal, segundo o relato que eu tenho honra de, da forma *ad hoc*, fazer sua relatoria no dia de hoje, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que também um senador extremamente atuante, presidente de comissões, e Ex- Presidente desta casa, o Senador Garibaldi, ele é relator no sentido de que tendo em vista a qualificação do trabalho ser de vital importância na formação profissional, essas escolas técnicas, elas têm extrema valia e fazem parte de um programa do Governo Federal, que está tendo um grande sucesso em apenas dois, três anos se fez mais escolas técnicas, que eu chamo de escola técnica, que é como antigamente elas eram chamadas, hoje são institutos federais, mas ela somente nesse curto período equivalem a quase cem anos feitos anteriormente. Então, de parabéns a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador Garibaldi Alves, no tocante à relatoria, da análise e tal, e acompanho o voto do Senador Garibaldi, que é em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei. Então, estamos dando ao município que tem uma população de aproximadamente 65.000 habitantes, que é o Município de Umarizal, de uma microrregião com o mesmo nome, esta oportunidade de desenvolver e de dar à sua população, e à população do seu entorno essa formação profissionalizante, que é de extrema importância. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de relatar, é o item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Obrigado, Senador Cavalcanti, parabéns pelo relatório. Muito bem elaborado e que acompanha o parecer favorável do Senador Garibaldi. Nós estamos colocando em discussão, autora Senadora Rosalba, quer se manifestar? Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de pedir ao Senador Zambiasi, se me permite V.Exa., para que eu possa aqui dizer que esse projeto, ele tem um significado muito especial. Porque essa região, a região do médio oeste onde está inserida a cidade de Umarizal, ela congrega esta cidade ao entorno de mais 11 municípios, em torno duma população de 65.000 habitantes. E a economia está centrada na mineração e na pecuária, na agricultura de pequeno porte. Só que ela está bem próxima às serras, Martins, de Porto Alegre. E quando a apresentamos o projeto, nós além de termos colocados essas atividades que já são próprias da região e que o ensino técnico, ele faz com que possam ser melhor aproveitadas e geradores de rendas e de emprego, nós também colocamos a questão do turismo. Do turismo, porque é fundamental que possamos criar condições de desenvolver cada vez mais o ensino técnico, a preparação num país que tem todas as características para ser um país que brilhe no

cenário mundial como fortíssimo na área do turismo. O turismo, ele gera emprego, gera renda.

Então o motivo não somente para a escola técnica federal, para a cidade de Umarizal, que aqui o relatório tão bem feito pelo Senador Garibaldi Alves, que por estar em missão oficial na ONU em Nova Iorque, e aqui representado pelo Senador Roberto Cavalcanti, muito bem representado, meu amigo, da Paraíba, conhece essa nossa realidade. Daí porque além dessa escola de Umarizal, outras que já foram aprovadas, apresentadas de minha autoria, referentes ao Estado do Rio Grande do Norte, como para a cidade de Goianinha, para a cidade de Alenxandria, para a cidade de Ceará Mirim e também... Está lembrado, hein, parece que você conhece bem Ceará Mirim, que é a cidade que também é uma importância muito grande na região canavieira dos engenhos, na micro... próximo a praias bonitas, pertence àquela cidade de Ceará Mirim. É histórica, uma das primeiras cidades que foram implantadas no Rio Grande do Norte.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu queria colocar, da minha satisfação em ter esses projetos autorizados. Mas a luta vai continuar porque não é somente autorizá-los, é também trabalhar no sentido de ver implantado o Instituto Técnico Federal nessas cidades, que com certeza irão promover o desenvolvimento para o nosso estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba, continua em discussão. Se não houver mais senadores interessados na discussão, tendo em vista em ser projeto terminativo e não havendo quórum, nós vamos adiar a discussão e a votação para a próxima sessão.

Vamos agora ao item 19, terminativo. Projeto de Lei do Senado 270, de 2009, autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no Município de Nova Cruz. Autoria Rosalba Ciarlini, relatoria Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório favorável, relator *ad hoc*, Senador Roberto Cavalcanti, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, mais uma vez trata-se de um projeto bastante semelhante ao anteriormente relatado, também de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini que tinha como relator o Senador Garibaldi Alves, que conforme relatado, está em missão oficial do Senado Federal na ONU.

Para mim é um privilégio relatá-los, porque o Estado do Rio Grande do Norte é um estado irmão geminado à Paraíba, suas lideranças políticas são de minha extrema amizade pessoal, tanto a Senadora Rosalba Ciarlini como Senador Garibaldi Alves Filho. Desta feita,

trata-se de uma mesma implantação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Instituto Federal, no Estado do Rio Grande do Norte, na Cidade do Município de Nova Cruz. No Município de Nova Cruz, é um município um pouco maior do que o anteriormente relatado, trata-se de um município de 142.000 habitantes, na micro região do agreste potiguar, e tem um potencial fantástico no tocante ao seu desenvolvimento nas áreas agrícolas e comercial. É, conforme já especificado, de um centro de qualificação de trabalho, de qualificação profissional, extremamente valiosa. Eu dou meu testemunho pessoal, empresarial, de que na Paraíba a Escola Técnica Federal da Paraíba depois CEFET e agora IFET, ela proporcionou a todas as empresas a serem implantadas desde a década de 70, 60, 70 até hoje, qualificação de mão de obra extraordinária, estagiários, vai sem dúvida modificar o perfil econômico desta região no Estado do Rio Grande do Norte. É um privilégio relatá-la, parabéns a Senadora Rosalba Ciarlini pela iniciativa, e de parabéns. O relato já foi feito, o Voto que acompanha é o Voto que estava posto do Senador Garibaldi Alves, tendo em vista o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei, do Senado nº. 270, de 2009.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, parabéns pela relatoria. Está em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Para discutir, Senadora Rosalba Ciarlini, autora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Quero agradecer. Presidente, é só um detalhe que eu quero esclarecer, porque eu sei que a TV Senado nos leva a todo Brasil e ao Rio Grande do Norte, conseqüentemente. E lá na cidade de Nova Cruz talvez alguém esteja perguntando por que colocar esse projeto para implantação de uma escola técnica federal, se lá já funcionam curso de escola técnica federal? É que na realidade, Cidade de Nova Cruz, como não foi possível na primeira etapa de implantação dos centros, dos Institutos Técnicos Federais, foi feito uma... para que a cidade pudesse começar a trabalhar com o ensino técnico, foi feito uma extensão, através da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, universidade federal, para que pudéssemos ter como se fosse um anexo, uma extensão do Instituto Técnico Federal de Natal em Nova Cruz. Agora, essa lei, esse Projeto de Lei é para que a cidade passe a ter a sua unidade, sua unidade realmente com condições de crescimento, de

uma estrutura que vai dar essa garantia à cidade de Nova Cruz, que é importantíssimo.

Para finalizar, eu gostaria aqui só de lembrar as cidades onde colocamos através de projetos de leis, Institutos Técnicos Federais: Ceará Mirim, Goianinha, Alexandria, Umarizal, Nova Cruz, São Paulo do Potengi e a Cidade de Lages.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba. Continua a discussão, não havendo mais interessados em discutir, nós vamos adiar a discussão e a votação, por ser terminativo, para a próxima sessão, por não haver quórum para a votação em caráter terminativo.

Eu vou colocar, submeter à apreciação extrapauta, um requerimento e um aditamento ao requerimento, requerimento assinado pelo Senador Paulo Paim e por mim. Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública conjunta da CAE, CCJ, CAS e Comissão de Educação para debater e instruir o PLC 221, de 2009, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale Cultura, altera as leis 8.212, de 24 de julho de 91 e 7.713 de 22 de dezembro de 88 e a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 e dá outras providências. No dia 24 de novembro de 2009, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Cultura Juca Ferreira. Está em votação. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem. Eu mais uma vez faço uma ponderação da extrema responsabilidade que nós temos nas convocações dessas audiências públicas. Neste momento está acontecendo uma Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença de diversas personalidades convidadas. Personalidades essas que vêm ao Senado Federal com o maior carinho, o maior respeito, vêm honradas pela convocação nossa, e esta audiência que está se realizando nesse momento só tem a presença de um senador. Então eu acho que eu votarei sempre favoravelmente, agora, eu quero fazer a ressalva da responsabilidade nossa nessas convocações, porque nós passamos aqui por vexames, é uma vergonha para o Senado Federal, fazer convocações de audiência pública na qual não existe a presença dos nossos companheiros no tocante a dar quórum, dar pelo menos credibilidade, porque ao estarem desse lado que V.Exa. está, convocados pelo Senado Federal, essas autoridades estão imbuídas da maior responsabilidade, da maior vaidade. E do lado de cá, nós senadores estamos normalmente extremamente ausentes nessas audiências públicas. Então eu acho que é extrema valia, pela preservação da própria imagem do Senado Federal, que nós tenhamos esta

consciência e nós não passemos pela vergonha que é muitas vezes estarem todas as autoridades falando nesta Mesa, de frente para o nada, de frente para assessores nossos, quando na verdade existe uma ausência sistemática dos senadores por ocasião dessas audiências públicas. Era esse registro que eu gostaria... tenho feito esse registro, não só nessa Comissão, mas em todas as comissões na qual estão sendo recentemente aprovadas essas convocações de audiência pública. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Concorde plenamente com suas observações, ocorre que são muitas comissões, e normalmente os senadores estão indicados para participar como titulares de duas, três vezes, até mais comissões que reúnem-se nos mesmos horários. Então, nós temos uma proposta na reforma do regimento, inclusive para redução do número de Comissões, para que com isso todos possam estar presentes às sessões das comissões e votação e as audiências públicas também.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, mais uma vez eu pediria a paciência de V.Exa. no tocante a esse assunto, mas é um assunto que eu estou investindo em benefício da própria Casa, em benefício de nossa imagem, de nós todos como senadores. Eu faria um apelo de que todos os senadores que assinassem essas convocações, eles se comprometem a estar presentes do início ao fim das audiências públicas, que muitas vezes fazem perguntas e vão embora, com um gesto de extrema deselegância para com as pessoas que são arguidas. Estão presentes momentaneamente nas comissões, fazem as perguntas, se retiram e as autoridades que vão responder aos companheiros senadores, estão respondendo no vazio, para ninguém. Então, eu faço um apelo para que pelo menos os subscritores dessas convocações de audiências se comprometam a estar presentes nas audiências durante todo o prazo de duração das mesmas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Observação pertinente que deve ser levada em conta na reforma do Regimento Interno do Senado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem Presidente. Eu quero também aqui somar as palavras do nobre Senador Roberto Cavalcanti e também do Senador Zambiasi que já demonstrou que concorda plenamente. Eu acho que essa é uma situação que não pode perdurar. Eu também estou de pleno acordo. Já vi situações, presidindo a Comissão e tendo a angústia de estar mandando ligar para os colegas, chamando. Que uma audiência pública é de extrema

importância para nos instruir, para que a gente possa refletir sobre projetos e sobre ações. Na realidade, além do projeto que o senhor já encaminhou para que possamos... que o número de comissões, elas sejam melhor, vamos dizer assim, melhor normatizadas, regulamentadas, fazer essa regulamentação, para que prossigamos ter mais tempo em cada comissão e estudar melhor, trabalhar melhor, analisar melhor cada questão que é apresentada, que nós temos que decidir.

E também uma coisa muito interessante é que possamos... isso aí estou tratando, já analisando e encaminhando o projeto, é que cada comissão tenha um número definido por semestre de audiências públicas, porque também está havendo uma... se solicita audiência pública muitas vezes em comissões que têm... por exemplo, Comissão de Direitos Humanos solicita audiência pública de um assunto que também está sendo solicitado na Comissão de Assuntos Sociais com, vamos dizer assim, semelhantes, e a mesma coisa na educação. Então, isso faz com que o número de audiências sejam muito grandes, está se abusando dos requerimentos em detrimento de aprimorar na qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, dos aqui vêm e apresentam estudo e preparam. Mas do nosso trabalho, que nós queremos melhorar cada vez mais para com que possamos melhor servir ao nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Flávio também...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu também quero de uma certa forma concordar com as observações que foram feitas. Realmente, eu penso assim, que muitas vezes as audiências públicas são requeridas por senadores e senadoras, não com objetivo propriamente de debater o assunto, de aprofundar o assunto. Não em função desse requerimento, mas às vezes para adiar, procrastinar uma determinada matéria. E aqueles que fazem o requerimento acabam não participando do debate. Isso acontece muito. Mas de qualquer forma, eu penso que aqui nesta Comissão nós temos tido até uma presença significativa, seja em reuniões, em votações terminativas, não terminativas e temos assim, avançado e o trabalho tem sido, vamos dizer, exaustivo, no sentido de debater-se assuntos, seja para instruir projetos de lei ou para debater assuntos de outra natureza, por exemplo, semana passada houve um seminário o dia inteiro com quatro painéis nesta Comissão, para se discutir os caminhos do ensino superior e particularmente o envolvimento das universidades particulares. E os desafios que es-

sas instituições de ensino superior particular, não só universidades, mas faculdades, centros universitários, universidades e mantenedoras, já que 75% das matrículas vêm do ensino particular no Brasil no ensino superior. Então, isso tem que ser debatido.

Um problema é aquilo que foi levantado, às vezes há uma iniciativa pública, uma sessão de homenagem no mesmo horário da Comissão e isso esvazia a Comissão. Nós já elaboramos um documento assinado pelos presidentes de todas as Comissões, eu enquanto presidía, também assinei o documento, para solicitar ao Presidente estudos nesta área para que não houvesse mais esta colocação no mesmo horário, essa sobreposição das reuniões da comissão com aquilo que acontecesse no Plenário. Isso, essa atitude foi tomada pela Mesa, que a partir de novembro, dezembro, não sei exatamente quando, isso não vai mais acontecer. Agora, em relação a este requerimento, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não vou ler ainda, vou ler agora. Qual deles? O requerimento da convocação do Ministro Juca Ferreira?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isso. É uma responsabilidade muito grande, porque está sendo pedido que seja com data marcada aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Há uma data marcada. Mas as datas podem ser obviamente renegociadas. A data é uma sugestão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como sugestão, então. Porque na semana que vem nós já temos também uma audiência com o atual Ministro, Ex-Ministro da Educação, assim para se fazer uma avaliação da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a presença de todos que passaram pelo cargo de Ministro da Educação, o que impediria aí sendo nesta data, a não ser que fosse no período da tarde, mas há um esvaziamento natural, se for no período da tarde. Então é só a observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu acredito que indicativo da data pode ter vindo até do próprio Ministério, e a assessoria vai se encarregar de orientar uma data e um horário adequados para esta audiência que eu acho importante, a vinda do Ministro Juca Ferreira, seguramente motivará a presença de inúmeros senadores aqui, porque o tema realmente é relevante, é importante e são quatro comissões conjuntas que deverão discutir a questão colocada aqui, que é o Vale Cultura. O Vale Cultura mereceu uma ampla

discussão na Câmara, seguramente merecerá uma discussão adequada também aqui no Senado.

O segundo requerimento que eu leio, em aditamento ao Requerimento 23, de 2009, da Comissão de Educação, referente ao tema Violência nas Escolas Brasileiras em que será debatido o assunto Drogas nas Escolas. Indico como convidados um representante da Secretaria Nacional Anti-Drogas, SENAD, e um representante do Conselho Nacional de Educação, CNE. Aditamento assinado pelo Senador Flávio Arns.

Estou colocando em votação. Os que concordam, permaneçam como se encontram. Estão aprovados os dois requerimentos com as observações feitas aqui. Primeiro o requerimento que chama para uma audiência pública conjunta CAE, e CCJ, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação para tratar do Vale Cultura, quem estiver a favor permaneça como se encontra. Está aprovado. O segundo é o aditamento do requerimento apresentado pelo Senador Flávio Arns, também os que estiverem a favor, permaneçam como se encontram. Está aprovado. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de dar meu testemunho a V.Exa. Senador Sérgio Zambiasi como também com o Senador Flávio Arns, que também fazem parte dessa Comissão de forma incessante, que esta Comissão é atípica. Ela tem uma estrutura de apoio que realmente ela se diferencia de várias outras. Eu atribuo a esta competência dessa infraestrutura, dessa estrutura de apoio, esta nossa eficiência, até por ocasião das comissões. Quando eu aqui falei a respeito da frequência das comissões, das audiências públicas, eu não me referi especificamente a esta Comissão, esta Comissão, ela é realmente diferenciada. Pessoas que dão suporte a esta Comissão, elas pela sua competência, pela sua eficiência, a caça que tem deles aos senadores aí no corredor, a forma cavaleirística, atenciosa que toda a equipe tem para com todos nós, faz com que além da importância da mesma, nós tenhamos esse sucesso nessa Comissão. Quando eu me referi, eu me referi a diversas outras comissões que por falha de estrutura, por falha de liderança, elas permitem a realização de audiências públicas, na qual saem pelo corredor atrás da presença de um só senador, pelo menos para abrir uma audiência pública, quando na verdade esse senador abre, depois se ausenta. Mais uma vez enfatizar essa nossa preocupação, mas parabenizar a competência da estrutura da Comissão de Educação do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É a persistência do secretário Julio

Linhares e toda a equipe que assessora toda essa Comissão.

Para encerrar, nós estamos lembrando que amanhã, dia 18, haverá na reunião de amanhã, quarta-feira, às 10 da manhã, audiência pública. Assunto: Os efeitos da Portaria do MEC 788, de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, FUNDEB. A autoria do Requerimento 40, 2009 da Comissão de Educação, Senadores José Nery e Romeu Tuma. A autoria do Aditamento nº. 1 ao Requerimento 40/2009, Senador José Nery. Convidados: Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação, CONSED, e Secretária de Estado da Educação do Paraná; foi convidado o representante do Ministério da Fazenda; terceiro convidado, Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; haverá também representante do Ministério da Educação e também o convidado Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, e Secretário Municipal de Educação de Castro, Estado do Paraná.

Temos para finalizar dois comunicados. Comunico aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Educação Fernando Haddad, para solenidade de posse do Prof. José Seixas Lourenço no cargo de Reitor *pro tempore* da Universidade Federal do Oeste do Pará, a realizar-se no dia 18 de novembro do corrente ano, às 14h30 no auditório do edifício sede do Ministério da Educação. Os Senadores que desejarem uma cópia convite poderão se dirigir a Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Segundo comunicado, comunico aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras o recebimento do Aviso 1.590, TCU, Plenário, do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia acórdão proferido nos autos do processo TC 017177/2008-2, bem como do relatório do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o resultado do trabalho de fiscalização e de orientação centralizada destinado a examinar em nível nacional o relacionamento das instituições federais de ensino superior, IFES, com suas fundações de apoio. Os Senadores que desejarem uma cópia de aviso poderão se dirigir a Secretaria desta Comissão, e a matéria ao arquivo.

Não havendo mais assuntos a deliberar, declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h14.

ATA DA 74ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, José Nery, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Alvaro Dias. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40/09-CE, de autoria dos Senhores Senadores José Nery e Romeu Tuma e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 40/09-CE, de autoria do Senador José Nery, que tem como objetivo debater **“Os efeitos da Portaria MEC nº 788, de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Nilce Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhora Rejane Freire, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Edna Rosi Beltrão Moretto, Assessoria de Acompanhamento Legislativo da Receita Federal; Senhora Natália de Vasconcelos Cordeiro, Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Senhora Regina Murga, Engenheira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; Senhor Walter Fernandes, Engenheiro do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; Senhor Édson Aires, Engenheiro do Departa-

mento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e Senhor Marcos Paes, Engenheira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Presidenta do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e Secretária de Estado da Educação do Paraná; Senhor Jefferson Rodrigues, Coordenador de Estudos, Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; Senhora Selma Maquiné, Representante da Confederação Nacional de Municípios – CNM; Senhor Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário Educação – CGFSE do Ministério da Educação e Senhor Carlos Eduardo Sanches, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime e Secretário Municipal de Educação de Castro/PR.** Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Neste momento, a Presidência registra a presença dos Atletas Olímpicos, Paraolímpicos e representantes de entidades esportivas mobilizados para garantir os recursos orçamentários ao esporte nacional: Senhor Hilton Santos Júnior (beach soccer), Senhor Vladimir Cordeiro (beach soccer), Senhora Virna Dias (vôlei), Senhor Claudinei Quirino da Silva (atletismo), Senhor Paulo Silva – Paulão (vôlei), Senhor Rogério Sampaio (judô), Senhor Marilson Gomes dos Santos (atletismo), Senhora Juliana Gomes dos Santos (atletismo), Senhor Alaor Azevedo (Presidente da CBTM), Senhor Manoel Luiz Oliveira (Presidente da CBHB), Senhor Sérgio Bruno Zech Coelho (Presidente do Minas Tênis Clube), Senhora Aline Pelegrino (futebol feminino), Senhora Marta Vieira da Silva (futebol feminino), Senhora Ester Aparecida dos Santos (futebol feminino), Senhora Cristiane Roseira de Souza Silva (futebol feminino), Senhor Kleiton Barbosa de Oliveira Lima (futebol feminino), Senhora Priscila Vilane (futebol feminino), Senhor Franco Vieira Neto (vôlei), Senhor Márcio (vôlei), Senhor Fábio Luiz de Jesus Magalhães (vôlei), Senhor Falcão (futsal), Senhor Fernando Luiz Leite Cardoso Coelho (futsal), Senhor Renan Dal Zotto (futsal), Senhor Davi José Albino (luta olímpica), Senhor Eliseo Cardoso Macambira (luta olímpica), Senhor Felipe Macedo (luta olímpica), Senhor Antoine Jaoude (luta olímpica), Senhora Hortência Marcari (basquetebol), Senhor Wanderlei Mazzuchini (basquetebol), Senhor Carlos Nunes (basquete), Senhor Marcelo Doria (basquetebol), Senhora Luana Rodrigues (taekwondo), Senhora Natália Pereira de Holanda (taekwondo), Se-

nhor José Antonio Soares Silva (taekwondo), Senhor Antonio Machado (Presidente da Confederação Brasileira de Mindball), Senhora Adria Rocha dos Santos (atletismo), Senhora Marcela Pereira Furtado (atleta-guia), Senhor Antonio Tenório da Silva (judô), Senhora Michele Silva (esposa do Tenório), Senhor Danilo Carlos de Castro (atleta-guia), Senhor Carlos Henrique Garletti (tiro esportivo), Senhor Jorge Luiz Silva e Souza (atleta-guia), Senhor Lucas Prado (atletismo), Senhora Silmara Torres de Almeida Dias (atleta-guia), Senhora Roseane Ferreira dos Santos (atletismo), Senhora Terezinha Guilhermina (atletismo), Senhor Yohansson do Nascimento Ferreira (atletismo), Senhora Maria Zeferina Baldaia (atletismo), Senhor Antonio Delfino (atletismo), Senhor José Adalberto Costa (Presidente da Federação de Vela de Brasília), Senhor Mauro Barata Osório (Diretor Técnico da Federação de Vela de Brasília), Senhor Moisés Neto (atletismo – para-atleta), Senhora Shirlene Coelho (atletismo), Senhor Iranildo Espíndola (tênis de mesa), Senhor Cláudio da Silva (vôlei sentado), Senhora Maria Kátia Freitas (atleta-guia), Senhor João Tomazini (Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem), Senhora Joana Maranhão Franco de Sá (natação), Senhor Luciano Corrêa (judô), Senhor Rodrigo Otávio Coelho da Rocha Castro (natação), Senhor Alexandre Morelli (handebol), Senhor Vinícius Teixeira de Almeida Moraes (pentatlo naval – exército), Senhora Sara de Menezes (judô – exército), Senhora Suzani dos Santos Lorete (futebol – exército), Senhor Frederico José Pereira da Costa (Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo) e Senhora Ibi Aires (taekwondo). O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, retoma os trabalhos da Audiência. Usam da palavra os Senhores Senadores José Nery, Osvaldo Sobrinho, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Neste momento, o Senhor Senador José Nery pede a palavra e sugere os seguintes encaminhamentos: 1. Oficiar o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senhor Senador Almeida Lima, e ao relator-geral, Senhor Deputado Geraldo Magela Pereira (PT/DF), no sentido de alertar sobre o não cumprimento na proposta orçamentária de 2010 do art. 60, VII, d), do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que prevê que, a partir de 2010, a União complementará os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em no mínimo 10% (dez por cento), sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. 2. Oficiar o Ministro da Educação e o Ministro da Fazenda a respeito das

tratativas que estão sendo realizadas no âmbito do governo federal para a compensação de aproximadamente R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) decorrentes da perda para a área da educação em virtude da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; 3. Solicitar audiência com o Excelentíssimo Ministro da Educação para tratar das reivindicações do Conselho Nacional dos Secretários da Educação; 4. Oficiar o Tribunal de Contas da União com relação a fiscalização do percentual destinado à educação pelos Municípios; 5. Oficiar a Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de criar um fundo emergencial para a educação. As propostas são aprovadas. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 74ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 40, de 2009, dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de autoria dos Senadores José Nery e Romeu Tuma e ao Aditamento nº 1, desta comissão, de autoria do Senador José Nery, para a realização de Audiência Pública destinada a discutir “Os efeitos da Portaria MEC nº 788, de 2009, que reduziu a previsão de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Sr. Secretário desta Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Os convidados, já quero mencioná-los, são a Professora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, que é a Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e Secretária de Estado da Educação do

meu Estado, do Paraná, e colega minha, nós somos colegas da Universidade Federal do Paraná; Jefferson Rodrigues, que é Coordenador de Estudos, Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda; Selma Maquiné, da Confederação Nacional de Municípios; Vander Oliveira Borges, que é Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – Ministério da Educação. Seja muito bem-vindo também, Vander Borges; e Carlos Eduardo Sanches, que está a caminho, chegando nesta Audiência Pública, já esteve aqui em outras ocasiões também, em duas ou três ocasiões, na condição de Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Secretário Municipal de Educação de Castro/PR.

Eu quero dizer da minha alegria de comentar isto na Comissão de Educação e para o Brasil, que a Presidenta do CONSED é do Paraná, ao meu lado, e o Presidente da UNDIME é do Paraná também. Então eu acho que o pessoal coincidentemente--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): É a República do Paraná.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois é, sinal de--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --que há, assim, um trabalho interessante na área da educação sendo desenvolvido por lideranças no Estado do Paraná e em todo Brasil, porque a gente sabe do esforço dos dirigentes estaduais e municipais em tantos locais.

Eu gostaria, Senador Osvaldo Sobrinho, até antes que V. Exa. tomasse a palavra eu ia até falar sobre esse assunto, não sei se é o mesmo, mas V. Exa. teve a ocasião de representar esta comissão de Educação, Cultura e Esporte em Buenos Aires, numa reunião ampla de dirigentes de educação, de políticos voltados a esta área, de comissões de educação e algo muito representativo. E não houve ainda a oportunidade de V. Exa. fazer um relato a esta comissão. Eu até considero interessante que esse relato seja feito até na presença da Presidente do CONSED ou do Presidente da UNDIME, que está a caminho, e dos demais expositores, além dos senadores e senadoras, para que os desdobramentos também possam acontecer. Eu não sei se era sobre isso que você queria falar.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Era exatamente sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então eu gostaria de dar alguns minutos a V. Exa. para fazer isto.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Se V. Exa. me conceder, eu me sinto imensamente honrado, porque é até uma forma de tornar transparente essa viagem e, ao mesmo tempo, prestar contas daquilo que eu fui incumbido de representar o Senado da República e esta Comissão de Educação lá no Senado da República da Argentina.

Mas primeiramente, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aos nossos convidados da Audiência Pública, eu quero cumprimentar a todos em nome da Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, o CONSED, do qual eu já fiz parte durante cinco anos e eu tenho certeza que é uma missão muito grande do CONSED, que é aquela de uniformizar a educação em nosso País, controlar as políticas públicas da educação, e o CONSED tem prestado um grande serviço à Nação como um todo. Eu tive a oportunidade de estar lá quando o José Jorge, que hoje é do Tribunal de Contas da União, era presidente, Walfrido Mares Guia também presidente, eu também fazia parte como Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso e vice-Governador, na época. Portanto, eu sei bem do trabalho que vocês desenvolvem, que é um trabalho muito bom, um trabalho muito sério. Parabenizo a todos em nome da Sra. Yvelise Arco-Verde, que deve ser pernambucana.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Paraibana.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Paraibana, Arco-Verde [risos]. Então deixo aqui os meus cumprimentos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, estive a semana retrasada, por indicação desta comissão, na República da Argentina, no Senado da Argentina, para uma reunião com todos os representantes de Parlamentos da América do Sul, quando ali naquele Parlamento foram discutidos assuntos importantes, que são assuntos de preocupação de todos os países latino-americanos. E não só latino-americanos, mas também os países da América Central como um todo, os países que professam a língua portuguesa e a língua espanhola. Portanto, ali tivemos a oportunidade de elencar vários itens importantes e que eu acredito que é de preocupação desta Casa também, quando ali foi editado o Manifesto de Buenos Aires com relação à educação.

Os principais temas que lá foram colocados é principalmente sobre a universalização da educação, que é uma preocupação de todos os países deste CONESUL, porque hoje se fala muito na integração

da América latina, na integração do MERCOSUL, da integração dos países que estão neste Continente. É verdade que poucas ações são tomadas a respeito disso. Existe uma preocupação muito grande dos Parlamentos desses países, que querem estreitar relações conosco, porque têm convicção de que o Brasil é um País, e aqui nós falamos que nós somos um País em via de desenvolvimento, somos um País a caminho de ser uma potência, mas eles já nos consideram um país potência e, portanto, eles querem o que Brasil assuma realmente a sua liderança no CONESUL, e uma liderança propositiva, uma liderança que possa, na verdade, ajudar a transformar, através da educação, os problemas maiores que nós temos nessa América do Sul. Então essa universalização da educação é, acima de tudo, uma preocupação.

E a universalização junto com a uniformização do processo educacional, tentando buscar, através dos Conselhos de Educação, através dos Ministérios de Educação dos países, uma forma em que a gente possa ter uma integração geral da educação que se professa nas escolas desses países, a fim de que possam ter uma maior conexão no mercado de trabalho, com a educação que se profere, que os países possam se integrar mais e que alguém que venha de lá para cá ou daqui para lá possa ter facilidade do mercado de trabalho através daquilo que aprendeu. Então eu acho que é um negócio muito importante e a preocupação deles é importante.

A preocupação maior é também na regulamentação desses cursos que são feitos não, só a nível de graduação, mas de pós-graduação, mestrado, doutorado, esse negócio todo. Hoje às vezes se faz um curso lá na Argentina, mas a validade aqui, é muito difícil de esse diploma ser reconhecido. Se faz em Cuba pós-graduação, doutorado, mestrado, e aqui nós fazemos uma onda danada para reconhecer. Se faz em Portugal, onde tem a língua, e na verdade é muito difícil depois de você registrar esse diploma aqui.

É necessário, eu já tive algumas audiências em algumas embaixadas quando eu estava aqui como constituinte e depois como deputado, na verdade sempre a coisa é a mesma: depara-se em problemas de ordem de entendimentos, problemas de falta de interlocução, problemas de falta de integração, problemas na ordem de não querer conversar, falta uma diplomacia a respeito do assunto. Portanto, esses países estão preocupados agora, Sr. Presidente, de tentar buscar uma forma de regulamentar, de reconhecer, mas para isso é necessário que os Ministérios de Educação, os Conselhos Federais de educação, eles possam também, através dos seus organismos, começar a fazer uma forma básica. É hora curricular, grade curricular,

essa coisa toda, a fim de que possa ficar fácil depois a regulamentação desses cursos.

Nós temos hoje um grande contingente de profissionais e de estudantes que fazem mestrado e doutorado a nível de Argentina, Cuba e outro negócio qualquer, e aqui, quando vem para cá, aí tem a segunda jornada, que é reconhecer esse diploma, que a maioria das universidades não reconhecem. Até porque, sejamos bem claros, e talvez seja só a percepção minha, pode até ser, mas também lá fora se percebe, de que a universidade brasileira está muito fechada ainda, é um clube praticamente que não deixa penetrar as universidades federais grandes, com um corpo muito grande, com recursos enormes até, que abre quatro, cinco ou seis vagas para mestrado, para doutorado e fica aquele negócio, quer dizer, praticamente como se fosse um clube fechado e que dá acesso a poucos. E aí tem que se buscar outros países. Em Mato Grosso mesmo estão buscando em Portugal, em Coimbra, na área de direito, estão buscando nas Católicas da Argentina, buscar o pós-graduação e doutorado. Eu mesmo sou um dos que faço doutorado na Argentina, fiz mestrado aqui na UNESP, em São Paulo, mas com muita dificuldade.

Então o que se quer através desse Manifesto de Buenos Aires é que haja um estreitamento mais de relações a fim de que a gente possa aproveitar essa educação, que não é só nós que sabemos fazer educação, os outros também sabem fazer educação. Aproveitar o que é bom deles, o que é bom nosso aqui, uniformizar, e a gente se completar. E quando se fala num esforço tão grande de MERCOSUL, de a gente fazer um bloco econômico aqui, é necessário também que a educação ajude a fazer essa integração. Aliás, a essência do Parlatino, a essência do Parlamento da América Central, do Caribe, esse negócio todo, é na verdade estreitar relações. É o que fez a União Europeia. Lá a cadeia(F) de trabalho é uma só para todos os países, não tem nem visto para aqueles países todos, a cidadania é para todos. Então o que nós temos que fazer aqui é tentar estreitar as relações a fim de que se possa verdadeiramente fazer o melhor.

Eu estou aqui com a Declaração de Buenos Aires, já deixei uma cópia aqui a esta Comissão, essa reunião foi no dia 05 e 06 de novembro que aconteceu, vários legisladores lá presentes, vários educadores e, principalmente, voltados para a educação superior. E o que mais eu pude constatar e sentir é que há uma verdadeira vontade de querer saber como nós estamos fazendo a educação à distância. E nesse sentido, o Brasil tem avançado muito. Aliás, eu sou um dos precursores da educação à distância no Brasil. Quando eu fui Secretário da Educação em Mato Grosso e

era vice-Governador também, de 1990 a 1994, nós tivemos a oportunidade de fazer um curso piloto com tecnologia que trouxemos do Canadá, lá de Quebec, do Canadá, em que eles estavam muito avançados nessa tecnologia da educação à distância. Montamos o primeiro polo numa cidadezinha pequena em Mato Grosso, Colíder, onde era difícil o acesso para fazer a formação de professores, área de colonização de pequenos produtores. Ali começamos com 357 alunos a nível de terceiro grau e foi um sucesso absoluto. Daí começou a expandir para o Brasil de um modo geral e hoje a América Latina já toda fala em educação à distância e a Universidade de Brasília tem uma experiência muito boa nesse sentido. Nesse outro encontro que eu estive agora também, nessa semana do Parlatino, lá eu assisti uma palestra do representante do MEC aqui falando também sobre a educação à distância, que eu acho que daqui a pouco, senhores educadores, a educação à distância vai ser o mote para a educação. A educação presencial, ela vai começar a tomar o seu devido lugar, até porque ela é muito cara e precisa de muita coisa para se fazer a educação presencial. Eu acredito que a educação à distância vai começar a tomar corpo, vai começar a aparecer mais e vamos resolver os nossos grandes problemas, como resolveu o Canadá, através da educação à distância.

Portanto, são temas que foram colocados e que eu tenho certeza que nós precisamos avançar mais e o Brasil não pode faltar nesses conclave internacionais, a fim de que possa saber o que estão pensando, o que está acontecendo e o que pode se fazer para se estreitar relações. Um país que almeja ser potência e que é reconhecido como potência não pode deixar de participar, principalmente com os seus vizinhos, dando a eles o alento necessário dentro daquilo que nós possuímos. E o que é que nós temos? Nós temos bons recursos humanos, temos bom preparo dos nossos intelectuais. Basta apenas a gente mostrar que a educação não é exclusiva nossa, mas que a gente pode também ser democrático distribuindo isso para os nossos vizinhos.

Portanto, Sr. Presidente, num resumo geral era o que eu tinha a trazer aqui e dizer que essa Declaração de Buenos Aires, eu acredito que ela é o começo de um grande passo que nós damos para que a gente possa, na verdade, mostrar à América do Sul, à América Latina ou aos países latinos aquilo que o Brasil sabe fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu agradeço ao Senador Osvaldo Sobrinho e quero dizer que cópias estão sendo providenciadas da Declaração de Buenos Aires. Eu pediria que

essas cópias fossem entregues aos senadores, aos expositores e aos presentes também a esta Audiência Pública. Inclusive vemos na sequência, Senador Osvaldo Sobrinho, em função da importância dos temas abordados e que já foram inclusive objeto de Audiências Públicas, alguns deles aqui, os encaminhamentos que podem ser feitos naquilo que compete ao Senado Federal e a interlocução do Senado com o Executivo, diplomas, por exemplo, reconhecimento, integração de esforços. Mas quero parabenizar a V. Exa., pois V. Exa. é um senador atuante, presente, com conhecimento de causa e que representou de maneira muito importante esta comissão neste evento internacional.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT):

Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Parabéns, senador.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT):

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Quero registrar a presença de Nilce Rosa da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Rejane Freira(F), Assessora Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, Edna Rosi Beltrão Moretto, Assessoria de Acompanhamento Legislativo da Receita Federal; Natália de Vasconcelos Cordeiro, Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios.

Muito bem. Já estamos com a presença do Carlos Eduardo Sanches, que é Presidente da UNDIME, que estava, como havia sido dito anteriormente, a caminho do Senado Federal para esta Audiência.

Passo então, em primeiro lugar, a palavra à Professora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED e Secretária de Estado da Educação do meu Estado, do Paraná.

Com a palavra por 15 minutos para V. Sa.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Inicialmente, é uma satisfação muito grande estar aqui nessa Casa, especialmente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que entendo ser a maior comissão representativa da educação no Brasil, e nós, como educadores e gestores da educação, devemos realmente estar participando sempre desta Casa e agradecemos ao convite, que entendo também que é a partir dessa integração, desse trabalho não só entre os Poderes, mas entre as redes e entre os sistemas, que nós vamos conseguir avançar na educação. Então a minha satisfação pessoal. Quero agradecer o nosso Exmo. Senador Flávio Arns, presidente da mesa nesse momento, pela gentileza das palavras,

pela amizade, pelo coleguismo. Somos realmente companheiros, não só no Paraná, mas da universidade e na trajetória educacional. Cumprimentar a todos os participantes da mesa, principalmente na figura do Carlos Eduardo Sanches, Presidente da UNDIME, que divide conosco a organização, a tentativa de organizar realmente uma política integrada da educação no País. Rapidamente cumprimento o Senador Osvaldo Sobrinho, que de fato indica uma questão importante para nós, e gostaria de compartilhar também nessa Casa que nós, do CONSED, temos uma preocupação muito grande com o estudo da língua espanhola, com a própria lei que traz a obrigatoriedade da língua espanhola e compartilho exatamente com a sua visão dessa necessidade cada vez mais de estarmos presentes nos outros países e trocarmos experiências de integração, intercâmbio. Dizer a essa Casa também que no dia 10 e 11 de dezembro estaremos realizando um seminário exatamente sobre o ensino da língua espanhola, no sentido de ampliar a oferta em todos os estados, porque é uma questão importante para nós e de integração latino-americana.

Nós, em função até do convite para virmos aqui na Audiência Pública, estávamos, por coincidência, em reunião do CONSED a semana passada aqui em Brasília, na nossa 4ª Reunião Ordinária, e conseguimos nesse sentido trazer para a reunião, para a pauta da reunião, o convite e a discussão da Resolução 788. Nesse sentido conseguimos elaborar um documento que foi por meio tecnológico, com a facilidade do meio tecnológico, que a educação à distância tem muito a ver com isso, conseguimos passar para os nossos secretários estaduais de educação, fizemos uma pequena reunião com a diretoria do CONSED e resolvemos trazer por escrito a nossa posição, que eu vou permitir então fazer a leitura, até para não correr em erros e até para facilitar o trabalho. Então com licença, Presidente.

A primeira medida realmente efetiva que demonstra a prioridade de uma política pública é a garantia de que os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos pretendidos com essa política serão estáveis ao longo do tempo. No caso brasileiro, a estabilidade nas fontes de recursos para a educação é garantida pela Constituição, que estabelece a obrigatoriedade de a União aplicar, a cada ano, na manutenção e desenvolvimento de ensino, no mínimo 18% da receita dos impostos. No caso dos estados e municípios o percentual é maior, 25%, e em alguns casos até 30%. Sem essa vinculação, os sistemas públicos de educação disputariam a cada ano os recursos orçamentários com as demais áreas, a maior parte delas

sem a mesma importância e prioridade nacional que a educação tem.

O grande mérito da vinculação de recursos e da consequente estabilidade da fonte de recursos é possibilitar aos sistemas de educação a adoção de planos e metas não apenas de curto, mas de médio e longo prazo. Não devemos esquecer que a lei do Plano Nacional de Educação obriga todos os entes da federação a elaborarem planos de educação com vigência de dez anos. Planos com horizonte de tempo tão largo só podem ser elaborados com a garantia de que os recursos financeiros estarão sempre garantidos conforme as necessidades.

Outro importante avanço na adoção de mecanismos de financiamentos à educação é a subvinculação produzida no período de 1997 a 2006 pelo FUNDEF e a partir de 2007 pelo seu sucessor, o FUNDEB. Levando em conta o número de alunos de cada rede de ensino, o fundo redistribui os recursos orçamentários da educação dentro de cada estado, constituindo-se em importante instrumento de justiça fiscal e de equidade.

O ano de 2009 não trouxe boas notícias para a educação pública no que diz respeito à disponibilização de recursos financeiros. Os orçamentos estaduais e municipais foram elaborados no final de 2009, quando eram ainda desconhecidos os efeitos da crise internacional na economia brasileira e, especialmente, nas nossas receitas orçamentárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Final de 2008, não?

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCOVERDE: Final de 2008, desculpe. As previsões de rateio de recursos do FUNDEB, formalizadas em março passado, demonstraram-se realistas e tiveram que ser ajustadas no mês de agosto. Assim, com a queda de arrecadação das receitas tributárias da União e dos Estados, que constituem o FUNDEB, a previsão inicial de 76,8 bilhões para o total dos fundos em 2009 cai para 67,6 bilhões, ou seja, uma redução de 12%.

Diferentemente do que ocorre com outras áreas da administração pública, as despesas com a educação pública são, na maior parte, inflexíveis e muitas delas obrigatórias, como é o caso das despesas com o pessoal. Projetos e ações de melhoria, aperfeiçoamento e modernização certamente estão sendo afetados em todo o País, já que gastos obrigatórios não poderão ser reduzidos.

Afora essas questões, devemos considerar os desafios que estão postos na agenda da educação pública. Dentre todos, que são muitos, gostaria de destacar um que representa bem as futuras cobranças sobre os sistemas públicos da educação básica. O Congresso

Nacional promulgou, na semana passada, a Emenda Constitucional nº 59, que entre outras notificações torna obrigatória e gratuita a educação básica dos 04 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Para enfrentar um imenso desafio dessa ordem, certamente a questão do financiamento é fundamental. O debate sobre a questão dos recursos financeiros necessários para viabilizar a nova meta precisa ser iniciado. Nesse momento, em que o novo desafio é colocado, causa redobrada preocupação a redução dos recursos do FUNDEB em 2009, efeito que se propagará para os anos futuros. Todos os sistemas estaduais estão sendo afetados com a redução dos recursos do FUNDEB e cada um, dentro de suas possibilidades, vem procurando, ao longo desse ano, ajustar-se à nova realidade. Preocupa-nos especialmente a situação de alguns estados, que sentem de maneira mais intensa a redução dos recursos financeiros.

A mesma Emenda Constitucional nº 59, recém promulgada, que amplia a faixa de idades da educação obrigatória, sinaliza com uma nova fonte de recursos que pode, desde já, assistir financeiramente os entes da federação, especialmente nessa fase de dificuldades.

A principal motivação que levou a Senadora Ideli Salvatti a apresentar a PEC agora aprovada foi a de retirar dos efeitos da DRU os recursos que na União estão vinculados à educação. Como sabemos, desde 1994, quando foi instituído esse mecanismo, o percentual da receita de impostos que devem ser aplicados na educação nunca foi 18% e, sim, 14,4%, como consequência da DRU. De acordo com a emenda constitucional, o percentual da DRU que afeta os recursos da educação cai para 12,5% em 2009, 5% em 2010 e passando a ser nulo em 2011. De acordo com o parecer do relator, Deputado Rogério Marinho, aprovado em comissão especial destinada à apreciação da PEC, a diminuição dos efeitos da DRU possibilitará o aporte de novos recursos para a educação no âmbito do Governo Federal.

Conforme dados da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, citados no parecer, esses recursos adicionais somariam 3,9 bilhões em 2009, 7,8 bilhões em 2010 e 10,4 bilhões em 2011.

Na área federal, Congresso Nacional e Poder Executivo têm originado importantes medidas no âmbito da educação pública. Exemplos são inúmeros: vinculação de recursos, o mecanismo do FUNDEF e agora FUNDEB, transporte escolar, formação de professores, piso salarial e, agora, a ampliação da faixa de

idade de educação obrigatória. Parte desses avanços está na dependência de maiores recursos financeiros para a sua concretização. Para alguns estados isso ficou bem evidenciado com a diminuição dos recursos em 2009.

De forma bem objetiva, o CONSED solicita ao Governo Federal de que parcela dos recursos, agora revinculados à educação, em decorrência da Emenda Constitucional nº 59, sejam destinados em caráter emergencial à assistência financeira aos entes da federação que mais dificuldades enfrentam no cumprimento da desafiadora agenda da educação básica.

Era isso o que eu tinha a apresentar. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço à Presidenta do CONSED. Peço, inclusive, que a secretaria providencie cópias do documento para ser distribuído, caso já existem cópias suficientes para os expositores e para os senadores. Considero extremamente pertinente e adequada a sugestão de que com a desvinculação dos recursos da DRU, que representam perto de 4 bilhões no corrente ano, que esses recursos sejam destinados para o FUNDEB, que teve mais de 10% dos seus recursos diminuídos no corrente ano em função dos motivos expostos no documento do CONSED. Foi 12%? 12%.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao Jefferson Rodrigues, que é Coordenador de Estudos, Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda.

SR. JEFFERSON RODRIGUES: Bom-dia a todos. Eu agradeço o convite e a oportunidade de poder participar dessa discussão e esclarecer alguns pontos sobre essa redução que houve nos recursos do FUNDEB.

Eu queria, como já foi até colocado aqui num primeiro momento, esclarecer que, é claro, essa redução tem a ver com o impacto da crise internacional. Ela afeta de alguma forma mais intensa esse tipo de programa porque ele está lastreado na arrecadação de dois tributos, principalmente de Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Esses dois tributos, eles realmente foram os que mais sofreram com a redução da atividade econômica. Eles reduzem num primeiro momento afetando fortemente o resultado das empresas e, portanto, o Imposto de Renda, que ele afeta o fundo via as transferências de FPE e FPM. Então tivemos num primeiro momento um impacto muito forte no resultado das empresas, inclusive não só pelas operações normais das empresas, como tivemos aqueles casos em que diversas operações de câmbio tiveram um efeito amplificador nessa redução, ou seja, a empresa não só na sua área operacional teve problemas com a redução da demanda, como

também algumas operações alavancadas dentro do mercado financeiro afetaram negativamente o resultado. Então a gente tem um reflexo muito forte para os fundos e a consequência para todos que dependem de alguma forma desse fundo alimentado pelo Imposto de Renda. Esse é um primeiro golpe que afeta essas transferências.

Aí a gente vê em um momento a questão do IPI. O IPI, que também é um imposto que afeta o financiamento do FUNDEB via também os fundos, ele teve, na verdade, dois fatores, dois vetores que afetaram fortemente a redução do IPI. Tem primeiro um impacto direto realmente pela redução de demanda. A economia que trabalhava, vinha de 2008 num ritmo bastante acelerado, nós tivemos excelentes números ao longo do ano de 2008, no final você tem uma redução, uma queda de demanda que, é claro, afeta todas as indústrias, afeta o faturamento das indústrias e, automaticamente, afeta as empresas. Então este é um primeiro vetor que afetou essa redução importante que teve no IPI.

Porém, além disso, no caso do IPI, e aí a gente tem até um problema com esse tributo, porque ele tem uma natureza híbrida, porque ele tanto serve para fins de arrecadação como para fins de política econômica. Geralmente você tem um tributo que ele atua como Imposto de Renda de arrecadação e tem tributos regulatórios, por exemplo, o IOF, que você utiliza nas políticas econômicas. Em geral, você não tem uma grande dependência do tributo regulatório, como é o IOF. O IPI tem essas duas características: ele tem um volume de arrecadação muito grande e ao mesmo tempo ele é uma ferramenta do governo, para o governo manipular, para ele trabalhar a política econômica. Ele é um tributo cíclico nesse sentido. A economia cresce, cresce a arrecadação. Então é bom estar vinculado à arrecadação dele. Mas ao mesmo tempo ele pode ter esse problema localizado, como teve numa crise dessa, em que o governo adotou medidas contracíclicas utilizando realmente o IPI. Os exemplos clássicos foram aí no caso do setor automotivo, com a redução que a gente está recuperando agora, está voltando às alíquotas normal, e também da conhecida linha branca. Então você teve uma redução expressiva e significativa desse tributo por esses dois vetores. Primeiro você tem uma queda na atividade econômica, ele reduz. E, além disso, você tem um programa de desoneração exatamente para manter a atividade econômica em um nível razoável, evitar consequências piores, que seria a questão do desemprego, você teria uma questão repercutindo muito grande até na própria retomada, isto é, se você desmobiliza a economia, você demora mais, há uma inércia para a retomada do crescimento.

Então o Governo teve, no meu entender, e eu acredito que na maioria dos casos dos analistas econômicos, foram medidas acertadas. Então eu acredito que a gente já passou pelo ponto crítico da crise. Então agora a gente começa a ter uma recuperação, começa a visualizar uma recuperação de ambos os tributos, tanto do Imposto de Renda, quanto do IPI. O Imposto de Renda porque você já tem... Nós vimos agora os números do emprego, você vê a indústria, final de ano também, surpreendendo o número de pedidos, o volume de encomendas. Então isso afeta o resultado das empresas, você já começa a ter a sinalização de recuperação do Imposto de Renda. E do IPI, se ele foi penalizado duplamente pela atividade econômica e pelas medidas anticíclicas, você também tem a atividade econômica retomando, ou seja, o IPI voltando a aparecer pelas atividades das empresas, e também a gente já está com aquela agenda preestabelecida de retirada dos incentivos, porque o incentivo que eu diria que teve um impacto mais forte na arrecadação foi realmente o setor automotivo e nós temos então aquela agenda de recomposição gradual, ao início do ano que vem a gente já estaremos com as alíquotas recompostas nos níveis pré-crise. Então temos aqui, a partir de agora, como a economia conseguiu manter com essas medidas e com todo o empenho realmente da indústria e do setor de serviços no Brasil, a gente já tem uma recuperação, nós estamos saindo da crise e, certamente, com perspectivas já mais favoráveis com relação à arrecadação. Nós fechamos setembro, a queda do IPI, a queda em termos correntes foi cerca de 30%, é bastante expressiva. Imposto de Renda, salvo engano, nós tivemos uma redução de quase 5%. Então isso afeta fortemente o FUNDEB.

Entretanto, essa parcela de impacto que vem do Governo Federal, é uma parcela, porque o FUNDEB tem outras fontes, se a gente analisa os números, a gente vê que é uma redução também substancial, quiçá a mais representativa, veio realmente do ICMS, que é um outro tributo que sofre muito com isso, ele tem uma aderência muito forte ao comportamento do PIB, ao comportamento da economia. A partir do momento que você tirou o pé do acelerador, a economia reduziu o ritmo, você reduz o fluxo de receitas do ICMS e, consequentemente, do FUNDEB.

O ponto agora é: com a retomada então do crescimento, a gente tem uma defasagem de resposta para a recuperação da arrecadação. Nós entendemos que a partir inclusive desse mesmo âmbito federal, a gente já começa a ter bons sinais e bons números para se mostrar dessa recuperação. Então as nuvens se afastam, a gente tem um céu mais tranquilo e já com algum horizonte mais certo e mais positivo, diferente

do que a gente tinha, uma incerteza muito forte no primeiro semestre sobre a profundidade da crise e o momento de recuperação. Estamos acreditando que a recuperação já está em curso, uma recuperação forte, e que vai repercutir e quiçá recuperar esse volume todo, ou seja, da ordem de quase dez bilhões que foi perdido no fundo.

É interessante colocar também que, é claro, o impacto vai ser sentido por toda a sociedade, não só na educação. Foi bem colocado aqui que realmente você tem uma certa rigidez nesses gastos, que é uma peça fundamental a educação no país, a gente tem uma outra perna que eu diria importante tão quanto, que é a questão da saúde, mas é o coletivo, isso não tem como, é difícil a gente blindar, embora entendo que a gente tenha que definir realmente áreas prioritárias que têm que ter mais cuidado, mas o impacto realmente vai ser sentido por toda a sociedade e em todas as áreas, em todos os setores.

Era basicamente isso que eu queria colocar, principalmente explicando e dando esses detalhes com relação a esses impactos. Lembrando que dos tributos federais, eu acredito que responda por algo como de 30%, 35% dessa redução. A maior parte realmente vem do ICMS, que você teve um impacto, uma desaceleração muito forte e por isso uma perda muito grande de arrecadação.

É isso, obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): Agradeço ao Jefferson Rodrigues. Só lembrando que na primeira exposição houve a apresentação do dado, uma diminuição de perto de dez bilhões de reais no FUNDEB, doze e pouco por cento, nove bilhões e alguns milhões, e ao mesmo tempo, vendo-se que isto é decorrente daquilo que o Jefferson Rodrigues acabou de apresentar, que teve que haver o ajuste também por parte do MEC, mas com a proposta do CONSED de que os recursos da DRU também possam ser destinados para isso. Agora existem fatores que competem ao Governo Federal e outros como a questão do consumo. Quando nós falamos do IPI, quer dizer, a diminuição do valor do IPI, que significou parte da diminuição desses recursos do FUNDEB, sempre a pergunta que se faz é a seguinte: Vamos diminuir o IPI. O recurso com a diminuição virá de onde para que a educação não seja prejudicada? Quer dizer, é a pergunta que se faz.

Eu pediria à Senadora Rosalba, só assim pela ordem bem rapidinho, para a gente dar continuidade, para não perdemos a sequência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Vai sem bem rápido, Presidente. Eu sei que deveria aguardar que todos falassem para fazer a minha pergunta, mas como eu sou obrigada, vou ter que presidir a Comissão de Assuntos Sociais, já vieram me avisar, e hoje é um dia de votação de emendas, então eu vou ter que infelizmente me ausentar. Eu vou ter que assistir a todos depois pela gravação de um assunto que eu considero importantíssimo.

Mas eu vou deixar aqui, e se já puder ter essa resposta, como a gente viu a crise, na realidade os seus efeitos já estamos sentindo realmente, talvez agora mais do que anteriormente, quando ela estava começando e sendo anunciada. E essa questão da educação, nós sabemos o grave problema que está acontecendo, inclusive os municípios já tendo dificuldades imensas. O senhor falou que a crise começa a ser, vamos dizer, estancada, que agora vai começar um processo de recuperação. Já existem assim uns estudos da própria Receita, uma previsão, pelo menos uma estimativa por mais, vamos dizer assim, eu não estou querendo nada fora da realidade, otimista, alguma coisa que digam: "Bem, nós vamos ter essa recuperação dentro de tantos meses, tantos anos", para que a gente possa ter uma noção do que vai retornar para uma área prioritária e tão importante como a educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Eu só peço que o Jefferson Rodrigues anote a pergunta para que depois possa abordar esse tema, que é uma pergunta das mais importantes e que possa ser, ao final, abordada também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É porque com isso aí nós vamos poder pelo menos colocar para os municípios, que nós somos bastante requisitados por todos os prefeitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sem dúvida.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa angústia deles, porque realmente estão tendo que refazer toda a sua programação, havendo dificuldades imensas, vocês devem estar sabendo. Por um lado é cobrir um santo e descobrir o outro. A pressão da sociedade, o prefeito quer fazer e não pode, vem a pressão dos próprios planos de cargos e salários dos professores, que muitos não estão podendo cumprir, e aí essa coisa está muito tumultuada na área, que eu considero vital para o nosso Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini, Rio Grande do Norte, DEM, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e por isso é que ela está indo lá na comissão. A Comissão de Assuntos Sociais aborda

temas da saúde, assistência, previdência, trabalho, com uma interface muito importante com a educação.

Passo, em seguida, a palavra à Selma Maquiné, da Confederação Nacional de Municípios.

SRA. SELMA MAQUINÉ: Bom-dia a todos e a todas. Obrigada pelo convite da Comissão de Educação do Senado, na pessoa do Senador Flávio Arns. Cumprimentar a mesa, a Professora Yvelise, do CONSED, o Carlos, da UNDIME, o meu amigo Vander, do FNDE, do Ministério da Educação, e o Jefferson da Receita, do Ministério da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, só interrompendo um pouquinho, destacar a presença do Senador José Nery, que está desde o começo também. Ele, como eu havia mencionado, é um dos autores do requerimento para a Audiência pública.

SRA. SELMA MAQUINÉ: Esse é um tema importante, inclusive foi discutido também na Câmara dos Deputados há umas duas, três semanas atrás, em razão de uma grita muito geral, muito generalizada dos gestores municipais, principalmente municipais, já que a Confederação Nacional de Municípios representa aqui cerca de 3.500 municípios, em razão das dificuldades financeiras por conta da redução das receitas do FUNDEB. Pode passar para mim, por favor.

A CNM, quando fez o cálculo, e a Portaria 788, na sua justificativa, ela acaba fazendo uma revisão, um balanço, na verdade, do impacto no primeiro semestre de 2009. A CNM, quando ela apresenta os números, pode ficar um pouco diferente do que apresenta o Senado e o CONSED, porque nós consideramos os cinco bilhões da União que compõem o FUNDEB também. Então como receita, os 9,2 bilhões continuam os mesmos, mas como a gente considera cinco bilhões da União, que são colocados a título de complementação, esses valores são um pouquinho diferentes. Mas a queda foi de quase 12% e os municípios tiveram uma redução de 4,6 bilhões. Como todo cálculo da Receita afeta principalmente todas as estimativas e isso incluiu o valor aluno/ano e o valor mínimo nacional, para se ter uma ideia o valor mínimo nacional dos anos iniciais do fundamental urbano reduziu cerca de 9,5%, em que era previsto em março R\$ 1.350,00 e agora R\$ 1.221,34. Pode passar, por gentileza.

Aqui é para a gente ter uma noção do valor aluno/ano dos anos iniciais do fundamental urbano em cada estado. Esse valor, ele varia de 9,38% no Amapá, mas vai até quase 14%. Isso faz com que toda a previsão que foi feita inicialmente no início do ano, ela tenha que ser revista. Pode passar, por gentileza.

Aqui a gente só fez um demonstrativo por estado da redução da receita em cada UF, para mostrar que

isso afetou todos os estados e todos os municípios brasileiros. Então ninguém ficou de fora. Segundo o meu presidente, parece mais no resultado final às cores do Internacional: todos os estados vermelhos. Pode passar, por gentileza.

Só que tem um agravante ainda. Além da redução da receita no FUNDEB, a União, o Governo Federal também teve que rever os cálculos da complementação da União, porque a sua redistribuição é feita com base em toda a receita verificada no País inteiro. E aqueles nove estados, os sete do Nordeste e os dois da Região Norte que recebem recursos federais a título de complementação da União, na hora de fazer ao recálculo da distribuição dos recursos, cinco estados passaram a receber menos do que estava previsto anteriormente, cerca de 120 milhões a menos. Em contrapartida, quatro Estados, Alagoas, Amazonas, Pernambuco e Piauí, receberam a mais esses 119 milhões. Então se a gente for pensar que o que antes estava previsto para se receber nesses nove estados, como a redistribuição da complementação da União teve que ser recalculada, cinco estados ainda têm menos recursos ao receber, o que agrava mais ainda a situação das contas, das finanças municipais. Os 1755 municípios que fazem parte dos nove estados acabam tendo interferências tanto para menor quanto para mais recursos. Pode passar.

Para vocês terem uma ideia, os quatro estados, os 119 milhões que são recalculados, que são redistribuídos, o Amazonas é o que mais ganha nessa nova redistribuição, mas mesmo o Amazonas ganhando quase 68% a mais na complementação da União, mesmo assim o total da sua receita, quando comparado ainda, ainda é menor do que a primeira estimativa. Paraíba, Bahia, Maranhão, Pará e Ceará têm menos recursos da complementação a receber até dezembro e isso é o que mais tem preocupado os prefeitos, por causas dos compromissos com a folha de pagamento. Pode passar.

Quais são as consequências no entendimento da Confederação, que chega muito próximo à análise que o CONSED faz? Se reduziu as estimativas, se reduziu a receita, obrigatoriamente o gestor é compelido a reanalisar, rever todo o seu planejamento e todo o seu orçamento municipal. Isso já foi feito, inclusive. Além disso, o que é mais preocupante. O art. 60 do ADCT, da Constituição Federal, estabelece o mínimo percentual para ser investido na remuneração dos profissionais do magistério, o mínimo de 60%, uma parcela mínima de 60%. Quando se tem uma estimativa no início do ano, de alguma forma os prefeitos e secretários de educação calculam quanto deverá ser o seu compromisso ao final do ano, o que representará essa parcela míni-

ma de 60%. Quando se tem uma reestimativa e essa estimativa cai muito, se percebe a queda significativa da arrecadação e da receita por sua vez, esse cálculo tem que ser refeito, porque os prefeitos acabam sendo cobrados pelas entidades de classe de um percentual que tinha sido previsto no início do ano. Além disso, a Confederação, ela colheu dados do SIOP, do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público da Educação, e verificou que em 2008, 97% dos municípios já aplicavam cerca de 75% do FUNDEB com a folha do magistério. Os dados são públicos estão no SIOP. Isso são dados de agosto. Se em 2008 já se utilizava 75% do FUNDEB só para pagar a folha do magistério, com a queda na arrecadação certamente esse percentual para 2009 vai ser muito maior, vai superar os 75% de longe. O que é que isso representa? Que em muitos municípios a folha de pagamento só do magistério chegue a comprometer mais de 100% do FUNDEB. Vai lá para os recursos próprios. Sobra muito pouco do máximo da parcela dos 40% para os outros investimentos na manutenção e no desenvolvimento do ensino: transporte escolar, construção e reforma de escola, material didático, formação continuada de professores, quer dizer, todos esses outros investimentos ficam prejudicados porque acaba o FUNDEB se resumindo basicamente no pagamento da folha do magistério e isso é preocupante. Pode passar.

Quais são as outras preocupações agora? Primeiro, que as estimativas do MEC para o FUNDEB/2009, publicadas em março, e aí eu quero destacar que já foram publicadas em atraso, em descumprimento à Lei do FUNDEB, não consideram a queda na arrecadação que já havia sido verificada desde dezembro de 2008, quer dizer, foi feita uma estimativa pelo Tesouro Nacional no final de 2008, que 2008 a gente sabe que a arrecadação, foi o 'bum' da arrecadação no País, não se observou que a arrecadação já vinha em queda, e em março, três meses depois, foram publicadas as estimativas sem considerar essa arrecadação que vinha sendo demonstrada em queda. Isso ocasionou essa diferença entre a receita prevista e a efetivamente realizada, tanto é que nós aguardávamos com mais antecedência essa reestimativa, esse novo cálculo. Isso aconteceu em agosto. Agora mesmo tendo uma segunda estimativa pela Portaria 788 em agosto, observa-se que a arrecadação continuou em queda em setembro, outubro, e agora a gente espera uma recuperação dessas receitas.

Para vocês terem uma ideia, o cálculo que nós fizemos, um comparativo com o que foi repassado em 2008 e até outubro, comparando o que foi previsto na Portaria 788 de agosto e o que foi repassado com base nos dados da STN, os Estados do Acre, Amazonas,

Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, há uma divergência entre as estimativas e os repasses chegando a 17% negativos no Espírito Santo, quer dizer, então o que nos preocupa agora é o ajuste de 2010 que, de acordo com a Lei do FUNDEB, tem até o primeiro quadrimestre para ser realizado. Esse ajuste é justamente entre a receita que foi disponibilizada, o que foi efetivamente arrecadado e o que foi disponibilizado no FUNDEB. E a gente sabe, nesses três anos de FUNDEB, que tem um descompasso muito grande, principalmente em relação ao que é disponibilizado pelos Governos Estaduais. Então o que já nos preocupa é o ajuste de 2010.

Aqui é um levantamento que nós fizemos com base no que está estimado até outubro e aí a gente fez uma conta que pode até não estar muito certa, mas é o dado que nós temos, do que deveria ser repassado até outubro, a gente sabe que o FUNDEB tem uma diferença muito grande de um mês para o outro, não dá para você dividir por 12 porque, como é baseado em impostos, isso tem alterações muito grande ao longo do ano, mas mesmo assim há uma diferença muito grande já entre o que foi estimado pela segunda vez e o que está sendo efetivamente repassado, de acordo com os dados da STN. Pode passar.

E, por fim, a CNM traz duas propostas aqui com relação a isso. A primeira é que o Ministério da Educação tem que observar o cumprimento do art. 15 da Lei do FUNDEB, de que as estimativas para o exercício seguinte têm que ser publicadas até 31 de dezembro. Isso não tem sido feito nem em 2008 e nem em 2009. Por que isso? Esse ano, para vocês terem uma ideia, foi realizado um acerto financeiro em relação aos meses de janeiro e fevereiro, que os municípios receberam com base nos coeficientes de 2008, e, além disso, em abril, quando foi em maio teve o ajuste da complementação da União que cruzou o que foi efetivamente arrecadado com o que foi disponibilizado do FUNDEB, quer dizer, causou dois grandes, para município pequeno, dois grandes apagões, que vivem basicamente do FPM. E o Banco do Brasil, por sua vez, deixa para fazer isso na última parcela do FPM, na última parcela do mês, que é o menor repasse, e as contas ficam negativas, inclusive as do FPM. A outra é que agora, como até o dia 31 de dezembro tem que apresentar as estimativas da receita, o valor mínimo nacional, as estimativas do valor/aluno por UF para 2010, que isso, primeiro, seja cumprido de acordo com o prazo que a Lei do FUNDEB determina. Segundo, que se faça realmente essa avaliação para saber qual vai ser, pelo menos uma previsão mais próxima do que aconteceu em 2009, porque nós já vamos sofrer um ajuste, pelo menos até

abril de 2010, em função da continuidade na queda de arrecadação depois da estimativa de agosto, mas para não acontecer o que aconteceu em 2009.

Então se a gente tiver essa preocupação e essas previsões se aproximarem forem mais próximas da realidade, com certeza eu acho que a gente evita essas dificuldades financeiras, tanto por estados quanto por municípios. Além disso, não demorar tanto, caso haja necessidade de reestimar as receitas, que isso seja feito com a maior celeridade possível. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço à Selma Maquiné, só dizendo que não poderia ser mais clara do que foi. Foi muito boa a representação, como as demais também, e eu penso assim que essa Audiência Pública está sendo extremamente esclarecedora para quem quiser entender o que está acontecendo em termos dessa dificuldade em função desses aspectos todos econômicos, da portaria, da arrecadação, enfim, de todas as áreas.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: O senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: É que eu não toquei na questão da DRU, que ainda que não seja o foco da discussão, mas que a Confederação tem algumas preocupações porque a emenda constitucional, ela não assegura que os recursos da DRU sejam investidos na educação básica oferecida por estados e municípios, mesmo porque os 12,5% que estão revinculados, o próprio MEC e o próprio Governo Federal no seu orçamento já cumpriu os 3,8 bilhões que deveriam ser investidos com a revinculação dos recursos. E isso não representa, efetivamente, recursos para a educação básica de estados e municípios, mesmo porque os 18% são investidos na Rede Federal de Ensino, nas Escolas Técnicas, CEFETs e Universidades Federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao Vander Oliveira Borges, que é Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação. O Vander é do Ministério da Educação.

SR. VANDER OLIVEIRA BORGES: Bom-dia, Senador Flávio Arns, que eu cumprimento e agradeço em nome do Ministério pelo convite para participar dessa Audiência Pública. Estendo os meus cumprimentos aos senadores aqui presentes e cumprimento também os demais componentes dessa mesa.

A nossa presença aqui foi justamente para abordar de forma pontual a questão do FUNDEB, especi-

ficamente no que se refere aos impactos que ele vem sofrendo em decorrência do processo de crise que se instalou não apenas no País, mas, como todos sabem, que alcançou todos os países, todos os continentes.

Pois bem, o que é que é o fundo? Ele é um fundo contábil, de natureza contábil, ele é de âmbito estadual. Na verdade nós temos vinte e sete fundos e tem uma independência entre cada estado, de tal sorte que os recursos de um estado não se misturam com recursos de outro estado. Ele é gerido pelo respectivo órgão de educação do estado e dos municípios e ele é de natureza contábil, ou seja, tem que estar todos esses lançamentos registrados na contabilidade de cada ente governamental. Ele tem legislação própria, tem parâmetros específicos que são delineados nessa legislação e que nos servem de apoio para que possamos então colocá-los em funcionamento, para que possamos operacionalizar. Essa é a tarefa cotidiana do Ministério da Fazenda da Educação, do FNDE, especificamente da área que está sob nossa responsabilidade lá dentro da nossa instituição. Aqui nós apresentamos a legislação que nós nos apoiamos para poder viabilizar, para assegurar essa operacionalização. Tem uma parte que nós chamamos de legislação duradouro ou plurianual, que em tese não se altera a cada exercício, tem uma vida mais longa, no entanto nós temos uma outra legislação que complementa essa legislação básica, que essa sim tem uma dinâmica anual. Eu destaquei ali a Portaria 221, do Ministério da Educação, que foi a do mês de março de 2009, foi até mencionada pelo CNM que foi editada com atraso, de fato o foi por conta de atraso no censo escolar do ano anterior, que serve de base para o funcionamento do fundo em 2009. Não é a primeira vez que isso acontece, infelizmente, mas foge da nossa vontade, são razões de ordem técnica. O Ministério da Educação passou por modificações significativas nos mecanismos de captação dos dados do censo escolar, nós passamos a ter informações agora por aluno e não mais por estabelecimento de ensino, como até então se praticava historicamente no Ministério, e isso fez com que atrasos operacionais dessas mudanças ocorressem, repercutindo no funcionamento não só do FUNDEB, mas de outros programas relevantes e importantes da educação básica do nosso País.

O mais importante com relação a esse ponto é que agora, no ano de 2009, o censo escolar está sendo concluído tempestivamente. A perspectiva é de que eu tenho ainda hoje, talvez hoje, dia 18 de novembro, já a base de dados do INEP, que é o responsável pelo censo, para que eu possa, dentro do FNDE, começar já a trabalhar esses dados, senador, para evitar que ocorrências como essas aconteçam. Já entra numa

sequência de tempestivamente no cumprimento das normas legais. Esta é a explicação. Mas o importante é que nós temos elementos e ferramentas técnicas operacionais que nos permitem recuar no tempo e proceder os ajustes correspondentes de forma a trazer tudo para a base legal que estabelece esses parâmetros.

Pois bem. As instituições que foram envolvidas nesse processo e começa pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da parte de recursos, de programação e de estimativa de receitas, passando pelo Ministério da Educação, especificamente, como eu disse, o INEP e o FNDE, e alcançando aí os agentes financeiros do fundo e os próprios estados e municípios, Tribunal de Contas, Ministério Público, etc., etc. Então vejam: o fundo, na verdade, é um grande processo onde estão nele inseridos várias instituições com papéis distintos em todo esse processo que vai da arrecadação do recurso à sua aplicação final e a sua comprovação.

Pois bem. Dentro do Ministério da Educação nós temos o papel, no FNDE de forma específica, de agir exercendo aquelas atribuições que pela lei são atribuições do Ministério da Educação. Elas estão delineadas, essas atribuições, de oferecer o apoio técnico a estados e municípios e outros interessados, capacitar conselheiros, divulgar orientações e dados e aí insere essas questões das estimativas dos parâmetros operacionais que servem para subsidiar todo o funcionamento do FUNDEB.

Pois bem. Feitas essas explicações mais genéricas, entrando de forma mais específica na questão do recurso. De onde vem, afinal, o recurso que alimenta o FUNDEB para que então possamos visualizar esses impactos na sua receita? Está ali colocado dois grandes grupos de receitas, que é a parte em verde são os recursos que já estavam alimentando o FUNDEF anteriormente ao FUNDEB. Sobre esses recursos, eles continuaram no novo FUNDEB, só que agora já estamos com um percentual de 20% sobre eles alimentando o fundo. Na época do FUNDEF era de apenas 15%. Mas além dessas cinco fontes que eram do FUNDEF, temos três novas fontes, que é o recurso do ITR, IPVA e ITCMD que passaram também a compor a cesta de impostos e transferências que alimentam o fundo. Também sobre estas fontes agora estamos trabalhando com 20%.

E, por último, temos uma componente de recurso federal, ali simbolizada em cor azul, que também tem uma escala de evolução. Começamos colocando 2 bilhões de reais em 2007, em 2008 foram 3,2 bilhões e agora em 2009 a União está assegurando 5,2 bilhões. Para que vocês possam visualizar a importância dessa componente de Receita Federal dentro do fundo, na

época do FUNDEF se colocou 300 milhões de reais no último exercício de vigência, que foi 2006. Nós temos agora um patamar de cinco bilhões de reais sendo assegurados, dando a dimensão da grande mudança nessa componente de participação federal no fundo.

Nesse gráfico aqui vocês podem visualizar, e isso é importante ser visualizado aqui nesse contexto, é exatamente o peso que cada uma dessas oito fontes, ou melhor, nove, se eu considerar aí a parte de recursos federal, o peso que essas fontes tem na composição do fundo. Veja a componente em azul que me dá 61% de peso que tem o ICMS na composição do fundo. Então veja: as mudanças no ICMS, necessariamente, é que provocam os maiores impactos nos recursos que compõem o FUNDEF. Seguido aí dos recursos de Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que são as fatias verde e amarela, que como foi explicado aqui pelo representante do Ministério da Fazenda, essas duas fatias de recursos que alimentam o fundo são provenientes, por sua vez, de recursos do IPI e do Imposto de Renda que foram impactados pela crise também, como foi aqui mencionado.

Mas eu destaco, por fim, neste gráfico, a componente que está colocada neste azul claro, que apresenta 7% do recurso de toda essa pizza, que são os cinco bilhões de reais de participação federal na composição do fundo. Destaco isso enfatizando que essa parcela federal teve um papel importantíssimo nessa crise que se instalou em nossa economia, porque serviu de colchão, de amortecimento dos impactos da crise, como nós podemos ver mais adiante ao considerar esta componente.

Esse gráfico eu vou passar mais rapidamente. Pode passar, por favor, que é apenas a questão dos alunos, como são considerados dentro do fundo.

Aqui também rapidamente falando, me dá uma visão de dado físico, ou seja, alunos que estão dentro do fundo agora. Nós estamos com um patamar de 45 milhões de alunos, sendo que no FUNDEF era de apenas 30 milhões, já que era pleno e ensino fundamental.

Nessa planilha seguinte aqui eu posso visualizar o valor mínimo nacional e aqui os fatores de ponderação que estão usados agora, em 2009, que me dão exatamente a diferenciação com a qual eu tenho que trabalhar dentro do FUNDEF para assegurar os valores mínimos para cada segmento da educação básica. Essa diferenciação é aplicada a todos os estados do País, independentemente daquele estado ter ou não recurso federal de complementação da União entrando no fundo.

O valor mínimo, por sua vez, aqui está colocado R\$ 1.221,00, que essa aqui que está em vermelho seria

o segmento básico da educação básica, cujo fator de ponderação é o Fator 1. Em relação a ele oscila os demais segmentos, ou seja, aqui, por exemplo, esse fator aqui é 1,20. Significa dizer que esse aluno da educação especial aqui, o *per capita* dele é 20% superior a este aluno aqui do segmento base, que foi considerado aqui nesse mecanismo. Então o valor mínimo com o qual eu estou trabalhando em 2009 é de R\$ 1.221,00. Agora veja, esse valor mínimo cai do céu? Evidentemente que não. Ele é decorrência da conjugação de quatro grandes variáveis que ficamos obrigados a observar em toda a dinâmica do fundo. A primeira delas: qual o universo de alunos que eu tenho que considerar nessa [ininteligível] de recursos? Como eu disse e mostrei ainda há pouco, são 45 milhões de alunos. A segunda grande variável: quais são as receitas que entram na composição do fundo proveniente dos estados e municípios? Que são os 20% que são obrigatórios de eles colocarem. A terceira variável: quais são os fatores de ponderação que eu sou obrigado a seguir para distribuir esse recurso diferenciando por aluno? E a quarta e última variável: quanto de recursos federais eu tenho que obrigatoriamente assegurar ao fundo?

A conjugação dessas quatro variáveis, senhores, é que me permite responder: o valor mínimo em 2009 é previsto em R\$ 1.221,00. Repito a palavra 'previsto', porque não é um valor imposto, é um valor estimado. Significa dizer que ao final de cada exercício aquele valor mínimo que foi estimado pode sofrer variação. Ele pode fechar o ano sendo um valor superior ou inferior a este valor que está aqui colocado de R\$ 1.221,00.

Pois bem. Aqui nesse gráfico eu consigo visualizar, levando em conta agora esse valor mínimo que eu acabei de explicar de onde que ele vem, mas associando esse valor mínimo aos valores per capita do conjunto dos estados brasileiros, ou seja, como eu disse os fundos são independentes. Eu tenho, portanto, 27 estados e eu calculo 27 variáveis, 27 valores por aluno/ano. Nesse gráfico eu coloquei esses valores numa escola decrescente, do maior para o menor. Veja quanto o nosso País é desigual. Roraima, que é o primeiro Estado aqui, um valor per capita de R\$ 2.500,00 aproximadamente, sendo que o último valor aqui do Maranhão dá setecentos e poucos reais. É quase quatro vezes maior a capacidade financeira de Roraima comparativamente à capacidade financeira do Maranhão se não houvesse o FUNDEF. Porém, há o FUNDEF, que entra em cena, assegurando recurso federal para a complementação. E o que está posto aqui é justamente isto. Nesta linha amarela eu tenho justamente esse ponto, que é o ponto de R\$ 1.221,00, que é essa coluna aqui, R\$ 1.221,00. Sobre o topo dela passa essa linha, representa o meu limite mínimo. Os

estados que estão abaixo dessa linha, que é o limite mínimo, são esses nove estados aqui. Portanto, esses nove estados recebem essa diferença que está posta em vermelho para fazer com que eles saiam do patamar que estariam se não tivesse o FUNDEB e alcancem o patamar mínimo. No caso do Maranhão, se não tivesse o FUNDEB, seria de R\$ 700,00. Ele passa, portanto, para R\$ 1.221,00, com a União colocando quinhentos e poucos reais. É essa a dinâmica de funcionamento do FUNDEB, é isso que faz com que a União seja obrigada a participar com recursos, reduzindo as desigualdades existentes.

Pois bem. Se são essas as variáveis financeiras e físicas com as quais eu sou obrigado a trabalhar, eu tenho aqui neste outro gráfico o impacto ou o resultado da aplicação dessas variáveis. Eu vou destacar aqui os grandes números dos efeitos em relação aos estados e municípios. Desde o ano de 2007, o primeiro ano do FUNDEB, eu tenho que os Governos Estaduais colocaram naquele ano, dentro do FUNDEB, o percentual obrigatório, o equivalente a 30 bilhões de reais, e receberam de volta, com base no número de alunos, 21 bilhões, transferindo 8 bilhões e 400. Os municípios, por sua vez, esse conjunto de colunas aqui, colocaram 14,6, receberam de volta 25 bilhões, portanto, com um acréscimo financeiro da ordem de 10 bilhões de reais em 2007, o conjunto dos municípios do país. Esse valor alcançou 13 bilhões em 2008 e a perspectiva é de que agora, em 2009, os municípios tenham um acréscimo financeiro da ordem de 15 bilhões de reais em decorrência dos mecanismos redistributivos que estão previstos na legislação do fundo. Isso é milagroso, ele ganhar 10, passar para 13 e alcançar 15? Claro que não. Isso está relacionado, evidentemente, à participação federal, à garantia de recurso federal no fundo, que evoluiu de dois bilhões no primeiro ano, três no segundo ano e cinco bilhões [soa a campainha] agora no ano de 2009.

Eu não sei se eu tenho necessariamente que interromper, senador, ou se eu teria mais alguns minutos só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pode concluir.

SR. VANDER OLIVEIRA BORGES: Muito bem. Eu quero então acelerar um pouco mais essa questão para de fato pontuar que esses impactos gerais que o fundo promove entre estados e municípios historicamente têm feito com que os estados transfiram recursos no conjunto, e isso vale para todos os estados do País, evidentemente exceção ao DF, que não tem município aqui, todos os estados transferem recursos para os municípios, que também recebem recursos em decorrência da participação federal numa posse que é

obrigatório. Como eu disse ali, tem sido crescente essa participação, esse adicional de recursos em benefício do conjunto dos municípios. Agora é claro que esse benefício é mais acentuado nos municípios da Região Nordeste, em alguns da Região Norte do País, onde estão os menores per captas, onde entra o recurso federal a título de complementação.

Pois bem. Nesse gráfico aqui, olhando agora de forma mais específica para a crise financeira, senador, eu posso visualizar ali o conjunto de receitas que alimentam o FUNDEB, destacando a redução que aconteceu entre todas elas e isso considerando uma primeira estimativa feita no exercício para o exercício de 2009 e a reestimativa feita após os efeitos da crise, em agosto, também de 2009. Comparando essas duas variáveis, verificamos ali uma redução acentuada no recurso do IPI, o responsável pela Fazenda aqui explicou essa questão dos impactos no IPI, mas eu destaco aqui o impacto de 11% negativamente na componente mais importante do FUNDEB, que é o recurso do ICMS. É por isso que no total, no total eu tive uma queda, como foi dito aqui pelo CONSED, de 12% nas receitas que compõem o FUNDEB. Essa queda, respondida quase que totalmente pela queda verificada no recurso do ICMS, que como eu mostrei também é mais de 60% desses recursos.

Agora se eu olhar essa questão do impacto, agora diferenciando os estados que estão recebendo complementação da União e aqueles que não estão sendo contemplados com esse recurso, nessa planilha eu visualizo o quê? Naqueles nove estados, que são sete do Nordeste e dois do Norte, portanto, os mais carentes do País, que recebem complementação da União, o impacto financeiro provocado pela crise no recurso do FUNDEB foi atenuado justamente por este recurso da complementação da União. Lá a queda foi de 9,5%, enquanto nos demais, ou seja, nas 18 unidades federadas onde não há dinheiro federal, essa queda foi de 12% e no total foi de 11%.

Então veja que o elevado e benéfico efeito assegurado pela complementação da União ao fundo, porque a complementação da União, essa é uma blindagem inflexível, porque foi posto como sendo um valor absoluto de cinco bilhões de reais, pelo menos em 2009. Em 2010 não será, porque em 2010 esse recurso será uma variável relativa, na medida em que está posto na lei que a União irá assegurar 10% daquilo que o estado e o município assegurar. Portanto, a queda que ocorrer na arrecadação de estado e município será provocada também na participação federal. Em 2009, essa fixação do montante absoluto foi altamente benéfica em função da crise, como está posto ali. Serviu de colchão, de amortecimento do impacto da crise para aqueles

estados e municípios mais necessitado do País, como eu acabei de mencionar.

Eu acho que vou concluir rapidamente aqui, senador, abordando essa questão da variação da complementação da União, levando em conta essas duas estimativas. A primeira é do exercício de 2009 e a segunda, feita agora em agosto, justamente em relação a esses nove estados e ainda mais, em relação à parte da complementação da União. De fato o FUNDEB, gente, ele tem mecanismos altamente amarrados, entrelaçados. O MEC, o Ministério da Educação, o FNDE, nós não temos autonomia legal para interferir na operacionalização dessas palavras. Em outras palavras, a perturbação que se provoca numa variável qualquer da componente do FUNDEB, seja ela da complementação da União, seja um outro tributo, ela vai repercutir em cadeia, num efeito dominó em todo o FUNDEB de todo o País, envolvendo os 27 estados e os 5.564 municípios. É assim a amarração feita na lei do fundo, que foi amplamente debatida tanto no MEC, quanto no Congresso, na Câmara e aqui no Senado.

Portanto, neste modelo de financiamento representado pelo FUNDEB, esses impactos são previstos, são previsíveis sim. Eu tenho que estar atento para essas oscilações, não apenas em relação a um mês comparativamente a outro mês, mas oscilações de um exercício para outro, oscilações decorrentes de eventuais perturbações de natureza econômica, como a que nós estamos vivenciando agora em 2009, que ninguém previa, infelizmente. Agora são fatores alheios ao nosso conhecimento prévio, tanto é que nós não tivemos, em 2009, no mês de março, como foi mencionado aqui pela CNM, elementos suficientes para podermos estabelecer uma previsão para o exercício que pudesse contemplar todo o efeito da crise que se instalou. Não sabíamos que nós teríamos uma redução de 9,3 bilhões de reais naquela época, no mês de março de 2009, na receita do FUNDEB, conforme foi aqui demonstrado. Em agosto, sim. Nós tínhamos um cenário mais bem delineada, com todas as perspectivas, inclusive de recuperação futura, como foi mencionado aqui pelo representante do Ministério da Fazenda. Aí sim foi quando o Ministério da Educação e o Ministério da Fazenda, de forma conjunta [soa a campainha], decidiram que havia espaço e um ambiente saudável para se estabelecer, para se fixar uma estimativa segura para operacionalizar o FUNDEF(F).

É bom que se diga, inclusive, que quando eu comparo estimativas com as quais eu trabalho com os dados que são efetivados de receitas, nós temos alcançado, isolando essa questão de efeitos, como é o caso dessa crise, em condições de estabilidade eu diria, senador, nós temos alcançado uma estimativa que bate na casa

de 99% daquilo que se efetiva em termos de receita. O que é que isso significa dizer? Que o Ministério da Fazenda tem trabalhado com técnicas de estimativas altamente seguras e confiáveis e que têm sido refletidas nos dados finais dessas estimativas.

Onde estariam, então, os efeitos, onde estariam as causas que fazem com que os ajustes do FUNDEB provocam acertos financeiros às vezes significávamos. Onde estariam essas causas? Como eu disse e reitero, o FUNDEB é conjugado, seus impactos e efeitos. Portanto, qualquer perturbação, quando o estado não coloca o ICMS da forma que deveria colocar, que é a mais importante fonte de recursos dentro do FUNDEB, isso vai repercutir no ajuste. Então veja: não é uma razão apenas atrelada à qualidade da estimativa. Existe uma série de outras razões que interferem em todos esses efeitos e impactos que são provocados no FUNDEB.

Nós temos que chamar a atenção, só para concluir, aqui nesses meus últimos trinta segundos, de que todos nós, sejamos nós do Ministério da Educação, do FNDE, como de outros Ministérios, gestores estaduais e municipais, queremos estar efetivamente acompanhando o que está acontecendo nessas variáveis, cientes de que esses efeitos, sejam eles já previstos ou não, interferem em cadeia dentro do FUNDEB, que essa interferência vai provocar impactos na ponta sim em estados e municípios.

Eu queria encerrar por aqui já, que o meu tempo foi muito além daquilo. Eu agradeço, senador, pela tolerância que me foi dada aqui, para poder falar um pouco mais dessa questão tão relevante, que é o efeito do FUNDEB. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): Agradeço ao Vander Oliveira Borges. Passo, em seguida, a palavra ao Carlos Eduardo Sanches, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Secretário Municipal de Educação da cidade histórica de Castro, no Estado do Paraná.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES:

Bom-dia, Senador Flávio Arns. É um prazer retornar a essa comissão e, certamente, essa comissão tem, como a Professora Yvelise abordou inicialmente, a possibilidade de, neste momento, trazer luz aos problemas enfrentados por estados, mas principalmente por municípios, diante dessa queda de arrecadação, que provocou um grande susto, mas, sobretudo, um trauma na execução dos nossos orçamentos. Eu gostaria, também, de cumprimentar ao Senador José Nery, que também motiva esta Audiência Pública, cumprimentar a Professora Yvelise, que recentemente assumiu o CONSED e vem desenvolvendo um grande trabalho,

cumprimentar ao Vander, cumprimentar ao Jefferson, cumprimentar a Selma.

Parabenizar as pessoas que já falaram e dizer que a UNDIME preferiu não fazer uma exposição detalhada, como os demais já apresentaram, em virtude de que o momento requer uma medida para solucionar o problema. Nós, efetivamente, estamos vivendo um ano atípico, um ano diferente, mas que tem origem, que tem causa e que certamente precisa atender à demanda que se apresenta neste momento.

Eu gostaria de lembrar que quando o País enfrentou a crise e o Governo Federal inicialmente decidiu em aplicar a redução das alíquotas do IPI, o Governo Federal atendeu a um pedido inicial das grandes empresas e das montadoras com o argumento da preservação dos salários, com o argumento da preservação dos empregos, mas certamente o Governo também, com esta medida, provocou uma série de outros efeitos em cascata. Quando o governo mantém o emprego, evidente que assegura, de certa forma, a estabilidade da economia, mas os filhos dos trabalhadores são as crianças que estão nas escolas públicas e não só dos trabalhadores das montadoras e não só dos trabalhadores das indústrias, mas os filhos de todos os trabalhadores do Brasil. Não há como ofertar educação pública de qualidade nesse País sem efetivamente podermos, primeiro, senador, trabalhar com tranquilidade. Segundo, trabalharmos com recursos. Quando diminuimos o volume de recursos, afetamos a qualidade da educação e disso não há qualquer discussão ou sobre isso não há qualquer discussão para ser feita.

Quando o governo provocou a queda da arrecadação, logo atendeu ao clamor dos prefeitos com a possibilidade da complementação do FPM. Como era complementação, não houve aí, nas duas vezes, a vinculação de recursos para a educação. Então a área de educação, logo, saiu prejudicada, perdendo a possibilidade de vincular os 20% que hoje nós temos assegurados com a aplicação do FUNDEB. Logo, diminuíu mais uma vez o fluxo de caixa dos municípios na área da educação.

É importante ressaltar que neste momento a grande maioria dos 5.564 municípios do Brasil passa por uma completa inércia nos investimentos na área da educação. A grande maioria, se não quase a totalidade dos municípios, Senador Flávio Arns, neste momento, não fazem o investimento. Neste momento os municípios na área da educação estão apenas pagando salários. Vale a pena lembrar que o pagamento desses salários foi projetado ao final do ano passado, quando as Câmaras Municipais aprovaram os orçamentos que estão em vigor. Houve queda de arrecadação? Houve, mas os salários estão lá e precisamos cumprir.

A Selma apresentou bem os números e certamente quando você, dentro da estrutura municipal, compromete mais que 70% do seu fundo, do seu FUNDEB, com o pagamento de salários, cai muito a qualidade da educação se o município não tem a possibilidade de outras fontes de recursos próprios.

À exceção dos grandes municípios, dos municípios de grande porte e à exceção dos municípios que têm o recebimento de royalties, vale a pena lembrar que o FUNDEB é a grande ou quase única receita para a área da educação. Se você está comprometendo 70%, 75%, 80%, 90% do FUNDEB com o salário, você está sem dinheiro para investir no restante da educação. E nós temos que lembrar que nós precisamos manter os nossos prédios públicos, nós precisamos dotar as nossas unidades escolares de estrutura, de equipamentos, nós precisamos investir em formação, nós precisamos manter o transporte escolar, enfim, todos os serviços precisam ser mantidos na área da educação. E sinceramente, Secretária Yvelise, eu aqui trago uma preocupação que tenho ouvido em todos os estados brasileiros e não só apenas naqueles aonde há complementação da União. Alguns serviços que são ofertados em regime de colaboração, como especificamente o transporte escolar, terão problemas agora no mês de novembro e também no mês de dezembro. Muitas pessoas dizem: "Mas as aulas já vão acabar". Não vão acabar, não, porque no Norte e no Nordeste nós tivemos cheia. No Sudeste, em alguns estados do Centro-Oeste e lá no Sul nós tivemos o problema da Gripe A. Temos municípios no Brasil com previsão de calendário estendido até 30 de dezembro. E sinceramente, Secretária Yvelise, eu acho que a grande maioria dos municípios não terá recursos para arcar com o pagamento do serviço do transporte escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Posso interrompê-lo?

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: À vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu estou pedindo licença ao Carlos Eduardo Sanches para interrompê-lo, só dois minutos, até pela amizade que eu tenho com ele, ele é uma presença permanente aqui na Comissão. Lembrar que esta Comissão é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e nós temos com muita alegria aqui a presença de inúmeros atletas olímpicos e paraolímpicos que vêm projetando o nome do Brasil nas duas modalidades, seja olímpica ou paraolímpica em termos, assim, de um papel relevante do Brasil nesta área, mostrando a garra, o potencial, a determinação, a organização desta área, a legislação nesta área que vem de alguns anos para cá promovendo com recursos financeiros as

duas áreas. E temos agora, em 2016 já, a Olimpíada já prevista, a Olimpíada e Paraolimpíada previstas para o Brasil. Então nós estamos nos preparando para essa finalidade. Temos, então, a presença aqui de todos vocês, atletas, que acompanham todo este esforço e estão aqui justamente para dizer: Olhe, é importante ter um evento dessa natureza, mas não só o evento, a preparação para o evento, os recursos para a área, a universalização dos recursos para que todo mundo pratique esportes, tenha educação física e a partir daí seja mais fácil também eventualmente selecionar os atletas de ponta.

Então nós queremos dar as boas-vindas a vocês, dizer da importância disto nesta comissão e, ao mesmo tempo, dizer que vocês são sempre bem-vindos. Tudo aquilo que esta comissão do Senado Federal puder fazer a favor da área, contem com esta comissão como uma parceira nesse esforço nacional a favor dessas duas áreas, mas sempre pensando como pano de fundo esta universalização da prática esportiva nas escolas e nas comunidades para que a partir desta universalização nós possamos dar oportunidades a todos para que possam assim se destacar e se apresentar em eventos internacionais ou nacionais ou locais.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero destacar a presença de Hilton Santos Júnior (beach soccer), Vladimir Cordeiro (beach soccer), Virna Dias (vôlei), Claudinei Quirino da Silva (atletismo), Paulo Silva – Paulão (vôlei), Rogério Sampaio (judô), Marilson Gomes dos Santos (atletismo), Juliana Gomes dos Santos (atletismo), Alaor Azevedo (Presidente da CBTM), Manoel Luiz Oliveira (Presidente da CBHB), Sérgio Bruno Zech Coelho (Presidente do Minas Tênis Clube), Aline Pelegrino (futebol feminino), Marta Vieira da Silva (futebol feminino), Ester Aparecida dos Santos, todos nomes bem conhecidos aí de toda a sociedade. Quero parabenizar novamente pelo destaque que vocês vêm proporcionando ao Brasil. Ester Aparecido dos Santos (futebol feminino), Cristiane Roseira de Souza Silva (futebol feminino), Kleiton Barbosa de Oliveira Lima (futebol feminino), Priscila Vilane (futebol feminino), Franco Vieira Neto (vôlei), Márcio (vôlei), Fábio Luiz de Jesus Magalhães (vôlei), Falcão (futsal), Fernando Luiz Leite Cardoso Coelho (futsal), Renan Dal Zotto (futsal), Davi José Albino (luta olímpica), Eliseo Cardoso Macambira (luta olímpica), Felipe Macedo (luta olímpica), Antoine Jaoude (luta olímpica), Hortência. Está por aí a Hortência? Está aqui, seja bem-vinda de novo, a Marta também e a Hortência Marcari (basquetebol), Wanderlei Mazzuchini (basquetebol), Carlos Nunes (basquete), Marcelo Doria

(basquetebol), Luana Rodrigues (taekwondo), Natália Pereira de Holanda (taekwondo), José Antonio Soares Silva (taekwondo), Antonio Machado (Presidente da Confederação Brasileira de Mindball), Adria Rocha dos Santos, que está aqui também (atletismo), Marcela Pereira Furtado (acompanhante da Adria). Inclusive nós estamos aprovando o Projeto de Lei como iniciativa da comissão para que o acompanhante seja beneficiado também pela legislação esportiva. Antonio Tenório da Silva (judô). Atleta-guia, desculpe, o acompanhante é o atleta-guia. Michele Silva (esposa do Tenório), Danilo Carlos de Castro (acompanhante do Tenório), Carlos Henrique Garletti (tiro esportivo), Jorge Luiz Silva e Souza (acompanhante), Lucas Prado (atletismo), Silmara Torres de Almeida Dias (acompanhante), Roseane Ferreira dos Santos (atletismo), Terezinha Guilhermina (atletismo), Yohansson do Nascimento Ferreira (atletismo), Maria Zeferina Baldaia (atletismo). É bastante gente [risos]. Estão em peso aí, é uma turma de fôlego, além de tudo, para vir aí lutar por orçamento. Antonio Delfino (atletismo), José Adalberto Costa (Presidente da Federação de Vela de Brasília), Mauro Barata Osório (Diretor Técnico da Federação de Vela de Brasília), Moisés Neto (atletismo – para-atleta), Shirlene Coelho (atletismo). Quero lembrar: sempre atletas e para-atletas, Olimpíada e Paraolimpíada, por isso que eu nem estou identificando aqui quem é atleta ou para-atleta, mas só a modalidade. Iranildo Espíndola (tênis de mesa), Cláudio da Silva (vôlei sentado), Maria Kátia Freitas (acompanhante), João Tomazini (Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem), Joana Maranhão Franco de Sá (natação), Luciano Corrêa (judô), Rodrigo Otávio Coelho da Rocha Castro (natação), Alexandre Morelli (handebol), Vinícius Teixeira de Almeida Moraes (pentatlo naval – exército), Sara de Menezes (judô – exército), Suzani dos Santos Lorete (futebol – exército), Frederico José Pereira da Costa (Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo) e Ibi Aires (taekwondo). É isso. Solicito uma salva de palmas como reconhecimento.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, ilustres convidados. Me associo ao voto de satisfação manifestado por V. Exa., na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para saudar a todos e todas, atletas olímpicos e paraolímpicos, que fazem neste momento uma visita simbólica à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dizendo a cada um deles que

vossas presenças aqui nos estimulam à luta que todos que fazemos nessa Comissão para valorizar educação de qualidade e o esporte como uma importante ferramenta para promover a cidadania, promover a inclusão social.

Tenho certeza que essa visita rápida simboliza também um pedido para o compromisso dessa Comissão no sentido de assegurarmos, naquilo que pudermos, mais recursos para fortalecer todas as modalidades de esporte em nosso País, de modo que as potencialidades que já temos demonstrado em vários esportes possam ser cada vez mais estimuladas, reafirmadas como um valor fundamental no reconhecimento do esporte para a cidadania, para a inclusão social, para garantir, através dessa ferramenta tão importante, dessa forma de expressar essa capacidade do nosso povo de criar, de inventar. A nossa juventude precisa desses exemplos, dos muitos que estão aqui, que têm protagonizando para a alegria e felicidade do povo brasileiro.

Então a nós também cabe fazer a nossa parte para apoiá-los, sobretudo, no ponto de vista da garantia de mais recursos para o esporte brasileiro. Como estamos aqui nesse momento discutindo a necessidade da garantia de recursos para a educação básica. Neste ano tivemos aí uma previsão de perda de quase nove bilhões. Então educação e esporte realmente precisam caminhar juntos para promover a inclusão social e, sobretudo, o desenvolvimento que nós preconizamos para o nosso País. Parabéns e muito obrigado por essa honrosa visita.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu sei que vocês têm uma Audiência com o Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao meio-dia. Por isso que inclusive interrompi a fala, pedindo desculpas até ao Carlos Eduardo Sanches por ter interrompido, mas ele, como educador, sabe da importância desse fato. E, principalmente, dizer para vocês desta alegria de ter todos vocês aqui. Eu já fui presidente da ABDEM, que é a Associação Brasileira de Desportos para Pessoas com Deficiência Intelectual. A ABDEM é membro do CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro, tive a honra de presidir o Conselho Deliberativo do Comitê Paraolímpico brasileiro, e colocar para vocês, assim, da alegria, da satisfação, do compromisso de parceria. Nós teríamos, assim, uma alegria enorme de fazer uma tietagem, tirar fotografias, falar e tal, porque vocês merecem, vocês são grandes, são representativos, são referência e, como o Senador José Nery colocou, nós estamos discutindo a questão

de quase dez bilhões de reais para a educação básica. Se quisermos termos atletas sempre melhores, temos que cuidar muito da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, do pós-graduação e é isto que está sendo debatido com o MEC, com a Receita, com os municípios, com o presidente. Ele é o Presidente dos Secretários Municipais de Educação do Brasil – UNDIME, e ela, Professora Yvelise, é Presidente do CONSED, que é o Conselho de Secretários Estaduais de Educação, para vermos como esses dez bilhões, vocês que vêm atrás de orçamento, também possam ir para a educação para incentivar melhores atletas no futuro.

Inclusive para encerrar esta presença de vocês, eu convido a usar a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a todos os atletas e as atletas que estão aqui presentes, as milhares de pessoas que trabalham, muitas de forma voluntária no Brasil inteiro, para oferecer essa oportunidade que, infelizmente, o Estado brasileiro, digamos assim, tratou mal durante muitos anos e que só mais recentemente, especialmente durante esse período do Governo do Presidente Lula, se buscou dar uma atenção especial à educação, que eu acho que é fundamental. Eu acho que interromper o Eduardo foi muito positivo, porque trata-se de um representante dos municípios, e ele sabe que é ali no município que nós temos condições de formar os milhões de atletas no Brasil. É na escola de ensino fundamental, agora é básico, juntou tudo, muda muito no Brasil a toda hora essa nomenclatura, mas eu acho que aqui nós deveríamos concentrar esforços unindo educação, esporte e cultura, porque trata de cuidar das pessoas, saúde das pessoas, formação de atletas, atletas em geral no Brasil, mas dessa grande quantidade de milhões de atletas brasileiros que nós podemos tirar. Às vezes a gente fica pensando na televisão em busca de uma medalha olímpica. Eu acho que a melhor medalha olímpica é você formar milhões de atletas. Você tendo milhões de atletas, vocês tira muitas medalhas, porque tem a maior medalha, que é ter conduzido formar esta população.

Então eu quero cumprimentar o Wadson, que está aqui presente, que é o Secretário Executivo do Ministério do Esporte, o Ministro está também nos corredores do Congresso Nacional, há uma caravana do Ministério do Esporte. Eu acho que é dessa forma também que nós pressionamos o Congresso Nacional a atender reivindicações que, muitas vezes, não vêm no orçamento diretamente do Executivo, que já poderia ter vindo atendendo às reivindicações do conjunto de federações, confederações e de atletas brasileiros.

Mas nos cabe aqui no Congresso Nacional fazer essa correção.

Eu acho que V. Exa., com o relator da matéria orçamentária aqui na Comissão, vão ter a atenção especial para os atletas brasileiros, os atletas olímpicos e paraolímpicos. Na verdade todos são atletas. Mais na frente nós vamos resolver isso e vamos tirar esse problema de paraolímpico. Todos serão atletas disputando os Jogos Olímpicos, que é uma confraternização, digamos assim, universal. E a minha expectativa é de que os atletas que aqui estão possam torcer para que as Olimpíadas, que será na Cidade do Rio de Janeiro, eu vi agora que em Pequim, meu caro Wadson, as Olimpíadas, elas foram em Pequim, mas uma parte dos esportes à vela foram realizados em outras cidades. Eu já reivindico a presença do Ceará, porque não falta mar e não falta vento. Tendo vela, a gente pode ganhar muitas medalhas partindo do Ceará.

Então, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aos nossos colegas que aqui estiveram, reforçar o espírito olímpico da comissão para que a gente aprove as emendas que eles solicitaram na nossa Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero parabenizar a V. Exa., sempre solidário com a área, mas eu só quero dizer a todos os atletas, eu tenho aqui a correspondência do Lucas também, só que vocês vão falar com o Presidente Sarney e eu também falei com ele em nome da Comissão, mas só lembrando o seguinte: o PLS 320, de 2009, que altera a Lei 10.891, de 2004, que instituiu a bolsa atleta para permitir a concessão do benefício aos atletas-guia dos para-atletas das categorias T-11 e T-12 está em pauta desde 18 de agosto. Estará em pauta amanhã, mas não tem conseguido ser votado no Plenário do Senado geralmente por problema de transcrição de pauta, por causa da medida provisória, e que é uma iniciativa, como eu disse, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a partir da presença de vocês aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, e se for destrancada a pauta hoje, facilmente a gente pode votar se tiver um acordo de liderança.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E o PLS 332, de 2009, que altera a Lei 10.891, também que institui a bolsa atleta para permitir a concessão de gráfico aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa, que está desde 27 de agosto com o relator, o Senador Adelmir Santana, para emitir o relatório para a Comissão. Nós vamos conversar com ele, o Senador Aldemir Santana é muito ligado à área, é extremamente solidário também e, sem dúvida

alguma, ele fará isto nesses próximos dias. Mas faço um apelo para que na audiência lembrem também ao Presidente Sarney sobre o PLS 320, de 2009. Está bem? Obrigado a todos e ao Lucas um abraço.

[palmas]

Muito bem, retomamos. Eu acho que o Carlos Eduardo entende perfeitamente, isso é importante, e até a repercussão do que nós estamos discutindo aqui para a sociedade de uma maneira geral e para os atletas, para a Olimpíada, porque se a gente quiser um Brasil diferente, melhor, desenvolvido, justo, com participação e com dignidade, precisamos ter orçamento e, particularmente, orçamento na educação. Então eu retorno a palavra ao Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: Apenas retomando a memória, essa interrupção também é importante por conta do que o País vive nesse momento, mas quando o governo concedeu a diminuição da alíquota do IPI, o Governo acabou mantendo os empregos nas grandes montadoras, nas grandes indústrias, mas afetou a qualidade do serviço público chamado educação, que é entregue aos filhos dos trabalhadores, não só daqueles trabalhadores das indústrias, mas de todos os trabalhadores do País e isso tem preocupado a nós, municípios.

Evidentemente que a crise não foi gerada pelo Governo, mas algumas ações do governo comprometeram a área da educação. Nesse sentido, a UNDIME entende que para que nós possamos concluir o ano de 2009 sem comprometer a qualidade do serviço público, do direito de cada criança matriculada em cada escola pública, chamado educação, nós precisamos de um fundo emergencial para este ano de 2009. Sem a possibilidade deste fundo, Senador Flávio Arns, nós não vamos ter recursos na grande maioria dos municípios para honrar o salário no mês de dezembro, para honrar o 13º salário, para honrar alguns serviços como transporte escolar e outros, alguns inclusive ofertados em sistema de colaboração com os estados, com os vinte e seis estados.

É importante lembrar também que neste momento a questão se agrava um tanto quanto mais porque o exercício está acabando e a preocupação vem aumentando. Os prefeitos e os secretários municipais de educação não estão enxergando qualquer luz ao fim do túnel e eu há pouco, conversando com o Jefferson, tive a garantia de que não haverá nos meses de novembro e dezembro a possibilidade de um acréscimo de arrecadação, de um estouro de arrecadação que faça com que nós possamos equilibrar as finanças nos municípios.

Dessa forma, é importante entender que todos que fazem gestão na área da educação, os parlamen-

tares, sobretudo, os indicadores do País têm lutado para que no Brasil nós tenhamos uma política sólida de educação e não tenhamos políticas de governo na área da educação apenas. Mas neste momento o Brasil precisa de uma política de governo e deste Governo que, certamente, tem feito grandes investimentos na área da educação, deste Governo que compreendeu a educação de uma forma diferente. E nós, que representamos os secretários municipais de educação, não esperamos outra atitude deste governo, uma atitude realmente de governo no sentido de que nós possamos criar um fundo emergencial para cobrir esse *déficit* de arrecadação na conta dos municípios.

É importante lembrar, ao mesmo tempo, que a Lei do Orçamento de 2010 já está no Congresso. Algumas coisas que aparecem na lei nos causam preocupação e nós precisamos, neste momento, também chamar a atenção da Comissão de Educação do Senado porque a lei vai ser votada aqui e nos preocupa o percentual de complementação do FUNDEB para o ano que vem, porque num primeiro momento nós não conseguimos observar a garantia da totalidade da complementação da União, equivalente aos 10%.

Desta forma, a UNDIME reitera a colocação do CONSED e também as colocações da CNM, lembrando que no último dia de quorum aqui no Congresso Nacional no primeiro semestre, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados começou a discutir esse problema e realizou uma audiência aos moldes dessa. No entanto, era o último dia, a audiência foi esvaziada e não teve uma repercussão tão grande. Mas já há uma mobilização grande dos prefeitos e dos secretários da educação há muito tempo acerca desse assunto.

Então acredito que da mesma forma como o Governo conseguiu construir um mecanismo de complementação do FPM, é possível, nesse momento, ainda mais num momento em que nós temos a revinculação dos recursos e o aporte de quatro bilhões ao orçamento desse ano, a possibilidade de construirmos, através de uma medida provisória, um fundo emergencial para a educação, para que nós possamos honrar os compromissos assumidos para o ano de 2009 e honrando os compromissos nós só estamos assegurando a qualidade que toda criança matriculada em escola pública tem o direito, de educação pública gratuita, mas com qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço à fala do Carlos Eduardo e de todos. Passo a palavra ao Senador José Nery, um dos autores do requerimento para esta, quero destacar, grande Audiência Pública. Poucas Audiências Públicas foram, assim, tão focadas, de maneira tão clara nos

objetivos propostos. Parabéns a V. Exa. por ter proposto a realização da audiência.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, cumprimento com muita satisfação os nossos ilustres convidados para essa Audiência Pública, a Professora Yvelise de Souza Arco-Verde, Presidenta do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Dr. Jefferson Rodrigues, Coordenador de Estudo, Previsão e Análise da Receita Federal do Ministério da Fazenda, aqui representando o Ministério da Fazenda, Sra. Selma Maquiné, aqui representando a Confederação Nacional de Municípios, o Sr. Professor Vander Oliveira Borges, aqui representando a Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB, e o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, Professor Carlos Eduardo Sanches.

A ideia da realização dessa Audiência Pública justamente tem por conta da nossa insatisfação com os efeitos negativos, a meu ver, da Portaria nº 788 do MEC, que reduziu a previsão de recursos para o FUNDEB em 2009. Agora antes de abordar exatamente os aspectos, em aspecto mais estrito os impactos dessa redução, acho importante fazer algumas observações.

Primeiro, visitando e participando nos dois últimos meses as Conferências Municipais e Regionais de Educação no Estado do Pará, cujo processo se conclui neste final de semana próximo com a realização da Conferência Estadual de Educação, entre os vários temas discutidos, financiamento da educação básica, da educação pública, a questão da gestão democrática, que tem sido um aspecto muito importante para oferecer aos diversos partícipes do processo educacional vez e voz na elaboração das políticas, na formulação das políticas nos municípios, nos estados, bem como no importante papel de acompanhamento e fiscalização para a boa aplicação dos recursos, nós encontramos nas conferências de que participei, municipais ou regionais, um apelo muito forte para que fosse rediscutido um mecanismo e uma forma de garantir os recursos inicialmente previstos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica em 2009, tendo em vista que os municípios realizaram seu planejamento contando com essa previsão que inclui, entre outras coisas, a necessidade da garantia de cumprirem, entre outras, a Lei do Piso Salarial, que se para um conjunto, ou melhor, para a quase metade dos municípios brasileiras não é um problema, é um problema grave para pelo menos 2.600 municípios que se encontravam com o piso abaixo daquele que estabelecemos o ano passado.

Os secretários e secretárias municipais de educação têm manifestado muita preocupação, bem como

os gestores, os prefeitos e prefeitas municipais, para resolver esse impasse, como cumprir os compromissos e o planejamento realizado com um corte de recursos no volume de mais de nove bilhões de reais no conjunto do País, o que representa para o Estado do Pará um corte da ordem de mais de 290 milhões.

Claro que aqui temos que... Eu não vou exatamente falar aqui só pelo Estado do Pará, mas, sobretudo, pelos dez estados da federação que necessitam da complementação desses recursos da União. Há pouco aqui na apresentação foram todos citados. Mas, por exemplo, eu cito aqui uns cinco ou seis municípios do Pará, nominando exatamente o valor que representa esse corte e seu impacto nos recursos da educação nesses municípios. Belém, a capital do meu estado, vai ter uma perda de 9 milhões e 470 mil; Ananindeua, também na região metropolitana, de 4 milhões e 491 mil; Santarém, no oeste do Pará, de 8 milhões e 233 mil; em Marabá, de 6 milhões e 947 mil; Abaetetuba, de 3 milhões e 689 mil; Marituba, de 3 milhões, 323 mil e 965 reais, para citar alguns exemplos bem concretos, porque com as informações, essas perdas para os 143 municípios do Pará, significam exatamente R\$ 290.000.532,70.

Então esses números bem demonstram o impacto perverso da crise financeira internacional que atingiu o Brasil, mas o estranho é que esses efeitos se materializam pela redução de recursos, sobretudo, para a aplicação nas políticas sociais. Educação aqui é um bom exemplo. Nos diz claramente, Senador Flávio Arns, de que a crise não foi algo menor e desprezível no nosso País. E o pior: a forma de enfrentá-la, estabelecendo a diminuição de alíquotas e de impostos importantes que compõem o conjunto da arrecadação, sobretudo o IPI e outros impostos, nós estamos aqui com esse rombo em uma das políticas fundamentais do País, que é a garantia da educação.

Ao falar assim, eu não estou deixando de reconhecer, e se não o fizesse é porque seria cego, nesse sentido de não enxergar que há, evidentemente, um esforço para garantir mais recursos para a educação. A aprovação do FUNDEB em 2007 e a sua regulamentação em 2006 e 2007 é exatamente a afirmação do que estou aqui dizendo. Mas uma vez trabalhando com esses novos parâmetros de acréscimo de um volume maior de recursos, incluindo, por exemplo [soa a campainha]... Sr. Presidente, eu queria reivindicar aqui um pouco mais de tempo, inclusive dizendo a V. Exa., o tempo de muitos colegas dessa comissão que não estão aqui, por alguma razão e por muitas razões temos várias comissões funcionando na Casa nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exatamente, são várias comissões, eu estou sendo informado que são sete comissões funcionando neste momento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Simultaneamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Simultaneamente, e além disso V. Exa. sabe que até V. Exa., quer dizer, está aceitando, contrariado o fato de que todas as comissões vão ter que decidir nessa semana em dois dias as emendas ao orçamento. Então isto também está acontecendo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas de qualquer forma isso não vem ao caso. Só quero lhe assegurar o tempo para V. Exa. concluir a sua intervenção.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Então como eu estou dizendo, eu não estou deixando aqui de reconhecer os avanços, porque todos nós, agentes políticos, dirigentes, os gestores da sociedade, têm participado desse processo.

Agora quando nós nos deparamos com esses números, nós temos que ter a capacidade de analisar de forma crítica os efeitos da crise, porque se houve um esforço governamental, ser os países centrais, ser os países em desenvolvimento, ser os países periféricos, mas em geral a saída apontada para a crise foi aquela de fortalecer os setores produtivos ou não produtivos, como são os bancos, que receberam no conjunto dessa crise mundial algo em torno de 15 trilhões de dólares injetado no sistema financeiro e em outros setores, em setores produtivos, para tentar enfrentar os efeitos dessa crise financeira. Isso representa claramente um golpe em cada país, e no Brasil não é diferente, nas políticas sociais.

Neste sentido, é preciso nesse caso específico dos recursos para o financiamento da educação básica, onde a União, nesse conjunto de recursos que deixarão de ser garantidos, tenha uma participação aí de algo em torno de 35% a 40%, chegando aí próximo dos três bilhões. A outra parte é aquilo que está referido aos estados, especialmente em relação à arrecadação do ICMS que diminuiu. Mas a renúncia fiscal, a desoneração de várias atividades importou na diminuição da arrecadação.

Porém, por outro lado, nós ao votarmos aqui o fim da DRU para a educação de maneira escalonada, em 2009 são 12,5%, no próximo ano, em 2010, 5%, e em 2011 os 20%, que são subtraídos da educação, serão integralmente garantidos para o financiamento da educação. Mas se em 2009 esses recursos, fruto da retirada da DRU da educação, são 4 bilhões, en-

tão teremos que verificar o mecanismo que deverá ser adotado para, naquilo que compete à União, fazer a integral reposição dos recursos que foram retirados em face dos problemas aqui elencados por todos. Reconhecemos a natureza do problema. Porém, não basta. É preciso concretamente discutirmos qual vai ser o mecanismo que vamos utilizar para equacionar esse problema.

Vi o esforço dedicado dos nossos técnicos do Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação que pontuaram com clareza o quadro daquilo como podem avaliar e o porquê do corte da diminuição dos recursos, as razões todas, mas eu creio que essa é uma questão menos técnica e mais política de prioridades. Os números, os dados, são importantes para a nossa avaliação, mas há que ter uma decisão política para enfrentar esse problema. Os municípios, as municipalidades, os educadores que terão necessidade de garantir a ele o pagamento do 13º salário, que está irremediavelmente comprometido com o corte desses recursos, não podem ficar simplesmente reclamando. É preciso que nós façamos um rápido, eficiente e determinado movimento para que o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Educação, possam encontrar uma forma. Será sob a forma de uma edição de uma medida provisória para destinar ao fundo os quatro bilhões que vamos ter com a retirada da DRU já em 2009 para o FUNDEB? Creio que esse é um caminho adequado, sobre o qual não podemos deixar de incidir diretamente.

Portanto, quero propor, Sr. Presidente, que esta Comissão agende uma reunião conjunta com o Ministro Fernando Haddad, Ministro Mantega e Ministro Paulo Bernardo para discutir, se possível na próxima semana, em audiência com a participação das entidades, da Confederação dos Municípios, da UNDIME e do CONSED, com a importante representação desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que possamos discutir justamente uma alternativa concreta para repor aquilo que é de responsabilidade da União. Aquilo que compete aos repasses dos estados, os estados devem discutir igualmente em cada Unidade da Federação como os estados vão repor a sua parte. E os municípios também, naquilo que compete à arrecadação própria, como é que isso vai ser destinado para garantir integralmente todo o volume de recursos previsto para 2009.

Um outro problema grave que fez parte do último tópico da fala do Professor Carlos Eduardo, é que para o orçamento de 2010, a complementação do fundo por parte da União, só está previsto o equivalente a 85% daquilo que é a obrigação da União. E do volume total de recursos previsto para 2010, de 72 bilhões, os

10% obrigatórios da União corresponderiam a 7 bilhões e 221 milhões. Ocorre que no orçamento veio a proposta de 15% a menos. Portanto, veio a previsão de complementação da União em 2010 no valor de 6 bilhões e 138 milhões. Então fica aqui já um déficit aí de 1 bilhão e 100 milhões para ser garantido, reposto, dos recursos da educação básica.

Neste sentido, Sr. Presidente, eu quero lastimar, reclamar do prazo que a Comissão do Orçamento, inclusive reclamar também de mim porque não estava no dia da reunião em que foram definidos os prazos, mas isso é uma prerrogativa da Presidência, porém isso poderia ter sido discutido, mas dois dias de prazo para que nós possamos aqui no Congresso apresentar as emendas nas comissões terça e quarta-feira, apenas dois dias, é lastimável. Eu queria, inclusive, ponderar a V. Exa. e aos demais membros da comissão que nós pudéssemos nos dirigir à Comissão do Orçamento para solicitar uma reabertura de prazo, porque não ficamos em *déficit* na apresentação de emendas só na Comissão de Educação. Foi no conjunto das comissões, porque não houve tempo hábil para isso. Então deveríamos pleitear a reabertura de prazo, até porque para apresentar uma emenda na própria Comissão de Educação que venha a recompor, eu não sei se há alguma emenda nesse sentido porque não analisei as emendas que foram apresentadas e que deverão ser votadas, segundo o cronograma, às treze horas, ou seja, daqui a pouco. Eu não sei exatamente se há uma emenda que esteja prevendo a garantia desse 1 bilhão e 100 milhões que está faltando na proposta original do orçamento, que compromete de forma muito grave, mais uma vez, os recursos para a educação em 2010.

Então, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, senhores convidados, seria importante sairmos daqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu não fico chateado que me chame de Senador Cristovam Buarque, mas--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, eu disse Sr. Presidente e Cristovam Buarque. Sr. Presidente é porque quem está exercendo a presidência é o Senador Flávio Arns. Eu falei Sr. Presidente e Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois é, na hora eu pensei, mas eu digo que até fico muito honrado, não ficaria muito--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas eu nomeiei ao Presidente e ao Senador Cristovam Buarque. Como eu estou falando com uma certa dificuldade por conta aqui de uma terrível gripe, acaba às vezes a pronúncia não saindo com a clareza necessária.

Mas eu queria para encerrar, Sr. Presidente, reafirmando que nós precisamos sair daqui com algumas propostas concretas de enfrentamento dessa questão. Audiência conjunta com os Ministros, a ideia de uma medida provisória específica para repor esses recursos, com essa economia de recursos da DRU que vai para o bolso da educação de quase 4 bilhões e, também, verificarmos uma forma, um compromisso dessa Comissão de verificarmos aqui como é que nós vamos garantir através de emendas, mas se as emendas estão sendo apresentadas e votadas daqui a pouco, o relatório deve estar pronto, só será possível se reabrir o prazo. Por isso eu tenho um pleito à Comissão de Orçamento, porque fomos prejudicados em todas as comissões. Os senadores com quem eu falei hoje, todos reclamaram. Então se está havendo essa insatisfação, por que não trabalhar para rever esse prazo? Esses 1 bilhão e 100 milhões não podem ficar assim de barato sem que a gente se pronuncie, sobretudo porque isso compromete o piso salarial dos professores previsto para 2010, compromete os recursos para o transporte escolar, compromete aquilo que nós queremos com a educação, que é, sobretudo, melhorar a formação continuada dos nossos educadores, mas também melhorar a infraestrutura das nossas escolas. Eu que visito, eu ando muito no interior do País, mas especialmente no meu Estado do Pará, Senador Flávio Arns, eu não posso me conformar que ao visitar vários municípios do meu estado, sobretudo na Região do Marajó, uma região belíssima, de belezas naturais incontestáveis, porém, é a região mais pobre do meu estado, e constatar que em alguns municípios que têm 50, 60, 70 mil habitantes, têm três salas de aula de educação infantil, três salas de aula de educação infantil, e perguntar às mães de crianças de seis, sete anos, que não foram ainda na escola.

Então eu creio que há um esforço, ele é reconhecido, mas há questões sobre as quais nós não podemos tervigersar e nem fazer de conta que elas não existem. Portanto, a crise nos afetou de forma violenta, fez dispensar quase um milhão de trabalhadores dos seus empregos e provocou redução de recursos para as políticas sociais. Portanto, estão aí algumas propostas.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Jefferson uma questão que não é diretamente ligada ao que nós falamos, mas indiretamente é absolutamente vinculada ao que estamos discutindo aqui, que é o problema da dívida pública da União, da dívida interna e externa. Se o senhor pudesse falar em relação, sobretudo ainda a 2009, o que representa os recursos destinados das nossas receitas da União para o pagamento da dívida pública interna e externa em valores nominais e, se

possível, percentuais, porque isso também nos dá uma certa dimensão de como a tragédia da dívida pública tem comprometido os recursos para as políticas sociais, em especial para a educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador José Nery por ser autor do requerimento, uma Audiência Pública, como eu mencionei, extraordinária, o tema da mais alta relevância, e como sempre assim muito contundente a favor da cidadania, de dignidade, de direitos humanos.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, senhores que participaram dessa Sessão. Eu peço desculpas de não estar aqui. É que eu presido a Comissão de Direitos Humanos, que se reúne exatamente no momento em que essa Audiência Pública acontecia. Só pude chegar aqui depois que terminamos a Sessão, conturbada, inclusive, que tivemos hoje, pelo assunto que foi discutido, apesar de termos tido uma grande vitória, que é a aprovação do Projeto de Lei que obriga o governo a criar o Cadastro Nacional das Crianças Desaparecidas. Finalmente o Brasil vai ter um cadastro onde ficam registradas as crianças desaparecidas. Nós estamos lutando há tanto tempo, corretamente, para ter um cadastro dos desaparecidos pela perseguição política e não tínhamos ainda ou não temos ainda um cadastro das milhares de crianças desaparecidas nesse País.

Mas eu não poderia deixar aqui de dar apenas o meu recado, que não vi os depoimentos, com a minha preocupação com o risco na redução dos valores correspondentes ao FUNDEB. Isso é uma tragédia para o País. E, ao mesmo tempo, eu considero inexplicável isso, apesar dos argumentos legais existentes, quando esse País tem dinheiro para a Copa, para PAC, para Olimpíadas e para tantas outras atividades. Eu sou defensor do equilíbrio fiscal, mas um País que tem dois trilhões, mais de dois trilhões de renda nacional e se apropria no estado de 40% desse valor, não tem como dizer que não é possível encontrar recursos em alguns lugares para manter o nível dos gastos na educação pelo menos nos valores que vem estando que estava previsto. Na verdade deveríamos dobrar esses recursos, que foi a grande luta do Partido dos Trabalhadores, de todos os partidos de esquerda, que era chegar a 10% da receita do PIB indo para a educação. A gente precisaria, para cumprir o que a gente promoveu prometeu ao povo brasileiro e não cumprimos, derrubar o veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Prometemos, lutamos por isso, insistimos, denunciemos que denunciemos que o Presidente Fernando

Henrique Cardoso era um inimigo da educação porque não cumpria o Plano Nacional que previa 10% e vetou esse item da lei. E nós, que chamávamos ele de quase criminoso por isso, estamos fazendo do mesmo jeito, mesmo jeito, e esquecendo até que fazemos do mesmo jeito, o que é mais grave ainda. E agora esse risco de redução.

Eu entendo as questões fiscais para manter o equilíbrio equilibrado diante de uma crise econômica, mas têm outros lugares de onde a gente pode tirar, que não seja a educação. Eu quero só deixar esse meu protesto e dizer que eu estou à disposição para qualquer contribuição, até para colocar as minhas emendas, para procurar outras emendas, contanto que essa redução não aconteça. Seria um crime contra o futuro do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Senador Cristovam Buarque. Eu vou passar a palavra aos expositores para que vocês tenham tempo de responder as perguntas, inclusive a pergunta da Senadora Rosalba Ciarlini, ela se justificou que estava saindo para a Comissão de Assuntos Sociais, algum comentário em relação às outras falas também, para que nós pudéssemos fazer essa rodada então de encerramento.

Antes, porém, eu só gostaria, a partir do que o Senador José Nery colocou, só solicitar, inclusive à secretaria, vamos ver se concordamos com as seguintes providências. Primeira: oficial ao presidente da Comissão de Orçamento e ao seu relator para alertá-los sobre a existência da lei que determina que, a partir de 2010, 10% devam ser previstos, e a peça orçamentária mandada pelo Executivo não previa, se eles estão prevendo que 10% da necessidade do FUNDEB tem que ser colocada, na verdade, na peça orçamentária. Então um documento da denúncia que foi feita na Audiência Pública de que isto não está sendo levado em conta e que nós queremos alertá-los que existe lei e esta lei tem que ser cumprida.

Segundo aspecto: o IPI. Dos nove bilhões de reais em que diminuiu o FUNDEB, três bilhões são decorrentes, números arredondados, três bilhões são decorrentes do IPI, da isenção do IPI, quer dizer, então ao mesmo tempo oficial-se, são dois bilhões e 800 milhões mais ou menos, três bilhões arredondados, só para facilitar, mas oficial-se ao Ministro da Educação sobre as tratativas e ao Ministro da Fazenda sobre as tratativas para a compensação desses três bilhões, porque ao mesmo tempo quando se beneficia, e há um motivo justo, manutenção de emprego, economia, paz social e tal, mas que isto não prejudique em três bilhões a educação.

O terceiro aspecto é com relação à DRU, que foi levantada, faz parte do documento do CONSED. Oficial-se ao Ministro da Educação solicitando audiência, inclusive, para que todas essas questões sejam levadas ao Ministro para que a DRU, apesar do que a Selma, inclusive, colocou, que tem razão, mas como pleito do CONSED oficialmente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Flávio?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só mais duas coisas antes. O Carlos Eduardo Sanches levantou a situação de que esse um bilhão para os municípios, como compensação das perdas, não estaria sendo destinado os 20% para a educação, os 20% que ficam retidos. Agora, isto, quer dizer, ficou assegurado que esse recurso seria destinado para a educação. Então, quer dizer, ficou assegurado em todo o debate com a Senadora Ciarlini, com o Romero Jucá, que era o relator, com a consultoria dizendo que esse recurso estava assegurado. Então vamos também oficial, como Comissão de Educação, para esta finalidade, inclusive para o Tribunal de Contas da União, para que o Tribunal de Contas acompanhe esta fiscalização.

E a quinta colocação sugerida, que é o fundo emergencial, a exemplo do que acontece para as outras áreas, para bancos e tal, fundos, créditos e tal, que haja um fundo emergencial para a educação a exemplo do que aconteceu com o FPM. Então isto também ser oficiado para o Ministro da Educação, para o presidente, para as autoridades relacionadas à área.

Eu me desculpo com o Senador Sérgio Zambiasi, só para colocar cinco pontos. Eu passo a palavra a V. Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Apenas uma pequena intervenção, porque eu estava acompanhando essa preocupação orçamentária em relação à educação básica, dentro de alguns minutos nós vamos votar as emendas ao orçamento aqui dessa Comissão, eu sou o relator, e uma das emendas acolhidas, no valor de 400 milhões de reais, que reúne a proposta de inúmeros colegas aqui da Comissão, exatamente prevê apoio para o desenvolvimento da educação básica. Foi quase uma unanimidade entre os senadores e exatamente foi a motivação do seu acolhimento. Eu estou antecipando na realidade um pouco do relatório, mas eu acho importante que já possa fazê-lo diante desta representação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Então esses cinco itens levantados, os 10% na lei ou peça orçamentária, o IPI, a DRU, o percentual dos municípios nesse repasse e o fundo emergencial. Os que estiverem de acordo que

essas medidas, inclusive por sugestões também do Senador José Nery e pelos expositores que estejam de acordo, se aprovarem então tomaremos essas medidas a partir da aprovação no Plenário da comissão.

Então eu passo--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Claramente de acordo com as proposições que o senhor acaba de apresentar e resumir, mas em relação à Comissão do Orçamento, além do ofício que o senhor sugere que seja encaminhado e aqui aprovado, poderíamos marcar uma audiência com o Relator ainda hoje e aí já temos, como bem anunciou o Senador Zambiasi, uma destinação de emenda na Comissão de 400 milhões para fortalecer o FUNDEB.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não é para o FUNDEB, é para a educação básica.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Educação básica.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Educação básica?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, não para o FUNDEB.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então não responde, não responde a questão. Eu tinha entendido, como o questionamento era esse, então o problema está posto. Nesse sentido, que se pudesse fazer uma reunião com a representação que está aqui para ainda no dia de hoje ou amanhã nos reunirmos com o relator, porque com ele poderíamos verificar mesmo, entregar o oficial da comissão, mas discutindo diretamente com ele para ver como é que a gente pode rever essa questão dos 15% que está faltando nos recursos para 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Se V. Exa. permite, além do relator, eu solicito que a secretaria fale com a consultoria do orçamento para que ela prepare já uma nota técnica para o relator já apontando que, se for aprovado isso, está em desacordo com a lei. Há uma lei que determina que isso aconteça. Então que haja uma nota técnica da consultoria nessa direção.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, existe, foi justamente a consultoria do orçamento que identificou o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Que já fez.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então a nota técnica já está disponibilizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Tudo bem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O que nós precisamos agora é agir a partir dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então não existe mais a necessidade da nota técnica. Uma tarefa a menos [risos].

Muito bem. Passo a palavra à Presidenta do CONSED, Professora Yvelise. Eu penso assim, vamos estabelecer assim... Pode ser cinco minutos para cada um? Cinco minutos tá bom?

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Pode, pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem.

SRA. YVELISE FREITAS DE SOUZA ARCO-VERDE: Quero nesse final de Reunião externar os meus agradecimentos pelo CONSED por termos a oportunidade de estar aqui, motivados por esse chamamento do Senador José Nery, dizendo que para nós é importante ter esse espaço, um espaço de interlocução não só com o Senado, mas com certeza que esse espaço reflete para os outros órgãos de governo e não só para os órgãos de governo, para a própria sociedade.

Somos nós, educadores, com certeza pessoas otimistas que acreditam na educação e acredito que todos também estão vendo no Brasil um novo movimento educacional, um movimento de crescimento nos últimos anos em termos de recurso, um movimento que aponta para metas sonhadas no passado pelos nossos educadores do passado.

Nesse momento o que nos preocupa é que não sejamos pegos de surpresa por uma incoerência entre discurso e prática, uma incoerência que aponta para um grande avanço da educação na obrigatoriedade da educação básica, que estamos lutando pelo acesso realmente de mais alunos na educação infantil e no ensino fundamental e no ensino médio, sabendo que não vencemos ainda a etapa de permanência no ensino fundamental, mas é bom ter lá no final do túnel, que isso já é uma preocupação da sociedade, ter a educação básica como uma luz, mas ao mesmo tempo nos questionamos: será que de fato isso está posto? Existe coerência entre uma proposta que tem sido discutida nos diferentes Poderes e nos diferentes sistemas? Isso nos perguntamos quando vemos quem são os socorridos na hora da crise. A crise existe, a crise está aí, mas também a gente sabe que você pode gerenciar uma crise. E para um país que se diz um país que luta pela educação, não estou levantando outras áreas aqui, que também entendo como importante, como o Jefferson falou a questão da saúde, da assistência, da

segurança, mas defendemos sem dúvida nenhuma a questão educacional, num país que coloca isso como prioritário nós perguntamos: quem são os socorridos neste momento? E se quer de fato universalizar a educação básica, se quer essa qualidade, nós não podemos querer garantir essa qualidade somente, como aquilo que o Carlos falou, com pagamento de salário. Nós precisamos investir em educação.

Nesse sentido eu quero dizer que o CONSED tem a concordância com os pontos aqui levantados pelo nosso Senador Flávio Arns, presidente dessa mesa, dizendo que apoia essa proposta de revisão orçamentária, que realmente é uma preocupação para nós, estado, e para os municípios, especialmente, muito mais do que os estados, embora eu aqui represente os estados. É importante essa revisão. E, principalmente, é importante [soa a campainha] que venha a ideia de que a semana que vem a reunião seja feita com os Ministros que tenham o poder decisório, o poder de resolver essa questão, se realmente há uma coerência entre discurso e prática.

Agradeço, novamente, a possibilidade do CONSED estar aqui e nos colocamos sempre à disposição desse espaço para pensarmos juntos e buscar melhores resultados para a nossa educação. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação de, se me permite, chamar da minha Secretaria de Educação do Paraná e Presidenta do CONSED. Passo, em seguida, a palavra ao Jefferson, que é do Ministério da Fazenda.

SR. JEFFERSON RODRIGUES: Obrigado, senador. Eu vou direto aos pontos das perguntas que foram deixadas aqui e direcionadas diretamente para a Secretaria da Receita Federal.

Primeiro, a senadora, que infelizmente não está mais presente, mas ela perguntou sobre as expectativas, a questão da previsão, o que é que se espera da arrecadação a partir do momento atual. Eu já tinha adiantado um pouco essa pergunta, falando que já há sinais positivos na arrecadação, porque é uma coisa, é um sinal positivo na economia a gente ter uma certa defasagem para ter uma recuperação da arrecadação. Então nós temos já sim, pelo acompanhamento que se tem, a gente tem sinais positivos para arrecadação tanto do mês de outubro, novembro e dezembro, e a expectativa realmente é positiva para o ano de 2010.

Com relação à colocação do Senador José Nery com relação à questão da dívida, a dívida interna e a dívida externa. Eu realmente não tenho aqui, talvez porque eu estou mais vinculado à parte da Receita Federal do que ao Tesouro, que olha esses dois lados, mas é um número público, isso é fácil de se conseguir e de se observar.

Entretanto, eu acho que é importante essa questão da dívida, porque na questão da gestão, dívida é uma coisa dolorosa porque sempre se tem a percepção que é um dinheiro jogado a fundo perdido. A dívida em algum momento foi assumida pela nação, não é uma coisa que se tenha um poder discricionário para falar: "Não, eu vou reduzir o pagamento da dívida para direcionar recursos". Seria excelente se fosse dessa forma. A gente está falando de economia. Tudo aqui se trata, eu achei interessante esse ponto, essa acuidade do próprio senador quando coloca que a gente tem dois pontos: o político aqui e nós temos o econômico. De um lado a gente tem uma parte que se trata muito de opções e tem a outra que é de alguma forma determinada exógena, de fora, que a gente tem que observar e ver como isso repercute em toda a programação orçamentária de todo mundo, tanto do Governo Federal, quanto dos fundos, dos municípios.

Com relação a essa parte, que a gente está falando do cobertor curto, nós tivemos um enxugamento, uma redução forte de receita, inclusive uma das opções é se endividar mais ainda para cobrir isso, gera-se mais dívida. Então não creio que a gente tenha liberdade de se trabalhar na questão da dívida num momento em que o país cria um ativo, que é uma confiança e previsibilidade. Isso é importante porque afeta diretamente todo mundo, toda a população brasileira nos diversos aspectos: "Não, tem investimento grande para cá", falar assim: "O país ser confiável", isso é uma moeda muito forte para a questão de investimento, para a questão de emprego e para a questão de desenvolvimento ao fim, ao cabo.

Voltando só ao ponto de 85% que realmente foi colocado, no meu entendimento, até onde que eu conheci, isso está realmente já previsto, essa previsão do desembolso dos 85% está contemplada na própria legislação. Eu não sei talvez se o Vander depois possa esclarecer um pouco mais a respeito desse--

SR. VANDER OLIVEIRA BORGES: Art. 6º, § 1º, da Lei do Fundo.

SR. JEFFERSON RODRIGUES: Exatamente. Então eu acho que está realmente dentro do cronograma de desembolso.

Um ajuste também na informação que foi colocada aqui, nós fizemos um cálculo rápido aqui, o impacto do IPI, viu Senador Flávio Arns, ele não é de três bilhões. Três bilhões é o impacto total... Nós estamos falando de 9 bilhões de perda. Desses nove bilhões, basicamente três bilhões seria do Governo Federal, dos fundos. Só que os fundos são compostos [soa a campainha] basicamente metade de IPI, metade de Imposto de Renda. Então o IPI seria algo como 1,5

e não como três bilhões. É só para fazer esse ajuste com relação com relação ao valor.

Deixa ver se tem mais alguma colocação. Eu não sei se ficou faltando alguma coisa, mas eu acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Jefferson e o esclarecimento que foi dado também em relação à participação do Governo Federal para esclarecer o assunto. Nós não vamos entrar na discussão da dívida agora porque isso poderia também estender por demais também essa parte final, mas outra hora nós conversamos com mais detalhes sobre a dívida pública, taxas de juros e essas questões.

Selma Maquiné, Confederação Nacional de Municípios.

SRA. SELMA MAQUINÉ: Primeiramente a Confederação Nacional agradece a possibilidade de estar discutindo não só o financiamento, mas discutindo a educação básica brasileira e seu financiamento. Quero justificar a ausência do Presidente Paulo Ziulkoski, que era a sua intenção participar da Audiência, mas teve que retornar ontem para Porto Alegre em razão de problema de saúde com a mãe dele. É sempre muito importante sentar à mesa representantes dos Governos Municipais, dos Governos Estaduais, do Governo Federal e do Legislativo na tentativa de buscar soluções para os problemas que afligem tanto prefeitos, quanto governadores, como senadores, deputados, enfim, toda a sociedade brasileira.

Me permita, Senador Flávio Arns, fazer só uma observação em relação à complementação de um bilhão referente ao FPM. Ele não tinha como ter vinculação à manutenção e desenvolvimento do ensino porque na forma como ele é complementado, ele não vem como transferência de imposto. Ele vem como uma transferência voluntária e, por sua natureza, não tem vinculação no MDE. Agora nós sabemos e é do nosso conhecimento que assim como a complementação do FPM, assim como 1% do FPM que vai ser agora repassado no dia 10 de dezembro, os prefeitos e os secretários de educação sabem que esse recurso também é utilizado para complementar o pagamento das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, assim como são usados para a saúde, não necessariamente na obrigatoriedade da vinculação, mas ele nem poderia ter a vinculação, porque ele não vem como transferência de imposto, ele vem como transferência voluntária.

Além disso, com relação às perdas do FUNDEB, é importante destacar que o que foi verificado em 2007 e 2008 é que cada vez mais os Governos Estaduais estão repassando menos recursos em termos

relativos na distribuição para os seus municípios. Isso tem um reflexo muito grande na definição dos fatores de ponderação dentro do FUNDEB porque é um problema estruturante e que agrava o conflito federativo entre estados e municípios. As creches, segmento da educação infantil, que tem um custo mais caro em relação a todas as outras etapas e modalidades da educação básica, é o que tem o menor peso, o menor fator de ponderação na hora da distribuição dos recursos. O ensino médio, por sua vez, que tem um custo, de acordo com o levantamento feito pela campanha pelo direito à educação, tem um custo muito próximo ao do ensino fundamental, mas por sua vez tem um fator de ponderação mais alto e na balança em que tem dois pratos, em que tem de um lado a educação infantil dos municípios e o ensino médio dos estados, se dá uma prioridade ao ensino médio pela prioridade da oferta e sem observar o que determina a Lei do FUNDEB, que tem que ser levantado, definido um peso de ponderação de acordo com o custo que cada etapa tem. Então são distorções que precisam também ser corrigidas e é uma boa oportunidade para essa Casa recomendar as discussões com relação aos critérios que vêm sendo adotados pela Comissão Intergovernamental do FUNDEB, representada inclusive pelo CONSED e pela UNIDIME, na definição dos pesos do FUNDEB.

Muito obrigada em nome da Confederação Nacional de Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço também, Selma, e eu quero até solicitar que a assessoria da Comissão até peça também a nota técnica para a consultoria do Senado em relação à aprovação do fundo para os municípios e compensação do FPM, porque de fato naquela época não se falou do FUNDEB, retenção de 20% que eu falava para o Carlos Eduardo, mas, sim, a destinação de 25% do valor recebido para a educação, que não seria 20%, seriam 25% do valor recebido, apesar de ser uma transferência voluntária, porque ficou assegurado pelo relator na votação que isto aconteceria. Então de qualquer forma, observar-se os 20 ou os 25%.

Passo em seguida a palavra ao Vander Oliveira Borges, do MEC – Ministério da Educação.

SR. VANDER OLIVEIRA BORGES: Muito obrigado, senador. Eu serei breve e a primeira coisa é concordar com o Senador José Nery quando ele visualiza com muita propriedade que a questão tem uma componente política muito forte e inclusive sugere com muita pertinência que sejam ouvidas as autoridades envolvidas na questão, no caso os Ministros de Estado das áreas Econômica, da Educação, etc.

Bom, mas agora, senador, tentando talvez não atendê-lo na plenitude, como desejaria, mas de qual-

quer sorte lançando argumentos técnicos para que o considere ao examinar a questão relacionada à garantia do recurso da complementação de 10% para o fundo, evidentemente que está na lei posto isto como uma obrigação da União e seguramente ela não fugirá a essa obrigação, como tem feito nesses três anos iniciais do fundo, inclusive corrigindo os valores conforme a legislação também prevê, que era 4,5, por exemplo, bilhões em 2009, corrigidos pelo IPC chegou a 5,2 bilhões. Está tudo sendo assegurado de acordo com a lei e isso será assegurado em 2010, não há dúvida quanto a isso. O Ministério está atento a isso e vai estar trabalhando nessa perspectiva.

A explicação que eu quero oferecer ao senhor é no sentido de que na própria Lei do Fundo já existe dispositivo, no caso especificamente o art. 32, § 6º, já previa que nos três primeiros anos do FUNDEB essa complementação da União seria assegurada na sua totalidade no próprio exercício, ou seja, os 100% previsto que os valores eram absolutos, no caso agora, por exemplo, é cinco bilhões. E que a partir do ano de 2010, que é o quarto ano do fundo, já há um critério um pouco diferenciado na própria lei do fundo e que prevê o repasse dentro do exercício de 85%, e isso está apostado no art. 6º, § 1º, da lei, que isso seja assegurado até dezembro do exercício, 85%, e o restante, que seria de 15%, seria assegurado já no exercício seguinte, mais especificamente até o final do mês de janeiro. E por que esse 15%? Na verdade, do ponto de vista técnico, é uma margem, é uma reserva técnica para assegurar um ajuste de contas que é feito também anualmente na forma que a própria lei prevê. Então seria um recurso nessa perspectiva.

Então é um esclarecimento técnico para o senhor considerar ao tratar da questão no sentido de assegurar a complementação. Mas eu repito e reafirmo aqui: o importante é que esse compromisso tem que ser observado, seja com recurso do respectivo exercício ou não, os 10% têm que ser observado como sendo garantido dentro do FUNDEB.

O segundo ponto que o senhor também abordou com muita pertinência, também vai aqui apenas um comentário, senador, é técnico que eu estou falando, está certo, eu sou técnico dentro da instituição, é de nós imaginarmos que lançarmos mão do recurso que será assegurado para a educação a partir da mudança da DRU, pegar esse recurso e lançar no FUNDEB, por exemplo, como complementação da União, saiu de cinco bilhões para um outro patamar, que seja sete, oito ou nove, não importa, que não é essa a explicação, que seguramente ele não irá contornar o objeto da questão aqui posta, ou seja, está se discutindo a redução de 9,2 bilhões do recurso do fundo e que se eu fizer isso

simplesmente, pegar a complementação e elevar o teu valor, estaria alcançando apenas aqueles estados que são contemplados com a complementação. E como eu disse aqui no início, são os estados onde esse impacto foi menor. Eu mostrei aqui que foi de 9%, entendeu, enquanto nos demais ficou acima de 12%. Então veja: seguramente o critério de aumentar a complementação pura e simplesmente não estará atacando, da forma que se imagina, a questão dos nove bilhões de reais. Então seguramente terá que se encontrar algum outro mecanismo, alguma outra forma de tratar o assunto levando em consideração esses aspectos. É apenas uma colaboração técnica para ser considerada ao se tratar do assunto.

Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço e passo a palavra ao Carlos Eduardo Sanches, Presidente da UNDIME. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A campanha não é para você parar, é para começar agora.

SR. CARLOS EDUARDO SANCHES: É, eu estava vendo no microfone. Primeiro, é importante observar que existe uma nota técnica, acerca dessa questão que começamos a debater aqui, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado, que orienta o parecer do orçamento, do relator, e esta nota técnica, ela faz uma ressalva sobre essa questão dos 15% que faltam, porque ela observa que esse dispositivo constitucional citado há pouco pelo Vander, ele trata apenas do cronograma de desembolso financeiro dos recursos. Isso não pode ser impeditivo de que o Governo possa desembolsar ao longo do exercício mais que 85%. Só para ficar clara essa questão. Isso é um documento da Consultoria de Orçamento da Câmara e do Senado que oferece luz para a construção da posição da Comissão de Orçamentos sobre a Lei Orçamentária do ano que vem.

Importante dizer, também, que quando o Governo faz a complementação do FPM para os municípios, evidentemente que qualquer prefeito, nos cinco mil e tantos municípios desse País, prioriza a saúde e a educação. Evidente que prioriza. No entanto, a Yvelise conhece bem a realidade dos municípios, o Senador Nery também, o Senador Flávio Arns também, sobretudo os de médio, pequeno e muito pequeno porte que neste momento estão com a água acima do pescoço. Está faltando dinheiro para tudo nos municípios. Os municípios têm esse ano um problema efetivamente muito grave.

Então no dia 10 de dezembro, infelizmente, os prefeitos terão um problema muito grave. Esses recur-

sos, todo prefeito que eu conheço fala o seguinte: "Esse recurso vai ser utilizado apenas para pagar o salário de dezembro, salário de dezembro". Não estão discutindo nem o 13º. Eu estou tratando do que eu ouço dos prefeitos. O 13º é outro problema mais grave, que está posto para dali dez dias, a segunda parcela do 13º. Então eu temo que, infelizmente, desse recurso que não haveria, a Selma tem razão, a possibilidade de haver vinculação, não vai ter como se aplicar na manutenção e no desenvolvimento da educação. Infelizmente não vai ter como. Nós vamos ter, sim, problemas para pagar com o dinheiro dos fundos, os municípios, dinheiro para pagar salário de dezembro, dinheiro para pagar 13º, dinheiro para pagar os serviços da área da educação, transporte e todos os outros. Eu falo muito de transporte porque a Yvelise compreende que não é fácil para os municípios a está época do ano, em alguns estados há um regime de colaboração de forma mais efetiva e um aporte financeiro maior, mas na maior parte dos estados não é esta a realidade. Há falta sim de dinheiro para pagar recurso, para pagar o serviço do transporte escolar. Então essa é a nossa preocupação.

Como resolver o problema? Da mesma forma como foi construída uma complementação do FPM, é possível construir um fundo emergencial, uma complementação para a educação para resolver o problema emergencialmente deste ano. Claro que aqui a solução se põe e se pretende construir uma solução de uma maneira construtiva. Nós não estamos aqui apenas fazendo críticas ao governo. Nós estamos aqui trazendo a luz, trazendo a realidade dos municípios para o Governo Federal [soa a campainha] no sentido de que a gente possa resolver esse problema.

E para concluir, senador, há uma semana o Congresso Nacional deu ao País um grande instrumento e uma grande modificação com a desvinculação dos recursos da DRU. No entanto, junto com isso vem, como a Secretaria Yvelise lembrou, a obrigatoriedade da oferta da matrícula de quatro a dezessete anos, que vai acontecer de forma escalonada. Mas um País que se prepara para ofertar matrícula obrigatória de 04 a 17 anos, num período imediatamente anterior a essa obrigatoriedade enfrentar um problema como esse, de não ter dinheiro para pagar salário de professores de rede municipal no mês de dezembro, 13º e custear alguns serviços, nós não podemos deixar que a questão vire o ano dessa forma. É preciso fazer alguma coisa, sim.

Obrigado, parabéns pela iniciativa da comissão e todos os secretários municipais de educação no Brasil depositam nesta Comissão grande confiança e o entendimento de que de forma democrática nós

poderemos construir soluções para os problemas que acontecem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a presença dos expositores e das expositoras. Como já foi dito, uma Audiência Pública de muita qualidade, muito objetiva, concreta, de encaminhamentos, de iniciativas. Quero enaltecer, de novo, a iniciativa do Senador José Nery, autor do requerimento para que esse debate acontecesse, destacar a presença dos Senadores Roberto Cavalcanti, Marconi Perillo, Primeiro vice-Presidente do Senado Federal, Sérgio Zambiasi, Senador Cristovam Buarque e de todos os senadores que passaram aqui durante a Audiência Pública. Agradecer a todos e declaro, nesse sentido, encerrada a Audiência Pública, solicitando aos Srs. Senadores que permaneçam no Plenário, que logo em seguida, dentro de um ou dois minutos, iniciaremos a reunião para apreciação das emendas desta Comissão ao Orçamento Geral da União.

Muito obrigado. Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h21.

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2010

Às treze horas e vinte e quatro minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, José Nery, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Alvaro Dias. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura

e Esporte ao Orçamento de 2010. Neste momento o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Orçamento de 2010: Emendas de Apropriação:**

Emenda n.º 01 – Educação – “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Marconi Perillo, Romero Jucá, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Marisa Serrano, Flávio Arns, Roberto Cavalcanti e Eduardo Azeredo.

Emenda n.º 02 – Educação – “Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais”, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo, Romero Jucá e Rosalba Ciarlini.

Emenda n.º 03 – Cultura – “Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais”, no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, apresentada pelos Senadores Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Paulo Paim e Fátima Cleide.

Emenda n.º 04 – Esporte – “Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer”, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo, Inácio Arruda, Marisa Serrano, Valter Pereira, Romero Jucá, Valdir Raupp e Rosalba Ciarlini.

Emendas de Remanejamento: Emenda n.º 01 – Esporte – “Implantação de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional”, no valor de 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), para o Ministério dos Esportes, com os seguintes cancelamentos na programação do próprio órgão: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no sequencial 004407; R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no sequencial 004409; R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no sequencial 004411; e R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no sequencial 004416, apresentada pelo Senador Marconi Perillo.

Emenda n.º 02 – Educação – “Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária – Nacional”, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para o Programa de Extensão da Universidade da Maturidade, apresentada pelo Senador João Ribeiro. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns passa a Presidência à Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente desta Comissão, no exercício da Presidência. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2010, a Presidência inicia a deliberação do item seguinte. **Item 002: Projeto de Lei da Câmara n.º 281, de 2009,** de caráter não terminativo, de auto-

ria da Presidência da República, que “Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional – BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. (Trata sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT e critérios de promoção na Carreira do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; da reabertura de prazo para opção pela Carreira do Seguro Social; do Adicional por Plantão Hospitalar – APH, estendendo-o a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde; e do Auxílio de Avaliação Educacional -AAE. Concessão, financiada pelo FNDE, de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo, bolsas nas instituições federais de educação, para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica.)”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o relatório favorável, com a emenda de redação nº 01-CE, é aprovado. A Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senhora Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, destinada a discutir e votar as quatro emendas da Comissão ao Orçamento de 2010 e o Projeto de Lei da Câmara nº 281/2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo, inicialmente, a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, relator desta comissão, para as emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Orçamento de 2010.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flávio Arns. Eu quero iniciar cumprimentando, elogiando e agradecendo o trabalho da as-

secessoria, do Secretário Júlio, do Murilo, de toda equipe porque eram 21 horas ontem quando... 23h30 quando a equipe saiu daqui com o trabalho encaminhado; se trabalhou boa parte da manhã, foram apresentadas 69 emendas para fazer uma sistematização e reduzi-las para quatro.

Dá para imaginar toda a sensibilidade, a capacidade e a inteligência utilizada para que se encontrassem exatamente as propostas com maior afinidade, de maneira que pudessem ser acolhidas 69 emendas, apenas 04 puderam ser aproveitadas, mas nós fomos buscar aquelas que tinham melhor sintonia e com maior número de apoiadores.

Então, o parecer da Comissão de Educação sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão, referentes ao Projeto de Lei nº 46, de 2009 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

O relatório. *"No prazo estabelecido pela comissão foram oferecidas 69 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 46, de 2009, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.*

Dessas, 67 são de apropriação de despesa e duas de remanejamento.

As propostas de emendas de apropriação foram direcionadas às seguintes áreas: 34 para Educação; 22 para Cultura; 10 para o Esporte e uma para a Ciência e Tecnologia, Ministério que não integra a área de atuação desta comissão.

No caso das duas propostas de remanejamento, uma foi direcionada para a Educação e outra para o Esporte. Convém lembrar que esse tipo de emenda não adiciona recursos novos aos orçamentos dos órgãos, pois o atendimento da emenda é realizado obrigatoriamente com recursos do próprio órgão.

Conforme consta do Anexo à Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Educação pode apresentar até quatro emendas de apropriação e igual quantidade de emendas de remanejamento.

Assim, apesar do inegável mérito de todas as proposições, tivemos que escolher apenas quatro entre as de apropriação.

Adotamos como critério inicial indicar para aprovação uma emenda no esporte, uma na cultura e duas na educação, além disso, dentro de cada tema demos preferência àquelas propostas que conseguiram mais apoio dos parlamentares.

Com esses critérios, conseguimos atender a maioria dos senadores que apresentaram sugestões.

Na área do esporte resolvemos atender as propostas dos Senadores Marconi Perillo, Inácio Arruda,

Marisa Serrano, Valter Pereira, Romero Jucá, Valdir Raupp e deste relator."

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, só que... Eu também faço parte dessa emenda, é porque houve uma falha aí na impressão e o nome não está constando.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rosalba Ciarlini.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini, está incluída...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Rosalba Ciarlini. A emenda que é inclusive--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E tratando-se de mulher, é a primeira signatária.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Em parceria com o Senador Inácio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Será

a primeira assinatura, então, desta emenda.

"Ela tem por objetivo a implantação e modernização de infraestrutura para esporte, recreativo e de lazer, aglutinadas em uma emenda de 200 milhões de reais. Com isso, pretende-se reforçar a atuação do Ministério no sentido de ampliar a oferta de espaços físicos de qualidade para a prática de atividade esportiva de toda população.

Na cultura acolhemos a proposta de ampliar os recursos para fomento a projetos cinematográficos e audiovisuais. Serão 120 milhões de reais para o 'Projeto Cinema da Cidade', que pretende instalar salas de cinema em municípios com população entre 20 mil e 100 mil habitantes."

Aliás, aqui eu quero colocar um pequeno adendo e gostaria que o Ministério da Cultura, pudesse, quem sabe, ampliar. Nós temos cidades com muitas vezes 150, 200, 500, um milhão de habitantes e bairros periféricos que são verdadeiras pequenas cidades de 20, 30, 40 mil habitantes, que se houvesse a possibilidade de ampliar este programa para estes bairros periféricos. Dou como exemplo, em Porto Alegre, uma vila chamada Restinga que possui 50 mil habitantes, ela está a 25 km do Centro de Porto Alegre, ela fica de alguma maneira isolada, e ela tem uma vida quase própria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Proponho que a sugestão de V. Exa. entre como emenda à emenda ampliando a...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ampliando para essas regiões, muitas vezes metropolitanas ou não, mas áreas um pouco isoladas, e que formam bolsões com pequenas cidades que precisam desses centros de cultura e centros de lazer.

Eu quero deixar como sugestão e quem sabe a gente possa até colocar como adendo ao orçamento, sugestão ao Ministério.

“As sugestões de emenda para essa finalidade foram apresentadas pelos senadores Inácio Arruda, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Paulo Paim, Fátima Cleide e por este relator.

Ressalte-se que acatamos o posicionamento da maioria desses senadores, que apontou a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, como unidade orçamentária responsável pela iniciativa.

Na educação decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Marconi Perillo e Romero Jucá, que também contempla as iniciativas dos Senadores Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Marisa Serrano, Flávio Arns, Roberto Cavalcanti e Eduardo Azeredo e visa adicionar 400 milhões de reais aos recursos destinados ao apoio, ao desenvolvimento da educação básica, tema que foi amplamente debatido até agora, minutos atrás, aqui, em audiência pública, aqui nessa Comissão presidida pelo Senador Flávio Arns.

Destaque-se que essa é a proposta mais abrangente relacionada à educação básica, de modo que também pode atender as iniciativas relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.

A formação de professores e profissionais da educação, as práticas pedagógicas e a melhora da infraestrutura física das escolas, bem como a ampliação de recursos pedagógicos são exemplos de ações que serão realizadas com esses recursos.

Ainda na educação optamos por reforçar os recursos destinados à complementação para o funcionamento dos hospitais de ensino federais, proposta pelos Senadores Marconi Perillo, Romero Jucá e por este relator, no valor de 300 milhões de reais.

Estes hospitais merecem o nosso apoio, pois são fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento da saúde que é ofertada à população. Nós sabemos que o Ministério da Educação está estimulando os hospitais universitários a assumirem também hospitais periféricos, hospitais de interior, ampliando a sua rede de atendimento e de qualificação profissional.”

Então, acho que esta é uma medida extremamente importante, a medida em que nós temos uma verdadeira corrida aos hospitais públicos, falta de atendimento, e a necessária adequação dos hospitais universitários para atender a demanda dessa população.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só aqui para, também, para fazer uma correção. Eu assinei essa emenda com o Senador Marconi Perillo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ah, que bom! Então, quanto mais apoio, eu acho que quanto mais apoio melhor e já está registrado, portanto...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senador, V. Exa. está lendo já é as que V. Exa. acatou ou as que foram atendidas?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, foram acatadas.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Porque eu gostaria de...

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria primeiro que o Senador Zambiasi terminasse a leitura e aí depois nós fazemos todas as... Já tem inscrito aqui o senador João Ribeiro, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Marconi Perillo, Flávio Arns.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): “Por sua relação, por sua vez, em relação às emendas de remanejamento, optamos por acolher iniciativa do Senador Marconi Perillo, que alterou a programação do Ministério do Esporte, de modo a reforçar com 790 mil reais a implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional.

Há outra sugestão de emenda de remanejamento do mesmo autor, que pretende adicionar recursos para o apoio ao desenvolvimento da educação básica, foi considerada prejudicada, pois já se encontra contemplada no atendimento de emenda de apropriação para a mesma finalidade.

Então, o Voto, diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação delibere pela apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010, relacionados a seguir.

De apropriação: a) implantação e modernização de infraestrutura para o esporte, recreativo e de lazer, no valor de 200 milhões de reais para o Ministério dos Esportes; b) fomento a projetos cinematográficos e audiovisuais, no valor de 120 milhões de reais, para a Agência Nacional do Cinema – ANCINE; c) apoio ao desenvolvimento da educação básica no valor de 400 milhões de reais, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; d) complementação para o funcionamento dos hospitais de ensino federais, no valor de 300 milhões de reais.

Emenda de remanejamento: implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional no valor de 790 mil reais para o Ministério dos Esportes, com os seguintes cancelamentos na programação do próprio órgão: 80 mil reais, no sequencial 004407; 10 mil reais, no sequencial 004409;

100 mil reais, no sequencial 004411 e 600 mil reais, no sequencial 004416.”

Sempre lembrando que nós tivemos aqui a apresentação de 69 emendas, foi um trabalho realmente extenuante, porque entrou noite a dentro, foi quase à meia noite de ontem, boa parte da manhã de hoje.

Muito obrigado, Murilo, pela tua dedicação, pelo teu esforço, tua capacidade profissional, que conseguiu adequar as inúmeras emendas aqui apresentadas a uma proposta, por afinidades; as emendas acolhidas foram aquelas que recolheram o maior número de apoiadores por afinidade, da maneira que pudéssemos contemplar as sugestões aqui apresentadas.

Não é um exercício simples, diante do número de propostas apresentadas e o número de emendas que a gente pode acolher, que são apenas quatro.

Este é o relatório, Presidenta Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria primeiro de agradecer e enaltecer o trabalho do relator, o Senador Sérgio Zambiasi, o nosso consultor, que nos atendeu tão bem, do Júlio e toda a sua equipe, porque eu sei que é um trabalho árduo e não é fácil, de mais de 60 emendas, 64?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sessenta e nove.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 69, tirar 04. Aí é muito difícil mesmo, tem que fazer um exercício de redução drástica, para conseguir alcançar o objetivo.

Então, quero cumprimentar o Senador Zambiasi. E os Senadores Roberto Cavalcanti e Marconi Perillo e Flávio Arns retiraram a sua fala agora para primeiro votarmos e depois falarmos.

Não sei se o Senador João Ribeiro--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não, eu não retiro, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então pode falar, tem a palavra, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sra. Presidente Marisa Serrano e Presidente Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores.

Bom, primeiro eu quero dizer, Senadora Marisa, que sou relator desta área no orçamento deste ano. Sou relator de educação, esportes, cultura, ciência e tecnologia, relator setorial.

E estou trabalhando, automaticamente, para fazer um relatório mais justo possível para, sobretudo, para essas áreas que eu relato este ano, é o quarto relatório setorial que faço como Senador da República, já que o ano passado eu não pude estar na comissão, porque tem sempre aquele rodízio.

Então essa informação quero... Embora já tenha dado essa informação, a Comissão sabe disso.

E eu queria fazer um apelo ao ilustre relator, numa emenda que apresentei e que é algo inovador no Brasil, Senadora Marisa, que é a questão da faculdade, da universidade da maturidade. É a terceira idade no Brasil que precisa ir para a escola, fazer um curso superior, inserir essas pessoas na universidade é a coisa mais importante que eu vejo nesse momento.

E nós temos a universidade da maturidade no Tocantins e já, inclusive, a gente vem fazendo isso com emendas individuais, eu todo ano coloco, e a Senadora Rosalba estava me dizendo aqui que lá no Rio Grande do Norte também foi implantado, isso hoje virou coqueluche no Brasil.

Então, queria chamar a atenção dessa comissão para isso, fazer um apelo porque eu acho que primeiro seria uma deferência com este relator, é algo que não é para mim, é algo para aqueles que, sobretudo, estão sonhando com o momento no banco de uma faculdade, de uma universidade.

Eu participei de alguns eventos e fui na inauguração da nossa faculdade da maturidade, da universidade da maturidade, da Universidade Federal do Estado do Tocantins, a nossa UFT e todas as vezes que eu vou, Senador Zambiasi, eu fico emocionado de ver a participação dos velhos, dos idosos, das pessoas que foram inseridas novamente no ensino universitário. São os pais de V. Exa., eu não sei se V. Exa. ainda tem, são os pais das família pobres da periferia, e é algo que está encantando o Brasil.

Então, queria chamar atenção dessa comissão para este fato. E eu estou disposto, como relator, de fazer o maior sacrifício possível, quero ajudar a comissão, mas queria fazer esse apelo, viu, Senador Flávio Arns, que a gente desse uma atenção a essa questão dessa emenda.

Sei que todas as outras são importantes, mas eu queria que a gente fizesse aqui um acordo, para que essa emenda minha fosse acatada e tenho certeza que cada parte do Brasil, cada estado pode solicitar um percentual mesmo que pequeno do que eu puder colocar nessa emenda, para que a gente possa implantar o núcleo da faculdade, da universidade da maturidade em cada estado brasileiro.

E eu sei que todos ficarão muito orgulhosos de ver as pessoas da terceira idade inseridas mais uma vez na sociedade através do ensino universitário.

Então, é algo extremamente importante, nós estamos levando para Araguaína, além de Palmas, para Arraias, para Gurupi. Vamos implantar em todos os níveis, já que a nossa Universidade Federal do Tocantins é *multicampi*, ela tem vários campos universitários.

Então é algo que eu gostaria de chamar a atenção dessa Comissão, já que nós não temos orçamento próprio para o Ministério da Educação para isso, não tem rubrica própria.

Então, eu preciso destacar, tem que ter uma emenda para eu destacar isso e colocar em nível de Brasil. Porque se não tiver jeito, no meu estado, eu dou um jeito, porque eu coloco emenda individual para isso. Agora a nível de Brasil não dá para implantar, eu não posso fazer emenda de relator, lamentavelmente, não existe mais a figura da emenda de relator setorial.

Então, queria fazer um apelo a todos os senadores para que a gente pudesse fazer isso a nível de Brasil, porque no meu estado nós estamos implantando e vamos conseguir concluir até com as emendas individuais, dado a importância deste fato, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero antes... Antes de passar a palavra aos outros senadores, eu quero lembrar que é a única emenda nesse sentido que tem das 69 levantadas pelos Srs. Senadores e que o espelho da emenda do Senador João Ribeiro destaca a Universidade Federal do Tocantins, aí teria que ser uma emenda nacional, porque não daria para a gente fazer...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Então foi um erro da minha assessoria. Eu peço desculpas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não daria para fazer.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Podemos fazer uma correção. Eu não pedi--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Porque saiu só para Tocantins, então não tem como a gente pensar numa emenda assim. Senador Inácio Arruda.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Na verdade a intenção minha, Senadora...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um pouquinho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A minha sugestão, Senadora Marisa Serrano, é que a relatoria acolha a sugestão do Senador João Ribeiro, como emenda nacional, emenda nacional, fazendo um remanejamento, porque o que ele deseja é ter o espaço para poder trabalhar no orçamento que ele é relator.

Então, Senador João Ribeiro, se nós aprovarmos aqui uma emenda de remanejamento, que só aprovamos uma, nós abrimos espaço para que na relatoria ele possa acolher, não só acolher, como trabalhar essa emenda. Se ele não tiver essa janela ele não pode fazer o que ele está falando. Esse que é o problema.

Agora, universalizando, transformando em emenda nacional, se o relator puder acolher nesses termos eu acho que a gente resolveria o problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Senadora, Sr. Relator, esta é uma Casa política, eu acho que seria da boa política nós acatarmos, de alguma forma arranjarmos um caminho de atender o Senador João Ribeiro.

É uma... Na verdade, nós vamos ter a boa vontade de um senador que é relator setorial...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Olhando para setor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pragmaticamente, eu acho que essa Comissão ganhará muito se nós tivermos recebendo essa sugestão, acolhendo essa sugestão tecnicamente de alguma forma e teríamos o compromisso de termos um relator ao nosso lado na hora de fazer a relatoria setorial. Eu acho que é... Pragmaticamente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Inácio Arruda já deu uma sugestão, não é isso? Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era exatamente para fazer essa sugestão, de que se fosse uma emenda de remanejamento, todos nós... Seria uma emenda nossa, dos que estamos aqui, todos nós, é algo importante, eu entendo. Só que, realmente, na educação a gente tem essa dificuldade, tudo é importante, porque nós não podemos abrir mão da emenda que é para o ensino fundamental, nem para o esporte da juventude, mas vamos fazer assim, eu acho que atende e o senhor terá o espaço para trabalhar essa emenda de nível nacional.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, até porque quando nosso nobre colega--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nosso nobre colega Senador João Ribeiro, que eu considero primo, que eu também tenho Ribeiro, se apresentou, se apresentou logo se qualificando como relator que vai decidir essa parada lá na frente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para não deixar dúvida.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então eu acho que seria muita burrice nossa não acolhermos a sugestão, a apresentação do nobre colega.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma pressão, pressãozinha. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, da minha parte, também concordar com o encaminhamento que foi feito pelo Senador Inácio Arruda.

Mas só colocar, Senador Sérgio Zambiasi, na página 02, no primeiro parágrafo da página 02, lá no meio, *“destaque-se que essa é a proposta mais abrangente relacionada à educação básica, de modo que também pode atender as iniciativas relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio”*, aqui são os níveis e aqui entrou uma modalidade que a educação profissional fosse colocado então as outras duas modalidades também, educação profissional, educação de jovens e adultos e educação especial.

Então ficam os três níveis e as três modalidades previstas na LDB, pelo menos no relatório. Está bom?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu não sei se...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu não sei se caberia, porque eu estava conversando aqui com o João Tenório—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): João Ribeiro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ô, João Ribeiro, desculpa, João Ribeiro, e realmente há uma dificuldade porque é um... Será um item novo no orçamento e não poderá ser remanejamento.

Se também, se já que vai incluir educação especial, se colocava como educação especial essa educação de terceiro nível, para a terceira idade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Mas é apoio de desenvolvimento à educação básica.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É, aí não pode, se fosse apoio ao desenvolvimento de educação de uma maneira geral.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Vamos botar em... Espera aí. O relator primeiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós vamos aprovar a sugestão de remanejamento com as adequações técnicas necessárias que serão feitas pela consultoria *a posteriori*, exatamente para que nós possamos aproveitar essa sugestão, eu acho que ela é muito boa, nós... Essas experiências estão acontecendo...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu só tenho dúvida se eu poderei trabalhar com essa emenda por ser uma ação nova.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É uma ação nova.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Se eu posso trabalhar com emenda de remanejamento aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É uma dúvida também. Nós temos que...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu tenho essa dúvida e de repente a gente perde essa oportunidade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ocorre que, Senador João Ribeiro, nós acolhemos sempre aquelas que ofereceram maioria de apoios e é uma escolha muito difícil.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei senador, mas eu faço... Eu faço...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É uma escolha extremamente difícil.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Essa regra foi adotada em todas as outras comissões.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei. Mas eu faço esse apelo, porque se na verdade eu tivesse que pedir, se eu pedir aqui, agora, eu consigo cinco apoios aqui, eu tenho certeza; se eu tivesse pedido eu conseguiria e se a Comissão tivesse me dado essa informação, eu teria pegado mais apoio, mas acontece que é algo que eu gostaria de aproveitar este ano que eu sou relator setorial desta área, para a gente fazer isso pelo Brasil a fora, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós estamos exatamente aprovando com esse indicativo de remanejamento, Senador João Ribeiro, que é o limite com o qual nós podemos trabalhar.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu sei. Mas e por que não outra para remanejamento, não substitui por ser uma ação nova?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse caso, João, o que... Aprovadas as quatro emendas, porque há uma proposta abrangente do relator e há apoio para aprovar a proposta do relator, V. Exa. levantou uma questão nova. Essa questão nova, V. Exa., como relator setorial, precisa dessa janela, se o senhor nem tiver essa janela nem trabalhando, nem discute nada, porque cai tudo.

Agora, já abrimos a janela, fica já aberto no orçamento a proposta, já fica lá, eu acho que na relatoria, ao fazer remanejamentos, ao ter possibilidade de remanejamentos, essa emenda pode ser atendida

plenamente, esses 50 milhões podem ser atendidos plenamente.

Nós não estamos tratando do orçamento de um Ministério que tem pouco recurso, não é o Ministério do Esporte que tem bem pouquinho recursos, é o Ministério da Educação, que tem um volume razoável de recursos, e aumentou agora mais ainda porque nós tiramos a DRU desse modelo de educação.

Então eu acho que é possível, sim, fazer um remanejamento adequado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós vamos ter dez milhões a mais por ano, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Um minutinho, um minutinho. O relator Murilo vai conversar um pouquinho com o Senador João Ribeiro, porque ele tem dúvidas se é possível fazer isso de emenda de comissão, colocar uma modalidade nova, que nunca aconteceu na comissão.

É isso que ele tem a dificuldade, porque depois o próprio relator vai ter que retirar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Mas se reprovar, a gente perde a emenda, vamos ficar só com três. Tão difícil para ter quatro e se não aprovar...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E se ele reprovar as quatro?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero dizer que se houver essa dificuldade que V. Exa. coloca, mesmo que seja de apropriação, de remanejamento, haveria o problema, se V. Exa. está dizendo que a dúvida é se uma comissão pode abrir um espaço novo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É um programa novo, tudo novo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O de remanejamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É isso que ele fala, fala de apropriação e de remanejamento, as duas não dariam.

Mas remanejamento, aonde?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas se a comissão não puder quem pode?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como remanejamento, como remanejamento, a questão fica resolvida, porque se tratando de emenda nova, o problema tanto é para apropriação como para remanejamento.

Então, não há prejuízo se nós colocarmos em remanejamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Certo. Eu acredito que não haveria problema se tivesse no remanejamento. Não é isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas quem pode abrir janela nova? Se a comissão não pode, se senador não pode?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Então, nós teríamos aqui a votação das quatro emendas, mais as duas de remanejamento, uma do Senador Marconi Perillo e outra do Senador João Ribeiro.

Nominal? Simbólica.

Então, aqueles senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só pela ordem...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo e depois Flávio Arns. Flávio Arns, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só pela ordem, porque o Senador João Ribeiro está aqui e o Senador é o relator setorial.

E hoje tivemos Audiência Pública sobre os recursos do FUNDEB, que até o ano de 2009 eram aplicados recursos nominais, cinco milhões nesse ano. A partir do ano que vem vão ser aplicados percentuais, então 10% dos recursos têm que estar previstos pela União, e houve a consideração, inclusive a nota técnica da consultoria, que o Governo, o Executivo enviou a proposta orçamentária não prevendo esses 100%, só 85%.

Então, a nota técnica diz que tem que ser previstos os 100% e a nota técnica está à disposição.

Então, nós decidimos na Audiência Pública que enviaríamos uma proposta ao relator do orçamento, mas em primeiro lugar ao relator setorial do orçamento, que V. Exa., inclusive, é membro dessa Comissão, para então apreciar isso junto com a consultoria, para ver como fazer na peça orçamentária que está sob sua relatoria, lá na Comissão de Orçamento, para colocar invés dos 85%, 100%. Estaria bem? Aí já mandamos lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senadora... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Senadora Marisa, Presidente, Senador Flávio Arns, Presidente.

Eu gostaria apenas de saudar e cumprimentar ao Senador Sérgio Zambiasi pela qualidade do seu trabalho, cumprimentar a toda assessoria técnica da Comissão que colaborou com o relator e agradecer-lho por ter acolhido um número significativo das nossas emendas.

Eu apresentei 12 emendas, algumas de apropriação e outras de remanejamento e tive cinco ou seis delas atendidas, acolhidas, incluindo um delas como âncora, que é de remanejamento na área do esporte educacional.

O Senador Sérgio Zambiasi procurou contemplar a todas as áreas, aglutinando na educação básica todas aquelas referentes a ensino infantil, fundamental, médio, profissional, acolheu também emendas na área do ensino superior, acolheu emendas na área do esporte e da cultura.

Portanto, é um relatório bastante amplo, que contempla todas as áreas relacionadas a esta comissão.

Eu gostaria de agradecer-lho, cumprimentar a comissão pela escolha do Senador Sérgio Zambiasi e dizer que com o acolhimento dessas emendas o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, terão recursos para dinamizar suas atividades nessas áreas específicas.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

Vamos para o item 02 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara 281, de 2009. *“Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; altera as Leis nº 11.171, de 02 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. Trata sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional BESP/DNIT e critérios de promoção na Carreira do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; da reabertura de prazo para opção pela Carreira do Seguro Social; do Adicional por Plantão Hospitalar – APH, estendendo-o a hospitais vinculados ao Ministério da Saúde; e do Auxílio de Avaliação Educacional – AAE. Concessão, financiada pelo FNDE, de bolsas a alunos e professores vinculados a projetos de programas voltados à população indígena, quilombola e do campo, bolsas nas instituições federais de educação, para alunos em condições de vulnerabilidade social e econômica.”*

Autoria Presidência da República. Relatoria Senadora Rosalba Ciarlini; relatório favorável, com a emenda de redação oferecida. Observações: a matéria ainda é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senadora Presidente Marisa Serrano.

“O Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 2009, de iniciativa do Presidente da República, dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e altera as Leis nº 11.171, e a Lei 11.907, e a Lei 11.507.

Especificamente, nos arts. 1º e 3º, concede Bônus Especial de Desempenho Institucional aos servidores em atividade no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, nos valores constantes da Tabela I do Anexo do PLC, além de definir critérios da concessão, dispor sobre a possibilidade de antecipações, conforme a Tabela II do Anexo, e estabelecer conjunto de metas para fins de concessão.

Os arts. 4º e 5º fazem alteração e acréscimos, respectivamente, à Lei nº 11.171, que dispõe sobre a criação de carreira e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT e dá outras providências.”

Todas essas alterações estão aqui devidamente detalhadas e já é do conhecimento dos senhores, porque consta do relatório.

“No art. 6º da proposição, encontram-se alterações ao art. 3º da Lei nº 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS, altera disposições das Leis nº 10.855, de 1º de abril de 2004”, mais que verdadeiro, 1º de abril, “que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, instituindo a Carreira do Seguro Social, e 10.876, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social, e dá outras providências.

As mudanças tratam de permitir que servidores regidos pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, ou por planos correlatos, possam firmar o Termo de Opção constante do Anexo III da Lei nº 10.855, e também definem que a opção possa ser feita até 31 de dezembro de 2009, exceto para aqueles afastados pelas previsões dos arts. 81 e 102, de 11 de dezembro de 1990, cujo prazo será contado a partir do término do afastamento.”

Então, o prazo fatal é 31 de dezembro de 2009.

O art. 7º determina quais servidores podem fazer a opção e mais alguns detalhamentos.

“O art. 8º altera o ‘caput’ do art. 298 da Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória de várias carreiras de órgãos do Poder Executivo, de maneira a conceder o Adicional de Plantão Hospitalar também aos servidores em efetivo exercício de atividades hospitalares, desempenhadas em regime de plantão, nas áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto do Instituto Nacional do Câncer-INCA e dos seguintes hospitais: Geral de Jacarepaguá, do Andaraí, de Ipanema, da Lagoa.

No art. 9º, o PLC autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo, definindo seus valores e sua duração.

Pelo art. 10, as instituições federais de educação superior são autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem: I – à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e II – ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade.

Segundo o art. 11, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o FNDE ficam autorizados a conceder bolsas a estudantes, professores e servidores técnico-administrativos para o desenvolvimento de atividades, programas e projetos de extensão universitária, devidamente aprovados por órgãos colegiados competentes das instituições de educação superior e pesquisa envolvidas.

O art. 12 determina que as bolsas previstas nos arts. 10 e 11 adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, as condições fixadas em regulamento do Poder Executivo e os dispositivos por ele decretados.

As despesas com as bolsas criadas nos arts. 9º e 10 da proposição, segundo o art. 13, correrão à conta de dotação orçamentária consignada anualmente aos respectivos órgãos e entidades, considerando os recursos próprios captados, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Os arts. 14 e 15 alteram os arts. 1º e 4º, respectivamente, da Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, que institui o Auxílio de Avaliação Educacional – AAE

para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP ou pela Fundação CAPES; altera as Leis nºs 10.880, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 11.458, de 19 de março de 2007; cria cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores – DAS; cria, em caráter temporário, funções de confiança denominadas Funções Comissionadas dos Jogos Pan-Americanos; trata de cargos de reitor e vice-reitor das Universidades Federais; revoga dispositivo da Lei nº 10.558, e dá outras providências.

As mudanças visam definir como beneficiário do AAE o servidor ou colaborador eventual em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino básico ou superior, público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes a ser executado pelo INEP, CAPES e FNDE, assim como elevar o limite do auxílio de mil reais para dois mil reais por atividade.”

Teve um aumento aqui de 100%”.

Análise. Chega, para... “Tendo em conta o disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, verifica-se que apenas alguns artigos do projeto estão diretamente afetos às áreas de competência regimental dessa Comissão.

Assim, a análise da CE deve concentrar-se sobre o mérito dos arts. 9º a 15.

Cabe a análise de mérito dos demais, segundo a alínea ‘f’ do inciso II à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tramitará em decisão terminativa”.

Então, como trata-se, na realidade, de atividades... É isso que vou fazer... Ligadas também à área universitária de pesquisas e extensão que poderão receber apoio financeiro do Poder Público, a análise dessa Comissão foi muito mais detalhada e restrita, podemos assim dizer, focado nessa questão, já que vai à Comissão de Constituição e Justiça para que possa ser, em caráter terminativo, analisado.

“Ante o exposto, o voto é pela aprovação, Sra. Presidente, do Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 2009, com a seguinte emenda de redação: Substitua-se no ‘caput’ do art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 2009, a expressão incisos 11-A e 11-B por arts. 11-A e 11-B.”

É esse o nosso voto, o nosso parecer... E o voto pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):: Antes de passar a palavra ao Senador Marconi Perillo, eu quero lembrar aos Srs.

Parlamentares que esse é um Projeto de Lei extremamente complexo e que integram não só as classes ligadas ao DNIT, mas também ao INSS, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação.

Além disso, há algumas, acho eu, algumas incongruências, porque diz que termina o prazo, se a Senadora Rosalba pudesse me ajudar, em abril de 2010, para o pagamento, e começa, as metas começam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009 até 30 de abril de 2010.

E o lançamento daqueles funcionários que terão jus, farão jus, será publicado...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quadrimestralmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quadrimestralmente... Direcionado, artigo do DNIT... Por quadrimestre, então a cada quadrimestre. Portanto, isso já passou, nós já estamos no final do ano.

É... Algo assim difícil de a gente justificar como é que vai ser acompanhado, essas metas vão ser acompanhadas, se até agora nem projeto de lei foi aprovado.

Só queria fazer essa... E fazer uma digressão apenas.

Eu disse aos funcionários no DNIT que me procuraram, que tinham a ideia de que seria uma reposição salarial, eu não entendi e queria que a relatora também me esclarecesse. É apenas uma retribuição pecuniária eventual, a ser paga até o mês de junho de 2010, quer dizer, é isso que está no projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. É um bônus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um bônus pelo desempenho, está aqui a colocação pelo compromisso de desempenho das metas a serem alcançadas.

Então, aqueles funcionários no DNIT que me procuraram achando que seria uma reposição salarial pela perda que tiveram--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só que ele vem retroativo. Então, na realidade...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A 1º de janeiro?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Retroativo a..

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De 2009?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. A data que está aqui, 1º de janeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 1º de janeiro de 2009. Então, eu tenho muitas dúvidas a respeito disso, mas, é claro,

não é terminativo nessa comissão, vai ser terminativo na CCJ, portanto, temos tempo ainda de ir lá discutir-mos essa questão.

Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sra. Presidente, conforme a senhora bem claviou, esse é um projeto muito complexo, ele remete à Lei 11.907, de 2009 e, no entanto, não abarca todas as categorias que estão atendidas na Lei 11.907. Portanto, requer uma análise um pouco mais acurada.

Com a permissão da Senadora Rosalba Ciarlini que realizou um trabalho muito eficiente, eu gostaria de pedir vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um direito de V. Exa..

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marconi Perillo, eu gostaria de fazer aqui um apelo.

Como nós temos a... Como a Senadora Marisa Serrano falou, vai para a Comissão de... A CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, onde, com certeza, será muito mais, vamos dizer assim, propriedade para analisar algumas questões e aí nós ganharíamos esse prazo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ocorre que...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma colocação que eu estou fazendo, até porque como tem um prazo inclusive do INSS, que têm que fazer a sua opção para atender aquela velha questão da AMP que houve uma... Que eles não foram contemplados e isso gerou muita questões com relação a... Aliás, foram contemplados, mas aí foi retirado, foram contemplados por uma emenda que eu apresentei, que não foi acatada pelo relator da época, o Senador Romero Jucá, que é exatamente que dá direito aos médicos, a uma igualdade com relação a mesma carreira em outro ministérios, como o Ministério da Fazenda, então isso é algo que está sendo corrigido.

Com relação à questão das bolsas para estudantes, acho isso um mérito muito--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É verdade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Realmente muito importante, sabemos o que isso representa, tanto da graduação, como na extensão universitária, na pesquisa.

Então, seria aqui, fica aqui o nosso apelo. Eu sei que ficamos com essa dúvida... Não sei se o senhor faz parte da CCJ, faz?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Faço.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senadora Marisa também da CCJ?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu não sou, mas o senador...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu também gostaria de pedir um aparte e a Senadora Rosalba para fazer um apelo ao Senador Marconi, que a gente votasse aqui, Senador, hoje, essa matéria porque parece-me que existe um prazo, inclusive, se nós conseguirmos aprovar, para a sanção presidencial e realmente, lamentavelmente, nós estamos trabalhando contra o tempo.

Os servidores estiveram comigo também, fazendo esse apelo e quando disseram que era a Senadora Rosalba a relatora, eu disse: "Olha, ela é muito sensível, eu tenho certeza que ela vai fazer um relatório rápido e importante".

Então, essa matéria é de extrema importância para as várias áreas que a Senadora Marisa citou, não só apenas os servidores do DNIT, mas até do Ministério da Educação, da Previdência, e, portanto, eu faria um apelo ao Senador Marconi, que a gente deixasse o projeto tramitar, porque, na verdade, só irá para a CCJ e a semana que vem é que iria para a tramitação. Como o senador Marconi é da CCJ, tiraria as dúvidas e ele terá tempo para tirar as dúvidas.

Se aqui fosse terminativo, Senador Marconi, eu sei que V. Exa. tem razão, não estou tirando a razão da V. Exa., estou fazendo apenas um apelo exatamente pela exiguidade do tempo que nós temos para aprovar essa matéria e aí depois ir para o Plenário ainda, para ser votado no Plenário.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Obrigada Senador João Ribeiro, Senadora Rosalba.

Eu quero também colocar aqui, eu tenho as minhas dúvidas que eu fiz e que quero resposta, eu não gostaria de colocar também em votação aqui um projeto que está explícito o conjunto de metas cujo cumprimento será avaliado, será avaliado, para fins de concessão do BESP/DNIT, são as fixadas para o DNIT e para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 a 30 de abril de 2010.

Quer dizer, já o DNIT já fez avaliação? Já estão avaliados? Mas os servidores que falaram comigo nenhum sabia que estava sendo avaliado e aqui diz que a avaliação vai ser colocado no sítio eletrônico.

Eu perguntei se estava no sítio eletrônico a avaliação para esse fim. "Não, para esse fim não está no sítio eletrônico." Então como é que nós estamos há um

ano, vamos pagar retroativo de uma avaliação que não está no sítio eletrônico?

É uma... Eu acho que deveríamos pensar um pouquinho mais a respeito disso.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, peço a palavra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PSDB-PR):** Senador Marconi Perillo com a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para concluir a minha reflexão, Sra. Presidente.

Eu gostaria de dizer que esse projeto engloba áreas diferentes e muito específicas. E eu estou convencido que a comissão adequada para se debater melhor esse assunto, no que tange ao mérito das muitas áreas que estão sendo beneficiadas, seria o da comissão de mérito, que é a Comissão de Educação.

A Comissão de Constituição e Justiça examina os projetos sob a ótica da admissibilidade, da juridicidade, da técnica legislativa, da redação e cabe às comissões, às outras comissões, as comissões de mérito, avaliar o conteúdo.

Além disso, vale registrar também que, conforme já disse aqui anteriormente, e V. Exa. também expôs aqui a sua preocupação, este projeto engloba uma série de matérias, uma série de áreas, uma série de ministérios, uma série de assuntos.

Eu considero quase todos eles meritórios, lamento que esse benefício da Lei 11.907 não seja estendido a outros engenheiros e que fique restrito apenas aos engenheiros e profissionais que estão atuando nas obras do PAC.

Eu considero importante toda e qualquer forma de estímulo, eu fiz isso muito quando era governador, é importante valorizar, estimular e premiar os servidores pela profundidade, pela produção, ou seja, pelo esforço que realizam em relação ao cumprimento de metas, mas, sinceramente, eu considero que o projeto acaba sendo discriminatório, discriminatório em relação a outras categorias.

Então, na minha opinião, o ideal seria debater melhor este projeto aqui.

Entretanto, eu jamais fui inflexível ou irredutível em relação às minhas opiniões, eu sempre procuro trabalhar com certo parâmetro ou certo limite de flexibilidade.

O apelo da Senadora Rosalba, o apelo do Senador João Ribeiro e também o apelo que me foi feito pelo Senador José Agripino Maia, líder do DEM, relativamente ao INSS, me fazem retroceder em relação à minha decisão de pedir vistas, embora eu tenha que forçosamente argumentar que vou preparar uma espécie de relatório alternativo, examinando as questões todas

para que quando chegar à Comissão de Constituição e Justiça, eu possa ou pedir vistas ou apresentar na forma de um voto em separado, se for o caso, a minha opinião em relação ao projeto.

De qualquer maneira, levando em consideração os apelos aqui feitos e também levando em consideração a importância de se valorizar o serviço público, os servidores públicos, de se apoiar inclusive a pesquisa, eu vou retirar o meu pedido de vistas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria, Senadora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eu queria agradecer ao Senador Marconi Perillo e dizer que o que nós queremos aqui nessa comissão é apoiar todos aqueles que trabalham e trabalham bem.

Governos como São Paulo e Minas Gerais estão trabalhando em cima do mérito, isto é trabalhou mais ganha bônus em relação ao mérito, ao trabalho executado.

O único problema aqui não foi, em absoluto, acho que de nenhum senador aqui, qualquer tipo de preocupação com o bônus salarial que vai se dar pelo mérito dos funcionários que estão trabalhando um pouco mais ou que estão se dedicando mais ao seu serviço.

Isso eu acho que... Eu, por exemplo, sou amplamente favorável já nessa comissão, já discuti muito isso na área de educação, sou amplamente favorável ao bônus, ao adicional por mérito para que os funcionários tenham mais incentivos para trabalhar melhor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Aliás, as carreiras deveriam ser todas pautadas e focadas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Então, eu quero só dizer que ninguém está discutindo aqui a questão da ser meritória a ação.

Essa é uma comissão de mérito, a Comissão de Constituição e Justiça, claro que vai ver a juridicidade do projeto.

Nós estamos deixando de discutir isso pela falta de tempo, porque eu espero, não sou da Comissão de Constituição e Justiça, mas espero que o Marconi Perillo que esteja lá, discuta um pouco mais a questão de INSS, Saúde, Educação e Transporte, são quatro ministérios que nós estamos discutindo aqui, de afo-gadilho, e que são questões que são fundamentais por quê?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu gostaria Senadora aqui de fazer uma colocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Já lhe dou a palavra, já-já, Senadora Rosalba.

Que os funcionários das outras carreiras, como V. Exa. disse, da própria lei, é claro que se sentiram excluídos aqui e vão ter todo o direito de peticionar também porque estão excluídos dessa proposta.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E, na verdade, são dezenas de outras carreiras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): As outras carreiras todas.

Então fica retirada a vista e coloco em votação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, senadora, gostaria só de fazer aqui alguma resposta aos questionamentos que V. Exa. colocou, até porque quando a apresentei, acho que talvez não tenha ficado muito claro, que como consta no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, esse projeto, apenas alguns artigos é que estão diretamente afetos às áreas de competência regimental dessa comissão.

Então, teve alguns artigos que foram lidos, mas não foram aprofundados em função, exatamente, de não estarem afetos a esta Comissão.

Claro que nós, como senadores e participando de várias outras comissões, gostaríamos, inclusive, de poder aqui analisar com mais detalhe, e debater essa questão do mérito, do bônus, porque eu também sou defensora intransigente de que a gente tem que premiar aqueles que estão... Desempenhando bem as suas funções.

Eu acho que na hora que tivermos isso na educação, nós vamos ter, com certeza, uma melhoraria na qualidade do ensino. Na hora que tivermos isso na Saúde também.

Então, eu acho que esses outros detalhes, como vai para a Comissão de Justiça, eu quero aqui agradecer a sensibilidade do Senador Marconi Perillo, por entender que aqui nós estamos realmente mexendo com a vida de milhares, de milhões, são vários ministérios de que esse debate, na sua constitucionalidade, na sua juridicidade, será observado na Comissão de Constituição e Justiça, e depois temos a etapa do Plenário, também, para que nós possamos avaliar.

Então, muito obrigada, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Só dizer que é terminativo na comissão, na CCJ, e a única comissão de mérito que veio foi para Educação. Não tem outra comissão que vai discutir o mérito, o conjunto.

E não vai para o Plenário, não é? É terminativo na CCJ e não vai para o Plenário. Aí já vai para a sessão providenciar(F).

Então, só tem a discussão para elucidar todas essas questões e vai ter que ser na CCJ e nós esperamos que o Senador Marconi Perillo acompanhe, para ver como é que pode adequar o projeto à realidade e que nós estamos vivendo dentro da lei e da decência, que todos sejam contemplados e de um forma que não seja passado, burlado, qualquer tipo de item que seja necessário para que os servidores também tenham consciência do que é melhor para eles e do que é melhor para o País também.

Então, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham.

Aprovado o relatório da Senadora Rosalba Ciarlini e dou por encerrada esta sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h23.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE – CMA

ATA DA 29ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, REALIZADA DIA 17 DE SETEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e nove, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Titular da CAE/SF e Titular da CMO/CN, Roberto Cavalcanti, Suplente da CAE/SF e Suplente da CMO/CN e, ainda, dos Deputados Cleber Verde, Titular da CMO/CN, Duarte Nogueira, Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD,

Edson Aparecido, Suplente da CMO/CN e Titular da CFFC/CD, Felipe Bornier, Suplente da CFFC/CD, Félix Mendonça, Titular da CFT/CD, Geraldo Resende, Titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, Suplente da CMO/CN, Guilherme Campos, Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD, José Guimarães, Titular da CDEIC/CD, Leo Alcântara, Titular da CFFC/CD, Luiz Carreira, Titular da CFT/CD, Marcelo Teixeira, Suplente da CMO/CN, Márcio França, Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD, Pedro Novais, Titular da CMO/CN e Titular da CFT/CD, Rômulo Gouveia, Titular da CFFC/CD, Rose de Freitas, Titular da CMO/CN, Silvio Torres, Titular da CFFC/CD, Simão Sessim, Titular da CFFC/CD, Sueli Vidigal, Titular da CFFC/CD, Vicentinho Alves, Titular da CFT/CD e Suplente da CFFC/CD, Virgílio Guimarães, Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD e, ainda, dos Deputados Fernando Marroni e Gilmar Machado, Deputados não integrantes das Comissões participantes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. A Reunião é convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema *avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 1º semestre de 2009, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal*. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Pedro Novais, que comunica a ausência do Presidente efetivo, Senador Almeida Lima, em virtude de estar, naquele momento, em reunião com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão tratando da Proposta Orçamentária para 2010. Em seguida, convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Sr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; Deputado Felix Mendonça, 3º Vice-Presidente da Comissão de

Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Rômulo Gouveia, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Em seguida, o Presidente em exercício informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteadado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Dando continuidade, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate e transfere a palavra ao palestrante. De posse da palavra, o Exmo. Sr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, finalizando sua apresentação às onze horas e três minutos. Prosseguindo, o Presidente em exercício facultas a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião e o Deputado Felix Mendonça, 3º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados interpela o Palestrante. O debate é iniciado. Há consenso no sentido do palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpelam o Expositor o Deputado Duarte Nogueira e o Senador Francisco Dornelles. O Palestrante responde os questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. É assegurada réplica ao Deputado Duarte Nogueira. Participam do segundo bloco de interpeladores o Senador Roberto Cavalcanti e os Deputados Fernando Marroni, Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Cleber Verde e Rômulo Gouveia, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. A seguir, o Presidente encerra a lista de inscrição para o debate. O palestrante responde os questionamentos efetuados. Finalizando, o Presidente do BACEN responde às últimas intervenções do Deputado Virgílio Guimarães e conclui a exposição. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Pedro Novais**, Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 17/9/2009

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Extraordinário Henrique Meirelles, antes de mais nada, quero justificar a ausência do Presidente efetivo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que não se encontra presente por estar, neste momento, em reunião com o Ministro do Planejamento, para tratar da proposta orçamentária para o ano de 2010. É um prazer declarar iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2009, com a participação das seguintes Comissões: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre de 2009, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Convidado: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central. Anuncio também a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração, e do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica. Os Presidentes das Comissões que realizam esta audiência conjuntamente que não se fazem presentes estão representados por titulares das Comissões, sendo: Comissão de Tributação, Deputado Vignatti, representado pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Félix Mendonça; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim, representado por companheiros; Comissão de Fiscalização, Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres, representado pelo Deputado Rômulo Gouveia. O palestrante, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteadado, se assim o permitir. Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelarem o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição. Para tanto, disporão do prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e

tréplica pelo prazo de 2 minutos. A lista de inscrição para o debate está aberta. Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma satisfação e uma honra estar mais uma vez no Congresso Nacional, prestando contas dos resultados do Banco Central. Do nosso ponto de vista, esta é a mais importante reunião do ano, na qual prestamos contas à sociedade, o que é extremamente positivo. Desta feita, veremos o resultado da boa fase econômica que o Brasil está vivendo, os bons resultados alcançados pelas políticas geridas pelo Banco Central. A presença que aqui verificamos mostra que existem outros problemas chamando a atenção de V.Exas., o que é um bom sinal – sinal de que não temos problemas nessa área. Mas, vamos em frente. Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, objeto desta exposição, estão explícitos nos termos da Lei da Responsabilidade Fiscal. Em primeiro lugar, vamos fazer uma análise dos resultados contábeis do Banco Central.

(Segue-se exibição de imagens.)

No primeiro semestre de 2009, o Banco Central apresentou um resultado líquido negativo de 941 milhões de reais. De acordo com a legislação aplicável, o resultado apurado nesse período, o primeiro semestre de 2009, será coberto pelo Tesouro Nacional até janeiro de 2010. Apenas como comparação, resalto que, no segundo semestre de 2008, o Banco Central apresentou resultado positivo líquido de 10 bilhões e 172 milhões de reais, recursos que foram transferidos ao Tesouro Nacional em março de 2009. Esse é um sumário das variações de resultado, e o item mais relevante é o aumento de despesa de juros pagos pelo Banco Central ao Governo Federal. A maior variação de resultado do segundo semestre de 2008 para o primeiro semestre de 2009 foi o total de juros pagos ao Governo Federal. A razão disso é interessante. Aparentemente, é paradoxal, mas é interessante. Refiro-me à questão contábil. O Banco Central do Brasil gerou, no ano passado, em razão das suas operações de derivativos cambiais – nas quais teve um lucro de 10 bilhões de reais, mais as operações de carregamento de reservas que, no ano passado, geraram um lucro de 171 bilhões de reais –, resultados que são meramente contábeis, porque não são realizados e transferidos ao Tesouro. E, no momento em que havia um grande resultado positivo a ser transferido ao Tesouro, e foi carregado pelo Banco Central de dezembro a março, esse resultado gera juros a serem pagos pelo Banco Central ao Tesouro. Em resumo, essa é a variação mais relevante de resultado de um semestre

para outro. É o que podemos constatar se olharmos, por exemplo, os resultados dos 4 últimos semestres, inclusive este corrente. O resultado oscila muito em razão dessas contas entre o Banco Central e o Tesouro: 3 bilhões de reais positivos no primeiro semestre de 2008, 10 bilhões positivos no segundo semestre, 900 milhões negativos no primeiro semestre. E, no segundo semestre, até agora, nos meses de julho e agosto apenas, já obtivemos lucro – um resultado positivo de 1 bilhão e 620 milhões de reais. Em resumo, esse é o resultado do Banco Central. No ano, já é positivo, apesar da variação, no primeiro semestre, desse pagamento de juros a maior ao Tesouro Nacional. Objetivo de política monetária do Banco Central. Cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2009 e 2010: 4,5% com tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo, como é do conhecimento de todos. Temos a satisfação de informar que a inflação acumulada em 12 meses, até agosto de 2009, é de 4,36%. Portanto, ligeiramente inferior ao centro da meta. Se olharmos a trajetória de inflação dos últimos anos, vamos verificar que a inflação orbita em torno do centro da meta, o que é a trajetória desejável, mas sempre dentro do intervalo de tolerância, repetindo o que já dissemos na última vez: no ano de 2008, o Banco Central do Brasil pôde entregar à sociedade brasileira uma das únicas inflações – talvez a única – dentro da meta dos países mais importantes, no ano de 2008, devido à subida da inflação naquele ano, por motivos diversos, em vários países do mundo. Em vermelho, temos a previsão de inflação para frente. A expectativa do mercado para a inflação, em 2009, é de 4,30%, portanto, dentro do intervalo de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa de juros de mercado, que é aquela taxa, como já dissemos outras vezes, de 180 ou 160 dias, que é o mercado a termo, mas que reflete o comportamento das taxas de juros dos mercados de atacados, dos mercados interbancários. E essa, sim, é a taxa que mais influencia a atividade econômica. Essa taxa, como vemos, tem tido uma trajetória cadente nos últimos anos, produto da estabilização da economia brasileira – o último número, de 11 de setembro: para 180 dias, 8,71%; e 360 dias, 9,12%. É um número baixo, como vemos historicamente no Brasil. Taxa de juros reais, aquela taxa acima da inflação, uma trajetória similar, é o menor, é o mínimo histórico, hoje 4,8% de taxa de juros reais. E isso tem impactos diretos no custo de carregamento da dívida pública pelo Tesouro Nacional. A despesa de juros, o carregamento da dívida pelo Tesouro Nacional é cadente, como vamos mostrar em seguida. Objetivos do Banco Central. A política creditícia objetiva ampliar a oferta e

o acesso da população ao crédito. O crédito, como percentagem do produto, atingiu, em abril de 2009, 45% do produto. É o valor mais alto desde o início da série histórica: julho de 2009 sobre julho de 2008, 8,3% – 1,1% de crescimento. Portanto, temos uma trajetória de crescimento. O crédito imobiliário também está crescendo – 76 bilhões de reais é um número ainda relativamente pequeno, comparado ao de outros países, mas é uma trajetória de crescimento rápido, de novo resultado do sucesso da estabilização da economia brasileira. A recente crise mundial gerou reflexos importantes no crédito no Brasil. A média de crédito pré-crise era de 7,1 bilhões de reais/dia. Essa era a média diária de concessão total de crédito no Brasil. Isso caiu fortemente em outubro, como mostra o gráfico. Mas, devido a uma série de medidas tomadas pelo Banco Central, esse crédito voltou rapidamente, como vemos no gráfico. Em janeiro, caiu muito devido ao processo de desestocagem das indústrias, falta de demanda, mas voltou a crescer na média de março a julho de 2009 – nós já estamos ao redor da média pré-crise. No mês de julho há uma queda, porque o mês de julho sazonalmente tende a ser mais baixo, mas agosto já está mostrando números melhores. Se verificarmos as concessões de crédito para veículos e vendas internas, vamos ver claramente que esse item, que caiu fortemente durante a crise, em outubro e novembro, voltou a crescer rapidamente. E vamos verificar como as vendas internas de veículos cresceram em conjunto com o crédito. Isso mostra que o crédito é fundamental para as vendas de bens duráveis no Brasil. O fato de que o Brasil pôde enfrentar a crise com sucesso foi fundamental para a recuperação da economia. Porque, sem crédito, a economia não tem condições de ter um bom desempenho, evidentemente; e, no caso de venda de bens duráveis, essa correlação é claríssima. O objetivo do Banco Central na política cambial é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. A flutuação do fluxo cambial no mês de setembro foi negativa, mas, nos meses anteriores, foi sistematicamente positiva. As reservas internacionais brasileiras cresceram fortemente nos últimos anos, chegando ao nível pré-crise, em agosto, com 205 bilhões de dólares para a prestação de contas em relação a este ano; portanto, praticamente no primeiro semestre. Em agosto de 2008, estávamos a 2005; caímos um pouco durante o correr do segundo semestre do ano passado, mas já estamos hoje a 222 bilhões de dólares. De forma que o País está saindo da crise mais forte, com acúmulo de reservas, ao contrário de muitos países que tiveram dispêndios de reservas muito importantes, particularmente alguns países em desenvolvimento. No que tange aos feitos

fiscais da política monetária, o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico. A política monetária tem impactos fiscais indiretos por meio dos efeitos sobre a expectativa de inflação, a própria inflação e, em consequência, as taxas de mercado, que são as pagas pelo Tesouro, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Se vemos, por exemplo, os juros nominais do setor público consolidados, pagos, portanto, pelo setor público, como percentagem do produto nos últimos anos, vamos ver a trajetória acadêmica. Isso reflete não só uma diminuição do valor da dívida, como percentagem do produto em razão do superávit primário, consistentemente entregues pelo Governo, mas a queda da taxa de juros real na economia, resultado de uma política monetária bem-sucedida, resultado de uma inflação sob controle, resultado de um compromisso da autoridade monetária com uma inflação na meta. Mesmo que, em alguns momentos, signifique elevação da taxa básica de juros, isso reflete uma queda consistente dos prêmios de riscos e, em consequência, queda do custo de captação do Tesouro Nacional. A dívida pública líquida, em consequência dos fatores que mencionei, tem caído, como mostra exatamente sua trajetória. Hoje, estamos em 42,8% do produto, ainda num patamar inferior ao da entrada da crise. Tivemos uma diminuição da dívida, ao contrário da maior parte dos países, no primeiro momento da crise, devido ao ganho das reservas. As reservas tiveram um aumento de valor em reais em virtude da depreciação do câmbio. O Governo brasileiro hoje é credor líquido em moeda externa. Então, quando houve depreciação do real, houve queda da dívida líquida. A dívida líquida, no entanto, já voltou ao patamar, pela reação dos mercados, a normalização dos mercados etc. E, com isso, estamos hoje com uma dívida de 42,8%, mas, de novo, menor do que a registrada na entrada da crise. Os números seguintes são as previsões dos analistas econômicos, segundo pesquisa feita pelo Banco Central no Relatório Focus para os próximos anos. Essa previsão, portanto, de 42,8% é para dezembro – já estamos com essa previsão para o fechamento deste ano. Evidentemente, o de 2008 é um número real, efetivo – 42,8% é um número atual de previsão para o final do ano e, para os anos seguintes, os números e previsão do mercado. A dívida externa líquida do setor público, como mencionei, é negativa hoje. O setor público é credor líquido em moeda externa. Isso mostra a grande melhora nas contas externas brasileiras. Tínhamos uma dívida externa líquida

da muito alta em 1993, chegava a quase 25% do produto. Ela foi caindo até o meio da década de 90; ao final da década de 90, voltou a subir, chegando a quase 15% do produto do início de 2003; voltando a cair e, agora, alcançou um número negativo, o que significa que o País é credor líquido. Essa é outra maneira de mostrar o fato, isto é, não só que as reservas aumentaram, mas que o total da dívida bruta caiu. Temos a evolução da dívida externa total bruta – não a dívida líquida, que, como vimos, é negativa. Quanto à dívida externa líquida, portanto, é feita aqui uma comparação, por exemplo, com a década de 70, quando houve um aumento da dívida líquida no momento em que havia um crescimento econômico importante, no caso, da dívida externa. Vamos ver, nesse ciclo, que o País cresce a taxas elevadas, mas a dívida líquida externa está caindo. Falando agora de medidas anticrise, a crise atingiu o Brasil fortemente pelo canal de crédito, como mencionei. Isso atingiu duramente o mercado de crédito brasileiro, como mostrado no gráfico de concessões. O Banco Central reagiu rapidamente. Medidas de liquidez anticrise reais: em primeiro lugar, liberação de 100 bilhões de reais em compulsório; 42 bilhões direcionados ao mercado interbancário, particularmente para bancos pequenos e médios e, posteriormente, criação do recibo de depósito bancário com garantia até 20 milhões de reais pelo Fundo Garantidor de Crédito. Medidas que, como mostramos, funcionaram de forma eficaz. Além disso, injeção de liquidez do mercado cambial, 14,5 bilhões no mercado à vista, 24,5 bilhões de empréstimos para bancos reemprestarem a exportadores. O importante, em vermelho, é o que já está sendo recuperado – 11,5 bilhões de dólares comprados pelo Banco Central no mercado, mostrando a reversão das expectativas em relação ao Brasil; os bancos já pagaram ao Banco Central 21 bilhões dos 24 bilhões de dólares. O Brasil tem hoje a chamada saída automática dos mecanismos anticrise, porque a normalização dos mercados vai fazendo com que o Banco Central possa recomprar dólares e receber as linhas de crédito. Além do mais, o Banco Central fez um investimento forte para o País por meio da venda de ativos nos seus mercados futuros – vendas de câmbio nos mercados futuros: cerca de 33 bilhões de dólares dos quais 11 já foram revertidos com uma posição líquida de 22 bilhões, que é exatamente a posição positiva comprada no início da crise, o que significa que hoje estamos zerados nesse mercado. Para entrar na fase final, o Brasil, de fato, como é hoje do conhecimento de todos, vai bem. Ele está saindo da crise com mais força inclusive do que estava antes da crise, se comparado com os demais países. Se olharmos a produção de automóveis, em amarelo, vamos ver como

ela caiu quando a crise atingiu o Brasil, principalmente quando houve restrição de crédito; depois, com a restauração de crédito e dos estímulos fiscais, a produção de automóveis entrou num processo de recuperação. De novo, isso é resultado do sucesso das medidas anticrise e consequência, evidentemente, dos fortes fundamentos da economia brasileira na entrada da crise, produto do resultado dos últimos anos. Nas vendas de veículos, também houve uma recuperação importante, um certo efeito das expectativas de renovação ou não do IPI, em março, junho; nos meses em que houve uma venda mais elevada, cai um pouco, mas ainda a tendência é de patamar elevado. Os líderes da indústria automobilística têm informado oficialmente, inclusive na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social, que existe uma boa probabilidade de termos este ano um recorde histórico no Brasil, isto é, a maior produção de veículos da história e a maior venda de veículos no mercado doméstico também da história do País. Particularmente, quanto às vendas, é mais provável. Quanto à produção, ainda é um duvidoso, por causa problema da queda das exportações. Mas, certamente, as vendas do mercado doméstico caminham com muita possibilidade para ser o recorde histórico. Vendas de veículos. Se compararmos, por exemplo, a evolução percentual durante a crise e no pós-crise – o Brasil é azul-claro; Europa, azul-escuro, Japão e EUA –, vamos ver como a recuperação do Brasil, de fato, foi primeira e mais consistente. Produção de veículos. Comparando julho de 2009 com julho de 2008, em vermelho, e o número mais importante, julho de 2009 sobre dezembro de 2008 – em azul mostra a recuperação do pico da crise para o momento atual –, vemos como Brasil está num processo de recuperação rápida. A produção industrial caiu com a crise e já entra numa trajetória consistente. Temos agora, desde janeiro, uma trajetória de recuperação importante. Até julho, a recuperação consolidada, 7 meses de crescimento consecutivos da produção industrial. E previsões de analistas e economistas são de continuado crescimento nos próximos 3 meses. A confiança da indústria já está acima da média histórica. Isso significa que os empresários já confiam em que, de fato, o Brasil entrou numa rota sólida de recuperação da crise e tem perspectiva positiva de crescimento e, portanto, à frente de investimentos. Utilização da capacidade industrial em países selecionados. Apenas uma comparação do Brasil com a Coreia, Turquia, Europa, EUA, Peru, Estônia, Tailândia, um misto de países industrializados, países da Europa, EUA e alguns países emergentes. Em amarelo, o índice pré-crise. Vimos que o Brasil era desses países que estavam usando mais a capacidade instalada, com um

ritmo de crescimento muito forte. Em azul, o ritmo atual. Caiu em relação ao ritmo pré-crise, mas vamos ver que é o maior de toda essa amostra, inclusive maior do que o de um país que está num processo de recuperação muito bom, a Coréia. Então, esse processo no Brasil está bem rápido. Vendas do comércio – comércio varejista. Pesquisa mensal do comércio. Vamos ver uma trajetória de recuperação, uma queda na crise, mas já com uma recuperação. Julho de 2009 sobre julho de 2008, 5,9%, e um crescimento na margem também mês a mês. Agora, um dado da maior importância: o crescimento do Brasil, o PIB na saída da crise. Variação do segundo semestre de 2009 contra o primeiro, dados “dessazonalizados”, isso aqui anualizado, para termos uma comparação com outros países que publicam dados anualizados. Podemos ver que o Brasil, claramente, é um dos países que têm crescimento mais forte, sendo pouco maiores o da Coréia e o da China. A Coréia tinha caído muito no primeiro semestre, muito mais do que o Brasil. A China está num processo, de fato, muito forte. Então, vamos ver como o Brasil está aqui entre os líderes do processo de recuperação econômica no mundo. Taxa de desemprego. No menor nível para o mês de julho, 8% de desemprego em 2009, menor do que o 8,1% de 2008, o menor da série. De novo, vemos a solidez do processo de recuperação do Brasil. Se compararmos a evolução do desemprego no Brasil nos últimos anos com os Estados Unidos e com a Europa – Brasil, verde; Europa, azul –, vamos ver que o Brasil parte, no início da década, com a taxa de desemprego bem mais elevada do que a da Europa. Cai, volta a subir, aproxima-se e equivale-se à da Europa no início da crise. E saímos da crise hoje com o nível de desemprego menor de distanciamento do que o nível europeu, invertendo uma tendência histórica. Os Estados Unidos trabalham com nível de desemprego normalmente mais baixo, sobem rapidamente, estando hoje acima da Europa, acima do Brasil. O Japão trabalha com um nível de desemprego baixo. Subiu um pouco, mas se mantém, pela estrutura da sociedade japonesa de empregos, para a vida inteira nas empresas. É uma outra estrutura de sociedade. Criação de empregos. Esses são dados da maior importância. Isso mostra, de fato o resultado da política econômica. No fundo, é onde está o resultado para a população, onde está a criação de emprego. Em última análise, é um objetivo fundamental de política econômica. Então, vamos ver como houve, sim, um decréscimo no mês de janeiro, como tinha havido em dezembro e novembro, mas vamos ver que já houve uma recuperação leve com criação positiva em fevereiro. E a partir daí, sempre números positivos, números de agosto, um número de fato extraordinário

de 242 mil novos postos de trabalho criados no País, superior, de novo, aos outros meses de agosto da série. Falemos agora dos propulsores desse crescimento. O emprego, certamente, e as concessões de crédito, como já mostrei. Já estamos agora com uma média de 7 bilhões de reais por dia, equivalentes à média pré-crise, a massa salarial já recuperando, já crescendo, retomando a tendência ideal. A massa salarial real, julho de 2009 sobre julho de 2008, crescendo 4,5%. Houve uma queda na taxa de crescimento e, depois, já uma retomada. Salário real, o mesmo processo, crescendo sobre o ano passado 3,4%. Dado da maior importância. Se olharmos desde 2002, a evolução da classe média com percentual da população brasileira *versus* a classe de renda mais baixa, vamos ver que a classe de renda mais baixa cai de cerca de 30% para 18% da população, a classe média sobe de 41,6% para 53,2% da população. Isso, em última análise, é resultado da política econômica. Desigualdade de renda. Dado da maior importância. Quanto menor o índice, menos desigualdade. O índice mede desigualdade. É notável como está caindo a desigualdade no Brasil nos últimos anos, medido pelo Índice Gini, fonte Getúlio Vargas. Portanto, Sr Presidente, era o sumário que gostaríamos de apresentar sobre a evolução recente da economia brasileira. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles a lúcida exposição e a tranquilidade que nos dá quanto ao fim da crise que se abateu sobre a economia mundial. O debate será iniciado. Indago dos Presidentes das Comissões se desejam usar da palavra. *(Pausa.)*

Como já se manifestou o Deputado Félix Mendonça, concedo-lhe a palavra neste instante.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, na verdade, os dados são otimistas, e o Brasil sente que estamos caminhando para a primeira recuperação talvez no mundo em razão da nossa própria estrutura, da nossa própria economia, da atuação do Banco Central e dos entes econômicos que contribuem para esse desenvolvimento. Mas, Sr. Ministro, há uma preocupação grande com relação ao câmbio. A Bahia, por exemplo, tem a Ford, que representa uma grande exportadora, e também o cacau, que é a minha atividade, atividade em que milito na minha região, e também sofre com isso. Temos um preço altíssimo no mercado internacional um preço nunca visto, de 3 mil dólares por tonelada. Entretanto, o câmbio não tem ajudado nos preços internos, os preços que processamos. Essa é a primeira preocupação e a primeira indagação que faço, para que V.Exa. nos indique os caminhos que serão seguidos de agora em diante. Como V.Exa. representa o Brasil, sabemos que

temos um representante competente. Pergunto, então: qual a principal contribuição do Brasil nas discussões mundiais sobre a regulação financeira para evitar essas crises sistêmicas? São as duas perguntas que gostaria de fazer ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a reunião. Consulto V.Exa. se a Mesa pretende dar a palavra aos Presidentes das Comissões; em seguida, ao Presidente do Banco Central para responder, e depois para os Deputados que se inscreveram, bloco a bloco. Gostaria de saber comovai ser para podermos nos organizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – A minha intenção é conceder a palavra a 3 oradores, se o Ministro concordar, depois S.Exa. responderá. Em seguida, concederei a mais outros 3 oradores e assim por diante.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Nessa ordem, então, ouvido o primeiro orador, Deputado Félix Mendonça, passaremos à lista. Neste caso, Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. é o segundo. Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministro Henrique Meirelles, cumprimento V.Exa. pela apresentação. Na verdade, do conjunto da obra, de todos os números da nossa economia, podemos ver positivamente os números e, ao mesmo tempo, o desempenho no momento. Sem dúvida, o País teve de atravessar momentos de crise mundial, que não foi uma marolinha no planeta como um todo, nem aqui. Houve um esforço de se tentar evitar problemas maiores na economia. No entanto, o Brasil, pelos fundamentos econômicos que vem adotando desde a implantação do Plano Real, conseguiu ficar menos sujeito às turbulências do que grande parcela dos países. Indago de V.Exa. alguns pontos. Não sei se passou despercebido quando acompanhei sua apresentação a questão do superávit primário, não me lembro se foi mencionado. No entanto, chamo a atenção para os dados que consultamos, por meio da nossa Assessoria, na fonte do Banco Central. Notamos que o Governo flexibilizou as suas contas de forma bastante acentuada e num ritmo sem a menor comparação com outras instâncias de Governo, nesse momento da crise. Tivemos, por parte dos Estados, também uma piora nas contas; no entanto, de forma menos desequilibrada ou menos gritante do que foi com as contas do Governo Federal. Mais ainda em relação às Prefeituras, porque os mandatários municipais, à

exceção dos que foram reeleitos, geralmente no primeiro ano de governo seguram um pouco mais as contas municipais para se organizarem para o mandato. O que aconteceu? O acumulado até julho, no superávit primário, caiu 3,38 pontos do PIB este ano, ou seja, despencou de 5,63%, em 2008, para 2,25% agora, em 2009. Portanto, o Governo alterou 84% a menor no que diz respeito ao superávit primário, os Estados, numa média de 30% a menos. Indago de V.Exa. – é a minha primeira pergunta – sobre essa questão do superávit primário. Um dos pontos da nossa política econômica envolve o câmbio flutuante, as metas de inflação e o superávit primário. Eu gostaria, portanto, de saber por que isso aconteceu e como o Banco Central pretende atuar nos próximos meses ou nos próximos períodos, no que diz respeito ao superávit primário. O outro ponto está centrado na dívida pública. Presenciamos um esforço, de fato, nos últimos governos, do Plano Real para cá, do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Lula, com uma sequência bastante equilibrada, sem alteração, da redução da dívida pública/Produto Interno Bruto. Pela primeira vez, há um aumento da dívida pública – de 38% para 42% – nesses últimos anos. O gráfico que V.Exa. apresentou projeta que apenas em 2011, portanto somente daqui a 3 anos, teremos condições de retornar aos patamares de 2008, 38% da dívida pública em relação ao PIB. Portanto, parece-nos um problema isolado ou uma questão decorrente de descuido do Governo em relação às contas públicas. Isso nos preocupa, porque teremos, neste momento, com certeza, por força da crise mundial, dificuldade em manter os patamares crescentes de arrecadação, como vínhamos tendo nos últimos anos, até 2007. Devido à pequena capacidade de aumento da arrecadação, estaremos comprometendo a receita pública de modo muito severo nos próximos anos. Por último, gostaria que V.Exa. comentasse o anúncio feito pelo Ministro Mantega de que estaria encaminhando ao Congresso Nacional projeto de lei para taxar a poupança em 22,5%, no Imposto de Renda, nas contas que superarem 50 mil reais em depósitos. Trata-se de mais uma alavanca arrecadadora sobre o bolso do contribuinte que o Governo pretende implementar, além da sinalizar a criação da CSS, a reedição da CPMF e assim por diante, num momento em que, como afirmei, aponta-se um aumento da dívida pública em termos percentuais do nosso Produto Interno Bruto. De antemão, agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira. O terceiro integrante do primeiro bloco é o Senador Francisco Dornelles, que muito honrou esta Casa e a Receita Federal.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES

– Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais.

Presidente Meirelles, devo lembrar que o Deputado Pedro Novais foi o criador da Secretaria da Receita Federal. Esta estrutura que nos ameaça hoje tem, portanto, dono: o Deputado Pedro Novais. Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Presidente Henrique Meirelles pela exposição clara e

objetiva que, mais uma vez, faz na Comissão de Orçamento. E, na pessoa do Presidente Henrique Meirelles, cumprimento o Governo pela maneira competente como administrou uma crise gerada no exterior, que entrou no Brasil com grande intensidade, ameaçando os alicerces da economia brasileira. Foi por meio de medidas extremamente pertinentes nas áreas fiscal, monetária e creditícia que conseguimos atenuar os efeitos desta crise sobre o nosso País. Hoje, todos os dados – do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do CAGED – mostram que o País já tem condições de retomar o seu nível de investimento e de crescimento, sobretudo com estabilidade monetária. Nesse enfoque, cabe-me ressaltar a posição do Presidente da República, que todo o tempo, manteve um discurso extremamente otimista, não deixou o País sucumbir a uma depressão psicológica. Sempre demonstrou à sociedade que acreditava na economia brasileira, que acreditava nos homens que comandavam a economia brasileira e que não permitiria que um clima de desastre e de perplexidade tomasse conta do País. Quero ressaltar, também, a posição do Ministro Mantega no campo fiscal. Ressalto, sobretudo, a posição do Presidente Henrique Meirelles, que tomou medidas rápidas, claras, objetivas no campo monetário e no campo creditício. O Presidente Henrique Meirelles é hoje o brasileiro com maior credibilidade e com maior destaque em toda economia mundial. Quando está presente em qualquer seminário, é sempre aquela pessoa que é escutada. É a ele que recorrem técnicos representativos dos comandantes da economia de todos os países. E a sua presença é sempre aquela garantia de que o Brasil está no caminho certo, de que está tomando as medidas que todos esperavam que, com sua competência, ele imprimiria ao País. Essas são as minhas palavras. Eu não tenho nenhum questionamento a fazer. Apenas cumprimento V.Exa., Presidente Henrique Meirelles, pela competência que demonstrou na administração desta crise e pela credibilidade que traz ao País em todos os seminários, em todo o contexto internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Passo a

palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Muito obrigado, Presidente. Responderei as perguntas do Deputado Félix Mendonça. A primeira delas é referente ao câmbio. Diz respeito a uma visão sobre o que acontece no câmbio e a preocupação com a apreciação cambial. É importante mencionar que existe uma correlação importante do real com uma série de moedas de países produtores de *commodities*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Por exemplo, em verde vemos a variação do real, medido aqui... Quantos dólares por real – entre 0.65 e 0.40 a oscilação. Está invertido para simplificar o processo de visão. Então, nós vamos ver que o verde é o dólar *versus* o real; o azul é o dólar *versus* o dólar australiano; e o azul claro é o dólar *versus* o dólar da Nova Zelândia. Há uma correlação muito grande. Não é de 100%. Existem momentos em que uma moeda varia mais do que a outra. Em alguns momentos o real tem valorizado mais do que as outras moedas; em outros momentos, não. Mas vamos ver claramente que existe uma correlação. Isto é, no momento em que existe uma queda no preço do *commodity*, essas moedas caem; no momento em que sobe o preço do *commodity*, essas moedas sobem. Isso mostra o resultado de todo o esforço feito pela população, pelo Governo brasileiro, pelos empresários do agronegócio, pelos agricultores, pelos pequenos agricultores, enfim, por todos aqueles que trabalham no campo, em diversos setores, em diversos segmentos, para aumentar a capacidade do Brasil de exportar *commodity*. Isso se deve também ao sucesso da política mineral do Brasil, à sua capacidade. O Brasil é o maior exportador de minério de ferro. E agora, com o pré-sal, está em vias de se tornar um grande exportador de petróleo. Tudo isso faz com que haja essa correlação importante. Em segundo lugar, mostro a correlação da taxa de câmbio invertido – quantos dólares por real, para mostrar a correlação. Em vermelho, temos a taxa de câmbio real efetiva; e em azul, a variação do preço da *commodity*. A variação da *commodity* oscila um pouco mais. Não é, de novo, uma correlação 100%. A *commodity* move-se com maior velocidade para cima e para baixo do que a cotação do câmbio. Mas vamos ver que existe uma correlação, sim, entre a variação do preço das *commodities* e do real e, em consequência, nos demais países produtores de *commodities*. Existe também uma correlação do câmbio real: o risco, a chamada aversão ao risco internacional. Aumenta a aversão ao risco, a moeda deprecia; cai, a moeda se aprecia. Voltemos agora à medida de variação do real – quantos reais por dólar. Vamos ver exatamente essa

mudança clara, em que a cotação do dólar frente ao real sobe com o aumento do risco e cai com a diminuição do risco. Portanto, existem correlações importantes: em primeiro lugar, em relação à variação das *commodities*; em segundo lugar, em relação à própria variação do dólar como moeda, frente a todos os outros países – o dólar varia porque tem uma correlação inversa, inclusive, com o preço das *commodities*, muitas vezes, e a variação diretamente das *commodities*. O Banco Central faz uma política no sentido de evitar distorções na formação de preços, movimentos especulativos. O Banco Central tem uma política de acumulação de reservas e tem como orientação geral a política de comprar o saldo dos fluxos positivos de moeda externa na economia brasileira, evitando distorções nos mercados e distorções de formação de preços. Como sabemos, a experiência de tabelamento de taxa de câmbio ou meta de câmbio não tem sido bem-sucedida na maioria dos países, inclusive no Brasil. O Governo está olhando com muita seriedade a questão da competitividade do setor exportador brasileiro e todas aquelas medidas que já foram, inclusive, discutidas, que podem aumentar a competitividade do setor exportador, com o objetivo de não depender exclusivamente de uma moeda fragilizada para poder exportar. Passemos, agora, à questão da contribuição do Brasil para a regulação internacional. A maior contribuição que o Brasil deu, além da participação que temos tido nos órgãos... Hoje o Brasil faz parte do Conselho de Estabilidade Financeira mundial. Até há pouco tempo apenas o G7 fazia parte dele; depois, o G10 – os países mais tradicionalmente ricos. Agora, o Brasil, a China, a Índia passam a fazer parte desses fóruns internacionais. E o Brasil tem tido participação de muito destaque. Fazemos parte também do Comitê de Basileia, que faz a normatização bancária – uma novidade também. Há mudanças importantes na estrutura de poder na regulação mundial, agora, com a participação do Brasil. É importante mencionar que a maior contribuição do Brasil, na minha opinião, foi o bom exemplo. Grande parte das recomendações já feitas pelos bancos centrais reunidos na Basileia e pelos chefes das agências fiscalizadoras e reguladoras já estão em aplicação no País há um certo tempo. Por exemplo, a existência do colchão de capital sobre o capital mínimo, para que o banco acumule capital durante o período de expansão e possa usá-lo no período de recessão. O Brasil, hoje, já tem um índice mínimo de capitais exigido – 11, *versus* os 8 recomendados na Basileia. Já há um colchão aí. Mas existe um colchão maior. O País entrou na crise com um índice de capitalização do sistema financeiro de 17%, *versus* os 8 – é o mínimo recomendado pela Basileia. Então,

o colchão de capital nós já temos. Isso é importante, porque o que acontecia no sistema financeiro mundial, particularmente no americano, é que os lucros dos bancos eram distribuídos muito rapidamente – sejam dividendos, sejam bônus executivos, como está nos jornais. Agora a determinação é no sentido de que os bancos não podem distribuir tudo. Vão ter de manter capital na instituição para usar em momentos de maior contração da economia. E isso já é feito no Brasil. Quanto ao colchão de liquidez, ocorre a mesma coisa. O Brasil tem, ainda, os depósitos compulsórios. Eles permitiram que o sistema enfrentasse a crise de liquidez no momento adequado. Em resumo, é recomendado que todas as instituições financeiras sistemicamente importantes sejam fiscalizadas e reguladas pelas autoridades. No Brasil todas o são, não apenas as sistemicamente importantes. As 21 instituições que operam no mercado financeiro são supervisionadas e reguladas pelo Banco Central do Brasil. Não vou citar toda a lista, senão vou cansar V.Exas. Mas, de qualquer maneira, posso garantir que grande parte das medidas já era aplicada no Brasil. Portanto, o efeito da demonstração dessas medidas, do sucesso delas foi importante. Essa é uma das razões de o País ser muito solicitado a ter uma participação importante nesse mecanismo de definição de novas regulamentações. O Deputado Duarte Nogueira faz perguntas sobre a questão fiscal e o superávit primário. Ele menciona uma série de números. S.Exa. faz uma pergunta objetiva e direta: qual é a ação planejada do Banco Central sobre a questão do superávit primário? Minha resposta, também bastante objetiva, assim como a pergunta de S.Exa., é que o Banco Central não tem, evidentemente, uma responsabilidade, uma prerrogativa sobre a gestão fiscal do Governo – seja a fixação do superávit primário, seja a gestão da liberação de recursos para o Orçamento. O Ministério do Planejamento está a par da sua responsabilidade, juntamente com o Congresso Nacional, na fixação do Orçamento; e depois a Fazenda, na gestão do processo de dispêndio e também de arrecadação de recursos, por meio da Receita Federal. O que o Banco Central faz, isso sim, é levar em conta a evolução dos resultados previstos e incorporar nas suas projeções de inflação. Em resumo: quando o impulso fiscal, a expansão fiscal leva a um aumento da atividade, em consequência do impacto inflacionário; ou quando, ao contrário, há uma contração e, portanto, há uma restrição no nível de atividade, devido a uma contração da despesa pública. Muito bem. E isso já está sendo levado em conta. Quer dizer, nossas projeções de inflação, já divulgadas nos documentos oficiais do Banco Central, já levam em conta toda essa trajetória prevista para as contas públicas

nos próximos meses e no correr do ano de 2010. Portanto, essa é a minha avaliação. Deputado, é verdade – e V.Exa. diz isso – que a dívida pública subiu no início deste ano, em relação ao final do ano passado. Mas eu chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que houve uma queda pronunciada em poucos meses. De 2007 para 2008, caiu bastante; mas, particularmente, houve uma queda grande de agosto de 2008 para dezembro de 2008. Essa queda pronunciada foi resultado, exatamente, do fato de o setor público brasileiro ser credor líquido internacional, o que significa que os nossos créditos em dólares ou em outras moedas são muito superiores aos nossos débitos, às nossas dívidas. Isso fez com que, no momento em que houve uma depreciação cambial e o dólar chegou a 2 reais – até a 2,40 reais, nos piores momentos; mas acima de 2 reais, certamente, no final do ano passado –, o valor das reservas em reais subiu, e o valor da dívida também. Mas como as reservas são muito maiores que a dívida externa, como mostra a transparência, a projeção, então nós tivemos aumento da posição líquida do Tesouro e, portanto, queda da dívida líquida. Com a normalização dos mercados e a volta do dólar ao patamar atual, nós temos, em consequência, uma evolução diferente. Então, eu posso lhe dizer que esse número do final do ano é comparável com o número pré-crise – um pouquinho superior, mas não é substancialmente superior. Portanto, os números de 2010 já entram em patamares inferiores ao nível pré-crise. Vou lhe mostrar agora uma comparação com outros países, exatamente para que V.Exa. tenha uma boa ideia de como está avançando essa questão. Vejamos aqui, em verde, a evolução da dívida pública brasileira com percentuais do produto em relação ao desenvolvimento antes da crise e depois da crise, a previsão para os próximos anos, até 2010, e a comparação com outros países. V.Exa. pode verificar que, de fato, a deterioração fiscal da situação da maior parte dos países, hoje, é muito grande devido ao volume de recursos que foram despendidos na crise e para enfrentar a crise. Os Estados Unidos são o exemplo mais notório. O país sai de 43,2% – percentual equivalente ao brasileiro; um pouquinho menor. O dados são de 2007: Brasil, 43,9%; Estados Unidos, 43,2%. Os Estados Unidos chegarão a 70,4% no final de 2010. As medidas tomadas pelo Governo brasileiro, pelo Banco Central, rapidamente, no início da crise, atuando sobre os canais de transmissão, fizeram com que o custo de enfrentamento da crise fosse muito menor no Brasil. Repito: isso não é responsabilidade do Banco Central. Estou apenas citando alguns dados para V.Exas. Faltarei sobre o déficit fiscal nominal – isto é, depois do pagamento de juros –, que é o que impacta, em última

análise, a dívida. Comparemos o Brasil com outros países do G-20. Se compararmos com a média do G-20, por exemplo, veremos que o déficit fiscal nominal do Brasil era, até 2007, de 2,5%; em 2007, o do G-20 era de 2,1%. Se olharmos 2009, veremos que sobe, sim, para 3,2%. Mas o do G-20 sobe para 8,1%; o dos países desenvolvidos, para 10%; o dos emergentes do G-20, para 4,9%. O Brasil, portanto, está numa média inferior mesmo em relação aos emergentes do G-20. Se olharmos 2010 (em verde), veremos: G-20, 6,9%; desenvolvidos, 8,7%; emergentes do G-20, 4,2%; Brasil, 1,3%. Se olharmos 2014, veremos o Brasil ainda numa posição favorável; e a média dos emergentes do G-20 passando, portanto, a esse patamar brasileiro. Se comparar mos, como mencionei, o custo fiscal da crise do Brasil com o de outros países, veremos que ele foi bastante moderado, bastante aceitável, equivalente ao da Índia (1,2% do produto) e ao da Turquia (1,1%). Praticamente, só um país teve um custo menor: a Itália. Todos os demais países relevantes tiveram custos substancialmente maiores que o Brasil, inclusive, a Coreia do Sul, que está tendo uma recuperação rápida, mas com um custo de 8,3% do produto. Em resumo, esse é o resultado das medidas rápidas tomadas de injeção de liquidez, de compulsório, de empréstimo de reserva, de mercados futuros, que fizeram com que a economia não se deteriorasse e, portanto, o custo fiscal fosse focado na indústria, na redução de IPI, na questão da construção civil, na questão do aporte de recursos do BNDES etc., permitindo que o País saísse da crise com maior rapidez e com menor custo.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, a questão da poupança.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Ah, desculpe-me.

Existe, Deputado, uma questão importante. A taxa de juros real no Brasil está caindo, como eu mostrei. Isso gera alguns ajustes na sociedade brasileira. O Brasil tem uma história, como sabemos, de taxa de juros muito elevada. E existiram mecanismos de indexação da economia, mecanismos de remuneração das aplicações financeiras, que, de novo, refletiram um patamar de juros elevados na economia brasileira. A poupança tem um patamar de juros mínimos fixados pela lei, pela estrutura legal do País, de meio por cento ao mês, real, na medida em que, além disso, há a TR. E a queda de juros leva a algumas necessidades de ajuste desse processo. Em resumo, tudo na vida tem vantagens e desvantagens. No momento em que as taxas de juros estão altas, aqueles que pagam juros têm um custo maior. No momento em que cai a taxa

de juros, aqueles que pagam juros ficam felizes. É normal. Aqueles que recebem juros – estão aplicando nas poupanças ou nos investimentos financeiros – recebem menos. É uma desvantagem. Então, a opção adotada pelo Governo foi exatamente fazer uma tributação nas poupanças de maior valor, em função dessa tendência histórica de queda da taxa de juros no Brasil, nos mercados financeiros. Evidentemente, os senhores é que irão decidir se essa é a melhor opção. Essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional, que irá debater intensamente esse assunto. Infelizmente não poderei participar do debate, porque tive de renunciar ao meu mandato de Deputado. Mas, certamente, os senhores terão oportunidade de debater essa questão aqui.

(Não identificado) – O PSDB perdeu um grande quadro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Eu acho que essa questão da caderneta de poupança deveria tomar outro caminho: não tributar a poupança e reduzir o imposto sobre os títulos da renda fixa. Informo que apresentarei emendas no sentido... O objetivo é evitar a migração. Não há razão para tributar aquele estoque anterior. Se as pessoas que já tinham, na data do envio da proposta, um estoque de poupança de 100, 200, 300, isso não seria atingido. Seria tributado o acréscimo do estoque, a remuneração do acréscimo do estoque existente no momento do envio, ou com uma data prefixada para impedir que tivesse até o caráter retroativo dessa tributação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Passemos ao segundo bloco.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Agradeço ao Deputado Pedro Novais, que preside esta sessão. Cumprimento o Deputado Rômulo Gouveia, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Deputados. Cumprimento o Senador Francisco Dornelles, na pessoa de quem cumprimento os Senadores presentes. Na verdade, o Brasil está de parabéns. Com a exposição do brilhante Presidente do Banco Central, pudemos constatar que o Brasil está de parabéns. E parabéns não acontece por acaso. Os resultados não acontecem por acaso. Eu atribuo esse resultado a 2 grandes grupos de fatores: um deles é a gestão. O Senador Francisco Dornelles foi muito feliz quando fez referências elogiosas a V.Exa. Até me encabulo em todas as audiências, em todos os momentos em que tenho a oportunidade de cumprimentá-lo. Sempre repito que o acompanho desde a época do BankBoston V.Exa., realmente, é uma figura, um cidadão, um gestor de credibilidade internacional. Graças a Deus – e Deus

é brasileiro, nós temos Henrique Meirelles tomando conta do Brasil. As demais condições são favoráveis, naturais do próprio Brasil: área continental, população, riquezas naturais, potencialidade, produtora de produtos primários, tecnologia. Uma série de fatores fez com que o Brasil, na verdade, se acostasse aos países do Primeiro Mundo. Desde criança, sempre ouvi dizer que o Brasil seria o país do futuro. Só lamento estar, aos 63 anos, no presente do futuro. Gostaria de, pelo menos, partilhar da metade desse sucesso brasileiro. Estou, na verdade, vivendo num país do presente – ele que era um país do futuro. Eu gostaria de fazer uma abordagem e depois um questionamento. Conforme já disse a V.Exa., somos um país de primeiro mundo em relação a vários setores, mas ainda somos um país de terceiro mundo no tocante à prática de juros, fundamentalmente dos cartões de crédito. V.Exa. já explicou várias vezes que, dentro da legislação brasileira, existem limitações do controle do Banco Central no tocante aos juros praticados pelos cartões de créditos. Porém, da mesma forma que o Brasil soube superar a crise internacional... Quando quer resolver alguma coisa, o Brasil sabe como fazê-lo. Mostrou isso superando a crise internacional e partindo na frente na recuperação, na vanguarda de diversos outros países. É chegado o momento de o Brasil... Não sei se Governo, Banco Central, Ministro... Algo tem de acontecer no sentido de adequar o País a praticar. No tocante aos juros de cartões de crédito, deve ser algo compatível com os demais juros praticados no País. O dano causado à economia nacional, o dano causado ao comércio, o dano causado ao cidadão, no tocante aos cartões de crédito, é uma coisa realmente assombrosa. Este é o momento de o País se posicionar em relação a esse assunto. A pergunta que farei diz respeito à correlação da taxa cambial de moedas, como o dólar, que V.Exa. apresentou com muita maestria. Refiro-me à comparação da nossa moeda com o dólar, comparativamente com o da Austrália e o da Nova Zelândia. Não sei se V.Exa. tem no computador... Gostaria que fosse feito um simulado, tendo em vista que os 3 países que estão tendo melhor desempenho, em relação ao crescimento do PIB, são China, Coreia do Sul e Brasil, de acordo com o gráfico que V.Exa. apresentou. Gostaria de ter uma correlação no tocante, também, ao comportamento da taxa de câmbio. Da mesma forma que houve comparação com a Austrália e a Nova Zelândia, gostaria que fosse feito um comparativo com a Coreia do Sul e a China, 2 países que estão crescendo. Gostaria de ser informado sobre isso posteriormente, se esse dado não puder ser fornecido de imediato. É muito interessante, em termos de correlação, ter uma referência da

nossa moeda em relação ao dólar, comparativamente com China e Coreia do Sul. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernando Marroni.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MARRONI –

Obrigado, Presidente Pedro Novais. Cumprimento o Ministro Henrique Meirelles, os Presidentes das demais Comissões, os Senadores, os Deputados. Eu não tenho 63 anos como V.Exa., Senador – tenho um pouquinho menos –, mas jamais imaginei que viveria um momento destes, Presidente Henrique Meirelles, vendo a taxa de desemprego nos Estados Unidos maior que a do Brasil. Para mim esse é o indicador efetivo da economia e do bem-estar do povo brasileiro. Na Semana da Pátria, assistimos ao desfile. Antigamente víamos carros de combate sucateados, equipamentos da polícia caindo aos pedaços. Hoje vemos carros novos, equipamentos novos, todo mundo animado. Agora mesmo tivemos uma reunião na Marinha do Brasil, que está animadíssima com o nosso programa nuclear. Além da defesa, há um desenvolvimento efetivo da tecnologia brasileira. Eu nunca imaginei que nós estaríamos vivendo um momento destes pós-crise. O jornal *Le Monde*, esta semana, reconhece que o Presidente tinha razão – aliás, teve muita sorte – ao dizer que a crise no Brasil seria uma marolinha. É uma alegria imensa ver o nosso País bem dirigido, bem governado, bem sustentado, no Banco Central, pelo Dr. Henrique Meirelles; enfim, com todos os indicadores, que nos animam muito. O mundo inteiro afirma que boa parte da crise financeira veio da desregulamentação financeira no mundo. E o Brasil participa. V.Exa. participa, como representante brasileiro no G-20. A nossa contribuição para a regulação desse termo no capital financeiro internacional... Efetivamente, qual é a nossa contribuição nesse sentido? Também faço referência ao *spread* bancário, que chega no consumidor, chega lá na ponta. Quando vamos tomar o crédito, temos uma taxa de juros estabelecida pelo Banco Central e depois temos uma realidade na boca do caixa. É agregado o *spread* bancário, que contribui muito para o aumento dessa taxa na tomada do crédito. O que poderia ser feito, Presidente, nesse sentido? O que o COPOM tem feito em relação ao *spread* bancário para que o consumidor, aquele que precisa do crédito para o desenvolvimento das suas atividades econômicas, possa se beneficiar mais do bom desempenho da economia brasileira? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Obrigado, Deputado Fernando Marroni.

Com a palavra o último orador do segundo bloco, Deputado Gilmar Machado. Em seguida darei a palavra ao Deputado Cleber Verde, e depois encerraremos a reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr.

Presidente, eu me inscrevi para cumprimentar, mais uma vez, o nosso Presidente do Banco Central e dizer que o esforço é comum, coletivo de todos aqui, para que, de fato, o País continue dando sinais de recuperação e, acima de tudo, para que essas taxas de juros continuem caindo. Temos de fazer com que a taxa caia, mas ao mesmo tempo precisamos ter responsabilidade. Inclusive, na discussão do Orçamento, nós tínhamos 2 opções: ou fazer um orçamento real, ou tentar fazer algumas coisas um pouco artificiais. Poderíamos inventar uma queda do juro, já antecipando o Banco Central, para conseguir um recurso a mais. Optamos por não fazer isso, pois seria exatamente não ajudar neste momento. Poderíamos fazer um orçamento artificial, mas depois poderíamos ter mais dificuldades. Então, nós vamos enfrentar o debate, Sr. Presidente do Banco Central. Sei que é difícil para esta Casa. Mas, em relação às emendas de bancada e de comissão, entendemos que é chegada a hora. Estamos tentando honrar as emendas individuais. Mas, em relação às outras, realmente vamos dizer que nós quase não conseguimos cumpri-las. É melhor fazer isso do que ficar dizendo que a taxa de juros vai cair mais “tanto”, que vamos reduzir o PIB, que vai subir 5%, 6%, e não ser real. O Brasil está chegando num momento de maturidade. Nós precisamos realmente ser realistas. Todo mundo deve dar a sua contribuição e entender que esse esforço... Pode ser que, agora, percamos alguma coisa, mas lá na frente a tendência é melhorar, é conseguir realmente ajustar. Tivemos um orçamento muito apertado este ano. Estamos concluindo o ano com muita austeridade. Acho que no ano que vem melhorará um pouco. Mas isso não significa que possamos nos dar o luxo de continuar fazendo... ou pensando que vai haver uma redução grande da taxa de juros, para podermos ter recurso a mais para fazer algumas coisas. No Orçamento conseguimos atender melhor um setor ou outro, e depois acaba não sendo real. Quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente do Banco Central e dizer que, em relação a esse debate sobre a poupança, mesmo não falando na condição de Vice-Líder do Governo, temos conversado. Essa matéria ainda virá para esta Casa. O Governo ainda está estudando o assunto. Eu, particularmente, trato dessa questão como uma coisa que não é imediata. Temos de fazer um debate claro, profundo. Todas essas alterações, às vezes, podem não trazer o resultado que imaginamos. Realmente estão corretos o Ministro da

Fazenda e V.Exa. em ter cautela para fazermos estudos, mas não ter nada definido. E que possamos aqui ter um espaço para esse debate. Eu acho que nós teremos, neste final de ano, outras matérias prioritárias, como a questão do pré-sal. Espero que o debate sobre a poupança fique para o próximo ano, já tendo outros resultados, inclusive do Orçamento já fechado deste ano. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE – Sr. Presidente, Deputado Pedro Novais, que tão bem representa o Estado do Maranhão, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Srs. Deputados presentes nesta audiência. Cumprimento também o Sr. Henrique Meirelles. Na verdade, sinto-me contemplado com a pergunta feita pelo nosso Líder do PRB. O Senador manifesta sua preocupação com os juros, principalmente os dos cartões de crédito. Foi comentada e tão bem colocada por ele a questão do crescimento das outras potências mundiais. Com a crise, surgiram novos países que emergiram como potência econômica. E já se comenta a possibilidade de se criar uma moeda mundial. Ministro, qual é a sua posição quanto à criação dessa moeda mundial para fugir do dólar, considerando principalmente que os Estados Unidos, pelo que foi dito, e pelo que todos sabemos, foram os responsáveis pela crise e ainda não conseguiram sair dela? Gostaria de saber qual é a sua opinião, se isso é possível de fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Rômulo Gouveia, representando a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA – Sr. Presidente, quero me associar ao pronunciamento do Senador Roberto Cavalcanti. Recentemente tivemos um encontro na Câmara de Diretores Lojistas de Campina Grande. Debatesmos essa questão do cartão de crédito. Aproveito a oportunidade e me associo ao pronunciamento de S.Exa. Com a presença do Ministro e Presidente, com certeza vamos levar uma resposta para os setores produtivos do nosso Estado e do País inteiro. Parabenizo S.Exa. pelos dados apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais)

– Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores Francisco Cavalcanti e Francisco Dornelles os cumprimentos. Gostaria também de agradecer ao Deputado Fernando Marroni, em nome de toda a equipe do Banco Central. Quanto à questão do cartão de crédito – pergunta do Senador Francisco

Cavalcanti, reforçada pelo Deputado Rômulo Gouveia –, nós já estamos na fase final de estudos sobre esse assunto. Existe um grupo de trabalho, organizado pela Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça; pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda; e pela área de política monetária do Banco Central. Essas 3 áreas técnicas já fizeram, inclusive, um processo preliminar de recomendações. Isso foi submetido a uma audiência pública, que já terminou. Está-se, agora, num processo final. As recomendações serão levadas à diretoria do Banco Central, à Direção dos Ministérios, para que se possa fazer uma série de recomendações. Como o Senador mencionou, e o Deputado também, é correta a afirmação de que o Banco Central não tem regulação, hoje, sobre o mercado de cartões de crédito ou supervisão sobre esse setor. Existe, portanto, uma série de propostas a esse respeito. Elas visam, em última análise, assegurar maior competição no mercado, maior transparência, exatamente para que, como disse muito bem o Senador, a taxa de juros cobrada pelos cartões se aproxime da taxa média cobrada nas operações de empréstimos. E isso tudo, certamente, será levado também ao Congresso Nacional. Existe uma subcomissão da Comissão que trata do enfrentamento da crise, organizada pela Câmara dos Deputados, que já está trabalhando em conjunto conosco. Certamente existirão propostas. Algumas delas serão objeto de autorregulação do próprio sistema, possivelmente, por meio de um protocolo. Existem também algumas decisões que deverão ser tomadas pelo CADE, na área da concorrência. Uma delas já foi tomada ontem. E existirão também, possivelmente, algumas decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional, na sua atribuição. Portanto, nós estaremos, dentro de cerca de 30 dias... Espera-se que essas recomendações sejam levadas à diretoria do Banco, por exemplo, até o final do mês. Mas eu acredito que possivelmente isso demandará um pouco de debate entre as instituições envolvidas – Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central, e também no âmbito do Conselho Monetário Nacional. Esperamos que dentro de cerca de 30 dias estejamos concluindo essas recomendações – talvez até um pouco mais de 30 dias. Mas certamente até o final de outubro... Final de setembro é a data para conclusão dos órgãos técnicos; portanto, levarão as recomendações até as Direções. A partir daí, suponho que teremos no máximo mais 30 dias até a conclusão. Quanto à correlação com outros países, como eu disse, Senador, não há uma correlação direta, certamente, entre o real e as moedas da Coreia e da China. A correlação do real se dá em relação aos países produtores de *commodities*. É um pouco controverso nós tentarmos

relacionar taxas de câmbio com medidas de recuperação da crise. A Coreia, por exemplo, de fato teve uma taxa de crescimento elevada no segundo trimestre; mais do que o Brasil – o Brasil, quase 8%; a Coreia, 11%. É importante mencionar, no entanto, que no quarto trimestre de 2008 o produto da Coreia caiu quase 19%. Portanto, caiu muito e teve uma recuperação um pouco maior. Se nós olharmos o conjunto pré-crise até hoje, veremos que o desempenho do Brasil é equivalente ao da Coreia; dependendo das medidas, até um pouquinho superior, por causa do seu maior equilíbrio, apesar de os índices percentuais serem similares. Se olharmos desde o terceiro trimestre e levarmos em conta a queda e a posterior recuperação, veremos que os índices têm certa similaridade. Portanto, não há de forma clara uma recuperação maior da Coreia, necessariamente. Ela seria aparente se nós levássemos em conta apenas o índice do segundo trimestre. Certamente, o do Brasil é um dos maiores do mundo, mas o desempenho do País é similar nesse aspecto. A situação da China é diferente. A economia daquele país não é comparável com as demais economias do mundo, por várias razões; inclusive na saída da crise. A China aplicou uma dose de expansão de crédito, induzida pelo setor governamental, numa dimensão bastante importante. Quer dizer, o crédito na China, nos últimos meses, cresceu cerca de 200%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELES – Essa é uma questão a ser analisada no final do processo, Senador. Vamos ver o que resultará desse processo como um todo. Evidentemente, a China tem outra estrutura. A pergunta que se fez, inclusive, nos órgãos internacionais era neste sentido: *“Muito bem. E as perdas de crédito poderão ou não ser geradas por isso? O Governo chinês tem condições de absorvê-las?”* A resposta é que, aparentemente, sim, porque a China tem uma característica muito importante. A taxa de poupança nacional na China, como percentagem do produto, é de cerca de 51%. Quer dizer, de cada dólar produzido ou de *(ininteligível)* como medimos isso, de cada unidade de moeda produzida pela China, 50% são poupados; e 42% apenas são investidos. Portanto, não só a China investe 42%, como ainda poupa 9% – poupança líquida. O Governo chinês tem recursos para fazer esse tipo de investimento, inclusive para subsidiar a moeda, subsidiar a exportação, porque tem recurso fiscal para isso, diferentemente de outros países. Além do mais, a China tem uma demografia que não só favorece maior crescimento, mas que o exige. Demografia no sentido de que a população chinesa de tal porte e a migração de trabalhadores das áreas agrícolas para

as áreas industriais é de tal magnitude, que a China precisa crescer a taxas muito elevadas apenas para manter o equilíbrio de sua sociedade. A China precisa criar de 20 a 30 milhões de novos postos de trabalho por ano simplesmente para manter esse fluxo funcionando. Além do mais, a renda *per capita* cresce num patamar mais baixo. Vivem num processo similar ao que foi vivido no passado pelo Japão. Saiu e já esgotou esse processo, a Coreia. Da mesma forma o próprio Brasil, na primeira metade do século XX, quando teve taxas de crescimento muito elevadas, exatamente em virtude do mesmo fenômeno demográfico. De qualquer maneira, enviaremos ao Senador esses dados precisamente. Em relação às perguntas do Deputado Fernando Marroni, quanto à contribuição do Brasil para a regulamentação financeira internacional e os avanços, Deputado, penso que realmente, como mencionei, a maior foi o seu bom exemplo, o bom desempenho dos mercados financeiros brasileiros na crise. Estávamos, de fato, numa posição de avanço em relação ao que existia, na medida em que boa parte das decisões tomadas pelas autoridades reguladoras, fiscalizadoras e monetárias, nas últimas semanas, estão em linha com o já aplicado no País. Apenas para deixar uma informação importante a respeito, reuniu-se na Basiléia, há cerca de 10 dias, um grupo formado pelos presidentes de bancos centrais e autoridades reguladoras e fiscalizadoras dos 27 países mais importantes do ponto de vista econômico do mundo. Tomaram a decisão exatamente para fixar essas regras em conjugação com a orientação do G20. Essa foi uma determinação para que o Comitê da Basiléia, que estabelece formalmente essas normas, apresente a sua proposta de definição até o final deste ano, além da nossa participação individual, não só minha pessoal, como de outros dirigentes do Banco Central nos diversos comitês dos órgãos internacionais da Basiléia. Em relação à questão do *spread* bancário, posso afirmar que, de fato, esse é um processo que está em andamento no Brasil. Existe hoje uma queda gradual dos *spreads* nos últimos anos. Agora, na saída da crise, uma participação muito importante dos bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, do próprio BNDES, que baixaram de maneira a que, através do processo competitivo, possamos ter uma diminuição gradativa do processo de formação dos *spreads*. O Banco Central tem aperfeiçoado muito e deve estar divulgando proximamente novas medidas de *spread*. Quer dizer, tornando cada vez mais transparente o mecanismo de formação de *spread* no Brasil. Isso é importante por quê? Porque permite também à sociedade acompanhar e cobrar um pouco mais esse aspecto. E quanto maior a competição, melhor. Para não deixar de mencionar esse

assunto, eu diria que é muito importante a questão do cadastro positivo, porque aumenta a possibilidade de competição. Já foi aprovado um projeto na Câmara dos Deputados que está agora em fase final no Senado. Acredito que isso será algo muito importante, de fato, para permitir ao sistema maior competição. É importante isso, Deputado, porque, vamos supor, uma determinada instituição, digamos, a Caixa Econômica Federal, queira competir, ter a sua conta, oferece uma taxa de juros mais baixa. Se o senhor trabalha com outra instituição bancária há muitos anos e o seu histórico bancário está na outra instituição, a Caixa Econômica terá maior dificuldade de oferecer um crédito em condições melhores que o outro banco. Se a Caixa, neste exemplo, puder ter acesso ao seu histórico na outra instituição, ela terá condições de oferecer uma taxa de juros que vai permitir – aí sim, como existe em muitos outros países – uma competição mais acirrada. Tive a experiência de trabalhar em outros países. Cheguei a dirigir uma instituição com presença em 32 países e posso afirmar que, de fato, na maior parte desses países, os *spreads* são mais baixos que no Brasil. E num país particularmente onde eu trabalhava, o *spread* era um dos mais baixo do mundo. Mas posso afirmar, pela minha experiência nesse mercado, que isso chega a esse ponto pela competição e não porque as pessoas decidiram fazer um *spread* mais baixo. Tem de fazer porque a competição força a isso. É esse o caminho de fato.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não é uma diferença também de metodologia de cálculo do *spread*? No Brasil, usa-se metodologia diferente de outros países. A metodologia de cálculo do *spread*, no Brasil, não inclui os créditos direcionados, que são os *spreads* baixos – os outros países incluem. Então, penso que há também uma diferença de metodologia.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Nós estamos exatamente mudando um pouco, Deputado, os andamentos no Banco Central, para que possamos divulgar os diversos tipos de empréstimos. O que V.Exa. menciona é a divulgação do *spread* dos créditos livres e não dos créditos direcionados. Então, certamente, serão divulgados também os créditos selecionados no futuro, o que permitirá comparação. Como mencionei, estamos avançando na transparência. Ouvimos também as declarações dos Deputado Gilmar Machado e Cleber Verde. Pela minha impressão, quero esclarecer com S.Exas. se há alguma pergunta específica que seria importante ou apenas os esclarecimentos prestados ao plenário. À questão do Deputado Rômulo Gouveia, sobre o cartão de crédito, já respondemos. Eu gostaria, portanto, apenas de agradecer mais uma vez

a todos a deferência, os cumprimentos e a qualidade do debate. Como sempre, é uma satisfação enorme estar aqui na Câmara, principalmente num momento em que podemos ter uma reunião tão tranquila, na medida em que a situação do Brasil vai bem. Aparentemente, o trabalho do Banco Central está sendo bem reconhecido por V.Exas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Parabéns, Dr. Henrique Meirelles. Agradeço o comparecimento a S.Exa. e à sua equipe técnica. Estendo os agradecimentos também ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Rômulo Gouveia, e ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Félix Mendonça, assim como aos demais Parlamentares presentes. Está encerrada a reunião.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 15:30 HORAS.

Às quinze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARUDA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **PEDRO SIMON**, não membro da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 79 de 2009-CMA, de autoria dos Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **JOÃO PEDRO**, “destinada a conhecer as medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos”. Comparecem os seguintes convidados: Senador Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário do Senado Federal e Haroldo Feitosa Tajra, Diretor-

Geral do Senado Federal. A Presidência convida para tomar assento à Mesa o Senhor Magno Mello, Presidente do Sindilegis, que faz uso da palavra. Apresentam também as suas contribuições os servidores Doris Marize Romariz Peixoto e Florian Augusto Coutinho Madruga. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os (as) Senhores (as) Senadores (as) MARISA SERRANO e PEDRO SIMON. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 27/10/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os senadores e senadoras favoráveis à dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com o Requerimento 79, de minha autoria, e também do Senador João Pedro, que foi aprovado em setembro. Nós estamos fazendo essa Audiência Pública com o objetivo claro de tomarmos conhecimento, através da presença e da exposição do Senador Heráclito Fortes, que é o Primeiro-Secretário da Mesa, e também do Diretor-Geral da Casa, o Sr. Haroldo, que eu já aproveito e convido para fazer parte aqui da Mesa junto conosco, para que eles possam – Senador Heráclito e o Haroldo Feitosa – fazer uma apresentação para o Senado das medidas tomadas, anunciadas e decorrentes da crise que vivenciamos no Senado.

Na verdade, uma das argumentações ou a argumentação mais consistente, apresentada por todos nós, praticamente, é que os fatos que aconteceram no passado e que vieram à tona, alguns com uma repercussão maior, outros com uma repercussão menor, alguns demonstrando uma prática na Casa de alguns anos atrás, uma prática não condizente com a gestão de uma instituição como o Senado, esses fatos não eram de conhecimento dos senadores, a maioria dos senadores não tinha conhecimento. E é verdade. A maioria... Até os senadores com mais tempo de

Casa... No meu caso, tenho três anos que estou aqui, no Senado, dois anos e pouco, mas, mesmo os senadores com mais tempo de Casa não tinham conhecimento de alguns dos fatos. Passamos a ter conhecimento. Então, não tem mais como argumentar com a falta de conhecimento. Agora o acompanhamento da gestão da Casa é de responsabilidade da Mesa Diretora, através da ação dos Diretores da Casa, mas é também de responsabilidade de todos os senadores e senadoras da Casa. Então nós não podemos mais ter esse argumento do desconhecimento. Então nós temos que conhecer tudo, e, para que a gente possa conhecer tudo, diversas medidas foram anunciadas publicamente. A Fundação Getúlio Vargas fez uma apresentação de uma proposta, alguns senadores apresentaram sugestões, eu apresentei sugestões, e é fundamental que quem está com a responsabilidade de implementar essas medidas possa expor para nós, senadores da Comissão de Fiscalização e Controle, que é uma das funções dessa comissão fazer esse acompanhamento dos outros Poderes, mas também do nosso Poder, da nossa Casa, da nossa instituição, que a gente possa fazer esse acompanhamento. Então esse é o objetivo.

O primeiro a se posicionar e a fazer a sua exposição, que eu já agradeço muito a sua presença, Senador Heráclito Fortes, nós estávamos agora, numa reunião importante da Comissão de Relações Exteriores com o Prefeito de Caracas, mas o senador se colocou, desde o primeiro momento, à disposição para vir e fazer uma exposição detalhada daquilo que está sendo implementado. E, também, o Dr. Haroldo, que poderá complementar as informações apresentadas pelo Primeiro-Secretário. Então, com a palavra o Senador Heráclito Fortes, pelo tempo que achar necessário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Presidente Renato Casagrande, Senadora Marisa Serrano, senhores servidores da Casa, da atual administração, da administração passada e que trabalham incessantemente para participar da administração futura e que se encontram aí no Plenário, Srs. Jornalistas, Srs. servidores, Magno Mello, Presidente do SINDILEGIS, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, eu quero felicitar essa ideia da comissão em fazer esse convite para que nós comparecêssemos aqui a essa Audiência Pública. Eu quero dizer, do fundo da alma, que essa é uma iniciativa que, se tivesse sido tomada quinze anos atrás, talvez o Senado tivesse se livrado, Senadora Marisa, de uma série de constrangimentos pelos quais todos nós passamos. Nós somos transitórios e somos passageiros. As grandes vítimas desse processo são os servidores. Quando eu me refiro a servidores, eu falo dos bons servidores,

dos que soam a camisa, dos que dão a vida pela Casa e que, de repente, se viram envolvidos no mesmo turbilhão e que não têm, quando acontece, condição de separar o joio do trigo. Talvez, se nós tivéssemos, ao longo desse tempo, tido essa iniciativa da Comissão de Controle do Senado em promover encontros dessa natureza, a função de Primeiro-Secretário fosse apenas uma função burocrática e sem importância, que a crise e que os fatos, ao longo desse tempo, fez com que ela adquirisse e ela ganhasse.

Eu quero dizer que me diziam muito que a melhor coisa que tinha no Senado, depois de ser senador, é claro, era ser Primeiro-Secretário. Para os outros. Se era um céu para alguns, para mim, tem sido um inferno. Mas, como eu sou otimista, eu quero crer que eu ainda esteja passando apenas pelo purgatório e o meu dia há de chegar. Só espero que não demore muito, porque eu tenho mandato, tenho um tempo, e tem início, meio e fim.

De qualquer maneira, a vida nos reserva tarefas. Se essa revisão de conduta tinha que acontecer algum dia, eu fico muito feliz que tenha sido sob a minha responsabilidade. Evidente que, em uma hora como essa, você tem a possibilidade e a chance de adquirir mais inimigos do que amigos. Mas, pelo menos, eu quero dizer a vocês o que disse desde o começo: eu não tenho nenhum compromisso com o erro, nem com os meus. Quando erro, eu procuro pedir desculpas; avaliem com o erro dos outros. Ao longo desse tempo, eu procurei, dentro das possibilidades... E quero dizer aqui, com toda a franqueza, que recebi do Presidente do Senado, do Senador Sarney, ampla liberdade para administrar a Casa. No começo, alguns não acreditavam. É natural, é natural. Chegou um determinado momento em que os próprios ex-Diretores não se dirigiam ao Primeiro-Secretário, corriam para o Presidente ou para o gabinete do Presidente, não sabendo que o Presidente Sarney tinha delegado essa tarefa de reforma administrativa à comissão.

Quero dizer a vocês que 70%, ou mais, dos diretores escolhidos nessa emergência, eu não conhecia. Não trabalhei na base do que indica. O meu não foi 'QI', foi 'QT', era quem trabalha. Então procurei através de informações ou então do dia a dia meu nessa Casa. Eu estou há 26 anos no Parlamento e eu tenho uma tradição que quero conservar até enquanto o mandato tiver. Procuro chegar muito cedo na Casa e sair pulando da vassoura, o gari varrendo e eu pulando dela, já no fim da noite. Isso me deu a oportunidade, ao longo desse tempo, de conhecer as pessoas. Você termina chegando a um estágio aonde, pelo cumprimento, como se diz na Bahia, pelo arriar das malas, você já conhece

o caráter do jogador de futebol. Então é a mesma coisa com o cidadão, é com o funcionário público.

Eu, nessa crise toda, eu não lamento o desgaste para o senador, porque o senador se submete a isso constantemente. Ele enfrenta a urna, ele enfrenta adversidade no dia a dia, é a sua rotina. O servidor da Casa não está preparado para isso. Ele está preparado para servir e, de repente, se viu envolvido nesse turbilhão de denúncias. Eu imagino o que eles sofreram, mais do que a gente. É evidente que pagamos um preço, acho que a maré está acalmando, não quero dizer que nós enfrentamos já tudo, que nós já estamos na praia. Nós estamos avistando até a praia. Mas, para que se chegue com segurança onde nós queremos chegar, é preciso, acima de tudo, determinação e compreensão. E isso, meu caro Presidente, eu confesso que tenho contado, pelo menos, com essa equipe que nós recrutamos, nesse caráter emergencial, com os colaboradores, com os colaboradores diretos e com os colaboradores indiretos.

A administração dessa Casa não é uma administração fácil, nós temos aqui questões que envolvem os funcionários concursados e que têm os seus direitos, nós temos a questão dos funcionários comissionados e dos terceirizados. Em alguns casos, as duas categorias se sentem com tanto, ou até com mais, direito do que os que passaram aqui por concurso e por mérito e não os que estão na eventualidade, de forma que essa é uma máquina muito engenhosa e muito espinhosa de ser gerida e de ser administrada.

O excesso de concentração de poderes e de atribuição, a centralização em um pequeno grupo fez com que essa Casa ficasse anestesiada durante esse longo período que nós passamos. Para mim, não é surpresa, e eu até defendo, porque vejo que são sinceros, quando alguns senadores que participaram de Mesas passadas dizem que determinados atos assinaram sem deles ter conhecimento, da profundidade do seu conteúdo. Era o acesso da confiança ou comodismo que gerava. Isso me incomoda. Eu acho que a gestão da Mesa em uma Casa Diretora como essa, ela tem que ser feita por Colegiado. Agora, um Colegiado que todos participem. O comodismo de alguns prejudica.

Eu tenho uma coisa, meu Presidente, que eu vou confessar. Eu fui vice-Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente da Casa, na época, era o Michel Temer. O Michel delegava muito a questão administrava à Primeira vice-presidência. Eu olhava para a Câmara e dizia: "Que Casa bagunçada; a Casa perfeita é o Senado". Tinha uma inveja danada porque as coisas no Senado andavam todas certinhas, não tinha nenhuma complicação. Aí, Sr. Madrugá, você não imagina. Chego no Senado, venho para a Mesa, aí pen-

so... De repente, sou forçado a pensar que eu estava completamente errado, que era tudo ao contrário. É para mudar isso que nós estamos aqui. Para isso, nós queremos contar com a colaboração do Presidente da comissão, que eu acho que, a partir de agora, pode tomar essa iniciativa, mas que essa iniciativa não seja só de hoje. Eu já fico triste de só ver aqui V. Exa. e a Senadora Marisa. Era bom que tivéssemos os companheiros, principalmente os que criticam, principalmente os que pedem o enxugamento dos terceirizados, e, quando você toma providência, procuram autoridades para que não se demita terceirizados. Seria bom para a gente definir exatamente o modelo de Casa que nós queremos. Era bom, porque tudo que a gente faz com transferência é bem mais fácil, é bem mais prático e dá mais resultado.

De forma que eu queria até lhe pedir permissão, se o senhor concordasse, se V. Exa. concordasse, de convidar o Presidente do SINDILEGIS para ter assento à Mesa. Eu quero fazer isso inclusive para me recuperar um pouco com ele. Já que eu nego tudo que ele quer [risos], pelo menos a pompa e a circunstância hoje aqui ele terá.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Qual é o nome dele?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Magno Mello.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, por sugestão do Senador Heráclito, eu convido o Presidente do SINDILEGIS, Magno Mello, para poder participar conosco da Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, eu estou à inteira disposição da Casa para prestar esclarecimentos. Quero apenas que compreendam as minhas limitações. A parte política eu gostaria de responder à medida em que [ininteligível] e a parte técnica, numa demonstração de respeito a essa Casa, está aqui não só o Diretor-Geral, como também os diretores com responsabilidade administrativa nesse momento que a Casa vive. Todos estão aqui, à disposição, para responder alguma pergunta, alguma dúvida. Eu lhe asseguro que, se alguma pergunta que for feita não tiver a resposta ou não puder ser encontrada pelos Diretores que estão aqui, eu lhe prometo que a gente manda buscar e estarão aqui até o final da Reunião para prestar esclarecimento. O que nós temos que fazer é o seguinte: trabalhar com transparência para ter tranquilidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Senador Heráclito Fortes quer, então, fazer da seguinte maneira: nós vamos questio-

nando e ele vai esclarecendo as questões que nós formos questionando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ou pedindo ao Diretor encarregado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu pergunto, então, ao Dr. Haroldo se ele quer fazer algum esclarecimento sobre as medidas anunciadas. Então com a palavra o Dr. Haroldo Feitosa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA, Exmo. Primeiro-Secretário, Senador Heráclito, Exma. Senadora Marisa Serrano. Em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade de estar presente aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, e louvar essa iniciativa, louvar mesmo. Considero extremamente válida, extremamente adequada, correta, e acho que deveria ser frequente, deveria ser frequente e rotineiro esse tipo de Sessão, de Audiência Pública, no qual a Casa, a administração da Casa passa os esclarecimentos, não só aos senadores, mas à sociedade como um todo.

Estão presentes aqui muitos colegas que me conhecem, estão presentes alguns jornalistas, mas eu acho que cabe ainda uma pequena apresentação pessoal. Eu sou Consultor Legislativo, aprovado em concurso público, tomei posse em 1991, sou Economista de formação, com Mestrado na Universidade de Brasília, e trabalhei na Consultoria Legislativa no núcleo de economia, obviamente, principalmente com a Comissão de Assuntos Econômicos, na elaboração de processos e--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero deixar bem tranquilos os nossos algozes, no caso a imprensa aqui presente [risos], no bom sentido. Se houver alguma curiosidade, alguma pergunta que algum de vocês queiram fazer, nós não vamos quebrar o Regimento, mas o Presidente, que é mais democrata do que eu, nós estabelecemos o seguinte: vocês podem fazer a pergunta objetiva, passa para ele ou para um senador, e eles, então, farão. Então, se vocês sentirem fraqueza no aprofundamento do debate que está se travando aqui, se tiverem alguma colaboração que queiram prestar, está aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pode continuar, Dr. Haroldo.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Então, como Consultor na área de economia, eu trabalhei muito junto à Comissão de Assuntos Econômicos, tanto na elaboração de Pareceres, como de Projetos de Leis e outras matérias afins. Logo em seguida, comecei a trabalhar com as CPIs. Trabalhei bastante em CPIs, que é onde que eu construí a minha carreira aqui dentro da Casa.

Trabalhei na CPI dos Precatórios, com o Senador Roberto Requião, o ex-Senador Roberto Requião; na CPI do Poder Judiciário, tanto com o Senador Relator, o ex-Senador Paulo Souto, quanto o Senador Carlos Wilson, que era vice-Presidente da comissão; depois, na CPI do Futebol, o Senador Alvaro Dias era o Presidente e o ex-Senador Geraldo Althoff o Relator; depois, na CPI dos Bingos, com o Senador Efraim Moraes, que era o Presidente, o Senador Garibaldi era o Relator. E, por conta desse trabalho das CPIs, quando o Senador Carlos Wilson assumiu a Primeira-Secretaria em 2001, não só a mim, mas toda a equipe que trabalhava na CPI, uma boa parte da equipe, incluindo o Secretário da comissão, o Luiz Cláudio, nos convidou para compor uma assessoria da Primeira-Secretaria junto à sua gestão em 2001. E de 2001 até agora tenho estado, até quatro meses atrás, tenho estado na Primeira-Secretaria como assessor dos Primeiros-Secretários que lá passaram: o Senador Carlos Wilson, o Senador Romeu Tuma, o Senador Efraim e o Senador Heráclito Fortes, quando fui convidado pelo Senador Heráclito Fortes a assumir a Diretoria-Geral, num momento de bastante dificuldade que a Casa enfrentava.

A minha missão primeira, que me foi confiada, foi a de passar tranquilidade aos senadores e à sociedade brasileira no sentido de que as coisas aqui dentro do Senado são feitas de forma correta, são feitas de forma séria, são feitas de forma transparente, com todo o zelo e todo o cuidado que o bem público e o patrimônio público, o dinheiro público, merece. O Senado Federal é um órgão público e, portanto, os recursos do Senado Federal merecem ser tratados com o máximo de zelo, o máximo de cuidado e o máximo de seriedade, porque é bem público, patrimônio público. E o Senado ainda tem uma característica a mais: o Senado é uma instituição federal que compõe até o patrimônio cultural da sociedade brasileira, como mostrou uma pesquisa de opinião que foi apresentada por um jornal de grande circulação recentemente. A sociedade brasileira tem um zelo, tem um gostar, um carinho muito grande pelo Senado Federal e quer um Senado da forma mais correta e mais eficiente possível.

Apenas como um início da discussão, eu elenquei um grupo de sete medidas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos deixar aqui já autorizado, de antemão, que o Senador Heráclito Fortes vai fazer uma abordagem complementar para poder colaborar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um esclarecimento inicial para desfazer algumas

dúvidas que, no começo, ocorreram. Mas, antes, eu quero lembrar aqui à Dra. Cleide que o meu prestígio na Casa não é tão grande. Você imagina que erraram até o meu nome e daí é que vem a confusão: eu não sou Forte, eu sou Fortes [risos]. Mas isso faz parte para quem está começando.

Bom, a ida do Haroldo para a Diretoria-Geral. Surgiu uma vinculação, quiseram fazer uma vinculação pelo fato de ele ser parente do meu primeiro suplente. Eu quero dizer a vocês que isso é bobagem, nunca aconteceu. Eu conheci o Haroldo na União Interparlamentar, eu fui Presidente da União Interparlamentar, e ele, Secretário da União Interparlamentar. Lá tivemos uma convivência de dois anos. Um dia eu pegava um avião para Teresina e vi o Haroldo dentro do avião. Então eu quero explicar a vocês o quê? A família Tajra, ela tem influência no Piauí e no Maranhão, e, como o Piauí foi o primo pobre na vizinhança, eu sempre colocava o Haroldo como Tajra do lado de lá, do Maranhão. Eu pego o avião e ele no voo, eu digo: "Você está indo para o Ceará?" Ele diz: "Não, estou indo para o Piauí". "Para o Piauí? Vai fazer o que lá?" Aí ele me disse: "O meu pai é piauiense". Já convivíamos aqui há mais de dois anos. Eu digo: "Como que o seu pai é piauiense?" Ele me disse o nome do pai. Realmente o pai é meu amigo, um médico tradicional no Piauí, que Teresina inteira conhece e eu sou amigo pessoal dele. Mas não houve nenhuma influência do pai, não houve nenhuma influência. Eu acho que é primeiro de segundo ou terceiro grau.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: É primo de segundo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segundo grau. Então eu queria deixar isso bem claro, é uma bobagem, mas que, na época, deu-se uma relevância que não tem nenhum fundamento. Essa ligação, essa influência de parentesco, absolutamente nunca houve. Eu quero deixar isso consignado. O convite para ele foi exclusivamente na competência, problema de competência, tanto é que quando a crise começou, eu segurei ele, eu poderia ter feito outra nomeação dele para gabinete, outra coisa, eu segurei, eu disse: "Vá aguardando, vá aguardando". Aí quando houve a oportunidade ele foi convidado.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Bom, então eu elenquei aqui grandes grupos, sete grandes grupos de medidas que foram adotadas.

A primeira, obviamente, foi a mudança ampla na composição dos Diretores da Casa. Foram trocados eu acho que uns quinze diretores ao todo aqui. Puxando de cabeça aqui: Diretor-Geral, Diretor-Geral Adjunto, a Diretoria de Recursos Humanos, o ILB, o PRODASEN, a Gráfica, a Diretoria de Patrimônio, a Comunicação

Social, Serviços, uma série de Diretorias que foram alteradas. Algumas Diretorias foram por solicitação, Controle Interno, o então Diretor do Controle Interno pediu para ser substituído, e outras foram no processo natural de montagem de equipe. É natural, não há nenhum desabono às pessoas que foram substituídas e não há também nenhuma ligação, a não ser profissional, para com os novos Diretores. Não houve nenhuma questão de afinidade, de amizade pessoal ou de favorecimento de coleguismo, coisa desse tipo. Foi mais de perfil profissional que se adequava com o pensamento da nova administração. E, sobretudo, que eu acho que é mais importante, não apenas a troca de nome na Diretoria do Senado, mas principalmente a mudança de paradigma administrativo, numa Diretoria mais descentralizada, numa Diretoria colegiada, onde as grandes decisões são compartilhadas entre os principais Diretores da Casa, ou seja, no Conselho de Administração. O Conselho de Administração está previsto no Regulamento Administrativo da Casa, mas nos últimos quinze anos, pelo menos, não havia sido convocado. Tomamos posse, se eu não me engano, numa terça-feira, e na sexta-feira fizemos a reunião de instalação do Conselho de Administração. E aí eu quero deixar bem claro o seguinte: o Conselho de Administração é um órgão de administração, não é um Colegiado representativo de categorias, de classes ou de, enfim, segmentos da Casa, mas é um órgão de administração pelo qual passam as principais matérias que são levadas à Comissão Diretora. O Conselho de Administração também não é um órgão deliberativo, o Conselho de Administração não tem poderes e nem competência para decidir. Muitas das matérias são decisões do próprio Diretor-Geral, mas eu acho de bom alvitre ouvir e compartilhar com os demais Diretores da Casa antes mesmo de assinar um ato que eu poderia fazer de forma discricionária e isoladamente. A grande maioria das matérias são levadas à Comissão Diretora, são levadas à Comissão Diretora, na forma sempre no sentido de subsidiar a Comissão Diretora, não como um caráter reivindicatório, não de forma reivindicatória, e muito menos de querer interferir nas decisões. Uma coisa que nós temos bem clara em mente é a distinção muito clara, muito segmentada de atuação parlamentar e a atuação funcional, a atuação dos Diretores. As decisões que são decisões da Comissão Diretora são decididas pelos senadores; não cabe a nós, servidores, tentarmos induzir ou até pressionar a Comissão Diretora no sentido de uma decisão de uma forma ou de outra.

Mesmo antes de eu assumir a Diretoria-Geral, já havia uma linha de ação do Presidente Sarney e da Primeira-Secretaria no sentido de um contingencia-

mento geral da despesa do Senado Federal, despesas tanto com a verba indenizatória--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Já é o segundo grupo?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Já é o segundo grupo, já é o segundo grupo, é um contingenciamento geral de despesas da Casa, tanto envolvendo as verbas parlamentares propriamente, como a verba indenizatória e a quota de passagem aérea, como também corte nas despesas de saúde, corte na quota de uso dos telefones celulares dos Diretores da Casa, em restrições de impressão de material gráfico, da participação de servidores em treinamento fora do Distrito Federal, no recolhimento dos veículos que ficavam à disposição dos Diretores, cortes nas gratificações dos servidores, tanto aquelas gratificações pela participação em comissão como nas horas extras também, com a implementação de uma nova sistemática de registro e de acompanhamento das horas extras, e como resultado final dessa linha geral de contenção de despesa nós temos a satisfação de apresentar números gerais sobre o orçamento do Senado Federal. É tradição da Casa, já de muitos anos, sempre mais ou menos nessa época do ano, outubro, setembro, o Senado pedir uma suplementação orçamentária, um crédito suplementar. Isso vem sendo feito constantemente. No ano retrasado, em 2007, só para apresentar os números para vocês, foi feito um crédito suplementar de 117 milhões, em 2008 foi feito um crédito suplementar de 233 milhões e em 2009 não foi feito nenhum pedido de crédito suplementar. Então só esse número, só o fato do Senado não pedir crédito suplementar já constitui de forma bastante significativa a eficácia dessas políticas de contenção geral de despesa. E seguindo as linhas que nós estamos trabalhando, com o orçamento que nós temos, nós estamos prevendo um superávit de 110 milhões. Não só não vamos pedir crédito suplementar, como ainda vamos apresentar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Simon, o triste disso tudo é que a gente economiza e o dinheiro retorna ao planejamento, não é isso, e pode ser mal gasto. Mas, pelo menos, a nossa parte foi feita.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Então esse é o segundo, como o Presidente Casagrande falou, é a segunda linha geral de ação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Repete o número.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: 110 milhões é a estimativa de nós termos de um superávit orçamentário para esse ano de 2009, sem fazer os créditos suplementares, que no ano passado foi de 233 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para a gente entender, do orçamento da Casa, 110 milhões não serão necessários?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Exatamente, não serão executados.

Bom, o terceiro tópico, que o primeiro não seria exatamente uma medida, mas apenas a mudança de direção e de filosofia na direção, diz respeito a uma política de pessoal, a busca de uma política mais eficiente, mais eficaz do pessoal da Casa. Aí eu gostaria de destacar duas medidas que foram adotadas já nessa atual gestão. Primeiro, a regulamentação do Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares, uma medida que eu, particularmente, acho extremamente salutar e nos permite efetivamente saber onde estão os funcionários do Senado, se eles estão em Brasília ou se eles estão nos escritórios dos senadores. É uma medida extremamente pragmática em termos de transparência, até porque isso está no Portal da Transparência, está disponível na internet, e você pode efetivamente implementar medidas mais efetivas com os funcionários que estão aqui em Brasília, com os servidores aqui do Senado Federal. A segunda medida que eu acho que é importante salientar é o cadastramento. Nós estamos em curso, ainda não está concluído, um cadastramento, que é a primeira vez que foi feito aqui dentro do Senado Federal, o cadastramento dos servidores. Nós tivemos uma série de pequenos detalhes pragmáticos que dificultam o trabalho, relacionados até à operacionalização do sistema, até à cultura da Casa de não estar familiarizado com esse tipo de procedimento, e eu diria para vocês que nós estamos extremamente satisfeitos com os resultados que temos alcançado. Não acho que a Casa tem sido frouxa em ter estendido, por decisão da Diretoria-Geral, diga-se de passagem, ter estendido os prazos do cadastramento. Não acha isso de forma nenhuma. Eu costumo dizer que o Senado Federal é um transatlântico. Um transatlântico não dá uma guinada de uma hora para a outra de, sei lá, 90°. Não. Você vira o leme e espera as coisas mudarem. Então essa primeira experiência do cadastramento tem sido bastante satisfatória, embora que tenhamos terminado o prazo e não temos concluído 100% do cadastramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual é o prazo?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O prazo final terminou ontem, à meia-noite, dia 26. A última extensão que nós concedemos, a segunda extensão do prazo, terminou dia 26, e não terminamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A avaliação não está pronta ainda?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, ainda não estamos com os relatórios.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Doris, você queria falar alguma coisa sobre a questão do cadastramento?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É a Diretora de Recursos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Diretora de Recursos Humanos para complementar a informação sobre o cadastramento.

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: Pois não. O prazo realmente foi ontem, às 24 horas, e saiu já a primeira estatística. Nós alcançamos 92% da meta e nós estamos agora encaminhando para tratar esse restante do número que não chegou a se cadastrar, sendo que nesse montante nós temos que levar em conta os dados exatos: 92% concluíram o cadastramento, 7% abriu, mas não concluiu, e 1% nem chegou a abrir. Então agora a Diretoria-Geral vai tomar os procedimentos necessários para a instauração de sindicância, citação das pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O cadastramento envolve comissionados e efetivos?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo.

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: Isso, senhor. Esse dado, ele está desmembrado. Se o senhor quiser que leia de forma desmembrada... Servidores que não concluíram o cadastramento: 220 efetivos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que abriram, mas não concluíram.

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: --e 195 comissionados; servidores que não iniciaram o processo: 23 efetivos e 65 comissionados.

É importante apenas lembrar que agora no processo de averiguação dessas situações nós vamos identificar aqui pessoas que provavelmente estão afastadas legalmente por licença e outras situações que precisam ser vistas caso a caso, que é o momento que a Diretoria-Geral começa agora a atuar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos suspendendo... Só para explicar essa questão, nós estamos suspendendo o pagamento desse pessoal que não iniciou o cadastramento. Porém,

já descobrimos algumas falhas. Servidores que ficam no gabinete e que, por um motivo ou outro, o chefe superior não lhe chamou a atenção para o fato do cadastramento. Já temos um caso, mas não adianta citar aqui. Então isso não é caça à bruxa. A partir do momento em que esse servidor trabalha e apenas não foi induzido a fazer o recadastramento, imediatamente você vai lá e corrige a distorção. O que nós queremos saber é o que temos, o que somos e por que somos. Não é a questão de vamos matar, vamos massacrar. A partir do momento em que haja o esclarecimento... Eu vi, Senador Simon, vários gabinetes de companheiros nossos principalmente com essa questão do iniciado e não concluído. Então antes de se tomar uma providência drástica nós estamos encaminhando aos chefes de gabinete para que vejam o que é que aconteceu. Há casos, inclusive, que a documentação, o servidor nem tem culpa, mandou para o departamento ou para a chefia e alguns desses documentos podem ter se perdido nesse trajeto. Então a questão do cadastramento é essa. Se alguém tiver alguma dúvida, nós estamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A Senadora Marisa Serrano queria perguntar alguma coisa sobre esse assunto?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, é sobre outra questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Quer perguntar agora ou quer esperar ele acabar de fazer a--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu posso esperar. Se quiser também que eu faça o questionamento e ajudar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como quiser.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então vamos lá. Justamente o que eu gostaria de saber, porque essa Casa nunca pode me dizer e eu só soube, através da imprensa, o número de funcionários concursados e os comissionados. E os terceirizados, como estão? Quer dizer, interessa saber disso agora, eu acho que esse é o momento.

O horário de funcionamento e o controle de ponto. Eu acho que essa é uma questão que tem que ser feita. Com o cadastramento, eu acho que ele vai apontar inclusive aqueles que não estão trabalhando, que são os chamados "fantasmas".

E discordo do Senador Heráclito, que eu acho que ninguém pode ser induzido a não saber do cadastramento. Meu Deus do céu, eu vi a Casa inteira falando nisso esse tempo todo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas ele não teve conhecimento, mas ele não teve conhecimento, eu vi um caso que realmente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pessoa não sabia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, procurou o superior, o chefe superior, ele disse: "Não, o seu problema está resolvido". Foi uma falha que aconteceu.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Outra pergunta que eu queria fazer ao Senador Heráclito: Se agora está tendo uma efetiva participação da Mesa nos problemas maiores da Casa, porque vários da Mesa falam assim: "Eu não sabia, eu não sabia disso, não sabia".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todas as questões, todas as questões que envolvam atos administrativos de maior ou de menor relevância, eu comunico a Mesa. Aliás, a primeira--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então ninguém vai poder dizer depois que não sabia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, e eu lhe digo um caso clássico aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Nem nós, viu, senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nem nós.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A questão do ato secreto. No dia que eu descobri, não é que eu descobri, é que me trouxeram a possibilidade da existência do ato secreto, que eu vi que tinha indício, eu imediatamente comuniquei a Mesa e foi talvez a nossa salvação. Nós comunicamos a Mesa, abrimos os processamentos e tivemos a autorização da Mesa. Porque quando você tem a autorização da Mesa como um todo, você tem muito mais segurança e garantia para avançar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que essa história do centralismo exagerado dá certo em outros países. Aqui no Brasil, não. Eu defendo que, se é um Colegiado, vamos todos participar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É, se há um Conselho de Administração da Casa, que não envolve aí e não pode envolver aí a questão do Conselho de Servidores, que seria o Sindicato dos Servidores, a Mesa é o nosso Conselho, é aquela que tem que acompanhar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Inclusive, Senadora Marisa, havia uma distorção na Mesa Diretora. O poder era exclusivamente concentrado na figura do Primeiro-Secretário. Os outros membros da

Mesa tinham praticamente participação figurativa, simbólica. Nós começamos a fazer essa modificação--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Primeiro o Primeiro-Secretário decidia e depois passava colhendo as assinaturas dos membros da Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não era nem o Primeiro-Secretário, era decidido na instância administrativa e dava-se o fato como consumado. Agora se você me perguntar se o Diretor-Geral que concentrou poder teve culpa... É relativa. A culpa foi da Casa, que permitiu. A culpa, não vamos satanizar, não. A culpa foi dos senadores que assinaram e aqueles que disseram que assinaram, sem saber o que estavam fazendo. Isso foi no decorrer de um longo período de quinze anos. Os membros da Mesa--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E da omissão dos que não fizeram nada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, exatamente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Outra pergunta que eu queria saber era sobre a nossa estrutura na Casa. Eu fico muito incomodada com a estrutura de saúde daqui. Eu não sei os gastos mensais com a saúde, o número de servidores à disposição, os auxiliares, pessoal de apoio, médicos. Eu quero fazer uma pergunta, Senador Heráclito: será que não estava na hora de a gente discutir a possibilidade de ter um só serviço de saúde para deputados e senadores? Quer dizer, nós temos uma estrutura enorme lá na Câmara, equipamentos lá, equipamentos às vezes ociosos lá porque não ocupam... Nós aqui temos outros equipamentos. Para que ter isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. tem absoluta razão com relação a isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vejo no município, é uma guerra para a gente manter no município um mamógrafo, qualquer tipo de equipamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E nós pagamos um preço muito caro por isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E nós estamos com dois aqui do lado, um de cada lado. Não tem sentido uma coisa dessas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A culpa disso, no bom sentido, é do Niemeyer. Quando ele separou as duas Casas e botou um tapete azul para cá e um tapete verde para lá, levam isso ao pé da letra. E nós temos, na questão da saúde, um fato concreto. Quando se trouxe, com a responsabilidade da Câmara e do Senado, para cá o INCOR, cometeu-se um erro grave, mas naquele momento era um momento de comoção, e entregou-se a estrutura do serviço do INCOR para o Hospital do Exército. Se naquele

momento nós tivéssemos feito uma estrutura única para atender Câmara e Senado, nós teríamos gasto bem menos e não teríamos tido os problemas que tivemos, porque é impraticável haver uma convivência, Senador Simon, lá no Hospital Militar, por conta da hierarquia. Começa do estacionamento. Você chega no estacionamento e os veículos que ficam mais próximos, que ficam na sombra, são dos generais. Aí vem os coronéis, os tenentes, os sargentos, os cabos e os soldados. Quando chega no pessoal civil, que são os funcionários da Câmara e do Senado... Porque os civis com vinculação militar ainda tem uma regalia, então você não consegue juntar. Eu sou favorável a que se encontre uma solução do atendimento médico único de saúde. Não vejo possibilidade urgente. Aliás, hoje até tivemos uma primeira reunião com um grupo de médicos do Senado que nos procurou. Mas aí nós vamos ter outros problemas que vêm, que começam já na questão da hora extra, que, mais tarde, ele vai falar um pouco, inclusive sobre o ponto eletrônico.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de ouvir. Então essa é uma questão que, é claro, que os médicos servidores não vão querer, mas é uma decisão política. E se se tomar uma decisão política, vai se achar os meios de fazer essa fusão do serviço médico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É indiferente para os servidores. Eu acho que, no meu caso, pelo meu sentimento, é indiferente haver a junção ou não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É porque tem sempre aquilo: é servidor da Câmara, é servidor do Senado. Vai ter que se achar um meio.

Uma outra questão que eu acho que também deveria se fundir, como é o serviço médico, é a questão dos restaurantes. Não tem sentido. Os funcionários daqui estão indo lá na Câmara se alimentar, quer dizer, por que não fazer... Eu soube que a Câmara está pensando também numa forma de redimensionar a parte de alimentação. Por que não fazer uma coisa única? Não é nós fazermos uma praça de alimentação aqui e a Câmara fazer outra, nós ficarmos concorrendo de lá para cá. Agora eu quero informar mesmo que o restaurante do Senado, do jeito que está, não pode ficar. Eu acho que é um desperdício o que está acontecendo aqui. Mas há que se tomar também uma decisão política. Eu acho que aí é juntar o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, discutir as duas Mesas, a Mesa daqui e a Mesa de lá. Eu não sei se as Mesas das duas Casas se reúnem alguma vez, mas eu acho que estava na hora de reunir a Mesa da Câmara e a Mesa do Senado, com os dois Presidentes, e tomarem algumas decisões conjuntas que, primeiro, melhore o

atendimento, unifique o atendimento e tenha um gasto muito menor e principalmente um atendimento de melhor qualidade para todo mundo. Eram essas as minhas perguntas.

Eu queria perguntar para o Dr. Haroldo só uma pergunta. O crédito suplementar que o senhor disse que foi pedido em 2008, era para o final do exercício de 2008 ou ele passou de alguma forma para 2009?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É só o final do exercício de 2008, só para complementar 2008?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Só para completar 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vamos então, só para a gente organizar aqui um pouquinho—

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senadora, tem os restos a pagar também, que é de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Heráclito, Senadora Marisa, Senador Pedro Simon e o Diretor Haroldo. Vamos tentar estabelecer um prazo para você fazer a sua apresentação, Haroldo, para, depois, a gente entrar nesse debate, porque daqui a pouquinho podem nos chamar para alguma votação. Eu não sei se hoje vamos ter a Ordem do Dia na Casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estão sinalizando aí que parece que terá a Ordem do Dia hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Se não tiver, melhor, nós ganhamos tempo. Mas, de qualquer maneira, vamos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só estender a curiosidade dela com relação à questão restaurantes. É bom porque esse fato foi mal interpretado. Eu quero dizer a vocês que nós temos que conviver com a realidade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A imprensa já falou que nós vamos fazer uma--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Praça de alimentação, pois é. Então veja bem, veja bem o que é que acontece. O Senado, ao longo dos últimos anos, perdeu algumas alternativas de locais de alimentação e eu falo principalmente para os servidores, porque o senador, ele sai. O senador manda pegar a comida em casa, ele tem poder aquisitivo para isso, e nós fechamos os olhos para os servidores. Nós estamos com uma situação muito delicada com relação a isso. O que é que nós fizemos? Eu pedi ao Dr. Haroldo que examinasse uma possibilidade de se estabelecer duas lanchonetes; em uma lanchonete tem um que come vegetariano, e daí a criatividade do arquiteto

dá logo um nome bonito para a coisa. Ele teve a infelicidade de chamar as duas lanchonetes de praça de alimentação. Nós levamos uma bordoadinha muito grande da imprensa por conta disso, quando na realidade não tinha nada a ver com o que se procurou divulgar. Na realidade o que é que nós estamos precisando e vamos fazer? Nós vamos criar a opção para o servidor da Casa e possivelmente em convênio com o SENAC, como vem sendo feito na Câmara e vem funcionando muito bem. O SENAC tem duas alternativas na Câmara: uma é de comida popular, de comida barata, com preço limitado, e o restaurante que eles reassumirem já há algum tempo com uma comida um pouco mais cara, que são onde os parlamentares fazem a refeição. Mas essa questão, realmente, ela é urgente e nós estamos estudando. Agora não é praça de alimentação aqui no corpo, não. É uma praça de alimentação, se é que é para se chamar assim, é para ser realizada lá na proximidade da gráfica, do serviço médico, para atender servidor. Nós viramos as costas nessa matéria com relação ao servidor. Aí o servidor tem que sair para almoçar fora e o Senado termina pagando o preço por conta de fatos dessa natureza, mas nós estamos trabalhando em cima disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vamos dar ao Dr. Haroldo dez minutos, sem interrupção, para ele poder acabar de fazer a sua apresentação. Nós já temos perguntas de jornalistas, têm as perguntas da Senadora Marisa, certamente as minhas e do Senador Pedro Simon e a gente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E às vezes eu posso querer fazer também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E às vezes o Senador Heráclito quer fazer perguntas também, então--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Então as perguntas da Senadora Marisa eu deixo para o final também?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O senhor faz a sua apresentação e responde, ao final, às perguntas da Senadora Marisa. Ou na hora da apresentação, se o assunto for referente à pergunta dela.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Certo. Bom, completando a linha da nova política de pessoal, de administração de pessoal, tem a nova sistemática de horas extras, de registro de horas extras. É uma sistemática eletrônica e que servirá de base para a implementação de um registro de frequência, não mais de hora extra, eletrônico também, para a Casa.

Agora, já até respondendo à senhora, senadora, pelo Regulamento Administrativo atualmente em vigor,

os gabinetes são dispensados do registro de frequência. Então a senhora, com relação ao gabinete específico da senhora, seria necessário... O Regulamento Administrativo é aprovado por meio de Resolução, então seria preciso uma mudança na Resolução que determina sobre isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí tem que ter a colaboração dos colegas para acabar com essa situação.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Agora a senhora, senadora, pode decidir sobre o gabinete da senhora, a senhora pode implementar lá um regime, e se a senhora quiser a colaboração da administração para implantar um regime eletrônico, a administração vai cooperar da forma como a senhora queira fazer dentro do gabinete da senhora. Cada gabinete tem a liberdade de dispor isso de forma individual, porque o Regulamento dispensa. A regra do Regulamento é de que somente as inserções que sejam comunicadas à administração. As inserções seriam licença-médica, enfim, teria que mudar o Regulamento.

Bom, com essas mudanças na hora extra e na redefinição da política de Comissões como um todo, das Comissões de trabalho extra da Casa, nós tivemos uma economia aí de aproximadamente, que seria projetada ao ano, de 18 milhões de reais. Estas economias se refletem naqueles números grandes que eu passei da administração como um todo, é do orçamento do Senado como um todo.

Bom, outro tópico de mudança, ainda na linha da transparência, e aí até já respondendo um pouco ao Senador Pedro Simon, nessa atual administração não há essa prática de pegar Ata e sair colhendo assinatura pelos corredores, não. Todas as reuniões da Comissão Diretora, da qual eu sou o Secretário, são pautadas, são apresentadas pautas e os atos são assinados ao final da matéria, inclusive, ao final do item. "Item 1, minuta de Ata sobre determinado assunto, por exemplo, dispondo sobre a atuação dos Diretores como fiscal dos contratos". É discutida a matéria e logo em seguida é colhida as assinaturas. Via de regra a gente leva, tem levado, eu tenho levado três ou quatro opções, conforme seja a decisão dos senadores. Como foi o caso também do Escritório de Apoio das Atividades Estaduais. O assunto foi colocado em discussão, foi se levantada uma questão, foi se levantada uma questão e quando o assunto retornou para a deliberação da Comissão Diretora, nós tínhamos duas minutas de versões, justamente da linha como a Comissão Diretora poderia opinar. Eu acho extremamente prejudicial isso, de sair pegando assinatura pelos corredores, e eu pessoalmente, individualmente, me nego a fazer isso, me nego mesmo. Eventualmente, como já aconteceu,

um senador se retira da comissão antes da coleta das assinaturas, mas é uma assinatura de sete, então são seis assinaturas já e falta só uma que vá pegar, que faltaria colher essa assinatura.

O grande marco nessa linha de transparência é a inauguração do Portal da Transparência. O Portal da Transparência do Senado Federal é modelo para os demais órgãos da administração pública. É um dos mais amplos, um dos mais abrangentes, e atualizado constantemente. Na parte de pessoal, todo dia ao meio-dia é gerado, são gerados três relatórios que atualizam diariamente a relação de pessoal. As grandes mudanças de pessoal que nós temos aqui têm sido em função das aposentadorias, temos a nomeação dos novos concursados, mas num número percentualmente pouco, e em grande número dos comissionados. Os comissionados mudam bastante, mudam bastante mesmo. Só para se ter uma idéia, nesses quatro meses na frente da Diretoria-Geral eu já assinei aproximadamente 1500 atos de movimentação de comissionado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Você tem o número de quantos aposentaram e quantos foram contratados?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, mas poderia levantar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Dra. Doris tem? De quanto nesse período, quantos foram aposentados e quantos foram contratados?

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: É fácil levantar.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: É fácil levantar.

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: Eu vou pedir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passe para cá, é interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Tem uma pergunta da Senadora Marisa com relação ao número de servidores. Você pode responder.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Pois é, em grandes números nós temos aproximadamente 3400 servidores efetivos, em atividade na Casa, temos 2800 comissionados e 3500 terceirizados. Em grandes números seriam esses números aí: 3400 efetivos, 2800 comissionados e 3500 terceirizados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E aposentados?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: De aposentados eu não tenho. Doris, você tem o número de aposentados?

SRA. DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO: Eu tenho no computador, mas não tenho de cabeça.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O número de inativos eu fico devendo, senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O número de aposentados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ela está levantando, daqui a pouco a gente passa isso.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, o número de aposentados em 2009 é de 2215 e o número de pensionistas é de 1260.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aposentados, quanto?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O número de aposentados é de 2215, e o de pensionistas é de 1260.

Bom, a outra linha de ação que a Casa tem adotado é de racionalização dos contratos, principalmente de mão de obra, nos contratos terceirizados. Foi feito um trabalho amplo, um trabalho sério, um trabalho elogiado pelo Tribunal de Contas da União, de revisão de todos esses contratos, de todos os 34 contratos. É importante frisar que ao examinar um contrato, ao fazer uma auditoria, embora o termo correto não seja auditoria, uma quase auditoria nesses contratos... O termo correto não seria auditoria porque auditoria é um termo muito técnico, muito técnico, feito por pessoas, por auditores, enfim, por empresas de auditoria ou pelo Tribunal de Contas. Nós estamos passando por uma auditoria no momento. Mas esse trabalho, feito por uma comissão de funcionários muito qualificados da Casa, apontou uma série de sugestões que poderiam conduzir à melhoria das nossas contratações. E já temos resultados práticos, já temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São 34 contratos?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: São 34 contratos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Desses três mil e poucos funcionários.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Desses 3500 funcionários. E, também, a implantação do pregão eletrônico. O pregão eletrônico já é uma prática corriqueira na administração pública, nos demais órgãos de administração pública, mas infelizmente no Senado ainda não foi realizado o primeiro pregão público. Nós estamos nos esforçando ao máximo para fazer o primeiro pregão eletrônico ainda.

Só para historiar um pouco a questão do pregão eletrônico, ainda na gestão do Senador Romeu Tuma foi constituída uma comissão de funcionários que propôs o desenvolvimento de um sistema próprio

para a realização dos pregões eletrônicos, um sistema de computador, onde, através da internet, seriam feitas as compras. Esse sistema recebeu o nome de COMPRASLEG(F). Infelizmente, esse sistema não foi desenvolvido, esse sistema não veio a ser colocado em funcionamento. Na atual gestão, decidiu-se por optar, optou-se por aderir ao sistema desenvolvido no âmbito do Ministério do Planejamento, que é o COMPRASNET. A opção pelo COMPRASNET foi feita por uma série de razões, mas implicou em algumas mudanças nos nossos procedimentos internos também, até porque como linha geral de trabalho nós temos para o pregão e para a Comissão de Licitação a designação dos mesmos servidores: o Presidente da Comissão de Licitação do Senado é o pregoeiro do Senado. Na Explanada dos Ministérios, nos demais órgãos públicos, está sendo feito de forma diferenciada, até porque a Lei 8.666, a Lei das Licitações, determina a renovação constante da Comissão de Licitação. Já a Lei do Pregão não determina isso, o pregoeiro pode continuar por um período longo à frente das compras, que é algo salutar. A transparência e a lisura do pregão eletrônico é tão grande que não há suspeição nenhuma pelo fato do pregoeiro continuar conduzindo os processos. Por quê? Porque ele sabe, o pregoeiro sabe quantas empresas estão participando do pregão eletrônico, mas não sabe quais são as empresas que estão participando. Então ele conduz um pregão eletrônico sem nem ao menos ter conhecimento de quais são as firmas que estão envolvidas.

O pregão eletrônico, ele não é um sistema tão simples que você vai e faz a compra naquele momento. Por baixo do pregão eletrônico tem todo um sistema, uma série de sistemas de suporte ao pregão eletrônico que nós temos que aderir também e o Senado já aderiu a esses sistemas, já treinamos um grupo de funcionários nesse sistema, já estamos preparando treinamento para a atuação específica de pregoeiro propriamente dita e tudo indica que vamos caminhar para ter essa sistemática na separação do pregão com as demais licitações, até mesmo o pregão presencial. A nossa ideia é que o pregão presencial continue com a Comissão de Licitação, mas o pregão eletrônico será desmembrado e conduzido por um serviço a parte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a economia dos terceirizados o que é que deu aí?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Com relação aos terceirizados nós temos dois bons números para apresentar: no contrato da Comunicação Social, nós tivemos uma economia de aproximadamente 6 milhões e 700 mil reais, e, no contrato da Vigilância, de 2 milhões e 600 mil reais, totalizando 9 milhões e 300 mil

reais. Nós tínhamos o contrato da limpeza também, a perspectiva de uma outra economia grande, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A redução foi com a diminuição do número de pessoal contratado?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, nesses dois contratos, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Foi com o quê?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Nesses dois contratos, foi por uma série de procedimentos que o contrato previa, despesas que a gente percebeu que não deveriam ocorrer. Por exemplo, na Comunicação Social, nós pagávamos R\$ 10,00 por treinamento para os funcionários, para um contingente de... Eu não me lembro de quantos funcionários. Quantos, Dr. Florian? 330 funcionários.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Nove milhões e pouco, num ano de redução?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Num ano. Esses são números levados ao ano, porque esses contratos são mensais, mas são levados ao ano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Dr. Florian pode prestar algum esclarecimento, porque ele presidiu esses trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em dois contratos?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Em dois contratos nós conseguimos 9 milhões e 300.

SR. FLORIAN: Esse da Comunicação, Dr. Haroldo, eram 337 funcionários em que o Senado pagava R\$ 10,00 mensais per capita a título de treinamento e nunca houve treinamento. E também na parte de uniforme deles, dos funcionários, que o Senado pagava R\$ 1.000,00 por ano para dois uniformes para cada funcionário, dos 337, e só de 94 era exigido o uso de uniforme.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E quantos usavam na realidade?

SR. FLORIAN: Só 94 é que usavam uniforme, os outros não usavam, mas o Senado pagava pelos 337.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Mas quem bolou isso foi muito criativo [risos]. É impressionante, é impressionante, não é possível.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Esse trabalho conduzido pelo Dr. Florian, que foi o Presidente dessa Comissão Técnica, eu gostaria de dizer assim que ela, resumindo, ela terminou na implantação de uma série de novas medidas e novos procedimentos para as novas contratações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

O vale-alimentação também teve uma redução, não teve? Porque paga-se doze meses, mas na realidade o benefício--

SR. FLORIAN: É, na realidade, o vale-alimentação hoje, a Lei determina que seja R\$ 9,50, e o Senado pagava R\$ 20,00 por uma decisão da Comissão Diretora. Nos novos contratos está sendo reduzido ao piso que a Lei determina que seja pago.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Então eu costumo resumir a grande mudança na sistemática de contratação na implementação do projeto básico. Todas as compras, todas as licitações na administração pública previstas pela lei 8.666 deveriam ser precedidas da aprovação de um projeto básico onde constariam todos esses detalhes, o que você está pagando efetivamente, treinamento, fardamento, etc. e tal, e o Senado não aprovava o projeto básico, nós contratávamos sem a elaboração de projetos básicos. Então isso foi uma mudança, tem sido uma mudança de cultura ainda. Em algumas áreas, por exemplo, na área de lanchonete, de restaurante, nós estamos tendo um pouco de dificuldade na elaboração do projeto básico porque nós não temos a cultura de elaboração do projeto básico, mas também estamos contratando treinamento para o corpo funcional da Casa e vai ser a rotina daqui para frente.

Outra mudança na área de contratação, outra mudança importante, foi a implementação do Núcleo de Gestão. Cada contrato tinha um gestor e havia uma descentralização que levava a uma situação de dificuldade de controle, até de levantamento de números, de grandes números sobre os nossos contratos, pelo fato de cada contrato ter um gestor diferente. Então, só na área de terceirizados, você teria que chamar 34 pessoas para conversar sobre esses [ininteligível]. Então nós criamos um núcleo que centraliza a gestão do contrato, mas descentralizamos a fiscalização pelo cumprimento do serviço. Por exemplo, um contrato de limpeza. Não tem como um gestor ou mesmo um núcleo, um grupo de servidores, verificar se o contrato de limpeza está sendo realizado a todo, se cada área está efetivamente sendo limpa. Então há uma descentralização na atuação do fiscal do contrato e a Comissão de Gestão que faz os grandes procedimentos da gestão do contrato.

Bom, o próximo tópico que eu gostaria de apresentar é uma apuração rigorosa de eventuais falhas de conduta de ex-Diretores e servidores da Casa. Em nenhum momento a administração atual se curvou à abertura dos processos de sindicância, aos processos disciplinares, e todas as medidas foram tomadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E com relação ao último caso agora, do Sr. Zoghbi?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Pois é, a comissão concluiu o trabalho, a Comissão Disciplinar já, não mais a Comissão de Sindicância, concluiu os trabalhos e apresentou o relatório ao Primeiro-Secretário na sexta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Primeiro-Secretário agora é que encaminha à Mesa Diretora a decisão sobre o assunto?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, como a matéria não passou pela minha mão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou encaminhar quinta-feira, na Reunião da Mesa, evidentemente que seguindo o que recomendou a Comissão Disciplinar. E aí cabe ao Presidente da Casa decidir ou é a Mesa? A minha dúvida é essa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Eu acho que, dependendo da punição, é o Presidente ou o Primeiro-Secretário, não a Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas eu encaminho pelo cumprimento da decisão ao Presidente. O Presidente tem poderes para decidir ou é a Mesa?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, do Presidente, do Presidente e do Primeiro-Secretário, não a Mesa. Ele pode consultar, pode ouvir, o Presidente pode ouvir, é bom, é salutar que se ouça e discuta com os demais membros, mas é um ato do Presidente, não é um ato da Mesa, não. É um ato individual.

Como já eu até falei, o Presidente determinou, solicitou, melhor dizendo, ao Tribunal de Contas a realização de duas grandes auditorias e essas auditorias estão em curso. Pode até parecer que essas auditorias... É uma auditoria na área dos contratos, aí sim é uma auditoria propriamente dita, não análise técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Só para informar, a solicitação dessa auditoria foi feita pela Comissão de Fiscalização e Controle da Casa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O Presidente acatou, encaminhou ao TCU, e os trabalhos estão sendo realizados. Pode parecer que isso não está sendo feito, mas está sendo feito, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero prestar um esclarecimento aqui ao Senador Pedro Simon, que zela por mim durante todos esses anos. Pena que durante toda essa vida de convivência que eu tenha com ele eu não siga sempre o que ele me diz. Ele está preocupado porque acha que eu estou assinando aqui sem ler *[risos]*. Eu não estou assinan-

do sem ler, não. São rotinas, são rotinas, eu já tenho conhecimento de tudo. Apenas para que não atrase o serviço dele, eu estou apenas rubricando, mas já sei item por item do que se trata.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: E não é matéria administrativa *[risos]*. Bom, então essas duas auditorias estão em curso e estamos aguardando o resultado.

Bom, o último grupo de ações de medidas diz respeito à reestruturação da Casa, que é um trabalho de maior corpo, maior volume que nós temos pela frente. O Regulamento Administrativo do Senado Federal é um texto de uma Resolução que tem 830 artigos. É grande, senador. É um trabalho grande e para ser bem feito tem que ser feito com calma. A última consolidação do Regulamento Administrativo havia sido feita em 2007. E através dos trabalhos, até historiando também, primeiro a Fundação Getúlio Vargas apresentou um relatório preliminar. Nós designamos uma equipe de servidores, um grupo técnico de servidores que fez um segundo trabalho. Depois o trabalho voltou para a própria Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Getúlio Vargas apresentou o seu relatório final. Depois, de forma que eu julgo correta, esse trabalho não poderia ser levado à frente sem que fossem ouvidos os Diretores da Casa. Então foi ouvido o Conselho de Administração e o Conselho de Administração, ao concluir o seu trabalho, o Presidente determinou novamente que voltasse à Fundação Getúlio Vargas. E nesse momento, inclusive, nesse exato momento, temos técnicos nossos, reunidos com a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, para fechar o texto final da proposta. O Presidente tem já declarado que pretende conduzir o assunto da forma mais ampla e transparente possível e antes mesmo de submeter à deliberação da Mesa, que a Mesa vai assinar a autoria do Projeto de Resolução, vai iniciar a discussão como fez com o Escritório de Apoio às Atividades Estaduais.

Então consta apenas... Certamente constará apenas como início da discussão da matéria na Comissão Diretora e aí já vai ser distribuído a todos os senadores, já vai ser colocado na internet, no portal da internet. E em Reunião seguinte, em Reunião posterior, a Mesa assina como Projeto de Resolução e aí inicia a fase legislativa, propriamente dita, da tramitação de um Projeto de Resolução, com os devidos pareceres, com as devidas tramitações e até a aprovação em Plenário. A expectativa que o Presidente tem nos passado é de que a aprovação em Plenário ocorra até o final do ano. É um texto longo, é um texto bastante grande. Havia-se a ideia inicial de se fazer em duas etapas, uma etapa inicial somente na parte organizacional, na parte da administração da Casa, na estrutura organizacional e

administrativa da Casa, e uma etapa seguinte, a parte de gabinetes, a parte dos parlamentares. Mas por um entendimento da Mesa, isso na parte já quando o Projeto estava com o Conselho de Administração, foi deliberado, foi decidido no sentido de se fazer de uma única etapa, não se fazer em duas etapas.

Em grandes números, a redução para sete diretorias, como já foi anunciado, as sete diretorias. Eu não gostaria nem de entrar muito em detalhe sobre isso porque a equipe técnica lá está fechando com a UFGV e aí eu não sei exatamente o que é que eles vão definir ou não vão definir.

O que se falou muito na semana passada sobre a estrutura de gabinetes e ficou-se como se tivesse sido proposta do Conselho de Administração a criação dos cargos comissionados de chefia de gabinete, é bom esclarecer, é salutar esclarecer que constava, consta do relatório final apresentado pela Fundação Getúlio Vargas três propostas sobre a estrutura de gabinetes. A primeira delas é de que o cargo de Chefe de Gabinete passasse, que fosse transformado num cargo de livre provimento, não um cargo cativo de servidores efetivos da Casa; que o número de servidores comissionados dentro dos devidos fracionamentos fosse limitado a 24. O senador poderia dispor de como vai fazer esse fracionamento; e que no máximo você tivesse três servidores efetivos dentro do gabinete. Então só para contextualizar a coisa: a atual(F) administrativa do gabinete, de um senador parlamentar, é composta da seguinte forma: são nove em função comissionada--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso é uma ideia, não tem nada--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Foi proposta da Fundação Getúlio Vargas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Proposta para quem?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Para o Senado, para o Senado deliberar. É uma decisão, no meu entender, que tem que ser feita pelos senadores, não é uma decisão que cabe ao Conselho de Administração.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quando foi exposto no Plenário, apareceu uma entrevista de V. Exa. no jornal do Senado, que eu fui uns dos que levantei essa questão no Senado--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, eu confesso que eu nem vi a entrevista impressa, porque em nenhum momento nós propusemos a criação de novos cargos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --e o Senador Sarney disse que há um levantamento, onde a maioria dos senadores se manifestaram contrários.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Mas é o seguinte: eu nem cheguei a ver depois o Jornal do Se-

nado para ver como ficou lá as palavras que foram colocadas no jornal, mas em nenhum momento nós propusemos a criação de novos cargos. Esse é o primeiro ponto a esclarecer. Segundo, não foi proposta do Conselho de Administração, foi proposta da Fundação Getúlio Vargas e o Conselho não quis se pronunciar sobre ela. Como houve a determinação de que a parte da discussão de gabinetes fosse feita já junto com a parte da estrutura organizacional, da estrutura administrativa e organizacional, esses pontos foram colocados dentro do Projeto de Resolução, até porque senão iriam ficar como é--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Adriana, você não pode sair não, Adriana.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Hoje, atualmente, o gabinete possui a seguinte estrutura: são nove funções comissionadas -- um FC8 para o Chefe de Gabinete, um FC7 para o Subchefe, uma outra C7 de Analista Legislativo, cinco Funções Técnicas, FC6, de Assistente Técnico, e uma função de Técnico Legislativo. Então não há uma determinação explícita, mas poderia se pensar que o número de servidores efetivos no gabinete seriam nove. Por que é que não é explícito? Porque pode ter funcionários sem função, não há uma proibição de que tenha funcionários sem função. Então, no momento, o número de servidores efetivo dentro do gabinete pode ser quantos o senador assim o desejar. E há uma estrutura de doze cargos comissionados. Esses cargos comissionados são: cinco cargos de Assessor Técnico, seis cargos de Secretário Parlamentar e um cargo de Motorista. O cargo de Assessor Técnico pode ser fracionado, assim como o cargo de Secretário Parlamentar. Levando os fracionamentos máximos que vocês poderiam fazer, esses onze cargos, os cinco de Assessor Técnico e os seis de Secretário Parlamentar, chegariam, salvo engano, a 52 cargos. A proposta da Fundação Getúlio Vargas é que esse fracionamento seria, no máximo, até 25. Na verdade, até 24, porque o outro cargo de Motorista não pode ser fracionado, o 11º cargo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Atualmente são quantos?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: São doze.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, a quanto que pode chegar?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Pode chegar...

Salvo engano, dois cargos de Assessores Técnicos podem ser divididos em até oito cargos de AP3. Três outros cargos de Assessor Técnico, os outros três que sobram, podem ser divididos em até vinte e quatro de FC8; dos seis cargos de Secretário Parlamentar, quatro podem ser divididos em até oito de AP4; um pode ser dividido em até quatro de AP5 e o outro que sobra em

até oito de AP6. Então, somando esses fracionamentos, 52 cargos e mais o de Motorista, 53.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Isso se dividir no mínimo?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Isso no mínimo, a quantidade mínima.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dá para montar uma empresa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Dá para montar uma empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Mas nem todo mundo faz essa divisão porque precisa de assessoria técnica, mesmo, nos gabinetes.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Então concluindo essa parte da reformulação administrativa, a discussão está acontecendo, nesse momento, no Rio de Janeiro, nós temos dois técnicos do Senado que estão reunidos com os técnicos da Fundação Getúlio Vargas. O projeto que vai ser apresentado vai contemplar as mudanças de gabinete também, porque a Mesa assim entendeu, que fosse feita de uma única vez e não numa etapa posterior. Só um detalhe: a Fundação Getúlio Vargas propôs que esse fracionamento máximo de vinte e cinco passe a valer somente na próxima legislatura, só a partir de fevereiro de 2011. E no organograma geral, na estrutura geral da Casa, vão ficar sete Diretorias. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então veja bem: nós vamos passar a palavra ao Presidente do SINDILEGIS para que ele possa também manifestar a sua opinião rapidamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois a gente verifica. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que poderíamos ficar com uma cópia disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois é, eu vou solicitar isso agora, formalmente, um relatório, e, já que conversamos com o Heráclito, antes de findar o ano, outra Reunião como esta. Antes de findarmos o ano, outra Reunião. Em dezembro, uma outra Reunião como essa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, só um esclarecimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Antes de entrar em vigor, outra reunião como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de entrar em vigor e nós vamos ter que fazer Reuniões periódicas, porque nós

temos uma situação tão grave de não acompanhamento que agora nós temos que acompanhar muito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que se fazer Reunião depois de entrar em vigor...

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Eu acho extremamente salutar, saúdo essa iniciativa, mas quero deixar bem claro também que eu estou à disposição de qualquer senador, a qualquer momento, seja no gabinete dele ou em qualquer outro lugar onde ele designar para prestar todo e qualquer esclarecimento que for necessário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não só o Diretor-Geral, como qualquer Diretor. Nós temos que acabar com essa barreira que existe entre a diretoria, os servidores e os senadores. Nós temos que acabar com isso o mais rápido possível. Eu volto a repetir: se essa prática tivesse sido adotada, nós estávamos livres da quantidade de problemas que temos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico. Então, assim, eu vou requerer o relatório, está certo, e faremos uma nova Reunião com esse mesmo objetivo aqui antes de chegarmos ao final do ano. Magno Mello.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar para o Magno, Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem. Eu vou presidir uma Mesa agora, um seminário que tem sobre educação infantil agora no Nereu Ramos, e eu queria só parabenizar ao Senador Heráclito, porque desde que eu entrei nessa Casa, e faz pouco tempo, dois anos e meio, estou me sentindo um pouco mais tranquila e mais segura, porque é muito ruim a gente ser cobrado por aquilo que a gente não sabe e sabendo que também é obrigação da gente saber. Nem sempre as informações estavam à nossa comissão. Parecia que havia um conluio(F) nessa Casa para que as informações não chegassem até a nós e não chegassem ao público, como se essa Casa fosse uma redoma e que ninguém pudesse saber o que se passava aqui dentro. Eu acho que nós estamos nos sentindo mais tranquilos e mais seguros. Eu queria parabenizar a V. Exa. e dizer, Senador Heráclito, que, pelo menos, agora, nós temos aonde buscar informações. Eu só sinto os outros senadores não estarem aqui, porque eu acho que esse era o momento de a gente saber realmente o que se passa na Casa e poder contribuir também com a nossa constante atenção a essas questões todas. Oxalá a gente possa continuar nessa tranquilidade que estamos vivendo agora. Muito obrigada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu agradeço as suas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano, obrigado pela sua participação, pela sua presença. De fato, um número maior de senadores seria bom. Mas nós estamos começando uma prática de acompanharmos de perto todo o procedimento interno do Senado. Então em dezembro faremos outra e esperamos que a gente tenha mais senadores e senadoras em dezembro, na próxima Reunião que nós vamos fazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Também, quando não tiver mais nenhum senador, é porque está tudo bem, não precisa mais fazer e a gente encerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas pode ter aquela visão sua lá da Câmara, de que estava tudo bem aqui e não estava.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou porque já fecharam.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): já fecharam, pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Magno Mello.

SR. MAGNO MELLO: Em primeiro lugar, eu gostaria muito de agradecer a deferência que eu não tomo como dirigida à figura do Presidente do SINDILEGIS, mas à categoria. Eu acredito que essa minha breve participação nesse encontro, nessa Audiência, mostra e deve tranquilizar os colegas, deve levar aos colegas a mensagem de que eles não serão excluídos desse processo. O Senador Heráclito aqui merece a gratidão da categoria por essa oportunidade. Dizer também, senador, ratificar uma informação que o senador passou, ele disse aqui, cometendo uma injustiça consigo próprio, de que ele não atende nenhum dos pleitos nossos, isso não é verdade, ele vem de muito recentemente editar um ato regulamentando a questão do empréstimo consignável e que solucionou várias questões que angustiavam muito os servidores. Então muito pelo contrário, o Senador Heráclito é um senador que tem se mostrado realmente um interlocutor aberto, um interlocutor que se mostra sensível a um drama que está sendo vivido, o senador registrou bem, pelos servidores, por estarem sendo culpados e quase criminalizados por circunstâncias para as quais eles não contribuíram. Eles não decidiram, não foram eles que resolveram. O Senador Pedro Simon, por quem a gente tem um respeito, uma admiração enorme, até quando ele se dirige aos servidores de uma forma mais dura, a gente entende as razões dele. A gente teve ou tivemos a oportunidade de conversar com o Senador Simon.

Na verdade a grande preocupação dos servidores é que de todo esse drama não seja ameaçado aquilo que eles contavam. Não foram eles que definiram como a remuneração deles seria estabelecida, quais seriam os critérios para estabelecer a remuneração, mas são eles que recebem, é isso que os faz viver, é isso que os faz trabalhar e a gente, a nossa grande preocupação, a grande preocupação do Sindicato é que de todo esse processo saia, acredito que aqui estou expressando a vontade da esmagadora maioria dos colegas, saia um Senado maior, saia um Senado fortalecido, saia um Senado isento de procedimentos questionáveis, mas que não saia um Senado miserabilizado, não saia um Senado que empobreceu os seus servidores por culpá-los de coisas pelas quais eles não contribuíram. A nossa preocupação é essa, é que os servidores sejam tratados nesse contexto com atenção e com o carinho que eles merecem, porque se eles não contribuíram, não devem eles arcar com essa culpa. E me parece que a participação do Presidente do Sindicato nessa Mesa tão qualificada, nessa Mesa que a gente tem muito orgulho de estar presente, é uma mensagem de que isso não ocorrerá, os colegas podem realmente ficar tranquilo, estamos acompanhando esse processo todo par e passo desde o início, não fomos excluídos e continuaremos incluídos nele, continuaremos fazendo parte dessa discussão, com uma preocupação que é essa que lhes digo: não pode o servidor ser culpado por circunstâncias pela qual ele não contribuiu. O servidor é o agente dessa mudança, a esmagadora maioria dos servidores quer essa mudança, não quer que o Senador Pedro Simon, que a Senadora Marisa, que o Senador Renato Casagrande, que o Senador Heráclito sejam questionados por problemas administrativos. Eles devem ser questionados pelas suas manifestações em Plenário. Problemas administrativos não foram coisas para as quais eles foram eleitos para serem questionados. Eles foram eleitos para serem questionados por seu voto em Plenário, sobre questão que interessam a Nação. Problemas administrativos não poderiam estar sendo levantados.

Então o sonho e a ambição do Sindicato é que disso tudo saia uma administração tranquila, uma administração que funcione a contento e que possa o Senado Federal responder ao seu grande papel, que não é administrar os seus servidores, mas administrar a sua economia interna. É realmente dar conta dos problemas nacionais, é realmente fazer um País melhor e acreditamos muito firmemente que isso acontecerá.

O senador disse aqui que montou uma equipe de emergência. Ele foi extremamente feliz na montagem dessa equipe, temos tido a facilidade e a compreensão, aqui sem querer aqui fazer nenhum elogios gratuito,

que não é do nosso feitio, mas parece que o Senado está sendo muito bem conduzido, não temos dúvida disso, e que esse processo, também não temos dúvida, chegará a um bom termo e não atentará contra os interesses daqueles que querem apenas contribuir para que as coisas deem certo.

Muito obrigado, Senador Presidente, obrigado Primeiro-Secretário, muito obrigado ao Diretor-Geral que tem sempre nos recebido, tem sempre dialogado conosco. Quero aqui deixar como fecho essa tranquilidade para os colegas: não acontecerá nada que prejudicará(F) os servidores. Servidores, tenham a certeza que sairão disso com um Senado melhor e também numa posição melhor perante a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado ao Presidente Magno Mello. Eu quero então agora... A Senadora Marisa Serrano já fez as suas perguntas, eu tenho perguntas aqui de jornalistas para que sejam feitas, mas antes quero perguntar ao Senador Pedro Simon se quer fazer algum questionamento. Eu tenho, mas farei depois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer apenas um registro, se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando um empregado elogia muito o empregador, tem alguma coisa errada aí, mas vamos para a frente.
[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): As primeiras perguntas, algumas já foram respondidas, são perguntas feitas pela Adriana, do Jornal O Globo.

Primeira pergunta: Será revista a decisão de liberar três comissionados dos gabinetes das lideranças e representantes da Mesa para trabalharem nos Estados?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, esse assunto chegou à Reunião da Mesa na última Reunião que nós tivemos, salvo engano, como tendo sido uma medida de consenso dos líderes. Depois nós fomos surpreendidos com algumas colocações de líderes sobre a matéria. Eu lhe confesso, Adriana, que por questões parlamentares e questões pessoais, eu me ausentei essa semana do País, coisa rara para acontecer comigo, mas infelizmente eu tive que sair, e tendo em vista isso--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse mês foi a primeira vez, não é? Esse mês foi a primeira viagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Segunda, segunda vez.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Esse mês pelo menos, você está certo. É porque ele viaja todo mês para o MERCOSUL e faz uma inveja danada a todos nós, mas tudo bem. Mas olha, o que eu quero crer é que no entendimento não ficou valendo aquele acordo, não é isso? Como é que ficou o entendimento?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Houve um ato da Comissão Diretora e esse ato não foi revisto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Me desculpe, mas o Presidente do Senado, V. Exa. não estava aqui, respondendo a indagações de vários líderes, dentre os quais eu, que não sou líder, disse que, quando foi feita essa proposição, havia a hipótese de que todos os líderes eram a favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso é verdade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Surpreendendo inclusive o nobre líder, que está aqui, presidindo, e outros vários líderes, que eram contrários, ele deu como clara que a decisão não existia mais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Certo. Apenas um esclarecimento que eu quero prestar é o seguinte: como foi uma decisão da Mesa, caberá à Mesa, na próxima Reunião, tratar da matéria. Eu quero crer que o assunto, a Adriana Vasconcelos foi quem fez a pergunta, eu acho que o assunto está resolvido e esses três funcionários, relativos a gabinete e relativos a membros da Mesa, é letra morta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo menos esse passa a ser o meu pensamento. Concordei, naquele momento, pelo pressuposto de que era um entendimento amplo, geral e irrestrito entre todos os líderes. Não havendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Segunda pergunta, que já foi de alguma forma respondida, é com relação aos gabinetes: qual é o critério para pagamento de horas extras?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Haroldo poderia responder e alguma correção, algum acréscimo... Se ele teria alguma coisa.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O critério para pagamento de hora extra é, de fato, o prolongamento da jornada de trabalho. A jornada de trabalho de 8 horas, concluída às 18h30, se estendendo após as 18h30; esse é o critério.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E no gabinete quem controla é o senador?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: No gabinete, existe um funcionário, o senador pode fazer esse controle, ou--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Chefe de Gabinete?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: --um outro funcionário, que é o gestor de recursos humanos do gabinete, que faz o controle sobre a habilitação. Esse é o termo que a gente usa, a habilitação dentro do sistema para quais funcionários poderão fazer hora extra ou não. O senador, não tenho conhecimento se algum senador faz isso pessoalmente, mas--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A responsabilidade é de quem?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: A responsabilidade final é do senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ou do ordenador do gabinete. Na realidade, o senador passa a tarefa para alguém. Agora, de quem foi a pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Foi da Adriana.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da Adriana também. Adriana, vamos falar a verdade. Essa questão de horas extras no Senado é uma bagunça. É uma bagunça, infelizmente, que vem ao longo do tempo e que é preciso ser corrigido. Agora não se corrige um fato desse da noite para o dia. Nós estamos atrás de uma solução através do ponto eletrônico, mas até isso é complicado, porque existem tecnologias e tecnologias. Nós temos que procurar uma tecnologia que não nos dê trabalho no dia seguinte. Com algumas categorias aqui nós vamos resolver o problema com o banco de horas. Isso vai funcionar, por exemplo, para o caso do taquígrafo, vai funcionar para o caso do serviço médico. Quem mais? Polícia, Comunicação Social. Nesses casos você resolve porque você cria um crédito de hora extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Deixa eu entender. Então foram tomadas algumas medidas preliminares?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estão sendo tomadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Mas ainda não são medidas definitivas?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, agora, emergencialmente, nós chegamos à conclusão de que, enquanto não se chega à definição para o modelo de aparelho que vai ser usado, o Haroldo me promete que, em vinte dias, instala o modelo provisório. O que nós precisamos é começar, é começar. A

verdade é essa. Vai dar uma cabeçada aqui, uma cabeçada acolá, mas o importante é começar.

O que não pode hoje é esse trotuar(F) que nós temos aqui às 18h30. Eu, quando era menino, lá no interior do Piauí, você tinha uma praça que as moças rodavam num sentido e os rapazes no sentido contrário. Chegavam, geralmente, às sete e meia da noite e às nove horas em ponto – se tiver alguém de Teresina, conhece -, tocava a corneta do quartel da polícia. Então as moças se recolhiam para a casa e os rapazes ainda ficavam ali mais algum tempo. O Senado virou isso: seis e meia começa a chegar todo mundo costurado(F), com o cabelinho ajeitado, ficam rodando aí. Quando dá oito meia ou nove horas, vai todo mundo embora. Então, isso é uma coisa que aí é que vem o grande problema e as dificuldades dessas transformações, porque você tem um funcionário que é beneficiado nessa circunstância, Dr. Magno, sem dar um dia de serviço. E aí se conflita com os que trabalham, porque você não satisfaz o pessoal que trabalha, o pessoal que soa a camisa, que veste a camisa do Senado, não aceita de bom agrado e com toda razão vê esse cenário, vê esse quadro feito.

Agora, a única compreensão que eu pediria, eu sei que a angústia a grande, é que são anos de facilidades e nós estamos com um tempo limitado, porque a minha situação na Primeira-Secretaria é como remador de canoa velha em rio cheio: você rema de um lado, aparece um buraco, você tira. Você termina pedindo roupa emprestada do companheiro – vocês não sabem o que é essa situação – e vai cobrindo com pedaço de roupa. Você chega do outro lado do rio inteiro, mas chega só de sunga. E não é vermelha, não.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Temos mais duas questões referentes à hora extra também: As autorizações especiais para pagamento de horas extras são feitas em que casos? Os consultores não têm limite para pagamento de hora extra?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos têm.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Primeiro, eu gostaria só de complementar o Senador Heráclito, ressaltando os ganhos que teve com a nova sistemática. Nós conseguimos reduzir os pagamentos de hora extras e das gratificações de comissão num valor de 18 milhões. Como o senador falou, nós temos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse número era bom que ficasse registrado, porque saiu essa semana uma matéria de que “A farra continua”. Evidente que não se acabou, mas diminuiu bastante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Saiu de 18 e ficou quanto?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Isso é a economia mensal.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, uma economia era de 18. Mas é quanto?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era quanto, quanto era?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Paga quanto de hora extra hoje por mês?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Era quanto e ficou quanto?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: De gratificação de Comissões era mais ou menos 2 milhões e 200 mil, reduziu-se para quase 900 mil reais no último mês. De hora extra, se eu não me engano, era 8 milhões e reduziu-se para 6 milhões, mais ou menos isso, não é Doris, reduziu-se para 6 milhões e pouco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Comissões Especiais foi outra redução drástica que nós fizemos. Nós tínhamos aí Comissões que funcionavam para verificar multa de trânsito, ou seja, tinha uma comissão que recebia para verificar as multas de trânsito que os carros do Senado recebiam. Cada um recebia uma gratificação que variava entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.500,00.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Desculpe-me, mas existia comissão que, na verdade, não era comissão. Quer dizer, eu sei que eu fazia parte de comissão que eu nunca tive reunião, nem sabia que fazia parte e a reunião existia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, nós estamos reduzindo as Comissões para o estritamente necessário.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Com relação à pergunta então, senador, respondendo às perguntas, os pedidos excepcionais fora da sistemática geral de hora extra são feitos pelos mais diversos motivos: pela necessidade natural do serviço que impediu o registro dentro do sistema por alguma razão ou outra ou até mesmo por uma falha lá ou descuido da pessoa de não fazer o registro naquele determinado dia, ela estava no Plenário, enfim, e não conseguiu fazer o registro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O ponto eletrônico vai acabar com isso.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Os casos excepcionais são tratados de formas excepcionais, todos mediante processo devidamente instruído e devidamente autorizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ficou alguma dúvida com relação a isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu acho que tem alguma coisa aqui, mas já foi respondida: a Comissão de Sindicância recomendou a demissão do ex-Diretor Zoghbi? O Senador Heráclito já anunciou que na questão de João Carlos Zoghbi, ele vai seguir a orientação da Comissão de Sindicância.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero dizer que não conheço o processo, detalhes do processo. Agora é um processo elaborado e eu não tenho outra alternativa a não ser seguir o que recomenda a comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Mas a decisão final é do Presidente da Casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se essa comissão foi constituída de servidores que são colegas do Dr. Zoghbi, deve ter doído muito a cada um deles tomar a decisão tomada e eu não tenho condições de ter outro procedimento a não ser o de acatar a decisão da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E com relação ao ex-Diretor Agaciel Maia?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas acatar significa botar em execução ou a gente conhecer?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quando V. Exa. diz que não tem outra decisão a não ser acatar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da comissão, a recomendação da comissão, que é pela demissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A comissão recomendou a demissão dele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pergunta: E o ex-Diretor Agaciel Maia, também será demitido? Qual o resultado da avaliação feita pela Comissão de Sindicância?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Presidente, só esclarecer, primeiro, o seguinte: não é Comissão de Sindicância, já é Comissão Disciplinar, são etapas diferentes do processo legal. A Comissão Disciplinar, ela não tem poderes para aplicar as penalidades, ela sugere a aplicação das penalidades. Isso é um processo que tem todo um rito legal a ser cumprido, a ser observado, e nós não temos, de forma nenhuma, interferido nesse processo, sob pena de nulidade do processo.

Então sobre a comissão do Dr. Agaciel, eu não posso responder, eu não sei, não tenho conhecimento, não faço parte como membro e em momento algum--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não pode e nem deve, porque alguns fatos desses inclusive correm sob sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ela não se concluiu ainda?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, não concluiu.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, não concluiu. Ela tem a previsão de término para o dia 7 de novembro, se eu não me engano, mas existe a possibilidade de ela ser reconduzida e há um prolongamento do prazo. Uma eventual interferência nos trabalhos dessa comissão seria extremamente falho e levaria à nulidade de todo o processo, que é um processo longo e é um processo, como eu diria, feito de acordo com os ditames legais, cumprido o rito constitucional de ampla defesa, enfim, e de legalidade de todos os atos pela comissão praticados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a única coisa que nós não podemos é cometer erro. Se nós cometermos erro, nós vamos fortalecer a defesa, que geralmente é composta de extraordinários Advogados.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O que nós temos feito é dado todo o apoio à comissão naquilo que ela nos pede. Mas ela nos pede o quê? Disponibilidade de motorista para eventualmente entrega de notificações, um aparelho de fax para envio de alguma coisa... Esse tipo de coisa nós fornecemos, todo o apoio de materiais a Administração tem fornecido a essas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A última pergunta da Adriana é com relação às linhas geral da proposta de reforma, que você já respondeu. E uma outra pergunta, que está aqui: Quantos dos 34 contratos de terceirização já passaram por revisão? Se em dois teve essa economia toda... Quais as principais irregularidades encontradas? Todos serão revistos?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Todos serão revistos, senador, e somente dois já foram recontraçados mediante novas licitações. E a irregularidade, por assim dizer, que a gente percebeu, que a comissão percebeu, era muito nesse sentido, era pagamento por coisas que o Senado não estava usufruindo, como pagamento de uniforme, pagamento de curso, treinamento, esse tipo de coisa. A falta do projeto básico, a não elaboração do projeto básico. Isso foi, em linhas gerais, os pontos que a comissão apontou.

É bom salientar que quando o Tribunal de Contas, quando a equipe de auditores do Tribunal de Contas chegou ao Senado, foi a primeira coisa que eles pediram e eles elogiaram muito o trabalho. Era um volume grande, com todas as análises elaboradas pela comissão, e eles gostaram muito do trabalho feito pela comissão. Eles visitaram também o nosso núcleo de gestão, ficaram muito bem impressionados com o sistema que a gente desenvolveu, o GESCOM, para a gestão desses contratos. Esses contratos serão revistos e renovados na medida em que eles forem vencendo, com as novas licitações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Bem, eu tenho uma pergunta para fazer--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Têm quantos contratos? Sobre os contratos de terceirização, quantos contratos estão sendo analisados?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: A análise já concluiu e nós estamos em fase avançada, outros mais atrasados, com relação às novas licitações. O contrato do arquivo, por exemplo, é um que eu já autorizei a realização do procedimento licitatório, que já está em fase avançada. E existe um grupo paralelo, composto quase pelas mesmas pessoas da Comissão de Gestão, elaborando os projetos básicos, seguindo a orientação da comissão, da comissão que analisou os processos, para fazer as novas licitações. A grande novidade aí, que era outra questão de irregularidade, por assim dizer, era a questão de desvio de função, funcionário que era contratado para a limpeza e trabalhava como auxiliar de escritório ou como telefonista, como recepcionista dentro do gabinete. A grande novidade foi a determinação no sentido de elaborar um projeto básico de auxiliar de escritório para que essas pessoas sejam contratadas por aquilo que elas efetivamente fazem, que elas não sejam contratadas para uma função e façam outra função, função diferente. O auxiliar de escritório seria uma novidade para a Casa, mas já deixo bem claro que nós não vamos criar vaga, nós não vamos aumentar o número de contratos. Talvez o número de contratos até aumente, mas o número de contrato, não vamos aumentar o valor despendido nas contratações. O que vai haver, principalmente no contrato de serviços gerais, no contrato de serviços gerais que inclui copeira e contínuo, no contrato de limpeza também e no contrato de auxiliar de informática, principalmente nesse contrato de auxiliar de informática, que parte dessas vagas serão transpostas, por assim dizer, para auxiliar de escritório, que é esse trabalho geral que a pessoa faz no gabinete de atender telefone, de ajudar o chefe, de digitar um texto, essa coisa toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro-Secretário e nosso Diretor, uma questão que eu quero perguntar. Está claro que nós temos, tínhamos, vou usar o verbo no passado, nós tínhamos uma instituição sem controle, que atendia aos interesses de um, de dois, de três ou de meia dúzia, mas que não tinha controle, está claro que não tinha controle. E a auditoria que nós solicitamos ao Tribunal de Contas da União certamente vai apresentar, tanto nos contratos como nas duas auditorias que estão sendo feitas, as providências que nós temos que tomar com relação à necessidade de responsabilizarmos os gestores que não executaram efetivamente esse controle da forma como tinham que fazer.

Muitas das coisas que aconteceram, elas aconteceram por falta de uma atuação de um controle interno eficiente. Às vezes era identificado o problema, mas o controle interno avisava o gestor, o gestor não tomava providência, mas nós não tínhamos um controle interno independente e eficiente. Eu apresentei uma proposta de controle interno. Eu não sei se o Dr. Haroldo conhece a proposta que eu apresentei, está na Comissão de Constituição e Justiça, controle interno com condições de fato de ajudar na gestão da Casa com independência, porque sem independência não tem controle interno. Eu acho que este poderia ser um caminho. Se não está previsto, que deve estar previsto na reformulação administrativa da Casa, acredito eu, uma reformulação no controle interno, mas um controle interno para que a gente possa trabalhar preventivamente seria muito importante para que essa Casa passasse a ser respeitada efetivamente na sua gestão e nós não sofrêssemos nenhum risco de escândalos novos que pudessem se abater aqui sobre o Senado da República.

Então o que é que o Diretor acha, especificamente que hoje é o Diretor da Casa, do nosso controle interno e quais são as mudanças efetivas que a gente tem que fazer no controle interno da Casa?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Bom, primeiro, senador, eu concordo plenamente com o senhor no sentido de que um controle interno, um grupo de auditores forte, competente, eficiente, é o maior auxiliar do administrador, é um dos maiores, até porque todo mundo erra, ninguém vive sem cometer erros. E um controle interno que alerta, que o avisa dos erros imediatamente, é muito mais fácil você corrigir do que depois de três, quatro anos, você estar respondendo a processos administrativos no TCU, no Ministério Público, onde quer que seja.

Na revisão da estrutura organizacional, no momento em que o Conselho de Administração se ateve sobre ela, o Conselho de Administração foi muito

atento a isso no sentido de deixar uma estrutura de controle interno que fosse capaz de realizar auditorias de forma eficiente, e nós temos procurado incentivar o controle interno de todas as formas, inclusive com a nomeação de novos funcionários. Nós fizemos a nomeação de vinte e cinco concursados e cinco foram designados para o controle interno: dois técnicos, dois analistas e um contador. Temos perspectiva de nomear mais pessoas para o controle interno.

Eu não conheço esse Projeto que o senhor falou, mas existe uma ideia, que ainda está embrionária, da criação da carreira de auditor aqui dentro do Senado, a carreira de auditor de controle interno, ela ainda está sendo discutida, pode ser que ela seja levada à frente, mas de uma forma ou de outra o controle interno vai ser sempre um órgão bastante prestigiado por essa administração e fortalecido naquilo que ele precisar e estiver ao nosso alcance.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na verdade eu protocolei essa proposta do controle interno por entender que ele é importante. Hoje o controle interno, de certa forma, tem um vínculo com a Diretoria-Geral, não é?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não, não, o controle interno é vinculado diretamente à Mesa Diretoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas é fundamental que também--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: O controle interno participa do Conselho de Administração.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O controle interno tem que ter independência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem que ter independência para poder atuar. Senador Pedro Simon, alguma coisa?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só prestar um esclarecimento final.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só antes de o senhor prestar o esclarecimento, o senhor presta o esclarecimento e nos responda. Nós vamos ter uma economia do orçamento autorizado de 118 milhões de reais. O orçamento desse ano de 2009, a execução dele, vai ser percentualmente quanto a mais do que 2008? Você tem esse dado?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Ele é menor, se eu não me engano. Edval, você pode apresentar esses dados? O Edval é o nosso Diretor Financeiro.

SR. EDVAL FERREIRA SILVA: Se levarmos em consideração o orçamento de 2007 a 2008, esse ano, ele será mais ou menos 250 milhões menor do que o ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ele já veio menor então?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Nisso considerado o orçamento de 2008 e mais o crédito complementar, que nós, nesse ano, não tivemos crédito complementar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma economia real.

SR. EDVAL FERREIRA SILVA: É uma economia real. Na verdade, vamos dizer, o nosso orçamento de pessoal, ele tem diminuído. Ele estava na faixa de 2 bilhões e 300 milhões, nas na verdade ele é 2 bilhões e 100 milhões, porque o Senado anda pagando muito atrasado em anos anteriores. Então ele tinha um crescimento de 200 milhões. Para esse ano ele vai estar menor aí uns 250 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está certo.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, só complementando a informação. Com relação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu acho que é importante colocar esse dado, o nosso nível de comprometimento com folha de pessoal atualmente é de 0,38%, para um patamar máximo, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos permite de 0,86%. Então nós estamos com uma folga muito boa no nosso orçamento de pessoal com relação aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse limite é apurado quadrimestralmente. Esse número, 0,38%, foi o último apurado agora em agosto. O anterior, de abril, ele estava em 0,41%, e o anterior, de dezembro do ano passado, também em 0,41%. Então ele reflete não só que nós estamos com uma boa folga no limite de comprometimento, como ele reflete já também um certo enxugamento nos gastos com o pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Heráclito Fortes para as suas considerações finais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria prestar um esclarecimento, aproveitando, aqui, a presença do Senador Simon e, principalmente, das jornalistas que estão aqui.

Seria com relação à chamada reforma do Plenário, que não é reforma de Plenário, eu chamaria de manutenção do Plenário. Nós vamos fazer esse reparo agora, a partir do recesso. Não temos outra saída. Nós temos situações graves, nós estamos sendo avisados, nós estamos sendo alertados para fatos que não aconteceram até agora, mas que de repente podem acontecer. E eu não quero que aconteça comigo o que aconteceu recentemente no meu Estado do Piauí com a barragem em que todo mundo dizia: “Ela vai cair, ela vai estourar, ela vai estourar”. Aí o administrador, le-

vado pela boa-fé, disse: “Não, fica todo mundo aqui”. Lá nós tivemos uma catástrofe. Eu não quero que isso aconteça, não quero que caia na sua cabeça, pelo menos. Gente que fica ali atrás, seria um azar muito grande. Mas não é só a questão daquelas plaquetas, não. Nós estamos com problema de eletricidade, nós estamos com problemas do ar-condicionado expelindo material cancerígeno, nós estamos com uma série de problemas que vêm sendo arrastados ao longo desse tempo, de forma que essa reparação que vai ser feita, ela não tem saída. Agora apareceu aí uma animação gráfica com o Plenário parecendo um... Ficou muito bonito aquele Projeto, mas não é para ser feito agora. Nós vamos fazer o básico, o necessário para que possamos trabalhar com tranquilidade e com segurança. Eu quero deixar isso bem claro, para que não haja mais, como houve na questão da praça de alimentação, não se chame de reforma. Nós vamos fazer a manutenção do Plenário. E a praça de alimentação, ela vai beneficiar os servidores, os jornalistas. Eu não chamaria de praça de alimentação, mas de duas lanchonetes ou três lanchonetes, conforme seja a necessidade que está sendo examinada pelos técnicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Bem, então, vamos encerrar a nossa sessão. Eu quero agradecer aqui ao Dr. Haroldo, ao Senador Heráclito Fortes, ao Magno Mello. Já anunciar e reafirmar que nós em dezembro teremos outra e o Dr. Haroldo vai nos encaminhar formalmente esse relatório que ele fez para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa, de fato, acompanhar todos os procedimentos.

Nada mais havendo a tratar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como todas as perguntas foram respondidas, eu felizmente não vou ter mais que responder nada à imprensa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando-a próxima para a próxima terça-feira, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 17h32.

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e cinco minutos do dia três de novembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência passa à deliberação da pauta.

Item 1) REQUERIMENTO Nº 88, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO, que “requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, de representante do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, e, ainda, do Vereador Carlos Augusto Lorenzoni, para discutirem os valores das tarifas de energia elétrica no Brasil e a atuação da ANEEL na autorização de tais reajustes a título da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias do setor, considerada, ainda, a sistemática de incidência dos diversos tributos naquelas contas de energia elétrica”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROPOSTA DE ATO Nº 01, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora Marisa Serrano. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 89, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “de acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente da Água e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle para receber o Diretor-Presidente da Agência Nacional da Água – ANA, José Machado, para apresentar os resultados de sua gestão tendo em vista o encerramento, em breve, de seu mandato”. Autoria: Senador MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado. **Item 4) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 71,**

DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO, que requer “nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Aditamento ao Requerimento Nº 71, de 2009-CMA, destinado a celebrar o ‘Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento’ com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da Unesco, Senhora Beatriz Macedo”. Autoria: Senadores FLEXA RIBEIRO e CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. **Item 5) ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº. 73 de 2009-CMA, de autoria do Senador Jefferson Praia, para que sejam convidados: Representante do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP; e Representante do Serviço de Perícias de Engenharia e Meio Ambiente (SEPEMA) do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Diretoria Técnico-Científica do Departamento da Polícia Federal”. Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. **EXTRA-PAUTA**, é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 90, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, tendo como convidados os Parlamentares integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – CMMC e o Ministro de Ciência e Tecnologia Sergio Rezende para debaterem a respeito do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta inciso ao § 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de estabelecer, em igualdade de condições, a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas”. Autoria: Senador OSMAR DIAS. Tramitando em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.666, de 1993, que ‘regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências’, para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências”. Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável ao PLS nº 40, de 2003, na

forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 247, de 2008. Resultado: Aprovado o PLS nº 40/2003, na forma do substitutivo que apresenta e prejudicado o PLS nº 247/2008. **EXTRA-PAUTA**, é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 91, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, audiência pública, com o objetivo de analisar e debater as divergências práticas e formais na atuação e nas ações administrativas e judiciais, que estão ocorrendo entre o Tribunal de Contas da União e o poder executivo federal, principalmente, no que se refere à aplicabilidade pela Corte de Contas dos dispositivos exigidos pela Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações, suas consequências e seus efeitos jurídico-administrativos nos atos de gestão do Governo Federal, com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: Ministro Titular de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo; Presidente Titular do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar; Procurador-geral da República Titular, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos; Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, Sr. Cezar Augusto Pinto Motta”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. O Senhor Vice-Presidente, Senador CÍCERO LUCENA, assume a Presidência dos trabalhos para que o Senhor Presidente, Senador RENATO CASAGRANDE, possa relatar o **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora Marina Silva. O Senhor Senador RENATO CASAGRANDE reassume a direção dos trabalhos. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº. 8.987, de 1995, a fim de estabelecer direito do consumidor”. Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Prejudicado o projeto. **Item 11) PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora Marina Silva. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCT e outra emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CCT/CMA e nº 2-CMA. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Cícero Lucena. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação da composição e da quantidade de poluentes emitidos pelos veículos comercializados no País”. Autoria: Senador SIBÁ MACHADO. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o projeto. **Item 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2009 (PL Nº 1.815, DE 2007, NA ORIGEM) – TERMINATIVO**, que “altera o art. 2º da Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos”. Autoria: Deputado JÚLIO DELGADO. Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o projeto. **Item 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2009 (PL Nº 4.686, DE 2001, NA ORIGEM) – TERMINATIVO**, que “torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências”. Autoria: Deputado LUIZ BITTENCOURT. Relatoria: Senador OSVALDO SOBRINHO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o projeto. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

132, DE 2006 – TERMINATIVO, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador VALDIR RAUPP. Relatoria “ad hoc”: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Rejeitado o projeto. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que ‘dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências’, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato”. Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: “ad hoc” Senador VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Rejeitado o projeto. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria “ad hoc”: Senador ADELMIR SANTANA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora Marina Silva. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente”. Autoria: Senador GIM ARGELLO. Relatoria “ad hoc”: Senadora MARINA SILVA. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, MARINA SILVA, FLEXA RIBEIRO, ADELMIR SANTANA e VALDIR RAUPP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 3/11/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata anterior permaneçam como se encontram, aprovado.

Item nº. 01 da nossa Pauta, um requerimento da minha autoria para realização de audiência pública nessa Comissão de Meio Ambiente com a presença da ANEEL, do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, de representante do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, e ainda do Vereador Carlos Augusto Lorenzoni, do Município da Serra, para discutirem os valores das tarifas de energia elétrica no Brasil e a atuação da ANEEL na autorização de tais reajustes a título da manutenção do equilíbrio econômico financeiro das concessionárias do setor, considerada ainda a sistemática de incidência dos diversos tributos naquela conta de energia elétrica. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis à aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Esse requerimento, nós vamos fazer, é uma discussão sobre a cobrança a mais na conta de energia que está sendo discutida pelo Governo Federal, pela ANEEL, mas tem um outro tema, por isso que eu chamei um vereador que levantou esse assunto lá no Espírito Santo, que é um assunto de todos os estados, na hora que o consumidor paga uma conta de energia de 100 reais, incide sobre a conta de energia o ICMS de 25% em alguns estados e em cima disso incide PIS/COFINS, o imposto incide sobre o valor total já incluindo os tributos, você não paga o tributo só sobre o seu consumo de energia, você paga também sobre o montante que é acumulado na hora do cálculo dos tributos. Então vamos fazer esse debate, acho que nós podemos fazer esse debate, o Senador Eduardo Suplicy fez uma aprovação de um requerimento para discutir essa situação da energia elétrica, da cobrança de energia a mais que foi identificada lá na Comissão de Assuntos Econômicos, nós poderíamos tratar dos dois temas numa reunião conjunta, foi isso que nós aprovamos na comissão, na CAE, e eu proponho também que a gente faça uma reunião conjunta para que nós possamos ter uma audiência única e mais produtiva.

Então aprovado o requerimento, vamos para o item 2. O item 2, Senadora Marisa Serrano, V.Exa. que tem se manifestado e manifestado a preocupação com relação à tramitação dos avisos do TCU, tem uma proposta que nós fizemos com base no Projeto de Lei que tramitava aqui, tem a proposta de ato que dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do

Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e dos outros órgão e entidades da administração pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal.

O art. 1º dessa proposta de ato interno, o art. 1º os avisos oriundos dos Tribunais de Contas, da Controladoria e dos outros órgãos, submeter-se-ão às seguintes regras de tramitação e apreciação no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Primeiro: é submetido à análise preliminar pelo Presidente da Comissão que exporá à Comissão a síntese do conteúdo de cada aviso, através de quadro informativo preparado segundo o modelo do anexo a este ato. Dois: o Presidente da Comissão fará a leitura da análise preliminar no início da primeira sessão deliberativa posterior à sua conclusão, fazendo distribuir o quadro informativo a todos os integrantes da Comissão. Três: o quadro contendo a análise preliminar constará da pauta cheia da sessão, em que for lida a sessão seguinte, bem como será publicada em anexo as atas respectivas, ficando à disposição pelo mesmo prazo na secretaria para exame para qualquer senador que também poderá pedir vista do processado pelo prazo de sete dias corrido. Quatro: havendo mais de um senador interessado em ter vista, serão abertas vistas em conjunto ao interessado pelo prazo de 14 dias corridos. Quinto: será nomeado relator no final do período de vista, caso a análise preliminar tenha propugnado por essa nomeação ou em qualquer hipótese se houver requerimento do senador pela relatoria. Poderá ser feito em até sete dias contado do término do período de vista. Sexto: havendo proposição pelo arquivamento da análise preliminar e não tendo sido apresentado o requerimento pela relatoria, o aviso dos documentos que o acompanham serão remetidos para o arquivo com alusão ao presente ato. Essa é a proposta que nós estamos fazendo com base na consultoria da Casa, eu apenas fui aqui um proponente, acho que a minha sugestão é que a gente possa dar uma semana de prazo para análise, está na pauta para ser apreciado, mas nós poderemos dar uma semana de prazo para análise, para que os senadores tenham conhecimento e apresentem sugestão ou apenas façam análise se concordam com essa proposta. Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar V.Exa. por ter acatado essa ideia de normatizar a questão da análise da descrição e análise e votação dos pareceres que veem do TCU. Eu ando preocupada, Sr. Presidente, já relatei isso a V.Exa., porque sistematicamente o governo tem dado como os relatórios do TCU, como

empecilho, como não exatos, como açodados e nós que somos responsáveis, porque o TCU foi criado para fazer por nós essa avaliação e essas relatorias, e nós em última análise é que somos responsáveis. O Governo Federal ainda não deu essa responsabilidade para nós. A população também não nos negou a responsabilidade do que está acontecendo, se está acontecendo mesmo essas obras do PAC. Mas nós... Não é o TCU não, ele faz a avaliação dele e manda para essa Casa. A minha discussão tem sido sempre aqui, relatórios que têm problemas sérios e a gente manda para arquivo, quer dizer, não é possível, nós temos que ver aqui nessa Casa uma outra forma e eu acredito que V.Exa. está fazendo isso hoje, outra forma de nós podermos analisar as auditorias e os avisos e as análises que o TCU nos manda. Ele tem razão, o presidente do TCU, o Ministro Ubiratan Aguiar, que ele diz: "Eu sigo a lei. A lei manda que a gente faça isso e mande para o Congresso e o Senado Federal é que vai decidir qual encaminhamento a dar". Ou queremos mais esclarecimentos ou não concordamos com aquilo que o TCU fez ou propomos uma outra saída para a questão levantada, mas nós temos que fazer o embate aqui nessa Casa. Aqui é a razão de nós estarmos aqui, uma das razões dessa Comissão é justamente fazer essas análises. Portanto eu fico muito feliz com essa proposta de ato que V.Exa. lê hoje, acredito--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E V.Exa. acredita que precisa de uma semana para analisar a proposta?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que pelo menos uma semana, de uma reunião para outra, para a gente poder analisar. Agora, fazer o impossível para não ir nada mais para o arquivo sem ser debate nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então V.Exa. poderia fazer o pedido de vista, que eu concedo, porque aí faz vista coletiva e os senadores podem...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu peço vistas à proposta de ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vista do item 2 concedida, na próxima semana a gente retorna com a assunto à Pauta.

Item nº. 3 é outro requerimento da Senadora Marisa Serrano. E para economia processual, eu já passo a palavra a ela, que ela faz a defesa do seu requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, de acordo com que preceitua o art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal combinado com os arts. 90, V e 93, II, do Regimento

Interno do Senado Federal, requeiro a realização da audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Águas e da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para receber o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, ANA, José Machado, para apresentar os resultados da sugestão, tendo em vista o encerramento em breve do seu mandato.

Quero informar aqui que V. Sa. não estava na Casa na última sessão, fizemos uma reunião, e designamos o presidente e o relator, primeiro o vice e o relator da Subcomissão Permanente de Água. E a primeira ideia da Subcomissão era ouvir primeiro o Sr. José Machado, que é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, ANA, para que ele apresentasse todos os resultados das ações empreendidas pela ANA e quais são as propostas que foram exitosas nesse seu tempo, quais aquelas que ainda tramitam e que ainda têm tempo de maturação, já que ele está deixando, logo deve deixar a presidência da ANA, eu achei que era importante que ele fizesse essa explanação. Eu devo dizer que há um projeto que V.Exa. estava comigo lá e que tem conhecimento, que é interessantíssimo para o país e eu tenho recebido inúmeras solicitações a respeito, que é o Produtor de Águas, um projeto inovador que a ANA está começando a desenvolver e que eu tenho certeza que vai atrair o interesse de todos nessa Casa. Portanto eu gostaria de pedir a aprovação dos nobres pares a esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir em votação. Quem for favorável ao requerimento da Senadora Marisa Serrano, permaneça como se encontram. Aprovado.

O Item nº. 4 que é um aditamento a um requerimento do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Cícero Lucena, é apenas um aditamento e eu passo a palavra a um dos seus subscritores, o Senador Cícero Lucena, para defesa e apresentação do requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, é que foi aprovado nessa comissão um termo de Regimento Interno, um requerimento para uma audiência pública destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. E o presente requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro com a minha subscrição é no sentido de que nos termos do Regimento Interno do Senado Federal requeremos o aditamento ao Requerimento 71, de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento com a finalidade de incluir no rol dos convidados o Exmo. Sr. Ministro do Estado de Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende e a Coordena-

dora Mundial do Programa de Educação Científica da Unesco, Sra. Beatriz Macedo. Esse é o requerimento. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Antes de votarmos o requerimento, só apresentando aqui já um folder da Audiência Pública Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento que a Comissão de Ciência e Tecnologia e as outras comissões, a nossa Comissão também, que vai ser no dia 12 de novembro às 9h no Plenário do Senado. Em discussão o aditamento do requerimento do senador--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria apenas, Sr. Presidente, cumprimentar o autor do aditamento ao requerimento e o Senador Cícero Lucena, dizendo o quanto é importante que a gente discuta um pouco mais as questões aqui de ciência e desenvolvimento. Essa é uma comissão que fala de meio ambiente, que trabalha com o direito do consumidor, então nada mais justo que gente possa nesse dia também participar dessa audiência, sou amplamente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Em votação o aditamento, quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado.

O Item nº. 5º é também um aditamento ao Requerimento nº. 73 de autoria do Senador Jefferson Praia, ele mesmo faz um aditamento ao seu requerimento e eu passo a palavra a ele.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. O Requerimento nº. 73 trata sobre parâmetros de preços utilizados para obras públicas, e que sejam convidados diversos representantes. Aqui no requerimento primeiro que fizemos, nós destacamos diversas instituições, eu estou pedindo para acrescentarmos o IBRAOP, que é um Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas e também o Serviço de Perícia de Engenharia e Meio Ambiente do Instituto Nacional de Criminalística da Diretoria Técnica-Científica do Departamento da Polícia Federal. Este requerimento, Sr. Presidente, é de fundamental importância, acredito que nós temos que aprofundar as nossas discussões sobre preços de obras pública no Brasil. Este é um grande problema, nós temos visto em diversas discussões a falta de sintonia entre as instituições com relação a valores de obras pública no nosso país. Eu acredito que podemos dar uma grande contribuição em termos desse debate e quem sabe mais a frente verificarmos como poderemos conciliar os interesses de todos que tratamento desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão o aditamento. Não

havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis ao aditamento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu vou pedir aos senadores e senadoras que possam me conceder o direito de colocar um requerimento extrapauta convidando o Ministro Sérgio Rezende para vir falar sobre o inventário de emissões, uma audiência da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Mudanças Climáticas, o governo está concluindo seu inventário de emissões e acho importante que a gente possa saber o cronograma, como é que estão as conclusões com relação a esse inventário, então faço um convite ao Ministro Sérgio Rezende para que compareça a esta Comissão e a Comissão de Mudança Climáticas. Em discussão o requerimento. Primeiro a inclusão em pauta. Quem for favorável à inclusão permaneça como se encontra. Aprovado. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento, os senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram, aprovado o requerimento.

O Item nº. 6 da pauta é relatoria do Senador Osmar Dias, o autor é o Senador Osmar Dias e a relatoria e da Senadora Marisa Serrano. O Item nº. 6 é Projeto de Lei do Senado que acrescenta inciso ao § 2º do art. 3º da Lei nº. 8666 de 21 de junho de 93 a fim de estabelecer, em igualdade de condições, a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas. Está tramitando em conjunto com outro projeto do Senador Gerson Camata, que regulamenta o art. 37 inciso XXI da Constituição Federal, institui norma para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outra providência. É o parecer da Senadora Marisa Serrano, é favorável ao PLS nº. 40, de 2003 na forma do que substitutivo a que apresenta, a quem passo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sr. Presidente. Os dois projetos do Senador Osmar Dias e do Senador Gerson Camata, o do Senador Osmar Dias é o PLS nº. 40, ele adiciona a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas. Já o PLS nº. 247 do Senador Gerson Camata diz que, para utilização em obras e serviços financiados com recursos públicos e a madeira adquirida de recursos públicos deverão ser comprovadamente oriundos do plano de manejo florestal sustentável devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente. Portanto, passo a análise; compete a CMA nos termos dos art. 102-A, II, a e c, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o

mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e preservação, conservação, exploração e manejo de florestas.

Relativamente ao mérito, ambas as proposições em exame procuram estabelecer o bom exemplo do Poder Público que determinará no médio e longo prazo a modificação do comportamento de importante parcela do setor produtivo e da sociedade brasileira, no que se refere à conservação dos recursos naturais.

Devemos observar que diversos países, em especial os europeus, adotaram normas que determinam a aquisição pelo Poder Público de bem e serviços ambientalmente sustentável, as chamadas Compras Verdes. A argumentação para a adoção de tais medidas é que o poder de compra do estado estabelece o mercado seguro para tais produtos e serviços verdes, o que acarreta a formação de uma economia de escala que diminui os seus custos de produção e facilita a sua inserção na produção nacional. Portanto, medidas que aprimorem a Lei nº. 8.666 de 93 com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável e orientar o padrão de consumo pelo poder de compra do estado, são bem vindas. Deve-se também salientar que o Poder Público, conforme estabelecidos no art. 225 da Constituição Federal, tem a obrigação de preservar e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para gerações presentes e futuras e que o projeto atende diretamente tal preceito constitucional. Entretanto, as medidas preconizadas no PLS nº. 247 são amplas demais, estendendo-se além das compras realizadas pelo Poder Público, pois abarcam as obras e os serviços levados a cabo por entidade de direito privado financiado com verbas públicas. O art. 37 e inciso XXI da Constituição Federal regulamentado pela Lei nº. 8.666 versa sobre os princípios que regerão as obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta dos poderes da União, dos estados e Distrito Federal e dos municípios. Desse modo, a proposição necessita alteração para adaptar-se aos limites constitucionais que regem a Lei nº. 8.666 e que não abrangem as atividades econômicas dos entes privados.

Além disso, devemos observar que por ser o PLS nº. 247, de 2008 mais recente do que o nº. 40, de 2003, as disposições do primeiro serão incorporadas ao texto do segundo na forma de emenda substitutiva. Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 40 da forma do substitutivo a seguir e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº. 247 abarcado no primeiro.

O Congresso Nacional decreta: art. 1º, IV – possuidores de certificação ambiental emitida por entidade

com competência reconhecida pelo órgão federal de metrologia, normalização e qualidade industrial.

Eu quero apenas deixar aqui, porque acredito que todos já tenham lido, mas os dois projetos significam isso. Um deles justamente para a questão do desempate valerá a certificação ambiental e o segundo quando ele se referiria à entidades privadas, nós colocamos apenas aquilo que a 8.666 preconiza, as entidades públicas de serviço público que poderá ter esse tipo de madeira certificada para o seu uso.

Eram essas duas questões que foram colocadas nos dois projetos assinados pelos Senadores: Osmar Dias e Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Bem, essa matéria é de fato importante e a exigência de certificação ambiental é um critério que deve de fato nortear, não só as licitações na administração pública, mas isso deve ser um comportamento que se estabeleça pelo consumidor, o consumidor precisa passar a exigir na hora da aquisição da compra de produtos, na hora de qualquer serviço contratado, toda a certificação para que nós possamos ter uma potente arma contra a destruição dos recursos naturais. Então começar pela administração pública é fundamental, na verdade daqui a pouco nós vamos... quem não tiver certificação ambiental não vai poder nem participar de licitação, nós estamos num passo no meio caminho, no meio de caminho, daqui a pouco nós vamos ter que todo mundo que produz, que usa algum tipo de recurso tem que ter de fato recurso natural ou utilize diretamente ou indiretamente, mas que tenha um processo de produção, precisará ter de fato algum tipo de certificação que garanta a responsabilidade ambiental e responsabilidade social no seu meio de produção. Então parabeno a Senadora Marisa Serrano, o Senador Osmar Dias, o Senador Gerson Camata, pela apresentação da proposta e pelo relatório. E continua em discussão, se alguém quer discutir a matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com relação à questão da certificação, que no caso aqui é o cumprimento de que a madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e a madeira adquirida com recursos públicos deverá ser comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável, devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, para adequar à lei assim aos novos artigos. Essa é uma exigência legal que deveria ser a base, não se deve comprar madeira que não tenha o

cumprimento da lei, que não seja de plano de manejo. Infelizmente na realidade do Brasil, as pessoas compram madeira retirada de unidade de conservação, de terra indígena, tira madeira de roçado que para se utilizar madeira de roçado é preciso que se tenha uma licença especial para o uso da madeira de roçado, senão acaba virando uma fonte de esquentar a madeira que é traficada. O delta mais que nós vamos precisar fazer é que a madeira seja certificada, porque uma coisa é o cumprimento da legislação de que deve ter o plano de manejo, isso é uma obrigação legal que deveria ser cumprida por todos nós, brasileiros, pelos órgãos do governo nem pensar, não poderia comprar se não fosse a partir do cumprimento da lei. Mas eu acho que saúdo a iniciativa e o trabalho feito nossa Senadora Marisa Serrano, mas o grande passo que precisamos dar no Brasil é criar os incentivos necessários para que se possa transitar para a compra de madeira certificada e porque não se compra madeira certificada como obrigatória? Porque ela tem um custo inicial mais elevado e isso não estaria em acordo com a 8.666, que diz que deve se comprar as coisas sempre pelo menor custo, só que se tratando de meio ambiente o menor custo às vezes tem um custo maior, que é o custo da degradação ambiental.

E quando estava no Ministério do Meio Ambiente nós criamos inclusive um grupo de trabalho que interagiu com o Ministério da Fazenda e uma diretoria chamada... que era para tratar dos assuntos ligados aos instrumentos econômicos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e incentivo tanto em termos de tributos quanto da dispensa de algumas taxas, algum tipo de desoneração para que as pessoas pudessem baixar o custo da madeira certificada. E também propusemos uma mudança na 8.666 no sentido de que o governo pudesse fazer as compras especificando a madeira certificada e não ser pego pelo Tribunal de Contas como tendo adquirido um produto por maior preço quando existe menor preço sendo praticado no mercado, só que esse menor preço é em função do *dumping* ambiental que é praticado, porque nosso respeita a reserva legal, não tem plano de manejo, nosso usa tecnologias apropriadas e na maioria das vezes é até madeira tirada clandestinamente com o corte seletivo de madeira, e portanto tem um custo economicamente menor, mas um custo social e ambiental incomparavelmente maior. De sorte que eu quero aqui saudar o relatório da nossa Senadora Marisa Serrano e dizer que nós temos um dever de casa a fazer, com os instrumentos econômicos que incentivem a compra dos produtos certificados, para que as compras dos governamentais inclusive possam baixar o custo

desses produtos e eles tornarem mais acessíveis para serem praticados no mercado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marina Silva.

Em votação a matéria de acordo com... a Senadora Fátima Cleide quer se pronunciar? Em votação a matéria de acordo com o relatório feito, o substitutivo feito pela Senadora Marisa Serrano. Matéria terminativa na CCJ. Os senadores e senadoras que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Nós vamos entrar nos terminativos agora, vamos tentar votar terminativos hoje. Mas antes de entrar nos terminativos, o Senador Pedro Simon apresentou um requerimento na CCJ, convidando, Senadora Marisa Serrano, o Ministro Paulo Bernardo, o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, o Procurador Roberto Monteiro Gurgel e o Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, Cezar Augusto Pinto Motta para discutir a questão do Tribunal de Contas e as polêmicas do embate e do debate. Me pediu para apresentar também na Comissão de Fiscalização e Controle para fazermos audiência conjunta. Então queria solicitar a inclusão extrapauta desse requerimento, senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. E colocar em votação a matéria e colocar em discussão primeiramente. Se alguém quer discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento e quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado o requerimento.

O Item nº. 7. Projeto de Lei do Senado 109, de 2009, que é terminativo, e o projeto é do Senador Raimundo Colombo e a relatora é a Senadora Marisa Serrano. O parecer é pela prejudicialidade da matéria. É terminativo, nós estamos tendo dificuldade de votar matéria terminativas, nós vamos ler, vamos apresentar o relatório, vamos discutir e se não tivermos quórum para votar a gente não vota, vota na próxima sessão, mas vamos concluir os processos legislativos, pelo menos, para que a gente possa, a hora que tiver sessão termos chance de votarmos rapidamente essas matérias. Então com a palavra a Senadora Marisa Serrano para o seu relatório.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Como o relatório é um pouco extenso, eu vou partir da análise do quarto parágrafo, que diz o seguinte: concordamos com o entendimento da CCJ quanto à prejudicialidade do projeto, em virtude de teor do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 170 de autoria do Senador Almeida Lima, que impõe às pessoas jurídicas prestadoras de servi-

ço público e privados a emissão e o encaminhamento ao consumidor da declaração de quitação anual de débitos. Após a aprovação do Senado Federal e a encaminhamento à Câmara dos Deputados para revisão, de acordo com o disposto no art. 65 da Constituição Federal, foi aprovado naquela Casa como substitutivo e posteriormente remetido a esta Casa e distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo presidente designou como relator da matéria... falta o nome do relator da matéria aqui. Em agosto de 2008 o parecer aprovado no âmbito da CCJ foi favorável ao substitutivo na Câmara dos Deputados no Projeto de Lei do Senado nº. 170, de 16 de junho de 2009, que foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal. Segundo o disposto no art. 334 o presidente de ofício ou mediante consulta de qualquer senador, declarará prejudicada a matéria dependente de deliberação do Senado em virtude do seu pré-julgamento pelo Plenário em outras deliberações. Transcrevemos a seguir a redação final dos seis artigos do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 170, de 2003, que era o nº. 4.701 de Câmara dos Deputados. Art. 1º – As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados são obrigadas a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos. Art. 2º – a declaração de quitação anual débitos compreenderá os meses de janeiro a dezembro de cada ano tendo como referência a data do vencimento da respectiva fatura. § 1º – Somente terão direito à declaração de quitação anual de débito os consumidores que quitarem todos os débitos relativos ao ano em referência. § 2º – Caso o consumidor não tenha utilizados os serviços durante todos os meses do ano anterior, terá ele o direito de declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos. § 3º – Caso exista algum débito sendo questionado judicialmente, terá o consumidor o direito à declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos. Art. 3º – A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada ao consumidor por ocasião do encaminhamento de fatura a vencer no mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou dos anos anteriores, podendo ser emitido em espaço da própria fatura. Da declaração de quitação anual deverá constar informação de que ela substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações de faturamento mensais dos débitos do ano a que se refere ou dos anos anteriores. Art. 5º – O descumprimento do disposto nessa lei sujeitará os infratores a sanções previstas na Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 95, sem prejuízo daquela determinada pela legislação de defesa do consumidor. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Isso

posto, o nosso parecer é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado. Como todos os senadores verificaram, já existe na Casa, aprovado na Casa, é que normatiza essa questão e, portanto, que é do senador Almeida Lima. Portanto fica declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está certo. Nós temos... falta um senador para que a gente possa votar as matéria terminativas, eu vou pedir a compreensão e atenção dos senadores para que possam aguentar a fome um pouco e a gente conseguir votar as matéria. Em discussão o Item nº. 7 relatado pela Senadora Marisa Serrano. Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação, encerrada a discussão, sobrestada a votação até o quórum ser adequado para votação da matéria terminativa.

O Item nº. 8 matéria terminativa do Senador João Ribeiro que não se encontra presente. Vamos então, por enquanto, passarmos para o Item nº. 9 que eu sou o relator e chamo o Senador Cícero Lucena, vice-presidente, para assumir a presidência e para que eu possa fazer o relato do Item nº....

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o relator do item 9, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Item nº. 9 é do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº. 8.313, de 91 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público. Sr. Presidente, vamos à análise da matéria, a análise da matéria é... o meu voto é pela rejeição dessa matéria com toda importância que ela tem, mas pela rejeição, e que a análise de forma, vou algumas partes do meu relatório, e algumas mensagens da análise deixarão clara a minha posição. Aqui nós primeiro fazemos um abordagem desse assunto do tema que é tratado com relação à importância da redução dos gases de efeito estufa, o Brasil não pode se furtar a esse trabalho, mas o projeto examinado tem propósito inquestionavelmente válido, ao evidenciar que a luta em prol da mitigação das referidas emissões constitui responsabilidade de todos os segmentos da sociedade não apenas dos setores diretamente vinculados à entidades industriais, agrícolas e florestais. Nesse sentido, deve-se reconhecer que a produção dos bens e serviços de mandados por espetáculos artísticos, inclusive o serviço de transporte dos expectadores desses espetáculos

promovem a geração de gás de efeito estufa, especialmente gás carbônico.

Não cabe, é claro, reparo à proposição no tocante à iniciativa que envolve o Projeto de Lei Ordinária cuja apresentação por força do art. 61 da Carta Magna constitui prerrogativa de qualquer membro ou comissão do Senado Federal, além disso ela busca promover a defesa do meio ambiente, dever atribuído ao Poder Público e à coletividade, pelo art. 225 da Constituição Federal. Pretende igualmente contribuir para o aprimoramento da Política Nacional de Meio Ambiente, e a despeito dessas questões fundamentais favoráveis em próprio ao projeto PLS 167, de 2007, julgamos que a aprovação desse Projeto de Lei afigura-se problemática pelas razões apresentadas a seguir. Não parece haver nenhuma razão lógica para que a neutralização de carbono proposta pelo projeto em exame seja tornada obrigatória apenas para projetos culturais preparado pelo Poder Público no âmbito do PRONAC. Por uma questão de equidade, essa exigência deveria indubitavelmente ser aplicada a qualquer empreendimento, porque senão você fica nunca disputa desigual daqueles aprovados e patrocinados pelo Poder Público e aqueles não patrocinados pelo Poder Público e daqueles outros tipos de eventos que não sejam eventos culturais. Deveria... a qualquer empreendimento beneficiando com recursos públicos, inclusive os beneficiados com linhas oficiais de crédito subsidiado para empreendimentos agrícolas ou industriais. Todos esses agentes provavelmente em número de milhares deverão apresentar o cálculo de neutralização de carbono ao submeterem suas solicitações de recurso. Ressalte-se que no Brasil as emissões de gases de efeito estufa resultam essencialmente da queima de combustível fóssil e de desmatamento, sendo que a participação de outro segmento na total das admissões não chega a 5%.

Então é importante, é boa iniciativa, mas ela não é essencial, prioritária e ela torna desigual a realização de eventos na área cultural e em outras áreas. Torna desigual a fonte de financiamento financiado pela administração pública e financiado por outros mecanismos. Então por isso, que compreendendo a validade da iniciativa, o meu Voto é pela rejeição desta iniciativa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acredito e concordo com V.Exa., porque como V.Exa. disse no seu relatório, seria praticamente impossível promover em cada caso o levantamento de quantidade de carbono que cada um estaria utilizando, os parâmetros para essa aplicação generalizada, sujeito

a infundáveis questionamentos, como V.Exa. colocou aqui. Diferente você ver como que um circo está emitindo carbono, uma orquestra sinfônica, o que é que tem um grupo folclórico, uma exposição de pintura, quer dizer, em cada um teria que ter um levantamento. E realmente isso ficaria impossível de ser realizado. Concordo com V.Exa. pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): A minha intenção é pedir vistas, Senador Casagrande. Eu entendi o argumento de V.Exa. e da Senadora Marisa Serrano, acho que não se deve criar esse desequilíbrio entre aqueles que são com o Poder Público e os que são da iniciativa privada, nós já temos várias atividades que são feitas hoje com neutralização de carbono, o carbono zero, as pessoas estão fazendo casamento, aniversário, uma série de coisa, fazendo projeto de neutralização das emissões. E o problema aí é que o que desequilibra as ações, que deveria ser para todos os empreendimentos. Agora é óbvio que esses processos são processos na iniciativa privada voluntário e que cada evento, como disse a Senadora, tem que ter um cálculo, existe metodologia para se chegar a isso, até porque também depende do tamanho do evento, um evento que mobiliza, por exemplo, a Conferência Nacional de Meio Ambiente, 2.000 delegados, todos viajando de avião, isso tem um cálculo que precisa ser feito. Cada evento exige um cálculo. Então eu vou pedir vistas, muito mais por desincumbimento de consciência porque a iniciativa é boa, mas ela estabelece uma disparidade entre aquilo que é fiscalizado pelo Ministério da Cultura e os outros financiamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Regimentalmente é permitido então, concedido vista à Senadora Marina. Devolvo a palavra ao Presidente Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena, o nosso vice-Presidente. Com a chegada do Senador Flexa Ribeiro nós alcançamos o quórum para a votação de terminativos. E eu então volto ao Item nº. 7 que já teve encerrada a discussão--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Eu quero justificar de não ter atendido de pronto--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V.Exa. ter vindo já foi uma grande alegria para todos nós.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É que nós estávamos, passamos lá meia hora discutindo o

projeto de vossa autoria que no momento de bastante clarividência V.Exa. propõe que se extinga aquela multa--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Limite de prazo do FGTS.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aquela multa sobre o FGTS para a qual ela foi instituída, já ter atendido o objeto, que era pagar aquelas diferença dos planos econômicos. E o projeto de V.Exa. colocava em 31 de dezembro de 2010, e de uma hora para a outra o Senador Suplicy veio com uma emenda para 31 de julho de 2012, o que eu não concordo, eu acho que... e disseram que V.Exa. concordou com a prorrogação até 2012, então nós ficamos lá meia hora--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Minha posição, Senador Flexa, é de 2010, mas o governo pediu audiência...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Perdemos. Então V.Exa. fez muita falta lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O governo pediu audiência pública nós não íamos conseguir votar a matéria. Mas eu não queria contaminar a nossa discussão de meio ambiente com esse assunto, porque raramente temos quórum. Então eu gostaria--

[falas sobrepostas]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu acho que isso merece um esclarecimento. Ficou a impressão que eu estava me posicionando favoravelmente às ações do governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço a posição de V.Exa.--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Na verdade, o que nós estamos querendo é a extinção e a proposição de extinção só era possível se fosse... Pelo menos agora nós temos a expectativa de que será extinta em 31 de julho de 2012.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Adelmir Santana, Senador Flexa Ribeiro para demonstrar a sua capacidade de gerar polêmica trouxe de lá da outra comissão uma polêmica para a comissão de cá. Já não bastasse a polêmica da comissão de lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para justificar o atraso da minha chegada aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então em votação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Justificar o meu posicionamento, o meu posicionamento que não é nada contrário ao meu partido ou contrário às confederações dos empregadores, mas é o que é

possível. Agora, nós temos pelo menos a expectativa de que essa taxa será extinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É isso. Eu agradeço V.Exa. pelo relatório que fez do meu projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Se pudermos, até inclusive com o Senador Adelmir Santana, o que pudermos antecipar, nós vamos antecipar, mas o que nós conquistamos foi uma expectativa de terminarmos com essa multa.

Vamos à votação dos itens nº. 7. Item nº. 7 a Senadora Marisa Serrano foi a relatora pela prejudicialidade da matéria. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano? Foi a relatora. Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O relatório da Senadora Marisa Serrano foi aprovado, a matéria foi prejudicada, considerada prejudicada.

O Item nº. 9, vista. O Item nº. 10 o Senador Almeida Lima não se encontra, mas depois nós vamos nomear relator *ad hoc*, mas vamos agora priorizar quem está aqui. O Item nº. 11, Senador Valdir Raupp é o relator que institui o incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, com a palavra o Senador Valdir Raupp. O que a gente pede sem prejudicar o conteúdo e a qualidade da apresentação e do relatório o mais rápido que puder ser feito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como já fui relator desse projeto lá na CAE e com muita honra relato ele aqui também, e como voto também é pela prejudicialidade, é pela rejeição, eu vou direto ao voto, antes porém, poder fazer apenas um comentário. Esse dispositivo regulamenta a cobrança de compensação ambiental que pode ser avaliada, embora os números apresentados pelo MMA não estejam consolidados como a principal fonte potencial de recursos para áreas protegidas, e em geral os técnicos do MMA trabalham com cifra de cerca de 2,5 bilhões até 2010, apenas para as obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Esses cálculos referem-se à aplicação pura e simples do percentual mínimo originalmente previsto na lei que estabelece. Sobre os valores estimados para a realização daquelas obras, ou seja, 0,5% de 500 bilhões de reais, por fim deve-se enfatizar que a dedução prevista pelo PLS nº. 348, de 2003 colide com os princípios constitucionais da isonomia e da progressividade tributária, pois beneficiaria em regra contribuinte de maior capacidade contributiva. Esse projeto, se aprovado, vai tirar imposto de renda da base de cálculo dos municípios, de estados e municípios e os municípios seriam prejudicados com ele. Como não há tanta necessidade assim da criação desse fundo o nosso projeto em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 348, de 2003. É o Voto.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Valdir Raupp. Em discussão, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu peço vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vista concedida à Senadora Marina Silva.

Item nº. 12. Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº. 8.078, de 90 para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores no momento da oferta a respeito da eficiência e consumo energético de produtos e serviços colocado no mercado de consumo. Senador Renato Casagrande é autor e a Senadora Fátima Cleide é a relatora. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, primeiro lugar gostaria de dizer que o projeto de V.Exa. é meritório e eu gostaria de parabenizá-lo por isso. Está inserido no rol das alternativas destinadas a contribuir para um combate rotineiro, diuturno, aos riscos relacionados ao fornecimento energético em nosso país. E eu considero, Sr. Presidente, que essas atitude não deveria ocorrer apenas nos momentos de crise.

O projeto em análise, repito, é extremamente positivo e meritório. Meu Voto, Sr. Presidente, é pela aprovação da matéria nos moldes de que foi aprovado na CCT, e apresento ainda emenda para incluir Parágrafo Único ao art. 31 cujo objetivo é determinar que as informações sobre a eficiência e o consumo energético deverão observar a metodologia de aferição definida pelo Poder Executivo conforme vou ler agora: "*Parágrafo Único. As informações sobre a eficiência e o consumo energético deverão observar metodologia de aferição conforme regulamentação do Poder Executivo*". Note, Sr. Presidente, que a emenda apresentada não menciona o INMETRO, órgão responsável pela regulamentação proposta, uma vez que tal determinação é de competência do Poder Executivo. Assim sendo, o nosso Voto é favorável ao projeto, com a emenda aprovada na CCT e a emenda apresentada aqui neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Fátima Cleide. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação projeto e posteriormente em votação a emenda.

Eu quero agradecer ao relatório da Senadora Fátima Cleide, obrigado pela sua aprovação, é uma matéria que trata de eficiência no gasto de energia e importante para esse novo modelo desenvolvimento que a gente quer construir no mundo. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Senadora Fátima Cleide foi a relatora. Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O projeto principal foi aprovado e pergunto se posso repetir a votação para a emenda, para as emendas. Não havendo discordância também considero os mesmos votos para as emendas apresentadas pela Senadora Fátima Cleide e a matéria é terminativa e vai à Câmara dos Deputados. Aprovada a matéria.

Item nº. 14. Item nº. 13, o Senador Gim Argello... por enquanto priorizar quem está presente.

Item nº. 14. Projeto de Lei do Senado. Item nº. 12 já foi votado, Senador Flexa... Item nº. 14, obrigatoriedade da neutralização de emissão dos gases de efeito estufa decorrente da realização da Copa do Mundo de 2014. Senador Cícero Lucena é relator da matéria e autoria é do Senador Expedito Júnior. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu vou pedir a retirada do projeto, mesmo já...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, a retirada, como relator, mesmo com o parecer favorável em função dessa própria comissão ter criado uma subcomissão de acompanhamento e fiscalização da copa de 2014 e recentemente eu estar retornando de

uma viagem à África do Sul, representando essa Comissão em conjunto com a Câmara, nós entendemos que seria oportuno fazer antes da aprovação desse projeto uma audiência pública que eu vou propor na Subcomissão da Copa. Então o pedido é para retirada em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Matéria retirada pelo relator. E, portanto vamos ao Item nº. 16, que altera a Lei nº. 8.723 de 28 de outubro de 93 que dispõe sobre a redução das emissões de poluentes por veículos automotores e dá outras providências para tornar obrigatória a divulgação da composição e da qualidade dos poluentes emitidos pelos veículos comercializados no país. Autoria Senador Sibá Machado, nosso amigo e companheiro Sibá Machado lá no Acre, suplente da Senadora Marina Silva e relatoria do Senador Jefferson Praia, a quem passo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O projeto, Sr. Presidente, altera o § 2º do art. 13 da Lei nº. 8.723 de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores para estabelecer que os fabricantes de veículos automotores sejam obrigados a divulgar aos consumidores, além das especificações de uso, segurança e manutenção dos veículos em circulação, as informações relativas à composição qualitativa e quantitativa das emissões veiculares. A proposição em análise acresce ainda um parágrafo, § 3º ao art. 13, supra mencionado de modo a determinar que as concessionárias mantenham disponível ficha técnica para consulta pelos consumidores com as informações sobre a composição e a quantidade dos poluentes emitidos pelos veículos comercializados. Passo, Sr. Presidente ao Voto. Diante do exposto o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 15, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena, que se ausentou momentaneamente. Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia, foi o relator, voto conhecido. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A matéria foi aprovada.

Item nº. 17. Altera o art. 2º da Lei nº. 11.317 de 26 de julho de 2006, para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos. Autoria Deputado Júlio Delgado, PSB de Minas Gerais, relatoria Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Vem ao exame dessa comissão o Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Júlio Delgado, PLC nº. 146, de 2009, que altera o art. 2º da Lei nº. 11.337, de 2006 para melhor detalhar a abrangência da exigência nele contida e para adequar a nomenclatura empregada aos padrões técnicos estabelecidos. O PLC objetiva especificar mais claramente as exigências técnicas disposta na Lei nº. 11.337, de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica. Em 17 de julho de 2009 a matéria foi remetida à CMA para decisão terminativa, não sendo oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise. O PLC visa alterar dispositivo que impõe que os aparelhos elétricos com carcaça metálica e aqueles sensíveis a variações bruscas de tensão disponham obrigatoriamente de condutor-terra de proteção e do respectivo adaptador tripolar. Segundo a redação proposta, é retirada do *caput* do art. 2º da Lei a expressão: "sensíveis a variações bruscas de tensão"

pela subjetividade que caracteriza a sua aplicação. Note-se, por exemplo, que qualquer aparelho elétrico conectado a uma tomada elétrica está sujeita a variações bruscas de tensão. Mais ainda, a resposta de um aparelho a essa variação não é necessariamente semelhante a de outro equivalente. A proposição também retira a expressão “obrigatoriamente” da redação original, que aprimora o dispositivo uma vez que se trata de redundância.

O PLC leva em conta a determinação da ABINNEE, Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, e de que o aterramento por meio de *plug* de alimentação deve ser feito somente nos aparelhos elétricos e eletrônicos da classe I. Por fim, a mudança na cláusula de vigência da Lei nº. 11.337, de 2006 permite que a indústria nacional possa se adaptar normas sem atropelo.

Vamos ao Voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 146, de 2009. Este é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria, que é favorável. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A matéria foi aprovada.

Item nº. 18. Projeto de Lei da Câmara nº. 138. Torna obrigatória a manutenção do exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais de prestação de serviços e dá outras providências. Luiz Bittencourt, deputado, é o autor, Osvaldo Sobrinho é o relator da matéria que é favorável. Passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº. 138, de 2009, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt tem por objetivo esclarecer dúvidas do consumidor acerca de seus direitos e deveres previstos na Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 90, o Código de Defesa do Consumidor. E não foram apresentadas emendas a esse projeto e a análise do projeto é o seguinte; cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que no aspecto material esteja em conflito com o teor da proposição em exame, assim não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida, também não se verifica vício de injuridicidade, quanto à regimentalidade, está correto, quanto à técnica legislativa também podemos dizer que está dentro das técnicas legislativas.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento à legislação consumerista. O objetivo do autor da proposta é facilitar a consulta e o esclarecimento de dúvidas dos consumidores sobre seus direitos e deveres contidos do Código de Defesa do Consumidor, colaborando para a transparência e harmonia das relações de consumo. Cumpre destacar que Código de Defesa do Consumidor não é uma lei extensa, ela

tem apenas 119 artigos que cabem em poucas dezenas de páginas. Não se trata, portanto de exigência excessiva ou inexequível, mas de fácil cumprimento pelo fornecedor dos bens e serviços. A iniciativa vem ao encontro das leis estaduais de proteção e defesa ao consumidor sobre o tema. No Estado do Paraná, por exemplo, foi editada a Lei Estadual nº. 16.136 de 24 de julho de 2009 que obriga os estabelecimentos comerciais situados no estado a manter exemplar do Código de Defesa do Consumidor para consulta.

O meu Voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 138, tendo em vista o que mesmo supre todos os pré-requisitos previstos pela lei. Assim é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Agradeço a V.Exa. e ponho em discussão a matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Para discutir, a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Primeiro, a iniciativa é louvável porque dá transparência ao direito do consumidor na medida em que obriga o estabelecimento comercial a ter o Código à disposição em lugar visível para que ele possa consultar e verificar se não está sendo lesado de seus direitos. Toda e qualquer lei que vise aperfeiçoar a forma de proteger os direitos do consumidor, e nesse caso aí é ter acesso às informações e poder se proteger contra as atitudes lesivas que muitas vezes acontecem, sobretudo para aquelas pessoas que têm mais dificuldade em reivindicar e estar atento para seus direitos, é louvável. Agora, obviamente que as pessoas mais simples, às vezes nem têm as condições adequadas para fazer essas consultas, mas é fundamental que a possibilidade de as pessoas terem mais conhecimento, mas acesso àquilo que assegura os seus direitos contra qualquer atitude lesiva ou desonesta é fundamental. A gente verifica uma série de artimanhas que são praticadas, que na maioria das vezes elas, de má-fé, lesam o consumidor, que todos os mecanismos às vezes que são acionados para evitar essas atitudes lesivas não são suficientes, de sorte que o projeto vem aperfeiçoar as oportunidades que se têm de dissuadir aqueles que de forma inescrupulosa e desonesta muitas vezes usam de má-fé com práticas que não estão acolhidas pelo Código do Consumidor, em relação às pessoas que muitas vezes se sentem indefesas diante de determinadas atitudes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marina Sil-

va. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do Senador Osvaldo Sobrinho. E como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho, é voto conhecido. Como vota o Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A matéria foi aprovada. Eu peço a V.Exa. que permaneçam mais alguns minutos... Pois não, Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero justificar o Item nº. 17, o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Registrado o voto favorável da Senadora Marisa Serrano, o item 17.

Vamos só, mais cinco minutos. Vamos aproveitar o quórum. O Item nº. 8, a relatoria do Senador João Ribeiro, mas o Senador César Borges aceitou fazer o

relatório, e peço uma síntese do relatório que é pela prejudicialidade da matéria, é contrária à matéria, e passo então o relator *ad hoc*, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o Projeto de Lei de autoria do Senador Valdir Raupp que se encontra aqui a minha esquerda, tem o objetivo de inserir dispositivo do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 que institui norma básica sobre alimentos para estabelecer que os rótulos de produtos alimentícios devem atender as requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor.

De acordo com o autor da proposição, o novo perfil nutricional do brasileiro está associado ao crescimento alarmante da obesidade e doenças crônicas degenerativas. Em resposta a situação o governo vem buscando a implantação de medidas que coloquem limite no *marketing* de produtos alimentícios, especialmente àquele voltado para o público infanto-juvenil. Refere o que setor produtivo está empenhado em propor medidas de autorregulamentação que estimulam a alimentação saudável, inclusive oferecimento de produtos mais baratos e de valor nutricional melhorado, além da simplificação da rotulagem dos alimentos.

Atendendo a esse anseio, o autor apresentou a proposição sobre análise. A proposição ora analisada tem por objetivo simplificar as informações nutricionais constantes dos rótulos dos alimentos. Devemos observar que Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, levando em conta a vulnerabilidade do consumidor do mercado de consumo e a necessidade de ação governamental para protegê-lo, já estabeleceu normas sobre esse tema, dispondo o seguinte sobre a rotulagem de alimentos, *in verbis*: “Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em linguagem portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade de origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam a saúde e à segurança dos consumidores”. Assim, que pese o objetivo meritório do autor, cremos que a matéria já está devidamente normatizada pela legislação vigente, o que torna dispensável nova determinação legal sobre o assunto. Ademais, devemos ponderar que ao elaborar norma sobre embalagem e rotulagem de alimentos, o órgão sanitário competente leve em conta os requisitos já estabelecidos em lei, como aqueles constantes do Código de Defesa do Consumidor acima descrito.

Em função disso, Sr. Presidente, o Voto é, pelas considerações expendidas, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado. Esse é o Voto do Senador João Ri-

beiro, que eu relato de forma *ad hoc* nesse momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Agradeço ao Senador César Borges pela contribuição. Em discussão a matéria. A Senadora Marisa Serrano gostaria de ouvir o autor, se o autor está concordando com o relatório. Senador Valdir Raupp o senhor está concordando, está compreendo que o relatório atende às...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Olha, em parte. Porque tinha realmente um projeto [ininteligível] que o Presidente vetou, foram vetados alguns pontos dessa rotulagem de alimentos. Mas se esse foi o entendimento e sempre é feito com a assessoria técnica do Congresso e do Governo, não vou objetar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em votação a matéria. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De acordo com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então a matéria foi rejeitada, de acordo com o parecer do Senador João Ribeiro, relatado e lido pelo Senador César Borges.

Item nº. 10. Projeto de Lei que acrescenta inciso XVIII ao art. 51 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre proteção ao consumidor e dá outras providência para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato. O Senador Augusto Botelho é o relator, mas nós vamos pedir ao Senador Valdir Raupp, que assim que acabar de fazer essa ligação, possa relatar a matéria do Item nº. 10. Originariamente a relatoria é do Senador Almeida Lima. V.Exa. fará o relatório *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Item nº. 10 não, senhor. O senhor fez a matéria que o senhor era de fato o relator, originalmente relator o Item 11. Estão pedindo para o senhor fazer o relatório do Item nº. 10, de forma resumida.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, a justificção que o autor argumenta que o inciso apresentado pela proposição estava incluído na redação aprovada pelo Congresso Nacional que foi objeto de veto presidencial sob a alegação do que reproduz. No essencial, o que já está explicitado no inciso IV e é, portanto, desnecessário. Menciona ainda que situação como essa poderiam gerar dissenso jurisprudencial a respeito da nulidade ou não das cláusulas, enfraquecendo se assim já a frágil posição dos consumidores na relação jurídica com os fornecedores do produtos e serviços. Não foram oferecidas emendas ao projeto. Do Voto. Em visto do exposto, manifestamos pela constitucionalidade, juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº. 2488, de 2003 e no mérito pela sua rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vou pôr em votação a matéria. Como vota a Senadora Marina Silva?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A matéria foi rejeitada conforme o parecer do Senador Almeida Lima.

Item nº. 13. Projeto de minha autoria que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte. Relatoria do Senador Gim Argello pela rejeição da matéria. Peço ao Senador Adelmir Santana que faça o relatório dessa matéria, substituindo o Senador Gim Argello.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, na análise do relator, faz uma série de considerações para apresentar o voto de rejeição. Mas chama atenção que nesse contexto vale ressaltar que tramita na Câmara dos Deputados, aguardando a deliberação do Plenário da Casa, iniciativa que visa instituir a política nacional de resíduos sólidos, portanto, essa proposta é muito mais ampla, abrange essa matéria tratada no projeto, daí o voto do relator para rejeição.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Senadora Marina Silva, para discutir a matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu concordo com o argumento de que existe um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, que é uma lei mais abrangente, que é a lei de resíduos sólidos, a política de resíduo sólido, só que ela está tramitando há 20 anos. E há 20 anos que nós vamos ficar então, se tiver mais 20 para jogar para essa lei as medidas que mesmo paliativas podem ser feitas, nós não vamos conseguir. Então vou pedir vistas da matéria, Sr. Presidente, por entender que há um processo protelatório deliberado e enquanto isso há uma série de contaminações que são feitas, rios inteiros são poluídos, quando nós já temos uma ação profícua de segmento comunitários e de empresas que trabalham exatamente com os processos de reciclagem e que desde os processos mais simples aos mais complexos, seriam beneficiados com uma atitude como essa, de sorte que eu peço vista e registro aqui o meu protesto contra o argumento de que existe um Projeto de Lei, esse projeto tá tramitando nada mais, nada menos do que 20 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vista concedida, Senadora Marina Silva, e a argumentação da Senadora é totalmente compreensível, porque nós não conseguimos chegar ao fechamento de uma política nacional de resíduos sólidos. Acho que inclusive essa comissão aqui, o Senador Cícero Lucena tinha uma subcomissão que tratava desse assunto, nós tínhamos que elaborar uma proposta e tramitarmos em conjunto com a Câmara uma proposta como essa. Vou discutir depois os membros dessa comissão para que a gente possa achar um caminho e darmos uma agilidade à tramitação dessa matéria. Então vista concedida.

O último item, o Item nº. 15, de autoria do Senador Gim Argello de relatoria do Senador João Pedro, um Projeto de Lei que altera o § 1º do art. 42 da Lei nº. 8.078, de 90 para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente. O parecer é favorável à matéria com a emenda que apresenta. Relatoria Senador João Pedro, eu peço à Senadora Marina Silva que faça o relatório.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Esta comissão examina em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado de nº. 189, de 2009, de iniciativa do Senador Gim Argello. A proposição altera a redação do Parágrafo Único do art. 42 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 90, Código de Defesa do Consumidor, com o objetivo de estipular o prazo de cinco dias contados a partir da data de recebimento da solicitação do consumidor, para que o fornecedor efetue a devo-

lução dos valores pagos indevidamente nos termos do mencionado dispositivo consumerista. Não foram oferecidas emendas à proposição.

A análise do projeto, Sr. Presidente. Compete a esta Comissão apreciar matérias relativas à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102 A, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal com a redação dada pela Resolução nº. 1, de 2005. Em relação à constitucionalidade, a proposição está em conformidade com as disposições referente à competência normativa da União às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa. O Projeto de Lei em apreço guarda a harmonia com as demais disposições constitucionais. Além disso, está vazada em boa técnica legislativa. No tocante à juridicidade, o Projeto de Lei em referência cumpre as exigências de inovação, efetividade e espécie normativa, adequada coercitividade e generalidade. No que concerne ao mérito, saliente-se que, de acordo com a redação atual do Parágrafo Único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor devolve a quantia pertinente em um momento qualquer. Como se percebe, o consumidor fica a mercê da boa vontade do fornecedor em corrigir o erro da cobrança imprópria. Dessa maneira, existe presentemente nesse dispositivo uma lacuna de regulação das relações de consumo. Com efeito, a proposição concorre para o aperfeiçoamento da norma consumerista, pois a fixação do prazo para o restabelecimento da situação mediante a repetição em dobro do indébito, torna o consumidor menos vulnerável e consequentemente lhe confere maior proteção. Por conseguinte, entendemos relevante e oportuna a definição de prazo para que se efetue a referida indenização. No entanto, consideramos excessivamente o curto prazo de cinco dias proposto, o que pode vir a carecer de defesa do fornecedor.

Em nosso entendimento, reputamos mais razoável prazo de 15 dias, ademais esse período de 15 dias guarda a harmonia com a disposição contida no *caput* do art. 473 da Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 do Código de Processo Civil, por outro lado, inferimos não ser coercitiva a simples previsão de prazo sem o estabelecimento de uma sanção, sendo assim, é mister introduzir uma sanção civil a ser cominada com a hipótese de desobedecido o prazo fixado, e essa sanção deve ser compatível com a gravidade desse descumprimento. Por analogia, no *caput* do art. 475 do Código de Processo Civil, parece-nos apropriada a aplicação de multa de 10% do montante computado, de acordo o disposto no art. 42.

O Voto. Diante de todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado

nº. 189, de 2009 com a seguinte emenda: Emenda da Comissão é dê-se ao art. nº. 2 do PLS nº. 189, de 2009 a redação abaixo: art. 1º o art. 42 da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 90, passa a vigorar com as seguintes redações: art. 42 § 1º – O consumidor cobrado em quantia indevida, tem direito à repetição do indébito no prazo de quinze dias contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor por valor igual ao dobro de que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo em hipótese de engano justificável. § 2º – No caso de descumprimento do prazo fixado neste artigo, o montante calculado na forma do § 1º será acrescido de multa de 10%. Sala das comissões, relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o relatório da Senadora Marina Silva. Não havendo quem queira discutir, em votação. Primeiro o projeto sem as emendas. Como vota a Senadora Marina Silva? Já apresentou o voto. Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A matéria foi aprovada. Pergunto se eu posso repetir a votação para as emendas. Podendo repetir, então repete a mesma votação para as emendas, as emendas estão aprovadas. Obrigado.

Vamos encerrar a presente sessão. Antes, porém, agradeço as presenças dos senadores e senadoras,

que nos permitiram hoje com essas presenças, votarmos matérias terminativas que estavam há muito tempo na pauta, então muito obrigado. E demos uma capinada boa na pauta da Comissão na data de hoje.

Então nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, e convido os senadores e senadoras para a próxima terça-feira, nesse mesmo horário, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 13h26.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:30 HORAS.

Às onze horas e seis minutos do dia dez de novembro de dois mil e nove, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores **PEDRO SIMON** e **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assinam os livros de presença os Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO**, **VALTER PEREIRA**, **GILBERTO GOELLNER**, **CÍCERO LUCENA**, **MARISA SERRANO**, **JEFFERSON PRAIA**, **CÉSAR BORGES**, **INÁCIO ARRUDA**, **ROMERO JUCÁ**, **VALDIR RAUPP**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **ADELMIR SANTANA**, **FLEXA RIBEIRO**, **EDUARDO SUPLICY**, **PEDRO SIMON**, **ROMEUTUMA**, **AUGUSTO BOTELHO**, **EFRAIM MORAIS** e **FLÁVIO TORRES**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Comissões. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador **PEDRO SIMON**, declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas da reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 91 de 2009-CMA, de autoria do Senador **RENATO CASAGRANDE** e do Requerimento nº 117, de 2009-CCJ, de autoria do Senador **PEDRO SIMON**, “destinada a analisar e debater as divergências práticas e formais na atuação e nas ações administrativas e judiciais, que estão ocorrendo entre o Tribunal de Contas da União e o Poder Executivo Federal, principalmente, no que se refere à aplicabilidade pela Corte de Contas dos dispositivos exigidos pela Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações, suas consequências e seus efeitos jurídico-administrativos nos atos de gestão do Governo Federal”. Comparecem os seguintes

convidados: Cezar Augusto Pinto Motta, Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP; e Cláudio Weber Abramo; Diretor-Executivo da Organização Não-Governamental Transparência Brasil. Justificaram ausência: Paulo Bernardo, Ministro Titular de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente Titular do Tribunal de Contas da União; Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República. No transcorrer da exposição do Senhor Cláudio Weber Abramo, assume a Presidência o Senhor Senado RENATO CASAGRANDE. Finda a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores JEFFERSON PRAIA, FLÁVIO TORRES, VALTER PEREIRA e PEDRO SIMON. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 10/11/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Srs. Senadores, primeiro declaro encerrada a 46ª Reunião Ordinária, iniciada em 04/11/2009. E declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Constituição e Justiça, em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, “destinada a analisar, a debater as divergências práticas e formais na atuação e nas ações administrativas e judiciais, que estão ocorrendo entre o Tribunal de Contas da União e o Poder Executivo Federal, principalmente no que se refere à aplicabilidade pela Corte de Contas dos dispositivos exigidos pela Lei 8.666/93, Lei das Licitações, suas consequências e seus efeitos jurídico-administrativos nos atos de gestão do Governo Federal, conforme Requerimento nº. 117, de iniciativa do senador, e Requerimento nº. 91, de iniciativa do Senador Renato Casagrande”.

Eu convido para participar da mesa o Sr. Cláudio Abramo, direto-executivo da Organização Não-Governamental Transparência Brasil. E convido para participar da mesa o companheiro Cláudio Weber; perdão, Cezar Augusto Pinto Motta, presidente do Instituto de Auditoria de Obras Públicas.

Eu quero informar que nós achamos mais interessante fazer reuniões separadas, porque tem mais

o Ministro Paulo Bernardo, titular de Planejamento, Orçamento e Gestão; o Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos; e Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente titular do Tribunal de Contas da União.

Mas nós resolvemos fazer esta reunião, agora, para fazer... Para que... Fazendo a reunião com seis, termina todo mundo falando um pouquinho, e a gente não aprofunda a matéria. Então, nós vamos fazer esta reunião e, posteriormente, uma segunda reunião. E, posteriormente, se for o caso, fazer o debate.

Eu peço desculpas, somos poucos senadores, é que o Senado pode não produzir resultados concretos, mas que nós corremos para lá e para cá o dia inteiro e temos 10 reuniões ao mesmo tempo, isso é verdade. Mas a reunião está sendo gravada, e o que é importante... E a cópia, o resultado serão distribuídos a todos os senadores e à imprensa, e nós buscamos fazer um grande debate.

Os convidados farão suas exposições, e, depois, faremos a interpelação dos Srs. Senadores.

Acho que os senhores estão a par da matéria. Está havendo uma ampla discussão, um amplo debate com relação às fiscalizações do Governo Federal e qual é a ação dos órgãos de fiscalização, principalmente o Tribunal de Contas.

O próprio Presidente Lula tem sido muito claro, manifestando certa mágoa na maneira de agir dos órgãos de fiscalização. Houve até uma manifestação de S.Exª., onde ele diz que um funcionário de quarto escalão paralisa uma obra e causa um prejuízo inestimável e ele acha... Falando até na criação de um órgão novo, com responsabilidade para exercer a missão que está aí. Por outro lado, o Presidente Lula e os órgãos do Poder Executivo analisam a lei das licitações, argumentando que há um exagero por parte das exigências e que as empreiteiras, inclusive, de modo especial, que agem no PAC, estão se queixando de que elas não podem agir, não podem funcionar.

O Presidente Lula fala num caso de um assunto “x”, onde o problema de uma pedra parece se tinha valor científico ou não tinha, atrasou uma obra em cerca de 10 meses. O Tribunal responde que a questão é que eles fazem a suspensão, mandam a solicitação para o Poder Executivo, manda uma vez, duas vezes, três vezes, 10 vezes, o tempo passa, e ele não recebe a resposta. Então, essa é a discussão.

Eu, pessoalmente, manifestei que eu vejo com restrição criar outro órgão, uma Comissão independente, não sei que tipo de Comissão pode ser essa. Acho que devemos analisar e debater a Lei das Licitações. Eu, casualmente, fui o relator e, relator autor

do substitutivo da Lei das Licitações e da Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Houve um debate muito grande, na época, porque, à época que nós fizemos a Lei das Licitações, foi em cima daquela CPI dos anos do orçamento, onde deu uma ampla discussão, um grande debate sobre essa matéria. E, à época, a discussão foi importante, e é verdade que nós vínhamos da Constituinte, nós vínhamos em cima de um *impeachment* de um Presidente da República, em cima daquelas denúncias do PC Farias, etc. e tal, em cima da CPI dos anos do orçamento, então, não se fez uma Lei de Licitações, eu não nego, rígida, etc. e tal. Mas, agora, querem abrir o debate sobre essa matéria.

Então, essa discussão que nós queremos fazer é que ela venha aqui para o Senado, que é o órgão apropriado para nós discutir onde o Governo está certo e no que ele é correto, quer dizer, positivo, e onde há equívoco; onde há coisas do Tribunal de Contas equivocadas e certas; onde a Justiça atrasa, demora e a coisa não funciona.

Eu me lembro que, quando fui relator daquela matéria, a gente tinha muita desconfiança do Tribunal de Contas, na época. Que se falava que o Tribunal de Contas tinha muita... Tinha muita movimentação irregular, até meio ilícita. Mas, agora, é diferente. Agora, está cobrando o Tribunal de Contas o exagero de atuação.

Então, eu acho que esse debate tem esse sentido. Acho que é buscar um denominador. Vamos ver o que está certo no Executivo, o que está certo no Legislativo, o que está certo na Justiça e onde é que nós podemos debater e discutir a matéria.

Dr. Cezar Augusto Pinto Motta, Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, com a palavra.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Obrigado. Bom dia a todos. A participação do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas nesta Audiência Pública, ela sinaliza que esta Casa percebe a importância de que os meios técnicos se façam aqui presentes, discutindo as questões que lhes são pertinentes.

O IBRAOP, ele é um instituto – e convém começarmos explicando rapidamente para que a gente situe as pessoas a respeito do que nós fazemos –, é um instituto que congrega engenheiros e arquitetos que trabalham sobre a fiscalização e o controle de obras públicas, nas auditorias de obras públicas.

Inicialmente, tem o foco dentro dos Tribunais de Contas, com engenheiros e arquitetos de Tribunais de Contas, e, posteriormente, em função até de demandas sociais, passa a agregar qualquer profissional que

trabalhe em controle, fiscalização de obras públicas, na área pública do controle interno, do controle externo.

E, nessa caminhada, a função primordial que o IBRAOP começou a realizar foi a de apoio aos entes de controle, no sentido de desenvolver metodologias de controle e fiscalização, promovendo eventos nacionais e, hoje, promovendo, muito intensivamente, a questão do desenvolvimento de orientações técnicas, para resolver questões polêmicas.

Seria importante que a gente começasse com uma frase dita aqui em Brasília, o ano passado, num simpósio nosso, pelo próprio Senador Cristovam Buarque, que esteve palestrando conosco, que é chegada a hora de pararmos de pensar só em construir no Brasil, para construir o Brasil.

E essa frase ela é muito importante, porque a gente vê um contexto, estamos numa Casa política, Senador Simon, que, se a gente fizer um exame histórico, no Brasil, nunca se viveu, na história do país, 30 anos consecutivos de democracia contínua, sem interrupções à vista. Isso é muito importante, porque nós estamos realmente necessitando construir este país.

Portanto, o debate de que hoje nós estamos participando aqui, ele faz parte desse processo de construção do país, ou seja, cada um tem que definir sua posição, e esse debate, ele seria, poderíamos dizer assim, muito primário, se nós verificássemos as atribuições de cada um desses entes que está participando aqui.

A Fiscalização fiscaliza; o Executivo executa. Ora, nesse contexto, nas obras públicas, tem havido uma série de discussões, em especial na mídia, que não está chegando no conjunto das causas dos problemas que estamos tratando. Ou seja, o que é que causa uma obra paralisada? O que causa uma obra que não anda? O que causa isso é especificamente a falta de condições legais para que ela ocorra. Em especial, no caso da engenharia e da arquitetura, é a falta de bons projetos e a falta de bons orçamentos.

A Constituição Federal manda que os Tribunais de Contas fiscalizem esses recursos, como já bem frisou o Senador Simon, aqui, agora, e já em discursos anteriores, criticavam-se os entes de controle de fiscalização porque não fiscalizavam. Agora que eles começam a se organizar e fiscalizar, criticam-se os órgãos de controle porque eles fiscalizam.

A questão da auditoria de obras públicas, a questão da fiscalização das obras em especial, das obras públicas, é um processo que é muito recente no Brasil. Apenas a partir da década de 90, alguns Tribunais de Contas um pouco antes, se começaram a montar estruturas de controle e fiscalização para obras públicas. Montaram-se estruturas, e o TCU é um dos que hoje

têm uma estrutura mais consistente, digamos assim, porque priorizou como uma das áreas importantes, e os outros 33 Tribunais de Contas, também a partir da década de 90, começaram a se estruturar.

É óbvio que, no momento em que havia um dinheiro público, que havia um gasto público, que não era fiscalizado como deveria ser fiscalizado, não havia profissionais gabaritados para fiscalizar esses recursos, não havia problema. Todo mundo navegava em céu de brigadeiro. No momento que um ente de fiscalização começa a fiscalizar, por óbvio, quem é fiscalizado vai se sentir incomodado. Isso acontece na nossa vida, no dia a dia. No caso do Tribunal de Contas da União, que é o foco principal dessa discussão, o que acontece é que o Tribunal, priorizando esse controle e tendo um mecanismo obrigatório pelo Poder Legislativo, que dá ao Tribunal de Contas a prerrogativa, obriga, aliás, não é a prerrogativa, obriga o Tribunal de Contas, até setembro do ano, a apresentar um relatório dizendo das suas auditorias, o que exatamente o Poder Legislativo, onde o Poder Legislativo tem que interferir, para defender o erário público. Ou seja, o que nós estamos verificando, aqui, é o cumprimento de um dispositivo criado dentro da Casa Legislativa, dizendo ao Tribunal de Contas da União, isso em alguns estados já se passa a discutir, que o Tribunal apresente a lista de obras que tenham problemas. Dessa lista que tem problemas, quem faz a análise é o próprio Congresso Nacional. Quem manda fechar a torneira do dinheiro é o Congresso Nacional.

Então, até este momento, eu estou dizendo que estamos cumprindo a lei, estamos cumprindo um processo Legislativo democrático. E tem havido muita polêmica, porque, obviamente, o empresariado que quer que sua obra ande, porque ele precisa receber, e o Governo quer que a obra ande, porque precisa concluí-la e entregar à sociedade, ficam descontentes, no momento que algumas obras são paralisadas, até que se verifique a regularidade delas.

Nós vemos muitos... Vimos muitas críticas, no sentido de tratar-se de indícios. Ora, indício é um nome que está fixado na lei. Mas o fato é que o que vemos por aí são relatórios consistentes, com informações o mais precisas possível, dentro dos meios disponíveis, e nós temos, onde andamos pelo Brasil, falando sobre obras públicas e participando de eventos, questionado e nos colocado sempre à disposição, seja do empresariado quanto dos representantes do Governo, a levar, em nome dos técnicos de Tribunais de Contas, aos tribunais, aos entes de fiscalização as demandas, dizendo onde efetivamente tem havido o exagero, qual a obra, quais dessas obras estão paralisadas por exagero do Tribunal de Contas.

Eu posso dizer que até hoje ninguém veio a nós dizendo quais são e onde estão. Seria muito importante que quem faz esse levantamento dessas informações e diga: "Esta obra está paralisada por excesso do Tribunal de Contas" que venha e aponte qual a obra. Onde está a obra, qual o valor que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Presidente Lula apontou uma obra que, por causa de uma pedra que achavam que era uma pedra pré-histórica, a obra ficou parada 10 meses, e depois acharam que não era nada.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Perfeito. Mas, veja bem, o Tribunal de Contas não jogou essa pedra lá e nem cobrou que essa pedra tivesse sido retirada. O Tribunal de Contas só disse que o Governo... E aí, no caso, quem deve ter paralisado isso deve ser o órgão ambiental, que é órgão do Poder Executivo ou órgão do patrimônio histórico. Eu realmente desconheço. A pedra não é culpa do Tribunal de Contas. A pedra estava lá, e quem errou foi um órgão de Executivo.

Então, veja, estão jogando uma cortina de fumaça, em alguns casos... E nós não temos a pretensão nenhuma, e aqui não posso falar pelo Tribunal de Contas da União, temos colegas lá que são associados nossos, mas, certamente, não há desejo de ninguém de que a obra fique paralisada. Isso seria uma leviandade dizer que alguém quer que paralise obras.

Bom, a gente diz por aí, também, que é muito importante que a gente reveja a estrutura que esse país tem para executar obras. Algumas décadas atrás, houve um movimento global, e que muito aconteceu no Brasil. de desenhar um Estado como Estado mínimo. Sem entrar na questão do juízo de valor do Estado mínimo ou não, confundiu-se, no Brasil. Estado mínimo com Estado ineficiente.

O que ocorreu nesse momento? A partir do momento em que os governos, e isso em todos os níveis, não estou citando Governo A, B ou C, houve uma generalização. As estruturas de projeto de engenharia, de execução de obras públicas no Brasil foram desmanteladas. E assim permanecem até hoje.

Então, o que nós vemos? Nós vemos licitações ocorrendo por aí, em que os projetos simplesmente apareceram, e aquele órgão não contratou ninguém para fazê-los. Aquele órgão não tem estrutura técnica adequada para projetar, sequer para fiscalizar a obra, e as obras foram licitadas. Mal licitadas.

Obviamente, obra mal licitada é obra cheia de aditivos impróprios. Aditivo não é o problema, se ele for justificável e tiver orçamento correto. O problema é o aditivo impróprio. O problema é o jogo de planilha. O problema é o superfaturamento. Esses são os problemas que a gente vê, num primeiro momento, como

problema técnico, mas que eles vêm por uma decisão política equivocada de desmantelamento do Estado.

Felizmente, alguns órgãos públicos, e começou em nível da União, estão se reestruturando, estão refazendo quadros técnicos, estão indo atrás do prejuízo que temos em não termos estruturas para projeto de execução de obra. Aí é muito mais fácil jogar a responsabilidade num órgão de fiscalização, porque órgão de fiscalização, por natureza, é um órgão que não tem a simpatia de todo mundo, porque ele é um órgão que vai lá fiscalizar e faz, efetivamente, se fizer bem feito, ele vai atrapalhar o andamento de alguma coisa, por uma questão óbvia, porque, se deixasse a porteira aberta, que a obra andasse, ficaríamos pagando o preço que sabemos que muitos empreiteiros gostariam de que fosse pago e não tendo freio e contrapeso a essas medidas de controle. É uma questão de cidadania.

Bom, o IBRAOP, ele já tem um posicionamento que está inclusive sendo divulgado, e nós vamos passar a divulgar logo a seguir aqui, sobre o posicionamento do IBRAOP sobre isso. Está escrito. Nós temos um posicionamento que está sendo divulgado e estamos propondo, nos próximos dias, uma carta aberta ao Presidente Lula, que vai ser divulgada à imprensa, ao Legislativo e a todas as instâncias necessárias, dizendo, mais ou menos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A sua entidade?

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: A nossa entidade, o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, como uma entidade que congrega profissionais.

Nós, aqui, não estamos para dizer, e já temos dito isso em público, que os empreiteiros são todos bandidos, que os fiscais são todos bonzinhos e nem queremos aceitar que isso seja dito ao contrário, que os fiscais querem perseguir alguém e que os empreiteiros são santinhos, porque sabemos que a realidade é outra. Precisamos viver num Estado em que os mecanismos de controle e fiscalização convivam com o Executivo da forma mais harmônica possível, mas dentro de atribuições que são constitucionais.

O IBRAOP, então, só para não dizer que nós estamos aqui fazendo discurso, e não fazemos algumas ações que sejam importantes, está promovendo ações de padronização de entendimentos, ações no sentido de desenvolver temas polêmicos e, através de uma discussão nacional, entregá-los à sociedade. Temos orientações técnicas sobre o projeto básico que, se for seguida, ela pode trazer uma grande contribuição à Nação.

Nós aproveitamos a presença do Senador Jefferson Praia, que é um parceiro nosso desde o ano

passado, que montamos um Grupo de Trabalho para tratar especificamente, Senador, eu estou... Nós montamos um Grupo de Trabalho, com a presença do próprio Senador, que é formado por alguns componentes de Tribunal de Contas, mas não como instituições, pessoas físicas e associados do IBRAOP. O Conselho Profissional, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alguns CREAs, como do Paraná. Nesse Grupo de Trabalho estão sendo desenvolvidas algumas ações que elas são muito importantes. Desde a sensibilização social, e o primeiro momento fizemos já um folder de orientação a todos os prefeitos do Brasil, que está sendo distribuído, vamos fazer cartilhas e chegarmos a alguns documentos mais aprofundados nesse sentido. E, também, o próprio Senador já encaminhou Projeto de Lei para promover cadastro único de obras. Nós temos uma série de Projetos de Lei que vão ser propostos à discussão desta Casa Legislativa.

Nós precisamos aí, e o Senador é nosso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor sabe que nós temos um projeto sobre essa matéria que vai ser votado agora, não é? Sobre as licitações.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Nós estamos acompanhando alguns projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora, até o fim do ano. Está para ser votado no Plenário.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: A reforma da Lei de Licitações?

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É. A reforma da Lei de Licitações.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Então, mas veja, só para complementar, então, e para encerrar, para depois deixarmos ao debate, nós precisamos, neste país, Senador Simon, que nós tenhamos alguns planos de prazo mais longo para resolver. Nós precisamos ter um sistema de custos que seja nacional, que ele seja... Que abranja as metodologias existentes, e o Governo Federal tem vários sistemas de custos, vou citar aqui alguns que têm sido criticados no âmbito desse debate, que é o SINAPI, que a Caixa Federal realiza, e o ciclo, que é de obras rodoviárias pelo DNIT, também o Exército brasileiro desenvolve um sistema de custos... Nós temos sistemas de custos nos estados, tem alguns muito bons. Nós temos alguns sistemas que poderiam ser interligados, e aí imaginamos que seja o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que venha liderar o processo.

Nós precisamos fazer com que este país tenha parâmetros para a contratação de obras públicas que sejam aceitos nacionalmente, que sejam usadas as melhores metodologias, que a coleta de dados seja

feita em todas as regiões do Brasil. É necessário que use essa estrutura que nós temos no Brasil, tanto de universidades, para dar apoio técnico, quanto esses órgãos de pesquisa, o IBGE, para fazer sistemas unificados de custos no Brasil.

Esse Projeto de Lei que nós falamos agora, Senador, que é de criar um cadastro nacional de obras, unificado, ele significa dizer o seguinte: a União, hoje, não possui um mecanismo próprio que ela... Que diga instantaneamente quais as obras que tem e onde estão localizadas. Vejam, isso é uma coisa que é... Pode ser surpresa para muitos, mas não há um sistema único, que se diga: "Eu quero saber quais são as obras com dinheiro federal no Brasil". Não existe. Existe nos Ministérios, existe nos órgãos e existe separadamente. O Governo tem que fazer um apanhado dessas obras e trazê-las, através de muito esforço.

Então, a proposição legislativa que está sendo feita pelo Senador Jefferson Praia é no sentido de criar este cadastro único. E estamos fornecendo, para isso, um apoio, que pode ser discutido em outro momento, do próprio Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que tem mecanismos, através de denotações de responsabilidades técnicas, que podem trazer mecanismos de simplificação desse processo e podem fazer com que isso funcione muito bem.

Nos estados já temos modelos prontos, e aí muitos orientados pelos Tribunais de Contas, sistemas de coletas de dados de obras públicas pelos Tribunais de Contas, que estão disponíveis. Existem esforços dos Tribunais de Contas, e aqui temos representante do PROEX, hoje vinculado ao Ministério do Planejamento, que é um programa de modernização, e esses sistemas podem estar disponíveis à melhoria do processo de construção de obras e de execução de obras, para que elas tenham efetividade.

Como palavras finais deste momento, acho que me alonguei um pouco, nós queremos reafirmar: as obras públicas deste país não se paralisam pelo controle. Elas se paralisam por uma falta de estrutura dos governos, em todos os níveis, isso numa questão histórica, que tem que ser debatida de frente, e o Congresso Nacional e o Senado, em especial, têm papel importante em levantar essa discussão e dar encaminhamento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço, Dr. Cezar Augusto Pinto Mota, a sua exposição. E dou a palavra ao Dr. Cláudio Abramo. Quero dizer que eu fico muito feliz. Aqui, no Senado, eu sou um soldado raso, não sou líder, nem vice-líder, nem presidente, nem vice-presidente de Comissão nenhuma. Mas, surpreendentemente, estou na Presidência neste momento. E eu fico emocionado

de eu estar na Presidência, e V.Exª fazer a exposição. Eu lhe admiro muito, pelo seu trabalho. Eu acho que neste Brasil de hoje, se nós tivéssemos muitos "Cláudios" Abramo, fazendo o trabalho que V.Exª faz, o Brasil seria melhor. Com a palavra.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Bom, obrigado, Senador. Eu, realmente, me sinto muito honrado com suas palavras. Notadamente, vindo de quem vem, uma pessoa com sua história, realmente, o senhor exagera um pouco, eu acredito. Eu é que queria e me sinto honrado de falar aqui, de ter sido convocado por iniciativa de V.Exª. Muito bem, então, bom dia a todos.

Eu enxergo esse recente embate aí, entre, basicamente, o Presidente da República e o Tribunal de Contas da União, não diria um embate, porque é um embate de um lado só, o Tribunal de Contas não se define se é um embate ou se é simplesmente uma manifestação de inconformidade, aparentemente, por parte do Presidente da República, quanto a ações de fiscalização do Tribunal de Contas da União, paralisando determinadas obras do PAC, aí pelo Brasil.

Bom, eu enxergo esse episódio com um sinal de alguma coisa que está mais... Que está funcionando melhor, em alguns... Em algumas áreas do Estado brasileiro, mas que também é eivada por muitos equívocos.

Então, eu... Uma das reclamações... A reclamação fundamental que parte do Executivo, em relação à ação particularmente do Tribunal de Contas da União, a razão fundamental não é dita. Ela não é explicitada. O que acontece é que o Tribunal de Contas da União é visto pelo Executivo como sendo uma área que é muito dominada pelos adeptos do Partido Democrata, ex-PFL. Esse é o problema fundamental.

Você tem uma porção de gente lá que foi nomeada em governos passados e que têm uma intensidade de gente. Então, o Executivo acha que a ação do TCU está sendo partidária contra ele, Executivo, neste momento, que é opositor, enfim, que os Democratas são opositores.

Bom, sob esse ponto de vista, o Presidente da República--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A situação do Executivo já está melhor no Supremo Tribunal--

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Isso é outro assunto. Muito bem. Então, sob esse ponto de vista, eu diria que existe um equívoco fundamental em alguém reclamar que a oposição faça fiscalização. Existem países em que é obrigatório que a oposição faça fiscalização. A melhor fiscalização não é feita pelos amigos do poder, é feita pelos adversários.

Então, em... Como eu disse, existem países em que a fiscalização externa ao Executivo é obrigatoriamente feita pela oposição, com participação da situação minoritariamente. Então, uma Comissão, como a Comissão de Fiscalização e Controle, por exemplo, aqui tem outro nome, não é? Meio ambiente, não sei quê. Uma Comissão como essa deveria, obrigatoriamente, ser controlada pela oposição, e não pela situação.

Porque o que acontece com uma Comissão de Fiscalização e Controle que é dominada pela situação, através dos acordos internos da Casa, desta Casa, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas estaduais, das Câmaras de Vereadores? O que acontece? É cooptada pelo poder. E não cumpre seu dever, que é a história da... Cada vez mais grave, das relações entre o Executivo e o Legislativo brasileiros.

O Executivo coopta o Legislativo, garante uma vida calma no Poder Legislativo, o qual se torna irrelevante. Francamente, o Legislativo brasileiro torna-se crescentemente irrelevante, quer dizer, não tem mais o que fazer. Cada vez tem menos, porque o Executivo legisla, e o Legislativo não fiscaliza, que é sua principal função.

Essa... Essa hipertrofia da ação do Executivo, em relação à ação do Legislativo, é, eu diria, uma... Está trazendo um risco institucional gravíssimo para o Brasil. A Transparência Brasil já se manifestou a esse respeito, algumas vezes, apontando para o fato de que tornar o Legislativo irrelevante como está, como ele se transformou, eu não tenho medo de dizer que esta Casa pode fechar, sim, com pouca consequência. A Câmara dos Deputados pode fechar amanhã com pouca consequência. As Assembleias Legislativas podem fechar com pouca consequência. Isso não é, estou dizendo, mas não quero que ela feche, ao contrário, isso configura uma situação de falência do sistema de representação democrática, pelo voto. Quer dizer, o sistema de representação político se esboroa no que diz respeito à participação no Legislativo, porém não no Executivo. O Executivo é muito mais representativo da vontade popular do que o Legislativo, obviamente. O que, aliás, se reflete um pouco, eu diria, Senador, falávamos antes, não falamos diretamente, mas indiretamente, de que nada do que o Presidente Lula faça está errado. Não é verdade? Qualquer coisa que faça está certa. Ele tem 80 e tantos por cento de aprovação popular. Esse é o fato político importante. Quer dizer, não se pode dizer: "Ah, puxa vida, ele tem 80%". Bom, tem 80%, não é? Como é que fica? Os senhores têm 80%? Não têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Negativo.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: É, negativo. Quer dizer, isso não é bom. Quer dizer, não é bom que isso aconteça dessa maneira, pelo menos sob o ponto de vista da modelação com a qual o que fundamenta a estruturação do Estado brasileiro.

Sobre esse aspecto da... Enfim... Do desgaste da relevância do Legislativo, isso traz uma... Consigo, uma transformação do regime político real brasileiro como sendo essencialmente centralizado. E não é só centralizado na esfera federal, mas na esfera estadual e municipal acontece exatamente a mesma coisa.

Quem é que, de fato, dá as cartas? É o Executivo. Sem fiscalização nenhuma do Legislativo, mas nenhuma mesmo. O senhor não vai me dizer que, em Porto Alegre, tem fiscalização da Câmara dos Vereadores sobre o prefeito. Não tem. Por quê? Porque os vereadores são cooptados, são comprados. Os parlamentares são comprados. Não existe outra palavra. Não todos, mas uma maioria. Comprados com o quê? Com cargos.

Esse negócio de nomear gente, que é uma praga brasileira, o Presidente da República tem mais de 30 mil pessoas para nomear. Para distribuir entre quem? Entre os senhores. Então, diz assim: "Olha, vote comigo e fica com não sei quais cargos". Agora, o que um partido político quer com cargo da administração, por favor? Por que o sujeito quer dominar a Superintendência Regional do INSS não sei onde? Para quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Que quer os fundos de pensão.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Por que, numa administração estadual ou municipal, um partido político, digamos, quer controlar a...

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, vou presidente daqui a pouco.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço ao Senador Pedro Simon, que deu uma bela contribuição. Eu estava votando um projeto do CADE, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, e devolvo a palavra ao Dr. Cláudio Abramo.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Obrigado, Senador. Muito bem. Então, a... Escapa a razão, o motivo, digamos, que sirva ao interesse público, um motivo que sirva ao interesse público, para um partido político querer dominar a administração regional de uma cidade. Por que a subprefeitura de não sei o que, em São Paulo, seja dominada pelo partido "x" ou "y". Para que os partidos políticos querem isso está no noticiário sobre corrupção, que é publicado no Brasil. Quer dizer, os partidos políticos vão ali, não todos, não

é 100%, claro que tudo vem com todas as exceções. Porém, estão ali para assaltar os cofres públicos. É por isso que estão lá.

Esse tipo de coisa se reflete no processo de fiscalização. Como disse o orador que me antecedeu, desculpe, eu esqueci o nome... Cezar Augusto. Ele observa que existe um processo de... Houve um processo de "incompetentização" da administração pública brasileira, eu tomo suas palavras como verdadeiras, não sei, me parece que talvez ela tenha sido incompetente historicamente.

Mas, agora, não há, não se verifica, pelo menos, assim, de forma muito aguda, uma preocupação com a melhoria dos critérios de gerenciamento do Estado, do poder de gerenciamento do Estado. Isso afeta... A esfera federal é muito visada, mas, num país descentralizado como o Brasil, a incompetência gerencial que afeta a administração pública nos estados e municípios é muito mais grave. É muito mais grave.

Por exemplo, se nós tomarmos o Sul e Sudeste do Brasil, mais a Bahia, ou seja, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, são 80% do PIB brasileiro, 80%. Nesses 80%, dessas regiões em que são gerados 80% do PIB brasileiro, menciono, por exemplo, São Paulo, que são 34%, dos quais metade na cidade de São Paulo, então, 17%, mais ou menos, por aí, do PIB brasileiro são gerados em uma cidade.

Qual é o grau de competência gerencial do funcionalismo e dos agentes públicos, não apenas do funcionalismo, mas dos agentes públicos que trabalham na Prefeitura de São Paulo? É baixíssimo. Isso é dinheiro jogado pela janela. Muito pior do que na esfera federal. Muito pior. Você sabe que deve ser muito pior.

Como é que funcionam os Tribunais de Contas estaduais? E os Tribunais de Contas dos municípios e, nos dois casos, Tribunais de Contas municipais de São Paulo e Rio de Janeiro? Não funcionam. Por que não funciona? Como é que são nomeados e para que são nomeados os conselheiros desses tribunais? Eles são nomeados para garantir uma vida mais tranquila para o sujeito que o nomeou, lá na frente.

Então, no interior desses organismos de controle, vigora o princípio de que: "Olha, não chateie meu Governador que eu não chateio o seu. Não vem em cima do meu que eu não vou em cima do seu". Uma mão lava a outra, e fica tudo na inoperância.

Então, esses tribunais descumprem seu papel. Eu queria frisar que, notoriamente, o Tribunal de Contas da União tem um papel muito mais profissional do que os Tribunais de Contas estaduais. Eu acredito que o Cezar poderá atestar ou pelo menos concordar ou não discordar do que eu estou dizendo.

Esses tribunais aí são realmente essencialmente inutilidades. Como o Legislativo não fiscaliza, os Tribunais de Contas não fiscalizam, como é que fica? Quem é que fiscaliza? Ninguém fiscaliza. Não tem fiscalização. Não há.

O que... Para voltar ao... Enfim, à dica que vem da... Enfim, o gancho que vem da fala presidencial, reclamando do TCU, dizendo: "Olha, a fiscalização precisa ser feita por um órgão inatacável", é verdade. Precisa ser feita por um órgão inatacável. Como é que se faz com que um órgão seja inatacável? Bom, como é que se nomeiam pessoas para fazer parte de um organismo de controle externo, como é o TCU, como são os Tribunais de Contas? Alguém precisa nomear.

Então, um órgão inatacável que existe na Constituição brasileira e que é, repete aquilo que existe em outros países, é uma... Um processo de nomeação que é compartilhado entre o Executivo e o Legislativo. Então, quem quer que esteja no Tribunal de Contas da União, nos tribunais superiores, seja onde for, que seja *appointed*, como é que chama isso? Indicado pelo Presidente da República, ou pelo Governador do Estado, no caso, estadual, é aprovado aqui no Congresso.

Então, aliás, o Senador Pedro Simon fez menção aí ao Supremo Tribunal Federal, eu disse que não ia falar disso, mas vou, sim. Se o Presidente da República nomeia o ex-advogado do seu partido para o Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade é apenas do Presidente da República? Ah, mas não é mesmo, viu? É daqui dos senhores, também, que aprovaram. Porque é submetido ao crivo desta Casa e do Congresso, de modo geral, nesse caso.

Então, esse negócio de ficar a responsabilidade: "Não, o Presidente da República, não sei quem nomeou o papagaio da mulher dele", bom, os senhores aprovaram, estão reclamando do quê? Então, não é possível colocar a responsabilidade apenas sobre quem nomeia. Os senhores aprovam, também. Então, a aprovação é de todos os senhores.

E aí é onde pega a... Como é que vai resolver esse tipo de problema? Bom, certamente, não vai se resolver esse tipo de problema fechando o Congresso, não vai se resolver esse tipo de problema dizendo: "Olha, algum ente aí abstrato, inatacável, que vai ser montado por quem?". Quem vai montar? [ininteligível] Não, não é? São... É gente que vai ter que ter, vai exercer funções que são intrinsecamente instituídas de poder, e, portanto, em torno da organização e da Constituição de organismos, como esses, e vão se dar, vai se dar o embate político e vão se dar divergências, e essas divergências, no mecanismo, no sistema de Governo dito democrático, ele se dá pela exposição do contra-

ditório, o que deveria acontecer no Legislativo, que é o lugar onde o contraditório deveria se manifestar.

Como aponte desde o início, não é aqui que se manifesta contraditório, realmente. Não acontece isso. Por causa da cooptação. Como é que isso aí passa junto à população? Isso é um problema do desenvolvimento político brasileiro. Quer dizer, neste momento, é assim que vai ficar. Não vejo nenhuma esperança de que esse estado de coisas melhore. Nenhuma esperança. Por quê? Porque a qualificação do mandato que os senhores exercem é limitada pela falta de representatividade política que os senhores têm. Os senhores não representam a população de fato. Quer dizer, não são cobrados pela população. O político brasileiro não é.

Então, se o representante não é cobrado, o Legislativo, não é cobrado pelo seu eleitor, por que motivo que ele vai se desempenhar mais adequadamente no exercício do seu mandato? Ele não vai. Essa é a tragédia política brasileira e que não será resolvida por uma penada ou por belas palavras. Será resolvida por desenvolvimento de longo prazo, que vai trazer desenvolvimento político. Então, enquanto isso, a gente tem que ir levando como pode. Então, tentando fazer com que aquelas instituições que têm as funções formais de fiscalização e controle, como é o caso do TCU, exerçam cada vez melhor suas funções e que sejam protegidas de interferência política. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Cláudio Abramo, pela sua contribuição. Já tivemos, aqui, a fala e a contribuição do presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, o Cezar Augusto Pinto Motta. Vamos, agora, então, à fala dos parlamentares, dos senadores.

Me parece que já tem uma lista de inscrição, aqui. O primeiro inscrito é o Senador Jefferson Praia; o segundo, Senador Flávio Torres; o terceiro, Senador Valter Pereira. E, a qualquer momento que quiser falar, nos pergunta o Senador Pedro Simon se ele, como um dos autores do requerimento, quer se pronunciar agora.

Senador Pedro Simon. V.Ex^a vai autorizar que outros senadores falem ou o senhor quer falar primeiro, como um dos autores? Senador Jefferson Praia com a palavra.

Então, nós vamos ouvir os senadores, e, depois, a gente pode ouvir os comentários e alguma resposta, caso haja necessidade, dos expositores.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Inicialmente, eu quero parabenizar o Senador Pedro Simon, por nos trazer a oportunidade de começarmos a debater, de forma um pouco mais aprofundada, e eu acredito que este é o primeiro passo que estamos

dando. De levar como pode, como disse muito bem nosso companheiro Cláudio Abramo, de levar como pode é o primeiro passo.

Entendo que essa questão relacionada a obras públicas no Brasil, e aí dentro do contexto em que se envolvem o Executivo e os órgãos de controle e fiscalização, nós temos diversas questões para serem aprofundadas, visando termos a boa aplicação dos recursos públicos, visando termos as obras que a população as deseja, e os governantes também.

E aí, o primeiro ponto que Ru gostaria de colocar... É claro que todo governante quer realizar obra. Os prefeitos, os governadores, os presidentes, os secretários querem, municipais, estaduais, todo mundo quer fazer a sua parte. Mas, observando, dando um rápido olhar para o contexto relacionado aos executivos, municipal, como abordou muito bem o Dr. Cláudio, quando temos lá na ponta, hoje, problemas seriíssimos que começam pelos prefeitos. Quais são os prefeitos que estão preparados para administrar seu município da forma correta?

O Legislativo municipal com seus problemas, a prefeitura com suas deficiências. Tem muitas prefeituras que talvez não tenham um engenheiro no seu quadro. O prefeito quer realizar sua obra, não faz um planejamento ou faz um mau planejamento, e aí começam os problemas.

Então, observando, dentro do contexto do Executivo, nós percebemos, como colocou muito bem o Dr. Cezar, do IBRAOP, os diversos problemas que ocorrem, desde a falta de planejamento ainda existentes, a questões relacionadas ao próprio projeto em si, à execução da obra, à inadimplência do tomador, do conveniente, fluxo orçamentário financeiros, e aí vai.

Dentro do contexto dos Tribunais de Contas, Dr. Cláudio fez uma excelente abordagem de pontos que nós temos que dar uma atenção, e aí percebemos, também, que nós precisamos verificar como podemos estruturar melhor esses tribunais, dar condições para que eles façam seu trabalho. Estabelecemos prazos, por exemplo, de fiscalização.

Uma coisa que eu acho, hoje, um absurdo é você ainda ter... Quem passou por um cargo no Executivo, vamos supor, passou lá, fez uma boa aplicação dos recursos e passa anos e anos respondendo por um ou outro ponto observado. E aí recorre a... Vamos dizer, ao local em que ele estava realizando esse trabalho, por exemplo, uma secretaria de um município qualquer, e os documentos não existem mais.

Portanto, minha primeira observação, dentro desse contexto, é aquela em que devemos, nesse primeiro passo dado, aprofundar esse debate, buscarmos as soluções, muito embora, como falou muito bem o

Dr. Cláudio, chegarmos ao ideal está um pouco mais distante, essa é a nossa utopia. Mas nós temos que caminhar nessa direção. Nós não podemos deixar as coisas como se encontram.

O Dr. Cezar destacou um pouco do trabalho que estamos fazendo, há mais de um ano. Eu participei de um seminário, cujo tema era: "Obras Públicas Inacabadas", e aí conversei com o IBRAOP e com CONFEA, com diversas instituições, com Tribunal de Contas da União, representantes. O que podemos fazer? Começamos a reunir, todos os meses nos reunimos, não é uma reunião secreta, mas é um grupo de estudo, e essas reuniões já têm acontecido em alguns estados. É um passo tímido ainda, mas é um passo que está sendo dado. E na busca de aperfeiçoarmos a orientação, o monitoramento, a fiscalização, buscando termos melhores resultados, dentro desse contexto das obras públicas.

Eu acredito, Presidente, gostaria de sugerir, eu não sei como é que nós estamos quanto à viabilização, e aí nós tínhamos que contar com a participação do Pedro Simon, viu, Senador Pedro Simon? V.Ex^a que trouxe maior visibilidade para essa questão, de uma divergência de opiniões entre o Presidente e o Tribunal de Contas da União. V.Ex^a foi muito feliz ali, quando tocou aquele ponto, mas V.Ex^a sabe, até pela sua experiência, a profundidade dessa questão.

E aí, Presidente, gostaria de sugerir que pudéssemos ver, não sei como é que está essa questão das comissões, mas eu acredito, Senador Pedro Simon, que nós poderíamos tentar viabilizar uma Comissão, uma Comissão temporária, para tratarmos desse assunto.

A Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle deveria ir mais afundo nesse tema, nós não ficarmos apenas aqui nesta audiência, e nosso grupo lá trabalhando, trazendo esse grupo, trazer o Dr. Cláudio, trazer o Executivo. Os Executivos municipais, buscarmos um entendimento. E eu acredito que nós daremos passos muito interessantes dentro do contexto do que queremos, que é a boa aplicação dos recursos públicos.

Temos diversos cânceres a serem aí cuidados, não é, Dr. Cláudio? V.Ex^a destacou muitos deles, históricos até. Mas eu acredito que nós podemos fazer alguma coisa. Nós temos que ir agindo, nós temos que ir avançando, os problemas são muito grandes. É um problema cultural, também, é da cultura. Eu viajo muito pelo interior do meu estado e converso com vereadores, e, às vezes, você observa, pela opinião do vereador, que de tudo o que está acontecendo, ele está na contramão. A visão dele é totalmente contrária, por exemplo, às posições que estamos defendendo nesse momento, da boa aplicação dos recursos, de termos

a obra mais bem adequada. Mas, às vezes, muitas visões são aquelas de obterem vantagens por estarem no poder. E não é esse o caminho que queremos.

Portanto, Sr. Presidente Casagrande, eu acredito que esse é o primeiro passo para darmos... Eu gostaria que o Dr. Cezar, do IBRAOP, ele pudesse aprofundar um pouco mais do trabalho que estamos fazendo, das decisões que já foram tomadas. Hoje, por exemplo, uma iniciativa muito simples, você pode dizer: "Não, um folder, um folder para prefeitos". Será até que eles vão ler esse folder? Bem, é melhor do que ficarmos de braços cruzados, reclamando. Mas um folder, orientando as prefeituras. Nós sabemos o quanto essas prefeituras estão inadequadas para realizar projetos básicos, por exemplo.

E outros que existem profissionais competentes, é claro, mas precisam também estar mais bem treinados, precisam de cursos, de capacitação na área de viabilização de obras públicas, porque, muitas vezes, o engenheiro ou alguém que faz um projeto deixa um ou outro detalhe que não está de acordo com a Legislação, e aí começa o problema, na hora da execução da obra. "Não, a obra faltou tal aspecto para ser observado." O engenheiro fez o projeto, dentro de um contexto, mas a lei...

Por exemplo, você vai viabilizar uma obra tal, que a forma como você vai estabelecer a iluminação dos diversos compartimentos dessa obra tem diversas particularidades. Se for um açougue, um frigorífico, por exemplo, não pode ser uma lâmpada que vá, por exemplo, ela possa explodir, alguma coisa dessa natureza. Tem que ser um tipo de lâmpada adequada, que não cause problemas, porque a obra é um frigorífico. Mas problemas acontecem, quando a iluminação viabilizada do projeto, ela não é aquela que está de acordo com o que estabelecem os critérios, as normas técnicas para a viabilização de um frigorífico. E aí começam os problemas. Aí tem que adequar o projeto, e vai isso, e vai aquilo, a burocracia vai emperrando o processo.

Dentro do contexto ambiental, o que temos visto? São muitos governantes atropelando as leis ambientais. Querem fazer as obras a qualquer custo. Então, passa o asfalto aí nessa rodovia, não interessa o que vai acontecer. E aí o que acontece? Vem, por exemplo, no caso... Em nível Federal, o Ministério do Meio Ambiente diz: "Não, não vai passar o asfalto, não. Porque vocês não fizeram o EIA/RIMA adequado". No contexto dos municípios, a mesma coisa.

Então, percebam que há um trabalho a ser feito, que começa aqui conosco, nesta Comissão, e ela tem que dar um passo maior, daqui para frente, e temos que levar essas informações para todos aqueles que lidam com esse contexto: prefeitos, Parlamento municipal,

governadores, Parlamento estadual e aí secretários que envolvem tudo isso, os Ministérios. Você observa, às vezes, tem Ministério querendo fazer obra... Estou concluindo, Sr. Presidente. Estou encerrando, já. Tem Ministérios querendo viabilizar obra, e a obra não sai, e aí culpa o Ministério "x" ou "y" por não estar fazendo sua obrigação. "Não, o culpado é o Ministério do Meio Ambiente." E o Ministério do Meio Ambiente o que, às vezes, ele está querendo? As mínimas condições exigidas para viabilizar aquela obra. Está procurando fazer a sua parte.

Portanto, quero parabenizar o Senador Pedro Simon pela iniciativa e gostaria de saber, também, do Dr. Cláudio quais são as sugestões para sairmos, para levarmos como podemos, vou aproveitar muito bem sua frase, para levarmos como podemos, na direção da nossa utopia, o que precisa ser feito para aplicarmos bem os recursos públicos do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Vou pedir, aqui, permissão aos dois expositores, se a gente pode ouvir os demais senadores, depois vocês fazem um apanhado mais geral das respostas, dos comentários.

Senador Flávio Torres, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, o Sr. Cláudio Abramo começou sua palestra falando dos 30 mil cargos que o Presidente da República tem a realizar. Esse é um dos grandes defeitos da democracia brasileira, porque isso repercute nos estados também. Os governadores, quando assumem, nomeiam até serventes. Nós não temos um Estado fortalecido administrativamente. Isso é muito ruim, porque todo Governo que entra entra começando tudo de novo, desarticula todas as instituições. Mas dizendo que... Eu fiz uma continha, dá 370,3 por cada Senador. Eu queria dizer que tem alguém com meus 370, inclusive, o vírgula três, porque eu não tenho nenhum cargo e nenhuma função neste Governo.

Mas isso aí o senhor está dizendo que o Legislativo é cooptado pelo Executivo e falou que a questão dos empregos. Eu acho que o emprego é até uma questão secundária. A cooptação se dá porque o Executivo está garantindo a reeleição de parlamentares, que é uma coisa muito mais grave. Os prefeitos garantem as eleições, os governadores garantem as eleições dos deputados estaduais, que os mantêm reféns. Porque, se você tiver, articular alguma questão de independência, você tem seu mandato comprometido, porque o governador vai lá, pega o prefeito a quem eles mantêm, etc., proíbe votar em vocês, e você está riscado da vida pública. Isso também é uma coisa verdadeira.

Eu, como o senhor, acredito no tempo. Tive uma experiência de morar no exterior e sei que a sociedade civil nossa é muito fragilizada. É um povo que não é educado, é um povo que não lê jornal, é um povo que não pode acompanhar o que a gente faz, porque é um povo que não é educado. Quer dizer, volta para a questão do nosso partido, Senador Jefferson, que nós não vamos ter um Brasil desenvolvido, se a gente não tiver um povo educado.

Então, o Brasil não chega a lugar nenhum, se a gente não fizer uma revolução educacional, para educar o povo brasileiro. Eu sou um otimista por aí, a gente trabalhando para melhorar as instituições.

Com relação, especificamente, aos Tribunais de Contas, Sr. Presidente, a discussão que motivou esta reunião é de que o Presidente da República reclama do Tribunal de Contas, que está emperrando as obras do PAC. Isso sugere que o Tribunal de Contas está independente do Executivo. Senão, não faria isso. Quer dizer que, se tivesse uma série de amigos no Tribunal de Contas, que fossem complacentes com obras superfaturadas, estaria tudo bem? O que acho que não é.

Eu tenho um projeto na Casa sobre o Tribunal de Contas, daí meu interesse de estar aqui, que promoveria os Tribunais de Contas, tanto da União como dos estados, mais independentes. Ninguém me convence de uma nomeação política para os Tribunais de Contas, normalmente, são deputados que já têm alguns mandatos, estão cansados e são premiados para ir para os Tribunais de Contas dos estados e os torna dependentes do Executivo. Não tem pelo menos um constrangimento.

Como é que uma pessoa que foi nomeada para o Tribunal de Contas, politicamente, vai ter independência para julgar uma obra de um governador que o nomeou? Pelo menos, se ele for uma pessoa muito direita, vai ter, pelo menos, um constrangimento ao fazê-lo.

Então, o projeto que apresentei aqui na Casa é que a nomeação dos conselheiros dos Tribunais de Contas, em todos os níveis, seja feita a partir dos auditores, que fizeram, concursados dos Tribunais de Contas, que têm pelo menos 10 anos de prática na Casa.

Aí você teria um órgão independente. Porque o que nós precisamos é que os executivos sejam fiscalizados por cortes independentes politicamente. Técnicos que vão se debruçar em cima de superfaturamento, em cima de obras que são mal projetadas, isso é o que nós precisamos.

Então, eu acho que compete ao Senado fortalecer esta visão, para que a gente comece a criar um Estado que seja independente de governos. E com isso a gente tem, inclusive, continuidade nas administrações, e o dinheiro público seria melhor empregado.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flávio Torres. Com a palavra o Senador Valter Pereira, que tem aí seus três minutos de... Trinta minutos. Quanto tempo o senhor desejar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Eu já cedi, dos meus 30 minutos, eu já cedi 20 para o Senador Praia. Ele já utilizou devidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vinte e cinco.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vinte e cinco. Sr. Presidente, eu acho que a Audiência Pública ocorre num momento em que essa discussão ganha relevo na sociedade. Há um questionamento, por parte do Governo, de que o desenvolvimento está sendo travado. E há uma contradição na direção de que é preciso fiscalizar.

Eu acho que é preciso fiscalizar e acho que a fiscalização tem que ter a responsabilidade para perceber que o dinheiro público pode vazar pelo sumidouro, através de várias formas. Uma das formas é através de manipulação de licitações, de contratos, de obras fraudadas, de contratos fraudados, de obras mal executadas. E também pode vazar pelo emperramento burocrático. E eu sou relator de uma proposta da Senadora Serys Slhessarenko, que propõe uma mudança radical na estrutura do Tribunal de Contas. Propõe praticamente a abolição dessa instituição. E, obviamente, eu vou avaliar todos os depoimentos que eu estou ouvindo, acerca desse momentoso assunto, para que eu possa prolar uma decisão que estabeleça um ponto de equilíbrio entre essas duas demandas.

Eu gostaria de perguntar, aqui, pontualmente ao Dr. Cezar Augusto, acerca de uma obra. O senhor conhece projeto, contratos, os problemas que ocorreram com o aeroporto de Goiânia, o Aeroporto Santa Genoveva? Se conhece esse assunto, eu gostaria que comentasse o que é que aconteceu para que esta obra ficasse emperrada.

E eu gostaria, também, de fazer uma pergunta, também, ao Dr. Cezar. Se o instituto que preside tem feito, também, um acompanhamento sobre prazos consumidos pelos Tribunais de Contas, para prolar suas decisões. Porque, em nossa avaliação, é preciso que toda a administração, e aí inclui o Tribunal de Contas, que não é um órgão administrativo, mas é um órgão fiscalizador, portanto, é uma instituição pública, que tem obrigação de zelar pelo dinheiro público. Se esses prazos têm sido e é necessário que o Tribunal cumpra. Por quê? Porque, quando ele deixa de cumprir essas exigências, essas previsões, acaba, efetiva-

mente, procrastinando as obras previstas, projetadas, e, com isso, pode trazer transtorno, sim.

É importante saber disso, para que nós possamos avaliar se essa instituição está realmente travando o desenvolvimento do país. Se é defeito da Legislação, se é defeito de funcionamento dessa instituição, e, na sua avaliação, como é que o Congresso pode contribuir para que possam se remover esses obstáculos.

Basicamente, era essa daí minha intervenção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Valter Pereira. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, ilustres convidados, essa é uma matéria que está num amplo debate perante a opinião pública. Eu estou nesta Casa lá se vão quase 30 anos, e essa discussão da fiscalização e, de modo muito especial, da presença do Tribunal de Contas tem tido um debate permanente por parte da sociedade brasileira.

Houve um momento em que quem estava no banco dos réus era o Tribunal de Contas, e nós do Congresso Nacional tínhamos restrições muito grandes ao Tribunal de Contas. Se fazia interrogação com relação a que o Tribunal de Contas não fiscalizava e se faziam discussões com relação à ação exagerada das empreiteiras, lá no Tribunal de Contas. Argumentava-se, inclusive, que tinha empreiteiras que tinham representantes seus que atuavam dentro do Tribunal de Contas e que, na hora de fazer o ajuste de tudo mais, elas tinham participação.

Era uma situação, e eu me lembro, eu fui relator da Lei das Licitações, eu fui relator da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. E eu fui relator da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral e, nas três, eu apresentei substitutivo e nas três os substitutivos foram aprovados por unanimidade.

Eu me lembro de debate na Lei das Licitações. Àquela época, o PT era oposição, e a luta era radical do PT cobrando a fiscalização, era qualquer coisa de impressionante. E, ali, eles cobravam do Executivo e cobravam do Tribunal de Contas. Porque havia, volto a repetir, muita dúvida com relação à ação do Tribunal de Contas. Se levantavam interrogações bem diferentes de hoje, porque, hoje, e até achei muito interessante a afirmativa de um Ministro novo do Tribunal de Contas, que diz: "Nós tínhamos que estar preocupados se essas empreiteiras e o Governo elogiasses demais o Tribunal de Contas. Quer dizer, estarem cobrando de nós, porque nós estamos atuando é melhor do que estarem agradecendo, porque nós não estamos atuando".

Mas, naquela oportunidade, eu me lembro que a grande discussão, uma das grandes discussões era lá

no Tribunal de Contas, com relação a que o Tribunal de Contas não fiscalizava. E eu me lembro até uma das questões que eu botava, é que os Tribunais de Contas do Estado e, na hora da fiscalização de obras públicas, tinha que passar também para o Tribunal de Contas do Estado, para eles autorizarem a construção.

Um deputado federal muito importante, hoje governador, apresentou uma emenda retirando esse item. Eu fui falar com ele. “Mas você é um cara fantástico, formidável, como é que você é contra uma medida moralizadora que nem essa?”. Ele disse: “Eu não sei se é moralizadora lá no teu estado. No meu estado é mais um guichê que alguém vai ter que pagar propina para poder ser aprovado. Eu prefiro que não passe”.

Então, vê como era o ambiente. Agora, hoje, eu vejo diferente. Eu vejo que as acusações são um exagero de que o Tribunal de Contas está atuando demais, está agindo demais, está buscando um exagero de fiscalização.

Eu quero dizer que eu conheço o Presidente Lula. E quero ser muito sincero, quando eu digo que não me passa pela cabeça de que o Lula está querendo isso porque quer abrir, quer facilitar, facilitar as empreiteiras ou coisa que o valha. Não me passa isso pela cabeça, com toda sinceridade, se eu pensasse isso, eu diria. Acho que não é esse o pensamento. O pensamento do Presidente Lula é a angústia que ele tem de ver obras, de o PAC estar num ponto de vista muito adiantado até maio e junho do ano que vem, e está vendo que as obras não estão andando por várias razões. Quer dizer, ele não se lembra de dizer ao Lula que também as obras não estão andando, porque as verbas não são liberadas e não são usadas, projetos não são apresentados, tem outra série de razões pelas quais o PAC não está andando como eles gostariam que andasse.

Mas a razão que ele invoca, e tem lógica no debate, é exatamente a atuação dos órgãos, que não devem ser apenas o Tribunal, o órgão de fiscalização no meio ambiente é um dos mais duros. Nós verificamos, por exemplo, na construção da hidrelétrica, chegou a paralisar não sei quanto tempo, um, dois anos a construção da hidrelétrica lá na Amazônia, mas, ultimamente, ele está se concentrando em cima do Tribunal de Contas.

Diz ele que o Tribunal de Contas... Até ele não foi feliz, “o quarto escalão manda paralisar uma obra, e a obra fica parada por não sei quanto tempo e não sei mais o quê”. E fala em criar um órgão independente. Eu não sei qual é o órgão mais independente que o Tribunal de Contas.

Quer dizer, se uma Comissão... Que Comissão seria essa? Quem vai indicar os membros dessa Co-

missão? Qual era a autonomia dos membros dessa Comissão? O que faria essa Comissão que ele fala? Eu acho, com toda sinceridade, que aí nós discutimos a ação do Tribunal de Contas, se tem que mudar, se tem que modificar, se tem que alterar. Agora, criar outro órgão, como é que se faria? Se extinguiria o Tribunal de Contas? Sim, porque criar um órgão para atuar, e o Tribunal de Contas ficaria fazendo o quê? Então, acho que esse é um assunto que, inclusive, nós temos que debater. Por isso que eu acho que é importante a vinda do Presidente do Executivo aqui, para dizer para nós o que o Presidente quer, quando ele quer criar um órgão, uma Comissão. Qual é o termo? Independente? Não. Super...

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Inatacável.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Inatacável. Quer dizer, quando o Presidente fala em criar uma Comissão inatacável, onde é que ele quer chegar? Eu acho que esse é um dos primeiros debates que nós temos que ver na palavra... O que ele quer com isso? Aonde é que ele quer chegar? Eu, sinceramente, acho que não quer chegar a lugar nenhum, com todo respeito, que não vejo condições.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Observe o seguinte. Eu acho esse episódio do Presidente Lula bastante absurdo, então, me permito comentá-lo, da maneira como estou fazendo. Agora, quando ele diz que precisa criar um organismo inatacável, significa que aquele sobre o qual está comentando seria atacável. Não é verdade? Não perguntaram a ele, como é típico no Brasil, não se pergunta. A imprensa brasileira nunca faz a segunda pergunta. Mas está atacando quem, exatamente? Atacando por quê? Quem é? Por quê?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Antes da Constituinte de 88, quem indicava os membros do Tribunal de Contas era só o Governo Federal. Aí os constituintes de 88 ficaram com dois terços, um terço para a Câmara, um terço para o Senado e um terço para o Presidente da República. Que, justiça seja feita, o Presidente da República tem indicado, em tese, técnicos do próprio Tribunal. Quer dizer, e nós temos indicado parlamentar.

Eu não vejo isso com simpatia. Com toda sinceridade. Eu fui Governador do Estado, e lá também é assim. E eu, quando deixei o Governo do Estado, deixei duas vagas no Tribunal de Contas, não nomeei, porque a assembleia só nomearia, só aceitaria minha indicação se eu indicasse deputado. Eu digo: “Deputado eu não indico”. Então, o Governador que veio depois indicou três de saída. Mas eu não indiquei. Porque não vejo com simpatia. Eu acho, com toda sinceridade, embora, também, não esteja... Eu vou ser sincero, tenho visto ex-deputados e ex-senadores que estão lá no Tribunal,

cuja atuação para mim é inatacável. É séria, responsável, é de grande credibilidade, é muito importante. Eu vou ser sincero, eu não vejo nesse sentido.

Agora, é importante salientar esse aspecto. Quando eu fiz a coisa, eu fui autor da Lei das Licitações, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, a guerra era contra o Tribunal, no sentido... Me perdoe a sinceridade, até da corrupção, da irresponsabilidade. E, agora, estou num outro problema. Até queria perguntar, o resto vai bem? [risos] Quer dizer, a atuação... O que tem hoje contra o Tribunal é só o exagero na fiscalização? As empreiteiras não estão mais funcionando lá, não tem mais ação lá dentro? Porque eu vejo que as empreiteiras se reuniram com o Presidente da República e está aqui, agora, está aqui no jornal que, na reunião das empreiteiras com o Presidente da República, originou-se projeto de Governo que prevê menos poder para o Tribunal de Contas. E esse projeto está chegando aqui no Senado, no Congresso Nacional, com esse estabelecimento.

Agora, eu vou ser muito sincero. Eu volto a repetir. Eu digo o que penso. Se eu achasse que o Presidente Lula está metido nisso, porque atrás disso tem outro tipo de interesse em fiscalizar empreiteira, eu estaria dizendo. Eu não acho isso. Mas acho que o Lula não está pensando que isso pode facilitar, também, o outro lado.

Então, eu acho que nós temos que atuar. Por exemplo, quando o Lula diz que um funcionário de quarto escalão paralisa uma obra, e a obra fica dez meses sem fazer nada, ele tem razão. Agora, vem o Tribunal, o presidente do Tribunal de Contas e responde: "Mas nós mandamos o ofício, mandamos uma vez, mandamos duas vezes, mandamos três vezes, mandamos quatro vezes, e o Executivo não nos responde. Não diz nada. Não dá nenhuma satisfação". Então, acho que aí nós temos que fazer um esclarecimento. Acho que nós temos que fazer um meio termo, no sentido de que o Tribunal de Contas pode pedir, e o Executivo tem obrigação de responder.

Eu concordo no sentido, com toda sinceridade. Se der para a gente fazer, que nem sempre um funcionário de quarto escalão, uma dúvida, alguma interrogação paralise a obra, acho que a paralisação da obra deve ser a última coisa a ser feita, aí eu concordo.

Quer dizer, uma hidrelétrica, está lá uma obra que está sendo feita, da maior importância, que implica em muita coisa, parar sem mais nem menos, eu concordo. Mas também eu concordo que, se souber negócio que tem corrupção, que tem coisa séria, e não se faz nada, deve paralisar.

Agora, aí também tem outro aspecto. Eu nunca vejo essa questão. É que nem nós aqui no Congresso,

o problema de que, na verdade, na verdade, o Brasil é o país da impunidade. Só vai para a cadeia, eu já disse isso mil vezes, mil e uma, ladrão de galinha. Porque quem tem um bom Advogado não acontece nada. E a gente discute isso, discute isso, só não se discute uma coisa: por que não apressar a tramitação do Judiciário? O próprio Presidente do Supremo, pessoa ilustre, importante, muito competente e que tem tido grandes posições, ele não dá uma resposta para isso. É o caso, agora, nessa questão. Por que não há um processo sumaríssimo, sumaríssimo, no que tange à questão de obra? É uma questão de obra, é importante? É. Hoje, uma decisão que se tome decisão com urgência necessária. Em vez de ficar dez meses parado, que é um escândalo, mas também ficar dez meses sem o Executivo responder às solicitações do Tribunal de Contas, que também é um escândalo, você fazer uma impugnação, e o Judiciário não julgar nunca, eu acho que, aqui nesta reunião é uma maneira de nós discutir uma forma de um processo sumaríssimo nesse sentido. Sumaríssimo nesse sentido, onde há um negócio, há o debate e a conclusão.

Eu acho que aí é algo que acho nós deveríamos debater. E acho que isso é mais importante do que nós, de repente, por exemplo, aqui... O que está dizendo, aqui, é que vão dizer que o Tribunal de Contas fica proibido de paralisação. Está proibido. Eu não sei se essa é a saída. Eu acho que proibir, quer dizer, paralisar as obras exagerado, sem mais nem menos, não deve ser. Mas proibir de paralisar as obras, fecha o Tribunal de Contas, não tem o que fazer. Porque, se ele não tem o poder de coação, se ele não tem o poder de cobrar, se ele só vai aconselhar, orientar, ninguém vai dar bola para o Tribunal de Contas.

Eu concordo, repito que o negócio de paralisar, acontecer, ficar 10 meses parado tem que mudar, tem que alterar. Agora, o que diz aqui o projeto que vai ser enviado para cá é que o Tribunal de Contas vai ser proibido de paralisar. E vai fazer o quê? Vai sugerir [risos], vai dar palpite?

Então, eu acho que nós temos que encontrar um meio do caminho. Por isso a presença dos senhores, por isso o debate e por isso para nós encontrarmos um denominador comum. Porque todo mundo está falando sua linguagem. Veio o Presidente do Tribunal de Contas, o presidente do Tribunal de Contas... Outra coisa, então, pegaram o coitado do presidente do Tribunal de Contas, vem, é uma pessoa ilustre, etc. e tal, aí descobriram um irmão dele lá no Ceará, que tem não sei o que, e, de repente, manchete de capa. Acho que é por isso até que não veio, deixou para outra oportunidade. Manchete de capa de que ele está comprometido com não sei mais o que e não sei mais

o quê. Essa é uma matéria de 10 anos, 12 anos atrás. Está 12 anos na gaveta, na hora em que está um debate que nem esse, então, vem um negócio em cima do presidente do Tribunal de Contas. Eu acho que foi deselegante. Não é que eu não diga que tem... Fez, deve, paga. Mas ficar 10 anos parado, para, nessa hora, nesse momento que está uma discussão que nem essa, querer atingir o presidente, trazendo um negócio lá do irmão dele no Ceará, eu achei que não foi feliz. Com toda sinceridade, eu achei que foi deselegante essa situação. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Pedro Simon. Eu vou, também, fazer uma colocação rápida e passar a palavra aos nossos expositores.

Primeiro, que nós fizemos, aqui, em 2007, eu era membro da Comissão de Fiscalização e Controle, hoje, eu sou Presidente da Comissão, mas era membro da Comissão, tivemos um ciclo de audiências públicas para discutir controle; controle interno, externo. E, desse ciclo de audiências públicas, nós tivemos aqui... Porque saímos um pouco dessa audiência que acaba sendo muito superficial. Tivemos um ciclo de audiências.

Saiu um projeto que define o que é despesa sigilosa; saiu um projeto que estabelece proteção ao servidor que denuncia irregularidades da administração pública e proteção a ele. Saiu um projeto que está tramitando, que é o projeto que reformula a Lei de Finanças Públicas, a 4.320, que é de 1964, criando, estabelecendo a Lei de Qualidade Fiscal, que é uma lei que, além... É um passo adiante à Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma importante lei, metas fiscais, mas a Lei de Qualidade fiscal, ela define que, além de você gastar aquilo que tem, você tem que ter resultado nos programas de Governo. Tem que ter uma medição de resultado de programa.

O que vai ter de fato? Gastou aí um bilhão de reais num programa, o que tem, de fato, de benefício para a população? Lei de Qualidade Fiscal é uma lei grande e que é um passo adiante na reforma do Estado e está tramitando na CCJ, e o relator é o Senador Arthur Virgílio.

Apresentamos uma emenda, definindo a questão de controle interno. Quais as funções do controle, tem que ter carreira própria, tem que ter órgão permanente, todos os órgãos da administração pública têm que ter um órgão de controle interno? Então, temos diversas propostas, lembrando de algumas, aqui.

Apresentamos uma resolução que cria o controle interno do Senado, com essa crise que nós vivenciamos, o Senado não respondeu politicamente, mas vai ter que responder na questão da gestão interna, vai

ter que melhorar e qualificar e profissionalizar a gestão interna do Senado.

Apresentamos uma proposta, que foi implementada, que é do Portal Transparência do Senado, que eu acho que é importante, é um passo importante na fiscalização. A transparência é uma atitude e um compromisso importante. E eu, assim, acho que o debate sobre o Tribunal de Contas é um debate importantíssimo, porque os Tribunais de Contas tanto da União, dos estados e dos municípios têm um papel. Dos municípios tudo bem, todos têm um papel. Teriam que ter um papel. A vertente política, a variável política presente nos Tribunais de Contas é muito forte. Isso já dito, aqui, pelo Senador Pedro Simon, já dito, aqui, pelo Cláudio Abramo, que eu não ouvi a palestra do Cezar. Mas a vertente política é muito forte.

Então, os Tribunais de Contas têm uma imagem perante a opinião pública, por equívocos e erros de um ou de outro, que leva a se ter uma imagem desgastada.

Eu também tive a oportunidade de apresentar duas propostas do Tribunal de Contas: uma o Senador Pedro Simon é o relator, que é estabelecendo concurso público para Ministro do Tribunal de Contas. Acho que é uma provocação. Provocação para que a gente possa aperfeiçoar um pouco mais o critério de acesso à função de Ministro. Outra proposta que está tramitando, deve votar, nos próximos dias, na CCJ da Casa, é criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Porque não tem nenhum local, onde o cidadão possa ir e fazer uma reclamação, fazer uma sugestão, fazer um debate de... uma correção... um debate de aperfeiçoamento. O debate que se faz nos palanques, hoje, do Brasil poderiam ser feitos num Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, está certo? Uma denúncia de que um conselheiro de um Estado agiu politicamente, na hora em que impetrou ou decidiu contra um prefeito ou um presidente de Câmara, que essas questões acontecem. Então, o Conselho poderia funcionar.

Eu acho que o Conselho Nacional de Justiça ajudou a melhorar a Justiça brasileira. Eu acho que o Conselho Nacional do Ministério Público ajudou a melhorar o Ministério Público brasileiro. Eu acho que o Tribunal de Contas, que é um órgão assessoria do Poder Legislativo, é só na Constituição, não é mais um órgão acessório só. Não podemos achar que é um órgão acessório do Poder Legislativo, simplesmente. É uma instituição que ganhou poder e que precisará de um controle externo, mais do que um controle nosso aqui do Poder Legislativo, precisará de um controle externo, de um local, de fórum de debate das suas mazelas e das suas qualidades.

Então, o Conselho Nacional está tramitando, relator Senador Romero Jucá apresentou o relatório, Demóstenes Torres, Senador, pediu vistas, espero que a gente vote nos próximos dias, na Comissão de Constituição e Justiça. E acho que o Tribunal, que os tribunais erram muito. De fato, há burocracia exagerada, não dão, muitas vezes, um exemplo. À hora que começou a discutir essa questão de transparência, o Tribunal de Contas da União tinha que ter um Portal Transparência deles, antes de qualquer outro órgão. Antes de qualquer outro órgão. Antes do Senado, antes da Câmara, o Tribunal de Contas da União já tinha que ter lançado todas as suas despesas, todos os seus contratos, todos, toda a sua relação de funcionário, para a sociedade conhecer. Porque ele não é um órgão de controle? Um órgão com controle tem que dar o exemplo, os Tribunais de Contas dos estados do mesmo jeito.

Então, assim, tem deficiência nos nossos tribunais. Tem deficiências que precisam ser corrigidas, porque virou uma corporação que tem seus interesses corporativos, que é natural até que tenham, porque toda corporação tem. Mas precisa dar passo adiante, antes que outros órgãos, que ele controla, façam.

Não dá para o Senado querer controlar alguma coisa, se ele não expuser todas as suas dificuldades, suas mazelas, suas deficiências, suas falhas, porque vai ficar comprometido esse controle. Então, o Tribunal de Contas da União, dos estados e municípios já tinham que ter se adiantado à Lei do Capiberibe e ter já com seu portal, antes do Senado, que o Senado já tem, e antes da Câmara, que já tem.

Então, o Poder Legislativo está a um passo adiante nessa questão da transparência do controle, porque o Tribunal de Contas da União não tem ainda. O Ministro Ubiratan Aguiar é uma pessoa decente e séria, está certo? E tem muita gente, naquele Tribunal, com capacidade de tomar medidas adequadas.

Então, queria colocar outra questão. E tem uma coisa que estão nas nossas mãos. Por que nós não aprovamos logo a Lei de Licitações? Está aqui tramitando, está aqui na nossa mão, nós que temos que aprovar. Não depende de ninguém. Nós é que temos que aprovar. Acho que nós devíamos... Eu queria propor, que uma Comissão da Comissão de Fiscalização e Controle fosse ao Presidente Sarney e pudesse pedir para pautar. A Lei de Licitações altera, aperfeiçoa alguns dos mecanismos para desobstruir, para a gente poder ganhar tempo, até, nessa necessidade de investimento de infraestrutura que nós temos.

Então, era isso. Então, passo a palavra ao Cezar e, depois, ao Cláudio.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Bom, eu só gostaria de, em relação à questão da Lei de Licitações, nós temos certa preocupação com o destavamento muito grande, através do pregão eletrônico para obras de até três milhões e 400 mil reais, que são 99% das obras do Brasil, que vão poder ser licitadas por pregão, num embate de preços posterior à apresentação da proposta, que pode, por ter uma celeridade muito rápida no processo de análise de edital, mínimo de oito dias, é um problema que eu acho que tem que ser tratado, aqui dentro desta Casam porque realmente ele pode causar um problema muito sério para que as porteiras se abram lá para fora para fazer obras sem projeto. Que é o grande problema que nós estamos tratando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas, no mesmo projeto, a mesma lei diz que tem que ter projeto executivo para as obras. A mesma lei diz que tem projeto--

[falas sobrepostas]

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Não, mas, veja, o problema é o seguinte: nós não temos problema nenhum com relação a fazer pregão de obra, desde que tenham projeto, e a cultura do Brasil, é o que eu tenho dito aqui, é que nós temos absurdos, como rascunhos embasando licitações--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não pode. Não pode. Nós temos a lei, já está dando prazo para que todas as obras tenham projeto executivo. Nós temos que parar, no Brasil, de gastar tempo consertando coisas e gastar tempo elaborando projeto, planejando as coisas.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Me permita. Se o Tribunal de Contas, qualquer dos 34, for lá e cobrar o projeto executivo e parar uma obra por isso, depois não venham cobrar do Tribunal de Contas de qualquer estado, de qualquer município ou da União, porque é o que vai ocorrer na prática. Obras escritas em papel de pão vão estar sendo licitadas por pregão neste país.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: [ininteligível] feitas de papel. Desculpe, vamos debater esse negócio. Porque acontece assim hoje. Você acha que não acontece, porque não é pregão?

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Não, eu acho que--

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: É papel de pão, sem pregão.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Eu concordo plenamente de que nós temos que tratar da questão de projeto. Mas vai acelerar e vai dar uma celeridade num procedimento que vai ser simplificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Desculpa, só uma questão, mais para observar. O aeroporto de Vitória. Talvez seja o pior aeroporto do Brasil. Em 2005, o Presidente Lula foi lá e deu uma ordem de serviço. Projeto básico, sem projeto executivo. O Tribunal de Contas da União aceitava o projeto básico, aceitava projeto básico, INFRAERO aceitava projeto básico, a mesma empresa ganhava licitação, elaborava o projeto executivo, fazia obra. Está lá a obra paralisada. Teve que cancelar tudo, fazer novo... Contratar licitação do projeto executivo, um aeroporto precário, parece mais uma rodoviária do interior, está certo? Por um assunto que começou errado. Eu concordo com você. Nós não podemos começar as coisas errada, está certo? Mas também nós não podemos ficar presos à burocracia exagerada. Se a gente tiver a exigência de projeto executivo, e podemos agilizar os processos, com controle, naturalmente, a gente tem que fazer isso.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Bom, continuando. Depois, dentro do... Não, não, eu que peço desculpas, porque interrompi o Senador. Bom, voltando às questões que foram colocadas aqui, eu só gostaria de fazer, também, uma observação. As estatísticas que o Tribunal de Contas da União apresentou há poucos dias aí e tem apresentado por aí demonstram, inclusive nas obras [ininteligível] de 2009, que há um menor percentual de obras PAC paralisadas do que obras não PAC. Então, esse argumento de que estão perseguindo o PAC eu acho que, tecnicamente, ele não se sustenta, num primeiro momento. Então, eu não estou aqui para falar em nome do TCU, mas isso são dados reais.

Eu gostaria até de conhecer, que o Governo Federal tivesse as estatísticas... Por que as obras do PAC não andam? Porque, se são milhares de obras, e só 41 do total que não... São... E só 13 são PAC, de milhares de obras, 13 estão paralisadas, não é o Tribunal de Contas da União que está paralisando o PAC. Então, acho que esses discursos, eles faltam... Eles estão pecando pela falta de base em dizer uma coisa.

E, nesse sentido do projeto básico, da evolução da engenharia nacional, da reestruturação da engenharia pública nacional, que, por falta de recursos, durante muitos anos, para investir em obras, foi se desmantelando, nós vemos, hoje, essa enxurrada de demandas sociais, através de um momento em que a União consegue ter recursos para investir, empurra de novo para o mercado de trabalho empresas e pessoas que estavam sem ter o que fazer, praticamente, porque não tinha obra nesse país. Realmente, agora que tem condições econômicas, que vêm sendo montadas há alguns anos, com a estabilidade econômica, com a

continuidade de alguns programas aí, realmente é um problema, porque fomos pegos no contrapé.

O Grupo de Trabalho de que o Senador Jefferson Praia faz parte trata justamente de conseguir achar esses nichos e conseguir ir aperfeiçoando a questão do projeto básico, do planejamento a longo prazo, que nós não temos programa de obras a longo prazo; as obras vêm aos borbotões, a cada momento, e aí tem um problema, também, e aí falo aos senadores das emendas parlamentares que, muitas vezes, tem que se construir um hospital, e o recurso que você consegue disponibilizar para uma obra dessa serve para fazer a garagem da ambulância, e o hospital continua precário. Então, são coisas que têm que ser atacadas efetivamente.

Precisamos de planejamento a longo prazo. Nós precisamos de profissionais, dentro dos órgãos públicos, que sejam capacitados e tenham em quantidade, porque hoje não temos. Tem órgão rodoviário nesse país, não dito por mim, que, hoje, não tem corpo técnico sequer para fiscalizar os projetos que contrata, porque não faz mais projeto, não fiscaliza obra, contrata uma consultora. Não estou dizendo que isso seja errado, mas o Estado não tem nem como ele dizer que se aquilo que está recebendo é bom ou é ruim. Está andando a coisa de qualquer jeito. E isso é generalizado.

Bom, com relação ao Senador Valter Pereira, ele falou sobre a questão dos Tribunais de Contas, com relação aos métodos de trabalho, sim, eu tenho que dizer que está havendo uma evolução em métodos de trabalho. O TCU é o exemplo, que está incomodando muito, porque aumentou sua fiscalização de forma qualificada e está tratando de questões que não tratava, talvez, com a profundidade que merecia.

E óbvio que há muita deficiência no sistema de Tribunais de Contas brasileiros. São 34 Tribunais de Contas. Tem alguns que realmente estão menos estruturados que outros; tem alguns que são mais políticos do que outros; tem alguns que são menos. Mas o que eu estou querendo dizer é que, por exemplo, a questão das obras públicas, que hoje é essa polêmica, ela era natural que acontecesse, porque é um fato novo ter menos... Ter 10 anos, 15 anos que estamos fiscalizando obras públicas. Antes, as coisas andavam sem fiscalização. Só a presença dos tribunais nesta área já reduz, de forma significativa, o número de fraudes, etc.

Indo adiante. Com relação à mudança dos Tribunais de Contas... Não, desculpa, eu... Bom, o aeroporto de Goiânia não é da minha atribuição. Eu sou do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Não conheço mais amiúde. Mas a informação que posso lhe dar é que, desde 2004, essa obra não consta no quadro de

bloqueios do TCU. Ela não estaria paralisada, por ter sido colocada como obra de irregularidade grave, com indício de paralisação pelo Tribunal de Contas. É o que está disponibilizado, inclusive, para o Congresso Nacional. Então, não é problema, não seria, não posso falar 100%, aqui, mas, em termos de... O que a gente sabe é que, desde 2004, ela não está sendo paralisada por bloqueio do TCU.

A questão da mudança dos Tribunais de Contas, aí foi o Senador que falou, também, a mudança de forma do Tribunal de Contas não é o que vai fazer a mudança do que nós precisamos. É mudança de cidadania, mesmo. Começa na indicação, como disse o Senador Simon, aqui muito pertinentemente, eu sou gaúcho, só lá de... Nascido São Sepé, senador, o senhor conhece?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só qualidade, mesmo, o que mais tem é gaúcho.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Pois é. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: a não indicação de deputados, como o Senador Simon, não estou dizendo... Não tem pejorativo nenhum. Nós temos ótimos conselheiros ex-deputados, ex-ministros, ex-senadores, não tem problema nenhum. O senador já citou isso. O que nós temos que fazer é que as pessoas que sejam indicadas, sejam políticas ou não políticas, sejam efetivamente condizentes com que a Constituição Federal diz: "Ilibada reputação, conhecimentos sólidos na área econômica, do direito, da contabilidade", porque para isso que ele vai estar lá. Vai ser um julgador isento.

E o Senador cita muito bem, aqui, e eu não vou dizer nomes, para não denegrir os que não sejam citados, mas temos excelentes ex-deputados, temos excelentes políticos nos Tribunais de Contas, que fazem trabalhos belíssimos por este país. E, muitas vezes, temos até alguns que são mais técnicos e não chegam a esse nível. Então, não é essa questão. A questão é fazer com que o corpo julgador, seja ele um corpo colegiado, como são os Tribunais de Contas no Brasil, ou um corpo... um Tribunal que tenha um secretário-geral, seja o nome que se dê, como tem nos países anglo-saxônicos, este, se for nomeado diretamente por uma autoridade política, seja em que nível for, ele também vai estar comprometido e vai estar mais comprometido, porque ele vai ser o único que vai conduzir os processos, enquanto tem num colegiado, que, por mais que tenha predominância de uma ala política sobre a outra, vai haver um contraponto.

Eu poderia dizer que conheço tribunais aqui em que as gestões técnicas são difíceis de derrubar. Alguns poucos tribunais, talvez. Porque não conheço todos. Mas, vejamos, esta evolução é da sociedade. E um dia

desse um prefeito dizia o seguinte: "Por que vocês têm tanto conselheiro político?". Ora, pergunte para o deputado do seu partido. Veja se seu partido discutiu na base como é que vai nomear esse cara, qual é o critério. Ou, então, vamos fazer o seguinte; isso dito por um prefeito, não sou eu que estou dizendo.

Então, nós temos que fazer o seguinte: dizer para meu partido político, quando for um deputado da minha base, que esse deputado seja o melhor que nós tenhamos. É uma discussão que tem que ser feita no Poder Legislativo. Não cabe ao Tribunal de Contas dizer; o Tribunal não pede: "Manda o fulano para cá, manda o beltrano para cá". Então, essa qualificação é da sociedade. E essa sociedade passa, por exemplo, pelo Congresso Nacional. E aí vou passar um dado que talvez alguns de vocês não saibam: dos últimos 20 anos de contas dos presidentes da República, me parece, 20 anos, ainda existem 11 sem apreciação das casas legislativas. Nos últimos 20 anos, haveria 11 contas não apreciadas ainda na Casa Legislativa. Ou seja--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do Presidente da República?

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Do Presidente da República. Vejam, é essa a eficiência que queremos? Estamos cobrando dos Tribunais de Contas, que entregaram os relatórios? Mas, vem cá, e o Congresso Nacional fez sua parte? E, quando tiver um cara nomeado pelo Presidente da República ou pelo Governador do Estado, pelo prefeito dos municípios que têm tribunais de municípios, a celeridade lá vai resultar em celeridade aqui, em responsabilização?

Então, vejam, pessoal, nós temos que todos assumir esse papel de cidadania. Estamos jogando para o Tribunal de Contas um Estado ineficiente, um Estado burocrático, que é o Estado brasileiro, que deveria se transformar em Estado gerencial de fato. Um Estado gerencial de fato resulta num Tribunal de Contas gerencial de fato, resulta num sistema Legislativo gerencial de fato, que trabalhe com resultados para a sociedade.

Bom, com relação a prazos, por exemplo. No Estado do Rio Grande do Sul, que é onde eu trabalho, onde estou trabalhando, no Tribunal de Contas, o Tribunal fez o esforço para que a conta do prefeito e do governador sejam apreciadas no máximo, aí o Senador Praia também tem essa... Como já foi gestor, já foi apreciado pelos Tribunais de Contas, ele, no máximo, no final do ano seguinte ao exercício, ele está julgado. Ou seja, a conta de 2008 está julgada até o final de 2009. É um processo nosso lá, trouxe transtornos na inserção, porque mudou certos conceitos, mas temos, pelo menos, essa celeridade. Não pode ser dado um

aval para obra pública que perpassa vários mandatos. Então, algumas coisas têm que continuar e não podem ser... Com tanta celeridade, sob pena de ser avaliado com má qualidade.

Então, como o Congresso pode contribuir para remover os obstáculos? O Senador também pergunta. Eu diria que é fazendo, cumprindo esse papel de... Não só o Congresso Nacional, mas o Poder Legislativo como um todo, indicando os melhores nomes, enquanto não mudar a lei, para comporem as cortes de conta. E, como é de sua atividade, legislar no sentido de aperfeiçoar.

Sabemos de vários projetos, tem aquele que extingue os Tribunais de Contas, tem Senador Casa-grande, tem outros senadores que também propõem concurso público, outros propõem que não seja concurso público, seja uma lista tríplice, nomeada dentro dos Tribunais de Contas, pelo menos, aumentando o percentual de técnicos nos corpos julgadores. Então, são essa série de--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me permite uma intervençãozinha?

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na sua avaliação, se, na estrutura do Tribunal de Contas fosse abolida a vitaliciedade, isso contribuiria com o aprimoramento dessa corte?

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Há um projeto, aqui, aumentando a idade, inclusive, tramitando nas Casas, aqui. Eu não saberia dizer, porque não tenho dados mais concretos a respeito disso. Eu só acho que mandatos muito curtos, uma opinião pessoal minha, não é do IBRAOP, não foi discutida lá. Mandatos muito curtos vão transformar, de repente, uma disputa de muita sucessão de pessoas dentro dos tribunais. E, veja, a pessoa que vai lá para ficar, por exemplo, um mandato de três ou quatro anos--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um mandato de seis anos, por exemplo.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Eu não posso fazer essa avaliação mais aprofundadamente. Mas mandatos curtos, por exemplo, a gente sabe até o perfil do senador e o perfil do deputado. O deputado é uma pessoa que tem que resolver as coisas mais rápido; o senador já tem um tempo maior.

E, nos Tribunais de Contas, há uma complexidade muito grande de entendimento de como eles funcionam. Muitas pessoas entram lá para ser conselheiros, até eles entenderem o funcionamento, porque é diferente de todo o processo, demora certo tempo de amadurecimento. Então, quando a pessoa vem de fora para o Tribunal, e não tem um histórico de funcionamento

desse órgão, um histórico do dia a dia, eu acho que é muito complexa a questão de mandatos curtos. Não estou defendendo nem A nem B. Eu acho que não é só pela vitaliciedade só que isso ocorre. É por uma série de fatores, de um histórico como um todo. Eu não teria essa resposta, aqui. Tenho minha opinião pessoal e até não seria muito mais do que isso.

Então, a contribuição, assim, que a gente está dando, em termos de técnicos e Tribunais de Contas, e não só de Tribunais de Contas. A gente tem ouvido... Quando a gente soube que existia, por exemplo, uma frente parlamentar em defesa da infraestrutura nacional, composta por vários deputados e vários senadores. Promoveram um evento aqui em Brasília, com o apoio das empreiteiras, das... Sem problema nenhum. É legítimo, é valor legítimo da democracia essa discussão. Fizeram estudo para verificar como é que funciona fora do Brasil os Tribunais de Contas, dizendo que lá ninguém para. Aqui também ninguém para. Aqui quem para é o Congresso Nacional.

Nós, enquanto profissionais da área de Tribunais de Contas, fomos conversar com o Presidente desta Comissão, nos colocamos à disposição: "Olha, estamos aqui, de forma transparente, de forma aberta. Discutimos qualquer assunto, desde que dentro de parâmetros éticos". Fomos recebidos pelo Presidente, até hoje não continuou a discussão. Não sei se está continuando essa discussão, em nível do Congresso Nacional. Mas nós estamos demonstrando, como técnicos dos tribunais, nossa disposição de conversarmos, de dialogarmos. E dialogamos com qualquer entidade, desde que seja para o aperfeiçoamento.

Nós temos tido, no Grupo de Trabalho com o Senador, e até algumas atividades numa rede que o TCU promove no Brasil, surpresas extremamente boas com organismos que a gente achava que não seriam éticos. Mas, por estarem naquele meio, que é muito dos técnicos, que tem o apoio de pessoas, uma conduta ilibada e historicamente reta, essas pessoas não estão nos propondo nada que não seja ético. Eles defendem seus interesses, se forem legítimos e não causarem prejuízos a qualquer atividade para a Nação, a gente concorda e aperfeiçoa os métodos de discussão e de conversa.

Então, o que a gente está vendo, hoje, como... É que nós temos realmente, como eu comecei lá no início, construir as bases desse país. E não é porque nós temos 500 anos. Vou ter que contrariar o senador, novamente, aqui. Não é porque nós temos 500 anos. Os Estados Unidos também tem 500 anos, e conseguiu construir uma economia sólida, algumas instituições mais sérias, quer dizer, a nossa questão é que temos que, efetivamente, fazer com que as coisas resolvam.

Ter mais “acabativas” nas nossas iniciativas. Iniciativas temos todos. Não podemos ter lei que pega e lei que não pega. Uma série de coisas. Cada um fazendo seu papel. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Dr. Cezar, pela sua contribuição. Com a palavra Cláudio Abramo.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Eu vou, muito rapidamente, passar por alguns assuntos que foram aqui mencionados. A começar pela pergunta do Senador Jefferson Praia, a respeito de sugestões sobre o que fazer.

A mim me parece que iniciativas no sentido de melhorar as condições de gerenciamento do Estado, como o Cezar mencionou, são fundamentais. Quer dizer, isso inclui, também, a capacidade de fiscalização de controle interno das administrações. Não está falando do controle externo, o controle interno, que é muito precário, notoriamente. À exceção da Controladoria-Geral da União, aqui para o Governo Federal, nos outros lugares, não tem controle interno, na verdade. Na prática, não existe, praticamente.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Me permite? Não podemos generalizar os Tribunais de Contas, as controladorias. Tem muito controle interno bom funcionando por aí.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Não, mas ele não é determinadamente assim no Brasil.

SR. CEZAR AUGUSTO PINTO MOTTA: Houve uma evolução muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Por isso que nós apresentamos, inclusive, uma emenda, definindo claramente o que é o controle interno e dizendo que tem que ser por órgão permanente e por carreira desses órgãos.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Bom, o senhor apresentou a sugestão de criação do Conselho Nacional de Tribunais de Contas, seguindo o modelo do CNJ, basicamente. Você deve ter... Fez a lição de casa e sabe as respostas institucionais sobre a possibilidade de criação de um conselho desses, mas eu tenho lá minhas dúvidas. Até pergunto se isso seria viável, se teria o mesmo poder que tem o CNJ sobre o Judiciário. É uma pergunta. Porque—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É por emenda.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Não, eu sei, mas... Quais são as condições de os Tribunais de Contas obedecerem. Esse é o problema, que os Tribunais de Contas não obedecem. Isso é um problema sério. Ele não é uma estrutura hierarquia, como é na Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ele não é um sistema.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Não é um sistema hierarquizado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Mas a emenda que nós apresentamos é para atuar em todos os níveis de controle.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Eu discordaria quanto ao papel do Conselho Nacional do Ministério Público, que não chega, nem longe, nem de perto ao CNJ, realmente, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Concordo plenamente.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Eu acho estranha essa acusação de que o funcionário de quarto escalão paralise obra. Não é assim. Ele não é um funcionário de quarto escalão baixo escalão. Inclusive, isso precisa passar por escalões superiores, para que ocorra uma consequência desse tipo.

A história de que o Tribunal de Contas se dirige por ofício ao órgão do Executivo, perguntando “x” ou “y” também me parece estranha, porque o Tribunal de Contas age diretamente sobre o executor da obra. Quer dizer, chega lá e manda: “Olha, faça isso, faça aquilo. Não faça pelo Executivo”. Então, eu não sei se essa história está bem contada.

Emperramento burocrático eu acho que é uma que foi mencionada pelo Senador Valter Pereira, eu acho que essa é uma expressão perigosa de se usar. O que quer dizer isso? Emperramento burocrático é alguma coisa que se diz sempre que alguém está desagradado pela necessidade de se cumprir alguma regra. Então, acho que não esclarece muito bem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu esclarecer. Emperramento burocrático é quando se desobedecem a prazos que são prescritos pelas normas administrativas. Então, tem prazo para fazer determinado procedimento, tem prazo para fazer outro procedimento, aí o funcionário senta em cima do processo, e não toma nenhuma decisão. Isso aí é emperramento.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: No Tribunal?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em qualquer órgão. Tanto no Tribunal como na administração. Na administração também está cheio disso.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Não, não. Sim, mas o senhor estava se referindo ao Tribunal de Contas?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Estava me referindo ao Tribunal. O Tribunal, também, tem seu Regimento Interno e ele deve observar. Ele tem uma Legislação que ele deve observar. Então, quando eu vejo uma crítica de procrastinação de algum procedimento, já me vem na cabeça, exatamente em função

da minha formação jurídica, que os prazos estão sendo descumpridos. E, quando os prazos são descumpridos pelo administrador, pode estar escondendo, também, uma má-fé, um interesse inconfesso, alguma coisa pode estar por trás disso. Então, quando eu falo no emperramento burocrático, eu me refiro à falta de zelo, à falta de observância de procedimentos.

SR. CLÁUDIO WEBER ABRAMO: Ok. Obrigado. Quanto à sugestão do Senador Flávio Torres, de que um órgão de controle externo deveria ser composto, exclusivamente, por auditores de carreira, eu não vejo muito bem por que se supõe que isso aí tornaria esse organismo mais refratário à influência política. Só porque o sujeito não foi eleito alguma vez na vida? Isso é algo que frequentemente aparece, de supor-se que seria uma boa ideia garantir que determinados organismos do Estado fossem governados por eles mesmos, os funcionários daquela área. É como esse negócio de ficar elegendo procurador-geral. Eu não quero que um organismo público seja dirigido pelo funcionário que trabalha lá, eleito. Eleito pelos seus pares. Porque, senão, ele vai trabalhar para a corporação, e não para mim. Não para o interesse público.

Então, essa história de eleger gente pelos membros da corporação, isso é absurdo, completamente descabido, corporativismo. Isso não é possível. Você não pode desejar que um organismo público seja dirigido por alguém que foi eleito pelos funcionários daquele lugar. É a última coisa que eu quero. Não é possível.

Bom, agora, eu queria, rápido, enfim, finalizar, apontando, quer dizer, frisando algo que o Cezar mencionou desde o início, que é anterior a essa questão de fiscalização, é anterior à questão da função formal de Tribunais de Contas e tudo mais. É essa falta de capacidade gerencial do Estado brasileiro. Ela se verifica na área do controle, no próprio controle interno dos governos.

Então, se essa xícara, aqui, ela foi licitada, houve uma partida grande, e alguém, aqui no Senado, fez a licitação e alguém recebeu essa xícara, alguém olhou aqui, viu: “Essa xícara se está de acordo com a especificação que estava na licitação”, está certo que está assinada lá no contrato.

Olha, eu moro na maior cidade da América Latina, São Paulo, que é uma das maiores cidades do mundo, que tem orçamento absolutamente bilionário e que, há décadas, está sendo governada de uma maneira que garante que as ruas das cidades sejam mais ou menos como as ruas de Bagdá. De fato. É impossível andar em São Paulo, em qualquer rua, na área em que eu transito, que é a classe A, quer dizer, não é na periferia, não. Eu vou do meu escritório para casa, levo a filha da minha mulher para a escola, essas coisas, e

ando ali, classe média, não sei o que mais. E é o fim da picada. Por que é o fim da picada? Porque se faz o projeto de pavimentação da rua, da avenida, seja como for. Qual é a capacidade da prefeitura de fiscalizar e qual é o interesse da prefeitura em fiscalizar? Aquilo que se encontra ali é falta de gerenciamento. Não é só falta de projeto. Será que o pagamento da obra, ali, que foi feita, a obra que foi paga, ela foi construída de acordo com a especificação? Isso com obra enterrada é complicado. E obra enterrada inclui rua.

Você tem o substrato, o substrato está feito de acordo com a especificação ou não está? O Estado brasileiro faz isso muito mal. Não sei qual é a comparação que existe entre a esfera federal e as esferas estaduais quanto a isso, talvez vocês tenham essa resposta, tenho a minha sensação de que nos estados e municípios é muito ruim, particularmente, nos municípios muito pobres. Então, não há nenhuma. O que se pode esperar, se a administração não tem capacidade para encomendar o que compra, nem de fiscalizar o que compra, o que vem vai ser ruim. Muito bem. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Cláudio Abramo. Obrigado, Cezar Mota, e, portanto, encerramos este debate, o primeiro desse debate, primeira Audiência Pública. Vamos fazer outra Audiência Pública, envolvendo Governo Federal e Tribunal de Contas da União.

E, antes de encerrar a presente Sessão, eu quero convidar todos os senadores para uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Infraestrutura, da Comissão de Educação, da Comissão de Agricultura, que vai ser realizada na próxima quinta-feira, às nove horas da manhã, no Plenário do Senado, para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Agora, na próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, convidando para a próxima, que será na quinta-feira, às nove horas da manhã.

Sessão encerrada às 13h05.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE-

FESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, e Senhores Senadores Cristovam Buarque e Flávio Torres, Presidentes Eventuais, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Efraim Moraes, Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Almeida Lima, Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Durval, José Nery, Pedro Simon, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel e Kátia Abreu reúnem-se as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatii, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Marisa Serrano, Marina Silva, João Pedro, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Gim Argello, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Fernando Collor, Delcídio Amaral, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, João Tenório, César Borges, Neuto De Conto e Osmar Dias. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Embaixador Hadil da Rocha Vianna; Embaixadora do Parará, Senhora Gabriela Garcia Carranza; Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Senhor Dirk Schüller; Assessora de Política Comercial e C & T da Embaixada do Canadá, Senhora Susan Cesar de Oliveira e Alunos de ensino médio ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento”, conferido pela UNESCO.

O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 36, de 2009 – CCT**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com **Aditamento n.º 01** de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; **Requerimento nº 39, de 2009 – CE**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 71, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; **Requerimento Nº 67, de 2009 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; **Requerimento nº 48, de 2009 – CI**, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/09; **Requerimento nº 51, de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09 que requer “..., nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade Acadêmico-Científica”, e ao **Aditamento n.º 01 – CCT** que requer “..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 36 de 2009-CCT, destinada a celebrar o “Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento” com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo”. Comparecem à Reunião os Senhores José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis, Presidente da Aca-

demia Brasileira de Ciência – ABC ; Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – USP e Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Flávio Torres e Flexa Ribeiro. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática submete à decisão no plenário para que os dois primeiros colocados no concurso de trabalhos escritos e desenhos, conferido pela UNESCO, aluno de ensino médio, Daniel Rocha Riz e Gildasio Souza Santos, respectivamente, possam se pronunciar, com o que todos concordam. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte um minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; **Marcelo Varella**, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão Educação, Cultura e Esporte; **Álvaro Araújo Souza**; Secretário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; **José Francisco B. Carvalho**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **Alexandre Bastos de Melo**, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Infraestrutura – CI, Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 12/11/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao Requerimento nº. 36/09 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; Requerimento nº. 39/09 da CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 71/09 da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 67/09, da CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; Requerimento nº. 48/09 da CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; Requerimento nº. 51/09 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembléias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* – transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do e-mail diamundialdasaude@interlegis.gov; diamundialdaciencia@interlegis.gov

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira

para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado

dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa, segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: *“É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.”*

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *“Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação”.*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *“Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à*

atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades."

Dizia, ainda, Freud: *"E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra."*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em 2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução,

da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimagináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São

avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as pessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de

inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalidades, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma

pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos,

a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje, não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que

se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas

como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anysio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Viana, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz

dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibilitou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmente partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores par-

celas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho. A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse processo, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Aca-

demia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o

atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício

das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma

boa lembrança de sugerir-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso, que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento

humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada, porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jovens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnologistas, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desperdice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenharia e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortalecidas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai fortalecer os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não

for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cien-

tistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelente Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agradeço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma dispar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência

e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade, deve buscar a melhoria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obriga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a enviares esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e to-

das. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema "Ciência pela paz e pelo desenvolvimento". Na verdade, na

história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica, deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. "Não, isso que eu estou dizendo é científico". Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente

encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas, convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências,

e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, “uma discussão acadêmica”.

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades

que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa, para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que

possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desenvolvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobijada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolo, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subsolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores,

Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: "Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região".

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo

atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina “vovó”, “vovô”, “uva”, “viu”, não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucional, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Além disso, “a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências”, § 1º. “Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, §2º – Por fim, “o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem”, §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bas-

ta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, teremos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, “ciência pela paz e desenvolvimento”. Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu vôlei. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido “Um conto dos cosmos”.

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui representando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desen-

volver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os 10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNES-

CO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te vendo nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: "Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer". Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que "eu também posso". Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulgarem essas possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar para o exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresenta-

ção, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema “Um conto dos cosmos”, o tema é “Nossa presença no cosmos”. “Um conto dos cosmos” foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divulgação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui.

Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabeno pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidásio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidásio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gildásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que

você já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gidálsio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama "O homem e a biosfera", que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera, a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito

que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positivamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode

contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvolvimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvolvimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergun-

to ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólton Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões, nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade. Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação en-

tre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento, lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h21.

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, SENDO SUSPensa E FINALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Às doze horas e vinte minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fis-

calização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, VALDIR RAUPP, OSVALDO SOBRINHO, ÁLVARO DIAS e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência passa à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 92, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer que seja determinada por esta Comissão a criação de um grupo informal de trabalho destinado à elaboração de normas que estabeleçam padrões sustentáveis e ambientalmente adequados para as obras e os serviços públicos relacionados com a Copa do Mundo de Futebol que se realizará em 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016; o grupo será coordenado pelo Consultor do Senado, Hipólito Gadelha Remígio, e serão convidados para dele participar: 1. o Dr. Ruberval Baldini, Presidente da – ABEAMA – Associação Brasileira de Energia Alternativa e Meio Ambiente; 2. o Dr. Fernando Cunha, Presidente da ABEER – Associação Brasileira das Empresas de Energia Renovável; 3. o Dr. Pedro Perrelli, Diretor-Executivo da ABEEOLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica; 4. o Dr. João Roberto Minozzo, Presidente da ABRAVA – Associação Brasileira de Refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento; 5. o Dr. Celso de Oliveira, como especialista em matéria de energia renovável; 6. um representante do Sistema CONFEA; 7. um representante do Ministério do Meio Ambiente; 8. um representante da Secretaria de Planejamento Energia do Ministério de Minas e Energia; 9. um representante do Ministério de Indústria e Comércio; 10. um representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; 11. um representante da Confederação Nacional das Indústrias; 12. um representante da ELETROBRAS 13. um representante da ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; 14. um representante da Universidade de São Paulo – USP; 15. um representante da Universidade de Brasília – UnB”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROPOSTA DE ATO Nº 01, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Adiado. **Item 5) INDICAÇÃO Nº 3, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “sugere que a Comissão

de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), nos termos regimentais, manifeste ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a importância de isentar a exigência de contrapartida em dinheiro nos convênios firmados com as Prefeituras Municipais enquanto a arrecadação dos municípios apresentar comportamento de queda”. Autoria: Senador SADI CASSOL. Relatoria: Senador OSVALDO SOBRINHO. Parecer: Arquivamento da matéria. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Renato Casagrande, passa a direção dos trabalhos para o Senhor Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena. **EXTRA-PAUTA**, é apreciado o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado o parecer. O Senhor Senador Renato Casagrande reassume a Presidência e **suspende a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Reabrem-se os trabalhos às catorze horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove. A Presidência inicia a primeira parte da reunião destinada à discussão e votação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 46/2009-CN – (Orçamento 2010), que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2010. Foram apresentadas uma proposta de emenda ao texto e 38 propostas de emendas de apropriação de despesa, destas foram aprovadas: 1. as seguintes emendas de apropriação de despesa: 1. da senadora Marisa Serrano, que destina R\$ 4.652.331,00 para pessoal (GND 1) do TCU, com modalidade 90, e resultado primário 1, na ação “Criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações – pessoal ativo; 2. do senador Jefferson Praia, com os valores propostos pelos Senadores Flexa Ribeiro e Artur Virgílio (emendas nº 37 e 38), que destinam para a ação de “Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei” o montante de R\$ 100.000.000,00, sendo R\$ 40.000.000,00 para GND 3 e R\$ 60.000.000,00 para GND 4, ambos os valores com modalidade 90 e resultado primário 2; 3. do Senador Gilberto Goellner, subscrita, também, pela Senadora Marina Silva, de mesmo teor das de**

número 21, da Senadora Marisa Serrano, e 29, do Senador Cícero Lucena, que destinam R\$ 200.000.000,00 para a “Remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas – PRODES” a ser realizada pela Agência Nacional de Águas – ANA, com GND 3, modalidade 90 e resultado primário 2; 4. da Senadora Fátima Cleide, igualmente subscrita pela Senadora Marina Silva, que destina R\$ 30.000.000,00 para a “Construção do Edifício Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio”, dos quais, R\$ 5.000.000,00 para GND 3 e R\$ 25.000.000,00 para GND 4, tudo com modalidade 90 e resultado primário 2. **II. a seguinte emenda única de texto:** da senadora Marisa Serrano que destina-se a adequar a redação da alínea 1 do inciso II do anexo V do Projeto de LOA à aprovação da emenda de apropriação nº 1. Funcionou como relator das emendas o Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA**. A seguir, inicia-se a segunda parte da reunião destinada à deliberação de proposições. **Item 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO**, que “cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná”. Autoria: Deputado LUCIANO PIZZATTO. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 3) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer junto à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, nos termos do Artigo 102-A, Inciso I, Alínea ‘e’, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União realize Auditoria Operacional no Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), instituído pela Lei nº 6.194, de 1974”. Autoria: Senadores JOÃO PEDRO e SADI CASSOL. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Sena-

dor VALDIR RAUPP. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria “ad hoc”: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “acrescenta § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para tornar obrigatória a informação sobre prazo de validade de produto alimentício a partir da abertura da embalagem e o respectivo modo de conservação”. Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI. Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências”. Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO. Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Favorável à matéria com a emenda aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) para incluir, entre os direitos básicos do consumidor, as informações sobre composição de alimentos e roupas”. Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Favorável à matéria na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) **CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, OSVALDO SOBRINHO e MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 17/11/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª

Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Inicialmente, quero informar aos parlamentares de que nós temos o dia de hoje para apresentarmos as emendas de comissão. Então, Senador Valdir Raupp, Senador Sobrinho, Senador Cícero Lucena, quem tiver alguma sugestão de emenda de comissão precisa apresentar essa proposta de emenda até hoje, 18h30, que nós faremos uma sessão extraordinária durante a semana, para aprovarmos as emendas de comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só uma informação, qual o prazo para que as comissões apresentem na comissão de orçamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Até dia 24.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É o resultado, não é? Então a minha sugestão, Presidente, é que a gente apresentasse até hoje às 18h, ao término dessa sessão nós suspendêssemos a sessão e marcar para amanhã, se fosse o caso, V. Exa. escolhia o relator, e amanhã esse relator apresentaria o relatório, porque dia 24 é segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dia 24 é terça-feira.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É terça-feira ou segunda?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, mas se a gente poder resolver até essa semana, vamos resolver essa semana.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É, a minha preocupação é a gente tentar deixar resolvido até amanhã ou quinta, no máximo, é a minha sugestão, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena, já está acatada a sugestão de V. Exa. Então até as 18h30 nós estamos recebendo sugestões de emendas. Aqui nós temos uma prática de colocar uma emenda para a área de meio ambiente, uma ou duas para a área de meio ambiente, uma para a área de controle, outra para a área de consumidor, a gente faz uma divisão aqui, mas a decisão soberana do Plenário dessa Comissão para que a gente possa apresentar e aprovarmos as emendas de comissão.

Eu quero fazer um requerimento de inclusão extrapauta. Inclusão extrapauta, um requerimento que eu faço, como sou o relator, mas como Presidente, faço a inclusão, pedido de inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº. 219, que trata da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na

Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Não está incluído em pauta, peço inclusão extrapauta. Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ele é terminativo ou não terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele é não terminativo, é terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, na CCJ, está tramitando aqui e na Comissão de Agricultura, em outra comissão, na CCJ.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Poderia até fazer a inversão e votar logo ele, minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele então é terminativo na CCJ. Primeiro eu peço a inclusão. Em discussão, não havendo ninguém que queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu sei, eu queria primeiro votar os requerimentos, e as matérias de quem está aqui, depois eu passo a presidência para o nosso Vice-Presidente Senador Cícero Lucena, para que eu possa relatar essa matéria.

Primeiro requerimento, requerimento de minha autoria, que está relacionado com a questão da subcomissão presidida pelo Senador Cícero Lucena, que é uma determinação de uma criação de um grupo informal de trabalho destinado a elaboração de normas que estabeleçam padrões sustentáveis e ambientalmente adequados para as obras dos serviços públicos nas cidades da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. Queria saber se o Senador Cícero Lucena tem alguma sugestão. É uma comissão para discutir ações, sugestões, ações para que esses dois eventos sejam eventos sustentáveis. Pergunto se V. Exa. quer requerer para que isso seja discutido na comissão, na subcomissão ou se podemos... A ideia é criarmos uma comissão informal. Informal, não é uma comissão que tenha qualquer dispêndio para o Senado, está certo? Com diversas pessoas de fora do Senado, para que façam sugestões, para que os dois eventos tenham uma vertente da sustentabilidade. Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Casagrande, quero parabenizar pela iniciativa de V. Exa., no sentido da preocupação do acompanhamento desses dois grandes eventos na ótica do meio ambiente. Mas eu consulto a essa comissão, se não há um projeto, se não me engano, do Senador Expedito Júnior, no sentido de que haja, vamos dizer, exatamente esse equilíbrio em termos dos dois eventos em função das emissões de carbono.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Tem um projeto, sim.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tem algo em andamento, aí eu não me recordo a extensão desse projeto, mas em particular eu quero parabenizar, acho que é oportuno, e sugiro que ele fique exatamente na Comissão de Meio Ambiente, porque na comissão a qual eu tenho a honra de presidir, a subcomissão, é para fiscalização mais financeira, então esse grupo de trabalho pode... E física e financeira, então eu acho que seria misturar um pouco a atribuição da comissão, e esse poderá, caso não tenha choque com o projeto do Senador Expedito Júnior, que já previa zerar a emissão de carbono nos dois eventos, então nós discutiríamos, se lá já não está previsto, a aprovação dessa sugestão de V. Exa., a qual, se V. Exa. permitir, terei o prazer de subscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena, seria bom que V. Exa. pudesse subscrever esse requerimento junto comigo, como Presidente da subcomissão, e esse trabalho já seria até de forma antecipada para atender em parte o projeto do Senador Expedito Júnior, já medidas concretas, poderíamos sugerir aos organizadores desses dois eventos. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem for favorável ao requerimento, permaneça como se encontra. Aprovado o requerimento. Um outro requerimento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pois não, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O requerimento foi aprovado em separado daquela comissão de acompanhamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É em separado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É um grupo de trabalho. O outro requerimento de minha autoria, quero perguntar as V. Exas. se a gente pode fazer a votação dele hoje, é uma regulamentação desses avisos dos Tribunais de Contas da União, dá um procedimento, que na semana passada nós fizemos a leitura desse relatório e demos um prazo para que a gente pudesse retornar a votação hoje. Pergunto a V. Exa. se a gente pode votar essa matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, poderíamos aguardar mais uma semana, e entrar... Prazo final, se até semana que vem a Se-

nadora Marisa não se pronunciar, a gente coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então fica adiada a votação para a próxima reunião de terça-feira, na semana que vem.

O item nº. 5 é uma indicação, não terminativo, o relator é o Senador Osvaldo Sobrinho, o item nº. 5, Senador Osvaldo Sobrinho, e autoria da Senadora Sadi Cassol, Senador Sadi Cassol... Errei tudo. [risos]. Não acertei nada. Sadi Cassol, e passo a palavra, então, ao Senador Osvaldo Sobrinho para que faça item 5, Senador Osvaldo Sobrinho.

Item 5 sugere que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a importância de isentar a exigência de contrapartida em dinheiro nos convênios firmados com as prefeituras municipais enquanto arrecadação do município apresentar comportamento de queda. Com a palavra, Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Essa matéria, eu acho ela da maior relevância, é uma matéria de precaução, matéria preventiva, uma matéria que vai ao encontro do sofrimento em que passa hoje toda a municipalidade do Brasil, uma crise que está atravessando o mundo e consequentemente não chegou só como marolinha no Brasil, mas também ela teve em algumas regiões uma maior intensidade, portanto é necessário que a gente, o Congresso Nacional e principalmente o Senado da República, como a seguradora do pacto federativo, que esse Senado vá ao encontro da municipalidade dos seus prefeitos, principalmente, no sentido de amenizar o sofrimento que passam os municípios. Nós tivemos em Mato Grosso a semana retrasada o encontro de todos os prefeitos, e na verdade o lamento era muito grande. Portanto, esse projeto que aqui está, eu acredito que ele em muito vai contribuir, e o Deputado Sadi Cassol foi muito feliz no seu relatório, e eu acredito que aqui lendo rapidamente, os senhores sentirão a gravidade do problema e a necessidade que nós temos de aprová-lo. Portanto, passarei ao relatório. É submetida ao exame dessa comissão a Indicação nº. 3 de 2009, de autoria do Senador Sadi Cassol, o autor sugere que essa comissão manifeste ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a importância de isentar a exigência de contrapartida em dinheiro nos convênios firmados com as prefeituras municipais, enquanto a arrecadação dos municípios apresentar comportamento de queda. Nos termos da justificativa da referida indicação, é imperativo buscar alternativas para contornar a crise financeira dos mu-

nicipios, exatamente no instante em que as prefeituras mais necessitam das transferências voluntárias para compensar a queda de receitas e realizar os investimentos, eis que elas se deparam com um grande desafio, a falta de recurso para pagar a contrapartida. Não tem sido incomum a recusa de firmar convênios em razão da inexistência de recurso para pagar a contrapartida. O que estamos pretendendo com essa indicação é encaminhar um apelo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de que enquanto a receita dos municípios se mantiver na tendência de queda, seja dispensada a exigência contrapartida em dinheiro, possibilitando assim que os municípios possam firmar convênios com diversos órgãos de administração federal e garantir a participação nas transferências voluntárias, mormente na hora em que mais precisam desse investimento.

Análise. De fato, desde que a atual crise econômica global atingiu a economia brasileira, sobretudo a partir do último trimestre de 2008, seus efeitos são sentidos também no nível das finanças municipais e isso não apenas pela ocorrência de contínuas quedas de recurso dos fundos de participação dos municípios, mas também pela redução de sua arrecadação e da União destinadas ao Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, o FUNDEB. Como amplamente divulgado, as dificuldades enfrentadas pelo Governo Federal com a arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados, aliás, reduzida em decorrência de medidas de incentivo anticíclicas, vem se refletindo na redução dos repasses do FPN. Ademais, deve-se considerar que o repasse do adicional de 1% desse Fundo no primeiro decênio de dezembro será bem inferior ao repassado em 2008, vez que sua base de cálculo, pela queda de arrecadação observada este ano em relação ao exercício de 2008. Mais ainda, segundo levantamento do CNN, em consequência dos reflexos da referida crise financeira das receitas, houve uma queda de 9.2 bilhões no orçamento destinado ao FUNDEB. No entanto, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, indicação correspondente à sugestão do senador ou comissão para que o assunto seja focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

Entendemos assim que a indicação em exame não atende às condições expressas do Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa. O art. 225 exige que sejam observados preliminarmente os seguintes critérios para sua admissibilidade. A indicação não poderá conter:

I – consulta a qualquer comissão sobre interpretação ou aplicação de lei, ato de outro poder; II – sugestão ou conselho a qualquer Poder.

Em suma, a indicação é proposição legislativa, destinada a produzir efeitos do âmbito interno do Senado Federal, não podendo conter, em consequência, sugestões ou conselho a qualquer outro poder. No que tange ao mérito dessa proposição a despeito das medidas de compensação adotadas em negociação com o Governo Federal, cumpre destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº. 101, de 2000, determina a previsão orçamentária de contrapartida como uma das exigências para a realização de transferências voluntárias, além das estabelecidas nas leis de diretrizes orçamentárias. LDO, alínea “b” do inciso IV do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A propósito, as recentes LDOs, tanto a que orientou a elaboração de orçamento desse ano, quanto do exercício de 2010, este pulo, explicitamente, que é a transferência voluntária, entre outras, exige previsão de contrapartida do orçamento do ente receptor dos recursos. As leis em comento estipulam inclusive percentuais mínimos e máximos para a participação dos entes, inclusive receptores do total dos dispêndios e não isenções, como pretendido com a indicação em exame, sob pena de descumprimento do preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com efeito, transferências voluntárias são uma modalidade específica de transferência intergovernamentais, baseadas e amparadas em decisões discricionárias do órgão ou entidade concedente, com vista ao atendimento de determinado objetivo, geralmente fundadas em ações cuja competência material é concorrente entre os entes da federação. Desta forma, por definição, transferência voluntária é uma forma de co-participação do ente transferidor em despesas relativas às atividades, projetos de operações especiais realizada pelo ente receptor. Daí a natureza compulsória da contrapartida.

Voto. Ante o exposto, somos pelo arquivamento do INS nº. 3, de 2009. É o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito bem, em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu me somo ao Senador Osvaldo Sobrinho, que reconhece o mérito desse projeto, a preocupação de preservar a oportunidade dos municípios em ter a chance de fazer os convênios, principalmente no momento desse

de crise, mas nós temos a limitação que foi colocada pelo Senador Osvaldo Sobrinho. Então eu quero... não posso deixar de registrar que, como municipalista que sou, defendo os municípios, por isso que eu sou relator na Comissão de Assuntos Econômicos de um projeto onde seja permitido uma alteração nos índices de contratação dos municípios em função do problema da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função da crise que estabeleceu sobre os municípios, sobre os estados, em função do que nós estamos vivendo, a realidade hoje no país fruto parte da crise internacional, que reduziu as receitas dos estados e municípios brasileiras por medidas adotadas pelo Governo Federal.

Então eu quero registrar o mérito desse projeto, mas infelizmente temos que acompanhar os procedimentos que essa Casa e que a lei estabelecem. Então esse é o meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, só para fazer uma complementação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Osvaldo Sobrinho, depois Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Eu na verdade eu quero dizer, e concordo plenamente com o Senador Cícero, na verdade essa indicação do Senador Cassol é da mais alta significância, da mais alta relevância, o espírito público dela é altíssimo, o que ele pensa é o que nós pensamos, realmente, só que a forma como está sendo colocada, na verdade nós não encontramos amparo legal, porque eles fizeram em forma de indicação ao Poder Executivo, e logicamente nós não temos condições, até porque uma indicação não pode revogar uma lei, ou não pode mudar o espírito da lei, mas tenho certeza que a vontade do senador é de toda essa Casa, porque realmente nós estamos sentido lá na base o que está sofrendo os prefeitos, a municipalidade. Talvez se modificasse a forma de pedir, a forma de fazer, logicamente encontraria respaldo dentro da legislação, dentro da norma vigente, e a gente pudesse mudar. Agora, da forma em que foi colocado, logicamente a gente não pode aprovar, se não nós vamos passar por cima de todo ordenamento legal que essa Casa já votou e que essa Casa logicamente tem obrigação de cumprir, tanto na sua legalidade quanto na sua constitucionalidade, portanto por isso que o nosso parecer foi contrário, mesmo sabendo que o espírito dela é o espírito relevante, é o espírito público da mais alta qualidade. Era o que eu tinha a explicar, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado. Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cícero Lucena, o Senador Osvaldo Sobrinho, V. Exa. também, já teceram comentários sobre a proposta do Senador Sadi Cassol. Nós todos estamos irmanados no sentido de apoiar os municípios brasileiros nessa crise por que eles passam. As informações que a imprensa nos dá, e ao caminharmos pelos nossos estados, nós verificamos a situação de total insolvência desses municípios, pela redução não só do FPM, mas a redução também do FPA por consequência, do FPE por consequência, e também a própria receita, a receita própria do município, aqueles que já têm algo que seja de valor, do ISS, do IPTU, também estão sofrendo redução.

V. Exa. está relatando, Senador Cícero Lucena, na CAE, um projeto que estão arguindo a questão da inconstitucionalidade, porque ele é um projeto que preocupa a todos nós, que ele pretende flexibilizar os critérios de acesso dos municípios aos financiamentos, e que isso poderia vir trazer uma possibilidade de alterar a lei de responsabilidade fiscal que para nós eu considero como uma cláusula pétrea de tal importância ela tem para o Brasil. Este projeto em si, ele é diferente. O Senador Sadi Cassol, ele apenas ao apresentar o projeto, ele apresenta como sugestão, ele coloca que sugere que esta comissão nos termos regimentais, manifeste ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a importância de isentar a exigência da contrapartida. Então eu acredito, e eu em conversa com o relator, quero parabenizá-lo, o parecer dele está perfeito. Eu vou pedir vista, porque vejo que esse é um projeto que nós podemos tentar ajustá-lo, vamos verificar de que forma nós poderemos não manifestar a possibilidade da isenção, mas sim dizer que no ano de 2009 os municípios ficam sem necessidade de dar a sua contrapartida, que será suprida pelo tesouro. Então se isso for possível, a gente vai poder ajudar os municípios brasileiros, então eu peço vista para que a gente possa fazer o estudo junto com o relator, Senador Osvaldo Sobrinho, para tentar ajustar, Presidente, o projeto, e atender os municípios brasileiros que estão numa situação muito difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, continuar a discussão. Como o senador pediu vistas, e regimentalmente será concedido, eu gostaria de lembrar só a V. Exa. que o § 1º do art. 39 da atual LDO estabelece o limite mínimo de contrapartida a ser aplicado nos municípios em percentual de 2%, o que tornaria, então, inviável essa possibilidade da redução, a não ser com um outro pro-

jeto que venha tratar especificamente ou possivelmente, vamos dizer assim, uma medida provisória que viesse a adotar para que no orçamento desse ano, que não há essa previsão, pudesse ser revogado. Mas como V. Exa. pediu vistas, obviamente será concedido, espero que V. Exa. traga uma sugestão nessa ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regimentalmente V. Exa. está trazendo uma informação em que a contrapartida já foi reduzida a 2%. Então se ela foi reduzida a 2%, havendo o interesse e a boa vontade do governo, ela pode ser extinta, porque quem reduz de 10, 5, para 2, pode reduzir para 0, nós só precisamos ver de que forma isso pode ser feito. E não é permanente, ela é pontual, valeria somente para o orçamento agora em que os municípios estão recuperando a crise econômica. Vamos tentar estudar durante essa semana, não havendo caminho que possamos encontrar dentro do regimento para auxiliar os municípios, a gente retorna com o parecer do Senador Ovaldo Sobrinho para aprovação.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Só para complementar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para dizer que se é uma coisa que eu torço para acontecer é a proposição dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vamos todos buscar uma solução.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Buscar uma solução, porque na verdade é isso que a gente... só que na verdade o meu parecer juridicamente não tinha condições de dar, mas se achar uma forma que a gente possa ajudar, eu acho que para os municípios é salutar, é importante, para o Brasil também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Concedido o pedido de vistas, vamos ao item nº. 6, que é o Projeto de Lei do Senado 167, de 2007, que altera a Lei 8313.

Então o que... Extrapauta. Então vamos, como o item seguinte era terminativo, e não há quórum suficiente para votarmos ao item terminativo, nós vamos ao extrapauta, que foi pedido do Senador Renato Casagrande, que sobre o Projeto de Lei da Câmara 219, 2009, PL 5665, de 2009, na origem, do Presidente da República, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária, PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, PRONATER. Altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Relator é o Senador Casagrande.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Questão de ordem, Sr. Presidente. Essa matéria não está sendo discutida na comissão de agricultura?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está, está em regime de urgência, está discutida na Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente e CCJ.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ao mesmo tempo, concomitantemente.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E Senador Gilberto Goellner já fez um debate hoje lá na Comissão de Agricultura sobre o tema.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria inclusive, Senador Casagrande, gostaria de falar da enorme oportunidade desse projeto, um projeto muito bom, e que poderá modernizar e melhorar a assistência técnica à extensão rural do país, porque abre a possibilidade inclusive dos órgãos públicos se aparelharem melhor, os estados derem mais contrapartida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Goellner, se me permite, só questão de procedimento, eu gostaria de pedir a compreensão para que o senador lesse o relatório e depois na fase de discussão a gente fizesse os comentários, obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Goellner já está íntimo do projeto, porque acabou de discutir na Comissão de Agricultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de antecipar, Sr. Presidente, que pelo fato de nós termos solicitado vistas naquela comissão, e eu não sabia que ele seria tratado aqui também, eu não havia acompanhado. Eu perguntaria como é que fica, se também aqui eu deveria solicitar vista, porque é uma contribuição, mas uma contribuição regimental. Lá, por exemplo, nós vamos ter até amanhã para avaliar pedido de vista, já com a emenda--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Deixa eu fazer sugestão. Seguinte, o relator faz a leitura, e no momento da discussão, então, V. Exa. pode tomar a decisão se pede vistas ou não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu, então, agradeço ao Presidente Cícero Lucena, e já antes de apresentar o relatório dou sugestão ao Senador Gilberto Goellner, como ele pediu vista na Comissão de Agricultura, tem o prazo até amanhã, ele é terminativo na CCJ, não é terminativo aqui, minha sugestão é que a gente possa votá-lo aqui e soltar com

um pedido de vista na Comissão de Agricultura, e ele é terminativo na CCJ, ele não é terminativo aqui. Mas de qualquer maneira, então, a sugestão é que não havendo discordância de outros parlamentares, a gente poderia fazer a votação, visto que a oportunidade do Senador Gilberto Goellner já foi exercida lá na Comissão de Agricultura.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei oriundo da Câmara, 219, de iniciativa do Poder Executivo, ele institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Então é a política e o programa no mesmo projeto. Eu fico feliz em estar relatando essa matéria, eu fui Secretário de Estado da Agricultura do Espírito Santo e trabalhei muito com os profissionais da área de assistência técnica, de extensão rural. Fui técnico de uma prefeitura da minha cidade natal, em Castelo, como Secretário de Desenvolvimento Rural e trabalhei muito com os técnicos diretamente, na área da assistência técnica de extensão rural, então eu estou nesse relato sabendo que é um passo adiante que nós estamos dando nessa atividade importante, especialmente uma atividade ligada à agricultura familiar.

Essa matéria, como já foi informada, está tramitando em conjunto com as demais comissões, da Agricultura e da Comissão de Constituição e Justiça, e ele possui no Capítulo I, que trata da política nacional, cuja formulação e supervisão são, conforme art. 1º, de competência do Ministério de Desenvolvimento Agrário. O art. 2º apresenta alguns conceitos necessários à aplicação de lei: assistência técnica e extensão rural, declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e relação de beneficiários. Os princípios da política e do... Consta do art. 3º, entre eles destacam-se o desenvolvimento rural sustentável compatível com a utilização adequada dos recursos naturais, e com a preservação do meio ambiente. Dois, adoção dos princípios da agricultura da base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento do sistema de produção sustentável. O art. 4º, por seu turno traz objetivo da política, entre eles segurar promover o desenvolvimento rural sustentável; apoiar iniciativas econômicas que promovam potencialidades e vocações regionais e locais; aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades do serviço agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade, e construir sis-

temas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico empírico e tradicional.

Já o art. 5º, relaciona os beneficiários da política. Qualquer desses deverá deter ou constar homologado no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária.

Em sete artigos, o Capítulo 2º, Capítulo II, trata do programa, principal instrumento de implementação da política. Então o Capítulo II trata do programa, que é a forma de implementar a política tratada no Capítulo I. Os objetivos do programa serão, conforme o art. 7º, a organização e a execução de serviço de assistência técnica ao público beneficiário, respeitada sua disponibilidade orçamentária e financeira.

As diretrizes do PRONATER serão elaboradas com base nas deliberações da Conferência Nacional realizada sob a Coordenação Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, encaminhada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, para comporem um plano plurianual.

O programa será implementado em parceria com os conselhos estaduais de desenvolvimento sustentável e agricultura familiar e órgãos similares. Em cinco artigos, no próximo capítulo nós temos a disposição sob o credenciamento das entidades executoras do PRONATER, que caberá, segundo o art. 13, aos conselhos referidos no art. 10, ou em determinados casos diretamente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. O art. 15 fixa os requisitos para que uma entidade possa assumir a execução do programa, ao passo que os arts. 16 e 17 estabelecem procedimentos em caso de indeferimento do pedido de credenciamento de entidades. E os demais capítulos tratam efetivamente da implementação do programa.

Então, Sr. Presidente, após a análise feita pela consultoria da Casa, e subsidiada por nós, nossa concordância, uma proposta que implementa o programa, a Política Nacional e o Programa Nacional, nós temos a certeza, Sr. Presidente, de que são medidas importantes para o desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar.

Portanto, nosso Voto é pela aprovação da matéria da lei, conforme o Projeto da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Após lido o relatório apresentado pelo Senador Casagrande, está em discussão. Bom, acatado pelo Senador Goellner a sugestão do Senador Casagrande, não tendo quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Devolvo a presidência ao Presidente Casagrande.

[troca de presidência]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Estou achando que eu estou correndo risco com esse Presidente. [risos]. Quero agradecer ao Senador Gilberto Goellner pela colaboração, e pelo Senador Cícero Lucena pela colaboração. Com a palavra, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria de solicitar, nós temos só apreciação agora de projetos terminativos, vejo que não temos o quórum necessário. Terá alguma outra pauta, algum requerimento ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Gilberto Goellner, quero antes de responder V. Exa., registrar a presença de Adoniran Sanches, que é Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está aqui nos prestigiando e acompanhando a tramitação do projeto que acabamos de votar.

A intenção, Senador Gilberto Goellner, seria encerrarmos essa parte dessa reunião, uma vez que a reunião vai ser suspensa para retomarmos amanhã às 14h, com as emendas ao orçamento. Se nenhum parlamentar tiver um assunto extrapauta, eu vou me encaminhar para a conclusão da reunião. Senador Osvaldo Sobrinho com a palavra.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, eu queria somente fazer um registro, recebi um telefonema hoje, esses dias atrás, do Presidente da FAMATO de Mato Grosso, Dr. Rui Prado, que na verdade estava preocupado com essa matéria, e eu falei a ele que o Senador Gilberto estava atento ao problema, e que nós estaríamos aqui também para fazer as correções necessárias. Portanto, em nome do Senado, eu quero dizer aos agricultores de Mato Grosso, principalmente àqueles que estão na direção desse processo, como o Dr. Rui, que é indiscutivelmente um grande lutador, um trabalhador, um idealista dessas grandes causas da agricultura de Mato Grosso, dizer que a bancada mato-grossense no Senado está ávida também por justiça no meio rural, está ávida por achar soluções para os grandes problemas que preocupa essa nossa atividade econômica, e dizer que tanto eu como o Senador Gilberto estamos aqui sempre à disposição para trabalhar nesse sentido, aliás, tem sido a nossa luta, tem sido a nossa meta, e tem sido aquilo que a gente faz para dar respaldo a aqueles que acreditam no nosso trabalho aqui no Senado da República.

Portanto, dizer à FAMATO também que nós estaremos sempre ao lado das grandes causas da agricultura do Brasil e do Mato Grosso como um todo. E é o registro que nós tínhamos a fazer, para fazer justiça

à preocupação do Presidente da FAMATO de Mato Grosso. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho.

E antes também de concluirmos essa etapa, e essa fase da reunião, eu quero convidar os parlamentares, nós temos um seminário sobre recursos hídricos na segunda-feira, em Campo Grande, é o segundo seminário regional, fizemos o primeiro seminário regional no Nordeste, alguns meses atrás, estamos fazendo o segundo seminário na região Centro-Oeste, em Campo Grande, 9 horas da manhã, na próxima segunda-feira, na Assembléia Legislativa, com a presença das autoridades que lidam e gerenciam, e fazem a gestão de recursos hídricos nos estados da região Centro-Oeste. Então todos os senadores estão convidados a estarem participando deste seminário na Assembléia Legislativa de Campo Grande, na próxima segunda-feira, 9h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, vou suspender a presente reunião, convidando para que nós possamos retomá-la amanhã, quarta-feira, às 14h, com deliberação sobre as emendas ao orçamento. Obrigado.

[Sessão suspensa no dia 17/11/2009 às 12h58]

[Sessão reaberta no dia 18/11/2009 às 14h48].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vamos reabrir a 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, reunião iniciada na última terça-feira e suspensa para que nós pudéssemos reabri-la com o objetivo de discutirmos e definirmos as emendas da comissão ao orçamento. Eu solicitei ao Senador Jefferson Praia que pudesse fazer o relato da matéria. Nós temos, na verdade, um número de trinta e... Vinte e nove? Não são trinta e oito? São repetidas. Vinte e nove emendas... E, das vinte e nove, nós temos que selecionarmos quatro emendas, para que nós possamos encaminhar à Comissão de Orçamento como sugestão e decisão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Então nós poderíamos talvez... Senador Jefferson Praia, V. Exa. já está em condições de fazer o relato da matéria, e, depois, nós fazemos o processo de discussão?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim, já, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu gostaria, então, de passar a

palavra ao Senador Jefferson Praia, para que faça a apresentação do seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):

Passo, portanto, Sr. Presidente, ao parecer sobre as emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle para 2010. Relatório. *“No uso das atribuições que lhes confere o art. 166, da Constituição, os Srs. Senadores apresentaram uma proposta de emenda de texto e as seguintes 38 propostas de emendas de apropriação de despesa, todas a serem apresentadas pela CMA ao Projeto de Lei do Orçamento para 2010, classificadas por órgãos ou entidade destinatária”*. Passo, portanto, Sr. Presidente, a um resumo das emendas apresentadas. *“Em resumo, foram apresentadas os seguintes quantitativos de emendas de apropriação da despesa: três emendas para a Agência Nacional de Águas. Tivemos duas emendas para o Conselho Nacional do Ministério Público, duas para o DNIT, uma para a Funasa, uma para o Fundo Nacional de Meio Ambiente, cinco para o Instituto Chico Mendes, três para o IBAMA, uma para o Ministério de Ciência e Tecnologia, três para o Ministério Público Federal, 16 para o Ministério do Meio Ambiente e uma para o Tribunal de Contas da União. Apresentadas as emendas, os Srs. e as Srs. Senadoras Arthur Virgílio, César Borges, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Inácio Arruda, Jefferson Praia, Marisa Serrano, Renato Casagrande, Romero Jucá, Valdir Raupp e Valter Pereira. A única emenda de texto destina-se apenas a adequar a redação da alínea 1, do inciso 2, do anexo 5º, do projeto de LOA, à aprovação da emenda de apropriação de número 20, destinada à criação e/ou provimento de cargos e funções, reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações pessoal ativa. Cumpre lembrar que, por força da Resolução do Congresso Nacional nº 01, de 2006, as emendas de número 5, 6, 9 e 10, destinadas ao DNIT, 5 e 6 à Funasa, número 9, o Ministério da Ciência e Tecnologia, número 10, não podem ser acatadas por tratar-se de órgãos estranhos à competência de apresentação de emendas desta comissão. Quanto as demais, vale ressaltar as seguintes duplicidades de natureza material. Temos aqui as emendas de número 21 e 29, dos autores, Marisa Serrano e Cícero Lucena, que contemplam o mesmo objeto da emenda de número 11, do Senador Gilberto Goellner, para a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas, PRODES, a emenda de número 8, do Senador Valter Pereira, a universidade orçamentária é o Instituto Chico Mendes, o mesmo objeto de emenda de número 3, do Senador Cristovam Buarque, com elevação de 20 para 50 milhões de reais para a gestão de áreas protegidas do*

cerrado e Pantanal, 37 e 38 do Senador Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, unidades orçamentárias, Ministério Público Federal. O mesmo objeto da emenda de número 36 deste relator para a fiscalização e controle de aplicação da lei, com elevação do valor de 25 para 100 milhões de reais”.

Sr. Presidente, passo, portanto, ao voto. *“Exce-tuada as quatro emendas referentes a órgãos estranhos ou objetos de apresentação de emendas desta comissão, as demais 29 propostas de emenda, entendido que há cinco duplicidades, estão todas meritórias e demonstram a preocupação dos senadores com a otimização dos processos de desenvolvimento das políticas públicas, em especial na área do meio ambiente. As normas congressuais sobre a matéria, todavia, somente permite que a Comissão de Meio Ambiente aprove quatro emendas, o que torna difícil a escolha, diante da grande demanda de recursos por parte das diversas áreas de atuação da comissão. Assim é que se torna difícil decidir sobre quais emendas opinar pela aprovação. Nesse sentido, entendo, em vistas a atribuição de Fiscalização e Controle da CMA, opinamos pela aprovação da emenda de número 20, da Senadora Marisa Serrano, que destina R\$ 4.652.331,00 para pessoal, GND 1, do Tribunal de Contas da União, com modalidade 90, em resultado primário 1, na ação, criação e/ou provimento de cargos e funções, e reestruturação de cargos, carreiras, e revisão de remunerações de pessoal ativo.*

Em consequência, proponho a aprovação da emenda única de redação, que promove a adequação do texto do anexo 5º ao conteúdo da emenda. Em homenagem igualmente à função de fiscalização e controle, sugiro a aprovação da emenda de minha autoria, de número 36, com os valores propostos pelos Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio, emendas 37 e 38, que destinam para a ação de fiscalização e controle da lei o montante de 100 milhões, sendo 40 milhões para GND 3, 60 milhões para GND 4, ambos os valores com modalidade 90 e resultado primário número 2.

No que tange a função de meio ambiente, opino inicialmente pela aprovação da emenda número 11, do Senador Gilberto Goellner, subscrita também pela Senadora Marina Silva, de mesmo teor das de número 21, da Senadora Marisa Serrano, e 29, do Senador Cícero Lucena, que destinam 200 milhões para a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas, PRODES, a ser realizada pela Agência Nacional de Águas, ANA, com GND 3, modalidade 90, e resultado primário número 2.

Da mesma forma, proponho a aprovação de emenda número 30, da Senadora Fátima Cleide, igualmente

subscrita pela Senadora Marina Silva, que destina 30 milhões para a construção de edifício-sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Dos quais, 5 milhões para a GND 3; 25 para a GND 4, tudo com modalidade 90 e resultado primário 2. Tal medida se justifica em razão do fato de que, atualmente, o Ministério, ele está desembolsando em torno de 6 milhões de reais apenas com aluguel dos prédios em que se encontram instalados o Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro. Apesar dos méritos, as outras emendas não puderam ser contempladas, primeiro pela limitação do número admitido para cada comissão permanente, segundo, porque já estão, em sua grande maioria, contempladas no projeto de lei orçamentária, ainda que com recursos que mereceriam ampliação". Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão o relatório. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para cumprimentar o Senador Jefferson Praia e dizer que ele conseguiu fazer um relatório focando questões fundamentais para essa comissão, acredito que a emenda do PRODES vai ser uma emenda extremamente... É uma emenda extremamente importante para o país, e o TCU, e o Ministério Público também, já que essa comissão também é Fiscalização e Controle, nada mais justo do que darmos aos órgãos de fiscalização e controle condições de continuar operando, fazendo o serviço que é necessário fazer para que o País caminhe e caminhe com seriedade e respeito às leis. Portanto, eu queria cumprimentar o Senador Jefferson Praia e dar o meu total apoio ao seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente, eu gostaria rapidamente de pedir a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Agradecer a Senadora Marisa Serrano pelas palavras de um relatório que tivemos um apoio técnico fundamental para ele ser realizado. Quero agradecer toda a equipe técnica da comissão que atuou, desde ontem, de forma intensa para que pudéssemos ter o melhor, que é a aprovação de emendas adequadas dentro do contexto das demandas dos parlamentares, e que vão ao encontro dos anseios de todos, e claro, dos objetivos dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena, acabamos de receber a leitura do relatório do Senador Jefferson Praia, que escolheu quatro emendas, como é o nosso limite, uma para o programa chamado PRODES,

Ministério do Meio Ambiente, ANA, que é tratamento de esgoto; o outro é para o Instituto Chico Mendes; uma para o Tribunal de Contas da União e uma para o Ministério Público Federal. Pergunto a V. Exa., se V. Exa. quer discutir a matéria?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só me somar ao pronunciamento já feito pela Senadora Marisa Serrano e aproveitar para parabenizar também o relator, Senador Jefferson Praia, e os demais membros da comissão, que, com certeza, mesmo com um curto espaço de tempo que nós tivemos para apresentar as emendas, não em função desta comissão, mas o que foi oferecido a longo prazo, sem dúvida o relatório atende, vamos dizer, àquilo que é possível, pelas limitações que são impostas às comissões, limitação que nós estamos sentindo dificuldade em várias comissões, infelizmente, mas quero parabenizar o relator e a toda comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Agradeço, Senador Cícero Lucena, também quero agradecer ao Senador Jefferson Praia a quem convidei para relatar essa matéria, e hoje ele fez relatório em tempo recorde, rapidamente elaborou relatório, junto com a assessoria da comissão, e então agradeço a V. Exa., e não havendo mais quem queira discutir a proposta apresentada, vou colocar em votação. Senadores e Senadoras que estiveram de acordo com o relatório do Senador Jefferson Praia, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório. E as emendas serão encaminhadas a Comissão de Orçamento, ao Relator-Geral da comissão de orçamento.

Eu aproveito que nós estamos com a sessão aberta, e nós temos uma matéria, que é uma matéria que não apreciamos ontem, porque a Senadora Marisa Serrano não pôde se fazer presente na sessão de ontem, e eu gostaria de, então, pedir à Senadora Marisa Serrano que pudesse fazer o relato do Item 4, que é um Projeto de Lei da Câmara, nº 60, de 2003, que cria o Parque Nacional Marinho da Ilha--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Só um minutinho, senadores. Da Ilha dos Currais, no Estado do Paraná, se V. Exa. estiver em condições de fazer o relato, nós já poderíamos votar essa matéria que é matéria não terminativa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria pedir a retirada de pauta desse projeto, a pedido do ministério, porque quero apresentar mais algumas sugestões, e eu acho que tudo que vem para somar e para melhorar não vai dar problema nenhum de esperarmos mais uma semana para podermos votar

esse projeto já com outras sugestões que vão me ser apresentadas. Portanto, eu peço a retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está adiada a votação da matéria. E, também, Senadora Marisa Serrano, só informar a V. Exa. que nós também adiamos para a próxima terça-feira a votação daquela proposta de ato da comissão que trata da questão dos avisos do TCU. O prazo venceu ontem, mas como V. Exa. não estava presente, nós adiamos para terça-feira a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, uma questão só, Sr. Presidente. Quando é que vai ter a reunião conjunta dessa comissão para discutir a questão do TCU e da fiscalização e controle?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Quarta-feira que vem. Já teve uma na semana passada, já houve uma na semana passada, e teremos uma próxima na quarta-feira com a presença do presidente do TCU, ou o ministro Paulo Bernardo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, nós, na segunda-feira, estaremos em Campo Grande, na Assembleia Legislativa, na terra da Senadora Marisa Serrano, em um seminário sobre recursos hídricos, conforme fizemos também em Fortaleza, no Ceará.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que dia, no Ceará, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vai ser segunda-feira, abertura nove horas da manhã, não é, senadora?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Segunda-feira, agora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, em Campo Grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Campo Grande.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Campo Grande, segunda-feira agora. E domingo a abertura de um grande evento, com mais de 1.500 pessoas, que estão esperando, que é justamente da ABIH, não, IRH, que é recursos hídricos. E estão esperando gente de todo país, é um encontro nacional, e que nós vamos estar presente na abertura e eu acredito que isso vai fortalecer o trabalho dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está ótimo. Estão todos convidados para essa audiência... Tem um evento que não é um evento da comissão, que vai ter abertura no domin-

go à noite, e que nós estaremos presentes. Eu, pelo menos, estarei presente se Deus quiser.

E teremos um evento na segunda-feira, que é da Comissão de Meio Ambiente que é um seminário nosso sobre a gestão de recursos hídricos, um seminário regional, já fizemos um no Nordeste, vamos fazer um outro Centro-Oeste e vamos fazer em todas as regiões de forma escalonada, mas sem muita pressa, mas debatendo e discutindo gestão de recursos hídricos e os melhores exemplos de gestão de recursos hídricos no Brasil.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria só a V. Exa. que inscrevesse também a Amazônia e o Pará para que nós pudéssemos sediar um encontro desse, que é da maior importância, eu quero parabenizá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A Região Norte já está num processo de previsão, Senador Jefferson Praia já solicitou até que fosse em Manaus. Se V. Exa. quiser que passa em Belém, tem que se ajustar agora com o Senador Jefferson Praia. Santarém, poderemos fazer em Santarém, então.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazemos no coração da Amazônia, que é Santarém.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então nada mais havendo a tratar, vou convidar para a próxima, que será amanhã a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. No Plenário nº 9, quinta-feira, às dez horas, Audiência Pública Conjunta destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, que altera o decreto-lei de outubro de 69, que regulamenta a propaganda de alimentos. A autoria do PL é de V. Exa. e a relatoria, Senador Gilberto Goellner. E o Dirceu Raposo, da ANVISA; Kenia Mara Baiocchi, da UNB; Edmundo Klotz, da ABIA – Associação Brasileira de Indústria de Alimentação; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, do Instituto ALANA; Elza Tsumori, da AMPRO e Klaus(F) Puflebi(F), que é da APROM(F). Os nomes parecem estrangeiros, e são de origem estrangeiras, mas é uma sessão aqui do Brasil.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Excelência, com certeza essa audiência será muito importante, uma próxima que eu também vou sugerir é que a gente discuta as propagandas mentirosas de obras públicas que estão fazendo para que a gente tentar encontrar uma forma de proteger o consumidor de propagandas políticas e públicas mentirosas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito bem, meu vice-Presidente, precisa fazer um requerimento, nós vamos colocar em apreciação.

Nada mais havendo a tratar, convido para a próxima, amanhã, e encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h07.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 60ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e catorze minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. Assinam os livros de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, GILVAM BORGES, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, INÁCIO ARRUDA, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, FLÁVIO ARNS, JOÃO DURVAL e EDUARDO SUPPLY**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros das Comissões. Havendo número regimental, a Senhora Presidente, Senadora **ROSALBA CIARLINI**, declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 75 de 2009-CMA, de autoria da Senadora **MARISA SERRANO** e do Senador **GILBERTO GOELLNER**, e do Requerimento nº 90, de 2009-CAS, de sua autoria, “destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2009, que ‘altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para regulamentar a propaganda de alimentos’”. Usam da palavra a Senhora Senadora **MARISA SERRANO** e o Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER**. Comparecem os seguintes convidados: Maria José Delgado Facundes, Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Renata Alves Monteiro, Representante do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universi-

dade de Brasília – FS/UnB; Isabella Vieira Machado Henriques, Representante e do Instituto Alana – Projeto Criança e Consumo; Auli de Vitto, Representante da Associação de Marketing Promocional – AMPRO; e Wagner Frederico, Representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM. Justificou a ausência: Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA. Finda a explanação, a Presidência agradece a presença dos convidados. No transcorrer dos trabalhos, assume temporariamente a Presidência a Senhora Senadora **MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 19/11/2009

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº 90, de 2009, CAS, e nº 75, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, de iniciativa da Senadora **Rosalba Ciarlini**, Senador **Gilberto Goellner** e da Senadora **Marisa Serrano** de iniciativa no nº 90, da CAS.

Para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2009, que “*altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1965, para regulamentar a propaganda de alimentos*”. Convido à Mesa nossos ilustres convidados para apresentar a sua... para fazer apresentação das suas observações. A Sra. Maria José Delgado Fagundes, representante do diretor-presidente da ANVISA, Sr. Dirceu Raposo de Mello; Sra. Isabella Vieira Machado Henriques, representante da presidente do Instituto ALANA, Sra. Ana Lúcia de Matos Barreto Vilela; Sr. Auli de Vitto, representante do presidente da Associação de Marketing Promocional – AMPRO, Sra. Elza Tsumori; Sr. Wagner Frederico, diretor-executivo representante do Sr. Klaus Pufleb, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM. Justificou a ausência a Sra. Kenia Mara Baiocchi, coordenadora-geral do Centro de Pesquisa em Alimentação Sustentável (sic) do De-

partamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, e também o Sr. Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA, que encaminhou material para subsidiar a Comissão.

Passamos agora a palavra aos senhores autores. Inicialmente, à Senadora Marisa, como é autora do requerimento na CAS – Comissão de Assuntos Sociais; e o Senador Gilberto Goellner, que também foi autor na Comissão de Meio Ambiente. São duas comissões que estão promovendo. E quero aqui registrar a presença do Senador Casagrande, a quem eu convido para participar da Mesa, representando a Comissão de Meio Ambiente.

O Senador Casagrande vai votar ali na Comissão de Infraestrutura, porque é assim, aqui é uma comissão, já venho da infraestrutura, onde votamos as emendas, e fiquei muito feliz porque conseguimos encaixar uma emenda de minha autoria que é para duplicação da rodovia 304, que, na realidade, não estava no relatório, mas conseguimos depois de apresentar os nossos argumentos. E, também, tivemos há poucos instantes a votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais. Então hoje é um dia que está havendo votação das emendas de Comissão, mas o Senador Casagrande justificou e estará voltando em breve.

Vamos passar então a palavra à Senadora Marisa Serrano, que foi autora do requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada, Sra. Presidente, eu fico muito contente com o Senador Goellner, relator dessa proposta de minha autoria, propôs essa Audiência Pública. É importante para nós ouvi-los. Eu quero aqui primeiro ouvi-los, para depois me manifestar a respeito. A minha preocupação, e eu quero só colocar isso, qual foi a origem dessa proposta, desse projeto. Um grupo de amigas minhas, mães, preocupadas com os seus filhos, principalmente com obesidade, e preocupadas com a alimentação deles. E elas me pediram que pensassem como poder ajudá-las, que o Poder Público tinha obrigação também de ajudar a sociedade a ter uma vida mais saudável e, principalmente, que as nossas crianças pudessem tê-la. E foi esse o início de uma proposta extremamente discutida, ouvi inúmeras pessoas e fico muito feliz por ouvi-los hoje aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, senador de Mato Grosso, que tem tido um trabalho aqui muito dedicado, principalmente nas questões voltadas à área da agricultura, mas sem esquecer as questões sociais, que estão, muitas vezes, relacionadas à vida daqueles que estão no campo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Muito obrigado, Senadora Rosalba. Quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela iniciativa conjunta que tivemos de estarmos aqui hoje promovendo essa Audiência Pública. E o objetivo é instruir e apreciar o projeto PL 150, que altera o Decreto-Lei 986, de outubro de 69, para regulamentação da propaganda de alimentos.

Eu diria que essa elevada prevalência de obesidade e de doenças não transmissíveis, constitui hoje um dos principais problemas atuais de saúde pública de nosso país, e no mundo. Ainda que reconhecendo a multicausalidade desses problemas, a alimentação desequilibrada e pouco saudável é identificada como um dos fatores decisivos desse quadro.

Nesse contexto, eu gostaria de ter a opinião dos debatedores sobre os seguintes questionamentos: 1º Que importância pode ser atribuída à publicidade de alimentos, em especial aquela dirigida a crianças e adolescentes na formação de padrões de consumo e em consequência a sua contribuição para o crescimento da prevalência das condições de saúde em nosso meio? Que importância, então, a publicidade tem nesse contexto? Que evidências científicas servem de base para as respectivas afirmações? 3º Outra pergunta. Como vocês, debatedores, estão representando vários segmentos desse setor, avaliam as medidas restritiva de publicidade propostas pelo PLS nº 150, quanto a sua efetividade ou possibilidade de contribuir para o enfrentamento de epidemias de obesidade e doenças não transmissíveis que vivemos? E 4º Quais as sugestões para o aprimoramento da proposição desse projeto? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada também, Senador Gilberto. Eu gostaria aqui de antes de iniciarmos as falas dos nossos ilustres convidados, deixar, esclarecer que cada um terá dez minutos para sua exposição. Claro, que nós poderemos estender, sendo necessário, por mais cinco. Até porque, para que possamos ouvir a todos, e depois passaremos à parte de debate, com as perguntas dos Srs. Senadores e dos nossos convidados, essas pessoas que aqui vieram para participar, para assistir essa audiência.

Nós temos também aqui que registrar... Eu quero, antes, parabenizar a Senadora Marisa por essa sensibilidade, até porque eu sou pediatra e, além de ser pediatra, eu também convivo com a criança no dia a dia por ser mãe e avó, e nós assistimos o quanto uma propaganda, assim, de certa forma, claro, direcionada para que desperte na criança a vontade maior de consumir determinados tipos de alimentos, sem que se diga na mesma propaganda que aquele alimento

em excesso pode levar a quadros de diabetes; que tem determinados conservantes que podem levar a uma situação de alergia; enfim umas questões que são... ninguém vê propaganda estimulando a criança a uma alimentação saudável de frutas, de verdura, *in natura*, sempre... claro, isso faz parte desse mundo selvagem de consumo, mas nós nosso podemos aceitá-lo simplesmente, simplesmente nós devemos aqui, sim, é fazer como a Senadora Marisa está fazendo, trazendo a ideia tão boa em proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Passamos a palavra inicialmente à Sra. Maria José Delgado Fagundes, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

SRA. MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES:

Bom-dia a todos. Eu queria agradecer o convite de poder falar um pouco sobre o tema que a Agência também vem numa discussão desde dois mil... final de 2005, para tentar regulamentar este assunto, uma vez que... Eu vou falar um pouco dos impactos epidemiológicos e da necessidade, realmente, de tratarmos, uma vez que também a Política Pública Brasileira de Alimentação e Nutrição prevê o cuidado também com este tema.

Eu quero registrar, no início da minha fala, que a propaganda não é o único problema em relação às doenças crônicas não transmissíveis, mas ela faz parte do problema, então processamos tratar dessa parte, que é uma parte importante. Pode seguir, por favor.

O primeiro dado que eu trago aqui é um estudo extenso, entre 75 e 2008, já tem um dado novo de 2008, aonde a gente verifica uma progressão importante de obesidade em mulheres e homens. E quando a gente verifica ali, em 2003, havia uma crescente situação para as mulheres, que, depois, aparentemente fica em 2008 um dado equilibrado, mas de qualquer maneira o masculino sobe de uma maneira violenta, e a gente tem um aumento de obesidade 13%, e isto é um dado que preocupa, uma faixa etária também que preocupa. Então, esse é o primeiro dado que a gente traz na perspectiva de que esta situação de obesidade vai, por ser já uma doença, vai trazer outras que nós vamos discutir um pouco também. Pode passar, por favor.

O perfil epidemiológico, então, de doenças... O que está acontecendo nas três principais doenças crônicas não transmissíveis, objeto de programas do Ministério da Saúde também para assistência. A obesidade em 13%, hipertensão arterial em 23,1, e diabetes 52,1, com esses percentuais para homens e mulheres, que é um dado também alarmante, e é um dado também aonde todo o financiamento e o esforço do governo, do Ministério da Saúde despende uma quantidade im-

portante dos recursos recomendados nos impostos. Pode passar, por favor.

Então, mais ou menos 69% dos gastos de atenção básica do Ministério é para aquele grupo de doenças com aqueles indicadores que a gente verificou na tela anterior. E esse dado de 69%, nós estamos falando da atenção à saúde na atenção básica, naquelas doenças de atenção básica. Nós não estamos dizendo aqui das doenças ainda que podem decorrer, que são as doenças de alta complexidade, como câncer. Então esse dado não agrega as despesas também com esta doença e outras de alta complexidade, e que em algum momento o paciente pode precisar, cirurgias cardíacas e outras nessa mesma linha. E organização mundial faz uma estimativa para 2005: "o Brasil perderá aproximadamente 60 bilhões de dólares devido ao impacto das doenças crônicas não transmissíveis na população brasileira". Pode passar, por favor.

E as doenças crônicas não transmissíveis de alimentação? Como já foi dito, é um situação e é multifatorial, entretanto, já existe uma relação entre consumo de determinados nutrientes e substâncias como fator de risco a essas doenças. Então as bebidas açucaradas estão associadas à obesidade; gorduras saturadas à diabetes tipo 2; gorduras trans a doenças cardiovasculares; gordura de origem animal, câncer; açúcar livre à cárie. Já existem estudos de 2002 que aponta e faz essa associação clara. Pode passar.

A publicidade e as doenças crônicas não transmissíveis e as crianças. Lógico que criança, primeiro, gosta de publicidade, depois ela tem um limitação cognitiva aproximadamente até os oito anos de idade, aonde ela não consegue distinguir programação e intervalo comercial, intervalo publicitário. E por não conseguir fazer isto, ela tem um comportamento de que quer aquele produto que está atrelado também àquele personagem, que está no desenho ou está na programação direcionada a ela. Então, aparentemente, basicamente a comunicação e a publicidade têm uma definição clara na sua essência: criar necessidade. A publicidade existe para vender, para apresentar um produto, para informar a população de um outro produto.

E aí o que nós estamos discutindo aqui é que nós temos: primeiro, um risco importante, quando conversamos aqui de um grupo de alimentos de quatro grupos de nutrientes importantes: açúcar, sal, gordura e gordura trans. E a criança é público hipervulnerável, como definido, inclusive, na Legislação Brasileira. Então, há forte evidência que a promoção dos alimentos influencia na preferência alimentar das crianças, que influencia a escolha dos seus pais. Isso, também, está definido, já é objeto de estudo, já tem desde 2007, e o consumo desses alimentos, então, pode, sim, ter sido influencia-

do pela publicidade, porque a essência da publicidade é essa. Se a gente faz uma conexão entre os objetivos e a doutrina de cada formação acadêmica para este caso aqui, isso é claro e é no mundo inteiro.

Por outro lado a Constituição Brasileira diz que nós temos que trabalhar com a redução do risco, protegendo aqueles mais vulneráveis e, em especial, como ponto focal o cidadão e a proteção da sua vida e da sua saúde. Não é preciso que ocorra um fato, a constituição prevê que devemos agir para prevenir. Não são ações que devem ocorrer depois de situações já instaladas, pós-fato, e esse também é outro eixo importante. Pode passar.

E a pesquisadora Renata Monteiro, nesse estudo, de 2009, ela analisou a publicidade de alimentos veiculada entre 2006 e 2007, destinada a público infantil em TV aberta e fechadas no Brasil: 77% do total das peças publicitárias de alimentos são endereçadas a público infantil. A Renata, ela é do Observatório de Políticas da UNB, e esse é um fato que, por si só, não seria nenhuma novidade, a novidade é o que vem em seguida. Por favor, pode passar.

As cinco categorias de alimentos mais anunciados. 1º os fast foods; 2º doces e sorvetes; 3º salgadinhos de pacote; 4º bolos e biscoitos doces; e 5º refrigerantes e sucos artificiais, que são os produtos que têm os nutrientes que a ANVISA, então, trabalha para a sua regulamentação. O consumo em excesso desses nutrientes realmente traz, e é um fator importante, causador de doença crônica não transmissível no país. E o que a gente nota é que são grupos importantes, são grupos de produtos lícitos, não estamos dizendo aqui que não, entretanto o consumo em excesso realmente provoca o que nós estamos discutindo. E, nesse sentido, o resultado do estudo é importante, porque ele aponta mais uma vez para aquilo que a agência então vem trabalhando desde 2005. Pode passar.

Nenhuma novidade. Que os alimentos saudáveis são pouco anunciados e, normalmente, são destinados à criança de primeira infância nesses três grupos: cereais, carnes magras, biscoitos, salgados, pães e outros.

E aí tem um outro estudo importante, que é a restrição da publicidade de alimentos direcionada à criança pode ser uma das mais custo-efetivas intervenções baseado na população disponível aos governos atualmente. O que acontece? A gente tem estudos dizendo que no caso da publicidade de alimento, desse grupo de alimento direcionado à criança, é muito mais efetivo a regulamentação ou algum tipo de restrição do que ações educativas. É lógico que as ações educativas não são afastadas do escopo desse esforço da Agência Reguladora, [soa a campainha] entretanto,

é importante estar aqui registrado que a limitação de técnicas e a limitação de alguma das práticas, hoje, existente no país, ela é necessária e é importantíssima. Pode passar.

Requisitos, então, para proteção da criança. Isso aqui a nossa regulamentação tentou tratar, e a OMS também estará tratando. Então é a redução e a eliminação da exposição das estratégias de *marketing* direcionada a esse público, principalmente para esse grupo de alimentos, ricos nesses nutrientes; restrição de horários e de mídia; a eliminação das forças das estratégias de *marketing* ou a redução dessas estratégias; e a limitação de personagens, brindes, estratégias nas embalagens, veiculação de mensagens e de contraposição e etc., porque, por tudo aquilo que eu já disse, pela influência, pela vulnerabilidade do público, e pela incapacidade de entender que aquela é uma mensagem para consumir algo e que essa mensagem, hoje, não traz nenhum alerta, e não traz nenhuma informação de equilíbrio para esse público, ou mesmo para o público adulto. Por favor, pode passar.

A Organização Mundial da Saúde, então, na assembléia de maio de 2010, deve aprovar as suas recomendações. Elas foram... esse início de trabalho aconteceu em dezembro do ano passado, está em fase de validação nos continentes, e isso deve, então, ela deve estabelecer e orientar os países, que, cada um, de acordo com a sua disposição legal e com as suas políticas públicas, possa tratar de um maneira mais efetiva desse tema do *marketing*, uma vez que ele realmente expõe a população e, em especial, as crianças. Pode passar.

A resolução da ANVISA, então, a consulta pública da ANVISA, que começou final de 2005 e trabalhamos em 2006, ela ficou para a validação social entre 2006 e 2007, e este ano nós fizemos Audiência Pública, vocês podem notar, os senhores podem notar que é um processo longo, demorado, bastante amadurecido. As consolidações dessa Audiência Pública estão sendo... já terminamos...

Ontem tivemos uma reunião com os representantes da AGU, que são os procuradores da ANVISA, para que nós pudéssemos, então, discutir, do ponto de vista legal, as restrições que, porventura, ainda seja necessária, sejam necessárias para que possamos apresentar, então, aos diretores, para aprovação final do texto, então para publicação que nesta... Publicação essa que prevê um prazo de transição de 180 para que ela entre em vigor. Pode passar.

Aqui é uma frase da OPAS que eu acho interessante também, de 2009, para que a gente possa refletir que "os atores de risco de hoje são as enfermidades de amanhã". E não precisamos mais daquelas que já

temos, e já temos de uma maneira de gasto absurdo, e que precisamos de trabalharmos para reduzir esses indicadores. Pode passar.

E o próximo são as referências bibliográficas dos estudos aqui citados. O próximo, por favor.

E o contato dessa gerência, o endereço da ANVISA, telefone e estamos à disposição para as contribuições de qualquer assunto e para o debate. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecemos a presença e a exposição da Sra. Maria José Delgado Fagundes, que representa aqui a ANVISA, e dizer que uma das discussões maiores desse projeto vai ser justamente a organização através de legislação específica, própria dessa Casa, que possa contemplar os estudos da ANVISA, com os estudos e as discussões aqui presentes, para que a gente possa fazer uma lei e não que seja regulamentada por decreto.

Passo a palavra à Sra. Isabella Vieira Machado Henriques para a sua exposição por dez minutos, do Instituto ALANA. Seja muito bem-vinda.

[troca de presidência]

SRA. ISABELLA VIEIRA MACHADO HENRIQUES: Em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade, ressaltar que realmente essa discussão é muito importante, o assunto é muito relevante, e eu vou tentar me... até o tempo, e enfim... Pode passar.

Eu vou correr um pouquinho com a minha apresentação. Aqui tem um pouco o histórico do Instituto ALANA, uma organização sem fins lucrativos, que atua desde 1994, na Cidade de São Paulo. Pode passar, por favor.

O Projeto Criança e Consumo, que é o projeto que eu coordeno, trabalha a questão do consumismo na infância, e uma das questões que nós trabalhamos, sem dúvida nenhuma, é a publicidade, porque é através da publicidade que o consumo exagerado, o consumo desenfreado, ele é incentivado, e não especificamente em relação única e exclusivamente à alimentação, mas também. Pode passar, por favor.

E aí a gente tem uma foto que diz muito a respeito do que nós vamos discutir hoje. Pode passar, por favor. E eu vou começar aqui falando um pouquinho da criança, que é a finalidade... a preservação da infância é a finalidade principal de toda essa nossa discussão, que é tão importante, que faz desse projeto de lei tão importante para o país.

Então, aqui a gente tem os estágios evolutivos da criança, e é importante ressaltar que não foi por outro motivo que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele classifica a criança como uma pessoa de até 12 anos de idade, porque a pessoa de até 12 anos de idade,

ela é uma pessoa em desenvolvimento, ou seja, ela tem fases e estágio evolutivos diferentes, que fazem com que ela precise ter resguardados certos direitos e garantias que a Constituição Federal e o próprio Estatuto da Criança trazem já na nossa legislação. Por favor, pode passar.

E eu vou falar um pouquinho mais para frente sobre isso. Nós vivemos, sem dúvida nenhuma, numa sociedade de consumo que tem a cultura de consumo como uma marca, e hoje a gente sabe que a publicidade, ela não vende só produtos e serviços, eu vou mostrar mais adiante, mas ela também vende valores, inclusive no tocante à questão da publicidade de alimentos. Então, muitas vezes, as crianças são instigadas a consumir aqueles produtos alimentícios porque elas acreditam que assim elas estarão integradas nos seus grupos. Por favor, pode passar.

E a gente tem aqui as relações afetivas que são mediadas através das relações de consumo. Então, hoje, muitas vezes, a criança deixa... se é colocado na frente da criança um fruta e um alimento processado com embalagem toda cheia de desenhos, enfim, animais e mascotes, a criança, ela tende a escolher esse alimento processado, por conta dessa característica da embalagem e do produto, que faz com que ele seja também um forma de ingresso social. Por favor, pode passar.

E quais são os fatores que mais influenciam os consumos de produtos infantis em geral? É ainda a publicidade na televisão; em segundo lugar, o personagem famoso; e em terceiro, as embalagens. Em alguns casos, a gente pode ver tudo isso em um único produto ou serviço. Pode passar, por favor.

Hoje, a criança brasileira é a criança que mais assiste televisão no mundo. Então o tempo médio diário que a criança brasileira assiste televisão é de quase cinco horas por dia. É claro que se a gente conhece crianças que assistem de uma a duas horas por dia de televisão, isso significa que tem crianças que estão assistindo de nove a dez horas. E as pesquisas indicam... já foram feitas pesquisas em regiões da periferia que mostram que as crianças mais carentes, elas assistem mais tempo até do que essa média, que é a média nacional, que ultrapassa todas as outras de todos os países no mundo. Pode passar, por favor.

E que isso significa? Significa que a criança, ela além de receber toda a informação que ela recebe nos programas, pelo entretenimento, na televisão, ela recebe também muita publicidade, e bastam apenas 30 segundos para um marca de alimentos influenciar uma criança, ou seja, basta apenas um único comercial televisivo. Pode passar, por favor.

Isso aqui é um dado de uma pesquisa feita no Reino Unido, em 2006, que tem uma legislação bastante avançada no tocante a essa questão de alimentação, eu vou falar mais para frente, que mostra a força da marca, enfim, a força da publicidade na formação de subjetividade da criança, na formação das crianças. Pode passar, por favor.

E aqui uma frase de Oliveiro Toscani, aquele publicitário famoso, que fazia aquelas campanhas da Benetton, que a gente... muita gente deve se lembrar, que diz que hoje a publicidade é mais formadora da nossa subjetividade do que o próprio ensino escolar. A maior expressão da nossa época, quantitativamente, pelos investimentos que mobiliza, e qualitativamente por seu protótipo cultural, pois o consenso da razão contemporânea parece ser feito de imagem de sonho que nos convidam. Sejam como nós, imagens publicitárias. Pode passar, por favor.

Tudo isso mostra como a publicidade é também hoje uma fonte de educação informal. E aqui a gente tem outro dado que mostra que o poder de influência que a criança tem nas compras da família que chega a 80%, ou seja, é um dado que mostra como as crianças acabam influenciando em todas as escolhas que são feitas pela família. Pode passar, por favor.

Aqui é um estudo que mostra dentro... em razão até desse poder de influência que ela tem, o que elas mais gastam o seu dinheiro quando elas têm oportunidade de ter dinheiro, enfim, mesada, e essa pesquisa foi feita... foi apresentada pelo canal de televisão que é voltada ao público infantil, *Cartoon Network*. Então a gente pode ver que os primeiros são alimentos, os que têm o maior percentual são todos alimentos: guloseimas, salgadinho, sorvetes e bebidas. Pode passar, por favor.

E aqui a pesquisa citada pela Dra. Maria José, também ressaltando aí quantos comerciais que a criança acaba assistindo aqui no Brasil. Então... E que mais de 50%, como ela mencionou, de todas as publicidades são de alimentos. E aí a gente tem no topo da lista os alimentos que são anunciados. Esses cereais, na verdade, eles são aqueles cereais açucarados. Então, isso é importante que a gente coloque, não são cereais naturais. Pode passar, por favor.

E esse é um dado do Ministério da Saúde que mostra hoje a situação no país. Então a gente já tem 30% das crianças com sobrepeso, e por volta de 15% já consideradas obesas. O Brasil é o único país no mundo que passou por uma transição nutricional, que saiu de uma nação de subnutridos para uma nação de obesos. Isso não aconteceu em nenhum outro lugar no mundo. Então a gente tinha um problema muito grave de subnutrição no país, que ele está passando,

automaticamente, ele está pulando etapas e passando, automaticamente, para um problema de obesidade no país e também na idade adulta, mas começando desde a infância. Isso significa... a repercussão disso vem nos problemas decorrentes como diabetes, as doenças cardiovasculares e, até mesmo, câncer, como a Dra. Maria José colocou aqui para nós. Pode passar, por favor.

E aí a gente tem o resultado da pesquisa que foi feita pelo Governo Sueco, que mostra que somente por volta dos 8 e 10 anos de idade é que as crianças conseguem diferenciar na televisão o que é uma publicidade e o que é um conteúdo de entretenimento. Então quando elas estão ali, assistindo o programa delas, elas não conseguem sequer diferenciar que aquele programa acabou e começou intervalo comercial, e aquilo lá é uma publicidade, porque a publicidade, aliás, ela é feita para que entretenha a criança. E somente após os 12 anos é que todas as crianças conseguem entender o caráter persuasivo da publicidade e fazer uma análise crítica sobre a mensagem comercial. Obviamente que esses dados, eles são feitos através de pesquisa, e claro que nós vamos encontrar crianças que se desenvolvem mais rápido e outras que se desenvolvem mais devagar. Isso é um média, que foi feita como resultado de pesquisa, e que deve ser, sem dúvida nenhuma, analisada quando se pensa em política pública. Por favor, pode passar.

E aí a gente tem a conclusão em relação a tudo que foi colocado que a publicidade que é voltada ao público menor de 12 anos, ela já é, na sua essência, abusiva, porque ela se vale justamente para o seu sucesso da ingenuidade da criança. Pode passar, por favor.

Então, além de tudo, a gente precisa lembrar o que Código de Defesa do Consumidor, ele traz ali o conceito de hipossuficiência e a criança pode ser considerada hipossuficiente presumida em todas as relações de consumo, inclusive quando ela recebe a publicidade. Pode passar, por favor. [soa a campainha]

Aqui, como eu já falei, a criança não tem condições de entender a publicidade nem de extingui-la da programação, quando ela é mais nova. Pode passar.

Aqui uma situação do professor Pedrinho Guareschi mostrando que a criança não tem o recurso necessário sequer para fazer a pergunta em relação à questão da publicidade. Pode passar, por favor.

E aqui eu vou trazer alguns exemplos, eu vou passar correndo porque eu já ultrapassei o meu limite de tempo, mas para gente ver o que tem hoje em relação à publicidade que é voltada ao público infantil. Pode passar, por favor.

Esse é um comercial atual que está passando do Mc Donald's, mas para gente ter um ideia de que como eles... Acho que travou. Bom, enfim. Acho que se você tentar voltar e tentar de novo. Só clicar aí. Acho que ele não vai passar. Enfim, é um comercial que mostra a nova promoção do MC Lanche Feliz, que vem com uma série de brinquedos colecionáveis, são aproximadamente dez brinquedos, e o comercial, ele estimula a criança que faça a coleção daqueles brinquedos. A gente sabe que essa promoção dura algumas semanas, em seguida muda a promoção, são novos brinquedos que chamam a criança a fazer a coleção, enfim, e a consumir aqueles alimentos. Aqui um exemplo do que acontece na páscoa. Pode passar, por favor.

A venda de brinquedos aliada a alimentos, isso é a coqueluche do momento, que a ideia é de se chamar a atenção da criança não pelo alimento que está sendo vendido, mas pelo brinquedo. Pode passar.

Aqui são os *sites* promocionais que existem voltados à criança. São... muitos deles são *advergames*, então são jogos e a criança brinca, e ela nem percebe que está fazendo... que está sendo bombardeada por mensagem comerciais. Pode passar, por favor.

Aqui também a promoção também como a do Mc Donald's, Burger King, que traz uma série de brindes. Pode passar, por favor.

Enfim, aqui tenho alguns comerciais, vamos passar todos eles sem... Eu acho que eles não vão... Vamos tentar? Eu acho que eles não vão... Enfim, eram alguns exemplos de comerciais. Pode passar, por favor. Mais um.

Aqui uma frase de uma publicitária também, Magmo(F) Bendorf(F) que reconhece que as crianças são as maiores vítimas da publicidade, porque elas ainda acreditam no que se fala em propaganda. Pode passar.

Eu vou aqui rapidamente, muito brevemente, falar sobre a legislação em alguns países, e acho que essa questão é muito importante ser colocada. A publicidade, ela difere das outras manifestações do pensamento como, por exemplo, a individual ou mesmo a atividade jornalística, ela é diferente, ela é ato comercial, ela não está no capítulo das garantias fundamentais da Constituição Federal, ela está lá no 170 da Ordem Econômica, então já daí essa discussão toda sobre a censura não seria cabível, mas ainda que se coloque ela dentro das garantias fundamentais, a gente ainda poderia, sem dúvida nenhuma, ter limitações, assim como a gente tem limitações a todas as outras liberdades, como, por exemplo, o jornalista não pode escrever o que ele quer, enfim, contar um história mentirosa no jornal, porque ele tem a limitação, ainda que ele seja garantido pela liberdade de expressão. Por favor, pode passar.

E aqui só para lembrar o art. 227 da Constituição que diz que é também dever da sociedade e do estado garantir, assegurar a criança, todos esses direitos dela, ou seja, a gente tem a legitimidade do Poder Público para regulamentar essa questão. Pode passar, por favor.

Aqui a gente tem as legislações em alguns países, eu vou passar também rapidamente, mas eu estou aqui à disposição dos senhores, enfim, para maiores detalhes, e tudo isso eu tenho documentado, existe no *site*. Na Suécia é proibida a publicidade na televisão voltada ao público infantil, seja ela de qualquer tipo de produto, não necessariamente de alimentos. Pode passar. A Inglaterra tem um regra muito interessante, que foi feita no ano de 2006, em dezembro de 2006, e ela proíbe a publicidade de alimentos com alto teor de gordura, sal e açúcar dentro e durante a programação de TV com apelo ao público menor de 16 anos, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer canal de TV. Quer dizer, a Inglaterra que é um país liberal, que tem uma política liberal, política econômica, uma economia sólida e que tem um restrição bastante rigorosa em relação à publicidade de alimentos que é voltado ao público infantil. E aqui eles vão além, eles trazem o público menor de 16 anos e não só de 12, como é o que se pretende fazer pelo projeto de lei aqui em discussão. Pode passar, por favor.

Estados Unidos também tem algumas regras. Vamos passar rapidinho. Todos esses. Canadá também. Na província de Quebec é proibida qualquer publicidade. Na Noruega também é proibida publicidade. Irlanda tem regras. Dinamarca, Holanda, Bélgica, Áustria, Portugal, Luxemburgo. Sempre a questão da publicidade nas escolas é muito importante que se coloque.

Essa questão também é importante que seja colocada que o que se quer, o Instituto ALANA defende e apoia esse projeto de lei é, sem dúvida nenhuma, que a criança não seja destinatária da mensagem publicitária, mas não que ela deixe de existir, mas que ela seja voltada aos pais, ao público maior de 12 anos de idade. E aqui, é corroborando aquilo que foi dito pela Dra. Maria José, eu também estou com uma pesquisa super recente, de 2009, de março de 2009, publicada no de jornal saúde publica europeu, foi feita por pesquisadores da Holanda e da Austrália, e eles fazem aqui uma análise do custo, quer dizer, de quanto que a publicidade desse tipo de alimento, se ela fosse banida da televisão, qual que seria a repercussão em termo de obesidade. É claro que é uma pesquisa que é feita com todas as dificuldades que uma análise dessa compreende, mas o resultado é que de uma entre sete crianças até um entre três crianças, essa é a diferença, deixariam de ser obesas. Então é um percentual

que varia de aproximadamente de 15 a 30%. Então com todas as repercussões que isso traz em termos de gasto de saúde pública, principalmente quando a gente lembra que a obesidade infantil no Brasil está associada à população mais carente.

Eu já estou terminando a minha apresentação. Pode passar, por favor. Eu só gostaria de mostrar esse vídeo, é um vídeo que nós fazemos... nós passamos no Instituto ALANA de conscientização da sociedade, enfim da população em relação a todo esse problema. [soa a campainha] Vamos ver se ele passa. Não foi, enfim.

Ele está disponível no *site*. A última lâmina é o nosso *site*, para quem tiver interesse em conhecer mais o nosso trabalho. Enfim, eu estou aqui à disposição. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós que agradecemos também, nessa manhã aqui, da Sra. Isabella Vieira Machado Henriques, que falou pelo Instituto ALANA, e aí a gente pode perceber o que mundo todo está trabalhando e fazendo legislação específica para esse público infantil. Com a palavra o Sr. Auli de Vitto, para a sua exposição por dez minutos. É um prazer recebê-lo aqui.

SR. AULI DE VITTO: Muito obrigado. Agradeço a colhida da Casa para poder expor as nossas idéias, e gostaria de solicitar à presidente da Mesa, como nós e APPROM fizemos a apresentação em conjunto, se eu poderia dispor de um pouquinho mais de tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Tá.

SR. AULI DE VITTO: Então, o primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar é que nós estamos de acordo com a necessidade de se fazer alguma coisa em proteção dos interesses da criança. Todos nós somos pais e todos nós temos este tipo de responsabilidade também. A nossa questão, onde o ponto que nós achamos que a roda pega é exatamente no aspecto da forma como isso está sendo conduzido. Então vou procurar trazer rapidamente para vocês aqui o que é esse mercado de comunicação, de divulgação, e como essas interferências podem ocorrer durante o processo. Então vamos começar a apresentação.

Rapidamente há um *marketing* promocional, são todas as atividades ligadas à construção de marca, vendas, como foi dito aqui, e fidelização, afinal vivemos numa sociedade de consumo e isso faz parte no nosso dia a dia. Pode seguir.

A associação de *marketing* promocional responde, hoje, por 29 bilhões desse mercado, ela cresceu exponencialmente durante esses anos, e é membro também do Conselho Nacional de Turismo. Pode se-

guir. Nós temos vários Comitês de Trabalho, e temos também grupos de estudos, entre eles o Grupo de Estudos de Legislação Promocional e o Grupo de estudos para Regulamentação de Alimentação e um Grupo de Estudos Avançados, que cria uma conexão entre universidades e o ambiente profissional. Pode seguir.

Também somos uma entidade que tem uma certificação dos serviços prestados. Todas as empresas que atuam têm a oportunidade de fazer a certificação dos seus produtos, isso é feito através de uma empresa internacional chamada SGS, que atua em 142 países, e nós somos a primeira empresa no mundo a solicitar certificação, por competência, e estamos implantando isso no Brasil. Pode seguir.

Estas são as localidades onde estão os diversos departamentos, ou as regionais de nossas entidades no Brasil todo. Pode seguir. E aqui o ambiente do nosso trabalho. Como é o ambiente do nosso trabalho? Toda a nossa atividade envolve aquilo que, desde a saída do produto da indústria até chegar ao consumidor final. E muitas coisas que, talvez, alguns dos senhores desconheçam, que são os bastidores. Como é que esse produto vai ser apresentado num ponto de venda? Como é que ele pode gerar um estímulo de apresentação melhor? Como as embalagens têm que ser desenvolvida? Enfim, vários aspectos que permitem que isso seja estudado de forma a chegar ao consumidor de forma mais eficaz possível. Pode seguir.

Dentro desse aspecto, nós temos os grandes grupos que influem na realização das ações de divulgação de comunicação, como relacionamento; eventos que são realizados; ações de incentivo; *trade marketing*, que são as ações realizadas no ponto de venda, aquelas ações de degustação e outras desse tipo; também promoções; e, mais recentemente, a *web promotion*, que é um segmento que está crescendo bastante e com uma dificuldade adicional. Que esse segmento, ele é de difícil controle, porque hoje em dia o próprio usuário da Internet é gerador de informação de conteúdo, então é muito difícil de a gente conseguir controlar esse tipo de coisa. Pode seguir.

Aqui já são as ferramentas dentro daqueles campos de atividades, quais são as ferramentas que são usadas, que vai um pouquinho mais em detalhes, como brindes, como atividades de *in-store marketing*; *marketing* digital, que são atividades recentes; *design* gráfico; *marketing* direto; *endomarketing*, atividades de estímulos aos próprios funcionários da empresa. Então é um âmbito bastante grande e bastante complexo e muito difícil de a gente poder controlar em toda a sua plenitude, porque são várias fases de exposição completamente diferentes e distintas. É muito diferente de a gente falar de canal de televisão, e quando a

gente começa a ver o âmbito da atividade promocional que ela envolve, e que muita gente desconhece. Pode seguir.

Então, em função disso, nós criamos um grupo de estudos que envolve a AMPRO e a APPROM que está aqui presente, visando analisar e estudar como esses mecanismos podem ser utilizados mais eficazmente. Não se questiona aqui a importância de se fazer isso, isso que eu quero deixar claro, mas apenas a forma, e, talvez, as nossas sugestões para que a forma utilizada seja a mais eficaz. Pode seguir.

Falar rapidamente da APPROM, que está aqui na Mesa também. É uma entidade que já foi fundada em 1988, também focada muito na área de fabricação de brindes, produtos promocionais e material de ponto de venda. Pode seguir. Também ela atua nesses segmentos, que eu já falei, um pequeno setor da indústria gráfica também. Pode seguir. E aí as empresas que estão envolvidas, cem mil emprego diretos, seis bilhões de investimentos e um crescimento médio de 20% ao ano. Pode seguir.

Então, aqui eu queria fazer algumas considerações, essas considerações algumas delas estão embasadas nesta apresentação, na apresentação da Primeira Conferência Internacional de *Marketing* Infantil que eu tive a oportunidade de participar e conversar com alguns palestrantes internacionais. Então alguns dados que estão aqui presentes eu pessoalmente conversei com eles e foram apresentados durante as palestras. Então eu acho que de alguma maneira eles contribuem para isso.

Então, o primeiro aspecto é que a obesidade é decorrente de múltiplos fatores, e não pode ser atribuída a um único fator, à publicidade isoladamente, como principal responsável por essas distorções. A gente sabe que tem aspectos genéticos, que tem aspectos do metabolismo, que tem aspecto de educação nutricional e muitos outros que acabam transferindo no resultado final e acabam distorcendo para o lado da obesidade. Pode seguir.

Os produtos alimentícios são previamente aprovados por órgãos competentes antes sua distribuição no mercado, ou seja, é presumível que se um produto está no mercado, ele é lícito, ele foi avaliado pelos órgãos competentes a essa finalidade. Pode seguir. A supressão da propaganda e da publicidade não impede que os produtos continuem a ser consumidos, e também não impede que eles sejam divulgados através de mecanismos que nós não tenhamos controle, como, por exemplo, a Internet, SMS e outras atividades desse tipo. Pode seguir.

Em países onde houve a restrição da propaganda e publicidade para as crianças de até 12 anos, que foi

o caso aqui citado pela colega, no Canadá, em Quebec, as avaliações posteriores feitas identificaram que não houve alteração de obesidade em Quebec com relação ao resto do Canadá. Ou seja, hoje em dia a cidade que tem o melhor equilíbrio de obesidade é Alberta. Então, essas alterações não se observaram na expectativa, embora tenha sido restringida, isso acabou não se verificando na prática. Pode seguir.

As iniciativas dos prédios internacionais que são os grupos que estão se associando já para criar um autoregulamentação, eles têm trazido resultados interessantes. Por exemplo, na União Européia a apresentação do Rocco Rinaldi demonstrou que em quatro anos, de 2005 a 2009, através desses contratos, de uma interferência maior entre a comunidade, a sociedade e os diversos *players* envolvidos nesse aspecto, houve uma redução de 93% da comunicação de produtos não nutricionais, isso na Comunidade Européia. Pode seguir.

Achamos também que a liberdade é fator primordial na formulação do senso crítico da criança. Não adianta não tolhermos a possibilidade de a criança opinar, de a criança poder se manifestar, de ela exercer as suas escolhas. É lógico que isso tem que ser acompanhado e tem que ser direcionado dentro daquilo que é importante. Vamos em frente.

Temos também uma pesquisa que foi feita pela Ana Maria Medeiros de Souza, na Faculdade de Saúde Pública da USP, mostrando o seguinte: o crescimento da renda e escolaridade permite maior acesso à alimentação, ou seja, no Norte do país, você tendo um acréscimo de renda e um maior acréscimo de escolaridade, você gera maior obesidade; no Sul do país, um acréscimo de renda e um acréscimo de escolaridade, você tem uma redução da obesidade. E, segundo a pesquisadora, no Sul do país, isso acontece devido ao maior acesso à informação e alimentos selecionados. Pois é exatamente a restrição pura e simples é que nós achamos que não contribui efetivamente. Pode seguir.

Então devido à multiplicidade de ferramentas [soa a campainha] do *marketing* promocional e a crescente participação do consumidor para desenvolver conteúdos na web, SMS e outras ferramentas que nós não temos acesso direto através de regulamentação, achamos que devemos ter realmente uma regulamentação, mas isso deve ser feito com alguns cuidados. Pode seguir.

Então nossa sugestão é que haja a implantação, nós achamos que falta um elo de ligação entre a sociedade e as empresas. Esse elo de ligação possibilitaria uma *interface* maior, trazendo as expectativas da sociedade em conjunto com aquilo que as empresas pretendem no mercado. Ou seja, se nós tivermos um

conselho de autoregulação que envolva todas essas atividades promocionais, nós poderíamos ter um grupo de pessoas destinadas a analisar, grupo de pessoas da sociedade, envolvendo psicólogos, profissionais, pesquisadores, e também destinar uma verba da comunicação dos produtos com elevado teor de sódio e gordura para a área educacional. Um dos problemas da área educacional é que... Ela não funciona porque ela não é feita concomitante à ação que está sendo implementada. Se nós pudermos fazer uma ação concomitante, ou seja, o fabricante através de sua própria... seria obrigado a reservar uma parte da verba para utilização educativa, de educação nutricional, e isso ser aplicado simultaneamente à campanha. Se está se fazendo uma campanha para demandar esse produto, e ele não é saudável, é obrigação que haja simultaneamente uma orientação no sentido de ter a informação educacional, nutritiva, paralelamente a isso. E também a aplicação de sinalização educativa em tudo aquilo que for utilizado como recursos promocionais, inclusive, os brindes. Pode seguir.

O objetivo é criar um ambiente técnico onde possibilite a sociedade se manifestar, porque nós achamos que a manifestação da sociedade é a expressão mais importante. Se nós pudermos colocar as profissionais, os diversos segmentos da sociedade em discussão desses aspectos, e aprovarmos essas campanhas, que vão sair, e buscarmos um caráter educacional complementar, eu acho que nós estaríamos contribuindo para gerar um resultado muito melhor na forma como essa comunicação é feita hoje em dia. Pode seguir.

E aí seriam segmentos que estariam envolvidos nesse conselho de autoregulação, abrangendo todos esses segmentos. Pode seguir. Pode seguir, por favor. E esse conselho também teria a participação, além do GERA, ONGs e entidades, todos aqueles que estivessem envolvidos com essa mesma preocupação. E as penalidades seriam aplicadas pelas entidades competentes para esse caso, dependendo do âmbito de cada uma delas.

Então aqui tem um exemplo rápido para nós entendermos um pouquinho essa complexidade. Um concurso, por exemplo, a existência de um concurso promocional estimulando a prática de esportes implementado por indústria de segmento alimentício não vinculado a de produto. Ou seja, aí a minha empresa resolve fazer uma ação na Internet sem compra de produtos, simplesmente uma ação divulgando a marca para o mercado. Isso pode ser feito muito rapidamente e tem um impacto enorme, tem uma abrangência muito grande, são milhares de pessoas que são atingidas muito rapidamente e ela utiliza, pode utilizar plataformas de comunicação que são alternativas à TV, como materiais

de ponto de venda, como *blogs*, como *sites*, *hotsites*, que estão, muitas vezes, hospedados no youtube. Então são várias ações que podem ser feitas. E também brindes virtuais. Como é que você vai legislar sobre brindes virtuais? Que você recebe uma etiqueta que você faz parte de uma comunidade e essa comunidade tem um valor para quem está participando, mas é um brinde virtual, ela não existe; e produtos tecnológicos sem personalização, que também fico difícil de avaliar o que foi e o que não foi feito. Pode seguir.

Então, o resultado gera a visibilidade enorme, uma velocidade de acesso absurdo e um engajamento de comunidades que a gente não tem nem ideia de tão grandes que são. Pode seguir. Então, todos esses dados são hipotéticos, mas existem fundamentos verídicos, que a gente poderia anexar sempre que for necessário. Então você tem uma quantidade enorme de pessoas atingidas, um número de visitas, [soa a campainha] o número de páginas visitadas muito grande. Pode seguir.

E elas se tornam, então, excelentes ferramentas para uma atuação muito rápida, muito forte, mas de difícil controle. Por isso a importância, nós achamos a importância que tem que ter esse elo de ligação entre a sociedade e as empresas, para que possamos direcionar as ações dentro de um ambiente que seja saudável e respeitoso ao desenvolvimento das crianças. Pode seguir.

E é isso que tinha a apresentar e queria agradecer muito a atenção dos senhores.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. Auli de Vito, parabênz pela sua explanação. E concedo agora a palavra ao Dr. Klaus para a sua exposição. Wagner, que representa o Dr. Klaus. Queremos também aqui, com licença, comunicar que a professora Kenia Mara Baiocchi, que havia justificado a ausência, indicou nesta data a professora Renata Alves Monteiro, do Departamento de Nutrição de Universidade de Brasília para representá-la nessa audiência, a quem convido a compor a Mesa, e, na sequência, para a sua exposição por dez minutos.

Então passamos então a palavra ao Dr. Klaus... Dr. Wagner, representando o Dr. Klaus Pufleb. Nesse Brasil é assim, os sobrenomes não é só Souza e Silva... Que é Wagner Frederico, diretor-executivo representante do Sr. Klaus Pufleb, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais – APPROM.

SR. WAGNER FREDERICO: Eu queria agradecer primeiro à Mesa e ao Senado a oportunidade de

expressar, e apresentar um pouquinho o segmento de produto promocional. Nós trabalhamos muito de perto com ANVISA nos últimos, desde 1994, ainda quando não era a Vigilância Sanitária, não era Agência de Vigilância Sanitária, era só Vigilância Sanitária, nós trabalhamos muito de perto com o pessoal da ANVISA, com essa preocupação de orientar a população e de fazer a promoção, os brindes de forma ética.

O conceito avançou muito com essa era pós-moderna que nós vivemos, e a velocidade da informática depois de 1994 mudou significativamente os meios. A Legislação Brasileira também foi adequada e trouxe para gente muita legislação orientativa para não prejudicar a sociedade como um todo. Nós já temos, hoje, suficiente legislação e regulamentações, Código de Defesa do Consumidor... Eu ficaria aqui muito tempo listando toda a legislação que já existe e que, até certo ponto, ela fica obsoleta com a velocidade do mundo atual, mas essa é uma preocupação que a AMPRO e que a APPROM têm em conjunto, é a velocidade desse mundo moderno. Qualquer legislação que a gente venha a fazer, ela fica obsoleta muito rápida em função de que nós não temos controlar de onde vem a informação, de onde vem a promoção, de onde vem a propaganda, de onde vem a publicidade. Vem de países que nós nosso temos controle, vem de países que não têm legislação, vem... chega para criança, chega para o adulto, chega para o adolescente das mais diversas formas. Então nós devemos, aqui no Brasil, realmente continuar com o nosso pioneirismo. O Brasil, nesta pauta e em outras, tem sido diferenciado, tem sido um país totalmente inovador.

Eu quero lembrar um pouquinho que esse ponto, essa discussão que nós estamos aqui começa no século XIII, lá com Pestalozzi e outros pensadores, educadores, eu não sou especialista, eu sou engenheiro de formação, mas começa lá atrás, quando a sociedade se organiza e os fabricantes, os produtores têm a necessidade de garantir que os produtos que eles fabricam serão vendidos, porque senão eles terão uma situação econômica muito delicada. Então eles começam a fazer dentro do feudalismo, lá no século XIII, eles começam a fazer ações para garantir o consumo daquilo que eles estão produzindo, senão a cadeia da sociedade que está sendo montada desde o século XIII, ela padece. Essa cadeia vem sendo enaltecida aqui no Brasil, e com a Constituição de 1988 nós tivemos o privilégio de revisar a nossa legislação e deixá-la um pouco mais atual. Então nós temos defesa da economia, nós temos defesa da indústria, nós temos defesa da sociedade, da saúde e da educação, hoje na nossa constituição, e isso causa alguns conflitos, que, antigamente, alguns pontos não eram lembrados

pela Constituição, e na maioria das Constituições dos países também não são lembrados.

Então, voltando lá... a nossa Constituição atual faz com que esses conflitos, que o Pestalozzi lá do século XIII já levantava, traga novos conflitos para que nós possamos administrar. O Pestalozzi dividia, o Pestalozzi, os outros educadores dividiam a educação em fase de seis anos, isso é um conceito até ultrapassado, a gente sabe disso, mas ainda é atual. Os primeiros seis anos... a exemplo da nossa Constituição, ele defendia que a educação devia ser focada na família, pelos pais, para que a cultura da criança pudesse ser formada paulatinamente, para quando ela tivesse formada totalmente como adulta, ela pudesse ter o poder de discernimento e poder decidir o que é bom ou o que é ruim para o consumo dele.

Esse fundamento da sociedade moderna foi extremamente enaltecido e chegamos onde nós estamos. A sociedade atual está dividindo a propaganda e publicidade... As faculdades estão dividindo a propaganda e publicidade em especialidades. A associação, a APPROM, em particular, ela quer lembrar que todos os nichos da propaganda na publicidade tem um único objetivo: garantir a comercialização do produto que é fabricado ou produzido industrializado. Isso faz com que cada segmento tenha uma relevância maior ou menor, mas todos são caminhos viáveis de serem seguidos, a exemplo do que o Auli mostrou, televisão, jornal, revista, web, brindes, campanhas no ponto de vendas, são todos caminhos viáveis. Um com maior relevância, outro com menor relevância, maior aplicabilidade, mas todos são caminhos relevantes, e que a legislação teima em tratar isso de forma diferenciada.

Então o fato de colocar um brinde num ponto de venda; o fato de colocar um brinde ou um presente, que nada mais é do que um brinde sem personalização, um presente; o fato de entregar uma medalha, um troféu que é um reconhecimento a alguma realização feita, não é diferente de uma propaganda na televisão, uma publicidade ou uma promoção. O que a associação APPROM, que é a fabricante de produtos promocionais pleiteia dos legisladores e dos reguladores é que o brinde seja tratado como uma das ferramentas da cadeia de *marketing*, e não como o vilão da cadeia de *marketing*. Não é o fato de dar um brindezinho de dois reais para uma pessoa que está numa gôndola fazendo uma degustação que vai fazer com que ele se convença que aquilo é relevante para ele, e que ele deve consumir aquilo. E a Associação junto com a AMPRO tem desenvolvido campanhas regulatórias e de educação para todo mundo, para que as pessoas tenham o discernimento do que é bom e do que é ruim, e as atividades paralelas que tem que fazer além

do consumo. Não adianta ele comer chocolate *light*, e depois ficar lá sentado sem fazer nenhuma atividade física. Nós temos estudos da Organização Mundial da Saúde, recentemente divulgados, enaltecidos pela mídia, de que diretamente proporcional a capacidade econômica da pessoa. Uma pessoa que tem o vício do tabagismo, por exemplo, quanto mais economicamente ela é ativa, maior o poder econômico dela, maior é o prejuízo para a saúde dela, chega a oito vezes de uma pessoa com poder aquisitivo inferior. Os estudos da Organização Mundial da Saúde trazem isso. E depois ela traz, dentro desse estudo, que foi divulgado recentemente, traz dividido por alimentos e por outros fatores de risco da saúde humana, ela também traz este paralelo, mas sempre mostra, nesse paralelo, que no mínimo a população economicamente ativa tem três vezes mais risco de sofrer influência negativa dos consumos exagerados e não orientados de uma forma educativa. Então a Associação tem relatado e tem brigado pela educação da população, de forma que ela tenha atitudes corretas, de que forma que ela tem atitude consciente.

A gente tem apoiado a AMPRO, nós temos classificado as nossas empresas também, para que elas tenham uma qualidade melhor nos produtos que são feitos, que as indicações ao público que é dirigido sejam identificadas, sejam respeitadas, e nós temos acompanhado a ANVISA e outros órgãos que têm recomendado ações para a sociedade. Então a campanha educativa é o caminho que a gente vê de melhor para a sociedade, campanha educativa no sentido de como consumir e de como se comportar socialmente. A equiparação e a criação deste conselho que eu acho que seria extremamente relevante, a exemplo do Conselho de Medicina, o Conselho de Engenharia, do Conselho de Advocacia, Contabilidade e outros tantos que nós temos, eu acho que chegou o momento do Brasil ser inovador e criar um conselho desse tipo, que oriente e que faça com que os profissionais assumam a responsabilidade pela divulgação e o impacto que vai na sociedade, mesmo porque as informações hoje em dia são mutantes. Uma coisa que até pouco tempo atrás não era maléfica à sociedade, goradura trans, de repente é. De repente, estudos novos trazem envolvimento hoje, nós estamos aqui falando de alimentos saturados, alimentos gordurosos, [soa a campanha] hoje temos a visibilidade de que é malévolos à sociedade, mas daqui a dois, três anos, quem sabe a mudança da visão científica indique que, apesar do lado mau, existem benefícios que são compensatórios para o ser humano. Então tudo é muito dinâmico, tanto no lado científico, quando no lado comunicação e no lado educacional.

Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade da palavra e agradecer à Mesa e devolver a palavra para a doutora. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Wagner. Eu gostaria de, mais uma vez, enaltecer o quanto é importante a contribuição que os senhores estão dando, para que nós possamos, os Srs. Senadores possam analisar o projeto, conhecendo melhor cada lado da moeda, porque nós temos que a nossa preocupação aqui maior é exatamente na proteção à saúde. E quando se trata de criança nós sabemos que é fundamental, porque aí os resultados, muitas vezes, de uma má nutrição, de questões que acontecem, às vezes, “Não, mas não está fazendo mal agora”, mas vai fazer lá na frente. Com criança é sempre assim.

Mas agora nós vamos ouvir também a Dra. Renata Alves Monteiro, e depois passaremos para as considerações finais, inclusive com os questionamentos dos senadores.

SRA. RENATA ALVES MONTEIRO: Bom-dia a todos. Eu gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui conversando e apresentando o trabalho aos senadores e à platéia. Essa apresentação é fruto de um trabalho que vem sendo conduzido pelo Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, na Universidade de Brasília, desde 2005, e a gente vem apresentar alguns dados das pesquisas que a gente vem desenvolvendo na área. Por favor.

A gente sabe da importância dos vários atores na socialização da criança, e dentre esses vários atores a gente tem a família, e conforme vai passando, a criança vai se desenvolvendo, a gente passa a ter outros atores, como os amigos, a própria escola, entre eles os professores, mas a gente entende o papel cada vez mais importante também da mídia nesse processo de socialização infantil. E nessa questão a gente tem que avaliar o impacto não só das informações que são colocadas na mídia, mas também no âmbito das estratégias de publicidade que acabam acontecendo em todas as estratégias de *marketing*. Levando-se em consideração que a gente tem aí uma condição limitada cognitiva da criança, onde, como a Isabella já havia apresentado anteriormente, a criança, até por volta de seis anos, isso já está comprovado pelos estudos de desenvolvimento infantil, não tem capacidade de estar separando o que é peça publicitária, o que é propaganda, da programação. E só próximo aos 12 anos é que a gente vai ter condições, é que essa criança vai ter condições de estar avaliando mais adequadamente as estratégias de publicidade.

E avaliando que todas as estratégias que são colocadas para venda de produtos, então para o au-

mento de consumo desses produtos pela criança, vão estar relacionadas principalmente ao estabelecimento de afeto, e entrando no universo imaginário dessa criança, para que essa criança aumente o consumo desses produtos. E quando a gente está falando ricos em gordura, com excesso de gordura sal e açúcar, isso a gente, como foi apresentado anteriormente tanto pela Isabella como pela Dra. Maria José, a gente pode observar o impacto disso não só do excesso de peso ao longo da vida, mas já na infância.

Levando-se em consideração também que as diferentes mídias têm um papel importante na transmissão social e na socialização da criança, a gente tem que observar como que essa alimentação está sendo apresentada pela criança, os valores que estão sendo apresentados, como que esse alimento está se relacionando no cotidiano dela. Porque o que a gente vê, e foi mostrado também pela Isabella, a forma que esse alimento é apresentado hoje na publicidade faz com que vários dos valores da nossa sociedade sejam apresentados de forma bastante distorcida. Pode passar, por favor.

O primeiro estudo que a gente realizou e que já foi apresentado anteriormente, a primeira parte dele, ele foi feito em quatro canais de televisão, dois de canais abertos e dois de canal fechado, com a intenção de caracterizar o que era veiculado e que estratégias eram utilizadas para avaliação, para veicular os produtos: quando? Onde? Que peças? Como elas são veiculadas? Que horário que elas são veiculadas? Foram avaliadas 4.160 horas de televisão, e a gente teve o cuidado para não ser repetitivo com as apresentações anteriores de estar apresentando os dados específicos de estratégias publicitárias, que são apresentadas para criança. Então essa avaliação foi feita entre 2006 e 2007, a gente repete esse trabalho em 2008 num estudo multicêntrico, que foi feito com 14 países no mundo, dentre eles o Brasil, e quem conduziu foi o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, e a gente vê que nada desse cenário de 2006 e 2007, ele se modificou. Então, eu venho apresentar essa pesquisa, que é um pouco mais complexa do que a pesquisa realizada pelo estudo multicêntrico, para que vocês possam estar conhecendo mais profundidade os dados relacionados à publicidade infantil.

Então a gente vê que nesse contexto das 4.160 horas de televisão foram identificadas 290 peças destinadas ao público infantil. Isso é um universo de quase 70% de todas as peças publicitárias que foram veiculadas no período. Então, a gente tem aí que a grande parte das peças publicitárias de alimentos tem alguma mensagem para o público infantil. Por favor.

Dessas 290 peças, elas são veiculadas 6.183 vezes. Dessas 6.183 vezes, 96,7% delas são de alimentos não saudáveis, então com excesso de gordura, sal e açúcar. Então o que a gente está disponibilizando na propaganda de alimentos, no Brasil, são de alimentos que favorecem tanto o excesso de peso quanto o consumo de produtos que possam levar às doenças crônicas não transmissíveis. Pode passar, por favor.

A gente tem aí que a grande parte das peças publicitárias, elas estão nos canais fechados, mas a gente tem um número representativo também em canais abertos, sendo que essa... nos canais abertos... tanto em canais abertos quanto fechados, a gente tem um número muito grande de alimentos não saudáveis também. Normalmente elas estão disponíveis dentro dos dias da semana, e o principal horário de veiculação das peças publicitárias é num período em que a criança está exposta a essas peças publicitárias. Então, principalmente, no período da tarde e a gente tem aí num período próximo a hora do almoço e no período noturno. Eu não estou isso especificado por horário, mas a gente vê um pico principalmente próximo ao horário nobre de disponibilização, onde as crianças ainda estão vendo a televisão.

Então quando a gente se reporta à regulamentação que esta sendo proposta pela ANVISA, através pela consulta pública, pela Audiência Pública, a gente tem aí um suporte já num estudo nacional, então com avaliação de 4.060 horas, que ela está extremamente condizente com o número de peças publicitárias que está sendo disponíveis para criança, principalmente no horário de seis às nove. Mas a gente tem aí uma concentração muito grande próximo o horário de oito, nove horas da noite. Próximo, por favor.

A gente tem aí entre as estratégias de persuasão mais comumente veiculadas nessas 290 peças publicitárias, peças publicitárias com a intenção de informar a essa criança sobre a existência do produto, trazendo informações sobre a condição lúdica, então esse alimento associado à brincadeira, à condição de ela conseguir fazer amigos através desse produto. A questão do público, geralmente, as peças publicitárias, a gente vê aí, com informações principalmente destinadas ao público infantil. Então 85% das peças publicitárias têm a mensagem destinada exclusivamente ao público infantil, sendo que apenas 15% delas vão ter algum tipo de mensagem para ela e para o pai ou para a família. A gente tem aí, geralmente, o contexto em que é apresentada essa peça publicitária é de o que alimento é consumido em elementos, em condições de lazer, ou relacionadas ao cotidiano infantil, então na escola, em casa, onde essa criança é estimulada a um consumo maior desses produtos, principalmente,

novamente de alimentos com excesso de gordura, sal e açúcar, e também na escola. O foco, geralmente, é reforço de marca, mas a gente tem aí 35% das peças publicitárias, fazendo, tendo mensagem exclusivamente para a promoção do brinde.

Então, como a Isabella tentou apresentar através das peças publicitárias e os exemplos que ela havia trazido, infelizmente eram muito interessantes, [soa a campainha] a gente tem aí que essas peças publicitárias, que tentam veicular os brindes, não necessariamente tentam veicular o produto em si, mas, sim, a estratégia de *marketing* que ela está veiculando. Então, o brinde, você consegue o Mc Lanche Feliz, o brindezinho, o lanche passa no final, o que ele tem que conseguir, na verdade, é colecionar o brindezinho que está sendo veiculado, e é esse o problema que a gente vê. A criança não começa a consumir o produto pelo consumo do produto em si, mas, sim, pela própria estratégia de *marketing* que ela é veiculada. E como eu já havia apresentado antes, a grande quantidade de produtos que está sendo veiculada é de produtos não saudáveis. Por favor.

Então a gente fez um segundo estudo para verificar, já que... o que está sendo apresentado... A gente verificar junto às crianças se realmente tem um impacto. E a gente fez um estudo junto a escolas privadas no Distrito Federal, então de forma que essas crianças estavam tendo acesso tanto às estratégias que são passadas em canal aberto quanto fechado, acesso ao produto, então não tem dificuldade de excesso; ao consumo; as atitudes; a avaliação que a criança tem em relação aos produtos; e as estratégias que normalmente estão sendo disponibilizadas. Por favor.

E a gente verificou que o consumo de alimentos saudáveis, então frutas, verdura, arroz, feijão, a gente tem aí que, geralmente, ela está relacionada à preferência que essa criança tem por alimentos saudáveis, então a experiência que ela tem no consumo, mas a gente está vendo que ela tem... conforme ela aumenta o consumo de alimentos não saudáveis, ela também tem o maior consumo dos produtos em geral. Então a criança, o consumo excessivo de alimentos não saudáveis faz com que ela tenha um consumo, um excesso do consumo de produtos em geral. E a criança quanto mais positivamente avalia a alimentação dela, mas ela tem um consumo de alimentos saudáveis.

Ao contrário que a gente tem que quanto mais negativamente ela avalia o consumo de alimentos não... mais negativamente ela tem a avaliação que os amigos consomem alimentos saudáveis, e quanto mais frequentemente ela assiste televisão comendo, ela tem uma redução do consumo de alimentos saudáveis. Então a gente vê aí que a criança quanto mais frequentemente

ela está exposta à televisão, menos ela consome alimentos não saudáveis. Por favor, o próximo.

Quando a gente fala de alimentos não saudáveis, aí a gente já tem uma relação positiva de todos esses fatores. Então, quanto mais a criança tem uma preferência por alimentos não saudáveis, melhor ela avalia os alimentos não saudáveis, maior é o consumo desses produtos. Assim como, assistir televisão comendo tem uma influência positiva ao contrário dos alimentos saudáveis, ela tem uma avaliação positiva, tem um consumo maior quando ela assiste televisão comendo, assim como pedir ao pedir o que passa na propaganda pelas estratégias de *marketing* utilizadas, ela tem um aumento do consumo. Pode passar, por favor.

A gente fez um terceiro estudo de avaliação [soa a campainha] então, de... ao passar propagandas para as crianças que utilizavam alimentos saudáveis, propagandas de alimentos não saudáveis, propagandas de alimentos saudáveis e não saudáveis e sem propaganda de alimentos – pode passar, por favor – a gente verifica que... a gente faz uma avaliação antes de mostrar essa propaganda, uma semana depois que mostra essa propaganda e avalia tanto o consumo quanto a intenção de consumo e a avaliação que essa criança tem de consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis. Pode passar, por favor.

A gente verifica aí que, efetivamente, a gente não tem alterações no consumo de alimentos saudáveis, mas quando a gente avalia sobre o consumo de alimentos não saudáveis, as crianças, por exemplo, de escola pública, então elas têm um aumento da preferência por alimentos não saudáveis quando exposta a essas propagandas de alimentos, de alimentos não saudáveis. Assim como a avaliação do alimento não saudável, ela é reduzida, avaliação do consumo, ela é reduzida entre os meninos. Então a gente tem especificidades em relação aos grupos. Pode passar, por favor.

Então a gente vê que o consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis, ele é diferenciado quanto a seus determinantes, e tendo uma variedade muito grande de determinantes. No entanto, a gente entende e consegue estabelecer através dos estudos que eu apresento para vocês, uma relação entre o uso de estratégias, como propagando de alimentos, assim como também o uso da televisão, como no consumo de alimentos não saudáveis, e também uma redução no consumo de alimentos saudáveis.

A gente tem aí que a propaganda televisiva hoje de alimentos, ela favorece a escolha de alimentos não saudáveis pelo número de peças publicitárias que ela disponibiliza, pelas estratégias de *marketing* utilizadas, e pelos horários em que ela dispõe essa propaganda principalmente para o público infantil. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Dra. Renata, muito obrigada, eu gostaria agora de agradecendo a todos que aqui participaram, mais uma vez realçar a importância das informações, que ficam gravadas e encaminhadas a todos os senadores da Comissão, para que eles assistam, façam suas análises, e possam, assim, contribuir para que nós possamos ter realmente um projeto que venha na proteção maior desse grande mal, que o Brasil, infelizmente, é um país de muitas questões assim... Enquanto nós ainda estamos lutando, combatendo a desnutrição por falta de alimento, já estamos tendo esse tipo de problema, causado pelo mal consumo de alimentos, que é a obesidade na infância. E que realmente é alarmante o número hoje de crianças já com problemas de hipertensão, com problemas de colesterol, que começam a desenvolver outros tipos de doenças.

Então o Dr. Wagner para complementar, por favor.

SR. WAGNER FREDERICO: Eu queria agradecer e complementar. Eu tenho uma preocupação especial no art. 23 do projeto de lei na hora que ele fala no § 4 e no § 6 na hora que ele escreve... Então queria enaltecer os senadores na hora da apreciação da matéria... Na hora que ele escreve: "não poderão ser veiculados, em materiais educativos, propaganda, promoção ou publicidade". Então como que nós faríamos, acho que esse é o ponto da reflexão nesse parágrafo, como que nós faríamos a educação, como que nós orientarmos a população do material gorduroso, do material não saudável, se é proibido material educativo? Acho que existe uma semântica de português nesta frase que deve ser... alguma coisa deve ser revisada se for de interesse da população de um forma geral.

E acho que foi muito bem direcionada, nós apoiamos todo o projeto de lei, nós deixamos bem claro isso, nós estamos aqui para educar a população e para fazer o melhor pelo Brasil, mas acho que fica exacerbado em alguns momentos a relevância da criança, que é um fator de preocupação para todos, que ela não tem discernimento. Mas o projeto de lei visa a saúde da população e não em particular a criança, que é onde começa tudo, mas visa todos, o adulto com 80 anos com 150 quilos. Isso é uma preocupação geral, e entendendo a preocupação com a criança, e entendendo o lado emocional ao falar no centro sobre a criança, mas o projeto de lei visa uma coisa muito maior que o projeto da criança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Dr. Wagner, eu aqui vou discordar plenamente do senhor. Me desculpe porque eu acho que nós estamos preocupados com a saúde da população, só que a criança, principalmente a criança menor,

ela não tem o discernimento de fazer essa observação se é propaganda, se não é; se aquilo é bom, se não é. Ela realmente, isso aí não é só porque eu convivo muito com a criança, mas eu tenho experiência dentro de casa. O meu neto fica louco quando tem alguma coisa que tem um brinde promocional, ele quer porque quer consumir só para ter o brinde, o carrinho...

SR. WAGNER FREDERICO: Excelência, a frase é no sentido do seguinte...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): O projeto será para proteção, de uma maneira geral. Então nós estamos tratando da criança porque foi o ponto que realmente nós já estamos comprovando o resultado...

SR. WAGNER FREDERICO: Sim, mas a preocupação é que a frase pode levar ao tratarmos aqui exclusivamente da criança, e a preocupação é a saúde em geral. A criança é um fator preponderante, claro, estamos todos preocupados, mas o projeto de lei visa a saúde de todos, inclusive da criança, principalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Eu gostaria de agradecer mais uma vez e finalizar essa audiência, e colocando também aqui para apreciação o aditamento ao Requerimento nº 19, de 2009, da CAS nos termos do disposto do art. 58 § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, dentro do ciclo de debate sobre o Sistema Único de Saúde.

Os Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. E, na realidade, esse requerimento já tinha sido encaminhado o convite ao Ministro, e ele confirmou a sua presença aqui já na próxima semana, na quarta-feira... Na quinta-feira da próxima semana. Teremos aqui a presença do Ministro da Saúde.

Senador Gilberto, já estamos finalizando. E mais uma vez eu quero dizer que a contribuição que os senhores dão é inestimável para que nós possamos realmente... Que essa Comissão trata de saúde, trabalho, previdência e assistência social. Então é muito ampla, tem projetos aqui de toda natureza, e, muitas vezes, a Comissão são... Claro, cada tem a sua especialidade e as audiências faz com que a gente possa tratar, ter conhecimento de todos essas áreas. E essa questão que hoje nós vivenciamos, que faz parte da modernidade, é como um dos palestrantes aqui colocou, antes nós não tínhamos algumas preocupações, hoje a preocupação é mais crescente, o mundo mu-

dou e nós precisamos proteger o cidadão, porque se ele não se alimentar bem, com alimentos saudáveis, as questões de saúde serão cada vez maiores, mais graves, prejudicando, assim, a nação em todos os seus aspectos. Muito obrigada, e até a próxima reunião, se Deus quiser.

Sessão encerrada às 11h43.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPLEY, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, GILVAM BORGES, IDELI SALVATTI, JOÃO DURVAL, MARISA SERRANO, NEUTO DE CONTO, RENATO CASAGRANDE, SÉRGIO ZAMBIASI E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 55, de 2009-CRA**, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 6.10.2009, **Requerimento nº 12, de 2009-CCT**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em 22.4.2009 e com aditamentos nºs 1 e 2, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovados em 22.4.2009 e 20.5.2009, respectivamente, e **Requerimento nº 80, de 2009-CMA**, aprovado em 29.9.2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir o controle de resíduos

e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas na Agricultura Brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Carlos Ramos Venâncio** – Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA – **MAPA**; Sr. **Ricardo Augusto Velloso** – Gerente de Avaliação do Risco da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA** – também representante do Ministério da Saúde – **MS**; Sr. **José Roberto da Ros** – Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – **SINDAG** e Sr. **José Otávio Machado Menten** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Gilberto Goellner e Neuto de Conto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VALTER PEREIRA**, Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 24/11/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 40ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro as dispensas das leituras das Atas das reuniões anteriores, que havendo anuência do Plenário, são dadas como aprovadas, e não havendo nenhuma manifestação em contrário, estão devidamente aprovadas.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, gostaria de comunicar a esta Comissão que encontra-se sobre a Mesa o Ofício 499/2009, de 16 de novembro, subscrito pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que encaminha informações ao Requerimento de nº 1.018, de 2009, de autoria desta comissão, acerca de ações adotadas por aquele Ministério em relação ao Horto Florestal do Município de Limeira, Estado de São Paulo.

O Requerimento foi relatado pelo Exmo. Senador Romeu Tuma, e a resposta está aqui em alguns volu-

mes, a disposição de todos os Srs. Senadores, onde o Ministério finaliza dizendo que a destinação dada àquele horto florestal por meio da referida Portaria 258/2008, a Prefeitura Municipal de Limeira ajuizou mandado de segurança nº 14.047, no Superior Tribunal de Justiça, saindo da esfera administrativa tal discussão. Esta ação está sendo acompanhada pela Advocacia-Geral da União.

Então, os Srs. Senadores que tiverem interesse na matéria, está à disposição e, posteriormente, nós vamos discutir o texto do documento encaminhado pelo ilustre Ministro do Planejamento.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento 55 de 2009, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 06/10; Requerimento nº 12, de 2009, da CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado no dia 22 de abril deste ano, com aditamentos nºs 1 e 2, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovados em 22 de abril e 20 de maio, respectivamente; e Requerimento nº 80, de 2009, aprovado do dia 29 de setembro, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira.

Este evento vai contar com a participação dos seguintes convidados, os quais já convido para participar desta Mesa: é o Sr. Carlos Ramos Venâncio, Chefe de Controle... Do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, nós convidamos para sentar à Mesa; Sr. Ricardo Augusto Velloso, Chefe, aliás, Gerente de Avaliação do Risco, da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Representante do Ministério da Saúde; o Sr. Roberto Da Ros, diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola. Bem-vindo. SINDAG. E, por último, o Sr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal. Bem-vindo.

Esta comissão tem se consolidado como o grande fórum de debate de todos os problemas que inquietam a agricultura, que inquietam o consumo de produtos agrícolas, os biocombustíveis, e uma infinidade de atividades relacionadas ao campo. E dentro dessa lógica, temos procurado debater os temas mais variados e que tem gerado, sobretudo, polêmicas nesses setores.

Eu vou passar a palavra para um dos proponentes, que é o Senador Gilberto Goellner, para que ele faça sucintamente, bem sucintamente, uma exposição dos fundamentos que o levaram a propor esta Audiência Pública, a fim de que os debatedores tenham a exata

noção das razões pelas quais foram convidados para participar deste evento.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, senhores convidados a essa audiência.

A nossa proposição para que se avalie a real situação dos alimentos que estão no cardápio da mesa do brasileiro, ela suscitou uma avaliação muito grande, após a revista *Veja* ter colocado uma reportagem, no dia 16 de abril desse ano, que a ANVISA reprovou inúmeras frutas, legumes e verduras, de uma análise de 1.773 amostras colhidas em supermercados do país e mostrou que boa parte desses hortigranjeiros chega à mesa da população com índices inadequados de agrotóxicos.

Os alimentos que apresentaram mais irregularidades foram o pimentão e o morango.

Enfim, o que nós queremos, Sr. Presidente, é avaliar se a legislação está correta, se nós não precisaríamos estar colocando uma rastreabilidade desses alimentos, desde a produção, a orientação do uso de defensivos, porque os defensivos são extremamente necessários e eficientes e sem danos, desde que usados corretamente.

E para isso, a observância do prazo de carência, desde a última aplicação, até a colheita e a oferta nos mercados, principalmente os alimentos *in natura*, os hortigranjeiros são consumidos *in natura*, e aqueles que são expostos acima do solo, e não são tubérculos, raízes, eles poderão estar mais contaminados, e os agricultores, na ânsia de querer oferecer o produto completamente de boa aparência usam inadequadamente os defensivos agrícolas.

Então, preocupado com essa situação de resíduos que existem em alimentos, e dando como exemplo a CEAGESP de São Paulo, que faz constantemente a análise de tudo que chega lá, tem a identidade do produtor, do fornecedor, e tantos outros locais, alguns supermercados importantes do país também o fazem, e se preocupam com a saúde do seu consumidor.

Então, é nesse sentido que nós vemos que nós precisamos ampliar isso aí em toda nação brasileira; colocar elementos de cooperação, prefeituras, secretarias municipais, que possam cooperar na avaliação, nas amostragens, na orientação, enfim, no bom uso dos defensivos agrícolas, para que esses não contaminem, não entrem contaminados para a sua oferta, alimentação direta da população.

Era essa a nossa preocupação, e é por isso que nós esperamos que nossos convidados coloquem, de acordo com cada entidade, o que estão fazendo, o que

podem fazer para nós melhorarmos esse controle e fiscalização desses alimentos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Enfim, o que V. Exa. propõe é um pouquinho mais de pimentão na culinária e nos debates desta comissão.

Então, vamos iniciar as nossas... As nossas exposições, esclarecendo o seguinte: o expositor terá dez minutos para fazer a sua digressão e, posteriormente, nós abriremos os debates com os Srs. Senadores e as respostas dos expositores.

Então, vamos começar aqui pela manifestação do Sr. Carlos Ramos Venâncio, que é Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária. Com a palavra.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Primeiramente, dar bom-dia a todos, cumprimentar o Senador Valter Pereira, em nome dos quais cumprimento todos os componentes aqui da Mesa.

E também agradecer a oportunidade de falar um pouquinho do trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, especificamente na área de controle de resíduos e contaminantes. Próximo, por favor.

Então, a questão da segurança alimentar, ela envolve dois conceitos: segurança do alimento e acesso aos alimentos.

Então, o que a gente vai especificamente falar é a questão de segurança do alimento, a garantia que o alimento que chega à mesa do consumidor, tem os índices aprovados, tem os índices de agrotóxicos e outros contaminantes autorizados pela legislação. Próximo, por favor. Próximo.

Então, essa é a marca do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Esse plano, ele está estruturado na área animal desde 87, mas ele ampliou para a grande maioria das matrizes, na área animal, a partir do ano de 2005, com a criação de uma coordenação no Ministério da Agricultura, dedicada para tratar sobre a questão de resíduos e contaminantes.

Então, esse é um fluxo, rapidamente, só para mostrar que foi uma coordenação de controle de resíduos e contaminantes, que está no meio, que ela lida com todas as áreas do Ministério, é uma coordenação bem enxuta e é o gestor executivo do Plano de Controle de Resíduos. Então, o próximo, por favor.

Então, os princípios do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. As amostras são oficiais, são coletadas por fiscais do Ministério da Agricultura, elas são rastreadas até o produtor, porque não adianta eu coletar uma amostra se eu não posso atuar para resolver aquele problema que eu estou

enxergando. Então, outros órgãos já fazem isso com muita competência de levantar o problema.

Então, a competência do Ministério da Agricultura é ir até a propriedade e realmente atuar para que aquele problema não se repita. As análises são laboratórios acreditados por normas internacionais, então, esse plano ele visa atender tanto o mercado interno, quanto a demanda de mercado externo, possibilitar os produtos brasileiros a ter acesso a mercados mais exigentes.

Então, semana passada, a gente teve uma missão do escritório da União Europeia, do FVO, de *Food and Veterinary Office*, e ele avaliou os grandes avanços que houveram no Ministério da Agricultura quanto a área de monitoramento de resíduos em vegetais.

E o compromisso máximo do Plano, que diz que para todas as não-conformidades encontradas, é aberto um processo de investigação, e o fiscal do Ministério da Agricultura vai até a propriedade para levantar qual é a origem e, eventualmente, até aplicar a legislação. Próximo, por favor.

Então, o Ministério já vem fazendo um trabalho desde 2006, do controle de resíduos e agrotóxicos, nas culturas de maçã e mamão.

No caso de maçã, são coletadas principalmente nos estados produtores, que estão listados ali. No caso do mamão também. Próximo, por favor.

Recentemente a gente publicou todos os resultados de amostras coletadas desde 2006. Então, no caso dessas duas culturas, a gente alcançou índices bem satisfatórios. Próximo, por favor.

Ali é da maçã, esse o é do mamão. Da mesma forma também, índice acima de 3%. Para se ter uma ideia, nos planos de monitoramento europeus se tem como ideal algo em torno de 7% de... 93% de conformidade. Próximo, por favor.

Então, para quem quiser mais detalhes, essas são as instruções normativas que regulam o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes.

Essa é uma Instrução Normativa 42, que a gente chama de transversal; então, elas traz as regras para todos os anos do Plano de Resíduos e Contaminantes, e a IN 21, que diz exatamente o que o Ministério da Agricultura vai fazer no ano-safra 2009/2010. Próximo.

Então, o programa de investigação realmente é o diferencial desse Plano, onde o produtor tem direito a controvérsia, as amostras são coletados em triplicata, ele pode enviar para um outro se ele não concordar com essa análise. As propriedades são indicadas pelo programa de monitoramento.

Então, onde eu identifiquei as irregularidades, eu vou até a propriedade para resolver aquele problema

que eu observei. E a investigação pode ser acompanhada de amostragem adicional.

Então, a medida... As amostras são, relativamente, por enquanto, um número pequeno. E a medida que eu identifique setores onde os problemas estão concentrados, aí sim eu posso gerar um número de quatrocentas, quinhentas amostras. Em determinada cultura, em um certo estado da Federação, para aí sim resolver aquele problema que eu estou observando.

E as autoridades do MAPA tomam as medidas de controle. Muitas vezes essa medida vem através da fiscalização. Mas a fiscalização não é um único meio; quando a gente tem um problema sistêmico, muitas vezes o problema pode ser resolvido por via de uma nova legislação que atenda aquele problema que a gente está observando, ou então, de projeto de educação sanitária, para modificar aquela realidade daquela região. Próximo, por favor.

Então, essas são as culturas que vão ser analisadas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos na safra 2009/2010. Então, as culturas em verde, são monitoramento quanto a resíduo de agrotóxicos, então, abacaxi, alface, banana, batata, limão, maçã, mamão, limão, manga, melão, morango, tomate e uva. Os itens em vermelho, o amendoim, arroz, castanha do Brasil e milho, esse ano vão ser monitorados quanto à presença de agrotóxicos, que é uma toxina importante, ela pode ser, ela é mais de mil vezes mais tóxica que a grande maioria dos agrotóxicos que estão no mercado. E a pimenta do reino vai ser monitorada quanto à presença de salmonelas.

Então, para orientação bem rápida, o Ministério já tem um plano estratégico da onde ele quer chegar no Plano de Controle de Resíduos até a safra 2013, 2014. Os contratos... As análises já foram licitadas, e se encontram os contratos assinados, e as amostras começaram, efetivamente, a partir de julho desse ano. Próximo, por favor.

Então, como foi falado aqui, a CEAGESP monitora a qualidade dos alimentos que entram na sua... Lá na Central de Abastecimento, que é a terceira maior do mundo. Então, hoje essas amostras estão englobadas dentro do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, e são custeadas pelo Ministério da Agricultura.

Esse é um ponto importante do processo, porque o Ministério não tem gente suficiente para ir em todas as propriedades, então, para conseguir uma grande abrangência, rastreabilidade, otimização dos recursos humanos e financeiros, eu tenho que coletar, principalmente em propriedades empacotadoras, o que a gente chama de *packing house* ou nas centrais de abastecimento.

Esse é um projeto piloto dentro do Plano Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes, que tende a ser estendido para outras CEASAs. Então, a CEASA Minas e a CEASA de Pernambuco já demonstraram interesse também de compor o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Próximo, por favor.

Rapidamente, são os laboratórios que executam a análise. Então tem um laboratório de excelência aqui em Pernambuco, talvez seja o melhor do país, que é o Laboratório ITEP, que é um laboratório ligado à Secretaria de Pernambuco e temos dois laboratórios privados no Estado de São Paulo, e no Estado do Rio Grande do Sul, que hoje prestam serviço para o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. E tem também o Lanagro Minas, que está se capacitando e a partir de abril do ano que vem vai servir também como um laboratório de referência para análise de resíduos. Próximo, por favor.

Então, essa era a mensagem, rapidamente, falar um pouquinho, porque esse é um tema bem polêmico; então, acho que as discussões vão ser mais interessantes que as palestras.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Carlos Venâncio surpreendeu-nos a todos. Porque aqui é uma casa do prolixo, e de repente ele foi objetivo. Não cumpriu nem os dez minutos. Mas foi bom.

Nós vamos passar, então, a palavra ao segundo convidado nosso é que o Dr. Ricardo Augusto Velloso, que é da ANVISA, e do Ministério da Saúde.

SR. RICARDO VELLOSO: Sr. Presidente. Obrigado. Eu prometo cumprir os padrões da Casa, vou passar um pouquinho dos dez minutos então, para o senhor ficar mais tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Você pode passar até cumprir a cota do primeiro.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado. Bom, em nome do Presidente, Senador Valter Pereira, eu agradeço o convite dessa Casa para que nós possamos apresentar o trabalho que a ANVISA vem desenvolvendo no âmbito do controle de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Sem mais delongas, por favor, a próxima.

Só para... Eu sei que essa Casa conhece de cor e salteado as funções da ANVISA. De qualquer forma, o papel da ANVISA é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, participando da construção de seu acesso. Próximo.

No âmbito da ANVISA, nós temos a Gerência Geral de Toxicologia, que tem como principais atribuições regulamentar analisar, fiscalizar produtos e ser-

viços que envolvam agrotóxicos, componentes e afins, outras substâncias químicas de interesse toxicológico e agentes e substâncias, outros também de interesse toxicológico. Próximo.

O marco legal de agrotóxicos... Essa transparência, infelizmente, eu peço desculpa a vocês, que a seta ficou para baixo, na verdade ela tinha que ter ficado para cima. Mas só para que a gente possa entender, nos últimos nove anos, ou seja, de 2000, para cá, o marco legal de agrotóxicos no país teve um avanço muito grande.

Foram desenvolvidas e harmonizados procedimentos entre os três órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxico no Brasil. Hoje, o agrotóxico para ser registrado no Brasil, ele tem que passar pela anuência do Ministério da Agricultura, que é responsável pela análise da eficácia do produto, ou seja, se ele realmente serve àquilo que se destina. E o Ministério da Agricultura também é responsável por conferir o registro, ou seja, quem registra o produto é o Ministério da Agricultura.

Mas para que ele possa registrar o produto ele precisa da anuência da ANVISA, no que diz respeito ao impacto desses produtos à saúde da população. E precisa da anuência do Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, que é responsável pela análise do impacto ao meio ambiente desses produtos.

E essa legislação, ela vem sendo consolidada por esses três órgãos, de 2000 para cá, com a maior intensidade, justamente para atender a demanda que a gente tem fora do país, ou seja, tanto internamente, quanto externamente, a demanda por um controle maior, nesse tipo de produto, ela vem aumentando.

Então, o Brasil, para não se deparar com um cenário negativo no que diz respeito às negociações internacionais, é obrigado também a atualizar a sua legislação, atualizar sua forma de trabalhar, para que a gente possa ter aqui, como disse o Senador Goellner, produtos que possam ser utilizados com segurança, para nos fornecer alimentos seguros e de qualidade. Próximo.

Eu acredito que os representantes da indústria vão trazer esse dado também, mas aqui, só para a gente dar uma pincelada, como é que está o cenário de comercialização de agrotóxicos no mundo.

Hoje, a América Latina detém 19% do comércio de agrotóxicos no mundo, sendo que na América Latina o Brasil é responsável por 84% do comércio de agrotóxicos na América Latina. E no ano de 2009 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, superando os Estados Unidos. Foram comercializados cerca de sete bilhões de dólares no último

ano e um volume aproximado de 700 mil toneladas de produtos. Próximo.

Obviamente, esse crescimento que os senhores estão enxergando aí, de 2001, onde se comercializava um pouco mais de dois bilhões de dólares por ano a 2008, que chegamos a casa dos sete bilhões de dólares, isso tem aumentado muito a preocupação dos três órgãos envolvidos no registro e no controle desses produtos, obviamente, por quê? Porque quando você tem um aumento da comercialização e do uso, você precisa... O aumento da comercialização e do uso, você precisa implementar medidas que garantam a segurança do consumidor, do produtor, do usuário desse tipo de produto.

Então, é necessário a adoção dessas ferramentas para ampliar a produção agrícola no país? Sim. Agora, a qualquer preço, não. Então, são essas as nossas preocupações, tanto do ponto... A ANVISA se preocupa tanto do ponto de vista do impacto desse produto à saúde da população, e o Ministério do Meio Ambiente, obviamente, do impacto ao meio ambiente, propriamente dito. E o Ministério da Agricultura se preocupa exatamente em saber se todos esses novos produtos que tem chegado ao mercado têm a qualidade necessária para que sejam utilizados com segurança. Próximo, por favor.

Bom, aqui mais um número da taxa de crescimento de vendas mundiais e vendas no país.

Então, as vendas totais, são essas azuis, nos anos de 2000 a 2008. E as vendas no país, como vocês podem perceber, aumentaram bem mais em relação àquilo que foi comercializado no mundo. Obviamente, esse é um dos motivos que o Brasil se tornou um importante mercado para esse tipo de produto no mundo. Próximo.

Bom, dentro das atividades desenvolvidas pela ANVISA e aquilo que o Senador Goellner perguntou, o que a gente tem feito para tentar controlar esse tipo de mercado, a ANVISA é responsável por dois tipos de atividades. Nós costumamos separar as nossas atividades em duas frentes: o pré-registro que aí envolve a avaliação toxicológica de agrotóxico para uso, agrícola, doméstico, tratamento de madeira, uso em áreas públicas e campanha de controle de vetores. E aí para os que não conhecem esse tipo de produto, a gente não tem só uso de agrotóxico na agricultura, não. Então, a gente tem como controle de vetores nas campanhas de saúde pública, para combater dengue.

Esses princípios ativos, eles advêm todos da agricultura. Então, é necessário fazer o controle não só do uso na agricultura, como também nesses outros usos aqui, por quê? Porque a população não está exposta somente aquilo que chega no alimento, ela acaba está

exposta também quando ela usa um produto dentro da casa dela para matar um inseto, é o mesmo princípio ativo; quando as campanhas de saúde pública querem controlar os insetos, é o mesmo princípio.

Então, isso é um somatório de produtos agrotóxicos que, no final das costas, é muito importante no momento do cálculo do impacto da saúde da população.

A ANVISA também é responsável pela elaboração de normas, e regulamentos técnicos que visam exatamente dar maior controle, maior visibilidade para esse tipo de produto, para que elas tenham segurança, e medidas de proteção e segurança para o trabalhador e para o consumidor. Ou seja, todas aquelas informações que constam nos rótulos e bulas dos produtos agrotóxicos, de como utilizar, o que utilizar para se proteger, qual o equipamento de proteção individual mais adequado para utilizar. Então, tudo isso aí é avaliado pela ANVISA.

Na atividade pós-registro o que a gente tem? E aí é o controle propriamente dito, ou seja, depois que é feita a análise toxicológica do produto e que a ANVISA diz ao Ministério da Agricultura: "Ok, tudo bem, vamos registrar esse produto", esse produto vai para o mercado. E aí acabou a nossa responsabilidade? Não. Aí é que tem início, vamos dizer, a batalha do controle pelo uso correto.

E aí nós temos a coordenação da rede nacional de centros de informação e assistência toxicológica, que são 32 centros, espalhados por todos os estados do país, que passam informações do tratamento clínico para intoxicados. Essa coordenação desses centros é da ANVISA. Então, é um serviço médico.

Reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. É uma coisa importante de se entender o seguinte: o registro de agrotóxicos do Brasil, ele difere do registro de medicamentos, por exemplo, porque o registro de medicamento ele tem que ser renovado, a cada cinco anos ele é renovado. E o registro de agrotóxicos não. Uma vez obtido o registro, esse registro vale para o resto da vida, a não ser que alguns fatores indiquem às autoridades responsáveis pelo controle desse produto que esse produto precisa ser revisto.

E, por isso, foi criado, de acordo com a Lei de Agrotóxico, o Decreto 4.074, foi criado o procedimento de reavaliação toxicologia dos agrotóxicos. Então, Lei 7.802, e Decreto 4.074, aprovado por essa Casa, que trata da reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. Ou seja, periodicamente alguns ingredientes ativos deverão ser revistos.

Quais são os critérios que levam a ANVISA a submeter um determinado ingrediente ativo de agrotóxico a uma reavaliação? São os critérios de impacto

à saúde, características toxicológicas desse produto, novas descobertas científicas, alertas internacionais. [soa a campainha]. Já? Vamos para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas pode concluir.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Vou concluir. E também o trabalho de capacitação e toxicologia de todos os agentes da rede, da rede do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que perpassa por todos os estados e todos os municípios do país.

Fiscalizações, que é uma inovação que a ANVISA tem implementado agora a partir do ano de 2009 e, propriamente dito, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Próximo, por favor.

Qual o objetivo do programa? O objetivo maior é monitorar a qualidade de alimentos quanto à utilização de agrotóxicos e afins, visando segurança alimentar. Próximo.

Dentro dos objetivos específicos, avaliar o uso e mapear a distribuição de agrotóxicos e rastrear a fonte dos problemas e subsidiar ações de vigilância sanitária, que é a preocupação do Senador Goellner. Ou seja, do que a adianta dizer que o tomate está com problema, se eu não dizer de onde ele vem. Esse é o ponto chave para a gente conseguir controlar a contaminação dos alimentos. Próximo.

Então, o programa teve início em 2001, e como vocês podem ver nessa linha do tempo aqui, em 2010, nós atingimos a abrangência nacional, ou seja, todos os estados do país estão envolvidos na coleta e análise de alimentos tratados com agrotóxicos.

O investimento desde o início é de cerca de 32 milhões de reais, que a ANVISA investiu na rede, com investimentos de 2.5 milhão/ano, nas atividades do PARA, e investimento em laboratório de cerca de 12 milhões até o ano de 2008. Próximo.

Então, só o estado de Alagoas não coletou este ano. Então, o ano que vem o estado de Alagoas também está inserido no programa. Então, teremos 26 estados e o Distrito Federal envolvidos na coleta de alimentos. Próximo.

Quais são os alimentos coletados? Até 2007 eram nove: alface banana, batata, cenoura, laranja, maçã, mamão, morango e o tomate. De 2008 inserimos mais 11: arroz, feijão, abacaxi, cebola, manga pimentão, repolho e uva. E para 2009, inserimos beterraba, couve e pepino.

Os diferentes agrotóxicos analisados somam 234 diferentes agrotóxicos registrados no país, ou não, que são analisados. Aqui é só para mostrar para vocês, que é tudo padronizado, as coletas são feitas de acordo com a orientação do *Codex*, pode passar, *Codex Alimentarius*, da FAO.

Nós temos um contrato com os Correios, o grande problema do programa no início era o seguinte: os estados não tinham orçamento até março para pagar envio de amostra pelo correio. Então, a ANVISA fez um contrato com os Correios para que o programa seja ininterrupto. Ele só para em janeiro e fevereiro. Logo depois do carnaval, a gente já começa o programa. Então, no período de férias ele para, caso contrário ele é o ano inteiro. Próximo.

Equipamentos de ponta, de última geração. Equipamentos que permitem calcular na casa do trilhão, então, a gente consegue pegar partículas, as menores possíveis, em menor quantidade possível, porque os equipamentos são de ponta, de última geração, são os mesmos utilizados em laboratórios europeus que monitoram os alimentos que saem do país e vão para lá. Próximo.

Aqui é um pouco do cenário das amostras satisfatórias por alimento que a gente vem encontrando, e aquilo que o Senador disse, que o pimentão ano passado, realmente surpreendeu negativamente.

Aqui, eu já estou chegando ao fim, é só para a atenção de vocês. Todos esses ingredientes ativos que estão em vermelho foram utilizados indevidamente nesse alimento em específico, abacaxi, alface, então, todos que estão em vermelho. E todos foram submetidos à reavaliação da ANVISA.

Ou seja, os resultados do programa também auxiliam as ações de controle no pós-registro, no que diz respeito à reavaliação desses ativos. Se é um ativo perigoso e está sendo usado indevidamente, o que a gente tem que fazer com ele? Então, por exemplo, o Endosulfan existe uma consulta pública para ele, para banimento do produto do país, por questões toxicológicas. Próximo. Próximo. Aqui é mesma coisa.

Bom, e só para chegar ao fim, o que ANVISA tem feito, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem feito para, de posse desses resultados, tentar corrigir os problemas? Então, nós temos desenvolvimento de programas locais. Ou seja, os próprios estados já estão assumindo isso como atividade de rotina e já estão fazendo controle desses produtos. Então, em São Paulo, nós temos, em Pernambuco, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais.

Só um exemplo importante no Espírito Santo. No ano de 2004, nós tivemos um problema de importação de morango do Espírito Santo, ou seja, Pernambuco importando morango do Espírito Santo. O programa detectou um problema muito sério, que era [soa a campanha] agrotóxicos não autorizados para aquela cultura. O Ministério Público entrou com uma ação, corretiva, e o Estado do Espírito Santo, hoje, tem um índice de 2% de contaminação, apenas, do morango.

Então, foi uma ação específica, localizada, conjunta com o Ministério da Agricultura, e Secretaria de Agricultura local, e corrigiu o problema. Hoje, o espírito do Santo tem um controle, um programa de controle de qualidade do morango.

Então, por que eu estou enfatizando isso aqui? Porque se é possível fazer isso no Espírito Santo, por que não é possível estender isso aos outros estados? Hoje a gente sabe de onde vem o morango no Espírito Santo, quem produz, o ele tem, o que foi aplicado nele. Então é a ideia do Senador.

Eu acho que aqui o resto é importante dizer. Só mais uma, por favor. Esse ponto é importante. A ANVISA tem trabalhado conjuntamente com o Ministério da Agricultura na questão do Programa Pró-Orgânico do Ministério da Agricultura, com o novo decreto para produção de orgânico.

Nós temos trabalhado na construção da regulamentação dos produtos que poderão ser utilizados na agricultura orgânica, porque nós acreditamos que para a grande maioria dos hortifrutis que são produzidos em pequena escala, a produção orgânica é a mais adequada.

E também... Acabou, pode passar... Na questão dos... Todos os resultados são informados ao Ministério da Agricultura e à Polícia Federal e eles estão... Pode passar. Pode passar. Pode passar. Todos os nossos resultados estão disponíveis na nossa página, desde 2001 até agora. Todos os processos de registro de agrotóxicos que estão em andamento na ANVISA estão disponíveis, a pedido desta Casa, estão disponíveis na página da ANVISA, ou seja, hoje é possível entrar na página da ANVISA e saber qual empresa protocolou que processo, para que tipo de produto, para que tipo de alimento. Os atos todos são publicados, ou seja, toda vez que a gente concede um registro, que a gente autoriza o Ministério da Agricultura, aqui do ponto de vista toxicológico, eles podem registrar, nós publicamos isso na página da ANVISA. E todos os pareceres técnicos, de indeferimento também estão lá.

Desculpa ter passado o meu tempo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, houve, na verdade, uma compensação. O tempo que o Carlos deixou disponível você acabou utilizando. Então, não tem problema.

Nós ouvimos agora, portanto, a manifestação de dois representantes do Governo. Agora, nós vamos ouvir os dois representantes da iniciativa privada.

Com a palavra o Sr. José Otávio Machado, que é Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Senador Valter Pereira, é um grande prazer estar aqui, é uma honra estarmos participando e dando a nossa contribuição nesse tema que reputamos aí [soa a campanha] de grande importância para o Brasil, para a agricultura brasileira, tanto para o mercado interno, como para exportação.

Quando se fala em alimento seguro e saudável, nós temos que lembrar que existem pelo menos três aspectos que tem que ser considerados. Um são eventuais resíduos químicos, entre eles os defensivos. O outro ponto importante é a presença de microtoxinas que são as toxinas produzidas por fungos, que se desenvolvem principalmente na fase final de maturação e na pós-colheita; e em terceiro, a presença de microorganismos patogênicos, como o caso das salmonelas.

E não existe clareza ainda da importância relativa desses três, dessas três formas de contaminação ou de resíduos, embora aparentemente os casos relatados com maior frequência de intoxicações alimentares se refiram a microorganismos patogênicos, sabidamente a salmonela.

Então, se nós queremos, de fato, proporcionar alimento seguro e saudável à nossa população e a quem compra do Brasil, nós temos que pensar nos três aspectos.

O tema aqui está enfocando mais na parte de defensivos. Então, eu vou me ater mais na parte da presença de defensivos ou de agrotóxicos. Embora, eu acho que essa proposta apresentada pelo MAPA, que aborda não só o aspecto de defensivos, mas também de toxinas e de organismos, microorganismos patogênicos, é extremamente importante e tem que ser considerado num eventual projeto de lei elaborado aqui por esta Casa. Abranger os três aspectos.

Quando nós falamos em defensivos agrícolas, nós temos que lembrar, primeira coisa: a qualidade do produto que está disponível aos nossos agricultores. Um produto, hoje, para ser utilizado pelos nossos agricultores, ele passa por um período de 10 a 12 anos de desenvolvimento, aonde as empresas investem cerca de 300 milhões de dólares.

De cada 200.000 moléculas, só uma chega ao comércio, e essas moléculas, via de regra, tem boas características, não só do ponto de vista agrônomico, de eficiência biológica, mas também tem boas características do ponto de vista toxicológico e ambiental.

Após esse processo de desenvolvimento há necessidade de um registro. E no registro são apresentados os estudos toxicológicos, agrônomicos, ambientais e esse é um processo extremamente rigoroso. Então, só se pode utilizar um produto aqui no Brasil, após ele ser registrado, ou seja, passar por um processo muito

rigoroso de análise, pelos três órgãos envolvidos no processo, MAPA, IBAMA e ANVISA.

E ainda, esse produto tem que ser cadastrado nos estados.

Então, nós temos uma garantia de que os produtos têm boa qualidade. Por que ainda ocorrem problemas... Eventuais problemas de inconformidades? Existem duas razões de haverem essas inconformidades.

Ou porque surge registro de produto não registrado, que aparece nas estatísticas como não autorizados e esse tem sido a maioria, cerca de 80% das inconformidades são devido a produtos não registrados. Por quê? Porque as pragas existem, elas causam perdas de cerca de 40% na produtividade, e se o agricultor, seja ele de uma grande agricultura, uma pequena cultura, ele tem a praga, ele vai perder a produtividade, ele vai ter a sua produção prejudicada, ele não vai ter a sustentabilidade econômica para o seu negócio, ele acaba lançando mão de algum produto que não está registrado.

Então, acho que a primeira providência, a mais importante, devido a sua importância relativa é nós termos um processo claro de... Que facilite, que estimule, que garanta o registro de produtos, de opções, de alternativas para o agricultor, além de ele usar... A gente sempre pensa em manejo integrado de pragas, então nós temos que pensar em todas as alternativas, inclusive na alternativa química.

E, para isso, nós temos que ter um procedimento aqui no Brasil que estimule as empresas a registrarem defensivos agrícolas para aquelas culturas onde não existe opções. Nós temos culturas onde não existe um produto sequer registrado, as pragas existem e aí o agricultor e o próprio engenheiro agrônomo extensionista, fica numa situação difícil, porque ele não tem apoio legal para poder recomendar, para poder prescrever um produto adequado para contribuir no manejo integrado dessa praga.

Um outro aspecto é quando realmente esse produto que está registrado para a cultura, ele é aplicado inadequadamente e os resíduos detectam limites acima daquele mínimo, daquele máximo permitido. Acima do LMR, que é o limite máximo de resíduos. E aí é maioria das inconformidades que ocorrem esse problema.

Bem, então, se a gente tem... Se nós tivermos, se nós já temos produtos registrados que são de boa qualidade e se nós tivermos uma legislação que estimule essa lacuna de falta de opções nas culturas de menor suporte sanitário, que são as chamadas *minor crops*, nós resolvemos 80, 90% do assunto.

O restante é educação e treinamento. É nós trabalharmos para que... Envolvendo a indústria e envolvendo o Governo, através do Ministério da Agricultura

ra, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, ANVISA, IBAMA, no treinamento desses agricultores, para que eles usem corretamente.

A principal razão de haver resíduos acima do limite máximo de produtos registrados é quando não se obedece, por exemplo, o período de carência, que é o tempo de aplicação à colheita.

Então, se nós tivermos essa ideia, que é acho que é o fulcro aqui da discussão, que é a rastreabilidade, nós podemos dirigir todo o esforço de educação e treinamento naqueles locais aonde realmente existe o problema.

Então, se através de um trabalho, quer seja feito pelo PARA, quer seja feito pelo programa do Ministério da Agricultura, quer pelo seu CEAGESP, a própria ANDEF, já desenvolveu há muito tempo o programa chamado SIRAH que é o Sistema de Informação de Resíduos de Agrotóxicos em Hortaliças, quer de empresas particulares. O Pão de Açúcar já vem fazendo isso.

Se através dessa rastreabilidade eu sei onde foi produzido um alimento que apresentou resíduo, eu vou focar o meu treinamento nesse local aonde está havendo o problema.

Só para ter uma ideia, no ano de 2008, só a indústria treinou mais de um milhão de agricultores, através de palestras, dias de campo, *workshops*, etc., só que esse treinamento é aleatório. Se nós pudermos dirigir esse treinamento para os locais onde realmente existe a necessidade, nós certamente seremos muito mais suficientes em suprir essa necessidade.

Um outro aspecto importante é nós podermos muito mais do que punir eventuais agricultores que cometam qualquer tipo de uso inadequado, é nós nos propormos a educá-los, a treiná-los. E nós temos uma ampla rede de multiplicadores aqui no Brasil. Nós temos engenheiros agrônomos, da EMATER, nós temos engenheiros agrônomos ou outros técnicos em Ciências Agrárias no SENAR.

Só a ANDEF, neste período de 20 anos que vem trabalhado com educação e treinamento, treinou mais 30 mil multiplicadores, que são pessoas que tem competência, que tem como função levar esse tipo de informação, além de outras informações, aos agricultores. Que é uma recomposição, uma orientação, um estímulo à assistência técnica e extensão rural aqui no Brasil.

Então, eu tenho certeza que com uma união da iniciativa privada, das empresas representadas aqui pela ANDEF que já exercem esse trabalho, juntamente com o Governo, através dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Ambiente, nós poderemos, e tendo essa ideia da rastreabilidade, tendo foco, chegando direto nos lo-

cais onde estão os problemas, nós podemos resolver quase em 100% esses problemas.

Eu acho que a discussão aqui é saber se todas essas iniciativas que já foram apresentadas pelo MAPA, pela ANVISA e nós sabemos que o CEAGESP, a própria ANDEF, o Pão de Açúcar tem de fazer uma análise de resíduos, quais seriam as vantagens de nós termos uma lei disciplinando isso.

E a discussão é: será que nós não estamos até duplicando esforços? Não seria o caso de racionalizar esse trabalho de levantamento, de monitoramento sistemático de resíduos? E podermos ter uma política pública preocupada com [soa a campanha] em garantir a qualidade desses alimentos? Não só para o povo brasileiro, mas também evitando qualquer tipo de barreira não tarifária nas exportações, já que o Brasil é o país aí que tem tudo para ser o líder no agronegócio.

O mercado, particularmente de frutas, está aberto para o Brasil, mas se nós não tivemos a qualidade, nós não vamos poder atender esse mercado exigente e cada vez mais exigente na sua qualidade.

Então, era isso, senador. Eu agradeço essa oportunidade. Fico a disposição, agradeço aos demais senadores presentes, os colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores, e ficamos a disposição para qualquer tipo de contribuição, porque eu acho que essa iniciativa deve ser louvável.

Só desse assunto estar aqui na pauta do Senado, já é uma demonstração clara que de que existe a possibilidade de nós, definitivamente, superarmos esses obstáculos devido a esses resíduos, esses problemas de resíduos e contaminantes, que vêm maculando a agricultura brasileira e o agronegócio e a economia brasileira, como um todo, perde com isso.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a sua intervenção. E confirmamos aqui que realmente essa preocupação existe e não é por acaso que nós estamos debatendo o assunto na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Nós vamos passar a palavra agora ao Sr. José Roberto Ros, que é diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Agrícola, o SINDAG.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, o SINDAG agradece o convite a participar numa... Sobre um tema tão importante, e o objetivo principal nosso é mostrar o cenário de defensivos agrícolas no Brasil, para que não haja interpretações, que às vezes, um pouco errôneas sobre o nosso setor.

O Brasil, muita gente diz que o Brasil usa mais defensivo que os Estados Unidos, que é um absurdo isso aí, porque a área plantada lá é maior do que a

nossa, etc. Mas nós temos diferenças, nós temos uma agricultura tropical, com necessidades diferentes dos outros países. Uma coisa é produzir soja no Brasil, a outra é produzir na Argentina ou produzir nos Estados Unidos. Eles não têm ferrugem e tem muitas pragas que atacam aqui que não atacam lá. Então nós temos um maior número de pragas, uma maior severidade do ataque, com isso, a necessidade de aplicar mais vezes, maiores intervenções, medidas de controle mais intensas, no caso do defensivo agrícola.

Nós temos, no caso, a ferrugem da soja, a lagarta do cartucho, manchas foliares no milho, a ramulose, manchas foliares, bicudo no algodão, a famosa mosca das frutas.

Então, não pode se comparar agricultura tropical, que hoje o Brasil domina essa técnica, através da EMBRAPA, com agricultura na mesma cultura, mas em outro país. Próximo.

Essa é divisão por classes, como nós vemos ali, a área de herbicidas é quase 50% de todo o mercado, depois os inseticidas, os fungicidas, os acaricidas e os outros. A próxima.

E aí, separado por culturas; se vocês somarem as cinco maiores culturas – soja, milho, cana, algodão, café – nós temos mais de 80% de uso de defensivo agrícola, e nós não temos problema de resíduos nessas culturas aí.

Então, se você pegar a venda do ano 2000, que nós vendemos dois bilhões de dólares e hoje, que nós vendemos sete, a gente não pode dizer que aumentou três vezes e meia. E o pessoal que consome hortaliças então, “Pô, no meu pimentão estão aplicando três vezes e meia mais, eu estou preocupado.” E não é verdade. É um país extremamente concentrado no defensivo agrícola. As cinco maiores culturas é mais de 80%.

Se vocês pegarem... HFF quer dizer hortaliças, frutas e flores, é muito pequeno em relação ao resto do país.

Já foi mencionado aqui que o custo de desenvolvimento de um novo produto está beirando os trezentos, trezentos e poucos milhões de dólares.

Então, é impossível você gastar um dinheiro desse para desenvolver para uma cultura pequena, apesar do Brasil ser um país grande. Não há um retorno sobre o investimento. Então, se você não tem um produto que funciona nas grandes culturas, fica inviável qualquer tipo de investimento. A próxima, por favor.

Aí por estados também. Se você somar os estados, você vai ver que 80% são os cinco maiores estados, e são os estados que produzem os grãos, soja, algodão, é o trigo, e assim por diante. É um mercado concentrado, é uma agricultura bastante concentrada. Próxima.

Eu coloquei as pequenas culturas, porque essas pequenas culturas é o motivo da reunião hoje. Então, vocês vêm que a horticultura é 52 milhões de dólares, é o mercado total. Fica difícil para uma empresa investir milhões e na área de registro do produto, para um mercado muito pequeno.

Então, o Governo precisa fazer alguma coisa para incentivar as empresas a registrarem produtos para as chamadas *minor crops*, ou há quem diga que é o *minor users*, porque não há nenhum atrativo econômico financeiro. Todas as empresas tem o seu *budget*, e elas estabelecem com seu *budget* as prioridades, e essas pequenas culturas vão lá para o fim das propriedades.

Se o Governo não fizer nada a respeito, como já existe o projeto de lei sobre as culturas de pequeno suporte fitossanitário, que já faz tempo que já está andando, então, se esse projeto não sair, fica difícil as empresas realmente registrar esses produtos para as pequenas culturas. E que já foi dito aqui também que 50% das inconformidades em relação à análise de resíduos, foi porque o produto não estava registrado para aquela cultura.

Isso não quer dizer que se tiver o produto está registrado no tomate, se estava no tomate, “Está bem, posso comer o tomate.” Mas é o mesmo produto, com o mesmo MR, “No pimentão não posso, porque não está registrado.” Mas isso não quer dizer que toxicologicamente exista um perigo nesse sentido.

Então, se o governo não ajudar, e eu acho que essa Casa é a Casa que a gente deve discutir isso aqui, não haverá incentivo para resolução desse tipo de problema. Uma outra coisa que a gente, a opinião da indústria é que quanto mais análises de resíduos, quanto mais programas existirem é melhor, porque nós lutamos para ter uma agricultura sustentável, ter uma produção de alimento em quantidade suficiente, com qualidade e com segurança alimentar.

Então, quanto mais programas de resíduos existirem, é melhor para o Brasil, mas que esse programa deve também atingir aqueles alimentos que são importados. Quer dizer, nós produzimos aqui, nós temos que fazer um controle do que é produzido aqui, mas tudo aquilo que nós importamos também precisa ser controlado, porque lá eles controlam a nossa exportação.

Então, esse programa deve ser bem feito e deve ter... Por isso que nós acreditamos que ter uma legislação sobre isso tudo, como fazer análises de resíduos, a ANVISA já mostrou aqui como é complicado fazer tudo isso, os laboratórios têm que ser capacitados, tem que ser auditados, e isso custa muito dinheiro.

O Carlos Venâncio já mostrou também o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes

que é muito bom, mas esses planos têm que ser turbinados, tem que ter um recurso para pagar tudo isso aí. Porque não tem recurso e nós sabemos que o Ministério da Agricultura ainda sofre muito com todo esse problema de verba.

Então, se uma legislação pudesse estabelecer um recurso para que esse programa seja turbinado, seja incluído novas culturas, vocês vêm aí que nós temos muitas hortaliças, tem acerola, por exemplo, é exportada para todo lugar, para o Japão, tudo, não tem um produto registrado. É um absurdo tudo isso aí. Não tem nada registrado. Você pega quiabo, você pega hortaliças que. ... Gengibre, por exemplo, que tem cidadezinhas pequenas no Estado de São Paulo que vive da plantação de gengibre e não tem um produto registrado. Então, eu acho que essa Casa deve cuidar para resolver esse tipo de problema.

E para terminar, então, quanto mais controle houver, é melhor para nós. Mas esse controle deve ser feito de uma maneira bastante efetiva.

A indústria participou de um acordo [soa a campanha] com o pessoal do CEAGESP, financiando essa parte de análises e funcionou muito bem. Por que funcionava bem? O agricultor entregava a caixinha dele de morango para vender no CEAGESP, era feita uma análise, se a análise tivesse inconformidade, a CEAGESP comunicava esse agricultor e dizia: "Olha, a próxima vez nós não vamos receber o seu produto". Isso seria a morte econômica do agricultor, porque se ele não pudesse vender a mercadoria dele através do CEAGESP, ele estava economicamente falido.

Então é um problema que essa rastreabilidade deu e que realmente resolveu o problema. Aquele agricultor não iria entregar mais. Ele era obrigado a procurar uma assistência técnica para resolver o problema que ele tinha. E as próximas entregas, a mercadoria tinha que estar dentro dos padrões.

Era isso que eu tinha que falar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos também o Dr. José Roberto pelas explicações. Acho que ele trouxe realmente notícias que são surpreendentes para todos nós.

É incrível imaginar que algumas culturas como acerola, talvez a beterraba, e outras mais, não tem defensivos registrados para combater as pragas.

E isso aí, de certa forma, começa a explicar um outro fenômeno que nós temos observado em nossa atividade aqui, que é o contrabando, contrabando de tais produtos.

Então, de repente um produto... A falta de um produto está justificando o ilícito de outros produtos. O que é, efetivamente, muito grave, e precisa que nós

intervenhamos com a nossa função, com nossa atividade, que é de legislar.

Nós vamos passar agora aos debates. E nós agradecemos a todos os expositores, antes de passar à segunda fase pelo... Pela racionalidade com que fizeram os seus painéis.

Com a palavra, em primeiro lugar, o Senador Gilberto Goellner, que é autor do requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, realmente foram muito concisas, precisas, elucidativas, todas as apresentações.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Ricardo Velloso, da ANVISA, sobre o uso do BTI para o controle da dengue, do mosquito da dengue, sendo que esse produto, ele... Toxicologicamente muito seguro, ele... BTI... É um bacilo igual se usa hoje nas grandes culturas também, e foi indicado pela EMBRAPA, que ele poderia servir no controle do mosquito da dengue, inclusive em algumas escolas, em alguns municípios já estão usando, inclusive os agentes mirins que são os estudantes, que fazem o serviço, fazem essa avaliação nas suas próprias casas e residências e outras também.

Então, como o produto contra a dengue no controle dessa epidemia, ele 70% aproximadamente é utilizado dentro do circuito do terreno e da residência externa do cidadão, das casas, eu pergunto: por que não intensificar o uso desse bacilo no controle do mosquito da dengue, já que ele é extremamente mais seguro?

E a gente sabe também que os demais têm eficiência, porém não apresentam a segurança que esse bacilo apresenta. Então, essa seria a primeira pergunta.

E eu também coloco na Mesa a seguinte, a seguinte questão: os engenheiros agrônomos, eles gostariam de ter uma maior liberdade no serviço de assistência técnica à extensão rural, no sentido de poder colocar a sua recomendação em função às vezes de uma subdosagem, necessária às vezes por uma avaliação dentro de um manejo integrado de pragas, uma subdosagem que na avaliação em característica se apresenta como a mais favorável de eficiência e controle econômica e ambientalmente também.

Então, nesse sentido, hoje eles estão muito atrelados à necessidade de apresentar um relatório de utilização e de responsabilidade técnica do uso de alguns inseticidas, dentro da estrita recomendação técnica colocada pelos órgãos de fiscalização e controle da recomendação daquele produto.

Então, esse procedimento daria maior responsabilidade também a esse técnico, na formulação e na recomendação que nem sempre é necessária a dosa-

gem total. Então, nesse sentido eu gostaria de ver da ANDEF, do SINDAG, qual é sua avaliação a respeito.

E dizer que realmente nós precisamos disciplinar e viabilizar o uso em todas as culturas de produtos químicos, que poderiam, então, estar mais amplamente presente nas avaliações, já que alguns alimentos, alguns produtos, algumas culturas não apresentam recomendação de produtos químicos nenhum e sabe que se usa.

Então, como o incentivo econômico não está a permitir o registro, nós queremos saber também da ANVISA, do Ministério da Agricultura, qual é a solução para esse caso?

E dizer que não nos resta mais do que fazer uma, realmente, propor um projeto de lei, aqui no Senado, que é nosso interesse, para, quem sabe, dotar, disciplinar todo esse monitoramento, esse, de controle de resíduos, rastreabilidade, enfim, dar mais segurança ao produtor, ao consumidor em todos os aspectos, e ao aplicador, quem aplica os produtos químicos, e que tão necessários, mas usados de forma errada, comprometem seriamente a saúde.

Seriam esses dois os nossos questionamentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos passar a palavra ao Senador Neuto de Conto, e em seguida nós passaremos para a réplica.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Sras. e Srs. Senadores.

Cumprimentar a cada um dos debatedores, expositores dessa matéria tão importante para a vida do Brasil.

A agricultura é, historicamente, está no presente e será no futuro, a maior área da economia para o país, quer seja para o mercado interno, quer seja para o mercado internacional. Essa agricultura que não só alimenta os 190 milhões de brasileiros, mas que participa significativamente na balança comercial do Brasil, hoje com 34% das exportações.

Esta agricultura em que tem um espaço muito grande para o seu crescimento, principalmente pela desistência da produção de carnes pela Europa, por falta de espaço na Ásia e, principalmente, pelo nosso clima, pela nossa chuva, pelo nosso sol, pela nossa tecnologia e pela nossa gente, é que temos a oportunidade de ter nesse seguimento e vamos ser, mais de 50% da economia do Brasil.

Por isso, é o primeiro grande passo e eu tenho uma preocupação muito grande. Quando nós temos os estoques estratégicos da economia do Brasil, que dá a segurança principalmente na energia, produzindo

as usinas e prevendo usinas para o futuro, para que o Brasil continue a crescer. Quando nós vemos o petróleo e agora com o pré-sal, sendo uma área estratégica da nação. E não encontramos a estratégia da agricultura.

Hoje, nós importamos mais de 70% dos insumos. Se esses países deixarem de vender, por qualquer razão, qualquer catástrofe nesses países fornecedores, esta potencialidade fica prejudicada. Nós temos minérios, principalmente fósforo e fosfatos, e hoje os demais, através da PETROBRAS, temos as jazidas, praticamente na mão de multinacionais, todas elas, e nenhuma em atividade.

Então, eu levo para este discurso, primeiro o grande problema que a nação tem e terá que se preocupar e terá que encontrar solução, para ter a mesma estratégia que tem no petróleo, na energia, também para produzir comida para os brasileiros, e comida até para o mundo.

O segundo ponto que me preocupa muito é a qualidade da comida. É o tema que está se debatendo aqui no dia de hoje. Quando sabemos, eu escutei aqui que muitos supermercados já instrui, orienta seus fornecedores, em particular o hortifrutigranjeiro.

Mas nós encontramos nos 5.600 municípios no Brasil, feiras populares e feiras livres, em que o seu produtor vai vender o produto nessas feiras, e eu não encontro nenhuma forma de fiscalização da qualidade do produto. É lógico que essa qualidade ela tem que vir, tem que iniciar na educação. A educação é a base de todo esse processo.

Mas quando não se tem, como o Senador Gilberto Goellner bem colocou, como autor desse Requerimento, de que quem é o responsável pela área, quando as empresas, por não ser economicamente viável, deixa de registrar e certamente esses produtores estão usando produtos clandestinos, ou produtos de outras fontes. E que vai atingir a quem? A nós mesmos, os próprios brasileiros. Então, essa é uma preocupação muito grande.

E quando nós temos esta tecnologia avançada, o trabalho da EMBRAPA se aprofundando a cada dia que passa, mas que lá na ponta, lá no nosso interior de todo esse Brasil, em que as pessoas buscam alimentação, o seu combustível, sem se preocupar... É muito difícil encontrar alguém que lê um rótulo, é muito difícil encontrar alguém que vai perguntar se no morango, na alface, em todo o processo existe agrotóxico, e qual o agrotóxico que tem.

Eu venho do interior. Sou da pequena propriedade rural, tenho a pretensão de dizer que sou frequentador de supermercado, principalmente nas gôndolas de frutas e de legumes. E vou—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, V. Exa. está se esquecendo das maçãs.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Também. A nossa... Esse processo todo e a inovação, eu... [risos] o meu estado, o Senador Valter Pereira, o nosso Presidente, ele lembra, eu fui Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, quando não se plantava maçã.

E por um processo de clima, de pesquisa, hoje nós somos o primeiro produtor nacional e exportamos para mais de 40 países. Eu chamo que nós exportamos água, porque fruta é armazenar água. No fruto e nesse armazenar essa água de boa qualidade, se produz, e quase todos os processos hortifrutigranjeiros, é armazenamento de água.

Então, aí começa na qualidade da água, na qualidade de seus ingredientes que vai compor a formação de todo o processo.

Por isso, Presidente, Senador Goellner, eu quero cumprimentá-lo pelo tema, pela preocupação, porque tudo é válido, tudo é importante nesse país, portanto.

E todo o processo, todo o processo de crescimento, é o asfalto, é a usina, é o petróleo, é a escola, é a universidade. Mas toda a prosperidade é falsa, se nós não temos o ser humano como patrimônio maior.

E aqui está a discussão para termos esse patrimônio maior, sadio, forte, inteligente, competente, que através da sua inteligência é que nós vamos fazer o futuro dessa pátria.

Por isso que eu quero cumprimentá-los por esse tema importante, senadores, mas por aqueles que vêm aqui também esclarecer. A preocupação é permanente, e só teremos sucesso, se nós termos leis, mas principalmente o cumprimento e o produto.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador Neuto de Conto. Mas V. Exa. não me respondeu da maçã, aquela que V. Exa. está devendo para nós.

[risos]

Mas eu acho que esse debate é importante. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, relacionada a um assunto que o Senador Neuto e o Goellner também, acho que acabou aferindo, que é com relação ao produto lá na ponta, lá do consumidor.

Basta a gente fazer uma viagem de carro e parar nos restaurantes. É claro que existem muitos deles que oferecem produtos de qualidade tão exemplar a ponto de tornarem-se referências de paradas de estacionamento. Mas outros tantos são referências de sujeira, de desmazelo, de desrespeito para o consumidor.

E existe o inimigo número um do consumidor quando precisa de alimentos que é essa '*maledita*' salmonela, e que está aí exposta em tantos estabelecimentos nas rodovias afora.

Então, qual é a estrutura de fiscalização que o Ministério da Agricultura detém para o controle, para fiscalização desses produtos, já que o consumidor, na estrada, é uma vítima em potencial desse grande inimigo chamado salmonela, além de tantos outros que estão na mesa do consumidor?

E aqui tem dois representantes do governo, o Dr. Carlos Venâncio já me deu até uma explicação: a nossa área é da porteira para dentro; a área da ANVISA, que é do Ricardo, é da porteira para fora. Então, eu acho que é uma pergunta mais focalizada para o Dr. Ricardo.

A outra questão que eu gostaria de indagar é com relação a essa deficiência que foi apontada aqui sobre os registros, sobre os registros de defensivos para essas pequenas culturas e que, pelo que senti, há uma... Há um consenso no sentido de que realmente ela está presente, ela existe.

Outra questão que eu gostaria de mencionar é com relação a um noticiário que foi dado ao conhecimento público, há algum tempo atrás, sobre o qual a indústria estaria, teria postulado e conseguido na justiça, a proibição para divulgação de relatório sobre resíduos de agrotóxicos, de alguns produtos. Isso daí efetivamente a todos preocupa, porque é na transparência que o consumidor pode ter a proteção, tomando conhecimento, obviamente, de que este ou aquele produto estão suscetíveis ao uso de determinados agrotóxicos.

Então, a pergunta que eu gostaria de fazer é se efetivamente a ANVISA, hoje, está sofrendo algum tipo de restrição, algum tipo de censura na divulgação desses dados, que são fundamentais, que são essenciais para consumidores e para agentes públicos? Se ela tem essas restrições, nós gostaríamos de conhecer, quais as dificuldades que isso está trazendo para os órgãos públicos; e de parte da iniciativa privada, que também está presente, qual é o motivo que leva a postular este silêncio também na área de saúde pública.

Então, essas são as indagações que eu gostaria de fazer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de acrescentar também, já que temos três senadores presentes, nós estamos com um Projeto de Lei, 337, que está em andamento aqui na Casa, está na CCT e vai ainda para Comissão de Assuntos Sociais e também para a Agricultura, que altera o art. 7º da Lei 7.802, de 11 de julho de 89, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

E da forma como o autor, Senador Valdir Raupp, coloca as modificações desse art. 7º, instituindo código de barra, ou mecanismo similar do registro de informações, de produto ou de lotes de produção das matérias primas, seus fornecedores, utilizados na fabricação, do processo de fabricação e controle de qualidade, nós vemos que é extremamente dificultoso nós não passarmos por um substitutivo, onde deveríamos construir algo mais factível, de controle desse sistema.

Então, essa rastreabilidade, de toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento, o transporte, a comercialização, o retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico, ele poderia até permitir a fiscalização melhor do poder público.

Agora, é humanamente dificultoso se promover todos esses aspectos, inserir isso aí automaticamente numa lei, alterando a Lei 7.702.

Então, eu gostaria de perguntar aos palestrantes qual sua opinião e contribuição que dariam para a formatação de uma rastreabilidade de resíduos de agrotóxicos em alimentos no país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, agora nós vamos passar a palavra para os expositores, a fim de darem resposta ao que foi indagado.

Nós vamos começar aqui pelo Sr. Carlos Venâncio.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Falar um pouquinho sobre as perguntas.

Então, primeiro, sobre a questão da recomendação de agrotóxicos no campo, que é uma área... Principalmente dos engenheiros agrônomos, que estão atuando diretamente com os produtores.

Então, hoje o engenheiro agrônomo, ele tem não tem nenhuma liberdade para prescrever o produto. Então, muitas vezes ele pode ver uma... Ele pode ver uma condição de campo que não necessite ele aplicar uma dose cheia, que a gente chama, dose completa do produto, mas ele é obrigado, legalmente, a fazer isso, porque ele não pode recomendar nada de que não esteja no rótulo do produto.

Esse é um problema, porque foge à realidade, foge à área técnica. Então, ele vai recomendar, fazer uma recomendação que na verdade, não é aquilo que realmente a cultura precisa. Ele poderia recomendar menos.

Essa situação a gente não vê em outras áreas, como por exemplo, a área dos medicamentos veterinários; os veterinários têm liberdade para decidir qual a dose adequada para aplicar nos médicos veterinários. Então, os médicos também podem... Têm essa liberdade. Então, o responsável técnico por cada área,

tem a liberdade, o que não acontece na área dos engenheiros agrônomos.

Uma outra questão é proposta de regulamentação para as culturas pequenas, para as ditas *minor crops*, as culturas sem nenhum produto registrado.

Então, a rigor a gente tem culturas, como por exemplo, a beterraba, que não tem nenhum inseticida registrado. Então, se eu monitoro uma cultura como essa, eu vou encontrar irregularidades, porque o produtor ele usa agrotóxicos, ele precisa, ele tem que produzir. E a produção convencional dessa cultura é permitida, só que não existe viabilidade técnica, não existe meio técnico possível de eu produzir aquela cultura num sistema convencional.

Então, no rigor da lei, somente a agricultura orgânica destas culturas seriam permitidas. Isso é um problema, porque eu jogo todo o produtor na ilegalidade. À medida que eu não dou nenhuma recomendação de quais são os produtos autorizados para ele usar, ele vai possivelmente usar os piores produtos, ou os produtos que a iniciativa privada que esteja próxima dele recomende, que podem ser bons, podem ser ruins, a gente não sabe. Podem ser produtos de casa agropecuária, principalmente os produtos mais antigos, mais tóxicos. Então, por que não recomendar produtos mais seguros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que você me esclarecesse aqui um aspecto, que eu fiquei realmente sem entender: por que o agrônomo, que é responsável técnico, está impedido de prescrever a dosagem que ele entende, que ele tem o juízo de que seria o necessário, o ideal?

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Segundo a Lei 7.802, o agrônomo só pode recomendar as informações que foram aprovadas em rótulo e bula.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Lei...

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Lei 7.802, de 1999. Então, alguns produtos, eles são registrados com uma faixa de dose, então, em alguns produtos o agrônomo, ele pode, mas isso é uma iniciativa da empresa, não é do agrônomo no campo.

Então, se o agrônomo sente a necessidade de não recomendar a dose completa, ele está impedido, porque ele não pode recomendar. E se a fiscalização estadual, no caso a Secretaria de Agricultura... Tem que fazer uma alteração na lei nesse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Indiscutivelmente, tem que mudar a lei. Porque se ele é responsável técnico, se ele tem o curso que o habilitou, e tem o convencimento de que deve se dosar de forma diferente daquilo que está na

bula, é injustificável que ele tenha esse impedimento. Isso aí realmente tem que mudar.

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Um outro ponto é questão da proposta de registro para pequenas culturas, como eu estava falando. Então, a gente vê no mundo, iniciativas, assim, esse problema de registro para pequenas culturas não é só brasileiro. Ele é um problema mundial. Então, o *Codex Alimentarius*, que é um órgão ligado a ONU, ligado a FAO, e OMS à questão de agricultura e de saúde, ele já está tratando sobre esse caso, os Estados Unidos tem um projeto muito antigo, de 1969 que trata desse caso, e União Europeia já está tratando sobre esse tema, que é o registro através...

Então, você... De grupo de cultura. Você tem culturas. Um produto registrado para o tomate, para o pimentão, as pragas são muito semelhantes. O nível de resíduos, na Europa, por exemplo, muitos níveis de resíduos são autorizados por grupo de cultura.

Então, um resíduo autorizado para o tomate é autorizado para o pimentão. Nos casos dos resultados apresentados pelo PARA, a gente vê muitos produtos, muitas das irregularidades do pimentão se refere a produtos recomendados para o tomate.

Muitas vezes, o produtor, na entressafra do tomate, produz pimentão. Então, eu acho que a saúde, essa avaliação de saúde, tem que ser feita, mas, como eu disse, a gente joga o produtor na ilegalidade.

Para alguns produtos, no caso do pimentão, tem uma grade de agrotóxicos mais... Até possíveis de estocar, mas existiriam outros agrotóxicos, inclusive menos tóxicos dos que estão autorizados para o pimentão, que poderiam ser utilizados.

Quanto à salmonela, só um pequeno detalhe: a fiscalização das lojas, das banquinhas de salgadinho, de tudo, onde tem uma contaminação muito grande de salmonela é realmente da vigilância sanitária, mas muitas dessas contaminações também acontecem no campo, podem eventualmente acontecer no campo.

Então, é por isso que o Ministério da Agricultura também visa monitorar a presença de salmonela, que é um problema sério.

Então, a gente já tem dentro do plano estratégico, outras culturas vão entrar além das salmonelas. Monitoramento de produtos orgânicos. Monitoramento de *Scheria colli* que é um indicativo de qualidade nos produtos.

Então, todos esses pontos são pontos que estão na pauta para o Ministério da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo, Dr. Ricardo.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado Presidente. Bom, eu vou responder em blocos,

existem algumas questões que podem ser respondidas conjuntamente, tanto a do senhor, Presidente, quanto do Senador Gilberto Goellner, quanto do Senador Neuto de Conto.

Bom, primeiramente eu vou iniciar pelo uso do BT no controle das larvas do mosquito da dengue. A responsabilidade da ANVISA é avaliar toxicologicamente cada um dos ingredientes ativos e aí inserido, no caso, o BT e autorizar o seu uso para uma determinada atividade. Então, autoriza para agricultura, autoriza para campanha de saúde pública, autoriza para uso domissanitário, ou seja, dentro de casa.

Mas neste caso do controle da dengue e de outras zoonoses e de epizootiase, a responsabilidade de estabelecer o programa de controle e a política de controle, é do Ministério da Saúde. Ou seja, como que funciona isso? O Ministério da Saúde solicita à ANVISA que faça a análise e que autorize ou não o uso daquele produto para as campanhas de saúde pública.

Agora, quem estabelece o que será utilizado, quando será utilizado, e como será utilizado é a FUNASA. O Ministério da Saúde é que determina. Então, nós também, às vezes, nos perguntamos: por que em detrimento de soluções mais são utilizados alguns produtos? E aí entra aquelas questões de não deixar que a larva seja resistente a um determinado componente, ou uma determinada substância química. Por isso que eles alternam sempre.

Um outro aspecto do BT, apesar de ele ter uma utilização mais segura, ele nos preocupa muitas vezes, quando ele tem esse uso disseminado entre pessoas que não sabem utilizar corretamente. Os fiscais mirins, apesar de serem muito efetivos, com relação ao controle da larva, eles não podem aplicar o produto.

Porque *Bacillus thuringiensis*, apesar de ser seguro não é brincadeira. Um possível desvio de uso, ele contamina e pode chegar a causar óbito. Então, tem que ser usado com bastante responsabilidade.

Mas a gente pode levar a proposta do senhor, para dentro de casa, porque afinal de contas somos Ministério da Saúde, para tentar respondê-los de uma forma melhor.

Por que as políticas de uso e controle dessas lavras não utilizam, na maioria das vezes, o BT e sim outros produtos.

Bom, com relação à rastreabilidade, educação, e ausência de produtos no mercado para aplicação na agricultura, a gente... Eu deixei, eu ia fazer na minha apresentação, mas eu pulei os *slides*, e deixei, exatamente porque eu achei que fosse aparecer agora nos debates.

Minor crops ou *minor users*? Ou seja, alimentos que não tenham nenhum ou poucos agrotóxicos regis-

trados. O que o Governo está fazendo para tentar suprir essa necessidade? Nós estamos trabalhando uma proposta de instrução normativa conjunta há mais de seis anos. Esse é um tema polêmico não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Hoje existem dois programas internacionalmente reconhecidos como eficazes para o registro, vamos dizer assim, a facilitação do registro pela indústria, para esse tipo de alimento, que é mais ou menos isso que o Dr. Da Ros colocou.

Quando você não tem interesse econômico que viabilize o registro daquele produto, as empresas não vão fazer. É óbvio, elas estão aí não é para fazer... Elas têm que ganhar dinheiro para se sustentar, sustentar os seus funcionários, e assim por diante.

Os Estados Unidos apresentam um modelo, que é o programa IR4, que é talvez o programa de maior sucesso no mundo para registro de agrotóxicos para culturas de menor suporte fitossanitário. Funciona mais ou menos assim: o Governo é responsável por detectar quais são as necessidades através de pesquisa em universidades; os interessados trazem para o Governo qual é a necessidade, os agricultores que estão sentindo a carência desses produtos, pedem ao governo, "Olha, a gente precisa desse tipo de produto, para essa cultura, dessa forma" e o governo, fornece, se não engano, o último dado é que governo americano investiu 16 milhões de dólares para esse programa, só que existe também existiu um fundo de captação de recursos, que passa, inclusive, pelo registro de agrotóxicos no Estados Unidos.

Existem algumas diferenças, como por exemplo, e isso aí a gente discute sempre, um registro de agrotóxico no Brasil hoje custa R\$ 1.800,00 na ANVISA, 10 mil no IBAMA, mais ou menos, e no Ministério da Agricultura não tem taxa, não tem custo. Os custos do desenvolvimento da molécula citados aqui, que chegam nessa casa entre 350 e 400 milhões de dólares, eles são custo de desenvolvimento para uso mundial. Ou seja, se desenvolve lá na Alemanha, no Brasil, na China, depois você vende ela ao redor do mundo inteiro. Então, isso é diluído, esse valor é diluído.

Nos Estados Unidos, por exemplo, para registrar uma molécula nova são 250 mil dólares. Para registrar uma cultura, vamos colocar, acerola, você colocar acerola na sua bula custa 50 mil dólares.

Aqui no Brasil custa R\$ 1.800,00, aqui e R\$ 10.000,00 no IBAMA. Não, o custo da... Do registro. Mas tem o desenvolvimento dos estudos de resíduos, do estudo de eficácia; de qualquer forma eu estou falando de taxa nos Estados Unidos, e taxa no Brasil. A taxa nos Estados Unidos, são 50 mil dólares.

Então, se uma indústria quer utilizar o desde gerado pelo governo para registrar acerola no seu produto, o Governo desenvolveu o estudo falou: "Olha, beleza, esse produto aqui a gente pode registrar a acerola para ele", a indústria tem que pagar R\$ 50.000,00, US\$ 50.000,00 dólares.

Isso cobre uma parte dos custos que o governo teve, no desenvolvimento dos estudos todos que a indústria teria que ter feito.

Como é que agente está propondo que isso funcione no Brasil. Nós adotamos esse procedimento, nós praticamente traduzimos o projeto IR4 para o Brasil, e colocamos isso numa instrução normativa que já passou pelo Ministério da Agricultura, já teve anuência da jurídica da ANVISA, não sei se vocês tinham essa informação. Saiu na semana passada, voltou para o Ministério da Agricultura, que agora vai encaminhar ao IBAMA, e a geral acredita que no começo do ano vem a gente já tenha uma instrução normativa, que vai funcionar basicamente assim: a extrapolação de dados vai funcionar, ou seja, o que está registrado para o tomate pode ser utilizado para o pimentão? Sim, desde que observe uma série de propriedades, e de critérios de segurança, de eficácia, de segurança ambiental e a proposta é que os produtos que passem por essa análise acelerada e que facilite a vida do agricultor e da indústria, sejam produtos de baixo impacto toxicológico.

Isso para a gente é ponto pacífico, inclusive já temos o acordo do Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, que serão produtos com características toxicológicas, muito mais favoráveis do que outros.

Então, resposta para questão das *minor crops*. A gente acredita que antes do meio do ano que vem nós já tenhamos uma instrução normativa conjunta para dar andamento.

Questão da rastreabilidade, senador. O PARA ele veio, no começo, era um caos, ou seja, a gente não tinha rastreabilidade de nada, fazíamos as análises e não sabíamos o que fazer com isso. Só que ele foi crescendo, foi tomando uma dimensão, e foi tomando... O público em geral, a concorrência pública em geral, e isso retornou para a gente como cobrança.

Então, o Ministério Público nos cobra, a sociedade organizada civil nos cobra, o Congresso nos cobra e todo mundo nos cobra uma resposta para isso. E o que aconteceu de dois anos para cá, é que as redes de supermercados ficaram sensibilizadas.

Eu vou dar um exemplo só para vocês, sem citar nome, mas o maior grupo de supermercado desse país investiu no ano passado, dois milhões e meio de reais em resíduo de agrotóxico. Quer dizer, tirou do bolso deles para controlar os agrotóxicos. Por quê? Porque

eles começaram a sentir que se eles não... Eles são um importante elo da cadeia da rastreabilidade.

Hoje, o levantamento que foi feito é que 70% do hortifruti comercializado no país é comercializado dentro do supermercado, e não em feiras livres, apesar das feiras livres também serem uma preocupação.

Então, 70% do alimento consumido *in natura* é comprado em supermercado. E esse pessoal do supermercado é um elo importante da cadeia. A gente monitora aqui e o cara produz aqui, e aqui no meio tem um elo econômico. Se o supermercado disser para o fornecedor: "Eu não te compro mais teu morango porque o teu morango deu problema na pesquisa da ANVISA ou na pesquisa do Ministério da Agricultura", esse cara vai ter que mudar. E isso tem acontecido.

Então, a ABRAS, a Associação Brasileira de Supermercados, que detém 7.500 lojas. Não... 70.500 lojas no país inteiro, assinou um protocolo de cooperação com a ANVISA, para participar do programa.

E agora, daqui até 2012, todas as redes de supermercado vão ter que monitorar agrotóxico também. Então, é dinheiro privado investido em prol da população. Então, isso vai auxiliar muito na rastreabilidade.

Propostas para o PL. Um ponto muito importante que é hercúleo, não vou dizer que fácil, não é, é a gente conseguir que fique identificado para o consumidor de onde vem aquele alimento.

Se por código de barra ou se com nome do produtor, ou se terão que ser todos embalados com aqueles saquinhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Isso é importantíssimo. Para o consumidor, para o lojista, supermercadista, para as autoridades. Por quê? Porque a partir daí você começa a dizer: "Fulano está fazendo errado, não está produzindo direito, corta ele."

Então, essa identificação ela tem que estar lá de alguma forma. Melhor que seja escrito, porque o código de barra, o consumidor dificulta o acesso ao consumidor. A gente pode ter problema com o Ministério Público depois. Então, melhor que esteja escrito, quem produziu, de onde veio.

Agora, um outro ponto que facilitaria muito, não só na questão da rastreabilidade, mas na questão da contaminação e uso errado de agrotóxico, é a criação de um cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos. Todo o país desenvolvido e que tem responsabilidade social, e que quer preservar a sua população, tenta controlar ao máximo os produtos perigosos.

Se os agrotóxicos são produtos que necessitam de um cuidado maior no seu manuseio, é necessário que você tenha pessoas treinadas, capacitadas e ca-

dastradas para aplicar agrotóxico, ou seja, só vai poder aplicar agrotóxico quem está cadastrado no cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos, que também é um trabalho hercúleo.

E aí tem que ser uma cooperação privada e Governo juntos, que é aquilo que o Dr. Da Ros disse, ou seja, a educação das pessoas que vão utilizar esse produto, ela é importantíssima. A partir daí é que você vai começar a limitar que esses produtos sejam utilizados de forma errada.

Então, acredito que a proposta da criação de um cadastro nacional de aplicadores também poderia estar nessa reforma da lei.

Deixa eu ver se eu esqueci de alguém... Ah, a censura. Senador, me permita, com o perdão da palavra, acho que houve um engano aqui no momento da comunicação, dessa... Da possível censura de divulgar os dados do PARA. Na verdade, o que ocorre o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dos casos de intoxicação por agrotóxico.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: É, não, na verdade é o seguinte. O que ocorreu em 2008, e um pedaço do ano de 2009, não tem nada a ver com os dados do PARA, os dados do PARA são divulgados na sua plenitude, na maior transparência possível, eu vi aqui a última pergunta, se seria um verdadeiro caos se a ANVISA divulgasse todos os dados de monitoramento. Não, todos os dados de monitoramento são divulgados.

Eles são divulgados, são aqueles que estão na página da ANVISA, vocês podem acessar sem problema nenhum. São preocupantes em alguns casos? Sim, mas não seria o caos nacional, de forma alguma.

Então, todos os dados do programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos da ANVISA são divulgados e nunca houve interferência da indústria, com relação à divulgação desses dados. Existem críticas, sugestões, mas tudo dentro da normalidade, da democracia, mas nunca houve.

O que houve foi o programa de reavaliação de ingredientes ativos, é que foi alvo de interpelações judiciais pela indústria, por entendimentos diversos de como esse processo deveria correr. Eu até peço depois o auxílio dos representantes da indústria, se puderem me ajudar.

Mas a ANVISA colocou 14 ingredientes ativos em reavaliação no ano de 2008 e esses 14 ingredientes ativos foram alvos de interpelações judiciais, porque a indústria questionava alguns critérios adotados pela ANVISA para colocar esse ativo em reavaliação

ou como a forma que a ANVISA estava conduzindo essas reavaliações.

Mas a ANVISA ganhou todas as interpelações na justiça e o processo de reavaliação já está em andamento. Inclusive, nós temos várias consultas públicas na página da ANVISA para que a população possa se manifestar quanto ao banimento ou alteração de vários agrotóxicos no Brasil.

Então, hoje nós temos proposta de banimento do Endosulfan, do Acefato, nós temos consulta pública para o Fosmete também, que não é de banimento, mas é de alteração de alguns procedimentos do uso desse produto. Então, estão todos lá.

Então, todas essas questões judiciais, já foram resolvidas e a ANVISA ganhou todas elas na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E da fiscalização?

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da fiscalização de restaurante?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Restaurantes e estabelecimentos...

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da porteira para fora?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, da porteira para fora.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Bom, o sistema nacional de vigilância sanitária, ele está distribuído no nível federal, que aí é ANVISA, estadual, que são as vigilâncias sanitárias estaduais, e municipal, que são as vigilâncias sanitárias municipais. Todos os cinco mil... Quantos são os municípios? Seiscentos municípios têm vigilância sanitária, é obrigatório que cada município tenha um departamento de vigilância sanitária.

O controle dos estabelecimentos que a gente chama de baixa complexidade, os de alta complexidade são as indústrias e os hospitais de alto atendimento. Os de baixa complexidade são quiosques, restaurantes, inclusive supermercados de pequeno porte, esses são de baixa. Esses são descentralizados para o município.

Então, o SUS, o SUS trabalha com descentralização. Então, toda essa fiscalização é feita pelos municípios e pelos estados. Qual é a responsabilidade da ANVISA? Treinar, capacitar e orientar que esses fiscais da ponta exerçam o trabalho como ele deve ser feito.

E a vigilância sanitária, ela historicamente, ela é o problema dos municípios, ou seja, vira e mexe chega lá o dono do supermercado, ou dono de uma farmácia para o prefeito e diz: "Olha, o teu fiscal sanitário está querendo fechar meu restaurante porque encontrou lá salmonela, ou encontrou sujeira na cozinha." E vi-

gilante sanitário do município, ele fica a mercê desse tipo de ação.

Então, muitas vezes o que a gente encontra não é que não está sendo eficaz, é porque está sendo proibido de ser eficaz. Esse é um problema que quando você descentraliza ações para o município, ele acontece, principalmente municípios pequenos; isso não acontece em São Paulo, por exemplo, a cidade de São Paulo é um estado.

Então, isso raramente vai acontecer de alguém chegar lá no Prefeito de São Paulo e dizer: "Ô, o cara quer fechar meu restaurante." Vai fechar, vai fechar e a gente vê. Agora, nos pequenos municípios, e quando a gente sai nas estradas, daqui para Minas Gerais, eu sou de Pedra Azul, Vale do Jequitinhonha, eu vou de carro três vezes por ano, então, assim, eu passo pelos piores lugares que o senhor pode imaginar. Eu já sei quais os restaurantes eu posso parar, e quais os que eu não posso parar. Existem restaurantes que realmente, na beira de estrada, é complicado a pessoa parar. Já fui alvo de salmonela também.

Então, assim, a gente se preocupa, mas o sistema ele funciona dessa forma. E o que a ANVISA faz é capacitar os agentes para que a gente tenha cada vez mais um controle maior nesses restaurantes, e nesses pontos de vendas de alimentos, pontos finais de vendas de alimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Sr. José Roberto, algum comentário sobre o que foi debatido.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, sobrou pouco para mim, um dos poucos é o receituário agrônomo.

O receituário começou no Estado de São Paulo, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos no Estado de São Paulo, mas a finalidade era bem outra que esse receituário agrônomo que está aí.

A gente queria ter, assim como o engenheiro civil, ele é o responsável pela construção de um prédio, e ele assina a ART, anotação do responsável técnico, também na agricultura, o engenheiro agrônomo devia ter uma ART da propriedade, não só para receitar agrotóxico, para receitar melhor adubação, melhor variedade, como é que prepara o solo, etc. etc. etc.

E aí virou um receituário. E receituário do jeito que ele está é uma coisa, primeiro que engessa o agrônomo de uma maneira absoluta, ele não pode sair uma vírgula do que está nos rótulos. E eu acho que está tirando a responsabilidade do agrônomo. Outro dia conversei com um Presidente de cooperativa: "Olha, sou obrigado a deixar um agrônomo aqui, sentado atrás de uma mesa, para dar um receita agrônoma, quando,

na realidade, o trabalho dele era ir na lavoura, visitar, dar assistência técnica, não é só receituário.”

Então, eu acredito sim, e louvo a iniciativa de vocês de tentar dar mais... Tirar esse engessamento que está acontecendo para o receituário agrônomo e para o engenheiro agrônomo. Ele tem muito mais responsabilidade que só assinar um receituário e não poder fugir nenhuma linha a respeito do rótulo que foi aprovado.

E a última pergunta que sobrou para mim, Senador Gilberto Goellner, eu tive acesso ao projeto de lei que o senhor fez junto com o Valdir Raupp, o Senador Valdir Raupp, achei excelente. A indústria estudou a fundo esse projeto, eu acredito que preenche todas as necessidades que nós precisamos, para realmente poder controlar, fazer um monitoramento para que as hortaliças e frutas tenham uma segurança alimentar que qualidade condizente para o consumo aqui do Brasil.

E que também controlar os produtos alimentícios, como eu falei antes, que vêm de fora. Porque eles controlam o que nós exportamos para lá. Então, é justo que nós também façamos o controle do que vem de lá para cá.

E colocar a parte financeira. O Dr. Ricardo mostrou com muita propriedade que isso é muito complicado, fazer análise de resíduos. Para fazer uma coisa direita, precisa de muito dinheiro. E esse dinheiro que está faltando para a gente turbinar o plano que o Ministério da Agricultura tem.

Então, se conseguir colocar dentro do projeto toda parte também financeira, para já ter um recurso, seria vamos dizer assim, uma coisa muito louvável.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Sr. José Otávio.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Também, para não ser repetitivo, eu acho que nós estamos aqui convergindo, quase todos os membros, debatedores aqui, aparentemente tem a mesma ideia. É uma questão mais de colocar em prática essas ideias.

Mas eu gostaria de pontuar começando aqui por alguns, pelo posicionamento do Senador Neuto de Conto. Eu acho que esse aspecto da importância da agricultura, principalmente da importância da qualidade, tem que estar sempre no foco da nossa discussão.

E aí entra o aspecto da imagem, e da reputação da agricultura brasileira. Nós temos que fazer o possível para preservar essa imagem e aí a fiscalização rigorosa tem que existir para dar essa tranquilidade, para que quando nós consumirmos alimentos, ou quando nós exportemos alimentos, nós estejamos tranquilos sabendo que a qualidade está preservada. Isso é fundamental.

E aí cumprimento e fico satisfeito de saber que foi Secretário de Agricultura lá em Santa Catarina. Acho que essa experiência a gente tem que aproveitar.

O comentário do Senador Gilberto Goellner, também estou de pleno acordo, inclusive, já existe uma iniciativa, provavelmente seja de ciência. O Deputado Rattes também já tem uma proposta aí para debater, e se possível alterar a legislação no que se refere a essa maior liberdade do engenheiro agrônomo poder prescrever adequadamente, particularmente no que se refere à dose. Acho que a visão do senhor é totalmente correta. A própria CTIA, que é Câmara Temática de Insumos Agrícolas, que é uma das Câmaras que assessoram o Ministério da Agricultura, já incluiu isso aí na pauta.

Recentemente houve uma discussão e me parece que há convergência nisso. É uma questão agora de saber como dar seguimento a essa ideia, uma iniciativa do Senado, uma iniciativa da Câmara Federal, mas eu acho que essa iniciativa é importante. Que os técnicos tenham a liberdade de prescrever e que assumam de fato esse papel de responsáveis técnicos pela propriedade, ou pela lavoura, por uma lavoura dentro de uma determinada propriedade.

E aqui o ponto que eu acho que o Senador Gilberto Goellner colocou com bastante clareza. Eu acredito que terá pleno apoio essa ideia do Senador de criar um substitutivo ao PL 337/08 transformando essa ideia de rastreabilidade, que antes estava restrito apenas à embalagem, para rastreabilidade de resíduos em alimento.

Eu acho que essa ideia é que deve prevalecer. Certamente o senhor já conversou com diversos seguimentos, o senhor já tem as propostas, as ideias, e que eu acredito que isso vai dar um grande passo, principalmente se puder unir as iniciativas já existentes no MAPA, na ANVISA, nas iniciativas privada de tal forma a racionalizar, disciplinar esse trabalho, que é fundamental para que nós tenhamos qualidade na nossa produção sempre pautando por uma fiscalização rigorosa que dê a tranquilidade para quem vai consumir.

Do Senador Valter Pereira eu acho que esse... Resaltar esse aspecto da salmonela é muito importante. Então, quando se pensar em projeto de rastreabilidade, não se ater apenas aos defensivos, aos agrotóxicos, mas também a salmonela ou outros microorganismos patogênicos, de veiculação hídrica, a mesma preocupação que a gente tem com a qualidade da água, que a gente bebe, ou mesmo da qualidade de que a gente vai no mar, a balneabilidade, esses aspectos aí são, relativamente, existem métodos hoje para se monitorar isso. O MAPA já está tomando essa iniciativa, já está contemplando também o aspecto de salmonela.

Então, acho que é importante, até onde nós saibamos, por exemplo, nos Estados Unidos existem vários relatos mostrando o grande problema de salmonela em alimentos, em aspargo, por exemplo, existem relatos disso, mostrando grandes problemas de contaminação, devido à salmonela.

E a legislação de registro de *minor crops*, senador. Acho que esse é o grande avanço que nós vamos ter. É uma instrução normativa, segundo nós sabemos e o Dr. Ricardo Velloso acabou de dizer. É uma iniciativa que já está há muito tempo tramitando, houve uma última Audiência Pública, aonde todos tiveram a possibilidade de apresentar propostas, nós não sabemos se todas as propostas da indústria foram contempladas, mas nós sabemos que já tramitou na Agricultura, tramitou na consultoria jurídica da ANVISA, vai para o IBAMA agora.

Mas o fundamental é isso, é que essas ideias, se assemelhasse a legislação, ao que ocorre nos Estados Unidos, a ideia do IR4, de haver uma parceria, do Governo com iniciativa privada, dando algumas vantagens para aquela indústria que vai investir recursos, e investir o seu nome, no registro de produto, se der essa... Criar esse ambiente favorável, certamente nós vamos ter uma solução rápida para a falta de registro nas pequenas culturas.

E lembrar que a indústria sempre tem essa grande preocupação, de cuidar do produto desde a sua formação, desde a molécula, até a destinação final, de sobras e de embalagens. Ou seja, a indústria pensa no ciclo do produto, no ciclo do defensivo agrícola. E aí que as empresas que têm essas equipes de campo, que dão essa assistência técnica, vão assumir uma responsabilidade a mais ao registrar esses produtos, ao assumir o registro desses produtos nas pequenas culturas.

Então, esse aspecto da responsabilidade de ter um produto seu que é registrado, por exemplo, para soja, milho, para cana, também para uma pequena cultura, esse aspecto tem que ser contemplado na legislação, para poder estimular essas empresas, a apresentarem e desenvolverem estudos e depois acompanhar o uso correto e seguro desses produtos, nas pequenas culturas.

Mais uma vez, parabéns, obrigado pela oportunidade de estarmos aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de consultá-lo sobre um Requerimento sobre a Mesa que eu apresentei, extrapauta, que também promove uma Audiência Pública para análise de um produto, Aloe Vera ou babosa, que deveria

ser regulamentado no país; quer dizer, ele está sendo prescrito inclusive como medicamento e não se sabe a avaliação correta do mesmo. Então, eu gostaria de ver se nós temos condições de aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, nós vamos apreciá-lo, sim. E vamos só concluir essa Audiência Pública.

Pelo seguinte. Nós aqui hoje falamos, sobretudo, mas não falamos... E falamos sobre os orgânicos, mas não tinha nenhum representante dos orgânicos aqui. Foi uma falha dá nossa convocação. E um dos representantes dos orgânicos, membro do Sindicato dos Orgânicos aqui de Brasília, que é produtor de orgânico, inclusive é meu fornecedor, o Marco Antônio, arrepiou o pelo pela exclusão do seguimento, o que eu acho que é justo.

Então, eu gostaria de franquear a palavra a ele para tecer as suas considerações sobre o que viu, e se tem alguma sugestão, qual seu juízo, sobre o que foi debatido hoje aqui?

SR. MARCO ANTÔNIO: Boa-tarde, senadores, queria agradecer essa oportunidade, em Audiência Pública, eu acho que a gente tem que ouvir todos os lados. E antes tarde do que nunca, o setor de orgânicos fica até certo ponto feliz desse comprometimento dos setores oficiais e também por parte da indústria, em fazer esse compromisso com a rastreabilidade, que é um princípio que a agricultura orgânica pratica há muito tempo atrás.

Há muito tempo atrás a gente é cobrado com certas exigências e normas e práticas, que a gente cumpre da porteira para dentro, da porteira para fora, da bandeja a bandeja do supermercado. Essa ação do supermercado que o Dr. Ricardo fala, não é de bonzinho, não; é porque o mercado orgânico, o mercado do consumo consciente está crescendo mais de 70% ao ano em todo o Brasil.

Então, a sociedade esclarecida, com informações, quer um produto seguro, quer um produto que leve saúde, e não doença. Então, não é essa palavra do representante das empresas, não estou querendo ser xiita nessa questão de conflitos, que ele também pensa isso. Não, ele pensa em lucros, ele pensa em dividendos, ele pensa em faturar mais. Não pensa em saúde. Quem pensa em saúde são os nossos defensores, tanto o Ministério Público, que defende os interesses da sociedade, quanto também dos órgãos oficiais quando tem boa intenção.

Porque sabemos que tem produtos condenados há mais de 40 anos que continuam sendo vendidos e não se faz nada.

Então, o setor de orgânicos, organizado junto com sociedade civil agradece a oportunidade de falar. Eu só queria saber quantos fiscais o Ministério tem para fiscalizar da porteira para dentro, para saber se realmente a rastreabilidade está fazendo efeito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria só de fazer um contraponto aqui.

Eu acho que o setor privado, mesmo na busca do lucro, que é destinação de toda instituição privada, é claro que tem que preservar a qualidade de seus produtos, e atender então expectativa do consumidor, sob pena de cair também na alça de mira deste, e aí perder a competitividade.

Então, acho que nesse aspecto é uma... Deve ser pelo menos, uma missão da iniciativa privada de buscar essa qualidade. Mas eu consulto aqui pelo menos aqueles que foram referidos, se gostariam de...

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Só um esclarecimento. Eu só gostaria de deixar claro que todos os produtos que estão em uso aqui no Brasil, exceto aqueles logicamente ilegais, que são os contrabandeados ou falsificados, eles têm registro. Ou seja, passaram por um severo crivo dos três órgãos registrantes. Agricultura, no que se refere à eficiência agrônômica, o IBAMA no que se refere ao impacto ambiental e ANVISA no que se refere à toxicologia.

E mesmo aqueles, mais antigos, estão sujeitos a um processo de reavaliação e a indústria defende firmemente a reavaliação, desde que seja um processo transparente, baseado em uma motivação técnica científica, e que permita a ampla discussão.

Então, os produtos que hoje estão em uso aqui no Brasil, são produtos registrados que passaram por uma rigorosa análise, seguindo os mesmos critérios internacionais, preconizados pela FAO.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Dr. Carlos.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Quanto à pergunta ao número dos fiscais. Hoje, o Ministério da Agricultura tem cerca de quatro mil fiscais, federais agropecuários, entre agrônomos, veterinários químicos, farmacêuticos e zootecnistas, eles atuam em diversas áreas da produção.

Se esse número não é o ideal é a maior estrutura federal de fiscalização. Então, dos três órgãos envolvidos, nessa área de alimentos, a maior estrutura de fiscalização é do Ministério da Agricultura. E assim como na área de saúde, essa estrutura de fiscalização se soma à estrutura das secretarias estaduais de agricultura, e também as secretarias municipais de agricultura, da mesma forma, como o Ricardo explicou, o sistema do SUS.

Então, se a estrutura de fiscalização tem que evoluir, ela tem que evoluir; mas ela existe, ela presta um importante serviço ao país, em diversas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém mais gostaria de comentar?

Agora, nós vamos encerrar essa parte relacionada à Audiência Pública que e vamos submeter à discussão e votos o Requerimento de autoria do Senador Gilberto que *"Propõe nos termos do art. 93, inciso II que seja realizada Audiência Pública, para conhecer e discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes para o registro e regulamentação do uso do Aloe Vera e conhecer sobre as reais propriedades do produto para sua classificação."*

Para tanto, solicito sejam convidados representante do Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, representante da ANVISA, diretor executivo do IASC, Conselho Internacional de Ciência do Aloe, Dr. Bill Coats."

O Aloe Vera, para quem não conhece é o derivado da babosa. Isso que hoje é uma poção mágica para uma infinidade de patologias, inclusive para estrias. [risos] E então, cabelo, para tudo quanto é...

Então, em discussão e votação. Não havendo quem queira discuti-lo e não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Nós vamos passar para a Secretaria e estabelecer a data para referida Audiência Pública.

Não havendo nenhum assunto mais a tratar, eu dou por encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h07.

COMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora **MARISA SERRANO**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores **GILBERTO GÖELLNER**, **FÁTIMA CLEIDE**, **RENATO CASAGRANDE** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. São eleitos por aclamação a Senadora **MARISA SERRANO** e o Senador **FLEXA RIBEIRO**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Usa da palavra o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente

Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Marisa Serrano**, Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 27/10/2009

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião de Instalação da Subcomissão Permanente da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do vice-Presidente desta comissão. Estão inscritos para Presidente o meu nome, Marisa Serrano, e para vice-Presidente, o Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, por aclamação, coloco em discussão e votação, por aclamação, a essa chapa. Os senadores e senadoras que concordam, permaneçam como se acham. Aprovada, então. Está instalada a Subcomissão Permanente da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria chamar o Senador Flexa Ribeiro para vir aqui, à Mesa. E eu gostaria de dizer que é muito importante para esta Casa, e para o país, nós discutirmos a questão da água de uma forma permanente, que não seja apenas de vez em quando, que não seja apenas um assunto esporádico, mas que, constantemente, nós estejamos discutindo.

Ontem mesmo, eu vi, num órgão de circulação nacional, uma briga na Cisjordânia, em Israel, porque o aquífero que passa por baixo de Israel e da Faixa de Gaza está prejudicando aqueles que estão na Faixa de Gaza, porque não recebe a água suficiente para viver. E a ONU está denunciando este fato e pedindo uma legislação mundial para a questão dos aquíferos.

Então, essa é uma questão que vai ter que ser debatida, vai ter que ser debatida em nível mundial, mas tem que ser debatida aqui, no nosso país, como temos que debater, também, a questão – e tenho falado sempre isso – a questão dos rios transnacionais, como é o Rio Amazonas, do Senador Flexa Ribeiro, que nasce num país e deságua no outro. Quem é que cuida? Se, por exemplo, no nascente do rio contaminarem, todo o rio fica contaminado.

Além disso, a questão dos rios transfronteiriço, que é o caso do meu Estado, de Mato Grosso do Sul, por onde desce o Rio Paraguai, que faz fronteira com o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai – ele é um rio mercosulino, ele atravessa o MERCOSUL –, mas,

também, não tem nenhum tipo de estudo sobre o Rio Paraguai.

No MERCOSUL, na última reunião, deputados paraguaios e argentinos discutiram comigo que é necessário que a gente saiba a potencialidade do Rio Paraguai, o tipo de riquezas que transporta, cuidar para que haja matas ciliares que estão acabando nas beiras dos rios, e que ninguém sabe quem é o responsável pelo Rio Paraguai. Cada um cuida da sua parte e, também, não cuida. Então, há que ter uma legislação específica por isso.

Portanto, eu fico muito feliz em estarmos abrindo aqui essa questão, discutindo a questão da água doce no mundo, e que, claro, impacta, também, em toda a questão climática do mundo.

Quero agradecer muitíssimo a possibilidade de presidir essa Subcomissão Permanente da Água, esperando que a gente faça aqui bons debates e bom trabalho a seu respeito.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu quero agradecer a confiança de V. Exa. em convidar-me para assumir a vice-presidência dessa subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, que trata da questão da água.

Todos nós sabemos que a água doce vai, já é e será, cada vez mais no futuro, um bem de valor inestimável e incomensurável. Nós temos, na nossa Amazônia brasileira, temos 20% da reserva de água doce do mundo, e, como V. Exa. bem disse, precisamos cuidar para que possamos ter um regimento para essa questão da proteção dos mananciais.

V. Exa. citou o caso do Rio Paraguai, o caso do Rio Amazonas, que o Amazonas, como o rio que nasce em um país e deságua no Brasil – tem a sua maior extensão, evidentemente, em solo brasileiro, mas ele nasce lá nas Cordilheiras –, então, realmente, precisa ter esse cuidado lá, na nascente. Mas, mais do que isso, nós temos conhecimento de que navios que veem para o Brasil, trazendo minérios, trazendo – minérios, não – carvão mineral, trazendo outros produtos, eles saem daqui, pelo menos, os que entram na Amazônia brasileira, com lastro de água doce, para que eles possam retornar às suas origens, por falta de... alguns deles em função de falta de carregamento. E muito se comenta que essa água que está saindo daqui leva, evidentemente, alguns questionamentos sobre a nossa biodiversidade: de que forma está sendo usado isso em outros países?

E eu acredito que esta subcomissão tem um trabalho da maior importância, porque essa questão da água, a nível do planeta, é debatida permanentemente, e a subcomissão, presidida por V. Exa., terá, pela

sua competência, pela sua determinação, um trabalho efetivo para colocar o nosso país no fórum de discussão. O Brasil não pode se omitir; o Brasil tem que estar presente em todos os fóruns internacionais e criar, internamente, uma posição que seja uma posição de país: o que é que nós queremos fazer com a água que a nós pertence? E em relação a isso, levarmos como parceiros para o resto do mundo essa posição. Tenho certeza absoluta que V. Exa. fará, na presidência dessa submissão, um trabalho da maior importância ao longo da nossa legislatura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Água, dizendo que nós, aqui, representamos o Pantanal do meu estado, Mato Grosso do Sul, e Mato Grosso, e a Amazônia toda que V. Exa. representa. São dois biomas fundamentais e importantíssimos para o país e para o mundo. Portanto, eu fico muito feliz em poder trabalhar com V. Exa. e tenho certeza, como V. Exa. disse, que nós vamos, aqui, fazer um bom trabalho para que o Congresso Nacional, mas, principalmente, o Senado, possam auxiliar na permanência e na elucidação de problemas que nós tenhamos com a questão da água.

Muito obrigada. Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 11h45.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (FLÁVIO ARNS), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Flávio Arns, João Pedro, Serys Slhessarenko, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia e da não membro Deputada Federal Janete Pietá. Os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Papaléo Paes justificam suas ausências. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à

apreciação da pauta. PAUTA. (REUNIÃO ESPECIAL). ITEM ÚNICO. Aposição do retrato do Senador Paulo Paim na galeria dos Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senhor Presidente, Flávio Arns, inicia a Reunião com a inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Neste ato o Presidente passa a palavra a Mestre de Cerimônia da Secretaria de Relações Públicas para conduzir a homenagem. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores Senadores para suas considerações e homenagem. Às dez horas e vinte e nove minutos o Senhor Presidente, Flávio Arns, passa a Presidência ao Senador José Nery. Em seguida, A Senhora Mestre de Cerimônia convida a todos para assistir um breve vídeo dos Servidores do gabinete do Senador Paulo Paim em homenagem a ele. O Senhor Presidente, José Nery, passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que faz um pronunciamento de agradecimento à homenagem recebida. Em ato contínuo, a Mestre de Cerimônia convida os Senhores Senadores presentes para conduzir o homenageado para descerrar o retrato. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, Osvaldo Sobrinho, José Nery, Wellington Salgado de Oliveira, Romeu Tuma, Jefferson Praia, Fátima Cleide, Paulo Paim, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio e a Deputada Federal Janete Pietá. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, ao mesmo tempo em que a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passo, neste momento, com satisfação, para a primeira parte desta reunião. Passo a palavra ao cerimonial, para que possa fazer os encaminhamentos devidos.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Paulo Paim na galeria de ex-

Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH.

Nascido em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, o Senador Paulo Paim começou a trabalhar aos oitos anos de idade. De operário, metalúrgico e líder sindical, passa a ser o deputado federal mais votado em seu Estado. Foi reeleito por quatro mandatos e, em 2002, é eleito Senador da República.

Atuou como vice-presidente da Casa por dois anos e, no biênio 2007, 2008, assume a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH. Figura até hoje na lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), como o único parlamentar na Câmara e no Senado a receber o prêmio "Os cem cabeças do Congresso" em todos os anos. É autor da lei do Estatuto do Idoso, 10.741, de 2003, e da Lei 9.459, de 1997, que prevê que crimes de racismo sejam inafiançáveis, entre outras leis.

No Senado, apresentou mais de 800 propostas legislativas, como, por exemplo, os projetos de Estatuto da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, e de redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, do fundo do ensino profissionalizante.

Aprovou 53 propostas de sua autoria no Senado, como a do fim do fator previdenciário, uma política permanente para o salário-mínimo e o mesmo reajuste para aposentados e pensionistas.

Com a palavra o Exmo Sr. Senador Flávio Arns, Presidente em exercício desta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, os motivos que nos levam a este encontro são da mais alta importância, no sentido de oposição do retrato do nosso ex-Presidente e uma das lideranças do Congresso Nacional aqui na galeria de retratos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Se pudéssemos enumerar os avanços obtidos no Brasil, nesta área de oportunidades, de dignidade, de cidadania, portanto, de Direitos Humanos, a figura de Paulo Paim, sem dúvida alguma, estaria num cenário de muito destaque, porque, como foi lido pelo cerimonial, sua atuação está essencialmente ligada à caminhada de oportunidades, no decorrer da vida, por parte do brasileiro, seja na igualdade social, na área do idoso, na área da pessoa com deficiência, aposentados, pensionistas, jornada de trabalho, salário-mínimo.

São lutas históricas e reconhecidas pela sociedade, e por isso que nós estamos hoje, aqui reunidos, para prestarmos, como Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa, essa parceria, esse entrosamento com a sociedade, para homenagearmos com o retrato de um ex-Presidente, que fique realmente para a história desta comissão.

Então, nesse sentido, eu convido, neste momento, os senadores que quiserem fazer uso da palavra. Passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, para que também possa externar o seu ponto de vista, já que, inclusive, o Senador Osvaldo Sobrinho tem viagem marcada para evento do Congresso no país Panamá.

Com a palavra V. Exa.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, companheiro e amigo Senador Flávio Arns, Senador Paim, Senador Wellington, Senador Mesquita Júnior, em nome dos quais eu cumprimento todos os senadores da Casa.

Quero dizer que eu estava com a viagem marcada agora, para as dez e meia, estou ainda, mas eu não poderia, de maneira alguma, viajar sem vir aqui prestar meu tributo e minha homenagem ao Senador Paim; e o faço com o coração feliz, com a alma alegre, porque trata-se de uma pessoa que conseguiu ganhar não só o meu respeito, mas o respeito de toda a Nação brasileira, pelos seus atos, pelas suas atitudes, pela sua forma de viver e pela sua forma de trabalhar.

O Senador Paim é, acima de tudo, uma das últimas revelações desse século passado e deste século, aqui no Senado da República. É um homem que dedica sua vida à seriedade da vida parlamentar. O Senador Paim não faz nada pela metade, ele, quando faz, faz de corpo inteiro, ele faz com a alma, ele faz, acima de tudo, no sentido de cumprir seu dever como representante do povo.

E eu digo sempre que feliz o povo que tem um representante que se preocupa com sua cidadania, que preocupa com o bem-estar da sua população. E, se os senhores notarem, pelo currículo que foi lido do Senador Paim, ali, todas as medidas que ele tomou nesta Casa, as leis que foram aprovadas, por sua iniciativa, foram leis voltadas para o homem, voltadas para o bem-estar, voltadas para pagar, resgatar as dívidas sociais que este país, ao longo do século, tem deixado com sua população.

E os projetos de Paim têm sido, acima de tudo, projetos sociais, projetos que, a cada dia que passa, quando esses projetos aprovados, a cada dia que passa, eles estão ajudando a pagar a nossa dívida histórica com nossa população, que não são poucas, são grandes, e só vamos pagá-la com o trabalho, com a luta, com a perseverança, com a vontade de querer se desprender, renunciar ao orgulho pessoal e, logicamente, dedicar ao seu povo.

E eu vejo, aqui, grandiosidade neste Senado, mas eu poderia dizer que o expoente de todas elas é o trabalho do Senador Paim. Um homem que eu conheço, foi meu colega na Assembleia Nacional Constituinte,

e, desde lá, mesmo quando eu não estava aqui, eu estava no meu Estado, como vice-governador, como governador, como secretário de Estado, eu observava pela luneta do tempo, vendo que, na verdade, valia a pena a gente sentir que nosso Congresso estava de pé, porque aqui tinha baluartes, aqui tinha colunas e que, evidentemente, estavam fazendo seu trabalho, sua luta, para que se pudesse erguer o grande templo da sabedoria. E esse templo, logicamente, sempre foi erguido e ungido pelo Senador Paim.

Portanto, hoje, quando vai se descerrar, aqui, colocar aqui sua foto na galeria dos homens que prestaram serviços nesta comissão como presidente. Eu digo que é momento histórico, um momento histórico para aqueles que apreciam este país e sua gente, um momento histórico para aqueles que, na verdade, admitem e sabem que nós venerarmos, respeitarmos e fazermos com que o art. 5º da Constituição seja retribuído é, acima de tudo, não só um dever, mas uma obrigação de todos nós.

Não adianta nada nossa Constituição de 88 ter sido feita com tanto carinho, se o art. 5º, que é o principal artigo da Constituição, todos os outros poderiam até ser extintos, mas o art. 5º é o artigo que, na verdade, diz a respeito de todos nós, da nossa família, dos nossos direitos fundamentais, de tudo aquilo que nós queremos para uma sociedade livre. E, nesse sentido, os projetos do Senador Paim, aqui nesta Casa, têm sido voltados, todos, totalmente para o art. 5º da Constituição, quando fala dos direitos fundamentais do homem, quando, ali, busca a igualdade dos homens, ali, busca que o homem, acima de tudo, está acima de todas as questões que se pairam sobre uma pátria e sobre uma gente.

Portanto, Senador Paim, eu fico muito feliz, alegre, mesmo, por Deus me dar essa oportunidade de, neste momento histórico, estar aqui convivendo com homens como o senhor, no sentido de que a gente possa, todos nós juntos, resgatar para o Brasil e para seu povo as questões que mais nós queremos, que é levantar a autoestima do homem.

Parabenizo-o, como todos, e deixo aqui meus cumprimentos, na certeza de que poderemos nos erguer. E o mundo tem sido salvo pelos seus filhos e aqueles que, na verdade, colocam sua vida à disposição das causas maiores; na África foi Mandela, o Bispo Desmond Tuto; aqui no Brasil, vários negros, também, desde a abolição da escravidão, também colocaram eu nome para o sacrifício e para a luta.

Aqui na Constituinte, eu vi o trabalho de Paim, vi o trabalho de Benedita da Silva e vi o trabalho de Edmilson, todos negros, mas negros que, na verdade, tinham orgulho da sua negritude, do seu trabalho e da

sua inteligência e se colocaram à disposição da pátria e do Congresso Nacional.

Paim, eu quero dizer que minha geração, que aqueles que eu represento, que meu Estado sente orgulho de saber que V. Exa. nunca desviou dos seus objetivos, nunca desviou dos seus projetos, nunca desviou de seus ideais. Desde que eu o conheço, mesmo no governo ou na oposição, e ele já esteve mais na oposição do que no governo, mas sempre seus pontos de vista, suas ideias, aquilo que ele acredita não tergiversa, não sai. Ele vai naquela linha, foca e vai, e isso é que dá o caráter do homem. Isso é que firma a personalidade, isso é o que influi na sua biografia para o futuro deste país.

Portanto, eu fico alegre, feliz e me coloco à disposição para, pelo menos de longe, seguir seu exemplo, porque eu acredito que é um exemplo digno de ser seguido. Muito obrigado, felicitações a você.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero novamente destacar que esta cerimônia que está sendo realizada visa tornar visível, objetivo o fato de que o Senador Paulo Paim conduziu esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, durante dois anos, e por isso que seu retrato está sendo afixado, será afixado, daqui a pouco, na galeria dos ex-Presidentes desta comissão.

Não é só uma formalidade, porque todos nós, no Senado, na Câmara e na sociedade, reconhecemos, como já foi enfatizado pelo Senador Osvaldo Sobrinho e por todas as pessoas que conhecem o Senador Paulo Paim, que o retrato representa uma história de luta, de conquistas, de perseverança, de esperança a favor, principalmente, das populações, das pessoas que mais precisam da atuação do Congresso Nacional.

Quero dizer que, nos dois anos em que o Senador Paulo Paim foi Presidente, ele pôde aprimorar, ter mais instrumentos para a caminhada, mas, independente, inclusive do fato de ter sido Presidente, esta foi a tônica, foi a marca da caminhada: valorizar o ser humano, o cidadão.

Dezenas de audiências públicas foram realizadas nesse período, sob a Presidência do Senador Paulo Paim. Muitas delas que resultaram em projetos de lei, medicamentos excepcionais de alto custo para doentes crônicos. Chegou aqui a demanda e, como o processo de legislação participativa, isso foi elaborado em conjunto com a população.

Na área da pessoa com deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado no Senado e remetido para a Câmara, fruto de dezenas de reuniões

com todos, dezenas, eu posso afirmar, com todos os setores da sociedade. Estatuto da Pessoa Idosa—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Desculpe atropelar a fala dele, mas dizer – aumenta o som aqui – que ele foi o relator, eu diria que o Senador Flávio Arns foi o grande arquiteto do Estatuto da Pessoa com Deficiência e eu até peço uma salva de palmas para você, aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É gentileza do Senador Paulo Paim. Mas, na área da pessoa idosa, da igualdade racial dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas. E isso resultou na aprovação, inclusive, na área dos aposentados e pensionistas, dos projetos de lei aprovados no Senado, que estabelecem o fim do fator previdenciário, a correção do salário, do vencimento do aposentado e pensionista, a recuperação de perdas, cujos projetos estão agora em tramitação na Câmara dos Deputados.

Então, eu quero dizer que é uma formalidade colocar o retrato, afixar o retrato, mas, muito mais do que uma formalidade, existe a consciência disto, que este ato representa, vamos dizer, a visualização de uma caminhada de vida. Isso que é o bonito, não é verdade? Que nós estamos reconhecendo, neste momento.

Quero destacar a presença, além do Senador Osvaldo Sobrinho, que já falou, do Senador Wellington Salgado, sempre presente nesta Comissão, do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Jefferson Praia. E gostaria de convidar o Senador José Nery para assumir *[palmas]* a condução dos trabalhos, na condição, inclusive, de vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então, por favor, V. Exa. está convidado para me substituir na condução dos trabalhos.

Antes, eu aproveito a oportunidade para passar a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Srs. Senadores, senhores aqui presentes, eu agradeço a palavra, até mesmo porque, na nossa vida de senador, nós temos que sair para votar em outras comissões.

Eu queria dizer que a qualidade de um mandato de um senador, muitas vezes, depende da safra de senadores que está presente durante seu mandato.

Eu me sinto muito feliz de ter participado da vida do Brasil e do Senado com a presença do Senador Paulo Paim. Eu costumo falar que existem senadores que representam seu Estado e existem senadores que representam o Brasil, são senadores brasileiros, não são senadores dos seus estados. Nós temos, no Rio

Grande do Sul, eu considero até dois senadores que nós temos que representam o Brasil, são senadores do Brasil, e não do Rio Grande do Sul, que é o Senador Pedro Simon e o Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Paim é aquele senador que eu já vi momentos incríveis, aqui, 500 índios aqui dentro, defendendo os interesses dos índios, sem terras *[palmas]*.

E à frente sempre o Senador Paim, fazendo aqueles movimentos, sempre dos menos favorecidos, ele lutando, representando aqui, e o que é importante: nas grandes confusões políticas que nós tivemos no Senado Federal, Senador Paim sempre colocou seu ponto, mas nunca participou daqueles momentos. Ele sabe exatamente o que ele está fazendo nesta Casa, quem ele foi para cá para defender, Senador Paulo Paim.

No entanto, nos seus momentos de voto, ele dava o voto, mas não participava daquelas confusões. Eu costumava falar até que é aquela quantidade de senadores que decidem o futuro do Senado e que não se manifestam, porque sabem exatamente o que está acontecendo; na hora, vai lá e diz que o ele interpreta.

E o Senador Paim, logo, assim, que eu o conheci, Senador Paim, se não me engano, ele estava defendendo o Estatuto da Raça Negra, Igualdade Racial. Eu falava: “Mas, Senador Paim, V. Exa. foi eleito pelo Rio Grande do Sul e é negro, quer dizer, demonstra, no que país, você não tem esse tipo de problema”. E você, realmente... E, naquele momento, Senador Paim, eu estava olhando a cor da sua pele, e não estava olhando a cor da sua alma.

Essa correção eu aprendi ao longo da convivência com V. Exa., o que vale é a cor da alma, do que pensa, do que você pensa, do que você sente, das coisas que você acredita, e o Senador Paim, ele é um homem assim, ele tem seus objetivos, como bem colocou o Osvaldo aqui, O Senador Osvaldo, ele foca, sabe exatamente qual a razão da sua passagem nesta Casa e, em momento algum, ele desvia das suas discussões e das suas lutas nesta Casa.

Então, eu queria dizer, Senador Paim, que é uma honra muito grande ter participado desta legislatura, estando ao lado de V. Exa. e também de prestigiar a colocação da foto de V. Exa. aqui nesta comissão e, com certeza, daqui a 30 anos, eu vindo visitar, porque Senador é Senador para sempre, você tem o direito de entrar nesta Casa, com certeza eu vou trazer um netinho aqui, vou ali, vou olhar a foto e vou falar: “Essa é a foto do Senador Paim, é alguém com quem eu convivi, e ele praticava isso, e isso, lutava por esse”, todas essas coisas que aconteceram de lá para cá.

Essa situação do aposentado, hoje, ter uma qualidade de vida melhor e um salário digno começou com o Senador Paim, esse que está aqui. Ele está bem velhinho, ainda, está lá no Rio Grande do Sul, está bem velhinho, continua brigando. Outro dia eu vi o jornal, ele estava lá brigando [risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a bengalinha na mão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a bengalinha, uma toquinha, porque estava frio no Rio Grande do Sul, mas ele continuava brigando.

Então, Senador Paim, V. Exa. merece essa homenagem, merece ficar registrado na história, e, para mim, foi uma honra muito grande conviver nesses quatro anos e meio com V. Exa. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos ao Senador Wellington Salgado, que, neste momento, faz aqui uma saudação ao homenageado do dia, nosso companheiro Senador Paim. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, para sua manifestação, tendo em vista que V. Exa. precisa se deslocar a outra comissão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senhoras e senhores presentes, colegas senadores, olhem, eu vou dizer uma coisa para vocês, o Paim é uma pessoa querida, porque é respeitada. A gente, no Brasil, costuma encher a boca para falar de líder, liderança, tem muito líder e liderança, neste País, que é igual um saco vazio, não tem nada dentro; a verdade é essa. Agora, há líderes que o fato de ele ser querido, de ele ser uma pessoa respeitada não é porque nós senadores estão aqui, não, é porque vocês estão aqui [palmas]. É que são vocês estão aqui, ao chamado do Senado Federal, para prestar essa homenagem, que é singelíssima, tendo em vista a estatura do Paim.

Eu não sou nem mais desta comissão, olhe, vim aqui pelo profundo respeito que eu tenho pelo Senador Paulo Paim, que tem nos guiado, aqui no Senado, liderando o debate sobre questões absolutamente relevantes.

Eu diria que os grandes debates travados no Senado Federal, pelo menos enquanto eu estou aqui, grande parte deles, a iniciativa partiu de proposições do Senador Paulo Paim. Eu atuei, tive a honra de atuar com ele, durante dois anos, aqui nesta Comissão. O Senador Paim, nove horas em ponto, abria esta reunião. Eu estava vendo aqui num livretinho que ele

fez distribuir, é um resumo que não diz tudo, mas diz alguma coisa.

A CDH, que é esta comissão, naquele período, foi entre as 11 comissões permanentes do Senado, a que mais realizou Audiências Públicas durante o primeiro semestre de 2008, foram 25 encontros. A comissão também aprovou 26 projetos de lei e 71 requerimentos. Eu, modéstia à parte, eu cunhei uma expressão, aqui, que, com ela, eu tentava, de certa forma, sintetizar que o é a atuação do Paim no Senado Federal e no Parlamento brasileiro.

Eu costumava dizer, e isso é uma verdade, quem quiser que me desminta. O Parlamento brasileiro, em todos os tempos, passaram por aqui pessoas que defendem ou defendiam coisas, o Paulo Paim se distingue exatamente porque, nos seus mais de 20 anos do Congresso Nacional, ele defende causas, é uma diferença fundamental. É uma diferença fundamental. Há aqueles que defendem coisas, aqui, e vocês sabem exatamente do que eu estou falando, e há parlamentares que defendem causas. O Paim lidera esse bloco de parlamentares, porque, durante toda a sua vida de militante político, de parlamentar, ele sempre esteve aqui defendendo causas, e causas fundamentais para a população brasileira.

E eu repito, olha, a presença dos senhores e das senhoras aqui é prova disso, é prova do prestígio do Senador Paim, prestígio com lastro na responsabilidade, prestígio com lastro no compromisso com essas grandes causas. Não fosse assim, os senhores e as senhoras não estariam aqui. Portanto, eu digo, olha, e não é para fazer média, não, eu vim, não tinha outros compromissos aqui, a não ser ali na CAE, mas eu vim especialmente para prestar essa homenagem, junto com as senhoras e os senhores, com meus colegas senadores, que estão aqui, prestar essa homenagem.

Olha, se tem uma coisa que é absolutamente merecida é essa homenagem ao Senador Paulo Paim. A afiação pode ser uma coisa singela, uma coisa simples, ali, a afiação de um retrato, de uma foto dele na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos, mas eu acho que é uma das coisas mais justas que eu já vi acontecer no Senado Federal, porque é necessário que o Paim tenha uma resposta, um retorno à sua brilhante atuação no Congresso, e isso aqui não é nada, não é nada, fará com que ele, pelo menos, se lembre da passagem dele aqui nesta comissão, de como ele atuou, de como ele presidiu. E, como ele disse, junto com pessoas como Flávio Arns, que é outra referência política, moral neste Congresso Nacional, que tanto carece de grandes lideranças como essa. Portanto, eu quero deixar aqui um abraço de solidariedade ao Senador Paim. Se tem uma coisa

que eu espero e desejo é que o povo do Rio Grande do Sul, que é um povo bondoso, que é um povo que reconhece o trabalho, que ele consagre, nas próximas eleições, o mandato do Senador Paulo Paim [palmas], que faça com que ele seja reeleito com a votação mais expressiva ainda do que ele teve na eleição de 2002, para que ele chegue nesse Congresso Nacional, mais uma vez, com mais autoridade, com mais responsabilidade e com mais garra para continuar defendendo os interesses do povo brasileiro nesta Casa.

Muito obrigado e um bom dia a todos os senhores

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. E, seguindo, passo a palavra ao Senador Jefferson Praia, para sua justa manifestação, ao mesmo tempo em que registro, com alegria e satisfação entre nós, nesta Comissão, a presença da Deputada Janete Pietá, de São Paulo, que honra essa homenagem aqui, honra o Paim e todos nós com sua presença, a qual eu convido para estar conosco aqui na Mesa.

Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom-dia a todos. Eu estava aqui, para não ser repetitivo, pensando o que dizer sobre essa figura fantástica que é o Paim, que, a cada dia, aprendo um pouco mais com ele e a respeitá-lo muito mais. Mas eu lembrei uma conversa que tive, certa vez, com meu filho. Eu tenho um filho de 14 anos e eu acho que ele estava lá pelos 13 anos, Senador Paim. E aí, um belo dia, no café da manhã, ele chegou para mim e disse: “Pai, sabe uma coisa que eu não vou ser na minha vida?”. Eu digo: “Não, rapaz, o que tu não queres ser?”. “Político.”

Bem, aí eu já sabia, tinha mais ou menos a ideia, porque a mãe faz a cabeça para não ser político. Eu disse: “Por que tu não queres ser político? O que tu pensas sobre isso?”. “Não, eu sei que o senhor está aí, não é igual aos outros, mas ser político, hoje, é todo mundo falar mal.” Eu disse: “Mas espera aí, nós temos bons políticos no Brasil”.

E, naquela época, tínhamos nosso, eu citei para ele dois, dentre diversos, dois: um o Senador Paim, que está aqui ao meu lado; e o outro nosso saudoso Senador Jefferson Peres [palmas].

Eu disse: “Olha, temos Jefferson Peres, temos Paim e temos outros”. Citei vários nomes.

E aí, Senador Paulo Paim, o que eu vejo, dentro desse contexto todo da política, que eu passei para meu filho e passo até hoje, porque essa questão da política, ela não é a busca de um espaço por uma remuneração, ela não é a busca por um espaço para você preencher teu ego sobre alguma coisa que vá te

preencher, por você ser uma autoridade, mas é pelo que você pode fazer pela população.

E o Paim tem dedicado a vida dele em prol de causas importantíssimas, em prol do nosso povo. Hoje, Paim, você é uma referência nacional e tem uma grande responsabilidade, principalmente para os mais jovens. Isso vale muito dinheiro. Nós não estamos aqui atrás de dinheiro, nós não estamos aqui atrás de interesses pessoais, nós não estamos aqui para defender grupos econômicos, mas nós, quando eu digo nós, principalmente você, que hoje é o homenageado, é uma preciosidade. Vale muito, porque influencia, vai influenciar essa juventude que vem aí. Essa juventude que não acredita em política, não sabe o que é a luta pelos interesses de uma sociedade melhor. Portanto, para mim, isso é fundamental, isso é muito importante, ser referência para os mais jovens, ser referência numa sociedade que tem como contexto uma classe política com algumas raridades, que temos como exemplo o Paim.

E os demais muito complicados. Entram na vida pública para defender interesses pessoais, interesses de grupos econômicos, entram para enriquecer, infelizmente. E nós temos que continuar, Paim, nessa luta, que é a luta por uma sociedade melhor e é a luta para cada vez mais essa referência, que ela para mim é valiosíssima, ela vale muito, pois é uma referência para as crianças, para os adolescentes, para os jovens, para as pessoas de bem deste País.

Então, para mim, é um momento importantíssimo estar aqui com você hoje. O quadro que vai ficar ali, ele é importante, porque aqueles que chegarão aqui observarão os ex-Presidentes, mas o mais importante é o trabalho que você tem feito, e esse trabalho, ele está nas mentes, nos corações e na história do nosso país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL-PA): Obrigado ao Senador Jefferson Praia, por sua manifestação nesta justa homenagem ao nosso timoneiro Senador Paulo Paim. Passo a palavra, em seguida, à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom-dia a todos e a todas. Eu quero saudar, aqui, à Mesa, nosso Presidente José Nery, à nossa querida Deputada Janete Pietá, que nos honra, neste momento, com sua presença, Senador Jefferson Praia e saudar, com muito carinho, nosso homenageado desta manhã, Senador Paulo Paim.

Acredito, senador, como disse o Senador Jefferson Praia há pouco, colocar um quadro aqui é apenas uma lembrança de que V. Exa. foi presidente desta Co-

missão, mas mais importante que isso é a lembrança que todos nós trazemos deste período em que V. Exa. foi Presidente desta comissão e que aqui pautou os Direitos Humanos como prioridade efetiva. Como sua companheira de bancada, eu venho aqui dizer que V. Exa. honra muito nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

Eu tenho certeza de que todos gostariam de, neste momento, passar aqui para fazer esse registro, para lhe dar um abraço, mas, infelizmente, nossa agenda, hoje, como outros já falaram aqui, também, já saíram, porque eu estava levantando aqui, eu tenho que ir ainda à Comissão de Educação, voltar na CAE, ir à CCJ e ainda tem a instalação da Subcomissão das Águas, na Comissão de Meio Ambiente. Então, todos muito atarefados nas agendas, mas eu fiz questão de vir aqui para dizer que o Senador Paulo Paim, à frente da Comissão de Direitos Humanos, discutiu não apenas as questões ligadas à população negra, que é uma questão muito especial e muito cara para todos nós, através do Estatuto da Igualdade Racial, de toda a sua luta para a aprovação desse estatuto, mas aqui a gente discutiu, também, idosos, aposentadoria digna. Discutiu índios, discutiu pessoas com deficiência, gays, lésbicas, travestis, transexuais [palmas], as juventudes mais diversas do nosso país, a questão dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos sem terras [palmas], dos sem direito, dos sem voz, todos aqueles que a esta comissão recorreram.

Portanto, Senador Paulo Paim, é com muito orgulho que nós somos mais que companheiros, somos companheiros das lutas daqueles que não conseguem fazer com que a negação dos seus direitos tenha visibilidade. E V. Exa. é, antes de tudo, um porta-bandeira da necessário de trazer à luz o direito daqueles que não têm voz.

Então, um grande abraço e que sua luta seja coroada do ano que vem, 2010, e eu tenho certeza de que o povo do Rio Grande do Sul saberá lhe dar a resposta a todo esse trabalho que vem de tantos anos de luta, em prol dos que mais necessitam neste País. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos cumprimentos à Senadora Fátima Cleide. E seguimos, então, na homenagem ao nosso querido e símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Assistiremos, agora, a um vídeo sobre a retrospectiva da Comissão de Direitos Humanos, no período de 2007 a 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Por favor, antes da exibição do vídeo, eu queria ouvir uma breve manifestação

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Da Deputada Janete Pietá, que terá que se ausentar logo em seguida.

DEPUTADA JANETE PIETÁ (PT-SP): Obrigada, é que eu tenho que ir para nossa Comissão lá de Relações Exteriores, na Câmara.

Presidente José Nery, muito obrigada, Senador Jefferson Praia, eu vim aqui especialmente dar um abraço ao companheiro e Senador Paim. E por que eu vim nesse momento? Ele é um líder de extrema habilidade, que consegue articular setores impensáveis, e eu gostaria de... Minhas palavras são para parabenizá-lo, saudá-lo e dizer que nada mais justo ter sua foto, uma foto de um negro comprometido com nossa causa dos afro-brasileiros e negros brasileiros.

E, no dia 20 de novembro, eu peguei seu livro no dia 20 de novembro, e ele diz o seguinte: "Hoje celebramos o dia da conscientização negra. O Congresso Nacional esteve muito movimentado pela participação de várias lideranças do movimento negro brasileiro. Esta data foi instituída através do projeto de lei de minha autoria, na tribuna, eu disse: 'Um dia em que pudéssemos discutir formas de eliminar o preconceito contra os negros, índios, migrantes, mulheres, idosos, crianças, entre outros, um dia para promover a igualdade entre todas as pessoas, independente de procedência, gênero, orientação sexual e religiosa'" [palmas].

Paim, parabéns, nós aprovamos, na Câmara, o estatuto idealizado tantos anos por você, companheiro. Espero que, no dia 20 de novembro, o Presidente Lula esteja assinando. O Paim também se destaca pela questão da luta pelos trabalhadores, está ele como deputado no projeto que também já foi aprovado das 40 horas, precisamos mover para que seja colocado em pauta.

Paim, eu esperei chegar aqui, já estar vendo sua foto, tem que ir para outra Comissão, mas voltarei aqui para admirar sua foto, mas, principalmente, para dizer-lhe que eu lhe tenho na mais alta estima. E você é um grande líder e um timoneiro, aquele que nos dá exemplo para que nós continuemos a trilhar a defesa das maiorias do Brasil excluídas, trabalhadoras, mulheres negras, índios, LBTT e todos os brasileiros que merecem respeito, e você sempre respeitou. Parabéns!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigada, Deputada Janete Pietá. Seguimos, então, com a programação.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Agora, sim, assistiremos ao vídeo sobre a retrospectiva da Comissão de Direitos Humanos, no período de 2007 a 2008.

[exibição de vídeo]

[música]

“Eu só peço a Deus que a dor não me seja indiferente, que a morte não me encontre um dia. Solitário sem ter feito o que eu queria.

Eu só peço a Deus que a dor não me seja indiferente, que a morte não me encontre um dia. Solitário sem ter feito o que eu queria.

Eu só peço a Deus que a injustiça não me seja indiferente, pois não posso dar a outra face, se já fui machucado brutalmente.

Eu só peço a Deus que a guerra não me seja indiferente. É um monstro grande e pisa forte toda pobre inocência dessa gente.

Eu só peço a Deus que a mentira não me seja indiferente. Se um só traidor tem mais poder que um povo, que esse povo não esqueça facilmente.

Eu só peço a Deus que o futuro não me seja indiferente, sem ter que fugir desenganado, para viver uma cultura diferente.

Eu só peço a Deus que a guerra não me seja indiferente. É um monstro grande e pisa forte toda pobre inocência dessa gente. É um monstro grande e pisa forte toda pobre inocência dessa gente.”

“Se eu pudesse deixar algum presente a vocês, deixaria acesso ao sentimento de amar a vida dos seres humanos, a consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo tempo afora. Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem, a capacidade de escolher novos rumos. Deixaria para vocês, se pudesse, o respeito àquilo que é indispensável, além do pão, o trabalho, além do trabalho, a ação. E, quando tudo mais faltasse, um segredo, o de buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para encontrar a saída”.

[música]

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Ouviremos, agora, o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Senador Jefferson Praia, ilustres convidados para a Audiência Pública que teremos daqui a pouco e a todos que vieram aqui para prestigiar e homenagear o Senador Paulo Paim. Eu, embora o cerimonial tenha anunciado a palavra do Senador Paulo Paim, mas, aqui, cumprindo seu pró-

prio pedido, para que, em tendo chegado um pouco atrasado, vindo do interior do Pará.

Viajei essa madrugada do interior do Pará, para chegar até aqui, porque teria que juntar todos os meus colegas, todos os representantes de entidades e movimentos ligados à causa dos trabalhadores e dos Direitos Humanos para aqui somar nessa homenagem justa e oportuna ao grande timoneiro da luta pelo direito dos trabalhadores no Brasil, dos Direitos Humanos e que, ao exercer a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, no período de 2007 e 2008, revolucionou a atuação da Comissão, porque, aqui, não teve uma semana em que a população brasileira, representada pelos mais diversos segmentos sociais, não estivesse aqui para debater, discutir e propor alternativas, melhoria das condições de vida, respeito aos Direitos Humanos

Então, essa homenagem nada mais é do que o reconhecimento de todos nós à atuação brilhante, comprometida e engajada do operário que nasceu em Caxias, do trabalhador que fez da política um instrumento de luta permanente por mudanças, do trabalhador, neste Brasil tão injusto, em que ao trabalhador só é lhe dado o direito ou até negado o direito de apenas trabalhar e entregar o suor do seu trabalho para a acumulação dos lucros de alguns poucos.

Mas com Paim foi diferente, porque, desde muito cedo, nascido de uma família de trabalhadores, aprendeu valores que trouxe para a política. E a política, essa atividade humana tão fundamental e tão nobre, mas que desgraçadamente tem sido desrespeitada e violentada todos os dias, em milhares e milhares de atitudes, de atos, de votos, de posicionamentos, em todas as esferas do Estado Brasileiro, seja nos municípios, nos Estados e na União.

Mas a política também é motivo de orgulho para alguns poucos, que não fazem dela um instrumento de corrupção ou do lamaçal da indignidade, da falta de ética que nós vivemos neste país. Orgulhosamente, nós temos, diante de nós, e o Rio Grande do Sul é responsável por isso, por trazer tantas vezes o Senador Paulo Paim para a Câmara dos Deputados, e, nesse mandato de Senador da República, de certa forma coroando toda a sua trajetória, respeitada e admirada pelo Brasil inteiro.

O Congresso, que, vez e outra, está envolvido num lamaçal de denúncia de corrupção, de falta de ética, Paim, aqui, é um contraponto a tudo isso que desserve e envergonha a política que defendemos.

Então, é com muita satisfação que nós homenageamos esse verdadeiro filho do Brasil, que aqui não será lembrado apenas porque vamos deixar aqui marcado, vamos apor sua fotografia na galeria dos

ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, mas Paim será lembrado por sua ação parlamentar, por seu compromisso em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, dos aposentados, dos idosos, das crianças, das pessoas com deficiência, da comunidade afro-descendente, dos negros e, sobretudo, da luta fundamental contra todos os tipos de preconceito que sintetizam, no dia a dia da sua atuação, a valorização do ser humano como algo prioritário para garantir uma vida digna e justa a todos os brasileiros e brasileiras.

Portanto, fica aqui, Senador Paulo Paim, em particular meu agradecimento, porque, ao chegar nesta Casa, em 2007, recebi, é verdade, de vários senadores e senadoras o incentivo e o apoio para minha atuação, mas eu quero dizer que, aqui, na Comissão de Direitos Humanos que passei a integrar a partir de 2007, tive o apoio, o incentivo e o estímulo para aqui atuar, inclusive sendo levado por suas mãos e por seu tirocínio político, sua clareza, para V. Exa., que sugeriu a criação da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil e a mim delegou a tarefa, junto com os demais pares desta comissão a tarefa de presidi-la.

O senhor trouxe para dentro da Comissão de Direitos Humanos essa pauta esquecida, mas necessária da luta contra o trabalho escravo no Brasil [palmas].

Obrigado, Senador Paulo Paim, por esse exemplo cotidiano de coerência, porque, na política, alguns se notabilizam pelos podres poderes que ostentam, vindo, muitas vezes, das negociatas e falcatuas, mas sustentar a atividade política baseada na coerência e no compromisso histórico, na luta pela emancipação, pelo libertação dos trabalhadores e do povo brasileiro, dos excluídos de todos os segmentos, num país onde a política, muitas vezes, é sinônimo de corrupção e safadeza, de vantagem, de dinheiro sujo, manter uma atividade política com dignidade, com coerência, sem dúvida, orgulha a todos que amam a política e veem nela um instrumento fundamental para as transformações do nosso país.

Quero, porque a palavra principal deste dia é sua, meu caro Paim. Esta Comissão de Direitos Humanos é sua cara, seu coração e a dignidade que você representa para o Brasil. Esta comissão, que teve três ex-Presidentes, ficará sempre marcada por sua atuação, e, sem dúvida, queremos que outras vezes Paim esteja aqui conduzindo seus trabalhos, porque nós esperamos, sim, o Brasil espera e o Rio Grande do Sul tem um compromisso com o esse seu filho maior, que é, de forma livre, consciente e valorosa, mandar de volta Paim para mais oito anos no Senado Federal [palmas].

Essa tarefa pertence a todos nós, porque o Paim é um senador do Brasil, um senador da República. Mas é o povo do Rio Grande do Sul responsável por todas as suas vitórias e, com certeza, não faltará mais essa vitória, mais essa luta no bom combate em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, do direito dos trabalhadores.

E eu digo a vocês. Eu falo e digo essas palavras sem nenhuma expressão, apenas de gentileza ou de amizade que eu nutro por Senador Paulo Paim, digo isso também como brasileiro da luta dos oprimidos, simplesmente por acreditar em cada palavra que aqui pronunciei.

O Brasil, o Rio Grande, os trabalhadores, as lideranças do movimento sindical brasileiro, das diversas entidades e instituições que aqui comparecem para prestar essa homenagem, homenageiam, na verdade, o que há de mais justo, de mais coerente, de mais correto na construção do Brasil dos nossos sonhos. Parabéns, Paulo Paim, parabéns ao povo do Rio Grande do Sul, parabéns ao povo brasileiro por termos um representante como o senhor [palmas].

E ainda dizer, eu vou te dizer ainda, Paim, o que eu disse o ano passado, quando de uma sessão especial para homenagear o DIAP. Eu, em uma palavra: "O Paim não é só o senador do Rio Grande, o Paim é uma instituição da boa política no Brasil". Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Agora sim, ouviremos o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, Senador José Nery, permita que eu, em primeiro lugar, diga a todos os companheiros que estão aqui que para mim foi marcante. O Senador Cristovam está no exterior, ele ligou para mim, justificou a não presença.

Senador José Nery, o Senador Jefferson Praia, que está aqui do nosso lado, ele teve que ir ao Pará ontem, pegou um voo, foi ao Pará, ao interior do Pará, na sua cidade, onde ele tinha uma grande atividade, Abaetetuba e disse: "Paim, eu volto". Diz ele, para mim são gestos que marcam. "Nem que eu tenha que viajar a noite toda, eu volto."

[palmas]

E voltou. Ele chegou de madrugada aqui, só chegou na sua casa, assim por telefone ele me falava ainda, e veio para cá, para fazer esse depoimento e presidir a sessão. Senador José Nery, é que isso que é bom na política, são gestos como esses.

E dizer para vocês que, esses dois anos que eu estive aqui, Senador Eduardo Azeredo, que chega aqui

neste momento, e que queria pedir para ele também uma salva de palmas.

[palmas]

Senador Eduardo Azeredo é um grande lutador em todas as áreas, mas nossa aproximação numa área específica, que é a luta pelos 26 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência.

Senador Jefferson Praia, do nosso querido Amazonas, presidia, ontem, a Sessão e disse: “Nem que tu não me convidasses, eu vou está lá e vou ficar até que esse quadro, que representa uma luta de todos nós, seja mostrado ao povo brasileiro”.

Enfim, meus amigos, Senador Azeredo: “Enfim, senadores de todos os partidos, eu sei da correria aqui na Casa, mas vamos lá, dentro do possível”. Então, eu pediria para vocês uma salva de palmas, ao Senador Jefferson Praia e ao Senador Azeredo [palmas], que estão aqui, na verdade, representando todos os partidos, como aqueles que passaram aqui, mas dizer para vocês que, para mim, é muito bom olhar para o Plenário. Aqui estão negros, brancos, idosos, pessoas com deficiência, sindicalistas, a nossa querida COBAP, à qual eu tenho tanto carinho, centrais sindicais, confederações, petroleiros em greve, representantes dos bancários, que, recentemente, eu participei da negociação, representantes dos vigilantes que estão aqui, também, vieram, deslocaram de longe, o “Cantando as diferenças”, projeto que também eu embalo com tanto carinho está aqui.

Eu diria que esse Plenário reflete o conjunto das ações que nós fizemos durante esses dois anos. As mulheres representadas, com certeza absoluta, os jovens, a livre orientação sexual, aqui também representada, e depois todos vão poder falar. Então, deixa eu dizer para vocês, para mim, os senadores que aqui passaram e outros que passarão representam um testemunho do meu trabalho aqui dentro, mas vocês representam muito do testemunho do meu trabalho lá nas ruas, lá fora.

Eu queria dar uma grande salva de palmas a vocês.

[palmas]

Eu dizia que minha intenção aqui era falar pouco, porque eu quero ouvi-los ainda, nós vamos ter, aqui, duas três Mesas, para que os movimentos sociais falem, enfim, desse momento, os petroleiros, aqui, terão mais uma oportunidade simbólica de falar da sua paralisação que está acontecendo

[palmas]

Eu só queria dizer para vocês que esse vídeo, ele representou uma síntese para mim da luta de to-

dos nós. Eu queria agradecer muito, muito a todos os funcionários, aqui da Comissão de Direitos Humanos, pelo trabalho feito durante o período que eu aqui estive e que continuam fazendo, agora, o mesmo trabalho, belíssimo, comprometido com o Senador Cristovam na Presidência e o Senador José Nery. Palmas para toda a Comissão de Direitos Humanos [palmas], os funcionários, porque vocês merecem.

Eu queria, me permitam, também, que eu desse, também, é fazer um carinho, que eu sei que eles nem esperavam isso, porque eu nunca faço, são os funcionários do meu gabinete.

[palmas]

Todos eles, eles são de 30 a 40, total mais de 40. Talvez vocês não consigam imaginar o quanto eles são importantes, quando eu faço um discurso, quando, ontem à noite, eles fizeram esse vídeo. Com as imagens da Comissão, até onze horas da noite.

Quando eu vou para a Tribuna, com o discurso, e eu sou muito chato, eu digo dado, número, início meio e fim, proposta, eles se dedicam, e, muitas vezes, eu não consegue nem ler o discurso deles. Eu faço um pequeno comentário do trabalho que eles realizaram.

[palmas]

Eu queria só dizer para eles que eles representam o trabalho, eles representam a força dos milhões e milhões de brasileiros, quando eu estou na Tribuna eu enxergo na minha frente. Do trabalho escravo, José Nery, eu enxergo os caboclos lá no Amazonas. É sério, Azeredo, as pessoas com deficiência esperando a aprovação do estatuto e avanços na área.

Eu vejo o movimento sindical e quero dizer para vocês que eu não vejo problema nenhum de levar uma denúncia para a OIT, porque estão demitindo mesmo sindicalista, porque estão tirando a estabilidade, que não admite nem a contribuição assistencial, que não admite nem o direito de greve em frente dos piquetes que vocês realizam, por isso eu não vejo problema nenhum, e é isso mesmo, eu não vejo problema nenhum de fazermos esse bom debate, e esta Casa tem respondido, felizmente, as questões também do movimento sindical.

Eu quero dizer para todos vocês que estão aqui, me referi muito ao meu gabinete, pela simbologia de uma equipe que trabalha conjuntamente e me ajuda cada dia, a cada hora, a ajudar a escrever essa história, que é a história de todos nós. Dizer que eu gostei muito do vídeo e dizer, *gracias, gracias*, sim, à Mercedes Sosa, porque a Mercedes Sosa, para mim, ela é um símbolo dos Direitos Humanos, ela foi a voz do continente. Ela foi uma voz que não teve fronteira, por isso, essa música, que, no fundo, diz: “Só peço a

Deus”, ela foi o eixo desse nosso momento e ela gostava de ser chamada *la negra* e morreu, casualmente, neste mês de outubro. Grande Mercedes Sosa, que esparramou sabedoria por todo o planeta. Mercedes Sosa da água, da terra, do universo, da liberdade, da Justiça e Direitos Humanos. *Gracias, gracias, la negra*, grande Mercedes Sosa!

Eu tinha que fazer essa homenagem, também, a ela, dizendo que ela inspira muito nós, ela ajuda que a gente continue nessa longa caminhada, enfim, eu termino dizendo só a vocês, com muito carinho, rogo que foi meu gabinete que escreveu, eu não vou ler um discurso, eles escreveram para mim o seguinte, e eu vou terminar com isso, que é bem curtinho, eles escreveram o seguinte: “A semente”. Eles disseram para mim e pediram para mim, e eu vou ler aqui, eles dizem:

“A semente. Foram esses os passos que firmamos no decorrer desses tantos anos. O trabalho foi árduo, semeamos com amor, e a colheita mostrou que valeu a pena.

Ah, os anos se foram – muitos deles estão comigo há oito, 10, 15, 20 anos –, serão eles um esboço daqueles que estão por vir, sim, porque um caminho percorrido sempre nos mostra o quanto ainda há por percorrer.

Sempre é possível sonhar, senador, sonhar bastante. Sempre é possível dar mais amor, os amanhães que virão serão sempre boas possibilidades de ofertar mais àqueles que mais precisam.

Meu desejo, nossos desejos é vê-los construindo junto com o senhor os dias melhores que todos nós queremos. E termina dizendo. Ah, os anos que virão, com o nosso carinho eterno, não somente ao senhor, mas às causas que o senhor defende.”

E, por fim, eles me deram uma fala de Eduardo Galeano, que diz: “A utopia está lá no horizonte, me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Eu caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve, então, a utopia? Então? Serve para isso, para caminharmos, para caminharmos, para construirmos, cada vez mais, uma sociedade igual para todos”. Muito obrigado a todos vocês.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, convidamos os Exmos. Senadores José Nery, Paulo Paim, Jefferson Praia e Eduardo Azeredo para descerem a foto, que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] mas não saiu foi aqui. Nesse momento, nós vamos,

nós quatro ali e, depois, nós gostaríamos, também, de que, simbolicamente, a gente tenha um companheiro de cada movimento social aqui representado, que também faça o gesto junto com a gente, ok? Vamos lá, então?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos lá.

[palmas]

Srs. Senadores, senhoras e senhores. [soa a campanha] Para encerrar essa primeira parte da reunião da Comissão de Direitos Humanos, nós vamos ouvir, eu ia ouvir o Senador Eduardo Azeredo, mas, agora, vamos ouvir o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Arthur Virgílio, que acaba de chegar para uma manifestação, neste momento em que homenageamos o Senador Paulo Paim, que há pouco acabamos de descer a placa, em que deixa aqui marcada, na galeria de ex-presidentes da Comissão de Direitos Humanos do Senado, a foto e, sem dúvida, a história do Senador Paulo Paim como Presidente desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu quero trazer aqui meu cumprimento muito efusivo ao Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim é seguramente um dos nossos colegas mais dedicados e que está o tempo todo defendendo as pessoas que mais necessitam da atuação do Poder Público.

Assim é que nós temos visto sua luta, desde já muito tempo atrás, pela questão da elevação do salário-mínimo. E, hoje, nós temos realmente uma política continuada, de ganho real para o salário-mínimo, e ele é, sem dúvida, um dos principais responsáveis por esse processo, que não começou hoje, não, já veio do Governo passado, mas continuou e foi acelerado neste governo. O fato é que nós temos, hoje, o salário-mínimo já melhor do que foi no passado, mas evidente que ainda insuficiente.

Por outro lado, Senador Paulo Paim tem se dedicado a todas essas lutas, como foi lembrado aqui, dos aposentados, a luta das pessoas com deficiência, as lutas das entidades sindicais, são lutas que são extremamente válidas e que têm sido perseguidas por ele e com o apoio de muitos dos nossos colegas aqui, com muita tenacidade.

Portanto, eu quero, Paim, é trazer aqui um abraço mineiro, um abraço do representante de Minas Gerais, um abraço de quem realmente aprendeu a admirá-lo como um homem público correto, um homem públi-

co de caráter, um homem público de personalidade. Meus parabéns!

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu atrapalhar ele. Não, [ininteligível] depois. Arthur, o Azeredo me levou lá em Minas, a Assembleia lotada, lotada, mas lotada, e fizeram lá uma homenagem pelo trabalho que a gente faz aqui. E a gente teve orgulho de dizer lá que todos os projetos que nós aqui aprovamos foi por unanimidade aqui no Senado, não teve um voto contra.

O Azeredo me recebeu, almoçou comigo, me levou receber aquela medalha Tiradentes, pagou o almoço, então, eu atrapalhei, porque eu acho que é dando esse depoimento do trabalho em parceria, eu acho que esse é o momento das palmas, é não somente na hora em que falou, é com esse depoimento, aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, que, neste momento, visita aqui a Comissão de Direitos Humanos e se junta a esse homenagem ao Senador Paulo Paim. Senador Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, meu prezado Senador Nery, meu querido Senador Eduardo Azeredo, meu querido amigo e colega Senador Paulo Paim, e cumprimento a todos os presentes, para dizer algumas coisas muito singelas.

Eu tive muito afazeres antes e estava preocupado com chegar ou não chegar aqui no momento da aposição do retrato do Paulo Paim na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, porque para mim era importante vir e dar meu testemunho, o testemunho que, com certeza, se tiver algum valor, é o valor do adversário. Elogiar o Paim, talvez, por dentro do partido dele, e eu não sei se tem muita gente que elogia lá, mas o Paim é um dever reconhecer que é um grande quadro desse grande partido que é PT.

Mas eu tenho uma vivência com o Paim muito longa. Afinal de contas, quando eu retornei, eu havia sido deputado no período do regime militar, depois eu fui candidato a governador do meu Estado, fiquei em segundo lugar, não obtive a eleição, obtive a eleição para prefeito de Manaus, fiquei lá e voltei apenas em 94 para o Congresso. Encontrei o Paim e percebi uma pessoa de sentimentos nobres, uma pessoa que fazia oposição ao governo, que eu representava com muita lealdade, com muita firmeza, mas com muito respeito. Uma pessoa boa de acordo e incapaz do cambalacho, que, aliás, não é da feição dele e nem é da minha. Um deputado e agora um senador que vem mantendo uma enorme coerência, defendendo suas posições. Se al-

guém me perguntar se eu concordo com todas as posições do Paim, eu diria que não. Se alguém me perguntar se eu concordo com muitas posições do Paim, eu diria que sim, isso é visível até pelas votações, que muitas fazemos juntos.

Mas o Paulo Paim é um companheiro de enorme independência, de enorme coragem, de enorme lealdade aos seus princípios, e isso me faz, mesmo, estar aqui muito confortável e muito reconfortado de ter podido vencer o emaranhado de problemas para chegar aqui a tempo. Eu ainda não vi a aposição do retrato em si, que tem um peso simbólico, tem um peso simbólico grande, mas vi o Paim sendo homenageado, aqui, pelo Senador José Nery, pelo Eduardo Azeredo, podendo eu próprio prestar o meu depoimento.

Então, o que é o mandato do Paim? Sua luta pelo salário-mínimo, que é uma luta muito antiga e sempre exitosa, sua luta pelos negros, sua luta pelas mulheres, sua luta pelos portadores de deficiência, sua luta pelos índios, e isso é uma coisa que toca meu Estado muito de perto, sua luta pelos despossuídos, que, por coincidência, no Brasil, estão enquadrados nos que eu citei. As mulheres ganham menos que os homens; os negros terminam ocupando os postos de trabalho menos valorizados; as escolas oferecem mais oportunidades, as melhores escolas para aqueles que nasceram mais abonadamente.

Então, eu vejo o Paim como um senador extremamente bem definido, dentro do que é seu mandato, muito bem definido. Tem pessoas que a gente não sabe exatamente que o elas são. Eu sei exatamente o que o Paim é, exatamente o que ele é. Sei qual é o recado que ele veio dar, prevejo o Paim. Eu gosto das pessoas previsíveis, eu próprio gosto de ser previsível. Eu tenho verdadeiro susto com pessoas que são imprevisíveis, que a gente não sabe se amanhecem chovendo ou se amanhecem ensolaradas, enfim.

É sempre bom saber o que as pessoas são; ninguém é obrigado a pensar do mesmo jeito, nós temos uma democracia política consolidada, embora não seja uma democracia social, uma democracia onde passam, há pessoas, eu fiz a denúncia aqui nesta comissão, há pessoas, no meu Estado, que eu citei um caso, presa, condenada a oito meses de prisão, ficou cinco anos presa. Faz uma apelação, graças a um Defensor Público de Manaus, que passou pelo município. Por isso que nós votamos a favor de Defensoria Pública forte, porque não pode ter democracia social, verdadeira, se não houver uma Defensoria Pública que proteja os mais pobres. Não ter Defensoria Pública é aprofundar a pobreza dos mais pobres.

Então, essa figura, essa boa figura, fica oito meses presos, oito meses condenado, cinco anos preso. Um

Defensor Público de Manaus passa pelo município, em férias, fala: “Não, eu vou defendê-lo”. E faz uma apelação em favor do cidadão. Um desembargador nega, tinha que continuar preso, mas já tinha passado cinco anos. O preso se deixa apossar por um sentimento de desespero e foge, até porque ele estava com a prisão aberta, não tinha o que fugir, ele não era perigoso, não tinha por que fechar nada. Ele aproveita o cochilo da autoridade carcerária e foge. Aí o mesmo magistrado expede uma ordem de captura, como se ele não tivesse pago ao Estado pelos oito meses que ele devia ao Estado, se é que foi justa aquela condenação.

Aí, quando você olha uma sociedade em que um grande delinquente contrata grandes bancas de advocacias e não vai preso nunca, e você tem o pequeno delinquente, que não tem advocacia nenhuma, Amazonas, 1 milhão e 500 mil km², 61 municípios apenas, mas municípios enormes, e mais Manaus, 62 municípios. Manaus tem uma Defensoria precária, tem quatro ou cinco municípios com Defensoria Pública, e os outros municípios não têm nenhuma Defensoria Pública.

Como que se pode falar, efetivamente, em democracia completa neste país, se é muito fácil tomar terra de quem é pobre, se é muito fácil esbulhar o direito de quem tem direito, mas não tem quem o defenda, enfim?

Então, eu considero que o papel do Paim como Presidente desta comissão e como eterno membro desta comissão corresponde bem ao mandato dele, seu mandato, que é um mandato que honra seu Estado, que orgulha seu Estado e que é um mandato nacional, um mandato que o Brasil inteiro reconhece e que faz deste colega dele um grande admirador e um grande amigo. Obrigado.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Arthur, me permitam, aqui, eu sei que eu estou louco para ver o movimento social falar ainda, vocês vão falar, nós não temos horário para terminar aqui. Mas deixa eu dar só um depoimento para vocês.

O Arthur, líder do Fernando Henrique. Eu tenho que dar esse depoimento, por uma vez, Arthur, eu acho que nem você se lembra desse fato. Eu consegui, como relator, chegar ao salário-mínimo de 100 dólares. Na época, me lembro desse detalhe, na época, devido a um problema de redação, o Presidente que você lidava aqui teve que vetar, mas o Arthur veio e me disse: “Paim, eu vou falar com o Antônio Carlos Magalhães – que já faleceu –, ele vai vetar, vai vir para cá, mas você vai ser o relator”. E eu fui o relator. Foi a primeira vez que chegamos a 100 dólares, alguém não entende esse nosso trabalho aqui dentro.

Outro momento. Houve uma divergência enorme em cima de um debate da CLT, naturalmente, o Arthur Virgílio, como líder do governo, defendeu a posição do governo, eu defendi a outra posição, mas devido ao que houve no Plenário, que foi jogo muito pesado e na base de empurrão e tal, queriam daí entrar com mandato para cassar meu mandato, me lembro que o Arthur me chamou e disse: “Paim, digo lá na tribuna”. E lembro também do Jarbas Lima, que, na época, era do PDS, até, não era? Algo assim, Jarbas Lima, do Rio Grande do Sul, foram duas pessoas que me marcaram.

O Jarbas Lima, que é um grande advogado, um grande jurista, disse: “Paim, se te processarem, eu, independente de partido, vou fazer lá tua defesa”. Eu não sei se o Jarbas Lima estava; desculpe, Jarbas, eu sei que você vai ouvir essa... Eu não me lembro bem se você estava no partido, àquela época, no PDS ou no PP, mas fica aqui a dúvida. Jarbas Lima é um grande tribuno, um grande tribuno. O pessoal do Rio Grande do Sul conhece o Jarbas Lima, os que estão aí, um grande tribuno. O Jarbas disse o seguinte: “Paim, não quero nem saber, não quero saber de discussão partidária, eu vou fazer a tua defesa. Pode escrever que teu advogado vai ser eu”. Fiquei tranquilo.

E esse daqui chegou e disse: “Paim, mas nem por cima do meu cadáver, pode ficar tranquilo, não precisa advogado, que eu vou pilhar dentro da base de Governo...”

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Declarei publicamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declarou publicamente: “Eu vou na Tribuna e vou dizer que aqui não, ninguém vai te processar”. São gestos como esses que quem está assistindo a TV neste momento tem que entender que nós, aqui no Parlamento, às vezes, na oposição e na situação, temos compromissos. E para esses compromissos que eu relatei aqui que eu peço, neste momento, para meu amigo uma salva de palmas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos cumprimentos ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador Azeredo, por esse testemunho, ao lado dos demais senadores e senadoras, deputados e deputadas que aqui vieram, neste momento tão importante, para prestigiar e compartilhar desse momento da aposição da fotografia do Senador Paulo Paim, como membro na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos.

Esse agradecimento é extensivo a todos os movimentos sociais, sindicalistas, mulheres, juventude, índios, de todos os segmentos de trabalhadores, in-

clusive os trabalhadores que estão em greve, que aqui comparecem para esta sessão da Comissão de Direitos Humanos, para esta reunião que eu considero histórica, porque homenageia um verdadeiro filho do Brasil, muito digno e que faz da política esse instrumento de luta permanente por transformações.

Então, agradecendo a presença de todos, vamos suspender a Sessão por uns dois minutos, três minutos, para cumprimentos e, logo em seguida, retornaremos com a realização da Audiência Pública.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Agradecemos a presença de todos, ao tempo que convidamos para a Audiência Pública, com vistas às questões referentes ao corte das diferenças no Brasil.

Tenham um bom dia.

Sessão encerrada às 11h45.

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, APÓS A 34ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 02 DA ALA SENADOR NILO COELHO DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e nove, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**José Nery**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Flávio Arns, João Pedro, Serys Slhessarenko, Wellington Salgado de Oliveira, Osvaldo Sobrinho, Sérgio Zambiasi e Jefferson Praia**. Justificam a ausência os Senadores Cristovam Buarque e Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 43, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 14/10/09, com vistas a tratar das questões referentes **“ao corte das diferenças no Brasil”**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: Dirney Ribeiro, Diretor do Sindipetro e Coordenador da Frente Nacional dos Petroleiros no Estado do Rio Grande do Sul; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central; Osvaldo Fauerharmel, em representação de Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação

Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; José Boaventura Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços; Denise Granja, Presidente do Conade; José Rafael Miranda, em representação do Ministro Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Senhora Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Coordenadora Geral da Corde; Ricardo Nerbas, Representante do Programa Cantando as Diferenças; Carlos Alves Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CNBB); José Augusto, Secretário-Geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Benedito Cintra, em representação de Edson Santos, Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Evaldo Amorim, Representante da AGLBTT em representação a Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Jose Renato Inácio de Rosa, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Portuários; Vera Leda Ferreira de Moraes, Diretora de Assuntos Parlamentares, em representação ao Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; João Alberto Fernandes, Sindicato dos Administradores do Rio Grande do Sul; Jose Ademir da Silva, Presidente do SINDIPETRO de São Jose dos Campos; e Ademir Gomes Parrela, Presidente do SINDIPETRO de São Paulo. O Senhor Presidente chama à mesa os convidados que comparecem. Em seguida, passa a palavra aos Senhores convidados. Após as apresentações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente coloca em votação a extrapauta. **EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento Nº 46, de 2009 – CDH**, que requer a indicação de dois Senadores da CDH para compor a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhague, Dinamarca, que realizar-se-a entre os dias 07 e 18 de dezembro de 2009. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado.** **Item 02. Requerimento Nº 47, de 2009 – CDH**, que requer a “Realização de Audiência Pública para instruir a SUG, Nº 2, de 2009”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Às onze horas e quarenta e oito minutos o Senhor Presidente, José Nery, transmite a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores José Nery e Paulo Paim. Após as colocações dos Senhores Senadores membros da CDH, o Senhor Presidente passa a palavra novamente aos Senhores convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário.

rio desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Imediatamente, declaramos aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Essa Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 43, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovada em 14 de outubro de 2009, com vista a tratar das questões referentes ao corte de diferenças no Brasil. Temos aqui... Nós teremos aqui a participação de ilustres convidados de vários segmentos, de vários órgãos governamentais e que todos terão, com certeza, a oportunidade de aqui expressar a sua visão, suas ponderações. E dizer, Senador Paulo Paim, que, em razão de outros compromissos, inclusive nas outras comissões, que eu não pude, ainda, comparecer... Como disse, vim diretamente para esta comissão, para o objetivo ao qual ontem... E muito lhe agradeço a sua palavra e a sua emoção, porque também é um gesto. Quando você se referiu ao fato de ter... Tendo que ir ontem ao Pará, tive que retornar, para aqui estar, nesse momento, testemunhando esse importante acontecimento aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria, então, pedindo licença a todos os convidados, sugerir ao Senador Paulo Paim, para que possa, então, a partir desse momento, presidir essa reunião, realizando aqui todas as tarefas inerentes a essa Audiência Pública, que tem por objetivo tratar os cortes das diferenças no Brasil, para o qual eu passo a presidência, nesse momento.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, de imediato, chamar para a Mesa, também, o companheiro Calixto, que é o Presidente da Nova Central, que falará em nome das centrais, já que o José Augusto falará pelo Fórum dos Trabalhadores. E convidar, também, o Ricardo, que falará em nome do Cantando a Diferença. Podem vir, que tem lugar na Mesa. Todos terão espaço na Mesa. Eu quero dizer para os companheiros do Plenário que, depois da fala da Mesa, nós vamos interagir com o Plenário. E quero dizer que, se a Mesa permitir, eu vou querer que, inclusive, na abertura, pela simbologia, alguém fa-

lasse... Alguém do comando, que deve estar aqui, para falar em nome dos petroleiros, em greve, ainda. Então, eu convidaria, de pronto... Todos já se colocaram aqui, tem lugar. Eu convidaria o companheiro dos petroleiros, quem vai falar pelos petroleiros, que viesse aqui, para a Mesa, para que pudesse falar, nesse momento, para relatar como é que está a questão dos petroleiros e, em seguida, nós vamos, então, dar a palavra para a Mesa. E, como sempre fizemos, os senhores que estão no Plenário – está aqui o companheiro dos portuários, por exemplo; está o companheiros dos Correios; estava o companheiro da UGT; está o companheiro Boaventura, dos vigilantes -, nós vamos interagir com o Plenário. Claro que todos poderão, mas não deixarei... Os bancários, aqui, representados, sempre. Não deixarei... A COBAP, naturalmente, dessa luta histórica da COBAP, que a COBAP vem fazendo. O Warley teve que sair agora, né, e ele volta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, o Warley voltando, ele assume o lugar dele na Mesa. Combinamos assim? E ele falará, dando o relato? O Osvaldo?

SR. OSVALDO FAWERHARMEL: O Warley, ao se retirar, ele pediu que eu o representasse na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu peço que coloquem mais uma cadeira aqui, na ponta da mesa, que o Osvaldo fica representando até a COBAP voltar. E também dizer que vai ter uso da palavra, com certeza, o companheiro que representa – lá atrás – a ABGLT, a livre orientação sexual, que eu sempre tenho a mania de falar, que V. Exa. também terá a palavra em seguida. Nós vamos só orientar aqui e virá também para a Mesa.

Então, de pronto, para iniciar a Audiência Pública, antes de passar a palavra aos petroleiros, eu vou passar ao Presidente em exercício, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores. Na verdade, trata-se de um assunto que nós conversamos ontem, por telefone, Senador Paulo Paim, da importância dessa Comissão de Direitos Humanos se fazer presente na delegação do Legislativo Brasileiro, para participar da Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas, que se realizará de 7 a 18 dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

Tendo em vista que os Direitos Humanos inclui o conjunto de toda a realidade, e a realidade do aquecimento global, das tragédias naturais que o mundo tem assistido, a necessidade de reafirmar compromissos com o futuro da vida no planeta, é que essa conferência em Copenhague tem uma relevância extraordinária.

Nesse sentido, eu queria solicitar à V. Exa. que, no momento oportuno – em virtude até que eu vou para outra Comissão, mas se achar conveniente que eu possa aqui defender -, na hora de votar, eu estou sugerindo em requerimento à Comissão de Direitos Humanos para que indique dois senadores desta Comissão de Direitos Humanos para compor a Delegação Brasileira, junto à 15ª Conferência de Mudanças Climáticas, na Dinamarca. É o requerimento que faço a V. Exa., já protocolado, esperando que, durante a sessão, em algum momento, possamos votar e aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exa. sairá e voltará? Quando V. Exa. voltar, nós votamos esse requerimento e um outro... Se tiver dificuldade, eu não tenho problema nenhum de votar, agora, inclusive.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É que nós faremos, agora, ainda, a coleta necessária de assinaturas para que possamos proceder à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom, então.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está assegurado à V. Exa. que, antes de encerrar a audiência, nós votaremos o seu requerimento. De imediato, a palavra para o companheiro Dirney, que é do Rio Grande do Sul, um lutador histórico do movimento social, para usar, nesse momento, a tribuna, aqui, do Senado, para falar sobre a greve dos petroleiros.

SR. DIRNEY ALVES RIBEIRO: Senador Paim, os demais companheiros de luta que estamos aqui para prestigiar, mesmo no momento de dificuldade para nós, petroleiros, estamos honrados – é uma palavra muito singela dizer honrado, honradíssimos – em participar de uma sessão aonde o senador – não quero ser egoísta em dizer Senador do Rio Grande do Sul -, senador do Brasil, senador da nação, o nosso irmão Paim, Paulo Renato Paim, é homenageado. Todos nós, petroleiros, que estamos aqui, em comissão, esperávamos vir a uma audiência com o senador, mas estamos aqui participando mais do que uma simples audiência, participando de um ato de alguém que merece que todos os trabalhadores, independente, negros, branco, aposentados, na ativa, todos os trabalhadores de Brasil gostariam de estar não dizendo palavras, e, sim, estendendo a mão a ti, Paim. Então, esta homenagem, eu quero, antes de fazer o relato, deixar aqui registrado para todos aonde chegar o nosso eco. Pode ter certeza, o Brasil se sente honrado em homenagear o Paim.

Nós, petroleiros, buscamos uma audiência com o senador. Será que é só porque ele é o senador da República? Não, senhores. Nós buscamos uma audiência

porque estamos em campanha reivindicatória com a PETROBRAS, a maior empresa do Brasil. E essa, que é a maior empresa, está desafiando, não só os trabalhadores, está desafiando a bandeira do senador. O senador busca diuturnamente – e não por eu ser gaúcho e conhecer o senador e a sua família. Felizmente, para todos nós, a Serra do Rio Grande deixou ele descer da Serra para o Planalto e para o Brasil.

E a bandeira dele é buscar a igualdade, principalmente para os aposentados. E a maior empresa do Brasil, o que ela desafiou? Discriminando os aposentados exatamente nos seus encaminhamentos de negociação. A PETROBRAS usou, como mote principal, não dar nenhum reajuste para aposentados. E pode alguns dos senhores até não entender por que o aposentado tem que ter esse mesmo direito do ativo, porque nós, através da FUNDAÇÃO PETROS, assinamos um contrato e a PETROS, a fundação, que é parte da PETROBRAS, assinou conosco um compromisso de manter 90% do ganho da ativa. Mas não é de graça, não. Não é dádiva. Nós pagamos para isto. Pagamos a vida toda para ter esse direito, e a PETROBRAS, simplesmente, desconhece, por interesse de alguém que manda na empresa e acha que os trabalhadores não fizeram nada.

A PETROBRAS chegou a 56 anos pelas mãos de todos nós, pelas mãos de todos os brasileiros e, principalmente, seus aposentados. E qual foi o nosso recurso? Vamos buscar com o Paim intermediar. Nós não queremos greve, ainda não estamos em greve. Estamos em assembleias para decidir a greve. Estamos com a greve já... É pauta nós entrarmos em greve. Agora, queremos, antes da greve, que ela reconheça, porque nós estamos com seis companheiros ocupando um prédio da PETROBRAS, no Rio de Janeiro, onde começamos a negociação. E uma ocupação... Nada mais do que ficar numa sala. O senador já fez presença nesse Senado de como se deve, pacificamente, buscar os seus direitos, os seus interesses.

E o que a empresa fez? Ela simplesmente isolou os companheiros, não permite que eles recebam refeição, não permite que eles tomem banho, ela não permite que eles recebam nenhuma comissão. Então, Paim, para ser o mais breve possível, estamos buscando com V. Exa., senador, que seja o nosso intermediador, para que nós saíamos desse impasse, sem nenhum enfrentamento, que, se for preciso, nós vamos ter que fazer. Então, em nome de todos os petroleiros da Frente Nacional dos Petroleiros, contamos com a tua habilidade de buscar essa solução para todos. Muito obrigado, Paim. Desculpe.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dirney, deixa eu te falar. Eu, com alegria, recebo esse... eu diria esse convite, porque nós somos parceiros de todas as jornadas. Eu acredito que a direção da nossa querida PETROBRAS – porque todos nós temos um carinho muito forte com a PETROBRAS -, que ela há de abrir as portas para a negociação. Isso nós conseguimos fazer com a greve dos Correios – o pessoal dos Correios sabe – por duas ou três oportunidades.

Isso nós fizemos com a greve dos bancários recentemente, tanto no momento que iniciou a greve total, como depois, que ficou só a Caixa e o Banco do Brasil. Isso nós fizemos em outros momentos em greve dos servidores. Por isso que, ao encerrar essa Audiência Pública, eu farei contato, de imediato, com a alta direção da nossa, repito, querida PETROBRAS, porque eu sei que vocês todos querem a PETROBRAS com o mesmo carinho, com o mesmo sentimento que eu tenho e que o povo brasileiro tem. E é inadmissível o relato que você aqui falou, que há companheiros nossos que não estão recebendo água... É isso mesmo?

SR. DIRNEY ALVES RIBEIRO: Isso, é. Não está.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nem água e nem alimento?

SR. DIRNEY ALVES RIBEIRO: Não, só água.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só água?

SR. DIRNEY ALVES RIBEIRO: Só água.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso é inadmissível.

SR. DIRNEY ALVES RIBEIRO: Alimentos, só forçado. Só quando se ‘força a barra’.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então eu vou permitir... Eu quero que toda a Mesa faça a sua saudação e depois eu vou permitir, inclusive, que outros companheiros que estão aqui possam também fazer uso da palavra.

Eu vou passar, nesse momento, e não é pela idade, mas é porque ele é aqui o Presidente da Nova Central Sindical, e que ele falando como o Presidente da Central, eu sei que ele está falando, porque eu sei que há um sentimento, e o Calixto sabe disso, com o trabalho que a gente tem feito aqui, no Congresso, com todas as Centrais Sindicais. Depois, o José Augusto vai falar em nome do Fórum. Então, Calixto com a palavra.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Caro Senador Paulo Paim, companheiros e companheiras integrantes da Mesa, minhas companheiras e meus companheiros do Plenário. Na verdade, não é difícil falar sobre o Senador Paulo Paim, não apenas como senador, mas

também como deputado e, acima de tudo, como companheiro, como amigo.

Eu seria, talvez, suspeito para falar a seu respeito, tendo em vista que nós conseguimos concretizar uma amizade, há bastante tempo, baseada em um princípio fundamental, que é exatamente o princípio do respeito às opiniões, do respeito à sinceridade, do respeito à moral e respeito à ética. Nós aprendemos isso e concretizamos essa amizade com o Senador Paulo Paim.

Já ouvimos todas as manifestações dos senadores e que, para que você tivesse que elencar todas as suas qualidades, teria que escrever um livro para contar a sua trajetória, desde a sua atuação como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas até o estágio em que se encontra hoje. Eu lembro que nós passamos uma fase muito difícil, quando o próprio partido que integra o PT candidatou o Senador Paim e a Senadora Emília Fernandes para a disputa de uma vaga.

A dificuldade é que nós tínhamos um relacionamento – nós, o Movimento Sindical – muito estreito, também, com a Senadora Emília Fernandes e tínhamos também com o Senador Paulo Paim. Mas, depois de uma análise muito profunda e reuniões e mais reuniões, nós chegamos à conclusão de que devíamos apoiar o Senador Paulo Paim e assim o fizemos. Mais tarde, nós teremos a mesma dificuldade. A essa altura, como já foi dito pelos senadores, nós temos um compromisso com o Senador Paulo Paim. Não um compromisso isolado de pessoas, é compromisso sem nenhuma mistura, digamos assim, mas é o compromisso do Movimento Sindical com o Senador Paulo Paim. Nós precisamos trazer o senador de volta e temos que assumir esse compromisso, o qual eu assumo pela Nova Central Sindical de Trabalhadores. Tenho certeza absoluta que todas as demais Centrais assumirão. E quero, senador, assumir também pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

O senhor sabe que eu sou pernambucano, não tenho voto para lhe dar, mas temos um pouco de amizade pelo país afora, especialmente no Rio Grande do Sul, aonde iremos, pessoalmente, em todas as oportunidades que forem necessárias para, exatamente, fazer esse apelo aos companheiros do Rio Grande do Sul, exatamente pela necessidade que nós temos, sem demérito dos demais senadores, mas pela aproximação que nós fizemos e pela sua luta em prol da nossa causa. Então, o Movimento Sindical Brasileiro tem obrigação de trazer V. Exa. de volta para esta Casa.

[palmas]

Com relação à aposição da sua fotografia... Até pegou um pouco mais novo ou então maquiaram bem ali, porque ele está um pouco mais quebrado hoje. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O que um computador não faz, não é?

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Pois é. Já foi dito aqui e é desnecessário repetir. Foi uma homenagem aparentemente singela, mas uma homenagem merecidíssima e é bom que os primeiros depoimentos não foram dados pelo Movimento Sindical, foi dado pelos próprios colegas que convivem diuturnamente com V. Exa., nessa Casa.

Então, eu queria, simplesmente, apresentar as nossas mais sinceras homenagens também. E eu vou ter que fazê-lo, com a devida permissão, em meu nome pessoal, em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, em nome de todas as Centrais Sindicais deste país, em nome do Movimento Sindical Brasileiro, e expressar os nossos mais efusivos parabéns por essa homenagem que V. Exa. recebeu nesta manhã, pedindo permissão para nos incluir, também, nessa homenagem que V. Exa. acabou de receber. Muito obrigado

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra, de imediato, ao Osvaldo. O Osvaldo representa a COBAP. COBAP essa que vocês estão acompanhando essa luta em defesa dos aposentados, pensionistas e também o fim do fator. O Warley, nesse momento, se encontra em mais uma negociação lá na Câmara dos Deputados.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na CCJ. Como a TV Senado transmite, é bom registrar que o Warley só não está aqui porque, nesse momento, está lá na CCJ, com os relatores, na questão do fator e do PL nº. 1. Então, com alegria, Osvaldo... Projetos todos de nossa autoria, aprovados por unanimidade aqui, no Senado.

Eu passo a palavra ao Osvaldo, e dizer que todos aqui, repito, terão direito à palavra.

SR. OSVALDO FAWERHARMEL: Senador Paim, companheiros da Mesa, assistência aqui presente. Relatar o que representa o Senador Paim, a atuação dele, eu não sou capaz de fazer tanto quanto os senadores que homenagearam o seu colega o fizeram, com maior propriedade do que eu possa fazer.

Nada mais justo essa homenagem, essa fotografia que fica aqui, para a posteridade, homenageando as atuações do senador até esse momento. Não posso dizer do que já foi dito, seria repetitivo e eu omitiria algumas atuações do senador, o que seria injusto. O

que eu posso falar, falando em nome da COBAP e da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul, como me pediu o Warley... Eu falo em nome de todas as federações e de todos os aposentados, que nós representamos, no país, 26 milhões de benefícios, porque muitos deles são benefícios assistenciais, que não são aposentadorias, mas são benefícios.

Nós podemos, este, sim, eu vou destacar, a luta do Senador Paulo Paim em defesa dos direitos humanos. Ele sempre fez essa defesa. E em defendendo os direitos humanos, a principal atuação, que eu vejo, é em favor dos aposentados, pensionistas e idosos. Tanto é que foi a criação do Estatuto do Idoso que, em boa hora, veio sanar muitas deficiências que haviam e que, infelizmente, ainda não está plenamente sendo executada.

Nós tivemos, há uma semana atrás, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma comemoração dos seis anos da aprovação do estatuto. Estava presente o senador e eu me fiz presente também. Foi lá citado o que ainda deve ser implementado. Mas eu quero destacar a luta do senador em defesa dos aposentados. Devem ter prestado atenção que o senador, quando deputado, ele foi também Presidente da Comissão em fator salário-mínimo.

Nessa, ela fez uma peregrinação por todo o país, com toda a Comissão do Salário-mínimo, esteve em Porto Alegre e esteve no Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, eu me recordo perfeitamente a luta dele em favor do salário-mínimo e dos aposentados, naquela ocasião. Ele já pregava, naquela ocasião, os cem dólares para o salário-mínimo.

Não satisfeito com isso, na elaboração da Constituição, como constituinte, foi inserido muitos artigos em favor dos aposentados. Depois, com o advento da Lei 8.213, que veio castigar os aposentados, que a Constituição havia restituído todos os valores dos aposentados, a Lei 8.213 começou a nossa defasagem. O senador – nessa altura, já senador -, não satisfeito com isso, apresentou os projetos que estão em tramitação, todos eles em favor dos aposentados e dos aposentandos. Isso que é mais importante: ele não se preocupa com os já aposentados, com os futuros aposentantes também ele está muito preocupado. No Senado, ele conseguiu a aprovação, como todos sabem, para a integralidade dos seus pares. Na Câmara, estamos lutando. Ontem nós tivemos aquele movimento memorável na Câmara dos Deputados, e o Presidente prometeu – e já está no site da Câmara – que, provavelmente, será votado dia 4, quarta-feira da semana que vem, como prometeu, na presença, também, do senador, o Presidente Michel Temer.

O Senador José Nery fez uma petição aos gaúchos, que o conduzisse de volta. Senador, eu peço permissão para repetir aquilo que eu disse semana passada, lá na Assembleia. Eu gosto muito de falar em números, dizer o que nós representamos, quantos somos. Eu não vou falar do Brasil porque, no caso, aqui, interessa é o Rio Grande do Sul. Nós somos, no Rio Grande do Sul, dois milhões e duzentos mil aposentados e nós temos, com certeza, cada casa de aposentado, três votos. Esse é o nosso valor político. E, naquela ocasião, eu afirmei para o senador, e repito aqui, para que chegue aos ouvidos do Senador José Nery, que estes dois milhões trarão novamente o senador para mais oito anos de mandato. Tenham a certeza disso [palmas], que os gaúchos, os aposentados, saberão retribuir tudo aquilo que, durante a sua luta, o senador vem trazendo para cá em favor dos aposentados. E nós, como aposentados do Rio Grande do Sul, e também quero agora, em nome da COBAP, dizer que a COBAP estará lá, também, peticionando, como nos disse aqui o representante da PETROBRAS, dos trabalhadores da PETROBRAS, que estará, ou o Calixto, que estará no Rio Grande do Sul, fazendo campanha. Eu digo que é desnecessário, porque nós, aposentados, saberemos reconduzir o Senador Paulo Paim para mais oito anos. Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos da Mesa, o Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, o Boaventura, que registre-se, foi ao Rio Grande do Sul esse fim de semana, participar de um evento lá, e eu tive a alegria de ser Relator de projetos, aqui na Casa, que ele provocou, a categoria provocou. Como ele tem uma audiência, ele pediu para fazer uma saudação. Em seguida, voltamos à Mesa.

SR. JOSÉ BOAVENTURA SANTOS: Senador Paim, companheiros e companheiras da Mesa. Peço desculpas por adiantar na fala, mas não poderia deixar de sair daqui – eu tenho um compromisso agora, no Ministério Público – e dizer da nossa satisfação e do nosso carinho e o nosso respeito por esse mandato.

Quero aqui subscrever as palavras do companheiro Calixto, e os vigilantes do Brasil se associam a esse compromisso com o seu mandato. Quero, também, externar a nossa solidariedade aos companheiros da PETROBRAS, dizendo, inclusive, que nós já estamos com um material no nosso site. [palmas] Estamos, também, hoje, mobilizando os sindicatos de vigilantes que têm vigilantes trabalhando na PETROBRAS, para que esses companheiros estejam irmanados nessa luta dos companheiros. Até porque

os vigilantes da PETROBRAS, Senador Paulo Paim... Aliás, os vigilantes como um todo, e na PETROBRAS não é diferente, e os prestadores de serviço como um todo, melhor dizendo, são tratados de uma forma diferenciada, de uma forma discriminada. Ou seja, a alimentação para um é de uma forma; para outros, é de outra forma; transporte para um é de uma forma, transporte para outro é de outra forma; local para fazer refeição, para o petroleiro, é de uma forma – que os companheiros conquistaram –, para os terceirizados, é de outra forma; a assistência médica para os diretos é de uma forma, para os terceirizados é de uma forma. Ou seja, também... E os companheiros, esse ano, na sua pauta, estão colocando cláusulas que buscam corrigir essas desigualdades e trazer todos para o campo dos princípios da igualdade de direitos.

Ou seja, que, na verdade, os companheiros do Movimento Sindical sabem muito bem que essa terceirização, a qual nós estamos majoritariamente submetidos, ela criou categorias, classes diferentes de trabalhadores, uns com direitos e outros sem direitos. Daí a nossa solidariedade, o nosso apoio e a nossa participação, também, na luta dos trabalhadores da PETROBRAS.

Quero, para finalizar, dizer da nossa história, senador, com o seu mandato, antes do seu mandato, porque, na verdade, o conheci a distância, ainda, como militante, com vinte e poucos anos de idade, lá no primeiro CONCLAT, em 1981, junto com outros companheiros aqui, no Movimento Sindical. E logo em 83, como Secretário da CUT, está certo? E, obviamente, sempre... Se a gente olhar a sua conduta, a forma foi sempre essa, inclusive dentro do Movimento Sindical, como dirigente sindical. A forma foi sempre esta, de construir e olhar os interesses daqueles mais necessitados.

Da parte dos vigilantes, o seu mandato tem sido para a gente a âncora dentro do Congresso Nacional, e o senhor sabe muito bem que a qualquer instante que nós, inclusive, fazemos contato por telefone, em qualquer lugar, a sua acolhida tem sido, assim, indiscutível. Precisamos, em agosto, de uma Audiência Pública, de um espaço aqui para discutir os interesses da nossa categoria, o senhor, de imediato – estava no Rio Grande do Sul -, confirmou a data dessa Audiência Pública.

E o senhor, da mesma forma, tem projetos, tomou a iniciativa de apresentar projetos, também tratando como especial o tempo de serviço dos vigilantes para efeito de aposentadoria, porque é um segmento de trabalhadores que também, igual jogador de futebol, que, a partir dos 40 anos, não mais, segundo alguns, equivocadamente, servem para prestar segurança. Da

mesma forma, também, o senhor apresentou o projeto que estabelece a obrigatoriedade, o reconhecimento do risco da atividade.

De forma que, para nós, o senhor... Não só para os vigilantes do Rio Grande do Sul, mas os vigilantes do Brasil, o senhor é o patrono da nossa categoria. E, com certeza, dissemos isso, o 'Chico Vigilante' disse isso lá no Rio Grande do Sul essa semana, se necessário for... Apesar de confiar nesse compromisso dos aposentados, mas, se necessários for, os trabalhadores do Brasil e os vigilantes, em especial, o companheiro Calixto já disse, se preciso for, nós vamos também mobilizar os nossos segmentos.

Os companheiros, vigilantes do Rio Grande do Sul, juntamente com outras categorias, estarão lá, presentes, para reconduzir esse mandato, que é o mandato dos trabalhadores do Brasil. Não é o mandato somente dos trabalhadores e dos aposentados do Rio Grande do Sul, mas o mandato dos trabalhadores do Brasil. O senhor é merecedor de toda a nossa homenagem, e, com certeza, a sua grandeza fará muito bem para o nosso país, muito bem para o nosso Brasil. Obrigado. Desculpe por precisar me ausentar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra, nesse momento, à Sra. Denise Granja. Dizer, Denise, que, para mim, foi muito bonito, muito gostoso ver você presidir, lá no Rio Grande do Sul, em Canoas... Eram cinco encontros, não é? Aquele encontro nacional que discutia o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com os olhos na Convenção Internacional.

Foi um momento belíssimo. Eu queria te cumprimentar por aquele evento e fiz questão que você estivesse aqui, nessa manhã, tarde quase, para que a gente pudesse, nessa Mesa, que, na verdade, tem a cara da minha visão dos direitos humanos, que é o corte da diferença, falando pelo o nosso querido CONADE, e você, como Presidente, se deslocou e está aqui conosco. Muito obrigado. Está com a palavra.

[palmas]

SRA. DENISE GRANJA: Senador, como Presidente do CONADE, eu gostaria de falar fora do microfone, embora sabendo que... Pelo menos supondo que não tem ninguém com deficiência visual, mas para que as pessoas com deficiência visual que, eventualmente, estivessem aqui, pudessem localizar a pessoa que está falando, porque, normalmente, eles se dirigem para as caixas de som, mas, como Presidente do CONADE, eu tenho o dever de falar fora do microfone, para que elas me localizem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Pela televisão, eles podem não estar te vendo, mas estão ouvindo.

SRA. DENISE GRANJA: É, tem os que estão ouvindo. Então, eu estou aqui, como Presidente do CONADE, também, querendo agradecer essa oportunidade que o senhor está nos dando de estar aqui, fazendo a nossa manifestação, primeiro de parabenizar por todo o trabalho que o senhor tem feito e da nossa admiração profunda, que se estreitou mais lá em Canoas.

Antes, o senhor já tinha assumido o compromisso com os segmentos de deixar os projetos, aguardando que todos se manifestassem, que a gente fizesse esses cinco encontros, que foram encontros que foram resultados de uma moção da 2ª Conferência Nacional. E esses cinco encontros eram para que todos os segmentos, vinculados à pessoa com deficiência, pudessem se manifestar para que os projetos de lei que estão tramitando aqui, e que seriam os projetos que iriam instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eles estivessem em perfeita harmonia com a convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiências, que foi homologada aqui, pelo Brasil, foi ratificada, com o status de emenda constitucional.

[palmas]

E, no momento da ratificação, a atuação daqui, da Comissão de Direitos Humanos, foi importantíssima, quando abriu um espaço, também, para o debate sobre o assunto; é mais um agradecimento que a gente tem. E são agradecimentos que serão eternos, porque essa conquista, ela é uma conquista ímpar, porque desconheço outra convenção que tenha sido ratificada no Brasil, com status de emenda constitucional, porque houve o *quorum* suficiente para isso. E a Comissão de Direitos Humanos, sob a sua Presidência, foi de fundamental importância nesse momento de conquista.

E agora, nesse segundo momento, em que a regulamentação da convenção está sendo trabalhada, apesar dos projetos de lei terem sido... Por isso, até, porque eles não estão em harmonia com a convenção, eles foram apresentados antes da convenção. Então, é necessário que todos os movimentos de pessoas com deficiência se manifestem e ofereçam as suas contribuições para que esse Projeto de Lei realmente contemple todos os segmentos e os direitos da pessoa com deficiência.

E como eu sempre costumo falar, quando a gente está defendendo um direito, a gente está defendendo o nosso próprio direito, porque a gente não sabe se... Hoje eu estou aqui; amanhã, eu posso estar na

cadeira de rodas, posso estar sem ver, sem ouvir. E, se eu não morrer antes, quando eu ficar mais velhinha do que já sou, eu vou, também, ficar com a visão mais comprometida, a audição, a mobilidade... Então eu estou construindo um Brasil para mim mesma, no futuro. E, se eu não chegar lá, construindo para outras pessoas que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita dizer, uma jovem senhora, nada de velhinha, uma jovem senhora.

[palmas]

SRA. DENISE GRANJA: Obrigada. Mas eu gostaria de deixar aqui o CONADE à disposição, para que a gente... Gostaria, também, que o CONADE tivesse... Mesmo que o senhor não seja mais Presidente dessa Comissão, mas que o CONADE continuasse tendo esse diálogo que sempre teve, essa abertura que sempre teve com o senhor. E colocar o CONADE à disposição, também, de todos os parlamentares, para continuarmos com esse diálogo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Quando a gente defende as pessoas com deficiência, está defendendo também a família deles, os amigos, todos os profissionais da área. E é um universo muito maior do que os 26 milhões de brasileiros que estão... Os idosos, até os idosos estariam nesse caminho de defesa também. Muito obrigada a todos e parabéns para o senador, pelo seu trabalho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço a Sra. Denise Granja, e dizer... É que a mesa não comportou, mas vocês vão falar aqui, na mesa, ainda. Vai falar ainda o Evaldo Amorim, representante de GLBT, que está representando aqui o 'Toni', que a Comissão conhece, que falou aqui diversas vezes. E vai falar também a Vera. Está aí firmezinha, não é, Vera? Fique aí. A Vera Lêda Ferreira de Moraes, Diretora de Assuntos Parlamentares, que representa aqui o Moacir, que tem sido parceiro nosso aqui, de forma permanente. E é aqui do GDF, ainda.

Então, eu passo a palavra, nesse momento, ao representante da CORDE, que tem sido parceira conosco, aqui, nessa Comissão, durante anos e anos, que aqui está representada pelo Sr. José Rafael Miranda, que está com a palavra, nesse momento.

SR. JOSÉ RAFAEL MIRANDA: Boa-tarde a todos. Eu gostaria, antes de iniciar, em nome do Senador Paulo Paim, trazer a saudação do nosso Ministro Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e da nossa Coordenadora Geral da CORDE, que é a Coordenadoria Nacional para Pessoa Portadora de Deficiência, Dra. Izabel Maior. E já trazer

uma boa notícia, que, depois de 20 anos de existência da CORDE, e também com o apoio da comissão junto ao Senador Paulo Paim, conseguimos o status de Subsecretaria Nacional de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência, que nasceu a semana passada. [palmas] Isso é um grande ganho para o segmento das pessoas com deficiência.

Falar das pessoas com deficiência, da luta, da pessoa do Senador Paulo Paim, realmente, assim, eu já tenho acompanhado há alguns anos também a trajetória do senador e, ouvindo os nossos antecessores aqui, é uma responsabilidade muito grande, senador. Diante do quadro que foi apresentado, diante do quadro que o nosso país passa, com as crises, a sua posição, hoje, perante o cenário nacional e perante a diversidade da sociedade, é muito grande. A cada dia, eu acho que o senhor levanta e fala: "Hoje eu tenho um compromisso com o segmento dos idosos. Hoje eu tenho um compromisso com o segmento das pessoas com deficiência. Eu tenho o meu nome a zelar e tenho todo um segmento da sociedade a lutar por eles". E isso é muito sério. É muito sério, porque não são poucas pessoas. Quando foi colocado aqui, pelo colega, que são 26 milhões de aposentados, hoje são 26 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência nesse país. E a cada dia eles ficam na expectativa dos parlamentares resolverem a sua vida. [palmas] A ter direito à saúde, a ter direito à educação, a ter direito a um trabalho, a ter direito a órteses e próteses. E aí a gente pensa: hoje nós estamos aqui – como a colega do CONADE colocou, a Denise –, hoje nós estamos aqui, podendo falar e lutar por uma causa; amanhã, talvez não. Alguém vai estar lutando por nós. Amanhã, podemos nos tornar uma pessoa com deficiência.

Então, nós não estamos lutando por um segmento, estamos lutando por uma sociedade mais justa e igualdade de condições. Estamos... O Brasil, hoje, para vocês terem uma ideia, nessa questão da pessoa com deficiência, é considerado o quinto país mais inclusivo das Américas. Por quê? Por ter uma legislação voltada para as pessoas com deficiência que mais contemplam esse segmento. Mas, muitas vezes, a prática ainda não está como deveria estar acontecendo.

E para que isso aconteça e, justamente, que exista uma Comissão de Direitos Humanos para acompanhar isso, para denunciar. Se existe uma convenção hoje, foi luta do segmento das pessoas com deficiência. [palmas] E todo o processo da implementação da convenção cabe aqui, na Casa, no Congresso Nacional, implementar e fazer com que ela seja a melhor possível, para que todos nós, amanhã, possamos ter orgulho de dizer: "Participamos desse momento histórico". Aqui, como hoje, o senhor está ali, naquele quadro, e

nós possamos chegar ali e dizer: “Realmente, o Senador Paulo Paim foi uma pessoa íntegra e que a gente pôde confiar e levou a causa das pessoas com deficiências, a causa das pessoas idosas, seja do índio, de qualquer segmento da sociedade”. Porque a sociedade brasileira, ela não feita por um segmento, mas por uma diversidade, que, muitas vezes, nós fomos educados para viver no mundo dos perfeitos. E, muitas vezes, a gente só olha para o lado quando acontece alguma coisa conosco, no nosso dia a dia.

[palmas]

Então, hoje, nós temos que pensar no dia a dia e na sociedade como um todo. Então, senador, eu gostaria também de, antes de finalizar, lembrar, que aqui não foi colocado, existe, hoje, no mundo, o dia 03 de dezembro, que é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Existe no Brasil, hoje, o dia 21 de setembro, que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, que foi de autoria do Senador Paulo Paim. Então, hoje, nós temos um motivo de orgulho, também, para comemorar e discutir as causas da pessoa com deficiência.

Então, a questão das audiências, que sempre estamos participando aqui, na Casa, a questão do diálogo que se abre com o senador, com os outros deputados, enfim. A todo o momento, nós temos essa oportunidade de conversar, e não de um embate, e, sim, de uma discussão ética, política e saudável, porque nada, por meio de um embate, a gente vai chegar a um final feliz.

Eu acho que a gente tem que ter uma postura e, realmente, caminhar nesse sentido. E, assim, eu termino, saudando, mais uma vez, ao senador e dizer que a gente conta, futuramente, com o senhor, novamente, na Casa. E vamos fazer muito, ainda, pelas pessoas com deficiência e pelas minorias nesse país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Sr. José Rafael Miranda, pelas suas palavras. Eu passo, de imediato, para que faça o seu pronunciamento, o Sindicalista Ricardo Nerbas. E vou passar para o Ricardo, agora, Ricardo, porque o Ricardo representa aqui um programa que talvez nem todo o Brasil saiba, que é o Cantando as Diferenças.

É um programa, onde eu sou, como eles dizem, que foi construído e embalado nos estatutos que eu aprovei aqui, no Congresso, no Senado, principalmente, e que está instalado já em 304 municípios do Rio Grande, que as prefeituras assumem o compromisso que está nessa Mesa: combater todo o tipo de preconceito, discriminação, ter políticas – ele que vai falar, mas só

vou introduzir – para pessoas com deficiências, para idosos, para mulher, para combate à violência, para as crianças, para livre orientação sexual, para o combate a todo tipo de preconceito a negro, mulher, branco, índio, enfim, ele vai falar. Ricardo, com a palavra, mas eu faço questão de dizer que eu tenho muito orgulho, que foi inspirado no nosso mandato, que foi criado esse projeto, que tem uma coordenação formada por intelectuais e pessoas do povo lá no Rio Grande do Sul, e que eu apresentei, porque eu queria que fosse um projeto nacional. Apresentei aqui, no Senado, o projeto, foi aprovado por unanimidade no Senado e está pronto para ser votado na Câmara, com o parecer favorável do ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que era o frei, o Padre Luiz Couto. O Luiz Couto deu parecer favorável. Então, Luiz Couto, um abraço para você. Eu sei que não é fácil lá, porque algumas divergências, mais de disputa de beleza, porque o projeto é um projeto lindo.

O prefeito que ler que o projeto, independente de partido, ele adota o projeto, e está tendo uma dificuldade lá em uma última Comissão, e o Luiz Couto está lutando, lá, como um guerreiro que ele sempre foi, para que o projeto seja aprovado. Mas, Ricardo, você que vai falar, não eu, sobre esse programa.

SR. RICARDO NERBAS: É uma honra, não é, senador, e um compromisso. Quero, em primeiro lugar, senador, cumprimentar esse grande senador gaúcho, senador gaúcho, senador do Brasil, cumprimentar os companheiros de Mesa, cumprimentar os companheiros do Movimento Sindical que estão aqui presentes, cumprimentar, em especial, os companheiros dos movimentos populares.

É uma honra para nós, do Programa Cantando as Diferenças, Senador Paulo Paim, estar presente neste dia, neste ato da colocação da sua foto, que o senhor tanto honra o povo brasileiro, nas suas lutas em defesa dos direitos humanos, em defesa do homem brasileiro, para não dizer do homem de todo o planeta. Aqui mesmo, nós, neste ato festivo, comemorando com toda a justeza o seu trabalho nesse mandato, que nos deixa muito dignos de poder participar deste momento.

O senhor já recebeu, já, duas demandas. Eu imagino o que é o seu compromisso, eu acompanho um pouco, é uma demanda em cima da outra. E, no ato festivo, o senhor já está com duas grandes demandas aqui, uma da Câmara e uma na maior empresa brasileira. Veja que compromisso tem esse homem público com o seu povo, senador. O nosso muito obrigado por essa luta, por essa dedicação. O senhor bota alma, o senhor bota coração, o senhor bota a cara, o senhor bota tudo de si em nome das causas que o senhor

acredita e que nós precisamos muito do senhor. Muito obrigado, senador.

O Programa Cantando as Diferenças, ele tem a honra de estar participando desse processo, senador. O senhor é o coordenador do nosso Programa Cantando as Diferenças. E eu não poderia deixar de citar aqui, neste momento, duas pessoas que não estão aqui, que é o nosso articulador político, Santos Fagundes. Palmas para o Santos Fagundes, senador. [palmas] E o nosso Coordenador Acadêmico, Professor Otomar Tesch. Eles não estão aqui fisicamente, mas tenho certeza que, de coração e de alma, estão aqui, com o senhor. O senhor pode ter certeza disso. Estão lá no Rio Grande do Sul, torcendo por esse grande dia aqui, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] totalmente cego?

SR. RICARDO NERBAS: Totalmente cego. Totalmente cego.

É, o Santos Fagundes é um cego que está me ensinando cada vez a enxergar mais, não é, senador? E vou falar um pouquinho do programa, se vocês me permitem--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] essa última novela, agora, da Rede Globo, como é o nome da última novela?

SR. RICARDO NERBAS: Não sei o que da vida aí, falando da vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Viver a vida.

SR. RICARDO NERBAS: Viver a vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele, pelo trabalho que ele tem feito conosco, eu disse para ele: "Garoto propaganda, agora, em Santos, hein?". Ele deu risada ontem. Ele convidado a fazer, a dar um depoimento lá sobre essa caminhada de todos nós, enfim, e como é ser articulador político. Ele é liberado pelo meu gabinete e coordena essa área, principalmente, do Cantando as Diferenças.

SR. RICARDO NERBAS: Agora, o passe dele vai ficar mais caro, porque, agora, ele virou artista, vai ser artista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora, pode pedir aumento.

SR. RICARDO NERBAS: É [risos]. O Programa Cantando as Diferenças é o reconhecimento político, senador, das diferenças sociais, culturais e individuais, por meio de uma ampla articulação com os municípios e a comunidade. Hoje, nós já estamos presentes em mais de 300 municípios e com a participação e o apoio dos movimentos populares e Movimento Sindical.

Senador, neste dia tão importante, que é o dia da apresentação da sua foto na Comissão dos Direitos

Humanos desse Senado, nós não poderíamos deixar de faltar... Nós tínhamos que estar aqui, presentes, senador. O senhor já disse antes, mas eu acho que sempre é bom ressaltar que o senhor é um senador gaúcho, que nos orgulha, eu tenho absoluta certeza que o Calixto, grande Presidente, grande líder do Movimento Sindical, disse que nós, o povo gaúcho, temos obrigação de reconduzir o Senador Paulo Paim para o Senado. Eu posso lhe garantir que o povo gaúcho vai reconduzir o Senador Paulo Paim para o Senado, e vai reconduzir a Senador Paulo Paim com uma expressiva votação, uma votação histórica o senador vai fazer. O povo gaúcho reconhece e admira o Senador Paulo Paim. O sacrifício que ele faz para as causas da sociedade, as causas, os direitos do cidadão, senador.

O senador, o senador dos movimentos populares, senador do Movimento Sindical, me permita aqui fazer algumas lembranças de alguns grandes projetos que, a nosso ver, contribuíram significativamente para o avanço da cidadania brasileira. O Estatuto do Idoso, o Estatuto do Idoso foi um marco. Nós todos, se já não o somos, vamos ser, não é? E se não somos, temos que lembrar com muito carinho os nossos pais, os nossos avós, o quanto eles foram importantes para nós, o quanto eles contribuíram para a sociedade brasileira. E nós estamos aqui, se nós estamos usufruindo alguma coisa, é graças a eles. E o senhor trouxe reconhecimento, trouxe lembrança, trouxe dignidade a essas pessoas e, mais do que isso, o senhor deixou um documento de cidadania para a eternidade, para eles e para nós, no futuro. Muito obrigado, senador, pelo Estatuto do Idoso. [palmas] Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial que ainda tramita lá na Câmara, já aprovado aqui, no Senado, em fase de, digamos assim, assinatura, já.

Poxa vida, o Brasil tem uma dívida – eu acho que a maior dívida que o Brasil tem – para com parte significativa do povo brasileiro e do segmento que – eu não tenho dúvida em dizer isso, senador – foi o que mais trabalhou para o crescimento do Brasil. Teve pouco reconhecimento, mas foi o que mais trabalhou.

Desde 1.500, lá, começou com os índios, não é? Começou com os índios, depois vieram os negros para fazer esse papel. E que nós, brasileiros, todos os brasileiros – brancos, negros, índios – temos que nos dar as mãos e fazer esse justo reconhecimento a esse grupo da sociedade brasileira que tanto contribuiu. Muito obrigado, senador, por esse belo trabalho.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, outro segmento da sociedade que eu vejo o senhor dizer, e eu me somo. Quem de nós não tem uma deficiência, quem de nós não tem uma deficiência? Então, é mais do que uma justiça. Denise, vocês lutam tanto por...

Tu lutas, coordena isso hoje, nacionalmente, acessibilidade para essas pessoas, a oportunidade para essas pessoas. Então, mais um muito obrigado, senador, por esta luta extremamente justa.

Acho que foi o seu primeiro projeto. É o que eu me lembro, pelo menos, o senhor desculpe se eu estiver equivocado, salário-mínimo. Salário-mínimo, nesse país, é baixo. Hoje, ele é baixo, mas ele foi de fome, ele foi de vergonha. Foi de fome e foi de vergonha. Precisamos, nós, do Movimento Sindical, com a tua liderança, senador, veio lá de Canoas, um sindicalista, veio lá de Canoas, se elegeu deputado, uniu o Movimento Sindical em torno dessa bandeira, não é, Presidente Calixto? Do seu lado esquerdo aí, o nosso Coordenador, o José Augusto. Nós, nesta bandeira que o senhor uniu. E, hoje, o salário-mínimo, que era 70, 80 dólares, o senhor começou com 100 e disse assim: “E 100 é a primeira referência. E nós vamos embora daqui dos 100 para adiante”. A primeira referência. Quando nós rompermos a barreira dos 100, é como romper a bandeira do som, é 2G, 3G, a velocidade do som. E, hoje, nós estamos com um pouco mais de 250 dólares e assim vamos. [palmas] E com uma política, com uma política, hoje, com uma política de recuperação garantida até 2021. Isso é o primeiro marco, também, de política de recuperação. Em 2021, vamos adiante. Os aposentados, os aposentados nesse país, não é, senador? Os aposentados, nesse país, que sempre tiveram uma condição de exclusão, de humilhação, hoje estão aqui, dentro do Congresso Nacional, participando de mesa, manchete em todos os jornais, em todas as televisões. Ontem mesmo, eu vi que belo movimento, estavam fazendo um movimento de cidadania na frente da Câmara, do Salão Verde, da Câmara dos Deputados, numa justeza incrível. Eu tenho certeza, senador, eu tenho certeza...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite [ininteligível] esse movimento todo de ver a Glória aqui. A Glória foi sindicalista do meu tempo. A Glória, hoje, aposentada, estava lá.

SR. RICARDO NERBAS: Emocionada ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Atravessando até um problema de saúde, veio e estava lá, militando até no meio da noite. Aceite, Glória, uma grande salva de palmas nesse momento, que você merece. [palmas] Eu sei os momentos que você atravessou. E está aqui uma líder nacional do Sindicato dos Bancários de São Paulo, quando eu era, ainda, dirigente sindical. Ver você aí, Glória, eu sei que emocionada, mas com muito coração, com muita alma, com muita razão, deitando lá no chão e dizendo: “Senador, eu estou esgotada, mas eu estou aqui”. [palmas] Obrigado, Glória.

SR. RICARDO NERBAS: Glória, a minha mãe foi uma aposentada que lutou muito e não vai ver esse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vê lá de cima.

SR. RICARDO NERBAS: Mas eu tenho certeza que a senhora vai ter essa oportunidade de, além de construir esse momento, ver a conquista se realizar, senador. Muito obrigado, mais por isso aí.

FUNDEP, senador, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional. Eu sou suspeito até de falar, porque é minha origem. Eu sou técnico, eu sou trabalhador nesta área, eu milito nesta área sindicalmente. Eu sou do Movimento Sindical vinculado aos técnicos desse país. E nós, do Movimento dos Técnicos, não temos palavra para lhe agradecer, nós estamos fazendo de tudo para aprovar esse seu projeto. Tudo para aprovar esse seu projeto. Esse seu projeto, ele vai dar – eu resumo em três palavras, se o senhor me permite – oportunidade, conhecimento e desenvolvimento. Oportunidade aos nossos jovens, senador. Conhecimento a eles. Nós vamos buscar os jovens, vamos dar conhecimento a esses jovens, e eles vão gerar desenvolvimento para o Brasil, para todos nós, através da qualificação. Através desse seu projeto, nós vamos conseguir isso, nós vamos conseguir aprovar esse projeto.

[palmas]

É uma luta, é uma bandeira do nosso Movimento Sindical, nosso pequeno Movimento Sindical dos Técnicos, mas é uma bandeira que eu não dúvida que é do movimento social desse país.

Senador, tem inúmeros projetos, eu não posso me alongar porque tem outras pessoas que têm o direito de falar aqui, exemplificamos alguns. Mas nós, lá do Cantando a Diferença, lhe apoiamos, lhe acompanhamos e participamos do seu mandato 2007, 2008, na Comissão de Direitos Humanos, aqui, sua grande passagem que o senhor fez aqui, na Comissão de Direitos Humanos. O senhor revolucionou, o senhor fez um marco. Não fui eu que disse isso, foram grandes senadores desse país que disseram isso. Eu fiquei lá, estava assistindo o discurso deles, me emocionei, o Fernandes, o meu companheiro, que está junto comigo, Presidente do Sindicato dos Administradores do Rio Grande do Sul, ele chorava lá. [palmas] E aí ele disse o seguinte para mim, quando o senhor estava numa dificuldade incrível para falar aqui, ele disse assim: “Ali a gente conhece um bom homem. Porque um homem que não se emociona, que não chora, ele não tem coração, são aqueles homens que têm dificuldade de conduzir grandes projetos ou não o fazem para mim

ser mais elegante”. A sua emoção é que faz o senhor ser um grande homem, o seu coração, a sua alma é que transformou o senhor num grande homem. Veio primeiro o seu coração e a sua alma, e, agora, tem um grande homem, que incorporou um grande homem nesse grande coração, essa grande alma que está sendo esse grande líder dos movimentos sindicais, dos movimentos populares do Brasil.

Senador, o senhor me permite... Até uma ousadia nossa, lá, do Cantando as Diferenças, de tantos trabalhos que o senhor fez, nós gostaríamos de destacar dois. “*O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil*”, carreguem, leiam e divulguem. Essa foi uma das grandes obras que o senhor fez. De tantas obras, uma das grandes obras que o senhor deixou para nós. Isso foi um legado. E o lançamento da Campanha Nacional do Preconceito e Discriminação Zero, que nós tivemos a honra de estar aqui, no lançamento também, nos pronunciar, participar deste grande momento. Para finalizar, senador, o nosso querido Projeto Cantando as Diferenças, que nós trabalhamos, militamos com a sua coordenação. Me permita ler dois parágrafos, dois parágrafos desse nosso manual aí.

O Cantando as Diferenças é a semente de uma grande árvore que deverá ter raízes profundas, fixadas no reconhecimento político das diferenças, grande tronco, sustentando a acessibilidade universal, sombra fresca e oxigênio para as diferenças, flores exalando direitos humanos e frutos com sabor de cidadania para todos os seres deste planeta.

Mas como podemos plantar essa árvore? Lendo o passado, escrevendo o presente e sonhando com o futuro ainda mais bonito, pois somos nós, seres humanos, que recebemos o dom de pensar esse novo modo de viver. Senador Paulo Paim, o senhor é o maior plantador de árvores que eu conheço. Muito obrigado pelo seu trabalho, senador, muito obrigado. Se eu tenho a honra de poder dizer isso, eu lhe agradeço do fundo do coração, o senhor é um grande homem.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois das palavras, com muita emoção, do Ricardo, falando desse projeto que nós embalamos juntos, que é o Cantando as Diferenças, eu queria passar a palavra, nesse momento, seguindo, aqui, a ordem, para o companheiro Carlos Alves Moura.

O Carlos Moura, me permite, é um companheiro de décadas. Mesmo à criação da Fundação Palmares, eu era ainda deputado federal, e ele trabalhou muito com a Benedita, com o Caó, lembra aqui do Edmilson, não é? Que foi naquele momento... O Abdias, não é? E o Carlos Moura, quando nós convidamos para que,

hoje, ele estivesse aqui, representando a CNBB. A CNBB, porque ele coordena, não é, Carlos Moura, na CNBB, esse Departamento de Direitos Humanos.

Então, tudo que eu falar do Carlos Moura aqui, eu diria, é chover no molhado, porque o Carlos Moura é uma figura nossa. Então, Carlos, eu, aqui, eu diria que você, nesse momento, está lembrando a tua presença aqui, inclusive a nossa ida à África do Sul, quando o Mandela estava no cárcere. E você foi o que mais incentivou, quando eu, a Benedita, o Edmilson, o Caó, com outros dois, um companheiro da Bahia, um de São Paulo – inclusive já faleceu – fomos à África do Sul. Diziam para nós que o avião da VARIG não desceria, seria bombardeado, porque estava levando negros ali, e a África do Sul não aceitaria que negros descessem lá. E nós dissemos, e o Carlos Moura dizia: “Vão bombardear coisa nenhuma. Vão tranquilos, que não vai acontecer nada”. E fomos e não aconteceu mesmo, descemos lá, a Winnie Mandela nos recebeu. Levamos uma moção do governo brasileiro, exigindo a libertação do Nelson Mandela. Foi um momento bonito.

Enfim, tudo que o eu falar aqui é pouco. Carlos Moura com a palavra.

SR. CARLOS ALVES MOURA: Muito obrigado. Muito obrigado, senador. Cumprimento os participantes da Mesa e ao Plenário, aos participantes e as participantes de um modo geral. O Senador Paim é uma pessoa que está sempre surpreendendo, e surpreendendo no bom sentido, porque ele é capaz de trazer, nesta reunião desta Comissão, no Senado Federal, a voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por intermédio da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, para dizer que apoia a luta dos aposentados. Mas ele é capaz, também, de fazer com que cada um de nós, aqui presentes, de fazer com que cada um dos excluídos desse país, se veja retratado naquela fotografia. Ele lembrava das nossas lutas no Parlamento, desde quando ele aqui chegou, em 96. Na Constituinte, a criminalização da prática do racismo, o direito às terras dos quilombolas [palmas], a preservação do patrimônio afro-brasileiro e tantas e tantas outras conquistas da Constituição. Às vezes, empatávamos o jogo, mas nunca perdíamos o jogo. Se não vencíamos, empatávamos. O Senador Paim já teve aqui a sua luta, o seu trabalho, o seu desempenho, cantados e decantados nesta manhã. Mas nem tudo é perfeito, nem tudo é perfeito.

Por isso, é preciso lembrar do Senador Paim poeta, do Senador Paim embalado pela lira do sentimento, do Senador Paim que cita, maneja o verbo veemente e firme da Tribuna do Parlamento, também nos encanta com a suavidade da sua poesia. Falou-se aqui no futuro, falou-se aqui em utopia. E o Senador

Paim verseja com o sonhador e nos traz esta beleza de poema.

Acordei um dia ansioso, queria mudar o mundo. Estava medroso, mas queria de qualquer maneira mudar o mundo.

Gritei para que todos me ouvissem, implorei a ajuda de todos. Corri, batalhei, chorei, trabalhei.

Enfim, caí. Levantei e, então, eu encontrei um sábio no meio do caminho. Ele me olhou, sorrindo, e, com sabedoria, falou: “Meu filho, não se preocupe, cada um tem que fazer a sua parte”.

[palmas]

Você fez a sua. Quando todos derem a sua contribuição, o mundo, com certeza, será melhor.

[palmas]

Eu penso que é com a inspiração da lira do Senador Paulo Paim que nós devemos continuar perseguindo os nossos objetivos. Direito dos trabalhadores de todas as categorias, respeito e direito das populações indígenas, respeito e direitos àqueles cuja opção sexual seja ela qual for, respeito ao direito das mulheres, respeito aos direitos da comunidade negra, e aí lhe vai, senador, mais uma tarefa, já disse aqui que ele recebeu... É a terceira tarefa. Chega hoje, nesta Casa, o Estatuto da Igualdade Racial, da lavra do senador, que ficou dez anos na outra Casa do Parlamento, chega aqui, hoje. Então, é mais uma tarefa que se incumbe ao senador de fazer com que aqueles seu pares, que desfilaram por esta Tribuna, aprovem, sem restrições e sem impedimentos, o Estatuto da Igualdade Racial, que, se não for para atender as reivindicações da comunidade negra e do movimento negro, que seja, ao menos, para atender e homenagear o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, V. Exa. conseguiu fazer do seu mandato o exercício da prestação de serviço à comunidade. E esta é a essência do fazer político. É trabalhar pelo bem comum. É plantar sementes na perspectiva de toda a sociedade. É regar plantações para que os direitos humanos possam, efetivamente, serem realidade. Realidade, senador, na perspectiva do seu trabalho, com os direitos dos apenados, com a questão dos deficientes, de nós, os idosos, e aqui se representa dupla categoria: comunidade negra e idosa. Criança e juventude, e de tantas e tantas outras categorias desprovidas de privilégios e excluídas.

Portanto, senador, todos nós, todos os excluídos, e aqueles não excluídos, mas que se alinham conosco, os excluídos, se retratam naquela foto. Parabéns, senador. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu quero agradecer ao Carlos Moura pela sua fala e por ter lido uma das poesias desse livro que eu escrevi, “Cumplicidade – Política em Poesia”, que eu relato a vida como ela é, eu falo de todos os setores da sociedade. E quero te dizer, Carlos Moura, enquanto você falava, eu olhava para a foto. E quero dizer que aquele sorriso que está ali, e eu gosto muito dessa foto... Sabe que político tem muitas fotos, não é? Aquele sorriso, para mim, é o sorriso da esperança, do otimismo, que é possível chegar, que vamos fazer acontecer. Eu quero que vocês levem essa imagem com vocês, por isso que eu gosto muito daquela foto, e, quando você falava, eu me lembrava talvez dessa forma de traduzir como é... por que eu insisto tanto com aquela foto, não é? É que, de mãos dadas, nós vamos chegar lá.

SR. CARLOS ALVES MOURA: E eu peço licença a V. Exa. para solicitar um autógrafo dessas duas obras para a Glória e Carlos Moura.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Farei com a maior alegria. Farei com a maior alegria. Você falou em Glória, me permite, que a Glória está aqui, ela passou momentos difíceis. Então, antes de eu passar a palavra para o último orador dessa Mesa, que vão vir outros quatro para a Mesa daí, eu queria que a Glória usasse a palavra. Glória, aí, só apertar, para você fazer a sua saudação. Eu sei que você está emocionada, ainda. Só aperta o botão, ficando verde, você fala.

SRA. MARIA DA GLÓRIA ABDO: Bom, eu fiquei emocionada, muito emocionada, quando começaram a falar em preconceito, e eu continuo emocionada, mas a emoção vale porque, quando criança, já muito criança, eu sofri muito na pele o preconceito, por ser filha de um árabe mulçumano e de uma judia. [palmas] É nós morávamos em um país que era fronteira com o Brasil porque os aluguéis lá eram mais baratos. Além de sermos diferentes, por religiões diferentes, nós éramos pobres. Então, quando eu lembro da minha infância e todos os preconceitos que a gente passa. Quando eu cheguei a ser velha, eu pensei: “Meu Deus, agora o preconceito é maior”. Mas aí começamos com aquela, aquela pequena esperança do Estatuto do Idoso.

E a gente já começou a ter uma esperança de uma velhice bem melhor. Hoje, eu fico muito feliz, Paim, da minha associação, que a minha associação tem uma característica diferente das associações de aposentados, porque nós nos envolvemos muito com a questão racial, com a questão de cidadania, a questão da mulher e questão da velhice. Nós não batalhamos só na questão da Previdência Social e reposição de nossas perdas, porque nós aposentados ganhando

mal ou bem, nós, todos os meses, recebemos algumas coisa. E nós temos milhões de velhos que não têm um centavo, às vezes, vivendo de ajuda de custo de uma pessoa mais pobre e miserável que ela própria.

Esse movimento que eu estou representando hoje, aqui, Paim, que é o Movimento Idoso Solidário, que é um movimento que é um é um Departamento da Cáritas, junto com o Padre de lá de São Miguel Paulista, o Padre 'Ticão', nós estamos fazendo esse trabalho há três anos. Eu tive um problema, como o Paim falou, sério, de saúde, mas, nesse período, eu não deixei de batalhar, de estar lá junto, porque foi onde eu tirei muita força para vencer, inclusive, aquela doença que eu estava combatendo. E o meu organismo combatendo e, ao mesmo tempo, combatendo as injustiças sociais.

Paim, você é um exemplo muito grande de superação. Você deve ter tido uma infância tanto quanto eu, que, quando você falou: "Eu comecei a trabalhar com oito", eu falei: "Ganhou de mim. Eu comecei com 11". E, às vezes, eu fico pensando que o Estatuto da Criança e do Adolescente é muito bom, é uma garantia. Mas será que um jovem, de 16 anos, não poderia estar trabalhando, 15 anos trabalhando, que já não é uma criança.

Eu trabalhei com 11 anos e tive toda a responsabilidade que tenho até hoje porque eu tive noção daquilo que custava o dinheiro. Eu vou nas periferias de São Paulo e vejo aquelas crianças ali, empinando pipa, sendo usado pelo traficante. Deveria ter alguma condição dele estar na escola, praticando alguma coisa laboral, para ele ter no fim do mês um dinheirinho, com 15 anos já dá para fazer isto. Esta é uma opinião minha, também eu sou polêmica, meio polêmica, eu sei.

Paim, eu amo você. Sempre quis votar em você. E uma vez eu te falei: "Eu gostaria de ter direito de votar em São Paulo e no Rio Grande do Sul". Agora, eu tenho um neto que trabalha em Caxias do Sul, ele se formou em Engenharia lá em Passo Fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Minha cidade natal.

SRA. MARIA DA GLÓRIA ABDO: Então, ele vai votar em você. Então, eu vou me sentir...

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é o nome dele?

SRA. MARIA DA GLÓRIA ABDO: O nome dele é Paulo Stédile(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha aí, Paulo, olha o compromisso que [ininteligível].

SRA. MARIA DA GLÓRIA ABDO: Então, outro dia, eu estava conversando com os meus netos, eu estive em Passo Fundo, na comemoração de 60 anos dos nonos dos meus netos. E um neto me falou uma coisa que eu fiquei muito feliz. Está estudando Filosofia e me falou: "Vó, você, com 70 anos, não vai ser obrigada a beber cicuta. Ao contrário, com 70 anos, eu admiro você, porque você é uma – desculpa – puta liderança". E eu amei o meu neto.

E, realmente, com 70 anos, eu tenho muitas realizações, muitas coisas boas que aconteceram na minha vida. O avanço das questões contra o preconceito, principalmente dos estatutos que nós temos aí, das leis que nos garantem. Eu, como advogada, às vezes, eu fico desiludida de ver como o senador disse, que o pobre não tem uma defesa. Eu deixei de advogar porque eu tenho uma aposentadoria razoavelmente boa e resolvi assumir aquilo que eu gosto de fazer, que é a defesa daquelas minorias que eu já fiz parte.

E que, hoje, Paim, eu estou emocionada de saber que você, infelizmente, vai deixar a Presidência. Eu gostaria que você continuasse, porque aqui você mostrou para o Brasil inteiro a força de uma pessoa ética, decente, batalhadora e respeitadora dos direitos de um cidadão. Obrigada por você existir, viu?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós providenciamos para te levar lá. Eu queria, nesse momento, pedir para os oradores que estão aqui, na Mesa, se eles pudessem, os oradores, nossos convidados, que eles voltassem aqui, para a primeira e segunda fila, vamos ter, depois, ainda um também de debate, para eu montar a segunda mesa. Eu queria, com muita satisfação, chamar o Dr. Cintra, me permita, representando a SEPPIR. A SEPPIR do nosso querido amigo, Ministro Edson Santos, que não pôde estar aqui, mas fez questão de mandar aqui o representante.

Então, uma salva de palmas à SEPPIR, que tem status, agora de Ministério, é o Ministro Edson Santos. Cintra, alegria estar aqui. Chamar o Evaldo Amorim, representando o GLBT, que sempre está conosco aqui, na Comissão, combatendo os preconceitos com muita firmeza. *[palmas]* E convidar também a minha amiga Vera Leda Ferreira de Moraes, Diretora de Assuntos Parlamentares, representando aqui o Moacir. O Moacir Roberto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, que não pôde estar aqui. Eu ainda peço aos petroleiros que, agora, vai ser rápido aqui, e nós, depois, vamos ter uma conversa, ainda, entre nós.

E ainda quero dizer que o companheiro dos portuários, que está aqui, se puder passar aqui para a primeira fila, eu convidaria que viesse para a Mesa já, o companheiro dos portuários, que viesse aqui para a Mesa. E, nesse momento, então, eu vou passar para o último orador da primeira Mesa, ainda, que é para nós irmos dando uma dinâmica, que é o José Augusto, que até agora não tinha falado, ainda. Então, o José Augusto com a palavra.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Obrigado, Senador Paulo Paim, companheiros da Mesa, telespectadores da TV Senado. Eu gostaria antes de falar alguma coisa sobre a sua homenagem, Paulo Paim, não cometer a injustiça de registrar a presença aqui na representação do Fórum Sindical dos Trabalhadores, quinze confederações nacionais de trabalhadores da qual nós representamos através do FST, cinco Centrais Sindicais, sendo quatro delas reconhecidas pelo governo e uma em vias de reconhecimento. E a COBAP, também, os aposentados, idosos e pensionistas, também são nossos afiliados. E registrar, também, aqui, Paulo Paim, a presença de representantes da CGTB, de Brasília, Boaventura até falou, a CTB, que esteve aqui, presente... Eu estou citando aqui as pessoas que estiveram presentes. Algumas estão e outras já tiveram que se retirar. A Força Sindical de Brasília, através dos companheiros frentistas. Os companheiros da CUT de Brasília, e os comerciários de Brasília, os companheiros lá da Presidência Geralda, não é? E se não me falha a memória, a CGTB de Brasília. E eu gostaria também de registrar, até gostaria que levantassem, os companheiros comerciais da Bahia, que vão te receber dia 27, lá em Salvador. Estão aqui os dois, os representantes? Gostaria de um aplauso para eles.

[palmas]

Bem-vindo, José Carlos. E já se retirou, também, derivados de petróleo de Campina Grande, da Paraíba, que também é do nosso plano, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, através da Federação Nacional deles, de Derivados de Petróleo, que é filiada a nossa confederação, da qual eu sou lá o Diretor Secretário Geral.

Bom, Paulo Paim, depois de ouvir tantos elogios aqui, justos, pelo que você é, pelo político exemplar que tu és aqui, no Senado, e sempre foi na Câmara, como exemplar sindicalista... A gente chama o senhor por aí de nosso senador operário. Eu gostaria, Paulo Paim, de assinar embaixo, para não ser repetitivo, tudo aquilo que a Mesa anterior falou. E, para nossa honra, e vocês viram um pequeno desfile, eu já vi coisa... A gente que frequenta toda semana aqui o Congresso

Nacional, o desfile que teve aqui, na parte da manhã, com o senador de diversos partidos políticos, aquilo ali dentro do Congresso Nacional, lá no Plenário do Senado, isso aí é rotina, companheiros. É um senador que tem adesão de todos os partidos políticos e isso é muito difícil. Você ler a Bíblia da CUT, a Bíblia do PT, do PCdoB é uma coisa. Agora, você lidar, como esse homem lida, com essa coisa heterogênea, ideológica – heterogênea do ponto de vista até das ideias, não é, Paulo Paim? – aqui dentro, é muito mais difícil. Vocês pensam que é fácil? Precisa ter um perfil como esse para poder lidar e ter o reconhecimento. Não é só lidar. E vocês vejam quem estava na Mesa da parte da manhã. Quem estava aqui? Um cara muito polêmico. Quem que é? Que dá pau no governo, que dá pau no Lula, e que faz aquilo, mas tem total respeito ao Senador Paulo Paim, inclusive fez o seu depoimento aqui.

E eu lembro muito bem, Paulo Paim, daquele arremesso da Constituição que o senhor jogou lá, e nós aplaudimos, e tinha que jogar mesmo. Se eu tivesse no seu lugar, eu jogava do mesmo jeito, que nós estávamos defendendo as leis trabalhistas nesse país. Foi um gesto que, talvez, ali, surgiu... fosse um escândalo para o Parlamento Brasileiro, mas nós, lá na base, nós, sindicalistas, nós... Você nem imagina o quanto que nós aplaudimos e ficamos orgulhosos do seu ato. Não foi vergonha, não, nem para a Casa. Pelo contrário, foi uma honra a gente presenciar aquele gesto que o senhor arremessou a Constituição Brasileira no Centro da Mesa, lá na Câmara dos Deputados

Então, eu não quero ficar repetitivo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ilustrar, me permita. É porque, naquela oportunidade--

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Naquele momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Naquele momento, eles queriam, como eu dizia, arrancar o coração da Constituição. Todo o artigo da Ordem Social, que vai do capítulo 6º ao 12º, não ia valer mais, só ia valer a negociação entre as partes. A CLT não ia valer mais. Eu disse: “De jeito nenhum. Isso é banditismo, vocês não vão arrancar o coração da Constituição”. E quando eu disse banditismo e tal, como diz o outro, o pau quebrou, aí foi aquela violência para todo o lado.

E foi naquele dia, me permita, para ilustrar, só, os fatos reais, parou a sessão, foi três, quatro horas de pauleira lá dentro, e eu perdi a votação. Perdi por dois votos.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Foi
SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por dois votos. Daí eu disse para a Tribuna:

“Se vocês pensam que me venceram, se enganam. A partir de hoje, eu sou candidato ao Senado. E eu vou lá, no Senado, derrubar esse projeto”.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me candidatei ao Senado, tive apoio do Movimento Social. Cheguei aqui, o primeiro projeto que nós aprovamos foi enterrar aquele projeto que tirava décimo terceiro e férias dos trabalhadores.

[palmas]

Só para ilustrar a tua fala.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Então, os gestos e os atos provam tudo. Não sou eu, um simples sindicalista aqui, que vai dizer o que representa o Paulo Paim para o Congresso Nacional, para todos os movimentos sociais citados aqui, e o Movimento Sindical também, do que é a importância dele. Agora, tem o seguinte, pessoal... Viu, Calixto? Compromisso é compromisso.

Nós estamos comprometidos até o pescoço com o Paulo Paim, e não é de agora, ele sabe disso, desde a época do companheiro [ininteligível], Presidente Almeida, também, o senhor sabe muito bem do apoio que o senhor tem naquela Casa, na confederação. O [ininteligível] está fora de combate aí, mas tem um pouquinho de força para lutar lá, ainda, lá, em Pelotas, no seu estado. Então, Calixto, nós não podemos vacilar. Não utilizar por exemplo, arriscar: “Não, vai uma vez ou outra e pronto”.

Aquele compromisso de estar indo, como o Boaventura falou, e o senhor também disse, a Porto Alegre – viu, Ricardo? -, com uma delegação dos metalúrgicos, da alimentação, dos petroleiros, não é, dos ferroviários, do pessoal do transporte, isso aí nós temos que fazer uma agenda – viu, Ricardo? – dentro do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Por que é bom o Fórum? Porque o Fórum congrega todas essas categorias. São 15 confederações e cinco centrais lá dentro.

E a gente, Presidente Calixto, a gente fazer uma agenda e – como é que se fala? – uma escalinha. “Olha, essa semana é tal, essa semana é o ferroviário. Na outra semana, os petroleiros, são os químicos, são os comerciários”. Por que, pessoal? Política é coisa séria. Já falava Tancredo Neves que é uma nuvenzinha; você não sabe se ela dissipa, se ela vai embora, se chove. Então, não pode arriscar. Falou: “Não, Paulo Paim? Vai dar de rede, vai lá golear, vai sar de goleada”. Nós não podemos confiar, nem o povo gaúcho pode confiar.

Nós temos que manter a união das categorias, representada pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, e, mesmo aquelas forças que não fazem parte do

Fórum, que são os companheiros da CUT, da Força Sindical, vamos juntos lá, nesse trabalho. Não tem esse negocio de já ganhou, não, hein? O jogo acaba quando o Juiz apita, não é, Ricardo, a partida de futebol. Como falava o Chacrinha, o show acaba quando termina, não é? O velho guerreiro, não é isso? Então, não podemos confiar.

Compromisso é compromisso, Senador Paulo Paim, e nós... Você pode ter certeza, pelo menos o Movimento Sindical, nós não vamos decepcionar. Eu tenho certeza que eu conheço o perfil de cada dirigente sindical, de cada Presidente dessas federações, confederações e centrais, que nós temos a honra de ser o Coordenador Nacional, através do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O outro destaque que eu gostaria de dar aqui também. Sábado passado, nós tivemos a honra de estar com o senhor, no seminário lá em Porto Alegre. Foi uma coisa meio exausta, que foi em um bate-volta – vai correndo e volta, tal, no mesmo dia -, mas, pessoal, vocês não imaginam a cena que nós presenciamos lá. A representatividade política que foi prestigiar o nosso senador, nesse seminário político que foi promovido pela equipe dele, pela assessoria, dentro do auditório da FETAG. Nós tivemos lá o Ministro da Justiça, Tarso Genro; nós tivemos o líder do Governo, o Henrique Fontana; a Maria do Rosário; nós tivemos o Raul Carrion, do PCdoB; tivemos a liderança do PSB; tivemos pessoal do PDT... Inclusive o local [ininteligível]. Prefeito de Canoas; prefeito em exercício de Porto Alegre, José Fortunati... Olha, gente, um desfile que vocês viram lá... Isso aqui, de manhã, aqui, foi uma amostra do que a gente presenciou em Porto Alegre, prestigiando o Senador Paulo Paim. O próprio Zambiasi... Ali que é lealdade, Paulo Paim. Um senador que se elegeu junto com ele, que vai concorrer, também, de novo, para reeleger, ele diz assim: “Olha, uma vaga para o Rio Grande do Sul, porque a outra nós temos compromisso, o povo gaúcho, de reeleger o Paulo Paim”. Um senador, em exercício atual, que é do PTB. Então, olha só a corrente de força, fora o movimento social, mas partidário, Ricardo, dentro do seu estado, que reconhece o trabalho do Senador Paulo Paim para mantê-lo aqui dentro.

Agora, não adianta ter aquele negócio que já ganhou, não, nós temos que trabalhar. Se for preciso gastar, nós temos que gastar; se for precisar tirar o escorpião do bolso, tem que tirar o escorpião do bolso. Tem muitos companheiros que têm escorpião no bolso. Se enfiar a mão no bolso, o escorpião... Tem que tirar o escorpião do bolso, para pagar passagem aérea, para ir para lá e coisa.

Outra coisa, Ricardo, você é uma cara de mídia agora. Eu não sabia. Para mim, foi uma surpresa. Eu sempre conheci você como profissional liberal da CNPL. A mídia sindical, Paulo Paim, tem uma penetração que o senhor nem imagina, nem sonha, hoje, atualmente. No seu tempo, tinha também os boletins, aquela coisa, mas a coisa cresceu hoje de uma forma estupenda, não é, Professor Calixto? Hoje, nós temos mais site, informativo da CNTI, informativo do FST, portal do Fórum, da CUT, da Força, da CGTB e rádio. Você falou de rádio.

O rádio, ele tem também uma penetração nos lares da família, Ricardo, e você falou que tem 300 pontos lá. Pelo amor de Deus, isso é um quartel geral no Estado do Rio Grande do Sul, e nós temos que explorar as rádios comunitárias, desse projeto teu, aí, que é Cantando... Como é o nome?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As Diferenças.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Cantando as Diferenças. Os companheiros da CUT, também, ligados a CUT, nos portais, nas rádios que têm, também, por aí, no Brasil, tem que começar a divulgar.

Nós temos um compromisso muito sério. Nós não gostaríamos que acontecesse com o Paulo Paim o que aconteceu com o Sérgio Miranda, na última eleição. Que foi... Olha, o povo mineiro decepcionou a gente, que a gente não queria o Sérgio fora da Câmara dos Deputados. Hoje, graças a Deus, o Sérgio está assessorando o Fórum Sindical dos Trabalhadores, é um funcionário, hoje, do Fórum, com muita honra, mas era para estar dentro da Câmara Federal.

Então, Ricardo, Calixto, companheiros do Rio Grande do Sul, os aposentados da COBAP, nós temos que fazer uma escalinha aí e manter esse compromisso de estar lá, sim, em Porto Alegre, acompanhando de perto. Se for para subir em caminhão, sobe, no trio elétrico, no palanque, reuniões com as comunidades, com os setores nossos. Por exemplo, setor comércio. De onde? De Porto Alegre, de Canoas, e outras coisas, nós temos compromisso, não é, com o senador.

Outra coisa: a redução de jornada de trabalho, que é uma das bandeiras principais da VI Marcha, que vai acontecer no dia 11, pela primeira vez com a participação do Fórum Sindical dos Trabalhadores e diversas confederações, também, como a CNTI, a CONTRATUH, a CNTC, é um compromisso grande, também, do Movimento Sindical, aqui, na pressão, dentro dessa casa.

E Paulo Paim, eu gostaria, se você me permitisse, eu não tenho outro espaço, por isso que essa comissão... Foi feito um apelo aqui, da companheira Glória, para o senhor não sair, para permanecer aqui.

Mesmo na qualidade de Presidente, que não é mais, mas ele faz parte dessa comissão ainda, porque o senhor abrir esse espaço para a gente... Eu acho também, eu tenho certeza absoluta, que o Senador Cristovam Buarque não tem um perfil diferente de estar abrindo isso aqui para a sociedade também discutir, que é o nosso senador aqui de Brasília.

Mas, Paulo Paim, quando a gente fala em 248, redução de jornada de trabalho, o Jornal do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que eu entreguei ontem na sua mão, está falando da próxima bola da vez, que nós gostaríamos de consultar o senhor para ver se a gente caminha, que é a 177. Nós conseguimos botar o 248 dentro da onde? Do Plenário do Senado, com muita dificuldade. Comissão de Assuntos Sociais, duas vezes; Comissão de Assuntos Econômicos, uma vez; Comissão de Justiça, que foi, assim, o maior suspense que teve, e nós conseguimos passar na CCJ. Essa matéria vai para Plenário. E a 177 fala sobre a estabilidade do Conselho Fiscal, dos companheiros, dirigentes sindicais, que estão sendo mandados embora, aí, aleatoriamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, só um comentário.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quando eu falei antes, aqui... Até eu recebi um telefonema, o pessoal perguntando, já que essa Audiência Pública é [ininteligível] das diferenças. Eles me falaram o seguinte: "Paim, os três projetos que, hoje, o Movimento Sindical está entrando com uma declaração, uma denúncia junto a OIT, os três projetos eu já apresentei aqui". Um deles é a questão do interdito proibitório. Esse tem projeto, eu apresentei aqui. É só aprovar aqui que resolve. O Brasil está sendo denunciado pelo Movimento Sindical, junto a OIT, porque não é permitido mais fazer movimento em frente banco ou fábricas, ou uma loja, é o tal do interdito proibitório. Eu apresentei o projeto para acabar com essa história de interdito proibitório.

Segundo: demissão de dirigentes sindicais. Eu tenho um projeto aqui, que é o 177, que proíbe essa história de estar demitindo dirigente sindical, seja do Conselho Fiscal ou seja do suplente.

Terceiro, que a terceira denúncia também eu apresentei o projeto, que é a questão da contribuição assistencial. A contribuição assistencial soberana, decidida na Assembleia dos Trabalhadores, não tem por que o Ministério Público estar questionando essa decisão e até meio que, meio não, desapropriando até sedes de sindicatos. Por isso que as três denúncias têm três projetos aqui.

Se o Congresso aprovar os projetos, não precisa a gente estar com denúncia a nível internacional. Não que eu critique a denúncia. Denúncia tem que ser feita e que a denúncia sirva como pressão para que o Congresso aprove os três projetos, que estão prontos para ser votados já, aqui, no Senado da República, e, depois, na Câmara.

SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO: Em audiência com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Moura França, estivemos lá com o companheiro Lourenço, da CONTEC... Inclusive, Senador Paulo Paim, pediu para te dar um abraço, que está sobrando um rescaldo da greve da Caixa Econômica Federal, ainda. Pediu para te dar um abraço e justificar a ausência dele aqui. O Presidente da CONTEC, Lourenço, o nosso companheiro do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O Moura França disse o seguinte para nós: "Vocês têm que resolver essa dor de barriga de vocês lá dentro do Congresso Nacional, porque aqui, dentro do Tribunal, infelizmente nós temos as nossas limitações e não podemos fazer nada". Quer dizer, eu descí lá de cima daquele Tribunal lá, que é um elefante branco... A minha pressão, quando estava lá embaixo, acho que estava 18 por 12, ou por 15, que eu não estava aguentando mais a dor de cabeça da decepção de uma corte daquela, um Tribunal daquele, estar falando um negócio desse para a gente, perante um quadro de demissão em massa, dentro da VALE DO RIO DOCE, da EM-BRAER... Nós estávamos lá com o Lourenço e com o Zé Maria, do CONLUTAS, que nos convidou. Eu até me questionei, Paulo Paim, por que esse Tribunal existe? Mas ele foi bem claro que nós temos que resolver isso aqui. Com relação às práticas antissindicais, que são essas denúncias que estão sendo feitas em Genebra, pela Centrais Sindicais, isso foi uma sugestão do Fórum Sindical dos Trabalhadores, em uma das reuniões que nós tivemos o ano passado.

Se tentou, ainda, através de nível, de FST, através de vários advogados, aqui, de Brasília, de Curitiba, do Rio Grande do Sul, construir um documento. O pessoal dos Rodoviários, da FETROPAR, o Eptácio(F), o Hernando(F), da alimentação de Curitiba, mas, infelizmente, não foi bem sucedido esse documento, o pessoal achou fraco. E olha, se entrar com isso aí, os caras vão vir com a convenção 87, e aí é um pluralismo sindical danado.

Bom, resumindo, com essa denúncia, que já está no site de todas as Centrais Sindicais, na íntegra, que vai entregue ao Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, lá em Genebra, na Suíça, mas, Calixto, a VI Marcha, Ricardo, com a bandeira da redução, a questão do fator previdenciário, a contribuição assistencial à estabilida-

de... O que está acontecendo, Paulo Paim? Eu peço a sua permissão para mim manifestar a minha resposta, que eu dei à Revista Veja, está no portal do DIAP, inclusive. Esse ataque ao Movimento Sindical Brasileiro pela mídia. E nós respondemos o seguinte... Eu respondi enquanto Fórum Sindical dos Trabalhadores. Nesses ataques que estão acontecendo aí, falando lá que aqui é gangster, que não sei o que mais, que contrata peão, capanga, que quebrou a CUT lá de Osasco, que quebrou não sei o quê da Nova Central lá em Campo Grande... Então, está nesse nível a coisa.

Mas isso é que eu gostaria, oportunamente, Paulo Paim, eu vinha conversando com os meus assessores, a caminho daqui, de expressar esse meu sentimento, em nome de um coletivo de 15 confederações e das centrais sindicais que compõe o nosso Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Para começar, matéria explicitamente paga, na Revista Veja dessa semana, dizendo que, para quebrar tudo, é mais caro. Motivo: a redução da jornada, a contribuição assistencial 248, que é da sua autoria, em vias de aprovação no Senado Federal.

Então, através dessa matéria, denigre a imagem do sindicalismo nacional, dos trabalhadores, tentam tirar o brilho do grande sucesso e marcante evento que será a VI Marcha para Brasília, com a participação inédita do Fórum Sindical dos Trabalhadores, confederações, a convite principalmente da CTB, da Força Sindical, da Nova Central, aqui, de Brasília, através do companheiro Moacir e Calixto, e pela CGTB e CTB, também, aqui de Brasília, e a CTB Nacional.

Para se ter uma ideia, na semana passada, também, aprovaram aqui, na Bancada Ruralista, o pessoal da UDR, a CPI contra o Movimento Sem-Terra e o Governo Lula. Esses elementos que aprovaram, na pressão – capitalistas, irracionais -, ficaram até as quatro horas da manhã, comemorando a aprovação, na Churrascaria Fogo de Chão, com tudo que tinha de direito, próximo aqui, à nossa torre de Brasília. Ou seja, companheiros e telespectadores da TV Senado, a festa e a grande orgia, em nome do capital, para comemorar o massacre dos movimentos sociais e sindicais, Senador Paulo Paim, em nosso país, tudo pelo capital e nada pelas causas sociais; totalmente antagônico, ao contrário o exercício que o senhor faz aqui, desde a época de Deputado Federal. Esse é o lema deles. Não será esse ou outro ataque igual, ou pior que esse, que irá abalar o Movimento Sindical Brasileiro. Eu tenho certeza disso. Nós somos muito mais fortes do que isso. Agora, cá entre nós, dentro da matéria que está mostrada lá... Ela cita, inclusive, a questão da pluralidade sindical, Presidente Calixto. A portaria 186, que está sendo, também, apreciada,

dentro, aqui, do Parlamento, na Comissão de Trabalho, e que o Relator pegou e sentou em cima. E a gente está hoje, aqui, com o Sérgio Miranda, o pessoal da Bahia está aí, não é, para ver isso. Eu acho que até foram lá, falar com os deputados. A gente quer resgatar esse negócio, quer discutir o PDL do Marquizezelli, sobre essa questão da pluralidade, que está imperando no Brasil, através da Portaria 186, provocando uma verdadeira violência entre vários companheiros.

Devemos sustar os efeitos dela, aqui, dentro do Congresso Nacional, que é difícil, mas, principalmente, no Supremo Tribunal Federal. Quando estávamos em negociação com o Ministério do Trabalho, sobre a proposta de alteração da portaria, senador, já prevíamos essa violência e havíamos alertado o Lupi, o Medeiros, e a sua equipe, lá na Secretaria de Relações de Trabalho, mas, infelizmente, nós não fomos ouvidos, quando da construção da Portaria 186, com reuniões na CNTI, com reunião da CNTC, com reunião dentro do próprio Ministério do Trabalho. Fomos totalmente ignorados. E, naquela oportunidade, a gente já alertava: "Vai haver pau. Vai ter companheiro dando tiro em companheiro, facada, violência...". E é o que a Veja está denunciando, em parte dessa notícia.

Eles contam o incidente em Osasco, [ininteligível] Paulo Paim, eu sou de Barueri, o senhor sabe disso, com muita honra. E lá, em Osasco, invadiram a sede da CUT, quebraram tudo, arrancaram a placa, jogaram no meio da rua, arrancaram até um portão de ferro... Não sei com que força que arrancaram o portão de ferro e jogaram no meio da rua. Então, concluindo, Senador Paulo Paim, o nosso abraço e parabéns ao DIAP, que sempre esteve ao nosso lado, por estar sempre atento a esses ataques, através da mídia marrom, que nós temos aqui, no Brasil.

Nessa Conferência Nacional de Comunicação, que nós vamos ter aqui, no Brasil, a Conferência Nacional de Comunicação, devemos, inclusive, já concluindo, levantar a bandeira da democratização da comunicação no Brasil. E principalmente fazermos um protesto forte contra esses tipos de ataques. E por último, também, 'chifre trocado não dói', não é? Não tem aquele ditado? Por último, juntamente com o MST e a CONTAG, vamos, sim, defender a manutenção da portaria e da produtividade no campo, aqui, no Brasil, sim.

Então, estão querendo quebrar o projeto do Senador Paulo Paim, no Plenário, na mídia e na bronca(F), quer desfigurar essa marcha que nós vamos ter aqui, que vai ser uma das maiores marchas que Brasília já viu, através de artigos idiotas, como o desse aqui, explicitamente, como eu disse no início, matéria paga.

Paulo Paim, obrigado pelo convite, nós nos orgulhamos de você, estamos aqui, sempre juntos, não é

só em uma solenidade dessa aqui, não, mas nós vivemos aqui dentro momentos bons, ruins, nós choramos juntos, nós rimos juntos, e o senhor pode ter certeza: tanto a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, CMTCC, como o Fórum Sindical dos Trabalhadores, que eu coordeno com muita honra, estaremos aqui, como o seu verdadeiro aliado, em todos os momentos, porque amizade é isso. Não é só estar aqui, na festa, mas, na hora da batalha, do vamos ver lá, que aí que eu quero ver a amizade. Amizade é aquilo que, quando você está realmente precisando defender um apoio, um projeto social, um projeto de interesse dos trabalhadores, aqui dentro da Casa, e você olha, assim, em volta, e você fala: "Poxa vida, com quem eu posso contar?". O senhor pode contar sempre.

E para finalizar, nós nos orgulhamos de ter o senhor, aqui, dentro do Senado Federal, e lembrando ao povo gaúcho, que está me assistindo, que está ouvindo esse apelo: por favor, gente, vamos nos empenhar para manter o Senador Paulo Paim aqui, no Senado Federal, que é o mínimo, porque, pela minha vontade, ele seria o nosso Obama brasileiro, que tem todas as credenciais para Presidente da República.

[palmas]

Mas, infelizmente, nessa oportunidade, já tem candidato oficial, e o senador respeita isso, mas a vontade dos aposentados, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, do índio, do negro, Paulo Paim – o senhor sabe disso -, a grande vontade é a de tê-lo, quem sabe, na próxima eleição para Presidente. Se o Lula resolver não se recandidatar, quem sabe, daqui quatro anos, poderemos ter essa conquista ter a honra de tê-lo aqui, dentro do Palácio do Planalto. Muito obrigado, Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao José Augusto e eu estou com um problema aqui, porque diversas pessoas têm que viajar, que estão na Mesa e também do Plenário. Então, eu até fiz um apelo para ele, aqui, para diminuir um pouco o tempo, que cada um desse uma mensagem, dentro do possível, porque temos o nosso tempo limitado.

Eu sei... Quantos aqui já me falaram para falar primeiro, porque tem que viajar. Eu vou ter que passar para o Cintra agora, que vai falar em nome do Ministro Edson Santos.

SR. BENEDITO CINTRA: Senador Paulo Paim, companheira e companheiros da Mesa e do Plenário, o meu nome é Benedito Cintra, eu represento aqui o Ministro Edson Santos, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.

Naturalmente, as senhoras e os senhores conhecem esta ação do Governo Federal, no sentido de buscar, de reparar essa situação de desigualdade que atinge a população negra do Brasil, e o órgão que trata dessa temática é a SEPPIR, da temática racial, que circunscreve a população negra, a população indígena, a população siriana, árabe, palestina, judaica, e que foca a sua ação em exatamente naquilo que diz respeito mais à população negra do Brasil.

Eu queria dizer ao Senador Paim que, em nome do Ministro, a SEPPIR se associa a essas referências, a essas homenagens que prestamos a ele hoje, nesse momento importante, onde ele acaba, não só deixando aqui a sua foto, a sua presença, aqui, no Senado, mas dizer-lhe o seguinte: nessa questão, onde a SEPPIR é titular, o Brasil é referência no mundo. O Brasil é referência no tratamento de uma questão mais geral, no campo dos direitos humanos, mas, em particular, no tratamento que se dá ao combate a discriminação racial que atinge a população negra, o Brasil é referência. Essa referência se dá por conta de uma evolução do nosso pensamento, que, naturalmente, não era o pensamento dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e nem do século XX; é desse novo pensamento em que o Brasil se vê dirigido por um conjunto de ideias, que, durante toda a existência do país, teve dificuldade de se manifestar. O que eu quero dizer é que o país sempre caminhou, ou foi construído, sob o signo de duas grandes correntes de ideias: uma atrasada, conservadora, que se vinculava à metrópole, depois se vinculou à Espanha, depois se vinculou à Inglaterra, aos Estados Unidos, e, ainda hoje, essa corrente subsiste, tem força, que é a mesma corrente que busca, digamos assim, breicar o desenvolvimento do nosso país, impedir o avanço democrático, na sua mais profunda visão, aquela visão que procura destruir o nosso patrimônio nacional, seja via empresas estatais, a máquina do governo.

Paulo Paim é portador desta corrente que eu diria nativista, independentista e que, se nós pudermos ter um marco, Paim, eu, talvez, dissesse que fosse ali o marco do Henrique Dias e do Filipe Camarão, quando lutaram contra os holandeses que dominavam aqui. [palmas] Essa corrente que passou pela luta de Zumbi dos Palmares, que passou pela Conjuração Baiana, pela nossa independência, pela abolição, pela República, pelo Getúlio Vargas, quando pensou em um país mais independente e desenvolvido, e que, agora, busca aprofundar o processo democrático no país.

E eu digo isso por esse longo tempo já, senador, em que nós convivemos aqui. E eu, há pouco, fiz uma conferência contigo, dizendo o seguinte: "Senador, quantos projetos o senhor tem aprovado aqui?". E eu posso dizer ao senhor, o Paim talvez não tenha decli-

nado isso, nessa trajetória Parlamentar no Congresso, o senador tem mais de mil proposições apresentadas em tramitação e aproximadamente cem aprovadas. Entre jovens parlamentares de qualquer nível, seja vereador, deputado estadual, federal ou senador, e aqueles já de uma longa permanência nessas Casas, de vários mandatos, eu posso dizer para vocês que isso que o Paim fecha é uma verdadeira proeza. Não é fácil em qualquer Casa Legislativa se aprovar um projeto, seja ele qual for. Agora, projeto tendente a favorecer trabalhadores, excluídos, que favorece a independência nacional, a nossa soberania... Paim, olha, sinceramente, quando eu digo de proeza, não é no sentido, digamos assim, do elogio barato. É que, assim, confirmam nas Câmaras Municipais, nas Assembleias e aqui, no Congresso, façam esse levantamento, e aí vocês vão entender por que eu digo que ele porta exatamente essa corrente que nasce lá atrás. Mas mais do que isso, ele poderia, quando deputado, ter, com base na sua ação junto ao sindicato, aos trabalhadores, se contentado com o mandato que tratasse apenas dessa temática social, mas foi além, passou a enxergar o Brasil da forma com que essas corrente vê e foi buscar exatamente representar o conjunto dos excluídos no Brasil, e, entre os historicamente excluídos, está a população negra. E, quando eu disse que o Brasil é referência lá fora, é porque, nessas duas últimas grandes conferências, promovidas pela ONU, que trataram do tema, o Brasil jogou o papel principal de consensuar essas questões importantes, e aí que não dizia respeito só às populações negras, mas indígenas, árabes, palestinos e outras tantas, e, também, outros segmentos que enfrentam esse processo de discriminação. Fomos importantes em Durban, tivemos a maior delegação, tivemos lá a relatoria. A conferência passou por um processo revisor, agora, onde o Brasil, também, através do Ministro Edson Santos, teve um papel protagonista. Tivemos também do Brasil o Relator. E nós, em poucos dias, teremos de volta, aqui, no Plenário do Senado... Talvez, Paim, eu posso dizer para você que é a peça legislativa mais importante de todo o processo de escravidão, de todo o processo de Abolição que o Brasil teve com relação à população negra, que é o Estatuto da Igualdade Racial.

[palmas]

Eu estou dizendo isso porque nós já deveríamos ter resolvido esse problema antes do processo da independência. Feita a independência, o patriarca dela, que foi José Bonifácio, apresentou à Assembleia Constituinte de 1823 um projeto de emancipação gradual da escravidão de libertação da população negra, que tinha 32 artigos.

A sua proposição, Senador Paim, hoje, ela sai da Câmara com 70 artigos, e não há nenhum outro documento que trate tanto dessa temática, seja na área de cultura, na área da religião, da saúde, do direito ao trabalho, das ações afirmativas no campo da educação, da conceituação(F) de enfrentamento do racismo, como o Estatuto da Igualdade Racial. É a mesma proposição que o então Deputado Paulo Paim havia apresentado na Câmara. E essa teimosia dele foi a mesma com relação ao interdito proibitório. Ou seja, é por essa teimosia, é por essa birra do menino, e pela sapiência de quem conhece as coisas como um sábio, que essas coisas acontecem, Paim. Então, ao associar, digamos assim, a esse conjunto de percepções, de palações(F) e de demonstrações, nós temos a certeza de que o que nós pensamos da SEPPIR, de que o enfrentamento de uma questão importante, como é o do racismo, exige, não só uma ação da Executivo, mas exige uma ação num sistema que eu diria de corresponsabilidade. Ou seja, o Executivo, enquanto órgão de execução de políticas públicas do Governo e do Estado, tem responsabilidade no enfrentamento dessa questão, o Legislativo tem responsabilidade e, também, o Judiciário.

E eu acho que, quando a gente pensa, então, em corresponsabilidade dos agentes do Estado, das instituições, a corresponsabilidade aqui, no Congresso Nacional, tem nome, tem digitais, tem história, tem sentimento, tem ação, tem compromisso, chama-se Paulo Paim. Chama-se Paulo Paim. [palmas] Sem nenhum menosprezo aos 513 Deputados e aos demais 80 Srs. Senadores. Eu digo isso por toda essa situação que eu peguei da nossa história, Paim, peguei também da sua trajetória como deputado e, aqui, da sua produção legislativa, e que eu posso ter absoluta certeza de dizer aos senhores: o projeto virá para o Senado, é originário do Senado, por conta do Senador Paulo Paim, e, naturalmente, ele será aprovado.

O desejo do Presidente da República é sancioná-lo, no dia 20 de novembro, em Salvador, que é onde se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares. Naturalmente que essa questão vai incidir sobre a realidade econômica, social, política, cultural do país. Não exatamente agora, que o Estatuto, ele precisará ser, digamos assim, mais absorvido pela sociedade, precisará ser regulamentado, mas, com certeza, aquilo que não tratamos, senador, em 500 anos, nós vamos tratar nesse século. E assim como Zumbi, Henrique Dias – comecei com Henrique Dias – passou para a história, Zumbi passou para a história, como Luís Gama, como José do Patrocínio, como João Cândido, nós, nesse século, saberemos, Paim, que, ao término dele, nós teremos um outro Bra-

sil, mais igual, sem discriminação, e nós podemos ter absoluta certeza de que foi um privilégio para os que comandam a SEPPIR com o Ministro, para o Presidente da República, para todos os brasileiros, ter participado dessa saga, onde você foi protagonista.

[palmas]

Nesse sentido, nós podemos dizer o seguinte: se essas questões aqui contam, hoje, portam as digitais do Paulo Paim, agora vão portar, além das digitais, a sua memória viva, para que todos aqueles que frequentem o Senado saibam, quando chegar esse período, como é que as coisas ocorreram, como é que aconteceram e é porque nós estamos aqui, Paim. Então, é isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou, de imediato, depois do brilhante pronunciamento do Dr. Cintra, passar a palavra para o Sr. Evaldo Amorim, representando o GLBT.

SR. EVALDO AMORIM: Me perdoe, na hora... Bem, boa-tarde à Mesa; boa-tarde, Presidente; boa-tarde à Plenária; boa-tarde a todos e a todas que estão aqui, presentes, até agora, prestigiando, aqui, esse momento muito importante para nós todas e todos; boa-tarde, companheiras e companheiros. Esse espaço aqui, para nós, é super importante, pois o Senador Paulo Paim também tem muita contribuição por estarmos aqui, a população e esse segmento que diz respeito à orientação sexual, à identidade de gênero de muitas pessoas, aproximadamente 10% da população brasileira.

Senador, o senhor tem muita contribuição com isso, em toda a sua trajetória aqui, na Comissão de Direitos Humanos. E nós, da ABGLT, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Bissexuais e Transexuais, uma organização que congrega mais de 200 entidades, em defesa da população LGBT, como é conhecida – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais -, nós estamos em todo o país, trabalhando muito pela questão do preconceito, da discriminação. Foi muito falado aqui, em todos os segmentos, e a gente vem aqui, participar desse momento, para homenagear o nosso senador que tanto fez por nós, e faz, na sua trajetória política.

Então, Senador Paulo Paim, agradecemos a oportunidade de participar dessa honraria, que é a aposição do seu retrato na galeria, aqui, de ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e prestar, com muita tranquilidade, muito à vontade mesmo, aqui, representando a população nacional LGBT, prestar essa homenagem ao senhor, um senador que tem lutado, em toda a sua trajetória política e parlamentar, pelos direitos humanos das mi-

norias, sejam idosos, os portadores de deficiências, as negras, os companheiros negros, os companheiros índios, índias, nós, população LGBT, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, que sofremos muito e sabemos muito bem falar sobre discriminação e sobre preconceito.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, por estar contribuindo para um país sem discriminação. Transmuito o abraço, senador, do nosso Presidente, Presidente da ABGLT, Sr. Toni Reis, que pede desculpas por sua ausência, em um momento tão especial para todos nós. Toni Reis não pôde estar presente hoje por estar em Franca, São Paulo, participando de uma palestra, também, sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Para nós, LGBTs, é super importante estarmos presentes nos espaços da sociedade, especialmente quando para participar de eventos em homenagem a cidadãos e cidadãs com histórico de luta pelo bem comum, pela cidadania, pelos direitos sociais, direitos civis, fundamentalmente pelos direitos humanos, como é o caso do nosso homenageado, o nosso amigo, Senador Paulo Paim.

Estamos aqui para apresentar nosso respeito e admiração, e se permitir, senador, estender esse respeito e essa admiração a todas as pessoas que caminham na luta pelos direitos humanos.

[palmas]

Trabalhando para que estes, os direitos humanos, sejam garantidos às pessoas e segmentos que, historicamente, são discriminados e violentados em sua cidadania, em sua alma. Realmente, gostaríamos muito e queremos, nesse momento, registrar esse respeito ao Sr. Senador, que, em todos os momentos que participamos, Toni Reis, que é o nosso Presidente, veio aqui, na Comissão, trabalhamos aqui, fomos muito bem acolhidos.

A semana passada estivemos aqui, no Senado, tratando sobre diversidade na escola, preconceito e inclusão, onde debatemos com vários especialistas, falamos muito sobre preconceito. E, assim, eu trouxe aqui, rapidamente, pontuar alguns dados da pesquisa da UNESCO, que foi muito falada, muito debatido aqui, sobre preconceito. E nós estamos focando muito na questão da escola, dos nossos jovens, que sofrem muito preconceito e produzem muito preconceito, discriminação, até mesmo por falta de esclarecimento, de conhecimento.

Então, falamos muito, não é, senador, da questão do preconceito e discriminação dentro da escola. E a religião, por exemplo, teve mais de 30% dos entrevistados... foi um ponto de discriminação. A pessoa pobre,

a pessoa com roupas usadas, a questão da raça, da cor... A questão da raça, da cor, 55%, mais de 55%. A questão da pessoa pobre, 42%. E quando se perguntava se se conhecia na escola alguma discriminação em relação à orientação sexual, ou seja, se você tem um amigo, um colega, se você viu algum preconceito, isso subia para mais de 63%.

Então, pontuando aqui alguns dados, especificamente as meninas, quando perguntava se gostaria de estar ao lado, na sua sala, um colega homossexual, as meninas ficavam por volta de 15%. Quando se perguntava aos meninos, isso triplicava, perpassando os 44% dos meninos que não querem estudar em sala com uma pessoa com orientação sexual homossexual.

Pois bem, isso é levado também aos pais, e 35% dos pais não se sentem à vontade de ter um filho, seu filho, com um companheiro, ou uma companheira, homossexual.

Perpassando aqui, eu fiz um recorte, eu vou – pelo tempo, a gente está com o tempo bem corrido – focar na questão da homofobia, que o Senador Paulo Paim vem, também, contribuindo, e muito, na questão da violência contra a pessoa humana, por focar a sua orientação sexual, por focar a sua identidade de gênero. E muitos e muitas são assassinados por conta de ter essa orientação. Os homossexuais são um grupo minoritário, mas odiado dentre todas as minorias. Luís Mott, em 2000, diz isso. Nós temos aqui, senador, o nosso Projeto de Lei 122, que está tramitando, e a nossa Senadora Fátima Cleide vem acompanhando, é Relatora do projeto, vem trabalhando no projeto, trouxe um novo relatório sobre esse projeto, agregou ao projeto a questão do combate à discriminação também aos idosos, à pessoa com deficiência... Enfim, abordando todos esses segmentos, onde, neste projeto 122, de 2006, em tramitação, criminaliza aqueles que tratam com violência física, psíquica, enfim, qualquer tipo de violência e põe na cadeia as pessoas que ferem e violentam. Esse projeto de lei é super importante para a nossa população LGBT. Então, senador, ao mesmo tempo que nós estamos aqui para participar desse momento sublime, esse momento feliz, de registro da sua pessoa e do seu trabalho aqui, no Senado, nós pedimos, de todo o coração, que o senhor continue conosco na luta para a aprovação do PLC 122, que é fundamental para a garantia dos direitos dessa população que, historicamente, como disse anteriormente, é violentada na sua alma, na sua pessoa, com relação à cidadania e aos direitos humanos. Nós entendemos, também... Por isso eu fiz um recorte aqui do que nós tratamos a semana passada em relação à escola, porque nós estamos preocupados com os nossos jovens. É importante, super importante, termos leis aprovadas,

mas a lei, por si só, todos sabemos que ela não garante 100%, nós precisamos mudar a cultura, mudar o conhecimento. Por isso focar... Por isso um trabalho do Poder Legislativo, aqui, no Congresso Nacional, um trabalho do Ministério da Educação, nas escolas. Nós temos muitos jovens se suicidando, muito jovens se suicidando, por violência da sua questão de orientação sexual.

Senador, aproveitamos, então, esse momento para pedir que o senhor fortaleça no acompanhamento desse projeto, mais uma vez parabenizamos o senhor, entendeu, e muito obrigado a todas e a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento ao Evaldo e dizer, Evaldo, que, de fato, a Senadora Fátima Cleide está fazendo um belíssimo trabalho. Ela está conversando com a CNBB, conversando com os evangélicos, conversando com todo o segmento da sociedade, para construir uma redação que seja de total entendimento. Eu quero, aqui, de público, cumprimentar a senadora, como cumprimento os outros senadores que estão trabalhando na construção desse acordo.

Eu acho que... Estou torcendo mesmo para que a gente construa esse grande entendimento. E parabéns pela tua fala aqui, uma fala tranquila, responsável, equilibrada, e alertando o país do quanto a discriminação é forte em relação à livre orientação sexual. Meus cumprimentos, e digo a todos os companheiros e companheiras, e quero dizer para vocês, com toda a tranquilidade: o meu gabinete tem... O corte(F) da diferença que eu falo aqui está dentro do meu gabinete. Falo com a maior tranquilidade. No meu gabinete, tem todos que vocês imaginarem, até índio tem também. Eu digo até índio, porque índios são tão poucos, são tão poucos, infelizmente. Tem índio no meu gabinete, contratado. Tem pessoas com deficiência, tem pessoas que têm a sua orientação sexual, e eu não discuto, seja homem, seja mulher, tem negros, tem brancos, e não tenho problema nenhum. Todos, para mim, são muito preparados, me ajudam muito.

Então, essa questão que você fala aqui do preconceito, inclusive de até... Na questão do emprego, tem dados que demonstram isso, que os companheiros e companheiras são discriminados. Então, eu falo com tranquilidade que eu não só falo; a prática, para mim, é fundamental. O discurso tem que caminhar com a prática. Eu digo aqui para os companheiros dos idosos, que tem companheiro, sim, com mais de 70 anos, que é funcionário do meu gabinete.

Todo o corte da diferença que é o palco(F) dessa Mesa, ou seja, dessa audiência, eu retrato dentro do

meu gabinete. Tem sindicalista, tem ex-sindicalistas. Tem todos os setores da sociedade. E falo isso com o maior orgulho, que eu não me sentiria bem se eu não dissesse isso. Não quero saber se o camarada é evangélico ou é católico, se é gremista ou é do Inter... Às vezes, eu digo até que muitos que estão lá, e trabalham e têm consciência, eu não sei nem a que partido são filiados, eu falo com a maior tranquilidade. Porque, para mim, o que importa é a competência, é a capacidade, e todos esses companheiros têm mostrado isso, da forma que você mostrou muito bem aqui.

Então, preconceito zero, uma salva de palmas a todos aqueles que têm essa causa do preconceito zero.

[palmas]

Eu vou passar a palavra e vou deixar que as mulheres, que foram as que menos falaram, eu vou deixar que elas encerrem, então, em matéria de Mesa, sem deixar de permitir que o Plenário possa usar a palavra. Não, vai falar. Vai falar o companheiro aqui dos portos, o companheiro que está aqui, na minha relação, José Renato, está aqui. José Renato que esteve comigo hoje de manhã.

JOSÉ RENATO INÁCIO DE ROSA: Bom, meu boa-tarde a todos e todas. Cumprimentar especialmente o Senador Paulo Paim, o grande homenageado do dia, e dizer que falar do Senador Paulo Paim é uma coisa fácil, porque o Senador Paulo Paim, como já foi dito por várias vozes, durante toda essa manhã e tarde, não é um parlamentar gaúcho, é um parlamentar do Brasil. Eu só acrescentaria que ele, além de tudo isso, é um cidadão do Brasil.

Tivemos a oportunidade de estar com o Senador Paulo Paim, quando ainda era deputado, e ele presidia a Terceira Câmara e, naquele momento, naquela oportunidade, se tinha a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública. E nós fazíamos parte daquele movimento. Mas uma das coisas que marcou para os portuários brasileiros, principalmente, senador, os portuários que têm em seu Fundo de Pensão, o Portus, a sua sustentação financeira após passar para a inatividade, ou seja, após se aposentar.

E o nosso Fundo de Pensão estava seriamente ameaçado de liquidação, pela Secretaria de Previdência Complementar. Naquele momento, tínhamos o problema de inadimplência, como continua, das patrocinadoras, e a Secretaria, através do seu secretário, ameaçou liquidar o Portus. E sendo o Senador Paulo Paim um cidadão brasileiro e do Brasil, nós, da Federação, através do nosso Presidente, Eduardo Guterra, que não está presente no momento, porque está em viagem de trabalho, recorreu à Comissão de Direitos Humanos,

presidida pelo Senador Paulo Paim, e, por iniciativa do senador, foi realizada, no Auditório Nereu Ramos, uma Audiência Pública. E, desta audiência, nasceu o fruto da sensibilidade política de órgãos governamentais, tanto do Legislativo como do Executivo, com a palavra do Presidente Lula, do aporte de 400 milhões de reais, para que – vamos colocar assim – salvasse o nosso fundo de pensão. O ano passado, no mês de dezembro, uma parcela já foi depositada. Este ano, como o senador falou, que já esteve comigo hoje de manhã, estivemos tratando sobre o novo projeto de lei, que já está em tramitação para uma nova parcela.

Então, senador, os portuários do Brasil lhe devem muito e te homenageiam neste momento, através da Federação dos Portuários. Não temos muitos portuários aqui, no momento, porque todos estão nas suas bases, mas temos aqui um Portuário de Santos, que ali está, o companheiro sindicalista Pedro Pacheco, que é Presidente do Sindicato dos Portuários lá de Santos, [palmas] que também é de uns que junta-se a nós, nessa luta na defesa do nosso Fundo de Pensão e, obviamente, na defesa deste mandato do Senador Paulo Paim.

Então, senador, sabemos que poderíamos falar muito, acrescentar muito mais às falações que já ocorreram, mas, pelo adiantado da hora, a gente quer deixar um grande abraço da família portuária e dizer que iremos nos somar a todas as outras vozes, que, no momento oportuno, irá dar o apoio tão necessário e essencial à V. Sra., ou a V. Exa., desculpa. Muito obrigado.

[palmas]

Aliás, senador, e todos, eu peço também desculpas para sair, que nós estamos, eu e o Presidente Pacheco, com uma reunião no Ministério do Trabalho e já estamos até um pouquinho atrasados. Senador, muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço, Renato, vai com Deus, fique tranquilo. Você queria dar esse depoimento e deu. Eu vou passar para a Vera, e, em seguida, eu vou passar para o companheiro do Plenário, que é o João Alberto, que estava aqui, emocionado, durante tanto tempo, para que ele faça a sua saudação. O João Alberto Araújo Fernandes é Presidente do CRA, não é, do Rio Grande do Sul... Presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul. Isso.

SRA. VERA LÊDA FERREIRA DE MORAIS: Senador Paim, boa-tarde. Companheiros e companheiras, boa-tarde. Diretora da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, nós vimos, nessa tarde, render também as nossas homenagens ao Senador

Paim, mas não poderia deixar – eu, pessoalmente, goiana que sou – de cumprimentar e agradecer ao povo gaúcho pelo brinde que eles têm concedido ao povo brasileiro, ao eleger o Senador Paulo Paim e nos dar a graça de conviver com uma pessoa que tão bem representa o Estado Brasileiro.

Senador Paim, nós estamos reconhecidos pelo seu trabalho no Senado Federal e sabemos que, durante o período que o senhor presidiu essa comissão, certamente o senhor não teve menos trabalho do que teve ao longo da sua vida pública. Mas estamos certos de que, com certeza, fomos agraciados, porque o Senador Paulo Paim não sabe ver as causas relacionadas a direitos humanos e deixar passar. O Senador Paulo Paim as vê, e as enxerga e tem resolvido a todas elas.

Gostaria de dizer ao senhor, senador, que todos os projetos que o senhor tem abraçado, na defesa dos direitos humanos, constitui dívida que o povo brasileiro tem para com o senhor, mas nós, que somos oriundos do Movimento Sindical, muito mais dívidas temos com o Senador Paulo Paim. A partir do seu mandato, que, como eu disse, nos foi agraciado pelo povo do Rio Grande do Sul, nós, do Movimento Sindical, temos tido voz e voto nesse Parlamento. Nós estamos e somos reconhecidos por todas as questões ligadas ao Movimento Sindical, por todas as questões ligadas ao Movimento Trabalhista que o senhor abraça, vê, enxerga e busca solução para todas elas. Os trabalhadores em turismo e hospitalidade no Brasil, e especialmente os trabalhadores em turismo e hospitalidade do Rio Grande do Sul, se somam ao Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, para dizer ao senhor que estaremos enfileirados na sua reeleição à vaga aqui, no Senado, senador.

E dizer ao senhor que, em todos os momentos, o senhor pode contar com os trabalhadores em turismo e hospitalidade, especialmente os do Rio Grande do Sul. E, nesse momento, em nome da CONTRATUH, em nome dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, especialmente em nome do nosso Presidente, Moacir Tesch, que lhe tem grande apreço, amizade e admiração, nós fazemos esse convite, esse apelo a todo o povo gaúcho. Nós precisamos, o Brasil precisa, da reeleição do Senador Paulo Paim, na próxima eleição de 2010.

Então, aqui, em nome da CONTRATUH, nós queremos fazer esse apelo ao povo gaúcho. Contemplem a nação brasileira e contemplem o povo brasileiro com mais um mandato do Senador Paim nessa Casa. E nós, principalmente os trabalhadores e principalmente nós, oriundos do Movimento Sindical, ganharemos muito com isso, e, com certeza, durante essa sua trajetória,

todos esses movimentos estarão e serão muito mais ricos, senador.

Meus parabéns. A foto, eu quero trazer os meus filhos, os meus netos e contar a sua história, porque as novas gerações precisam conhecer, respeitar e admirar valores da sua grandeza. Parabéns, Senador Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado à Vera, pela forma carinhosa como fala do nosso trabalho. E eu quero, nesse momento, porque ele tem que viajar, passar a palavra para o João Alberto Araújo Fernandes, que é Presidente da INTERSINDICAL. INTERSINDICAL que eu ajudei. Nos meus primeiros anos de sindicalista, eu já trabalhava muito com a INTERSINDICAL lá no Rio Grande do Sul. João Alberto, por favor.

Nós vamos dar a palavra para uma saudação no Plenário, que ficasse em torno de três a cinco minutos, de preferência. João Alberto.

SR. JOÃO ALBERTO ARAÚJO FERNANDES: Muito boa-tarde ao Senador Paulo Paim, aos demais companheiros que nos acompanham nessa jornada desse dia memorável para o Senado Brasileiro. E eu confesso que me emocionei, eu sou assim, e me emocionei, acima de tudo, porque o Senador Paim fez referência também a um político gaúcho, o Deputado Jarbas Lima, que pagou o preço de ser um deputado do PDS, mas que não tinha dobradiça na espinha e que votava sempre de acordo com os interesses da maioria da população--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não votamos uma vez diferente aqui, no Congresso Nacional.

SR. JOÃO ALBERTO ARAÚJO FERNANDES: E eu sempre agradeço ao Ricardo, meu companheiro da INTERSINDICAL, Sindicato do Ricardo faz parte da INTERSINDICAL. E eu dizia sempre para o Ricardo, eu... Desde que eu comecei a comparecer aqui, no Congresso Nacional, o Deputado Paim... Era deputado, na época. Tinham dois gabinetes que eu nunca deixava de visitar, era o gabinete do Deputado Paim, na época, e do Deputado Jarbas Lima. E o Senador Paulo Paim talvez nem lembre isso, mas, um dia, quando ele já era candidato a senador, eu passei no gabinete dele e disse: "Senador Paim, nós vamos ajudar a elegê-lo senador". E o senador tinha uma certa, vamos dizer assim, dúvida, porque, inclusive, companheiros de partido, muitas vezes, duvidavam da sua eleição. E o Senador Paim me disse assim: "Pô, Fernandes, eu gostaria de acreditar, porque, agorinha mesmo, aquilo que tu estás me dizendo, saiu daqui um deputado, de um partido adversário meu, dizendo a mesma coisa.

Eu digo: "O senhor pode confiar, eu tenho a pretensão de conhecer o que o povo gaúcho pensa. E tenho certeza que o senhor vai se eleger senador". Isso há oito anos atrás. E, hoje, eu venho aqui, com o maior orgulho, trazer o meu testemunho e dizer que eu, como gaúcho, tenho a certeza, a convicção que o povo gaúcho vai lhe trazer de volta, com a maior votação que um senador já teve no Rio Grande do Sul. Me cobrem o ano que vem.

E se depender de mim e de outras pessoas que acreditam em mim, nós vamos fazer isso, e todos aqueles que acreditam no senhor, o senhor pode ficar tranquilo que isso vai acontecer e me cobre. Vai ficar gravado isso. Daqui um ano, nós vamos ter esse testemunho, e o senhor vai ver, o senhor vai ter a maior votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai ficar gravado entre nós e o Brasil, que nós estamos ao vivo para todo o Brasil.

SR. JOÃO ALBERTO ARAÚJO FERNANDES: Exatamente. E eu digo isso, porque, hoje, vamos dizer assim, quando o senhor vê que um senador, como o Senador Zambiasi, que é um grande comunicador, uma pessoa que diz que não se candidata, mas que vai apoiá-lo, o senhor imagina o conceito que o senhor tem perante o povo gaúcho. Por isso que eu saio daqui tranquilo, com o coração orgulhoso de dizer: "Eu sou gaúcho e voto no Senador Paulo Paim".

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, muito obrigado. Tinha me pedido a palavra o companheiro que, agora, diz o nome, inclusive, que é do Comando de Greve dos Petroleiros. Diga o nome, por favor, no momento.

SR. JOSÉ ADEMIR DA SILVA: Meu nome é Ademir, eu sou Presidente do Sindicato dos Petroleiros de São José dos Campos, da Frente Nacional dos Petroleiros. Eu só queria registrar aqui que a primeira vez que... A última vez que eu estive aqui foi naquela Audiência Pública do projeto do petróleo, o Projeto de Lei 5891, e nós entendemos que o projeto, esse projeto, ele traz a PETROBRAS 100% estatal e que o petróleo tem que ser nosso.

Os quatro projetos, apresentados pelo Governo, ele é um projeto que dizem que é nacionalista, mas a gente entende que ele entrega as riquezas do país. Então, eu acredito que um país com riquezas, ele consegue distribuir e minimizar as diferenças entre o seu povo. Eu queria registrar só a grande satisfação que eu tive, com relação a participar desse ato, onde foi a oposição do retrato do senador. Porque, mesmo que esse retrato não estivesse ali, por todos os trabalhos

que estão sendo feitos, já está escrito na história política do Brasil essa passagem do senador pela Casa. Eu entendo que a defesa dos direitos humanos já... Foi feito muita coisa, mas tem muita coisa por fazer. Então, nós sabemos que... Inclusive, um dos motivos que nós estamos aqui é mais um problema do corte das diferenças... Antes de entrar no detalhe do nosso questionamento. Além de problema de efetivo, que a gente registra na PETROBRAS, que nós entendemos que o número de pessoas que trabalham coloca em risco as unidades da PETROBRAS, que nós achamos que tem que ter um efetivo maior, inclusive por técnicos. Eu sou operador de refinaria, trabalhei no craqueamento catalítico dez anos, e transferência de estocagem, 11 anos, e estou no sindicato, como Presidente do Sindicato, e na Frente Nacional dos Petroleiros há cinco anos. Nós reclamamos, nós reivindicamos um efetivo maior.

Nós temos um problema da precarização da terceirização, que também é um corte das diferenças, e, recentemente, numa greve que ocorreu no Vale do Paraíba, em São José dos Campos, de lá para cá, está chegando denúncias no sindicato de restrições; trabalhadores que são registrados numa empresa, na hora que vão fazer a integração, que vão fazer o crachá para acessar a empresa, vem aquela restrição. A PETROBRAS alega que ela nunca restringe ninguém, que ela contrata serviços e não contrata pessoas. A gente sabe que essa restrição existe através dessas denúncias. Eu acho que essa vinda nossa aqui, hoje, até em defesa dos terceirizados, que são precarizados... Inclusive, o Presidente do Sindicato dos Vigilantes, ele foi bem claro: tem os petroleiros primeirizados e os terceirizados, uns são mais iguais do que os outros, tendo mais privilégios, mas, mesmo assim, a PETROBRAS vem tomando direitos.

Com relação à remuneração variável, isso é contratual. Nós temos um Fundo de Pensão, até foi falado pelo Dirney, que nós temos direito de receber o mesmo que a ativa recebe. E a PETROBRAS, numa orientação talvez dos acionistas... Eu acredito que o Governo deveria prevalecer, porque ele tem 55% das ações, com direito a voto, mas essa precarização, essa remuneração variável, essa tirada de direito, principalmente dos aposentados, mas também está sendo feito isso com o pessoal da ativa.

Eu só não quero me alongar muito, mas eu acredito que essa vinda nossa foi muito importante. Eu só queria registrar: mesmo que a foto não estivesse ali, o povo brasileiro sabe o trabalho que tem sido feito. Esperamos vê-lo no próximo mandato. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Dr. Cintra vai ter que se retirar, porque tem outra atividade. O José Augusto também vai ter que se retirar. Então, eu libero a ambos, com uma salva de palmas, para que a gente possa concluir aqui.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parabéns mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Pediu a palavra um outro companheiro do comando de greve, e dizer que, depois, nós vamos conversar, viu? O pessoal do comando de greve, terminando aqui, nós teremos uma reunião na minha sala, ainda.

SR. ADEMIR GOMES PARRELA: Bom, o meu nome é Ademir Gomes Parrela, conhecido como Parrela. Eu, hoje, estou como Coordenador Geral do SINDIPETRO, do litoral paulista, dos petroleiros. Primeiro, queria agradecer o convite e, segundo, deixar bem claro que eu estou muito feliz em estar aqui com todos, porque eu estou representando a todos, pelo que eu estou vendo. Porque o sindicalista, ele representa trabalhador. E trabalhador... Dentro dos trabalhadores, nós temos gays, lésbicas, cegos, paráliticos, deficientes físicos em geral, negros, índios, brancos. Então, o sindicalista, ele representa toda a categoria, porque nós representamos todos os trabalhadores, e todos têm direito ao trabalho. Isso... Eu quero dizer o seguinte: pediram para o Senador Paulo Paim que fique vigilante e atento ao que está acontecendo nesse país com os sindicalistas. O que nós queremos? É o direito de ir e vir. É o direito de estar onde o trabalhador está, o que nós não estamos tendo esse direito, dentro de muitas empresas, dentro desse país, e, especialmente, por uma empresa que se diz do povo brasileiro, que é a PETROBRAS. No momento que nós denunciemos que vamos entrar em greve, respeitando a lei de greve, dois dias antes, a empresa proíbe os sindicalistas de adentrarem dentro das suas instalações, e nós não queremos isso e não aceitamos isso. Nós queremos estar onde o trabalhador está. O trabalhador precisa, também, da presença dos seus representantes sindicalistas, para saber o que está acontecendo nos movimentos grevistas. Peço, também, para o Senador Paim ficar atento, inclusive no seu projeto de lei. O interdito proibitório é um jeito de querer acabar com os sindicatos, é acabar com a reivindicação dos trabalhadores brasileiros. Isso é uma covardia por parte das empresas.

E também peço ao Senador Paim que fique vigilante nas repressões que nós estamos tendo dos policiais nas portas das fábricas. Estamos correndo o risco e denunciei isso, denunciemos a Frente Nacional dos Petroleiros na PETROBRAS, na reunião com a PETROBRAS, reivindicando o nosso acordo coleti-

vo de trabalho. Estamos preocupados, porque fomos ameaçados, estamos sendo ameaçados por policiais, policiais que vão para a porta das refinarias, participar do movimento pacífico, um movimento reivindicatório de direito, e, quando nós chegamos nas portas de nossas refinarias, seis, sete viaturas policiais aguardando. E quando há um confronto de direito de ir e vir, somos ameaçados pelos policiais, dizendo que vai colocar no porta-malas, que vai sumir, que vocês vão sumir: "Eu estou de folga, mas, amanhã, eu volto aqui, se vocês estiverem aqui, e vocês não vão estar mais aqui".

Esta é uma denúncia que estamos fazendo aqui, para o Senador Paulo Paim, e gostaríamos que, no seu projeto, seja emendado, sim, o direito do sindicalista de participar, junto com os trabalhadores, quando estiver no movimento de greve. E que policiais militares fiquem afastados do movimento grevista. Não queremos [ininteligível], como foi em 79, que tomou um tiro nas costas de um policial militar aqui em São Paulo. Nós não queremos isso. O que nós queremos é o direito de reivindicar os nossos direitos, e nós, sindicalistas, reivindicamos também uma luta mais formal e mais rígida com o trabalhador da ativa, porque esse trabalhador da ativa é um futuro aposentado. Infelizmente, aposentado no país... Que nós tínhamos uma grandeza aqui, dentro da PETROBRAS. Os nossos aposentados da PETROBRAS, eles aposentavam e tinham o direito ao aumento de percentual de aumento de salário igual ao da ativa. Infelizmente, a PETROBRAS, na calada da noite, usando de artimanhas, usando de compra dos nossos aposentados, tirou esse direito de quase 68 a 70% dos aposentados, iludindo os aposentados, lhe dando 15 mil reais, dizendo que eles estariam ganhando mais do que ganham agora. Isso foi um golpe, por parte da PETROBRAS, para os aposentados. Aposentados que tinham direito a aumento real, junto com a ativa, agora não tem mais. E eu me atrevo a dizer, era a única empresa nesse país que o aposentado tinha o mesmo aumento percentual do que a ativa tinha. Infelizmente, a PETROBRAS, com sua artimanha, tirou esse direito dos nossos aposentados.

O que nós queremos do Paulo Paim é uma defesa, sim, com todos os trabalhadores brasileiros e também que assista de perto o que está acontecendo com os nossos seis companheiros que estão no Rio de Janeiro, hoje, acampados no [ininteligível], que ali, sim... Que eu entendo que sindicalista, ele, sim, tem que brigar pelos direitos humanos. Nós estamos brigando pelo pai de família, pela esposa, pelos filhos, e, quando um sindicalista briga pela família, está brigando, sim, pelo direito humano. O direito humano digno de a pessoa ter o seu emprego e ter um salário digno de cuidar de seus familiares, e, sim, gastar no

comércio, gastar na sociedade, e a sociedade, no todo, ganhando. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um companheiro que pediu a palavra. Eu só queria fazer um apelo a todos, que nós já ultrapassamos 33 minutos do limite, porque o limite aqui das comissões está às 14 horas, porque começou o Plenário já. Então tem o Mário Avelino. Eu diria mais: se você puder só fazer uma saudação, pedir um minuto, tem um outro companheiro atrás de você. Eu peço também a gentileza, porque nós esgotamos todos os parâmetros aqui, que se puder fazer uma saudação de um minuto cada um. Então, o Mário Avelino, um minuto, e, em seguida, o outro companheiro, para que eu posso encerrar daí.

SR. MÁRIO AVELINO: Senador, eu vim aqui homenagear... Quer dizer, parabenizá-lo, porque, eu não sei se o senhor vai lembrar, a primeira vez que eu procurei o seu gabinete foi em 2003, com uma campanha chamada Expurgos no FGTS – Pagamento já para o Idoso. Esse projeto, o senador abraçou e, felizmente, talvez pela força do senhor ter abraçado, e deputados, também, na Câmara, o Presidente Lula assinou a Medida Provisória, e os idosos receberam, em uma única parcela, os expurgos do fundo de garantia. E, hoje, tem outros projetos, também, que o senhor já abraçou, e, no mês que vem, na CAE--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Contribuição que você me encaminhou.

SR. MÁRIO AVELINO: --vão ser discutidos. Então eu quero agradecer, em nome do instituto e em nome dos trabalhadores, a sua participação em ter abraçado, não só no passado, como no dia a dia, todos os projetos em prol da Justiça, do trabalhador brasileiro. Muito obrigado e parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Mário. E foi rápido mesmo, conseguiu em um minuto, Mário, e dizer mais: que, de fato, essa luta eu travo há muito tempo. Eu acho que a sua avaliação é corretíssima. Se o fundo é uma poupança nossa, por que tem que ganhar só 3% e não posso usá-lo, como eu entendo... Que os outros, que fazem poupança, aplicam e recebem muito mais, eu diria até que 1% ao mês pelas aplicações que fazem. E o Fundo que é nosso, nós temos que receber somente 3% ao ano.

Então, é uma luta que eu venho travando há tempo, e, a partir do momento que você se somou a nós... Eu diria mais, pela tua iniciativa, como uma série de contribuições, nós estamos vendo que essa questão está pegando corpo na sociedade. Hoje, você já vê

editoriais de grandes jornais, que, no passado, não concordavam com essas teses que nós levantávamos, já admitindo que tem que haver uma remuneração melhor para o Fundo de Garantia. E você tem sido parceiro nesse bom debate, subsidiando, inclusive, o nosso trabalho aqui, no Congresso. Parabéns a você.

SR. MÁRIO AVELINO: Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem um companheiro que pediu um minuto, para eu poder encerrar e fazer reunião com os petroleiros ainda. Aqui, almoço é coisa que a gente deixa para uma outra hora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um minuto é mais do que suficiente para dizer que o Sr. Senador é um humano(F) direito e, por ser um humano(F) direito, está no lugar certo, nos direitos humanos. E eu queria também pedir ao senhor para o senhor ficar vigilante, acompanhando a falação do nosso companheiro ali, com relação à fraudes salariais que a PETROBRAS vem praticando ao longo desses anos, como a PLR. Por exemplo, eu vou me aposentar daqui a pouco, e aí não terei mais PLR. A remuneração variável, outra fraude salarial, a prática dos abonos, mais fraudes salariais.

Então, isso tudo, Sr. Senador, seria importante que os seus pares, não só o senhor, porque há uma carga muito grande que nós estamos impondo as suas costas. Mas o senhor, com esse poder de articulação, com essa sensibilidade que o senhor tem para com os problemas sociais, nós suplicamos que o senhor realmente se debruce e divulgue o máximo possível aí, dentro dos seus pares(F), que essas fraudes salariais precisam realmente chegar ao fim.

E a PETROBRAS, hoje, a oitava companhia do mundo, com pretensões, segundo o nosso Presidente, de chegar a quarta o mais rápido possível, ela lembre que o patrimônio dela verdadeiro são os trabalhadores, e que nós trabalhamos para a empresa ter sucesso todo e temos... No caso da PLR, por exemplo, 25% do que é destinado aos acionistas. Aparentemente, isso é um absurdo. Muito obrigado, Sr. Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Me permitam, para que eu encerre essa Audiência Pública... O celular sempre toca na hora mais inapropriada. Está tocando agora, por azar. É o meu, eu vou desligar aqui. Deixa eu só dizer para vocês, eu acho que a melhor forma de eu terminar essa Audiência Pública que, com certeza, não só aqueles que assistiram pela TV Senado, e vão assistir a reprise, se emocionaram... Deixe que eu termine, porque,

quando eu escrevi esse livro, “*O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil*”, que vocês todos receberam aí um exemplar, todos os que estiveram aqui hoje, eu faço um relato de como é que foram esses dois anos na Comissão de Direitos Humanos. É um relato do trabalho Parlamentar. Mas, quando eu comecei a escrever, eu não sabia por onde começar. Como é que eu ia falar? Quinta-feira, sexta-feira, segunda-feira... Como é que foi a minha encaminhada aqui. E para a alegria minha, eu debrucei os meus olhos sobre o “*Estatuto do Homem*”, que foi escrito pelo poeta brasileiro Thiago de Mello – grande Thiago de Mello -, em abril 1964, ele escreveu esse poema em Santiago do Chile. Vale a pena ler, é uma bela reflexão.

Como nem todos os brasileiros vão ter acesso, eu vou fazer a leitura, são duas folhinhas, para vocês entenderem a mensagem que o Thiago de Mello passa para todos nós. Eu lhes confesso que esse é o estatuto que norteia muitos dos meus passos. Diz o Thiago de Mello, no seu art. 1º: “*Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.*”

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde, onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único

O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Artigo V

Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura das palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

Artigo VI

Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos, e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Artigo VII

Por decreto irrevogável, fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que, sobretudo, tenha sempre o quente sabor da ternura.

Artigo X

Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco.

Artigo XI

Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que, por isso, é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.

Artigo XII

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela. Parágrafo único: Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Artigo XIII

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Artigo Final

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante, a liberdade será algo vivo e transparente, como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem".

Viva a liberdade! Thiago de Mello.

[palmas]

Eu li rapidamente. Se vocês pararem para ler, vocês vão ver a profundidade. Ele quer a verdade, amar com amor, liberdade, justiça e democracia. É um grande momento.

Eu, para concluir, o Senador José Nery está aqui, chegou na hora, eu quero botar em votação dois requerimentos, requerimento que o Senador José Nery já leu, que vai na linha de que dois senadores sejam indicados para participar dessa importante conferência internacional em defesa do meio ambiente. Então, eu, de imediato, consulto ao Plenário. Os senadores que concordam que esse requerimento seja colocado em votação, permaneçam como se encontram.

Então, o requerimento vai à votação. O que diz o requerimento, fechando aqui o raciocínio? *"Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de dois senadores desta comissão para compor a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU, COP-15, em Copenhague, Dinamarca, a realizar-se entre os dias 17 de dezembro de 2009".*

Em votação o requerimento. Os senadores e senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu, como Presidente em exercício, já indico o primeiro senador, José Nery, que, na verdade, ele que é o vice-Presidente e Presidente da Casa, mas, como eu estou presidindo a sessão, eu já tomo a liberdade, Senador José Nery, de dizer que V. Exa. é o primeiro indicado, por unanimidade desse Plenário, e nós vamos ver qual será o outro senador.

Aprovado, então, o requerimento.

"Nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização – olha aí, petroleiros – de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de instruir os senadores e senadoras sobre a Sugestão nº 2/2009, que tramita nessa Comissão, sobre o marco regulatório do pré-sal, numa audiência que faremos realizar no próximo dia 4". No próximo dia 4. "Para a audiência, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades, encaminhadas em anexo".

Aqui tem uma série de entidades, que vai desde as centrais, as federações, confederações, união de estudantes. Então, os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com essa Audiência Pública... Nessa Audiência Pública, qual é a nossa intenção? Fazer... Está previsto inclusive chegar no Petrônio Portella. A intenção é trazer aqui em torno de mil companheiros, numa grande atividade, numa Audiência Pública, no Petrônio Portella, onde nós, inclusive, naquele dia, poderíamos aprovar, inclusive, aquele projeto que os petroleiros encaminharam a essa Comissão e que eu sou o Relator.

É bom dizer que, no projeto, encaminhado por todos os petroleiros, houve a unidade entre os petroleiros, em que eu sou Relator, está garantido lá parte do dinheiro do pré-sal para a nossa Previdência, para que ninguém diga depois que não há recursos para a Previdência.

Eu já tinha, em um projeto, apresentado, no ano passado, apontando para o mesmo sentido, que parte do dinheiro do pré-sal vá também para a nossa Previdência e, naturalmente, também para a saúde e educação. Ninguém é contra.

Então, os Srs. Senadores e Senadoras, que concordam com essa Audiência Pública, que está prevista para o dia 04, no Petrônio Portella, para discutirmos toda a questão relacionada ao pré-sal... Em resumo, é isso. Primeiro, os que concordam que eu coloque em votação, permaneçam como se encontram. Vai à votação. Em discussão. Em votação o projeto. O requerimento. Aqueles senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, está aprovado também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente e também aqui. Nós estamos querendo trabalhar com os dois momentos. Esse pedido foi feito pelos petroleiros de todo o país. O meu relatório está praticamente pronto. Eu botarei em votação aqui, já que o projeto entrou pela Comissão de Legislação Participativa.

Então, nesse momento, Senador José Nery, a não ser que V. Exa. queira encerrar, eu passo à V. Exa., que é o Presidente em exercício, de fato, eu estou aqui o substituindo. Então, eu agradeço a todos, foi uma manhã– tarde, eu diria, gratificante, onde nós fizemos esse belo debate do corte das diferenças e, ao mesmo tempo, falamos das nossas lutas, das nossas histórias, das nossas vidas, e apontando pela importância que é a Comissão de Direitos Humanos, aqui, do Senado da República.

E dizer, Senador José Nery, que V. Exa., que é Presidente da Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, tem cumprido, para mim, um papel exemplar. Por isso, uma salva de palmas para a Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

[palmas]

Com essa homenagem ao senador, nós encerramos a sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 14h50.

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com

a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, **Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Marcelo Crivella, Mão Santa, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho e Jefferson Praia**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 47, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 28/10/09, **“para instruir a proposição apresentada nesta Comissão pela Federação Única dos Petroleiros – FUP”**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: João Antônio de Moraes, Presidente da FUP; José Divanilton P. da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Ismael José César, Representante da CUT, em representação ao Senhor Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Francinaldo Alves Correia (Joba Alves), Coordenador Nacional do MST e Representante da Via Campesina Brasil; Francisco Soriano de Souza Nunes, Diretor da Sindipetro – RJ e Representante da Frente Nacional dos Petroleiros, em representação ao Senhor Emanuel Jorge de Almeida Cancelli, Coordenador do Sindipetro – RJ e Representante da Associação dos Engenheiros; Ubiraci Bira Oliveira, Vice-Presidente da CGTB; e Marthius Sávio Lobato, Representante do Conselho da OAB. O Senhor Presidente convida os senhores convidados para tomar lugar à mesa e, em seguida, às onze horas e cinquenta minutos, transmite a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores convidados. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, transmite a presidência para o Senador Jefferson Praia. O Senhor Presidente, Senador Jefferson Praia, exhibe o filme “O Petróleo tem que ser Nosso”, direção de Peter Cordenonsi. O Senhor Presidente passa a palavra novamente aos Senhores convidados. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Jefferson Praia, e o Deputado Federal Fernando Marroni – não membro da CDH. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu declaro aberta a 36ª Reunião

Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Semana (sic) Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram... Os senadores presentes. Está aprovada.

Essa Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 47/09, de autoria do Senador Paulo Paim, que está aqui, nosso ex-Presidente, foi aprovada em 28... Está errado aqui... 28/10/2009, para instruir a proposição apresentada a esta comissão pela Federação Única dos Petroleiros. Nós temos aqui uma lista de convidados, que eu vou chamar à Mesa, começando pelo Deputado Moroni, que nos prestigia com a sua presença e tem sido um estudioso do assunto--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o autor do projeto na Câmara.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --e há pouco estava me dando uma aula sobre o projeto que ele apresentou e as mudanças que estão fazendo, para ver se eu aprendo um pouco para propor algumas mudanças no Senado.

Eu chamo o João Antonio de Moraes, Presidente da FUP, Federação Única dos Petroleiros.

[palmas]

O José Divanilton P. da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil.

[palmas]

Eu convido, no lugar do Dary Beck Filho, Diretor da Central Única dos Trabalhadores, que eu fui informado que não está aqui... Se estiver, se apresente. Nós estamos chamando o companheiro Ismael, que é da CUT do Distrito Federal.

[palmas]

Convido o Francinalvo Alves Correia, coordenador nacional do MST e representante da Via Campesina.

[palmas]

O Emanuel Jorge de Almeida Cancelli também não está aqui, que é o coordenador do SINDIPETRO-RJ, e representante da Associação dos Engenheiros. No lugar dele, convido o Francisco Soriano de Sousa Nunes, que é da Frente Nacional dos Petroleiros.

[palmas]

Convido também o José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Onde está o Calixto?

[palmas]

O José Augusto, que é coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

[palmas]

Convido também, é último, Ubiraci Bira Oliveira, vice-Presidente da CGTB e Presidente em exercício.

[palmas]

Nós temos, então, aqui composta a Mesa. Falta chegar algum? Não. E fico feliz com a presença também do nosso Senador Praia, Jefferson Praia--

[palmas]

--que representa o Estado do Amazonas e que faz parte da Comissão de Direitos Humanos.

Como sabem vocês, essa não é a primeira audiência em que estamos discutindo esse assunto fundamental para o futuro do Brasil, que é a relação do trabalhador petroleiro com a empresa petroleira; que é a relação dos Estados com os Municípios e com a União, e que, para mim, deve ser também a relação do presente com o futuro do Brasil.

Nós temos que compor essas três coisas. É um exercício longo, e o Deputado tem trabalhado nisso, de combinação: A combinação entre trabalhadores e empresas, se vai ser no plural ou no singular... Eu prefiro o singular. A PETROBRAS, nossa, tem condições de fazer esse trabalho--

[palmas]

Muito bem. É a relação entre a empresa e os trabalhadores juntos, com o Brasil inteiro, porque a empresa não pertence aos trabalhadores da PETROBRAS; pertence a todos os brasileiros, como os trabalhadores sabem...

[palmas]

É a relação entre Estados e entre Municípios e entre União com as especificidades dos Estados e Municípios produtores e os Estados e Municípios não produtores, sabendo que o petróleo pertence à nação inteira, mas está localizado em certas regiões, provoca certos efeitos em algumas regiões e essas regiões precisam ser compensadas. Mas, sobretudo, eu deixo claro que é uma relação entre o presente e o futuro.

Nós não temos o direito de... Desculpem o verbo que vou usar, de "torrar" esse dinheiro no presente para beneficiar a nós, ignorando as gerações futuras, que não terão petróleo mais. Nós não podemos fazer com o petróleo o que o Brasil fez com o ouro, que tirou o ouro todo de Minas Gerais, mandou embora para Portugal para refinar os ricos daqui e os ricos de lá. E nada ficou, a não ser alguns prédios. E esse ouro serviu para construir o futuro da Inglaterra, porque o ouro saía do Brasil e ia para Portugal. Portugal, ao invés de

se industrializar, pegava esse ouro fácil e comprava os produtos industriais da Inglaterra. O futuro do ouro brasileiro ficou na Inglaterra; não ficou no Brasil.

Nós fizemos isso com o café, que beneficiou ricos brasileiros; nós fizemos isso com a borracha do Amazonas, que terminou financiando a elite do Norte; fizemos com o açúcar, do meu Pernambuco, que terminou servindo para os usineiros, quase nada para os trabalhadores, e nada para a região.

Nós temos uma responsabilidade muito grande porque, naquela época, eles podiam dizer até que não sabiam que ia acontecer isso. Hoje a gente sabe que vai acontecer isso. Se não tomarmos direito em definirmos aonde vamos investir esse dinheiro, não apenas aonde, do ponto de vista do Estado, que é o grande debate que se faz, mas aonde, do ponto de vista do setor. Mais importante do que o Estado, do que o Município, é quem vai se beneficiar: As massas pobres ou as elites ricas? A população de hoje ou a população do futuro? Esse que é o grande desafio.

E eu espero que nessas discussões nós consigamos discutir não só quem vai explorar o petróleo, que empresa vai ser responsável, qual o papel do Estado, qual o papel da iniciativa privada, mas também qual o papel do presente na construção do futuro. Esse é o desafio que nós temos.

Fico muito feliz de ser o Presidente dessa comissão, no momento em que realizamos essas reuniões, que foram fruto da iniciativa do Senador Paim. É ele que tem levado adiante isso. Por isso, inclusive, e por outra razão que vou dizer, eu creio que a Presidência dessa sessão deve ser dele, e não minha. Ele é quem tem mais legitimidade de fazer isso, embora eu tenha a legalidade para fazer isso.

Além disso, eu tenho projetos meus em andamento, na Comissão de Constituição e Justiça, que vêm sendo postergados por não poder ficar presente, tendo em vista as reuniões dessa comissão, que coincidem com a Comissão de Constituição e Justiça. E um desses projetos é o projeto da federalização da educação de base, que eu preciso estar lá. Tem também uma audiência na Comissão de Educação, da qual eu faço parte, e que eu gostaria de participar. Por esse sentido, desde o começo, eu já passo a Presidência ao Senador Paim, e ficarei aqui um pouco, mas depois eu sairei e voltarei, no final, quando as outras Comissões que eu participo terminarem.

Por isso, Senador Paim, com maior satisfação, passo-lhe a Presidência dessa importante Audiência Pública, convocada por sua iniciativa.

[troca de presidência]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado. Muito obrigado, Senador Cristovam. Claro que V. Exa. tem também, sim, a legitimidade e está passando a Presidência para mim como um gesto... Um gesto que, eu sempre digo, que os gestos, para mim, marcam. O gesto que o Senador está fazendo, todos sabem que ele é uma liderança a nível nacional, e passar para esse simples senador, operário do Rio Grande, a Presidência da Comissão, num momento nobre como esse, merece uma salva de palmas ele.

[palmas]

Com a assessoria aqui do meu Presidente, eu convido para a Mesa o Marcos Santo, representando o César Brito, OAB Nacional. E convido também o Deputado Luiz Sérgio. Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro, Deputado comprometido com essa causa, como todos que estão aqui presentes.

[palmas]

Então, vamos, de imediato, iniciar a nossa Audiência Pública. O Moraes aqui e o Senador Cristovam já me deram as orientações. Nós passamos a palavra, de imediato, para o Sr. Francinaldo Alves Correia, Coordenador Nacional do MST e representante da Vila Campesina Brasil, Joba, o famoso Joba aqui, para que ele faça a sua exposição, dando um depoimento sobre o projeto que, se depender de mim, que sou Relator, nós vamos votar ainda hoje. Essa é a intenção, Moraes, de votarmos o projeto ainda hoje, nessa Audiência Pública.

[palmas]

E claro que para votar o projeto, nós vamos ter que ter aqui ou o Senador Jefferson Praia ou o Senador Cristovam, porque eu, daí, estarei como Relator naquele momento. Mas ambos dizem que garantem que, se depender dos dois, o projeto vai ser votado, certo?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra, nossa liderança, o Joba.

SR. FRANCINALVO ALVES CORREIA: Bom, se depender do povo, a gente vai fazer muita mobilização popular para garantir que seja aprovado 100%, não é Senador?

Bom, bom-dia a todos. Primeiro, fazer esse esclarecimento que Francinaldo Alves e Joba Alves são a mesma pessoa. Porém, os companheiros da militância não me conhecem por Francinaldo. Só minha mãe e meu pai. Tudo bem.

Bom, falar um pouco dessa experiência que a gente vem construindo, do projeto dos movimentos sociais, que é uma ferramenta importante, que traz, na sua constituição, o que os movimentos sociais têm construído ao longo de uns... Mais ou menos dois anos, que a gente vem trazendo aí na sociedade, nos setores organizados desse país, que é a campanha “do petróleo tem que ser nosso”, que é uma iniciativa de diversas organizações que decidiram e entenderam a importância de se discutir o tema do petróleo, da sua... Estão chegando mais companheiros aí. ...Da sua amplitude, não só pelas questões, pelo viés econômico, mas também discutindo a soberania nacional, discutindo a relação com o meio ambiente, enfim, um projeto que traz... Traz presente os anseios de vários setores da sociedade, que ousou a dizer que é a primeira grande experiência construída com base social, que contempla senão em todo seu conjunto, mas em grande parte, todos os setores da sociedade, mobilizados nesse país, que de fato tem um projeto e que tem responsabilidade com esse país e que vê, dentro, nessa possibilidade de discutir o petróleo, ainda mais com a descoberta do pré-sal, uma grande possibilidade de nós construirmos em torno disso um projeto de país, um projeto popular, e um projeto que nasce vinculado às bases sociais. Porque é diferente de você fazer um projeto, fazer um... Um Projeto de Lei que seja uma iniciativa que não tenha o cunho social, além dos anseios. Ou seja, que tenha ligação direta e vínculo com os movimentos sociais que podem evidentemente se mobilizado para defendê-lo.

E esse projeto nasce com essa característica, com esses anseios e com grande vínculo com os movimentos sociais. Acho que praticamente todas as grandes centrais sindicais e todos os setores da sociedade estão envolvidos. Enfim, você tem vários sujeitos sociais que contribuíram na construção desse projeto, mas também que estão participando ativamente. Então, tem uma base social organizada, mobilizada e pronta para defendê-lo.

Essa ferramenta nos possibilitou, entre outras coisas, a gente acumular no debate do petróleo, que algumas pessoas, às vezes, devem estar se perguntando: “O que é que tem a ver sem terra, ou estudante, ou professor estar discutindo petróleo?” Tem tudo a ver. São riquezas naturais e que nós estamos falando, e essa, o petróleo, é uma das mais importantes do mundo. Então, isso interfere diretamente no nosso rumo de país. Interfere diretamente em que tipo de sociedade a gente quer construir. E nós temos que olhar o aspecto não só meramente econômico, mas temos que lembrar o que é que o petróleo traz para os países. Ele pode trazer, a exemplo de alguns países, muita prosperidade,

mas pode trazer também muita desgraça, a depender da forma que ele seja... Por quem é controlado e de que forma ele é executado. Então, nós acreditamos que esse controle passa... Passa, inevitavelmente, pelo Estado. O Estado tem que controlar as riquezas naturais e, nesse caso, estamos falando do petróleo.

E a gente viu a elite brasileira fazer um grande ataque ao Governo, quando o Governo apresenta a sua proposta para o petróleo, que nós reconhecemos, no conjunto dos movimentos sociais, que traz pequenos avanços, mas não contempla o conjunto dos movimentos sociais, tem que... Dava para ampliar mais. Então, a gente vê que, nessa ampliação, por exemplo, o Brasil não está em nenhuma contramão no mundo, que quem detém petróleo nesse mundo tem o Estado como seu maior controlador. Então, a nossa elite é tão atrasada, defende interesses das empresas, que teve coragem de dizer que esse projeto é um projeto estatizante. Ele não é estatizante. Ele traz vieses estatizantes, mas não contempla o conjunto dos movimentos sociais e seus anseios, e não traz o controle do petróleo sobre... Que o Estado tenha o seu controle. Ele apenas indica, mas ele não aprofunda isso. Então, a gente acha que o Brasil está tomando passos interessantes, ainda que tímidos, nesse projeto do Governo, mas que poderia ter avançado mais.

E quando a gente fala que tem que discutir não só pelo viés econômico, nós não podemos esquecer que foi o petróleo o grande motivador de disputas territoriais de guerra. Olhamos para o Iraque, para o Afeganistão, as guerras existem ali pelo controle do petróleo. A grande matriz energética, ainda, infelizmente, mais usada no planeta. Então, quem controla o petróleo tem o poder. Então, nós não podemos achar que porque somos o país do carnaval, o país do futebol, o país das grandes novelas exportadas, que mostram um Brasil que não é real, que nós estamos fora, estamos sem nenhum risco de termos guerra no Brasil, pela disputa do controle desse petróleo. Todos nós sabemos que foi reativada a quarta frota dos americanos, que está rondando nossas águas para pressionar e intimidar o Governo no sentido de manter o controle desse petróleo. É uma clara demonstração de que eles não vão ter nenhum limite para disputar o controle desse petróleo. Então, nós não podemos nos iludir.

E nessa ilusão, nós, o povo, os movimentos sociais organizados, nós não podemos achar que essa Casa, o Congresso, a Câmara, tem condições de garantir essa discussão em prol e em benefício do povo. É um erro. Nós sabemos que aqui tem valorosos e valorosas companheiras, combatentes, que estão do lado do povo, mas a sua imensa maioria dessa Casa

está voltada para garantir os interesses das empresas privadas.

Então, se nós, o povo, não nos mobilizarmos para garantir nossas reivindicações, por aqui é um campo que, sozinho, é um campo que nós não dominamos. É um campo que nós não sabemos jogar. A força, a correlação de força aqui não nos favorece. Nós tínhamos que contar com os aliados como os companheiros que estão na Mesa e outros que tem também nessa Casa, mas que ele sozinho tem clareza também que não terão condições de encampar essa luta. Nem sequer o projeto do Governo, que traz poucos avanços, passará da forma que está. Mesmo o projeto do Governo sofrerá ataques dos setores conservadores, que estão dentro dessa Casa, para garantir os interesses privados. Então, nós temos que ter consciência de que nós temos que nos vincular cada vez mais para fazer essa defesa das riquezas naturais e, nesse caso, o petróleo.

E temos também uma clareza, que é bom que fique bem dito, alguns acham que a disputa pelo petróleo, que nós tínhamos que fazer pelo seu controle, ele vai se dar apenas nesse momento que está sendo votado aqui no Congresso, na Câmara, o projeto... O novo projeto regulatório. É um engano. Nós, os movimentos sociais que construímos esse projeto, temos uma clareza que isso é uma luta prolongada, duradoura. Ela não se encerra com a votação aqui no Parlamento. Essa votação é parte do jogo dessa disputa que a gente está fazendo. As mobilizações vão continuar seguindo, vamos continuar fazendo as pressões para a retomada de todas as áreas leiloadas, que já foram inclusive 29% do pré-sal, combater os leilões... Combater os leilões e cada vez mais fazer com que o povo tome conhecimento do que representa o petróleo para além do desenvolvimento econômico que a gente tem no país.

Essa discussão do petróleo nos possibilitou, acho que muitos aqui participaram da campanha da ALCA, nós entrarmos em diversos setores da sociedade que nós jamais teríamos conseguido entrar. É um tema que atrai discussão de todos os setores, seja evangélicos, seja a igreja, seja as domésticas, estudantes, enfim, todo mundo tem interesse em conhecer o petróleo. Então, nós... Conhecer o tema, o debate sobre o petróleo.

Então, nós temos uma chance de voltar a vincular o povo brasileiro, como foi na luta "o petróleo tem que ser nosso", vincular em defesa das riquezas naturais e em defesa também da PETROBRAS, que a gente defende que ela tem que ser 100% pública, estatal e a única controladora dos recursos do petróleo. Então, nós temos essa chance de vincular o povo e trazer de novo o povo como o principal defensor de um Estado

forte, mas que um Estado que seja forte também para atender os anseios da sociedade.

Então, nesse nosso projeto, nós tiramos alguns pontos que, para nós, são importantes e que a gente entende que tem ser garantido e só vai garantir nas ruas e com essa relação companheiros e companheiras que estão com mandato nessa Casa, uma das coisas que a gente entende é que o monopólio do petróleo tem que ser retomado ao Estado--

SR. ABÍLIO: Não tem jeito, não, monopólio é a solução... Não tem jeito, não...

PLATEIA: Não tem jeito, não, monopólio é a solução...

SR. FRANCINALVO ALVES CORREIA: Obrigado. Abílio, puxando as massas aí. Então, nós entendemos que o monopólio tem que ser retomado nesse país. Nós sabemos todo o processo que se levou à quebra do monopólio nesse país. Sabemos que as pessoas que incentivaram, que atuaram na privatização, na quebra do monopólio, estão nessa Casa. Descaradamente, voltando a defender os mesmos interesses, se puder privatizar mais ainda os recursos do petróleo. E sabemos quem os assessora, com quem estão vinculados e eles também sabem que a PETROBRAS só não foi privatizada 100% porque esse país se mobilizou e impediu que a PETROBRAS fosse totalmente privatizada. Então, esses mesmos setores continuam vigilantes para a retomada do monopólio; é uma luta que vai seguir, que nós achamos que podemos ser vitoriosos e podemos acumular muito mais forças para que a gente possa seguir nesse debate, que só o Brasil... O Brasil é um dos poucos países que não têm o monopólio, o monopólio do petróleo. O que é uma vergonha que, com todas essas novas descobertas, o que a gente poderia ser uma grande potência, administrando esses recursos em torno do Estado, vinculado a um projeto de anseio de... Das dívidas sociais que nós tínhamos com esse país.

Nós não podemos incorrer no mesmo erro, como disse o Senador Cristovam, das outras riquezas que nós tivemos, como o açúcar, o ouro, o pau-brasil, borracha... E nada daquilo ficou para o Brasil. Nada daquilo serviu para a gente atender aos anseios do povo brasileiro. Serviu apenas para enriquecer poucos nesse país e transformar outros países em grande potência. Nós não podemos deixar que essa nossa oportunidade histórica seja, mais uma vez, tirada da nossa... Do nosso... Do nosso alcance.

Nós também, nesse projeto, na campanha, a gente entende que todas as áreas que já foram leiloadas do petróleo têm que ser retomadas, incluindo os 29% das áreas do pré-sal, que já foram leiloadas, que, infelizmente, o projeto do Governo, ao tempo em que

avança para o regime de partilha, ele ainda mantém a concessão em alguns casos e ainda mantém os leilões. Isso é um equívoco. Então, o projeto tenta fazer uma conciliação do que não é possível se conciliar, dois interesses: o interesse do povo e o interesse do grande capital, as grandes empresas. Entendemos que tem que retomar todas as áreas também já foram leiloadas e impedir que novos leilões venham acontecer.

Tem uma grande discussão que nós vínhamos fazendo há dois anos atrás, que era o fundo social, que no nosso termo a gente chamava de fundo social soberano, que tinha uma outra conotação, que o projeto do Governo indica sinalizar para esse caminho, mas que ele é muito genérico. Ele é muito genérico e não está dado ao controle de... Um controle que nos deixa tranquilo no sentido de para onde vão ser usados esses recursos. Ele está muito genérico. Então, ali, pela quantidade de emendas que a gente esteve acompanhando, cabe de tudo nesse fundo social. E sua razão maior de existência corre um sério risco de não se efetivar na prática, que seria um fundo social para custear e, pelo menos, minimizar as dívidas sociais desse país. Mas a gente tem percebido que, não só os setores privatistas, mas outros setores têm colocado muitas demandas dentro desse projeto, e ele fica genérico, e nós não vamos ter o controle dele. Ou seja, ele pode ser uma ferramenta construída, que não vai atender ao seu fim.

Então, nós também achamos que temos que fazer uma discussão para garantir que todos os recursos do petróleo venham de fato para o fundo social, mas que ele seja também executado nas áreas sociais, e que aqui não cabe estar inventando outros setores, outros aspectos que deveriam estar sendo beneficiados pelo... Por esse fundo social. Ele tem que ser restritamente para a gente minimizar as dívidas sociais nesse país. Investimento em saúde, em educação, em Reforma Agrária, geração de emprego, no investimento de fontes renováveis de energia...

Também entendemos que não podemos correr o risco de... Garantir nosso projeto de fazer como alguns países fizeram: Descobriram grandes reservas de petróleo e tiraram aquilo sem o menor planejamento. Tiraram rapidamente e tiraram cru o petróleo. Hoje, os grandes países, como a Indonésia, por exemplo, que teve grandes reservas de petróleo, hoje está importando petróleo porque não teve um planejamento para retirar o petróleo e tirou o petróleo também de uma forma crua, sem agregar valores. Então, nós entendemos que tem que ter um planejamento para a retirada do petróleo para que a gente não gaste, sem nenhum planejamento, todos os recursos e perca a oportunidade de transformar esse país numa grande potência, mas

uma potência que tenha o povo também beneficiado com esses recursos. Então, a gente já aprendeu com a história que isso não pode ocorrer.

E também não podemos nos furtar a uma discussão que trouxemos presente nesse nosso projeto, a ideia de que nós não podemos ter o petróleo como uma única fonte de energia nesse país. Nós sabemos que o petróleo é a grande matriz energética do mundo, mas que o petróleo traz inúmeros malefícios ao meio ambiente. E nós não podemos, num momento como esse, em que o mundo está discutindo a preservação do meio ambiente, as mudanças climáticas, nós sermos irresponsáveis e de não discutir isso como um projeto de povo, como a gente traz presente. Então, a gente entende que temos que investir permanentemente nas pesquisas e no uso de fontes renováveis dentro desse nosso projeto.

E, por fim, dizer que, no nosso entendimento, esse projeto só vai ser vitorioso quanto mais a gente tiver a capacidade de fazer com que o povo entenda de que aqui está o seu futuro, de que aqui está grande parte dos anseios sociais que a gente quer ver resolvidos nesse país, e de que não, não será possível garantir praticamente quase nada se nós não nos mobilizarmos para fazer essa defesa. Nós não podemos perder uma oportunidade histórica que a gente tem, analisando as quantidades de movimentos sociais e de setores que não estão organizados em movimentos sociais que estão discutindo esse projeto... Analisando a possibilidade de um campo que ainda... Mesmo que seja uma Casa conservadora, mas de um campo que tem vários companheiros e companheiras que estão apostando também nessa força, aqui na Câmara e no Senado, para poder fazer um avanço na discussão do controle do petróleo.

E tendo, ainda, um cenário internacional que nos favorece no sentido de que muitos países tenham o controle do petróleo. Então, nós temos que aproveitar esse momento, saber combinar essas ações e fazer com que esses fatores tenham... Seja positivo para que a gente canalize a aprovação de que senão o nosso projeto, que a gente tem construído e defendido junto com o conjunto dos movimentos sociais, mas que se aproxime o máximo possível do que a gente conseguiu acumular e conseguiu construir.

É uma ferramenta que vai nos orientar pelo longo da história que nós vamos fazer esse debate e a nossa luta pelo controle do petróleo, mas temos que ter a clareza. Queria frisar muito isso, de que se nós, o povo organizado, não se mobilizar para garantir que essas riquezas de fato fiquem no nosso país, que essas riquezas de fato fiquem para minimizar as dívidas sociais, elas não estarão ao nosso alcance. Nós não

podemos deixar que essa Casa, que o Governo sozinho possa... Queira fazer essa discussão, aprovação da lei do petróleo, sem ouvir o conjunto da sociedade brasileira, sem fazer um amplo debate com o povo, que aí quando eu digo um amplo debate, temos que entender que não é o mesmo amplo debate que os setores privatistas querem nessa Casa. É um amplo debate onde povo de fato possa opinar e quanto mais o povo opinar mais ele vai estar vinculado à possibilidade e a pertinência(F) de defender o projeto que o represente.

Então, inicialmente isso, e dizer que a Via Campesina e o Movimento Sem Terra estão discutindo esse tema, estamos nos organizando para voltar aqui dia 11, numa grande luta pela redução da jornada de trabalho, bem como também pelo controle do Estado sobre as riquezas naturais e, nesse caso, o petróleo, e temos uma sugestão de que, quando essa Casa vier votar o projeto definitivo aqui, nós estamos conversando entre nós de que nós vamos fazer um acampamento permanente aqui em Brasília, um acampamento de no mínimo dez dias. Trazer para cá umas dez mil pessoas e todos os dias nós virmos aqui com essas dez mil pessoas para dizer aos Deputados que estamos sim de olho, que estamos acompanhando todo o desenrolar da discussão no Congresso e nós iremos saber quais foram os Parlamentares que votaram contra o país e quais foram os Parlamentares que votaram em defesa da soberania nacional e em defesa de um projeto de povo.

Então, todos esses, tanto os que foram contra, que vamos considerar traidores da nação, traidores do país, e os que votaram a favor, esses terão nosso apoio amplo no país em todos os setores organizados na campanha. Os que votarem contra, que nós sabemos quem são, nós faremos uma ampla campanha nacional, colocando como traidores da nação, traidores do povo brasileiro. Então, nós vamos acompanhar, palmo a palmo, essa votação, não só em Brasília com esse acampamento, mas também montando acampamentos paralelos em todas as capitais do Estado. Esse é o nosso jeito de se mobilizar.

Enquanto aqui no Congresso os setores conservadores trabalham muito no toma lá dá cá das empresas, que é o jogo, é o interesse deles e aposta nesse jogo de relação de quanto vão ganhar, nós, os setores mobilizados organizados, apostamos na força de mobilização que a gente tem. Então, é dessa forma que nós acreditamos que podemos ter alguma chance de fazer mudanças nessa lei do petróleo que garanta os benefícios do povo, que garanta minimamente os investimentos sociais que possam sanar ou minimizar as grandes dívidas sociais que esse país historicamente tem.

Não deixemos que apenas a elite e que um setor conservador e os poucos no Congresso definam o futuro desse país, o futuro do povo brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Nós combinamos aqui na Mesa que ficasse assegurado para cada um dos palestrantes o tempo máximo de dez minutos. Quando chegar em sete, oito minutos, eu aviso.

Nós vamos, de imediato, passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que está aqui presente, que tem sido aí um companheiro nosso em todas as batalhas dentro do Congresso, no interesse do povo brasileiro. Obrigado, Crivella. Parabéns por estar aqui conosco.

[palmas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Muito obrigado Senador Paim, muito obrigado, companheiros.

Eu gostaria de saudar a todos, fico muito feliz de ver os meninos e meninas aqui no nosso Senado Federal. Quero saudar aqui o Joaci Pedro, que é o Presidente do Fórum da Construção Naval, um guerreiro, companheiro no Rio de Janeiro, sempre atento às questões da nossa classe. E queria fazer também uma saudação aos amigos que vieram lá de Campos, lá do norte Fluminense, viajaram até o Rio de Janeiro, pegaram avião, em luta aqui da... Do petróleo, dos *royalties*, enfim, das questões nossas.

Quero saudar também o pastor Bentilho, o nosso pastor da Igreja Batista, que está aqui também, da Baixada Fluminense, Deus abençoe os senhores... Queria saudar meu companheiro Jefferson Praia, nosso líder Paim, João Antonio de Moraes, Presidente da FUP, com quem conversei agora há pouco, o Dary Beck Filho, José Divanilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil, a CTB; o Beck é da CUT; o Francinaldo Alves Correia, do MST e representante da Via Campesina Brasil, o Francisco Soriano de Souza Nunes, Diretor do SINDIPETRO; o Sr. Emanuel Jorge Cancelli, coordenador do SINDIPETRO; o Calixto, nosso Presidente da Central Sindical dos Trabalhadores, sempre está aí com a gente. O José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Luiz Pinguelli Rosa, Diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação da COPPE Augusto Chagas, Presidente da UNE; Ismael Cardoso, da UBES; Ubiraci Oliveira, vice-Presidente da CGTB.

Meus companheiros, eu vou ser muito breve, Paim, mas deixar aqui uma mensagem clara para todos vocês. O Congresso é o epicentro das nossas discussões, um dilúvio de ódios e paixões. Aqui há, na essência, os interesses dos ricos e o interesse do povo.

E os Senadores, muitos deles, e Deputados Federais, dizem o seguinte, no íntimo, talvez não expressem: "O trabalho nunca venceu o capital".

Portanto, minhas posições serão conservadoras. A maioria das votações, Senador Paim sabe, vigílias que fazemos aqui etc. e tal, encontra sempre uma barreira muito grande no muro do conservadorismo.

Há pouco, eu estava lendo um artigo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele dizia que o nosso Governo tenta eternizar no Brasil, ou implantar, ou fixar para sempre uma República... Uma República sindicalista, nos moldes do Presidente da Argentina, que agora me foge o nome... Perón. O peronismo. Imagina... O Lacerda foi padrinho de casamento da minha mãe. Carlos Lacerda, UDN. Ele já dizia a mesma coisa de João Goulart. A essência do seu discurso era exatamente esse... Quando, naquela ocasião, se discutia movimento sem terra, dar terra para o povo, melhores empregos, sindicatos livres... Enfim... Reforma de base... Tudo isso volta agora no discurso do Presidente Fernando Henrique, que me parece, instiga uma divisão no seu próprio partido, entre Serra e Aécio, para que ele possa inviabilizar e ser o candidato do PSDB, candidato da direita, o que interessa muito ao grande capital desse país porque teria, tanto do Governador de São Paulo como no Presidente da República, uma estrutura de poder extraordinária.

Então, eu quero dizer a vocês o seguinte, e eu e o Paim, Jefferson Praia e outros Senadores que estão... Como o nosso líder que saiu aqui do PSOL, temos lutado arduamente para vencer essas barreiras e trazer conquistas para o nosso povo, que é a essência da nossa luta, é o ideal que nos acalenta e, pode ter certeza, é o sonho que nos anima nessa Casa.

Queremos saudar a vocês, dizer ao nosso Presidente da FUP que esperamos que esse projeto seja muito debatido... O Moraes, está aqui ao nosso lado... Que possa dar uma tendência de esquerda ao marco regulatório que está sendo discutido agora, lá na Câmara dos Deputados, e ter certeza de que os avanços do Governo do Presidente Lula também são muito pautados dentro de uma realidade política que nós vivemos no país. As conquistas precisam ser permanentes, na democracia é assim, ela nunca será um regime completo. Dada uma conquista, a gente vai buscar outras, e isso é o que encanta no regime democrático, e a nossa luta será sempre lado a lado.

O meu partido, o PRB, o partido do vice-Presidente da República, de José Alencar, pode ter certeza, é um partido sintonizado com as aspirações justas e legítimas da nossa gente sofrida e valente.

Muito obrigado, Paim.

[palmas]

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos lá. Toda essa fala da moçada aqui, do Senador Crivella, reforça que o nosso projeto vai ser aprovado por unanimidade, não é isso?

[palmas]

Vamos passar a palavra, de imediato, ao Sr. Francisco Soriano de Sousa Nunes, Diretor do SINDIPETRO-RJ e representante da Frente Nacional dos Petroleiros, representando o Sr. Emanuel Jorge de Almeida Cancelli, coordenador do SINDIPETRO-RJ e representante da Associação dos Engenheiros. Sr. Francisco está com a palavra. Dez minutos, com a devida tolerância da Mesa.

SR. FRANCISCO SORIANO DE SOUSA NUNES: Exmo. Sr Senador Paim, Exmos. Srs. Senadores que também compõem a Mesa, demais membros aqui da nossa Mesa, para ser mais objetivo, nossos cumprimentos aqui, sobretudo à juventude presente, ao poder jovem, *young Power*...

[palmas]

Trabalhadores, representantes dos movimentos sociais, o SINDIPETRO-RJ e a Frente Nacional dos Petroleiros, juntamente com a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, subscrevem, e de primeira hora, aquele projeto que foi edificado, e companheiro Moraes é uma questão de honestidade pessoal, a gente reconhecer todas as vezes que nós acertamos, através, muitas vezes, de outra agremiação que não a nossa, e eu me lembro quando nós lançamos o filme "O Petróleo tem que ser nosso", que contou também com a participação do companheiro Moraes, ele brincava com a gente: "Olha, o SINDIPETRO agora fez um tento" e, quando foi feito... Chamado também o trabalho do companheiro Normando, que está aí presente, brilhante jurista, da elaboração do projeto que nós defendemos, o projeto social, nós... O Moraes dizia: "Agora está um a um"... O SINDIPETRO-RJ, juntos nessa mesma forma, fez o filme, que contou com o apoio também imediato desde o primeiro momento, que exatamente está sintonizado com o fórum de Guararema, que exatamente unificou a luta, nacionalmente, com os nove pontos, e também com a participação dos companheiros da Frente Nacional dos Petroleiros e de todas as centrais e movimentos populares sociais, nós elaboramos a nossa cartilha, que aí está sendo distribuída.

Eu acho que, sobretudo, o tema... A importância dos pontos aí que subscrevem já foram bem elucidados, tanto pelo Senador Cristovam Buarque como também pelo nosso estimado e querido Joba, do MST. Então, cabe a mim falar mais sobre a ação. Nós enten-

demos, senador, que a gente tem que conjugar a luta parlamentar com a luta também nas ruas. Foi assim na campanha do movimento “O petróleo é nosso”. Eu sou um discípulo de Barbosa Lima Sobrinho, hoje representado, sobretudo, à frente do MODECOM pela Maria Augusta Tibiriçá de Miranda, que também esteve presente no lançamento do filme, foi a principal homenageada, presença também da mulher na luta, e ela falava que, com 91 anos, ela dava um recado aos jovens e que ela não pretende parar. Nesse filme que a gente vai passar depois, dez minutos, conforme o senador, em meio às nossas “falações”, vocês verão que a gente conseguiu construir, isso que é mais importante, uma unidade.

Nesse instante, a gente tem que pensar, acima de tudo, e largar nossas diferenças, porque nós temos um inimigo poderosíssimo, que não permite a gente se perder com divergências. E é preciso que a gente defina quem são nossos inimigos. Nossos inimigos hoje da campanha “O Petróleo é nosso!” significa pura e simplesmente para começar exatamente os Estados Unidos da América, não o seu povo, que a gente está sintonizado, seus trabalhadores, mas aqueles grandes cartéis que ali estão. E esses... Esse país abriga, sobretudo, a matriz das principais, das sete irmãs, as sete irmãs do petróleo. E essas multinacionais do petróleo hoje não têm mais petróleo, não têm mais reservas. Hoje as reservas do mundo estão principalmente na mão dos Estados.

Daí porque você vê a União Soviética retoma, através da GAZPROM; a Arábia Saudita, você tem a ARAMCO; você tem a Venezuela, PDVSA, nós temos a PETROBRAS, que ainda é estatal, mercê, sobretudo, da cultura do povo brasileiro, o Fernando Henrique deixou para o seu sucessor, que foi incompetente até nas eleições, e a PETROBRAS sobreviveu e renasce das cinzas, como Phoenix, e aí o nosso trabalho importante da nossa geração, que é retomar essa empresa, renacionalizá-la, reestatizá-la 100% e torná-la pública. E, portanto, para exatamente financiar os nossos projetos sociais, conforme está delineado no projeto.

Nós queremos, sobretudo, falar também que aquela campanha do petróleo, Getúlio Vargas, inicialmente, manda um projeto, que à semelhança do que a gente reclama do projeto que é um projeto que... Em relação ao que FHC deixou, o projeto da Lei de 1997, qualquer coisa que se colocar aí é infinitamente melhor do que aquela desgraça, herança maldita de FHC. Porém, a gente entende que o próprio Presidente Lula gostaria, e gosta e é importante que a gente faça isso, que a gente grite no ouvido esquerdo do Lula para ele ter respaldo, para ele ter chão para pisar. Porque, companheiros, a direita está falando no ouvido direito do

Lula, aí com os seus *lobbies*, com as suas sete irmãs, com a Quarta Frota, que isso é para nos intimidar...

Então, basicamente esses são nossos inimigos. E nada mais nada menos do que o colosso do Norte, os Estados Unidos da América e as sete irmãs. E por que os Estados Unidos são nosso principal inimigo? Por uma questão que nós hoje, em termos de país emergente, os BRICs, que é Brasil, Índia, China, nós somos o país que, devido a termos petróleo, a termos achado o pré-sal, obra da PETROBRAS, sobretudo, investimentos altíssimos, nós somos o país mais viável em meio a esses, China, Índia, Rússia e Brasil. Então, esse país concorre com os Estados Unidos.

Daí porque, companheiros, nós temos uma responsabilidade imensa de não deixar, como nossos antepassados não deixaram, que esse ouro negro caísse nas mãos exatamente outras, cujos interesses não são os objetivos nacionais e sociais.

Então, nós vamos aqui, respeitando até mesmo o tempo, dizer para os companheiros o seguinte, nós venceremos. Nós venceremos porque o Che Guevara já dizia que um homem de ideal vale por 200 mercenários. E hoje, companheiros, nós temos no Brasil, efetivamente nessa questão de soberania nacional e soberania popular, somente dois partidos, conforme Barbosa Lima sempre dizia e nos ensinava: É o partido de vocês que aqui estão, que compõem essa Mesa, que é o partido de Tiradentes, aquele que morreu pela independência nacional, e o partido de Joaquim Silvério dos Reis, que reúne lá os FHCs, as multinacionais, os traidores da pátria. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra ao Darcy Beck Filho... Representando a Central Única dos Trabalhadores do DF, o companheiro Ismael. Companheiro Ismael, com a palavra. Em seguida, o companheiro Bira.

SR. ISMAEL CARDOSO: Bem, muito obrigado, Senador Paim. Em nome da Central Única dos Trabalhadores, da CUT, gostaria de saudar aqui o Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que convocou essa Audiência Pública. Saudar aqui os representantes dessa Mesa, fazer minha saudação fraterna aos companheiros da Federação Única dos Petroleiros, a FUP, a qual é filiada à Central Única dos Trabalhadores. Saudar aqui os estudantes, estudantes do Gama, que se dirigiram aqui--

[palmas]

--nessa atividade, inclusive, há duas semanas atrás, teve importante debate lá no colégio do Gama,

e houve uma participação positiva dos estudantes, que estão entendendo a importância da luta do monopólio do petróleo. Saudar aqui os sindicalistas presentes, que atenderam ao chamado da Central Única dos Trabalhadores, estou vendo aqui representantes de vários sindicatos, de servidores públicos, companheiros da EMBRAPA, trabalhadores da iniciativa privada, saudar os companheiros do MST que, mais uma vez, também atendendo aí ao apelo dos movimentos sociais, se colocam presentes também nessa linha de frente junto com os movimentos sociais; saudar aqui as demais centrais sindicais presentes aqui também, que estão conosco nessa luta.

E eu queria aqui rapidamente dizer o seguinte, que duas semanas atrás, o Moraes esteve conosco lá em São Paulo, teve uma reunião plenária, a Sétima Plenária da Coordenação da CMS, que é a Coordenação dos Movimentos Sociais. E foi uma rica plenária. Houve, inclusive, uma explanação muito rica sobre a importância do monopólio do petróleo, a luta pelo novo marco regulatório e a luta pela aprovação do PL 5.891, que inclusive a iniciativa da FUP, que foi encaminhada pelo companheiro Deputado Federal do Rio Grande do Sul, Fernando Marroni, que faço minha saudação, juntamente com outros Parlamentares, e que foi um momento extremamente importante para os vários movimentos sociais presentes lá em São Paulo, porque discutia exatamente o futuro do país. Se discutiu exatamente a agenda colocada para enfrentar a situação. Se colocou e discutiu a agenda para 2010, inclusive frente aos projetos que estão postos, da necessidade da Coordenação dos Movimentos Sociais levantar suas bandeiras no sentido de fazer com que o país de fato avance.

E se esbarrava sempre na discussão... Quando a Coordenação dos Movimentos Sociais, juntamente com a CUT e outras entidades, encaminhou o primeiro documento tirado lá no encontro de Guararema ao Governo Lula, sempre tinha um problema objetivo em atender o conjunto das reivindicações dos trabalhadores. Era exatamente a questão do cobertor curto. Se colocava que era impossível atender ao conjunto das demandas porque não tinha recurso para atender toda a pauta da classe trabalhadora.

E o achado agora do pré-sal coloca pra gente exatamente a possibilidade única de o Brasil sair desse quadro de miséria, de o Brasil sair desse quadro terceiro-mundista, de o Brasil conseguir avançar de fato e dar um passo importante na perspectiva de construir um país de fato soberano, de entrar de fato no primeiro mundo, para acabar, eliminar com o analfabetismo, para de fato fazer a Reforma Agrária, e a luta dos companheiros do MST, que mais do que o conjun-

to dos movimentos sociais, sofre uma criminalização muito forte em um dos argumentos do Governo, que se gastou milhões, e de fato, nós concordamos que houve um avanço real e concreto no sentido de consolidar a reforma agrária no país, entretanto ainda falta muito e o que se os companheiros do MST sempre escutam do Governo é que falta recurso.

Nós, da CUT, juntamente com outras centrais, algumas centrais, estamos agora construindo, no dia 11 de novembro, e já gostaríamos de convidar a todos e a todas a estarem presentes na Marcha da Classe Trabalhadora, onde o centro é exatamente a luta pela redução da jornada de trabalho. Onde o centro é exatamente a luta para que o Governo cumpra um a um dos acordos com os servidores públicos federais e que inclusive agora alega que não tem condições de cumprir todos os acordos assinados com os servidores públicos federais porque falta recurso. Essa marcha coloca ainda em evidência a necessidade de garantir a paridade, uma luta inclusive do Senador Paim, dos aposentados com os trabalhadores da ativa. E o Governo, mais uma vez, alega falta de recurso para que não possa estar cumprindo a paridade entre os servidores da ativa e aposentados.

Ou seja, nós temos uma possibilidade imensa, e aqui a estudantada sabem das condições da escola, a debilidade que tem, a inexistência de laboratório, a inexistência de quadra de esporte, a dificuldade que nós temos, o problema do desemprego que assola a juventude, a perspectiva de construir um novo país está posto nesse momento, nessa oportunidade única, que foi exatamente o achado do petróleo.

E, na realidade, tem três posições, Moraes, aqui nessa Casa: Tem a proposta inicial do Governo, que o Governo encaminhou, que, em certa medida, de fato há um avanço do que se pensava os neoliberais, que tiveram inclusive a sua agenda derrotada, que é exatamente o projeto do Governo, que inclusive alguns Parlamentares do nosso campo estão com essa posição do Governo. Há a posição daqueles que querem retornar e que querem destruir a PETROBRAS, que querem privatizar a PETROBRAS, que são exatamente os seguidores de Fernando Henrique Cardoso, que são os neoliberais, que estão aqui nessa Casa, que são os Parlamentares financiados pela Cutrale, que é aquela... Aquela... Dona da fazenda que foi ocupada, invadida. São esses que defendem essa posição.

E tem a posição da Central Única dos Trabalhadores, da FUP, que é exatamente pelo Projeto 5.891, que avança e muito na perspectiva de construir exatamente essa... Essa possibilidade de sobrar recursos para garantir a educação, para garantir o saneamento básico, para garantir uma educação básica e justa

para a nossa população, para garantir dinheiro para os aposentados, para garantir serviço público. E por isso é necessário ter o fundo soberano.

Portanto, para nós, da Central Única dos Trabalhadores, estamos juntos nessa posição. E lembro aqui que, há 60 anos, se levantou a bandeira pelo “petróleo é nosso!”. Exatamente há 60 anos. E eu tenho, companheiros, absoluta certeza de que se a Central Única dos Trabalhadores existisse há 60 anos atrás, a Central Única dos Trabalhadores estaria na linha de frente, junto com a população na época, na luta em defesa do “petróleo é nosso!”.

Portanto, mais uma vez, nós temos claro que vai ser árduo, vai ser difícil o debate, tanto lá na Câmara quanto aqui no Senado. E concordamos com o companheiro Joba que vai precisar colocar povo na rua, vai precisar colocar estudantes na rua. É necessário convocar o conjunto da classe trabalhadora porque essa luta em defesa do monopólio não pode ser uma luta simplesmente dos companheiros petroleiros. Não pode ser uma luta específica dos companheiros da FUP. Tem que ser abraçada pelo conjunto da classe trabalhadora--

[palmas]

Portanto, nós, da Central Única dos Trabalhadores, que assumimos o compromisso desde o início em estar junto com a FUP, conclamamos e iremos estar aqui, quando for votado aqui nessa Casa, colocar milhares e milhares de trabalhadores para pressionar o conjunto dos Parlamentares porque nós sabemos que, através da pressão, através do povo na rua, é possível avançar em conquistas, em direitos.

Portanto, companheirada, para encerrar aqui, para não... Eu queria aqui saudar o conjunto da militância aqui presente, o conjunto dos estudantes, dos Parlamentares que já abraçaram esse projeto, que estaremos juntos, que estaremos de olho em cada senador, em cada deputado, e iremos denunciar aqueles que se voltarem contra a população porque votar contra o PL 5.891 significa exatamente votar contra o povo brasileiro. Portanto, companheiros, contem com a CUT até a vitória final. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria, mais uma vez, registrar que já estiveram conosco aqui, e voltarão para participar desse debate, o Senador José Nery, Senador Jefferson Praia, que está aqui ao meu lado e que vai assumir a Presidência para que eu vá até a Comissão de Assuntos Sociais votar um Requerimento para garantir que, no dia 08 de dezembro, a gente tenha aqui uma plenária nacional para discutir, Senador Jefferson

Praia, o Estatuto dos Profissionais de Volante, que eu já apresentei; o Bira inclusive esteve numa audiência recentemente comigo em Porto Alegre, que vai ser momento também muito importante. Senador Cristovam, que foi votar, mas volta; Deputado Fernando Marroni, Senador Crivella, Deputado Luiz Sérgio e Deputado Luiz Alberto.

Então, nesse momento, eu vou passar a palavra ao Ubiraci Oliveira, Presidente... Vice-Presidente da CGTB, Presidente em exercício, e logo após a fala dele, o Senador Jefferson Praia assume a Presidência, e nós combinamos que a hora que entra, então, o filme dos petroleiros. Bira, com a palavra. Jefferson Praia, assume, por gentileza, a Presidência.

[troca de presidência]

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Queria saudar aqui o Senador Paulo Paim. Queria saudar esse guerreiro, esse brasileiro, esse cidadão que eu aprendi a ter orgulho por estar, nos quatro cantos do país, lutando pela sua pátria, que é o companheiro Moraes, da FUP. Queria...

[palmas]

Saudar os companheiros da CUT, o Martins(F), da OAB; Francisco Soriano, do SINDIPETRO do Rio de Janeiro e da Frente Nacional dos Petroleiros, que fez uma excelente colocação, na minha opinião; os companheiros do MST e demais companheiros que estão na Mesa, que eu não me lembrei aqui.

Olha, companheiros, eu... Esse movimento, que está sendo desenvolvido pelo movimento sindical brasileiro, particularmente pela FUP, pela CGTB, pela CUT, está ganhando força. A correlação de força no nosso Brasil, a partir de 2002, ela mudou. O povo brasileiro, cansado de ver as suas riquezas sendo entregues... O povo brasileiro, cansado de ver as suas estatais estratégicas sendo doadas a preço de banana para o capital financeiro internacional e para o imperialismo norte-americano; a nossa juventude cansada de ver escolas sendo fechadas, sem ter oportunidade de poder ter um ensino de qualidade para a nossa juventude. Os nossos trabalhadores, vendo os seus empregos saírem pelo ralo por uma política danosa de entrega das riquezas nacionais pelo FHC; o nosso povo, vendo isso, mudou a correlação de forças. Ou seja, derrotou o projeto neoliberal(F).

Houve, de 2003 para cá, avanço significativo no nosso país. Deixamos de ter uma relação internacional, com o pires na mão, lá no Norte, e eu estou me referindo aos Estados Unidos da América do Norte, para começar internacionais e comerciais, em nível da África, da Europa, da América Latina. E, por isso, levar o nosso país a um patamar, de cabeça erguida

para negociar. E por isso nós derrotamos a ALCA. Por isso nós conquistamos avanços importantes e aquele elemento, inimigo número um do povo, aquele fascista, que era Presidente dos Estados Unidos, foi derrotado pelo povo daquele país.

Portanto, agora se dá, o ano que vem, uma nova batalha para ver se a gente fica com o partido de Tiradentes, como disse o companheiro Francisco, ou se o Brasil vai ser entregue para o José Silvério... Como é o nome dele? Aquele traidor? Joaquim Silvério dos Reis. Então, a situação está colocada nesse patamar. Essa riqueza que está sendo tirada agora por competência, por abnegação, por disposição, por inteligência da nossa PETROBRAS, vai permitir fortalecer e ajudar que as nossas crianças, que a nossa juventude possa ter escola para ter um futuro melhor e dirigir esse Brasil.

A descoberta dessa riqueza vai fazer com que milhares e milhares de pais e mães de família saiam da rua da amargura para ter um emprego digno e decente para dar de comer a seus filhos. O Brasil vai passar entre o segundo ao quinto país produtor de petróleo do mundo. Isso aumenta a ganância e o olho grande das multinacionais e do capital financeiro internacional.

Então, eles fazem o *lobby* dele aqui dentro do Congresso Nacional para tentar inviabilizar esse projeto que estamos discutindo aqui, para, inclusive, piorar o projeto do Governo Federal, que é um avanço, mas ainda é insuficiente. Porque, vejamos, companheiros, não tem necessidade de ter leilão porque a PETROBRAS tem competência, porque a PETROBRAS tem história--

[palmas]

--contra as mais absurdas análises, a PETROBRAS foi lá e buscou petróleo a mais de mil metros de profundidade. Não foi suficiente, jogou mais pesado e foi lá e descobriu o pré-sal, uma riqueza incomensurável, grande. E ela demonstrou a sua competência, a sua capacidade para poder gerir esse petróleo, para poder dirigir esse petróleo, para poder fazer com que esse petróleo fique na mão do povo brasileiro.

Então, não tem por que esse negócio do leilão. E se não tem leilão, para que é que tem que ter outra empresa estatal do ramo do petróleo? A PETROBRAS segura a bronca, junto com esses petroleiros, junto com o povo brasileiro, junto com os trabalhadores. Não tem para ninguém. A gente segura essa bronca e faz a PETROBRAS dar um salto de qualidade ainda muito maior.

Quero dizer para vocês o seguinte também: O fundo soberano, o dinheiro que vai sair da extração desse petróleo para o nosso país, se eu não estiver equivocado aqui, é o seguinte, está beirando aí a 15 trilhões.

Pode chegar a 15 trilhões de reais. É dinheiro que o PIB nosso é de uns nove anos de PIB... Nove anos de PIB, isso significa o quê? Que a nossa juventude vai sorrir porque vai ter escola para eles, para todo mundo. Para os trabalhadores, que vivem num sofrimento. Quem ficou desempregado dois, três, quatro meses, sabe o que é chegar em casa depois de procurar emprego e o filho ou a mulher falar assim: "E aí, arrumou emprego?" "Não". "Tem um pão, um dinheiro para comprar o pão aí?" "Não". Aí começa a desintegrar a família, começa a dar problema na família, começa a dar situação de desgraça na família. A violência aumenta. A violência aumenta e vai para os nossos lares. Nossos jovens ficam presa fácil para os traficantes, para aqueles que vendem droga na porta das escolas.

Por isso, companheiros, essa é a nossa luta... Com esse dinheiro que vai vir, ficando em boas mãos, em mãos de brasileiros, nós vamos ter condição de dar um salto nesse país. Vão fazer parte da história passada os milhares e milhares de homens e mulheres que morreram de inanição. Vão fazer parte do passado milhões e milhões de trabalhadores que foram retirados dos seus empregos e ficado na rua da amargura. Vai ficar para o passado um Brasil dependente do capital financeiro internacional.

Por tudo isso, eu gostaria que o Sr. Crivella estivesse aqui, que eu já estou encerrando. Sr. Crivella, são difíceis as batalhas. São duras. Realmente, elas são duras. Para passar ao reconhecimento das centrais foi uma verdadeira guerra aqui dentro. Mas nós conseguimos. Foram 20 anos. Foi mais. 20 anos nesses últimos tempos, mas foi mais. Então, é o seguinte, batalha é que nem quando você ganha no último minuto, ou, então, na prorrogação, uma batalha, um jogo. Nós temos condição de ganhar porque o povo brasileiro está conosco. Porque os trabalhadores estão conosco, porque a nação está conosco e o ano que vem nós vamos derrotar de novo esses entreguistas do Brasil para poder continuar o projeto nacional de desenvolvimento e a felicidade para o povo. Boa sorte, companheiros e companheiras. Vamos nessa, que dá pra gente vencer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado. Tivemos aí as palavras de Ubiraci.

Nós vamos agora... Equipe técnica, por favor, vamos ver o filme do SINDIPETRO, do Rio de Janeiro, por favor. Cadê a equipe técnica? Está preparada para passar o filme ou não? É um filme de dez minutos. Seria importante que os estudantes assistissem. O pessoal que está indo embora, são só dez minutos.

[exibição de vídeo]

DEPOENTE: “O petróleo encontrado em Campos, encontrado um pouquinho na frente de São Paulo é um petróleo que escapou pelas dobras da camada de sal. E, ao caminhar para a superfície, ele se oxidou, e ele ficou pesado. Ele é um óleo de má qualidade. Porém, aí, é a suposição dos geólogos, por baixo, deve ter uma qualidade fantástica de óleo de ótima qualidade.

DEPOENTE: Eu tenho uma noção. Pré-sal, eu imagino que seja alguma coisa ligada a petróleo e gás. Alguma coisa do mar, de petróleo, alguma coisa assim. Não sei bem.

DEPOENTE: De repente nós descobrimos uma província que representa uma verdadeira Arábia Saudita, em termos de riqueza de petróleo.

DEPOENTE: A discussão é sobre que modelo de gestão, que modelo regulatório pode ter a confiança de que, no meio do processo, não haverá retrocesso nem traição, como tem sido a história das disputas.

DEPOENTE: Temos que construir uma política de defender o interesse estratégico do Brasil, ter o controle da gestão dessas reservas, não transferir essas reservas para as empresas, porque essa é a disputa real, preservar isso como patrimônio do Brasil e construir uma política que a PETROBRAS se fortaleça como parceiro estratégico.

DEPOENTE: Quando o pré-sal começar a produzir, vai estar sabemos a 100 dólares. São nove trilhões de dólares que pertencem ao país.

DEPOENTE: É um assunto que tem que ser discutido e que tem que ser discutido nas esquinas. As pessoas têm que entender do pré-sal. Não é só entender de futebol.

DEPOENTE: Investir na nossa gente, na nossa cultura em si. Mas o pessoal prefere continuar deixando a empresa de fora vir, fazer o que quiser... E depois está tudo certo.

MANIFESTADORES: O petróleo é nosso! O petróleo é nosso! O petróleo é nosso!

MANIFESTANTE: Não viemos aqui para agredir nem para ser agredido; nós estamos aqui defendendo a soberania nacional. Os mesmos [ininteligível] levaram o nosso ouro, agora querem levar o nosso petróleo e gás. Esse é o nosso recado [ininteligível].

[palmas]

DEPOENTE: Eu considero o movimento que criou a PETROBRAS, a campanha “o petróleo é nosso!”, a maior página já escrita pelo povo brasileiro. Parecia que haviam jogado fermento. O petróleo pertence à nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos. Qualquer concessão, mesmo a particulares, pode pegar testas de ferro. Então, única solução

patriótica, cívica, para a questão do petróleo é o monopólio estatal.

DEPOENTE: Se a PETROBRAS fosse uma empresa estatal, não mista, como ela é hoje, as parcerias seriam benéficas. Você pode fazer um acordo com a SHELL, por exemplo, para explorar, juntos, um bloco. Mas, o petróleo que sai de lá é brasileiro. E a SHELL é paga pelo serviço que ela prestou. Mas, quando o Fernando Henrique reformou, criou uma lei que diz que o petróleo continua sendo nosso embaixo da terra. Mas, quando é tirado da terra, pode ser de qualquer um. E aí o petróleo vai ser negociado com eles e eles podem estar até vendendo para nós o nosso petróleo. Esse é o extremo da aberração a que nós chegamos.

[música]

DEPOENTE: A PETROBRAS, para mim, representa a coisa mais importante que esse Brasil já fez. Durante 44 anos da vigência da PETROBRAS, ela se revelou e provou a capacidade dos brasileiros.

DEPOENTE: E, no entanto, em meados da década de 90, ela é apresentada à opinião pública brasileira como uma vilã.

DEPOENTE: Se tentou até mudar o nome, PETROBRAS para PETROBRAX. Não conseguiu privatizar a PETROBRAS, mas quebrou com a ideia de que o petróleo é todo nosso.

DEPOENTE: Os maus brasileiros sempre se colocam contra o que é soberania brasileira.

DEPOENTE: A empresa nacional genuína, ela emprega mais brasileiros, ela desenvolve tecnologia no país...

DEPOENTE: Esta é a manifestação do povo brasileiro em defesa da PETROBRAS.

DEPOENTE: A PETROBRAS é uma empresa de altíssima capacidade, importantíssima para o Brasil. Ela tem que ser protegida.

DEPOENTE: A PETROBRAS é do povo! É do trabalhador! É do Brasil!

DEPOENTE: Ou a gente tem o monopólio nosso ou vamos ter o monopólio das multinacionais. Então, o monopólio estatal é o monopólio social.

DEPOENTE: A PETROBRAS é uma empresa viçosa. Agradeça a esses 44 anos de monopólio estatal e esse excelente corpo técnico que ela formou.

[música]

DEPOENTE: O Brasil é um país rico, mas outros usufruem de suas riquezas. Temos que inverter isso. E, sobretudo, agora, com o pré-sal, não podemos permitir que isto aconteça. Porque já muitas riquezas... A Vale do Rio Doce, meu Deus do céu, que foi doada...

[música]

DEPOENTE: Há 200 milhões de anos atrás, existiu um grande continente, a Pangea. E esse continente primeiramente abriu em dois. Então, isso fez com que esse trecho aqui permitiu a invasão do mar, e formou-se um grande lago continental, no qual esses sedimentos foram depositados, sedimentos riquíssimos em matéria orgânica. E matéria orgânica, vocês sabem, é essencial para formar o petróleo. Esse lago que recebeu essa sedimentação secou, depositou, sobre esses sedimentos da fase continental, uma espessa camada de sal, que é o que veio, vamos dizer assim, preservar, não só os reservatórios, como a parte dos geradores. A África migrou para leste e a América do Sul migra para oeste. A razão, se não me engano, é de 25 km por milhão de anos. Como se tem 200 milhões de anos, se explica os cinco mil quilômetros que você tem entre Dakar e Recife.

DEPOENTE: Se você pegar uma estimativa baixa, isso passa de dois, três bilhões, trilhões de dólares. É o dinheiro suficiente para ser o redentor de todas nossas mazelas sociais. Tirar o Brasil do atraso. Agora, tudo vai depender de como é que o Brasil vai explorar essa riqueza.

DEPOENTE: Por ele ser um petróleo difícil, é que nós estamos condenados a construir uma longa cadeia produtiva, com muita Ciência e Tecnologia, com muito trabalho qualificado para poder chegar nele.

DEPOENTE: O primeiro impacto positivo do pré-sal, gerar emprego.

MANIFESTANTE: O pré-sal pode dar para nós tudo aquilo que, em 60, 70 anos, esse país não teve.

DEPOENTE: É a maior descoberta petrolífera do mundo. A PETROBRAS e o Brasil será um outro país.

DEPOENTE: É a esperança de independência do Brasil, no uso dos seus combustíveis, de recursos para o seu desenvolvimento no médio e no longo prazo. Mas é importante que o pré-sal seja nacional.

DEPOENTE: O pré-sal não estava previsto na Constituição Brasileira. O marco regulatório, quando foi aprovado, não discutia o Pré-sal. Então, é algo novo.

DEPOENTE: Nós estamos diante de um desafio. Em primeiro lugar, para organizar a nossa economia dentro daqueles princípios de garantir o bem-estar para todos, que significa também a preservação ambiental.

[música]

DEPOENTE: A nova empresa é baseada no modelo norueguês. Um país que, há cerca de 40 anos atrás, era um dos países mais pobres da Europa, e que, com os recursos do petróleo, alterou a realidade do seu povo. Mas as semelhanças e o bom modelo

terminam aí. A Noruega é um país de quatro milhões de habitantes. O principal patrimônio da PETROBRAS é a história da nossa gente. Ela se mistura com a história do nosso país e ela tem apelo social, coisa que uma nova empresa não teria.

DEPOENTE: Quem descobriu o pré-sal foram os técnicos da PETROBRAS.

DEPOENTE: O pré-sal tem que ser nosso.

DEPOENTE: Se não houver uma mobilização, não vai haver mudanças. Não nos iludamos.

DEPOENTE: Nessa hora, quem é de esquerda, quem é de direita, tem que se pensar em termos de nacionalismo, como foi feito no “petróleo é nosso!”.

DEPOENTE: Defender a integridade, a soberania brasileira.

DEPOENTE: Que a PETROBRAS seja a empresa que produza o pré-sal.

DEPOENTE: Nós temos que vincular os lucros com a exploração do petróleo à resolução dos graves problemas sociais brasileiros. E temos que levantar bem alto a bandeira: O petróleo tem que ser nosso!

[música]

DEPOENTE: Se existe uma grande riqueza que está sendo mapeada, é pesquisada pelos nossos pesquisadores, por nossos técnicos e eles estão dizendo que existe ali um tremendo manancial de óleo no pré-sal, pô, não faz sentido a gente leiloar aquilo.

MANIFESTANTE: Não haverá [ininteligível] para o leilão. Nós vamos barrar.

DEPOENTE: A propriedade de hidrocarboneto tem que ser da União, como diz na Constituição. Tem que acabar com esses leilões de petróleo porque é uma reserva estratégica. A gente fez uma jornada de luta, ocupamos a sede da PETROBRAS...

[manifestações]

MANIFESTANTE: O petróleo brasileiro foi descoberto por essa empresa, envolve alguns bilhões de dólares, algo que pode melhorar a saúde, a educação, a segurança, fazer a Reforma Agrária... E hoje a juventude está aqui, unida, a juventude do campo e a juventude da cidade, que veio aqui para falar da construção desse novo mundo que a gente quer, um mundo com justiça social. Ela só vai se dar quando a gente romper com essas relações que existem hoje de exploração.

DEPOENTE: E, no dia do leilão, nós fizemos um ato na porta da ANP.

[música]

DEPOENTE: O fato de ser brasileiro já lhe dá o direito político de defender todas as riquezas naturais que estão no nosso território e que, pela Constituição Brasileira, pertencem a todo o povo, como a água, os

minérios, o petróleo... Enfim, as riquezas naturais que não são fruto do trabalho.

[música]

DEPOENTE: *Os interesses internacionais são tremendos. Com certeza, nós vamos sofrer pressões internacionais.*

DEPOENTE: *Nós temos o pré-sal a 300 km da costa. Portanto, ele já está além da plataforma continental, numa zona de mar internacional, que tem que ser protegido porque ninguém pode duvidar de que, no futuro, apareça algum pretensão dominador para tomar conta de uma plataforma, tomar conta de uma região lá, dizendo que é Direito Internacional.*

[música]

DEPOENTE: *Nós podemos passar a pensar num novo plano de metas, ou Plano Nacional de Desenvolvimento a partir do desenvolvimento do pré-sal.*

[música] 'Qual a direção o país vai tomar?'

DEPOENTE: *A gente deve explorar isso em 20 anos, deve em 30, 40, 50 anos. Ou, então explorar, como as companhias, muitas companhias querem, explorar o máximo possível enquanto a atual lei permite.*

[música] 'Se o petróleo está no fundo, bem no fundo lá do mar, será que a gente joga pra ganhar?'

DEPOENTE: *Agora temos um Eldorado que está no alcance, à mão.*

DEPOENTE: *Estou com 91 anos e não pretendo parar enquanto me restarem lucidez e vida. É obrigação, não é favor.*

[música] 'Se o petróleo tá no fundo, bem no fundo lá do mar, será que a gente joga para ganhar?'

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): *Quero parabenizar o sindicato, SINDIPETRO-RJ pelo excelente filme que acabamos de ver e concedo a palavra ao Deputado Fernando Marroni.*

[palmas]

DEPUTADO FERNANDO MARRONI (PT-RS):

Bom-dia a todos e a todas que ocorreram a essa audiência, especialmente aqui ao nosso companheiro Moraes, em nome dele, cumprimentar a todos os sindicalistas, todos os lutadores sociais que estão neste movimento em defesa da PETROBRAS e em defesa do petróleo brasileiro.

Eu penso que o nosso filme aqui vale muito mais do que mil palavras que a gente possa estar expressando aqui nessa tribuna. E essa expressão dessa senhora, que aparece aqui no filme que o Moraes...

Eu perguntei quem é, ele disse: "Ela foi a secretária do comitê em 1953, em defesa da PETROBRAS, em defesa do petróleo, a campanha do "petróleo é nosso!". E ela diz ali: "É uma obrigação de todo brasileiro lutar, enquanto a gente tiver vida, lutar por essa riqueza".

O Senador Marcelo Crivella sinalizou bem: Este Congresso é de maioria conservadora. Os projetos que estão em tramitação, que dizem respeito ao pré-sal, os quatro projetos que vieram do Governo não têm nexos com essa luta que a gente faz e que o povo ali na rua se manifesta, na sua simplicidade, dizendo: "Não, é uma riqueza nossa. Isso tem que ser nosso". Por que é que as pessoas estão dizendo que tem que ser nosso? Porque hoje o petróleo brasileiro não é do povo brasileiro. A PETROBRAS não é a única que explora petróleo. Foram feitos os leilões de 97 para cá, gente. Pouco tempo. Isso tem nome, tem DNA. Foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a sua turma, que privatizou boa parte do patrimônio brasileiro, e pior, entregou as riquezas naturais, como é o caso do petróleo, à exploração privada.

Há um regime de concessão. O que é concessão? "Eu te concedo essa área aqui, tu paga um valor simbólico para poder implorar essa área, e tudo que tu tirar dali é teu". Tudo que é explorado de petróleo no nosso país é de quem explora, e só paga royalties, impostos e um pouquinho mais. Não existe, no mundo, algo assim. Não existe. Este país foi, este Governo que se passou aí foi um Governo antipátria, entreguista. E agora nós temos que reverter isso. Seria tão fácil, seria um sonho para nós: "Não, vamos voltar a 97, antes da lei". O que era? Era a PETROBRAS pura e simplesmente, com todas as ações pertencentes ao Governo Brasileiro, não tinha capital estrangeiro na PETROBRAS, hoje... Não chega a 40% nossa participação na PETROBRAS. A participação do Brasil na PETROBRAS não chega a 40%. O resto é na mão, está na bolsa de valores do capital privado.

Então, cada barril de petróleo, mesmo a PETROBRAS, cada barril de petróleo que ela explora hoje nas nossas reservas, 40% é nosso, 60% não é nosso. Isto foi... Esta... Este período que nós vivemos e que nós temos que reverter. E agora, para reverter é complicado porque as ações estão nas bolsas de valores. Quem é dono da ação não quer vender a ação. Reestatizar a PETROBRAS precisaria de uma... De uma ação forte do Governo Brasileiro de desapropriar porque hoje quem é dono das ações não vai vender as ações de volta para o Governo Brasileiro. Então, esta luta é uma luta que precisa do movimento social, precisa da mobilização. Aqui dentro está tudo muito quieto. Os projetos estão tramitando ao sabor dos relatores dos

quatro Projetos de Lei que vieram para cá para tratar sobre o pré-sal.

Eu não tenho dúvida que o projeto de partilha avança em relação a essa concessão que nós temos hoje. Claro que avança. A questão de a PETROBRAS ser operadora única de todos os postos avança. A questão de a PETROBRAS ter 30% de toda a produção de petróleo avança. A questão de ter o fundo social para as futuras gerações poderem se beneficiar dos recursos do petróleo também avança. Mas, nada disso seria necessário se nós tivéssemos a PETROBRAS 100% estatal.

Não precisa fundo, não precisa PETROSAL, não precisa partilha, não precisa nada. É o monopólio da União, a PETROBRAS explora e ela tem capacidade para isso, tem recursos, tem inteligência e tem dinheiro. Não seria difícil para a PETROBRAS. Nós não temos necessidade de explorar esse petróleo a qualquer custo, numa velocidade que a gente não tenha controle. Por quê? Porque nós somos autossuficientes em petróleo. Já somos. Tudo que sair daí vai ser excedente. Esse excedente que falam os companheiros do movimento sem terra, que falam os sindicalistas, que falam os estudantes. Este excedente é que a nação precisa para resolver os seus problemas de carência de recursos.

Nós não fizemos mais educação hoje não é porque a gente não saiba fazer. Nós não fizemos mais casa, e está aí o Programa Minha Casa, Minha Vida, um milhão de casas, nós podíamos fazer dois milhões, três milhões. Por que é que nós não fizemos mais? Porque nós não temos recurso. O que falta para o Brasil é recurso. Não falta inteligência. Nós somos líder na prospecção em profundidade. O Brasil produz mandioca e avião. Nós não somos um país desindustrializado. Nós não somos a Arábia Saudita nem Iraque, nem não sei o quê lá, que tem petróleo e não tem como operar. Não. Nós somos autossuficientes em petróleo. Nós temos tecnologia. Nossa inteligência produziu e achou este petróleo. Nós temos programa de biodiesel, de etanol para substituir os combustíveis fósseis. Então, para que é que deve servir esse petróleo? Deve servir para um grande excedente financeiro para que nós possamos dar casa a todo o povo, terra a todo o povo, plantar, educar, fazer saúde e educação e assim por diante.

[palmas]

Portanto, a defesa do projeto da FUP, que eu sou... Fui honrado com os companheiros da FUP para assinar esse projeto, o projeto é do movimento social e precisa de mobilização nesta Casa, precisa de mobilização ali na Câmara dos Deputados para que a gente não sofra o que a gente está sofrendo lá.

Pasmem vocês, nós estamos discutindo agora *royalties* de petróleo, além de discutir o fundo. Só o fundo, gente, em 2020, na previsão que se faz do crescimento da PETROBRAS e da exploração do petróleo, em 2020, nós teríamos um excedente de 60 bilhões de dólares para o tal do fundo. 60 bilhões de dólares, num ano. No segundo ano, é 120, no terceiro ano é 180, no quarto ano... E assim por diante. Vai acumular uma bolada, que vai poder... Que o Estado Brasileiro, que o país vai poder se beneficiar e resolver os seus problemas de carência de recursos para resolver seus problemas sociais.

Agora, lá naquelas Comissões, como foi o relatório apresentado na semana passada sobre os *royalties*, diz o quê? Diz lá como é que vai ser dividido os *royalties* e o último parágrafo, quase caindo do papel, diz o seguinte: "As empresas contratadas vão se ressarcir do que pagaram em *royalties* em óleo". Que negócio é esse? Vão pagar *royalties* e vão receber óleo? Quer dizer, não vão pagar nada, quem vai pagar é o povo brasileiro, mais uma vez. Então, as coisas estão acontecendo, e esta mobilização que é feita hoje aqui no Senado, nesta comissão, com o apoio do Senador Paim, do Senador Cristovam, é muito importante para que a gente não veja escorrer pelas mãos um futuro muito promissor que está ao nosso alcance.

Nós aprendemos, desde pequenos na escola, o primeiro ciclo econômico que vivemos no país de riqueza natural foi o pau-brasil. O que fizeram? Passaram o machado. O que ficou para o povo? Os tocos. O passivo ambiental e um monte de toco. Depois foi o ciclo do ouro. O que ficou para o Brasil? Os grandes mosteiros, igrejas... Escravidão, que foi feita para explorar o ouro. Ficou para o país a escravidão. Na cana-de-açúcar, no cacau, no café, na borracha, todos os ciclos econômicos que nós vivemos ficou miséria e escravidão para o povo e enriquecimento de meia dúzia de barão neste país. Esse petróleo não pode ser mais o ciclo econômico dessa natureza. E não será porque o povo está atento. Os trabalhadores estão atentos. Pode dizer para o Fernando Henrique lá, a matéria que fez ontem, que nós queremos sim uma República dos trabalhadores. Nós não queremos mais uma República da intelectualidade.

[palmas]

Agora, a toda hora não são poucos os ataques que nós sofremos porque os trabalhadores venceram nesse país. Os sindicalistas venceram nesse país. O povo venceu e mudou o país, para desespero das elites, que nunca conseguiram... Nunca conseguiram, não, nunca quiseram, nunca se importaram, nunca viram, nunca enxergaram o povo, nem suas misérias,

nem suas necessidades. Nós queremos que o nosso país continue neste rumo porque nós produzimos, nós construímos esse país e nós temos o direito, temos o dever de dar os destinos para a nossa nação. E este momento é um momento de... É um momento histórico muito importante, e cada um de nós aqui é portador da vontade de milhões e milhões de brasileiros que querem a riqueza para benefício do seu povo e das futuras gerações.

Por isso, contem conosco, estamos nessa luta, aqui e ali na Câmara, e também no movimento social para que a gente possa ver um Projeto de Lei decente, que resgate a soberania nacional, que resgate o interesse nacional e que beneficie o povo como nunca foi.

Muito obrigado a todos e uma boa luta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Quero destacar a presença de Marcos Souto, está representando César Brito, da OAB Nacional, e também do Deputado Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro. Concedo a palavra a José Divanilton da Silva, Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil.

SR. JOSÉ DIVANILTON PEREIRA DA SILVA: Bom-dia a todos os companheiros e companheiras. Gostaria de saudar, através dos senadores e deputados aqui presentes, além das centrais sindicais, dos integrantes dos movimentos sociais, essa importante sessão. Também gostaria de registrar, mais uma vez, esse esforço desse Parlamentar que, nesta Casa, vai se afirmando, dia a dia, como parlamentar identificado com a causa do trabalho e agora alarga mais ainda, identificando-se com a causa nacional. Refiro-me ao companheiro Paulo Paim, que tem pautado o seu mandato em torno dessas nobres causas, sobretudo a causa nacional.

Também conhecedor, pelas informações que nos passam, da correlação de força dessa Casa, da Câmara dos Deputados, a convicção e a determinação do Deputado Fernando Marroni, em ter abraçado este nosso projeto, um projeto que sintetiza a concepção que temos do Estado, que permeia, que fomenta e fundamenta os movimentos sociais no Brasil, aqui presentes, inclusive.

Nós aqui já ouvimos, já assistimos a um filme, que dá a dimensão do que nós estamos disputando. Isso nos dá... Já foi aqui relatado, inclusive pelo Presidente dessa comissão, Senador Cristovam Buarque, dentre outros que se pronunciaram, resgatando, de forma muito importante, a história econômica do Brasil. Porque nós já tivemos outras grandes oportunidades, não, talvez, do tamanho dessa, mas relativamente poderiam ter

jogado um grande papel para o nosso povo brasileiro. Aqui, inclusive, o deputado já discorreu sobre os diversos ciclos econômicos que o Brasil atravessou. Mas, não basta descobrir. Não basta achar. O fundamental é o que condiciona se essas riquezas serão apropriadas e, sobretudo, serão divididas para o povo brasileiro, é a forma que estas riquezas são exploradas.

Na opinião da CTB, esses ciclos econômicos, historicamente já aqui narrados, elas foram... Não fizeram um serviço, não cumpriram o seu papel econômico e social porque eles estavam descolados de um projeto nacional de desenvolvimento. Eles estavam a serviço de um império inglês. Eles estavam a serviço de uma minoria brasileira. Por isso que até hoje nós temos uma nação de uma industrialização média, tardia, subalterna, concentradora de renda.

Ao nosso juízo, nós ultrapassamos dois ciclos civilizacionais no Brasil importantes: a Constituição da nação, do Estado, do seu povo, foi a obra da luta do povo brasileiro. Tivemos outro importante, de 30, quando a partir da luta, da resistência do povo e dos trabalhadores e das trabalhadoras, tivemos um outro salto civilizacional, quando o Brasil entrou na sua relativa e média industrialização, a partir de Getúlio Vargas.

Este ciclo se desenvolveu, foi aqui lembrado muito bem... O plano de metas, as reformas de bases, que foram interrompidas politicamente. Porque venceu, com essa interrupção, uma visão antidemocrática e uma visão que pensava, que ainda reflete, que ainda está presente no mundo do Brasil, que o Estado não tem um papel a cumprir. O Estado tem que ser diminuído, pequeno, portanto, privatizado. Tem que estar vinculado exclusivamente à saúde, à educação e à segurança. Esse papo furado o Brasil já conviveu, o nosso continente já conviveu e o mundo também. 20 anos após esse pretendo discurso único como verdade absoluta, ele foi, de forma fragorosa, derrotada pela luta do povo brasileiro, pela luta dos trabalhadores de todo o mundo.

Portanto, este ano, que completa-se 20 anos da queda do muro de Berlim, nós assistimos, resultante da nossa luta, a queda de um muro ideológico. E que, nesse público aqui presente, sintetiza exatamente aqueles pensadores que não comungavam com esse pensamento, dito único no mundo, que o Estado deveria sair do seu papel, deveria, portanto, entregar suas riquezas naturais, entregar seu patrimônio, dilapidar a riqueza nacional.

Por essas razões, companheiros e companheiras, a CTB compreende que o povo brasileiro, a partir de sua inteligência, que há quase 60 anos foi questionado se tinha capacidade de promover essa brilhante descoberta, esse povo brasileiro dá uma resposta e

nos permite agora disputar essa riqueza, não apenas a forma... Quem vai operá-la, qual é o regramento... Isso é importante e tem caráter estratégico. Mas, a regulamentação do setor petróleo não pode estar vinculada a único ramo de atividade ou muito menos a uma categoria. Ele deve estar subordinado a um novo projeto nacional de desenvolvimento. E, para que isso ocorra, é fundamental a elaboração de um planejamento estratégico de desenvolvimento.

Queria passar apenas um dado que envergonha a nação brasileira: A escolaridade média do nosso povo não chega a concluir sequer o ensino fundamental. A escolaridade do povo brasileiro vai até a sétima série. Nós temos uma herança histórica de mais de 500 anos da elite brasileira, que não por não ter condição, é porque não era prioritária. E desmontou o Estado Brasileiro, trancou o seu financiamento, impedindo que a nação e governos democráticos, como o que temos hoje, fruto da conquista do povo brasileiro, esteja com o orçamento esgarçado por outras prioridades do passado.

Por essas razões, companheiros, compreendemos, para que o Brasil possa dar um salto civilizacional, se faz necessário que esses bilhões de dólares não sejam exclusivamente observados para remediar ou para alterar as questões sociais, que as demandas sociais produzidas pelo sistema capitalista é enorme, é muito grande. Não podemos dispersar, não podemos financiar qualquer coisa.

É por isso a importância que temos que, com o pré-sal, fazermos uma verdadeira revolução no financiamento público e educacional brasileiro. Precisamos que o povo brasileiro, que os trabalhadores, suas trabalhadoras, os estudantes não possam terminar a sua vida, em média, com escolaridade apenas numa sétima série. Precisamos de homens, jovens, mulheres, trabalhadores, produzindo ciência, produzindo tecnologia, para que nós possamos sair de um mero país exportador de *commodities* e produtos agrícolas ou de petróleo cru para que nós possamos aglutinar valor agregado a esse produto, trazer emprego no Brasil, deter tecnologia, deter ciência para que a gente saia de um país, de um estágio de industrialização média para que possa se constituir de verdade, não apenas como um grande país que tem uma grande reserva de petróleo, mas, além disso, além de deter essas reservas, tenha um projeto que aproveite essas reservas para que a gente possa colocar o Brasil não apenas os BRICs, esses quatro, cinco países que hoje dão a grande... O motor da economia mundial. Mas que o Brasil possa desempenhar sua soberania internacional, mas, sobretudo, posteriormente, olhar para seu povo, educá-lo, dar condições de saúde e minimizar

as questões e as mazelas sociais, que hoje ainda impera em nosso país.

Por essas razões, companheiros e companheiras, a CTB compreende que, neste momento, a disputa não é fácil. Os interesses são de ordem de trilhões, a disputa em torno de bilhões, e não podemos... Lógico que estamos atentos os *royalties* para 'X', *royalties* para 'Y'... E isso tudo, repito, tem que estar submetido a um projeto nacional de desenvolvimento porque até a velocidade de exploração dessa riqueza é importante. Por isso o papel muito explícito no PL 5.891, que coloca a PETROBRAS como uma empresa que, com capacidade técnica, mas, sobretudo, com o compromisso de nação, com o compromisso com a história do povo brasileiro, pois essa tem sido a sua caracterização até o presente momento.

Por isso nós compreendemos que essa é uma oportunidade ímpar. Não quero me atrever que seja a última, porque não compreendemos também... Compreendemos, melhor dizendo, que o petróleo, o mundo inteiro passa por uma transição em suas matrizes energéticas. Mas o petróleo ainda vai jogar grande papel. Talvez não mais como combustível, mas como as fontes outras, fontes para matérias-primas importantes para alavancar a nossa ciência e a nossa tecnologia. Chega. O Brasil, que até 1930, era uma grande fazenda exportadora de café, que avançou e estabeleceu um parque industrial importante, mas ainda é médio e pequeno para atender às aspirações da sociedade brasileira. E o pré-sal deve cumprir esse papel, industrializar, educação para o nosso povo, uma escolaridade elevada, para que a gente possa dar um salto civilizacional para nosso povo.

E, neste um minuto que me resta aqui, companheiros e companheiras, Srs. Senadores, queríamos trazer uma denúncia, que comprovam as limitações, apesar do rumo que o projeto do Governo traz importantes alterações, não podemos desconhecer, retoma o papel do Estado, retoma o controle em determinadas atividades. Mas, veja a sua fragilidade: A fundamentação do projeto do Executivo, que está presente de forma explícita em nosso projeto, é a diminuição das desigualdades regionais. Não podemos ter um país no Sul, não podemos ter um país no Sudeste e não podemos ter um país no Norte e no Nordeste. Foi muita luta para que a gente pudesse manter um povo uno. Foi o primeiro ciclo que nós conseguimos.

E o Betinho Rosado, Deputado Federal do DEM, infelizmente do meu Estado do Rio Grande do Norte, apresentou uma emenda e que, infelizmente, o Relator acatou, que impede, a curtíssimo e médio prazos, que a PETROBRAS continue atuando nos Estados nordestinos. Eu gostaria de conhecer uma cidade ou

um Estado, no mundo inteiro, que possa rejeitar o investimento de bilhões e bilhões de reais, capaz de diminuir as desigualdades, sobretudo na nossa região nordeste.

Concluo com isso, companheiros--

[palmas]

Concluo com isso, com essa contradição, com essa insuficiência, a importância de defendermos esse projeto, com toda dificuldade e correlação de força, mas a luta por esse projeto, sintetizado por todos esses presentes aqui, é uma atitude, na prática, pela Augusta Tibiriçá, com 91 anos de idade, veio aqui dizer: "Continuamos lutando, preservando e defendendo a soberania nacional". A luta e a vitória, essas são as palavras da CTB. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Concedo a palavra ao Sr. Marthius Sávio, representando a OAB Nacional.

SR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO:

Bom-dia a todos. Saúdo a Mesa aqui, a todos, em nome do Senador Jefferson. Eu estou aqui representando o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal, Dr. César Brito, que me incumbiu de estar aqui presente, como membro da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal.

Este projeto, esta Audiência Pública, ela demonstra claramente... É o reflexo do que nós chamamos de um constitucionalismo contemporâneo, em que se tem, a partir de dois conceitos, entre o Direito e política. A política, a partir de uma democracia, não só daqueles... A partir da sua maioria, mas uma democracia participativa, aonde quem atua no processo democrático não são as instituições, mas é a própria sociedade, que atua e estabelece e requer a efetivação desses direitos. Direitos que, com o nosso constitucionalismo social, muitas vezes, ficam relegados a segundo plano por interesses de poucos da sociedade, de uma elite que não requer tamanha inserção e preservação da dignidade humana.

A partir desses dois conceitos, portanto, entre Direito e política, esse projeto é fundamental para que nós possamos reconstruir um Estado social, a concepção de um Estado social, que o Brasil perdeu nas últimas décadas e tem tentado, a partir desse novo marco, uma reestruturação de um poder produtivo a partir do direito social, a partir das relações sociais do trabalho.

É importante verificar aqui que a participação ativa na relação dos petroleiros, da FUP, essa iniciativa da FUP, que vem a partir dos trabalhadores, demonstra exatamente que o Brasil mudou. E mudou numa concepção que está aqui a buscar, dentro do Direito, um

Direito que não é posto, um Direito que não é pressuposto, mas um Direito que é criado a partir da esfera pública, a partir do Direito que chamamos achado na rua da sociedade. Eu acho que é importante essa iniciativa, que nós podemos reconstruir esse nosso direito social e reconstruir o nosso constitucionalismo social, que se perdeu e que agora, a cada passo, nós estamos efetivando nesse novo marco regulatório.

Gostaria de colocar que, muito embora não tenha lido detidamente este... O Projeto de Lei, mas percebe-se, verifica-se que ele se adequa ao que nós chamamos de um bloco de constitucionalidade da nossa Constituição. Preserva os princípios da dignidade humana, estabelece o equilíbrio do meio ambiente de trabalho e mostra que o valor social do trabalho vai além apenas do capital: Encontra-se na regulação e na preservação dessa cidadania do trabalhador.

Então, neste bloco de constitucionalidade, nós percebemos, e percebo aqui que há essa congruência e há um refinamento nessa proposta, e que podemos dizer que essa questão, que muitas vezes se demonstra entre trabalho e meio ambiente, eles não são opostos, eles não se repelem. Pelo contrário, eles se complementam. A complementaridade do meio ambiente do trabalho e do trabalho é que dá a nossa integridade da nossa Constituição, que é social e que preserva esse constitucionalismo.

Então, nessa esfera e nessa possibilidade, como membro da Comissão Nacional de Direitos Sociais, eu posso falar a vocês que farei o compromisso de levar ao Conselho Federal um parecer favorável de apoio a esse projeto e que, apesar das nossas adversidades também no Conselho Federal, em que se encontra, certamente poderemos ter uma linha mestra de apoio porque o que traz aqui é a soberania. E a soberania do Estado não se dá mais nas relações entre Estados. A soberania se dá na preservação dos Direitos Humanos, que é o que esse projeto visa na relação entre o Estado e a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Concedo a palavra ao companheiro João Antonio de Moraes, Presidente da FUP, Federação Única dos Petroleiros.

SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES:

Muito bem... Cumprimentar aqui o meu companheiro de direção da FUP, da CTB, companheiro Divanilton; companheiro Joba Alves do MST, da Via Campesina; companheiro Ismael, que representa aqui a CUT Nacional, Diretor da nossa CUT Distrito Federal; companheiro do Conselho Federal da OAB; o companheiro Bira, da CGTB;

o companheiro Soriano, do SINDIPETRO-RJ e o Senador Jefferson Praia, que preside aqui essa Sessão, essa Audiência Pública. E um cumprimento em especial àqueles que se deslocaram dos seus Estados, das suas famílias para estar presentes nessa audiência hoje, repetindo a saga dos brasileiros que, no final dos anos 40, início dos anos 50, construíram aquela que foi certamente a mais importante construção coletiva e social do nosso povo, na medida em que essa campanha do “petróleo é nosso!”, que varreu as ruas e praças do nosso país no final dos anos 40 e anos 50, foi uma campanha que teve começo, meio e fim.

E, no momento em que aqueles mesmos que foram citados já aqui nessa audiência, hoje acusam o Brasil da República sindicalista, aqueles mesmos não acreditavam na força do petróleo para a construção de uma nação... Aqueles mesmos, naquela época, também não apostaram na nossa gente, assim como não apostam hoje. Na ocasião em que nem petróleo tínhamos, a nossa gente, o nosso povo, o povo pobre, comunistas, militares, estudantes tomaram as ruas e disseram: “O Brasil tem petróleo e o petróleo tem que ser do seu povo e da sua gente”. Vocês que hoje ocupam aqui esse auditório repetem aquela saga. Não se encerra neste momento, mas um papel fundamental é desempenhado por trabalhadores, por estudantes, pelos movimentos sociais brasileiros, que a FUP teve o orgulho de representar ao dar letra às discussões que travamos de Norte a Sul nesse país, no nosso projeto 5.891, apresentado na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Fernando Marroni, e que está representado aqui também no Senado, através da sugestão legislativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 002/2009, e que a gente aposta que virará um Projeto de Lei para que a gente faça o debate dessa questão, como fizeram os nossos antepassados, os nossos pais e os nossos avós.

Hoje, com a descoberta do pré-sal, tudo isso se reforça ainda mais porque agora há algo de concreto. E aquilo que a natureza levou, como vimos aqui, na parte geológica, 130 milhões de anos para produzir o petróleo do pré-sal... Cento e trinta milhões de anos. Nada justifica que essa imensa riqueza, que ainda é, na data de hoje, a principal matriz energética do planeta. Mais de 50% de tudo que se consome de energia no mundo vem do petróleo. No nosso país, mais de 40%. Nada justifica que essa importante fonte energética, que levou 130 milhões de anos para a natureza construir, seja utilizada mera e simplesmente ao interesse de meia dúzia, que querem enriquecer para mandar essa riqueza para fora do nosso país--

[palmas]

Esse é um debate que, sim, nos emociona e enche nossos corações. Porque aqueles que querem levar essa riqueza e que hoje já levam, como foi dito nessa Mesa, mesmo como no Brasil não era autosuficiente, a SHELL retirava do nosso mar cerca de 50 mil barris e levava direto para a Europa, que é onde estão os donos da SHELL. E por que é que vai para a Europa e Estados Unidos? Para abastecer de energia aqueles que esbanjam energia. Aqueles que gastam seis, sete, oito, 11 vezes mais energia do que um latino-americano. É para isso que eles querem. E utilizarem e esbanjarem como? Esbanjarem, sujando o nosso planeta, destruindo a terra. É dessa forma que eles têm consumido o recurso do petróleo.

Portanto, nada justifica aquele “sim” que nós não temos aqui nessa... Nesse momento, nenhuma vergonha de repetir os argumentos utilizados na campanha do “petróleo é nosso!”. São, sim, entreguistas--

[palmas]

--laciaos do capital internacional, vendilhões da pátria. Repetiremos os argumentos dos nossos antepassados. Como não temos e não nos farão tremer por conta da defesa do monopólio, tentam incutar(F) e igualar o monopólio estatal com o monopólio privado. E um é justamente o oposto do outro. O monopólio estatal é o instrumento que tem as nações periféricas para defender o seu recurso natural, justamente dos monopólios e oligopólios privados internacionais.

[palmas]

Repetiremos essa luta, repetiremos agora com a concretude do petróleo do Pré-sal, que esse recurso terá que ser utilizado para o bem da nossa gente, para resolvermos os problemas estruturais do nosso povo, que desenvolvimento para a gente não é meramente desenvolver a indústria em detrimento do povo; exportar o recurso natural em detrimento dos estudantes. Desenvolvimento tem que ser na sua plenitude, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, com geração de emprego, de renda, com infraestrutura, com escola, sem nenhum miserável, com saúde para todos.

É essa a visão que a FUP apresenta no Projeto de Lei dos movimentos sociais. A visão clara de que, para nós, de nada explorar o petróleo adianta, como querem alguns, explorar a toque de caixa, para mandar para fora. O desenvolvimento e a exploração dessa riqueza hão de ser calibrados com a possibilidade de desenvolvimento nacional, com uma indústria de base, com emprego para os brasileiros, com a ponta da cadeia do petróleo, que é a indústria petroquímica, que pode gerar emprego na indústria plástica, ao contrário da indústria pura e simplesmente do petróleo, que é

uma indústria intensa em capital, mas efetivamente com pouca geração de emprego. É com esse olhar que os movimentos sociais estão travando esse debate.

Por isso propomos, sim, a retomada do monopólio estatal do petróleo, executada por uma PETROBRAS 100% estatal, e a destinação de todo o excedente dessa indústria para as questões sociais, para a erradicação da pobreza, para a educação, para a saúde, para a Reforma Agrária, todo o excedente. A proposta do Executivo avança na... Avança na presença do Estado, mas ela é tímida. Ela propõe, entre outras coisas, só o rendimento do fundo para as questões sociais. Entendemos que não há que ser assim, há que ter, de fato, o controle total e a destinação total do excedente para as questões sociais.

E, por último, companheiros e companheiras, mais uma vez cumprimentando a todos, quero aqui, nesses minutinhos aqui de encerramento da nossa audiência, chamar atenção de todos para uma questão que é central em qualquer debate que se trave pelo mundo hoje, que é a questão ambiental: Não tenhamos dúvida, se hoje o mundo sucumbe a uma crise internacional, gerada pela ausência do Estado no setor financeiro da economia, do Estado que não regulou a jogatina mundial, que virou os bancos pelo mundo; se hoje o mundo sucumbe diante disso, que dirá numa área estratégica como energia e como petróleo?

Não dá para deixar de observar isso sem olhar para o momento da crise que passa o nosso país. Porque, em todos os momentos, se dizia o seguinte: "Quando vem a crise tem que reduzir, reduzir empregos e gerar miséria", justamente agora o que dá ao Brasil uma condição melhor foi justamente os empregos que foram gerados no último período e os programas sociais que dão fôlego para gente. Se isso acontece na área financeira, que dirá na área de energia?

E a questão ambiental, ela é central nesse debate porque se deixarmos a energia e o petróleo para ser controlado sob os interesses das grandes empresas multinacionais, certamente essa riqueza vai ser explorada, gerando mais dano ao meio ambiente. A única coisa... A única hipótese que temos de controlar e calibrar o uso dessa riqueza do petróleo para o desenvolvimento de fontes de energia limpa é efetivamente o monopólio e o controle da sociedade sobre essa importante riqueza.

Portanto, companheiros e companheiras, usemos, nos inspiremos na lição que deixam os nossos antepassados. Vamos às ruas, vamos à luta para garantir que esse debate vai ter cara dos donos da riqueza. E o dono da riqueza é o povo do nosso país.

Muito obrigado, em nome da Federação Única dos Petroleiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bem, companheiros e companheiras, estamos chegando ao final desta Audiência Pública. Quero parabenizar a todos. Mas fiquem aí, que nós vamos ter agora o relatório, a votação do relatório. Vamos encerrar esta audiência.

Agradeço a todos que compõem a Mesa, fiquem aqui mesmo. Agradeço ao Senador Paim pela iniciativa e dou por encerrada esta Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h48.

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS A 36ª REUNIÃO.

Às doze horas e cinquenta minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, no Auditório Petrônio Portela, sob a presidência do Senador (Jefferson Praia), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores membros da CDH, Cristovam Buarque, Paulo Paim, José Nery, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Marcelo Crivela, Mão Santa, Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item Único. Sugestão nº 02, de 2009, que sugere regulamentação para a Política Energética Nacional e outras providências. Autoria: Federação Única dos Petroleiros. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela admissibilidade da SUG nº 02, de 2009, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador Cristovam Buarque, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, agora, para o relatório, ou melhor, a ementa sugere, regulamentação para a política energética nacional e outras providências. A autoria é da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Relatoria do Senador Paulo Paim. Com a palavra o relator, para a leitura do relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, deixa só, antes de ler o relatório, situar a todos os Srs. Senadores, Senadoras e todos os nossos convidados neste Plenário. Dizer que, quando eu fui procurado não só pela FUP, mas também por todos os movimentos sociais, e me apresentaram esse projeto, dizendo que ele representava a visão das centrais, das confederações, do MST, enfim, de todo o movimento social organizado do país.

Pediram para mim se eu queria apresentar o projeto aqui no Senado da República. Respondi a eles, com a maior tranquilidade: "Muito mais que apresentar o projeto". Apontei o caminho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e assim fez a FUP, junto com os movimentos sociais, entrou com o projeto diretamente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que o regimento do Senado permite.

A partir desse momento, conversamos com o Senador Cristovam, junto com os movimentos sociais, para que ele me indicasse como relator da matéria. Assumi a relatoria. De lá pra cá, fizemos em torno do quê? De umas cinco, seis audiências públicas, reunindo os mais variados setores da sociedade.

Qual é o objetivo? É que, a partir da votação que faremos hoje, com certeza absoluta, eu diria, o projeto tramitará, aqui no Senado, não como projeto da FUP, não como projeto do Senador Paim, não como o projeto do Senador Jefferson Peres. Ele tramitará aqui no Senado, sim, como projeto apresentado pela FUP e os movimentos sociais, mas passa a ser o projeto da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República [palmas]. Passa a ter muito mais força [palmas]. Além do amparo e da autoria dos senhores, ele passa a ser, também, da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

A partir desse momento, eu passo a ler o relatório.

Relatório. Tramita nesta Comissão a Sugestão Legislativa nº. 2/09, apresentada pela Federação Única dos Petroleiros e pelos movimentos sociais, como proposta de regulamentação da política energética nacional para a consideração desta Casa.

Com o intuito de instruir a matéria, esta Comissão organizou audiências públicas, durante as quais foram ouvidas... Foram ouvidos diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Na primeira Audiência Pública, debateu-se a política energética nacional, com a participação de representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), do Movimento dos Trabalhistas Sem Terra (MST), da Via Campesina Brasil, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo (SINDIPETRO), da Associação de Engenheiros da Petrobras.

A segunda Audiência Pública discutiu a Previdência Social e o Pré-sal. Aqui, eu quero dar um destaque, porque não dá mais para, toda vez... E nós estamos com um problema, agora, inclusive, na nossa Petrobras, toda vez que a gente vai discutir reajuste de salário ou de salário-mínimo, o discurso que a gente ouve é que a Previdência não pode pagar na mesma linha ou com a mesma paridade, com os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas. Pode e deve pagar. Pode e deve pagar [palmas].

A Previdência brasileira é superavitária. Só de renúncia fiscal nós tivemos, nos últimos 10 anos, mais de 200 bilhões de reais. Se pegarmos dinheiro destinado para outros fins, que eram da seguridade, nós temos mais de 400 bi. E, assim mesmo, o superávit é de 50 bi. Então, nós temos, neste momento desta Audiência Pública, mais de mil aposentados lá na Câmara dos Deputados, que estão pedindo humildemente, e a Câmara está se negando a votar. Que simplesmente vote um projeto de nossa autoria, que o Senador Jefferson Praia ajudou no encaminhamento, que diz que se garanta para o aposentado, não precisa nem a paridade, mas, pelo menos, o mesmo percentual de reajuste que é concedido ao salário-mínimo. Pelo menos isso [palmas].

Por isso eu quero destacar, aqui, o projeto da FUP, porque o projeto da FUP garante que uma parte do fundo soberano oriundo do Pré-sal vai para a nossa Previdência Pública, que vai ficar mais superavitária ainda. Para que não fique nesse discurso sem lógica, sem sentido, e que, desculpem, mas falta com a verdade. Faltam tanto com a verdade que parte do povo brasileiro acredita que a Previdência é deficitária. Se ela fosse deficitária, não estariam prevendo, agora, na Reforma Tributária, tirar 18 bi dela. Tirar da Previdência 18 bi. Então, como é superavitário?

Por isso eu dei um destaque especial, e dizer, meu amigo Moraes, que eu estou muito feliz por fazer esse relatório. E dizendo que, na segunda audiência, que nós discutimos na Previdência Social, participaram

do debate os representantes da Comissão Nacional de Saúde, da Confederação Brasileira de Aposentados (COBAP), que está liderando o movimento lá na Câmara, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal Brasil, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), e do Instituto FGTS Fácil.

Enfim, Bira, todas as centrais participaram. Todas. Não teve uma central que não foi convidada ou não mandou representante, que eu estou aqui sintetizando nesse relatório.

Outra audiência que eu acho importante discutiu a educação e o Pré-sal, onde foram convidados, e se tiveram presentes, a União Nacional de Estudantes, a UNE, a Universidade da Consciência negra, Unipalmes, a Federação Única dos Petroleiros e estudantes de todas as áreas. Porque ali ficou claro da importância, também, de que vá uma parte do Pré-sal também para a educação. Enfim, depois de seis audiências a matéria está devidamente instruída e pronta para a votação, aqui na CDH.

Entra, agora, o ponto dois, que é a análise. O Projeto de Lei trazido a esta Comissão de Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por meio da Sugestão nº. 2, cuja pertinência ora se discute, é fruto de um intenso debate havido no seio da sociedade brasileira, capitaneado pela FUP, pelo conjunto dos petroleiros e pelo conjunto do movimento social brasileiro.

É emblemática a apresentação dessa proposta, por intermédio desta Comissão, que prima pelo respeito às iniciativas com raízes profundas nos movimentos sociais, que, aqui, nós lutamos para fazer do Brasil um país mais justo e igual, um Brasil onde todos, todos tenham oportunidades.

O Projeto de Lei inova em relação às propostas oferecidas pelo Poder Executivo. Por ora, elas estão sendo debatidas na Câmara dos Deputados, e com certeza, oportunamente, vai tramitar aqui no Senado, que é a Casa revisora. Portanto, é oportuna sua apresentação, porque as discussões em torno dele poderão se iniciar antes mesmo do grande debate em torno do novo marco regulatório, proposto pelo Governo Federal.

Dada a profundidade com que este projeto apresentado por vocês foi concebido, por meio da oitiva do conjunto do movimento social, ele é uma importante referência para as discussões em torno do petróleo do Pré-sal.

A proposta apresentada cria o Fundo Social Soberano, com a proposta do Poder Executivo, mas se diferencia desta quanto à aplicação dos recursos. Aqui

preconiza que devem ser voltadas, na sua totalidade, para a educação, para a saúde, para o meio ambiente e para a Previdência, entre outros, e para resgatar a dívida social que o país tem com as populações mais carentes e com as minorias.

No que se refere ao modelo de exploração, a proposta preconiza a reabertura dos debates, em torno dos blocos já ofertados no Pré-sal, à semelhança de países como o Iraque e os Estados Unidos, que interferem na economia sempre que os interesses nacionais estão em jogo.

Ademais, a proposta reforça a necessidade de fortalecer a nossa querida Petrobras, como uma empresa pública focada na defesa dos interesses do país. Propõe, ainda, garantir o emprego dos recursos gerados pela atividade econômica no combate às desigualdades sociais e regionais, em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso III da nossa Constituição Federal: "Promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos". 4º: "Proteger os interesses do consumidor, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos." 5º: "Proteger o meio ambiente e promover a conservação da energia. Fomentar a indústria e a economia nacional, mediante a geração de tecnologia e a progressiva nacionalização do emprego, de equipamentos, instalação, serviço e bens em geral."

Em resumo, eu não vou ler todo o projeto, naturalmente. Fiz somente aqui uma pequena introdução. E dizendo para vocês que, além de fortalecer a Petrobras, o projeto propõe, também, o pleno exercício do monopólio da União sobre o petróleo, por intermédio da Petrobras, como fazem quase todos os países produtores.

A proposta do Poder Executivo é um avanço em relação ao marco regulatório atual, mas está longe daquilo que os trabalhadores e os movimentos sociais reputam como o ideal para o Brasil. Esse modelo ideal está consolidado no Projeto de Lei cuja pertinência ora se debate nesta Comissão, que eu fiz somente uma pequena introdução de seis pontos.

Enfim, com esse breve relatório que eu tentei aqui sintetizar, eu, agora, vou colocar meu voto para a apreciação do Plenário.

Voto. Em face do exposto, voto pela aceitação do Projeto de Lei objeto da Sugestão nº. 2, na forma que se segue [palmas].

Volto a palavra... Concluído o relatório, a palavra volta ao Presidente, porque ele é que vai colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

Em votação o relatório. Os senadores e as senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório [palmas].

Como não há mais nenhum outro assunto a ser apreciado por esta Comissão, encerro a presente Sessão. Gostaria de fazer uma sugestão, feita aqui pelo Senador Paim, pelo nosso companheiro do SINDIPE-TRO, que é de cantarmos, agora, o hino nacional.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, antes mesmo... Antes mesmo de cantarmos o Hino Nacional, foi-me pedido, aqui, e, na emoção do momento, eu acabei não fazendo o apelo, eu queria aproveitar esse momento e dizer que, independente das posições do movimento sindical brasileiro, nós trabalhamos com todos os setores do movimento sindical e social do nosso país.

E foi pedido, e foi unanimidade aqui na Mesa, que eu aproveitasse esse momento e fazer um apelo para que aqueles oito companheiros da Frente Nacional dos Petroleiros que estão ocupando uma sala lá no Rio de Janeiro, num prédio da Petrobras. Qual o apelo? Que a Petrobras estabeleça um processo de negociação com a FUP, com a frente Nacional dos Petroleiros, que se construa um grande entendimento e que esses seis companheiros possam se retirar de lá, de cabeça erguida; são lutadores, são guerreiros, independente da posição em que se identificam mais, em matéria do movimento social.

Então, fica aqui o apelo para que eles possam sair nesse momento e que seja assegurado, pela Petrobras, um processo de negociação. Tenho certeza de que essa é a posição da FUP e também da Frente Nacional dos Petroleiros. Está feito o apelo a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Vamos, agora, ao Hino Nacional.

[execução do Hino Nacional brasileiro]

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança a terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,

És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza
Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!
Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.
Mas, se ergues da justiça à clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.
Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!”

[palmas]

Sessão encerrada às 13h09.

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes Senhores Senadores membros da CDH, **Cristovam Buarque, Paulo Paim, Flávio Arns, Jefferson Praia** e a Senadora **Fátima Cleide**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº**

38, de 2009 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 03/09/09, para debater o tema “**A Saúde do Trabalhador na Indústria de Alimentação**”. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. O Senhor Presidente convida os senhores convidados para tomar lugar à mesa e passa a palavra a todos. Convidados que comparecem: **Daniela Buosi Rohlf**s – Coordenadora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador em representação ao **José Gomes Temporão** – Ministro de Estado da Saúde; **Remigio Todeschini** – Diretoria de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social; **Deputado Federal Marco Maia**; **Soraya Vilas Boas** – Técnica da Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador da Secretaria em Vigilância de Saúde – Ministério da Saúde, em representação ao **José Gomes Temporão** – Ministro de Estado da Saúde; **Sandro Eduardo Sardá** – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina, lotado no município de Chapecó-SC. **Siderlei da Silva Oliveira** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação; **Artur Bueno de Camargo** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – DF; **Fábio Alex Salomão** – Secretário-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Empregados Vinculados nas Indústrias de Fabricação de Massas Alimentícias, Biscoito, Macarrão, Panificação, Confeitaria, Laticínios, Frigoríficos, Abatedouro de Bovinos, Suínos, Aves, Leveduras e Carnes e Produtos Derivados do Estado do Mato Grosso do Sul – SINDMASSA; **Renato de Oliveira Borges** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Alegre-RS; **Edvard Pereira de Souza** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de Goiás e Tocantins; **Ernane Garcia Ferreira** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação no Estado do Paraná – FTIA-PR. Após as apresentações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente franqueia a palavra a pessoas da platéia: a Senhora **Geni Dellarosa** – Secretária de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais – CONTAC, que faz depoimento sobre a situação das trabalhadoras lesionadas no setor que compreende as Indústrias de Alimentação; as Senhoras **Ledi Grewvski** e **Fátima Soares** – trabalhadoras lesionadas no exercício de suas atividades laborais nas Indústrias de Alimentação, que dão depoimento sobre as lesões que sofreram e as consequên-

cias em seus cotidianos; ao Senhor **Vanderlei Carlos Sartori** – advogado da Federação dos Trabalhadores da Alimentação no Paraná e ao Senhor **Cirso da Silva** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Cianorte – PR. O Senhor Presidente submete aos convidados e a todos os presentes a sugestão de elaboração de dois ante-projetos de sua autoria que disporão: um *sobre a jornada de trabalho em frigoríficos avícolas*; outro *sobre a jornada de trabalho em frigoríficos bovinos*. Em seguida, coleta sugestões para aperfeiçoamento dos textos a serem elaborados do convidado **Sandro Eduardo Sardá** – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina e de lideranças sindicais presentes. O Senhor Presidente submete, em ato contínuo, as sugestões à votação simbólica de todos os presentes, que as aprovam por unanimidade. Encerradas as falas dos Senhores convidados e pessoas da platéia, o Senhor Presidente coloca em votação a extrapauta. **EXTRAPAUTA. Item Único. Requerimento Nº 48, de 2009 – CDH**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater em profundidade os termos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu/Belo Monte, para a qual sejam convidados: Roberto Messias Franco, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA); Antonio Muniz, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS); Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Antônia Melo, representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre; Sônia Magalhães, representante do Painel de Especialistas autores do trabalho “Análise Crítica do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”; Dom Erwin Krautler, bispo da Prelazia do Xingu (PA); Viberto da Cunha Peixoto Júnior, Procurador da República. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jefferson Praia e o Deputado Federal Marco Maia – não membro da CDH. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Audiência Pública nos termos no Requerimento nº, 38 de 2009, CDH, de autoria desse senador, aprovado no dia 03/09/2009, para debater o tema “A Saúde do Trabalhador na Indústria da Alimentação”, com eixo no projeto que foi-me apresentado sobre a redução de jornada para 36 horas. Mas claro que todos aqui poderão debater o tema. Como haverá essa semana um grande evento aqui em Brasília, mais precisamente na quarta-feira, das centrais e confederações da redução de jornada de 44 para 40 horas semanais, uma proposta de emenda constitucional que é de minha autoria e do Senador Inácio Arruda, nós dois somos autores dessa PEC quando éramos ainda deputados. Claro que eu apresentei outra PEC aqui no Senado, e nessa PEC do Senado eu vou na linha do que vocês estão propondo. Na PEC que eu apresentei aqui no Senado, eu reduzo de 44 para 40 horas semanais e dali para frente até chegar o turno de seis horas para todos, eu reduzo uma hora por ano, mas é um outro debate que vamos fazer no tempo adequado. Hoje aqui vamos discutir mais precisamente o turno de seis horas para os trabalhadores da alimentação. De pronto nós faremos mais do que uma Mesa, pelo número de convidados.

Eu chamo para essa primeira Mesa, já deve estar presente, a **Daniela Buosi Rohlf**s, Diretora Adjunta do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, em representação ao Ministro de Estado José Gomes Temporão, seja bem-vinda. Convidamos o Dr. Remigio Todeschini, Diretoria de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social. Eu, ao me dirigir ao Remigio, companheiro também de longa jornada, Remigio, dizer que eu recebi aqui um ofício também do Ministro Pimentel dizendo que ele não poderia estar presente hoje, mas que numa outra oportunidade ele também se dispõe a dialogar conosco sobre esse tema. Eu cumprimento o Ministro Temporão por indicar o representante, cumprimento o Remigio, que está aqui representando na área, o Ministério da Previdência e também cumprimento o Ministro Pimentel porque justificou, explicou por que ele não estaria aqui. O meu abraço ao Ministro Temporão e também ao Ministro Pimentel.

Cumprimentamos também Renato de Oliveira Borges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fábio Alex Salomão, Secretário-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Empregados Vinculados na Indústria de Fabricação de Massas Alimentícias, Biscoito, Macarrão, Panificação, Confeitaria, Laticínios,

Frigoríficos, Abatedouro de Bovinos, Suínos, Aves, Levinos, Carnes e Produtos Derivados do Estado do Mato Grosso do Sul.

Eu começaria, se o Remigio quiser passar para o lado de cá, por favor, com essa Mesa com os dois e em seguida nós vamos chamar para uma outra Mesa os representantes das entidades Sindicais.

Eu quero dizer que o tema é livre, é a saúde do trabalhador na indústria da alimentação, mas a pedido das entidades, eu apresentei aqui no Senado esse projeto que visa reduzir a carga horária do setor para turno de seis horas, quem quiser comentar o tema também, já que o tema em Brasília hoje vai ser muito em cima da redução de jornada, na sua amplitude, fiquem bem à vontade.

Eu, só para dar uma introdução eu vou ler a justificativa do projeto para situar os telespectadores que vão assistir a essa nossa Audiência Pública: *“Justificativa do projeto do turno de seis horas para os trabalhadores da área da alimentação, empregados principalmente em frigoríficos avícolas. Este Projeto de Lei decorre das circunstâncias especiais que envolvem os trabalhadores nos frigoríficos avícolas. Caso cumpram uma jornada de trabalho como os demais empregados, eles ficarão expostos com maior intensidade aos riscos ergonômicos, fato comprovado pela elevada incidência de doenças ocupacionais que os afetam de forma psíquica e fisicamente, o que é corroborado pela estatística da própria Previdência Social. É fato comprado também que um dos poucos meios de que dispomos para diminuir os riscos que o trabalho pode trazer para a saúde é a redução da jornada de trabalho”*.

Com essa introdução rápida, eu estou aqui alertando a importância do debate, o quanto que esse projeto, na visão dos trabalhadores, é importante.

Eu aviso aos outros convidados que estão chegando, que nessa primeira Mesa vai falar a representante do Ministro Temporão, estou certo? E aqui o Diretor de Política de Saúde também, de Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social. Em seguida serão as entidades.

Qual dos dois prefere iniciar, com toda a liberdade?

Bem, como o Plenário é de sindicalista, vai iniciar então com o Dr. Remigio Todeschini, Diretoria de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social e em seguida nós passaremos então para a Diretora Adjunta, Dra. Daniela, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, representando no caso o Ministro José Gomes Temporão.

Com a palavra o Dr. Remigio Todeschini, que todos nós conhecemos há muitos anos pela sua mi-

litância nessa área, 15 minutos com mais cinco se necessário.

SR. REMIGIO TODESCHINI: [interrupção de áudio] participantes, eu quero em nome do Ministro José Pimentel agradecer o convite que nos foi feito e ao mesmo tempo estar participando dessa discussão, muito importante, que está sendo convocada pelo Senador Paulo Paim que tem se destacado permanentemente na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Eu quero fazer aqui fazer bem sucintamente uma apresentação dos problemas da acidentalidade do Brasil e da acidentalidade da indústria de alimentação, para mostrar inclusive que o setor da alimentação dentro da indústria, ele é o campeão da acidentalidade. Isso, senador, vem reforçar a vossa proposta no sentido de que um dos elementos centrais para diminuir a acidentalidade diz respeito também à redução da jornada de trabalho. Então passando, fazer uma exposição aqui em data show bem rápida aqui, dentro dos 15 minutos regimentais.

É evidente que o trabalho da Previdência Social é um trabalho que deve integrar as áreas de saúde e trabalho, então é uma área dentro do contexto de seguridade social que visa a proteção constitucional e legal, o fortalecimento da ação da melhoria ambiental do trabalho, também estamos, nesse momento, na implementação do chamado fator acidentário de prevenção que vai fazer uma distinção entre as empresas que tenham maior acidentalidade daquelas que tenham menor acidentalidade, vai ser implementada em janeiro desse ano, e também uma ação permanente com centrais sindicais, empresários, Ministério da Saúde, da Previdência e do Trabalho na chamada Comissão Tripartite, até a Diretoria de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde faz parte desse assunto tripartite.

Importante aqui verificar, talvez nem todos possam ver com detalhes, que aí é uma chuva de números, numerozinhos, mas eu quero chamar a atenção que há um crescente número de acidentalidade no Brasil a partir dos anos 2007 e 2008, pela implementação da nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico, então nós temos no Brasil, 747 mil e 663 acidentes, isso faz com que no Brasil, pela questão da gravidade, 41 trabalhadores e trabalhadoras/dia não mais retornam ao trabalho devido à invalidez permanente ou à morte. Então esse número continua elevado, claro que se nós víamos os óbitos, nos anos 90 tínhamos em torno de seis mil, hoje nós temos em torno de dois mil e 800 óbitos.

Então essa linha contínua do gráfico mostra que houve, por parte do Ministério da Previdência, em função da nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico,

um melhor reconhecimento da acidentalidade. É preciso conhecer os problemas, senador, para que a gente possa de fato fazer uma vigilância rigorosa para poder implementar a questão da cultura da prevenção e o contexto da redução da jornada virá a contribuir para essa redução.

Para uma síntese dos dados da acidentalidade, é importante ver que a indústria está em primeiro lugar e está crescendo, e aí entra a questão da alimentação, serviços em segundo lugar, a questão da agropecuária e outros, que totalizam 747 mil acidentes. E esses dados são recentes, senador, isso aqui fez com que nós ontem tivéssemos de organizar os dados que foram consolidados na semana passada, no Ministério da Previdência, dos 30 setores econômicos, em primeiro lugar na indústria, em número de acidentes, está alimentação e bebidas.

Então, o comércio e reparação de veículos está em primeiro, mas é outro setor de serviço, aí vem saúde e serviço, transporte construção e etc. Isso representa, no caso, que dos nove setores de maior acidentalidade, cinco são da indústria, em primeiro lugar alimentação e bebidas.

Bom, aqui é o quadro do financiamento do seguro acidente de trabalho, que financia tanto as aposentadorias especiais penosas e insalubres, como todos os benefícios da acidentalidade. Essa conta separada do SAT, Seguro de Acidente de Trabalho, nesses três, seis, sete anos de governo, ela é deficitária em 30.3 bilhões, essa conta específica da Previdência Social que está a cargo dos empregadores, claro que haverá a partir de janeiro de 2010, em função da acidentalidade, um reenquadramento do seguro, mas mesmo assim o novo reenquadramento, ele vai continuar deficitário.

E aqui é um quadro geral por capítulos, talvez não dê aqui para ampliar mais, devia ser o dobro isso, também aqui é uma chuvinha de letras de números, uma sopinha de letras e números, mas mostrando que o registro dos vários capítulos de doenças no Brasil, ele cresceu em função dessa nova metodologia, e aí vem a questão da LER/DORT.

E aqui eu quero ressaltar esse último quadro, que é o maior de todos, nós tínhamos, na realidade pensei até que esse número fosse maior na hora a passar, mas aí ficou difícil, nós tínhamos nesse quadro aqui menor, cerca de 19 mil, 956 doenças por LER/DORT, antes da metodologia do UNITEP. Em 2007 passamos para 95 mil, em 2008, 117 mil. E aqui tem um registro bastante significativo da indústria da alimentação.

Aqui são os grandes números de afastamento com mais de 15 dias da Previdência Social, das doenças e acidentes, que passou de 140 mil em 2006 para 356 mil em 2008. Aqui importante registrar que prováveis

causas desse afastamento, intensificação do ritmo de produção, assédio moral, métodos e a organização de trabalho intensiva e decorrente dessa organização do trabalho, o aumento dos riscos ergonômicos.

E aqui vem um quadro específico, extraído ontem dos dados da Previdência Social especialmente para essa comissão, senador, estão sendo divulgados em primeiro momento aqui no Senado. Da alimentação 2007-2008, 38% dos afastamentos é de LER/DORT; em segundo lugar, transtornos mentais e comportamentais; em terceiro lugar a questão de doenças do aparelho digestivo; em quarto lugar problemas de aparelho circulatório, de pressão alta, etc. e tal; em quinto lugar do aparelho genito urinário, que é a questão da... Não tem pausa, aí prolonga o período de ida ao banheiro etc. e tal, então tem problema; doenças do sistema nervoso, que está em sexto lugar; também, evidente que tem um grande número de mulheres grávidas, essa relação da gravidez e do trabalho, isso aqui são casos de benefícios de natureza acidentária, não são os casos de auxílio de doença comum; neoplasias, a questão do câncer; doenças de olhos e anexos e doenças infecciosas e parasitárias. Então esse é o quadro que demonstra todo o adoecimento e acidentalidade do setor da alimentação, que sem dúvida deverá contribuir como um dos elementos básicos para prosperar toda essa ação sindical pela redução da jornada de trabalho.

Então basicamente é isso, a última, só para vocês terem mais informações e o Senado, aqui à esquerda, todas essas estatísticas, e essas vão ser colocadas agora posteriormente, estão no ícone saúde e segurança ocupacional do Ministério da Previdência Social.

Obrigado pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Dr. Remigio pela sua exposição. Nós vamos passar a palavra agora a Dra. Daniela Buosi, e em seguida o Dr. Sandro Sardá, Procurador do Trabalho do Estado de Santa Catarina, também está conosco, vai fazer uso da palavra.

Por favor, Dra. Daniela com a palavra, 15 minutos com mais cinco se necessário.

SRA. DANIELA BUOSI ROHLFS: Bom-dia a todos. O Ministério da Saúde agradece o convite e enaltece toda essa atividade e movimento que vem sendo feito nessa área tão importante.

Estrategicamente, eu solicitei que o Dr. Remigio fizesse a apresentação, inicialmente, para que a gente pudesse ter um geral do quadro do que nos acontece, do que acomete os nossos trabalhadores na área de discussão do nosso tema de hoje.

O Ministério da Saúde, ele tem uma área uma Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador que existe há mais de 20 anos e que atualmente, há um ano e meio, ela estrategicamente foi recolocada na área da Secretaria de Vigilância em Saúde para que pudesse ter, não só a visão de assistencialismo aos trabalhadores, mas que pudesse ter uma visão integral do trabalhador e pudesse fazer toda a sua vigilância, entendendo aí a atenção integral aos trabalhadores como não só assistência, mas a parte de medicamentos, a parte de vigilância e toda a necessidade que o trabalhador precisa ter para ter a sua saúde assegurada.

Eu vou pedir, por gentileza, para que se coloque a nossa apresentação, nós fizemos uma rápida apresentação e vou... Obrigada. E vou passar a palavra para a nossa especialista no tema, Dra. Soraia, para que ela faça uma rápida explanação das informações que a gente tem com relação à saúde do trabalhador nessa área específica.

SRA. SORAIA WINGESPER VILAS BOAS: Bom-dia a todos. Na verdade, eu procurei trazer algo que mostrasse o que é saúde do trabalhador dentro do Sistema Único de Saúde e o que nós poderíamos fazer em conjunto. Eu acho que é de suma importância esse projeto de lei para a redução da jornada, mas isso é uma coisa dentro um tanto de outras que nós precisamos fazer para atender mesmo ao trabalhador, para dar atenção integral a esse trabalhador, que inclui não só assistência, mas também como a promoção à saúde, a prevenção dos riscos e agravos à saúde e também a reabilitação como nós vimos, grande parte, 25% desses trabalhadores, principalmente desse setor específico de avicultura ou do frigorífico avícola, já estão adoecidos. Então, eu gosto muito dessa frase, desse período aí, que eu tirei da revista de saúde, que diz o seguinte, que *“pensar em saúde hoje exige uma nova forma de analisar problemas e contextos. As respostas, que podem levar a melhoria da qualidade de vida da população não são exclusividade de um ou de outro campo de conhecimento. Cada vez mais fica comprovado que os desafios só serão superados quando houver a colaboração de diferentes áreas, trabalhando pelo bem comum”*. E é por isso que nós estamos aqui hoje. Não é só a saúde que vai garantir a saúde desse trabalhador. Por quê? Olha só em 1984, a OMS lançou um conceito, publicizou um conceito de saúde que diz: a saúde é a condição em que um indivíduo ou grupo de indivíduos é capaz de realizar suas aspirações, satisfazer suas necessidades e mudar ou enfrentar o ambiente. A gente não vê aí em nenhum momento nesse conceito a palavra agravo, doença, mas a gente vê que é uma condição para que ele possa se desenvolver em toda a sua potencialidade, alcançar

suas aspirações, as suas necessidades e ainda mudar ou enfrentar o ambiente.

Para nós do SUS, o trabalhador é toda a pessoa que exerça uma atividade de trabalho, independentemente se ele está inserido ou não no mercado formal ou informal, inclusive na forma de trabalho familiar e/ou doméstico, por quê? O SUS, ele é universal e nós temos buscado ver o usuário, aquele que chega lá na unidade básica de saúde, na urgência e emergência, em qualquer nível de atenção do SUS, como um possível trabalhador que possa estar sofrendo por doenças e agravos relacionados às atividades que ele faz.

Então dentro do SUS, a saúde do trabalhador é o campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho, processo saúde e doença, considerando a saúde e a doença como processos dinâmicos e que estão estreitamente ligados com os modos de vida e de desenvolvimento da humanidade num certo período da história. Então partimos do princípio de que a forma de inserção dos indivíduos nos espaços de trabalho contribui decisivamente para as formas específicas de adoecer e morrer.

Algo importante também que Daniela já falou, é a questão da saúde do trabalhador dentro da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério. Então aqui nós trouxemos meio que um conceito do que seria a vigilância em saúde do trabalhador sempre na perspectiva da redefinição das práticas sanitárias, ou seja, de buscar o novo modelo de atenção. Com a finalidade de promover condições e modo de vida saudáveis, prevenir riscos e danos à saúde, bem como cuidar desse trabalhador dando assistência e reabilitando aqueles que já estão adoecidos.

Busca-se, portanto a integralidade da atenção à saúde, logicamente respeitando os princípios e diretrizes do SUS. Então, a vigilância em saúde do trabalhador está dentro da Secretaria de Vigilância em Saúde, que é composta por todos esses componentes aqui. Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalhador. E temos também outros componentes que seria a análise da situação de saúde, o controle de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, e uma coisa importante também que a gente tem incorporado, que é a questão da promoção da saúde. O setor saúde tem procurado, lógico trabalhar com a questão dos dados morbimortalidade, mas a gente tem que anteceder isso tudo temos que promover saúde e não correr atrás só do prejuízo. Agora, esses componentes trabalham também buscando a continuidade do cuidado, a integralidade da ação, a prevenção, a promoção da saúde, a responsabilização, o vínculo, a definição do risco, a participação social, que para nós é importantíssimo. Pode passar.

Agora, buscando na internet algo mais em relação a essa audiência, nós encontramos realmente que ela está vinculada a questão da redução da carga da jornada de trabalho. Então, trazendo aqui algo mais específico que seriam os trabalhadores em frigoríficos avícolas, então nós temos, como já foi falado, um quadro preocupante, cerca de 200 mil trabalhadores em todo o país, só nesse setor, mais de 36 mil demissões, unidades frigoríficas fechando, 25% dos trabalhadores adoecidos, subnotificação de acidentes e algo para mim que é fundamental e assim, que eu acho que é o que realmente norteia, tem que nortear essa audiência hoje, é em relação agravos, nós vimos que as quantidades de LER/DORT têm aumentado demais. Mas não é só o agravo LER/DORT, é o que isso faz com o trabalhador. Além de mutilar o profissional, ele leva também à exclusão social, por quê? Normalmente quem trabalha nesse setor são jovens que se tornam incapacitados precocemente e às vezes eles têm não tem o nível de escolaridade ou a possibilidade de se reciclar, de começar uma nova profissão, então eles ficam realmente excluídos socialmente e não só do mercado de trabalho, mas socialmente também, por quê? O trabalho em si, ele traz também uma identidade para o indivíduo, haja visto que às vezes a gente vai em algum encontro a gente fala: "Esse é o Dr. Fulano de Tal, esse é o Engenheiro Tal", não é? Então o trabalho tem isso também, ele nos traz uma identidade enquanto indivíduos.

Mas me preocupa também o fato, eu sei que vocês não vão conseguir ler isso, mas olha só, só dentro do setor de fabricação de produtos alimentícios nós temos 359 mil, 593 vínculos ativos. Então assim, além daqueles que estão dentro do frigorífico avícola é tal, nós temos todos esses setores aqui que estão fazendo adoecer também os trabalhadores. Então eu acho que o nosso desafio é muito maior. Lógico, se a gente conseguir ir para essa classe trabalhadora, para esses trabalhadores desse setor, eu acho que isso vai abrir portas, precedentes, para a gente expandir isso para os outros. Pode passar.

Então trazendo agora alguns aspectos importantes para a discussão aqui hoje, eu acho que a gente tem que pensar mesmo num modelo de atenção à saúde diferenciado, centrado não só no atendimento à doença, mas buscando a vigilância mesmo da saúde desse trabalhador no ambiente de trabalho, e que seja algo assim permanente, não só algo pontual, mas que uma vigilância contínua. Pode passar. Eu não vou entrar...

Uma coisa importante para nós é que o controle social realmente participe, porque como eles mesmos disseram, o perfil das necessidades e prioridades de

saúde deve ser determinado a partir de informações epidemiológicas, situações de risco e morbimortalidade. Mas *vis-à-vis*, ou seja, em frente também a informações e demandas trazidas pelas entidades representantes dos usuários e dos conselhos de saúde, do sindicato, aqui eu acrescentaria todo o controle social, e não somente pelos prestadores de serviços e pelos profissionais e é importante a gente enfatizar aqui também a atuação do trabalhador como um agente e não como alguém passivo, um passivo nessa história, ele também pode contribuir, ele também pode fazer, ter uma ação gestonária que a gente chama, dentro do seu ambiente de trabalho. É complicado? É, mas não é impossível. Pode passar.

Só também para... Agora é um meio que uma propaganda aqui, é a nossa Primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental, onde nós temos lá como um dos eixos o trabalho, o ambiente e saúde. O desafio dos processos de produção e consumo nos territórios. Por quê? A gente tem pensado muito em vigilância em termos de territórios. Naquele mapa que eu mostrei para vocês no Brasil, eu esqueci de falar, mas nós temos hoje no Brasil 180 CERETs que são os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e que tem buscado trabalhar nessa lógica do território, ou seja, no território de atenção à saúde, porque o SUS tem descoberto que a gente não consegue fazer a vigilância ou promover a saúde isoladamente, a gente tem que trabalhar com aquilo que nós temos no nosso território. Pode passar.

E para considerações finais dessa apresentação, eu acho que nós precisamos de uma análise crítica dos conhecimentos que nós já temos e das nossas práticas, cada profissional, cada trabalhador precisa fazer isso e buscando a promoção, a proteção e a recuperação da saúde no plano individual e coletivo. Então o que nos cabe aqui é um esforço mesmo de autorreflexão, o que exige uma disponibilidade ao novo, ou seja, uma abertura às possibilidades, ou seja, não é fácil trabalhar em conjunto, principalmente quando a gente fala de Ministérios diferentes de instâncias e órgão diferentes. Então, para uma proposta de trabalho em conjunto, nós temos que considerar conceitos e práticas de caráter interdisciplinar e intersetorial em saúde, também no meio ambiente, na economia, na cultura, na educação, na ocupação, no trabalho; por exemplo, o que fazer com esses trabalhadores que já estão lesionados, os 25% que muitas vezes não podem retornar àquele processo de trabalho, àquela ocupação ou função que ele exercia naquela indústria, por exemplo, o que fazer? Será que a educação não poderia ajudar nisso? Promover cursos, promover novas oportunidades de aprendizagem, de novas atividades

econômicas. Então quando eu trouxe aquele conceito [soa a campainha] eu já estou terminando, de saúde que é amplo, que é a condição para que o indivíduo se desenvolva no seu potencial totalmente, não dá para pensar num trabalho conjunto se a gente não levar em consideração todas essas áreas aí e exige um trabalho também no sentido da mudança das relações de poder no âmbito institucional e fora dele, ou seja, a gente tem que parar de brigar, para quem é que tem o controle da coisa e realmente procurar trabalhar em parceria. Obrigada.

[palmas]

SRA. DANIELA BUOSI ROHLFS: Obrigada, Soraia. Enfim, essa é a explanação que a gente gostaria de fazer de um apanhado geral das ações que a gente realiza, dizer que o Sistema Único de Saúde, ele nasceu justamente de uma demanda do controle social, ele nasceu dentro de uma conferência nacional de saúde, aonde os trabalhadores de saúde, a população entendeu que era o momento de o Governo Brasileiro ter um Sistema Único que pudesse dar atenção integral e universal a toda a população brasileira. E a saúde do trabalhador nasce nesse momento também, nessa mesma conjuntura. E colocar que assim, as políticas públicas vêm sendo construídas nessa área conjuntamente, como o Dr. Remigio já colocou, existe uma comissão tripartite: Saúde, Previdência, Trabalho, que busca justamente eleger suas prioridades porque são muitos os campos de atuação.

Eu queria colocar para vocês que o setor saúde, o SUS está absolutamente sensível às questões que estão sendo colocadas aqui, absolutamente de acordo, e o que for necessário nosso apoio para que isso possa ser efetivado, nós estamos absolutamente abertos ao debate, ao diálogo, há um processo de discussão construtiva de consenso colocar, como a Soraia já colocou, que nós esse ano teremos a nossa primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental onde todos esses processos de trabalho foram discutidos no seu segundo eixo, no terceiro eixo toda uma proposta para que toda a questão de condição mais limpa de trabalho, condição de trabalho salubre, porque a gente entende é a questão de saúde não como ausência da doença, mas um processo de vários fatores de bem-estar a pessoa tem que ter um emprego, a pessoa tem que ter a sua casa, a pessoa tem que ter a sua família, ela tem que ter o seu território saudável para que ela possa ter qualidade de vida e isso se traduz na saúde da pessoa.

Então eu gostaria de deixar aqui aberto, o que for necessário do Ministério da Saúde nós estamos absolutamente solidários a toda essa atividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta a Dra. Daniela pela sua exposição e também a Dra. Soraia, que ajudou aqui na ilustração. E só para os que chegaram agora, essa primeira Mesa nós organizamos aqui que falaria então a Dra. Daniela, fala o Dr. Sandro, Procurador do Trabalho do Estado em Santa Catarina, já falou o Dr. Remigio Previdência Social, Ministério de Saúde e o Procurador do Trabalho. Na segunda Mesa falarão os sindicalistas, essa Mesa seguirá então, os convidados voltam ao Plenário e falarão os sindicalistas.

Eu quero dizer a todos o carinho que sabem que eu tenho a todos vocês, independente de visão, de confederação ou de central, mas chegou nesse momento o Siderlei. O Siderlei, todo mundo sabe a nossa história de Canoas juntos, enfim, muitos anos de luta, então Siderlei seja bem-vindo. Vou dar uma salva de palmas para o Siderlei em nome de todos vocês.

[palmas]

Chegou aqui devagar, com o pé machucado, mas chegou, chegou bem.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, todos vão entrar, todos estão liberados, falo eu e falo o Maia pela Câmara aqui. Que todos estão liberados, a segurança do Senado está avisada, a outra sala aqui ao lado cabe mais de 200 pessoas, ninguém vai deixar de entrar. Aqui no Senado nunca aconteceu isso, de um trabalhador foi proibido de entrar aqui dentro e fique tranquilo, Siderlei, que todos aqui entrarão e vão participar do debate sobre esse projeto tão importante do turno de seis horas para os trabalhadores do setor.

Eu quero também informar ao Plenário que já está conosco aqui o Deputado Marco Maia, que é vice-Presidente da Câmara dos Deputados e vice também do Congresso, companheiro também de todas as horas. E depois, no momento que ele entender mais adequado, ele vai usar a palavra e eu peço também ao Deputado Marco Maia uma salva de palmas.

[soa a campainha]

[palmas]

Companheiro que com certeza vai tocar essa luta lá na Câmara como nós vamos tocar aqui no Senado em parceria, como temos feito já em inúmeros projetos. Então, de imediato, Maia, a hora que você quiser usar a palavra você pede, você quer falar agora? Então passamos a palavra ao Maia, que ele tem outras agendas e em seguida a fala, então, do nosso Procurador.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Na verdade, Paim, é só de forma um bom-dia a todas e a todos. As agendas hoje estão meio apertadas aí na Câmara, em função da vice-Presidência, eu estou me quarteando com o Presidente Michel Temer para poder atender todas as demandas, e vai chegando perto do final do ano também vão se intensificando as atividades que são realizadas aqui na Casa. Mas eu fiz questão de passar aqui, Paim, nós temos... A nossa intenção era fazer uma audiência pública como esta hoje também lá na Câmara dos Deputados, nós ali em função de algumas negociações, a pressão foi talvez maior lá na Câmara do que aqui no Senado para realizar esta audiência pública, nós negociamos na Comissão do Trabalho lá os prazos, as coisas, queremos fazer essa audiência pública talvez no início do próximo ano e poder lá também ouvir o setor empresarial, queremos chamar também o setor empresarial para o debate, para a discussão deste tema, destas questões.

Mas fiz questão de passar aqui, Paim, para deixar aqui a minha solidariedade, nós queremos fazer o mesmo trabalho que tu estás fazendo aqui no Senado lá na Câmara dos Deputados. Tratar a profundidade que o tema merece, que é o tratamento com os nossos trabalhadores do setor avícola e principalmente aqueles que têm sentido na pele os efeitos do trabalho das suas vidas.

Eu apresentei já, acerca de quatro anos atrás, três ou quatro anos atrás, está tramitando na Câmara um projeto que trata sobre o ritmo de trabalho das máquinas do setor e que obriga que este ritmo de trabalho seja incluído nas negociações coletivas e tal, durante a negociação do dissídio. É um dos projetos, nós estamos agora com esse outubro projeto, que é o que reduz a jornada de trabalho para o setor, o turno de seis horas, e queremos ver esses projetos andando e tramitando com celeridade na Casa. Então eu fiz questão de passar aqui, Paim, para deixar o meu abraço e a minha solidariedade e dizer que nós somos parceiros dessa luta e desse trabalho também lá na Câmara. Aliás, eu e o Senador Paim trabalhamos muitos projetos aqui em parceria e trabalhamos sempre com muita força esses projetos, tanto lá na Câmara quanto aqui no Senado. Um deles foi aprovado agora, que foi o que transformou o Sepete Arajá em herói da pátria, um índio nosso missioneiro lá do Rio Grande, que foi um pedido dos movimentos sociais, da igreja, enfim, uma articulação maior que nós realizamos em parceria, eu e o Senador Paulo Paim, como o projeto da redução da jornada para 40 horas semanais e tantos outros.

Então eu passei aqui, Paim, para deixar aqui a minha solidariedade, vou acompanhar um pouquinho

mais, quando me chamarem para uma outra agenda, que estão montando a Mesa e tal lá, eu vou ter que me ausentar, mas saibam que nós estamos trabalhando de forma conjunta esse projeto. E é uma satisfação estar aqui junto com o nosso querido Remigio Todeschini, que foi dirigente junto conosco no Movimento Sindical e que hoje faz um belíssimo trabalho articulando as políticas da área da saúde no nosso Governo.

No mais é isso. Obrigado. Mais uma vez parabéns, Paim, por esta iniciativa e por esta audiência pública. Muito obrigado, gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Deputado Marco Maia, e já informar ao Plenário que a segurança veio aqui me informar, como sempre fazem, a segurança no Senado tem dito esse cuidado conosco, dizendo que a sala 06 e a 13 estão com telão e todos estão liberados, todos terão acesso, poderão assistir a Audiência Pública tranquilamente e eu tenho certeza que vai fortalecer a aprovação desse projeto que apresentei aqui no Senado a pedido do movimento, e que tenho certeza, Marco Maia, como foi no caso do Sepete, você lembrou bem. Eu gosto muito da história do Sepete, até porque teve alguém que nos criticou e aí eu faço questão de dizer que eu estou junto do Sepete, você foi o autor do projeto e eu fui o relator. Aprovamos por unanimidade e a lei foi sancionada. Esse aqui, quem sabe, a gente aprove com rapidez e vá para a Câmara e quem sabe a gente consiga lá fazer com que ele seja aprovado e relatado com a mesma rapidez como foi no Sepete Araújo.

Então, vamos de imediato ao nosso outro convidado, Dr. Sandro Sardá, Procurador do Trabalho do Estado de Santa Catarina.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de inicialmente cumprimentar o Senador Paulo Paim pela brilhante iniciativa e não só isso, Senador, parabenizá-lo publicamente pela história na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Eu sou na verdade Procurador do Trabalho no Estado de Santa Catarina, porque o Ministério Público do Trabalho é Ministério Público da União e, portanto, federal. Estou lá, sou Manezinho da Ilha, nascido em Florianópolis, então talvez a tradutora tenha dificuldades na tradução simultânea que eu falo bastante rápido, e venho há três anos, quase que de forma exclusiva, investigando as empresas de abate e processamento de carnes, os frigoríficos. Na verdade são 500 mil trabalhadores no Brasil, essas aqui são minhas conclusões deste fruto de três anos de investigação e eu já solicito antecipadamente, senador, um pequeno

elastecimento de tempo, porque são três anos de investigação. Pode passar.

Eu início... Vamos ver nós estamos ali com a... Está com um probleminha na apresentação, mas acho que em breve...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já perdemos três minutos.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: É que está tudo ali, eu não trouxe impresso, está tudo no data show, está tudo na apresentação. Quer tentar de novo aqui? Mas vamos lá, eu vou apresentando, mas alguns dados realmente vai ser fundamental o data show, porque estão no data show.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Por favor, vá lá. Vamos lá. Vamos lá.

Bom, meu fruto de três anos de investigação. Eu início enunciando que as atuais condições de trabalho nos frigoríficos são absolutamente incompatíveis com a saúde física e mental dos trabalhadores. Como diria um ergonomista da região lá de Chapecó muito ligado às empresas, estão abatendo frangos pelo pescoço e trabalhadores pelos membros superiores. Há um verdadeiro exército de jovens trabalhadores lesionados e, portanto, estamos todos a consumir produtos fruto de sofrimento humano. Essas conclusões decorrem de inquéritos civis que o Ministério Público instaurou em todo o Brasil, onde foram concluídos uma série de inadequação nas condições de trabalho. Primeiro, um ritmo de trabalho incompatível com a saúde, sabem do que eu estou falando os trabalhadores do setor. Em boa parte das atividades, você chega a realizar até um movimento por segundo, em ergonomia uma ação técnica por segundo. Em algumas atividades são realizadas até duas ações técnicas por segundo, fica até difícil de imaginar como que um ser humano pode realizar duas ações técnicas em um segundo, mas ela existe e vocês sabem que ela ocorre.

A literatura mundial vem estudando essa matéria com bastante afinco e vem estabelecendo parâmetros objetivos em relação à ergonomia. Não seriam adequados um número superior a 30 movimentos por segundo, acima de 30 ações técnicas por segundo vai haver adoecimento em larga escala. Então são quatro vezes mais o que se está propugnando. Existem estudos em empacotadores de cigarro e o número de tendinite e tenossinovite sobe de forma absurda quando se ultrapassa a margem de 30 a 40 minutos por segundo. Chegamos lá? Então vamos lá. No outro está passando lá, aquele lá passa, esse problema é aqui na tela. Aqui, vamos lá. Então vamos lá.

Essa aqui é uma foto do movimento de vocês lá de 2005, o protesto aqui em Brasília e nas placas estão escritos: "Não aguentei o ritmo". Preste atenção nisso, porque é disso que nós estamos tratando. Vamos lá, vamos dar uma aceleradinha aqui agora. Pode passar, por favor. Travou de novo? Quem sabe assim no grande plano... Isso, deixa assim, vamos lá. Deixa assim, tudo bem, na próxima.

Há uma verdadeira legião de lesionados, sobretudo jovens trabalhadores, estamos consumindo produtos fruto de sofrimento humano. Em breve, muito em breve, haverá um embargo mundial contra a carne brasileira e esse embargo é esperado e ele é para profundos prejuízos à nação, mas ele é merecido. O que está ocorrendo no Brasil é *dumping* social, as empresas enriqueceram a custa de sofrimento humano. Isso é *dumping* social, há condenações na Justiça do Trabalho, reconhecendo expressamente em sentença a configuração de *dumping* social. Vamos lá, por favor. O Brasil é líder do setor e é *dumping* social. Vamos lá, por favor.

Esse aqui são os depoimentos dos trabalhadores nos inquéritos civis, isso é geral no Brasil, temos que reduzir o ritmo de trabalho porque nós não robôs, somos seres humanos. "Estou à base de remédio, já estou dopada de tanto tomar remédio pra dor, me ajudem". "Os trabalhadores é que estão sendo desossados, não os frangos". "A nória não gira, ela voa". "Nós trabalhamos dobrado por isso têm pessoas com dores e doentes". "Eles deveriam melhorar a temperatura, que está frio demais, não é fácil aguentar a sala de corte". "Aqui é frigorífico, mas nós não somos pinguins". "Está muito frio. Está um inferno". Próximo. "Estou com dor no ombro e nem do meu serviço me afastam". "Diminuir a velocidade da esteira, afiar mais as facas, o apoio de linha, ter mais respeito com os funcionários".

Isso aqui é uma proposta de... É uma discussão sobre saúde coletiva que a gente pode simplificar na seguinte maneira: quando uma pessoa adoecer você tem uma dimensão individual, quando determinado grupo social adoecer há uma inequívoca violação de um outro direito fundamental, por quê? Porque segundo o art. 3º da Lei do SUS são fatores que condicionam e determinam a saúde: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, nele incluído do trabalho por força de norma constitucional, e o trabalho.

E o texto do artigo da Lei Orgânica do SUS, níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. Baixos níveis de saúde no setor frigorífico expressa baixa organização social e baixa organização econômica desse setor, que vem violando de forma grave a dignidade dos trabalhado-

res. Isso aqui é fundamental, isso aqui é o painel de demonstração--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Sandro, o senhor me permite um pequeno intervalo. Está aqui o Senador Jefferson Praia, a Senadora Fátima Cleide, ambos comprometidos, podem bater palmas porque eles votam todos com a gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Volta... Depois eles vão dar uma mensagem para vocês. Por favor, doutor, volta a palavra ao senhor.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Isso aqui é um documento extremamente importante, documento técnico. Isso aqui é o painel epidemiológico do Nexo Técnico Epidemiológico. Foram analisados todos os benefícios previdenciários do Brasil nos últimos cinco anos e está aqui, fruto de um belíssimo trabalho, que hoje em dia inclusive é uma inversão de ônus da prova em relação a nexo causal do adoecimento. Notem ali, no primeiro painel, no primeiro quadro nós temos ali risco de chance, não o mais importante.

Prevalência geral. Esse aqui é prevalência geral de adoecimento em trabalhadores que não são do setor. Então por exemplo, transtorno de humor e afetivos F30, depressão, F32. De cada cem mil trabalhadores que não trabalham em frigorífico 225.87 são acometidos de depressão, se trabalhar no CNAE 10.11, 10.12 ou 10.13 que é CNAE das empresas de abate e processamento de carnes, haverão 888.81 casos de depressão a cada cem mil trabalhadores, são quatro vezes maior a prevalência de transtornos mentais nos trabalhadores do setor.

Em relação transtornos dos nervos, síndrome do túnel do carpo, por exemplo, de cada cem mil trabalhadores que não estão no setor de frigorífico, 42 são acometidos de síndrome do túnel do carpo. No setor são 346, são mil vezes mais prevalência de adoecimento no setor. De dorsopatia, problema de coluna, 483 prevalência geral, 1.094 prevalência por CNAE. Transtornos dos tecidos moles, não são os tecidos moles que estão pensando, são outros tecidos moles, 321 a cada cem mil trabalhadores, 1.625 prevalência do CNAE de frigoríficos, por isso que eu falo, estão abatendo frangos pelo pescoço e trabalhadores pelos membros superiores.

Essa aqui é Valdirene, Valdirene, o Estado Brasileiro foi incapaz de assegurar a saúde da Valdirene. E o falo Estado Brasileiro como falo do Ministério Público do Trabalho, o INSS o SUS, a Justiça do Trabalho, ninguém conseguiu, o Estado Brasileiro foi incapaz de assegurar a saúde da Valdirene. A Valdirene tem 35 anos e está aposentada por invalidez depois de 11 anos

de trabalho num frigorífico, ou seja, a vida útil de um trabalhador de frigorífico é mais ou menos essa aí, 11 anos. Nas palavras do médico da Valdirene, agora a dor é constantemente aplacada apenas com morfina.

O modo de produção das indústrias de abate e processamento de carnes lembra muito o filme do Charles Chaplin, Tempos Modernos, que data de 1936, de 1936 o modelo é basicamente o mesmo, a título de curiosidade, o Ford quando criou o Fordismo se inspirou num... Não tinha frigorífico na época, mas se inspirou num abatedouro de carnes de Chicago. Ele foi no abatedouro e pensou: "Que maravilha, isso aqui é uma linha de desmontagem, eu vou criar uma linha de montagem". E aí ele reduziu de 24 horas para produzir um carro para [ininteligível].

O setor não evoluiu, ele teve inequívocos ganhos de ordem sanitária, mas a concepção inicial ela é basicamente a mesma e vocês sabem do que eu estou falando. É uma nória que gira, é uma esteira que passa e você tem que trabalhar no ritmo da esteira e da nória, basicamente é isso. Só voltar um pouquinho, depois de um ano investigando, eu solicitei ao meu estagiário lá do Ministério Público do Trabalho que investigasse como que os países desenvolvidos resolveram essa questão. Ele me trouxe uma monografia de uma professora e aí ele concluiu: "Dr. Sandro, os países em desenvolvimento resolveram o problema comprando carne brasileira". Próximo.

A prevalência de agravos à saúde associa-se exatamente ao ritmo de trabalho, mas as discussões de ritmo não são tão simples, porque envolve número de dimensionamento de número de trabalhadores. Você pode reduzir o ritmo se você botar menos trabalhadores, a situação é exatamente a mesma. Existem três questões fundamentais, riscos inerentes ao trabalho, omissão das empresas em reduzir o risco, e o pior, agravamento desses riscos em função do descumprimento generalizado da legislação trabalhista.

O ano passado teve uma fiscalização num frigorífico no oeste catarinense, constatou-se jornada de 14 horas em salas de corte. É criminoso, é criminoso, eu vou repetir. Você colocar uma pessoa 14 horas para trabalhar no ritmo do Charles Chaplin. Isso aqui são os riscos inerentes ao processo produtivo, que é um ritmo intenso, atividades fragmentadas, alta repetitividade, atividades fixas e pouco variáveis, monotonia, limitação dos contatos humanos, trabalho permanentemente em ambiente frio, cadência elevada imposta pela máquina, pressão de tempo, posturas inadequadas, é tanta ilicitude que nem a bancada de trabalho não procede a adequação, lembrando que isso até é ruim para as empresas. Posto de trabalho inadequado é produzir menos. É possível produzir mais, ganhar a

mesma lucratividade e lesionar menos, não é só é possível como é preceito constitucional. Trabalho estático, trabalho preponderantemente em pé, espaço exíguo, trabalha um ao lado dos outros, exposição à umidade e riscos biológicos. O próximo.

Ritmo de trabalho. Isso aqui foi levantamento que o Ministério do Trabalho fez. Para cortar uma sobrecoxa, por exemplo, ele faz, ele desossa, ele corta 17 sobrecoxas por minuto, quatro movimentos por frango, total de 68 movimentos por minuto, quatro mil por hora, 35 mil movimentos por dia. Aí tinha empresa que ainda como lazer botava uma mesa de pingue-pongue para o trabalhador, depois dava o lazer jogar pingue-pongue, imagina. Retirar coxa e sobrecoxa, 25 por minuto. Próximo. Desossa de coxa e sobrecoxa, 80 movimentos por minuto. Separar coxa da sobrecoxa desossada, 120 movimentos por minuto. Retirar cartilagem, 78 movimentos por minuto. Esse ritmo é usual no setor. Próximo.

Esse é conclusão de Kilbom, Kilbom é uma australiana, concluiu o que eu falei a pouco, o número de 25 a 33 movimentos por minuto não deveria ser excedido quando se deseja evitar transtornos para os tendões. Próximo. A comissão na Austrália você não faz isso, não é? A comissão australiana é o seguinte, a cada 60 minutos de trabalho repetitivo, para dez. Nem abre, não abre. Não abre. Repito: a cada 60 trabalha 10. Então a discussão também, além de redução de jornada é de pausas e micro pausas, mesmo com a redução de jornada seria recomendável algumas pausas ao longo da jornada, o que nós temos hoje no frigorífico, conversando com a Colombini, que é uma ergonomista italiana, nós temos as nanopausas, segundo médicos ergonômicos, a micropausa mínima seria de dez segundos, cortou 50 segundos de frango para dez segundos. No frigorífico, você tem um segundo de micropausa, isso é nanopausa, não é micropausa. Então essa a conclusão da Colombini que a cada 50 de trabalho, além da redução da jornada para adequar esse meio de trabalho, são fundamentais algumas pausas dentro da jornada.

Então o anterior que eu dizia são os riscos inerentes ao trabalho. Agora o agravamento dos riscos pelo descumprimento habitual da legislação trabalhista. No Rio Grande do Sul, estava lá uma das maiores empresas do Rio Grande do Sul, agora multinacional, foi comprada, jornada de 15 horas na sala de cortes, em Santa Catarina 15, Mato Grosso do Sul 16, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dezesseis horas diárias?

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Dezesseis horas diárias de trabalho naquelas condições de frio, uma verdadeira sinergia de agentes de risco ao traba-

lhador. E é claro que o resultado é... Fica pior, descanso semanal, pessoas trabalhavam 41 dias consecutivos sem descanso semanal, intervalo de uma hora para o almoço. Não em quatro mil casos, isso é lá de Chapecó, a maior empresa de Chapecó, intervalo inferior a uma hora, uma quatro mil casos o registro só de 30 minutos. Condutas médicas absolutamente inadequadas, Dr. Remigio, a ponto dos trabalhadores lá no oeste começar a denominar alguns médicos de "Dr. Diclofenaco", "Dr. Cataflan", porque a conduta médica era baseada na prescrição de antiinflamatórios e de retorno ao ambiente de trabalho. A omissão na emissão de CAT, inadequação no manejo de queixa, quer dizer, trabalhador adoentado. Próxima.

Bancadas com problemas ergonômicos, são questões baratas. Você coloca uma bancada alta, ele vai fazer, que movimento ia fazer? Vai erguer o braço, ergueu acima do ombro vai lesionar. Ergueu acima... Em ergonomia, número 'X' de movimentos acima do ombro vai dar lesão, não tem a menor dúvida. E pior, a empresa consegue ganhar mais dinheiro com bancadas mais adequadas, depois eu vou dar um exemplo aqui, então, eu vou dar o exemplo agora. A Profa. Colombini da Itália nos traz um exemplo. Frigorífico de peru na Itália, pendura de peru, é pesado o peru, não é? Ele demorava 13 segundos para lutar com o peru e pendurar o peru nos ganchos, 13, e lesionava em larga escala. O que a empresa fez? A empresa aplica CO2 no peru antes de chegar, o peru vem deitado na esteira, ele pega o gancho e ele desce até a pata do peru e ele solta e o peru sobe. Diminuiu o ciclo de 16 segundos para quatro segundos, a empresa vai ganhar muito dinheiro e o trabalhador não vai ter risco ergonômico. Falta visão, falta o mínimo de consideração com os direitos fundamentais dos trabalhadores. Volta mais um pouquinho, volta mais uma, por favor.

CIPA não cumpre suas atribuições, comunicação de acidente de trabalho, esquece. Os programas de riscos ambientais são absolutamente inadequados, não há uma antecipação na avaliação e redução de riscos e posturas prevencionistas. E como é que termina isso? Com despedida discriminatória, lesiona, manda embora e a conta fica com o SUS e com o ISS.

Assédio moral em larga escala. Dependendo do conceito de assédio moral adotado, a própria forma de organizar esse trabalho já configura assédio moral, temos que ampliar o conceito de assédio moral: "Ah, o meu chefe de persegue". Não. Formas de organização, algumas formas de organização do trabalho já configuram assédio moral. A própria forma de organizar o trabalho, vide o sistema bancário, vide os frigoríficos.

Troca de uniforme. Tem amigo meu que chama as empresas de batedoras de carteira. Porque sabe

que o acontece? Ele chega na empresa e ele tem que colocar esse uniforme que estão usando hoje aqui. E sabe que o acontece? Sabe o que ele faz? Primeiro a empresa exige que ele troque o uniforme e depois que ele registre o cartão ponto. E nos últimos cinco anos, a maior empresa da área de Chapecó deixou de pagar em salário para os trabalhadores 12 milhões de reais, só no tempo destinado à troca de uniforme. O crime compensa, porque as condenações são pequenas, não são todos que vão para a Justiça, então apostam... Agora, felizmente essa situação mudou.

Medidas adotadas. O que empresas têm feito? Elas têm mexido no ritmo? Siderlei, me ajude, mas parece que não.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Não.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Elas têm feito pausas de recuperação de fadiga ao longo da jornada? Não de forma suficiente, algumas estão começando, o que já é um bom começo, tem que ter um longo caminho. Então lá nas empresas já elas fazem ginástica laboral, fazem três minutos de ginástica laboral, em alguns casos a ginástica laboral pode ser um prejuízo à saúde do trabalhador, porque ele está talvez com uma patologia, ele vai alongar e ele pode agravar essa patologia, então a solução que as empresas vêm dando é a ginástica laboral, que ela não é adequada.

Revezamento não é eficaz, os grupos musculares são os mesmos exigidos, a ginástica laboral não é e não tem nenhuma medida adequada sendo adotada. As empresas nos próximos anos com certeza terão que mudar, elas estão começando a se mexer, mas as atuais condições de trabalho, eu poderia facilmente denominar de a pré-modernidade das relações de trabalho, é o Charles Chaplin de 1936.

Isso aqui é o estudo da... Número de auxílio doença concedidos na maior empresa de Chapecó ao longo do ano. Então em 2004, aquele grupo M e o grupo G. Grupo M são doenças ósseas musculares e grupo G 560, síndrome do túnel do carpo. Em 2004 tínhamos 73 casos e são benefícios previdenciários concedidos pelo INSS, não é sintoma, é afastamento mesmo. Em 2004 tinham 73 casos, em 2005, 98, aumento de 34% no número de adoecimentos; para 2006 aumentou em 76% o número de adoecimentos. Para 2007 aumentou mais oito e para 2008 aumentou mais 49. E para 2009 aumentou mais 43%, em resumo, as empresas a cada ano cresce em 50% o número de trabalhadores lesionados, se fosse na Finlândia, meus senhores, não abriria, mudaria. Aliás, eu recebi material essa semana da Finlândia, o sindicato da Finlândia está divulgando já na Europa que a carne brasileira é fruto de sofrimento humano. Eu recebi um material em finlandês, a minha assessora lá que traduziu do GOO-

GLE. Eu disse, as empresas não joguem dinheiro fora as empresas, porque vai vir um embargo, mudem logo. Vamos acelerar um pouquinho, que tem muita coisa para trazer para vocês.

Isso aqui é o avanço de transtornos mentais. 2004 para 2005 aumentou em 75%. Eu imagino que em 2005 alguma coisa aconteceu, Siderlei, deve estar a pleno vapor a empresa, porque em 2005 lesionaram em larga escala. E para 2008 para 2009, com a crise reduziu um pouquinho o lesionamento. Então ali, 75% o aumento em depressão, 19 de um ano para o outro, 30 de um ano para o outro, reduziu lá menos 7.9 e aumentou esse ano mais 32%. Próximo.

Esse aqui é um estudo feito por um ergonomista de Chapecó, o tempo que uma pessoa demora para ter sintomas no setor. Em 75% dos casos os sintomas aparecem em até um ano, o que representa a absoluta inadequação do meio ambiente de trabalho. Menos de três meses, 33% vêm com sintomas, não é adoecimento e nem afastamento, são sintomas. Menos de três meses, 33%. Esse era um engenheiro que trabalhava num frigorífico [soa a campainha] eu vou começar a encerrar, senador. Esse é um engenheiro que trabalhava num frigorífico e nos apresentou com que esse estudo. Próximo.

Esses aqui são jovens trabalhadores lesionados, essa é a avaliação que o Ministério Público fez dos casos de afastamento, e a idade do trabalhador. Então lombar com ciática, com ciática e 24 anos de idade, dor em membro superior com 20 anos da idade, cervicálgia com 21, dor lombar baixa com 20 anos de idade, são todos afastamentos do INSS, são doenças ocupacionais absolutamente incompatíveis com a faixa etária que elas ocorrem na maioria da população. Acima de 27 anos você vai ter problema de coluna, provavelmente, mas não vai ter com 20. Bursite com 23 anos. Próximo.

E assim segue, sinovite, e assim segue. Vamos lá. Vamos dar uma aceleradinha, para...

Isso aqui é fundamental. De 2003 a 2007 a maior empresa do setor pagou para o INSS 40 milhões de reais em contribuições sociais. Em resumo, a empresa pagou para o INSS 40 milhões e o INSS pagou em benefícios previdenciários 170 milhões. Está 130 milhões curto, mas deixa eu ser claro para não ser... O Ministério Público tem que ser absolutamente correto. Esses, toda essa contas inclui todos os benefícios concedidos, está ali, salário-maternidade, está auxílio doença comum, está tudo. Mas, mesmo assim o prejuízo é, primeiro ele é irreparável ao trabalhador e segundo ele é financeiro.

O Sistema Único de Saúde sequer tem conhecimento de quanto gasta com doenças ocupacionais, eu

sugiro ao SUS que publique editais de pesquisa para investigar essa situação, Chapecó pode ser lá o piloto, para saber quanto que o... Ninguém sabe quanto que o SUS gasta, como é que você vai estabelecer uma contribuição adequada para a rede do SUS se você não sabe quanto é que você gasta com isso. Aliás, nessa área de pesquisa tem que aprimorar a área de pesquisa ao trabalhador, tem várias pessoas preocupadas com isso, tem que investir mais dinheiro na área de pesquisa e na área de reabilitação. A reabilitação no Brasil é vergonhosa, ela é feita pelo SUS, a física, e a profissional pelo INSS. E a profissional sofreu, a Previdência sofreu um desmonte ao longo de décadas e agora temos que retomar essa reabilitação e é lá na reabilitação onde vai aparecer tudo isso aqui.

O setor emprega 500 mil trabalhadores, eu vou iniciar encerrando para não... Agora é o NETEP, não é? O NETEP é a solução para todos os problemas, todo mundo vai ser feliz com o NETEP, vai resolver todos os males do mundo, desde a guerra do Afeganistão. Até... Sabe lá Deus o que, até o aquecimento global, não, não vai. Ele não vai.

E no caso dos frigoríficos, o fator acidentário de prevenção, ele é pífio. Ele é pífio, ele é irrisório e 90% das empresas não têm redução. E quem for pagar mais, vai pagar muito pouco. A empresa que mais lesiona no Brasil, ao invés de pagar 3% vai pagar 3,11 e ela... Enquanto no Brasil custa muito pouco para lesionar o trabalhador, as condições de trabalho não vão mudar e ela custa muito pouco. A Justiça do Trabalho condena muito pouco, o ISS tem sido tímido na propositura de ações regressivas, então vale a pena lesionar, porque você manda o trabalhador para o SUS. Enquanto custar pouco a saúde do trabalhador, eu não aposto numa mudança profunda nessas alterações de condições de trabalho. Próximo.

O Brasil gasta 4% do PIB em doenças ocupacionais, vocês sabiam? E o PIB de 2009 o primeiro trimestre deu 670 bilhões, desculpa é isso? É. Então vai dar o PIB de 2009, a projeção vai dar dois trilhões e são 107 bilhões gastos em doenças ocupacionais. O BNDES no ano passado destinou 10 bilhões de reais para o setor, para fluxo de caixa, sem nenhuma cláusula de contra prestação social. O mínimo que se pode exigir do BNDES é que quando ele invista dinheiro, eu acho que deve investir nas empresas, ele solicite que reduza adoecimento e que se cumpra a legislação trabalhista. Pior, o BNDES é acionista de boa parte dessas empresas. A Marfrig comprou a Seara agora com dinheiro de quem? Do BNDES. Tem cláusula social envolvida? Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Contrapartida nenhuma.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Nenhuma. A Marfrig recentemente foi condenada pela Justiça do Trabalho, está lá na sentença, divulgo para todos, por *dumping* social, é correto isso? [soa a campainha] vamos encerrando, senador, vamos encerrando.

O anuário do INSS de adoecimento, são muitos adoecimentos como o Remigio colocou, e aí uma questão para a jornada, para começar entrando na questão específica da audiência pública. Naquela tabelinha ali, essa tabelinha última aí. Pode clicar aí. Mais uma, essa aí. Essas aqui são três empresas lá da região oeste catarinense. A primeira tem mil trabalhadores e ela tem uma jornada de oito horas e 48 por dia, então no ano de 2004 ela tem... Mas vamos comparar as duas. A terceira empresa tem uma... A terceira empresa cumpre uma jornada de sete horas e vinte ainda que de segunda a sábado. O trabalhador não quer trabalhar aos sábados, mas do ponto de vista da saúde do trabalhador, as empresas que adotaram jornada de sete e vinte de segunda a sábado têm, no mínimo, quatro vezes menos adoecimento. É claro, é claro, menos tempo de exposição ao risco, menos adoecimento. Então mesmo que ela seja de 44 semanais, se ela for de segunda a sábado, distribuída em sete horas e vinte, você tem uma redução de adoecimento. Qual é o ponto? Jornada de seis horas é fundamental para as empresas, que elas estão perdendo mão de obra qualificada. É fundamental para os trabalhadores e é fundamental para o Sistema Único de Saúde e para o INSS. Próxima.

A jornada atualmente é vista como matéria de saúde e segurança. No início do Direito do Trabalho era vista mais como uma questão financeira, hoje em dia todos os estudos, as súmulas do TST, a jurisprudência, a doutrina, já se inclina a reconhecer as jornadas como norma de ordem pública, intimamente relacionada à saúde dos trabalhadores.

Então nós temos duas medidas que o ordenamento vem propugnando, ou redução do tempo de exposição, que você não reduz a jornada, você faz uma redução do tempo de exposição por meio de norma regulamentadora, como foi o caso dos operadores de telemarketing, não foi isso? Houve a redução, com a redução... ou a redução da jornada por legislação. O próximo.

Eu, então, concluo dizendo que a redução de jornada, ela não medida recomendável, ela é absolutamente indispensável para proteger a saúde dos trabalhadores do setor. Haverá embargos, o mundo vai estar, começando a tomar conhecimento do que está ocorrendo no Brasil, eu acho que para evitar isso é fundamental uma medida de antecipação, uma redução de jornada e outras medidas.

Mais uma, a próxima. Não eu acho que é isso. Essa aí mesmo. A redução de jornada para os trabalhadores das empresas é medida essencial, dá efetividade aos preceitos constitucionais da redução dos riscos inerentes ao trabalho, da cidadania, dos valores sociais do trabalho, da valorização do trabalho humano, visando assegurar a todos a existência digna conferem ditames da Justiça.

Dezembro do ano passado foi feito um seminário [ininteligível] Florianópolis e as conclusões sobre o seminário para adequação do meio ambiente de trabalho das empresas são os seguintes: Primeira, redução de ritmo de trabalho. Tem que adequar o ritmo às características dos trabalhadores, às características psicofisiológicas. O ritmo envolve dimensionamento o trabalhador, não adianta você reduzir o ritmo se não dimensionar adequadamente; segundo, pausa de recuperação de fadiga ao longo da jornada. Tem que ter pausa mesmo com a jornada reduzida; terceira, redução do tempo de exposição, isto é, redução jornada; quarta, adequação de imobiliário e postos de trabalho; e quinta, práticas médicas mais adequadas.

Na ergonomia, para resumir, e prometo que eu vou encerrar agora, e agradeço já antecipadamente a paciência de todos, vocês têm cinco medidas, quatro ou cinco medidas que avaliam e analisam o meio ambiente de trabalho. A primeira questão central, a questão estrutural, a planta do frigorífico que vocês trabalham tem estrutura para produzir um número 'X' de produtos, tem ou não tem? É velha ou é nova? A questão estrutural da planta; a segunda, a forma de organizar a produção, como é que ela está? Como é que está o ritmo, como é que está o posto de trabalho, como é que está a gestão da organização; a terceira, vigilância em saúde, como é que está a vigilância em saúde? Então nessas empresas, ela não existe, os médicos das empresas não sabem quantos estão adoecendo e qual o setor que estão adoecendo. E para mudar posto de trabalho você tem que saber isso; e quarto, você tem que ter uma política de treinamento de trabalhador, isso também é fundamental. Esses quatro pilares, o Ministério Público vem investigando e vem atuando de forma bastante adequada no Brasil e isso nós temos a certeza [soa a campainha] que avançaremos na adequação do meio ambiente de trabalho e ressalto novamente a fundamentalidade da audiência pública de hoje.

Obrigado, senador, e desculpe por ter excedido o meu tempo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece e nesse momento

nós vamos chamar uma outra Mesa. Eu vou fazer um pedido para os companheiros que estão no Plenário retornem e que os nossos convidados aqui, eles vão de preferência para a primeira fila aqui, então nós vamos acertando os passos. Vamos chamando aqui para a Mesa o Siderlei. Eu convido o Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional.

E eu peço para o companheiro que não estiver na primeira fila que passe para a fila de trás para que nossos convidados usem a primeira fila, de preferência, mas vamos aqui respeitar.

O Edvard Pereira de Souza, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Estado de Goiás; o Fábio Alex Salomão, Secretário-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Empregados Vinculados à Indústria de Fabricação de Massas Alimentícias, Biscoito, enfim, toda a rede.

Deu para situar, pessoal? Siderlei, Artur, as faixas aqui são livres, viu, não precisa... Eu não vou pedir para levantar, eu vou pedir só para não baixar, fiquem livres, à vontade com as faixas aqui.

Das pessoas convidadas para o painel, alguém que não foi convidado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Teria as federações aí, anunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos anunciar, vamos anunciar. Todos os convidados para o painel estão aqui, não é? O Deputado (sic) Jefferson Praia está aqui conosco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então vamos colocar à Mesa aqui também, estava previsto aqui o Renato, o Renato abre mão, Renato?

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Falo daqui mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então fica na primeira fila, Renato, cede o lugar para a moçada e vai para a primeira fila, Renato. E peço para o Ernane também ir para a primeira fila, então. Porque nós vamos dar depois, pessoal, oportunidade depois da Mesa falar, para que pelo menos cinco companheiros do Plenário possam também fazer uso da palavra.

O Ernane, do Paraná, eu peço que ele passe aqui a primeira fila também. Os nossos convidados dessa Mesa estão já na primeira fila, e vamos então de imediato... Pediram para registrar que está aqui também... Olha, não tem como eu não falar em trabalhador e não falar de aposentado, que o José Luiz está aqui representando os aposentados, também. Então uma salva de palmas a todos os aposentados, não é, José Luiz?

[palmas]

Está aí o José Luiz? Está lá.

Vamos então de imediato a essa Mesa. Eu passo à palavra ao companheiro Siderlei, em primeiro lugar. Siderlei com a palavra, em seguida o Artur Bueno.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Bom-dia a todos a todos os sindicalistas, a todas também, as sindicalistas presentes. Nós aqui da nossa confederação, temos aqui a Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul, a Federação da Alimentação do Paraná, a Federação da Alimentação do Mato Grosso, a Federação da Alimentação de Minas Gerais, a Federação do Rio de Janeiro, e a Federação do Espírito Santo. Não estão todos aqui dentro, porque não cabe na sala, uma boa parte está na sala ao lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estão na sala 06 e na sala 13.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: E há outro problema, que não preparamos a nossa entrada e era muita gente, tivemos dificuldade de entrar e por isso o nosso atraso de chegar até aqui.

O setor frigorífico brasileiro, o setor avícola, eu acho que o Dr. Sandro falou como se fosse até um sindicalista, que é um conhecedor, realmente é um dos Procuradores que mais atua nessa área e mais preocupação tem, e ele tem todas as informações, as informações que ele passou. E o setor avícola brasileiro, ele está mutilando jovens. Uma pessoa que trabalhava num frigorífico, ele levava 20 anos para ter um reumatismo, 20 anos para ter uma doença profissional. Hoje não. A Valdirene tem trinta e poucos anos está inutilizada, e uma mulher que não dorme há muitos dias, há muitos anos que não consegue dormir, porque a dor insensível(F) que sente, é abaixo de medicamento, é uma mulher que vive dopada, ela está mutilada completamente. E o que dizem os empresários? Heitor Muller, Presidente da Federação das Indústrias Avícolas do Rio Grande do Sul: "Gente, agora que estamos desenvolvendo vocês vêm aparecer com esse negócio de doença? Deixa isso para lá". Autoridade máxima da indústria avícola do Rio Grande do Sul na época.

Você negocia de saúde? Não. Só que agora para implantação do FAP estão negociando, tem *lobby* dos empresários para que não se aplique o FAP, que é o fator que vai taxar as indústrias por mais ou por menos. E isso aí não vai resolver também o problema, porque pagam e ainda pagam barato, porque a multa não é tão grande assim. E já estão negociando, os empresários já estão na imprensa falando o que não é verdade e dando números, inclusive não verdadeiros, dizendo que as empresas que foram acusadas por maior doença, agora apareceram como as que têm menos problema.

Então saúde, eu pediria silêncio um pouquinho, porque senão não dá para falar, está me atrapalhando aqui. Saúde não se negocia. E o problema da saúde, ela não é técnica. Não ainda encher de médico, uma empresa que eu visitei, me mostraram uma lista que tinham 300 profissionais de saúde atendendo os trabalhadores daquela empresa do Brasil todo. É muita gente, 300 profissionais de saúde é muita gente, só que não resolve o problema.

Tem dois tipos de adoecedores no Brasil, aquele que tem um monte de médico, que é o bonzinho, e tem o mau, que é aquele que não tem tantos médicos assim. Só que os dois adoecem da mesma forma e da mesma quantia, porque o problema não médico, não adianta. Eu digo, tem um que faz o ferimento e não coloca nada e tem outro que tem 300 médicos para botar cerinha(F) para não aparecer o ferimento, mas o ferimento continua e as doenças continuam acontecendo. O problema é político, é de reduzir um pouco o lucro, reduzir o trabalho dentro das fábricas, ganhar um pouco menos e ser responsável pelas doenças, é lá que está o problema. Não adianta encher de médico, tem que resolver é o local de trabalho, é lá onde estão mutilando os trabalhadores. E é o seguinte, baixa a produção, tem que ser feito tanto e os chefes que façam produzir e as indústrias avícolas não tem mais patrão, o patrão é a bolsa de valores. Tem que render as ações e não importa o que aconteça com os trabalhadores.

Gente, o que está acontecendo no Brasil, no setor frigorífico, é crime em qualquer outro país. Quem adoce alguém, quem provoca um mal a alguém sabendo que está provocando, é criminoso. E eles sabem que estão adoecendo, eles escondem os doentes dentro da fábrica. Escondem, negam, dão como doença comum, não reconhecem sequer [ininteligível], não abrem CAT, não comunicam o acidente e obrigam a ficar lá dentro sendo curado pelo próprio médico e não curam, porque ele volta a trabalhar no mesmo setor e vai adoecer de novo. E aí o seguinte, eu acho que tem que ter mais... O Governo tem que governar mais nesse ponto, tem que intervir mais, tudo bem que esse país está crescendo, mas está crescendo também o número de mutilados.

Oito carros por ano, por homem. Depois dos robôs passaram a produzir 32 carros por ano/homem. Será que aumentou tanto a produção de carro? Não. Diminuiu o número de trabalhadores. Casamento máquina/homem não está dando certo. Tu colocas um robô na indústria frigorífica, na ponta desse robô, na ponta dessa máquina tem seres humanos que tem que acompanhar o ritmo da nova máquina que foi colocada. Então esse casamento que está dando mutilação de jovens,

de trabalhadores de até 30 anos. A indústria avícola é igual à indústria automobilística, é o mesmo processo, foi copiado um do outro. Para montar a indústria automobilística foi montado olhando para um frigorífico. Vai um carro numa esteira e vai sendo montado, só que na indústria avícola é diferente, entra um frango inteiro e não sai nada na ponta, e é um pequeno. Enquanto se faz, passa 40 carros, 50 carros, ou cem carros, passa 500, 60 mil de frango. Tem indústria produzindo 500 mil frangos numa planta só por dia. E aí? Quantos cortes se dá naqueles 500 mil frangos?

Então, gente, tem que se fazer alguma coisa. E o Dr. Sandro tem razão quando dizem, só vão fazer quando apertar o bolso. Quando o mercado internacional, da qual o Brasil está derrubando os países produtivos de frango da Europa que não tem condições de produzir o frango no preço que nós produzimos, eles estão vendendo junto com o frango a saúde dos trabalhadores e muito barato. A Alemanha não produz mais frango porque não consegue competir com o Brasil. Canadá não produz, não vende o frango que podia porque não consegue competir com o Brasil. Por quê? Estão processando o Brasil por *dumping* social, porque está produzindo um frango num preço, vendendo a saúde dos trabalhadores. E já não mais nem o sindicato, as ONGs internacionais que querem e que tem interesse em defender as indústrias do seu país, estão aqui dentro atuando e denunciando lá fora.

Eu queria dizer quando falam que no Mato Grosso tem gente trabalhando 16 horas, que em Chapecó tem gente não sei o quê. Eu quero dizer que não é da nossa confederação, nós não permitimos isso, mas não é o suficiente porque dentro da fábrica os patrões fazem o que querem com os trabalhadores. Nós podemos dizer que não trabalhe 16 horas, não pode, isso é crime.

E outra coisa que é crime também, que o Governo tem que proibir e o Senador Paim também eu acho que tem mexer com isso, é proibir o banco de horas. Imagine um trabalhador, num ritmo desses, ainda tem um banco de horas que depois faz umas horas a mais, não aparece no quadro de trabalhar mais e vai descontar o dia que não tem o que fazer. E nunca vai ter esse dia, porque tem que fazer sempre. Banco de horas numa indústria avícola como a nossa é crime, deve ser banido e ainda tem acordos coletivos que lá consta banco de horas.

[palmas]

Então, gente, nós estamos tramitando um projeto na Câmara, no Senado, foi apresentado pelo Senador Paim, pelo vice-Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, que solicita a redução de jornada de tra-

balho para os trabalhadores do trabalho penoso do setor frigorífico. Trabalho penoso é aquele do alto ritmo, é aquele do corte, é aquele do frio, que combinado o frio com movimento repetitivo significa uma lesão irreversível, e estão pedindo a redução para seis horas. Uma vela por meio minuto queima uma quantia quase nada, mas se deixar um minuto líquida com a mão do companheiro, e nós vamos ter que tirar a mão, tirar a vela dos trabalhadores que está queimando nas seis horas, que depois da sexta hora é a hora que começa a adoecer, é a hora que estão cansados, que estão com fadiga, que começam a adoecer. É aquela hora que quando tu olha para o relógio e os trabalhadores que estão aqui sabem disso, e que a hora não passa, é aquela hora que uma hora parecer dez. Aquela hora é a hora da fadiga, e a hora que começa o adoecimento.

Então nós temos que tirar os trabalhadores de dentro da fábrica antes que isso comece a acontecer e para isso precisamos do turno de seis horas no setor frigorífico. E por isso temos esse projeto e por isso estamos em Brasília, nós estamos com 350 trabalhadores de todo o Brasil aqui, para mostrar para os deputados que nós queremos que eles votem em nós, porque na hora de pedir o voto eles vão lá e dizem que vão nos defender e a maioria dos eleitores são os trabalhadores, e está na hora de exigir também lei que venha resolver os maiores problema que nós temos e um deles é a saúde.

[palmas]

Então, gente, então eu acho que era isso. Tem mais gente para falar e eu quero agradecer a todas as entidades que compareceram aqui em Brasília, que estão comparecendo aqui no dia de hoje, ainda outras atividades, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria comunicar a todos que o Senador Jefferson Praia está aqui conosco, está acompanhando como tem feito em todas as Audiências Públicas que aqui realizamos de interesse dos trabalhadores. E como foi dito aqui, pessoal, nós faremos tantas audiências públicas quantas forem necessárias. Ouvindo o governo, ouvindo os trabalhadores, ouvindo os empresários, mas com um único objetivo: aprovar o projeto de turno de seis horas que vocês vão receber uma cópia daquilo que foi encaminhado aqui no Senado, construído a partir do movimento que os senhores fizeram e essa audiência pública, é claro que ela só fortalece essa nossa visão da importância do turno de seis horas, se depender de mim, inclusive para todos os trabalhadores, com certeza absoluta.

Passamos agora à palavra ao Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins. Artur, com a palavra.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero aqui cumprimentar também o Senador Jefferson, companheiro Siderlei, que faz parte da Mesa, os companheiros, companheiras, trabalhadores aqui presente, autoridades.

Senador, esta audiência é no momento oportuno, primeiro pela circunstância de que hoje nós estamos vivendo neste país capitalista. Segundo, eu acho que essa questão do setor de avícolas e frigoríficos, com certeza é um setor que já estamos convictos da necessidade de aplicarmos realmente uma lei que possa criar condições humanas dentro das empresas desse setor. E evidentemente de que nós queremos que os setores desenvolvam, mas não a custa da saúde do trabalhador, não a custa daquilo que o trabalhador tem de mais sagrado, que é a saúde dele.

Por outro lado, nós entendemos e enquanto representante desses trabalhadores, esta ação que está nesse momento sendo aqui implantada, ela não só tem um interesse da classe trabalhadora, mas também é do interesse do Governo. Por quê? Porque eu tenho certeza absoluta de que com esta ação de uma redução de jornada de trabalho, com a proibição de banco de horas, com certeza nós vamos pelo menos fazer com que o país possa ter uma condição econômica melhor de estar cuidando da saúde dos trabalhadores.

O nosso país está caminhando para o primeiro mundo, mas caminhando para o primeiro mundo a que custo? Ao custo da saúde dos trabalhadores? Senadores, nós temos combatido isto constantemente, temos realizado encontros, Audiências Públicas nos estados, temos feito tudo aquilo realmente que está em nosso alcance, mas chegamos em um momento que precisamos de uma lei. Uma lei que possa realmente dar um basta nesta exploração.

O que nós estamos hoje presenciando é que o setor de frigoríficos e avícolas, eles estão utilizando os seus empregados como um produto descartável. Utiliza ele por um período de nove, dez, quando muito 11 anos e depois esse trabalhador não tem mais condições, nem de exercer aquela atividade que ele estava exercendo, e quando ele for fazer exames admissional para se integrar no mercado em uma outra função, ele também não possui essas condições de saúde que permite ele estar reintegrando no mercado. E aí ele começa a ter problema social, familiar porque a pessoa acaba realmente tendo problema, inclusive de integração familiar. Por todas essas razões, Senador Paulo Paim, a nossa confederação está junto nesta luta,

para que nós possamos viabilizar este projeto. Eu só queria aqui fazer um pedido de que nós pudéssemos estar ampliando um pouco mais, por quê? Nós estamos inclusive fazendo uma pesquisa nacionalmente em todos os setores, ouvindo cada trabalhador para que ele possa realmente estar colocando as suas dificuldades, para que nós possamos ir com esse projeto aqui para dentro do Congresso com sustentação, sustentação dos próprios trabalhadores, porque o Senador Paulo Paim sabe disso, o Senador Jefferson sabe disso. Nós vamos encontrar resistências naqueles que defendem realmente o capitalismo aqui dentro desse Congresso. Portanto, nós temos que nos preparar, temos que nos mobilizarmos, temos que estar preparados e termos realmente argumentos sustentáveis para que nós possamos fazer com que seja viabilizado este nosso projeto e fazer com que nós possamos dar uma condição humana de trabalho a cada trabalhador, a cada trabalhadora dentro do setor de avícolas e frigoríficos.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Senador Jefferson Praia, ele está sendo chamado em outras comissões, ele vai na Comissão de Assuntos Sociais, de Economia e Educação, e dentro do possível voltará aqui, mas nesse momento com satisfação eu passo a palavra para ele, é um Senador do PDT e me permita que diga isso, essa liberdade, é parceiro nosso. As questões sociais todas, ele tem não só votado como advogado em defesa dos trabalhadores. Então, Senador Jefferson Praia, eu quero com alegria dizer que lhe passo a palavra nesse momento e que estarei no evento lá no seu Estado, a seu convite, para debater esse tema e outros como a redução de jornada e a questão do fator e o reajuste dos aposentados e pensionistas. Parabéns pelo seu trabalho, Senador.

[palmas]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):

Com essas palavras do Senador Paim, quem que não se sente bem? Mas veja bem, eu vou ser breve, até porque o mais importante são o que vocês todos têm a falar.

Primeiro, eu quero dizer ao Senador Paulo Paim que ele é uma referência para mim. Cheguei aqui estou há um ano e meio, estou sucedendo um grande Senador, que é o Senador Jefferson Peres do PDT--

[palmas]

O nosso saudoso senador. Chegamos a perdê-lo no ano passado. E tenho visto aqui, já conhecia há muito tempo, como vocês também, as lutas do Senador Paim, a referência que ele é. E eu tenho procurado,

como nós temos muita coisa em comum, eu tenho procurado ser um seguidor seu, Senador Paim, nas lutas que V.Exa. tem feito aqui no Senado.

Eu quero me colocar já ao lado de todos aqui nesta luta, entendo que nós não podemos mais ter condições, como foram muito bem esclarecidas pelo Dr. Sandro, acredito que na nossa luta nós temos que usar as informações, que são os dados, dados apresentados por ele são fundamentais. Uma coisa é você dizer que o local é inadequado para os trabalhadores, outra coisa é você mostrar os números da situação dessa inadequação. Então vamos trabalhar com números, mostrar o resultado do que está acontecendo porque eu tenho certeza que desta forma nós avançaremos dentro do objetivo, que é termos melhores condições para os trabalhadores.

Eu peço então licença, Senador Paim, a todos vocês, que temos mais algumas outras comissões, terça-feira é uma dia de muitas comissões e são outros assuntos que nós estamos lidando, mas contém comigo na luta, esta luta que é por situações mais adequadas aos trabalhadores, e é claro, por uma remuneração melhor também.

Muito obrigado e obrigado pelas palavras, Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Então eu passo a palavra de imediato ao Fábio Alex Salomão, Secretário-Geral do Sindicato Intermunicipal de Empregados Vinculados à Indústria da Alimentação.

SR. FÁBIO ALEX SALOMÃO: Eu acho que é oportuno essa audiência pública, senador, porque a condição de trabalho, não somente no setor que mexe com frango, porque o bovino também, o suíno, que mexe com peixe. E aí não somente as oito horas de jornada, eu defendo que seja seis horas de segunda a sexta, proibir a hora extra, pagamento das horas [ininteligível], que o trabalhador tem que levantar uma hora, duas horas da manhã para estar no abate quatro horas da manhã, lá dentro da unidade já trabalhando, e aí esse trabalhador no final do ano com as horas extras, e aí é difícil você fazer o discurso da base para o trabalhador que aumenta a renda dele com aquele valor agregado à hora extra, que vai causar uma Ler, uma lesão, um acidente de trabalho, que aí se você perdeu um dedo, não tem mais como colocar, não. Você perdeu. E essas condições no setor frigorífico, também de bovino a nossa base de representação é principalmente setor bovino e aí são essas grandes empresas que nós estamos vendo aí, custeadas e mantidas como acionistas o BNDES, bota o dinheiro público lá, não exige nada.

A contrapartida deles é gerar o emprego. No Estado do Mato Grosso do Sul, principalmente, tem cidade de 15 mil habitantes, oito mil habitantes, aí o cara é o maior empregador do setor ali, o prefeito não tem coragem de encarar ele, o deputado estadual não tem coragem de falar nada.

Na Assembleia Legislativa, uma dificuldade para fazer as coisas, inclusive, caro Procurador que está aqui representando o Ministério Público do Trabalho, eu convoquei lá, tinha um Procurador bom lá, o Heiler, que fazia umas audiências públicas no interior. Nós visitamos Coxim, Rochedo, e tinha umas outras agendadas para que o trabalhador diretamente falasse ao Ministério Público: "Olha, está acontecendo isso, tome alguma atitude, nos auxilie". O que aconteceu? Ele foi transferido para outro município, para o Paraná, parece, nós temos uma audiência pública agora que vai ser realizada na assembleia legislativa com dois deputados lá, o Deputado Amarildo Cruz e o Deputado Federal Antônio Carlos Biffi do PT, que vamos estar discutindo lá as condições de trabalho na audiência pública. O Procurador que assumiu, eu mandei um convite para o chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, o procurador que assumiu, eu fui pessoalmente falar com ele, ele falou para mim que vai estar de férias. Só que os números de acidentes de trabalhadores que estão lá dentro na linha, sofrendo hoje, nesse momento que nós estamos na Audiência Pública ele está lá na linha trabalhando, que estão se acidentando, as férias dele, ela às vezes até é vendida, folga 20 e trabalha dez, por quê? Porque paga-se uma miséria nesse setor.

Participação no lucro e resultado nós não temos. Está aí bolsa de valores, a Marfrig, Friboi, e outras unidades aí frigoríficas, dizendo: "Nós estamos num país com crescimento", só que não respeita o ser humano. Não respeita os membros dessa sociedade. Se o indivíduo não é respeitado, não existe nação, sem povo. Não existe um país sem território e sem normas. Quando fala com os trabalhadores, está aqui o questionário, perguntando para ele diretamente para ele respondendo nas unidades de trabalho: Redução de jornada é a favor; médico de trabalho é ruim; transporte é ruim; alimentação é ruim. E quero dizer aqui, inclusive a fiscalização dentro das unidades, a gente solicita fiscalização, o que acontece? O cara num dia só ele reduz a produção, por um dia ele consegue fazer isso. Aí saem os fiscais, no outro dia começa tudo de novo, é o mesmo ritmo são as mesmas coisas e não aconteceu nada. E eu, enquanto dirigente sindical, ao olhar essa situação, a gente fica com braços amarrados, o que o fazer? Nós convocamos o Ministério do Trabalho, convocamos o Ministério Público e fazemos audiências, mas precisa de uma norma, precisa fazer

uma regulamentação. E lá eu estou convocando na Assembleia para que o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região também seja presente. Porque muitas das ações propostas através do sindicato, ação civil pública chega lá o Juiz do Trabalho não sabe julgar, essa que é a verdade, não tem competência para fazer o devido legal dele.

E eu gostaria de agradecer ao Senador Paim, e eu tenho acompanhado e noticiado no site do sindicato as atividades do Senador. Como essa dos aposentados, eu quero parabenizá-lo do Partido dos Trabalhadores, nós somos governo hoje, mas ainda assim o senhor tem posicionamento com as bandeiras históricas do partido.

Pode ter certeza, nós não temos como votar no senhor lá ainda, mas quem sabe num cargo mais elevado que todos da população brasileira possam votar, porque nós precisamos de representantes assim. E eu tenho dito aos trabalhadores, nós vamos exigir dos oito deputados federais que nós temos lá no estado, o posicionamento deles em relação ao projeto. E quem falar que vai votar contra, eu vou colocar no informativo do jornal no sindicato, vou distribuir casa por casa e é dentro da campanha, não é agora não, é dentro da campanha eleitoral.

[palmas]

Porque no momento de falar lá que vai, aí ele vem com todos os nossos sonhos, expõe ele, e no momento aqui de votar, de dizer para o setor patronal que precisa ter consciência porque as pessoas são mais importantes que o capital e defender postura aqui, aí alguns falam que estão indecisos, não vão poder participar, a agenda está cheia.

E eu quero estender para os companheiros, nós vamos ter dia 16 agora na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, e que os companheiros também façam isso no estado, nós temos que falar para quem consome, porque o consumidor interno também, que tem aí o natal e o ano novo, precisa saber como é produzida essa carne, porque o boi não pode mais criar na Amazônia Legal, então foram lá na BOVESPA, fizeram lá com o Governador do Mato Grosso mais o presidente de duas grandes empresas frigoríficas dizendo não vão mais abater boi da Amazônia legal, não vão vincular. Mas e o trabalhador que está morrendo na unidade, está sendo mutilado, e depois chega lá para o médico de trabalho, está acidentado, quando retorna é 15 dias, 20 dias, tem problema também com o INSS, o médico lá. Quando chega lá a Ler, a DORT não é visível, o cara precisa... Ela é interna em muitos momentos não passa. E eu tenho pedido para o superintendente regional lá também, para dar uma olhada

nisso com carinho, porque alguns municípios do nosso estado não tem unidade, o cara tem que viajar a outros municípios para receber um não.

E eu tenho discutido isso também no Ministério Público lá estadual, Paim, existe uma situação lá, faz uns 30 dias num frigorífico no Município de Rochedo, o trabalhador cortou o tendão dentro da unidade. Aí não tem o médico do trabalho, não tem lá para atendê-lo, encaminha para o posto de saúde do município, aí o município, ele recebe uma ajuda de custo um pouco de carne para fazer a merenda escolar, e aí na hora de o médico dar um pontinho no cara, o cara sem mexer o dedo, porque ele cortou o tendão, não mexe os dedos, volta para a unidade sem atestado, sem CAT e uma situação que não é de hoje. Nós temos que aproveitar o momento econômico do país, mas também ter benefício para a classe trabalhadora. Porque o capital sem o trabalho não é nada, precisa de nós. É necessária a mão de obra e somos instrumentos importantes.

Eu quero agradecer aos companheiros e dizer que nós temos que fazer não só pressão na audiência pública, mas o dia que tiver votação, estar no Plenário do Senado Federal, estar lá na Câmara e verificar os nomes e fazer a mesma postura, companheirada. O ano que vem é ano eleitoral, nós temos que eleger quem vota conosco, não quem é financiado somente por setor empresarial. Quem está conosco mesmo para ajudar e para mudar a situação, porque os trabalhadores que estão na unidade hoje dependem do nosso trabalho, fomos eleitos para isso, para mudar a situação deles, a esperança está em nós.

Tem um relato de uma companheira ela dizendo: "Parece que as coisas não vão mudar, parece que a situação não vai encaminhar" e uma companheira de uma unidade que nós temos uma audiência pública com o Procurador do Trabalho lá dentro, e como nós vamos responder? Porque também nós temos que respeitar as normas vigentes no país.

Essas são as minhas palavras, agradeço.

[palmas]

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Só um pequeno aparte, só uma palavra só bem breve, faz necessário um esclarecimento em função da manifestação do Fábio. Fábio, o Heiler Ivens de Souza Natali é um grande amigo meu, é um grande Procurador do Trabalho, ele foi removido a pedido para Londrina e vigora na Constituição o princípio da inamovibilidade dos membros do Ministério Público, de forma que ele só foi para Londrina porque ele realmente optou em ir e se faz necessário porque quando nós mudamos de região tem muita discussão sobre por que ele saiu, se

foi uma pressão, não foi. Foi voluntariamente que ele saiu, por questões familiares.

E a segunda eu tenho certeza que o próximo Procurador do Trabalho vai fazer um trabalho de grande qualidade também. Sugiro que os sindicalistas que sentem com o Ministério Público, com o Procurador-Geral da República, com o Procurador-Geral do Trabalho em Brasília e exijam ou solicitem um programa nacional de atuação em relação ao setor, e isso se faz necessário.

E aproveitar e fazer um convite, hoje à tarde eu tenho reunião marcada com o Ministério do Trabalho, com o setor de normatização, seria fundamental, senador, se possível acompanhar alguns sindicalistas para discutir uma norma regulamentadora para o setor, que eu acho que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem. Vamos encaminhar aqui. Eu já aproveito, Dr. Sandro, que V. Exa. encaminhou à Mesa aqui um esclarecimento, que V. Exa. está representando aqui também a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, então está aqui o registro feito.

Eu não poderia citar todas as lideranças que estão aqui, está aqui também o José Modelski, que é da CONTAC, Sindicato da Alimentação de Serafina Corrêa.

Mas eu deixa eu encaminhar para vocês aqui, eu vou passar agora para o Plenário, eu vou começar com o Renato, que já estava aqui nos convidados oficiais. Mas dizer, Renato, que eu recebi essa provocação dos trabalhadores da alimentação de todo o país. Eu quero explicar para vocês que a partir dessa Audiência Pública, vocês receberam cópia do projeto, feito pela Consultoria do Senado, depois esses documentos que eu recebi aqui e esse projeto, eu só resolvi apresentá-lo hoje, porque eu vou ler o projeto depois, vocês têm cópia dele, vocês concordando com o projeto, eu apresento. Isso não significa que nós não faremos emendas, alterações, podemos até ampliar o projeto um segundo momento.

Então vocês aguardem que depois do Plenário falar, eu farei a leitura do projeto, ele já está todo... O encaminhamento burocrático pronto, feito, eu assinarei aqui e a partir desse momento o projeto passa a tramitar aqui nas comissões de forma oficial com o aval, inclusive, dessa Audiência Pública. Faço isso para não dar a impressão para os milhões de brasileiros que sabem que eu tenho cerca de 1.300 projetos tramitando aqui na Casa, e nem um projeto eu inventei do dia para noite. Não que eu vou dormir e sonho de manhã e apresento o projeto. São demandas do movimento social. Para vocês terem uma ideia, no debate do petróleo e do pré-sal, do novo marco regulatório,

todas as Centrais Sindicais, todas as confederações me entregaram o projeto para eu apresentar aqui. Eu digo: “Não eu só apresento o projeto depois de realizarmos audiências públicas, e o projeto entraria pela Comissão de Direitos Humanos”. Assim o fizemos, realizamos no dia 04 agora passado uma grande Audiência Pública no Petrônio Portela, com a presença de mil sindicalistas de todo o país, e a Comissão de Direitos Humanos aprovou por unanimidade o relatório que fiz e o projeto passou então a tramitar aqui no Senado, um projeto do movimento social e da Comissão de Direitos Humanos. Com esse projeto eu farei a mesma coisa. Depois de eu fazer a leitura, simbolicamente os senhores vão votar que concordam com a redação que nós demos e o projeto passará então a tramitar em todas as comissões.

Renato com a palavra, lá do Rio Grande do Sul, trabalhadores da alimentação de Porto Alegre e região.

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Eu vou ser bem breve para falar porque tudo que é verdade já foi falado, eu vim mais aqui... Meu nome é Renato Borges, eu represento mil trabalhadores do setor avícola do Rio Grande do Sul e vim mais aqui para fazer uma denúncia. Porque aonde que eu fui chamado no dia 16 de outubro na matriz da empresa, ninguém falou o nome de empresa aqui, mas eu vou falar, que é a empresa Perdigão.

Por surpresa minha, tudo o que foi falado ali pelo doutor, pelo Procurador lá de Santa Catarina, acontece no Rio Grande do Sul. E foi feita uma pesquisa agora no Rio Grande do Sul, a semana passada, aonde que 30% dos trabalhadores dessa empresa que eu vou falar o nome, são mutilados. E uma pessoa daquelas lá para conseguir um benefício tem que entrar na Justiça, o sindicato tem que entrar na Justiça porque a empresa não faz CAT, não faz nada, e tem que entrar na Justiça para ver se consegue alguma coisa.

Essa empresa é a empresa Perdigão, que comprou o Grupo Avipal lá de Porto Alegre. Então essa empresa vai ser desativada no dia 1º de fevereiro, são mil postos de trabalho lá no Rio Grande do Sul que vão ser perdidos, e assim, é um alerta aos demais sindicatos que daqui para a frente quantas mais esse grupo não vai fazer isso aí que está fazendo em Porto Alegre.

E daí nos procurou no sindicato para nós fazer um curso de reabilitação para colocar as pessoas, achar alguma forma de colocar essas pessoas, mas como é que tu vai fazer um curso de uma semana, dar treinamento de uma semana, 15 dias, e colocar gente que tem 15, 20 anos de trabalho. Fazer o que essas pessoas? Formação escolar mínima, nós não concordamos com isso aí. Nós não podemos concordar, porque nós

estamos apoiando o que a empresa está fazendo, uma empresa que pegou dinheiro do FUNDOPEM, pegou dinheiro do BNDES para fazer essa fusão aí, como se sabe, que foi feito lá no Rio Grande do Sul para ampliação das granjas, ampliação da fábrica e agora a empresa vem com uma notícia dessas de desativar a unidade e deixar mil trabalhadores, a metade desses trabalhadores, pessoal, tudo doente que nem foi falado aqui. Fazer o quê?

Então, senador, isso aqui está sendo feito agora uma Audiência Pública no Rio Grande do Sul e nós vamos ter que tocar com a ajuda do senhor e a ajuda aqui do pessoal, para que se chame essa empresa para ver se acha uma solução. Assim, um investimento é de nove milhões e eles não querem gastar os nove milhões em Porto Alegre para fazer melhorias nessa empresa. Nove milhões. “Ah, mas nove milhões...” Essa área, eles alegam que foi Ministério da Agricultura, o Ministério da Agricultura, eu até passei um documento para o Artur, que o Ministério da Agricultura que está pedindo a desativação da fábrica, porque a fábrica não comporta mais fazer abate, que ela se encontra numa zona residencial e que tem que ser desativada essa área e essa área, se não me falha a memória, já foi vendida para o Carrefour, vai ser um centro lá de... um supermercado, vai ser um grande centro empresarial lá nessa área da Avipal lá em Porto Alegre.

Então, senador, que o senhor nos ajude, que o senhor nos ajude, que marque uma reunião com a Perdigão, que agora é Brasil Foods, com a Brasil Foods, para que seja dado um rumo, alguma coisa se possa fazer para aqueles trabalhadores. Porque não ainda dar cursinho para eles, lá. Não vai resolver nada, dar curso de uma semana para uma pessoa que trabalha 25 anos, que só sabe tirar o coração lá da galinha lá, como tem um senhora lá, não sabe fazer nada. Vai apreender a fazer o quê? Não adianta, isso aí não adianta nada. Então, senador, isso aqui mais é uma denúncia que os trabalhadores pediram, eu fiz questão de me fazer presente nessa audiência para falar, porque foi falado e ninguém falou nome de empresa, então eu estou falando, é a empresa Perdigão desse grupo novo que tem que aí, da Brasil Foods, comprou para desativar.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só peço ao Renato se puder documentar o seu pedido.

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Endereçado à comissão, aí ao senador, que eu vou interagir daí com o grupo, conforme você solicitou.

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem, Renato?

Eu vou passar a palavra de imediato à Geni, líder sindical que eu conheço a muito tempo, não só de Serafina, também do Rio Grande, que é Secretária de Saúde da CONTAC. Cinco minutos com a palavra.

SRA. GENI DALLA ROSA: Bom-dia, senador, bom dia a todos os companheiros e companheiras. Eu gostaria de registrar aqui um grande número de mulheres lesionadas que estão presentes hoje, vieram aqui. Se a gente fosse ouvir a história delas, o Plenário choraria todos, porque não tem como não chorar o depoimento das companheiras lesionadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem alguma delas aí lesionadas?

SRA. GENI DALLA ROSA: Tem, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Várias delas.

SRA. GENI DALLA ROSA: Têm várias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convida uma para vir sentar aqui, depois ela pode dar um depoimento. Fica acertado entre nós. Vocês escolham uma que queira dar um depoimento, ela sentaria aqui e depois ela dá um depoimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está Ok?

SRA. GENI DALLA ROSA: Hoje no setor de alimentação nós somos a maioria, no setor do frango somos 52%, somos mulheres, nós temos no setor 30% lesionadas, então às vezes a gente cita nomes, cita algumas, mas assim, 30% dos trabalhadores estão doentes, estão lesionados, não é apenas doenças, eles estão aleijados, eles estão aleijados, são inúteis, isso que é o pior que nós temos que chamar a atenção, porque não uma doença que depois faz um tratamento e faz, toma remédio, medicação e tal. A grande maioria não tem volta, Senador Paulo Paim, não tem volta, eles ficam aleijados e desses 30% dos trabalhadores lesionados, 80% são mulheres e esses 80% de mulheres têm na sua família uma desestruturação na própria família, porque quando tem a mulher lesionada, que geralmente ela é mãe e tem filhos, e ela chega em casa com problemas, não é só dor do braço e nos ombros, aí é depressão, é sistema nervoso, e enfim, é uma série de problemas que passa e que atinge a família toda.

Então é um problema social, é um problema de todos. Tem que ser um problema de toda a sociedade,

nós temos um trabalho inclusive que nós começamos, e é por isso que a gente está levando muito adiante essa preocupação nossa, porque nós começamos a trabalhar a questão da saúde ocupacional desde 1994 com o Seminário Nacional, que até então ninguém sabia o que era. Achavam que era pulso aberto, que era reumatismo. E a gente vem conversando com as empresas, a gente vem conversando nos Conselhos Municipais, nos Conselhos Estaduais. A gente está levando essa preocupação, inclusive já estivemos aqui com os deputados, vestidos de branco para chamar a atenção, para mostrar que a preocupação é muito real é muito séria, e nós estamos levando também essa campanha a nível internacional através da UITA, que é a nossa Central União internacional dos Trabalhadores da Alimentação, nós estamos com cartazes e estamos com panfletos e estamos com toda essa campanha a nível mundial, porque não possível, é desumano, é desumano. E só as lesionadas e só nós, que somos da alimentação, que trabalhamos no setor do frango que sabemos o quanto é triste e o quanto é preocupante, e acho que o município precisa se preocupar, o estado, o país precisa se preocupar porque nós vamos ter uma lesão de... de doentes.

Além de outras doenças que existem, mas essa é uma doença que agrava muito, que prejudica a família, que tem muito custo para a Previdência, que tem muito... E que o trabalhador paga com o sangue, com a dor esse trabalho todo que está crescendo, desenvolvimento. O Brasil, maior exportador de frango do mundo, mas nós temos que dizer que ele é o maior criador de doenças ocupacionais do país e isso para nós é muito triste e a gente precisa que todos levem muito a sério.

Deputados, Senadores, nossos governantes têm que levar muito a sério, porque quem passa por isso hoje no Movimento Sindical, no sindicato, a maior reivindicação já não é mais salário e sim é a doença ocupacional. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu passo a palavra para o Ernane, Federação dos Trabalhadores do Paraná.

SR. ERNANE GARCIA FERREIRA: Cumprimentar ao Senador Paim, cumprimento a todos os companheiros membros deste Mesa e cumprimento também a todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes nessa Audiência Pública.

Nossa intervenção vai ser bastante breve, no sentido de mais uma vez só relembrar que o mundo do trabalho, o trabalhador, desde os primórdios, desde o início da humanidade é trabalhar e nesse ínterim nós

temos o outro lado, o capital, que durante toda a época, durante todo o período vem sobremaneira aproveitando do trabalhador, da trabalhadora. Antigamente era dos jovens, das jovens, dos senhores e das senhoras com jornadas extenuantes de 15, 16 horas, ao ponto de nós termos, no ditado antigo, na legislação antiga, que o trabalho seria de sol a sol. Depois com a organização, com o advento até da indústria, os trabalhadores foram se organizando na época da revolução industrial e naquela época já conseguiram, de certa forma, com a unidade com a união, com o intercâmbio até internacional, haver avanços e hoje nós estamos aqui nesse Senado junto com o senador, junto com um Brasil que está muito transformado e que está de certa forma também colaborando com o mundo, porque nós fabricamos o alimento.

O Brasil hoje, sexto lugar, quinto lugar em alimento e as indústrias frigoríficas também avançaram muito. Ao mesmo tempo que avançou em riquezas, avançou muito, muito mesmo na questão doença profissional, na doença dos trabalhadores. E no nosso estado, o Estado do Paraná não é diferente. Hoje nós temos em torno de 25 a 30 mil trabalhadores só no setor avícola. E também mais 15, 20 mil trabalhadores no setor de frigoríficos bovino, suíno e não é pequeno o número de mutilados, o número de doentes. E quando vi as organizações sindicais dos trabalhadores no debate com a sociedade com os empresários, vi acordo coletivo, a gente fica só na falácia, só nos argumentos, há 15, 16 anos não vê melhora para os trabalhadores e no outro lado, o capital, a indústria, ela tem aumentado significativamente o seu poder em todo o território. E quando o sindicato do município de uma organização resolve, junto com seus trabalhadores, reagir a esses desmandos do prefeito, da política local, a empresa acaba mudando, migra para um outro Estado.

E é toda uma criminalização com os direitos sindicais, com os trabalhadores para dizer que são preguiçosos, que são pessoas políticas, que estão com interesse e não é isso que tem acontecido. E a hora de ir para a Previdência Social, o trabalhador, a trabalhadora mutilada os médicos que eram para ser peritos em favor do trabalhador, em favor da sociedade, devolvem o trabalhador para dentro da indústria. E que a indústria faça uma reabilitação, sendo que a indústria na maioria das vezes passa a fazer o assédio moral em cima daquele trabalhador e daquela trabalhadora, que ele é um inválido, que ele é um preguiçoso, e esse trabalhador acaba por ir para sua casa, para o seu lar, morrer à míngua e nesse aspecto o estado está falhando muito, senador. Na fiscalização o nosso estado tem deixado para cargos políticos as DRTs, os órgãos que eram para estar na mão dos trabalhadores,

na não da sociedade, está ficando na mão de cargos políticos que muitas vezes são os empresários que dominam e aí as DRTs, as Subdelegacias, as fiscalizações não funcionam e dentro dos frigoríficos, dentro das indústrias, ao invés de abater o animal, ao invés de fabricar alimento, estamos abatendo ser humano. Estamos matando seres humanos e a dignidade tem ficado de lado.

Nesse sentido que a gente clama a toda a sociedade que olhe com carinho, com responsabilidade principalmente para os trabalhadores e trabalhadoras desse país. Porque todos, todos os trabalhadores e trabalhadoras, eles querem trabalhar, mas com dignidade. Não dá mais para nós suportarmos excessivas cargas horárias. Falar que é só no Mato Grosso que é em outro estado que tem jornada de 12 horas, no Estado do Paraná em muitas situações o trabalhador e a trabalhadora por causa da crise, por causa da pressão psicológica que têm, ele se sujeita a trabalhar sem o cartão ponto. Naquelas fazendas, naquele interior de estado, ainda há escravos no setor de alimentação, sim. Poucas são às vezes que nós temos conseguido o braço do estado, a mão do estado via Justiça, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, para nos ajudar, para nos tirar dessa miséria, dessa situação de pobreza que ainda encontra o estado.

Um estado também muito promissor, sim, para os empresários, para os políticos e para nós, os trabalhadores, cada vez mais na miséria, na doença. Nesse sentido que o Estado do Paraná quis estar aqui com caravanas e está, sim, mobilizado há sete, oito anos pedindo a transformação, mas não conseguiu lá e por isso que estamos aqui com boletins denunciando empresas, estamos nos jornais, estamos na imprensa e viemos aqui, senador, nessa Audiência Pública, o Estado de Paraná, junto com os outros estados, com as confederações, com as demais federações, apoiar, sim, esse projeto vosso que também é nosso e que estamos juntos e que vamos lutar, sim, dia a dia, noite a noite, porque como foi aconteceu no passado ainda hoje somos capazes de mudar.

Se fazemos parte da história hoje, queremos fazer parte de uma história saudável do nosso país e lutando por direitos, por questão da saúde e mudança que precisa ter o nosso Estado Brasileiro. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Ernane pelo seu depoimento, e pode ter certeza, Ernane, o que nós pudermos fazer aqui no Senado conte conosco, inclusive lá no Paraná, e não somente como foi o caso aqui do Rio Grande do Sul. Como nós estamos ao vivo para todo o Brasil, o pessoal da UGT

está esperando que eu passe lá no Congresso deles. Eu posso só dizer que depois que terminar a audiência eu passo, a vida é assim, eu estou nessa audiência e quando terminar eu passo lá.

Eu passo a palavra ao Edvard, Federação dos Trabalhadores de Goiás. Edvard está aqui.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Eu vou ser breve nas minhas palavras, já que os companheiros que me antecederam praticamente foram muito felizes nas suas colocações, mas eu não poderia deixar a oportunidade para agradecer, como disse o companheiro aqui do Mato Grosso, Senador Paim, a tudo o que o senhor faz pelos trabalhadores. Isso aí eu tenho ouvido até em Goiás também que muitos trabalhadores falam: “Puxa, eu poderia transferir o meu título lá para o Rio Grande do Sul, para voltar no Senador Paulo Paim”. Não que nós não tenhamos lá até senadores que possam nos defender, mas o trabalho do senhor é tão forte, que realmente traz esses comentários.

Eu quero agradecer também aqui ao Procurador, Dr. Sandro, viu, Dr. Sandro? Eu fiquei muito feliz, hoje nós estamos aqui num dia para falar de tristeza porque o momento realmente para o trabalhador é de tristeza dando os fatos que aqui foram relatados, mas eu fico hoje num dia mais felizes da minha vida de ver que têm pessoas como o senhor, como o Dr. Sandro, como o Artur e o Siderlei, todos os companheiros que deslocaram de tão longe e estão aqui para realmente dizer, dar o seu depoimento do que está acontecendo no setor do frigorífico.

Eu vim do setor da área de carne bovina, então eu concordo, também nós temos lá a Federação, nós temos lá o avícola no nosso estado, sabemos das dificuldades, tudo, como a companheira aqui, a secretária disse. Ontem eu estive com uma companheira que trabalha em bovino, na desossa e ela falou, aqui sem nada assim para ser emocional, nada, usando nada emocional. Ela estava dizendo que chegou a pedir ao doutor se não tinha jeito de amputar o braço dela. Olha só, falou para mim... “Porque eu fui demitida”, porque era no Frigorífico Independência, eu não estou falando mal aqui da empresa. Ela foi demitida pelo Frigorífico Independência. Os frigoríficos de bovinos lá no Estado de Goiás que pararam de demitir agora estabilizaram, estão fazendo só aquele rodízio normal, mas não contrata os que foram demitidos que trabalham a 10, 12 anos no frigorífico, só sabem trabalhar no frigorífico, praticamente, eles estão todos desempregados e ela está procurando fazer outro serviço e chega lá é tachada de incompetente porque além da Ler que está sentindo no braço, ela tem também, como foi dito pelo Dr. Sandro, problema de altura no ombro aqui, onde dá muito dor em todo o pessoal de frigorífico, aqui no

ombro. Então chega lá, são pessoas fortes, sadias, tratadas como preguiçosos, pessoas que não têm competência, porque vai levantar um peso para trabalhar de servente de pedreiro e não dá conta, por quê? Por causa do peso, quando levanta dá dor no ombro.

Quando eu entrei no frigorífico, naquele tempo não tinha restrição de idade, eu entrei com 15 anos. E como o Dr. Sandro tem lá a pesquisa dele, todo... Eu não sei se ele fez do tempo atrás. É muito anos, doutor, eu não vou nem falar aqui, mas quando eu tinha 15 é muitos anos, o senhor não era nem nascido, decerto. Aí, mas naquele tempo a gente trabalhava, não tinha tanto equipamento de PI como tem hoje, proteção, mas a gente não conhecia esse negócio de LER/DORT, dor não sei o quê, de vez em quando dava uma coluna, problema de coração sempre teve quem trabalha em frigorífico, mas essas doença ocupacionais de hoje a gente não tinha, não via isso. Por que agora tem? Tem agora o quê? É excesso de trabalho, é excesso de jornada de trabalho, banco de horas, hora extra. Olha que de vez em quando a gente pega a empresa fazendo que não está tendo o intervalo da intrajornada, porque a jornada é tão longa que não tem intra jornada. Mas com aquela dificuldade de antes, que eu estava dizendo, que agora é tanta dificuldade e eu sempre gostei de jogar um futebol, eu podia jogar a minha bola, eu podia ver o meu jogo de futebol, tudo. Hoje os trabalhadores de frigorífico, além da jornada excessiva, além da depressão, de toda a angústia que tem lá dentro do serviço, tudo, além disso, eles têm um problema, hoje se tiver um jogo de futebol hoje, nós estamos num país que todo mundo gosta de futebol, o trabalhador não precisa sair, ele não tem o lazer não é fora da casa dele, não. Dentro da casa dele, quem trabalha em frigorífico, dentro da casa dele quem trabalha em frigorífico não pode assistir um futebol hoje, ainda mais os horários malucos que está o futebol hoje. Porque se ele assistir no outro dia ele não dorme, ele não trabalha, porque vai dormir no serviço porque todos aqui sabem: no frigorífico a pessoa tem que chegar lá é cinco horas manhã, é quatro, e para chegar quatro horas da manhã, cinco, seis horas da manhã tem que levantar é quatro horas da manhã no máximo. E como é que ele vai assistir um futebol? Quer dizer, ele trabalha, trabalha e não tem direito de lazer nem na casa dele, ele não pode assistir o futebol como eu estou dizendo, [ininteligível] me perdoa, o futebol, mas podia ser um culto evangélico, uma igreja, qualquer outra coisa, divertimento. Mas eu estou falando de futebol, porque é mais popular, e ele não pode assistir o futebol porque amanhã ele não trabalha porque vai terminar tarde e ele não dá conta. Isso um dia tudo bem, dois dias tudo bem, um ano, uma semana, agora não. Têm pes-

soas que trabalham dez anos, cinco anos, dez anos, 12 anos, 15 anos, 20 anos sem poder ter lazer [soa a campainha] acordando todo dia de manhã... Bom, está vencendo o meu tempo.

Então, gente, é isso aí, então hoje eu estava dizendo, é tristeza, mas é motivo de alegria, Senador Paim, e essas duas pessoas me permitem o Senador Paim e o Procurador, Dr. Sandro, falando deles eu estou falando de todos nós que estamos aqui lutando.

A minha alegria é porque eu sempre vi isso, não tem jeito, eu trabalhei 20 anos dentro da empresa... Eu vou terminar, já eu vou ser breve, 20 anos dentro da empresa. Quando eu fui para a Federação, que me convocou para eu ser tesoureiro da Federação, que aí me requisitaram que eu recebia da Federação o mesmo salário do frigorífico, que eu fui para dentro da Federação que chegou na sexta-feira eu sabia que eu não tinha que trabalhar eu trabalhava todo o sábado, e muito. Quer dizer, aí que eu vi o tanto que é bom ter o descanso. [soa a campainha]

Então gente, a minha alegria é, nós temos que lutar por essa jornada de seis horas, porque nós vamos fazer ela inclusive de segunda a sexta, porque nós na vamos trabalhar sábado e nós temos dois dias. O trabalhador hoje trabalha sábado, Senador Paulo Paim, e ainda faz hora extra. Ele chega em casa, quando ele acorda domingo já está na hora de ir preparar para ir trabalhar segunda de novo. Então isso é um crime, realmente, como disseram os companheiros que me antecederam.

Muito obrigado a vocês todos, me desculpe pela emoção, porque realmente eu estou muito emocionado, eu sempre pensei nisso, seis horas, e hoje eu estou vendo que nós temos muitas pessoas que estão vendo isso, muito obrigado a todos vocês que estiveram.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço a tua fala, Edvard, e dizer que eu estive na sexta-feira em Goiânia, foi uma atividade grande na Câmara de Vereadores. Fui recebido pelo Prefeito Iris Rezende, quando cheguei na cidade e depois recebi aquelas placas simbólicas pelo trabalho realizado aqui no Senado. Eu ia receber o título de Goiânia, cidadão de Goiânia, mas eles fizeram para mim lá uma provocação, para eu voltar no dia 21 de abril de novo, porque vai ter o Congresso Nacional dos APM e eu sou Presidente de honra desse Congresso. Invés de me dar o título lá vão me dar no dia 21, para eu voltar lá, mas o título está consagrado lá. Eu quero agradecer ao povo de Goiânia, pelo carinho que me trataram lá.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Vai ser muito, um momento feliz para nós, goianos, ter o senhor como cidadão, viu, muito mesmo. Eu vou levar muitas pessoas lá para ver esse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o pessoal da Paraíba, eu recebo o Título de Cidadão da Paraíba na Assembleia da Paraíba no dia 26, e no dia 27 eu estou na Bahia, tem alguém da Bahia aí? Um grande encontro nacional lá na Bahia para discutir as questões dos trabalhadores e da Previdência.

Eu quero agora de imediato passar palavra à Ledi, a Ledi como foi dito aqui pela Geni, é uma das nossas companheiras, enfim, nossa companheira lesionada, rompimento tendão dos ombros. Ledi com a palavra.

SRA. LEDI: Eu tenho rompimento nos dois--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode falar pertinho do microfone.

SRA. LEDI: Nos dois braços. Eu fiz cirurgia no esquerdo, não melhorei, vou ter que fazer, fiz no direito, não melhorei e vou ter que fazer no esquerdo, porque eu não de força nas mãos. Quando a gente vai na empresa que precisa, eles pisoteiam a gente. Eles não querem ajudar a gente e quem sofre sou eu. Era só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fátima Soares com a palavra.

SRA. FÁTIMA SOARES: Um bom-dia a todos. Eu tenho um problema de tendinite ou LER/DORT, há uns 22 anos. E essa Ler, essa DORT já me atingiu a cervical, eu fiz bloqueio da coluna para não atingir a cervical e ele já atingiu. E tem dias que eu não... O lado esquerdo, eu não posso pegar nada com a mão do lado esquerdo porque eu não aguento o peso, forçar a mão.

Fiquei afastada do meu trabalho quatro anos, porque trabalho num controle de qualidade com ácido, essas coisas, e o médico do trabalho me afastou por perigo de eu me queimar com esse ácido. Eu fiquei quatro anos afastada e nesses quatro anos o INSS jogou comigo que nem pingue-pongue, de um lado para outro. Tem empresa para o INSS, do INSS para a empresa um não aceitava, o outro não aceitava.

Por último, o INSS me devolveu para a empresa com a mão toda inchada, sem condições de pegar alguma coisa na mão para levantar, para forçar, porque eu perdi o movimento dos dois dedos. E assim mesmo eu tive que ficar na empresa, recorri, porque eu já não tinha mais que o recorrer, o INSS não me aceitava mais. E a empresa me aceitou e eu estou no trabalho até hoje, trabalhando com dor, tomando remédio fazendo

fisioterapia, fazendo acupuntura, que é para amenizar a dor, mas ela te dói desde aqui até a ponta do dedo e é uma dor insuportável, eu vivo com isso aqui cheio de caroço por causa da LER, por causa desse movimento que a gente foi obrigada antes a fazer e hoje está sentindo o reflexo. Era isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu quero só aproveitar de novo para informar, o Patah me ligou aqui. Patah, está certo, às 14 horas eu estarei ali no Congresso da UGT. Só para dizer que ontem eu estive no da CUT e vou estar hoje à tarde também no da Força Sindical. Eu quero deixar bem claro que eu tenho relação com todas as centrais sindicais e todos os convites eu tenho atendido dentro do possível.

Antes de eu passar a palavra ao Dr. Vanderley, que quer dar um depoimento, ele é advogado dos movimentos sindicais do Paraná, se não me engano você quer fazer só uma complementação, que é o...?

SR. ERNANE GARCIA FERREIRA: Ernane.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ernane.

SR. ERNANE GARCIA FERREIRA: Senador, demais presentes e a sociedade. O depoimento dessas colegas, imagine o senador, imagine, não, é estado concreto, um frigorífico seja ele abatedor de frango, bovino, suíno, onde ele tem na planta mil trabalhadores, envolvendo homens e mulheres, há no mínimo 200 nessa condição dessa colega, que é humilhado pelo Estado via Previdência Social e que é humilhado pelos empresários, o capital, é humilhado diuturnamente e na maioria, na maioria, eles e elas acabam se sujeitando, porque falta o pão, se ele deixar... É um conta-gotas a morte de um colega e de uma colega nessa situação e quantos não suicidam porque não aguentam a pressão psicológica e o assédio que estão sofrendo; 200 numa planta de mil trabalhadores, 200 concretos, é o que está acontecendo no Estado do Paraná. [soa a campanha]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de eu passar... Pode complementar. Complementa, sem problema.

SRA. FÁTIMA SOARES: Não, eu só queria dizer mais uma coisa para que todo mundo saiba e o pessoal que tem esse problema de LER/DORT e está sofrendo, a maneira que o INSS, a Previdência trata a gente. Eles tratam a gente como se a gente fosse loucos, como se a doença que nós temos, adquirida, fosse da cabeça, aí eles nos dopam de remédio, de Fluoxetina e outros remédios, o Vox(F), aquele que

saiu que a saúde retirou depois das farmácias, aquilo tudo, aquelas drogas todas eu tomei, gente, eu vivia dopada e um dia eu disse não, botei no vaso e puxei descarga porque eu não aguentava mais, eu vivia dormindo em cima do meu trabalho. Então eles tratam a gente, o INSS trata a gente... A Previdência, como se a gente fosse louco, como se fosse uma coisa da cabeça da gente, que a gente que adquire a dor que a gente sofre. Só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao Vanderley, mas só... Me parece que o Edvard queria só fazer um esclarecimento.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Senador, é porque a gente fica fazendo muita intervenção, eu sei que vai atrapalhar, mas eu vou ser bem breve. Eu emocionei muito, eu teria até ter feito um depoimento, um rapaz, um colega nosso que trabalha em bovino de Mato Grosso, ele até deu um depoimento nesses encontros que nós fizemos o seguinte: ele foi trabalhar na Austrália, viu Dr. Sandro, ele foi trabalhar na Austrália e chegou lá e deu um problema nele de LER. Ele foi, ficou em 15 mil dólares, mas a empresa pagou, tudo bem. Mas aí ficaram dizendo: "Por que os brasileiros dizem que é muito versátil, que faz tudo quanto é coisa, chega aqui e adoce tudo? Todo mundo dando LER e os nossos aqui não estão dando?" E aí foram fazer uma pesquisa lá e descobriram o seguinte, já chegavam lá detonados, quer dizer, mais um pouquinho que eles trabalhavam dava lá. E aí o sindicato lá, as autoridades, exigiram que fizesse igual os de lá, só trabalhasse só quatro dias. Segundo ele, nunca mais teve problema. Enquanto ele ficou lá e voltou não teve, o tanto que é o problema de trabalhar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo de imediato a palavra para o Dr. Vanderley, eu vou pedir que sejam sucintos, no máximo três minutos, depois eu ter que ler o projeto, não é a justificativa, é o projeto, nós botaríamos em votação simbolicamente, porque quem vota oficialmente são os senadores, mas só para que vocês manifestem estão de acordo que hoje, já está aqui toda a burocracia feita, aqui registrada, só que a partir do momento que eu assino, de imediato ele é entregue e passa a tramitar oficialmente.

Então o Dr. Vanderley, por favor, com a palavra.

SR. VANDERLEY: Senador Paulo Paim, demais companheiros. Eu queria parabenizar o Procurador Sandro pela brilhante exposição que fez nesse Plenário, e que de certa forma eu acho que é a síntese do problema que nós estamos enfrentando nas fábricas. Eu

também vim aqui para dar um depoimento a respeito do que a gente encontra no dia a dia dos sindicatos da Justiça do Trabalho.

E na Justiça do Trabalho, infelizmente, nós temos dito muita dificuldade com as perícias, o Ernane já falou a respeito disso, a dificuldade que nós temos com os fiscais e os peritos. Mas agora, pior do que isso, nós temos visto vários trabalhadores lá do norte do Paraná especialmente, serem demitidos por justa causa por estarem faltando ao trabalho, e na verdade os trabalhadores faltam ao trabalho apresentando atestados médicos que não são aceitos pelas empresas e na sequência são demitidos por justa causa. Ok, podem até dizer que é possível reverter essa justa causa na Justiça do Trabalho, mas na maioria das vezes são trabalhadores que não tem condições de tocar uma demanda até o fim e acabam transigindo os seus direitos trabalhistas, as verbas rescisórias, o direito a receber o seguro desemprego, o seu saldo do Fundo de Garantia, em primeira audiência, porque a fome bate dentro daquela casa. Então nós temos que sensibilizar a sociedade, sensibilizar os senadores e os deputados para que essa situação se modifique. E esse trabalho que estamos fazendo aqui com relação à redução da carga horário dos trabalhadores desse setor, é fundamental para que a gente possa ter trabalhadores sadios, produzindo, sim, para as empresas para o nosso país, mas garantindo uma existência digna no restante de sua vida útil.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço pela precisão do tempo. E o último convidado a falar nessa audiência, e daí eu vou ler o projeto, é o companheiro Cirso, Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Cianorte.

SR. CIRSO DA SILVA: Deputado (sic) Paulo Paim... Senador Paulo Paim, demais companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado pega bem também, eu fiquei quatro mandatos deputado [risos].

SR. CIRSO DA SILVA: Muito bem, desculpa. Eu quero deixar o reclame aqui também do Estado do Paraná, em nome do Sindicato da Alimentação de Cianorte. Como não bastassem os assédios morais, o ritmo de trabalho e os movimentos repetitivos que causam todas as doenças que aqui estamos tratando, eu quero chamar a atenção também para um problema que nós temos, eu tenho lá na base do nosso sindicato, que é o assédio sexual dentro dessas indústrias de frango, principalmente, onde é difícil fazer prova, mas acontece em razão do número de mulheres que

trabalham no setor frigorífico, sabemos que acontece de monte e clamamos aqui por Justiça. Sabemos que a parte legal da situação, nós estamos tratando aqui esse projeto vai ter o encaminhamento e a votação, conforme o Senador já propôs.

Eu quero parabenizar também o Dr. Sandro e pegar um gancho no que o Dr. Sandro disse, quanto à situação da exportação, que esse mercado frigorífico terá muito em breve um bloqueio nas suas exportações, em razão dos maus tratos e das condições de trabalho que tratam os trabalhadores brasileiros.

Agora eu quero chamar a atenção para os demais companheiros sindicalistas, enquanto esse bloqueio do mercado externo não vem, o que o nós vamos fazer enquanto mercado interno? Enquanto mercado interno? Eu acho que o Movimento Sindical deveria estar se unindo e fazer um tipo de bloqueio, um tipo de um boicote aos produtos dessas empresas que mais maltratam os trabalhadores.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, muito bem.

Pessoal, eu vou ler agora o projeto com a maior tranquilidade, não dá para nós fazermos aqui uma discussão de vírgula por vírgula. Esse projeto a gente dá entrada, significa o quê? Que a partir daí oficialmente nas Comissões de Assuntos Sociais, de Economia, a CCJ, vão ser permitidas as emendas que vocês entenderem necessárias ainda. Podem ser que depois daquela pesquisa feita se façam outras alterações, tudo poderá ser feito, mas eu, por precaução, ainda não oficializei o projeto, no oficial não tem ainda a aqui a minha assinatura. Então eu vou ler o projeto, se vocês entenderem que é um projeto para iniciar esse debate e que poderá ser aprimorado, a partir de hoje ele passa a tramitar oficialmente. Eu ainda posso alterar se vocês entenderem que deva ter alguma alteração no que é fundamental.

Vamos a leitura do projeto: "Acréscenta art. 253-A à CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados em frigoríficos avícolas. O Congresso Nacional decreta: art. 1º. A CLT aprovada pelo Decreto... repito, nº 5.452, de 1º de maio de 43, Passa a vigorar", agora que vêm as mudanças, "acrescidas do seguinte art. 253-A. Art. 253– A, a duração de jornada de trabalhos normal dos empregados em frigoríficos avícolas será de seis horas diárias e 36 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva".

Ou seja, isso é lei, qualquer alteração só mediante acordo ou convenção coletiva entre as partes.

“§ 1º É assegurado aos empregados em frigoríficos avícolas um intervalo mínimo de 20 minutos para a alimentação durante a jornada, sem prejuízo do direito ao período de repouso previsto no art. 253 desta consolidação quando for o caso. § 2º Aos empregados em frigoríficos avícolas que não tiverem direito aos períodos de repouso previsto no art. 253 da CLT, é assegurado um período de repouso de dez minutos a cada hora trabalhada”. Trabalha uma hora tem que descansar no mínimo dez minutos, bem como o rodízio de tarefa sempre que possível.

“Art. 3º A duração da jornada de trabalho normal dos empregados em frigoríficos avícolas poderá ser acrescida até de duas horas suplementares mediante acordo escrito entre empregado e empregador, mediante contrato coletivo de trabalho”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Destaque para esse aí, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Destacamos esse § 3º. Aqui deve estar se referindo, aqui naturalmente às horas extras. O Dr. Sandro também pode aí já colocar o que entender, de imediato já poderia colocar.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Senador, eu teria algumas sugestões sobre o projeto, então a primeira seria sobre a denominação “frigorífico avícolas”, teria que ver que o é mais técnico. Alguns têm denominado essas empresas de empresas de abate e processamento de carnes ou frigoríficos, tanto faz, é uma questão mais formal.

No *caput* do art. 253-A, quando fala mediante acordo ou convenção coletiva, é uma pequena alteração, mas eu sugiro que seja mediante convenção ou acordo coletivo, porque se não paira dúvida sobre a natureza do acordo, se é individual ou coletivo, então eu sugeriria só essa pequena alteração.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inverte?

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Inverte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só inverter.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Só inverter.

No § 1º eu queria esclarecer o seguinte, há uma longa discussão jurídica sobre a aplicabilidade do art. 253 aos frigoríficos, e todos sabem do que eu estou falando aqui, quem atua na área sabe. Alguns Tribunais têm entendido que o 253 só aplica à Câmara fria e outros Juízes tem entendido que o 253 aplica a qualquer ambiente artificialmente frio, de modo que eu ia sugerir... Desculpa, um pouquinho antes ainda. Eu ia sugerir, senador, no *caput* do 253-A a vedação

de adoção de bancos de horas. Porque se você não vedar o banco de horas no 253-A--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já inclui esse projeto também a vedação--

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Se você não incluir, ele pode trabalhar dez horas por dia e aí vai lá para [ininteligível], então acho que poderia incluir a vedação de banco de horas no *caput* do 253-A. “Mediante convenção ou acordo coletivo vedado a adoção de banco de horas”.

No § 1º eu ia sugerir o seguinte, uma redação talvez mais simples: “aplica-se a todos os ambientes artificialmente frios o art. 253 da CLT” e aí você já deixa claro que o 253 aplica a todas as hipóteses. No § 2º do Projeto de Lei, nós temos o seguinte, ele está estabelecido uma pausa a todos os empregados e vai ocorrer alguns casos em que ela não é necessária, por exemplo, aqueles que trabalham na parte administrativa, então eu diria o seguinte, essa é a redação da ANR 17, “nas atividades em que haja sobrecarga muscular, estática ou dinâmica de membros superiores, inferiores ou coluna, aplica-se a pausa de dez minutos a cada hora de trabalho”.

E faço essas sugestões em nome da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho, que agora eu estou representando nesse ato, não é o Sandro que está aqui hoje, eu represento hoje em dia todos os membros da ANPT.

E para encerrar, o § 3º e aí é o seguinte, o ideal seria que o § 3º fosse suprimido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problema.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Só que sem a supressão teria que ver da conveniência de uma aprovação ou não. Talvez seja mais fácil aprová-lo com o seu conteúdo e aí no final das contas você vai saber quais são os bons sindicatos e os maus sindicatos. Os bons sindicatos vão manter seis horas, os maus sindicatos vão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero dizer que eu não tenho problema nenhum de suprimir o art. 3º. Por isso que eu estou submetendo ao Plenário--

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Eu sugiro a supressão, caso não haja, caso não se entenda pela supressão, que não seja admitido o acordo escrito individual, que seja por convenção coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só mediante acordo--

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: Ou acordo coletivo. A vantagem de manter, é que é mais fácil você passar um projeto, teoricamente falando--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, eu estou entendendo.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: E aí o senador tem mais condições de avaliar isso, é mais fácil você passar isso e depois você manda para a negociação. O mau sindicato vai vender a saúde do trabalhador, o bom sindicato vai dizer: "Não. É 36 e não vai mais". Agora, o ideal--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É a supressão.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: A posição do Ministério do Trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De minha parte, eu já vou suprimir.

SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ: A posição do Ministério Público do trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu sempre ... Deixa eu colocar, antes do Siderlei falar, eu quero dizer que esse projeto quando foi feito pela consultoria, eu procurei remeter para as entidades, que para que fizessem o contraponto. Como não recebi até o momento e tive o cuidado, pode ver não está assinado o oficial, vocês receberam simbolicamente, mas esse aqui que está com o carimbo em cima eu não assinei ainda, então eu posso tranquilamente alterar. Eu proporia... Porque eu sempre prefiro apresentar a proposta mais ousada, se tiver que negociar a gente negocia mais na frente. Se vocês concordarem, Dr. Sandro, o que nós faríamos, nós aprovaríamos com as correções apresentadas pelo Dr. Sandro com a exclusão do § 3º. É isso? Contempla a todos?

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Eu acho que contempla, não dá para deixar, gente, esse negócio de bons e maus sindicalistas, não dá para estar, dar bola para o azar, tem muito mais mau do que bom, a verdade é essa. Então tu não podes deixar brecha para as empresas continuar comprando ação dos trabalhadores e muitos sindicalistas vendendo. Tem existe. Não podemos deixar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, pelo que eu vi há unanimidade com as correções que o Dr. Sandro apresentou. Então Dr. Sandro, o senhor não pode sair daqui. O senhor vai ali para o computador, de preferência se puder agora, até que a gente faça alguns comentários, a gente já suprime o art. 3º e faz as correções, que é um projetinho simples, uma mudança somente do art. 253-A e mudanças do § 1º e 2º e suprime o 3º. Então esse que vocês têm aí pessoal, vocês deixem aí, para não tramitar dando a impressão esse que nós colocamos para análise de vocês e antes de ir embora vocês vão receber já o oficial, Ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fala, doutor, meu amigo, Edvard.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Meu amigo. Senador, eu queria só perguntar ao Dr. Sandro... Ah, ele saiu?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já foi para correção da emenda.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Já foi para correção? Está bom. Não, é só vê se me atende aí, porque nós estamos sempre mencionando aqui no projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E já vai incluir o fim do banco de horas, viu?

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Não, não. Sempre menciona aqui avícolas, e nós que somos de origem, nós temos no setor de frigorífico tanto suínos como bovinos, a--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas ele já propôs.

[falas sobrepostas]

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Aí ele me atende, porque seria câmara fria, túnel, abate, nós temos muito no bovino--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí debate o projeto, pessoal. Depois de você o companheiro Siderlei--

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Teria que ser frigorífico, mas o Dr. Sandro já satisfaz.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Siderlei.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Eu dirijo uma confederação que tem frigorífico e tem avícola, mas eu aprendi uma coisa, quando a gente quer muita coisa não leva nada. Então eu a ideia é o seguinte, o que está pegando mesmo, que o pessoal está se ferrando com 25% de doentes e tem um ritmo enorme, uma coisa é cortar um bifão grandão lá, e outra coisa é aquele pedacinho pequeno.

Então se nós conseguir pegar no [ininteligível] tu bota muito. Primeiro, nós vamos bater com os empresários, então quanto mais empresários tu botar para vir contra nós é pior, o *lobby* é maior. Então é o seguinte, porque [ininteligível] isso aí, depois por orientação Parlamentar inclusive, discutindo com nós, pediram para nós dar uma focada, como eles chamam.

Porque o setor avícola tem um trabalho em andamento de dez anos já, dando um pau danado no negócio. Tem um trabalho internacional feito, o setor avícola, é onde o pau está pegando, é aí. Então se nós conseguirmos seis horas aqui, para puxar para o resto é um abraço. Agora, se vai querer botar tudo vai querer

jogar os Marfrig, os não sei quem, tudo contra. Se nós estamos brigando com a Brasil Foods e estamos brigando com as grandes empresas avícolas e é onde o pau está pegando, é onde as doenças, tudo aqui que está aqui hoje de branco, vestidinho aqui, que veio da nossa confederação são avícolas, por quê? Porque lá que está o problema maior. Nos frigorífico tem problema, como tem problema no chocolate, como tem problema em todas as indústrias de alimentação, no peixe, a indústria do peixe é incipiente, muito fraca, muito pequena, tu mete peixe, os caras até vão, é capaz de provar: "Não, no peixe mesmo é um problema", e lá no peixe nós não temos tanta gente assim hoje no Brasil, é a menor indústria de alimentação hoje do brasileiro é a indústria de pescado. Então gente, eu acho que não dá para nós naquela ânsia de querer arrumar toda a casa de uma vez só, vamos arrumar a sala, focar nisso aí que é onde tem trabalho feito, onde tem trabalho andando, para nós conseguir começar por aí. Se começa por aí é um abraço para puxar para o resto. É só [ininteligível], está faltando aqui agora e tal. Tu já tens, como é que chama, um parâmetro, deputado. Então foi por orientação mesmo das comissões aí, que estão elaborando os projetos que pediram para nós começarmos a trabalhar no foco e não assim muito amplo. Mas está em discussão e a posição minha seria essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Artur com a palavra.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Senador, eu até entendo, eu acho que a posição do companheiro Siderlei, ela é pertinente, eu acho que essa questão de você enfrentar *lobby*. Mas eu acho que, Siderlei, nós não poderíamos deixar aqui o setor de frigoríficos, e aí tanto bovino como suíno e demais, fora, por quê? Porque é tão penoso quanto o setor de avícolas. Não é menos penoso, ele é tanto quanto.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Não, não tanto. É muito maior num setor do que no setor do que no outro, então aqui--

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Não, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um pouquinho, Siderlei.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO: Então, por quê? Mesmo porque os donos do setor avícola muitas vezes eles são os próprios donos do setor também de bovino do frigorífico, o caso da Marfrig.

Então eu acho que nós vamos enfrentar eles de qualquer maneira, certo? Mesmo porque eles são donos muitas vezes tanto do bovino quanto suíno e muitas vezes do setor de avícolas também.

Então, Siderlei, eu acho que não poderia ficar fora o setor de frigorífico, suínos e os demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, nós estamos com um pequeno probleminha aqui, há uma discordância aqui, na verdade, que vai influenciar na redação do projeto, porque o art. 253 aqui, embora mudando agora, melhorando a redação, ele é muito claro, alteração da jornada de trabalho normal dos empregados em frigorífico avícolas será de seis horas.

Então aí vai ter que mudar aqui a redação. E aqui tem que ver o que nós construímos aqui de consenso, porque aqui o objetivo é o consenso. Porque depois, pessoal, quando o projeto começar a tramitar nas comissões, é possível fazer outras emendas, ou mesmo até suprimir alguma coisa, vamos ver ali, o companheiro lá parece que quer dar uma sugestão e vou passar para você em seguida.

SR. MÚCIO DE OLIVEIRA: Senador Paulo Paim, eu sou assessor da 1ª vice-Presidência da Câmara dos Deputados. O Deputado Marco Maia apresentou um projeto muito semelhante há 40 dias--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não da forma que está aqui, digamos.

SR. MÚCIO DE OLIVEIRA: Um conteúdo muito em cima dessa questão do setor aviário, então já está tramitando na Câmara esse projeto, já foi distribuído para três comissões dentro da Câmara, a Comissão, CCJ, que é o normal, Comissão de Trabalho e Seguridade e Família. E este projeto, ele tramita de uma forma diferenciada de outros projetos, que ele tem efeito conclusivo nas comissões, pode ter efeito conclusivo nas comissões.

Então, se de fato for decidido de que amplia para os demais, nós teremos que proceder nas comissões emendas para que ele possa ter uma tramitação conforme acordo e sempre muito junto com o Senador Paim e o Deputado Marco Maia, a gente possa ter de fato um projeto muito semelhante para ter uma tramitação rápida e que possa haver o quanto emendas menor que tramita--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nas duas Casas.

SR. MÚCIO DE OLIVEIRA: Mais fácil nas duas Casas. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai lá, Fábio.

SR. FÁBIO ALEX SALOMÃO: Senador Paim, é a orientação inclusive do Procurador do Ministério Público, falando em nome da associação, porque avícola, frigorífico, nós temos bastante acidente. Eu estou inclusive fazendo um vídeo, já vou... Eu ia fazer isso, convite para o senador estar lá, tenho vídeos... Teve

uns 30 dias agora, caiu um boi em cima de um menino, ele com a faca cortou o braço dele, todos os tendões, com 18 anos, não é frigorífico.

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Não é esse acidente que nós falamos, nós falamos dos movimentos repetitivos, não é acidente da faquinha, do cortezinho, essa é a diferença.

SR. FÁBIO ALEX SALOMÃO: Cortezinho, não, Siderlei, tem gente que perde dedo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, vamos devagar, vamos devagar--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com calma e tranquilidade, essa Audiência Pública está sendo transmitida para todo o país, é importante que a gente busque a unidade entre nós, para que o projeto avance, então eu vou fazer um apelo, eu não tenho problema nenhum de discutir ao vivo para todo o país, mas é importante que a gente tenha essa... Vai interagindo em sintonia.

O Dr. Sandro está contribuindo lá com a redação, e eu apresentarei o projeto que for fruto da vontade do movimento social, vamos lá com calma e tranquilidade. Renato.

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Senador, o problema é o seguinte, eu tenho frigorífico lá na minha base, lá em Porto Alegre. O problema dos frigoríficos ele não é tão grave quanto à avícola, mas ele tem, 50% ele tem, porque lá no setor frigorífico, trabalho manual, tem muito trabalho manual, quem trabalha em frigorífico daqui, abate bovino sabe que tem umas pessoas que se chamam magarefe, que é as pessoas que trabalham com a faca, tem que ter ideia da coisa, essas pessoas, tu já pensou tirar o couro lá de... Como é que tira o couro do boi lá, e têm pessoas doentes, sim, com problemas nos braços, LER, DORT, coluna, perna, tem quanto o setor avícola, tem que nós acompanhamos e temos diversas CATs encaminhadas lá pelo sindicato de Porto Alegre para o 'INPS', tem, que ser revisto sim, tem. Não é como colocou o Siderlei, que não igual, concordo com ele, que não é igual, mas que tem, tem, não pode passar, senador, aproveitar isso aqui agora e botar. Se tiver alguém mais que tenha frigorífico bovino aqui, que dê a sua palavra, porque o problema é quase o mesmo, pode não ser agora, mas daqui um ano é igual, você está no Mato Grosso, tem que abrir a voz aqui, tu tem que falar aqui--

SR. FÁBIO ALEX SALOMÃO: Exatamente. Estou dizendo.

SR. RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Lá tem, cara, a gente sabe, acompanha, e tem.

SR. FÁBIO ALEX SALOMÃO: É a orientação da associação--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Espera um pouquinho, vamos um por vez, depois do Renato é a Geni.

RENATO DE OLIVEIRA BORGES: Senador, é isso aí. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Geni com a palavra.

SRA. GENI DALLA ROSA: Senador, nós fizemos toda uma discussão em relação ao setor avícola, então essa discussão é de muito tempo com o Movimento Sindical, com os trabalhadores, a princípio a gente tinha... A gente sabe da realidade do setor da alimentação. Como o Siderlei falou, é o setor... é chocolate, é o leite, é o peixe, é o boi, é o porco, todos têm problema no setor avícola porque todos eles trabalham com nória, nória que tem que acompanhar, enfim, não é... É a máquina que dá o ritmo do trabalho, a gente tem esse problema, mas essa discussão, esse projeto foi feito em cima de discussão de todos os trabalhadores, a grande maioria dos trabalhadores, a gente trabalhou a questão do setor frango, porque ele é o pior e não é porque a gente não queira resolver problema dos outros, a nossa maior preocupação é que se nós colocar frango, se nós colocar o boi, se nós colocar o suíno, nós colocar... Então tem o chocolate e todos os setores, não passa. Não passa. Não passa. A nossa preocupação, a grande preocupação é não passar o setor(F), é isso.

[palmas]

E tem, senador, tem toda uma discussão, um trabalho em cima do setor avícola e que depois a nossa luta vai ser, e o nosso desafio vai se estender para os outros setores. Essa é a preocupação que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ernane com a palavra e a Mesa vai acabar decidindo aí, eu sei que eu vou buscar o consenso no Plenário numa decisão aqui salomônica. Ernane.

SR. ERNANE GARCIA FERREIRA: Senador Paim, eu pediria aos meus demais pares, dirigentes sindicais, que nesse momento se atentasse para que a gente conseguisse convergir nessa ideia inicial aqui, de nós ficarmos no setor avícola que hoje, nesse instante, é o que está mais matando, mais assassinando o trabalhador.

[palmas]

Num momento posterior, dentro daquela ideia que o próprio Procurador também está nos dando, que a gente pode... via os acordos coletivos, via convenção coletiva, ampliar isso. Nesse momento é muito impor-

tante que nós não provoquemos todo o capital contra nós, é necessário a gente ficar atento a isso, até porque em todo o território nacional nós sabemos o que é mexer, o que é mexer, trabalhar com esses setores.

Então, nesse momento eu conclamo o Edvard, o Renato, o companheiro Fábio, para que a gente centrasse fogo, centrasse no projeto avícola e na sequência, com certeza, como de tantos anos, como de tantos momentos de luta, Edvard, Renato, a gente possa ampliar isso nos outros setores. Até porque, de certa forma, esse setor avícola é o que nesse instante, é o que nesse momento, aflige todo o território nacional que eles têm de certa forma atacado com mais frequência em cima da saúde dos trabalhadores. É nesse sentido que eu conclamo, eu convido os companheiros, a gente fazer essa convergência e aí na sequência, sim, o Movimento Sindical, independente das bandeiras, nós centrar fogo com focos nos outros frigoríficos, que com certeza a gente avançaria com mais tranquilidade, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, nós já ouvimos a todos. Eu vou encaminhar da seguinte forma e acredito que com isso a gente busque o entendimento. O Artur, quando fez a sua fala, ele lembrou aqui de uma pesquisa inclusive nacional, que eles estão fazendo em todo o setor, o que faríamos então aqui? E o Artur pelo menos concordou, eu espero--

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Essa pesquisa que já foi feita pelo setor de Federação também--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas não...

SR. SIDERLEI DE OLIVEIRA: Também, não vai mudar agora, a pesquisa que está em andamento, mudar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas não é isso, Siderlei, não é isso. Não é isso não tem nada a ver uma coisa com a outra, uma coisa é uma outra e outra coisa é outra coisa.

O que eu estou dizendo é que essa pesquisa que o Artur está fazendo, ele também me dizia aqui que pode embasar um projeto. O que eu vou propor? Esse projeto, com as correções apresentadas aqui pelo Dr. Sandro, seria específico para o setor avícola. Logo após a conclusão do trabalho que ele está fazendo, que seria um projeto mais amplo, ele me apresenta o projeto, e que é legítimo, pessoal, é legítimo e eu apresento um outro projeto que atenda a todo o setor, daí contempla a todos. O que vocês acham, resolve o problema?

[palmas]

Esse projeto fica exatamente como está, meu amigo Fábio, entendeu Fábio? E nós apresentaremos um outro projeto depois dessa pesquisa, que bom que o Siderlei também já levanta que já tem um trabalho acumulado, com o trabalho que vocês estão fazendo eu sei que a Consultoria do Senado já foi perguntada se poderia apresentar um projeto nessa linha, e a gente apresenta.

Eu quero que vocês entendam aqui que o nosso papel aqui é ser instrumento do movimento social, se nesse momento esse setor avícola contempla essa Audiência Pública, eu vou encaminhar, sem prejuízo de um outro projeto que apresentaremos posteriormente, que contemple todo o setor do abate. É mais ou menos isso, não é? Todo o setor do abate. Ok, pessoal?

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu posso botar em votação?

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Senador, só para nós encerrarmos, diante do pedido do meu companheiro ali e é estratégia para nós, porque o interesse nossos são os trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Todo trabalhador. Nós sabemos que o problema existe em todos os setores, nós não podemos negar, por exemplo, no bovino, quem trabalha no túnel bovino, vinte graus abaixo de zero na câmara fria, quem trabalha na câmara fria, no bovino, na sala de abate que é muito quente e molhado o tempo todinho, falaram que nós estamos aceitando que só no frango que tem problema--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, mas nós já resolvemos isso.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Mas em nome da união, da estratégia para nós dar andamento, para conseguir e depois fazer outro projeto ou emenda--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro.

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Nesse aí, nós concordamos. Só dizendo o seguinte, no serviço de bovino, tem as sessões que é quase ou tão igual--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso é tranquilo, isso é tranquilo--

SR. EDVARD PEREIRA DE SOUZA: Que quem trabalha sabe lá dentro, é quase igual à avícola, se não for igual.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É unânime.

Pessoal, vamos colocar então se me permitirem. Eu tenho que colocar em votação agora, de forma definitiva, eu vou colocar as duas votações. Aqueles

companheiros que entendem que esse projeto específico, com as correções aqui levantadas e a exclusão inclusive do § 3º pelo Dr. Ernane, seja ele caminhado, a partir desse momento, para tramitar na Casa se pronunciem, como é que se pronunciaram aí? Vamos bater palma, que é melhor, vamos fazer um embrulho aí.

[palmas]

E aqueles companheiros que entendem que nós apresentaremos um outro projeto, contemplando todo o setor do abate, num segundo momento, depois do trabalho já feito em pesquisa que está sendo realizada, se manifestem também.

[palmas]

Ok, pessoal. Unanimidade. Está essa parte da nossa audiência encerrada, só me permitam ainda, antes de eu concluir os trabalhos, de eu ler aqui um requerimento do Senador José Nery, que é meu parceiro em todas as lutas aqui, ele não está presente, eu então estou assinando em nome dele, para que seja votado aqui na comissão o seguinte requerimento: *“Requeiro nos termos do art. 93 art. 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize, no prazo mais curto possível, uma Audiência Pública a fim de debater em profundidade em termos do estudo do impacto ambiental de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu e Belomonte, para o qual sejam especialmente convidados: Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, IBAMA; José Antônio Muniz, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras, Eletrobrás; Márcio Meira, Presidente da Fundação da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; Antônio Mello, representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre; Sônia Magalhães, representante do Painel de Especialistas Autores do Trabalho – e aí vem o nome – Análise Crítica do Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; Dom Erwin Kräutler, Bispo do Xingu; Vilberto da Cunha Peixoto Júnior, Procurador da República. Senador José Nery”.*

Aqueles senadores e senadoras que concordam que esse requerimento entre na pauta, permaneçam como se encontram. Aqueles senadores e senadoras que concordam com o projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

Enfim, pessoal, nós concluímos essa Audiência Pública, agradecendo a todos vocês. A Comissão de Direitos Humanos mais uma vez cumpre o seu papel perante a história, acatando essas duas sugestões de projetos, um vai dar entrada hoje à tarde e o outro nós entraremos logo que for concluído o estudo e a redação final que será dada pela consultoria, dizendo que o outro projeto terá como linha esse projeto, para

que não fique nenhuma diferença quanto ao mérito em relação à situação de todos os trabalhadores.

E dizer para vocês que amanhã será um grande dia aqui no Congresso, com esse movimento a nível nacional, cerca de 30 a 40 mil pessoas estarão aqui para numa mobilização democrática, convencer, eu diria os Srs. Deputados e Deputadas a aprovar a PEC que é de autoria do Senador Inácio Arruda e desse Senador, que vai garantir a redução da jornada de 44 para 40. Mas alegrando também o setor, eu quero dizer que aqui no Senado eu tenho também uma PEC, que num primeiro momento reduz 44 para 40, que é a PEC 75, já tem o parecer favorável e daí para frente ela reduz uma hora por ano até assegurar o turno de seis horas para todos, como existe em diversos países do mundo, como a Austrália, onde é turno de seis horas e isso gerando, com certeza absoluta, se esse projeto for aprovado, algo em torno de dez milhões de novos empregos no nosso país.

Mas é positivo que a gente aprove primeiro aquele que está lá na Câmara dos Deputados, que eu tive a alegria de deixar lá assinado, de coautoria com o Senador Inácio Arruda e vamos torcer que a outra PEC seja aprovada aqui num segundo momento.

Parabéns todos vocês e está encerrada a Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h19.

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO AUDITÓRIO DO INTERLEGIS, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia onze de novembro de dois mil e nove, no Auditório do Interlegis, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Cristovam Buarque e Flávio Arns**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 44, de 2009 – CDH**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 14/10/09, com vistas a debater com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, por meio de videoconferência com as Assembléias Legislativas ligadas ao Sistema Interlegis, **“uma ação pioneira com vistas à implementação das Metas estabelecidas pela Lei 11.645, de 2008, que estabelece**

a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino as temáticas: Histórias e Culturas Indígenas e Afrobrasileira”.

O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Álvaro Fernandes Sampaio Tukano**, Idealizador do Projeto Séculos Indígenas do Brasil – FUNAI; **André Ramos F. Ramos**, Historiador, Indigenista e Educador da FUNAI; **Marileia Taiua de Oliveira Peruare**, Técnica em educação da FUNAI e **Frank Azevedo Coe** – Coordenador-Geral do Projeto Séculos Indígenas no Brasil. O Senhor Presidente chama os senhores convidados que comparecem à mesa e passa a palavra a eles. Faz uso da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as explanações dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um aqui, no nosso espaço do INTERLEGIS, e a todos aqueles que estiverem espalhados pelo Brasil, utilizando essa maravilha da modernidade. Agradeço à equipe que organizou, que permite essas teleconferências.

Por uma questão protocolar, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Fica dispensada a leitura da Ata para a próxima reunião, onde tenhamos um número maior de senadores.

Eu quero dizer que essa Audiência não foi iniciativa de nenhum dos senadores. Essa Audiência foi uma sugestão da comunidade interessada neste assunto, mas eu adotei, de imediato, essa proposta, que considero que esse é um dos temas fundamentais para a geração que quiser construir uma cultura saudável nacional, um patrimônio correto do imaginário brasileiro e não só o patrimônio das estradas, dos prédios, dos portos. Não. É o patrimônio imaterial, esse que é tão desprezado no Brasil. Os jornais de hoje, todos falam em apagão de energia elétrica. É muito incrível, a gente só vê o que apaga. A gente não vê o apagão que está ocorrendo com a da coleção do Oiticica, que é um pintor, pega fogo. A gente não vê a destruição, um apagão de idiomas indígenas desaparecendo. Isso

é um apagão. A gente não vê o apagão intelectual de crianças que não aprendem a ler na data certa, de jovens que não terminam o segundo grau. Este é um apagão. São apagões invisíveis porque acontecem à luz do dia e nos acostumamos a ver apenas apagões que acontecem quando a luz apaga. É uma contradição muito interessante, mas trágica. Hoje mesmo tem um artigo do Élio Gaspari, creio que no O Globo, mostrando que as obras indígenas que Lévi-Strauss, esse grande antropólogo que morreu na semana passada, doou ao museu na USP, estão perdidos. Ou mudaram de destino, saíram da coleção que era dele.

Então é em nome disso que diversas pessoas e o Presidente Lula participou ativamente, criamos a ideia de que, nas escolas, devem ser ensinadas as culturas indígenas, afrobrasileiras e africanas, puramente também, porque essa é a margem, essa é a origem nossa. As pessoas dizem: “Mas se é africana, não é brasileira. Brasileira é só o que for afrobrasileira”. Eu quero dizer que eu estudei num colégio em que eu aprendi os rios da França antes de aprender os rios de Pernambuco, onde estava a minha escola e onde eu nasci. Eu sabia mais dos rios da França. É triste dizer isso. Mas a Europa é uma das nossas mães, é importante aprender. Nós temos que saber da Europa, mas temos que saber muito da África e temos que saber muito da cultura afrobrasileira, aquilo que é brasileiro, mas teve a origem africana. Isso serve não apenas para manter o patrimônio cultural da nossa República, que vamos comemorar 120 anos na próxima semana, mas isso serve também para resgatar uma dívida que temos com esses povos que nos fizeram, como os povos indígenas. Isso mantém um patrimônio rico do Brasil, que é a diversidade que faz a riqueza. Imaginem uma pessoa que tivesse muito dinheiro e que só tivesse carro, nada mais. Não tivesse casa, não tivesse roupa, não tivesse comida. Não era rico. Riqueza só se manifesta quando você tem diversidade. Os gregos, com a sabedoria deles, chegaram a inventar aquele mito de Midas, que tudo que ele pegava virava ouro. Morreu de fome, que ele não consegue comer o ouro.

Um país rico é um país que tem diversidade de natureza, de culturas e de produção também. Um país que só produz uma coisa, como era o Brasil na época do café, ou antes, na época do açúcar, também não era rico. Podia ter uma renda alta, mas não era rico. A nossa riqueza depende disso.

Por isso, é importante ensinar às nossas crianças essa nossa dívida e essa nossa riqueza com os países e os continentes que nos deram origem e as culturas dos seus povos, que é a esses que nós devemos. É nesse sentido que vamos fazer essa Audiência e tentamos fazer num debate nacional. É certo que

os debates sobre o apagão elétrico, o debate sobre PAC, o debate sobre Copa, sobre Olimpíadas, termina atraindo mais gente. Então eu não sei como é que está do outro lado, embora, durante o debate, vamos saber, mas não importa. Independente de quantos participem hoje, isso aqui será gravado, isso daqui será tramitado diversas vezes pela TV Senado e isso fica registrado como parte também do nosso patrimônio.

Por isso eu quero chamar aqueles que aqui estão, que compareceram como convidados e que vão estar fisicamente para nós e virtualmente para vocês do outro lado. Vocês vão estar fisicamente do outro lado e virtualmente para nós, mas todos juntos numa grande causa, a causa de incluir no currículo oficial da rede de ensino as temáticas de histórias e culturas indígenas e afrobrasileiras. Eu convido Álvaro Fernandes Sampaio Tukano, que nos orgulha, que é o idealizador do Projeto Séculos Indígenas no Brasil e que vai estar aqui nos enriquecendo, inclusive pela sua, vamos chamar, vestimenta. Um país que tem uma vestimenta dessa é mais rico do que um que só tem gravata; eu convido o André Ramos, que é Historiador Indigenista e Educador da FUNAI e, por isso, tem muito a nos dizer, que nos orgulha pela opção de ser educador da FUNAI, quando a maior parte termina querendo ser educador nas cidades; eu convido a Mariléia Tainá, que é uma Indígena Kurâ-Bakairi e Técnica de Educação da FUNAI; e, finalmente, o Frank Azevedo Coe, que é Coordenador-Geral do Projeto Séculos Indígenas no Brasil.

O costume nessas audiências é seguir a mesma ordem das chamadas, que foi a ordem das apresentações pelo senador de quem deveria ser convidado. Entretanto, a Mariléia Tainá, eu confundi, porque ela veio no lugar da Rosane Mattos Kaingang, que é da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. A Mariléia Tainá pediu para falar antes dos demais por um compromisso. Eu creio que todos estarão de acordo e, então, eu lhe passo a palavra, Mariléia, para falar. Não esqueça que, quando falar, não pense só nos que estão aqui. Pense num número, que a gente não sabe quantos, espalhados pelo Brasil lhe escutando.

SRA. MARILÉIA TAINÁ: Bom-dia a todos que estão aqui presentes e os que estão nos acompanhando pelos meios de comunicação a distância. Agradecer ao senador por essa iniciativa e por esse espaço para a gente estar debatendo essa lei, que é muito importante para as escolas não indígenas, para o povo brasileiro e que nós, indígenas, queremos sim contribuir para que essa lei realmente não seja uma lei que fique só no papel, que ela realmente pegue, que o povo brasileiro possa conhecer a sua diversidade cultural, as suas raízes e que de alguma forma ajude a mitigar um

pouco o preconceito que existe e a falta de conhecimento em relação à diversidade dos povos indígenas brasileiros.

Eu gostaria também, senador, aproveitando a oportunidade, de que na semana que vem, informar a todos, que a gente vai estar realizando a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, e essa lei, ela foi uma das pautas de debate dos povos indígenas do Brasil inteiro. Reafirmar aqui o nosso convite para a sua presença nessa conferência, que é muito importante, é um marco histórico para nós, e a gente espera dali poder contribuir com o Plano Nacional de Educação que será discutido no ano que vem na Conferência Nacional de Educação e contar com a sua presença lá nesse evento, que é muito importante não só para nós, indígenas, mas para o povo brasileiro também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seguindo agora a ordem, eu passo para o Álvaro Fernandes Sampaio Tukano.

SR. ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO TUKANO: Bom-dia, Brasil, um bom dia muito especial ao nobre companheiro Senador Cristovam Buarque, que tem sido um dos grandes brasileiros, depois da morte do Darcy e do meu amigo Jefferson Peres, continua no partido, e dizer que, em nome dos povos indígenas que atuam nas bases, nós ficamos muito felizes de estarmos aqui para defender os direitos dos povos indígenas.

É obrigação nossa educar os nossos filhos. Lembrar que antes do nascimento do Brasil aqui existiram mais de 1500 povos indígenas e hoje restando apenas 220, com uma população estimada em torno de 750 mil, falando ainda 180 línguas indígenas distintas que para nós, brasileiros indígenas, é um motivo de orgulho estarmos aqui para defender, para que estas civilizações antigas continuem a ser preservadas para defender o nosso meio ambiente, as grandes civilizações indígenas deste país.

Quero dizer também aos nobres companheiros, espalhados pelo país, que nós, indígenas, de acordo com a Constituição Brasileira, também de acordo com as Convenções Internacionais, sempre buscamos manter contato direto com as nossas autoridades constituídas, isto é, a FUNAI é importante para muitos assuntos, mas é iniciativa das lideranças indígenas educar os nossos filhos, manter as tradições, defender os territórios indígenas, defender a biodiversidade e a etnodiversidade. É isso que eu quero trazer.

Eu venho da fronteira da Colômbia/Brasil, de um município que chama-se São Gabriel da Cachoeira, onde existem 23 povos indígenas, onde nós teremos três linhas co-oficiais: a minha língua, o tukano, a língua geral e a língua baniwa. Isto quer dizer que nós

queremos dar um novo debate para a questão indígena nesse país.

Com o apoio do Senado, principalmente do Senador Cristovam Buarque e de outros senadores, nós teremos uma grande vitória para assegurar uma educação verdadeira que trate dos nossos povos indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado Álvaro Tukano. Agora eu passo ao André Ramos.

SR. ANDRÉ RAIMUNDO FERREIRA RAMOS: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar ao Senador Cristovam Buarque e agradecer por essa oportunidade de estar discutindo a Lei 11.645.

Recentemente nós tivemos uma iniciativa da FUNAI, junto com a Fundação Darcy Ribeiro, e realizamos um fórum de atualização sobre culturas indígenas no auditório da FUNAI, que foi destinado aos professores da rede de ensino do DF.

A Lei 11.645, ela traz algumas questões muito interessantes, que eu acho que seria bom a gente pontuar no sentido de estimular o debate.

Em primeiro lugar, uma coisa que nos chama a atenção ainda, principalmente a gente que trabalha com formação de professores indígenas e formação de professores não índios pelo Brasil, é a visão dualista que permanece na sociedade brasileira a respeito dos povos indígenas, que é uma visão ainda plena de estereótipos. Você tem o estereotipado do mal selvagem, que é um estereótipo colonial, e o estereótipo do bom selvagem. São estereótipos que vêm sendo atualizados na modernidade brasileira. O primeiro desafio que nós temos, eu acho que o primeiro desafio é nós rompermos com esses estereótipos a respeito dos povos indígenas. Os povos indígenas, como o próprio Álvaro acabou de falar, são povos contemporâneos da sociedade brasileira, que, além de terem participado da formação desse país, são contemporâneos nossos e que, mesmo sendo contemporâneos nossos, enfrentando todos os problemas, todos os desafios dessa modernidade que nós temos tão complexa, estão aí, presentes, estão aí, presentes.

Essa atualização dos estereótipos, às vezes, deixa a gente muito surpreso. Um deles é muito comum no interior do Brasil e, às vezes, até não só no interior, às vezes nas grandes cidades, as pessoas se referem da seguinte forma: "Para que tanta terra para pouco índio?". É um dos estereótipos que permanece. Um outro estereótipo é de que os índios são inimigos do progresso, de que, na verdade, os índios são inimigos do progresso. Então o desenvolvimento econômico do país, ele tem um empecilho, são os povos indígenas. Quer dizer, não se consegue ver os povos indígenas como aliados do futuro do Brasil, numa perspectiva de

um país sustentável, numa perspectiva de um país, vamos dizer, politicamente correto do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da sociodiversidade. Então esses estereótipos, eu acho que o primeiro passo que nós temos que avançar no sentido do cumprimento da Lei 11.645 é a gente repensar essa forma de ver os povos indígenas, assim como os povos também afro-brasileiros, do qual eu sou também filho.

Um outro aspecto que chama a atenção. A Lei 11.645, quando trata do ingresso curricular, da história e cultura afrobrasileira e africana, da história e cultura indígena, ela coloca o seguinte: há necessidade de que esses assuntos, esses temas, sejam tratados de forma interdisciplinar nos nossos currículos. A gente falar em interdisciplinaridade, a gente precisa falar de interculturalidade, também, no sentido de que é um dos grandes desafios da escola brasileira, da educação brasileira, a questão da interdisciplinaridade. A interculturalidade é necessária ser vista também do ponto de vista crítico. Há um processo, nos últimos anos, de que as palavras e as expressões vão perdendo o sentido. Elas vão, de alguma forma, se tornando muito comuns e vão se banalizando. As políticas públicas, muitas vezes, falam em diversidade, e ela, na verdade, se torna uma palavra que está aí presente, na interculturalidade no currículo está presente, mas como, efetivamente, não acontece, as palavras acabam se esvaziando, as expressões acabam se esvaziando.

O desafio que nós temos nessa questão da interdisciplinaridade é um desafio da educação brasileira, porque a educação brasileira, a nossa educação – eu tenho um filho no ensino médio aqui, em Brasília, em escola pública – é uma educação que, efetivamente, não está ainda, vamos dizer, preparada para um trabalho interdisciplinar. A nossa educação ainda é feita dentro de caixinhas disciplinares, efetivamente dentro de caixinhas disciplinares, e que essa comunicação, esse diálogo, não acontece dentro da escola. Então, como construir um tratamento da história e cultura afrobrasileira, da história e cultura indígena, em uma educação que não conseguiu, ainda, enfrentar esse desafio, essa missão de uma educação moderna, que é a interdisciplinaridade, em que você submete, por exemplo, um jovem do ensino médio a dezoito disciplinas, a quinze disciplinas, em que as questões do contexto da realidade brasileira não são prioridades? Aí a gente parte para um outro aspecto, é o aspecto do livro didático, que [ininteligível] um terceiro desafio. O livro didático ainda trata os povos indígenas de forma ainda plena de estereótipo. E não é uma coisa do passado, assim de pensar: "Não, isso era uma coisa da década de 70, isso era uma coisa da década de 80". Existem pesquisas presentes, por exemplo, de uma antropólo-

ga, a Izabel Gobbi, em que a Izabel Gobbi analisa os livros didáticos, inclusive livros didáticos aprovados e distribuídos pelo MEC, até o ano de 2005, onde estão presentes uma visão evolucionista dos povos indígenas, como se os povos indígenas fossem... Tratando inclusive assim com expressões de povos primitivos e que nós, quer dizer, nós, a sociedade não indígena, temos que civilizá-los.

Eu não sei se ainda tenho algum tempo, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem.

SR. ANDRÉ RAIMUNDO FERREIRA RAMOS: Então esse desafio do livro didático é um desafio verdadeiro ainda.

As nossas universidades, elas têm uma produção considerável de teses, de dissertações sobre os povos indígenas no Brasil. A nossa crise da educação passa também por isso, por uma falta de diálogo entre a produção acadêmica universitária e a educação básica. O que se produz dentro das universidades no Brasil não está refletido na nossa educação básica. Cadê as teses, cadê as dissertações sobre os povos indígenas? De todos os pontos de vista, do ponto de vista da história, da etnografia, das estruturas indígenas, etc.

Como eu sou professor, aí eu fico perguntando... Eu fiz um curso de história, depois que eu fui me especializar na questão indígena, mas, na graduação, os nossos cursos de graduação, se a gente quer, de fato, que os nossos professores da rede pública tratem da questão da história e cultura indígena, da história e cultura afrobrasileira na sala de aula, isso tem que começar dentro das nossas universidades também. Por quê? As nossas universidades, os cursos de licenciatura, os diferentes cursos de graduação, independente da área que seja, não apresentam um aporte sobre a questão indígena, não apresentam um aporte histórico sobre as culturas afrobrasileiras, sobre as culturas africanas, ainda. Só se você, como estudante, tiver um interesse particular sobre esse aspecto e procurar fazer uma cadeira sobre esse assunto.

Então são os desafios que eu coloco para a implementação da Lei 11.645. Eu acho que a iniciativa é importante e eu acho que reflete também um diálogo do Governo Brasileiro com a sociedade civil, com o movimento dos povos indígenas, com o movimento do meu povo negro nesse país, que vem lutando há muito tempo também para um tratamento digno, de respeito. É uma excelente iniciativa. Agora, esses desafios precisam ser vistos, porque, senão, a gente corre sérios riscos da Lei 11.645 não sair do papel.

Muito obrigado. Eu agradeço a todos e me coloco à disposição para a gente poder debater melhor o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço, e nós todos, porque você trouxe assuntos bem concretos e que eu espero que discutamos daqui a pouco. Se ninguém tiver comentário a fazer, eu terei os meus para pegar as suas sugestões e transformar em realidade.

E finalmente temos aqui presente, antes de abrir a palavra àqueles que estiverem lá fora, que a gente não sabe quantos são e nem se tem, mas não faz mal, estamos gravando, esse debate vai para todos depois, eu passo a palavra ao Frank Azevedo Coe, que é Coordenador-Geral do Projeto Séculos Indígenas no Brasil.

SR. FRANK AZEVEDO COE: Bom-dia a todos. Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Senador Cristovam Buarque o convite, a oportunidade de estarmos aqui, apresentando o nosso trabalho e falando e debatendo sobre a Lei 11.645.

Eu, na verdade, gostaria de fazer um breve histórico introdutório do Projeto Séculos Indígenas no Brasil, do qual eu sou produtor, coordenador-geral e idealizador também do projeto juntamente com o Álvaro Tukano, que aqui está, e o Ailton Krenak.

O Projeto Séculos Indígenas no Brasil é um projeto que surgiu em 1992, logo após ECO-92, que foi organizada a grande Conferência Mundial no Rio de Janeiro. Após participar dessa Conferência, o Álvaro Tukano foi convidado a participar de uma série de debates, de seminários em Berlin, na Alemanha, onde eu morava, e lá nos conhecemos. Então é um projeto que vem sendo realizado há cerca de dezessete anos praticamente. O Álvaro Tukano, na ocasião, me falou da vontade dele, da ideia dele de fazer um trabalho como esse que nós estamos realizando, de documentação, a princípio, audiovisual, que era a minha formação na época, eu tinha feito uma formação na área de cinema, e o Álvaro achava que era importante fazer um trabalho de documentação da situação dos povos indígenas no Brasil como um todo, um trabalho que tivesse uma certa independência, as instituições que cuidam dos povos indígenas no Brasil e que fosse um trabalho de iniciativa e com uma orientação essencialmente indígena. Desde então, nós estamos trabalhando para tentar transformar em realidade esse sonho, esse desejo do Álvaro. Durante esse período, nós fomos procurar outras pessoas, como o Ailton Krenak, num primeiro momento, e pouco a pouco esse projeto foi crescendo e foi recebendo a adesão de outras lideranças indígenas, outras pessoas envolvidas com a questão indígena no Brasil e algumas instituições. Atualmente, depois des-

ses dezesseis anos, o projeto está em um dos seus desdobramentos realizando essa exposição chamada Séculos Índigenas no Brasil, que está prevista para março de 2010, no Memorial dos Povos Índigenas, aqui, em Brasília. Essa exposição, que, no caso, seria a terceira edição, ela já foi realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na PUC do Rio Grande do Sul, durante o Fórum Internacional dos Povos Índigenas, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Culturas Índigenas da PUC, dirigido pelo Professor Edison Hüttner, e, com o apoio da Fundação Darcy Ribeiro, nós realizamos a primeira edição. A segunda edição foi montada no Rio de Janeiro, no espaço Furnas Cultural, e essa então será a terceira edição da exposição, que é um dos desdobramentos do projeto e que tenta apresentar o material produzido nesses anos todos, material audiovisual, com 45 horas de imagens (vídeo) e mais de três mil fotografias e todo um acervo de material de pesquisa de imagens e de textos que nós transformamos nessa exposição.

Então esse projeto é um projeto muito antigo, é um projeto que vem sendo realizado há muito tempo, com recursos próprios durante a maior parte desse tempo, eu diria até 2004, e mais recentemente contando com o apoio, através das leis de incentivo, como a Lei Rouanet, do Ministério da Cultura, e patrocínio de empresas essencialmente estatais, como a ELETROBRAS, a ELETRONORTE e a PETROBRAS, e contando com o apoio, sobretudo, da Fundação Darcy Ribeiro, que através do seu instituidor apoia o projeto desde a sua criação, em 1997. Com o Governo Lula nós obtivemos o apoio do Governo Federal através, num primeiro momento, da então Senadora Marina Silva, depois Ministra do Meio Ambiente, e mais recentemente do próprio Senador Cristovam Buarque e o seu gabinete, que tem apoiado o projeto vivamente.

Esse projeto se desdobrou em filmes para a TV, como um que está sendo finalizado agora, chamado Maíra, de Darcy Ribeiro, "Um Deus Mortal?" Ele se desdobrou em publicações, como o Catálogo Descritivo de Imagens, que eu tenho aqui. Esse livro, de alguma forma, procura de maneira organizada apresentar o acervo produzido pelo Projeto Séculos Índigenas no Brasil, que, como eu disse, se constitui de 45 horas de imagens filmadas em cerca de vinte etnias, em doze Estados da União, numa viagem, uma verdadeira expedição que nós fizemos, eu, o Álvaro e a nossa equipe de filmagens, por mais de doze Estados da União e em trinta mil quilômetros. Esse material, nós iniciamos o registro dele em 1993. Então esse material se tornou um verdadeiro patrimônio dos povos indígenas, sobretudo, que nós colocamos à disposição através de cópias que se encontram na FUNAI aqui em Brasília,

no CTAV da FUNART do Rio de Janeiro e na própria Fundação Darcy Ribeiro. E, em breve, estará também à disposição na Biblioteca e Mideoteca da PUC do Rio Grande do Sul. Então através desse catálogo, que foi distribuído alguns exemplares e, também, se encontra na internet disponível em vários sites, inclusive no site do Projeto Séculos Índigenas no Brasil, que é o www.seculosindigenasnobrasil.com, onde vocês vão poder encontrar esse histórico que eu estou fazendo e outras informações.

Então, esse catálogo visa fazer com que as comunidades indígenas, sobretudo, que é o nosso público alvo, tome conhecimento desse material e possam vir a fazer o uso desse material, não só para estudo, pesquisa, mas para produzirem os seus próprios filmes, com imagens que registram um pouco da vida cotidiana, dos problemas e da cultura de cerca de vinte etnias, como eu havia dito. Há também, nesse material, depoimentos de algumas lideranças indígenas, algumas já falecidas, inclusive. Há depoimentos de personalidades como o Senador Darcy Ribeiro, como o Professor José Lutzberg, ecologista do Rio Grande do Sul, também já falecido, e outras personalidades. Então tem um conteúdo riquíssimo, interessantíssimo e que registra, sobretudo, um período da história dos povos indígenas no Brasil, sobretudo a década de 90. Esse material faz parte então desse acervo.

Essa exposição Séculos Índigenas no Brasil, que é um dos desdobramentos do projeto, ela, nessa terceira edição, ela traz essa proposta da ação educativa no espaço positivo. Essa ação educativa, ela é uma experiência bastante exitosa que nós estamos trazendo para o nosso projeto, que vem sendo realizada nas várias versões ou edições da Bienal do MERCOSUL, que atualmente se encontra em atuação e ação lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e da Fundação Iberê Camargo, onde há uma ação educativa permanente. Essa ação educativa nós então estamos trazendo, essa proposta de ação educativa no espaço positivo, nós estamos trazendo para o nosso projeto em parceria com o Memorial dos Povos Índigenas, dirigido por Marcos Terena, que infelizmente não pode estar aqui presente por estar coordenando os Jogos Índigenas, que é um evento organizado por ele já há bastante tempo, que pediu que eu comunicasse a razão da ausência dele do seu convite.

Essa ação educativa está sendo implementada em várias etapas. A primeira etapa dela foi organizada durante a Semana dos Povos Índigenas em abril do ano passado no Memorial dos Povos Índigenas, onde nós fizemos um encontro, sobretudo, com os coordenadores pedagógicos, supervisores e alguns diretores de escolas de Brasília, da rede pública e privada, e a

segunda etapa aconteceu agora, como disse o André Ramos, nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro no auditório da FUNAI, onde nós tivemos a presença de cerca de 250 professores das escolas públicas e privadas e público em geral, foi aberto também. Em três dias esse público teve a oportunidade de interagir com, sobretudo, lideranças indígenas como o Álvaro Tukano, Ailton Krenak, Marcos Terena, Rosane Kaingang, a Jufei(F) Kaingang, Edilene Truká, o Elimacuxi, que vieram de várias partes do Brasil para interagir com esse público para fazer essa chamada preparação dos professores de Brasília para a nossa proposta de visita guiada da ação educativa no espaço positivo, que será não a próxima etapa. A próxima etapa ainda vai acontecer em março do ano que vem, onde o fórum vai ter um segundo módulo em que nós complementaremos essa preparação dos professores e vamos fazer a formação dos mediadores que atuarão durante o período da exposição recebendo professores e alunos que visitarão o espaço positivo para essa chamada interação e preparação deles para um melhor aproveitamento do material exposto durante a exposição.

Há uma última etapa, que seria a chamada ação educativa permanente, que será estabelecida no Memorial dos Povos Indígenas, para receber professores e alunos que queiram visitar o espaço e mesmo aqueles que tiverem passado por todas as outras etapas, se quiserem aprofundar um pouco mais sobre a temática, sobre as culturas indígenas no Brasil.

Enfim, é um projeto que, como eu disse, conta atualmente com a parceria de várias instituições, como a Fundação Darcy Ribeiro, em primeiro lugar, num primeiro momento, que é a proponente do projeto junto às leis de incentivos, como a Lei Rouanet no Ministério da Cultura, o próprio Ministério da Cultura através de um apoio, de uma parceria com a Secretaria da Identidade da Diversidade Cultural, a FUNAI, sobretudo através da parceria com a Coordenadoria-Geral de Educação, e as Secretarias de Cultura, ao qual o Memorial dos Povos Indígenas de Brasília pertence, e a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Há, também, um apoio da PUC do Rio Grande do Sul e juntos nós estamos tentando, como disse o André, dar conta desses desafios que são inerentes à implementação da Lei 11.645.

Na realidade, a ideia de ir de encontro à lei, à implementação da lei, ela é posterior à própria ideia da proposta da ação educativa na exposição. A lei, que vige de março de 2008, ela é posterior ao início da formulação dessa nossa proposta do projeto. Então houve uma coincidência nessa nossa ação e a própria existência da lei. Houve uma resistência muito grande ou uma falta de sensibilidade, de compreensão, da

parte da própria Secretaria de Educação do Distrito Federal em abraçar a proposta de parceria para a implementação da nossa ação educativa ou do nosso trabalho, que não teria como ser realizado sem essa parceria com a Secretaria de Educação. Foram vários meses de tentativa de estabelecer uma interlocução, eu pessoalmente estive lá conversando com vários diferentes interlocutores, até chegarmos a realmente um entendimento e uma efetiva parceria que, felizmente, agora, está funcionando bem. Dentro da própria FUNAI houve também uma resistência e a única razão que eu posso ver para isso é, sobretudo, pelo fato de ser um projeto que é um projeto de iniciativa indígena. A proposta dessa chamada preparação dos professores, essa proposta de formulação de material didático, essa proposta de fazer uma verdadeira interação com os professores e alunos, é uma proposta indígena e uma proposta que prima pela autonomia dessas lideranças que estão envolvidas com o projeto. Mas, de uma certa forma, pouco a pouco, com muita persistência e perseverança, nós estamos conseguindo ter uma certa receptividade dessas instituições que, agora, são parceiras do projeto.

A princípio, é esse o breve histórico que eu gostaria de falar e de apresentar e me coloco também à disposição para a gente debater e continuar discutindo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu quero fazer alguns comentários e, depois, uma pergunta pelo menos a cada um, e aí podemos ter perguntas entre nós.

Antes de qualquer outra coisa, vale a pena comentar, eu anotei aqui, no que foi falado pelo André Ramos há uma frase que eu gostei muito, de que os índios não são contra o progresso. Eu achei muito importante isso e por duas razões eu vou dizer. Uma é para que os que defendem o progresso saibam que há maneiras de conviver os grupos indígenas com o progresso. Vocês não estão ali de forma obscurantista contra as formas novas de produção de geração de riqueza. O segundo é que embora vocês não sejam inimigos do progresso, este progresso que aí está precisa ser modificado para incorporar também as vontades e os gostos dos índios, dos negros e de todos que pensam no progresso de uma maneira diferente, como os ecologistas, por exemplo, que são os grandes aliados dos indígenas, dos índios, porque eles percebendo que os índios vivem da natureza e não do chão da fábrica.

Então hoje a gente precisa criar um novo conceito de progresso. E o progresso que está aí, este que está aí, porque vocês não são contra o progresso, mas existe o progresso e existe este progresso que está aí.

Este progresso, ele tem algumas características antiéticas. O progresso está aí é um progresso branco, ele é um progresso que não tende a respeitar as etnias, porque ele é formulado numa concepção inventada, sobretudo, na Inglaterra durante a Revolução Industrial, que foi levada ao mundo inteiro passando por cima das realidades locais. Então há sim um choque entre este desenvolvimento que está aí e um outro desenvolvimento que respeite as etnias, os seus gostos, suas maneiras de viver, como, por exemplo, precisam de terras grandes, extensas. Esse casamento é o que a gente precisa.

Aí eu peço para vocês falarem aqui algo que eu venho insistindo nos últimos dois dias, inclusive tentando que isso chegue ao Presidente Lula. O Governo Brasileiro atual, o Presidente Lula, estão envolvidos, Governo e Lula, num debate sobre se leva, ou não, metas de redução das emissões de dióxido de carbono na reunião de Copenhague. Eu acho que essa é uma discussão medíocre. Primeiro, eu tenho dito e falei com alguém lá do Planalto, para ver se chega ao Lula, de que ele não deveria ir a Copenhague como Presidente do Brasil. Ele deveria ir como um dos líderes do mundo inteiro. Não o líder do mundo, não existe, ninguém é o líder do mundo, nem Gandhi conseguiu ser, mas como um dos líderes do mundo. Qual é a diferença? É que se ele vai como líder dos 200 milhões de brasileiros, ele vai pensando em como manter a indústria funcionando, como manter o emprego, como garantir os votos, porque os votos são no Brasil, não existem votos mundiais. Agora se ele vai como cidadão do mundo, se ele veste essa carapuça, esse chapéu de líder, de um dos líderes do mundo, ele aí não vai se preocupar só com as emissões de dióxido de carbono, ele vai se preocupar com qual tipo de civilização a gente quer para o futuro, qual o tipo de progresso é compatível com o equilíbrio ecológico, com o respeito às etnias, com a incorporação dos pobres no mundo. Aí ele sai do debate defensivo. O Lula vai para Copenhague na defensiva, porque nós somos poluidores, nós somos destruidores de florestas. Ao invés de ele ir na defensiva para dizer: "Daqui para frente vamos destruir menos árvores, agora não pode ser tantos hectares por ano, tem que ser mais(F)". Ao invés dessa discussão, ele vai é cobrar de todo mundo uma nova postura. Essa nova postura deveria ter algumas bases que eu estou falando. Por exemplo, nos impostos. Tem que mudar os impostos como são hoje. Hoje, o imposto que a gente paga é sobre a renda ou consumo de alguma coisa que a gente compra, pelo valor. A gente tem que começar a fazer impostos pela duração do produto, porque quanto mais durar, menos poluente é. O imposto deve ser pelo combustível que o carro

usa e não pelo tamanho do carro. O imposto sobre o etanol, tem que pagar um imposto muito menor do que a gasolina, porque um é combustível fóssil e o outro é biocombustível, é renovável. Tem que mudar a política de impostos. Tem que mudar a matriz de transporte, fazer com que esse mundo mude do transporte privado para o transporte coletivo. Sem isso, não adianta falar em redução de emissões. Como é que a gente pode dizer que vai reduzir as emissões aumentando o número de automóveis, mesmo que ponha cada vez mais automóveis com biocombustível? Não consegue. Tem que mudar a matriz energética. Como é que a gente vai reduzir se a gente continua comemorando o pré-sal, sem perceber que haverá, aí sim, efeitos negativos no meio ambiente? As imensas grandes represas que parecem ser uma energia limpa, ela tem um custo, que é a terra que é ocupada, que são as espécies de animais que são destruídas, por mais que a gente tente cuidar delas. Hidroelétrica é boa, mas tem que ser, de preferência, pequenas indústrias hidroelétricas e não as grandes. A gente tem que criar um sistema no mundo inteiro de poder usar livremente as patentes das grandes invenções na área de saúde, na área de educação, na área de energia renovável. Eu não proponho deixar de pagar patente a quem descobriu, mas eu proponho um fundo que compre as patentes e que distribua gratuitamente para o povo, porque se a gente não pagar aos laboratórios, eles deixam de inventar os remédios. E tem que investir na educação. Por quê? Porque a verdadeira causa da poluição não é a emissão de dióxido de carbono, é a emissão de vontade de comprar que a gente carrega dentro da gente. Essa é a pior de todas as emissões, essa é a emissão que faz a gente ficar vidrado na frente de uma vitrine, que faz a gente ficar poupando, poupando, poupando para comprar um automóvel a cada dois, três anos. Essa que é a emissão ruim, é a emissão mental. E aí é a educação que vai melhorar. É essa educação que vai criar o respeito às etnias. Então um grande programa mundial de educação: educar a África, educar a Ásia e educar os brancos também da Europa para uma nova postura.

O Presidente Lula vai perder uma grande chance de ser o primeiro a dar um discurso como líder do mundo, desde que nós tínhamos Lênin, nós tínhamos Kennedy. Durante a Guerra-Fria, nós tínhamos os líderes do mundo, eles eram os líderes do mundo, eles não falavam só para os seus eleitores, falavam para o mundo inteiro, um proponho o capitalismo e o outro propondo o socialismo. Ultimamente esses caras falavam, um porque de certa maneira fracassou e o outro porque também fracassou. Aí eles entraram para dentro deles, dos seus países. Aí fica um peso dos seus

eleitores e não do mundo inteiro. E do curto prazo, porque a eleição é no próximo ano. Quem ficar muito preocupado com o próximo ano não tem discurso de equilíbrio ecológico. É falso, é mentira, é para inglês ver. Ecologista pensa na próxima geração, não pensa na próxima eleição, embora tenha que lutar para ganhar também a próxima eleição.

Então eu tenho falado isso tentando fazer esse discurso, esse recado chegar ao Presidente. É claro que ele não faz parte dessa nossa rede, mas é uma maneira também de colocar isso, até para ficar registrado que alguém falou isso. Então isso tudo foi provocado pela sua ideia de que os índios não são contra o progresso.

Depois em relação ao que você falou, eu quero tocar em alguns pontos que você colocou, antes de fazer as perguntas para todos.

O problema do ensino. Temos muitas disciplinas obrigatórias. É verdade. Nós não temos muitas disciplinas, nós temos muitas disciplinas obrigatórias. A gente tem que ter mais disciplinas e deixar livre. Por exemplo, tem um projeto meu que coloca a obrigatoriedade da escola oferecer vaga para quem quiser estudar idiomas indígenas. Eu não sei, eu acho que nem vocês sabem disso, desse projeto, nem vocês sabem. É um projeto meu. A gente não vai obrigar todo mundo a aprender idiomas indígenas. Eu sou contra obrigar. Eu sou contra obrigar até a aprender inglês, até a aprender francês. Só devemos obrigar a aprender português. Agora devemos ter disponíveis professores de idiomas indígenas, não só para conversar com os indígenas, mas para evitar que esses idiomas morram. Só ensinando aos outros é que a gente faz com que não morra um idioma. Então é voluntário. Para ser voluntário, tem que ser voluntário outra disciplina, porque você não pode ser voluntário fazendo duas ao mesmo tempo. A gente tem que aumentar o número de disciplinas e reduzir a obrigatoriedade delas. É isso que a gente precisa fazer. Não nas primeiras quatro séries, que aí tem que aprender o básico do básico, o fundamental. Quatro operações têm que aprender de qualquer jeito. Aprender a escrever e ler português, todo mundo tem, mas a partir daí aumentar o número de disciplinas e reduzir as obrigatoriedades dessas disciplinas. Se a gente fizer isso, vai ter espaço para as culturas afroindígenas, afrobrasileiras e indígenas, vai haver espaço, e para as africanas também.

Um outro problema, que, para mim, é o mais grave. Sim, mas para isso precisa de horário integral. Se a criança fica só quatro horas, e hoje nem quatro horas fica, a maioria fica de duas a três horas, que depois da merenda eles vão embora, aí não vão conseguir estudar história afrobrasileira. Não vai dar porque aí teria

que parar de ensinar a história do Brasil. Tem que ser horário integral com disciplinas não obrigatórias.

E a outra coisa é a formação dos professores. Isso aí que é o grande problema, formar os professores. Aí eu só vejo uma maneira: primeiro, é um salário maior, claro, para todos os professores. E, segundo, um incentivo específico para aqueles professores que optam por disciplinas onde não temos professores. Eu sou favorável que o salário seja igual para todos os professores, mas hoje a gente precisa mais de professor de física. Vamos dar um incentivo para o professor de física, vamos dar um incentivo para o professor de idiomas indígenas, vamos dar um incentivo para o professor de história indígena. Não é outro salário, é um incentivo, porque senão a gente não atrai gente para isso.

Então esses são os meus comentários e a maneira como eu acho que a gente deve encontrar o caminho.

E mais um ponto: educação não é só escola. Ou a gente envolve a mídia no ensino da cultura e da história africana, afrobrasileira e indígena, ou a gente não tem sucesso. Só pela escola a gente não consegue, porque as crianças vão aprender na escola, chegam em casa e esquecem, esquecem completamente ao só ver filme americano que, quando tem índio, é contra o índio, é o cowboy matando os índios, sobretudo no meu tempo de criança, e até hoje. Ou filme que não tem nada a ver com isso. Isso repercute no Brasil também, a gente tem que colocar a mídia envolvida em programas. Para isso também talvez tenha que ter incentivos. Eu vejo as empresas estatais brasileiras pagando jogos de futebol. Eu acho ótimo, eu gosto de ver. Pagando novelas. Eu acho ótimo, que eu também gosto de ver. Mas eles podiam fazer uma seleção, uma seleção em que daria: "Nós vamos pagar publicidade mais nos programas que ensinem o papel dos indígenas na história do Brasil". Pode ser uma novela. Pode ser um Domingo Espetacular, um Fantástico e Domingo... Tem um lá. Podem ser esses programas. De tal maneira que o estado brasileiro, através das suas estatais, comece a orientar. Aí vão dizer: "Mas isso é orientação ideológica". Não, não, não. Você dá a sua conotação ideológica e a gente dá o tema. O estado não vai obrigar escolher você para ser o redator. Não, escolham. Desde que fique bom e desde que não seja falso, não seja mentiroso, não seja racista. Aí a gente não pode deixar.

Então a mídia tem que ser envolvida, senão não vai haver ensino, porque inclusive não interessa ensinar só as crianças, temos que ensinar aos adultos, aos velhos, a todos. Nisso a gente chega pela mídia, pela mídia TV, rádio e pela mídia eletrônica também,

que tem que fazer um jeito com que ela entre nisso através dos blogs, dos sites, dos twitters.

Era isso que eu tinha a dizer, mas eu tenho, sobretudo, uma pergunta a fazer a cada um. Eu queria que cada um respondesse. O que é que vocês esperam de nós, parlamentares? Eu vou fazer de lá para cá. O que é que vocês gostariam de ver os senadores fazendo para que se torne mais fácil e mais rápido o ensino das culturas? E veja bem: alguns diriam exóticas, mas não tem nada de exótica. A cultura exótica é que a gente que a gente pratica, porque a indígena não é exótica, a indígena é natural, é que a que vem da origem. A africana não é exótica, ela é na sua origem. A europeia, também não. A cultura exótica é aquela que a gente está conseguindo construir somando as três, porque elas não existiam antes, elas surgiram a partir da gente. Então eu ia chamar de exótica, mas não vou chamar de exótica. Em que é vocês gostariam de ver nós colaborando para que houvesse um papel do Senado maior no cumprimento dessa determinação do ensino das culturas africanas, afrobrasileiras e indígenas daqui para frente?

SR. ANDRÉ RAIMUNDO FERREIRA RAMOS:

Senador Cristovam, o senhor trouxe questões bastante inquietantes. A pergunta também é bastante complexa. Primeiro eu vou responder a pergunta e pediria a liberdade de fazer um comentário sobre a emissão de dióxido de carbono depois.

Bom, a respeito, por exemplo, do papel do Senado, do papel do Congresso Nacional sobre a implantação da Lei 11.645, na verdade a gente teria vários pedidos, várias questões, mas eu acho, inicialmente eu acho que têm dois pontos importantes. Primeiro, acho que tem uma questão que o senhor trouxe na sua fala que é a questão da formação dos professores. Eu acho que há uma necessidade de se incentivar a formação de professores no sentido de realmente os professores trabalharem com a questão da cultura afrobrasileira e da cultura indígena. Esse incentivo ainda é muito pouco, porque o professor, na verdade, ele fica muito pressionado pelos horários que ele tem que prestar na escola. E os sistemas de ensino dificilmente, na verdade, colocam a formação do professor como um horário de trabalho do professor. Então isso já é uma dificuldade para o professor inclusive tomar iniciativas próprias, independente do sistema de ensino. Eu acho que há uma necessidade nesse ponto. Outro ponto que eu acho importante é a gente pensar em formas de financiamento, de incentivo para a produção de material didático. Existe muito pouco material didático a respeito de cultura e história africana, de cultura indígena. É muito, muito pouco ainda. E que esse material didático, por exemplo, possa ser produzido com

a participação dos professores indígenas, porque no Brasil a gente tem vários professores indígenas, temos alguns cursos de licenciatura intercultural com participação de professores indígenas. Então são dois pontos eu acho que para começar, assim, a consolidar mesmo o processo da lei.

Aí eu queria fazer um comentário, se o senhor me permite, sobre a emissão do dióxido de carbono, que tem uma ligação com a questão da cultura indígena e da realidade indígena contemporânea no seguinte aspecto: quando a gente diz, por exemplo, que os índios não são contra o progresso, é exatamente esse progresso depredador. O progresso, quer dizer, na verdade a ideia de progresso que nos chega, tanto para as comunidades indígenas como para as comunidades quilombolas, que não têm o seu direito fundiário ainda respeitado, está previsto em lei, mas ainda têm sérios problemas de reconhecimento de terras de comunidades quilombolas, assim como indígenas também, é o progresso que chega arrasando a terra, que chega arrasando os ecossistemas e o meio ambiente, onde estão presentes as terras indígenas. As terras indígenas, elas não estão lá isoladas. Elas estão dentro de um município, dentro de um estado brasileiro e muitas vezes, está provado inclusive por vários trabalhos ambientalistas e por imagens de satélite, que as principais unidades de conservação que existem nesse País são as terras indígenas não, são as unidades de conservação oficiais colocadas e ditas como de unidades de conservação. A questão da emissão do dióxido de carbono é interessante porque, hoje, existe o mercado de carbono internacional, quer dizer, o principal, vamos dizer assim, depositário, no sentido de interesse nesse mercado de carbono internacional são as terras indígenas, porque onde estão as florestas primárias desse País, estão dentro das terras indígenas e dentro das unidades de conservação, mas principalmente dentro das terras indígenas. Então se pensando em progresso, há que se pensar em progresso? Então vamos repensar esse conceito de progresso. Se pensar em progresso e pensar em engenharia genética, você tem que pensar nos recursos genéticos das terras indígenas. Aí mais uma vez a gente chega na questão do ensino da história e da cultura indígena em nossos currículos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Álvaro.

SR. ÁLVARO FERNANDES SAMPAIO TUKANO: Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu acho que V. Exa. sempre tem contribuído muito para a educação do povo brasileiro.

Eu fui professor primário na década de 70 lá no Alto Rio Negro. Eu dava aula para os índios que não

falavam a língua portuguesa. Eu estava mentindo ou, então, estava imitando o padre. Também eu estudei no Colégio dos Padres Salesianos, onde nós fomos obrigados a não falar as nossas línguas. Nós éramos obrigados a perder merenda se falássemos as nossas línguas. Fomos obrigados a decorar eu não sei quantas perguntas que tratassem da vida cristã, da história do Brasil, de geografia da Europa. Então o melhor decoreba sempre foi o melhor aluno, mas aquilo foi uma experiência.

Depois que nós criamos o movimento indígena neste País, nós começamos a discutir contra seitas religiosas que são radicais em civilizar os índios, porque para muitos religiosos que entram em nossas comunidades, o índio, só presta aquele que é batizado, aquele que não fala mais a língua dele. Esse índio é bom. Também à época nós enfrentamos a ditadura militar e a FUNAI foi comandada pelos coronéis e fez uma aliança muito grande com os religiosos para reprovar os nossos pensamentos.

Quando nós criamos os Séculos Indígenas no Brasil, foi justamente para ser crítico a esse modelo de civilização, a esse progresso, porque nós temos um novo... Aliás, nós temos outro tipo de progresso, que é manter as florestas em pé. Aqui eu estou vendo na minha frente que nós temos, por exemplo, o Brasil está com 107.473.360 hectares de terra, que os índios tomam conta desses territórios, que é o patrimônio do povo brasileiro. As terras indígenas são do Brasil. Então nós, índios, prestamos grande serviço ambiental para o Brasil e para a humanidade, mas isso ninguém vê. Acham que o índio está atrapalhando o progresso. Não, muito pelo contrário. Quem atrapalha o progresso brasileiro é a monocultura, monocultura de soja, devastação da Amazônia para introduzir o gado, a grilagem de terra, a falta de reforma agrária na Amazônia só para beneficiar os grileiros, como aconteceu recentemente aqui no Senado, e com essa visão o que Brasil tem de progresso, de aprovar a Usina Hidroelétrica de Belo Monte sem consultar as lideranças indígenas e outros interessados. Devastar a Amazônia é isso, colocar mais hidroelétricas, mais hidrovias, mais ferrovias. E quando se chega para discutir como é que deve ser o modelo de progresso, o pessoal fica assim nervoso, quer levar a proposta brasileira como se fosse a salvadora da humanidade. Isso de fato, senador, é contraditório. Se o Brasil está emitindo mais gases do que os índios, se o Brasil não para de fabricar os carros, aviões, se o Brasil continua com centenas de fábricas emitindo poluição na atmosfera, agora, por outro lado, obriga o índio a manter-se bonzinho, sem devastar nada. Então nós não podemos assim apresentar esta proposta no cenário internacional.

O que eu quero dizer aqui é que nós, índios, nós defendemos uma educação indígena tradicional, falando as nossas línguas, carregando os nossos filhos no colo, fazendo cerimônia para ele não pegar o espírito das florestas, das águas. É o que eu faço. Eu faço o que o meu pai fez. Antigamente tinha muito medo de falar isso porque era tudo coisa do diabo. Hoje, não. Não acredito nessa palavra vazia de certos educadores. O que eu tenho é o melhor que Deus me deu para curar as doenças. Tem uma floresta onde tem muitos remédios e que não tem nenhum custo. Só basta ter conhecimentos tradicionais e usar daquela floresta para viver bem. Não adianta eu chegar aqui em Brasília, não ter dinheiro e morrer na fila dos hospitais, como nós temos vista hoje.

Eu quero dizer aqui também, senador, que a situação indígena no País, no momento em que nós vamos apresentar o modelo de desenvolvimento e de respeito humano à natureza e aos povos indígenas, nós estamos numa situação bem delicada. Os Estados de Roraima, Maranhão, Pernambuco, sul da Bahia e mesmo aqui no centro-oeste, mais assim fortemente o Mato Grosso do Sul, têm sido os Estados mais racistas. Hoje os meus parentes do Mato Grosso do Sul não têm nem sequer liberdade para ter acesso aonde tem água, não tem floresta para fazer casa. Todo tipo de violência tem acontecido contra os índios Guarani-Caioá.

Então quando nós defendemos o bem-estar social dos povos indígenas, justamente nós defendemos o bem-estar de todos os povos do Brasil. O que é que é ecologia para nós. Elogia para nós é ter um porto livre, onde o filho de índio possa tomar banho, possa aprender a nadar, possa aprender a usar seu barco, a sua canoa para pescar, para caçar. Tem que ter uma disciplina muito boa a partir dos seus próprios pais, falando nas suas línguas, respeitando os conhecimentos tradicionais, respeitando o que diz a nossa Constituição Brasileira. O meu filho não pode ser inimigo de filho de branco, eles têm que fazer um novo modelo de País, um novo País que eles precisam, e nós estamos aqui trazendo essa proposta. Essa é a nossa posição. Não podemos ter, assim, o PAC devastador. Nós não estamos aqui a serviço do PAC. Nós, índios, não temos nada que ver com o PAC. PAC não salva a realidade dos povos indígenas. Muito pelo contrário, traz palavras boas, escritas muito bonitas no papel e, na realidade, a saúde está péssima, a violência está péssima e tal. É muito difícil o Presidente Lula dizer que a situação indígena no Brasil está uma maravilha. Coisa nenhuma.

Outra coisa que eu queria dizer, senador, o senhor me fez uma pergunta aqui e essa é uma pergunta que eu acho que é a mais bonita que um parlamentar já

me fez: Como é que deveriam ser os parlamentares? Me faz lembrar um nobre senador que passou aqui, na Câmara, quando eu estava no Rio de Janeiro, chamado Álvaro Botelho Maia. Uma freira disse o seguinte: "Não, esse daí não vai pegar o nome de índio". O meu nome de cerimônia, eu me chamo Duetero. Então Duetero era nome de índio, era é nome de pagão, nome de diabo. É assim que chamavam. "Como é que o meu filho vai se chamar?" – perguntou a minha mãe. Então a freira disse: "Não, ele chamar-se-á Álvaro". Então em nome do Álvaro Botelho Maia é que me colocaram esse nome, Álvaro Tukano, mas o meu nome de cerimônia é outro, eu me chamo Duetero. Duetero é o primeiro nome que nós damos aos primogênitos. Eu não sou o único Duetero. Nós somos muitos Dueteros. Então hoje o que nós defendemos são os nomes indígenas nos cartórios. Nós temos encontrado muita resistência nos cartórios, quando às vezes os juízes, o escrivão, não querem colocar o nome de índio porque é difícil de pronunciar. Não é difícil, nada. Isso é falta de vontade política, isso é discriminação, preconceito que existe nos cartórios. Eu acho que os senadores têm que estudar o que é que está acontecendo sobre isso.

Outra coisa que os senadores têm feito para defender a questão indígena tem sido importante aqui. Não é importante quando alguns senadores da esquerda ficam atacando a questão indígena contra a demarcação e a homologação das terras indígenas, como temos visto aqui, dentro deste Senado, com a participação também de alguns Deputados Federais da esquerda. Isso é muito ruim para quem é da esquerda. Eu poderia dar os nomes, mas todo mundo sabe, quem participa da vida pública sabe quais são os melhores parlamentares e os piores também. Eu creio que o Parlamento brasileiro não pode ser o espaço privilegiado para aquelas pessoas que cometem, que continuam cometendo crimes ambientais, que continuam fazendo especulação de terra. Nós temos visto, muitas vezes, escândalo atrás de escândalo que alguns parlamentares fazem e isso entristece a sociedade brasileira.

Alivia também muito quando nós encontramos, como V. Exa. mesmo e outros tantos senadores, deputados, que têm dado grandes contribuições para a nossa transformação social. Por exemplo, essa lei que nós estamos discutindo aqui para colocar a educação, tem que tratar da questão indígenas de afrodescendentes, é uma lei que nós achamos interessante porque muda a minha história. Eu sempre ouço dizer aqui em Brasília ou quando vou em Manaus: "Eu também tenho sangue de índio". "Você é índio?" "Sou". "Como é que foi?" "Não, é que a minha avó foi laçada de corda; minha avó foi pega a cavalo; ela foi caçada com cachorro". Então essa história é muito delicada, ela

é a minha história, isto é, faz parte da minha história como o meu povo foi barbaramente violado. E continuam acontecendo essas violações quando falta uma lei para tratar da educação da sociedade brasileira.

Por isso, quero agradecer aqui ao senador e a este Senado, principalmente ao Frank Coe, ao Dr. André Ramos e este menino que está aí ao lado, o Bacairi, que nós temos bons educadores, nós temos bons cidadãos brasileiros. Então este Senado deve proporcionar para que de fato haja uma discussão entre as lideranças indígenas preocupadas em salvar o meio ambiente, defender e fiscalizar os territórios indígenas para que o Brasil realmente sirva de modelo de desenvolvimento sustentável para este planeta. Não precisa o Congresso Nacional chamar somente o Presidente da FUNAI. Tem que discutir com as lideranças, por exemplo, que defendem... No momento a pessoa que eu mais respeito hoje no País, como liderança tradicional, é o Hauni. Hauni tem uma visão ideal, ele é defensor árduo para defender todos os rios, todos os animais e os índios do Brasil e do Xingu. Esse deveria falar por nós no cenário internacional, do que outros políticos que são devastadores e vão mentir lá para a Europa. O Brasil não pode ficar mentindo que vai fazer tudo e depois não pratica. Não pratica. Eu acho que o Brasil tem sim uma grande responsabilidade, porque o Brasil tem línguas indígenas, como eu falei nós somos índios que falamos 180 línguas, nós somos 220 povos que tomamos conta da biodiversidade aqui e nós temos um Parlamento, eu acho que V. Exa. e mais outros senadores devem falar isso no cenário internacional junto com outros parlamentares.

É isso que eu quero dizer. Então nós, lideranças indígenas, continuamos com uma grande esperança para participar das próximas eleições, para que tenhamos melhores, assim, discussões para eleger os nossos senadores, os nossos governadores. Então por isso eu estou aqui. Eu sou índio, sim, mas sou eleitor. Eu sou crítico com relação ao estado e à igreja e as nossas escolas merecem essa autocrítica. Não adianta a gente formar tantos universitários, tantos doutores. Depois esses doutores são menos doutores do que aqueles índios que vivem lá no mato e que conhecem suas histórias, suas tradições.

Uma grande vantagem que eu quero dizer aqui, senador, com o seu apoio e de outros senadores, nós antigamente não sabíamos escrever em nossos idiomas e hoje usamos a educação como um instrumento político de defesa, escreveremos em nossas línguas todas as tradições, todos os segredos indígenas e isso será patrimônio do povo brasileiro. É com isso que nós podemos contribuir.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Duetero por esse discurso perfeitamente organizado. Esse é um discurso que, quando vier transcrito, não vai ter que mudar nada. Eu gostaria de publicar isso, como também as outras falas dentro dos anais da nossa Comissão. O meu, quando eu for ver, eu vou mudar tudo. Não o conteúdo, mas porque não sai arrumadinho como saiu o seu. Parabéns. Eu fiquei emocionado com o seu discurso. Ao mesmo tempo, com essa história da obrigação de mudar os nomes, que eu nunca imaginei que existisse isso. Eu vou pedir ao meu pessoal que analise a possibilidade de a gente fazer uma lei obrigando os cartórios a aceitarem os nomes indígenas. Entre nós aqui, os brancos, de fato chegam pais que oferecem nomes até porque estão com raiva do filho ter nascido. Isso acontece. Eu já vi nomes, que não vou citar aqui quais são. Aí eu acho que tem até direito o tabelião tentar evitar essa vingança que se faz contra filhos, às vezes. Mas se é um povo indígena, tem direito a escolher o que quiser. Então eu vou ver se a gente pode fazer uma lei nesse sentido. Já seria uma grande vantagem dessa Audiência.

Eu passo a palavra agora ao Frank para que ele tente ou responda, pode falar o que quiser, mas a minha pergunta: “O que é que nós, no Senado, podemos fazer pelos povos indígenas, já que não tem nenhum representante direto dos índios no Senado”. Negro até temos, pelo menos um, podemos chegar até a três, mas índio, não temos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Então, eu passo para ela, para a Mariléia.

SRA. MARILÉIA TAINÁ: Pegando carona no discurso do Álvaro, ele descrevendo, eu lembro sempre de uma coisa que o meu pai dizia: que quando ele foi para a escola, o primeiro animal que ele aprendeu a desenhar foi um elefante e ele nem sabia que um elefante, ele tinha recém saído da aldeia, que não existia elefante no Brasil, que o elefante era da África. Então foi essa educação massificadora, homogênea e impositora que muitos indígenas dessa geração do Álvaro, o meu pai faz parte, sofreram, de proibir falar na língua, de proibir os rituais. Hoje a gente está tentando reverter isso através de uma educação diferenciada e, também, da participação indígena.

Quando o senhor pergunta o que é que a gente espera de vocês, senadores, o Álvaro disse bem: nós queremos que alguém vá falar por nós; nós queremos participar, queremos protagonizar esse processo também. É nesse caminho que as comunidades e as

lideranças, quando tomaram conhecimento dessa lei, chamaram para si a responsabilidade de querer contribuir nessa questão do material didático que o André comentou. Nós, indígenas, nós, professores, as comunidades que já produzem o material didático diferenciado, queremos ajudar também aos não indígenas a produzirem um material que realmente reflita a nossa realidade nas aldeias, a nossa realidade nas cidades também enquanto indígenas urbanos, muito invisíveis, e a realidade contemporânea dos povos indígenas. Então ninguém melhor que os próprios povos indígenas para mostrar para o Brasil quem nós verdadeiramente somos atualmente e não deixar nas mãos apenas de especialistas ou de uma simples comissão, onde a gente pode correr o risco de cair no erro de reproduzir ou até reforçar esse preconceito e essa imagem pejorativa que ainda persiste no imaginário brasileiro de quem são os povos indígenas no Brasil.

Então acho que, quando se propõe, tanto a Câmara como o Senado, a fazer essa lei, é justamente isso, é chamar os povos indígenas, chamar as lideranças e fazer essa coparticipação, que a gente quer participação efetiva mesmo para não deixar que seja algo abstrato ou longe de ser realizado. Como eu estava vendo no documento, as Secretarias, elas têm dificuldades de implementar essa lei. Hoje, existem vários Conselhos Estaduais Indígenas, existem várias organizações indígenas e a gente está se organizando em vários estados. Existem instâncias que os povos indígenas podem ser consultados e devem, porque é um direito nosso ajudar a construir mecanismos para que essa lei realmente saia do papel e se efetive de uma maneira que possa contribuir com a diminuição do preconceito, porque também, assim, falando um pouco da realidade lá do Mato Grosso, o que a gente sentiu também é que nós estamos dentro das terras indígenas, mas o próprio município, a cidade que nós estamos próximo, a própria população não nos conhece. Então eles ficam imaginando como que é morar lá na aldeia, como que é o rio: “Ah, vocês andam pelados lá dentro ainda?” E todo mês a gente está ali na cidade. Então os nossos vizinhos não nos conhecem e a gente quer, de alguma maneira, contribuir e ajudar a divulgar. E aí eu acho que os meios de comunicações, as mídias com certeza ajudariam muito nesse processo de mostrar para as pessoas quem nós somos, como nós vivemos, como nós pensamos, como nós vemos o mundo e que isso seja respeitado. Então muitas vezes quem está muito próximo a nós não nos conhece, a gente percebe isso e nós queremos participar.

Então eu acho que o que a gente espera de vocês é justamente essa abertura, esses espaços onde a gente possa estar dizendo: “Olha, isso não está legal,

vai por outro caminho, tem que consultar mais gente", porque hoje em dia construir uma política indigenista sem a participação dos povos indígenas é construir uma política equivocada, que com certeza futuramente podem surgir questionamentos.

Aí eu gostaria de pedir desculpas e licença também, que eu preciso sair, tenho um compromisso, e agradecer essa oportunidade de estar aqui, dizer que estamos à disposição, eu e o André lá na FUNAI, e enquanto indígena também a gente poder estar colaborando para esses debates sobre a questão indígena. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a você. Eu passo a palavra agora ao Frank.

SR. FRANK AZEVEDO COE: Eu agradeço uma vez mais a oportunidade, senador. Quanto à sua pergunta, eu reforço aquilo que a Mari acabou de dizer, no sentido de que seja feito um esforço, como eu sei que o senhor faz, como nessa ocasião dessa Audiência, de multiplicar a oportunidade de que lideranças indígenas, representantes de organizações indígenas tenham um espaço para se manifestar aqui no Congresso, como nessa Audiência agora.

A Rosane Kaingang, que infelizmente não pode vir, ela faz parte de uma organização, chamada Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que cuida especificamente do andamento, da tramitação de leis que estão em discussão no Congresso Nacional. Infelizmente, Darcy Ribeiro já dizia que as leis que existem no Brasil e que tratam dos povos indígenas, elas são copiosas. Elas são, talvez, o que há de melhor a nível mundial. Agora o difícil é fazer a implementação delas, é fazer o cumprimento delas, como o que rege na Constituição de 1988, o prazo dado de cinco anos para a demarcação de todos os territórios indígenas no Brasil, que até hoje não foi feito.

Existem novas leis que vêm sendo criadas ou se tenta fazer vingar que são verdadeiros retrocessos nas conquistas que foram feitas e que estão aí no Congresso Nacional em discussão, algumas realmente beiram o absurdo e que representariam, sem dúvida, em sendo aprovado um retrocesso muito grande em conquistas que foram feitas pelos povos indígenas, com muita luta durante muitos anos, que acho que o papel do legislador poderia e deveria ser estar atento a essas tentativas que se repetem de fazer retroceder as conquistas já obtidas. Isso seria já uma grande coisa, ficar atento, como eu sei que o senhor fica, como eu sei que a Senadora Marina Silva fica, não só atento com a sua atuação, com o seu gabinete, mas estando aberto a

que estas representações indígenas venham fazer as suas denúncias, colocar a sua posição e pedir ajuda. Acho que isso já é uma coisa muito importante.

A outra seria certamente, como o senhor também vem fazendo no que diz respeito pelo menos ao nosso trabalho, ao nosso projeto, apoiar essas iniciativas, essas iniciativas, sobretudo, indígenas, que são várias, no sentido de tentar fazer inclusive a implementação de algumas leis como essa, a Lei 11.645, mas de uma forma que traga, sobretudo, uma proposta indígena, uma visão indígena do que seria o melhor no que diz respeito à implementação de leis que tratem das culturas indígenas. Isso seria muito importante porque no nosso caso, o nosso exemplo é de muita dificuldade de que nós temos tido para, como eu disse, chegar a sensibilizar essas instituições, que têm por obrigação implementar essas leis. Um exemplo é hoje mesmo: essas instituições parceiras que foram convidadas a estar aqui e participar dessa Audiência Pública, não vieram, não estão presentes. A cada passo que nós temos feito com muito esforço, com muita dificuldade, em alguns momentos, ao invés de eles nos ajudarem, eles têm nos atrapalhado. Essa é a verdade. No caso, por exemplo, dessa tentativa de implementação de uma parceria para o cumprimento da lei aqui, em Brasília, a Secretaria de Educação, através da EAP(F), que foi responsável pela articulação do fórum junto conosco, se recusou a colocar como obrigatoriedade a participação dos professores no curso que nós oferecemos. E ao invés de seiscientos professores, que era o número de vagas oferecidas, nós tivemos duzentos e pouco, menos de duzentos e cinquenta. E a divulgação mesmo que ficou acertado e combinado que seria feito através de uma mala direta, por e-mail, não foi feita. E uma série de outras coisas que muitas vezes não tem facilitado o nosso trabalho.

Então eu acho que o apoio, como o senhor já nos deu em algumas ocasiões, como uma carta de recomendação, como um contato com um representante de algumas dessas instituições, é muito importante, é fundamental na verdade, porque essas iniciativas, por mais que elas sejam bem organizadas, por mais que elas comprovem uma competência no sentido da proposta não só conceitual, mas da capacidade das pessoas que estão envolvidas para realizar, elas encontram muitas dificuldades ainda nas instâncias, como nas empresas estatais, que são as grandes patrocinadoras da cultura brasileira. Então esse tipo de apoio, esse tipo de parceria é fundamental para que a gente possa ter um pouco mais de chance de conseguir realizar aquilo que nós estamos nos propondo.

E como a Mari falou, os povos indígenas no Brasil, por incrível que pareça, é parte do segmento da so-

cidade nacional dos mais organizados. O número de associações, de organizações indígenas existentes no Brasil, é um número incrivelmente grande. Então eles estão aptos, de uma certa forma, a defender os seus interesses, a colocar as suas posições. É uma questão de ajudar e de dar oportunidade que isso aconteça. Eu acho que por aí já seria uma grande coisa e eu sei que o senhor é um dos que fazem isso, mas infelizmente nesse nosso esforço de sensibilizar os membros do Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, nós temos tido uma receptividade de poucos, de muito poucos, essa é a verdade, que tenham uma verdadeira sensibilidade e uma compreensão da situação dos povos indígenas e que tenham realmente uma intenção verdadeira de ajudar, de colaborar.

Seria isso. Eu gostaria muito de poder ter pessoas como o senhor e a Senadora Marina Silva clonados [risos] e, com isso, multiplicar as oportunidades aqui, dentro dessa Casa, para obter esse apoio. Eu agradeço mais uma vez. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, para concluir, que tem maneira de clonar as pessoas, é através da educação, e aí a gente pode clonar para o bem ou pode clonar para o mal. Da mesma maneira, Álvaro, que você na escola não comia a merenda se não falasse em português, da mesma maneira que o pai da Mari teve que desenhar um elefante e certamente ele achou que esse animal não existia. É impossível você imaginar que existe elefante, sobretudo um menino que viveu no meio de animais como ele viveu na selva. Eu também tinha a minha deformação. Certamente, eu não me lembro agora, mas eu devia receber nas escolas a ideia de que os índios eram pagãos, atrasados, selvagens. Aí a palavra selvagem, viver na selva é usado como um adjetivo negativo. É capaz de na minha escola se ensinar de que o Brasil tinha vergonha de que ainda tinha índios. É com essa deformação que a gente tem que acabar. A maneira de acabar é aplicar essa lei que obriga o ensino das culturas africanas, das culturas indígenas e das histórias indígenas, porque é no plural, são muitas histórias, e africanas também, é no plural. Isso é que vai mudar a cabeça das futuras gerações. Então só daqui uma ou duas gerações é que a gente vai ter, quando esses meninos estarem ficando velhos, senadores capazes de entender tudo isso. Vai demorar, mas passa pela educação.

Por isso eu concluo, dizendo que o grande resultado dessa Audiência, além da emoção que nós passamos aqui, essa é a verdade, eu senti a emoção, é de que o cumprimento dessa lei é fundamental para

que o Brasil seja mais tolerante e mais rico, porque a riqueza não está apenas na indústria do progresso que importamos do exterior, mas está também na diversidade que a gente tem que manter dentro do Brasil.

Eu agradeço a vocês, espero que fiquemos em contato e, quem sabe, façamos outras audiências para divulgar essas ideias, porque isso vai ajudar muito. E peço à TV Senado que divulgue ao máximo as partes que acharem melhor desse debate, porque eu sei que pedir para colocar duas horas na televisão é muito difícil. Boa-tarde para cada uma e para cada um e muito obrigado a vocês que estiveram aqui.

Sessão encerrada às 12h19.

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Mão Santa, Marcelo Crivella, Papaléo Paes, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Jefferson Praia, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Magno Malta, Osvaldo Sobrinho, Paulo Duque, Gilvam Borges, João Pedro, Mário Couto, Paulo Paim, as Senadoras Fátima Cleide e Serys Slhessarenko, os não-membros Deputado Federal Bispo Rodovalho e a Deputada Federal Bel Mesquita. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. não terminativo – que “altera a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Autoria: Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo aprovado na CAS. Resultado: Adiado. Concedida vista coletiva. Item 2 – não terminativo – Aviso (SF) Nº 53, DE 2009, encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815,

de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria, tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Rosalba Ciarlini. Resultado: Adiado. Item 3 – não terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2003, que “acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse)”. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: José Nery. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 4 – não terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, que “altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia”. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 5. – não terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2009, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.” Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. Item 6. – não terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008, que “define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.”. Autoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatoria: Senador Mão Santa. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do novo Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. – não terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2009, que “acrescenta um artigo 244-B, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente.”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009. – terminativo – que “dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos,

aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.”. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009. – terminativo – que “cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.”. Autoria: Deputada Bel Mesquita. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Relatório: Pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Expedito Júnior. Resultado: Aprovado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004 – terminativo – que “Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência”. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007 – terminativo – que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias”. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008 – terminativo – que “Modifica o artigo 41 da Lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende às pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias”. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008 – terminativo – que “Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos”. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009 – terminativo – que “Altera a lei nº 10. 741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de ca-

deiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: Pela aprovação da matéria com as emendas nº 01 e nº 02, que apresenta. Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006 – terminativo – que "dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. Resultado: Adiado. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008 – terminativo – que "altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2 que apresenta. Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008 – terminativo – que "altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.". Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01/2008-CE e aprovação da Emenda nº 02/2008-CE. E inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 49-CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a realizar-se oportunamente, para discutir o documentário "Perdão, Mister Fiel", que será exibido no dia 19/11/2009, no Festival de Cinema de Brasília, onde, o Ex-agente do DOI-CODI, órgão de inteligência e repressão da ditadura militar, Marival Chaves, em depoimento ao cineasta Jorge Oliveira, comenta a morte sob tortura do operário Manoel Fiel Filho e o esquiteamento do Deputado Rubens Paiva. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento nº 50-CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema "A Saúde do Trabalhador na Indústria de Alimentação na visão empresarial". Para tanto, solicita que sejam convidadas as pessoas constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento nº 51-CDH,

de 2009, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as relações trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Vale do Rio Doce no Brasil com reflexos na greve dos trabalhadores canadenses, que já perdura por 120 dias. Para tanto solicita que sejam convidadas as autoridades da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento nº 52-CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as questões relativas aos portadores de Autismo. Para tanto solicita que sejam convidadas as autoridades da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento nº 53-CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir as questões atinentes à Comunidade Indígena Tapuya, do Santuário Sagrado dos Pajés, Terra Indígena Bananal, no Distrito Federal, que sofre novas pressões, violências e ameaças, após o Ministério Público Federal determinar a FUNAI proceder à demarcação e identificação da Terra Indígena e a suspensão das licenças ambientais do IBAMA da Área de Expansão projeto Setor Noroeste, em Brasília-DF. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Magno Malta, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Mão Santa, Mário Couto e as Senadoras Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Patrícia Saboya – não membro. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia. Bom-dia a cada uma e a cada um. Peço... Peço silêncio na sala. E repetindo o meu bom-dia a cada uma e a cada um, havendo *quorum*, eu declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos, hoje, uma longa pauta que eu gostaria, se tivéssemos, mas aparentemente não temos, não é isso Sr. Secretário? Quórum para terminativo. Faltam três ainda. Eu gostaria muito de poder iniciar pelo Item 09, que *“cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos”*.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria muito de começar por esse terminativo, que é um projeto tranquilo, pacífico--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, um momento. E que é de importância total. Da Deputada Bel Mesquita e relatoria Senador Gilvam Borges. Mas nós não temos o relator e não temos o *quorum*. Terminativo. Então eu vou voltar para o início, passando a palavra ao Senador Magno Malta, que... Pela ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, o Item 01 da Pauta é um item absolutamente polêmico, que demanda discussão da sociedade, demanda discussão de grupos da sociedade... Havia um acordo de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, que não foi cumprido. Esse item foi votado, esse projeto foi votado... extrapauta, sem a presença dos devidos interessados, sem qualquer tipo de divulgação para um item onde nós precisávamos fazer Audiência Pública. Ele passou lá e veio para cá. E eu, Sr. Presidente--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senador Cristovam.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --Espero que V. Exa., ao colocar para a relatora, porque eu não posso pedir vistas antes que ela relate, e em função de uma série de mexidas que foram feitas nesse projeto, após o relato da senadora, eu vou pedir vistas do projeto. Então, V. Exa.... Ela pediu pela ordem, V. Exa. pode ouvi-la, e, em seguida, ela pode fazer o relatório dela, porque eu quero pedir vista até em respeito à proposta que nós fizemos, a proposta que foi feita de uma Audiência Pública. Porque nós temos *quorum* suficiente aqui para derrubar o projeto hoje. Hoje. Aqui dessa Comissão. Mas havíamos feito o acordo na necessidade de uma Audiência Pública, que não foi cumprido, e ele passou de uma maneira inexplicável, extrapauta, na Comissão de Assuntos Sociais. De maneira que eu... É a observação que faço para que nós realmente cumpramos a pauta realmente a partir do Item nº 01, e para que nós possamos dar esse encaminhamento após ouvir a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pedido de vista é uma prerrogativa e o senhor já tem concedido. Mas, de fato, pelo regimento, vamos ouvir a relatora, que, além disso, pediu a palavra pela ordem. Se quiser usar pela ordem ou senão já pode ler o seu parecer.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu acredito que a discussão desse projeto, ela tem se dado, nos últimos anos, com muita ênfase tanto nesta Comissão de Direitos Humanos quanto na Comissão de Assuntos Sociais, por toda a sociedade brasileira. Inclusive este tema é um dos temas que mais recebe por todos os... Os órgãos de comunicação do Senado Federal, da Câmara Federal, mais acessos. Então, é um tema muito importante, e lógico, eu só pedi a palavra para dizer que a discussão está sendo garantida.

Houve toda... E aí já passo a fazer, Sr. Presidente, o senhor pode considerar já o meu relatório, porque eu acho que a discussão pode ser feita posteriormente, mas antes as pessoas da Comissão de Direitos Humanos têm o direito de conhecer o que eu estou tratando com relação ao PLC 122.

Na realidade, Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara de 122, de 2006, é oriundo... É de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi. Foi aprovado naquela Casa em 23 de novembro de 2006, mas ele foi apresentado em 2003.

“A proposição tem por objetivo a alteração da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 89, cuja ementa proclama: ‘Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor’.

Embora a ementa se refira apenas a duas hipóteses de motivação discriminatória passíveis de tipificação penal, o art. 1º da mencionada lei, com base na alteração efetuada pela Lei 9.459, de 15 de maio de 97, estabelece que ‘Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes da discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.’”

Eu fui designada, Sr. Presidente, relatora desta proposição em 7 de fevereiro de 2007. De lá para cá foram realizadas, nesta Comissão de Direitos Humanos, várias Audiências Públicas, um Grupo de Trabalho se formou. Nós ouvimos todos aqueles que se manifestaram a respeito dessa... desse tema, com posições favoráveis e com posições contrárias.

“Importa, nesse momento, reconhecer que o projeto se referencia na Dignidade Humana e no Pluralismo Político, como conceitos básicos, e em dois princípios que lhe são elementares: a liberdade e a igualdade. A igualdade não implica negação de diferenças, mas pressupõe a garantia da não-discriminação. Da mesma forma, a Dignidade Humana e o Pluralismo Político,

como princípios fundamentais da República, obrigam o Estado a coibir a discriminação e a garantir tolerância, civilidade e imparcialidade de tratamento. Nesse contexto, o projeto propõe uma regulação de convivência que contempla duas máximas milenares: a liberdade de arbítrio e o respeito ao próximo.”

Cumprimento daqui a Senadora Patrícia Saboya, que retorna ao nosso convívio e desejo a ela muitas alegrias na sua vida pessoal. E é uma alegria imensa reencontrá-la neste momento.

“Desse modo – Sr. Presidente –, em consonância com a Constituição Federal, as normas propostas buscam proteger a vida, não apenas em seu sentido biológico, mas nas relações sociais indispensáveis ao seu desenvolvimento.”

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que esse projeto trata de duas questões que essa semana nós lembramos. O dia 16 de novembro, segunda-feira passada, nós lembramos o Dia da Luta Contra a Intolerância; e o dia 20, que também ocorre nesta semana, amanhã, é o dia de luta pela liberdade dos negros nesse país, é o Dia da Consciência Negra. E este projeto, ele trata justamente de alterar a lei que originalmente ficou conhecida como a Lei do Racismo, para incluir... Para incluir as pessoas que ainda sofrem discriminação e preconceito na nossa sociedade.

“Quanto ao mérito específico da proposta, cabe ressaltar que todas as condutas descritas no PLC 122, de 2006, se referem a comportamentos dolosos, que têm a intenção explícita de vitimar o outro, motivados por preconceitos contra indivíduos ou grupos.

Igualmente configuram-se meritórios os dispositivos prescritos no PLC 122, de 2006, que alcançam a pessoa jurídica, na justa medida da sua responsabilidade na multiplicação de condutas lesivas à sociedade.

Esta relatoria entende que o PLC 122, de 2006, tem pleno mérito na adequada definição de sujeitos e condutas criminosas, em face da inegável necessidade de recursos penais para coibir a discriminação homofóbica de gêneros, de pessoas com deficiência e de idosos no território nacional e em função de garantir a universalidade do direito à igualdade e à diversidade entre cidadãos e cidadãs.”

No âmbito dessa Comissão foram apresentadas seis emendas pelo nobre Senador Wilson Matos, às quais compreendo estarem contempladas no substitutivo que apresenta. [soa a campainha]. Obrigada, Sr. Presidente.

Voto. *“Em face do exposto, não vislumbrando qualquer óbice de ordem legal, constitucional ou de técnica legislativa, e julgando ser esta uma matéria de extrema importância para o pleno exercício da cidadania, votamos pela rejeição das emendas e pela apro-*

vação do Projeto de Lei da Câmara 122, de 2006, na forma de emenda substitutiva aprovada na Comissão de Assuntos Sociais.”

Sr. Presidente, o projeto que chegou a esta Comissão de Direitos Humanos, no ano de 2007, trazia várias... várias questões, que durante a discussão, foram levantadas como polêmicas. Todas essas... Todas essas observações chamadas, ditas polêmicas, Sr. Presidente, nós observamos. Não é verdade que na Comissão... Quando estávamos, no final do ano de 2007, uma medida, que eu considero regimental, aprovada no Plenário do Senado, no final de ano, encaminhou este projeto para a Comissão de Assuntos Sociais, que, no meu entender não deveria ter ido para lá, pois a Comissão de mérito é esta aqui, a Comissão de Direitos Humanos. Depois, Sr. Presidente, ele ainda vai passar na Comissão de Constituição e Justiça, por isso não é terminativo aqui.

Lá na Comissão de Assuntos Sociais, este projeto ficou de março de 2008, quando ainda era Presidente a Senadora Patrícia Saboya, lá eu só pude fazer o meu relatório. Li o relatório. Este relatório recebeu aquele parecer recebeu... aquele parecer, naquele momento, recebeu dois votos em separado.

Apenas agora, Sr. Presidente, neste ano de 2009, eu pude apresentar o relatório. E no relatório acatei todas as sugestões que eu achei que eram possíveis e que não alteravam o espírito, a essência do projeto. E ampliamos, no substitutivo que apresentamos na CAS, o bojo do amparo legal para pessoas idosas, Senadora Patrícia, para pessoas com deficiências. Porque nós descobrimos que o Estatuto do Idoso não protege os idosos contra preconceito nem discriminação. O preconceito contra idosos e contra deficientes, Sr. Presidente, leva ao abandono. Leva ao abandono dessas pessoas. Muitas vezes, ao espancamento. Porém, o número de vítimas que são do setor LGBT, que em função do preconceito e da discriminação, Sr. Presidente, são vitimados por espancamento e que chegam à morte é uma verdadeira aberração para nosso país. Isso sim, Sr. Presidente, é uma vergonha. Nós não podemos mais continuar nos omitindo.

E aí eu discordo de quem fala, Sr. Presidente, que nós não fizemos discussão na CAS, que nós passamos o projeto, que nós não respeitamos a discussão e o acordo de termos uma Audiência Pública. Respeitamos, aguardamos, a discussão não aconteceu.

Eu conversei com o Senador Crivella, conversei com o Bispo Rodovalho e disse: “Não tem mais sentido fazer uma Audiência Pública em cima de um projeto que não existe mais. Porque o meu substitutivo é outro. Vamos fazer Audiência Pública em outros espaços, mas não nesse aqui”. E foi isso, na quinta-feira... na quarta-

feira passada, conversamos com o Senador Crivella e eu disse: “Senador, se o senhor não apresentar hoje, eu apresentarei o relatório”.

Portanto, Sr. Presidente, nós agimos à luz de todas as discussões, agimos na luz do dia, e a presença de nove senadores na Comissão de Assuntos Sociais para aprovar aquele projeto prova que nós não impusemos pressão, não impusemos constrangimento a ninguém, Sr. Presidente. O projeto foi aprovado na CAS e está aqui hoje para discussão e para apreciação desta Comissão. Acho justo pedir vista. Agora, acho injusto dizer que nós não discutimos esse projeto ainda. Já vamos entrar, Sr. Presidente, no quarto ano de discussão desse projeto nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Sociais.

O nosso parecer é favorável pela aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, o pedido de vista é uma prerrogativa, mas, antes, alguns senadores, como o Senador Crivella, pediu a palavra e acho que seria interessante ouvi-los. Sem prejuízo do seu pedido. A não ser que o senhor retire o seu pedido. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, vamos colocar as coisas aqui como elas são.

O projeto é polêmico, e ele ainda não está devidamente esclarecido. Por isso, a pedido da CNBB, não foram nem os evangélicos, Dom Dimas, da CNBB, ligou para o Senador Marco Maciel. Senador Marco Maciel me ligou e disse: “Eu não sou membro da Comissão de Assuntos Sociais. Esse projeto precisa ser aperfeiçoado. Há muitas pessoas que querem vir aqui dar contribuição. Vamos fazer uma audiência? Você pode apresentar o Requerimento?” “Posso.” E ficamos esperando que a Presidente convocasse as pessoas e marcasse a data. No corredor, encontrei a Senadora Fátima Cleide, uma pessoa ilustre, uma alma doce, uma mulher que tem todas as prerrogativas para defender o que ela acredita, e que nós todos, no fundo, queremos defender também. Ninguém aqui é contra, ou ninguém aqui aceita que um homossexual sofra violência, que ele seja morto. Nem homossexual, nem negro, nem espírita, nem idoso... ninguém. Nem evangélico, nem mulher, muito menos mulher. Nós todos defendemos aquele documento escrito por Jefferson “Os direitos do homem”, e que foi copiado em todas as constituições votadas no mundo. Primeira Constituição foi a americana, mas todas as constituições votadas no mundo repetiram o documento de Jefferson, que era

até evangélico, e que dizia ali, claramente, os direitos do homem, onde estão incluídos os homossexuais e todos. E ninguém aqui discute isso.

Agora, quando nós colocamos no texto da lei, quando nós... Essa é a nossa preocupação, e é isso que eu, no corredor, conversei com Fátima e disse: “Fátima, aguarde um pouco. Nós estamos discutindo o seu substitutivo. Há esse pedido da CNBB. Deixa que venham aqui. Há outros evangélicos também preocupados e eu também”. Ela balançou a cabeça, eu achei que tinha concordado. Não concordou. Naquela sessão colocou um outro requerimento, suspendendo a Audiência Pública, e votando, a meu ver, de maneira apressada.

Nessa Casa essas estratégias não funcionam. Essa é a Casa do diálogo. Nós temos que debater por mais que isso leve tempo, mas é o que temos que fazer. Qual é o problema, Sr. Presidente? Um a três anos de prisão para aqueles que, na forma dessa lei, praticarem crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Aí eu pergunto aos Srs. Senadores, as Sras. Senadoras que estão aqui e a todos que nos ouvem em casa: qual é a dúvida disso aqui, senador, senadores? Nós temos uma Constituição que dá direito a qualquer brasileiro de expressar a sua fé. A liberdade de pensamento. E a fé cristã, na bíblia, está escrito o seguinte: “Homossexualismo é pecado”. Mais que isso, está escrito que é abominação. Eu pergunto aos senhores: isso é discriminação? Mais à frente o texto da lei diz: “É incitação ao ódio”. Quer dizer que eu não posso discordar? Eu não posso ensinar o meu filho ou alguém da minha igreja que homossexualismo, por aquilo que eu conheço, por aquilo que eu acredito, que eu creio, que eu amo, e que eu quero preservar, divulgar, amar até o fim da minha vida, que são os princípios cristãos, serei proibido? Serei eu um criminoso? Estarei desrespeitando, incitando o ódio? Acho que não, Sr. Presidente.

Claro que cada um tem o seu direito, e direito sagrado de assumir a sua sexualidade. E isso não se discute, Valter. O que se discute aqui são os princípios pelos quais nossa civilização se apóia, pela herança dos nossos antepassados. Essa é uma nação, Sr. Presidente, em maioria cristã. E são 500 anos. Primeira coisa que se fez aqui foi rezar uma missa. Então, agora nós temos o direito de rasgar aquilo que herdamos dos nossos antepassados e que construíram essa nação? E dizer que isso é crime e colocar na cadeia 20 mil padres, 50 mil pastores, e milhões de pessoas que acreditam como eu acredito? É por isso que o texto da lei precisa ser aperfeiçoado. Nós podemos encontrar

um caminho. Nós queremos. Eu não quero ser taxado de homofóbico porque eu não sou. Tem homossexual na minha família. Tem gente que trabalha no meu gabinete que tem essa opção, e eu nunca discriminei e jamais discriminarei. O Magno Malta, por exemplo, tem pessoas que trabalham com ele, que são amigos dele, que são apoiados por ele no seu... no Espírito Santo, e, nunca, nenhum deles jamais se queixou de qualquer procedimento nosso.

Agora, é preciso conciliar, é preciso encontrar um termo que não cause extrapolações inconvenientes. Agora, para isso é diálogo, para isso é Audiência Pública, para isso nós temos que chamar a todos e ouvir a todos, e pedir a Deus que se encontre um caminho pacífico para a aprovação dessa lei. Do jeito que está aqui, Sr. Presidente, e nós somos senadores aqui, pais, avós, homens maduros, eu tenho a impressão que se puser para a votação, nós vamos vencer. E o projeto será rejeitado. Na Comissão de Constituição e Justiça, duvido que o projeto inconstitucional como esse passe também. Senadora Fátima Cleide vai amargar uma melancólica derrota. Não quero isso para ela, porque sei das suas intenções, sei da sua índole, sei da sua vocação e espero que possamos construir um texto. Para isso é que eu peço a compreensão, a tolerância, a indulgência para que encontremos esse termo. Porque até agora, Sr. Presidente, definitivamente nós não encontramos a fórmula para votar e aprovar esse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra... A Senadora Serys tinha pedido a palavra ou não? Porque tinha levantado a mão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Tinha, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a Senadora Serys, depois o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Um minuto. A Senadora Serys tinha pedido antes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Serys, ela tem primazia por duas razões: primeiro porque pediu primeiro; segundo, por ser mulher; e, terceiro, por ser minha conconterrânea. Ela é do Mato Grosso e eu sou do Mato Grosso do Sul. Minha vizinha.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Valter Pereira. Mas dizer que re-

almente essa questão da intolerância é uma questão que nos preocupa, porque a gente tem visto gestos de intolerância por vários... os motivos mais diferenciados, como foi daquela moça, há poucos dias, numa universidade. E essas coisas nos preocupam, porque o processo democrático é uma construção permanente. E gestos de intolerância realmente prejudicam grandemente, e caminham para questões que nos levam, como já levaram a humanidade, a ações facísticas da pior espécie.

Eu diria que essa questão, o Senador Crivella já colocou, é uma questão extremamente polêmica. Não temos dúvida disso. Mas é assegurar, realmente, que a intolerância não seja permitida. E eu costume dizer, senador que nos preside, Senador Cristovam, que seria bom que todos os avanços fossem pelo amor, mas às vezes têm que ser pela dor, às vezes tem que ser com punição, infelizmente. Porque a gente não consegue fazer avançar a tolerância pelo amor, só pelo amor. E aí precisa de punição também.

No caso desse projeto, dessa proposta, que a nossa Senadora Fátima Cleide vem lutando há quatro anos, não é, senadora? Quatro anos. Vai fazer quatro anos agora em dezembro. É uma questão que precisa realmente avançar. Avançar. E aí, Senador Crivella, eu concordo com o senhor que se para avançar é preciso ainda mais alguma discussão, que se faça. Mas, que se faça no sentido de avançar, de discutir o que está segurando, o que está pegando. Porque a senadora nos diz aqui... Acatou várias emendas que fazem avançar. Mas, se ainda precisa avançar mais, que a gente determine o tempo, eu diria, determine o tempo. Vamos fazer mais uma, mais duas Audiências Públicas, mas com prazo. O que nós não podemos é engavetar ou sentar em cima, entre aspas, do projeto, e deixar que rode mais quatro, cinco anos, e vítimas sejam feitas pelo Brasil afora. Isso nós não podemos admitir e aceitar. As vítimas estão aí, a gente tem notícias a cada dia de vítimas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [ininteligível] foto e slide.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): A senadora está dizendo que fotos e *slides* tem aí à beça para ser mostrado. Então, que se marque prazo. Tem pedido de vistas? Eu vou pedir vistas também. É vistas coletivas logo para que nesse vistas coletivas a gente determine os prazos para as audiências e o que vai se ouvir contra e a favor para fazer avançar para chegar, Senador Crivella, chegar uma lei que responda, que corresponda ao fim da homofobia nesse país, e que, realmente, não seja algo de perseguições, como diz o senador aqui.

Eu tenho, no meu gabinete existem pessoas com opção... com orientação diferenciada. E nós respeitamos. E são pessoas absolutamente competentes, respeitáveis, e que não merecem sofrer ataques a todo momento e a viver esse tipo de insegurança que muitos estão vivendo por aí. Então, é nesse sentido que nós queremos também o pedido de vistas, com prazos, com prazos para as Audiências Públicas, e com prazos nas comissões para que a votação exista e a gente tenha uma lei, de uma vez por todas, resolvendo esses problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu quero enfatizar, preliminarmente, que sou contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Esse perfil é o que desenvolvi ao longo da minha carreira política, que começou lá atrás, como estudante, e se desembocou numa militância partidária de muitos e muitos anos, com o fundador do antigo MDB.

Quando deparei-me com esse projeto, que foi conhecido como homofobia, a criminalização da homofobia, confesso que fiquei estarecido. Estarecido por quê? Porque nós estamos distanciando-nos da natureza da formulação da lei. A lei tem que ter objetividade. A lei tem que ser concisa. E precisamos ter a noção de que não é na lei que se encontram as soluções para todos os problemas da sociedade. Influem nesses problemas condição de vida, cultura, história, religião... uma série de outros atributos. E eu estou notando, Sr. Presidente, que ultimamente o Congresso Nacional está imaginando que vai encontrar a solução para tudo. Até para unha encravado dentro da lei.

E quando eu vi o projeto pela primeira vez, me estareceu foi exatamente isso. Confesso aqui a V. Exa. que a Senadora Fátima Cleide evoluiu muito no projeto. Aqui as aberrações mais chocantes, ela conseguiu escoimar. Mas, efetivamente, existem determinados detalhes na lei, na proposta, que é preciso sopesar, é preciso analisar... Por quê? Porque a lei não é só aquilo que está escrito, é aquilo que dá margem para a interpretação. Então, veja aqui, por exemplo, qual é o alcance da expressão "orientação sexual"? Aqui há uma subjetividade, uma subjetividade que precisa ser perscrutada, precisa ser avaliada. E isso daí talvez a proposta da Audiência Pública possa tranquilizar-nos quanto aos aspectos subjetivos que ainda fazem parte do substitutivo da Senadora Fátima Cleide.

Portanto, eu acho que a realização de uma Audiência Pública, trazendo as inquietações de todos os segmentos que hoje discutem esse assunto, seja uma medida prudente que nós vamos abarcar.

Eu confesso que se tivesse que votar hoje, eu não teria segurança absoluta. Eu não teria porque eu sei como é que funciona [soa a campainha] a cabeça de quem julga, a cabeça de quem estuda, a cabeça de quem vai lá nas entranhas de cada expressão que faz parte da lei.

Portanto, aprovo aqui a proposta para se realizar Audiência Pública. E vamos discutir. E, se necessário, a mesma tranquilidade e a mesma tolerância que a Senadora Fátima Cleide teve até este momento acabará levando a um aprimoramento maior ainda da Legislação. Era essa a minha manifestação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero pedir a atenção dos senadores... Tem a Senadora Patrícia inscrita, o Senador Magno Malta inscrito também... Mas eu peço atenção.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Me inscreva aí, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E quero, desde já, fazer um apelo, Senador Crivella, e é raro conseguir *quorum* terminativo nessa Comissão. Temos alguns projetos terminativos. Eu quero pedir, por favor, que depois, Senador Magno Malta, continuemos aqui. Sobre tudo um muito especial, que cria o Cadastro Nacional das Crianças Perdidas.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos continuar, Sr. Presidente. Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Patrícia, pedindo que seja breve.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, Sr. Presidente. Eu gostaria de começar a minha palavra aqui, Senadora Fátima Cleide, citando um manifesto, um artigo que foi escrito pelo Ministro do Supremo, Ministro Marco Aurélio Mello, em que ele diz: "São 18 milhões de cidadãos considerados de segunda categoria. Pagam impostos, votam, sujeitam-se às normas legais, mas, ainda assim, são vítimas de preconceitos, discriminações, insultos e chacotas. Em se tratando de homofobia, o Brasil ocupa o primeiro lugar com mais de cem homicídios anuais, cujas vítimas foram trucidadas apenas por serem homossexuais. Números tão significativos acabam ignorados porque a sociedade brasileira não reconhece as relações homoafetivas como geradoras de direito. Se o Poder Público se agarra a padrões conservadores, o dia a dia cria o fato, obrigando as instituições a acordar". Aí porque a necessidade de uma lei para que fique muito claro que a homofobia é um crime.

O Ministro Marco Aurélio ainda diz o seguinte: "Aguarda apreciação no Senado o Projeto nº 122, que

enquadra a homofobia como crime, já aprovado na Câmara dos Deputados, onde tramita também o projeto que proíbe os planos de saúde de limitar a inscrição de dependentes no caso de parcerias homossexuais. Essa homofobia não deixa de ser curiosa ante a tradição de tolerância dos brasileiros quanto à diversidade cultural e religiosa. E foi aqui que se realizou a maior Parada Gay do mundo, superando a pioneira que foi em São Francisco, na Califórnia. É fato, nos últimos anos, alguns tabus foram por água abaixo, como a concepção de que homossexuais não poderiam adotar. Desde 1984, quando retirada a homossexualidade do rol das doenças – porque até pouco era considerado uma doença –, esse argumento deixou de respaldar práticas abusivas, como tratamentos psiquiátricos”. E a melhor notícia de todas é que parece... A notícia parece ser a censura social. Hoje em dia é politicamente incorreto defender qualquer causa que se mostre preconceituosa. E fica a pergunta do Ministro Marco Aurélio, a mesma que eu faço, e a mesma que muitos que não podem estar aqui defendendo seus direitos devem estar fazendo. Se a discriminação racial e a de gênero são crimes, por que não a homofobia?

Eu termino as palavras do Ministro Marco Aurélio fazendo apenas uma ressalva ao Senador Marcelo Crivella, que tenho toda consideração e respeito. Mas seria antecipar uma decisão democrática, evidentemente, do nosso colegiado de senadores, dizer que a Senadora Fátima iria amargar uma derrota muito grande, porque a grande maioria pensa diferente dela, diferente de mim ou de alguns que aqui estão. Eu quero discordar do Senador Marcelo Crivella. Em primeira mão, porque nós não temos uma bola de cristal para adivinhar qual é a posição de cada um dos senadores. Ao me sentar aqui, me disseram que apenas a Senadora Fátima Cleide contaria com o meu voto e da Senadora Serys. Eu vejo que alguns outros já se manifestaram como eu e a Senadora Serys e a Senadora Fátima Cleide. Como há pouco, o senador que falava, que disse que ainda não tinha uma decisão sobre essa matéria, e que precisava estudar um pouco mais para dar o seu voto com consciência tranquila.

Portanto, eu quero aqui só apenas ser testemunha de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Senadora Fátima Cleide, com todo amor, com toda tolerância. A dizer que nós brasileiros estamos vivendo momentos muito delicados. Todos os dias, Senador Cristovam, quando se abre os jornais, se liga as TVs, quando se escuta os rádios, são notícias de violência, de intolerância. Não basta mais matar, tem que trucidar. Está acontecendo alguma coisa nesse nosso país e no mundo, que está de cabeça pra baixo. Eu mesma não entenda tantas coisas que acontecem na juventude,

com as crianças... O tipo de preconceito que leva um homem, uma mulher discriminar, humilhar, maltratar, de forma vergonhosa, como acontece nesse país com as minorias. E nós temos a responsabilidade não apenas aqui da nossa opinião, mas de representarmos aquilo que os nossos conterrâneos nos colocaram aqui para representar. É claro que aqueles que votaram no Senador Marcelo Crivella, no Senador Magno, e eu respeito a todos, têm uma concepção diferente daquilo que eu penso, da minha formação, daquilo que eu desejo para o país, um país com muito mais paz, com muito mais tranquilidade. E que a religião seja um instrumento para trazer a paz. Eu sou católica. Mas não aceito, de forma alguma, que na minha igreja qualquer um venha pregar contra uma orientação sexual. Isso não é uma doença. Está mais do que comprovado. O Brasil inteiro sabe disso. Portanto, é fingir que não existem 18 milhões de brasileiros. É fingir que nós não estamos preocupados com a situação da violência que acomete esse país.

Portanto, eu faço aqui um apelo aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Às vezes, Senador Cristovam, é preciso remar contra uma determinada onda. Eu sou daquelas que defende... Aliás, que é contra, completamente contra a redução da idade penal, de meninos de 18 para 16 ou para 14 anos de idade, porque acho que isso não resolve o país. Se fizermos uma pesquisa, como já foi feita, mais de 80% da população pensa que diminuir a idade penal vai fazer com que a violência diminua no nosso país. Mesmo sabendo que 80% das pessoas assim pensa, eu continuo lutar por aquilo que eu acredito. Até porque acho que as pessoas estão sendo enganadas. Enganadas não na má-fé, muitas vezes na boa-fé, acreditando que é isso que vai resolver o problema da violência no país. Como acreditar que pregar contra orientações sexuais, como, por exemplo, o homossexualismo, é uma tarefa que, por exemplo, as igrejas devem fazer. Eu discordo, continuarei lutando e tenho certeza que a nossa força, a nossa união, o nosso coração, a nossa generosidade e aquilo que é mais importante em cada um de nós políticos que a sensibilidade possa prevalecer e que a senadora consiga aprovar o seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o... O Senador Magno Malta pediu antes. Eu só queria dizer, primeiro, Patrícia, Senadora Patrícia, já há um pedido de vistas, que acho até que está se transformando em coletivo. Segundo, a fala do Senador Crivella, em nenhum mo-

mento, foi contra uma lei. Ele apenas trouxe o assunto correto de separar pecado de preconceito. Pecado é uma questão de religião. A gente não discute aqui o que é pecado. Pecado é uma questão do Papa, do Rabino--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

De opinião. De sentimento. De convicção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, não é nós que vamos julgar. O que estamos discutindo aqui é o preconceito.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom, tá bom.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O que eu estou dizendo é que ele não pode antecipar, e ele já disse o seu voto, que é contra o relatório. Estou dizendo que ele não pode antecipar... Não, porque eu quero falar porque está aparecendo que eu estou... que o senhor está dizendo que eu estou julgando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não era a minha intenção, não era a minha intenção. Eu estou querendo esclarecer--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu estou dizendo é que ninguém pode antecipar a derrota ou vitória de uma eleição que ainda não aconteceu.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Professor Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, senador. Eu quero dizer apenas é que há um pedido de vistas e uma proposta de audiência, para esclarecer pontos. Até porque eu acho que com o substitutivo da senadora essa lei já é uma lei contra sociofobias, não é mais uma lei da homofobia. Já é de sociofobias. Ficou mais complexo, inclusive. Mas eu passo a palavra... Bem, o Senador Magno cede para o Senador Mão Santa. Depois--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Professor Cristovam, é porque nós estamos vivendo uma era do nunca antes, que o [ininteligível] dizia. Tudo já foi, a sociedade existiu, essa aqui é a 7ª Constituição. Seria um atestado de idiotice a nossa história se essas coisas não fossem [ininteligível]. Há fatos, vamos fazer leis novas. Mas isso já existia. Isso é velho, quem sabe história. Predominava muito. Era mais intenso. V. Exa sabe que lá nos primórdios da civilização, na Grécia, a mulher era tida como, vamos dizer, como inferior, não participava. Então, ficavam os filósofos estudando e já tinha vinho, já tinha cerveja, se embebedavam. Aí é que tinha homossexualismo. Porque isso é histórico, é velho. E está aqui tudo previsto.

Ô, Professor Cristovam, eu acho isso simplesmente ridículo. É querer inventar a roda. Já tem. Os meninos que nos antecederam não eram imbecis, não. Esse homossexualismo, V. Exa. sabe mais do que eu. Estude os filósofos. As mulheres não participavam e eles ficavam, se embebedavam de noite. Aí é que tinha homossexualismo. Está cheio. Eu não vou citá-lo, mas você sabe, os mais sábios. Então isso já tinha.

E os nossos antepassados, conscientes, preparados, fizeram esse país, fizeram sete Constituições. Então, está aqui, dos direitos, garantias fundamentais. Título 2, do direito e do dever. Art. 5º – é aquele que todo mundo sabe – são iguais perante a lei... Isso todo menino sabe, já no primário a gente aprende hoje. Mas, art. 5º, § 10 “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelos danos material ou moral decorrente de sua violação”. Então, já está tudo... É só quem for constrangido vai à justiça e as punições. § 35 “A lei não excluirá a prestação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito”. Qualquer direito que ele se acha, pode ir. § 41 “A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdade fundamentais”. Então, isso já está previsto, vai... Nós estamos querendo inventar a roda. Isso está constrangendo qualquer um. Vai, todo dia, você vê julgamentos e ter aí danos morais ou coisas menores do que isso.

Então, eu acho que não tem significado, o Congresso perde tempo, isso já foi... Nós somos países que tem 509 anos, e o homossexualismo é velho. É muito velho. E eu queria dar o seguinte, então, por definição: eu sou o líder do Partido Social Cristão, e eu recebi do Pastor Everaldo Pereira ontem, ele nos visitou, pedindo que a posição do partido fosse sepultar logo essa discussão, que eles acham um atentado. Então, nós achamos também que temos respeitado e já foi previsto. Está na Constituição a punição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Magno Malta. E espero que, com isso, terminemos o debate.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, que nós não estamos falando de discriminação, nem de homossexualismo, nem de opção sexual. Gostaria de registrar a presença nesse Plenário do Moa, que está ali, de Nova Venécia, Presidente da Câmara de Nova Venécia por dois mandatos, é do meu partido, candidato a Deputado, um dos quadros importantes que o partido tem. Um político respeitado no Estado do Espírito Santo, no seu Município, que é um Município tradicional, italiano. Portanto, não estou falando de discriminação. Estou falando de respeito às pessoas. Eu estou tratando de um Projeto de Lei. Não

estou falando de pessoa. Discriminação é nefasto, é criminoso. Leu o Senador Mão Santa a Constituição. Não estou falando de opção sexual de ninguém. Se Deus deu o livre-arbítrio ao homem, não sou eu que vou tirar o livre-arbítrio dele. E cada um de nós somos responsáveis pelo caminho que tomamos nas nossas vidas. Salomão disse: “Alegra-te jovem, na tua mocidade, mas sabes, porém, que todas essas coisas Deus te pedirá em conta”.

Essa não é uma luta de religiosos contra homossexuais. Basta ver a violência da sociedade que, todo dia, negros são agredidos; índios são agredidos. A violência da sociedade que deficientes são agredidos, são assaltados, são humilhados. Cadeirantes são humilhados todos os dias nas cidades do Brasil porque parece que as cidades não foram feitas para eles. Os portadores de deficiência, religiosos...

Eu vi numa Audiência Pública aqui, quando o Papa veio ao Brasil e falou contra o aborto, já estávamos discutindo o PL 122 e foi numa Comissão dessa que chegou um casal, duas jovens de mãos dadas, aqui, e ficaram perto dessa porta, abraçadas, com a camiseta escrito assim: “Se aborto fosse sacramento...” “Se o Papa engravidasse, aborto era sacramento”. Isso é respeito? Ofensa, discriminação, ataque ao maior líder da igreja católica no mundo, mas nem por isso elas foram presas. Nem por isso. Eu sou evangélico e cresci vendo minha mãe sendo discriminada. Minha família. Até hoje eu pago por isso, mesmo como homem público.

Nós precisamos educar. O texto da Constituição: “Educar a sociedade”. Esse Projeto de Lei já nasceu morto, com o título “Projeto...” “PL 122, Lei da Homofobia”. Se esse projeto passar, eu e todos eles aqui e tantos outros que aqui não estão, chegou o Senador Gilvam, nós vamos assinar um recibo para a sociedade, um atestado, de que nós somos homofóbicos. Eu não sou homofóbico. Mas, uma vez, porque eu não tenho outras figuras, eu tenho uma instituição de recuperação de drogados há 30 anos, senador, que as portas sempre estiveram abertas para pessoas que têm uma opção sexual diferente. O Moa está ali, detentor de mandato, votado pelo voto popular do seu Município. E ele sabe o respeito que ele tem. Quando ele fez a sua campanha e na sua foto de campanha tinha a minha foto e do presidente do partido, pessoas criticavam a mim, porque me deixei fotografar com ele, para tirar... Ele é do meu partido. Estou muito a cavaleiro. Odeio discriminação. É nefasto, é nojento. A Constituição diz que você tem que recorrer.

Agora, preciso chamar atenção... A Senadora Patrícia luta pelo que acredita. Eu também luto pelo que acredito. Então, o líder muçulmano não poderá

mais abrir o Alcorão e falar contra o homossexualismo, porque estará incitando a violência. O líder budista também não. Um católico também não. E eu preciso rasgar a minha bíblia. Quem fala, quem tem posição contrária, é o próprio Cristo. Ora, como afirmar “Sou cristão” e achar que essa é uma posição de homens? Eu acredito na posição do Cristo, acredito na posição da bíblia. E fora disso, eu tenho posições pessoais, enquanto cidadão. Respeito a luta da Senadora Fátima Cleide, de lutar pelo que ela acredita, mas eu também luto pelo que eu acredito. O Mão Santa luta pelo que acredita. O Jefferson Praia luta pelo que acredita. O Mário Couto, Papaléo Paes lutam pelo que acreditam. E quando o Crivella disse que a Senadora Fátima Cleide sofrerá uma derrota, é porque nós temos juízo formado sobre isso. Nós temos juízo formado sobre isso. E quando ele disse isso, eu poderia voltar atrás aqui no meu pedido de vista... Agora ele é coletivo. Mas eu podia muito bem pedir para votar hoje, no começo. E ele estaria plenamente certo, nós iríamos derrotar aqui. Ia morrer aqui no ninho. Aqui. O Senador Arthur Virgílio assinou aqui e saiu, falou: “Eu estou na outra Comissão, na hora de votar me chame”.

Então, Sr. Presidente, vamos, então, fazer a Audiência Pública. É verdade que o projeto, como foi concebido pela Senadora Ieda Bernardi, a deputada, Iara, era uma afronta. Uma afronta. Todo mundo vai para a cadeia. Se não há lugar, se não emprestar, se demitir, se não admitir... Quer dizer, isso é uma brincadeira. Se você não aceitar a opção sexual de alguém você é criminoso. Que história é essa? O que o país precisa é de uma grande campanha de respeito às pessoas, sejam elas quais foram. Justifica os carecas de São Paulo querer agredir os nordestinos? Tem nordestinos mortos em São Paulo todos os dias, nas madrugadas de São Paulo. E eu vi quando a Senadora falou: “Tem DVDs aí”, para mostrar imagens de gente agredindo homossexuais. Eu tenho milhares, de pessoas agredindo crianças, abusando de crianças nesse país. A violência tomou conta, eu tenho 30 anos que tiro drogado da rua, e tem 15 anos... tem 10 anos, aliás, que eu denuncio o *crack*, quando ele chegou em São Paulo. Olha aí, o monstro adolescente intimidando a nação e não cresceu tudo que tem que crescer. Por causa de caminhos diferenciados da desmoralização da família e de princípios familiares. Porque a saída para o problema das drogas e da violência não está na lei, não está na polícia, não está na classe política, está na família. Porque tudo advém da família. O bem e o mal nascem na família. A família é nascedoura do bem, nascedoura do mal. A vida de pai e mãe, porque filho é dádiva de Deus, é privilégio ter filho, deve ser livro com letras garrafais e com texto bom, para que filhos

possam ler e assimilar. Nós não mudaremos a sociedade com lei, porque a lei, quando ela é acionada, já é para punir um infrator. Quando a polícia é chamada e o Ministério Público é chamado a denunciar para que o Juiz sentencie, já teve um crime, já tem o abusador, já tem criança abusada, já tem tráfico, já tem uso, já tem assassinado, já tem agressão. Quando homossexual é agredido e recorre à lei, recorre à justiça, já teve agressor. E esse agressor tem que ser punido e a Constituição disse que tem que ser punido. Ninguém tem direito de agredir homossexual, de humilhá-los. Ninguém tem direito de debochar deles, de fazer gracejo, de fazer piada. A Constituição não permite. E nós não devemos permitir, enquanto seres humanos, enquanto cristãos que somos. Embora não concordando, nós não temos o direito desse tipo de prática.

Então, não é isso que nós estamos discutindo nessa Comissão. Nós estamos discutindo é um projeto que foi mal feito pela Deputada Iara Bernardi. Eivado de inconstitucionalidades. E continua eivado de inconstitucionalidade, porque você não pode mais pregar a sua bíblia. Ué? Não pode mais pregar o Alcorão. E como fica o Evangelho segundo Kardec, para os espíritas? Como é que fica a Torá? Não é um Projeto de Lei que tem o viés e a necessidade de criar uma casta especial. Não será. Por isso, nós vamos ter, mas digo ao senhor com toda convicção, e dizia ao Senador Mário Couto e Papaléo, que a minha fala seria a fala em nome de todos. Nós temos juízo formado sobre isso. “PL 122, o Projeto da Homofobia foi aprovado”, nas manchetes dos jornais. Nós não vamos passar esse recibo, não. Eu não sou homofóbico, o Mão Santa não é homofóbico, o Jefferson Praia não é homofóbico, a minha família não é homofóbica... Muito pelo contrário. Muito pelo contrário.

Então, o Senador Crivella está certo. A Senadora Fátima Cleide está certa em defender o que acredita, ainda que fique só, ainda que sofra a derrota. Isso faz parte da vida e da democracia muito mais. Mas nós vamos derrotar esse projeto. Nós vamos derrotar o substitutivo dela. Mesmo debatido. Nós temos consciência formada sobre isso. Nós temos consciência formada sobre isso.

Por isso, Sr. Presidente, eu também... Eu presidi a CPI do narcotráfico. Eu conheço a violência, as vísceras da violência do país. Conheço a situação carcerária do Brasil. Conheço o drama do tráfico. Conheço o drama do abuso e do uso de droga. Eu conheço o drama do abuso de criança, da pedofilia no país. A violência no país. Eu conheço. Debato. E a Senadora Patrícia, a gente já tem debate de crença já há muito tempo. E eu olhava para ela e falava: “Eu te conheço, mulher”. Porque a gente vem debatendo já a redução da

maioridade penal com muito respeito. E ela realmente é atrevida, porque enfrenta a maré. E ela falou errado, não é 80, não. Naquele dia do nosso debate era 92. Tinha uma de 86 e uma de 92. Lembra? E ela debatia contra e eu a favor. Isso é parte da democracia. E ela dizia: “Magno, eu perco no debate, mas luto pelo que creio”. E eu acho isso absolutamente importante. Se eu tivesse a posição da Senadora Fátima Cleide, estaria também lutando pelo que acredito. Agora, infelizmente, nós temos posições pessoais e nós, que somos cristãos, não inventamos esse argumento. Quando o cara diz: “Ah, eu tenho minha religião e não permito que minha religião diga isso”. Quem disse isso foi o Cristo. Foi o Cristo. Como ser cristão sem entender e sem obedecer ao Cristo? Por isso... Olha, há um pedido do Senador para votar isso logo hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já houve... Só se houver...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, eu quero que os senhores respeitem meu pedido de vista. Senadora Fátima Cleide, nós vamos fazer a audiência, mas com essa consciência. Nós temos juízo formado sobre isso. Nós temos juízo formado. Vai trazer na próxima sessão daqui a 15 dias, daqui a 20. Nós vamos derrotar o substitutivo. Aliás... Porque a Deputada Iara Bernardi, ela foi infeliz. Ela foi infeliz, Iara, com o seu projeto, que era uma aberração, uma afronta à família brasileira, à sociedade brasileira, e uma afronta até aos próprios homossexuais. Uma afronta. Porque a sutileza que tem no texto atinge até a família deles. Ora, como é que você pode influenciar uma família criar atrito entre marido e mulher na criação de filho, que o pai não pode influenciar na opção sexual do filho? Não cabe na cabeça de ninguém isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está feito o pedido de vistas, então.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pedido de vistas... Alguém é contra? Não, é um direito. Além disso, fica...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos votar logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Tem o pedido de vistas... Tem pedido de vistas coletivo...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. O pedido de vista é uma prerrogativa. Como eu disse, é o senador. Se

ele retirar, aí a gente pode pensar. Mas outro... Outro pode pedir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Serys pediu... Vamos manter o pedido de vistas. Vamos fazer... E traga o pedido de audiência...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós não temos necessidade de atropelar o processo, como ele vem sendo atropelado. Nós temos juízo formado sobre isso. Vai colocar para votar na próxima, e nós vamos derrotar. E nós vamos derrotar. Mas eu quero manter a minha palavra para a gente ter esse respeito na Casa, porque nós vamos viver aqui... Nós temos mandato e tem outras coisas a serem aprovadas na Casa. Se nós não respeitarmos o que nós fizemos... Se eu cometi um erro ter pedido vistas, eu me penitencio com os senhores--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não creio que foi um erro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --mas eu mantenho meu pedido de vista e na próxima sessão a gente... a gente sepulta aquilo que já está morto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está concedido o pedido de vistas e eu quero pedir... Coletiva. E eu quero pedir que, por favor--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É coletivo. Ninguém mais pode pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Coletivo. Então pronto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não há mais pedido de vistas, é só esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está concedido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que se o Senador Magno Malta, se ele pediu vista, acho que tem que ser respeitado. No início, ele pediu, vamos respeitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que ser respeitado. Além disso, foi pedido por outros... Está respeitado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas é coletivo o pedido?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É coletivo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, não pode haver outro pedido de vista. Na próxima sessão não pode haver outro pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não pode. Eu quero pedir que, por favor, os senadores permaneçam aqui. Tem sido difícil conseguir *quorum* para votar terminativo. Nós temos aqui um projeto que considero dos mais importantes que esse Senado teve nas suas mãos, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. São dezenas de milhares de desaparecidos. E não há cadastro. E aqui nós temos a autora do projeto, que nos honra, que é a Deputada Bel Mesquita. Nós temos o relator, que é o Senador Gilvam Borges. Eu vou passar a palavra para ele, para ler o seu relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Eu estou pacientemente escutando a todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderia ser depois? Eu temo que saia alguém e a gente perca a chance de votar isso. Ela vai sair... Não vamos perder a chance.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas, Sr. Presidente, eu acho que estou sendo injustiçada como relatora, porque falam 10 e eu não falo, ouvindo a todos, Sr. Presidente. Eu preciso esclarecer algumas coisas, que são verdadeiras aberrações que eu ouço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas, senadora, haverá tempo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu temo que saiam. Ela vai ter que sair e acaba o *quorum*.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que a Senadora Fátima Cleide, ela pode ter a palavra, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu quero dar. Mas o Senador Duque já está se levantando. Vamos votar esse projeto. A senhora é defensora. Está encerrada a discussão. Por favor, senador, vamos votar esse projeto. Só esse.

"Cria o cadastro das crianças..." O resto... Fique aí. Senador Mão Santa, por favor. Não deixe que seja... Senador Mão Santa, não fique responsável pelo cadastro não ser criado hoje, senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mão Santa. Mão Santa. Cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mão Santa, é o cadastro das crianças desaparecidas, o senhor está saindo, Senador Mão Santa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente Cristovam, tem *quorum*. Põe em votação.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos votar e depois--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilvam, eu peço que leia, o mais rápido que puder, esse cadastro.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): “Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara de nº 60, de 2009, na origem, da Deputada Bel Mesquita, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Vem ao exame dessa Comissão – Sr. Presidente –, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara.

A matéria dispõe que o Cadastro proposto será mantido por órgão competente do Poder Executivo e terá a finalidade de reunir informações sobre crianças e adolescentes cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual.

A forma de acesso aos dados do Cadastro e o processo de atualização e validação das informações nele contidas serão objeto de convênio entre a União e os estados e o Distrito Federal.

A proposição estabelece ainda que os custos relativos ao desenvolvimento, à instalação e à manutenção dessa base de dados serão suportados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Na Câmara dos Deputados, o PLC foi aprovado pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesses três colegiados, a matéria recebeu emendas visando à inclusão do termo ‘adolescentes’ no texto original, que trazia apenas a expressão ‘crianças’ desaparecidas.

A proposição tem o mérito, ainda, de delegar ao Poder Executivo o estabelecimento das ações administrativas que irão concretizar a iniciativa ordenada pelo projeto de lei. Este, aliás, deixa a critério da União, dos estados e do Distrito Federal a regulamentação e operacionalização do Cadastro, mediante convênio a ser assinado entre as partes.

Ciente dos custos ensejados pela criação do Cadastro, a Deputada Bel Mesquita aponta o Fundo Nacional de Segurança Pública como meio garantidor das despesas necessárias para o pleno funcionamento da ferramenta de busca de crianças e adolescentes desaparecidos.

No que diz respeito à emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior, reconheço a enorme importância do envolvimento de emissoras públicas de te-

levisão no esforço para que crianças e adolescentes possam ser reincorporados as suas famílias de origem. Entendo, no entanto, ser desnecessário introduzir na legislação a medida proposta porque as emissoras já se dispõem a adotar tal providência, mas com a duração e os formatos adequados a suas grades de programação.

Nesses termos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº 60, de 2009, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Expedito Júnior.”

Essa relatoria exalta e louva o trabalho da Deputada Bel que, durante anos, processou, condensou, até chegar a esta grande iniciativa, após longos anos de estudos, com esse projeto que propôs e que deverá ser votado nesta Comissão. Esta relatoria parabeniza e se congratula com a Deputada Bel e com todas as comissões que avaliaram este projeto da mais alta relevância para os interesses sociais de crianças e adolescentes desaparecidos.

O seu presidente, ansioso, aguarda que faça a conclusão e esse relator observa em seu olhar que precisa concluir. Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilvam, eu agradeço muito o seu parecer e tem dois inscritos. Eu gostaria já de passar à votação.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos votar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas há dois inscritos. Só se for muito rápido.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos votar, Sr. Presidente.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu quero falar 30 segundos antes da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Senador Mário Couto. Vamos.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Aliás, o meu voto é sim, já estou votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu estou preocupado com os outros.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu já estou votando, Sr. Presidente. Meu voto é sim. Eu só quero ressaltar aqui a competência da valorosa Deputada Federal Bel Mesquita, do meu Estado, da cidade de Parauapebas. Esse projeto, minha querida Bel, com certeza trará grande colaboração para as crianças, jovens, enfim, pessoas desaparecidas. Por isso, mais uma vez, eu quero aqui externar os meus parabéns

e as minhas congratulações a V. Exa. O meu voto é sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Magno, vamos entrar em votação?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, não. Eu só queria dizer que nós estamos votando... Ainda não é, mas já é bem semelhante ao NCMEC americano na questão de crianças desaparecidas. Meu voto é sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery, só se for para dizer isso. Diga.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, para cumprimentar a brilhante iniciativa da Deputada Bel Mesquita, e também para dizer que ao criarmos o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos devemos avançar para – inclusive vou propor isso – criar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Creio que essa iniciativa... Meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Traga esse projeto. Muito bem. Eu vou começar a chamar os eleitores. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente, atrasado, porque já deveríamos ter votado isso há mais tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor, e são duas votações. Temos que votar a emenda também. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador... Senador João Pedro não está. Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marcelo Crivella não está. Marina Silva... Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gerson Camata... Senador Gilvam Borges, é o relator, o voto já é conhecido. Senador Paulo Duque, a quem eu agradeço [ininteligível]. Senador José Agripino, Rosalba Ciarlini, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Cícero Lucena – que esteve aqui antes -, Flávio Arns, Wellington Salgado, Romero

Jucá, Valter Pereira, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Senador Heráclito Fortes, Osvaldo Sobrinho, Maria do Carmo, Adelmir Santana, Senador Mário Couto, Papaléo Paes, a quem eu agradeço.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, parabenizando a autora, Deputada Bel Mesquita, eu quero votar sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senador José Agripino, Rosalba Ciarlini, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Cícero Lucena... Senador... O presidente, eu não preciso votar, o Senador Jefferson Peres como suplente, eu estando presente, não... Jefferson Praia. Senador Sérgio Zambiasi. Aqui. Completou o *quorum*? Vamos votar agora a emenda. A emenda é pela rejeição. Quem votar com o relator, está votando... Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): José Nery...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Serys Slhessarenko. Espera aí. Sim, com o relator? Então, é não. Então, diga: "Sim, com o relator".

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. Senador Gerson Camata, Gilvam Borges é conhecido... Paulo Duque. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador... Senadora Rosalba, Arthur Virgílio, Flávio Arns... Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator. E o voto do presidente é conhecido. Pronto. Fechamos. Senadora... Deputada Bel Mesquita, eu quero parabenizá-la. A senhora hoje está fazendo com que a gente sinta-se feliz de ser senador. Quando aprova um projeto como esse.

Eu volto à Senadora Fátima, quer usar a palavra ainda sobre o assunto anterior?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Quero, Sr. Presidente, embora a maior parte das pessoas que falaram tenham ido embora, mas eu sou... Como disse... Como disseram várias pessoas aqui, a gente está caminhando para a derrota, e eu já sofri várias derrotas na vida, não tenho medo de derrota. Acho que a gente, quando luta e acredita, Senador Magno Malta, naquilo pelo qual luta, e eu luto pelos Direitos Humanos de todas as pessoas neste país, desde as criancinhas – e assim fizemos, Senadora Patrícia, durante a CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes, e, infelizmente, naquele momento, nós sofremos uma grande derrota, porque grande parte dos que aqui vêm hoje dizer que protege criança, esteve lá no último dia do relatório para retirar nome de autoridades do nosso relatório que deveriam ter sido indiciadas. E, no entanto, essas autoridades continuam, Sr. Presidente, sendo autoridades públicas e continuam se submetendo a eleições, e continuam sendo eleitas, o que é mais grave. Com o voto de muitos Senadores que aqui dizem proteger crianças--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se a Senadora me der o nome eu convoco as autoridades. Que pedófilo comigo eu passo o rodo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Magno Malta, eu lhe ouvi e gostaria de ser ouvida. Queria dizer, Presidente Senador Cristovam Buarque, que muita coisa tem sido dita a respeito deste projeto que não... que não condizem com a realidade. Quando eu pedi ao Senador Marcelo Crivella, conversei com o Senador Marco Maciel, conversei com o Senador Flávio Arns, que eu entendo representar a CNBB aqui, e respeito a CNBB como sendo a Confederação da minha religião, inclusive, respeito os bispos da CNBB. Conversei com eles e apelei no seguinte sentido: o projeto que está em pauta, hoje, é o substitutivo, não é mais o PLC 122, Senador Paulo Duque, que foi aprovado na Câmara. Nós já fizemos muitas modificações. Nós ampliamos o arco da proteção legal. Então, as pessoas não estão, não pararam. O preconceito é tanto que as pessoas não se debruçaram sobre o que nós estamos discutindo.

Então... Senador Magno Malta, mais uma vez eu lhe peço, eu lhe ouvi. Quero dizer, Sr. Presidente, que homossexualismo não existe. Não existe. O que existe

é uma sexualidade orientada para a *homo*, assim como a hétero e como a *bi*. É disso que nós estamos tratando, da sexualidade das pessoas como direito humano a ser respeitado e a ser vivido. A negação deste direito humano tem trazido mortes para a nossa sociedade. Nós fizemos uma conta, Senador Cristovam, no ano passado ainda, Senadora Patrícia, quando nós estávamos lendo o relatório na CAS, no período de um ano 122 pessoas, coincidentemente, eu não esqueço esse número porque é o mesmo número do PLC, haviam sido mortas, no período de um ano, neste país. Se essas vidas não importam, nós podemos dizer que não existe homofobia neste país. Mas para mim cada vida dessa importa. E eu tenho certeza o senhor também, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Claro que importa, mas--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Portanto, se a gente diz que a Constituição garante tudo, que nós não precisamos modificar, fazer nenhuma lei, então, o que nós estamos fazendo aqui? Por que nós fizemos Estatuto para Criança e Adolescente? Por que nós estamos brigando, Senador Paim, pelo Estatuto da Igualdade Racial? Por que nós estamos brigando para termos Estatuto para proteger índios nesse país? E esse Congresso vira as costas para os índios. A Lei Maria da Penha foram 20 anos e a Lei Maria da Penha, infelizmente, Senadora Patrícia, ela não nos protege, e nós sofremos preconceito e discriminação todas as horas. Sofremos neste Congresso, por sermos minoria, por abraçarmos as lutas mais difíceis. É preciso ter coragem para abraçar luta de crianças, Senador Magno Malta. E o senhor tem e eu lhe parabeno por isso.

Mas é preciso ter a coragem, também, de ousar e ir mais além. Abraçar aqueles que não têm voz, não têm vez, não têm direitos. E nós estamos aqui abraçando... é real o que o senhor diz, que essa lei não é a Lei da Homofobia. Eu digo isso no meu relatório da CAS, equivocadamente a gente chamou de Lei da Homofobia. Mas o Senador Cristovam tem razão, é a lei da sociofobia, porque nós não queremos xenofobia, nós não queremos homofobia, nós não queremos discriminação à mulher, não queremos discriminação nem preconceito contra idosos, contra crianças e muito menos contra pessoas com deficiência, contra ninguém que seja vulnerável. É disso que nós estamos tratando. A inconstitucionalidade suposta, porque não existe inconstitucionalidade nesse projeto, à medida que nós não estamos criando nada novo em termos de tipologia penal, o que nós estamos fazendo é adequar ao texto já existente da Lei 7.716 e ao Código Penal que já existe com relação a racismo, que já existe de proteção à religião neste país, o que já existe com relação

à xenofobia. É isso que nós estamos fazendo. A constitucionalidade, Sr. Presidente, é mérito da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Direitos Humanos tem que se debruçar e responder a seguinte questão: as pessoas vulneráveis neste país, aquelas que por conta do preconceito e da discriminação chegam a perder a vida... E nós temos a conta, é um a cada dois dias, um a cada 48 horas, apenas por ser homossexual. Nós não tivemos a conta ainda, Senador Paim, do que acontece com idosos. Vamos fazer esse levantamento. Vamos fazer o levantamento das pessoas deficientes que são abandonadas pela própria família, além do abandono do Estado. Vamos fazer essa conta. Agora, é disso que nós estamos tratando, é de Direitos Humanos. Por que ter medo? Por que essa obsessão com relação à questão dos homossexuais? Eu acho que Freud deve explicar, Sr. Presidente. Eu acredito que Freud deve explicar. Porque veja se não é obsessão. Nós estamos dizendo homossexualismo não existe. E não existe por quê? Em 1985, o Conselho Federal de Medicina deste país disse isso. Em 1985. O termo "ismo" leva à doença. E o Conselho Federal de Medicina disse: "Não existe doença quando você trata de sexualidade e de homossexualidade". A Organização Mundial de Saúde disse isto em 1993, e o Conselho Federal de psicologia disse isto em 1999, e proibiu, proibiu a tentativa de cura por psicólogos. Porque não existe cura para aquilo que não é doença.

Agora, Sr. Presidente, as pessoas têm medo da demonstração de afetividade nas igrejas. Eu não vejo nenhum casal heterossexual que vai à igreja demonstrando afetividade. Por que ter medo de que os homossexuais façam isso? A pessoa quando vai à igreja, Sr. Presidente, ela vai para professar a sua fé, para confirmar a sua religiosidade. Vai para afirmar a sua espiritualidade. Mas, nem disso, nem disso as pessoas que se colocam contra os direitos dos homossexuais precisam ter medo, porque de tanto serem constrangidos, de tanto serem humilhados, eles já estão criando as suas próprias igrejas. Porque criação de igreja nesse país pode para todo mundo. Isso não é ilegal. Não é verdade? Eles também estão criando seus espaços para poder irem praticar a sua fé, sem correr o risco de serem humilhados, sem correr o risco de serem constrangidos, sem correrem o risco de serem discriminados, porque é isso que acontece quando você aponta o dedo na cara de uma pessoa, por conta da sexualidade dela, que muitas vezes não é expressa, porque a pessoa não tem obrigação de expressar, nem quer, e isso tem que ser respeitado, mas tem que ser respeitado também aquele que quer expressar sua sexualidade. E aponta-se o dedo na cara e chama-se de aberração. Aponta-se o dedo na

cara e diz: "Isso é uma abominação", para a pessoa que está procurando Deus.

Então, Sr. Presidente, esse medo não deve existir mais. Porque essas pessoas não vão entrar nas igrejas para serem humilhadas. E eu tenho certeza que de muitas igrejas que eu conheço, as pessoas vão e são muito bem acolhidas. Agora, tem algumas, que a gente assiste pelas madrugadas adentro... Basta assistir programas da madrugada, Sr. Presidente, para ver o que significa homofobia nesse país. Por que eu tenho que tratar da questão da sexualidade dos outros na igreja? Essa é uma pergunta que eu fico fazendo sempre, Senador Paulo Duque, quando eu assisto a um programa que eu estou ali, e eu assisto, eu passo madrugada assistindo todos eles.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu tenho outra convicção. Eu queria...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que é preciso que nós tenhamos a coragem, sim, de fazer leis, e estamos aqui para isso. É preciso ter a ousadia que teve o Presidente Lula de chamar e de comparecer, muitos duvidavam e muitos exigiram que ele não fosse, comparecer à abertura da Primeira Conferência Nacional de Políticas para LGBT. Nós estamos nos omitindo, mas o judiciário está fazendo. Enquanto nós não fazemos as leis de proteção, o judiciário está garantindo. E que papel é o nosso? A gente, todos os dias, questiona, quando o judiciário toma uma decisão para a qual a gente se omitiu enquanto legislador. Então, Sr. Presidente, eu continuo lutando porque acredito que esse é o espaço democrático da luta e que nós estamos aqui para representar aquelas pessoas que não tem vez e não tem voz. [palmas].

Agradeço os aplausos, mas a gente está aqui para isso, para dizer inclusive que a Moa, não é o Moa. Ela é uma pessoa que se identifica... a identificação de gênero dela é como mulher, e por isso ela deve ser respeitada por a gente. Quero parabenizar a Moa pela liderança e por ter vencido o preconceito. Ela é uma sobrevivente. Porque muitas, como ela, infelizmente, encontraram como resposta no meio da rua não o direito humano, mas, sim, a bala e, às vezes, muitas facadas. Eu tenho imagens aqui para mostrar, mas eu deixo para a próxima ocasião, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Eu creio que vamos ter tempo, até porque talvez haja o pedido de vistas--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu fiquei para ouvir a senadora, em respeito, até porque acho que o debate deve se dar. Poderia ter saído como os outros senadores. Mas fiquei, não por causa das outras votações, mas para ouvir.

Sr. Presidente, a Senadora Patrícia, na fala dela, falou uma coisa importante. Ela disse que quando se vai ao Parlamento, a gente quando é eleito, é para representar o pensamento das pessoas que nos elegeram. Quando a Senadora Fátima Cleide fala, sempre se referindo às pessoas, às pessoas, às pessoas, de uma forma discriminadora, porque eu não sou obrigado a pensar como ela, e ela diz que é católica, mas a bíblia não fala nada para ela, porque o Deus que nós cremos, o Deus da bíblia--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Deus que eu acredito é aquele que me inspira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadores, por favor, eu acho que esse assunto devia ser encerrado--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Olha, eu tenho respeitado ela o tempo inteiro. Eu poderia ter votado isso aqui hoje.

[Falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas não no meio, senador. Assim os senhores não terminam.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ah, faça o que V. Exa. quiser.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Vamos concluir. Até porque já pediram vistas. O senhor está com a palavra, espero que conclua. Aí terminaremos o debate hoje.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E nós defendemos o que acreditamos. Defendemos o que acreditamos. Toda essa discussão que é colocada... Morreu 120 no Brasil, e quantos nordestinos, quantos negros, quantos índios? O Brasil é um país da violência, hoje. Quantos, Sr. Presidente? Agora, falar isso para quem vive debatendo essas questões da sociedade... Eu acho que essa tentativa... Esse não é o caminho correto. Esse não é o caminho correto. Em nenhum momento eu fiz debate de discriminação, nem de opção sexual de ninguém. Muito pelo contrário. Agora, a minha crença... Eu sou cristão. A minha crença é no que a bíblia fala. A minha formação é no que a bíblia fala. E é aqui que eu vou.

Agora, acho muito engraçado ela fazer uma referência a esse agente público importante do meu estado, que desfrutava do convívio e nós desfrutamos do convívio dentro do mesmo partido no meu estado. Quem não tivesse me ouvido antes achava que seria uma falácia, que nós somos discriminadores.

Portanto, Sr. Presidente, V. Exa. tem toda possibilidade como Presidente de marcar o debate da Audiência Pública. Se V. Exa. quiser, votaremos já na próxima sessão. Se V. Exa. quiser respeitaremos todos os prazos. Para nós não termos o mínimo problema.

Nós temos juízo formado sobre essa questão, nós vamos caminhar sobre essa questão, não passaremos recibo à sociedade de que somos homofóbicos, porque homofóbicos não somos, e nós, então, na próxima sessão resolveremos essa questão: ou sepultaremos essa discussão ou vamos levá-la adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, senador. Chegando aqui o pedido de audiência, ele será votado, e eu creio que pode ser até possível para esclarecer. Porque, como disse a Senadora Fátima Cleide, as pessoas não estão conhecendo bem o projeto na sua forma atual.

Eu quero antes, de pôr em votação alguns não terminativos... Eu quero... Eu quero passar um Requerimento fundamental... Senadora Fátima, Senadora Patrícia, eu quero apresentar um Requerimento com base numa matéria que está hoje no jornal O Globo. O jornal O Globo traz a notícia de um filme que vai ser passado agora com o depoimento de um dos torturadores durante o regime militar que declara que os presos, depois de mortos, eram inclusive esquartejados. E que assim foi feito com o corpo do Ex-deputado Paiva. Eu quero apresentar um requerimento para uma realização de uma Audiência Pública, nessa Comissão, para discutir o documentário "Perdão Mr. Fiel", que é o filme, que será exibido agora no cinema, e, convocando o depoimento do cineasta Jorge Oliveira e do policial Marival Chaves. Eu ponho em discussão esse requerimento. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu tenho três requerimentos. São demandas que eu recebi e eu queria fazer um apelo a V. Exa., que tem colaborado muito com esse senador, para que possamos estudar a possibilidade de fazermos essas três Audiências Públicas ainda esse ano. Eu tenho colocado, Senador Cristovam, na terça-feira, como espaço da Comissão e que eu possa... Eu tenho colocado na terça para evitar o conflito da quarta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Paim, o senhor me concede? Só queria fazer um registro da presença da nadadora Joana Maranhão, que leva o nome da lei que fecha o ciclo de impunidade no Brasil, pela coragem de ter denunciado o seu abusador. E, como é do esporte, está aqui hoje na Casa, fazendo outro tipo de reivindicação, mas vai voltar na próxima semana, porque no Plenário do Senado nós vamos votar, já está na pauta, o que foi aprovado na Comissão de Justiça, a Lei Joana Maranhão, que leva o nome dessa nadadora olímpica de duas olimpíadas, com 22 anos, se preparando para uma próxima olimpíada e que teve uma coragem de denunciar o seu abusador. Então, a encontrei aqui, ela estava vin-

do ao meu encontro e eu resolvi trazê-la à Comissão para que ela fosse saudada pela Comissão, Senador Paim, por isso eu pedi a V. Exa. que me cedesse essa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu lhe agradeço ter interrompido o Senador Paim, porque foi por uma causa que enobrece essa Comissão. Agradeço muito a sua presença e somos um admirador de você. Desculpe chamar você, pela idade... Como atleta e como cidadã, pela sua postura ao enfrentar essa criminalidade tão vergonhosa que o Brasil tem, e que o Senador Magno Malta tem sido um dos grandes lutadores contra eles. Muito obrigado pela sua presença. Senador Magno, muito obrigado. Senador Paim está com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, então uma das Audiências Públicas, que nós já fizemos aqui numa terça-feira, foi para discutir a saúde do trabalhador na indústria da alimentação na visão dos trabalhadores. É natural que o setor empresarial, e eu dizia que nós seríamos abertos, também propôs que nós possamos, na audiência, numa próxima Audiência Pública, convidá-los. Então, o primeiro requerimento é esse, é discutir a saúde do trabalhador na indústria da alimentação na visão dos empresários.

E eu estou propondo, claro, a ver com V. Exa., que seja no dia 3/12, numa terça-feira. Esse é um requerimento, se V. Exa. concordar, colocaríamos em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O segundo requerimento, Sr. Presidente, é que nós recebemos essa semana aqui, e eu entendi que cabe nessa Comissão, os trabalhadores da Vale do Rio Doce no Canadá. Eles me fizeram uma série de denúncias, acompanharam esses líderes sindicais do Canadá, líderes sindicais que trabalham na Vale do Rio Doce, fazendo também denúncias da maior gravidade. Como não é para analisar Projeto de Lei, e, sim, na linha dos Direitos Humanos, eu estou propondo também que a gente possa fazer – eles estão dispostos a vir, inclusive, do Paraná, do Canadá – uma Audiência Pública para debater as relações trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Vale do Rio Doce no Brasil, como também os trabalhadores da Vale do Rio Doce canadense.

Então, nós faríamos uma Audiência Pública para ouvir tanto os trabalhadores da Vale do Rio Doce no Brasil como no Canadá. Eles estão em greve já há 120 dias. Eles estão viajando pelo mundo, eles já visitaram, se não me engano, oito ou sete países, eu não tenho

aqui exatamente, fazendo a mesma denúncia. E, claro, que nós nessa Audiência Pública convidaríamos também o representante da Vale do Rio Doce para dialogar sobre o tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E a sugestão é que fosse no dia 15/12.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o último, Sr. Presidente, esse tem tudo a ver, digamos, com a nossa Comissão. É que eu fui procurado para as pessoas portadoras de autismo, e eles pediram muito que a Comissão de Direitos Humanos aqui do nosso Senado fizesse uma Audiência Pública para debater as suas questões. Eles deslocarão de diversos estados e viriam aqui para debater o tema. Aí a proposta que nós deixaríamos como indicativo, 24/11 para debater as questões relativas aos portadores de autismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovados todos os requerimentos apresentados hoje. Vamos discutir apenas as datas.

Existe mais um requerimento que eu quero pôr em votação com o objetivo de discutir as questões atinentes à Comunidade Indígena Tapuia, no Santuário Sagrado dos Pajés, Terra Indígena Bananal, no Distrito Federal, que sofre novas pressões, violência e ameaça após o Ministério Público determinar à FUNAI conceder a demarcação e identificação da terra indígena, e a suspensão das licenças ambientais do IBAMA, na área de expansão do projeto do setor noroeste em Brasília. Eu ponho em discussão. Se não houver ninguém para discutir, ponho em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado também esse requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, a assessoria me lembra aqui, se V. Exa. concordar, que se a gente pudesse deixar firmado essa que vai ser rápido no mês de novembro que é do autismo... as crianças estariam meio que se deslocando, eu diria, se preparando para viagem para Brasília. Seria no dia 24/11.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Vamos considerar isso. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h03.

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões nº 02, sob a Presidência do Senador (**Paulo Duque**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registram a presença os seguintes senhores Senadores membros da CDH **Cristovam Buarque, Paulo Paim, Paulo Duque, José Nery, Wellington Salgado, Osvaldo Sobrinho, Adelmir Santana, Mário Couto e as Senadoras Fátima Cleide e Rosalba Ciarlini**. Deixam de registrar a presença os demais membros. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: Item Único. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 46/2009-CN (PLOA para 2010)**. Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **Aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 46/2009 – LOA, conforme tabela abaixo:**

UO	SUBTÍTULO	VALOR
20126 – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	8362.0001 – Apoio as Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial – Nacional	300.000.000

20.121 – Secretaria Especial de Direitos Humanos	2A56.0001 – Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia Nacional	150.000.000
20.122 – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	8834.0001 – Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Nacional	112.000.000

O Senhor Presidente saúda a presença do Ministro de Estado Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e concede a palavra ao Ministro para uma breve manifestação. O Ministro faz uso da palavra e agradece a saudação. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Duque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada sem revisão desta Reunião. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 41ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Eu solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos o Item 01, único, referente à emenda da comissão ao Orçamento 2010, que eu passo a ler.

“Em discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PL nº 46/2009, orçamento de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

Na Secretaria da Comissão, foram apresentadas 31 emendas.”

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para relatá-las.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente da Comissão, Senador Paulo Duque, primeiro a minha alegria de estar relatando sob a sua Presidência, re-

presentando aqui, naturalmente, todo o nosso Senado da República, de um tema tão importante quanto é a peça orçamentária.

O Ministro Edson Santos, que, mais uma vez, prestigia esta Comissão e para felicidade nossa, Senador Paulo Duque, o Ministro Edson Santos veio aqui para um grande evento que vai ser realizado no Plenário do Senado, que vai tratar, vai ser uma Sessão de homenagem a 20 de novembro, a data do Zumbi dos Palmares. Mas veio também para dialogar com os senadores sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que o Senado já aprovou por unanimidade, a Câmara, com algumas alterações, já aprovou também por unanimidade, mas, como houve alterações de alguns pontos que, assim, os deputados entenderam que poderiam ser polêmicos, eu tenho certeza que o Senado aprovará, respeitando também a posição da Câmara dos Deputados e atendendo em grande parte, não é Ministro, a demanda do movimento negro e branco, eu diria. São homens e mulheres lutadores pela liberdade.

Eu digo para felicidade nossa, porque aqui, nessa Comissão de Direitos Humanos, todos os anos nós contemplamos pela... O trabalho brilhante que o Ministro Edson Santos vem fazendo, uma emenda parlamentar para a CEPPIR.

Eu passo rapidamente a resumir o nosso relatório.

Nós só podemos decidir por três emendas, e eu acabei pela... E vou aqui dizer qual o setor que foi mais atendido, acabei acatando, então, uma emenda de 300 milhões para a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, mais 150 milhões para a Secretaria de Direitos Humanos, e mais 112 milhões para a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Isso aqui, com essas emendas eu contemplei, não deu para contemplar todos senadores, porque é impossível, porque só são três emendas, mas contemplamos cinco dos oito senadores que apresentaram emenda.

Estão contemplados a Senadora Fátima Cleide, Romero Jucá, Serys Slhessarenko, Cristovam Buarque e Valter Pereira. Houve dois senadores que eu não consegui inserir, porque as emendas por eles apresentadas não competiam a essa Comissão.

Assim, Sr. Presidente, esse é o relatório e eu peço a aprovação do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Coloco em votação a proposição apresentada pelo... Digo, o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. Os que concordam, queiram permanecer como se encontram. Está aprovado.

Eu consulto o Deputado (sic) Paulo Paim se ainda deseja falar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, Presidente, o objetivo desta Comissão, no dia de hoje, era esse evento, principal, essa votação, e, como nós vamos ter agora, e eu estou acompanhando o Ministro, em uma Sessão no Plenário do Senado, onde eu vou expor a importância do 20 de novembro e que o Presidente Lula, não é Ministro, provavelmente vai amanhã decretar feriado nacional, provavelmente eu diria. Então, é um momento histórico.

E aí, se V. Exa. quiser encerrar, eu me sinto contemplado, agradeço muito a V. Exa., e eu acompanho o Ministro à Presidência do Senado nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria que V. Exa., ao acompanhar o Ministro Edson Santos à Presidência da Casa, considerar que eu estou junto com V. Exa.. V. Exa. vem do Sul, lá do Rio Grande do Sul, vem de longe para estar aqui, no Senado.

Eu venho do Rio de Janeiro, exatamente pertinho de onde o Ministro Edson Santos atua, reside e, há muitos anos, faz política.

Quando eu digo pertinho, é pertinho mesmo, não chega nem a dez quilômetros onde eu moro e onde o ministro mora. Nós somos, a realidade, vizinhos e vizinhos da política também.

Sempre fizemos política na Zona Sul, sobretudo. Eu e o ministro moramos na Zona Sul. Deve estar morando lá na Gávea, não é, ministro?

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Não, Jacarepaguá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora mudou para Jacarepaguá.

Mas de qualquer maneira é um honra estar aqui nesse momento presidindo essa sessão e tendo o nosso Ministro Edson Santos ao meu lado, com quem tenho uma grande afinidade nas lutas que encetamos no Rio de Janeiro, nas causas que já defendemos também no Rio de Janeiro e hoje em plano nacional, podemos ter uma atuação mais ampla, mais viva, mas, sobretudo, bem brasileira.

Eu agradeço a V. Exa. essa oportunidade, a presença do Ministro. Pode crer, Ministro, que é um orgulho para mim tê-lo aqui ao meu lado no dia de hoje.

Está encerrada a sessão.

Caso V. Exa. queira falar, eu concedo a palavra a V. Exa..

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como nós temos ainda dez minutos, se o ministro quiser fazer uma saudação a V. Exa. ou a essa Comissão, ou prefere falar no Plenário, eu apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma sugestão. Eu concedo, então, ao ministro, para uma breve saudação.

SR. MINISTRO EDSON SANTOS: Muito rapidamente, o senador fez menção à nossa proximidade geográfica, porque eu nasci no Jardim Botânico, logo quando me tornei adulto é que fui morar em Jacarepaguá, na Cidade de Deus, e agora moro na Taquara, mas o início de minha vida, até os trinta anos de idade, foi no bairro do Jardim Botânico, onde meu pai era trabalhador no Jardim Botânico e a minha família ali morava e continua morando naquele local.

Mas é um prazer a gente estar aqui dividindo essa Mesa com o Senador Paulo Duque, que sempre foi parceiro do clamor de justiça da população negra no Rio de Janeiro e agora, na condição de senador, traz essa sua bagagem e experiência aqui, para o Senado da República, que será muito importante para que a gente possa aprovar os projetos de interesse da população negra e da sociedade brasileira, por extensão.

Então, um prazer imenso estar dividindo esse momento aqui, com V. Exa., Senador Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h41

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE OUTUBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, EDUARDO SUPLICY, OSVALDO SOBRINHO, GILBERTO GOELLNER, EFRAIM MORAIS E MARCONI PERILLO**. Comparece ainda o Senhor Senador não-membro, **GARIBALDI ALVES FILHO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, atende ao Requerimento nº 39, de 2009-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, destinado a debater o Marco Regulatório

do Pré-Sal, Painel III – “Fundo Social”, com a presença dos seguintes convidados: **Prof. Júlio Sérgio Gomes de Almeida** – Professor da UNICAMP, Ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; **Prof. Edmilson Moutinho dos Santos** – Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e **Dr. Manoel de Melo Maia Nobre** – Engenheiro PhD no Canadá em Contaminação de Solos. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy e Osvaldo Sobrinho**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, integrado o ciclo de Audiências Públicas, promovido por essa Comissão de Serviços de Infraestrutura, durante o mês de outubro e início de novembro, estamos realizando essas audiências sobre o tema “Marco Regulatório do Pré-sal”, buscando discutir com a profundidade necessária o mérito dos quatro projetos encaminhados ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República.

Já realizamos nas últimas semanas duas Audiências Públicas com apresentação dos painéis. Primeiro painel “O regime da partilha”, referente ao Projeto de Lei 5.938/2009. O segundo painel sobre “A criação da empresa Petrosal”, referente ao Projeto de Lei 5.939/2009. E hoje nós vamos analisar, neste Painel 3, “O Fundo Social”, referente ao Projeto de Lei 5.940/2009.

Proximamente, mais precisamente no dia 09 de novembro, nós examinaremos o Painel 4, que trata da capitalização da PETROBRAS, pesquisa e lavra do petróleo de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal.

Então, vamos discutir hoje o tema “Fundo Social”, que corresponde a projetos e programas nas áreas de combate à pobreza, ao desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, e de sustentabilidade ambiental, com participantes convidados, que aproveito para convidá-los a tomar assento à Mesa. Convido o Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Professor

da UNICAMP, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Convido o Professor Edmilson Moutinho dos Santos, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. Convido o Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, engenheiro PhD no Canadá em Contaminação de Solos.

Nós vamos, inicialmente, nesta sessão, ouvir os nossos expositores, querendo deixar colocado aqui inicialmente que o tempo destinado a cada palestrante será de 20 minutos, com cinco minutos de tolerância. Após as exposições, abriremos a palavra aos Srs. e Sras. Senadores para fazerem suas perguntas e indagações por ordem de inscrição. Comunico que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa.

Nós daremos a palavra inicialmente ao Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida para a sua exposição de 20 minutos.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Muito obrigado, Senador Eliseu Resende. Tema do fundo social, um tema que me parece transcendental com relação à regulamentação do pré-sal.

Eu gostaria de dizer aos senhores que fundos desse tipo que nós vamos discutir agora existem no mundo todo, entre os países produtores de petróleo, e não só entre os países produtores de petróleo, mas países que têm superávits estruturais, digamos assim, em seu, em suas contas externas, e se destinam usualmente a conferir a uma riqueza criada pelos países a partir do petróleo, a partir de uma outra riqueza mineral, um caráter definitivo ou um caráter intrageracional. Ou seja, procuram esses fundos transmitir para gerações futuras aquilo que a geração presente estaria se beneficiando na forma da riqueza descoberta. São chamados fundos soberanos, que têm tanta importância hoje em dia no cenário financeiro e econômico mundial. O fundo social é um fundo soberano com uma ou outra, digamos assim, qualificação. Ele é o embrião do nosso fundo soberano.

Eu preciso observar um pouquinho preliminarmente o caráter dessa riqueza que está sendo descoberta com o pré-sal. Evidentemente, tudo o que eu falar tem uma dimensão muito maior ou uma dimensão muito menor, se a riqueza descoberta do pré-sal for muito grande ou não for tão grande. Nós não sabemos ainda qual é a dimensão da riqueza do pré-sal, e nem sabemos exatamente qual vai ser a nossa capacidade de explorar essa riqueza e obter rendimentos dela, já que é possível sempre uma substituição tecnológica do petróleo num período de tempo, digamos assim, de 50, 60 anos, que é um período razoável para se explorar uma riqueza como essa.

Mas, seja como for, o que já se tem hoje descoberto do pré-sal significa uma riqueza bastante razo-

ável para o país. O que significa dizer por seu turno, que nós vamos ter que ter as preocupações todas que o Governo teve com o envio dos projetos de lei que encaminhou ao Congresso Nacional. Se quer mudar o regime de concessão para partilha, eu gosto disso; se quer instituir uma empresa para organizar e representar o Governo no negócio do petróleo, a chamada Petrosal, eu gosto da ideia; se quer capitalizar a PETROBRAS, eu acho correta a iniciativa; e se quer criar um fundo social para isso – que me parece que independe das demais medidas que o Governo está tomando –, ou seja, seja qual for o regime, partilha ou concessão, seja qual for a solução dada para capitalização da PETROBRAS, seja qual for a solução dada para a Petrosal e o que ela vai eventualmente fazer, a ideia do fundo social se mantém. Por quê?

Porque, em primeiro lugar, em sendo uma riqueza finita, como eu falava a pouco, a riqueza do pré-sal, significa que nós não temos o direito de explorar na nossa geração, ou na geração futura, essa riqueza e dela usufruir. Em se tratando de uma riqueza finita, é toda a população brasileira presente e futura é que deverá ter essa prerrogativa. Essa ideia está hoje totalmente dominada no mundo todo, quase todos os países têm essa dimensão do que é uma exploração dum recurso finito. Isso significa dizer que a gente deve transformar essa riqueza de uma riqueza finita numa riqueza permanente para toda a sociedade. Significa isso dizer que nós temos que aplicar as coisas derivadas do petróleo, arrecadadas pelo governo em iniciativas que gerem perpetuidade para essa riqueza.

São dois tipos de riqueza capazes de gerar perpetuidade. Uma delas é uma riqueza financeira, títulos, por exemplo, dum país soberano ou aplicações em empresas privadas, como alguns fundos fazem. Segundo, uma riqueza que se reproduz internamente ao país e que gera uma riqueza praticamente infinita pela sua aplicação, por exemplo, gastos bem feitos em infraestrutura têm essa dimensão; gastos bem feitos em educação; gastos bem feitos em sustentabilidade... Eu acho que nós poderíamos engrossar, talvez, essa relação de coisas em uma definição mais precisa do que deveriam ser as aplicações do fundo social.

Mas, o princípio é que me parece ser fundamental. Cabe à nossa geração, cabe ao Congresso Nacional, cabe à nossa sociedade, através do fundo social, zelar para que a riqueza do pré-sal seja uma riqueza infinita para os brasileiros.

Gostaria de dizer para os senhores que o paradigma do fundo social ou de fundo soberano mais recente, e ao penso sobre o qual o Governo se debruçou para propor a ideia do fundo social foi a Noruega. Quer dizer, a Noruega é um país que descobriu o petróleo, já

tinha um nível de desenvolvimento econômico-social bastante elevado, pôde abrir mão da utilização imediata desse recurso para sua utilização no acúmulo de uma riqueza financeira e não financeira perpétua... Pôde, portanto, fazer isso – nós temos que ver se o Brasil poderá fazer isso –, criou o seu fundo soberano e hoje vive e pretende financiar o seu sistema de aposentadoria, que é um sistema relativamente generoso, digamos assim, através dessa riqueza acumulada do pré-sal, do... Desculpa, da sua riqueza do petróleo.

Um outro exemplo que me ocorre de fundo social ou de fundo soberano, embora o nome aí não caiba muito por se tratar de um Estado americano, é o fundo do Alasca, criado já há mais de 30 anos, que teve a sabedoria de utilizar os recursos de impostos arrecadados com a riqueza do petróleo em aplicações em um fundo, que por seu turno adquiriu títulos do Governo Americano, de outros governos, e outras aplicações financeiras, e que hoje tem um volume de recursos o suficiente para gerar um rendimento à sua população, distribui um cheque anualmente à sua população, o Estado do Alasca, de dois mil dólares para cada habitante. Ou seja, isso só foi possível porque os recursos oriundos da riqueza do petróleo foram acumulados, foram guardados em um fundo que cresceu, gera dividendos hoje suficientes para fazer esse tipo de distribuição.

Todo fundo social... Desculpa, todo fundo soberano que tem a origem no petróleo, o nosso fundo social, como o Governo propôs ao Congresso Nacional, é, no fundo, um fundo de poupança. E, portanto, como o nome diz, nós temos que poupar antes de usufruir esse recurso.

Em se tratando de um país pobre como é o Brasil, ainda pobre, na média, de um país carente, nós temos que ter muita sabedoria em distinguir o que desses recursos do pré-sal nós iremos gastar, ainda que seja um gasto muito nobre, e aquilo que nós iremos poupar e acumular sob a forma de uma riqueza real ou financeira para gerar uma massa de recurso suficiente para dar perpetuidade a essa riqueza. É um pouco a estratégia da cigarra ou da formiga: se nós não tivermos o cuidado em poupar esse recurso fiscal que nós vamos adquirir, que nós vamos obter da riqueza do pré-sal, ou se nós não pudermos poupar esse recurso, porque, por exemplo, um diagnóstico de que a nossa pobreza é tão grande que nós devemos usar imediatamente esses recursos para subsidiar programas sociais meritórios, portanto, mesmo programas educacionais, aí nós não vamos acumular riqueza e depois nós não vamos ter uma massa de riqueza capaz de, com base no seu rendimento, distribuir esse

recurso para a nossa população, fazer investimentos tão meritórios quanto esse que eu falei.

Evidentemente, se nós não tivermos a sabedoria de aplicar bem o recurso, e esse recurso for aplicado em praças públicas, em aumento de gasto de pessoal do Governo, aí é o pior dos mundos – eu nem quero pensar nisso, quero crer que nós vamos fazer uma aplicação boa do recurso. Mas a aplicação boa do recurso eu gostaria de que fosse, primeiro, um recurso aplicado em um fundo – no caso, o fundo social – com poucos recursos gastos imediatamente, e fossem gastos efetivamente em investimentos meritórios apenas os rendimentos desses recursos aplicados nesse fundo. Isso significa dizer, apenas para efeito da gente exemplificar: suponhamos que a riqueza absorvida sob a forma de impostos do pré-sal seja nos períodos iniciais de cinco a dez bilhões de reais/ano – não sei se é essa a conta razoável, acho que até mais o valor disso. Isso significa dizer que nós não devemos aplicar inicialmente essa quantia a não ser em aplicações financeiras para dar sustentação a um fundo, até que ele tenha um valor elevado, que dê um rendimento anual, razoável. Aí sim que nós poderíamos, então, fazer os programas meritórios que o fundo social já enumerou.

Esse é um grande problema. Primeiro, vamos ter a sabedoria – que me parece que o Governo teve ao enviar o Projeto de Lei do fundo social para o Congresso? Vamos ter a sabedoria de guardar para o futuro os recursos hoje obtidos com o pré-sal? Vamos ter a sabedoria de renunciar a um gasto, mesmo que meritório no presente, para fazer massa crítica, financeira, com esse recurso e, depois, eventualmente sim, rapidamente sim, mas não tão imediato quanto à utilização hoje do recurso, fazer os investimentos que nós precisamos fazer no país? Vamos ter a sabedoria também de separar o que é uma aplicação meritória desses recursos do que é uma aplicação não meritória desses recursos? Aplicação meritória em educação, em infraestrutura, em sustentabilidade; aplicação não meritória me pareceria inchar a máquina do Governo, fazer obras que não dêem sustentação à riqueza. Essa é uma questão, digamos assim, de fundo.

A outra questão de fundo é que nós precisamos ter a sabedoria também de ao recurso que entra para o Governo do pré-sal, nós possamos também aplicar essa riqueza especialmente lá fora. Eu explico: é uma riqueza nova que se cria para um país que tem outras riquezas. E se essa riqueza entra no país sob a forma de dólares, de moeda estrangeira, isso valoriza a nossa moeda, torna mais barato o produto importado, torna mais caro o produto nacional, e nós perdemos em função dessa riqueza nova uma série de outras ri-

quezas da nossa produção doméstica preexistente que sucumbem diante da valorização da nossa moeda.

Os economistas gostam de dar o nome a isso que eu descrevi como doença holandesa. Por quê? Porque a Holanda teve a sua descoberta na área de petróleo e gás e teve problemas com a sua riqueza presente. Valorizou o câmbio, uma série de atividades domésticas perdeu competitividade, e sucumbiram. Se isso acontece num país como o Brasil, significa dizer que por conta de uma riqueza nova, porém finita, o país abdica de uma riqueza não-finita criada pela força do trabalho, criada pela tecnologia, criada pela competência empresarial, etc., etc., etc.

Nós não podemos deixar:

1º – que essa riqueza do petróleo seja... Não podemos deixar que essa riqueza do petróleo seja toda ela consumida pela geração presente. Tem que ser também pela geração futura.

2º – nós não podemos permitir que a riqueza do petróleo crie a doença holandesa, expulse atividades econômicas domésticas importantes em prol de uma riqueza finita que é a riqueza do pré-sal.

Como é que se faz isso? Como é que se protege a economia da chamada doença holandesa? Muito fácil falar, muito difícil fazer: através de mecanismos de intervenção no câmbio que todos os países produtores de petróleo em larga escala fazem. Dois, através da canalização da riqueza que o Governo obtém com o petróleo numa fração muito grande para o exterior. É assim, por exemplo, com o fundo da Noruega, que cumpre, portanto, duas funções:

1ª – a função de perpetuar a riqueza para as próximas gerações; financiar, no seu caso, no caso da Noruega, aposentadoria da sua população. Os fundos de aposentadoria de sua população, no nosso caso, serviriam para financiar os nossos programas na área social, como estão listados no Projeto de Lei do Governo para o fundo social.

2ª – segundo objetivo, segunda função que cumpre na Noruega, a função de reduzir o potencial de valorização da moeda local, no caso nosso, a valorização do real e evitar a doença holandesa.

Primeira função é aplicar bem o dinheiro. Poupar é aplicar bem o dinheiro. Segunda função seria poupar, aplicar bem o dinheiro, sobretudo lá fora.

Eu diria para os senhores que o fundo social proposto pelo Governo promove, prevê todas essas questões que eu acabei de falar. Mas eu acharia que os recursos do fundo social – essa é a observação talvez mais importante sobre a proposta do Governo – os recursos do fundo social que estão previstos no art. 3º, diz, no primeiro item, “constituem recursos do fundo social a parcela de valor do bônus de assi-

natura”. Perfeito; “A parcela dos royalties que cabe à União.” Concordo, mas teria uma agregação a fazer; Terceiro, “a receita advinda da comercialização do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União”. Perfeito. “Os resultados das aplicações financeiras sobre as disponibilidades do fundo”. Perfeito; outros recursos.

A agregação que eu faria no item dois, “a parcela dos royalties que cabe à União”, deduzidas aquelas destinadas aos órgãos específicos, me parece que poderia incluir também os recursos de royalties destinados às outras instâncias do Governo. Por quê?

Os senhores sabem que na distribuição, na lei que define a distribuição do *royalty*, os Estados e municípios brasileiros têm, aqueles que têm confronto com os postos de petróleo têm uma participação muito elevada. É muito complexa a regulamentação, mas eu diria o que Governo, na União, recebe por volta de um quarto dos recursos, e três quartos desses recursos são destinados a Estados e municípios. Eu acho que o que fundo social exige uma certa concentração financeira em nome da União para dar significado financeiro a esse recurso para que as aplicações tenham resultado. Isso significa dizer que eu gostaria, do meu ponto de vista, que os recursos de Estados e municípios, com as exceções devidas [soa a campanha] porque os Estados e municípios necessitam de uma... dos recursos, por exemplo, para fazer obras de infraestrutura, para fazer obras do lado ambiental, mas com exceção desses recursos, dessas frações, os Estados e municípios tenham os seus recursos também alojados no fundo social. Por quê? Para eles serem aplicados da mesma forma que os outros recursos da União com mérito.

No caso do fundo social, o que define a sua aplicação? São as áreas... aplicações na área de combate à pobreza, desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, e da sustentabilidade ambiental. Nessa proposição, os Estados e municípios manteriam a sua titularidade sobre os recursos, poderia usar os seus recursos do *royalty* normalmente, mas também submetido a regras do fundo social, ou seja, dentro dessas prioridades e não gastos que não tenham correspondência com a riqueza do país.

Seriam essas as minhas observações, agradecendo a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Professor Júlio Sérgio. Daremos a palavra agora para a sua exposição ao Professor Edmilson Moutinho dos Santos, pelo tempo de 20 minutos, com cinco minutos de tolerância.

SR. EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS: Bom-dia! Bom-dia Senador Eliseu Resende. O Senador

Eliseu Resende participou ativamente da formatação da lei do petróleo de 97, foi um dos principais pais do que eu chamo para todo mundo que estuda petróleo e que trabalha com a questão do petróleo, um dos textos mais geniais, que é a exposição de princípios da lei do petróleo, quer dizer, eu gostaria que qualquer um que hoje estivesse discutindo a revisão do marco regulatório, retomasse a exposição de princípios da Lei de 9.478 porque ela é genial enquanto discussão de qual é o papel que se espera do petróleo na sociedade brasileira.

É claro o que pré-sal ele cria um novo contexto, e é claro que eu concordo plenamente com o que o Júlio colocou de que esse contexto ainda é muito incerto, e nós levaremos dez anos para começarmos a tatear o tamanho dessa riqueza. Então, é aquele problema de definir regras muito antes por uma realidade que pode se revelar bastante diferente daquilo que hoje se imagina. O que a própria lei do petróleo enfrentou. Se olharmos de novo a exposição de motivos lá da lei, o cenário positivo que se pintava para a indústria do petróleo no Brasil estava longe de ser o que a realidade está comprovando poder ser, não é? E aí eu acho que um primeiro elemento é a flexibilidade que o marco regulatório deve ter. É uma lei, a lei de 97, é uma lei que se mostrou extremamente flexível para diferentes cenários. Um cenário que em 1998 se pintava bastante ruim, o preço do petróleo a dez dólares o barril, o senador vai lembrar, e com perspectivas de estar muito baixo durante muitos anos; e uma lei que se manteve e que se mostrou muito positiva a 140 dólares o barril. Então, definir leis com muito prazo de antecedência, dentro de ambientes tão incertos, exige que as letras sejam flexíveis e que passem os espíritos suficientemente flexíveis para absorver realidades muito diversas.

A minha contribuição aqui, já o que Júlio falou metade da minha reflexão sobre o fundo social propriamente dito – eu concordo 100% com as palavras dele – eu vou talvez agregar algumas coisas e vou fazer uso da minha apresentação *Power Point* como provocação, e depois eu vou colocar um elemento a mais que é o papel que talvez a gente devesse estar dando à questão do gás natural. Quer dizer, a gente fala do petróleo, é sempre o petróleo, e o gás natural está escondidinho. E eu acho que o grande desafio para a nação aí enquanto marco regulatório para tratar com uma questão energética do país é o gás natural, não é o petróleo. O petróleo nós estamos caminhando a um país exportador de petróleo. As nossas demandas domésticas estão atendidas, a nossa autossuficiência foi resolvida, nós estamos falando agora de um país exportador de petróleo, que não me parece ser o maior

dos desafios. O maior desafio é o que nós vamos fazer com esse tsunami de gás que está se montando lá no mar. É um tsunami de gás para o qual o país não está preparado. E, ao não estar preparado para receber essa quantidade de gás, ou nós vamos exportar o hidrocarboneto do futuro, o que me parece já bastante questionável, ou nós vamos queimá-lo no mar, sem que ninguém veja, porque está lá a 300 km da costa, e isso é ridículo do ponto de vista do aproveitamento dos recursos naturais, um país que se diz matriz energética Verde e tudo o mais. Passa, por favor. Você me ajuda, então? Siga, por favor.

Minha agenda aqui é falar um pouquinho da dimensão dessa renda petroleira; as razões lógicas e riscos associados ao fundo social, o Júlio colocou bem, talvez só tenha dois ou três pontos que eu gostaria de agregar; e aí sugestões de ações mais voltadas à questão do gás natural. Por favor.

Dimensões globais. Olha que interessante. A gente não pensa muito. Siga mais um. O mundo hoje com essa crise econômica global deve estar consumindo 80 milhões de barris/dia. O preço do petróleo está por volta de 80 dólares o barril, então nós estamos gerando seis bilhões de dólares por dia de riqueza. E quem se apropria disso? Seis bilhões de dólares por dia vão para muitos agentes econômicos, mas – siga, por favor – quem realmente se apropria disso e isso não segue a intuição das pessoas, as pessoas têm a intuição de que isso fica com as empresas internacionais, colonialistas, mas não, ela fica principalmente com os Estados e com suas empresas estatais. Oitenta por cento talvez dessa riqueza fica com as empresas estatais ou com os seus respectivos governos.

Para gastar como? Ou com gastos correntes, não é? Ou você acumula investimentos do Estado ou das próprias empresas estatais, então volta para o setor de petróleo, ou então você vai investir fora. É um pouco o papel dos fundos, investir fora, o que também é bastante contraditório. Quando você vê o fundo de Abu Dhabi comprando ações importantes do Santander, é bastante contraditório de ver um país como Abu Dhabi financiando o banco espanhol que tem sua política global. Segue, por favor.

Olho que interessante: esses são os maiores países com seus maiores fundos. De longe os Emirados Árabes e a China com seus vários fundos são os principais fundos aí. Olha que interessante o papel do petróleo.

Então o papel... Aqui então são três grandes atores: ou são os grandes países asiáticos que fazem fundos soberanos em suas exportações, o Júlio já explicou, e eu nem seria competente para explorar melhor esse

caso, ou são os fundos petroleiros. E aí são os fundos petroleiros que a gente chama. Então segue.

Então, nem todo fundo soberano é fundo petroleiro, e principais fontes de recursos... Bom, os soberanos, por exemplo, o fundo soberano brasileiro é baseado em recursos fiscais, o que é bastante... também é bastante interessante. Um país que tem uma carga tributária violenta, que já compromete até a competitividade dos vários setores econômicos, construiu o seu fundo soberano em cima desse recurso, é bastante questionável. Então, se o fundo petroleiro brasileiro viesse a substituir o nosso fundo soberano hoje, já está dando uma grande contribuição, na minha opinião. Segue, por favor.

Eu vou focar mais no fundo petroleiro. O fundo petroleiro vem do petróleo. Também vem do gás. Alguns países, inclusive a própria Noruega, têm uma parte importante do gás. Interessante a Noruega, uma parte importante é a *CARBON TAX*, é o imposto que se aplica sobre a emissão de CO², por isso que lá não se queima gás como nós estamos queimando no gás aqui. Ridículo, nós estamos queimando hoje no mar o volume que a COMGÁS comercializa na Região de São Paulo. Lá na Noruega isso não dá para fazer, não, porque lá o tributo que se paga sobre a queima do gás é uma violência. Então a *CARBON TAX* hoje é o principal alimentador do fundo soberano, do fundo petroleiro norueguês. Então, isso talvez seja uma reflexão importante, já que temos uma ameaça grande de queimar esse gás meio bestamente por aí.

Você tem o fundo próximo nosso, mas olha que interessante: gás não é bom para tributos, para rendas minerais. O gás, a gente tem que pensá-lo como rendas tecnológicas. O petróleo você coleta, o Governo coleta a sua riqueza lá na produção do petróleo. O gás não, ele é pobre para coletar riqueza lá na produção do gás. O gás você coleta lá na frente, lá no uso final do gás, quando o ceramista que produziu uma cerâmica de um real o metro quadrado, passa a produzir uma cerâmica de 300 reais o metro quadrado, porque agora ele tem porcelanatos, e só dá para produzir porcelanatos usando gás, queimando gás. Não dá para queimar lenha e produzir porcelanato. Então, essa é a renda tecnológica do gás. Então, queimar o gás bestamente é perder o poder alavancador da tecnologia, o que não condiz com a visão de futuro que a gente tem dos fundos aí todos, não é?

Temos o fundo do cobre no Chile; temos os fundos minerais da Austrália, Austrália não tem um fundo petroleiro, tem um fundo mineral onde o petróleo está inserido. Aí fica uma primeira provocação para nós, não é? Onde está o nosso fundo do ferro? Nós nunca criamos o nosso fundo do ferro, o nosso fundo mineral.

E já que estamos também revendo o marco regulatório de minas, o novo Código de minas, talvez valesse a pena contemplar o fundo do ferro, o fundo mineral do marco regulatório mineral. Por favor.

Bom, hoje, dá por volta de três trilhões de dólares em todos esses fundos soberanos, devendo chegar a dez trilhões de dólares em 2015. Vai depender como vai evoluir o preço do petróleo, o preço das matérias-primas. Quanto é isso? Pô, equivale ao PIB do Japão e da China hoje juntos. Então é importante. Nós estamos falando talvez aí já da segunda maior economia mundial, os fundos como se fosse uma nação.

E por que petróleo é tão importante? Porque finalmente a gente vende petróleo a preço de mercado, e não a custo. Mesmo o petróleo mais caro, os petróleos mais caros do mundo, o nosso, nós temos os petróleos mais caros do mundo. Sei lá, os geólogos e os engenheiros de petróleo ainda precisarão definir quanto vai custar esse pré-sal, mas deverá custar entre seus 20, 30 dólares o barril, e olhe lá. Dada a escala dessa produção, nós estamos falando de poços de altíssima produtividade, veja lá, 30 dólares o barril para algo que se vende hoje a 80, a 70? A renda é tremenda! Então é uma renda de monopólio, uma renda o que petróleo gera, que só o petróleo gera. Isso não acontece com o ferro, isso não acontece com o cobre, isso não acontece com nada, é só o petróleo. E não acontece com o gás. Segue por favor.

Dimensão brasileira. O Brasil é interessante. Aqui, olha que bacana: as pontinhas, as bolinhas azuis é a evolução do PIB desde 1995 para cá, e os amarelos é a participação da renda petroleira no PIB, e como percentagem do PIB. Então, até a Lei do Petróleo, 1997, 1998 mudam as coisas, a gente começa a absorver a renda, o Estado começa a se apropriar da sua participação. E isso vai chegar a quase 8% do PIB, perdão, 0,8% do PIB e aí, já em 2007, já tem uma queda grande, aí é aquela história da oscilação, quem vive de... Por isso que os fundos são importantes, para conviver um pouco com essas oscilações, não é? Você aprende a gastar muito em cima da riqueza, quando os preços despencam como despencaram agora, como é que você vai cortar os gastos sociais? Como é que você vai cortar os gastos de P&D? Como você vai cortar os gastos da educação? Eles são menos flexíveis, os gastos são inflexíveis. Então, o fundo é um pouco para, nós já convivemos com isso. Eu trabalho na universidade, a gente absorve uma parte dessa renda petroleira, está todo mundo chorando, porque caiu muito o recurso disponível para investimento em tecnologia. Nós já estamos sofrendo.

Mas olha que interessante lá nação frente: 1997, 1998 e depois a evolução. Segue, por favor. Essa é

a essência da Lei do Petróleo de 97. É a captura da renda do petróleo da parte da sociedade pelo Estado. Até então, o petróleo era nosso, mas a renda era da PETROBRAS. A sociedade não via a cor da renda. Então, na verdade, essa é o que diz a exposição de princípios da Lei do Petróleo. Por isso que eu digo que ela é genial, é demonstrar que aquilo é da sociedade e a sociedade quer a sua parte, e a sociedade não está mais disponível para financiar o setor do petróleo. O setor do petróleo que se capitaliza por conta própria. A sociedade deixou de querer capitalizar a PETROBRAS.

Quanto foi essa capitalização ao longo da história? Uma enormidade, se olharmos de 1973 quando começamos a produzir petróleo até 1997. Uma parte foi devolvida da forma mais pouco inteligente, porque foram aqueles controles de preço que se fazia sobre gasolina, normalmente, privilegiando o consumidor de gasolina, que é a sua elite. Então, na verdade, o nosso sistema anterior era ruim, porque a renda do petróleo ficava com a PETROBRAS e o pouco que se devolvia para a sociedade, se devolvia para as elites. É a forma menos justa de utilizar o tributo, não é? Siga, por favor.

A Lei do Petróleo não criou um fundo. Poderia já ter criado. A Lei do Petróleo em 97 já poderia ter concebido a ideia do fundo. Mas no final, a prática levou à criação de um fundo, porque, na verdade, a Lei do Petróleo define uma série de gastos, uma série de gastos correntes: vai desde Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério de Meio Ambiente, Marinha, vai para uma série de atores. Perguntem para cada um desses atores se eles viram todo o recurso previsto na lei a entrar no bolso de cada um. Não entrou. Então, o contingenciamento dos gastos, a política de contingenciamento equivale a um fundo. Na verdade, uma boa parte desse recurso foi contingenciada e é o fundo, é o nosso fundo não definido.

Quanto é esse fundo? Foi grande, se olharmos a somatória de recursos contingenciados do petróleo, equivale aos gastos sociais do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo Lula. Então, de certa forma, você pode dizer o que fundo financiou aí o Bolsa Família, o fundo petroleiro. Equivaleria aos adicionais de *superávit* primário. Podemos dizer que na margem o petróleo teve uma contribuição muito importante na estabilidade do Plano Real.

O montante desse fundo soberano hoje, quanto poderia ser? Siga, por favor. Concordo com o Júlio, uma grande incerteza, há uma série de elementos favoráveis, que é o "boom" das matérias-primas que esgotam, o preço do petróleo se recuperando, há uma série de elementos favoráveis que tornam o Brasil apto

a se construir esse fundo. Siga, por favor. Mas há uma série de incertezas, entre elas: quanto petróleo tem lá? Sei lá. E o preço desse petróleo? Sei lá. Como é que vai evoluir isso daqui para frente? Não sei. Como é que nós vamos gastar? Vamos gastar hoje ou vamos gastar amanhã? Também não sei. Siga, por favor.

Fiz um pequeno exercício. Esse aqui era sem o pré-sal. O que nós poderíamos sem o pré-sal, se não tivéssemos descoberto o pré-sal, como é que nós poderíamos construir um fundo daqui a 2030 com a evolução de produção que estava previsto nos planos de negócios da PETROBRAS anteriores. Nós chegaríamos em 2030 com algo como 80, um pouco mais de 80 bilhões no fundo, podendo, já lá na frente, bancar uma despesa – o azul são os gastos, o azul é o volume acumulado, então os 80 bilhões de dólares no fundo; com o pré-sal é o vermelho. Aí a gente poderia chegar a 120, super conservador – vocês verão os numerozinhos – super conservador, hein? Dizendo o seguinte: A sociedade brasileira talvez não esteja preparada para acumular toda a riqueza do petróleo, não. A pobreza, os pressões sociais, o curto prazismo aqui é muito forte. Então, super conservador nós conseguiríamos chegar 2030 com um fundo respeitável, seja com ou sem o pré-sal. Segue, por favor. Isso alimentaria gastos eternos, aí, gastos perpétuos com o pré-sal, algo como quatro bilhões de dólares/ano lá na frente. Isso seria perpétuo, quatro bilhões de dólares/ano com esse pequeno fundo que você forma. Já sem o pré-sal, você não conseguiria alimentar quatro bilhões. Nós estamos falando de um bilhão, um bilhão de dólares/ano. Um bilhão de dólares/ano você, por exemplo, banca todo o PID da área de petróleo, todo o CT-PETRO, todo o CTNERG, você banca boa parte da sua agenda tecnológica, por exemplo. Segue por favor.

Dimensões globais. Então, razões lógicas e riscos, o Júlio colocou praticamente todos os meus elementos, deixa eu ver, eu vou passar muito rápido.

As razões... talvez... A doença holandesa, o Júlio colocou com muita sabedoria. Tentar evitar essa doença holandesa, que é essa... Ele colocou os elementos econômicos. Existem também os elementos sociais, psicológicos, não é? A sociedade toda passa a viver daquilo, e a gente vê já os nossos estudantes, todo mundo quer trabalhar na PETROBRAS. Poxa, a gente não está aí para formar gente para a PETROBRAS, a gente está para formar gente para o Brasil. Isso já é um pouco ameaça desse negócio aí. E no longo prazo esse intercâmbio entre o presente e o futuro. Um país como o nosso tem dificuldade de trocar o futuro pelo presente. A sociedade pensa muito imediato. E também não é muito trivial escolher quanto que a gente vai deixar para o futuro. Porque certamente os

brasileiros que viverão aqui em 2030 serão mais educados, serão mais sábios, e serão mais ricos do que nós, não é? Então, quanto você vai deixar de riqueza para uma sociedade que será mais rica do que nós? Aí é uma boa pergunta também.

Siga. Eu vou pular vários *slides* agora – siga, siga, siga – porque é muita repetição das questões do Júlio que tem a ver com a dinâmica desses fundos, os riscos embutidos. O Júlio já colocou.

Ah, siga. Paramos aqui. Aqui é aquele número que... Como é que eu construí aquele gráfico. Veja: eu só estou segurando 5 a 8% das rendas petroleiras para o fundo, que é uma parte daquele recurso que está contingenciado de qualquer maneira. Só vou chamar, só estou tirando da conta do Tesouro e colocando no fundo. Cinco a oito. Dá aquela dimensão que nós falamos. Como gastar o resto? Porque o Estado está se apropriando de muito. Sem o pré-sal, hoje o Estado se apropria acima de 50%, entre 50 e 60%. Com o pré-sal, nós estamos falando talvez 80%. Então, o que fazer com o resto do dinheiro? Educação, tecnologia, produtividade – produtividade é fundamental – e energético. E aqui que eu queria entrar. Por favor. E eu vou aproveitar os meus dois últimos minutos nisso.

O mundo caminha rumo a uma civilização do gás. Nós estamos num passo certo rumo à civilização do gás, que já foi anunciada lá – siga, por favor -, já tinha sido anunciada aqui pelo Embaixador Amaury Porto de Oliveira, que era um grande *expert* de energia no Brasil. Lá nos anos 80 ele já vislumbrou que mundo caminhava rumo à civilização do gás. E nós estamos aqui queimando energético do futuro da forma meio – desculpe até a palavra, senador -, mas socialmente é meio idiota o que nós estamos fazendo. É o hidrocarboneto do futuro e nós não sabemos o que fazer com ele [soa a campainha]. Siga.

O problema do gás é esse. Para cada dólar, se olharmos, por exemplo, o histórico da chegada do gás da Bolívia. O quanto a COMGÁS e a CEG, no Rio de Janeiro, tiveram que investir para levar o gás até os consumidores; o quanto os consumidores tiveram que gastar para se adaptar para o gás, e, depois, as máquinas, os equipamentos... Para cada dólar que eu invisto na exploração, dois eu preciso investir em distribuição, quatro eu preciso investir em máquinas e equipamentos para usar o gás e oito é para produzir as fábricas que vão produzir esses equipamentos. Nós estamos falando aqui naquele um dólar, enquanto o Governo chinês está se preparando para abocanhar todo o mercado de equipamentos de gás: ar-condicionado a gás, frigoríficos industriais e comerciais a gás, equipamentos de cogeração, todos os casamentos de energia solar com gás, tudo isso é chinês! Então nós

estamos... Que renda do petróleo nós estamos falando? Então, siga, por favor.

E aí então vale a pena pensar tudo que a gente está falando do Marco Regulatório de uma forma mais abrangente, com o olhar do gás. E aí eu falo: a partilha de produção e concessão, modelo híbrido, é interessante? Se fosse para só o petróleo, eu não sei se valeria a pena mudar a lei, o modelo já é bem suficiente. Mas sim, nós precisamos estatizar esse gás, porque os atores privados, inclusive a PETROBRAS, não sabem o que fazer com ele, estão queimando esse gás. Esse gás precisa ser estatizado urgente.

Então, o híbrido, se o Governo for ficar com o gás, que é um tremendo “abacaxi”. Aí eu acho que ele tem uma contribuição a dar. Siga, por favor.

Criação de outra empresa estatal, a Petrosal, o papel da Petrosal, eu não vou entrar, é um elemento mais de administração. Mas muito mais relevante, nós precisamos urgente uma companhia de gás, nós precisamos urgente a “Gasbras”, e só dá para ser uma empresa estatal, para fazer, para empurrar o Brasil definitivamente na civilização do gás. Siga, por favor.

Nós falamos do operador único. É desnecessário. E eu diria que para o gás é temerário, porque todos os demais produtores de gás sócios da PETROBRAS vão ficar com gás encalhado sem ter para quem vender e vão ter que dar esse gás de graça para PETROBRAS. Vai ser o único monopólio, é o poder do monopólio. Para dar o gás para alguém que não sabe o que fazer com ele e não quer fazer nada com ele, é temerário. Nós precisamos de uma companhia de gás que seja compradora de última instância desse gás. Siga, por favor.

Capitalização da PETROBRAS, me parece equivocado. Aí eu discordo um pouco do Júlio. Me parece equivocado porque a sua grande força tecnológica sobre foi na necessidade de capitalização. Todos esses FPSOs que a gente fala, todos os sistemas de produção antecipada que a gente fala da PETROBRAS, sempre foi na busca de capitalização barata. Então todo o *drive* tecnológico da PETROBRAS é no fato de não estar capitalizada pelo Estado. E além do mais, nós vamos voltar com recurso público para capitalizar? É pegar o fundo soberano e investir em petróleo, não é o melhor uso dos fundos soberanos. Siga.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS: E não precisa. Peguem lá... Aqui é como os fundos soberanos estão usando seus recursos nos últimos anos, nesses últimos meses aqui. Olha lá.

1º – Foco de uso dos fundos soberanos: *commodities*, investimento em empresas de *commodities*.

2º – Petróleo.

3º – Débito dos países emergentes. Brasil.

Quer dizer, o Brasil está com tudo para capitalizar a PETROBRAS. É PETROBRAS, é petróleo e é Brasil! Nós não precisamos desse recurso público para capitalizar a PETROBRAS. Siga, por favor.

Por outro lado, precisamos de soluções criativas para capitalizar essa “Gasbras”, porque essa empresa vai precisar de muito recurso para empurrar o Brasil rumo à civilização do gás. Siga, por favor.

E a unitização. A unitização é um problema crítico, que os geólogos estão colocando. Você, os campos de petróleo não reconhecem as fronteiras institucionais das regras, e o melhor aproveitamento desses reservatórios é unitizando-os. Tudo é muito bonito, a legislação da Lei do Petróleo prevê, mas a prática disso é um tremendo “abacaxi”.

Prudhoe Bay, que foi o primeiro caso no Alasca de unitização, só foi unitizado quando o campo já estava praticamente morto. E por que é um “abacaxi”? Por causa do maldito gás! Quando você está num mundo onde o gás não tem mercado, não tem interesse, ninguém sabe o que fazer com aquilo, como é que você vai trocar gás por petróleo?

Eu unitizo, você tem a parte do reservatório que só tem gás, eu tenho a parte do reservatório que só tem petróleo, e eu sou obrigado a unitizar com você? Jamais! Jamais isso pode acontecer! Então ficam aqueles, aquelas soluções que a lei e a norma de hoje não prevê solução. Então, a única forma de você realmente viabilizar a unitização é ter a empresa de Estado parte do negócio que fique com o “abacaxi”.

E olha que interessante! E é a minha última mensagem. É o “abacaxi” de hoje. Ficar com o gás é o “abacaxi” de hoje, mas é a energia do novo milênio. Por isso que eu digo que é a civilização do gás que nós estamos caminhando. Como os agentes privados ainda não estão com o olhar tão longo no futuro, é o papel do Estado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado pela sua brilhante exposição, Professor Edmilson.

Nós vamos ouvir agora, finalmente, o Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, engenheiro PhD no Canadá em Contaminação dos Solos. Com a palavra o Dr. Manoel, por 20 minutos.

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Muito obrigado, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado da República, demais senadores aqui presentes, senhoras e senhores. É uma grande honra estar aqui no Senado para falar de tema tão importante e relevante.

De alguma forma, me permitam ser um pouco didático, e eu não sei se vou dispor do tempo suficiente, mas eu acho que nos debates eu poderia me aprofundar. Eu vou tratar dos aspectos ambientais associados a atividades de exploração e produção e petróleo no mar.

Bom, três importantes fatores a serem sempre considerados. Eu vou fugir um pouco às apresentações de meus companheiros aqui de Mesa para tratar de uma questão um pouco mais ambiental, e depois trazer algumas proposições que de alguma forma entram em consonância com as colocações.

A maior parte das águas em zonas mais profundas dos oceanos tem enorme capacidade em atenuar poluição, nutrientes, temperatura e teor de carbono. Na verdade, a gente tem uma grande capacidade tampão nos oceanos de atenuar esses problemas decorrentes das poluições antropogênicas. No entanto, diluição é solução? Essa que é a grande questão. A humanidade, por muito tempo, contou com a diluição como solução para tudo.

Na verdade, só para vocês terem ideia, isso aqui eu acho que tem uma série de termos técnicos que não deveria bem, não caberia bem eu estar descrevendo todos eles, mas a gente tem aqui o continente, não é? E a gente tem a região, as diferentes divisões oceânicas do oceano em função da coluna d'água, e nós temos a região pelágica, mesopelágica, batipelágica. E nós, no Brasil, estamos até essa região batipelágica. Aí por diante já seria já uma região mais profunda. A gente fala um pouco da plataforma continental brasileira daqui a pouco.

Então, a absorção do CO₂ pelos oceanos está levando à acidificação das suas águas. Isso é algo já bastante constatado. Então a ideia de que diluição é solução, não vem sendo bem o caso com relação ao CO₂. Hoje já existem alterações claras do pH nos oceanos, isso já baseado em dados históricos de 1.700 ao presente, onde a gente está vendo em cores distintas aqui a variações do pH – e pH é uma escala logarítmica, então qualquer variação aqui já significa uma variação interessante, importante -, e a gente verifica que há um decréscimo do pH. Ou seja, há uma acidificação em função do excesso de CO₂ na atmosfera, apesar daquela grande capacidade *buffel* de tampão dos oceanos.

O segundo fator importante é que correntes oceânicas têm um grande efeito no clima. Fatores que afetam essas correntes são pouco conhecidos ou modelados. Essa é a grande verdade. Há muito ainda a ser descoberto ou definido a nível global.

No Brasil, especificamente, a gente quando vai entrando numa escala um pouco mais aprofundada,

nós conhecemos uma série de outras correntes. Essa corrente aqui do Brasil é a mais conhecida, nós temos uma "N" outras correntes no Atlântico Sul que são responsáveis por condições diferentes ou distintas dum ar a depender da época do ano ou da época em si de ciclos naturais porque passa sempre a terra.

O terceiro fator importante é que são ventos da costa influenciam temperaturas na superfície, que influencia o clima interior. Isso acontece muito na região da Costa da América do Sul no Pacífico, onde há uma surgência de água fria com mais nutrientes que faz com que o nosso, o mar do Atlântico, no nosso caso aqui, seja menos piscoso e do Pacífico mais piscoso. Então há correntes de alguma forma de surgência, coisa que não há tanto aqui no nosso litoral.

Bom, as interações petróleo, ambiente marinho e biota. Então colocamos aqui os três componentes, ou três compartimentos aí, e tentamos listar alguns deles para os senhores.

Do petróleo, você tem sempre necessidade de conhecer volumes, composição, principalmente composição de aromático, alifáticos, parafinas, alfitenos(F), compostos poládio(F), presença de metais, densidades específicas de API, viscosidade, ponto de derramamento e ponto de fulgor. No ambiente, ventos, correntes, condições de mar, convergência, divergência, temperatura, salinidade, densidade da água, oxigênio, luz, particular, nutrientes, tipo de linha de costa e tipo de sedimentos. Da biota, micróbios, neuston, plancton, néctons, bentons, plantas, peixes, pássaros, mamíferos e répteis. Aí começamos a ter as relações entre eles.

Entre petróleo e biota: biodegradação, aderência, asfixia, bioacumulação, a biotransformação, detecção, narcose, toxicidade aguda, toxicidade crônica, mútua genicidade, carcinogenicidade e teratogenicidade.

Com relação ao ambiente biota: alimentação, respiração, metabolismo, crescimento, excreção, osmoregulação, ou seja, uma série de interfaces.

Com relação ao petróleo e ambiente: espalhamento de fase livre, aí chega aquilo que geralmente temos conhecimento, é quando há um derramamento, ou quando há algum tipo de problema ambiental e a gente conhece o que é visível: a divecção(F), a evaporação, a mistura de inspeção(F), de solução, emulsão, sedimentação, floculação, fotólise e a autooxidação.

Bom, há diferentes tipos de composição de hidrocarbonetos de petróleo. Cada um determina um comportamento com relação ao meio. Então, nós temos petróleo normalmente do pós-sal pesado, e esse petróleo do pré-sal é um petróleo mais leve, ou seja, mais degradável.

O grau de intemperização, ou seja, os processos porque passa os hidrocarbonetos no petróleo do

mar são muito complexos. A gente teria que, no final, de uma forma bastante simples... No início, se há um tipo de derrame, os processos mais importantes são o de evaporação, o de dispersão, dissolução, oxidação, emulsificação e espalhamento para as correntes. Isso numa escala de horas. Na escala de dia, começam a diminuir e começa a surgir um processo de sedimentação, ou seja, acúmulo do óleo no fundo do mar. Até que processo de biodegradação na escala de meses e anos começa a ser responsável por processos de atenuação.

Os impactos de grandes derrames de petróleo destroem vida marinha, desestabilizam comunidades marinhas, degradam costas e praias, danificam atividades econômicas e impactam em qualidade de vida.

Processo de remediação em caso de acidente com derrame de petróleo normalmente são muito pouco eficientes. Você tem dispersantes químicos, *skimmers*, *booms* e queima *in situ*.

Lembrando aqui um fato, um caso que foi bastante noticiado no mundo todo, que ocorreu em 23 de março de 89, como exemplo, aqui no Alasca. Vamos falar aqui bastante do Alasca, esse foi o vazamento petroleiro Exxon Valdéz, que ocorreu na Austrália, no Alasca que digo, e que de alguma forma teve uma repercussão bastante forte no meio ambiente. A sua pluma, se colocasse aqui no lado do Atlântico, seria equivalente a aproximadamente à Cidade de Boston a Cidade de Outer Banks, na Carolina do Norte, ou seja, cerca de 800 km a 1.000 km de extensão.

O dano a todo ecossistema na região do Alasca foi bastante extenso, e algumas lições aprendidas no caso. Então, eu estou trazendo algumas lições importantes dessa questão do Alasca.

Os efeitos das ações naturais de ondas e chuvas torrenciais são muito mais eficientes e melhores na recuperação em relação a processos humanos de remediação. Resgate de vidas selvagens e esforços de reabilitação tiveram efeitos marginais na recuperação da população de pássaros e mamíferos.

Proteção e prevenção de habitats são bem mais efetivos do que a mitigação de impactos independente quão intensivos. Então eu gostaria de deixar bem claro que é muito melhor prevenir do que a remediar. Então estamos falando aqui realmente de megaprojetos que vão surgir de exploração de petróleo na costa brasileira. A gente precisa conhecer melhor o que a tecnologia dispõe e de que mecanismos a sociedade brasileira vai dispor para poder prevenir antes de mitigá-los.

Um dos aspectos importantes é o inventário e mapeamento de área de costas mais sensíveis aos impactos de contaminação. Nós não temos ainda esse inventário e não conhecemos ainda nossos mares. A

província de British Columbia, só como exemplo, no Canadá, tem um dos mais detalhados e sofisticados mapeamentos de acessibilidade do mundo, que identificam linhas adequadas de prevenção e de ações em casos emergências. Então eu acho que é uma linha bastante importante a gente ter isso como exemplo.

A cadeia alimentar nos oceanos é bastante complexa. A gente acabou de mostrar diferentes profundidades e zonas da coluna d'água dos oceanos. Na verdade há um grande declínio da vida marinha já observado em diversos, dos estoques de pesca no mundo todo. Então, aqui é só para ilustrar e, na verdade, aqui é só para lembrar que há de fato, em várias regiões do mundo, um claro declínio da pesca.

Na América do Norte existe o caso do Canadá, do bacalhau e "N" outros problemas já relacionados à diminuição dos estoques marinhos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aquele peixe grande de que data é?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Aquele ali é de 1930. Aquilo é só como exemplo para mostrar quão na verdade nós estamos ficando sem essa quantidade da vida marinha já por conta dos impactos que o homem vem trazendo aos mares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em 1930 também tinha um peixinho como daquele tamanho.

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: É, com certeza. Mas na verdade aquilo ali é uma associação de monitoramento do mar, e então de alguma forma aquilo quer trazer alguma forma o elemento político para a questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas aquele peixinho não um peixe grande. Diminuir [ininteligível].

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Não, não, esse aí é bem recente, ele está pequenininho mesmo. [risos].

Bom, a biodiversidade marinha é muito elevada, não no nível de espécies, mas num nível mais aprofundado da taxonomia. Dos 33 filos conhecidos, tipo chordata, molusco, a arthropoda, 32 são achados nos oceanos, 18 também em terra e 15 são exclusivamente marinhos.

Acredita-se que a maior parte dos seres vivos do planeta esteja nos oceanos, com o maior percentual das zonas mais profundas ainda desconhecidas.

A pesca indiscriminada é um dos fatores relevantes na redução dos estoques marinhos. Outros fatores incluem alterações físico-químicas decorrentes de lançamentos antropogênicos e possíveis mudanças climáticas globais.

Alguns ecossistemas marinhos são tão complexos quanto às florestas úmidas tropicais em termos de sua biodiversidade.

Bom, do ponto de vista dos principais fatores de impacto ambiental e diferentes estágios de produção no mar do óleo e gás, nós diríamos que são quatro estágios.

O primeiro estágio pesquisas geológica e geofísica. Você tem atividades sísmicas, perfuração para teste, perfurações rasas e para amostragem com diversos tipos de impactos possíveis

Na exploração propriamente dita, instalação de equipamentos, perfurações exploratórias e fechamento de poço e abandono. São diversos tipos de possíveis impactos que são conhecidos em todo o mundo.

Desenvolvimento e produção. Você tem atividade de instalação de plataforma, de tubulações – principalmente no Brasil que a costa, no caso, nossas plataformas estarão cerca de 300 km da costa –, construção de instalações de suporte, perfuração de poços de produção de injeção de vapor, operação de produção e manutenção, tráfego de veículos e suporte, e término das operações em si, que também demandam atividades de remoção de plataformas, estruturas, fechamento de poços, abandono, uso de cargas explosivas. Todas com possíveis potenciais impactos ambientais.

Do ponto de vista da estimativa de entradas anuais de petróleo e derivado nos oceanos, em escala global, o *National Research Council*, nos Estados Unidos, fez uma pesquisa e ela está atualizada hoje pelo BSAMP(F), a gente mostra essa consolidada, e aí a gente chama um atenção para um aspecto muito interessante: grande parte dessas descargas no oceano são descargas naturais, ou seja, há regiões de falhamentos onde o próprio petróleo naturalmente vaza, vamos dizer assim, das formações geológicas mais rasas.

Do ponto de vista da extração de petróleo *offshore*, você tem cerca de 38 mil toneladas do um milhão e 268 mil, aqui, no caso, como um total. O consumo de petróleo, sem dúvida, é o que mais traz influência, e o transporte, para o total de hidrocarbonetos que chega ao mar. E quando a gente fala em consumo, nós estamos falando de lançamentos operacionais, deposição atmosférica, combustíveis de aeronaves, escoamento de superficial e rios, derrame de embarcação.

Então, na verdade, quando olhamos escoamentos superficiais de rios, nós chegamos a um montante bastante razoável, na verdade, do total de descarga. Na verdade as atividades em terra terminam por ser muito mais os fatores que levam a contaminação por hidrocarboneto nos oceanos do que necessariamente as atividades de exploração de petróleo.

Por incrível que pareça, é quando se traz as terras, onde se armazenam, onde se refina, onde, de alguma forma, nós utilizamos o petróleo na sua fase de refino, que terminam por falta de saneamento nas cidades e, por falta de tratamento de águas residuárias, chegam aos rios é aos mares por grande parte das contaminações oriundas da atividade petroleira.

Essa variação aqui no que diz respeito a escoamento superficial de rios, elas são muito variáveis de 2,5 a 79,4%. Então olha aqui: do consumo de petróleo, o mínimo de cerca de 130 toneladas a seis mil toneladas, aliás, 130 mil toneladas, seis milhões de toneladas/ano podem ser lançadas ao mar decorrentes de atividades não necessariamente de exploração de petróleo, mas em si do próprio consumo dele em terra.

Para os senhores terem ideia de faixas típicas de nível de concentração de hidrocarbonetos do petróleo em águas superficiais a gente tem uma grande variação. Então não existe, na verdade, um valor fixo. Então conhecer esses valores de *background* é importantíssimo.

Se vamos desenvolver uma atividade de exploração de petróleo no mar do Brasil, precisamos ter valores de *background*, ou seja, conhecermos os valores, o marco zero ambiental dessa região. Não faz sentido você simplesmente iniciar todo esse processo de exploração sem definir um marco zero para que haja de fato um monitoramento e uma gestão ambiental adequada dessas atividades.

O mapa de relevo submarino do Atlântico Sul, a gente está dando uma olha aqui, as cores mais claras são... Aqui mais próximo à costa são bem rasas e aí você tem a extensão da plataforma do continente brasileiro e você tem duas convenções das Nações Unidas importantes para a gente mencionar aqui.

Primeiro a convenção que definiu o uso da zona econômica exclusiva, de uso exclusivo econômico, que definiu as 200 milhas do Brasil em 1982, que ainda não é aceita por alguns países do mundo, e, em especial, citaria o próprio Estados Unidos. E a comissão de limites de plataforma continental de 2004 que foi apresentada ao Brasil como tentativa de extensão dessa plataforma brasileira

Para vocês terem ideia, aqui está a crosta, aqui um corte da crosta continental brasileira, a plataforma brasileira ela é mais extensa do que a zona econômica exclusiva de 200 milhas. Você tem de um mar territorial de 200 milhas e nós temos aqui 200 milhas de zona econômica exclusiva e o Brasil tenta ainda estender essa faixa de domínio da zona exclusiva.

E aí a gente pede para que... Aqui está o limite de 200 milhas e a extensão daquilo que está sendo

proposto às Nações Unidas e está ainda em processo de negociação.

Nós definimos o território brasileiro com cerca de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. A zona econômica exclusiva atual de cerca de 3 milhões e 500 mil. Com o extensão de 950 mil, nós teríamos cerca de mais da metade dessa área de superfície de mar de 4 milhões e 500 mil km², ou seja, mais da metade do território nacional que nós conhecemos como Amazônia Azul.

E aqui a evolução da lâmina d'água de exploração de petróleo na costa brasileira. Nós começamos aqui em 1967 com enchovas com 124 metros de profundidade. Aqui está o Corcovado apenas como referência. E nós estamos hoje com a Bacia de Campos com cerca de dois mil metros de profundidade da lâmina d'água. Ou seja, com uma coluna d'água bem maior, ou seja, envolvendo espécie um ecossistema bastante complexo que ainda não é completamente entendido.

Aqui só para lembrar que, na verdade, quando a gente fala de pré-sal é algo que está a mais de sete mil metros de profundidade e o pós-sal com cerca de dois mil metros de profundidade.

A predição e monitoramento da poluição marinha, necessidade de monitorar e predizer para respostas de emergências e eventos de derrame, a avaliação de impacto ambiental tanto para eventos específicos como para cenários hipotéticos, ambos demandando uma boa descrição de condições meteorológicas e oceânicas, clima, condições do mar, circulação oceânica, observações e previsão de tempo.

Quais são as instituições nesse país preparadas ou, independente das atividades de exploração em petróleo, que estão, de fato, acompanhando ou com condições de fazer esse trabalho? Eu deixo isso como pergunta.

A predição de cenários hipotéticos e condições oceânicas no Sul e Sudeste do Brasil... Isso é uma modelagem recente feita com o apoio de um modelo em escala global que a PETROBRAS utiliza. Então, na verdade, você tem uma escala global para definir condições de contorno e definir, no caso, condições de fluxo de circulação de água, que muda hora a hora numa costa: condições de salinidade, ventos, correntes são parâmetros que variam com grande frequência.

Para vocês terem uma ideia, modelagens numéricas que a gente utiliza para fazer isso, esses campos, se acontece um vazamento ou um derrame de óleo, você tem condições de fazer predição só se às condições meteorológicas e todas aquelas condições são bem conhecidas e monitoradas.

Aqui é um estudo que nós fizemos para na Baía de Todos os Santos, na Bahia, exatamente em caso de

vazamento de petróleo, tanto na região de Madre de Deus, que é onde está próxima a Refinaria Landulpho Alves e [soa a campainha] outras situações de vazamento de petroleiros.

O diagnóstico de pesca extrativa no Brasil... O Brasil tem 8 mil e 500 km de litoral, e um número razoável de ilhas. Condições ambientais das águas marinhas típicas das regiões tropicais, subtropicais, ou seja, dominadas por água de temperatura e salinidades elevadas, além de baixas concentrações de nutrientes.

Isso era o que nós conhecíamos a bem pouco tempo, porque nossas águas próximas à costa são de baixa profundidade. Mas à medida que nós estamos explorando profundidades em profundidades maiores do que dois mil metros, nós começamos a ter condições de impactar algo que nós sequer conhecemos ainda.

Só para ter ideia das condições costeiras brasileiras, e os recursos pelágicos, ou seja, peixes ou seres que vivem na coluna d'água, e recursos demersais que vivem no fundo, a variação é bastante grande e a gente tem que entender mais esse potencial de produção que é econômico, tem um valor econômico. Esses são valores permanentes da nação, esses valores que, na verdade, devem ser preservados. Petróleo como foi bem dito aqui, é um bem finito. Pode passar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Cinco minutos.

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Cinco minutos. A gente aqui mostra o caso de um país tropical em que na década de 50 olhou o petróleo como se fosse a grande oportunidade de riqueza. Atualmente, toda uma região em torno de um lago está completamente danificada por falta da prevenção e de cuidados na questão ambiental. O petróleo vai acabar, está acabando nessa região, especificamente nesse País, e o que resta é apenas degradação.

O custo para fazer a remediação desses campos em 2008, dessa região, que era uma floresta tropical, com certeza são custos superiores ao que eles hoje podem tirar de petróleo nessa região.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em que lugar é este?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Isso é a Venezuela. Então é muito importante que isso fique claro para os senhores, que eu conheço essa região... E na verdade é importante entender que o processo de exploração de petróleo, ele tem que ter realmente condições de evitar o máximo de degradação, e as condições do passado em vários países do mundo não foram essas.

Contaminação de solos e de águas subterrâneas de todo o tipo podem vir dos processos de extração, de refino e armazenamento. Contaminação de reser-

vatórios hídricos, subterrâneos de grande importância são hoje, aqui no Brasil, já também de alguma forma comprometidos por diversos tipos de atividades humanas.

Então a gente volta a lembrar, e só para concluir, que a contribuição relativa de contaminantes para o meio ambiente marinho em relação às vias de exposição, grande parte se dá função do escoamento superficial e não em si pela produção *offshore*. Pode passar.

Eu lembro aqui a questão dos dados estatísticos da ausência de saneamento básico no Brasil. E aproveitar esse gancho para realmente recomendar aquilo que eu acho de mais relevante para o fundo social no país. A ausência de abastecimento de água no país é bem menor do que a ausência de rede de tratamento de esgoto, mas ainda assim é muito precária em relação a grandes países do mundo, países mais ricos do mundo. E aí você fala da Noruega, condições muito mais adequadas. E quando se trata da questão de saneamento, o Brasil é um país que deve muito em termos de saneamento, principalmente de suas cidades costeiras. Você tem todo o Nordeste aqui com faixas de falta de... e ausência de rede de saneamento na faixa de 40 a 60% da população. Tem Estados brasileiros em condições bastante precárias. Pode passar.

Para ter ideia do consumo que é um dado, é um indicador de PVC que é utilizado como matéria-prima para fazer rede de esgoto, o Brasil tem uso de 3,9 kg por habitante/ano. Vocês vejam o dado aqui do Canadá com 21 quilos habitantes/ano, um país que já está com sua infraestrutura pronta.

O dado mais recente significa que nós já melhoramos um pouco, mas ainda continuamos bem aquém da necessidade de sanear esse país. Então, como recomendações para o fundo social seria o fortalecimento do arcabouço legal institucional do Brasil para o monitoramento ambiental e fiscalização proativa das atividades e seus impactos potenciais.

Mitigar é muito mais difícil do que prevenir. Promover infraestrutura para o saneamento básico do Brasil. Que a gente sabe que as fontes de chegada de hidrocarboneto no mar necessariamente são aquelas associadas à produção de petróleo em alto-mar, mas sim decorrentes do consumo em si do petróleo em terra.

Fomentar pesquisa para o conhecimento da biota, da zona exclusiva econômica brasileira e seu aproveitamento sustentável, para poder até nós termos maiores argumentos para ampliar essa plataforma continental brasileira, descobrir muito mais riquezas que nós devemos dispor além do petróleo, estas sim, de longo prazo, junto a universidades e instituições de

pesquisas nacionais para melhor conhecimento das riquezas naturais da Amazônia Azul.

Mapeamento de áreas da costa brasileira mais sensíveis ambientalmente à contaminação por hidrocarbonetos do petróleo, com a ênfase à prevenção de impactos. Definição de planos de contingência em casos de acidentes, e, por último, promover educação ambiental participativa em todos os níveis de ensino do país para a maior conscientização e monitoramento [soa a campainha] das atividades de exploração de petróleo e seus potenciais e impactos, capacitação e infraestrutura do setor pesqueiro nacional dentro da legislação vigente, prover a Marinha Brasileira de maior quantidade de recursos para possibilitar a fiscalização, monitoramento, defesa da costa brasileira, assim como estudos consorciados com instituições de pesquisas nacionais.

E, por último, e não menos importante, o estabelecimento do marco zero ambiental, e aí eu volto realmente a enfatizar isso: para facilitar o monitoramento e a gestão ambiental que devem ser independentes das empresas de petróleo no pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, pela brilhante exposição. Nós tivemos contribuições importantes aqui nessa sessão de hoje do Professor Júlio Sérgio Gomes, do Professor Edmilson Moutinho e do Dr. Manoel.

Eu gostaria de fazer algumas observações antes de iniciar a fase de perguntas e debates por iniciativa dos nobres senadores presentes, para dizer da importância desses temas que foram aqui abordados. A exposição do Dr. Manoel de Melo nos lembra da necessidade dos países contarem com matriz energética cada vez mais limpa.

Há um movimento das nações importante nessa direção. Pode-se dizer que as futuras potenciais mundiais estarão definidas pela sua matriz energética. E lembrar que há hoje pesquisas no mundo inteiro para as fontes limpas de energia. E foi importante a exposição do Dr. Manoel com relação à questão ambiental em decorrência do consumo do petróleo, assim como nós tivemos no passado o consumo do carvão.

A gente costuma dizer que no Brasil a era do carvão terminou antes que o carvão acabasse. E agora é possível que a era do petróleo termine antes que o petróleo venha a acabar. É importante, portanto, essas questões de ordem ambientais aqui descritas pelo Dr. Manoel de Melo.

Quanto às exposições do Professor Júlio e do Professor Edmilson, nós gostaríamos de dizer a ênfase que deram ao confronto do modelo de partilha com o modelo de concessões. Quando a Lei do Petróleo, que

flexibilizou o monopólio do petróleo, foi promulgada, foi sancionada, em 1997, houve uma mudança importante no modelo de exploração de lavra, de pesquisa e de lavra de petróleo no Brasil. Introduziu-se o regime de concessões que é o regime que está sendo adotado até hoje com êxito. As nossas reservas dobraram, o Brasil partiu para sua autossuficiência na indústria do petróleo, e houve a descoberta de grandes reservas mencionadamente, nomeadamente a reserva do pré-sal.

Agora o Governo propõe, através de quatro Projetos de Lei, a mudança da metodologia de exploração e de comercialização do petróleo, introduzindo o regime de partilhas para as reservas do pré-sal. Surgem debates a respeito dessa questão e, principalmente, dando ênfase à introdução de um sistema híbrido, porque o sistema de concessões continua vigente para as áreas hoje exploradas e para as futuras áreas a serem identificadas independentes das atuais áreas do pré-sal.

Essas áreas do pré-sal que foram definidas agora serão entregues à PETROBRAS para exercer-se o regime de partilha paralelo ao regime dessas concessões, formando, talvez, um sistema inconveniente ao Brasil. Esse é um problema que está sendo discutido aqui na análise desses Projetos de Lei com mais profundidade pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal e, particularmente, pela Comissão de Infraestrutura.

É importante salientar o que foi colocado aqui pelos Professores Edmilson e Júlio Sérgio do que foi... A instituição do fundo social entra como novidade na sistemática vigente.

Na verdade, os objetivos principais do governo, e extremamente relevantes, particularmente o uso do fundo social para o combate à pobreza para a educação, para o desenvolvimento tecnológico são fundamentais e necessários quando riquezas novas aparecem para ficar à disposição do progresso do Brasil e da melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Mas é importante salientar que é possível introduzir esses objetivos da nova legislação proposta pelo governo com os objetivos previstos na modelagem das concessões, na lei das concessões, particularmente o fundo social. Eu quero repetir aqui as palavras do Professor Edmilson particularmente, e também do Professor Júlio, com relação à questão da composição do fundo social, e mencionar o que está na Lei 9.478, a lei vigente, que é a lei das concessões que flexibilizou a execução do monopólio do petróleo.

As participações governamentais foram definidas como bônus de assinatura, os *royalties*, a participação especial e o pagamento pela ocupação ou retenção das áreas, isto é, o aluguel das áreas. E o § 2º do art. 45 da

lei estabelece o seguinte: *“As receitas provenientes das participações governamentais alocadas para órgãos da Administração Pública Federal, de acordo com o disposto nesta lei, serão mantidas na conta única do Governo Federal, enquanto não forem destinadas as suas programações”*.

Então, veja: foram criadas as participações governamentais e elas são recolhidas numa conta única do Governo Federal, fica à disposição do governo para o governo dar a elas a aplicação que desejar. É importante notar que particularmente a participação especial, ela é criada para ser aplicada nas produções mais abundantes e de alta rentabilidade, como é o caso do pré-sal, e ela é regulamentada de acordo com a lei por decreto do Presidente da República. Ou seja, por decreto do Presidente, ele pode atuar sobre as alíquotas da participação especial principalmente sobre o bônus de assinatura e sobre os *royalties* para gerar os fundos de que necessitar para aplicação nos objetivos do fundo social hoje preconizado.

Então aqui é importante a discussão dessa matéria, exatamente dentro de uma comparação dos dois sistemas, para verificar que talvez uma simples adaptação do Projeto de Lei atual que flexibilizou o monopólio do petróleo em 1997 atende aos principais objetivos, particularmente aos objetivos de aplicação do fundo social nas suas atividades de desenvolvimento humano do Brasil.

Esse é o assunto que está sendo discutido aqui principalmente. Nós precisaríamos realmente introduzir o regime de partilha para ser um regime híbrido adicionado ao regime das concessões. Se os resultados que o Governo pretende saudáveis e importantes podem ser alcançados também pela Lei das Concessões, ou seja, pela legislação vigente – essa é uma colocação que eu deixaria aqui para que os expositores pudessem nos apresentar as suas opiniões.

Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de perguntar se os Srs. Senadores querem fazer, como nós não temos lista de presença assinada aqui, eu daria inicialmente a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para depois dar à palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eliseu Resende, senhores convidados. Eu não tive o privilégio de assistir a palestra do Professor Júlio Gomes de Almeida, mas assisti a do Professor Edmilson e do Dr. Manoel.

Eu quero primeiro, Senador Eliseu Resende, parabenizá-lo por este painel, o terceiro painel que a CI traz para discutir quando da Comissão a questão

do pré-sal. E neste de hoje tratando a questão do fundo social.

Eu ouvi atentamente as exposições do Dr. Edmilson e Dr. Manoel, como bem V. Exa. fez referência, o Dr. Edmilson com um foco importante na questão do dano ambiental que a exploração do petróleo pode vir a trazer e é necessário que sejam previstas ações mitigadoras, como ele próprio disse, muito mais importante e difícil do que as preventivas para que sejam logo feitas. E nos mostra aqui, nos dá uma demonstração de exemplos que não devem ser seguidos, como no caso da Venezuela, que hoje, como ele próprio diz, a própria renda de o petróleo ainda a ser explorado já não dará àquele país as condições de recompor o ecossistema que foi deteriorado.

O outro assunto com relação também à Venezuela, que aí eu gostaria de ter uma posição dos nossos convidados, a Venezuela ela tem um fundo que é capitalizado através do resultado da exploração do petróleo naquele país. Como é que, se os senhores têm conhecimento, como é que funciona a utilização deste fundo? Pelo que a gente sabe é através desse fundo que aquele país faz aporte de recursos para auxílio a outros países e faz empréstimos, me parece que é desse valor que é acumulado neste fundo.

Acho perfeito quando o Professor Edmilson fez uma referência ali que até antes de 1997, o petróleo era nosso, mas a riqueza era da PETROBRAS, não era a sociedade. Então a nova Lei do Petróleo propiciou que parte desses resultados fossem, retornassem à sociedade, o que é importante.

Eu defendo que se crie realmente esse fundo, agora muito mais importante com a descoberta do pré-sal, que como nós vimos os recursos aumentam em algo acima de 50% do que estava previsto só com o pré-sal, e nós vamos ter que definir para onde esses recursos deverão ser destinados.

Os Estados produtores reagem e os municípios produtores reagem a essa ideia de que parte dos recursos oriundos da exploração do petróleo seja distribuída para a nação brasileira, porque consideram eles que isso seja perda de receita, o que não é verdade. Perda de receita se você raciocinar como perda de um excesso de receita que virá em função da exploração do pré-sal. Mas eles terão valores maior do que têm hoje com a exploração atual.

O Brasil, em função da flexibilização que trouxe a nova Lei do Petróleo com as concessões, quebrando monopólio da PETROBRAS nesse aspecto, trouxe a evolução da produção que hoje nos propicia festejar que o Brasil é autossuficiente – eu ainda colocaria entre aspas essa autossuficiência -, mas no contexto entre o que exporta e que o importa poderia também

ser considerado autossuficiente e vai ser exportador de petróleo agora com o pré-sal.

Agora tudo isso só foi possível porque houve a flexibilização lá em 97, senão nós estaríamos ainda hoje dependentes da capacidade do Estado em investir na PETROBRAS para fazer a prospecção e não sei até onde nós teríamos avançado. Hoje nós podemos festejar isso.

Eu perguntaria também, além da questão lá específica do país irmão, como é que lá é utilizado esse fundo? O Professor Edmilson falou aqui num fundo de ferro, não é? Isso para o meu Estado é fundamental. Meu Estado é um Estado exportador por natureza, é um Estado que sofre por isso.

Lá atrás, Ministro Senador Eliseu Resende, na crise mundial em que as exportações estavam deprimidas, foi preciso que o Governo Federal incentivasse a exportação e desonerasse as exportações de toda e qualquer carga tributária. Aí se criou a Lei Kandir. A Lei Kandir, que naquela altura, os Estados exportadores de matérias-primas, como é o Pará, como é o seu Estado de Minas Gerais, também. Graças a Deus Minas Gerais já tem, exporta produtos de valor agregado, industrializado; o Pará ainda não... Nós estamos lutando por essa mudança de patamar para agregar valores aos nossos insumos. Mas nós tínhamos um valor do ICMS que não era a taxa, o valor completo, mas era o valor acordado com cada setor que dava uma receita ao Estado do Pará que poderia fazer frente às demandas oriundas dessa exploração.

Porque quando vem um polo mineral, uma extração mineral, você tem uma corrida de uma população que vem uns para trabalhar na implantação do projeto, outros em busca de melhores condições de vida, quando esse projeto entra em operação, 10% daquela população migratória é absorvida, o resto fica por conta do Estado para atender saúde, educação e segurança.

A Lei Kandir retirou isso. Corretamente. Nós sabemos que não podemos exportar tributo, mas a União, que se beneficia com isso, ficou de regulamentar a Lei Kandir para repor essa perda dos Estados exportadores e até hoje não fez, e não o faz, a ponto de dizer que a União não pode pagar sozinha esta conta, quando tem hora pagar porque é ela que se beneficia dessa questão.

Então eu perguntaria, Dr. Edmilson: como nós vamos poder usar este fundo para que ele também faça essa reposição? Não só... Já que vai ter um fundo com acúmulo muito grande de recurso, por que não se inclui nesse fundo, ao invés de fazer um fundo de petróleo, se faça um fundo de todos os produtos que sejam finitos, ou seja, entre o ferro, entre a bauxita,

entre outros minerais, que também deveriam fazer parte desse fundo, para que reverteresse, evidentemente, uma parte maior para os Estados produtores e os municípios produtores, mas uma parte substancial para a nação como um todo.

E aí, V. Exa. Senador Eliseu Resende leu a proposta do Governo e lamentavelmente não está na proposta do governo a destinação de parte deste fundo para a saúde, e deve estar. Eu acho que saúde, educação e segurança são obrigações do Estado, e para isso ele tem que ter meios para fazer.

Na proposta do Governo tem a questão do combate à pobreza. Correto. Não tenho que contestar isso. Tem a questão da educação. Correto. Não há o que contestar. Precisa colocar... Não sei se tem segurança aí. Não tem, mas então precisamos nós, no Parlamento, acrescentarmos segurança e saúde como também oriundos do... E termos o cuidado e aí eu gostaria de ter os três palestrantes, para que esse fundo tenha realmente uma destinação específica, não fique ao livre-arbítrio do executivo de plantão, não o que está aqui, mas porque o pré-sal só vai trazer resultados para daqui há 10, 15 anos. Então daqui há três mandatos é que vão começar... A nação brasileira vai poder começar a usufruir, e quem estive como Presidente não pode ter o poder de definir o que fazer sozinho com o esses recursos. Tem que estar definido pelo Congresso Nacional, pela Legislação que nós estamos discutindo.

Por isso que eu digo Senador Eliseu Resende, a pressa é inimiga da perfeição. Não há necessidade de se aprovar esses projetos no prazo de 45 dias mais 45 dias. Não há necessidade disso. Nós só vamos ter resultados disso a longo prazo, daqui há décadas. Então podemos pensar, refletir, fazer audiências como essa que V. Exa. traz ao conhecimento de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu perguntaria aos Srs. Senadores, como é que nós poderemos conduzir os debates a partir de agora. Se nós daríamos à palavra aos demais senadores para que os expositores respondam a um só tempo, ou se nós interromperíamos?

Nós temos o pedido de participação do Senador Eduardo Suplicy, Osvaldo... Talvez nós pudéssemos completar com as perguntas. Eu gostaria apenas de fazer uma referência rapidamente com relação ao fundo social criado. Eu vou dizer que já existe... a criação aqui já existe uma conta única que reúne todas as participações governamentais na legislação vigente. Mas infelizmente eu estava conversando com o Professor Júlio, que é ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, quanto a prática do governo de contingenciamento de todas essas participações nessa

conta, particularmente de recursos que são especificamente vinculados às áreas de produção petróleo.

A própria Agência Nacional de Petróleo tem seus recursos decorrentes de aluguel de áreas, que é uma participação governamental diretamente ligada à operação, que é contingenciada. Então quando se discute aqui o fundo social, Senador Flexa Ribeiro, é preciso que acima de tudo de não haja o contingenciamento deste fundo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem que estar na lei: proibido contingenciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): É preciso que haja uma vinculação estabelecida em lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por aqui nós já participamos de várias audiências, e inclusive a Marinha do Brasil, que tem uma participação nos *royalties* do petróleo para sua modernização, esses recursos são todos contingenciados também. Nunca foram liberados para a Marinha do Brasil, como esse, vários outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Com a palavra Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero justificar que era a minha intenção estar aqui às 08h30, peguei o avião às 06h45, entretanto atrasou por motivos do aeroporto de Congonhas mais o de Brasília e o mau tempo, então só cheguei a tempo de ouvir grande parte da exposição do Professor Edmilson Moutinho dos Santos, no caminho para cá, pelo rádio e completando [ininteligível] aqui, infelizmente, perdi a exposição do Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida. Sinto muito. E pude assistir a do Professor Manoel de Melo Maia Nobre, mas percebo, pelas observações, que as três exposições foram de grande valia para todos nós, Presidente Eli-seu Resende.

E a minha pergunta se relaciona um pouco a do Senador Flexa Ribeiro, porque eu fico aqui pensando em algo que acontece no Brasil e em outros países do mundo, onde o petróleo poderá significar um resgate de cidadania, poderá significar a consecução e aplicação dos princípios de Justiça que possam trazer um sentimento de confraternização, de solidariedade e efetiva paz nos países em que for bem aplicado.

Nas últimas semanas e meses, nós temos visto um número de mortos de violências em nossas cidades e, em especial, no Rio de Janeiro, e precisamos

pensar em como alcançar, efetivamente, paz social em nosso país. E quais os instrumentos que poderiam caminhar, contribuir para que isso ocorra.

No ano passado eu estive ali no Iraque para conversar com cinco Ministros de Estados e inúmeros Parlamentares para, justamente, sugerir a eles que criem um sistema, justamente eles que tem uma extraordinária reserva, uma das maiores do mundo, de petróleo, que poderiam seguir o exemplo para evitar que haja o que aconteceu ainda a poucos dias, onde mais de 170 pessoas faleceram, mais de 500 ficaram feridas com mais bombas que explodiram no centro de Bagdá.

E eu gostaria de lhes perguntar, aos três, a respeito da... Qual é a aquela experiência de utilização dos recursos naturais e dos lugares onde estudaram que mais poderia significar um bom exemplo para o Brasil? De alguma maneira o Projeto de Lei que cria o fundo social para as finalidades aqui já mencionadas da erradicação da pobreza, do desenvolvimento cultural, técnico-científico para também a questão do meio ambiente e para educação como um objetivos fundamentais são na direção correta.

Mas há, em especial, um fundo que é possível até que tenham mencionado quando eu não estava aqui, mas que me parece que tem um exemplo muito significativo e que precisaria por nós ser melhor estudado, e que foi inclusive objeto de... baseado nas ideias de Thomas Paine e nas ideias deste fundo, ao qual eu gostaria de ouvir as suas análises, o fundo permanente do Alasca, que nós tivemos um algo muito significativo, uma vez que temos hoje já 26 anos de experiência de se distribuir a todos os habitantes residentes no Alasca há um ano ou mais um dividendo que começou por volta de 300, 400 dólares no início dos anos 80 para atingir 2.069 dólares por pessoa, per capita, que fez do Alasca o mais igualitário de todos os Estados do norte-americanos.

Do ponto de vista daquilo que constitui um dos objetivos principais da Constituição Brasileira, da nação brasileira, de melhorar a distribuição da renda e da riqueza, das igualdades regionais, pessoais, esta experiência mostra que isto seria uma forma muito adequada de se atingir este objetivo.

Ali o fundo permanente do Alasca tem feito com que 6% do produto doméstico bruto se destine a cada ano a todos os seus moradores há um ano ou mais. Então, se por acaso, inclusive o Sr. Manoel de Melo Maia Nobre até lhe perguntou se... Onde foi que estudou no Canadá? Perdão?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: No Canadá.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Não, eu sei. Mas em que lugar?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Waterloo, perto do Toronto, uma hora de Toronto.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Perto do Toronto, mais ao centro do Canadá. Mas chegou até o Alasca?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Eu conheci a Costa Oeste canadense, British Columbia, não cheguei ir ao Alasca, não.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Certo. Porque ali no Canadá, acho que foi 2003 para quatro ou cinco, teve uma experiência muito interessante de um Estado com enorme reserva e resultado petrolífero, quando o Governador do Estado, resolveu, mas acredito que foi só por um ou dois anos, distribuir a toda população do Estado, igual para todos os resultados de um ano excepcional de receita do petróleo obtida. Mas eu acho que ele não continuou, não seguiu, portanto, o exemplo interessante do Alasca, que é o Estado de Alberta, mas se por acaso conhece essa experiência...

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Conheço

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu gostaria que, inclusive, nos dissesse a respeito. Eu vou dar aos três o livro sobre a *"Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento"*, que descreve esta situação, menciona o Projeto de Lei já aprovado por todos os partidos no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, depois de aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, está na Comissão de Finança e Tributação, onde o Deputado Ciro Gomes é o relator e ele me informou, ainda confirmou na semana passada que está aguardando o parecer do Ministério da Fazenda para dar o seu parecer, que ele gostaria de ser favorável, ainda que possa – e eu também – aceitar todas as sugestões de implementação de melhoria que o Governo tiver, mas que, basicamente, baseados no fundo proposto em 1795 por Thomas Paine, em Justiça Agrária, e na experiência do Alasca, faz com que uma parcela significativa da ordem de 50% dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos previstos nos art. 176 e 177 da Constituição, ou seja, os recursos naturais, mais 50% dos aluguéis dos imóveis pertencentes... da União que pertence à todo o povo, mais 50% das receitas de serviços obras públicas passariam para um fundo que pertencerá a todo o povo brasileiro, e financiará uma renda para, se fosse hoje, os 192 milhões de brasileiros. Seria uma das possíveis formas de financiar uma renda igual para todos. E ainda outras possíveis fontes de receita.

Mas agradeceria se puderem, à luz de terem estudado, porque eu notei da exposição do Professor Edmilson que ele estudou muito dos fundos existentes, como da Noruega e outros. Eu não sei se estudei com detalhe o fundo permanente do Alasca, os dados aqui estão a respeito... Com o Professor Júlio, acho que nós já tivemos alguns diálogos a respeito, mas aqui têm alguns dados atualizados, bem como o relatório da minha viagem ao Iraque, para os três eu encaminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E parabéns pela exposição dos três que hoje nos visitam.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Muito obrigado, senador. Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores palestristas (sic), Professor Manoel de Mello, Professor Júlio Gomes e Professor Edmilson Moutinho dos Santos.

Na verdade, esse é um assunto que vem tomando nos últimos dias grande repercussão aqui no Senado da República. E deveras um assunto importante, porque acredito que é o momento de meditarmos e de refletirmos o que nós queremos para este país.

Já tivemos momentos de glórias. Pós-Segunda Guerra Mundial o Brasil saiu com um saldo de guerra importante, bastante dinheiro, mas não soube aproveitar desse saldo, jogou fora sucateou, e depois chorou por isso. Parece que estamos vivendo um novo momento. Tivemos depois de 64, o período Milagre Brasileiro, em que também muito recurso veio para o País, não recurso nosso, mas externo, empréstimos em dólar, aquele negócio todo, e que se aproveitou para fazer uma grande infraestrutura nacional, que hoje não se faria.

Duvido que no regime democrático – e eu sou Democrata – como hoje, se nós faríamos uma Itaipu; se nós faríamos essas grandes hidrelétricas, que fizemos no país; as grandes estradas, a estrada de integração nacional; se faríamos essas empresas que, na verdade, alavancaram o desenvolvimento desse país.

Agora parece que estamos entrando em um novo momento. E o assunto de hoje esqueceu tudo do passado, e hoje é pré-sal. Agora, é bom meditar e ter calma com esse negócio, e não ter pressa sobre ele, até porque nós temos um período longo, mas saber o que nós vamos fazer com esses recursos.

Me desculpe aqui o Senador Eduardo Suplicy – e eu o respeito demais –, mas a democracia é bom

porque a gente pode divergir. E é bom quando a gente tem a democracia que dá o direito de divergir. Mas eu acredito que se nós com esses recursos do pré-sal, por mais abundantes que sejam eles, se nós cumprirmos a função desses recursos para a educação, ciência, tecnologia e pesquisa, está bom demais. Se for começar a incluir tudo aí, daqui a pouco não sobra para nada. Esse negócio de distribuir antes de ter é um negócio assim que eu acredito que é muito paternalismo, é querer a gente jogar para a platéia muito. Esse negócio de estar dividindo para cada cento e noventa e tantos milhões de habitantes receber um pouquinho, não vira nada. Tem que concentrar no que nós queremos. Isso aqui é um país de potência: 8 milhões e 511 mil km², um país com toda a potencialidade um país que está quase de um polo a outro, esse País tem que entender o que ele quer para o seu futuro.

Agora, se o Brasil que tem esse recurso está hoje aí com esse superávit que nós temos importante, com essas divisas que nós temos guardadas, se esse negócio não servir para ir tocando a Brasil, e o que o vir nós investirmos maciçamente, mas maciçamente em educação, tecnologia e pesquisa, nós vamos perder uma nova oportunidade, Sr. Presidente.

Acho que nós temos que sonhar, temos que ter utopia, temos que ter esperança, mas direcionar o foco que nós queremos para esse país. Se nós começarmos com uma coisa que aparece como o pré-sal, que é uma coisa nova que apareceu aí, e parece que é a salvação de todo o Brasil, mas começar a falar que vai ter que dar dinheiro para fazer estrada, para fazer não sei o quê, para fazer casa, para resolver... Não vai resolver nada. Dilui tudo e chega num ponto que você não sabe... Aí tudo vai entrar no pré-sal.

Eu acho que nós temos que começar a pensar o que nós vamos fazer com esses recursos que virão através desses recursos naturais que nós vamos tirar do nosso subsolo.

Está bem claro, os países não fizeram isso, terminaram os recursos naturais e acabaram, não virou nada, não virou nada, virou uma miséria.

Aliás, Roberto Campos, tinha uma frase, que uma vez ele conversava no meu apartamento quando eu era constituinte e ele senador por Mato Grosso, ele falou: "Olha, Osvaldo Sobrinho, pode notar que os países mais ricos em recurso naturais são os mais pobres". Não sabem utilizar os seus recursos, explora, explora e manda para os outros, e manda *in natura* e manda *commodities* e tal e o povo na miséria.

É o que está acontecendo hoje com a Venezuela, com grandes dos países árabes, grande parte deles. Os palácios chiquérrimos, lindos, bonitos. Passou do portão do palácio, miséria total abrangente.

Então nós temos que saber: vai distribuir de qualquer forma ou você vai concentrar isso aí para fazer realmente a riqueza nacional, o patrimônio nacional, a cultura nacional, fazer tecnologia nacional, pesquisa? Ir buscar nossos próprios meios, nós temos gente demais: técnicos, cientistas esperando condições e recursos para a gente fazer pesquisa de alto nível e você conseguir botar esse país no caminho do desenvolvimento.

Olha aquele mapa do Brasil, gigantesco que é. Tantas regiões que precisam de tecnologia para explorar e para entrar e para adentrar sem acabar com a natureza. Acabar com a natureza não é somente pensar que tirar o petróleo, e aí o gás vem e tal, não. É também essas áreas que não foram exploradas ainda a gente explorar com tecnologia, com *know-how* diferenciado, com condições novas, fazer realmente um país exemplo do mundo.

Eu tenho muito medo, Sr. Presidente, de que mais uma vez a gente venha a fazer, jogar fora a grande oportunidade de ser potência, é está passando, está passando. Tem outros países que estão caminhando na frente porque focaram que o eles querem. Dubai, acabou o petróleo, ele já quase acabando... não, vamos mudar aqui e mudaram para o turismo e está hoje exemplo do mundo todo.

E a gente tem que pensar nisso aí. O Brasil é gigante, é forte, tem diversidades: tem pobreza, tem miséria, tem riqueza, tem tudo, mas é um país que ainda tem jeito, é um país que nós podemos direcionar o que nós queremos. Agora fora da educação, fora da pesquisa, fora da tecnologia não vamos achar, não achamos o nosso caminho, vamos ficar perdidos para cá, para lá e não vamos chegar a lugar nenhum.

Portanto eu deixaria aqui é a minha preocupação, e eu preocupo porque na verdade nós não temos muito chance, a chance nossa é aproveitar o momento agora, é a gente tentar buscar o caminho e direcionar. São dois ou três caminhos que nós temos, fora disso é a gente querer espalhar, jogar, jogar para a torcida, jogar para a platéia e nada vai acontecer.

Desculpe a minha...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): V. Exa. permite um aparte?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Permito, sim, muito embora... Eu respeito o posicionamento de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Se-
rei breve. Senador Osvaldo Sobrinho, eu terei a maior satisfação de lhe dar o meu livro, e mais do que isso

de lhe fazer uma visita no gabinete, e com a paciência que eu tive aqui de persuadir a cada um dos 80 colegas meus, que felizmente e graças inclusive a um parecer de um colega do Senador Eliseu Resende, no Partido, então, no PFL, o Senador Francelino Pereira, que depois de ter estudado a “*Renda Básica de Cidadania*” em profundidade, e era 2002, me disse: “Eduardo, é uma boa ideia, apenas procure fazê-lo de maneira consistente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual a cada despesa haverá a receita correspondente. Portanto, que tal você aceitar que seja instituído por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como por exemplo, o faz hoje o Bolsa Família, até que um será para todos”. Eu achei de bom senso e aceitei.

Graças aquele Parágrafo Único na lei, a proposta foi aprovada por todos os partidos aqui e depois na Câmara, e chegou ao Presidente Lula em janeiro de 2004, oito de janeiro. O Ministro da Fazenda disse: “Presidente, como é para ser aplicado por etapas gradualmente, é factível, pode sancionar”. E foi sancionado.

Mas eu, a cada dia, tento persuadir a todos e vou também persuadi-lo de como se trata de uma boa ideia tão importante como a educação, a ciência e a tecnologia, mas prover meios de realizarmos Justiça neste país para não termos esses bombardeios que não param de ocorrer, porque algumas pessoas, às vezes, não tem outra alternativa para sua sobrevivência senão de caminharem para o narcotráfico, se tornarem “aviõezinhos” do narcotráfico, ou às vezes vender o seu corpo e outras formas de escravidão que existem no meio rural brasileiro, houvesse já a renda básica de cidadania, conforme o conjunto de filósofos e economistas, laureados com o Prêmio Nobel hoje, defendem, há que se caminhar na direção de todos partilharem da riqueza nação através de uma renda... E eu não vou agora, Sr. Presidente, mas lhe farei uma visita para lhe explicar o porquê que isso é, sim, fundamental e porque tanto acredito e vou continuar batendo até que inclusive lhe persuado de que é uma boa ideia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Tivemos a participação do Senador Osvaldo Sobrinho, com as considerações do Senador Eduardo Suplicy. Terminadas as indagações dos senadores, nós vamos passar a palavra aos expositores na ordem em que fizeram suas exposições para tecer considerações a respeito dos pontos aqui abordados pelos senadores presentes.

Com a palavra inicialmente o Professor Júlio Sérgio.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Muito obrigado, Senador Eliseu Resende.

Bom, em primeiro lugar sua questão sobre se o fundo social pressupõe uma mudança do regime de partilha, desculpa, modelo de concessão vigente no país. Efetivamente não. A ideia do fundo social, que me parece relevante, disciplinar as aplicações da renda do petróleo, isso é muito importante, que é um passo, senador, que eu acho que segue ao passo que foi dado com a Lei do Petróleo.

Foi dito aqui com a muita propriedade, a exposição do Edmilson foi muito nesse ponto. Nós tínhamos o petróleo, o petróleo era nosso, mas os recursos iam para a PETROBRAS. Com a Lei do Petróleo isso significou que os recursos iriam para a União, Estados e municípios. E agora nós estamos disciplinando, já que essa massa de recursos deve aumentar muito com o fundo social, a aplicação desses recursos.

Eu acho um passo importante, decisivo. Há uma discussão grande sobre para onde vai esse dinheiro, mas eu concordo plenamente que deve haver antes, por questão de princípio, uma disciplina para a utilização desses recursos.

Eu só acho, Senador Eliseu Resende, que também deveria ser disciplinado os recursos que vão para os Estados e municípios – e de novo volto à sugestão que eu fiz na lei que... no Projeto de Lei que o Governo encaminhou ao Congresso, de que são os recursos da União, o art. 3º, são os recursos da União que devem compor o fundo social. Eu acho que todos os recursos, com a titularidade dos Estados, naturalmente, mas que o país tivesse um grande fundo social, também com recursos de Estados e municípios para beneficiar toda a população brasileira.

Os Estados confrontantes com os poços devem ter uma regulação especial, porque têm gastos específicos, etc., etc., etc. Esse é o meu ponto de vista, é um assunto também muito delicado. Mas eu concordo plenamente que a ideia do fundo social, independe do regime de concessão *versus* regime de partilha, embora eu goste da ideia de se modificar para um regime de partilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Gostaria apenas de fazer uma observação a essa colocação do Professor Júlio, e eu acho muito justo que a filosofia de aplicação dos *royalties* dos Estados e municípios se concilie com os objetivos e a filosofia de aplicação dos *royalties*, da participação da União nos *royalties*. A coisa pode esbarrar no aspecto constitucional, essa é preocupação maior.

É importante dizer que a participação especial traz uma contribuição importante para os Estados e municípios. Os Estados e municípios ficam com mais da metade da participação social. E 7,5% dos recursos dos *royalties* são destinados aos municípios que

sejam afetados pelas operações e 7,5% para constituir um fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados e municípios.

Em última análise isso que está sendo discutido aqui no Congresso já está na lei anterior, na lei vigente.

Há um fundo especial criado que distribui *royalties* para os Estados e municípios igualmente. Apenas, Dr. Júlio, uma observação com relação à sua colocação, eu acho que ela esbarra em aspectos constitucionais. Muito obrigado.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Perfeito. Posso continuar, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Eu quero registrar a presença do Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Com a palavra.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Sobre a colocação do Senador Suplicy... Eu, antes da sua chegada, eu tinha falado do fundo do Alasca, que eu tenho uma grande, um grande reconhecimento pela sua capacidade enorme, e observar, senador, que só é possível o fundo do Alasca distribuir para sua população um cheque, não é, uma renda mínima, na caixa de dois mil dólares hoje, porque fez aquilo que eu acho que deve o fundo social fazer: acumular recursos para depois poder distribuir. É outra sabedoria que a gente vai ter que ter.

Eu vou responder ao Senador Osvaldo sobre a questão da dispersão dos recursos, mas há outra sabedoria é essa: é saber não gastar o dinheiro hoje, sobretudo se é um gasto malfeito. Acumular num fundo, como fez o Alasca, ganhar tamanho esse fundo, para depois você fazer uma destinação correta.

Aqui, de novo, quer dizer, a discussão vai ser acalorada. É um fundo para renda mínima? Eu gosto muito da ideia. Vai ser para a educação de qualidade? Vai ser para meio ambiente? Mas o pressuposto disso é que você faça a estratégia da cigarra e não a da formiga. Teremos sabedoria para fazer isso? Teremos a sabedoria de guardar o dinheiro, fazer um fundo de poupança? Porque o fundo do Alasca é um fundo de poupança. Os fundos soberanos em geral são fundos de poupança. Fazer um fundo de poupança, para depois poder fazer com que a sociedade usufrua... Agora isso é que é o fundamental que eu vou falar agora: do dividendo desse fundo. Porque se for o dinheiro do *royalty* distribuído, se for uma boa aplicação... Bom, mas vai durar até enquanto o petróleo dure, depois acaba.

A sabedoria do fundo do Alasca é que uma riqueza... Soube transformar uma riqueza finita numa riqueza evidentemente com riscos financeiros, etc., mas uma riqueza permanente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E o senhor aqui – me permite, Sr. Presidente – descreveu como é que foi feito o fundo e como eles são aplicados os recursos? Se na sua exposição o senhor teve--

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Não com o seu conhecimento. Com o meu pequeno conhecimento, sim.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas de fato...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Eu gostaria de destacar aqui que a lei... Por isso é que nós precisamos, isso foi colocado antes, precisaríamos realmente de tempo para analisar os projetos com profundidade. Pela mensagem de lei encaminhada pelo Executivo, no seu art. 1º estabelece que: *"Fica criado o fundo social para a realização de Projetos e Programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental"*. Ponto final

Então propostas como esta do Senador Eduardo Suplicy teriam de ser adicionadas aqui mediante discussão da matéria aqui no Congresso Nacional. Volto a palavra ao Professor Júlio.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Bom, a última observação apenas com relação ao que o Senador Osvaldo Sobrinho colocou, eu concordo com a opinião dele, de que se diluirmos muito os recursos do pré-sal, absorvidos pelos Estados, municípios e União, e diluirmos muito os objetivos do fundo social, vai se perder aquela capacidade de que uma massa de recursos maior pode dar.

Então eu acho que deve ser o fundo social incluir a União, Estados e municípios com todas as dificuldades, senador, que isso possa ter – é mais uma questão de princípio -, e acho também que os objetivos devem se restringir a dois ou três: combate à pobreza – talvez a renda mínima se inclua no conceito de combate à pobreza--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim.

SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA: Educação e meio ambiente, do meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Com a palavra o Professor Edmilson Moutinho.

SR. EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS: Obrigado, senador. Bom, foram várias perguntas mais pontuais, algumas mais genéricas. Eu vou tentar costurar aqui uma resposta ampla que aborde tanto os aspectos mais pontuais como uma reflexão mais ampla, dividindo-a em três segmentos.

Primeiro a sua questão, senador, sobre a pertinência ou não da partilha em relação à concessão. Eu tendo a concordar com a sua opinião, pelo menos que o senhor passou levemente aí dizendo. Se o problema é o petróleo, eu acho que nós não precisamos mudar. Eu tenho a impressão que o nosso sistema de concessões com adição de tributos ou aumento das alíquotas desses já existentes ou a adição de novos tributos que permitam até uma distribuição diferente... Tem problemas políticos aí entre os interesses que se apropriavam dos primeiros tributos e os novos interesses que se apropriarão dos novos tributos, enfim, tem uma questão política complexa.

Do ponto de vista puramente econômico o sistema de... Vamos chamar tributário petroleiro, não é? *Royalties* não um tributo, mas economicamente falando é como se fosse. Do ponto de vista tributário petroleiro, o sistema atual ele tem uma pequena distorção que merecia ser corrigida com a adição de um novo tributo, que é uma pouca resposta ao preço. Então que o acontece é que quando os preços do petróleo subiram demais e muito rápido nos últimos cinco anos, aí a rentabilidade dos projetos no Brasil aumentou demais. Realmente, o Brasil tinha se transformado no melhor país para se atrair capital de exploração de petróleo no mundo. A rentabilidade esperada dos projetos, e por isso que viabilizou o pré-sal. Também precisamos... Você está dando um grande prêmio e incentivando com isso uma grande tomada de risco e o resultado foi positivo. Se não tivesse sido positivo, você realmente teria remunerado demais o tomador de risco.

Quando os preços caem como caíram agora, aí realmente a carga tributária é pesada demais nos exploradores, porque o sistema não responde ao preço. O sistema responde à rentabilidade, que tem muito mais a ver com a tecnologia do que o preço, a produtividade, não é, e ele responde aos *royalties* que é em cima da produção. Então ele merece uma revisão tributária nesse sentido de dar um instrumento a mais, mais próximo ao preço, e seria a criação de um tributo a mais, eu acho que estaria acomodado bastante bem em relação ao petróleo. Nós não precisaríamos da partilha para tratar dessa questão do petróleo. Pelo contrário, a partilha ela pode gerar do ponto de vista da apropriação pela sociedade, de uma grande frustração. Porque assim como o Professor Júlio colocou em relação à transparência desses fundos, é muito complicado, são fundos *offshore*, investindo lá fora, investindo em ações. Por exemplo, houve uma crítica muito grande nos últimos meses em relação a todos esses fundos, que eles perderam dinheiro para caramba quando as ações caíram, tudo caiu.

Então há um problema já muito difícil de lidar com a transparência dos próprios fundos. É praticamente impossível, eu diria, você fazer uma venda de petróleo pelo Estado com transferência. Então a partilha onde o Estado assume para si a responsabilidade da vender petróleo lá fora é uma confusão. É muito difícil você criar um instrumento de fiscalização dessa atividade.

Lamentavelmente a gente tem que um passado que mostra como isso é difícil, quer dizer, alguns dos nossos barões do ferro já estão por aí e qual é a história deles? Será que nós estamos preparando os nossos barões do petróleo como são os russos? Será que daqui a pouco os nossos barões do petróleo estarão comprando clubes de futebol em Portugal como os russos comprou na Inglaterra? É muito difícil controlar isso. Então a partilha pode...

Agora, o sistema híbrido, e aí eu volto à questão do gás, ele teria sua pertinência se o Estado assume para si a responsabilidade do gás, porque isso está sendo muito maltratado pelo privado, inclusive a PETROBRAS. Então, o sistema híbrido é pertinente se o Estado assumir para si o pior dos mundos que é valorizar o gás, que hoje ele não está sendo valorizado.

Em relação aos fundos propriamente ditos, e aí realmente eu não conheço a experiência do Alasca com esse detalhamento. Eu tive oportunidade de interagir com a Universidade de *Calgary*, com os professores... Então eu conheci um pouquinho o caso de Alberta. E o caso de Alberta conta uma experiência interessante que merece uma reflexão. Talvez mais importante do que o...

Bom, Alberta é um pequeno país, não é? Se pensarmos bem o Canadá é muito dividido em regiões, e regiões distintas, muito distintas, inclusive energeticamente. Você tem Quebec, base hídrica; você tem British Columbia, base hídrica; você tem o Labrador, base nuclear; você tem Alberta, base hidrocarbonetos, inclusive há pouca interação de linhas de transmissão ligando essas coisas, porque o carvão não convive com água e não convive com nuclear, não dá para competir.

Então, você exporta gás, você exporta... Os tremendos gasodutos da Transcanada ligando Labrador, ligando os Estados Unidos. Você transporta é gás. Então, até energeticamente esses províncias são muito distintas. E Alberta, realmente, vivenciou dez anos de maravilha. Inclusive agora eles devem estar usando o fundo de dias tempestuosos, porque eles tinham vários fundos: um deles era o fundo de tempestades, não é? Quando os preços do petróleo caem demais, como caíram agora, eles fazem, eles acessam esse fundo.

Mas o outro era o mais interessante. E eu pergunto até se até não mais interessantes do que o fun-

do do Alasca: é o fundo de futuras gerações. Nesse fundo de futuras... Primeiro, as escolas, as faculdades em Alberta são bem mais baratas do que nos Estados Unidos ou nas demais províncias canadenses. Então você já está transferindo renda para todo mundo que tenha acesso à escola.

Segundo, para cada dólar que um pai e um avô se compromete a investir – dólar canadense – se compromete a investir na educação do seu filho e do neto, o fundo adiciona uma dólar acima. Isso é um tremendo incentivo à educação. E aí eu acho que... O que finalmente leva à cidadania? O acesso mínimo à renda mínima? Aí talvez, é uma reflexão que eu não teria condições de pensar e responder rapidamente aqui. Mas é um acesso à renda é à capacidade do consumo mínimo? Claro, isso é fundamental. Ou será que é o acesso à capacidade de decidir e a liberdade da fazer acusa escolhas e a liberdade de poder usar o seu conhecimento da melhor forma possível? Isso é educação. Então o que é a renda mínima? A renda mínima é você dar o acesso à tecnologia é acesso ao conhecimento ou é dar o acesso ao consumo? Eu não tenho resposta.

O caso da Noruega, que o Júlio definiu bem, ele é visto na literatura como o grande caso de sucesso e é em muitos sentidos, ele é no sentido distributivo. Ele também é um país pequeno como... Quantos habitantes no Noruega? Deve ter oito milhões, nem isso. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDMILSON MOUTINHO DOS SANTOS: É nem isso, muito pequeno, não é? Por exemplo, o gás eles exportam todo porque ele tem base hídrica, 99% da energia elétrica gerada na Noruega é hidrelétrica. Então, o gás vai todo embora, exportam tudo.

Então é visto como sucesso do ponto de vista da transparência, é visto como sucesso do ponto de vista da ética. Eles têm regras éticas de uso do recurso do fundo que são paradigmas para vários outros fundos, têm uma série de... A regra de ser excluído... A aplicação das regras éticas para a exclusão de empresas e de atividades do olhar do fundo é uma coisa pesada.

Ora, mas vamos olhar com um foco um pouquinho diferente. Vamos tentar comparar o que o é comparável. Se eu pegar a Noruega, se eu pegar Finlândia, Dinamarca e Suécia, que são países comparáveis em cultura, comparáveis na sua base inicial, comparáveis... Ora, de longe a Noruega é o menos dinâmico de todos. É um país, que dentro desse quadro de países, jamais nasceria uma Nokia na Noruega, jamais. Aquele sistema social norueguês será capaz de produzir uma Nokia ou produzir um líder tecnologia. Todo o sistema

de alta tecnologia de exploração de gás na Noruega com linhas contínuas, cabos elétricos submarinos para exportar eletricidade direta da plataforma, toda a tecnologia vem da Suécia.

Então pergunto: qual país será que está se beneficiando mais dessa renda? O país que vive da renda mineral vive bem, aproveita bem, todo mundo vive... Aposentadoria garantida, toda uma série de fatores ou o poder de foco da tecnologia que o sueco tira vantagem daquilo, o dinamarquês tira vantagem daquilo, o finlandês tira vantagem? Eu não tenho dúvida que enquanto modelo de longo prazo o finlandês, o sueco é o dinamarquês estão em melhores...

Pega o caso americano. Onde estão as melhores universidades, onde estão seus prêmios Nobel, onde está o poder de inteligência americana? Não é lá na Califórnia e no Nordeste? Não tem petróleo. Oklahoma, Novo México, Texas, Louisiana são Estados pobres relativamente, Alasca, são Estados pobres relativamente. Claro, são países que conseguiram uma base social, uma base econômica que permite que essa pobreza não vire uma Venezuela. Mas relativamente é pobre o modelo de viver no petróleo, e isso me assusta muito na realidade brasileira, porque de certa forma o Brasil sempre esteve... O modelo anterior, era um modelo bipartido, era um modelo, digamos, da locomotiva paulista, não petroleira, consumidora de petróleo, e a locomotiva produtora de petróleo do Rio de Janeiro, produzindo 85, mais de 85... Quanto era na época da lei? Mais de 85% do petróleo produzido no Rio de Janeiro.

No longo prazo, tirando os últimos anos, a economia carioca realmente teve um desempenho melhor porque o petróleo está na alta. Mas se pegarmos ciclos de evolução de preço, a economia carioca não ganha da economia brasileira em média, e não ganha da economia paulista. E isso é assustador porque São Paulo vira um Estado produtor daqui para frente.

Então o nosso dinamismo enquanto nação tende a piorar, e como então manter esse dinamismo? Eu acho que essa... E aí então o ponto não é o fundo. O ponto é... E os três temas se confundem. O problema de extração da renda: extraímos bem a renda do petróleo, mas não extraímos da indústria mineral.

Exagerando, poderíamos dizer, do ponto de vista da renda a gente pode privatizar a PETROBRAS hoje, não precisamos de uma empresa estatal no petróleo. E talvez devêssemos reestatizar a VALE, porque talvez seja muito difícil criar uma lei de mineral parecida como nós criamos no petróleo com isso tudo privatizado, por incrível que pareça.

Então uma é a extração da renda. A outra é o uso da renda, e um dos usos é não usar – é o que o Pro-

fessor Júlio está colocando, um dos usos é não gastar. Esse é o fundo. É guardar ele para frente e definir regras para ele. Então não urgente definir as regras do uso do fundo hoje, eu concordo com os demais senadores que colocaram isso, mas para o resto da renda sim, porque alguns dos gastos que estavam lá não eram muito razoáveis.

Então, por exemplo, tecnologia tem uma voz importante na Lei do Petróleo de 97, mas qual tecnologia? Para uso na indústria do petróleo. Não. Não. Aquele dinheiro não é para voltar para a indústria do petróleo, a indústria do petróleo tem como financiar o seu esforço tecnológico por conta própria.

Marinha. Para quê? Para a Marinha utilizar na proteção da indústria do petróleo. Não! Isso é tão essencial que você vai ter que criar uma guarda costeira para proteger o pré-sal, você não precisa... Isso é para outros usos da Marinha, sei lá quais. Meio ambiente? Para a proteção da área de petróleo. Não! Quer dizer, o petróleo não é extraído o petróleo é para voltar para ele.

Você tem que extrair da indústria do petróleo para distribuir para outros interesses da sociedade, inclusive o fundo, que não é nem a sociedade de hoje... São aqueles brasileiros que hoje nem tem condições de votar porque ainda não nasceram. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Muito obrigado, Professor Edmilson. Com a palavra o Dr. Manoel de Melo.

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Ambos os palestrantes anteriores, o Professor Júlio e o Professor Edmilson foram brilhantes nas colocações e eu faço das palavras do Professor Edmilson as minhas. Só obsessivamente eu falo em saneamento básico. Eu acho que o país nosso enquanto aceitar às condições precárias de saneamento em nossas cidades, nós estamos deixando fazer investimento seriíssimo que na verdade tem a ver com saúde. E eu não sei se ele pode esperar tanto tempo, e aí é onde eu discordo um pouco, e eu não sou economista, de qual a prioridade... o investimento tem que ser... tem que haver prioridade. Quais são as prioridades? O que vai de fato trazer retorno maior para a sociedade brasileira? Então eu entendo esse pré-sal, se ele vier a trazer esses recursos todos para o país, se ele se mostrar tão grande quanto está se falando, e eu ainda tenho as minhas dúvidas quanto a isso. A gente não tem essas reservas todas comprovadas, é um potencial ainda.

Então, primeiro, o estudo em si da plataforma continental, porque que o tem esse país de mais importante é seu território, é o grande berço que nós estamos ainda nele deitados, como diz o nosso hino.

Então nós temos uma área equivalente a mais da metade da área do país potencial a ser nossa permanentemente. Esse recurso do pré-sal pode nos assegurar essa riqueza, que é muito mais permanente do que a finitude desse petróleo, por maior que seja essa quantidade de petróleo.

Quando falo em Marinha, não falo para o pré-sal, e foi muito bem colocado pelo Edmilson. São pesquisas que nos façam levantar novas riquezas dessa grande plataforma continental brasileira. E a Marinha tem um papel, e as instituições de pesquisa nesse país nesse sentido.

E a questão do saneamento, porque ela tem a ver com a saúde, com as condições de qualidade de vida da nossa população. E nós temos uma rede de saneamento em certas regiões no Brasil que não alcança 45, 50% da população. E grande parte do problema ambiental, como foi colocado por mim aqui antes – isso no mundo todo, não é aqui no Brasil – tem a ver com os lançamentos de águas do interior para o mar, que chegam a contaminar o mar por hidrocarbonetos, e não o fato da haver plataforma do *offshore*. Na verdade disso é um dado muito importante. Porque é lógico que toda a prevenção, toda a tecnologia e as garantias que o arcabouço institucional legal brasileiro em garantir prevenção de acidentes, todo esse mapeamento que é necessário de sensibilidade ecológica no Brasil, nas áreas onde vai ocorrer a maior exploração, é mais do que necessário. Mas na verdade ele não significa grandes impactos ambientais, quando considera o uso do petróleo em si na terra.

Então nós precisamos realmente resolver essa questão do saneamento básico no Brasil, associar educação, a pesquisa ao alavancamento, eu diria, dessas riquezas que existem na plataforma brasileira que não estão garantidas ainda... A extensão da zona econômica exclusiva do país não está ainda definida, não foi aceita pelo ONU.

Eu acho isso seria uma grande oportunidade de fazer esse pré-sal o alavancador de nos assegurarmos dessa riqueza que é muito maior, que são 4 milhões e 500 mil km² de plataforma continental de domínio brasileiro, que tem muito mais riqueza aí do que só o petróleo e essas são permanentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Parece que o Senador Eduardo Suplicy pede a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, as observações dos três expositores foram muito estimulantes. Eu agradeceria se eu puder falar uma breve palavra ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Por favor. Já terminou sua exposição?

SR. MANOEL DE MELO MAIA NOBRE: Sim
SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bom, eu quero dizer que aprendi muito com a sua exposição, Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, mas sobre área que não é tanto do meu conhecimento. Inclusive os termos técnicos que o senhor aqui nos expôs e as diversas camadas: epipelágica, mesopelágica, batipelágica, abissopelágica, hadopelágica. Para mim são termos novos, então eu preciso aqui assimilar com calma o conhecimento que nos trouxe. Mas, sobretudo acho que o que foi importante da sua exposição foi transmitir a conscientização ecológica de como é importante para nós estarmos cuidando do saneamento das águas dos oceanos e dos mares e dos rios de nosso Brasil, inclusive na costa toda e da repercussão que pode haver a exploração de petróleo e de gás com respeito a esses cuidados. Então foi uma aula importantíssima.

E como tanto os Professores Edmilson Moutinho dos Santos e Júlio Gomes de Almeida e o senhor também mencionaram as questões relativas ao exemplo que suscitei, eu gostaria de inclusive lhes fazer um convite, aos três, ou aos quatro: dia 30 de junho, 1º e 02 de julho de 2010, na sua Universidade, na Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da USP se realizará 13º Congresso Internacional da BIEN, *Basic Income Earth Network*, e os principais filósofos e economistas e cientistas sociais que debatem esse tema e já até abraçaram a ideia estarão presentes ali ele na USP. Eu gostaria de lhes convidar para que inclusive possa o Professor Edmilson compreender que a renda básica está muito próximo daquilo que as suas palavras disseram. Certamente, conhece *Desenvolvimento como Liberdade* de Amartya Sen onde ele expressa que desenvolvimento se for para valer deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade.

Obviamente a educação, eu estou 100% de acordo, constitui uma forma de elevar o grau de liberdade para todos, mas também a renda básica é ela que vai permitir justamente a liberdade de uma pessoa dizer não, quando se porventura só surge diante dela a alternativa às vezes de se humilhar, de se sujeitar a uma condição de trabalho escravo, de não ter outra alternativa senão de se tornar o “aviãozinho” da quadrilha de narcotraficantes e tudo, e houvesse uma renda básica como um direito de participar da riqueza da nação. Como em 1795, aquele que foi o maior ideólogo da Revolução Americana e Francesa expôs tão claramente o direito de todos partilharem da riqueza da nação através de um capital básico e de uma

renda básica. Sábio o Professor Edmilson quem sabe que em decorrência da evolução desta ideia, hoje, na Inglaterra o fundo patrimonial da criança, instituído em 2003 pelo Primeiro-Ministro Tony Blair, constitui já a aplicação deste princípio. Mas o Brasil é o primeiro país no mundo cujo Congresso Nacional aprovou a renda básica de cidadania.

Diz bem o Professor Júlio Gomes de Almeida que lá no Alasca eles primeiro avaliaram importante destinar aquela proporção de recursos... Era proposto primeiro 50%, mas daí ficou 25% dos *royalties* decorrentes da exploração de todos os recursos naturais para formar um fundo que foi sendo aplicado. E eu vou parar aqui, tudo está no livro que eu acabo de lhe dar, mas então, fica aqui o convite para que participem, inclusive o *call for papers* ou chamada para os trabalhos já está na página da BIEN.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM MG): Antes de encerrar a presente sessão eu quero agradecer a presença de todos, mas agradecer especialmente aos nossos convidados. Com a sua participação, cooperaram sobremaneira para a construção neste debate, oferecendo valiosa contribuição a esta comissão, com suas exposições e com suas observações.

Muito obrigado Srs. Palestrantes, Professores que enriquecem o nosso país no seu conhecimento intelectual.

Convoco os senhores membros para a próxima Reunião Extraordinária a realizar-se dia 29 de outubro às 08 horas e 30 minutos, neste Plenário nº 13, da ala Senador Alexandre Costa com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h34.

42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE OUTUBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura,

com a presença dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, INÁCIO ARRUDA, JOÃO RIBEIRO, PAULO DUQUE, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPPLY, ROSALBA CIARLINI E MÃO SANTA**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **OSVALDO SOBRINHO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Vice-Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 40ª e 41ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Eliseu Resende** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Deliberação de matérias: **ITEM 1 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2009**. “Disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e dá outras providências.” **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (SF). **Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, foi concedida Vista ao Senador **Delcídio de Amaral**. **ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2009**. “Disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e dá outras providências.” **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (SF). **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. Fica adiado o item 3 da pauta. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Eliseu Resende, Paulo Duque, Delcídio de Amaral, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 40ª e 41ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Fica aprovada.

Esta Presidência registra o recebimento do convite do LIDE, Grupo de Líderes Empresariais, para participar de almoço debate com o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, sobre o tema *Uma Nova Pers-*

pectiva para o Brasil. O evento ocorrerá no dia 09 de novembro, segunda-feira, às 14h00, em São Paulo.

Informo ainda que o Tribunal de Contas da União realizará o I Encontro sobre Políticas Públicas e Mudanças Climáticas; reunião essa que ocorrerá nos dias 10 e 11 de novembro de 2009, no Auditório do Tribunal de Contas da União. O evento busca expandir a discussão sobre os desafios impostos à ação estatal para incluir o tema de mudanças climáticas no planejamento das políticas públicas.

Sob o título *Construindo um Cidadão Jovem*, será promovido o Dia das Crianças do Senado Federal, no próximo dia 30 de outubro, portanto, amanhã, com atividades a partir das 08h30 até às 17h30.

Com o apoio da Secretaria de Comunicação Social e Relações Públicas da Casa, e com intensa programação, acontecerá no Salão Branco, com realização da oficina de arte. É oficina de arte mundial da ciência pela paz e pelo desenvolvimento, estabelecido pelas Nações Unidas. Mais informações sobre o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento estão disponíveis no site Brasília-UNESCO Dia da Ciência.

Lembro aos Srs. e Sras. Senadoras que encontra-se a disposição na Secretaria da Comissão exemplar do 8º balanço do PAC, referente ao período de maio a agosto de 2009. Este é o balanço do PAC, que essa Comissão de Assuntos de Infraestrutura recebeu proveniente do Poder Executivo. Trata-se do 2º balanço quadrimestral do Programa de Aceleração do Crescimento da Economia em 2009.

Queremos registrar, dentro da programação dessa Comissão de Infraestrutura, que na última terça-feira, no dia 27, realizamos o painel relacionado com o fundo social, integrando debate sobre o marco regulatório do pré-sal.

Participaram da Audiência Pública os seguintes convidados: Professor Julio César Gomes de Almeida, Professor da UNICAMP, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Professor Edmilson Moutinho dos Santos, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; e o Dr. Manoel de Melo Maia Nobre, Engenheiro PhD no Canadá em Contaminação de Solos.

Como sabemos, o Governo mandou para o Congresso Nacional a matéria oficialmente tramita agora na Câmara dos Deputados, virá brevemente para o Senado Federal, quatro projetos de lei que corresponde à instituição do pré-sal, que é o programa de exploração das reservas de petróleo na Plataforma Continental Brasileira.

Uma primeira lei é relacionada com o regime de partilha, paralela ao regime atual das concessões; o

que, no entendimento do governo, do Poder Executivo, é a forma mais racional e econômica para se explorarem as grandes reservas de petróleo da Plataforma Continental Brasileira, no contexto das reservas nacionais.

Um outro projeto de lei se refere à criação de uma empresa, que, em princípio, recebe o nome de PETROSAL, para ser a coordenadora em nome do Poder Executivo, em nome da União, do programa do pré-sal a ser implantado no Brasil.

Uma terceira lei criando o Fundo de Assistência Social. O Brasil entendeu que o encontro de reservas tão relevantes e significativas, a par do que faz outros países do mundo produtores de petróleo, deveria ser mais bem utilizados pela economia brasileira, e esse fundo, esses recursos, se destinariam a um programa social voltado para o estímulo ao desenvolvimento tecnológico do setor do petróleo, para educação, para o combate à miséria e para outras atuações do Governo no campo do desenvolvimento humano.

Temos discutido essa matéria intensivamente aqui na Comissão de Infraestrutura e no Senado Federal, comparando o atual regime das concessões para a exploração das reservas de petróleo, comparado com o novo regime enviado pelo Governo, que é o regime de partilhas.

É muito... É muito polêmica a questão, uma vez que adotado o regime de concessões, instituído em 1997, para exploração de petróleos dentro da concessão ao setor privado, cabendo ao concessionário o produto da lavra e cabendo ao governo, aqui representado pela União, pelos estados e municípios, a participação mediante *royalties*, na aplicação dos recursos, e se ao mesmo tempo nós inserirmos o regime de partilha, diferente do regime de concessões decorrentes da flexibilização do monopólio do petróleo, então nós teremos um sistema híbrido no Brasil, o que é questionado.

Ao mesmo tempo em que nós temos o regime das concessões aplicado aos potenciais existentes e em exploração, e associamos o regime de partilha, aplicado aos novos potenciais do pré-sal, nós teremos um regime híbrido que iria requerer uma participação confusa e dúbia da Agência Nacional do Petróleo para administrar a pesquisa e a lavra do petróleo no Brasil, o que é indesejável.

Esse assunto, de qualquer modo, está sendo discutido aqui no Senado Federal e é importante destacar que aqueles objetivos que o governo pretende encontrar, alcançar, ou seja, a criação do fundo social, e uma melhor distribuição de *royalties* para a União, estados e municípios, pode ser também adotado ou inserido no modelo das concessões vigentes, não

sendo necessidade de criar um modelo novo, que nós estamos chamando de modelo de partilha, para o alcance desses objetivos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

O senhor me permite um aparte, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Nós temos discutido aqui nessa Comissão de Infraestrutura o marco regulatório dos biocombustíveis e na audiência, na última Audiência Pública, os representantes do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA, que estiveram aqui apresentando suas opiniões, considerações sobre o desenvolvimento dessa grande matriz energética que já é hoje completamente consolidada no setor de álcool, etanol, que é um exemplo para o Brasil e para o mundo, e que misturada ao combustível, à gasolina, proveniente do petróleo, está hoje beneficiando comunidades interioranas no desenvolvimento de empregos, no desenvolvimento de uma matriz energética mais limpa, que é o álcool, que é o etanol, e tanto utilização pura quanto em mistura com a gasolina.

E nesse sentido, os biocombustíveis provenientes de oleaginosas, que mistura com óleo diesel, ou até usando... Puro, usando de forma... Uma nova matriz, que seria o óleo vegetal refinado, que já é tanto usado em outros países, necessita de um... De pesquisas, necessita de recursos financeiros para fomento dentro de técnicas que já existem, mas que precisam ser intensificadas no âmbito da EMBRAPA, e com assistência técnica, promovendo, então, a inclusão de comunidades que hoje estão... Comunidades agrícolas que hoje estão sem renda para desenvolver essa atividade de forma economicamente viável, e também a organização desses produtores num sistema de... Comunitário de produção, aonde uma indústria de transesterificação desse óleo, ou utilização *in natura* nessas regiões mais longínquas do país, haveria de consolidar uma nova fase, com um custo de produção menor, e com ganhos ambientais e sociais.

E nesse sentido eu vejo que esse fundo social poderia muito bem ser incluído no desenvolvimento da matriz energética de toda cadeia de produção da matriz energética oriunda de biocombustíveis, ou seja, de plantas que cujos grãos, sementes, fornecem combustível--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de acrescentar, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que a pesquisa na área de biocombustíveis e de outras fontes de energia, que nós chamamos de energia limpa, que tem por finalidade reduzir o teor de carbono na atmosfera, é sem dúvida nenhuma o grande fator de desenvolvimento das nações e é o que está sendo feito pelos países mais desenvolvidos do mundo.

Sem dúvida nenhuma, as potências futuras, depois de terminado a crise econômica que nós estamos vivendo, as potências econômicas serão aquelas que tiveram capacidade de introduzir a matriz energética mais limpa, o mundo caminha para isso.

E o ramo de biocombustíveis, a que V. Exa. se dedica com tanta competência aqui no Senado Federal, é extremamente importante, ao lado de outras formas de energia, e eu citaria particularmente a energia hidráulica, para a instalação das pequenas centrais hidroelétricas, aproveitando o gigantesco potencial hidráulico com que conta o Brasil.

Incluiria também a energia nuclear, a energia eólica, e, em geral, a energia provinda da biomassa. Nós costumamos dizer que a era do carvão terminou antes do carvão terminar. Ainda temos carvão condenado a não utilização como energético, em decorrência do problema ambiental. Tudo indica que a era do petróleo vai também terminar antes que o petróleo acabe.

E vai surgir, vão surgir as energias limpas. Hoje os Estados Unidos, por exemplo, estão investindo fortemente na pesquisa do carro elétrico, para que nós tenhamos a melhor matriz energética.

E é preciso que o Brasil faça pesquisas realmente profundas e explore essas fontes alternativas de energia, particularmente o uso dos biocombustíveis, para que nós possamos introduzir a matriz energética que nos coloque em projeção no cenário mundial e no Conselho das Nações.

Pergunto a V. Exa. se quer continuar usando a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria só de também ponderar, colocando que essas energias limpas todas foram objeto, também aqui nessa Comissão, de um projeto que eu considero de suma relevância, apresentado pelo Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, que é o REINFA, aonde concede isenções tributárias para o desenvolvimento dessas energias limpas, alternativas. E são só as limpas, inclusive a biomassa não está incluída.

Então, essa nova fase para o desenvolvimento dessas matrizes, principalmente a eólica, e a de PCHs até 30 Mega, terão... E também para o desenvolvimento das pesquisas e produção da matriz provinda da ele-

tricidade, os carros elétricos, é amplamente amparada por essa redução tributária e fiscal.

Dessa forma eu vejo que a Comissão de Infraestrutura está realmente focada em dotar o país de uma nova... E contribuir para o fomento dessas matrizes alternativas de energia limpa, que tanto o país, que tanto o mundo necessita, e o Brasil poderá se tornar o maior produtor mundial em curto espaço de tempo, com todos esses incentivos que serão dados a partir de projetos como o REINFA e projetos como nós vamos relatar a seguir, que é o projeto de licenciamento ambiental, incluindo uso múltiplo em potenciais hidráulicos do país.

Quer dizer, uma organização pensada, que envolva todos os usos múltiplos dos recursos hídricos brasileiros.

Então eu fico feliz de estar participando desse momento, desse grande debate que se trava no Congresso Federal, advindo aqui da Comissão de Infraestrutura do Senado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Obrigado a V. Exa., Senador Gilberto, pela sua participação; lembrando que o Brasil está condenado a ser efetivamente uma grande potência, pelos recursos energéticos de que dispõe. Nós estamos nos transformando no país que contém as maiores reservas de petróleo.

Isso é histórico, comparado com a nossa tradição de inexistência de petróleo no continente, depois da identificação de grandes reservas na Plataforma Continental.

Além de termos as maiores reservas de petróleo do mundo, temos o maior potencial hidráulico do mundo, temos uma dádiva da natureza, os potenciais hidráulicos espalhados por toda a rede hidrográfica do Brasil.

Temos a biomassa, para a produção de biocombustíveis, particularmente o etanol, que já vem sendo explorado e pesquisado por outros países à semelhança do Brasil.

Temos tudo para ser o líder, o país líder do mundo, no contexto da matriz energética. Isso é extremamente promissor para o Brasil.

Muito obrigado pela participação de V. Exa..

Para esse efeito, está sendo preparada uma proposta de marco regulatório de biocombustíveis, e há um grupo de trabalho, integrado pelos Senadores Inácio Arruda, Senador Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, que conta com participação de especialistas do setor para promover estudos e pesquisas a respeito da matéria.

Feitas essas colocações iniciais, podemos considerar agora a pauta da presente Sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Temos um primeiro projeto de lei, não terminativo, que é o Projeto de Lei 179, de 2009, que *“Disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamento de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e que dá outras providências”*. A autoria do Projeto de Lei é da Comissão de Assuntos Econômicos e o relator é o Senador Gilberto Goellner; o seu parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Nós podemos discutir o projeto nesta Sessão, para deliberação, quando houver condições de *quorum* adequadas.

Passo a palavra ao relator, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente.

“Vem à apreciação desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado 179, de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos.”

A proposição visa disciplinar licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e é constituída de quatro artigos.

O primeiro impõe que o Plano Plurianual, bem como os respectivos projetos de lei de revisão anual, inclua o plano de expansão da oferta de energia elétrica, para os dez anos subsequentes, com prioridade para fontes renováveis de energia.

Estabelece, ainda, que esse plano de expansão enumere os aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a expansão da oferta, instruídos de informações prévias que especifiquem a relação benefício-custo, sob a ótica econômica e energética, a avaliação inicial dos impactos sócio-ambientais nos estudos de inventário hidrelétrico da respectiva bacia hidrográfica, e também... Dos impactos sócio-ambientais identificados nos estudos de inventário hidrelétrico da respectiva bacia hidrográfica aprovados pela ANEEL, e a indicação de eventual impacto sobre comunidades indígenas.

O art. 2º estatui que os projetos de aproveitamento hidráulico considerados estratégicos, segundo o Conselho Nacional de Política Energética, deverão conter determinação de que o órgão nacional de proteção ao meio-ambiente priorize o licenciamento ambiental, acompanhando e orientando, continuamente, a elaboração de estudos que embasarão o processo, e recomendando, tempestivamente, as correções necessárias para que o aproveitamento hidráulico seja

implementado com a devida mitigação ou compensação de todos os impactos ambientais negativos.

O art. 2º impõe também que o órgão de proteção ao índio providencie a oitiva das comunidades indígenas afetadas, o mais rapidamente possível.

Nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição Federal, o art. 3º desse PLS estabelece que a autorização, pelo Congresso Nacional, de aproveitamentos hidráulicos, dar-se-á com base nesses estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do potencial hidráulico, e no resultado das oitivas, efetuadas pelo órgão de proteção ao índio, com as comunidades indígenas afetadas.

O art. 4º faz com que a Lei entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi lida em Plenário no dia 11 de maio de 2009 e remetida à Comissão de Infraestrutura e posteriormente, em decisão terminativa, à Comissão de Meio Ambiente”.

Eu já gostaria de fazer uma... Dentro da análise, eu gostaria de considerar que essa proposição envolve fortemente o debate com diversos órgãos do governo, como a ANA, Agência Nacional de Águas, a ANEEL, a ANTAQ, o Fórum do Setor Elétrico das entidades que... De todas as usinas de... Hidroelétricas do país, que é composto de mais de nove entidades de classe, entre elas a ABIAPPE, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Meio Ambiente, e também, Senador Eliseu Resende, o senhor teve uma contribuição muito valiosa, onde V. Exa. analisou todo esse relatório e colocou também suas observações, dado a sua experiência no setor, e que foram acatadas.

Um projeto substitutivo, um projeto substitutivo, onde nós colocamos esses quatro artigos da seguinte forma: *“O Plano Plurianual e os projetos de lei de revisão anual do PPA incluirão o plano de expansão da oferta de energia elétrica, para os dez anos subsequentes, com prioridade para fontes renováveis de energia”*.

Essa é a grande meta desse projeto, que foi deixada como está no projeto original.

O § 1º desse artigo, *“deverão ser enumerados os aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a expansão da oferta”*.

No § 2º, *“Cada aproveitamento de que trata o § 1º deste deverá estar instruído das seguintes informações prévias: I – avaliação econômica da opção energética, considerando os custos de transmissão da energia gerada”*.

Gostaria de fazer uma observação, que essa também é uma das suas sugestões, onde deveremos avaliar também os custos de transmissão dessas PCHs.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É importante destacar aqui, Senador

Gilberto, que se trata da avaliação econômica da opção energética, relacionada com a utilização dos potenciais hidráulicos.

Geralmente a gente compara os custos das usinas hidrelétricas para efeito de definir a prioridade na análise benefício-custo, mas esquece de introduzir nesta comparação os custos da transmissão, que são extremamente relevantes.

Eu cito vários exemplos importantes do Brasil.

Quando foi construída a Usina Hidroelétrica de Itaipu, que é a maior do mundo, houve a necessidade de construir as linhas de transmissão de corrente contínua e corrente alternada, para trazer a energia lá da fronteira do Paraguai, para consumo nos grandes centros da Região Sudeste, particularmente São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Isso onerou, sobretudo, o custo da hidroelétrica de Itaipu.

Nós estamos prevendo iniciar a construção da usina de Belo Monte, no Xingu, que é uma usina de cerca de 10 mil megawatts instalados. Também ali nós teremos necessidade de construção de longas linhas de transmissão para trazer a energia de Belo Monte para o sistema interligado da região desenvolvida do Brasil, no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A mesma coisa acontece com as usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, de forma que é necessário inserir no custo de implantação da usina, também, o custo da transmissão. Porque, no caso, a exemplo das usinas nucleares situadas no Rio de Janeiro, no âmbito do consumo, a usina nuclear pode custar mais caro do que a hidrelétrica, mas dispensa a linha de transmissão. E aí, no contexto da avaliação econômica, o quadro muda no estabelecimento das prioridades.

Portanto, é indispensável que, nesse relatório de V. Exa., se inclui realmente essa emenda, dizendo que a avaliação econômica da opção energética deve considerar também os custos da transmissão da energia gerada.

V. Exa. continua com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Inclusive, deve se considerar também que o incentivo dado a PCHs, no PLS 311, foram isentados de tarifas de transmissão as PCHs com plantas de até 30 mega. Então, veja só, há uma... Há uma... Realmente uma... Um incentivo às PCHs.

E esses dois projetos se complementam muito bem. Aqui esse que já foi aprovado, que é o PLS 311, e agora o PLS 179.

Mas continuando, eu gostaria de concluir esse substitutivo, o segundo item, esse art. 1º, ele prevê que a avaliação inicial dos impactos sócio-ambientais identificados nesses estudos de inventário hidrelétrico

da bacia hidrográfica, da ANEEL, então são avaliados esses impactos sócio-ambientais.

E o artigo... O ponto III desse artigo, "*a indicação de eventual impacto direto sobre comunidades indígenas*".

E o 4º, "*avaliação da disponibilidade hídrica e compatibilidade com os múltiplos usos da água, de acordo com a Agência Nacional de Águas*".

Isso aí se inclui as eclusas, e que as eclusas, como se sabe, deverão compor um custo em separado, não é o custo da energia elétrica, é um custo de infraestrutura da via de navegação e como tal deverá ser considerado.

E, anteriormente, muitas vezes o Brasil deixava, o país deixava de concluir ou de iniciar uma eclusa concomitante com a construção da usina hidroelétrica, prejudicando a consecução futura dessa eclusa, por elevação de custo da mesma, e considerando também que poderia estar anexado ao custo da energia elétrica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Essa é uma observação importante, senador.

Como disse V. Exa., as construções das eclusas eram feitas, até então, pelas próprias usinas geradoras de energia. Isso onerava a conta de luz, mas o consumidor de energia elétrica não tem nada a ver com a navegação, a navegabilidade dos nossos rios.

Então há um projeto tramitando aqui no Congresso, de nossa autoria, fazendo com que a construção das eclusas sobrecarregue o setor de transporte hidráulico, e haja a concessão ao setor privado para construir a eclusa, e o construtor da barragem hidroelétrica, e eu quero assinalar a presença do Senador Delcídio Amaral, que foi o relator dessa matéria, profundo conhecedor deste assunto, é uma contribuição que nós, ao lado do Senador Delcídio Amaral, estamos dando, no sentido de separar da geração hidroelétrica o custo da eclusa, que deve sobrecarregar o navegador, através do pagamento do pedágio na navegação.

E é importante essa observação de V. Exa., porque essa iniciativa aqui da Comissão de Infraestrutura foi sábia no sentido de fazer essa separação, para que nós tenhamos a justa contribuição do usuário no tratamento da infraestrutura nacional.

Continua com a palavra V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Bom, nesse sentido, só gostaria de considerar que essa nova fase do uso múltiplo dos aproveitamentos dos recursos hídricos do país, permitindo a navegação e considerando ela fora da tarifa de energia elétrica, como investimento a ser realizado por quem... Ou pela infraestrutura do governo, numa concessão das

hidrovias, ou já fazendo uma parceria público-privada, uma forma de exploração de execução dessas obras necessárias à navegação, deverão dar um incentivo muito grande, Senador Eliseu Resende, para o desenvolvimento desse modal que tanto o país carece e de que tanto o país necessita para baratear o seu custo, seu custo Brasil, já que por rodovia nós não vamos a lugar nenhum sozinho, nós precisamos esse uso múltiplo dessa exploração modal pela navegação fluvial brasileira.

E continuando, o art. 2º desse projeto, ele fala que *“Os projetos de aproveitamento hidráulico, considerados estratégicos, segundo o Conselho Nacional de Política Energética, deverão estabelecer que: I – o órgão ambiental competente para o licenciamento priorize o licenciamento ambiental, acompanhando e orientando, continuamente, a elaboração dos estudos que embasarão a emissão das respectivas licenças, e recomendando, tempestivamente, as correções necessárias para que o aproveitamento hidráulico seja implementado com a devida mitigação ou compensação de todos os impactos ambientais negativos.”*

Isso também, esse... Esse Item 1, do art. 2º, vai ser muito importante para a melhor análise dos licenciamentos ambientais e pela melhor consecução do mesmo.

O art. 2º, o parágrafo... O Item 2, do art. 2º: *“o órgão de proteção ao índio, para que providencie o mais rápido possível a oitiva das comunidades indígenas diretamente afetadas”*.

E o III: *“que os órgãos públicos responsáveis pelas licenças ambientais responderão, concomitantemente, às consultas recebidas em prazo máximo de sessenta dias, contados a partir do recebimento dos documentos, devendo acrescentar, apresentar eventual pedido de complementação de documentos ou de esclarecimentos até trinta dias após referido recebimento”*.

Art. 3º: *“A autorização, pelo Congresso Nacional, de aproveitamentos hidráulicos, nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição Federal”*, de acordo com a Constituição, no relativo às comunidades indígenas, ele prevê... Ele prevê que *“Nos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do potencial hidráulico e no resultado das oitivas, efetuadas pelo órgão de proteção ao índio, com as comunidades indígenas diretamente afetadas”*; e III, *“Nos estudos de disponibilidade hídrica, nos usos múltiplos e nos planos de recursos hídricos”*. Com o parágrafo único, *“A oitiva de que trata o inciso II deste artigo terá caráter opinativo”*.

E o art. 4º e último, *“Aos projetos de construção declusas estratégicas, aplicar-se-á o disposto no art. 2º desta Lei”*, que é que todos esses projetos deverão passar por um crivo ambiental, por um... pela partici-

pação do órgão de proteção ao índio, que é a FUNAI, e pelos órgãos públicos responsáveis pelas licenças.

Esse é o Projeto... Projeto de Lei 179, oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos, e oriundo de um grande debate que aconteceu desde 2007, dentro do debate do marco regulatório dos potenciais hidráulicos do país e que redundou em vários projetos, e um deles é esse, e que eu vejo que ele foi amplamente discutido, tanto nos órgãos da esfera federal, como também de quem se utiliza, de quem participa das entidades privadas, que fazem uso e fazem investimentos nesse setor.

Então, eu coloco à apreciação de V. Exa., para que, não havendo *quorum* nesse... A gente já sabe que vamos deliberar numa próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Gilberto.

Eu gostaria de aproveitar a presença do nosso Senador Paulo Duque para retornar a uma consideração que fizemos na discussão dessa matéria apresentada pelo Senador Gilberto, quando nós fizemos uma análise da comparação dos custos dos investimentos na geração de energia elétrica.

A nossa colocação foi no sentido de que deveriam ser considerados também os custos de transmissão da energia nas energias hidroelétricas, nas usinas hidroelétricas.

Nós citamos aqui o exemplo da comparação da geração nuclear com a geração hidráulica.

V. Exa., que é um senador que representa o Estado do Rio de Janeiro, onde está situado o nosso programa nuclear de geração de energia, Angra 1, Angra 2 e Angra 3, é importante salientar que, na implantação dessas usinas nucleares, praticamente nós não temos grandes investimentos na transmissão de energia para abastecer os centros consumidores, porque as usinas estão instaladas no coração do consumo.

Quando isso é comparado com Itaipu, nós temos no caso de Itaipu de construir as linhas de transmissão, trazendo a energia para o Rio de Janeiro e São Paulo, o que onerou sobremodo o custo da energia quando adicionada ao custo de transmissão.

De forma que, na análise econômica da comparação dos investimentos, é extremamente importante que nós levemos em conta, isso consta do parecer do Senador Gilberto, também o custo das linhas de transmissão.

É importante assinalar isso, no momento em que o Brasil historicamente compara o custo de geração termonuclear com o custo de geração hidráulica, e afirma que o custo de geração termonuclear é mais oneroso do que o da energia hidráulica.

E no caso de energia hidráulica, como coloca o Senador Gilberto, a ênfase deve ser dada nas pequenas centrais hidráulicas, onde o represamento das águas é menor e as repercussões ambientais, e particularmente a repercussão aqui colocada no seu relatório, de proteção às reservas indígenas, não se apresentam com tanta ênfase.

Eu gostaria de deixar a palavra para outros senadores que queiram se manifestar com relação ao relatório do Senador Gilberto, para efeito de nós concluirmos essa discussão, e essa conclusão não ocorrerá aqui, teremos que continuar a discussão em outras reuniões, uma vez que nós não temos o *quorum* adequado para a finalização da apreciação deste projeto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, senadores, esse projeto, inclusive, ele nasceu de uma série de encontros, de reuniões que fizemos nas Subcomissão dos Marcos Regulatórios, na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu fui presidente dessa Subcomissão e o relator foi o Senador Garibaldi Alves, atual Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

No meu ponto de vista, absolutamente pertinente. Portanto, faço aí a... Faço questão de registrar a pertinência deste projeto, seguindo principalmente as ponderações do Senador Goellner, que com muita propriedade fez uma abordagem correta... E como relator desse projeto.

Mas, como há divergências no Governo com relação a esse projeto, apesar de eu concordar plenamente com o que está sendo proposto e com o relatório do Senador Gilberto Goellner, então eu vou pedir vistas para que, efetivamente, nós voltemos a discutir esse projeto, o Governo converse com os Ministérios diretamente envolvidos, para que a gente traga para cá uma solução compatível com as políticas do país e, ao mesmo tempo, que atenda o objetivo maior que é principalmente o suprimento de energia para todo, para todo o Brasil, tendo em vista que todos nós aqui sabemos as dificuldades na implementação de projetos, principalmente hidroelétricos, nós temos sofrido muito com isso, temos tido muitas dificuldades.

Durante todo o processo, e ao mesmo tempo também, todos nós aqui vivenciamos um apagão que, em 2001, segurou o Brasil. Todos nós aqui sabemos o que representa um apagão e o que... Os prejuízos que um apagão traz para a economia de um país. O Brasil voltou para trás depois do apagão de 2001.

Portanto, eu acho esse projeto altamente pertinente, mas entendo as ponderações de Ministérios que querem debater e discutir melhor esse assunto.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esta Presidência concede vistas do Projeto de Lei ao Senador Delcídio Amaral.

O Item 02 da pauta. "*Dá nova redação ao art. 1º da Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda*". A autoria é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A relatoria é do Senador Francisco Dornelles; o relatório é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

O relator pede exclusão da pauta para apreciação dessa matéria em outra sessão.

Fica excluído da pauta, e essa matéria será discutida na próxima sessão, quando nós tivermos a presença do relator, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o Item 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É o Item 02. Exato, é o Item 2.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o Item 2? Localizar aqui, um instantinho... Termina... Não é esse aqui? Ah, sei, sei, sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica adiada, então, a discussão do Item 02, senador.

O Item 03 da pauta... O Item 3 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2003. Esse projeto de lei determina que, adotado o horário brasileiro de verão, este vigore em todo o território nacional. Autoria deste projeto de lei é do senador de saudosas memórias, o Senador Antonio Carlos Magalhães. O relator é o Senador Gilvam Borges, que apresenta o parecer rejeitando o projeto.

Essa é uma matéria que essa Comissão de Infraestrutura terá de analisar com profundidade, ela é da mais alta relevância, não obstante a sua relatoria pertencer a um senador que teve um trabalho exemplar aqui, no Congresso Nacional, e que grande contribuição deu ao desenvolvimento do Brasil, particularmente ao desenvolvimento do Nordeste e do Estado da Bahia. Nós teremos de analisar com profundidade o mérito dessa matéria, porque, na verdade, propõe que nós tenhamos a uniformização do horário de verão em todo o território nacional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com licença, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra, senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, estou vendo que esta proposição foi apresentada em Plenário, em 18 de dezembro de 2003, isto é, há quase sete anos que isso está rolando aqui no Senado.

Nós temos que, na minha opinião, dar uma decisão rápida a isto, pelo menos nessa Comissão, porque não é possível demorar tanto tempo assim.

Eu sei que o assunto é complexo, o Brasil é muito grande. Se fosse um país pequeno, de pequena dimensão, não haveria muito problema, mas são sete anos, é muita coisa; é uma burocracia senatorial, no caso.

Eu estou dizendo: isso aí é uma burocracia senatorial, a minha opinião. Nós temos que dizer ou sim ou não, não pode ser mais “talvez”, “porque”, “entretanto”.

Muito tempo, honestamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. tem razão. São inúmeros os projetos de tramitação que se arrastam aqui no Congresso.

Eu citaria um exemplo de um projeto recentemente aprovado aqui na Comissão de Infraestrutura e no Plenário do Senado, relacionado ao sistema nacional de viação, ao sistema nacional de transportes. Eu fui relator desse projeto como deputado em 1995, e esse projeto ainda tramita, depois de passar pelo Senado, na Câmara, para ser aprovado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Ainda. V. Exa. tem razão.

Com relação a este projeto do horário de verão, ele é um projeto muito complexo, e nós estamos recebendo uma sugestão no sentido de que ele seja retirado de pauta também, mesmo porque ele não pode ser submetido a aprovação agora, porque ele é terminativo e não temos *quorum*, para que nós tenhamos uma reunião mais trabalhosa e, quem sabe, se Deus quiser, conclusiva, para acatar ou rejeitar este projeto.

É importante destacar a complexidade da proposição.

Nós temos o horário de verão como um instrumento utilizado por quase todos os países do mundo. O Brasil, particularmente, usa o horário de verão em decorrência da sua extensão territorial e o número de meridianos que atravessa o país.

Nós temos uma extensão [ininteligível], o Brasil se insere num quadrado; a sua maior dimensão vertical é igual a sua maior dimensão horizontal, pouco mais

de quatro mil quilômetros. Nós somos da largura dos Estados Unidos da América do Norte.

Então, há uma diferença de fuso entre o litoral brasileiro e a região amazônica, que nos separa dos países vizinhos da América do Sul.

Então, achamos tecnicamente indispensável que nós tenhamos o nosso horário de verão segundo fusos horários diferenciados, tal como acontece nos Estados Unidos.

A proposta aqui é uma proposta, digo, bastante relevante, ela acaba com os fusos horários e faz com que o horário do Estado do Rio de Janeiro seja o mesmo horário do Estado do Pará, do Senador Flexa Ribeiro, que está aqui.

Eu não sei se o estado do Pará está fora do horário de verão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fora do horário de verão. Fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O que se pretende é que todos os estados do Brasil, nesse projeto, fiquem fora do horário de verão e tenham um horário único.

Esse é um projeto de profundidade, de complexidade maior, e nós teremos de analisá-lo, o que faremos na próxima reunião mais profundamente, para uma análise e uma... Apreciação final conclusiva.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E o relator não está no momento aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O relator não está no momento, é o Senador Gilvam Borges, que dá um parecer contrário ao projeto. De forma que, se o Plenário concorda com esta conclusão, nós vamos retirar o projeto de pauta, para considerá-lo na próxima reunião.

Eu submeto essa proposição aos Srs. Senadores. Os que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Fica aprovado.

Eu pergunto se algum senador gostaria de usar a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, apenas para uma breve informação, um comentário, já que estamos falando de energia elétrica.

V. Exa., como engenheiro antigo, talvez não se lembre, mas eu tive uma audiência com V. Exa., quando era presidente de Furnas, isso tem trinta anos, talvez, ou vinte, em Botafogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não vamos conversar muito sobre isso não, porque fica na pré-história, senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, mas nós somos pré-históricos; eu não nego essa qualidade, eu sou o senador mais velho dessa... Desse Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mais experiente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mais velho. Mais velho. Dizem que o diabo, ele é sabido porque ele é velho, mas, de qualquer maneira, eu não sou o diabo, mas eu sou o mais velho.

E eu me lembro perfeitamente das lutas de V. Exa. lá em Botafogo, onde presidia a grande empresa de Furnas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Na Rua Real Grandeza.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Na Rua Real Grandeza.

V. Exa. estava atendendo sindicatos, as associações, e eu era Deputado Estadual naquela ocasião, isso tem muitos anos. Eu me lembro, mas V. Exa. perdeu-se no tempo e não se lembra disso.

Em relação à energia nuclear, começa a ser debatido aqui com toda propriedade, com toda a necessidade, eu queria dizer que agora é que está se quebrando aquele preconceito, aquela má vontade, aquela desconfiança de que seria uma fonte de energia que talvez não desse certo, que talvez causasse desastres, mortes deploráveis, mas está se quebrando isso agora com Angra 1, com Angra 2, em que nunca houve um acidente, nunca, nesses anos todos de funcionamento.

E só funcionou por causa do Presidente Ernesto Geisel, que foi quem iniciou esse tipo de procedimento, com tecnologia alemã e, depois, incrível como pareça, toda maquinaria que foi adquirida na ocasião ficou, estão lá, em dois blocos enormes, guardados, acondicionados, esperando a oportunidade de ser construído Angra 3. Está lá.

E pior, nunca um Ministro de Minas e Energia havia pisado na usina, e nenhum Presidente da República, com exceção de Geisel, Ernesto Geisel.

Agora é que existe um certo interesse, depois que vem se esclarecendo que a França possui 53 usinas nucleares, que os Estados Unidos possuem mais de 100, e vai por aí. Porque 54% da energia consumida no Estado, no novo Estado do Rio de Janeiro, são provenientes de Angra 1 e de Angra 2.

Começou-se, agora que está se iniciando, depois de 20 anos, a construção de Angra 3.

E agora que os Deputados Federais, e alguns senadores, sobretudo da Comissão de Minas e Energia, estão visitando, fazendo visitas lá à usina de Angra 1 e 2. Ficam lá instalados, estão se interessando, estão vendo que não há problema, não há mistério, e eu tenho muita confiança nessa nova iniciativa.

Muito bem. Isso no Rio de Janeiro. Mas a programação, pelo que estou informado, muito interesse em

estados do Norte e do Nordeste, do Norte e do Nordeste. Estão pleiteando, junto ao Ministério de Minas e Energia, que seja, que esses estados sejam dotados de usinas nucleares. Existem já disputas acirradas entre vários estados, vários estados.

É uma informação que eu quero passar a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem, senador. As suas observações são importantes.

Há um receio da utilização da usina nuclear, ou da geração termonuclear, histórico. Mas as ponderações de V. Exa. são válidas.

Eu costumo comparar a geração de energia nuclear com o uso do avião entre as modalidades de transporte. Todo mundo sabe que o transporte aéreo é o mais rápido, o mais confortável, e o mais seguro, mas todo mundo tem medo de andar de avião, porque qualquer acidente é fatal.

Nós diríamos que para a geração nuclear que não há fonte de energia mais limpa, mais racional, mais eficiente do que a usina nuclear; mas infelizmente, no desenvolvimento da opção tecnológica da usina, houve acidentes fatais no mundo. A Usina de Chernobyl, na Tchecoslováquia, e a Usina de Three Mile Island, nos Estados Unidos.

O problema de irradiação nuclear e de segurança, é um problema fatal na implantação das usinas nucleares. Isso produziu determinado receio na implantação mais abundante da energia, da geração nuclear no mundo.

Mas a coisa mudou. A segurança das usinas é de grande acompanhamento pelo setor.

Lá no litoral fluminense, onde está a usina de Angra 2, tem um laboratório de botânica e de biologia, onde biólogos... onde biólogos e botânicos acompanham a evolução da flora e da fauna no litoral fluminense, e atestam que aquela região onde estão as usinas nucleares é talvez a região mais limpa do Brasil. Eles fazem, inclusive, controle de temperatura das águas.

E hoje não há mais aquele tabu da geração nuclear. E há o convencimento de que é uma modalidade de geração de energia válida para as matrizes energéticas. A Bélgica, a França, tem grande parte da matriz energética aplicada na geração nuclear.

Em boa hora o Presidente Geisel, que foi citado por V. Exa., introduziu o programa de geração nuclear no Brasil, tirando partido da tecnologia alemã. Tínhamos já iniciado a construção de Angra 1 pela Westinghouse, com tecnologia americana. Angra 2 e Angra 3 foram iniciadas com tecnologia da Siemens, da Alemanha, num acordo nuclear firmado em 1975.

Foi construída Angra 2. O Brasil levou quase 20 anos a construir Angra 2. Finalmente Angra 2 foi concluída e inaugurada, e está em operação. Agora, falta concluir Angra 3, que é exatamente igual à Angra 2; da mesma capacidade, do mesmo tamanho, da mesma potência de geração de energia.

E como disse V. Exa., os equipamentos de Angra 3 já estão comprados e depositadas no canteiro já há trinta anos atrás. É uma decisão sábia terminar Angra 3 agora, para que nós tenhamos o pátio nuclear de Angra 1, Angra 2 e Angra 3, com a mesma infraestrutura de transmissão de energia concluído, o que será de grande proveito para o Brasil.

É importante assinalar que o tratado com a Alemanha prevê outras unidades, particularmente no Nordeste do Brasil. Então é um setor de geração de energia que vai certamente crescer no Brasil através da implantação de novas instalações.

Pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se quer usar a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores.

A cada quinta-feira, nas sessões da Comissão de Infraestrutura, todos nós recebemos uma aula de V. Exa. sobre a questão da infraestrutura brasileira, que V. Exa. domina com perfeição.

Sua experiência como ministro e pelo conhecimento de causa, nos dá essas informações ao início de cada uma das reuniões da Comissão de Infraestrutura.

Acho que há umas duas semanas atrás tivemos na Comissão de Meio Ambiente uma Audiência Pública também, com a participação do Ministério de Meio Ambiente, do Ministério de Minas e Energia, e da ELETRONUCLEAR, o Presidente da ELETRONUCLEAR. E lá nós discutimos muito, Senador Paulo Duque, Senador Gilberto Goellner, essa questão das usinas nucleares e outras fontes de geração.

Me parece, pelo que foi lá colocado, apesar do Ministério de Meio Ambiente se colocar contrário à construção, à retomada do programa nuclear, mas não é de se estranhar, porque o Ministério de Meio Ambiente ele sempre se põe contrário à qualquer avanço tecnológico.

Hoje a tecnologia está mais, eu diria, está dominada, como foi muito bem colocado pelo Presidente da ELETRONUCLEAR, e única dúvida, aliás, não há, com relação a dúvida que poderia ter restado, Senador Eliseu Resende, seria a questão dos resíduos da usina.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É o lixo atômico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O lixo atômico. Esse... Esse... Foi uma questão lá bastante discutida, e hoje nos foi dito lá que existe já tecnologias que conseguem armazenar com segurança esse lixo por séculos, em cápsulas de concreto, ele mostrou lá a tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E no Brasil, senador, esse armazenamento se dá dentro das próprias usinas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nas próprias usinas, exatamente, ele falou isso.

Eu lembrei naquela altura que, quando houve aquele acidente aqui em Goiânia, que teve também--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Do césio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do césio. Queriam levar o lixo atômico para o Pará, colocar, fazer um depósito na Serra do Cachimbo. E aí era Governador do Estado, depois foi senador, Hélio Gueiros, grande amigo, uma figura pela qual eu tenho um carinho muito grande, e ele saiu dizendo assim: "Não, o Pará não é lixeira do Brasil. Para cá, enquanto eu for governador, não vai vir esse lixo". Então, tal é o preconceito que a sociedade tem com relação a esses resíduos que possam emitir radiações.

Mas nós, o Brasil precisa, evidentemente, ter, continuar o seu programa de geração de energia nuclear, como está fazendo, mas ela nunca será para o Brasil de tamanha importância como o é para alguns países da Europa.

No caso do Brasil, nós temos a energia hídrica, que é uma energia limpa, que nos dá a capacidade de sermos, talvez, o país que tenha uma geração de energia, uma das mais limpas do planeta.

Nós vamos agora construir Belo Monte. Só no Estado do Pará, Senador Paulo Duque, só no Estado do Pará, nós temos um potencial levantado já pela ELETROBRÁS, ELETRONORTE, de possíveis usinas de geração hídrica, igual à potência instalada do país, do país, que gira em torno de 80, 90 mil megas.

Vai ter Belo Monte agora, com 11 mil megas, e já estão fazendo os estudos para uma usina acima de Itaituba, no Rio Tapajós, chamada São Luís do Tapajós, essa terá 14 mil megas de geração.

Então, a gente tem esse privilégio que nos foi dado por Deus, de termos essa possibilidade de ter essa geração de energia hídrica.

Temos que também avançar na questão da energia eólica, que ainda tem um custo elevado, mas que é uma geração que tem que ter, pela tecnologia, reduzido o seu custo, para ela poder ser, então, competitiva.

A única que nós temos que afastar é a térmica, gerada queimando...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Carvão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Carvão, eu diria carvão e--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Óleo diesel.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pior é óleo diesel, pior é óleo diesel.

E, lamentavelmente, no meu Estado do Pará, que é exportador de energia, nós não temos energia de Tucuruí em todo Estado. Nós, até coisa de uns quinze anos atrás, doze anos atrás, o Estado do Pará ele tinha grande parte do seu território com geração de energia térmica.

Aí no Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Almir Gabriel, foi feito o Linhão do Tramo-Oeste, que levou energia de Tucuruí até Santarém, passando por Itaituba, subindo toda a Santarém-Cuiabá, Transamazônica.

Então, conseguiu atender uma grande parte do Estado do Pará, mas os municípios da margem esquerda do Amazonas, esses ainda estão tendo energia gerada por térmicas, como na Ilha de Marajó também.

Agora está sendo feito uma transposição do Linhão de Tucuruí para Marajó, para atender Breves e Portel. É um avanço, mas nós temos que... Dentro da sua... Seu conhecimento, fazer com que possamos avançar mais ainda.

Esse projeto que está na pauta de hoje é um projeto que tem o Senador Gilberto Goellner como relator, é um projeto da maior importância, que vai criar condições diferenciadas para a aprovação do licenciamento ambiental para aproveitamento de potenciais hidráulicos.

Eu acho que essa... Esse projeto, é um projeto que tem um fator importantíssimo para que possamos avançar na implantação dessa geração hídrica de energia em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

É bom deixar assinalado os potenciais gigantescos que tem o seu Estado do Pará, em termos de riquezas de subsolo, em termos de potencial hidráulico. Faz inveja a outras regiões brasileiras.

Nós gostaríamos, antes de sair dessa matéria, assinalar aqui uma observação que nos foi enviada pelo nosso brilhante colega Senador Eduardo Suplicy, que me corrige na minha fala, quando eu afirmei que a Usina de Chernobyl está situada nas proximidades da Tchecoslováquia. Ele assinala, detalhando melhor, que a localização de Chernobyl é no Norte da Ucrânia.

Vale, então, transmitir aqui a observação do Senador Eduardo Suplicy e apresentar os nossos agradecimentos pela sua contribuição.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 05 de novembro, quinta-feira, às 8h30, neste Plenário, quando teremos a realização da Audiência Pública, destinada a debater o panorama da mineração brasileira, com enfoque especial aos marcos regulatórios do setor.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 09h59.

43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia cinco de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ELISEU RESENDE**, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora e dos Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER, DELCÍDIO AMARAL, ROSALBA CIARLINI, PAULO DUQUE, FRANCISCO DORNELLES, JOÃO DURVAL, VALDIR RAUPP, INÁCIO ARRUDA, MÃO SANTA, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, MARCONI PERILLO, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY E GIM ARGELLO**. Justifica a ausência o Senador **OSVALDO SOBRINHO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da 42ª Reunião, que é dada como aprovada. O Senador **Eliseu Resende** procede à leitura dos comunicados da Presidência. PARTE 1 – Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 33, de 2009 – CI**, de autoria do Senador **Gilvam Borges**, para debater o panorama da Mineração Brasileira, com enfoque especial aos marcos legais do setor, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Paulo Camilo Vargas Penna** – Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; **Sr. José Octávio Carvalho** – Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC; **Sr. Fernando Mendes Valverde** – Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil – ANEPAC. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados,

usaram da palavra os Senhores Senadores, **Dalcídio Amaral, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Gilberto Goellner**. O Senador **Eliseu Resende** concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença e participação de todos, encerra a Parte I da Reunião. PARTE 2 – Deliberação de matérias: **ITEM 1** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2009**. “Disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e dá outras providências.” **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (SF). **Relator:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. **ITEM 2** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2009**. “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda.” **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (SF). **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 291, com a Emenda nº 01 – CI (Substitutivo). Às nove horas e cinquenta minutos, o Senador **Eliseu Resende** passa a presidência ao Senador **Gilberto Goellner**. **ITEM 3** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2009**. “Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas.” **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. **Relator:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, o Vice-Presidente da Comissão, Senador **Eliseu Resende**, reassume a Presidência. **ITEM 4** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 06, DE 2009**. “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”. **Autoria:** Deputado **Carlos Eduardo Cadoca**. **Relator:** Senador

Wellington Salgado de Oliveira. **Relator “ad hoc”:** Senador **Flexa Ribeiro**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, nos termos aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável, com as Emendas de nºs 01 a 28-CCT/CI, e as Emendas nºs 29 a 31 – CI. **EXTRAPAUTA – ITEM 05 REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009– CI**. “Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência Pública para debater a implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em fase licitação pelo Ministério dos Transportes e com previsão de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, com os seguintes Convidados: **Bernardo Figueiredo** – Presidente da Agência Nacional Transportes Terrestres – ANTT; **Paulo Sérgio Oliveira Passos** – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes; **Luciano Coutinho** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES”. **Autoria:** Senador **Valdir Raupp e João Durval**. **Resultado:** Aprovado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Declaro aberta a Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovada a Ata da reunião anterior.

A Presidência informa que o Senado Federal, através de Reunião conjunta dessa Comissão de Infraestrutura com a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a Comissão de Meio Ambiente e a representação da UNESCO no Brasil, realizará Audiência Pública em comemoração ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento a realizar-se no próximo dia 12 de novembro, no Plenário do Senado Federal.

Comunico também que o Congresso Nacional realiza sessão solene nesta quinta-feira para comemorar o Dia Nacional da Cultura, atendendo a requerimento do Deputado Marco Maia. A sessão será realizada no Plenário do Senado Federal. O Dia Nacional da Cultura é comemorado em 05 de novembro em homenagem ao nascimento de Rui Barbosa, patrono do Senado Federal. Na justificativa de seu requerimento o autor afirma que a efeméride é evento que congrega o interesse de todas as regiões do país, e tem se tornado um motivo de divulgação da diversidade cultural através da palavra, de sons e de imagens.

Esta comissão recebeu também do presidente da Confederação Nacional de Transportes a pesquisa da CNT da 13ª Edição, mostrando os resultados e as condições da malha rodoviária do Brasil. A CNT exerce esse procedimento já há algum tempo, e a divulgação dessas pesquisas rodoviárias é de grande importância para orientar a ação do governo e a ação do Congresso Nacional no estabelecimento das prioridades para restauração e expansão da infraestrutura de estradas do Brasil.

A nossa reunião de hoje destina-se em sua parte inicial à realização de Audiência Pública em atendimento ao requerimento do Senador Gilvam Borges para debater o panorama da mineração brasileira, com enfoque especial no marco regulatório, nos marcos legais do setor. A reunião constatará de duas partes, portanto: na primeira parte nós debateremos o setor mineral do Brasil, o estágio em que se encontra os marcos regulatórios, a estrutura do setor, particularmente do Departamento Nacional de Produção Mineral e a necessidade do marco regulatório para o setor de mineração em consonância com a existência dos marcos regulatórios para exploração de outros bens públicos no Brasil; a segunda parte da reunião é uma Pauta de Deliberação de Matérias Importantes, nós vamos discutir a Lei do Senado, Projeto de Lei do Senado nº 179 que vai... onde será apreciado o planejamento do setor elétrico no Brasil. É um projeto de lei de origem na Comissão de Assuntos Econômicos que vai ser abordado aqui com o parecer do Senador Gilberto Goellner.

Teremos também a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 291, "*que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda*". Analisaremos o relatório do... o parecer do Senador Francisco Dornelles, e essa discussão trará grande contribuição para distribuição e revenda de combustível no país.

Discutiremos também um Projeto de Lei do Senado nº 185, cujo relator é o vice-Presidente dessa Co-

missão, o Senador Eliseu Resende, que vai disciplinar o direito de passagem das composições ferroviárias nas linhas das atuais concessionárias, para aumentar a eficiência do transporte ferroviário no Brasil e reduzir os fretes, trazendo ganhos econômicos importantes para a nação.

E teremos a discussão de outro projeto de lei, o Projeto de Lei da Câmara nº 06, que tratará do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e apresentará outras disposições. Essa é uma matéria importante que interessa ao funcionamento das agências reguladoras do governo, e, particularmente, é de grande interesse do CADE, que trata da proteção à concorrência e da defesa da regulação da ordem econômica no Brasil. O relator será o Sr. Wellington Salgado, que estará aqui sendo representado pelo relator *ad hoc* Senador Flexa Ribeiro.

Vamos iniciar então a nossa reunião--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --com a sua primeira parte. Com a palavra o senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que pudesse colocar em pauta, Sr. Presidente, um requerimento de minha autoria para convidar algumas autoridades para tratar da implantação do trem de alta velocidade no Programa de Aceleração do Crescimento. Se pudesse colocar em pauta... E eu até pediria -- eu não vou poder ficar até o final da reunião porque tenho viagem marcada daqui a pouco --, e eu queria até pedir se o Senador João Durval não assinaria também em conjunto esse requerimento. Estou convidando aqui o Bernardo Figueiredo, Presidente da Agência Nacional de Transporte, ANTT; Paulo Sérgio Oliveira, Secretário-Executivo do Ministério do Transporte; e também o Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, tendo em vista o que BNDES pode estar também financiando esse projeto da implantação do...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos atender a V. Exa., Senador Valdir Raupp. Eu lerei novamente o requerimento e colocarei em votação agora, precedendo a pauta, porque isso atende à conveniência de V. Exa., e o assunto é da mais alta importância.

Trata-se do requerimento do Senador Valdir Raupp, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, propondo a realização de Audiência Pública para debater a implantação do trem de alta velocidade, contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em fase de licitação pelo Ministério dos Transportes, e com previsão de financiamento

do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado. Propõe o líder Valdir Raupp a presença dos seguintes convidados: do Exmo. Bernardo Figueiredo, Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT; o Exmo. Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes; e o Exmo. Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

A iniciativa do Senador Raupp é relevante, a análise da implantação dos trens-bala no Brasil, neste momento, deve ser feita; os investimentos são altos e a análise da prioridade da avaliação econômica do projeto se faz necessária. O setor ferroviário de carga no Brasil é concedido ao setor privado, mas nós temos de tratar do transporte de passageiro. E as prioridades são os metrô nas grandes áreas metropolitanas e os trens-balas que representam o deslocamento de passageiros em alta velocidade. É muito oportuno, portanto, a realização dessa Audiência Pública. Eu coloco o assunto à apreciação do Plenário. Os Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a realização da Audiência Pública proposta pelo Senador Valdir Raupp, permaneçam como se encontram. Fica Aprovada. A Mesa tomará as providências necessárias para a realização da Audiência Pública.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, só pediria se fosse possível marcar antes do final de novembro, tendo em vista que essas discussões estão sendo aceleradas em função da copa de 2014. É o que—

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não. A secretaria da Mesa tomará essas providências.

Vamos dar início à primeira parte dos nossos trabalhos de hoje que é a audiência para debater o panorama da mineração brasileira. Gostaria de chamar para que tomem assento à Mesa os nossos convidados: o Sr. Paulo Camilo Vargas Pena, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; o Dr. José Otávio Carvalho, vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento; e o Sr. Fernando Mendes Valverde, Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil.

O tempo destinado a cada expositor será de 20 minutos. Nós pedimos aos expositores que, na medida do possível, se limitem a esse tempo, uma vez que haverá, em consequência, espaço para que os senadores possam debater a matéria com os expositores.

Após as exposições abriremos a palavra aos Srs. Senadores membros para fazerem as suas perguntas e indagações por ordem de inscrição. Comunico aos

Srs. Senadores que a lista de inscrição já se encontra aberta sobre a Mesa.

Em boa hora foi convocada essa audiência para tratar do setor de mineração. Como eu disse, é um setor da maior importância que carece ainda de um marco regulatório adequado. O setor é dirigido por um departamento, Departamento Nacional de Produção Mineral, e talvez seja o departamento mais antigo dentre aqueles que existiam, que tratavam dos outros setores. Paralelamente nós tínhamos o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que tratava do aproveitamento dos potenciais hidráulicos do Brasil, que foi transformado na ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. Tínhamos o DAC do transporte aéreo, que foi transformado na ANAC; o DNER do setor rodoviário, que foi transformado na Agência Nacional de Transporte Terrestre; e a ANATEL, que foi criada no âmbito das telecomunicações.

O setor de mineração preceituado na Constituição como sendo um setor de monopólio da União, que pode ser concedido ao setor privado, carece ainda de uma legislação mais específica que possa disciplinar a orientação do DNPM, e se possível, criar a “Agência Nacional de Produção Mineral”, que é um projeto ou um programa ou um desejo do executivo, e é importante que o Governo, através do Ministério de Minas e Energia, tome providências nessa direção.

Temos a certeza de que o IBRAM e as associações relacionadas com o setor privado têm interesse no estabelecimento desse marco regulatório, e essa audiência é uma audiência em que esses assuntos começarão a ser discutidos para concretização desses objetivos.

Passo a palavra, inicialmente, ao Dr. Paulo Camilo Vargas Penna, jovem empresário que provém de uma família tradicional do meu Estado de Minas Gerais. Lembro do seu pai, a sua atividade no Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado e o quanto pode trabalhar para o progresso de Minas e do Brasil. Damos a palavra ao Sr. Paulo Camilo Penna para fazer a sua exposição no espaço de tempo de 20 minutos. Com a palavra, Dr. Paulo.

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: Bom-dia. Bom-dia, Senador Eliseu Resende, ilustre conterrâneo, vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores. É uma honra para o instituto poder apresentar questões referentes à atividade mineral brasileira, atividade importante, eu diria, um dos pilares no desenvolvimento nacional. E que começamos agora a sair de um período de forte crise econômica, e que retoma e contribui decisivamente, mais uma vez, para o desenvolvimento do país. As minhas palavras de hoje buscam suscitar um debate acerca da atividade, como

ela está inserido no Brasil, como o Brasil se insere como país mineral no mundo, como o setor mineral foi impactado pela crise, e desafios e perspectivas que setor tem pela frente, que contam efetivamente com a contribuição do Senado Federal para o seu completo desenvolvimento.

Gostaria de começar dizendo breves palavras a respeito do instituto. O instituto tem mais de 30 anos, ele foi criado em 1976. Ele congrega 182 empresas, representa mais de 85% do valor da produção do mineral brasileira. Ele tem sede em Brasília com filiais em Belém do Pará e Minas Gerais, Belo Horizonte. Nós temos planos para abertura de novos escritórios em dois estados importantes, primeiramente em dois estados importantes, que se mostram com destaque na produção mineral: a Bahia e o Estado de Goiás, e, posteriormente, já com a tradição mineral, uma abertura de um outro escritório no Rio Grande do Sul. Vamos lá.

Esse é um quadro que mostra a geografia mineral brasileira. Muito provavelmente nós vamos ter esse quadro alterado num futuro próximo. Hoje nós temos aqui uma produção importante na América Latina de minerais: o cobre, o ferro, o manganês. Nós temos mais de uma centena de produtos minerais sendo produzido na América Latina. Esse quadro é um quadro que mostra a América do Norte, o Canadá, que é um país mineral reconhecido por todos, mas desmistifica também o fato de que os Estados Unidos não seja um país mineral, continua sendo e tem forte investimento nessa área.

Talvez esse aqui seja o último quadro que a gentes veja a África ainda sem... tão desprovida de informações a respeito de... informações geológicas em função de que, até então, a África era um país desconhecido para bens minerais, notadamente o que a gente considera os bens minerais mais pesados. Ela tinha sempre um traço, uma informação importante acerca de diamantes, de ouro, mas hoje os levantamentos geológicos demonstram que a África é um grande concorrente, principalmente os países africanos, é um grande concorrente de presente e de futuro para o Brasil e para os outros países que integram a Sul América.

A China e os outros países como a Austrália é um concorrente importante, significativamente importante principalmente quando levamos em conta a sua proximidade geográfica com o país que hoje mais demandando minério que é a China. Próximo.

Sob a ótica das perspectivas econômicas o mundo se viu com impacto significativo com a crise econômica. Tivemos uma redução de estoque o que evidenciou uma vaga nas compras do setor mineral, mas já vemos uma reação importante, como a China, que tinha

uma previsão de crescimento para 2009, uma previsão governamental para 2009 de 8%, através de um esforço significativo, um investimento de 500 bilhões de dólares, para dois anos, já crescendo quase 9%, já crescendo quase 9%, a possibilidade da crescermos... da China crescer acima de 9%. Isso é muito importante porque ele é o nosso principal parceiro. Hoje, mais do que nosso principal parceiro mineral, ele é o país mais importante no cenário da mineração mundial.

O Brasil, com investimentos na área de infraestrutura, redução de um ou outro imposto, alongamento desses pagamentos, redução da taxa de juros, também começa a se recuperar, principalmente, no cenário da mineração, do forte impacto que a crise trouxe para o setor mineral. Vamos lá.

Bom, o que nós vamos ter pela frente, muito provavelmente é uma redução, um ajuste nos níveis de demanda. Muito provavelmente nós não iremos repetir num curto espaço de tempo a demanda por minérios que tivemos em 2006, 2007. De uma maneira otimista, a gente acredita que a partir de 2011 podemos retomar o volume de exportações – e eu falo aqui, nesse momento, no mercado doméstico e internacional de minerais, principalmente no mercado internacional porque nós vamos ter aqui uma apresentação de outros setores que vão poder contemplar o mercado doméstico de maneira mais incisiva. Mas voltando a apresentação, dizendo que, efetivamente, nós vamos ter um ajuste nos níveis de demanda, um reequilíbrio, com a redução do estoque, um reequilíbrio nas vendas, e o Brasil partir de junho, ele retomou um crescimento sustentável nos seus níveis de exportação de minérios. Próximo.

Esse é um trabalho que é feito pela Goldman Sachs demonstrando claramente que os mercados emergentes ainda constituem a locomotiva do crescimento sob o ponto de vista de crescimento, não sob o ponto de vista de compras, mas com um decréscimo significativo do PIB do resto do mundo até 2009, e com uma expectativa de crescimento significativo do resto do mundo, o que vai contribuir decisivamente com as vendas do setor mineral brasileiro. Vamos lá.

Ainda sob o aspecto da perspectiva econômica, o mundo, o ano passado, se dividiu entre rural e urbano. Pela primeira vez na história a população urbana se dividiu com a população rural. E esse é um aspecto absolutamente fundamental para quem produz minérios, na medida em que equipamentos urbanos são fundamentais, demandadores, quer dizer, compradores de minérios, e desta maneira a perspectiva do crescimento de exportação é sempre algo bastante palpável.

Importante dizer que sob o ponto de vista da China, eles têm um programa de urbanização nos próximos 20 anos de 800 milhões de chineses. Nós estamos

falando de quatro Brasis em 20 anos saindo do meio rural para o meio urbano, o que vai significar ainda uma demanda crescente e significativa por minérios, para construção de estradas, infraestrutura, toda sorte de infraestrutura, saneamento, escolas, quer dizer, equipamentos urbanos que sejam essenciais à vida moderna e à vida nos centros urbanos. Vamos lá.

E esse quadro mostra claramente a força que a China tem no mercado de *commodities* minerais. Ele é o país que mais compra ferro no mundo, ele é o maior produtor de ferro no mundo, mas não coloca uma grama no mercado internacional. Ele é o primeiro comprador de ferro, ele é o primeiro em carvão, ele é o primeiro em aço, ele é o primeiro em alumínio, é o primeiro em cobre, é o primeiro em níquel, e é o segundo, ele é o segundo aos Estados Unidos no consumo de óleo.

E esse é um quadro ilustrativo do impacto que a crise trouxe para o setor mineral. Os senhores veem aqui uma curva ascendente até 2008 e um queda vertiginosa, principalmente a partir de julho de 2008, no mercado de *commodities*, e uma recuperação em todas as *commodities*, com a exceção do ferro, o ferro não é considerado uma *commodity*. O ferro é um produto da medida em que a compra se dá em contratos de longo prazo, e houve uma redução média de cerca de 40% no preço do ferro, no último ano, nas negociações anais, neste último ano. Mas os senhores podem verificar um crescimento, uma reação dos preços das *commodities* em todos os principais minérios.

Vale uma observação inclusive acerca do ouro, que mesmo sendo um artigo financeiro muito buscado em épocas de crise, nós tivemos a maior queda em outubro de 16% no preço do ouro, a maior queda em quase 30 anos no preço do ouro. Isso demonstra claramente essa severidade que a crise recente nos trouxe. Próximo.

Esse é um quadro extremamente interessante que contempla os BRICs, à exceção da Índia e mais os Estados Unidos, mostrando que países com área superior a cinco milhões de quilômetros quadrados, população a 150 milhões de habitantes, e com um PIB superior a um trilhão de dólares, apenas quatro países – a Rússia, os Estados Unidos, o Brasil e a China – contemplam esses quatro predicados. A Índia, que seria o BRIC ausente dessa intercessão completa desses três círculos, ela tem um PIB superior a um trilhão, uma população superior a 150 milhões – nós estamos falando de mais de um bilhão de habitantes –, mas que tem um área inferior a cinco milhões de quilômetros quadrados. Demonstra claramente a pujança e as possibilidades, inclusive como países com forte lastro dentro da produção mineral, e com um mercado consumidor já maduro, e que começa a avançar a

importância que esses países têm, hoje, no presente e terão no futuro. Próximo.

Esse é um trabalho também da Goldmam Sachs mostrando a realidade mundial. Hoje os cinco países as maiores economias – Estados Unidos, Japão, Alemanha China e Reino Unido –, e uma perspectiva nos próximos 40 anos, mostrando claramente a inserção dos BRICs dentro dessas maiores economias mundiais.

Esse é um quadro que mostra também o setor mineral em relação ao mercado internacional e as suas importações e exportações. Quer dizer, o Brasil é um *global player*, é um protagonista no nióbio, ele é o maior produtor de nióbio do mundo; é o segundo em ferro, na verdade ele é o maior exportador, mas é o segundo maior produtor; é o segundo em manganês, em tantalita, em grafita, em bauxita, rochas ornamentais – nós estamos falando de mármore e granitos; ele é exportador, um importante exportador em níquel, magnésio – é essa lista que os senhores estão vendo. Ele é autossuficiente na área de calcário, diamante, titânio, ouro, tungstênio. É um importador, e é produtor ao mesmo tempo, de fosfato, [ininteligível], cobre e zinco, e tem uma dependência externa significativa no carvão metalúrgico; no potássio, que é um assunto que eu gostaria de colocar um pouco à frente; enxofre e terras raras.

Essa é uma demonstração da evolução do setor mineral a partir do “boom” da mineração. Nós saímos de oito bilhões de dólares aqui, a informação não está no quadro, mas são oito bilhões de dólares em 2000 para 28 bilhões de dólares em 2008, uma evolução de mais de 250%, mostrando que a mineração ainda que seja uma atividade cíclica, que tem períodos de grande exuberância, ela se concentrou nesse período entre 2000/2008. É sempre bom lembrar que essa atividade conheceu o desenvolvimento significativo antes desse período de “boom”, nos anos 70, e nos anos JK, na Guerra da Coreia, Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, ano JK, e na Primeira Guerra Mundial. Então há sempre um terreno grande, significativo entre esse período de grande exuberância das *commodities* minerais, cerca de 20 anos... E a mineração tem que entendido assim: como uma atividade econômica que tem seu crescimento em ciclos, e ela não deve ser avaliada, então, como uma atividade produtiva com um crescimento constante.

O minério de ferro que detém 2/3 das nossas exportações, por exemplo, entre o período de 80 a 2000, ele teve um período decréscimo real de 2% do seu preço; e entre 90 e 2000, de 7%. Isso mostra claramente de que esse ciclo se dá... E quando nos períodos de vaga, nos períodos de baixa, essa redução de preço é sempre muito significativa.

Então é muito importante o preparo do Brasil – vamos passar para a próxima – para esses períodos de grande exuberância no setor mineral. A atividade se articula com setores é um insumo, é a base do crescimento, uma das bases do crescimento nacional, é um insumo absolutamente fundamental para o crescimento do país, e ela se articula com setores com forte capacidade da geração de impostos, de empreendedorismo e geração de mão de obra. Então a atividade mineral brasileira, ela para cada emprego que ela gera, ela gera em média 13 outros ao longo das diversas cadeias produtivas: sempre dois na infraestrutura e 11 ao longo daí a frente. Ou seja, hoje nós temos 161 empregos gerados diretamente no setor mineral, apenas na área da extrativista, sem contarmos com a primeira transformação; contando com a primeira transformação nós chegamos a dois milhões de emprego diretos. Vamos lá.

Esse é um quadro também que mostra as exportações do setor, a importância da mineração no saldo da balança comercial brasileira. Em 2006 o setor representou 14% do saldo da balança comercial brasileira, com 6,5 bilhões de dólares de saldo; e em 2007 a mineração respondeu por 25% do saldo da balança comercial brasileira, 10 bilhões de dólares; e em 2008 o setor respondeu por 52% do saldo da balança comercial, de um total de 22 bilhões e 800 milhões de dólares, o setor respondeu com mais de 13 milhões do saldo da balança. Demonstra claramente a geração de caixa de receita que a mineração trouxe para o Brasil nesse período. Vamos lá.

E esse é um quadro geral da balança comercial mineral, mostrando, então, novamente esse, como eu já disse, essa exportação de minério de ferro, que responde realmente por 2/3 da nossa receita. Outros produtos absolutamente fundamentais: o nióbio, o ouro, minério de manganês, cobre, silício, bauxita, chumbo, estanho, zinco e outros. E a nossa dependência, e eu chamaria a atenção para alguns produtos, e também novamente eu vou voltar a falar no assunto, a questão do potássio que é fundamental para a agricultura, e que contribui com essa sangria já imediata em dois, apenas o potássio com mais quase quatro bilhões de dólares na balança comercial. Ou seja, o Brasil, em 2007, a balança comercial brasileira respondeu com mais de dez bilhões de dólares de saldo, e, em 2008, com mais de 13 bilhões de dólares, repetindo 52% do saldo da balança comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: O Brasil importa, senador, 91% das suas necessidades de potássio. Mais à frente eu vou colocar, eu acho que é um

assunto que merece uma atenção do Senado Federal, o assunto da questão fertilizante, é uma questão estratégica que merece a atenção dos senhores.

Eu vou acelerar um pouco. Esses aqui são os investimentos. O IBRAM começou a fazer as suas projeções do crescimento, sempre com base em cinco anos: janeiro de 2007, já nas nossas projeções de 2007/2011 eram de 25 bilhões de dólares; no mesmo ano nós refizemos, fomos para 28 bilhões de dólares; no mesmo ano nós fizemos uma terceira projeção apontando que, para um período de cinco anos, nós saímos de 25 para 32 milhões de dólares.

E eu gostaria de chamar atenção para esse número, 28 bilhões de dólares, porque ele se deu exatamente no problema, na crise do *subprime* americano. Então o Brasil desconheceu essa crise do subprimer americano com 28 bilhões de dólares, e chegamos a 57 bilhões de dólares de investimento, sempre tomando por base cinco anos. Infelizmente, com a crise nós tivemos uma queda significativa de 20% nos investimentos. Ele se deu por três razões: não houve reposição de estoques dos projetos, os projetos foram maturando, ou efetivamente eles foram alongados ou cancelados.

Nós já temos informações, de um próximo levantamento que faremos entre dezembro e janeiro, de que esse número será maior a partir de dezembro a janeiro. Nós já temos informações de recuperações inclusive de projetos que haviam sido suspensos com a retomada desses projetos, e teremos então um forte crescimento. É bom lembrar, sempre, que esse é o setor, a atividade econômica que mais investe no Brasil, esses investimentos são exclusivamente destinados ao país.

E essa aqui é a disposição desses investimentos em dez principais produtos. Quer dizer, no período da crise com 57 bilhões de dólares, repetindo os 2/3 do minério de ferro, que nós temos realmente o minério de ferro a principal atividade mineral brasileira, não a mais importante, a gente atribui às outras também importante estratégica, mas também outros minerais importantes que conheceu algum decréscimo.

Nesse momento aqui algumas empresas estrategicamente rearranjaram seus investimentos, apostando estrategicamente em um ou outro minério. No caso do ouro, em que houve uma redução, na verdade, o que houve aqui foi a maturação de um projeto de cerca de 500 milhões de dólares, um projeto próximo a Paracatu, de 500 milhões de dólares, então que reduziu esses investimentos, para esse período até 2003, para 900 milhões de dólares, um bilhão de dólares, que é muito importante. Vamos para o próximo?

E esse é um quadro que eu acho que sintetiza esses investimentos, que a gente sai de um número meio real, os números são tão grandiosos que não nos dão a capacidade da imaginá-los, mas aqui é fácil comprovar o que é que significa esse investimento 47 bilhões de dólares na produção mineral brasileira. Ou seja, nós estamos falando que esse investimento vai nos levar de 340 milhões de toneladas, nós teremos um acréscimo de 230, e iremos para 570 milhões toneladas, 1,7 vez a nossa produção atual. E por aí vai. Nós, com esse investimento de 47 bilhões de dólares, que a gente já havia superado, nós vamos ter uma aceleração absolutamente significativa na produção. Esses acréscimos são absolutamente significativos. Novamente o fosfato também com um papel fundamental dentro dos fertilizantes, não é, um investimento significativo e que levará a uma produção ainda mais importante para o Brasil. Vamos lá?

Esse é um quadro que mostra que temos um caminho ainda muito, muito, muito longo pela frente. O nosso consumo de quilo por habitante de produtos – como o cimento, o aço, o cobre, o alumínio – nos levam a uma comparação com os Estados Unidos há cem anos atrás. Nós estamos falando que o Brasil hoje tem um consumo muito parecido com o que era consumido com os Estados Unidos há cem anos. Mas mais do que isso, na média mundial nós também estamos muito atrás. Há uma clara necessidade do investimento em infraestrutura do Brasil como plataforma desenvolvimento, e nesse contexto esses números não mentem de maneira nenhuma. Vamos lá.

Esse é um assunto fundamental, e o Brasil, em que pese haver uma política de governo na investigação e na pesquisa mineral, o Brasil ainda precisa se aplicar muito mais. Quer dizer, do total hoje investido em pesquisa mineral, o Brasil, com as dimensões que tem, investe 3% desse total. Países com a dimensão extremamente diminuta ou muito menor que o Brasil, um país como Peru, que tem menos de 10% do território nacional, investe 5%; o México, 7%; os Estados Unidos, 7%; o Canadá, 19%; a Austrália, nosso competidor, 14%. Então nos preocupa, ainda que há seis anos atrás o Brasil estivesse investindo pouco mais de 85 milhões de dólares, e houve, sim, um incremento nessa investigação e nessa pesquisa, há uma necessidade de acelerarmos esse processo de investigação geológica no Brasil. Vamos lá?

Isso também é uma demonstração dessa queda, o efeito da crise sobre investigação geológica. Vamos para o próximo.

E os principais depósitos minerais, isso aí... O quadro, eu está um pouco fora, ele não está mostrando exatamente a nossa pretensão, mas é mostrando

que isso foi antes de 1967: os principais depósitos minerais. Para o próximo.

E isso aqui é o efeito do código mineral de 1967, onde houve uma aceleração significativa das descobertas, ou seja, esse código, esse marco legal foi absolutamente determinante para que o Brasil... esse foi um dos fatores mais importante, o código, determinante para que o Brasil acelerasse o seu conhecimento geológico e estabelecesse novos projetos de mineração. Vamos lá?

E esse aí é o Brasil de 1988 até agora, em que se resume a poucos projetos, importantes projetos, como esses basicamente da VALE DO RIO DOCE em termos de cobre, onde o Brasil é dependente de níquel, dois projetos de níquel, mas essas são as reservas minerais descobertas pós 88, que os senhores podem graficamente comparar, são irrisórias perto da realidade de 20, 30 anos atrás. Ou seja, 90, mais de 90% da atividade mineral brasileira se baseia em descobertas de 30 anos atrás. Vamos lá?

Esse aí é um quadro que mostra como é que está distribuída a mineração. Nós temos predominantemente mais de 73% da mineração baseada em pequenas empresas; 22%, 1/5 em média; e apenas 5% delas em grandes empresas.

E a questão de fertilizantes, que eu gostaria de colocar, é uma questão fundamental, uma questão que nos preocupa bastante. O Brasil é o quarto produtor, quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, e contribui apenas com 2% da produção mundial.

Mas – vamos lá? – o importante, Senador Dornelles, é essa questão que é realmente preocupante. Basicamente nós fazemos... o fertilizante se dá a partir de nitrogênio, fósforo e potássio. O Brasil hoje importa 75% do seu nitrogênio, importa 51% do seu fósforo, e importa 91% do potássio. O Brasil é o maior comprador do potássio do mundo. E o assunto começa a se explicar a partir dessa informação. Em que pese o Brasil ser o maior importador do potássio do mundo, o Brasil tem a maior carga tributária de potássio do mundo. E eu vou adiantar, nós não temos – o *slide* é o seguinte –, o Brasil é o segundo país que mais tributa fosfato no mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: Isso. Então, eu não conheço uma fórmula mais eficiente para inibir o nascimento ou a criação de uma indústria de fertilizante vigorosa do que esse quadro tributário que a gente dispõe no mundo hoje.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está tendo muito entrada de potássio aqui com subsídios, práticas desleais de comércio—

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: Não, não, eu diria que não. É a absoluta necessidade que temos para que a gente efetivamente participe um pouco da produção. Um quadro à frente vai mostrar para o senhor, senador--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A entrada de... produtores nacionais reclamam muito da entrada do potássio da China com práticas de comércio.

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: O problema é que a gente não dispõe, hoje nós nosso dispomos de reservas minerais identificadas para que a gente possa efetivamente fazer a exploração e termos um produto interno. O que a gente considera hoje importante é que se você não tem uma política tributária adequada, você inibe a capacidade do investidor, do minerador em investir na descoberta de potássio.

Eu vou fechar agora, senador. Então, esse aqui mostrando também essa situação que é dramática, e que o preço do potássio, ele saiu de 351 dólares a tonelada em 2008 para 783 dólares a tonelada. Isso é uma realidade mundial, senador. Então, o que precisamos efetivamente é fazer uma investigação geológica, um programa de governo que coordene a agência de fomento, como o BNDES, o Ministério da Agricultura, a Casa Civil, a Receita Federal, o Ministério da Fazenda para traçar uma política de governo que promova a produção de fertilizantes no Brasil.

O último quadro. Rapidamente mostra que é que significa isso. O Brasil, o quadro de minério de ferro mostra que o minério de ferro contribuiu com 16 bilhões de dólares de excedente para o Brasil. Apenas os três insumos – cloreto de potássio, enxofre e fosfato –, ele sangra o Brasil em cinco bilhões e 200 milhões de dólares. E se considerarmos o produto acabado e importado, senador, nós estamos falando em 8,5 bilhões de dólares que Brasil compra em fertilizantes. A gente cancela 50%, a gente anula 50% do que nós exportamos em minério de ferro apenas com a conta fertilizante. Nós nosso podemos conviver com uma situação como essa. Vamos lá?

Finalizando. Terra indígena. Precisamos regulamentar isso rapidamente. Nós temos 110 milhões de hectares em terras indígenas. Nós aguardamos a regulamentação para que haja a atividade mineral, e que está em curso tanto na Câmara e no Senado projetos nessa direção, mas nós estamos falando em 1988 até hoje sem regulamentar. Vamos lá.

A plataforma continental brasileira, a Amazônia Azul, 40% do território brasileiro está nessa área. A Marinha tem um grande programa de identificação de minérios, e o IBRAM tem contribuído com esse projeto. Já foram identificados minérios importantes, importân-

cia estratégica e uma política mundial hoje em relação à exploração no mar.

E a questão do monopólio do urânio, que a gente considera extemporânea... Todo mundo hoje... é o grande minério procurado pelo mundo todo pelo efeito positivo que ele traz na produção mineral, porque ele não contribuiu com as mudanças climáticas, com o aquecimento global. O Brasil hoje tem a sétima reserva de 310 mil toneladas com... A gente acredita que com um esforço do governo, nós teríamos, passaríamos tranquilamente a terceiro lugar nessa reserva, gerando a possibilidade de tecnologia e treinamento de pessoal para dominarmos todo o ciclo da energia a partir do urânio. Companhias como, por exemplo, a Vale, hoje já faz a exploração do urânio na Austrália. Então... o setor gostaria que houvesse com o urânio o que aconteceu com a petróleo-gás, a flexibilização na exploração desse monopólio.

Então basicamente é isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Paulo Camilo. A sua exposição foi brilhante e nos dá um ideia da riqueza nacional em matéria de recursos minerais. Foi importante a sua colocação, o Brasil se orgulha de ter as maiores reservas de riquezas do subsolo, com uma diversidade importante. A sua colocação a respeito da questão do urânio é válida, na Constituição é o único bem explorável da União que está sem possibilidade de diversificar em atividades do setor privado, e é importante que esse assunto seja examinado, e a legislação que define o marco regulatório do setor mineral é importante para abordar esses temas aqui esclarecidos por V. Exa..

O segundo expositor é o Dr. José Otávio Carvalho, vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

Tem a palavra o Dr. José Otávio.

SR. JOSÉ OTÁVIO CARVALHO: Bom-dia, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores. Muito obrigado pela oportunidade de poder expor alguns problemas específicos do setor. E eu gostaria de fazer uma apresentação sobre o produto e a indústria com uma peculiaridade bastante oportuna, porque cimento não só está diretamente ligado à atividade de mineração – sua matéria-prima básica é o calcário –, mas, sobretudo, porque é um produto que é altamente dependente de infraestrutura para seu escoamento. Por favor.

O cimento é a base do concreto. O concreto é tido como o material mais consumido no mundo depois da água. É uma *commodity*, é um produto homogêneo, com variedade limitada de tipos, e imprescindível, do início ao fim, em qualquer tipo de construção. É um produto perecível, que requer condições especiais de

estocagem por prazo limitado, seja nas fábricas, depósito, na revenda ou nas obras. É bastante sensível à questão logística. É uma atividade fluxo contínuo em que inclui todo o processo de produção, distribuição e consumo. O cimento praticamente não é estocado nem na fábrica, ou seja, a produção tem que atender a velocidade da demanda: se o consumo cresce, toda a cadeia relacionada precisa ser imediatamente ampliada. É um produto que tem uma baixa relação preço/peso, e, conseqüentemente, o frete impacta de uma maneira significativa o seu preço final.

Uma produção de uma tonelada de cimento consome, além do calcário, até uma tonelada de outras matérias-primas e insumos que vêm de fora da fábrica, ou seja, que utilizam algum meio de transporte para chegar na fábrica, como o gesso, a escória de alto-forno, as cinzas pozolânicas, os combustíveis, lubrificantes, material de manutenção, reparo, sacaria, etc.

Para produção de uma tonelada de *clinker*, que é o produto intermediário básico do cimento, é necessário 1,4 toneladas de calcário, 200 quilos de argila, 100 kg de areia e 30 kg do minério de ferro. Esse *clinker*, depois ele é moído junto com outras adições, como, por exemplo, o gesso, obrigatoriamente, e, dependendo do tipo do cimento, segundo as normas brasileiras, ele pode levar, por exemplo, de 35 a 70% de escória de alto-forno, ou de 15 a 50% de cinzas pozolânicas.

Uma fábrica padrão de cimento, com uma capacidade da produção de um milhão de toneladas por ano, para dar a ideia da intensividade, quão intensiva é um investimento no setor de cimento, consome aproximadamente 1,4 milhão de toneladas de calcário por ano; tem um custo de capital de implantação de cerca de 280 milhões de dólares; consome de energia elétrica, é um setor eletrointensivo, é um dos cinco setores basicamente eletrointensivo, 100GW de energia por ano, que equivale um consumo anual de uma cidade de 200 mil habitantes; em termos de combustível, o equivalente a 65 mil toneladas de petróleo, que equivale em energia elétrica 10% do consumo residencial anual de Minas Gerais; altamente dependente de logística, somente para tirar o cimento da fábrica são necessários praticamente 300 viagens em média por dia; o raio de distribuição do produto atinge em média de 300 a 500 km na Região Sudeste, e chega a mais de mil quilômetros na Região Norte e Nordeste; o modal predominante de escoamento é o modal rodoviário, que representa 95% das vendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não deveria ser.

SR. JOSÉ OTÁVIO CARVALHO: Não deveria ser, e eu vou demonstrar isso um pouco mais adiante.

Diariamente acima de 10 mil caminhões carregados de cimento circulam pelo Brasil somente para

retirar o cimento das fábricas e entregá-los, fora a distribuição que se faz em pequenas quantidades.

Em função das dimensões continentais e da estrutura de transporte precária do país, para se atingir todos os mercados, 2/3 do cimento é distribuído através da cadeia que nós chamamos de revenda, revenda não necessariamente de balcão, revenda são agentes de comercialização, distribuidores, atacadistas, etc., que fazem chegar o cimento às mais remotas localidades.

Devidos às deficiências dos modais de transporte, praticamente mais de 70% do cimento é comercializado em sacos, situação absolutamente diferente da quase totalidade dos países desenvolvidos.

Para se ter um ideia a evolução de 89 até os dias de hoje, a rodovia representava praticamente 86% do transporte de cimento. Hoje – por favor – 95%, ou seja, houve uma participação de modais hidroviários, no Norte principalmente, de pequena expressão, mas o produto é altamente dependendo do transporte rodoviário.

Só para ter uma ideia de como isso funciona em outros países, eu trouxe aqui dois exemplos. No Japão, por exemplo, a hidrovia representa 67% do escoamento; nos Estados Unidos a rodovia é apenas 20% do escoamento.

As deficiências históricas. A nossa ausência de hidrovias, com exceção do Norte; o sistema portuário ineficiente, que dificulta a importação de insumos, a exportação do produto final e, principalmente, a cabotagem, que poderia, vamos dizer, ajudar bastante nessa logística de distribuição de cimento; as estradas em mau estado de conservação, e até mesmo sem pavimentação, dificultam muito o transporte; e falta de ferrovias, sendo que as existentes são deficientes.

Um quadro comparativo entre os diversos modais que ilustra bem a diferença – por favor, o seguinte –, de acordo com força de tração, quantidade transportada e – por favor – economia de combustível.

A energia elétrica, como disse, é um item de bastante... de alta intensividade na indústria de cimento, que consome atualmente cerca de 5.000GW/ano, e com a projeção de crescimento da demanda são necessários mais mil a dois mil gigawatts nos próximos três anos, com uma despesa favorável do regime de chuvas, exigência ambientais a retardar licença de obras – e eu estou tratando especificamente na caso das hidrovias.

Para se ter uma ideia da posição relativa do Brasil em termos de consumo *per capita* de energia elétrica, nós temos esse estudo da Agência Internacional de Energia, o Brasil está como uma posição de consumo per capita bem baixo inclusive do Chile, vamos dizer,

uma situação bastante... Isso aqui é interessante porque nós vamos ver em relação ao consumo de cimento, é mais ou menos uma situação mais ou menos equivalente. Por favor.

A demanda de cimento, a projeção de demanda de cimento se faz através de análises macrométricas a partir da construção de cenários econômicos. Cimento não tem indicador antecedente praticamente, e, por outro lado, é um fortíssimo indicador de atividade não só da área de construção, como na área econômica de um modo geral. Então para desenvolver as projeções de demanda de cimento, é necessária a construção de cenários para a economia, e eu estou dando simplesmente aqui... As premissas foram aceitas pelos nossos consultores para montar as nossas projeções para os próximos dois anos. Um desempenho segundo semestre melhor do que o primeiro, uma lenta recuperação da indústria retornando aos patamares anteriores à crise, até meados de 2010. Por favor. Um leve crescimento do PIB em 2009; são cenários mais ou menos de consenso hoje pelos economistas; perspectivas favoráveis a partir de 2011, com esse quadro, dando esse quadro para 2010, 2011. Por favor, o seguinte.

Isso aí resulta, esse quadro é bastante interessante, ilustrativo – por favor –, nos leva a uma projeção de demanda em 2010, um crescimento de 6,8%, ou seja, algo em torno de 6, 7%; e 2011 entre 6 e 4%.

Esse quadro é bastante interessante porque ele mostra o cimento contrariamente a outras atividades. Em 2007 e 2008 principalmente, quando o mundo atravessou a crise, o consumo de cimento no Brasil, o Brasil foi um dos poucos países que manteve, quer dizer, não só sustentou, como manteve um crescimento em 2008. O consumo cresceu quase 14% em 2008, enquanto grande parte, na maioria dos outros países, houve quedas, e quedas bastante expressivas. Os Estados Unidos saiu de um nível de consumo de 120 milhões de toneladas para este ano algo em torno de 75 milhões de toneladas. O Brasil com isso passará o ano passado de nono para o quinto lugar entre os consumidores mundiais, e este ano certamente seremos o quarto consumidor mundial de cimento, atrás apenas da China, da Índia, dos Estados Unidos. Volte, por favor.

Mas isso aqui é bastante interessante pelo seguinte: mostra que na que década de 70 o setor experimentou um crescimento de 300%. Nós saímos em 1970 de um consumo ao nível de nove milhões de toneladas para, no final da década de 70, 27 milhões de toneladas, ou seja, houve um crescimento de 300% no consumo no ano, e saltamos de um consumo *per capita* de cimento de 100 kg por habitante/ano para cerca de 240 quilos por habitante/ano no final da dé-

cada de 70. É 240 quilos por habitante/ano é o nível de consumo que temos no Brasil, ou seja, de lá para cá, em termo de consumo por habitante, o país praticamente não evoluiu. Nesse último ano, 2008, 2009 é que teremos um pequeno acréscimo – vamos passar mais ou menos para 270 kg por habitante/ano.

O setor atravessou... e a indústria sofreu demais com um crescimento que se deu após o Plano Real, em que havia uma perspectiva de continuidade nesse crescimento e, no entanto, passamos por uma fase, passamos por uma fase e reflexo de construção civil de estagnação desde praticamente o ano de 2000 até o ano de 2006, quando, apenas em 2006, viemos recuperar o nível de consumo de 1999. A partir daí, então, o país vem experimentando um crescimento, e esse crescimento, no nosso entendimento, está tendo de uma forma bastante sustentável, ele estará exigindo investimentos substanciais da indústria para poder acompanhar esse desenvolvimento do mercado, e diversos projetos foram anunciados desde o ano passado pelos produtores nacionais. Hoje nós temos 12 grupos operando no mercado brasileiro e todos eles apresentaram e estão desenvolvendo projetos de expansão para atender essa forte expectativa de aumento de demanda e de continuidade desse aumento de demanda. O próximo, por favor.

Para se ter uma ideia, a situação do Brasil em relação ao resto do mundo, o Brasil, dados de 2007, 240 kg por habitante/ano, hoje estamos em cerca de 270, mas tem uma posição bastante distanciada. Isso aqui é uma indicação, como colocou o Paulo, nós estamos praticamente no nível da década de 20 nos Estados Unidos, em termos de consumo *per capita* de cimento, sendo que os Estados Unidos não é nem um grande consumidor expressivo de cimento por ter uma engenharia muito voltada ao consumo de aço.

Mas vejam, por exemplo, a China. Mesmo com toda população, que tem, população, inclusive, não totalmente ativa, mas um consumo *per capita* de 1.018 kg por habitante/ano.

Os países que passaram por desenvolvimento recentemente, como na Europa, Portugal, Espanha, também tiveram taxas de consumo *per capita* bastante elevadas. Nós estamos engatinhando nisso aí.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):
[pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ OTÁVIO CARVALHO: Coreia, os países asiáticos tiveram um surto de desenvolvimento bastante forte, e continuam tendo, investimentos em infraestrutura, investimento em habitação, o que leva a esse consumo bastante... continuam tendo. Eu estive coisa de dois, três meses atrás na Coreia e pude constatar isso, quer dizer, continua uma atividade

muito forte na área de construção civil, seja ela em construção habitacional, seja ela em construção de infraestrutura.

O Brasil, como disse, tem um baixo consumo *per capita* em comparação com países desenvolvidos, e muito aquém daqueles que estão passando ou passaram recentemente por processos de desenvolvimento e já construíram a sua infraestrutura.

A deficiente base de infraestrutura exige a implementação de um importante e inadiável programa de investimentos. O país tem um elevado déficit habitacional em torno de 6,3 milhões de domicílios, e necessita dar continuidade e sustentabilidade aos programas nacionais. E o cimento é a base indispensável para a construção de casas, de hospitais, de escolas, de rodovias, ferrovias, saneamento, usinas elétricas, portos, aeroportos, pontes, barragens, etc. Não só é o produto que integra isso, como até para, vamos dizer, atender a essa necessidade, o cimento necessita fortemente de que essa infraestrutura seja feita, não só para escoar, como ter energia elétrica para a sua produção, como ter portos adequados para facilitar o escoamento e tudo mais.

Infraestrutura é um meio fundamental para o crescimento do país, da indústria de cimento. Espera-se uma continuidade de foco do governo na necessidade de investimento em infraestrutura para eliminar os gargalos e fomentar a demanda, uma prioridade nos cronogramas de implantação de novas hidroelétricas e a expansão do consumo de cimento aliada à perspectiva de continuidade já levou as empresas, como eu disse, a anunciar, desde 2007, importantes investimentos nos próximos anos, com ampliação da capacidade produtiva, o que implica em forte pressão para a expansão da infraestrutura e as garantias para viabilizar esses investimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. José Otávio, foi importante a sua exposição relativa à indústria do cimento. Muita coisa tem de ser feita pelo Governo no planejamento do transporte intermodal, particularmente na utilização das ferrovias, sabendo o que cimento é uma carga nitidamente ferroviária. Foi importante a sua exposição.

Com a palavra o Sr. Fernando Mendes Valverde, é o Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados.

SR. FERNANDO MENDES VALVERDE: Exmo. Sr. Eliseu Resende, vice-Presidente Comissão de Infraestrutura do Senado. Eu gostaria, Srs. Senadores, eu gostaria inicialmente de agradecer o gentil convite dessa Casa para participar dessa discussão. Eu gostaria também de registrar que a ANEPAC é uma entidade

que congrega sindicatos e associações de produtores de areia e pedra britada para o país, representando um universo de duas mil, de cerca de 2.500 empresas. Por favor, próximo.

Para efeito de apresentação do setor, eu vou fazer uma rápida apresentação: o que são os agregados; o uso deles; a cadeia produtiva de agregados na construção civil; o tamanho do negócio agregados no Brasil em termos de estrutura da mineração, faturamentos, etc.; a contribuição do setor para a sociedade; um diagnóstico de problemas e tendências do setor; e algumas recomendações da ANEPAC, propostas da entidade. O próximo.

Rapidamente, não vou entrar no detalhe da definição técnica acima, mas agregados são produtos minerais, como areia, saibro, cascalho, roxa britada e mais recentemente reciclados, como escória de alto-forno, pneus, resíduos inertes à construção civil que, ou se misturam com cimento para formar o concreto usinado, o concreto virado na obra e pré-fabricados ou se misturaram com asfalto para produzir o concreto asfáltico, utilizado em pavimentos. Uma pequena quantidade é utilizada *in natura*, como gabiões, laços ferroviários, enrocamentos, pisos e revestimento e até na agricultura. O próximo.

É importante colocar logo no início dessa nossa palestra que a maioria das pessoas quando ouvem falar em mineração, logo associa atividade à montanhas de minério de ferro de Minas Gerais, ou do Pará, ou então a extração de grandes e reluzentes diamantes ou pedras preciosas, o garimpo – o próximo –, e muitos esquecem que um porto de areia ou um simples pedreira são partes integrantes da cadeia da mineração. E a mineração de agregados, ela é fortemente vinculada ao progresso social e econômico, ou seja, do conforto, porque esses produtos são diretamente utilizados em obras de infraestrutura, habitação, ou seja, nos itens que qualificam a melhoria de qualidade da vida da população. O próximo. Próximo.

Para mostrar a importância deles, da produção de agregados, do uso de agregados, numa autoconstrução de 35m² consome-se 21 toneladas de agregados; numa habitação popular de 50m², 68 toneladas – eu já vou mais lá bem mais para baixo; numa estrada pavimentada – volta – um quilômetro consome 9.800 toneladas de agregado; e até o metrô, que para cada quilômetro consome 50 mil toneladas, considerando, inclusive, as obras de arte. Próximo.

A cadeia produtiva do setor de mineração de agregados, a areia e a brita, são produzidos, e a finalidade como para edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais e para infraestrutura, os agregados se misturam, entram numa mistura de cimento

nas concreteiras, nas fábricas de pré-fabricados, argamassas, construtoras e revendedores, e também no asfalto, ou seja, 85% da produção de agregados no país se misturam ao cimento. Quer dizer, o cimento consome, se mistura 100% do cimento produzido. O cimento não vive sem areia, pedra britada, e 15% se mistura com asfalto. O próximo.

Em termos de estrutura da mineração foram produzidos em 2008, o ano passado, no país, 465 milhões de toneladas de areia e pedra britada, sendo 279 de areia e 186 milhões de toneladas de brita, 465 milhões de toneladas é bem maior do que a nossa produção de minério de ferro, que é o principal, que é o carro-chefe da mineração brasileira.

Em termos de consumo *per capita*, nós estamos consumindo cerca de 2,4 toneladas por habitante – muito pequeno. Temos praticamente 2.500 empresas produtoras de areia, 600 de brita, e são em torno de três mil produtores de areia e pedra britada no país. Eu vou pular essa questão do tamanho das unidades.

Nós geramos cerca de 65 mil empregos direto e o tamanho do negócio agregados no Brasil em 2008, em termos de valor bruto, foi da ordem de 10,3 bilhões de reais. Próximo.

Em termos de consumo energia elétrica e logística, também em 2008, nós consumimos 632 milhões de kWh. O custo da energia elétrica foi gasto 121 milhões; a distância média de transporte de areia no máximo 60 km e brita 40 km, quer dizer, a logística é extremamente importante como no cimento também para o nosso setor; foram realizadas 21 milhões de viagens para distribuição de areia e pedra britada no país. E esse gasto para essa distribuição foi da ordem de 5,21 bilhões de reais. O próximo.

E esse quadro mostra a importância relativa da produção de agregados no Brasil, comparativamente com outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, em 2007, consumiu 2 bilhões e 790 milhões de toneladas de agregados; a União Europeia, 3 bilhões e 100 milhões; e nós, 423 milhões. Quer dizer, em termos de renda *per capita* cada americano, desde o nascer até o morrer, requer cerca de 10 toneladas anual de areia e pedra britada; a União Europeia 7,6; e o nosso índice é extremamente baixo, muito baixo mesmo, em torno de 2,2 toneladas por habitante. Isso se comparar com os países desenvolvidos, mostra que existe uma enorme demanda reprimida de areia e pedra britada exatamente para atender as obras de infraestrutura, habitação, onde esses produtos são fundamentais.

A segmentação do mercado, não vou discriminar a porcentagem para cada uma, mas vão para concreteiras, construtoras, indústrias de pré-fabricados, revendedoras, pavimentadoras, órgãos públicos e argamassa,

no caso da areia, que 35% da produção de areia se destina à fabricação da argamassa. O próximo.

Em termos de produção, consumo por estado, esse dado foi feito com base em informações da ANEPAC, do DNPM, e feito aplicado coeficiente também relativamente ao consumo aparente de cimento. Os Estados do Sul estão consumindo em torno de 26 milhões de toneladas/ano; São Paulo, a Região Sudeste, São Paulo lidera com 144 milhões, representa 30% do consumo nacional de areia e pedra britada; depois vem Minas Gerais com 13; Rio de Janeiro com 8,2. O próximo.

Nos Estados do Nordeste, a Bahia lidera com 13 milhões de tonelada/ano; Pernambuco e Ceará também dentro do Nordeste são significativos. O próximo.

No Norte, nós temos o Pará com 12 milhões de tonelada/ano. Próximo.

Esse dado mostra uma visão mundial da demanda mundial de agregados, isso mostra que a Ásia, por exemplo, em 2006, consumiu 11 bilhões e 300 milhões de toneladas de agregado; a China participa com quase a metade, em termos de 4 bilhões e 500 milhões de toneladas; os Estados Unidos, como eu citei, em torno de 2 bilhões e 700 milhões de toneladas; a Europa 3 bilhões de tonelada; a Rússia 650; e o Brasil com 390 milhões de tonelada, em 2006. O próximo.

Esse gráfico mostra a evolução da demanda e projeções de agregados no país. De 1997 até o ano de 2000 nós tivemos um decréscimo de agregados. A partir de 2000 até 2005, 2004 começou uma curva ascendente. Nós tivemos um consumo bastante significativo de 2007 para 2008, em torno de 19%. E as perspectivas até 2015 são de incremento desse consumo em vista do PAC, do Programa Minha Casa, Minha Vida, mudança... anos eleitorais, Copa do Mundo e as Olimpíadas, que vão requerer grandes investimentos de infraestrutura, onde areia e pedra britada são produtos fundamentais para atender a essa demanda. O próximo.

Então nós tivemos, em 2008, nós atingimos 465 milhões de toneladas, 19% em relação a 2007; 2009 nós estamos prevendo um crescimento de 2%; 2010, 4%, considerando essas condições de ano eleitoral, obra de infraestrutura e habitação; 2011, crescimento de 3%, com o novo Governo; 2012 a 2014, um crescimento entre 4 a 4,5, com Copa do Mundo, Olimpíadas, etc.; e em 2015, um crescimento de 3%. Quer dizer, de 2009 a 2015, nós estamos prevendo um crescimento acumulado da ordem de 27%. O próximo.

Bom, em termos de contribuição do setor [ininteligível] os agregados são produtos minerais de maior participação em volume e peso, em obras de edificação e construção, de mais baixo custo na composição dos

gastos em construção civil. Não conheço outro produto industrial cuja tonelada custa de R\$ 8,00 a R\$ 10,00, como é o caso da areia. De relativa abundância, digo relativa abundância, porém, de fácil esterilização, pelo fato desses produtos estarem localizados exatamente no entorno ou dentro dos grandes centros urbanos, ou seja, no ambiente mais adverso possível, onde sofre toda série de injunções, sejam políticas, sejam ambientais, sejam dos próprios vizinhos, da comunidade. Volta.

Uma vez extraídos, as áreas... Eu gostaria de reafirmar porque essas áreas que são feitas nos entornos (sic), elas podem ser recuperadas e destinados a outras funções econômicas e sociais, como nós vamos mostrar na frente, e são itens fundamentais para a melhoria da qualidade da vida da população. O próximo.

Eu mostro aqui já uma foto bastante antiga... é o Parque do Costa na região metropolitana de Curitiba, nas nascentes do Rio Iguaçu. Próximo.

A área foi recuperada, hoje é uma área exemplo, um modelo de recuperação de área de agregados. O próximo. A raia olímpica da cidade universitária foi... antigos postos de areia que abasteceram a construção da cidade universitária e o bairro que circunda. O próximo.

A Ópera de Arme foi uma antiga pedreira na região metropolitana de Curitiba. O próximo. E eu mostro uma evolução rápida: como nasce uma pedreira. Normalmente ela nasce na periferia da cidade, não há problema ambiental nenhum, não há problema de urbanização. O próximo. E assim ela morre, ou seja, não há planejamento para essa atividade do país, as grandes minerações e agregados estão situados nas regiões metropolitanas, praticamente todas elas estão sofrendo essa questão da questão do estrangulamento pela urbanização, pela falta de planejamento, e requer urgentemente que seja feito também um ordenamento territorial, um ordenamento territorial para esse setor.

Essa é a Pedreira Itaquera, em São Paulo. Ela serviu durante 70, 80 anos no atendimento às necessidades da cidade, e pela incúria do governo, no final dela, o próprio governo colocou aqui na parte debaixo um conjunto residencial, e aqui o terminal do metro. Quer dizer, determinou... O próprio Governo que se utilizou do produto, determinou a morte dela. Ou seja, essa areia não pode... a pedra britada não vai faltar, de algum lugar vai ter que vir, vai ter que vir de mais longe, vai chegar a um preço mais alto, ou seja, menos metros quadrados vão ser construídos por falta desse planejamento que é o grande nó da questão do setor de agregados. O próximo. Esta área mesmo assim foi

recuperada. Essa é a parte final da cava já em recuperação – o próximo –, é área já estabilizada. Próximo.

Aqui já é um supermercado que vai ser um shopping, que vai ser construído nessa área. O próximo. Mais uma foto. O próximo.

É, mostrar as dimensões das pedreiras hoje. Essa é a Pedreira Embu, na região metropolitana de São Paulo. Próximo. É a Pedreira Sargon, também na região metropolitana de São Paulo. O próximo. E a maior delas, a Pedreira Cantareira, também na região metropolitana de São Paulo, que mostra que o porte das pedreiras hoje são maiores até que minerações de metais, como nós conhecemos. O próximo.

Bom, em termos de diagnóstico, eu utilizei o diagrama [ininteligível], quer dizer, os pontos fortes do setor. Os recursos são abundantes, entretanto limitados em determinados mercados. Há uma distribuição uniforme, exceto na Amazônia, e a qualidade das rochas, granitos, basaltos e diabásios são de excelente qualidade para a construção civil. Existe uma alta demanda reprimida, como nós mostramos, também no consumo *per capita*. São insumos minerais vitais e de difícil substituição. Por ser requeridos em grande volume, a questão de utilizar eles no seu estado natural ainda vai persistir por muito tempo, apesar de podermos utilizar a reciclagem, utilização de pneus e outros produtos que podem atender a substituição. E, cada vez mais, a capacidade, a qualificação do empresário vem sendo observada. O próximo.

Em termos de pontos fracos, há uma excessiva reputação(F) – isso leva à alta informalidade, isso gera concorrência desleal; o baixo valor dos produtos; normas técnicas ainda em execução, reduzindo a qualificação de pessoal ainda; alta suscetibilidade em junções políticas por estarem localizados dentro do ambiente urbano; e fornecimento de insumos oligopolizados e controlados, que é combustíveis; e a logística, que é extremamente importante: 2/3 do preço da areia se refere ao custo de transporte; no caso de brita, 1/3 se refere ao transporte.

Em termos de oportunidade, no país hoje há fortes investimentos em habitação e infraestrutura, isso vai requerer quantidades cada vez maiores de areia e pedra britada. Em termos de meio ambiente, a reutilização das áreas do ambiente humano é perfeitamente possível essa convivência; reciclagem também pode ser feita. Há existência de formação de grupos de atuação nacional. Antigamente as pedreiras atendiam apenas os grupos, atendiam apenas regionalmente, hoje já existem grupos de atuação nacional. E a melhoria da imagem pública do setor é fundamental. Reconhecer o grau de pessoa desta atividade pela sociedade. O próximo. [soa a campanha].

Riscos, planejamento. A urbanização crescente está esterilizando enormes quantidades de depósito de areia, isso leva a uma incerteza de investimentos, e o empresário com visão de curto prazo. A areia hoje que abastece a região metropolitana de São Paulo vem por caminhões na Dutra a cerca de 200 km, o que é um absoluto contrassenso hoje no país por falta de planejamento.

Há uma sucessiva burocracia nos órgãos governamentais de controle, restrições ambientais cada vez mais crescente, tudo isso leva a uma certa insegurança jurídica ou fragilidade legal da atividade. E a situação atual, indutores de demanda, investimentos, política monetária, política tributária, tudo isso está levando... promove um forte crescimento do setor. Investimentos como PAC, Minha Casa, Minha Vida, o pré-sal também implicarão em grande aumento.

Sobre a atuação do setor público, na década de 70, 80 foi iniciada pelo DNPM o planejamento da atividade, mas nada foi sacramentado em lei, ou seja, por quem tem voto, para que esse planejamento fosse aplicado. A partir de 2004 no governo atual, aliás, no Governo foi estabelecido no Ministério de Minas e Energia, e vem sendo desenvolvido um plano nacional de agregados, que a gente pretende se chegar a uma lei nacional de agregados.

Os novos marcos regulatórios para o setor, que hoje estão sendo apresentados, existem três questões que são importantes para o setor, que pode vir ao asseio de grandes preocupações do setor, que é a descentralização, ou seja, o art. 23 da constituição descentralizar por estados a possibilidade da gestão, não a descentralização política.

As áreas de relevante interesse mineral poderá também ser determinante se não ficar somente para a gestão de metálicos, ela poderá preservar recursos, e o Alvará de Lavra vai tornar, vai recriar o regime de licenciamento, que é uma forma mais fácil de se chegar às jazidas. O próximo e último.

As recomendações da ANEPAC. Há necessidade de uma abundância de entendimento dos setores público e planejamento; destinar áreas para garantir suprimento futuro; definição do uso futuro do espaço, não é apenas exigir a recuperação das áreas; disciplinar a ocupação do entorno das áreas já existentes para evitar que elas fechem; mudar a imagem pública da mineração, eu diria da mineração como um todo – essa é uma questão extremamente importante, que a partir de uma melhoria da imagem pública, tudo vai ficar mais fácil, seja o relacionamento com os órgãos públicos, com a sociedade, etc.; e mudanças no próprio setor, quer dizer, melhoria na governança corporativa; meta de zero dano a todos os funcionários;

intensificar a presença junto às comunidades locais, em termos de recuperação e de relacionamento comunitário; e por último promover treinamento, capacitação, ou seja, educar, educar, que é o santo remédio, não só para mineração de agregados, como para a sociedade nossa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado ao Sr. Fernando Mendes Valverde. Vamos iniciar a fase dos debates. Eu gostaria de dar a palavra aos Srs. Senadores que quiserem formular alguma questão, alguma pergunta aos expositores.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu achei o que autor do requerimento poderia também, teria direito a, preliminarmente, se manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Ele não está presente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria, então, de perguntar aos expositores sobre o recente documento que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, que ele fez relatório do setor mineral brasileiro, informando que o perfil desse setor é constituído basicamente, é composto por pequenas e médias minerações, 95% do total. Nesse sentido, muitas trabalham na informalidade, como foi apresentado aqui na exposição anterior. E qual é a saída para o cumprimento da Legislação? Qual a opinião que vocês têm a respeito?

Eu diria que o setor de mineração de ouro, ele passa por uma reformulação grande na medida em que o que trabalha na mineração diretamente, ele não tem hoje uma contribuição previdenciária, está faltando uma regulamentação nesse sentido. Eu estou analisando um projeto que visa a congregação desses trabalhadores, desses operadores de minério em cooperativas obrigatoriamente, ou em sindicatos, de tal forma que eles possam fazer o recolhimento previdenciário, e estar vinculado formalmente como profissão, profissão de garimpeiro.

Então eu também gostaria de avaliar isso aí, se em outros setores de mineração, como se trata de pequenas empresas, e às vezes as mesmas se valem de mão de obra e nem sempre são pessoas que estão formalizadas no mercado de trabalho. Então seria essa a pergunta em relação às pequenas minerais.

A outra diz respeito a algo que não se colocou em uma abrangência maior: é sobre a mineração dos fertilizantes brasileiros. Foi apontado pelo Dr. Paulo Camilo Penna de que o Brasil não teria jazidas ainda suficientes, a céu aberto, especialmente no Estado do Sergipe, aonde já existe, mas em volume suficiente

para dotar o país de toda necessidade do fertilizante de potássio. E em recente trabalho realizado pelo Ministério da Agricultura, que colocou em apreciação o Plano Nacional de Fertilizantes, e colocou que até 30/06, 30 de junho desse ano, deveria ter sido aprovada a política e a normatização da pesquisa da lavra e de exploração de todas essas concessões que já foram feitas em áreas onde existem jazidas de potássio, principalmente na Região Amazônica, junto ao Rio Madeira, no local denominado “Fazendinha”, onde existe possibilidade da PETROBRAS vir a fazer um consorcio com outras empresas mineradoras canadenses, que possuem tecnologia já apropriada para essa exploração profunda para o furo. E os mesmos alegam, alegaram ao ministro da agricultura que não existiria um passivo ambiental para essa exploração, já que um furo seria um furo de prospecção, e seria fechado, concluído, mediante a abertura de outro, com o mesmo material. Mas tem um excesso, e realmente a logística deve ser feita via fluvial, e está ao lado do Rio Madeira.

Então eu vejo que o que está faltando é um política da PETROBRAS de entrar firme nesse setor, e também nos nitrogenados, se utilizando dos gases emanados pelas usinas, o aproveitamento dos mesmos, enfim, a adequação das usinas, das refinarias, aliás, no sentido de aproveitamento dos gases específicos para a produção de nitrogenados.

Então nesse sentido é a pergunta dirigida diretamente ao Dr. Paulo Penna. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, senador. Eu gostaria de propor aos Srs. Senadores que nós fizéssemos as perguntas em bloco. Há três debatedores, além do Senador Gilberto. O Senador Flexa Ribeiro pretende usar a palavra e o Senador Dornelles. Dou a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, Srs. convidados: Sr. Fernando Valverde; Paulo Vargas, Presidente do IBRAM; José Otávio Carvalho, vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

Primeiro, Presidente Senador Eliseu Resende, quero justificar aos convidados não ter assistido as duas primeiras palestras, que tive que fazer um exame médico e acabou demorando mais do que eu tinha previsto, e aí perdi, mas já pedi a secretaria que me encaminhasse a cópia das palestras para que eu pudesse lê-las com cuidado. Assisti a palestra do Dr. Fernando, da ANEPAC.

Esse é assunto que eu quero primeiro parabenizar a Comissão de Infraestrutura de trazer para a pauta essa questão dos *royalties* das compensações financeiras

para a extração das riquezas minerais, hídricas e de petróleo. O meu estado, como o seu estado, Senador Eliseu Resende, é um estado essencialmente minerador. Nós temos que agradecer a Deus as riquezas que nos foram dadas, no caso do Pará, não só no subsolo, no solo, e no sobre solo. É um estado que tem, sem sombra de dúvida, um potencial de crescimento, e vai ser, e será no futuro não muito distante um dos mais importantes da federação brasileira.

Eu estou relatando na Comissão de Ciência e Tecnologia vários projetos apensados que tratam desse tema. São inúmeros, que eu diria que tramitam no Senado há dez anos. Isso demonstra a falta de intenção do Congresso Nacional de se debruçar sobre este assunto e encaminhar algo que seja, evidentemente, de interesse dos brasileiros, do Brasil e dos empresários.

Eu, Senador Eliseu Resende, já conversei com V. Exa. para que nós possamos fazer um trabalho aprofundado. Telefonei ao Governador Aécio Neves e com ele pedi que ele pudesse ceder da sua assessoria pessoas, que junto com a assessoria do Senado Federal e do Estado do Pará, nós pudéssemos fazer um estudo aprofundado, porque a minha intenção é talvez não ainda esta legislatura, mas no início da próxima, começar a fazer caminhar esse projeto no sentido de que ele possa produzir esse estudo que seja de interesse de todos.

E essa Audiência Pública eu considero da maior importância, e faremos outras. E eu gostaria que nós pudéssemos fazer isso até de forma conjunta, CCT e CI. Eu quero já propor a V. Exa., como presidente, para que nós possamos fazer conjuntamente, porque com isso nós vamos ter uma economia processual na discussão de assunto.

Eu tenho um material aqui, feito pela assessoria do Senado, que mostra a diferença enorme entre os *royalties* e as compensações financeiras, entre a questão da geração dos recursos hídricos, na geração de energia elétrica, nos recursos minerais e no petróleo e gás. Eu até... porque o Presidente Lula caminhou agora ao Congresso, propondo – e eu acho corretíssimo – que os recursos do pré-sal, do petróleo sejam distribuídos para todo o país, respeitado, evidentemente, os estados produtores, que deve ter um tratamento diferenciado, mas a riqueza está no estado produtor, mas não é do estado produtor, é da nação brasileira. Então parte desses *royalties*, parte das compensações, elas devem ser utilizadas para melhorar a qualidade de vida e diminuir as desigualdades regionais no nosso país. E aí o projeto do Governo propõe que seja utilizado no combate à pobreza. Correto. Propõe que seja utilizado para educação. Correto. Para a ciência

e tecnologia. Correto. Mas nós temos que ter também para a saúde, para a segurança, que são áreas que, apesar de estarem transferidas para os estados e municípios, são também de responsabilidade da União, senão nós não vamos vencê-las.

Eu vejo aqui que no caso específico do petróleo e gás, hoje os recursos dos *royalties* e das compensações financeiras, porque o petróleo é diferente, ele tem o *royalty* e tem uma participação especial em seguida, tem duas compensações. Ele já compensa aos Estados todos da Federação e o Distrito Federal: 1,5% do petróleo extraído do mar já vai para distribuição estados e municípios; e 0,5% para constituir um fundo especial a ser distribuído entre estado e município. Então já há uma distribuição como essa diferentemente... Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não obstante os estados não serem produtores, há uma divisão entre todos os estados e municípios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim. Não sendo produtores, hoje a lei já prevê que 1,5% desses recursos sejam distribuídos a todos os estados e ao Distrito Federal, e 0,5% para constituir um fundo especial a ser distribuído entre estados e municípios.

Então o que eu acredito é que o projeto do executivo queira rever essas alíquotas, e mais do que isso, que não define aqui, dizer para onde deve ser aplicado. Isso é fundamental. Porque como está aqui fala estado e município, isso pode entrar no custeio da máquina pública, e não vai trazer o benefício que se pretende que é... Porque esses, com exceção da geração hídrica de energia, os outros são finitos, tanto os recursos minerais, quanto de petróleo são finitos, quer dizer, ou nós preparamos os estados e preparamos o país para que no momento em que se conclua a exploração dessas riquezas, eles estejam num patamar que possam continuar avançando. Então é preciso dizer aonde vai ser, senão nós vamos correr o perigo, Senador Eliseu Resende, que está lamentavelmente acontecendo na Venezuela. A Venezuela, na exploração de petróleo, ela tem também um fundo de parte do resultado da exploração, que é de livre arbítrio do Presidente da República a sua utilização. Então ele usa para atender os interesses dele de fazer a sua política de socialismo bolivariano da forma que ele quer. Nós não podemos ter esse risco no Brasil. Então o Congresso tem que estar atento.

Agora não há como, por exemplo, o meu Estado do Pará, que tem vários projetos de porte implantados lá. Todas as mineradoras, grandes mineradoras do mundo, elas estão no Estado do Pará, e com muito orgulho a VALE DO RIO DOCE, que é a segundo maior

mineradora do mundo e que tem hoje o interesse no Estado do Pará que eu diria muito próximo ao interesse que tem no Estado de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de pedir a V. Exa. que a gente permitisse terminar esse ciclo de pergunta iniciais. O Senador Dornelles precisa usar a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concluo, Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu gostaria de ouvir o Senador Flexa Ribeiro [ininteligível], eu fico extremamente satisfeito de ouvir a sua exposição. Eu gostaria que ele falasse o maior tempo possível. Não estou com pressa, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concluo, Presidente. A minha preocupação é que todos os investimentos no estado são bem-vindos, todos. Mas é importante que a população como um todo no Estado do Pará, e no Estado de Minas, de todos os outros estados, tenham os benefícios dessa exploração. Sou favorável e defendo a redução da carga tributária, sou favorável e defendo que não podemos exportar tributos. Então a exportação tem que ser isenta. Agora, não posso concordar que os estados que perdem receita, como é o caso do Pará, lá atrás quando foi necessário, e é o caso de Minas Gerais e de outros estados, hoje 21 estados no Brasil, que perdem receita, quando lá atrás, na Lei Kandir, no momento em que o país precisava incentivar a exportação, que estava deprimida, tinha uma balança comercial deficitária, era necessário fazer aquilo que foi feito: retirar o ICMS que tinha no semielaborado e nos produtos primários para que pudesse ter maior competitividade esses produtos. Só que a União, que se beneficia com isso, assumiu o compromisso de compensar os estados com essa perda, e lamentavelmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não houve a compensação financeira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não faz a compensação. E muito pelo contrário. Hoje, enquanto nós discutimos isso, a União acha-se no direito de dizer que não é ela que tem que compensar, que isso os estados e municípios tem que também parte dessa perda terem que absolver. Não é verdade. A regra é ter a compensação.

Então não posso entender -- e aí não é uma pergunta, presidente, é um angustia. Nós precisamos, nós, Congresso Nacional, Senado Federal precisa fazer um estudo aprofundado sobre isso. Nós não podemos ter geração hídrica de energia pagando-se 6,75% de *royalties* e compensação financeira; os produtos, os recursos minerais, pagando 3, 2, 1%; petróleo, pagando

10% de *royalty*; e mais, tem uma participação, que ele chama aqui, uma participação especial, que eu vou ler, para o Brasil... Acho o que Brasil todo não tem conhecimento disso. *"Participação especial. Alíquotas que variam de 10 a 40% aplicadas sobre a receita líquida de produção trimestral de cada campo."* Hoje já existe isso, Senador Dornelles. Então é importante que se faça uma adequação, e que as empresas tenham condições de competitividade, mas não é possível que no momento em que a *commodity* estiver com um preço elevado, que essa diferença desse preço de *commodity* seja absorvido por poucos, e não seja transferido para a sociedade.

Esse é o meu ponto de vista e é sobre esse aspecto que eu gostaria de ter a parceira da Comissão de Infraestrutura, que nós pudéssemos avaliar como dar sustentabilidade e condições das empresas continuarem crescendo, continuarem investindo e tendo lucros, mas que a sociedade também possa se beneficiar dessas riquezas que são extraídas do subsolo brasileiro, e em especial do paraense.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Nós teríamos de dar a palavra ao Senador Francisco Dornelles. Aguardando o Senador Francesco Dornelles, eu vou dar a palavra aos expositores para que possam analisar e responder as perguntas dos Srs. Senadores. Inicialmente o Dr. Paulo Camilo.

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: Eu vou me ater à questão do Senador Gilberto Goellner, em primeiro, no que diz respeito à indústria de fertilizante. Realmente o senador é muito bem informado. Nós temos um ativo importante, um ativo silvinita no Estado de Amazonas, é um ativo da PETROBRAS. O que há de novo, senador, e que eu gostaria de agregar às suas informações, é de que ainda carece uma investigação geológica de maior profundidade. A informação que eu disponho e é uma informação pública, que veiculada pela mídia, que houve uma transferência desse ativo para uma empresa canadense, que foi cancelado pelo conselho de administração da PETROBRAS essa transferência. Esse ativo voltou para o patrimônio da PETROBRAS, e ela, agora, segundo as informações que tenho, está encaminhando por um projeto de investigação geológica mais aprofundada, para medir a jazida, verificar a viabilidade econômica do projeto.

Realmente, um outro ponto o que senador aborda, e aborda com muita propriedade, é a questão do passivo ambiental que poderia ser gerado a partir do sal, que seria gerado por esta exploração da silvinita, que é potássio. Enquanto no Sergipe você trabalha no litoral, o problema da silvinita no Amazonas é que ela tem a sua exploração praticamente no centro do Ama-

zonas. A logística de transporte desse passivo, ela é mais complicado do que o escoamento do Rio Madeira, senador. Eu posso me aprofundar a respeito do assunto, gostaria de trazer essa questão, mas o que eu gostaria de sublinhar é de que, efetivamente, nem mesmo com a exploração, eu não diria prematuro dizer isso, mas nem mesmo com a exploração a pleno desse projeto silvinita, nós vamos conseguir reduzir de uma maneira significativa a nossa dependência externa.

Como eu já disse o Brasil importa 91% das suas necessidades de potássio com um quadro tributário adverso. Eu acho que devemos preceder, juntamente com esse projeto de silvinita no Amazonas, deveríamos já iniciar um projeto de investigação geológico vigoroso, como uma política de governo para que atenuemos esse quadrado diverso de termos 8,5 bilhões de dólares empregados num insumo que é tão importante para o Brasil, que tem na agricultura um dos seus pilares para o desenvolvimento, principalmente na medida em que o fertilizante é determinante para a produtividade da atividade. O que significa: cada vez que tenhamos a redução do consumo de fertilizantes, aumentamos a área de desmate, e é justamente tudo aquilo o que mundo não quer. Quer dizer, o que queremos agora é uma redução do impacto do desmatamento na emissão de efeito de gases de efeito estufa de mudanças climáticas. Então, o que devemos incentivar é um aumento da produtividade para que não tenhamos, então, o desmatamento ia ser feito deletério que verificamos toda vez que tenhamos esse desmate.

No que diz respeito à questão da... O Fernando Valverde vai poder responder com mais propriedade do que eu a questão da mineração que eu chamo clandestina. Quer dizer, o Instituto Brasileiro de Mineração responde pela mineração empresarial, mas isso nos preocupa na medida em que... tangenciando o que nos afirma o Senador Flexa, apenas no Estado de Minas Gerais, a Associação dos Municípios de Mineradores do Estado aponta que nós temos formalizados o registro de mais de 100 municípios com atividade legal, e cerca de mais de 100 municípios com atividade ilegal. Quer dizer, até por uma justiça fiscal, uma justiça tributária adequada, o correto seria a universalização do pagamento, e esse é um papel, que é um papel de governo, a fiscalização.

Finalmente, no que diz respeito ao garimpo, também é um atividade que o setor lateralmente apóia, na medida que é um setor legal, mas que vem sendo objeto de sérias preocupações do Ministério de Minas e Energia, e que tem um protagonista dessa atividade na figura do Secretário Cláudio Scliar, na Secretaria de Geologia e Transformação Mineral. É uma atividade importante, é uma atividade que tem que ser cercada

de preocupações, é uma atividade, que legalizada e que organizada, ela não gera os efeitos que geravam até há pouco tempo atrás no que dizia respeito também aos efeitos de impacto ambiental, mas que a gente vê com preocupação, atenuadas a partir de medidas que estão sendo tomadas nas Casas do Legislativo Brasileiro, nas duas, com, por exemplo, o Estatuto do Garimpeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Dr. Fernando.

SR. FERNANDO MENDES VALVERDE: Com relação à colocação do Senador Gilberto, com relação à informalidade, no que se respeita a produção de agregados no país. A produção de agregados é muito simples, a mineração de agregados é muito simples. O que nós fazemos é extrair e adequar o tamanho e vender. Não existe beneficiamento rígido como existe a transformação, a utilização de produtos químicos, etc. Tanto é que areia no nome... areia se refere ao tamanho daquilo que vai servir como agregado; brita significa tamanho também, não é o mineral. Mineral é a rocha que está adequada com o tamanho de brita. Então há uma certa simplicidade nas questões técnicas que envolvem o setor. E também pelo fato de serem, na maioria, de pequenos e médios produtores.

O Código de 67, ele prevendo isso, ele colocou a figura do licenciamento para esses bens minerais, paralelo à concessão. E, talvez, foi instituído com a Portaria nº 03, eu não me lembro o tempo, mas já deve fazer... há uns 20 anos atrás, e começou com dois ou três ou quatro itens de exigência, e hoje isso já passa mais de 20 itens, quer dizer, o próprio licenciamento acabou se burocratizando de tal forma, que somados durante esse tempo todo com a questão ambiental, eu diria hoje que... acho que é mais fácil colocar um montadora de automóvel na esquina do que colocar um simples porto de areia para funcionar em um prazo de um ou dois anos. A questão ambiental leva de oito a dez anos a análise dela, e isso quando termina. Então, isso, como eu deixei bem claro, isso evidentemente leva à informalidade. Além de levar à informalidade, a questão de tributos, essa coisa toda, e desestrutura mercado, tudo isso.

Agora eu também coloquei, eu vi com bons olhos a proposta do governo de criação do Alvará de Lavra, que seria a recriação desse licenciamento pelas agências que estão propondo também, onde talvez a presença da prefeitura não vai estar colocada. Isso, de certa forma, vai dar uma segurança maior para os produtores.

Agora eu vejo como importante em tudo isso é também a proposta do governo de a regulamentação do art. 23 da Constituição, que diz que é competência

comum da União, dos estados e do município a gestão dos recursos minerais. Esse artigo não foi regulamentado. E para o nosso setor, eu não diria para a mineração como um todo, evidentemente, para o nosso setor, para aqueles estados que estão adaptados para receber essa incumbência imensa de fazer a gestão desses setores mais simples da questão mineral, como São Paulo, o Rio de Janeiro – possui o Departamento de Recursos Minerais –, o Estado do Paraná – possui a MINEROPAR –, esses que se estruturaram para trabalhar com a mineração poderão receber por convênio essa incumbência. Isso eu vejo com bons olhos porque vai simplificar muito essa questão e vai proteger mais. Eu diria aqui para os mineiros que imagino o diretor do Terceiro Distrito de Minas Gerais com toda problemática de metais no estado, ele se preocupar para pegar o automóvel, e verificar um pequeno porto de areia nas margens do Rio Grande, lá para os lados de Uberaba; e em próprio São Paulo sair, e ir para o norte do estado para verificar pequenos portos de areia. Eu acho que essa é uma questão de administração desses recursos eminentemente locais e regionais. Tudo que é produzido na região metropolitana de Belo Horizonte, é consumido na região de Belo Horizonte em termos de agregado, não é importado e nem é exportado, quem é importado e exportado é o minério de ferro. Esses produtos, inclusive no que é produzido na região de Campinas, por exemplo, que fica a 100 km de São Paulo, não se chega a São Paulo e vice-versa. A Baixada Santista não chega a São Paulo. Então, a responsabilidade de se prever a garantia do futuro abastecimento desses produtos é estadual, é o Governo do Estado, daí essa proposta ser bastante interessante para tentar resolver essa questão da informalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Fernando. Vamos atender agora, respondendo as perguntas do Senador Flexa Ribeiro.

Eu quero dizer ao senador que não foi tratado aqui com detalhe a questão dos *royalties* aplicados ao petróleo, ao minério de ferro e às demais riquezas minerais. Mas a colocação de V. Exa. é importante. Talvez seja o caso de essa Comissão tomar a iniciativa de promover uma Audiência Pública numa análise comparativa dos *royalties* e das compensações financeiras que são aplicadas ao petróleo, aos potenciais hidráulicos e às riquezas minerais.

É importante analisar o conceito de *royalty* e como é que esse conceito é aplicado uniformemente ou harmoniosamente para todos os produtos. Os produtos mudam muito de preço. É incomparável o preço de um barril de petróleo com o preço de uma tonelada de minério de ferro. No Brasil um barril de petróleo custa

algumas dezenas de vezes mais do que mil quilos de ferro. Quando se falava na privatização da VALE DO RIO DOCE, havia um comentário: “*Nós não podemos vender a VALE por preço de banana*”. Numa reunião eu disse: “*Quem dera que nós pudéssemos vender minério de ferro ao preço de banana*”. Um quilo de banana custa muitas vezes o preço de uma tonelada de minério de ferro. Então os *royalties* são proporcionais.

O conceito de *royalty* tem de ser uma participação em quantidade do produto, produto da lavra, e não um percentual do preço. Isso elimina as injustiças e dá mais propriedade à compensação financeira.

É a observação que eu gostaria de fazer, Senador Flexa Ribeiro. Temos uma análise mais profunda da questão do *royalty* aplicado na legislação brasileira aos diferentes produtos e às diferentes fontes de energia.

Eu dou a palavra ao Dr. Paulo Camilo para discorrer sobre as perguntas do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: Eu já tive a honra e o prazer de receber o Senador Flexa Ribeiro, que é um combativo parlamentar na defesa do seu estado, o Estado do Pará, que, certamente, não para minha tristeza, mas muito brevemente estará liderando a produção mineral brasileira. Como mineiro eu vejo que nós podemos ensinar algo aos paraenses, não é, Senador Eliseu Resende?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pelo menos temos mais minério de ferro.

SR. PAULO CAMILO VARGAS PENNA: E dizer que concordando com o Senador Flexa Ribeiro... Esse é um assunto que vinha sendo tratado de maneira extremamente emocional por alguns, e eu diria, por alguns mineiros, por alguns empresários, por alguns parlamentares, pela sociedade, de uma maneira geral.

A proposta do Instituto Brasileiro de Mineração, que encontrou eco no Senado Federal, foi de que trouxéssemos para o debate uma base técnica sustentada, que não trouxesse para a mineração prejuízos, na medida em que ela seria a primeira a ser prejudicada, mas que o Brasil em última análise – os números que eu tive a oportunidade de apresentar hoje comprovam isso – seria um prejuízo efetivo para a Brasil.

Nós estamos absolutamente dispostos a esse debate, à disposição do Senado Federal. Eu acho que a proposta do senador vem em ótima hora. O governo começa a se movimentar no sentido de lançar conceitos e ideias de um novo marco regulatório. Nós tivemos a oportunidade e sermos apresentados às primeiras ideias no último dia 09 de outubro. Eram ainda ideias a respeito do que o governo pretende. Posteriormente nós tivemos ainda uma segunda reunião um tanto mais profunda, separando, sim, senador, nesse primeiro

momento, a questão de marcos regulatórios da questão de *royalties*. *Royalties* foi o objeto de uma oficina de trabalho que também está sendo discutida. Mas de maneira nenhuma eu posso desprezar ou reconhecer as iniciativas presentes aqui no Congresso Nacional. O que o IBRAM gostaria é de que essa, novamente, reafirmo, gostaria de debater esse assunto com sustentação técnica, e que não leve o Brasil a prejuízos incontornáveis.

Estamos prontos, então, para esse debate. Eu me coloco à disposição para o assunto. E gostaria, senador, que essa questão fosse debatida de uma maneira mais ampla. A gente tem pregado isso. Quer dizer, a discussão do *royalty* é uma discussão absolutamente parcial e pouco elucidativa para quem quer efetivamente debater a questão da carga tributária dos encargos do setor mineral. O que a gente debate hoje, nós temos um trabalho muito importante, desenvolvido por uma consultoria internacional que mostra que Brasil, apenas levando em conta imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado – PIS, COFINS e ICMS – nós lideramos a carga tributária mundial.

Mais do que isso, a estrutura tributária brasileira penaliza não só o setor mineral como tantos outros com encargos, penduricalhos e outros incidentes, outros encargos que acabam reduzindo de maneira significativa a nossa produtividade e a nossa competitividade, as duas coisas.

Então eu quero dizer ao senador que nós estamos absolutamente de acordo em termos um debate franco, direto e tecnicamente sustentável em prol do desenvolvimento dos nossos estados e do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Dr. Paulo. Nós consideraremos... V. Exa. pede uma réplica?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é réplica, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria, comungando com o pensamento de V. Exa., Senador Eliseu Resende, dizer que farei um requerimento à Comissão de Infraestrutura, para que possamos iniciar o debate sobre essa questão. Como diz o Dr. Paulo, eu já participei de vários encontros do IBRAM, tão bem presidido pelo Dr. Paulo, que demonstrou exatamente isso que ele falou a pouco: a carga tributária num todo, ela chega a ser superior a de outros países, apesar de que *royalty* não, mas no contexto. O que mostra que novamente os estados mineradores estão em prejuízo em relação à União, o que vem fortalecer esse pensamento.

Então acho que farei esse requerimento, e farei em conjunto com a CCT, que os projetos estão lá para que eu possa relatá-los, e nós vamos ganhar tempo.

Eu só gostaria de ter dos senhores com relação à questão dos marcos regulatórios, está se falando, tenho ouvido falar na questão das licenças de lavra... Porque o que se verifica é que o DNPM concede essas autorizações para as empresas, que detêm essa licença, e essas jazidas, elas não estão exploradas, elas são guardadas como reservas de mercado para um valor futuro, e lá na frente, agregando valor, elas serem negociadas. Então, não seria, Senador Eliseu Resende, interessante discutir que essa lavra teria uma validade, essa licença, de um determinado tempo, passado o qual a empresa não mostrasse ou não iniciasse a exploração, ela perderia a licença e passaria adiante para alguém que pudesse... Porque o que o Senador Gilberto Goellner colocou aqui é importante: numa reunião do IBRAM, eu lembro muito bem, foi mostrado, e se discutiu essa questão da tributação sobre potássio e fosfato, que o Brasil é importador dessa matéria-prima, e o fertilizante, importante para a produção da agricultura, chega a preços astronômicos aqui, quando ele podia ser produtor e exportador.

Agora as licenças de exploração estão todas, como colocou o Dr. Paulo, definidas: ou é a PETROBRAS, ou é a empresa A, B ou C, só que não explora. Então acho que teria que levar também, nesse caso do marco regulatório, discutir essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse é um questionamento profundo que V. Exa. faz. Há uma diferença fundamental entre a forma de concessão do petróleo, por exemplo, e as concessões para as demais riquezas minerais. Enquanto no petróleo, na energia elétrica o concessionário detém a concessão diante de uma licitação pública, no caso do recurso mineral é o pedido de pesquisa para quem chegar primeiro, podendo o dono do alvará de pesquisa explorar qualquer riqueza mineral que ele encontre na área concedida.

Há uma diferença muito grande, e é importante que na elaboração dos marcos regulatórios e na análise da questão dos *royalties* faça-se um estudo comparativo das diferentes explorações de bens públicos, para que nós possamos ter uma legislação mais equânime e harmonizada.

Nós vamos encerrar essa fase das exposições para passar a fase da aprovação das matérias dos projetos de lei que serão deliberados. Eu agradeço a presença dos expositores: do Dr. Paulo Camilo Vargas, do Dr. José Otávio Carvalho e do Dr. Fernando Mendes Valverde. Agradecendo a presença, e dizendo da importância da sua contribuição para que nós possa-

mos ter um desenho mais adequado da exploração das riquezas minerais do Brasil.

Me parece que Senador Delcídio Amaral gostaria de usar a palavra, ainda interrogando os expositores.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só peço desculpas. É que eu estava recebendo algumas pessoas que vieram de fora e tive que me ausentar aqui da sala, portanto, não tive a oportunidade de acompanhar aqui os debates, as ponderações do Senador Goellner, as ponderações do Senador Flexa. Mas quero primeiro cumprimentar o nosso Paulo Camilo Vargas, Presidente do IBRAM; Dr. José Otávio Carvalho, representando aqui a indústria do cimento; Dr. Fernando Mendes Valverde, da área de agregados, das indústrias de agregados.

Eu queria fazer só alguns registros, presidente, que eu acho que a Comissão de Infraestrutura vai ter que obrigatoriamente debater e discutir. E esses temas são temas muito atuais. Aqui no Congresso nós estamos discutindo isso intensamente.

Primeiro a questão do DNPM. Quer dizer, a resposta que o DNPM precisa dar em função da importância que setor mineral tem no contexto econômico brasileiro. Aí é uma leitura muito pessoal minha, e eu vi aqui nas exposições que foram feitas, especialmente o Dr. Camilo, Paulo Camilo Vargas, a questão da burocracia – não sei do Dr. José Otávio, acho que falou sobre isso também – e os entraves nesse processo todo que pauta o dia a dia do setor mineral.

Eu acho que nós temos que discutir seriamente o papel do DNPM; a legislação associada ao setor mineral, no meu ponto de vista antiquada com relação aos novos desafios que mais do que nunca o Brasil vai enfrentar ao longo dos próximos anos. Os números aí apresentados pelos expositores são número, quer dizer, é um setor que movimenta bilhões, a pauta de exportações, os recursos minerais têm um papel absolutamente importante e preponderante, mas nós precisamos olhar essa questão da legislação, e avaliar inclusive o papel do DNPM ou, avançando um pouco mais, a necessidade de uma agência reguladora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso foi colocado aqui, senador. Tem muita propriedade a sua colocação.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Porque eu acho que nós temos que ter agilidade necessária, precisa haver um acompanhamento maior do mercado, celeridade. Essa questão de lavra foi discutida aqui, até eu fiz um parecer nesse sentido contra o projeto apresentado, e que foi debatido e discuto na semana passada, se não me engano, foi aprovado o meu parecer, mas nós temos que olhar essa questão das lavras, das licenças, da celeridade nesses processos

para exploração dessa riqueza que o Brasil tem; tentar, ao longo do tempo, acabar com essa história que, em palavras assim, de uma maneira mais simplista de se dizer, quem tem direito --

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Minerário.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --minerário e senta em cima desse direito minerário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É o que está se assistindo no setor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, isso nós estamos vendo generalizadamente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] e passa adiante. Agrega valor--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --e passa adiante. Então, essas coisas nós temos que olhar. E acho até... o Senador Flexa é de um estado rico, sob todos os aspectos, mas rico especialmente sob o ponto de vista mineral. E sem dúvida nenhuma, eu entendo, eu não sei se o Senador Flexa fez uma abordagem sobre a questão da arrecadação sobre o petróleo, gás natural e *vis-à-vis* também com o setor mineral, esse tema necessariamente vai voltar à discussão. Não tenho dúvida nenhuma disso. Não adianta a gente tapar o sol com a peneira, que esse assunto vai ser rediscutido. Agora, dentro de uma outra ótica também.

Eu vi aqui o exemplo do potássio. Nós somos os maiores importadores hoje talvez, ou um dos maiores importadores de fertilizante do mundo. O potássio, acho, que é o primeiro, não é? O segundo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o primeiro. É o quarto importador. Então um dos maiores importadores de fertilizantes. E a carga tributária associada também é a maior. Nós vamos ter que fazer, Sr. Presidente, uma compensação disso, para que a gente tenha um setor mineral competente, tecnologicamente avançado -- e isso nós já temos --, empresas aí que são grandes *players* internacionais, mas assim como nós queremos que país usufrua de uma maneira mais ampla dessas riquezas, da exploração dessas riquezas, nós temos que facilitar a vida também de quem minera.

E eu não posso, também não podia deixar de destacar a questão ambiental. Nós estamos presenciando algumas atitudes de empresas, que atuam nessa área de mineração, preocupantes, com relação a mananciais... Exemplos até de áreas que estão próximas desses mananciais e para se evitar qualquer tipo de polêmica pública, simplesmente correm em cima dos assentados, compram as terras para apagar, mitigar ou esconder determinadas situações que, mais do que nunca, vão prejudicar a imagem dessas empresas.

Então nós temos aí um desafio grande nesse setor. É que toda a legislação tem que ser ágil, tem que ser pronta, tem que ser moderna, tem que, mais do que nunca, corresponder ao potencial que as nossas companhias têm. A questão do DNPM como agência reguladora, isso é muito importante. E discutir a questão dos tributos, tanto os que, os associados, as contribuições, os tributos federais associados à atividade de mineração, quer dizer, tanto o lado da produção, tanto do lado do arcabouço tributário brasileiro, de tal maneira que a gente tenha efetivamente um cenário mais compatível com o que representa o setor mineral no Brasil.

E por último, o componente ambiental. Tem muita gente fazendo discurso de sustentabilidade, mas é discurso de sustentabilidade que não aguenta dez minutos de debate. E acho que nós precisamos botar o dedo na ferida também com relação a essa questão.

E por último, a questão da lei de fronteira, mineração em área de fronteira. Nós precisamos definir--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E área indígena também. Eu acho que esse é um assunto de fundamental importância, e que eu acho que esse debate aqui mais do que nunca catalisa a necessidade de se fazer essa avaliação pela Comissão de Infraestrutura.

No mais, parabenizar os expositores e dizer que nós temos um longo trabalho pela frente, especificamente na área mineral.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de aproveitar, e que seja respondido conjuntamente com as indagações do Senador Delcídio, a questão da CPRM. Já falamos da DNPM. A CPRM. Que pudessem, os convidados, nos traçar alguma análise da sua avaliação sobre a atuação da CPRM. Já que ela possui uma estrutura com bastante capilaridade, atuando nos diversos estados brasileiros. E nós gostaríamos de... eu acho que realmente uma agência poderia congrega todas essas atividades de pesquisa, especialmente de pesquisa.

No entanto, em relação à legislação do setor mineral, eu gostaria de salientar, Senador Delcídio, que essa legislação data da Constituição de 1934. Legislação básica. Depois ela foi modificada várias vezes. Porém a modernidade desse setor dada a importância, representando 5% do PIB, e com investimentos previstos de 47 bilhões de dólares até 2013, está a necessitar realmente uma participação desse Congresso no sentido de adequar a legislação à modernidade, à tecnologia, às novas tecnologias e à exigência de mercado por que passa esse setor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que a colocação do... Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Rapidamente. Essa questão o que Senador Delcídio levantou, a questão do potássio, do fosfato, que o Brasil é importador. Isso é um assunto que nós temos que enfrentar aqui, porque precisa tratar de forma desigual os desiguais. Então se o Brasil é importador, o Governo tem que ser o animador, incentivando essas explorações. Então, esses minerais precisam ter um tratamento diferenciado dos outros, para substituir a importação, e aí levar as empresas a fazerem realmente a sua exploração. Então são dois casos, inclusive no próprio IBRAM, numa reunião, já foi tratado isso. Quer dizer, ver de que forma dar condições de exploração desses minerais como um tratamento diferenciado daqueles que o Brasil é exportador e não importador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Foi importante a participação final do Senador Delcídio Amaral. Acho que é importante que a gente converse com o Governo aqui, o Legislativo, para que haja uma iniciativa parlamentar provinda do legislativo e/ou do executivo, para que nós possamos responder essas perguntas básicas aqui colocadas a respeito do DNPM, da sua estrutura e dos marcos regulatórios do setor de mineração.

Nós estávamos agradecendo aos expositores. Quero reiterar esse agradecimento, dizer que foi importante a sua contribuição para o esclarecimento de vários aspectos relacionados com o setor de mineração. E a exposição de V. Exas., de V. Sas. foram provocativas e provocadoras para que nós possamos abordar essa matéria e tentar delinear diretrizes mais adequadas para o progresso da mineração no Brasil.

Muito obrigado, Dr. Paulo Camilo. Muito obrigado, Dr. José Otávio. Muito obrigado, Dr. Fernando. Gostaria de agradecer a presença de V. Exas..

Nós vamos dar sequência à nossa reunião, entrando na segunda parte relativa à deliberação de matérias. Temos quatro itens que se referem a quatro Projetos de Lei de deliberação não terminativa.

O Item nº 01 se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 179, que *“disciplina o licenciamento ambiental de aproveitamentos de potenciais hidráulicos considerados estratégicos e dá outras providências”*. A autoria desse Projeto de Lei é da Comissão de Assuntos Econômicos. O relator é o Senador Gilberto Goellner. O seu relatório é favorável ao projeto nos termos do Substitutivo. Em 29/10 a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A matéria constou da Pauta da Reunião de 22 e 29 de outubro. Em 29 de outubro foi lido o relató-

rio e foi conseguido Vista ao Senador Delcídio Amaral. Para a apreciação da matéria dou inicialmente a palavra ao relator Gilberto Goellner, para depois ouvirmos o Senador Delcídio Amaral. Com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de retirar de pauta o referido projeto para a sua melhor interpretação, análise, e um reencaminhamento do mesmo na próxima semana. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Coloco sob a apreciação do Plenário a retirada de pauta proposta pelo relator. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eliseu Resende, presidente, e Senador Goellner, eu conversei também com a liderança do Governo e realmente eu volto a insistir, acho esse projeto absolutamente pertinente, e aguardado especialmente pelo setor de energia elétrica. Porque esse projeto vai dar celeridade, tratando com o mesmo cuidado, com a mesma cautela, com a mesma prudência os aspectos ambientais dos projetos todos desenvolvidos nessa área, especificamente, mas como há algum questionamento no que se refere ao poder do legislativo apresentar determinadas propostas que competem ao Executivo, eu acho que é uma coisa razoável a retirada de pauta do Senador Goellner e, eventualmente, para que a Comissão de Constituição e Justiça analise esses aspectos, apesar de voltar a insistir e entender que esse projeto, acompanhando o parecer do Senador Goellner, esse projeto é de extrema relevância para o país, e vai nos ajudar muito, principalmente no que se refere aqueles projetos ditos estratégicos para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu quero lembrar que esse projeto é de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Da Subcomissão de Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --e foi elaborado por uma subcomissão--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por uma subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): --presidida pelo Senador Garibaldi Alves.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O senador é o relator e presidi a subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidida por V. Exa..

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E essa subcomissão, ela fez, passou um pente-fino em todos

os marcos regulatórios de infraestrutura do Brasil. E vários projetos hoje dessa subcomissão tramitam no Senado Federal. E, no meu entender, foram meses e meses de trabalho, nós ouvimos os principais atores nos setores de infraestrutura, ferrovia, rodovia, energia, petróleo, gás, saneamento, enfim, o setor mineral também, muitas teses que foram aqui colocadas já foram discutidas na subcomissão, a consultoria do Senado acompanhou isso de perto também, nos ajudou a elaborar os relatórios, e eu entendo que esta subcomissão, ela apresentou um série de propostas que aperfeiçoam os marcos regulatórios, e mais do que nunca, vem num momento importante para o Brasil crescer, porque o desafio do Brasil é infraestrutura, e acho que esse projeto, eu acompanho o Senador Goellner, porque ele é fundamental, especialmente para o setor elétrico brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Diante das palavras do senador--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só gostaria de complementar, ainda, Senador Delcídio e V. Exa., que participou das sugestões das contribuições ao mesmo, que nós deveremos consultar a assessoria legislativa dessa Casa para avaliar algum provável vício que tenha de constitucionalidade, juridicidade, enfim, que possa nos orientar no sentido de que nos livremos de alguns vícios e possamos proximamente reavaliar esse projeto aqui na Casa, aqui nessa comissão, porque há uma urgência no setor... o setor elétrico brasileiro necessita, o setor de... todo o setor de orientação, inclusive da área ambiental também já se pronunciou, eu vejo que nós vamos ter um êxito próximo para que o mesmo seja apreciado por esta comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Em atendimento, então, a solicitação do relator, nós retiramos o projeto de pauta.

Passamos ao Item nº 02 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 291. *“Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda”*. O autor do Projeto de Lei é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator é o Senador Francisco Dornelles. Seu parecer é favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle. Essa matéria constou da Pauta da Reunião do dia 29 de outubro.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Em abril de 2009, a Comissão de Constituição e Justiça examinou o Ofício nº 20, enviado ao Presidente do Senado Federal pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O citado Ofício encaminhava cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades da distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis naquele estado.

Quanto ao mérito, a iniciativa é muito oportuna, considerando que é notório o aumento de sonegação e da adulteração de combustíveis em todo o país.

Ocorre que a ANP, que tem a responsabilidade da exercer essa fiscalização, não conta com o pessoal suficiente para desincumbir-se de tão importante missão.

Consideramos que seria mais factível, e tão eficaz, exigir a fiscalização anual das distribuidoras de combustíveis, que são em número muito menor. Como a adulteração se dá especialmente antes de produto chegar às bombas, tal mudança permitirá alcançar o mesmo objetivo pretendido pelo autor, ou seja, a repressão aos casos da adulteração de combustíveis. Uma vez detectada a fraude, a fiscalização se estenderia imediatamente a toda a rede de postos abastecida pela empresa distribuidora sob suspeição. A exigência da fiscalização das distribuidoras não impede que os postos sejam fiscalizados, à medida que a Agência for tendo condições para tal.”

Assim sendo, gostaria de propor a redação substitutiva, que diz o seguinte... Inclui o § 3º no art. 1º da Lei nº 9.847 com a seguinte redação: *“Pelo menos uma vez ao ano as empresas que exercem a atividade de distribuição de combustíveis serão submetidas a processo de fiscalização, que será realizado conforme estabelece o caput desse artigo. Verificada a adulteração dos combustíveis comercializados, a fiscalização se estenderá a toda a rede de postos de revenda por essa atendida. Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.”*

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está em discussão o parecer do Senador Francisco Dornelles, com o Substitutivo que apresenta.

Vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador

Francisco Dornelles, através do seu Substitutivo, permaneçam como estão. Aprovado.

O Item nº 03 da Pauta altera a Lei nº 10.233 para tratar de uma questão relacionada com transporte ferroviário, mais especificamente com a instituição do direito de passagem das composições ferroviárias nos trechos dos concessionários ferroviários. Como houve uma observação do governo e da assessoria legislativa com relação à adaptação do projeto de lei na análise do seu texto, eu como relator retiro, e como presidente, retiro a matéria de pauta para consulta ao setor, à assessoria legislativa, para que a matéria volte à pauta na próxima reunião, se possível, ouvido, então, os setores competentes.

Fica retirado de Pauta o Projeto de Lei do Item nº 03 da Pauta.

Finalmente o Item nº 04. Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009. *“Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, o Decreto-Lei nº 3.689 – o Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347; e revoga dispositivos da Lei nº 8.884, e a Lei nº 9.781; e dá outras providências.”* O autor é o Deputado Carlos Eduardo Cadoca. O relator é o Senador Wellington Salgado. O parecer é favorável ao projeto nos termos aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Em 14/10, a Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou o parecer favorável à matéria com duas Emendas, as Emendas de nº 1 a 28. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, e de Constituição, Justiça e Cidadania. Na ausência do relator, Senador Wellington Salgado, eu designo como relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Presidentes (sic).

Esse Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, oriundo de substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria do Poder Executivo, foi distribuído à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse foi um projeto, como foi já relatado aqui, de autoria do Poder Executivo, que reestuda e reorganiza o CADE. O projeto é importante para que o CADE possa dar continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo com relação à questão de prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.

Quando nós solicitamos que ele tramitasse pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática era porque havia, naquele momento, uma superposição de ações do CADE com agências reguladoras, especialmente no caso da ANATEL.

O projeto na CCT teve como relator o Senador Wellington Salgado, que é o mesmo relator aqui na Comissão de Infraestrutura, e que fez um excelente trabalho ao longo de dois a três meses, reunindo as agências, reunindo o CADE, reunindo o Governo, o setor privado, para que pudesse fazer um parecer que fosse de tramitação facilitada, não houvesse mais contestações, para que nós pudéssemos realmente dar essa ferramenta para que o CADE pudesse ser reestruturado, e assim o fez. E eu vou apenas aqui fazer a leitura das Emendas que foram acrescentadas do voto do Senador Wellington Salgado, que eu faço como relator *ad hoc* e das Emendas que foram introduzidas pelo seu parecer ao projeto, e que teve aprovação na CCT e está agora em discussão aqui na Comissão de Infraestrutura.

O voto do Senador Wellington Salgado é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, com as seguintes Emendas. E aí, presidente, eu vou ler que lê-las em função do regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): São três Emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São 28 Emendas; aqui três.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Talvez o senador possa ler apenas as três.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As três, as três aqui. Lá na CCT ele foi aprovado com 28 Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu coloco em votação o que foi aprovado pela CCT, acrescentadas as três Emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. *“Então, ante o exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, nos termos aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, CCT, que compreendo esses termos, as 28 Emendas que lá foram propostas pelo Senador Wellington Salgado, com as seguintes Emendas na CI:*

Emenda nº 01 da Comissão de Infraestrutura. Suprima-se o inciso VII do art. 19 do PLS nº 06, de 2009.

Emenda nº 02 da Comissão de Infraestrutura. Suprima-se o § 3º do art. 19 do PLC nº 06, de 2009.

E a Emenda nº 03, da Comissão de Infraestrutura. Suprima-se o § 4º do art. 19 do PLC nº 06, de 2009”.

Então este é o parecer do Senador Wellington Salgado, que fez a leitura como relator *ad hoc* pela aprovação com as três Emendas que foram lidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica a matéria sob discussão. Não havendo quem queira discutir, fica em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto nos termos aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, acrescida das três Emendas aqui apresentadas pelo relator, Senador Flexa Ribeiro. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós gostaríamos de registrar a presença neste Plenário do Dr. Arthur Badin, Presidente do CADE, que teve o maior interesse no acompanhamento dessa matéria que é de grande importância. E nós agradecemos a presença do presidente do CADE.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco os senhores membros da Comissão para a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 09 de novembro às 18 horas neste Plenário, concluindo o ciclo de debates sobre o marco regulatório do pré-sal, com a apresentação do Painel 4, destinado a debater a capitalização da PETROBRAS com vários convidados e expositores.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h16.

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia nove de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **FRANCISCO DORNELLES**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, atende ao Requerimento nº 39, de 2009-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, destinado a debater o Marco Regulatório do Pré-Sal, Painel IV – “Capitalização da Petrobras”, com a presença dos seguintes convidados: **Dra Paula Kovarsky** – Engenheira de Produção (PUC-Rio) e possui MBA em Finanças pelo IBMEC-Rio. Lidera há três anos a área de Análise de Petróleo e Petroquímicos no Itaú Securities. Ocupou várias

funções na Shell, tendo atuado predominantemente no desenvolvimento de negócios ligados às áreas de Exploração e Produção e Gás Natural, acumulando 10 anos de experiência na indústria de Petróleo; **Dr Eduardo Teixeira** – Economista, Ex-Presidente da Petrobrás e Sócio Diretor da Empresa Creta Planejamento; **Profº Helder Queiroz Pinto Jr** – Professor do Grupo de Economia da Energia do IE/UFRJ e Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble – França e **Dr. Ernani Torres** – Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Superintendente de Pesquisas do BNDES. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e vinte minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Comunicados: Nesta próxima quarta-feira, às 14h30, neste Plenário da Comissão de Infraestrutura, ocorrerá a 4ª Reunião do grupo de trabalho destinado ao debate e à elaboração de uma proposta para o marco regulatório dos biocombustíveis. Este grupo de trabalho, constituído no âmbito desta Comissão, é coordenado pelo Senador Inácio Arruda e composto, ainda, pelos Senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral. O painel irá discutir a produção – esse painel específico da próxima quarta-feira – irá discutir a produção de biocombustíveis e terá a presença de representantes da PETROBRAS biocombustíveis; da União da Indústria da Cana-de-açúcar, ÚNICA; e do Fórum Nacional Sucroenergético; e da União Brasileira do Biodiesel, UBRABIO.

No último dia 27, na terça-feira, às 8 horas da manhã, foi realizada a 3ª Audiência Pública sobre o marco regulatório do pré-sal. Esta reunião deveria ter sido realizada na segunda-feira, mas como foi antecipado o feriado do Dia do Funcionalismo Público para segunda, nós realizamos esta audiência na terça-feira pela manhã, e mais uma vez agradecemos a disponibilidade dos senhores convidados que aqui vieram para participar desta audiência na segunda-feira à noite, e

concordaram em permanecer na terça-feira pela manhã, durante toda a manhã, apesar dos seus afazeres e dos seus compromissos em outros estados.

O tema deste 3º Painel foi a criação do fundo social. Essa Audiência Pública foi presidida pelo Vice-Presidente desta Comissão, que atuou como Presidente nesta Audiência Pública, o Senador Ministro Eliseu Resende.

A criação do fundo social com recursos provenientes da exploração do petróleo da camada do pré-sal é uma ideia, sem dúvida, louvável. Mas é necessário investir para colher frutos no futuro, e não aderir ao impulso de gastar o dinheiro de forma imediata para, inclusive, se tentar evitar, ou de qualquer forma evitar, a chamada maldição holandesa. E essa foi basicamente a tônica da Audiência Pública realizada aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, aqui, no dia 27, terça-feira, às oito e trinta da manhã.

O Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, um dos debatedores, Professor da UNICAMP, e também Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, ele entende que, primeiramente, o fundo deve ser fortalecido, para só então ter os seus recursos destinados aos programas militares(F) de que o país necessita. Este dinheiro não deve ser destinado a gastos que não contribuam para o crescimento do país, como a construção de praças públicas – que foi um exemplo que ele utilizou um pouco mais para chamar atenção das pessoas que participaram da audiência – ou para custear o aumento da máquina pública; e sim em obras de infraestrutura.

O Professor também defendeu mudanças nas propostas do poder executivo que tratam da divisão dos *royalties* da exploração no pré-sal. Essa questão dos *royalties* vem sendo discutida dentro e fora do Congresso. Hoje mesmo vários governadores do Brasil estão presentes em Brasília para, juntamente com suas bancadas dos seus estados, discutir e debater essa divisão dos *royalties* advindos da exploração da camada do pré-sal.

O Professor sustentou que os recursos destinados aos estados e aos municípios também devem compor o fundo social, e não somente a parcela destinada à União. O Professor Júlio Sérgio também citou o caso da chamada doença ou maldição holandesa, como aqui já foi citado, como aqui já foi referido, fenômeno econômico caracterizado pela entrada excessiva da moeda estrangeira e valorização excessiva da moeda nacional, que pode ser provocado pelos altos investimentos estrangeiros na exploração do pré-sal. Haveria possibilidade da diminuição das exportações – pela supervalorização do real – e o enfraquecimento

de setores industriais importantes, além da pedra da competitividade da economia brasileira.

Já o Professor Edmilson Moutinho, outro debatedor, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, disse acreditar que o fundo social do pré-sal poderá chegar até 120 bilhões de dólares até 2030, um montante suficiente para manter programas sociais mais ou menos no patamar de quatro bilhões de dólares por ano.

O difícil, entretanto, segundo ele, será lutar contra o curtoprazismo – expressão cunhada por ele – do brasileiro, que segundo ele, palavras textuais, “*tem dificuldade de trocar o futuro pelo presente, e tem tendência ao imediatismo*”.

O Professor Moutinho considera importante que não se definam regras muito antes da realidade da exploração, criando-se expectativas que não se confirmem. Por isso, afirmou, a legislação para a formação do fundo social precisa ter flexibilidade.

Já o Professor Manuel Maia Nobre, Engenheiro Especializado em Contaminação de Solos, defendeu a destinação prioritária dos recursos da exploração de petróleo na camada de pré-sal, a educação e pesquisa para exploração de riquezas da plataforma continental brasileira, incentivando o crescimento do país.

Ele também defendeu investimento em saneamento e revelou que a maior parte da contaminação dos mares é proveniente da poluição por petróleo a partir das águas dos rios, e não do vazamento em plataformas de petróleo ou por navios petrolíferos.

O Professor Maia Nobre sugeriu a elaboração de um inventário para da costa marítima brasileira para identificar locais onde seria necessária a prevenção de acidentes. Citou a Venezuela como um exemplo a ser seguido, dizendo ele que aquele país degradou seus espaços ambientais e não investiu em sua recuperação, e vem pagando um alto preço por isso.

Também, na última quinta-feira, já dentro das Reuniões Regulares da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, dia 5, foi discutido, em Audiência Pública, o panorama da mineração brasileira com o enfoque especial nos marcos regulatórios do setor.

Foi visto que a recuperação da economia mundial e o aumento da demanda nacional são fatores que indicam perspectivas de crescimento para o setor de mineração, segundo especialistas que participaram desse debate, e também eles sugeriram medidas para incentivar o consumo desse mento(F) por meio de políticas habitacionais, ou seja, com a construção de casas populares, o que faz parte de um importante programa, de um importante item do Programa de Aceleração de Crescimento, que é o Minha Casa,

Minha Vida; e além de fomentar a produção nacional de fertilizantes, com vistas ao aumento da produção agrícola do país.

De acordo com o Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Paulo Camillo Vargas Penna, o setor poderá retomar a partir de 2011 o volume de exportações de minérios verificados antes da crise econômica, que se iniciou em setembro do ano passado, e que agora já está passando seus efeitos aqui, pelo menos, no nosso país. Segundo ele explicou a perspectiva de crescimento da economia da China, de mais 9% esse ano, é promissora para o Brasil, uma vez que os chineses são os maiores compradores da produção brasileira de minério, e são atores importantes no cenário mundial de mineração.

Ele apontou ainda a necessidade de que se adote uma política para incrementar a produção de fertilizantes. Segundo informou, o país importa volumes significativos de seus componentes, ou seja, o país importa: sendo mais de 90% de potássio, 75% de nitrogênio e 51% de fósforo. Além disso, esses produtos têm elevada carga tributária.

O Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, José Otávio Carvalho, também outro debatedor, defendeu a implantação de política para incentivar a demanda do produto, essencial para contribuir com redução do déficit habitacional, calculado em mais de seis milhões de moradias, déficit este que o atual governo vem – com o Programa, como disse há pouco, Minha Casa, Minha Vida – enfrentando para diminuir esse déficit.

Embora haja a expectativa de que o Brasil passe a ser, a partir deste ano, o quarto consumidor mundial de cimento, o consumo *per capita* é baixo em relação a outros países, segundo informou. Ele ressaltou, entretanto, que o Brasil foi um dos poucos países que registraram a elevação do consumo do produto nos últimos meses.

O Professor Carvalho também reforçou a necessidade de melhoria da infraestrutura de transporte. O setor, segundo ele explicou, é altamente dependente de logística. E, além disso, trata-se de um dos setores que mais consomem energia elétrica e petróleo.

Já o Diretor Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil, Dr. Fernando Mendes Valverde, afirmou haver no país uma enorme demanda reprimida de areia e pedra britada para atender às obras de infraestrutura e de habitação, nas quais esses produtos, é claro, são fundamentais.

Ele afirmou serem impositivas as perspectivas de crescimento do consumo até 2015, estimadas em 27%. O Dr. Valverde apontou a necessidade de planejamem-

to para a atividade no país, a atividade de mineração. Segundo explicou, todas as pedreiras estão situadas nas periferias das cidades, e sofrem estrangulamento em razão da acelerada urbanização.

Foi sugerida, também, a criação de uma agência reguladora para o setor de mineração brasileiro, e a rediscussão do papel do Departamento Nacional de Produção Mineral, o DMPM, diante dos desafios que se apresentam ao país no que diz respeito ao setor.

Na mesma quinta-feira, depois da Audiência Pública, e observando a Pauta Regular da Comissão, foram analisados e debatidos alguns Itens, mas eu gostaria de nesse comunicado citar um que me parece extremamente importante, que foi do projeto do PLC, do Projeto de Lei do Congresso nº 6, de 2009, que aprovou a reorganização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O texto foi votado na Câmara; havia sido aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado com Emendas; veio para a Comissão de Serviços de Infraestrutura; e daqui vai para Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto PLC 6, de 2009, ele tem quatro objetivos principais. O primeiro é a reestruturação institucional do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico. ligada ao Ministério da Fazenda, cabendo ao CADE avaliar aos atos de concentração econômica, tais como fusões e incorporação de empresas.

Os outros objetivos do PLC 6 são a ampliação dos quadros técnicos e criação de incentivos à permanência dos melhores profissionais; a instituição da análise prévia de atos de concentração, com prazos fixos e céleres para decisão final; e, por último, o aprimoramento e racionalização dos procedimentos administrativos, para que se tornem mais ágeis, de acordo com o Relator, o Sr. Senador Wellington Salgado.

Entre as principais alterações promovidas por ocasião da votação na Comissão de Ciência e Tecnologia está a de que o procurador-chefe e o economista-chefe do CADE serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado. Os indicados deverão apresentar notório saber jurídica e reputação ilibada.

Também ficou definido que serão submetidos ao CADE os atos de concentração, em que pelo menos um dos grupos envolvidos tenha registrado no ano anterior faturamento bruto anual ou volume de negócios no país equivalente ou superior a 150 milhões de reais. Pelo projeto encaminhado ao Senado, o valor mínimo seria de 400 milhões de reais.

Em seu parecer favorável, o Relator Senador Wellington Salgado afirma que a proposta foi fruto de negociação entre o próprio CADE e as agências reguladoras, notadamente a Agência Nacional de Telecomunicações, englobando ainda sugestões de entidades não-governamentais, como o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional.

Mas o principal ponto negociado para aprovação dessa matéria referia-se às novas competências previstas para a Secretaria de Acompanhamento Econômico e para a Superintendência Geral do CADE, que, em parte, conflitavam com atribuições das agências reguladoras, especialmente no que tange a ANATEL.

Com a nova versão aprovada, a instrução do ato de concentração continua sobre as mesmas regras. Ou seja, a ANATEL executa a instrução e, posteriormente, envia ao CADE.

Outro ponto refere-se autonomia das agências reguladoras, que fica preservada para editar regulamentos, fiscalizações e anuências sem a necessidade de audiência de outras instâncias, no caso a CAE e o próprio CADE.

Encerradas as comunicações, cumprimentando as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, e os senhores que nos dão a honra com as suas presenças, vamos dar início a nossa audiência de hoje, que integra o Ciclo de Audiências Públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, “Agenda 2009-2015 Desafios Estratégicos Setoriais”.

Durante o mês de outubro, início de novembro, estamos realizando essas Audiências Públicas sobre o tema, como já foi aqui anunciado, o “Marco Regulatório do Pré-sal”, buscando discutir o mérito dos quatro projetos encaminhados ao Congresso Nacional pelo Presidente da República.

Realizamos nas últimas semanas três Audiências Públicas com a apresentação dos seguintes painéis: Painel, primeiro deles sobre o Regime de Partilha, referente ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009; o segundo Painel, também já realizado, A Criação da Petrosal, referente ao Projeto de Lei nº 5.939, de 2009; o Painel nº 3, Fundo Social, que aqui já me referi, referente ao Projeto de Lei nº 5.940/09; e a presente reunião, que dará continuidade ao Ciclo do Marco Regulatório do Pré-sal, com a apresentação do Painel nº 4, Capitalização da PETROBRAS. Pesquisa e lavra do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas, localizadas no pré-sal, referente ao Projeto de Lei nº 5.941, de 2009, e que contará esta audiência com os seguintes participantes, aos quais desde já agradeço a presença, e que aproveite

também e convidou-os para tomem assento à Mesa. São eles:

A Dra. Paula Kovarsky. Ela é Engenheira de Produção da PUC-Rio, possui MBA em Finanças pelo IBMEC-Rio. Lidera há três anos a área de Análise de Petróleo e Petroquímico no Itaú Securities. E ocupou várias funções na Shell, tendo atuado predominantemente no desenvolvimento de negócios ligados às áreas de Exploração e Produção e Gás Natural, acumulando dez anos de experiência na indústria de Petróleo;

O Dr. Eduardo Teixeira, Economista, Ex-Presidente da PETROBRAS, Ex-Ministro de Estado, e Sócio Diretor da Empresa Creta Planejamento;

O Professor Helder Queiroz Pinto Júnior, Professor do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ e Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble, na França;

E também o Dr. Ernani Torres, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Convido aos senhores palestrantes para que tomem seus assentos à Mesa.

Passo a palavra, para iniciar a nossa Audiência Pública, à Dra. Paula Kovarsky.

V. Sa. terá 20 minutos para fazer a sua explanação com cinco minutos de tolerância.

Como os Srs. Senadores já sabem, após as exposições, abriremos a palavra às Sras. e Srs. Senadores para fazerem as suas perguntas e indagações aos nossos palestrantes.

A lista de inscrição já se encontra sobre a mesa.

Com a palavra a Dra. Paula.

SRA. PAULA KOVARSKY: Em primeiro lugar em meu nome, e em nome do Itaú, eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar dessa discussão. Eu sou analista de *research*, analista de pesquisa da Itaú Corretora, e gostaria, principalmente, de trazer para vocês uma visão do mercado financeiro sobre a potencial capitalização da PETROBRAS.

Queria começar colocando um pouco o contexto dessa capitalização, no nosso entendimento, é claro. Em primeiro lugar a destinação dos recursos, que seria para compra dos direitos de exploração dos cinco bilhões de barris através da cessão onerosa; dizer que concordamos com a motivação técnica que está por trás dessa aquisição, na medida em que a gente entende que existem fortes indícios de que as recentes descobertas feitas pela PETROBRAS, em áreas já concedidas, se estendem, não é, os reservatórios se estendem além das fronteiras dos blocos em questão, e, portanto, haveria a necessidade de unitização, de

transformar os blocos já concedidos e blocos eventualmente não concedidos em uma única área de exploração; e que o desafio de desenvolver essas reservas num cenário onde parte do reservatório ficaria dentro de um contrato de concessão, e outra parte dentro um contrato de partilha da produção, poderia ser bastante complicado.

Do ponto de vista financeiro, entendemos que existe uma necessidade de reforço do balanço patrimonial da companhia, que possa, no futuro, permitir novas captações, no sentido de financiar o desenvolvimento do pré-sal, presente e futuro, sem comprometer os limites impostos pelo *Investment Grade* que a companhia possui. E a motivação do governo, que nos parece ser aumentar sua participação na companhia.

Com relação a alguns aspectos legais relativos à cessão onerosa – e, mais uma vez aqui, eu estou tentando trazer aquilo que eu escuto de investidores não só brasileiros, como investidores internacionais, com relação à capitalização da PETROBRAS.

Primeiro ponto, com relação às áreas unitizáveis, que ainda não foram licitadas. O que é levantado como questão nesse caso? Alguns apontam que os contratos de concessão atuais colocam a NP como árbitro de qualquer disputa, e, portanto, a NP para ceder essas áreas a qualquer outro operador, ela teria obrigação de licitar. No caso das áreas independentes, áreas que não são unitizáveis, também haveria necessidade de licitação.

A indústria de petróleo coloca o seguinte questionamento: que o governo estaria concedendo a uma empresa de capital misto, no caso a PETROBRAS, o direito de comprar essas reservas, sem prévia licitação. E acho que não há dúvida, sob nenhum aspecto, do potencial dessas reservas, e, portanto, a indústria, acho que gostaria também de ter o direito de comprá-las.

E por último a interpretação jurídica da cessão onerosa que... Então, eles colocam um questionamento sobre o fato de todo arcabouço jurídico estar baseado na possibilidade de o governo ir por um caminho diferente da concessão.

Coloco aqui, rapidamente, a estrutura da capitalização, como ela funcionaria. Nós temos a PETROBRAS aqui. O governo contribuiria com títulos de dívida pública. A PETROBRAS daria ao governo ações. Ao mesmo tempo em que fosse promovida essa capitalização, aos minoritários seria dada a possibilidade de contribuir com dinheiro e receber em troca, também, ações da companhia.

Num segundo momento, então, a PETROBRAS usaria esses títulos de dívida pública para comprar os direitos de exploração dos cinco bilhões de barris.

Acho que tem algumas coisas aqui que são premissas importantes para o entendimento dessa capitalização, e a principal delas é entender que o orçamento do governo para capitalização da companhia será igual a totalidade dos recursos necessários para a aquisição dos cinco bilhões de barris de petróleo. Ou seja, o governo exercerá o seu direito de subscrição de ações da PETROBRAS até o limite do orçamento necessário à compra desses cinco bilhões de barris, partindo do princípio de os títulos de dívida pública estarão lastreadas em reservas de petróleo.

Trago aqui, então, as principais questões levantadas pelo mercado. E acho que a principal delas é incerteza sobre o valor que será atribuído a estes cinco bilhões de barris.

E aqui eu listo questões técnicas: qual será o investimento; quanto custa para desenvolver cada um desses barris; qual será o custo de extração, chamado *Lifting Costs*; qual curva de produção será utilizada e, consequentemente, qual o fluxo de caixa advindo desse investimento; quais os potenciais ganhos de escala envolvidos; e se haverá ou não participação especial no caso da cessão onerosa.

Devo dizer a vocês que, na nossa visão, todos esses pontos que a geral qualifica como técnicos, são pontos que dificilmente, nem a PETROBRAS, nem o governo poderá fugir muito da experiência da indústria. É sabido o quanto custa, mais ou menos, o investimento para... quanto custa para produzir um barril de petróleo; o custo de extração também não pode variar numa escala muito grande; as curvas de produção de típicas. Portanto, nessa área aqui, nós entendemos que o argumento das práticas, das melhores práticas da indústria é extremamente válido, e dificilmente qualquer um dos atores poderá sair muito disso.

No lado das questões financeiras, talvez exista um pouco mais de controvérsia, uma vez que a percepção de risco do mercado pode eventualmente ser diferente da percepção de risco do governo. Isso traduz uma taxa de desconto, e pode haver algum ruído aí.

Algumas outras questões que são importantes do ponto de vista de governança corporativa. Essa transação é o que nós chamamos de uma transação entre partes relacionadas. A PETROBRAS está comprando um ativo do seu acionista controlador, e, portanto, eventualmente haveria a necessidade de que... os minoritários deveriam poder aprovar a valorização desses barris, de forma a garantir que a operação gera valor para PETROBRAS.

Existe uma dúvida sobre qual será o preço tenho de emissões das ações: se vai ser uma média histórica, se haverá um prêmio, se haverá um desconto, e, principalmente, se isso se torna uma questão recor-

rente. Ou seja, se eventuais futuras necessidades de financiamento da companhia podem recair no mesmo processo, ou seja, necessidades de futuras capitalizações.

O tamanho final da capitalização, uma vez que existe uma incerteza sobre a valoração dos barris, e, principalmente, qual a diluição que vai ser imposta aos acionistas que não desejarem ou não puderem subscrever – é uma questão importante; a capacidade de absorção do mercado financeiro do valor total dessa emissão – se isso de alguma forma diminuiu a liquidez do mercado, ainda que momentaneamente; de que maneira um fluxo de recursos estrangeiros poderia afetar a equação de câmbio no país hoje; e, por último, qual será a destinação do caixa oriundo da subscrição pelos minoritários – se os títulos de emissão dos governos serão utilizados para a compra dos cinco bilhões de barris, mas de que maneira será tratado a utilização do caixa que virá dos minoritários que desejarem subscrever a essa capitalização.

Acho que de tudo que eu disse a questão central gira em torno da valoração dos cinco bilhões de barris. Eu apresento aqui uma série de premissas utilizadas para fazer esse cálculo. Ressalto que são premissas e que dada a incerteza que existe em torno do pré-sal hoje, e o fato de ser uma nova fronteira... Quando me perguntam qual é a certeza que eu tenho sempre estes números, eu acho que a única certeza é de que provavelmente não serão eles ao final do dia. Porque acho que muita coisa precisa ser esclarecida, estudada, até que tenha uma certeza sobre quais são realmente esses números. Mas o objetivo desse *slide* é mostrar para vocês como essas premissas afetam sobremaneira a valoração dos cinco bilhões de barris.

Aqui, por exemplo, eu fiz em duas situações, então eu estou mostrando excluindo o pagamento de participação especial, conforme a proposta, e incluindo o pagamento de participação especial. Só essa diferença faz com que o valor quase dobre, indo de 4,3 dólares por barril para 7,5 dólares por barril. Mostro aqui a influência da taxa de desconto, que pode fazer com que isso varie também quase o dobro. E, principalmente, a influência da curva futura de barril que seja usada como premissa, a curva de futuro do preço de petróleo.

Então, eu chego no número de 4,3 dólares por barril para um petróleo futuro de 75 dólares. Mas se isso for 95, o número sobe quase que 50%.

E, de novo, eu queria ressaltar aqui o impacto da aplicação ou não da participação especial nessa conta. E isso torna a valoração destes cinco bilhões de barris em particular diferente da valoração de todas as reservas que a PETROBRAS já anunciou, e

que obviamente fazem parte das contas de todos os analistas que, como eu, têm a pretensão de analisar essa empresa.

Então, aqui, também, partindo das mesmas premissas e variando o que a gente de VLP por barril, o valor presente líquido por barril de petróleo cada um desses cinco bilhões, quando varia entre dois dólares e dez dólares, e, enfim, é um rende que a gente acha possível dentro de todas as considerações que foram feitas, a gente mostra o tamanho da capitalização, o orçamento que o...

Então, vamos aqui por ordem. O orçamento que o governo teria que ter para capitalizar. Então, se tiver ali naquele [ininteligível], por exemplo, de cinco dólares por barril, que é um número falado – nós estamos falando de 25 bilhões de dólares –, essa capitalização teria, no máximo, o tamanho de 78 bilhões de dólares. E aqui a gente basicamente está assumindo os 33% da PETROBRAS aqui e fazendo, estendendo isso a todos os acionistas minoritários o mesmo direito, e, principalmente, mostrando como pode variar a diluição imposta aos minoritários e a participação final do governo. Então, nós vamos aqui de 0 a 100% de participação, de aderência dos minoritários, e mostramos como pode variar a participação do governo na PETROBRAS ao final do dia.

E acho que aqui tem uma conclusão interessante, que essa participação não chega a 50% em nenhum dos casos estudados, a menos que o valor dos barris suba muito.

Por outro lado, nós entendemos que o efeito dilutivo, ele é razoavelmente limitado, principalmente quando a gente fala de questões técnica. Por que eu estou dizendo isso? Só para pegar um exemplo. O governo ou PETROBRAS terão que trabalhar com o mercado, falar para o mercado quais são, por exemplo, as premissas de investimento que vão suportar a avaliação dos cinco bilhões de barris. Nós entendemos que na hora que isso foi feito, muito provavelmente essas premissas vão também impactar a forma como cada um dos analistas incluem dentro da sua valoração de PETROBRAS os outros 10 a 16 bilhões de barris que a empresa já anunciou como reservas potenciais. Então, de certa maneira, as premissas que foram utilizadas, utilizadas para valoração dos cinco bilhões, se forem premissas razoáveis, muito provavelmente elas afetarão também o preço das ações. E, portanto, há uma certa proteção quando falamos de diluição. Entendemos, então, que provavelmente a maior risco para os minoritários está na taxa de desconto, se houver uma discrepância muito grande entre a percepção de risco do governo e a percepção de risco dos acionistas minoritários.

Aqui, eu faço uma pequena pausa para mostrar as necessidades financeiras da PETROBRAS, não com o objetivo de dizer que ela precisa, mas, sim, tentando mostrar que, primeiro: toda a capitalização feita pelo governo, que será feita em títulos públicos, ela nada mais é do que uma capitalização contábil. Não há caixa entrando na PETROBRAS. Mas, mesmo assim, ela aumenta o patrimônio líquido da companhia e permite novas captações no futuro. Então, essa linha azul é o limite de endividamento imposto pelo endividamento imposto pelo *Investment Grade*, de 35%; a linha amarela é o endividamento projetado sem uma capitalização. E nós vemos aqui que já no meio de 2010, óbvio, dependendo das premissas de preço de petróleo, que são uma incógnita, por enquanto, a PETROBRAS pode ter problema para aumentar o seu endividamento por conta do *Investment Grade*.

E mostramos, então, que ao fazermos uma captação de 50 bilhões de dólares, esse risco fica, ele é levado para um momento mais longe no tempo, onde, eventualmente, já existe geração de caixa dos projetos de pré-sal, e isso permitiria um endividamento maior da companhia. E, de fato, ela precisa ao longo dos próximos 3, 4 anos, principalmente enquanto o pré-sal é apenas investimento e não gera caixa, captar recursos materiais no mercado financeiro.

E aqui, antes de partir para as conclusões, eu queria mostrar um pouquinho a dimensão dessa capitalização. O que são os potenciais 50 bilhões de dólares ou 100 bilhões de reais que tanto foram falados na imprensa e pelo próprio governo? Essa capitalização da PETROBRAS pode ser maior do que o PIB do Uruguai; ou da Bolívia; Paraguai, Suriname e Guiana juntos; ela pode ser de ordem de grandeza maior do que o investimento externo direto que entrou no Brasil a cada ano, nos últimos nove anos. Em momento nenhum dos últimos nove o investimento direto estrangeiro no Brasil ultrapassou os 50 bilhões de dólares.

Falando um pouquinho das dimensões do mercado. Aqui eu tenho uma lista com o valor de mercado das maiores empresas listadas em Bolsa. Acho que é interessante olhar isso aqui. Isso aqui é o volume médio diário negociado em Bolsa de cada uma dessas empresas. Só para mostrar que uma capitalização de 100 bilhões significa, do ponto de vista de *trading*, de negociações diárias da PETROBRAS, algo como 141 dias. Equivale ao volume de ações negociadas da PETROBRAS em 141 dias. Então, é um volume importante, que do ponto de vista do mercado financeiro tem que ser tratado com cuidado.

Então, concluindo, como eu disse no início, sob o ponto de vista técnico, nós entendemos que os cinco bilhões de barris, a compra dos cinco bilhões de barris

mediante cessão onerosa são necessários para que a PETROBRAS possa desenvolver as reservas que hoje já estão em seu poder, já foram licitadas, dada a necessidade de unitização. Existem questões que vem preocupando o mercado financeiro, principalmente o tamanho da capitalização, e mais ainda, o valor atribuído aos cinco bilhões de barris de petróleo, para que isso gere valor para a companhia no futuro.

Além disso, óbvio, o mercado se pergunta qual o impacto no mercado de capitais dado esse número, que assusta um pouco, não é, do tamanho da capitalização corresponder a 141 dias de negociação de papéis da PETROBRAS em Bolsa. E também um eventual impacto no câmbio advindo de uma subscrição maciça de investidores estrangeiros. E, por último, e não menos importante, se, de fato, a parcela importante dessa capitalização, a contribuição do governo, a subscrição do governo, nada mais é do que uma subscrição contábil, na medida em que não há injeção de caixa, a PETROBRAS terá que voltar ao mercado para fazer nossas captações no futuro para financiar o seu programa de investimento, e é importante que as questões levantadas pelo mercado sejam, de alguma forma, levadas em consideração no processo de capitalização da maior empresa e mais importante empresa brasileira na Bolsa. E, uma empresa, eu posso dizer a vocês, do contato com investidores estrangeiros, que tem uma abrangência impressionante do ponto de vista global. A quantidade de investidores globais, investidores de mercados emergentes, investidores dedicados à petróleo que têm hoje posição relevante na PETROBRAS é enorme.

Então, é importante que tudo isso que foi construído seja preservado, para que essas pessoas continuem investindo na PETROBRAS. Era isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Paula Kovarsky, pela sua explanação, e passaremos imediatamente a palavra ao Dr. Ernani Torres, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do BNDES.

V. Sa. tem 20 minutos para sua explanação.

SR. ERNANITORES: Antes de mais nada, agradecer muito o convite para participar dessa Mesa.

Eu venho trabalhando com petróleo há mais ou menos dez anos: originalmente no BNDES, depois na NP, e depois, também, como acadêmico. E a partir do convite – onde muda? – eu identifiquei três assuntos que eu acho que podiam ser interessantes da gente conversar rapidamente hoje aqui.

Um é: por que o petróleo é diferente das outras mercadorias? O que faz... O que de particular ele tem que ele merece um tratamento diferente?

O segundo ponto seria a situação das empresas de petróleo. O que elas têm de específico? O que a PETROBRAS têm dentro desse conceito? Quais são os desafios que elas estão atravessando hoje, que situação elas vivem hoje?

E, para terminar, eu pensei em discutir também, rapidamente, a importância que o petróleo tem hoje para a economia brasileira e as perspectivas disso para os próximos anos. Vamos em frente?

Acho o que primeiro quadro para a gente analisar é o fato de que o petróleo é, desde a Segunda Guerra, e até hoje, a principal fonte de energias do mundo. Ela vem perdendo peso ao longo dos últimos anos, principalmente para o gás natural, mas ela é a fonte energética mais importante do mundo.

Entretanto, não é isso que traz no petróleo o que lhe atribuiu o valor estratégico. Se fosse assim a lenha teria sido uma fonte de energia importante, teria sido importante estrategicamente no século 19, ou carvão, e não foram. Pode, por favor.

Eu acho que esse quadro, ele mostra o balanço energético dos Estados Unidos, ele aponta algumas coisas interessantes. Quando a gente olha o petróleo, a gente vê que 71% da demanda de petróleo nos Estados Unidos vem de setor de transporte, e que 95% da demanda de energia do setor de transporte vem de petróleo. Ou seja, quando nós estamos falando em petróleo, nós estamos falando transporte; quando nós estamos falando em transporte, nós estamos falando em petróleo.

Sem dúvida nenhuma ser a fonte de energia do setor de transporte no mundo globalizado como o de hoje dá ao petróleo uma atribuição diferente. Sem petróleo, a globalização não teria sentido, a divisão do trabalho internacional, o comércio entre os países, ou mesmo o deslocamento entre as cidades.

Entretanto – podia seguir em frente. Em frente, por favor. –, quando a gente olha na história a importância do petróleo vem do transporte, sim, mas ela está basicamente ligada ao fato de o petróleo ser a fonte de energia mais eficiente do ponto de vista militar.

Em 1911, a Marinha Britânica decidiu mudar a sua base de energia do carvão – que eles tinham na Inglaterra – para o petróleo. Por quê? Porque os navios a petróleo eram mais rápidos, mais suficientes e mais econômicos. Quando eles estavam se preparando para uma guerra com a Alemanha, houve uma decisão estratégica de tornar a Marinha Inglesa dependente de petróleo. E para isso eles fundaram uma empresa estatal britânica – à época algo inusitado – para tomar conta de um de uma reserva específica de petróleo, no Irã, para que a Inglaterra não ficasse dependente dos

Estados Unidos ou da Holanda, que eram os grandes produtores de petróleo na Indonésia.

A Segunda Guerra tornou o petróleo ainda mais importante. Aquela fotografia mostra a famosa cena de Paris, quando os... na Primeira Guerra os alemães estavam à beira de Paris. Os generais franceses já tinham desistido, quando um general teve a ideia de pegar os táxis de Paris e levar o exército para o frente. Então, é o famoso Táxis do Marne, em que... é o episódio em que a infantaria motorizada foi criada. E assim por diante, depois submarinos, dirigíveis, etc. Vamos em frente.

A Segunda Guerra, ela é uma guerra que a gente pode fazer uma leitura basicamente sobre petróleo. O ataque japonês a Pearl Harbor foi uma tentativa desesperada dos japoneses de poderem ter acesso à fonte de petróleo própria na Indonésia. E depois a guerra toda no Pacífico dos americanos foi destruir os petroleiros japoneses. Da mesma maneira, se a gente olhar os alemães, a tentativa de invasão da Rússia por Hitler, e depois no Norte da África, também era uma busca desesperada por uma fonte segura de petróleo. Vamos em frente.

Essa foto é uma foto interessante, é uma foto em que o Presidente Roosevelt, americano, vindo de Yalta, no Irã, para no Mar Vermelho para ter uma conferência com o Rei da Arábia Saudita. E aí é um acordo importante, que vem até hoje, em que a Arábia Saudita, que tinha uma pendência com os ingleses, tinha interesse na proteção americana militar, e os americanos tinham interesse estratégico, porque tinha ficado claro para os americanos ao final da Segunda guerra que o controle da oferta de petróleo no mundo era uma arma extremamente importante do ponto de vista militar. Não porque os Estados Unidos precisassem de petróleo, eram os maiores produtores, eram autossuficientes até o início dos anos 50, mas por que eles tinham certeza pela experiência da Segunda Guerra que o controle das fontes de acesso ao petróleo tinha sido extremamente importante como instrumento de guerra. Vamos em frente.

Se a gente olhar praticamente todos os grandes conflitos depois de 45, eles todos estão envolvidos em questão de petróleo. Mesmo a derrubada da União Soviética, o petróleo teve um fator muito importante na desestabilização do Governo Gorbachov com a descoberta do petróleo no Mar do Norte, e o uso disso para deprimir os preços no mercado internacional. Vamos em frente.

O que mudou desse cenário? O que mudou desse cenário é que a partir dos anos 50 os americanos se tornaram aí, sim, dependentes de fontes externas de petróleo. Hoje a dependência americana é da ordem

de 60%. Ou seja, 60% das necessidades americanas dependem de petróleo importado. E isso faz com que a preocupação americana tenha mudado um pouco. Por favor.

Eles estão não só preocupados em controle das fontes de petróleo por razões de segurança militar, mas também – em épocas de guerra – pelo acesso... A disponibilização de petróleo passou a ser uma questão relevante, a disponibilização corrente. A garantia do suprimento do mercado global passou a ser importante, não só do ponto de vista da segurança global, mas também da segurança americana. Se vocês olharem, todos aqueles países em torno do Irã com aquelas bolinhas parecendo a bandeira americana, são países que hoje detêm bases americanas na área, bases que não existiam até os anos 90. Até a Guerra do Golfo não existia base americana na área do Golfo. Daí em diante toda essa rede de base foi montada por razão de garantir a segurança da área.

Se a gente olhar em perspectiva, esse quadro não tende a se alterar... tende a se alterar no sentido de se tornar mais acentuado. O petróleo vai continuar sendo a principal fonte de energia, o setor de transporte, não há nenhuma perspectiva tecnológica de mudança radical, e a demanda de petróleo continuará sendo pressionada, principalmente porque a China, aí sim, vem entrando nos últimos anos como um grande demandante. Vamos em frente, por favor.

As empresas são muito interessantes também nesse mercado. A gente às vezes não percebe, mas elas nascem junto com o mercado nas grandes áreas produtoras. Nos Estados Unidos, surge a [ininteligível] que hoje é a Exxon(F); no Irã, a *British Petroleum*, que está aí a BP; e na Rússia e na Indonésia, a *Royal Dutch Shell*, que estão aí até hoje. Portanto, nós estamos tratando de grandes empresas, centenárias, extremamente estável, com enorme capacidade de conviver em qualquer ambiente. E o petróleo normalmente não dá em ambientes muito simples. Normalmente ele dá em lugares bastante estranhos: cheio de gelo, no meio do deserto, debaixo de guerra, e assim por distante.

Nos últimos anos, essas empresas atravessaram um processo extremamente intenso de concentração. Elas já eram grandes, e hoje são basicamente dominadas pelas empresas, as chamadas *majors* são basicamente as seis que estão aí na tela. Se nós compararmos com os dados da PETROBRAS, a gente pode ver que a PETROBRAS terá hoje o porte por baixo de quaisquer dessas *majors*, então ela encosta em alguns dados, mas ela é uma empresa pequena, comparativamente às *majors*. Vamos em frente.

Quando a gente olha hoje, no ano de 2009, o *ranking* das 15 maiores empresas não financeiras no

mundo, essas empresas hoje representam 8 das 15 empresas mais importantes do mundo em termo de valores ativos, são empresas de petróleo. Ou seja, o *business* do petróleo é um *business* grande, é grande, e continuará sendo assim. Vamos em frente.

Um dos grandes problemas do mercado de petróleo hoje é o fato de que, desde os anos 60, a participação das mesmas, o controle das mesmas sobre as reservas de petróleo diminuiu radicalmente. Em 70, elas controlavam alguma coisa como 85% de todas as reservas. Hoje elas controlam apenas seis.

Como vocês pode ver naquele quadro, o controle delas sobre os derivados é muito grande, o controle de produção e refina é grande, mas o controle delas sobre as reservas é muito pequeno. A maior parte das reservas hoje estão muito concentradas no mundo nos países do Oriente Médio, e estão sob o controle das empresas estatais. A produção dessas empresas está estagnada há dez anos. Eles não conseguem, apesar de toda a disponibilidade financeira, a escassez de áreas de investimento em reservas, eles não conseguem crescer a participação deles em termos de produção. Absolutamente não tem nada que ver com rentabilidade. Eles são extremamente rentáveis e continuam crescendo o faturamento exponencialmente. Vamos em frente.

A PETROBRAS nesse cenário, ela ocupa a 15ª posição. Isso é um *ranking* que está montado, incluindo [ininteligível], refina, etc., mas ele dá, é representativo do tamanho da PETROBRAS nesse mercado. Vamos em frente.

Aqui são alguns quadros que eu preparei, onde a gente percebe a posição da PETROBRAS hoje e a posição da PETROBRAS em 2020, se as projeções para 2020 fossem hoje. Para ter uma ideia um pouco do que significará esse programa exploratório que temos em vista. Hoje, a PETROBRAS, em termos de produção de petróleo, ocupa o 11º lugar. Se a produção esperada(F) era em 2024,3, ela seria a terceira maior produtora do mundo de petróleo. É um ganho de escala nada desprezível. Vamos em frente?

Em termos de reservas, hoje ela é 17ª, vai se tornar a 8ª, a maior de todas as... se nós fizermos a comparação entre as *majors*. Vamos em frente.

Se ela é pequena, aquelas duas, em termos de despesa de capital, hoje a PETROBRAS já é a terceira maior investidora entre as empresas no mundo. Aí ela não é nada pequena. Mais um, por favor.

E é a empresa, que por causa das reservas que dispõe no seu programa exploratório, é a empresa que tem a maior pressão sobre o caixa relativamente nos investimentos. Isso é o primeiro lugar no mundo é a PETROBRAS.

Tudo isso que a gente está falando tende a se acentuar com as perspectiva que só ela tem, e o Brasil, hoje em dia, é uma perspectiva muito particular no mercado de petróleo. Quer dizer, poucos países hoje fora das áreas antigas no Oriente Médio têm uma reserva de petróleo aberta ao mercado como nós. Vamos em frente.

Vamos olhar um pouquinho o Brasil. O Brasil atravessou nos últimos anos o seu maior e mais intenso ciclo de investimento desde os anos 70. Durante 14 trimestres, o investimento cresceu pelo menos duas vezes e meio acima da recebida. Foi o mais robusto, e, ao final, estávamos crescendo a ordem de 7%, com o investimento crescendo a 20%, até a crise de setembro do ano passado.

Só para dar uma ideia aos senhores, a PETROBRAS, e, portanto, o setor de petróleo – 25% dos recursos que estão aqui não são PETROBRAS – é o setor que mais investiu. Quer dizer, uma parte importante desses ciclos de investimento brasileiro chama-se petróleo. Tamanho da PETROBRAS, relativamente aos outros setores, e aí o setor de petróleo relativamente aos outros é muito grande. Vamos em frente.

Se a gente olhar para os próximos quatro anos, dados que nós temos lá no banco, mostram que isso aí tende a se acentuar ainda mais. Quer dizer, a importância do petróleo, como setor, fonte de investimento para o Brasil nos próximos anos tende a crescer ainda mais. Correto?

Enquanto os investimentos em infraestrutura e indústria tendem a crescer 8% ao longo dos próximos quatro anos, os investimentos em petróleo tendem a crescer 10% sobre aquela posição que a gente já tinha. Isso faz com que a PETROBRAS hoje represente 8,5%, mais ou menos, de toda a formação bruta de capital no Brasil, e que em 2013 ela vai representar 13% de toda a formação de capital brasileiro.

Há uma concentração enorme desse crescimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ERNANI TORRES: É 8,6, se não engano. As nossas estimativas indicam que a PETROBRAS exporta 8,6, e dado o programa exploratório, ela vai ser 13,3. Vamos em frente.

A importância de eu estar trazendo investimento, em particular, está ligado ao fato de que o grande benefício do setor petróleo para a economia, para o emprego, para a tecnologia está exatamente ligado à atividade exploratória. É na atividade exploratória de desenvolvimento dos campos, que você está gerando tecnologia, que você está comprando bens e serviços intensamente, que você está gerando empregos.

Os estudos que nós fizemos indicam que, hoje, para cada, para os 100 bilhões de dólares que a PETROBRAS deverá investir nos próximos quatro anos, o impacto indireto que isso tem é mais ou menos de um para um, são 97,1. Ou seja, para cada um que ela coloca, ela vai gerar o faturamento adicional para outras empresas da ordem de um para um. Ou seja, a importância estratégica desse processo, do ponto de vista do Brasil, é ímpar, no nosso ponto de vista.

Para concluir. Primeiro: petróleo não é uma mercadoria qualquer, seu prêmio estratégico é grande, e vai aumentar. Num país que tem reservas do tamanho das brasileiras, num mundo hoje que está fechado, que tem um desequilíbrio entre reservas e produção da ordem que tem, é uma oportunidade única. Isso não acontece duas vezes no mesmo lugar.

Segundo: a competição é feita por grandes empresas, que são detentoras de recursos financeiros, mas que não detém reservas. A PETROBRAS é, talvez, a única empresa que tem hoje a possibilidade de [ininteligível] ao posto, de uma maneira integrada, e tornar-se uma grande exportadora.

Existe uma necessidade urgente no mundo, e esse é um dos dilemas e desafios do mercado. Como trazer os recursos que estão hoje nas empresas e no mercado para as reservas? E as reservas estão nas mãos das empresas estatais, que, normalmente, não têm a disponibilidade de recursos nem tecnológicos, nem humano, nem financeiros para tocar para frente se colocar em produção as reservas que têm.

Terceira coisa: as empresas compram serviços de investimento e equipamentos globalmente. Se a gente olhar a experiência brasileira é muito clara. O impacto que as empresas estrangeiras tiveram no Brasil em termos de geração de emprego e renda foi muito baixo. Vamos em frente.

O Brasil vai se tornar, e é hoje, uma das principais zonas de expansão de petróleo no mundo. O impacto disso para a economia brasileira é monumental. Isso já se reflete nos investimentos que o setor de petróleo fez nos últimos quatro anos, e vai se repetir, ainda muito mais forte, nos próximos quatro anos. O impacto dinâmico disso se dá durante a fase de exploração e produção, e é aí que se gera tecnologia, emprego e renda. E se essa empresa não tiver, se essas empresas, que forem [ininteligível] não tiveram diretamente ligadas à cadeia de produção nacional, o impacto disso sobre a economia brasileira será pífio.

A existência de uma grande brasileira, de uma grande empresa brasileira em [ininteligível] é fundamental, do ponto de vista da concorrência de mercado. Se você não for grande e capaz de enfrentar concorrência, você não tem nenhuma capacidade de comando. Do

nosso ponto de vista, para que a PETROBRAS possa cumprir isso, é necessário que ela seja uma empresa financeiramente forte, com uma relação [ininteligível], ou seja, uma capitalização extremamente importante. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Ernani Torres. Passo a palavra ao Dr. Helder para sua explanação. V. Sa. tem 20 minutos para fazê-la.

SR. HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR: Boa-noite a todos. Queria em primeiro lugar agradecer a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado pelo convite, e também pela oportunidade de a gente ter um debate sobre um tema que é extremamente complexo tanto do ponto de vista técnico, tanto do ponto de vista econômico, e até, obviamente, do ponto de vista político, daí essa motivação de a gente ter esse conjunto de Audiências Públicas. Eu, particularmente, pude assistir duas das três anteriores e acho que vários pontos foram esclarecedores. Eu acho... gostaria também de dar a minha contribuição para a gente poder ter um debate de bom nível, como foram os outros, e poder avançar na discussão de uma questão que, como foi dito aqui, é tão relevante para o país. Para isso, o plano da apresentação, ela está dividida em cinco pontos, apesar de serem breves.

Eu parti de algumas premissas, que eu acho que a geral deveria considerar nesse momento, com relação a essa nova fase da indústria do petróleo no Brasil. Depois discutir um pouco do ponto de partida da reforma e o do contexto no qual tem se dado a elaboração dos projetos de lei. Depois uma visão geral de alguns aspectos do marco regulatório, sem me estender, mas apenas aqueles elementos que eu acho que sejam úteis para o último ponto que é o exame específico de alguns elementos do Projeto de Lei de Capitalização e Cessão Onerosa. Então, vamos lá.

Com relação às premissas, o que eu considero, de certa forma, importante nessa nova fase da indústria do país, da indústria de petróleo no Brasil, em primeiro lugar a gente tem que ter uma sustentabilidade dos investimentos, dado que o programa de investimento que se anuncia aí – o Dr. Ernani acabou de dar os números com relação à formação bruta de capital fixa –, são extremamente elevados. Para isso você tem que preservar o papel da PETROBRAS, que é a empresa líder do setor no Brasil, e também das demais empresas que ingressaram no setor recentemente, a partir da mudança do marco regulatório que ocorreu em meados da década de 90, primeiro com a Emenda Constitucional nº 9, em 1995; e, depois, com

a própria Lei 478, que criou a ANP, e que estabeleceu os traços marcantes do marco regulatório e do regime de concessão que está em vigência.

Segundo aspecto que eu considero fundamental como premissa nesse debate é que os projetos deveriam buscar, tentar minimizar o tempo de colocação em produção dessa área que é dominada hoje o pólo pré-sal da Bacia de Santos. Até porque petróleo no fundo do mar, ou debaixo da terra não tem valor. Então, por essa razão, é fundamental que esse tempo seja minimizado. E aí eu voltar esse ponto, dado que, na minha opinião, o problema técnico mais importante diz respeito à questão das áreas que são adjacentes aos blocos onde a taxa de sucesso da exploração já tem sido bastante elevada.

Terceiro lugar tentar uma repartição equilibrada da renda petrolífera, respeitando os parâmetros de risco e prêmio, dado esse marco das novas descobertas. Em seguida, não esquecer que existe... Na verdade, hoje, aqui a gente está tratando de um tema nacional, mas que o pré-sal é uma nova fronteira de exploração para a indústria petrolífera mundial. Não existe nenhuma nova área tão promissora no mundo em termos de perspectivas de incorporação de novas reservas. E que além dos impactos inerentes ao próprio setor energético, envolve a necessidade de uma articulação com um conjunto de políticas, como a política macroeconômica, política industrial, política tecnologia, ambiental, e mesmo a política externa, como também foi falado aqui, o tema da geopolítica do petróleo sempre foi central para essa indústria.

Então, com relação a ponto de partida do contexto da elaboração dos projetos de lei, eu gostaria de lembrar que a reforma de meados dos anos 90 foi realizada, naquele momento, a partir de um diagnóstico que, eu, particular, considero correto, só que a PETROBRAS sozinha não teria condições de explorar o potencial petrolífero no Brasil. Daí a necessidade de abertura desse segmento de *upstream* do setor de petróleo. A partir daí, e dada a experiência acumulada anteriormente pela própria PETROBRAS, e o sucesso que ela já vinha obtendo em águas profundas, várias novas empresas chegaram e se consorciaram com a PETROBRAS, até por efeito de aprendizagem com relação à exploração do *offshore*, e, nesse momento, se revelou, digamos, a forma mais usual de cooperação entre as empresas, a formação de consórcios onde o PETROBRAS, muitas vezes, na maioria delas, era a empresa operadora principal.

Eu lembro que o Campo de Tupi, que é o campo mais emblemático desse processo do pré-sal, é fruto desse modelo. Na verdade, isso possibilitou a PETROBRAS ampliar o seu raio de ação exploratória, e o Cam-

po de Tupi, em parceria com a BG e com a Petrogal, empresa portuguesa, se constitui como um elemento da virtuosidade desse regime que se revelava ali muito bem sucedido. Daí essa descoberta extraordinária que a gente teve com a taxa de sucesso de perfuração nunca antes visto numa área tão pequena.

Isso tem levado, então, essa necessidade de modificar o marco regulatório pelas razões técnicas que a gente vai discutir já, já, mas eu queria lembrar que essas mudanças ainda estão sendo realizadas num contexto que eu dominaria de informação ainda incompleta e assimétrica. Incompleta, porque a gente ainda não consegue delimitar a extensão de todos os reservatórios, o grau de interconexão das reservas em cada bloco; e evidentemente assimétrica, porque as empresas que ali operam têm mais informação que as demais.

Então, na verdade, o que a gente está discutindo, essa área aqui toda que vem daqui até embaixo, é a área do pré-sal. E essa área menor, aqui, marcada, esse feijãozinho que está aqui marcado, é esse pólo pré-sal da Bacia de Santos. Por favor.

Fazendo um zoom nesse feijão, aqui a gente tem uma série de blocos, onde essa taxa de sucesso foi muito grande. Mas como vocês podem ver, existem áreas ao lado desses blocos onde não foram desenhados blocos, portanto, são áreas denominadas adjacentes aos blocos, mas que não foram concedidas, e que, portanto, pela Constituição, ainda pertencem à União. Daí a dificuldade, do ponto de vista regulatório – pode passar –, da gente conseguir lidar com um problema que passou a ser novo, que era um problema de você ter ocorrência de uma probabilidade elevada de presença de óleo e de gás nessas áreas adjacentes não concedidas, em volumes onde as regras de unitização existentes ainda não estavam prontas para você lidar com um volume de unitização tão grande. A unitização significa você chegar a um acordo entre proprietários diferentes de blocos com relação ao programa de desenvolvimento da produção. Então, como esses reservatórios podem estar conectados, nesse caso vai ser necessário um processo de unitização, com áreas que ainda não tinham sido concedidas. Nesse caso, para comprovar a extensão do reservatório pode ser necessário ainda fazer novas perfurações nessas áreas não concedidas. E o arcabouço regulatório apresentava, então, algumas lacunas com relação à complexidade dessa área do pré-sal, e não conseguia, por exemplo, ao contrário do que muitos colocam em determinados debates, minimizar o tempo de colocação da produção desse pólo do pré-sal da Bacia de Santos, que é uma das premissas que eu levantei no início. Por quê?

Porque o regime de concessão atual apesar de, como eu acabei de falar, ter a virtude de ter possibilitado esse descobrimento tão extraordinário, ele envolve fases muito longas de exploração. Então, vamos supor que se mantendo o regime de concessão, a gente teria que licitar essas áreas, colocar um bônus de assinatura, que seria bastante elevado, mas deveríamos esperar o cumprimento total do programa de exploração mínimo, que poderia ser levado entre três a oito anos.

Para que os senhores saibam, o bloco de Tupi, de novo, que é mais emblemático, foi licitado em 2000. Estamos em 2009, na fase de testes, e provavelmente a sua produção terá início em 2014. Isso poderia acontecer em outros blocos a serem definidos, dado o regime de concessão atual. Então, na realidade – podemos passar adiante –, existia essa lacuna regulatória no marco anterior. Vamos em frente.

Então, a visão geral do novo marco, na verdade, na nossa avaliação lá no Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da UFRJ, não existe nenhuma evidencia empírica de que o regime fiscal seja intrinsecamente superior a outro. Ou seja, a questão da concessão *versus* a partilha, na verdade, é uma falsa questão. Se a gente perguntar para as empresas de petróleo, as empresas vão responder imediatamente que elas atuam e operam internacionalmente em países com regimes distintos. Cada regime contratual tem suas vantagens e desvantagens. E, obviamente, não é possível dissociar o desempenho dos regimes fiscais da qualidade do ambiente jurídico institucional de cada país. O que eu estou querendo dizer é que existem bons regimes de concessão, e regimes de concessão que não são tão bons. E regimes de partilha que são bons e outros que não são bons.

Então, e mundo a fora, hoje a gente tem assistido o Cazaquistão, que é uma, digamos, a segunda grande hoje fronteira petrolífera. O regime lá hoje é híbrido. Então os contratos de partilha podem funcionar se forem bem elaborados e bem executados. Por favor.

Então, com relação aos principais objetivos do projeto de lei, a nós parece que o governo tenta aumentar o controle estratégico do estado sobre o setor petrolífero, tendo o maior controle sobre a propriedade dos recursos. A meu ver está praticamente explicitado nas propostas. E ter também o controle maior sobre o ritmo de exploração e produção, visando ainda a maximização das participações governamentais. Em termos gerais o regime de partilha pode ser aderente a esses dois objetivos, sem esquecer que o regime de concessão não será extinto, o regime de concessão permanecerá válido.

Além disso, existe agora um conjunto grande de mecanismos de controle estratégico, como o próprio...

que estão dentro do próprio MME, e dentro do CNPE, do Conselho Nacional de Política Energia, dentro da ANP – por favor, pode avançar – dentro da própria Petrosal – não vou me estender aqui que foi objetivo de uma Audiência Pública – e, obviamente pela PETROBRAS e por sua participação como operadora.

Existe, com relação a esse último aspecto da visão geral do novo marco que está sendo proposto, eu gostaria de externar aqui algumas preocupações. Em primeiro lugar, acho que existe um debate, que muito embora seja legítimo, é muito antecipado com relação à distribuição de *royalties*, dado que nos blocos atuais vão permanecer as regras contratuais que estão vigentes. Então, a gente estaria falando de áreas futuras dentro do pré-sal. Depois acho que o foco, como eu já falei, deveria ser centrado nas condições que vão permitir a gente acelerar os programas de produção, e das áreas atuais e de exploração das futuras áreas. Depois a definição desse ritmo de exploração e produção de novas áreas a serem exploradas.

E minha última preocupação diz respeito à participação da PETROBRAS como operadora de todos os campos. Eu acho que existem já mecanismos de coordenação que permitem, do ponto de vista do estado, ter o controle, como eu falei antes, e assegurar aqueles objetivos, mas entendo que a PETROBRAS deve permanecer como operadora única pelas razões de unitizações dessas áreas adjacentes não concedidas no pólo do Pré-sal, porque isso envolve o tema de logística, de escala ali naquelas operações. Mas a área do pré-sal é uma área muito extensa, e eu não tenho certeza de que isso seria bom para a PETROBRAS. Seria bom para a PETROBRAS estar presente em toda a área do pré-sal, até porque a empresa poderia vir a abortar outros investimentos no Brasil e no exterior.

Então, se a gente reparar bem, a área do pré-sal é toda essa área aqui. A gente está falando da unitização dessas áreas adjacentes a esses blocos. Mas a gente – pode dar um clique, por favor –, a gente pode ter também áreas lá no Norte, digamos, do pré-sal – pode dar outros cliques – aqui, aqui, aqui, acolá, onde, nessas áreas, o risco de exploratório não é o mesmo risco exploratório que a gente percebe nesse *cluster* agora.

Então, forçar a PETROBRAS a ser a empresa operadora em todas essas áreas futuras não me parece... Essa estratégia impositiva não me parece que seja a adequada, até porque você pode vir a forçar a empresa em determinados momentos a fazer investimentos que ela não gostaria eventualmente, ou não estar estaria preparada para ter. Além do que, a PETROBRAS tem um programa de investimentos que vai além da exploração, e tem um processo de internacio-

nalização que tem se destacado como importante, e, por essa razão, ela já tem um esforço de investimento bastante elevado. Pode ir em frente.

Com relação, nesses últimos cinco minutos, aos aspectos principais do projeto de lei, eu acho que existem algumas questões-chave para o financiamento de toda essa área do pré-sal. Primeiro, evidentemente, a própria capacidade de investimento da PETROBRAS, que depende da evolução das receitas dos projetos correntes, da sua capacidade de endividamento e do próprio papel das empresas internacionais, que poderão ser consorciadas ou não, e que podem largar a capacidade de investimento. Pode passar.

Também da qualidade da regulação setorial, dos arranjos institucionais que vão ser criados a partir de agora, bem como da atratividade do sistema fiscal. Algumas premissas são importantes quando a gente considera investimentos na indústria – tanto a Dra. Paula, como o Dr. Ernani já me pouparam um pouco desse tempo –, indústrias muito concentradas. Existe hoje essa polaridade entre as empresas estatais e as *super majors*: as estatais concentrando os recursos e as reservas; e as *super majors*, muito importantes no papel da inovação para o investimento. E um padrão de financiamento que não olha o preço do petróleo no dia, mas que, evidentemente, a motivação de investir acompanha a evolução do preço do petróleo.

Na área de exploração, a praxis da indústria de ter um elevado nível de autofinanciamento. Ou seja, é difícil os bancos aportarem recursos para a exploração. Uma vez identificadas as reservas, aí, evidentemente, até os bancos vem e correm para financiar, mas, evidentemente, que, como não tem um ativo tangível, normalmente a prática, historicamente da indústria é de ter um elevado nível de autofinanciamento para esses projetos. Então – podemos passar porque isso já foi destacado.

Então, se a gente colocar um *zoom* no ano passado, quando a gente teve o auge da crise econômica, que acabou dando um susto em várias empresas, e as empresas de petróleo também tiveram lá seus problemas. A própria PETROBRAS teve um problema de caixa sério, no ano passado. O BNDES ajudou, a Caixa Econômica Federal ajudou, etc. E, efetivamente, isso não está dissociado do esforço enorme que a PETROBRAS vem fazendo em termos de investimento, como a gente vai ver nos números já, já.

A PETROBRAS, só para antecipar, é uma empresa que investe 100 milhões de dólares por dia. É um esforço de investimento de 36 bilhões de dólares/ano. Isso é altamente significativo para o país. Daí esse número ser tão importante para a formação bruta de capital fixo para o Brasil.

Então, após a grande alta que a gente teve dos preços de petróleo no primeiro semestre do ano passado, chegou ao pico de 145, depois a queda do preço assustou muita gente; teve um impacto negativo na geração de caixa de livre de muitas empresas; tornou difícil, pelo menos houve um freio com relação às possibilidades de financiamento via emissão de títulos naquele momento; e as linhas de crédito ficaram mais escassas e disputadas.

Então, os estudos, eu quero colocar esse contexto, para lembrar que os estudos para o reforma do marco regulatório, eles foram realizados muito nesse ambiente, sob tais circunstâncias de crise e incertezas. Aqui, nesse gráfico, como a gente observa, agregado; nessa primeira linha aqui, a evolução recente do caixa das *majors* e da PETROBRAS, mostrando aqui o probleminha, problemão que ela teve o ano passado com relação ao seu caixa. Muito embora o preço estivesse alto, e as *majors*, isso refletiu esse aumento, a PETROBRAS, dado esse esforço de investimento tão significativo, ela teve problema com relação ao seu caixa. Vamos em frente.

E aí a evolução dos investimentos, repartidos nos seus diferentes seguimentos de atividades, como exploração e produção, atingindo esse montante que, no ano passado, bateu nos 36 bilhões de dólares, e que tem feito a empresa fazer sucessivas revisões no seu programa de investimento para poder assegurar a produção efetiva do pré-sal. Pode passar, por favor.

Então, com relação ao projeto especificamente, eu queria levantar para [ininteligível] de conclusão algumas questão que eu considero centrais. Quer dizer, talvez os quatro projetos de lei, do ponto de vista técnico... [soa a campanha]

Falta um minuto para mim, já estou chegando na conclusão.

Talvez seja o que exija melhor necessidade de justificativas mais elaboradas. Eu acho que ausência de um documento técnico de referência, explicitando as justificativas para cessão onerosa, com algumas simulações com relação à necessidade da capitalização da PETROBRAS, eu acho que prejudicou um pouco o debate.

Eu lembro que o próprio Governo do Presidente Lula, em 2003, quando assumiu o poder, assumiu um grande problema, que era a reforma regulatória do setor elétrico, e, naquele momento, foram feitos vários documentos que permitiram antes de chegar na nova lei do setor elétrico, que se tivesse um debate em cima dos documentos técnicos, além de, evidentemente, da discussão em torno dos projetos de lei especificamente.

Minhas dúvidas principais dizem respeito à necessidade ou não da capitalização *vis-à-vis* as dificuldades de captação de recurso. Ora, a crise econômica, e a própria PETROBRAS, e o mercado internacional têm mostrado que a PETROBRAS, hoje, é uma empresa atrativa do ponto de vista dos financiadores – que a gente tem dois potenciais que eu acho que não vão me deixar mentir, como a Dra. Paula e o Dr. Ernani –, e que ela pode vir a se capitalizar. Outras empresas têm já retomado a capacidade de financiamento. Então, eu acho que um documento poderia explicitar melhor tecnicamente essa necessidade tanto da cessão onerosa, quanto da capitalização.

Depois, tem a participação, o aumento da participação do estado na PETROBRAS. Eu acho que é legítimo, se o governo assim considera, mas que isso seja também explicitado. Depois, o que eu acho que talvez o ponto mais forte, é que isso, na verdade, a capitalização, ela ajude ao problema que eu mencionei desde o início, que é você resolver a lacuna regulatória com relação à unitização dessas áreas. Então, essa cessão de cinco barris, cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo e gás, diriam respeito a reservas, que, na verdade, ainda não são reservas provadas, na verdade elas são reservas prováveis, elas só passarão a ser reservas provadas quando forem certificadas, e para elas serem certificadas, tem um esforço adicional de exploração que é necessário. E aí isso leva a dúvidas quanto ao horizonte para a realização da operação de cinco bilhões.

Cinco bilhões de barris, a Dra. Paula já mencionou, com relação ao PIB de alguns países, eu quero ilustrar que isso representa um terço das reservas provadas do Brasil, e que tem vários países no mundo que isso chega a ser mais ou menos a ordem de grandeza do total de reservas de países como a Índia; Omã, que está nos Emirados; a Indonésia, que já foi um país da OPEP, que hoje tem... as reservas estão em regressão, mas tem 3,7 bilhões. E se a gente tomar na América Latina o Equador, país da OPEP até pouco tempo, e Colômbia... Se a gente pegar Equador e Colômbia, a gente tem somado 5,2 bilhões de barris de petróleo. Ou seja, é um volume significativo de reservas nessa operação. Por favor.

Então, concluindo, né, quero reforçar aqui que o pré-sal representa um novo paradigma para indústria de petróleo nacional e internacional, com grandes implicações para o economia brasileira, tanto no plano macroeconômico, tecnológico, industrial, ambiental, e, sobretudo, também de política externa. Quer dizer, o tema é geopolítico. O Brasil passa a ter um protagonismo na cena geopolítica internacional do petróleo.

Ainda, a gente está promovendo essa reforma regulatória, mas o regime onde nós estamos de informação incompleta e assimétrica ainda dificulta um pouco o debate. Eu acho que a questão central se é partilha ou concessão, isso não representa uma ruptura, na verdade, com as práticas contratuais e fiscais do setor petrolífero mundial. E, evidentemente, o desempenho desse regime vai depender da qualidade do ambiente jurídico institucional do Brasil, e eu acho que os projetos de lei a serem aperfeiçoados virão a dar essa contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Professor Helder Queiroz Pinto Júnior, Professor do Grupo de Economia da Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Doutor em Economia da Energia pela Universidade de Grenoble, na França.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Teixeira, Economista, Ex-Presidente da PETROBRAS, Ex-Ministro de Estado, e Sócio-Diretor da Empresa Creta Planejamento.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Muito obrigado. Antes de mais nada, Sr. Presidente Fernando Collor de Melo, Sr. Senador Francisco Dornelles, senhoras e senhores. Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui no Senado Federal, na Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater um assunto tão crucial para o futuro do nosso país. Eu acredito que realmente não existe local mais adequado para levar a termo esse debate do que aqui, no Congresso Nacional.

Eu também gostaria de parabenizar os que me antecederam aqui nas palestras, cada um a partir de um ponto do específico, trouxeram a nossa reflexão informações fundamentais para discutir não apenas o processo específico de financiamento da PETROBRAS, mas a questão mais geral do pré-sal.

A minha palestra, eu vou pretender me ater um pouco mais à questão do financiamento. Para fazer isso, eu preferi começar a falar um pouco da PETROBRAS. Ou seja, que capitalização é essa? Nós estamos capitalizando quem? Nós temos uma história nesse país, e o Presidente Fernando Collor há de se lembrar, e o Senador Francisco Dornelles, Ex-Ministro da Fazenda também, que muitas vezes foram feitas capitalizações de empresas estatais, a partir do endividamento público anterior. Os famosos avisos de GB-588, MF-59, MF-30, e mesmo conversão de dívida externa em capital de empresa, como a própria PETROBRAS, ao final dos anos 80, teve duas operações. Essas eram as

capitalizações da crise. Não tem nada a ver com que o nós estamos falando agora. Nós estamos falando da capitalização do sucesso do país, para criar condições de crescimento acelerado e sustentação desse processo. Por favor.

Portanto, eu preferi falar um pouquinho antes da PETROBRAS. Que empresa é essa? Como todos nós sabemos foi criada em 2004 através... Desculpe, a Lei 2.004, de 3 de outubro de 53. Na época, o Brasil produzia 2.700 barris por dia de petróleo, através do Conselho Nacional de Petróleo. Eu sempre repito que aquelas pessoas que participaram desse processo, infelizmente a natureza de todos nós não permite que muitos estejam vivos, acredito que o último morreu esse ano, eles devem, aonde eles estiverem, ter muito orgulho do trabalho deles, porque eles criaram algo que deu certo.

Em 61 tem a primeira refinaria construída pela PETROBRAS. Ela herdou pequenas refinarias do CNP quando foi fundada. Em 67 se cria a Petroquisa, para fechar as atividades do grupo empresarial da PETROBRAS na Petroquímica. Muito se tem falado se a PETROBRAS deve ou não participar da Petroquímica, mas muitos se esquecem que a indústria petrolífera requer investimentos na cadeia Petroquímica, independente da propriedade do capital, se a empresa é privada ou pública.

Em 68 tem a primeira descoberta de petróleo no mar, o Campo de Guaricema, em Sergipe, e marca, o que para mim é um dos pontos cruciais na história dessa empresa, que é a criação do CENPES.

O CENPES é o maior centro de pesquisa do hemisfério Sul, ele própria a PETROBRAS ter centenas de patentes registradas no Brasil e no exterior. É a empresa brasileira, provavelmente no hemisfério Sul, que tem o maior número de patentes registradas no mundo. E é a base fundamental que explica a PETROBRAS ser o que é.

Todas as diretorias que passaram pela PETROBRAS viram uma empresa de modos diferente. Podemos refletir, umas melhores, outras piores. Para grande sorte da empresa e do país, elas tiveram, com raríssimas exceções, algo em incomum, que foi sustentação do investimento em recursos humanos e pesquisa e desenvolvimento. Eu me lembro disso porque eu recebi orientação específica de V. Exa. à esse respeito quando para lá foi.

Em 71, a PETROBRAS criou a BR Distribuidora, chegando finalmente a um ponto fundamental que é a sua integração. A PETROBRAS é uma empresa integrada de petróleo. É o famoso *slogan* "Do poço ao posto".

Nos anos 90 chegou-se a aventar muito incipientemente uma ideia de privatizar a BR Distribuidora. Esse assunto não prosperou, dado o fato que era inapropriado. Mas eu gostaria apenas de lembrar que seria a primeira vez, na história da indústria de petróleo, que uma companhia integrada deixaria de sê-lo por decisão do seu acionista majoritário. Então, vamos seguir, por favor. Perdão, eu me confundi, volta.

Em 72, você tem o começo da refinaria de Paulina, maior refinaria do Brasil, processa mais 3.000 barris por dia. Em 73, nós temos o primeiro choque de petróleo, e o mercado doméstico continua abastecido. Em 74, o marco também, que é o Campo de Garoupa, na Bacia de Campos, a região que viria depois a se tornar a principal província petrolífera do Brasil, responsável por mais de 80% da produção nacional. O Senador Dornelles, que é do Estado de Rio de Janeiro, sabe melhor do que eu que se o Estado do Rio de Janeiro fosse um país, seria um país muito rico e estaria na OPEP.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Não vamos chegar a tanto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Não, o que é isso. É a partição do aumento, nunca da redução da riqueza.

Setenta e sete tem uma marcação importante nessa história da PETROBRAS, que é o descoberta de um dos maiores Campos do mundo à época, que era o Campo de Imaginu(F), no Iraque. Infelizmente, posteriormente, voltando a falar de regimes políticos instáveis, esse certamente era um, como todos nós sabemos, e a PETROBRAS acabou perdendo esses direitos. Mas foi um grande feito da empresa.

Setenta e nove, nós tivemos o segundo choque de petróleo, o mercado doméstico, à semelhança do primeiro, continuou abastecendo. Em português muito trivial, quem estacionou o carro num posto de gasolina, botou gasolina no nosso país.

Oitenta e quatro é o Campo de Albacora. Começa, então, a fase dos chamados Campos Gigantes em Águas Profundas. Para enfrentar esse desafio tecnológico, a PETROBRAS criou o PROCAP, o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas. Por favor.

Oitenta e cinco é o Campo de Marlin, é o primeiro campo onde o Brasil exportou óleo. É um óleo pesado, mas começamos, finalmente, a exportação de óleo.

Noventa, noventa e um, a Guerra do Golfo. Como todos nós sabemos, ela começa em 90 com a invasão do Kuwait pelo Iraque. Em 15 de janeiro de 91, os Es-

tados Unidos invadem o Iraque. Ao contrário que muitos diziam à época, inclusive um famoso jornalista, o mercado brasileiro continuou abastecido.

Noventa e Noventa e dois são dois eventos muito importantes na história da PETROBRAS, que ela ganhou os prêmios da OTC. Esses prêmios foram concedidos à PETROBRAS – e, recentemente, novamente – por causa justamente do PROCAP, ou seja, do desenvolvimento tecnológico em águas profundas.

Em 92, se cria o PROCAP 2000, que é um programa de capacitação para poder trabalhar em águas, em lâminas de 1.000 a 2.000 metros de profundidade.

Em 96 e 97, nós temos o término de monopólio estatal, a Emenda de 96, a Lei de 97.

Em 97, nós começamos o Campo de Anchova.

Em 98 temos a Rodada Zero da ANP, essa chamada Rodada Zero. A PETROBRAS mantém 282 campos e 115 blocos.

Em 2002, pela primeira vez, as reservas, incluindo aí gás natural, superam dez bilhões de barris de óleo equivalente, e a produção da empresa supera um milhão e meio de barris por dia. Aí não tem gás.

Esses conceitos, às vezes, se confundem, por isso que eu chamo a atenção. BOI(F) é uma coisa, BPD é outra.

Em 2006, a empresa finalmente alcance a autossuficiência, com produção média diária de acima de 1,9 milhões de barris, grande parte do Brasil, naturalmente. Mas já tem aí uma produção expressiva no exterior, de 142,2 mil barris por dia.

Em 2007, você tem o anúncio da área de Tupi, na chamada camada do pré-sal.

Em 2009, nós temos o início da produção em Tupi, que tem uma previsão de chegar ao final do ano que vem com cem mil barris por dia. Isso é crucial, inclusive, para as implicações financeiras como foram aventadas aqui.

Esta é a empresa que nós estamos falando. Nós estamos falando da maior empresa brasileira, uma das maiores empresas do mundo. É uma empresa que foi muitas vezes penalizada pelo seu acionista majoritário; que em momentos de crise radical, como foi o colapso do balanço de pagamento brasileiro, mesmo assim, ela conseguiu manter o país abastecido; e, portanto, não deve ser confundida com capitalizações que aconteceram no passado.

O plano de investimento da PETROBRAS, o plano estratégico de 2020, nós temos o investimento total de 174,4 bilhões, entre 2009 e 2013, dos quais para exploração e produção 104 bilhões; no pré-sal, 28,9. E em função disso, existe uma meta de produção de 5,7 milhões de barris de óleo equivalente, que incluiu aí, quero chamar a atenção, petróleo, LGM e gás, em

2020. Com quatro bilhões de barris por dia, sem o gás, na mesma época.

As reservas, em 2020, estimam-se em 25 bilhões de barris de óleo equivalente, que é mais do que o dobro da atual. Isso demanda um enorme esforço de financiamento, que é disso que nós estamos tratando aqui.

Em 2009, o BNDES fez a maior operação de crédito da sua história, e a de menor risco, porque afinal de contas o controlador da PETROBRAS, ele é mais do que controlador do BNDES, ele tem 100% do BNDES. O BNDES não é uma empresa estatal, ele é 100% da União. E a União saberá melhor do que ninguém que risco ela está correndo nas suas operações com a PETROBRAS. Talvez só os técnicos do BNDES, dos quais nós destacamos aqui a presença do Professor Ernani, meu amigo de muitos anos, saibam melhor do que o Tesouro que o risco é baixo. Da China foi captado de dez bilhões recentemente, como os senhores todos sabem. Aparentemente é sete bilhões livres e três para equipamento. O Exxon Bank americano entrou com dois milhões. No mercado internacional, a empresa fez um ponte de 6,5 no meio da crise. Já colocou 2,75 em bônus globais, com vencimento em 2019, para pagar uma parte desse ponte. E todos acham que... e está testando o mercado, todos acham que isto não é um problema.

Ao contrário, registre-se. [ininteligível] do mercado internacional por renda fixa da PETROBRAS é enorme. Não há problema nesse ponto. As necessidades para o ano que vem são da ordem de 18,9 bilhões de dólares, prevendo-se uma parte importante no BNDES e uma parte secundária no mercado financeiro internacional.

Vamos falar agora da valoração das reservas e capitalização. As áreas hoje são objetivo de cessão onerosa que serão negociadas entre PETROBRAS e a União apresentada pela ANP. Isso é um pouco redundante em relação aos que me antecederam. A PETROBRAS foi contratada pela própria ANP, está avaliando essas áreas próximas às descobertas já feitas no pré-sal, no chamado *Cluster* de Santos. Após escolhido o local, será perfurado um poço para confirmar a descoberta de hidrocarbonetos. Então vai caber à ANP contratar entidades certificadoras, observadas as melhores práticas da indústria de petróleo. Essa frase vai estar em todos os lugares, vocês vão ver muitos textos dizendo isso, mas é isso mesmo. Existem empresas certificadoras de reputação ilibada que já fizeram dezenas de operações na espécie, inclusive aqui no Brasil. Se bem que a que foi feita aqui no Brasil não era tão importante como provavelmente a PETROBRAS e a ANP vai contratar. Vai fazer os laudos técnicos, para

determinar os volumes de barris de óleo equivalente nas áreas descobertas, assim como seus valores econômicos. Nós vamos ver à frente, um pouquinho, o que significa isso. Esses laudos, obviamente, eles vão servir de base para a negociação do contrato de cessão onerosa. Por favor.

Os fatores de avaliação e risco. Como foi muito bem apresentado pela Dra. Paula, que me antecedeu, é isso. Num modo geral, não existe grandes novidades, digamos assim, para quem trabalha na indústria, seja como agente produtor, seja como financiador. Porque como... Essa cessão, ela tem uma vantagem, porque ela exclui o risco volumétrico. Está decidido que serão cinco bilhões de barris. Nós estamos discutindo se vai furar uma vez, se vai achar, se vai ter que furar mais ou menos. Um dos grandes problemas desse tipo de avaliação é que você tem um risco, você pode não achar o volume previsto e, portanto, diminuir muito a operação de emissão de ações.

Então, fica aí a questão do volume de investimentos; o custo da produção desse óleo assim descoberto; a questão tecnológica, que nós veremos adiante; a curva de produção, que já foi citada aqui; o preço futuro do barril a ser comercializado; a taxa de desconto que vamos trabalhar para fazer o valor presente; e o ambiente fiscal definido.

Grande parte desses riscos, eles podem ser mitigados, eu entendo que serão mitigados, pelas próprias características da cessão onerosa, e o conhecimento e experiência da PETROBRAS. Não esqueçamos que vão ser feitas essas perfurações em local contíguos a áreas já descobertas pela própria PETROBRAS, como vocês sabem. A localização dessas cinco bilhões de reservas gerará economia de escala, pela proximidade com outros campos. Também a possibilidade de unitização, que é uma coisa muito importante, com outros blocos já operados pela PETROBRAS, Tupi Iara, etc., etc. A taxa de sucesso do pré-sal na Bacia de Santos é mais alta que a média mundial. Tem se falado 100%, mas não é bem isso, não. Tem dado... Não é tão... 100% seria até uma coisa extraordinária. A taxa de sucesso é muito alta, mais 70%, e é extraordinária.

A princípio, nós estamos discutindo essa questão, evidentemente está em aberta, mas os cinco bilhões só tem *royalties*, porque eleva o caixa livre.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o ICMS [ininteligível]?

SR. EDUARDO TEIXEIRA: O ICMS... É, eu estou me referindo... só *royalty*. ICMS também? Acho que não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Não, não sei, isso está sendo discutido em outro local. Não sei. A proposta é esta. A decisão não foi tomada. Não, não, desculpe, eu acho que o senhor tem toda a razão em levantar o ICMS.

A liderança mundial da PETROBRAS em águas profundas e ultraprofundas, além da questão do desenvolvimento tecnológico, que é um desenvolvimento, insisto, compatível com a nossa realidade, ou seja, a realidade da geologia brasileira, também é outro fator fundamental para mitigar, minimizar os riscos que são envolvidos na exploração do pré-sal. Por favor.

Esse tipo de operação, ou seja, valorar reservas não comprovadas, é uma prática habitual na indústria de petróleo. A PETROBRAS, meio disponibiliza isso. Ano passado tiveram 134 operações, o preço médio foi de 5,26; esse ano, até agosto, 83 operações, com custo, preço médio do barril aproximadamente cinco dólares.

O PL prevê corretamente uma possível reavaliação em 24 meses dos valores iniciais depois que a cessão onerosa estabelecida, porque aí consegue se diminuir os riscos inerentes a erros de mensuração que podem criar prejuízo a qualquer das partes envolvidas, seja à própria PETROBRAS, à União, ou aos chamados acionistas outros que não a União. Por favor.

Essa é a curva dos preços de petróleo. Ninguém acha que os preços cairão abaixo dos patamares atuais. Se bem que eu, particularmente, sempre repito que a única certeza que se tem sobre previsão de preço futuro de petróleo é que ninguém acerta.

Em 1991 você tinha o oráculo, que era o xeque Yamani, que dizia que logo após a finalização da Primeira Guerra do Golfo, o petróleo ia a dez. Realmente ele acabou a dez, o tipo pesado, em meados da década de 90. Mas em dez nunca ficou enquanto trajetória de preço.

Então, é um indicativo, o mercado... Todos os especialistas apontam para uma curva de produção parecida com essa, mas ele é apenas indicativo, e esse é um fator de imponderabilidade de qualquer processo de capitalização. Por favor.

Isso é uma forma simplificada da operação. A União pode subscrever ações da PETROBRAS, e integralizá-las com o título da dívida pública federal, que serão emitidos com essa finalidade específica. Os demais acionistas poderão, segundo a legislação, é claro, exercer seu direito de preferência. Se após o prazo legal do exercício desse direito alguns acionistas optarem por não exercê-lo, as chamadas sobras serão divididas entre aqueles acionistas, não apenas a União, aqueles acionistas... a União e aqueles acionistas que optaram por subscrever às novas ações.

Essa que é, alguns acham, a oportunidade que a União teria de aumentar a sua participação no capital da PETROBRAS. Eu, sinceramente, eu não vejo isso como objetivo em si, porque muitas vezes é melhor você ter 24% de algo que vale 1.000, do que 25% de algo que vale 800. A empresa aumenta com esses cinco bilhões de dólares. Por favor.

Essa é a estrutura do capital da PETROBRAS. A PETROBRAS tem hoje mais de 200 mil acionistas. Como vocês podem ver, tem União; o BNDESPAR; você tem ADRs, que são recibos de depósitos e ações colocados no mercado americano; você tem o FGTS PETROBRAS; tem estrangeiros diretos; tem mais pessoas físicas e pessoas jurídicas. As preferenciais também tem ADR, tem BNDESPAR, estrangeiros e demais pessoas físicas e jurídicas. Com isso a União Federal tem hoje, aproximadamente, 32% do capital total da empresa; sendo que o BNDESPAR tem oito. Isso significa que, aproximadamente, o setor público federal tem 40%. Por favor.

A cessão onerosa. Isso é um esquema simplificado, parecido com o que foi mostrado anteriormente aqui. Os títulos aportados pela União na proporção da sua participação acionária atual serão utilizados para ressarcir depois os 5 bilhões de barris cedidos à PETROBRAS. O restante da captação tronar-se-á caixa de empresa. Ou seja, os acionistas minoritários entram com moeda, recebem ações; a União entra com títulos, recebe ações.

Após essa cessão de direitos, vai se iniciar o processo de unitização com blocos vizinhos, que é algo padrão na indústria de petróleo, que minimiza, insisto, todos os riscos adjacentes a essa operação de cessão onerosa. Por favor.

Esse é, mais uma vez, o resumo da operação, o aumento de capital e a cessão onerosa. Na verdade eles se dão de maneira simultânea. Por favor.

Considerações finais. A PETROBRAS, hoje, ela opera 23% da produção mundial em águas profundas. É a líder no setor não apenas de tecnologia, e sim em volume de extração de óleo em águas profundas.

Tupi, Iara e o Espírito Santo têm uma estimativa de volume recuperado de 9,5 a 14 bilhões de barris de óleo equivalente. Podem, portanto, dobrar as reservas hoje do país. A reserva, hoje, são 14 bilhões de barris de óleo equivalente, e 11 bilhões e pouco de petróleo e LGM. A previsão do pré-sal, em produção, é 219 mil barris em 2013; um milhão... 336 mil barris por dia, perdão, em 2017; um milhão e 815 mil barris por dia em 2020. Isso é importante, não apenas para nós quantificarmos o impacto disso na produção atual, como também na questão da curva de demandas de recursos financeiros da PETROBRAS.

Com isso, a produção brasileira de petróleo, que flutua hoje... Se você botar o óleo equivalente em 2 milhões e 100 por dia, 2 milhões, ela passaria para 4 milhões de barris de petróleo diário, insisto, nesse caso, sem o gás. Ou seja, dobraria num período de tempo muito curto. E dobraria no momento em que grandes empresas têm dificuldades enormes de aumentar as suas reservas, e aumentar seu volume de produção. A PETROBRAS está, nesse sentido, no lado da contramão benigna do mercado de petróleo. Isso é o que a coloca numa posição singular.

Foi dito aqui, não só esse aspecto, mas eu gostaria também de citar outros pontos importantes. O Brasil é uma economia de massa; regime e liberdade de expressão; a democracia consolidada; não temos problemas de fronteira com nenhum dos nossos países limítrofes; não temos um histórico de conflitos internos [soa a campainha], o que nos distingue de outros países que têm volumes de reservas recuperadas elevadas.

Para finalizar, a capitalização proveniente da cessão onerosa vai permitir a PETROBRAS não apenas desenvolver as reservas do pré-sal, mas também outras reservas, outras bacias, terrestres e marítimas. Como, por exemplo, Solimões, que é uma bacia importante. Por favor.

O aumento de capital, aí leva a uma melhoria das condições de novos financiamentos. Alavancagem controlada, porque é importante manter o grau de investimento. Você não pode estourar limites máximos de alavancagem da ordem de 35%.

É importante destacar que a certificação é de recursos, e não de reservas. Então, o preço do barril dessa certificação vai ser isso: 5, 4,5, 6, como foi apresentado pela Dra. Paula nas suas simulações. Se fosse um processo de certificação de reservas, o valor seria substancialmente maior: 20, 19, 22... não se sabe. Mas só podia ser concluída após o trabalho de pesquisa e confirmação dos parâmetros de produção, que são obtidos através de testes de longa duração, como é o caso de Tupi, como é o caso de Tupi, que obviamente não está sendo considerado para essa cessão onerosa, porque o bloco já pertence à PETROBRAS.

De qualquer maneira, com a capitalização a PETROBRAS encaminhará positivamente o condicionamento das suas necessidades de financiamento.

Mais uma vez, a empresa, no entanto, defronta-se com um grande desafio tecnológico, que sobrepõe à questão de logística, de administração. Nas vezes anteriores, ela se houve vem bem, não há por que se questionar essa capacidade tecnológica da PETROBRAS de enfrentar mais esse desafio.

E, por último, uma observação, é que o grau de comprometimento da PETROBRAS [ininteligível] pré-sal, aliadas às suas atividades atuais, significarão enorme pressão sobre seus recursos humanos. No meu ponto de vista, esse é um ponto mais delicado. Eu tenho menos temor da questão do financiamento e mais a questão dos recursos humanos.

Muito obrigado. É isso que eu gostaria de unir à Mesa a minha palestra inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Eduardo Teixeira, pelas suas considerações.

Passo a palavra ao Senador Ministro Francisco Dornelles, como senador inscrito para as suas perguntas aos palestrantes.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela maneira como V. Exa. vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Infraestrutura e pelos importantes seminários que vem realizando nessa Comissão. Essa série de seminários que V. Exa. aqui conduziu sobre pré-sal são da maior importância, e sobre o tema hoje, que merece mais atenção da sociedade brasileira. Parabéns a V. Exa. pelo seu trabalho.

Eu queria cumprimentar também o Dr. Helder Queiroz, a Dra. Paula, o Eduardo Teixeira, o Ernani Torres, pela grande e belíssima exposição que cada um deles fez.

Eu vou colocar uma pergunta, uma questão muito pequena, e muito rápida. Em primeiro lugar, Dra. Paula, como mercado vê a avaliação do preço de barril do petróleo para a questão de capitalização? Segundo lugar: como o mercado percebe o problema da segurança jurídica relativamente a esse projeto de capitalização da PETROBRAS? Trará problemas de segurança jurídica, existem pontos ainda sob os quais muitas dúvidas podem ser suscitadas? Nós teremos um clima de segurança completa em relação a esse problema da capitalização da PETROBRAS?

E segundo, que eu queria perguntar ao Dr. Ernani Torres, em outros países, como V. Exa. comentou, de reservas conduzidas por estatais, essa situação que nós temos no Brasil, hoje, que o proprietário do solo não é subproprietário do subsolo, existe em outros países? Nós temos aqui um momento que nós temos essa situação que a União é proprietária do subsolo, ocasiões de natureza estratégica, ela não é dona de todo o petróleo existente no fundo da terra e no fundo do mar, não sendo necessária muitas vezes adotar ou fazer mudanças nesse critério de concessão para partilha para defesa dessas reservas estratégicas?

Eu queria perguntar ao Dr. Helder quando... O senhor falou que as empresas atuam em ambos os

regimes, e tem declarado. E por que motivo, quais são os motivos que o senhor vê, nós estamos tendo, hoje, como concessão, que está produzindo resultados tão positivos, se as duas empresas atuam nos dois regimes, qual é o motivo específico que o senhor vê da necessidade de nós adotarmos o modelo da partilha? E seria necessário, seria dentro do controle da capitalização da PETROBRAS, que todos nós desejamos e consideramos importante, essa mudança do critério da concessão para a partilha justifica, ou seja, a capitalização da PETROBRAS justifica esse controle?

Eu queria também perguntar ao Dr. Ministro Eduardo Teixeira, esse nosso presidente, qual é o motivo, se pudesse apontar alguns pontos que justifiquem que uma mudança do critério da concessão para partilha, e se o problema de capitalização e fortalecimento da PETROBRAS, mantido o regime de concessão, seria abalados ou enfraquecidos em relação... ou seja, se o regime da partilha é fundamental para capitalização da PETROBRAS, e para fortalecer a empresa nesse contexto? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Ministro. Dra. Paula, cinco minutos para a resposta às indagações feitas pelo Senador Ministro Dornelles, por favor.

SRA. PAULA KOVARSKY: Muito obrigada pela sua pergunta. Começando pela primeira pergunta que seria qual a avaliação do mercado para esses cinco bilhões de barris. Eu entendo e concordo com que foi dito pelos meus colegas de que existe experiência na indústria e no mercado para esse tipo de transação. A gente tem “n” exemplos de recursos e não reservas, que foram certificadas por empresas renomadas, pelos quais o mercado pagou, inclusive exemplos aqui no Brasil.

Conforme eu mostrei na minha apresentação, as premissas que vão formar essa avaliação são premissas cuja a variação tem impacto relevante na valoração dos barris. Notadamente o preço de petróleo futuro, que eu devo concordar com o Dr. Eduardo, que devem convergir para um consenso de mercado ou qualquer coisa que o valha. Dificilmente sairão, estarão muito longe disso, quero crer.

Na parte de investimento. Provavelmente a PETROBRAS hoje é a melhor empresa qualificada a dizer quanto custa efetivamente explorar esses barris. E, portanto, acho que a mensagem que eu gostaria de deixar é que possível construir uma avaliação desses cinco bilhões de barris que seja razoavelmente bem percebida pelo mercado do ponto de vista técnico. Eu acho que a principal preocupação do mercado está no critério financeiro daquilo que eu chamei de avaliação de risco, e que tipo de taxa de retorno será utilizada

para fazer o fluxo de caixa desses cinco bilhões de barris. Então, eu acho que uma unificação de percepção de risco, que muito provavelmente seria facilitada, vamos colocar dessa maneira, pela ideia sugerida inclusive pelo Dr. Helder, que seria documentos técnicos e maior quantidade de informação, de forma a equilibrar o nível de conhecimento de todos os autores, de tudo isso que está sendo proposto, acho que poderia, sim, facilitar o entendimento do mercado e fazer com que o mercado visse de forma mais tranquila, vamos colocar assim, a valoração desses barris. O mercado, ele é extremamente movido pela incerteza. A incerteza é percebida como risco, o desconhecimento é percebido como risco. E quanto mais tanto a PETROBRAS, quanto o governo, quanto todos os agentes puderam prover o mercado de informações, eu quero crer que melhor será a receptividade dessa proposta de capitalização.

Da mesma maneira falaria da segurança jurídica. Eu entendo que existem pontos a serem esclarecidos com relação à constitucionalidade de algumas das propostas, tanto do ponto de vista da cessão onerosa, quanto do ponto de vista da partilha, e que seria extremamente importante, mais uma vez, para que o mercado pudesse absorver essas novidades, vamos colocar dessa maneira, que mais informação fosse disponibilizada para o mercado.

Mas eu volto a ressaltar que a importância da capitalização na medida em que ela permita que a PETROBRAS tenha acesso a áreas, principalmente às áreas adjacentes aos blocos já licitados, é extremamente relevante para que a empresa possa desenvolver estas áreas que já foram licitadas, e que provavelmente são as áreas que vão gerar crescimento de produção no curto e médio prazo. Nos próximos cinco, dez anos, as áreas que vão gerar crescimento de produção no Brasil são as áreas já licitadas. E é importante que a PETROBRAS esteja capacitada para o desenvolvimento dessas áreas.

Então, até acho que do ponto de vista do mercado financeiro, ninguém acha ruim que a PETROBRAS tenha o direito de acesso a mais de cinco bilhões de barris. Acho que esse conceito é tranquilo, e é visto de forma positiva. A grande questão está no valor atribuído a essas reservas, e se isso vai ou não gerar o valor à avaliação que o mercado faz de PETROBRAS hoje.

Então, acho que a discussão está muito mais na valoração do que no conceito de dar à empresa o direito de comprar cinco bilhões de barris, que eu tenho [soa a campainha] alguma certeza de que boa parte das empresas globais estaria feliz da vida de ter essa oportunidade. Então, acho que a gente está falando

mais valoração do que do conceito da compra e da capitalização em si.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro, alguma consideração? Por favor, passarei agora a palavra ao Dr. Ernani para responder aos questionamentos do Senador Ministro Francisco Dornelles.

SR. ERNANI TORRES: Obrigado, Senador; obrigado, Senador Dornelles, pela questão.

Eu não tenho uma visão clara de como é que hoje se dá a legislação de solo ou subsolo ao longo do mundo. Mas o único lugar que eu tenho certeza em que essa legislação, que não separa a propriedade de solo ou subsolo, persiste é nos Estados Unidos, com certeza isso existe. No Brasil só me deparei com isso uma vez, no financiamento de casa de pedra, que é uma mina de Minas Gerais, aonde como... Ela foi feita anteriormente em 1930, era o seu regime jurídico que regia.

Eu acho que o regime de concessão foi o regime básico na indústria do petróleo desde a sua origem. Eles repetiram o regime americano. A ideia de empresas estatais, ela começa primeiro na Rússia, depois na Revolução, depois em 1937, no México, quando a nacionalização, e aí a formação da PEMEX, que é o primeiro grande movimento moderno de nacionalização de reservas.

Os grandes países do Oriente Médio conviveram regime de concessão até os anos 60, 70, sem muito problema. A ruptura do sistema que vigeu até aquela época foi basicamente originado do fato de que a queda do preço do petróleo à época, as empresas de petróleo tentaram repassar a redução dos preços internacionais para os *royalties* que passavam a esses países, e aí esses países regiram pela importância que aquilo tinha para os seus governos, sua parte fiscal. E aí o próprio surgimento da OPEP vem dessa resposta do Governo Venezuelano, do governo... dos países Árabes. Há essa pressão das empresas estrangeiras de reduzir a receita.

As nacionalizações depois dos anos 70 seguiram um modelo mais parecido com mexicano, aonde as empresas de petróleo detêm as reservas, mas, na verdade, elas são uma extensão do estado. O próprio México hoje se encontra numa situação bastante difícil pelo fato de que, se eu não me engano, 40% do orçamento mexicano vem da PEMEX. E a PEMEX é uma base de extração de recursos para o estado muito grande.

Uma das preocupações que se teria em voltar um regime de monopólio no Brasil seria que, dado o tamanho do que tem pela frente, as implicações disso, do ponto de vista do orçamento público, são questões

relevantes. Deixar isso dentro do regime de concessão traria para as empresas concessionárias um poder sobre recursos financeiros fiscais e cambiais extremamente preocupantes, do ponto de vista de longo prazo. E aí qualquer que seja a empresa: estatal ou estrangeira.

O regime, a volta do regime de monopólio também não... o que mostra que ele também não é uma saída, digamos, que permita uma consolidação fiscal do estado boa. A ideia de você separar os fluxos do impacto direto sobre a economia, principalmente dados os volumes que vêm pela frente, são ideias, do meu ponto de vista, bastante importantes para proteger não só a economia, mas também a robustez fiscal do estado.

Desse ponto de vista, a ideia de um sistema de partilha que coloque isso, em alguma forma, próxima do controle da União diretamente, ou através de uma forma que não crie uma empresa *strito sensu* operadora, direta dentro do aparelho do estado, a PETROBRAS é uma empresa mista, eu acho que é uma saída inteligente, do ponto de vista de lidar com um dos desafios grandes, que é a manutenção de um ambiente fiscal saudável no Brasil, e a manutenção de uma economia robusta. E, ao mesmo tempo, absorver o choque que esse sistema todo vai ter do posto fiscal e cambial, que não é só lá na frente. Quer dizer, como todo mundo aqui levantou, hoje, a perspectiva do Brasil de ser, talvez, [soa a campainha] uma das principais áreas de expansão do petróleo, vai fazer com que o mercado adiante, não só o grau de risco brasileiro, mas também a possibilidade de trazer imediatamente esses recursos para economia brasileira. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Dr. Ernani. Senador Ministro, satisfeito com a resposta?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Passo a palavra, para responder a indagação feita pelo Ministro Dornelles, ao Dr. Helder Queiroz.

SR. HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR: Obrigado, Senador Dornelles pela pergunta, e pela oportunidade que me deu de desenvolver um pouco mais alguns aspectos. Na verdade, são duas perguntas que estão bastante ligadas.

Sobre as motivações específicas da mudança dada que, como eu mencionei, as empresas estão acostumadas a trabalhar em regimes diferentes, com concessão e partilha. A minha leitura desse conjunto de projetos de lei envolve, na verdade, acredito que duas motivações. Uma, acho que uma vontade política

do governo de ter um controle maior sobre os volumes que se anunciam efetivamente muito grandes. As estimativas conservadoras que a gente pegar desse pólo da Bacia de Santos, do pré-sal, podem, algumas chegam a anunciar cerca de 50 bilhões, que com os 14 existentes, nos alçaria a uma posição muito significativa, como o principal, como um dos principais países em termos de reservas.

A Venezuela hoje, que é o grande país petrolífero da América do Sul, tem cerca de 80. Então, aí se essa estimativa conservadora... alguns dizem que podem chegar até mais. Mas a gente estaria ali, mais ou menos, no mesmo patamar de produção. Então, essa é uma primeira leitura, eu acho que uma motivação política do governo.

O segundo acho que diz respeito mais à justificativa técnica. E, na verdade, apesar de eu ter ressaltado na minha apresentação de que o bloco de Tupi, esse pólo de pré-sal é fruto, na verdade, do modelo e do regime de concessão que permitiu a PETROBRAS repartir riscos, custos e agora os prêmios associados à exploração dessa área, eu acredito que o regime de concessão atual, ele deixava uma lacuna especialmente nessas áreas adjacentes aos blocos não concedidos. Eu acho que muito provavelmente deve ter se passado é que a PETROBRAS chegou ao governo e falou assim: *"Olha, temos aqui uma área imensa, essa área não está concedida"*. Mantido o regime atual, nós vamos ter que fazer um leilão, a PETROBRAS pode ganhar ou perder; e nesse leilão, se PETROBRAS perder, uma série de ganhos de escala e de logística, que ela pode se efetivamente se apropriar nessa área específica, poderão não ser revertidos para a empresa. Além disso, isso tornaria, além de estender o prazo de desenvolvimento efetivo dessas novas áreas, que eu lembrei que o programa mínimo de exploração no atual regime de concessão, ele varia de três a oito anos. Se um novo consórcio ganhasse essa nova área a ser desenhada, ele teria também o direito, pelas regras atuais, de também explorar durante todo esse tempo. Daí depois tentar o processo de unitização, que, a meu ver, se revelaria muito mais complexo se fosse uma empresa que não tivesse a PETROBRAS.

Então, eu acredito que essas duas motivações, do volume e da justificativa técnica... Para mim o ponto central de toda a discussão do pré-sal é esse feijãozinho lá que eu mencionei, que é essa área, esse *cluster*, e, principalmente, as áreas adjacentes que não foram concedidas. Porque levariam a gente a ter, no mínimo, uma década a mais sem efetivamente ter a produção dessa área do pré-sal.

Então, eu acho que isso está associado com a segunda questão, que diz respeito a como isso afe-

ta, como o senhor mencionou, a questão da capitalização. Eu acho que existe, por isso que eu também mencionei que, de certa forma, o encaminhamento está sendo feito no regime ainda de formação assimétrica, porque a PETROBRAS, evidentemente, obtém mais informações do que outros agentes. Então, nesse caso, ali já se tem uma estimativa de que... de onde saíram os famosos cinco bilhões do processo de capitalização? [soa a campainha] Saíram, efetivamente, de uma análise, uma estimativa que se tem, a meu ver, do potencial nessa área não concedida aos blocos, e que aí se estima um potencial de cinco bilhões de ainda recursos, de reservas, que ainda não são... são ainda reservas prováveis tecnicamente, não são reservas provadas.

Então, acho que são esses os elementos principais, que acho que motivaram o governo a encaminhar essa mudança no marco regulatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, alguma consideração?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só para mim entender. O senhor disse que no regime da partilha os resultados exploração vão se ocorrer no período mais, obrigatoriamente, mais curto do que a concessão?

SR. HELDER QUEIROZ PINTO JÚNIOR: Não, o que eu acredito é que o governo precisava ter, para as áreas adjacentes, esses blocos não concedidos, alguma forma que preenchesse essa lacuna regulatória, e aí vem todo o conjunto de projetos, que a gente não está, especificamente, discutindo aqui. O primeiro, não é, que foi bem detalhado, sobre o regime de concessão *versus* partilha, etc. Mas também o da criação da Petrosal. A Petrosal, ela surge, na minha leitura dos projetos, como o elemento que vai permitir à União exercer seus direitos de propriedade nessa área que não foi concedida.

Alternativa, qual seria? A alternativa seria, mantendo o regime de concessão, que eu acho que funciona bem, e que deve continuar em outras áreas. Para essa área do pré-sal, especificamente, essa área pequena do *cluster*, eu acho que o regime de concessão atual deixaria, então, essa lacuna referente... A falta de elemento regulatório não conferiria segurança jurídica nem para a PETROBRAS, nem para as outras empresas consorciadas, com relação à exploração dessas áreas.

Por que dessa área não concedida? Se o senhor me permitir mais 30 segundos. Existe uma hipótese hoje forte de que a extensão do reservatório vai além dos blocos, e entra... e acaba entrando numa área que é da União, que tem a ver até com a questão anterior

que o senhor estava mencionando. Ou seja, é uma área que ainda não foi concedida. Isso significa que não foram desenhados blocos. Regime de concessão, a gente teria que desenhar um bloco, colocar esse bloco em leilão, e isso aí envolveria um tempo muito maior. A partir daí, depois seria necessário a gente chegar a uma regra de unitização da produção, que significa a gente ter um acordo, entre todos os proprietários de blocos, para o desenvolvimento efetivo da produção.

Com o regime atual, aparentemente, a gente teria essa lacuna. A proposta do regime de partilha, permitiria mais facilmente o governo exercer esses direitos de propriedade nessa área não concedida. O que não quer dizer que isso tenha que ser mentido em toda a extensão. Nessa área específica, o risco, aparentemente, hoje, geológico é menor. Em outras áreas do pré-sal isso não é uma, digamos, uma hipótese tão forte quanto nessa, dado que em outras áreas – como eu mostrei na transparência com alguns pontos –, em outras ainda não foram desenhados blocos nem foi feito ainda o esforço exploratório.

Então, daí a minha defesa naquele momento de considerar que talvez não seja nem bom para a PETROBRAS ser a operadora única em toda a extensão do pré-sal. Mas entendo que por razões de logística, escala e pela facilidade que pode vir a ter o processo de unitização, ela pode ser operadora nessa área. E aí nas áreas não concedidas, a União poderia exercer esse direito de propriedade mais facilmente através do novo regime.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Helder. Com a palavra o Dr. Eduardo Teixeira.

SR. EDUARDO TEIXEIRA: Sr. Senador, a sua pergunta toca no ponto crucial. A questão da concessão/partilha, eu acho que os que me antecederam fizeram algumas considerações muito objetivas a respeito.

Eu, particularmente, acredito que esse seja um ponto fundamental, porque nós estamos tratando, digamos, de uma explosão de riqueza subitamente colocada à disposição da sociedade. Só que se trata de um recurso não renovável. A literatura internacional, os exemplos todos apontam os perigos disso. A diferença do Brasil de outros países citados anteriormente, é que nós tivemos essa súbita descoberta no momento que o país já era uma economia grande, forte, diversificada. Portanto, os impactos, em termos mais macros, seja na questão fiscal... Ou seja, não criar uma dependência “mexicana”, ou uma dependência chilena também, que tem a sua dependência fiscal, e outro recurso natural não renovável é de bom alvitre. Mais do que isso. A concentração no tempo da obtenção dessa riqueza também trará, se não for bem

administrado, impactos no regime cambial brasileiro, colocando justamente em risco essa citada bases industrial, grande, diversificada, com capacidade de se reproduzir, de gerar tecnologia que nós, ao longo dos últimos 50 anos, logramos construir.

Na questão do impacto nas necessidades de financiamento da PETROBRAS, para o fato de nós estarmos colocando, quer dizer, o governo está propondo a partilha em determinadas áreas de produção de petróleo no Brasil, num primeiro momento, eu me referi de um orçamento total de uns 74(F) bilhões. Para o pré-sal mesmo, hoje tem 28,9, ou seja, 16%. No curto prazo, então, eu não diria que isso seja um impacto imediato, mas será muito maior, e ainda no meu ponto de vista, indeterminado, e pode ser demanda de novas capitalizações no futuro. Por quê? Porque nós estamos falando apenas de uma parte pequena do pré-sal, como bem lembrado pelo Dr. Helder.

Nós temos uma parte que já está, digamos assim, os indícios são muito grandes, você não tem reservas provadas, tanto que a certificação vai se dar, como eu me referi, de recursos, e não de reservas, por isso que o valor é relativamente baixo. Mas essa área é apenas uma fração pequena da dominada área do pré-sal. Na verdade, geólogos, inclusive que já vieram aqui antes, sustentam que o pré-sal, entre outras coisas, ele avança pelo continente. Na chamada Bacia do Solimões, o que se sustenta é que óleo que lá está, em lugares que lá está são pré-sal. Só que a camada é muito pequena em relação ao que nós estamos discutindo aqui de cinco mil metros, na Bacia de Santos, e na área do pré-sal marítimo, como um todo.

Agora, a pressão sobre o caixa da PETROBRAS vai acontecer, inclusive pelo fato dela ser operadora de 30%, no mínimo. Mas talvez acontecesse de qualquer maneira, senador, em uma menor dimensão. Porque eu acredito que toda e qualquer empresa estrangeira, que aqui vier para o Brasil, eu não acredito que o marco, ao criar partilha, afaste ninguém desse mercado. Mas qualquer que seja o regime, eles viriam, gostariam de entrar com a PETROBRAS. Assim como a PETROBRAS, como entra em outros países, ela gosta de ter um parceiro local. O que qualifica a PETROBRAS mais do que outras empresas, de outros países – que muitas vezes a PETROBRAS entra com parceiros locais muito mais frágeis do que ela –, que a PETROBRAS, no nosso caso, além de ser a empresa que domina a geologia nacional, através do esforço que eu tentei palidamente demonstra na minha exposição, ela tem capacidade financeira, tecnológica, gerencial e de logística. Então, ela se torna uma noiva, digamos assim, desculpe a simplificação, muito cortejada.

Mas, evidentemente, o senhor tem razão. Há uma pressão adicional, sim, não magnificada, nesse momento, sobre o caixa da PETROBRAS. [soa a campanha] Porque todos os números que nós falamos aqui supunha apenas o programa de investimento que contempla – vou terminar – uma fração pequena do chamado pré-sal. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro, alguma consideração?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Ao agradecer a participação dos nossos palestrantes na noite de hoje, eu gostaria de fazer algumas consideração.

Hoje a Audiência Pública sobre o marco regulatório do pré-sal teve como objetivo principal discutir a capitalização da PETROBRAS. E o que foi colocado pelos palestrantes em relação, especificamente, ao tema de capitalização refere-se sempre a perguntas, indagações e/ou desconfiças do mercado em relação à capitalização, em relação à percepção de risco que há do mercado e a percepção de risco que tem a PETROBRAS. E eu acredito que fica muito fácil de nós, talvez, entendermos essa situação, não sei se simplificando ao mínimo denominador comum, mas, até certo ponto, lógico, que se há uma empresa do porte da PETROBRAS que queira buscar se capitalizar, e esses recursos têm que contar com a participação necessariamente do que se chama mercado, ela não irá fazer nada que não atenda a essas indagações que o chamado mercado tenha. É preciso que haja uma segurança tanto do lado daquela companhia que deseja ser capitalizada, quanto o lado de quem pode capitalizá-la, para que se chegue ao final que todos desejamos.

Que há necessidade dessa capitalização, sem dúvida nenhuma há. Que há algumas dúvidas ainda remanescentes sobre como essa capitalização se dará, não há também dúvida nenhuma que ainda existem dúvidas. Mas essas dúvidas, elas serão dirimidas no decorrer do processo da apreciação que se faz, hoje, no Congresso Nacional, dos quatro projetos de lei encaminhados pelo Governo Federal aqui às duas casas do Legislativo brasileiro.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, ela se antecipa a esse debate que hoje ocorre na Câmara dos Deputados, para que as Sras. e Srs. Senadores possam ter, no momento em que esses projetos aqui chegarem, ter conhecimento mais acurado daqueles que já hoje possuem sobre essas diversas questões.

A palestra, hoje, as palestras, hoje, aqui proferidas pelos nossos convidados, eu não tenho dúvida nenhuma, serviu para elucidar algumas dessas indagações.

Foi tratado também a questões do impacto cambial e fiscal da entrada desses recursos. É notório que qualquer governo teria muito cuidado, sobretudo depois do exemplo, que é comumente citado, como da doença holandesa, de que de isso não vai impactar negativamente nem na questão do câmbio, nem na questão da desindustrialização brasileira, nem, também, na questão fiscal.

Já foi se discutido aqui, também, na última Audiência Pública, o resultado da aplicação desses recursos, oriundos da exploração do óleo na camada do pré-sal; a destinação desses recursos, alguns... o chamado fundos social. Isso aqui também já foi tratado. Na questão da partilha *versus* concessão, também já tratamos aqui na nossa Comissão a esse respeito. Houve uma ampla e muito aprofundada discussão em que se verificou que vários países, a começar pela Arábia Saudita, têm esse sistema híbrido, tem sistema de partilha, tem sistema de concessão, todos dois são bons, todos dois tem os seus prós, tem os seus contras. Mas, fundamentalmente, percebe-se que a intenção do governo ao sugerir que seja o sistema de partilha na camada do pré-sal, que ele propõe, claramente, ter o controle sobre a produção, no momento em que ele sai na superfície do oceano até a sua comercialização, algo que no sistema de concedo, ele não tem, não possui.

De modo que hoje, ao final da nossa Audiência Pública, eu gostaria de, em nome de todos os senadores e senadoras que fazem parte da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, agradecer a Dra. Paula Kovarsky, agradecer ao Dr. Eduardo Teixeira, agradecer ao Dr. Helder Queiroz Pinto Júnior e agradecer ao Dr. Ernani Torres, pelas suas explanações, pelas suas aplicações, e pela grande contribuição que deram ao nosso debate.

Convoco... Encerrando agora a nossa reunião, convoco os senhores membros para a próxima Reunião Extraordinária Conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Agricultura e Reforma Agrária, Educação, Meio Ambiente e Relações Exteriores, a se realizar no dia 12 de novembro, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, com objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, que foi o dia estabelecido o dia 10 de novembro, estabelecida essa data pelas Nações Unidas, com presença, nesta sessão, de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da UNESCO, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e

da Academia Brasileira de Ciência. Está encerrada a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 20h20.

45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, e dos Senadores **Cristovam Buarque e Flávio Torres**, Presidentes eventuais, reúnem-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **FÁTIMA CLEIDE, KÁTIA ABREU, SERYS SLHESSARENKO, PEDRO SIMON, ROSALBA CIARLINI, ELISEU RESENDE, EFRAIM MORAIS, FLEXA RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, ALMEIDA LIMA, JOÃO DURVAL, GILBERTO GOELLNER, WELLINGTON SALGADO**. Comparecem ainda a Senhora Senadora e os Senhores Senadores não-membros, **ACIR GURGACZ, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO AZEREDO, FLÁVIO ARNS, FLÁVIO TORRES, JOSÉ NERY, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMERO JUCÁ, ROMEU TUMA E TASSO JEREISSATI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da 44ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública atende

aos **Requerimentos nº 48, de 2009 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 17/09/09; **Requerimentos nº 36, de 2009 – CCT**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, aprovado em 16/09/09, com **Aditamento n.º 01** de autoria dos Senadores **Flexa Ribeiro e Flávio Torres**; **Requerimento nº 39, de 2009 – CE**, de autoria do Senador **Flávio Arns**, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 71, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador **Renato Casagrande**, aprovado em 15/09/09; **Requerimento Nº 67, de 2009 – CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo**, aprovado em 10/09/09 e **Requerimento nº 51, de 2009 – CRA**, de autoria do Senador **Valter Pereira**, aprovado em 29/09/09, com o objetivo de celebrar o “**Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento**” (**10 de novembro**), estabelecido pelas Nações Unidas, com a presença dos seguintes convidados: – **José Monserrat Filho** – Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Vincent Defourny** – Representante da UNESCO no Brasil; **Marco Antonio Raupp** – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Jacob Palis** – Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; **Roseli de Deus Lopes** – Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – USP; **Beatriz Macedo** – Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados fizeram o uso da palavra os Senhores Senadores **Flávio Torres, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro**. Nesse momento, o Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática submete à decisão no plenário para que os dois primeiros colocados no concurso de trabalhos escritos e desenhos, conferido pela UNESCO, aluno de ensino médio, Daniel Rocha Riz e Gildasio Souza Santos, respectivamente, possam se pronunciar, com o que todos concordam. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com

a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao Requerimento nº. 36/09 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; Requerimento nº. 39/09 da CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 71/09 da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 67/09, da CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; Requerimento nº. 48/09 da CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; Requerimento nº. 51/09 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* – transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do e-mail diamundialdasaude@interlegis.gov; diamundialdaciencia@interlegis.gov

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora

da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa,

segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: *“É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.”*

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *“Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.”*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *“Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos*

mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.”

Dizia, ainda, Freud: *“E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.”*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em 2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um

Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução, da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma

paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimagináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as pessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia

ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalidades, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos, a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser

humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje, não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anyisio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Viana, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibili-

tou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmente partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores parcelas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho.

A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse processo, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles

que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades

demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma boa lembrança de sugeri-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso,

que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada,

porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jovens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnólogos, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desperdice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenharia e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortalecidas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai fortalecer os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente

acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cientistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na

direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelente Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agradeço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma díspar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade,

deve buscar a melhoria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obriga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a envidar esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e todas. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema “Ciência pela paz e pelo desenvolvimento”. Na verdade, na história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica,

deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. “Não, isso que eu estou dizendo é científico”. Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas,

convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências, e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, “uma discussão acadêmica”.

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa, para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desen-

volvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobijada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolo, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subsolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores, Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: “Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região”.

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são

necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina “vovó”, “vovô”, “uva”, “viu”, não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucional, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Além disso, “a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências”, § 1º. “Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, §2º – Por fim, “o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem”, §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, basta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, tere-

mos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, “ciência pela paz e desenvolvimento”. Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu voo. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido “Um conto dos cosmos”.

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui representando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desenvolver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os

10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNESCO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te ven-

do nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: "Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer". Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que "eu também posso". Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulguem essas

possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar para o exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresentação, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como

o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema “Um conto dos cosmos”, o tema é “Nossa presença no cosmos”. “Um conto dos cosmos” foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divulgação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui. Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos

aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabeno pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidásio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidásio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gidásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que vocês já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode

contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gidásio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama "O homem e a biosfera", que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera, a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que

realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positivamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras

formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvolvimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvolvimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergunto ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólon Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões, nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma

de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade. Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação entre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento,

lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h21.

46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLÊNARIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia dezesseis de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, VALDIR RAUPP, GILBERTO GOELLNER, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO DURVAL, PAULO PAIM,**

EDUARDO SUPLICY E VALTER PEREIRA. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião procedendo à leitura dos comunicados da Presidência. O Senador **Fernando Collor** apresenta o seguinte **ITEM 01 – EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 54 DE 2009-CI.** “Requeiro, nos termos do art. 50 e do inciso II, §2º, do art. 58, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, em duas ou mais etapas, Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no País no último dia 10/11/09, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos, com a participação das seguintes autoridades: **Dilma Rousseff** – Ministra-Chefe da Casa Civil; **Edison Lobão** – Ministro das Minas e Energia; **Márcio Pereira Zimmermann** – Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia; **Ubiratan Aguiar** – Presidente do TCU – Tribunal de Contas da União; **Nelson José Hubner Moreira** – Diretor-Presidente da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; **José Antônio Muniz Lopes** – Presidente da Eletrobrás; **Jorge Miguel Samek** – Diretor-Geral Brasileiro de ITAIPU; **Carlos Nadalutti Filho** – Diretor-Presidente de FURNAS; **Cesar Ribeiro Zavi** – Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de FURNAS; **Hermes Chipp** – Diretor-Geral do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; **Gilberto Câmara** – Diretor do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **Maurício Tiomno Tolmasquim** – Presidente da EPE – Empresa de Planejamento em Energia; **Luiz Pinguelli Rosa** – Físico, ex-Presidente da Eletrobrás e Prof. do COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ; **José Goldemberg** – Físico e ex-Ministro de Estado; **Evandro Emílio Souza Lima** – Físico e Professor da UnB; **Cyro Vicente Boccuzzi** – Presidente do Fórum Latino-Americano da Smart Grid e Diretor-Executivo da Consultoria Andrade & Canellas; **Hildo Sauer** – ex-Diretor da Petrobras e Professor da USP; **Djalma Falcão** – Professor do COPPE/UFRJ; **Mário Veiga** – Presidente da PSR Planejamento e Consultoria; **Adriano Pires** – Consultor de Termelétricas e Professor da COPPE/UFRJ. Para a primeira etapa da Audiência, quando serão abordados e debatidos os aspectos técnicos que

envolvem o tema, deverão ser convidados: **Nélson José Hubner Moreira** – (ANEEL); **Hermes Chipp** – (ONS); **Gilberto Câmara** – (INPE); **Maurício Tiomno Tolmasquim** – (EPE); **Luiz Pinguelli Rosa** – (Coppe/UFRJ); **José Goldemberg**; **Evandro Emílio Souza Lima** – (Unb); **Cyro Vicente Boccuzzi** – (Smart Grid). **Autoria:** Senadores **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy**. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 55 DE 2009-CI.** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Exmº Sr. Ministro da Integração Nacional, Sr. GEDDEL VIEIRA LIMA, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre o andamento do projeto de Revitalização e Transposição das Águas do Rio São Francisco, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e suas implicações na infraestrutura do País, e ainda sobre o andamento das principais obras do PAC afetas à sua pasta”. **Autoria:** Senador **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy**. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 56 DE 2009-CI.** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Exmº Sr. Ministro das Comunicações, Sr. HÉLIO COSTA, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do Fundo Universal dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na ampliação da oferta de computadores na rede escolar, a implementação da TV Digital no Brasil, a proposta de concessão de aparelhos celulares dentro do Programa Bolsa Família e a política de telecomunicações do governo no setor de infraestrutura”. **Autoria:** Senador **Fernando Collor, Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy**. **Resultado:** Aprovado. A Presidência anuncia o motivo da Reunião, informando que a presente Audiência atende à **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, proposta pelo Senador **Fernando Collor** e elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores **Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello**. Compondo o terceiro desafio: “Infraestrutura e Políticas Públicas”, apresenta-se o Painel I – “Apresentando o Desafio”, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Ricardo Paes de Barros** – Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA e o **Dr. Jorge Abrahão de Castro** – Diretor de Estudos e Políticas Sociais – DISOC/IPEA. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos

convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio e Valdir Raupp**. Após as considerações finais dos convidados, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Inicialmente, gostaria de registrar a realização do Fórum Regional de Capacitação da UIT para a Região das Américas, organizado pela União Internacional de Telecomunicações e promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, que vai ocorrer, agora, entre os dias 18 e 20 de dezembro, no Espaço Cultural ANATEL, em Brasília.

Entre os objetivos do fórum estão debater necessidades de capacitação, nos setores público e privado, e telecomunicações e tecnologia de informação; discutir as melhores práticas em capacitação humana e institucional; trocar experiências nacionais de autoridades políticas e regulatórias, acerca de capacitação; integrar com especialistas... Interagir com especialistas em capacitação; identificar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, na região das Américas, promovidas pela UIT; analisar o impacto das tecnologias de informação no enfrentamento das dificuldades econômicas nas Américas; e desenvolver iniciativas regionais de cooperação entre interessados do setor público e privado, envolvidos em aprendizado e desenvolvimento.

Conforme comunicado desta Comissão, de 13 de outubro de 2009, lembro aos Srs. e Sras. Senadoras membros desta Comissão que encerra-se amanhã, dia 17 de novembro, às 18 horas, o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº. 46/09, do Congresso Nacional, orçamento para 2010, perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Comunico que designei o nobre Senador Ministro Francisco Dornelles como relator das emendas desta Comissão. Esclareço que as emendas deverão ser encaminhadas pelo sistema de emendas, disponibilizado pelo PRODASEN, e a via impressa, assinada pelo senador membro, deverá ser entregue na secretaria desta Comissão.

Outra questão que gostaria de chamar atenção dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras está relacionada

com nossa próxima reunião de quinta-feira, dia 19 de novembro. É que constam da pauta o Projeto de Lei da Câmara nº. 283/09, de autoria do Senador Sarney Filho, que institui a política nacional sobre mudança do clima e dá outras providências; e também o Projeto de Lei da Câmara nº. 284/09, do Deputado Sebastião Bala Rocha, que cria o fundo nacional sobre mudança do clima, alterando os arts. 6º e 50º da Lei 9.478, de 06 de agosto de 97, e dá outras providências.

Ressalto a conveniência e oportunidade das proposições, uma vez que, em dezembro de 2009, como todos nós sabemos, será realizada a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca.

No atual estágio das negociações internacionais, países emergentes, como o Brasil, são pressionados a assumir maior responsabilidade no combate às mudanças climáticas. A deliberação da PNMC sinalizará para o mundo que o país, por um lado, não foge aos compromissos assumidos no âmbito das Nações Unidas e, por outro, reafirma o princípio das responsabilidades comuns.

O PLC nº. 284/09, segundo a mesma linha ou seguindo a mesma linha, constitui um complemento necessário ao PLC nº. 283, também de 2009. Tal política nacional sobre mudança do clima seria uma mera carta de intenções, sem o correspondente aporte de recursos indispensáveis à sua implementação. E nisto reside o mérito do PLC nº. 284/09: garantir os recursos para efetiva condução de ações e atividades destinadas à mitigação da mudança do clima e a adaptação ao seus efeitos.

Ambos os projetos de lei têm como relatora a Senadora Ideli Salvatti. Somente com isso será assim possível promover o desenvolvimento nacional em bases sustentáveis; é verdade que, para crescer, o país é autorizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, e aumentar as suas emissões de gases de efeito-estufa. Mas o que se pretende é reduzir o impacto do desenvolvimento brasileiro sobre o sistema climático global. E isso só será possível se o país adotar um modelo de desenvolvimento distinto daquele adotado, historicamente, pelos países hoje desenvolvidos e grandes causadores dos problemas hoje enfrentados pelo planeta.

Na quarta-feira da semana passada, agora outro assunto, dentro da fase das comunicações. Quarta-feira da semana passada, foi realizada a quarta reunião do Grupo de Trabalho, que foi criado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater e elaborar proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis, sobre o painel "Produção de biocombustíveis".

Participaram dessa reunião representantes da Petrobras Combustíveis, da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, UNICA, do Fórum Nacional Sucroenergético, da União Brasileira do Biodiesel, entre outros.

Esse grupo de trabalho é coordenado pelo Senador Inácio Arruda e composto pelos senadores Delcídio Amaral e Gilberto Goellner. O grupo de trabalho realizará sua quinta reunião, sobre o painel que terá... Será o quarto painel, que terá como tema "Tecnologia de motores de combustível", com os seguintes convidados: Dr. Paulo Sotero, diretor-executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, ANFAVEA; Dr. Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional dos Transportes, CNT; Dr. Luiz Albert Neto, presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos, ABIMAQ; e Dr. Willian Mufarej, gerente-executivo do Sindicato Nacional Da indústria de Componentes para Veículos Automotores, SINDIPEÇAS. Essa reunião acontecerá no dia 18 de novembro próximo, às 14h30, neste Plenário nº. 13, da ala Senador Alexandre Costa.

Srs. e Sras. Senadoras, Senadores e Senadoras, o ciclo de audiências públicas promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ao longo deste segundo semestre, e que teve como título "Agenda 2009-2015, desafios estratégicos setoriais", após cumpridas as etapas dos dois primeiros desafios, "Infraestrutura para inovação e desenvolvimento", que foi o primeiro; e o segundo, "Marco regulatório do Pré-sal", com 11 painéis apresentados nesse período, entra, hoje, na sua quadra final, com a realização das próximas cinco reuniões, acerca do terceiro desafio, intitulado "Infraestrutura e políticas públicas".

Hoje, teremos o painel nº. 01, a apresentação do desafio "Infraestrutura e políticas públicas", com os seguintes participantes: Dr. Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Dr. Jorge Abraão de Castro, diretor de estudos e políticas sociais.

Antes de darmos início ao nosso debate de hoje, eu gostaria de colocar à deliberação dos Srs. Senadores aqui presentes, se nós podemos dar... fazer a leitura de dois... três requerimentos de minha autoria, que tenho aqui sobre a mesa, para que possam ser devidamente analisados pelos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Eu pediria ao secretário que me trouxesse os requerimentos.

O primeiro Requerimento é vazado nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos do art. 50 e do inciso II, § 2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos III e V do Regimento Interno

do Senado Federal, seja realizada, em duas ou mais etapas, a Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrido no país, no último dia 10 de novembro de 2009, atingindo 18 unidades da federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento, e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor, a curto, médio e longo prazos, com a participação das seguintes autoridades: Sra. Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil; Sr. Edison Lobão, ministro das Minas e Energia; Sr. Márcio Pereira Zimmermann, secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia; Sr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Nelson José Hubner Moreira, diretor-presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás; Sr. Jorge Miguel Samek, diretor-geral brasileiro de Itaipu; Sr. Carlos Nadalutti Filho, diretor-presidente de Furnas; Sr. César Ribeiro Zavi, diretor de operação do sistema e comercialização de energia de Furnas; Sr. Hermes Chip, diretor-geral da ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico; Sr. Gilberto Câmara, Diretor do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Dr. Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, Empresa de Planejamento em Energia; Professor Luiz Pinguelli Rosa, físico, ex-presidente da Eletrobrás e professor do COPPE, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo, ex-ministro de Estado; Professor Evandro Emílio Souza Lima, físico e professor da UnB; Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, presidente do Fórum Latino-Americano da Smart Grid e diretor-executivo da Consultoria Andrade & Canellas; Professor Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras e professor da USP; Professor Djalma Falcão, da COPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Mário Veiga, presidente da PSR Planejamento e Consultoria; e Professor Adriano Pires, consultor de termoeletricas e professor da COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para a primeira etapa da urgência, quando serão abordados, debatidos os aspectos técnicos que envolvem o tema, deverão ser convidados o Sr. Nelson José Hubner Moreira, o Sr. Hermes Chip, operador nacional do sistema. O Dr. Hubner é presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; o Sr. Gilberto Câmara, do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Dr. Maurício Tolmasquim; Professor Luiz Pinguelli Rosa,

da COPPE; Professor José Goldemberg; Professor Evandro Emílio Souza Lima, da UnB; e o Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, da Smart Grid”.

Vem a justificação, e esse é o primeiro requerimento. Eu perguntaria à secretaria se eu posso fazer a leitura de todos os requerimentos e, depois, submeter à apreciação do...

O segundo requerimento: “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Sr. Geddel Vieira Lima, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre o andamento do projeto de revitalização e transposição das águas do Rio São Francisco; a política nacional de desenvolvimento regional e suas implicações na infraestrutura do país; e, ainda, sobre o andamento das principais obras do PAC, afetas à sua pasta”.

E o terceiro requerimento: “Também nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado, seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, Dr. Hélio Costa, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos do Fundo Universal dos Serviços de Telecomunicações, FUST, na ampliação da oferta de computadores na rede escolar; na ampliação da oferta de computadores na rede escolar. Desculpe, repeti. Na implementação da TV digital no Brasil; a proposta de concessão de aparelhos celulares dentro do programa Bolsa Família e a política de telecomunicações do Governo, no setor de infraestrutura.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com os requerimentos que acabo de ler permaneçam como estão. Aprovado.

Antes, com a palavra, para discutir, o Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, com relação ao primeiro requerimento, pelo que eu entendi, são muitas pessoas que serão ouvidas na Comissão de Infraestrutura. E, pelo que eu entendi, essas audiências públicas serão em etapas. Nessa primeira etapa, viriam o Dr. Hermes Chip, da ONS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A ideia é que, na primeira etapa, venham aqueles que possam fornecer os dados técnicos de que irão carecer os dirigentes das demais entidades que fazem parte do sistema energético brasileiro, e dos Srs. Ministros de Estado, para que nós

senadores tenhamos conhecimento mais de perto do que possa ter de fato ocorrido e gerado o chamado apagão do último dia 10.

Então, nessa primeira etapa, seriam convidados, chamados para participar da nossa mesa de debates o diretor da ONS, que é o operador nacional do sistema, que é o Sr. Hermes Chip; o Dr. Hubner, que é da Agência Nacional de Energia Elétrica; o Dr. Gilberto Câmara, do INPE, porque tem aquela conotação de que teria havido uma tempestade, tal; o Dr. Tolmasquim, que já esteve aqui; o Professor Luiz Pinguelli Rosa, que tem, também, um conhecimento muito apurado do assunto; O Professor José Goldemberg, tanto ele como o Professor Pinguelli Rosa, dois físicos de notório conhecimento, também, da questão do setor energético brasileiro; e os professores Evandro Emílio Souza Lima e Cyro Vicente Boccuzzi, que é especialista no chamado Smart Grid, que V.Ex^a, Senador Delcídio, conhece muito bem.

Então, essa seria a primeira fase. Nós iríamos, em função dessas, do resultado dessas audiências, aqui, desses palestrantes, ver a próxima audiência qual seria, dentre os nomes que aqui foram elencados, de acordo com que os Srs. e Sras. Senadores da Comissão de Infraestrutura acharem conveniente, após receberem as informações técnicas desses nomes que acabei de relatar e submeter à apreciação dos senhores que compõem a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E, Sr. Presidente, essa Audiência Pública, ela aconteceria quando, essa primeira Audiência Pública?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essa primeira Audiência Pública aconteceria sem ser nessa próxima quinta-feira, em função de a pauta já estar preestabelecida, com os dois projetos que vêm da Câmara, sobre mudanças climáticas, em função também da pressa que se tem para que tenhamos, que ela vai tramitar em outras comissões da reunião de Copenhague e também porque, na próxima quinta-feira, teremos que apreciar as emendas do orçamento. Sem ser nessa próxima quinta-feira, a outra quinta-feira, que será dia 26. Então, no dia 26 seria a Audiência Pública em que participariam esses senadores que aqui, esses integrantes, palestrantes que aqui sugiro aos Srs. Senadores.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Depois, em função dos resultados dessas audiências públicas, nós iríamos convidando...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No rol desses nomes aqui elencados, que são em número de 20, nós iríamos esta-

belecendo as prioridades que a Comissão julga necessárias para a nossa oitiva.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Sr. Presidente. Eu só gostaria de fazer um registro sobre essa questão do blecaute. Primeiro, acho que é muito importante essa iniciativa, especialmente, através da Comissão de Infraestrutura. E acho que, se aprovado esse requerimento, a Comissão de Assuntos Econômicos também poderia... Essa sessão poderia ser conjunta.

Até nós temos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã e poderíamos, eventualmente, apresentar esse requerimento preparado por V.Ex^a, para que, se fosse... Se esse fosse o entendimento na Comissão de Assuntos Econômicos, nós fizéssemos uma audiência conjunta, para não repetir, em cada Comissão, o mesmo tema.

E acho que é fundamental que nós venhamos discutir esse assunto aqui no Senado. São muitas as versões, eu acredito que, agora, os técnicos estão debruçados sobre oscilogramas, sequenciais de eventos, discutindo efetivamente o que ocorreu, porque nós também não podemos adotar uma postura de aceitar uma explicação simplista do problema.

Três linhas de 750 KW saírem não é uma coisa normal. Se saiu por descarta atmosférica, acho que pode pegar uma linha, mas pegar três linhas não é uma coisa simples, até porque elas não estão numa mesma estrutura. Elas correm em circuitos separados.

Há dúvidas, também, com relação ao sistema de alívio de carga, que deveria ter operado para ilhar o defeito. E aí Itaipu seria poupada. Quer dizer, perder 20 máquinas, perder uma usina inteira é uma coisa complicada. E ainda mais uma usina do tamanho de Itaipu, que gera 14 mil megawatts.

Então, eu acho que é importante nós discutirmos isso e, realmente, através dessas audiências públicas e com o trabalho dos técnicos, o Ministério de Minas e Energia esclarecer essa questão definitivamente.

Eu vivi dentro de usina, Presidente, e vivi em subestações, vivi em linhas de transmissões, também, seus defeitos. Descargas atmosféricas acontecem, são os fatos mais comuns, especialmente quando há curto-circuito em linha de transmissão, mas essa questão precisa ser bem esclarecida, porque ela não é uma questão qualquer, ela atinge três linhas, pelo menos, dentro do que foi descrito, o que não é muito fácil um raio atingir. E, ao mesmo tempo, o sistema de potência é um sistema traiçoeiro. Toda ocorrência nesse nível precisa ser investigada, com rigor, e esclarecida. Porque um sistema de potência, ele nos surpreende, surpreende sempre. Se não for feito um diagnóstico claro e um programa de trabalho que elimine esse tipo

de ocorrência, pode acontecer que essa ocorrência se repita. E isso é muito ruim.

Então, eu entendo que é um momento adequado, e isso precisa ser esclarecido. Até o Presidente Lula fez uma fala nesse sentido, na sexta-feira, cobrando esclarecimentos. Precisa se esclarecer. Porque essa ocorrência, ela traz uma série de dúvidas que precisam ser bem esclarecidas.

Então, eu acho que a iniciativa é de extrema relevância, extrema importância, porque não há lugar melhor para se discutir essa questão do que a Comissão de Infraestrutura. E separar esse conceito de blecaute e de racionamento. É que a palavra apagão, popularmente, é uma palavra muito fácil, explica muitas coisas. Mas uma... Um assunto é um blecaute, é um desligamento de grandes proporções, como efetivamente aconteceu, com os problemas todos advindos desse desligamento; e a outra é o racionamento. O racionamento, ele é um corte de carga sistemático, permanente, durante um determinado período.

E eu vivi vários racionamentos, Sr. Presidente. Vivi racionamento no Nordeste, vivi racionamento em parte do Norte, vivi racionamento nos sistemas isolados e vivi o último racionamento, que pegou praticamente o Brasil inteiro, com exceção da região Sul, que tinha energia, mas não havia linha de transmissão. E aí nós tínhamos energia no Sul, e não tínhamos no Sudeste, e tínhamos excesso de energia na região Sul.

Então, essas coisas têm que ser bem esclarecidas, para pontuar a discussão que vai ser feita, porque, senão, misturam as coisas, e não são coisas iguais, são coisas diferentes. E é importante a gente registrar, aproveitando essa oportunidade e esse debate, e, de uma vez por todas, Sr. Presidente, também esclarecer esse assunto, tornar esse assunto mais didático para a opinião pública, porque a opinião pública claro que se preocupa, porque um apagão, ele... Um desligamento, um blecaute, ele traz... Ele traz uma série de transtornos, como trouxe para a população, assim como o racionamento também traz.

Então, acho que é muito importante essa iniciativa e trazendo pessoas que devem efetivamente falar. Quero aqui registrar que muita gente falou nesse desligamento, nesse blecaute. Alguns de uma forma absolutamente teórica e outros de uma forma equivocada. E, quando, na verdade, quem deveria falar num momento como esse e com o desligamento com esse impacto, foram vários estados brasileiros que sofreram com isso, o operador nacional do sistema, que é quem detém todas as informações sobre essa ocorrência, e não ficar havendo uma disputa entre várias autoridades para ver quem dá mais palpite ou se a culpa é de Furnas ou se a culpa é de Furnas. O problema, nós

não estamos discutindo se o problema é de Itaipu ou de Furnas, é o sistema interligado e é o suprimento de energia para os estados da federação, que é isso que está em jogo, isso que está em discussão.

Então, eu entendo que é uma oportunidade muito boa de a gente fazer um debate sereno. É um debate técnico. Para não politizar um tema que toda a população brasileira acompanha, e nós precisamos esclarecer, mais do que nunca, e não politizá-lo. Porque, senão, nós vamos perder o conteúdo da discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Delcídio. Senador Valdir Raupp com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ao mesmo tempo em que eu quero corroborar com as palavras do Senador Delcídio e dizer que o blecaute, ele prejudica, como prejudicou, a população, por algumas horas. Mas não afetou indústria, não afetou emprego, e o racionamento, por um período longo, ele afeta o país inteiro, como foi o último apagão e racionamento que aconteceu no Brasil.

Esse trouxe transtorno para as pessoas por algum momento, mas não afetou, como falei, a indústria, a geração de emprego, a renda da população. Se houve prejuízo, o ministro já assegurou que as concessionárias irão repor cada usuário que tenha tido prejuízo, pode recorrer às concessionárias, que será ressarcido do prejuízo. Então, isso está muito bem claro.

E eu queria, Sr. Presidente, perguntar sobre um requerimento que eu apresentei na semana passada, para chamar três autoridades do setor de transporte, entre eles o presidente da ANTT. E eu queria uma pauta, se não tem ainda, uma pauta... Eu fiquei preocupado, agora, com essa quantidade de autoridades sendo chamadas, vai passar o ano inteiro sem data para que a gente possa realizar a Audiência Pública do transporte.

Eu queria ver se antecede, se tem preferência quem entrou primeiro com o requerimento, para chamar essas autoridades do setor de transportes para discutir a questão do trem de alta velocidade no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. O requerimento de V.Ex^a encontra-se na secretaria e será apresentado na quinta-feira próxima, durante nossa reunião regulamentar.

Quero dizer a V.Ex^a que terei todo o interesse em colocar isso rapidamente em pauta, independentemente das audiências que deverão ser realizadas, tendo em vista que esse assunto, essa questão que hoje é objeto desse requerimento, foi um acontecimento que pegou a todos nós de surpresa e afetou a milhões de brasileiros.

Então, acredito que, até em função do tema, esse mereça, salvo melhor juízo dos Srs. e Sras. Senadoras membros desta Comissão, ter uma relativa preferência sobre outros requerimentos já apresentados.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Meu requerimento já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já foi aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É apenas a marcação da data.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Gostaria de agradecer a discussão que aqui foi realizada, pelas palavras do Senador Delcídio Amaral, pelas palavras do Senador Valdir Raupp, e é um assunto que diz respeito a cada um de nós brasileiros, que fomos tomados de surpresa com o que aconteceu. E colocou muito bem o Senador Delcídio Amaral, que há uma grande diferença entre o blecaute e o racionamento. Ou seja, hoje, o Brasil dispõe de energia suficiente para sustentar um processo de desenvolvimento à taxa de 5% ou 6% ao ano, até o ano de 2025, pelo menos, entendendo, aí, que as obras lá do Madeira e de Belo Monte e... Madeira, Girau e... Girau e Santo Antônio, no Madeira, e, no Xingu, a usina de Belo Monte estejam já concluídas.

Então, o Brasil, hoje, dispõe de energia suficiente, diferentemente do que aconteceu alguns anos atrás, em que houve falta de energia. Não houve condições de o Estado brasileiro fornecer a energia necessária à demanda existente na ocasião.

O que aconteceu foi um colapso nas linhas de transmissão, e, como disseram os Srs. Senadores, nós, até agora, estamos buscando informações precisas sobre o que aconteceu e quais medidas precisarão ser adotadas, de forma emergencial, urgente e com muita atenção, para que tal fato não volte a acontecer.

Então, está em votação os requerimentos aqui apresentados. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovados os requerimentos.

Dando continuidade à nossa agenda do dia de hoje, eu convido os participantes para o debate da apresentação do desafio estratégico setorial, infraestrutura e serviços e políticas públicas, convido o Dr. Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA; e o Dr. Jorge Abraão de Castro, diretor de estudos e políticas sociais, também do IPEA. Convido V.Exas a tomarem assento à Mesa.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Queria pedir até a secretaria da Comissão de Infraestrutura para que nós... Nós temos, amanhã, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, se nós pudessemos fazer o rebatimento do... Esse rebatimento do requerimento de V.Exª na CAE, que aí... Se esse for um entendimento da Comissão, nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Faltou um comentário nesse ponto. Perfeito. Seria interessante, Senador Delcídio, que, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Goellner, que houvesse lá um requerimento apresentado, para que... Solicitando aos senhores membros da Comissão de Assuntos Econômicos a aprovação, para que houvesse essa reunião conjunta da Comissão de Infraestrutura com a CAE, para que... Pronto.

O Senador Goellner irá apresentar o requerimento, junto com o Senador Delcídio, e nós, aqui, faremos a retificação, dizendo que a Comissão vai ser... As duas comissões farão a reunião conjunta, CAE e Infraestrutura.

Desculpe-me, faltou dar essa resposta a V.Exª. Com a palavra o Dr. Ricardo Paes de Barros. V. Sa dispõe de 20 minutos para sua apresentação.

Eu pediria licença ao Dr. Ricardo Paes de Barros. Antes de V. Sa iniciar sua apresentação, pediu a palavra o Senador Arthur Virgílio, e eu passo a palavra a S.Exª.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu, antes de mais nada, parabeno V.Exª e a Comissão pela decisão de propor a oitiva de técnicos, de pessoas da vida pública, incluindo, obviamente, a ex-ministra Dilma Rousseff, o atual Ministro Edison Lobão, para discutirem essa questão do apagão. E até compreendo o fato de meu requerimento não ter sido votado, devido a minha ausência. Eu estava em Plenário, neste momento, fazendo uma fala, denunciando censura a uma blogueira do Estado do Mato Grosso.

Mas estava me causando espanto, porque não deixa de ser surreal, depois de tantos anos de amadurecimento da democracia brasileira, nós estarmos ainda discutindo se o ministro deve vir ou não se pronunciar sobre algo tão grave.

Essa coisa selvagem que é presidencialismo ainda permite essas excrescências. Se o sistema de Governo fosse parlamentar, ela já teria ido talvez mais do que uma vez à Câmara dos Deputados. Não haveria discussão. Essa história de maioria parlamentar,

de bloco de amassa, bloco de atropela, bloco não de quê, isso existe nessa coisa selvagem que é o presidencialismo. Não existe no sistema privilegiado, intelectualmente melhor, moralmente superior, que é o parlamentarismo.

Eu estava sob um estado, assim, de espanto, porque, para o Governo, não houve apagão nenhum. Então, declararam por encerrada a discussão. Como se pudessem, digamos, dizer para mim... Eu não concordo. Então, não está encerrada, porque eu não concordo, e milhões de brasileiros que sofreram o apagão, 90 milhões certamente não concordam com se encerrar de maneira tão abrupta essa tal discussão. Mas o autoritarismo aí também é infantil, porque o que nós queremos saber, basicamente? Por que houve, pode haver de novo e o que fazer para não acontecer de novo. Uma coisa bem simples.

Claro que as argumentações podem ser mais sofisticadas do que isso e terão que ser mais sofisticadas do que isso. Mas a ideia que eu ouço nos jornais – e nós estamos começando a encarar isso com naturalidade –, temos que blindar a ministra, porque a ministra é candidata.

Primeiro, não é hora de se falar em candidatura. Segundo, blindar? Blindar? Então, me deixe blindar os 90 milhões de brasileiros que sofreram com o apagão. Eu tenho vontade de ver blindados os brasileiros que passaram por assaltos, as mulheres foram estupradas, os comerciantes que sofreram penduras, enfim, o clima de incerteza, os celulares não funcionando, não podendo um familiar se comunicar com o outro. Eu não consigo entender onde estaria, digamos assim, o insulto à grandeza, ao caráter soberbo, superior do Governo que aí está.

Eu sinto que foi uma atitude correta que V.Ex^a tomou como Presidente da Comissão de Infraestrutura. Num gesto que não deve causar rancor nenhum ao Governo. Porque, se eu estou certo e se essa situação surreal é verdadeira, a essa altura, V.Ex^a deve estar sendo vítima das seguintes especulações: como é que um senador da base? Como se um senador da base tivesse que ser um cordeiro, uma ovelha.

E eu nem sempre, nas lides com cordeiros, vi os cordeiros fazerem exatamente tudo o que eu queria. Tem hora que você quer mandá-los para o córrego, e não vão. Eles ficam tentando não ir. E V.Ex^a longe disso. É um homem de personalidade muito forte, muito firme. Portanto, as especulações. Quer dizer, então, criou-se, no Brasil, a ideia de que... Eu teria que ser inflexivelmente de oposição, eu não sou, tem horas que concordo com o Governo e aplaudo gestos e atos do Governo. E os que são de partidos da base de apoio ao

Presidente Lula teriam que simplesmente fazer aquilo que seu mestre mandasse.

Quando o que deve ter assaltado a consciência de V.Ex^a e assalta a minha é uma coisa muito clara. Que país é este? Que diabos de país é o Brasil, em que acontece uma coisa grave como essa, e as conveniências político-eleitorais ficam determinando se a ministra vem ou se a ministra não vem? Como se fosse uma afronta ela vir ao Congresso Nacional. Como se fosse uma cáspice(F) de Minúcio ela comparecer perante os senadores. Como se fosse algo grave, como se ela fosse sair daqui desmoralizada, derrotada, quebrada.

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Que democracia é essa que se pretende impingir à sociedade brasileira? Eu entendo que praticou-se aqui um ato natural. O ato não natural seria não se votar, não se aprovar, não se ouvir a ministra. A não ser o monólogo, que manda o jornalista calar. E, pelo amor de Deus, eu acho que foi um gesto normal e eu queria dizer da minha tristeza por parabenizá-lo pelo gesto normal e da minha alegria por ter podido ver um gesto normal, nessa situação anômala, em que as pessoas olham primeiro todos os interesses partidários, do aparelhamento, da turma, e depois vêm os interesses da sociedade brasileira.

Não está explicado. Essa história de o Presidente dizer que, se a terra não fosse redonda, não haveria intempéries, segundo Freud, eu não sou especialista em Freud, vou até pesquisar para ver se ele disse isso mesmo, e o Ministro Lobão, meu prezado amigo e colega nosso, querido amigo nosso, dizer que o raio... Nós sabemos que um barquinho, com para-raio, pode singrar as águas do Rio Amazonas à vontade, que não acontecerá nada com ele. Uma casa no morro, teve um... Teve um para-raio, ela vai, igualmente, escapar dessa intempérie. E esse sistema, que é tido como perfeito, como quase perfeito, como muito bom não resiste a um raio? Tem alguma coisa errada.

A contradição brutal entre o que dizem os agentes do Governo e o que dizem os estudiosos da matéria de economia energética, essa contradição. Dizem uma coisa os do Governo, sempre os panos quentes; e os outros, com muita serenidade e com conhecimento de causa, dizendo o contrário.

Quer dizer, nós temos, no mínimo, que cotejar as opiniões. Eu quero novamente dizer que me congratulo com V.Ex^a, porque eu talvez até tenha pensado pequeno. Eu pensei em chamar a ministra, que mexeu no marco regulatório, que tem explicações a dar e que é gerente do PAC, precisa de energia, e o ministro atual, que é o responsável pelas ações presentes do Ministério de Minas e Energia.

V.Ex^a foi muito mais amplo, foi muito mais dentro da questão e elencou figuras da maior responsabilidade e que podem nos ajudar a elucidar essa questão.

E aí do Governo ou aí do governante que imagine que um gesto desses é contra o Governo ou contra o próprio governante. Ao contrário. Termina sendo um gesto de proteção ao Governo e até de proteção ao governante, se certas vaidades, certos saltos altos forem despidos de cada pé, por mais ilustre que sejam os pés, por mais delicados ou por mais viris que sejam os pés. Eu me refiro, no caso da virilidade, ao Presidente Lula, e, no caso, da delicadeza, sem dúvida, aos pés da Ministra Dilma Rousseff. Mas não é um gesto de agressão, é um gesto de defesa da sociedade brasileira, e é um gesto de, sem dúvida alguma, alerta.

Agora, é um gesto, também, de chamamento à democracia. O diálogo não faz mal. O diálogo não ofende, e a ministra entrará aqui e sairá daqui respeitada. Quando vier [soa a campainha]. Eu quero reafirmar e já concluo, Sr. Presidente, o compromisso que assumi. De minha parte, de parte dos senadores do meu partido, não haverá uma só pergunta fora de apagação. Nenhuma. Nada que tem a ver com qualquer assunto, por mais que ela deva a resposta à Nação, nenhum de nós vai perguntar nada que não seja ligado exclusivamente ao tema da matéria que V.Ex^a aprovou, com a anuência dos senadores, conscientes e consequentes, desta Comissão. Portanto, meus parabéns e muito obrigado pela atenção que me dedicou. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras generosas e objetivas. É esse exatamente o que desejamos todos nós que fazemos parte desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de termos os esclarecimentos necessários e também as providências que serão tomadas, em decorrência desses esclarecimentos, para que tais fatos não voltem mais a ocorrer e importunar o cotidiano de milhões de brasileiros. Muito obrigado pela participação de V.Ex^a.

Dr. Ricardo Paes de Barros, V. Sa tem a palavra. Como eu disse, 20 minutos para fazer sua exposição, agradecendo sua compreensão, pela interrupção repentina do início da sua palestra.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Bom, muito obrigado pelo convite. O que eu queria apresentar, hoje, aqui, é... Todos nós já sabemos que o Brasil, ao longo dos últimos 10 anos, teve um avanço que se poderia até rotular de espetacular, em termos da redução da pobreza e da extrema pobreza.

Esse primeiro gráfico que eu tenho aqui, que já é bastante conhecido, mostra que, claramente, o

Brasil, a partir de 2003, começa a reduzir a pobreza a uma taxa bastante acelerada, a ponto de que a primeira meta do milênio, que significa reduzir a extrema pobreza à metade, em relação ao seu nível de 1990, que o Brasil teria até 2025 para cumprir, na verdade, o Brasil cumpriu essa meta 10 anos antes.

Quer dizer, o Brasil vem reduzindo a extrema pobreza a uma velocidade, que ele já cumpriu a primeira meta do desenvolvimento do milênio, 10 anos antes da data que a gente tinha se comprometido.

Bom, o que eu queria, hoje, discutir são algumas questões relacionadas a essa queda na pobreza, em termos diretamente do acesso da população a serviços públicos, básicos, como telefonia, internet, água, saneamento, eletricidade, entre outros.

E aí três questões se colocam. Quer dizer, a primeira questão é em que medida e a que distância nós estamos da universalização do acesso desses serviços básicos? Em segundo lugar, em que medida os grupos mais vulneráveis tiveram um aumento substancial do seu acesso a esse serviço, nos últimos 10 anos? E, em terceiro lugar, em que medida – e vou tentar mostrar que, em grande medida, exceto na área de saneamento, o Brasil passou, na verdade, por um progresso substancial nesse período –, fica a questão de em que medida esse progresso que a gente teve, por exemplo, na área de telefonia ou na área de acesso à eletricidade, se esse progresso foi o resultado de políticas específicas do setor ou em que medida esse progresso foi o resultado da melhoria geral das condições de vida da população.

Obviamente, quem tem uma população menos pobre vai ter mais recursos para ter acesso a telefone, ter acesso à energia elétrica, está certo? A questão é: as pessoas, agora, têm mais acesso porque elas são menos pobres ou elas têm mais acesso agora porque nós fizemos com que o acesso à eletricidade e à telefonia chegasse às famílias mais pobres? Está certo?

Eu vou mostrar que a resposta varia um pouco, dependendo do serviço que estamos falando, mas no caso, por exemplo, da telefonia, é claro que o progresso foi todo em termos de facilitar o acesso à população mais pobre, e não necessariamente porque a população se tornou menos pobre.

Bom, então, o próximo gráfico, ele mostra a evolução da proporção da população – e aqui eu estou usando, para tornar mais extremo, a população de zero a cinco anos de idade; mas, se usar a população total do país, os resultados não são muito diferentes –, em 1993, 15 anos atrás, 38% das crianças de zero a cinco anos não tinham acesso adequado à água no Brasil. Isso foi reduzido de 38% para 22%. Hoje, eu tenho que 22% das crianças não têm acesso adequado à água.

Bom, ficaria um pouco a questão de que em que medida essa queda de 38% para 22% é uma queda acelerada ou não é uma queda acelerada. Para tentar facilitar o entendimento dessa... Tentar avaliar em que medida essa queda é ou não acelerada, eu fiz a seguinte comparação: as metas de desenvolvimento do milênio, elas estabelecem sempre que os indicadores devem ser reduzidos à metade em 25 anos ou serem reduzidos... As metas mais ousadas requerem que, por exemplo, mortalidade infantil seja reduzida a um terço, em 25 anos. Está certo?

Então, o que eu tentei colocar aqui é o seguinte: em que medida, a essa velocidade que nós estamos caminhando, nós seremos capazes de reduzir à metade a proporção de crianças sem acesso à água, em 25 anos, e em que medida nós seremos capazes de reduzir a um terço, em 25 anos?

Dá para perceber, por esse gráfico, que a proporção de crianças sem acesso adequado à água se reduziu de 38% a 22%, em 15 anos, isso é uma velocidade mais rápida do que quem vai reduzir à metade, em 25 anos. Isso quer dizer o seguinte: à velocidade que nós vamos, nós vamos mais do que reduzir à metade o número de crianças que não têm acesso à água no Brasil, em 25 anos. Mas nós não conseguiremos reduzir a um terço do seu valor inicial. Nós ficaremos em alguma coisa entre reduzir à metade e reduzir a um terço.

Mas, lembrando que reduzir à metade já é um sucesso enorme, porque a maioria das metas de desenvolvimento do milênio estabelece a redução à metade.

Se a gente passar... Vou pular esse slide, por uma questão de tempo. Pode passar esse slide, pode passar, pode passar. Se nós olharmos para o saneamento, a gente percebe que o progresso no saneamento é bem mais lento, enquanto, na água, hoje, nós temos 22% de crianças não cobertas, no caso do saneamento, é 34%, e o progresso do saneamento foi bem mais lento que o progresso no caso da água. Está certo?

Depois a gente vai ver que faltou nesse... E grande parte desse progresso, na verdade, foi devido a que as famílias se tornaram menos pobres. Na verdade, houve pouca política pública de facilitar o acesso ao saneamento às populações mais pobres. O que eu vou tentar mostrar é que não só 34% da população continua sem acesso, mas o perfil dessa população é extremamente vulnerável. Quer dizer, isso está extremamente concentrado na população negra, na população rural, na população mais pobre, na população com níveis de educação mais baixos.

Se nós olharmos para o acesso à eletricidade, vamos ver que o sucesso foi enorme. O próximo slide,

por favor. Esse é o acesso à eletricidade. Em 1993, eu tinha 13% da população sem acesso à eletricidade, hoje, eu tenho 2% da população sem acesso à eletricidade. Quer dizer, você tem a luz, em princípio, chegando na casa daquela pessoa. Está certo? É como a água e o saneamento. Eu estou falando de acesso, conexão, não, necessariamente, se ele ligar a torneira, vai sair água, não, necessariamente, se ele ligar o interruptor, vai ter luz. Está certo? Eu estou falando que eu não tenho como medir qual a qualidade desse acesso. Eu tenho só como medir a expansão do acesso.

E, aqui, a gente vê uma enorme expansão. Quer dizer, basicamente, uma universalização total do acesso à eletricidade, tendo que, a essa velocidade, nós vamos reduzir a muito menos do que um terço o número de famílias não cobertas pelo sistema. Então, aqui é um enorme sucesso. Então, a eletricidade um enorme sucesso; água um sucesso moderado; saneamento, o ponto mais fraco.

Se nós passarmos, agora, para a questão habitacional, isso é a proporção de pessoas que vivem em domicílios com alta densidade, ou seja, com mais de duas pessoas por dormitório. E a gente vê, de novo, uma redução de 39 para 23. De novo, à velocidade que nós vamos, nós vamos reduzir essa deficiência a menos da metade do seu valor, em 1990, mas não a um terço. Portanto, o progresso, aqui, em termos de redução do déficit habitacional, é mais ou menos parecido com o sucesso em termos de acesso à água.

Se nós passarmos, agora, próximo slide, para a telefonia, que, infelizmente, o acesso a telefone celular só começou a ser investigado pelo IBGE a partir de 2001, a gente não sabe como era antes, a gente tem uma redução enorme da falta de acesso a telefone; 47% da população, em 2001, não tinha acesso, hoje, é 18%. Ou seja, a essa velocidade, ela vai reduzir, em 25 anos, a falta de acesso, em 25 anos, vai ser muito menos do que a metade do que era no início do período. E, portanto, é um sucesso também substancial.

Depois, eu vou tentar decompor e ver quanto desse sucesso vem de políticas públicas, que tornaram o celular muito mais acessível às pessoas, ou em que medida esse foi o resultado da redução da pobreza. Vou tentar mostrar que, na verdade, foi muito mais o resultado de políticas específicas, que tornaram o telefone mais acessível às populações mais pobres do que, na verdade, a redução da pobreza dessa população, que também contribuiu.

O próximo slide a gente vê o acesso à internet. Isso é o acesso à internet na própria casa dos jovens, e a gente percebe que, nesse particular o progresso no Brasil tem sido relativamente lento. Mas a gente tem que chamar atenção de que essa é uma infor-

mação sobre o acesso à internet na própria casa, e você tem outras maneiras de acessar a internet, na escola, em outros pontos de acesso na comunidade. Mas, o acesso à internet domiciliar continua restrito a um pequeno grupo, um pequeno segmento da população brasileira.

Bom, em seguida, por favor, o outro slide. Eu queria mostrar que, na verdade, apesar de a gente ter avançado bastante em todos esses indicadores, a situação no Brasil continua, exceto no caso da eletricidade, extremamente desigual. O que esse gráfico mostra é o seguinte: aqui eu peguei um negro pobre, na área rural da região Norte, com nenhuma escolaridade e que vive numa família com alta razão de dependência demográfica, ou seja, muitas crianças nessa família. O nível de acesso dessa família típica a telefone, por exemplo, é 12% tem acesso a telefone, enquanto num branco, com renda *per capita* de mil reais, na área urbana da região Sudeste, com escolaridade média completa e com a baixa razão de dependência, poucas crianças na família, o acesso a telefone é praticamente 100%. Ou seja, enquanto eu tenho um grupo com quase 100%, eu tenho, ainda, um grupo com menos de 15%.

Se eu vejo aqui, por exemplo, no saneamento, é preocupante. Eu tenho, nesse grupo, 5% da população, nesse grupo, tem acesso a saneamento adequado, enquanto, nesse outro grupo, é mais de 95% com acesso adequado. A água aqui é menos de 5%; aqui é mais de 95%. Ou seja, persistem enormes desigualdades. O caso da eletricidade é um caso interessante, onde a gente conseguiu, na verdade, reduzir enormemente essa desigualdade.

No caso da internet, a gente pode ver que é praticamente zero o acesso desse grupo à internet, enquanto desse grupo, praticamente, mais de 80% tem acesso à internet na sua própria casa.

Se nós olharmos o próximo slide, a gente vê, aqui, nesse slide, nós construímos... Para ver em que medida esse avanço do acesso se deu, com redução na desigualdade do acesso, nós construímos, aqui, um gráfico, que aqui eu tenho a porcentagem que não teve acesso. Ou seja, eu quero que isso seja zero. Cobertura universal significa 0% sem acesso. Eu quero caminhar para cá. Mas, além disso, isso aqui é uma medida do grau de desigualdade no acesso, 15%, quer dizer que 15% das conexões que eu tenho eu deveria redistribuí-las, para que o acesso fosse dado com igualdade de oportunidades. Esse... Se for 15%, isso quer dizer que 15% das conexões foram dadas não seguindo o princípio de igualdade e oportunidade.

Então, o que eu quero? Eu quero que esse número seja zerado e eu quero que esse número seja zerado. Se eu chegar nesse ponto, eu vou ter cobertura

universal e sem desigualdade de oportunidade. O que eu gostaria é de caminhar por aqui. Ou seja, eu gostaria de caminhar nessa direção, mas caminhar nessa direção com a menor desigualdade possível.

E o que a gente percebe, aqui, é que, obviamente, o saneamento está muito mais atrasado do que a água. A gente percebe que o déficit habitacional caminhou mais ou menos parecido com a água, e a eletricidade caminhou muito mais.

Essa bolinha amarela, ela capta... Essa bolinha amarela, ela basicamente capta onde eu deveria estar para reduzir à metade o déficit, em 25 anos. Então, você percebe que, em todas as dimensões, o Brasil está indo bem, no sentido de que, em todas essas dimensões, pelo menos o Brasil está caminhando mais rápido do que seria necessário para reduzir o déficit à metade, em 25 anos. Mas, mais do que isso, em todas as dimensões, a gente percebe que nós estamos caminhando com essa inclinação. Ou seja, nós estamos avançando na direção da universalização, com mais igualdade de oportunidade.

O fato que eu estava aqui, em termos de desigualdade, eu tinha isso aqui em desigualdade de saneamento. Agora, eu tenho isso. Ou seja, estou reduzindo a desigualdade de oportunidade, ao mesmo tempo em que eu estou expandindo a cobertura. Ou seja, eu tenho um processo de expansão da cobertura acelerado, talvez, em saneamento, a gente não possa chamar de tão acelerado assim, mas, certamente, em água, no déficit habitacional, em eletricidade, é um progresso acelerado, mas é um progresso acelerado que, ao contrário de vários outros processos que já aconteceram no Brasil no passado, é um processo acelerado, com ganhos importantes na igualdade de oportunidade.

A mesma coisa vai acontecer se nós olharmos – o próximo slide, por favor – em termos de acesso à internet e telefone. A gente vê que, no telefone, a gente tem um avanço muito maior que na internet, essa... Esse fato, que essa linha tem essa posição, quer dizer que, na verdade, o progresso na cobertura da internet foi relativamente lento, mas, nos dois casos, eu tive uma redução acentuada na desigualdade.

Então, eu tenho, resumindo, um acesso mais limitado, em termos de acesso à internet e de saneamento, e acessos e progressos medianos, para muito acelerado em água, e progresso em redução do déficit habitacional. E progressos muito acelerados em eletricidade e em telefonia. Em particular, o progresso em telefonia é extremamente acelerado, e eletricidade, também, a ideia de luz para todos é alguma coisa que avançou substancialmente, está certo?

Enfatizando, nós não... Isso aqui são pessoas que têm o telefone; não necessariamente o telefone está funcionando. Eu não tenho informação sobre se o telefone funciona ou se, na hora em que você abre, a torneira tem água. Eu sei que você tem a conexão.

Bom, se a gente passar para o próximo slide, a gente pode, agora, tentar decompor esse progresso. Vamos pegar aqui, por exemplo, o acesso à água, que foi de 32% para 22%. A questão é: esse progresso, quer dizer, antes, eu tinha 32% das famílias sem acesso à água; agora, eu tenho 22% das famílias sem acesso à água.

A questão é: esse progresso de 10 pontos percentuais, que eu já mostrei, é suficiente para colocar o Brasil numa rota de reduzir à metade a proporção de famílias sem acesso à água, em 25 anos. E, portanto, pode ser considerado acelerado, frente às metas de desenvolvimento do milênio. A pergunta é: esse processo aconteceu porque as famílias ficaram menos pobres e, portanto, têm mais recursos para obter a água ou nós fizemos com que a água chegasse às famílias que antes não tinham condições de obter água?

A resposta está aqui, porque nós estimamos esse número, que seria o que teria acontecido em 2008, se o país tivesse ficado menos pobre, mas nenhuma política de melhoria do abastecimento de água tivesse ocorrido. O Brasil teria ido de 36% para 26%. Isso quer dizer que esse progresso de 32% para 26% foi um progresso que, como, aqui, as políticas são iguais às de 98, esse progresso de 32% para 26% foi todo um progresso devido ao progresso socioeconômico.

Então, eu vejo que, desses 11, que foi o progresso total, seis foi devido à redução da pobreza, e quatro devido a políticas específicas. Ou seja, em grande medida, cerca de 60% do nosso progresso no acesso à água, na verdade, não veio de políticas de água. Na verdade, ele veio do fato de que nossa população se tornou menos pobre, em termos de sua própria disponibilidade de recursos.

No caso do saneamento, é seis e seis. Ou seja, metade veio daqui. No caso da eletricidade, é três e três. E, no caso de acesso, redução do déficit habitacional, foi cinco e quatro. Ou seja, mais ou menos, meio a meio, em todos os casos. Ou seja, metade desse progresso, que nós podemos considerar em todos os casos, mais ou menos, acelerado, particularmente no caso da eletricidade, metade dele é resultado da fantástica redução na pobreza, que nós alcançamos no país, nos últimos 10 anos, e metade dele aconteceu porque nós tivemos políticas específicas nessas áreas.

Se nós olharmos na próxima tabela, ela dá, em termos percentuais, quanto foi cada um desses. Então, a gente percebe que as políticas específicas respon-

deram por 41%, 50%, 50% e 44%. Ou seja, isso quer dizer que o progresso socioeconômico do país puxou o acesso da população a esses serviços. Quer dizer, faltou, no país, uma política talvez mais arrojada de saneamento e de acesso à água.

Na área de telefonia, que é a próxima tabela, a gente vai ver justamente o contrário. No caso da telefonia, antes, 47% da população não tinha acesso a um telefone. Sete anos depois, 18%. Esse incrível progresso de 39%, sem... Quer dizer, esse progresso que foi de 29%, sem nenhuma política específica, o Brasil teria ido de 49% para 39%. E não para 18%. Ou seja, só com o progresso, com a redução da pobreza, nós teríamos ido de 47% para 39%. Ou seja, teríamos tido um progresso de 8%. Mas, na verdade, tivemos um progresso de 29%. Isso quer dizer que as políticas específicas, nesse caso de telefonia, contribuíram para 21%. Ou seja, o que aconteceu nesse período não foi que as pessoas têm mais telefone, porque estão menos pobres. Em parte, é isso. Mas, em grande medida, as pessoas têm mais telefone, porque existem mais telefones disponíveis, porque o preço do acesso a esse telefone é mais baixo.

E a mesma coisa aconteceu com a internet. Se a gente mostrar esse último... A última tabela, por favor. A gente vê que 70% a 90% do progresso, na verdade, veio do acesso a melhores políticas [soa a campainha], e não do progresso socioeconômico.

Então, em resumo, o que eu tentei mostrar é que, além do que a gente já sabe, de que o Brasil, na última década, em particular a partir de 2003, tem tido um progresso fantástico, em termos de redução da pobreza, a ponto de nós termos alcançado a primeira meta do milênio 10 anos antes de quando nós nos comprometemos.

E tem um grupo de grandes economistas, lá em Nova York, no PNUD, tentando entender por que a maioria dos países do mundo vai ter dificuldade de cumprir a primeira meta do milênio, e, enquanto isso, nós cumprimos essa meta 10 anos antes, na verdade, esse cumprimento da primeira meta do milênio, em termos de insuficiência de renda, na verdade, ele se aplica, em grande medida, a todas as medidas de infraestrutura que eu analisei aqui, seja água, seja saneamento, seja eletricidade, seja o déficit habitacional, seja acesso a telefone, seja acesso à internet. Em todos os casos, nós estamos caminhando, mais ou menos, a uma velocidade de reduzir à metade, em 25 anos, nossas deficiências.

O resultado negativo disso é que talvez um dos serviços mais importantes, que é o saneamento, é aquele que a gente tem caminhado mais lentamente. E, pior que isso, no caso do saneamento, no caso da

água, só metade desse progresso, na verdade, veio de políticas específicas. A outra metade veio do fato de, porque as pessoas se tornaram menos pobres, elas agora têm, por causa de seus próprios recursos, mais acesso à água e saneamento.

Seria melhor se o Brasil tivesse avançado mais, a ponto de que nós tivéssemos reduzido mais as disparidades, embora, como eu mostrei, tenhamos também reduzido as disparidades no acesso a todos esses serviços, seria bom se as políticas nessa área tivessem sido ainda mais arrojadas, de tal maneira que o acesso das famílias mais pobres, na área rural, negras e com pouca escolaridade, tivesse aumentado mais rapidamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Ricardo Paes de Barros, pela sua explanação, e passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Jorge Abraão de Castro. V. Sa dispõe de 20 minutos para sua explanação.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Boa noite a todos. Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite da Comissão, ao Senador Fernando Collor. E, na sequência, vou fazer uma exposição que está baseada um pouco nas pesquisas atuais do IPEA. Vou tentar fazer uma contraposição, aqui, alguns dados que o Ricardo apresentou, é importante, porque nós vamos falar quase da mesma coisa, mas vamos ter números diferentes. Então, é importante qualificar que o Ricardo estava apresentando dados para a população de zero a cinco anos, e isso faz um diferencial, porque ele também está trabalhando com a população total.

O que significa isso? Os dados que o Ricardo apresentou estão trabalhando com a população rural e urbana. E, quando você trabalha com a população rural e urbana, faz diferenciais muito grandes, porque é muito diferente tratar de saneamento, água, resíduo sólido, entre o rural e o urbano, no Brasil, entendeu?

Então, quando você mistura, você pode estar falando de uma média que não está em lugar nenhum. Está certo? Então, acho que esse é o primeiro adendo que eu gostaria de levantar.

Nesse sentido, o trabalho que nós desenvolvemos vai falar só do urbano. O documento e o texto aqui para a Comissão, eu trouxe esse livro aqui, nós recentemente lançamos, e tem um capítulo que trata exclusivamente disso. Então, está aqui para a Comissão, quem tiver interesse em observar, lançamos... Lançamos esta semana, que a situação social...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi publicado essa semana?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É. Justamente. E, também, o resto da minha exposição também está nesse documento, que eu estou trazendo para a

Comissão, tem vários capítulos sobre infraestrutura, que foi publicado também recentemente pelo IPEA, que também está disponível, trouxe para a Comissão, senador, que também pode ser consultado e está no nosso site.

E, por último, esse documento lançamos ontem, que é um documento sobre políticas sociais no Brasil, fazendo a consolidação dos últimos cinco anos. Então, também está aqui para a Comissão, no sentido de cooperar com a Comissão para que, mediante esse conjunto de informações, a Comissão possa, além da nossa exposição, e também estamos disponíveis no IPEA, para eventuais...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O site na internet.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Está tudo no site da internet. É www.ipea.gov.br. Tem uma série de documentos, tem uma série de informações aqui.

Bom, então a primeira coisa que eu gostaria de diferenciar é essa. O documento do Ricardo, nós somos da mesma instituição, fizemos dois trabalhos, para que não haja... Ele está tratando do zero a cinco, então, vai reduzir. Ele está tratando o rural e o urbano, então, os dados dele não vão bater muito com o que eu vou apresentar, porque vou lidar apenas com o urbano.

Logicamente, ao lidar apenas com o urbano, meus indicadores vão dar bem melhor, porque, justamente, a parte rural da infraestrutura social brasileira é super inferiorizada. Está em situação muito pior. Mas eu acho importante diferenciar o rural e o urbano, porque, se trabalharmos com uma média, podemos estar trabalhando com uma média que não significa muita coisa.

Então, primeira coisa que a gente... Passa o seguinte. Nós estamos afirmando, hoje, no IPEA que nós podemos considerar que o Brasil estruturou e montou, nos últimos anos, uma política social, de fato, adensada, importante, nós arriscamos até dizer que o Brasil estruturou uma política social que se aproxima das políticas sociais de países europeus.

Na sua construção institucional, na sua densidade, talvez o que não temos é um conjunto muito grande de qualidade, em muitos serviços. Mas, em termos de desenho institucional, nós podemos dizer que o Brasil estruturou, e isso é um desenho de políticas europeias, uma proteção social, uma promoção social e uma infraestrutura social.

Então, eu vou falar um pouco da parte de infraestrutura social, centrando em dois itens: saneamento básico e habitação. Não vou além desses dois itens. E daí vou começar minha fala, falando de três itens que eu acho que classificam o saneamento básico no Brasil. Nós não podemos... Saneamento básico, nós estamos lidando com água, esgotamento e resíduos

sólidos. Então, o que nós vamos medir, aqui, e acho que é importante que a desigualdade brasileira, ela não é apenas de renda. A desigualdade brasileira ela também se manifesta no território. Acho que é muito importante a gente demonstrar que, apesar de estarmos, às vezes, com indicadores bastante interessantes, em termos de “atingimento” de metas e tudo mais, há diferenciais muito fortes nas regiões.

Por exemplo, no acesso à água, vocês vão observar que o Brasil já atingiu 91% de moradores, em domicílios particulares, com acesso à água. Mas estados da região Norte ainda se encontram em situações, mesmo urbanas, em pior situação. O mesmo poderíamos dizer no Nordeste e no Centro-Oeste, apesar de percebermos que, nessas regiões, a velocidade do crescimento do acesso é maior do que na região Sudeste, onde... Ou seja, de alguma forma, as políticas... Não tinha para onde crescer, e, na realidade, o que você tem é que algumas políticas estão conseguindo atingir as regiões Norte.

A região Norte, ela tem uma configuração muito diferenciada, por conta da sua estruturação, da sua diferenciação territorial. Então, vocês vão observar que os indicadores de infraestrutura da região Norte vão estar sempre em pior situação. Mas isso tem a ver com a própria estrutura da região Norte e sua própria montagem territorial.

Quando a gente olha os domicílios particulares com esgotamento sanitário, vocês vão perceber, de novo, que ainda o esgotamento sanitário é um problema. Mais importante, colocar o rural aí, os números são péssimos. Na área rural, quase não existe esgotamento sanitário. Então, por isso é difícil quando a gente junta o urbano com o rural, porque vai dar uma taxa no meio, ali, que não está expressando muita coisa.

Vamos ver aqui o seguinte: o urbano tem avançado bem expressivamente, mas com muitos diferenciais. Vocês vão ver que no Sudeste já avançamos bastante e estamos falando, aqui, de rede coletora. Não estamos falando de todo o conjunto, só da rede coletora ou fossa séptica. Vocês vão ver que o Centro-Oeste ainda é surpresa, mas o Centro-Oeste está em pior situação que o Norte, neste caso.

Bom, próximo. E vamos ver que estou sempre fazendo 92/2007, como para a gente ver movimento nesse período. Aqui, fazer o esgotamento por percentil de renda, olhando o lado da renda, que acho que é importante. Vamos perceber que os mais pobres estão sempre em pior situação, mas o crescimento do acesso ao esgotamento sanitário, entre os mais pobres, até 20%, foi muito superior do que entre os mais ricos. Há uma demonstração óbvia, e esse é um movimento, principalmente, do final, agora, do período

atual. Esse é um movimento muito forte, que tem a ver com os anos 2000, principalmente com a ampliação da rede coletora. Mas ainda é muito baixo, considerando 64% aqui entre os mais pobres, e, entre os mais ricos, atingindo quase 92%. Próximo.

Aqui, nós estamos vendo a rede de coleta direta ou indireta de lixo, que é uma coisa muito importante de demonstrar como o Brasil consegue, indiferente do território, montar uma estrutura de coleta de lixo, direta ou indireta, quase universalizada, no âmbito urbano, principalmente com grandes esforços no Norte e no Nordeste. Isso tem toda uma importância, tem toda uma relevância, em termos de infraestrutura e em termos de saúde pública, em termos gerais. Próximo.

Bom, se a gente juntar essas duas coisas, o que nós estamos chamando de saneamento básico adequado é a junção de ter água, esgotamento e resíduo sólido. Certo? Ou seja, se a gente juntar tudo isso, alguém está com saneamento básico adequado, é quando ele tem acesso a esse conjunto. Ele tem acesso à água, tem acesso ao esgoto e acesso ao resíduo sólido.

Nós vamos observar que há um salto expressivo no Brasil, com diferenciais regionais, de novo, podemos dizer que o Sudeste e o Sul já avançaram para situações bastante importantes. O Nordeste dá um salto muito mais rápido até do que as demais regiões, em termos de velocidade. E Norte e Centro-Oeste ainda se colocando com posições intermediárias.

Aqui, por quintil, de novo, vamos verificar que os mais pobres, de novo, sobem mais rapidamente. Acho que vai um pouco na linha do que o Ricardo acabou de falar, estava lidando só com criança, mas uma demonstração de que há um movimento de acesso a essas populações, há um conjunto do saneamento básico brasileiro, principalmente, entre os mais pobres. Está certo? Próximo.

Bom, passada essa parte de saneamento, vamos tratar, aqui, da parte de habitação. Então, nós verificamos o seguinte: que, simplesmente, como o tempo é muito curto, eu coloquei minha apresentação em três coisas básicas do saneamento, água, esgoto e os resíduos sólidos, mostrei uma evolução regional e uma evolução em termos de renda.

Nós estamos muito longe, ainda, do desejável, em termos de atingir uma situação de infraestrutura desejável, considerando a riqueza do país, toda a importância do país, e tudo isso tem a ver muito fortemente com políticas públicas. Todo mundo sabe a importância das políticas públicas, principalmente para a questão do acesso ao esgoto, principalmente, e a água, também. Acho que as políticas públicas são fundamentais, são indutoras, importantes para que haja até um aceleração nessa oferta.

Bom, se olharmos a parte de habitação, esse quadro vai mostrar pessoas de domicílios particulares permanentes, urbanos, com problemas de ônus excessivo, com aluguel ou adensamento excessivo.

O adensamento excessivo do Ricardo, a gente está usando, aqui, adensamento mais de três pessoas por cômodo servindo como dormitório. Ou seja, são... Tem dois quartos, tem seis pessoas dormindo naquele conjunto. E o ônus excessivo são mais de 30% da renda com aluguel. Ou seja, alguém que gasta mais de 30% da sua renda com aluguel. Então, vocês vão observar que o Brasil ainda tem cinco milhões de pessoas, 5,4 milhões de pessoas, isso em 2007, com ônus excessivo, o que representa algo em torno de 3,4% da população; e tem adensamento excessivo, 12,3 milhões, que representava em torno de 8% da população. E distribuído de forma diferenciada, na estrutura.

Vocês vão observar que o Norte, que tinha uma situação de adensamento excessivo muito alta, quase um quarto de todo o domicílio do Norte, em 92, tinha adensamento excessivo. Ou seja, conjunto muito grande de pessoas dormindo no mesmo dormitório. Isso cai, de forma expressiva, ali, mas ainda é muito alto. Vocês vão observar que ainda é o dobro da região Sudeste. Próximo.

Quais os lugares onde o adensamento excessivo mais são fortes. Aí olhando por regiões metropolitanas. Como nós falamos que o Norte lidera essa coisa, principalmente, isso vai ocorrer em Belém, em São Paulo, Salvador... Aqui, estão as principais regiões metropolitanas. Ou seja, é o percentual das pessoas que... Daquela região, que convive em adensamentos excessivos. Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E Belém?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Belém é o que tem maior adensamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E Manaus?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Manaus deve estar próximo. É porque são as regiões metropolitanas, e aí não entrou, aí não está Manaus.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: As palafitas...

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É muito por conta das palafitas, da forma de organização da moradia. Você tem aquela... Em Belém. Tem mais. E São Paulo também.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Porque, São Paulo, se me permite perguntar--

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Olha, isso é uma verificação, assim, a gente, até certo ponto aqui, está--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se me permite só... Como se define o adensamento?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Três pessoas ou mais convivendo por cômodo dormitório.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em média, três ou mais?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Aí é o adensamento excessivo?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É, excessivo. Ou seja, três pessoas dormindo num dormitório. Ou seja, uma casa de... Pode ter até mais do que isso. Se a gente fizer um recorte, ali, pode ter situações onde tem muitas pessoas dormindo no mesmo dormitório, que dá um adensamento excessivo. Próximo.

Pessoas de domicílios particulares permanentes, urbanos, com ônus excessivo. Quem vence o ônus excessivo é o Distrito Federal. Vocês vão ver que... Já vão ver que o ônus excessivo cresce no Brasil inteiro. Ou seja, quem está gastando acima de 30% do seu orçamento com o aluguel. Então, o Brasil inteiro cresce o ônus excessivo. Vocês vão ver principalmente no Sudeste, justamente onde você tem a população de maior renda, e, ao mesmo tempo, você não está construindo. A habitação está... Ou seja, tem um problema de relação entre oferta e procura. Entendeu? Para venda, para compra, então... Mas existe a possibilidade do aluguel. Só que a renda, às vezes, não vai crescer na mesma velocidade.

Bom, próximo. E aí o que eu disse antes, Brasília, quem mora em Brasília sabe muito bem que isso é verdade, os aluguéis de Brasília são uma coisa exorbitante. Não tem... Vocês vão ver... Define mais pela riqueza do Estado. Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Brasília aí entendi do Plano Piloto?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Não. É todo o conjunto. Mas o Plano Piloto tem uma capacidade de puxar aí muito alta, porque são mais de 500 mil pessoas, pela renda elevadíssima e pela quantidade que representa o aluguel na renda do indivíduo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Por favor, qual é a unidade do gráfico? É proporção ou é número de pessoas?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É percentual. Percentual da população. Sete por cento da população do DF está com ônus excessivo. Logicamente, se a gente pegar o Plano Piloto, esse percentual é muito superior a isso.

Bom, próximo. Aqui são pessoas em assentamentos informais, por tipo de informalidade. Vocês vão perceber que os cortiços diminuíram de importância, em termos de assentamentos informais, enquanto, por outro lado, sobem as favelas. Vocês vão ver que

quase dois milhões de pessoas vão viver em favelas, no período desses 15 anos aí, diminuindo assentamentos irregulares. E a definição de cada um desses itens está embaixo, ali, no rodapé da tabela. "Favelas são aglomerados subnormais." Próximo.

Domicílio particular permanente, construção de moradia adequada. Adequada... Aí adequada é relativo... Adequada é o seguinte: tem paredes duráveis, tetos duráveis, banheiro particular, não está localizado em favela, não tem irregularidade, o adensamento é adequado, ou seja, menos de três pessoas por dormitório... E tem água disponível.

Então, voltando à tabela anterior... Então, as pessoas que moram em domicílios particulares permanentes, urbanos, com condição de moradia adequada, são apenas 65% da população brasileira. De novo, o Norte e o Centro-Oeste, que melhorou bastante, ainda estão em situação bastante preocupante. Principalmente no Norte, por conta da construção, que é feita de madeira, muita... Eu acho que tem a ver com tudo isso. Mas é importante salientar que o Nordeste tem uma melhoria substancial no período, mas ainda muito distante da situação do Sudeste. Se a gente fizer isso por renda... Próximo. Próximo.

Não, então, volta. Aqui, mais ou menos... Aquele lá era os adequados, esse aqui são os inadequados. E o que é inadequação? Então, nós temos 54 milhões de moradias, de população vivendo em moradias inadequadas, e os motivos são esses daí. A pessoa mora em casa, tem dois milhões com paredes não duráveis, tem dois milhões com tetos não duráveis, o banheiro coletivo, favela... Você tem esse conjunto aí que dá a ideia do que é... Muito, sinteticamente, o que seria uma população vivendo em qualidade... Ou seja, 34% da população brasileira vive em situação, em moradias inadequadas. Ou seja, temos muita coisa para fazer nesse quesito. Próximo.

Aqui é um... Pegando por renda, até meio salário-mínimo, há uma evolução, dá para observar ali, olha, que os mais pobres, assim como o Ricardo falou mesmo, de 92 até hoje, tem melhorado sua condição de moradia, que era [soa a campainha] apenas um quarto da população vivendo em situação de moradia... Em 92, em moradias adequadas, e que avança, de forma bastante diferenciada e até positivamente, muito mais que entre os mais ricos.

Acho que isso é importante salientar, que há uma oferta, há um movimento, mas ainda, mesmo com esse movimento, os mais pobres estão em situação extremamente pior do que os que ganham até entre três e cinco salários mínimos. Não estamos falando de ricos, estamos falando de pessoas que têm... estão na faixa de dois, três salários mínimos.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Justamente. Quase toda essa faixa aí de meio até três [ininteligível].

Bom, o déficit habitacional brasileiro, só para terminar, que meu tempo já estourou, também está aqui no livro, pode ser consultado em detalhes, com riqueza de informação, construída por especialistas da área... O déficit habitacional brasileiro hoje gira em torno de 6,5 milhões de habitações, concentrada no Sudeste e no Nordeste. Acho importante mostrar aqui o Sudeste, traz isso. Próximo.

Principalmente, o déficit está localizado entre quem ganha até três salários mínimos, 90% do déficit está localizado entre os mais pobres. Próximo. E, aqui, o tipo do déficit, do que nós estamos falando. Dá para observar que esse déficit tem a ver com habitação precária... Há muita coabitação familiar... No rural, então, a coabitação familiar é extremamente elevada. Mas, mesmo para o caso brasileiro, no conjunto, 36% da população brasileira coabita familiarmente. Ou seja, o filho não consegue sair de casa, porque não tem renda suficiente para fazer isso. Ou com ônus excessivo. Tem o ônus excessivo.

Então, se você observar bem que o déficit está... Ele está meio dividido em três situações, que é habitação precária, coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel. Ou seja, se a gente quiser trabalhar a melhoria da moradia no Brasil, nós sabemos mais ou menos quais são suas causas.

Acho que podia passar, isso aí são detalhes. Esse último, aqui... Pode passar. Passa, passa.

Bom, pode passar. Tinha mais slides aí, mas não agregava mais grande coisa ao que eu já disse antes. O Brasil tem cerca de 52 milhões de domicílios. Há diferenciais muito grandes no saneamento básico brasileiro.

Eu acho importante analisar o rural e o urbano de forma diferenciada. É importante levar em consideração as regiões, porque há diferenciais, de fato, entre as regiões. É importante levar em consideração o grau de renda da população, do que nós estamos falando, porque o acesso a serviços são diferenciados, apesar de que o acesso dos mais pobres tem sido em maior velocidade do que até os mais ricos, até porque os mais ricos já chegaram a um ponto determinado.

E que, no caso da habitação, nós estamos verificando, ainda, um caso específico de necessidade, um déficit ainda muito elevado, o que causa um ônus excessivo de pagamento de aluguéis para as populações e, também, um conjunto de organização da família que leva ao adensamento, ao adensamento excessivo em dormitórios e tudo, que é péssimo para a organização familiar.

Então, eu queria agradecer ao senador, à Comissão e deixar para a Comissão esse material, e o IPEA está à disposição para aquilo que for para enriquecer o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jorge Abraão, pela sua explanação. Eu gostaria de fazer alguns questionamentos, algumas perguntas aos dois palestrantes. A primeira seria a seguinte: se V.Sas tivessem que elencar três áreas prioritárias para onde fossem dirigidos os recursos oriundos da aplicação do... Obtido no Pré-sal, quais seriam essas três prioridades, em termos de investimento? Dr. Ricardo primeiro.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Na área de infraestrutura ou investimentos...?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na área de infraestrutura.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Bom, eu acho que os resultados são claros, de que a questão da água e do saneamento são as questões vitais. Quer dizer, acho que o Brasil, hoje, sofre, na verdade, ter passado por um longo período sem uma clara política, principalmente de saneamento. E de água, em parte, na região Nordeste.

Quer dizer, uma das coisas que eu passei rápido, não pude mostrar para vocês, mas que é bastante importante, é que, se nós pegarmos a noção que a gente usa, normalmente, de acesso à água, que é ter água encanada dentro de casa, tanto a região Nordeste quanto a região Norte aparecem como igualmente ruins.

O interessante é que, se você mudar o indicador, para ser um indicador muito mais duro, que significa: você não tem água encanada em casa, mas você não tem água encanada para tua propriedade e, mais do que isso, você não tem nenhum poço, nenhuma nascente na tua propriedade. O que isso quer dizer? Se você não tem água encanada na tua propriedade, não tem poço nem nascente na tua propriedade, tem alguém que tem que ir buscar água em algum lugar. Se você olhar para o gráfico disso, você vai perceber o seguinte: na região Norte, apesar de ninguém ter água encanada, ele tem água ou nascente na propriedade. É no Nordeste, onde você não tem água encanada e nem poço nem nascente na tua propriedade. Portanto, é onde você tem que gastar tempo indo buscar água, que talvez seja... Quer dizer, você, em duas coisas que são extremamente complicadas: a questão do saneamento, que afeta a saúde, e a questão de ir buscar água, que afeta a alocação de tempo, principalmente das mulheres e das crianças.

Então, acho que as duas grandes prioridades são o acesso à água e o saneamento. Incluindo, no caso

do acesso à água, é muito importante que a população no Nordeste, que mais tem falta d'água, é a população dispersa. E, portanto, a importância do programa de cisternas no Nordeste.

Na verdade, se você pegar esse indicador que eu falei e olhar por estados, é curioso que os estados que mais têm dificuldade da população de ter água na propriedade, poço ou nascente, água canalizada na propriedade, são três estados que ficam no Vale do São Francisco, que é Bahia, Pernambuco e Alagoas. São os três estados onde mais famílias vivem em propriedades, em que ela tem que ir a algum lugar buscar água. O que mostra a importância de ser remoto, a importância de você ter um programa de cisternas, que é uma maneira de você conseguir resolver o problema da água, de uma maneira descentralizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito. Dr. Jorge.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Eu centraria também água no rural, porque... Só para citar uns números, no rural, apenas 23% da população tem acesso a algum tipo de água com canalização interna. Por exemplo, no Nordeste, apenas 20; no Norte, apenas 12%.

Então, nós temos uma situação onde 1/4 da população não tem... Se tem acesso à água, é pela via da canalização interna ou poço ou nascente ou, então, diretamente dos mananciais. E isso tem consequências sociais gravíssimas, para a mortalidade infantil, para a saúde... E isso tem qualidades terríveis para a educação.

Então, se eu pudesse, hoje, canalizaria recursos fortemente para uma resolução do problema da água no meio rural brasileiro e também estaria muito preocupado, várias oportunidades, para a questão do esgotamento no meio urbano, principalmente o esgotamento sanitário, nas populações periféricas das grandes cidades, que vivem, hoje, situações terríveis, que também têm consequências de saúde muito graves. Depois, eu trataria da questão da habitação, que eu acho que temos aí um problema grave.

Então, se eu pudesse dividir os recursos, água, porque seria resposta direta para que a gente possa cair rapidamente a taxa de mortalidade infantil, no meio rural; esgotamento sanitário, no meio urbano metropolitano, principalmente; e habitação. Aí seria no Brasil como um todo, principalmente para a população mais pobre, que eu acho que está em pior situação nesse quesito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu concordo plenamente com essas prioridades, em relação a saneamento, esgotamento sanitário e abastecimento d'água, porque não

somente pela questão de a região Norte e Nordeste terem números tão dramáticos, mas, citando São Paulo capital, um estudo do Hospital Sírio-Libanês, o estudo e a pesquisa que foi feita, o apanhado, realizado pelos seus profissionais, demonstra que 65% dos pacientes atendidos pelo SUS no Hospital Sírio-Libanês, eles trazem doenças decorrentes da falta de água tratada e da falta de esgotamento sanitário.

Então, a gente percebe, é claro, São Paulo, a capital do estado mais rico do país, sofrendo dramaticamente, como o Dr. Jorge colocou, em função, mesmo na área urbana, da falta de acesso à água tratada e de esgotamento sanitário.

Isso que a Comissão de Infraestrutura tratou, num dos painéis realizados sobre o marco regulatório do Pré-sal, no item referente ao fundo social, as sugestões de como aplicar os recursos advindos da aplicação daquilo que foi obtido na exploração do óleo, na camada do Pré-sal, quais seriam essas áreas que poderiam ser atendidas pelo Governo, além daquelas já elencadas: educação, saúde, ciência, tecnologia, desenvolvimento. E, na área habitacional, eu acredito que o Programa Minha Casa, Minha Vida, esse programa, ele vai atingir exatamente esses 95%, que foi aqui referido, que representam, esses 95%, a parcela da população que necessitam de ter acesso à casa própria. Não é isso? Não é esse o número, 95% da população, de uma faixa de um a três salários-mínimos, que são os potenciais clientes de um programa... Estava num gráfico, um círculo... Um círculo desses aí.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É isso mesmo. Até três salários-mínimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Até três salários-mínimos, 95% da população, que é exatamente o foco do Programa Minha Casa, Minha Vida. Não é isso?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Aquela bola.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, aquela outra. Esse aí. O senhor poderia dizer, novamente, o que representa isso?

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Distribuição percentual do déficit habitacional, OBAN(F), segundo faixas de renda domiciliar mensal, três salários-mínimos. Então, é até três salários-mínimos, dá 89%... O déficit está concentrado--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em 89%. Não é 95, então. É 89% na faixa de um a três salários-mínimos...

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: De zero a três.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De zero a três salários-mínimos...

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Concentra aí o déficit habitacional brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concentra o déficit habitacional brasileiro.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Algo em torno aí de cinco milhões de moradias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Cinco milhões de moradias.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Justamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma definição do seja o déficit habitacional, senhora pessoa não ter casa. Eu não entendi. Só para definir com precisão.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: É que aí você tem que voltar, né? Volta. Não, outro, vai para frente. Vai para frente. Para frente, para frente, para frente. Para frente; não, você está indo... Para o último. Próximo, próximo, próximo. Próximo, aí. Volta lá. Esse de barrinhas. Não, volta. Aquele que tinha as barrinhas. Este. Não, barrinhas. O de barras. Aí. Olha, o déficit habitacional aí está definido segundo o tipo de componente, senador. Habitação precária, que eu acabei de definir lá atrás; coabitação familiar, ou seja, quantos, três pessoas ou mais por cômodo, famílias coabitando; ônus excessivo com aluguel; e adensamento excessivo.

Então, o déficit é um conjunto de situações, certo? É habitação precária. E precário é relativo àquilo que eu falei anteriormente: teto não fixo, paredes não fixas e uma série de detalhes. Junto com coabitação familiar, ou seja, várias... Pai com filho, com nora, com tios convivendo tudo junto. Ônus excessivo com aluguel, ou seja, aquela pessoa que está gastando 7%... Sei lá, 50%, 60% do seu salário com o aluguel, e o adensamento excessivo, que é aquilo que eu disse antes, que são pessoas cujo domicílio tem mais de três pessoas convivendo no mesmo dormitório.

Então, você junta tudo isso, você teria aí uma ideia de déficit. Agora, isso tem vários conceitos. Esse é um que nós utilizamos, que, para medir, dizer: "Olha, existe...". Se eu quiser tirar as pessoas para elas conviverem melhor, ter habitação melhor, podem ser várias coisas. Pode ser habitação precária, mas também pode ser coabitação familiar. Várias famílias convivendo juntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Jorge. Dr. Ricardo, outra pergunta que eu gostaria de formular a V. Sa.

Em que medida esses avanços da política social que o Governo vem alcançando refletem ou vêm refletindo no IDH do país? É possível se ter uma noção desse impacto no IDH?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Esses avanços em infraestrutura, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É, na questão da energia elétrica, na questão do abastecimento d'água, do saneamento, que foi onde menos se cresceu, se investiu.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Diretamente, quer dizer, infelizmente, quer dizer, o IDH, diretamente, ele não inclui nenhuma dessas variáveis como uma medida do progresso social do país ou do desenvolvimento social do país. Quer dizer... Mas, evidentemente que essa, portanto, a maneira como--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu digo em termos, por exemplo, expectativa de vida, indiretamente, deriva de um acesso à água potável, de ter um saneamento básico.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Exato. Então, o... Mas o IDH, em princípio, e outras medidas parecidas com o IDH, elas, na verdade, incluem diretamente aspectos como o déficit habitacional ou água ou saneamento como uma variável de interesse direto.

No caso do IDH, todo efeito dessa infraestrutura vai ter sequer direto, via alguma das três variáveis que nós temos no IDH. Principalmente, portanto, a água, por exemplo, vai ter um impacto direto sobre a saúde e sobre a expectativa de vida. Mas só meio que via esse impasse sobre a expectativa de vida, e, portanto, todo o impacto que a água tem sobre a morbidade não vai estar sendo levado em consideração. Se a água... Se melhor água e melhor acesso à água aumentam o número de dias que as pessoas podem trabalhar, na verdade, você não está sendo captado pelo impacto sobre a expectativa de vida. E, também, a água--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A questão da mortalidade infantil, eu digo. Por exemplo, índice de mortalidade infantil.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Vai entrar, na medida em que... Quer dizer, a água, ela vai ter um impacto, na medida em que ela afeta a mortalidade e na medida em que melhor saúde tem o impacto sobre a produtividade dos trabalhadores e na medida em que o acesso à água vai liberar o tempo de mulheres e jovens, para que eles possam, em vez de ficar buscando água, eles possam, na verdade, trabalhar ou ir à escola.

Então... Mas, com tudo isso, eu estou querendo dizer que, na verdade, o IDH não vai ser uma boa medida do nosso progresso nessa área. Quer dizer, nosso progresso nessa área vai aparecer, representado no

IDH, com muitos anos de defasagem e talvez não em sua plena magnitude. Então, na verdade, para... Quer dizer, infelizmente, eu acho que o IDH não capta, de uma maneira completamente adequada, os progressos que a gente está fazendo na área de infraestrutura, por exemplo, na área de telefonia, de acesso à internet, etc., isso vai... O IDH é pouco sensível a esses indicadores. Quer dizer, na verdade, a gente teria que ter um indicador mais sensível à infraestrutura, para medir nosso progresso. Mas ele, de alguma maneira, vai responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu digo fundamentalmente na questão de água e saneamento, que foram aqui dois pontos, quando perguntei quais os três... As três áreas que V.Sas, se pudessem indicar para receber recursos do fundo social, elencariam, V.Exas disseram investimento em água e saneamento. E, naturalmente, isso reflete, de alguma forma, no Índice de Desenvolvimento Humano, porque, se nós verificarmos que 65% dos atendimentos do SUS feitos por um hospital da qualidade do Sírion-Libanês são atendimentos feitos para atender doenças causadas pela falta de água potável e de saneamento básico, sem dúvida nenhuma, se nós resolvermos esse problema, é menos pressão sobre o SUS, melhor qualidade de vida, maior disponibilidade do SUS e de seus recursos para atender pacientes com outras doenças, que não essas próprias de país que deseja sair da situação de emergente, como é o Brasil.

Tem a questão do saneamento, também, que eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores, que é em relação à diluição dos recursos que são aplicados em saneamento. Hoje, nós temos quatro Ministérios que tratam da questão saneamento: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Saúde, via FUNASA; Ministério das Cidades; e Ministério da Integração Nacional. Cada um desses Ministérios tem uma dotação orçamentária para aplicar em saneamento básico.

Na opinião de V.Sas, a unificação desses recursos num único Ministério poderia, de alguma forma, tornar mais efetiva a aplicação desses recursos, no sentido de obter respostas a essa questão da falta de esgotamento sanitário e do acesso de água potencial da população brasileira?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Certamente, ter um Ministério responsável por toda a questão de água, saneamento, coleta de lixo, habitação seria o ideal. Isso não quer dizer que não seria bom, também, que várias ações tivessem sendo feitas por outros Ministérios, mas desde que o Ministério tivesse capacidade de coordenar essas ações. Quer dizer, é bom, é fundamental, quer dizer, nós temos o Ministério

da Pesca, temos vários outros Ministérios que mostram exatamente a importância de você ter Ministérios específicos para problemas específicos. Mas é muito importante, também, estimular a articulação entre esses vários... essas várias ações, que podem estar em diferentes Ministérios.

Agora, uma coisa que é muito importante política de água e saneamento, no Brasil, é que essa é uma política necessariamente descentralizada. É uma política necessariamente de natureza municipal. E um dos grandes problemas, hoje, no Brasil, é a perda de capacidade dos municípios de fazerem projetos. Às vezes, por exemplo, acho que uma das grandes dificuldades no PAC, hoje, é, na verdade, que os municípios façam os projetos, para que você possa financiar os projetos.

Então, eu acho que, com a falta de uma política clara de saneamento e água, por vários anos, a gente perdeu a capacidade de fazer projetos. E parte, eu acho que parte importante de uma nova política de saneamento e de água é fazer com que os municípios reganhem sua capacidade de fazer bons projetos nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito. Dr. Jorge.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Eu pude acompanhar, nos últimos anos, toda a evolução. Eu acho que foi uma grande evolução a criação do Ministério das Cidades, no sentido que convivia, dentro do IPEA, o PMSS, Programa... Pequeno programa que tratava da questão de saneamento, ainda como programa, e o fato de você criar uma institucionalidade mais forte, como Ministério, deu à política uma capacidade de coordenação muito melhor.

Então, na realidade, o senador levanta muito bem que alguns Ministérios tratam de coisas específicas, acho que é uma questão de coordenação. Necessariamente, trazer o que a FUNASA faz... Eu acho que talvez isso não seja necessário. Mas é necessário que haja a coordenação, de fato, do Ministério das Cidades. Acho que foi uma ótima percepção do Governo ter criado esse Ministério, ter adensado e dado capacidade a ele de gerir esses graves problemas, por que nós estamos passando, e é uma demonstração de que nós trouxemos para a agenda política e institucional um problema. Porque, antes, estava solto.

Quando você cria a institucionalidade disso, é uma demonstração de estruturação política e de busca de resolução de problema, de forma muito mais adensada. Agora, como o Ricardo falou, eu acho que tem dois problemas seriíssimos. Uma é a coordenação vertical, aqui, entre os diversos Ministérios, e outra a coordenação... Eu falei ao contrário. Uma é a horizontal, aqui, e

a outra é a vertical. Porque nós temos, hoje, no Brasil, um grave problema, que é o federalismo brasileiro. E não são só os municípios, como o Ricardo falou, mas eu acho que nós temos o estado aqui no meio, como unidade da federação, que, até certo ponto, fica meio perdido nesse movimento, como um todo, e, no meu entender, cumpre um papel muito relevante. Por conta da sua possibilidade de resolução de problemas naquele âmbito geográfico, onde o município, às vezes, não consegue, porque tem uma baixa capacidade política, administrativa, gerencial.

Nossos estados precisam voltar a ter uma capacidade de gestão e de assunção de políticas públicas, de elaborar projetos e de conviver bem entre os entes federados, a partir de determinada posição.

Ao mesmo tempo, é muito importante a demonstração óbvia da capacidade do Governo Federal, principalmente da Caixa Econômica, como instrumento de financiamento, estar sensível para esse movimento.

Eu acho que nós temos aí um desenho possível, institucional. Eu acho que temos que resolver problema de coordenação vertical e horizontal, mas... E temos um instrumento mais importante ainda, que é ter um instrumento de financiamento disso com a Caixa Econômica, hoje voltada—

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Capacidade de endividamento dos municípios.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Com a capacidade de endividamento dos municípios. Há possibilidade, a gente tem percebido interesse dos bancos privados em entrarem financiando como [ininteligível] desse conjunto, não só apenas a Caixa.

Então, acho que tem aí um conjunto muito grande, e, principalmente, para isso, vai ser muito importante que o país continue crescendo, de elementos importantes de resolução dos problemas, que nós estamos levantando aqui, agora, porque institucionalidade nós já temos. O que falta é melhorias de ajustamento dessas institucionalidades, que é uma coisa de que o Brasil carece ainda: melhoria da estrutura de gestão, dessa máquina que nós estamos estruturando até então. Então, é um pouco por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Jorge. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, primeiro, gostaria de informar que também assinaram os requerimentos que V.Ex^a apresentou, no sentido de que possamos, na Comissão de Infraestrutura, possivelmente, acreditar que haverá interesse também da Comissão de Assuntos Econômicos em propor audiência conjunta,

para que possamos ouvir as autoridades que V.Ex^a elencou, com respeito ao episódio da interrupção de energia para diversos estados brasileiros.

E que aqui possam estar presentes, inclusive, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; a Ministra Dilma Rousseff, uma vez que ela é a coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento, que trata dos investimentos de infraestrutura e, inclusive, de energia. E com... Tendo demonstrado, até pelo seu... Por ter sido anteriormente a Ministra de Minas e Energia, então, ela tem demonstrado, V.Ex^a mesmo, como eu, já ouvimos exposições dela, ela tem um conhecimento, um domínio muito grande destas questões relativas aos diversos investimentos feitos em todas as áreas energéticas do país.

Então, sim, V.Ex^a elencou uma série de autoridades e, inclusive, do Tribunal de Contas, mas... E gostaria de dizer que, ainda no Plenário, houve um diálogo sobre isso, a partir das ponderações do Senador Pedro Simon, do Senador Arthur Virgílio, e eu ponderei que avaliava como normal que pudessem ambos os ministros serem convidados, ao lado das outras autoridades. Então, até assinalei, quando soube que aqui havia sido aprovado o requerimento de V.Ex^a, assinalei, no diálogo no Plenário, antes do encerramento da sessão, que eu estava vindo para cá e que já havia sido acordado, e eu aqui registro minha concordância com aquele requerimento, bem como o outro, em que V.Ex^a propõe...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ministério das Comunicações.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Sobre o Ministro Geddel Vieira, para aqui depor sobre a evolução das obras de transposição do Rio São Francisco, bem como o outro. E, sobre este outro tema, é que gostaria de aproveitar as presenças dos nossos professores e pesquisadores Ricardo Paes de Barros e Jorge Abraão de Castro, primeiro, ressaltando que ambos têm colaborado enormemente para as pesquisas nesta área de avanço social brasileiro, nestes últimos anos.

Eu tenho acompanhado muito suas pesquisas e, ainda recentemente, lá na... Num debate que tivemos com o Professor Samir Cury, da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Ricardo Paes de Barros apresentou estudos de grande relevância, e ele... Eu o considero uma das pessoas que mais tem contribuído para a averiguação do progresso, de como as diversas políticas têm contribuído para a erradicação da pobreza e melhoria das condições sociais brasileiras. E também ao Dr. Jorge Abraão de Castro, inclusive, estava lendo aqui sua última pesquisa, objeto, aqui, porque foi disponibilizada dia 13, e eu já... Já estava lendo. O IPEA disponibilizou

pela internet, e eu já estava estudando seu trabalho, que me parece muito interessante.

Mas, relacionado ao terceiro requerimento, como o Ministro das Comunicações, nosso colega aqui, senador, também, por Minas Gerais, Hélio Costa, anunciou a possibilidade... Ainda não é uma decisão, pelo que eu entendi, a possibilidade de, eventualmente, destinar aos beneficiários, às famílias de beneficiários do Bolsa Família, que hoje já chegam próximo de 13 milhões, acho que é o último número do BNDES(F), estamos nos aproximando desse número, e que pudessem ser beneficiários de telefones celulares.

Quando eu vi a notícia, eu, sinceramente, me preocupei um pouco e gostaria de ouvir a reflexão de ambos. Porque, de alguma maneira, nós temos evoluído numa direção de programas que, nos anos 80, envolveram o programa do leite, as cestas-básicas e, depois, o cartão alimentação e, progressivamente, a própria reflexão sobre os programas de transferência de renda e os primeiros programas locais de renda mínima, associados à educação, também denominados Bolsa Escola, primeiro, e, depois, o que é hoje o Bolsa Família passaram por uma reflexão muito interessante.

Por exemplo, em 1995, quando estava em desenvolvimento o primeiro programa de renda mínima associado à educação, no município de Campinas, ao mesmo tempo em que aqui, em Brasília, o Governador Cristovam Buarque instituiu o Bolsa Escola, em Campinas, era o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, teve um episódio muito interessante, que foi assinalado num artigo, pelo jornalista Márcio Moreira Alves, sobre como é que, certo dia, as assistentes sociais foram observar os gastos das famílias. E eis que se depararam com uma senhora que falou: "Bem, meu primeiro gasto foi com uma dentadura". E elas ficaram preocupadas. "Mas como, então, com tanta necessidade, a senhora foi comprar uma dentadura?" "Pois é, para mim, eu não estava podendo sequer me apresentar direito para conseguir um emprego, para sorrir direito, para namorar, até. Então, se eu puder me apresentar melhor, minha primeira necessidade, até para poder ter um emprego regular, foi comprar uma dentadura. E eu fiz."

E o Márcio Moreira Alves escreveu um artigo, em *O Globo*, ressaltando isso, de como aquele episódio ilustrava bem como é que as pessoas, elas próprias, as famílias, sabem melhor do que outros no que ela primeiro precisa gastar. Então, com aquele exemplo.

E também foi... Houve a experiência, no início do Governo do Presidente Lula, com o cartão alimentação, iniciado ali nos municípios do Piauí [soa a campainha], Guariba e outro, onde houve toda a reflexão havida, mas

isso foi em fevereiro e março. Quando chegou outubro, a equipe que estava analisando os diversos programas, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o cartão alimentação, chegaram à conclusão de que era... Seria melhor racionalizá-los, unificá-los e ter o Bolsa Família, com maior valor do que aqueles três, e, assim, se desenvolveu essa experiência, que agora tem... Tem já, de 2003 a 2009, seis anos.

Ora, por que eu recorro esses episódios? Será que será efetivamente bom definir que um dos itens de remuneração das famílias vai ser um telefone celular? Ou seria melhor aumentar o valor naquela... Naquele valor, para que as próprias famílias comprem, eventualmente, um celular, se essa for sua primeira necessidade? Com facilidades até para isso, mas não necessariamente o Governo já colocar naquele item.

Então, eu... O Senador Fernando Collor colocou isso para que o nosso Ministro das Comunicações Hélio Costa responda, mas eu agradeço se puderem ambos já adiantarem sua reflexão, porque eu quero, com muito apreço e respeito pelo Senador Hélio Costa, colocar essa pergunta, para pensarmos juntos. Mas...

Tem outra questão, que, a partir até do seu trabalho, referente a outro tema que estamos aqui sempre debatendo, que é o Coeficiente Gini de concentração fundiária não apresentado, salvo engano, aqui nas suas... Mas está aqui. E onde eu noto. Em 1983, o Coeficiente Gini de concentração fundiária, 0,823. Em 1980, 0,823; 1995, 0,838. Um pouco maior. Referente a 98, está aqui. E 2007, mas está escrito, entre parênteses, referente a 2003, 0,816.

Há, primeiro, um acréscimo e, depois, uma diminuição. Mas o que me chama atenção, aqui, é que a estrutura fundiária, pelo Coeficiente Gini, disponível pelo menos até essa data, indica que nós temos, na distribuição da terra, ainda um dos fatores de muita desigualdade, porque, se a riqueza é concentrada de forma tão significativa, bem mais alto que o próprio Coeficiente Gini, da ordem de 0,552, então, este ainda é um dos fatores que contribui para acentuar a desigualdade.

Então, em que medida este indicador está a recomendar ao Governo: preste atenção, também, na distribuição da terra, em como diminui a concentração da terra. Então, eram... Para os dois, se puderem refletir sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador. Dr. Jorge.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Hoje, foi uma coisa muito interessante, que, agora na parte da manhã, hoje o dia inteiro, o IPEA recebeu um conjunto de pesquisadores para discutir a questão da banda larga. Como popularizar, universalizar e incrementar

a banda larga no país. E uma das questões mais relevantes é como fazer com que esse conjunto não só atinja a nós, mas também às populações mais pobres. Eu acho que esse é um desafio muito importante, de fazer chegar à população mais pobre a oportunidade de se comunicar de forma bastante rápida, troca de informação...

Eu estava conversando, tinha um pensador japonês, falando que, em localidades muito distantes do Japão, a banda larga não chega pelo cabo ótico. Ela chega pela via do telefone celular. Então, o telefone celular, ele, dentro da estrutura, hoje, da comunicação no mundo, ele é um elemento estratégico, também. Não é apenas para comunicação, etc. Ou seja, tem outro papel.

Agora, isso, para afirmar como nós temos desafios ainda muito básicos do conjunto da informação. Tipo nossas escolas públicas, nossa banda larga está muito... É muito lenta. *Vis-à-vis*, já estão discutindo as supervias, e nós aqui já estamos com a internet de troca de informação muito lenta.

Os próprios japoneses falaram: "Olha, trocar informações nessa velocidade que estão trocando no Brasil hoje, nossos idosos vão dormir, por conta da lentidão da troca de informação".

Bom, se temos esses desafios todos, quando o senador coloca a questão do celular para decisão, para o Bolsa Família, eu, particularmente, aí vou expressar minha opinião pessoal, eu prefiro [soa a campainha] encarar o programa Bolsa Família, seja lá, transferência de renda e que a família tome a decisão que lhe achar, que lhe aprovar na escolha daquilo que sua renda lhe permitir.

E, lógico, se a gente quer igualdade de situação, seria importante que todos tivessem acesso às informações, via banda larga, via telefone celular. Daí a importância de a gente ampliar a renda, mas deixar que a família tome as escolhas.

O próprio DIEESE estava mostrando, agora, que o salário-mínimo chegou a uma situação atual, onde já há uma sobra, além daquilo que é o básico, que permite que a família possa comprar bens, serviços, etc., diferente daquilo que é muito... O que é apenas comer ou se alimentar.

Então, nós estamos caminhando para o adensamento de uma população que tem poder de compra, para buscar bens e serviços diferenciados, por esse conjunto da população. Eu acho que isso, os números que nós estamos mostrando, o nosso documento também está mostrando isso. Agora, quanto à escolha, eu preferiria que a escolha fosse da família. Se é o celular ou se é a banda larga. De repente, é melhor

a banda larga, porque educa mais, acessa mais ou outra coisa qualquer.

Então, particularmente, não sei por que o celular. Eu acho que esse é um ponto. E, sobre o Índice de Gini, o que nós mostramos, tem um capítulo inteirinho sobre fundiária aqui, senador. E a demonstração óbvia, no Brasil, é que nós não avançamos muito na questão fundiária no Brasil. Acho que nós temos que reconhecer que o Brasil ainda tem população rural muito grande, com sérios... Se você pegar todos os indicadores sociais que nós temos, quem está em pior situação é quem mora no meio rural. Todos. É raro se encontrar um indicador em que você vai verificar que uma pessoa que convive no meio rural brasileiro esteja... Mesmo que seja meio rural lá no IBGE, com problemas seriíssimos de definição e tudo mais, esteja em melhor situação de quem vive no meio urbano e mesmo quem vive nas periferias.

Então, nesse sentido, o capítulo que nós apresentamos é: "Olha, olhando a questão agrária brasileira, dizemos: 'Existe um problema agrário'". E que a concentração fundiária é isso mesmo. Ela não... Você não popularizou a terra no país, entendeu? A terra ainda é um fator de exclusão, mas não apenas pela terra. Nós temos que discutir isso, não adianta terra para a terra. A terra enquanto possibilidade patrimonial de acesso a um conjunto muito grande de situações, que podem ampliar a renda. Acho que disso que nós estamos falando. E diminuir esse conjunto que está aqui. Esse número é só para alertar: "Olha, apesar de tudo, a concentração continua alta".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Ricardo. Obrigado, Dr. Jorge. Dr. Ricardo.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Acho que a pergunta do senador é bastante instigante. Ela é difícil de responder. Na minha opinião, nós temos que avançar do Bolsa Família, porque o que nós fizemos com o Bolsa Família é essa... Nós conseguimos identificar 13 milhões de famílias, que todas as análises feitas mostram que são, na sua maioria, realmente pobres, extremamente pobres. Nós não podemos ter um programa que a única coisa que nós damos para essas famílias é um cheque. Nós temos que trabalhar para dar para essas famílias também, além de um alívio à pobreza delas e uma condição para essas pessoas poderem aproveitar oportunidades, nós temos que dar a essas famílias uma cesta de oportunidades.

Quer dizer, então, eu acho que é fundamental que, nesse canal que a gente criou, de comunicação, que é o Bolsa Família, entre a política social brasileira e as famílias pobres, que flua, além de dinheiro, também um leque de oportunidades.

O erro talvez seja colocar nesse leque de oportunidade uma cesta de bens de consumo, que eu acho que nós temos que, ao mesmo tempo que garantir a essas famílias oportunidades, garantir a essas famílias a autonomia de tomar suas próprias decisões.

Então, eu acho que, na medida em que o telefone celular é um bem que você pode comprar, é muito mais fácil e mais recomendável aumentar o valor do benefício e dar autonomia para a família, na verdade, eleger suas próprias prioridades.

Então, eu acho que, no caso do telefone celular, especificamente, eu acho que, se o Governo tem uma política de que todos deveriam acessar e, portanto, que o telefone celular ou a banda larga seria um bem de mérito, que a gente quer que todos consumam [soa a campainha], a gente devia atuar muito mais na direção de reduzir o pressão do que, na verdade, transferir diretamente. A gente devia transferir a renda e, se a gente acha que esse bem é mais importante que outro bem, a gente subsidiada esse bem, para a população toda poder consumir mais.

Mas eu continuo achando que o Bolsa Família não pode se limitar a uma transferência de renda. Ele tem que também ser capaz de transferir uma cesta de oportunidades, as quais o dinheiro não consegue comprar. Uma melhor oportunidade educacional, uma melhor oportunidade de saúde, computadores na escola, ou seja, eu tenho que idealizar, além da transferência de renda... Se eu conseguisse resolver tudo por uma transferência de renda, seria o caso que eu teria conseguido, digamos, mercantilizar todas as oportunidades. Se eu tiver conseguido mercantilizar todas as oportunidades, eu resolvo o problema com a transferência de renda. Se eu não consigo, eu tenho que, junto com a transferência de renda, um acesso prioritário dessa população a um conjunto básico de oportunidade.

Sobre a questão, só para finalizar, sobre a questão da desigualdade de posse da terra, eu acho que é importante a gente chamar atenção de, que cada vez mais, sempre foi verdade isso, mas cada vez mais isso é mais verdade, que o que importa não é a desigualdade na posse da terra; o que importa é a desigualdade na utilização da terra. O que importa para um agricultor não é quanta terra ele tem, mas é quanta terra ele consegue trabalhar.

Então, se eu tiver um mecanismo que permite que os trabalhadores rurais possam arrendar a terra por um preço razoável, eles vão poder... O que importa para eles é quanta terra ele trabalha, quanto é o aluguel que ele paga por aquela terra e quão produtivo ele é. Na verdade, para uma companhia aérea, ela não precisa ser dona dos aviões. O que importa para ela, na

verdade, é a capacidade dela de operar aquelas linhas aéreas. Da mesma maneira para um agricultor, o que importa é quanta terra e qual é a qualidade da terra e qual a propriedade com que ele consegue trabalhar naquela terra; se a terra não pertence a ele, pertence a alguma outra pessoa, e ele paga um aluguel razoável por aquela terra, isso não vai ser um problema.

Então, na verdade, você pode ter perfeitamente uma boa distribuição de renda na área rural e uma terra altamente concentrada, desde que você consiga ter sistemas de arrendamento e um mercado de arrendamento que seja minimamente justo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, achei muito relevante ambas as respostas. Permita concluir, com uma boa-nova. Eu gostaria de passar às mãos de V.Ex^a e do Dr. Ricardo Paes de Barros, Dr. Jorge Abraão de Castro aquilo que é a primeira lei, nº 1.090, de 12 de novembro de 2009, da renda básica de cidadania municipal. Gostaria de informar a ambos que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns, senador!

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eles... Ambos, o Ricardo Paes de Barros e Jorge Abraão de Castro já estão convidados, estão acompanhando os preparativos do 13º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, que se realizará dia 30 de junho, 1º e 2 de julho, na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Virão pesquisadores da qualidade deles, dos cinco continentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que município é, Senador? Qual município?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Vai ser em São Paulo. Agradeceria se puder encaminhar... Santo Antônio do Pinhal. Fica no caminho para Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira. São 7.036 habitantes, segundo o Censo de 2008. Ali há pequenos e médios agricultores, 53 pousadas, 1.200 leitos, pousadas muito aconchegantes, em lugares bonitos. Acredito que conheça, por exemplo, a pedra do baú; de muitas das pousadas se vê a pedra do baú. Lá está o Pico Agudo, isso em Santo Antônio do Pinhal, que tem 2.077 metros, 2.477 metros, algo assim, de onde se faz os exercícios e campeonatos de asa-delta e outros esportes dessa natureza.

Ali há trilhas e cachoeiras e 32 restaurantes, onde se faz, por exemplo, o festival da truta. E são 1.200 leitos. E, quando este município, com sete mil habitantes, há ocasiões em que recebe de cinco mil a sete mil visitantes. E tem o prefeito, os nove vereadores, de todos os partidos, os de oposição também aprovaram

por consenso, em 29 de outubro, a lei, e o prefeito sancionou, eu estive presente na cerimônia.

Portanto, da mesma maneira que as primeiras experiências de renda mínima associadas à educação, Bolsa Escola e outros se deram em Campinas, Distrito Federal, Belém, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, etc., é possível que as primeiras experiências de renda básica de cidadania, quem sabe queira estimular que isso ocorra em Alagoas ou um dos municípios, me disponho a ajudá-lo, se quiser--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, senador. Claro.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Prefeito e o governador nessa direção, o Governador Teotônio Vilela sabe dessa proposição. Mas eu... E, enfim, como o Jorge Abraão de Castro, Ricardo Paes de Barros têm comigo dialogado bastante sobre isso, e eu gostaria, Ricardo, nós vamos ter uma experiência muito relevante, na medida... Porque também será instituído por etapas. Tal como a lei da renda básica de cidadania, nacional. Mas, o prefeito já colocou na lei, conforme está, que 6% da receita do município será para o fundo, que vai gerar isso, mas além da possibilidade de receber doações de pessoas físicas, jurídicas, internacionais, nacionais, do Governo federal, do Governo estadual, mas, por exemplo, eu avalio que poderão, eventualmente, os próprios visitantes que ali se hospedam falar: "Eu quero ajudar essa experiência". E, voluntariamente, deem fundos.

Eu gostaria de transmitir, Presidente Fernando Collor, que, inclusive, com a ajuda de sindicatos de trabalhadores da Alemanha, na Namíbia, desde janeiro de 2008 se iniciou a primeira experiência, numa vila de mil pessoas, denominada Otjivero-Omitara, a 100 quilômetros de Windohek, onde os 100 moradores passaram a receber, todos os meses, 100 dólares da Namíbia ou 12 a 13 dólares norte-americanos, por mês, igual para todos.

A *Revista Der Spiegel*, em agosto último, publicou uma reportagem de umas cinco, seis páginas, como é que a renda básica salvou uma vila da Namíbia. E com um relatório muito positivo de como é que melhorou a atividade econômica, o nível de emprego, o nível de pequenos empreendimentos, o nível de presença das crianças nas escolas, o nível de autoestima; todos os indicadores melhoraram. Isso depois de um ano e oito meses.

Então, eu espero fazer uma visita lá, em janeiro próximo, para fazer uma avaliação. E eu espero, quem sabe, em breve, Santo Antônio do Pinhal possa mostrar um caminho positivo para outros. Era essa a boa-nova que queria dar a esta Comissão de Infraestrutura, Presidente Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns ao Senador Eduardo Suplicy por essa grande conquista. É sinal de que sua ideia tem uma boa semente, está se espalhando aí pelo Brasil e pelo mundo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro, cumprimentar, mais uma vez, V.Exª pelo trabalho excepcional que a Comissão de Infraestrutura desenvolve, abordando temas fundamentais para o país; cumprimentar o Ricardo Paes de Barros; e cumprimentar, também, o Jorge Abração de Castro, profissionais competentes e pessoas que honram a instituição que representam, que é o IPEA, e que têm contribuído muito com seu trabalho, com seus estudos, para o desenvolvimento do Brasil.

Eu, primeiro, quero pedir desculpas, porque, aqui, a gente assobia e chupa cana. Então, está aqui na Audiência Pública, atende gente, e assim vai. Pessoas do meu estado, também, que vieram agora, poucos minutos atrás, então, fiquei um pouco prejudicado pelo fato de não ter acompanhado as exposições por completo.

E eu, nessas coisas, Presidente, sou muito disciplinado. Eu fico até meio irritado, quando eu não tenho condição de acompanhar uma coisa como devo. Até em função dos dois profissionais excelentes que aqui vieram. Mas eu vou resumir. Eu não tenho a competência que o Senador Suplicy tem, a experiência que ele tem, principalmente na área social--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Na área de infraestrutura, V.Exª sabe, por outro lado, bem mais do que eu, de experiência prática.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A gente precisa fazer pelo menos um golzinho, de vez em quando. Mas o Senador Suplicy tem uma experiência grande, distribuição de renda, renda básica, acompanhou isso pelo mundo. Quer dizer, é uma pessoa que está... Cuja vivência, história política é muito aderente aos trabalhos que o IPEA apresentou aqui.

Mas eu... Primeiro, eu achei impressionante os números. Lamentavelmente, muitas coisas, aqui, que têm destaque, que são cantadas em prosa e verso, ao longo das semanas e que, de certa maneira, têm dimensão, mas não levam esta Casa a fazer um aprofundamento de questões que são fundamentais para o país, principalmente a questão social, a questão do desenvolvimento social, não só econômico. E, aqui, o Ricardo mostrou e também o Jorge, os dois mostra-

ram que você tem compromisso com políticas e tem compromisso também, políticas setoriais e também políticas e também compromisso com o aumento do poder aquisitivo, principalmente da base da pirâmide.

Os números são impressionantes! Presidente, nós precisamos fazer uma... Isso merecia uma matéria de várias páginas, em jornais de grande circulação, em revistas... Um programa de televisão para fazer um debate aprofundado dessas questões. Porque isso é fundamental. E nós estamos aqui para isso, para olhar esse tipo de parâmetro.

Aí eu vi as metas do milênio e nosso comportamento. Em saneamento, nosso comportamento... Vamos segregar em água, esgoto, energia, telefonia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E diminuição de pobreza.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E diminuição de pobreza. E essa separação, o que é diminuição de pobreza, o que é resultado de políticas setoriais... E os números são impressionantes! Impressionantes!

Olhando a questão macro e, depois, segregando, separando também os investimentos ou esse desempenho, os desempenhos desses vários setores, sob o ponto de vista urbano, o rural...

Eu vi o Jorge falando, essa defasagem que existe, que nós precisamos, mais do que nunca, vencer esse desafio entre aquilo que acontece nas grandes cidades, nas médias e mesmo pequenas, com a área rural. A área rural, no Brasil, tem uma defasagem de serviços básicos intensa. Mas eu quero tocar num ponto muito importante, aí eu... Eu posso até estar falando uma diatribe aqui, falando uma besteira descomunal.

Minha maior preocupação com relação ao Pré-sal não é o Pré-sal... Pré-sal, a riqueza do Brasil, nós vamos ser exportadores, vem aí a indústria, o componente nacional, a capitalização, a Petrosal, enfim, tudo isso que nós estamos discutindo, e esta Comissão, principalmente, se antecipou, antes de o Senado receber os quatro projetos, o Presidente Collor já tem feito, aqui, grandes audiências e grandes debates, não só às segundas-feiras, mas também na Comissão de Infraestrutura, com várias autoridades.

Mas acho que o grande desafio do Pré-sal é como é que a população vai usufruir dessa riqueza. Se a gente olhar os países, os grandes produtores mundiais, países riquíssimos, com uma produção extraordinária, oito milhões de barris, sete milhões de barris, 3,5 milhões de barris. Países ricos, com o povo pobre ou que usufruiu pouco dos benefícios que essa riqueza trouxe. Petróleo, gás...

À luz desses estudos aprofundados, intelectualmente muito bem preparados, como é que nós vamos

inserir esses estudos, inserir esses *gaps* sociais que ainda existem, especialmente no que se refere a serviços básicos, o papel das políticas públicas, o papel da redução da pobreza nessa nova riqueza?

Quer dizer, eu tenho muitas preocupações, quando vem assim: “Há um fundo social. Esse fundo social, ele vai aplicar em educação, em tecnologia”, agora, vem o projeto da Câmara, incluindo saúde. Uma parte desse dinheiro vai ser aplicada fora, e, consequentemente, a remuneração vai ser aqui aplicada. Aí vem conversa de doença holandesa e outras coisas mais. Como é que a gente consegue atrelar isso? Existe gente que está olhando essas diferenças, para fazer, para estruturar um programa de diminuição da pobreza, de disponibilização de serviços básicos à população, através da riqueza do Pré-sal e através desses subsídios do IPEA?

Porque minha preocupação... Educação. O que é educação? É bonito o discurso. Mas o que é que... Como é que nós vamos aplicar esses recursos na educação? Como é que nós vamos aplicar esses recursos na saúde? Será que a saúde é só botar dinheiro? Não tem problema de gestão, não tem nada? Está tudo andando maravilhosamente bem?

Ciência e tecnologia. O que foi colocado aqui, e eu quero registrar, Sr. Presidente, o papel da energia elétrica. É inacreditável! Esses números são inacreditáveis. Esses números de energia elétrica que foram aqui apresentados. No meu ponto de vista, é o programa mais exitoso de Governo, é o Luz para Todos. Começou com o Luz no Campo, lá atrás, depois, o Luz para Todos. E os números estão demonstrando aí. Como também a gente está vendo os avanços, nesses anos todos, na área de água, na área de telefonia. Sem dúvida nenhuma, o país está mudando. Mudou, nesses últimos anos.

Então, como é que se faz, Jorge e Ricardo, essa... Como é que se faz esse link com esses subsídios que vocês estão nos passando agora, nos fornecendo, com a política vigorosa de Governo, à luz da riqueza que o Pré-sal vai proporcionar? E, se existem essas diferenças ou essas carências ainda, quais são os... Quais são os problemas que nós enfrentamos ainda? É só uma questão de carência de investimento ou os marcos regulatórios é que não ajudam, precisam ser aperfeiçoados? Quer dizer, o que ainda nos inibe, ao invés de chegar naquela metade, aqui, como foi da meta do milênio, os 25% que foram citados aqui, aquele 1/3 que a energia elétrica atinge, uma, a outra fica nos... Eu não me lembro bem, agora, mas, se não me engano, água ou saneamento fica próximo lá dos 25%, e os outros, numa linha intermediária entre os dois.

Quer dizer, o que falta para ser feito? E como é que a gente integra isso com o Pré-sal? Eu não acredito que a gente, carimbando recursos que vai para uma determinada área, isso resolva. Tem que ter, minimamente, uma operação refletida, pensada e planejada com o IPEA e com outros setores, para saber como é que essas políticas vão ser manejadas. Senão, gasta-se um, dois, dez, todo mundo diz que continua faltando, e o resultado é pífio.

Onde é que está essa integração? Que eu, como mortal comum, aparentemente, não vejo. Pode ser até que eu, por ignorância, não tenha percebido essa integração absoluta. E se há, mesmo, é ótimo que o Dr. Jorge, Dr. Ricardo nos expliquem, porque a gente não vê isso. A gente sabe que é importante, mas a gente não vê tecnicidade. A gente não vê sistematização e planejamento. Com quem pode orientar o Governo a dizer: “Olha, faça assim, faça assado...”. Qual é a meta que nós queremos atingir? É possível? É factível? Quanto nós precisamos fazer? De que maneira? Como é que entra a área urbana nisso? Como é que entra a área rural? Eu não consigo enxergar, Presidente.

E gostaria, até aproveitando a oportunidade do Dr. Jorge e Dr. Ricardo, que ouvíssemos as exposições deles, porque são excelentes profissionais, já estive em várias exposições dos dois, pessoas que podem ajudar muito o Brasil, e nós precisamos deles para, mais do que nunca, resgatar a cidadania no nosso país. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio. Dr. Ricardo.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Uma resposta rápida, aqui. Primeiro que o Pré-sal, evidentemente, é uma solução. Quer dizer, não é... Não é um problema, é uma solução. Mas com seus problemas internos.

O primeiro problema foi bem apontado, é que quem tem muito dinheiro corre o risco de gastar mal. Então, a primeira questão é que o Pré-sal não seja sinônimo de política social ineficiente. Que, pelo fato de que nós temos dinheiro, que nós vamos praticar uma política educacional, uma política de saúde sem a preocupação de que ela seja eficiente.

Então, isso é um risco grave, porque a gente vem passando décadas e décadas de aperto orçamentário, a gente pode sentir uma restrição orçamentária mais frouxa e perder a preocupação com a ineficiência, que eu acho que, mesmo com o que a gente já tem, já daria para fazer muito melhor do que a gente faz. Então, nós temos um problema de ineficiência importante, que não pode ser agravado com o aumento dos recursos do Pré-sal.

Então, nós temos que usar os recursos do Pré-sal, com todos os investimentos nas pessoas, que foi colocado, Pré-sal tem que ser usado para investir nas pessoas, mas para investir nas pessoas eficientemente. Investir nas pessoas ineficientemente não vai sair nada do outro lado. Então, nós temos que aprender a fazer isso eficientemente.

O problema do Pré-sal é que ele traz como consequência uma inevitável doença meio tipo holandesa. Não adianta nós termos um país que tem saúde para todos, de muito boa qualidade e educação para todos de muito boa qualidade, que só produz petróleo. E o petróleo, ele vai atrair os melhores cérebros, ele vai atrair as pessoas. A dificuldade nossa vai ser como criar um país que não só investiu nas pessoas e, portanto, deu às pessoas oportunidade de adquirirem habilidades, mas um país que cria oportunidade para essas pessoas usarem essas habilidades.

Ou seja, o grande desafio nosso vai ser como é que a gente diversifica nossa economia. Como é que nós criamos oportunidades, para que todas essas pessoas que vão ter excelente educação e excelente saúde possam aproveitar plenamente as habilidades que elas adquiriram, qualquer que seja a área que elas adquiram.

Então, o desafio de todos os países que tiveram choque desse tipo, se pegar os países árabes, é o caso mais típico, saúde e educação de boa qualidade são gratuitas. Mas eles não conseguiram diversificar a economia. Então, eles não conseguem aproveitar os talentos deles em todas as áreas.

Então, o desafio para o Brasil vai ser: 1— aproveitar essa flexibilidade orçamentária, sem ineficiência. Eu acho que, mais ou menos, no que tem que ser gasto, se for gasto eficientemente, está mais ou menos bem definido. Seja na área de saúde, seja na área de educação, a gente tem mais ou menos clareza de que você precisa de um grande investimento, por exemplo, para melhorar a qualidade da educação média, no Brasil, e a diversificação da educação profissional e educação técnica.

Tem que ter uma série de áreas, que eu acho que a gente sabe mais ou menos no que gastar. O grande desafio é como gastar isso eficientemente. Mas investir nas pessoas não vai ser suficiente. Nós vamos ter que criar uma economia diversificada e flexível, que, para quem tem setor líder desse tipo, vai ser difícil. É um desafio que muitos países tiveram... Tiveram mais facilidade de dar saúde e educação para todos, de qualidade, do que diversificar a economia [soa a campainha].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de... Se eu fosse ministro de

políticas sociais, eu precisaria ter subsídios... Eu quero fazer uma pergunta, talvez contrária. Quer dizer, um pouco fora de... O IPEA é só o pós ou ele atua como orientador de políticas públicas?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Acho que ele atua como orientador de políticas públicas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Firmemente?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Na medida em que ele... Consegue, vai depender um pouco de suas próprias capacidades.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O senhor imagina, Dr. Ricardo, um homem com o talento do senhor e com o talento do Dr. Jorge, já imaginou eu, que não entendo nada desse setor, porque, aqui, o Senador Suplicy... Imaginou se eu me orientasse, ia ser o melhor ministro de ação social, de desenvolvimento social do país, viu? Porque a primeira coisa que ia perguntar é quem está checando o que está acontecendo. Para esses especialistas chegarem para mim e dizer: "Olha, Delcídio, é por aqui. É aqui que está o problema. Qualifica isso aqui. Esse aqui que é o foco. Porque isso aqui vai representar tais, tais, tais e tais resultados".

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Aí é o ponto fundamental. Quer dizer, não adianta um bom... Uma boa assessoria, se você não tem um bom sistema de avaliação. Eu acho que uma das coisas que mantém--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas o sistema de avaliação, Ricardo, é o IPEA. Entre outros.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Infelizmente ou felizmente, não sei, o IPEA não tem o mandato de ser o avaliador. Porque o IPEA avalia algumas políticas específicas, quer dizer, por exemplo, tem avaliado muito Bolsa Família, vários programas na área educacional, mas nós não temos, falta, no Brasil--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas, então, o IPEA precisa atuar especificamente, diretamente como orientador de políticas?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Acho que o que o Brasil mais precisa é de uma instituição responsável por avaliar, caso a caso, cada uma das políticas na área social. Não é avaliar a política social como um todo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas, Ricardo, o IPEA é de extrema importância e relevância como órgão orientador de políticas públicas.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: É.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jorge gostaria de fazer, tam-

bém, algumas observações às indagações feitas pelo Senador Delcídio Amaral.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Senador, eu apresentei essa documentação, aqui. Nesse documento, aqui, nós construímos uma leitura sobre o [ininteligível] social brasileiro nos últimos 20 anos. Aqui, tem um conjunto, são 1.050 páginas, analisando cada uma das políticas e vendo seus problemas, tentando dar uma ideia de conjunto.

Então, acho que é uma contribuição ao debate e, nesse outro documento, nós analisamos 30 políticas, não só sociais, mas na área de infraestrutura, macro-econômica, também para contribuir para o debate. E, principalmente, esse documento aqui estava voltado para as ações, de Governo. Ou seja, nós tentamos, levamos isso para dentro do Governo de forma tal que ele pudesse ter a primeira oportunidade de reagir à nossa leitura, às várias observações que são feitas, em diversos itens.

Tipo, nós analisamos a agenda social do Governo, aqui. Ou seja, desde a estratégia da agenda social até os itens da agenda social, que estão sendo levantados. Tem o esforço, então, do IPEA em contribuir para a reflexão do Governo, para que ele possa melhor gerir suas políticas e possa enfrentar os desafios que ele tem que desenvolver.

Acho que, nesse sentido, o IPEA contribui muito para a formulação, para a implementação e para a avaliação. Logicamente que a avaliação, no conjunto, eu posso dizer que aqui nós fazemos certa avaliação da política como um todo. Então, para compreender um pouco o que está dito aqui, nós dizemos o seguinte: o Brasil estabelecer uma estrutura institucional de políticas sociais invejável, abaixo do Equador.

Essa é uma afirmação com base em pesquisa que nós realizamos, que é muito importante que a gente diga. Porque, às vezes, a gente só fica olhando os países europeus, e não vê o marco institucional que o Brasil desenvolveu. Segundo, isso tudo sozinho não vai resolver o problema da desigualdade nem da pobreza, se a economia brasileira não caminhar junto.

Aquilo um pouco que o Ricardo falou, o seguinte: não tem como... Nós verificamos. O máximo que nós avançamos, estruturamos, temos, hoje, escolas em todos os lugares, postos de saúde; isso num curto espaço de tempo. O tempo não é muito longo. Estamos olhando 20 anos para cá, não é um tempo muito longo, certo? Você vai olhar conjunto de benefícios sociais que é ofertado, hoje, pelo Estado brasileiro, é muito amplo. Certo?

Bom, isso resolveu grande parte dos problemas? Por exemplo, não resolveu a questão da desigualdade. Por quê? Essa política social, hoje, ela consome 22%

do PIB. Diretamente. Era para ela ter um efeito mais poderoso, na queda de desigualdade. Tem elementos que não contribuem. Por exemplo, questão tributária, a alta concentração e regressividade do sistema tributário contribuem pouco para você poder avançar, porque essas coisas estão caminhando juntas. Certo?

Segundo ponto. Os anos 80, os anos, agora, de 2000 para cá, deram demonstração muito importante do poder que tem essa política, enquanto elemento importante para a economia brasileira. Nós estamos afirmando o seguinte: a política social não é apenas um patinho feio, que é gastador. Ela é também elemento da solução. Porque, na crise, a institucionalidade que nós montamos fez com que o Governo, de forma sábia, usasse essa institucionalidade a favor do combate à crise, entendeu?

Usou o Bolsa Família, ousou o salário-mínimo, usou a Previdência Social, usou tudo o que tinha direito, porque elas existiam. Se elas não existissem, como é que você faz a intervenção? Então, na realidade, o que nós podemos dizer é que nós demos demonstração, até certo ponto, de planejamento, apesar que, às vezes, a pessoa não percebe, porque é muita coisa.

Os Ministérios estão tudo separado... A gente tentou unir essas coisas. Tentou ver o seguinte: existe... Dá para unir? A gente acha que dá. Dá para dizer conceitualmente que tem uma política social no Brasil? A gente acha que dá para dizer isso. Ela é importante? Ela é. Ela provou, na crise, como ela é virtual. Como ela é virtual, não, como ela é vital, principalmente para poder incrementar o consumo.

Agora, ela não é... sabe? Nós não podemos abrir mão de dizer: ela tem que estar inserida dentro de um bojo, na ideia de desenvolvimento. Esse desenvolvimento tem que partir da premissa de que crescer no país é importantíssimo. Ou seja, o crescimento econômico, com a inclusão social que estamos realizando, é fundamental. Acho que é o desejável.

E eu acho que, ao ganhar o Pré-sal, nós ganhamos mais uma possibilidade. Porque o Pré-sal, no meu entender e pelo que está sendo discutido, ele abre possibilidade para financiar coisas que, dentro da política, nós precisamos financiar, certo? Estruturas que nós podemos avançar mais rápido, do que se a gente não tivesse o Pré-sal, do tipo nós precisamos avançar muito mais rápido na área de educação do que estamos avançando, em termos de financiamento. Porque, realmente, precisa de recursos na área do financiamento da educação.

Por outro lado, o Pré-sal, se for pensado de forma adequada, veja bem, o Brasil tem economia diversificada. Permite o Pré-sal com outra estratégia. Não

como países que passaram pela doença holandesa, etc., etc.

Então, o Pré-sal pode ser, sim, uma oportunidade. Está na nossa mão decidir isso. Eu acho que não está na mão de ninguém, está na nossa mão fazer boas escolhas. Tanto no sentido... E aí isso tem que partir da ideia de desenvolvimento. Ou seja, precisamos crescer com alto processo de inclusão e consolidar essa institucionalidade, sabe? É dessa forma que eu vejo o Pré-sal. Acho que a gente não pode abrir mão dessa grande possibilidade que a natureza nos deu e que a geração presente e a geração futura vão precisar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu gostaria só de aproveitar, também, que nós estamos falando das políticas sociais e que efetivamente mudaram o Brasil, inegavelmente, como foi dito aqui pelo Dr. Jorge, nós estruturamos projetos sociais, políticas sociais, que, num curto espaço de tempo, estão trazendo esses resultados que nós estamos vendo aqui. Isso é inegável. E, fruto disso, eu gostaria só de ouvir... Porque eu continuo, eu quero insistir, Dr. Jorge e Dr. Ricardo, eu entendo que o IPEA é uma instituição de Excelência no país. Nós precisamos de instituições desse porte, desse padrão, para orientar as políticas públicas nossas. E, se não existe um órgão de acompanhamento, materiais como esse aí servem muito bem para que o Governo avalie o pós. Mas o IPEA é absolutamente fundamental na sua contribuição para as políticas públicas, pela competência que tem, pelo preparo, pelo seu quadro técnico. Sempre acreditei muito no IPEA e no trabalho que os profissionais do IPEA desenvolveram sempre.

Eu só queria... E a gente, vendo essa discussão, claramente, o seguinte, nós precisamos integrar as coisas. Ou seja, precisa haver uma operação, um aperfeiçoamento dos programas e uma integração absoluta, para que a gente consiga chegar naquilo que nós pretendemos como país e como povo.

Volto a insistir, planejamento é uma leitura clara dos nossos desafios e a implementação das políticas que vão nos fazer vencer esses desafios. Ficou muito claro, acho que, se eu não entendi errado... E o Pré-sal é uma grande oportunidade, mas, se não for disciplinado desse jeito, nós vamos ter muito dinheiro; aliás, ótima essa tua afirmação, Ricardo, você tem educação de qualidade, saúde de qualidade, e o povo não consegue responder aos desafios do país, à diversificação econômica, ao futuro.

A Noruega está fazendo isso. Ela está preparando a riqueza que tem para montar um país diferente, com novas perspectivas, com novos potenciais, com

novas... Com multiplicidade econômica, não sei se é essa a expressão. Mas eu queria fazer só uma última pergunta, Sr. Presidente, se V.Ex^a permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Dr. Jorge e o Dr. Ricardo são favoráveis à consolidação das políticas numa lei específica?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sociais?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): As políticas sociais numa... Consolidando isso na forma da lei ou na forma de uma lei. Qual é a posição que o Dr. Ricardo e o Dr. Jorge têm a esse respeito?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Bom, o Brasil, desde... Pegando o período de 2003 a 2008 ou 2001 a 2008, o Brasil está crescendo... Os 10% mais pobres do Brasil estão crescendo mais ou menos igual à China, e os 10% mais ricos estão crescendo mais ou menos igual à Alemanha. Isso quer dizer o seguinte: que o rico, no Brasil... O pobre do Brasil está se aproximando ao rico do Brasil, e, diga-se de passagem, a China está crescendo numa velocidade quase 10 vezes mais rápida do que a Alemanha. Então, a China está convergindo para a Alemanha. E o pobre brasileiro, que é o chinês, está convergindo para o rico brasileiro, que é o alemão, mais ou menos na mesma velocidade. Isso dá uma ideia do que a gente está fazendo internamente. A gente está fazendo internamente uma aproximação parecida com a China e com a Alemanha.

Para que a gente chegue em algum lugar, a gente precisa disso em funcionamento pelo menos durante 15 anos. Se a gente fizer isso durante 15 anos, a gente vai chegar num país que tem uma desigualdade uruguaia ou uma desigualdade espanhola. Então, a gente vai ter um país bastante razoável, em 10, 15 anos. A gente precisa continuar isso.

Para continuar isso, a gente vai precisar muito do que a gente já fez, mas a gente vai precisar inovar, está certo? Aí vem a questão da consolidação das leis. É uma excelente ideia, na medida em que ela protege o princípio e a ideia que a gente tem que continuar fazendo o que a gente vem fazendo, está certo? A gente não pode ter descontinuidade desse processo, porque a gente passou dezenas de anos com desigualdade mais ou menos parada, flutuando, sem nenhuma perspectiva de que um dia a gente ia ser um país que tivesse uma desigualdade razoável.

Hoje, a gente está em rota de chegar num país com uma desigualdade razoável. Logo, nós temos que preservar essa ideia. O problema dessa lei é que ela tem que ser uma lei bastante sofisticada, para a gente não cair numa situação em que a gente vai tornando

tudo isso muito rígido, e manter essa linha requer inovar e modificar. Porque o que é um problema hoje não vai ser um problema daqui um pouco mais na frente.

Então, nós temos que, ao mesmo tempo, preservar a ideia e a filosofia, sem congelar demais, de tal maneira que os nossos próximos governantes não vão poder inovar e nem vão poder modificar, na medida em que é necessário inovar, para que você continue tendo efeito. Não necessariamente; leis e programas sociais são como tecnologias. Quer dizer, aquilo que é muito bom hoje amanhã pode se tornar obsoleto.

Então, eu tenho que ter flexibilidade, para poder ir modificando, está certo? Por outro lado, eu tenho que preservar a ideia. Então, na verdade, como fazer isso é um pouco capcioso. Como exatamente desenhar uma consolidação que garanta e preserve o espírito e a lógica desse progresso que nós alcançamos nos últimos 10 anos, mas que, por outro lado, não seja uma camisa de força, que diga o seguinte: "A única coisa que vamos fazer para os próximos 30 anos é o que a gente fez nos últimos 10 anos, repetidas vezes"? Não vai funcionar. Vamos ter que ter flexibilidade para inovar. A questão é como é que a gente preserva a luz, sem, na verdade, congelar os instrumentos, entendeu?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quer dizer, a opinião, Ricardo, é que não é um processo fácil a consolidação dos programas todos numa lei?

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Nós temos que consolidar, digamos, os princípios e os rumos, mas não necessariamente nós temos que congelar os instrumentos [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Para que eles não percam a sua contemporaneidade.

SR. RICARDO PAES DE BARROS: Exatamente. Que eles possam se ajustar, na medida em que o mundo vai se modificando. Que sejam instrumentos, e não fins, está certo? Os fins têm que ser os princípios. Nós temos que ter uma lei que consolida os princípios, de que todo ano nós vamos reduzir...

Para qualquer país do mundo, para qualquer país do mundo, assim, um resultado fantástico, reduzir a extrema pobreza em um ponto percentual por ano. O Brasil, para reduzir a extrema pobreza em um ponto percentual por ano, ele tinha que crescer 2,5 *per capita* por ano. O Brasil está reduzindo a pobreza dois pontos percentuais por ano. Então, nós temos que preservar isso como um princípio, está certo? Nós temos que preservar que reduzir a extrema pobreza dois pontos percentuais por ano é algo que nós temos que fazer todo ano. Como nós vamos fazer isso vai ter que mudar. O resto é instrumento para mudar isso.

Então, a questão é como você consegue consolidar, congelar os princípios, a rota é essa, sem... E tratando os instrumentos como instrumentos, e não como fins. Essa que acho que é a grande dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jorge.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Bom, eu acho que a gente fez um esforço muito grande para tentar afirmar que existe uma institucionalidade. Pegamos todas as leis construídas, nos últimos 20 anos, e verificamos todos os programas que foram realizados, checamos com os indicadores e afirmamos: "Existe. Está aí em construção". Então, não podemos dizer que... Até certo ponto, tudo tranquilo, falar: "Olha, o Brasil conseguiu um fato fantástico".

Se nós vamos consolidar isso numa lei, eu acho que ela tem que ser uma lei capaz de perceber essa diversidade, porque nós não temos uma institucionalidade muito rica, entendeu? Muito capaz de responder a fatores, por exemplo, está claro que o Brasil vai envelhecer e vai envelhecer rápido. Os números que nós temos, eu também tenho dado aqui, que, em 2040, nós vamos ter 10% da população acima de 80 anos. Isso dá em torno de mais de 10 milhões de pessoas. Hoje, são só três milhões.

O que significa o quê? Que a matriz de políticas sociais que nós vamos desenvolver, ela tem que estar voltada não apenas para aposentadorias, mas para cuidado com idosos.

Então, uma lei, ela tem que ser competente, capaz de perceber esse movimento de curto, médio e longo prazo. Então, acho que é isso que é a importância de uma lei social. Eu acho importante a agenda da discussão da lei social. Acho que isso é importante. Porque permite a gente afirmar a política social como elemento central.

Mas lembro o seguinte: a Constituição de 88 nós desenhamos lá uma seguridade social. Escrito lá. Está escrito, com todos os princípios. Mas nós não desenhamos a seguridade social como estava escrito, porque nós não criamos nenhum Ministério social. O senhor entendeu? Ficou cada um no seu pedaço, brigando.

Em termos de desenho legal, estava lá o melhor desenho que nós já conseguimos construir, nos últimos anos. Uma seguridade com princípios modernos, avançada, que afirmava o direito, afirmava... Quer coisa mais importante que a afirmação do direito, que aconteceu na Constituição de 88, que demarca tudo para frente, que liquida parcela da política social, que era apenas meritocrática, para uma nova posição? Foi fundamental. Certo? Foi fundamental.

Esses são fatores fundamentais daquela lei, e, depois, ela vai se desenvolver, mas, no desenvolvimento

dela, nós percebemos que não houve afirmação. Num caso específico da seguridade, criou-se o orçamento da seguridade, mas nós não criamos o Ministério da seguridade, que eu até hoje lamento. Se nós tivéssemos criado, ali, o Ministério da seguridade, com toda institucionalidade possível, tivéssemos acertado as relações entre Previdência, saúde, assistência, que ainda era uma coisa inexistente. Quer coisa que avançou mais no país, nos últimos 20 anos, que é sair da assistência social da primeira-dama para a Assistência Social hoje, estamos falando em direitos? Conjunto de serviços, que são direitos, que qualquer cidadão brasileiro pode acionar. Isso é fantástico! Poderíamos ter avançado mais rápido.

Então, eu acho o seguinte: as leis são importantes, elas são oportunidades de debate da consolidação das leis, elas são importantes. Agora, vamos ter que descobrir que marco nós estamos dizendo, da afirmação do direito, da afirmação da seguridade, da afirmação... E que construção institucional nós vamos colocar abaixo disso? Essa construção institucional, ela é mais importante ainda do que a própria estruturação legal, sabe? Porque é ela que dá sustentação e sustentáculo para a gente seguir para frente.

Tem muita lei que não... Tem leis ainda, lá na Constituição, que até hoje não foram regulamentadas e muito menos seguidas. O exemplo da Constituição, acho que, na Constituição, o momento fenomenal da afirmação da cidadania brasileira, com a nossa análise, é: "Olha, é muito importante a Legislação, mas a construção institucional, ela é mais importante ainda", o que vamos construir a partir dessa *démarche* legal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Presidente, apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Queria até fazer a recomendação de que o IPEA considere, como na consolidação das leis, a Lei 10.835, de 2004, 08 de janeiro de 2004, que instituiu a renda básica de cidadania. Porque ela deverá estar no marco da consolidação das leis. Não vou aqui explicar por que, mas o senhor sabe por quê. E o Delcídio também sabe. Mas, quando quiser aplicá-la em Mato Grosso do Sul, ele sabe que pode contar comigo [risos].

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Só discutindo, senador, para chegar nesse ponto, nós estamos discutindo [ininteligível] social, as perspectivas, um pouco... Estamos tentando construir um documento, para que até março, abril a gente esteja com isso pronto, discutindo perspectivas para a política social brasileira. E, entre essas discussões, a discussão da renda básica está contemplada como uma possibilidade, como as

demais possibilidades que nós estamos desenhando, para que as coisas mais relevantes, como a inclusão previdenciária, ou seja, todos os grandes desafios que a gente teria que adensar conhecimento para poder... Aí eu acho que, naquela perspectiva que o senador colocou, ajudar o Governo ou o estado a construir uma política social para frente, para o futuro, que permita resolver grande parte dos problemas que nós estamos levantando aqui, agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou pronto a colaborar com o IPEA nessa direção. Obrigado.

SR. JORGE ABRAÃO DE CASTRO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Delcídio, alguma... Bom, nós, hoje, realizamos, aqui, a primeira... O primeiro painel do terceiro desafio estabelecido pela Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, para discutirmos seus gargalos. Essa terceira série trata da infraestrutura e políticas públicas.

Hoje, houve a apresentação do desafio, por parte do Dr. Jorge Abraão de Castro e do Dr. Ricardo Paes de Barros. Teremos mais cinco painéis, além deste, e, com isso, esperamos fechar o ciclo, iniciado em agosto deste ano, em que já tratamos da infraestrutura para inovação e desenvolvimento e da infraestrutura e a retomada do crescimento.

A Comissão de Infraestrutura fica agradecida a todos os que aqui comparecem para ilustrar, com suas ideias, com suas explicações, esses pontos que todos nós senadores desejamos conhecer de perto, para podermos deliberar corretamente em relação às políticas públicas.

A Comissão de Infraestrutura, no último dia 09 deste mês, segunda-feira passada, ela realizou o quarto e último painel, que foi dedicado à capitalização da Petrobras, dentro do marco regulatório do Pré-sal. Ao todo, dessas audiências que discutiram o marco regulatório do Pré-sal, como bem disse o Senador Delcídio Amaral, antes mesmo de chegar ao Senado da República, os Projetos de Lei que tratam desses pontos e que ora se encontram na Câmara dos Deputados, já se antecipou e realizou, a Comissão de Infraestrutura realizou 16... Ao todo... Com a participação de 16 especialistas, cinco audiências públicas. E obtivemos sugestões acerca dos diversos temas que foram tratados.

O primeiro deles, a questão do regime de partilha *versus* regime de concessão; o segundo a criação da Petrosal; o terceiro a instituição do fundo social, que hoje foi tão debatido aqui e solicitada a participação do IPEA quanto à destinação desses recursos, para que não percamos a oportunidade histórica que foi dada ao

Brasil; e, por último, a capitalização da Petrobras, que foi o objetivo do último... Do nosso último painel.

Pela avaliação majoritária dos integrantes da Comissão de Infraestrutura, em relação ao primeiro painel, quase todos os objetivos buscados, por meio da adoção do regime de partilha para o Pré-sal, poderiam ser, de alguma forma, alcançados com a aplicação do regime estabelecido na Lei do Petróleo, ou seja, o regime de concessão.

A partilha, entretanto, segundo o que ficou aqui entendido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, parece ajustar-se melhor à situação de menor risco global e de maior previsibilidade operacional, que a província do Pré-sal de fato oferece aos empreendedores.

Partilha e concessão não seriam, portanto, opções estratégicas opostas ou contraditórias, do ponto de vista operativo, podendo a partilha propiciar melhor controle estratégico do Estado sobre o setor, sobre a propriedade dos recursos e sobre o ritmo da exploração e produção.

Do ponto de vista constitucional, foram anotados dois obstáculos, o art. 176 e 177 da Constituição, que precisa ser bem observado pelo Executivo e pelas próprias Casas legislativas. Outro ponto delicado sobre a questão do regime, concessão *versus* partilha, foi a opção por adotar uma sistemática de intenso controle operacional da prospecção e da produção, por meio de um comitê operacional. Instâncias da administração prevista para cada consórcio contratado em regime de partilha. Nesse regime de partilha, a nova estatal, a Petrosal, que foi objeto do segundo painel, além dos 50% dos assentos, enfeixaria o direito a veto e, ainda mais, ao exercício do voto de qualidade, sem se comprometer, em contrapartida, com qualquer obrigação jurídica ou financeira em relação a outras atividades operacionais.

Daí ser a recomendação desta Comissão o estudo de uma redução do direito de veto a apenas alguns temas de maior abrangência, como, por exemplo, o caso dos orçamentos anuais e do programa exploratório.

Outro ponto que mereceu reflexão desta Comissão é a condição dada à Petrobras como única operadora de todos os contratos de partilha. Isso significa que ela assumiria integralmente os trabalhos de prospecção e de produção, no âmbito do Pré-sal, além de assumir obrigatoriamente o mínimo de 30% de participação própria em todos os consórcios que vierem a ser contratados sob o novo regime.

Ficou o receio, principalmente quanto às efetivas possibilidades que terá ela, a Petrobras, de ampliar rápida e dramaticamente sua capacidade de operação. Isso pode constituir, inclusive, um obstáculo ao desen-

volvimento empresarial da própria companhia. Inicialmente, por perder grande parte de sua atual liberdade de escolha de prioridades e alvos comerciais, sendo obrigada a associar-se a todos os licitantes vencedores, inclusive aos seus malogros e fracassos. E, por fim, arriscar a não ter quem lhe cobrem em decorrência desse novo monopólio, a contínua melhoria de seus índices de eficiência empresarial, ou seja, justamente o que lhe permitirá manter e aprimorar seu atual patamar de competitividade.

A necessidade de criação do fundo social foi o tema do terceiro painel. E foi um consenso amplo. Financiado pelos recursos livres, na parcela de royalties que cabe à União e principalmente pela receita de comercialização de hidrocarbonetos, o fundo tem, basicamente, três grandes justificativas. Uma é permitir que as futuras gerações de brasileiros também usufruam da riqueza gerada pelo petróleo. Outra, evitar a sistemática e negativa apreciação do câmbio, que decorrerá do ingresso de moeda estrangeira na venda de óleo e derivados, comprometendo perigosamente a competitividade da nossa economia. E a última, mas não menos importante, é permitir o investimento público em programas e em projetos nas áreas-chave para o desenvolvimento econômico e social, como aqui foi hoje também debatido.

A lógica de contenção dos danos ao câmbio, por exemplo, é que os recursos não sejam internalizados. Seria de todo importante, por isso, que as regras de aplicação externa ficassem absolutamente claras já na lei. Do mesmo modo, é necessário se estabelecer um período inicial de carência, para o resgate de recursos, lembrando que os aportes demorarão algum tempo para alcançar volumes mais significativos. Daí decorre que, sem tal restrição às saídas, o fundo jamais ganhará musculatura. Mesma contenção será requerida na programação dos gastos. Os montantes a resgatar que devem limitar-se rigorosamente aos rendimentos obtidos com as carteiras de aplicação. Somente assim, respeitado esse conjunto de cuidados, os objetivos que levaram à proposta do fundo social serão efetivamente garantidos, segundo a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E, também, a infraestrutura é um deles. Sua melhora, concretamente, demanda, vinculada à própria prospecção e exploração de petróleo, esteja ele acima ou abaixo da camada de Pré-sal. Como todos sabem, as vias de transporte no Brasil constituem, como um todo, verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento. Elas necessitam de urgentes e substantivos aportes de recursos públicos, mesmo na hipótese em que se venha a retomar brevemente, com mais força, os mecanismos de estímulo ao investimento privado no setor.

Também o saneamento, como aqui hoje foi tocado, merece prioridade na aplicação dos recursos do fundo social, e com fundados motivos. Ele apresenta-se, hoje, praticamente paralisado em todo o país, devido aos problemas que aqui fora, também, hoje trazidos, desde a falta de projetos técnicos até a falta de capacidade de endividamento dos municípios, e assim por diante.

Do quarto painel também surge um imediato consenso: a necessidade de capitalizar a Petrobras, para fazer frente aos exigentes desafios financeiros e operacionais do Pré-sal, sem comprometer o *Investment Grade* a ela conferido pelo mercado.

Há, entretanto, uma série de indefinições e imprecisões que carecem e merecem rápido reparo, sob o risco de prejudicar os imensos trunfos conquistados pela Petrobras.

As principais dúvidas evidenciadas durante as audiências públicas são relativas ao processo conhecido, no jargão petroleiro, como “unitização” de áreas e aos aspectos de transparência do modelo de capitalização, perante a comunidade do mercado de capitais.

Há, na proposta governamental, muitas dúvidas sobre aspectos cruciais da “unitização”, tais como: quem falará como mediador, nesses casos, em nome do Governo? Como será aplicado o processo, no caso de lotes adjudicados sobre diferentes sistemas, concessão e partilha? Como serão tratados os casos de ocorrência de óleo em áreas não licitadas, adjacentes a lotes contratualizados?

Entre os pontos de sombra, identificados na proposta de capitalização da Petrobras, sobressaem três questionamentos principais. Um, quanto à isonomia do tratamento dado aos acionistas minoritários, que, ao contrário do Governo, terão de pagar à vista, se quiserem sustentar sua participação acionária. Dois, quanto à precificação da moeda definida para o aporte governamental, referente aos cinco bilhões de barris petróleo futuro, cujo valor, hoje, é incerto; assim como incerto é o prazo em que esse reforço patrimonial será de fato integralizado e materializado no fluxo de caixa da empresa. E três, quanto à suficiência desse volume de capitalização, face às enormes dimensões do Pré-sal e do próprio papel que a Petrobras lá está chamada a desempenhar.

Cabe, ainda, finalmente, questionar quanto ao impacto deste grande aporte de recursos nas políticas de câmbio e fiscal do Governo. Dado o seu estatuto de empresa de capital aberto, tanto a própria Petrobras quanto o Governo, seu controlador, devem cuidar para que não somente os ritos e formalidades previstos nas regras de controle das SAs sejam cumpridos, mais do que isso, precisam também certificar-

se de que o mercado esteja satisfeito com o nível de informação recebida.

Preocupação também levantada pela Comissão se deu em relação à pressão sobre os recursos humanos da Petrobras, diante da grande perspectiva e revolução socioeconômica que a explosão do Pré-sal poderá trazer para a sociedade. Daí seria operativo, devido ao investimento na ampliação do já competente corpo técnico da Petrobras e na sua sempre buscada qualificação profissional.

Por fim, tomo a liberdade de pontuar o tema da distribuição dos *royalties* sobre a exploração do óleo do Pré-sal, aspecto que tem provocado intensa movimentação política e atenta cobertura da mídia. O fato, evidente, porém, é que a riqueza petrolífera, na plataforma continental, acima ou abaixo da camada de sal, não deve ser tão sofregamente reivindicada pelos estados produtores.

A verdade incontestável é que eles já delas se beneficiam amplamente, em função de importantíssimas externalidades, tais como a geração local de emprego e renda, a indução e instalação de novos empreendimentos locais, ligados à cadeia do petróleo, entre os quais fornecedores, indústrias diversas, intensivas de energia e plantas de geração de energia termoeletrica, com base em gás, para citar poucos exemplos.

Foram esses os principais questionamentos e sugestões apresentados no ciclo de audiências referente ao marco regulatório do Pré-sal e que será publicado por esta Comissão.

Os subsídios coletados são de fundamental importância para amparar essa, que é uma das mais complexas e relevantes decisões que nosso país terá de tomar em sua história econômica recente. De acordo com o que ficou decidido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República, esse relatório será encaminhado a Ex^a Sra. Ministra da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff, e ao Presidente da Petrobras, Dr. José Sérgio Gabrielli, para que eles tomem conhecimento dos questionamentos que, quando esses projetos chegarem aqui ao Senado, serão feitos no sentido de aprimorar os quatro Projetos de Lei enviados pelo Executivo para estas Casas, as duas casas legislativas do Congresso Nacional.

Antes de encerrarmos a reunião e agradecerem a presença de todos, especialmente dos nossos convidados, Dr. Ricardo Paes de Barros e o Dr. Jorge Abraão de Castro, que, com sua participação, ofereceram contribuição extremamente valiosa para nossos debates e para a construção dessa nossa conversa e diálogo, convoco os senhores membros para a próxima reunião, a realizar-se dia 19 de novembro, às 8h30 da

manhã, neste Plenário, com pauta deliberativa. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 21h24.

48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2009, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, dentro da **Agenda 2009-2015 “Desafios Estratégicos Setoriais”**, atende ao Requerimento nº 39, de 2009-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor**, destinado a debater o Terceiro Desafio: “**INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS**”, Painel II – “**TELECOMUNICAÇÕES – BANDA LARGA E ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**”, com a presença dos seguintes convidados: **Dra Emília Maria Silva Ribeiro Curi** – Diretora Conselheira da ANATEL; **Dr. Nelson Simões** – Diretor geral da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e **Dr. Márcio Wohlers de Almeida** – Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (IPEA). O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Flexa Ribeiro**. Usaram ainda da palavra o **Dr. Igor Vilas Boas de Freitas** – Consultor Legislativo do Senado Federal e o **Sr. João Maria de Oliveira** – Técnico de Planejamento e Pesquisa, da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo à presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte e uma horas e três minutos, lavrando eu, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 48ª Reunião

Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Inicialmente, gostaria de anunciar a realização, no próximo dia 25 de novembro, quarta-feira, da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura, criado com o objetivo de debater e elaborar a proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis, sob o tema “Tecnologia de motores e combustíveis”. Esse será o quarto painel, e participarão da reunião representantes da ANFAVEA, Associação Nacional de Veículos Automotores; da CNT, Confederação Nacional de Transportes; da ABIMAQ, Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos; do SINDIPEÇAS, Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores; e do SINDICOM, Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes.

Coordenado pelo Senado Inácio Arruda e composto pelos senadores Gilberto Goellner e Delcídio Amaral, o grupo de trabalho anuncia o propósito de oferecer aos senhores membros desta Comissão, já no mês de dezembro, o resultado das atividades implementadas pelo grupo de trabalho, apresentando anteprojeto de lei para avaliação e posterior deliberação dos Srs. Senadores, viabilizando, assim, a apresentação, por parte desta Comissão, de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis.

Como comunicação, em nossa reunião passada, gostaríamos de registrar que aprovamos duas propostas que definem compromissos dos países sobre o clima. As propostas contemplam metas brasileiras que poderão ser levadas à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, COP 15, a ser realizada em Copenhague, no início de dezembro.

A primeira proposta, ela cria a Política Nacional sobre Mudança Climática, o PNMCM, e a outra institui o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, FNMC. O projeto PLC nº. 283/2009 estabelece, entre outras medidas, que os gastos públicos previstos para ações de enfrentamento das alterações climáticas não poderão estar sujeitos a contingenciamentos pelo Governo Federal. Define, ainda, princípios, objetivos e diretrizes para aplicação desta política. São princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima a precaução, a prevenção, a participação cidadã e desenvolvimento sustentável, no âmbito internacional.

A proposta prevê responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Entre os objetivos dessa política, destacam-se a redução das emissões de gases do efeito estufa e a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima, a serem assumidas pelos governos federal, estaduais e municipais.

A relatora, a Senadora Ideli Salvatti, incluiu uma emenda para que o Brasil adote como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases, com vistas a uma redução, até o ano 2020, entre 36,1% e 38,9%.

Também na última reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a reunião ordinária, nós tratamos, aliás, na última reunião das audiências públicas, realizadas às segundas-feiras, nós tivemos a presença de dois pesquisadores do IPEA, Dr. Ricardo Paes de Barros e o Dr. Jorge Abrahão de Castro. Os dois pesquisadores apresentaram dados que mostram que o país evoluiu muito, nos últimos anos, no que diz respeito à redução da pobreza e à garantia do acesso aos bens básicos. Porém, o diagnóstico de ambos é o mesmo: ainda há muito a ser feito, no que diz respeito às políticas públicas, para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

O Dr. Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa, analisou a evolução temporal da queda da extrema pobreza do país, de 1990 a 2008, associada ao acesso a itens como saneamento básico, telefone, eletricidade e internet. Ele percebeu que o progresso no acesso aos bens, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico, não ocorreu na mesma proporção da redução da pobreza, além disso, os dados apresentados mostram que a pobreza continua concentrada na população considerada mais vulnerável. Barros comparou o acesso ao telefone de um negro pobre, que vive na área rural da região norte, sem nenhuma escolaridade, numa família com muitas crianças, com a de um branco, com renda *per capita* de mil reais, que vive na região urbana do Sudeste, com escolaridade completa e poucos filhos na família. No primeiro caso, o acesso registrado foi de cerca de 12%, ao passo que, no segundo, de praticamente 100%.

Apesar de ter avançado bastante em todos esses indicadores, a situação do Brasil continua, exceto no caso da eletricidade, extremamente desigual, segundo sua observação.

Já o Dr. Jorge Abrahão de Castro apresentou um estudo que associa acesso a esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, diferenças regionais e renda. De acordo com o levantamento, se, de 1992 a 2007, os mais pobres estão sempre em pior situação, em todos os indicadores, essa parcela da população é que apresenta sempre evolução mais significativa nos gráficos. O estudo também mostra que, no país, cerca de cinco milhões de pessoas comprometem mais de 30% de seu orçamento com moradia, o que é considerado ônus excessivo. Na escala nacional, o Distrito Federal lidera o *ranking* do maior ônus para o cidadão com aluguéis ou com o pagamento de aluguéis.

No que diz respeito ao adensamento excessivo, há, no país, de acordo com o estudo, 12 milhões de pessoas vivendo em habitações com dormitórios ocupados por três pessoas ou mais. Na lista das regiões metropolitanas, aparece, nesse item, em primeiro lugar, a cidade de Belém, seguida pela região metropolitana de São Paulo.

Para o Dr. Jorge Abrahão de Castro, a carência no saneamento se torna mais crítica quando se analisam as áreas rurais do Norte e Nordeste. De acordo com ele, no Nordeste, apenas 23% da população tem acesso à água com canalização interna; no Norte, o percentual se reduz para 12%. Ele apontou os consequências sociais do quadro, com destaque para a mortalidade infantil.

Serão realizados mais cinco painéis sobre o tema “Infraestrutura e políticas públicas”, que encerra o ciclo de debates, cujo objetivo é propor soluções para os principais gargalos que impedem o crescimento do país.

Já foram discutidos os temas “Infraestrutura para inovação e desenvolvimento” e “O marco regulatório do Pré-sal”.

Questionados ainda sobre eventuais áreas prioritárias para aplicação dos recursos da exploração do petróleo da camada do Pré-sal na área de infraestrutura, os dois pesquisadores apontaram os setores de saneamento e habitação como vitais.

O painel de hoje, o painel que estaremos, hoje, realizando, trata do tema... O objeto do painel dois, o tema “Telecomunicações: banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações”. Para debater esse tema, objeto do nosso painel nº. 2, convidamos os seguintes participantes, para compor a mesa: A Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, diretora conselheira da ANATEL; e o Dr. Márcio Wohlers de Almeida, diretor de estudos e políticas setoriais, inovação, produção e infraestrutura.

Sejam a senhora e o senhor bem-vindos a esta Comissão.

Eu passo a palavra ao Dr. Nelson Simões, diretor geral da Rede Nacional de Pesquisa, RNP, para fazer sua explanação.

V. Sa. terá 20 minutos para fazê-la, com cinco minutos de tolerância. Por favor, V. Sa. tem a palavra.

SR. NELSON SIMÕES: Bom, primeiro saudar o Presidente Collor, agradecer o convite para estar presente aqui e falar um pouco da experiência da Rede Nacional de Pesquisa, no tema ligado às rede de alta capacidade no país e discutir esse tema, que é tão importante e no que nós temos trabalhado, principalmente nas instituições ligadas à educação e pesquisa, para criar uma infraestrutura de colaboração, que

permita geração de conhecimento no país, integrando todas as universidades, todos os centros de pesquisa, hospitais, escolas tecnológicas, museus, e isso é um tema que tem, para nós, importância, há 20 anos, e agora ainda mais, pelo papel que isso assume para o desenvolvimento do país no futuro.

Seguinte, por favor. Bom, eu espero falar, primeiro, dessa relação entre aplicações e infraestrutura, eu acho que isso é muito importante, entender como se relacionam e como esses dois temas estão absolutamente interligados e, portanto, colaboram um para o outro, e, depois, comentar, muito brevemente, três aspectos ligados a uma infraestrutura de banda larga, que são muito importantes, principalmente para o Brasil, um país que está em desenvolvimento e que vai precisar cuidar desses aspectos, para que não só as pessoas, mas as empresas e as organizações tenham acesso à comunicação em colaboração de qualidade.

Bom, essa figura tenta resumir um pouco um aspecto que é importante, esse de reconhecer a necessidade de uma infraestrutura avançada como um componente essencial para qualquer política que nós queiramos criar no país, para geração de conhecimento e desenvolvimento.

E infraestrutura é algo, quer dizer, complexo, de alcance nacional, implantação nem sempre simples, em geral, demorada, de custo elevado, mas é absolutamente essencial para motivar, habilitar usos de futuras gerações de aplicações.

Então, o que essa imagem tenta descrever é que há um relacionamento entre a criação de uma infraestrutura no país, moderna, que habilita, que favorece e que vai permitir que empresas, pessoas, organizações possam usar novas implicações. Ela, portanto, é necessária, mas a demanda são essas aplicações, são esses usos – e aí a gente pode citar vários como exemplo – que geram o desenvolvimento.

Então, de fato, são as aplicações que motivam e que devem sempre estar, vamos dizer, no nosso radar, são as aplicações-chave para o país que devem motivar e viabilizar os planos de infraestrutura num país.

Então, a primeira acho que conclusão importante é que a gente não deve se encaixar em falso dilema do que é que vem primeiro: se as aplicações ou a infraestrutura, mas ter muito claro de que, se nós estamos projetando determinado papel para colaboração e comunicação no Brasil, isso vai exigir e vai motivar investimentos em infraestrutura, e, por outro lado, essa infraestrutura que vai habilitar toda uma nova categoria de aplicações.

Essas coisas, no nosso caso, num país, às vezes, com quantas assimetrias, vão precisar de estímulos diferentes, em momentos diferentes.

Para o seguinte, por favor. Isso aqui é só um exemplo, dentre os muitos, que fazem parte do dia a dia da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; 600 instituições, por exemplo, podem passar num cinema que ainda não existe, que é um cinema numa resolução muito alta, mais alta do que a da TV digital, entre centros de experimentação de música e dança, entre os vários países.

O seguinte. Aqui tem só um *flash* do que ocorreu em 30 de julho, pela primeira vez, nós transmitimos um filme produzido no Brasil, por um cineasta brasileiro, nessa resolução chamada 4 K, são oito milhões de *pixels*, são duas vezes a definição de um TV em TV digital, diretamente, ao vivo, de São Paulo para a Universidade de Keio e também para um centro em San Diego.

Eu vou pedir para você tocar, enquanto a noite não chega, porque eu acho que essa matéria explica. Não foi possível. Bom, então, eu vou falar com palavras o que uma imagem poderia explicar melhor.

É aquele vídeo que está no diretório, se você conseguir tocá-lo, eu agradeço. É uma matéria muito boa, feita na Cultura. Está aí, entrou.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Milhares de quilômetros de cabos de fibra ótica, 70 pesquisadores de diferentes países envolvidos, muitos cálculos e gráficos, engenhocas, engenhocas e mais engenhocas, tudo isso para simplesmente projetar o filme, enquanto A Noite não Chega, em três lugares ao mesmo tempo, São Paulo, San Diego e Tóquio.*

Daí você pode pensar: “Ah, mas isso também seria possível com Skype”. É verdade. A diferença é que essa projeção do fail é em 4 K. “Mas que raios é isso?” Significando: é uma tecnologia que viabiliza projeção em altíssima definição, com milhões de pixels por imagem. Ufa! Em linhas gerais, é isso. Mas tem mais detalhes, não é, professor?

ENTREVISTADO: *Uma fibra ótica, ela tem o diâmetro de aproximadamente um fio de cabelo. Nessa fibra, com essa espessura, a gente consegue passar toda essa transmissão ou fazer todas as ligações telefônicas da cidade de São Paulo, passar por uma única fibra, feito essa.*

[música]

REPÓRTER: *É mesmo impressionante imaginar quanta informação circula por esse cabo tão fininho, mas impressionante ainda é imaginar que essa rede atravessa os oceanos, para que a transmissão possa acontecer em tempo real, em Tóquio e em San Diego. Toda essa tecnologia só é possível porque existe*

uma cooperação internacional entre redes de alto desempenho.

No Brasil, o projeto foi desenvolvido na Faculdade Mackenzie. A princípio, as intenções eram exclusivamente científicas.

ENTREVISTADO: *Descobrimos que, para nossa felicidade, talvez a maior aplicação dessas redes, não tem a ver com ciência, mas, sim, com arte, com outros aspectos muito importantes para a sociedade.*

[música]

REPÓRTER: *Toda a operação ainda está em desenvolvimento e tem aplicação limitada; as restrições desafiam a organização do fail, que precisa mobilizar um exército de profissionais e parceiros para viabilizar a projeção.*

ENTREVISTADA: *Tudo é referente, o projetor, o equipamento, a forma de editar, a forma de filmar, a forma de projetar, a forma de transmitir, tudo isso é um desafio.*

[música]

REPÓRTER: *O esforço é mais do que válido. Se a tecnologia realmente evoluir sem larga escala, imaginem só no que a internet pode se transformar, num futuro próximo.*

Bom, essa categoria de aplicações é a mesma de telemedicina, é a mesma da imersão, é a mesma da biologia molecular, vídeo de alta resolução. A seguinte. Aplicado à colaboração. Então, pensemos o cenário daqui a cinco anos. O cenário daqui a cinco anos é a linguagem ou o vídeo?

Se nós olharmos as estatísticas atuais, no Brasil, hoje, mesmo com todas as deficiências de uso de banda larga, 47% dos usuários – aqui todos os dados que eu estou usando são do Comitê Gestor da internet no Brasil, da pesquisa TIC Domicílios –, 47% dos usuários brasileiros veem vídeo através da internet, e 15% divulgam seus vídeos, estão criando vídeo e colocando na rede.

Então, a linguagem do vídeo vai dominar essas redes. A capacidade das redes não vai ter limites, a gente não tem encontrado limites, nem práticos, nem teóricos. As novas tecnologias em materiais estão permitindo isso.

Quer dizer, há já um conjunto de aplicações que integram políticas públicas, hoje, no Brasil. Eu citei algumas ali: a formação de professores, na UAB; a qualificação e a segunda opinião médica, na Rede Universitária de Telemedicina ou no Programa Nacional de Telesáude. Quer dizer, conteúdos de cultura brasileira, a cinemateca brasileira, com todos os seus acervos, acabou de ser integrada à RNP, em São Paulo, a Biblioteca Nacional. Na área de meio ambiente, há várias

aplicações, monitoramento de meio ambiente, com redes e sensores, funcionamento das florestas.

Então, você tem um cenário também, em que as várias políticas, as várias atividades de colaboração utilizam essa infraestrutura de banda larga, e, obviamente, isso gera um quantidade enorme de dados que vão ser transportados, armazenados e reutilizados.

Seguinte. Então, eu queria fazer, agora, assim, uma abordagem, agora um pouco mais detida, em três aspectos de infraestrutura de banda larga, que eu acho que são importantes, que nós devemos considerar, para viabilizar esses cenários futuros de usos intensivos no Brasil. Primeiro é a abrangência, quer dizer, a nossa abrangência, ela pode ser mapeada nessa metáfora das rodovias, das vicinais ou das estradas estaduais ou das avenidas, que estão nas cidades. Quer dizer, a gente ainda tem coberturas parciais.

Do ponto de vista do *backbone*, quer dizer, é preciso resolver a cobertura de todas as regiões, isso tem a ver muito com a região Norte. Há ações já que a ANATEL estabeleceu. Eu acredito que a conselheira vá falar, então, várias dessas ações estão já previstas e são extremamente importantes do ponto de vista da abrangência dos grandes *backbones*, das grandes infraestruturas.

A integração hemisférica, quer dizer, qual é a capacidade de integração, nos países da América Latina e também com a colaboração direta com a África. Hoje, por exemplo, em vários projetos de colaboração científica, a gente tem uma inviabilidade pelo tempo dos sinais, que, necessariamente, percorrem caminhos físicos pela América do Norte.

Nas vicinais, já houve um grande avanço com políticas regulatórias que trocaram as obrigações, por exemplo, para criação dos *back halls* nos municípios. Então, ampliar essa em todos os municípios, não só a fixa, como também a móvel, e isso também está sendo feito, nas novas licitações de frequência, vão habilitar essas aplicações interativas. E é muito importante pensar também na ampliação de uma competição maior nessa oferta de rede, nesses municípios.

A abrangência vai ser alcançada, mas também a competição vai ter que ser perseguida. Em cada cidade, nas avenidas, eu diria que o desafio aí é asfaltar a cidade. Quer dizer, tem muita cidade que está asfaltada no grande centro, na região de maior renda, e faltam redes de acesso adequadas, principalmente para permitir usos de aplicações mais demandantes, como o vídeo.

E aí eu creio que incentivar o empreendedor, não só o privado, como o público, nessas cidades, passa por alocação de espectro, para uso de iniciativas de redes comunitárias, redes nos municípios, pequenos

provedores, que possam ter também direitos de passagem facilitados nessas cidades. Às vezes, é extremamente difícil ter acesso a uma infraestrutura urbana, seja porque a passagem não é regulamentada ou mesmo não se tem informações sobre isso, suficientes, no nível do município.

Então, outras ações que vão nessa linha também é o incentivo ao acesso móvel para baixa renda. É uma grande ferramenta de inclusão. E, principalmente, à longa distância, dá opções para esses que estão operando nas cidades poderem, de uma forma competitiva, ter transporte para outros pontos do país, quer dizer, se conectar à infraestrutura nacional.

Seguinte. Esse mapa mostra um esforço de interiorização em curso, onde o grande crescimento do sistema de educação no Brasil está promovendo a conexão no interior de 150 novas escolas técnicas, 70 *campi* e várias outras instituições. Esse é um desafio grande, é um desafio de ligar os alunos, professores, pesquisadores, que estão sendo distribuídos por todo o território nacional, com alta capacidade.

Seguinte. Esse é outro, que tem a ver com a conexão dos hospitais de ensino, para uso de telemedicina; já são 33 hospitais ligados, fazendo uso dessa rede, e mais 70 na terceira etapa.

Seguinte. Esse é um aspecto também importante. É comum ver críticas à capacidade da banda larga brasileira, ela é lenta. Capacidade é um alvo móvel, capacidade depende da aplicação, é a relação ligada à infraestrutura. Então, é preciso ter metas para incentivo de uso, e isso eu acho que é o que puxa a demanda de maiores capacidades, são as aplicações que estão sendo colocadas na rede e que estão exigindo maiores capacidades em banda larga. Infelizmente, ainda é a lógica do incremento gradual no setor de telecomunicações.

As redes são atualizadas de acordo com a demanda, faz parte de uma lógica, de um equilíbrio econômico, mas nós entrando numa nova era, onde os usos vão ser muito intensos, e as transições vão ser muito grandes. Então, isto é um ponto a se pensar: como atender as capacidades futuras de uma forma que não seja incremental.

No acesso, na nossa visão, hoje, já se justificaria pensar em 1 Mb/s como uma banda larga, no Brasil, como uma capacidade adequada; 20 Mb para instituições e pequenas empresas; e 1 Gb para universidades e corporações. A RNP tem trabalhado com esses valores, por exemplo, as universidades, em área urbana, estão sendo ligadas a 1 Gb/s

Lembrar, também, e que nós temos nossas dificuldades de infraestrutura, que limitam isso ou tornam inviável economicamente, que 256 K, que equivale a

41% dos usuários de banda larga no Brasil, é muito melhor do que não ter um acesso dedicado à internet. Se vocês não tiveram a experiência de usar a internet por linha discada, eu posso garantir que 256 K é muito melhor.

Então, isso não pode ser uma razão para não se implantar 256 K ou de velocidade um pouco superior, de 512, até porque isso é uma tendência natural de crescimento e evolução da infraestrutura. Tem uma atividade importantíssima, que é integração dessas estradas dos vários provedores, que são esses pontos de troca de tráfego. Isso permite que *backbones* comerciais se encontrem em várias cidades e troquem tráfego entre si. Isso impede, por exemplo, que um e-mail mandado por uma organização que está do outro lado da rua, só porque ela pertence a outro provedor, tenha que ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro e retornar pela outra rede.

Então, esses pontos de interconexão, onde as estradas se integram, acrescentam capacidade e segurança à infraestrutura de banda larga no país.

Então, eu acho que é muito importante definir essa capacidade nominal de acesso dos provedores. Quer dizer, hoje você tem contratos de banda larga assimétricos, onde 10% é assegurado por contrato. Então, é possível, sim, independente de fatores externos, através de medidas contínuas, através até de uma verificação, assegurar a qualidade dentro da rede do provedor, independente de fatores externos. E aí já tem iniciativas da ANATEL com Comitê Gestor da internet, o INMETRO, que estão buscando isto: verificar, medir e assegurar certa qualidade no uso dessa capacidade.

E, aqui, tem uma ação também extremamente importante, de ampliação de capacidade para baixa renda. A universalização, por exemplo, nessa área pode ser uma medida de médio e longo prazo que pode favorecer o acesso à banda larga, às comunidades que têm dificuldade de pagar por esse serviço.

Então, é uma mudança importante no marco regulatório, eu sei que a ANATEL tem estudo sobre isso, está contemplando isso no PGR, e eu acredito nisso como um dos mecanismos capazes de favorecer esse aumento da capacidade, em vários âmbitos.

Bom, e, certamente, quer dizer, é preciso pensar no futuro, vários países estão investindo numa infraestrutura de banda larga muito maior e muito mais moderna, e isso vai exigir grandes investimentos, que é levar fibra até as casas ou próximo às premissas das casas, e isso vai ser necessário, e é importante que se pense num incentivo para que esses investimentos possam ser feitos também no Brasil, e não só nas áreas de maior renda.

Essa é uma infraestrutura de alta capacidade do *backbone* nacional, que deve estar em produção em 2010, e aqui é preciso registrar, de público, os avanços que foram feitos nessa direção, graças a medidas de contrapartida de pesquisa em desenvolvimento, que a ANATEL adotou, principalmente na anuência com a Oi, e que estão viabilizando criar uma infraestrutura desse tipo para pesquisa de educação no Brasil.

Seguinte, por favor. Isso é um exemplo de como fazer redes comunitárias, quer dizer, é outra iniciativa de levar um Gb para todas essas instituições, nas grandes metrópoles. É possível gerar redes com relativamente um investimento baixo. Esse é o exemplo de Fortaleza; em todas as capitais nós teremos isso, são infraestruturas permanentes, de 20 anos, que podem ser ampliadas basicamente com troca de componentes, a um custo marginal.

Seguinte. Esse terceiro fator é o que define o uso ou não uso, hoje, da internet no Brasil. Se a gente olha as estatísticas do Comitê Gestor, por conta do preço é que boa parte dos usuários do Brasil não usam internet no domicílio, 54%, segundo a pesquisa. E se pergunta qual o preço declarado que ele apagaria, 35% pagaria até 50 reais, mas isso já deixa de fora um percentual grande da população brasileira. Então, o preço tem sido uma barreira severa para a ampliação da banda larga.

Na nossa visão, na RNP, eles refletem muito os custos antigos, legados de infraestruturas que estão aí já há algum tempo. E, de certa forma, certa carência de investimento em pesquisa, em inovação, nessas infraestruturas.

A situação de monopólio, ou mesmo de duopólio, o fato de a gente ter operações móveis em todos os municípios, muito breve, vai ajudar muito a ter um início de competição. Mas isso, na nossa experiência, a gente tem comprado, no mercado, serviços de telecomunicações, isso, dois concorrentes, ainda é insuficiente para ter uma redução importante.

O *back hall* também, de certa forma, como é o único, ele impõe preços, no atacado, que, às vezes, limitam o empreendedor na cidade. Então, ali, tem um problema também de entrada nos preços de atacado. Como é que eu consigo transporte de longa distância para escoar meu tráfego?

Aí tem dois mecanismos importantes: um de agregação e um de desagregação. Por exemplo, agregação, nós devemos ter mecanismos para facilitar que novos prestadores de serviço possam ter acesso a dutos e fibras que possam estar sendo implantados não só nas áreas urbanas, na urbanização das cidades, como também nas grandes obras de infraestrutura do país. Obras de infraestrutura deveriam prever dutos e

fibras, para que pudessem ser mais facilmente comprados e adquiridos pelos prestadores de serviços de telecomunicações e, com isso, favorecer uma redução de seu investimentos.

E, no outro lado, a desagregação do que já existe, que é extremamente importante. Há muita infraestrutura que é a única em vários pontos, e as dificuldades para obter acesso são limitadores ou, quando se obtém, são barreiras à redução do preço.

Então, acho que, nesse sentido, é preciso regular antes e ajustar depois. A gente reconhece o grande esforço nessa área que o órgão regulador tem feito, mas aqui é preciso facilitar, de alguma forma, a entrada de novos prestadores, principalmente daqueles que precisam ter acesso à infraestrutura, que é um...

No nosso caso, assim, para pesquisa em educação, a gente tem vivido isso. Não serve de parâmetro a comparação de preço que eu estou colocando aqui, mas ela serve para mostrar que, quando se usa inovação para criar as redes, os custos diminuem bastante. E aqui eu estou falando de custos embaixo, não de preço.

Por exemplo, o *backbone* ótico, esse que está já operando, começou em 2005, ele aumentou três vezes a capacidade da rede, e o custo diminuiu 30%. Isso foi feito pela forma como a engenharia da rede foi feita, ela era mais simples e mais poderosa.

Essas redes metropolitanas, que estão sendo implantadas nas cidades, o fato de elas terem parcerias criadas com as empresas de energia elétrica, e a gente poder fazê-lo a uma capacidade muito alta, com uma rede própria, reduz um custo por Mb a quase cinco reais por mês, por instituição para 1 Gb. Então, são figuras de custo de criação de infraestrutura que mostram a capacidade, com novas tecnologias, para gerar resultados importantes, como preços e custos.

Bom, eu gostaria de terminar chamando atenção para isso, que acessibilidade, comunicação e colaboração vão moldar o país que a gente vai ter no futuro. Isso vai estar presente em todas as atividades. Há um grande esforço, feito por todos nós, governo, órgão regulador, para incentivar esses investimentos futuros em telecomunicações. E eu acredito que esse novo ambiente requer também novas visões regulatórias e eu penso que passa por ter serviços digitais, autorizações únicas convergentes, que simplifiquem isso, tanto em regime público, para que possamos usar recursos de universalização, principalmente onde não há interesse, a renda é pequena e precisa ter o investimento do Estado para favorecer a distribuição desse benefício, e que universaliza isso.

Segundo, é ter essa visão de que as aplicações arrastam a infraestrutura. Então, quais são os grandes

objetivos e os grandes desafios em educação, ciência e tecnologia, saúde, cultura, que condicionam e que vão determinar esse estabelecimento de metas de ampliação de um serviço com essa categoria no Brasil, no futuro? Isso é muito importante.

E acho que é essencial, a gente tem visto isso no nosso dia a dia, é utilizar a capacidade de pesquisa não só das universidades, também das empresas, a capacidade de inovação. Há empresas muito competentes, em várias áreas, em *software*, em transmissão ótica, em sistemas, aqui no Brasil, para preparar não só indústria, como a sociedade, para esse uso autônomo, esse uso informado desse ambiente e extrair ao máximo o melhor dessas novas aplicações.

Era isso, presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Estou disponível para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Nelson Simões, sobretudo pela... Não somente pela exposição, pelo conteúdo, mas pelo cumprimento do tempo previsto.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Márcio Wohlers de Almeida, que é diretor de estudos e políticas setoriais, inovação, produção e infraestrutura. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Bem, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Fernando Collor, que reconheceu seu trabalho na Comissão de Infraestrutura, e, em seu nome, eu cumprimento todos os presentes.

Justamente no dia de hoje, onde há umas visitas presidenciais, o trabalho se mantém. Agradecer também à equipe de IPEA, que colaborou com a confecção dessa nova apresentação, que nós vamos fazer, na qual vamos apresentar alguns cenários factíveis, aqui, para a possibilidade da disseminação da banda larga. O Rodrigo Abtala(F), Luiz Cobota(F) e João Maria, que me ajudaram muito a preparar.

Então, a ideia, quem é que está... Ok, então, quando eu fizer assim... [risos] ok. Então, está aqui nossa agenda. Nossa agenda é feita por essas, vamos dizer, considerações iniciais, cenários de demanda, cenários de oferta, o debate que existe hoje. A *Folha de S. Paulo*, ontem, deu algumas ideias do que vai ser feito. E, provavelmente, amanhã está prevista a apresentação, pela Presidente da República, de um plano nacional de banda larga. Está previsto, se vai ser divulgado já é outra questão.

Muito bem, então, em termos de nós deixarmos muito bem claro quais são as considerações iniciais, hoje, sobre a questão da banda larga, primeiro, nós temos que ver que, depois de 1995, 96, 97, que foram os anos de preparação da privatização, quando esta-

va vivo o Sérgio Motta e todo o ministério, a Telebrás, de certa maneira, foi colocada como a empresa mais lucrativa da América Latina, de tal maneira que não houvesse falha na privatização.

Então, a privatização aconteceu em 1998, quando a demanda reprimida era muito alta. Vender uma linha era um ativo, até hoje a gente coloca no imposto de renda, não sei por que, uma linha de telecomunicações como ativo. E vocês referem-se, vejam como, hoje, 7% da quantidade de assinantes, é aquele último número que está em cima, ali, de 2002, ou seja, nós já temos uma densidade de quase 7% de banda larga, entre 212 milhões de assinantes.

A telefonia fixa, que vem lá embaixo, 41, 42, é um fenômeno de todo mundo que a telefonia fixa é um tipo de telefonia de voz, que vem sendo, em todo o mundo, um serviço que, gradativamente, ele vem sendo não mais disponibilizado, seja porque ele vem substituído pelo telefone celular, seja porque ele tem substitutos de longa distância, o Skype, que hoje mesmo foi vendido por um grupo de investidores e não pertence mais a eBay. E, hoje, ninguém de longa distância usa telefone de longa distância.

Então, como já foi dito pelo presidente da Microsoft, nossos netos vão olhar para aquela coisa preta e vão falar: "Isso aqui era um telefone, avô? Para que você usava esse telefone?". Próximo.

Bem, por que é banda larga? Eu não preciso dizer mais por que é banda larga. A banda larga permite *download*, *upload*, as redes sociais. Nossos filhos, hoje... Eu não consigo entender o que nossos filhos fazem hoje, já tem outra linguagem "cq", "pq", tal. E existem redes sociais que já são imitadas pela televisão, ou seja, as televisões, de certa maneira, terminam, hoje, com uma espécie de vídeo cacetada, blog, vídeo blog, não tem jornalista que não tenha seu blog.

O que é esse blog? Significa que as redes de telecomunicações, hoje, elas tem conteúdo se o consumidor produz telecomunicações. Não sei como lá, em Alagoas, como já estão proliferando Twitter, blog...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se generalizando, dentro daquela camada.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Dentro daquela camada superior, os consumidores vivem valorizando, e aquilo é um valor muito grande. E, de certa maneira, as operadoras querem vender combo, ou seja, uma combinação de telefonia fixa, que, muitas vezes, vem de graça, a internet, banda larga, e a televisão, ou seja, cada vez mais, o conteúdo é o king, o conteúdo é o rei.

Então, as senhoras que ficam em casa, todo dia recebem telefonema: "Você não quer receber um

combo? É muito melhor, etc.". Porque a receita da telefonia fixa, cada vez mais, é menos usado. O telefone celular, é lógico, para os jovens, existe o telefone, vamos dizer, as pessoas até brincam, "pai de santo", ou seja, recebe mais, recebe mais o passe, mas você não consegue telefonar. Hoje, 80% dos telefones, mais ou menos, são telefone pré-pagos, mas dão uma base muito grande.

Então, por que banda larga? Seja OCDE, seja TIFF(F), eu não vou dizer por que é banda larga, banda larga viabiliza esse serviço, ela está em cima da infraestrutura. Vamos dizer, se a gente tivesse um sistema de camadas, são elementos que fornecedores, a CISCO, etc., fornecem para infraestrutura, depois tem a camada de telecomunicações e daí tem a camada de Hollywood, tem a camada que fornece serviços de telecomunicações, e, por último, tem o consumidor, que, hoje, já é um produtor de telecomunicações.

Então, tem uma dimensão econômica, tem uma dimensão social, que permite não só, vamos dizer, o que se chama de *downstring*, que são esses novos serviços, como *upstring*, ou seja, novas tecnologia, e o Brasil tem que participar de novas tecnologias, nós temos poucas tecnologias, mas temos algumas empresas que resistiram, então, nós temos 20 empresas. Não é nada, mas, para as novas tecnologias, um país como o Brasil, que não tem empresas de tecnologias, não sabe usar bem as empresas de tecnologia.

Uruguai, Costa Rica, Chile, países pequenos, é evidente que não têm escala para ter empresas de tecnologia. Agora, Coreia, grandes empresas, têm que ter empresas que desenvolvem, senão o conjunto de tecnologias, desenvolvem nichos de tecnologias.

Por exemplo, para fazer a televisão digital, o Japão prometeu que ia instalar uma fábrica de chips; que eu saiba, até hoje, não veio uma fábrica de chips. Agora, para comprar aviões de caça, o Ministério da Defesa vem negociando fortemente com os três fornecedores. E, que eu saiba, até hoje, nem a França, nem a Inglaterra, nem os suecos já fecharam o negócio que se chama *offset*, ou seja: "Compramos o foguete, mas vocês nos dão tecnologia".

Nós compramos um padrão digital europeu e brasileiro, mas, até agora, não veio a fábrica de semicondutores. Então, tem que ter para baixo, ou seja, tem que ter rede, mas tem que ser para cima, ou seja, nós temos que ter um pouco de tecnologia, tem que ter técnicos, senão, o uso de tecnologia é muito pouco. Próxima, por favor. Muito bem.

A densidade dos vários países, é lógico que os países, os 20 principais países, os países que têm renda mais alta, tem Suécia, um país baixo, vocês já sabem disso, e, lá embaixo, o coitadinho do Bra-

sil, proporcional à sua renda *per capita* e à educação, está 5,3. Próxima.

Aqui, o mercado instalado de banda larga. Vocês já viram o país, mais ou menos, já é o 10º do mundo, mais um pouco, o Brasil já tem uma capacidade instalada, um número absoluto de banda larga 10,1. Significa que mais empresas vêm aqui disputar o mercado de banda larga.

Anteontem, a Vivendi, uma empresa europeia, veio aqui e comprou a GVT. Por que a Vivendi veio aqui? Só para ter lucros? Não. Ela veio competir com a Telefônica, ela veio competir com a Oi Brasil Telecom. Então, significa que o potencial brasileiro, seja *downstring*, seja *upstring*, está interessado no mercado brasileiro.

O mercado brasileiro, logicamente, não é igual ao chinês, não é igual ao mercado hindu, mas é um mercado que está nos BRIC, ou seja, Brasil, Rússia, China e Índia, ou seja, o Brasil, hoje, vamos dizer, é a bola da vez, é como está na *Economist*, ou seja, é um foguete disparando. Próxima, por favor. Não, anterior. Anterior. Já foi falado. Muito bem.

A densidade dos países/ está lá o Brasil, cotadinho. Se a gente tomar em densidade, o Brasil, dentro dos 20 maiores países, ou seja, podemos dizer que esse é o G20. O Brasil tem poder político, dentro do G20, não é à toa que presidente, que eu não sei pronunciar o nome... O senhor sabe, senador, do Irã, que está aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mahmoud Ahmadinejad.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Como **SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Mahmoud Ahmadinejad.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud Ahmadinejad. Eu vou aprender [risos]. Se o moço que me trouxe aqui sabia...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mahmoud.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o primeiro nome.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Mahmoud Ahmadinejad. Ou seja, o Brasil é uma potência política, mas, se o Brasil, ele consegue ter um poder político, no qual ele consegue ter uma presença geopolítica, na qual os principais presidentes veem aqui, e o Brasil tem um poder geopolítico, é inconcebível que o Brasil, dentro do G20, tenha uma posição de banda larga ou de outras...

Os quatro do BRIC estão lá, estão por último, você vê que o México está aqui 7, a Rússia, a China

quase encostadinha, porque a China, ela tem uma população de 1,2 bilhão. A Índia, de 1 bilhão. Então, o denominador é muito grande, o denominador é grande. Se ainda tivesse superado o Brasil, eu me jogava ali, senador [risos]. Porque lá são 1,2 bilhão aí.

A Rússia, eu não lembro de cara a população, mas 600 milhões, e está na frente do Brasil. O México, aí já é uma vergonha, está na frente do Brasil, porque está próximo dos Estados Unidos, então, tem aquelas maquilas, ela já é um quintal bem cuidadinho dos Estados Unidos.

A Turquia já tem... A Polônia, mas a Polônia era um país bem desenvolvido da União Soviética. E daí, Itália para frente, já subindo. Formosa já é um país pequenininho, países baixos já são pequeninhos, mas, lá embaixo, está lá o Brasil, que poderia estar numa posição melhor, mas eu concordo com o senador de que está lá, pelo menos, ele não está embaixo da China, da Índia. Se o Brasil tivesse embaixo da Índia, que tem uma população equivalente a da China, aí a gente não tinha o que fazer.

Muito bem. Agora, vêm os exercícios. Próximo, por favor. Aqui está... Olha que estranho, nos Estados Unidos. Aqui, são várias tecnologias de banda larga. A tecnologia de ADSL, ou seja, a operação de cabos, ela vem desenvolvendo linearmente, e as empresas de operadoras de... as operadoras de telefonia, aqui, as operadoras de telefonia fixa, as operadoras de telefonia a cabo, nos Estados Unidos, principalmente nas grandes metrópoles, mas, no conjunto, elas já ganham, nos Estados Unidos, porque elas sempre foram muito fortes. E as companhia de terceira geração, os aparelhos pequeninos de terceira geração, seja a febre do iPhone, seja a febre dos outros, já conseguem estar muito acima, seja das operadoras de telecomunicações, seja aqui.

Mas a lógica é que existe um fenômeno de juventude, aqui, existe um fenômeno e, aqui, nós estamos começando a terceira geração. Então, a terceira geração, por sangue, que é *wireless*, já é um fenômeno nos Estados Unidos, que passou tudo isso daqui. E aqui nós temos alternativas de *wireless*, ou seja, sem fio, que são muito interessantes, mas o governo precisa dar incentivos para que aconteça algum fenômeno.

Geralmente, nós estamos atrasados uns 10, 15 anos dos Estados Unidos, tomara que a gente consiga atrasar menos que os Estados Unidos, que a gente esteja atrasado 10, esteja atrasado cinco, sei lá, que a gente está atrasado quatro, mas a média sempre cinco, 10, 20, 30. A primeira geladeira chegou quando, aqui no Brasil? Sei lá, 30 anos depois. Televisão demorou quanto para chegar aqui no Brasil? Jogo do Brasil eu

assisti na rua, em 58. O radinho *speaker*, que era meio vagabundo, eu assisti na rua. Já tinha rádio aí.

Próxima, por favor. Muito bem. Programa banda larga na escola, para terminar aquilo lá. As operadoras fizeram uma troca inteligente, aqui, e resolveram o problema da banda larga nas escolas, seja a Brasil Telecom, a CTBC, coordenadas pela Casa Civil, elas têm 16 meses para botar banda larga nas escolas. Vai dar 24.000 escolas conectadas, na primeira rodada; atingem 2.000 municípios, ou seja, 24.000 alunos, que eu saiba, ainda no Governo Lula. Ou seja, com isso, eu acho que é um PAC nas escolas, com efeito multiplicador, desde que nossas professoras estão aqui, desde que não sejam três anos atrás, que são muitas professoras: "Não, não, no meu computador ninguém entra". Porque elas botavam computador num escritório sem sala, então, realmente ninguém roubava o computador, mas também não usava.

Então, foi feito, coordenado pela Casa Civil, pelo César Álvares, então, o problema de banda larga, que eles trocaram por telefone público, está resolvido. Próximo, por favor.

Bem, a análise da demanda, nós fizemos alguns cenários e, agora, estamos falando do setor privado, com as políticas públicas. Próximo, por favor. Muito bem.

Através de um acordo que o IPEA fez com o NIC.br, o NIC.br, que é o comitê gestor, esse é o braço, vamos dizer, operativo do comitê gestor de informática do Brasil, ou seja, que toma conta dos nossos domínios, que toma conta aqui. Nós teríamos, aqui, dentro desses 57, ou seja, domínios, nós temos 18 domicílios sem computador, 25 domicílios sem telefones. Então, se a gente juntar e colocar, e temos, aqui, domicílios com banda larga, se a gente colocar, principalmente no potencial de crescimento mais alto, se, nesses domicílios, a gente conseguir não só as Casas Bahia, mas se a gente conseguir, com o programa de redução, que é chamada lei do bem, se a gente conseguir colocar computador. Se esses domicílios que já têm telefone, também a gente...

Aliás, aqui, ela já tem computador, e as telefônicas conseguem chegar lá, e não estão muito afastadas, porque elas não estão em área rural, e os domicílios com telefone, com auxílio das Casas Bahia e com o programa de auxílio, o programa de lei do bem, o que a gente vai ter aqui, além do custo elevado?

Então, dá um cliquezinho aqui, e rapidinho a gente vai indo. O que significa aqui? Motivos para a falta de acesso à internet do domicílio. Como foi falado aqui, pelo meu colega Nelson Simões, o que é o principal? Por que as pessoas não têm computador na sua casa? Custo elevado, depois, não têm acesso, elas não têm

acesso nem em outro lugar, no acesso. Têm acesso em outro lugar, seja na escola, seja no trabalho, seja em *lan house* – desculpe, aqui –, seja na escola.

Depois, 18% não têm interesse no computador; 17%, falta de disponibilidade; e 17%, custo-benefício não vale a pena. E tem gente que não tem habilidade, não tem a cultura de acumulação(F).

Então, vamos dar um clique aqui de volta. Muito bem, então, o custo elevado, seja da banda larga, seja do computador. Dá um clique aqui embaixo, por favor. O que é que acontece? Aqui que eu queria falar. Percentual dos domicílios que não têm acesso a computador. Aqui, sim, 75% dos domicílios que não têm acesso a computador, na pesquisa do NIC.br, ou seja, do núcleo que toma conta, na pesquisa feita recentemente, em 2008, dizem [soa a campainha] que computador é muito elevado... É a minha? [risos]

Que o custo é muito elevado, 34 [ininteligível] e o custo-benefício não vale a pena. Aqui, por favor. Está bom. Eu termino em cinco minutos.

Então, nós fizemos um cenário, se a gente adicionar computador, adicionar, na linha direta, computador, nós temos um potencial de banda larga de 43 milhões, com modificações não muito grandes.

A próxima, por favor. Então, o que é que acontece? Nós estaríamos em terceiro lugar, com medidas elementares, ou seja, os Estados Unidos teriam uma massa de 83 milhões; nós teríamos uma massa de 73 milhões; e o Brasil teria uma massa de 43 milhões, ou seja, nós chegaríamos, com o setor privado, com uma densidade média da OCDE, ou seja, 43 milhões, teríamos 42 milhões de novos acessos, e isso daria escala para uma política industrial de fomento à cadeia de 3 milhões. Próximo, por favor.

E, agora, nós teríamos o quê? As barreiras à inclusão digital, nós teríamos disponibilidade de acessos, habilidades, [ininteligível]. Vamos ver que usar computador não só para usos banais, nós temos várias o quê? Próximo, por favor.

Essa figura é muito interessante, eu não vou explorar aqui. A camada de fora é a camada de infraestrutura, ou seja, aqui, a inexistência de satélite, a inexistência de computador, a inexistência de satélite, e, aqui, a parte de barreira econômica, etc., etc. A do meio são as camadas de limitações motoras. Aqui, é a palavra dos deficientes, os deficientes também precisam de reconhecimento de fala, que nós já temos, desenvolvido pelo [ininteligível] a de fala para conhecedor. Aqui são aqui.

Depois, aqui dentro, na terceira camada, a gente precisa ter educação, a gente precisa ter conteúdo apropriado, a gente precisa ter linguagem, acesso, precisa ter cultura, precisa ter no trabalho, aqui, precisa

ter governo eletrônico, ou seja, aqui, a gente precisa ter alfabetização bastante aqui, mais de 50%, a alfabetização é limitada, as pessoas sabem ler apenas o quê? Sabem ler para onde vai o ônibus, sabem ler alguma coisa, sabem ler seu nome para dar no banco, mas é uma alfabetização que o IBGE não pega; dizem que ela é alfabetizada, mas é uma alfabetizada semifuncional.

Então, tem um conteúdo agregado, então, indo no sentido anti-horário, é um círculo vicioso, indo aqui, é um círculo virtuoso, essa daqui. Se a gente chegar aqui no meio, é a sociedade da informação. Nós queremos chegar aqui. Para que a gente quer chegar na sociedade da informação? Para as pessoas arrumarem novos negócios, para as pessoas participarem da circulação de ideias, para elas participarem na social.

Portanto, a banda larga é para as pessoas terem participação social, não é para gente ficar apenas discutindo coisas ridículas na internet, é para a gente interagir, é para a gente interagir com o Senado, é para gente interagir com os órgãos públicos, é para gente interagir com nossos pares; se a pessoa é matemático, interagir com matemáticos; se a pessoa é educadora, é para participar com educadora. Próximo, por favor.

Análise de oferta, são cenários possíveis, o preço nós já falamos. A qualidade aí é um problema. A velocidade é um problema. Clica aqui, por favor. O que é que acontece? Geralmente, a gente contata 44 de uma operadora, mas ela oferece 64. Então, a gente pensa que vai dar um *download* de madrugada, mas, se a gente ler aquelas letrinhas pequenas que estão no contrato, lá naquelas letrinhas pequenas no contrato, ela diz lá: “Olha, você está fazendo um contrato de 44 kb/s, mas nós vamos oferecer, nós garantimos 44. Olha, aqui nós vamos oferecer 22 Mb/s, mas, na realidade, nós vamos oferecer até 1 Mb. Se der, se não tiver congestionamento, nós chegamos a 1 bit. Olha, aqui nós vamos oferecer 8 para vocês, mas em condições ideais, se tiver congestionamento, se você ligar sete, oito da noite, porque internet tem congestionamento, que nem ônibus, que nem trem da Central do Brasil, etc., etc.”.

Voltando aqui. Então, a qualidade, a cobertura, em sete estados. Voltando, para a gente terminar. Não, próxima, por favor. Então, a infraestrutura existente, nós temos a rede metálica, nós temos o *back hall*, que é um concentrador que vai chegar, em 2010(F), em todos os municípios brasileiros, nós temos um *backbone* de fibra ótica instalado em todo o país, que as operadoras têm aqui. Próximo, por favor.

Nós temos um preço *versus* carga tributária que é um absurdo, mas isso é coisa dos estados, os estados adoram tributar. O governador de São Paulo resolveu,

agora, fazer uma internet por 29 reais e diminuir, mas, se a gente olhar a tributação estadual, vai dar esse número aqui em cima, até 53. Olha, Roraima, [ininteligível], Pernambuco, etc.

Desculpe, senador, em Alagoas, o seu era o menor de todos, mas dá 44%, sabe por quê? Porque, aqui, não dá para sonegar. Então, não dá para sonegar, isso aqui paga força pública, isso daqui paga todas as escolas, isso daqui paga uma série de serviços públicos, então, é um problema difícil isso daí. Se tirar o ICMS dos serviços públicos, da água, o senhor sabe melhor do que eu, se tirar os serviços públicos, como é que vai pagar os professores? Então, é um equacionamento difícil.

Indo para o final, então. Se a gente olhar, aqui, esse eixo aqui é um eixo relativo entre o preço relativo e a proporção da renda do país. Você vê que a Rússia, por exemplo, ela está aqui embaixo, ela tem um preço relativo e uma densidade pequena. O Brasil tem um preço alto e uma proporção de PIB muito pequena, também.

Aqui, são as economias avançadas. A Suécia tem uma alta relativa e também tem o quê? Ela tem um preço de banda larga, mas as pessoas pagam do PIB dela muito pouco sobre essa banda larga. Então, sobra para ela fazer muitas outras coisas, ou seja, o que sobra de renda para ela gastar em outras coisas, muita coisa. Próximo, para terminar.

As operadoras, em um mercado, fazendo cenários aqui, a gente pode fazer um cenário de 80, 40 e 20. Se a gente fizer um cenário, por exemplo, de 11,5, as operadoras não vão ter receita. Se a gente fizer um cenário, por exemplo, aqui, de preço de 40, um pouco, elas vão ter um cenário de 20. Hoje, elas ganham com a banda larga 19. Aqui, de 20 elas empatam.

Se a gente fizer um cenário de faturamento atual, aqui, com o preço de 80 reais, que eu acho muito caro, hoje, elas ganham, com a banda larga, 161,9, e daí elas têm 169. Se a gente fizer um preço de 80, dá uma densidade de 60, eleva para 31, domicílios aumentados de 55, população 19, olha que elas ganham muito! Elas vão precisar só de alguns incentivos.

Mostra os incentivos, que é o próximo aí. Incentivos, próximo slide. Próximo slide. Aí nós vamos ter que ter políticas diferenciadas. Próximo slide. Se a gente mostrar a área B, área urbana com duas prestadoras, área B, área urbana com uma prestadora, área C, área rural, onde a gente está com problema. Próximo, por favor, próximo, por favor. Nós vamos ter que usar políticas tecnológicas, aqui tem as várias políticas tecnológicas, que eu vou abrir depois. Próximo, por favor. Aqui, estão aquelas áreas, área com duas prestadoras ou mais, Avenida Paulista, Avenida

Rio Branco, aqui é o melhor dos mundos, operadores adoram vir aqui, elas adoram estar aqui, mas a gente tem que fomentar novas tecnologias para baixar o preço, ainda, aqui. E tem que aumentar os pequenos provedores, aqui e tal.

Nas áreas A e B, a gente tem que ter a desagregação de rede, obrigar elas a alugar redes para outros provedores, com o mesmo preço que ela aluga um para eles, temos que ter novas radiofrequências e condição de TV. Nós temos que ter investimento público, para ter desoneração fiscal na área B. Na área C, só com o FUST, enquanto o FUST ficar fazendo caixa para o Ministério da Fazenda, nada feito [soa a campainha], e a capacitação, utilização.

Para o penúltimo slide. Eu já recebi duas coisas. O debate que saiu ontem na *Folha de S. Paulo*. Aqui, mais um e termino. Existem propostas, o senhor já sabe, a Casa Civil defende uma proposta; o planejamento defende outra proposta; e o Ministério das Telecomunicações defende outra proposta.

Até amanhã, eles têm que se compor. Até ontem, a *Folha de S. Paulo* apresentou essas três propostas. Eles têm diferentes visões de infraestrutura; uma tem que ser pública; outra tem que ser pública; ao Ministério de Comunicações.

A Operações diz que tem consórcio público-privado; o planejamento quer reviver a Telebrás. Espero que ninguém compre ação da Telebrás, porque, senão, não fica bom. Eu não comprei ação da Telebrás, espero que ninguém de vocês daqui comprem ações da Telebrás, senão, vai ficar um situação ruim para todos vocês que vieram aqui e compraram ações da Telebrás, e o Ministério de Comunicação quer só a tele privadas.

Modelo de negócio vai ser aqui, e a última milha tem que ser pequenos provedores de internet pela Casa Civil, pequenos provedores de internet para aqui, e o Ministério de Comunicações dizem que as teles levam redes a todos os municípios.

O último, mesmo, de verdade, é que a banda larga, segundo o Ministério de Planejamento, o mercado diz que tem alta barreira de mercado, quando a gente olha só para o mercado, e, portanto, tem que ter regulação para baixar as barreiras regulatórias. Próximo.

E eu digo adeus. E as conclusões: o tamanho do mercado permite a implantação e desenvolvimento [ininteligível], temos que ter educação digital, existem infraestruturas subaproveitadas; a universalização de banda larga reduz a rentabilidade; os impostos, por si só, não explicam o alto preço de serviço; o Estado promover a banda larga, usando vários instrumentos de política pública.

Muito obrigado, senador, desculpe. E eu agradeço sua gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Márcio Wohlers de Almeida pela sua explanação.

E passamos, em seguida, a ouvir a Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, para fazer sua explanação. V. Sa. dispõe de 20 minutos.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Boa-noite a todos. Presidente Fernando Collor, obrigada pelo convite na Comissão. Senador Flexa Ribeiro, obrigada pela presença aqui na Comissão. Dr. Nelson Simões, da RNP, companheiro aí do mesmo tema; e Dr. Márcio Wohlers, senhores e senhoras aqui presentes.

Bom, esse é um tema um pouco árido, todos os dados e todas as informações aqui apresentadas são muito importantes, mas, de fato, todos batem na ANATEL, que é o órgão regulador e tem a obrigação de infraestrutura. Terminam na ANATEL, então, bater já é um pingue-pongue, que já estou acostumada.

Mas, olha, primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, de poder discutir tema tão relevante à população e ao desenvolvimento do país e de minha especial predileção.

Presidente Collor, o senhor no estava aqui, na época, mas, quando eu fui sabatinada pela Comissão de Infraestrutura, na minha ida para a ANATEL, alguns jornalistas aqui presentes lembram bem das minhas exposições, minha bandeira sempre foi banda larga, eu comecei com banda larga, na minha apresentação e na sabatina, e reforço ela aqui, na minha apresentação, na necessidade do país de fomentar.

Fiz várias exposições pregando a banda larga para o serviço público, questões essas que estão em discussão no Palácio do Planalto, conforme o Dr. Márcio e o Dr. Nelson Simões já colocaram. O Dr. Nelson Simões, inclusive, faz parte da comissão que está discutindo o assunto no Palácio, ela ainda não se concluiu. Acredito que amanhã será uma apresentação para o Presidente Lula, e não ainda para a sociedade. Ela está ainda em âmbito de discussão interna, no Poder Executivo. Mas, em breve, assim que presidente achar conveniente, acredito que ele deva colocar para a sociedade.

Nesse sentido, minha proposta, essa noite, será a de trazer a V. Exa. e a todos que nos assistem um comparativo entre experiências internacionais de reconhecido êxito na disseminação da banda larga e o atual estágio das políticas públicas de telecomunicações adotadas no Brasil, quanto a essa questão.

De forma preliminar, todavia, creio ser pertinente lembrar a importância do tema ora tratado, por meio da reprodução de alguns dados acerca do impacto da

expansão da banda larga sobre o desenvolvimento econômico. Portanto, minha apresentação será dívida em três questões básicas, a primeira: por que massificar o acesso à banda larga?

A própria realização desse debate é, por si só, reveladora do consenso que hoje se tem sobre a importância de levar o acesso à banda larga a toda a sociedade. Com efeito, não seria despropositado afirmar que essa é uma decisão já tomada, e o consequente desafio já foi assumido pelos órgãos públicos competentes, como já falamos aqui. No entanto, creio ser importante relembrar os impactos econômicos da disseminação da banda larga, como forma de ressaltar a responsabilidade que temos como reguladores, formuladores de políticas públicas e legisladores e também para reforçar a urgência das decisões a serem tomadas. Mais do que urgentes, elas já vêm passando, nós ficamos no debate, insistimos, temos várias sugestões, mas continuamos no debate. Então, acredito que, agora, estamos caminhando para uma política mais assertiva e positiva.

Com esse propósito, acima de tudo e do estudo publicado pelo Banco Mundial e que se encontra em uma revisão de literatura pertinente, além de projeções a respeito do impacto da banda larga sobre o crescimento econômico.

No documento, aponta-se que, para os individuais, os principais benefícios relacionados com acesso à internet em alta velocidade são: a maior facilidade e disponibilidade de obtenção de informações relevantes e o incremento das possibilidades de interação social.

Como resultado, obtém-se o desenvolvimento do chamado capital humano, com a consequente melhoria das condições de inserção no mercado de trabalho, para os indivíduos beneficiados. Para as empresas, parece haver ampla evidência que aponta para a redução de custo e aumento da produtividade, como resultado direto da incorporação da banda larga aos processos organizacionais e produtivos.

Ganhos especialmente relevantes são observados nas empresas voltadas para o mercado externo, em que o acesso de qualidade à internet permite reduzir as despesas de telecomunicações, além de facilitar a obtenção de informações acerca de mercados relevantes.

Com efeito, estudo realizado em 27 países desenvolvidos e 66 países em desenvolvimento revelou que o aumento de um ponto percentual na quantidade de usuários está relacionado a um aumento de até 4,3 pontos percentuais nas exportações, sendo 3,8 pontos percentuais nas exportações de países de baixa renda para os de alta renda.

Outro setor particularmente beneficiado é o de serviços financeiros, que tem feito uso cada vez mais intenso na internet no relacionamento com seus clientes e prestadores de serviço. Já nas comunidades que investiram na oferta de banda larga a seus cidadãos e empresas, foram observados diversos efeitos positivos sobre a economia local, como ganho de competitividade das empresas ali estabelecidas; aumento da criação de emprego, das vendas no varejo e da arrecadação.

Nas comunidades rurais, identificou-se, especialmente, a diminuição das assimetrias de informações relacionadas ao comportamento dos mercados de produtos agrícolas, com consequentes ganhos para os produtores locais. Além desses resultados, também é possível associar maior disponibilidade de acesso em banda larga à reformulação de processos de pesquisa e desenvolvimento, que podem ser baseados em esforços colaborativos de diversas unidades de pesquisa em tempo real.

Existem também evidências de ganho de eficiência na organização e implementação de políticas públicas e na prestação de serviços públicos, como aplicações em telemedicina e educação; na prevenção e combate de criminalidade; na ampliação de infraestrutura e espaços urbanos de convivência, entre outros. Experiência aqui já relatada pelo Dr. Nelson Simões, pela Rede Nacional de Pesquisa com telemedicina e com outros serviços que já estão sendo implantados.

Em que peso o conjunto de tais evidências, não havia ainda um estudo econômico formal a respeito dos impactos econômicos da banda larga, objetivo a que se dedicou o documento aqui mencionado. Nesse sentido, a partir de um modelo econométrico previamente definido, estimou-se que um incremento de 10 pontos percentuais na penetração do acesso à banda larga, em países em desenvolvimento, pode resultar em um aumento de 1,38 percentual no crescimento da renda *per capita*.

De especial relevo no citado estudo é a constatação de que o impacto da banda larga é significativamente maior do que o de outros serviços de telecomunicações, como internet discada, telefonia móvel ou telefonia fixa, cuja contribuição para o crescimento *per capita*, em condições equivalentes, é de, respectivamente, 1,12, 0,81 e 0,73 ponto percentual.

Creio que a leitura desses dados serve não somente para reforçar nossa convicção quanto à importância da disseminação da banda larga, sua importância também reside em apontar qual deve ser a prioridade, quando se pensa em universalização de serviços de telecomunicações. Além disso, também nos dá o senso da urgência que devesse ter, ao tratar do tema, pois nos releva (sic) o quanto deixamos de crescer a cada

ano, em que adotamos a adoção de um modelo de expansão de acesso à internet em alta velocidade, o que nos leva à segunda questão, que pretendo adotar.

O que devemos fazer? Para abordar o que entendemos ser a questão mais difícil, faço novamente o uso de estudo acadêmico sobre o tema, contido em relatório de Berlman Center, da Universidade de Harvard, relativo às experiências internacionais de êxito na expansão do acesso em banda larga à internet.

As conclusões mais relevantes dizem respeito às políticas voltadas para a promoção da competição e do investimento público em infraestrutura de redes. Na primeira vertente, segundo o estudo, observou-se que, ao contrário do que sustentado por teses influentes, a competição entre plataformas de redes distintas não é suficiente para criar um mercado eficiente e verdadeiramente concorrencial de oferta de acesso em banda larga. As experiências de sucesso demonstraram a necessidade de implementar políticas que reduzam as barreiras à entrada de novos competidores, por meio do compartilhamento de redes já existentes.

Mecanismo dessa natureza permite o surgimento de novos competidores na oferta de acesso aos usuários finais, tendo como suporte as redes instaladas pelos operadores de maior porte.

Outra alternativa apontada pelo estudo, no mesmo sentido, é a implementação de um modelo de separação estrutural, em que a propriedade das redes é desmembrada da prestação de serviços aos usuários finais. Neste modelo, uma empresa seria responsável unicamente pelo fornecimento dos elementos de redes, que seriam ofertados em condições isonômicas e não discriminatórias. Há outras empresas dedicadas à comercialização do acesso aos usuários.

Essa solução foi adotada no Reino Unido e, mais recentemente, na Nova Zelândia, país que, até então, notabilizava-se pela ausência de uma regulação específica para o setor de telecomunicações.

Segundo os autores, as evidências estatísticas coletadas são significativamente robustas para sustentar a importância de políticas de abertura de redes para a promoção de um mercado efetivamente competitivo, para os usuários finais, e, consequentemente, para a obtenção de índices elevados de penetração de qualidade de serviço. Para tanto, ressaltam: é necessário não somente que a materializa esteja regulamentada, mas também que as regras estabelecidas sejam firmemente aplicadas pelo regulador, tendo em vista a natural resistência dos operadores com maior poder de mercado à abertura de suas redes aos concorrentes. Em países em que houve excitação na implementação dessas políticas, os resultados alcançados ficaram abaixo do esperado.

Um segundo ponto relevante para desencadear a expansão da banda larga é a existência de políticas consistentes e de longo prazo para a promoção de investimentos públicos ou privados, em redes de telecomunicações. Foi observado que os países com melhor desempenho, em termos de penetração de serviço, são aqueles que há mais tempo contam com políticas que garantam fluxos significativos de versões nesse segmento.

Nesse sentido, observa-se tanto a realização de investimentos públicos diretos como a concessão de benefícios para a promoção de investimentos privados, a exemplo de empréstimos subsidiados, desonerações tributárias, entre outros.

Um dos exemplos de sucesso observados é a iniciativa denominada CITYNET, adotada na cidade de Amsterdam. Naquela localidade, o governo contratou, em regime de parceria público-privada, a construção de uma rede de fibra ótica voltada, inicialmente, para o atendimento de 37 mil domicílios. A entidade responsável por sua implementação, por sua vez, licenciou a operação no atacado para um investidor privado, cuja função é prover a infraestrutura necessária para os fornecedores que atuam na camada do acesso ao usuário final. Paralelamente, contudo, é também necessário, nos casos em se impõe investimento público direto, preservar a existência de um mercado competitivo para a oferta de acesso aos usuários. Nesse sentido, a partir da experiência de Amsterdam, a comunidade europeia estabeleceu, em 30 de setembro de 2009, uma política para investimentos estatais em projetos de banda larga.

De acordo com as orientações aprovadas, as redes financiadas com recursos públicos devem ser neutras e abertas, de forma a permitir sua utilização por todos os prestadores interessados, com o objetivo de permitir a criação de um mercado efetivamente competitivo, capaz de levar serviços de qualidade a preços justos e razoáveis aos consumidores.

Em outra vertente, observou-se também a importância de programas voltados ao lado da demanda. Nesse esforço, entre as iniciativas estudadas, encontram-se políticas relativas à construção de centros de acesso coletivo à internet; a venda subsidiada de computadores a famílias de baixa renda; a instalação de computadores em escolas; a integração de conhecimento de informática e de tecnologia da informação nos currículos escolares; entre outros.

Tais programas evidenciam que a disponibilidade de acesso pode ser suficiente, por si só, para promover a ampla utilização das potencialidades da banda larga. Esse breve levantamento de experiências internacionais, por sua vez, remete à nossa realidade, no que

se mostra especialmente pertinente indagar: estamos no caminho certo?

Nesse momento, importa abordar as medidas que já foram tomadas e aquelas que se encontram em fase de discussão, voltadas à ampla disseminação da banda larga. De forma preliminar, contudo, conforme ressaltai no início da minha fala, observo que esse objetivo foi assumido pelos principais agentes públicos envolvidos, o que é evidenciado pela própria realização desse evento.

No que compete à ANATEL, o desafio foi expressamente assumido no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações do Brasil, abreviando, PGR, aprovado pela Resolução nº. 516, de 30 de outubro de 2008, documento em que a massificação do acesso à banda larga aparece como primeiro objetivo da atualização da regulamentação.

Quanto aos caminhos que devem ser adotados para atingir esse objetivo, o tratamento do tema no PGR também se encontra em sintonia com as diretrizes anteriormente expostas. Nesse sentido, releva ressaltar que a primeiro propósito estratégico da atualização da regulamentação ali mencionada é justamente massificar a banda larga por meio do estímulo ao surgimento de vários prestadores de acesso e do estímulo do uso de infraestrutura existente.

Essa disposição também se articula com outros, previstos no mesmo documento, em que se encontram os deveres de estabelecer o modelo de competição, com condições favoráveis ao uso das redes compartilhadas e multiplicidade no acesso, e o de estimular a ocupação das redes e a comunicação inter-redes.

Esses objetivos encontram-se plenamente incorporados nas ações do curto prazo, denominados no PGR, de que destaco também os seguintes: elaboração do plano geral de metas de competição – a ANATEL está em estudo do PGNC, acredito que até o final do ano teremos uma consulta interna na agência e, no início do ano, já estaremos com ela em discussão no conselho diretor, para ir à consulta pública –; disponibilização de radiofrequência para a massificação do acesso em banda larga – nós temos o3G, a banda H, 450 MHz para a área rural, entre outros que estão em discussão dentro da agência, que também acredito que, no primeiro trimestre do ano de 2010, já vai estar disponível à população –; regulamentação dos serviços para ampliação da oferta e da competição; regulamentação da desagregação de elementos de rede de telecomunicações – o famoso *unbundling*, e esse com mais dificuldade, todos que são do setor sabem das dificuldades de prover o *unbundling* entre as empresas, e é meio... De fato, a ANATEL vai ter

que utilizar do fórceps(F) da agência reguladora, para que isso socorra.

Nós tentamos... No PGR, quando foi elaborado, nós discutimos muito o PGO, e esses três temas que estão aqui, como o elemento de desagregação, a desagregação total e a compartilhada, são temas que foram amplamente discutidos na audiência pública do PGO e ficou para ser discutido no PGR. Agora, em curto prazo, nós já estamos na época, também acredito que, no primeiro semestre do ano que vem, esse é um tema árduo para a agência, mas ele vai acontecer.

Implementação otimizada do modelo de custos, incluindo acesso em banda larga e a realização de estudos sobre os impactos de solução de separação funcional, separação empresarial e separação estrutural; outro tema também complexo, que não vai deixar de acontecer.

Quer dizer, se nós não pegarmos de frente esses seis itens, muito dificilmente teremos o acesso à banda larga no nosso país, da forma que nós estamos colocando. Também nas ações de médio prazo, contempla-se a adequação das obrigações para os serviços de telecomunicações, no sentido de possibilitar a oferta de planos específicos de banda larga, inclusive para a população de baixa renda, e a revisão do modelo de remuneração de redes, com o objetivo de estimular a competição e os investimentos na expansão e modernização das redes e ampliar o tráfego inter-redes.

Além dessas ações, o PGR ainda determina que sejam incorporados à pauta de discussões da ANATEL a revisão dos contratos de concessão, que já foi consultada pública, já está indo ao conselho diretor, que é da regulamentação da telefonia fixa, e também do PGMU, que é o Plano Geral de Metas para a Universalização, também já teve consulta pública, já vai estar novamente em discussão final no conselho diretor, no sentido de fixar novas metas para ampliação das redes do STFC, de suporte à banda.

A oferta da faixa de 3,5 para prestadores de pequeno, médio e grande porte, com diferentes compromissos de abrangência, como eu já falei, e a destinação de faixas de radiofrequência para possibilitar a oferta de banda larga por meio dos mais diversos serviços, também como já falei.

Paralelamente, cumpre mencionar iniciativas recentes da ANATEL, como a regulamentação do acesso à banda larga por meio de rede de energia elétrica. Não posso deixar de falar. Tive a oportunidade de ser relatora desse regulamento. Tive um encontro com a ANATEL e, recentemente, participei de vários eventos de Smart Grid, em que reforça a necessidade da expansão da banda larga por esse setor e a ansiedade deles de participarem e a oferta.

A elaboração desse novo relacionamento, também que está em estudo na ANATEL e terminou hoje a consulta interna, que é a utilização que nós estamos fazendo do serviço de comunicação multimídia e autorização do serviço de comunicação multimídia, nós temos que fomentar o crescimento de provedores de internet no nosso país, e esse fomento [soa a campanha] visa à competição.

Só mais um pouquinho, obrigada. Não só eles são os que vão prover o serviço na ponta, no país, não dá para esquecê-los. Em outra vertente, ao analisarmos as políticas públicas de promoção do investimento em infraestrutura para banda larga, observamos que passos importantes já foram dados, assim, merece especial referência a política de universalização das redes do STFC, de suporte à banda larga como mencionado tanto pelo Nelson Simões como pelo Dr. Márcio Wohlers, o *back hall*, que busca levar redes próprias para o tráfego em altas velocidades, para todos os municípios brasileiros, que vai estar concluído em 2010.

Paralelamente, sabemos que o Poder Executivo encontra-se em vias de divulgar, como já falei também no início, o Plano Nacional de Banda Larga, que certamente conterà medidas para alavancar o investimento nessa área.

Outra medida importante que me cabe mencionar foi tomada nesta Casa, de autoria do Senado Federal, que trata do Projeto de Lei nº. 103, que está na Câmara, que cria novos mecanismos para utilização do recurso do FUST, permitindo sua aplicação em projetos de banda larga.

Quer dizer, o Poder Legislativo também vem participando progressivamente e ativamente nesta mesma preocupação, que é a expansão da banda larga.

Não obstante esses avanços, é preciso reconhecer, em consonância com as experiências internacionais de sucesso, a necessidade de programas que incentivem a expansão da banda larga pelo lado da demanda, assim, deve-se enfrentar o desafio da popularização de microcomputadores e, da mesma forma, da disseminação do conhecimento básico e indispensável para que os cidadãos possam desfrutar de todas as potencialidades da internet em alta velocidade.

Experiências bem-sucedidas, em nível local, devem ser adequadamente divulgadas, a fim de que os gestores públicos possam ter acesso a um amplo cardápio de soluções. De especial relevo, a meu ver, são as políticas para o uso da banda larga nas escolas, pois não basta levar a rede até esses estabelecimentos, é preciso também pensar em como incorporar esses recursos nos currículos, na capacitação dos professores e alunos e nas dinâmicas sociais das famílias e dos ambientes onde as escolas estão inseridas, porque a

infraestrutura lá, sem saber utilizar, de fato, fica muito difícil a gente conseguir alcançar nosso objetivo.

Diante do relato que ora apresento, não posso deixar de ter uma visão otimista acerca do futuro da banda larga em nosso país, creio que as ações planejadas pela ANATEL, aliadas às políticas públicas de investimento em infraestrutura de redes de telecomunicações, ao trabalho dos ministérios das Comunicações, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Casa Civil, enfim, uma ação articulada de todo o governo, a projeção constante do PGR, de 170 milhões de acesso à banda larga, em 2018, estou certa que será alcançada.

Meu otimismo, todavia, não deve servir para minimizar os desafios que temos pela frente. Não basta estarmos no caminho correto, é necessário percorrê-lo até o fim, para que alcancemos os objetivos que almejamos.

De fato, a ansiedade para que a banda larga chegue, de ponta a ponta, no país nosso, com a extensão territorial, que é o grande desafio, embora nós temos aí a frequência, o satélite, o cabo, DSL, nós temos uma extensão territorial considerável, com diversidades econômicas e situações também territoriais diversas.

A ansiedade de se ter a banda larga na sociedade, de qualidade, que hoje a grande preocupação é a qualidade, também, não é só colocar o acesso, é ter um controle da qualidade do acesso, às vezes, nos leva a correr mais do que poderíamos ou que nós estamos indo mais devagar do que deveríamos, o que não é a realidade. Estamos tentando alcançar, a passos largos, esse objetivo e tenho certeza de que nós vamos alcançá-lo o mais rápido possível. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, pela sua explanação, ela que é representante da ANATEL nesta nossa Audiência Pública.

Na lista de inscritos, para fazer perguntas aos nossos palestrantes, está o Dr. Igor Vilas Boas. V. Sa. tem três minutos para formular seu questionamento.

SR. IGOR VILAS BOAS: Obrigado, senador, presidente da Comissão, pela oportunidade de fazer questionamentos aos nossos convidados.

Gostaria de formular questões diferentes para todos vocês. Em relação aos números apresentados, o Dr. Nelson Simões deu exemplos de como o RNP tem conseguido ampliar sua presença no país. A questão seria: qual é a participação da RNP na formulação, nesse debate e formulação do Plano Nacional de Banda Larga, se há um envolvimento concreto da equipe da RNP junto ao planejamento, à Casa Civil, ao Ministério

de Comunicações e à ANATEL para auxiliar na formulação da melhor modelagem para isso?

Dra. Emília, eu gostaria de... Aqui se falou bastante em preço, preço, realmente, tem sido um limitante, mas há outro aspecto muito importante, na oferta de serviços de telecomunicações, que é a qualidade para o consumidor. A senhora comentou, agora há pouco, sobre a preocupação da ANATEL de ampliar o número de empresas ofertantes do serviço de acesso à internet, dentro da autorização do ECM, que é a licença típica para isso: o que a ANATEL tem feito em relação à gestão da qualidade da oferta do serviço?

Dr. Márcio Wohlers, gostaria que senhor comentasse, se possível, parece que vocês formularam alguns cenários de demanda e, como foi uma apresentação de números bem extensa e relativamente rápida, qual é a conclusão essencial em relação à necessidade? Quer dizer, há espaço para queda de preços de banda larga, de forma que a receita total das operadoras, considerando a propensão a pagar, considerando os preços aí da pesquisa do NIC.br... [soa a campainha] Qual é o espaço de redução de preços previsto pelo IPEA, no sentido de aumentar a penetração, sem perda de receita, por parte das operadoras como um todo? Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Igor. Com a palavra, o Dr. Nelson Simões.

SR. NELSON SIMÕES: A RNP tem trabalhado até antes mesmo da formação desse grupo, na discussão desse tema, porque, basicamente, criar uma infraestrutura com a forte interiorização que a gente precisa hoje, para atender 600 instituições no Brasil, requer políticas públicas eficazes, não só para disseminação da banda larga, como também para capacitação de recursos humanos, para pesquisa em desenvolvimento.

Eu sei que você tem acompanhado isso também. Então, boa parte do percurso da RNP nessa discussão, já desde 2003, está sendo utilizada agora, para nós criamos um modelo que seja importante, que nos permita avançar rápido. Há muitas dificuldades nesse caminho. E que principalmente integre todos os nossos recursos públicos e privados, todas as nossas competências, nas várias instituições, para de fato ter um plano que consiga favorecer a inclusão de mais pessoas num prazo, da forma como o presidente tem demandado, com vistas a metas de inclusão, não só no curto prazo, no próximo ano, no médio prazo, 2012, mas também até 2014.

E esse é um esforço que só começa, quer dizer, vai ter que se desdobrar em várias outras políticas e

manter toda uma discussão contínua com os órgãos, todos os envolvidos nessa tarefa.

Então, a colaboração é estreita e tem sido, da nossa parte, muito frutífera. A gente tem encontrado saídas e soluções para modelos novos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Emília, por favor.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sua pergunta é muito pertinente e muito importante. De fato, a questão da qualidade, na ação dos serviços sem qualidade, fica muito difícil.

O serviço de comunicação multimídia, quando ele foi implantado, quando a ANATEL fez o relacionamento para a autorização desse serviço, na época, nós pensávamos em telefonia fixa, e não serviço de comunicação multimídia como hoje está. Então, é necessária a atualização do regulamento e é necessário, também, em paralelo, um regulamento de qualidade do serviço.

Nós não temos o regulamento de qualidade do serviço de comunicação multimídia para banda larga, fato esse que está demandando da agência um trabalho enorme. Semana que vem, também um regulamento de qualidade do serviço está subindo ao conselho diretor, ele vai entrar em consulta interna na ANATEL, na próxima quinta-feira. Hoje, terminou a consulta interna da autorização do regulamento já existente, que já sendo revisto. Do regulamento de qualidade, ele começa em consulta interna na semana e, na outra, sobe ao conselho diretor. Ambos os regulamentos deverão ir para consulta pública, no início do ano que vem. A sociedade vai poder participar amplamente.

Com relação ao regulamento de abertura dos novos provedores de serviço, quer dizer, a revisão deste regulamento, é importante, Igor, porque, hoje, nós temos provedores de internet que querem prestar o serviço lá no interior de Traipu, em Alagoas, e ele teria que pagar para a ANATEL 9.000 reais, para começar a prestar esse serviço. É muito alto, para quem quer ser um provedor de internet, e nós queremos fomentar ele no país. Para uma cidade do interior, é inviável 9.000 reais. Mas nós temos outros casos de grandes prestadoras que 9.000 reais é muito pouco.

Então, esse relacionamento está, inclusive, tratando da questão de assimetria, para que possamos tratar com empresas pequenas e empresas grandes. A ANATEL começa, a partir de agora, a ter uma visão de políticas [soa a campanha] de pequenas empresas. Então, essa questão de fomentar o provedor de internet é muito importante, mas também termos um provedor do internet com qualidade, mais ainda.

O regulamento de qualidade do serviço de comunicação multimídia, ele deve contemplar – eu vou citar

três itens, mas ele contempla muito mais que isso. Um dos itens, que, inclusive, está sendo discutindo muito, e a *Folha de S. Paulo* hoje fez uma matéria, mas ela fez a matéria endereçada ao 3G, que é a telefonia móvel celular que está fornecendo a banda larga aos usuários, contratando um mega, mas podendo fornecer até 10% desse 1 mega. Esse é um dos itens que está sendo tratado no novo regulamento de SCM, mas também eu sou a relatora do regulamento de qualidade do serviço móvel de celular do SMP, o qual também estamos vendendo essa questão.

Então, como é que fica o usuário? Ele contrata um serviço de 1 mega, e a empresa pode dar para ele até 10%, mas ele paga o que: 1 mega ou 10%? Como se controla isso? Qual o direito do usuário? Como ele vai exigir isso? Como a ANATEL pode acompanhar isso? Como a ANATEL pode responder à sociedade essa situação? É isso que eu estou discutindo agora.

Este regulamento de qualidade do serviço móvel pessoal, que está sendo revisto, que abrange o 3G, que é banda larga, vai de encontro na mesma situação da qualidade do serviço de comunicação multimídia, sendo que, no serviço de comunicação multimídia, nós vamos um pouco mais além, como ocorreu aqui com a CPI da Pedofilia, que nos deu uma experiência enorme, que o Senado abriu o debate, e, dentro desse debate, ficou uma dificuldade, senadores presentes, de identificar as pessoas que tinham acesso à internet pelos provedores, porque os dados caíam, não tinham dados, a quem procurar.

Nós estamos também colocando, no regulamento de comunicação multimídia de provedores, que eles têm que guardar os dados desses usuários pelo menos três anos, até para que a gente possa ter acesso de quem utilizou, de que forma utilizou, a Polícia Federal poderá ter esses acessos. Quer dizer, são dados importantíssimos que também não tinha uma exigência e nem obrigatoriedade de guarda.

Outra questão, o direito dos usuários de ser atendido e qual o prazo do atendimento. Quem serve do serviço de comunicação multimídia, que são os provedores de internet que provêm esse serviço, também nós temos as empresas que também se servem desse serviço; não só o usuário pessoa física, como usuário pessoa jurídica.

Infelizmente, eu vou citar o caso da Telefônica, o Speedy, quando caiu o sistema do Speedy em São Paulo, quantas empresa não ficaram sem prestar o serviço ao seu contratado? Essa qualidade do serviço como ficou? Como foi, qual é a exigência? O que é que ele tem de direito, nesse retorno de assistência? Em quanto tempo a Telefônica teria que restabelecer esse serviço e qual seria a indenização? Quer dizer,

esse direito também a ANATEL está revendo e é com urgência. Semana que vem, a gente já vai estar debatendo e acredito que a sociedade como um todo, no início do ano que vem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Emília. Agora, para responder a pergunta do Dr. Igor Vilas Boas, o Dr. Márcio Wohlers de Almeida.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Bem Igor, desculpe de ter passado tanta numerologia, mas foram alguns cenários que foram feitos. A questão dos cenários um, dois e três, que nós falamos de preço, evidentemente, esse cenário envolve tanto um esforço das operadoras privadas, que demandam do setor público determinados privilégios, e também o setor público, determinadas ofertas de política.

Então, no cenário atual, por exemplo, a banda larga, em média do país, fazendo uma cesta atual, pegando os preços médios de 1 Mb, que custa diferentemente em cada capital, e pegando os orçamentos das empresas, as operadoras, hoje, têm um faturamento médio mensal com banda larga de 162 reais.

Muito bem, a estimativa é de que, num cenário absolutamente conservador, se as empresas passarem para ter um faturamento médio mensal de 81 reais, ou seja, diminuir pela metade esse valor, ou seja, isso é uma massa, eu não estou dizendo qual é o preço médio, isso a gente teria que estudar cada capital, cada caso é um caso, o custo aqui. Se elas tiverem um preço médio mensal de 80, dessa cesta, aqui, nós iríamos ter um avanço significativo, que iria envolver determinadas políticas públicas, iria envolver determinadas demandas dessas empresas, que, na sua carta do Guarujá, elas pediram ao setor público desoneração tributária de serviços, investimentos e dispositivos, redefinição de competência normativa, adequação de regras e custos e direitos de passagem, alocação de novas faixas de rede frequência, oferta de novas outorgas, isso em agosto de 2009.

Então, contrastando a demanda das empresas mais a oferta de políticas públicas para a ANATEL, teria que ter um entendimento entre essas empresas. Iam passar as empresas, no nosso estudo, que ainda é preliminar, metade do faturamento delas. Isso iria ser altamente lucrativo, porque elas iam passar de 19,7, que elas faturam hoje, para 30,5, ou seja, elas iriam aumentar muito seu faturamento com banda larga, ou seja, era um negócio extremamente lucrativo de elas, uma vez casando a demanda delas com a política.

E qual era o ganho da sociedade? O ganho da sociedade seria: a densidade iria passar para 16%; o acesso em milhões, em pouco espaço de tempo, ia passar para 31 milhões; os domicílios atendidos iam

passar de 18% para 55%; e a população atendida ia passar de 31%, supondo um número "x" de pessoas por domicílio, para 97,4%. Ou seja, mesmo num cenário relativamente, não vou dizer adverso, mesmo na área não otimista, mas num cenário de casamento de interesses, nós íamos ter uma possibilidade de melhorar os interesses. Ou seja, as operadoras caminham para um lado, o Poder Público – não vou criticar a ANATEL –, o Poder Público, em geral, caminha por um lado paralelo.

Se a gente puder fazer esses encontros, e esses encontros que não sejam na calada da noite, só coordenados pela Casa Civil, que tenham uma coordenação pública, o Senador Collor está aqui para tornar mais transparentes esses encontros, eu acho que, com a Casa Civil apresentando esse plano, nós podemos ter um absoluto aumento da oferta da banda larga na Casa Civil, e esse estudo do IPEA é uma primeira contribuição para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Márcio. Dr. Igor, algum comentário? Por favor.

SR. IGOR VILAS BOAS: Nessa queda de 162 para 81, a que o senhor se referiu, que produziria esses efeitos sociais e econômicos para—

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Você está com a minha...

SR. IGOR VILAS BOAS: Não. Eu estou só fazendo referência, agora, aos números que o senhor citou. Então, dentro desse cenário que o senhor diz que é normal, nem otimista, nem pessimista, mas, de 162 para 81, seria essa cesta média?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Isso,

SR. IGOR VILAS BOAS: Qual é a participação, a contribuição para essa queda do setor público, em termos de tributos, e do setor privado, em termos de redução de preço, efetivamente? O IPEA chegou a fazer essa simulação?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Não, nós não chegamos a fazer essa simulação. Nós fizemos a simulação de quanto as empresas ganham, hoje, de 19,7. Nós estamos só dizendo que as empresas têm um mercado maior, as empresas poderiam oferecer mais banda larga, aumentariam seu mercado, ou seja, de microeconomia, ou seja, se você tem um mercado cujo preço é mais alto, e a demanda, menor, microeconomia básica, você tem um mercado maior e um preço um pouco menor, mas a fatia do bolo aumenta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Sim, mas eu estou dizendo que isso foi calculado para todo o Brasil, em média. Nós calculamos para todo o

Brasil. Pode ser que alguma cidade tenha ficado não premiada. Mas o que eu estou dizendo é que nós não fixamos esse exercício apenas para Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, as capitais; isso não foi fixado para capitais, foi fixado para as maiores cidades, pegamos um cesta de pequenas e médias cidades, e as empresas preferem ficar nessa posição defensiva, ou seja: “Eu garanto o meu mercado, mesmo que esse mercado seja um mercado, vamos dizer, ‘oligopolista’, mas seguro, do que partir para um mercado mais amplo e atacável”.

Repara, se eu aumento meu mercado, e ele fica muito grande, e vai que começam bichinhos estranhos, provedores do internet, pequenas comunicações. As empresas, elas são espertas, elas não querem que também o mercado... Estou falando como Márcio Wohlers, com uma pequena ironia, se aumentar muito meu mercado e diminuir a margem dele, as empresas têm mais lucros, mas elas ficam um pouco mais vulneráveis. Estou falando, o advogado do diabo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E elas repassariam isso ao consumidor final?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Repassariam ao consumidor final.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A desoneração faria com que elas...

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Muito, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De que forma?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Elas fariam pelo preço, ou seja, pelo preço delas, já que o preço médio mensal, que hoje está no preço médio mensal de 160, elas poderiam passar de um preço médio para 81, ou seja, a base da pirâmide poderia aumentar mais. Ela daria um preço de 81, mas o número de acesso seria 31 milhões. Então, se a gente aumentar, fizer a conta 80×31 milhões, dá 30,5. Hoje, elas têm um preço de 161×10 .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 162.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: 162×10 .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 16.200.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: 16.200.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A metade.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: A metade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Certo. Algum comentário adicional? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Collor, primeiro, eu quero saudar nossos convidados, Dr. Nelson, Dra. Emília e Dr. Márcio. E dizer da importância desta Audiência Pública para que, dentro do programa da Comissão de Infraestrutura, para nós discutirmos os desafios estratégicos setoriais. E essa questão das telecomunicações, banda larga no serviço de telecomunicações é da maior importância.

Eu ouvi a parte da exposição do Dr. Márcio e da Dra. Emília por inteiro, a do Dr. Nelson eu peguei a cópia, Dr. Nelson, e dei uma olhada aqui. Mas é importante.

O Dr. Igor, nosso consultor, que, junto com o Marco, Ana Luiza, que nos assessora nessa parte, que conhece tudo, a gente, como usuário, a gente só navega, e ele fez já alguns questionamentos, mas o que me preocupa, Presidente Collor, é ver que o Dr. Márcio falou, agora, algo que os economistas chamam de economia de escala. Quer dizer, se você aumenta a base, diminui o preço, você tem um faturamento maior, teria um resultado melhor para as empresas, isso é lógico, isso está provado, só que não entra na cabeça dos governos, “dos”, não é “do”, é “dos”, no plural, comprovado, agora, com a redução do IPI, na crise, para indústria automobilística. Se reduziu o IPI, aumentou o número, aumentou a produção, aumentou o consumo, na realidade, não houve perda de receita para a União. Então, bastava esse exemplo, agora, desses três meses ou seis meses de redução de IPI para aprovar que é possível, sim, reduzir essa carga tributária, aumentando a base, e, com isso, aumentar a receita. E aí isso facilitaria bastante o desenvolvimento do país. Nós teríamos competitividade, e é o que se busca todo o tempo.

No caso, aqui, da banda larga, eu fico meio confuso. O Dr. Márcio colocou aqui que está em discussão no governo a questão de qual a política a ser adotada. Eu vejo, tinha separado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, merece fé, não é? Eu acho que sim.

Eu tinha separado aqui, já não... Vou já encontrar aqui.

Está aqui. Resumo das propostas, *Folha de S. Paulo*, 21/11. Eu acho estranho que, dentro do governo, você tenha três correntes, e tem uma que eu entendo, aqui, que... Aí eu gostaria de perguntar ao Dr. Nelson, ele, na exposição dele, também falou que haveria possibilidade de ofertar, a um custo do mega-

bit de 4,6 por mês, não é isso? Eu não assisti à sua palestra, mas me parece que isso aqui seria se o governo fosse o responsável pela construção da rede e fornecimento do projeto.

Eu vejo que uma das propostas que está em discussão no governo é a do planejamento, é fazer o governo ser o fornecedor, ou seja, nós estamos voltando para trás, nós estamos, ao invés de nós abrimos oportunidades, e foi dito aí que o que vai diminuir, realmente, o custo é a competitividade, é a oferta, é a oferta do serviço.

Na minha região, Dr. Márcio colocou um mapa aqui, que eu tomei um susto. A banda larga nas escolas, ele fez um mapa do Brasil, aqui, eu gostaria até que, se fosse possível, reproduzir esse mapa aí, para saber se isso é verdadeiro mesmo. Banda larga no Brasil, nas escolas.

Um pouco para trás ainda, para trás, para trás, bem para trás. Não, não. Para trás, que eu digo, é para frente. É a página 9. Aí, olha, olha lá!

Esse número embaixo, aqui, 2009, 22 mil, 2010, 11 mil, são escolas a serem atendidas?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, olhem como está a Amazônia, ali?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Localidades...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não pode ser municípios, porque o Brasil não tem isso...

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: E as empresas se comprometeram--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Brasil não tem 22 mil municípios. Escolas.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: São escolas urbanas, esse é um acordo do PGMU2, que o Ministério das Comunicações, Casa Civil e ANATEL, na revisão do PGMU, se propôs, entre essas empresas, a assinatura desse contrato, que são trocas de postos, PSTs, por pontos do *back hall*; esses pontos chegarão a 3.124 municípios. São pontos que chegam lá e, chegando lá, se passará, quer dizer, lá vai ter um pontinho que você pode fazer a última milha, que vai ligar para outros locais. Mas o objetivo principal é informatizar a escola pública urbana.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, agora, veja, o que a senhora chama de escola?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Aí deixa eu te explicar a questão do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Há pouco, Dra. Emília, quando a senhora estava fazendo sua exposição, eu recebi uma ligação do Senador Rodolfo Tourinho, nosso companheiro aqui e tem... Nos dá uma saudade muito grande, porque era um sena-

dor competente e teve um trabalho exemplar aqui no Senado Federal, ao longo dos oito anos.

E ele fazia uma ligação para mim para elogiar seu trabalho lá na ANATEL e dizendo da importância que é esta Audiência, no sentido de se fazer, realmente, discutir a questão da banda larga. Mas aí, veja, como o governo--

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: O senhor tem toda razão, Norte é um problema.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --é padraço com relação à região amazônica. É um vazio, Senador Collor, é um vazio em relação ao resto do país. Você não tem uma preocupação. Em função disso, eu acho que nós teríamos que avançar.

Eu fiz, eu tentei fazer um projeto, com o Igor, para usar o FUST. É um absurdo o governo ter 9 bilhões, 10 bilhões de reais parados, e não utilizar. Que era para fazer a universalização da telefonia móvel, por quê? Porque, nas andanças minhas pelo interior do meu estado, todo mundo sonha com o telefone móvel, e o telefone móvel, quando chega, chega na sede dos municípios, quando chega, porque chega, ainda hoje.

Agora, com a 3G, com a terceira geração, e, até 2010, "deve" chegar, eu sempre coloco "deve", porque a gente não assume essa responsabilidade lá, porque, quando a gente chega no interior, e diz: "Olha, eu tenho um mapa que diz: 'município de Alenquer, vai chegar a empresa tal, do mês tal, do ano tal'". Aí, depois, eles vão me cobrar, se a empresa não chegou, se não tem a telefonia.

Então, o que eu acho? Primeiro, o governo tem capacidade de ele assumir a responsabilidade de estar à frente desse processo, ou seja, ao invés de deixar a iniciativa privada ir abrindo, aí a iniciativa privada dando oportunidade a todos, ou seja, não vamos fazer duopólio, vamos dar oportunidade; aqui foi falado várias vezes em pequenos provedores, onde os grandes provedores não têm interesse.

Quem é que vai ter interesse, Presidente Collor, de colocar o provedor de internet em Afuá, na Ilha do Marajó? Ninguém. A não ser alguém que tenha interesse lá, naquele município, para poder levar... Quando nós temos, na Amazônia, internet discada, Santarém, Santarém é, vamos dizer, a cidade polo do oeste do Pará, aprovamos, agora, uma universidade para lá, a internet é discada.

Então, eu não vejo. Minha pergunta básica é: foi dito aí que teria que mudar o sistema, deveria ter um sistema de rede, que eu entendi assim, de dar acesso e o atendimento ao interessado, ao consumidor seria feito por outras empresas, ou seja, uma empresa daria a plataforma, e as outras ofereceriam o serviço. E aí vem a questão [soa a campainha] que já nós discuti-

mos e até fizemos um grupo de trabalho na CCT, que não avançou, com relação às informações de alguns meses atrás, da UIT, de que a telefonia no Brasil era a mais cara do mundo. Aí eu pergunto: mais cara por quê? Pela tributação? Mais cara por quê? Por falta de escala?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Competitividade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Competitividade? Eu gostaria muito que o IPEA fizesse e encaminhasse para nós um estudo comparado de preços de serviços, em outros países, com o Brasil. Nós não tivemos isso aqui, nós estamos vendo que a banda larga no Brasil é 160 reais, se vier para 80, vai mais do dobrar o usuário, com isso, dá uma maior receita. Sim, mas quanto custa essa banda larga em outros países, fornecida pelas mesmas empresas que estão aqui? As mesmas, são empresas multinacionais que operam o mercado.

E, Dra. Emília, nós fizemos uma Audiência Pública na CCT, uma semana atrás, para discutir uma consulta pública, em que a ANATEL queria não permitir o fornecimento, o atendimento de banda larga pelas TVs a cabo, me parece.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: TVs frequência, MMDs.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De frequência, alegando que, dentro do espectro de, se não me engano, é 2,5 MHz.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: É 2,5, 2,5 giga. Desculpe, 2,5 MHz; 2,5 a 2,7.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Daria para atender banda larga e a TV, e aí a ANATEL acha que não, que tem que atender só a TV, e não a banda larga. Isso não é diminuir o mercado, ou seja, diminuir a competitividade? Nós não estamos aumentando o preço? Eu acho que devíamos trabalhar no sentido contrário.

E, por último, para encerrar, a senhora falou várias vezes aí na questão de qualidade, quantidade. Quando se fala em universalização, para mim, universalização só quando chega à pessoa, ao usuário, ao cidadão, aí está universalizado. Dizer que a telefonia fixa no Brasil está universalizada não é verdade.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Falta ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é verdade, é uma meia verdade. Porque ela pode estar em comunidades com mais de 100 habitantes, é obrigada a companhia a colocar o telefone público, sim, telefone público, e o acesso ao cidadão? Não tem.

Então, o que marca a universalização é o acesso ao cidadão. Eu fiz um projeto, está tramitando e me

parece, se Deus quiser, tem o apoio do governo, de que se usem recursos do FUST, altera a lei do FUST, para que se usem esses recursos para a questão da assinatura básica do telefone fixo, que é o que impede muita gente ter telefone fixo. "Eu não uso meu telefone, pago "x" reais sem usar, eu prefiro ter um pré-pago", como o Dr. Márcio disse, que parece só... Só desce... Como é?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Pai de santo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pai de santo, só recebe. Então, eu acho que essa seria uma questão, eu acho que a FUST e o FISTEL, nós temos no Senado Federal, no Congresso Nacional, Senador Collor, nós temos que encarar com coragem e abrir esses dois fundos e construir algo que seja bom para a sociedade, porque eles estão pagando no custo da telefonia, estão pagando no preço da tarifa, e não estão se beneficiando com isso.

A ANATEL diz, e com razão, que ela teria, não está acompanhando a regulamentação, em função da velocidade da tecnologia. Me parece que a senhora falou resumindo isso. Então, por que a ANATEL não está acompanhando? Falta recursos? Fala pessoal qualificado? Porque, se tivesse retaguarda para acompanhar a tecnologia, avançava *pari passu*, mudava hoje a tecnologia, amanhã já tinha uma regulação. E, quando a ANATEL usa apenas 10% do recurso do FISTEL.

Então, para que a sociedade paga 90% a mais? Nós temos que ter coragem, Senador Collor, de reduzir isso, se é 10%... Para que é o FISTEL? Fundo para Fiscalização do Sistema de Telecomunicação. Se só precisa de 10%, nós não precisamos pagar 90% a mais. A sociedade não precisa pagar. Então, esse é um assunto que vai abrir.

O projeto a que a Dra. Emília se referiu, que está na Câmara, que é do Senador Mercadante, era esse a que eu me referi no início, quando eu conversei com o Dr. Igor, para fazer a universalização da telefonia móvel, e aí ele disse que o projeto do Senador Mercadante já atendia o que eu pretendia, quando ele usava o FUST para a banda larga.

O que eu acho, Presidente Collor, é que nós estamos avançando numa velocidade muito pequena em relação àquilo que a gente tinha que fazer. Nós estamos sendo atropelados pela tecnologia, e, desse jeito, a preocupação do Dr. Márcio pode acontecer: nós ficarmos, a qualquer momento, abaixo da Índia lá e fechando aquele grupo dos países a que ele se referiu.

Então, acho que o governo tem que tomar isso como uma vontade política para fazer, liberar os recursos e fazer de maneira que a gente possa integrar o Brasil, do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, porque

eu acho que, sem banda larga, nós não vamos ser um país de primeiro mundo como pretendemos e chegaremos a ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Dra. Emília.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador Flexa, antes de mais nada, muito pertinente o que o senhor colocou. São preocupações da sociedade, a cobrança constante à ANATEL. Com relação ao programa de banda larga nas escolas, em que não parece a região Norte, eu quero dizer o seguinte: esse é um programa que começou, ele não termina em 2010, ele continua em 2010. A região Norte não está excluída, não--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está esquecida.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: [risos] Muito pelo contrário, aliás, eu adoro a região Norte, tenho uma preocupação, assim, especial por ela, mas ela tem uma diversidade que nos outros territórios que não tem, que as pessoas não percebem e não observam, porque não saem de Brasília, infelizmente. Porque, quando vai para uma região maravilhosa, que é a região Norte, vê-se que se tem problemas com os rios, tem o problema com o IBAMA, você não pode desmatar. Está passando lá o Tucuruí, o leão do Tucuruí, onde está levando fibra ótica junto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já poderia estar a banda larga.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Está chegando lá. O fato é que o leão é assim, eles vão vendendo a mata, a mata vai vendendo eles e vai seguindo, inclusive, com o problema do IBAMA atrás. Mas esta questão está sendo discutida com prioridade...

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Eu trabalhei no IBAMA. Fui funcionária efetiva no IBAMA. Na realidade, eu era uma "ecochata", viu, senador? Eu adoro o meio ambiente, o IBAMA. Mas tem problemas, de fato, esse é um dos desafios para chegar lá, mas não é um impedimento para não se ter. Porque nós temos satélites, temos frequência, como o senhor colocou.

Quando o senhor cita a dificuldade com relação à região Norte, há, sim, a dificuldade é a questão da característica da região, na situação de ela ser diferente, ela não é plana, ela tem rios, ela tem matas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem tecnologia para isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Tem tecnologia, que é isso que eu vou falar. O *back hall* não se acaba aí, ele é por satélite, também. O que está colocado aí nesse mapa são as linhas que foram feitas, que eu imagino que ele fez, eu vou lhe trazer

atualizado, em seu gabinete, foram as que vão acompanhando a linha telefônica, o ADSL, ele não expandiu aí o satélite. Então, esses dados aí estão, do gráfico, não está correto. Ele atinge 3.124 municípios, de todo o país, não é só na região para baixo, o Norte está sendo contemplado também. Aliás, o investimento em Belém, em fibra ótica, é conhecido no Brasil inteiro, inclusive pela ANATEL. Nós fomos convidados a ver o investimento que o governo estadual está fazendo.

Por si só, os governos estaduais estão buscando o acesso a dados. Independente de uma regulamentação ou não, eles estão buscando pela ansiedade, e sabendo eles que o estado se desenvolve rapidamente com acesso à informação. Então, eu vou passar ao gabinete do senhor os dados do *back hall*, que dizem respeito à região Norte. Aí não está contemplado satélite.

Com relação a 2,5, eu acompanhei muito a comissão da qual o senhor é presidente e o que correu na última reunião. O fato é que o MMDS, a frequência de 2,5, ela foi cedida às empresas que hoje fornecem esse serviço, nos governos passados, governos de 20, 30 anos atrás, aliás, 11 empresas dessas, este ano, tiveram a renovação delas por mais 15 anos, que é um direito delas. A Lei de Telecomunicações, a LGT, previa isso, uma renovação a mais do que eles já tinham de direito.

O fato é que eu fui voto vencido no conselho diretor, sobre essa questão, senador. Eu concordo com o senhor plenamente, é um setor frutífero. É até perigoso falar com mais detalhe, me exponho numa situação meio constrangedora, mas essas empresas que hoje estão com essas frequências, elas têm condições de dar TV por assinatura, telefone móvel, telefone fixo, banda larga, por que não? Por que elas não podem pedir autorização à ANATEL e ter esses serviços?

Eu não vou me estender muito, porque, de fato, vai entrar numa situação muito delicada, é uma situação constrangedora e delicada, mas, ao mesmo tempo, nós temos frequência, também, para dar, as empresas móveis. Há condições de fazer um acordo, tanto para as empresas de MMDS como as empresas de telefonia celular.

A ANATEL tem condições de atender os dois mercados e a indústria também. Não há necessidade de matar um setor, em detrimento do outro, não há, muito pelo contrário, nós podemos, automaticamente, hoje, fazer com que elas funcionem, inclusive, para a região Norte, senador. Essas frequências de 2,5, elas vão baixas e de longo alcance. Para a região Norte é o que há e, para a área rural, nem se fala. Por isso a briga enorme com relação a esta frequência, que estava esquecida.

Agora, ela estava esquecida, e as empresas que a detinham estavam se esforçando para prover o serviço, tiveram uma série de percursos alheios a ela e também por proveniência de serviços delas mesmas, mas que a ANATEL tem o papel de fomentar essas empresas para que elas funcionem, e não para acabar com elas.

Nós temos a obrigação de que, quando o espectro é substituído a outro, nós temos é que dar a eles outra alternativa, e não deixar o empresário sem nada, isso não se faz, em lugar nenhum de mundo, aliás isso afugenta investidores no Brasil. Não é assim que se tratam as empresas, muitas delas brasileiras, que tentaram se firmar no país, e não tiveram incentivo para isso.

Eu não vou estender, porque essa é uma matéria muito delicada, ela me deixa numa situação diferenciada do conselho diretor, porque eu fui voto vencido, meu foi está na internet, eu coloco meus votos para a sociedade. Está claro lá que eu defendi 110 MHz para essas empresas, para que elas pudessem fornecer todo o serviço. Ora, nós estamos indo para a convergência, por que elas não têm direito? E quem disse, onde está escrito que só as empresas de um grupo têm que dar banda larga no país? Quem tem que fazer banda larga são todas as empresas disponíveis e que têm condições para isso. Entendeu? Então, não existe mercado para um, para dois, existe mercado para todos, e o papel da agência reguladora é tratar todo mundo por igual, dentro das suas situações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora me permite?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente? Não, eu acho que é com essa lógica que nós vamos atender a sociedade, ou seja, com isso, vai reduzir os preços, que vai ter concorrência...

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, todos os serviços, plataforma, sim, disponíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vários oferecendo, e vocês escolhem, aqueles que podem ter condições de um acesso a uma internet com uma velocidade maior terão, os outros vão se contentar com aquela que terão naquele instante, mas é importante que tenha.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: O custo desse serviço, por ser frequência, os equipamentos, reduz o valor para o usuário; a competição, de fato, reduz o valor para o usuário; os tipos de plataforma, à medida que eles vão disseminando, reduz o valor para o usuário. É a competição que reduz o valor para o usuário.

Essa questão da desoneração tributária, senador, é uma questão muito importante e delicada, também. Hoje, telecomunicações é um assunto estratégico para qualquer país em desenvolvimento, para qualquer país desenvolvido, mas é muito minuciosa essa discussão, é uma discussão que não se faz só de um setor, é uma discussão que entra a Fazenda, entra o planejamento e, de fato, a Presidência da República, não há como deixá-la fora, mas que os tributos têm que ser discutidos em parcerias, tem. Que é uma necessidade da expansão de telecomunicações no país, é. Que nós estamos vivendo uma dificuldade enorme, estamos. Que há uma briga de tecnologia, muito, o órgão tem que se distanciar disso, porque nosso papel é fomentar o serviço para todo mundo, por igual, sem A, nem B, nem C.

Quando eu falei, aqui, que a gente tinha que colocar a simetria regulatória, é porque o órgão não vinha com a simetria regulatória. Todas as empresas que se dirigem à ANATEL são de poder de mercado significativo, as pequenas nem chegam à porta.

Para nós termos preço, nós temos que fomentar as pequenas, por que não? Temos condições de as que estão aí fomentar serviços? Temos. Quem pode dar banda larga? Qualquer um, desde que queira fazer. A agência tem por obrigação a dar a todos.

A questão dos pequenos provedores, para o senhor ter ideia, lá em Ananindeua, lá em Marabá, que não tem internet, que há uma dificuldade enorme, que me procuram, eu tenho pequenos provedores que estão servindo com clandestinidade, eles estão fazendo, porque eles não têm condições de pagar a ANATEL os 9.000 reais, eles começam a funcionar, aí, do serviço deles atende o DETRAN, atende hospital, atende o banco, na ilegalidade, aí vai a ANATEL lá e lacra ele. Lacra um município inteiro. E lacra, e fica o pobre do provedor me ligando: "E aí? Eu não sabia que tinha isso, eu não sabia que tinha aquilo, aquela informação não me veio, e eu não tenho 9.000 reais para pagar".

Eu tenho quase 2.000 provedores no país na ponta, no interior, na clandestinidade. É uma situação preocupante? Demais. Temos que fazer alguma coisa? Urgentemente. E eles são os que vão levar, de fato, para a ponta o serviço, ninguém vai sair de Brasília para fomentar lá em Ananindeu, eu duvido que uma empresa grande não vai para Marabá, não vai para Afuá, não vai para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Mas não tem, não vai. Não tem, porque é Norte, tem dificuldades, tem não sei o quê. Você entendeu?

Então, nós temos que ter olhos para essas situações que estão ocorrendo em grandes escala. Hoje, temos quase 2.000 provedores de internet numa situação de clandestinidade, e não querem, e a fiscalização lacra, com Polícia Federal, lacra o município inteiro. É complicado. Nós temos que achar uma solução? Temos. Esse regulamento que vai, agora, para o conselho diretor, que renova a autorização, é essa a preocupação da ANATEL, agora. Além de promover--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Vai reduzir, está de 9.000 a 1.200. Eu ainda acho 1.200 caro, eu acho caro, é uma coisa que nós estamos discutindo internamente. Quem tem até 30 mil habitantes, "x", acima de 30 mil, "x". Talvez esta seria a solução; inclusive, senador, nem sempre o município--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que até 30 mil habitantes seria isento. Fazer o favor de o cara levar a internet lá.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: É uma preocupação. Quem sobe? Aí vamos depender de uma série de outras questões, inclusive legais, que impedem a isenção, mas que pode ser baixa, pode, não é? Pode e queremos que seja. Como é que nós vamos fazer um Plano Nacional de Banda Larga, uma Política Nacional de Banda Larga, só no papel? Ela precisar ser fomentada, e, para ela ser fomentada, nós temos que ter mão de obra, estrutura, trabalho. A ANATEL, por obrigação, tem que fomentar os serviços. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fico muito feliz de ouvir, nós todos, o que disse a Dra. Emília, porque ela representa exatamente o espírito do que deve ser uma agência reguladora, uma agência do Estado, um agência voltada para as interesses da população e, no caso, para a expansão da banda larga em todo o país.

Senador Flexa, algum comentário?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só queria fazer um pergunta, que eu li, outro dia, na mídia, e fiquei... Apesar de o Presidente Collor não gostar da palavra, eu vou ser brigado a usar, presidente, se fala muito em apagão. Então, há possibilidade de haver, face ao aumento da demanda, um apagão da telefonia brasileira?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Olha, vamos lá. O que ocorreu em São Paulo causou aí um espanto, porque foi... Aliás, o que ocorreu em São Paulo nunca ocorreu no mundo. O Brasil... O mundo se voltou ao Brasil pelo que aconteceu com a empresa telefônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso no caso do Speedy.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: No caso do Speedy. Não só do Speedy, ela também teve apagão em telefonia fixa, também.

O caso de São Paulo nos gerou aí uma série, inclusive, de experiências novas, não se falava em apagão na área de telecomunicações e nem se esperava esse tipo de problema. Mas, de fato, houve um saturamento da estrutura da empresa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, é isso que eu quero lhe explicar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que está se falando é que talvez não tenhamos condição de atender à demanda lá na frente.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Pois é, então, o fato de São Paulo é um caso atípico da empresa Telefônica, de saturamento da estrutura dela. Nós não precisamos dar para a Telefônica nenhum espectro, nenhuma ampliação de radiofrequência, e ela teve o problema do Speedy.

Por que ela teve o problema do Speedy? É um problema de investimento de infraestrutura, senador. As empresas de telefonia móvel ainda estão investindo em infraestrutura, e esse investimento de infraestrutura, a exemplo do 3G, vai até março de 2010. No caso do Maranhão, recentemente, que houve um apagão da telefonia celular. Por que houve um apagão? Porque eles estão investindo em infraestrutura. Então, o que ocorre? Quando se renova o equipamento, para expansão do serviço, isso é feito na madrugada, durante o dia, quando vai funcionar, o usuário não consegue, porque não faz leitura do aparelho, isso é natural correr. Apagão, apagão eu não acredito. Por falta de radiofrequência, por falta de espectro no país, não. Uma empresa ou outra, por falta de investimento, não quero crer, porque a ANATEL está acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Doutora, haveria condições de aplicar um Smart Grid no sistema telefônico, para evitar isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: De imediato, não. Eles estão implantando, com a tecnologia existente no Brasil, e ainda avançando, e teve um problema no regulamento da ANEEL, que a ANEEL, inclusive, vai abrir novamente consulta pública e vai rever, mas ele é efetivo e pode funcionar, mas não acredito que a gente tenha condições de funcionar tão rápido, mas, para daqui até as Olimpíadas, sim, claro que sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem a Copa.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Desculpe, a Copa está bem mais perto. Também. Há um investimento e há uma pressa do setor em fomentar, na parte do BBPL e PLC, que é a banda larga de energia elétrica. No que diz respeito ao que está ofertado hoje, nós temos estudo do que está ofertado hoje tem que fazer investimento de infraestrutura das empresas, e a ANATEL tem espectro para licitar, tem mais espectro. Nós vamos licenciar a banda Hm que é mais 3G, são mais entrantes, mais competidores. Nós temos aí três competidores, que estão no mercado, doidos para ingressar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora... Permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A senhora tocou num assunto aí, que eu sou questionado por onde passo, porque a mídia anunciou que já estaria disponível a internet pelo sistema de eletricidade. Quer dizer, você ia colocar, plugar a tomada e usar pela internet. Poderia explicar, porque eu acho que o Brasil inteiro quer saber se já está à disposição, como é que vai funcionar o sistema.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador, já está à disposição, porque os regulamentos já estão prontos, já foram aprovados, tanto na Agência Nacional de Telecomunicações como na Agência Nacional de Energia Elétrica.

O que ocorre, hoje, com relação a esse serviço, nós já temos experiências efetivas, tem Barreirinhas, temos no Rio Grande do Sul, que funcionam muito bem, inclusive, com 200K disponíveis, mas não se usa, porque os equipamentos que nós temos hoje não são de quarta geração, não atingem a esse volume de dados, que são transmitidos.

As empresas, a Eletropaulo, em São Paulo, a Eletropaulo Telecomunicações já está fazendo esse serviço, inclusive, ela já tem condomínios provendo esse serviço, e essa é uma grande solução, inclusive, Senador Collor, presidente, para os prédios históricos, porque você não mexe em nada da infraestrutura dela, você coloca na caixa de energia elétrica uma entrada, um roteador, e ele transmite dados para o prédio inteiro. Ele já está disponível, ele já pode ser utilizado. Agora, tem empresas que estão ingressando para poder fazê-lo.

A Copel faz no Paraná, a Copel faz com sucesso, e ela aguardava ansiosamente essa regulamentação. A CEMIG Minas, as empresas de energia elétrica tiveram aí um desencontro, porque ficaram na obrigação de

abrir outra empresa só para telecomunicações, para não se misturar com as empresas de energia elétrica, para não prejudicar o usuário de energia elétrica, porque vai usar a infraestrutura, que são os postes, o cabeamento. Então, há uma preocupação da ANEEL em não ter queda de energia, não ter interferência no serviço que ela já vem fornecendo. Mas, ao mesmo tempo, vai modernizar a infraestrutura de energia, e muito, porque, quando se quiser prover esse serviço, muitas dessas empresas vão, inclusive, atualizar cabecamentos antigos e vão se servir de cabecamentos novos de energia, que estão sendo colocados.

Esse leão do Tucuruí, mesmo, a banda larga de energia elétrica para ele é tudo o que já de bom. Já está acontecendo, já tem casos de sucesso, de insucesso eu não vi nenhum, nenhum, não existe nenhum. Agora, são competidores e novos entrantes, e eles estão com investimento efetivo para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Márcio Wohlers, por favor, queria fazer algum comentário?

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: Não, Senador Flexa Ribeiro, com suas pergunta, desculpe fazer esse comentário, é muito interessante a gente usar os países, verificar as experiências dos países asiáticos, não só pela questão de renda, mas como eles trataram as experiências de telecomunicações. Então, eles têm uma cultura, evidentemente, diferente da nossa, e não dá para transplantar, nós temos uma cultura muito importada dos Estados Unidos, que funciona desde há 120 anos, com relação aos órgãos reguladores, é uma experiência que foi também transplantada para a Europa, que já tinha uma cultura reguladora, de algumas dezenas de anos, mas lá eles ocupam uma estratégia de país. Nessa estratégia de país, não existe uma concorrência tecnológica, na qual se percam as economias de escala, ou seja, há espaço para pequenos entrantes, há espaço para alguma diversidade tecnológica.

Mas, por exemplo, a Coreia adotou o CDMA e pronto, não teve uma concorrência entre o GSM e o CDMA ou, até os antecedentes que a gente teve, aqui em São Paulo, que, de certa maneira, para um país tão grande, houve alguma popularização, porque, depois, o GSM viu-se que era melhor, mas a Coreia só viu que era o CDMA, desenvolveu a indústria que fabricou o CDMA, exportou as fábricas de CDMA, seus chips de CDMA, e a Samsung se transformou, tendo suas divisões de CDMA, em um gigante mundial.

Por quê? A Coreia se concentrou nessa coisa. Em ela se concentrou, ela criou multinacionais do mundo inteiro, que entra, porque são multinacionais e multidivencionais, e aqui o Brasil, não, divide um pouco para

todos, e não sobra nada para internacionalização. O Japão idem, o Japão também só tem uma... O IDN, se não me engano, se não estou traído pela memória, só tem uma tecnologia para o 2G, para 3G ele está caminhando, não deixa penetrar outras tecnologias. Porque isso produz economias de escala, ele não exporta, porque é feito ideograma, isso para o mercado japonês, não sei o tamanho, 200 e poucos milhões, eles não exportam, mas dá suficiente para as empresas japonesas concorrerem em outras questões.

A Coreia já fez a cobertura em quarta geração, também. Então, essa questão de concorrência tecnológica, abrir espaço para todos, é algo que o Brasil tem que discutir na Câmara, tem que discutir no Senado, tem que discutir no Poder Executivo e tem que discutir na ANATEL; não podemos deixar um projeto de Brasil, cada um vai para um lado, as instituições, dentro do Brasil, têm que ser pensadas num projeto de Brasil, e esse projeto de Brasil, como você está falando, não pode ser multifacetado entre as instituições.

O debate que nós estamos fazendo, a transparência do debate tem que chegar a uma conclusão, senão, se a gente dividir por todos, o Brasil perde a economia de escala, o Brasil vai conseguir algumas empresas pequenas, que vão estar lá, a Natura vai estar lá, a Sandálias vai estar lá por sua própria vontade, mas nós não vamos conseguir gigantes.

E, hoje, telecomunicações, farmacêuticas é um mundo de gigantes. O Brasil jamais vai conseguir ser um Liliput, num mundo em que a Huawei japonesa adquire, japonês ela contrata de mil em mil. Então, senador, hoje, para a gente olhar, e o Brasil se transformar numa exportação de valor agregado e não competir só em soja e trigo, os órgãos têm que, capitaneados talvez pelo Senado, que tem uma transparência grandes em aqui pensar em questões, na qual, infelizmente, o mundo, hoje, não é um mundos de dispersão, não é um mundo aberto, de tal forma que a gente pense que a concorrência é uma concorrência aberta para todos.

O Brasil tem que fazer apostas. Se o Brasil não fizer apostas, apostas planejadas, apostas que tenham certificação de órgãos grandes, apostas que a ANATEL participe, e essas apostas, uma vez o Brasil tendo um planejamento, uma vez o Brasil tendo, essa opinião, vamos dizer, do IPEA, que pensa o desenvolvimento, feitas essas apostas, nós vamos para frente.

Esse é o mundo asiático, essa foi a experiência coreana e a japonesa, que produziram os *chaebols*, que produziram grandes empresas. Então, a ideia de concorrência tecnológica, em algumas áreas, é uma falácia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Márcio. Com a

palavra o Dr. João Maria de Oliveira, diretor de estudos setoriais e técnico de planejamento e pesquisa do IPEA.

SR. JOÃO MARIA DE OLIVEIRA: Obrigado, Presidente Collor, só queria fazer uma pequena correção, só sou pesquisador do IPEA, o diretor de estudos setoriais é o Dr. Márcio Wohlers.

Eu queria formular uma questão, de forma bem objetiva, embora que baseado basicamente nas coisas que a Dra. Emília falou por último e o Dr. Márcio.

Na realidade, minha pergunta vem em função do que a Dra. Emília falou, mais um pouquinho, quando fala que pensar banda larga no Brasil não pode ser pensado de forma multifacetada. Se nós pensarmos sobre o aspecto das populações e das pessoas, e a senhora e o Dr. Márcio apresentaram dados da possibilidade de se crescer o mercado para 40 milhões de domicílios, digamos assim. O que fazer? E aí minha pergunta vai, até o final, fazendo alguns questionamentos para, no final, pensar exatamente sobre as questões do tipo: que instrumentos de política pública, o Estado brasileiro, eu estou falando o Estado, não mais o governo, pode formular, dado que – vamos aos elementos – 40 milhões de novos domicílios podem acessar banda larga, no sistema de STFC?

Essas pessoas nem sempre têm condições de usabilidade e muito menos de inteligibilidade. Se nós pensarmos que banda larga não é só para consumir informação, mas também para produzi-la, de que adianta a gente pensar em prover banda, prover infraestrutura, se nossa população não vai ter condições de utilizá-la adequadamente.

Pelo lado da oferta, me parece que é comum para os três que apresentaram tão bem suas questões que infraestrutura existe. A infraestrutura, inclusive, de última milha, para propiciar, por exemplo, a utilização de uma banda larga que permita acesso até a 2 mega, hoje, nossa infraestrutura permite isso, e, no entanto, 44% do acesso à banda larga no Brasil, hoje, vai até, no máximo, 256K, a preços exorbitantes.

E aí vem outra questão, também, que é: se nós pensarmos simplesmente o efeito de exoneração fiscal, nós cairíamos o preço de nove vezes o preço do Japão para cerca de sete vezes. E o que fazer, então, com essa diferença? Então, temos que pensar. Então, a questão básica é: quais são os instrumentos de política pública efetiva que o Estado brasileiro tem que usar para conseguir, por um lado, fazer nossa população ter condições de utilização de banda larga e, por outro, fomentar a competição tão desejada no Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dra. Emília.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Reforça o que eu falei aqui, o que eu apresentei...

SR. JOÃO MARIA DE OLIVEIRA: Desculpe, a pergunta era para os três.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Não, não, eu sei. Mas você reforça, eu fico até agradecida, porque, de fato, essa é a preocupação de todos, e esses são os questionamentos que sempre vêm. Você demandar, dar à sociedade o acesso à internet, a acesso à banda larga, sem saber se ela vai de fato utilizar, até as desigualdades econômicas. Tem muita gente no Brasil que quer muito, os filhos querem muito, mas tem muita gente que nem sabe que vai ter o acesso e o que vai fazer com ele.

Mas, olha, antes de eu ir para a ANATEL, antes mesmo de passar pelo Senado Federal, eu fiquei 12 anos no Ministério da Educação, e, dentro desse período de 12 anos no Ministério da Educação, no governo passado, a ansiedade era de informatizar, começou com os kits tecnológicos, que eram a televisão, o videocassete, antena parabólica e um gerador de energia para as escolas terem acesso a um canal de TV ou até mesmo acesso à televisão, que eles não tinham essa informação.

O que ocorreu com essa experiência? Muitas dessas localidades não sabiam manusear o equipamento eletrônico, mas muitas, mesmo. Era, assim, gritante nossa falta de cultura com o eletrônico.

Depois, no governo passado, se tentou muito informatizar, o programa do ProInfo, do Ministério da Educação, só que se tentou informatizar o oposto, colocava os computadores, os núcleos de estudos dos computadores, mas não tinha a rede para ligar os computadores, não tinha a energia para ligar, e os professores não tinham a capacidade de manusear os computadores.

Então, foi uma série de erros, na tentativa, começando do fim para o início, e o início para o meio, e não se chegava a lugar nenhum. O atual governo, o que ele fez? Esse programa do *back hall*, que está aí colocando, que são 3.124 municípios acessando, tendo o direito de ter o acesso. Porque essa é uma estrada que está chegando lá, não é o acesso em si, o acesso gera aí a necessidade da última milha, como o senhor falou, e aí vamos ver quem vai acessar.

A última milha, hoje, dentro da ANATEL, está sendo discutido quanto vai custar, de que forma vai ser cobrada. Quando isso estiver disponível à população, que será em 2010, de fato, nós vamos ter aí uma grande expansão do acesso à internet.

Mas como fazer para as pessoas acessarem e terem um acesso a isso? Incluindo nos currículos, as *lan houses* já vêm fazendo isso. Se você tiver oportu-

nidade de ver uma *lan house* no interior do Pará, você vai ver que as pessoas humildes estão acessando a *lan house*, geralmente jovens, jovens que têm a curiosidade e querem ver.

Então, há um desafio de colocá-lo no currículo escolar, vai ter que colocar nos currículos escolares, porque também os professores, as pessoas mais velhas têm uma resistência à tecnologia, é natural que tenham, é estranho aquilo, ou, às vezes, têm vergonha de explicar ao aluno que não sabem manejar esse equipamento.

Então, o que se precisa? Precisa fomentar, para que se façam cursos espontâneos, instantâneos. A própria escola faça curso para os pais dos alunos, a própria escola faça curso para o comércio local. Se não tivermos essa iniciativa, essa campanha e essa vontade do Ministério das Comunicações, do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, vai ser difícil fazer a informação chegar.

Nós temos programas de governo que já estão sendo implantados, mas há dificuldades do manuseio, você tem toda a razão. Eu acredito que um das políticas é a inclusão dessas matérias, como um curso transversal, nas escolas, urgentemente, não só nas escolas, como nas comunidades, nas ONGs. Tem muita ONG que está dando cursos rápidos e têm interesse de explicar à população, cursos itinerantes, que são interessantes. O governo vai ter que fomentar, não tem jeito.

Com relação à última milha, a tarifada última milha, se é que vai ser tarifa, está sendo discutida muito, as empresas que estão querendo fomentar o serviço do BPL, o PLC, que é banda larga na energia elétrica, também querem fornecer a última milha, elas têm condições de fomentar a última milha, em localidades com difícil acesso. É só uma questão de tempo para isso estar sendo elaborado.

Agora, tem uma colocação do Dr. Márcio Wohlers e outra do senador, que eu queria colocar aqui. Na questão da universalização da telefonia fixa, na qual ele fala que não está universalizada, que muitas localidades não têm orelhão, ele tem razão. A ANATEL aprovou, recentemente, o Plano de Metas de Universalização, que é dinheiro do FUST. O FUST está, a partir de 2010, colocando 64 milhões, em localizados, que são oito milhões de localidades, no período de três anos, um orelhão, que tem menos de 100 habitantes, quer dizer, locais que têm 60, 50 pessoas dispersas, elas se movimentam, inclusive, são pessoas itinerantes, vão ter acesso à telefonia, perto de um posto ou perto dum Correio ou perto de um bar, um comércio local.

Viu, senador? Ficou uma resposta sem lhe dar.

A ANATEL aprovou, recentemente, vai até para o conselho... Já foi para o conselho consultivo, o Plano de Metas de Universalização, que usa o dinheiro do FUST, para colocar orelhões em nove mil localidades que ainda não possuem orelhões, abaixo de 100 habitantes.

O senhor tem toda razão. A universalização, ela é extensiva, porque ela não se conclui. E essas pessoas que ficam itinerantes, pessoas que mudam e trazem sempre, elas mudam e levam, aquele local vira uma comunidade de 60 pessoas, vai ter o telefone, nesses três anos. Dá 64 milhões, o FUST vai bancar, porque não é obrigação das empresas, é do dinheiro do FUST, para essas localidades.

Com relação ao Dr. Márcio Wohlers, a ANATEL não regula tecnologia, não pode. Se nós cairmos para regulamentar tecnologia, acontece o que aconteceu com o MMDs e o LTE. O que é que um órgão regulador tem que participar de tecnologia? Isso não ajuda na competição, não ajuda. Se ajudasse, nós não tínhamos travado todo um setor por conta de uma frequência que quer ir para outro setor, que só terá condições de utilizá-la daqui a cinco anos.

A tecnologia que está sendo discutida, que é o LTE, em que peso que já me disseram que tem até 2010, alguns países que estão utilizando, não está no Brasil. A indústria já está fomentando para que ela venha, mas, até agora, as informações oficiais que eu tenho, é 2015. O país vai ficar esperando?

Se nós temos espaço para todos e tudo, não há por que esperar. E reforço, se a ANATEL entrar em regulamento de tecnologia, nós vamos ficar numa situação muito complicada. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Nelson Simões.

SR. NELSON SIMÕES: A primeira consideração é em relação à capacitação para o uso. Acho que nós temos muito a fazer, mas isso não é uma preocupação que eu teria, eu não teria essa preocupação e falo, assim, de uma iniciativa até que envolve universidades. Talvez a elite de todos os usuários brasileiros de internet, onde tudo nasceu e onde há, ainda hoje, grande carência para capacitação no uso de aplicações avançadas, nos centros de pesquisa, nas universidades, engenheiros, técnicos.

O que o Márcio falou é muito importante. A gente precisava formar uma legião de engenheiro que possa lidar com TI, TIC, nos próximos anos, que nós não estamos formando. Então, em todos os níveis, não só para o uso, mas para o projeto, para a implantação, o país tem grande carência.

Mas eu acho que, principalmente para esse uso do cidadão, na escola, no posto de saúde, é essen-

cial que se habilite o acesso. Quer dizer, ou a gente vai criar condições de igualdade para que o acesso, que, hoje, meus filhos têm em casa e que eles podem testar, aprovar, errar, aprender, e assim, hoje, vamos dizer assim, o método de lidar nesse novo ambiente, ou a gente vai continuar gerando gerações de excluídos digitais, que nunca viram, nunca usaram, não sabem como fazer.

Quer dizer, tem muito pouco tempo, isso era verdade, muitas organizações ainda é, em médias e pequenas empresas no Brasil. Quer dizer, não tem habilidades básicas. Mas eu não me preocuparia com isso. Acho que uma das coisas em que eu acredito é que a linguagem, essa linguagem que está chegando, que é a linguagem do audiovisual, ela vai favorecer muito a inclusão de muitas pessoas, que têm dificuldades, sim, em escrever, em se expressar corretamente, mas isso está mudando, e a gente vê em experiências dos projetos da cultura, de pontos digitais, na grande iniciativa do MEC, de colocar os polos funcionando dentro da Universidade Aberta, na formação de professores.

Quer dizer, tem todo um ambiente sendo criado, para incluir, e eu tenho visto a transformação até dos alunos que recebem seu computador e podem ligar na rede da escola e começar a tirar foto de si e mandar para o colega. Quer dizer, essa é uma vivência que precisa ser criada para todas as crianças no Brasil. Elas precisam ter esse tipo de inclusão para poder criar o potencial de fazer usos mais sofisticados.

Então, eu acho que, apesar de reconhecer o grande trabalho que a gente tem pela frente, nessa área, eu não acho que isso seja uma razão para não avançar rapidamente e não disponibilizar rapidamente acesso à plataforma.

Infraestrutura existe? Ela existe, mas ela carece, na minha visão, de muitos atributos de abrangência, de preço e de capacidade. Então, o país tem isso de uma forma muito desigual, e esse é o problema para a gente ter uma política de sucesso em banda larga, é preciso criar os mecanismos regulatórios e viabilizar infraestrutura onde não existe, para que isso ocorra. E, certamente, isso passa por competição; competição é excelente, se não houvesse competição no Brasil, a partir da privatização do sistema Telebrás, a RNP não estaria onde está hoje. Se a gente tem um *backbone* que é 10 Gb, em dez estados, é porque houve, em toda uma indústria de telecomunicações, que foi capaz de gerar isso para educação e pesquisa, em 2005.

Agora, isso se fez com muita pesquisa em desenvolvimento, com redes experimentais óticas, feitas com CPqD, com empresas brasileiras, que geraram produtos específicos para gerar uma solução de baixo custo,

adequadas às necessidades, que não estava sendo utilizado nenhum *backbone* IP, até então.

Então, eu acho que esse tipo de ingrediente falta, hoje, na nossa indústria de telecomunicações. Tem que ter mais. Porque parte dos custos são devidos a legados, a infraestruturas ineficientes, e a gente está vendo os problemas ocorrendo no mercado de telecomunicações.

Não é que eles não estejam preparados para, mas é preciso criar certos incentivos, para que o grau de eficiência e produtividade dessas infraestruturas e capacitação desses recursos seja muito maior do que a indústria tem hoje.

Então, na nossa experiência, a competição viabilizou muita coisa, nos últimos anos, mas ela não existe em muitos mercados e em muitos lugares, e aí precisa entrar a política pública, favorecendo a competição e, quando não é possível, universalizando algo que não pode esperar.

Até para esclarecer ao Senador Flexa Ribeiro, aquele valor que está na apresentação é um valor que mostra, é uma comparação, é o custo básico de uma infraestrutura de muita alta capacidade, que foi feita e aprovada RNP nas capitais, então, é um custo por megabit para uma capacidade de 1 Gb. Obviamente, isso não é preço. A NP não tem departamento de marketing, não vende, não tem atendimento 24 horas, mas isso é uma comparação do que a inovação--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A tributação está aí dentro?

SR. NELSON SIMÕES: A tributação está aí dos equipamentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está dentro dos 4%?

SR. NELSON SIMÕES: Está dentro dos 4%, dos equipamentos, da operação. Então, isso foi feito utilizando tecnologia, que demonstra que é possível ser eficiente, numa área metropolitana, e integrar as instituições que demandam alta capacidade. É um parâmetro, é um parâmetro para a gente pensar o que a gente pode fazer nessa área.

E, em relação a isso, é importante notar que, se a RNP não fizesse, não seria feito para as universidades brasileiras, então, a forma de fazer também é importante. Porque as 600 instituições que fazem conhecimento no Brasil, elas precisam de uma rede na fronteira. Se você licitar e tentar comprar no mercado, você não vai achar. Então, essa é uma dificuldade que alguns estados, alguns municípios, até o próprio governo, para tratar telemedicina, educação a distância e formação de professores, vive no dia a dia. Então, ou você dá respostas a isso, e isso eu entendo que tem criado oportunidades para o empreendedor público,

que está fazendo, alguns estados fizeram, a RNP tem feito com relativo sucesso, ou você simplesmente não vai ter solução.

Quer dizer, a redução de custo é imensa, obviamente, o estado consegue fazer isso com grande sacrifício, mas ele está atuando, de fato, nas falhas do mercado, ele está atuando onde o mercado não tem conseguido, até então, prover soluções de custo, de abrangência, de capacidade.

Então, isso deve, sim, estar como uma preocupação contínua, de tal forma que as políticas possam induzir essa competição, possam resolver essas falhas. E, até para dar um exemplo, das 27 redes metropolitanas, que são esses anéis ligando as instituições, a única cidade onde nós não precisamos fazer um processo de implantação, de construção da própria rede, foi São Paulo, que é quase outro país. Você consegue chegar lá e licitar uma infraestrutura ótica avançada por 20 anos, a um custo, com competição.

Então, nós queremos competição, também, em Marabá, em Santarém, nós queremos ligar a Universidade Federal do Oeste do Pará a 10 Gb, porque ela é igual à UFRJ, à Federal do Paraná, à UFMG ou ao INPE, e isso demanda, às vezes, uma ação em que você vai ter que ir e implantar e implementar. É o que a gente está fazendo junto com o Governo do Estado, nós vamos ter uma infraestrutura muito boa para ligar ao interior do Pará.

Então, eu acho que é um pouco isso. A gente vive um momento, onde temos uma oportunidade de formular políticas para incentivar competição, mas também temos uma oportunidade de atuar, principalmente, ligado às políticas públicas mais importantes, para suprir essas deficiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Nelson Simões. O Dr. Márcio Wohlers teria um comentário ainda a fazer.

SR. MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA: É só um comentário, não sei se sobrou uma pecha, aqui, que eu não sou, não seria favorável à competição, muito pelo contrário, eu sou favorável à competição, eu estava querendo só enfatizar que os países asiáticos, eles escolheram, certamente, não foi o órgão regulador que escolheu, foi o governo, de muita colaboração entre as empresas de P&D, e tem competição, dentro de uma tecnologia hegemônica.

Então, quando eu visitei o Japão, por exemplo, a figura do Zico vendia, como o Zico era muito popular como técnico lá, ele vendia serviço para uma empresa. A Embratel de lá também tinha uma concorrência, também. Então, a concorrência, dentro das empresas, é muito forte, inclusive, na China, hoje.

A China, hoje, que é um partido comunista, dominando as telecomunicações, tem concorrência da China. Ou seja, China tem pelo menos duas grandes empresa de telecomunicações que concorrerem entre si. Uma empresa de telecomunicações oriunda da ferrovia, outra empresa oriunda da energia, só que ambas comprem equipamentos da Huawei, ou seja, Huawei é grande fornecedora de telecomunicações, que nem no Japão.

O Japão tem uma concorrência feroz, mas dentro da concorrência IDN, ou seja, de jeito nenhum, eu defendi o monopólio, ou seja, existem empresas, a ANTT é uma empresa que é obrigada a fazer um *unbundling*, a banda larga, no Japão, é uma das maiores do mundo, junto com a França, porque o órgão regulador e o governo obrigaram a fazer o *unbundling*. Tem uma concorrência feroz, mas a tecnologia hegemônica definida pelos órgãos de P&D, etc. obrigaram uma tecnologia única, para ter economia de escala.

Jamais eu defendi o monopólio, eu defendi a concorrência, mas esses países se especializaram e exportaram uma concorrência definida, uma tecnologia defendida pelo Estado. A maneira de oferecer à população é fortemente concorrencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Márcio Wothers.

Eu teria uma colocação a fazer e endereçar uma pergunta à Dra. Emília. A informação que nos chega é que, até o final de 2010, não haverá mais regiões ou áreas de sombra, no que tange à comunicação via telefonia celular. Porque, em diversas regiões do país e em áreas de estados, há uma grande reclamação de que o celular não pega, de que, no trecho tal, fica mudo, então, ao mesmo tempo, vem a informação de que, até o final de 2010, essas zonas de sombra definitivamente desaparecerão.

Eu gostaria de saber da Dra. Emília se ela tem conhecimento disso, e, sendo isso verdadeiro, se é factível que aconteça em 2010 e, se não é verdadeiro, por que não pode isso ser alcançado.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Presidente, a pergunta é bastante pertinente. Até 2010, quando se fala até 2010, foi porque nós tivemos uma licitação em 2007, e o 3G tinha que fazer a expansão, e, pela licitação, começaria da ponta, do centro, porque geralmente as licitações eram do centro para as pontas.

As empresas que ganharam a licitação, que são as empresas de telefonia móvel, têm que implantar o 3G até 2010. Mas isso não significa que os pontos de sombra estão externados, porque isso depende de torres, de estações, e, hoje, há um conflito enorme entre as empresas de telefonia e alguns governos municipais,

estaduais, para a implantação dessas torres, por causa da radiação, por conta da localização.

Juiz de Fora, então, é o ponto que mais me vem ao gabinete, em termos de reclamação. Vem o prefeito, vem a comunidade, vêm médicos e vêm as empresas de telefonia, que querem prover o serviço, mas não podem pôr torres, porque a lei municipal não permite.

O Congresso Nacional aprovou uma legislação sobre essa questão das torres de telefonia, e o Presidente Lula sancionou, mas a lei federal ainda não conseguiu amparar as empresas, para se dispor da questão do terreno local, para se colocar uma torre. Então, há um problema que tem que ser resolvido, a cada caso, é local. Esses casos estão sendo arbitrados, a ANATEL, em muitos dos casos, têm entrado para ajudar na questão. E a população fica sem saber o porquê, às vezes, da sombra, do porquê daquela sombra.

Aqui mesmo, em Brasília, se sai do aeroporto e pega o Eixão Sul e vem até a rodoviária, perto do Banco Central, tem uma falha, aliás, não só perto do Banco Central, ali na entrada do Eixão Sul e na saída do Eixão, para ir para o Norte, tem duas falhas ali. Eu já até avisei as empresas de telefonia. Você está falando, a linha cai, você está indo, a linha cai. Olha lá o presidente da ACEL ali.

Mas isso não é culpa das empresas de telefonia. É culpa da questão... é local. É municipal. Há autorização para se colocar essas torres, há uma dificuldade para isso e há um conflito constante. Eu estou citando Juiz de Fora, porque o presidente da ACEL, não o senhor, mas o anterior, esteve comigo, e eu estive inclusive na Câmara de Vereadores. Então, é uma situação que não se resolve até 2010. São situações jurídicas, localizadas e que vão persistir à medida que as pessoas vão abrindo ou o gestor local deixe colocar as torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E, no caso de Juiz de Fora, especificamente, é o caso da uma legislação municipal, que impede a colocação dessas torres?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, de uma legislação municipal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E o prefeito atual ou o prefeito anterior não se sensibilizou em tentar modificar essa lei?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Sim, ele fica numa situação constrangedora, porque ela fica com a Câmara de Vereadores dividida, e, politicamente, é difícil explicar a necessidade, porque fica faltando o acesso, mas, ao mesmo tempo, há aquela preocupação das pessoas com a questão da saúde, porque a radiação da torre gera câncer. Isso é mais complexo do que parece.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E que não é verdadeiro isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdadeiro isso?

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Essa é um pergunta interessante. O CPqD tem um estudo sobre essa questão, e a ANATEL acompanha sempre. Há uma radiação, mas não gera câncer, não causa nenhum problema de saúde, isso tudo está previsto na instalação da torre, nas regras, e, até hoje, eu não conheço ninguém que teve câncer por causa de um telefone celular, pelo menos, comprovadamente, não me veio, nenhum um telefone.

Lembra quando veio o telefone fixo de mesa, que as pessoas tinham dificuldade de atender, por problemas disso ou daquilo... Tinha alguns mitos, não era de todo verdade, a mesma coisa no telefone celular. Há estudos, tem estudos no CPqD interessantes sobre este assunto, mas não é nada comprovado, não tem nenhuma comprovação de que gera problema para a saúde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Collor, essas áreas de sombra eu acredito que 2010, 2015, 2020 nós não vamos conseguir superá-las.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI: Senador, o problema sabe o que é? A tecnologia avança. E, hoje, a rede que está suportando um telefone digital, amanhã, sabe Deus o que será. Como hoje eles estão substituindo os telefones analógicos para os digitais, tem que mexer no equipamento, e, sempre mexendo no equipamento, há, de fato, um acompanhamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lá no Pará a gente já sabe, diz: "Olha, vamos para a estrada, até o quilômetro tal, a gente pode falar, do quilômetro tal adiante, não vamos falar, só vamos falar adiante", ou, então, tem que subir numa montanha, num morroinho, para poder falar, porque embaixo não fala. Tem essas características da Amazônia, que é diferenciada de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É verdade, senador. Aqui mesmo em Brasília, que é a capital do país, em várias áreas por onde nós passamos, a gente já sabe que, passou por ali, vai cair a ligação, vai cair a chamada.

Mas eu gostaria de agradecer, em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a presença do Dr. Márcio Wohlers, da Dra. Emília, do Dr. Nelson, pela presença nesta Audiência Pública, muito esclarecedora.

Devo registrar, também, uma particular satisfação, porque, 20 anos atrás, se aqui estivéssemos tratando de questões da infraestrutura na área de telefonia, nós estaríamos... ou de computação, nós estaríamos tratando com integrantes da CACEX para saber por que

as guias de importação estavam demorando tanto, porque havia uma legislação que dizia que, havendo similar nacional, não poderia haver importação, e nós estávamos, naquela época, com computadores que eram mastodontes, quatro gerações atrás daquela que era disponibilizada no *Joint Store(F)* americano.

Então, hoje, estamos falando em banda larga, em telefonia celular, em computação, em universalização da computação para o acesso a todas as escolas, das novas gerações, para que saibam manejar convenientemente este novo mundo, esses instrumentos do novo mundo, e que sejam alfabetizados digitalmente

Na expectativa de que os senhores também tenham tido aqui a oportunidade de colocar o que desejam, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, as palavras que V. Exa. proferiu agora identificam bem e esclarecem à Nação brasileira que o Brasil foi descoberto antes de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, o Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pela presença, pela participação sempre ativa do Senador Flexa Ribeiro.

Agradecendo, esperando que todos os senhores que aqui vieram também tenham se deparado com um bom debate, para que fique esclarecida a população que assiste à TV Senado.

E convoco todos os senhores membros desta Comissão para a próxima reunião, que se realizará no dia 26 de novembro, quinta-feira próxima, às 8h30 horas, neste Plenário.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

Sessão encerrada às 21h04.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE OUTUBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, José Nery,

Jefferson Praia, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, e, ainda, do Senador Inácio Arruda, não membro da Comissão. Justifica a ausência o Senador Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença do Deputado Eudes Xavier. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de “discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Semi-Árido Nordeste – 100 anos do DNOCS”, em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 13/2009-CDR, de autoria dos Senadores José Nery, Inácio Arruda e Leomar Quintanilha, tendo como convidados os Senhores Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Antônio Rocha Magalhães, Consultor do Ministério do Meio Ambiente; José Otamar de Carvalho, Consultor do Ministério da Integração Nacional; Antônio Filgueira Galvão, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID; João Reis Santana Filho, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; e Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Senhores: Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; José Otamar de Carvalho, Consultor do Ministério da Integração Nacional; Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação; e do Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento Hidroagrícola da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional, representando o Sr. João Reis Santana Filho. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, autor do Requerimento, César Borges e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Declaro aberta a 25ª Reunião da

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura.

A Ata da reunião anterior será apreciada quando houver número. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no semiárido nordestino, sem anos do DNOCS, em atendimento ao Requerimento nº. 12 e 13/09, CDR, de autoria dos senadores José Nery, Inácio Arruda e Leomar Quintanilha.

Temas a serem abordados. Primeiro painel: “Papel do DNOCS no semiárido nordestino”. Segundo painel: “Perímetros públicos da irrigação: necessidades e potencialidades”.

Encontram-se presentes para a Audiência Pública os seguintes convidados. Já os convidamos para tomar assento à Mesa. Dr. José Otamar de Carvalho, consultor do Ministério da Integração Nacional (MI) [palmas]; Dr. Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação (FAPID) [palmas]; os senhores Antônio Rocha Magalhães, consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Antônio Carlos Filgueira Galvão, diretor do Centro de Gestão e Estudo Estratégico (CGEE); e Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, também convidada para esta Audiência Pública.

Encaminhar expediente à secretaria da Comissão, justificando suas ausências.

Em conformidade com o art. nº. 94, do § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpegação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos. A palavra das senhoras e senhores será concedida na ordem de inscrição. Os interpeantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpeado. Concedo a palavra ao Sr. Dr. José Otamar de Carvalho, para fazer sua exposição.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Bom-dia a todos e todas. Sr. Senador Neuto De Conto, Sr. Presidente da FAPID, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras. Nós vamos ter uma manhã de discussões que poderia ser bem mais interessante, se os três companheiros: Antônio Carlos Galvão, Tânia Bacelar e Antônio Rocha Magalhães tivessem podido comparecer, mas, motivos de força maior, já explicados ao Senado e à Comissão, impediram que eles aqui estivessem.

A exposição que vou fazer, dentro do painel ou das discussões desta Audiência Pública, “O papel do

DNOCS no desenvolvimento do semiárido nordestino”, está referida a esse título que aí aparece, neste primeiro slide, a propósito do soerguimento do DNOCS na passagem do seu primeiro centenário.

Esse, a propósito do soerguimento DNOCS, está assim posto porque eu produzi para o DNOCS, para a revista, mais especificamente, para a *Revista Conviver*, no número especial comemorativo, editado em comemoração aos 100 anos da SUDENE, um texto exatamente sobre este título: “O soerguimento do DNOCS”.

E eu vou falar sobre alguns dos aspectos relacionados ou estudados, trabalhados neste artigo, que se encontra na revista. A revista está aqui, isso é um boneco, ela ainda não está pronta, deve estar saindo. O Dr. José Alberto de Almeida, coordenador de planejamento do DNOCS, pode explicar o andamento dos trabalhos da publicação da revista.

Os tópicos que eu pretendo abordar, alguns com mais detalhes e outros com menos, e talvez simples referências aos itens escritos, são estes aí: o artigo sobre o soerguimento do DNOCS, as hipóteses pressupostas e evidências que eu estou utilizando para dizer que o DNOCS tem futuro; a criação e vigor das instituições, o que faz com que as instituições tenham ou percam seu vigor; as longas tentativas de reestruturação do DNOCS; e um projeto de futuro para o DNOCS.

Este mapa aí é apenas para mostrar a vocês, como contexto, o Nordeste, com as áreas de incidência de seca. Esta área, aqui, esta primeira área que pega o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e um pedaço do Piauí é a área onde 81% a 100% das secas, desde que se tem informações sobre ocorrência de secas, elas acontecem. Ou seja, é o centro, é o miolão do semiárido do Nordeste brasileiro. É a área onde as secas ocorrem por conta da influência da frente de convergência intertropical que incide, desce da região Norte e vem em direção ao Nordeste. E, quando a frente vem do Norte e se sobrepõe ao saliente nordestino, nós temos chuvas e temos inverno. Temos inverno, temos chuva e temos safra. Quando ela vem, vai embora para o mar ou vem dar um passeio e volta, nós temos as secas.

As secas ocorrem também por conta da frente polar atlântica, no litoral, nas áreas próximas ao litoral, e de outras frentes que incidem no sentido sul/norte e nordeste. Pode passar.

Este artigo que está aí no primeiro item: “O soerguimento do DNOCS”, quando me pediram para escrever, pediram para escrever um texto de umas dez a 20 páginas, e eu acabei, por interesse no assunto, escrevendo um texto de 70 páginas, que, na revista, por conta das fotografias, está com 90 páginas.

Foi um esforço para tentar entender, não apenas contar histórias a respeito da IOCS, IFOCS e DNOCS, mas tentar entender o que é que essas instituições fizeram, por que elas fraquejaram, por que elas não resolveram determinadas questões e como é que elas resolveram grandes questões no Nordeste.

Essas hipóteses, melhor seria eu ter posto, ter mudado aí a ordem, as evidências, os pressupostos e as hipóteses, porque eu termino esse item 2 aí com a minha hipótese principal. Mas as evidências são os determinantes da criação de todas as instituições de ação regional no Nordeste.

IOCS, IFOCS, DNOCS, Banco do Nordeste, SUDENE, CHESF, Comissão do Vale do São Francisco, depois SUVALE, depois CODEVASF, todas elas foram criadas em função da necessidade de se produzir e melhor gerir água, para resolver os problemas de desenvolvimento da região Nordeste.

A questão da gestão, conservação e gestão dos recursos hídricos é uma questão recente, é uma questão nova, porque, durante muito tempo, todas essas instituições e, em particular, DNOCS e Comissão do Vale, hoje CODEVASF, essas duas instituições procuraram resolver, ou melhor dizendo, procuraram realizar uma adequada gestão de oferta de recursos hídricos, porque água armazenada não havia.

Com o passar do tempo, a água armazenada passou a não ser suficiente. Não porque o estoque *versus* o valor, o volume da demanda não fosse suficiente, ou seja, as disponibilidades não fossem maiores do que a demanda, mas por conta da localização das áreas onde a água estava armazenada. Ou seja, um problema de distribuição espacial das reservas de água armazenada.

E aí é importante que nós entendamos uma questão que não é objeto direto da minha discussão, mas que é preciso mencionar. Aqueles que dizem que não é preciso mais armazenar água no Nordeste falam assim por entenderem que as disponibilidades de água, a oferta de água armazenada ou armazenável nos açudes e barragens é superior, em volume, à demanda pelos diferentes usos da água.

Essas pessoas, por querem ou por não compreender bem as questões, confundem estoque com fluxo. Em matéria de administração, gestão de recursos hídricos, o que importa, o que interessa não é apenas o estoque, a água armazenável num açude ou a água disponível num poço, mas o fluxo da água. Nós temos que ver qual é a disponibilidade de água por unidade de tempo. É “x” milhares ou “x” unidades de metros, expressa em metros cúbicos ou litros por segundo, está...

Eu ia errando, aqui, uma concordância [risos]... O que eu quero dizer é que o que interessa é saber quanto existe de água por unidade de tempo, porque o que importa é a garantia da água para os diferentes usos.

Se eu digo que há oitenta e tantos bilhões de metros cúbicos armazenáveis ou que há uma capacidade de armazenamento de água no Nordeste semi-árido de mais de 80 bilhões, eu não posso dizer que existem 80 bilhões de metros cúbicos de água neste ano, no próximo ano ou em qualquer ano. Existe uma possibilidade de estocagem desse volume.

Mas o que interessa é quanto é que há de água que possa ser usada por ano, por mês, por dia. Isso é o que importa, ou seja, a noção, importante aí é a de fluxo [soa a campainha] *versus* estoque.

Aí, nesse segundo ponto, a evidência é apenas para dizer que uma instituição que consegue chegar a 100 anos alguma coisa de boa ela há de ter feito.

Esse terceiro ponto é a falta de projeto para a exploração de terras semiáridas no Nordeste, desde o tempo da colônia. Dr. Celso Furtado diz, no livro *A Fantasia Desfeita*, que, se tivesse havido um projeto de aproveitamento das terras semiáridas do Nordeste por parte da coroa portuguesa, obviamente, a situação do semiárido não seria a que ainda hoje existe.

E a minha hipótese principal é a de que o DNOCS pode, de fato, cuidar da gestão integrada dos recursos hídricos do semiárido. Como hipótese, eu entendo uma verdade que não foi comprovada, mas que, a respeito da qual, há evidências que podem ser comprovadas e que todos têm conhecimento dela. Pode passar.

Esse terceiro ponto: criação, perda de vigor, falecimento, recriação, vigor e força das instituições. Aí eu vou tentar ser bem breve aí, para poder ficar com um pouquinho mais de tempo para o item 5, que é o do projeto de futuro do DNOCS.

A natureza das instituições regionais. Tanto aqui no Brasil, no Nordeste, como em qualquer parte do mundo, onde foram criadas instituições com a denominação de “entidade regional” tal, para resolver problemas regionais, essas instituições foram criadas com um caráter extraordinário.

Em primeiro lugar, para... foram criadas para resolver um problema específico. E, para resolver esse problema específico, elas foram estruturadas de forma a poderem apresentar ou se caracterizar como instituições especiais. Como aconteceu com a IOCS, como aconteceu com a IFOCS, como aconteceu com o Banco do Nordeste, como aconteceu com a SUDENE e todas as outras instituições, Banco do Nordeste, Comissão do Vale do São Francisco, porque foram criadas para resolver, num determinado período de tempo, um de-

terminado problema, que era considerado grave e que deveria ser solucionado.

O que eu estou querendo dizer do DNOCS à SUDENE? Eu quero dizer aí o seguinte, mesmo que doa, no ano em que a SUDENE foi criada, 1959, começou o período... ou o ponto da curva normal de descenso ou de perda de importância do DNOCS. Em 1959, o DNOCS tinha 50 anos, completou 50 anos em outubro de 59, a SUDENE foi criada e instituída e passou a funcionar em dezembro de 1959. É como se a SUDENE fosse um prolongamento do DNOCS, mas, na medida em que se prolongava, em que procurava resolver determinados problemas na perspectiva do desenvolvimento e numa perspectiva positiva, o DNOCS passou a perder importância, passou a perder importância, perdeu espaço e ficou meio solto – desculpe a expressão –, ficou meio “baratinado”, diante da nova forma de enfrentamento dos problemas do Nordeste, numa perspectiva que era um pouco ou razoavelmente diferente da perspectiva do DNOCS.

Do DNOCS à SUDENE, portanto, há uma passagem complicada que nós precisamos entender, para poder saber por que o DNOCS – como vai ser dito um pouco à frente – é extinto, retorna, por que a SUDENE é extinta e passa um bom período morta e, um belo dia, ressuscita, mas não como uma extinção... Como uma anulação do ato de extinção, mas como uma recriação.

A extinção e recriação do DNOCS, eu acho que o DNOCS foi extinto em 1999, por um ato... por uma Medida Provisória de reestruturação da administração pública brasileira, e quem... E a volta do DNOCS à vida, no meu modo de entender, se deve muito a esta instituição chamada SOAD, Sociedade Amigos do DNOCS, que soube trabalhar com as forças políticas do Nordeste, conservadoras ou progressistas.

Foi uma frente das forças políticas do Nordeste que se organizaram e resolveram trabalhar para impedir que a extinção do DNOCS se tornasse efetiva, *per omnia secula*. Então, isso se deve... Esse pessoal se deve aos deputados, aos senadores do Nordeste, à frente parlamentar do Nordeste, que lotou e conseguiu fazer com que o DNOCS revivesse.

A extinção e recriação da SUDENE já têm... A extinção e recriação da SUDENE já têm uma característica diferente. Quando a SUDENE é extinta ou quando começaram as conversas de que a SUDENE poderia ser extinta, os que eram “sudeneanos”, ou que defendiam a SUDENE, diziam o seguinte: “Eu não acredito que o Presidente Fernando Henrique extinga a SUDENE, porque ele é amigo do Dr. Celso Furtado. Ele não vai fazer isso com o Celso Furtado vivo”. Mas ele fez, ele fez. Houve uma série de razões consideradas

determinantes para a extinção da SUDENE, mas, na realidade, a SUDENE foi extinta porque ela já tinha, naquele momento, perdido a força para resolver os problemas em relação aos quais ela tinha sido criada ou por conta dos quais ela tinha sido criada.

As outras instituições regionais que eu mencionei que estão bem, são a CHESF e o BNB, porque tratam de negócios que independem... que independem não em absoluto, mas que independem das forças políticas, tanto quanto dependia o DNOCS com a SUDENE.

A CHESF porque funciona em virtude da circunstância de ter se “adonado” das águas do São Francisco. O São Francisco é patrimônio da CHESF. Faz-se com as águas do São Francisco o que a CHESF achar que deve ser feito. O BNB porque trabalha com a mercadoria que a todos interessa e, em função do dinheiro barato que coloca nas mãos dos setores produtivos, o Banco do Nordeste é uma força que deve ser preservada.

Isso daí me faz colocar esse item 3.6, que as instituições sustentadas por relações sociais que aparecem sobre diversas formas e denominações: lutas, interesses e conflitos de classe.

E aqui eu faço uma diferença específica entre lutas de classe e conflitos de classe. Luta de classe é a luta entre capital e trabalho. Conflito de classe é a luta no interior de uma dada classe, é a luta dos segmentos da classe trabalhadora, é a luta dos segmentos da classe empresarial.

E termino aí com uma referência a uma ênfase que é dada no livro *A Grande Transformação*, do Karl Polanyi, sobre as razões que nos levam e que levam as instituições a lutarem por determinados interesses. Pode passar.

A construção de institucionalidades. Quer dizer, quando se cria uma instituição como o DNOCS ou a SUDENE ou quando se trata de criar institucionalidades para resolver problemas que estão órfãos de instituições responsáveis, como hoje acontece no Nordeste brasileiro e principalmente em suas áreas semiáridas com os problemas de desertificação, as instituições, para resolver esse problema, são criadas em função dessa percepção dos interesses e dos conflitos de classe, que estão sendo tratados pelos diferentes segmentos, pelos diferentes atores sociais da região.

Informação... Esse quarto ponto é para mostrar a importância do DNOCS, em relação à sua produção intelectual, técnica e científica. Eu, para fazer isso, eu cheguei à conclusão de que a produção de documentos, como esta revista ou como os boletins técnicos que o DNOCS produziu ou como os estudos, os trezentos e tantos estudos que o DNOCS, como DENOCS ou como IFOCS ou como IOCS, produziu de 1909 até os dias de hoje.

Então, eu digo que a produção e a divulgação de documentos técnicos e científicos constituem variáveis e indicadores de... importantes a respeito do vigor das instituições. Ou seja, quando uma instituição está viva, ela ainda está produzindo informação... Sistematizando e produzindo informações, principalmente sobre o que ela faz, para mostrar o que é que pode ser feito a partir do trabalho que aquela instituição realiza.

De 1909 a 2009, a IOCS, IFOCS e DNOCS produziram 382 estudos das mais diversas naturezas e várias publicações técnicas. De 34 a 2002, a IFOCS e o DNOCS, aí eu já tiro a IOCS, porque a IOCS, ela desapareceu em 1919, e pego 34, porque 1934 foi o primeiro ano da publicação dos boletins da IFOCS, que depois se transformaram em boletins do DNOCS.

Então, nesse período aí, IFOCS e DNOCS produziram 103 números de seus boletins. Há publicações... O DNOCS tem três publicações que relacionam tudo o que foi produzido pela IOCS, pela IFOCS e pelo DNOCS desde 1909, tanto em relação a estudos como em relação a boletins técnicos.

Pode passar. O que vai aparecer nessa tabela aí que vocês não vão ver, mas ela está no texto e no arquivo. O texto que está publicado aqui nesta revista, ele... O arquivo, eu cedi para a Comissão, para o caso de terem interesse e quererem utilizar antes de receber a revista.

Então, aí tem, apenas interessa dizer o que é que consta dessa tabela. É a relação do que foi produzido em alguns subperíodos do período de 1909 a 2009. Pode passar.

Dos boletins à *Revista Conviver*. A *Revista Conviver*, ela foi iniciada em 2003. Foi iniciada para ser publicada como revista de frequência trimestral. Mas, até hoje, de 2003 a 2009, ou seja, seis anos, foram publicados cinco números. Este é o sexto número. O que mostra as dificuldades que a instituição teve, nesse período, para publicar a revista. Isso se deve... A publicação dessa revista se deve, na minha opinião, em grande parte ao esforço, à dedicação do ex-diretor do DNOCS, o Dr. Eudoro Santana, que foi quem concebeu e quem pôs em prática a ideia de publicar a *Revista Conviver*.

Esse item 4.4 é só para mostrar o seguinte: num determinado momento das minhas reflexões, ao escrever o artigo, eu digo: o que é que aconteceu? Nós estamos comemorando, este ano, 100 anos. Ou seja, quatro quartos de século. O que é que o DNOCS fez para... Quando completou o primeiro quarto de século, os primeiros 25 anos, o segundo quarto de século, o terceiro e o quarto. Para comemorar o primeiro quarto de século, 1909 a 1934, em 1934, quando completa 25 anos, o DNOCS não... A IFOCS, que, na época,

era IFOCS, não possuiu nada. Mas eu posso dizer que fez uma produção importante, porque, naquele ano, a IFOCS criou o boletim da IFOCS. E, nesse ano de 1934, publicou 12 números. Quer dizer, quando a gente pega o boletim de 1939, o boletim técnico nº. 1 do DNOCS, que a gente vê o corpo editorial, que lê, a gente vê lá os nomes dos grandes nomes do DNOCS. Os grandes nomes estão todos nessa... no quadro dos que eram, foram responsáveis pelo boletim do DNOCS.

O segundo quarto de século, 1959, o DNOCS produziu um boletim, o boletim... O boletim que teve como título na capa: "Salve 21 de outubro de 1909", que foi também um boletim constituído por uma série de artigos produzidos pelos profissionais mais destacados do DNOCS. Com um artigo do próprio diretor-geral, na época, o engenheiro... O engenheiro José Cândido de Paula Pessoa.

No terceiro quarto de século, 1984, o DNOCS produziu, comemorou os 75 anos com a produção de um livro: *O DNOCS e o Novo Nordeste*. Em dois volumes, escritos por três profissionais importantes lá do Ceará, o escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos; o popular Manuelito Eduardo, jornalista, escritor, teatrólogo; o historiador Geraldo Nobre e o historiador João Alfredo Montenegro.

Então, este livro tem um prefácio longo, escrito por outro escritor importante do Ceará, o professor... o professor Francisco Alves de Andrade e Castro, que fez uma síntese do que os dois volumes queriam dizer.

O primeiro volume é um volume de análise sobre tudo que aconteceu na vida do DNOCS, até aquele ano, desde a IOCS até o DNOCS. E o segundo volume é um volume de estatísticas sobre tudo o que o DNOCS fez em todas as áreas: construção de açudes e barragens, estradas, aeroportos, postos, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água, campos de pouso... O que o DNOCS fazia, até 1950, 50% das estradas federais existentes no Nordeste foram construídas pelo DNOCS, foram construídas pelo DNOCS.

Esse item: projeto de futuro do DNOCS, o que eu fiz, na realidade, eu queria perguntar ao Sr. Presidente, eu sei que tem menos expositores, se eu posso continuar com essa conversa mole por quanto tempo mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O tempo que nós temos por hábito é dez minutos. O senhor já está com 20. Mas vamos deixar mais dez minutinhos.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Pois não, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de chamar o Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, diretor de desenvolvimento

hidroagrícola da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério de Integração Nacional, que vem representando o Sr. João Reis Santana Filho, secretário executivo do Ministério de Integração Nacional. Faça o favor. Muito obrigado.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Bom, esse item 5.1: longo caminho das reestruturações do DNOCS. Isso, no texto da revista, é da gente ler e quase chorar, porque o caminho das reestruturações do DNOCS, de 1963 para cá, tem sido um caminho difícil, doloroso. As tentativas que o DNOCS tem feito para se reestruturar, para atender às demandas, para fazer mais do que já fez até hoje, constitui um percurso... um percurso complicado, extremamente complicado.

Houve reestruturações da segunda metade do século 20 para cá, e eu aí... Aí, não, no texto, mas o que eu ponho aí, essas reestruturações da segunda metade do século 20, fazem parte dos esforços que o DNOCS realizou junto a diferentes ministérios de 1963 para cá. E todas... E, à exceção da lei de 1963, que define a estrutura básica, a primeira estrutura, em caráter mais ou menos definitivo do DNOCS, o DNOCS passou por várias mudanças ou tentou várias mudanças, e essas modificações sempre pararam na burocracia. Não na burocracia dos técnicos, porque técnico não tem força. Isso é preciso a gente entender, quem tem forças são os atores sociais. Técnico faz o que os atores sociais, que têm força, mandam ou sugerem com delicadeza, mas mandam que se faça.

Quando um técnico acha que fez... alguma coisa aconteceu porque ele trabalhou a favor daquele evento, ele está muito enganado em pensar que a opinião dele prevaleceu. O que prevaleceu foi a força daqueles que mandam, que têm poder. Seja poder do lado das forças ligadas ao trabalho, seja do lado das forças ligadas ao capital. Mas, como nós vivemos... Isso é outra questão que eu, sempre que posso e me deixam, eu gosto de enfatizar. Nós vivemos num Estado onde a economia é capitalista. Então, se o Estado é capitalista, ele não pode fazer o que a classe dos trabalhadores quer. Ele faz uma parte, porque, sem ela, ele não sobrevive. Mas o mando, no meu modo de entender, continua sendo do capital.

Então, as reestruturações havidas na segunda metade do século 20, elas foram complicadas, o DNOCS não conseguiu fazer nada até 1999, quando foi extinto, e, na linha daquilo que eu já mencionei, e voltado à vida por conta do esforço realizado pelas forças sociais conservadoras ou progressistas do Nordeste.

Eu destaco essa reestruturação trabalhada em agosto de 2006 e a reestruturação iniciada em novembro de 2007, porque essa de 2006, ela faz parte

do chamado “Projeto DNOCS 100”, que foi uma concepção do Dr. Eudoro Santana. Dr. Eudoro Santana tentou criar uma... ou melhor, reestruturar, fortalecer, revigorar o DNOCS, na perspectiva de um projeto que desse... que fortalecesse – como nós vamos ver nos slides seguintes –, que fortalecesse o que ele tem de importante no seu patrimônio técnico, cultural, imaterial e de recursos humanos.

Esse trabalho iniciado em agosto de 2006, ele foi continuado em novembro de 2007, quando o DNOCS, sob a... sob, não, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, consegue fechar um programa de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o ICA, para estruturar o novo DNOCS ou dar uma nova... uma nova roupagem ao DNOCS, numa perspectiva de conservação dos recursos naturais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade das instituições, dos negócios e de todas as demandas e necessidades da região. Pode passar.

Agora, aí eu estou colocando, não vou detalhar, mas é só, esse item 5.2 é só para dizer o seguinte: o DNOCS não terá futuro, assim como a SUDENE não terá futuro, se não for concebido e estruturado um projeto de desenvolvimento para a região, a exemplo do que houve em 1956 ou o que foi construído em 56 a 59 e que culmina com a criação da SUDENE. Um projeto de desenvolvimento do Nordeste que esteja articulado com o projeto de desenvolvimento nacional.

O que é que o Brasil quer? O que é que o Brasil quer com o Nordeste? O que é que o Nordeste tem que fazer para promover a integração da economia regional à economia nacional e a outras economias? Sem esse projeto para o Nordeste, articulado a um projeto nacional, nós não podemos esperar um fortalecimento, um revigoramento, um soerguimento do DNOCS ou da SUDENE. Pode passar.

Aí eu queria... Eu queria ler isso que infelizmente ficou em tamanho menor, sobre a ideia do projeto nacional, pegando uma percepção do professor Carlos Lessa, ao escrever, ao escrever sobre o assunto. Sobre o projeto nacional, ele disse o seguinte: “Que o sonho do G20 talvez venha a se materializar em um futuro remoto, porém o Brasil pode retomar o desenvolvimento do passado e superar a mediocridade dos últimos 25 anos. A crise é a crise econômica, a crise dessa economia globalizada, abriu janelas ideológicas para formularmos um projeto nacional não liberal”. Quer dizer, para formularmos. Isso aí o Dr. Lessa disse este ano, 2009, o que significa dizer que nós não temos um projeto nacional. Nós temos ideias, nós temos aí escrito, no sentido de formulado, articulado, disponível para que se leia e diga: “O projeto do Brasil é este”.

Algumas possibilidades de estruturação de um projeto de desenvolvimento para o Nordeste, uma delas pode ser pautada pelas possibilidades decorrentes da implementação do projeto São Francisco, ou seja, o projeto de transposição de águas do São Francisco para o Nordeste setentrional.

Eu acredito que essa é... Esse é um caminho bastante razoável, muito embora haja muita... haja muita dificuldade, e essas dificuldades estão sendo enfrentadas com os trabalhos que estão sendo realizados de construção das obras do projeto de transposição de água do São Francisco. A missão... Pode passar. Pode passar.

A missão... Está mais na frente. Não, não. Eu vou só citar os nomes principais. Volta aí só um pouco, para não perder. A articulação... Sim, o que eu quero dizer aí é que nós não podemos, e os funcionários do DNOCS em particular não podem, não deviam, era pensar num DNOCS, como o DNOCS foi nos seus anos de auge [soa a campainha].

Então, eu vou apenas ler os tópicos, para que eu possa pelo menos deixar a ideia geral. Na linha do que está descrito aí nesse item 5, eu sugeri uma missão para o DNOCS de convivência com a semiáridade, no contexto da qual o DNOCS poderia ter a missão de exercer ações executivas e de coordenação necessárias ao gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido brasileiro, de forma descentralizada e participativa, em estreita articulação com a Agência Nacional de Águas e os governos dos estados do Nordeste, segundo as particularidades do desenvolvimento sustentável.

Há também aí uma série de funções especificadas, e o contexto do desenvolvimento do projeto “DNOCS 100” é o contexto do projeto de cooperação técnica entre o DNOCS e o ICA, onde estão detalhadas todas as atividades que devem ser trabalhadas pelo DNOCS, em conjunto com os diferentes estados.

Eu já falei demais, era isso que eu tinha a dizer. Peço minhas desculpas e agradeço ao Sr. Presidente a paciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. José Otamar de Carvalho, pela exposição. Nós convidamos para que faça parte da Mesa o Dr. Elias Fernandes Neto, diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, também do DNOCS [palmas].

Ouviremos e concederemos a palavra ao Dr. Washington Luis Alves Moreira.

SR. WASHINGTON LUIS ALVES MOREIRA: Bom dia a todos. Bom dia, aqui, à Mesa, bom dia ao nosso conterrâneo, Senador Inácio Arruda, aos demais presentes.

Saudar, aqui, os funcionários do DNOCS, na pessoa do Dr. Douglas, e registrar a presença, aqui, da nossa Comissão da federação, o Carlos, Dr. Roberto, Elisângela e o Raimundo César, que fazem parte da federação.

Dado o tempo, a correria, ver se a gente consegue passar o nosso recado em 10 minutos. Perímetros públicos de irrigação, a potencialidade e suas necessidades. Pode passar.

A importância dos perímetros públicos: dá dignidade ao homem do campo; promove o desenvolvimento sustentável; promove a relação de trabalho e renda; promove a geração de divisas e exportações; garante a regularização do abastecimento interno; segurança alimentar; incentiva a permanência do homem no meio rural; incentiva a aplicação de modernas tecnologias de produção; e garante o aumento da produção e da produtividade; facilita a diversificação da produção; e diminui os riscos da agricultura. Pode passar.

Aí nós temos, aí, o aproveitamento das áreas irrigadas nos perímetros públicos, ano 2008, quando a gente vê aí distribuído por culturas que se destacam. Vou olhar aqui, que minha vista é um pouco... Que se destaca aí a produção do milho industrial, 28%; produção de grão, 19% da área; coco verde, 4,7%(F); e a oleaginosa, 79%.

O que eu queria chamar atenção para... Ficou diferente aqui da planilha que me entregaram aqui. Queria chamar atenção, aqui, das áreas, nós vamos ver mais na frente, na área destinada à irrigação ao DNOCS. Pode passar.

O que é o desenvolvimento de uma área irrigada? Infraestrutura, energia elétrica, transporte, estradas, comunicações, insumos, fertilizantes, sementes, defensivo, máquinas, água, serviço de saúde, assistência técnica, segurança, educação e crédito, pós-colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização, o que corresponde a homem e terra, produção agrícola.

Se fizermos o que está aí, com certeza nós vamos tirar mais alimento da terra, com mais abundância.

Nós temos aí a área cultivada no... Mais valor bruto da produção, vegetal e animal. Se a gente ver, em 2008, os perímetros públicos produziram 176 milhões de reais.

É bom a gente destacar que isso aí é preço de porteira. Quando é para o bolso do irrigante, que só significa 25% da riqueza gerada para o Brasil. Pode passar.

Nós temos aí, nesse quadro aí, o potencial de empregos diretos e indiretos gerados, quando nós temos aí um crescimento, a cada ano, de 96, saindo

de 134 mil, para 2008, de 211 mil empregos gerados diretos e indiretos. Pode passar.

Nós temos a renda bruta vegetal e animal, quando o vegetal, 163 milhões, animal, 12 milhões, totalizando 176, quando fiz a observação que significa 25% do que os perímetros públicos da jurisdição do DNOCS produziu em 2008. Pode passar.

Aí nós temos a implantação das segundas etapas, que distribuem mais ou menos assim: Arara Norte 1.619 hectares; Baixo-Acaraú 4.167; Tabuleiro de Russas 3.600; Platôs de Guadalupe 10.500; Tabuleiro Litorâneo do Piauí 5.900; São Gonçalo 643, totalizando 26 mil hectares.

O que nós queríamos chamar atenção para esse quadro aí, as segundas etapas foram dadas prioridades pelo Ministério da Integração. Essa segunda etapa aí significa mais áreas ociosas, mais elefantes construídos em todo o Nordeste brasileiro. Nós não somos contra a construção das segundas etapas, nós somos a favor, sim, de se recuperar o que tem aí, para só, então, começar as segundas etapas.

Nós temos aí o recurso que foi destinado pelo PAC para a implantação desses 26 mil hectares daria para recuperar os 63 mil hectares e triplicarmos a nossa produção. Pode passar.

Os principais entraves da autogestão dos perímetros. Maior ênfase do Governo na implantação de projetos de irrigação em segundas etapas. Foi o que eu falei agora. A política do Ministério foi construir novas segundas etapas, quando elas inviabilizam a continuidade das primeiras.

Lei de Irrigação ultrapassada. A Lei de Irrigação que está sendo discutida na Câmara Federal, ela não contempla a necessidade dos perímetros, ou seja, vai continuar a mesma coisa, a regularização fundiária não vai acontecer, porque o que ela... É muito tímida para o problema que está acontecendo lá no campo, hoje, em todos os perímetros públicos.

A descontinuidade administrativa. Nós, como irrigantes, nós fomos convidados pelo Ministério Público para participar de um programa de transferência de gestão, quando, na verdade, seríamos nós, em cinco anos, assumirmos a administração dos perímetros públicos. Convidado a gente foi, mas, para parar, o Ministério não teve nem a consideração de nos informar que o programa "Transferência da gestão" tinha sido parado. Justificativa nenhuma foi dada.

Então, a gente apela para que a transferência da gestão seja reativada.

Insuficiência ou ausência de orçamento da União, para a gestão, recuperação e modernização dos perímetros. O que significa isso? Do dinheiro que está destinado para construir mais... implantação de 26 mil

hectares, com 40% desses hectares, nós ativamos 28 mil, recuperamos 35 mil e triplicamos a produção. Isso são números que a gente estuda perímetro a perímetro, que a isso chamamos de desperdício de dinheiro público. Pegar 26 mil reais... Recursos para 26 mil hectares e implantar mais 26 mil, somando-se a 28 mil, que nós devemos aí mais na frente ociosos. Pode passar.

A luta dos perímetros, hoje, são: retomada imediata do programa de transferência da gestão, regularização fundiária, respeito aos contratos firmados – isso aí eu queria também chamar atenção para a Casa, que os primeiros irrigantes que foram assentados, eles foram usados como cobaias. Mas a coisa deu certo, tanto que, em algumas localidades do Nordeste, um perímetro chamou a criação de um município, porque se desenvolveu. E esses contratos firmados com o DNOCS e os irrigantes até hoje não temos a resposta. Ou seja, a regularização fundiária não acontece, o DNOCS desrespeitando, o Ministério desrespeitando um contrato firmado na década da ditadura.

Recurso orçamentário para a gestão, recuperação e modernização da infraestrutura de uso comum. Se a gente vê o que se gasta para construir um hectare hoje, para implantar um hectare e para recuperar, nós podemos dizer com certeza que chega a ser de 15% a 20%. Implantar um perímetro é fácil. Eu quero ver recuperar com as pessoas lá, trabalhando para não parar. E a gente tem prova de que a gente sabe fazer isso. Basta só convidar os irrigantes para participar do processo, que são os atores diretamente envolvidos [palmas].

Política de acesso [soa a campainha]. Pode falar? Política de acesso ao crédito para os irrigantes. Nós temos uma dificuldade muito grande que o Banco no... A participação do Banco do Nordeste ainda está atrelada à assistência técnica, e nós estamos produzindo, já há dois anos, sem assistência técnica, um desrespeito total com a Constituição, que nos garante assistência técnica gratuita para o pequeno produtor.

A reestruturação do DNOCS. Nós sabemos da necessidade da recuperação da estrutura, não só física, mas administrativa, também, porque passa por diversas dificuldades, fazendo com que a gente se penalize lá na base, que somos nós os agricultores. Pode passar.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria fazer um breve comentário do que seriam os perímetros, nessa nova visão da participação dos irrigantes. Todo o problema que existe lá nos perímetros públicos, a falta de gestão administrativa, profissional, e a gente vem caminhando para isso com muita dificuldade, e nós queremos deixar o nosso alerta: se nada for feito, fevereiro nós estaremos numa situação de parar as

primeiras etapas, por não ter condição administrativa, operação e de manutenção.

Meu muito obrigado a todos, estamos aqui para...

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Washington. Nós ouviremos... Concedemos a palavra, agora, ao Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Por favor, com a palavra.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Bom dia a todos. Eu saúdo a Mesa, aqui, na pessoa do Senador Neuto De Conto, os colegas Otamar, Raimundo, Dr. Elias, Srs. Senadores, senhores funcionários do DNOCS, que tem muitos, senhores produtores dos perímetros públicos.

Realmente, o tempo de dez minutos para a gente colocar algumas coisas é muito pouco, mas eu tentarei, aqui, complementar o que foi colocado pelo pessoal da FAPID.

Os perímetros públicos têm uma importância bastante, vamos dizer assim, específica na questão do desenvolvimento regional, principalmente. Nós temos cerca de 90 perímetros públicos no Brasil, aquele em que a infraestrutura de uso comum é feita com recursos públicos, divididos entre Ministério da Integração, em convênio com estados, alguns feitos diretamente com CODEVASF, e outros com o DNOCS, como foi mostrado aí pelo Presidente da FAPID.

Esses perímetros, eles representam cerca de 370 mil hectares, num universo de três milhões e 450 mil hectares irrigados no Brasil. Então, são cerca de 10%, são perímetros públicos. E aí se pergunta: e esses perímetros, num universo tão... Com uma representação tão pequena, qual foi a importância deles? Fundamental. Se não fosse o trabalho do Governo, não fossem esses perímetros públicos, nós não teríamos esses polos que estão aí desenvolvidos. Se não fossem esses desbravadores, que nós possamos chamar assim, não teria ido atrás de reboque à irrigação privada, que hoje está no polo Petrolina-Juazeiro, está no polo Aguari-Apodi(F), está na região de Mossoró, está em outros estados.

Então, a importância dos perímetros públicos é imensa. Se vocês quiserem aprofundar um pouco mais em cima dessa importância, basta ler um trabalho publicado em 2004, pelo Banco Mundial, chamado "Externalidades da irrigação pública no Brasil", que o banco faz uma análise de alguns perímetros e [interrupção no áudio] interessantíssimas.

Nas regiões onde existem perímetros públicos, onde você tem a interferência desse perímetro naque-

les municípios, o IDH é sempre maior do que os outros que não têm perímetro. Nas mesmas condições, evidentemente. O crescimento populacional, tanto urbano como rural, também é expressivo. Geração de emprego e renda, que já foi mostrado aqui, também não... É bastante grande nessas questões.

E, especificamente em relação ao DNOCS, nós concordamos com muitas coisas do que foi mostrado aqui pelo Raimundo, nós sabemos das necessidades grandes que se tem nesses perímetros, realmente está se fazendo segundas etapas que já estavam programadas, e nós precisamos, efetivamente, se concentrar nas primeiras etapas. Mas eu discordo do expositor numa questão: eu acho que a Legislação atual, ela peca muito e ela engessa muito a questão do trabalho que a gente precisa fazer nesses perímetros.

Para vocês terem uma ideia, acho que a maioria conhece, mas não tem problema de que se repita. A nossa Lei de Irrigação é de 79, é uma lei que foi regulamentada na década de 80, acredito que em 84, e, de lá para cá, muitas mudanças ocorreram. Basta salientar a própria Constituição Federal de 88, por si só, já necessitava uma série de modificações nessa lei.

A Lei de Águas, também, que é mais jovem, também interfere bastante. As resoluções e a Legislação ambiental também têm questão muito grande. Então, nós precisamos do apoio dos senhores para que a gente possa, vamos dizer assim, aprovar essa... substitutivo, esse Projeto de Lei que se encontra hoje na Câmara. Esse projeto, como também foi dito aqui, não é o melhor, porque também não dá para atender todo mundo, mas é um projeto que foi trabalhado visando em que sua regulamentação pudesse detalhar e aprofundar uma série de coisas e algumas críticas que se tem hoje nesse Projeto de Lei.

Ele foi trabalhado dentro do Governo, foi trabalhado fora do Governo, esteve no Senado, com o Senador Pedro Simon, foram feitas algumas modificações, voltou para a Câmara dos Deputados, e, na Câmara, nós fizemos um trabalho de corpo a corpo, passou na Comissão de Meio Ambiente, com o Deputado Zequinha Sarney, depois passou na Câmara de Agricultura, onde o Senador (sic) Afonso Hamm, vamos dizer assim, encampou bem a ideia, até por conta de que é um irrigante. Agregou uma série de melhoramentos nessa proposição, fez uma série de Audiências Públicas no Brasil, fez Audiência Pública no Rio Grande do Sul, seu estado, fez Audiência Pública em Petrolina, em... Aqui em Brasília foi feita, também, Audiência Pública, em Cristalina, município onde tem o maior número de pivôs centrais do Brasil, e, consequentemente, grande volume de irrigantes privados,

e agregou todas essas informações e sugestões que vieram dessas audiências.

Por que é importante essa lei? Ela é importante, porque ela vem nos ajudar a resolver uma série de demandas que foi apresentada aqui pelo pessoal da FAPID.

Na lei está previsto e está proposto um fundo de irrigação. Nós temos alguns financiamentos para a área irrigada, mas são financiamentos de uma forma mais genérica, com exigências bastante pesadas, mesmo em fundos constitucionais.

Então, teria a criação de um fundo de irrigação, com a Legislação específica. A regularização fundiária, que é uma das coisas que os perímetros reclamam muito, até por conta, como foi dito aqui, de uma reviravolta nos convênios assinados, ela está sendo... Dependendo do jurídico de plantão na instituição, quer seja CODEVASF, quer seja Ministério, quer seja DNOCS, ele pode interpretar isso, vamos dizer, se ele interpretar ao pé da lei, ao pé da letra, ele trava todos os contratos, todas as transferências.

Então, a gente precisa que essa Legislação seja votada, para que a gente não tenha esse tipo de coisa. E é isso que vem afetando bastante os perímetros públicos com o DNOCS, essa questão fundiária. Nós precisamos resolver, porque não tem sentido não ser feita essa titulação e até um retrocesso, como se está propondo de que troque o título de quem já recebeu, inclusive por compra e venda, promessa de compra e venda, que não tem como trabalhar isso.

Então, nós precisamos... A lei é fundamental nessa questão. A questão orçamentária dos perímetros realmente tem muita área ociosa nesses perímetros. Nós temos consciência de que muita gente, nas licitações que foram feitas desses lotes, tentou especular, nós fizemos levantamentos, nós temos diagnóstico de todos esses perímetros, de todas essas áreas, nós acabamos de fechar um diagnóstico de perímetros públicos, especificamente com os seus ocupantes originais, e tem muita especulação. Nós encontramos muita gente que achava que ia enriquecer comprando um lote daquele e não explorando.

Então, necessita-se de um trabalho muito forte de retomada desses lotes e de incentivo, para que a gente possa realmente colocar essas áreas para funcionar e para produzir, que é o real valor e o real objetivo delas. Em 2004 e 2005, nós fizemos... 2004 até 2007, nós tínhamos realmente um programa de transferência de gestão do Governo Federal, alocou, em 21 perímetros, cerca de 150 milhões, com, vamos dizer assim, resultados magníficos.

O pessoal da própria FAPID pode confirmar isso. Nós colocamos em produção, entre DNOCS e CODEVASF, cerca de 15 mil hectares [soa a campainha].

Só um segundo, senador. Foram 15 mil hectares em operação nesse período. Então, é um caminho a ser seguido. Isso, hoje, nós estamos discutindo, nós já discutindo com o Governo Federal, uma discussão do Governo, mas estou dizendo com a Casa Civil, com o planejamento, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e estamos montando, efetivamente, uma linha de trabalho para resolver essas situações.

Então, como o tempo é pouco, fiz só um panorama e estou aqui à disposição dos senhores para qualquer questão, para qualquer pergunta que se fizer necessária. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Ramon. E, de imediato, ouviremos, então, convidamos para sua fala o Dr. Elias Fernandes Neto.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Queria saudar o Senador Neuto De Conto, Presidente que preside esta reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Queria saudar os Senadores Inácio Arruda, César Borges. Queria saudar os componentes desta Audiência, Otamar, Ramon, Washington, saudar os servidores do DNOCS, aqui, os irrigantes, os Presidentes de associações, meus senhores e minhas senhoras.

Convidado para falar sobre o papel do DNOCS no semiárido, após uma breve explanação sobre o que representa o DNOCS no semiárido, logo a seguir, eu farei alguns comentários sobre as medidas urgentes que nós teremos que tomar, de imediato, para a reestruturação do órgão, e, a seguir, farei alguns comentários sobre a palestra de Washington e do Dr. Ramon.

O papel do DNOCS no semiárido nordestino, ele eu posso dizer que foi o órgão responsável pela fixação do homem no solo nordestino, principalmente das ações empreendidas ao longo dos 100 anos.

Se voltarmos ao passado, 100 anos atrás, quando, logo depois do Império, o DNOCS não tinha nenhuma... O Nordeste não tinha nenhuma obra de infraestrutura hídrica na região, as populações então residentes dependiam exclusivamente das chuvas que caíam anos sim, anos regulares e anos irregulares, havia uma despreparação da região para a convivência dessas populações no semiárido nordestino.

Ainda no Império, foi iniciada a primeira grande obra hídrica no Nordeste, que foi o Açude do Cedro, no Ceará, quando o Imperador D. Pedro II declarou que venderia as últimas joias da coroa, mas não iria

permitir que nenhum nordestino passasse fome. Nem as joias da coroa foram vendidas, e os nordestinos continuaram a passar fome. No entanto, com a criação do IOCS, a inspetoria de obras contra as secas, comissões técnicas, comissões científicas foram trazidas para a região, e eu destaco o papel representativo do primeiro dirigente, o Arrojado Lisboa, que era um homem de extrema visão, trouxe, inclusive, técnicos, cientistas de outros países para estudar a problemática do semiárido nordestino.

A seguir, transformado o IOCS em Inspetoria Federal em Obras Contra as Secas, o Governo Federal passou a preparar essa infraestrutura, não só a hídrica, mas a infraestrutura de todo o Nordeste. No início, o DNOCS fazia de tudo, em relação às ações do Governo Federal na região. Construiu estradas, telégrafos, postos de saúde, pontes, escolas, até igrejas, enfim, toda a infraestrutura, todas as obras do Governo Federal na região eram feitas através desse órgão, da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, que, em 1945, transformou-se em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Essa infraestrutura implantada na região, ao longo desses 100 anos, permitiu que, nas secas que se sucederam, durante o século, essa migração fosse diminuindo, na medida de que essas obras iam sendo implantadas, as pessoas passavam a se fixar na região, em função de já ter o mínimo de subsistência, principalmente no entorno dos açudes.

São inúmeros os exemplos de cidades no Nordeste que nasceram em torno do acampamento da obra, em torno do acampamento do açude, do espelho d'água do açude e, hoje, são cidades progressivas no Nordeste, com vida própria e tendo... tirando daquele reservatório suas condições de sobrevivência.

O DNOCS, ao longo desse período todo, construiu 325 açudes de médio e de grande porte, afora os açudes de cooperação; à época, existia um programa de cooperação entre proprietários rurais e o DNOCS, onde o DNOCS entrava com uma parcela do valor da construção, e o proprietário rural, com a mão de obra, complementava aquele serviço. Mais de 20 mil poços foram perfurados na região, mais de uma centena de milhares de hectares de irrigação foram implantados na região. Ao final, farei algum comentário sobre os perímetros irrigados, embora o Dr. Ramon tenha... Como é um conhecedor da causa, já tenha feito as considerações acerca da importância dos perímetros públicos de irrigação, e quero destacar, também, o papel da piscicultura na região Nordeste, pois ela, além de dar o alimento ao homem, ela desenvolveu uma tecnologia na produção de pescados, principalmente no que diz respeito à adaptação da tilápia tailandesa para as con-

dições climáticas do Nordeste, as condições de temperatura de água, criação de peixes em águas paradas, trabalho esse também extensivo a outras espécies, como o Pirarucu e, na área da carcinicultura também, e também, agora recentemente, na adaptabilidade do maior peixe de água doce do mundo, que é o Pirarucu, em açudes, em reservatórios do Nordeste.

Todo esse trabalho foi feito pelos técnicos do DNOCS, principalmente na estação de piscicultura de Pentecostes, onde esses trabalhos, esses estudos são reconhecidos internacionalmente, na área de piscicultura.

Então, o DNOCS, como foi bem ressaltado agora, recentemente, acerca de uma semana, quando, durante as festividades da comemoração dos 100 anos, o Nordeste, as novas gerações, que não tinham muito conhecimento do que representou o DNOCS, ao longo desses 100 anos, através do apoio que nós temos no DNOCS, da bancada de parlamentares federais, deputados e senadores do Nordeste e principalmente do Estado do Ceará, onde nós temos o apoio dos 22 deputados federais e dos senadores, dos três senadores, e eu destaco, aqui, não por... só por sua presença, mas por uma questão de justiça, o empenho que o Senador Inácio Arruda tem com o DNOCS [palmas], em prestigiar, em apoiar esse órgão.

E eu cito como exemplo três grandes obras que estão sendo construídas, duas delas estarão concluídas no final deste ano e no próximo ano, que teve a participação efetiva da bancada de deputados do Ceará, com, inclusive, emendas parlamentares que permitiu que esses açudes, o açude Taquara e o açude Figueiredo, os dois totalizando quase um bilhão de metros cúbicos, estivessem concluídos, serão concluídos; um este ano, até dezembro, e o outro até setembro do próximo ano.

Isto, em linhas gerais, esta eu posso resumir que é a principal, como aqui diz, no meu painel, atividade do papel, principal papel do DNOCS no semiárido foi permitir a fixação do homem nordestino na sua região, evitando que, como acontecia no passado, nas grandes secas, como já ocorreram secas intermitentes de quatro, cinco, seis anos seguidas, onde morreram milhares de nordestinos, com essa ação do DNOCS, esse fluxo foi, senão barrado totalmente, mas praticamente estagnado, no seu movimento migratório, dentro do território nacional.

Então, [soa a campainha] esse é o principal papel do DNOCS, foi o principal, está sendo o principal papel do DNOCS, ao longo desses 100 anos. Tanto é que, entre os semiáridos existentes do planeta, quer seja no Colorado, quer seja na Espanha, quer seja na África, quer seja na Austrália, em Israel, onde existe

um semiárido no mundo, o mais povoado é o semiárido nordestino, e eu credito isso ao DNOCS.

Então, devido ao tempo, não vai dar para eu fazer o comentário dos outros assuntos, já encerrou no meu tempo, mas eu solicitaria à Mesa mais dois minutos... Vou aproveitar os dois minutos para dizer que, em relação à palestra do Dr. Ramon, realmente ele, como estudioso dos perímetros, colocou muito bem a posição que é endossada pelo DNOCS.

Quanto ao que o Washington falou, em parte, em tese, eu concordo com as posições dele, só não quando ele diz que não é necessária a construção agora dos perímetros irrigados. Eu digo que sim, é necessário, pois, através da construção de perímetros irrigados, foi que permitiu que o Estado do Ceará exportasse, o ano passado, 120 milhões de dólares na área de fruticultura, gerando riquezas, gerando divisas para o Brasil e riquezas para o povo cearense.

A construção dos perímetros, de irrigados, ela não tinha nenhum sentido como ocorria no passado. Eu vou dar só um exemplo, mas esse exemplo se repete em diversos outros perímetros. O perímetro irrigado Platôs de Guadalupe, iniciado pelo então DNOS, levou 17 anos para ser consolidada parte da primeira etapa. São três mil hectares, dois mil e poucos hectares foram feitos ao longo desses 17 anos. Pois bem, em apenas dois anos, nós concluímos mil hectares da primeira etapa e, até o final do próximo ano, vamos entregar mais 14 mil hectares, tornando esse perímetro apto a produzir para o Piauí, para o Nordeste.

Ao encerrar, eu solicitaria permissão ao Sr. Presidente da Mesa para passar um documentário que nós fizemos sobre os 100 anos do DNOCS. São cerca de 15 minutos apenas, para que, através desse filme, se tenha ideia do que representa o DNOCS para o semiárido. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Elias. Vamos assistir, então.

[exibição de vídeo]

[música instrumental]

[música] "Terra, planeta água... Terra, planeta água..."

NARRADOR: *Bilhões de litros de água, cidades submersas, oceanos artificiais no meio do sertão, quedas d'água sobre paredões de concreto erguidos pelo homem, engenharia contemplada pela própria natureza.*

É água para matar a sede, para produzir, plantar, colher, multiplicar peixes.

O mapa brasileiro mudou nos últimos 100 anos. Uma nova história que nasceu junto com o órgão criado para transformar o semiárido. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas era o caminho que mudaria o destino dos sertanejos, afastando o passado sofrido.

[música instrumental]

Uma região essencialmente disposta a lutar. O Nordeste, em toda a sua história, viveu inúmeros períodos sem gota nenhuma cair do céu. Muitos poetas fizeram ecoar o choro dos sertanejos, em letras e músicas, num misto de alento e protesto. Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Patativa do Assaré, Luiz Gonzaga.

[música] "Setembro passou, outubro e novembro..."

Já estamos em dezembro, meu Deus, o que é de nós?"

A seca mais cruel de que se tem notícia no Nordeste foi a de 1877 a 1879, que matou 500 mil pessoas. O cenário alertou para a necessidade de transformar a sede em abundância hídrica; a fome, em fartura; a lágrima, em sorriso. Foi, então, que o Nordeste passou a ser visto com mais atenção.

Incentivados pelo Governo do segundo Império, profissionais de engenharia se reuniram em comissões e deixaram vastos relatórios com estudos de obras para abastecimento. As Comissões Técnicas foram sucedidas por missões enviadas ao Nordeste pela corte e pelo posterior Governo Republicano. Ela se tornara a raiz de um órgão que seria o grande pensador, executor e gerenciador das mais importantes obras para a convivência com a estiagem.

Em outubro de 1909, nascia a inspetoria de obras contra as secas. Foi uma época de obras pioneiras e muita produção de conhecimento.

[música instrumental]

Em 1919, a IOCS se tornava IFOCS, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Em 1945, a antiga IFOCS dava lugar ao DNOCS. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas passou a atuar de forma paralela a outras instituições que surgiram no cenário nacional, como a CHESF, a SUVALE, a CODEVASF, o Banco do Nordeste, a SUDENE.

O Nordeste da segunda metade do século 20 já tinha nova cara, transformado num imenso canteiro de obras. O DNOCS tinha parque de máquinas e mais de 30 mil operários e funcionários. Nos períodos de seca, com os alistamentos para as frentes de serviço, os trabalhadores chegavam a 100 mil. Foi essa

mão de obra que fez nascer rodovias, ferrovias, pontes, escolas, igrejas, redes de energia elétrica, tudo construído pelo DNOCS, principalmente para facilitar o acesso aos canteiros das obras consideradas mais importantes: os açudes.

[música instrumental]

Foram 326 grandes açudes em dez estados brasileiros, 27 bilhões de metros cúbicos de água, além de 622 reservatórios construídos em cooperação e de 21 mil poços para trazer à superfície a água subterrânea. A infraestrutura hídrica erguida nos 100 anos de atuação do DNOCS modificou o semiárido, hoje cortado por reservatórios de pequeno, médio e grande portes.

A história testemunha a evolução.

[música instrumental]

Século 19. Nasce o primeiro grande açude do país, no coração do sertão cearense. A cidade de Quixadá entra para a história como o berço do Cedro. A obra, projetada pela antiga Comissão de Açudes e Irrigação, foi inaugurada em 1906 e, hoje, é administrada pelo DNOCS. Com capacidade para armazenar 126 milhões de metros cúbicos de água, o Cedro não é apenas um equipamento hídrico, é obra de arte.

[música instrumental]

O Cedro abriu as portas para a engenharia de barragens, que evoluiu com o tempo, ocupando cada vez mais espaço no semiárido.

[música instrumental]

Cem anos de trabalho, 100 anos de obras, 100 anos de história. Se o Cedro foi o marco inicial, o Castanhão foi o ápice da união entre tecnologia e natureza.

[música instrumental]

O Castanhão é o maior açude brasileiro para múltiplos usos, com capacidade para armazenar seis bilhões e 700 milhões de metros cúbicos de água. O gigante erguido no vale jaguaribano cearense começou a ser pensado em 1910. Na década de 80, o projeto foi apresentado ao DNOCS, que iniciou as obras em 1995. Uma megaestrutura de engenharia foi montada para tornar o sonho sertanejo realidade. Do alto, a grandiosidade da obra se mostra soberana.

[música instrumental]

No coração da barragem, todo o seu potencial. As 12 comportas controlam a vazão. Os açudes construídos ao longo do último século ultrapassaram as expectativas. A modernização das técnicas, a localização e o gerenciamento dos reservatórios, tudo favoreceu o armazenamento e os benefícios trazidos por ele.

[música instrumental]

Pentecostes, norte cearense, aqui fica o Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolfo Von Ihering, pai da piscicultura. O equipamento, inaugurado em 1985, é hoje um dos mais importantes centros de estudos especializados do Nordeste. Esse espaço perpetua a relação do DNOCS com a produção de peixes, que começou em 1932, quando foi criada uma Comissão técnica de piscicultura. A meta era aumentar os benefícios dos reservatórios nordestinos, ofertando, além de água, alimento.

[música instrumental]

E a piscicultura no semiárido tem um representante de peso, a tilápia. Graças ao trabalho do DNOCS, o peixe de fácil reprodução e excelente adaptação virou destaque. No centro de pesquisa podem ser produzidas 100 mil larvas de tilápia em um só dia, o que garante peixe para o consumo humano, para as pesquisas e para o povoamento de lagoas, rios e açudes.

[música instrumental]

O Ceará é hoje o maior produtor de tilápia do Brasil, e o Centro de Pesquisa de Pentecostes domina a tecnologia de reprodução do peixe.

[música instrumental]

E há outros exemplares de destaque. A técnica de hipofisacção, reprodução artificial de peixes, genuinamente nordestina, garante qualidade, quantidade e diversidade.

[música instrumental]

E as pesquisas não param. O desafio, agora, é povoar os reservatórios nordestinos com o maior peixe de escamas de água doce do mundo: o pirarucu.

[música instrumental]

O trabalho do centro de pesquisa se multiplicou pelo Nordeste. Onze estações de piscicultura foram criadas, todas com o mesmo objetivo: produzir alevinos e povoar reservatórios, garantindo o desenvolvimento da atividade e mais oportunidades no campo.

As pesquisas voltadas para a produção de camarão também foram fortalecidas ao longo da trajetória do DNOCS. O centro de pesquisas em carcinicultura em Fortaleza produz espécies ideais para o semiárido. Aqui são desenvolvidas tecnologias em reprodução e lavicultura.

[música instrumental]

Os peixes e camarões garantiram maior aproveitamento da água. Mas não é só dentro dos reservatórios que ela gera reprodução. A água armazenada faz

recursos mecânicos e chega à terra seca. A redenção da agricultura no semiárido foi batizada de irrigação.

[música instrumental]

Água e terra, unidos, esses elementos abrem caminhos de desenvolvimento na zona rural brasileira. Água que irriga o solo e produz alimentos, que dá sustento ao homem e dignidade pelo trabalho. A agricultura irrigada ganhou impulso no Brasil, no fim da década de 60, com a criação do grupo de estudos integrados de irrigação e desenvolvimento agrícola. E o DNOCS teve papel fundamental na consolidação da produção irrigada. Canais, suporte hidráulico, elétrico... Em todo o semiárido brasileiro, são 38 perímetros que concentram atividades agrícolas e pecuárias; polos produtivos de destaque nacional, como o Tabuleiros de Russas, no vale jaguaribano cearense. O perímetro produz do feijão à melancia, e boa parte cruza as fronteiras brasileiras. O sucesso vem da tecnologia de ponta, com água na medida certa e na hora exata.

[música instrumental]

Outro perímetro irrigado de sucesso é o Brumado, no Município de Livramento de Nossa Senhora, na Bahia. Situado na região da Chapada Diamantina, o perímetro tem como fonte hídrica a Barragem Luís Vieira, no Município de Rio de Contas. A principal cultura é a manga, presente em 85% das áreas irrigadas, uma inestimável fonte de sabor e aroma que sacia paladares brasileiros e estrangeiros.

[música instrumental]

E o mapa da agricultura irrigada no Nordeste é extenso.

[música instrumental]

Muitas vezes, a água armazenada nos reservatórios precisa cumprir longos percursos, até chegar aos múltiplos destinos. Quando as condições naturais dificultam o trajeto, ainda assim, há jeito. Os caminhos são abertos por imensas estruturas que seguem costurando o solo, encurtando distâncias, conduzindo a água. São as adutoras.

[música instrumental]

Quilômetros de tubulações, estruturas de captação, estações de bombeamento, de tratamento. Graças às adutoras construídas pelo DNOCS, populações deram adeus ao racionamento e não precisam mais de carros-pipa.

[música instrumental]

E há mais obras em andamento. As ações do DNOCS estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. O PAC vai aplicar,

até o final de 2010, dois bilhões de reais na construção de açudes e adutoras e na ampliação de perímetros irrigados. Homens e máquinas trabalhando. É a poeira do desenvolvimento no semiárido brasileiro.

[música instrumental]

Ao longo dos últimos 100 anos, o DNOCS aplicou o equivalente a 20 bilhões de dólares, recursos que tornaram o semiárido brasileiro o mais povoado do mundo. E há novos investimentos, um deles em execução. O DNOCS, que nasceu para fazer brotar água no sertão, está na rota do maior projeto hídrico do país: a interligação do Rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional.

O projeto São Francisco vai levar água a 12 milhões de nordestinos. As obras estão a todo vapor, e o DNOCS tem papel importante. É responsável pelas ações de desapropriação, indenização e inclusão social. Quando estiver concretizada, a interligação de bacias vai usar boa parte da infraestrutura hídrica que foi construída pelo departamento neste século de existência.

Passado, presente e futuro.

[música instrumental]

Aquecimento global. O mundo tenta retardar os efeitos das mudanças climáticas. Secas e cheias mais intensas, desertificação, quebras de safras, o órgão que ensinou milhares de pessoas a conviver com a estiagem tem novo desafio: ajudar o Brasil a levantar a bandeira da vida, da preservação ambiental. É o DNOCS do século 21!

[música instrumental]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em nossas mãos, a lista de todos os presentes. Pela quantidade e, principalmente, pela qualidade, eu quero cumprimentar a cada um e a todos por nos dar esta oportunidade, que, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, citando o nome da Dra. Socorro Ribeiro, diretora do CONDSEF, Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, agradecemos a presença de todos. E, como autor do Requerimento nº. 12/09, Senador Inácio Arruda, concedemos a palavra para que faça suas considerações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro agradecer a presença dos nossos convidados, começando pelo nosso diretor, Elias Fernandes Neto, diretor do órgão que para nós, no Nordeste, uma parte dos nordestinos, especialmente, talvez seja ao longo dessa... desse tempo a organização que mais contribuiu, efetivamente, como o vídeo estampou,

para a permanência de muitos nordestinos, nos seus municípios, nos seus distritos, na sua região.

O nosso êxodo foi muito grande, muito grande. E um dos principais problemas nossos é exatamente conseguir armazenar água. Então, quero cumprimentá-los, Washington, dos nossos perímetros irrigados, acho que o nosso debate tem que ser nesse sentido. O contraditório, aqui, não é para contrariar. O contraditório é para fazer as coisas avançarem mais, numa velocidade maior e que se dê solução aos problemas.

O nosso Otamar, acho que brilhante intervenção, com muitas informações, muitos dados, ele talvez não precisasse de texto para falar. Ele usou o texto para poder economizar o espaço de tempo. Mesmo assim, o tempo, efetivamente, foi curto. Nosso Ramon, com quem sempre temos estado, para também buscar informações, soluções e como projetar, porque esse que é nosso sentido. Não é fácil uma organização, num país como o nosso, alcançar 100 anos. Não é fácil. Quer dizer, o DNOCS alcança seu primeiro século de existência. E digo que não é fácil, porque as tentativas de liquidá-lo sempre foram muito grandes, questionando seu papel, se valia a pena ainda manter esse órgão funcionando, com despesa, uma folha enorme de aposentados, mais tantos funcionários na ativa, como esse dispêndio poderia ser mantido pelo DNOCS e pelo Governo Federal.

E nós sempre reagimos, dizendo que esse dispêndio é o dispêndio do investimento em uma região inteira. Esse dispêndio tem um retorno muitíssimas vezes maior do que o que se pode considerar, em termos de gastos para a União Federal.

Então, como projetar o papel desse órgão, que, na hora necessária, construiu BRs. Algumas BRs que cortam o Nordeste brasileiro foram construídas pelo DNOCS. Construiu pontes, ferrovias. Teve que fazer tudo isso para facilitar a vida das populações rurais do Nordeste brasileiro, fazer com que a água, que era armazenada ainda em pouca quantidade, no seu início, pudesse também chegar àquelas comunidades, mais de 20 mil poços em situação adversa de tecnologia, da época, e das condições, também, econômicas oferecidas pelo próprio Governo Federal, a cada instante.

Com condições excepcionais, uma riqueza extraordinária do século 20, que é o petróleo, agora na fase do pré-sal, era bom a gente examinar quantos furos foram feitos pela Petrobras nesse período.

Claro, tem meio século e pouco de existência, mas a tecnologia da Petrobras e os recursos destinados à Petrobras, por uma necessidade imperiosa do país, fizeram com que ela tivesse uma facilidade muito maior do que qualquer outra instituição brasileira. É tanto que tem um centro de pesquisa específico da

Petrobras, que é considerado já um dos mais importantes do mundo em pesquisas na área de petróleo, gás, energia, e em muitas outras que, são bancadas e financiadas pela Petrobras.

Portanto, eu quero mostrar um paralelo em situações absolutamente diferentes, mas nós furamos mais de 20 mil poços nesse semiárido. Muitos batíamos na chamada água salobra. Mas, mesmo assim, o campo-nês criava as condições para aproveitá-la. Então, mais de 20 mil poços, 325 açudes de médio e grande porte, afora os incontáveis açudes em cooperação. Que, desses açudes em cooperação, tem muitos açudes grandes e de médio porte e milhares de pequenos. Porque aí a cooperação foi inestimável, para garantir a manutenção do homem no campo.

Eu imagino um pouco assim, o DNOCS, então, deu um salto também extraordinário, que se preocupou, a partir de formar seus espelhos d'água, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e convidados, ele examinou o passo seguinte. Primeiro, estruturou as grandes barragens. Contribuição inestimável para a engenharia brasileira a da construção de barragens. É como se fôssemos nós os precursores dessa grande engenharia no Brasil, espalhando... não é só no Nordeste, não. Tem barragens do DNOCS em quase todas as regiões brasileiras. Quase todas. Mas digamos que fomos os precursores desse dinamismo, nessa área da engenharia no Brasil.

Daí passou-se a dar o salto, que foi o processo de construção dos perímetros irrigados. Irrigar para tirar a água armazenada, fazer com que ela desse seus primeiros passos, caminhasse um pouquinho, saísse de dentro das barragens e passasse a produzir frutas, grãos, para sustentar essa população no semiárido, inicialmente, e, depois, vender para o Brasil inteiro.

É interessante dizer que empreendimentos particulares e públicos produzem milho verde, no Nordeste brasileiro, 365 dias no ano, 365 dias no ano, para oferecer a uma parte, uma espécie de nicho de mercado muito importante nessa área.

Então, passou-se para a irrigação, para a produção e para a piscicultura. É outro passo que foi dado pelo DNOCS. Eu imagino que, a cada passo que você vai dando, você vai deixando um legado extraordinário, e que nós temos que imaginar, ao invés da política sempre, sempre, e, principalmente dos setores que menos compreendem e, muitas vezes, setores conservadores brasileiros, que não compreendem investimentos dessa monta no Nordeste.

Às vezes, a gente faz uma brincadeira, e é muito significativo que esteja aqui presidindo exatamente o Senador Neuto De Conto, que é de uma região que normalmente é uma região que tem... as calamidades

são de outra monta. A natureza castiga a região Sul de outra forma. Na estiagem, quando tem uma estiagem, digamos assim, no Sul e no Sudeste, é assim três meses, quatro meses. Seis meses é um exagero. Seis meses é um pandemônio de estiagem. Ter uma estiagem ou um período sem chuvas de seis anos, três anos... Três anos já é um sofrimento grande. Um ano sem chover, a gente já fica, assim, preocupadíssimo. Dois, então, a gente fica já quase louco. E, no terceiro ano, então, já é loucura do homem, buscando a água em algum lugar, para poder saciar sua sede e dos animais.

Então, nesse processo, o DNOCS foi conseguindo investimentos, mas o montante de investimentos nessas regiões é muito pequeno para o retorno. Muito, muito pequeno para o retorno que ele tem dado ao Brasil e à nossa região e os saltos que ele tem dado.

Então, eu digo, primeiro, as engenheiras, as barragens, depois, a produção com irrigação, depois, a piscicultura, com pesquisa, com ciência. Não foi feito no toque de caixa, não. Tem muito bom batedor de tambor no Nordeste brasileiro, que tira música refinada. Mas não foi feito assim, não. Foi feito com muita ciência, com investimento nos seus engenheiros, nos seus engenheiros de pesca, nos seus engenheiros civis. Quer dizer, essa turma da engenharia, da ciência, da biologia, da química, da bioquímica sentou para poder examinar essa produção, adaptar espécies na nossa região.

Hoje, eu quero dizer que tive a felicidade de, num voo de São Paulo para Montevideu, ser servido de um prato de tilápia. Uma delícia! Pequenininho, porque, agora, esses pratos estão ficando muito pequeninhos. Mas era um prato delicioso. Delicioso! Quer dizer, colocar o pirarucu. Eu vi o Lula agarrado com um pirarucu, lá na barragem do Castanhão, quase que não solta o bicho. E era um filhotinho pequenininho, mas não era fácil de se agarrar com o bicho, não.

Quer dizer, que passo, ao invés de alguns conclamarem... Porque eu vejo, alguns perguntam para nós: "Para que Banco do Nordeste? Para que DENOCS? Para que CODEVASF? Para que esses órgãos existindo na região Nordeste do Brasil?". Eu disse: "Para ajudar. Para ajudar a desenvolver. Para ajudar a integrar essa região ao Brasil". É para isso que nós queremos. São 80 mil hectares de perímetros irrigados, isso é uma riqueza. Se pudermos fazer mais, devemos fazer.

Eu faço um paralelo com a história desse Governo aqui do Lula. Eu chegava à universidade para fazer um debate, e o pessoal dizia: "Ah, o Lula quer fazer escola técnica, universidade, REUNI, PROUNI, para botar os pobres na universidade, e não faz a escola infantil, fundamental boa, que essa que deveria fazer primei-

ro, antes de fazer a universidade". E o Lula respondeu dizendo que tinha que fazer as duas coisas. Ele não podia deixar de fazer as universidades, que precisava ampliar, não podia deixar de fazer mais 200 escolas técnicas, no período de 100 anos, porque precisava fazer, enquanto recuperava aquelas outras, enquanto melhorava aquelas outras.

Então, acho que nós temos que compreender essa ação conjunta. Como fazemos as duas coisas ao mesmo tempo, para que não pare de fazer irrigação no Nordeste? Alguns questionam comigo, dizendo por que o Nordeste tem que exportar água? Porque, quando você faz irrigação, você produz para exportar, e, daqui a pouco, está exportando água em formas de frutas, que vão para a Europa, para os Estados Unidos e se espalham para o Brasil inteiro.

A gente faz isso com a ciência, a gente faz isso com pesquisa, não faz à toa, não. Então, eu imagino que, ao invés de nós pararmos ou extinguirmos uma instituição secular, nós devemos dizer: que lição que nós podemos tirar? Que lição nós podemos tirar? Como é que foi o êxito? Onde se cometeu erros? Como é que se corrige os erros, e vamos dar um salto maior ainda no DNOCS. Vamos dar um salto maior. Ele tem história, ele tem capacidade, ele armazenou essa capacidade, é uma espécie de universidade do semiárido brasileiro e do mundo, com gente altamente qualificada. São, às vezes, funcionários que começaram como servente, mas que concluíram doutorado, para poder contribuir com o desenvolvimento da nossa região.

Então, o sentido, Sr. Presidente, da nossa... esse nosso seminário é um pouco este: é a passada larga que nós precisamos dar no DNOCS. Ele precisa ser reestruturado, o seu corpo funcional renovado. Nós precisamos abrir um concurso público. Tem gente de altíssima qualidade que quer ajudar nesse grande salto. Acho que as condições estão oferecidas.

O DNOCS, ao fazer esse pequeno relato que fez aqui, nesse filme que foi apresentado, que todo o Brasil assistiu ao vivo, de uma vez, já tomando conhecimento do centenário do DNOCS, mostra esse potencial, essa riqueza e de que nós temos que reforçar a sua presença no semiárido brasileiro, sem concorrer, sem disputar, se associando às nossas instituições já presentes no semiárido.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que ao final dos nossos trabalhos ou à hora que V. Exa. considerar conveniente, nós temos, aqui, uma equipe de servidores do DNOCS, eles têm feito um trabalho muito grande, muito grande. Claro, às vezes, as pessoas me perguntam: "E os funcionários trabalham em proveito próprio?". Eu digo: "Tomara que trabalhem, porque, se eles não trabalharem em proveito próprio, dificilmente outros

farão por eles". Normalmente é assim, no mundo inteiro, e em todas as áreas. Então, acho que devem, sim, fazê-lo, mas devem pensar o país, a região. E eles têm feito isso e se dedicado a isto: pensar a região e pensar o país.

Então, eu gostaria que, na hora que o senhor achasse conveniente, pudesse chamar a servidora Ana Braga, para entregar um material a V. Exa., porque V. Exa., sendo do Sul, vai compreender melhor as necessidades do Nordeste brasileiro e fazer com que a nossa voz possa alcançar os ministros de Estado [palmas], o Presidente Lula, mostrar a ele a importância dessa organização para o nosso país, que é uma instituição pública, federal, muito respeitada.

Então, não quero exatamente fazer uma pergunta, eu quero deixar essa opinião, porque vocês buscaram responder as nossas inquietações. Esse relato do Otamar, dessa história fabulosa de centenário, que foi feito, e a história ligada ao futuro. Quer dizer, ligada ao projeto nacional, que também é feito assim. Eu imagino que o projeto nacional é feito mais ou menos ao mesmo tempo. Tem os problemas, a gente vai olhando e fica procurando. E onde é que está o projeto nacional? Eu digo: "Nós estamos fazendo. Se tirar o DNOCS, cai um pedaço do projeto nacional".

Então, acho que nós estamos construindo esse projeto. Ele é parte dessa nossa vontade, desse nosso sentimento e dessas nossas realizações. Se a gente consegue otimizar e fazer com que elas deem um salto, então, está aí um novo projeto nacional de desenvolvimento, porque, segundo Carlos Lessa, disse que basta poeira, gota d'água, porque o resto é o sol que ajuda a gente a fazer. E isso a gente tem de sobra no Nordeste brasileiro. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Ouviremos, de imediato, o eminente senador pela Bahia, Senador César Borges, que, no dia de ontem, comandou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, lá em São Salvador, na Bahia, onde a Comissão se reuniu para tratar da Copa, na sede, de uma das sedes da copa de 2014. Portanto, teve uma missão muito importante e gratificante para essa Comissão e, na sua competência, tem conduzido com galhardia aquela jornada. Por isso queríamos ouvi-lo, também, que a sua terra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O César Borges estava dando bola--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É verdade, [ininteligível] nessa Co-

missão tão importante, que é da sua terra e da sua região.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a todos os palestrantes aí, Dr. José Otamar de Carvalho, consultor do Ministério da Integração Nacional; Dr. Ramon, também do Ministério; o Dr. Elias Fernandes Neto, que é o diretor-geral do DNOCS; e o Washington Luis Alves Moreira, que aqui representa os imigrantes dos perímetros, eu acho que do DNOCS e também de outros órgãos federais, quer dizer, CODEVASF e tantos outros perímetros, [ininteligível], que também já se foi como órgão, a própria SUDENE.

E quero saudar, aqui, o companheiro Inácio Arruda, que fez um belo pronunciamento, aqui. Até que não vou repetir, porque loas e teceu os elogios ao trabalho todo de 100 anos do DNOCS, pelo Nordeste brasileiro, acho que há uma concordância de todos nós, aqui, também, o Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe; no fundo, somos todos nordestinos e, como nordestinos, conhecemos o sofrimento dessa população que sofre os efeitos danosos das estiagens que afligem e trazem sofrimento ao nosso povo do semiárido.

Acho que o Nordeste brasileiro, com imenso potencial para o desenvolvimento econômico e social, lamentavelmente, tem que enfrentar essa agrura que a natureza colocou para que o nordestino, inclusive, fosse o forte e pudesse vencer essas dificuldades.

O Senador Neuto De Conto disse aqui, o Senador Inácio Arruda, ele é um homem de Santa Catarina, talvez lá o excesso de chuva é que esteja, nos últimos anos, o desenvolvimento daquele belo estado, com terras férteis, vales maravilhosos, como o do Itajaí e tantos outros, e que também desenvolve uma indústria moderna.

Então, talvez ele não conheça, mas, como bom brasileiro que ele é, ele deve já ter estudado, secretário de agricultura que foi, o que nós vivemos no Nordeste, esse imenso semiárido. Porque, só no meu estado, meu estado tem 570 mil quilômetros quadrados. É quase o tamanho... É quase, não, é o tamanho da França; 570 mil quilômetros quadrados. Nós temos, desses 570 mil quilômetros quadrados, 360 mil quilômetros estão inseridos no semiárido nordestino; 360 mil quilômetros talvez seja mais do que somando dois ou três estados nordestinos. Então, veja o tamanho do problema existente para todo o Nordeste, de forma específica, para a Bahia.

E, Sr. Presidente, eu quero aqui, neste momento, exatamente ressaltar, saudar, parabenizar todo o trabalho que o DNOCS fez, com dedicação, ao longo dos 100 anos. E eu sei das dificuldades, porque nunca

houve um sentimento nacional para valer, para olhar e dizer assim: "O Nordeste merece a atenção devida, como uma região importantíssima". São nove estados deste país. Nós temos uma participação da população do Brasil de mais de 30%. Nós temos uma expressão política sempre grande no Congresso Nacional e na formulação das políticas brasileiras. Entretanto, as dificuldades com que os organismos nordestinos convivem, e eu sei que o DNOCS é um deles, com a questão orçamentária, o plano orçamentário, o DNOCS se esforça. Assim como o DNOCS, nós temos a CODEVASF, nós temos a SUDENE, que chegou a ser extinta a SUDENE. Agora, foi recriada, mas que, talvez, não tenha recebido, ainda, os insumos necessários para que ela possa ter a atuação que ela já teve, concebida por Juscelino Kubitschek, por Celso Furtado, lá na década de 50, e que tanta esperança despertou em todos os nordestinos, e que a SUDENE reuniu informações técnicas e de conhecimento sobre o problema do semiárido.

Eu acho que quase que fazendo uma síntese de todos os que trabalhavam na região e que trabalham ainda, como é o DNOCS e como a CODEVASF. Quer dizer, eu acho que, ao longo da nossa história, não tem havido uma política pública permanente, definida para resolver o problema dos semiáridos.

Eu fui governador da Bahia e, antes de ser governador, fui vice-governador, coordenei um programa chamado "Sertão forte", onde nós tínhamos uma máxima: que não se combate a seca. Não se combate a seca. A seca é um fenômeno natural e vai estar sempre presente no Nordeste. Eu acho que os cearenses, com sua criatividade, até já tentaram combater a seca, fazendo a pulverização de nuvens, não sei se ainda continua esse programa...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já a gente tentou tudo, já.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para resolver com as chuvas, que dariam um índice pluviométrico mais bem distribuído, ao longo do ano, e que fizesse as atividades econômicas do semiárido permanentes e em condições de sobrevivência.

O problema do semiárido é exatamente atividades econômicas que possam ser permanentes, independente do fenômeno climático da seca, porque ele virá sempre. Os países de clima temperado, que têm inverno bem definido, com neve, eles conseguem sobreviver, porque eles sabem que, todo ano, vem o inverno, e vai ter neve, e você não vai produzir naquele momento. Então, ele armazena. Tem culturas próprias, específicas, armazena e enfrenta o inverno.

Então, nós sabemos que no Nordeste a seca vai existir. Em maior intensidade ou menor intensidade,

com espaçamento maior, com espaçamento menor. Mas nós não podemos, os nordestinos, passar o tempo todo olhando para o céu, sabendo se vai chover ou se não vai chover.

A política de açudes, de poços tubulares, a política dos perímetros irrigados, sem sombra de dúvida, é de uma fundamental importância. Eu conheço, nós temos, na Bahia, o perímetro irrigado, ali em Juazeiro, englobando o estado também de Pernambuco, Petrolina, onde quem visita aquela região vai encontrar ali uma Califórnia, se fizermos uma comparação com o Vale de São Joaquim, na Califórnia, irrigado com um grande canal, vai encontrar essa pujança econômica; o aeroporto de Petrolina, exportando, diretamente para a Europa, frutas tropicais que nós produzimos, duas safras de uva por ano. Já existe o vinho nordestino, do Vale do São Francisco. Quem podia imaginar?

Nós estamos produzindo um vinho de excelente qualidade. Eu estava no Rio Grande do Sul, lá no vale dos vinhos, em Bento Gonçalves, na sede da Miolo, que está hoje produzindo vinhos na Bahia. E, eu olhando o vinho Terra Nova, vi uma gaúcha que disse: "Olha, excelente qualidade". Não sabia de onde eu era, o que eu era, mas me disse que o vinho era muito bom, produzido na Bahia.

Veja o que nós podemos fazer se há, se há e se existem políticas públicas definidas e permanentes. O que eu acho que é que, lamentavelmente, essas dificuldades, o que eu chamo de soluções orçamentárias. Para se fazer um perímetro irrigado, você passa 20 anos, 30 anos, às vezes. Tem perímetros irrigados, como Salitre, o Salitrão, em Juazeiro, que eu já vi mais de um Presidente da República dizendo que aloca recursos, nós não conseguimos nem implantar 2.500 hectares iniciais desse perímetro, e, na verdade, nós temos lá a possibilidade de 30 mil hectares.

O projeto bacia de Irecê, que está avançando. Estamos avançando. Emendas coletivas de bancada, às vezes, o Governo Federal coloca recursos... Mas, Senador Inácio Arruda, eu chamo soluções orçamentárias, porque eles não acontecem de forma permanente. O que nós poderíamos realizar, com um custo menor e num prazo bem menor e dando resultados sociais imensos, se entrar em funcionamento, esses projetos que estão aí, esses perímetros irrigados, nós teríamos, sem sombra de dúvida, uma revolução em todo o semiárido nordestino.

[palmas]

Por outro lado, o que eu vejo é que, lamentavelmente, e esse me parece ser um mal brasileiro, é um mal brasileiro. Não estou personificando, é o mal do Brasil. Nós sabemos até, às vezes, realizar, construir

obras nós conseguimos, temos empreiteiras, e, havendo recursos no orçamento, ela acontece. Agora, mantê-las e funcionando em bom estágio [palmas] isso é uma dificuldade intransponível.

O que eu vou falar aqui o Washington conhece muito bem, eu fui governador, e os irrigantes me pediam que o Banco do Nordeste desse um apoio, uma mão aos irrigantes. E olha que dificuldade nós tínhamos para colocar o Banco do Nordeste, que é o banco dos nordestinos, para ajudar os irrigantes nos perímetros irrigados. Eu ficava impressionado, mas é porque Banco do Nordeste é banco. Antes de ser do Nordeste, ele é banco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Começa por banco.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Começa por banco. Então, ele quer retorno e achava que a atividade do irrigante era atividade de alto risco, ainda. E tínhamos dificuldade, e acho que continuam tendo dificuldade para receber financiamento para a produção.

Vou citar outro exemplo, Inácio, Antonio Carlos Valadares, a questão do custo da energia da irrigação. É um custo que penaliza o irrigante. E olha que o irrigante está ali no dia a dia, sol e chuva, principalmente sol, quase o tempo todo, mas ele está tentando produzir, gerar riqueza, permanecer, se fixar na terra, mas o custo da energia ainda é muito alto.

Se fez uma redução do custo do quilowatt/hora, desde que fosse utilizado em períodos próprios, fora de pico, que seria mais à noite e madrugada, se reduziu. Entretanto, não se reduziu a demanda. Então, hoje, se paga muito caro pela irrigação, porque você fica com a demanda elevada, no período onde você tem que concentrar, e muitos se prepararam, fizeram reservatórios para utilizar essa água, mas você fica com a demanda elevada.

Eu fui na ANEEL, tentei de todas as formas com a ANEEL reduzir os custos da demanda, mas não consegui. Então, há que se ter uma política específica para o custo da energia, porque, senão, inviabiliza. Se desejar, eu já vi essa história aqui, no passado, dizer que irrigação seria feita pelo setor privado. Eu não conheço como o setor privado vai conseguir fazer as obras de infraestrutura para um perímetro irrigado e repassar isso para o irrigante [palmas]. Não há cultura que se pague.

A obra de infraestrutura, necessariamente, tem que ser feita pelo Poder Público. Ao irrigante cabe operar. E, mesmo assim, tem que ter apoio creditício e também apoio com relação aos custos da energia e ter infraestrutura suficiente para escoar bem a sua produção, porque, hoje, nós temos muitos perímetros,

e quem é do Nordeste conhece isso, nós temos perímetro de Formoso, lá em Bom Jesus da Lapa, subutilizados, perímetros quase paralisados. As obras de infraestrutura foram feitas, mas esse é um processo permanente, continuado. É um projeto que tem que ter início, meio e fim. E o fim tem que ser o sucesso do irrigante, do homem que foi colocado ali, que tem que ter retorno econômico para sobreviver e para educar bem seus filhos.

Então, essas questões estão ainda latentes no nosso semiárido. Eu parablenizo a todos que são dedicados ao semiárido, que amam o semiárido, eu não tenho dúvida de que o DNOCS, nós temos na Bahia pessoas que sempre estiveram dedicadas a essa questão, mas, lamentavelmente, eu tenho que dizer que vejo, hoje, por exemplo, eu vejo açudes que não têm manejo e estão sendo salinizados, porque tinha que haver descargas, tinha que ter manejo. Eu vejo até açudes do próprio DNOCS abandonados. Abandonados, porque precisa gente para administrar, precisa ter uma reestruturação do órgão, precisa pagar bem o funcionário, precisa manter as estações de piscicultura, precisa fazer esse manejo para não salinizar. Nós já fizemos adutoras e açudes que salinizaram e se perdeu todo o investimento.

Então, falta essa gestão, essa gerência e, acima de tudo, esse compromisso de se alocar recursos no semiárido [palmas]. Qualquer recurso do semiárido vai ter retorno. Tem retorno social, tem retorno econômico, e nós melhoraremos todos os índices de desenvolvimento econômico do país e, principalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano.

Quando eu era governador, nós estudamos os índices de desenvolvimento humano de todas as unidades da federação do país. Os menores índices estavam todos no Nordeste, com a honrosa exceção do Estado de Sergipe. Talvez porque, pela sua dimensão menor, relativamente aos outros estados, conseguiu desenvolver um pouco mais economicamente e socialmente. Mas, se olharmos, ainda hoje, as 27 unidades da federação, nós vamos ver que os estados nordestinos estão com os menores índices de desenvolvimento humano.

E nós, nordestinos que vivemos lá, que convivemos, e eu sou da caatinga, do sertão, sertão de Jequié, que alguns conhecem e tem obra lá do DNOCS, a barragem de pedra, dois bilhões de metros cúbicos de água, e que não havia a irrigação. Nós temos até potencial hídrico, mas sem utilização. Então, água parada. Serve para a piscicultura, sem sombra de dúvida, mas podia ter uma utilização muito maior.

Então, Sr. Presidente, não vou me delongar mais. Eu quero parabenizar a todos, ao DNOCS, em espe-

cial, e esperar que... Eu recebi, aqui, uma contribuição para a reestruturação dos funcionários do DNOCS, que o Governo Federal, no passado, se quis acabar o DNOCS, eu sei que o DNOCS, por exemplo, é um órgão que tem uma atuação talvez mais incisiva nos estados, no Nordeste setentrional, como é o caso do Rio Grande do Norte, como é o caso do Ceará, mas também tem uma importância, importante atuação na Bahia. E a Bahia tem outros órgãos, tipo CODEVASF, que já não tem lá no Ceará, não tem no Rio Grande do Norte, não é isso que nos anima.

Nós queremos ver o DNOCS forte, seus funcionários ativos, trabalhando pelo Nordeste brasileiro. Nós estamos, aqui, como representante da Bahia e representante do Nordeste, esperando que o Governo do Presidente Lula e os governos que o sucedam possam dar essa importância proprietária a resolver a questão do semiárido, de uma vez por todas, porque já são 100 anos, e nós sabemos que muitos problemas ainda persistem e nós temos um semiárido que nós queremos ver muito mais desenvolvido do que ele está. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador César Borges. E ouviremos a palavra do senador, por Sergipe, Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, Senador Neuto De Conto, ilustres palestrantes, participantes desta Audiência Pública, como membro desta Comissão, eu não poderia deixar de expressar a minha admiração, meu respeito e meu regozijo, diante dos 100 anos que estamos comemorando da criação do DNOCS, uma instituição, então, secular, que deu início, pela primeira vez, a um processo de assistência à região mais pobre do país e sempre sofreu as consequências da estiagem das secas.

Eu sou um nordestino, nasci numa cidade do interior de Sergipe, onde fui prefeito, uma cidade, um município mergulhado no semiárido. Há momentos de grande euforia, quando da ocorrência das chuvas; as secas, quando eclodem, causam prejuízos inenunciáveis, principalmente aos pequenos produtores rurais, que, ficando sem uma ocupação, sem a prática da atividade tradicional da agricultura, de forma a salvar as suas famílias, muitos desses produtores rurais vão para o Sul do país, a chamada evasão rural.

A presença de instituições como o DNOCS, como a CODEVASF, à margem do Rio São Francisco, e lá são 27 municípios atendidos pela CODEVASF, no

Estado de Sergipe, mas o DNOCS tem uma atuação marcante, principalmente no setor de abertura de poços. Eu utilizei muito da tecnologia de... do DNOCS, na produção de água potável. É uma pena que nem em todos os lugares a água era, vamos dizer assim, de boa qualidade. Porque, devido ao solo, ao subsolo cristalino que nós temos no Nordeste, e lá em Sergipe não é diferente, a água produzida é a água salobra, de modo geral. Mas, assim mesmo, em períodos de estiagem, essa água é fundamental para atender às necessidades básicas do sertanejo.

Queria aproveitar essa oportunidade, no momento em que o Presidente da República, que é nosso aliado, pessoa a quem eu respeito muito, pela sua postura democrática, por ser um estadista respeitado no mundo inteiro, ele visitou, na semana passada, o Nordeste do Brasil, para conhecer o andamento das obras da transposição do Rio São Francisco.

Essa questão da transposição foi uma questão muito debatida, e houve muitas divergências, inclusive meu estado, o Estado da Bahia, o Estado de Alagoas e uma parte do Estado de Pernambuco se posicionaram, em Minas Gerais, contra o projeto da transposição. Isso gerou, realmente, uma... Eu não vou dizer que gerou uma divisão territorial que pudesse causar uma separação em nosso país, mas houve uma divisão de pensamento, e essas divergências causaram, realmente, disparidades entre aqueles que pensavam que a transposição resolvia o problema do Nordeste e aqueles que achavam que o melhor seria a realização do projeto da revitalização, em primeiro lugar.

Então, aqui, há dados que dizem o seguinte: que o DNOCS, ao longo de sua história, construiu 323 açudes públicos, com a capacidade de armazenar 27 bilhões de metros cúbicos de água. O que se pretende com a transposição é transpor, levar para outras regiões do Nordeste, como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, aproximadamente um bilhão e 100 milhões de metros cúbicos.

E há estudos que indicam o seguinte: que, se fosse construído um sistema de adutoras, há uma parte dessas adutoras já funcionando, interligando esses açudes, a transposição seria dispensável. Quer dizer, são estudos divergentes daqueles apresentados pelo Governo. E eu gostaria de, antes de fazer a pergunta, em primeiro lugar, parabenizar o DNOCS pelos 100 anos. Dizer que realmente é preciso que uma instituição como essa, que tem tanta experiência, em tantos setores, na açudagem, na aquicultura, na irrigação, ela tenha uma estrutura fortalecida. Digamos assim, vamos reestruturar o DNOCS e colocá-lo dentro da nova realidade brasileira, integrando o DNOCS à CODEVASF, onde for possível, e fazendo com que o seu

corpo de funcionários seja aquinhado com um plano de cargos e salários que seja capaz de atrair novos valores para a sua instituição, novos engenheiros, novos técnicos [palmas], em suma, fortalecer a instituição que é o DNOCS, que não pode, de maneira nenhuma, ser considerada uma instituição de segunda categoria [palmas].

Nós não podemos correr o risco de fazer com o DNOCS o que foi feito com a SUDENE. A SUDENE tenta, até hoje, se reestruturar, e não consegue. Então, não vamos deixar, de forma nenhuma, que o DNOCS atinja uma situação como essa, de desestruturação e de envelhecimento, sem um rejuvenescimento nessa estrutura, para servir bem ao Nordeste do nosso país, que é a região mais pobre. Quanto mais braços, mais pessoas, mais tecnologias estejam do lado do Nordeste, estaremos preservando aquilo que há de mais forte na nossa região, que é a vontade de trabalhar e a vontade de produzir.

Por isso, Sr. Presidente Neuto De Conto, eu parabenizo V. Exa. por esta Audiência Pública, onde várias autoridades ligadas ao Nordeste, como a federação da organização de produtores de perímetros públicos de irrigação, o consultor do Ministério da Integração Nacional e Dr. Ramon... Flávio Gomes é do Ministério do Desenvolvimento, não é? Do Ministério da Integração.

Então, eu quero parabenizar a todos os palestrantes e, por fim, fazer a pergunta que eu ia me encaminhando a fazer, antes da homenagem justa e merecida que devemos fazer ao DNOCS, e reconhecer o seu trabalho edificante, em favor do desenvolvimento regional.

Eu gostaria de perguntar o seguinte: se é verdade esta proposição de, interligando açudes no Nordeste, que foram construídos principalmente pelo DNOCS, isso poderia evitar a realização da transposição, isso poderia evitar essa divergência cruciante que existe de brasileiros de uma mesma região, que uns concordam, e outros, não, com a transposição.

Eu mesmo tenho um projeto de revitalização do Rio São Francisco, a PEC do Rio São Francisco, que foi aprovada aqui, no Senado, por unanimidade. E está há alguns anos, há mais de sete anos, na Câmara dos Deputados. Agora, está na pauta, para ser votada, mas com emendas que foram consubstanciadas, de acordo com conversas do relator, que é o Deputado Federal Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, e o Governo Federal.

Então, a PEC, ela foi alterada na sua configuração, mas a sua finalidade permanece a mesma: criar um fundo para a revitalização do Rio São Francisco.

Então, eu gostaria de perguntar, principalmente ao nosso Diretor Elias Fernandes Neto, o que ele acha. Nós poderíamos dispensar a transposição, se houvesse um projeto de interligação dos açudes, hoje existentes no Nordeste, que tem só, dos 323, um volume de água equivalente a 27 bilhões de metros cúbicos? Agradeço a V. Exa. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): As respostas ficam para o final. Eu agradeço a intervenção do eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu gostaria, também, de fazer a minha pequena intervenção e início com a indagação do Dr. Otamar de Carvalho, que pediu, na sua intervenção, ele disse: “O que o Brasil quer do Nordeste? Ou o que o Nordeste quer do Brasil?”.

Eu tenho uma visão muito clara sobre esse fantástico país, que é abençoado por Deus, que nos deu terra, água, chuva, sol, clima, gente e tecnologia. Isso, com essa inteligência inesgotável deste povo nordestino, sem dúvida alguma, alcançaremos todos os espaços possíveis, através, bem verdade, de muito trabalho, mas, sem dúvida nenhuma, pelas condições que o próprio solo nos dá.

Água é um produto fantástico. Além de ser o principal alimento do ser humano, só perde pelo ar, que, sem água nós vivemos muito pouco tempo, ela é responsável por transportar, ela é responsável por produzir energia elétrica, ela é responsável por produzir alimentos, que é o nosso combustível. Água, que aqui demonstrada, até pelo filme que aqui vimos na sua... no seu sucesso, no início e na ação dos 100 anos do DNOCS, nos dá, ali, a clareza de tudo aquilo que se pode fazer e de prosperar.

Está reservado ao Brasil de ser o principal e o maior produtor de alimentos para o mundo. Hoje, está claro todo o processo de alimentação, de que nós somos, hoje, já responsáveis por 34% da produção de alimentos; dentro do PIB nacional, 34%. Somos responsável por um terço das exportações brasileiras. E esse setor produtivo é responsável pelo total do superávit da balança comercial do país.

Está reservado ao Brasil um crescimento, nos próximos 10 anos, e talvez poderemos chegar, sim, a 50% do Produto Interno Bruto. Se nós assim entendermos que, através da água e da terra, podemos alcançar todos esses espaços.

Eu vi, há poucos dias, Srs. Senadores, que a FAO faz um estudo, e que nós seremos, em 10 anos, o maior exportador de carnes, devendo abastecer 21% só na carne suína; 61% da carne bovina; e 90% de frangos, do consumo mundial. Nós poderíamos entrar em tantas áreas, no biodiesel, na bioenergia, nossa

cana-de-açúcar, nosso óleo, e todo ele necessita de investimento e, principalmente, da água. E o Nordeste tem a terra, tem água, tem a tecnologia, tem gente, e o que precisa, sim, é vistas para o Nordeste, visões para o Nordeste. Que tenhamos [palmas] quem enxergue aquela terra como enxerga os seus habitantes, como enxerga os seus líderes que aqui estão e vêm para cá, que enxerga, no Nordeste, a oportunidade de dar o crescimento vertical para a sua sociedade e para o desenvolvimento do próprio país.

Dito isso, eu gostaria de aplaudi-los, homenageá-los e cumprimentá-los por tudo o que fizeram nesses 100 anos de luta, de trabalho, de lutas históricas, de conquistas fantásticas, tão bem demonstradas pelos quatro expositores. Cumprimentá-los e aplaudi-los por estarem aqui, e, neste momento, vivermos este momento de 100 anos, para que possamos ter, nesta história, oportunidade não só do debate, mas, sim, na condução das conquistas que o Brasil todo precisa.

Por isso, eu quero agradecer a presença dos quatro expositores, que nos dão a oportunidade de trazer este debate: Dr. Elias Fernandes Neto; Otamar de Carvalho; Washington Moreira; e Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Cumprimentar e saudar, agradecer a oportunidade de todos os senhores que aqui estão, cumprimentar a cada um, Deputado Guedes (sic) Xavier... Eudes Xavier, que nos dá a oportunidade de estar no nosso Plenário, e dar a palavra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra à Mesa, novamente, eu, se V. Exa. permitir, gostaria de convidar a Dra. Ana Braga, que é funcionária DNOCS, para que ela possa entregar, uma documentação simples, singela, é fruto do trabalho dos servidores do DNOCS, nas suas reivindicações, mas que tem um valor simbólico para todos nós, na perspectiva da palavra de Otamar, que é do “soerguimento de uma instituição secular”. Dra. Ana Braga, cadê você?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com todo prazer, meu caro Senador Inácio.

[palmas]

SRA. ANA BRAGA: Eu só queria explicitar que são três documentos: um é fruto do debate dos técnicos, durante todos esses dois anos sobre a reestruturação do DNOCS e aproveitar a presença do representante do Ministério da Integração para que ele faça o processo [ininteligível] chegar ao Congresso Nacional, porque nós queremos dialogar esse projeto aqui, no Congresso Nacional, porque esses 100 anos do DNOCS nós aguardamos que não sejam só essas manifestações muito justas, mas que seja um momento

de refundação. Para isso, também, eu trouxe, está em nossas mãos, um debate, dirigido ao povo, que paira a sugestiva pergunta: 100 anos do DENOCS, o que virá depois? Essa angústia, senador, nos acompanha nesses últimos dez anos, desde que ele foi instinto. E isso não é coisa de corporativista, porque nós todos, todos nós aqui, daqui a cinco anos, temos o tempo de nos aposentar, todos nós, daqui a cinco anos, estamos já cuidando de outra etapa de nossas vidas, mas, quando a gente vive 20, 30 anos, 45, como o nosso colega [ininteligível], na instituição, essa instituição faz parte do sangue da gente, faz parte da alma, faz parte do nordestino que está dentro da gente.

Então, a gente acha triste essas grandes comemorações, sem que haja uma atitude do Congresso, principalmente, no momento, do Ministério da Integração, de discutir essa grande instituição. Então, é isso que a gente queria. Desculpe ter furado todas as regras.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dando prosseguimento, agradecemos, primeiramente, à Ana Braga, pela manifestação e pelos expedientes que nos entrega, e nós vamos passar, por três minutos, até três minutos, para cada um dos expositores, que façam suas considerações, respondam as perguntas possíveis e façam, também, suas recomendações finais. E iniciamos pela mesma ordem de quando começamos, e vamos, então, ouvir o Dr. Otamar de Carvalho.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Eu fico, nessas ocasiões, numa situação meio complicada sobre o que falar, porque esses resumos são sempre difíceis. Quer dizer, o que é que eu poderia acrescentar ao que eu já disse? Talvez o que eu não disse. Eu não disse algumas coisas por falta de tempo, mas, também, nesses três minutos, eu não vou poder dizer o que eu não disse [risos]. Então, eu vou me referir, eu vou me referir... Não sei se seria o caso, porque eu não vou dar uma informação ao Senador Valadares, do Estado de Sergipe, sobre a pergunta dele, deixar para o nosso diretor-geral do DNOCS, mas, depois, em particular a gente pode conversar sobre o assunto.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu acho que o DNOCS deve continuar vivendo. Agora, essa renovação, esse fortalecimento da instituição não se faz por milagre, por expectativa, por desejo ou por... ou por se chamar... ou por desejo ou por achar que tudo o que a instituição fez em 100 anos, esse saudosismo é todo... reviveria e faria com que a situação fosse revitalizada.

A instituição será revitalizada se ela souber ver e ouvir o que a sociedade de hoje espera que as ins-

tituições façam [soa a campainha], numa região como o Nordeste. É isso que o DNOCS tem que fazer força para captar e colocar em prática.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedemos a palavra ao Dr. Washington.

SR. WASHINGTON LUIS ALVES MOREIRA: Fazer uso da palavra para agradecer, não vou ter tempo nem para agradecer, mas explicar um pouco o que é a assistência técnica. É simplesmente o Estado de Direito respeitar a Constituição Brasileira.

Recuperação da infraestrutura é garantir o desenvolvimento do Nordeste. Regularização fundiária é avançar na autossustentabilidade dos perímetros. Recurso para a gestão, aqui falo, aqui faço um breve comentário, não é só para os perímetros, é para o DNOCS, porque o DNOCS não é patrimônio do Nordeste, é do Brasil e do mundo. Nós sabemos que até razão para os nossos alevinos faltou. Nós sabemos que até o Castanhão faltou lá vigilância. Isso é triste!

Fazendo isso, Sr. Presidente, nós estaremos gerando 100 mil empregos diretos e indiretos no Nordeste, triplicando a produção e fazendo acontecer a transferência da gestão, que é um sonho dos irrigantes. Tantas vezes iniciada e fracassada pelo Ministério. E me perguntam: "Que arma, que ferramentas vocês vão usar?". A que nunca usaram: a participação dos irrigantes. Meu muito obrigado a todos, ao Presidente [palmas], e queria entregar o meu pronunciamento. Pelo tempo, não vai dar para ser lido, para orientar mais a Mesa, e também solicitar da Casa o vídeo desse trabalho, porque nós queremos passar em todos os perímetros, para dizer, levar a esperança que o Senado Federal se preocupa, sim, com os irrigantes do Nordeste. Mais uma vez, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Sr. Presidente, Srs. senadores, senhoras e senhores, Srs. Deputados. Três minutos, realmente, não dá para agregar muita coisa, mas eu, dos três pronunciamentos dos senadores, Senador Inácio, Senador César Borges, Senador Antonio Carlos Valadares, eu grifei coisas importantíssimas e eu gostaria de ressaltar.

O Senador Inácio Arruda, uma preleção maravilhosa, quem conhece, de quem... fruto do DNOCS, pediu para não se fazer o confronto, e, sim, vamos somar forças, para a gente resolver a questão do DNOCS. Isso é fundamental. Isso é fundamental, porque a gente precisa ocupar o espaço e, para ocupar

o espaço, a gente não pode ocupar o espaço fazendo confronto. Vamos somar todos em prol do DNOCS. Isso ele frisou bem.

O Senador César Borges falou no solução orçamentário. Isso é um problema seriíssimo. Isso é um problema seriíssimo [soa a campainha], que está uma falta de continuidade administrativa, porque--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Um solução--

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: É, eu dei um solução rápido demais. Então, o que acontece? O orçamento, a gente tem uma determinação constitucional, que os senhores conhecem melhor do que eu, de que 50% do que se gasta com irrigação tem que ser gasto no Nordeste. Só que a qualidade desses valores é concentrada em investimento. E o problema de resolver tudo isso que nós vimos aqui, em termos de recuperação de perímetro, em termos de ração para peixe, em termos de botar para funcionar a operação dos açudes, isso é um caso seriíssimo. Isso se chama custeio.

Eu não sei como resolver isso no orçamento nacional, mas o nome custeio, e todas essas ações são custeio, vem acarretando um problema sério, porque qualquer instituição, quem foi governador, como o Senador César Borges e outros, sabe que o custeio é enxugado de uma maneira que você não consegue nada.

E, cada dia, os orçamentos são piores. Você não tem custeio, às vezes, nem para pagar as folhas. Então, a gente precisa resolver isso e atacar isso.

Existe uma determinação constitucional que foi prorrogada por mais 15 anos: 50% dos recursos do Brasil que são gastos com irrigação devem ser gastos no Nordeste e 20%, no Centro-Oeste. É constitucional.

Então, a gente precisa ver isso. E, finalizando, quando o Senador Antonio Carlos falou na questão de novos quadros, complementando com o depoimento da Ana, aqui, que é comovente, você mostrar que essa geração, na qual eu me incluo, eu não sou do DNOCS, mas eu fiz o concurso do DNOCS, esse que foi feito na época de 80, e não passei. Mas estaria nessa condição. Ou seja, o último concurso grande e de qualidade que foi feito no DNOCS foi naquela época. E é essa geração que está saindo, é essa geração que agregou inteligência, agregou conhecimento e não tem para quem passar. Isso é que preocupa. Preocupa, porque não tem novos... novas pessoas para se treinar, não tem novas pessoas para a gente, vamos dizer assim, passar aquele conhecimento, que muitos até estão passando do tempo de se aposentar, na esperança e na expectativa de não levar para outro canto aquilo que desenvolveu, querendo passar para todos.

Então, eu somo com vocês isso e tenho a expectativa de que a gente possa resolver essas situações do DNOCS, dos perímetros irrigados, que eu concordo plenamente com tudo o que foi dito aqui, o pessoal da FAPID sabe que eu fecho com eles, e acho que nós precisamos somar todos e precisamos dos Srs. Senadores para nos ajudar nessa luta. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos Dr. Elias Fernandes Neto.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Sr. Presidente, vou usar meus três minutos para tentar, em rápidas palavras, falar sobre duas coisas: Uma é que, nesse centenário do DNOCS, ficou patente que o órgão precisa urgentemente efetuar essa sua reestruturação, que já vem sendo feita, na medida que o Presidente Lula incluiu as obras do PAC para o DNOCS, mas muitas ações precisam ser feitas, e nós elencamos cinco delas, seis delas como as mais urgentes e, hoje à tarde, estaremos entregando um documento ao Ministro Geddel Vieira, da Integração, assinado pelos 20 integrantes de cargos comissionados do DNOCS e mais os dez coordenadores dos estados, onde, em rápidas palavras, se pede uma agilização na lei que já foi encaminhada pelo Ministério da Integração. E, desde agosto, que ela está nas gavetas do Ministério do Planejamento. A Lei da Reestruturação, para que chegue a esta Casa para ser discutido aqui. Então, é a primeira reivindicação.

A segunda é a do concurso público. Nós precisamos de 620 vagas de concurso público, só nos deram 82 vagas. Quase que insuficiente. Mas, com um simples ato do Ministro do Planejamento, esse mesmo concurso, que vai fazer para 82 vagas, ele pode ser ampliado para 200, 300 ou 400 ou 600 vagas, que é do que nós precisamos.

O terceiro item, esse documento será entregue hoje à tarde ao Ministro Geddel, diz respeito à assistência técnica. A assistência técnica é questão urgentíssima do DNOCS. Está paralisada lá, por questões funcionais, por questões de Legislação, até mesmo na Lei da Irrigação, que precisa ser reestruturada.

A quarta... Estou sendo rápido, devido ao tempo. O DNOCS e o projeto São Francisco. Não se entende esse projeto que está sendo executado no Nordeste com a participação, inclusive, do DNOCS [soa a campainha] nas áreas de desapropriação e tudo, que não tenha a participação efetiva do DNOCS, pois, do projeto, 18 açudes do DNOCS são receptores de água do Projeto São Francisco [palmas].

Então, nós estamos reivindicando, inclusive, participar até da gestão do projeto, porque se alega que o DNOCS não tem competência, hoje, para fazer essa gestão. Mas, reestruturando o quadro funcional, colocando novos técnicos, novos engenheiros, novos agrônomos, nós teremos condições de, ao invés de criar uma nova estrutura, aproveitar uma que já existe [palmas].

A quarta, diz a nossa estrutura regimental, administrativa que precisa de alguns cargos comissionados para tocar as atividades, hoje, já que o Ministério do Planejamento nos breca essa oportunidade.

E a última é a reestruturação das coordenações estaduais, para que elas sejam uma extensão do DNOCS nos estados. Não sejam apenas uma representação, sejam como se fosse um DNOCS atuando naquele estado, nos dez estados do Nordeste.

E, na lei que está tramitando, que está no Ministério do Planejamento, que virá para esta Casa, ela dá, essa lei já dá uma abrangência nacional ao DNOCS, podendo atuar em qualquer área da federação, em qualquer estado da federação, desde que uma situação de estiagem ou de calamidade hídrica ocorra.

Então, essas são as reivindicações. E, por último, para responder ao Senador Antonio Carlos Valadares, eu diria ao nobre senador que a afirmação que foi dada para ele de que, se usassem os 27 bilhões de metros cúbicos que existe no Nordeste, se interligassem esses açudes, resolveria o problema do Nordeste, no que diz respeito à oferta hídrica, e não haveria necessidade da transposição.

Eu diria, Senador Antonio Carlos Valadares, que essa afirmativa é totalmente inverdade. E vou citar apenas um exemplo, apenas um exemplo. O Estado de Pernambuco é o estado que tem maior déficit hídrico do Nordeste. De todos os estados do Nordeste, é onde chove menos, onde tem menos água acumulada e, conseqüentemente, há um déficit hídrico *per capita*, por habitantes.

Pois bem, há uns dez, 15 anos, houve uma seca no Nordeste, e o maior reservatório de Pernambuco, a barragem de Moxotó, com 500 milhões de metros cúbicos, 500 milhões de metros cúbicos, ela secou totalmente. Ficou menos água do que esse copo, porque não ficou uma gota d'água sequer em 500 milhões de metros cúbicos. É um açude grande!

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em quanto tempo?

SR. ELIAS FERNANDES NETO: A seca foram três anos. Uma seca que houve a cerca de dez, 12 anos atrás.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De 79 a 83.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Pronto, 79 a 83. O açude Moxotó secou integralmente. Se ele tivesse interligado com projeto de adutora, essa água teria ido embora antes, teria secado antes, porque as populações estavam consumindo, e toda a região ficaria sem água, como ficou. Pernambuco teve que ser abastecida de navio. Pernambuco, não, Recife. Teve que ser abastecida de navio. Durante certo tempo, nessa mesma seca, navios tanques abasteceram parte de Recife.

Pois bem, hoje, com o projeto São Francisco, o projeto São Francisco, ele dá... Que é a transposição, ele dá a segurança hídrica a estes açudes. Na hora que o açude estiver seco, como estava Moxotó, a água do São Francisco chega lá e faz a sinergia hídrica, trazendo do São Francisco aquela água tão necessária naquele momento.

E, por sinal, o próprio Estado de Pernambuco, que hoje está se fazendo o maior programa de adutoras do Nordeste, os dois canais do eixo norte e do eixo leste passam por dentro do Estado de Pernambuco. E, para reafirmar o que eu estou falando, esses dois canais do eixo norte e do eixo leste tiram água desse canal para a adutora do Pajeú e para a adutora do oeste.

Já, agora, o próximo ano, quando a adutora do Pajeú e a adutora do oeste e o canal do eixo leste estiverem prontos, vão ser abastecidos do canal do projeto São Francisco. Então, só esse exemplo de Pernambuco destrói toda essa tese que jogaram para V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu discordo, em partes, da afirmativa do nobre diretor, Dr. Elias Fernandes Neto. Posso, então, contraditá-lo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. concorda com tudo e discorda de uma pequena parte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu concordo com uma coisa: que a água, durante uma longa estiagem, armazenada num açude, desaparece, por causa da evaporação. Se ela tivesse sido utilizada anteriormente, por exemplo, para encher cisternas que fossem distribuídas no semiárido, recebendo a água, essa água não seria evaporada, seria utilizada, a nível doméstico, para sustentar a população.

Agora, você armazenar água durante dois, três anos, sem nenhuma utilização, você só vai servir para que ela desapareça, através do processo de evaporação. É isso que está acontecendo no Nordeste. Quer dizer, há omissão das autoridades, no sentido de não dar um aproveitamento racional à água existente.

Ora, nós temos um açude de Castanhão, esse de Moxotó, são milhões e milhões de metros cúbicos de

água ali armazenados. Qual a utilização para aquela água? Chegam os caminhões-pipa, os carros-pipa, levam a água daqueles açudes para a população, e pouco se utiliza, inclusive, para a irrigação, a não ser em casos determinados. Por isso que eu acho que essa água que sai do Rio São Francisco, uma grande parte dela, porque ela vai em canais abertos, uma grande parte dela também vai sofrer esse processo de evaporação e perda hídrica. Não só no próprio transporte da água, quer dizer, a própria resistência do canal com a água já é uma quebra de energia e também, consequentemente, o desaparecimento de parte da água.

Além disso, o processo de evaporação. Eu acho que tem sentido, do ponto de vista técnico, esta interligação, quer dizer, através de uma malha de adutoras dos grandes açudes do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Estado de Pernambuco. Quem sabe, se esse estudo tivesse sido feito com mais acuidade, esta transposição poderia ter sido adiada, e colocada em primeiro lugar, em primeira mão a realização de um projeto de revitalização total das águas do Rio São Francisco, que não vou entrar aqui em detalhe, para não tomar tempo.

Agradeço ao Presidente, mas quero dizer o seguinte: que sou solidário ao sofrimento dos nordestinos. Nós não somos egoístas, nem eu e nem o Senador César Borges, que não concordamos com a transposição. Entretanto, acho que a solução técnica deveria ter sido estudada, e não se apresentou um estudo, dizendo da sua inviabilidade. Infelizmente, é isso que V. Exa. falou, vamos dizer, V. Exa. falou, assim, do ponto de vista de uma opinião pessoal, uma opinião subjetiva. Mas não há nenhum estudo que comprove a irrealidade do que eu falei, baseado em estudos técnicos de pessoas que estudaram devidamente este assunto do aproveitamento dos açudes, através de adutoras, no Nordeste e no semiárido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua a palavra com o Dr. Elias, para encerrar.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Pois não, senador. Não quero entrar em discussão, mas, olha, a cisterna... O senhor falou que essa água poderia ser levada para a cisterna e armazenada na porta da casa das pessoas. Uma cisterna dessas, de 20 mil litros, com quatro, cinco meses, ela já seca, aí não tem mais água. Então, se armazenar, perdeu o estudo. Segundo, a evaporação que V. Exa. se referiu é verdade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu construí cisterna, diretor, quando era governador, 10 mil cisternas no Estado de Sergipe. A cisterna que se tornou uma novidade no Nordeste, uma cisterna redonda, que não havia vazamento

nem evaporação. Durava um ano para uma família de cinco pessoas.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Claro. Então, V. Exa. tem razão quando diz que a evaporação é muito intensa no Nordeste, devido às condições climáticas. É verdade, senador, é verdade. Agora, essa mesma evaporação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele considerou uma família, não considerou o Recife inteiro.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Senador, o senhor falou, realmente é verdade. A evaporação é o grande responsável pela sumida de água dos açudes, e eu quero dizer o seguinte: essa evaporação, quer ela esteja, quer essa água esteja correndo no Rio São Francisco, quer ela esteja se dirigindo no canal da transposição, ela ocorre de qualquer maneira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O processo é polêmico, mas não concordo com V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, só vou dar um minuto para o Dr. Ramon, que nos pediu para encerrar.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Rapidamente, até para... É polêmico, eu não vou entrar nessa polêmica. Apenas para ilustrar. O Estado do Ceará, hoje, é um dos estados que sua política de água é uma das mais desenvolvidas. Faz 20 anos que vem se trabalhando nisso, inclusive com criação de instituição de gerenciamento, desde a época da Bahia, também, que começou um trabalho em conjunto com o Banco Mundial. E existe, realmente, um grande projeto que se chama cinturão das águas. Por que cinturão das águas? Vem nessa tese do senhor. Porque cinturão das águas, você... O Nordeste, ele chove bem, o Nordeste semiárido. O problema é que ele tem uma irregularidade tanto temporal como espacial.

Se chove em Sobral, no ano todinho, que dá enchente, e aí você vai para o baixo Jaguaribe, e não chove. Você vai no Cariri, um ano não chove, Quixadá chove. Estou só me restringindo ao Ceará, que conheço bem. E, no Ceará, hoje, tem mais de oito mil espelhos de água, com área acima de cinco hectares. E tem os grandes açudes estruturantes, que a gente chama, que são os que o DNOCS fez e são outros que alguns que o estado fez, que permite aguentar um, dois, três anos de seca, e alguns até mais, claro, evidente. Mas esses açudes são operados de uma forma, vamos dizer assim, sem otimização, exatamente porque nós não temos uma torneira que garanta que, na hora que eu precisar de água, pode passar dez anos chovendo direto, até demais, mas tem época que vem cinco anos sem chover regularmente, e aí, sim, você fica com o pires

na mão. Aquilo que o Dr. Elias falou do caso de Moxotó, no Ceará já vimos essa história várias vezes.

Então, nós precisamos de uma ligação com uma fonte permanente para isso. Não para pegar a água do São Francisco, que está indo e garantindo 26 metros cúbicos por segundo, não sei quê. Não para jogar lá e vaporar, não. Otimizar a operacionalização desses reservatórios, que eles, hoje, são operados como um copo d'água desse.

No primeiro ano, você bebe a metade, guarda a metade, porque não sabe se para o ano vai chover. Se para o ano chover, encheu. Se choveu muito, transborda e dá enchente lá no Nordeste. Se não choveu, você bebe a outra metade. E por aí vai. Só estou fazendo um...

Então, por isso que é importante essa ligação com uma fonte permanente, que o Nordeste setentrional não tem, infelizmente. Está certo? Eu quero só jogar aí um pouquinho de...

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como única e última intervenção, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostei da precisão de V. Exa.. Eu... É que a pergunta do Senador Valadares, ela é muito pertinente, ela só sofre de um pequeno problema. Ela está vencida. Porque nós vamos concluir essa obra... [risos]. Mas eu queria convidá-lo, Senador Neuto De Conto e todos os nossos colegas da Mesa e os nossos senadores e também as pessoas que estão nos acompanhando, para amanhã, nós vamos fazer uma sessão solene de 100 anos do DNOCS. A Sessão se realizará no Plenário do Senado Federal, a partir das 10 horas da manhã. É um momento, também, muito significativo, para que a gente possa, nessa hora... Nessa hora, nós precisamos da palavra dos senadores. Nessa hora, *parlar*, falar para nós também é um compromisso; um compromisso que se estende desde a estruturação do órgão até a representação daqueles para quem nós trabalhamos, um órgão como este.

Garantir água, abastecimento humano, animal e, sobretudo, produzir, está aqui o Washington, vários companheiros aqui estão acompanhando o Washington, sabem que, no final, nós precisamos garantir que essa água beneficie a produção do nosso país.

V. Exa. mesmo já mostrou as vantagens para o PIB brasileiro de você ter uma agricultura irrigada, capacitada, preparada e funcionando permanentemente. Então, eu convido a todos para que amanhã a gente participe dessa atividade, é muito importante, juntamente com o diretor do DNOCS, Elias Fernandes Neto, e os demais convidados do Ministério da Inte-

gração Nacional, porque é muito importante a gente comemorar o centenário de uma instituição brasileira; especialmente, quando ela tem responsabilidade no Nordeste brasileiro. Agradeço a V. Exa..

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu peço vênia a S.Ex^a, S.Ex^a disse que ele era o último orador, vou fazer só um breve comentário, porque eu acho que essa questão é muito polêmica, do São Francisco, e acho que todos têm alguma razão nesse assunto.

Então, eu acho que também é um assunto vencido, pelo fato de que já iniciou, e, agora, eu quero ver essa obra concluída, porque o pior que pode existir são obras paralisadas. Então, já que foram investidos recursos públicos, vamos chegar ao final. Mas eu quero dizer a V. Exa., veja de quem se posicionava como eu, contra o projeto. Que eu achava que era importante que órgãos como o DNOCS tivessem grandes recursos para continuar fazendo grandes açudes, para aumentar a segurança hídrica do Nordeste.

Eu, na Bahia, trabalhei pela perenização de rios que não... Para mim não era concebível levar água do São Francisco para alguns rios. Salvador não tem problema capital, porque está na zona da mata. E eu acho que também Recife, se fizesse barramentos tipo foi feito no Ceará, no Castanhão, também não vai ter problema. É porque não tinha, em Recife, açudes suficientes para aguentar período de seca. Mas nós trabalhamos com perenização de rios no semiárido com altíssimo sucesso, barragens sucessivas.

Então, eu vejo o seguinte: se faz uma grande obra, como está se fazendo a transposição, mas se deixa o DNOCS à míngua. Então, aí é que eu discordo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu, antes de encerrar, gostaria de dizer o seguinte: se nós fizermos, certamente, um levantamento científico que, nos últimos 30 anos, a cada ano chove mais, graças os reservatórios de água, que, realmente, eles evaporam, mas eles voltam. E eu não tenho dúvida nenhuma, de 1980 até hoje, cada ano no Nordeste chove mais, graças às obras, também, de todos os que fizeram, Srs. Governadores, todas as instituições governamentais, faz com que retorne a chover.

Antes de encerrar nossa reunião, permita que eu... Peço para que nós possamos aprovar a Ata da 24^a Reunião desta Comissão, dispensando a sua leitura. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Ata aprovada. A Ata será

publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Agradeço a presença com todos, principalmente dos expositores, dos debatedores que aqui estiveram, das Sras. e Srs. Senadores e de todos quanto que nos deram a alegria de contá-los em nosso meio, para esse bom e grande debate.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião

[palmas]

Sessão encerrada às 13h12.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Rosalba Ciarlini, Jefferson Praia, Tião Viana, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho. Justifica a ausência o Senador Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) Aconteceu dia 26 de outubro, em Salvador, o V Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014. A Comissão foi representada pelo Vice-Presidente, Senador César Borges, que é Senador por aquele Estado; e 2º) A Comissão esteve presente, a convite da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, na “37ª Feira das Américas”, que aconteceu no dia 21 de outubro, no Rio de Janeiro. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, não terminativo, que “Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro,

tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo que queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CDR e 02-CDR; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09 foi designado Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no

sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Usam da palavra os Senadores Jefferson Praia e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvi-

to Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª reunião da comissão. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata será aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Comunicado: “Aconteceu na última segunda-feira, dia 26 de outubro, em Salvador, o V Fórum Legislativo da Cidade Sede da Copa de 2014. A comissão foi representada pelo nosso vice-Presidente, Senador César Borges, que é senador por aquele estado. A comissão também esteve presente a convite da Associação Brasileira de Agências de Viagem, ABAV, na 37ª Feira das Américas, que aconteceu na semana passada, dia 21 de outubro, no Rio de Janeiro.

Item nº 1 da Pauta, Projeto de Lei do Senado nº 258/09, não terminativo. “*Altera categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, no Município de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará*”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro; relatoria: Senador Valdir Raupp. O relatório é favorável ao projeto, com duas emendas que apresentam. Observação: “*A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa*”.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, que profere o seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou fazer um relatório bastante breve, abreviado. “*Em síntese, considero que os objetivos almejados com a Reserva Biológica serão plenamente atendidos com a criação do Parque Nacional e que a implantação da área de proteção ambiental evitará o deslocamento da população local de suas comunidades, onde estão organizadas e desenvolvem as suas atividades produtivas*”. Do voto: “*Em face do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 258/09, com as emendas que se seguem*”. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator, favorável ao projeto, com duas emendas. Os senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será caminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para as devidas

providências. Eu queria colocar em discussão o horário da nossa comissão. Nós temos dificuldade de termos *quorum* qualificado, pois todas as demais matérias, do Item nº 2 ao Item nº 6, são matérias terminativas. Consequentemente, teremos que suspender ou encerrar a sessão para, em uma próxima sessão, colocarmos em Pauta. Contudo, nós temos que encontrar um horário que possa satisfazer a presença, principalmente, dos senadores que participam em várias comissões nos mesmos horários. Eu estava a discutir que, talvez, embora fugindo do horário normal, ela fica muito cedo e os senadores, a maioria, não estão aqui. E fazendo no mesmo horário é possível. Eu estava pensando em uma terça-feira, às 11 horas. Queria colocar em discussão. Não precisamos discutir isso hoje, porque às 09h00 das quartas-feiras nós temos tido bastante dificuldade para encontrar o *quorum* para os processos terminativos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, só pra...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se fosse numa terça-feira, nesse horário, se pudéssemos conseguir uma sala próxima à da CAE, porque a CAE funciona às terças-feiras e também a CAE está sempre lotada. Então é fácil sair de uma sala e vir para a outra, para relatar um projeto ou até mesmo para dar o *quorum*. Porque, se ficar muito distante, lá, na outra Ala, a gente começa a dificultar também a frequência dos senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, na minha opinião, acredito que teríamos que fazer, já que temos vários terminativos, um trabalho de entrarmos em contato com os parlamentares, com os nossos senadores, fazer um apelo para que eles estejam presentes nesse horário. Eu acredito que o horário que estamos fazendo, por exemplo, você tem agora... Não temos tantas comissões, só daqui a pouco, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois é... A CCJ começa daqui a pouco, mas estamos ainda dentro do tempo de você realizar a reunião da Comissão de Desenvolvimento. Agora, seria importante nós termos que fazer isso, conversar com os demais membros desta comissão e dizer: "Olha, são terminativos e gostaríamos de contar com a tua presença", se às 09 horas, acredito que 09h15, no máximo, 09h30 começaríamos e depois... Nem todos fazem parte

da CCJ. No dia de terça-feira, por exemplo, pelo menos para mim, é o dia que eu tenho mais comissões. 11h30, por exemplo, sou titular da Comissão de Meio Ambiente. Quer dizer, aí vou ficar... A gente vai ficar nesse corre-corre e você não dá atenção para nenhuma das comissões.

Acredito que um apelo de V. Exa. para que os demais membros possam comparecer e procedermos à votação dos projetos que estão em Pauta, projetos terminativos, seria muito importante. Também gostaria de sugerir... Se temos Audiências Públicas, se temos solicitações de audiência, porque nós poderíamos aproveitar também. Por exemplo, hoje, não dá para votar um terminativo, mas poderíamos estar discutindo algum outro assunto com os parlamentares interessados e, assim, a tendência da comissão é fazer com que sua agenda acabe sendo agilizada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Eu agradeço a interferência e até a opinião. Então, nós vamos manter para quarta-feira, às 09 horas, e vamos analisar, até essa próxima reunião, se teremos que ter uma eventual troca de horário. Eu tenho procurado quase todos os senadores, por escrito, por e-mail e pessoalmente, mas temos dificuldade, em função da concorrência. E muitas comissões, todos os dias, principalmente, na terça, quarta e quinta. Mas vamos manter e vamos encontrar caminhos, sim, para aprovar todas essas matérias. Eu agradeço a presença Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e, não tendo mais nada a tratar no dia de hoje, encerro a sessão.

Sessão encerrada às 09h59.

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia onze e novembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Couto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Jefferson Praia, Roberto Cavalcante, Tião Viana, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Demóstenes Torres e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senador Marconi Perillo. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regi-

mental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições; no entanto, tendo em vista a Cerimônia Especial para aposição do quadro do Senador Marco Maciel na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fica a presente reunião encerrada e a deliberação dos itens pautados transferida para outra data, a ser comunicada posteriormente. Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, foi designado Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini,

tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa... Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião da comissão. Senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Em razão da sessão da Comissão de Constituição e Justiça, onde está sendo homenageado o Senador Maciel, Marco Maciel, e no ato em que será, também, colocado, na galeria dos ex-Presidentes, a sua fotografia, e, pela vista da falta de *quorum*, suspendemos a presente reunião, que será convocada outra, oportunamente, comunicada pela secretaria da comissão. Declaro a reunião encerrada.

Sessão encerrada às 11h33.

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS DEZESSETE E DEZOITO DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA E QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NAS SALAS DE REUNIÕES NºS 13 E 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Valter Pereira, José Agripino, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Reunião é suspensa às doze horas e dezesseis minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e nove, e reaberta, na sala de Reuniões número dezoito, no dia dezoito de novembro de dois mil e nove às doze horas e quarenta e três minutos. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º)

A Comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, realizará, no dia 25 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, o XI Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRA-TUR 2009, cujo tema será “O Poder Legislativo Faz Parte do Time da Copa 2014”. A Secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da Comissão; 2º) A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, o Aviso nº 1602/2009, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao Acórdão nº 2642/2009, TCU, Plenário, Processo nº TC 004694/2009/1, que dispõe sobre o relatório da fiscalização operacional do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O referido acórdão será enviado, por meio eletrônico, aos membros da Comissão, e os Parlamentares que desejarem, podem solicitar uma cópia em papel, na Secretaria da Comissão; e 3º) Estão todos convocados para a Reunião que está marcada para amanhã, dia 18/11, destinada a votação das emendas ao PL 46/2009-CN (LOA 2010). Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Emenda nº 03 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, não terminativo, que “Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 3 (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão designa o Senador Osvaldo Sobrinho Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 03 (Substitutivo); Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2009, não terminativo, que “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. (Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano)”, de autoria do Senador Raimundo Colombo, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Em 03/06/09 foi concedida Vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. Após as considerações feitas pelo Relator, Senador Gilberto Goellner, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo); Item nº 03-Pro-

jeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. O Presidente designa o Senador Valdir Raupp Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09 foi designado Relator Ad Hoc o Senador Roberto Cavalcanti. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra trami-

tando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. O Presidente da Comissão designa o Senador Roberto Cavalcanti Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos do dia dezoito de novembro de ano de dois mil e nove, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião da comissão. As Srs. Senadoras e Srs. Se-

nadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicado no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação das propostas. Primeiramente, temos um comunicado: a comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, realizará, no dia 25 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, o 9º Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas, CBRATUR 2009, cujo tema será: "O poder legislativo faz parte do time da Copa de 2014". A secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da comissão. Segundo, convoco todos os membros da comissão para a reunião que está marcada para amanhã, dia 18, destinada à votação das emendas ao PL 46/2009, CN, que é o nosso orçamento. Comunico aos senhores membros que esta comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº. 1602/ 2009, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao Acórdão nº. 2642/2009, TCU, Plenário. Processo nº. TC 004694/2009/1, que dispõe sobre o relatório da fiscalização operacional do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, visando diminuir os gastos e preservar o meio ambiente. O referido acórdão será enviado, pelos meios eletrônicos, aos membros da comissão. Os que quiserem, podem solicitar uma cópia em papel, na secretaria da comissão.

Item 1 da pauta. Emenda nº. 3, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº. 303/2008: "Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste, SA". Autoria: Senadora Lúcia Vânia; relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva de Plenário nº. 3. Concedo a palavra ao Senador *ad hoc*, Senador Osvaldo Sobrinho, para proferir o parecer.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com grande alegria e satisfação que faço o relatório dessa matéria, mesmo que *ad hoc*, até porque é uma matéria que muito beneficiará o Centro-Oeste do Brasil. É uma matéria que, há mais de 20 anos, vem sendo discutida nessa Casa, é uma matéria muito falada na Constituição de 88, debatida, é uma matéria que era o sonho de todos aqueles que aqui estavam, àquela época, e esse sonho não se perdeu ao longo do tempo; ele foi maturado, e ele foi soerguido através das palavras, da ação e da atuação da Senadora Lúcia Vânia, que, ao longo da sua vida, nesta Casa, ela tem primado pela defesa incontestada, pela defesa maior dos interesses do Centro-Oeste do Brasil e principalmente do seu estado.

Trata-se essa matéria da criação de uma Agência de Fomento para o Centro-Oeste, o qual eu tenho certeza que muito contribuirá para o nosso estado. Passarei a ler rapidamente o relatório. *"Vem à análise da comissão, em reexame, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 303/2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. A proposição visa a criação, no âmbito do Poder Executivo Federal, da Agência de Fomento do Centro-Oeste SA. A proposta original da autora, nº. 303, de 2008, era criar uma Agência de Fomento do Centro-Oeste como agente financeiro, para promover a implementação de projetos prioritários para o desenvolvimento regional, como instrumento que pudesse desempenhar papel similar ao que o BASA, Banco da Amazônia SA, e ao BNB, Banco do Nordeste do Brasil SA, fazem respectivamente na Amazônia e no Nordeste do Brasil."*

No dia 14 de outubro de 2009, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, do Senado Federal, nos termos de um substitutivo integral, sendo aprovado, inclusive, no turno suplementar; entretanto, observado alguns pontos da própria autora, a proposição interpôs recursos para apreciação de Plenário, que apresentou a Emenda nº 3, de 09 de novembro. Desta forma, a proposição retorna a essa comissão para a análise da emenda do Plenário. O projeto foi distribuído às comissões dessa comissão e também à Comissão de Constituição e Justiça. A emenda traz, no seu escopo, o mesmo espírito(F) substitutivo, aprovado anteriormente pela CCJ, com pequenas modificações em dispositivos isolados, mas que não alteram substancialmente a forma e aperfeiçoem muito a proposição. As alterações apresentadas nas emendas são as seguintes: introdução no inciso II, do art. 9º, incluindo depósitos interfinanceiros, vinculados às operações de micro-finanças como recursos constitutivos do BDCO. Acresce no inciso I, II, V, VI e VII, que vedam ao BDCO o acesso às linhas de assistência financeira do Banco Central, à conta de reservas bancárias do Banco Central e à contratação de depósito interfinanceiro, da qualidade depositária, bem como a participação acionária de instituições financeiras, ou não financeiras, controladas pela União, ou em unidade da Federação, e a prestação de garantias em operações não compatível com sua finalidade. Altera a redação do art. 17, dispondo sobre a manutenção dos recursos do FCO, no Banco do Brasil, pelo período de 15 anos, a partir da instalação e entrada em funcionamento do BDCO, criando ainda dois parágrafos para disciplinar a devolução dos recursos do BDCO e a previsão para o Banco do Brasil reaplicar os saldos diários das disponibilidades, suprimindo os incisos e parágrafos único do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Inclui o inci-

so II e IV, bem como os §§ 2º, 3º e 4º, do art. 9º, com a vedação dada pelo art. 18, do substitutivo, dispondo sobre o compartilhamento do DECRED(F) em até 6% ao ano, pelo banco administrador ou instituição recebedora do repasse, assunção de risco operacional, pela recebedora, da vedação do DECRED(F) para as administradoras. Supressão da alteração do art. 9º A. Agora, cabe a esta comissão a primeira análise em relação à oportunidade da emenda”.

Análise. “A autora da proposição da emenda, Senadora Lúcia Vânia, justifica as alterações propostas, em virtude do entendimento com o Ministério da Fazenda, que, após aprovação do substitutivo, oferecido por esta parlamentar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, notou a necessidade de novas modificações para aperfeiçoamento da proposição em tela. Os pontos alterados dizem respeito à administração dos recursos e à constituição dos mesmos, disciplinando a atuação do BDCO na concessão de crédito e nas operações de micro-financeiras. Podemos destacar como uma das alterações mais relevantes, no art. 17, que trata da manutenção dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, repassado ao Banco do Brasil, conforme o art. 9º A, da Lei nº. 7827, de 27 de setembro de 89. Essa manutenção será de 15 anos, a partir da data de funcionamento do banco, e a devolução iniciará no 16º ano, respeitando o cronograma de retorno das operações de crédito, firmadas até 90 dias após a entrada e funcionamento do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Essa alteração traz maior segurança ao Banco do Brasil, relativa às operações de crédito, com recursos do FCO, como a própria Senadora Lúcia Vânia destaca em sua justificativa, na Emenda nº. 3. Por esses recursos, o FCO constitui capital de nível dois e preenche requisitos importantes para o atendimento dos índices do Acordo de Basileia.

As demais alterações visam deixar mais clara a questão de quem faz jus ao DECRED(F), assim como assunção dos riscos das operações. Tais alterações contribuíram para melhorar consideravelmente o projeto de garantir maior segurança legal para a instituição de banco do desenvolvimento do Centro-Oeste. A Emenda nº. 3, como já foi dito, mantém o espírito substitutivo, aprovado pela CCJ, e do Projeto de Lei do Senado nº. 419/2008, do Senador Marconi Perillo, que é a criação de um banco de desenvolvimento que contribua para o crescimento sustentável da região Centro-Oeste”.

Voto. “Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 303, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva do Plenário nº. 3. Sala

das sessões, voto... *Parecer favorável*”. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Agradeço, Senador Osvaldo Sobrinho. Colocamos a matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator *ad hoc*, favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva de Plenário nº. 3. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para as devidas providências.

Vamos passar para o Item 4 da pauta. É uma matéria terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 85, de 2006, terminativo. “*Veda a instalação de presídio em cidades turísticas*”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador José Agripino. Parecer pela rejeição do projeto. Observação: a votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado o parecer contrário ao projeto. Esta é a oitava vez que a matéria entra em pauta nesta comissão. Constatou na Pauta 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, *ad hoc*, para proferir seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, V. Exa. já citou com relação ao projeto, já passou em várias comissões, e o voto é pela rejeição. Então, vou direto ao Voto. “*Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº. 85/2006*”. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Obrigado, Senador Valdir Raupp. Trata-se de matéria terminativa, a votação é nominal. Portanto... Em razão de falta de *quorum* para votação nominal, nós aguardamos *quorum* para colocar em votação.

O Item 2 da pauta. Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 107, de 2009, não terminativo: “*Altera o parágrafo único, do art. 2º, da Lei 4771, de 15 de novembro de 1965, Código Florestal, estabelece crédito para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano*”. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Observação em 30/06/2009: “*Após a leitura do relatório, foi concedido vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. O relatório já foi lido*”. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria só de colocar que esse projeto, ele foi apresentado em forma de substitutivo, e o mesmo altera o parágrafo único, do art. 2º, da Lei 4771, de setembro

de 65, que instituiu o Código Florestal, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em áreas urbanas. Eu gostaria de ler aos presentes apenas as alterações feitas, que estão no art. 1º da referida lei. “O Congresso Nacional decreta, art. 1º: ‘O parágrafo único do art. 2º, da Lei 4771, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º, parágrafo único: No caso de áreas urbanas, assim entendidas, as compreendidas nos perímetros urbanos, definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á em todo território abrangido o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, desde que o município atenda aos seguintes requisitos: a) possuir Plano Diretor, aprovado e atualizado nos termos da Lei 10257, de julho de 2001; b) dispor de órgãos colegiados deliberativos, com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou, na falta desses, integrar entes colegiados, intermunicipais, especialmente constituídos para esse fim, assegurada a escolha democrática dos representantes e a participação da sociedade civil na sua composição; c) dispor de órgãos executivos, com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou integrar associações ou consórcios intermunicipais voltados para o planejamento, a gestão e a fiscalização naquelas áreas de atuação, nos termos da Lei nº. 11107”.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido substitutivo foi analisado pela assistência legislativa dessa Casa, e eu vejo que o mesmo, ele melhora, e muito, a disposição das áreas de preservação permanente, as áreas urbanas municipais e metropolitanas. Era esse o nosso Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer do relator, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para suas devidas providências.

Nós passamos para o Item 7 da pauta. Item 7, Projeto de Lei do Senado nº. 114, de 2004, terminativo. “Altera o dispositivo da Lei 7565/1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiro em caso de excesso de reservas nas aeronaves”. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko. “Tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado 283, de 2007: ‘Altera o art. 230, 231, da Lei 7565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro da Aeronáutica, para dispor

sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos’. Autoria: Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado 429, de 2007: ‘Altera a Lei 7565, de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica, para instituir indenização aos passageiros, em caso de atraso ou cancelamento de voos’. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko; Projeto de Lei do Senado 533, de 2007: ‘Altera a Lei 7565, 19 de dezembro de 1986, do Código Brasileiro da Aeronáutica, para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros, em caso de recusa, de embarque, cancelamento ou atraso de voos’. Autoria: Senador Aloizio Mercadante, relatoria do projeto do Senado, Almeida Lima. Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado 283, 429, 533, de 2007. Observação: nos termos do art. 282, da RISF(F), se for aprovado, o substitutivo será ele submetido a turno suplementar. Em 06 de maio de 2009, foi realizada Audiência Pública para instituir a matéria. Essa é a décima vez que a matéria entra em pauta da comissão; constou na 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28”. Concedo a palavra ao senador *ad hoc*, Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, trata-se da apreciação de diversos projetos de lei, em número de quatro. O primeiro, e mais antigo, o 114, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; o 283, de autoria do Senador Renato Casagrande; existe o 429, também de autoria da Sra. Senadora Serys Slhessarenko, e o 533, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Todos eles versam sobre tema semelhante, que é o problema de proteção ao passageiro, direito de defesa do consumidor, do passageiro, e, como relator *ad hoc*, eu acompanho o voto do nobre colega Senador Almeida Lima, no sentido de... Em função da similaridade de alguns projetos, ele votou pela aprovação do Projeto de Lei 114, de 2004, na forma do substitutivo, adiante formulado, e pela rejeição dos Projetos de Lei 283, 429 e 533. Era isso, Sr. Presidente, que o Senador Almeida Lima tinha se referido no seu relatório, que está muito bem feito, no qual eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti, a leitura em *ad hoc* do Item 5º da pauta, Item 7 da pauta, em que trata do *overbook* da aeronáutica.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, é um projeto terminativo, creio que nós vamos ter que aguardar *quorum* para poder colocá-lo em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Eu coloco em discussão a matéria,

relatada nesse momento. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. O projeto terá que ser votado em um outro momento, por falta de *quorum*. Sras. Senadores e Srs. Senadores, o Item 3, o Item 4, o Item 5, o Item 6 e o Item 7, todos eles requerem *quorum* qualificado, são matérias terminativas. Consequentemente, como está visível a falta de *quorum* qualificado, nós suspendemos a sessão, continuaremos ela amanhã, às 11 horas, porque, às 11h30, teremos a votação das emendas do orçamento da comissão. Então, às 11 horas, nós fazemos a votação desses itens pendente e, em seguida, votaremos o relatório que já está a cargo do Senador Jefferson Praia, e que... Votaremos o relatório para cumprimos, dentro do prazo, as emendas orçamentárias. Por isso, eu encerro a presente reunião. Ou melhor, eu suspendendo a presente reunião, e continuaremos às 11 horas e, logo em seguida, com a votação, também, das emendas orçamentárias.

[Sessão suspensa no dia 17/11/2009 às 12h16]

[Sessão reaberta no dia 18/11/2009 às 12h43]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Declaro reaberta a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Como os itens números 1 e 2 da Pauta foram votados ontem, passamos à discussão, ou o encerramento da 28ª Reunião e declaramos encerrada por falta de *quorum*.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João

Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação das propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei de Orçamentária para 2010 (PLOA/2010), Projeto de Lei nº 46/2009-CN. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Relator das Emendas, Senador Jefferson Praia, para proferir o seu parecer. O Relator explana que foram apresentadas 61 (sessenta e uma) Emendas ao PL nº 46/09-CN. Dentre as 61 Emendas apresentadas, optou-se pela apresentação de uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério das Cidades; uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério da Integração Nacional; e duas emendas de apropriação/acréscimo no Ministério do Turismo. Sugere, ainda, a inclusão de uma emenda de remanejamento de despesa para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na forma discriminada a seguir: a) do Ministério das Cidades: uma emenda de apropriação/acréscimo, de acordo com a de número 53 (vide quadro anexo), na funcional-programática 15.451.0310.1D73.0001 (apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – nacional), no valor de R\$700.000.000,00, sendo R\$200.000.000,00 em GND 3, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2 e R\$500.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$700.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; b) do Ministério da Integração Nacional: uma emenda de apropriação/acréscimo, de acordo com a de número 13, na funcional-programática 06.182.1027.8348.0001 (apoio a obras preventivas de desastres – nacional), no montante de R\$250.000.000,00, sendo R\$50.000.000,00 em GND 3, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, R\$100.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 30 e identificador de resultado primário 2 e R\$100.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 40, identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$250.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; c) do Ministério do Turismo: duas emendas de apropriação/acréscimo, de acordo com as de números 40 e 41, respectivamente na funcional-programática 23.695.1166.10V0.0001 (apoio a projetos de infraestrutura turística – nacional), no mon-

tante de R\$300.000.000,00, sendo R\$300.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório no sequencial 020000, fonte 153, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, no valor de R\$150.000.000,00, e no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, no valor de R\$150.000.000,00, e na funcional-programática 23.695.1166.10X0.0001 (participação da União na implantação do PRODETUR NACIONAL), no montante de R\$400.000.000,00, sendo R\$400.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$400.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; e d) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: uma emenda de remanejamento/acréscimo, de acordo com a de número 60, na funcional-programática 22.846.1020.0506.0139 (apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia ocidental e áreas de livre comércio de Macapá e Santana – AP), no montante de R\$1.300.000,00, em GND 4, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório no valor de R\$1.300.000,00, sendo R\$300.000,00, no sequencial 001828, fonte 174, GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, e R\$1.000.000,00, no sequencial 001832, fonte 174, GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2. Após a explanação do Relator, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Marconi Perillo e Valdir Raupp. Colocadas em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com as 4 emendas de apropriação de despesa: **1 – UO 56101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional – NA – Valor 700.000.000; 2 – UO 53101 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional – NA – Valor 250.000.000; 3 – UO 54101 – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Nacional – NA – Valor 400.000.000; 4 – UO 54101 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional – NA – Valor 300.000.000; e 1 emenda de remanejamento de despesa: 1 – UO 28233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Urbano na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP – na Área de Atuação da Suframa – Norte – NO – Valor 1.300.000.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 47, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº

01/2006-CN, as emendas deverão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e submete a sua aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2009-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

Foi designado relator das emendas o Senador Jefferson Praia.

Concedo a palavra ao nobre relator para fazer a leitura de seu parecer e suas considerações.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010, Projeto de Lei nº 46, de 2009.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

“Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 01, de 2006, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010, Projeto de Lei nº 46, de 2009.

Encontram-se sob análise desse Plenário 61 propostas de emendas, elaboradas pelos Senadores Valter Pereira, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Valdir Raupp, Neuto de Conto, César Borges, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti.

As propostas complementam a programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõe a subárea temática desta Comissão, nomeadamente o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades.

Vale apontar quanto à observância dos limites representados por esta subárea temática haver uma única exceção, resultante da proposta destinada à programação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este Parecer, no qual se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por essa Comissão, o autor, o órgão em cuja programação a emenda é proposta, a descrição da programação, o tipo de emenda e o valor proposto.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente citada a Resolução nº 01, de 2006, assim como o Parecer Preliminar.

Subsidiariamente à Resolução nº 01, o Parecer Preliminar traça as regras procedimentais para a confecção e apresentação e admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria.

O primeiro fundamento foi de que as emendas exibissem caráter institucional, de que elas mantivessem estrita relação com as competências dessa Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

O outro fundamento foi de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou a localidade específica.

No segundo plano, tivemos o cuidado de observar as determinações contidas no art. 47 da Resolução nº 01, de 2006, notadamente em seus incisos II e V.

Nos casos em que nos deparamos com a programação orçamentária inédita, porque imprevista no PLOA 2010 e no PPA 2008-2011, verificamos se: primeiro – havia a precisa identificação do objeto na emenda na proposta; segundo – a programação estava adequadamente designada, pois é vedado que se faça genericamente, já que o propósito é evitar que a programação contemple obras distintas ou possa resultar em transferências voluntárias, convênios ou similares em relação, em relações que envolvam mais que um

ente federativo; terceiro – a justificação era completa, assim entendida aquela que contivesse os elementos necessários à avaliação da proposta.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito, apesar disso, nem todas demonstram estrita conformidade com as normas vigentes, sabemos que bem mais rigorosas hoje do que em outros tempos.

Os aspectos formais, não os materiais, são os que, ao final das contas, acabam prevalecendo num trabalho como esse.”

O voto, Sr. Presidente.

“Tudo considerado, votamos pela apresentação, o PLOA 2010, por essa Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme anexo quadro de detalhamento no âmbito:

Letra a) Ministério das Cidades: uma emenda de apropriação, acréscimo de acordo com o nº 53, vide quadro anexo, na funcional programática 154510310-1D-73.0001, apoio à política nacional de desenvolvimento urbano, traço nacional, no valor de 700 milhões, sendo 200 milhões em GND 3, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2 e 500 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 40, e identificador de resultado primário nº 2, com o cancelamento compensatório de valor de 700 milhões no sequencial 00, ou melhor, 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

b) Ministério da Integração Nacional: uma emenda de apropriação, acréscimo, de acordo com a de nº 13 na funcional programática 06182102783480001, apoio a obras preventivas de desastre, também nacional, no montante de 250 milhões, sendo 50 milhões em GNT 3, modalidade de aplicação 90, identificador de resultado primário 2; 100 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 30, identificador de resultado primário 2; 100 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 40, identificador de resultado primário 2 com cancelamento compensatório no valor de 250 milhões, no sequencial 020000, fonte 100 GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

c) Ministério do Turismo: duas emendas de apropriação, acréscimo, de acordo com as de número 40 e 41, respectivamente na funcional programática 236955116610VO0001 apoio a projetos de infraestrutura turística nacional, no montante de 300 milhões, sendo 300 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com o cancelamento compensatório na sequencial 02000, fonte 153 GND 9, modalidade de aplicação 99 identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2, no

valor de 150 milhões e no sequencial 020000, fonte 100, GND 9 modalidade de aplicação 99 identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2, no valor de 150 milhões e na funcional programática 236955116610XO0001, participação da União na implantação do PRODETUR nacional, no montante de 400 milhões, sendo 400 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório de 400 milhões no sequencial 020000 fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

Vale apontar que o acatamento de quatro emendas de apropriação, nos termos desse voto, implica o aproveitamento direto de 29 propostas de emendas, a saber: das de número 1, 6, 13, 22, 26 e 35, apresentadas no âmbito do Ministério da Integração Nacional; das de números 6, 21, 31, 36, 43, 53, apresentadas no âmbito do Ministério das Cidades; das de números 2, 7, 15, 17, 23, 25, 27, 32, 34, 37, 40, 41, 47, 55, 58, 59, 61, apresentadas no âmbito do Ministério do Turismo.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar desta Ata de Reunião na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização."

Sr. Presidente, antes de finalizar, eu quero dizer que estou acrescentando ao relatório, também como emenda de remanejamento, a emenda do Senador Mozarildo Cavalcanti no valor de 42 milhões, destinada à SUFRAMA, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Então, esta é uma emenda de remanejamento no valor de 42 milhões.

Esse é o relatório Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

Nós, então, passamos à discussão da matéria. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de dar o meu atestado de eficiência e competência dessa Comissão.

V. Exa., na qualidade de Presidente, e o Senador Jefferson Praia, se esforçaram ao máximo e eu sou testemunha disso, até os últimos momentos da noite de ontem, fazer o atacando de emendas, fazer correções.

Então, na verdade, eu gostaria de parabenizar o extremo profissionalismo do Senador Jefferson Praia,

fiz um apelo a ele no Plenário, sobre um determinado dado, ele teve a elegância de consultar V. Exa., dizer que não tomaria uma atitude sem antes consultá-lo, isso demonstra a sintonia e harmonia existente dentro dessa Comissão.

Então, eu gostaria, na verdade, fazer esse registro e parabenizar pela eficiência, pela competência e seriedade desse relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos a manifestação. Apenas estamos, Senador Roberto Cavalcanti, cumprindo os ditames da legislação e bem conduzir os trabalhos.

Com a palavra o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de consultar o relator, Senador Jefferson Praia, em relação às medidas, as emendas de nº 28, 29 e 30, de... A 28 e 29 são referentes ao Ministério das Cidades, porque diz respeito também a atividades... São apropriações de acréscimo.

Essas atividades de estruturação, uma diz respeito à estruturação de arranjos produtivos locais, em faixa de fronteira no Ministério de Integração Nacional. E as duas do Ministério das Cidades, uma delas sobre sistema de drenagem urbana e manejo de águas fluviais e a outra de apoio à provisão habitacional.

Eu gostaria de saber se elas foram incluídas em alguma outra emenda maior.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Gilberto Goellner, V. Exa. apresentou três emendas: 28, 29 e 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Acredito que a 27 e a 28, elas estão, salvo engano, contempladas nessa emenda do Ministério das Cidades.

Agora, quanto à emenda 30, por mais que eu seja, veja bem, Senador Gilberto Goellner, um dos defensores dos arranjos produtivos locais, mas temos aqui uma emenda de 15 milhões diante de todas as outras prioridades e por... Pelo entendimento aí dos critérios técnicos, por não ter caráter nacional, houve uma orientação por parte da equipe técnica, também eu não fiquei, confesso, muito satisfeito, em rejeitar uma emenda, já que somos todos defensores de arranjos produtivos locais.

E por esta razão não tive condições de acatar essa emenda, atacando outras que em que pudéssemos fa-

zer um trabalho tão grande também no Ministério do Turismo, das Cidades e da Integração Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Sr. Relator. Sr. Senador Jefferson Praia, colegas senadores.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exa. por ter escolhido o Senador Jefferson Praia para relatar as emendas aqui, na Comissão, já que é um senador extremamente correto, equilibrado, sensato e sério.

O Senador Jefferson Praia acabou contemplando a maioria dos seus colegas e a maioria das emendas apresentadas aqui, em virtude do seu discernimento, depois de ter estudado uma a uma, procurado agrupá-las, e, através de 04 emendas de apropriação, atendeu a 29 emendas.

Eu, particularmente, apresentei nove emendas à Comissão. Fui contemplando em duas e acho que com este acolhimento... Acho não, estou convencido de que, com esse acolhimento, o Senador Jefferson Praia nos dará a oportunidade de contemplar o país e o nosso estado, primeiro em relação à política nacional de desenvolvimento urbano, eu apresentei quatro emendas, cinco emendas junto ao Ministério das Cidades, três emendas junto ao Ministério do Turismo.

Então, a primeira delas vai nos permitir um apoio maior à política nacional de desenvolvimento urbano. Eu havia apresentado outras emendas, também, de igual relevância, uma delas em relação a projetos e sistemas integrados de transporte coletivo urbano, que é uma área que, na minha opinião, merece prioridade federal. Uma outra de apoio à modernização institucional dos municípios e melhorias de condições habitacionais para famílias de baixa renda.

Uma outra relativa à acessibilidade de pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

E ainda na área do Ministério das Cidades, uma outra emenda, contemplando municípios de regiões metropolitanas com mais de 50 mil habitantes.

O Senador Jefferson Praia acolhe essa emenda de apoio à política nacional de desenvolvimento que, na minha opinião, contempla todas essas demais emendas.

Em relação à área do turismo, fomos contemplados com apoio a projetos de infraestrutura turística, que deve estar levando em consideração os projetos do PRODETUR.

Eu apresentei uma outra em relação a divulgação e o projeto de infraestrutura turística. O fato é que também neste caso, ao acolher a emenda 55, através dessa emenda de apropriação, o Senador Jefferson

Praia está nos atendendo também no Ministério de Turismo, assim como está atendendo a outros colegas senadores que apresentaram emendas de igual modo oportunas, importantes e prioritárias.

De modo que, em síntese, Sr. Presidente, eu vou votar favorável ao relatório do senador Jefferson Praia e quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela qualidade do seu trabalho.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Senador Marconi Perillo, a sua emenda, a emenda de V. Exa. no 53 serviu de âncora ao apoio da política nacional de desenvolvimento urbano, que agrupou todas as emendas que seguiu esse trabalho do Senador Relator.

Continua em discussão. Senador Relator.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de agradecer as palavras do Senador Perillo e dizer que esse trabalho só foi possível, senador, graças a excelente equipe técnica que temos aqui, no Senado.

Então, eu reuni ontem com diversos consultores, assessores do Senado, a nossa equipe técnica está muito boa, excelente e que nos ajudaram para que pudéssemos adequar melhor este relatório, de acordo com as demandas dos parlamentares.

Obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para indagar se há necessidade de quórum, porque eu estou precisando sair, eu sou relator da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não há necessidade, não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não há necessidade, não é? Obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado. E quero parabenizar o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Poderia votar de imediato Sr. Presidente. Porque aí nós nos livramos cumprindo o nosso dever.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Continua em discussão.

Só para fazer uma ponderação, que o acatamento da emenda da SUFRAMA, do Senador Mozarildo, ela está fora do caráter nacional, ela poderá ser registrada na Comissão, aliás, no relatório final do orçamento, porque ela foge dos parâmetros da Resolução. Só para comunicar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator e com as emendas selecionadas, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Suspendo a presente reunião por quinze minutos, para que a secretaria da comissão confeccione a Ata da presente reunião. Suspende o aprovação... Está suspenso.

Submeto a aprovação da Ata da presente reunião da comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

As emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos Orçamentários, Público e Fiscalização, juntamente com a Ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h06.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEUTUMA, OSMAR DIAS E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Raimundo Colombo e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2007 (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que o fabricam e dá outras providências.

AUTOR: Senador Jonas Pinheiro. **RELATOR:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, DE 2007 (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera dispositivos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e dá outras providências. (Dispõe sobre a organização administrativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR). **AUTOR:** Senador Sibá Machado. **RELATOR:** Senador Valter Pereira. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria foi apreciada pela CAS, a qual aprovou Parecer favorável com a Emenda nº 1-CAS. **RESULTADO: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria foi apreciada pela CE, a qual aprovou Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 11 – CE. O Projeto será apreciado ainda pela CAS, em decisão terminativa. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. **RESULTADO: Aprovado o Parecer pela rejeição da matéria. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais. **AUTOR:** Senador Pedro Simon. **RELATOR:** Senador Valter Pereira. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **OBS: O Relator, Senador Valter Pereira, apresentou novo relatório pela aprovação da matéria.** Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, Pedro Simon e Gilberto Goellner. **RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Matéria será encaminhada à CCJ, em decisão terminativa. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **OBS:** A matéria será apreciada pela CDR, em decisão terminativa. **RESULTADO: Adiado. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 47, DE**

2009 – CRA. EMENTA: Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de conhecer, analisar e discutir a preparação da posição do Brasil, e em particular ao que se aplica ao Setor Agropecuário, sobre o novo acordo global para limitar a emissão dos gases de efeito estufa Pós-Kioto. À oportunidade, apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Sr. **Celso Luiz Nunes Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – **MRE**; Sr. **Assuero Doca Veronez**, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **Evaristo Eduardo de Miranda**, Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP – **EMBRAPA** e Sr. **Armando Monteiro Neto**, representante da Confederação Nacional da Indústria – **CNI**. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, o Senhor Senador Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7 : REQUERIMENTO S/N, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para subsidiar a discussão da Medida Provisória 464, mais especificamente a CRIAÇÃO DE UM FUNDO GARANTIDOR PARA O SETOR AGRÍCOLA. Solicita seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com escopo de fiscalizar os procedimentos acerca do repasse de recursos públicos para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais especificamente sobre os convênios firmados com as seguintes entidades: Associação Nacional de Cooperação Agrícola – Anca, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab, Centro de Formação e Pesquisas Contestado – Cepatec e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo – Itac, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2008. **AUTORA:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem

considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro, João Pedro, Gilberto Goellner e Marisa Serrano. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. O Requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 39 de 2009 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que solicita audiência pública “com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do decreto nº 6.620/08 e da resolução ANTAQ nº 1.401/09, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do “apagão portuário” já anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sejam incluídos mais dois nomes como convidados da referida audiência: Pedro Brito – Secretário Especial de Portos; Representante da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – **ABRATEC**. **AUTOR:** Senador Augusto Botelho. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, o Senhor Senador Augusto Botelho. Solicita a inclusão do nome da Sr^a Agnes Vasconcelos como convidada na Audiência Pública. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: REQUERIMENTO S/N, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT – e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Para tanto, solicita que sejam convidados: **Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde; Dr. José Roberto Da Ros** – Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – **SINDAG**; e Dr. **José Otávio Machado Menten** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RESULTADO: Adiado. ITEM 11: REQUERIMENTO Nº 50, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão, para instruir o **PLS Nº 325, de 2006**, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao Direito de propriedade, com a presença dos

seguintes convidados: Sr. **Yves Gandra Martins** – Professor e jurista; Sr. **Roberto Rodrigues** – Produtor Rural e Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas – **GV-AGRO/FGV**; Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**. **AUTORA**: Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano, Gilberto Goellner e João Pedro. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador João Pedro, no sentido de que sejam convidados os Srs. Luiz Edson Fachin, Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Sr. Marcelo Goulart, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e um representante da Associação dos Juízes pela Democracia. ITEM 12: REQUERIMENTO Nº 51, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), destinada a celebrar o **Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento**, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Vincente Defourny** – Representante da UNESCO do Brasil; Sr. **Marco Antonio Raupp** – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. **Jacob Palis Júnior** – Presidente da Academia Brasileira de Ciências; e Representante de renome da comunidade acadêmico-científica. **AUTOR**: Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, com a finalidade de debater o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009 e o PL nº 6.077, de 2009, ambos sobre Zoneamento Agro-Ecológico da Cana de Açúcar – ZAE-CANA, com a presença dos seguintes convidados: Ministro **Carlos Minc**, do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Ministro **Reinhold Stephanes**, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Secretário **Sérgio Yonamini**, da Secretaria do Meio Ambiente do Mato

Grosso do Sul – **SMA/MS**; Dr. **João Vila**, Engenheiro de Geo-Processamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**. **AUTOR**: Senador Valter Pereira. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osvaldo Sobrinho e João Pedro. **RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador João Pedro, no sentido de convidar um representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de várias matérias, mas nós vamos iniciar por aquelas que não têm o caráter terminativo.

Então nós vamos ao Item 3, que é o Projeto de Lei do Senado de nº 246, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão de Obra Rural – PRO-RURAL, e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências”. Essa matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e lá teve Parecer favorável, com as Emendas nºs 01 a 11. A Relatora designada originariamente foi a Senadora Kátia Abreu. Em sua ausência, eu designo como relator *ad hoc* o Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra o Relator para produzir o seu relatório e voto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou direto à análise do Projeto. Como o senhor já se referiu, trata-se de regular o Programa PRORURAL e instituir o Programa FAT Rural, de autoria do Senador Paim.

Dentro da análise, desde 1988, com a promulgação da Carta Magna, a arrecadação decorrente das contribuições do PIS/PASEP deixou de ser direcionada para as contas individuais dos empregados para financiar exclusivamente o Programa Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e Programas de Desenvolvimento Econômico, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A nova sistemática foi estabelecida pelo art. 239, da Constituição Federal, e sua regulamentação deu-se por intermédio das Leis 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa de Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e instituiu o FAT, e a nº 8.019, que alterou a legislação do FAT. Como resultado foi instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo financiamento do Programa de Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e dos Programas de Desenvolvimento Econômico, e o CODEFAT, que é o Conselho Deliberativo Gestor dos Recursos.

O Programa do Seguro-Desemprego, além de amparar todos os trabalhadores desempregados, sejam eles do meio urbano ou rural, por meio da concessão do Seguro-Desemprego, busca auxiliá-los na busca de emprego. Para tanto, também provê ações integrada de orientação, recolocação e qualificação profissional. O Abono Salarial, por sua vez, é pago por todos os trabalhadores de baixa renda, cujos empregadores sejam contribuintes do PIS ou do PASEP, indistintamente de estarem ou não vinculados ao meio rural, ou seja, tanto o Programa do Seguro-Desemprego quanto o Abono Salarial abarcam aos trabalhadores rurais. Todavia, é comum a situação trabalhista no meio rural em que o empregador é pessoa física. A criação do Abono Salarial Rural, portanto, é importante, uma vez que o trabalhador rural vinculado ao empregador pessoa física não faz jus ao Abono Salarial vigente na legislação.

Quanto aos recursos direcionados aos Programas de Desenvolvimento Econômico, esses representam 40% da arrecadação bruta do PIS/PASEP e são diretamente transferidos ao BNDES, conforme requer a Constituição Federal.

O presente Projeto busca instituir estruturas similares à existente, com a diferença de estrita vinculação ao setor rural. Assim, cria o FAT Rural e o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o CODEFAT Rural e o Programa de Educação e Formação de Mão de obra Rural, ou seja, dirige-se a uma população de trabalhadores já contemplados, criando para tanto estrutura burocrática paralela.

Em que pesem as sérias deficiências de educação no País, sobretudo no meio rural, existem inúmeras entidades públicas e privadas atuando em educação

rural e formação de mão de obra por intermédio da EMATER, do SENAI, do SEBRAE e PRONERA, que é o Programa de Educação de Reforma Agrária.

Dentro da política do Governo Federal de fomento à atividade agropecuária e no intuito de apoiar os produtores diante das dificuldades que vem enfrentando, o BNDES implantou a linha de crédito especial FAT Giro Rural, instituída pela Resolução CODEFAT nº 444, de 20 de julho de 2005, e cujos recursos serão destinados à concessão de financiamento mediante a aquisição de CPRF, Certificados de Direito Creditício do Agronegócio (CDCA) e ao refinanciamento de outros títulos de dívida de produtores e suas cooperativas. A finalidade de dar essa linha de crédito é o de atenuar o problema da falta de liquidez de seus produtores e suas cooperativas, bem como de fornecedores de insumos de todo o território nacional, tendo em vista as dificuldades apresentadas na safra 05, 06 e 07, ocasionados pelas diversidades climáticas, custo de produção elevada e preço baixo de comercialização no mercado interno e externo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criada em setembro de 1995, com o objetivo de conceder apoio financeiro às atividades agropecuárias realizadas pelo produtor e sua família, também tem recursos oriundos do fato. Segundo o BNDES, até dezembro de 2006 foram lhe concedidos para aplicação no âmbito do PRONAF 2,15 bilhões de reais. Embora o FAT não seja a principal fonte de recurso do PRONAF, até o mês de setembro do ano de 2007, o FAT havia transferido para o Banco 79 milhões para a aplicação no programa. O BNDES presta conta sobre os recursos destinados ao PRONAF mensalmente à Secretaria Executiva do CODEFAT, mediante o encaminhamento em meio magnético da relação dos projetos contratados no período.

O Programa FAT Fomentar, instituído pelo CODEFAT por intermédio da Resolução 345, tem como objetivo a geração de emprego e renda por meio de duas linhas de financiamento ao investimento produtivo: uma destinada às micro e pequenas empresas e outra destinada às médias e grandes empresas, operadas pelas instituições financeiras oficiais federais. Segundo o art. 3º, da citada Resolução do FAT Fomentar, será executado por linha de crédito com as seguintes bases operacionais: beneficiários – micro, pequenas e médias empresas, conforme definidas por essa Resolução 345; itens financiáveis – máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas, de fabricação nacional e capital de giro associado, aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, para operações de arrendamento mercantil, projetos de implantação e expansão.

De acordo com o BNDES, em 2006 foram transferidos um bilhão para a aplicação ao FAT Fomentar, sendo 520 milhões destinados ao financiamento da linha FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas e 510 milhões para a linha FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas. Até setembro de 2007 foram transferidos 740 milhões destinados à linha da FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas e 654 milhões para a linha de médias e grandes empresas, totalizando 1,39 milhões no ano.

Portanto, no que se refere a apoio a projetos de desenvolvimento no meio rural, o FAT já tem linhas de financiamento, não se justificando a criação de novas linhas por meio do FAT RURAL.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS 246, cuja autoria do relatório, que estou relatando *ad hoc*, é da Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 246, está em discussão a matéria. A matéria é não terminativa e nós vamos colocá-la em votação neste momento, já que não há ninguém que queira discuti-la. Em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer do Relator, que é pela rejeição da matéria.

Solicito ao Senador Gilberto Goellner que assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa relatar o Projeto nº 151, de 2008, que também não é terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, o senhor então vai relatar o Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acresce o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais”.

Com a palavra o Relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Em sua justificativa o parlamentar autor da matéria pondera que a desrespeito da jurisprudência favorável no Superior Tribunal de Justiça, continuam os bancos, credores do homem do campo, a promoverem execuções onde tratores, máquinas e demais implementos agrícolas são penhorados, no mais das vezes, com o uso da força policial, ignorando o alcance social da Lei Processual. Enfatiza ainda o autor que, aprovado o Projeto, conferir-se-ão ao produtor rural as condições de desenvolver sua atividade e, conseqüentemente, saudar seus compromissos, cuja

inadimplência quase sempre resulta na imprevisibilidade do clima ou da insensatez do Governo.

O inciso VI do art. 649 do Código de Processo Civil, com a redação que lhe atribui a Lei 11.382, de dezembro de 2006, estabelece expressamente a impenhorabilidade dos livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos e outros bens, móveis, necessários ou úteis, ao exercício de qualquer profissão. Não obstante a clareza da regra, a sua contumaz inobservância acaba por sacrificar o produtor rural, que sucumbe ante o poderio dos credores, no mais das vezes, em instituições bancárias insensíveis às intempéries do campo.

Como bem observou o Senador Pedro Simon, não são poucas as situações constrangedoras que revelam a falta de sensibilidade de alguns aplicadores do direito que desconhecem ou fingem desconhecer o alcance do citado dispositivo do Código de Processo Civil.

Embora a literalidade da Lei não possa ser desprezada, o apego exclusivo às suas palavras constitui, não raro, fonte de erros e injustiças. Por essa razão, conquanto necessário na exegese de qualquer dispositivo legal ter em conta as palavras em que redigida a norma. É absolutamente necessário também levar em consideração as realidades moral, econômica e social que constituem o fundo material e o conteúdo efetivo do direito. Com efeito, para extrair da fórmula verbal tudo que nela se contém, implícita ou explicitamente, indispensável recorrer aos ditames da hermenêutica, entre os quais avultam os motivos determinantes da edição do texto local e o seu escopo ou finalidade. Separar as atribuições não significa violar a autonomia e, sim, valorizá-la dentro de um contexto.

No caso em espécie, o produtor rural assemelhasse ao urbano e a jurisprudência deve alcançar-lhe, mormente porque um trator, *verbi gratia*, é ferramenta essencial ao seu labor, como um livro o é para o Advogado. Não há, pois, nada a justificar a ausência de garantias para os elementos agrícolas. Há, sim, a necessidade de equipará-los aos instrumentos das demais profissões.

Por tudo isso, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PLS 151 nos termos do seguinte Substitutivo: Projeto de Lei do Senado nº 151 – Substitutivo: “Acresce o § 4º ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais; art. 1º – o art. 649, da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º: § 4º – incluem-se na impenhorabilidade prevista no inciso V, do *caput* deste artigo, as máquinas, os equipamentos e os implementos

agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto nos casos em que esses bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia à operação ou quando respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Este é o nosso Parecer e Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Relator, Senador Valter Pereira, concluiu pela aprovação nos termos de uma Emenda Substitutiva que altera o § 4º do art. 649. Nos termos da Emenda eu coloco o Projeto em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu gostaria apenas que o Relator me explicasse no Projeto, entre o inciso XI e esse § 4º, qual é a modificação que V. Exa. achou que era imprescindível?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que aqui trata-se de excluir da impenhorabilidade os bens pertencentes às pessoas jurídicas. Porquanto o instituto em referência visa proteger precipuamente a pessoa natural no exercício da profissão, ressalva feita aos recursos públicos recebidos por instituições privadas para a aplicação compulsória em educação, saúde, assistência social e aos recursos públicos do fundo partidário recebido nos termos da Lei por partidos políticos, inovações introduzidas respectivamente pela Lei 11.382.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senadora Marisa Serrano.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que no particular tem razão a vasta jurisprudência coligida por Theotonio Negrão, segundo a qual a penhora de máquinas industriais não priva a empresa de dar continuidade às suas atividades. Excetua-se, por óbvio, a empresa individual produtora agrícola, porquanto seu titular vive do trabalho pessoal e próprio, ainda que tenha um ou quatro empregados para ajudá-lo.

Então aqui foi separado por um inciso para dar--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi tirada apenas a questão jurídica.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ficou só a física.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ficou, e foi separado o inciso que ficou mais adaptado do ponto de vista de técnica jurídica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter, V. Exa. manteve “pertencente a pessoa física ou empresa individual produtora rural”.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer dizer, das duas condições não estão sujeitas à penhora?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não estão, é só mesmo isso aqui, o Projeto visa atender--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aos pequenos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --ao pequeno produtor, aquele que realmente precisa dessa proteção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como instrumento de trabalho.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, e está garantido também aqui que seja a empresa, mas que seja a empresa dele, a empresa individual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.
SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu perguntaria aos Senadores se alguém quisesse mais se manifestar. Eu gostaria de me manifestar também.

Eu vejo que o teor do Projeto do Senador Pedro Simon, ele não considerou uma máquina financiada, ele abrangeu todas, por isso do seu Substitutivo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, também, porque do jeito que estava proposto poderia trazer um transtorno para se contrair o financiamento. Então era preciso que desse essa mobilidade a fim de que ele tivesse o direito para o financiamento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só para concluir a minha--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está considerado, sim, no Projeto do Pedro Simon o caso de penhora para fim de seu próprio financiamento. No texto do Projeto original tem essa condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu só gostaria de transmitir, Senador Valter, até--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas chegou o autor aí e ele vai poder esclarecer melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Antes disso eu gostaria de ver a manifestação do Senador Osmar Dias, que nos pede a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, esse Projeto do Senador Pedro Simon, embora ele esteja aqui reapresentado em 2008, eu me recordo que quando eu cheguei no Senado, em 1995, Pedro Simon já tinha apresentado esse Projeto. Creio que é

o mesmo Projeto daquela época, que foi reapresentado em 2008.

Qual é o espírito desse Projeto? É que se você tira a ferramenta de trabalho de um produtor rural, que é a máquina, ele não consegue produzir mais renda e, não produzindo mais renda, ele vai ficar inadimplente para o resto da vida. Então a quem beneficia a penhora da máquina de um produtor?

Tivemos uma época, há muitos anos atrás, creio que foi nessa oportunidade que o Senador Pedro Simon apresentou o Projeto, em que no Rio Grande do Sul os bancos iam para tomar o trator ou o equipamento do produtor rural na sua propriedade. Não era só humilhação, não. Era um problema que ia persistir e que ia perpetuar aquela dívida do produtor, já que se ele não pagou é porque não teve como pagar. E se tirar a ferramenta para ele produzir, aí é que ele não vai pagar mesmo, interrompe o processo de produção e atividade daquele produtor.

Aliás, Senador Gilberto, na semana passada V. Exa. foi autor de uma proposta de nos reunirmos com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda de um assunto muito relacionado a esse aqui. Eu sou Relator da Medida Provisória 464 e essa Medida Provisória 464, ela estava propondo o quê? Estava propondo que micro e pequenos empresários tivessem um Fundo Garantidor de quatro bilhões de reais, do Governo, garantindo até 80% dos empréstimos feitos para equipamentos, máquinas, enfim, investimentos de micro e pequenos empresários, de um limite de até 10 milhões de reais. Era o limite inclusive proposto pelo próprio BNDES. E V. Exa. me convidou, como Relator, para essa reunião, e de lá saímos com uma proposta conjunta de V. Exa., minha, de todos nós, para incluirmos os agricultores nesse Fundo Garantidor, no Fundo de Aval. Porque além do problema de inadimplência, que é pequeno, aliás, na agricultura, principalmente quando se fala de pequenos agricultores ou agricultores familiares é muito pequena essa inadimplência, mas há o problema também do acesso ao crédito por falta de garantias. E o Fundo de Aval, que nós estamos tentando construir na Medida Provisória, aliás, eu estou aqui com uma minuta de relatório que eu estou estudando para ver se apresento hoje ou amanhã, vamos conversar ainda, Senador Gilberto, a respeito, mas o Fundo de Aval, ele poderá no futuro garantir, e aí talvez esse produtor não terá mais a penhora das máquinas. Eu vou apresentar o relatório essa semana no sentido de termos o Fundo Garantidor. É uma Medida Provisória e, portanto, aprovada aqui, ela tem que voltar para a Câmara, porque a Câmara não tinha incluído os agricultores no Fundo de Aval, coisa que nós estamos fazendo aqui. Então, Senador Gilberto,

nós estamos prestes a aprovar uma Lei que vai garantir ao produtor rural um valor que corresponda até a 80% daquilo que ele financiou para adquirir máquinas, de um limite de crédito de até 10 milhões.

Então creio que esta Lei do Senador Pedro Simon é importante, vou votar a favor, ela tem que ser aprovada, mas lá na frente as duas vão se encontrar e, se encontrando, o produtor vai ficar livre de uma vez por todas da penhora e de perder a máquina, que é um instrumento de trabalho que lhe garante renda e a possibilidade de pagar os seus compromissos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de prestar um esclarecimento para que não reste nenhuma dúvida sobre a mudança que foi introduzida.

A proposta do Senador Pedro Simon se reporta a pessoa física ou jurídica. V. Exa. entendeu bem essa diferença. A mudança introduzida fala em pessoa física ou empresa individual. Então fica bem caracterizado o seguinte: a pessoa física, se não for uma empresa individual, não será contemplada. Só vai ser contemplada aquela que é uma empresa individual, ou seja, o espírito que orientou aqui o Senador Pedro Simon indiscutivelmente foi o de proteger o pequeno produtor, mas como no direito as sutilezas às vezes fazem a diferença, então nós preferimos explicitar com maior nitidez que seria contemplado só aquele tipo de pessoa jurídica, que é a empresa individual. É essa a pequena diferença introduzida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Valter, eu gostaria de, inclusive, solicitar ao Senador Pedro Simon que nos parece que o espírito que levou à confecção desse Projeto, ele engloba a impenhorabilidade em qualquer situação, mesmo que o equipamento for objeto de financiamento, esteja em vigor as parcelas, motivo pelo que no Estado de Mato Grosso nesse ano e no ano de 2008 já foram dadas liminares que estão vigentes até hoje da impenhorabilidade de qualquer equipamento, mesmo porque ele na consecução das atividades agrícolas, uma colhedeira, um plantio que está programado, mesmo financiado, o Juízo aceitou a impenhorabilidade dos mesmos, mesmo financiados. Isso está virando uma jurisprudência, motivo pelo qual eu gostaria de pedir Vistas desse Projeto, sem antes de também ouvir o Senador Pedro Simon, o autor dessa proposta, e levando em consideração também que a exclusão de pessoas jurídicas poderia deixar os produtores que hoje estão se organizando juridicamente, organizados em balanços e como tal inclusive é uma prerrogativa da CNA de transformar todos os produtores em microempresas ou empresas jurídicas, que é a pejotização, nós veríamos que a empresa jurídica,

que é o futuro da atividade rural, ficaria excluída. Eu vejo que essa pessoa individual produtora, a empresa individual que o senhor coloca, mas essa dificilmente parece como produtora, incluiu a pessoa física, mas exceceu a pessoa jurídica.

Então, Senador Pedro Simon, o senhor, como autor, nos esclareça. A sua finalidade era proteger a atividade agrícola que está sendo objeto, vamos dizer, de andamento e numa penhora, mesmo com a máquina financiada, poderia interromper o processo inclusive de perda total da atividade implantada, quer dizer, uma colhedeira, na época da colheita, não poder ser retirada de uma propriedade. Então por isso que futuramente com o Fundo Garantidor nós teríamos, inclusive a colocação nesse Projeto poderia dar mais segurança aos bancos financiadores.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, autor do Projeto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estava em Porto Alegre, Sr. Presidente, e vinha para Brasília chegando aqui ao meio-dia. Eu vim ontem à noite quando soube que esse Projeto ia entrar na Ordem do Dia da Comissão. Embora eu pensei, porque muitas vezes quando o autor não está presente, a gente deixa para uma outra oportunidade. Mas eu não sei por que desconfiei que não ia acontecer e estava certo, fiz bem em vir, porque o assunto está sendo discutido.

Em primeiro lugar eu não entendi bem a sua explicação, Presidente, mas pelo que eu entendo há um equívoco na interpretação de V. Exa., porque o meu Projeto deixa muito claro: as máquinas, os equipamentos, os implementos agrícolas, desde que pertencentes ao produtor rural, pessoa física ou jurídica, salvo se for objeto de penhor para fim do próprio financiamento, quer dizer, se for objeto de penhor para o próprio financiamento, aí não está. Então o que o senhor está dizendo e está ressalvado, não está, é exatamente ao contrário. O cidadão comprou a máquina e não paga, aí pode ser penhorado. A Lei é muito clara, se o senhor ler com um pouquinho mais de calma o senhor vai ver que o que o senhor disse está exatamente garantido aqui, quer dizer, o cidadão compra uma máquina, não paga, pode ser feita a penhora. Nós estamos falando nos outros casos de penhora, que são os mais variados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A penhora já acontece, Senador, só pode ser feito o arresto. A minha solicitação de Vistas é no sentido de preservar naquele ano agrícola a continuidade, a segurança do empreendimento agrícola que foi iniciado e isso não está sendo previsto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Esse Projeto, da forma como está aqui, já foi aprovado duas vezes no Senado. Lá se vão 12 anos, 12 anos que a

primeira vez foi aprovado. Ele não passa na Câmara. Um dos argumentos da Câmara é de que ele já estava previsto num outro dispositivo aprovado na Câmara. Foi se verificar e absolutamente não existe.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Da Lei Agrícola.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente, foi se verificar e absolutamente não existe, quer dizer, a Câmara rejeitou o Projeto do Senado usando um argumento falso, inexistente, de que o assunto já estava existindo, já existia e não existe.

O que me levou a apresentar esse Projeto? Eu não sei se em Santa Catarina, eu não sei no Paraná, eu não sei no Mato Grosso, mas no Rio Grande do Sul chega a ser doloroso e cruel: os campos cheios de máquinas apodrecendo, se decompondo, exatamente porque foram retomadas. Em primeiro lugar, o cidadão que está trabalhando, se tira a máquina agrícola, aí mesmo que ele não vai pagar, quer dizer, liquida com ele. Então a solução é cruel, porque retira, quer dizer, se o cidadão tiver a máquina na mão dele, ele se transformando em fiel depositário, a máquina fica na mão dele, ele se transforma em fiel depositário e é muito melhor ele ficar de fiel depositário do que ela ser tirada, onde em primeiro lugar o que sobra de coisa boa as pessoas vem e roubam, levam embora, brigam. Quando vai ver é um ferro velho que não se sabe o que fazer. Então mais do que está claro e isso ficou mais do que esclarecido. Em primeiro lugar, liquida com o pequeno proprietário, porque ele perde a máquina e não tem como pagar aquilo e nem como fazer mais nada, termina com a vida dele e não resolve.

A Emenda apresentada pelo ilustre Relator tem um problema. É que lá no Rio Grande do Sul e eu desconfio que no Paraná também e eu desconfio que em Santa Catarina também, eu não sei no Mato Grosso, é que não atinge as cooperativas, que normalmente os pequenos produtores se organizam na compra de máquinas agrícolas em pequenas cooperativas. São as pequenas cooperativas que compram as máquinas que são utilizadas por aquela meia dúzia, dez, oito, 12 produtores que estão ali. E o Projeto tem uma coisa que é o seguinte: atinge a pessoa jurídica, pessoal, quer dizer, que pode até uma pessoa jurídica de muito capital, de muito dinheiro, de muitas posses, e não atinge a pequena cooperativa, onde ela é atingida. No Rio Grande o assunto é basicamente a pequena cooperativa. É muito difícil ter pequeno proprietário, eu acho que em Santa Catarina é mais ou menos igual, pequeno agricultor que compra uma máquina, ele comprar uma máquina. Ele não tem condições. Então as pequenas cooperativas funcionam nesse sentido, de dar o financiamento no conjunto e fazem uma regra

de uso onde dá tanto dias para esse, tantos dias para aquele, tantos dias para aquele. Então no momento que impedir isso, a Lei vale, continua valendo para o pequeno produtor, mas na verdade, na verdade não atinge o essencial do caso que está acontecendo, que são as pequenas cooperativas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma intervenção aqui. O Senador Pedro Simon me convenceu com o exemplo da cooperativa. Eu vou desprezar aqui o Substitutivo e vou manifestar-me a favor da integralidade da proposta, da originalidade da proposta do Senador Pedro Simon.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu ia fazer esse apelo--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar muito obrigado a V. Exa., Relator, muito obrigado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu ia fazer esse apelo ao Relator porque no caso do Paraná, por exemplo, nós temos hoje cooperativas de agricultores familiares, não são poucas as cooperativas, elas estão hoje praticamente espalhadas em todo o Estado, mas mais no sudoeste e no oeste do Paraná, onde elas iniciaram a sua organização. E lá, praticamente, todas as máquinas são coletivas, não dá para tirar das cooperativas de agricultores familiares esse direito.

V. Exa. já entendeu o apelo do Senador Pedro Simon e não há necessidade de eu me prolongar nisso, mas eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Gilberto. Esse Projeto ainda vai passar na Comissão de Justiça. Retire o pedido de Vista, permita a aprovação dele aqui hoje e depois lá na Comissão de Justiça, se houver algum reparo, algum aperfeiçoamento a fazer, nós fazemos. Eu estou na Comissão de Justiça e conversarei com V. Exa. no sentido de fazer os aperfeiçoamentos que entendemos necessário, mas eu faço um apelo para que retire o pedido de Vista, porque faz muito tempo o que Senador Pedro Simon tenta aprovar esse Projeto. Mais dez dias, depois de dez anos, parece que não é muito, mas para ele é sim, porque ele está tentando aprovar isso há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Osmar Dias, eu concordo, mas eu vou colocar a minha ponderação para ser bem entendida pelo Senador Autor do Projeto, o Senador Pedro Simon.

A penhorabilidade ou o arresto de bens, equipamentos e máquinas na atividade rural, como o senhor coloca ele prejudica o produtor, a consecução da sua atividade. Aí que ele perde a sua capacidade de renda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Prejudica o produtor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Prejudica.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E não soma para ninguém, porque que a máquina fica apodrecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu gostaria de colocar uma análise que gostaríamos de fazer então na próxima Comissão, que é de que no andamento da atividade agrícola esse arresto fosse suspenso, quer dizer, porque faria com que o andamento da atividade ficasse prejudicada. Então o arresto, porque nós poderíamos melhorar aqui, o senhor coloca só a penhorabilidade, porque quando o produtor colocou em penhor foi para garantir algum empréstimo no banco. Não recebeu o pagamento, o banco retirou tudo, acabou com o produtor, a máquina fica lá, não vai a leilão, é essa sua preocupação, fica enferrujando, é perdida, o banco não recebe, não faz leilão, não consumo arrematar. Mas o que está acontecendo hoje são máquinas financiadas, que têm inadimplência de parcela, o banco financiador arresta, é uma forma dele receber o pagamento, é forçar pelo arresto. Agora sem esse Fundo Garantidor que nós estamos colocando, que o Senador Osmar Dias vai relatar, o Fundo Garantidor para produtor rural vai possibilitar na MP 464 agora uma garantia dessa situação, uma garantia futura do produtor optar por um fundo onde ele participa juntamente com os bancos e os financiadores de máquinas, possivelmente, viabilizando, então, o seu não arresto. Agora ele fica penhorado, sim.

Eu aceito então nós discutirmos isso aí numa próxima Comissão e vamos colocar o Projeto em análise, com o Substitutivo que é retirado na sua integralidade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A minha aprovação é pela redação original, embora eu tenha dado ao Substitutivo uma explicitação melhor, mas eu acho que tem que aprovar na Comissão de Agricultura, sim, já passa, porque a questão da redação resolve na Comissão de Constituição e Justiça. Lá mesmo, eu acho que dá para se explicitar e melhorar o Projeto, mas de qualquer forma o Projeto merece ser aprovado porque ele está resguardando aqui a operação, o produtor não está impedido de transacionar com o banco porque nesta circunstância a proposta

admite o penhor, mas não permite que seja penhora da a máquina por outros financiamentos que possam gravar esses equipamentos de trabalho.

Portanto, eu acho que o Projeto tem que ter aprovado nessa Comissão e o nosso Parecer é favorável na integralidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Alguém mais a se pronunciar para a discussão? Não havendo mais o que discutir, coloco em aprovação na íntegra do texto original do Senador Pedro Simon. Os que estão favoráveis permanecem como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, eu pediria a V. Exa., ouvido o Plenário, que nós pudéssemos fazer uma inversão de pauta para aprovarmos os requerimentos de autoria da Senadora Kátia Abreu, que eu subscrevo também, o Item 6, o Item 7 e o Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Flexa Ribeiro, vamos então inverter, vamos colocar em inversão e antes disso eu passo a Presidência ao Senador Valter Pereira, que já relatou o seu Projeto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Solicitada a inversão de pauta pelo Senador Flexa Ribeiro. Item 6: “Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública por esta Comissão, com a finalidade de conhecer, analisar e discutir a preparação da posição do Brasil, e em particular ao que se aplica ao Setor Agropecuário, sobre o novo acordo global para limitar a emissão dos gases de efeito estufa Pós-Kioto, com a presença dos seguintes convidados: Celso Luiz Nunes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim; Assuero Doca Veronez, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite em Campinas, São Paulo; e representante da Confederação Nacional da Indústria”. São quatro convidados.

Com a palavra o coautor, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a Senadora Kátia Abreu, em boa hora, apresenta um requerimento para que possamos fazer uma Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no sentido de discutir, analisar e ter uma posição que o Brasil deve tomar e, em particular, do Setor Agropecuário, com relação ao acordo sobre limitação para a emissão de gases do efeito estufa Pós-Kioto. A Senadora propõe aqui os nomes já lidos por V. Exa. Eu apenas gostaria de na última sugestão da Senado-

ra acrescentar aqui o representante da Confederação Nacional da Indústria, seja o seu Presidente, o Deputado Armando Monteiro Neto, e peço aos meus pares pela aprovação do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria só de lembrar ao Senador Flexa Ribeiro que há um ofício da EMBRAPA solicitando que quando forem chamados os técnicos dessa instituição, que não se especifique o nome, mas sim a especialidade que a empresa atua.

Então eu gostaria só de sugerir aqui que neste caso do terceiro convidado, que seja feita a notificação à EMBRAPA, especificamente, e não à pessoa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, mas era bom se fazer referência à EMBRAPA na área que diz respeito à questão de--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V. Exa. autorizar, nós vamos fazer a mudança.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu acho que V. Exa. também propôs já o representante legal da CNI, que é o seu Presidente, eu acredito que não há motivo para se questionar. Está em discussão o requerimento. Não havendo discussão, em votação. Está aprovado por unanimidade.

Vamos ao Item 11, onde também ela pede a inversão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou pedir a inversão do Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É outra Audiência Pública para instruir o PLS 325, que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar as questões relacionadas ao Direito de propriedade. À oportunidade apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente Audiência Pública: Yves Gandra Martins, Professor e Jurista; Roberto Rodrigues, Produtor Rural e Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas; e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA. Ela já requereu para discutir esse mesmo Projeto, já umas três Audiências Públicas.

Eu gostaria de submeter esse requerimento à apreciação porque, na verdade, veja o seguinte: já temos três Audiências Públicas para instruir o mesmo Projeto. Nessas três, eu não me lembro seguramente quantos expositores, mas na verdade não tem nenhum que seja menos de quatro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, mas eu acho que esse assunto, incluir es-

ses três expositores, é um jurista de grande renome, o Roberto Rodrigues é o ex-Ministro da Agricultura e o representante da CNA, é bom a gente fazer mais Audiências para discutir mais, porque o Estatuto do Produtor Rural é do produtor. Nos outros nós já temos gente da CONTAG, já temos de outras organizações. Eu acho que deveríamos acrescentar mais essa Audiência. Não importa que discutamos mais o assunto. Quanto mais discutir, melhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para defender o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, outros requerimentos já foram aprovados para outras Audiências. Acontece que o Estatuto do Produtor Rural, como bem disse o Senador Augusto Botelho, ele é bastante amplo e cada Audiência dessas que tem sido aprovada é para debater um tema. Neste caso aqui é para debater o direito de propriedade, este é o tema dessa Audiência Pública. As outras Audiências foram de outros temas. O Estatuto é bastante amplo. Então cada parte do Estatuto está sendo objeto, não há como fazer uma Audiência só para debater todo o Estatuto. Então a Senadora tem buscado debater parte do Estatuto em cada uma das Audiências. Esta que ela propõe, que eu subscrevo, é para discutir o direito de propriedade, que faz parte do Estatuto do Produtor Rural. Então eu pediria que V. Exa. também submetesse para a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o seguinte: eu não tenho nenhuma objeção ao Projeto, até porque isso aqui o Plenário é que tem que decidir, mas o que eu gostaria de salientar é que têm três Audiências Públicas, se eu não me engano, versando sobre o Estatuto do Produtor Rural.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, mas são temas, são partes diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito, mas eu acho que a Comissão tem que ter um limite para essas Comissões, nós não podemos pegar uma determinada legislação e passar o ano inteiro discutindo sobre aquele mesmo Projeto de Lei. Eu acho que é defensável quando se tem qualquer dúvida fazer a Audiência Pública. Agora é preciso também que nessas Audiências Públicas pelo menos o autor do requerimento esteja presente. Eu quero dizer até o seguinte: eu vou tomar uma posição, doravante, quando nós tivermos uma Audiência Pública e o autor não estiver presente. Eu vou dar como realizada a Audiência Pública, mesmo sem fazê-lo. Por quê? Porque eu acho que o interesse de conhecer as

matérias questionadas é, sobretudo, do autor, do autor do requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pela ordem mesmo, realmente, porque eu acho que é regimental que o autor do requerimento esteja presente na hora da sua votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não da sua votação, eu digo o seguinte, Senador Augusto Botelho, eu digo no momento da discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E da Audiência principalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte: convida-se um jurista do porte do Dr. Yves Gandra, um especialista em agronegócio da estatura do Ministro Roberto Rodrigues. E, de repente, o autor não estando presente, é até desnecessário para os convidados e para a Comissão também. Por isso que eu quero alertar que quando o autor não estiver presente na Audiência – aqui no caso têm dois autores, pelo menos um terá que estar presente –, nós vamos cancelar a Audiência para que os convidados não sofram qualquer tipo de constrangimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido pela ordem a Senadora Marisa primeiro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A discussão é sobre esse assunto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É sobre essa questão também. Eu ia sugerir a V. Exa. então que a Secretaria confirme, na tarde anterior, se o autor vai estar aqui de manhã, porque senão desmobiliza antes os convidados. Na hora que eles estão aqui já, ninguém vai desmobilizar na hora, depois que já vieram. Aí depois que estiver aqui, tem que ter a Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que essa desmobilização não é adequada, não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Gilberto tinha pedido pela ordem antes de V. Exa..

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Valter Pereira, eu vejo da importância da consideração pelo fato dos convidados. Agora por força maior às vezes o autor não está presente. Agora importante é que haja realmente participantes interessados em dar continuidade à Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O por força maior a Senadora Marisa resolveu. Com 24 horas antes, confirma-se; sendo impossível confirmar, cancela-se a Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, primeiro sobre a questão levantada por V. Exa., V. Exa. tem plena razão. Quero lembrar a última Audiência com o Ministro Miguel Jorge, quando começou estava eu e V. Exa. aqui. Um Ministro de Estado e um assunto importante. Eu assisti toda a exposição do Ministro e não fiquei para o debate. Com o José Pimentel também, mas o Miguel Jorge também era conjunta com outra Comissão, Meio Ambiente, enfim lá. Então esse cuidado de prestigiar o deslocamento de estudiosos, personalidades, enfim, eu acho que nós temos que ter um quorum qualificado aqui para fazer o debate.

Eu quero aditar, Sr. Presidente, o requerimento da Senadora Kátia Abreu para discutir direito de propriedade. Eu estou com um requerimento aqui com três nomes e eu gostaria que V. Exa. apreciasse. Eu estou apresentando o nome do Dr. Luiz Édson Fachin, que é Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná; Dr. Marcelo Goulart, que é Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; e um representante da Associação dos Juízes pela Democracia. Eu estou apresentando esse requerimento para aditar o requerimento que está em discussão da Senadora Kátia Abreu, para discutir direito de propriedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador João Pedro propõe mais três nomes. Acho que os nomes propostos pelo Senador João Pedro certamente visa estabelecer o contraditório, o que é defensável também. Todavia, é preciso alertar que nós temos adotado aqui uma postura de reduzir o número de debatedores numa mesma Audiência para que ela não fique enfadonha, cansativa e improdutivo. Então aqui nós temos três e teríamos mais três debatedores, perfazendo aí seis. Eu sugeriria aqui que a

gente reduzisse para quatro, V. Exa. abrindo mão de um e a Senadora Kátia Abreu, com o Senador Flexa Ribeiro, abrindo mão de outro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Flexa Ribeiro, V. Exa. que é um homem moderado do PSDB, nós poderíamos combinar... V. Exa. está muito, como diz o Senador Pedro Simon, o olhar de V. Exa. está fulminante [risos]. Poderíamos combinar das nossas assessorias... V. Exa. melhorou, externou um sorriso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou concordar com V. Exa., V. Exa. não me deixa nem usar da palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas das nossas assessorias combinarem esses nomes e chegarem a uma conclusão. Essa é a sugestão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De acordo, vamos fazer a exclusão de dois nomes e ficaríamos quatro. Em princípio ficam aprovado os seis e as assessorias farão a exclusão de dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Então está em votação o requerimento da Senadora Kátia Abreu com Flexa Ribeiro e a proposta de aditamento do Senador João Pedro. Não havendo contrariedade, está aprovado por unanimidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tinha pedido a inversão de três itens e V. Exa. passou o Item 8.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de colocar o 9 também nessa leva do Flexa Ribeiro, o Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esse tinha sido votado antes do requerimento de V. Exa., aliás, tinha sido suscitado antes. Então nós vamos votar este e depois o de V. Exa.

Item 8: "Requer, nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Ministério do Desenvolvimento Agrário e no INCRA, com escopo de fiscalizar os procedimentos acerca do repasse de recursos públicos para movimentos sociais ligados ao MST, mais especificamente sobre os convênios firmados com as seguintes entidades: Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, Centro de Formação e Pesquisas Contestado – CEPATEC e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativis-

mo – ITAC, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2008”. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro o autor e logo em seguida V. Exa., Senador João Pedro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Senadora Kátia Abreu, ela apresenta um requerimento solicitando que o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria no MDA e no INCRA com relação à transferência de recursos públicos para as ONGs ligadas ao MST. Esse é um objeto, inclusive, que a Senadora já propôs e tem as assinaturas já suficientes para a instalação de uma CPI Mista no Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal. O requerimento que ela propõe que seja aprovado e submete à apreciação da Comissão, com certeza absoluta é para subsidiar e instruir esta CPI no sentido de que ela tenha essas informações, que o Tribunal de Contas possa fazer essa auditoria, porque a mídia, e eu lembro, eu participei aqui, eu acho que foi em 2005, 2006, da CPI da Terra. Vários Senadores devem ter participado. Nessa ocasião ficou claro, ficou claro o uso indevido dos recursos públicos transferidos para essas ONGs, principalmente ANCA, CONCRAB, CEPATEC e ITAC, exatamente essas que estão sendo objeto dessa auditoria solicitada ao Tribunal de Contas da União, de transferências de forma irregular para o Movimento dos Trabalhadores, inclusive uso indevido pelos dirigentes dessas ONGs em proveito próprio. Ficou claro na CPI da Terra. Agora, lamentavelmente, naquela ocasião, a base do Governo não permitiu que se quebrasse o sigilo bancário das ONGs e, também, que se aprovasse, chegasse ao final a CPI, que o relatório final não chegou inclusive a ser aprovado. Houve um Substitutivo, esse Substitutivo foi feito por um Deputado, se não me falha a memória, o Lupion, também o Substitutivo eu quero dizer que nem o do Relator era condizente com o que se queria chegar, nem o do próprio Deputado Lupion. Eu acho que houve um excesso de ambas as partes, um tentando não deixar transparecer e o outro indo além do objeto da CPI.

Então eu acredito que esse requerimento da Senadora Kátia Abreu vá trazer a luz necessária para o esclarecimento. E o Tribunal de Contas da União, como órgão assessor do Congresso Nacional, é a instância correta para que se saiba realmente se há ou não irregularidade nesses repasses.

Então eu peço também aos meus pares pela aprovação do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, primeiro, com todo respeito ao Senador Flexa Ribeiro, para contraditar e dizer que foi quebrado, sim, o sigilo bancário dessas entidades lá na CPI da Terra. Então foi quebrado. Foi quebrado agora, eu sou membro da CPI das ONGs, está quebrado o sigilo destas entidades.

Eu gostaria de fazer uma ponderação não de votar contra, mas de sobrestar esse requerimento por conta da vinda aqui, está marcado aqui nesta Comissão, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro Guilherme Cassel, que está vindo aqui dia 13, está marcado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, o Ministro nos autorizou duas datas: dia 13 e dia 20. Ele vem tratar aqui de assuntos relacionados à produtividade agrícola e outros que foram suscitados anteriormente, mas poderá e se colocou à disposição para debater outros assuntos, inclusive essas questões que estão sendo suscitadas agora.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, é porque o requerimento é isso aqui, o requerimento é isso, é realização de auditoria no Ministério do Desenvolvimento Agrário, é isso que está no requerimento. Essa é a primeira questão.

Segundo, a quebra do sigilo.

Eu estou pedindo para sobrestar, não é votar contra não, por conta da vinda do Ministro. Se o Ministro vem aqui e o requerimento está pedindo auditoria no MDA, é hora de nós conversarmos com o interlocutor do Ministério.

Segundo, eu quero chamar a atenção que estas entidades aqui estão com o sigilo quebrado na CPI das ONGs, que tem como Presidente o Senador Heráclito Fortes.

Então eu estou fazendo uma ponderação aqui no sentido de nós deixarmos sobrestado até a vinda do Ministro, que tem data marcada, que é o 13 de outubro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a manifestação do Senador João Pedro--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois do Senador Goellner, quero a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que pede o adiamento, apenas o adiamento da apreciação da matéria. Eu passo inicial--

mente para discutir ao Senador Gilberto Goellner e, posteriormente, a V. Exa., Senadora Marisa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Vejo que esse aqui é um assunto específico, onde também fica convidado aqui, além do MDA, tem o INCRA que participa e o TCU. São três entidades e é uma auditoria. Então é diferente do assunto que se propõe o Ministro Guilherme Cassel de vir aqui para outro assunto específico, de um outro convite. Então nesse sentido eu vejo que nós teríamos que formatar igual essa Audiência, quer dizer, esse requerimento, encaminhar isso aí independente da vinda do Ministro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Eu vejo o seguinte, Senador Gilberto: o que está propondo aqui a Senadora Kátia Abreu--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu poderia esclarecer, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Pode.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu gostaria só de dizer que não está se pedindo aqui para quebrar sigilo de ninguém. E se sobrestar, vamos ter pelo menos 60 dias aí e isso é ruim para nós aqui, que nessa Casa já acham que a gente é muito moroso, que a gente não trabalha. Nós temos é que apresentar um requerimento. Eu fico muito contente do Ministro Cassel vir à nossa Comissão. Mas eu acho que está na hora de a gente votar esse requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos

votar, Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): O que está sendo solicitado aqui, eu gostaria de frisar bem, é a realização de uma auditoria por parte do Tribunal de Contas da União. É claro que essa auditoria faz parte da atividade institucional do Tribunal de Contas e pedir também faz parte da nossa atividade institucional. Agora é preciso ficar claro também que essa auditoria não vai ter o condão de subsidiar o trabalho de nenhum órgão aqui, de nenhuma Comissão transitória. Por quê? Porque as Comissões têm prazo para concluir os trabalhos e a auditoria do Tribunal de Contas entra naquela rotina que aquela instituição tem para cumprir. Vai ser feito o pedido, vai ser processado e certamente eles vão realizar essa auditoria dentro do calendário que eles têm para esse tipo de trabalho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha indicação é a de que possamos aprová-la com urgência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, qual é o mérito da vinda do Presidente Guilherme Cassel aqui no requerimento? Justamente, eu gostaria de dialogar com o Senador Gilberto Goellner. O requerimento da vinda do Ministro Guilherme Cassel tem tudo a ver, o requerimento é isso, é para ele discutir aqui repasses. Pega o requerimento de V. Exa., da vinda, é justamente isso. O requerimento do Ministro Guilherme Cassel é justamente para discutir--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Quantos requerimentos têm do Ministro Guilherme Cassel para vir aqui? Dois ou três?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --o repasse de verbas--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Me disseram que tinha oito, oito.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu não concedi aparte. Presidente, eu não concedi aparte, eu estou querendo discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu asseguro a V. Exa. a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então a vinda do Ministro é justamente para discutir repasses, repasses às entidades. Então veja: é esse o requerimento, esse é o mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que há, Senador João Pedro, vários requerimentos de convocação do Ministro Cassel. Um deles é o de índice de produtividade rural. Quando eu fiz a comunicação, inclusive eu me liguei logo a este requerimento, que é o que me fixou mais, porque é um assunto que está sendo debatido atualmente, tanto na Câmara como no Senado, já que existe uma decisão do Governo com relação a índice de produtividade que está sendo questionado no Congresso Nacional. De sorte que esse outro requerimento que aqui V. Exas. se referem, também foi aprovado e ele virá aqui para falar sobre esse assunto também. Eu não sei se ele vai dar conta de falar sobre todos os temas a que ele foi convidado para fazê-lo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, vamos votar, porque esse requerimento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu estou ponderando para sobrestar justamente porque o Ministro vem aqui e tem um requerimento para

discutir repasse. Esse requerimento aqui é repasse, é o MDA, é o Ministro do MDA que vem aqui. O INCRA é do MDA. Então está dizendo aqui: os repasses para essas entidades. O Ministro vem aqui. Se o Ministro vem aqui, vamos discutir os repasses.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, para defender o requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então não tem por quê.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O requerimento é de auditoria pelo órgão competente, que o Tribunal de Contas da União. O Ministro vai vir aqui e vai dizer dos repasses, isso não quer dizer que seja feita a auditoria. Quem vai fazer a auditoria é o Tribunal de Contas da União.

Então eu peço a V. Exa., já que não há consenso, é lamentável dessa vez nós não chegarmos a entendimento, que coloque em votação o requerimento e possamos resolver. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): As decisões de um Colegiado, quando não são consensuais, se dão pelo voto, não tenha a menor dúvida. V. Exa. tem razão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que o Senador João Pedro está ponderando e eu acho que nesse particular ele tem uma certa lógica, é que se o Ministro vem aqui para discutir esse assunto, pode ser que ele traga essas informações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar, Presidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas junto com esse requerimento, salvo engano, Presidente, vem o Tribunal de Contas com o Ministro para discutir repasse, no requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não vem. Vamos votar, vamos pelo Regimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Tribunal de Contas vem com o Ministro, acompanhando o Ministro, é um dos convidados para discutir repasse. No requerimento, já está aprovado inclusive. Eu quero chamar a atenção para isso. Essa sede, essa sede da oposição eu acho estranho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então nós vamos submeter a votos, já que não podemos negar esse pedido que é formulado pelo Plenário. Então os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão. Quem estiver em desacordo, que se manifeste.

Há uma manifestação em contrário, manifestação em contrário do Senador João Pedro. Portanto, o requerimento está aprovado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, só para dizer assim: eu tenho certeza de que o Ministro Cassel e o Ralf nunca fizeram nenhum repasse para qualquer organização que não tenha sido dentro das boas regras de gestão pública. Por isso que eu acho que essa auditoria não tem problema nenhum em relação a ele. Agora se a ONG fez alguma coisa errada, aí já está prestando contas nas prestações de contas, já está sendo cobrada com certeza pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então por isso que eu acho que essa auditoria, eu não tenho nenhum medo dessa auditoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a auditoria é uma medida de praxe do Tribunal. É bem provável que o Tribunal de Contas da União já tenha até os resultados de auditoria, porque isso é uma rotina desse órgão de controle de contas do nosso País.

Requerimento do Senador Augusto Botelho. "Em aditamento ao Requerimento nº 39, da Senadora Kátia Abreu, que solicita Audiência Pública com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto 6.620/08, e da Resolução ANTAQ nº 1.401/09, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para agravamento do apagão portuário já anunciado pelo Tribunal de Contas da União, sejam incluídos mais dois nomes como convidados da referida Audiência: 1) Pedro Brito, Secretário Especial de Portos; 2) Representante da Associação Brasileira de Terminais de Containers de Uso Público – ABRATEC".

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu queria acrescentar mais um terceiro nome, um terceiro nome, da Sra. Agnes Barbeito Vasconcelos, que é Presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agnes?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agnes Barbeito Vasconcelos. São seis nomes, vai ficar grande, mas aí chega naquela discussão da assessoria decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui nós temos, nós temos aqui o Requerimento nº 39 a que V. Exa. se reporta. Nele constatamos quatro convidados, que é o Sr. Fernando Fialho, Diretor da ANTAQ; Willem Mantelli, Diretor da ABTP; e representante da CNI e da CNA, mais dois.

São quatro. Tem ainda um adendo aqui que está ilegível, certamente com mais um nome. Então V. Exa. teria que compatibilizar o número que propõe e os nomes com aqueles que são originariamente propostos, incluindo também esse primeiro adendo, para calibrar no número que nós temos--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós colocaríamos as nossas assessorias para discutir, para decidir, para ficar equilibrado, na Audiência para equilibrar, aí vê qual seria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Então em votação o requerimento do Senador Botelho. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Nós temos aqui os primeiros itens, que não foram colocados em votação porque são terminativos e no momento em que começamos o processo de votação não havia *quorum* presencial.

Agora vamos ao Item 12. É um requerimento de minha autoria, aliás, não é bem de minha autoria, não vamos usurpar aqui da autoria alheia, vamos respeitar aqui. Na verdade é uma manifestação de outras Comissões para que nós integremos uma Audiência comum relacionada ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Então pediram-me que a Comissão de Agricultura também fizesse parte dessa Audiência comum. "Requeiro, nos termos do disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Educação, Cultura e Esporte, Serviços de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada à celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a presença dos seguintes convidados: Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências; e um representante de renome da comunidade acadêmico-científica". E aqui vem a justificativa. Isso aqui contraria toda a nossa lógica das Audiências Públicas. Porém, sendo Audiência Pública Conjunta, não tem como manter uma disciplina com relação a isso. Está marcada para o dia 12 de novembro. Alguém quer discutir o requerimento? Não havendo quem queira discuti-lo, vamos submetê-lo a votos. Votação simbólica. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Como não há nenhuma manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Extrapauta. Há um requerimento, este sim de minha autoria: "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com a finalidade de debater o Decreto-Lei 6.961, de 17 de setembro de 2009, e o PL nº 6077, de 2009, ambos que dispõem sobre zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, com a presença dos seguintes convidados: Ministro Carlos Minc, do Ministério do Meio Ambiente; Ministro Reinhold Stephanes, do Ministério da Agricultura; Secretário Sérgio Yonamine, da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul; Dr. João Villa, Engenheiro de Geoprocessamento da EMBRAPA. Neste caso aqui nós teríamos que adotar o procedimento recomendado pela EMBRAPA também. Como todos os senhores sabem, esse assunto veio à tona recentemente, repercutindo intensamente em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso na Região do Pantanal e do Alto Paraguai, como também sobre a Região Amazônica. É um assunto polêmico, mas eu acho que essa Comissão tem que tomar conhecimento. Em discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Justamente como nós, lá em Roraima, fomos excluídos também da produção de cana com essa história de bioma Amazônico, mas quase 2/5 do meu Estado são campos, que a gente chama de lavrado. Considerando esse cerrado de vocês, são lavrados onde por hectare às vezes não chega a ter nem três árvores de caimbé, quer dizer, é falta de bom senso proibir produzir cana num lavrado que só produz um capim que nem o gado come direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E todos nós sabemos que a cana sequestra o carbono.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sequestra o carbono e nós estamos bem do lado do Caribe. A Guiana faz parte do CARICOM. Se a gente produzir álcool em Roraima e mandar para a Guiana, eles hidratam na Guiana e exportam para os Estados Unidos, como o Brasil faz com a Jamaica, manda para a Jamaica o álcool hidratado anidro, chega lá, ele é transformado para ser veicular e é exportado para os Estados Unidos sem aquela sobretaxa. A Guiana é do CARICOM. Se a gente produzir álcool ali, vai ter um mercado de álcool em todo o Caribe para acrescentar na gasolina e nos Estados Unidos também. E lá em Roraima a gente paga um álcool muito caro, a gente pode produzir álcool para ser consumido lá e ir melhorando a qualidade e as condições de circulação das

peessoas. O preço do álcool lá é pouquinha diferença do preço da gasolina.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Sr. Presidente, acredito que foi em boa hora que V. Exa. tomou essa iniciativa, porque verdadeiramente nós, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estamos imensamente prejudicados com essa atitude do Presidente da República na edição desse Decreto. Em Mato Grosso, de dez a quinze municípios estarão completamente inviabilizados com esse tema. Portanto, é necessário pensar no Brasil grande, no Brasil, na verdade, sem restrições. Logicamente ninguém quer aqui de forma nenhuma acabar com o meio ambiente, transgredir as Leis nesse sentido ou fazer com que esse País seja ultrajado pela nossa capacidade de arrebentar o meio ambiente. Mas nós queremos também dizer que nós queremos trabalhar, nós queremos produzir, nós queremos fazer alguma coisa sustentável e que possa realmente dar a oportunidade àqueles que optaram para morar nesses municípios dessas regiões. Parece-me que está meio na contramão esse Decreto do Sr. Presidente da República. Talvez alguns técnicos desavisados fizeram com que se levasse a esse tipo de medida. Eu acredito que precisa ser estudado bem melhor por esse Senado Federal. Nós não podemos nesse momento nos esquivar de estudar bem essa matéria, porque se não o fizermos nós estamos deixando de exercer a nossa atividade de Senadores e responsáveis pelo Pacto Federativo. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e V. Exa. já teve a oportunidade de fazer um pronunciamento no Plenário do Senado sobre esse assunto, eu também o tive na semana passada, e acredito que é hora de chamar para ouvir as autoridades nesta área e fazermos valer também o pensamento, a voz e os reclamos dos nossos Estados.

Portanto, parabenizo a V. Exa. por essa atitude, por esse requerimento, e eu tenho certeza que será bastante esclarecedor para que possamos então votar essa matéria ou deliberar sobre ela com responsabilidade, com conhecimento de causa e logicamente atendendo àquilo que o nosso Estado pede. Parabenizo a V. Exa. e concordo com ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Qual que é o requerimento de V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O requerimento é para uma Audiência Pública com o Ministro Carlos Minc, Ministro Reinhold Stephanes, Secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e um Engenheiro Especialista.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não sendo o Governador, acho que dá para conversar com o Minc.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não trazendo o Governador do Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V. Exa. quiser, nós podemos convidar também o Governador, mas eu acho que não é de bom alvitre colocar os dois de frente porque pode dar algum curto-circuito.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mudar a pauta da discussão, a discussão será outra [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode ir para um campo que nós não queremos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Além da EMBRAPA, quem vem, quais são as outras?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um especialista em geoprocessamento, que fez um grande trabalho lá no Pantanal, que é o Dr. João Villa.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PDT-MT): Mas seria até bom, Sr. Presidente, colocar os dois juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora eu acho o seguinte: o Senador Botelho acabou fazendo um comentário que eu acho que justificaria até pensar em algum técnico que conhecesse mais especificamente, porque aqui nós estamos focando muito a questão do Pantanal e V. Exa. aí aventou uma outra área, que realmente está sendo afetada, que pode ter grandes repercussões na produção lá, e que poderia até justificar a presença de um outro técnico que tenha o foco específico dessa--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dos lavrados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, dos lavrados. Fica então em aberto, se V. Exa. quiser sugerir--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu vou conversar com a EMBRAPA para ver se pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Essa discussão sobre o Pantanal, sobre a Amazônia, a EMBRAPA, sendo convidada, ela traz pesquisadores, inclusive desses biomas. Eu gostaria de apresentar a sugestão da presença de uma instituição da Amazônia, que é do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, uma pessoa do INPA, Presidente Valter Pereira. Daí nós faríamos uma discussão, porque não pode ser só política.

Nós temos que discutir o desenvolvimento comprometido com a questão ambiental. O debate ambiental, ele tem que ser colocado, sob pena de nós fazermos uma discussão parcial. O componente ambiental tem que estar presente na questão econômica. Agora mesmo parte da reunião do G-20 foi sobre a questão ambiental. Então nada melhor do que ouvir os técnicos, os técnicos que estudam, que pesquisam.

Agora com certeza quero dizer para o meu companheiro Osvaldo que o Presidente da República não assina um Decreto sem passar por estudiosos, pessoas que adotam critérios para o Presidente assinar. Então a gente poderia e devemos fazer esse debate não só olhando a questão do Pantanal, do bioma Pantanal, mas de toda a Amazônia acerca do plantio da cana nesta região, discutir desenvolvimento e discutir o componente ambiental e social também.

Eu quero concordar com o requerimento e dar a sugestão da presença do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, do INPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que nós poderíamos até dividir essa Audiência Pública em duas. Num primeiro momento chamar só os técnicos, os técnicos especializados em Amazônia, especializados em Pantanal, especializados em georreferenciamento. E num segundo momento chamar os Ministros, que aí nós teríamos manancial de informações necessários para debater com os Srs. Ministros. Mas de qualquer forma--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que essa ideia de V. Exa. é brilhante, para a gente poder primeiro formar uma ideia do ponto de vista técnico para depois poder discutir o ponto de vista político.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque veja o seguinte: Senador João Pedro, entre 1979 e 1980 eu fui Procurador Jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal. Foi o movimento ambientalista mais emblemático que já teve em Mato Grosso do Sul e ocorreu num momento em que se preparava para abrir o Pantanal para a construção de usinas alcooleiras. A sociedade de Mato Grosso do Sul se levantou e impediu que fizesse aquela que seria, sim, uma intervenção perigosa para a região. Por quê? Porque naquele momento o vinhoto ainda não tinha alcançado assim um desenvolvimento técnico capaz de garantir-lhe aproveitamento, de sorte que ele era efetivamente um lixo que iria inundar a bacia pantaneira. Esse era o primeiro problema, além do risco de acidentes que é sempre inevitável. E como Procurador Jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal coube-me elaborar o Projeto de Lei que foi submetido à apreciação da Assembleia posteriormente, foi rejeitado

num primeiro momento, mas num segundo momento o Governador da época o aproveitou praticamente na sua integralidade e hoje é a legislação que regula a utilização do Pantanal.

Todavia, o que nós estamos discutindo não é usina de álcool no Pantanal. Nós estamos discutindo uma outra questão, que é o plantio de cana em bordas do Pantanal. Então essa discussão precisa de fato ser estabelecida para que nós possamos formar o nosso juízo de valor. Ninguém quer que a necessidade de produção venha a comprometer a qualidade de vida, comprometer o meio ambiente, mas também nós não podemos deixar de considerar que há um certo fundamentalismo na discussão ambiental e nós precisamos, sim, estabelecer o diferencial, separar o joio do trigo, e isso poderá ser feito se um grande debate for travado nesta Comissão sobre esse assunto que é relevante, relevante para as regiões, relevante para as atividades que estão em jogo, relevante para o País.

Em votação o requerimento. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado em sua redação original, acrescido da proposta do Senador João Pedro.

Não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 11h30.

**ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE
OUTUBRO DE 2009.**

Às dez horas e quatro minutos do dia seis de outubro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, SADI CASSOL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, KÁTIA ABREU, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, MARCONI PERILLO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: EMENDAS NºS 2 e 3 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADOR Nº 202, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:**

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA DAS EMENDAS:** Senadora Serys Slhessarenko. **AUTORA DO PLS:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição das emendas. **OBS:** Concedido vista ao Senador Sadi Cassol, o qual apresentou voto em separado pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3 – PLEN (art. 132, § 6º, I – RISF). Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Sadi Cassol e Kátia Abreu. **RESULTADO:** Aprovado o relatório da Senadora Kátia Abreu, que passa a constituir o Parecer da CRA, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 de Plenário. À Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 2007. (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que o fabricam e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATOR:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Osvaldo Sobrinho, Osmar Dias e Eduardo Suplicy. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CRA. À Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 614, DE 2007. (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera dispositivos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e dá outras providências. (Dispõe sobre a organização administrativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR). **AUTOR:** Senador Sibá Machado. **RELATOR:** Senador Valter Pereira. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria foi apreciada pela CAS, a qual aprovou Parecer favorável com a Emenda nº 1-CAS. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. **RESULTADO:** Rejeitado o Projeto. À Secretaria Geral da Mesa. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria, o Senhor Senador Gerson Camata. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO:**

Aprovado o Parecer, favorável ao projeto. A matéria será apreciada pela CDR, em decisão terminativa. ITEM 5: Requerimento Nº 53, de 2009 – CRA. ASSUNTO: Requer, nos termos do inciso II do art. 93, combinado com o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009-CRA, aprovado em 1/9/2009, que sejam convidados como representantes dos produtores de cacau do Estado da Bahia: Sr. Isidoro Lavigne Gesteira – Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus e Secretário da Agricultura do Município de Ilhéus – SRI/SAMI; Sr. Henrique Almeida – Presidente da Associação dos Produtores de Cacau – APC; Sr. Guilherme Galvão de Oliveira Pinto – Produtor – Representante do Endividamento Agrícola. **AUTOR:** Senador César Borges. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 6: Requerimento Nº 54, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública para debater as principais idéias e dificuldades para elaboração da legislação e implementação do pagamento por serviços ambientais – PSA, no Brasil. Para tanto, solicita que sejam convidados: Sr. Celso Antônio Pacheco – Doutor em direito pela PUCSP; Sra. Maria Tereza Umbelino de Souza – Economista, Coordenadora do Projeto Brasil Mata Viva; Sr. Ary Soares dos Santos – Superintendente do IBAMA em Goiás; Sr. Anderson Galvão – Engenheiro Agrônomo, membro do Conselho de Informações sobre Biotecnologia – CIB e consultor associado da GV Consult – FGV/EASP; e Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner E Senador Osvaldo Sobrinho. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 7: Requerimento Nº 55, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT – e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Para tanto, solicita que sejam convidados: **Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde;** Dr. José Roberto Da Ros – Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e Dr. José Otávio Machado Menten – Diretor Executivo da As-

sociação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF. AUTOR:** Senador Gilberto Goellner e Senador Osvaldo Sobrinho. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: Requerimento Nº 56, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 47, de 2009-CRA, aprovado no dia 29 de setembro de 2009 que propôs Audiência Pública com o objetivo de analisar e discutir a preparação do Brasil, e em particular ao que se aplica ao Setor Agropecuário, para a observância das regras que compõem o ACORDO GLOBAL PARA LIMITAR A EMISSÃO DOS GASES DO EFEITO ESTUFA PÓS-KIOTO, a expedição de convite ao senhor **WASHINGTON NOVAES** – Jornalista e Ambientalista, nacionalmente reconhecido pelo notório saber ambiental. **AUTOR:** Senador Marconi Perillo. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 9: Requerimento Nº 57, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 52, de 2009-CRA, que propôs Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, sobre o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, a expedição de convite ao senhor **ANDRÉ LUIZ BAPTISTA ROCHA** – Presidente executivo do SIFAE – Sindicato das Indústrias de Alcool do Estado de Goiás. **AUTOR:** Senador Marconi Perillo. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: Requerimento Nº 58, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2009-CRA, aprovado na reunião de 29 de setembro de 2009, que propôs Audiência Pública para debater o PLS Nº 325, de 2006, que trata do ESTATUTO DO PRODUTOR RURAL, que seja incluído o nome da senhora **MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCHI** – Advogada tributarista, Auditora Fiscal do Tesouro Estadual do Estado de Goiás, como uma das convidadas para a Audiência Pública. **AUTOR:** Senador Marconi Perillo. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: Requerimento Nº 59, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir o Censo Agropecuário 2006.

Convidados: – Presidente do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Eduardo Pereira Nunes; – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Reinhold Stephanes – ou representante; – Ministro do Desenvolvimento Agrário – Guilherme Cassel – ou representante. **AUTOR:** Senador Sadi Cassol e Senador Eduardo Suplicy. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, havendo a anuência do Plenário, é tida como aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação de várias matérias. No entanto, antes de iniciá-las, gostaria de fazer alguns comentários sobre fatos ocorridos nestes dias, que sejam preocupação desta Comissão. Os objetivos desta Comissão, Srs. Senadores, alcançam três importantes segmentos do campo: agricultura, pecuária e a reforma agrária. Todos eles integram a cadeia do agronegócio, embora setores ideológicos insistam na separação da agricultura familiar.

Nós temos debatido isso sistematicamente porque, de fato, em nosso entendimento, Senador João Durval, se todos eles atuam no campo e todos eles têm objetivos comuns, não há que fazer a separação, já que a fatia de cada mercado é definida pela própria atividade, e todos eles buscam vender seus produtos, buscam os mercados, buscam, enfim, o lucro, porque esta é a função de toda atividade econômica. De sorte que este não tem sido só o meu pensamento e a minha pregação, mas acredito que a maioria dos Srs. Senadores que compõem este órgão assim pensam também.

Partindo da premissa de que nos cumpre servir o agronegócio em sua inteireza, um dos desafios que temos, portanto, é o de pacificar as atividades rurais, independentemente do seguimento em que cada uma delas atua, de sorte que a reforma agrária tem sido bem sustentada, bem defendida aqui, como também tem encontrado guarida toda a cadeia do agronegócio brasileiro.

No entanto, nós precisamos deixar claro que não podemos avalizar atitudes sectárias, certo? Condutas criminosas e ações destrutivas que, vez por outra, têm sido protagonizadas aqui no campo, na disputa pela terra. Faço essa pequena digressão, Srs. Senadores, a propósito de um fato lastimável, que foi noticiado hoje, que é invasão da fazenda Santo Henrique, em Borebi, no interior de São Paulo. Quem assistiu às cenas dos telejornais deve ter ficado indignado com a exibição que fora levada ao ar. As cenas que assisti, que todos assistimos, tanto na televisão quanto na mídia eletrônica, são tão deprimentes que a Comissão de Agricultura não pode deixar de fazer o seu registro, não pode deixar de consignar o seu protesto.

A invasão de uma área produtiva, por si só, já constitui um atentado ao direito de propriedade e à liberdade de produzir. Uma simples invasão, além de ser um crime, além de ser um crime contra esse direito de propriedade, que não é um direito previsto na lei apenas, é um direito que está consignado na Constituição. Além disso, ela traduz uma selvageria, uma selvageria incomum, e que deve ser inspirada no desejo de provocação. Não tem outro sentido colocar máquinas, destruindo uma quantidade enorme de laranjais, de pés de laranja, em plena produção.

Então, hoje, nós discutimos, por exemplo, o índice de produtividade, mas, do jeito que nós assistimos, as cenas que nós assistimos, nos colocam diante de um dilema. Chega a ser pueril a discussão em torno dos índices de produtividade, porque os índices de produtividade passam a não valer nada, diante do que está acontecendo de fato.

Quer dizer, então, a terra pode produzir o que estiver produzindo, mas, mesmo assim, ela não terá valor, por quê? Porque há um desrespeito ao Direito, há uma violação, há uma transgressão à lei, que tira todo o sentido da discussão que se faz sobre o índice de produtividade.

Ao fazer esse registro, e acredito que esta indignação não é uma manifestação pessoal, um sentimento pessoal, mas acredito que deve traduzir o sentimento de toda a Comissão de Agricultura e de toda a nação brasileira, que quem assistiu às cenas que nós assistimos, o que pode traduzir nada mais é do que um

atentado contra a economia, um atentado contra a civilidade do nosso país.

A propósito, eu gostaria até de fazer a leitura de um comentário do jornalista Reinaldo Azevedo; ele é da revista Veja, e, hoje, fazendo a leitura do seu blog, achei que os comentários dele foram muito apropriados, e eu gostaria de consignar, aqui nos anais da nossa Comissão, este comentário do jornalista Reinaldo Azevedo. E aqui começa o comentário dele: *“Os Sem Terra invadiram a fazenda Santo Henrique, em Borebi, no interior de São Paulo, e destruíram nada menos do que sete mil pés de laranja. O movimento reivindica a desapropriação da área que – atenção – é produtiva e tem um milhão de pés de fruta plantados. Veja que aberração. Pertence à Cutrale, a maior produtora de suco de laranja do mundo. Até quando?”* Indaga. *“O MST, que nem existência legal tem, vai continuar a praticar os seus crimes impunemente? Até quando as instituições aceitarão, inermes, a violência como método, a imposição de um ponto de vista por meio da força bruta, o esbulho continuado da ordem legal, a selvageria contra terras produtivas? Alguns delinquentes do jornalismo – é o que são, delinquentes – deixam escorrer a sua baba reacionária, afirmando que a crítica ao MST corresponde à satanização dos movimentos sociais. Satanização?”* Indaga. *“É preciso por mais Satã do que já há no vídeo que vocês viram? Que tipo de gente ocupa uma propriedade privada, adquirida segundo todos os rigores da lei, e passa o trator sobre árvores frutíferas? Um patrimônio da Cutrale, sim, mas também da economia brasileira, do seu setor mais desenvolvido, daquela área, do PIB que responde justamente pela estabilidade da economia do país? Cada pé de laranja derrubado ali ajudou a fazer anos de superávits comerciais sucessivos. Cada pé de laranja ali contribuiu para que o país acumulasse mais de 200 bilhões de dólares de reservas, porque foi o agronegócio que gerou o excedente para a compra das reservas. Cada pé de laranja ali ajudou o Brasil a ter uma das agroindústrias mais eficientes do planeta. Só para ficar na metafísica da hora, cada pé de laranja ali contribuiu para que o Brasil reivindicasse a sua honra na disputa de uma Olimpíada. Foi o agronegócio. Já publiquei os números aqui. Foram os produtores rurais, aqueles que Carlos Minc, o rapaz requebrante, num palco na Chapada dos Veadeiros, chamou de vigaristas, que forneceram os motivos para Lula falar do Brasil grande. A balança, sem a agroindústria, seria deficitária, ano após ano. O setor entra na conta, e o que era vermelho fica solidamente azul. E este setor é vítima sistemática desta variante de crime organizado. A situação é de tal sorte surreal que Claudete Pereira de Souza, a Coordenadora do*

Movimento, tem a coragem de dizer contra o que se vê: 'Não destruimos nada'. Cinicamente, contendo o riso, diz que eles querem plantar feijão porque não se pode viver só de laranja", Senadora Marisa. "Não, não se pode viver só de laranja, não só de soja, nem só de cana, nem só de boi, é preciso viver de laranja, soja, cana, boi, tudo aquilo que compõe a formidável riqueza do campo no Brasil. Criminosos é o que são; verdadeiros terroristas. Expulsam centenas de trabalhadores da fazenda. Tiram, na prática das escolas, os filhos dos empregados; agredem a produção, tudo em nome de uma fantasia regressiva, estúpida, que não se vai realizar jamais, a tese de que se deve plantar feijão para o povo nas culturas destinadas à exportação... É a [ininteligível]. A Cutrale deveria apresentar a conta do prejuízo aos famosos, e, mais ou menos, que assinaram o manifesto contra a CPI do MST: Antônio Cândido, Fábio Konder Comparato, Emir Sader, Fernando Moraes, Leonardo Boff, Beth Carvalho e Osmar Prato, além, para o meu escândalo, de Dora Martins, presidente da Associação de Juízes pela Democracia. A chefona da Associação já decidiu: 'Apurar irregularidade agora é perseguir'. Espero que ela não pense algo parecido de um juiz: 'Ei, gente, julgamento é perseguição'. O Planalto pressionou, governistas retiraram assinaturas, e a CPI não prosperou. Também o progressista José Sarney fez uma defesa veemente do movimento. Uma pessoa teve a coragem de enfrentar o MST, o Promotor Gilberto Thums. Sua vida virou um inferno. Trato do assunto em outro post. Esse MST, que vocês veem acima, conta com uma importante rede de proteção, inclusive na imprensa. Gente que merece estar na cadeia é tratada como se estivesse no altar. E, só para deixar claro, não faltam leis para coibir o MST, não. Elas existem, mas o Governo Federal não as aplica. Ministério Público se cala, OAB se cala, e boa parte da imprensa ainda chama produtores rurais de 'ruralistas', com sotaque ideológico, obviamente depreciativo. Como sabem, bom mesmo é subir no palco e queimar um mato. Os produtores rurais que se danem".

Este editorial espelha a indignação que não é só do articulista, tenho certeza que é de todo cidadão civilizado que assistiu uma cena de tamanha selvageria. E mais grave, que não é a primeira. Quem não se lembra do episódio da Monsanto, quando foram invadidos os seus laboratórios lá no Rio Grande do Sul?

Então, Srs. Senadores, com a leitura desse editorial e com os comentários que nós fazemos sobre esse assunto, nós damos início aos nossos trabalhos. Com a palavra Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Gostaria, Sr. Presidente, de me desentender um pou-

quinho mais sobre essa questão e dizer que ninguém aqui não pode ser contra movimentos sociais. A sociedade e a social democracia, da qual eu pertenço, partido que eu pertenço, é justamente calcada na democracia, em ouvir a sociedade, em trabalhar junto com ela e procurar as soluções.

Quem é que vai ser contra movimento social? Ninguém vai ser contra. Agora, Sr. Presidente, se alguém aqui for a favor de crime, for a favor do desacato à lei, for favor da irreverência, da irregularidade, aí, sim, nós temos um problema sério para ser discutido. Nós somos a favor dos movimentos sociais, eu mesmo pertence a vários movimentos sociais, mas nenhum deles vai por essa senda. Todos são sérios, propositivos, porque movimento social é para isso, para propor boas coisas para o país, propositivos, e cumpridores da lei.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer aqui que eu fiquei muito impactada com a frase do nosso Presidente do Congresso Nacional e do Senado, o Senador José Sarney, dizendo que é um movimento que nós estávamos... Que o país que se opunha, queria fazer uma CPI, era justamente aqueles que queriam perseguir e desestruturar o movimento social nesse país. Ledo engano do Sr. Presidente, ele está muito enganado com a perspectiva e a visão que ele tem do MST.

Quando nós assinamos a CPI para analisarmos e discutirmos, uma CPI pode simplesmente dizer que não há nada contra, como pode dizer "há". Agora, o que não pode é o país passar por cima de tudo que é ético e moral. Nesse nosso país, nós estamos vendo, e eu me preocupo muito principalmente com a juventude porque nós estamos dando um mau exemplo, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Um exemplo de que o que é pode deixar fazer, que aquele que tem... Dá um jeitinho para resolver as coisas, que passa por cima da lei, isso vale para o país.

Eu vi uma pesquisa da juventude esse final de semana, triste, muito triste, porque ela não tem a percepção do que é correto e do que não é correto. Por quê? Porque um pequeno crime é pequeno. Pode ser crime, mas é pequeno. Há um roubo. "Ah, mas é pequeno o roubo"; se a nossa juventude começa a achar isso, agora imagine como é que ela vai se formar, vendo os seus próprios homens públicos, aqueles que têm a obrigação de dirigir esse país, achando que tudo é permitido, que não há lei, ordem, decência, seriedade, honestidade, compromisso nesse país.

Quis fazer esse adendo para dizer a V. Exa. que temos, sim, que ter uma CPI do MST, tem, sim, que ser penalizado. Não é possível que a gente feche os olhos e aceite mais uma bandalheira do MST no nosso país, não é possível isso. Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão, Senadora Marisa Serrano. V. Exa. conhece a minha trajetória, onde sempre fui um defensor da reforma agrária no país; nunca neguei esse apoio aos movimentos sociais, mas isso que nós estamos assistindo não é luta pela reforma agrária. A luta pela reforma agrária é para se conseguir a terra, para se conseguir a assistência técnica, para se conseguir o crédito, para encontrar condições de produção.

Ainda neste final de semana, Senador Augusto Botelho, estive reunido com assentamentos, lá no município de Nioaque, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, discutindo com eles os problemas da produção, e tendo a alegria de vê-los produzindo, e produzindo feijão, numa área de assentamento. Então, sou parceiro, sim, da reforma agrária, mas não da anarquia, da destruição, do crime, e o que está se fazendo é exatamente isso. E não são todos os movimentos, como muito bem prontificou a Senadora Marisa Serrano; alguns apenas, e são exatamente aqueles que estão na clandestinidade, porque a clandestinidade acaba protegendo o crime e o criminoso. Infelizmente é isso que nós estamos assistindo.

Eu assinei também a CPI para apurar esse tráfico que existe entre MST, governo e organizações internacionais. Assinei e não retirei a minha assinatura, por quê? Porque... Exatamente porque temo que inclusive essas máquinas, que estejam sendo utilizadas para destruir, sejam máquinas adquiridas com recursos do patrimônio público; ou seja, o contribuinte pagamento para que seja praticado crime. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Valter Pereira, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores. É lamentável que se iniciem os trabalhos dessa semana com V. Exa. fazendo a leitura do artigo do jornalista Reinaldo Azevedo sobre mais uma arbitrariedade do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra.

Senadora Maria Serrano, como sempre, de forma lúcida, coerente, se posicionou a favor dos movimentos sociais, todos nós. É preciso que a nação saiba que aonde terminam os direitos começam os deveres. Então, há que ter--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E aonde terminam os direitos de uns começam os direitos alheios, de outros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Quer dizer, eles estão lutando por direitos, mas eles também têm deveres a cumprir, que é a forma legal de lutar pelos seus direitos. Eles confundem liberdade com liberalidade, e isso é motivado pela inação do governo; o governo, como sempre, faz que não

vê, que não sabe e que não ouve, e eles continuam fazendo essas ações.

Há pouco tempo atrás, invadiram laboratórios de genética da Aracruz, lá no meu estado, quer dizer, eles saem destruindo pesquisas que levaram décadas para serem feitas. Além do valor monetário, tem o trabalho científico, o trabalho científico. Quer dizer, não há como não dizer... Ninguém está fazendo pré-julgamento. Quando o Congresso Nacional pretende fazer uma CPI, é para esclarecer. Se não há nada a temer, que venham até aqui e mostrem, e digam que eles estão dentro da legalidade.

Agora, é lamentável, Senador Valter Pereira, que Parlamentares assinem o requerimento para a instalação da CPI, e, em seguida, por "pressões" do Governo Federal, eles retirem essas assinaturas. Graças a Deus, no Senado Federal, não houve a retirada de uma única assinatura. Ocorreu a retirada de 15 assinaturas na Câmara Federal. Era importante que esses Deputados, que lá retiraram, dessem à sociedade a explicação por que o fizeram. Porque, uma vez, eles assinaram concordando, depois retiram, "sob pressão" do governo. Então, é necessário esclarecer.

Eu lembro que, lá em 2005, houve a CPI da Terra. Naquela altura, o MST, as ONGs que alimentam o MST de recursos, elas foram também sujeitas a uma investigação, mas não se conseguiu quebrar o sigilo bancário. E está comprovado, a revista Veja, acho que foi a Veja, trouxe uma matéria, há duas ou três semanas atrás, mostrando a forma de obtenção de recurso ilegal por parte do MST, através das ONGs, que são os braços financeiros do movimento.

Eu acredito que o Brasil como um todo já não sustenta, já não suporta, que é a palavra mais correta, esse movimento à margem da lei. E é preciso, como V. Exa. bem disse, é preciso que os Poderes, os Poderes Executivo, Judiciário, tomem as providências, no sentido de que eles sejam enquadrados na forma das ilegalidades que eles cometem em todo o Brasil. O que é pior é que eles anunciam o que vão fazer, a imprensa divulga o que vai ser feito, e as autoridades não tomam nenhuma providência para impedir. E eles acabam fazendo. O que deve ter acontecido, pelo artigo que V. Exa. leu, lá em São Paulo.

Eu acredito, Senadora Kátia Abreu, que foi relatora do requerimento, que nós poderemos fazer essa CPI no Senado Federal, já que aqui os senadores não se dobram à vontade, "dobram", de novo, à vontade do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Senador Valter Pereira, se nós congelássemos o pronunciamento de V. Exa. agora, lendo essa matéria, não iríamos acreditar, daqui a 10 anos, que o senhor falou isso aí. E eu vou explicar por que. Eu o conheci como Deputado Estadual no meu estado, depois foi meu colega constituinte e depois meu colega Deputado Federal. E, na verdade, eu sei que V. Exa. sempre defendeu as causas populares, e principalmente da agricultura, do meio do campo, e foi um defensor dessa tese ardentemente, foi sempre um defensor da reforma agrária. Mas eu entendo, porque chegam certos momentos da história que nós precisamos posicionar. Tudo, quando é demais, esbanja; tudo, quando é demais, transborda. E, na verdade, tudo tem que ter medidas, tudo tem que ter controle e limites, e o que está acontecendo hoje, nesse movimento, é a falta de limites. Eu também sou homem que vim da roça, da agricultura. Meu pai é homem sem-terra, foi homem sem-terra, não é mais, e eu sei as agruras do campo, eu sei as dificuldades do campo, e sempre defendi reforma agrária.

Aliás, quando eu comecei a minha vida pública, no município de Colíder, Mato Grosso, era uma posse só; grileiros, aquele rolo todo, pessoal que chegava lá, o pequeno que vinha do Paraná, São Paulo, e eu defendia esse pessoal, porque quem vendeu a terra não tinha terra para vender, não tinha titularidade, e foi uma briga de mais de dez anos, e conseguimos vencer. Então, eu sou também desse campo, dessa luta, da educação e do meio rural.

Agora, o que está acontecendo hoje no Movimento dos Sem-Terra é, na verdade, o verdadeiro absurdo, é a quebra do Estado Democrático de Direito, é a quebra da ordem, é a quebra da civilidade, é a quebra, na verdade, de parâmetros que nós, uma sociedade ordeira como a brasileira, não podemos aceitar. Ninguém de bom senso pode aceitar, pode ser conservador, pode ser progressista, pode ser de direita, de esquerda, de lado, de qualquer lugar que for, não pode aceitar, porque é você falar contra aquilo que não está certo, aquilo que não pode, que a sociedade brasileira não aceita, que as pessoas de bem não aceitam.

Nós temos movimentos da melhor qualidade, pessoas que estão, na verdade, querendo a reforma agrária, querendo a terra para trabalhar, querendo produzir, querendo que se resolva o problema social. Agora, temos alguns outros, como este, por exemplo, que passou dos limites. Não dá para você tolerar um negócio desses. E nós vivemos num Estado de Direito. Aqui, o Direito é positivado, não é só o Direito costumeiro. Aqui está escrito, na Constituição, na lei, que tem que respeitar a propriedade. Se ela não atingir os objetivos sociais, tudo bem, acha-se o caminho dentro

da Constituição. Agora, fazer vandalismo naquilo que está produzindo, que está dando certo, naquilo que o Brasil realmente está tendo divisa e que está resolvendo o nosso problema interno e externo, aí realmente nós não podemos concordar; ninguém de bom senso pode concordar.

Portanto, eu quero dizer para V. Exa. que o meio rural já sofre demais; nós estamos sofrendo por medidas que foram tomadas por esse Congresso mesmo, há alguns anos, em que: “Vamos ocupar a Amazônia”, e nós fomos para lá; “Vamos derrubar”. Depois derrubou, agora não pode, “Tem que replantar”... Tudo isso está vindo na cabeça de quem foi para o campo, atendeu o chamamento do governo e da sociedade como um todo. E, de repente, essas pessoas se veem privadas daquilo que fez, daquilo que investiu, sua vida toda ali, seu patrimônio, e, de repente, alguém com um trator, que não é nem dele também, chega e vai passando lâmina fina, e derrubando e fazendo com que as coisas aconteçam. O Brasil civilizado não aceita isso, independente da conotação ideológica que ele tenha. O Brasil que constrói, o Brasil que anda para frente, o Brasil que dá exemplo ao mundo de que sai de uma crise praticamente de uma forma tranqüila, esse Brasil não pode aceitar esse tipo de “foras da lei”, esse tipo de gente que lastimavelmente denigre a imagem de harmonia que esse país sempre pregou.

Portanto, meu senador, eu quero dizer que todos nós, que temos, na verdade, uma vida pautada no Direito, na Constituição, e que sabemos que o bom para o Brasil é produzir para matar a fome das pessoas, exportar também para o mundo que passa fome, nós não podemos concordar com esse tipo de atitude, de vandalismo, que chega no meio rural e que, às vezes, ainda tem cobertura dos meios oficiais. Aliás, o Estado precisa saber qual é o seu papel de verdade, porque, na verdade, ele está fazendo o contrário daquilo que teria que fazer: manter a ordem, num caso como esse, é questão de cumprir a Constituição, cumprir as leis, cumprir o ordenamento jurídico, cumprir o direito posto, que é uma questão Kelseniana.

Então, acredito, meu deputado, que isso só pode estar servindo de algum pano de fundo para alguma coisa, porque é uma coisa que não se pode tolerar; essa intolerância não se pode tolerar. Eu quero dizer que talvez o populismo, a anarquia, a proximidade das eleições, a procura de voto é que justificam uma desordem como esta, e precisa o Poder Judiciário, o Poder Executivo, tomar providência sobre isso, sob pena de nós não termos mais tranqüilidade para estar no campo, para trabalhar, para dar tranqüilidade a quem trabalha, para dar segurança jurídica a quem trabalha, no direito de ir e vir, no direito de produzir,

no direito de propriedade, nos direitos todos que fala a Constituição, nos direitos fundamentais, que prega o art. 5º da Constituição.

Eu acredito que está chegando na tampa da lata, precisa começar a pensar alguma coisa para coibir este tipo de coisa. Os movimentos sérios, vamos dar a total cobertura. Precisa a reforma agrária? É necessária. Distribuir a terra? É necessário, mas com justiça social, respeitando a quem produz, respeitando a quem está lá, dando o melhor de si, durante a sua vida toda, para construir esse Brasil que aqui está. Esse Brasil nasceu de alguma coisa; é do trabalho, da luta. Há menos de 20 anos atrás, tinha uma inflação galopante, de 90% ao mês. Não foi simplesmente com decreto e leis que resolveu isso não. Foi com trabalho, com luta, com capital, buscando gente, tecnologia; Embrapa produzindo novos aproveitamentos para o campo, para o cerrado. Tecnologia moderna, portanto, não pode isso. Hoje... Eu não vi as manchetes, não vi também a televisão sobre esse assunto, mas, da forma que V. Exa. colocou, eu tenho certeza que todos nós, na verdade, temos que nos indignar entre essa situação que está acontecendo no campo e principalmente esse fato que V. Exa. pontualmente colocou aqui.

Portanto, meu senador, meu Presidente, quero dizer que também concordo e incorporo as suas palavras porque acredito que o que nós queremos é a produção, mas com ordem; queremos a paz social, mas também queremos que respeite os direitos adquiridos, que respeite a ordem no campo, e que respeite aqueles que, na verdade, acreditam nesse Brasil que foram chamados a construir. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho. Nós vamos fazer uma inversão de pauta e apreciar, em primeiro lugar, o Item 2, tendo em vista que a Senadora Kátia Abreu, Relatora do Item 1, nos comunicou que vai chegar um pouco mais tarde, dado que está em outra Reunião nesse momento.

Então, o Item 2 é o projeto de lei do Senado nº. 134, de 2007, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera o Decreto-lei 467, de 13 de fevereiro de 69, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário dos estabelecimentos que o fabricam e dá outras providências. O Relator é o Senador João Durval, a quem eu passo a palavra para fazer a leitura do seu relatório... O Relator é Senador João Durval, concluiu pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, significando que nós vamos ouvir a leitura do relatório do Senador João Durval, mas aguardaremos para fazer a votação no momento em

que o *quorum* estiver cheio. Então, com a palavra o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sr. Presidente, vou fazer, neste momento, o relatório. Relatório: *“Submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº. 134, de 2007, de autoria do nobre Senador Jonas Pinheiro, que altera o Decreto-lei nº. 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário dos estabelecimentos que os fabricam e dá outras providências.*

A proposição compõe-se de três artigos, como descrito a seguir: o art. 1º altera os arts. 1º e 2º, do Decreto-lei nº 467, de 1969, para incluir a atividade de transporte e a disposição dos resíduos e embalagens dos produtos de uso veterinário no rol da obrigatoriedade e da fiscalização.

O art. 2º, por sua vez, inclui novo art. 3º-A, ao Decreto-lei nº. 467, de 1969, para prever que os fabricantes e importadores sejam explicitamente responsáveis pela destruição ou reciclagem das embalagens de produtos veterinários e seus respectivos resíduos.

Por fim, o art. 3º estabelece que a futura lei entrará em vigor na data da sua publicação. Não foram apresentadas emendas ao PL nº. 134/2007”.

Análise. “Quanto à análise da matéria, em face do contrário terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito. Quanto aos requisitos de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº. 134/2007, tendo em vista que: 1) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre proteção ao meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas, em teor do disposto do art. 23, inciso VI da Constituição Federal. 2) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, art. 48, caput. E 3) os termos do PLS não importam em violação de nenhuma cláusula pétrea, § 4º do art. 60.

Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura apropriado, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via edição da lei, é o adequado. 2) A matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade; 4) é consentâneo com os princípios gerais do Direito e 5) se a figura dotado de potencial coercitividade. No entanto, com respeito à técnica legislativa, observa-se a necessidade de pequena adaptação do presente projeto aos requisitos da Lei Complementar nº. 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº. 107, de 2001.

O art. 3º-A carece de preposição de, após a palavra “responsabilidade e termos seguintes”, necessitando, portanto, de tal partícula, para que o comando tenha efetividade. Além disso, é necessária a substituição do termo AC, de acréscimo, para NR, de nova redação.

Com respeito ao mérito, é importante destacar que, nos termos do art. 104-B, incisos V e VIII, acrescido ao Regimento Interno desta Casa, pela resolução do Senado Federal nº. 1 de 2005, cabe à Comissão opinar tecnicamente respectivamente sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, e inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa, sanitária e animal, e vegetal, e uso e conservação do solo na agricultura.

Como destacado pelo saudoso Senador Jonas Pinheiro, é essencial tornar claro que os fabricantes e importadores de produtos de uso veterinário sejam responsabilizados pelo descarte das embalagens usadas e dos respectivos resíduos inerentes a esses produtos. A razão primordial para esse entendimento é o potencial custo que pode surgir deste processo que pode onerar tantos os produtores rurais e usuários quanto a União, Estados e Municípios. Nada mais justo que os responsáveis pela produção desses subprodutos sejam responsáveis pelo seu correto acondicionamento.

Além disso, tem-se a destacar que, no atual nível da agropecuária nacional, a sociedade brasileira, e mesmo os eficientes produtores rurais brasileiros, não admitiriam qualquer atividade que contrariasse os princípios que têm regido a fiscalização fitossanitária brasileira ou que pudesse por em risco os corpos hídricos do país”.

Voto. “Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 134, de 2007, com a seguinte emenda de redação: *Emenda: ‘Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 134/2007 a seguinte redação: ‘O Decreto-lei 467, de 13 de fevereiro de 1969, fica acrescido do seguinte: é responsabilidade dos estabelecimentos privados e oficiais, das cooperativas, dos sindicatos rurais, ou das entidades congêneres, que fabriquem, importem, fracionem ou comercializem produtos de uso veterinário, a destinação final dos produtos tornados impróprios pelo consumo e das embalagens vazias dos produtos de uso veterinário. § 1º – São considerados produtos tornados impróprios para consumo aqueles com prazo de validade vencida ou contaminados, ou de utilização proibida. As palavras(F) vazias e os produtos tornados impróprios para consumo, a critério do órgão fiscalizador, serão devolvidos aos estabelecimentos comerciais aonde foram adquiridos, para posterior encaminhamento aos fabricantes ou importadores para recicla-*

gem ou destruição. § 3º – A critério das autoridades responsáveis pela fiscalização, também poderão ser estabelecidos pontos de coleta para o recebimento das embalagens e dos produtos veterinários impróprios para consumo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, como foi dito, o Senador João Durval concluiu pela aprovação, com uma emenda. E nós vamos abrir à discussão e interromper, para retomá-la no momento em que nós estivermos com o *quorum* cheio para a votação terminativa.

Então, está em discussão o parecer do Senador João Durval.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, eu venho de um estado que, indiscutivelmente, hoje é um dos maiores produtores do Brasil, no meio rural, principalmente da soja, do milho, carne, os *commodities* de uma forma geral. E esse problema trazido pelo Senador Jonas Pinheiro, que foi representante do meu estado por várias vezes, um homem que, na verdade, um dos mais entendedores da agricultura do país, e um homem que deu a sua vida em torno desse setor, tudo que vem de Jonas, e as matérias que por aqui passaram, têm que ser meditadas, têm que ser olhada com carinho, porque todas elas traduzem uma realidade que ele conhecia, traduzem a experiência que ele viveu no campo, traduzem aquilo que ele constatou, ao longo da sua vida, na agricultura mato-grossense, no campo mato-grossense.

E realmente é um problema muito sério o problema, hoje, dos vasilhames de agrotóxicos que, na realidade, se utiliza na agricultura. E é utilizado em grande escala. Portanto, formam-se montanhas de vasilhas e que, ao longo da chuva, vai jogando aquele resto de veneno na lavoura, aquele negócio todo, e vai realmente poluindo tudo, e matando tudo que existe. É necessário realmente um controle rápido, um controle rígido sobre esse tipo de atividade. E quem tem que controlar evidentemente é o poder público, mas dando obrigações e responsabilidades aos vendedores, aos fabricantes, aqueles que, na realidade, pariram esse tipo de problema.

Portanto, eu acredito de grande valia esse projeto, é inclusive muito bem embasado pelo parecer do Sr. Relator, que, na verdade, também é um entendedor e que conhece a realidade do campo, principalmente no seu estado, onde a agricultura já desenvolveu bastante, principalmente na parte mais sul do estado, ali

Barreiras, aquela região toda, eu tenho certeza que esse problema é tão grande quanto o norte do Mato Grosso ou do centro-oeste brasileiro. Portanto, é um projeto que vem em boa hora, e será uma lei que, indiscutivelmente, será vanguardeira da defesa do meio ambiente, defesa daquilo que nós pregoamos aqui, perdemos tanto tempo falando sobre ela e que, às vezes, tem pouco resultado. Essa medida do Senador Jonas Pinheiro eu acredito que vai, e muito, contribuir para que a gente possa pelo menos tirar um dos itens da pauta da preocupação no meio rural hoje, que é produzido por esses inseticidas, esse negócio todo, que são necessários no campo para aumentar a produção. É necessário controlar isso, é necessário já e agora, enquanto o problema não aumente.

Portanto, eu sou de parecer favorável e acredito que nós todos temos que dar apoio a esse projeto porque ele é de grande valia, principalmente para as regiões produtoras do Brasil, e principalmente do Mato Grosso, onde eu vivo essa realidade. Sou do campo, tenho lá visitado várias propriedades, onde vamos... Sempre é um problema que vem à tona, sempre é um problema que é discutido, e é um problema que tem que ser resolvido. E somente através dessa normatização é que nós poderemos evidentemente resolver.

Portanto, parabéns ao Relator pelo relato tão bem feito, e parabéns, mesmo postumamente, ao Senador Jonas Pinheiro, que foi um dos homens que deu sua vida, preocupou a sua vida toda com relação à atividade do campo, e um homem que, na verdade, sabia disso, um homem que trabalhava diuturnamente em torno disso, que foi um dos pais da agricultura brasileira.

Portanto, em homenagem a Jonas Pinheiro, que representou muito bem o estado mato-grossense aqui, eu quero dizer que eu não poderia ficar calado. Tinha que me colocar à disposição porque verdadeiramente conheço, e sei que o que vem dele, vem através da experiência vivida no campo, experiência que ele teve, como veterinário, como extensionista rural, e como homem que viveu a agricultura desse país. Parabênito, V. Exa., que deu um parecer tão brilhante nessa matéria.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Obrigado, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Continua em discussão. O projeto do Senador Jonas Pinheiro seguramente é uma contribuição de um produtor rural, que demonstrou a sua preocupação, que é a preocupação do homem do campo, com a questão ambiental. Senador Osmar Dias, senador ou governador mesmo? Eu estou em dúvida aqui.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador ainda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Valter Pereira, o Senador Jonas Pinheiro passou por esta Casa e deixou uma história de luta pela agricultura e também pelo meio ambiente. Ele, sem dúvida, foi um dos maiores especialistas que passou por essa Casa, e sempre tive a oportunidade de conviver e debater com ele assuntos relacionados ao campo, e a dedicação dele ficou registrada nessa Casa, na história desta Casa, como uma das mais bonitas em defesa do homem do campo.

E esse projeto dele simboliza exatamente isto: nesse momento onde nós estamos discutindo o Código Ambiental, que precisamos votar até o dia 11 o Código Ambiental, nós não podemos deixar de votar matérias que tenham relação com essa questão aqui, na Comissão de Agricultura, até para sinalizar o que nós pensamos em relação ao meio ambiente. E foi com prazer que eu ouvi o Senador João Durval oferecer um relatório tão brilhante quanto o projeto do Senador Jonas Pinheiro; também um homem do campo, conhecedor das questões relacionadas ao produtor rural, e isso que está sendo feito aqui é tornar lei aquilo que já é praticamente uma realidade em muitos estados brasileiros.

Eu, quando fui Secretário de Agricultura do Paraná, de 86 a 94, eu fiquei, portanto, quase oito anos na Secretaria, e um dos programas que nós desenvolvemos era exatamente esse, porque nós tínhamos um programa que tratava do meio ambiente como um sistema, como um todo, e lançamos um programa de educação, de conscientização dos produtores, na questão dos resíduos... Latas, embalagens, enfim, dos agrotóxicos utilizados e que eram recolhidos pelos produtores, e, depois, o Estado tinha como levar isso para um local só e fazer a queima, a destruição, sem nenhum risco ao meio ambiente.

Os fabricantes têm responsabilidade. Eles precisam ser responsabilizados, até porque, com a modernização das embalagens, nós estamos vendo cada vez mais a utilização de materiais não perecíveis, que ficam no meio ambiente, se ali ficarem jogados, por muito tempo, e nós precisamos dar um fim nisso, exatamente para tornar o meio ambiente limpo, saudável para o produtor rural e para aqueles que vão consumir os alimentos também.

Por isso é um projeto que tem a marca do Senador Jonas Pinheiro, um relatório muito interessante do Senador João Durval, que conhece do assunto, e eu, como produtor rural também, quero aqui apoiar integralmente a aprovação do relatório do Senador João Durval.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Presidente, só para contribuir com a palavra do Senador Osmar Dias. Na verdade, o que V. Exa. falou é uma realidade, já é uma realidade no campo isso. Então, nós, legisladores, aqui, como é função mesmo, só fazemos a lei em relação àquilo que já existe, porque nós acompanhamos o que já acontece nas ruas, diferente do constituinte, que faz para o futuro. Nós fazemos para o passado, já aconteceu, o problema está criado, então, vamos normatizar para ver de que forma se resolve.

Então, eu acredito que isso aqui é colocar no papel, é colocar de uma forma de controle social, de controle ambiental, de todo controle. Uma coisa que já existe, e está prejudicando muito, quando se fala em meio ambiente, logicamente, esse daqui é um dos principais; daqui a pouco, senão tomar providência, será um verdadeiro lixo no meio rural e não temos mais como fazer nada. E aí o prejuízo será muito maior ao que se pensa. Quando se começar a caminhar para os rios, para os caudais, aí nós teremos o desastre total. Então, acredito que é a hora, é o momento de começar a resolver esse problema, e essa lei acredito que chegará a bom tempo, e vai resolver esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, então, eu suspendo--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu não sei se o assunto já foi trazido à Comissão hoje, mas nós estamos falando aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, hoje, eu vi uma cena, no Bom Dia Brasil, que foi muito chocante para mim e, com certeza, para todos os brasileiros. Não é possível que um movimento, que se diz um movimento social, reivindicatório, possa ter feito o que eu vi hoje, no jornal da manhã, da Globo. Um trator, arrancando cinco mil árvores, num pomar de citros, de uma área com reintegração de posse, segundo a notícia da televisão, e, portanto, com direito de propriedade assegurado para quem ali está produzindo... De um produto que faz parte da alimentação da mesa do brasileiro, que é o suco de laranja, de um produto que faz parte da balança comercial com muita importância, que tem uma importância fundamental para o Estado de São Paulo, para o Estado do Paraná, para o Brasil, que gera renda, que gera empregos, e que seja esse o método

de convencimento, por parte do MST, em plena era que vivemos.

As coisas estão indo por um caminho, Sr. Presidente, que me preocupa muito. Acredito que cabe ao Governo do Estado de São Paulo, junto com o Governo Federal, tomar as providências, primeiro, para assegurar o direito de propriedade a todos aqueles legítimos proprietários de terras ou imóveis nesse país. Segundo, para coibir ações como esta, que o MST desenvolveu ontem, numa cidade do interior do Estado de São Paulo, numa propriedade rural, destruindo pomares, como se esse fosse o método para reivindicar direitos. Isso é uma invasão de direitos, isso é crime, e crime tem que ser punido.

Eu espero que as autoridades federais, que devem atuar neste caso, tomem as providências necessárias, e espero que as autoridades estaduais façam o mesmo, que essa não é uma questão política que aconteceu lá não. Não é uma questão de movimento social reivindicatório. É um crime praticado por pessoas irresponsáveis, que destruíram o patrimônio de alguém. Esse alguém foi lesado nos seus direitos e no seu patrimônio, e a Constituição brasileira é clara quanto ao direito de propriedade, e as autoridades, poder constituído, tem responsabilidade de fazer cumprir a Constituição, e eu espero que ela seja cumprida neste e em tantos outros casos em que ela tem sido violentada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não estava presente na abertura dos nossos trabalhos, e traz neste momento uma abalizada opinião, e uma fundada indignação que, certamente, não é só de V. Exa., mas de todos os componentes deste órgão e de toda a nação brasileira, que eu não acredito que tenha uma só pessoa que tenha assistido a cenas tão selvagens como aquelas, capaz de justificar. Efetivamente, só pode trazer a indignação, só pode gerar protesto e pedidos de providências, como fez V. Exa.

Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu estou de acordo com o Senador Osmar Dias e com [interrupção no áudio] que, nesta Reunião, se pronunciaram diante do episódio que está registrado na imprensa de hoje, e também... No Bom Dia Brasil, eu não assisti, mas eu li as matérias a respeito, e eu que, tantas vezes, tenho sido procurado pelo MST, conversado com eles, procurado colaborar com o diálogo junto às autoridades dos governos estaduais, de São Paulo mesmo, e do Governo Federal, junto ao INCRA, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas eu tenho aqui... Quero expressar ao MST, todas as vezes em que há a utilização da violência, seja contra seres humanos, seja contra, no caso do exemplo

citado por V. Exa., plantação de laranjas, se verificou que foi utilizado um trator por aquelas pessoas que estavam... Que haviam adentrado aquela propriedade rural, e com o trator, destruíram árvores com laranjas, uma plantação de laranja.

Ainda que tenham dito que: “Ah, precisaríamos remover os laranjais para plantar feijão”, isto não é adequado. Eu quero, inclusive, transmitir aqui, como uma pessoa que tem tido, ao longo destes anos, um relacionamento próximo com o MST, que ações dessa natureza não ajudam a própria causa, que é a da realização da reforma agrária. Todas as vezes que o MST, por suas ações, seja a realização das marchas, sejam os acampamentos realizados junto às propriedades que consideram improdutivas, e outras ações, manifestações, marchas, e assim por diante... Na medida em que suas ações se caracterizem por meios pacíficos de não violência, então, eles conseguem ganhar adeptos para a sua causa.

Sr. Presidente, ainda na semana passada, o censo agropecuário indicou que, por diversas características da economia brasileira, sobretudo na agropecuária, está se registrando um movimento na direção de maior concentração da propriedade fundiária no Brasil. Os últimos dados, agora divulgados, foram de 2006, ou seja, em que pesem as ações de reforma agrária, de assentamento, mas, combinadas com as outras ações, inclusive as características da condição agrícola e pecuária no Brasil, o que se registra ainda é uma concentração fundiária e, obviamente, esta concentração fundiária acaba influenciando a direção de como se distribui a renda neste país, já que um dos meios de se obter renda decorre da própria propriedade fundiária.

Ainda que estejamos avançando no sentido de menor grau de desigualdade, no que diz respeito à distribuição de rendimentos no país, desde 2001, gradualmente, pouco a pouco, mas estamos diminuindo a desigualdade, no que diz respeito à propriedade da terra, o último censo agropecuário indicou um caminho, ainda que moderado, mas de concentração. Então--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Dá um aparte, senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com muito prazer, senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Em bem nesse ponto que V. Exa. toca, porque os jornais realmente publicaram dessa forma, que houve uma concentração, mas quem analisa os dados vê que isso não é verdade. As propriedades com uma área maior do que mil hectares tiveram uma redução de 45,6% da área total para 44% da área. Há uma confusão, quando se coloca junto parques nacionais, áreas de

preservação, que foram tombadas para efeito de transformar em áreas de preservação permanente do Estado, da União, isso foi somado. Mas se você pegar, se V. Exa. pegar os dados referentes só aos proprietários rurais, que tinham área maior que mil hectares, essa concentração reduziu de 45,6 para 44; portanto, uma redução de 1,6; e onde houve maior concentração foi na agricultura familiar, que é muito bom, que cresceu a área de 2,4 para 2,8, – embora seja pequeno, mas houve um aumento – e na média propriedade, que, no meu entendimento, todos os agricultores familiares deveriam ter o direito de crescer para chegar na média. Então nós não podemos condenar o fato de um agricultor familiar ter se transformado em agricultor médio, produtor médio.

Está havendo uma confusão nesta interpretação, no que se refere a aumento da produção em áreas que, antes, eram utilizadas para outras culturas, e agora estão produzindo soja, e tem um índice de produção maior por unidade de área, exatamente porque a soja proporciona isso. Se comparar o feijão, ele tem uma média de 30 sacas por hectare, está bom, já se acha bom, agora, soja se procura 60, 65, então, é o dobro; é a produção que aumentou em cima dessas áreas, e aí se confundiu. Mas o que houve foi um aumento da área do agricultor familiar, do produtor médio, que eu acho que a gente tinha que ter uma meta de todo agricultor familiar se transformar em médio, porque aí está a viabilidade da propriedade, e no latifúndio, ou seja, propriedades superiores a mil hectares, houve uma redução de 45,6 para 44.

Então, eu vejo, ao contrário do que foi divulgado, apenas que há uma forma para interpretar diferente, agora, se falar de terra mesmo, a interpretação correta é essa que eu dei agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço, Senador Osmar Dias, quem sabe possamos aproveitar, na próxima quarta-feira, quando está prevista a visita a esta Comissão do Ministro do Desenvolvimento Agrário, para a interpretação mais adequada do censo agropecuário; eu notei, mas quero até estudar melhor, levando em conta as ponderações de V. Exa., mas, por exemplo, me preocupou em que pese os esforços do INCRA, no Estado de São Paulo, de realizar assentamentos, que inclusive estão tendo devido apoio, e com uma coordenação de esforços do governo federal, com o governo estadual, de diferentes partidos, mas ali ainda o Sr. Raimundo Pires, ainda ontem, me relatou que tem havido um avanço significativo, mas o censo agropecuário, no Estado de São Paulo, onde não houve tanto designação de reservas, e mesmo indígenas, como em outras áreas do Brasil, que afetaram, conforme V. Exa... Mas, lá no Estado de São

Paulo, houve também uma concentração, mas quem sabe possamos, na próxima Reunião.

E a propósito, Sr. Presidente, eu queria sugerir que, como a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro Cassel, se dará, em princípio, pelo requerimento que apresentei junto com outros, com a presença também do Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, do ex-Ministro Roberto Rodrigues e do Sr. Plínio de Arruda Sampaio, ex-Deputado Federal e Presidente da ABRA, Associação Brasileira de Reforma Agrária, que possamos considerar a votação do Item 1º, cuja Relatora é a Senadora Kátia Abreu, mas porque justamente a audiência vai tratar, dentre outros temas, da questão dos indicadores de produtividade, e tendo em conta que a autora das emendas, Senadora Serys Slhessarenko precisou hoje estar no Mato Grosso, pediria que possamos votar esta matéria depois da audiência, que certamente vai nos dar uma informação de maior profundidade sobre este tema.

Então é a sugestão que gostaria de formular, Sr. Presidente, que possamos examinar o Item 1, cuja Relatora é Senadora Kátia Abreu, à luz inclusive do debate que teremos na próxima audiência pública de terça-feira próxima, com o Ministro Cassel e os demais pessoas que foram convidadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, a Senadora Kátia Abreu estará, nos próximos minutos, aqui, nesta Comissão, e eu acho que a ponderação de V. Exa. é razoável, certamente ela haverá de concordar; estando ausente a autora das emendas e havendo a concordância dela, nós não teremos nenhuma dificuldade para pautar para a próxima Reunião o Item 1.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, há um requerimento que a Senadora Serys tinha preparado, assinado pelo Senador Sadi, e eu acabo de assinar também, para que possa justamente ser objeto de audiência a questão relativa ao censo agropecuário de 2006, que estávamos conversando a respeito.

Então, que ali havia também outras pessoas, o Presidente do IBGE, Ministro da Agricultura, além do Ministro do Desenvolvimento Agrário, mas eu sei que V. Exa. avalia que não convém tantas pessoas ao mesmo tempo, mas quem sabe possa o Ministro do Desenvolvimento Agrário ser avisado que também gostaríamos que ele tratasse do assunto que se relaciona à questão dos índices de produtividade, que ele nos traga informações sobre esse censo agropecuário, sobre o que estávamos, eu e o Senador Osmar Dias, conversando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acredito que ele virá já com essas

informações, até porque isso está hoje na ordem do dia; hoje está se discutindo esses números que foram anunciados pelo IBGE.

Ainda sobre essa questão da destruição dos laranjais, o Senador Osmar Dias acabou realçando aqui as virtudes do produto que foi destruído criminosamente. E eu acresceria, ao que já foi dito, uma circunstância, até certo ponto, curiosa. No momento em que estava assistindo às imagens, naquele mesmo momento, estava sendo anunciada uma crise extraordinária, se não me engano, na Nigéria, que está dizimando pessoas de fome, e nós, aqui, assistindo às pessoas desconstruindo os laranjais. E sobre essas virtudes, eu até lembraria aqui um episódio épico: a laranja foi a salvação de ponderável parcela das tropas brasileiras, quando estavam em confronto na Guerra do Paraguai. A Fazenda Jardim, lá no Mato Grosso do Sul, que tinha um grande pomar de laranja, é que servia, não só como alimento, como também como medicamento para quem estava sendo afetado pelas pragas, pelas doenças da época naquela região.

Então, as imagens dos laranjais sendo destruídos têm toda uma conotação emblemática, simbólica desse fruto, que tem dado tantas divisas para o nosso país, tem influenciado tanto na nossa mesa, nos nossos costumes. Indiscutivelmente, foi um atentado que precisa receber, e está recebendo, o devido protesto.

Bom, o nosso próximo item, que nós vamos submeter à apreciação, vai ser o Item 4. Mas chegou aqui a Senadora Kátia Abreu, e ela já está me olhando aqui com um olhar meio frenético, e nós temos que dar uma explicação para ela porque nós estamos avançando no Item 4. É que, não tendo número suficiente para votar o Item 3, aliás, dois, aliás, o Item 3... O Item 3 foi votado. O Item 2, que é terminativo, nós vamos aguardar o *quorum* qualificado para que ele seja votado. E aí já temos o parecer exarado.

O Item 1, que seria o primeiro, e que tem V. Exa. como Relatora, está sendo objeto de uma ponderação por parte do Senador Suplicy. Ele alega que, na ausência da Senadora Serys, que é autora das emendas, e considerando que haverá uma audiência pública já na terça-feira, onde já está confirmada a presença do Ministro Cassel e de outros convidados sobre o mesmo assunto, que é o índice de produtividade, ele sugere que nós adiemos também este item, para ser apreciado após essa audiência pública. Então, V. Exa. tem a palavra para se manifestar a respeito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria aqui de pedir a consideração dos colegas, senadores e senadoras. Nós estamos, todos os dias, assistindo, na imprensa nacional, o que o MST tem tentado fazer com o Brasil.

Sr. Presidente, é um movimento que não pode ter a complacência do Senado Federal; nós não aguentamos mais, Sr. Presidente. Apesar de representarmos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego, 1/3 das importações, de manter... O único setor que mantém a balança superavitada neste país, nós ainda somos obrigados, Sr. Presidente, a enfrentar a falta de crédito, nós somos obrigados a enfrentar um preço mínimo que é incompatível com a produção brasileira. Nós somos obrigados a enfrentar uma legislação trabalhista, a NR-31, que tem 246 exigências, senadores, que é impossível e impraticável. Além disso, Sr. Presidente, nós somos obrigados a aguentar invasão de terra, de patrimônio privado, de um movimento que é financiado pelo governo, e que, infelizmente, os senadores tiveram coragem de assinar CPI, e tiveram ainda mais hombridade em não retirar nenhuma assinatura da CPI; infelizmente, não aconteceu o mesmo na Câmara federal. Como é que pode um Congresso Nacional querer evitar que denúncias de repasse de recurso público para movimento criminoso possa deixar de ser investigado no Congresso Nacional? Será que a Veja, uma revista de repercussão nacional, o "Estado de São Paulo", será que são irresponsáveis e publicaram aquelas matérias? Será que o TCU é irresponsável em publicar matérias, aonde mais de 60 milhões repassados para o MST, invadir terras alheias, Presidente?

O agronegócio não merece isso. Nós não queremos medalha, nós não queremos pódio, nós não queremos homenagens. Nós queremos paz, nós queremos respeito ao direito de propriedade e nós queremos a proteção do Senado Federal. Nós estamos podendo contar com muita pouca gente, mas o agronegócio ainda confia no Senado Federal. Não é possível que nós vamos deixar os produtores e o agronegócio à mercê desses vândalos, criminosos, que praticam esbulho possessório, que praticam a intranquilidade no campo. Veja o Bom Dia Brasil de hoje, o que fizeram com a Cutrale, com a produção de laranja deste país, nós somos o maior exportador de laranja no país. Isso é movimento social? Que movimento social é esse, que destrói o patrimônio? Eu não tenho culpa que não tem reforma agrária não. A Cutrale não é culpada porque não tem reforma agrária não, que vá procurar os culpados verdadeiros, que não conseguem prometer e cumprir a reforma agrária que prometeram.

Agora, descontar nos produtores rurais, na produção nacional, trazer essa intranquilidade para o campo? Nós não merecemos, Sr. Presidente. Nós não merecemos. Eu quero pedir desculpas ao Senador Suplicy, eu sempre procurei aqui acatar todos os requerimentos de audiência pública, até absurdas que eu achasse, mas eu prefiro colocar em votação esse requerimento porque

isso é uma forma de postergar a votação, e eu prefiro contar com a maioria dos membros desta Comissão, os Senadores da República que têm experiência na área, que conhecem o setor, que sabem do que está acontecendo no campo, Sr. Presidente.

Eu gostaria de colocar em votação esse requerimento, e dizer que não é mais necessário discutir índices de produtividade. O que cabe a nós é corrigir essa incerteza e essa injustiça com o campo brasileiro. Nós não merecemos ser pautados por índices de governo. Nós vivemos democracia; democracia impõe patrimônio privado, o lucro e a liberdade econômica, ou então, mudamos o sistema de governo para outro. Nós não podemos viver com essa espada na cabeça, Sr. Presidente. Eu não posso ser obrigado a produzir, se eu não tenho quem compra. Eu não posso ser obrigado a produzir, se não tem quem exporta.

Então, eu encerro aqui, Sr. Presidente, querendo que vote, coloque em votação, se os Senadores me permitirem, o requerimento do Senador Suplicy, que eu já quero, de antemão, colocar meu voto contrário a esta postergação, e, de certa forma, me perdoe, Senador, uma proteção ainda; não é a sua intenção, mas será uma proteção ao MST, e eu me recuso a fazê-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Queriria respeitosamente ponderar a Senadora Kátia Abreu que são dois assuntos diferentes. No que diz respeito à ação de destruição dos laranjais, ali da Cutrale, eu me pronunciei... Senadora não estava aqui presente, condenando esta ação. Avalio que não ajudam à causa, positiva, que o MST tem de realização da reforma agrária, ações que desrespeitem os seres humanos, a destruição de propriedade, e explicitamente essa de destruição de laranjais.

Então, de acordo com os demais senadores, eu quero aqui explicitar que, de forma alguma, essa seja uma ação justificável. A outra coisa refere-se à votação do item relativo aos indicadores de produtividade, que não tem a ver com aquela ação que nós estamos também condenando, e não recomendo, como assim tenho feito sempre, ao MST, que aja com tais características. Mas o que está sendo objeto de votação são os indicadores de produtividade.

Nós tivemos aqui um diálogo muito interessante com o Ministro Stephanes, com outras pessoas convidadas, inclusive da Embrapa, por indicação da Senadora Kátia Abreu; ela própria concordou que seria adequado que convidássemos outras pessoas. Fizemos um requerimento onde convidamos o ex-ministro

Roberto Rodrigues, o Ministro Cassel, do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Marcos Suplicy Hafers, que foi Presidente da Sociedade Rural Brasileira, e ainda o ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio. Havíamos incluído, mas tendo em conta a solicitação dela própria, havíamos incluído João Pedro Stédile e o Presidente do INCRA, mas levando em conta a consideração também de V. Exa., Senador Valter Pereira, de que seria melhor termos no máximo quatro pessoas, avaliamos que... Calma, Senador. O Senador Flexa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu estou pedindo pela ordem, depois de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas está pedindo para eu acabar de falar; eu preciso acabar o argumento, Senador Flexa Ribeiro, você me permita. E tendo em conta, sobretudo, que a própria autora, Senadora Serys Slhessarenko, não está presente, então, eu acho que não se trata de estar prejudicando, de maneira alguma; é para nós voltarmos à questão dos indicadores de produtividade com melhor informação de natureza técnica.

Eu ouvi aqui com muita atenção o Diretor da Embrapa, e o Ministro Stephanes a respeito, e gostaria de ouvir mais opiniões. Esta audiência, que está marcada para terça-feira, portanto, sem maiores delongas, é uma questão de bom senso, uma questão de fazer o Senado Federal votar essa matéria do item 1 com maior grau de informação, Sr. Presidente. Então são dois assuntos em separado: querer votar os indicadores de produtividade por causa de uma ação incorreta do movimento social MST, não é o mais adequado, não é de bom senso. Eu faço um apelo à Senadora Kátia Abreu a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de esclarecer o seguinte: em primeiro lugar, nós vamos colocar em votação um projeto terminativo que estava em discussão, que é o projeto 134, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, e, em seguida, nós vamos colocar em discussão o parecer da Senadora Kátia Abreu porque ela não concordou com o pedido de adiamento.

E gostaria de esclarecer, ainda mais, o seguinte, além desse projeto que dispõe sobre índice de produtividade, da Senadora Kátia Abreu, a discussão ainda está linkada(F) em outras matérias, uma das quais é um projeto que está tramitando na Câmara, e a portaria do próprio Ministério da Reforma Agrária, que deverá ser em conjunto com a Agricultura, e que dispõe sobre o mesmo assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, a portaria não vai. Esse projeto vai

para a Câmara também, certo? Vai para a Câmara, e antes da Câmara ainda vai para o Plenário--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o projeto do Jonas Pinheiro não pode ficar para depois dos índices, e nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora é só votação, Senadora, já terminou a discussão. Então, nós vamos fazer aqui a votação nominal.

Senador Sadi Cassol... O item 2, que é o projeto de lei nº. 134, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, cujo parecer é favorável.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, encaminho voto 'sim' nesse projeto.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Voto 'sim', Sadi Cassol.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não precisa nem chamar, aqui, Senador Sadi, Senador Augusto Botelho, Senador César Borges, Senador Gerson Camata, Senadora Kátia Abreu, Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Marisa, Senador Romeu Tuma... Senador Osmar Dias já encaminhou, e Senador João Tenório. Então, aprovado por unanimidade.

Agora, eu gostaria de consultar se esses mesmos votos se mantêm para as emendas. Mantido para as emendas, aprovadas também as emendas por unanimidade, nós vamos, então, ao Item 1. Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu, que vai falar sobre as emendas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, essas emendas já foram inclusive votadas por mim, rejeitadas por mim nessa Comissão, o meu relatório já foi aprovado, e foi, então, destinado ao Plenário, e as emendas foram reintegradas, mas elas já foram votadas aqui. Foi, claro, um direito que ela tem, a Senadora Serys, é um instrumento regimental, mas já foi votada e eu sou contrária às emendas; mantenho a recusa das Emendas nº. 2 e 3, da Senadora Serys Slhessarenko e mantenho o meu relatório.

O relatório, resumidamente, ele trata da retirada da simultaneidade do cálculo de GUT e GEE, e passa para o Congresso Nacional a questão dos índices de produtividade, além da pesquisa, além das instituições de pesquisa dos dois Ministérios, o Congresso Nacional também arbitrar a respeito dos índices de produtividade. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A ansiedade de V. Exa. foi tamanha que chegou a tropeçar no nome da Senadora Serys, que é tão fácil de pronunciar, Slhessarenko.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Serys Silhessarenko... É porque os senadores estão todos ocupadíssimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, em discussão o parecer da Senadora Kátia Abreu sobre as duas emendas, Emendas 2 e 3, é isso, senadora?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu queria discutir, mas eu deixo para discutir depois da votação, se V. Exa. me permitir, aí eu peço pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema. Senador Sadi Cassol.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Estou chegando agora, eu queria pedir vista das Emendas 2 e 3, para eu poder analisar melhor e tomar conhecimento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não pode pedir vista... Mas não pode pedir vista de emenda. Pode pedir vista do projeto, mas da emenda não. Não cabe mais pedido de vista, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem, o art. 211 diz: "Consistem as proposições, no item 6, emendas". É, portanto, uma proposição... É, então, regimental o pedido de vista. Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer uma consulta, as emendas que nós estamos discutindo agora são as mesmas que foram votadas anteriormente?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): São as mesmas emendas, Presidente, são as mesmas emendas aqui votadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se são as mesmas emendas, na minha avaliação pessoal, elas já fluíram o prazo de--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. tem as emendas, elas não são as mesmas, poderá ler. Se quiser, eu posso ler. Eu posso ler, se V. Exa--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não são as mesmas emendas, são diferentes. Se tem diferença, aí cabe pedido de vista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, a Senadora Kátia Abreu não estava aqui, quando eu fiz uma manifestação sobre o espetáculo tenebroso que eu vi hoje, no Bom Dia Brasil--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deprimente e tenebroso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --quando um trator do MST destruiu um pomar de laranja, e, se esta situação continuar, nós não teremos mais aquilo que a Constituição garante, o direito de propriedade. Aquilo foi uma coisa chocante para o Brasil inteiro. Creio que o MST teria que voltar muito rapidamente às origens para não perder o respeito de toda a sociedade brasileira, porque o que está sendo feito é um crime, naquela propriedade, que não pode continuar.

O que nós estamos fazendo aqui tem relação com aquilo que o governo quer fazer de uma forma aleatória, Presidente. Índice de produtividade tem que ser definido tecnicamente, mas tem que passar pelo Congresso Nacional; nós não podemos admitir que, a cada governo, venha alguém com um pensamento diferente e mude, e o produtor rural fique sempre na insegurança, sem saber o que vai acontecer no próximo governo.

Não dá mais para continuar desse jeito, tem que passar pelo Congresso porque aí vira lei, e a gente sabe realmente tem que ser cumprido. Porque daqui a pouco chega um maluco lá, propõe alguma coisa, e o produtor rural tem que propor o que o maluco propôs? Não dá, Sr. Presidente, é um direito regimental o pedido de vista, é um direito regimental, mas a oportunidade dessa matéria, nós não podíamos perder tempo e votar essa matéria o mais rápido possível, até para impedir que se faça, que se cometa um erro que pode trazer conflitos no campo, tirar a paz do campo, a insegurança dos produtores, com portarias que são feitas, muitas vezes, por quem nunca visitou a propriedade rural.

Então, Sr. Presidente, eu lamento, nós vamos ter que esperar, mas que esse projeto seja votado dentro de cinco dias, que é o prazo regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, Srs. Senadores--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, nós podemos colocar em votação, e ele apela ao Plenário, mas o conteúdo das emendas é o mesmo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É regimental o pedido de vista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu estou falando. Por favor, senador. O conteúdo das emendas é exatamente o mesmo, não é? É exatamente o mesmo, é tirar a simultaneidade que permaneça GUT e GEE. Ou seja, o produtor, além de cumprir os índices do governo, Senador Sadi Cassol, o produtor rural é obrigado a produzir em 80% da sua área, tendo prejuízo ou não. Isso não é justo com os produtores do Brasil, e nem do Estado de Tocantins, que V. Exa. representa, e sem financiamento.

E o outro caso, o outro problema, é o que os índices dependem apenas de duas assinaturas, do Mi-

nistro da Agricultura e do Ministro da Reforma Agrária. Não é justo que o Senado não possa debater essa situação.

Então, eu quero apelar para o Senador Sadi Cassol; eu tenho certeza absoluta, o nosso estado, ele sabe, a vocação é agropecuária, os nossos produtores estão numa intranquilidade tremenda, principalmente no Bico do Papagaio, para que isso tudo possa ser normatizado. E eu peço ao Senador Sadi Cassol, em nome dos produtores rurais de Tocantins, que ele possa relevar esse pedido de vistas, e que nós possamos... Não é terminativo, não é terminativo, nós ainda vamos discutir isso na Câmara Federal, não justifica adiar. Seria uma vitória do MST, justamente no dia de hoje, aonde destruiu todo o laranjal, em São Paulo, da Cutrale, numa medida de violência contra esse projeto, isso é contra esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu consulto o Senador Sadi se concorda em retirar o pedido de vista.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Não, eu mantenho a minha posição no pedido de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., como Presidente da Comissão, pode atender o pedido de vista em até cinco dias, mas pode fazê-lo em uma hora, então, eu proponho que V. Exa. conceda vista por uma hora, e nós voltaremos a votar o projeto ainda hoje.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso, Sr. Presidente, colocar em votação a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, então eu gostaria de ponderar aqui o seguinte, o art. 132, do Regimento Interno: "Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará a ele constituir parecer. § 1º – O pedido de vista do processo somente poderá ser concedido por uma única vez, e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator, obedecido o disposto no § 4º".

Isso significa que é pertinente a questão de ordem suscitada pelo Senador Flexa Ribeiro de que esta Comissão pode fixar em uma hora o pedido de vista. E eu consulto o Plenário se está de acordo com a questão de ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente? E é justificável a vista por uma hora, que V. Exa. está concedendo, porque as emendas que são objetos de [ininteligível] são idênticas àquelas que

já foram apreciadas por esta Comissão. Quer dizer, não há motivo para que se tenha mais de uma hora, só para se comprovar que elas são idênticas, no seu conteúdo, no seu objeto, e aí nós poderemos votá-las.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E é bom lembrar, Sr. Presidente, que esse projeto é de 2005, está há muito tempo já aqui, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu gostaria de consultar o Plenário se o Plenário vai comparecer, no prazo de uma hora, para votar, porque ficaria inócua uma decisão dessas se nós não cumpríssemos com esse horário para--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O prazo de uma hora pode ocorrer quando uma matéria está com regime de urgência. Eu pergunto a V. Exa. se esse projeto está em regime de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O projeto não está em regime de urgência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Portanto, regimentalmente, o prazo é de cinco dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, o que o Regimento diz é o seguinte, eu vou ler novamente para V. Exa.: "Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator passará ele a constituir parecer". E aí vem o § 1º: "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez, e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator, obedecido o disposto do § 4º". Aqui, no § 4º, também não fala na urgência. Não vejo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O § 2º, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): § 2º: "Estando a matéria em regime de urgência...".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em regime de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A vista somente poderá ser concedida... Não, é outra coisa, senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se houver pedido de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não. Estando ela em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida por meia hora, no caso do art. 336, inciso--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Então, em cinco dias, Sr. Presidente. Se está em regime de urgência, meia hora ou 24 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui nós temos que seguir aqui é o art. 132, §1º. Não há como forçar...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Prazo máximo e improrrogável de cinco dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A vista é um direito do Parlamentar, é um direito do Parlamentar, mas ela está subordinada ao §1º.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu tenho uma proposta a fazer. V. Exa. leu o Regimento, e ele é claro: até cinco dias pode ser até uma hora, meia-hora, etc... Mas V. Exa., eu acho que tem que ter o respaldo do Plenário, coloque em votação a proposta de voltarmos aqui meio-dia e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu gostaria de aqui colocar, então, à apreciação do Plenário se está de acordo com a vista prevista no § 1º, que faculta até cinco dias. Mas, no caso aqui, o que foi proposto foi por uma hora. Se o Plenário estiver de acordo e se comprometer em estar presente para a votação no prazo de uma hora, nós vamos colocar em votação essa proposta. Há algum Parlamentar que esteja em desacordo? Que se manifeste.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Voto contrário do Senador Sadi?

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Não, eu acho que não está muito claro, e eu mantenho a minha posição de vista de cinco dias, porque não está bem esclarecido, nem no Regimento, então, eu gostaria que fosse--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Regimento eu vou ler para V. Exa. para ver se fica mais claro. O pedido de vista do processo--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Isso é uma decisão de V. Exa. e ele recorra para o Plenário da sua interpretação, para a gente ganhar tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para ficar muito claro aqui, eu vou fazer a leitura novamente. "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez, pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator, obedecido o disposto no §4º. Não vejo dúvidas sobre isso--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós não estávamos votando, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos votar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quem estiver de acordo permaneça como se encontra.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Eu sou contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Voto contrário do Senador Sadi e do Senador Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Suplicy não é membro da Comissão, não pode constar voto.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): É verdade que eu não sou membro, mas eu peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas não para votar, nós vamos votando, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui foi votado e houve um voto contrário, que foi o do Senador Sadi. Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exa., Senador. Então, 12h42, esta Sessão estará reaberta para a apreciação, para a votação da matéria sugerida, aliás, perdão, a matéria pautada. Está encerrada a presente Sessão e convocada outra para às 12h42.

[Sessão suspensa às 11h43].

[Sessão reaberta às 12h46].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro reaberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de apreciar o Item nº 1 da Pauta, eu solicito ao Senador Neuto De Conto que assuma a presidência dos trabalhos, para que eu possa promover o relato do Item nº 3 do PLS nº 614.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, tem dois requerimentos da Mesa, de autoria do Senador Gilberto Goellner, no Item nº 6 e 7 da Pauta, que acho que seria votação simples, eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos só aguardar o *quorum*, aí nós colocamos em votação.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Está ok, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou fazer a leitura do meu relatório, e, enquanto aguardamos *quorum*, nós vamos colocar depois o item, os extrapautas de V. Exa.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Eu agradeço. Muito obrigado, V. Exa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item nº 3, Projeto de Lei do Senado nº 614 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que altera o dispositivo da Lei nº 8315, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Dispõe sobre a organização administrativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR. Informo que a presente matéria foi apreciada pela CAS, a qual aprovou o parecer favorável com a emenda nº 1 da CAS. Com a palavra, o Relator Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto propõe, em seus arts. 1º e 2º, a substituição do colegiado que administra o SENAR, por uma diretoria eleita por um mandato de três anos, sem direito a recondução, sendo o Presidente escolhido de forma alternada, entre representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG. O projeto contraria o art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a ADCT, ao criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, e ao Serviço de Aprendizagem do Comércio, SENAC, sem prejuízo dos órgãos públicos que atuam na área.

O molde a que se refere o art. 62, da ADCT, já está estabelecido há mais de 60 anos e não abriga inovação proposta pelo projeto, ou seja, a alternância da direção do SENAR entre uma entidade patronal, CNA, e outra dos trabalhadores, CONTAG. Quanto ao repasse de 10% dos recursos arrecadados pelo SENAR ao MDA, para aplicação em programa de alfabetização e educação das populações rurais, conforme propõe o projeto, mediante seu art. 3º, constitui medida que iria de encontro à finalidade da entidade, que é justamente propiciar a aprendizagem rural. São bastante expressivos os resultados do SENAR nessa atividade, tendo em vista terem sido alfabetizadas cerca de 170 mil pessoas, por meio de seus próprios programas, conforme dados contidos na justificação da emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu.

Por último, tendo em vista a incompatibilidade do objetivo essencial do projeto, em face do molde exigido pelo art. 62 do ADCT, não há como aperfeiçoá-lo por

meio de emenda, tal como proposto pela Senadora Kátia Abreu. A emenda que S. Excelência apresentou é meritória, mas está em sentido contrário ao projeto e não poderia ser admitida por força do disposto art. 230, inciso II, do Regimento Interno. Ante o exposto, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 614/07. Em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo *quorum* de votação nominal. Em discussão. Quem quer discutir? Ninguém. Então, colocamos em votação. Vamos chamar nominal. Senador Sadi Cassol. Augusto Botelho. Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias. Senador João Tenório. A matéria foi aprovada. A matéria será encaminhada... Perdoe. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O projeto foi rejeitado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigado ao Sr. Relator e aos colegas senadores e senadoras.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, retomando a presidência, eu consulto o Senador Sadi Cassol se ele vai apresentar voto alternativo ou se concorda que o objeto da votação seja o Parecer da Senadora Kátia Abreu.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Eu tenho elaborado um relatório aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem um relatório elaborado. Já foi entre-

que? Está sendo distribuído aos Srs. Senadores, eu consulto se todos já receberam. Senador Osmar Dias ainda não recebeu.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Gostaria de fazer a leitura do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu passo a palavra ao relator do voto em separado, Senador Sadi Cassol.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Relatório: *"Vem, para a análise desta Comissão, as emendas em Plenário 2 e 3, de autoria de Senadora Serys, que promovem mudança do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado, 2002 e 2005. Em breve síntese, a Emenda nº 2 altera o art. 6º, da Lei 8.629/93, que disciplina os assuntos atinentes à reforma agrária para considerar produtiva a propriedade que cumpre com os critérios e graus de exigência contidos na lei. A Emenda nº 3, por sua vez, suprime a redação dada pelo substitutivo aprovado nesta Comissão para o art. 11, da Lei 8.629/93, que estabelece competência do Congresso Nacional para aprovar os parâmetros e índices de indicadores de produtividade.*

A relatora apresenta voto contrário às emendas, por entender que as emendas em nada contribuem com o ordenamento jurídico e piora no texto da Lei 8.629/93. Na reunião desta Comissão, no período pela manhã, pedi vista para analisar melhor a matéria, posto que é a minha primeira participação neste colegiado. Por decisão da Comissão, o pedido de vista foi restringido ao período de uma hora, o que inviabiliza uma análise mais detida no projeto das emendas". É o relatório.

Da análise: "Não identificamos vícios graves no que concerne à constitucionalidade, juridicidade, regimentabilidade das propostas. As emendas apresentadas na Comissão são, de fato, diferentes daquelas apresentadas no Plenário. Com efeito, as emendas de Plenário, como já foi dito no relatório, alteram o art. 6º e suprimem o art. 11, da Lei 8.629, que consta no texto substitutivo aprovado.

As emendas apresentadas na Comissão, por sua vez, pretendiam suprimir o art. 6º e alterar o art. 11. Portanto, as Emendas nºs 2 e 3, agora em análise, ainda não foram objetos de deliberação desta Comissão. No mérito, entendo que as emendas são positivas. O índice de utilização da terra é um importante indicador para balizar as ações de desapropriações para fins de reforma agrária. A manutenção de terras ociosas, principalmente em centros econômicos já desenvolvidos, gera uma grande pressão para a abertura de novas fronteiras fundiárias, normalmente longe dos centros consumidores e que têm um custo elevado para a sociedade. A abertura de novas fronteiras nesse contexto gera consequências danosas para a coletividade, seja

pela derrubada de floresta, seja pela necessidade de investimento de recursos orçamentários.

Para compensar distância entre assentamento e reforma agrária e os grandes centros econômicos. Ressalta-se que, do ponto de vista econômico, é muito mais eficiente utilizar uma área ociosa próxima aos centros econômicos do que deslocar a produção para uma área distante dos mercados consumidores. A ociosidade da terra não pode estar submetida a uma decisão individual, unilateral, do grande produtor rural. Pelo contrário, deve atender aos interesses da coletividade. E se o produtor entende, por razões econômicas, que não precisa utilizar toda sua propriedade, deve estar ciente de que outras pessoas têm interesse em fazê-lo, e o Estado tem interesse em que outros produtores o façam.

Dessa forma, é natural que o Estado desapropriar a terra ociosa para destiná-la à produção, indenizando o produtor pela perda da terra. Portanto, a Emenda nº 2 está totalmente alinhada com os princípios que norteiam a reforma agrária e com os interesses públicos. Com relação à Emenda nº 3, é notório que a atualização dos índices de produtividade representa um tabu da nossa sociedade. Os índices atuais refletem a produção rural na década de 70 e, mesmo após o ganho de produtividade das últimas décadas, não há grande polêmica na atualização desses números. Atualmente, cabe aos órgãos técnicos da União, especificamente os Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, propor, discutir com a sociedade, estabelecer os índices de produtividade.

A atuação desses órgãos está sujeita ao controle do Congresso Nacional, que pode, inclusive, propor sustentação de Ato do Poder Executivo. Sendo assim, é possível concluir que o Congresso Nacional não está excluído do processo de definição de índice de produtividade, de forma que não vejo razão para retirar a competência dos órgãos técnicos e trazê-los para esta Casa, que é essencialmente política. Em razão do pequeno espaço de tempo que me foi concedido para a análise da matéria, são essas as ponderações que gostaria de fazer e voto, por todo o exposto, pela aprovação das Emendas em Plenário 2 e 3".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concluído o parecer, em separado, do Senador Sadi Cassol, nós colocamos em discussão. E, no parecer dele, sustenta as duas emendas que foram exorcizadas pela Senadora Kátia Abreu. Em discussão. Não havendo inscrito para discutir a matéria, nós vamos colocar em voto inicialmente o parecer exarado pela Senadora Kátia Abreu, que é contrário às emendas sugeridas pela Senadora Serys Silhessarenko. Portanto, nós vamos colocar em votação

o Parecer da Senadora Kátia Abreu. Como a matéria não é terminativa, a votação é simbólica. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo com o Parecer e o voto da Senadora Kátia Abreu, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Senador Cassol e Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador Eduardo Suplicy não faz parte da Comissão, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu não sou membro, mas eu posso expressar os meus sentimentos e a minha orientação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pode expressar, mas não vota.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas o sentimento de V. Exa. será consignado. Nós asseguramos o sentimento do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu agradeço o registro de V. Exa., ainda que a Senadora Kátia Abreu gostaria que eu não tivesse direito de palavra no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, V. Exa. tem. Então, aqui é o seguinte: com o voto contrário do Senador Sadi Cassol e os sentimentos do Senador Eduardo Suplicy, está aprovado o Parecer da Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E registrar também o sentimento do Senador Osmar Dias.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, pela ordem. Com sentimento ou sem sentimento, Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu só estou alertando o Senador Suplicy pra que ele não faça falta de decoro, porque ele votar numa Comissão que ele não faz parte é quebra de decoro, Sr. Presidente. Por isso, eu, apenas amigavelmente, estava alertando ao Senador Suplicy que tem todos os locais possíveis e necessários e permitidos pra falar nesta Casa e que ninguém e que ninguém, principalmente eu, não aceito que ele coloque palavras na minha boca, dizendo que eu não gostaria que ele falasse. Quem sou eu pra querer, ou não, que o Senador Suplicy, esse monumento nacional, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, de São Paulo, possa ficar impedido de falar no Senado Federal.

Eu posso apenas dar, ou não, apartes a ele, assim como eu entender, porque, normalmente, quando apar-

te se dá ao Senador do Suplicy, ele pensa que tomou conta do seu horário na Tribuna e quer falar mais do que o orador. Então, eu simplesmente me recuso por isso, por falta de condições de horário, porque ele não sabe fazer aparte curto, ele só sabe fazer aparte longo. Então, nas minhas palavras, eu não posso permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, nesse caso, senadora, ele não fez nenhum discurso, ele apenas exprimiu um sentimento. Como ele é um homem de fé e todos nós reconhecemos isso aqui, então, nós não podemos negar que ele exprima o sentimento, como o Senador Osmar Dias também.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Isso. Meus sentimentos, e, agora, V. Exa. podia dispensar a gente para o almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito. Tem aqui alguns requerimentos de autoria do Senador Osvaldo Sobrinho... Aliás, eu gostaria de fazer um apelo aqui, às V. Exas, porque há ainda outro projeto, não terminativo. Projeto de Lei 316, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominado Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural e dar outras providências. Com a palavra o Senador Gerson Camata para relatar. Ele é o relator titular e vai relatar. Em seguida, nós colocaremos os requerimentos de V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador César Borges, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria solicitar à V. Exa. que colocasse em votação o requerimento de minha autoria, que é o Item 5, está no índice... Requerimento de 2009, que é uma indicação para uma Audiência Pública sobre o problema do cacau da Bahia, Sr. Presidente. Antes de encerrar a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vamos primeiro ouvir o parecer do senador. Bom, aí nós colocamos, junto com o requerimento de V. Exa., os demais requerimentos do Senador Osvaldo Sobrinho. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, trata-se de um projeto de autoria do Senador Gilberto Goellner, muito interessante, porque ele estabelece critérios para ordenação e classificação do espaço urbano e do espaço rural. Nós não temos uma lei ainda que especifique, que classifique isso. Constantemente, nós temos problemas nos municípios e, normalmente, com o INCRA também, quando há separação de... A transformação de espaço urbano em espaço rural. O projeto está interessante, cumpre

uma lacuna da legislação brasileira e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com parecer favorável do Senador Gerson Camata, está em discussão. Não havendo inscritos para discutir. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado por unanimidade. Agora nós vamos colocar o Item nº 5, do Senador César Borges que requer Audiência Pública e os requerimentos do senador, nºs 6 e 7.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sugiro, Sr. Presidente, que o senhor coloque em votação em globo, até porque eu também tenho dois requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, vamos incluir o de V. Exa. também. Audiência pública também?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Marconi Perillo também pede Audiência Pública para convocar--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estou fazendo apenas aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --o Sr. Washington Novaes, Sr. André Luís Batista Rocha e mais a Sra. Marília Ferreira Guedes para discutir assuntos relacionados a meio ambiente, à--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Questão tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --questão tributária, ao zoneamento, etc. Então, nós vamos colocar em votação, em globo, todos esses requerimentos de Audiência Pública. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, não havendo manifestação, estão aprovados por unanimidade.

Com a palavra, pela ordem Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu não pedi a palavra para discutir a matéria anterior porque nós todos gostaríamos de manter o *quorum* para aprovação do relatório da Senadora Kátia Abreu, mas eu não poderia deixar de me manifestar favoravelmente, de cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela lucidez do seu relatório que rejeitou as duas emendas e lembrar, Sr. Presidente, que o próprio Ministro da Agricultura, Ministro Reinhold Stephanes, disse há algum tempo, que o momento é inadequado para alterar índices de produtividade.

Ele disse inclusive aqui, ele chegou a dizer que uma reunião com 25 Secretários de Agricultura dos mais diversos partidos, ficou surpreso com a força de reação deles, após o anúncio da possibilidade de alterar esse índice. Ele disse ainda que a discussão, que também é uma discussão técnica contestando, porque esse índice leva apenas em consideração a área de produção e não outros índices de produtividade, como equipamentos, tecnologia, eficiência do agricultor e, principalmente, mercado de preço. Nós que somos da região Centro-Oeste, V. Exa., eu, a Senadora Kátia Abreu que é de um estado também muito produtivo, nos preocupamos muito com esse anúncio. E hoje me sinto um pouco aliviado com a aprovação do relatório, já que este é um tema que deve ser levado em consideração do ponto de vista técnico e, não, em função de açodamentos. Esta comissão toma hoje uma importante decisão. Eu parablenizo V. Exa. e a comissão.

Era o que eu tinha que manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a manifestação de V. Exa. e passamos a palavra, a seguir, ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu também queria me associar às palavras do Senador Marconi Perillo, porque acho extremamente oportuno que tenha sido aprovada essa disciplina que nós votamos, acabamos de votar, porque não faz o menor sentido alterar índices ao talante do Executivo sem submeter ao Legislativo, não é? Índices que podem comprometer até a sobrevivência da atividade produtiva em alguns casos. Eu fico a me perguntar que interesse está por trás dessa alteração, desses índices de produtividade? Eu vou relatar o caso da Bahia, por exemplo, do cacau. Qualquer alteração, hoje, você já não consegue produtividade por conta de uma praga que assolou a lavoura cacauzeira, imagine se você aumenta esse índice, se não está conseguindo atingir por fatores totalmente independentes da vontade do produtor, que se esmera, mas que não consegue, porque falta apoio creditício do Governo Federal. Falta até, às vezes, tecnologia suficiente que podia ser disponibilizada, mas não se consegue.

Então, por aí você vai colocar sobre uma ameaça constante, de improdutiva, uma terra que, na verdade, você está salvando uma atividade econômica de uma região. Portanto, também eu quero parabenizar a Senadora Kátia e a todos os Senadores que têm essa visão e do próprio Ministro da Agricultura de que não é momento de alterar esses índices. E, no mais, eu queria me solidarizar com o pronunciamento de V. Exa. aqui inicial, no início desta Sessão V. Exa. leu um artigo e a questão do MST e das invasões existentes em

propriedades e até com atos de vandalismo. Eu não quero nem chegar aos atos de vandalismo, mas se, pelo menos, fosse cumprido o que está no nosso direito quando há uma sentença judicial para uma reintegração de posse, se o Executivo cumprisse, quando eu falo Executivo são Executivos Estaduais que têm o poder de polícia, que têm a Polícia Militar que obedece ordens do Governador.

Mas, lamentavelmente, o que nós temos assistido em alguns estados e, eu digo aqui, particularmente na Bahia, é que essas ordens de reintegração de posse, uma decisão judicial, não são lamentavelmente cumpridas. Isso trás uma inquietação, uma insegurança ao investidor do campo, aqueles que estão trabalhando no campo, seja na atividade da produção de alimentos, seja na atividade que demanda uma matéria-prima para o setor industrial, como as florestas que são plantadas e que são muitas vezes invadidas, como tem o caso do extremo sul da Bahia, nas florestas homogêneas para a produção de celulose.

Então, isso traz uma inquietação muito grande a todos aqueles que estão no campo brasileiro. E nós queremos uma sociedade onde haja justiça no campo, até para que as nossas metrópoles não sejam inchadas como estão, com pessoas que não têm como sobreviver mais no campo. E são produtores pequenos, médios e grandes produtores que fazem a agricultura do Brasil.

Portanto, eu me solidarizo também com V. Exa. pela oportunidade que trouxe aqui, no dia de hoje, diante desse fato lamentável, mas que outros existem, não apenas o vandalismo. Mas, o descumprimento das decisões judiciais, ou seja, a quebra do Estado Democrático de Direito. Muito obrigado a V. Exa. e parabênizo V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão. O que está acontecendo é preocupante, a segurança jurídica é fundamental para o produtor. Não só para o produtor rural, mas para toda a atividade econômica é preciso que haja a segurança jurídica, que os investidores tenham preservados os seus direitos e que a lei seja cumprida com todo o rigor. Infelizmente, nós estamos aqui discutindo índices de produtividade que, aliás, pela própria legislação vigente, pelos próprios critérios que hoje estão sendo praticados, já estão sendo desobedecidos por esses movimentos clandestinos. Então, é preciso que seja restabelecido, em primeiro lugar, o império da lei, sem a lei não tem solução.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Que se cumpra a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que se compra a lei. De nada adianta,

nós estarmos aqui aprovando um projeto de autoria... Relatado, aliás, pela Senadora Kátia Abreu. No entanto, é preciso que aquilo que se transforma em lei seja cumprido. Sem a lei não tem solução.

Com a palavra o Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente, Valter Pereira, Sras. e Srs. Senadores. Eu tenho um estudo que nos últimos 30 anos nós crescemos ao setor produtivo 1% ao ano, em média, inteirando terras para a produção, mas nesses 30 anos nós aumentamos a produtividade em 300%. Portanto, 30% de mais terras no setor produtivo e 300% na produtividade. Consequentemente, ninguém planta, quer seja nas culturas permanentes ou nas culturas periódicas, ninguém planta para perder e nem para perder produtividade. E as culturas agrícolas são de risco, tem a intempérie, tem a chuva, tem a seca e, consequentemente, quem é que vai prever a falta de produtividade quando as colheitas são feitas pela intempérie?

Eu ainda tenho mais um ponto que eu gostaria de frisar. Se a intenção da portaria que o Ministro... Já está alardeada na discussão, na sociedade, a intenção é desapropriar para dar terra ao sem terras, certamente, se for terra improdutiva o que é que eles vão fazer na terra, na propriedade rural? Se ela não é produtiva para quem investe, para quem trabalha, para quem está permanentemente com o conhecimento da tecnologia e dos insumos, ela não produz o suficiente do que o Governo quer, vamos tirá-las dessas pessoas para dar para os sem terra e que não tem recurso, não tem como melhorar a produtividade? E eles vão se tornar favelados no meio rural. Por isso nós somos completamente contra esta produtividade e, sim, a favor da produtividade da tecnologia, através dos quadros que o Brasil tem todos os meios para fiscalizar e para encaminhar a produtividade melhor.

Eu agradeço a oportunidade e votamos, lógico, para que se mantenham os índices passados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Senador Neuto de Conto. A palavra de V. Exa. é sempre serena e objetiva, mais uma vez, retoma nesse mesmo tom e isso só engrandece os trabalhos desta comissão.

Eu gostaria, antes de encerrar esta reunião, de lembrar que amanhã teremos uma Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 42 do Senador Neuto de Conto, portanto, de V. Exa., aprovado no dia 1º de setembro, com a finalidade de debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral, com a presença dos seguintes convidados: Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia; Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura; Dr. Paulo Camilo Vargas Pena; Dr. Cláudio Sciar: Dr. Alberto Lancia, Dr.

Nelson Machado, do CONFAZ. Então, está marcada para amanhã. Então, a partir das 09h30.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra V. Exa..

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Como o requerimento é de nossa autoria, para dizer que a água é o alimento fundamental para o ser humano, só perde para o ar, Srs. Senadores, só o ar é mais importante do que a água no ciclo vital do ser humano. Consequentemente, hoje a água paga para extrair com o minério, paga para comercializar como mercadoria e paga como comida no consumo. Talvez é um dos produtos mais tributado que o país tem hoje. E ela é fundamental, a sua qualidade e, principalmente, a sua comercialização para que a nossa sociedade brasileira possa se alimentar da água como um produto melhor. E paga-se muito, deveria ir para a cesta básica para que todos nós pudéssemos ter como patrimônio maior o ser humano, porque eu tenho dito nas minhas caminhadas que é muito bom ter toda a prosperidade, mas ela é falsa se ela não tem o objetivo primeiro da preservação da espécie humana, o seu bem-estar social e, principalmente, na sua vontade permanente de trabalhar e produzir.

Agradeço a oportunidade e convoco todos os Srs. Senadores, da Comissão da CAE, principalmente, da área econômica e, também, na nossa agricultura, como alimento, para que se façam presente, que será um debate bastante importante.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo à V. Exa. que também pudesse marcar uma data, não seria essa semana, claro, dentro dos próximos 15 dias, no máximo. Para a Audiência Pública que eu solicitei com o Ministro da Agricultura, com o Secretário Executivo da CEPLAC, Diretor da CEPLAC, e os produtores de cacau no Estado da Bahia, para que nós pudéssemos discutir aqui a grave crise que continua assolando essa região e essa cultura e que parece que não há solução. Lançaram um PAC do cacau e, lamentavelmente, o que se diz na Bahia é que o PAC empacou, claro, com a questão do cacau. Não resolveu o problema de, absolutamente, ninguém. Despertou apenas uma expectativa muito grande e hoje o que cai sobre a região, mais uma vez, é uma frustração por conta de que o PAC do cacau não foi avante.

Então, não é nenhum demérito, mas saber o que está acontecendo, o que tem que ser feito, que providências poderão de ser tomadas pelo Executivo e eu acho o que nosso papel é muito importante. O que nós queremos é que uma atividade produtiva, que engloba mais de 90 municípios baianos, uma população de três

milhões de habitantes, que empregou já milhares de trabalhadores e houve desemprego de quase 250 mil trabalhadores, e patrimônio de produtores de várias gerações, que agora não vale absolutamente quase nada, porque a produção em alguns casos chegou à zero. As fazendas foram cultivadas e foram abandonadas e o que se faz? Anuncia-se um plano, cria-se a expectativa e, depois, não se realiza. Portanto, eu pediria essa compreensão de V. Exa. pra marcar essa audiência o quanto antes. Não é a primeira que fazemos aqui, mas eu acho que não podemos desistir da luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. será atendido, já determinei a Secretaria que providencie uma data a fim de realizar esse evento. E V. Exa. tem razão, esse caso do cacau se encaixa plenamente nessa discussão da produtividade, do índice de produtividade, porque no primeiro momento o produtor se encolhe para saber o que vai acontecer com o mercado, porque ele não pode estar investindo, investindo, investindo se o mercado está incerto, se as condições de produção e de comercialização não estão harmonizadas. E aí vem o comprometimento da produtividade. E, com o comprometimento da produtividade, vem o risco da desapropriação. Então, essa questão dos índices de produtividade agrícola tem que ser examinada à luz do que a atividade econômica reflete. Não pode ser dissociada dessa realidade que nós temos pela frente.

Não havendo mais assunto a tratar, nós vamos encerrar. Está declarada encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 13h23.

ATA DA 33ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE OUTUBRO DE 2009.

Às dez horas e treze minutos do dia sete de outubro de dois mil e nove, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, VALDIR RAUPP, TIÃO VIANA, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATI E EFRAIM MORAES**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Sadi Cassol, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Romeu Tuma, Osmar Dias, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Pedro

Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. **OBS:** Às dez horas e vinte e um minutos, o Senador Valter Pereira passa a presidência da Reunião para o Senador Neuto de Conto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 42 de 2009 – CRA e Requerimento nº 52, de 2009 – CAE**, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovados em 1/9/2009, com a finalidade de debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Jefferson Rodrigues** – Coordenador de Estudos Tributários da Secretaria da Receita Federal – **CONFAZ**; **Sr. Carlos Nogueira da Costa Jr.** – Secretário Adjunto de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério da Minas e Energias – **MME**; **Sr. Carlos Lancia** – Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral – **ABINAM**; **Sr. Luiz Armando Erthal** – Diretor-Adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Neuto de Conto e Osvaldo Sobrinho. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA. –
Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da CAE.

33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA CONJUNTA COM A 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 33ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores que, havendo anuência do Plenário, são dadas como aprovadas. Não havendo manifestações, portanto estão provadas.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº. 42/2009 da CRA e Requerimento nº. 52/2009 da CAE, de autoria do Senador Neuto De Conto aprovados em 1º de setembro, com a finalidade de debater aspectos relacionados à exploração, tributação e uso da água mineral com a presença dos seguintes convidados: Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, que é Secretário Adjunto de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia. Está presente? Convido para participar na Mesa. O Sr. Carlos Lancia, que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Água Mineral; o Sr. Jefferson Rodrigues, Coordenador de Estudos Tributários da Secretaria da Receita Federal; o Sr. Luiz Erthal, Diretor Adjunto da ANVISA.

A todos os nossos convidados inicialmente os nossos agradecimentos por terem anuído ao nosso convite e que sejam bem-vindos e que deem generosas contribuições não só para esta comissão, mas, sobretudo, para que as dúvidas e as inquietações que existem no setor sejam minoradas.

Eu antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Carlos Nogueira da Costa, eu passo a palavra ao autor para fazer a saudação aos convidados.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Valter Pereira, saúdo o Dr. Carlos Nogueira da Costa, saúdo o Dr. Carlos Lancia e Luiz Armando Erthal, bem como Jefferson Rodrigues. Ao saudá-lo, permitam que eu saude todas as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, os senhores e as senhoras que venham a esta Audiência Pública para participar e principalmente para buscarmos um debate, aprofundar um debate junto com o Senado Federal e as autoridades públicas do Brasil, e junto com o setor produtivo, para que possamos encontrar um caminho para minimizar os grandes problemas que nós temos com maior e mais importante alimento do ser humano que é a água, só perde para o ar no ciclo vital para as nossas vidas. Por isso quero saudar a cada um nesse momento, deixar para que posterior a todos os debates eu possa fazer as minhas considerações sobre o requerimento e agradecer a presença de cada um e a todos e que tenhamos uma boa jornada em defesa não só da saúde, do alimento, e principalmente na vida da humanidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para abrir os nossos trabalhos, eu acho que o ideal é começar com o Sr. Carlos Lancia, até porque ele é Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral, ABINAM, e obviamente vai trazer para o debate a visão do segmento, a visão de quem enfrenta os problemas e de quem enfrenta

as dificuldades e precisa obviamente dessa parceria com o Senado Federal, com a Comissão de Agricultura, com o Congresso Nacional. Então tem a palavra o Sr. Carlos Lancia.

Aqui, deixa eu só dar um orientação quanto à realização dos trabalhos. Neste primeiro momento o expositor fala por dez minutos, obviamente, aqui é uma Casa Legislativa e como tal, o rigor sede lugar para a racionalidade, para a necessidade, então, o que nós queremos é que as informações que sejam úteis, e que sejam necessárias trazer à colação seja produzidas, mas se for necessário utilizar um tempo maior que esse, que o faça com a maior racionalidade possível. Nós não vamos tolher a palavra de ninguém, em razão do tempo, porque acreditamos que todos vão pautar por essa linha da racionalidade.

Então com a palavra o Sr. Carlos Lancia. Eu convindo o Senador Neuto De Conto para tomar assento aqui na Presidência, porque eu vou ter que dar um pulo na Comissão de Constituição e Justiça para fazer, exarar um parecer e volto logo em seguida.

[troca de presidência]

SR. CARLOS ALBERTO LANCIA: Bom-dia a todos. Eu cumprimento o Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Valter, o Senador Neuto De Conto pela oportunidade que nos está dando de apresentar os problemas do setor de água mineral, o Dr. Carlos Nogueira do Ministério das Minas e Energia, o Dr. Luiz da ANVISA, o Dr. Jefferson Rodrigues da Secretaria da Fazenda. Gostaria também de agradecer a presença dos senadores e senadoras aqui presentes, e nominar aqui a diretoria da ABINAM que está aqui presente, o Sr. Guto Mocellin, Presidente do Conselho de Administração da Água Mineral Ouro Fino do Paraná, o Sr. Amilton(F) Schincariol, do grupo Schincariol e da Água Mineral Schin; o Dr. Carlos Pedrosa advogado da ABINAM, Dr. Gabriel do Grupo Edson Queiroz Minalba Indaiá; Dr. Robson, da Água Mineral Ingá; o Dr. Ricardo da Água Mineral Aldeinha de São Paulo, Ingá de Belo Horizonte; Dr. Humberto Veras do Grupo Edson Queiroz e o Dr. Chico Alves também Grupo Edson Queiroz. E cumprimentar a todos os aqui presentes.

Nós vamos começar falando sobre água mineral e é importante que todo mundo lembre que água mineral faz parte do nosso ciclo hidrológico, há 600 milhões de anos atrás, a atmosfera atual era mais ou menos parecida com a que hoje. Então nós tivemos a formação do ciclo hidrológico, ou seja, a água provinda do sistema, uma parte dela cai, outra parte infiltra, outra escorre e outra evapora, formando assim um ciclo hidrológico, graças ao ciclo hidrológico que a vida é possível. Então nós temos que lembrar que a

água é um bem renovável, ou seja, aqui está a primeira característica de um bem renovável. E a formação da água mineral, quando a água infiltra, ela vai passando pelas rochas e vai carreando os sais minerais até encontrar uma rocha impermeável onde satura e forma jazidas de água mineral. Ela pede ficar lá aprisionada e ser extraída através de poços tubulares ou ela pode vir à superfície através de surgências. Então a água mineral pode encontrar a natureza como surgência natural ou como captação através de poços tubulares. Próximo, por favor.

É importante a gente definir a água mineral de acordo com a legislação brasileira. O Decreto 7841, de 08 de agosto de 45 criou-se o Código de Águas Minerais e a definição de águas minerais, e lá está definido que são aquelas águas provenientes de fontes naturais ou artificialmente captadas que possuem composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns com características que lhe confirmam uma ação medicamentosa. Aqui está o grande diferencial, a água mineral confere uma ação medicamentosa, se nós trouxermos a redação à luz atual, na linguagem atual da Língua Portuguesa, nós trocaríamos a ação medicamentosa pela ação funcional. E no capítulo sete e no capítulo oito se estabelece se os critérios químicos e físico-químicos para uma água ser considerada mineral. Então nós temos um produto totalmente diferenciado do recurso hídrico, é uma jazida definida, quantificada, qualificada, que está dentro do ciclo hidrológico, ou seja, nós temos águas centenárias, como o caso as Águas Imperatriz lá de Santa Catarina, nós temos águas centenárias como a Ouro Fino, nós temos água centenárias como a Prata, enfim, nós estamos aqui um produto nobre, não exaurível, que se mantém através das condições hidrológicas e através de uma captação segura, sempre a mesma composição e tendo um produto nobre.

É importante também nesse momento que se tem o conhecimento, o vem a ser a lavra de água mineral, no Código de Águas Minerais, tem uma definição de lavra que vale para todas as outras substâncias minerais, mas no caso da água mineral é diferente, a lavra de água mineral não é a captação, não é o poço, não é a surgente; ela compreende a toda etapa desde a captação, condução, distribuição e aproveitamento, são todas as etapas, então a lavra não é o poço como muitos pensam, ou não é a surgência, como muitos pensam, isso é um fator importante para nós podermos entender o que nós vamos apresentar em relação aos tributos posteriormente. E também o art. 31 deixa bem claro que eu só posso vender água se ela estiver em condições higiênicas impróprias para o consumo, ou seja, eu não posso vender uma água que não esteja

própria para consumo humano, isso é de fundamental importância para nós entendermos a questão da CFEM e a questão dos impostos que incidem sobre a água mineral. Próximo, por favor.

Em 1945, no Código de Águas Minerais, o art. 37 já trazia que a água mineral tinha que ter no máximo 8% de impostos, então naquela época já se sabia a importância da água mineral, que não poderia ter uma carga excessiva, infelizmente no Brasil nós vamos mostrar a carga tributária na água mineral gira em torno dos 50%. Então é importante a gente saber que esse limite que está aqui foi estabelecido no Código, vale em relação ao Código de Minas e que nós esperamos que a partir de hoje se tenha um entendimento e uma agenda positiva para que a gente volte a trabalhar com impostos justos para água mineral, como já se pensava em 1945. Quero deixar bem claro que embora o Código seja de 45, ele está altamente atualizado, se eu comparar o Código de Águas Minerais com o Código Alimentar o capítulo água mineral, ele está atualizadíssimo, ou seja, não está ultrapassado, ou seja, as pessoas que o fizeram eram muito inteligentes e tinham uma percepção do futuro. Até a questão ambiental no art. 13 do Código de Águas Minerais estava previsto. Para você ver como foram douts as pessoas que elaboraram o Código de Águas Minerais. Por favor, o próximo.

Nós vamos falar agora, foi necessário dar aquela introdução para poder compreender melhor o que nós vamos falar aqui, vamos falar de CFEM, que não é um tributo, é a compensação financeira sobre a exploração mineral e os tributos incidentes, PIS e COFINS, ICMS próprio, substituto, contribuição social sobre o lucro, impostos de renda de pessoa jurídica, IPI nos insumos e a questão da microempresa na água mineral. Então a CFEM, ela foi estabelecida na Constituição de 88 através do seu art. 20 inciso I, que é devido aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos órgãos de administração pública da União como contra prestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Eu e o Dr. Pedrosa passamos dois dias na biblioteca do Senado para estudar por que é que foi colocado a CFEM e o porquê desse artigo e nós lá nos autos descobrimos, está lá à disposição de todos, que ela criada porque a jazida, um bem mineral é exaurível, ou seja, ela vai à exaustão, uma mina de ouro é exaurível, uma mina de diamante, enfim, então a CFEM foi criada para compensar gerações futuras que não poderiam usufruir dessa riqueza naquele momento que ela foi explorada e as alíquotas foram de 3% para minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio, 2% para minério de ferro fertilizantes, campeão mineral e demais subs-

tâncias mineral e aqui eu botei um parênteses, água mineral, e também tem ouro e as pedras preciosas. Próximo, por favor.

Os recursos da CFEM vão para onde? 12% ficam com União, 23 para os estados da federação produtora e 65 para o município produtor. Então a CFEM é distribuída dessa maneira e não pode ser utilizada na forma de impostos, tem que ser utilizada para compensar as gerações futuras em relação à degradação que aquele minério provocou ao meio ambiente e essa riqueza que gerações futuras não vão poder usufruir dela, por isso é que foi criada a CFEM. Próximo, por favor.

Aqui é de fundamental importância saber sob qual valor a CFEM é incidente. Então, de acordo com a Lei nº 7.990 art. 6º diz o seguinte: *“A compensação financeira de exploração de recursos minerais para fins de aproveitamento econômico será de até 3%”*, importante agora guardar isso aqui, *“sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral”*, ou seja, só tem CFEM quando ocorre a venda do produto mineral, se não há venda não há incidência do CFEM, e aqui vem de fundamental importância, *“obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação mineral”*. É dessa maneira que a CFEM tem que ser cobrada, mas infelizmente não está sendo cobrada dessa maneira. Próximo, por favor.

E aqui nós vamos mostrar aqui, como é o fluxograma da produção do bem mineral e vamos mostrar isso em relação ao slide anterior. Então nós temos a captação, lembrar que lavra não é só captação, é todo o processo que vai de captação até a formação do produto acabado. Eu tenho o transporte e eu tenho aqui a parte de filtragem que corresponde à etapa de beneficiamento, quando eu falo em relação à legislação do CFEM, depois eu venho e passo por um tanque, transiro através de transporte e venho para enchedora. Aqui entra a embalagem, ou seja, nesse momento eu coloco a embalagem, por isso que eu mostrei o art. 31, eu não posso vender água imprópria para consumo, eu só consigo vender água mineral se ela estiver acondicionada em uma embalagem, então a embalagem passa ser o quê? Um meio de transporte, porque se eu pegar essa água a granel e for vendê-la, ela vai chegar contaminada ao consumidor. Então não há venda, não há geração de venda, então o art. 6º está bem claro, só tem CFEM quando há a venda do bem mineral. Então, portanto a CFEM, as embalagens não podem fazer parte do cálculo da CFEM, o que tem que ser feito o cálculo exatamente é sobre a água existente, ou seja, o que está dentro desse copo aqui na mesa, eu não posso cobrar CFEM sobre a tampa, sobre o

rótulo, sobre a garrafa, enfim, isso aqui no nosso entender tem que ser corrigido. Por favor.

E o DNPM fiscalizou as empresas de água mineral e fez o seu memorial descritivo para a fiscalização da água mineral. Tudo que eu falei até agora é importante para a gente entender que houve uma fiscalização e essa fiscalização acabou culminando em processos de colocação no qual nós estaríamos devedores, no qual nós não estamos devedores. Por favor, o próximo.

Aqui ele colocou a parte de como seria cobrada a CFEM, os valores dos cálculos para quem não tivesse pago os impostos, ou seja, as correções monetárias e colocou um índice chamado IPA – Índice do Preço do Atacado, que era um índice acadêmico, não deveria nem fazer parte da colocação. Colocou o juros existentes para quem não tivesse pago e tivesse que recolher o atrasado, e aqui chega o problema, quando faz apuração da metodologia, quando faz apuração da metodologia só foi considerado o ICMS devido, ou seja, ele tomou como base o valor da operação a relação do RAL, então ele pegou o RAL, que é o Relatório Anual de Lavra e tomou como base o RAL para começar a fazer o cálculo da cobrança da CFEM e comparar com os valores já pagos, só que o RAL de 1991 a 2000 trazia mensalmente a produção do minério, mensalmente, a venda também mensalmente, mas não em valores, mas sim em quantidades, e trazia o faturamento bruto total e os impostos recolhidos do ICMS apenas, ou seja, não tem como base no RAL eu cobrar a CFEM, que é um valor mensal, houve uma distorção de valores aí, ou seja, pegou-se o faturamento bruto anual e fez uma divisão mensal, ou seja, o RAL não serve como base para cobrança do CFEM como foi cobrado. E mais ainda, na apuração ele só considerou a venda do bem mineral, ele não considerou, ele considerou só aqui, quando ele foi cobrar aquilo que eu apresentei, a metodologia de cálculo que todos os mineradores receberam, ele só considerou isso aqui, o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral e descontou o ICMS informado lá no RAL e esqueceu de levar em consideração a última etapa do processo de beneficiamento adotada na estação mineral, então ele omite na cobrança, ou seja, quando ele vai fazer a metodologia, ele simplesmente omite ou esquece de respeitar o art. 6º, que não poderia jamais ter acontecido. Por favor, vamos passar.

E se nós formos agora e entrarmos na internet no site do Ministério das Minas e Energia, do DNPM, nós vamos encontrar lá, está escrito lá, sobre qual valor incide a CFEM? Sobre o faturamento líquido obtido proveniente da ocasião do produto mineral, entendendo-se por faturamento líquido o valor da venda do produto mineral deduzidos o os tributos ICMS, PIS e COFINS,

ora, se lá está escrito isso no próprio site, como é que na hora eu cobrar e mandar cobrando, eu esqueço de falar de PIS, eu esqueço de falar de COFINS e no RAL daquela época não tinha campo para informação de PIS e COFINS, mas era sabido disso, que existia o PIS e COFINS. Porque nós temos um acordo chamado Plano de Aproveitamento Econômico, que é o PAE, nós só podemos explorar de acordo com o PAE e lá está escrito isso, ou seja, se esqueceu desses tributos e se esqueceu também de levar em consideração aquela parte do beneficiamento e desenvolvimento(F) mineral. Então este é um ponto que nós estamos colocando na agenda aqui, no qual nós entendemos que todo esse processo da CFEM é nulo, em função desses erros muito básicos, ou seja, respeito ao art. 6º, tem que ser totalmente revisto e ser considerado toda a etapa do processo. Próximo, por favor.

E para mostrar que nós estamos falando muito sério sobre isso, a Receita Federal, o Dr. Jefferson está aqui, o Decreto nº. 300, de 1999, ou seja, um ano após a Constituição de 89, um ano após a substituição da cobrança da CFEM, ele trata sobre a exaustão de lavra, o art. 1º, o art. 30, o próximo, por favor; e ele chega lá e diz seguinte: *“O disposto neste artigo não contempla a exploração de jazidas minerais inesgotáveis ou de exaurimento indeterminável, como as de água mineral”*, então aquilo que eu expliquei do ciclo hidrológico, a importância que eu ter explicado aqui inicialmente, é para mostrar que a Receita Federal, em 1999 já reconhecia na água mineral como bem não exaurível, então é o seguinte, na hora que eu vou fazer o meu imposto, minha parte contábil, ou seja, a minha DRE, e podia usar a exaustão de lavra eu não posso usar, na hora que eu vou cobrar a CFEM aí eu posso cobrar. É mais ou menos assim: eu ganho, nós empatamos e você perde. Então é essa a questão que nós temos que colocar o seguinte. Ora se a Receita Federal em 99 já reconhece e em 2009 retifica o regulamento e continua falando sobre isso, ora, não tem incidência de CFEM na água mineral, porque o art. 10 do código de mineração diz o seguinte: *“Reger-se-ão por leis especiais...”* está lá a água mineral e se eu voltar nas alíquotas, eu botei entre parênteses porque quando fala *“as demais substâncias minerais”*, ele está falando no código de mineração de todas as substâncias minerais, mas o art. 10 a água mineral, ou seja, já é por lei especial, então o legislador conhece a código de minas, conhece o código de mineração, ele sabia que a água mineral não fazia parte desse cálculo, ele sabia disso. É só ir lá nos autos, então botei entre parênteses porque as demais substâncias, que no caso ele não está se referindo a água mineral 2%, ele está se referindo às outras, e o art. 10 é só olhar no código

de mineração, nós podemos que se reger-se-á por um lei especial a questão da CFEM.

Então, concluindo, em relação à CFEM. Nós entendemos que a CFEM pela própria formação do ciclo hidrológico, pelo próprio reconhecimento da Secretaria da Fazenda, pela própria situação do bem, da existência de nossas empresas há mais de 100 anos, há mais de 50, não incide CFEM sobre a água mineral, mas se por acaso ainda se quiser se discutir a incidência, se houver a incidência, uma discussão jurídica disso, ela só tem que sair sobre o bem mineral, sobre o líquido existente, eu não posso ignorar o art. 6º, eu ia só até o faturamento líquido, ou seja, esquecer a parte do beneficiamento e a última etapa de transformação mineral. Não pode acontecer isso, eu não posso ter uma fiscalização aonde se escreve a metodologia e na metodologia escrita pega o art. 6º e vai até onde convém, aonde não convém não vai, então isso que nós estamos colocando em relação à CFEM para ser realmente debatido, ser colocado e que tenha uma agenda positiva em relação a esse tema de real importância para o setor de água mineral.

Mas não para por aí, embora a CFEM não seja o tributo, nós vamos continuar falando sobre os tributos incidentes. Por favor, para frente. Que nós temos como oscilar o PIS e COFINS que está no site do DNPM, nós temos o PIS e COFINS, o PIS e COFINS da água mineral, eu posso estar no regime especial ou posso estar no regime geral, se eu estiver no regime geral, incide 20% de PIS e COFINS da água mineral. Se eu estiver no regime especial, eu tenho as alíquotas de 14%, calculo pelo valor de pauta e aqui eu quero parabenizar a Secretaria da Fazenda que dividiu o garrafão e os demais produtos, fazendo uma justiça aqui às embalagens de 10 e 20 litros, o Dr. Jefferson e sua equipe, que compreendeu essa necessidade e viu a total lógica e criou os valores diferenciados para o garrafão de 10 e 20 litros retornável e para as embalagens descartáveis.

Mas eu quero trazer uma comparação aqui com o iogurte. Se eu for comprar um iogurte, se eu pegar um copinho de água mineral é o mesmo copo que o iogurte usa, é a mesma tampa que o iogurte usa, só muda o produto; eu tenho alíquota zero de PIS e COFINS, então a nossa reivindicação nessa agenda positiva é que a água mineral por ser um produto, como o Senador Neuto De Conto falou, o produto mais importante depois do ar é a água, é a vida, que ele se equipare e venha para a cesta básica também, que o iogurte entrou nessa condição especial em função de uma necessidade de você alimentar melhor as crianças, então no caso a água mineral é uma necessidade de saúde pública, é uma necessidade, nós chegamos

onde não chega a água de rede pública. Se os senhores forem na favela, os garrafões de 10 e 20 litros estão presentes, onde infelizmente não chega a água de torneira, que os recursos são finitos e demanda muito recursos, embora o nosso elemento básico tenha melhorado muito. Então a nossa reivindicação na agenda positiva é que o PIS e COFINS tenham o mesmo tratamento dos iogurtes e venham para a cesta básica. Próximo, por favor.

Agora vamos chegar à questão do ICMS da água mineral. Nós temos aqui a origem e temos aqui o destino. Quando a gente vê e vê na imprensa, temos que falar que a reforma tributária, temos que falar em IVA, na água mineral já existe o IVA. Como assim, Lancia? Existe o IVA. O que aconteceu? Antigamente eu tinha o estado de origem, eu tinha, por exemplo, alíquota 7%, eu vendia para aquele estabelecimento comercial, ele comprava, se creditava e revendia o produto, hoje não existe mais isso, o que existe é o seguinte: água mineral está junto com cerveja e refrigerante, é considerada uma bebida, então vai para o preço de pesquisam de mercado. Então todos os estados da federação vão e pesquisam o preço do mercado e aplica a alíquota na ponta, alíquota interna, então alíquota interna é 17, 18, 19 e 12%, que é a melhor alíquota aqui do Estado do Paraná, e eu queria aqui elogiar o Governador do Paraná, que não foi só pela água mineral, a sua política de agenda positiva que reduziu a carga tributária de enorme quantidade de produtos e fez a curva ABC, ou seja, os produtos de maior importância acabaram tendo uma carga tributária maior e os outros produtos, menor. Então na realidade é o IVA, hoje por quê? Quando eu vendo uma água mineral para o restaurante de nome A eu recolho o imposto dele antecipadamente, então para ele é custo isso, e a Receita quando vai ao mercado, a Receita Estadual, eu pago sobre aquele preço praticado no mercado. Então na realidade já se institui o IVA porque cada vez mais produtos e produtos estão entrando na substituição tributária e a substituição tributária é inflacionária, ou seja, a substituição tributária faz que os produtos fiquem mais caros. Como assim? É o seguinte, para o comércio varejista, para a loja de conveniência, para o autosserviço, qual é o preço do produto? Para ele é custo. Ele joga o lucro em cima do preço de compra total. Então ele joga o lucro sobre a substituição tributária. Então nós temos uma geração de 10 a 15% em todos os produtos de água mineral que estão na gôndola e os demais outros valores mais caros, se existisse o IVA como existe lá fora, o imposto cobrado na ponta, que já existe na prática no Brasil, mas na ponta, os nossos produtos estariam entre 10 e 15% mais baratos. Substituição tributária é uma cobrança de impostos perversa, que encarece o

produto, encarece o custo de vida das pessoas, tem que ser revista a substituição tributária. E aqui está um exemplo: Aqui uma nota fiscal comprada na França, a embalagem é 0,5 litro, 500cm³, aqui na Espanha, embalagem está 0,5 litro, estamos falando do mesmo produto, mesma embalagem em dois países diferentes. O IVA na França é 5.5%, o IVA na Espanha é 7%, o nosso código traz no máximo ou oito, ou seja, então é o seguinte, não justifica cobrar IVA, imposto sobre o valor agregado de 17, 18, 19%, ou seja, o IVA já está implantado, a água está aqui como bem de primeira necessidade, na Europa, na França, ou seja, todos nós sempre falamos sobre a França como referência ambiental, como referência em tudo para nós, a Europa e os Estados Unidos. E se eu for ao México, a alíquota da água mineral no México para embalagens de 10 a 20 litros é zero, e se eu for no Paraguai, o nosso vizinho aqui, é 10%. E eu vou mostrar no final para os senhores quanto é a carga tributária total na água mineral. Próximo, por favor.

E quem está no SIMPLES? Quem está no SIMPLES, pior ainda, porque é o seguinte, parabéns ao Governo Federal pelo simples, mas só que os governadores fizeram o quê? Botaram os preços no regime de substituição tributária, então eu pago o imposto lá da ponta do comércio, ou seja, e a substituição tributária não entra, então eu pago lá o imposto da substituição tributária na ponta e pago o mais o do SIMPLES, então é o seguinte, fica mais caro eu estar no SIMPLES ou ter substituição tributária é um péssimo negócio, então o Governo Federal faz e o Estadual foi lá e desfez. Então nós processamos criar uma agenda positiva em relação a isso porque a substituição tributária eu tenho que pagar, que é o imposto pago antecipadamente pela indústria devido pelo comércio varejista e atacadista, então a relação ao SIMPLES acontece isso.

E nós temos ainda o lucro real e o lucro presumido. Eu só coloquei como exemplo para poder justificar o slide seguinte. Então nós temos a situação do lucro real e do lucro presumido são formas de cálculo diferentes para chegar ao valor da contribuição social e do lucro, para a gente pagar a parte, pagar o Imposto de Renda. Próximo, por favor.

Aí eu chego no final para mostrar esse breve apresentação muito resumida do que vem a ser a carga tributária. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a água de coco é 34,3%, água mineral 43.91, o refrigerante 43.91 e a cerveja 54.80. Mas pasmem os senhores, até três, quatro meses atrás, a cachaça estava na cesta básica, se eu comprasse cachaça, eu tinha o benefício importante, quer dizer a cachaça estava, ou seja... Só que o seguinte, quando eu compro uma embalagem, um copo eu compro um

caixa, eu tenho o IPI nos insumos, no refrigerante o produto tem IPI na venda, a água mineral não tem IPI, porque um bem mineral não tem existência de IPI; a água mineral não existe incidência de IPI, está bem claro na constituição, é um bem mineral, nenhum bem mineral tem existência de IPI. Então quando eu pego o IPI nos insumos, eu acabo encarecendo a minha carga tributária em média 10%, vai variar de estado para estado em função daquelas alíquotas que variam, e eu acabo tendo uma média de 47.22. Esse assunto nós já levamos à Secretaria da Fazenda, o Dr. Jefferson, e eu tenho certeza que ele está estudando isso e isso aqui é uma coisa simples, ou seja, todos os insumos que são vendidos para água mineral não têm que ter incidência de IPI, senão você acaba tendo o quê? Você acaba tendo um custo, ele passa a ser um custo no produto. E quando eu coloco a CFEM, que não é imposto, mas a CFEM entra no cálculo, eu vou para 57,43% que vai depender, claro, se a empresa está no lucro real, lucro presumido, que estado que ela está. Então é o seguinte, então eu tenho uma carga tributária, embora a CFEM não seja a carga tributária, altíssima. Nós temos que incluir a água mineral como um produto de primeira necessidade, um bem substituto direto da água de torneira na cesta básica, é a nossa reivindicação essa. E o IVA para água mineral e para todos os [ininteligível] já foi implantado, ninguém pode continuar pagando valor de substituição tributária a alíquota 17, 19%, 18%, são correções que devem ser feitas de imediato.

Cada assunto desse a gente podia explorar aqui de forma muito mais profunda, mas o tempo nós temos que respeitar, eu fiz um breve apresentação abrangendo toda a cadeia e a importância de eu te explicado o ciclo hidrológico, as questões do código de minerais, para poder se entender toda a sequência existente. Srs. Senadores, senhores, Carlos, é isso que nós tínhamos que apresentar em nome aqui da ABINAM. Agradecer essa oportunidade ímpar que nos foi dada, nós temos certeza que através da agenda positiva, através da inteligência do Ministério de Minas e Energia, o Prof. Carlos que nos conhecemos há tempo, um grande cientista e foi professor do [ininteligível] e nós estamos diante de uma pessoa... Através do Dr. Jefferson, da Secretaria da Fazenda, da ANVISA aqui presente, que a ANVISA tem uma participação muito importante na construção da ABINAM. E queremos dizer o seguinte, nós temos 30% da reserva de água mineral do mundo. Nós temos a maior reserva de água mineral do mundo, queremos ser ainda um grande exportador de água mineral; agora para isso, para você exportar a primeira coisa que você tem que fazer é regularizar o mercado interno, sem você resolver as questões do mercado interno,

esses entraves burocráticos, se a gente resolver a agenda junto com a ANVISA, que está faltando pouca coisa e a agenda junto com o Departamento Nacional de Produção Mineral e da Receita, nós encontramos dificuldades em fazer essa exportação, porque nós estamos competindo com empresas da França, da Itália, que tem altos volumes de produção.

Então nós temos que fazer crescer o mercado interno para dar base e reduzir o [ininteligível] e podemos fazer a nossa exportação, e nós temos a melhor água mineral do mundo, isso não é arrogância, isso é verdade, nossas águas são leves e saborosas, basta você comprar uma água importada você vai ser que você começa a tomar começa a inchar, quem viaja e vai para Europa, vai lá e se incha. E lembrar o seguinte: é o produto de exportação da França, a França exporta a água mineral, você vai na Europa, embora você tenha água da rede gratuita na mesa, todo mundo pede água mineral, assim os Estados Unidos. E uma coisa importante que deixar claro aqui: tem saído na imprensa que nos Estados Unidos está proibido os estados, alguns estados proibindo a venda de água mineral, não é água mineral aquilo, a tradução está errada, aquilo se chama água mineralizada, por que essa proibição em algumas prefeituras em Nova Iorque? Porque aquela água ali pega da torneira trata, coloca os sais e vende. Quando os americanos descobriram que estavam comprando um produto que vinha da própria rede pública deles, eles ficaram indignados, só que aqui no Brasil quando surgiu há mais de dez anos, o Brasil foi contra o produto, porque no Código de Águas Minerais já existia como solução salina artificial, aí os interessados saberiam que o nome solução salina artificial não venderia o produto, solicitaram para criar uma portaria na época no Ministério da Saúde para ter esse produto no Brasil, que é desnecessário.

Então resumidamente é isso. Eu agradeço a atenção de todos e espero que isso possa provocar um debate amplo entre todos nós aqui. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu agradeço a exposição do Dr. Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Água Mineral, ABINAM, pelas explicações. As perguntas e os debates vão ser depois. E continuando, ouviremos agora o Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário Adjunto de Geologia e Relação do Ministério das Minas e Energia.

Com a palavra Dr. Carlos.

SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR: Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer o convite em nome do Ministro Edison Lobão para estar presente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar

do assunto de água mineral nas questões de exploração, tributação e uso. Cumprimentar o Sr. Presidente dessa Comissão, o Sr. Valter Pereira, o Senador Neuto De Conto, que foi o proponente dessa audiência, fazer uma breve explanação sem... E se possível, no debate, esclarecer as questões inerentes ao Ministério de Minas e Energia, ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que é o órgão vinculado ao Ministério que regulamenta, fiscaliza o setor mineral brasileiro.

Na proposição nos foi colocada a questão da exploração, da tributação e do uso, eu praticamente vou me alongar um pouco aqui na questão da exploração e do uso porque entendemos que a tributação, o nosso colega aqui Jefferson Rodrigues, da Receita Federal, pode talvez dar uma contribuição maior que pela exposição do colega, Dr. Lancia, mostrou aí que eu acho que mais do que a CFEM, os tributos de um maneira geral incidem mais fortemente nesse setor. E a questão do uso, porque entendemos que a água mineral, dos bens minerais produzidos no Brasil, ele é o bem que a população diretamente consome e não se pode, um país não pode permitir que o mau uso dessa substância, no qual a população entra em contato direto, pode causar sérios problemas à saúde pública, diferentemente de outros bens minerais, que tem rotas e alternativas de processo e de uso. O Ministério de Minas e Energia, nós temos um código de 1967 que o Ministro Lobão tem dito que em vias de levar aqui a essa Casa, ao Legislativo, uma discussão para a melhor, uma reformulação de alguns itens que geram dúvida, inclusive desse tipo, de demanda para melhorar o entendimento do setor, é um setor complexo, nós não poderemos comparar com outros setores, nós temos 80 bens minerais que fazem parte da pauta da cadeia e praticamente nos 5.600 e tantos municípios do Brasil, praticamente todos os municípios estão em atividade mineral, seja de pequena escala, seja de média, ou seja de grande escala. Então é um setor complexo com esses 80 bens minerais, várias cadeias e que merecem tratamentos diferenciados nessas cadeias, nós entendemos o Ministério de Minas e Energia e o Departamento de Produção Mineral entende essas nuances e tem procurado, com as associações, com os seus segmentos representativos, discutir essa pauta isoladamente para depois formar o conjunto de opinião para que tenhamos políticas públicas fortes e que beneficiem a sociedade brasileira, porque estamos tratando de um bem público, que são os bens minerais, que pertencem a todos os brasileiros.

A CFEM basicamente, como foi colocado no bojo dos tributos, nós entendemos e através da pacificação já do Supremo Tribunal Federal, é um preço público como bem mostrado pelo Presidente da

ABINAM, o Carlos Lancia, ele foi criado e destinado ao desenvolvimento dos municípios mineradores em função da exaustão, da possível exaustão da atividade mineral naquele município, que pudessem gerar um desenvolvimento rápido, mas de curto espaço de tempo, em termos de vida, e que aquele município com a exaustão daquela atividade, pudesse sofrer com a saída desses investimentos e dessa arrecadação. É claramente demonstrado o maior beneficiado dessa compensação são os municípios, são 65% destinados aos municípios, exatamente dessa função social que tem esse preço público, 23% dos estados e só 12% vai para a União; e desses 12%, 2% ainda, vai para o Fundo Setorial Mineral, que trata das questões de desenvolvimento tecnológico para aprimorar o setor. Então essa é uma característica, nós entendemos, e entendemos que o setor de água mineral é um setor que tem a sua importância, em função como já bem explicado coloca do ciclo ideológico, do uso, das necessidades básicas da população, entendemos isso, a Secretaria de Geologia desde 2003 vem tratando à miúdo discutindo com a ABINAM e com todos os representantes desse segmento, na busca de melhores ajustes para que esse setor, ele desenvolva, ele passe a ser enxergado pela população como um setor de desenvolvimento, um setor que gera renda, que gera emprego nos seus diversos estados, nas suas diversas regiões do Brasil.

O DNPM tem trabalhado fortemente nessa questão, com relação à questão da CFEM nós entendemos que existe e temos procurado e proposto juntamente, exatamente em várias discussões em reuniões com a ABINAM e com o DNPM de buscar um entendimento da lógica da cobrança desse preço público. O Dr. Carlos Lancia mostrou a lógica da arrecadação da CFEM e existem questões de conceito, como ele mesmo mostrou no seu organograma, a questão do conceito de lavra, ele perpassa o conceito econômico de algumas fases da lógica do engarrafamento e da logística do setor. Então precisa se ajustar isso, nós entendemos, mas os advogados, os juristas, em função da concepção do conceito de lavra, vocês viram, ele vai até mais ou menos o final do organograma onde teoricamente seria e isso são conceitos e precisam ser mudados e explicados como ele muito bem mostrou a intenção desse debate, desse diálogo. O Ministério está aberto, estamos discutindo, a semana passada, se não me falha a memória, houve um congresso brasileiro de água mineral e pela primeira vez houve o Congresso Brasileiro de Crenologia, crenologia é o setor que trata da questão medicamentosa das águas minerais, isso é muito importante, foi criado em Portaria pelo Ministério de Minas e Energia em 2005, isso facilita inclusive o

debate para mostrar a importância de segmentos de água mineral no conjunto do setor, mostrando essa como... Para que serve e quais as utilidades que isso possa ser utilizada pela população.

Com relação ao setor propriamente dito, é um setor que tem mantido um crescimento em relação, tem se estabilizado na questão das pesquisas, dos Alvarás e das Portarias de lavra, nós temos hoje mais ou menos basicamente em torno de 850 Portarias de lavra, quer dizer, 850 autorizações para lavra de água mineral no Brasil, ainda somos, pelos dados e pelos cálculos feito pelo DNPM, um país aquém das necessidades, comparado com países do primeiro mundo ou países que por necessidades de ausência de fontes potáveis, o uso dessas águas são mais fortemente, o comércio é mais intensamente. Então existe um potencial de crescimento, o Governo enxerga isso e temos trabalhado para a divulgação, para que o brasileiro possa inclusive, fazer opção por determinados, eu particularmente entendo que existem diversos tipos de água mineral e essas águas são destinadas também a diversos usos. Temos também problemas com a questão da utilização, temos com o segmento procurado identificar os setores que atrapalham, os setores não, aqueles que atrapalham o segmento com utilização de maneira errônea, com investimentos mínimos para manter um setor que é importante, que nós estamos falando de saúde pública, juntamente com o setor, para identificar quem são esses protagonistas que de um certo modo atrapalham o crescimento daqueles que efetivamente contribuem para o crescimento social do Brasil.

No mais, eu gostaria de dizer que nós estamos discutindo essa questão da CFEM, o Ministro quando assumiu o Governo ele colocou, não necessariamente para a água mineral, o que eu vou dizer aqui não necessariamente se replica para água mineral, mas eu estou falando no conceito, nos estudos que nós temos para rebater algumas críticas que têm sido feitas, nós temos levantado que a tributação nominal no Brasil é muito expressiva, nós entendemos, se você pegar ao pé da letra a tributação colocada como manda o figurino, se você imaginar e ler as leis, a tributação nominal realmente é efetiva, mas para alguns segmentos da mineração, a tributação efetiva às vezes é benevolente. Nós entendemos que... E isso tem estudos feitos, nós temos que equacionar isso, nós estamos primando pelos setores que intensificam a sua agregação de valor, não podemos tratar desiguais de maneira igual, não podemos imaginar que aqueles que agregam valor ao longo da cadeia, gerando inteligências, gerando competitividade, gerando emprego no Brasil, seja penalizado com a mesma alíquota daqueles que simplesmente exportam produtos não industrializados,

produto brutos para o exterior. Não é possível imaginar uma tributação de X% sem levar em consideração para os minérios brutos, sem levar em consideração a Lei Kandir, os minérios brutos brasileiros em função da Lei Kandir é zero de taxação de PIS e COFINS para exportação. Agora, se você for na lei, nominalmente está lá explicitado abertamente os valores que estão, então se você fazer essa composição, de fato vai dar uma composição forte e alta.

Então tem que ser analisado caso a caso, eu não estou dizendo exatamente o caso da água mineral, nós temos acompanhado de perto e discutido com a ABINAM, com o Dr. Pedrosa, com outros membros aqui, que estão aqui, discutindo de buscar e entendemos a importância do setor, mas precisamos chegar num denominador, porque entendemos o pressuposto da CFEM como aquele que traz é o único, entre aspas, arrecadação que justifica diretamente a exploração dos bens minerais, que os outros são embutidos numa série: IPI, PIS, COFINS, Imposto de Renda, o município, estado e a União, isso vai no bojo do caixa do tesouro e o único tributo, vamos dizer entre aspas, *royalties*, compensação que é a CFEM, esse é destinado de fato a um consenso entre os mineradores, que é um tributo social e justo para as comunidades que ali no entorno dessa atividade.

Eu não sei me alongar muito, mais uma vez eu vou dizer da preocupação do ministério e do DNPM com relação a esses temas aqui, da importância do uso da água mineral, da criação da Comissão Nacional de Crenologia, da importância desse segmento no desenvolvimento, na geração de renda, da tecnologia, a evolução que esse setor teve nos últimos anos, é notório, você presta atenção na dinâmica de ocupar os espaços, os tipos de vasilhames, de garrafas, as tecnologias usadas, a questão da nova portaria do DNPM que veio exatamente em conjunto com a ABINAM, com o sindicato, de permitir o reenvase de vasilhames de água mineral que estejam dentro das normas da ABNT, isso foram avanços ao longo desses últimos sete anos, para mostrar a dinâmica e que estamos, o Ministério de Minas e Energia através da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral discutindo com o setor. É importante estarmos aqui para esclarecermos, para mostrar essa parceria que existe e que estamos em busca de soluções que venham não a prejudicar o setor, mas sim, melhorar mais com o desenvolvimento do social de uma maneira geral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COSTA (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior. Ouviremos de imediato também o Dr. Jefferson Rodrigues, Coordenador de Estudos Tributários da Se-

cretaria da Receita Federal, representando o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária.

SR. JEFFERSON RODRIGUES: Obrigado, senador. Eu queria começar só esclarecendo alguns conceitos aqui, que são utilizados, que podem gerar alguma confusão. Primeiro, nós estamos falando e foi colocado aqui inclusive, que a água é um produto, é tão importante depois do ar que seria o produto mais importante, a gente não discorda disso, ninguém pode discordar, mas isso é aplicável principalmente em termos genéricos, água potável.

Eu acho que é importante a gente colocar aqui que a gente está falando de água mineral, que é uma espécie desse gênero de água potável. É interessante a gente saber até, eu não sei se o Presidente Lancia tem esses números, a relevância da água mineral dentro desse volume total de água que é utilizada para o consumo humano. Então essa água mineral, que é um gênero dessa espécie da água potável, ela tem no âmbito federal a seguinte regra de tributação, e aí na tributação também é importante dois conceitos serem esclarecidos, aquele basicamente o tributo direto e indireto. O tributo direto, a gente está falando em Imposto de Renda e contribuição social, que vai sobre o lucro da pessoa jurídica no caso de quem faz a lava e comercializa, e o imposto indireto é aquele que realmente é transferido para o consumidor e eu acho que o foco aqui é esse tributo indireto, um tributo que quem vai pagar é quem consome a água. Nós temos então o IPI e o PIS e COFINS, são basicamente esses dois tributos indiretos que incidem e que são de competência do Governo Federal.

Com relação ao IPI, a legislação realmente já reconhece essa característica peculiar da água, da essencialidade e de tudo mais e até essa pouca vinculação com o produto industrializado. A legislação atual estabelece que a água mineral é não tributável, ou seja, não se paga IPI na água mineral. O ponto aqui que foi colocado é que embora não se pague IPI, há um problema relativo ao IPI das etapas anteriores, por ser não tributável, ele tem que estornar esse crédito, então existe realmente, eu não posso dizer que ela está 100% desonerada do IPI porque de alguma forma realmente vai carregar no custo o IPI eventualmente pago por exemplo em embalagem, devido a essa regra da não tributação, de ser um produto não tributável.

Esse problema, que é residual, não é um problema central porque a água já não paga, ele basicamente teria teoricamente um solução, que seria eu falar assim: “Não, o insumo que for vendido para água mineral ele não pagaria IPI”. Parece fácil e parece simples. Não é. Primeiro porque a gente tem que ter presente aqui que esse segmento de água mineral, e a própria ABINAM

reconhece, esse sabe, é um segmento problemático do ponto de vista de fiscalização, a Receita Federal conhece o suficiente do setor para saber as dificuldades que a gente tem em manter todos os contribuintes em linha e pagando o que é devido. Qualquer regra facilitadora de sonegação é prejudicial, não somente para o Governo Federal que perde receita, como para o próprio segmento. Esse problema de acúmulo de crédito no IPI é um problema, pode ser considerado um problema, nem diria que é um problema, mas é uma regra estabelecida que afeta não somente a questão da água mineral, todo o produto não tributado dentro da tabela vai ter essa característica de ter que estornar os créditos, e nós temos como princípio, de certa forma, estabelecer que, evitar ao máximo o que a gente chama da desoneração por destinação por destinação, ou seja, se eu for desonerar um produto, sempre que a gente faz uma desoneração de um produto vinculado à destinação, ou seja, eu vou desonerar o PET que vai para a água mineral; isso vai gerar um problema de muito difícil controle e que vai prejudicar certamente o mercado, porque aí o sujeito: "Não, eu vou fazer água mineral", pega aquele PET e faz refrigerante e por aí vai. Sempre quando gente faz algum tipo de desoneração vinculado a uma destinação, a gente gera um problema de controle e gera um problema de mercado. Isso é tranquilo e isso vem de uma experiência longa que a Receita Federal tem com isso, não é o problema exclusivo de água mineral, em outros setores, em outros segmentos, em outras situações, nós já enfrentamos esse tipo de problema.

Então devido, ou seja, não enxergamos aí por ser um impacto marginal, que seja um problema grave dentro do segmento. Entendemos que mais grave do que a tributação, ainda que residual, seria uma regra que prejudicaria o próprio mercado porque abriria situações de concorrência desleal, e por analogia a gente fala aí se uma carga tributária elevada pode machucar, a concorrência desleal certamente, ela tem potencial de liquidar, de matar empresas. Então esse é a questão relativa ao IPI. O IPI é um tributo, diga-se de passagem, compartilhado com os estados, então sempre quando a gente coloca na tributação, ele é não vinculado à União quando arrecada IPI, nos casos em que arrecada tem toda liberdade de mexer com a Receita. Daí a gente vai para a questão passando do IPI para o PIS e COFINS. O PIS e COFINS é bom entender, deixar esse ponto também claro, que ele é bem diferente... A lógica do PIS e COFINS é bem diferente da lógica de IPI, primeiro é uma contribuição, isso aí já diz muita coisa, sendo contribuição, ela está vinculada não somente vinculada, como ela está vinculada, a gente sabe, à seguridade, isto é, Receita de

IPI vai para saúde e assistência social e previdência, basicamente saúde e assistência social. Ou seja, é um tributo que retorna principalmente para as classes mais baixas da população, fato. Ou nos termos deveria porque ele está atuando em saúde, em assistência social, entendendo que a classe mais baixa que recorre a serviços públicos de saúde e evidentemente aos programas sociais, qualquer perda de arrecadação de PIS e COFINS tem reflexo negativo para as camadas mais baixas da população. Por isso que nós somos muito cautelosos bastante refratários em relação a pedidos de desoneração do PIS e COFINS. A análise tem que ser muito contida, muito delicada, muito detalhada e com bastante segurança para a gente saber, porque você pode estar colocando uma medida que a princípio, à primeira vista ela parece ser progressiva porque ela vai gerar benefício para as classes sociais mais baixas, mas quando você considera toda a dinâmica, todos os mecanismos de financiamento do serviço, do atendimento público, ela é regressiva.

Eu confesso que eu desconheço a estrutura de distribuição e atendimento em consumo por faixa de renda de água mineral, que me seja convincente a ponto de falar: a hora que eu desonerar a água mineral do PIS e COFINS eu estou estar beneficiando uma classe mais baixa, volto a dizer, água mineral é uma espécie do gênero água potável, então água mineral, como a outra água também, que tem o preço, mas são mercados distintos e a gente está falando basicamente desse mercado, que eu diria que o substrato superior, que é a água mineral. Todos nós conhecemos e sabemos quem são os potenciais demandantes, ainda que tenha sido citado o exemplo aqui de uma favela não atendida por uma rede de água pública de qualidade, que eventualmente poderia demandar água mineral, não sei se é o caso, não sei se é ali que está o segmento, a colocação desse setor. A gente tem um espectro, eu acho que muito mais amplo e diversificado de consumidores desse tipo de produto. Então quando a gente verifica a questão da desoneração do PIS e COFINS, a gente observa muito isso: qual é que o efeito global, qual é o efeito na sociedade, se é de interesse na sociedade que esse produto que vai ter determinada destinação, que esse contribuinte, que esse cidadão que vai ser desonerado, porque a gente está falando no tributo indireto, que ele realmente deve deixar de contribuir para as atividades, para as ações de saúde e de assistência social, o tributo dinheiro não é arrecadado e destruído, ele retorna de alguma forma para a população.

Ainda assim, tem outro ponto que deve ser considerado com relação à água mineral. O PIS e COFINS, a contribuição do PIS e COFINS, ela é cobrada em ge-

ral um alíquota homogênea, eu vou colocar como se fosse a regra 9,25% sobre o preço final de produtos e serviços. Essa é a regra básica do PIS e COFINS, ou seja, a sociedade concordou que sempre quando alguém estiver consumindo alguma coisa, seja produto sobre serviço, do preço daquilo, 9.25 vai retirar e colocar nesses programas, nesse fundo, que vai financiar as atividades de saúde e assistência social. Ok, 9.25. A atual regra de tributação da água mineral como colocada, ela não gera uma carga tributária de 9,25. O cálculo aproximado, a gente vai ver que no mercado essa tributação final do PIS e COFINS, ela varia de dois a 6%, dependendo do tipo de embalagem, dependendo... Enfim, acaba dependendo do preço final, que como é uma tributação, um valor fixo por litro, quanto mais caro o produto menor é a tributação, é a característica desse tipo de tributação. Então, a regra atual de incidência do PIS e COFINS que arrecada tributos que são destinados a ações de saúde, assistência social e previdência no segmento de água mineral já é diferenciada, ela já gera uma possibilidade de redução de carga tributária, não estou considerando o caso de SIMPLES, que reduz mais, muito mais, estou considerando quem estiver na regra da incidência que a gente tem agora, desse novo regime, está pagando entre 2 e 6%. Esse é o ponto com relação ao PIS e COFINS. É a nossa posição.

Por fim, eu queria só colocar, fazer algumas considerações sobre o que foi colocado aqui, a carga tributária final. A carga tributária final de água mineral que foi colocada aqui, que estaria em torno de 40, 44% e citado inclusive alguns exemplos, nota fiscal e tudo de como é que é feita a tributação em outros países. Comparação internacional é uma coisa extremamente complicada de ser feita e tem que ser feita com critério. Vou pegar um caso, México, o México água mineral é zero. México tem uma regra, alimento é zero, qualquer alimento, ou seja, a água mineral é zero assim como caviar também é zero. Não foi uma coisa que foi pinçada, água mineral tem as características assim, por isso assim e assado eu vou dar uma alíquota zero, não, é uma regra que eles têm, alimento humano é zerado, não se paga tributo sobre isso, está tendo uma discussão hoje, atualmente, pega lá e estão tentando colocar uma alíquota de 2% para financiar, para recuperar as receitas do México, dada a crise, não consegue tributar alimento nenhum, a água mineral entra por aí e não se paga.

Quanto esse número de 44% que foi colocado ali, é difícil eu que conheço um pouco da cozinha, dos cálculos e da determinação disso, sem fazer uma visita a essa cozinha, sem conhecer a metodologia, como foi calculado determinado e digerir uma carga tributá-

ria de 44% sobre a água que sobe 57% com a CFEM. Fiz uma conta rápida aqui, que não pode ser, como eu disse, PIS e COFINS vai no máximo a seis, estou colocando 5% de PIS e COFINS, 17% de ICMS, 4% de Imposto de Renda e contribuição social, somando isso eu tenho 26% de carga tributária. É pouco? Não, não é pouco, a carga tributária no Brasil é elevada, se você considera que a carga total no país é da ordem de 37%, a água mineral está dez pontos ou quase 2/3 da carga total, já tem uma tributação diferenciada, não é aquele produto ou bem que está lá entre os mais tributados, já tem o diferencial, e deveria até tirar dessa minha conta aqui o Imposto de Renda e a contribuição social que não tributa a água, ela tributa a renda de quem fabrica e produz água, o que vai reduzir ainda, aí se somar 10%, eu achei um pouco elevado esses 10% de CFEM sobre o preço final. Isso aqui tudo eu estou colocando sobre o preço final, é quando alguém vai lá no supermercado, na gôndola, e pega, quando ele paga naquele preço estaria embutido, grosso modo aqui, considerando essa decomposição que eu disse aqui, 26% sem a CFEM, a CFEM realmente não sei se ela chega a 10% do produto final. Então esse número eu acho complicado, eu acho que ele tem que ser melhor qualificado, tem que ser olhado com alguma reserva até que se conheça exatamente a metodologia que definiu isso.

Então em linhas gerais e fechando, a gente entende que as regras da tributação indireta para água mineral seja no caso de IPI que a gente teria dificuldade de fazer ajustes devido a condições de controle e que é um problema geral para produtos não tributados, assim como no PIS e COFINS que tem essa regra e eu coloquei mais ou menos a diretriz que eu entendo ser a diretriz razoável para ter um critério objetivo de desoneração desse tipo de produto, seria observar essa destinação. Então IPI, PIS e COFINS fechando assim essa tributação, que a gente tem tributação indireta sobre a água mineral.

Eu acho que são esses os esclarecimentos que eu poderia dar e qualquer dúvida posso esclarecer também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço a manifestação do Dr. Jefferson Rodrigues, e passamos então para o Dr. Luiz Armando Erthal, Diretor Adjunto da ANVISA, Gerente Nacional de Vigilância Sanitária.

SR. LUIZ ARMANDO ERTAL: Bom-dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o Senador Neuto De Conto e agradecer o convite que foi feito à ANVISA para participar desse debate.

Talvez os senhores estejam perguntando o que é que a ANVISA, que é um órgão do Ministério da Saú-

de, uma instituição do Sistema Único de Saúde, está fazendo nesse debate. E acontece que pela legislação vigente, o registro da água mineral é feito em conjunto pelo Ministério das Minas e Energia, através do DNPM e no Ministério da Saúde através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então essa é a razão pela qual uma instituição da área da saúde está presente nesse debate. Historicamente, a Vigilância Sanitária tem, ela se pautou por atividades que a gente chama de pré-mercados, ou seja, os produtos e os serviços que são oferecidos à população passam por uma normatização, por uma regulamentação feita pela ANVISA, que é o órgão federal do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e essas normas e regulamentos historicamente visavam autorização de funcionamento de empresas, a liberação da licença sanitária e o registro de produto. Por isso a gente chama de atividade pré-mercados, quer dizer, antes dos produtos e dos serviços serem ofertados à população, eles eram observados e regulamentados pela vigilância sanitária.

Com o passar do tempo e com a evolução da Vigilância Sanitária no Brasil, nós gradativamente estamos tentando desenvolver atividades que façam com que a Vigilância Sanitária passe das atividades pré-mercado para as atividades pós-mercado, ou seja, que o monitoramento dos produtos que são oferecidos à população e que já estão no mercado, seja realizado para verificar a qualidade e a segurança com que esses produtos são ofertados para a população, a investigação, por exemplo, de reações adversas dos produtos que já estão a tempos no mercado e qual é a possibilidade com que isso ofereça algum risco à saúde da população. A própria avaliação de risco dos produtos colocados no mercado são atividades ligadas a essas atividades pós-registro. Então essa transição do pré-mercado para o pós-mercado é uma característica atual da ação da Vigilância Sanitária, é uma evolução que a Vigilância Sanitária está passando. E dentro dessa mudança, dessa faixa de transição de atividades que a Vigilância Sanitária está passando uma das proposições que nós temos feito é a desregulamentação do registro dos produtos. O que seria essa desregulamentação do registro? Seria uma possibilidade de desburocratização para as empresas produtoras. Na área de alimentos isso já vem acontecendo com a criação da ANVISA em 1999 e de 1999 para cá, a ANVISA já desregulamentou o registro de uma série de categorias de alimentos, no momento atual nós estamos pensando em expandir essa desregulamentação para outras categorias de produtos, nessas novas categorias de produtos que estão em estudo, um deles é a água mineral, e talvez esse tenha sido o motivo pelo qual a gente tenha sido convidado.

Como é que funciona essa desregulamentação? O que é quer dizer simplificar o registro ou desregulamentar o registro de produtos no caso aqui da água mineral? Não quer dizer que a ANVISA não vai mais olhar ou observar as condições sanitárias da produção dessa água, muito pelo contrário, a ideia é: simplificando o registro, o registro não passaria mais a ser uma exigência e sim uma notificação de produção, as empresas fariam uma notificação de que estariam produzindo aquele determinado produto e a partir dessa notificação de produção, a ação da Vigilância Sanitária seria basicamente voltada para inspeção das condições higiênico-sanitárias daquele produto. Então no caso da água mineral, a empresa faria a notificação, após essa notificação da produção, a Vigilância Sanitária, seja a Vigilância Sanitária municipal ou estadual em conjunto com a Vigilância Federal faria a inspeção principalmente dos aspectos higiênico-sanitários das instalações, dos equipamentos, do treinamento e capacitação de pessoal da produção e por outro lado a verificação das boas práticas de fabricação daquele produto, no caso a água mineral.

Então nós concentraríamos esforço não mais na análise documental, que é o caso do registro, mas a gente concentraria os esforços na inspeção e no monitoramento da qualidade do produto no mercado, o que no nosso entender é um avanço em relação ao que acontece hoje, a gente sairia da parte documental para uma ação mais efetiva de controle. Isso tudo no âmbito de um movimento também de uma maior transparência da relação da Vigilância Sanitária hoje tanto com as empresas e com o setor produtivo, como com os cidadãos, os consumidores e os cidadãos da sociedade brasileira. Existe um movimento amplo hoje dentro da ANVISA de aumentar a transparência das nossas relações tanto na normatização como no trato dos regulamentos, um exemplo disso foi a publicação nesse ano já da agenda regulatória da ANVISA, foi o primeira das agências reguladoras do Governo Federal, que publicou uma agenda regulatória agora para o ano 2009 e já estamos preparando a agenda do ano de 2010 e demonstrando quais são as prioridades de regulamentação para o ano, permitindo então que tantos as empresas, o setor produtivo, como os consumidores, os cidadãos de maneira geral, tenham conhecimento daquilo que vai ser debatido durante o ano e tenham um preparo melhor para o debate dentro da sociedade. Tudo isso com o objetivo principal da ação da Vigilância Sanitária, que é oferecer à população maior qualidade dos produtos e maior segurança no consumo de bens, de produtos e de serviços que são oferecidos para a população. O objetivo principal da Vigilância Sanitária é a saúde da população brasi-

leira e é nesse sentido que nós estamos trabalhando e assim eu me coloco à disposição dos senhores para o debate posterior.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos o Dr. Luiz Armando Erthal pelas suas manifestações, e como proponente do requerimento para esta Audiência Pública permitem que eu saúde os quatro debatedores pelas brilhantes explicações que trouxeram para essa Casa e para o Brasil, por exemplo, nós estamos sendo gravados e será repetido durante o dia de hoje e amanhã, saudar todos os empresários do setor, saudar o Senador Osvaldo Sobrinho.

Eu acho que tem muito pouca coisa para se ampliar no processo sobre água mineral do que nós ouvimos até aqui. Contudo, gostaria de falar na água geral. Hoje no mundo temos 1 bilhão de pessoas que têm dificuldade no abastecimento de água pela qualidade e quantidade. Já se falou que sem água não existe vida, não há desenvolvimento econômico e nem desenvolvimento social. E o que se debate, e aqui ficou muito claro, é o produto que é mineral, embora se fale que não há impostos, mas é recolhido e entra no custo da produção, o CFEM, é um produto que é comercializado como bebida e é tributado, e é consumido como alimento. Consequentemente, eu entraria na tributação também, o que o Brasil precisa na tributação? Nós temos que reduzir a pirâmide, alargar a base, desonerar a produção e tributar o consumo, como nas economias modernas de todo o mundo e que tem sucesso fantástico neste segmento. E temos exemplos muito fortes produzido pelo Congresso Nacional, em 2006 nós alteramos o PIS e COFINS, ele era pago em cascata, passou-se a débito e crédito nas empresas em geral, porque no processo de água ele entra como custo, ele não entra como impostos, por isso que a taxa do debatedor cai, porque nós calculamos, ela entra no custo e passa a ser um custo mais elevado, e consequentemente o que é que aconteceu na arrecadação? Diminuiu-se de modo geral ao contribuinte e o governo duplicou a arrecadação nesse segmento. Eu cito um outro, em 2007 criamos o Super Simples pequena e média empresa, hoje são 3 milhões e 50 mil empresas enquadradas nesse processo.

Todos tinham medo, os governos do estado, os municípios e a própria União, porque nessa substituição de oito tributos para um único PIS, COFINS, IPI, Imposto de Renda, ICMS, Previdência Social, folha de pagamento entrou numa taxa única, reduziu-se praticamente a tributação pela metade. E o que é que aconteceu no Governo? Passou, quase triplicou a arrecadação, portanto uma reforma tributária tem

que se fazer para diminuir a carga tributária de quem paga e sem tirar recursos dos governos. É possível, sim, nós temos espaços fantásticos para isso, e nós do Congresso sabemos, sabemos que faltas vontade política e só com ação e a participação da sociedade, eu vejo que é possível, não só para água, para todos os segmentos. E eu cito mais um fato, eu tenho defendido que a reforma tributária teria que ser feita agora, para entrar em vigor no futuro Governo, que os futuros candidatos terão a oportunidade de conhecer as normas jurídicas tributárias para colocar em prática, porque dentro de um Governo, por tudo que nós conhecemos é muito difícil, porque o arrecadador não quer perder e pensa que perde, e o contribuinte não quer pagar mais, e pensa que vai pagar mais. E nós temos espaço, temos meio, e temos condição de fazer essa reforma que atinge significativamente a água mineral. Nós colocamos ela como cesta básica.

E para não me alongar muito, eu vou deixar uma pergunta para cada um dos senhores da Mesa, para depois irmos para o debate maior. Eu perguntaria à ANVISA, o nosso querido Luiz Armando, de que a baixa qualidade da água proporciona e principalmente é pública. Hoje 65% dos leitos nos hospitais públicos são pelo uso, malefícios hídricos, principalmente da água e consequentemente do esgoto. E nesta linha de ação é que nós precisamos do Poder Público para que se não tem condição de melhorar as águas públicas, que se permita através da tributação, que chegue aos hospitais, às pessoas mais carentes, a oportunidade de tomar uma água de melhor qualidade, que certamente a redução do tributo vai acabar ajudando o Governo nos seus gastos com a saúde pública. Faria uma pergunta ao Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, de que nós sabemos, de que somos notificados, a classe é notificada, e também cobrada pela integridade, pela embalagem final, o rótulo, a tampa, a garrafa, o líquido, a mão de obra, a energia elétrica que está sendo embutida na água mineral que é o único produto, os demais produtos minerais são só minério, porque não e quando sairá esse marco regulatório para nós termos mais tranquilidade para uma sociedade que quer, que trabalha, que luta e que quer sobreviver na área econômica, social, política, cultural. Perguntaria ao Dr. Jefferson Rodrigues, por que é que água mineral é um bem mineral, é um alimento, e ele é tributado como bebida igualando-se à cerveja, igualando-se a uma série de outros produtos, quando nós poderíamos ter, sim, uma classificação, como nós temos inúmeras classificações diferenciadas para produtos e principalmente este, muito bem debatido no dia de hoje. E ao Dr. Carlos Alberto Lancia, eu indago a ele que se a redução da carga tributária que o Brasil fez

e viu agora na crise, na redução da linha branca, na redução de tributos nos veículos, o que é que aconteceu? Aumentou o consumo, o governo arrecadou mais e consequentemente não foi diminuída a arrecadação e sim ampliou-se e eu pergunto na redução dos tributos não vamos ampliar o consumo e consequentemente a maior tributação?

Eu deixaria essas perguntas para que, após ouvirmos o senador, eminente senador que está no nosso Plenário, Osvaldo Sobrinho, para que junto possam as suas perguntas também fazer parte desse debate. Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, Srs. conferencistas que nos honram nessa manhã nessa comissão, realmente o assunto é de extrema importância não só para essa comissão, como para o Senado da República. Então eu acredito que ela é de extrema importância não só para essa comissão, como também para o Senado da República e para o Brasil como um todo, aliás, é de importância para a saúde desse país, é importante para sentirmos e conhecermos a riqueza que está nas entranhas desse país e que por muitas vezes é maltratada, por muitas vezes é mal cuidada e que, ao invés de nós buscarmos organizar esse setor para melhorar a saúde do brasileiro, nós estamos utilizando-a para ganhar recursos para os cofres públicos, o que deveria ser diferente.

Eu discordo até aqui de que os hospitais têm que ter água de boa qualidade, quem tem que água de boa qualidade é a família lá, para prevenir antes, porque lá já está no final, já está doente, o Brasil lastimavelmente está muito preocupado com a cura e nós temos que nos preocupar com a prevenção, prevenir porque depois de acontecer já não tem muito mais o que fazer, até porque nesse não ter o que fazer, nós também não temos grandes recursos para combater e como não temos, hoje você vê que os hospitais públicos de um forma geral são poucos e mal tratados e os hospitais que é um depósito de resto humano, que ali mendiga, num país tão rico como esse, um remédio, alguma coisa para aliviar a sua dor final. Portanto, nós temos que mudar o conceito de saúde no Brasil, o conceito de atendimento ao nosso povo e tentar buscar lá na base a forma de prevenir, de evitar com que a doença aconteça.

Eu estava na outra comissão ali a pouco quando os nossos irmãos da Ilha de Marajó estavam falando sobre a malária e eu fiquei pensando: Que pena, o Brasil avançou tanto, evolui tanto, melhorou tanto e não deu conta ainda de conter as suas epidemias, hoje volta a febre amarela no Pantanal matogrossense, volta a malária que já era para ser extinta há muito tempo, e elas estão no Brasil como um todo e as mazelas todas estão

aí e nós não tivemos condições de resolver, mas estamos tentando resolver outros problemas bem maiores, que o homem acha que é importante para ele hoje, mas esquece que a vida é muito mais importante.

Mas voltando ao tema central dessa reunião, eu quero aqui parabenizar o Senador Neuto De Conto, que na verdade é um dos parlamentares desta casa que preocupa com a vida. Ele tem nos seus discursos, na sua orientação, no seu trabalho aqui no Senado, pode sentir que a cada dia que ele preocupa com o homem, preocupa com a vida, preocupa com aquilo que pode dar condições melhores à população desse país, e quando se convoca uma reunião como essa e chama os senhores que entendem da matéria para discutir e trazem aqui os principais representantes desse setor para falar sobre o assunto, é na verdade para dizer que nós temos que nos conscientizar de que temos que tomar ações, antes das falas mais ações, a fim de que possamos melhorar essa situação que aí está.

Portanto, essa água que os senhores falam aqui hoje, que é tributada da forma que se tributa cerveja, e eu não sou contra cerveja, muito pelo contrário, eu até gosto. Mas eu acredito que aí já é outro departamento e realmente tem que ser tributado mesmo. Agora a água de uma forma geral é como se fosse a cesta básica, tem que na verdade aliviá-la, a fim até de você possa até beneficiar a toda a camada que está na base da pirâmide social. E quando se fala em água eu acredito que nós temos que aliviar na parte de tributação, até porque esse país é um país privilegiadíssimo no item água, nós vemos países aí morrendo de sede no mundo todo, principalmente aqueles que foram o berço da civilização, eles já acabaram liquidando com tudo que tinha, e nós ainda temos muito e como nós temos ainda muito o que preservar, muito o que buscar, muito o que conservar, eu acho que nós estamos tomando a boa hora iniciativa desse país que está nos dando uma volta de atenção àquilo que nós precisamos cuidar, que é a nossa água. Os temas maiores dessas comissões por aqui todas é meio ambiente, é água, e elogiando o Brasil que ainda tem o maior potencial do mundo, esse negócio e tal. E eu vejo que na verdade nesse quesito nós temos que nos preocupar e bastante, preocupar com essa tributação exagerada que aí está, que devia ser nenhuma, mas preocupar também o zelo dela, resguardando-a para que possa ser uma riqueza do futuro e que a gente possa daqui a pouco, ao invés de exportar somente *commodities*, também para o mundo dizer: "Olha, nós temos água de boa qualidade que vocês acabaram com a de vocês e nós agora vamos ganhar dinheiro com isso também", ganhar lá, aqui não, aqui nós temos que dar ao nosso povo condições para que tenha saúde boa e água de

boa qualidade também. Mas lá, logicamente, já que eles não conservaram o deles, que paguem pela conservação que nós fizemos aqui.

Portanto, eu acredito, Sr. Presidente de que nós temos que fazer toda a força e concentrar no sentido de fazer com que todos voltem as suas vistas para esse setor que é importante. E que essa difusão, ou seja, essa defesa dos bens difusos que a água [ininteligível] desde que nós temos que na verdade continuar a buscar condições para que isso possa acontecer. Mas eu queria, depois dessa digressão que eu fiz aqui, parabenizar ao nosso Senador Neuto De Conto, eu queria aqui fazer alguma... Fazer aqui uma... Depois de fazer uma explicação, logicamente fazer algumas perguntas.

Primeira. O uso da água mineral no Brasil cresce significativamente a cada ano. Nos últimos dez anos, o consumo anual pulou de 2 bilhões e 500 milhões de litros para 7 bilhões e 500 milhões, e a indústria projeta para esse ano um aumento de 10% nessas cifras que aí estão. Eu tenho certeza que esses dados possam ir um pouquinho para lá, um pouquinho para cá, mas na verdade são os dados que eu tenho. Bebemos hoje mais água mineral do que os alemães, italianos, do que os franceses, do que os espanhóis, considerando que a produção mundial anda por volta de 200 bilhões de litros e movimenta mais de 100 bilhões de dólares, considerando também que o Brasil é hoje o quarto produtor mundial atrás apenas dos Estados Unidos, México e China, considerando ainda que a venda da nossa água já superou a venda de refrigerantes no mercado interno, e que água mineral brasileira tem um dos custos mais baratos do mundo, pergunto: que políticas vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal e que medidas têm sido adotadas no sentido de promover e estimular a exportação desse nosso produto?

Segunda. O Código de Águas Minerais e o Código de Mineração define água mineral como um bem mineral, o que para muitos significa considerá-la como recurso hídrico, permitindo assim que a água seja explorada à exaustão. Existem trabalhos acadêmicos que alertam para a vulnerabilidade das instâncias hidrominerais brasileiras frente à expansão dos mercados de águas minerais engarrafadas. Tais estudos apontam para um isolamento entre as distâncias e as suas águas minerais de um lado e as políticas brasileiras de preservação ambiental como a política nacional de recursos hídricos, a política de unidades de conservação e de outro lado o que colocaria em risco tanto a sustentabilidade da produção hídrica, quanto o turismo e os padrões de vida das comunidades residências nessas instâncias, isso posto, pergunto:

como se processa a integração das diretrizes e metas intragovernamentais no que se refere a este tema, especialmente no contexto das relações entre o DNPM e o Ministério do Meio Ambiente?

Terceira. O Ministério de Minas e Energia conta desde 2005 com os trabalhos de uma comissão permanente encarregada do estudo das propriedades medicinais das substâncias encontradas na análise químico-físico das águas minerais. Hoje em dia o turismo de saúde é amplamente explorado pelo mundo afora e o nosso país conta com mananciais de grande expressão, que poderiam ser explorados de maneira sustentável e com rentáveis resultados para a indústria turística. Diante disso, pergunto: o que tem sido feito para promover o aproveitamento das propriedades terapêuticas das águas minerais e estimular a práticas do termalismo das instâncias hidrominerais como atração turística?

Estas eram as questões que eu queria colocar, evidentemente sabendo que outros melhor que eu fariam, mas evidentemente que dentro da minha falta de conhecimento dessa matéria e tendo em vista que nesse Congresso nós temos uma multiplicidade de ações que você precisa tomar, e você não pode conhecer a todos, portanto faço aquilo que posso dentro daquilo que pretendo saber e dentro daquilo que minha curiosidade tenta alcançar.

Portanto, agradeço e antes disso quero parabenizar os Srs. Palestrantes aqui, que nos trouxeram essa oportunidade desse Congresso conhecer mais sobre esse assunto e consequentemente se responsabilizar muito mais por essa política nessa área, que eu tenho certeza que é de extrema importância para a economia do país e para a saúde do povo desse país e consequentemente para a preservação dessa riqueza que nós temos que está aí e que precisamos explorá-la melhor e com mais condições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço a manifestação do eminente Senador Osvaldo Sobrinho. E nós vamos colocar por três minutos a palavra ao Dr. Carlos Pedroza, advogado da ABINAM, gostaria de se manifestar.

SR. CARLOS PEDROZA: Bom-dia a todos. Bom-dia senador, bom-dia a todos os presentes, Srs. Senadores e demais autoridades, antes de falar, eu gostaria de consignar a minha alegria como advogado, como operador do Direito, de estar nessa Casa Legislativa sabedor que na nossa Carta Política, o ordenamento máximo do Direito Positivo é o princípio da legalidade. Então louvo aos senhores e parabenizo por essa oportunidade de estarmos debatendo o tema de tamanha importância e que particularmente trouxe para mim uma paixão à medida que fui conhecendo e estudando

sobre as águas minerais. Eu peço uma reflexão para nós consideramos a tributação e as legislações, mas me cingi na tributação da CFEM, da tributação sobre bens minerais, no sistema anterior da Carta Política de 1988. Quando, então, vigia o imposto único de mineração. Até então, sabedor que pela legislação mineraria o Instituto da Mineração é fomento das atividades e fomento de toda economia do país, o imposto único de mineração vinha comungar com os interesses da nação. Com o advento da Carta Política de 88, surgiu com a exceção do ICMS, a imunidade tributária e objetiva e nela, nós por essa razão que o Dr. Jefferson, com muita sabedoria, colocou da não incidência dos IPI sobre água mineral, o que para mim, como estudioso do Direito Tributário, não caberia inclusive sobre os insumos, porque se a atividade é imune perde-se a eficácia da atividade a tributação do IPI nos insumos, mas é um tema que me parece que havendo aí um prosseguimento dessa agenda positiva, que é o que se espera, nós poderíamos avançar dentro do escopo da legalidade e da Constituição Federal.

Mas voltando ao avançar, ainda que se falasse da imunidade tributária e somente da incidência do ICMS, a questão tributária avançou quando surgiu a discussão sobre as contribuições, o Supremo Tribunal Federal foi taxativo no sentido de que as contribuições não estariam, não seriam protegidas pela imunidade tributária. Então o que temos hoje nas atividades de mineração é uma tributação muito próxima de uma atividade que não é de mineração, que não estaria protegida pela imunidade, com a exceção do próprio IPI sendo que haveria aí toda aquela carga tributária dos impostos e contribuições como qualquer outra atividade. Não consegui enxergar que na carga tributária houvesse uma redução tão pequena, como colocou o Dr. Jefferson, trago aqui a minha posição por conhecer a iniciativa privada. Por exemplo, no PIS e COFINS, sabedor que o ciclo é um ciclo curto, produção, distribuição e venda, eu não consigo diluir isso para dois a 3%. Partindo-se num regime geral de 20.15%, o resultado não me parece chegar nesse número, ficaria muito otimista com essa fórmula, não é o que eu vejo, eu acho que haveria um espaço dentro dessa política de fomento de se buscar efetivamente uma redução da carga tributária na questão do PIS e da COFINS.

Trago também, como cidadão e fazendo parte do sistema produtivo, que eu não posso admitir que pelo fato de que alguns são mal pagadores, de que o setor seja punido com uma tributação maior, isso não estou dizendo para o senhor, mas me parece que é uma política que acaba se adotando pelo Poder Público tributante como geral, eu acho que nós avançaríamos buscando um caminho em que houvesse, como muito

bem colocou o senador, uma justiça fiscal, uma maneira que eu pudesse aumentar as bases diminuindo esses excesso de tributação, mas isso também fica no geral até mesmo para a questão do ICMS. Por exemplo, no ICMS em regime de substituição tributária, o setor sofre muito, como todo setor, ele sofre muito com o custo deste pagamento antecipado, e há uma circunstância muito interessante porque as vendas praticadas a menor não são objeto do ressarcimento pelo contribuinte, então isso implica num resultado que majora excessivamente o contribuinte e a própria cadeia de produção, no ICMS próprio, Srs. Senadores, a situação para determinados linhas envase de água mineral, há uma penalização muito grande. Eu trago aqui a questão dos garrafões, que há um crescimento representativo por ser um produto que se destina a classe mais baixa, de que o produtor quase não tem o crédito, isso implica que por ser um produto retornável não há um crédito de embalagem, poucos insumos que ele se credita, principalmente porque com a Lei Kandir e a prorrogação dela, eu não tenho o critério financeiro do crédito, e sim o crédito físico, acaba-se mais uma vez penalizando o segmento da água mineral natural.

Relativamente a CFEM e vou ser breve e não quero me alongar, para nós como bem colocou o Dr. Carlos Lancia, e somos bastante estudiosos nisso, por mais antipático que se fale, mas dentro do espírito da Constituição Federal não incide a CFEM sobre água mineral natural, nós pesquisamos de fato no Congresso Nacional, e eu tenho todo esse material disponível que religiosamente recorro como se recorresse à Bíblia, e percebo que a CFEM surgiu por dois motivos: o primeiro o impacto econômico que ocorreria com as atividades mineração em geral que são predatórias e o segundo a exaustão do minério. Nessas duas circunstâncias, nessas duas premissas, nós temos uma contramão positiva, favorável para as águas minerais, porque as águas minerais dentro do ciclo hidrológico são finitas e renováveis, o que para mim como advogado, finitas renováveis são infinitas e não há impacto ambiental, pelo contrário, os municípios, a exemplo do município de Lindoia, muito conhecido pelo país todo, ele goza de um valor agregado pela existência das estâncias hidrominerais, ele gera a riqueza, a maior riqueza do município não é o 65% da arrecadação do CFEM, que um dia vai se acabar, dos demais minérios, é a riqueza do fomento e da movimentação econômica que as instâncias hidrominerais alcançam numa economia que se desdobra com essa riqueza com o presente desse bem mineral. Então nesse aspecto de fato, nós temos a plena convicção de que não há, até mesmo pelo que foi apontado pelo Dr. Lancia, na legislação e

no Imposto de Renda que não permite essa dedução na exaustão de minério.

Com relação à base de cálculo, trago aqui uma questão importante e que deve ser... E peço ao Ministério de Minas e Energia, e a essa Casa que nós devemos considerar. O legislador sabiamente quando ele legislou sobre a CFEM, ele buscou um critério que fosse a cobrança da CFEM sobre o valor do minério e não sobre aqueles valores agregados ao minério, não faz sentido lógico que à medida que há uma verticalização da atividade, que é valor agregado no minério, que esta seja a base de cálculo da CFEM, por esta razão o art. 6º da lei 7.900 colocou um termo inicial e um termo final da base de cálculo. Se quisesse o legislador tributar sobre a base de cálculo como um todo, ele falaria: a CFEM incide sobre o faturamento e ponto. Mas sabendo-se que a legislação, que o legislador não insere letras mortas ao seu texto, ele redigiu no sentido que incide após a última etapa de beneficiamento e antes da transformação industrial. Eu chamo a atenção da transformação industrial, porque não é a transformação mineral, eu não preciso ter a transformação mineral para eu estar dentro da etapa de industrialização. E é nesse contexto que quando se pratica a inclusão da industrialização, eu consigo por exclusão chegar ao valor do minério, bem esse que em última análise ainda que eu admitisse que haveria incidência dele para a CFEM, ele não poderia ser contemplado na base de cálculo. Então daí eu teria que de fato excluir as embalagens, eu teria que excluir a marca, o valor agregado da marca, eu teria que excluir os custos dessa comercialização. Isso comunga com toda a legislação do Código de Águas Minerais que surgiu em 1945 e que o legislador do CFEM em 89, conhecedor do Código de Minas de 1967 do Código de Águas Minerais em 45 buscou com sabedoria essa questão. Essa é uma insurgência que nós, e vejo que todo setor de mineração, coloca como um todo, ou seja, aplicar-se o art. 6º na totalidade, sendo que dele eu teria que excluir a etapa de industrialização.

Mais uma outra questão, se o senhor me permite, senador, para não... Não quero me alongar, mas me parece relevante. Determinados atos da administração hoje na arrecadação do CFEM vem penalizando sobremaneira o minerador. Hoje todos os mineradores do país sofrem passivos da CFEM com os lançamentos de débitos apontados pelo DNPM. Não quero entrar na discussão, o CND demorou 16 anos para fiscalizar e que muitas empresas hoje não conseguem arquivar seus documentos 16 anos, até porque pela legislação tributária, os documentos fiscais são arquivados durante cinco. Mas alguns órgãos administrativos acabam

penalizando demais e isso implica num passivo em todas as empresas de mineração.

Vou finalizar dizendo que a Instrução Normativa nº. 6, ela interpretando a lei da CFEM, em que poucos tributos seriam dedutíveis, ela entendeu, num ato administrativo, que seriam os tributos recolhidos e não os tributos incidentes. Ora, se a CFEM incide sobre o faturamento, evidentemente que a dedução tenha que ser sobre o que consta do rosto do faturamento e não a mecânica de créditos menos débitos. Eu coloco um exemplo da seguinte maneira: o minerador que ficou inadimplente com o Fisco e que amanhã ou no momento oportuno veio a pedir o seu parcelamento, ele não pôde deduzir essa tributação e fica numa situação muito desconfortável e pontual no sistema do cotejamento para se buscar esse resultado. Então me parece que esse fórum vem ao encontro dessa necessidade, nós buscarmos a Justiça e lembrar que as atividades de mineração visam o fomento e o crescimento da nação.

Eu quero agradecer a oportunidade e me desculpar pela extensão de minha fala, Sr. Senador. E deixo essa questão para que as autoridades minerárias possam refletir a bem do Instituto das Águas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradeço o Dr. Carlos Pedroza. E tenho mais uma solicitação, agora de um empresário. Vamos ouvir por uns três minutos o Dr. Augusto Mocellin, conhecido por Guto.

SR. AUGUSTO MOCELLIN: Senador Neuto De Conto, demais senadores, Senador Osvaldo Sobrinho, e demais senadores aqui presentes, eu parablenizo a iniciativa do senador em trazer a esta Casa o setor de águas minerais que vem passando por uma transformação significativa, em um momento que eu acredito que o mundo passe por uma transformação significativa. Nós não ouvíamos falar há seis meses ou talvez um ano em pré-sal e hoje o pré-sal é a maior riqueza do Brasil. Nós não ouvimos falar ou nunca tínhamos ouvido falar que o presidente dos Estados Unidos que tem a Coca-Cola como uma das empresas de maior representatividade, falar que vai taxar o refrigerante que vai combater, o Presidente Barack Obama falou que vai combater a obesidade taxando refrigerante, de maneira que a gente vê várias questões voltadas muitas vezes para a saúde, como frisou aqui o Senador Osvaldo Sobrinho, e nós aqui estamos nos fixando no tema da água, na questão da tributação e eu acho que nós devemos nos fixar na questão da saúde pública.

Quando o Dr. Jefferson fala sobre o produto água mineral, o quanto significa numa favela, talvez ele não tenha refletido, ou tenha, como a gente sabe há mui-

tos anos atrás, a água mineral é um produto vendido numa farmácia, mas hoje se a gente vai a um lugar que não tem acesso a água, qual é o produto que pode ser levado a um custo baixo, fora a água mineral? Uma água mineral que custa 20 reais num restaurante fino, custa 20 centavos o litro numa favela. Será que a gente pode colocar 20 litros de leite num recipiente? Não pode, porque ele vai estragar, 20 litros de suco? Não pode. Agora 20 litros de água mineral dura durante 20 dias e sustenta uma família para ela não morrer. Então eu acredito que o tema água mineral, quantos de nós aqui sabíamos que 68% dos leitos de hospitais são ocupados através de doenças transmitidas através da água? Então esse é o tema da água mineral. Nós devemos questionar esse ponto, água mineral não pode ter, mesmo que o senhor fale que não exista taxaçaõ, entre a prática e a teoria existe uma diferença, eu posso mostrar a contabilidade da minha empresa, aonde só o ICMS que nós pagamos lá é 29%, naturalmente que o senhor vai dizer que eu já pago o ICMS substituto tributário que é da outra cadeia, mas ao passo que o meu concorrente não paga, então passa a ser um taxaçaõ extremamente alta para poucos que também não têm nada a ver com a Receita Federal. Mas é uma questão do setor de águas minerais, nós temos que procurar como um todo melhorar o setor de águas minerais. E aí que eu levanto essa questão porque nós devemos nos preocupar numa questão de saúde pública, investir, diminuir a carga tributária, aumentar a água mineral, é um produto de escala, à medida que você venda uma quantidade maior, você pode diminuir os seus custos. Naturalmente que a gente vê as grandes empresas do setor, empresas que distribuem refrigerantes, que distribuem cervejas, que distribuem sucos, distribuem chá porque para ter um vendedor só para distribuir água, para ter um vendedor só, um caminhão só para entregar água, é muito difícil o custo. Então se a gente puder fazer empresas com escala e para ter escala na água nós temos que reduzir o custo.

Então dentro desse contexto, eu acho que é importante nesse momento que seja analisado, que seja questionado, que seja revisto esse tema água, que já é o produto que está, senão em segundo ou em terceiro, sendo que o primeiro é a cerveja, uma bebida alcoólica, o segundo é o refrigerante e o terceiro a água mineral, que dizem no supermercado já é o segundo produto mais vendido. De maneira que eu acho que é muito importante nesse momento a gente refletir sobre esse produto, água mineral, que pode sim gerar riquezas como lá na França, que já é a segunda maior indústria da França, perdendo apenas para a indústria automobilística, não acredito que venha acontecer isso no Brasil, mas é um produto que pode trazer uma série

de economias para o Governo Federal à medida que se invista em água como produto para a saúde, para levar mais saúde à população carente que é a grande preocupação desse Governo. Eu acho que a minha mensagem é nesse sentido, que nós todos possamos refletir sobre essa condição que o produto água mineral tem e que a gente ainda não está explorando e que facilmente eu acredito que se fizer um trabalho em sim disso, nós teríamos um sucesso na melhora da qualidade da vida do brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, meu caro Guto. Vamos para as considerações finais e as respostas das perguntas aqui colocadas. E ouviremos de imediato o Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior.

SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR: Exmo. Sr. Senador Neuto De Conto, mais uma vez gostaria de agradecer a participação do Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, e dos órgãos vinculados, seja o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral ou seja a CPRM, Serviço Geológico do Brasil que gera e difunde o conhecimento geológico, inclusive os conhecimentos geológicos dos recursos hidrogeológicos que o Brasil tem. Esse é um tema realmente empolgante, porque como foi bem dito aqui por todos, interessa à vida, a questão da água do ponto de vista de saúde e de bem-estar.

Com relação às indagações aqui do Senador Neuto, a questão praticamente com relação à gente, que é a questão da CFEM, é uma questão que foi colocada aqui pelo Dr. Pedroza, nós temos discutido em várias reuniões no ministério a questão de... Eu não sou advogado, eu sou geológico, é uma questão de tese jurídica, de entendimento, do conceito do que é lavra e beneficiamento, esse é o ponto chave da questão. Entendendo a questão da água mineral, como na questão da sua transformação, você não muda o produto, atendendo assim como bem colocado por ele, o produto desde que sai da... A não ser das águas que são adicionadas sais minerais e outros componentes e gaseificação, a água natural, normal, ela sai da fonte e vai para o envase de uma maneira natural, como assim estava na natureza. Esses são entendimentos que o processo de lavra, o conceito de lavra e beneficiamento, ele não para simplesmente na questão da extração, existem os processos da industrialização e isso é uma questão que precisamos, e está sendo, por diversas vezes foi tema de discussão com o Jurídico do DNPM mediante a mediação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, para que a gente possa chegar, entender essas nuances como eu bem disse aqui na fala anterior, nós estamos tra-

tando de bens, o Código trata, abarca, uma gama de bens minerais diversos, complexos, bens minerais de baixo valor agregado e de grande produção, minérios de alto valor agregado de baixa quantidade, diamante, no caso, nós mexemos com areia, com argila, nós temos esses problemas em outros segmentos, mineradores que só fazem a extração e vendem o seu produto na mina, mineradores que, na cadeia têm a sua industrialização na cerâmica, quer dizer, vende para ele mesmo e mineradores que têm dentro do mesmo complexo indústria, parque industrial, mineração e parque industrial e mineradora que tem a sua mina deslocada, que precisa de transporte, às vezes de quilômetros para outro local que nós estamos tratando do mesmo bem mineral e isso é uma discussão que precisamos chegar e equalizar para evitar essas distorções do setor.

Entendemos e respeitamos como Secretaria como Ministério e o DNPM vem tentando tratar disso, agora mesmo o Paulo Santana assessor do DNPM me muniu dessa relação que temos com o setor, foi assinada uma portaria de que regulamenta e baliza as especificações técnicas sobre a exploração e uso das águas minerais termais e potáveis de mesa para o envase e uso da população, no Congresso essa portaria foi publicada hoje, a Portaria 374 do DNPM, está publicada mostrando que essas discussões existem e cada vez mais nós, o Ministério, e diga-se DRPM, buscado uma relação de parceria, de entendimento com o setor.

Em relação ao marco regulatório, nós praticamente, a função nossa, existe muita conversa e especulações e eu não sei de onde sai às vezes, nós como técnicos da Secretaria, nós temos a função de propor modelos, nós não somos juristas, tem o jurista do Ministério, vai para a Casa Civil, nós temos que idealizar nessa vivência de sete anos de Governo do que é o setor é e como é que nós podemos melhorar essa dinâmica, então a Secretaria terminou esse arcabouço, esse modelo, senador, e agora estamos essa semana nós começamos, vamos começar a discussão com o setor produtivo e o Jurídico vai depois colocar isso de um forma que seja, quando vier encaminhado ao Congresso para que aqui nessa Casa, que os debates vão acontecer, as modificações necessárias que porventura hajam num projeto dessa magnitude nessa natureza, então esperamos que o nosso compromisso com o Ministro Lobão é até o final do ano isso estar pronto e aí o debate vai exigir articulações e negociações para tratar dessas questões.

Com relação às indagações do Senador Osvaldo Sobrinho, nós por incrível que pareça no Ministério de Minas e Energia a Secretaria é composta por vários pesquisadores, são pessoas que vieram da academia

com título de mestre e doutores, a maioria com doutorado, e a que a gente tem um conceito bem diferenciado do que aqui esse planeta que nós habitamos. A gente foi, a década de 90, a década de 2000 foi pauta da questão do conceito de biodiversidade, foi nos colocada essa questão e nós passamos a esquecer de um conceito muito mais amplo e mais forte do que a geodiversidade, não existe a biodiversidade sem a geodiversidade, e a biodiversidade atrelada à questão da água, do ciclo das águas, representa essa sustentabilidade que nós queremos. Nós somos um país que 75% é água, sobra 25%, nós temos as grandes áreas de desertos que são desabitadas, nós temos as grandes áreas de pântanos que são desabitadas, nós temos as altitudes acima de 3.500 metros que são menos habitadas e aí sobra pouco espaço para a biodiversidade, e nós temos que tratar dessas questões com muita tranquilidade e sabedoria. Então essa é reflexão, eu estou falando pelas falas que foram colocadas do uso da água, eu discordo um pouco que a questão da água não tem exaustão, algumas minas bem trabalhadas, alguns poços, alguma fontes que a gente conhece bem trabalhadas, eu tenho certeza absoluta que durarão eternamente, porque o ciclo hidrológico como foi bem mostrado pelo Dr. Carlos Lancia, ele se repete, mas ele muda, as diferenças climáticas vão fazer com que algumas áreas que podem ser suportadoras de água hoje possam vir a ser demandadas no futuro e nós temos a questão do conceito de mau uso dessas fontes, esse mau uso é que pode causar exaustão dessas fontes, então não é tão infinita como a gente imagina. Então eu acho que a ABINAM, nós do Ministério, do DNPM, temos trabalhado para buscar esse equilíbrio, para que as fontes que hoje produzam, elas continuam produzindo sim, dentro da respeitabilidade e da sustentabilidade ambiental que a gente quer.

Então esse é um questionamento que a gente tem que pensar, porque existe a exaustão econômica de uma jazida, nós entendemos que a água mineral se diferencia por isso, tem um código específico para a questão das águas, a questão da Comissão de Crenologia que foi o primeiro congresso é de suma importância porque nós estamos tratando de um bem de consumo como disse, numa cadeia curta e rápida, onde uma população pode estar consumindo um bem que pode gerar inclusive essas questões de saúde pública, e que nós temos que ter responsabilidade com o manuseio e temos que estar sempre aperfeiçoando essa legislação.

Eu não sei se respondi a todas as questões, mas essas são as minhas considerações, tenho dito e refletido na pessoa do Secretário Claudio Scliar e Ministro Lobão, a Secretaria sempre esteve, estará,

pelo menos durante esse período que estamos lá, aberta a essas discussões e aos setores interessados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Carlos. Ouviremos então de imediato o Dr. Jefferson Rodrigues.

SR. JEFFERSON RODRIGUES: Primeiro, S. Exa., o Senador Neuto De Conto colocou a pergunta se bem entendi porque a água mineral não seria tributada como alimento. Eu gostaria de esclarecer que de fato lá é tributada como se fosse alimento, o que significa ser tributado como se alimento fosse? É não ter incidência de IPI e ter a incidência de PIS e COFINS, que geralmente essa regra, essa regra vale para a carne, vale para o frango, vale para o macarrão, vale para o suco de fruta, que na verdade é só a fruta condensada, então o tratamento é a regra geral de tributação de alimento. Existe, realmente, na legislação algumas exceções, mas não significa todo o produto dado a essa natureza do PIS e COFINS, que é de atender as classes sociais mais baixas, a regra é essa. Então a água mineral, ela é tributada como a regra geral dos demais alimentos.

A colocação aqui também do Dr. Carlos Pedroza. Primeiro, foi feita até uma afirmação como se os setores que tivessem o maior nível de sonegação, foi colocado que não se deveria aumentar ou não seria uma política adequada aumentar a tributação somente porque o setor tem indício ou tem histórico de maior ou menor evasão. Concordamos plenamente e isso nunca foi política da Secretaria da Receita Federal, o que se aumenta nesse caso não é a tributação, é o controle, que se criam regras diferenciadas, regras mais rigorosas para o controle. A água mineral, assim como... E nós temos problemas também de evasão, por exemplo, em refrigerantes também temos em cerveja, foi criado um mecanismo, foi desenvolvido um mecanismo uma forma de tributação formas de controle mais rigorosas que em outros setores que a gente não, que tem um controle, que tem uma segurança arrecadatória maior, então não existe realmente diferenciação por conta de haver ou não sonegação num setor.

O segundo ponto foi colocado como que uma alíquota de 20.15 pode virar 2%? E aí é um pouco a questão técnica, mas isso é fácil de explicar. Nesse novo sistema que foi criado de tributação de bebidas frias e aí incluída a água mineral, que foi criado inclusive de alguma forma em contato com setores, os setores participaram, nós estivemos o Presidente Lancia diversas vezes para fazer os ajustes, para que não houvesse impacto nenhum, principalmente um cuidado muito especial foi tomado no segmento de água mineral. Não pretendíamos que houvesse...

Entendíamos que esse nível de tributação que hoje... Volto a falar, um pouco abaixo que deveria ser de 9,25. Como é que 20.15 vira 2%? Porque existe na verdade uma regra, basicamente seria o seguinte: as empresas que mais resistentes ao controle que não querem ser controladas têm alíquotas de 20%. As empresas que vão adequar e tem toda aquela, vão seguir um ritual, podem optar por um regime de tributação que não tem nada a ver com esse 20.5, que vai ser um valor e aí é exatamente aquela tributação que acontecia desde a instituição do não cumulativo, um valor fixo por litro de água, então se pega o preço final desse produto dividido pelo tributo, aí em média não vai alcançar, eu estou colocando em média talvez dê três, 4%, vai depender evidentemente do preço, porque o valor é fixo. Então o valor que encontra na legislação de 20 pontos não é aplicável, é o regime geral, mas estão todos nesse regime facultativo, qualquer um que aceite os controles podem fazer essa opção. Então por aí que 20.5 cai para 2%. É essa a lógica, isso pode ser feito, isso é matematicamente, isso é tranquilo e foi desenvolvido, a gente calculou esses números e mostrou juntamente com as entidades representativas. Eu acho que esses foram os dois pontos principais da colocação do Dr. Carlos Pedroza, se não esqueci.

E por fim o Dr. Augusto colocou essa questão do alcance que teria esse uso da água mineral, garrafão de 20 litros que a gente sabe que é o mais vendido, que realmente se vende a água, nem se coloca a embalagem que é transmitida e que seria uma alternativa interessante para situações que a gente sabe que não são poucas em que a infraestrutura relativa a saneamento básico e esgoto não alcança e não tem essa água potável. Correto, é uma alternativa? Sim, isso é uma alternativa, não diria que é a alternativa e aí a gente estaria falando dentro de uma política de governo, como que o Governo entende que um problema desse, da falta de água deve ser resolvido. Vamos estabelecer uma política nacional de distribuição de água mineral para toda essa população, excelente, então eu acho que dentro de uma visão mais ampla, dentro de uma decisão política tomada nessa direção, não, não vamos fazer água mineral, vamos estabelecer de fato, vamos fazer com que o serviço do estado atinja essa população, é outra alternativa. Então vamos colocar, pontualmente que eu não enxergo, eu não posso aqui, participando somente como representante da Receita Federal ou mesmo do Ministério da Fazenda, que isso é uma política que teria que ser debatida principalmente aqui dentro do Congresso, se é a melhor forma de resolver esse problema. O fato é que a água mineral para... Num 'economês' a gente coloca aí, é um bem superior, queira ou não queira. Uma pessoa quando

aumenta a renda, ela não passa a beber mais água, ela bebe o mesmo tanto de água, mas a água mineral quando se sobe a renda, é mais consumida daí inclusive, esse aumento que foi colocado do consumo de água mineral, do consumo de refrigerante, e é um outro aspecto que eu acho extremamente relevante, que é afastar um pouco, mas deixar de enxergar a árvore e enxergar a floresta, e mostrar que o principal impulso que o Governo Federal dá a esses segmento, não somente esse segmento, mas é conseguir e ao longo de mais dum década de políticas consistente de equilíbrio fiscal, conseguir uma distribuição de renda que se aumenta a renda e a pessoa passa a consumir mais esses produtos. A partir do momento que a gente começa a ter vazamento por todos os lados porque “não, vamos reduzir preço para aumentar o consumo”, eu diria: vamos aumentar esse consumo aumentando a renda. Como que a gente conseguiu aumentar a renda? Um dos pilares disso é o equilíbrio fiscal, é a consistência macroeconômica, é a consistência dentro do equilíbrio de contas do governo. Eu tenho uma demanda social muito pesada, vinculada principalmente ao PIS e CO-FINS. Então, quando a gente consegue isso e estabelece, e tem um cenário favorável a investimento a tudo isso se produzir, aí sim vai aparecer consumidores, aparecerão os consumidores e vai aumentar certamente, como tem aumentado ao longo dos anos esse consumo de água. A partir do momento que a gente perde essa substância, a gente perde princípios para direcionar as políticas de consistência do orçamento público, a gente pode correr o risco de pôr a perder esse ativo que já está para toda a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Jefferson, muito obrigado pelas considerações finais.

É bem verdade que eu estava aqui fazendo uma meditação em cima da manifestação. Eu que tive a oportunidade, a responsabilidade de ser o relator do plano da estabilização da economia do país lá em 1994, fazem 15 anos, quando nós tínhamos um PIB de 350 bilhões e uma arrecadação de 28%, nós fechamos 2008 com 2.3 trilhões e a arrecadação foi em torno de 38%. É lógico que os avanços sociais, atendimentos sociais, eles se tornam presentes, mas aumentou-se a base de arrecadação 565 vezes por cento e tivemos também um crescimento de 28 para 38, que está 33% a mais sobre a base. Isso é o grande debate que se precisa fazer nessa reforma tão necessária.

Ouviremos o Dr. Luiz Armando Erthal e eu gostaria aqui de completar a minha pergunta: Por que colocar “não tem glúten” no rótulo se é sabido que é sem glúten a água mineral?

SR. LUIZ ARMANDO ERTAL: Vou começar por essa então. Nós já estamos realmente fazendo, já está em estudo lá na ANVISA uma série de revisões de regulamentos e de normas que estabelecem a questão da rotulagem de produtos, e esse é um dos estudos que já está sendo feito, provavelmente em muito em breve a gente vai ter a revisão da Portaria revendo inclusive essa questão da identificação de produtos com glúten ou sem glúten, e essa norma já está em revisão.

Outra questão que foi colocada pelo Senador Osvaldo Sobrinho é a questão da alegação de propriedades funcionais para as águas minerais, eu acho que é uma questão importante também. As propriedades funcionais são popularmente chamadas as propriedades medicinais, e é importante esse tema, porque para nós, da Vigilância Sanitária, qualquer tipo de alegação de propriedade deve ser baseada em estudos científicos e no conhecimento científico existente. Então eu acredito que tanto as empresas como as universidades devem ser estimuladas a realizar esses estudos para que a gente possa efetivamente fazer a utilização com base técnica, com base científica das alegações das propriedades funcionais, seja da água mineral, seja de qualquer outro tipo de produto.

Com relação à outra pergunta que o Senador Neuto De Conto havia feito, realmente a água é um importante veículo de propagação de doenças, então justamente por ser um importante veículo de propagação de doenças, o tratamento da água é fundamental, por isso existe para a potabilidade da água um estabelecimento de limites aceitáveis e existe uma legislação própria para isso, determinando qual é o grau de qualidade da água potável e da água para consumo humano. A água do abastecimento público é monitorada já pelo Ministério da Saúde, pela Vigilância Ambiental, através de um sistema de monitoramento periódico da água de abastecimento. A água mineral, o monitoramento pode ser feito pela Vigilância Sanitária e nós estamos na Vigilância Sanitária com as ações de fiscalização e monitoramento descentralizadas para estados e municípios. Então o que nós estamos fazendo? Capacitando os estados e municípios para fazer uma melhor inspeção, qualificando o processo de inspeção e principalmente monitoramento de mercado, e para isso estamos também capacitando os LACENS e existe um repasse já de recursos para isso, para que os laboratórios, os LACENS, que são os laboratórios centrais dos estados, possam fazer as análise da água e assim a gente verificar a qualidade daquilo que está sendo ofertado para a população. Realmente a atividade da Vigilância Sanitária é uma atividade de prevenção, nós temos que atuar por isso a importância da avaliação do risco, por isso a impor-

tância da inspeção e do monitoramento da qualidade, porque a gente tem que evitar na prevenção, antes que os problemas aconteçam.

E por fim, queria enfatizar a questão dessa integração da Vigilância Sanitária, principalmente através da ANVISA, com o Senado Federal, a gente tem participado de inúmeros debates e audiências públicas, cada vez que o Senado e a Câmara Federal convocam e nos convidam, a gente tem participado e procurado participar sempre desse debate que eu acredito que através desse diálogo, dessa troca de ideias a gente pode realmente desenvolver um diálogo melhor com a sociedade e esclarecer os pontos que são necessários para que a gente tenha realmente produtos de qualidade e uma melhoria da saúde da população brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Luiz. E para encerrarmos essa Audiência Pública, ouviremos o Dr. Carlos Alberto Lancia com suas considerações finais.

SR. CARLOS ALBERTO LANCIA: Obrigado Senador Neuto De Conto. Antes de responder a seu quesito, ou seja, se a redução da carga tributária o que aconteceria com a produção interna, primeiro quero fazer só uma pontuação que os 43.91% da carga tributada da água mineral são dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário e que esse aumento do custo para 57.43 se deve à forma como nós somos cobrados, como eu mostrei na explanação, nós somos cobrados da CFEM. Se eu fizer um cálculo, a cada 20 anos nós temos que entregar a fonte de volta para o Governo, porque o valor da fonte em 20 anos estaria igual ao valor do CFEM cobrado, então por isso valor vai para 57.43. Me permite discordar do senhor, é a minha posição, interpretação, a água mineral está como bebida MCM 22011000 ex-01 e ex-02 e o iogurte é o MCM 04031000, ou seja, o iogurte está como alimento, me permite discordar do senhor, água mineral infelizmente está tributada como bebida.

Senador Neuto De Conto, com certeza Srs. Senadores que a redução da carga tributária tranquilamente quadruplicaria a produção interna, porque mais pessoas passariam a ter acesso à água, principalmente as pessoas de baixa renda. Como foi bem dito pelo Guto Mocellin, uma água que custa 20 reais ou 30 reais num restaurante, custa 20 centavos o litro no garrafão nas residências. E aproveitando para responder a pergunta muito bem feita do Senador Osvaldo Sobrinho, para nós podermos exportamos, primeiro temos que aumentar a produção interna para fazer cair o custo fixo e com isso a gente ter custo competitivo para exportação.

De todos os dados apresentados pelo Senador Osvaldo Sobrinho, apenas uma pontuação, os dados que ele colocou como o Brasil o quarto produtor mundial

de água mineral, é um dado da *International Bottled Water Association*, embora o nome diga Associação Internacional de Águas, é uma associação americana que culminou com uma carta da ABINAM pedindo que eles se retratassem e corrigissem porque estava trazendo problemas internos junto com a imprensa e dando um dado falso, na realidade o Brasil é o oitavo produtor de água mineral, sendo o primeiro os Estados Unidos, depois a China, o México, Itália, França, Espanha, Emirados Árabes e depois o Brasil. Então o dado não é esse. A questão da água mineral está ultrapassada, as bebidas, tem a ver com a geração saúde, as pessoas não querem mais consumir produtos artificiais, então a questão mundial não é só brasileira.

A outra pergunta feita pelo Senador Osvaldo Sobrinho, e parabenizá-lo porque foram todas excelentes em relação às propriedades quimioterápicas, foi realizada agora o nosso 18º Congresso de Água Mineral e o 1º Simpósio de Termalismo e Crenologia, Hidrologia Médica, no qual nós estamos resgatando aqui no Brasil a cultura da água como propriedade crenoterápicas, infelizmente na década de 50 as faculdades de medicina baniram dos nossos currículos e os nossos médicos infelizmente por falta de capacitação não conhecem essas características. Nós trouxemos os maiores especialistas do mundo, da Universidade de Milão, da Universidade de Madri e da Universidade de Coimbra, os maiores especialistas em Crenologia(F) médica e também deixar claro que o Ministério da Saúde já reconhece que as águas minerais podem ter propriedades quimioterápicas. A ANVISA infelizmente ainda não, mas nessas nossas tratativas nós estamos colocando que sim, devemos reconhecer as propriedades quimioterápicas, mas com ciência, não com charlatanismo. Então a preocupação da ABINAM, juntamente com a Comissão de Crenologia é voltar à Crenologia, mas com base científica, ou seja, vamos dizer que uma água é digestiva e diurética, espato biliar ou ela é boa para cálcio, para osteoporose desde que comprovada cientificamente, é essa a nossa preocupação e partir desse Simpósio nós vamos conseguir fazer isso, e com isso nós vamos valorizar as estâncias hidrominerais.

Então a preocupação do Senador Osvaldo Sobrinho é com as estâncias hidrominerais, ou seja, a exploração a água engarrafada e as instâncias estariam abandonadas, as estâncias não estão abandonadas, a partir desse momento da capacitação dos nossos profissionais através dos doutos da Europa, nós vamos ter a humildade conjuntamente com a ANVISA e o DNPM de aprender com eles, um treinamento, vamos voltar a conhecer as propriedades das nossas estâncias, Lindoia Serra Negra, Caxambu, Araxá, Lamba-

ri, enfim, Termas de Imperatriz, e com isso voltar ao turismo saúde a essas regiões e fazer numa garrafa de água mineral a propaganda dessas estâncias do turismo saúde, ou seja, uma via de duas mãos como se faz na Europa, vamos copiar o modelo europeu e não o modelo americano, que só pensa em fazer um produto industrializado, que é o tal das águas mineralizadas.

E a questão da sustentabilidade e a preocupação dos recursos hídricos e com água mineral, que o Senador Osvaldo também colocou foi uma preocupação intensa, a mais de três anos se discutiu esse assunto, que é de fundamental importância para o setor de água mineral, é ter a sustentabilidade e a sua fonte preservada e com isso culminou uma portaria entre o Ministério das Minas e Energia e a Secretaria de Meio Ambiente, no qual cada vez que se tem uma outorga de água mineral, os documentos têm que ser encaminhados à Secretaria de Recursos Hídricos dos estados e vice-versa. Com isso essa preocupação do senhor, Senador Sobrinho, pode ficar tranquilo.

E em relação ao que o Prof. Carlos colocou, que a água mineral tem exaustão, o Prof. Carlos, geólogos que nós somos, estudamos na mesma escola, somos oriundos dos mesmos professores, eu quero lembrar que na legislação no DNPM é obrigatório fazer o estudo de evasão das fontes, no qual se deve considerar o tempo de residência da água e consequentemente nós não podemos, só vai perder a característica de exaustão se o minerador não obedecer os nossos cálculos hidrogeológicos, sabendo fazer com matemática avançada, exatamente não vai se ter exaustão de lavra, então nós não podemos dizer que a lavra é exaurida pela má condução de exploração dos técnicos. Então nós, como hidrogeólogos, oriundos dos mesmos professores, comungamos na mesma escola, nós sabemos disso e o senhor é uma pessoa, e eu quero dizer aqui e deixar um testemunho, que o Dr. Carlos é um profissional altamente qualificado como ele falou, hoje no Ministério das Minas e Energia, nós temos pessoas com doutorados e mestrados, cientistas, e isso nos dá uma tranquilidade quando a gente trata de ciência, a gente trata no campo científico, não trata no campo político. Então nós sabemos disso, professor, então por isso não existe exaustão na água mineral, desde que os estudos geológicos sejam respeitados e o tempo de residência da água seja respeitado, nós sabemos que uma captação através de um poço tubular não pode ser 24 horas, vai dar 12, 14 assim como determina o estudo geológico.

E para encerrar, eu gostaria de deixar bem claro que quando nós falamos em tirar a carga tributária, nós sabemos que quem paga o tributo é o contribuinte,

mas nós estamos pensando que na saúde da população, essa saúde da população será muito benéfica para o Brasil, e outra, nós seremos o celeiro da água potável no mundo. A quantidade das águas existentes no planeta terra é a mesma desde o tempo de Adão e Eva, não tem um cometa despejando da sua cauda água, e não tem nenhum marciano roubando. O que está acabando no mundo não é a água, é a água potável. E nós temos 30% da reserva de água mineral do mundo. Seremos os grandes exportadores, mas para isso, Dr. Jefferson, nós contamos com o senhor que a questão do PIS e COFINS, o senhor foi um grande aliado nosso em deixar o PIS e COFINS de uma maneira diferenciada dos refrigerantes e das outras bebidas, sou testemunha disso, do nosso diálogo, então nós contamos com o senhor, com o apoio do senhor, e o apoio de toda a sociedade para trazer água mineral para a cesta básica, para aumentar o consumo, poderemos exportarmos, levamos saúde e com certeza com a ajuda da ANVISA e do DNPM, quem vai sair ganhando é o Brasil e a sociedade, porque como suscitou o pré-sal quando nós fomos pesquisar na bacia do Paraná se pensava em encontrar petróleo, se encontrou foi uma grande reserva do aquífero Guarani. E felizmente a mesma teoria que tem relação ao pré-sal se encontrou o petróleo, então temos grande reserva de petróleo, grande reserva de água mineral potável, por isso nós temos que dar a mão para uma agenda positiva e trazer a água mineral para a cesta básica como alimento indispensável.

Era isso que eu queria dizer, senador, parabenizá-lo e agradecer. O nosso muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Carlos Lancia. Antes de encerrar eu quero imensamente gratificado, honrado pela presença dos senhores empresários, saudar a todos quanto nos deram esta oportunidade do debate, Sras. Senadoras, e Srs. Senadores, e agradecer penhoradamente aos debatedores, Dr. Luiz Armando Erthal, Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, o Dr. Jefferson Rodrigues e Carlos Lancia.

Encerro a presente sessão, saudando também todos quantos nos deram a oportunidade de nos assistir através do canal de televisão do Senado.

Não havendo mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h41.

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009.

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de outubro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **SADI CASSOL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, FÁTIMA CLEIDE, EDUARDO SUPPLY, SERYS SLHESARENKO, VALDIR RAUPP E HERÁCLITO FORTES**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Osvaldo Sobrinho e Expedito Júnior. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Osvaldo Sobrinho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 33, de 2009-CRA**, de autoria Senador Augusto Botelho, aprovado em 14.7.2009, com a finalidade de prestar informações sobre os Programas “Mais Alimentos”, “Terra Legal Amazônia” e “Territórios da Cidadania”, **Requerimento nº 43, de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, aprovado em 1.9.2009, que trata sobre o repasse de recursos do Governo Federal destinados a movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como em cumprimento ao **Requerimento nº 46, de 2009-CRA**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, aprovado em 8.9.2009, com a finalidade de debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Guilherme Cassel** – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; Sr. **Plínio de Arruda Sampaio** – Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – **ABRA**; Sr. **Luiz Marcos Suplicy Hafers** – Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira – **SRB**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Eduardo Suplicy, Marisa Serrano, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, Serys Slhessarenko, Romeu Tuma e Neuto de Conto. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 17 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, havendo anuência de todo o Plenário, é dada como aprovada.

Esta Reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 33, de autoria do Senador Augusto Botelho, aprovado em julho de 2009, com a finalidade de prestar informações sobre os Programas “Mais Alimentos”, “Terra Legal Amazônia” e “Territórios da Cidadania”, ao Requerimento nº 43, de 2009-CRA, de autoria da Senadora Marisa Serrano, aprovado em setembro de 2009, que trata de repasses de recursos do Governo Federal destinados a movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, bem como em cumprimento ao Requerimento nº 46, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, aprovado em 08 de setembro, com a finalidade de debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, com a participação dos seguintes convidados... Aqui ao meu lado já está o Ministro Guilherme Cassel, a quem agradecemos pelo seu comparecimento, o Dr. Plínio Arruda Sampaio, ex-Deputado Constituinte, que eu convido para participar a esta Mesa, meu ex-colega na Constituinte, e o Sr. Marcos Luiz Suplicy Hafers, ex-Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB, que eu convido para participar aqui ao nosso lado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de prestar um esclarecimento aqui relativo à ordem dos trabalhos. Nós vamos abrir para cada um dos debatedores um prazo de dez minutos para a sua exposição. Esclarecendo, todavia, Sr. Ministro e senhores expositores, que aqui é uma Casa Legislativa e, obviamente, nós não vamos interromper ninguém que esteja concluindo um determinado raciocínio ou que tenha que concluir determinado tema. Então havendo a necessidade de um tempo maior, será deferido, mas tendo sempre como referência os dez minutos.

Nós vamos abrir em primeiro lugar a palavra por dois minutos, viu Senador Suplicy, vamos abrir a palavra por dois minutos a cada um dos proponentes a fim de fazer a sua introdução. Dois minutos só para fazer a introdução agora na apresentação. Posteriormente, nós já passaremos a palavra aos expositores que falarão sem interrupção e depois de findas as exposições é que nós vamos iniciar os debates com a participação de cada um dos Senadores inscritos. Então dois minutos para o Senador Eduardo Suplicy fazer a sua saudação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo por estar aqui coordenando mais um debate sobre a questão dos índices de produtividade que tem preocupado o Senado Federal.

Apenas gostaria de dizer que será importante se nós pudermos complementar o objetivo da audiência, tendo o requerimento sido aprovado, quando também havíamos sugerido os nomes do ex-Ministro Roberto Rodrigues, que não pode estar presente, e também havia sugerido que o Sr. João Pedro Stédile, um dos Coordenadores Nacionais do MST, bem como o Presidente da CONTAG, pudessem aqui estar nesta Audiência.

O que eu gostaria, Sr. Presidente, é de sugerir que, quem sabe, possamos aproximadamente ainda fazer a audiência com a presença dos Srs. João Pedro Stédile, Alberto Ercílio Broch, Presidente da CONTAG, e do Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, uma vez que V. Exa. tinha ponderado que deveríamos limitar a quatro depoentes a cada momento. Então poderíamos, quem sabe, complementar o debate que hoje vai se realizar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar aos nossos visitantes hoje, agradecer muitíssimo a vinda a essa Casa. Essa é a Casa do povo, nós temos a obrigação de dar uma resposta à população e é por isso, Ministro, que a gente insistiu muito com a sua vinda aqui. Já nessa Casa eram muitos os convites para V. Exa. estar conosco, porque é importante que o senhor possa nos dar o respaldo que nós precisamos ter para que a população brasileira tenha as informações que precisa ter através dos seus representantes. Essa é a preocupação maior minha, Sr. Presidente, e eu queria dizer ao Sr. Ministro que o meu requerimento foi feito antes dos acontecimentos na fazenda de laranjas lá da Cutrale.

O meu convite a V. Exa. para vir aqui foi justamente, primeiro, porque eu sou professora, não tenho um metro de terra e não sou produtora rural. Mas eu quero dizer a V. Exa. que eu sou a favor dos movimentos sociais, movimentos sociais que reivindicam, que lutam, isso é democracia, e eu luto pela democracia, sempre lutei. Acredito muito nos movimentos sociais. Mas aí o Presidente Lula teve uma frase muito emblemática, ele disse: "Se estiver dentro da Lei, pode fazer qualquer coisa; se não estiver, vai pagar o preço por fazer". Quando a Lei veda o financiamento para movimentos sociais que invadam prédios públicos, que invadam propriedades particulares, então não tem como a gente não querer uma explicação de V. Exa., até porque nós temos a Lei 8.629, de 1993, que é muito clara e que diz o seguinte: *a entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos*. E como nós estamos na iminência de ter uma CPI do MST aqui, Ministro, porque eu ouvi V. Exa. também dizer que o senhor não pode ser discricionário, palavras suas: "Não posso ser discricionário. Não vou deixar de fazer convênio porque alguns diretores são vinculados a determinado movimento, partido ou religião. Há critérios objetivos para lidar com o dinheiro público". É bom a gente saber quais são esses critérios objetivos para ver se são aos critérios que estão na Lei, porque aqui nós trabalhamos em cima da Lei que nós mesmos fazemos. Eu gostaria de saber se tem outros critérios que não esses que eu acabei de ler, que é da lei que rege essas questões, que é a Lei 8.629, e, além disso, dizer a V. Exa. que quando a gente pensa numa CPI do MST, é justamente porque V. Exa. tem dito reiteradas vezes que o senhor não repassa dinheiro para o MST. Mas não é para o MST, a Lei é muito clara, é para qualquer entidade, indiretamente inclusive, quer dizer, e se o senhor acha que têm diretores que são dessas entidades, o senhor confirmou isso, então como é que nós estamos repassando dinheiro para essas entidades, sendo que os diretores delas são do MST, trabalham no MST?

Esses são questionamentos, Ministro, que têm que ficar claro para a sociedade brasileira. V. Exa. é um servidor público. O recurso que o senhor recebe, o seu salário, é pago pelo imposto da população brasileira. Então tem que dar uma resposta, Ministro. Nós estamos pedindo isso, faz tempo que nós estamos pedindo, é uma resposta de V. Exa. para clarear situações como essas. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Augusto Botelho, dois minutos para fazer a saudação, se for do seu interesse.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para fazer a saudação, farei com todo prazer. É com prazer que nós o recebemos aqui. Eu acho que eu solicitei que o Ministro viesse logo depois que ele lançou o Programa Mais Alimentos, que eu me entusiasmei com a coisa e vi que era uma coisa importante para o Estado.

Também eu gostaria que essa Casa ficasse esclarecida a respeito dos territórios que o MDA cria nas regiões. Lá no meu Estado tem um território criado na Região Sul do Estado e que realmente tem feito a diferença em relação à mobilização dos agricultores, chegada de recursos para eles, organização dos agricultores. Nós criamos um território indígena também lá em Roraima, na região da Raposa Serra do Sol, mas nós temos tido uma reclamação do pessoal dos territórios, que é nas dificuldades de elaboração dos projetos. As dificuldades são muito grandes para eles fazerem, para dizerem o que eles querem. As coisas que eles querem são simples. No caso dos índios, por exemplo, eles querem comprar animais para criar, as fazendas estão montadas e estão tendo um pouco de dificuldade com relação a isso, adquirir bovinos, adquirir caprinos. Então é para a gente poder chegar a um consenso e esclarecer a Casa. Eu acredito que essa organização sobre os Territórios de Cidadania que estão sendo feitos é uma forma de mobilização e de organização da área rural para a gente poder melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Feito esse preâmbulo, nós vamos então abrir as exposições passando a palavra, em seguida, para o Ministro Guilherme Cassel, lembrando aqui que os temas que nós estamos discutindo são os propostos pelo Senador Augusto Botelho, que é sobre alguns Programas do Governo, o Mais Alimentos, Terra Legal Amazônia, Território da Cidadania; a Senadora Marisa Serrano que quer saber detalhes sobre recursos oficiais repassados para as entidades, para as ONGs, especialmente o MST; e o Senador Eduardo Suplicy que quer debater os assuntos relacionados à atualização dos índices de produtividade rural. Então com a palavra o Ministro Guilherme Cassel.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Muito bom-dia a todas as senhoras e a todos os senhores. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Valter Pereira, meus companheiros de Mesa, o Luiz Hafers, o meu amigo Plínio de Arruda Sampaio, agradecer ao convite do Senador Botelho, da Senadora

Marisa Serrano e do Senador Suplicy, cumprimentar as outras senadoras e os outros senadores.

A minha situação aqui é um pouco diferente da situação do Dr. Plínio e do Dr. Hafers. Eu fui convidado para tratar do tema que a Senadora Marisa Serrano acaba de anunciar, o Senador Botelho me pede para falar sobre três Programas, Mais Alimentos, Terra Legal e Território da Cidadania, e nós temos um debate com o Dr. Hafers e com o Dr. Plínio sobre índice de produtividade. Então eu quero combinar com os senhores, com o Presidente, eu não sei se fica bem assim, eu trataria dos quatro temas primeiros, o tema de recursos para a sociedade civil, Programa Mais Alimentos, Território da Cidadania e Terra Legal, e num segundo momento nós trataríamos de índice de produtividade. Pode ser assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode ser.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Até em homenagem aos meus dois companheiros de debate, para a gente fazer um debate sobre índice. Pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Então tá. Bom, eu quero começar então pelo tema mais espinhoso, Senadora Marisa Serrano, e lhe agradecer inclusive a oportunidade de vir aqui e conversar sobre isso, porque esse tema, ele aparece sempre de uma maneira muito confusa e pouco clara, e essa confusão e pouca clareza geralmente depõe contra mim. Eu gosto muito, eu quero lhe agradecer a possibilidade de a gente ter um ambiente onde a gente possa esclarecer as coisas de uma vez por todas. O seu requerimento, inclusive, eu li ele atentamente, ele se refere muito à matéria da Veja, da Revista Veja. Na matéria da Revista Veja eu apareço como um Ministro que fechou as torneiras do MST e estaria sofrendo retaliações do movimento por ter fechado as torneiras; eu apareço na matéria como um sujeito assim. Eu discordo da matéria porque não existia torneiras abertas antes, mas penso que a gente tem que esclarecer esse tema: recursos do Governo Federal para financiar movimento social. Primeiro sobre isto, que eu acho que é importante a gente recuperar um pouco, especialmente aqui nessa Casa. Acho que de todos os órgãos públicos federais, o MDA e o INCRA são aqueles mais fiscalizados, porque de fato a gente tem uma interrelação muito grande com os movimentos sociais. Nenhum órgão, e eu sou auditor de profissão, eu sou funcionário público não porque sou Ministro, mas eu sou concursado da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul há trinta anos, sou auditor por profissão. Nenhum

Ministério é mais auditado pela CGU, pelo Tribunal de Contas da União, volta e meia pelo Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, do que o MDA e do que o INCRA. Mas para, além disto.

Bom, e os resultados destas auditorias têm sido muito positivos. Eu sou muito rigoroso nisso por profissão, inclusive. Mas para, além disso, para além dessa fiscalização ordinária, digamos assim, aqui no Congresso houve duas CPIs, uma que tratou da CPI da Terra e outra a CPI das ONGs. Nos dois casos foi pedido a nós, e nós encaminhamos, cópia de todos os contratos e convênios do INCRA e do MDA, todos. Eu me lembro que eu providenciei uma Kombi para trazer para a CPI a cópia de todos. Todos foram fartamente auditados e os problemas que foram localizados foram de ordem formal aqui e ali, consta no relatório das CPIs. Então nenhum órgão é mais fiscalizado do que a gente e a gente cumpre com isso.

O segundo tema que a senhora coloca e de forma muito pertinente é relativo a pode ou não pode passar recurso para uma entidade que esteja ligada a um movimento social? Não pode pela lei e a gente não repassa. Agora qual é o problema, que eu acho que a gente tem que separar de forma muito clara. O MDA hoje, só em assistência técnica, a gente tem um orçamento de 600 milhões de reais, eu tenho convênios com 555 entidades. Eu não posso ser discricionário mesmo. Quem tem que decidir, quem tem que dizer “a entidade ‘a’ não pode conveniar com o Governo Federal”, “a cooperativa ‘b’ não pode conveniar com o Governo Federal ou a associação” é o Ministério Público, é o Poder Judiciário, é o Tribunal de Contas da União e é a CGU. Sempre, sempre que eu sou informado, que eu sou notificado de que uma entidade não pode conveniar, eu a excluo. O Sistema SISCONVEN é muito claro sobre isso, é muito claro sobre isso, e é um pouco verdade aquilo da Veja, Senadora Marisa, porque de fato o MDA e o INCRA excluíram do cadastro de prestadores de serviços um conjunto muito grande de entidades por conta de prestação de contas mal feitas. A gente é muito rigoroso nisso. Então aquela interpretação da Revista Veja de que eu sou o Ministro que fechou as torneiras do MST, ela tem sentido por conta de que nós ampliamos muito rigor sobre isso mesmo e excluimos do cadastro de prestadores de serviços do Governo Federal um conjunto bastante grande de entidades. Então isso é para ficar claro.

Segundo, esse tema aparece às vezes de forma absolutamente torta entre nós. Na semana passada estava toda aquela discussão sobre se cria uma CPI ou não cria, um Deputado, de posse de uma resposta de um requerimento que foi feito para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que nós respondemos, e eu

quero aproveitar para passar cópia para o Presidente, a cópia do requerimento do Deputado, do Deputado Ronaldo Caiado e da nossa resposta, se trata do Ofício 044, de 2009, eu quero passar às mãos do Presidente para que ele possa disponibilizar para toda a comissão, o Deputado afirmou numa entrevista coletiva, que eu acho que criou um caldo muito positivo para a criação de uma CPI, de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tinha assumido que havia repassado para o MST 115 milhões de reais. Eu acho que todo mundo leu isto, todo mundo escutou, isso saiu, foi fartamente noticiado, rádio, TV, jornal. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA reconhecem que repassaram 115 milhões de reais para o MST. De quem é que se trata isso? Se trata do Requerimento 3.756, de 2009, da Câmara dos Deputados, respondido por mim. Pois bem. O Deputado me perguntou sobre repasse para nove entidades, nove entidades que ele entende que seriam, eu vou usar uma expressão minha, não quero que seja entendida como do Deputado, que seriam “laranjas” do MST. Nós respondemos a essas nove entidades. Que entidades são essas, que entidades são essas? Nós estamos falando de 115 milhões de reais. Primeiro, EMATER de Rondônia. Nós repassamos para o EMATER de Rondônia de 2004 a 2008, que foi o período pedido pelo Deputado, 12 milhões de reais. E me desculpem, não me consta que o Governador Ivo Cassol, de Rondônia, seja um militante do MST e tenha colocado a EMATER de Rondônia a serviço do MST. Senadora Serys, eu estou certo?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS):

Está certíssimo.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Segunda entidade das nove: EMATER do Rio Grande do Sul, aliás, o meu Estado. Foi repassado nesse período 23 milhões e 800 mil para a EMATER do Rio Grande do Sul. Também não me consta que a Governadora Yeda Crusius seja um militante entusiasta do MST e tenha colocado a EMATER do Rio Grande do Sul a serviço do MST. Mais do que isso: 29 milhões de reais foram destinados em convênios com a ASBRAER. A ASBRAER é a Associação de todas as EMATERS dos Estados e ela é presidida pelo Sr. José Silva, Presidente da EMATER de Minas Gerais. Também não me consta o que Governador Aécio Neves, o Governo de Minas Gerais, estejam trabalhando para o MST. Ou seja, desses 115 milhões, Senador Suplicy [soa a campainha], 65 milhões e 161 mil, ou seja, 56% foram para as EMATERS. Mas tem mais do que isso; 26 milhões de reais são vinculados e foram repassados a duas entidades por uma exigência do BID. Em 2000, no ano de 2000, portanto, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi firmado um acordo de empréstimo

BID/INCRA para um programa para os assentamentos de reforma agrária e que obriga o Estado a repassar para as entidades, ou seja, 26 milhões de reais, para ser exato R\$ 26.962.236,95 foram feitos dentro de um convênio com o BID, ou seja, 65 milhões para o EMATER e mais 26 milhões de convênio para o BID. Eu também não acredito que o BID esteja a serviço do MST. Mas vamos mais disso. Então nós já pegamos três entidades de EMATER e mais duas entidades vinculadas ao BID. Faltam quatro agora. Dessas quatro, duas são FETAGS. Quem tem alguma proximidade com os movimentos rurais, sabe que FETAG e MST não tem nada a ver uma coisa com a outra. A FETAG do Mato Grosso recebeu 107 mil reais e a FETAG da Bahia 6 milhões e 800 mil reais. Sobram dois movimentos, Cooperativa Central de Reforma Agrária de São Paulo, com nove milhões e 300 mil, e Centro Integralizado de Desenvolvimento de Assentados e Agricultores do Estado do Espírito Santo, que é uma entidade inclusive vinculada a quilombolas, ou seja, se pegarmos esses 115 milhões que foram divulgados e criaram um ambiente de suspeita sobre os recursos públicos, isso está desmontado. Eu estou passando a cópia dos dois requerimentos para o Presidente da Comissão para ele disponibilizar para os senhores. A nossa assessoria de imprensa está disponibilizando todos esses dados que eu dei. Mas eu dou isso como exemplo, Senadora, porque esse tema, ele sempre aparece atravessado, ele aparece com pouca informação. Por isso quero lhe agradecer mais uma vez a oportunidade de vir aqui e esclarecer isto. O INCRA e o MDA não repassaram 115 milhões para o MST, como foi fartamente divulgado e afirmado na semana passada. Os dados estão aqui, estão disponíveis, não se trata... A resposta que eu dei ao Deputado, às perguntas objetivas dele, elas dizem respeito a isso. Penso que, com isso, esclareço um pouco esse tema, que é um tema sensível, que é um tema que eu quero enfrentar com a maior clareza possível para que não paire dúvida.

Passo agora, e vou pedir aos senhores, eu não quero me estender muito, à solicitação do Senador Botelho sobre os Programas Mais Alimentos, Terra Legal e Território de Cidadania. Eu vou fazer isso--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Claro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Após a explanação dos três convidados nós vamos ter novamente a discussão a respeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos partir para o debate.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Bom, eu quero pedir--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, uma questão de ordem também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já que o Ministro Cassel está tratando por tema a sua exposição, seria muito mais razoável que nós também por tema ouvíssemos os outros dois convidados e pudéssemos arguir aos três ao invés de se falar os três temas e depois ouvirmos novamente os convidados, pois nós vamos perder a sequência de raciocínio. Então nós tratamos de transferência de recursos do MDA para o MST. Esse foi o primeiro tema que o Ministro Cassel abordou. Eu proporia, ouvido os pares da Comissão, se nós pudéssemos ouvir aos dois outros convidados sobre este tema e, em seguida, fazermos as arguições sobre este tema. Aí entraríamos na questão seguinte do Senador Botelho e depois na que o Senador Suplicy também solicita.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa, são três temas diferentes, porém, nós não podemos separá-los. Eu acho que a metodologia mais apropriada é tratar os três em conjunto. Cada um vai dar a informação sobre os três temas que tiver disponível e no debate cada Senador faz a indagação sobre o tema que lhe aprover, aquele que tiver interesse, senão nós ficaríamos aqui a manhã toda, a tarde toda e não daríamos conta dessa audiência [soa a campainha]. Então por questão de economia processual nós vamos adotar essa metodologia, que é a mais célere. Prossiga, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Bom, prosseguindo e dialogando com a preocupação do Senador Flexa. Quero pedir a compreensão de todos porque eu estou frente a uma missão um pouco impossível: eu tenho um conjunto muito grande de temas para tratar e vou fazer um esforço de síntese. A assessoria vai auxiliar, eu vou passar algumas... Mas para que a gente possa, de uma maneira geral, enfocar todos os temas. Vou tentar não ser exaustivo, mas não é fácil falar sobre tantos temas assim, não consigo falar em dez minutos.

Os temas que o Senador Botelho me propôs a falar é o Programa Mais Alimentos, o Programa Terra Legal e o Programa Territórios da Cidadania. Esses três programas são programas recentes e eles estão, todos eles, dentro de uma estratégia do Governo do Presidente Lula, uma estratégia de desenvolvimento para o meio rural. Em linhas gerais, que estratégia é

esta? É uma estratégia que visa, junto com o trabalho de uma agricultura de escala, que é produtiva, que tem as suas características, fortalecer e estimular a produção da agricultura familiar brasileira. Por quê? Porque quando nós falamos de agricultura familiar brasileira, nós estamos falando de um contingente de quatro milhões e 500 mil famílias que historicamente no nosso País nunca tiveram acesso a políticas públicas adequadas. A nossa aposta lá em 2003 era de que esse setor da agricultura era um setor muito relevante do ponto de vista econômico e que poderia, uma vez estimulado por política pública adequada de crédito, de assistência técnica, de seguro agrícola, de comercialização, poderia responder de uma maneira rápida, eficaz, e auxiliar o País, seja na exportação, seja na produção de alimentos, seja no tema de segurança alimentar. Essa foi a aposta do Presidente Lula, num período que nós tínhamos uma agricultura chamada patronal ou chamada de escala ou empresarial, como a gente quisesse, muito produtiva, voltada para a exportação, que teve um papel importante, especialmente em 2003, 2004, para superar as dificuldades econômicas do País, a gente apostar num outro setor que historicamente não tinha apoio nenhum e que a gente apostava que poderia responder com qualidade, com eficácia e com rapidez. Essa aposta se mostrou correta e eu peço a atenção para alguns dados do Censo Agropecuário que foi divulgado pelo IBGE há 20 dias atrás.

O Censo Agropecuário joga luz sobre o campo brasileiro. Nós, desde 1996, não tínhamos Censo Agropecuário, se falava muito, cada um tinha uma impressão, uma opinião, uma sensibilidade sobre o que era o campo brasileiro, mas o censo agora joga luz. Nós temos muitos estudos por aí sobre produção, produtividade, tamanho, o que a gente quiser. Agora a gente tem um Censo Agropecuário e um Censo Agropecuário atualizado com base de dados em 2006, 2007, e é muito interessante a gente compreender os dados do censo para compreender os outros programas.

Quando eu falo da agricultura familiar, nós estamos falando de quê? De 84,4% dos estabelecimentos, são quatro milhões e 367 mil estabelecimentos, nós estamos falando de apenas 24,3% da área ocupada, ou seja, 84,4% dos estabelecimentos com 24,3% da área ocupada e uma área média de 18,37 hectares. Os empreendimentos que não são classificados como agricultura familiar, são 15,6% dos estabelecimentos e ocupam 249,7 milhões de hectares. Tem uma área média, portanto, de 309,18 hectares, ou seja, do total dos estabelecimentos, 84,4% são de agricultura familiar, 15% a chamada agricultura não familiar, e da área a agricultura familiar ocupa apenas 24,3%.

Vamos ao valor bruto da produção. O valor bruto da produção da agricultura familiar foi em torno de 54 bilhões/ano, da agricultura não classificada como agricultura familiar 89 bilhões, ou seja, com 24,3% da área agricultável do País a agricultura familiar já responde por 38% do valor bruto da produção, ou seja, ela é extremamente produtiva, conforme os dados oficiais do IBGE.

Ela responde, vamos entrar cultura a cultura agora, porque ela responde muito ao tema segurança alimentar: 87% da mandioca é ela que produz, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos. Para além disto, a agricultura familiar, ela é responsável hoje por 74,4% do pessoal ocupado no meio rural. A agricultura familiar hoje, ela ocupa 12 milhões e 300 mil agricultores no Brasil, enquanto a agricultura não classificada, como agricultura familiar, tem 1,7 milhões apenas, é 15,3 contra 1,7.

Muito importante o próximo dado, que é rendimento por hectare por ano entre os dois modelos de agricultura, considerando que a gente está levando em conta a lei aprovada aqui no Congresso pelos senhores que determina que a agricultura familiar é aquele produtor que tem até quatro módulos fiscais. O rendimento por hectare por ano da agricultura familiar é de R\$ 677,00/ano, contra um rendimento por hectare por ano de R\$ 358,00 daquela agricultura não classificada como familiar, ou seja, a agricultura familiar é 89% mais produtiva.

A lâmina a seguir mostra a distribuição em área e em número nas diversas regiões do País e o Censo Agropecuário também nos mostra a evolução de 1996 para 2006 em milhões de estabelecimentos. Em 1996, a gente tinha 4,1 milhão de estabelecimentos de agricultura familiar, agora temos 4,551 milhões. Em milhões de hectares, vocês notem que aumentou o número de estabelecimentos e diminuiu a área total ligeiramente, e o VBP, o Valor Bruto da Produção, que em 1996 era 38%, pelos dados do FAO/INCRA agora são 40%.

Muito interessante na última lâmina a gente olhar três comportamentos juntos. O número de estabelecimentos de 1996 para 2006 cresce de 85 para 88%, a participação da agricultura familiar, a área total cresce de 31 para 32% a participação, e o número de pessoas ocupadas cresce de 77 para 79%, ou seja, esses três dados olhados em conjunto, eles podem nos levar à conclusão de que nós estamos invertendo a curva de êxodo rural no Brasil. É verdade que diminuiu o número de pessoas no campo, mas na agricultura familiar tem aumentado e aumentado significativamente.

Passei esses dados porque acho que de uma forma geral eles ratificam a importância da nossa estratégia de apostar na agricultura familiar e buscar uma estrutura fundiária mais equilibrada no País. Os dados são muito favoráveis, mostram que a estratégia do Governo Federal de apoiar a agricultura familiar foi correta e que ela respondeu de forma muito eficiente e com muita rapidez.

Dentro dessa estratégia, três programas têm sido muito importantes e entro agora objetivamente no tema proposto pelo Senador Botelho. Três programas muito interessantes: o Território da Cidadania, Mais Alimentos e o Programa Terra Legal.

O Programa Mais Alimentos. O Programa Mais Alimentos... Se eu estiver falando muito rápido, por favor, me interrompam, eu estou fazendo um esforço para ser objetivo. O Programa Mais Alimentos, ele surge quando o mundo todo é sacudido pela crise da inflação dos preços dos alimentos ali no segundo semestre de 2007, primeiro semestre de 2008. Qual foi a estratégia do Governo para enfrentar aquela crise? Era estimular uma maior produção de alimentos para que a gente não tivesse inflação no Brasil. O que é que é o programa? O programa era apostar no crescimento da produção a partir de uma modernização acelerada da agricultura familiar. Eu estou simplificando aqui por conta de... Qual era o instrumento fundamental disso? Todo mundo sabia que a agricultura familiar vinha produzindo, produzindo bastante, mas que ela ainda tinha um GAP, ela ainda precisava se modernizar, ela ainda não tinha os instrumentos adequados. Então nós criamos uma linha especial de crédito de até 100 mil reais por família, com juros de 2% ao ano, com três anos de carência e com dez anos para pagar para quê? Para que esse agricultor comprasse o seu trator, o seu maquinário agrícola, os seus equipamentos e pudesse modernizar a sua propriedade, modernizar a sua propriedade. A gente iniciou o programa em maio de 2008 e do primeiro ano até agora a gente já vendeu mais de 16 mil tratores para os agricultores familiares, dezesseis mil tratores. A indústria de tratores nessa crise, ela é unânime em dizer que esse é o programa que garantiu emprego e produção na indústria, ou seja, o programa para além de aumentar a produção, e no primeiro ano ele aumentou a produção em 7,8 milhões de toneladas dos principais alimentos que a gente queria produzir, em que a produção de leite, por exemplo, cresceu 18,25%, na mandioca 9,3% e assim por diante, o programa conseguiu essas duas coisas: ele aumentou a produção de alimentos no primeiro ano em 7,8 milhões de toneladas, os principais alimentos que a gente fez o monitoramento, e ele conseguiu manter a indústria em funcionamento e manter empregos.

Dados da ANFAVEA nos dizem que 40% do emprego da indústria foi mantido por conta do Programa Mais Alimentos, da ANFAVEA e da ABIMAC. A ABIMAC é um pouco mais, chega a quase 50%. Então é um programa que para além de cumprir com o objetivo primeiro de aumentar a produção de alimentos num momento muito delicado, ele respondeu como um fator anticíclico importante, ele gerou emprego, gerou produção. Eu acho que para demonstrar o sucesso do programa, tem um dado da FAO que foi divulgado e que é muito importante. A FAO fez um levantamento com cesta básica de alimentos vinculados à segurança alimentar em todo o mundo. Pois bem. Naquele período da crise os alimentos subiram no resto do mundo algo em torno de 80%, eu não tenho o dado... 78% e alguma coisa. Aqui no Brasil subiu menos de 20%. Nós somos o País do mundo que sofreu menos com o impacto daquela crise dos alimentos, acho que muito disso por conta do Programa Mais Alimentos, mas também porque a gente já tinha, na época, uma agricultura familiar muito estruturada, com crédito, com assistência técnica, com todas as suas dificuldades, mas também com todas as suas virtudes, que foi capaz de responder rapidamente para isso. O Programa Mais Alimentos, em síntese, Senador Botelho, funciona dessa forma e nós podemos depois aprofundá-lo.

Programa Território da Cidadania. Está aqui conosco o coordenador do Programa Território da Cidadania, o Dr. Joaquim Soriano. Depois, se achar adequado, a gente pode entrar mais no programa, detalhar mais as informações. O Programa Território da Cidadania, ele é uma estratégia do Governo para combater bolsões de pobreza no meio rural. O que é que olhando o meio rural e levantando dados a gente detecta? Que existem bolsões de pobreza no meio rural que são persistentes. Mesmo quando a gente tem, durante um ano, um orçamento voltado para essas regiões, esse orçamento não se executa, não se realiza por qualquer razão, seja porque não tem força política, por alguma coisa. O que é que a gente definiu fazer? A gente definiu, a partir de um acúmulo importante que nós tínhamos com o Programa de Territórios Rurais, territórios rurais são conjunto de municípios, de comunidades que têm identidade cultural, econômica, produtiva, que têm estratégias comuns de desenvolvimento, a gente selecionou aqueles 60 territórios que tinham o menor Índice de Desenvolvimento Humano, que tinham mais assentamentos, que tinham mais comunidades quilombolas, que tinham mais comunidades indígenas, com alguns critérios, a cada Estado pelo menos um no primeiro ano, agora pelo menos dois, e se identificou os primeiros 60 territórios. A estratégia era trabalhar com uma blitz da política pública nesses

territórios para enfrentar as condições de pobreza. Nós estamos trabalhando hoje com 18 Ministérios, são 32 órgãos públicos federais trabalhando nisso e nas três esferas de Governo. Não é um programa única e exclusivamente do Governo Federal; é um programa que cada vez mais tem uma parceria ativa e decisiva dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais.

No primeiro ano do programa nós trabalhamos com 60 territórios, as principais ações foram ações fundiárias, apoio à gestão territorial, direitos em desenvolvimento social, educação e cultura, infraestrutura, organização sustentável da produção, saúde e saneamento e acesso à água. No primeiro ano nós executamos 72% do orçamento, num ano bastante difícil, o primeiro ano do programa, 72% foi executado e 96% foi empenhado, ou seja, o programa teve muito sucesso no seu primeiro ano, tanto que agora em 2009, por decisão do Presidente Lula, nós estamos duplicando o programa, nós estamos trabalhando hoje com 120 territórios, as ações estão ali descritas com os valores previstos e nós estamos trabalhando com um orçamento próximo a 25 milhões de reais. Esse é um programa que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Bilhões de reais, me perdoem. É um programa que, como eu já disse, é um programa gerenciado em conjunto com os Governos dos Estados, com os Governos Municipais, com o que nós chamamos de Colegiados Territoriais, que estão instalados em cada um desses 120 territórios, e que para além de definir de forma democrática, aberta e transparente as prioridades de cada uma dessas ações, eles acompanham a execução do programa, ou seja, ele é um programa voltado para o combate à pobreza rural, ele trabalha com Governo de todos os partidos, com todos os movimentos sociais, com todas as Prefeituras, é um programa acima de tudo plural, democrático, com ampla participação de todos.

Passo agora para o Programa Terra Legal. Espero que na minha tentativa de síntese não esteja sendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está indo bem.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: O Programa Terra Legal. O Programa Terra Legal foi amplamente debatido aqui nessa Casa e também na Câmara. O Programa Terra Legal tem 110 dias, apenas 110 dias. Está entre nós o Coordenador do Programa Terra Legal, o Dr. Carlos Guedes está ali, alguma dúvida maior o Guedes está... O Guedes saiu da selva para vir até aqui, mas ele está permanentemente dentro da Amazônia acompanhando os trabalhos. Os dados, para recuperar um pouco, esse é um mapa das áreas

públicas federais, as glebas remanescentes. A ideia que a gente partia era de um universo aproximado de 67,4 milhões de áreas públicas federais ainda não destinadas e é importante, desde o começo nós trabalhamos muito com a ideia de que esse era um valor aproximado por conta de todos os dados imprecisos que o Estado brasileiro dispõe, ali é uma espécie de radiografia da Amazônia Legal com um conjunto de áreas. As etapas do programa. O programa é dividido em áreas até quatro módulos, de quatro a quinze módulos, áreas estaduais e áreas destinadas por outros Ministérios, FUNAI e MMA. Cada situação dessa tem uma rota definida. Nas áreas até quatro módulos fiscais a vistoria é optativa e a titulação é direta; de quatro a 15 módulos a vistoria é obrigatória e assim por diante. O programa tem 110 dias, a gente não pode perder isso de vista, e o relatório de execução dele consta desse material, desta lâmina. Nós já visitamos 48 municípios, isso significa uma área de 13,4 milhões de hectares. Nós instalamos postos de cadastramento em 48 municípios, mas pessoas de outros municípios vão até esses postos de cadastramento, então já se atingiu, de uma forma indireta, 140 municípios. Vamos georreferenciar esse ano ainda 144 municípios, as áreas estão ali e o número de ocupações levantadas foi de 25 mil e cadastrados 11.308; titulados 232 até agora. Esses são os dados brutos do programa.

Alguns dados que me parecem interessantes sobre os primeiros títulos entregues: 19% são mulheres, 67% são casados, 27% tem até 40 anos e 12% nasceram na Amazônia Legal. O tempo médio que nós estamos levantando desses posseiros que estão na terra é em torno de nove anos.

Dados dos imóveis regularizados, para os senhores terem uma ideia disso. A área total regularizada até agora foi de 75 mil hectares, porque são só os títulos definidos, 60,5% dos imóveis tem até quatro módulos fiscais e ocupam 23% da área regularizada, 39,6% tem entre quatro e quinze módulos, 21% tinham algum documento anterior emitido por órgão público que comprovasse a posse do imóvel, ou seja, isso dá a ideia da instabilidade jurídica que tem na região, as principais atividades econômicas desenvolvidas nos imóveis eram agricultura, lavoura permanente e pecuária, e 30% apenas eram os ocupantes primários do imóvel, ou seja, o imóvel nunca tinha sido ocupado, foi ocupado pela primeira vez por aquele cidadão ou por aquela cidadã e eles agora estão se regularizando.

Sobre o cadastramento. Nós cadastramos 11.308 ocupações, são 2,1 milhões de hectares, 48 municípios, começamos agora o Amazonas neste fim de semana, Guedes, começamos o Amazonas agora neste fim de semana, não está aqui na lâmina. Participação ativa

dos Governos: 42% das ocupações cadastradas foram cadastradas por representantes das prefeituras e 14% pelos Governos Estaduais. Dados interessantes do cadastramento também: 25% são do sexo feminino, 53% são casados, 46% até 40 anos, 45% nasceram na Amazônia Legal e 31% afirmam pertencer a alguma entidade, a alguma associação, a algum movimento social. Isso é muito interessante, porque nunca se fez um mergulho na Amazônia Legal, nessas terras, nesses posseiros. Aos poucos a gente vai desvendando qual é o padrão de ocupação, como ele se deu, quem são as pessoas que estão lá e qual é o tamanho da instabilidade que se tem lá. Eu acho que outros dados importantes dos imóveis cadastrados na ocupação de 140 municípios: 47% estão em Rondônia, 42% no Pará, 4% no Maranhão, 4% no Tocantins e 3% no Mato Grosso; 80% dos imóveis, 81, têm áreas de até quatro módulos fiscais e ocupam 36,6% da área. O cadastramento também mostra outros dados, mais aberto ali por tamanho de área, que está disponível para todos os senhores, que nos mostra o que eu acho que é o mais importante: imóveis até 15 módulos fiscais, nós temos 95% que são imóveis até 15 módulos fiscais.

A próxima lâmina mostra por cidades, onde houve mais cidades.

Mais dados sobre cadastramento na próxima lâmina sobre... Aí é bastante interessante: 9% dos requerentes apresentaram algum documento de comprovação de posse, só 9%; 72% não tem área medida. Isso dá uma ideia do tamanho do trabalho que a gente vai ter. A gente iniciou a semana passada o trabalho de georreferenciamento dessas glebas. As principais atividades econômicas, os dados sobre os imóveis.

Esta lâmina mostra o trabalho, a licitação, a homologação da licitação para o início do georreferenciamento; a anterior mostrava das áreas urbanas. Quer voltar, por favor?

Essa aí mostra os editais de georreferenciamento das áreas urbanas Estado a Estado. Até o final do ano está iniciado os trabalhos.

Essa última lâmina mostra as áreas remanescentes a serem georreferenciadas.

Todo esse trabalho é um trabalho coordenado pelo Dr. Carlos Guedes, mas ele é permanentemente gerenciado por um Grupo Executivo Intergovernamental do qual participam todos os Governos da Amazônia Legal, tem participação dos movimentos sociais, participação dos municípios. Todas as decisões, todas as prioridades, todo o ritmo de trabalho é acompanhado por esse Grupo Executivo Intergovernamental por decisão e orientação do Presidente da República.

Sobre esses três programas, Senador Botelho, essas são as informações básicas e que a gente pode aprofundar adequadamente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu acho que seria importante também que o Ministro Cassel possa falar, antes mesmo dos outros dois, sobre a questão dos índices de produtividade, porque assim depois a arguição será para os três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele terá o tempo necessário para arguir sobre isso também.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Os dois falam primeiro e eu entro depois, até para descansar a garganta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema. O Ministro entra na segunda rodada falando sobre produtividade.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. concluiu? Concluiu. Bom, nós vamos ouvir então agora o ex-Deputado Constituinte, nosso colega Plínio de Arruda Sampaio, que é um dos nossos convidados, e posteriormente o Sr. Luiz Marcos Suplicy. Com a palavra o Dr. Suplicy para a sua exposição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Plínio de Arruda Sampaio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Dr. Plínio Sampaio para a sua exposição.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Amigo do Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eles têm uma simbiose tão forte que a gente chega até a confundir.

[risos]

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Sobre tudo no físico.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Me honro de ter sido colega, amigo e companheiro de muitos ideais do ex-Deputado Plínio de Arruda Sampaio.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Sr. Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro, meu companheiro de Mesa Luiz Hafers, senhoras e senhores.

A minha presença aqui se deve ao seguinte: eu sou Presidente da Associação Brasileira de Reforma

Agrária. A Associação Brasileira de Reforma Agrária, a ABRA, foi fundada em 1967 e edita há 42 anos uma revista para defender a realização de uma reforma agrária neste País. Esta entidade foi criada por um homem extraordinário chamado José Gomes da Silva, que a criou exatamente para lutar em algo bastante contraditório nos dias de hoje, para lutar que a Lei Agrária, o Estatuto da Terra, promulgado por ninguém menos que o General Castelo Branco, fosse aplicada, para que esta Lei não fosse relegada ao esquecimento. Então desde então nós estamos lutando.

Em 1963 eu fui o Relator do Projeto de Reforma Agrária do Presidente João Goulart e por causa desse Projeto eu tive que fazer uma longa excursão turística de 12 anos até poder voltar ao Brasil.

O que é que dizia o Estatuto da Terra? Ele dizia o seguinte... É a primeira Lei Ordinária que inclui o conceito de função social da propriedade numa Lei, num texto legal, e esta função social da propriedade é, por sua vez, a configuração jurídica de uma longa história de lutas da igreja católica, da doutrina social da igreja, que é a seguinte: sobre toda a propriedade privada pesa uma hipoteca social; o que justifica a privatização de um bem é o fato de que ele serve à sociedade. Se este bem não serve à sociedade, este bem não é eticamente justificável e, portanto, não é juridicamente protegido. Este é o princípio que nós conseguimos introduzir na Constituinte pelo art. 186 da Constituição. É o artigo que diz que a propriedade privada será... em função de cumprir simultaneamente quatro requisitos: I— exploração racional e adequada; II— respeito à legislação trabalhista; III— respeito ao meio ambiente; IV— bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. Se não tiver essas quatro entidades, esses quatro requisitos, uma propriedade particular não é suscetível de proteção legal, ela deve ser desapropriada para ser redistribuída a quem possa realizar esses quatro objetivos na terra ocupada, de modo que é um princípio constitucional ao qual se aduziu também na mesma Constituinte, Constituinte que eu assinei, Constituinte que vários aqui Constituintes assinaram, o Senador Valter Pereira, nós consolidamos e aí veio um outro artigo que diz o seguinte: a propriedade produtiva não é suscetível de desapropriação. Portanto, a propriedade produtiva, ela é uma propriedade isenta da desapropriação. A desapropriação cai sobre qualquer propriedade que não cumpra a função social e a propriedade produtiva é isenta.

Muito bem. Isto posto, eu queria dizer aos senhores que há um pressuposto nessa nossa discussão para a qual eu chamo a atenção dos Srs. Senadores. É um princípio de direito constitucional que não há na Constituição nenhum artigo que não seja aplicável;

qualquer entrave à aplicação de um artigo da Constituição, esse entrave é inconstitucional, seja uma lei, seja uma determinação do Presidente da República, seja uma norma administrativa qualquer. Se ela impedir a aplicação de uma Lei, de uma norma, esta regra não pode ser válida, ela é inconstitucional e ela não pode ser aprovada. Então o que é que nós temos? Nós temos um raciocínio que diz assim: as propriedades que não cumprem esses quatro requisitos devem ser desapropriadas; mas se ela for produtiva, não será desapropriada. Não é esta a aplicação concreta da lei, porque isso diria o seguinte: o art. 184 elimina, por si só, o art. 186. A obrigação dos senhores legisladores, a obrigação dos intérpretes do direito na justiça, a obrigação dos advogados, que é o caso que eu estou aqui, é de procurar conciliar as duas informações; as duas precisam ser aplicadas a todos os casos concretos, porque senão haveria casos concretos que escapam num artigo da Constituição. Isso nega toda a sistemática do direito constitucional. Eu não estou aqui para ensinar o padre nosso para o vigário, porque imagino que todos os senhores que estão sentados nessa bancada têm plena consciência do que eu estou dizendo.

Então o que acontece, qual é o problema e qual é o objetivo da minha presença aqui? É exatamente como o José Gomes fez em 1967: defender a aplicação da Constituição de 1988, defender o princípio da função social da propriedade. Esse princípio está ameaçado e está ameaçado por um Projeto de Lei aprovado nesta comissão e para o qual eu peço a revisão, é impossível, mas no Plenário, dos votos que V. Exas. depositaram aqui, porque estavam rigorosamente equivocados ao votar uma lei que, na verdade, encerra uma impossibilidade de aplicação de uma norma constitucional. E antes que isto seja derrotado na Justiça, é preferível que os Senadores aqui não ofereçam este flanco ao Poder Judiciário.

De modo que eu queria dizer o seguinte: o que diz o artigo, como é o objetivo? Como o meu tempo é muito estreito, muito pequeno, eu vou resumir muito rapidamente. O Projeto de Lei 202 – PLS 202, de 2005, depois com os Substitutivos e etc. e etc., o que é que ele visa? Ele visa duas coisas, só duas, duas coisas. A primeira é retirar a atribuição do INCRA, que é um órgão subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, a retirar do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do INCRA a atribuição de providenciar os índices que dizem se uma propriedade é produtiva ou não produtiva. Esses índices estão estabelecidos numa lei chamada Lei Agrária e eles são de dois tipos. Tem um índice chamado GUT – Grau de Utilização da Terra. Ele mede a ociosidade dizendo o seguinte: não é obrigatório que você use toda a sua propriedade,

você não precisa usar, mas você tem que usar um percentual razoável dela, porque a terra pertence ao proprietário, mas pertence também à Nação, a terra pertence à Nação. A capacidade, o potencial produtivo de uma terra é patrimônio do País, não é patrimônio do proprietário, porque a terra é um bem finito, a terra não é uma indústria em que você pode desligar a máquina ou ligar a máquina; ela é limitada, o acesso dela, ela não é reproduzível. Então a Lei diz: "Não, senhor, o senhor tem que usar um tanto". GUT. Como é que se faz isso? Se faz através de uma série de levantamentos e estudos a respeito do comportamento dos agricultores em função de dados estatísticos que são levantados nos Censos Agropecuários, nos Censos Agropecuários. Então o Censo Agropecuário lhe dá uma média nacional, depois pode desfazer essa média por microrregiões e aí então você tem uma... Eu pensei que o Senador queria me fazer alguma pergunta. Então eu queria dizer que este índice o INCRA providencia junto às universidades, junto aos centros de pesquisa, junto à EMBRAPA, junto a órgãos do Governo, ele providencia um estudo e através desse estudo ele fixa índice de produtividade. Então a produtividade é medida por dois índices simultâneos.

Pois bem. Eu li atentissimamente, tenho aqui um diagrama, se os Senadores quiserem, eu posso mostrar, artigo por artigo. Todos os artigos, que são muitos, aparentemente é uma lei muito complexa. Não é verdade, é uma Lei simplíssima, porque todos os artigos dizem assim: remete-se ao *caput*; remete-se ao *caput*; remete-se ao *caput*. E o que diz o *caput*? O *caput* diz assim: De agora em diante não é mais o INCRA que faz, que providencia esse estudo; agora é o Ministério da Agricultura, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e mais o Conselho Nacional de Política Agrícola. Retira da lei uma atribuição do Ministério. Qual é o argumento? Qual é o fundamento disso? É que é um órgão incompetente e que é um órgão subversivo, que está infestado de funcionários que são contra os produtores corretos, que são contra os produtores brasileiros. E aí eu pergunto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras: esse é o caminho correto? Quer dizer que então porque lá dentro, por um descaso, por um descuido do Governo Lula, do Governo Fernando Henrique, do Governo Militar, infiltraram-se comunistas perigosos, estão lá dentro, e infiltrando-se funcionários incompetentes, puseram um sujeito que não sabe fazer conta, soma duplicadamente, um horror. Tudo bem. Então por causa disso se tira a função? Ou você deve tirar os funcionários? O que é que vem antes, o carro ou os bois? Se são funcionários incompetentes, Ministro, verifique-os, ponha-os para fora. Não está fazendo?

CPI. Chama o Ministro aqui e diz: "Por que é que o senhor não pôs para fora o funcionário--"

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):
[pronunciamento fora do microfone].

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: V. Exas. têm o dever de fiscalizar o Governo. Digam isso. V. Exa. diz isso todos os dias na televisão. Diga isso, venha aqui, chame, *impeach*. O poder está com os senhores. O poder está aqui, nós demos na Constituição. Então o certo é isso, porque, por exemplo, esta Casa, segundo me disseram, ficou meio infiltrada de alguns Senadores que não se comportam com a dignidade compatível. Vamos fechar o Congresso? Vamos tirar do Congresso a competência para fazer as Leis porque têm três ou quatro aqui que foram obrigados a... Não, senhor. Faz-se uma comissão, faz-se uma sindicância. Então quero dizer que o primeiro objetivo desta Lei é um objetivo injustificável, injustificável, coloca o carro adiante dos bois. Mas eu não quero nem entrar tanto nisso. Quero entrar no outro.

O outro artigo desta lei, através de uma argumentação aparentemente muito técnica e muito sofisticada, uma argumentação que pode de fato causar uma certa ilusão em quem não seja técnico, em quem não entenda disso, em quem não mexa com isso. Então depois desta longa argumentação, mostrando que: no art. 186 fala-se em exploração racional e adequada e no outro fala-se em produtividade. Exploração racional adequada é uma coisa; produtividade é outra coisa. A Lei Agrária confundiu os dois conceitos e o resultado é uma mesclança(F). O resultado é que o grau de eficiência da exploração, que é o segundo índice, que mede a eficiência do empresário. O empresário tem a terra, ele tem o direito de tirar dessa terra, ele tem o direito de organizar a produção, ele tem o direito de comercializar o produto, ele tem o direito de ter lucro, mas ele tem a obrigação correspondente de ter uma certa eficiência, ele tem que operar a um certo nível, ele não pode deixar a propriedade largada. Você pode deixar uma fábrica largada, porque monta-se uma fábrica ao lado, mas você não pode deixar uma terra largada, porque a terra largada não tem outra para entrar do lado, ela fica parada, é um potencial de produção que não é reivindicado pelo País. De modo que, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, este índice é fundamental, é fundamental.

Pois bem. Num certo momento, num certo momento, senador, há uma análise da Lei Agrária, uma análise aparentemente técnica e que termina com algo que vou ler para os senhores. Pediria, por favor, para prestar bastante atenção, porque nisso está o cerne da questão. Eu acredito, eu usei essa Tribuna muitas vezes, usei a Tribuna dessa Casa muitas vezes. Eu sei

que todos os homens aqui são homens de convicção e homens de conveniência. O Luiz Hafers me perguntava outro dia: "Você é um homem de conveniência ou de convicção?" Eu disse: "Eu sou um homem de convicções e conveniências". Eu represento uma parte, eu sou a favor dos camponeses sem-terra. É legítimo que os senhores sejam a favor dos camponeses com terra. Isto é uma questão de conveniência. Mas aqui nesta Casa existe, sempre existiu a convicção, de modo que com a convicção deixa-se a conveniência. Eu quero pedir aos senhores, sobretudo aos senhores que não estão na minha posição, que interpretem as minhas palavras com boa vontade, com seriedade, com a seriedade de um Senador da República. Eu queria demonstrar, eu vou lhes demonstrar graficamente, vou lhes demonstrar graficamente o sofisma que está na justificativa deste Projeto de Lei.

O sofisma é o seguinte, eu vou ler o sofisma e vou demonstrar o sofismo. Diz o seguinte, estou reproduzindo o texto da Senadora Kátia Abreu: *Para evidenciar o contrassenso da miscelânea de conceitos constantes da Lei Agrária, destaca-se o seguinte exemplo de aplicação do art. 6º, classificação do imóvel quanto à produtividade, lembrando que pela Lei o Grau de Utilização da Terra – GUT deverá ser igual ou superior a 80% da área do imóvel e o Grau de Eficiência Produtiva 100% ou superior.* Assim, consideramos hipoteticamente duas propriedades rurais vizinhas. A propriedade 'a' e 'b', ambas têm mil hectares, Srs. Senadores, mil hectares. Este papel representa mil hectares, mil hectares. Se o meu filho sabe fazer operação de cálculo proporcional, ele está proporcionado. Então a Lei diz o seguinte: pelo GUT, pelo GUT você pode deixar esta área sem ocupação, não lhe acontece nada; mas nessa aqui você tem que produzir inteirinha, senão você está tirando potencial de produção do País. Pois bem. O fazendeiro 'a', ele tem mil hectares de terra numa certa região onde ele deixou 20% desocupado, como permite a Lei, e ele obteve, produziu milho e obteve nesta área que ele usou, 273% em relação à média da sua microrregião. É um proprietário eficiente, ele cumpriu a Lei no GUT e ele cumpriu a Lei no milho. Ele é produtivo. Esse homem não pode ser desapropriado. Correto, correto, acho perfeitamente correto. Agora veja a injustiça, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Agora consideremos a situação do proprietário 'b'. O proprietário 'b' cometeu um erro gravíssimo, o proprietário 'b' foi um desastre, um homem seriíssimo, mas cometeu um erro. Imaginem os senhores que ele deixou mais terra ociosa do que permitido pela lei. Arrebitou-se, arrebitou-se. Mas na área que ele usou, ele foi de uma eficiência imensa, Srs. Senadores, imensa. Ele botou dinheiro, ele botou tecnologia, ele botou capital, ele conseguiu

436%. Vejam Srs. Senadores e Sras. Senadoras, este homem tem uma produtividade duas vezes superior à do 'a' e ele vai ser desapropriado. É uma injustiça brutal, é uma injustiça brutal. Eu imagino que os Srs. Senadores, pessoas de alma sensível, devem ter ficado com o coração dolorido diante de ver a situação do 'b'. Então vamos tirar o GUT. Essa é a lei, vamos tirar o GUT. Não conta mais o GUT, só conta esta parte aqui. Isto aqui, o GUT pode vir para cá, pode ir para lá, pode vir para cá, isso não interessa. Interessa é que aqui dentro ele tem uma produtividade maior. E aí ele a esqueceu, o assessor esqueceu, mas nessa mesma região, eu fui lá, o exemplo é hipotético, mas no terreno da hipótese eu também posso entrar, não posso? Então entrei, eu falei: "Vamos estudar a hipótese do agricultor 'c'. O agricultor 'c' é vizinho do 'a' e do 'b', tem uma fazenda de mil hectares. Mesmo microclima, mesma região, mesma condição de preço, mesma condição de mercado. Tudo igual. Pois este sem-vergonha me cultivou 4% da terra. Em compensação, o danado é um colosso de agricultor, é um agricultor melhor que o Luiz Hafers. Então ele conseguiu 437%, ele foi melhor que o 'b'. Não está desapropriado. Como os senhores resolvem? Isso está nas mãos dos Srs. Senadores.

Isto significa revogar a função social da propriedade, isto não é aceitável, isto não é democrático, isto não responde às necessidades do povo brasileiro. Eu queria dizer aos senhores, vou dizer, vou dizer claramente: este cidadão aqui deixou, neste caso de 4%, ele deixou 960 hectares de terra ocioso. Que potencial de produção tem em 960 hectares de terra? Quantas toneladas de produção têm o conjunto dos malandros, dos pilantras, que não há razão para os senhores defenderem. Não sou contra a propriedade correta, eu sou de uma família de proprietários. Todo o patrimônio da minha família, em toda a história da minha família neste País, é de produtores rurais: meu pai, meu avô, meu bisavô, meu tataravô. Não tem nada contra o produtor rural, nada. Apenas acho e não entendo, não entendi em 1964 e não entendo agora que os senhores emprestem o seu prestígio, o seu nome, o nome do Senado para proteger produtores ímprobos. Isto aqui é o grileiro, gente, este é o grileiro. Ele arruma mil hectares de terra, bota um jagunço lá dentro para impedir que alguém entre e contrata um tremendo chacareiro para fazer um negócio estupendo ali dentro. Acabou, saiu, está livre. De modo que me perdoem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu não estou entendendo.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Não está entendendo?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu lamento, mas eu não entendo como é que o se-

nhor está explicando isso daí. Talvez a minha inteligência seja bem menor do que a dos outros, mas eu não estou entendendo bem. Eu gostaria de melhor esclarecimento.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Vou explicar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor está dando razão mais à produtividade do que à área plantada. A produtividade é que vale mais--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): As duas coisas.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele está sustentando a simultaneidade.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Eu vou fazer de novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a simultaneidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou vendo a importância--

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Tem que ser os dois, a lei diz que tem que ser os dois. Então este aqui escapou. Por que é que ele escapou, senador? Escapou porque ele deixou ocioso só o que a lei permite e ocupou este aqui com uma produtividade perfeitamente aceitável. Esse é um agricultor decente e esse homem precisa ser protegido, esse homem precisa ter o apoio do Governo, precisa ter o apoio do Ministério da Agricultura, precisa ter crédito no Banco do Brasil, esse homem precisa ser respeitado. Este homem aqui cometeu um equívoco, ele passou da possibilidade. Quando ele tira 10% de mil, ele tirou 100 hectares de produção. O que se faz com cem hectares de produção? Quanto trabalho a gente dá em 100 hectares de produção? Quantos empregados têm uma fazenda de 100 hectares em São Paulo? Ele tirou, mas ele foi tão competente que a rigor ele poderia, mas não passou, porque ele passou do limite. Então este caso foi apresentado no Projeto da Senadora Kátia Abreu como sendo uma flagrante injustiça e como justificando a necessidade de suprimir este aqui. Suprimido este aqui, esses dois, senador, são aprovados. Mantido este aqui, este está reprovado, este está aprovado.

Então eu fiz um terceiro elemento hipotético. Peguei e disse: Muito bem. E se ele explorar só isso? E se ele explorar só 1%, dez alqueires? Ele põe um alqueire de morango--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Me permite só um apartezinho, só um apartezinho? O que está confundindo, Deputado Plínio, é que o senhor, ao colocar ali as cores, inverteu. Tinha que estar branco o vermelho e tinha que estar tudo vermelho o branco.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Não, não, está certinho, senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, não, eu não estou discutindo com o senhor a tese, eu estou discutindo o exemplo.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Ah, ele tem razão, ele tem razão. Vou botar o meu menino de castigo. Este quadro tem que ser visto assim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso, agora eu estou entendendo.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Que pixota-da, hein? Mas é a velhice. Então o que eu quero dizer para vocês é o seguinte... Mas ficou claro, isto quer dizer que o Senador Arns(sic) entendeu.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só estou tentando fazer com que as pessoas entendam.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Isto quer dizer que o Senador Arns(sic) entendeu. Ele entendeu. O meu menino é mau desenhista, aliás, ele é filósofo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Esse vermelho é todo branco.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: É claro, é claro. Ah, Vicente, vou botar ele de castigo hoje.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): E o branco ali é vermelho.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Vou botar ele de castigo hoje. Isto aqui seria vermelho e isto aqui branco, compreende?

O que eu quero dizer aos senhores, agora neste clima mais fraternal, a gente pode ir se entendendo. Não passem essa Lei, não passem essa Lei de jeito nenhum. Revejam. É lindo, é maravilhoso reconhecer o erro. Foi um equívoco. Houve um sofisma, votaram por um sofisma. Quero dizer aos senhores: se isto for eliminado... Eu queria só dizer a consequência disso. A consequência é a seguinte: este enorme potencial de produção está retirado do Brasil. Este potencial de produção, agora o vermelho, está retirado do Brasil. É razoável. Este é razoável. Agora este não é razoável. Se o GUT sair, é esse que vai fazer. E é do grileiro, é do grileiro. Não acredito. Tenho absoluta convicção que nenhum dos senhores e senhoras que se sentam à minha frente têm qualquer simpatia por um grileiro, não acredito, mas é quem vai se beneficiar.

Termino, Sr. Presidente, termino dizendo só o seguinte: a agricultura perdeu, os trabalhadores do campo, a população rural brasileira, perdeu um milhão e 360 mil empregos entre 1996 e 2006, dados do censo que vocês publicaram agora. Então isso quer dizer o seguinte: eu estou aqui defendendo o emprego da gente que não tem emprego, se este branco se tornar vermelho.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço aos Srs. Senadores a atenção, agradeço ao Senador Arns o fato de que eu pude--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Osmar Dias.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Osmar Dias, perdão, é que o senhor--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Arns foi para o PSDB.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: O senhor tem uma cara do Arns, Senador. É que eu o conheço só pela televisão e pela televisão eu falei: São dois daqueles alemães do Sul, para o senhor ver que eu estou cometendo um monte de falha. Mas eu, graças a Deus, durante todo o tempo que eu fiquei nessa Casa e fiquei nessa Casa muito tempo, eu sempre contei com a boa vontade, com a simpatia, com a amizade e com a ajuda dos meus companheiros, de modo que eu pediria aos senhores seriamente: pensem no que está escrito aqui.

Vou passar ao Sr. Presidente, após a Sessão, essa argumentação aí então escrita em linguagem jurídica para que possa chegar às mãos de V. Exas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Dr. Plínio Arruda Sampaio e vamos passar agora para o Dr. Luiz Marcos Suplicy Hafers para que ele faça a sua exposição, que certamente vai observar outras nuances que não foram suscitadas nessas primeiras falas.

Com a palavra o Dr. Luiz Marcos.

SR. LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS: Sr. Ministro Cassel, Sr. Senador Valter Pereira. Eu me sinto extremamente honrado, emocionado e esperançoso. Estamos aqui numa discussão por uma questão importantíssima para a agricultura brasileira. Eu queria fazer alguns comentários antes de dizer o que eu acho como deveria ser feito.

Primeiro, existe um falso conflito entre a agricultura familiar e a agricultura dita empresarial. Elas não são excludentes, elas são complementares.

A outra coisa que eu gostaria de esclarecer também é que o Dr. Plínio fez um relato legal da discussão da produtividade. Eu sou caipira, eu sou agricultor, entendo de roça, mas não posso discutir Leis. Os senhores têm a capacidade para avaliar os argumentos legais dele. Eu venho fazer a defesa do produtor.

Eu também me insurjo de que existe uma generalização de que a Lei quer coibir a pilantragem. Nós não somos pilantras, nós somos produtores. A agricultura, nos últimos dez anos, deu uma brilhante demonstração de competência e produtividade.

Uma outra que eu queria falar, eu sou velho o bastante para olhar a estatística com suspeitas. Serve de apoio, mas não de iluminação. Os índices de produção familiares, o que é que é uma agricultura familiar? Quatro módulos? Aquilo está equivocado. Depois, como é que nós vamos comparar uma pecuária que necessariamente é extensiva, vamos comparar florestamento, que é uma das minhas atividades, que é necessariamente extensiva, com um produtor de alface ou de galinha?

Eu queria também alertar ao Senador Valter Pereira que eu não sou doutor. Como se diz na roça, eu não sou estudado, mas eu sou trabalhado. Faz mais de 50 anos que trabalho com afinco, faz mais de 50 anos que eu tenho convicções e não conveniências. Eu tenho convicção de que o Brasil é um País extraordinário. Eu tenho convicção que a grande maioria dos lavradores, nos quais eu me incluo, tem feito um trabalho extraordinário, sem conhecerem todas essas minúcias da Lei que o doutor Plínio, com tanta competência, discorreu. Eu sei que se eu não estou, eu telefono para saber se choveu ou não choveu. Eu sei que eu planto 100% da minha área ou projeto plantar 100% de uma nova fazenda que eu tenho. Eu sei que nós temos riscos de clima. Eu exemplifico. Este ano choveu o diabo no Paraná, 500 milímetros contra 50 na época da seca. Perdi 30% da minha safra e 20% do meu valor. Como é que eu vou ser julgado por burocratas que, independente do que o Dr. Plínio disse, tem nítida implicância com a minha maneira de ser? As estatísticas indicam, mas não provam. Eu não posso ficar à mercê de índices discutidos em gabinetes. Eu não posso ficar à mercê de índices que o mercado não reage. Se amanhã eu sou plantador de milho e o preço de milho não presta, eu posso não plantar milho, eu devo não plantar milho, porque senão ao invés de perder para os burocratas da reforma agrária, eu vou perder para o banco. Não acho que seja vantagem.

Eu acho que essa confusão de alhos com bugalhos, somando laranja com banana, de que eu fui proibido de fazer pela D. Jandira, a minha primeira professora de aritmética, não pode prevalecer. Nós temos responsabilidades. Nós temos responsabilidades sociais, nós temos responsabilidades nacionais, que nós devemos e somos convencidos, mas não devemos ser impostos e julgados.

Eu penso no Brasil. Eu sou nacionalista sem ser xenófobo. Eu acredito nesse País e acredito na agricultura. Se os senhores forem, e a maioria dos senhores são Senadores de Estados agrícolas, sabem a dificuldade que é. Nós não precisamos de uma nova regra que nos imponha um novo risco, que é o tal do conceito da produtividade. Nós não precisamos de alguém

que não tenha a nossa experiência, a nossa emoção e o nosso amor a dizer como, quando e de que jeito. A agricultura mecanizada tem que ser grande. A agricultura de florestas tem que ser grande. A agricultura de alface tem que ser pequena.

Eu venho pedir aos senhores que entendam o que é ler a meteorologia e torcer para que dê certo. E, além disso, além de uma enorme adaptação que nos está sendo imposta, a mais moderna do mundo, que são os índices ambientais, alguns absolutamente ridículos, e conto para o senhor um caso meu. Fui desapropriado por uma hidroelétrica, agora perdi as minhas matas ciliares, tenho que plantar cem metros ao invés de três. Não desapropriaram os outros cem metros. Eu tenho café em encosta. Conheço bem o Espírito Santo, é tudo encosta. Não pode mais. Além disso, nós temos uma legislação trabalhista, a mais avançada de todas, que nós estamos fazendo todo o esforço para cumprir na sua totalidade. Não, não basta. Aumentamos a produtividade, somos responsáveis. Agora nós temos que olhar para um conceito de produtividade feito por alguém a par de um pé de calipi, de um pé de couve, que tem uma manifesta implicância para conosco, e nós que precisamos fazer investimentos de longo prazo, à espera do Ministério Público, à espera de um funcionário do INCRA, à espera de um funcionário do IBAMA que vá lá e diga que eu sou pilantra. Eu não sou pilantra. O meu grupo, a quem eu defendo, não é pilantra. Há pilantras em todos os lugares e nós não defendemos esse pilantra. Nós defendemos o agricultor que põe uma coisa maior do que estatística, que põe amor, que põe esforço, que põe trabalho, que põe esperança, que acredita.

Eu, se tivesse sido inteligente, fui muito inteligente quando tinha 20 anos, eu deveria ser banqueiro: não tem índice de produtividade, tem lucros fantásticos, não tem um Código Florestal, e quem o chama de pilantra ainda tem a sua retaliação.

Eu venho aqui aos senhores pedir que respeitem a nós, fazendeiros, todos eles, de todos os tamanhos, que nós somos uma grande mola propulsora desse Brasil, que nós somos, provamos, está aí a cesta básica que o Ministro Cassel falou, está aí a exportação brasileira, está aí a abertura e a ocupação desse País, às vezes feita de maneira errada, mas feita. Os índices de produtividade não devem ser aceitos. Não é porque ele é baixo ou ele é médio, é alto, mas porque ele é conceitualmente errado. Ele leva ao produtor mais medo do que ele já tem. Ele leva o investidor a desanimar.

Eu quero fazer mais um comentário muito importante. A agricultura há cem anos atrás era uma agricultura de extração. Nós íamos para o Paraná, derubávamos o mato, extraíamos fertilidade e fazíamos

aquela agricultura. A agricultura de hoje não é mais uma agricultura proprietária, é uma agricultura gerencial, aonde a necessidade de capital, a necessidade de tecnologia, são altíssimos. A dívida que a agricultura carrega hoje é uma dívida do investimento em produtividade que ela fez e não tinha dinheiro. Quando o Dr. Plínio fala que a terra não pode ficar ociosa, eu quero saber se eu plantar e colher 5% a mais do feijão necessário, o que é que acontece com os preços? Nós no café, há dez anos, penamos com maus preços. O mercado possa, a ideologia do Dr. Plínio implicar com ela e implica, manda. Se eu produzir a mais, eu quebro. Se eu não produzir, eu quebro. Eu quero então a compreensão dos senhores, a sensação dos senhores, que nós não vemos a agricultura familiar contra ela. A agricultura familiar é necessária, mas que nós, que somos maiores que a agricultura familiar, não devemos ter mais óbices do que nós estamos tendo e de que nós devemos ser respeitados pelo que nós fizemos, respeitados pelos empregos que nós demos, respeitados pela cesta básica que nós fizemos, respeitados pelos dólares que nós arrumamos.

O índice de produtividade defendido como uma causa jurídica, eu não sou réu em Tribunal, como eu disse aos senhores eu não sou estudado, mas sou trabalhado. Eu sei como é difícil e eu sei como a renda é pouca. Eu sei como o sofrimento é grande. Mas sei, também, uma coisa que não entra nas estatísticas: o orgulho, o enorme orgulho de ser agricultor e de ser brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos a manifestação do Sr. Luiz Marcos, que pela experiência de vida que expôs aqui, mostrou que é doutor também na atividade que representa. Por isso o título que lhe conferi no início, na primeira abordagem que lhe fiz, é justo. Acho que cada um que domina uma determinada área tem que ter o seu conhecimento. E nós estamos aqui lidando com uma atividade que, como muito bem pontificou o Sr. Luiz Hafers, é uma atividade fundamental para a economia do País. Basta olhar para os dados que nós temos na frente. A atividade do campo é responsável pela formação de quase 1/3 do PIB. Nas exportações essa atividade corresponde a 36,4% e gera 37% dos empregos do País. Portanto, é uma atividade que precisa efetivamente do respeito e concordo com ele quando diz claramente que é um ledor engano esse conflito que se estimula entre a atividade do campo movida pela orientação empresarial, pelo chamado agronegócio, com a agricultura familiar. Todas são atividades do campo, todas estão contribuindo e, portanto, tem que haver uma convergência e não uma divergência.

Nós vamos agora, por uma questão de ordem, passar a palavra inicialmente para os autores. Senadora Marisa, depois--

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Era eu agora, é o índice. Inverteu a ordem, você lembra?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Ministro vai falar sobre a produtividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então vai falar sobre o índice de produtividade o Ministro Cassel.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Vou tentar ser breve então para ajudar V. Exa.

Eu quero começar a minha intervenção com dois pontos de acordo importantes com o Sr. Hafers. O primeiro deles, Sr. Hafers, eu acho que diz respeito a respeito com produtor, respeito com uma atividade que é difícil, que é de risco e que a gente tem que preservar. Acho que sobre isso nós temos acordo, o Dr. Plínio, eu, o senhor, o Presidente da Mesa. Em hipótese alguma eu acho que isso pode estar em jogo. Todos nós respeitamos, respeitamos profundamente, queremos cada vez mais respeito, mais consideração e mais reconhecimento com os produtores rurais. Estamos juntos nessa.

O segundo ponto que eu tenho absoluta concordância com o senhor, e o senhor abriu a sua fala sobre isto, é sobre essa falsa polarização agricultura familiar e agricultura de escala. Ela é uma falsa polarização mesmo e é uma polarização que o Governo Federal não tem aceitado. É importante lembrar isto: o Governo Lula, de 2003 até agora, tem apoiado de uma maneira explícita os dois modelos de agricultura. Nós temos tido crédito e política pública, seja para a agricultura de escala, seja para a agricultura familiar, e isto tem dado certo, isto tem sido importado. Importante. Essa é uma vantagem competitiva do Brasil, essa é uma originalidade nossa, essa é uma vantagem nossa. Nós temos duas agriculturas que são competitivas, que são produtivas, que são importantes.

Quero lembrar dois episódios que me parecem ser muito importantes do último período. Em 2003 a 2004 o Presidente Lula assumiu, o Senador Suplicy acompanhou isso, a economia brasileira atravessava um período de altíssima vulnerabilidade, estávamos todos nós preocupados, e a agricultura patronal, naquela ocasião, foi decisiva para a gente equilibrar a balança de pagamentos, para superar a dificuldade econômica. O Governo apostou nisso. Já me referi ao outro momento, crise nos preços dos alimentos em 2008. Foi fundamental a agricultura familiar ali para enfrentar, aumentar a produção e evitar que a inflação

voltasse. Dois momentos recentes da história brasileira que mostram de uma maneira tranquila, cabal, clara, que nós temos dois padrões, dois modelos em funcionamento que trabalham e trabalham bem. Então evitar essa polarização, o senhor começou por aí, eu acho que é uma virtude, a gente pode a partir disto aí.

De que se trata quando se fala sobre terra? Se trata de que, apesar disso, a gente ainda tem no Brasil uma estrutura fundiária muito desigual. A concentração de terra no Brasil é, ainda, uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. A agenda da reforma agrária é uma agenda que os países desenvolvidos resolveram no século XIX, na primeira metade do século XX, e que nós, que aqui no Brasil ela segue sendo uma agenda tardia, que ela não precisa obrigatoriamente ser uma agenda de conflito, uma agenda de violência. Quando a gente procura uma estrutura fundiária mais equilibrada, a gente está querendo o quê? A gente está querendo um campo com gente, com mais produtores, com mais produtividade, para que todo mundo consiga produzir mais. É disso que se fala. Eu não acho que o tema precisa ser obrigatoriamente um tema de conflito e um tema, usando uma expressão sua, de manifesta implicância com 'a' e com 'b'. Eu acho que isso atrapaalha todo mundo, isso tira o foco do tema sempre, isso sempre nos desvia do foco. A gente tem modelos de agricultura que convivem bem, que o Governo Federal tem apostado nele e que a gente tem que manter. Isso não é um problema, isso é uma originalidade, é uma vantagem competitiva brasileira e a gente tem que tratar ela assim. Eu acho que a gente tem que superar, me perdoem utilizar o termo aqui, superar o ranço que se tem de parte a parte de tratar isso sempre como de forma conflitiva, até porque não é isso objetivamente o que o Governo brasileiro vem fazendo.

Sobre índice de produtividade, eu sou o Ministro dessa área e me cabe cumprir lei. A Constituição determina e o Dr. Plínio foi claro isso, de uma maneira clara, objetiva, que cabe ao Governo periodicamente reajustar índice de produtividade para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, etc., etc. e etc. Eu vi uma situação meio peculiar. Eu estou sendo questionado pelo Ministério Público Federal pelo descumprimento da lei. O Ministério Público Federal me oficiou querendo saber quais são as razões, afinal, de que eu, Ministro responsável, não estou cumprindo a lei, não estou reajustando o índice de produtividade. Penso que esse tema é um tema que ele, de novo, por conta de toda essa tradição de conflito, quando ele aparece, ele aparece sempre de forma deformada entre nós, porque no fundo, eu acho que o Dr. Plínio enfrentou isso de forma eficiente e radical, a gente está discutindo o quê? Bom, nós temos que saber se nós somos a favor ou

contra a função social da terra, função social da propriedade. Eu sou um dos que acho que terra não é um bem qualquer, eu tenho dito isso, terra não é um anel de brilhante, um carro de luxo ou o que quer que seja que a pessoa utiliza como bem entender. Não, terra é o patrimônio de toda uma Nação, ela tem que produzir e essa é uma preocupação geral. Eu não acho que a gente deva pensar reajuste de índice de produtividade voltado para o tema reforma agrária, inclusive. Eu acho que o fundamental é a gente garantir que tem uma área agricultável e que essa área agricultável produz de forma adequada e nós podemos discutir qual é o equilíbrio disso, se é a utilização da terra, se é a eficiência da exploração, se vão entrar... Não tem nenhum problema quanto a gente discutir critérios. Eu não acho, daí eu vou discordar do senhor, Sr. Hafers, eu não acho que isso é feito por burocratas. Não, não acho.

Esse trabalho que foi feito agora é um trabalho que começou lá em 2004, participou toda a equipe da EMBRAPA, foi coordenado na época pelo ex-Ministro Miguel Graziano, participou toda a equipe do Ministério da Agricultura, do MDA, foi um trabalho intenso sobre isto. As propostas que nós fizemos, elas são absolutamente equilibradas. Toda a preocupação, essa foi uma orientação do Presidente Lula, todos nós aqui sabemos que esse é um tema delicado, esse é um tema que mexe com... A nossa preocupação, minha, do Ministro Reinhold, do Ministro Guedes há um tempo atrás, foi encontrar um tempo de equilíbrio que não constituísse risco para ninguém, ou seja, ninguém triplicou a necessidade. Não, é razoável tudo que está se proporcionando. Tanto que nesse debate eu nunca vi, eu nunca ouvi nenhum argumento de alguém dizendo assim: "Não, mas você está propondo, vocês estão proporcionando um índice muito alto para a cultura tal da região tal". Nunca ninguém levantou isso. Por quê? Porque os índices propostos, eles são absolutamente confortáveis para quem tem um padrão mínimo de cuidado com a produção. Eu acho que, inclusive, nós estamos propondo um índice de transição. Já que se quer discutir o conceito de produtividade, não tem nenhum problema, é aqui o espaço para definir isto. Eu acho que a gente tem que definir com erros e acertos e o Dr. Plínio tratou disso já, eu não quero entrar nesse detalhe. Mas é que ao Governo cumpre cumprir a lei. A lei atual determina uma forma de fazer isso. E nós estamos entrando agora numa situação que é caricata, me perdoem a expressão. Saíram agora o Censo agropecuário. Se nós compararmos a produção real, objetiva do País, com os índices de produtividade, bom, mas é algo de 10%, é--

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Nós estamos atrasados 30 anos.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Estamos atrasados 30 anos. A nossa agricultura é de um grau de competitividade e produtividade extraordinária. Os índices atuais de produtividade, eles depõem contra a imagem de nossa agricultura lá fora. Não tem nenhuma razão para os índices serem esses que são. Eu acho que a gente tem que encontrar o equilíbrio para isso, nessas discussões bom senso é sempre o melhor conselheiro. O que nós estamos propondo é um reajuste tranquilo, um reajuste abaixo, muito abaixo do que seria necessário fazer, para que fique confortável para todo mundo e para que inclusive se crie um ambiente menos contaminado para que a gente possa discutir conceito, ver, porque o que é que está acontecendo e sempre acontece? Cada vez que esse tema vem à tona, as pessoas resolvem discutir conceitos. "Ah, não é assim". Bom, quem está escondido atrás disso? É a vontade de não reajustar índice. É assim que é. Eu quero tratar desse tema com essa sinceridade, com essa clareza. Bom, nós estamos propondo um reajuste de índice que é absolutamente confortável, absolutamente, eu tenho exemplos aqui, depois eu posso dar, para que a gente inclusive crie um ambiente em que se é para discutir, Dr. Plínio, vamos discutir, vamos sentar e fazer uma ampla discussão nacional sobre isso.

Mas esse é o nosso objetivo, é assim que a gente está vendo o tema de índice de produtividade e assim é que eu enxergo o rural brasileiro, Sr. Hafers, sem popularização e sem implicações manifestas, de preferência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então nós vamos passar aos debates. Eu gostaria, antes de passar a palavra à primeira debatedora, a Senadora Marisa Serrano, de fazer só uma ponderação, só jogar uma pimentazinha para que o debate fique um pouquinho mais ardente.

O art. 186 reza o seguinte: *a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei*. Isso aqui é muito importante porque é preciso ficar muito claro que essa mudança de índices que está sendo proposta aqui no Senado é inteiramente calibrada com o comando constitucional, quer dizer, então, as atribuições que se dá ao Governo ou que se tira do Governo estão sendo rigorosamente dentro dos parâmetros constitucionais. Portanto, não há exagero nenhum nessa discussão. Então a Constituição hoje estabelece esses índices, esses índices não, ela confere à legislação a atribuição para que se estabeleça esses índices e assim é que está ocorrendo. Existe hoje uma legislação e essa legislação pode, sim, ser mudada. E o será obviamente até por provocação do próprio Governo, que está hoje já es-

tudando novos parâmetros e novos índices que serão devidamente debatidos e devidamente reformulados nesta Casa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para perguntar da lista de inscritos e a ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A lista de inscritos é a seguinte: o primeiro aqui, abriu inicialmente o Senador Suplicy, agora vai abrir a Senadora Marisa, Senador Botelho e depois o Senador Suplicy, que são os autores. Em seguida vem o Senador Osmar Dias, Senadora Serys, Senador Tuma, Senador Neuto e Senador Sadi.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Qual é a forma que V. Exa. vai fazer? Vai ouvir três e as respostas ou ouvir todos os Senadores e depois as respostas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que poderemos ouvir todos, que não são tantos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está certo. É o que eu estou propondo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois bem. Então, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu acho que foi muito bom nós estarmos com os nossos convidados aqui e, principalmente, Ministro, como o senhor mesmo falou aqui e reconheceu que é bom vir de vez em quando a essa Casa colocar as suas ideias e a gente poder debater de uma forma respeitosa, mas é uma democracia que nós queremos sempre ver vicejando nesse País, isto é, a autoridade poder vir aqui, comentar conosco e discutir conosco questões como essa.

Eu quero fazer a minha réplica daquilo que eu já falei antes. Desde 2002 o MDA vem repassando recursos a entidades privadas sem fins lucrativos que têm ou tiveram seus dirigentes ligados ao MST. Dos R\$ 159.825.830,68 que foram repassados pelo Ministério e pelo INCRA a essas entidades, eu quero dizer que em 2008 foram 13,8 milhões de repasse e esse ano, até o dia 07 desse mês agora, foram já cerca de 14 milhões. Portanto, vem crescendo a quantidade de repasse para essas entidades.

A ONG Contas Abertas, ela fez um levantamento que está disponível, inclusive, Sr. Presidente, eu gostaria que entregasse para todos aqui da Mesa e para os Senadores, a ONG Contas Abertas fez um levantamento e aqui, Ministro, eu não sei dos Deputados, eu sei daqui porque eu fiz questão de analisar um por um, e aqui dá os 160 milhões, 159 milhões. Coloca-se

aqui, Ministro, todas as entidades para que repassaram recursos, o ano, o conveniente, o responsável conveniente, quem é que recebeu o dinheiro, se foi pago ou transferido quanto, se foi empenhado e descentralizado quanto e relação com o MST e a fonte. Eu gostaria que entregasse para a Mesa, eu já mandei tirar cópia.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL:. Me perdoe, só um esclarecimento: isso diz respeito a todo o Governo Federal ou ao MDA?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, isso aqui é o MDA.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: MDA?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Convênios do INCRA com entidades privadas sem fins lucrativos, cujos responsáveis estão relacionados ao MST.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Desde 2002. Perfeito.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, Sr. Ministro, esse é um documento que V. Exa. contesta, não precisa ser hoje, mas tem que contestar, ou não contestar e aceitar que esse levantamento está correto. É um levantamento por nome, função, empenho. Eu esqueci de falar que esses dados são do SIAF, quer dizer, não tem nem como a gente contestar.

Mas aí dizer, Ministro, V. Exa. disse que quando o senhor é notificado que não pode conveniar, o senhor não convenia. Ora, Ministro, isso é brincadeira, o senhor me desculpe. Se o senhor conveniasse depois de notificado que não podia conveniar, aí o senhor estava cometendo um crime. Como é que diz para o senhor: "Olha, o senhor não pode repassar recursos para essa entidade". O TCU fala, a CGU fala e o senhor é notificado pela Justiça, inclusive, como disse V. Exa. Se o senhor ainda repassasse recurso depois disso, meu Deus do céu. Então o que eu quero dizer é que o TCU, a CGU, eles não podem saber de antemão para quem é que o senhor está repassando recurso. Eles vão fazer a aferição depois de repassado o recurso, na análise de como foram aplicados esses recursos. Então não é correto V. Exa. afirmar que depois de notificado o senhor não repassa. Claro, não pode repassar mesmo.

Então eu queria fazer uma pergunta para o senhor. Eu disse na minha fala inicial: que critérios objetivos são esses para repassar recursos para essas entidades? O senhor disse na sua fala que são critérios objetivos. Então eu gostaria de saber, como eu vi de alguns dos relatórios de repasses de recursos, que é para a formação e capacitação de assentados e acampados, eu quero dizer para o senhor que, como eu sou da área de educação, não há como se repassar recurso nessa monta para entidades se o senhor

não tiver uma análise do Projeto e esse Projeto ser avaliado. As avaliações do resultado desses cursos de formação são fundamentais. Eu nunca vi o Ministério da Educação não poder avaliar. Ele avalia hoje todo mundo, o aluno, o professor, todo mundo está sendo avaliado. E a fiscalização e controle. Essa Casa aqui tem a obrigação, eu não sei se o senhor tem conhecimento disso, nós temos uma Comissão de Avaliação e Fiscalização, Fiscalização e Controle. É para isso. Nós somos obrigados a fiscalizar e a controlar. Se nós não fizermos, nós estamos prevaricando. Então, Ministro, é função nossa fiscalizar e acompanhar. Eu gostaria de ver que tipo. Eu nunca vi nenhum relatório oficial dizendo quantos foram formados. Porque, Ministro, se fosse tudo isso e tudo fosse para a formação, eu garanto para o senhor que nós estaríamos aqui com todos os acampados formados nesse País.

A segunda pergunta que eu gostaria de deixar para V. Exa. O Brasil tem hoje cerca de um milhão e 200 mil assentados. É isso mais ou menos, Ministro, um milhão e 200 mil?

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Menos de um milhão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um milhão. Bom, o que eu tenho aqui é que era um milhão e 200 mil assentados. A agricultura familiar, os pequenos agricultores, não foi uma criação do Governo Lula, tanto que o Governo Fernando Henrique assentou mais de 600 mil famílias. Então eu queria, e V. Exa. colocou aí na transparência, que de 1996 a 2006, em 1996 eram 77 pessoas ocupadas, 77 por mil, se eu não me engano, o número de estabelecimentos em 1996 era 85 e agora 88, quer dizer, o Governo aumentou muito pouco nesses anos do Governo Lula, pelos índices que V. Exa. colocou, de 77 para 79 pessoas ocupadas e de 85 para 88 de número de estabelecimentos. Então eu queria dizer ao senhor o seguinte: às vezes a gente tem ocupação, mas não tem produção. Eu venho de um Estado que é difícil, porque nós temos agricultura em grande escala, que é o Mato Grosso do Sul, mas temos problemas sérios porque nós somos a segunda maior nação indígena do País. Todo mundo acha que é só a Amazônia que tem, talvez o segundo seja o Pará e não só o Amazonas, mas Mato Grosso do Sul é a segunda. Eu quero só dar dois exemplos: Sidrolândia, que é uma cidade próxima de Campo Grande, da Capital, tem 23 assentamentos, 4.500 famílias assentadas, há processos aqui inclusive correndo na Câmara dos Deputados para a fiscalização e controle desses assentamentos, que não têm água, que não têm luz, que não têm maquinário para trabalhar a terra, e têm duas aldeias indígenas de mais 250 famílias. E a outra é Nioaque, que é perto também de Sidrolândia, já

indo para o Sudoeste, que é a minha região, onde eu nasci, Nioaque tem dez assentamentos, quatro aldeias indígenas e dois quilombolas, quer dizer, é uma cidade pequenininha e com uma estrutura de campo muito grande, quer dizer, o dobro que está no campo é o que tem na cidade. Então eu queria dizer: se tem ocupação e não tem produção, como é que a gente pode cobrar dos outros que estão lá, agricultura de escala e não só a agricultura, eu posso falar isso tranquilamente, se nós estamos assentando e não estamos dando condição para que os assentados possam produzir? E olha que eu não estou falando da agricultura familiar somente, porque para mim aí todos são pequenos agricultores: pequeno agricultor que é assentado ou não é assentado é pequeno agricultor, gente que está há 100 anos trabalhando na terra pode ser um pequeno agricultor, mas essa é uma questão que eu acho que a gente tem que discutir, é saber se nós estamos fazendo o dever nosso antes de cobrar o dos outros, se nós estamos conseguindo dar condições aos assentados de produzirem, porque é fundamental. O que nós comemos na nossa mesa, o que o senhor come na sua, o que eu como na minha, quase tudo vem da agricultura familiar: é a verdura, é o legume, é a fruta que a gente compra nas feiras livres dessas cidades, quase tudo vem do pequeno produtor. Agora não vão me dizer que nós estamos fazendo o nosso dever de casa com os assentados, porque essa é uma realidade que eu conheço bem no meu Estado.

Então eram duas perguntas que eu queria fazer, Ministro, essa da ocupação e não produtividade e a outra de quais os critérios objetivos para repassar dinheiro para essas ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, conforme foi orientado desde o início, nós vamos ouvir todos os questionamentos e depois nós vamos repassar para os expositores. Nós franqueamos a palavra agora ao Senador Augusto Botelho para a sua intervenção.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de agradecer a presença de todos e fazer apenas, assim, uma pergunta para o nosso Ministro Cassel. Foi estabelecido um território indígena lá em Roraima agora, na área da Raposa Serra do Sol, e houve uma discussão lá sobre a gestão do território. Normalmente é o colegiado que gere o território. Lá a FUNAI começou a querer se sobrepor no colegiado. Eu gostaria de saber se o MDA vai usar a mesma ideologia dos outros territórios na gestão do território indígena da raposa Serra do Sol lá.

A outra é para o Dr. Plínio, é um comentário assim. Eu não entendo muito de Lei. Eu estou aqui, eu sou Senador, sou médico, estou como Senador aqui agora e

esses índice de produtividade que foram aplicados nas propriedades rurais, eu sou contra a grilagem de terra também, mas por que é que os Constituintes também não fizeram, por exemplo: eu tenho um apartamento muito grande, assim de cinco quartos, e eu moro sozinho lá. As fábricas, por exemplo, de carros, quando o carro abaixa de preço elas param de produzir, diminuem a produção de carro. Por que é que o produtor rural tem que continuar plantando mesmo tendo prejuízo? Então eu gostaria só do senhor me esclarecer bem isso, que eu não tenho bem claro isso na minha cabeça. Eu acho que tem que haver uma discussão, o índice tem que para se evitar os grileiros, mas os que trabalham com seriedade são prejudicados também, porque muitas vezes eles estão sem condições, a safra foi ruim e ele não tem dinheiro para fazer outro plantio grande como o outro, aí ele se atrapalha. Então eu acho que tem que haver índice, mas esse índice é tipo as quotas, ela tem que ter um tempo. Daqui um tempo, quando a propriedade tiver toda definida no País, quando todos tiverem propriedade, aí a gente tem que repensar isso daí para dar outra solução, tipo as quotas raciais.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Suplicy, como autor do requerimento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Neuto de Conto, eu acho que é muito importante, Ministro Guilherme Cassel e prezados Luiz Marcos Suplicy Hafers e Plínio de Arruda Sampaio, que esteja havendo este diálogo. Eu havia inclusive sugerido que pudéssemos tê-lo tido antes da votação nesta comissão relativamente ao índice de produtividade, mas que foi aqui aprovado, foi apresentado recurso por diversos senadores e, portanto, o recurso para que o Projeto seja apreciado e votado em Plenário.

Então eu gostaria de pedir ao Ministro Guilherme Cassel, tendo em conta que foi aprovado um Projeto de Lei que visa alterar a composição dos índices de produtividade utilizados para fins de reforma agrária, dentre outras iniciativas consta desse Projeto que o grau de utilização da terra, mencionado na exposição do Dr. Plínio de Arruda Sampaio, estará excluído da Lei 8.629, e pelo Projeto de Lei aqui aprovado da Senadora Kátia Abreu, especialmente o art. 11, fica modificado. Eu vou ler o art. 11 tal como a lei hoje é, a Lei 8.629, de 1993, que especifica que *os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de*

Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola. Isto é hoje. O art. 11 do Projeto que agora, portanto, nós vamos apreciar em Plenário, diz que o Congresso Nacional aprovará os *parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, os quais serão ajustados periodicamente pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola, com base em estudos científicos realizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*, quer dizer, ainda haverá indicadores, mas definidos de uma forma bem mais complexa, com maior participação, inclusive até do Congresso Nacional. Eu apreciaria muito se o senhor pudesse nos dizer da avaliação que faz da modificação de lei e se tem alguma recomendação a nós, Senadores, a respeito do assunto.

O Dr. Plínio de Arruda Sampaio nos expôs que considera importante a manutenção do sistema presente ou, pelo menos, a definição do indicador de produtividade. Eu perguntaria ao Dr. Plínio se ele considera que nas modificações propostas pelo Projeto de Lei, se há alguma sugestão ou se ele simplesmente recomenda que não modifiquemos a lei presente.

E ao Dr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, eu gostaria de perguntar o seguinte. Nas suas observações, tais como outros aqui Senadores expressaram, é possível que este indicador de produtividade de alguma maneira, na sua expressão, pudesse trazer certa insegurança e intranquilidade ao proprietário rural, e mencionam às vezes, como o senhor mesmo mencionou, que às vezes é por questões climáticas, como as que ocorreram nos Estados do Sul recentemente, no Paraná, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, às vezes é a seca lá no Nordeste, mas acontece que estas intempéries, que esses fenômenos climáticos, e mesmo aquilo que o senhor mencionou, modificações muito significativas de preços, seja a baixa do preço do café, seja a baixa do preço da laranja ou da soja. Pelo que conheço, e pediria até ao Ministro Cassel para confirmar isso, na definição dos indicadores de produtividade existe a consideração para estes fenômenos, quer dizer, se uma propriedade agrícola, digamos de mil hectares ou maior, plantou determinado produto ou um conjunto de produtos, mas se por um acaso houve ali um tufão, um tsunami ou uma geada, e se por um acaso aconteceu um fenômeno, vamos supor no caso da laranja, um fenômeno climático que favoreceu tanto a produção de laranjas na Flórida e, com isso, cai o preço internacionalmente e aí dificulta para o produtor, seja da laranja, do milho, da soja ou do café, o senhor mencionou que no caso do café há dez anos os produtores vêm ob-

servando que o preço do café não sobe tanto quanto em outras ocasiões aconteceu, pois bem, os indicadores atuais de produtividade, tal como o Ministro do Desenvolvimento Agrário está considerando agora a definir, serão levados em consideração estes fatores que resultam na intranquilidade dos produtores? Como é que isto fica definido?

Gostaria de perguntar também ao Ministro Casel se poderia nos dar uma ideia da composição e metodologia dos índices de produtividade, se pode nos dar um exemplo concreto num Estado, num Município, como é que acontecerá o impacto da atualização desses índices de produtividade? Se definidos os índices, de fato isto vai causar uma intranquilidade ao produtor rural?

São estas perguntas que eu gostaria de formular, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Agora o próximo inscrito é o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente e senhores convidados, é claro que eu não vou confundir o Dr. Plínio, porque ele é bem mais conhecido do que eu, então ele só me confundiu porque eu não sou tão conhecido quanto ele, mas eu já te conheço há muito tempo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Senador Osmar Dias, eu que sou testemunha, o próprio ex-Deputado Federal e Presidente da ABRA, Plínio Arruda Sampaio, fez questão de me perguntar: O Senador Osmar Dias vai estar presente? Ele explicitou porque ele sabe da sua vivência com a agricultura e por essa razão eu inclusive lhe telefonei--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Está certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --porque ele queria muito que V. Exa. estivesse aqui presente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É um prazer ver V. Exa. aqui, ver o Marcos Suplicy Hafers aqui, que eu o conheço há muito tempo, já estive inclusive, quando era Secretário da Agricultura do Paraná, na fazenda em Ribeirão Claro, do Hafers, e é uma fazenda exemplar, que cumpre o GUT, o GEE, cumpre tudo, legislação trabalhista, ambiental, recebeu um prêmio inclusive do Governo do Paraná quando eu era Secretário e eu fui na fazenda entregar esse prêmio. É um produtor exemplar e, portanto, tem autoridade para estar aí e falar o que falou. Cumprimentar ao Ministro e dizer que eu sou a favor que as propriedades rurais tenham, sim, uma medição da eficiência produtiva, até porque nós temos que estimular o produtor rural a cada vez buscar mais produtividade. Eu só não quero entrar

na discussão de quem criou a agricultura familiar no Brasil, se foi o Fernando Henrique ou o Lula, porque desde Jesus Cristo, quando Jesus Cristo nasceu, já tinha agricultor familiar. Lá em Santa Catarina, do De Conto, quando começou a colonização de Santa Catarina, começou com o agricultor familiar. No Paraná, onde eu vivo, começou com o agricultor familiar. Então essa discussão de quem criou a agricultura familiar no Brasil, ela não pode ser colocada tão moderna assim, ou foi o Lula ou o Fernando Henrique. Eu vi aqui essa discussão já, me assustou até, eu falei: será que eu estou no mundo real?

Então eu gostaria de dizer, para começar, que eu sou a favor que tenhamos um critério de medição da eficiência produtiva de todas as propriedades rurais, todas. E aí é que eu vou fazer uma pergunta para o Dr. Plínio de Arruda Sampaio, porque eu entendo que a EMBRAPA deveria trabalhar um critério, e aqui estive o Eliseu Alves, que é contemporâneo do Hafers, ele conhece muito bem, eu acho que o senhor conhece também, e o Eliseu Alves iniciou aqui, mas ele não concluiu uma proposta de que se faça um critério de medição da eficiência produtiva global da propriedade, levando em conta clima, solo, mercado, momento em que o País vive, por exemplo, passamos aí por uma crise. Tudo isso, encontrar uma fórmula que levasse a esse cálculo da eficiência produtiva de uma propriedade. Então eu que estou buscando isso, porque eu também sou agrônomo e sou ligado a terra, mas não me classifico nem entre aqueles que o Dr. Plínio colocou como picaretas que invadem terra ou aqueles gigolôs de terra, nem uma e nem outra coisa. Eu sou um produtor rural, filho de produtor, neto de produtor, como o senhor também é, bisneto, tataraneto de produtor, que vieram de Portugal, aqui se instalaram e eu sou um produtor, com muito orgulho eu sou um produtor. Agora esse discurso de separar o agricultor familiar do outro agricultor, que é o agricultor do agronegócio, como se o agronegócio não fosse tudo. O conjunto que produz no Brasil, desde o agricultor que tem um hectare no Norte do Paraná, até o que tem uma usina de cana-de-açúcar, pertence ao agronegócio. Os fabricantes de máquinas, equipamentos, insumos, que perfazem aí 40% do PIB Nacional, são do agronegócio. Então essa separação, essa divisão eu concordo com o Ministro, não é positiva, ela queria esse ranço na discussão. Então eu sou um produtor, mas não sou daqueles que pensam que nós não temos que ter índice para controlar a produtividade.

Mas eu tenho um problema para entender e aí eu gostaria da ajuda do Dr. Plínio. O trigo hoje, eu vou dar um exemplo, um exemplo concreto. O trigo hoje tem um custo de produção fixado pelo Governo de

R\$ 33,00 a saca, R\$ 33,00 a saca. O trigo no meu Estado está sendo vendido agora, na safra, a R\$ 24,50, em R\$ 25,50 em algumas praças. Esse produtor de trigo, ele tem que fazer ali de branco 80% e deixar só 20% de vermelho, não é isso? Não virando de ponta cabeça o troço lá, mas o correto. Então se ele tem que plantar no mínimo 80%, que é o grau de utilização da terra, o senhor acha que ele deve ser obrigado a plantar no ano que vem, dentro dessa perspectiva, em que ele vai ter um custo de produção R\$ 8,00 por saca a mais do que ele vai receber na venda, ele é obrigado a pagar R\$ 8,00 para produzir uma saca de trigo e colocar na mesa do consumidor brasileiro? Ele é obrigado a plantar o feijão, recebendo R\$ 60,00, eu estou falando só de alimento básico, para a gente não entrar na discussão das *commodities*, que aí vão falar: “não, mas aí está defendendo o agronegócio”. Eu estou defendendo o agricultor familiar. Será que ele é obrigado a plantar o feijão a R\$ 60,00? Ele vai vender a R\$ 60,00, mas o custo hoje é R\$ 72,00. Ele está perdendo R\$ 12,00 por saca, ele está pagando para produzir. Mas se ele não plantar a terra vai ficar ansiosa, porque nós temos problemas de sazonalidade na agricultura: ou você planta trigo no inverno no Paraná ou você não planta nada. Planta aveia, planta adubo verde para incorporar e etc. Então vamos pegar uma cultura de verão, o milho. O custo de produção do milho, eu vou pegar o Estado da Serys, da Senadora Serys. Lá, um agricultor planta e gasta R\$ 15,50 para produzir uma saca de milho. O milho lá estava sendo vendido, o mês passado, a R\$ 8,00 a saca, R\$ 9,00 a saca. Esse agricultor está pagando, portanto, para produzir, R\$ 7,00, R\$ 8,00. Se ele não plantar aquela área, ele não cumpre o GUT. Ele tem que plantar, ele tem que plantar, senão ele não cumpre o GUT. Qual é a solução? Veja bem, eu não estou aqui pregando contra o índice de produtividade. O que eu estou querendo é ver, com a experiência que o senhor tem, como é que a gente chega num ponto em que o produtor... Porque a fábrica que o Augusto falou é de automóvel. Se está dando prejuízo e ela produz cem por mês, ela passa a produzir dois e pronto. Agora a propriedade rural, como é que vai fazer?

Eu peguei aqui trigo, milho e feijão, três produtos que são da alimentação básica. Todos os produtores neste País estão pagando hoje para produzir essas culturas. Só não estão pagando aqueles que não fazem cálculo do custo e que produzem com baixo índice de produtividade, e aí cai no grau de eficiência. O senhor está entendendo o que eu quero dizer? Ou ele faz a opção, reduz tecnologia, ao invés de semente planta grão que não é melhorado, aí o vigor é menor, germina menos, cresce menos, dá menos produção. Tudo isso

aí vai afetar o outro. O que aquela Lei que foi colocada aqui estava dizendo é que era para separar, exatamente por essa argumentação que eu estou dando, a simultaneidade, ou seja, você ter o GUT e o GEE, mas separando, podendo ter a interferência desses fatores que eu coloquei, para o produtor ter o argumento técnico, técnico dentro da Lei, que ele não pode plantar naquele ano, mas ele vai plantar no próximo. Aí o senhor fala assim: “Mas tem que ter a média”. Mas se ele produziu zero nesse ano, esse zero vai derrubar a média dos outros anos. É assim que se faz o cálculo, não é diferente. Então ele tem que plantar. Então essa é uma pergunta que eu faço.

A outra coisa que eu gostaria de saber é o seguinte: eu não assinei o requerimento da CPI para investigar o repasse de recursos ao MST. O senhor me aconselharia a assinar ou não? Essa é a segunda pergunta.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Eu?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O senhor mesmo.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Eu sou de assinar tudo.

[risos]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então o senhor me aconselha a assinar. Está certo, então eu vou assinar, vou seguir o seu conselho.

Os fatos ocorridos, que o Ministro já manifestou publicamente na fazenda de laranja em São Paulo, o senhor acha que aquilo é uma forma correta de manifestação ou um equívoco ou um crime que foi praticado? Pode ser para os dois.

Mas agora eu vou fazer para o Ministro. Essas três para o Dr. Plínio e três para o Ministro então, bem rapidinho agora. Qual é o estoque de terra que o INCRA tem nas mãos que ainda não assentou famílias? Segundo, do um milhão de famílias que estão assentadas, quantas estão emancipadas? Terceiro, por que o INCRA não titula as propriedades que estão na faixa de fronteira? O Presidente do INCRA esteve aqui e disse que não tem gente, mas eu já sugeri: faça convênio com as universidades estaduais e federais que vai ter gente, porque aquela gente que está lá são pequenos agricultores, no Paraná são 40 mil, que têm uma área menor que 50 hectares e estão hoje vivendo quase na ilegalidade e numa insegurança institucional terrível. E a última, dizer para todos que estão na mesa o seguinte: que o Congresso Nacional fazer uma lei para analisar os índices de produtividade não é contra a Constituição. Na verdade a Constituição, que o senhor ajudou a aprovar em 1988, é que diz que a lei vai regulamentar e nós precisamos fazer uma Lei para regulamentar, esta lei que está sendo aprovada

aqui. Podemos até concordar ou não com ela, agora a tese que o senhor colocou, embora eu seja só um agrônomo e não um advogado, eu não concordo, porque ela não corresponde aos fatos. O fato é que na Constituição está escrito que quem regulará é a lei e o que nós estamos fazendo é uma lei. E como aqui está a sociedade representada e aqui o senhor disse que tem gente que vota com convicção e outros pela conveniência, eu acho que nós temos que votar mais com a convicção, com a consciência. Eu procuro fazer isso para no dia que eu sair daqui, eu poder chegar no meu Estado e olhar para as pessoas como eu sempre olhei. Agora, se votar só pela conveniência, realmente aí a gente pode errar a lei. Mas esta Lei que foi aprovada aqui, ela não está tirando nem o GUT e nem o GEE. O que ela está tirando é a simultaneidade no cálculo dos dois, que aí eu remeto àquela primeira pergunta que eu deixei. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo é a próxima, Senador(sic) Serys, mas para não atrapalhar--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Ainda me chama de Senador. Olha, Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora, eu falei Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Valter Pereira, eu vou ficar nervosa [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Serys.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] não dá para se enganar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu falei Senador e em seguida retifiquei, porque eu imaginei que era o Senador Tuma o próximo, mas na verdade é a Senadora Serys.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ela tomou o meu lugar, eu sabia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade ela tinha se inscrito antes de V. Exa. Com a palavra a Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Senador, desculpe a brincadeira, Senador Valter Pereira, mas é que essa questão é complicada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A senhora, das mulheres aqui, é a dominante.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Bom, eu quero saudar a todos, o nosso querido Plínio Arruda, essa figura ímpar que a gente não precisa tecer comentários porque o Brasil conhece, o nosso Ministro, Ministro que nessa dura e árdua missão do Ministério da Reforma Agrária vai avançando, às vezes não tão célere quanto gostaria, não é Ministro, com tantas superações de problemas, mas vamos andando. Hoje

eu falei que nós temos Suplicy dos dois lados, ao Sr. Luiz Marcos a nossa saudação e ao nosso Presidente querido Valter Pereira.

Eu vou ser breve. Eu acho que para mim, pelo menos, foi extremamente importante essa audiência, até por causa principalmente da questão dos índices de produtividade, que eu fiz Emendas e as minhas Emendas foram rejeitadas. Então eu acho que essa audiência aqui é muito importante para que a gente faça uma reflexão profunda e realmente veja o que está acontecendo com essa questão, principalmente dos índices de produtividade. Eu votei contra, eu fiz Emendas, derrubaram as minhas Emendas, aí eu pedi que fosse para o Plenário para ver o que é que a gente consegue fazer no Plenário. É um esforço hercúleo, difícil, mas eu acredito que se todos nós, Senadores, tivéssemos participado dessa audiência, eu acredito que a coisa estaria já superada. Aí, nosso Presidente, eu acho que seria importante, claro que isso tudo vai estar aí nos nossos sites, já deve estar, mas que se conseguisse uma forma, Presidente, de a gente conseguir fazer com que chamasse a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, não só da comissão, mas dos outros, para que eles, através de suas assessorias, fossem levados a ter esse material em mãos para ler, entendeu? Eu acredito que quem ler, ouvir o que foi dito aqui já é mais difícil, mas ler é fácil. Eu acho que se a gente conseguir que todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras tomem conhecimento de tudo que foi dito e explicado aqui, como foi, eu diria que a gente tem condições de superar essa questão, eu não tenho sem dúvida disso.

Eu vou ser bem breve aqui sobre algumas colocações. Sobre essa questão da produção, da assistência técnica, eu consegui, junto com o senador... Com todos os senadores da comissão, mas sob a orientação do nosso Presidente Valter Pereira, a gente fez uma Audiência Pública sobre a questão da assistência técnica, foi lá no Petrônio Portela, não é senador, e sob a Presidência dele, nós estávamos lá, éramos os autores dessa solicitação, lá teve muita gente, mais de 500 pessoas participando dessa Audiência Pública e ela foi muito rica. Mas é aquela questão: a assistência técnica, ela está mais por conta dos Estados e aí já viu, fica difícil.

Mas dizendo o seguinte: que somente, esses dados já foram colocados e tantos outros, 22% dos estabelecimentos hoje têm orientação técnica e ocupam 46% das terras. A área do grupo que recebeu assistência é em torno de média de 228 hectares, enquanto a dos não assistidos é de 42 hectares, ou seja, são os pequenos e muito pequenos que estão sem a importante assistência técnica. Eles que realmente são os

que mais precisam, que não têm a menor condição de buscar esse auxílio de outra forma, a não ser a assistência técnica pública, eles é que não estão tendo.

Perguntas. Como, Sr. Ministro, o nosso Governo está trabalhando para aumentar a assistência técnica dos agricultores familiares e assentados? Ministro, como o Governo, o nosso Governo, estaria trabalhando para aumentar a assistência técnica dos agricultores familiares e assentados, os tradicionais, enfim, os pequenos? Quais os entraves para se aumentar, que têm que ser derrubados, para se aumentar a assistência técnica aos agricultores? Porque, olha, eu ando o meu Mato Grosso, o meu Mato Grosso é agricultura de grande porte, mas tem muito agricultor familiar. Hoje nós temos mais de 600 assentamentos da reforma agrária e a reclamação é muito grande no sentido da assistência técnica. A gente até tem isso, tem aquilo, o crédito está chegando, agora vem esse programa que eu acho grandioso da alimentação escolar, que o município vai ser obrigado a comprar pelo menos 30% do agricultor familiar, podendo chegar a 50, a 80, a 100%, mas o agricultor familiar precisa ter as condições para produzir e produzir de boa qualidade, porque agora não vai ser mais merenda escolar, vai ser alimentação escolar, vai ser o prato de comida, e criança e jovem, porque só não vai ser para o nível superior, criança e jovem é um mercado inesgotável para comida, é um mercado inesgotável, todos os dias eles se alimentam e muito bem, as crianças e os jovens principalmente. Então quais seriam esses entraves que estão existindo para ver se a gente tem condições de contribuir para derrubar, para arrebentar com esses grilhões aí para fazer a coisa acontecer.

Na assistência técnica, se está pensando em um novo modelo de produção, como a diminuição de agroquímicos. E, também, na parceria com as entidades oficiais, seja EMPAER, EMATER, etc. e tal, qual a contrapartida dos Estados, como os Estados estão oferecendo essa contrapartida?

Bom, eu teria aqui inúmeras perguntas, mas com essas daí já dá para a gente começar a conversa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Serys falou sobre a alimentação, mas lá em Cuiabá até que a alimentação não é tão problemático. Lá existe pacu em abundância.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): E mandioca também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mandioca também, então--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Um ensopado de pacu com mandioca--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não precisa mais nada. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Estamos convidados, Senadora?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Tuma, por acaso V. Exa. vai falar sobre Limeira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Limeira, eu tenho ela no coração e falo todo dia. Eu vou pedir para o senhor convidar o Ministro a vir aqui para a gente não destruir, que tem lá um parque há muitos anos que foi invadido pelo MST, há algum tempo, e era da ferrovia. Como a ferrovia era liquidante e, posteriormente, passou para o órgão do Governo, o Ministro Paulo Bernardo deu provisoriamente aos ocupantes a terra. Só que o Prefeito já depositou dez milhões à época, quando estava negociando com a ferrovia, para não desapropriar o Horto Florestal, que é da população, eu fui duas vezes lá com toda a população reunida e o Prefeito oferecendo outra área para a ocupação das pessoas que lá se encontram, só que a cada dia vai aumentando a ocupação e trazendo um grande prejuízo para a sociedade, para toda a cidade.

Então eu fui com o Senador Valter Pereira lá, tivemos uma reunião com ele, ele ficou de pelo menos indicar uma solução, mas já têm três meses, não é Senador, e nenhuma resposta nós obtivemos. Se V. Exa., Ministro, puder transmitir a ele a nossa preocupação, que é para salvar algo que já existe na área de ocupação com plantio verde, tratado e já depositado em Juízo, e os pareceres jurídicos são todos favoráveis ao município, à cidade, porque não há a tentativa do Prefeito de reocupar a terra através de medida judicial, mas sim num acordo de ceder outra área. Então é uma coisa bastante aflitiva. O Senador mexeu comigo porque eu fiquei bastante chocado com o procedimento de dificuldade de se resolver. Se fosse botar na rua os ocupantes seria mais difícil uma discussão, mas oferecendo outra área, eu acho que é um bom negócio para a sociedade como um todo.

Mas o que eu queria aqui, fugi um pouquinho, Ministro, falei com V. Exa., aliás, V. Exa. fez uma bela exposição, o Senador Plínio que eu conheço há muitos anos, sempre numa liderança importante no trabalho pelos menos favorecidos, o próprio Dr. Suplicy, que foi Presidente da Sociedade Rural Brasileira por muitos anos, quem eu conheci na luta pelas dificuldades que encontram os produtores agrícolas, que enfrentam hoje dificuldades, viu, Ministro, e o grande problema que se discutiu aqui sobre a área de produtividade, acho que estão corretas todas as colocações, principalmente o exemplo que o senador deu. Eu acho que o branco e o vermelho, não importa, o que importa é o que ele

falou. Então não pode punir o seu filho, por favor, eu peço licença para sugerir, eu tenho quatro filhos e eu acho que a gente não pune filho porque pintou de cor diferente o que deveria ser [risos], mas aí houve a oportunidade do Senador se destacar e querer...

Mas o que se discutiu muito durante o Projeto, a Senadora Serys Slhessarenko deve lembrar, foi o problema econômico de financiamento, as grandes dificuldades que o agronegócio tem tido na busca de financiamento e na repactuação de dívidas anteriores, que elas vão se acumulando ao longo do tempo. Então isso não pode ser esquecido numa discussão tão importante como essa.

Eu também tinha anotado aqui sobre o problema de visão de políticas públicas. O GUT, por exemplo, acho que pouca gente sabe que existe, pouca gente sabe que existe. São coisas que hoje as políticas públicas são quase que improvisadas diante de alguns acontecimentos que ocorrem no dia a dia da vida política dentro do campo.

Eu trouxe aqui hoje, por acaso estava lendo no voo, *Frutas exportadas encalham no porto*. É do Vale do São Francisco isto. Poderia não ter nada com o Ministério de V. Exa., mas a produção tem. A produção no Vale do São Francisco, eu sei a grande dificuldade que tiveram para crescer e ter a melhor qualidade de fruta, que praticamente o mundo inteiro hoje admira, inclusive produção de vinho. Eu não sou de lá, mas já visitei por mais de uma vez. Até tâmara, que eu vi no Oriente, eu vi em melhor qualidade no Vale do São Francisco. As frutas que... São centenas de containers refrigerados que o navio da *Hamburg Süd* se recusa a sair do Porto de Salvador para ir para o Porto de Pecém, no Ceará, em razão de achar que terá dificuldade para o navio em razão de ter que refrigerar e o uso da parte elétrica. Então estão apodrecendo no porto. O que custará a esses produtores, aos trabalhadores do campo, que conseguiram vender e a Europa deve estar esperando? Eu ele sei como é o europeu: quando não recebe o produto, ele deixa de comprar no futuro. Então eu estou trazendo isto ao senhor. E aos armadores lá estão exigindo agora uma taxa de pico de safra. Eu nunca tinha ouvido falar, mas está aqui, que varia até 60%, segundo a notícia do jornal. Se o senhor não se importar, eu entrego o jornal para V. Exa. e pediria que olhasse com o Ministro da Agricultura. E também o problema dos portos brasileiros que estão ruins e o PAC tem que trabalhar firme dando prioridade aos portos, porque sem dúvida também com as Olimpíadas nós vamos ter problemas. Eu deixo com V. Exa. e agradeço a sua atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo interveniente é o Senador Neuto de Conto, ex-Presidente desta comissão.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sr. Deputado Plínio Sampaio, Sr. Luiz Marcos, Ministro Guilherme Cassel, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Eu fui criado numa pequena propriedade rural de três hectares e cheguei a ser produtor rural, conheço o caminho da roça. Fui Secretário da Agricultura do meu Estado, Santa Catarina, que tem somente 1% do território nacional e é o quinto maior produtor de alimento do País. Nasceu já na pequena propriedade rural, 90% chega a 20 hectares.

Praticamente quem fala depois, Sr. Presidente, o discurso já foi dito quase todo, mas eu vou entrar em alguns dados que me preocupam muito. Eu sou favorável que a terra tenha que ser produtiva, sim, mas sou muito preocupado porque é uma cultura de risco, risco permanente. Se nós não tivermos a oportunidade do Governo bancar uma porcentagem alta das apólices de seguro, dificilmente vamos implantar um processo de produtividade por Lei e, consequentemente, obrigado pela sociedade. Eu só vejo um caminho: apólice de seguro. Se a produção não cobrir, cobre por outro caminho. Se não tiver essa competência, eu vejo que nós estamos gastando muito tempo e não vemos ter sucesso, porque veja o que está acontecendo com a nossa agricultura brasileira. Hoje 33% do PIB está na produção primária do País, lógico que entra o agronegócio e a agroindústria. Nós sabemos e conhecemos que os estoques no mundo estão baixíssimos e sabemos também que principalmente a Índia, a China, estão consumindo mais. A urbanização é um fato real, o aumento da qualidade de vida é um outro fato forte e todos eles precisam do combustível fundamental, que é a comida.

Eu li um relatório há poucos dias e que tem uma certa intervenção da FAO, onde nos diz que o Brasil, pela sua situação climática, pela qualidade da terra, pela tecnologia, pela chuva, pelo solo, nós vamos abastecer em dez anos em 21% da carne suína do mundo, em 61% da carne bovina e 90% da carne de frango. Ora, esses números nos levam a dizer que nós seremos, já-já, 50% do Produto Interno Bruto do País, de dez a 15 anos, porque o Brasil tem essa vocação e é este o caminho. Em função disso, eu busquei alguns dados. Fui buscar há 30 anos. De 1977/1978, aquela safra, para 2007/2008, 30 anos. Nós incorporamos ao setor produtivo 30% de terras. Portanto, eu fiz um cálculo aritmético, pode ser um ano mais, um ano menos, mais da 1% ao ano de incorporação de terras no setor produtivo. E neste mesmo período nós passamos de 38,2

milhões de toneladas para 144 milhões de toneladas. Portanto, nós tivemos um incremento na produção de 10% ao ano ou 300% nesses 30 anos. Ora, num País em que incorpora 1% ao ano e aumenta a sua produção em 10% ao ano, eu vejo que poucos países na América Latina e no Caribe, eu acho que nenhum, tem esse crescimento da produção, principalmente pelo seu setor produtivo.

Eu vou ficar praticamente nos comentários porque todos fizeram as suas perguntas, mas se a terra for improdutiva realmente, é a minha pergunta, e que por ser improdutiva ela for desapropriada porque ela não alcança os índices, que segundo se fala será para a reforma agrária, o que vão fazer os sem-terra nessa terra? O que é que vai fazer um sem-terra recebendo terras improdutivas, como já têm muitos acampamentos por esse País? Então essa preocupação é muito maior do que o índice de produtividade não alcançar e ela passar para a área social, como o Deputado Plínio falou, e na área social nós vamos fazer favelas no campo porque não tem dinheiro, não tem financiamento, não temos gente que trabalhe. Os assentamentos que estão aí são testemunhas desse quadro, é só visitar neste Brasil aonde é que tem gente assentada. E aí eu chegaria num outro índice. Eu não acredito que alguém plante e não quer produzir, não quer ter produtividade, porque aqui falou bem o Senador Osmar Dias, que tem a produtividade, mas não tem preço de mercado. E sabe onde é que fica essa diferença? A grande maioria fica devendo para o banco, fica na luta do crédito da agricultura. Como ele não tem cobertura de seguro, ele não tem preço para cobrir os custos, ele acaba se transferindo para crédito bancário e aí têm essas contas de muitos anos de numa sociedade que quer produzir e não consegue sair dela.

Então eu vejo que as culturas dependem de intempéries, tem que ter seguro, os preços terão que ter garantia mínima dos custos, se não tiver garantia mínima de custo a proposta não avança, e nós vamos ter a agricultura e o Governo na Justiça, porque ali é que nós vamos nos enfrentar e aquilo que nós temos na expectativa desta fantástica produtividade e, principalmente, desses produtos puxadores, como é o trigo, soja e o milho, e, principalmente, carne, leite e a bioenergia que estão aí, eu fico nessas intervenções, agradecendo a oportunidade e fico gratificado por estar aqui numa manhã em que aprendemos bastante, nós avançamos bastante e procuramos estar presentes para a defesa dos interesses do Brasil, e para defender os interesses do Brasil nada melhor do que defender a agricultura. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Senador Neu-

to de Conto, ex-Presidente dessa comissão, por sua intervenção.

Eu gostaria de fazer algumas considerações antes de passar a palavra aos expositores. Em primeiro lugar, retomar um pouco ao tempo e voltar aos anos 80, quando foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, Deputado Plínio Sampaio, nós tínhamos um único diploma que permitia se realizar reforma agrária, que era o Estatuto da Terra, curiosamente instituído pelo regime de força, pelo regime autoritário, e havia apenas uma alternativa de fazer a obtenção da terra, que era através da desapropriação por interesse social. Pois bem. Daquela época para cá surgiu uma outra alternativa, que foi a aquisição, Senador Suplicy, mediante compra da área que, apresentando-se produtiva, era escolhida para... Era não, é escolhida para se implantar algum projeto de reforma agrária ou um assentamento. É claro que isso deu uma certa distensão, porque na verdade a desapropriação gerava uma inquietação muito grande, como ainda hoje ainda é capaz de produzir, mas havendo alternativa da aquisição por compra o clima tornou-se menos tenso e muito se tem usado desta forma de aquisição, Senador Botelho. Saímos, portanto, de um engessamento.

Acredito que qualquer medida que se adote tensionando o campo traz dificuldades, porque a insegurança jurídica, indiscutivelmente, é a que mais conspira contra todo investidor. O investidor, diante da perspectiva de qualquer ato de força que venha a comprometer o seu negócio, acaba se afugentando, acaba abstendo-se de fazer os investimentos que ele poderia fazer.

A atividade agropastoril, para quem conhece o campo, é inquestionavelmente, de todas as atividades econômicas, a que apresenta o maior índice de risco. Ainda há pouco tempo atrás, nessa safrinha de milho, eu andei pelas bandas do sudoeste de Mato Grosso do Sul e estive especialmente na Cidade de Maracaju, que é hoje um grande celeiro de grãos do meu Estado. E percorrendo as lavouras de milho vi uma cena lastimável e triste: o sol havia calcinado praticamente toda a produção. O investimento feito pelo produtor havia derretido com aquele período de grande calor, de falta de chuva, etc. Bom, a hora que veio a primeira chuva, que poderia salvar alguma coisa que restava, sobreveio a geada. Esse é o drama e essa é a saga do produtor rural, que aqui o Sr. Luiz Hafers lembrou muito bem, e que quem vive no campo conhece de cor e salteado.

Aqui vem uma indagação. Por acaso alguém já prestou atenção em quantas ações já movidas pelo Banco do Brasil e por outras instituições de crédito que levaram à perda da propriedade em função do crédito

inadimplido, do crédito que não fora resgatado porque a frustração da safra ocorreu no primeiro ano, ocorreu no segundo ano, ocorreu no terceiro ano, quando o agricultor chegou à conclusão de que era melhor entregar para o banco a propriedade a continuar no negócio? Isso não é um fato isolado que acontece, isso faz parte do cotidiano de quem atua na atividade agropastoril.

Então quando nós discutimos aqui essa questão dos novos índices de produtividade, não nos move o objetivo de inviabilizar a reforma agrária, até porque esta comissão tem a função de estudar a agricultura, a pecuária e a reforma agrária; são funções desta comissão. Eu, quando fui constituinte, participei da Subcomissão da Reforma Agrária e lá defendi as propostas mais avançadas porque entendia, como entendo ainda hoje, que o projeto de reforma agrária deva prosseguir. Todavia, nós precisamos aqui na discussão desse assunto ter o equilíbrio necessário, ter a noção de que é preciso, sim, fazer a reforma agrária, mas sem comprometer toda a cadeia produtiva do agronegócio. É preciso que se preserve. O agronegócio é fundamental para o Brasil pelas razões que já apontei anteriormente, a começar pela participação que ele tem na formação do PIB brasileiro, na geração de empregos. Aqui o Senador Osmar Dias, se eu não me engano, lembrou até da repercussão sobre o próprio setor industrial na produção de máquinas, equipamentos, implementos. Então o que nós aqui buscamos é esse equilíbrio: vamos viabilizar a reforma agrária, precisamos viabilizar corrigindo os seus defeitos, mas sem comprometer o agronegócio no todo, porque o agronegócio é um dos mais importantes segmentos da economia brasileira e a economia é fundamental.

No processo de reforma agrária que assisto e que não é de hoje, é de antanho, eu vejo muitos defeitos. Eu vou fazer um relato aqui, Senador Suplicy, de coisa que eu assisti, que eu participei, porque uma coisa é discutir reforma agrária e discutir agricultura neste ambiente que nós estamos, onde tem um ar-condicionado generoso, onde tem pessoas engravatadas que frequentam gabinetes, que tem Ministros, que tem Secretários Executivos. A outra coisa é assistir o processo, é participar e discutir as condições de trabalho lá no campo. A situação lá, Deputado Plínio Sampaio, a condição que a gente assiste lá é muito diferente da que a gente assiste aqui. O Ministro Mangabeira Unger certa feita foi a um assentamento, que foi outrora uma grande fazenda produtora de soja, exemplar em produtividade, que é a Fazenda Itamarati, e ele participou de uma assembléia com os trabalhadores, com os produtores lá, a uma temperatura de quase 50°C, Ministro Cassel, e ouviu, ouviu o que eu ouvi. Ouviu uma infinidade de

problemas que afetam o assentamento. E o Presidente da República quando esteve lá na Fazenda Itamarati, o Presidente Lula, foi pessoalmente lá, reservaram para ele um auditório mais confortável e alguns depoimentos de pessoas que foram bem sucedidas, especialmente aqueles que vieram da antiga Fazenda Itamarati, mas ele não teve a oportunidade de ouvir o depoimento que eu e o Ministro Mangabeira Unger ouvimos dos assentados, de maneira geral, relacionados a problemas de produção, falta de condições de produção. A verdade é que eu, por exemplo, numa dessas reuniões que tive com os assentados lá, num determinado momento levantou uma mulher e fez uma indagação: “Senador, eu, por acaso, sou obrigada a comprar uma vaca que produz dois litros de leite por dia?” Eu lhe respondi: “A senhora não é obrigada a comprar essa vaca e se a senhora compra esse animal com tão baixo nível de lactação é por que a senhora não conhece a atividade de campo”. Ela respondeu: “Eu conheço e é por isso que eu me recusei a comprar, mas estou sofrendo pressão para fazê-lo”. Essa é a situação. Aí que eu fui discutir com a superintendência, discutir com todo mundo, até que checamos a necessidade, reconhecer a necessidade de fazer um convênio que obriga que financiamento do Banco do Brasil para a aquisição de animais imponha uma condição: que o gado a ser fornecido com financiamento do Banco do Brasil seja gado certificado da raça Girolando, porque é vocacionado para a lactação.

Então desse exemplo que eu estou dando aqui, o que eu quero concluir é que a reforma agrária, para dar certo, precisa que não haja politização, nem ideologização, e que seja indispensável a parceria envolvendo o Município, Estado e a União Federal. Se não houver esta parceria, dificilmente a reforma agrária dá certo, meu querido Plínio Arruda Sampaio. E é exatamente isso que nós estamos fazendo no Estado: estimulando as parcerias. O Prefeito tem que ser bem recebido no INCRA, o Governador bem recebido no INCRA e os movimentos sociais bem recebidos. Aí começa a desenhar um projeto que dê certo. Mas quando existe um movimento no sentido de um segmento só tocar a reforma agrária, não dá certo.

Entendo que a reforma agrária que dê certo é aquela que transforma o lavrador em produtor; esta é a reforma agrária que dá certo. Quando fica sempre batendo na tecla de que o assentado é o assentado e o produtor é aquele elemento distante e que deve ser reprimido, que deve ser hostilizado, isso está distante de fazer essa transformação. É preciso que o lavrador seja transformado em produtor e que tenha orgulho de ser produtor. Aí a reforma agrária deu certo. Fora disso daí, eu não acredito em reforma agrária e, infelizmente,

te, há muita discussão sobre isso, mas há evolução também. Eu reconheço que dentre os próprios movimentos sociais, alguns estão primando para alcançar esse objetivo; outros preferem o campo ideológico, ficar discutindo no campo ideológico. Em Mato Grosso do Sul nós temos assistido isso constantemente, mas temos tido experiências extraordinárias com o avanço da reforma agrária, com essa transformação, que é fundamental.

Território da Cidadania. Aqui o Ministro Cassel informou que tem até um gerente do programa aqui. Eu gostaria de dizer o seguinte: deveria ter um requisito nos Territórios da Cidadania que é fundamental: todo município que tenha assentamento deveria ser considerado Território da Cidadania. Por que, Ministro? O Município de Santa Rita do Pardo, cuja Prefeita é sua companheira de partido, é do PT, do Partido dos Trabalhadores, é um dos municípios que foi excluído do Território da Cidadania, e o assentamento dista desse município cerca de 70 a 100 km de terra, estrada de chão, toda do Arenito Caiuá, onde o transporte é talvez o gravame mais duro para ser vencido. No assentamento que lá existe, na Fazenda Avaré, o índice de abandono do campo é dos mais altos, talvez esteja próximo a 50%, a despeito de ser um assentamento relativamente novo. Então o abandono que é imposto pela falta de recurso, pela exclusão do Território da Cidadania, está fazendo um mal muito grande para esses assentamentos. Então eu acho que aqui fica uma sugestão: que se coloque no Território da Cidadania todos os municípios onde tenha um assentamento, não deve excluir nenhum.

Aqui a Senadora Serys lembrou uma participação que nós tivemos no Encontro Nacional do Serviço de Extensão Rural, e fiquei feliz aqui com o Ministro Cassel quando disse que grande parte dos recursos que foram indicados como destinatários às ONGs, na verdade seriam as EMATERs. O Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural promovido pelo Sistema EMATER, que foi criminosamente desmantelado num longo período, está trazendo males até hoje, porque um dos maiores e graves problemas que enfrentam os assentamentos é a deficiência de assistência técnica. Quando o Ministério faz um convênio com o Sistema EMATER, entendo que está agindo dentro da melhor correção possível, porque ali tem conhecimento acumulado, tem tecnologia, tem compromisso, tem profissionalismo. Onde não está funcionando a assistência técnica é onde se faz uma licitação e se contrata uma empresa, geralmente de uma ONG, que está envolvida com os assentamentos. Infelizmente tem acontecido disso, lá no Mato Grosso do Sul mesmo o exemplo que eu dei da vaca de dois litros resultou de uma

má orientação técnica de uma das ONGs que presta assistência para esses movimentos sociais. Então é preciso, sim, fazer a assistência técnica, mas fazer com gente séria, e o sistema EMATER está dentro dessa orientação.

Eu agradeço aqui a participação de todos, mas antes de encerrar eu vou retomar a palavra para os expositores a fim de que esclareçam algumas questões que foram aqui suscitadas e que dependem de esclarecimentos. A Senadora Marisa, Ministro Cassel, teve que ausentar-se porque uma pessoa da sua estreita relação, inclusive que lhe presta assessoria, está internada no Hospital Sírio Libanês, ela teve a informação agora e teve que se ausentar. Então eu gostaria que as questões que ela suscitou também fossem respondidas e essas respostas todas estão repassadas a ela e aos demais senadores que tiveram que se ausentar por outros compromissos.

Então nós vamos começar, vamos começar então com as respostas agora pela minha extrema direita, encarnada na pessoa do Deputado Plínio Sampaio.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, o senhor permita eu fazer uma brevíssima questão antes, sobretudo, do Ministro responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. É que quando há duas semanas surgiram os resultados do Censo Agropecuário de 2006 em relação aos dados de 1996, se constatou que o grau de concentração fundiária ainda é bastante elevado, em que pese os esforços de realização de reforma agrária. Houve também uma qualificação deste Censo Agropecuário no que diz respeito aos efeitos que a definição de áreas destinadas às diversas reservas, indígenas, quilombolas e outras como, digamos, a Reserva Raposa do Sol e assim por diante, que isso qualificaria de alguma maneira. Eu pergunto se por um acaso o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Reforma Agrária está realizando algum estudo, digamos, excluindo aqueles dados, e qual seria então a conclusão. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Dr. Plínio Arruda Sampaio.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Presidente, eu vou começar fazendo o que se chama de despacho saneador. Quando o juiz pega a causa, ele primeiro vê todas as preliminares e saneia. Aqui o grande problema é que na reforma agrária, toda a discussão da reforma agrária a dificuldade é entre a versão e a verdade. Então eu não quero que fique de maneira alguma uma versão que não seja a que interpreta o meu pensamento.

Então, para começar, primeiro despacho sanador. Chamei de pilantra o grileiro, o incompetente; não chamei de pilantra o agricultor que está cultivando seriamente. Ponto dois, admitir que as pessoas que sentam nesta Casa trabalham por conveniência e por convicção e disse que considero os dois critérios razoáveis. Nenhum de nós está aqui só por convicção. O senhor representa interesses que votaram no senhor. Eu represento interesse que votaram em mim. Eu sou o defensor desses interesses, como o senhor é o defensor dos seus interesses. O que eu quis dizer é que a convicção tem que sobrepujar a conveniência. É legítimo que se defenda o interesse do seu constituinte, mas é mais legítimo que se defenda o interesse da sua convicção. Terceiro, quero deixar claro, porque ouço na imprensa todo dia: os novos índices não são índices novos; não se alteraram os percentuais, atualizaram-se a base estatística desses percentuais, que estão 30 anos atrasados, e como o Senador Neuto mostrou, nesses 30 anos cresceu 300% a produtividade. Pergunto ao senador: cresceu também o salário, cresceu também o emprego?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cresceu.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Trezentas vezes?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não sei se foi 300 vezes, mas que cresceu, cresceu.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Trezentas vezes, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós discutíamos salário de 100 dólares, um dos pleitos da classe trabalhadora era 100 dólares.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, só um apartezinho.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Eu fiquei desafiado pelo senador. Eu vou fazer agora--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu fui o relator do Plano da Estabilização da Economia do Brasil. O senhor sabe quantas vezes aumentou a base tributária? Foram 565 vezes em 15 anos. Consequentemente, é o aumento que teve todo o crescimento da sociedade brasileira.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Senador, esta é uma tangente. Eu estou discutindo outra coisa: eu estou colocando frente a frente o seu dado, que é real, a agricultura cresceu e produziu. Pergunto: o homem que pegou no guatambu, porque nós todos aqui somos fazendeiros, mas andamos a cavalo. Eu quero saber o que pega no guatambu o que é que ele recebeu de salário e o que é que ele recebeu de emprego.

Terceiro, Senador Botelho, eu acho que o senhor não me conhece muito, mas eu não sou muito favorável a nenhum latifúndio, nem ao latifúndio da terra, nem ao latifúndio urbano, nem ao latifúndio da casa, nenhum latifúndio. Por mim, o senhor teria toda a razão. Eu pegava o seu apartamento e diria: Quantos moram lá? Tantos. Tantos metros quadrados, o resto o senhor vende ou aluga.

Agora então eu vou entrar nos argumentos. Eu vou pedir ao Ministro Cassel para preparar uma lista e trazer para essa comissão uma lista das vistorias realizadas pelo INCRA e verificar no GUT dessas mil e poucas vistorias que foram feitas nesse período, porque eu chequei por telefone com o superintendente de São Paulo, ele me disse: "Plínio, realizei cem vistorias. Por GUT, por falta, por ociosidade, a maioria dos que eu desapropriei estavam entre 30 e 50% da terra". Mas nós vamos fazer isso cientificamente, vamos trazer aqui, peço ao Ministro, mande levantar na sua superintendência o seguinte: Quantas vistorias o senhor fez no Governo Lula? Me verifique nessas quantas foram desapropriações por falta de ocupação da terra e, nessa falta de ocupação, quanto foi o percentual ansioso. Aí nós dirimimos a questão.

Segundo ponto: ano ruim, ano bom. Eu sinto que o Senador... A fome dele é maior do que a minha, olha aí, já foi. O Senador Osmar Dias não está aqui, porque ele é filho, neto e bisneto. Eu também. Então nós estamos à vontade para discutir aqui. Somos como a hipótese 'a' e a hipótese 'b', nós somos iguaizinhos. Então eu quero dizer o seguinte: o que fez o avô dele quando aconteceu a crise do café? Plantou no meio do cafezal, plantou no meio do cafezal, não podia fazer custeio; o meu avô também não. Planta no meio do cafezal. Está um ano ruim, não conseguiu? Arrenda um pedaço, põe um meeiro ali dentro, produz alguma coisa para o País. Mas não é esse o homem que a gente quer pegar, não é esse, não é esse. Nós queremos pegar o contumaz grileiro e não entendo como é que é gente séria que os defende, porque não é ano a ano. Está preciso na instrução para vistoria, preciso: verificar se o ano da vistoria não é típico; se for atípico, não põe. Mas não me oponho a que se estude uma fórmula de ter um certo prazo. Não vejo problema nenhum nisso.

Outro ponto. O que faz, entendeu, o problema da laranja? Já que eu fui provocado, não quis entrar nisso aqui, não tenho procuração do MST, sou a favor do MST, assessoro o MST em tudo que pode. O Luiz Hafers viu hoje na casa do Suplicy eu conversar com a liderança do MST local, mas não tenho procuração para defendê-los, eles irão fazê-lo. Eu quero apenas lembrar uma coisa a nós todos que estamos aqui: neste País o substantivo tem menos peso que o adjetivo.

Não quero discutir o fato que foi colocado na imprensa. Ele é adjetivo de um fato substantivo que ninguém fala. Como é que um Sr. Cutrale é dono de uma fazenda, de uma terra que foi comprada, comprada? Não foi discriminada, não é terra devoluta, não. Isto foi comprado em 1909 pelo Governo da União para fazer lá um projeto de colonização com estrangeiros no tempo em que nós trazíamos poloneses e ucranianos para o Brasil. Em 1911, metade desta área foi dividida em pequenos lotes de 20 hectares, que jogado no final de áreas, no ano de 1910, no Estado de São Paulo, onde os mapas desse tempo põem índio, o pessoal teve que voltar(F) e isto ficou sendo uma terra abandonada pelo Governo. Sabe por que é que a Fazenda Cutrale se chama São Henrique? Aliás, eu vou fazer uma pergunta aqui, todos católicos, pessoal muito devoto. Quem é Santo Henrique? Eu nunca ouvi falar em Santo Henrique. Alguém conhece um Santo Henrique aqui? Eu não conheço. Sabe qual é o nome do Santo Henrique? É Santo Henrique Dino Neto, que é o nome do dono do cartório de Agudos que fez a grilagem que hoje está na mão do Sr. Cutrale. Ele botou na fazenda dele o que já é quase um escárnio, ele botou Santo Henrique. Esse fato eu não vi os senhores falarem. Estão tão firme, mas nisso não falam. Esse é o substantivo. Querem investigar ao MST? Eu voto a favor, se eu fosse Senador eu votava a favor, CPI para mim é direto, entendeu? Agora vamos chamar também o Sr. Cutrale para explicar aqui para quem é que ele deu dinheiro. Eu acredito que não, porque o kit, o kit grilagem não é assim. O kit grilagem é assim: um safado, sem-vergonha, criminoso, ladrão, assassino, que tem jagunço, esse cidadão grila uma terra. Aí ele paga para o Santo Henrique. O Santo Henrique dá uma ajustada ali, põe um título legalizado. Depois de um tempo essa terra é legalizada. Aí vem um honrado Sr. Cutrale, um honrado senhor e compra a terra legítima do proprietário. Eu não acredito que o Cutrale deu dinheiro nenhum, não. Não acredito, mas comprou de um safado. Então o item da ociosidade é fundamental para a gente segurar o grileiro, senão ninguém segura o grileiro nesse País. E não nos esqueçamos que nós temos uma Amazônia para povoar, uma Amazônia para povoar.

Então eu queria dizer o seguinte: vocês podem imaginar quantas vezes eu já discuti reforma agrária. O que eu gostei nessa Reunião, Presidente, e quero louvá-lo por isso, quero louvar os senadores por isso, é que foi possível discutir num clima de racionalidade. Isso é fundamental. O Eduardo Suplicy, que deveria receber o Prêmio Nobel da Paz, ele é o homem da conciliação, é o homem do entendimento. Basta dizer que ele convidou para dormir na casa dele eu e o Luiz

Hafers [risos]. Tomamos café da manhã juntos, para escândalo da liderança do MST que me viu lá tomando café com um perigoso inimigo. Vocês imaginem se entrasse um fazendeiro lá, ele diria: "Nossa, esse comunista é perigosíssimo".

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Vieram tomar o café da manhã três representantes do MST e cumprimentaram os dois.

SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: Então eu quero dizer para vocês o seguinte, quero dizer agora, brincadeiras à parte. Criou-se um clima de entendimento aqui, criou-se um clima de diálogo e isso é muito bom, eu não tenho nada contra isso. Quem foi Constituinte comigo sabe que eu era um negociador do PT. Todo mundo sabe disso. É ou não é verdade? Nunca mexi no que eu considero fundamental. Aí ninguém mexe comigo. Mas eu concedo, concílio. O que nós verificamos aqui? É que ainda existem muitas incógnitas. Qual é o teor de terra ociosa, Ministro Cassel? Muito bem, querem colocar mais variáveis? Não pode avaliar só pela quantidade produzida num hectare médio, não pode, é um critério pequeno. Vamos colocar mais? Vamos colocar o bem-estar, por exemplo, as casas dos colonos, as instalações sanitárias dos colonos? Vamos colocar a variável ano, lucro, a flutuação de mercado, flutuações cíclicas de mercado, flutuações acidentais de mercado? Podemos colocar, podemos colocar, mas evidentemente não têm condições de fazer isso agora. Evidentemente não há levantamento suficiente para se fazer isso agora. Então eu tenho uma proposição, Sr. Presidente: não levem essa lei a Plenário já. Aumentem esse tipo de conversações que V. Exa. está fazendo aqui, que são uma enorme contribuição ao País e que ficarão no curriculum de V. Exa. Peço aos meus companheiros Senadores: não votem isso já, não votem isso atropelado, não votem isso com o espírito de grupo, não votem isso fazendo com que o critério da conveniência prevaleça sobre o da convicção. Eu garanto que os senhores ficaram complicados hoje com as coisas que nós trouxemos aqui. Se ficaram complicados, não dá para votar isso a toque de caixa amanhã. E não dá para a gente chegar no Brasil, essa coisa pequena que a base do Governo cutuca por telefone. Nós somos já um País maduro.

Então eu tenho um apelo a fazer à comissão, eu tenho um apelo. Não tenho nenhuma dificuldade em incluir outras consideranda em chegar para um fazendeiro sério e tirar dele a tranquilidade, não. Não se deve mesmo, não é o caso. De ninguém, de ninguém da República, de nenhum cidadão da República. Então neste caso nós poderemos começar, a Comissão reabre uma situação de verificações e pode fazer uma

lista dos dados que precisam chegar para que se possa levar esse Projeto a Plenário.

Eu queria terminar dizendo, o Senador Neuto falou do equilíbrio necessário. Este é o equilíbrio necessário. O equilíbrio necessário neste momento é que a gente verifique o seguinte: nós não podemos ter uma legislação que permita uma impossibilidade de aplicação de um artigo da Constituição. Isto é inconstitucional. O Senador diz: "Não, mas nós somos senadores exatamente para fazer leis e nós estamos fazendo a modificação de uma Lei Agrária". Bom, mas o Senador esqueceu de dizer uma coisa: há um controle judicial das Leis. Não é porque são aprovadas aqui pelos senhores em maioria que uma Lei pode ferir a Constituição. Nós pusemos na Constituição, Senador, a famosa ADIN – Ação de Declaração de Inconstitucionalidade. Se aprovarem, eu entro com uma ADIN, porque é inconstitucional. Não pode se aprovar uma lei inconstitucional, porque senão uma maioria ocasional muda a Constituição. Mas o clima é outro, o clima aqui não é de guerra. Fico até contente de não estar aqui alguns senadores que certamente me provocariam e nós iríamos para um entreviro. Também fico satisfeito em não estar aqui alguns outros que são também meio provocadores e que iria para um entreviro. Aqui entram, por um acidente feliz, pessoas tranquilas. Então eu acho o seguinte: nesse clima de tranquilidade vamos fazer uma revisão séria, uma revisão profunda dos dados que fundamentam isto. Direi que da parte dos que defendem a reforma agrária não haverá oposição. Há que se refaça um estudo sério sobre isto. Trarei aqui o agrônomo Pedro Ramos, que foi quem recalculou esses índices; traremos aqui os homens da EMATER; traremos aqui as informações que estou pedindo ao Ministro e que vou fazer amanhã.

De modo que acredito, certamente, que esta foi uma reunião importante. Estamos aqui até duas da tarde, contra os meus regime totais, que sou obrigado a comer antes, mas achei que a reforma agrária merecia esse sacrifício. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado. Agora nós vamos passar a palavra para o Sr. Luiz Marcos Hafers e em seguida para o Sr. Ministro.

SR. LUIZ MARCOS SUPPLY HAFERS: Eu sou proverbialmente curto e eu queria deixar esclarecido ao Dr. Plínio que eu não me considere pilantra. O que eu deixei claro é que nós não defendemos pilantra. Nós temos convicções, confianças e esperanças e não cabe no nosso grupo, na nossa maneira de pensar, na sociedade rural brasileira, pilantra. Há muita diferença de opinião, mas nenhuma diferença de honestidade, de propósitos e princípios.

Quanto ao salário mínimo, Dr. Plínio, eu mais do que ninguém conheço o problema. Num determinado momento, café é paixão e paixão geralmente acaba mal, ou em dissolução ou em casamento, e são raros os bons casamentos. O meu, por exemplo, tem 50 anos, com a minha mulher, mas com o café não foi um bom casamento. Uma saca de café valia 50 dólares e o salário mínimo era 50 dólares; hoje uma saca de café vale 120 dólares e um salário mínimo é coisa de quase 350 dólares. Então numa produção--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É em torno de 250.

SR. LUIZ MARCOS SUPPLY HAFERS: São 250 dólares, mas o café está 120. Então o que acontece é que numa produção onde 50% é mão de obra, o custo extrapolou. Eu estou numa enorme dúvida entre a minha paixão por café e a minha paixão pela minha mulher, que quer que eu saia do café. Então eu quero dizer ao senhor que eu não me senti ofendido pelo pilantra; o que eu senti é a generalização de que nós seríamos pilantras. E, segundo, houve um brutal aumento de renda do pobre trabalhador. É ainda insatisfatório, mas os avanços foram feitos. Na minha fazenda hoje todos têm motocicleta, diversos têm, todos têm uma razoável educação, que eu não tinham, têm uma razoável assistência médica, que não tinham, têm uma razoável esperança, que não tinham. Eu acredito, eu tenho certeza, o Brasil melhora, a reforma agrária deve ser feita a favor do Brasil e não contra nós. Eu acho que o conflito é estéril e os radicais de cada lado, do meu e do seu, medram no conflito, quando eu tenho certeza que o senhor e eu, principalmente o Eduardo, quer a solução. Eu acho que esta comissão toda aqui fala em solução, não fala em conflito. Eu queria deixar bem claro de que nós, agricultores modernos da sociedade rural brasileira, queremos a solução.

Eu terminaria com uma pergunta ao Ministro Cassel, gostei muito da sua exposição: por que é que não se dá o título definitivo ao assentado? Ninguém cuida do que não tem. Eu tenho a experiência da catástrofe mexicana, que foi o PRI, que controla a reforma agrária através da não outorga do título. Acho que eu prefiro que alguns vendam, já que vendem ilegalmente, mas que dê garantia aos bons. Não me impressiona muito o nível de insucesso. O nível de insucesso de boutique ou restaurante em São Paulo não é maior do que o da reforma agrária. Me impressiona é o nível de sucesso e eu acho que outorgando título da terra a ele aumenta esse sucesso.

Eu acho que depois de algumas horas ou de alguns dias nós só vamos discutir porque o Dr. Plínio torce para um time abominável, entendeu, e eu tenho esperança de até nisso convencê-lo. Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Os meus filhos torcem para o time dele.

SR. LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS: O senhor veja o que é a evolução da espécie.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, antes de passar a palavra ao Sr. Ministro--

SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: Presidente, um minuto. Nós temos um avião em seguida, então eu pediria, Presidente, em seguida se eu pudesse sair, porque eu tenho que comer alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós já estamos no apagar das luzes.

SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu gostaria aqui, antes de encerrar essa sessão e antes de passar a palavra para o Sr. Ministro, de dizer o seguinte: o grileiro, que é apontado como uma figura abominável pelo Deputado Plínio Arruda Sampaio, de fato é uma sombra que se prevalece de interesses que são escusos e ele tira vantagem não da produção e nem da produtividade, ele tira vantagem do negócio. É um sujeito que faz um negócio que é ilícito. Esse daí não é afetado por índice de produtividade, Senador Suplicy. O grileiro está afastado disso. O que é afetado pelo índice de produtividade é o produtor.

Veja um fato que nós não podemos deixar *in albis* dessa discussão. Houve uma época em que o Governo estabeleceu que o produtor da Amazônia tinha que derrubar, tinha que produzir, tinha que avançar de qualquer jeito, sob pena de não ter financiamento e de não ter titulação. V. Exa., Senador Augusto Botelho, conhece isso décor e salteado, porque a sua região foi profundamente afetada por isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ocupar era a palavra que eles usavam.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A palavra de ordem era ocupar. De repente baixou o índice de ocupação: ao invés de se ocupar 80%, tinha que ocupar só 60% e vai baixando e etc. E hoje o produtor está sendo compelido a repor a área que a atual legislação permite que seja desmatada. Pois bem. O que é que é o GUT? O GUT não é mais uma norma do que aquela que obriga o sujeito a ocupar a área, a área disponível ele tem a necessidade de ocupar de qualquer jeito. E nós não podemos deixar de considerar que esse grau de ocupação da terra tem um viés ambiental que precisa ser sopesado hoje.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Mas aí não está fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ele tem, porque se o sujeito está ocupando o limite que lhe é possível ocupar, ele está sim resvalando na questão ambiental. Hoje é muito comum se discutir, o Ministério Público tem participado de grandes decisões nesse sentido, a compensação das áreas. Então a discussão nossa aqui terá que ser travada, sim, com índice, sob todos esses ângulos que anteriormente não se discutiam.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: [ininteligível] terra aproveitável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente. Então a nossa tomada de posição aqui vai ser em cima do que dispõe o art. 186. O que é que diz o art. 186? *A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei.* Isso tem que ficar muito claro. Nós não estamos aqui discutindo algo que a Constituição proíbe. Ao contrário, a Constituição determina que tem que ser através de Lei. E aqui é o seguinte: a maior autoridade que tem no País não é o Presidente da República; a maior autoridade que tem no País é a Constituição.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Mas a lei tem que ser constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A lei tem que ser constitucional. Então os critérios serão discutidos e a Lei será reformulada. Agora concordo com o ilustre colega Plínio Arruda Sampaio: o assunto precisa ser bem discutido, precisa ser bem debatido. Eu acho que hoje houve um avanço significativo nessa direção.

Agora eu gostaria de ao agradecer a todos que aqui participaram deste evento, especialmente ao Ministro, que foi extremamente gentil, fez questão de vir aqui pessoalmente, procurou conversar conosco sobre a agenda que seria viável para a comissão e para ele, e agradecer a presença do Sr. Luiz Marcos e do Dr. Plínio Arruda Sampaio.

Mas agora nós vamos, para encerrar esse debate, vamos passar a palavra para o Ministro, a fim de que ele não leve para casa aquilo que ele teria que digerir aqui.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Prometo ser objetivo, seja pela condição da insegurança alimentar do Dr. Plínio, que está reclamando, seja pelo horário do avião também. Eu quero ser objetivo e claro sobre isso.

Primeiro, respondendo às questões da Senadora Marisa Serrana. Pena que a Senadora não pode estar aqui, as razões dela são mais do que justificáveis, mas eu gostaria de elogiá-la pessoalmente: ajuda a forma

clara e objetiva como que a Senadora trata o tema, que é o tema que está na Ordem do Dia, do tal de financiamento do Governo às entidades da sociedade civil. Quando nós entramos aqui eu esclareci a última onda de notícias, que eram os 115 milhões de reais, o Deputado Caiado tinha afirmado que o Ministério do Desenvolvimento Agrário concordava com isso. Mostrei que 90% daqueles recursos eram para o BID e para a EMATER. A Senadora Marisa apresentou dois documentos. O primeiro deles, a primeira página, é um documento "Orçamento Geral da União – Convênios das entidades que receberam recursos públicos". Aqui está 159,8 milhões de reais. Primeiro a esclarecer sobre isto: são recursos da OGU de todos os Ministérios, não do MDA e do INCRA. Segundo, no afã de ir atrás do MST, têm coisas aqui que são ridículas para dizer o mínimo. Por exemplo, Cáritas Brasileira. Aqui está listada a Cáritas como um braço do MST. Não é razoável isso. E o segundo documento, ele é um documento só sobre o INCRA e o MDA que também está a Cáritas de novo e lá no final estabelece que são 74 milhões o valor de 2001 a 2008. Então esse valor já foi 115, depois 150, agora 74, e entra a Cáritas no meio também. Eu acho que a gente tem que superar, de uma vez por todas, o espírito de criminalização dos movimentos sociais, especialmente do MST, que não ajuda em absolutamente nada. Eu não sou contra a gente investigar a utilização de recursos públicos. Há meia hora estava aqui o Deputado Rosinha. O Deputado Rosinha fez um artigo no jornal do Paraná na semana passada onde ele levanta que 1,1 bilhão de reais... Eu não estou falando sobre 74 milhões ou sobre 115 ou sobre 150, eu estou falando sobre 1,1 bilhão de reais, que são recursos do SESCOOP e são recursos do SENAR, que de alguma forma estavam sendo mal utilizados, segundo o Tribunal de Contas da União, financiando despesas administrativas e salário das entidades patronais. Só para dar um exemplo sobre isso. Então eu acho que a gente tem que superar, de uma vez por todas, esse extinto persecutório com o MST, com 'a', 'b' ou 'c'. Bom, se a gente quiser averiguar a utilização de recursos públicos, eu acho que deve fazer, recurso público é sagrado, não pode pairar nenhuma dúvida sobre isso, nenhuma suspeição. Sou a favor. Sou radicalmente contra esse ambiente de criminalização dos movimentos sociais que vem crescendo nos últimos dias e que eu acho que a gente deve superar para o bem do País e da democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Sr. Ministro, deixa eu fazer uma intervenção.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para superar isso é preciso que o MST não protagonize um espetáculo tão deprimente como protagonizou agora há pouco tempo atrás. Se existe esse clima de criminalização é porque eles estão resvalando na criminalidade. Não fora isso... E V. Exa. não vai convencer ninguém aqui, nem o Senador Suplicy, de que eles não agiram dentro de um espírito criminoso.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Mas, Senador, eu não estou falando sobre isso, eu fui o primeiro a criticar e a condenar aquela ação do MST. Eu acho que é injustificável. Eu chamei de grotesca, eu acho que é injustificável e acho que a gente não deve trabalhar com impunidade sobre esses casos, eu acho que a gente tem que ser claro sobre isso. Lei tem que valer para quem tem terra, para quem não tem terra, para quem tem dinheiro, para quem não tem. Eu não estou tratando sobre esse tema. Eu estou tratando sobre um outro tema, que é o tema que se afirma que o MST é financiado pelo Governo Federal. E não é. Eu estou dizendo com todas as letras: não é. Todos os estudos que aparecem aqui ou acolá, eles são desmentidos, e eu acho que não ajuda em nada isto. Uma coisa são as ações do MST, que eu condeno. Acho que foi errado, acho que não pode ficar... Tudo, certo? Isso é uma coisa. A outra coisa é a insistência, a insistência de que o Governo repassa recursos de forma inadequada e ilegal para movimentos sociais. Isso não é verdadeiro, isso não é verdadeiro, isso é uma falácia. Nessas últimas semanas apareceram três números, os três, acabo de desmistificar. Então o que eu estou reivindicando é um ambiente de equilíbrio, de sensatez, de sobriedade para a gente tratar esse tema. Eu acho que foi um erro gravíssimo do MST essa ação lá em São Paulo e acho que vinha cometendo outros erros já antes. Para mim isso é claro, isso é uma coisa. A outra coisa é a gente criar um ambiente de que o Governo financia, porque não é verdadeiro, acima de qualquer coisa. Então se criou uma CPI inclusive por conta de informações que são inverídicas. Um Deputado na semana passada chamou uma coletiva, com base num documento assinado por mim, dizendo que eu tinha assumido que tinha repassado 115 milhões para o MST. Isso está errado. Eu mostrei aqui, esse recurso foi para três EMATER, foi para o BID. Estava errado. Então se a gente insistir nisto, a gente continua a alimentar um caldo de conflito que não serve para ninguém. Vamos tratar o episódio do MST com o rigor que tem que ser tratado, nenhum problema. Eu acho que o problema inclusive é que não se trata com rigor. Outra coisa é recurso público e a gente tem que tratar bem com ele. Eu só estou dizendo que nós estamos

avanchando para um ambiente de desequilíbrio, onde as informações nunca se confirmam e onde cada vez mais a gente parece que tem que... Chegamos a esse absurdo. Está aqui listada a Cáritas como uma entidade que não poderia ser repassado recurso. Bom, nós vamos começar a perseguir igrejas agora, é isto? Então isso não ajuda, é só isso que eu quero dizer, eu quero separar as duas coisas.

Respondendo ao Senador Suplicy, que me excluiu do café da manhã, mas mesmo assim--

[risos]

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Na próxima está convidado para inclusive também se hospedar em casa, com a maior alegria.

[risos]

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Eu sabia que eu ia sair ganhando nessa.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu é que estou me sentindo traído. Por quê? Porque eu estou percebendo o seguinte: que a Audiência Pública começou de manhã na residência do Senador Suplicy e não aqui na comissão.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: E foi tudo armado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tudo armado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para amainar os espíritos, Sr. Presidente.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Então, Senador Suplicy, como é que se faz a avaliação do GUT e do GEE? Um funcionário do INCRA, ele vai até a propriedade. Agora nós estamos em 2009. Os índices que vigoram são os índices de 2008. Nós chamamos o proprietário e perguntamos para o proprietário que tem a documentação da sua produção como é que foi a produção dele no ano de 2008. Aí com base nos índices vigentes e com base naquilo, com base naquilo a gente faz o cálculo se está acima ou abaixo da produtividade. Sempre que acontecer alguma situação extraordinária, sempre que tiver alguma situação extraordinária como uma seca, enchente, queda brusca de preço, alguma situação extraordinária, aquele ano da produção, ele cai fora do cálculo, ele é excluído do cálculo, inclusive se o proprietário está fazendo renovação de pastagem, está fazendo alguma alteração tecnológica radical na sua propriedade, cai fora e ele não é considerado improdutivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Plano de Exploração.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Plano de Exploração. Então isso é importante que fique claro: é em relação ao ano anterior, as informações são dadas

pelo proprietário e em qualquer situação extraordinária ela é excluída do cálculo para não prejudicar, para não criar situações injustas para o proprietário.

O senhor me pediu alguns exemplos. Eu quero que o Mauro, se puder colocar ali, dos novos índices propostos, para a gente ver na realidade como eles são absolutamente confortáveis. Pode ser, Mauro? Está indo bem devagarinho. Por exemplo, soja. Pegamos o Município de Sorriso, no Mato Grosso, que é um município tradicional. O índice atual é 1.200 kg por hectare; o novo índice é 2.400. O máximo que acontece sempre é dobrar em alguns casos, é um dos princípios gerais que a gente acordou. A última safra, a produção média naquela região foi de 3.062. Quem conhece aquela região ali sabe que se produziu 4.000Kg por hectare tranquilo, ou seja, não tem nenhum grande problema sobre isto. Arroz irrigado, Uruguaiana, Rio Grande do Sul, o maior produtor de arroz do País. O índice atual é 3.400, o novo índice é 5.600. Na última safra se colheu lá 9.500. A produção média foi 8.300, para mostrar de forma como é tranquilo. Feijão em Unai, aqui do lado. Da mesma forma, dobra o índice, mas a produção média na última safra foi quatro vezes, e ali eu acompanho aqui perto o feijão, tenho que acompanhar, se colheu 3.500Kg quem produziu um pouco melhor. E cacau, o cacau é um daqueles exemplos que caiu o índice atual, teve vassoura-de-bruxa lá naquela região. O índice atual é de 700 kg por hectare, ele cai para 300 kg por hectare. Todos os produtos, em todas as 554 microrregiões, eles têm esse perfil, ou seja, eles não pressionam ninguém a nada.

O senhor perguntou também sobre os dados do censo sobre concentração fundiária. O censo não é, senador, um bom trabalho para a gente medir concentração; o censo demográfico é melhor do que isto. O censo mediu até agora o GINI, o índice de GINI. O índice de GINI mostrou concentração. A gente tem que abrir o censo agora de uma forma mais detalhada para buscar mesmo se houve, porque no caso da agricultura familiar aconteceu um pouco ao contrário: a área diminuiu um pouquinho, 200 mil hectares, irrisório, mas aumentou em muito o número de estabelecimentos e de gente trabalhando. Então a gente tem que ver o que é que é isto, ver como é que está, vamos poder ver nos próximos--

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: Posso lhe fazer um pedido?

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Claro.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: O problema da concentração está tisonada à estatística porque tem a reserva indígena e porque têm as reservas.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Exatamente.

SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO: É só falar no IBGE, V. Exa. falar no IBGE, imediatamente eles rodam sem isto, expurga essas propriedades e eu lhe garanto que tem aumento da concentração.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Nós estamos vendo isso agora, tá, temos que olhar.

O Senador Osmar Dias não está aqui, mas ele me perguntou sobre o estoque de terra. O INCRA em 1988 vistoriou oito milhões de hectares e em 2009 já vistoriou quatro milhões de hectares. Nós temos no estoque do Tesouro em Brasília para emitir TDA algo em torno de 500 mil hectares, que daria aproximadamente 20 mil títulos. Por último--

SR. LUIZ MARCOS SUPPLY HAFERS: Qual o estoque total de terra?

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Na reforma agrária? Nós temos hoje algo em torno de 500 mil hectares para assentar pessoas, estão no Tesouro para a emissão de TDAS, que é a--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ministro, se me permite, antes que chegue ao último ponto?

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Claro.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Como o Dr. Luiz Marcos Supply Hafers e o próprio Plínio mencionaram a respeito de possível modificação dos indicadores sob perspectivas diferentes, mas ele ressaltou que há momentos das intempéries, do clima, da situação que pode fazer baixar muito o preço do café ou da soja e assim por diante, ou às vezes por causa de uma doença, então o Dr. Plínio de Arruda Sampaio mencionou que seria favorável a uma modificação ou um aperfeiçoamento dos indicadores. Quando aqui esteve o diretor da EMBRAPA, eu acho que o Sr. Evaristo Eduardo Miranda... Quem esteve aqui, o técnico da EMBRAPA que esteve junto com o Ministro Reinhold Stefanos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não foi o Evaristo?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não foi ele, foi outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Qual técnico da EMBRAPA?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Quando esteve o Ministro Reinhold Stefanos, a convite inclusive da Senadora Kátia Abreu, houve uma pessoa veterana da EMBRAPA.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eliseu Alves.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eliseu Alves, que fez diversas considerações sobre como ter um índice que abranja mais fatores. O próprio Plínio de Arruda Sampaio mencionou que seria favorável a um índice aperfeiçoado, que envolva diversos fatores, quem

sabe levando em conta também as preocupações do Sr. Luiz Hafers. Pois bem. Eu pergunto se o Ministério do Desenvolvimento Agrário teria alguma sugestão a nós, Senadores, agora que estamos para votar um Projeto de Lei que já tramitou aqui e teve inclusive a votação em caráter terminativo, mas conforme a Senadora Serys informou, foi feito o recurso e vai ser votado em Plenário. Então teria o Ministério de Desenvolvimento da Reforma Agrária alguma sugestão sobre como definir melhor o índice e se por ventura o Governo, pela Lei presente, está por já publicar os indicadores antes da votação deste novo Projeto de Lei.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Perfeito. Então, primeiro, tratando por partes a questão, a preocupação do Dr. Luiz Hafers é sua, sobre esses momentos de oscilação, problemas climáticos, queda de preço. Isso já está, isso não precisa mudar mais nada, isso já está previsto. Então isso está contemplado, ninguém é desapropriado porque num ano tal houve uma seca, houve uma enchente, houve uma queda brusca de preço, uma praga na lavoura, nada. Então isso não precisa mudar, isso já existe, isso não é argumento. Dois, sobre criar um índice mais flexível, com mais variáveis.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mais abrangente.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Eu não tenho nada contra. Agora temos que partir do seguinte: atualmente o índice estabelecido, ele é o mais raso possível, ele é produção física, GUT e GEE. Se nós agregarmos outras variáveis, podemos ter variáveis sociais, variáveis ambientais, isso vai aumentar o índice, vai criar, falando do lado de lá, certo, criaria mais dificuldades ainda, seria um índice mais complexo e maior. O que eu acho que não dá para aceitar e acho que é a minha crítica no Projeto de Lei que foi aprovado aqui, é a ideia de que se tira GUT e GEE e não se põe nada no lugar, fica no ar. Então se joga para um ambiente que vai ser muito mais conflitivo ainda. Se nós já temos dificuldade, eu acho que o mérito dessa reunião, como foi uma reunião tranquila, onde todo mundo ouviu todo mundo, a gente pode contatar, entrar em contato com a dificuldade de um e de outro. Então da forma como está com GUT e GEE já é difícil. Se nós incorporarmos outros elementos, que eu não sou contrário, nós vamos criar mais dificuldade ainda. Então eu penso que o modelo atual é o modelo adequado, ele não tem toda a complexidade, é difícil um modelo que contemple toda a complexidade e risco da agricultura. Esse é um modelo centrado, bom, e ele não causa prejuízo, como a gente viu aqui. Então eu não acho que a gente... Não sou contra a gente abrir uma grande discussão para mudar, para discutir, não tem

nenhum problema quanto a isso. A minha obrigação é cumprir a lei e a lei se decide aqui, mas eu quero chamar a atenção para isso. E de uma vez por todas assim, sempre que houver problemas num ano de produção, isso não entra, não vai entrar no cálculo.

Outra coisa que a gente perde de vista, esses índices que a gente está reajustando agora. Eu já assinei a Portaria, ela está com o Ministro Reinhold para ser assinada e ele tem que convocar o Conselho de Política Agrícola e apresentar para ele, já respondendo à sua pergunta, mas esses índices agora passam a valer a partir de 2010. O que é que significa isto? Significa que só a partir de 2011, quando o INCRA começar a fazer vistoria nos imóveis, que ele vai fazer com base nesse novo índice. Por quê? Porque tem o problema da anualidade. Se os índices foram aprovados agora em 2009, eles só valem a partir de 2010. Como o INCRA faz vistoria com base na produção do ano anterior, esses índices só vão ter eficácia em 2011. É disso que nós estamos falando. E pelo que eu apresentei aqui, pela conversa que a gente teve, eu acho que a gente está fazendo uma tempestade enorme num copo d'água, para ser bem sincero com todos.

Acho que respondi e queria só por último registrar aquilo que o Dr. Plínio já registrou. Foi muito bom estar aqui com vocês discutindo, eu acho que de todas as discussões que eu participei foi uma discussão que teve um ambiente mais de troca, aqui a gente trocou ideia de fato. Eu quero dizer, Dr. Plínio, Dr. Hafers, que eu aprendi muito com vocês e saio daqui melhor do que eu entrei. É assim que eu gosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a todos os expositores e a todos os participantes e declaramos encerrada esta reunião, na certeza de que prestamos mais um serviço ao país.

Sessão encerrada às 14h22.

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE OUTUBRO DE 2009.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **GILBERTO GOELLNER**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPPLY, VALDIR RAUPP E ANTONIO CARLOS VALADARES**. Deixam

de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Raimundo Colombo, Expedito Júnior, Marisa Serrano e Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Gilberto Goellner, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: ITEM ÚNICO: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, DE 2009 – Terminativo na Comissão – EMENTA: Dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos. Autoria: COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL. Relator: Senador Gilberto Goellner. Relatório: Pela aprovação. Observações: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.** Às dez horas e quarenta e cinco minutos, assume a presidência da reunião o Senador Augusto Botelho para que o Senador Gilberto Goellner fizesse a relatoria do item único da pauta. **Resultado: Aprovado o Projeto. À SGM. 2ª PARTE: Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 29, de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 30.6.2009, com a finalidade de instruir o **PLS Nº 325, de 2006**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas à Defesa Agropecuária, com a presença dos seguintes convidados: **Deputado Homero Pereira** – Representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Sr. Décio Coutinho** – Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – **INDEA/MT**. **Resultado: AUDIÊNCIA PÚBLICA CANCELADA. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: Requerimento Nº 60, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada no âmbito desta Comissão, audiência pública com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – **CAPADR**, da Câmara dos Deputados, para discutir a proposta orçamentária de 2010, no sentido de buscar uma equalização de preços e juros destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e subvenção ao seguro rural, com a participação dos seguintes convidados: Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; e **Sr. Geraldo Magela** – Relator do Projeto de Lei Orçamentária. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a**

deliberação da Comissão. ITEM 2: Requerimento Nº 61, de 2009 – CRA. ASSUNTO: Requer aditamento ao Requerimento nº 51 de 2009-CRA, destinada a celebrar o **“Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento”**, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. **Sérgio Machado Rezende** e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Sr^a. **Beatriz Macedo**. **AUTOR:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Gilberto Goellner**, Presidente, em exercício, da CRA.

35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

A presente Reunião destina-se, em primeira parte, à apreciação do Projeto de Lei da Câmara que trata da rastreabilidade na cadeia produtiva da carne de bovinos e de búfalo e, após, Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS nº 325, de 2006, que institui o Estatuto do Produtor Rural.

Antes da análise do projeto, proponho a votação extrapauta, com a finalidade de apreciação de requerimentos.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro, Aditamento ao Requerimento nº 51, de 2009, da Comissão de Reforma Agrária, de Agricultura e Reforma Agrária. *“Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 51, destinado a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com a finalidade de incluir no rol de convidados o Excelentíssimo Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Resende, e a Coordenadora Mundial*

do Programa de Educação Científica da UNESCO, Sra. Beatriz Macedo.”

Em apreciação o requerimento de aditamento à essa... A esse... A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O requerimento a seguir é de minha autoria, aonde eu requeiro, *“Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento do Senado, que seja realizada, no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para discutir a proposta orçamentária de 2010, no sentido de buscar uma equalização de preços e juros destinados à execução da PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos e subvenção à seguro rural, com a participação dos seguintes convidados; Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; e relator do projeto, Deputado Geraldo Magela.”*

Justificação: “O projeto de lei orçamentária apresentado ao Congresso Nacional para o ano de 2010 prevê 300 milhões destinados à AGF-Aquisição do Governo Federal, e 1 bilhão e 200 milhões de reais para garantia e sustentação de preços, valor esse utilizado principalmente para lançamento de prêmio para escoamento de produto, e prêmio equalizador pago ao produtor, os Sistemas PEPE e PEPRO.

Para atender o compromisso financeiro dos lançamentos de prêmios do ano em curso já estão comprometidos 1 bilhão do orçamento de 2010.

Dessa forma não haverá recurso suficiente para a sustentação da safra para o próximo ano.

Outra questão importante é a subvenção ao preço... Ao prêmio do Seguro Rural, e alocação de recursos para o Fundo de Catástrofe.

Os recursos previstos para o orçamento do ano de 2010 possibilitam uma cobertura insuficiente para os produtores e expõem o seguimento securitário a uma situação crítica.

Diante da declaração do Deputado Federal Geraldo Magela, relator do projeto de lei orçamentária, de que não haverá recursos para a agricultura, e que a tendência será de cortes, a situação se torna extremamente preocupante.

O objetivo da presente Audiência Pública é garantir recursos para sustentação dos preços agrícolas e viabilizar o seguro rural para a próxima safra.”

Gostaria de, como autor desse requerimento, colocar em apreciação e na defesa do mesmo, dizer

que a Comissão de Agricultura da Câmara também colocou essa proposta... Essa proposta de Audiência Pública já aprovada, e nós deveremos fazer essa audiência em conjunto. E, dessa forma, os convidados são os mesmos, achamos importante que os secretários executivos compareçam, dos três Ministérios, Fazenda, Planejamento e Agricultura, juntamente com o relator do orçamento de 2010, Deputado Geraldo Magela, o qual tem afirmado que falta de recursos vai prejudicar alocação de uma proposta de complementar, de minha autoria também, que eu fiz a renda, a fonte de renda de abastecimento do... A garantia de uma fonte específica para a política de equalização de preços mínimos de 2 bilhões de reais, e ela precisa ser defendida e apresentada por esses Ministérios.

Ministério da Agricultura, colocando a demanda, Ministério da Fazenda e Planejamento colocando também a parte de demanda e a parte da possibilidade de adequação do orçamento a essas políticas de garantia de preços mínimos, e de escoamento de produto, que tão necessário se faz.

Para se ter uma ideia, durante o ano de 2009 já foram alocados 5,2 bilhões para esses programas, e está previsto para o ano que vem 1,2. E desses 5,2, 1 bilhão ficou em contas a pagar, resíduos para o ano que vem. Quer dizer, só tem um e duzentos. Já tem 1 bilhão comprometido.

A pergunta é: como ficará toda essa política de garantia de preço mínimo que o governo tão bem faz com esses leilões e que precisa de amparo do orçamento? Por isso que vamos discutir em Audiência Pública com os três Ministérios, e o deputado relator do Projeto, Deputado Geraldo Magela.

Para discutir. Não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Audiência Pública.

Nós temos um projeto de lei de caráter terminativo. Eu vejo que nós poderíamos, e já temos quórum suficiente, de nove, e nós podemos passar à leitura.

Eu antes gostaria de passar a Presidência ao Senador Augusto Botelho, se for possível, o senhor possivelmente seja o mais... O de maior idade aqui desse grupo, mas nem por isso, não é nem por isso, por ordem, é o senhor que deveria presidir aqui.

E como o Senador Valter Pereira se encontra ausente, e eu, na qualidade de Vice-Presidente, sou autor desse Projeto de caráter terminativo, da rastreabilidade de animais, gostaria de passar a Presidência à V. Ex^a.

Muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Projeto de Lei da Câmara 135, de 2009, nº 3.514, de 2008, na origem, terminativo, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, que *“Dispõe sobre o conceito e aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e búfalos.”*

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal.

Com a palavra o relator Senador Gilberto Goellner, para fazer a leitura do relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, cabe-me relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2009, que é o Projeto de Lei 3.514, de 2008, na origem, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

A proposição compõe-se de nove artigos, como descritos a seguir.

O art. 1º estabelece a finalidade da futura lei, que é conceituar e disciplinar a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

O art. 2º, por sua vez, define o conceito de rastreabilidade nos seguintes termos: rastreabilidade é a capacidade de garantir o registro e o acompanhamento das informações referentes às fases que compõem a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, permitindo seguir um animal ou grupo de animais durante todos os estágios da sua vida, bem como seguir um produto por todas as fases de produção, transporte, processamento e distribuição da cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

O parágrafo único do artigo estabelece como objetivo da rastreabilidade o aperfeiçoamento dos controles e garantias da saúde pública, humana e a inocuidade dos alimentos.

O art. 3º estabelece que a os produtores terão dois anos a partir da regulamentação da futura lei para se adequarem e estabelece também que os agentes econômicos ficam

responsáveis pela guarda dos registros fiscais e administrativos da etapa de que participam por um prazo de cinco anos.

O art. 4º define os instrumentos que devem ser usados no processo de rastreabilidade das carnes de bovinos e de búfalos.

O art. 5º estatui as regras para uso de tatuagens ou marca de fogo para utilização no processo de rastreabilidade. Define que o gado que utilize sistema eletrônico de rastreabilidade estaria dispensado da marcação tradicional e que, em se tornando obsoleto o sistema atual, o Poder Executivo poderá instituir novos critérios.

O art. 6º determina que os estabelecimentos rurais e os de abate só poderão receber bovinos e búfalos identificados na forma da futura Lei.

O art. 7º autoriza os produtores rurais a emitirem suas próprias notas fiscais, em conformidade com a autoridade fazendária.

O art. 8º estabelece que regras de rastreabilidade equivalentes às brasileiras deverão ser observadas quando da importação dos animais de que tratam a Lei.

E o art. 9º, e último, estabelece que a futura lei entre em vigor quarenta e cinco dias após sua publicação.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 135, de 2009.

Da Análise.

“Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

No que se refere à constitucionalidade do PLC nº 135, de 2009, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de produção e consumo.

O art. 24, V, da Constituição Federal estabelece que o tema é passível de legislação concorrente por parte da União, Estados e Distrito Federal.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República e não está no rol das competências exclusivas do

Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso no art. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, que é a normatização via edição de lei, é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotada de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, a redação não demanda reparos, estando, portanto, vazada na boa técnica legislativa de que trata a Lei nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, entende-se o Projeto de Lei não poderia ser mais oportuno.

Um caso recente ilustra as dificuldades que podem advir sobre o agronegócio na falta de um mecanismo ágil de rastreabilidade da carne produzida.

No dia 10 de outubro de 2005, o Ministério da Agricultura confirmou a descoberta de um foco de febre aftosa em Eldorado, próximo, 450 quilômetros de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Na ocasião, o Ministério anunciou que adotou todas as medidas sanitárias emergenciais. Alguns dias depois, o Presidente da República, em viagem oficial ao exterior, anunciou que o foco já estava debelado.

No entanto, nesse mesmo dia 18 de outubro, novos focos apareceram.

Após várias idas e vindas, mesmo o Brasil tomando todas as medidas legais, inclusive com sacrifício de animais e geração de imensas perdas econômicas, não só o Mato Grosso do Sul, mas todo o País sofreu os efeitos do embargo internacional.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, divulgados pela imprensa à época, os seguintes países suspenderam total ou parcialmente a impor-

tação de carne bovina do Brasil: Argentina, Chile, Cuba, África do Sul, Israel, Rússia, Bolívia, Cingapura, Egito, Moçambique, Namíbia, Noruega, Paraguai, Peru, Ucrânia, Uruguai e União Européia, o que importa um total de 41 países.

Ademais, a exigência legal de rastreabilidade para os alimentos produzidos ou exportados para a União Européia já provocou embargos às exportações de carne bovina brasileira. O Japão e os Estados Unidos tendem a exigir também tais procedimentos em um futuro não muito longínquo.

Não obstante vários estados brasileiros serem livres de riscos sanitários, as falhas constatadas na rastreabilidade, ou mesmo a falta de confiança e/ou segurança de um sistema apropriado, continuariam, constituíram, aliás, pretexto para embargo às exportações brasileiras.

O Brasil, que possui o maior rebanho bovino do mundo, com cerca de 210 milhões de cabeças não pode continuar a ser discriminado por supostos problemas sanitários.

Nessa linha, entendemos que o PLC nº 135, de 2009, irá desempenhar importante papel na estruturação do sistema de rastreabilidade de carnes bovinas e de búfalos no País."

Por isso o nosso voto. Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2009, na forma apresentada."

Gostaria de antes de passar à discussão do referido Projeto, esclarecer aos demais pares, senadores que irão aprová-lo, de que esse Projeto foi amplamente discutido no rol dos Ministérios envolvidos, Ministério da Agricultura, Sistema de Defesa Sanitária, Dr. Inácio Kroetz, e toda sua assessoria.

Enfim, é um novo sistema que é colocado em apreciação, também colocamos em apreciação junto aos órgãos associativos, entidades associativas de produtores, de frigoríficos, enfim, todos tiveram apreciação do referido projeto e da sua análise.

Então, da forma como está, ele não abre normativas, ele fica aberto a que se institua de forma prática algo que possa democratizar o sistema de rastreabilidade no país.

Da forma como está hoje, além de um custo alto para o produtor, ele não é operante; eu diria que os produtores ficam ávidos em receber... Rastreabilidade pelo Sistema SISBOV, e ele está em dificuldade, porque o sistema é muito burocrático, exige muita... Muita...

Muito acompanhamento público, e da forma como se apresenta a ideia de regulamentação, é encaminhar a um sistema de terceiros, uma terceirização que iria andar com mais facilidade, fazendo com que todo o sistema de produção brasileiro fosse rastreado.

Vai ter um custo? Vai ter um custo! Agora, não é custo alto e inoperante como o que está sendo implantado hoje, onde os produtores esperam por mais de um ano, dois anos, a visita de um fiscal, porque sistema público não consegue acompanhar esse sistema.

Quer dizer, é um sistema que vai ser terceirizado, e com isso nós vemos que ele vai ser mais prático, desburocratizado e eficiente. E vai dar confiabilidade necessária à produção de carne, tanto no mercado interno quanto mercado externo.

Em apreciação o referido projeto. Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

Ô, desculpe...

[risos].

Achei que estava na Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele relatou, ele Presidente.

[risos].

Vou fazer uma pergunta: no projeto prevê que possa terceirizar?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Não, ele vai ser regulamentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ah, vai ser regulamentado. Com a

palavra o Senador "Olavo" Sobrinho, para discutir... Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O sistema que nós temos hoje no Brasil, ele é deveras muito difícil de se implantar. Eu sofro na carne este processo; há mais de um ano eu tenho problema, já tudo pronto da propriedade rural, e o governo não tem condições de mandar o pessoal do Ministério para fiscalizar e para dar o certificado.

Na verdade, é um desastre. Aliás, tudo que depende do Governo nesse país tem sido um trauma para aqueles que dependem dessa atividade.

O Estado arcaico, carcomido, paquidêmico, devagar, é o Estado que não funciona, e principalmente quando se tem alguma solução que se quer buscar na agricultura, pior ainda, parece que é um setor discriminado. Não levam a sério, chegam com toda autoridade, exigindo tudo e não dando nada, prazo não cumprem, se você perde um dia de prazo, ou uma hora, um minuto de prazo você já é criminalizado por isso.

É uma situação que na verdade discrimina o homem do campo, que a nossa atividade já é tão... Tan-

ta dificuldade, com tanto problema que nós temos, e ainda mais parece essa do rastreamento aí.

Eu espero que a gente possa, com esse... Com essa matéria que V. Ex^a acabou de ler, eu espero que a gente possa, com esse PLC, a gente consiga pelo menos diminuir um pouco essa burocracia que se implanta na zona rural, e principalmente com relação à pecuária.

Hoje o homem do campo é “discriminizado”(sic) em tudo, se é nessa parte aí, e é mais obrigação que se dá ao proprietário rural, ao produtor de carne, é mais obrigação e na verdade pouco se tem, para ele, pouco se tem de resultado positivo; não soma nada, não acrescenta nada, não agrega nada, não dá nada ao produtor rural e ao pecuarista de modo geral.

Quando se fala que você, ao vender a carne rastreada, você tem uma diferença de preço, é conversa fiada; lá na base não acontece nada disso, frigorífico vai comprar é a mesma coisa, bota defeito, e sempre está procurando uma forma de tirar do produtor rural, que já está combalido, já está massacrado com créditos de oportunidades poucas e curtas.

Portanto, o que acontece com o homem rural hoje é na verdade uma situação de miserabilidade, e isso vem dar a todos nós uma situação que a gente até desanimado de ser produtor rural nesse país.

Portanto, eu espero que com essa medida, com esse PLC nós possamos, na verdade, voltar à normalidade esse tipo de atividade, esse rastreamento, que possa nos dar condições de comercializar com mais facilidade, e que tenha um retorno disso o mais rápido possível, e que os órgãos oficiais tenham mais responsabilidade na fiscalização, na implantação e no assessoramento ao fazendeiro, ou seja, aquele que produz lá na zona rural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Encerrada...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Encerrada a discussão, passamos à votação nominal.

Delcídio Amaral, Senador Delcídio Amaral, como vota?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu voto com o relator, e quero também registrar, sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, onde

essa questão da rastreabilidade é absolutamente fundamental.

Lamento não poder participar mais intensamente da discussão desse Projeto hoje aqui na Comissão de Agricultura, porque concomitantemente nós estamos discutindo o Pré-Sal na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu sou o Vice-Presidente da Comissão.

Mas, quero mais uma vez registrar que isso vem num excelente momento, especialmente para nós, Senador Gilberto Goellner aqui presente, Senador Osvaldo Sobrinho, sabem da importância, Senadora Kátia Abreu, enfim, todos aqui presentes, sabem da importância que a rastreabilidade representará, especialmente para estados produtores, principalmente de bovinos, como nossos estados.

Portanto, eu voto com o relator, com louvor, e é uma medida absolutamente necessária para que a gente afaste definitivamente vários fantasmas, especialmente que Mato Grosso do Sul lamentavelmente enfrentou, especialmente no que se refere à febre aftosa, que prejudicou muito a economia do meu estado, e prejudicou a economia do Brasil.

Parabéns pela iniciativa, e é um projeto altamente louvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria, da mesma forma, parabenizar o relator, Senador Gilberto Goellner, eu sei que não é hora para discussão, quero apenas nesse momento dizer que votando essa matéria nós estamos a favor da pecuária brasileira, é o Senado dando a sua colaboração a esse Projeto de Lei importante da Câmara, de nº 135.

Portanto faço a votação com muito louvor ao seu relator, esperando que com isso nós tenhamos um grave problema resolvido na pecuária nossa, com a valorização do nosso rebanho através da rastreabilidade.

Portanto, Sr. Presidente, meu voto é com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Como vota o Senador Suplicy, Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Senador Valdir Raupp, como vota.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu voto com o relator, com louvor, e só espero que o Ministério da Agricultura não afrouxe novamente, como afrouxou no passado a questão da rastreabilidade bovina no país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Como vota a Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu gostaria de cumprimentar o nosso relator, Senador Gilberto Goellner, de Mato Grosso, nosso colega Democrata, pelo seu relatório.

Esta matéria é da maior importância para o setor agropecuário e, portanto, para o Brasil.

Nós temos problemas com a política de crédito, que deverá ser reestruturada, estamos trabalhando junto ao Governo para isso, a questão do Código Florestal deve ser alterada para que os produtores possam ter paz para trabalhar e, em terceiro ponto, como um dos mais importantes para o agronegócio, é a defesa sanitária, a rastreabilidade deste país.

Eu gostaria de deixar aqui registrado que assinamos a primeira PPP rural do país, com o Ministério da Agricultura, onde a CNA recebeu todo o SISBOV nacional para fazer a gestão. A CNA vai investir 20 milhões de reais no *software*, em toda a gestão do processo, para colaborar com o Governo Federal, com o Ministro Reinhold Stefanes, com o Estado Brasileiro, no sentido de fazer com que a rastreabilidade nacional, o SISBOV, tenha credibilidade internacional.

E agora, se juntando a esse projeto de rastreabilidade geral, eu tenho certeza que o Brasil, aos poucos, ficará com outra imagem lá fora.

Nós não temos um planejamento de defesa agropecuária no país, e estamos trabalhando também junto com o Ministro Reinhold Stefanes, com os secretários de agricultura dos estados, com os chefes de defesa agropecuária, um planejamento de defesa agropecuária para o país, estamos estabelecendo os pilares, porque o Ministro Reinhold Stefanes, através do Ministério, vai pilotar esse assunto e vai coordenar esse grande planejamento que deverá ter uma repercussão internacional, mostrando ao Brasil, os nossos maiores consumidores brasileiros e os internacionais, de que a iniciativa privada, a agropecuária, a agroindústria, e Governo, nós estamos interessados preocupados e somos independentes para cuidar da sanidade animal e vegetal do nosso país.

Mais uma vez eu quero aprovar o relatório do Senador Gilberto Goellner, com aplausos.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Gilberto, voto conhecido. Senador Osvaldo Sobrinho. Como vota?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Dentro do que eu falei na discussão, eu quero dizer que espero que ao regulamentar, a burocracia não atrapalhe os objetivos sadios desse projeto, e que a gente possa, de uma vez por todas, regulamentar esse setor que

tem sofrido muito com a burocracia, com a máquina pesada do estado e com a falta de cuidado que nós temos com aquilo que dá resultado no país.

Quem produz nesse país sempre é penalizado, e eu quero que isso mude. Portanto, voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador Osvaldo. Senador Flexa Ribeiro, como vota?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Augusto Botelho, meu voto acompanha o do relator, e quero parabenizá-lo, parabenizar o Senador Gilberto Goellner pelo parecer que ele proferiu, e dizer, por tudo que já foi dito pelos meus pares que me antecederam, da importância desse projeto.

No próprio relatório do Senador Gilberto ele faz referência ao problema que o Brasil passou na questão da febre aftosa que bloqueou o mercado internacional para a carne brasileira.

O Brasil hoje é o maior exportador do mundo de carne, e tem que ter, realmente, a rastreabilidade, de tal forma que possamos garantir a sanidade animal.

Então eu quero parabenizá-lo, esse é um projeto de origem na Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara dos Deputados, que tramita de uma forma bastante veloz, e o parecer terminativamente aqui na Comissão de Agricultura vai permitir que ele vá ao Plenário e possa ir à sanção quase que ainda rapidamente.

Então, eu espero que com isso a pecuária brasileira esteja fortalecida.

Parabéns ao Senador Gilberto Goellner, parabéns à Senadora Kátia Abreu, que relatou há pouco a primeira parceria público privada entre o Governo e a CNA, para que a CNA possa assumir a questão do sistema de rastreamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Esse projeto melhora os controles e garantias no caso da saúde animal, da saúde pública e da inocuidade dos alimentos, é muito importante que esse projeto seja aprovado.

Foi aprovado com nove Senadores presentes, oito votos sim e zero voto não. Está aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

A segunda parte seria uma audiência pública, mas não há teto para os aviões saírem do Mato Grosso, e os nossos expositores não puderam sair de lá para cá. Fica... Será remarcado em outra data.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos convidamos os membros dessa Comissão para o encontro em conjunto com a Comissão de Agricultura Pecuária, de Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara

dos Deputados, com a finalidade de recepcionar o Ministro da Agricultura da Nova Zelândia, amanhã, 21 de outubro, às 09h20, na Sala da Presidência da Comissão, na Câmara dos Deputados.

Declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h10.

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às dez horas e doze minutos do dia dez de novembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, DELCÍDIO AMARAL, NEUTO DE CONTO, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLY E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Sadi Cassol, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 40, de 2009-CRA**, de autoria Senador César Borges, aprovado em 1.9.2009 e **Requerimento nº 53, de 2009-CRA**, de autoria dos Senadores César Borges e Romeu Tuma, aprovado em 6.10.2009, com a finalidade de discutir os problemas do setor cacauero, especialmente no Estado da Bahia, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **José Gerardo Fontelles** – Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Jay Wallace da Silva Mota** – Diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – **CEPLAC**; Sr. **Antônio Zózimo de Matos Costa** – Superintendente da CEPLAC Regional da Bahia e Espírito Santo – **SUBES**; Sr. **Isidoro Lavigne Gesteira** – Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus e Secretário de Agricultura do Município de Ilhéus – **SRI/SAMI**; Sr. **Henrique Almeida** – Presidente da Associação dos Produtores de Cacau – **APCACAU**; Sr. **Guilherme Galvão de Oliveira Pinto** – Representante da Federação de Agricultura do Estado da Bahia – **FAEB**. Após as exposições dos

Senhores convidados faz uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, o Senador César Borges. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma contestação, está, portanto, aprovada.

A presente Reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 40, de 2009, da CRA, de autoria do Senador César Borges, aprovada em 1º de setembro, e Requerimento nº 53, de 2009, de autoria dos Senadores César Borges e Romeu Tuma, aprovado em 06 de outubro, com a finalidade de discutir os problemas do setor cacauero, especialmente no Estado da Bahia, bem como a evolução das ações e resultados do programa denominado PAC do Cacau, com a participação dos seguintes convidados, os quais já convido para compor a mesa. São eles: o Sr. Gerardo Fontelles, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Bem-vindo, Dr. Fontelles; Sr. Jay Wallace da Silva Motta, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Está aqui presente, bem-vindo; Sr. Antônio Zózimo de Matos Costa, Superintendente da CEPLAC Regional da Bahia e Espírito Santo; Sr. Isidoro Lavigne Gesteira, Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus e Secretário de Agricultura do Município de Ilhéus; Sr. Henrique Almeida, Presidente da Associação dos Produtores de Cacau; Sr. Guilherme Galvão de Oliveira Pinto, Produtor representante do endividamento agrícola.

Para esclarecer os fundamentos da reunião e dar suas boas-vindas aos convidados, convido para fazer uso da palavra o Senador César Borges, autor do requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria saudar a V. Exa. e espero que tenhamos a presença de mais senadores, apesar dessa questão ser uma questão eminentemente baiana, apesar de o cacau ser uma questão nacional, porque outros estados, principalmente o Amazonas, são também produtores de cacau, entretanto na Bahia reside o principal problema, porque é o estado que detém uma parcela expressiva da produção nacional, eu acho que em torno de 80%, talvez me confirme o Dr. Jay Wallace, do cacau brasileiro produzido na Bahia, e essa questão é uma questão que já se delonga por aproximadamente 20 anos, onde essa cultura que foi o sustentáculo econômico para o Brasil em determinado momento, quando o cacau era a base da nossa exportação e da nossa balança comercial, onde auferíamos muitos dólares que financiaram, inclusive, a industrialização do Sul e do Sudeste do País, essa cultura chegou a representar 60% das receitas do Estado da Bahia. Quando você não tinha a exportação, não tinha navio para exportar cacau, o estado atrasava o pagamento do funcionalismo público. Era assim na década de 50. Felizmente a Bahia evoluiu economicamente e o setor secundário e terciário cresceram em nosso estado e o cacau perdeu importância econômica. Mas nem por isso perdeu a importância social para toda a região cacaueira, que abrange mais de 100 municípios e aproximadamente três milhões de pessoas que residem nesses municípios baianos, e desde 1989, Sr. Presidente, a crise é permanente, ela nunca deixou de estar assolando os produtores de cacau do Estado da Bahia.

Quem está falando aqui é um senador, mas um senador que nasceu na região, cacaucultor, filho de cacaucultores, neto de cacaucultores, quer dizer, são gerações que trabalharam para--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E viciado em chocolate também, senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É viciado em chocolate também?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Claro, não poderia ser de outra forma [risos]. Eu acho que todos que gostam de chocolate deviam consumir um pouco mais, principalmente os brasileiros. Mas eu diria que sou viciado em cacau mesmo, em produzir cacau, porque é quase que uma tradição, uma raiz familiar e fica difícil você ver aquela região passando por essas agruras e providências que são tomadas e que muitas vezes elas têm o condão de parecer que a solução está chegando e essa solução nunca chega. Então começou

com a crise de preços internacional, depois chegou a vassoura-de-bruxa, e a queda, como eu digo, é a queda e o coice. Nós na região fomos capazes de ter um organismo como a CEPLAC, que é um patrimônio do cacaucultor, que não foi feito com o dinheiro federal. Esse organismo foi feito com o dinheiro da contribuição de 10%, Sr. Presidente, que nós contribuimos do valor que era vendido o cacau

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em alguns momentos, 15%.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Em alguns momentos 15%, começou com 15%. Muito bem, me recorda aqui os mais velhos [risos]. Talvez nessa época, eu ainda garoto, mas foi criada a CEPLAC no final dos anos 50, na década de 50, tendo a finalidade de recuperação e fez um grande trabalho para a região, mas é um patrimônio, o cacaucultor pagava 15%, depois reduzido para 10%, depois achou por bem determinado governo de que era preciso se unir todos os orçamentos, não poderia ter orçamento paralelo, aí jogou tudo no fundo, que é o Orçamento-Geral da União, e aí nunca mais a CEPLAC conseguiu ser a mesma.

A CEPLAC, que tinha uma vocação eminentemente técnica, de pesquisa, de extensão, respeitada por todos, começou a ser utilizada também como instrumento político, piorou ainda a situação da CEPLAC. Começou a ter ingerência política na CEPLAC, isso já vai de muito tempo, muito tempo, desde a Nova República começou essa ingerência na CEPLAC.

E a situação é que nós vivemos até hoje a espera de uma solução definitiva para essa lavoura. Nós já fomos o segundo maior exportador do mundo, já chegamos a produzir quase 380 mil toneladas por ano e hoje estamos reduzidos aí, tem ano de 120, chegamos quase 90, eu não sei se hoje está próximo a isso, 120, 150, se nós chegarmos a 150. Isso o País ou a Bahia?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O País.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O País. A Bahia, menos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por volta de 100 mil.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Cem mil a Bahia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era 380, na época, era quase só na Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, 380 era quase na Bahia. O País era exportador, aí instalamos uma indústria moageira para poder absorver exatamente esse cacau produzido na Bahia. Hoje o que nós produzimos sequer supre essa indústria. Para que ela não pare, o setor industrial, secundário, você tem

que importar cacau de baixa qualidade da Indonésia e o nosso cacau é de excelente qualidade.

Então foram medidas econômicas tomadas pelo Governo Federal com o Banco do Brasil, aqui o Dr. Gerardo Fontelles conhece a questão profundamente, é uma pessoa que viveu esse assunto desde o seu início. Eu lamento a não vinda do Ministro Reinhold Sthefanes, ele deve ter outros compromissos, ele já esteve aqui tratando desse assunto, há dois anos atrás nós fizemos uma Audiência Pública. Se aventava num plano também, que eu achei mirabolante para a lavoura cacauaieira e diversificação, era seringa e a introdução de outras práticas e outras culturas na região, que nunca acontece na verdade, Presidente. Termina sendo a lavoura cacauaieira realmente uma monocultura e ela é que precisa ser assistida. Essas medidas são diversio-nistas, não resolvem o problema da cacauicultura.

Então, lamentavelmente, as medidas que foram tomadas só foram agravando a crise, porque foram recursos colocados a prazo curto, juros elevados e sem o resultado da produtividade e do combate à vassoura-de-bruxa. Então o resultado: endividamento, baixa produtividade e nenhuma solução tecnológica à vista. Em determinado momento se aventou com uma solução tecnológica da clonagem. Seria clonagem com espécies resistentes, mais produtivas, com uma árvore de nova arquitetura. Os produtores se endividaram novamente, aqueles que puderam, outros fizeram por conta própria com o sacrifício das duas poupanças, das suas essas economias, e agora lamentavelmente o resultado novamente não corresponde às expectativas. E ninguém fez isso à toa; isso foi feito com a orientação da CEPLAC, foi feito com a orientação técnica e reconhecido pelo Conselho Monetário Nacional que a orientação não foi a correta. Então esse débito que foi assumido pelo produtor, que deveria ter sido assumido pelo Governo Federal, que era combate a pragas, era uma espécie de endemia, não era o cacauicultor que tinha que se endividar para isso, nós fomos nos endividando sem solução.

Então é uma questão baiana, aqui têm pessoas que conhecem muito mais do que eu. Eu sou um produtor, um político e vivo essa questão. Tentamos ajudar o máximo possível quando eu fui Governador da Bahia, criamos uma Biofábrica, aqui está o Sr. Henrique Almeida que hoje está à frente da Biofábrica. Criamos a Biofábrica, um belo trabalho, não sei se hoje ela está tendo as mesmas condições que teve no passado, que nós demos prioridade e recursos foram alocados para fazer o parque que existe hoje da Biofábrica, mas hoje, pelas notícias que eu tenho, ela não está em condições de atender às necessidades da região. Enfim, Sr. Presidente, esse é um problema latente. Eu não vou

me delongar porque eu prefiro ouvir as pessoas estão que estão aqui.

O Sr. Jay Wallace é um técnico da CEPLAC. Quando ele foi nomeado eu fiz até um pronunciamento criticando a nomeação dele pelo fato de que ele é do Pará e ele luta pelo crescimento da cultura no Pará e pelo cacau do Pará. Eu não tenho nada contra o Pará, nem nada que o Pará possa expandir a cultura do cacau, mas como a CEPLAC é, como eu disse, um patrimônio dos baianos, porque grandes recursos saíram dos baianos, eu achava que era uma solução baiana. Mas mesmo o governador à época, o Governador Jacques Wagner, disse: "Não, o baiano até hoje não resolveu o problema". Eu não entendi bem, o governador é carioca, ele disse: "O baiano não resolveu o problema [risos], se fosse por ser baiano já estaria o problema resolvido. Então vamos colocar um par-ense". Eu não tenho absolutamente nada contra o Sr. Jay Wallace, apenas o fato de que achava de que a Bahia deveria ter aquele cargo. Mas hoje eu tenho notícias alvissareiras em relação ao Jay Wallace à frente da CEPLAC, porque ele se mostra não comprometido com práticas equivocadas do passado, já numa postura que ele pode criticar, porque ele não estava exatamente na Bahia e hoje ele conhece de perto e tem tido uma postura de abertura com relação a esses problemas. Eu acredito que ele poderá colocar um pouco dessas questões aqui.

Então eu não vou me delongar, mas eu gostaria de saber de ver esse assunto debatido porque, Sr. Presidente, todo dia na imprensa lá da Bahia é assim: "PAC do Cacau sai do papel e os cacauicultores renegociam dívidas". Isso daqui está no Diário Oficial. Já outros dizem: "Cacau, o PAC empacado", quer dizer, PAC que não andou, então empacou. Eu acho que é um termo que todos conhecem, principalmente nós, cacauicultores, quando transportávamos as amêndoas nos panacuns, em cima do lombo do burro, o burro não queria avançar, aí se dizia: "Está empacado". Então é o que o povo da Bahia está dizendo, que o PAC está empacado. Mas todo dia é uma notícias: "Não, está renegociando".

Então, Sr. Presidente, só para introduzir, nós temos aqui dois grandes problemas: o primeiro, questão financeira, endividamento da lavoura. Como resolver o débito da lavoura que chega a aproximadamente um bilhão de reais? Novecentos e cinquenta, os números aí são variáveis, mas aproximadamente é isso. O endividamento. E aí não é só resolver o endividamento, como também hipotecas existentes, que já tem o primeiro, o segundo, o terceiro grau e daqui a pouco está indo para quarto, quinto grau. Então precisa resolver isso. E ainda na questão financeira, precisa de recur-

sos novos, recursos novos para que nós possamos tomar as práticas corretas. E aí é o segundo assunto, Sr. Presidente: quais são essas práticas corretas? Até agora nós fomos induzidos a adotar práticas que não se mostraram exitosas, não aconteceu o que se esperava. Nem aquelas primeiras práticas de redução de copa de árvore, onde se jogou muito dinheiro fora e não resolveu nada, endividou a lavoura, depois a rota que todos abraçaram com entusiasmo, a rota da clonagem com espécies resistentes, mais produtivas, que continua tendo problema de germinação, de autocompatibilidade, problemas técnicos que a CEPLAC poderá falar melhor do que eu.

Enfim, nós temos que era isso para termos um caminho certo, um norte que dê expectativas. Nós precisamos de dinheiro novo, precisamos resolver a dívida, dinheiro novo e a rota correta para resolver o problema da lavoura. É isso que a Bahia e os cacauicultores baianos esperam.

Nessa Reunião o pessoal do Pará queria até discutir o cacau como todo, eu digo: “Não, vamos fazer o problema da Bahia, por favor, vamos discutir”, porque é tão grande o problema da Bahia que não adianta misturar com o problema agora lá da Amazônia, do cacau da Amazônia, que foi um esforço que a Bahia fez, porque quem levou o cacau para a Amazônia, ela tinha nativo, mas quem levou de forma sistemática, técnica, foi a CEPLAC e com o dinheiro dos baianos. Baianos muitos se ressentem disso porque acham que depois a Amazônia devolveu a vassoura-de-bruxa para a Bahia. É a verdade, é o sentimento, é o imaginário que está na cabeça dos produtores lá do Estado da Bahia. Mas foi uma época, Brasil grande, vamos fazer, o cacau é muito bom, os preços bons.

Então, Sr. Presidente, são esses os problemas. Eu faço esse breve resumo, eu espero que realmente tenha sido breve, para ouvir aí os nossos palestrantes, que eu tenho certeza que vão mostrar uma realidade. Eu quero ouvir aqui, Sr. Presidente, a realidade. Não adianta fato de jornal, notícias para faturar politicamente. Não me interessa isso, eu não quero aqui faturar nada politicamente. Eu quero que se diga o que realmente está acontecendo na lavoura cacaueira. Qual é o nosso futuro, para onde nós vamos? Como eu estou dizendo, isso é um patrimônio de gerações e mais gerações e que hoje não precisa nem de reforma agrária porque o valor da terra está irrisório diante do que foi. Já foi feita a reforma agrária, porque o valor hoje, a pessoa mantém a fazenda hoje, muitos mantêm a fazenda mais por uma questão até de orgulho, de amor próprio, de autoestima, de dizer: “Não, eu não vou vender isso aqui porque veio de meu avô, veio de meu pai”. Quando já se empobreceram, foram embora da região, abandona-

ram. Quantas famílias vivem hoje? E os desempregos causados, 250 mil desempregados na região. Então o que eu quero é uma solução definitiva, que a gente possa acreditar. A região está cansada de ver político chegando na região com soluções milagrosas e dizendo: “Agora eu tenho a solução, está tudo resolvido: o produtor está negociando, a dívida está negociada”. Mas nada disso, lamentavelmente, é realidade, Sr. Presidente, é apenas expectativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Depois desse breve – e bota breve nisso – relato do Senador César Borges, que explica, sobretudo, os fundamentos da ocupação desta comissão hoje pelos cacauzeiros da Bahia e do Pará, nós vamos começar o debate. Como são seis expositores, para dar celeridade aos trabalhos nós vamos abrir um espaço de dez minutos para cada um, no máximo, que eu acho que é o suficiente, vai dar uma hora de exposição, se for necessário todo esse tempo, e depois passaremos aos debates.

Então vamos iniciar esta nossa fase com o Sr. Jay Wallace da Silva Mota, Diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira e, logo a seguir, nós passaremos para o Dr. José Gerardo Fontelles, que é o Secretário-Adjunto do Ministério da Agricultura. Então primeiro, com a palavra, o Sr. Jay.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente eu queria agradecer essa deferência especial do Senador César Borges em nos convidar para prestar contas do que está se providenciando com relação a esse PAC do Cacau. Nós tínhamos preparado uma apresentação um pouco maior, mas eu acho que dá para sacrificar bastante. Quando eu fizer assim, você só vai passando.

Nós vamos imediatamente aqui mostrar o que estava previsto com relação--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não se preocupe muito com o tempo aqui porque ele não é muito rígido, não.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Eu só queria dizer assim, só reforçando as palavras do senador, eu me lembro de um Presidente do CNPC que dizia que enquanto na Bahia o produtor criou a CEPLAC, na Amazônia a CEPLAC criou o produtor. E nós, do Norte, dizíamos que por isso a CEPLAC tinha mais responsabilidade com o pessoal do Norte, porque era filho dela. Essas brincadeiras que a gente costuma fazer trocando farpas, o produtor de cacau da Bahia com o produtor de cacau do Pará. Pode passar.

Bom, o PAC foi concebido para resolver, prioritariamente, principalmente, o problema da cacauicultura do sul da Bahia, que reparando aqui em parte e refor-

çando também o que o senador disse, a Bahia não é o principal problema; para nós hoje, a gente acredita que a Bahia é a principal solução para a cacauicultura do Brasil. Existe tecnologia, existe vontade política e existe o produtor de cacau que, acima de tudo, não se afasta e muitos não entendem o porquê, só visitando a Bahia para entender essa força que essa cultura estabeleceu nessa região, determinando todos os aspectos culturais associados ao viver do baiano no sul da Bahia e só quem convive lá é que entende por que depois de tantas e seguidas crises o produtor de cacau da Bahia continua acreditando no cacau e não muda para outra alternativa. Pode passar.

A área, a população a ser atendida com esse programa basicamente envolve agricultores familiares e os agricultores médio e grande, totalizando aí 35 mil produtores de cacau. Por isso aqui já se pode ter uma ideia do impacto social dessa crise na região, porque cada fazenda dessa tem inúmeros ou pelo menos tinha inúmeros empregados, trabalhadores, que hoje, pela queda do nível de produtividade e, consequentemente, a renda, grande parte deles se encontram nos arredores das cidades de Ilhéus, Itabuna, inchando a cidade e, também, nas margens das rodovias, constituindo também grande proporção dos trabalhadores sem-terra que hoje brigam pela posse também. Pode passar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora já não tem mais médio e grande, está tudo pequeno.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: É, são médios e grandes, mas agora com outras proporções.

Bom, em termos de meta para clonagem e adensamento, está prevista essa evolução aqui com esses valores, saindo de 2008 até 2016 e aqui embaixo é bom se chamar a atenção que o *déficit* na produção nacional hoje é de 82 mil toneladas, é quanto o Brasil tem que importar para manter esse parque moageiro funcionando na região cacauífera da Bahia. Com um grande risco: se o Brasil não entender que a Bahia é a solução e não um problema, de se constituir um problema maior, que seria a desmobilização desse parque industrial se mudando do Brasil para outro país. E aí você vai entender por que é que eu estou torcendo tanto pela Bahia, porque se isso acontecer acaba também com a cacauífera do Norte, que tem que pagar um preço altíssimo para vencer as distâncias quilométricas do Norte até esse parque moageiro, com todo esse custo de comercialização debitado na conta do produtor. Imagine se a gente tiver que vender para outro país, como já aconteceu no passado. Pode passar.

Em termos de custeio agrícola está previsto esse fluxo de recurso aqui. É bom entender que você não deve somar isso aqui. Na verdade se entende que o

que é emprestado num ano, no ano seguinte, se todos forem adimplentes, esse recurso volta. Em termos de ciclo, o ano que vai ter maior volume de financiamentos seria 2016, com 360 milhões de reais. Pode passar.

Eu vou passar bem rápido agora porque o senador e boa parte dos que estão presentes aqui, o senador já fez uma chamada dizendo que esse PAC, além de tentar resgatar a cacauicultura, tenta tirar a região dessa dependência de um monocultivo que, por ser uma commodity, e a gente está lutando para mudar isso também, senador, ela está sujeita a oscilações de preço no mercado internacional e a região sempre fica exposta a essas oscilações. Então já há muito tempo que a CEPLAC vem tentando implementar um programa de diversificação na Bahia, sem muito êxito, como o próprio senador observou, em que se tenta novamente resgatar essas iniciativas com esse programa. Então aqui são as metas para fazer com o seringal, com recursos, com a pretensão de implantar 80 mil hectares de seringueira, de substituição de eritrinas que sombreiam o cacau nas roças tradicionais. Pode passar.

Aqui é o consórcio cacau/seringueira, que é um dos melhores resultados que a Bahia tem para mostrar, não somente para a Bahia, mas para o Brasil, que hoje tem um *déficit* enorme. O Brasil importa 2/3 da borracha que consome, com previsões de estar por volta de 2020 importando um volume de um milhão de toneladas de borracha e o mercado internacional não tem essa borracha para fornecer para o Brasil. Os baianos inventaram, desenvolveram um sistema de produção muito peculiar, que é o consórcio cacau/seringueira, que se mostra muito mais eficiente do que os próprios sistemas praticados em São Paulo e Mato Grosso, porque ao invés de se ter um sistema com *déficit* nos primeiros oito anos, que é quanto tempo a seringueira leva para produzir, aqui na Bahia já com dois anos se tem fluxo positivo em função da produção do cacau clonado. Isso aqui não é projeto de pesquisa, isso aqui já existe na Região do Baixo Sul, na Região de Ituberá, eu tive a oportunidade de visitar, e a CEPLAC inclusive está apresentando, já com a autorização do Ministério, uma projeção, um programa para tentar amplificar essas metas, independentemente de PAC. Pode passar.

Aqui é outra cultura que é hoje foco da CEPLAC também, que é o dendê, com metas muito tímidas. A gente acredita que isso aqui também pode ser amplificado, ampliado com o recente programa de crédito lançado pelo próprio MDA. Aqui é bom se dizer que a dendecultura na Bahia é praticada principalmente por pequenos produtores em agricultura familiar e o MDA lançou um crédito agora, um programa de até

R\$ 6.500,00 por hectare, podendo atender até R\$ 65.000,00 por produtores, o que pode alavancar de certo modo a expansão dessa opção agrícola no sul da Bahia. Pode passar.

A fruticultura também está sendo desenvolvida e já existe aqui, eu tenho um documento que eu vou deixar aqui na comissão, mostrando o que já aconteceu na Região do Rio de Contas, na Bahia, que já é uma região que está produzindo bastante, com uma fruticultura bastante diversificada e já com escala de produção considerável. Pode passar.

Outra meta é a questão do palmito. As alternativas agroindustriais envolvem piaçava. Pode passar.

Bovinocultura de leite, aqui embaixo também é o déficit de 207 mil litros de leite por dia. Isso daqui é o déficit na região produtora de cacau da Bahia. Pode passar.

Agroindústria. Está prevista a implantação de agroindústrias, que é essa ideia de se agregar mais valor e de aumentar a renda, a geração de empregos e, acima de tudo, dar uma identidade para o cacau da Bahia, que frequentemente é vendido e misturado com o cacau de outros países para constituir um *blend*, *blend* esse que não é do conhecimento do produtor de cacau, não é do conhecimento de ninguém da cadeia produtiva do cacau, apenas dos formuladores de chocolate que existem na Europa e nos Estados Unidos, enfim, nos países consumidores, e que, portanto, nós sequer sabemos em que porcentagem o nosso cacau participa. A partir do momento que nós industrializarmos e vendermos o líquido, a manteiga ou o próprio chocolate, nós vamos desenvolver os nossos próprios *blends*, que uma vez adotados pelo mercado, o produtor de cacau passará a ser determinante de preço e não o comprador, o chocolateiro. Isso aqui se tornou viável agora porque o Brasil desenvolveu, com algumas indústrias, um perfil industrial, plantas industriais adaptadas à pequena produção, o que permite o processamento local, inclusive em nível de fazenda. Essa iniciativa já vem sendo adotada na região cacaueira da Bahia por produtores individualmente, como o Zé Gerardo, da Fazenda Riachuelo, como também algumas unidades de processamento que o Governo da Bahia já começa a instalar através de cooperativas, como foi recentemente instalada uma em Itamaraju. Pode passar.

A industrialização do dendê também, a CEPLAC tem um projeto, um convênio em parceria com a PETROBRAS, que está viabilizando, já fez um diagnóstico bastante completo e começa a desenvolver também essa atividade a partir de microdestilarias, microprocessadoras de dendê. Pode passar.

Outra meta é essa expansão da produção da produtividade e da produção da mandioca no Estado da Bahia. Pode passar.

Regularização fundiária. Também é uma meta que se propunha a regularizar 200 mil hectares de cacau no sul da Bahia. Pode passar.

Na área de assistência técnica estão previstos repasses de recursos da ordem de 2,5 milhões por ano, de 2008 a 2014, com a previsão de contratação de 57 técnicos de nível superior e 84 de nível médio. As informações que temos é que grande parte, se não a totalidade desse pessoal, já foi contratado pela IBDA. A CEPLAC ainda está em viabilização de curso. Pode passar.

A IBDA também fez um convênio muito bom com o MDA, que está repassando recurso para a IBDA, da ordem de 70 milhões, se eu não estou enganado, para incrementar a assistência técnica, principalmente dos projetos de assentamento. Apoio à pesquisa estava previsto, está previsto quatro milhões ao longo dos próximos quatro anos. E aqui, por um problema de orçamento, na verdade esse dinheiro não foi alocado, isso aqui era uma dotação orçamentária do Governo da Bahia, infelizmente não pode ser viabilizado, mas já está sendo alocado para o ano que vem. Pode passar.

Apoio à produção de mudas. Então esse programa de diversificação se baseia, principalmente, nessas espécies aqui e a CEPLAC estabeleceu parceria com a Biofábrica, como bem disse o senador, para a produção de mudas de seringueiras, cacau, banana, dendê, pupunha, e além dessas parcerias a CEPLAC buscou o apoio do MDA para a produção de medidas de dendê, de seringueira e, inclusive, colocou à disposição da Biofábrica uma das suas estações experimentais, onde foram instalados dez hectares de viveiro de seringueira para que se possa alcançar essas metas aqui, que dependem de recursos dessa ordem aqui, em torno de oito milhões de reais por ano. Pode passar.

Capacitação de técnicos. Está prevista a capacitação de 600 técnicos, a CEPLAC já começou no ano passado, já entrou 80 técnicos da IBDA na cultura do cacau e em outras culturas também previstas no plano. Pode passar.

Isso aqui é um resumo das atividades, do que está previsto em termos de metas. O que está em preto aqui são atividades e metas que dependem de recursos do Governo Federal. O que está em vermelho aqui são metas que dependem de recursos do Estado da Bahia. Pode passar.

Bom, eu apresentei muito rapidamente isso aqui, viu senador, porque na verdade essas metas, grande parte delas não foram implementadas, principalmente porque tudo isso dependia da adesão dos produtores

ao PAC para a renegociação das dívidas, mas infelizmente isso foi aprovado, essa Lei 11.775, foi aprovada em setembro do ano passado, estabelecia prazo para a adesão, a CEPLAC fez um grande esforço junto com a Secretaria de Agricultura na Bahia e junto com a APC também para que aumentasse essa adesão, mas infelizmente as condições que haviam sido estabelecidas na lei, primeiro que deixavam de fora um grande contingente de produtores: de 14 mil e poucos contratos, apenas seis mil, se eu não estou enganado, o Guilherme Galvão tem esses dados aqui muito mais detalhados, ele vai apresentar, só seis mil e poucos contratos estavam previstos, e acima de tudo, o que dificultava mais ainda, eram os prazos estabelecidos e os cronogramas de pagamento. Isso dificultou muito e logo de imediato se começou a fazer reuniões com a Secretaria da Agricultura, que passou por uma mudança, assim também como a CEPLAC, assumiu lá o Dr. Roberto Muniz, que tão logo assumiu, em discussões com a CEPLAC, com as representações das lideranças de produtores, tanto da Federação da Agricultura da Bahia como do Sindicato de Ilhéus, representado aqui pelo Isidoro Gesteira, e a própria APC, se constatou que naquelas condições muito dificilmente haveria a adesão considerável para a implementação. E como a gente considera que nenhuma daquelas metas ali, como o senador frisou, poderá acontecer se não houver injeção de recursos novos na região, esses produtores não tiveram esse problema da dívida equacionada e eles não poderão contrair novos investimentos, sejam eles de investimento ou de custeio. Então se começou uma série de trabalhos com o objetivo, primeiro, de melhorar as condições de pagamento, e aí havia um pleito dos produtores que era de tentar negociar as dívidas nas condições das linhas de crédito estabelecidas pelo Banco do Nordeste, para o que se denomina FNE Verde. Pode ir passando.

Teve uma série de reuniões que começou a partir de dezembro de 2008, eu não vou detalhar aqui nenhuma delas. Aqui esse quadro resume o perfil da dívida que se encontrou. As dívidas, em todos os programas, envolve 14.758 operações, no valor de quase um bilhão de reais. As operações enquadradas na lei, aprovada em 2008, eram apenas 5.206, num valor de em torno de 40% do valor da dívida. As operações do DESENBAHIA, que só foram incluídas posteriormente, isso aqui eram basicamente pequenos produtores, 3.458, e o total de operações enquadradas hoje, depois desse esforço que começou em dezembro do ano passado, totaliza 8.664, e ainda restam 6.094 operações, que correspondem a 46% do volume da dívida, não enquadradas, que são operações no BNB e no Banco do Brasil que envolvem PRONAF e outros programas,

no Banco do Brasil basicamente PESA e Securitização, que é esse que chama PESA Extra Cacau, e a gente observa aqui que o grande peso desses 465 mil, quase que 95% dele reside no Banco do Brasil. Pode passar.

Aí foram feitas uma série de reuniões. Pode ir passando.

A Secretaria da Agricultura solicitou para a CEPLAC a elaboração de uma nota técnica juntamente com a IBDA, que foi a que embasou toda essa discussão que culminou com o atendimento do pleito. O Governador do Estado da Bahia também, juntamente com a Secretaria e o Banco do Nordeste, assumiram essa proposta feita numa reunião da Câmara Setorial do Cacau, em Salvador, de que os contratos das dívidas dos produtores passassem para o Banco do Nordeste e fossem negociados no FNE Verde. O que é que resulta disso? É que o produtor que renegociar, que aderir a essa negociação, ele de imediato não precisa começar a pagar a dívida, ele tem oito anos de carência e, depois, mais doze de prazo para pagar. A proposta é que nesses oito anos, a partir do momento em que ele assine, ele passa a estar na condição de normalidade, portanto, adimplente, ele já pode contratar recursos de custeio ou de investimento para que nesse prazo de oito anos se saia da produtividade inexpressiva de 12 a 15 arrobas por hectare para algo em torno de 35 a 50, dependendo da condição da roça do produtor. A CEPLAC fez uma proposta e uma simulação, baseada em casos reais de todas as dívidas, que 98% dos produtores que hoje têm dívidas, que se tiverem as suas dívidas renegociadas nessas condições, eles terão condições, ao final de vinte anos, de quitarem as suas dívidas, desde que a CEPLAC tenha capacidade operacional e os bancos de fato liberem recursos para que esses produtores tenham acesso a esse crédito novo, para que eles possam aplicar a tecnologia já disponível para se viabilizar essa produtividade. Houve também a aprovação pelo BNB dessa solicitação e esse enquadramento. Pode ir passando.

Em maio de 2009, solicitação da SEAGRI para a inclusão de 4.448 operações, aquelas que nós nos referimos anteriormente, que ainda estão fora da Lei 11.775. Pode ir passando.

Em outubro de 2009 houve essa formalização dos contratos entre os agentes financeiros, Banco do Brasil, DESENBAHIA e Banco do Nordeste, criando um marco legal para permitir a assinatura dos primeiros contratos com os produtores, e hoje aproximadamente três mil contratos já estão aptos para a assinatura de contrato de renegociação com os produtores para o enquadramento no FNE. Até àquela altura estava aguardando a assinatura, mas já houve essa assina-

tura, não é Dr. Gerardo? Essa apresentação aqui eu fiz, senador, eu peço desculpas porque eu esqueci de frisar que essa apresentação aqui é a apresentação feita pela Secretaria da Agricultura, pelo Secretário, com a autorização dele eu estou repassando isso aqui, na última reunião que se fez na Bahia quando foram, enfim, assinados os primeiros contratos de produtores que já renegociaram a dívida e que já estão aptos a pegar recursos novos. No dia 27/10, que foi apresentado isso aqui, deu-se início a esse mutirão de renegociação das dívidas. Pode passar.

Aí têm outras ações que--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi sancionado pelo Presidente já?

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Já, já foi, mas até aquela data ainda não havia sido.

Com relação àquelas metas: já houve distribuição aos produtores de 70 mil mudas de dendê; o que estava previsto de um milhão de mudas de seringueira, a Secretaria informa que já foram distribuídas, até o presente, em torno de 600 mil mudas de seringueira; contratação de 41 técnicos para reforçar o quadro da assistência técnica da IBDA; capacitação pela CEPLAC de 297 assistencionistas(F), sendo 77 da IBDA e 220 essa CEPLAC; capacitação pela CEPLAC com a SE-AGRI de 2.450 produtores rurais. Pode passar.

Bom, outros pontos aí, eu vou até saltar isso aqui, que eu não vou tirar discurso aqui de outras pessoas, mas outros pontos em estudos que permanecem como um nó que precisa ser desatado é essa questão do PESA, porque, como vocês viram, em torno de 40% da dívida envolve essa questão do PESA e que são produtores que também detêm uma grande fatia da produção de cacau no Estado da Bahia e que precisam ter a sua situação resolvida, porque esses aqui, ainda que estejam adimplentes, eles não têm acesso a crédito por causa do problema das garantias de primeiro e segundo grau que estão atreladas ao Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Então ainda que estejam rigorosamente, como é o caso do produtor presente aqui Guilherme Galvão, que paga todas as suas parcelas em dia, está numa condição de normalidade junto ao Banco do Brasil, mas ele não pode contrair novos créditos porque está sem garantia real. Pode passar.

Novos recursos. Nesse mutirão que foi iniciado lá na Bahia no dia 27/10, tanto o Banco do Brasil como o Banco do Nordeste já disponibilizaram, cada um, 100 milhões, e isso não é teto, eles fizeram questão de frisar que é para iniciar a contratação dos primeiros contratos de custeio para os produtores que já aderiram, e aos produtores, logicamente, que não têm problemas de dívida, 100 milhões de cada banco para já entrar com o dinheiro novo a partir de agora. Esse aqui é outro esfor-

ço que está sendo feito, a produção de cacau orgânico na Bahia, que pretende ampliar para 300 hectares a partir desse biênio de 2009/2010. Pode passar.

Com relação à pesquisa. A CEPLAC, em parceria, e a gente agradece muito a parceria da APC, que deu toda a legitimidade para uma demanda que foi feita no Ministério da Ciência e Tecnologia, que acaba de aprovar um projeto da ordem de dez milhões de reais para ser investimento em pesquisa e basicamente em vassoura-de-bruxa na Bahia, do qual o Governo da Bahia deverá desembolsar, simbolicamente, 100 mil reais, em função daquele um milhão não ter sido previsto no orçamento do ano passado. Houve um desencontro de informações lá e aquele um milhão virou 100 mil. Na verdade, nem esses 100 mil existiam. Isso aqui foi um esforço do secretário que conseguiu alocar esses 100 mil para fazer a contrapartida; garantir a aprovação do projeto de silvicultura com espécies nativas em área de cacau no valor de dois milhões; recursos da FAPEC para a pesquisa da CEPLAC com cacau; convênio CEPLAC/ADABI/CEPLAC para a realização de teste visando o registro do Tricovab; e aqui também nós fizemos um convênio que está fazendo um grande trabalho ali, tem uma representante da SDA, que é um esforço muito grande que o Ministério da Agricultura, CEPLAC e a Superintendência Federal da Agricultura do Norte e da Bahia estão fazendo, que é um sentido de criar uma barreira à introdução da monília. A monília é uma doença que se aproxima muito do Brasil com a intensificação do tráfego nas rodovias que estabelece a ligação do Oeste brasileiro com o Pacífico e há um risco cada vez maior dessa doença entrar. Aí nós pensamos em fazer um esforço muito grande para evitar que isso aconteça, porque se juntar a vassoura-de-bruxa, podridão-parda e mais monília na Bahia, as coisas vão ficar muito mais difíceis. Pode passar.

Bom, isso aqui foi uma provocação que nós fizemos para o Secretário da Agricultura, para tentar copiar o modelo que foi criado lá no Pará, que se estabeleceu um fundo com recursos da própria lavoura. Aqui não dirigido à CEPLAC, mas um fundo para custear projetos específicos da lavoura. A verticalização da produção. Pode passar.

Bom, eu só vou fazer um resumo rapidinho aqui, senador, para ver o que está acontecendo em torno dos bancos. Isso aqui foi a apresentação feita pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste, CEPLAC e Secretaria da Agricultura e DESENBAHIA nessa reunião do dia 27 de outubro último lá na Bahia. Pode passar.

Esse mutirão envolve 1.944 operações no Banco do Nordeste, 4.234 no DESENBAHIA, 2.486 no Banco do Brasil, aquele total de operações que hoje estão abrangidas pela Lei 11.775. Pode passar.

Esse mutirão, eles passaram inclusive o número dos encarregados em cada uma das agências de crédito para que os produtores os procurassem. Pode passar.

Passaram os documentos que cada um tem que apresentar para fazer a assinatura do contrato. A CEPLAC, juntamente com eles, está organizando, já começou esses encontros para a divulgação desse mutirão em cada uma dessas regionais aqui, Ilhéus, Itajuípe, e até Eunápolis, e em todas essas reuniões estarão presentes todos esses parceiros: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, DESENBAHIA, CEPLAC, Secretaria da Agricultura. E o Banco do Brasil, tanto o Banco do Brasil como o Banco do Nordeste, com todo o *staff*, não vamos apenas os gerentes, vão os superintendentes também, para garantir que as decisões tomadas em cada situação dessa sejam de fato implementadas. Pode passar.

Isso aqui são as datas que foram agendadas, podem ser confirmadas as reuniões que estão acontecendo, já aconteceram em 28/10, 29/10, até o dia 05/11, porque é um esforço hercúleo que deve acontecer. Só para ter uma ideia, quantos contratos são? Quantos contratos são?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São 150 por dia.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: São 150 por dia que só o Banco do Nordeste vai ter que viabilizar até 31/12, isso se o Dr. Gerardo Fontelles não conseguir mudar a data fatídica de 31/12 para as renegociações. Pode passar.

Bom, isso aqui, eles apresentaram lá um fluxo, como é que essa agenda vai acontecer, e tanto o Banco do Nordeste como o Banco do Brasil já fizeram inclusive um manual de crédito rural para cada um dos programas executados por cada um deles. Pode passar.

A despeito da dificuldade de implantação do PAC por falta da renegociação da dívida, que estava dependente de uma série de alterações na própria lei, a CEPLAC fez uma série de atividades, mas eu deixarei isso aqui, eu vou dar a oportunidade para outros falarem. Se por acaso... Eu vou passar muito rapidamente, você vai passando aí só para ver os títulos. Pode ir passando.

Adesão do PAC ao FNE Verde, [ininteligível], análise da situação. Isso aqui foi um trabalho que embasou uma proposta que o Ministério da Agricultura já encaminhou para o Ministério da Fazenda tentando alterar inclusive, senador, os descontos, os rebates feitos para os produtores, que a gente achava que os rebates para os produtores acima de... Foi feita uma estratificação em função do volume da dívida dos produtores e aí se tentou aumentar o rebate de produtores

classificados como grandes, que na verdade não são grandes, e a gente acha, o próprio Ministério da Agricultura defende que esse corte deveria ser alinear(F), que a vassoura-de-bruxa atingiu a todos de igual maneira, não escolheu tamanho de roça, e na verdade todo mundo sabe que até a convivência com a própria doença é muito mais difícil para o grande do que para o pequeno. Isso está em tramitação no Ministério da Fazenda. Pode passar.

Salão do Chocolate. Isso aqui é um esforço que talvez o Henrique fale mais. É só para mostrar que nesse esforço que a gente está tendo de mostrar a cara do cacau brasileiro lá fora e de mostrar para os chocolateiros que eles já podem, inclusive, no momento já encomendar não apenas cacau e amêndoa, mas chocolate integral, líquido e manteiga produzida na própria região, inclusive com a possibilidade – pode ir passando – de certificação geográfica, de indicação geográfica, isso aqui é um aspecto do Salão do Chocolate que foi feito a partir de um convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, CEPLAC e a APC que viabilizou a ida de vários produtores de cacau que já produzem chocolate e que, para surpresa nossa, foram muito bem degustados e recebidos lá em Paris. Aqui eu gostaria de parabenizar o Presidente da APC, que no ano passado foi sozinho para lá, com uma passagem que se conseguiu para ele, e disso resultou a vinda de chocolateiros no Brasil e que tiveram uma enorme surpresa de ver a qualidade do cacau brasileiro e de ver a capacidade do produtor de cacau baiano, de inclusive hoje ser um dos poucos países do mundo que já produz cacau varietal. Hoje já é possível você produzir chocolate de apenas um clone, tal como se tem no vinho, o *Cabernet Sauvignon*. Os vinhos varietais você pode produzir do cacau também e lá no Salão do Chocolate foram degustadas amostras de chocolates feitas no Brasil de cacau varietal. Outro esforço que foi feito no Brasil também foi um seminário internacional da COPAL, que é a aliança dos Países Produtores de Cacau. Isso foi feito em Salvador, com o envolvimento da Secretaria de Liderança de Produtores. Pode ir passando.

Produção de mudas e daí para frente são ações que a CEPLAC fez. Pode ir passando.

Treinamento de pessoal da IBDA, ações de pesquisas. Aqui eu gostaria de frisar alguns resultados expressivos que a CEPLAC [soa a campainha] vem alcançando. Acabou o meu tempo, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Bom, isso aqui são alguns resultados interessantes que fazem

o produtor acreditar que de fato a tecnologia que se dispõe hoje é adequada.

Só para terminar, senador, eu lhe pediria mais um minuto aqui. Eu vou passar às suas mãos aqui uma nota técnica, a nossa vontade era ter tempo para des-trinchar essa nota técnica para exatamente tirar essa imagem, primeira, de que o cacauicultor da Bahia é perdulário, é mal pagador. Na verdade, eles pagam um preço altíssimo, talvez pelos romances do Jorge Amado, que sempre os retratou como figura de coronéis e que, na verdade, a gente sempre chama a atenção que se tem que dar um desconto porque todo mundo sabe que o nosso grande escritor Jorge Amado, ideologicamente, tinha vinculações com o Partido Comunista e que naquela ocasião, na época da maior produtividade intelectual dele como escritor, ele foi inclusive cassado e era exatamente nos romances dele onde ele encontrava espaço para poder, digamos assim, expor o seu ponto de vista, fazer o seu discurso. E aí tem muito, muito do que se associa a esse perfil do produtor de cacau, advém disso. Na verdade, o produtor de cacau da Bahia vem sofrendo dificuldades realmente muito grandes e é bom que se diga que toda a agricultura brasileira hoje está renegociando dívida, enfrentou dificuldade, principalmente naquela saída quando o crédito rural deixou de ser subsidiado, crises cambiais, principalmente em lavouras como o cacau, que eram altamente exportadoras, café, soja, todo mundo padece de dificuldades que levou o Governo Brasileiro a renegociar essas dívidas. Mas o cacau, além de ter todas essas mazelas, enfrentou uma doença, que não existia na região cacauzeira da Bahia, e aí como o senador disse, isso consta dessa nota técnica, grande parte do problema foi enfrentado de forma, a nosso ver, errônea, que deveria ter sido tratado como uma catástrofe, porque a região era endemia(F) e era para ter se dado um tratamento semelhante ao que se dá quando se detecta surtos de aftosa [soa a campainha], onde o produtor inclusive é indenizado. Isso não aconteceu na lavoura do cacau e toda essa história decorre desse endividamento inicial, que foi feito indevidamente.

Eu agradeço e estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, o cacau dá tanta energia que o expositor acaba se esquecendo do tempo e dez minutos para ele passou a ser quarenta. Mas, de qualquer forma, é a energia do cacau.

Eu vi até aquele Salão do Chocolate aqui, Senador César Borges, eu acho que se a gente tivesse optado por um Salão do Chocolate aqui no Senado Federal, talvez tivesse a capacidade de seduzir mais

os senhores parlamentares para comparecer ao ambiente de discussão do cacau.

Antes de passar a palavra para o segundo expositor, eu gostaria de chamar o Senador César Borges para assumir a Presidência dos trabalhos, já que eu vou ter que ausentar-me por alguns minutos a fim de comparecer na CCJ, onde sou relator de um projeto. Então o segundo expositor é o Dr. José Fontelles, que é o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para o Dr. Fontelles, de registrar a presença de dois colegas da Câmara dos Deputados, os Deputados Jorge Khoury e Luís Carrera, que estão aqui também preocupados com a questão do cacau e esperando para ver se tem alguma exposição de cacau por aqui já devidamente processada, já na cor escura [risos].

Senador César Borges.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES

(PR-BA): Quero agradecer ao Senador Valter Pereira por ter presidido essa sessão até então e, conforme ele tinha já dito anteriormente, passar a palavra ao Gerardo Fontelles, que conhece bem a questão.

Eu vi a apresentação do Dr. Jay Wallace, eu tenho várias dúvidas inclusive com relação a quanto constitui esses contratos ora negociados com relação à magnitude da produção do cacau, eu acho que esses contratos não contemplam os médios e grandes produtores, está se tratando mais de pequenos contratos, acho que ainda tem sete mil contratos a serem renegociados, aproximadamente, seis mil.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Seis mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES

(PR-BA): Seis mil, seis mil contratos. Tenho algumas dúvidas, mas deixarei isso para depois. Eu quero ouvir o Dr. Gerardo Fontelles porque vamos ouvir aqui inicialmente a parte oficial. Depois nós vamos ouvir os produtores, eu quero saber se os produtores estão satisfeitos, se estão realmente acreditando nesse projeto e como ele está andando, se está andando a ritmo satisfatório, se é uma solução, se podemos ter esperança sobre o futuro do cacau na Bahia. Dr. Gerardo Fontelles com a palavra.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Obrigado, Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Eu não vou falar muito, porque o Jay, empolgado pelo cacau, já falou 40 minutos, e é preciso que se dê a oportunidade aos produtores aqui presentes para se manifestarem sobre os instrumentos que foram colocados à disposição deles no sentido de equacionamento da dívida. Como o Senador César Borges falou, a opinião deles é estratégica.

Nós sabemos a história desse programa de cacau, sabemos das dificuldades, eu seria extremamente repetitivo se voltasse a abordar esses problemas que foram expostos pelo Jay.

A tentativa de tentar se chegar a um equacionamento do endividamento talvez não seja a melhor solução. A nossa posição aqui é de ouvir as demandas, além daquilo que foi colocado, que está colocado na legislação, de equacionamento do endividamento da agricultura cacauzeira, no sentido da viabilidade e sustentabilidade dessa atividade.

Os senhores conhecem muito bem o problema, quando ele se originou era mais um problema financeiro do que tecnicamente, a região estava empobrecida, um endividamento crescente, produtividade baixíssima. Tudo isso era um somatório de complexos, de problemas, e quem viu, eu acho que o senador se lembra da época, em 1990, 1995, como é que uma região se empobrece assustadoramente.

Eu não sei se o que o estado está colocando à disposição é o mais adequado, mas nós estamos aqui e o meu objetivo é internalizar no Executivo as demandas adicionais, além daquilo que está posto na legislação. Pelo menos até dezembro nós estamos tratando do problema, há problemas operacionais, houve muitos problemas inclusive na própria CEPLAC, como foi citado aqui. Ela estava morrendo por inanição, ou seja, estava deixando se esvaír e as propostas tecnológicas não foram as mais adequadas.

Eu prefiro ouvir, ouvir os produtores sobre as suas indagações e suas preocupações e internalizar no Executivo quais são os problemas e a factibilidade de executá-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu lhe agradeço, até pela brevidade da colocação, mas eu acho que V. Exa., representando o ministro, provavelmente ainda voltará a falar após ouvir os produtores--

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --colocarem as suas posições. Então eu queria começar então ouvindo um produtor, o produtor Isidoro Lavigne Gesteira, Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus, que tem a palavra.

SR. ISIDORO LAVIGNE GESTEIRA: Bom-dia a todos, Dr. Gerardo Fontelles, Senador César Borges, Jay, Deputados, senhores aqui presentes.

Antes de mais nada, senador, eu gostaria muito de agradecer essa oportunidade aqui nessa respeitada Casa para a gente vir trazer esse problema tão sério, que é o problema do cacau.

Eu fiz uma apresentação, mas eu acho que vai ficar um pouco longo, então eu vou fazer um resumo,

pois na verdade o cacau ainda é a principal atividade, o maior gerador de emprego do sul da Bahia. No Município de Ilhéus a maior receita ainda é o cacau e nós precisamos do cacau muito para desenvolver aquela região.

Hoje nós temos já um pacote tecnológico que, se for cumprido corretamente, surte efeito, porque já existem produtores que têm outras fontes de receita que estão fazendo, estão avançando na sua produtividade, aumentando a sua produtividade. Porque, senador, assim como o senhor, quando o Dr. Jay também assumiu, eu também fiquei preocupado que ele iria direcionar as coisas mais para o Pará, mas ele tem se mostrado uma pessoa assim bastante solidária, uma pessoa com pronunciamentos muito coerentes, porque ele, além de ser o diretor do órgão, é um técnico muito capaz. Então a gente fica feliz quando ele se pronuncia colocando a parte técnica em defesa da lavoura cacauzeira, porque realmente nós não podemos... O PAC do Cacau, senador, realmente está direcionado mais para o pequeno produtor. O médio produtor que foi induzido a fazer o PESA, Dr. Gerardo, apesar de todo o seu esforço, do Secretário Roberto Muniz, que é um gigante na defesa dos nossos problemas, eu gostaria de frisar isso, porque ele vem lutando bastante junto com o Henrique na Associação, com os Sindicatos, com a FAEB, mas infelizmente quando a gente chega no PESA, aí se coloca que o PESA é um programa nacional, que se for solucionar o problema do PESA, vai ter que solucionar o problema da soja, do café, com valores muito grandes. Só que o problema do cacau é um problema diferenciado. Nós fomos induzidos a fazer esse programa, o fungo chegou de forma criminosa, que a própria Polícia Federal concluiu no seu inquérito. Então a gente fica vendo, inclusive na nota técnica do Jay ele coloca como calamidade pública, isso foi o grande da nota técnica, que realmente o governo tem que olhar de forma diferente.

A gente coloca aqui nessa Casa, senador, nessa respeitada Casa, pedindo aqui ajuda, porque realmente quando o Governo quer, ele encontra soluções. Então o PESA é o grande gargalo de todo o nosso processo.

Nós temos uma região riquíssima, a maior biodiversidade do planeta está ali, temos uma riqueza em matas, de madeira, inclusive a gente está fazendo um plano de manejo que só de madeira, existe já um estudo, que se pagaria dez vezes esta dívida. E pela forma de nós termos conservado a mata, nós estamos sendo punidos, porque hoje as nossas terras não valem nada, porque a gente não pode fazer outra coisa que não seja o cacau. Então é uma cultura que preserva e nós estamos sendo, Dr. Gerardo, punidos por isso. Então o senhor, que é um homem realmente de

muita influência, que tem condições realmente de nos ajudar, a gente vem de forma assim muito clara pedir que tenha uma solução para o problema do PESA, porque esse é o grande problema hoje que a gente enfrenta, que justamente foi as duas etapas que mais teve erros. Foi a primeira e a segunda etapa, onde tinha um rebaixamento de copa e a parte de excesso de produtos químicos, onde a maior parte do dinheiro foi para colocar Cobre Sandoz, inclusive se induzia até a marca, que tinha que ser Sandoz [risos]. Então realmente isso criou um entrave, porque eu, por exemplo, nunca tive dívida. Com esse momento a gente fez, nos endividamos no intuito de querer acertar, de querer resolver o problema da lavoura, saímos indo em todos os lugares procurando hastes para a gente fazer junto com a CEPLAC a pesquisa, que foi muito importante hoje para a CEPLAC essa pesquisa que o produtor fez, porque ele saía vendo tipo uma seleção natural de plantas e isso facilitava porque a CEPLAC ainda não tinha nenhum estudo sobre a vassoura-de-bruxa. Essa parceria de produtor e CEPLAC levou a termos hoje realmente plantas resistentes, e isso, essas plantas, são realmente uma grande saída para nós.

E uma coisa que me leva muito, muita preocupação, senador, com relação justamente também pela nossa produtividade baixa, o Pará hoje planta mais de um milhão de plantas de cacau por ano. E com certeza, se a gente não melhorar, as indústrias, Cargill, Joanes, o parque moageiro não vai sustentar, ficar na região, na Bahia. Ela vai se mudar para onde... Porque a logística hoje do Pará ainda é um pouco cara e o cacau está vindo do Pará para a Bahia para ser moído na Bahia. Isso é uma coisa que a gente também faz esse alerta, para que se a indústria for para o Pará, mas que também fique na Bahia, porque se tiver cacau, ela vai ficar. Então essa recuperação da lavoura é muito importante porque vai gerar recursos para o Estado da Bahia, para o Brasil, e gerando empregos. Isso é uma coisa que hoje a própria CEPLAC já tem. O Tricovab é uma outra coisa que por efeitos burocráticos ainda não foi liberado. É um fungo antagonico que combate de forma equilibrada, de forma do ecossistema muito importante para agriculturas inclusive orgânicas, e a gente não consegue por problemas burocráticos, não é isso Dr. Jay? Então realmente a gente fica, inclusive eu falei com o Henrique que a própria Associação poderia tomar a frente disso e passar para o produtor, para facilitar, que o produtor tenha acesso a realmente ao Tricovab.

Então, na verdade, eu gostaria só de passar com relação à Bahia. Na verdade, foi a VEJA quem denunciou a chegada da vassoura. Está ali o mapa, o mapa que cultiva o cacau, toda a área ali do sul da Bahia, a

área que tem o cacau, toda essa região. Inclusive, senador, por ser muito extenso, eu vou entregar depois ao senhor para o senhor enriquecer mais na sua defesa pelo cacau, porque aqui está um resumo de tudo que aconteceu, e por estar assim em muitas páginas, talvez o tempo não me permita apresentar tudo, mas a gente torce para que realmente venha a ter uma solução. O senhor, que é um guerreiro aí na defesa da Bahia, do cacau, que continue nessa luta porque nós precisamos do Senado, precisamos da Câmara Federal, já tivemos uma Audiência Pública na Câmara, fizemos lá a exposição juntamente com outros problemas do Brasil inteiro e a gente vem aqui trazer a essa Casa toda a nossa dificuldade. Se não tiver uma solução, o produtor, o produtor está praticamente falido hoje, não tem como. O PESA foi feita de uma maneira onde o produtor achava que ia ter uma produtividade, porque no próprio estudo da CEPLAC dizia que ele ia ter cem arrobas por hectare em questão de oito anos e nós não estamos passando de quinze. Então não houve condições nenhuma de se pagar o PESA e o PESA nos transformou, nós saímos de uma dívida agrícola e passamos para ser uma dívida fiscal. Isso nos levou a um problema seriíssimo, senador, porque a União está nos cobrando e se não tiver uma solução as fazendas vão para leilão. É uma preocupação, imagine que situação ficou o produtor. Ele começou tendo um fungo, que chegou de forma criminosa, se endividou, foi levado a fazer o PESA, daí ele passou a uma dívida federal e agora a fazenda dele vai para leilão. Então é uma coisa assim muito injusta, muito cruel com o produtor de cacau.

Então a gente vem trazer aqui para os senhores, vem pedir uma ajuda, porque hoje o cacau ainda é uma coisa que existe já o estudo, o cacau é viável, é viável, sim, e realmente com essa ida, que eu tive a oportunidade de o ano passado, esse ano eu não pude, mas em Paris, a gente vê que tem mercado, tem o mercado de cacau fino, tem o mercado de cacau orgânico, se a gente aumentar a produtividade o preço hoje em dólar está bom, o que não está bom é o dólar, o câmbio, mas o preço em toneladas está ótimo. Então, na verdade, o que precisa o produtor é aumentar a sua produtividade, o seu índice de produtividade.

Além de todo esse drama, senador, ainda tem, além do problema com essa crise da vassoura, com esse fungo que chegou, ainda vem o INCRA querendo índice de produtividade numa coisa que tem uma calamidade pública. Então numa região onde houve uma calamidade, o INCRA está insistindo numa produtividade alta. Quando vai fazer vistoria, ele não liga para o índice que a CEPLAC deu. O que ele quer é que seja um índice da época áurea, de 43 arrobas por

hectare; 47. Então é uma coisa que é uma loucura, a gente está vivendo um caos, porque fica sujeito a desapropriação, endividado, na dívida federal, na dívida da União, onde todo o seu patrimônio, inclusive outros bens podem vir, porque na hora que a dívida ativa puxa, puxa tudo.

Então essa é a minha colocação aqui, esse é o desespero do produtor de cacau, que não está com recursos para pagar esta dívida, que virou uma dívida monstruosa, e se não tiver um apoio realmente do governo a cacauicultura vai se acabar.

Eu gostaria de agradecer. Essas são as minhas palavras, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Isidoro Gesteira, Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus, que eu acho que expõe um pouco a dramaticidade da situação que existe na região, que apesar dos esforços já elencados aqui pela CEPLAC, pelo Dr. Jay Wallace, e também a disponibilidade do Dr. Gerardo Fontelles, ainda há dificuldades burocráticas, de leis, que possam vislumbrar uma recuperação da lavoura. Então essa é a lamentável situação aqui descrita, de falta de perspectiva ainda da região, de muitos. Por isso é que eu queria uma avaliação dessas medidas. Sempre do lado do estado as perspectivas são alvissareiras. Na exposição do Dr. Jay Wallace, ele falou ali sobre várias culturas que podem ser introduzidas na região, mas podem ser introduzidas. E todas dependem de recursos. E esses recursos, a meu ver, não estão alocados, são recursos virtuais. Eu achei até um caso emblemático, ele disse que havia uma disponibilidade colocada pelo Governo do Estado de um milhão em 2008 e esse ano foi resumido em 100 mil reais.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Para pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): para pesquisa. É realmente incrível, 10%, porque houve um equívoco no orçamento. Eu acho que isso é o melhor exemplo e ali há várias necessidades de recursos que eu não tenho dúvida que eles não existem, são recursos virtuais, são recursos que poderão existir ou não.

O Dr. Jay Wallace colocou outra questão também, a questão da monília. Eu fico imaginando, Deus nos acuda se isso acontecer, e pelo que eu sei não há recursos para se fazer a vigilância sanitária para a entrada da monília. Nós tínhamos um grande programa para a vigilância da entrada da vassoura-de-bruxa e ela entrou de forma criminosa. E fui ao Ministério da Justiça, fui ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedir providência para apurar a situação e no final ninguém queria apurar coisa nenhuma e ficou por

isso mesmo, a vassoura-de-bruxa passou a ser um fato que simplesmente a Bahia teve que arcar com os ônus. Aí fica a pergunta: E a monília, como é que vai acontecer se não houver recursos alocados para proteger as fronteiras agrícolas do País como um todo? Aí pode afetar o Amazonas e a Bahia. Então essas são as preocupações.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Sem falar que a importação de cacau da África pode trazer outras doenças da África para a Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, o Dr. Jay Wallace lembra que a importação de cacau sempre foi combatida pelos produtores baianos porque podia introduzir, inclusive, doenças, apesar de todos os controles, mas você está importando cacau de uma região que contém outras doenças.

Eu queria dar continuidade aos nossos palestrantes e queria ouvir também aqui o Sr. Guilherme Galvão de Oliveira Pinto, que é o representante do endividamento agrícola. Deve ser o homem mais endividado aqui ou, pelo menos, aquele que conhece mais sobre a dívida, porque essa é realidade. Alguns produtores não se encontram endividados, estão pagando, mas não conseguem recursos novos para alavancar a sua produtividade.

Então com a palavra também o produtor Guilherme Galvão.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Eu quero corrigir o que o Jay disse. Eu tenho uma propriedade que era minha, quando da vassoura-de-bruxa, que é numa zona de transição, e dessa eu só fiz a primeira etapa e tenho ainda uma securitização, está plenamente em dia, porque essa se paga. O que eu recebi de herança da minha mãe, que comprei do meu cunhado da herança, essas estão todas endividadas e com problemas sérios, inclusive estou inadimplente na dívida ativa. Então eu entendo, por conta própria, do que a vassoura fez comigo.

Eu quero dizer o seguinte: a dívida da cacauicultura de um bilhão, somente 50 milhões são anteriores à vassoura-de-bruxa. Então esses 950 aí são depois da vassoura. Então o que é oriundo de antes da vassoura é só 50 milhões. Então multiplicou-se por 20.

Nós tivemos um problema, vamos dizer, o primeiro erro do Governo, em que a CAVAB não impediu a entrada da vassoura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Explica o que é CAVAB.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: CAVAB, o nome correto, o Zózimo pode dizer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era a fiscalização.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Campanha de Controle da Vassoura-de-Bruxa.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Eu me lembro que no Rio São Francisco, quando não havia pontes, havia uma equipe da CEPLAC. Um dia eu passei por lá, encontrei uma equipe da CEPLAC, um carro da CEPLAC. Eu parei para saber o que é que era. Estavam tomando café. Disseram: "Não, é a doença vassoura-de-bruxa, a gente fica aqui". Realmente ficavam, ficavam no Aeroporto de Ilhéus, em tudo quanto era canto. Conseguiu-se romper isso aí. Agora funcionava para a entrada da vassoura não intencional: "Eu estou trazendo pupunha, eu estou trazendo isso, estou trazendo aquilo, eu estou trazendo alguma coisa que pode trazer a doença e não sei". Aí o pessoal via. Contra crime, introdução criminosa, não tem solução.

O combate da vassoura começou com a CEPLAC contratando gente para fazer o combate e fazer treinamento. Depois, o FUNDECAU, com o dinheiro do estado, chegou a ter oitocentos funcionários com mais outros milhares nas fazendas fazendo a retirada de vassoura. Numa época 'X' acabou, quer dizer, o estado viu que não conseguiria combater e se concedeu dinheiro de crédito ao produtor para fazer uma atividade que seria uma atividade de estado. Essa atividade que foi feita com o dinheiro emprestado da primeira e segunda etapas seria algo para ser feito pelo governo. Isso impediu a proliferação e o desenvolvimento da doença mais rapidamente. Se não tivesse isso, ela iria muito mais rápido.

Então eu não considero justo que nós, produtores, paguemos por um dinheiro que, inclusive uma nota técnica da CEPLAC diz que o produtor não teve efeito, quer dizer, resultado econômico com esse dinheiro. Esse é o primeiro fato e esse fato é exatamente o que gera o problema hoje. 1/4 da área produtiva de cacau fez a terceira e quarta etapa. Grande parte desses produtores... Desculpem, o PESA foi feito para uma área de 1/4. Os produtores do PESA, que estão no PESA da primeira e segunda etapa, têm 1/4 da área e provavelmente 1/4 da produção. Então esses produtores que acreditaram no programa, fizeram primeira, segunda e terceira e para fazer a quarta tiveram que aderir ao PESA, eles hoje estão com um problema sério de acessar recursos novos. As operações do PESA estão com o Banco do Brasil, que passou para o Tesouro. Passou para o Tesouro, pode cobrar em caso de atraso mandando para a dívida ativa da União. O nosso PESA vence em 2022, 2023. A hipoteca de primeiro grau está com o PESA. A Lei 11.775 autoriza o Banco do Nordeste a comprar a terceira e a quarta etapa e o

dinheiro que foi feito para a compra dos títulos. Autoriza, também, comprar a primeira e a segunda etapa de quem não fez o PESA.

Então vamos explicar isso, que é bem sutil. A hipoteca de primeiro grau da propriedade está com o Banco do Brasil, que pode remeter para a dívida ativa a qualquer momento. A hipoteca de segundo grau do Banco do Nordeste, o Banco do Nordeste vai comprar a dívida e o gerente vai assinar sem problema nenhum, porque tem uma lei que autoriza a fazer isso. Aí o produtor fica com o primeiro grau no Banco do Brasil e o segundo no Banco do Nordeste. Quem vai emprestar em terceiro grau? Então esses do PESA, 1/4 da área, não vão ter crédito nem no Banco do Brasil e nem no Banco do Nordeste, a não ser que tenham outra propriedade para dar em garantia de novo empréstimo. A grande maioria tem a sua propriedade hipotecada e não vai ter acesso a esse crédito. Aí se chega num problema sério: a CEPLAC fez estudos de capacidade de pagamento, estudos de capacidade de pagamento em que 98% dos produtores conseguem pagar, nos 20 anos, os empréstimos contraídos anteriormente e renegociados com o Banco do Nordeste. Aí vem o problema: desde que produzam 35 arrobas por hectare, no mínimo. Qual o milagre para que produtores endividados consigam aumentar das dez, doze, quinze arrobas de hoje, para 35 sem crédito novo? Então esse é um problema que eu peço à nobre Casa que veja. Esse é o mais sério problema para 1/4 da área plantada de cacau na Bahia. Essa área não se recupera sem dinheiro novo.

Vamos voltar. Cacau tem solução? Tem. Têm produtores tendo 40, 50 arrobas por hectare. Senador, eu peço permissão para citar o seu caso [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não cite o meu caso, é da minha família [risos]. Dizem que a minha função na família é gastar [risos], porque quem ganha é quem produz, quem está lá no campo, que é o meu irmão.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Mas, por exemplo, o senador teve condições extra cacau de investir, tem áreas clonadas, tem áreas que já está na quarta clonagem. Ele não fez financiamento, mas também fez as coisas que na época eram preconizadas. Aqueles primeiros nove clones não deram certo, mais outros, mais outros. Hoje ele já tem área na quarta clonagem. Eu posso citar outros grandes produtores da região, sem citar os nomes, porque eu não pedi autorização, que produzem 40, 50 mil arrobas de cacau hoje, que têm dinheiro a custo de oportunidade de Taxa SELIC, de 1%. Então pode investir, têm condições, estão produzindo. Então o cacau é viável, desde que você tenha o dinheiro para investir. Mas não

é investir e ter um custeio de safra para pagar com um ano. Custeio de safra para cacau nessa situação não se paga com um ano. Adubo não responde de um ano para outra. Dependendo da época que sair, nós não temos solução. Nós tínhamos que ter adubado as roças em setembro, feito a poda em outubro e novembro, para produzir direito no próximo ano. Não tivemos direito, mas um ano perdido.

A crise do cacau, quando se fala de crise, eu vou ler uma coisa aqui. Ninguém tem ideia. Aqui nós só temos presentes o pessoal da Bahia, mas tem gente aqui que sabe o que é soja e o que é milho. Então vamos dizer: um produtor de soja colhendo 50 sacos por hectare, tem uma boa produtividade. Imagine esse produtor que passe dez anos, uma década inteira, produzindo entre 17 e 20 sacos, e que esteja hoje produzindo 13. Esse produtor teria quebrado, parado, não tinha condições. Um de milho, produção de 80. Produzindo de 28 a 32 dois sacos, também estaria quebrado, não conseguiria pagar o custeio do ano. Hoje esses produtor, produzindo 20 sacas. Estaria fora do ramo. Por que nós, do cacau, ainda estamos no ramo? Sim, esqueci de citar. Essa produção aqui é de 35% a 40%, a produção que eu citei. O que é que é 35% ou 40%? A região tradicional do cacau produziu na década inteira de 90 entre 35% e 40% do que produzia na década de 80. Por que é que nós ainda temos roça? Porque nós não plantamos todo ano. Nós temos uma cultura permanente, de alta longevidade, que fez com que a gente ainda possua roça hoje. Hoje nós estamos produzindo 20% do que se produzia anteriormente.

A crise é muito grande e precisamos de um tratamento diferenciado. Quem é da Bahia entende, pedimos o apoio a quem não é da Bahia. Essa dívida se arrasta, quer dizer, essa crise se arrasta por meia dúzia, seis Governos Federais e Estaduais: Exmo. Sr. Presidente José Sarney, quando se descobriu a vassoura; Presidente Collor, Itamar, os dois; Presidente Fernando Henrique; e agora os dois do Presidente Lula. E está se delineando havendo um pagamento para mais 20 anos. São mais cinco governos. Então não é uma questão de partido, não é uma questão de quem está no poder hoje ou quem esteve ontem. Tem que ser uma coisa de governo. Se querem que o sul da Bahia volte a gerar emprego, volte a ter renda, volte a crescer...

O senador falou uma coisa e eu vou acrescentar: no ano em que o Brasil exportou US\$ 12 bilhões, a Bahia exportou US\$ 1 bilhão de cacau, foi exatamente o ano... 1/8 ou 1/12, 8% da exportação nacional foi de cacau, tempos áureos do cacau. Hoje somos importadores. O que o senhor falou e a gente conhece, o pagamento na Bahia era feito baseado na saída de navio.

Isso que o senhor está falando era o Jaime Baleeiro, secretário, pai do Renan e avô do Jamil que me contou isso, o filho, que no ano anterior se verificava quantos... A data que sai navio, três dias depois pagamento de pessoal, porque recolhia o imposto na véspera e antevéspera. Navio atrasava, atrasava o pagamento do funcionalismo público na década de 50.

Essa região merece um tratamento. O produtor de soja nessas condições tinha parado de pagar o banco, parado de plantar. Por que nós estamos na atividade? Nós gostamos, temos fazenda há três gerações, quatro gerações, e achamos que o cacau tem solução. A Mata Atlântica foi preservada na região, a cobertura vegetal foi preservada na região porque existia o cacau. Agora hoje nós estamos, desculpa a expressão, com o abacaxi na mão. A terra vendida a R\$ 2.000,00, R\$ 2.500,00, não chega a R\$ 3.000,00. O orçamento da CEPLAC para plantar 500 pés em adensamento, clonar 500 pés e manter por quatro anos são R\$ 10.000,00. Aonde está o preço da terra, aonde está as benfeitorias, barcaça e tudo, luz elétrica, que a grande parte das nossas propriedade têm? Então a crise é muito grande.

O início de novos financiamentos é muito importante porque eu acredito que no dia que sair dinheiro, para quem quer que seja na região, a R\$ 10.000,00, não haverá mais vendedores de terra a R\$ 2.000,00. Aí entra a lei da procura. E se nós estamos vendo hoje produtores que têm produção... Temos aqui um que também é produtor e que tem produção boa. O que está faltando é que os produtores que não estão capitalizados recebam o apoio financeiro. Esse apoio financeiro é importante. Nós estamos há dois anos... Eu ontem li os anais da reunião com o Ministro Reinhold Sthefanes, já faz mais de dois anos. Lembro o seguinte: aos produtores interessa a negociação já, para ontem. A grande maioria dos produtores vai ser encaixada como pequenos e médios. Grande pelo Banco do Nordeste, hoje, é acima de 30 mil arrobas de cacau. Eu só conheço três. Deve ter mais, mas não deve chegar a dez. Grande na região hoje não tem dez produtores, com absoluta certeza. Teria que estar produzindo trinta e poucos mil, mais, porque é trinta e poucas mil arrobas. Então nós estamos falando... Não estamos falando de grande. Quando o Jay falou, eu até fiz uma correção. Ali é quando se contratou, os 362. Hoje não tem mais esse pessoal, porque o grande na época era considerado com R\$ 362.000,00. Hoje o grande do Banco do Nordeste é quase três milhões. Porém, desapareceu o produtor de cacau, a produção caiu muito.

Nós temos alguns problemas pontuais que foram já apresentados ali. O Governo do Estado pediu a redução de três faixas. Então a Lei 11.775, ela tem

cinco faixas de desconto: uma até 20, uma até 50, uma de 50 a 100, 100 a 500 e de 500 para cima. Então foi encaminhado um pedido do governador para que se retirasse essas três faixas. O Dr. Gerardo Fontelles pode falar depois sobre isso.

Nós temos um problema de um desconto que no nosso contrato tem um bônus de adimplência de 15%. Então se a prestação está em dia, recebe um bônus e paga em dia, recebe um bônus de adimplência de 15%. Esse bônus de adimplência é contratual. Quando saiu a Medida Provisória 432, todas as prestações, pelas normas do Banco Central, estavam em dia, porque há uma resolução do Banco Central que prorrogava as parcelas vencidas em janeiro de 2008 para o final do contrato. A medida provisória virou lei e o Banco Central vem colocando em condições de normalidade para 30 de junho, 30 de setembro, 30 de dezembro, agora em 30 de dezembro desse ano. Então as condições estão normais.

Alguns artigos da Lei 11.775 falam claramente em descontos, em concessão de bônus. Os artigos do PRONAF e os artigos do FUNCAFÉ falam nisso. Precisamos do apoio dos nobres deputados e senadores para que aprovem concessão dos bônus de adimplência também para o cacau. Isso seria um ganho ou uma diminuição da perda, vamos trabalhar como diminuição da perda, em torno de 11 milhões de reais para os produtores como um todo.

Temos alguns problemas que já foram resolvidos no meio do caminho. A Procuradoria da Fazenda não estava dando os descontos para a quitação dos débitos do Nordeste, estava usando uma tabela erradamente e só dava o desconto para os municípios do semiárido, embora a lei fosse clara que o desconto tinha que ser para área de atuação da SUDENE. A Procuradoria da Bahia usava uma tabela e só dava desconto para quem estava no semiárido. Nós marcamos uma reunião com o Procurador, provamos, e, a partir do mês passado, eles já estão concedendo... Bom, eles já estão cumprindo a lei, que era dar o desconto. Resta aos produtores que quitaram na PGFN ir atrás desse dinheiro. Vão receber ninguém sabe quando.

Tem um problema sério na PGFN, que a lei foi clara nos seguintes termos: concessão de dez anos de prazo. Logo depois diz: a primeira parcela à vista. A Procuradoria simplesmente interpreta que serão feitas dez parcelas, a primeira à vista, tirando o direito do produtor dos dez anos. Ficaram só nove anos. Então isso aumenta a nossa parcela em 10%. E não tem quem convença. Se fala que vai precisar de ação judicial ou ação da comissão do Senado, pedindo explicações ao Procurador-Geral, por que é que ele não está cumprindo o prazo previsto na lei, que foi apro-

vado aqui e sancionado pelo Presidente, de dez anos. Então, dez anos não são dez parcelas. Dez anos são uma à vista e mais dez. Então isso está prejudicando também a renegociação.

Quem é o maior interessado em fazer a renegociação já? Nós. Nós vamos sair de juros e já perdemos, por esses dois anos, 3% a 4%, que é quanto vai baixar os juros. Nós estamos carregando estoque de dívida indevido e estamos pagando 4% ou quatro e pouco ou três e pouco, dependendo de como for classificado, como era classificado o produtor e como vai ser classificado no Banco do Nordeste. Então são juros que nós deixaríamos de pagar e que estão sendo inflados no nosso saldo devedor. Agora, o ano passado não funcionou, nenhuma contratação foi feita. Esse ano, no primeiro semestre, também nenhuma contratação foi feita, não por culpa do produtor. Tem um documento, que eu não sei dizer qual é o nome, que é assinado pelos bancos, pelo Tesouro Nacional e o Tesouro do Estado. Segundo consta, esse documento só foi assinado em junho, um em maio e outro em junho, e não dava para, em 30 de junho, estar com tudo pronto, porque esse normativo precisava estar pronto. Então, não é culpa nossa. Nós ficamos desamparados entre 30 de junho e 14 de outubro. Entre 30 de setembro e 14 de outubro choveram ações judiciais. Isso é sério. O que é que aconteceu? A dívida ativa estava obrigada a parar as ações judiciais até 30 de setembro, enquanto durasse a negociação. O Senado e a Câmara aprovaram. O Presidente só sancionou no dia 14 de outubro. Entre 1º e 14 de outubro reabriram os processos, mandaram DARF para todo mundo e muitos produtores foram citados judicialmente e muitos produtores tiveram a continuação do processo e foram feitas penhoras judiciais por conta desses catorze dias.

Então o grande pedido aos Srs. Senadores, Deputados e às autoridades do Congresso: vence em 30 de dezembro o prazo da renegociação das dívidas. É humanamente impossível fazer 150 contratos todo dia, em seis agências. Nós não vamos fechar nada em 31 de dezembro desse ano, não terminamos em junho e não terminamos talvez em dezembro do próximo ano. Assim que se resolver esses problemas, o pessoal vai conseguir aderir e vai tentar dinheiro novo. Não houve dinheiro de custeio para o próximo ano. Então, a safra do próximo ano já estará comprometida. Temos que providenciar a renegociação e a conclusão disso no próximo ano, para que a gente possa salvar a safra de 2011 e tentar sair em busca da produtividade de 35 arrobas por hectare, sem a qual ninguém vai pagar a dívida. Isso é bom que se deixe claro [soa a campainha]

Eu acho que coloquei o que devia e--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Você já deu informações suficiente para o Dr. Gerardo Fontelles ficar aqui com a cabeça doendo para dar uma resposta a todos nós, porque ele fala em nome do governo, é quem pode resolver muitas dessas questões. Mas pode concluir, Guilherme.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Eu queria só concluir, eu não tenho mais nada a dizer, porque os dados, as apresentações que eu ia fazer já passaram tudo na minha frente, então eu preferi falar para não ser repetitivo.

Nós somos os maiores interessados em resolver esse problema rápido e nós somos os que estamos precisando de crédito novo para resolver o problema. Então, hoje, já há uma luz no fim do túnel. Depois eu gostaria que o Jay falasse sobre a utilização do crédito da primeira e segunda etapa, que seria interessante, para nós ouvirmos uma posição oficial da CEPLAC sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bom, agradeço--

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Agradeço por estar aqui e ter podido externar os nossos pensamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço a sua exposição, Guilherme, que eu acho que traz muito das preocupações com relação da própria execução do PAC, passa por essa renegociação e pela necessidade de crédito novo.

Quero aqui saudar a presença do Deputado Félix Mendonça, que é um homem da região cacaueira e conhece profundamente também a questão. Agradeço a presença dos deputados, Deputado Jorge Khoury e Deputado Luiz Carrera, deputados que estiveram aqui, deputados baianos que sabem do problema da lavoura cacaueira baiana.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Zózimo de Matos Costa, que é o Superintendente da CEPLAC Regional da Bahia, para a sua exposição, seguida do Sr. Henrique Almeida, da Associação dos Produtores de Cacau.

SR. ANTÔNIO ZÓZIMO DE MATOS COSTA: Sr. Presidente, Senador César Borges, queremos agradecer pela oportunidade, aos demais senadores e deputados um bom-dia.

Eu não vou adentrar nessas questões mais, senador, e gostaria de deixar aqui uma coisa muito, assim, enfática. É que a região cacaueira da Bahia, ela tem tudo a ver com o que os baianos carregam nas veias, que é o sangue. É uma região promissora. Com todas as dificuldades que hoje nós adentramos, aí, há 22 anos, mas ela continua firme, e os produtores, está aí na colocação do Dorinho, do Isidoro Gesteira, do Guilherme, e o próprio Henrique, que está aqui, ao

meu lado, que provavelmente terá a oportunidade de colocar, são homens batalhadores. E o senhor é um dos exemplos, Presidente desta Audiência, o Deputado Félix Mendonça e também outros, aonde a cacauicultura, ela continua ainda preservando aquele restinho de mata existente, aonde abrigou ali, por muito tempo, três milhões de operários da sociedade que compõem aquela região e que... É uma coisa enfática. Pela chegada da doença, da vassoura-de-bruxa, muitos tiveram que deixar as propriedades, muitos produtores tiveram que abandonar as suas propriedades. Ainda preserva muito os recursos naturais ali existentes. E a CEPLAC, ela possui tecnologia disponível. Veja que, quando a vassoura chegou, em 1989, mais precisamente em maio, a CEPLAC não dispunha dessas tecnologias para que os produtores tivessem um alento com relação à chegada da vassoura. Entretanto, hoje, nós temos, a CEPLAC tem, sim, através de clonagem, de enxertias de diversas variedades, são hoje 42 variedades disponíveis, materiais autocompatíveis para que os produtores possam novamente soerguer as suas propriedades.

A gente fica, às vezes, percebendo, Deputado Félix, como aquele parque hoje está instalado, aonde existe ali uma possibilidade concreta de se moer 250 mil toneladas. Entretanto, com a importação, provavelmente outras doenças adentrarão aquela região, região que continua sendo rica e, ao mesmo tempo, pobre, há 22 anos. E aí nós temos a preocupação, senador, para que isso realmente não aconteça. E quando o senhor coloca que o Governo Federal tem que estar atento para essas atividades correlacionadas com as nossas fronteiras, é de suma importância, porque a fronteira brasileira é muito grande e a monilíase é muito pior do que a vassoura. Imaginem nós: vassoura-de-bruxa e monilíase, ao mesmo tempo, ali, naquela região. Podemos fechar todas as propriedades, íamos embora.

Mas dito isso, senador, que realmente a cultura do cacau ainda é uma das melhores culturas para a nossa região, porque nós acreditamos no cacau. A única coisa que nós queremos enfatizar e pedir a esta Casa e ao governo é que realmente os produtores necessitam de recursos, de novos recursos para que possam custear as suas propriedades, saindo de uma produtividade, hoje, de 15 arrobas para produtividades maiores, conseguindo, assim, pagar os seus débitos e ter uma vida digna, porque eu tenho certeza absoluta que a grande maioria deles, hoje, coloca a cabeça no travesseiro e não consegue dormir, primeiro tentando fazer com que os seus operários, que hoje são mínimos dentro de cada uma das propriedades, recebam do labor, do suor de cada um deles. E, segundo, a própria manutenção.

Então eu gostaria, mais uma vez, de enfatizar, assim, de uma forma veemente, pedindo a esta Casa, pedindo aos senhores, que são responsáveis também por esse país, para que recursos cheguem àquela região e a gente possa novamente dizer assim: "A Bahia, ela foi, ela é e ela será a maior produtora de cacau do nosso Brasil". Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu é que agradeço ao Dr. Antônio Zózimo de Matos Costa, Superintendente da CEPLAC. Eu acho que V. Exa. deu um resumo aí importante. Quer dizer, essa cultura, pelo passado, pelo presente e pelo futuro, ela merece toda a atenção do país. Qualquer Governo Federal, não se fala aqui de partido, de quem está eventualmente à frente do governo. Eu, quando Governador da Bahia, lutei o tempo todo pelo cacau e, muitas vezes, vinha a Brasília e sentia uma incompreensão, uma falta de sensibilidade que me doía o coração. Eu via algumas autoridades importantes chegar e dizer assim: "Olhe, é melhor acabar com essa cultura e cuidar de outra coisa". Mas, como disse aí o senhor, não sabem o papel importante. Pelo menos, no mínimo, que reconheça o de preservar a Mata Atlântica. Já que nós estamos sob a égide do meio ambiente, próximo a Copenhague, só se fala nesse assunto e está certo, nós precisamos preservar o nosso planeta para as futuras gerações, o cacau teve esse trabalho, ele preservou essa diversidade, que é um encanto quem vai àquela região e que conhece a preservação.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Senador, diga-se de passagem que, antes da existência do IBAMA, vocês já preservavam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, o Dr. Jay Wallace lembra que, antes da existência dos órgãos ambientais, como o IBAMA, nós já preservávamos, já preservávamos. As gerações passadas preservaram porque sabiam que era necessário preservar. Mas não há a sensibilidade de que é preciso resolver essas questões. É precise se tratar a região cacauzeira como um diferencial. Não adianta tratar no bojo da agricultura nacional. Porque, hoje, se importa muito com soja, tem financiamento, custeio, mas qual é o custeio que tem lá para o cacau hoje? Existe, Guilherme, custeio ainda para o cacau, custeio agrícola?

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Eu tenho a impressão que saíram seis ou sete operações para médios produtores. Agora, PRONAF, tem bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, eu sou daquela época que todo ano o meu pai ia ao Banco do Brasil para fazer o custeio e pagava na safra seguinte, sendo que isso deixou de

existir há algum tempo. Há vinte anos estamos sem crédito de custeio.

Eu passo a palavra para o Henrique Almeida, que é o Presidente da Associação dos Produtores de Cacau.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Senador César Borges, Presidente dessa Audiência, Deputado Félix de Almeida Mendonça, prazer em revelo aqui, Deputado Jorge Khoury.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Por isso que eu fiz questão de frisar [risos]. É oportuna, senador, essa Audiência Pública. Obrigado pelo convite e vou tentar ser o mais breve possível.

É preciso dizer, eu costumo dizer sempre que eu fui educado assim, passei isso para os meus filhos e eu vou continuar na minha vida sendo assim, transparente. Na minha transparência, a primeira coisa que eu observo, o motivo maior dessa nossa Audiência Pública é tratar do PAC do Cacau. O PAC do Cacau só poderia desempacar, como o senhor bem colocou, se a Lei 11.775, que trata do endividamento, ela viesse a atender os produtores. E aí a Lei 11.775, eu quero deixar bem claro, os erros cometidos nela foi por justamente não terem feito o que nós estamos fazendo aqui hoje, chamando os principais interessados para ser discutido esse problema. Eu me lembro que nós todos ficamos à margem desse processo. Foi feita uma reunião aqui, em Brasília, na época com alguns atores que não representavam a cacauicultura. Eram pessoas que não entendiam desse processo, inclusive pessoas que estavam chegando na região e que se diziam, por afinidade política partidária com o então Ministro da época, que não era o Ministro Reinhold Sthefanes, começaram a vender uma imagem que não era a que correspondia à realidade.

Essa Lei 11.775, no capítulo que trata do endividamento da cacauicultura, essa frase não é minha, é do atual chefe de gabinete do Secretário da Agricultura, em relação ao cacau, foi criado um Frankenstein, e consertar esse Frankenstein não tem sido fácil. E aí eu quero fazer justiça: se não fosse a compreensão do Ministério da Agricultura hoje, através do Ministro Reinhold Sthefanes, através da Secretaria Executiva lá, Dr. Gerardo Fontelles, que conhece essa problemática desde o começo, através da mudança que houve na direção da CEPLAC, é incontestável que essa mudança foi benéfica para que esse arranjo fosse melhorado, a própria mudança na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, com uma outra visão, uma visão de que, na lei, tem que ser beneficiado, se não todos, mas o maior número possível de produtores, aquilo que es-

tava colocado na 11.775, eu me lembro, eu tenho que registrar e já registro isso todas as vezes, vou registrar aqui de novo, que talvez os senhores não tenham ouvido. Um dia antes do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estar em Ilhéus, na mesma praça, no mesmo banco, no mesmo jardim, onde o Presidente anterior esteve, anunciando a salvação, eu tive uma audiência com o Dr. Bernardo Api, e, lá, eu e o Dr. José Mendes, da FAEB, dissemos a ele que aquilo que ia ser anunciado naquele dia não iria resolver. Eu me lembro perfeitamente que o Dr. Bernardo Api disse, o Dr. Gilson Bittencourt estava presente, ele disse: "Se não resolver, nós vamos ter que melhorar". Eu me lembro da reação do Dr. Gilson Bittencourt, que é do Ministério da Fazenda. Ele disse: "Mas se fizerem isso, não vai haver adesão". E ele reagiu: "Então se não resolve, que as pessoas não façam essa adesão". E aí, senador, nós começamos uma batalha hercúlea nesse processo todo para modificar isso, e os senhores, que são legisladores, sabem o quanto é complexo alterar uma lei. Talvez se ela tivesse sido discutido de uma forma aonde não fosse tão mal feita em relação ao capítulo da cacauicultura, nós não estivéssemos nem aqui hoje. Eu me lembro perfeitamente da frase que o Dr. Gerardo Fontelles já me disse várias vezes, que ele concorda com isso, mas encontrou barreira no Ministério da Fazenda, de que esse rebate tinha que ter sido linear. Não existe até dez mil um rebate, até vinte mil outro rebate, até trinta outro, até porque até dez mil a gente não consegue, nós não conseguimos formatar lá trinta contratos. Esses contratos eu até acho que não existem, mas os números dizem... O Banco do Brasil fala que tem em torno de 27 a 30 contratos.

Uma outra razão, que o senhor colocou aqui, no começo, é que, depois que a vassoura chegou à região, e o Isidoro foi muito enfático nisso, eu faço dele as minhas palavras, a vassoura não chegou à região, a vassoura foi introduzida na região de uma forma covarde, na calada da noite. Isso era mais um motivo para que isso que o Dr. Gerardo defende, o Ministério da Fazenda acatasse, esse tratamento linear do débito. Eu não vou dizer aqui números, quem tem que dizer isso são os estudiosos, mas o que deu em Chico, deu em Francisco. O que deu no pequeno, deu no maior dos produtores, que, na minha época, quando eu era menino, se chamava Edizio Muniz, que era a pessoa que eu conhecia que mais produzia cacau. Então isso nós não conseguimos que a lei colocasse.

Estamos tendo aí um trabalho gigante de aumentar essas tabelas, essas faixas de rebate de endividamento. Os contratos que não estavam contemplados na Lei 11.775, que nós prevenimos o Ministério da Fazenda, na pessoa do Dr. Bernardo Api, hoje nós já

saímos, no começo de quatro mil e poucos contratos, e fomos para 8.600 contratos. Mas eram quatro mil. Aquela lei que foi anunciada na praça, na mesma praça, no mesmo banco, no mesmo jardim, só atendia a quatro mil contratos. Hoje, está em torno de oito mil. Eu não tenho dúvida, porque eu sou um otimista, acima de tudo, porque, senão, não estaria na cacauicultura, sou um otimista, eu tenho certeza que nós vamos colocar os 6.400 contratos que ainda estão fora. Sinto isso da boa vontade do Ministério da Fazenda, conversei isso numa oportunidade em que estive com o governador, e ele me disse textualmente que o que cabia ao Governo do Estado, aos cofres do estado, eles vão acatar, até porque é uma questão diminuta em relação ao bojo da dívida, desses novos 6.400 contratos, mas nós temos um nó, que nós precisamos resolver, que são aqueles produtores que aderiram ao Programa de Saneamento de Ativos do Banco do Brasil.

Como o Isidoro colocou, é muito fácil você colocar desculpa na simplicidade e dizer: "O PESA é um problema nacional". Pronto, problema nacional não se resolve. Eu sei e temos conversado muito com o Dr. Gerardo que isso passa primeiro pela regulamentação do art. 42, da 11.775. Ainda hoje conversamos isso com ele, e eu espero, eu acho que aí o Senado, os Ministérios, a Câmara pode agir muito nessa pressão, para que se regulem isso. Depende do Ministro Mantega da Fazenda regulamentar o art. 42, para que aí a gente tenha um instrumento legal, Deputado Félix, para começarmos a discutir o art. 42, discutir o PESA e a Securitização, porque senão a gente barra nisso: "Eu não posso discutir o PESA porque o art. 42 não foi regulamentado". É uma resposta muito simplória e que eu acho que isso é que vai poder evoluir para esses 1.300 e poucos contratos que existiam no PESA. "Mas são só 1.300", mas, quando você vai para o valor do endividamento, significa 2/3, não é isso Jay, 2/3 do endividamento.

É preciso também que se diga que toda essa problemática tem algumas vertentes que têm que ser colocadas às claras. Primeiro, instituir um programa feito na sustentação política e não na sustentação técnica. Eu digo lá atrás, no passado. Eu me lembro, eu não vou esquecer nunca, numa reunião que tive como produtor e preocupado com a situação da região no escritório local da CEPLAC lá no SENEX, na presença do Banco do Brasil, eu me lembro perfeitamente que a CEPLAC tinha feito um programa de R\$ 2.700,00 por hectare. Eu ouvi, senador, do representante do Banco do Brasil, que só tinha R\$ 700,00 por hectare. "Mas é impossível! Se tem um programa aqui que está dizendo que é R\$ 2.700,00, como é que você vai me dar R\$ 700,00". Félix, ele disse: "Ou é isso ou não é nada".

Aquilo me machucou profundamente, porque eu estava me sentindo impotente, até porque não tínhamos os mecanismos de discussão. A região estava desestruturada, os sindicatos estavam arrolados nessa sua desestruturação junto com a representatividade dos produtores, a CNPC estava já vivendo a sua agonia e eu não vou entrar no mérito e estava certo ou errado, mas o fato é que a representatividade dos produtores estava aquém da necessidade que nós precisávamos naquela época. E mesmo assim os produtores se arriscaram e tomaram aqueles R\$ 700,00 por hectare para fazer clonagem, adensamento, adubação, todo aquele sistema. Isso eu vejo hoje com outros olhos. Eu já ouvi diversas vezes o Dr. Jay Wallace dizer assim: "A CEPLAC não vai se agachar mais como fez no passado". O que nós temos aqui, Guilherme, você errou, não é dez mil, não. São R\$ 10.400,00, são R\$ 10.400,00, que existe o estudo e que o Banco do Nordeste, segundo o seu Presidente, segundo o Superintendente Nilo, que eu coloquei para ele claramente também: "Se eu amanhã chegar no Banco do Nordeste e eu não tiver mais, eu aderi ao PAC – eu não vou chamar de PAC -, eu aderi ao endividamento da 11.775, eu fiz a minha renegociação da dívida, eu tomo os R\$ 10.400,00 por hectare?". Ele me disse: "Se você não tiver problemas com os seus cartões de crédito, com o seu cheque especial, o banco tem 200 milhões para entregar, para emprestar até dezembro desse ano". Aí o Guilherme perguntou, o Guilherme Galvão: "E para o ano?" Ele disse: "A demanda é que vai dizer".

Então eu, como sou um otimista, eu acredito, até que me prove o contrário, porque na hora que eu chegar lá e não conseguir isso, eu vou ser o primeiro a tentar chegar nas autoridades e dizer que foi mais uma mentira, e eu espero que não seja.

Nós temos avançado? Indiscutivelmente, não tenha dúvida. Já citei aqui, eram quatro mil contratos, colocamos em oito mil, temos mais 6.200, que eu não tenho dúvida que vai entrar, e na hora que esse rebate da dívida, essa nova tabela, que ainda não está negociada, e eu acho que aí o que o próprio Governador da Bahia já pediu... Eu não sou partidário do governador, eu não sou filiado a nenhum partido da base do governo, eu estou dizendo das conversas que tive com ele, sei dos documentos que foi entregue ao Ministro da Fazenda e ao Ministro da Agricultura, esse mesmo documento. Esse documento foi bater na CEPLAC, que os Ministérios levaram para a CEPLAC, a CEPLAC fez um arrazoado técnico sobre isso, devolveu para os Ministérios e precisa agora, eu não sei se uma nova medida provisória, o Dr. Gerardo sabe falar isso melhor do que eu, eu não sei qual é a medida, mas eu acredito que seja uma medida provisória para

que haja essa nova tabela, o enquadramento desses contratos que estão fora e a regulamentação do art. 42 para que nós possamos negociar esses débitos do PESA e da Securitização.

Eu queria corrigir uma coisinha aqui que o meu amigo Guilherme colocou. Existe custeio? Existe, mas não adianta, que a gente não consegue tomar. Não consegue tomar porque você está travado pelas questões burocráticas. Por exemplo, eu tenho um amigo que está absolutamente em dia com o PESA e com Securitização, ele não deve nada. Ele consegue fazer um esforço porque ele é profissional liberal, tira da sua atividade e coloca na paixão, que é o cacau. Ele, se ele for tomar no Banco do Nordeste hoje, ele não toma porque tem um título, ele tem uma CTN que ele deu como garantia real à hipoteca em primeiro grau ao Banco do Brasil. Então do que é que adianta eu ter uma terra que vale R\$ 3.000,00 o hectare, eu tenho um crédito do banco de R\$ 10.400,00 e porque eu tenho um financiamento, que estou adimplente, eu não posso tomar? Então esses são rumos que a gente tem que corrigir. Esse é o Frankenstein que o Eduardo se reporta, quando ele fala da Lei 11.775, em relação ao cacau.

Eram essas as minhas palavras, eu estou à disposição. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa aqui.

Eu acho extremamente importante que essa questão desses mecanismos que a cacauicultura pode usar e não tem usado, pelas questões dos entraves burocráticos do país, que a gente sabe que são grandes, isso não é uma questão só do Brasil, mas a gente sabe que aqui, às vezes, está acima da média mundial, essa questão do Tricovab. O Tricovab é um elemento técnico desenvolvido pela CEPLAC, com comprovação científica pronta, a um custo irrisório, como o próprio Isidoro colocou, que poderia ser produzido, e o Dr. Jay já disponibilizou a estrutura que existe na CEPLAC, que custou quase US\$ 1 milhão no passado para ser colocado e está lá parada, US\$ 1 milhão em investimento em uma unidade de produção de fungos e que está... Até os elementos de cultura estão comprados lá e se deteriorando, o elemento de cultura, eu vi o estoque de arroz que existe hoje lá na CEPLAC, então isso é um elemento que a gente pode usar e que, sem dúvida nenhuma, nós iríamos minimizar consideravelmente a questão da pressão da vassoura-de-bruxa e aumentarmos a nossa produção.

Produção que eu vejo uma preocupação, eu não tenho resposta para isso, mas vou deixar aqui o que é colocado. Eu vejo a indústria viver com essa ameaça que vai embora de Ilhéus, que vai sair de Ilhéus, Cargill, ADM e Callebaut. Sempre vivem ameaçando o governo, dizendo que se não tiver uma solução vão embora de Ilhéus. Na verdade a indústria que tinha uma unidade

instalada de 250 mil toneladas, para minha surpresa e para a surpresa do Dr. Jay também, nós ficamos sabendo na semana passada que a capacidade instalada hoje é de 500 mil toneladas.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: Recém ampliada.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Recém ampliada. Então quem está se preparando para ir embora não dobra a sua capacidade de instalação. A gente sabe do poderio que é a grande indústria, o cacau está na mão de praticamente três ou quatro indústrias no mundo. Não estou querendo aqui fazer um discurso ideológico de confronto contra o capital, porque ao contrário, eu sou capitalista e sou a favor do capital, mas esse tipo de ameaça de que “Eu vou embora se vocês não produzirem a qualquer preço”, gato escaldado tem medo de água fria, a gente já que sabe que isso é conversa para boi dormir, porque senão eu não aumentaria a minha capacidade de 250 mil toneladas para 500 mil toneladas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço ao Henrique, acho que ele contribuiu aqui, muito, com essa questão. Eu acho que fundamentalmente é necessário que o Parlamento, e aqui temos deputados e senadores, podemos diligenciar com a bancada da Bahia no Congresso Nacional, senadores, deputados e deputadas, para que nós possamos conclamar a Lídice da Mata, que é coordenadora, para que nós possamos pressionar o Ministério da Fazenda para essa tão necessária regulamentação do art. 42, da Lei 11.775.

Eu vou passar a palavra aos deputados que estão aqui, que estão me pedindo, Deputado Jorge Khoury e o Deputado Félix Mendonça. Deputado Jorge Khoury em primeiro lugar, tinha solicitado, e em seguida o Deputado Félix Mendonça.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Estimado Senador César Borges, autor do requerimento e Presidente dessa Audiência Pública, meu colega Félix Mendonça, senhores membros da mesa de debates desse tema tão importante para o país, mas especialmente, sobremaneira, para o nosso estado. Eu quero saudar a todos na pessoa de dois amigos, o Henrique e o Guilherme. Quero, também, dizer da satisfação de ter ouvido aqui os representantes do governo, o Dr. Wallace e o Dr. Gerardo.

Eu vim, Senador César Borges, direto do aeroporto para cá, em função do seu convite. Sei da sua luta, sei do seu empenho, sei de como V. Exa. tem tratado as questões da Bahia e esse assunto, especialmente.

Sei, inclusive, que muitos dos nossos colegas não estão aqui porque já estão cansados, porque se pegássemos alguém de fora e ouvisse o que nós ou-

vimos aqui, iriam dizer: “Poxa, dá para fazer uma novela”. Vinte e tantos anos, cinco Presidentes da República, quer dizer, e quando nós vimos e eu vi desde a primeira palestra do Dr. Wallace, quer dizer, ponto por ponto o que foi acertado, o que foi dito, o que foi acordado, tudo isso tendo acontecido ao longo do tempo e a situação continua do jeito que está, quer dizer, o que nós vemos ao longo do tempo é que, na verdade, uma série de ações, uma série de encontros, uma série de conversas. No entanto, resultados muito poucos, e os poucos são em função de recursos vindos de outros setores e não do mesmo setor e nem de financiamento público.

Me permita aqui, eu vou querer ser o mais breve possível porque realmente estou com necessidade de me ausentar, mas não posso deixar de dizer, principalmente para o Dr. Gerardo, eu não sei se também para o Wallace. Quando a Bahia não tinha nada, tinha o cacau. Quando a Bahia não tinha um oeste, tinha o cacau. Quando a Bahia não tinha a petroquímica, tinha o cacau. Quando a Bahia não tinha papel e celulose, tinha o cacau. Quando a Bahia não tinha a fruticultura irrigada, tinha o cacau. Enfim, quer dizer, ao longo de várias e várias décadas foi o cacau o responsável pela economia do nosso estado.

Eu vi, em 1994, aqui, no Congresso Nacional, o Congresso votar e aprovar uma medida provisória que tinha a ver com uma renúncia fiscal da União para atender ao setor automotivo nacional pela depreciação acelerada do setor automotivo nacional: 600 milhões de dólares. Naquela época o que se falava com relação ao Nordeste era por ano 200 milhões, que na verdade a execução não era nem 50% disso, quer dizer, o setor automotivo nacional, por depreciação acelerada... Eu nunca ouvi falar em depreciação acelerada de setor nenhum do resto do País e, muito menos, do Nordeste. Lembrar de algodão, lembrar do setor açucareiro ou coisa parecida. Mas foi aprovado aqui. Quer dizer, o que eu quero dizer com isso é que, na verdade, quando há uma decisão política de resolver o problema, se resolve. Quando não há, aí tem problema burocrático, tem a questão de lei, tem questão de uma série de coisas, como foi colocado aqui que não pode andar porque pegou aqui, não pode andar porque pegou ali, que há boa vontade do Ministro, boa vontade do Dr. Gerardo, boa vontade do Ministério da Fazenda, boa vontade... Me parece que essa boa vontade é de todos e está faltando uma principal, que é a boa vontade da decisão política de resolver o problema, quer dizer, e também nós, parlamentares, sabemos que quando há essa decisão rapidamente o governo faz uma medida provisória e resolve todos os pontos que estavam

pegando aqui e acolá, está ali dentro, chega aqui e acabou, resolveu.

Então se ao longo desses vinte anos, independente de cor partidária, houve dificuldades, eu diria que nunca nós tivemos ao longo desse tempo nenhum governo com tanto apoio no Congresso Nacional e a nível da sociedade brasileira como o atual governo. Se todos estão decididos a resolver o problema, eu acho que a hora é essa, a hora é essa, quer dizer, entendo que tudo que se levantou aqui, eu acho que nós estamos aqui com todas as informações dos mais diferentes setores que estão envolvidos no processo e que poderiam perfeitamente colaborar aí com o nosso Senador César Borges, até de ajustar uma minuta de uma medida provisória que poderia resolver essa situação. Eu não tenho dúvida que a bancada toda, que não está aqui, estará presente nessa hora. E não tenho dúvida também de que nós haveríamos de conseguir com os nossos colegas do Congresso Nacional a aprovação disso, até porque, na hora, se tivesse uma crise como a maçã de Santa Catarina, com certeza já tinha resolvido. Com a uva do Rio Grande do Sul, já tinha resolvido. Mas é o cacau da Bahia. Então vai deixando, deixando, deixando, deixando.

Então, meus amigos, desculpem aí essa minha maneira de falar, mas, realmente, dentro do possível, não sou cacauicultor, não sou da região, mas eu sou um baiano que reconhece tudo aquilo que nós tivemos, quando não tínhamos nada, que dependia de lá. Então eu acho que não vai faltar de nenhum de nossos colegas, os 42 parlamentares da Bahia, de estarmos juntos e lutar para que essa solução seja encontrada.

Eu queria pedir desculpas a todos porque, realmente, como eu disse, eu vim direto para cá e eu queria deixar essa mensagem muito mais para o nosso querido Senador César Borges, pela sua luta com relação a essa questão. Eu entendo que há boa vontade de todos, e, então, está na hora de a gente conseguir um apoio político da Presidência da República e ter uma solução prática para essa questão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado ao Deputado Jorge Khoury. Deputado Félix Mendonça.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Eu vou na esteira do que falou o Jorge. Você sabe que eu tenho uma posição radical--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Faz muito bem, pelo pronunciamento brilhante do Deputado Jorge Khoury [risos].

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Que, aliás, falou com um bom cacauicultor. Eu tenho uma posição radical, todo mundo sabe disso. Nós tivemos uma crise, que foi uma epidemia ou uma ende-

mia, eu não sei, que dizimou a nossa lavoura, dizimou mesmo, e que não tivemos para isso socorro nenhum. Quando veio o socorro, veio um socorro que não serviu. De boa-fé, claro, fortalecer a árvore com aquela podagem e tal e se deu o que corresponde àquela terceira e quarta etapa. Mas com essa crise saiu da região cerca de 250 mil trabalhadores. Eu acho que a apresentação dos nossos problemas do cacau, tem que ter uma apresentação social.

Qual é a apresentação social que eu falo? É exatamente num governo, que visa diminuir o desemprego, ter esta noção. Eu sempre insisti que o encaminhamento de todas as soluções... Até eu prometi não ir mais em reunião nenhuma. Isso eu não vou mais. Por problema de consciência, eu não vou mais. Teria que se levar ao governo o que aconteceu. Aí nós temos a infraestrutura toda do cacau, 250 mil trabalhadores, a infraestrutura, as barcaças, os colchos, as casas. As casas, cinquenta mil casas. O governo está promovendo fazer casas, mas cinquenta mil casas ficaram desocupadas. Esta visão é que teria que ser levada para o governo como a solução social. Teria não, tem que ser levada, eu acho que deve ser levada.

Eu quero falar, sobretudo, para o Dr. Gerardo, que conhece o problema. Nós estamos numa segunda crise, que agora é uma crise mundial que atingiu o País, e o governo teve soluções. Por exemplo, do compulsório, tirou 98 bilhões do compulsório, os juros baixaram em vários setores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O IPI.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): A redução do IPI, a redução dos impostos em vários, vários, vários e vários lugares, entendeu? O superávit primário que caiu de 120 bilhões para 40 bilhões. Com relação a isso aí o cacau é pequeno. O que é que acontece? Dentro desta crise há uma outra crise que é a nossa do cacau. O que é que nós devemos fazer? Eu acho que nós devemos encaminhar esta visão não só do agricultor, que a do agricultor é a que todos estão vendo aqui, os problemas graves que estão acontecendo com o cacauicultor(F). Nós devemos levar a ele pelo menos e dizer: "Vamos eliminar". Já que não pode eliminar toda a dívida, que era o certo, para quando acontecer uma doença. Se acontecer uma doença, se acontece a dengue, o governo injeta recursos para socorrer. Quando aconteceu a vassoura-de-bruxa, ela matou não só as lavouras, mas ela, digamos assim, criou um clima terrível para a região. O que devemos levar, já que não pode pedir a exclusão, digamos, passar uma borracha nessa dívida do agricultor, que é o ponto radical que eu digo, mas, pelo menos, é eliminar a terceira e quarta etapas, porque o

que é que aconteceu com elas? A CEPLAC, de boa-fé, ofereceu a solução e não foi solução. O agricultor tomou o recurso e não deu resultado. O Fontelles sabe disso, sabe como é que isso acontece. O agricultor se endividou, ele não tem como pagar essa dívida, e ela não vai ser paga, simplesmente não vai ser paga. São vinte anos que ele vai enrolar, ele vai fazer o que quiser, mas não tem como pagar.

Vai acontecer uma coisa na região: as fazendas vão mudar de donos. Os agricultores vão ser os que se enriquecem em outros setores e que vão buscar na agricultura para recuperá-la. Nesse ponto, eu não tenho dúvida de que isso vai acontecer, comprar as fazendas baratas. Já está acontecendo e acontecendo e muito.

Mas, principalmente, levar ainda cem mil trabalhadores para os campos, o que seria: eliminava a terceira e quarta etapa, simplificava. Um dia, Roberto Campos, que era meu amigo pessoal, eu tenho até uma dedicatória muito bonita dele, ele me disse: "As coisas são simples. As coisas econômicas são muito simples e racionais de fazer". E ele fez no Governo de Castelo Branco. O que nós devemos fazer é um projeto simples: elimina a terceira e quarta etapa, unifica, porque aquele negócio: "Ah, pequeno agricultor, médio agricultor, não sei o quê". Meu Deus, a baga do cacau não tem nem pequeno e nem grande agricultor. O chocolate que nós comemos não se vê de onde que vem o cacau. Esse negócio de prestigiar, é prestigiar quem produz. O que é que nós precisamos? Levar trabalhadores para as fazendas e produzir. Se queremos isso, principalmente nesse governo que precisa na crise atual, está precisando de incrementar a mão-de-obra, dizer: "Vamos fazer isso".

É um projeto simples. Eu acho que nós, senador, você que é grande produtor e produtor tradicional, o pai é produtor... Eu estou falando em sentar com o Fontelles, aqui estão pessoas da melhor qualificação, entendeu? O Zózimo, o Henrique, que é o primo aí também lá na região a vida inteira, o Wallace que veio de lá, mas veio com a cabeça boa, cabeça livre, independente [risos], o Isidoro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ele ficou sensibilizado, ficou sensibilizado com o problema baiano.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Ele veio com a cabeça de lá, quer dizer, livre dessas coisas. A gente apresentar um projeto, mostrando o problema social dos empregados que nós levaremos para a agricultura com essa solução.

Eu sou vice-Presidente da Comissão de Finanças. O PESA foi feito quando eu era Presidente da Comissão de Agricultura, foi na época que fizemos o PESA, que é

um grande programa e que até hoje todos pagam. Eu, hoje, sou vice-Presidente da Comissão de Finanças, porque a agricultura, a solução da agricultura está no recurso: precisa injetar, não só fazer isso, mas injetar recurso na região. É uma coisa simples de fazer. Vamos reformular, simplificar esse Frankenstein, transformar, digamos, numa deusa qualquer que encanto o cacau. Essa é a minha visão--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só uma fada madrinha para resolver esse imbróglio.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Uma fada madrinha, exatamente [risos]. Não é Zózimo? O Zózimo é que luta aqui pelos funcionários e tal, é de grandes lutas, é nosso amigo, então vamos fazer isso. Vamos fazer um projeto simplificado ou você não acha? Eu sou vice-Presidente e também o Palocci, o Antônio Palocci é o outro vice-Presidente, o que quer dizer: eu posso até conversar com eles, mostrar que um projeto simplificado, quem seria para simplificar um projeto desse, com uma visão social de levar ao trabalhador para o campo, que é o que o governo está precisando agora, consumidor. Quando você leva o trabalhador para o campo, o desempregado para o campo, ele vai consumir, porque você sabe que o problema é econômico, os Estados Unidos está com esse problema de consumidores e o Brasil tem uma gama de consumidores. Agora mesmo você tem, no setor automotivo, que eles fizeram para produzir, não gera tanto emprego, mas, no setor imobiliário, que é o meu setor, eles estão injetando recursos, é até de surpreender a quantidade de recursos que eles injetam. Meu Deus, para fazer um projeto simples, com recurso relativamente simples de apagar essa terceira e quarta etapa e equalizar essas outras dívidas pequenas, essas outras composições, seria uma coisa fácil. Vamos para Roberto Campos e dizer assim: "Olha, isso aqui é simples, vamos fazer um projeto simplificado para resolver o problema".

Acho que o Fontelles tem toda a razão: não é a Secretaria da Agricultura que vai resolver isso, não é. É o Ministério da Fazenda e é o entendimento atual de que deve, sim, incrementar a mão-de-obra. Então dentro dessa visão é que nós vamos levar. Porque levar só do agricultor, existe o problema do agricultor, sério, mas o agricultor vai ser o móvel de levar esses trabalhadores para as fazendas. Eu, na nossa Fazenda, estou fazendo o que posso, mas dentro das possibilidades nossas. Nós não devemos, mas defendemos aqui essa solução. Eu sou isento, vocês sabem disso, para fazer essa briga, essa luta, porque eu só entrei na cacauicultura quando esses meninos, lá da CEPLAC, arranjaram a solução, que eram os clones, árvores resistentes e tudo. Essa

é a boa-fé que a gente tem que ter e apresentar isso ao governo. Ao invés de a gente estar fazendo reunião, mais reunião, mais reunião, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Eu vi as apresentações aqui, são básicas para nós fazermos um projeto simplificado disso. Eu acho que essa ideia de fazer isso é uma ideia boa e é uma coisa fácil. E como o Jorge disse, faz medida provisória, que faz para tudo, para os bancos, para isso e para aquilo. E ele faz mesmo. Eu acho que tem que sensibilizar o governo de que isso atende a área social, atende o desemprego, atende ao cacauicultor e, sem dúvida, atende ao País e à Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço ao Deputado Félix Mendonça. Eu queria só fazer uns dois reparos. O primeiro é que ele me chamou de grande produtor. Tudo é relativo. Em relação a Félix Mendonça, eu sou pequeno produtor [risos], sou pequeno produtor. Em segundo lugar, talvez você tenha falado em primeira e segunda etapas, eliminar a primeira e segunda. Você estava falando em terceira e quarta. Terceira e quarta ou primeira e segunda?

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Primeira e segunda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Primeira e segunda, primeira e segunda. Só para retificar e dizer que V. Exa., Deputado Félix, está certíssimo. Nós falamos aqui da parte ambiental, que o cacau é importante, a lavoura, para preservar esse restinho de Mata Atlântica que sobrou no país, que eu acho que é um patrimônio da humanidade hoje essa parte da Mata Atlântica preservada por nós. E a parte social, porque toda região, o Dr. Fontelles falou em dez anos empobreceu rapidamente, de 1989 a 1999, e a criminalidade... É a olhos vistos o que aconteceu na região, que fica a procura sempre de atividades outras, turismo, educação, serviços, industrialização. Tudo isso foi tentado e tem que se tentar mesmo, mas na verdade a cacauicultura ainda é muito forte para a região. Então eu acho que V. Exa. também traz um dado fundamental, essa questão social, já que trata-se de um governo que tem a sensibilidade social.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Eu sempre defendi esse ponto de vista, desde o início, mas o pessoal é muito [ininteligível] “Não, o negócio é o só do agricultor”. Não, tem que ver o outro lado, tem que ver o lado do governo. O governo tem esta característica. Além disso, o governo tem essa característica, foi eleito para defender [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria passar a palavra ao Dr. Gerardo Fontelles, até pelo fato de que ele foi muito sucinto na sua intervenção, pois ele queria ouvir um pouco mais.

Ele ouviu. Então ele fica agora com a responsabilidade, porque, afinal de contas, aqui, ele é a maior autoridade governamental, do Governo da União. Além de profundo conhecedor que ele é, ele é a maior autoridade aqui, presente, a nível do governo, que poderá, inclusive, colaborar, e muito, para que haja essa sensibilização por parte do Ministério de Fazenda, da regulamentação do art. 42, que foi falado aqui, das propostas colocadas pelos deputados. O Deputado Félix Mendonça, aqui, falou em simplesmente se esquecer essa etapa primeira e segunda, porque não adianta realmente. Aqui foi dito que, para se pagar, mesmo em vinte anos, no projeto da CEPLAC, precisa de produtividade. Se essa produtividade não for realizada, não vai se pagar. E aí fica aquele clima de dizer que sempre o cacauicultor pede e que não corresponde, porque também se dá a ele condições que são impossíveis de serem cumpridas para que ele honre seus compromissos. Ninguém gosta de não cumprir os seus compromissos. Nós queremos cumprir os compromissos. Quem pode, faz; quem não pode, lamentavelmente, vai fazer o quê? Vai fazer o que? Não pode, não tem solução a dar.

Então eu vou pedir desculpas aos demais expositores, desde já agradecer a todos, mas vou pedir ao Dr. Gerardo Fontelles que possa dar a última palavra aqui nessa Reunião.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Bom, mais uma vez. Veja, eu gostaria de fazer algumas reflexões. O modelo de revisão do programa do cacau, ele começou errado. Primeiro, que o governo se debruçou sobre um projeto de viabilidade econômico-financeira da CEPLAC. Nós passamos oito meses... Naquela oportunidade, em 1995 e 1996, não existia programa de investimento na área agrícola. E mais: tinha que fazer um desenho. As taxas de juros eram elevadas e tal. “Não, mas é viável economicamente”. Então envolvemos o BNDES, envolvemos o Banco do Nordeste, envolvemos o Tesouro Nacional, assumimos riscos, porque os bancos não queriam nem saber. “Com o risco nosso, nós não operamos”. Me lembro de um detalhe de um primeiro contrato. Os bancos privados ou os bancos públicos, o compromisso deles era 20% do total das dívidas. Fizeram uma observação num contrato, que não me interessa dizer que banco foi, que dizia assim: “Até 20%”. À mão. Então foi baseado nisso.

Oito meses depois fizemos uma reunião, ainda me lembro hoje, na sala de reunião do Conselho Monetário Nacional tinha mais de quarenta pessoas interessadas na área. Começamos a discutir depois de oito meses. Mandamos equipes do BNDES, da Fazenda Nacional lá para a região e tal. Nessa oportunidade o diretor da CEPLAC da ocasião, depois de oito meses, em cima de um documento que a CEPLAC tinha feito, disse que

aquilo não era viável economicamente. Aí eu disse para o secretário da reunião: “Escreve aí que o diretor da CEPLAC disse que não era viável economicamente”. Então você passa oito meses discutindo em cima de um documento de viabilidade econômica e o documento, a própria instituição diz oito meses depois. Aí eu disse: “Escreve aí que o diretor da CEPLAC disse que não é viável economicamente”. Vamos repensar tudo de novo. Ora, aí, depois, diz: “Não, você vai dizer isso?”. Eu disse: “Diga aí o que você acha que deve ser escrito”. A coisa começou assim.

O senhor era governador, estivemos várias vezes lá no Palácio. Todas as vezes que tinha reunião, eu fazia questão de dizer: “Olha, vocês disseram que era viável economicamente”. Bom, passou-se o tempo. Aí tivemos uma reunião em março, sei lá, de 2002, sei lá. Depois disso, o atual governador era o... O secretário era Ministro de Relações Institucionais. Eu fui chamado para discutir o problema e disse: “Olha, tem que rever o problema do cacau, do endividamento”. O representante do Ministério da Fazenda, o Secretário Executivo e o Secretário de Política Econômica viraram-se para mim e disseram o seguinte: “Se você provar que é inviável pagar, eu prorrogo tudo de novo”.

Aí o que é que eu fiz? Levantei a produtividade histórica do cacau, fiz estudo no Brasil, fiz estudo no exterior e tal para saber quanto é que se produzia. Mande fazer um levantamento em três cidades do sul da Bahia para sete produtores de cada categoria, pequena, média e grande. Em todos os projetos, independente da escala do produtor, a produtividade era cem arrobas. Ah, meu amigo, pelo amor de Deus! Eu fui analisar a produtividade dos últimos trinta anos, [ininteligível] era trinta a média. Então há um processo de indução a erro.

Bom, faço um ressalva, faço uma ressalva. Naquela oportunidade, a situação econômica da região era tão grave, o senhor falou aí que migrou quase 250 mil operários, era grave, que, no fundo, no fundo, foi dito: “Põe dinheiro lá para ver se o pessoal escapa”, porque não tinha quem financiasse nada. A dívida, naquela altura, era 160 milhões de reais, sendo 80 milhões no sistema financeiro convencional, bancalizada, e 80 milhões com fornecedores, exportadores e tal. Então foi feito isso. Com aquelas taxas de juros não havia como, mas aquele era o quadro que se delineava naquela oportunidade.

Ressalvo o seguinte: há uma outra realidade. A tecnologia que a CEPLAC propôs aos produtores não servia, não existia tecnologia para combater a vassoura-de-bruxa naquela oportunidade. O que é que se foi proposto? Redução de copa, não sei o que, blá-blá-blá. Que hoje ninguém vá falar isso no sul da Bahia,

que apanha. Saíram podando o cacau e tal. Assistência técnica a esse produtor que estava com situação difícilíssima? Zero. Então não era possível que dê certo. Se o problema específico naquela oportunidade fosse somente custo, estaria resolvido.

Então o que é que está se tentando hoje? Está se tentando hoje o seguinte: espera aí, hoje tem a tecnologia. Têm alguns problemas ainda? Tem, mas há toda uma preocupação. Toda a estrutura que a CEPLAC colocou, eu gostaria de fazer essa ressalva de como é que vem sendo tratado, como é que está sendo tratado, tecnicamente o problema, porque não é só dinheiro, porque não adianta, mesmo que se perdoar a dívida, vamos dar um absurdo, que eu acho que isso é pouco provável, mesmo que fizesse isso, se eu não der condições, ele vai morrer. Não é um problema de dinheiro, é um problema de sustentabilidade. O sujeito tem que conviver lá, porque na agricultura é típico, na agricultura é típico. Todo mundo se pergunta: Não é só o cacau, é soja, é algodão no Mato Grosso e tudo. O que é que acontece? Conversando com o Governador do Mato Grosso, ele disse o seguinte: “Olha, a crise é imensa aqui, Gerardo”. Mas acontece o seguinte: começa a mudar de dono. O cara é médico, é industrial, aí diz: “Compre aquela fazenda lá barato”. Ou faz o contrário, assim: a primeira coisa que acontece quando se tem crise na agricultura é concentração da produção, num primeiro momento, de arrendamento. Segundo, concentração da propriedade, que o cara compra barato.

Então eu acho que têm alguns pontos aqui, senador, que eu vou trabalhar para resolver, porque eu acho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é resultante da doença.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Sim, da doença, mas é por isso que eu foquei, eu fiz uma reflexão sobre a origem, de modo que disse: “Olha, foi indução”, eu não sei se por má-fé, eu acho que não foi de má-fé. Não foi. Eu acho o seguinte: nós precisamos colocar dinheiro lá e deixa correr. Depois a gente resolve.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gerardo, tem que frisar que o preço do cacau caiu muito--

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para poder viabilizar o crédito, pediram que aumentasse a produtividade--

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, não, veja, eu estou falando tecnicamente. Você não pode dizer que uma lavoura que, nos últimos cinquenta anos, não produziu média de cem arrobas e dizer isso. Isso não dá. Aí diz o seguinte, aí vem: “Não existe essa produtividade. Se não houver taxa zero, juro zero, qual-

quer coisa, se não houver assistência técnica, não vai funcionar". Esse é que é o jogo, a verdade, está certo? "Não, está aqui, tem cem arrobas". Cem arrobas, historicamente, nunca deu.

Por isso essa preocupação hoje. Dizer: "Qual é a menor produtividade aí a ser prevista?" De modo a que entre 12 a 15 arrobas, se o cara estiver produzindo menos do que isso, é melhor lugar, sai do ramo. Então isso aqui é o seguinte, aí eu vou dizer outra coisa. Se não der assistência técnica, se não for todo ano lá com aquele produtor orientá-lo, assisti-lo, não vai funcionar de novo. Por isso que a preocupação da CEPLAC hoje é a seguinte, eu disse: "Faça um seminário todo ano antes de dezembro, avalie o que foi feito e corrija os erros", porque não adianta eu por dinheiro, que o cara vai se endividar e não resolve, aumenta o endividamento.

Quais são os pontos que eu acho que a gente poderia corrigir? Regulamentação do art. 42. Esse é estratégico. Como foi citado aqui, 1/4 dos produtores, 1/4 da produção foi para o PESA. O que é que se pensou naquela oportunidade? O PESA é um programa bom, com taxa de juros de 3%, prazo de vinte anos, mas teve um erro histórico, pois não expurgou os inadimplimentos, as taxas elevadas. Então levou uma conta grande. Mas a diluição no tempo e a taxa básica(F), você tecnicamente retira a corcova e isso funciona. Aí, o que é que acontece? Bom, até a CTN financiou. Aí o que é que tem hoje? Esses produtores hoje – e o que foi dito aqui é verdade – não têm condições de pegar financiamento, porque, se ele renegociar a dívida, num arranjo florestal de vinte anos, com oito de carência, e não for posto dinheiro para ele, não vai resolver.

Então qual era a ideia, por que oito anos de carência e por que doze anos para pagar? Porque, com a produtividade de 12 a 15 arrobas e um trabalho técnico, anualmente, para esse produtor chegar entre 35 a 50, quando for no nono ano, ele pode pagar a dívida passada. Ele não está pagando nada aqui, mas o custeio dele dá para ser mantido, porque ele tem 15 arrobas. Com a taxa de juros favorecida, então dá para ir lá e chegar.

Então essa regulamentação, no caso específico do devedor do PESA, ela é estratégica. Primeiro, porque o PESA tem uma estrutura que você não deve o principal, ou seja, você tem um título que [ininteligível] a dívida, e você paga somente juros, e ele converge, se anula no futuro. Uma taxa de 3%... Tem umas propostas aí que eu estou analisando, porque, na realidade, o que nós pretendemos, na agricultura, é propor um modelo de regulamentação. Eu não vou esperar que o Tesouro Nacional faça uma regulamentação. Não, a regulamentação tem que ter esses fundamentos, de

modo que ele libere garantias, porque, em 1998, quando foi concebido o PESA, ele foi concebido para liberar garantias. Como os bancos, naquela oportunidade, exigiam 1,5 para 1 ou 2 para 1, comprometia todas as garantias dos produtores. Então é o seguinte: "Você libera e você só dá garantia de 0,50 da tua garantia para poder liberar a garantia e tu continuar vivendo". Não se liberou um centavo disso, através dos tempos.

Então é fundamental--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: No desenho... Alguém... O Guilherme conversou comigo ontem, o Guilherme tem algumas ideias, eu estou desenvolvendo uma proposta, no sentido de... Quero fazer isso ainda nesse ano, no sentido de que esses produtores possam ter liberação de garantias, que esse é o segredo. Ele paga o juro total, aí você é obrigado a liberar a garantia, porque a garantia só serve para o juro, porque o título do público é que está garantido no principal. Então ele pode continuar fazendo a negociação das suas dívidas e viabilizar o pagamento dessa dívida no futuro. Têm algumas propostas aí que, na realidade, eu já disse para o pessoal que eu não posso garantir nada. De que o FNE, o Banco do Nordeste, depois de fazer isso, que não fique com uma dívida muito grande, porque eu estou pagando só juro, e qual é a projeção inclusive de IGPM, financie isso com taxa de juros de 5%, 6%, 4%, que é a taxa convencional do FNE. Então essa é a linha para que esses produtores que têm PESA tenham acesso a novos créditos, senão ele não vai ter, porque as garantias dele já estão em segundo grau e banco nenhum aceita garantia em segundo grau. Está feito isso só por causa do jogo do Tesouro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se eu não me engano, acerta com 60 milhões isso aí.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Pois é, entende?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas o PESA é uma quantia pequena.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, não é pequena. Ele é grande quando você projeta a dívida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, quando você projeta a dívida. Eu não vou fazer exercício de se é 80, de se é 50. Isso eu não vou fazer porque eu ainda não fiz os cálculos. Então a dívida, hoje se fala no PESA pelo valor de face da dívida. Isso é uma coisa. É você projetar uma dívida em mais treze anos e dar o valor de face. É diferente de eu ter 3% de juros, porque 5% é subsídio, entende? Então a primeira coisa a ver é isso, de modo que você reduza o impacto, porque não

adianta dizer: É 340 milhões, eu acho, o PESA, 340, mas projetando a dívida pelo IGPM no futuro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Então isso é uma coisa para a gente ver.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parece que tem um significado muito pequeno.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, mas é porque tem a representatividade. Como esses produtores, como esses produtores foram dados naquela ocasião, foram os que puderam ir para a fase I e II, o que é que se fez depois de três ou quatro anos? Olha, vamos colocar o PESA no cacau de modo que eles possam carregar isso no tempo, porque as taxas eram fortes, era 4% e 6%, mais TJLP. Então vamos fazer isso. Ocorreu uma coisa interessante: era financiado o certificado de título nacional, Tesouro Nacional, era financiado em cinco anos. Aí aconteceu um fato hilariante até: metade dos produtores não fizeram o PESA porque não tinham garantia para dar os 10% que custava o título público. Então o banco: "Não, para você eu não financo". E era 10% do valor da dívida. Então isso criou esse problema. Então quando posteriormente se analisa isso, tem esse problema do PESA, mas tem o problema dos produtores que carregavam aquela dívida a 6%, mais TJ. Então diz: "Olha, expurga isso, tira essas gorduras, porque senão não viabiliza". Então este é um ponto que nós estamos trabalhando e esperamos que a gente possa fazer isso.

Bom, há um outro problema que foi colocado aqui, eu procurei listar. Está havendo um problema na Bahia e se demorou porque nós estávamos muito preocupados com a sanção da medida provisória que estava tramitando aqui e que estava levando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a começar a cobrar dos produtores e querer colocar em hasta pública. Então foi colocado um artigo na Lei 12.058, que foi sancionada há vinte ou trinta dias, dizendo o seguinte: ficam suspensas as execuções até que se negocie. Isso eu acho que lá na Bahia cessou, eu acho que não estamos mais fazendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estão recebendo ainda.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, eu fiz uma carta. Calma, eu fiz uma carta, eu fiz uma carta para não dar nem bola sobre isso. É a lei que está dizendo. Eu fiz uma carta para o Coordenador-Geral da Dívida Ativa da União e disse o seguinte: "O artigo tal, da lei fulano de tal, não permite que vocês façam isso". Esse é o problema, tem que obedecer a lei.

Bom, eu gostaria de fazer outra ressalva: em todo o processo de renegociação da dívida que vem se arrastando, é o grande problema dessas dívidas, é

que elas não foram expurgadas das inflações da vida, que essas dívidas, o grosso dessas dívidas, não é o caso do cacau, vem de 1985 até 1995. Então ela vem carregada de coisas. Então tinha dois casos típicos [ininteligível] nas negociações somente cacau e café é tratado separadamente. Eles têm capítulos próprios dentro da legislação, porque são, primeiro, que estavam com crises. Segundo, são culturas permanentes. O processo decisório para fazer cultura permanente, ele demanda tempo. Quando você tem uma expectativa hoje, daqui a três anos é outra realidade, você está endividado e a coisa fica complicada. Então foi dado esse tratamento. É adequado? Aqui o pessoal carregou um pouco na linguagem, monstrengo, não sei o quê.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Frankenstein.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Frankenstein, etc. Mas têm algumas distorções que eu anotei as que foram citadas aqui. O resto não foi citado. Isso é o ponto do art. 42. Segundo, é o problema das faixas, o rebate de dívida. Eu fui contra a proposta. Por quê? É inadministrável por um gerente no interior da Bahia ler essa lei, que saiu uma medida provisória que tinha 38 artigos. Minha sugestão foi: "Façam cinco medidas provisórias e cada programa ter uma própria", porque aí eu desvinculava do sistema todo e tratava as coisas especificamente, onde houvesse. Fui derrotado. O argumento, na ocasião, era de que o Congresso Nacional está contra colocar medida provisória. Isso naquela época, tu lembra, no ano passado, que não pode deixar mandar medida provisória, que estão mandando muita medida provisória. Eu disse: "Então vai ficar muito ruim". Os senhores deverão refletir o seguinte: se nós, eu que [ininteligível], não conseguimos traduzir adequadamente o que está sendo dito lá, imaginem um gerente no interior da Bahia e que a performance dele depende do tamanho da carteira, adimplente ou inadimplente. Eu não iria fazer nenhum esforço para poder... Porque depende da minha performance funcional. Então é simplificar as coisas. Também concordo com o senhor, deputado.

Então esse caso do cacau, café, esse caso da tabela, eu sugeri na Bahia, nós sugerimos numa reunião da Câmara que fizesse uma proposta e que essa proposta retirasse os limites superiores, quer dizer, um tratamento não muito adequado, porque, como já foi falado aqui, se diz o seguinte: ora, a crise, o problema não foi só do pequeno e do médio, foi de todo mundo. E aquele grande, ou ele tira dinheiro de outras atividades e põe lá ou ele também vai junto. Não tem como. Quando a renda é inferior os seus custos, não existe milagre, não existe milagre. Então efetivamente a proposta foi do Governo da Bahia, foi do pessoal, do pessoal do

cacau, o Jay, o Henrique, o pessoal, de que a gente tirasse o extrato superior, porque isso se faz porque aumenta o desconto. Por quê? Porque é uma escala: 10, 20, 30. Inverso, 10, 20, 30... 70. Mas 70 é quando está lá, não resolve o problema. Então, infelizmente, nas alterações da 12.058, não foi possível porque o documento não chegou a tempo, aí tinha que sair, senão, já estava dando problema de execuções. Então, temos que fazer isso o mais rápido possível para fazer dentro do prazo que está dado, porque, possivelmente, como foi falado aqui, é muito difícil você operar 150 contratos todo dia. Eu estou com a agenda montada para conversar com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil para eles me darem um quadro efetivo do que é possível fazer para pensar nisso.

Outro problema, também em decorrência de se ter uma lei que abrange todo o endividamento com características próprias, é um negócio complicado, é o problema de você ter que ajustar a sua tabela com a taxa de juros. Só especialista é que consegue fazer isso. Nós vamos tentar simplificar isto também.

Bom, uma coisa que está sendo colocada. Eu acho que o desenho que a CEPLAC fez, partindo de um nível mínimo de produtividade, com taxas de juros compatíveis e prazo de carência, é bem possível – taxa de juros favorecida -, é bem possível que haja uma certa viabilidade se a gente ajustasse essas tabelas e tal. Isso é outra coisa que foi colocado com bastante clareza para o Presidente do Banco Nordeste: se não colocar dinheiro todo ano, no tempo certo, de modo que o produtor precise de dinheiro em abril e o dinheiro não está aí em fevereiro, não funciona também. Então esse é o ponto chave. Eu disse: “Eu equaciono a dívida...” Tanto é que nós já pedimos dinheiro esse ano ao Banco do Nordeste, de modo que os produtores que estiverem negociando a dívida agora já possam pegar financiamento, porque senão não funciona. Por que o que é que aconteceu? Na terceira e quarta etapa o BNDES não liberava o dinheiro. Não existe produtor que possa fazer um pacote tecnológico se o dinheiro que ele precisa é em fevereiro e aí sai em novembro. Não existe isso. Ele não cumpre cronograma climático, ele não cumpre nada. Então é uma alegativa(F) do pessoal de que a defasagem entre o pleito, a necessidade dos recursos e a liberação dos recursos vira uma calamidade. Então também é uma grande falha. Por isso nós estamos inserindo como exigência, como exigência, que tenha recurso tempestivamente no tempo necessário que o pacote tecnológico estiver dizendo(F).

Bom, recursos, prazos. Um prazo de vinte anos, se atendidos esses requisitos de ter dinheiro, de ter assistência técnica, de ter a tecnologia... É como o negócio

lá da Biofábrica: se não tiver as mudas... O produtor renegociou a dívida, se não tiver as mudas lá--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o que já está acontecendo.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: --como é que ele vai fazer adensamento? E outra coisa: eu vi uma relação ali, no documento. Me desculpe, eu vou fazer uma pequena crítica--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para chamar [ininteligível]. A Biofábrica entrou agora numa [ininteligível]

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: É, o Henrique agora está--

[falas sobrepostas]

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Bom, aí o que acontece? Eu vi ali. A primeira coisa que nós batemos na CEPLAC era a quantidade de pesquisadores que estavam se dedicando a outras culturas, inclusive formiga. Aí eu disse: “Olha, acaba com isso”. O Dr. Jay é o artífice. A diversificação, o Senador César Borges falou aqui que o problema é cacau. O fulcro é cacau, mas como eu tenho sombreamento, nós estamos financiando, financiando, ou seja: “Você quer fazer sombreamento com produto que lhe dá madeira, lhe dá isso e tal, tal e tal, está aqui o financiamento nas mesmas condições que eu lhe dou para o cacau”. Agora o fulcro é cacau. Porque é uma loucura, e a mesma coisa acontece na zona canavieira de Pernambuco, que o sujeito diz: “Depois de quinhentos anos produzindo um produto, agora você vai plantar laranjeira”. Isso não funciona, a gente sabe que isso não funciona. Então, como a monocultura é um problema de renda, primeiro vamos supor um exemplo: você vai plantar seringueira. Ela leva sete anos para você poder ter renda. Como é que você vai sobreviver nesses sete anos? Então é preciso que crie um ambiente de renda média, mas sempre no fulcro da aptidão natural do produtor da região.

Bom, e por último é o bônus. Realmente aí eu volto a repetir: dada a conjugação de vários modelos de negociação num único instrumento legal... Foi dito num instrumento que todo mundo está batendo: 15% de bônus por adimplência e tal. No artigo do cacau não tem. Por quê? Porque para você fazer a estrutura, os senhores são legisladores e conhecem, você pega o que é geral, abre o que é benefício geral, está aqui, tá, tá, tá e tá, depois você vai para os específicos. No específico você não fala em nada. Aí está todo mundo lá nos específicos. Aí o cacau [ininteligível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Aí eu vou ter que mexer de novo nisso aí, depois vocês vão me

ajudar a fazer isso andar. Então, na realidade, eu acho que eu tentei responder às indagações feitas pelos senhores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] a primeira e a segunda etapas. Muitos agricultores entraram na justiça--

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Não, veja, eu tenho uma maneira de tratar esse problema, já falei e tal. Quando no âmbito administrativo um produtor se sente prejudicado, encaminha à justiça. Agora por que é ruim a justiça? É ruim porque o banco fecha as portas, você está com ação contra ele. Isso não é bom, mas é o único caminho. Quando administrativamente a gente não resolve o problema... Eu digo para todos os produtores que me procuram lá no Ministério, eu digo: "Eu não posso fazer nada. Se não tenho como mudar isso, vai na justiça e tenta resolver".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu gostaria de fazer uma colocação bem rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Deixa eu só disciplinar aqui. Primeiro eu queria... Três expositores estão me solicitando aqui um minuto e, realmente, pelo adiantado da hora, vamos dar um minuto, mas é importante essa discussão. Eu acho que o Dr. Gerardo conseguiu traçar uma história dessa problemática de refinanciamento, de financiamento, e mostra que, como nós todos reconhecemos, ele tem o domínio de todo esse processo que nós vivemos na lavoura do cacau. Eu acho que ele é o elemento indicado para estudar, para propor, e cabe a nós, produtores, CEPLAC e parlamentares, dar todo o apoio para que nós possamos sensibilizar as autoridades que têm a possibilidade de resolver o problema. E aí é uma conjunção de forças que extrapola aqui o próprio Parlamento.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O que nós temos que fazer, Deputado Félix, é nos colocarmos a disposição, convocarmos a bancada para colocarmos à disposição, convocar o Sr. Governador, o Sr. Secretário da Agricultura. Esse é um trabalho conjunto em favor da Bahia, não tem cor ideológica e nem partidária.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não tem cor ideológica e nem partidária, não interessa quem esteja à frente do governo, do secretário, pessoas com quem eu tenho relações sociais e também de amizade, por exemplo, com o Secretário Roberto Muniz, que foi meu secretário também, mas nada disso tem que contar. Nós temos que somar esforços para--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Ministro do Planejamento e da Fazenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Ministro da Agricultura, porque o assunto é na [ininteligível] da agricultura, e apoiar aqui essas reivindicações. Quer dizer, esse projeto, o senhor conseguir dar uma sistematização nesse emaranhado que foi chamado aqui de Frankenstein, nesse monstro, mas dar uma concepção de lógica, de lógica, porque não ainda faz de conta, faz de conta que vai resolver o problema e não resolve. Cria uma produtividade artificial, dá um juro também que não se pode pagar, dá um recurso que é insuficiente. Nós não queremos mais isso. Isso é vender ilusão, é vender miragem.

Então aqui eu acho que o Dr. Gerardo colocou a coisa muito bem, ele conhece o assunto. Ele tem é que sistematizar, isso aí é um desafio para o senhor fazer isso e nós estarmos dando todo o apoio político e somando todas as forças políticas da Bahia no Parlamento e no Executivo baiano no sentido de que seja possível, e esperando, inclusive, que o Presidente da República tenha essa sensibilidade com o cacau. Eu gostei muito da frase do Henrique: na mesma praça, no mesmo banco, no mesmo jardim [risos], porque realmente eu participei lá com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: O senhor esteve lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu estive lá na CEPEC, nós estivemos lá. Depois o Presidente Lula esteve lá e por pouco eu não fui, fui poupado até de um episódio desagradável naquele evento lá na praça em Ilhéus, mas teve o evento em Ilhéus.

Então nós precisamos agora parar com esse tipo de solução, que no fundo não é solução, levanta a expectativa e depois frustra. Acho que há um consenso nessa ideia.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Nós tínhamos o [ininteligível], estoque regulador, US\$ 120 bilhões(F) em bagas lá no exterior, em Amsterdam. Nós acabamos com isso. Aqui, para nós, foi o José Serra, que era o Ministro do Planejamento, que eu fiz uma emenda, e ele, então, prometeu ao Antonio Carlos que, se eu tirasse a emenda, que atendia a outros problemas, ele chegou e disse: "Eu mando". Mandou quatro meses depois, mas mandou, e nós acabamos com o [ininteligível]. Já era 60 milhões, ia terminar--

[falas sobrepostas]

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Aí o Ministério da Agricultura, que fica antes, diz: "Não, esse dinheiro é do agricultor". Foi todo para a CEPLAC em quatro anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então o desafio está posto acho que ao Dr. Gerardo Fontelles, mais um, porque ele conhece a situação, já acompanhei ele várias vezes de avião, vai para a Bahia, volta da Bahia, sempre discutindo esse assunto no tempo que eu era governador.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Senador, deixa eu fazer uma proposta aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Fala no microfone para gravar, Félix.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Quando o Dr. Fontelles fizer o esboço da proposta, vamos nós dois lá conversar com ele. Nós somos agricultores, conhecemos o problema em si, ou pegar outra pessoa, porque não adianta. Depois a banca entra. Mas inicialmente era bom a gente ter uma conversa--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim, mas desde já convoca-se, porque todos estão vindo aqui na Bahia, na região cacauífera, toda essa discussão que nós estamos travando.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Não precisava nem dar publicidade disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu acho que os deputados não estão aqui porque têm outras obrigações, mas nós vamos sensibilizá-lo pela bancada, e da mesma forma do Executivo.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Não, seria só para dois representantes da agricultura que são do Parlamento, você é do Senado e eu da... Nós não darmos publicidade disso, não. Era só com o Fontelles, que conhece, dizer: "Olha, Fontelles, isso aqui é assim, assim". Nós poderíamos dar algum... Estudar, nós, assim, porque esse negócio, eu sou empresário e quando você não quer resolver um problema, cria um grupo de trabalho, aí já está resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, não é grupo de trabalho. Eu só não quero também criar "ciumada" nem com 'a', nem com 'b', nem com o Executivo da Bahia, porque não é essa intenção aqui. A intenção é que se possa sair com uma proposta que, pelo menos, todos os setores envolvidos da CEPLAC ao Ministério da Agricultura, aos produtores, sindicatos rurais, acredite que aquilo seja para valer, porque lamentavelmente até agora não tem uma proposta que se acredite que pelo menos resolva no cômputo geral a situação.

Mas eu vou passar a palavra aqui, que estão me pedindo, o Dr. Jay Wallace me pediu um minuto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um minuto, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Guilherme me pediu um minuto e o Henrique Almeida me pediu um minuto. Então eu vou passar a palavra aos mesmos, pois não poderia negar a palavra a eles.

SR. JAY WALLACE DA SILVA MOTA: O primeiro ponto: Tricovab está resolvido, [ininteligível] Ministério da Agricultura, é sabido em outras agências, inclusive já foi empenhado recursos para fazer as análises. Esse problema será resolvido brevemente.

O segundo que eu queria dizer, a colocação do Deputado Félix Mendonça, a nota técnica embasa completamente essa sua proposta de enfatizar o papel para o social, o aspecto social, a geração de emprego, inclusive o ambiental.

E, por último, eu queria corrigir uma impressão que ficou aqui. Eu fiquei preocupado quando o Senador César Borges falou de orçamento virtual. Eu não quis dizer que o dinheiro não existe lá no estado, senador. Eu quis dizer assim: talvez pelo problema da crise de arrecadação, que caiu a arrecadação em todo o mundo, o Secretário da Agricultura não encontrou. Agora o que é que ele fez? Em que o governador nos ajudou? Ele nos ajudou aprovando, agilizando a aprovação desse projeto, que foi negociado pela CEPLAC e pela APC, lá no Ministério da Ciência e Tecnologia. Então embora não até entrado o recurso do estado, o Ministério assumiu essa parte, o Ministério da Agricultura, o projeto está sendo viabilizado e ao invés de um, nós vamos ter dez milhões.

E, para terminar, eu queria fazer um reparo aqui, pois pode ter alguém do Partido Comunista aqui e que pode pensar que eu tenha falado depreciativamente do partido. Quando eu me referi ao Escritor Jorge Amado, eu quis dizer o seguinte: tinha que se dar o desconto do viés ideológico quando ele traçava o perfil do cacauicultor baiano, que isso não estava desprovido desse viés e que, portanto, isso não pode continuar contaminando a imagem que a gente tem do produtor. Obrigado, senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas era aquela mesma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado. Dr. Guilherme.

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: Senador, eu queria complementar o que o Dr. Gerardo Fontelles disse. Na quarta etapa houve produtores, nos quais eu me incluo, que receberam quatro parcelas atrasadas no mesmo dia, quatro, das seis. Então o novo crédito, houve uma briga Banco do Brasil/BNDES, o dinheiro ficou retido. Eu recebi quatro. Eu conheço algumas dezenas no mesmo caso. Como nós estamos com o cacau de 152, eu não sei das quantas,

deu para cumprir tudo sem problema, mas na época foi problemático. Então isso tem que servir de exemplo para os próximos, a liberação tem que ser automática e no prazo necessário. Isso é importante.

E para quem não é e não está sabendo do problema, o desconto de 80% que foi dado ao pequeno agricultor... Eu vou ler um fato aqui. Um produtor que tomou R\$ 1.620,96 para a primeira etapa, em 31 de março de 2008, estava devendo R\$ 8.481,00. Com o desconto para liquidação, isso baixou para R\$ 1,696,00, em março. De março para cá está correndo juros e esse desconto de 80%, que só foi concedido para quem deve, em 31 de março, R\$ 10.000,00, não tira um centavo do capital emprestado. Dá uma rentabilidade de 5% no período e se ele for renegociar, o desconto para renegociar é menor, então o desconto para quitar só está quitando quem está vendendo. Só quita quem está vendendo. Ninguém tem dinheiro para quitar. O desconto para renegociar dá um juro nesse período para ele de trinta e poucos por cento no período.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GUILHERME GALVÃO DE OLIVEIRA PINTO: [ininteligível] as fazendas. Bom complemento. Só gostaria de comentar isso daí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Henrique Almeida.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Senador, eu fico muito feliz com esse debate porque eu sempre acreditei nisso e é bom que eu sei que agora isso está de uma forma oficial, isso está sendo gravado, eu não sei se está sendo ao vivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agora está sendo ao vivo.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Melhor ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Foi gravado e está sendo ao vivo.

SR. HENRIQUE ALMEIDA: Eu sei que a Bahia nos ouve. Eu sempre acredito nisso, eu tenho conversado com os governos e tenho acreditado nisso. Eu quero dar só um exemplo: quando a primeira vez nós falamos em FNE Verde, foi um Deus nos ajudando: "Não me venham mais com essa". Eu me lembro perfeitamente que no dia em que o Jay Wallace foi estar com o Ministro para ser empossado na CEPLAC, eu almocei com ele, conheci ele naquele dia, ele me disse depois, ele falou: "Rapaz, já que você vai estar com o Ministro, fala no FNE Verde". Ele falou: "Já vem mais um falar no FNE Verde". Depois o governo entendeu que é necessário e o FNE Verde é uma realidade. Então, quando se quer, tem solução. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, só uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Um minuto só, porque ele tem outros compromissos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É rapidinho. É só para dizer ao Dr. Fontelles que quando a gente realmente fez o PESA, era para ser liberado as propriedades e isso não foi, não aconteceu, continuou tudo. Isso é uma coisa importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É no que ele vai trabalhar agora.

Bom, eu quero agradecer, eu acho que eu considero que foi realizado o objetivo que eu gostaria de ver aqui dessa Reunião, debatemos com profundidade a questão, saímos daqui esperançosos do trabalho que o Dr. Gerardo Fontelles mais uma vez assume a responsabilidade de fazer e nós de apoiarmos essa proposta que ele fará no sentido de que possa convencer e sensibilizar os setores e as autoridades competentes no setor federal para que abrace essa causa do cacau, que não pode ser de forma nenhuma esquecida por nenhum governante que tenha a sensibilidade com o País, com a Bahia, com aquela região tão importante e tão cara para todos nós, baianos.

Eu agradeço a presença de todos. Muito obrigado e declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h19.

ATA DA 37ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **ACIR GURGACZ, ADELMIR SANTANA, ALMEIDA LIMA, CRISTOVAM**

BUARQUE, EDUARDO AZEREDO, EFRAIM MORAES, ELISEU RESENDE, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, FLÁVIO ARNS, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, INÁCIO ARRUDA, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, KÁTIA ABREU, MARCELO CRIVELLA, MARCO MACIEL, PEDRO SIMON, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMEUTUMA, ROSALBA CIARLINI, SERYS SLHESSARENKO, TASSO JEREISSATI E WELLINGTON SALGADO.

Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 51, de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09; **Requerimento nº 36, de 2009 – CCT**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com **Aditamento n.º 01** de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; **Requerimento nº 39, de 2009 – CE**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 48, de 2009 – CI**, de autoria do Senador Fernando Collor; **Requerimento nº 71, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 67, de 2009 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09, aprovado em 17/09/09, com o objetivo de celebrar o **“Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento” (10 de novembro)**, estabelecido pelas Nações Unidas, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **José Monserrat Filho** – Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. **Vincent Defourny** – Representante da **UNESCO** no Brasil; Sr. **Marco Antonio Raupp** – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – **SBPC**; Sr. **Jacob Palis** – Presidente da Academia Brasileira de Ciência – **ABC**; Sr^a **Roseli de Deus Lopes** – Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – **USP** e Sr^a **Beatriz Macedo** – Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da **UNESCO**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Cristovam Buarque e Flávio Torres. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário, em exercício, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata

que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da CCT – Senador **Flávio Arns**, Presidente da CE – Senador **Fernando Collor**, Presidente da CI – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da CMA – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da CRE

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS e 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao **Requerimento nº. 36/09 – CCT**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; **Requerimento nº. 39/09 da CE**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº. 71/09 da CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº. 67/09, da CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; **Requerimento nº. 48/09 da CI**, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; **Requerimento nº. 51/09 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembléias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* – transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do e-mail diamundialdasaude@interlegis.gov.br; diamundialdaciencia@interlegis.gov.br

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída

pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa, segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: “É do conhecimento geral que, com o progresso

da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *“Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.”*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *“Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.”*

Dizia, ainda, Freud: *“E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.”*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior

guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em 2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da

Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução, da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação

genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimagináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um

dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as pessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalida-

des, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para

ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos, a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje,

não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que

a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anyisio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse

futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Viana, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibilitou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser

inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmente partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores parcelas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho. A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já

existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse processo, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do

país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo

um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma boa lembrança de sugerir-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso, que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos

cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada, porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jovens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnologistas, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desper-

dice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenheirar e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortificadas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai fortificar os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das

crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cientistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agrade-

ço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma díspar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade, deve buscar a melhoria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o

subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obriga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a envidar esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e todas. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema "Ciência pela paz e pelo desenvolvimento". Na verdade, na história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica, deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. "Não, isso que eu estou dizendo é científico". Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas, convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras

do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências, e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-

a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, “uma discussão acadêmica”.

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa, para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desenvolvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobijada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolo, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subsolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem

acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores, Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: "Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e

vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região”.

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina “vovó”, “vovô”, “uva”, “viu”, não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucio-

nal, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Além disso, “a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências”, § 1º. “Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, §2º – Por fim, “o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem”, §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, basta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, teremos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, “ciência pela paz e desenvolvimento”. Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu voo. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante

Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido “Um conto dos cosmos”.

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui representando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desenvolver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os 10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos

mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNESCO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te vendo nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: “Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer”. Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que “eu também posso”. Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que

fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulgarem essas possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar para o exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que

ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresentação, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema "Um conto dos cosmos", o tema é "Nossa presença no cosmos". "Um conto dos cosmos" foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divul-

gação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui. Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabeno pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidálsio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidálsio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gildásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que vocês já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gildásio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama "O homem e a biosfera", que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera, a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positivamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas

sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvol-

vimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvolvimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergunto ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólon Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões,

nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade.

Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação entre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento, lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h21.

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPPLY, VALDIR RAUPP E ROSALBA CIARLINI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): César Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo e Marisa Serrano. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2009. EMENTA:** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relator “Ad Hoc”:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 219 de 2009. **Observações:** **PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 64 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DO DIA 7.12.2009.** Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Eduardo Suplicy, Osmar Dias, Gilberto Goellner, Valdir Raupp e Kátia Abreu. **Resultado: Concedido o pedido de vista por 24 horas improrrogável, ao Senador Gilberto Goellner. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2005 (Apensado ao PLS Nº 209, de 2002 e ao PLC Nº 39, DE 2006). EMENTA:** Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Benedito

de Lira. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006. **Observações:** A Matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado o parecer favorável na forma do Substitutivo apresentado ao PLC Nº 3, de 2005, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2006 (Apensado ao PLS Nº 209, de 2002 e ao PLC Nº 3, DE 2005). EMENTA:** Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispondo sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Fernando Coruja. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 e do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta. **Observações:** A Matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 e do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e aprovado o parecer favorável na forma do Substitutivo apresentado ao PLC Nº 3, de 2005. ITEM 4: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2002 (Apensado ao PLC Nº 3, de 2005 e ao PLC Nº 39, DE 2006). EMENTA:** Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta. **Observações:** A Matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais – CAS. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002 e do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 e aprovado o parecer favorável na forma do Substitutivo apre-**

sentado ao PLC Nº 3, de 2005. **ITEM 5: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009. EMENTA:** Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009. **Observações:** A Matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 6: – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, DE 2004. EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos das três emendas que apresenta. **Observações:** A Matéria será apreciada posteriormente na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. **Resultado: Adiado. ITEM 7: REQUERIMENTO S/N, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, em Aditamento ao **Requerimento nº 46, de 2009 – CRA**, aprovado em 08 de setembro de 2009, com a finalidade de realizar audiência pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, a inclusão do seguinte convidado: Sr. **Cesário Ramalho da Silva** – Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado: Retirado de Pauta, em virtude do sobrestamento da Audiência Pública. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, **em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, a fim de debater as inconsistências no censo agropecuário, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Rodolpho Hoffman** – Professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Srª **Inez Vidigal Lopes** – Professora da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Sr. **Eduardo Pereira Nunes** – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu.

Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria a Senadora Kátia Abreu. **Resultado: Aprovado, será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário, em exercício, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 38 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Ata da Reunião anterior que, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo divergência está, portanto, aprovada.

A presente reunião destina-se a apreciação de matérias constantes da Pauta.

Item 1 da Pauta é o que nós vamos passar a apreciar agora. É o Projeto de Lei da Câmara de nº 219/2009. Não é terminativo. Autoria da Presidência da República, que *“Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, e altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 93, e dá outras providências”*. A matéria está em Regime de Urgência Constitucional, nos termos do art. 64 da Carta Magna. Sobrestando a Pauta do Senado Federal a partir do dia 07 de dezembro de 2009. A relatora dessa matéria é a Senadora Serys Slhessarenko, que não se encontra presente, e eu designo para substituí-la na condição de relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, com a palavra o ilustre relator, que conclui pela aprovação do projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, vou proferir o voto emanado pela Senadora Serys Slhessarenko, e gostaria de informar que, inclusive, este projeto foi objeto de um entendimento realizado na Câmara dos Deputados entre as diversas entidades que têm tido grande interesse na área da agricultura e da agricultura familiar, inclusive a OCB, pelo o que me informa o próprio

vice-presidente da CNA, e outras entidades estiveram colaborando para que este projeto alcançasse o estágio em que se encontra presentemente. Gostaria de informar que está presente nesta comissão o Secretário de Agricultura Familiar, Adoniran Sanches Peraci, que inclusive se coloca à disposição da Comissão, Sr. Presidente, para quaisquer esclarecimentos.

“O PLC 219, de 2009, de autoria do presidente, trata da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Tem também, propõe alteração na Lei 8.666, de 21 de junho de 93, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

O projeto original foi profundamente alterado na Câmara dos Deputados. O conteúdo e a estrutura do texto final encaminhado ao Senado são a seguir apresentados.

O Capítulo I trata da PNATER, e o art. 1º trata da instituição da Política Nacional. O 2º apresenta conceituações de termos empregados no Projeto. O 3º apresenta os princípios da PNATER, o 4º estabelece objetivos, o 5º os beneficiários.

O Capítulo II trata do PRONATER, programa instituído no art. 6º. Os objetivos do PRONATER são estabelecidos no 7º. O 8º estabelece as diretrizes para que sejam elaboradas com bases em Conferência Nacional, sob a coordenação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, e encaminhadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para compor o Plano Plurianual.

Pelo art. 9º o CONDRAF opinará sobre as prioridades do PRONATER, sua proposta orçamentária e critérios para regionalização das ações. O 10º estabelece que o PRONATER será executado em parceria com os conselhos estaduais de desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar.

O 11 dispõe que as entidades executoras do PRONATER compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. O 12 prevê a participação dos Estados, através de termos de adesão firmados com os conselhos estaduais.

O Capítulo III trata do processo de credenciamento das entidades executoras, a ser realizado pelos conselhos de estaduais ou o MDA, conforme disposições dos arts. 13 e 14. O

15 estabelece os requisitos para obtenção do credenciamento; o 16, dos recursos no caso de indeferimento; e o 17, do descredenciamento das entidades executoras.

O 4º, nos arts. 18 e 19, da contratação de entidades executoras através da chamada pública.

O 5º trata do acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados da execução do PRONATER. O capítulo 20 determina o acompanhamento e fiscalização dos contratos de acordo com a lei. O art. 21 define que os contratos e ações do PRONATER serão acompanhados por sistema eletrônico. O 22 atribui às entidades executoras a responsabilidade do lançamento periódico no sistema eletrônico. O 23 discrimina as informações que devem constar do relatório de execução de serviços contratados, para fins liquidação de despesa.”

Já vou passar à análise, informando ainda que *“decorrido o prazo regimental de cinco dias, não foram apresentados emendas na CCJ e lá foram nomeados relatores, a Senadora Kátia Abreu e, na CMA, o Senador Renato Casagrande”*.

Análise: “A assistência técnica e extensão rural são serviços essenciais do desenvolvimento tecnológico das atividades agropecuárias e florestais e do meio rural. A institucionalização de tais serviços se deu a partir dos anos 50 e foi consolidada, na segunda metade da década de 70, através de instituições públicas estaduais, coordenadas pela EMBRATER, vinculada ao Ministério da Agricultura. Juntas, essas instituições formavam o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A dependência dos recursos federais para prestação dos serviços por parte das instituições estaduais, somada à extinção da EMBRATER no início de 1990, desestruturou o SIBRATER e o levou a enfrentar uma crise sem precedentes. Criado em 94 na estrutura do Ministério da Agricultura, o Departamento da Assistência Técnica e Extensão Rural não teve capacidade de reorganizar o SIBRATER e chegou a ser extinto em 2000. Em 2003 o governo transferiu a competência relativa à assistência técnica e extensão rural ao MDA, e em 2004 o DATER foi recriado na estrutura deste Ministério.

Em maio de 2004 foi lançada, em documento do MDA, a então assim chamada

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em março de 2005 o MDA também divulgou o lançamento da primeira versão do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que estabelecia, para aquele ano, diretrizes, objetivos, metas e subprogramas.

Os recursos orçamentários coordenados pelo DATER evoluíram lentamente desde 2003. Inicialmente, tais recursos eram previstos no orçamento federal com uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. De 18 milhões, em 2003, chegou-se a projetar 397 milhões de reais para ATER no Plano Safra 2007/2008, mas parte significativa desses recursos foram contingenciados.

Em 2009 foram previstos no orçamento do MDA 250 (sic) milhões para ATER, que, somados aos recursos para o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, voltado aos assentados do INCRA, podem chegar a 482 milhões.

Conforme a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, os gastos anuais com serviços de ATER em todo o país somam 1,6 bilhão. Portanto, os recursos federais representariam, em 2009, apenas 30% do total aplicado nesses serviços e nos demais 70% aplicados pelos estados.

Segundo o DATER/MDA, em 2007, foram atendidas 1,34 milhões de famílias. Na safra de 2008/2009, segundo o MDA, a expectativa de atendimento é menor, de 1,2 milhão de agricultores familiares. Pelo Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos de agricultura familiar somam 4,36 milhões. Isso significa que pouco mais de 25% dos agricultores familiares têm recebido assistência técnica.

É necessário mudar esse quadro, para levar a 100% dos agricultores familiares serviços de assistência técnica e extensão rural, gratuitos, de qualidade e contínuos.

Para tanto, além do aumento da dotação orçamentária de recursos federais e estaduais, é fundamental o estabelecimento de um marco legal que estimule a destinação de recursos nos orçamentos e regulamente a sua aplicação. É nesse sentido que o PLC 219, de 2009, se reveste da maior importância.

Pela primeira vez, desde a institucionalização dos serviços públicos de extensão rural no Brasil, temos a perspectiva de uma lei que

trata especificamente do assunto, privilegiando o atendimento dos agricultores familiares.

No PLC 219, de 2009, ainda se destaca a valorização dos processos participativos na definição das diretrizes do PRONATER, e na adoção de metodologias participativas na implantação das ações do Programa, coordenadas nacionalmente pelo CONDRAF, e nas unidades de federação, pelos conselhos estaduais de desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar.

Em função de necessidade de agilidade na contratação para continuidade da prestação de serviços de ATER para a agricultura familiar, o Projeto em questão propõe ainda isentar de licitação a contratação desses serviços pelo MDA. Destaque-se, entretanto, que é proposto um rigoroso processo de credenciamento e contratação das entidades prestadoras dos serviços de ATER, bem como do acompanhamento, do controle, fiscalização e da avaliação dos resultados da execução do PRONATER, que serão disponibilizados na Internet para consulta por qualquer cidadão."

Pelas razões expostas, o voto da Senadora Serys Slhessarenko, que aqui leio como Relator *ad hoc*, é pela aprovação do PLC 219, de 2009, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parecer favorável da Senadora Serys Slhessarenko, avalizado pelo Senador Eduardo Suplicy. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tinha pedido para discutir primeiro o Senador Osmar Dias, mas V. Exa. está pedindo pela ordem tem primazia. Em seguida, na discussão, passo a palavra para o Senador Osmar Dias.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que se trata de um projeto muito importante para o setor da melhoria do serviço de assistência técnica e extensão rural do país, porém, dada a circunstância da forma como é feita a licitação, a formatação de um conselho, onde os próprios integrantes poderiam ser beneficiados também, serem autores da licitação, beneficiários diretos do sistema, de recurso, eu gostaria de pedir Vistas para, dentro de um regime específico como tramita esse projeto, nós poderemos apresentar rapidamente uma emenda a esse relatório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Osmar Dias. Antes de decidir sobre o pedido de Vista do Senador

Gilberto, nós vamos consultar os componentes dessa Casa. [ininteligível] desse Colegiado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou discutir a matéria, porque, embora tenha sido pedido Vista, mas eu quero dizer da importância desse projeto e a importância da extensão rural para o país, eu não sei qual será a emenda a ser apresentada pelo Senador Gilberto, mas como o projeto está em regime de urgência, nós teremos que analisar essa emenda ainda hoje ou no máximo em 24 horas. Não é isso que diz o regimento?

Então, eu queria dizer que a extensão rural no meu Estado, no Paraná, ela foi fundamental para mudar a história da agricultura do estado, a EMATER, praticamente, junto com IAPAR, e outros órgãos da Secretaria de Agricultura no meu estado foram responsáveis, junto com o cooperativismo, pela mudança total dos métodos da agricultura do Estado do Paraná. Num estado aonde nós temos 380 mil pequenos agricultores ou agricultores familiares, num país aonde nós temos 4 milhões 360 mil agricultores familiares, a extensão rural é indispensável, é fundamental, e todos os instrumentos legais que possam dar mais celeridade à extensão rural, ampliar a capacidade de atendimento da extensão rural, ampliar a força do cooperativismo que, hoje, cuida da agricultura familiar, e no meu estado esse cooperativismo é muito organizado e muito forte, nós não podemos perder tempo para que o cooperativismo da agricultura familiar junto com a extensão rural sejam instrumentos de viabilização da propriedade familiar.

Às vezes, se faz um discurso onde se separa a agricultura familiar de todos os outros agricultores, e o sonho, Sr. Presidente, é que cada agricultor familiar nesse país se transforme num pequeno empresário rural, viabilizado, satisfeito com a atividade que realiza, mas para isso ele precisa de uma assistência técnica bancada pelo estado, ajudando, e complementada pelo cooperativismo.

O Estado do Paraná é um bom exemplo que a gente pode tirar, onde a extensão rural e assistência técnica funcionam como um instrumento de valorização da agricultura familiar, da propriedade como um todo. E nós temos exemplos como, por exemplo, o Município de Pitangueiras no Paraná. O atual prefeito, ele foi técnico da EMATER, Sr. Presidente, é uma história bonita de ser ver. No tempo que eu era Secretário de Agricultura, ele trabalhava na EMATER, e ele começou um trabalho de diversificação da agricultura lá em Pitangueiras, um município pequenininho lá no Norte do Paraná. E o que aconteceu? Ele multiplicou por dez a renda da agricultura daquele município. Ele, eu digo, porque ele interpretou o trabalho da extensão

rural, coordenou uma equipe, mas foi toda a equipe da EMATER que fez com que a renda daquele município fosse multiplicada por dez, em dez anos. Ou seja, a gente tem que reconhecer que a extensão rural é muito importante. Pena que houve aquela desorganização do Sistema Nacional da EMBRATER, que funcionava como Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Pena que houve isso, e foi lá no Governo Collor, se não me engano, que ocorreu isso. Praticamente liquidou com a extensão rural, e eu era secretário naquele tempo, e nós seguramos o estado, porque entendíamos que não podíamos abrir mão daquele instrumento.

E lá no Município de Pitangueiras, outro dia, foi um canal de televisão francês. Para quê? Para ver como pode um proprietário de um hectare e meio ter quatro atividades nesse hectare e meio: ele cria frangos, ele tem produção de seda, ele tem hortaliça e ele tem produção de leite. Com isso ele estuda, na universidade, dois filhos. Esse casal lá de Pitangueiras. É uma história bonita, de alguém que mostra que com tecnologia, mas com assistência técnica, de técnicos dedicados, que fazem parte do Sistema Estadual de Extensão Rural, a gente consegue realmente viabilizar a agricultura familiar e transformar o agricultor familiar num empresário, num pequeno empresário rural. Este é o sonho. E isso tem que ser feito.

Então, eu pediria ao Senador Gilberto que, como eu entendo a importância da extensão rural e eu sei disso, para que a gente possa agilizar a apresentação dessa emenda, para debater o projeto, e aprová-lo, porque ele é muito importante para dar mais liberdade às cooperativas e às empresas de extensão rural.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Eu queria fazer um apelo que se houver a oportunidade do Senador Gilberto apresentar a emenda agora, quem sabe até estando aqui os membros do Ministério, possa consultá-los, e dar o parecer a respeito, Sr. Presidente, daí agilizarmos, no sentido das palavras do Senador Osmar Dias. E eu quero até informar que eu tenho a informação de que, justamente no Paraná, é um dos melhores sistemas, hoje, de extensão rural de assistência aos agricultores e graças muito ao empenho pessoal do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, a Vista a ser concedida, e é um direito do senador que requer, está prevista pelo Regimento Interno, sendo que, neste caso específico, por estar a matéria em regime de urgência, é aplicável o § 2º do art. 132 do Regimento que diz o seguinte: *“Estando a matéria em regime de urgência, a Vista somente poderá ser concedida por meia hora no caso do art. 336, Inciso I, ou por 24 horas nos casos do art.*

336, *Inciso II e III*". Portanto, o prazo que vai ser concedido ao Senador Goellner eu acho que deveria ser o do inciso II, que é de 24 horas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu vou ouvir aqui primeiro.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É nisso que V. Exa. está falando, e eu preciso me pronunciar. É que o regime de urgência, já transcorridos os cinco dias, somente a emenda poderá ser votada se o relator acatar a emenda, se ele não acatar, ela não entra em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou ouvir agora o Senador Gilberto Goellner, que é autor do pedido Vista.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu tenho condições, sim, de entregar nos próximos 40 minutos, até na metade dessa sessão. Nós estamos ultimando a emenda, então eu gostaria de colaborar por ser tratar de um assunto muito importante, enfatizado pelo Senador Osmar Dias e pelo Senador Suplicy. E gostaria também de contribuir dizendo o seguinte: que o setor público de assistência técnica e extensão rural, como ele foi combatido nos anos 90, ele lentamente tenta se recompor em alguns estados mais, outros menos.

Eu vejo que o setor público de assistência técnica e extensão rural, ele, de agora em diante, vai precisar se especializar para concorrer, e poderá ter vantagem ao concorrer nesse novo Programa Nacional PNATER, e vai poder ter até uma melhoria e uma competência maior, e também vai ser chamado para ser mais competitivo. Agora, vai precisar se especializar, porque os estados não têm dada a verdadeira contrapartida de recursos financeiros técnicos humanos para promover esse serviço em alguns estados. Eu vejo que, com esse novo sistema, nós vamos poder dinamizar, e dar, também, oportunidade às entidades de classe, associações de produtores, entidades privadas mais competentes, e, com isso, o setor público vai precisar se ajustar e vai precisar se especializar para competir.

Então, nesse sentido, eu quero colaborar porque o pedido de Vista é... Essencialmente a minha indagação é quanto à forma da licitação e, da forma como foi apresentado, ela nos causa uma espécie de dúvida. Eu vou, então, dentro dessa meia hora regimental, vou procurar atender no máximo uma hora. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, então nós faremos um intervalo, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não tem outras matérias para serem...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Porque eu preciso estar no Plenário. Estou sendo chamado para fazer uma fala lá e volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos apreciar as outras matérias enquanto V. Exa. vai fazer essa fala. E aí é o prazo suficiente para que a conspiração se consolide.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite, Sr. Presidente, só... Eu fiz um acréscimo a um requerimento relativamente aos debates sobre os índices de produtividade, sugerindo, também, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, que foi o próprio ex-Ministro Roberto Rodrigues que se dispõe a vir, sugeriu que também ele pudesse estar presente. Ele disse que inclusive seria bom se a própria presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu, pudesse também ser convidada, mas ela é membro da Comissão, então, ela está naturalmente presente. Então, mas se ela avaliar que seria próprio até a convidarmos para estar na Mesa de debates, não tem nenhuma, quer dizer, eu também até acresceria o nome dela. De maneira que, conforme lembro, falta ainda uma sequência de debates que incluiria o presidente da CONTAG, o coordenador, um dos coordenadores do MST, o Ministro Roberto Rodrigues e, então, o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, conforme está aí assinalado. E atendendo o critério que V. Exa. tinha assinalado de ter, a cada Audiência Pública, até quatro expositores. A Senadora Kátia Abreu, obviamente, como membro poderia... será bem-vinda se avaliar V. Exa. de também ser debatedora ou como Senadora, fica a critério do presidente e dela própria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o assunto?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mais uma sequência de debate sobre os indicadores de produtividade e a questão da agricultura em geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, V. Exa. terá a oportunidade de sustentar o seu requerimento no seu retorno. Por enquanto, nós estamos abrindo a sessão agora para aquele espaço reservado à conspiração, aproveitar a ausência de V. Exa. para que os conjurados possam se articular.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou atender a um pedido do Senador Arthur Virgílio para estar na sessão solene de homenagem ao Hélio Gracie, Sr. Presidente. Eu peço licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos aguardar o retorno de V. Exa.. Mas os Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um pequeno comentário sobre essa matéria que está sendo colocada a Pauta. Eu não tenho dúvida que o sistema

EMATER é uma ferramenta das mais poderosas para alavancar a agricultura familiar. Eu não sei até porque que, ao longo do tempo, esse sistema foi praticamente desmantelado. No passado cumpriu um papel fundamental no planejamento, na avaliação, avaliação de metas e de resultados e na assistência direta ao produtor. Eu vi muitos produtores, a exemplo do Senador Osmar Dias, serem bem-sucedidos através da orientação do sistema EMATER. E participei de um evento junto com a Senadora Serys Slhessarenko, onde representantes de quase todos os estados brasileiros reclamaram o restabelecimento dessa importante ferramenta para a agricultura familiar.

Entendo que a iniciativa é defensável e boa, mas é preciso que se tenha o devido cuidado, porque aqui nós estamos mexendo, inclusive, em algumas normas que são essenciais à fiscalização da administração pública como, por exemplo, a Lei 8.666. Então, eu acho que todos os cuidados que forem tomados por esta Comissão, sem prejudicar os objetivos do projeto, mas, também, garantindo que as metas serão alcançadas, serão cumpridas, e que nós não vamos abrir brechas para o uso impróprio desse sistema, eu acho que é preciso aproveitar a oportunidade para fazer.

Portanto, eu acho que o Senador Gilberto Goellner, que quer melhor examinar a matéria, terá todo o direito de fazê-lo, não só na meia hora que se propôs, mas nas 24 horas, se assim entender necessário. Se tiver condições de prolatar, aliás, de sugerir a sua emenda ainda nessa sessão, melhor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria fazer aqui um comunicado ao Senador Gilberto, que recebi uma informação aqui, que essa emenda prejudicaria a EMATER do Rio Grande do Sul e do meu estado, Estado de Rondônia. Elas ficariam excluídas de firmar esses convênios, porque são empresas, não são entidades públicas, elas são empresas, Rio Grande do Sul e Rondônia. Então, eu faria um apelo para fazer um exame minucioso. Se pudesse buscar uma consultoria para ver essa situação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com essa solicitação, agora, do Senador Valdir Raupp, de que alguns estados são empresas e não entidades públicas, nós deveremos examinar melhor a matéria, porque elas poderão não estar compondo esse conselho que é o CONDRAF. E como se trata de um conselho, nós deveríamos abranger todos os estados. Então, eu gostaria de examinar melhor essa matéria. Eu não saberia dizer, nesse momento, se poderíamos

contemplar com essa emenda, se ela contemplaria essa situação, mas nós não podemos criar aqui uma condição perversa de deixar fora alguns estados desse programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não tenho dúvida--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --quanto a um aspecto, Senadora Kátia Abreu, que eu acho que é relevante. Entre entes públicos, eu acho que tem que se abrandar a legislação, eu acho que é uma exigência até descabida, e uma desconfiança que não tem justificativa, exigir muito rigor quando se trata de avenças, quando se trata de contratos, de convênios entre um ente público federal e um ente público estadual.

Agora, é preciso examinar claramente na legislação se esse abrandamento não abre a porteira para o relacionamento com o setor privado, porque aí nós já estaremos distorcendo os princípios que são enunciados lá na Lei 8.666. Essa é a opinião, que não me caberia até fazer na condição de presidente, mas como é uma matéria relevante, eu acho que é preciso alertar sobre todos esses aspectos. Com a palavra a Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu repito, eu faço as minhas palavras as suas. Eu acho que essa exceção tem que ser revista com relação aos órgãos de extensão rural dos estados. Cada governo de estado tem o seu órgão de extensão, que vive na penúria, que vive, às vezes, sem um trabalho, com potencial que tem para trabalhar, porque, normalmente, os governos dos estados, a grande maioria são governos que estão com dificuldade financeira e que não têm os recursos necessários para a extensão rural, mas técnicos capacitados do maior valor. Então, essas entidades poderão ser, Senador Gilberto, parceiras, sem a necessidade da licitação, e também levar em consideração... Porque o projeto de diz respeito à assistência técnica, e eu não sei se vai entrar a qualificação profissional, como é o caso dos S, por exemplo, nesse trabalho. Os S não fazem extensão rural e nem o S SENAR, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, mas faz formação e qualificação profissional na área rural. Mas podemos utilizar também do SESC, SENAC no treinamento na zona rural para mecânico de tratores, mecânico de caminhões. Então o Sistema S no pode ser excluído dessa proposta. Poderia ser avaliada a inclusão e a possibilidade de participar nesse projeto – ainda não conheço os detalhes –, mas que todos esses aspectos pudessem ser avaliados no sentido de fazer com

que a extensão rural possa, de verdade, acontecer. E não que entidades como nós estamos vendo todos os dias serem criadas exclusivamente para pegar os recursos do INCRA, para fazer os serviços que têm que fazer nos assentamentos, sem a menor tradição, sem a menor experiência. Não queremos aqui condenar aqueles que iniciam uma empresa, mas o estado brasileiro, o povo brasileiro não pode pagar a experiência de alguns. Então, nós precisamos de ficha corrida, de experiência na área, e que a 8.666 possa ser respeitada como para todos os empresários do Brasil, como para todas as empresas do Brasil, para extensão rural no campo. Não podia ser diferente.

Então, eu acredito que o Senador Gilberto Gollner dará uma grande contribuição neste projeto. Sr. Presidente, eu gostaria, apenas, aqui, de deixar um registro e fazer um pedido extra de inclusão de pauta, para um requerimento interno do Senado Federal, para ser realizada Audiência Pública, perante esta Comissão em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a fim de debater as inconsistências no Censo Agropecuário 2006, com a participação dos seguintes convidados: Rodolpho Hoffmann, professor de economia da UNICAMP, que foi um dos, junto com a CNA e o Ministro de Agricultura, que fez a primeira denúncia de que o censo estava com erros gravíssimos, o censo anunciado outro dia; Ignez Vidigal Lopes, também professora da FGV, especialista em estatística; Eduardo Pereira Nunes, o presidente do IBGE; e um representante de Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, para demonstrar, Sr. Presidente, o quanto esses equívocos constrangedores, equívocos primários, cometidos pelo IBGE, podem prejudicar o Brasil e sua principal atividade, que é o agronegócio brasileiro.

Apenas para exemplificar, a CNA distribuiu na imprensa ontem um *releasing*, e já está hoje em toda a imprensa nacional, colocando os detalhes, os pontos de maior... não relevância, mas de um erro gritante que não precisou de uma análise mais acurada para encontrar. Os detalhes e a minúcias nós contratamos, e estamos fazendo a parceria com a Fundação Getúlio Vargas para fazer um estudo minucioso, agora, com essa desconfiança, infelizmente, com relação ao IBGE, para que nós possamos tomar as providências.

Existem duas pesquisas no Brasil, Sr. Presidente: uma por amostragem anual, que é a PPM, Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE; e existe o Censo Agropecuário, que acontece a cada dez anos. Então, pegando os dados do Censo Agropecuário 2006, comparando com a pesquisa de amostragem do mesmo órgão que é a PPM do ano de 2006, sumiram, Sr. Presidente, com nada mais nada menos do que cinco milhões de litros

de leite, 21% a menos, duas pesquisas do mesmo ano e do mesmo órgão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que V. Exa. cometeu um equívoco. Aqui pelo jeito aqui é bilhões.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Bilhões, Sr. Presidente, desculpa, bilhões. Desapareceram com cinco bilhões de litros de leite, desapareceram com 8 milhões e 300 mil cabeças de vacas ordenhadas, desapareceram com 34 milhões de cabeças do rebanho bovino geral. E na produção soja, nós viramos de exportadores de soja, Senador Osmar Dias, nós viramos importadores de soja, pois desapareceram com 11 milhões de toneladas de soja do PPM, Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE 2006, e o Censo Agropecuário 2006, que foi divulgado este ano, e que nós estamos a três anos esperando a sua divulgação, inexplicavelmente, ainda não tinha sido divulgado, com grande atraso, para vir com esses erros inadmissíveis.

A primeira denúncia veio por este professor, que eu acabei aqui de mencionar, para ser convidado aqui a participar, Rodolpho Hoffmann. Porque a denúncia da CNA, no dia seguinte, e a denúncia do Ministro Reynold Stefanos não foi suficiente para fazer com que o IBGE pudesse se retratar. Preciso do professor da UNICAMP denunciar que os valores do índice de Gini, no Censo Agropecuário 2006, houve um equívoco grande, mas não sabemos se foi um equívoco de verdade ou se foi mal intencionado, pois o IBGE ganhou as manchetes dos jornais, das televisões do Brasil por dez dias, denunciando que havia, através do censo, um aumento da concentração de terras no Brasil, e foi exatamente o contrário, houve uma diminuição da concentração de terras no Brasil.

Não que eu acha que isso seja um crime, a concentração ou não, isso merece estudos profundos a respeito do por que dessa situação, não é boa para o Brasil, mas está acontecendo no mundo todo, é uma coisa à parte. Estamos aqui apenas denunciando o defeito, o equívoco crasso que aconteceu no Censo Agropecuário 2006.

Quais os prejuízos que isso pode trazer ao setor? São incalculáveis. Em primeiro lugar, de imagem. Porque o IBGE quando se desculpou com relação ao índice de Gini, publicou uma notinha mínima, e que a imprensa não deu a repercussão, porque não foi avisada desse erro enorme que tinha cometido. O IBGE fez com que a imprensa nacional noticiasse uma matéria errada, Sr. Presidente, informando mal a opinião pública. Usou da imprensa nacional para informar mal aos brasileiros. E, numa observação, ainda na madrugada que o censo foi liberado, nós ficamos trabalhando na CNA até às duas da manhã, para poder observar

o censo. E esses números aqui nós encontramos na hora, mesmo sem ter na equipe nenhum estatístico profissional, nenhum especialista na área, nós conseguimos ver esses erros que aqui acabaram de ser mencionados.

Diante disso a CNA contratou, então, repito, a Fundação Getúlio Vargas para dissecar o Censo Agropecuário. É um prejuízo incalculável de imagem, mas não só de imagem. É através do Censo Agropecuário, que a cada dez anos acontece nesse país, é que são planejadas as políticas públicas, é que é planejado esse país. Esse censo é copiado e observado no mundo inteiro. E nós precisamos, Sr. Presidente, que as providências sejam tomadas. O dia que o país duvidar da ciência, o dia que um país duvidar da sua entidade de pesquisa, nós estamos fadados ao fracasso e ao insucesso. A pesquisa no mundo inteiro, a estatística de um país no mundo inteiro, apesar de ser feita por órgãos governamentais, ela é totalmente independente, sendo inadmissível o aparelhamento dessas instituições sob qualquer hipótese.

Conheci agora, e tive o prazer de conhecer, nos Estados Unidos, semana passada, o NAES(F), que é o órgão de pesquisa americano que corresponde ao IBGE. O senhor não tem noção, Sr. Presidente, quanto é rigoroso o NAES(F), na escolha dos seus dirigentes, dos seus pesquisadores e o treinamento altamente eficiente que ali é praticado.

Infelizmente, no IBGE, nós estamos encontrando outra coisa. Nós estamos encontrando o aparelhamento, o compromisso partidário, e, portanto, trazendo a ineficiência e prejudicando de morte o planejamento de um país que tem como sustentáculo básico o agro-negócio brasileiro: um terço do PIB, um terço do emprego, um terço da exportação. É impossível aceitar um erro dessa natureza.

Por isso eu peço aos colegas que nós possamos aprovar esse requerimento, ou alterando, ou incluindo mais participantes, mas que venham aqui nos justificar e explicar esse dinheiro público que foi gasto, indevidamente, com equívocos, que esse censo não vai servir o Brasil. Provavelmente nós teremos outro gasto público para fazer, novamente, de forma eficiente, o Censo Agropecuário que foi feito em 2006. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de ter sido acolhido o requerimento de V. Exa. para incluir extrapauta, já fez a sustentação necessária. Portanto, nós damos-lhe por acolhido, já em processo de discussão, e com a palavra, para discutir, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu quero discutir os dois assuntos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em seguida o Senador Gilberto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --os dois assuntos de uma vez só: a questão dos projetos de lei que estávamos discutindo e isso que a Senadora Kátia coloca, que é... chega ser ridículo, porque, se a gente colocar 34 milhões de cabeças uma atrás da outra, presidente, vai dar uma fila imensa. Sumiram com 34 milhões de cabeça. O IBGE comeu 34 milhões de cabeças, tomou cinco milhões de litros de leite, e comeu quase 12 milhões de toneladas de soja numa canetada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo jeito, senador, o pessoal do IBGE está todo com colesterol muito alterado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Agora, eu quero fazer aqui uma lembrança. Nós estamos ouvindo uma discussão sobre índice de produtividade. É com essa consistência de dados que nós vamos discutir índice de produtividade do Brasil? É com essa responsabilidade de um órgão de governo, oficial, que nós vamos discutir índice de produtividade no Brasil? Sinceramente, Sr. Presidente, isso aqui merece uma explicação, porque isso, inclusive, tem uma influência muito grande no mercado. Isso tem uma influência positiva ou negativa para produtores no mercado mundial, porque o Brasil não é um país qualquer. O Brasil é o maior produtor agrícola do mundo. Então, nós estamos discutindo índice de produtividade com essa consistência de dados? Isso é irresponsabilidade presidente. Isso aqui precisa de explicação, e explicação séria do órgão que está nos fornecendo esses dados de forma tão errada, tão equivocada. Chega a ser piada, presidente. Isso aqui não dá nem para levar a sério. Esconderam a produção de muitos países do mundo, tiraram um pedaço da produção do Brasil que corresponde à produção de muitos países do mundo, Sr. Presidente. Não dá nem pra levar a sério. Então, vamos discutir isso aqui.

Agora eu quero fazer uma proposta aqui para resolver o impasse criado pelo Senador Gilberto aqui na Comissão. Foi o Senador Gilberto que criou esse impasse. Então, agora eu estou propondo aqui uma solução. A Senadora Kátia é Relatora lá na Comissão de Justiça. Porque o Senador Gilberto não permite a votação do relatório aqui como ele está e apresenta essa emenda lá na Comissão de Justiça, para dar mais tempo de ele refletir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, aí é o seguinte. Eu lembrei de uma coisa, Senadora Kátia, quando V. Exa. estava falando, eu lembrei de uma

coisa muito importante. Nós estamos falando muito da EMATER, mas tem as cooperativas, que são a segunda força na extensão rural do Brasil, e elas ficariam prejudicadas, também, com a emenda do Senador Gilberto. O Senador Gilberto me disse que não, mas vamos estudar melhor. Eu estou fazendo uma proposta para deixar que se apresenta essa emenda. Tem mais duas comissões?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, Senador Osmar, o Senador Gilberto não apresentou nenhuma emenda ainda. Está se travando uma discussão de uma coisa que ainda não existe.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele está pensando em apresentar. Então eu estou sugerindo a ele apresentar lá na frente, na Comissão de Justiça.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, não é pensando. Nós já estamos analisando. Eu vejo que como nós vamos... Uma sugestão, presidente. Amanhã, nós teremos aqui, em Plenário, às 14h30, a discussão e a votação de emendas do orçamento. Então, eu gostaria de sugerir de que nós incluíssemos nessa extrapauta essa colocação. Porque se, porventura, nós não tivermos esse entendimento de incluir as duas EMATER, quer dizer, os órgãos de assistência técnica privados do Rio Grande do Sul e de Rondônia, também a inserção de cooperativas bem explícito, e também o esclarecimento sobre as licitações. A minha dúvida só é a composição do conselho, mesmo conselho que integra como tomador é o licenciador.

Então, eu sugiro que poderemos, sim, apresentar até lá. Se não o fizermos, automaticamente poderemos votar assim como está amanhã nessa pauta, como extrapauta, e é uma sugestão que a gente coloca, porque nós temos condições de apresentar essa emenda. Caso contrário, como se falou, nós teríamos que votar assim mesmo e deixar para CCJ.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, tem um problema regimental. O Senador Gilberto tem sempre o meu apoio, mas nesse caso eu não posso apoiar o Senador Gilberto, porque ele não pode apresentar emenda. Quem pode apresentar emenda é o Relator. Se o Relator não apresentar, não tem emenda. O prazo de emenda já foi. Então, V. Exa. está impedido de apresentar essa emenda, Senador Gilberto. Reconheça que o regimento é muito forte diante da vontade de V. Exa.. Então, se o Senador Suplicy, que já não está mais no Plenário não apresentar a emenda, nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho o seguinte: que a prudência recomenda que nós asseguremos o direito de Vista

do Senador Gilberto Goellner, que terá, inclusive, a possibilidade de apresentar voto em separado, caso entenda que isso se faça necessário. E o prazo é de 24 horas. Como nós temos uma reunião já convocada para amanhã, a fim de debatermos as emendas dessa Comissão, é o orçamento da União, Projeto de Lei nº 46/2009, o orçamento de 2010, eu acho que não traz nenhum prejuízo se nós aprovarmos amanhã esta matéria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu volto a insistir. O prazo para apresentação de parecer, inclusive voto em separado, já foi, 15/11, hoje está na folhinha 17 de novembro. Já foi, presidente, não dá mais. Só se o Relator apresentar. O voto em separado é um relatório, o relatório já foi apresentado. O prazo era 15/11.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Senador Osmar Dias, V. Exa. há de convir comigo que a matéria terá de ser votada e poderá ser votada a favor ou contra, poderá até ser derrubada aqui nessa Comissão, isso no campo das hipóteses. Então, é um direito assegurado ao parlamentar, e nós não podemos, de forma alguma, negar-lhe. De sorte que, estando essa Comissão já com reunião designada para amanhã, vamos apreciar o projeto amanhã, até porque, quem sabe, o Senador Gilberto leve ao Relator algumas inquietações que ele tem e que outros também podem ter, e o induza a alterar o seu relatório. Até porque, mesmo o Senador Suplicy, não foi o Relator original. Na verdade, ele está funcionando como Relator *ad hoc*, e como Relator *ad hoc* todos nós sabemos que pode não ter dispensado toda a atenção que a matéria requer.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu concordo com a tese de V. Exa. que, aí sim, o Relator pode fazer, mas nenhum ou outro senador pode apresentar um voto em separado, outro relatório, nesse momento, nem emenda. O prazo acabou dia 15. Só se o Relator. Talvez fosse importante chamar a Senadora Serys, que ela é a Relatora, para que ela possa analisar aquilo que está sendo proposto pelo Senador Gilberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O problema é que a Senadora Serys está ausente, ela não está em Brasília.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, quem tem que responder é o próprio Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu acho que a iniciativa do Senador Gilberto não vai prejudicar em nada. Aqui, todos, na Comissão, têm um compromisso muito grande com o sistema. Eu não vi aqui nenhum senador manifestar qualquer divergência com relação a isso. Aqui não

tem... Pode ter alguém que defenda o sistema EMATER, não só o sistema EMATER, mas, sobretudo, os serviços que ele pode prestar na extensão e na assistência técnica rural, pode ser que muitos tenham o mesmo nível de compromisso que eu tenho, mas, no entanto, eu não acredito que tenha alguém que tenha mais compromisso do que eu. E acho que é prudente, sim, o Senador Gilberto examinar, e essa Comissão aprovar uma matéria que, todos sabemos, será relevante para a agricultura familiar brasileira.

Portanto, eu acho que assegurar esse direito ao Senador Goellner é também dar uma contribuição que, de repente, pode sair um aperfeiçoamento dele e até de V. Exa.. De repente V. Exa., com prazo maior para examinar em profundidade a matéria, poderá até chegar no ouvido do Senador Suplicy e dizer: "Olha, senador, é preciso acrescentar isso, é preciso tirar aquilo".

De sorte que está em votação o pedido de Vista. Não havendo contrariedade maior, está concedido, no prazo regimental de 24 horas, improrrogável.

Eu quero até anunciar aqui o seguinte, Srs. Senadores. Amanhã nós teremos a discussão e votação do Projeto de Lei nº 46/2009, que trata do orçamento geral da União para 2010, e eu designo o Senador Raupp para ser o Relator, e gostaria que S. Exa. amanhã já produzisse o seu relatório, já trouxesse o seu relatório. Para reunião das 14h30.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu apresentei um requerimento extrapauta para o IBGE vir aqui. Depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, já vamos colocar em votação. Como foi discutido, nós vamos colocar em votação, então, o requerimento da Senadora Kátia Abreu, vazado nos seguintes termos: "Requeiro nos termos de inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada Audiência Pública, perante essa douta Comissão em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, afim de debater as inconsistências no Censo Agropecuário, com a participação dos seguintes convidados: Rodolfo Hoffmann, professor de economia da UNICAMP; Ignez Vidigal Lopes, professora da Fundação Getúlio Vargas; Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE; representante de Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo divergência, aprovado por unanimidade.

Vamos, então, ao Item 2 da Pauta. Projeto de Lei na Câmara nº 3, de 2005. Não terminativo. De autoria do Deputado Benedito de Lira, que *"altera dispositivo do Decreto-Lei nº 467, de 3 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário,*

dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e da outras providências". Esclareço que o referido projeto tramita em conjunto com o PLC nº 39/06 e PLS nº 209/02, respectivamente os itens de nºs 2 e 3 da pauta. O Relator Senador Gilberto Goellner concluiu pela aprovação do PLC nº 03/2005 e pela rejeição do PLC nº 39/06 e PLS nº 209/02.

Em discussão o Item 2. Primeiro a leitura do Relator Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o intuito de aprimorar ainda mais o texto do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, aprovado pela Câmara dos Deputados, como também o texto de emenda Substitutiva desse projeto, aprovado pela CCJ do Senado Federal, estou propondo algumas alterações, sem que, no entanto, essas alterações venham a ferir os objetivos e os propósitos do texto original analisado.

Para que essas alterações que tomei a liberdade de, aqui, propor tenham uma forma e uma apresentação mais didática, apresento-as a seguir sob a forma de um Substitutivo ao projeto. Substitutivo: *"Altera dispositivos do Decreto-Lei 467, de 13 de fevereiro de 69, que estabelece o produto farmacêutico genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário, e dá outras providências."*

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 69, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º-A Estabelece o produto farmacêutico genérico de uso veterinário ao qual se aplicam as definições e disposições seguintes:

§ 1º Definições utilizadas para registro do produto farmacêutico genérico de uso veterinário:

I – Denominação Comum Brasileira – DCB: denominação do fármaco ou princípio ativo;

II – Denominação Comum Internacional – DCI: denominação do fármaco ou princípio ativo reconhecido internacionalmente;

III – Produto Farmacêutico de Uso Veterinário de Referência: produto farmacêutico de uso veterinário devidamente registrado no MAPA, comercializado no mercado nacional e composto por um ou mais fármacos ativos, sendo que pelo menos um desses fármacos deve ter sido objeto de patente, mesmo já extinta, por parte da empresa responsável pelo o seu desenvolvimento e introdução no mercado no país de origem, ou o primeiro medi-

camento a descrever um novo mecanismo de ação, ou aquele definido pelo MAPA como tal, que tenha comprovada eficácia, segurança e qualidade.

VI – Biodisponibilidade: indica velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou seu excretamento;

V – Produto Farmacêutico de Uso Veterinário Bioequivalente: é o produto farmacêutico de uso veterinário equivalente, que não apresenta diferenças estatisticamente significativas em relação à biodisponibilidade quando administrado em animais da mesma espécie, nas mesmas condições experimentais e na mesma dose molar;

VI – Produtos Farmacêuticos de Uso Veterinário Equivalentes: são produtos farmacêuticos de uso veterinário que contêm o mesmo princípio ativo e, na mesma quantidade, com a mesma forma farmacêutica, cujos excipientes, contudo, podem ser idênticos ou não, devendo atender às mesmas especificações das farmacopéias autorizadas, cumprindo os padrões aplicáveis de qualidade, tais como: identidade, pureza, uniformidade de conteúdo, dosagem, tempo de desintegração e velocidade de dissolução, quando pertinente;

VII – Equivalência Terapêutica: são os produtos farmacêuticos de uso veterinário terapêuticamente equivalentes quando, após serem administrados na mesma dose, seus efeitos em relação à sua eficácia, a sua segurança e o período de carência para animais de produção, sejam essencialmente os mesmos, avaliados por mesmo de ensaios clínicos nas mesmas espécies animais ou estudo in vitro;

VIII – Produto Farmacêutico de Uso Veterinário Genérico: é aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, que apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente terapêutico ao medicamento registrado no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que se pretende ser com este intercambiável, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipiente e veículos, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada

a sua eficácia, e sua segurança por estudos biofarmacêuticos ou in vitro, devendo sempre ser designado pela Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 2º Disposições gerais para registro do produto farmacêutico genérico do uso veterinário:

I – Comprovar junto ao MAPA que o produto farmacêutico genérico de uso veterinário apresenta:

a) bioequivalência em relação ao produto farmacêutico de referência;

b) equivalência terapêutica nas espécies animais a que se destina;

c) taxa de excreção e determinação de resíduos equivalentes às do produto de referência, quando destinados aos animais de consumo e exigidos no regulamento da Lei.

§ 3º O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento fará análise fiscal de produto genérico, mediante coleta do produto na indústria e no comércio, para reconfirmação de bioequivalência, correndo os custos da fiscalização por conta de empresa titular do registro de produto.

Art. 3º-B Os produtos farmacêuticos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentarão obrigatoriamente, com o mesmo destaque, de forma legível, nas embalagens e materiais promocionais, a Denominação DCB Comum Brasileira, ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional, DCI.

Parágrafo único: a Denominação Comercial Brasileira ou a denominação Comercial Internacional, Comum Internacional deverá ser gravada em letras e caracteres cujo tamanho não seja inferior a duas vezes o tamanho das letras e dos caracteres do nome comercial ou da marca.

Art. 6º As infrações a esse Decreto-Lei e respectivo regulamento ficam sujeitas às sanções estabelecidas no Decreto 5.053 sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 2º As aquisições feitas pelo Poder Público de produtos de uso veterinário, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições da medicina veterinária, no âmbito da União, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional.

§ 1º O Ministério da Agricultura editará, periodicamente, a relação dos produtos registrados no país, segundo Denominação Comum e Denominação Inter-

nacional seguida dos nomes comerciais e das correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Nas aquisições de produtos de uso veterinário a que se refere o caput desse artigo, o produto genérico de uso veterinário, quando houver, terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade de preços.

Art. 3º O Ministério da Agricultura promoverá programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado a melhoria da qualidade dos produtos veterinários e de incentivo à cooperação técnica de instituições nacionais e internacionais relacionadas com a aferição da qualidade e eficácia dos produtos farmacêuticos de uso veterinário.

No art. 4º fica o Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, autorizado a adotar medidas especiais relacionadas com registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de produtos genéricos de uso veterinário, com a finalidade de estimular sua adoção e uso do país.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação, divulgação, informação e educação sob os produtos genéricos de uso veterinário.

E no art. 5º O regulamento dessa Lei estabelecerá, entre outros aspectos relativos a produtos genéricos de uso veterinário, as condições, os critérios, e os parâmetros e procedimento relativos a:

I – critérios para o registro e controle de qualidade;

II – critérios para as provas de biodisponibilidade, taxa de excreção e de determinação de resíduos de produtos genéricos, veterinários em geral;

III – os critérios para aferição da equivalência terapêutica, mediante os testes de equivalência farmacêutica e provas de bioequivalência de produtos veterinários genéricos, para caracterização da sua intercambialidade;

E no art. 6º fica suprimido o Decreto-Lei 467, de 13 de fevereiro de 69, o art. 4º e seu parágrafo único.”

Esta lei entraria em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um trabalho extremamente técnico, que foi acompanhado diretamente pelo setor, o Ministério da Agricultura que compete, hoje, a aprovação, o registro, a fiscalização desses fármacos de uso veterinário. Teve a ampla, também, participação do Sindicato dos Fabricantes de Produtos Veterinários.

Em suma, houve um consenso, e houve o apensamento desses projetos, que já, desde 2005, tramitaram na Câmara Federal e agora vem aqui para o Senado nesta Comissão. Então, na forma de Substitutivos nós conseguimos apensar e abranger tudo o que foi proposto pelos demais proponentes deputados, e que, inclusive, à época, o Senador Jonas Pinheiro teve um carinho muito especial por este projeto, porque ele também, além de senador, era médico veterinário e estava debatendo amplamente esse projeto aqui na Casa. E agora chega a esta Comissão para apreciação da mesma. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Continua em discussão o projeto. Não havendo ninguém que queira discuti-lo, em votação. Não havendo divergência, aprovado por unanimidade.

Eu gostaria de fazer um registro importante, especialmente para o meu Estado de Mato Grosso do Sul. Encontra-se, nesta Reunião, nessa Comissão, o prefeito de uma das mais belas referências da natureza, que é a cidade de Bonito, o Prefeito de José Arthur, que certamente está aqui em Brasília hoje promovendo tratativas, visitando Ministérios, e vem aqui participar da Reunião da Comissão de Agricultura, especialmente em homenagem aos agricultores, aos pecuaristas, aos produtores rurais de Mato Grosso do Sul, que é um estado celeiro do Brasil, na atividade agropastoril, no agronegócio, na agricultura familiar, etc. Então, que seja bem-vindo a esta Comissão o Prefeito José Arthur e à Brasília.

Nós passamos agora ao Item 3 da Pauta. O Item 3 está incorporado no relatório do Senador Gilberto Goellner.

Então, o próximo item é o Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009, que também não é terminativo. É de autoria do Senador Jefferson Praia, que *“altera a Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, e cria o Fundo de Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM e dá outras providências”*. O Senador Osmar Dias, ele se ausentou, então, está sobrestado o projeto.

O próximo item é o Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2004. Não terminativo. De autoria de Senador Jonas Pinheiro, que *“autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do Rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências”*. A relatora é a Senadora Marisa Serrano, que se encontra ausente, mas conclui pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. Eu inda-

go aqui ao representante de Mato Grosso, o Senador Gilberto Goellner, se está em condições de, na condição de Relator *ad hoc*, prolatar o parecer da Senadora Marisa e, agasalhando ou não as suas emendas. Se não entender em condições, nós designaremos para a próxima pauta a apreciação desta matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu concordo, eu gostaria de apreciar numa próxima reunião dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Então, está retirado da Pauta. Há aqui sobre a mesa requerimento do Senador Suplicy. *“Em aditamento ao requerimento 46/2009 CRA, aprovado em 8 de setembro de 2009, com a finalidade de realizar Audiência Pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, a inclusão dos seguintes convidados: Sr. Cesário Ramalho da Silva, presidente da Sociedade Rural Brasileira”*. O Senador Suplicy está realmente se aprofundando nessa questão da produtividade. Eu indago aqui da secretaria quantos expositores já estão convocados para esta Audiência Pública? Bom, já há cinco expositores, aliás, quatro expositores para serem ouvidos e ele sugere mais um, o presidente da sociedade rural brasileira. Eu indago aos Srs. Parlamentares que participam desse Colegiado se concordam, porque aqui já está extrapolando aquele limite do tolerável de...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente. Sobre esse assunto eu vejo o seguinte: Que nós já colocamos inclusive na Comissão de Assuntos Econômicos, já foi até retirado de pauta as observações referentes a trazer para o Congresso índices de produtividade. Nós colocamos... Essa matéria vai ser apreciada em Plenário. Já foi encaminhado para lá a rejeição das duas emendas feitas pela Senadora Serys.

Eu vejo que, dada a posição tomada pelo Sr. Ministro da Agricultura e também o Presidente Lula, de que foi protelado esse assunto, porque ele não condiz com a realidade da agricultura brasileira, porque ele deixa de fora alguns segmentos da agricultura e tem como finalidade única motivações escusas à livre iniciativa e à livre tomada de decisão do sistema produtivo da agricultura brasileira, eu vejo que não tem razão de ser. E eu não gostaria de ver novamente nós tratando desse assunto, porque ele já foi objeto de análise de outras Audiências Públicas, em outras comissões inclusive aqui nessa Casa.

Então, o motivo pelo que eu vejo que ele é impróprio hoje nós fazermos, novamente, essa discussão aqui, porque nós já estamos encaminhando esse assunto para ser votado em Plenário, derrubando, rejeitando as emendas que foram feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Bom, traduzindo assim para a linguagem jurídica, que é a minha praia, eu diria o seguinte, pelo o que V. Exa. expôs, há perda de objeto em razão dos fatos que aconteceram nesses últimos dias, incluindo aí a declaração do Exmo. Presidente da República, sobrestando o assunto que está sendo objeto desta discussão. Se há entendimento da Comissão que, efetivamente, perdeu o objeto, a Audiência Pública que estaria para ser convocada será desconvocada. Se todos estão de acordo será desconvocada. Portanto, havendo anuência de todos, será desconvocada a reunião. Não havendo mais nenhuma matéria para ser apreciada, nós vamos declarar encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 11h54

**ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE
NOVEMBRO DE 2009.**

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, SERYS LHESSARENKO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Osmar Dias. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: ITEM 1: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2009. EMENTA:** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Serys Lhessarenko. **Relator “Ad Hoc”:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 219 de 2009.

Observações: PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA CONSTITUCIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 64 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SOBRESTANDO A PAUTA A PARTIR DO DIA 7.12.2009. **Concedido o pedido de vista do Senador Gilberto Goellner. Devolvido com voto em separado do Senador Gilberto Goellner.** Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Serys Slhessarenko, Marisa Serrano, Romero Jucá, Fátima Cleide. **Resultado: Aprovado o parecer favorável do relator “AD HOC”, ficando prejudicado o voto em separado. 2ª PARTE:** Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **Projeto de Lei nº 46, de 2009– CN, Orçamento/OGU – 2010.** Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as sessenta e oito emendas apresentadas, as quatro emendas de apropriação de despesa representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **Valdir Raupp**, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2009 – 58101 – Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícola sob formas Associativas – Nacional. Valor: 100.000.000; Emenda nº 2-CRA/2009 – 49101 – Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Nacional. Valor: 100.000.000; Emenda nº 3-CRA/2009 – 22202 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia – Nacional. Valor: 120.000.000; Emenda nº 4-CRA/2009 – 74101 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) – Nacional. Valor: 2.000.000.000.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário, em exercício, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Está, portanto, aprovada.

A presente Reunião será dividida em duas partes. A primeira delas para discutir e votar as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, PL 46/2009, que dispõe sobre o Orçamento Geral da União. Nós vamos passar, então, a palavra ao relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu ainda preciso de cinco minutos, aproximadamente cinco minutos, que está terminando de fechar, está condensando ali as emendas que estão sendo contempladas nas quatro emendas escolhidas. Se a Marisa quiser falar alguma coisa, o Neuto De Conto, enquanto... Sobre a agricultura, pecuária, desenvolvimento agrário, pesca... Qualquer tema dentro dessas áreas aí.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Enquanto o Senador Neuto De Conto se prepara, eu queria colocar, Sr. Presidente, que é muito difícil, com a quantidade de emendas que nós tínhamos, poder selecionar aquelas emendas que são específicas e que, ao mesmo tempo, contemple a maioria... os interesses dos senadores presentes a essa Comissão. É claro que agricultura, cooperativismo, pecuária são temas extremamente relevantes para o nosso país. E, raramente, a gente faz, por exemplo, uma emenda para cooperativismo, a associativismo, que é importante também num país grande como o nosso. Mas é importante também que a gente possa atender os outros dois Ministérios, que também estão afetos a essa Comissão, que é o Ministério da Pesca e do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, eu acho que tudo aquilo que possa vir a contemplar os Ministérios, que essa Comissão tem se debatido ao longo do ano, e vai continuar debatendo o ano que vem, são os temas relativos a esses Ministérios, e é importante que a gente possa passar a ideia também de pluralidade, garantir aqui o espaço para cada um dos atores, mesmo que sejam pequenos. Eu acredito que pouco tem sido feito pela pesca no país. É um Ministério pequeno, é um Ministério sem recursos, e que não tem grandes projetos para esse país nessa área. Mas nós sabemos que nós temos um vasto litoral, e que se fosse um Ministério para valer seria um Ministério que poderia apoiar toda a pesca, em todo o litoral brasileiro, e em todos os nossos rios, que não são poucos nesse país.

Portanto, eu acredito que esse era um Ministério, que se fosse efetivamente implementado no Brasil, poderia auxiliar e dar o respaldo a milhões de brasileiros

que vivem da pesca, e que precisam e poderiam viver da pesca e não vivem.

Deixo aqui a minha concordância com o trabalho que essa Comissão tem feito com V. Exa., e, principalmente, eu imagino a preocupação do Senador Valdir Raupp em poder compatibilizar todas as solicitações e, principalmente, os grandes interesses nacionais em quatro emendas apenas. Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu gostaria de fazer um comentário aqui, Senador Raupp, que nada tem a ver com a Lei Orçamentária, e, muito menos, com o projeto que dispõe sobre a assistência e a extensão rural, que nós deveremos apreciar logo a seguir.

E veja o seguinte: V. Exa. acolheu uma emenda para fortalecer, para dar mais musculatura à EMBRAPA. A EMBRAPA, hoje, é o grande laboratório da agropecuária brasileira. As grandes pesquisas, as mais importantes delas, têm sido realizadas pela EMBRAPA, e conquistado uma credibilidade não só no Brasil como no exterior também. E mais precisamente essa instituição tem conseguido produzir alguns fármacos, alguns defensivos que são extremamente úteis não só à agropecuária como também ao próprio ser humano. Veja, por exemplo, o que aconteceu com relação à dengue. Foi exatamente na EMBRAPA que se desenvolveu um inseticida, eminentemente biológico, estritamente biológico, chamado Beteoros, completamente inofensivo ao ser humano, e que tem dado resultado extraordinário no combate do *Aedes aegypti*. E até hoje eu não consigo entender porque é que esse produto, chamado Beteoros, não está disponibilizado para a saúde pública no combate à dengue. Aliás, eu vou até provocar uma audiência com o Ministério da Saúde, e levar os técnicos, levar os cientistas da EMBRAPA, porque, estranhamente, nós continuamos na dependência desses inseticidas de produtos estrangeiros, quando nós temos aquele que pode ser disponibilizado por... em decorrência de pesquisa, da produção, que é desenvolvida em nosso próprio país.

Ainda recentemente, em Mato Grosso do Sul, surgiu uma nova... Aliás, uma nova não, não chega a ser uma nova, mas uma mosca que está provocando um estrago danado em animais e em seres humanos também. É a chamada mosca do estábulo, Senador Raupp. E tudo indica que ela surge em decorrência de um comportamento relapso de uma usina de álcool, que não tomou os devidos cuidados para o seu lixo, e, em consequência disso, criou o caldo de cultura ideal para o desenvolvimento dessa mosca. As lesões que ela provoca nos animais não só têm provocado uma fragilização na sua saúde, perda de peso, como tam-

bém até a perda de animais. São vários animais, que eu vi fotografados, e que tombaram em consequência da picada da mosca do estábulo.

E seres humanos também estão sofrendo. Sofrendo dores, sofrendo maus tratos, porque os hematomas, as lesões, são extremamente penosos para os pacientes e, se não tiver o tratamento adequado e rápido, estão sujeitas até a perda da vida também.

Então, a quem que eu fui recorrer? A que porta que eu fui procurar no momento em que vi os produtores de Mato Grosso do Sul enfrentando esse problema? Estou me referindo aqui, Senadora Marisa, especificamente à questão da mosca do estábulo, que apareceu no Município de Angélica, e que começa a se espalhar pela região e pelo Estado. Eu fui bater exatamente nas portas da EMBRAPA. E é exatamente a EMBRAPA que está lá fazendo o acompanhamento para que seja mitigado todo o efeito danoso que está provocando em Mato Grosso do Sul essa mosca.

Então, a EMBRAPA é essa instituição que precisa, sim, de todo o apoio logístico, e que já desfruta, nesta Comissão, de toda a simpatia, de todo o prestígio. Então, V. Exa. faz muito bem em contemplar a EMBRAPA no seu relatório porque é uma instituição modelar, é uma instituição que todos nós que acompanhamos a agricultura e que acompanhamos também o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, temos que ter nela o exemplo a ser seguido. Portanto, acho que V. Exa. andou em bom caminho. A palavra continua aberta. Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Realmente é um momento muito importante quando se discute recursos orçamentários para o setor produtivo primário. E nessa jornada, aonde mais de 60 emendas se apresentam ao orçamento, através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e que está na responsabilidade do Senador Valdir Raupp para o seu relatório, nós lamentamos que só podemos ter quatro emendas, e que temos que aglutiná-las, um setor da importância para o país, que já é responsável por 34% do PIB nacional, 34% das exportações do Brasil, e o superávit da balança comercial nos últimos cinco anos, eles são captados através da agricultura e da agropecuária.

Eu tenho avançado mais e poderia aqui dizer de que esse setor em que certamente vai crescer muito ainda. Tive um contato com o relatório, Sr. Presidente, da FAO, aonde nos reserva ao Brasil, principalmente pelas razões em que a Europa não quer mais criar animais, e a Ásia não tem espaço para criar animais. Deverá o Brasil, nos próximos dez anos, ser responsável por 21% das exportações de carne de suínos, 61%

da carne bovina 90% do mercado mundial da carne de frango. Esses números nos elevam de tal forma a capacidade da produção interna do país, que vamos alcançar 50% do Produto Interno Bruto da pátria. São valores significativos e importantes.

O que me preocupa muito, e há muito tempo estou preocupado, é com os produtos, principalmente, o adubo, principalmente, os insumos para a agricultura, que mais de 70% são importados. Como nós temos ações estratégicas no país, como é a energia elétrica através das usinas, como é o petróleo para a nossa indústria, que movimenta o país, eu entendo que a agricultura, pela sua importância, pela sua capacidade, pela sua potencialidade, ela deveria ter também as usinas estratégicas de insumos agrícolas para o país. Porque se os países que nos vendem, em qualquer momento, passar a impedir a venda para o Brasil, por qualquer razão, nós vamos ter safras frustradas, e frustrado todo esse segmento de uma importância transcendental que é a agricultura.

Conhecemos nossas reservas, principalmente de fósforo e fosfato. Existem. Só precisam ser exploradas. Todas elas já na mão de multinacionais. O seu solo e a sua pesquisa. Só que sem nenhuma responsabilidade para a exploração. Isso nos deixa vulneráveis perante o setor produtivo primário, principalmente quem trabalha na terra, quem luta de sol a sol para produzir alimento, para produzir carne e para produzir todo o segmento.

Por isso, Sr. Presidente, eu volto, e talvez não dê mais tempo este ano, mas aqui nessa Comissão nós teremos que nos reunir, trazer as pessoas que querem e precisam, e o país precisa, para buscarmos a forma de sensibilizar o governo, as cooperativas, os segmentos da produção, para que se possa, sim, implantar indústrias nas nossas reservas, insumos agrícolas, para que nós possamos ter, na nossa capacidade, ter estoques estratégicos para alcançarmos o objetivo, e são grandes, são muitos, e são necessários para o nosso país.

Quero agradecer a oportunidade e cumprimentar o relator, já conhecemos o seu relatório...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria cumprimentar e discutir com V. Exa. uma questão. A questão dos insumos agrícolas é tão importante como V. Exa. mencionou aqui para o país, e nós estamos na dependência externa a respeito disso. Não falta aí uma política efetiva, nacional, para apoiar essa questão? Porque, afinal de contas, são reservas estratégicas que nós temos, como V. Exa. disse, e estou ouvindo isso aqui sempre, dizendo que está na mão de estrangeiros, e que nós precisamos ter uma política que possa garantir. Porque se a agricultura é

tão importante para o país, nós não podemos ficar na dependência, sendo que nós temos aqui a matéria-prima necessária para o trabalho. Além disso, nós temos Recursos Humanos eficientes para a pesquisa. Então, eu acredito que falta talvez um casamento e uma política mais efetiva do governo a esse respeito. Não sei se é isso.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sem dúvida, Senadora Marisa Serrano. Falta. Quem é que faz energia elétrica no país senão o governo? Quem é que investe pesado para dar segurança à produção e ao desenvolvimento do país, através da energia, que é uma fonte fantástica e necessária para isso? Quem é que faz todo o investimento no petróleo, para segurar esse segmento tão importante para o envolvimento do país, e, agora, com o pré-sal, mais ainda? E por que não fazer os mesmos investimentos à posição de governo e, podia ser com a sociedade civil, buscarmos, sim, uma posição estratégica para termos também estoques estratégicos para a produção agrícola?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nesse sentido, Senador Neuto, acho que nós precisamos fazer justiça ao Presidente Lula. A PETROBRAS havia deixado de atuar nessa área de fertilizantes. E por uma determinação dele, ela retomou. E uma das grandes notícias que surgiram recentemente sobre isso foi exatamente a descoberta de uma grande jazida de potássio na região amazônica, o que vai permitir que se alivie bastante o ônus que pesa sobre a produção, a produção agrícola, já que os insumos, esses insumos, os fertilizantes principalmente, não só fertilizantes como defensivos, entram com 40% de todo o custo de produção. Acho que começa dar... Começa a aparecer alguma luz no fim do túnel nessa questão dos fertilizantes. Mas precisa ainda aprofundar nos defensivos.

Consulto o ilustre relator, Senador Valdir Raupp, se já está em condições de prolar--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Perfeitamente, Sr. Presidente. Já posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu no prazo estabelecido na convocação 68... Na convocação, 68 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2009, conforme a seguir discriminados. Eu só vou falar as emendas e os autores. Emenda de nº 1, de autoria do Senador Gilberto Goellner; nº 2, Neuto De Conto; nº 3 também Neuto De Conto; 4, Serys Slhessarenko; 5, Serys Slhessarenko; 6, também Serys Slhessarenko; 7, também da Serys; 8, 9, 10,

11 e 12, também da Senadora Serys; 13, do Senador Neuto De Conto; nº 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, do Senador Marconi Perillo; Emenda 25 e 26, do Senador Paulo Paim; 27, 28, 29 e 30, da Senadora Fátima Cleide; 31, 32, 33, do Senador Osmar Dias; 34, do Senador Osvaldo Sobrinho; 35 é da Senadora Marisa Serrano; 36 e 37, do Senador Augusto Botelho; 38 também da Senadora Serys Silhessarenko; 39, 40, 41 do Senador Gilberto; 42, 43, 44, 45, Senador Romero Jucá; 46, Senador César Borges; 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56, do Presidente desta Comissão, Senador Valter Pereira; 57, 58, 59, deste que vos fala; e 60 e 61 também, Senador Valdir Raupp; 62, 63, 64, 65, do Senador Flexa Ribeiro; 66, 67... Perdão, 66, do Senador Gilberto; 67 e 68, do Senador Valter Pereira. Então, foram 68 Emendas apresentadas ao orçamento, nessa Comissão.

Da análise, Sr. Presidente. Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 44, § 1º e 2º da Resolução nº 1, de 2006, pode apresentar até oito Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional.

Nesse relevante aspecto, algumas propostas estão em desacordo ao art. 44, inciso II, e ao art. 47, inciso II(F), da Resolução nº 1, de 2006. Procuramos, quando necessário, ouvir, no Poder Executivo, os responsáveis pelas unidades orçamentárias, objeto das propostas, buscando conhecer as reais necessidades e carências da área temática em análise.

Outra providência por nós adotada foi a de verificar as propostas apresentadas, ainda que em caráter preliminar, junto à Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, de forma a evitar duplicidade e desperdício de esforços, uma vez que o Sr. Relator-Geral, provavelmente, acatará apenas uma emenda referente à ação proposta, independente da autoria.

Com o objetivo de atender o maior número possível de emendas, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre emendas de apropriação, que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, de forma a proceder a aglutinação das mesmas.

Assim, adotamos os seguintes critérios para a seleção de quatro emendas de apropriação a ser apresentadas pela Comissão:

A – A manutenção da coerência com a programação encaminhada pelo Poder Executivo;

B – Garantia de renda aos produtores rurais, com operações de equalização e de sustentação de preço dos produtos agrícolas;

C – O fomento a atividades pesqueiras e aquícolas sobre formas associativas;

D – Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento para competitividade e sustentabilidade da agroenergia;

E – Fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares.

E desta forma propomos a aprovação das seguintes emendas de apropriação. Emendas de apropriação aprovadas pelo relator:

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Gilberto Goellner, operações oficiais de crédito. Garantia e sustentação de preço na comercialização de produtos agropecuários, Lei nº 8.427, de 1992. Essa emenda é de dois bilhões de reais, que foi um consenso de todos os membros desta Comissão.

A Emenda de nº 4, da Senadora Serys Silhessarenko, para o Ministério da Pesca... para o Ministério da Agricultura e Pesca. Fomento a atividades pesqueiras aquícolas sobre formas associativas, de 100 milhões de reais, contemplando também a Emenda nº 5, nº 28, nº 36 e 51.

A Emenda nº 56, de autoria do Senador Valter Pereira, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Pesquisa e desenvolvimento para competitividade, sustentabilidade da agroenergia, no valor de 120 milhões de reais.

E a Emenda nº 58, de minha autoria, Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. Fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares. Essa emenda no valor de 100 milhões de reais, contemplando também a Emenda de nº 29 e 52.

Bom, aí foi o consenso, teve um momento que o Ministério do Desenvolvimento Agrário estava ficando fora, e houve o consenso dos membros da Comissão de se buscar uma forma de se contemplar também esse Ministério. Como tinha três emendas para o Ministério da Agricultura, nós acabamos deixando duas para o Ministério da Agricultura, contemplando também a EMBRAPA, uma para o Ministério da Pesca e outra para o MDA. Essa é a solução salomônica.

Diante do exposto votamos por que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere para a apresentação das quatro Emendas de Apropriação sugeridas. Propomos ainda que a secretaria da Comissão seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a presteza do Senador Valdir Raupp, designado relator, e a tolerância que teve para mediar todo o contencioso que surgiu nesta fase preparatória para a sua apreciação e elaboração do relatório. E o relatório, então, está... O relatório e o voto do Senador Raupp está em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para cumprimentar o relator e dizer que V. Exa. conseguiu abarcar todos os Ministérios afetos a essa Comissão, e parabenizá-lo pelo trabalho. V. Exa. e a consultoria, que sempre nos ajuda aqui com muita eficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. E nós corroboramos as palavras da Senadora Marisa, acrescentando que foi muito importante que nós atendêssemos a todos aqueles segmentos que têm, nesta Comissão, a destinação. Então, acho que nenhum... Nenhuma área pode apontar qualquer tipo de crítica com relação a uma eventual marginalização, porque todos foram contemplados.

É bem verdade que o número reduzido de admissibilidade de emendas traz uma dificuldade muito grande para administrar essas demandas. Mas houve competência, houve diálogo, e, graças a isso, nós chegamos a bom termo.

Não havendo ninguém mais que queira discutir o relatório e o voto, nós submetemos a votos. Se alguém tiver alguma divergência, que se manifeste. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado o relatório e o voto do Senador Valdir Raupp.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar a Comissão que temos ainda um projeto importante para ser votado, e que se encontra em regime de urgência. E eu sugeriria até o seguinte, a interrupção desta Reunião, para retomar os trabalhos dentro de meia hora, a fim de ouvir o relatório do Senador Gilberto Goellner. Já que a matéria, estando em regime de urgência, terá que seguir, necessariamente, para o Plenário. Todos de acordo? Meia-hora?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sugiro que seja agora. Porque sair daqui e voltar daqui meia hora... Tem tantas outras coisas...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já está a caminho. Senadora Marisa. Bom, o Senador Gilberto Goellner já está a caminho, e vamos aguardar uns dez minutos... Chegou. Nem precisa aguardar.

Então nós vamos passar a palavra ao relator... Ao relator do Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009, que não é terminativo. É de autoria da Presidência da República, e *“instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, e que altera também a Lei 8.666, de junho de 93”*. Com a palavra o relator, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu vou apresentar um voto em separado e gostaria que essa Presidência aguardasse a presença da Senadora Serys Slhessarenko, que ela está ultimando a vinda dela para cá, ela está numa Reunião da Bancada do Estado do Mato Grosso, e ela gostaria de estar participando. Eu pergunto se nós poderíamos aguardá-la ou eu profiro o voto e a análise do voto? Estou apresentando voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esse projeto tem como relatora a Senadora Serys. No entanto, foi prolatado o parecer na condição de relator *ad hoc* pelo Senador Eduardo Suplicy. E na sessão de ontem o Senador Gilberto Goellner pediu vista do projeto, e agora apresenta um parecer alternativo, um voto em separado para essa matéria. Entendo que se a Comissão deliberar aprovar o seu parecer, está... Perde objeto o parecer da Senadora Serys, que foi lido pelo Senador Suplicy.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ele é um adendo ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É um adendo? É uma emenda, então?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É uma emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é um substitutivo?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então se é só uma emenda, vamos aprovar a emenda, se V. Exa. entender...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, o Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executi-

vo pretende instituir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, reorganizando a política da assistência técnica rural, que surgiu no Brasil nos anos 50, e através do Ministério da Agricultura foi consolidada pela EMBRATER, que sendo extinta, desestruturou o sistema de assistência técnica, o SIBRATER. O mérito do projeto é indiscutível. A ausência de uma política de assistência técnica rural trouxe um retrocesso no sentido de privar o homem do campo do conhecimento e da evolução tecnológica hoje aplicada na produção agrícola.

A política de Reforma Agrária adotada pelo governo até os dias de hoje prescinde de instrumentos eficazes de extensão rural que dê sustentabilidade ao projeto, para que, então, possa atingir o objetivo maior da distribuição de terras, que é a fixação do homem no campo.

A criação de instâncias burocráticas não representativas, considerando a ausência da participação efetiva dos Estados, esse, sim, com a capacidade de melhor discernir sobre a aplicação dos recursos nas melhores técnicas e nas melhores entidades executoras, impede que seja sistema capacitado, detentor do conhecimento regional, capaz de atender os objetivos propostos pelo programa.

O CONDRAF não contempla o princípio federativo quando exclui os Estados da participação efetiva na elaboração das prioridades do programa e da elaboração de proposta orçamentária anual, que prevê, inclusive, a regionalização de suas ações. A pergunta é: teria esse conselho conhecimento para a adoção de tais critérios e parâmetros regionais recomendados?

Não é a quantidade de membros que determinará sua representatividade. Existem conselhos já instituídos e atuantes que atendem o princípio federativo, o que não se observa no CONDRAF, pois este não contempla em seus quadros uma representatividade equitativa dos Estados da federação perante os outros membros. Os Estados da federação não participam daquele conselho.

Eu diria até, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o CONDRAF não possui um quadro paritário. Os membros de forma paritária. Tão necessário num conselho como esse.

Não está respeitando, portanto, os termos do art. 23 da Constituição Federal, que determina a competência comum da União, Estados e Distrito Federal e Municípios, e prevê em seu inciso VIII, que cabe a eles comumente fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Outro ponto questionável é a exclusão, no texto, do projeto dos mecanismos essenciais para a pres-

tação de serviço. A participação dos estados nesse processo se limita ao credenciamento das entidades executoras no serviço de assistência técnica e extensão rural. No credenciamento ficam as entidades executoras desobrigadas de comprovar sua infraestrutura e capacidade operacional, comprovar o conhecimento técnico e científico na área, comprovar a efetiva atuação no mercado e de apresentar resultados comprovados pelos conselhos municipais e estaduais ou entidades equivalentes.

Não basta que tais exigências estejam discricionariamente previstas em editais. Estamos aqui discutindo uma política pública de Estado e não de governo. Segundo informações oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram repassados entre os anos de 2003 a 2009, a 2008, 314 milhões 944 mil 776 reais para 27 instituições públicas da ATER. Porém, segundo consta na relatoria da matéria, os gastos anuais com serviços de ATER, em todo o país, somam 1,6 bilhão. Portanto, os recursos federais representariam, em 2009, até 2009 apenas 30% do total aplicado nesse serviço, sendo que os demais 70%, aplicados pelos próprios Estados.

Portanto, observa-se que os maiores aplicadores nos programas de assistência técnica e extensão rural estão excluídos das deliberações. São os Estados. Matéria da revista Exame, do último dia 23 de setembro, informa que pesquisadores da Universidade de Brasília verificaram que em nove assentamentos nos Estados do Acre, Amazonas, Goiás e Minas Gerais, apenas 15% dos assentados vivem da exploração agrícola, e só 10% tem lucro com a atividade. Além disso, pelo menos 30% tem sua principal fonte de renda oriunda de programas assistenciais. Para onde está indo o dinheiro dos programas de assistência técnica? Essa é a pergunta. Não podemos aprovar um projeto que deixe lacunas na aplicação do recurso público.

Em meu Estado, Mato Grosso, a totalidade dos assentamentos, 718 ao todo, não receberão financiamentos do PRONAF esse ano, por estarem em situação irregular junto aos órgãos ambientais. Onde está a assistência técnica, a orientação ambiental e a preservação de atividades sustentáveis?

É nesse diapasão que proponho a emenda no sentido de garantir um programa eficaz e eficiente que garanta a fixação do homem no campo e contemple os objetivos da Reforma Agrária pretendida.

Por isso o nosso voto. Pelo exposto, voto pela aprovação parcial do PLC nº 219, de 2009, com a emenda que a seguir se apresenta:

Emenda. Inclua-se ao artigo 15 do PLC 219 os seguintes incisos:

O inciso VI Comprovada infraestrutura e capacidade operacional;

VII Comprovado conhecimento técnico e científico na área de atuação;

VIII Comprovado a execução de serviço prestados na área proposta por mais de dois anos;

IX Comprovada a avaliação pelos conselhos a que se refere o art. 10 da Lei, dos resultados dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores. A escolha de novas entidades do setor privado para promover a assistência técnica precisa ser uma escolha aonde se foca a comprovada experiência dessas futuras empresas. Porque poderiam ser OSCIPs, que não se enquadrariam dentro do foco almejado pelo sistema de assistência técnica. O simples registro, o registro, que antes era que um ano, e agora já foi ampliado, cinco anos de existência, foi reformado pela Câmara, e também outras modificações que já foram importantes, foram feitas lá na Câmara Federal, e com a inclusão de que essas... essas empresas teriam que ter comprovadamente... focadas nesse ramo, com trabalhos prestados, com análise desses serviços avaliados pelo sistema de... pelos conselhos estaduais ou municipais, vai possibilitar uma seletividade na aplicação dos recursos públicos e uma efetiva aplicação dos mesmos, no fim que se propõe, que é assistir a pequena agricultura, os assentamentos, a Reforma Agrária... Enfim, todos esses projetos que estão carecendo e que, às vezes, um simples órgão público, ou um órgão estatal, como Rondônia e Rio Grande do Sul, eles não estão assistindo a totalidade.

Uma análise feita pelo Estado do Mato Grosso, pela própria EMPAER, apenas 27% dos assentados rurais estão recebendo – de 140 mil assentados – apenas 38 mil, 27% estão sendo assistidos pela empresa estadual, pela EMATER estadual, pela EMPAER, que é o nome certo lá do Estado do Mato Grosso.

Então, nada mais correto do que ampliarmos esse serviço para que realmente todos os projetos, assentamentos sejam atendidos. Porém, a nossa inclusão desses incisos visa única e exclusivamente melhorar a escolha dessas empresas novas de assistência que irão ser formadas, associações, entidades, enfim, OSCIPs, seja o que for, e nós queríamos dar um cunho de prestação, de efetividade, de que realmente esses... os conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural, que já existe em todos os Estados brasileiros, pudessem avaliar esse serviço antes de conceder qualquer aporte de recurso.

Então, essa é a nossa proposta de estar de acordo com o teor do projeto, apenas incluindo algo que poderá dar mais efetividade e abrangência e serieda-

de ao serviço de assistência técnica a ser prestado pelas empresas privadas que serão objeto de escolha do CONDRAF, e registrada nos conselhos estaduais. Era esse o nosso voto, Sr. Presidente.

Eu gostaria de inclusive dizer à Senadora Serys Slhessarenko que eu coloquei no início da sessão aqui, nós colocamos que V. Exa. estaria vindo para cá, que teria o maior interesse, por se tratar da relatora do projeto, de estar participando dessa discussão. Mas para... Como já tinha acabado a pauta anterior, que era a escolha das comissões, eu apenas li esse... essa pequena emenda, mas que eu vejo de muito valor, porque nós estaremos dando maior seriedade na escolha dos futuros prestadores de assistência técnica privada desse país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Estando presente a Senadora Serys Slhessarenko, que é relatora desse projeto, nós vamos passar as informações dos fatos que aconteceram a partir da apreciação do projeto na reunião de ontem.

Foi lido o parecer de V. Exa. na pessoa do Senador Eduardo Suplicy, na condição de relator *ad hoc*. O Senador Gilberto Goellner pediu vista do projeto e agora apresenta algumas mudanças que mantêm a estrutura geral do projeto, mas sugere algumas mudanças que V. Exa. poderá acolher ou poderá recusar. E, nessa circunstância, nós colocaríamos em votação o parecer alternativo, voto em separado do Senador Gilberto Goellner. Então, com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Gilberto Goellner, que apresenta um voto em separado. Esse PLC 219, como o nosso Presidente Senador Valter Pereira acaba de anunciar, ele já foi lido. Ele, eu diria, que é uma das matérias da mais alta relevância porque institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. E o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar na Reforma Agrária. É PNATER e o PRONATER, que altera a Lei nº 8.666, de junho de 93.

Eu diria que nosso relatório foi feito, assim, com bastante cautela, com esmero, com muita reflexão. Diria que a emenda... É a emenda ou as emendas? A emenda que o Senador Goellner coloca, comprovada infraestrutura e capacidade operacional, já está previsto na Lei de Licitação... Quer dizer, eu diria que as questões que o senhor coloca, senador, tem alguma... tem um significado, com certeza. Elas não são... não-pertinentes, vamos dizer assim. Mas a nossa preocupação, Srs. Senadores, Sra. Senadora, é que ao

acatar essas emendas, que não modificam o projeto, na verdade, porque as colocações aqui feitas, elas já estão contempladas em legislações, nós estaríamos atrasando a tramitação de um importantíssimo projeto para a agricultura familiar. A agricultura familiar em nosso país, ela precisa de muito esforço ainda legal, e também não só legal, político, para que ela consiga avançar a passos mais céleres. E que, tendo isso em consideração, eu rejeito, realmente, como emenda, e peço que a gente vote favorável ao nosso projeto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vejo que não é uma questão da relatora acatar, ou não, a emenda. Nós precisamos votar esse... Esse aqui é um voto em separado. Nós precisamos votá-lo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Então votaríamos primeiro o meu projeto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vejo o seguinte, Senadora Serys, se nós queremos dar uma seriedade a escolha das empresas que prestarão assistência, a forma como está previsto hoje, no projeto 219, ele dispensa a licitação. Uma chamada pública, vai ser uma escolha direta do CONDRAF. E o CONDRAF é composto por 38 entidades, sendo que a maior parte dos membros do CONDRAF não conhece o sistema de assistência técnica. Tem inclusive a CNBB dentro, tem órgãos de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem a relação?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Questão de esclarecimento. Esse projeto não é nem mais projeto do governo, se a preocupação é essa. Foi um projeto acordado por todas as lideranças na Câmara. Eu acho que qualquer coisa que se faça ao contrário agora é procrastinação, do meu ponto de vista. Então, a gente tem que refletir. A agricultura familiar, a gente tem que ter uma posição. Eu acho que o grande agricultor do Brasil vai bem, a gente quer que vá cada vez melhor. Cada vez melhor, para exportar, para trazer subsídios para o nosso país. Mas a gente precisa fazer ações concretas e com agilidade em prol da agricultura familiar.

Foi feito acordo partidário, todos os partidos foram favoráveis à votação desse projeto da forma como ele está. Então, acho que qualquer coisa aqui é retardar um projeto da envergadura e da importância desse aqui a sua tramitação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Goellner pediu primeiro. Depois V. Exa.--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Só gostaria de passar então que eu discuti inclusive com o Deputado Lira... Lira Maia, do Pará, que apresentou o voto separado, que o consubstanciou mudanças imprescindíveis. E quando apresentei essa nossa preocupação de que a simples escolha pelo CONDRAF de aceitar novas empresas sem a devida preocupação com a capacitação dessas OSCIPs, ONGs, associações, sem o comprovado serviço já realizado na atividade, isso aí seria mais um grande projeto de distribuição de recurso para ONG. Então, minha preocupação é muito grande. Que eu estou preocupado com a pessoa que está lá no campo e que está precisando dessa assistência, orientação ambiental, orientação de mudar a matriz produtiva desse país, principalmente na região norte do país, aonde colocaria atividades econômicas perenes e não anuais. Tem assentamento lá que não tem uma atividade. A maior parte deles. Então, eu vejo que nós precisamos--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Senador, tem que ter cinco anos, o senhor está reduzindo para dois. Quer dizer, alguém que seja criado agora vai poder participar em 2015.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Não, mas os cinco anos é de registro--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Serys, ele vai concluir a questão de ordem solicitada, e, posteriormente, a Senadora Marisa, Senador Raupp e depois a Senadora Fátima Cleide e depois V. Exa..

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Nesses cinco anos de instituição, objeto social, se não fizer nada, nenhum trabalho demonstrativo de experiência na atividade de assistência, também não vai adiantar nada. Essa minha preocupação aqui de colocar uma exigência de efetivo trabalho na atividade de assistência para poder ser um prestador e receber os recursos, senão ele não vai poder repassar. Simplesmente vão se criar... Esse edital de chamada pública é discricionário. Você pode incluir o que quiser. Ele pode ser... Qualquer um pode se candidatar e receber... Ele tem que ter capacidade técnica, isso está previsto em Lei.

Porém, esse projeto aqui não está admitindo essa capacitação. E eu diria que o CONDRAF, da forma como está composto, com 38 entidades, praticamente muitos representantes de Ministério, dos Ministros, mas tem entidades aqui estranhas ao setor, que não podem estar escolhendo. Porque além... Eles não têm... Eles são... São entidades que vão estar representando os

tomadores de recursos, e eles vão estar direcionando a escolha sem a necessidade de comprovação técnica, que essa não é exigida no Projeto de Lei 219.

O que nós estamos precisando é fomentar que as novas entidades privadas, que se credenciem perante os órgãos estaduais, tenham comprovada capacitação técnica já realizada. Esse é o grande mérito do nosso projeto. Não é simplesmente pegar uma OSCIP, cinco anos de registro, está feito, pode se credenciar para receber dinheiro, recurso do MDA para assistência técnica e extensão rural.

Então, nós precisamos seletivar a forma de escolha, realmente entidades capacitadas e que possam promover uma efetiva assistência técnica. Então, nesse sentido aqui esse conselho, o CONDRAF, não é questão aqui de nós estarmos modificando porque ele já existe, já está em funcionamento.

Agora, me causa estranheza a forma, os componentes. Veja bem aqui, nós temos aqui a CNBB. Por que ela está junto na Pastoral da Terra aqui para promover a assistência técnica, para escolher entidades? Nós temos comunidade... Nós temos representantes de movimento do sem-terra, que estão entre oito aqui. A pergunta é... Eles são tomadores. Esse conselho deveria estar preocupado em promover, escolher realmente quais os setores que precisam dar assistência.

Agora, eles vão estar junto com Ministro discutindo? Esse conselho está muito amplo, está muito aberto. Ele não tem efetividade. Ele é inócuo dessa forma. Então, eu não vejo que nós vamos atrasar esse projeto, Senadora Serys, não foi essa minha intenção. Ao contrário, foram 24 horas. Agora, vai voltar pra Câmara? Vai. Mas lá, inclusive sob um pedido especial que eu já coloquei para alguns partidos, é que eles tivessem, realmente, que a gente aprovasse isso aqui ainda agora, nesse ano, para poder entrar em ação esse grande... essa Política Nacional de Assistência Técnica. Agora, não da forma que está o projeto. Que a escolha é discricionária. Qualquer um pode pegar. Qualquer um que tenha uma empresa de cinco anos, que tenha no seu objetivo social escrito "Assistência Técnica e Extensão Rural" e tenham agrônomos e credenciamento, são três itens ali, ele vai estar recebendo recursos. Inclusive no projeto anterior e original da Presidência da República concedia adiantamentos. Adiantamentos de 5%, e já tinha gente querendo subir para 10, 15% de adiantamento para se preparar.

Então, não tem porque. E outra coisa, estava lá um ano de constituído. O pessoal está só olhando o tempo de Constituição. Nós precisamos dar efetiva... se os nossos órgãos de assistência técnica estadual não tiverem a capacitação e a especialização necessária, eles vão perder, sim, para essas novas entidades. Mas

que, sim, escolha entidades realmente efetivas de experiência e tenham sabidos resultados efetivos de várias safras e das atividades agrícolas. E esse trabalho de dois anos comprovado de trabalho na área, ele vai ser uma demonstração inequívoca de capacitação para poder atender os requisitos de atendimento a esse trabalho. Nós não podemos simplesmente colocar ONGs, OSCIPs aí fazendo assistência técnica. Vai ser mais uma farra de dinheiro a ser mal distribuído no país e que quem está precisando realmente de assistência vai, mais uma vez, ficar aguardando por algo que não vai ser efetivado. Era esse o nosso parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa Serrano para discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Sou amplamente favorável à instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Nós temos, em Mato Grosso do Sul, e V. Exa. é conhecedor disso, um extenso trabalho nessa área do estado através da AGRAER.

Este ano eu fiz uma emenda minha, individual, grande, para os agricultores familiares do estado, dando uma cesta de insumos necessários a eles. E estão sendo trabalhados através do apoio e, principalmente, da elaboração efetiva de um projeto, de um programa através do escritório da AGRAER, em Mato Grosso do Sul, que é a nossa agência de fomento. E, principalmente, fazendo com que o estado dê a assistência técnica e gerencial que os municípios precisam. O Governador André Puccinelli foi extremamente... apostou nesse projeto, investiu mais recursos ainda e chegamos a um projeto de dois milhões de reais, justamente investindo no pequeno produtor, seja assentado ou tradicional, e com o apoio técnico da extensão rural do estado. Isso é fundamental de pessoas que tenham capacidade de oferecer, isso eu posso dizer, porque estive em Sidrolândia, sábado retrasado, junto com o Prefeito Dalton e todos os técnicos para eles entregarem os insumos. Foi apenas uma entrega simbólica num assentamento de tantos que nós temos no estado. Mas esse é um trabalho feito, efetivo, que eu estou acompanhando, e sem auxílio técnico fundamentado e em condições de dar aos pequenos produtores aquilo que eles precisam, que é a orientação técnica, por quem entende do negócio, acho que fica muito difícil.

Eu sou amplamente favorável à proposta das mudanças efetivadas pelo Senador Goellner. Não desfigura o projeto, apenas está dizendo que a assistência técnica, a Política Nacional vai ser feita em cima de critérios de competência. Quem é que tem competência para poder oferecer o melhor para aqueles

pequenos? Não é porque são pequenos que tem que ser qualquer um.

Hoje, as novidades e a tecnologia está muito avançada e não pode ser uma pessoa que não tenha competência técnica para poder dar assistência necessária ao pequeno produtor. Porque ele é pequeno que ele precisa mais ainda, para que ele possa produzir em pequena terra, e em poucos hectares, condições de produzir mais.

E, além disso, Sr. Presidente, eu quero dizer que todo o trabalho que o Mato Grosso do Sul, e eu estou falando do meu estado, porque lá eu conheço, está realizando é com o apoio do Governo Estadual. E excluir os governos estaduais de uma proposta dessa é temerário. Porque é o local, o Governo Estadual que está lá que pode apostar nos seus técnicos, no seu corpo técnico, para dar o apoio que os pequenos precisam. Para que serve, então, o estado na assistência técnica, se não vai ter obrigatoriedade de apoiar aqueles que precisam?

Então, essa é uma questão extremamente... É uma questão extremamente necessária e eu que eu queria deixar aqui, Sr. Presidente, a certeza de que nós estamos no caminho certo. Fazer aquilo que é melhor. Garantir a Política Nacional, que é necessária, mas, além disso, garantir que quem trabalha com o pequeno tenha competência para isso. Na educação, eu também tenho brigado muito, que não é o pequeno, porque é pobre, que política pobre de as pessoas que não tem capacidade para apoiar. Nada disso. É para o mais pobre, o menor, que nós temos que botar o melhor. Eu acho que esse tem que ser o caminho, e essa tem que ser a nossa luta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não pela ordem, para discutir tinha pedido a palavra primeiro o Senador Raupp e, logo em seguida, a Senadora Fátima Cleide. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu, na verdade, não estou querendo discutir o mérito do projeto nem as relatorias, que agora são duas. Para confundir são duas relatorias. Mas essa Comissão deu uma demonstração de interesse, de respeito à extensão rural, ao aprovar recentemente hoje aqui uma emenda de Comissão ao Orçamento Geral da União para a extensão rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu queria fazer uma sugestão à Senadora Serys, ela mesma falou na sua fala que a emenda, o voto em separado do Senador Gilberto não prejudica o projeto. Nem altera muito e nem prejudica o projeto. Se for assim, por que não acatar como emenda... Talvez não

como voto separado. O voto separado... Talvez como emenda, se ela não poderia acatar como emenda e os dois fizessem o entendimento. Já que os dois são do mesmo Estado, nosso querido Mato Grosso... Eu vou me sentir meio constrangido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Valdir Raupp, apenas para fazer um adendo que é o seguinte: esse projeto se ele tiver emenda.. Eu acho que tinha que se discutir o projeto. Assistência técnica, hoje, é um problema no país. Todos nós temos essa consciência. Talvez o projeto não seja o projeto ideal, mas ele avança na assistência técnica. Se nós tivermos uma emenda, essa emenda voltará para a Câmara, e esse projeto não irá funcionar no próximo ano. A Câmara, no próximo ano, vai ter dificuldade de votar isso. Nós vamos ter uma eleição no próximo ano. Então, talvez... Eu queria fazer uma outra sugestão. A minha sugestão é que nós votássemos, Senadora Serys, nós votássemos o projeto da forma como está e a Comissão de Agricultura apresentava um projeto separado com as emendas, e melhorando o texto, e tramitaria aqui no Senado... Nós aprovaríamos ainda esse ano em regime de urgência, e mandaríamos para a Câmara esse adendo, mas aprovaríamos do jeito que está a matéria, e o Presidente sancionaria esse ano ainda. Para que a gente tivesse a assistência técnica.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [ininteligível] porque a assistência técnica tem um representante só do estado em 38. Quer dizer, o que estamos colocando aqui é que o menor, o pequeninho, o assentado, o pequeno produtor, tem que ter assistência técnica capacitada. Não pode... Mas é isso que está... o Senador Goellner está querendo colocar. É essa a proposta do Senador Goellner, é colocar a assistência técnica capacitada. E não feita por ONGs que não tenham... Vai ser só tendo o tempo de existência, e não capacidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quem vai definir a escolha, o credenciamento... Isso é um processo transparente, processo que vai ser discutido. Agora, Presidente Valter, minha proposta é que nós pudéssemos votar a matéria como está. Essas modificações e outras que podem aprimorar o projeto se transformassem num projeto oriundo da Comissão de Agricultura. Eu me comprometo a dar, conjunto com os líderes, de dar urgência nessa matéria, para que a gente fizesse as duas coisas em paralelo, e não houvesse prejuízo na implantação do sistema de assistência técnica, que é algo prioritário nesse país hoje. Talvez... É melhor nós termos um sistema sendo implantado e, posteriormente, corrigido, do que nós termos uma discussão sem fim, esse processo retorne à Câmara, e para o ano nós não tenhamos a assistência técnica

nem de um jeito nem de outro acontecendo nos estados. Essa é a minha sugestão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está encaminhado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está satisfeita com a intervenção do Senador Jucá?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de me pronunciar quanto ao mérito do projeto, e por isso eu peço que o Senador Raupp assuma a Presidência.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está inscrita, então tem a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Porque para mim precede o encaminhamento que o líder Romero Jucá está dando aqui. Eu queria dizer também que acho importantíssimo e urgente, porque venho de um estado importantíssimo também na região Amazônica, que é o Estado de Rondônia, um dos maiores Estados... Estados de maior produção agrícola nesse país, e que a agricultura familiar é maioria, ainda, ainda resiste como maior número de propriedades rurais, a agricultura familiar no Estado de Rondônia.

Infelizmente nós não temos. Nós temos muita dificuldade com aquilo que a gente pensa que deveria ser uma assistência técnica de qualidade para a agricultura familiar. Nesse sentido, eu... Eu acredito também na boa intenção do Senador Gilberto Goellner, aqui, em apresentar emendas. Mas tem uma preocupação muito grande, senador, com essa questão do tempo mesmo. Eu quero ver as coisas acontecendo mais rápido possível. E o meu apelo para o senhor seria a questão de que vamos considerar o fato de que lá na Câmara houve um acordo de líderes, houve um acordo entre todas as bancadas para que esse projeto fosse aprovado da forma como ele foi.

Tem algumas questões, que o senador coloca, que eu gostaria de discutir. Uma delas, por exemplo: por que a CNBB no CONDRAF? Primeiro, o CONDRAF é um conselho que vai se reunir para discutir uma conferência que vai acontecer de quatro em quatro anos. Uma conferência que vai avaliar a agricultu-

ra e a assistência técnica, enfim, todas as questões ligadas à agricultora familiar. Então, o CONDRAF não vai fazer a escolha dos projetos, quem vai fazer a escolha do projeto e escolher pelo melhor é a chamada pública. Então, por que o receio de ter uma CPT, que representa a CNBB, e que faz um trabalho de acompanhamento, de acompanhamento da questão agrária e agrícola nesse país, como me perdoe, pouquíssimas entidades nacionais fazem? Então, eu não... Não tenho... Não vejo porque o receio estar aqui uma entidade como a CNBB. A CNBB está porque tem toda uma estrutura organizada, no país inteiro, que discute e que acompanha a questão da Reforma Agrária e da agricultura familiar.

Então, eu acredito, Senador Gilberto, que a sua intenção é muito boa, a proposta que traz aqui o líder Romero Jucá, ela resolve o nosso problema de emergência. Acredito que protelar, emendar para voltar para a Câmara, significa prejudicar a agricultura familiar, e isso eu tenho certeza que não é intenção de nenhum de nós membros dessa Comissão. Nossa intenção é fazer com que a agricultura familiar tenha a assistência técnica de qualidade, o mais rápido possível.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Me permite um aparte? Presidente Valter, eu queria dar um aparte sugerindo algo mais além. Os quatro itens, os quatro pontos do art. 15 que o Senador Gilberto Goellner coloca no projeto dele, que são: comprovada infraestrutura e capacidade operacional; comprovado conhecimento técnico e científico; comprovada e efetiva execução dos serviços prestados na proposta por mais dois anos; e comprovada avaliação, eu me comprometo, pelo governo, a colocar isso na regulamentação do processo que vai ser cobrado.

Portanto, isso não tem nenhum tipo... Eu falo aqui em nome do governo. Isso entrará na regulamentação, nas exigências do edital que será colocado e, portanto, supre a deficiência. Nada impede que tramite também o projeto de lei depois e transforme esses pontos em lei, mas a gente já garante na operacionalidade do edital, eu garanto esses pontos aqui. Então, eu queria fazer essa colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Bom, eu gostaria, então, de prestar alguns esclarecimentos. Primeiro, a... Eu interrompi porque não queria atrapalhar a conversa do Senador Flexa Ribeiro, e tem primazia agora porque ele é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas, há um consenso nesta Comissão em favor do serviço de assistência e extensão rural. Essa é uma constatação que nós temos aqui. Tanto é verdade que hoje nós aprovamos para o MDA emenda que dispõe exatamente sobre esse setor. Há, na iniciativa do Se-

nador Gilberto, um claro objetivo de prevenir eventuais abusos que possam ser cometidos, e que vão ensinar, amanhã, novas CPLs, novas investigações, novas suspeições. E há também aqui um compromisso do líder do governo em agasalhar as medidas saneadoras e moralizadoras propostas pelo Senador Gilberto Goellner, através de um projeto de lei de iniciativa da Comissão de Agricultura. Com essa medida e com os procedimentos que foram anunciados pelo... pelo líder Romero Jucá, no sentido de as medidas que forem sendo adotadas já seguirem nessa orientação ética, eu acho que as condições exigidas pelo Senador Goellner, e que têm o respaldo desta Comissão, estão... dão plenas condições para que o projeto seja votado, e ganha celeridade que efetivamente é reconhecida, é necessária e reconhecida por todos nós.

Portanto, eu não vejo nenhum empecilho para se votar essa matéria do jeito que está e com os compromissos que foram assumidos. Se todos estiverem de acordo, nós aprovamos agora, e essa matéria é uma matéria que vai em regime de urgência para o Plenário, e nós teremos condições de votar ainda neste ano. Todos de acordo? Então, em votação. Não havendo divergência, está aprovado por unanimidade. Senador Suplicy não só pode votar a favor como operou como relator *ad hoc*. Portanto...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será mantido o voto que foi prolatado. Bom, não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 16h40.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e oito outubro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Co-

municação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Lobão Filho, Demóstenes Torres, José Agripino e Cícero Lucena. Justificam as ausências os Senadores Papaléo Paes, Roberto Cavalcanti e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de: atendendo ao, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações (MiniCom) e Presidente da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom, para comparecer perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT do Senado Federal, dia 21 de outubro de 2009, para em Audiência Pública, prestar informações acerca da organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM)." Comparece a reunião o Senhor Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Confecom e Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores, Flávio Torres, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gerson Camata e Renato Casagrande. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para permitir que sejam aplicados recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações no subsídio do consumo de serviços prestados em regime público destinados à população de baixa renda." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, com as emendas nº 01 e 02-CCT, aprovadas por 11 (onze) votos favoráveis, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Felipe Bornier, que "Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo." O relator designado, *ad hoc*, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39, de 1992, que dispõe sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens." O relator designado, ad

hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer pela prejudicialidade da matéria, uma vez dada ciência do assunto à Câmara dos Deputados. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação o Comunitária e Cultural FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por (10) votos favoráveis.. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11(onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis do Piauí – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comuni-

cação e Informática, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição – ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é por aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11(onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática(CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sem Fronteiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11(onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Tradicional Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária – AIRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuitã, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11(onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é

aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Perspectiva Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria do Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chuí, Estado do Rio Grande Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Televisão S.A. para explorar Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mascote, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FM Industrial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cida-

de de Barreiras, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Radio Comunitária Santa Luz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Quixeramobim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia (CD), Comunicação e Informática, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Remanso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipu,

Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural dos Amigos de Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD) que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuan – AMCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Centro Urbano de Nova Lacerda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Centro Cultural de Josenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Canoa, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rosanense de Comunicação Social – ARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Infor-

mática, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária duas Barras – RJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim – Rádio JG FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odesa, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ACR Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jacuiense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuí, Estado de Minas Gerais.” O relator

designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Super Difusora AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza – FUNPROMIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Alvorecer Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marzagão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marzagão, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Infor-

mática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Bonópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Costa Rica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Delcídio Amaral e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó-Arcoc para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, é o Senador Delcídio Amaral e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Setor Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Centro Comunitário Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Antonio Carlos Junior, Presidente Eventual para relatar o seguinte: , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. , de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Concordeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia do Pará,

Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Ficam adiadas, em virtude da ausência do relator, as seguintes matérias: . Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e treze minutos, determinando que eu, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 28 de outubro de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Antes de iniciarmos a pauta de hoje, quero trazer ao conhecimento dos Srs. e Sras. Senadores membros da CCT a visita que fizemos ao Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro, em companhia do Senador Flávio Torres, na quinta e sexta-feira passada. Fomos acompanhados do General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que é chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia. Estivemos, na quinta-feira, visitando as instalações do Instituto Militar de Engenharia, o IME, onde fomos recebidos pelo General de Brigada Amir Kurban. E também visitamos, ainda na quinta-feira, o IFIEX, Instituto de Fomento e Inovação do Exército Brasileiro e a IETEX, Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Exército Brasileiro. Na sexta-feira estivemos no Centro de Tecnologia do Exército, no CTEX, onde fomos recebidos pelo Coronel Hildo Prado Filho, e também no Centro de Avaliação do Exército, o CAEX, que tem como diretor o General Rodrigo Ratton. A visita foi de grande importância, porque nos foi mostrado tudo o que está sendo desenvolvido nessa área de ciência, tecnologia e inovação pelos órgãos do Exército Brasileiro ligado ao seu departamento de ciência e tecnologia tão bem dirigido pelo General Heleno.

Os Srs. Senadores membros da Comissão terão oportunidade, numa próxima visita, de estarem nessas dependências do Exército Brasileiro e conhecerem o avanço tecnológico que busca o nosso exército para que dê ao nosso país tecnologia suficiente, principalmente na construção e no desenvolvimento de armamentos, para que não fiquemos dependentes de tecnologia estrangeira, com isso garantindo da soberania do nosso país. Eu quero parabenizar o Exército Brasileiro por tudo aquilo que o Senador Flávio Torres, que é o pesquisador físico, e eu próprio tivemos a oportunidade de visitar. E agradeço ao General Heleno a gentileza do convite e de nos ter acompanhado naquela visita.

Quero também comunicar aos Srs. Senadores membros da Comissão que recebemos do Ministério das Relações Exteriores um e-mail convidando os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia para participarem do IV Fórum de Governança da Internet, o IGF, que é a sigla em inglês, que será realizado em Sharm-El-Sheik, no Egito, entre os 15 e 18 de novembro corrente. Como é sabido o IGF é fórum aberto das Nações Unidas de composição multissetorial: governo, sociedade civil, iniciativa privada e academia. Dedicado ao debate Global dos temas relacionados à governança da internet. Sua segunda edição foi realizada no Rio de Janeiro, em 2007.

Neste contexto e dado histórico de participação parlamentar em edições anteriores do IGF, muito agradecerá conhecer o interesse de V. Exas. e de outros membros dessa Comissão em participar do evento no Egito. A programação do evento e o formulário de inscrição estão disponíveis no endereço igf09.eg. Informações sobre transporte e hospedagens podem também ser encontradas no mesmo endereço. O documento está assinado pelo Dr. Hadil da Rocha Viana, diretor de Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores.

Então, solicito à secretaria da Comissão que faça chegar aos Srs. Senadores membros da Comissão cópia do convite endereçado pelo Ministério das Comunicações... Desculpe, pelo Ministério das Relações Exteriores, e aqueles que senadores que tiverem em interesse em participar do IV Fórum de Governança da Internet podem fazer então a sua inscrição junto à secretaria.

A nossa reunião de hoje, nós vamos dividir em duas partes. Conforme ficou acertado na reunião anterior, na primeira parte nós vamos ter a presença, que já que se encontra aqui ao nosso lado, Dr. Marcelo Bechara, Presidente da Comissão Organizadora da 1ª CONFECOM, que vai prestar informações acerca da organização desta conferência.

Todos nós sabemos da importância que terá essa primeira Conferência Nacional de Comunicação, que se realizará de 14 a 17 de dezembro próximo. O Dr. Bechara vai poder trazer ao conhecimento dos senadores membros da CCT em que ponto se encontram os entendimentos e da organização... já o regimento que já está aprovado, vai poder dizer o conteúdo desse regimento e a pauta dos temas que serão abordados e discutidos nesta 1ª CONFECOM.

Também, com certeza absoluta, abordará as dificuldades que ele como Presidente da Comissão está encontrando no sentido de reunir, como se pretende fazer nessa 1ª conferência, todos os segmentos voltados a esta área – segmento empresarial; o Legislativo, através do Senado e da Câmara; o Executivo, através do Ministério das Comunicações; e a sociedade civil organizada – para que possamos realmente ter uma conferência que possa vir a debater.

Entre vários temas, a questão do marco regulatório das comunicações que é um tema que está há bastante tempo aqui no Senado Federal, tramitando tanto no Senado quanto na Câmara, para que nós possamos modernizar a legislação.

A legislação, a Lei Geral de Telecomunicações, data de décadas atrás e faz seu avanço tecnológico. É necessário que ela seja revista. E tenho certeza absoluta que essa 1ª CONFECOM vai ter também um papel de destaque não deliberativo, porque ela vai ser uma conferência que vai propor as alterações. E a definição se serão, ou não, adotadas ficará a cargo do Congresso Nacional, na tramitação das propostas, aqui, tanto no Senado Federal quanto na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados.

Então vamos iniciar a segunda parte da reunião. Nós temos uma pauta extensa, são 65 itens, e que tão logo termine a apresentação e os Srs. Senadores estejam satisfeitos com seus questionamentos respondidos pelo Dr. Marcelo Bechara, daremos início então a segunda parte.

Então passo, sem mais delongas, ao Dr. Marcelo Bechara, agradecendo mais uma vez a sua presença. Dr. Marcelo, V. Sa. já é um *habitué* aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, o que para nós, nos dá uma satisfação muito grande, que mostra a sintonia existente entre o Legislativo e o Executivo, no caso específico entre a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal e o Ministério das Telecomunicações muito bem conduzido pelo nosso Ministro e Senador Hélio Costa e que V. Sa. sempre representa aqui com brilhantismo nas vezes que tem vindo à CCT. Com a palavra o Dr. Marcelo Bechara para dizer como é que se encontra a organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, CONFECOM.

SR. MARCELO BECHARA: Bom, obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente bom-dia a todos, bom-dia aos Srs. senadores.

Eu costumo dizer que, antes de ministro, o Hélio Costa é um senador, e ele tem por essa Casa, por essa Comissão, que veio da Comissão de Educação, não é, que ele, inclusive, presidiu um carinho, uma honra muito grande, nós vamos ter todo o prazer de sempre estar vindo aqui prestar todas as informações e esclarecimentos que forem necessários.

O assunto que nos traz hoje, aqui, em relação à 1ª Conferência Nacional de Comunicação, é um assunto, talvez, dos mais importantes hoje da agenda do setor no Brasil. Por que isso? Porque a Conferência Nacional de Comunicação, ela é uma conferência que já vem sendo aguardada há muito anos, ela já vem sendo solicitada por muitos anos por várias organizações da sociedade civil, inclusive, pelo próprio Congresso Nacional, e foi convocada finalmente em abril desse ano pelo Presidente Lula, foi convocada finalmente esse ano pelo Presidente Lula, e vai realizado nos dias 14 a 17 de dezembro.

Eu coloco sempre assim algumas frases que foram ditas ao longo da história no setor de comunicação... Toda vez que surge uma coisa nova, e na área de tecnologia a gente está acostumado com isso, todo novo gera perplexidade. Primeira vez que... quando o rádio apareceu, a primeira frase que foi dita foi: *"O rádio não tem futuro"*. Isso em 1897. Entre outras clássicas, como a televisão: *"O povo americano não tem tempo de tempo de ficar sentando olhando para uma caixa de madeira todas as noites"* ou *"Tudo que podia ser inventado já foi inventado"*. São frases que demonstram a dificuldade que as pessoas têm de enxergar o novo.

Pela primeira vez o setor de comunicação está lidando com uma coisa nova, que é a conferência, um instituto da conferência. E também alguns têm reagido com perplexidade, outros têm reagido com mais sabedoria em relação à questão de Conferência Nacional de Comunicação.

Esse *slide* ali é só para mostrar a ordem legal vigente, legal, porque é impossível colocar num único *slide* todas as normas relativas ao setor de comunicação. Para começar você tem ali uma lei de 1962, que foi colocada aqui pelo Presidente Senador Flexa Ribeiro, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações, é uma lei de 62 que de telecomunicações não tem mais nada, porque ela já foi substituída pela Lei Geral.

Então, por que ela existe? Ela existe porque ela cuida de radiodifusão, e ela é de década de 60. Fora isso você tem uma série de um emaranhado de normas do setor de comunicação de um modo geral, e

que estão sendo questionadas do ponto de vista da sua eficácia, da sua utilização, em razão justamente de um fenômeno, fenômeno esse conhecido como convergência tecnológica. Esse eu acho que é um cenário importante de se colocar para mostrar o porque de uma Conferência Nacional de Comunicação.

O que é a convergência tecnológica? Convergência tecnológica basicamente é a possibilidade que eu tenho de um conteúdo ser acessado, transmitido por diversas plataformas. Se nós identificarmos como é que as coisas funcionavam mais ou menos até meados da década de 90... para você acessar, por exemplo, um conteúdo audiovisual, você precisa ter um aparelho de televisão, isso vai trafegar para uma rede VHF, UHF, se for televisão por assinatura por cabo e etc. A música, através de uma mídia, o áudio através do rádio, enfim, você tem ali de uma forma clara, muito verticalizada para cada tipo de conteúdo, eu tenho uma infraestrutura e tenho um terminal de acesso. Com o advento da internet, em meados da década de 90, surgiu um fenômeno chamado plataforma IP que possibilitou que todos esses conteúdos pudessem trafegar digitalmente numa mesma rede. E por que nós estamos com essas moedinhas, né, que representam o dinheiro ali? Porque nós entendemos, o Ministério das Comunicações entende que convergência tecnológica tem que ser vista como solução e não como problema. E é um momento de oportunidades para todos. Todos podem ganhar, inclusive os usuários, os prestadores de serviços, a sociedade consumidora de um modo geral.

Não dá para enxergar muito bem esse *slide*, mas basicamente o que está dizendo ali é: qual é a grande diferença que nós estamos vivenciando entre o mundo analógico e o mundo digital?

No mundo analógico, nós temos uma coisa chamada de distribuição em massa, ou seja, é um conteúdo distribuído de uma forma para "n" pessoas. Você tem ali uma singularidade dos terminais, você tem os terminais, poucos terminais que acessam poucos tipos de conteúdo, você tem um controle sobre a oferta de conteúdo, tem a restrição especial do espectro e o usuário, ele fica um usuário passivo diante das informações que recebe.

Quando nós vamos para um mundo chamado digital, nós já estamos falando de uma distribuição personalizada. Já não estamos falando mais em conteúdo singular, nós estamos falando de multiprogramação, que possibilita você ter uma oferta maior conteúdos em mais terminais, inclusive portáteis, que podem ser acessados em qualquer lugar, e esse consumidor, ele passa a ser um consumidor interativo. Essa que é a grande diferença do analógico para o digital.

Se nós olhamos os países desenvolvidos: o que acontece nos países desenvolvidos? A primeira porta de acesso à informação é o computador. O computador, ele é a primeira entrada de acesso à informação nos países desenvolvidos. Os celulares, sejam de segunda, terceira, e agora de quarta geração, seriam uma evolução consequência dessa porta de entrada, e finalmente eles caminham para uma plataforma convergente em IP, que eles estão chamando de *Internet Communicator*, que é que você tem acesso a uma série de serviços digitalizados.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do nosso, a primeira porta de acesso à informação ainda é o rádio e a televisão analógico, em que pese a TV digital esteja crescendo de forma espantosa – em pouco menos de dois anos já está presente em mais de 70% do sinal cobrindo a área onde tem população brasileira –, a primeira porta de acesso à informação ainda é a televisão no Brasil.

Finalmente nós temos a mobilidade através dos celulares, que, agora, nós estamos notamos um crescimento muito grande dos celulares de terceira geração, acesso banda larga. Existe uma demanda importante no Brasil para isso. Já são 165 milhões de terminais de celulares, mas o objeto do desejo é ao computador. Com o crescimento da classe C e com as políticas que foram adotadas para baratear o computador, esse objeto do desejo já passou a se tornar uma realidade. Nos últimos dois anos foram mais vendidos computadores do que televisores no Brasil. Então, o Brasil país em desenvolvimento, caminha, né, para uma linha de uma sociedade da informação em que ainda nós temos muita coisa para fazer, mas que a televisão, o rádio, a radiodifusão brasileira, ela tem uma força e representa ainda um instrumento importante de comunicação e informação.

Bom, isso aqui é só para mostrar... Eu acho que esse é o último *slide* que tenta traçar um pouco esse cenário da convergência tecnológica. Do que nós estamos falando? Quando nós estamos falando de usuário, nós estamos falando no consumidor, nós estamos falando, enfim, de um cidadão, a busca pelo entretenimento, informação, identidade com o usuário não é uma novidade. A mídia, a comunicação já busca essa identidade com o usuário há muitos anos. O que está mudando é que esse usuário, ele não quer mais ser um usuário passivo. Ele simplesmente agora ele também quer ser produtor de conteúdo. Quando nós identificamos *sites* em que você tem uma série de conteúdos que são disponibilizados – é preciso de mais de dois mil anos para você conseguir assistir todos os conteúdos no *Youtube*, mais de dois mil anos – a cada um segundo e ponto quatro é criado um blog no mundo,

o que significa isso? Significa que o usuário quer falar, que o usuário quer produzir, que o usuário tem a dizer, que ele não é mais um consumidor, ele é um pró-consumidor, ele é um consumidor que produz. E essa que eu acho que é a grande realidade e o grande desafio que a comunicação brasileira, a comunicação no mundo tem que enfrentar: que é a participação do usuário como protagonista do processo de comunicação, não apenas consumindo, mas também produzindo comunicação.

Entrando na questão da conferência, a conferência, o instrumento da conferência não é novo, a 1ª Conferência foi realizada no Brasil em 1941, foi a Conferência de Saúde. O Governo Lula realizou 63 das 100 conferências que foram feitas no Brasil. Ou seja, de 1941 até 2002, foram realizadas 40 conferências; de 2003 até hoje já foram realizadas mais de 60 conferências. Ou seja, o instrumento da conferência se tornou um instrumento de democracia abrangente. O que é democracia abrangente? É aquela democracia que você tem participação, em que as pessoas podem colocar seus posicionamentos, dizer o que pensam. Existem outras formas – ouvidorias, mesas de negociação –, mas o instrumento da conferência tem sido utilizado de uma forma muito eficiente.

Aquela informação ali é exatamente para mostrar isso, não é? O número de conferências que foram realizadas nos últimos anos. É um instrumento que já havia sendo utilizado, foi bastante utilizado já no governo passado, mas que, realmente, a partir de 2003, você teve um salto de vários tipos de conferências. Foram realizadas conferências... Já teve a segunda de Direitos da Pessoa Idosa... Só para dar alguns exemplos: a primeira de Educação Básica Escolar Indígena; a primeira de Segurança Pública, que foi concluída tem duas semanas... Quer dizer, tem mais um mês; a sétima de Assistência Social; já foram realizadas treze na área de saúde. A conferência na área de saúde é um instrumento já consolidado dentro da cultura de formulação de políticas públicas da saúde. O SUS, o Sistema Único de Saúde, na verdade, é um implemento de uma política que foi considerada dentro de uma conferência de saúde. Então, isso já é um instrumento em que outros setores já está bem avançado, mas que, em vários, é pela primeira vez que está acontecendo, como foi o caso da Segurança Pública, e como tem sido agora o caso da comunicação.

Entrando, então, especificamente na Conferência de Comunicação, ela foi convocada pelo Presidente da República no de decreto de 16 de abril de 2009, e foi normatizada pela Portaria do Ministério das Comunicações 185. A conferência, ela foi acontecer em Brasília do dia 14 a 17 de dezembro, só que antes de chegar à

Brasília, essa conferência tem que passar pelo Brasil inteiro, ou seja, ela tem que ter a capacidade de ouvir o que cada um dos Estados, o que cada um dos municípios que tiverem interesse em realizar suas conferências têm a dizer sobre comunicação.

O tema não poderia ser mais feliz, “Comunicação: meios para construção de direitos e de cidadania na era digital”. Ou seja, como que o instrumento da comunicação pode e deve ser usado a favor do desenvolvimento da cidadania e para que o cidadão – você não pode considerar cidadão que não seja informado, não existe cidadania sem informação. Então, eu acho que essa é a grande realidade que nós temos que buscar e que nós temos que construir dentro de uma era digital, porque nós temos que olhar para frente. Estamos caminhando para um mundo em que a informação, ela passa cada vez mais a ter valor, cada vez mais a ser importante e ter uma velocidade, um dinamismo que nos obriga a todos nós a estar diante desse processo, preparando o país para aquilo que se chama sociedade da informação. Não adianta nada, não adianta nós termos crescimento, desenvolvimento se nós não tivermos o quê? Informação. Informação, então realmente é aquilo que se busca. Eu acho que essa conferência tem que mostrar alguns caminhos, algumas propostas nesse sentido.

Bom, foi constituída, então, através do regimento interno, a Portaria 667. Claro que eu não vou tratar do regimento interno aqui como um tudo, mas eu vou trazer alguns pontos específicos para os Srs. senadores que dizem respeito a um formato de uma conferência. Essa conferência ela está dividida em três etapas: as etapas preparatórias, as eletivas e etapa nacional. A etapa preparatória é a conferência municipal, é a conferência regional, é a conferência intermunicipal, inclusive conferências livres, em que grupos de pessoas realizam suas conferências... Eu vou dar o caso da UNB. A UNB realizou a conferência livre. A partir dali são tiradas propostas que são encaminhadas para o Estado, que é a etapa eletiva. Então, por exemplo, a UNB vai encaminhar suas propostas para a conferência distrital. Estão sendo realizadas no Brasil, nós não temos controle, e que bom que nós não temos controle, sobre o número de conferências que estão acontecendo nesse país. É impressionante. Estão sendo realizadas conferências municipais e livres em todo o Brasil, em vários municípios, certamente nos Estados dos senhores, que os senhores representam, já estão acontecendo essas conferências. Eu tive informações inclusive de conferência livre infantojuvenil, ou seja, que as crianças e os jovens, pré-adolescentes, vão dizer o que pensam sobre a questão da comunicação. Isso

é uma evolução muito importante do processo democrático brasileiro.

E existe, então, as conferências estaduais... Essas são as etapas eletivas. Por que elas são etapas eletivas? Porque são nas conferências estaduais que se tira o número de delegados, delegados esses que vêm para Brasília na etapa nacional, portanto, representantes de todo o país que coletaram as propostas do Brasil inteiro para deliberar de forma propositiva, essa deliberação é para atingir propostas para o setor de comunicação. Todos os Estados brasileiros vão ter etapas estaduais. Infelizmente tiveram alguns Estados que não convocaram pelos seus governadores e por suas Assembleias Legislativas as conferências. Nesses Estados, nós da comissão organizadora constituímos grupos de interesses locais que vão realizar as conferências. Mas graças a Deus foram minoria, foram apenas três Estados. A grande maioria dos Estados, 24 unidades da federação, contando com o Distrito Federal, vão, já convocaram suas conferências. Essas conferências estaduais começam a partir de amanhã. A primeira conferência estadual, a primeira etapa eletiva começa amanhã no Piauí; depois de amanhã já começa do Rio de Janeiro; e esse final de semana nós vamos ter ainda o Estado do Acre. Então, Piauí, Rio de Janeiro e Acre vão até o final dessa semana concluir as suas etapas eletivas, prepararem as suas propostas e elegerem os seus delegados.

Como é que estão feitas as deliberações? As deliberações são feitas por maioria simples, ou seja, pega-se a maioria dos presentes e a maioria simples, então, delibera. Acontece que podem surgir questões sensíveis. E como que nós identificamos uma questão sensível? A conferência, ela está dentro de um modelo de tripartite por três segmentos. Quem são os três segmentos? Os empresários, sociedade civil empresarial; a sociedade civil não empresarial, portanto, a sociedade civil organizada como um todo; e o poder público. Dentro do poder público tem Governo, tem Câmara e tem Senado, além dos poderes públicos estaduais. Na comissão organizadora, nós temos quatro senadores, os quatro que integram inclusive aqui essa Comissão: o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Wellington Salgado, o Senador Lobão Filho e o Senador Antonio Carlos Júnior, que fazem parte da comissão organizadora. Portanto, são delegados natos que votam na etapa nacional. Isso demonstra o quê? Já uma característica especial dessa conferência, que é a participação ativa do próprio Congresso Nacional dentro da realização da conferência. A Câmara dos Deputados também tem deputados representantes.

Bom, se metade de um segmento empresarial, ou metade da sociedade civil, ou metade do poder público

apontar uma questão sensível, imediatamente passa a ter um *quorum* qualificado de 60%. E dentro desses 60% tem que ter o voto de pelo menos um de cada um dos três segmentos. Para que foi feito isso? Foi feito isso porque nós já... Já que nós estamos lidando com segmentos tripartites, é importante que as questões sensíveis sejam construídas pelos segmentos, não é? Mas as questões triviais, elas são deliberadas por maioria simples.

Bom, a conferência, ela está sendo dividida na participação, na formação da plenária nacional, da seguinte forma: 40% dos delegados eleitos dos Estados tem que ser da sociedade civil; 40% dos delegados eleitos tem que ser da sociedade civil empresarial; e 20% é o poder público. Com isso nós vamos ter uma formação de delegados 40, 40, 20 na etapa nacional dos três segmentos para as deliberações. Só que o que é discutido na conferência? Existe um tema central, que eu já coloquei para os senhores, mas a conferência, ela é dividida em três grandes eixos. Esses eixos é que na verdade dão direcionamento norte dos grandes debates. Os três eixos são: Produção de Conteúdo; Meios de Distribuição; Cidadania: Direitos e Deveres.

Em relação à Produção de Conteúdo eu não vou ler cada um dos temas, até porque eles são indicativos, eles não são exaustivos, mas nós podemos identificar ali o marco legal e regulatório, tão bem colocado aqui pelo Presidente da Comissão. A questão da tributação, financiamento, produção independente e conteúdo, tudo isso está discutido dentro desse grande Eixo Produção do Conteúdo.

Esse que eu acho que é o grande eixo do ponto de vista de volume, mas não menos... não mais nem menos importante que os demais, é o Meio de Distribuição. É aí que vai ser discutida banda larga, telecomunicações, radiodifusão, TV digital, internet. Ou seja, toda parte dos meios de comunicação como meios de distribuição, televisão por assinatura, estão dentro desse eixo.

E finalmente nós temos um terceiro eixo, que é o Cidadania: Direitos e Deveres, deveres no sentido de responsabilidade, em que nós temos a questão dos valores muitos deles já consagrados na Constituição da República, mas que sempre merecem ser festejados, reafirmados, discutidos, como é o caso, por exemplo da liberdade de expressão; como é o caso, por exemplo, da inclusão social; como é o caso, por exemplo, da promoção de diversidade cultural, religiosa, de gênero. Enfim, são vários conceitos de cidadania, de direito à informação, de direito à comunicação, democratização da comunicação que estão inseridos nesse grande eixo que é o Eixo de Cidadania: Direitos e Deveres.

Bom, com isso, eu acho que eu concluo aquilo que é o formato de uma conferência e gostaria exatamente, nesse momento, que, a partir de amanhã, nós estreamos as etapas estaduais, convidar os Srs. Senadores a que efetivamente participem, estejam próximos daquilo que está acontecendo nos seus Estados, porque realmente é o momento ímpar em que nós vamos poder construir propostas... Essas propostas, depois elas vêm, elas podem ser... subsidiar informações aqui do próprio Congresso Nacional. Ou seja, os próprios senadores podem, a partir daquela fotografia de legitimação das ideias da sociedade, daquela conferência, identificar o que aquela sociedade dividida, segmentada, mas organizada, pensa sobre o futuro da comunicação.

E eu fico aqui aos esclarecimentos do que forem necessários em relação a qualquer questão da conferência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Dr. Marcelo Bechara, presidente da Comissão organizadora da 1ª CONFECOM. E vamos então aos senadores inscritos, iniciando pelo Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Dr. Marcelo...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com licença.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio, V. Exa me permite? Dr. Marcelo, nós vamos fazer os questionamentos em bloco, aí V. Sa. anotar e responderá a todos ao final. Inicialmente Senador Flávio Torres com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, bom dia. No início da sua palestra, o senhor mostra aqui uma ordem legal vigente, uma série de leis, de decretos e Emenda da Constituição de 62 até 2006. Eu me pergunto se depois dessa conferência, se tem alguma ideia da gente dar uma – porque aqui deve ter uma série de anacronismos e coisas que já estão superadas – se viria ao congresso uma sugestão de dar uma arrumada nessa legislação. Essa é a pergunta que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Bom dia, Presidente Flexa. Bom dia, Dr. Marcelo. Colegas.

Não, eu acho a proposta realmente revolucionária. Mas eu estava preocupado com a paridade do processo, mas eu vi que está bem equilibrado. Porque essa questão da pluralização do debate, ela é interessante, mas ela pode ter uma tendência ideológica perigosa.

Eu acho que é nesse ponto que tem que ficar muito alerta. O processo de mobilização popular é uma coisa muito relativa. Quem é o popular que vai discutir? Quem é esse cidadão? Da onde? Como? Ele é um sujeito que ouve rádio ou ele tem um conceito sobre rádio? Aproveitando exatamente a abertura do seu... da sua exposição aqui do Lord Kelvin ou do Daryl(F) Zanok(F), não é? Quer dizer, qual é o especialista lá que vai debater questões tão sensíveis? E eu estou falando especificamente sobre rádio, que é uma área, assim, da minha atividade profissional. Então, me preocupa que, daqui a pouco, se estabeleça um padrão de programação e o engessamento, inclusive, em cima de uma visão, às vezes, ideológica. E isso pode ferir profundamente o aspecto democrático da comunicação. Quer dizer, fala em democratização e acaba num engessamento.

Eu acho que isso é muito sério, eu estou deixando como tema de reflexão, não é nem uma pergunta, é um tema de reflexão. Muitas vezes lá naquele debate como na condição de um representante popular, digamos assim, estabelece-se uma rede ideológica muito forte de um lado ou de outro – não estou falando qual a tendência – que pode provocar um brutal engessamento com direcionamento de determinadas programações. Então... Mas me dá a sensação aqui que os temas sensíveis, eles acabam vindo por um *quorum* mais adequado e que pode eventualmente corrigir. Mas o que me preocupa são as decisões de maioria simples, essas decisões são extremamente perigosas, porque dependendo das circunstâncias uma maioria simples é três, dois, não é?

Então, são situações que... e como é que é trabalhado na região lá onde vai acontecer. É nas capitais? São cidades do interior? São pólos regionais que estão discutindo? Porque é uma decisão que afeta todas as regiões aonde tem veículos de comunicação. E a questão também da regulamentação do rádio e da TV comunitária. Como é que processa isso aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Marcelo para que ele possa responder, gostaria, Dr. Marcelo, de fazer algumas... não questionamentos, mas eu diria até alguma provocação, não é?

O Senador Sérgio Zambiasi foi na linha exatamente que preocupa a todos nós. O que eu tenho ouvido falar e a comissão, ela é aberta a todos os segmentos da sociedade, tanto o segmento da sociedade organizada, como governamental, como da empresarial. Eu tenho tido aqui, preocupações chegam aos senadores da comissão, na linha que o Senador Sérgio Zambiasi colocou: exatamente se essa conferência não vai, ao

invés de ser democrática, no sentido de que possamos discutir de forma aberta os caminhos da comunicação a nível do país, ela seja direcionada com viés ideológico. Daí eu perguntaria a V. Sa. se o lamentável afastamento da ABERT da Comissão organizadora da 1ª CONFECOM já não é um sintoma efetivo, real daquilo que o Senador Zambiasi colocou e eu reforço. Ainda agora a mídia traz no seu noticiário de que a TELEBRASIL também pretende se afastar da organização. Isso vai trazer à conferência uma amplitude, que não é aquela que o governo busca e que a sociedade pretende, de ter todos os segmentos discutindo de forma democrática quais são os caminhos que o setor com comunicação deve ter para informar a sociedade, para informar aos brasileiros.

Na exposição que V. Sa. nos trouxe, eu acho que... Trouxe aqui, ao final da exposição, a questão dos eixos temáticos: Produção de Conteúdo, Meio de Distribuição, Cidadania: Direitos e Deveres. Eu acho que isso resume exatamente aquilo que nós buscamos nessa conferência.

No início da sua exposição, V. Sa. mostrou o que era o setor de comunicação antes do avanço tecnológico. Eu diria que verticalizado, verticalizado por plataforma, não é? Quem tinha a parte de imagem, a parte de áudio, não é? E pelo que eu estou vendo aqui, e direcionamento da conferência pelos eixos temáticos vai trazer, que ao invés de nós termos a verticalização, nós vamos ter a horizontalização, ou seja, nós vamos ter um segmento que vai produzir conteúdo, o segmento que vai distribuir esse conteúdo. Ou seja, quem produz pode nem ser distribuidor e vice-versa.

Então eu queria saber como é que o governo, como é que o Ministério das Comunicações está vendo esses preparativos para essa conferência? Se nós podemos ter realmente uma conferência que vai nos dar ao final elementos para que o Congresso possa discutir e debater um novo marco regulatório para o setor, ou apenas será uma conferência que não vai produzir efeito nenhum para a sociedade brasileira. Então, Dr. Marcelo, para que V. Sa. Possa então responder a esses questionamentos.

SR. MARCELO BECHARA: Bom, primeiramente, o questionamento do Senador Flávio Torres em relação àquele emaranhado de normas. Aquelas normas estão todas vigentes e todas estão, todas são aplicadas, mas o senhor tem toda a razão quando diz que há realmente uma dificuldade de convivência entre vários conceitos hoje que, por exemplo, estão na Constituição e que já não podem, já não são mais aqueles de normas anteriores à própria Constituição.

A conferência não produz lei. Graças a Deus, quem produz lei é o Congresso Nacional e que bom

que continue assim. A conferência produz propostas de políticas públicas e propostas que podem ser consideradas, aí, sim, em todo o processo legislativo na Câmara, no Senado, em relação à elaboração de uma lei, ou algum subsídio para alguma discussão que já esteja acontecendo dentro do próprio Congresso. A conferência, ela é propositiva. Ponto. Ela não era deliberativa, nem poderia ser, não é? Até porque ela é convocada pelo Executivo, e até por uma questão de hierarquia dos poderes. Então ela vai propor, e ela... E na proposta dela não vai vir uma minuta de Projeto de Lei anexo, isso não vai acontecer. Na verdade as propostas, elas são colocadas de forma mais afirmativas, sugestivas. É assim que nós temos visto as outras conferências. Existe uma bagagem de realizações.

O Senador Sérgio Zambiasi colocou aqui, com toda a propriedade que tem de radialista do Estado do Rio Grande do Sul, que, aliás, é um Estado pioneiro, um Estado que tem realmente uma força muito grande no setor de radiodifusão, a questão da tendência ideológica, também reforçada aqui pelo Senador Flexa Ribeiro. Essa questão, ela é uma questão que precisa ser vista da seguinte forma: toda a conferência, todos os setores têm passado pelas discussões da conferência. A comunicação é a primeira vez. Existe, sim, uma bagagem, existe, sim, vamos chamar, uma demanda reprimida de discussão em relação à comunicação. A proposta de uma conferência, ela é não é nova, ela já vem acontecendo há muitos anos, e isso acaba se tornando realmente um certo caldeirão, uma certa panela de pressão. Quando você abre essa tampa, então você tem ali todos os tipos de reações e manifestações. O que nós temos observado? Que é exatamente essa a importância da conferência, porque a conferência, ela organiza essa discussão. É claro que vão surgir questões mais radicais, questões muito ideológicas. Mas essas questões, elas vão sendo colocadas nos municípios; depois elas passam por um filtro nos Estados; finalmente passa por uma deliberação na nacional. A tendência com a forma com o que foi composto, da forma com que as regras funcionam é que essas questões ideológicas, elas se tornem menos fortes. E aí a idéia, é claro, jamais poderia ser de um padrão de engessamento em relação, por exemplo, à programação, até porque, como eu disse agora no questionamento do Senador Flávio Torres, a conferência, ela é meramente propositiva. Se a conferência produzir propostas que sejam propostas que não sejam do interesse do país, e que esse Congresso entenda que são propostas que não merecem prosperar, elas simplesmente não vão caminhar. Várias conferências já foram realizadas, nem todas as propostas de todas as conferências se tornaram leis. Isso não é assim.

Na verdade o que é a conferência faz? Ela é uma fotografia. Ela pega aquele cenário ali sobre o que a sociedade tem divisão. Se tiver alguma questão mais radicalizada, ela, na verdade, sinaliza um posicionamento, mas não significa que isso tem que ser implementado de forma nenhuma. O Congresso Nacional tem sua autonomia, o Poder Executivo tem sua autonomia e vai ser o prejuízo para própria conferência. Eu acho que a conferência, ela tem que ter essa sensibilidade de que as propostas inexecutáveis ou propostas que, enfim, que têm alguma dificuldade de ser prosperadas, elas, na verdade, elas acabam prejudicando o sucesso da própria conferência. O importante seria que essa conferência, extraísse dessa conferência propostas que fossem realmente importantes para esse país.

As questões das propostas, elas não são votadas nos Estados. Ou seja, todas as propostas que forem colocadas nos Estados, elas vêm para a Nacional. É feito um trabalho de sistematização dessas propostas – nós estamos contando com o trabalho da Fundação Getúlio Vargas nesse sentido – e aí forma-se um caderno de propostas. Esse caderno de propostas é votado pelos delegados na Plenária Nacional e a Plenária Nacional, ela é composta por 40% de empresários, 40% da sociedade civil, 20% do poder público. E aí, Senador Zambiasi, se o senhor se preocupar: “Mas, eu me preocupo com essa questão da maioria simples”. Se o que foi votação na maioria simples for uma questão preocupante, ela vira questão sensível, porque metade do segmento, metade de um segmento... Basta que, por exemplo, metade dos empresários ou metade da sociedade civil aponte uma questão como sensível para que ela passe por um *quorum* qualificado de 60%. Então dificilmente as questões que vão ser votadas em maioria simples vão ser questões sensíveis.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só para complementar.

SR. MARCELO BECHARA: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O que é sociedade civil?

SR. MARCELO BECHARA: O que é a sociedade civil?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É. Quem serão os representantes da sociedade civil?

SR. MARCELO BECHARA: Qualquer cidadão que for com documento com foto, qualquer cidadão que levar um documento com foto pode se inscrever para participar de qualquer conferência estadual. Qualquer cidadão. No caso do empresário...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E no processo a sociedade civil, ela representa quanto?

SR. MARCELO BECHARA: É 40%, e o empresário 40%.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E o governo?

SR. MARCELO BECHARA: É 20%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é importante, Senador Zambiasi, que o Dr. Marcelo disse que para aprovar qualquer proposta na conferência é preciso que tenha voto dos três segmentos. Pelo menos um voto de cada um.

SR. MARCELO BECHARA: Na questão sensível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Você tem que ter 60%, mas que nesses 60% todos os três segmentos estejam representados.

SR. MARCELO BECHARA: Na questão sensível. Exatamente isso.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu não ouvi, sobre o questionamento do Presidente Flexa, a questão da ausência da ABERT no processo.

SR. MARCELO BECHARA: Ah, não, isso, eu vou entrar nesse ponto. Então só para concluir, o senhor também colocou...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O ABERT pode chegar com seus representantes na condição de sociedade civil?

SR. MARCELO BECHARA: Sim, claro. Não. Vou explicar. Só para terminar de responder uma pergunta do senhor em relação à região. As informações que nós temos em relação ao Rio Grande do Sul, dita pelos próprios empresários inclusive, é de que é uma das conferências mais organizadas. Ela foi convocada pela assembléia, tem uma participação da AGERT, que é a Associação Gaúcha das Empresas de Rádio e Televisão, na comissão organizadora. Quer dizer, então, ali, no caso, por exemplo, do Estado que V. Exa. representa tão bem está muito bem claro que ali está muito bem organizado.

Bom, o Senador Flexa Ribeiro fez uma colocação em relação ao afastamento da ABERT. Não foi só a ABERT que se afastou, foi a ABERT, a NJ, a ABRA-NET, a BTA e a ANER, que são das revistas. O afastamento dessas entidades se deu antes da formação do regimento interno e se deu no momento em que elas saíram da comissão organizadora. A comissão organizadora não é conferência. A prova disso é que você tem uma série de radiodifusores como, por exemplo, é o caso da associação da AGERT que faz parte das comissões organizadoras e que estão participando das conferências nos seus Estados. O afastamento da comissão organizadora nacional não implica em forma nenhuma – isso dito pelas entidades através de uma

nota que elas soltaram – o afastamento dos empresários da conferência. Tanto é verdade que 40% das cadeiras da delegação na Plenária Nacional são para a empresários, tem que ser compostas por empresários. Empresários de quê? Não pode ser empresário de outro setor que não seja do setor de comunicação. Mas a comunicação, ela é muito mais do que a radiodifusão, ela é telecomunicações, ela é imprensa escrita, ela é internet, ela é jornal, ela é televisão por assinatura.

Agora uma correção: a radiodifusão está na comissão organizadora. A ABRA, que é a Associação Brasileira dos Radiodifusores, que é uma associação, está desde o começo e permanece na comissão organizadora. E a TELEBRASIL, respondendo ao Senador Flexa, não saiu. Muito antes pelo contrário, a TELEBRASIL, ela tem dado importantíssimo valor e importância, e tem contribuindo muito na construção da conferência. Quando eu estou falando da TELEBRASIL, a TELEBRASIL são todas as empresas de telecomunicações. Então nós estamos falando de 120 bilhões, um mercado de 120 bilhões por ano que está presente na comissão organizadora e, consequentemente, na conferência. A briga hoje das duas entidades é para estar presente não só na comissão organizadora nacional, mas em todas as comissões organizadoras do Brasil. Então, essa é que é a situação em relação à ABERT.

E a última pergunta, que foi o Senador Flexa que me fez, em relação ao governo. O governo, ele sempre acreditou nessa conferência, tanto é que o Presidente a convocou. Eu acho que a convocação dessa conferência pelo Presidente Lula mostrou um ato de coragem, porque discutir comunicação em ano pré-eleitoral, realmente tem que ter muita coragem, e o Presidente Lula mostrou isso. E está mostrando que nós estamos no caminho certo. Por quê? Porque eu acho que essa conferência, se ela propor uma discussão sendo a primeira, e mais, se no ano que vem, quando nós tivermos assistindo aos debates dos candidatos e candidatas a Presidente da República ou a Presidente da República, um candidato perguntar para o outro: qual é a sua proposta para a comunicação do país? Isso foi influenciado por essa conferência, ou seja, a conferência mostrar que esse assunto é importante, eu acho que essa conferência já foi um sucesso absoluto.

Com isso eu concluo todas as perguntas que foram feitas por enquanto e agradeço pela oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu queria só colocar o seguinte: me preocupa muito a objetividade das coisas. O Dr. Marcelo não é do PT, mas o PT é conhecido por não ser objetivo.

Ele faz conferência, faz seminário, faz reunião, adora fazer reunião, e não resolve nada. Então a minha preocupação é essa: que seja bem objetivo o processo, que possa chegar a uma conclusão, porque senão fica... Olha, vamos lembrar aquela questão aí do crimes cibernéticos: nós aprovamos aqui, em julho do ano passado. Está lá na Câmara. Aí o que o governo quer fazer agora? Quer fazer um... Vai fazer um lançamento da discussão do marco civil da internet no Brasil. Aí você pergunta, tipo o Zambiasi perguntou – “O que é sociedade civil?” – o que é marco civil na internet? Começa umas coisas assim. Aí vai ficar discutindo o sexo dos anjos e solução mesmo que precisa, não sai.

O Presidente Lula, ele adora se colocar como um cidadão comum, ele está no jornal hoje reclamando dos juros do cheque especial e do cartão de crédito. Disse que ele achou que ele era gente fina, que ele agora estava usando cartão de crédito, usando cheque especial, aí viu que os juros são muito altos. Por que é? É só fazer uma coisa assim: por que o juro é alto? Um dos motivos dos juros altos é realmente a quantidade de fraude que tem no Brasil, em cartão crédito, em internet. Aí na hora de agir, o governo não age, não toma decisão. Então essa é a colocação que eu queria fazer: é no sentido que seja bem objetivo, Dr. Marcelo, procure uma coisa assim rápida, objetiva para poder ter soluções, senão vamos ficar eternamente discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo, eu, quando fiz a pergunta ao Dr. Marcelo sobre a questão da TELEBRASIL... O Teletime News, o *site*, ele diz o seguinte: “Segundo apurou esse noticiário, o governo já foi informado sobre a intenção da TELEBRASIL de se desligar da conferência”. Esse foi o motivo do questionamento. Antes de V. Sa. responder a objetiva pergunta do Senador Eduardo Azeredo, o Senador Gerson Camata gostaria de fazer também um questionamento.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, primeiro eu acho que preciso cumprimentar não só o Dr. Marcelo, mas o ministro das comunicações pela oportunidade desse encontro. O Brasil está precisando disso. Nós estamos com uma legislação toda atrasada. E eu me lembro que, às minhas custas, eu fui ao FCC americano há seis anos atrás, e lá eles me disseram o seguinte: “Não façam código e leis para tecnológica nova, porque demora depois o Congresso fazer outra lei, e a tecnológica avança e passa por cima da lei. Portarias, é que vão regulamentando”. Então veja que nós tivemos que fazer um monte de portaria, até a televisão de alta definição e tal, que para alguns são até inconstitucionais, mas que eram necessárias e tinham que ser feitas. Eu acho que essa conferên-

cia, ela tem que avançar muito, e que eu vejo aqui os objetivos dela... a TV comunitária, projeto aqui do Renato. Nós não podemos deixar toda a comunicação de televisão no Brasil, quatro famílias dominam tudo. Esse país é um continente. O povo tem que ter acesso à TV comunitária, o bairro tem que discutir problema da TV comunitária. Hoje em dia com um vídeo cassete, um DVD você põe uma TV comunitária no ar com transmissor de FM, abre a banda dele, e ele... Então há necessidade de evoluir nessa direção da democratização das telecomunicações [ininteligível].

O outro problema que eu estava vendo aqui que precisa de regular, porque mudou tudo, não é? Esse telefone aqui eu pego 1.500 estações de rádio do mundo todo. Elas não têm licença para operar no Brasil, entra aqui no telefone, todo mundo ouve, ouve a hora que quer, não é? Se você tem *wi-fi* ouve de graça. Então, 1.500 estações. Você compra músicas e vídeoclipes a todo o momento por 90 centavos de dólares. Então, você passa por cima – e está aqui até na previsão feita –, passa por cima de todas aquelas leis que nós temos hoje que regulamentam todo esse processo. Compre programas, por exemplo, até para você andar em Brasília, para você andar no metrô de Paris, para andar no metrô de Nova Iorque, e ainda ele tem mais uma coisa interesse: você vai no metrô, quando chega na estação que você quer ir, e ele faz “brur”, avisa que você está na hora de saltar do metrô. Quer dizer, tanta coisa nova que está prevista na nossa regulamentação, que essa conferência eu acho que ela é boa. Ela vai discutir o que regula, o que faz, o que é decreto, o que é portaria. Essencial.

E agora eu quero dar até uma notícia interesse: acabei de vir – não tem nada a ver – do gabinete do Senador Marconi Perillo, e lá vi uma máquina que eu nunca pensei que pudesse existir. Ela retira hidrogênio e oxigênio do ar, solta uma faísca e produz uns copos de água mineral puríssima feita na hora, sem cano, sem nada de energia elétrica. Quer dizer, [ininteligível] bota uma máquina daquela nas costas, vai para o deserto do Saara e atravessa o deserto. Fábrica de água tem aqui no gabinete. Interessante. Então veja que, só para...

Mas eu quero cumprimentar, Dr. Marcelo... o Brasil precisa se discutir. Está passando na hora disso aqui, está passando da hora do Brasil conversar com ele... Em toda a área da comunicação, porque está mudando muito também... O papel está indo para tela, um monte de novidade que está aparecendo. E agora eu vi uma tecnologia nova também interessantíssima, que tem tipo um líquido, então você quer... o assunto que você quer, o equipamento joga num tipo um tanque, e você fala: “O que os jornais estão falando hoje sobre nova

tecnologia?" Você puxa aquela folha que é impressa na hora ali dentro daquele líquido, e aí você fala: "Não, eu quero sobre receita de bolo". Puxa na hora. Quer dizer, na bancas da jornais já estão fazendo experiência com isso. Então, está na hora. Aliás, passou da hora. Parabéns, parabéns ao ministro, eu acho que precisa ir para os passos novos que estão aí. Nós já estamos atrasados, mas nós temos que avançar um pouquinho mais. Cumprimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Gerson Camata. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, só para eu poder fazer meu registro, também, rapidamente. Eu acho que a prática das conferências é uma excelente prática. E discutir comunicação é, de fato, necessário no Brasil. Então, discutir, assim... É lógico que tem diversos instrumentos de comunicação hoje, que nós não temos controle sobre eles. O Senador Gerson Camata, que é uma pessoa, como se diz, ligada no assunto, e que está sempre atento e antenado com as novas tecnologias – é impressionante a capacidade do Senador Camata para isso – mas a gente não tem...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, verifique qual é a celular do Senador Camata, que eu acho que nós vamos todos ter que ter um celular como esse só... Vai nos guiar no metrô de Paris, não é, Senador Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Qualquer cidade do mundo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Os novos instrumentos vêm na direção de democratizar a informação. E a conferência, eu acho que tem um papel fundamental: é dar oportunidade à população e às autoridades de discutir um tema que às vezes é tabu, às vezes as pessoas ficam com medo de discutir o tema. Então, a conferência é a chance que as organizações sociais, junto com os empresários, junto com dirigentes da sociedade, a chance que todos terão de fazer um debate sobre um tema importante e sobre um setor que tem um poder hoje maior do que, às vezes, uma instituição como o Senado da República ou como o Congresso Nacional.

Então, debater o tema é importante, é fundamental. Não sei qual será o resultado. Eu espero que todos os Estados façam a sua conferência de comunicação, não é? Todos farão? Eu espero que todos façam a sua conferência de comunicação, porque é uma boa oportunidade e possibilidade de nós democratizarmos primeiro o debate; segundo, a gente verificar onde

existem desvios, onde existem distorções que precisavam de correção.

Então, faço esse registro, que é um registro político da importância desta prática e desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Não, é que eu esqueci dizer, Dr. Bechara, que o Lord Kelvin obviamente não entendia de rádio, mas ele deixou uma grande contribuição na física: deixou uma escala de temperatura do zero absoluto. Ele era um grande físico, como radialista ele era um fracasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Flávio Torres. Dr. Marcelo Bechara.

SR. MARCELO BECHARA: Bom, só respondendo rapidamente, Senador Azeredo, em relação à objetividade, eu acho que realizar uma conferência convocada em abril para fazê-la em dezembro, tem exigido de todos nós, especialmente desse que vos fala, uma objetividade que eu nunca pensei que tivesse que ter. E eu espero que realmente que a conferência não resolva nada, eu espero que ela não resolva, eu acho que a conferência ela tem que propor, e quem resolva seja essa Casa ou o Congresso Nacional, mas que ela seja um ambiente de propostas.

O Senador Gerson Camata – eu ia falar exatamente isso – é um senador que está sempre antenado com as questões da nova tecnologia. Agradeço a sua manifestação, bem como a do Senador Renato Casagrande, porque reconhecem a importância da prática da conferência.

Eu acho que a conferência ela é mais uma, mas é uma, talvez, das mais importantes conferências que já foram realizadas. Outros setores já têm isso de uma forma muito mais consolidada, tranquila. É a primeira, a primeira geralmente é assim mesmo, causa muito perplexidade e discussão, mas eu tenho certeza absoluta que no final nós vamos ter um material, e que a esse material possa servir de subsídio para uma grande discussão, para que pelo menos a partir dali comece realmente a discussão de uma forma um pouco mais organizada. E que se pelo menos acontecer o que eu falei, um candidato perguntar para o outro pela primeira vez: – porque eu não lembro de ter visto isso em nenhum debate de candidato a presente – “Qual é a sua proposta para comunicação brasileira?” Eu acho que essa conferência já vai ter atingindo seu fim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Marcelo Bechara as informações que eles nos trouxe hoje aqui, e tenho certeza absoluta, Dr. Marcelo, do sucesso que todos

nós estamos empenhados que aconteça essa conferência. Ela tem que ser objetiva, ela tem que trazer a discussão, e tem que trazer propostas que sejam, depois, aprofundadas no Congresso Nacional.

Parabéns a V. Sa. pela organização que preside da conferência e vamos todos trabalhar no sentido de que tenhamos, realmente, uma grande conferência de 14 a 17 de dezembro.

Muito obrigado pela sua participação nesta primeira etapa, primeira parte da nossa reunião de hoje.

Abrindo a segunda parte da nossa reunião da pauta de projetos. Antes eu gostaria de fazer a leitura da justificativa de ausência do Senador Cristovam Buarque. “Com meus cordiais cumprimentos, informo V. Exa. que estarei impossibilitado de comparecer aos trabalhos dessa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no período compreendido entre 25/10 e 1/11 do corrente ano, tendo em vista minha participação na série de palestra da Universidade Central Européia, que será realizada na cidade de Budapeste, Hungria, conforme cópia do Requerimento que encaminho em anexo. Informo, ainda, que essa participação não representará quaisquer ônus para o Senado Federal.”

Também, na mesma linha, Senador Roberto Cavalcanti justificando a sua ausência. “Dirijo a V. Exa. para justificar a minha ausência nos trabalhos da Comissão no período de 22 de outubro a 3 de novembro do corrente, quando estarei em missão no exterior, conforme Requerimento nº 86/2009 aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e cuja cópia está em anexo.”

Justificadas as ausências dos Senadores Cristovam Buarque e Roberto Cavalcanti, vamos à pauta da reunião de hoje da CCT.

Primeiro item da Pauta: Projeto de Lei do Senado nº 283/2009, altera a Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações para permitir que seja aplicado o recurso do fundo de universalização do serviço de telecomunicações do subsídio de consumo de serviço prestado em regime público destinado a população de baixa renda. É terminativo a discussão e a apreciação na CCT. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável, com duas Emendas que apresento.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo como Relator da matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o projeto de autoria de V. Exa., ele procura alterar a questão do FUST para permitir sua utilização. Entre as razões que explica a falta de utilização dos recursos do FUST – como se sabe, são mais de 7 bilhões de reais que o FUST já arrecadou e que não estão sendo utilizados, e, segundo o governo, está a

complexidade do procedimento estabelecido em lei –, os recursos do fundo só podem ser aplicados para cobrir a parcela de custos com a obrigação de universalização que não puderem ser recuperadas mediante exploração eficiente do respectivo serviço.

Projetos de Lei aprovados anteriormente pelo Senado começaram a reduzir essa regidez. É o caso, por exemplo, de programa apresentado pelo Senador Mercadante, hoje em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados, que permite a aplicação de recurso do FUST em serviços prestados em regime privado.

A proposição e a análise, em primeiro lugar, permitem que o FUST seja aplicado diretamente no subsídio ao consumo do cidadão de baixa renda, e não apenas na construção de infraestrutura. Essa alteração pode acelerar os efeitos positivos da aplicação dos referidos recursos orçamentários, pois aproveita as redes já construídas em regiões urbanas.

O segundo aspecto que pode facilitar a aplicação e a prestação de contas dos recursos do FUST relaciona-se a obrigação de sempre determinar os custos associados à obrigação de universalização. O atraso da implantação do modelo de custos pela ANATEL impede que seja calculada a parcela de custos a ser coberta pelo fundo em qualquer projeto. Nesse contexto a possibilidade de aplicar parte de fundo na forma de subsídio direito ao consumo é providencial, porque simplifica as questões operacionais.

O Projeto tem ainda o cuidado exigido(F) nos critérios de elegibilidade, ou seja, calçados(F) em indicadores objetivos, imensuráveis, que reflitam a condição socioeconômica do cidadão, cabendo ao governo determinar quais são esses critérios.

Em sua justificativa, ainda, o autor do projeto chama a atenção para alguns itens da Lei do FUST que incluem o objetivo do fundo: a complementação de metas do plano geral de metas de universalização voltadas ao atendimento de comunidade de baixo poder aquisitivo. E destaca que o não cumprimento dessa diretriz se deve à dificuldade de estimar os custos da infraestrutura associada. Entretanto, não entendendo que aquele dispositivo da Lei do FUST, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, seja suficiente para recepcionar alteração proposta pelo PLS 283/2009. Para que haja uma correta e segura interpretação da proposta em análise, sugerimos que seja acrescido ao art. 5º da Lei do FUST o novo inciso que trate direito e explicitamente do subsídio direito ao consumidor de baixa renda. Nesse sentido, ao tempo que recomendamos acolhimentos da proposição, apresentamos duas emendas ao projeto original que estão elencadas, exatamente colocando no art. 5º subsídio direito ao consumo, e ainda outra emenda aqui para

permitir que os recursos sejam utilizados no subsídio do consumo de serviço prestado em regime público, destinado à população de baixa renda. Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Eduardo Azeredo. Em discussão o parecer do Senador Eduardo Azeredo.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

O projeto, ele tramita de forma terminativa na CCT. Então, a votação é nominal, *quorum* qualificado.

Peço à secretaria a relação dos senadores para que possa fazer a chamada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, não vai fazer tudo ao final, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, vamos... Os projetos terminativos, fora a rádios, nós vamos fazer separadamente, depois as rádios. Eu quero parabenizar V. Exa., V. Exa. participa, V. Exa., eu o considero como, ainda, o permanente Presidente da Comissão da CCT, V. Exa. que foi a primeiro presidente que instalou essa Comissão. E V. Exa. se apresenta hoje aqui na Comissão que me parece que hoje V. Exa. está representando aqui o Senador Paulo Duque na sua juventude. Terno de linho 120.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Taylor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E com os cabelos que o Senador Paulo Duque tinha na sua juventude, que eu já vi o retrato dele, quando era jovem, na sua idade. Então, V. Exa. representa aqui o Senador Wellington Salgado e o Senador Paulo Duque.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A nossa secretária Egli(F) está dizendo que V. Exa. tem que se cuidar, para que não tenha a mesma deficiência que tenho eu e o tem o Senador Paulo Duque lá na idade mais a frente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se eu tiver a inteligência de V. Exa. e do Paulo Duque, eu estou satisfeito. Cabelo caindo, mas a inteligência continuando, eu estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Depois eu vou lhe ensinar como não fazer isso.

Vamos à votação nominal. Como vota o Senador Wellington Salgado de Oliveira? Como vota o Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acompanhando meu ilustre companheiro, Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o senador... Isso ainda vai dar, ainda vai dar aliança política em Minas Gerais. Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Como o nobre relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo voto conhecido. Como vota... Senador Sérgio Guerra não está.

Bom, aprovado com nove votos: oito votos, mais o do... presidente não vota, mas conta para o *quorum* qualificado.

Quero agradecer aos Srs. Senadores e ao Relator em especial a aprovação do projeto de minha autoria que cria uma tarifa social que vai permitir a população de baixa renda que tenha acesso à telefonia fixa, e que, com certeza absoluta, vai, aí sim, universalizar o sistema. Que a universalização só acontece quando chega às pessoas. O projeto vai à Plenário e, não havendo destaque, irá à Câmara dos Deputados para a continuidade da sua tramitação.

Item nº 02 da Pauta: terminativo na CMA. Projeto de Lei da Câmara nº 35/2009. Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador João Ribeiro, que não podendo estar presente, me solicitou que

indicasse o Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Zambiasi. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados autorizativo, que estabelece a obrigação dos produtores culturais disponibilizarem o acesso à meia-entrada, em espetáculos e eventos da área. Quanto à comprovação do direito a esta meia-entrada fica para ser realizada por ocasião do ingresso nos eventos. O consumo pela internet é uma realidade inegável disponível nos dias de hoje, e os fornecedores não podem se eximir da obrigatoriedade de oferecer essa alternativa. Quanto à comprovação do direito a meia-entrada, esse será um requisito exigido no momento do acesso às dependências de realização do evento respectivo.

O parecer do Senador João Ribeiro é favorável e eu o acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com parecer favorável do Senador João Ribeiro, tendo como Relator *ad hoc* o Senador Sérgio Zambiasi.

Em discussão: Projeto de Lei da Câmara nº 35/2009. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 03 da Pauta: não terminativo. Projeto de Resolução do Senado nº 50/2007. Altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 1º da Resolução nº 39 de 1992, que dispõem sobre as formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora de edições e imagens. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres, que não se encontra presente. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que faça a leitura do parecer como Relator *ad hoc*. O parecer do Senador Demóstenes Torres é pela prejudicialidade da matéria. Com a palavra o Senador Antonio Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, vamos direto ao voto. Tendo em vista que a promulgação da Resolução nº 3/2009 do Senado Federal que dispõem sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora e sons e imagens, e revoga a Resolução nº 39 de 92 do Senado Federal, o voto pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 50 de 2007, recomendando seu arquivamento. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Antonio Carlos Júnior pelo parecer pela prejudicialidade da matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em

votação. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Bom, nós temos agora a pauta a partir do item nº 04 até o item nº 65 são projetos terminativos. Então, podemos fazer a leitura dos pareceres e a votação ao final com o *quorum* qualificado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu vou ter que ler... Eu sou Relator aqui de uma sabatina na Casa. Pode fazer uma alteração?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. solicitar, e os senadores concordarem, eu farei alteração de pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estava solicitando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A inversão de pauta?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicite, senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estou solicitando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quais são os itens?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Item 38, 39, 40 e 41.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitação do Senador Eduardo Azeredo para uma inversão de pauta dos itens 38, 39, 40, 41, de Relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Os senadores que concordam, permaneçam como se encontra. Aprovado.

Itens 38, 39, 40 e 41.

Item 38. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 566/2009. Aprova o ato que outorga a permissão à SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.

Item 39. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 570/2009. Aprovado que outorga a autorização à Associação Comunitária Itapevense de Radiodifusão, ACIR, para executar serviço de radiodifusão comunitária da Cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.

Item 40. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 596/2009. Aprova o ato que outorga a autorização ao Centro Cultural de Josenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.

Item 41. Terminativo. Aprova... Projeto de Decreto Legislativo nº 606/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária Fonte e

Vida do Embu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para a leitura dos pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

O parecer com base na documentação apresentado ao Ministério das Comunicações é favorável nos quartos casos: na Cidade de Medeiros, em Minas Gerais; na Cidade de Itapeva, também Minas Gerais; na Cidade de Josenópolis, em Minas; na Cidade de Embu, em São Paulo. Parecer favorável.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Não, eu também tenho que me deslocar, pelo menos rapidamente, depois eu retorno para votação, mas para a votação das matérias aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Eu queria relatar o item nº 23, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Renato Casagrande, inversão de pauta para a item 23. Os senadores que concordam com a inversão, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande para leitura do parecer do item 23. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 726/2009. Aprova o ato que renova a concessão, outorga a empresa Paulista de Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão, de sons e imagens na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, o item 23 é um parecer – só um segundo, Sr. Presidente. O parecer é favorável, Sr. Presidente, a empresa entendeu a todos os requisitos necessário para a renovação da outorga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Renato Casagrande. Vamos aos itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22. Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 13. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 462/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.

Item 14. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 469/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Sem Fronteiras FM LTDA para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 15. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 470/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 16. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 471/2009. Aprova o ato que outorga permissão a Tradicional FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 474/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Ibirapiutense (sic) de Radiodifusão Comunitária, AIRC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ibirapiutã (sic), Estado do Rio Grande do Sul.

Item 18. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 519/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 19. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 536/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 538/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Perspectiva Comunicações Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 21. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 543/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Radio Dunas FM Ltda para explorar o serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 22. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 644/2009. Aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Os Projetos de Decretos Legislativos autorizando o serviço de radiodifusão nas cidades de Frei Rogério, em Santa Catarina; Sarandi Rio Grande do Sul; Anta Gorda, Rio Grande do Sul; Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul; Ibi-

rapiutã, Rio Grande do Sul; Ibiraiaras, Rio Grande do Sul; Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; Vera Cruz, Rio Grande do Sul; Chuí, lá na fronteira com o Uruguai, Chuí brasileiro e Chuí uruguaio; Nova Prata, Rio Grande do Sul. Tem todos eles, todos eles têm os aparências favoráveis, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senhor Sérgio Zambiasi. Vamos aos itens 24, 25, 26, 27 e 28 de Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 24. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 377/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Mascote, Estado da Bahia.

Item 25. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 406/2009. Aprova o ato que outorga permissão a FM Industrial Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Barreira, Estado da Bahia.

Item 26. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 418/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Mirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Mirante, Estado da Bahia.

Item 27. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 448/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras FM para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Canavieiras, no Estado da Bahia.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 554/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Rádio Comunitária Santa Luz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior para a leitura dos pareceres.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Os Pareceres sobre os Projeto de Decreto Legislativo que autorizam a radiodifusão comunitária nas Cidades de Mascote, Mirante, Canavieiras e Santa Luz, além da Rádio FM Industrial de Barreiras, todos no Estado da Bahia, os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Antonio Carlos Júnior.

Senador Flávio Torres para relatar os itens 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37.

Item 29. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 629/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Quixeramobim para exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Quixeramobim, no Ceará.

Item 30. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 640/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Pró-cidadania de Croatá II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Pacajus, Estado do Ceará.

Item 31. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 710/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Remanso para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Item 32. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 772/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Maguari de Baturité Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Ipú, Estado do Ceará.

Item 33. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 773/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural dos Amigos de Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Item 34. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 778/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuã, AMCC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará. Item 34.

Com a palavra o Senador Flávio Torres para a leitura dos pareceres.

SENADOR FLÁVIO TORRES: Sr. Presidente, os Pareceres dos Projetos de Decreto Legislativo são duas rádios para a Cidade de Quixeramobim, uma rádio para Pacajus, uma para Horizonte, uma para a Cidade do Ipú e outra para a Cidade de Caucaia. Todos os pareceres são favores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 44, 45. Relatoria do Senador Gerson Camata.

Item 44. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 699/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Item 45. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 733/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Rosanense de Comunicação Social, AR-COS, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, as duas emissoras, tanto a de Birigui quanto a de Rosana atendem perfeitamente as for-

malidades estabelecidas na Lei 9.612 de 1998. O relatório é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Gerson Camata. Itens 4, 5, 6 e 7 de Relatoria do Senador Flávio Arns, que peço ao Senador Sérgio Zambiasi que possa fazer a leitura dos pareceres como Relator *ad hoc*.

Item 4. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 526/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária e Cultural Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária de Cidade de Ponte Alto, Estado de Santa Catarina.

Item 5. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 571/2009. Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado de Paraná.

Item 6. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 583/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.

Item 7. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 584/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade do Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, examinando os pareceres do Senador Flávio Arns a respeito de todos estes Projetos de Decreto Legislativo 4, 5... os itens, 4, 5, 6 e 7. o Senador Flávio Arns tem parecer favorável. Portanto, eu o acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Sérgio Zambiasi. Os itens 8, 9, 10, e 11. Relatoria Senador Lobão Filho.

Os itens 9 e 10 têm parecer pelo sobrestamento. Então, como o Senador Lobão Filho não se encontra presente, vou retirar os itens 9 e 10 de Pauta e pedir ao Senador Flávio Torres que possa, como Relator *ad hoc*, ler o Parecer dos itens 8 e 11, que são itens com o parecer favorável.

Item 8. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio de TV Farol da Comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

O item 9, excluído da Pauta.

Item 10, excluído da Pauta.

Item 11. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 253/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis, no Piauí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Francisco de Assis, no Piauí, Estado do Piauí.

Com a palavra o senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, ambos os pareceres para a Cidade de Vargem Grande, no Maranhão, e a Cidade de São Francisco do Assis, no Piauí, são favoráveis, e eu acompanho o voto do Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Flávio Torres. Itens 35, 36 e 37. Relatoria Senador Gilberto Goellner, que teve que se ausentar para ir à Comissão de Orçamento, Comissão Mista de Orçamento, já deve estar retornando. Vamos pedir ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos pareceres, todos eles favoráveis, de lavra do Senador Gilberto Goellner.

Item 35. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 357/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária do Centro Urbano de Nova Lacerda para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Lacerda, Estado do Mato Grosso.

Item 36. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 360/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Sampaio Martins Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

Item 37. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 364/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Barra do Bagres (sic), Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres dos Senador Gilberto Goellner são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Sérgio Zambiasi... o senador Antonio Carlos Júnior. Itens 42 e 43. Relatoria do Senador Fernando Collor. Pediria ao Senador Sérgio Zambiasi que fizesse a leitura dos pareceres.

Item 42. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 682/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Padre Cícero para

executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

O item 43. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 747/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa da Canoa, Estado do Alagoas.

Senador Sérgio Zambiasi como Relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Os pareceres do Senador Fernando Collor para os PDLs 682, que autoriza o serviço da radiodifusão comunitária na Cidade de Joaquim Gomes, no Estado do Alagoas e PDL 747 que autoriza o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa da Canoa, Estado do Alagoas, ambos os pareceres do titular Fernando Collor são favoráveis, e eu o acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens, 46, 47, 48 e 49. Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Peço ao senador Flávio Torres que possa fazer a leitura dos pareceres, todos favoráveis.

Item 46. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 561/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras, RJ, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Item 47. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 576/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim Rádio JG FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.

Item 48. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 577/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Santa Edwiges para serviço, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

Item 49. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 578/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à ACR, Associação Comunitária de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Senador Flávio Torres para fazer a leitura dos pareceres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, os pareceres autorizam os serviços radiodifusão dos Municípios de Duas Barras, no Rio de Janeiro; Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro; de Nova Odessa, no Estado de São Paulo; e Petrópolis,

no Estado do Rio de Janeiro. Todos os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Flávio Torres. Item 50, 51. Relatoria: Senador Marco Maciel. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 50. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 776/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.

Item 51. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 777/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Beneficente Poeta Bernardino Valência Borba para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Marco Maciel são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Item 52, 53, 54 e 55. Relatoria: Senador Wellington Salgado. Solicito ao Senador Sérgio Zambiasi que possa fazer a leitura dos pareceres, todos favoráveis.

Item 52. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 559/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Jacuiense para Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Jacuí, no Estado de Minas Gerais.

Item 53. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 567/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Item 54. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 568/2009. Aprova o ato que outorga a permissão a Super Difusora AM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.

Item 55. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 587/2009. Aprova o ato que outorga a autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o senador Sérgio Zambiasi para a leitura dos pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres emitidos pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira para os itens já mencionados são favoráveis, e eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Sérgio Zambiasi. Vamos ao item 56. Relatoria do Senador Efraim Moraes. Parecer favorável. Solicito então Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura.

Item 56. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 714/2009. Aprova o ato que outorga autorização a Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza, FDNPROMIN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Sucesso, Estado do Paraíba.

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer do Senador Efraim Moraes é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 57, 58 e 59. Relatoria do Senador Demóstenes Torres. Também solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior. Todos eles com pareceres favoráveis.

Item 57. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 393/2008. Aprova o ato que outorga a permissão a Alvorecer Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.

Item 58. Terminativo. Projetos de Decreto Legislativo nº 367/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Marzagão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Marzagão, Estado de Goiás.

Item 59. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 370/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Rádio Comunitária de Bonópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.

Com a palavra com o senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Demóstenes são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens 62, 63. Relatoria da Senadora Kátia Abreu. Peço ao Senador Flávio Torres que possa fazer a leitura dos pareceres favoráveis.

Item 62. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 603/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Moradores do Setor Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado de Tocantins.

Item 63. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 642/2009. Aprova o ato que outorga a autorização ao Centro Comunitário Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Miranorte, Estado de Tocantins.

Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES: Sr. Presidente, os pareceres autorizam o serviço de radiodifusão nos Municípios de Almas, no Estado de Tocantins e no Município de Miranorte no mesmo estado. Ambos os pareceres são favoráveis, e eu acompanho o voto da Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 60 e 61. Relatoria do Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares que possa fazer a leitura dos pareceres como Relator *ad hoc*.

Item 60. Terminativo.

Chegou. Peço ao Senador Antonio Carlos Valadares desculpa, porque chegou o Senador Delcídio Amaral, que é o Relator dos Projetos item 60 e 61.

Item 60, Senador Delcídio Amaral. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 532/2009. Aprova o ato que renova a permissão outorgada a Rádio de Cidade de Costa Rica Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Item 61. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 588/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó, ARCO, para executar serviço radiodifusão comunitária na Cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.

Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, o primeiro Processo é Rádio Cidade Costa Rica. Costa Rica é uma cidade progressista, é uma cidade da região do Bolsão no Mato Grosso do Sul, com um povo hospitaleiro, trabalhador, tem um potencial voltado para o agronegócio, para o turismo. E é muito importante a aprovação dessa rádio. Portanto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº 532/2009 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica Legislativas, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Costa Rica. Portanto, é uma renovação da permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul – o meu estado – na forma do Projeto de Decreto Legislativo

originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Senador Delcídio Amaral. Passo a presidência ao Senador Antonio Carlos Júnior para que eu possa relatar os itens 64 e 65. A presidência é do Antonio Carlos Júnior.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente falta só o Caarapó.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, desculpe, Senador Delcídio Amaral, eu imaginei que já tivesse concluído. Eu retorno a palavra a V. Exa. para que possa fazer a leitura do Parecer do item 61.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, o outro processo é o PDS nº 588/2009. Da mesma maneira, não foi evidenciada violação da legislação pertinente, não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato de outorga de autorização a Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó. Isso aí inclusive foi solicitado na última visita que tive a Caarapó, que é uma cidade próspera, progressista, isso foi solicitado a mim, e eu tive a oportunidade com relatar aqui. Portanto, esse projeto outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó, ARCO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó – no meu estado –, Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Delcídio Amaral. Passo a presidência ao Senador Antonio Carlos Júnior.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Projeto de Decreto Legislativo, nº 601/2009 que aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Como também o item 65, que aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Rádio Comunitária Concordeense para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará. Também o Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Então, passamos a palavra para o Presidente Flexa Ribeiro para que ela possa relatar os projetos, os itens 64 e 65.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. Os dois projetos, tanto o projeto que trata da outorga a autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo

para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Brasil Novo no Estado do Pará. Brasil Novo município da transamazônica tem como Prefeito o Presidente da Câmara, o Vereador Lindomar Carvalho. Como também o projeto que trata da outorga a autorização... outorga a autorização à Associação de Rádio Comunitária Concordeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Concórdia do Pará, na microrregião do Município de Tomé-Açu, que tem como Prefeito o Elias Santiago. Todos os dois, todos os dois projetos não evidenciaram violação de legislação pertinente. Também não havendo reparo contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação. Esses são os pareceres, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Então, volta à presidência o Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior. E vamos agora à discussão em bloco, e depois à votação nominal dos projetos com pareceres... Estou sendo informado aqui pela secretaria que faltou o item 12, de relatoria do Senador Roberto Cavalcanti, que peço ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura do parecer do Senador Roberto Cavalcanti. Parecer favorável.

O item 12. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 666/2009. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição, ARCON, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Conceição, Estado de Paraíba.

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2009, terminativo, aprova... Perdoe. O item 12, o Decreto do Projeto Legislativo 666/2009, terminativo, aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição, ARCON, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Conceição, Estado da Paraíba. O parecer... a autoria do Projeto é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, e o Relator da matéria foi o nobre Senador Roberto Cavalcanti. Como S. Exa. não se encontra presente por se encontrar em missão no exterior, eu gostaria de dizer que tendo em vista que projeto está adequadamente instruído, que meu parecer é favorável à aprovação da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Marco Maciel. Vamos

agora assim à discussão em globo. Pela ordem, Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, inicialmente eu quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela Relatoria que fez *ad hoc* do processo de minha autoria... que cujo Relator tinha feito o meu relatório no que diz respeito à outorga a autorização da Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza, o FDNPROMIN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Sucesso, no meu estado. É uma rádio de alta importância para aquele município, para aquela comunidade, já que a Fundação Francisco Ferreira de Lima que é de proteção a maternidade, a infância e ao idoso, preste um grande serviço, e, com certeza, e agora com esse meio de comunicação em muito ajudará a Cidade de Bom Sucesso. Agradeço a V. Exa. Senador Antonio Carlos pela Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Efraim Moraes, V. Exa. traz a conhecimento de todos a importantes dessa rádio comunitária do município lá do grande Estado da Paraíba que V. Exa. com grande competência representa aqui no Senado Federal.

Vamos agora a discussão em globo e depois a votação nominal também em globo dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 e 65. Todos com pareceres favoráveis. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Como vota o senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Delcídio Amaral?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São 60 itens com os relatores todos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Delcídio. Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER: Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Algum senador ainda não tenha votado? Não havendo nenhum senador ainda a votar, os projetos foram aprovados com um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze votos favoráveis. Não havendo mais nenhum...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor já declarou a votação encerrada?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados todos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos aqui, já falei com V. Exa., e estamos con-

versando sobre a Emenda do PROANTAR, eu queria fazer a defesa, nós queríamos fazer a defesa pública de que nas emendas de comissão o Programa PROANTAR, o Programa Antártico, desenvolvido pelo Governo Brasileiro, pela Marinha do Brasil, possa ser um dos programas que tenha emenda aprovada por essa Comissão. Não abriu ainda, eu sei que não abriu, mas nós já estamos aqui antecipando a nossa posição com relação ao programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Renato Casagrande. A Emenda que V. Exa. junto com o Senador Zambiasi e com outros senadores, eu próprio já subscrevi, de apoio ao Projeto PROANTAR será acolhida pela Comissão e levada a avaliação por ocasião do encaminhamento das Emendas de Comissão.

Eu quero dizer a V. Exa., Senador Renato Casagrande, que ao abrir a reunião de hoje tive a oportunidade de informar a visita que fizemos, o senador Flávio Torres e eu, ao IME e ao Centro de Tecnologia do Exército, na quinta e sexta-feira passadas, e pudemos constatar o trabalho que o Exército Brasileiro faz na área da ciência e tecnologia e inovação, evidentemente dirigida à questão dos armamentos e à questão da comunicação. E é importante que essa Comissão apoie o desenvolvimento de ciência e tecnologia nas três forças: tanto no Exército, quanto na Aeronáutica, quanto na Marinha, como V. Exa. agora propõem a questão de PROANTAR. E também o desenvolvimento que a Marinha faz no Programa de Energia Nuclear. Então, vai, com certeza, será acolhida a sua Emenda e nós vamos colocá-lo em discussão na ocasião oportuna na Comissão.

Não havendo mais nenhum senador que queira se pronunciar, declaro, e por termos concluído a pauta prevista para hoje, declaro encerrada a Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatro de novembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Eliseu Resende e Cristovam Buarque, reúne-

se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, José Agripino e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, com a emenda nº 01-CCT aprovada por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mandirituba – CODECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Icaraimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraima, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 700, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Joaquim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 676, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio às Entidades – ACAE para

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibí, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 181, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer pelo sobrestamento da matéria é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 192, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer pelo sobrestamento da matéria é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 425, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 560, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gramado dos Loureiros, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 622, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade de Passo do Sobrado – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Sobrado, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 623, de 2009**, de ca-

ráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Caiçarense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiçara, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 624, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Machado, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 627, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Farol Frequência Modulada para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arambaré, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 514, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 575, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Cidade de Planalto da Serra – MT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 653, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que ou-

torga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Itabaiana – PB (Itabaiana FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabaiana, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 734, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Essa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro de Toledo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 744, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 775, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitária de Tianguá – ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tianguá, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 771, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Menino Deus de Itatira Sede para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatira, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 572, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Teofilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teofilândia, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 582, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lajista Independente de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laje, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 602, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente 06 de Agosto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Nova, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 608, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação São Benedito de Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sales, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 677, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Berilo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 680, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Arapeí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapeí, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 693, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos

favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 694, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio 910 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 475, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Posse (GO) – ACERP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Posse, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 617, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lagoa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porangatu, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 592, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Presidente Venceslau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 594, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 753, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Rua do Campo – AMORUCAMPO para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 711, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária Vale do Açaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poção, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 767, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santana do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 04 de novembro de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de darmos início à pauta da reunião de hoje, quero lembrar aos Excelentíssimos Srs. Senadores que na próxima semana, na quinta-feira, dia 12, nós vamos ter uma audiência pública no Plenário do

Senado Federal com a participação de seis comissões do Senado para comemorarmos o Dia Mundial da Ciência Pela Paz e Pelo Desenvolvimento. Esse cartaz aqui está sendo colocado à distribuição em todos os gabinetes dos Srs. e das Sras. Senadoras, os *banners* já estão também colocados ao longo dos corredores, para que possamos divulgar essa audiência pública com a participação do Senado Federal, da UNESCO, e participação também pela Interlegis, das assembleias legislativas de vários estados da federação brasileira. Então eu pediria aos Srs. Senadores que permitissem que fosse colocado esse cartaz nas portas dos gabinetes para que nós possamos fazer a divulgação e termos a presença de todos no dia 12, quinta-feira próxima, às 9h, no Plenário do Senado Federal.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V.Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, algumas Câmaras Municipais de Espírito Santo tem a TV da Câmara que retransmite também a TV Senado, há alguns dias atrás a Agência Nacional de Telecomunicações passou por lá e lacrou todas as TVs de câmaras municipais. Então vários presidentes de Câmaras estão hoje aqui em Brasília, e vão ter uma audiência às 15h com o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, para ver se encontram um meio de serem recolocadas no ar essas televisões que transmitem as sessões, e alguns programas das câmaras municipais locais, a maioria, o único meio de informação local que os moradores daqueles municípios têm. Era um registro que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. tem toda a razão, a busca pelas... Não só pelas câmaras municipais, pelas próprias assembleias legislativas, e agora também pelos tribunais de justiça dos estados, na tentativa de terem a oportunidade de transmitirem as suas sessões, seus informativos, tanto a nível municipal como a nível das assembleias, como a nível também dos tribunais de justiça. Essa audiência com o Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, com certeza absoluta, Senador Gerson Camata, vai ser bastante produtiva, porque é necessário que se encontre um caminho de atender a divulgação dos trabalhos legislativos e do judiciário em todos os níveis em nosso país.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para contribuir com o debate, o Senador Gerson estava me dizendo que as TVs Câmaras Municipais não tem autorização, as assembleias tem buscado no Ministério autorização para gerar e transmitir o sinal. As Câmaras devem fazer o mesmo encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso, eles têm que buscar junto ao Ministério das Comunicações a autorização para que possam fazer a transmissão. Eu acredito que é um ato administrativo só, acredito, não tenho certeza absoluta, mas acho que o Ministro tendo o espectro para isso, e sendo o ato administrativo, poderá atender. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me parece que a única exigência feita pelo Ministério é que houvesse um convênio com a TV Senado, feito o convênio, em cima desse convênio o Ministro pratica um ato de concessão. De permissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso. Nós estamos também no caso do Estado do Pará tentando um convênio com a TV Senado e o Tribunal de Justiça do Estado, para que ele possa retransmitir as sessões e as informações dentro de um espaço que nesse convênio será definido, me parece que 20% da grade será destinada ao órgão conveniado. Então com isso possibilitará que o Tribunal de Justiça tenha a TV Justiça também junto com a TV Senado.

Vamos à pauta prevista para hoje, o item 1 da Pauta, terminativo, Projeto de Lei do Senado n.º 260, de 2009, dá nova redação ao art. 7º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos. O projeto é de minha autoria. A relatoria é do nobre Senador Valdir Raupp. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, para ler o seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega a esta Comissão para decisão terminativa o projeto lei do Senado o PLS n.º 260, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que propõe alterar a legislação de radiodifusão comunitária, para impedir que entidades constituídas a menos de dois anos possam receber autorização para explorar o referido serviço. Para tal, altera a redação do art. 7º da Lei 9.612, de 1998, que determina os critérios a serem atendidos por qualquer entidade interessada em pleitear outorga de uma rádio comunitária. A matéria não recebeu emendas no prazo regimental. Em sua justificação, o autor do projeto destaca corretamente a existência de uma contrapartida a ser

oferecida pela entidade autorizada a prestar o serviço em tela, em troca da alocação gratuita de espaço no espectro eletromagnético, um bem público, escasso e de grande valor econômico, a referida representação da comunidade e de seus diversos interesses nos termos do art. 4º da Lei 9.612, de 1998.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão em sua programação os seguintes princípios: preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade. Segundo, promoção das atividades artísticas e jornalistas da comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida. Terceiro, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida. Quarto, não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. § 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária. § 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e diversão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. § 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre qualquer assunto abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela rádio comunitária.

A lei que institui o serviço já determina que a sede de da empresa localize-se na área de prestação do serviço, que haja espaço na programação para divulgação, para veiculação de mensagens dos cidadãos locais, e que seja instituído um conselho comunitário para acompanhar a programação da emissora, com vistas a garantir o cumprimento dos princípios legais estabelecidos. Tais disposições inserem-se no art. 8º que estabelece o seguinte: Art. 8º A entidade autorizada a explorar o serviço deverá instituir um conselho comunitário composto por no mínimo cinco pessoas, representantes de entidades da comunidade local, tais como associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade dos princípios estabelecidos no art. 4º dessa lei. No momento da outorga, e durante cada processo de renovação da autorização, exige-se que a entidade a ser agraciada demonstre a sua represen-

tatividade perante a comunidade, conforme estatuem os §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei 9.612, de 1998. Art. 9º Para outorga da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao poder concedente, indicando a área onde pretende prestar o serviço. § 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação de serviço, o poder concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem. § 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior o poder concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida, ou por associações que representem. Nesse contexto, parece prudente a proposta contida no PLS 260, de 2009, que restringe autorização às entidades que demonstrem existir há algum tempo. O projeto propõe apenas dois anos, trata-se de mais um mecanismo para que o poder concedente avalie possíveis contribuições da requerente à comunidade a ser atendida pelo serviço. No mínimo pode-se afirmar que serão reduzidas as tentativas ilegítimas de obtenção da autorização estatal para construção de rádios comunitárias, fato que vem se repetindo cada vez com maior frequência pelo país.

O Voto. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 260, de 2009. Este é o Voto, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes de colocar em discussão o parecer favorável do relator, Senador Valdir Raupp, eu quero só, com alegria, registrar a presença do Deputado **Onyx Lorenzoni**, do Rio Grande do Sul, que estava em conluio, confabulando politicamente com o Senador Sérgio Zambiasi o futuro daquele grande estado lá do Sul do nosso Brasil. Seja bem-vindo, Deputado Onyx. Em discussão, Senador Roberto Cavalcanti, depois Senador Gerson Camata.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem, só, antes de o senhor passar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Queria fazer um registro, um registro com a autorização de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À vontade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Da presença aqui do Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo, o Sr. Paulo Folleto, da presença dos diretores da fundação de pesquisa lá do estado, o Marcos Adolfo, e o Aureliano Nogueira, e eu gostaria muito de agradecer a presença deles, e parabenizar pelo trabalho que fazem lá no nosso estado, estão acompanhado a Comissão de Ciência e Tecnologia hoje conosco. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Renato Casagrande, quero aqui dizer da alegria de receber as autoridades do Estado do Espírito Santo ligado à ciência e tecnologia. Saúdo a todos, em nome do Dr. Paulo Folleto, que é deputado estadual, e para nós aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia é sempre importante receber dos estados os órgãos ligados à ciência e tecnologia para que nós possamos fazer a interação entre o trabalho aqui do Senado Federal e o trabalho das secretarias e dos institutos que fomentam ciência e tecnologia e inovação em cada estado da federação brasileira, sejam bem vindos.

Em discussão, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Senador Flexa Ribeiro pelo texto do projeto, parabenizar o Senador Valdir Raupp pela relatoria, e ler dois trechos que, para mim, são fundamentais em termos de esclarecimento do texto, que um está contido na relatoria, e outro está na justificativa. Então eu leria bem rápido, que é nesse contexto parece-nos prudente a proposta contida no PLS nº. 260, de 2009, que restringe autorização às entidades que demonstrarem existir há algum tempo, o projeto propõe apenas dois anos, trata-se de mais um mecanismo para que o poder concedente avalie possíveis contribuições da requerente à comunidade a ser atendida pelo serviço. No fundo, na verdade, é uma tentativa de evitar as ilegítimas obtenções de autorizações na constituição de rádios comunitárias. Lá na justificativa, na origem do projeto, a presente proposição deriva da necessidade de afastar-se a hipótese de constituição de associações e fundações com finalidade exclusiva de obter autorização para exploração de serviços de radiodifusão comunitária. Lembrando que o estado nesse caso abre mão da receita patrimonial oriunda do licenciamento nessas rádios. Então, eu parabenizo mais uma vez os dois senadores pelo projeto, e antecipadamente voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço o Senador Roberto Cavalcanti, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Eu concordo com o projeto, voto a favor do projeto. Me preocupa aqui no item 4º, do art. 4º, que diz assim: não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais. Porque chega lá um pedófilo começa a fazer lá uma propaganda da pedofilia, vai estar escrito aqui que ele não pode fazer... Tem direito de fazer propaganda. Porque algumas preferências sexuais são criminosas, chega lá outro e diz: "Não, eu gostaria de bater em mulher". E desanda a falar lá na rádio a favor de espancar as mulheres, porque a preferência sexual dele é essa. Então eu acho que nós temos que tirar, mudar a redação colocando uma outra... Está na página 18. Talvez mudando aí a maneira de expressar isso para não se tornar rádio comunitária dar a ela um direito de ninguém tem, de propalar e defender e propagar o crime, então eu queria que fosse feita aí uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Esse art. 4º diz assim: "Não discriminações de raça, religião e sexo, preferência sexuais". Vai lá um pedófilo e vai dizer: "Minha preferência sexual é...".

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Vamos retirar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Está bom, tira isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, como relator.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Concordo em retirar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então, concluída a discussão, vamos à votação nominal, com a exclusão. Senador Gerson Camata, V.Exa. poderia deixar bem claro o que V.Exa. sugere que seja excluído, e que o Senador Valdir Raupp concorda.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O relator aceitou retirar do item 4º, preferência sexual.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Do art. 4º.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Do § 4º do art. 4º, o relator concordou em retirar só a expressão, fica mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Está ótimo, então.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Vamos votar com a exclusão sugerida pelo

Senador Gerson Camata e acatada pelo relator. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, eu vou votar com o relator o projeto de V.Exa., eu não participei do debate, nem da apresentação do parecer, minha única preocupação é com a limitação de rádios comunitárias, restringir demais, mas como nós teremos outras oportunidades de debate eu voto neste momento com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Favorável, com o relator. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Como já antecipei o voto, considero inclusive que não se trata de nenhuma restrição, trata-se de um aperfeiçoamento, um aprimoramento da legislação para evitar o que ocorre muitas vezes, que são as constituições de falsas empresas sob o nome de comunitárias, que na verdade são empresas comerciais travestidas de comunitárias, e na verdade voto favoravelmente com a exclusão do texto sugerido pelo Senador Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço Senador Roberto Cavalcanti. Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com

o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com

o relator, com a exclusão aceita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Voto

conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Voto conhecido. Como vota o Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-

BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com o

relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador João Ribeiro se ausentou. Então, aprovado com oito votos com o quórum... eu como presidente não voto, mas é completo, o quórum qualificado, então aprovado o projeto com a supressão

sugerida pelo Senador Gerson Camata e incorporada pelo relator, Senador Valdir Raupp.

Vamos aos itens 6, 7 e 8 da Pauta. Relatoria do Senador Lobão Filho. Item 6, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 181, de 2009, aprova o ato que outorga permissão à rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Turilândia, Estado do Maranhão.

Item 7, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 192, de 2009, aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Bom Jardim, Estado do Maranhão.

Item 8, projeto terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 425 de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Carolina, Estado do Maranhão. Com a palavra, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o item 6 é um Projeto de Decreto Legislativo nº. 181, de 2008, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato de permissão da Rádio TV Farol de Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Turilândia, Estado do Maranhão. O Voto, em vista da indispensabilidade do pleno cumprimento das atividades mencionadas para a continuidade de sua tramitação, eu voto pelo sobrestamento que outorga a permissão à Rádio TV Farol de Comunicação, para explorar o serviço de radiodifusão na Cidade de Turilândia, em vistas da ausência das certidões negativas do CND, do INSS e do FGTS. Este é o Voto do item 6.

Passando ao item 7, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 192, que aprova o ato de outorga e permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na frequência modulada na Cidade de Bom Jardim, Estado do Maranhão. O Voto é também pela indispensabilidade do pleno cumprimento das formalidades mencionadas para a continuidade de sua tramitação. Portanto voto pelo sobrestamento também deste projeto, que outorga a permissão ao Sistema Arizona para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Bom Jardim.

O item nº. 8, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 425, que aprova o ato de outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carolina, Estado do Maranhão, o Voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho, nosso Vice-Presidente, que relatou o item 6 e o item 7 pelo sobrestamento, e o item 8 pela aprovação. Nós vamos fazer a discussão e a votação em bloco, ao final da leitura de todos os pareceres dos itens terminativos.

Vamos aos itens 9, 10, 11, 12 e 13, relatoria, Senador Sérgio Zambiasi. Item 9, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 560, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Gramado dos Loureiros, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 10, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 622, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade de Passo do Sobrado FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Passo do Sobrado, Rio Grande do Sul.

Item 11, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 623, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Caiçarense de Radiodifusão Comunitária, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Caiçara, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 12, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 624, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Novo Machado, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 627 de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Farol Frequência Modulada, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Arambaré, Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Os pareceres dos itens 9 e 10, 11, 12 e 13 são favoráveis, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa.

Item 16, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 653, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária de Itabaiana, Paraíba, Itabaiana FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itabaiana, Estado da Paraíba. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, trata-se de mais uma rádio comunitária, dessa vez na Cidade de Itabaiana, que é Zona da Mata Sul do Estado da Paraíba, essa rádio já está em operação,

nesse município existem duas rádios, uma FM comercial e esta comunitária, e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Roberto Cavalcanti.

Vamos aos itens 17 e 18, relatoria, Senador Gerson Camata. Item 17, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 734 de 2009. Aprova o ato que outorga autorização a Associação e Movimento Comunitário Rádio Essa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Pedro de Toledo, Estado de São Paulo.

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 744 de 2009, aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo. Palavra com o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, os dois pareceres das duas emissoras anunciadas por V.Exa. são favoráveis. Primeiro a Associação do Movimento Comunitário da Rádio Essa FM, da Cidade de Pedro de Toledo, a cidade que homenageia esse grande Paulista, que foi o Dr. Pedro de Toledo. E depois também a Cidade de Leme, homenagem ao Cardeal Leme, uma emissora de FM, permissão para as suas instalações. Relatórios favoráveis pedindo aos companheiros o voto também favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Gerson Camata.

Itens 19 e 20, relatoria do Senador Flávio Torres. Item 19 terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 775, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Tianguá Adecom, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tianguá, Estado do Ceará.

Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 771, de 2009, aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária Menino de Deus de Itatira Sede, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itatira, Estado do Ceará. Com a palavra o Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, os dois pareceres, tanto o da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Tianguá, na Serra Grande, no Estado do Ceará, como na Associação Comunitária Menino de Deus, de Itatira, também no Ceará, os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Flávio Torres.

Itens 21, 22, 23, relatoria Senador Antônio Carlos Júnior. Item 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 572, de 2009, aprova o ato que outorga autori-

zação à Associação Rádio Comunitária de Teofilândia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Teofilândia, Estado da Bahia.

Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 582, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lajista Independente de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laje, Estado da Bahia.

Item 23, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 602, de 2009, aprovada o ato que outorga autorização à Associação Beneficente 06 de Agosto para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Boa Nova, Estado da Bahia. Com a palavra, Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os projetos que analisam a autorização para serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Teofilândia, Laje e Boa Nova, no Estado da Bahia, todos três são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Antônio Carlos Júnior.

Vamos aos itens 2, 3, 4 e 5, o relator é o Senador Flávio Arns, que não se encontra presente, solicito ao Senador Sérgio Zambiasi, que possa fazer a leitura dos pareceres. Item 2, Projeto de Decreto Legislativo 599, de 2009, aprova o ato que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mandirituba, CODECOM, para executar serviço de radiodifusão comunitário na Cidade de Mandirituba, no Estado do Paraná.

O item 3, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 605, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Icaraimense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraima, Estado do Paraná.

Item 4, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 700, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Joaquim para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Item 5, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 676, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio às Entidades, ACAE, para executar serviço radiodifusão comunitária na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como relator *ad hoc*.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres do Senador Flávio Arns para os itens 2, 3, 4 e 5 são favoráveis, e eu os acompanho, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., vamos aos itens 14 e 15, de relatoria do Senador Gilberto Goellner, que não se encontra presente, solicito ao Senador Antônio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

O item 14, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 514, de 2009, aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso.

O item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 575, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Cidade de Planalto da Serra, de Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso. Com a palavra Senador Antônio Carlos Júnior, como relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Gilberto Goellner são ambos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Antônio Carlos Júnior.

Vamos aos itens 24 e 25, de relatoria do Senador Eduardo Azeredo, pediria ao Senador Valdir Raupp que pudesse fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 24, Projeto de Decreto Legislativo nº. 608, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação São Benedito de Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sales, Estado de São Paulo.

Item 25, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 677, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Rural de Assistência à Infância, ARAI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Berilo, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os relatórios do eminente Senador Eduardo Azeredo nos itens 24 e 25 são pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Valdir Raupp.

Itens 26, 27 e 28, relatoria Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*. Pareceres favoráveis.

Item 26 terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 680, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Arapeí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Arapeí, Estado de São Paulo.

Item 27, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 693, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Item 28 terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 694, de 2009, aprova o ato que outorga concessão à Rádio 910 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra, o Senador Renato Casagrande, como relator *ad hoc*.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, item 26, da Associação Comunitária de Arapeí, o relatório, Sr. Presidente, é um relatório favorável à matéria, conforme... E o item 27, Sr. Presidente, da Associação Comunitária de Cidadania, também o Voto é pela aprovação, e o item 28, da Rádio 910 Ltda. também é o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa., Senador Renato Casagrande.

Itens 29 e 30, relatoria do Senador Demóstenes Torres; peço ao Senador Antônio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos pareceres favoráveis.

Item 29, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 475, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Posse, ACERP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Posse, Estado de Goiás.

O item 30, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 617, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lagoa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porangatu, Estado de Goiás.

Com a palavra, Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Demóstenes Torres são ambos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos itens 31 e 32, relatoria do Senador Wellington Salgado, que solicita ao Senador Gerson Camata que possa fazer a leitura dos pareceres favoráveis como relator *ad hoc*.

Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 592, de 2009, aprova o ato que outorga autori-

zação à Associação Cultural e Artística de Presidente Venceslau, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

O item 32, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 594, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Cidade, para executar o serviço de radiodifusão comunitária, na Cidade de Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é com muita honra que substituo como relator *ad hoc* o Senador Wellington Salgado, informando que o seu relatório em favor da Associação Cultural e Artística de Presidente Venceslau é favorável, igualmente favorável o relatório sobre autorização a ser conseguida à Associação Comunitária Rádio Cidade para a Cidade de Claro dos Poções, Estado de Minas Gerais, estado natural de S.Exa., o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Relatórios favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado Senador Gerson Camata. Item 33, relatoria do Senador Fernando Collor. Solicito ao Senador Sérgio Zambiasi para que faça a leitura como relator *ad hoc*.

Item 33, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 753, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Rua do Campo, AMORUCAMPO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, item 33, parecer do Senador Fernando Collor é favorável, e eu o acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. Item 34, relatoria do Senador Sérgio Guerra. Solicito ao Senador Renato Casagrande que possa fazer leitura como relator *ad hoc*.

Item 34, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 711, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária Vale do Açaí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Poção, Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item número 34, Sr. Presidente, outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Vale do Açaí, relator é o Senador Sérgio Guerra, e o parecer dele é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Renato Casagrande, e com certeza absoluta os membros dessa Sociedade

de Radiodifusão Comunitária devem ter alguma origem no Estado do Pará, porque colocaram a associação com o nome de Vale do Açaí, o açaí é hoje um dos produtos mais exportados, ainda não chegou no nível de valores que sejam bastante vultosos, mas está crescendo e é hoje um produto que tem um consumo internacional como energético. Então o açaí que sempre foi, continua sendo um alimento do nosso caboclo do Pará, que tem no açaí, ou tinha, um alimento com um valor bastante reduzido, acessível às classes menos favorecidas, em função do *boom* de exportação ele tem tido o seu preço elevado, e dando pelo menos essa... Trazendo essa dificuldade para aqueles menos favorecidos, mas é sem sombra de dúvida um alimento da melhor qualidade e que ganha o mundo, e eu quero aqui dizer da satisfação de ver que lá em Pernambuco temos o Vale do Açaí, uma sociedade comunitária de radiodifusão.

Eu quero passar a Presidência ao Senador Flávio Torres, e o faço, Senador Flávio Torres, prestando uma homenagem a V.Exa., V.Exa. que a partir do próximo dia 12 encerra a sua interinidade, em substituição à Senadora Patrícia Saboya. E o fez ao longo desses quatro meses com competência, representando com brilhantismo e de forma muito honrada o querido Estado do Ceará, vai se ausentar do Senado Federal, mas tenho certeza absoluta que terá outras oportunidades de voltar a assumir o seu mandato como suplente da Senadora Patrícia Saboya, na próxima reunião, na próxima quarta-feira, dia 11, a reunião será uma audiência pública, então não teremos pauta de projetos. Então eu fiz questão de convidá-lo a assumir a Presidência para que eu possa relatar o item 35, que é de uma rádio comunitária no meu estado, Estado do Pará, e passo a Presidência, prestando uma homenagem a V.Exa., agradecendo o convívio de V.Exa., não só na Comissão de Ciência e Tecnologia, nas outras comissões, e no Plenário ao longo desse tempo. V.Exa. soube cativar a todos nós pela dedicação, pelo entusiasmo com que V.Exa. se houve(F) ao longo desses quatro meses. Em todas as nossas reuniões, V.Exa. era sempre um dos primeiros a chegar até aqui, não registrava na frente do nosso campeão de registro, o Senador Sérgio Zambiasi, que é o que o primeiro registra lá no painel, mas chegava aqui à frente do Senador Sérgio Zambiasi, porque o Senador Sérgio Zambiasi ia tomar o chimarrão no seu gabinete antes de vir para a Comissão, e V.Exa. vinha direto para a Comissão. Então eu quero, aqui, registrar e agradecer o convívio que V.Exa. teve com todos nós ao longo desses quatro meses. Em homenagem, quero passar a Presidência da CCT, nesse instante, a V.Exa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria aproveitar, enquanto está passando, parabenizar pelo aniversário hoje, também, não é? Está aniversariando hoje?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): É, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Olha só, então Senador Flávio--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Muito sucesso, muita paz, muita luz, muita harmonia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, bem informado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Também queria parabenizar o Senador Flávio Torres por ocasião do seu aniversário, deixar o abraço aqui, para o nosso colega, aqui, que está aniversariando.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Torres, eu, chegando ao gabinete, eu vou ver por que a minha assessoria não colocou aqui, entre os aniversariantes do dia de hoje, V.Exa. Eu quero parabenizar a assessoria do Senador Valdir Raupp que o informou dessa data tão importante para V.Exa. e para todos nós, e unir também os votos de felicidade, de saúde e de bênçãos de Deus a V.Exa. em toda a sua longa caminhada em favor do Estado do Ceará e do Brasil.

Com a presidência, Senador Flávio Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): O próximo item da pauta é o item 35, terminativo, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº. 767, de 2009, aprova o ato de outorga autorização à Associação Comunitária de Santana do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santana do Araguaia. Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Flávio Torres. O item 35, como já fez a leitura Senador Flávio Torres, trata da outorga de autorização à Associação Comunitária de Santana do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santana do Araguaia no Estado do Pará. O município, Senador Antônio Carlos Júnior, Santana do Araguaia, é o município extremo ao sul do Estado do Pará, fica na divisa com o Estado de Tocantins. Tem lá como prefeito o nosso grande amigo o Prefeito "Alegria", na política todos nós sabemos que alguns políticos, eles são mais conhecidos pelo apelido do que pelo nome, neste caso é um deles. O "Alegria", que ninguém conhece pelo nome, que o nome dele é Gilgleider, então ele, com sabedoria,

trocou o nome de Gilgleider para o nome de “Alegria”. Ele é um prefeito do PSDB que trouxe um dinamismo para aquele município lá de Santana do Araguaia, um município que tem a sua economia voltada para a agropecuária e ao agronegócio; tenho certeza absoluta que junto com o seu Vice-Prefeito Jeová, que é dos Democratas, ele vai levar desenvolvimento e a melhoria da condição de vida para aqueles nossos queridos amigos de Santana do Araguaia. O parecer é pela aprovação, como a leitura não evidenciou violação na legislação pertinente, não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação. Este é o parecer, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito obrigado, Senador. Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres, pela ordem o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não vale, teria que ser ainda o Flávio Torres na Presidência. O senhor não vale, não. Eu retiro a minha pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu devolvo a presidência ao Senador Flávio Torres para que V.Exa. possa fazer o pela ordem.

[risos]

[troca de presidência]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Oportunisticamente, eu estava querendo parabenizar e repetir o que já foi dito pelos demais Senadores, mas aproveitando que ele estava na Presidência. Então elogiar um Presidente é mais bacana.

Então parabéns por tudo, primeiro pronunciamento que V.Exa. fez na tribuna, me dirigi a V.Exa. e disse: “V.Exa. tem estatura dupla, estatura cultural e estatura física para estar aonde está”. Então meus parabéns, V.Exa. está dando um show nessa atuação, nessa passagem aqui pelo Senado, espero que o Senado Federal tenha V.Exa. mais vezes aqui na Casa. Parabéns, parabéns pelo aniversário também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Muito obrigado. Devolvo a presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Flávio Torres.

Vamos colocar em discussão, e depois em votação nominal os itens 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, pareceres favoráveis pela aprovação. Os itens 6 e 7, parecer pelo sobrestamento. Então nós temos os itens 6 e 7 pelo sobrestamento, os demais itens pela aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os projetos foram aprovados com 9 votos favoráveis. Como disse, todos aprovados, com exceção do item 6 e do item 7, PDS 181, item 6 e PDS 192 item 7, que teve o seu parecer pelo sobrestamento.

Não havendo mais nenhum item na Pauta para a reunião de hoje, declaro encerrada a Reunião da

Comissão, a 43ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Muito obrigado.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, e Senhores Senadores Cristovam Buarque e Flávio Torres, Presidentes Eventuais, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Efraim Moraes, Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Almeida Lima, Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Durval, José Nery, Pedro Simon, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel e Kátia Abreu reúnem-se as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatii, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Marisa Serrano, Marina Silva, João Pedro, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Gim Argello, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Fernando Collor, Delcídio Amaral, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, João Tenório, César Borges, Neuto De Conto e Osmar Dias.

O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Embaixador Hadil da Rocha Vianna; Embaixadora do Paramá, Senhora Gabriela Garcia Carranza; Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Senhor Dirk Schüller; Assessora de Política Comercial e C & T da Embaixada do Canadá, Senhora Susan Cesar de Oliveira e Alunos de ensino médio ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento”, conferido pela UNESCO. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 36, de 2009 – CCT**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com **Aditamento n.º 01** de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; **Requerimento nº 39, de 2009 – CE**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 71, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; **Requerimento Nº 67, de 2009 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; **Requerimento nº 48, de 2009 – CI**, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/09; **Requerimento nº 51, de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09 que requer “..., nos termos

do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), Serviços de Infra-estrutura (CI), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade Acadêmico-Científica”, e ao **Aditamento n.º 01 – CCT** que requer “..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requero aditamento ao Requeri-

mento nº 36 de 2009-CCT, destinada a celebrar o “Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento” com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo”. Comparecem à Reunião os Senhores José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil; Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC ; Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – USP e Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Flávio Torres e Flexa Ribeiro. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática submete à decisão no plenário para que os dois primeiros colocados no concurso de trabalhos escritos e desenhos, conferido pela UNESCO, aluno de ensino médio, Daniel Rocha Riz e Gildasio Souza Santos, respectivamente, possam se pronunciar, com o que todos concordam. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte um minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; **Marcelo Varella**, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão Educação, Cultura e Esporte; **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; **José Francisco B. Carvalho**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **Alexandre Bastos de Melo**, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-

formática – CCT – Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Infraestrutura – CI – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao Requerimento nº. 36/09 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; Requerimento nº. 39/09 da CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 71/09 da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 67/09, da CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; Requerimento nº. 48/09 da CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; Requerimento nº. 51/09 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembléias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* – transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do e-mail diamundialdasaude@interlegis.gov.br; diamundialdaciencia@interlegis.gov.br

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída

pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa, segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: “*É do conhecimento geral que, com o progresso*

da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *“Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.”*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *“Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.”*

Dizia, ainda, Freud: *“E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.”*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior

guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em 2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da

Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução, da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação

genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimagináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um

dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as pessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalida-

des, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para

ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos, a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje,

não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que

a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anyisio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse

futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Viana, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibilitou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser

inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmente partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores parcelas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho. A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já

existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse processo, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do

país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuímos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo

um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma boa lembrança de sugerir-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso, que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos

cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada, porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jovens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnologistas, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desper-

dice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenheirar e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortificadas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai fortificar os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das

crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cientistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agrade-

ço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma dispar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade, deve buscar a melhoria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o

subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obriga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a envidar esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e todas. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema "Ciência pela paz e pelo desenvolvimento". Na verdade, na história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica, deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. "Não, isso que eu estou dizendo é científico". Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas, convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras

do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências, e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-

a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, "uma discussão acadêmica".

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa, para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desenvolvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobijada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolo, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subsolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem

acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores, Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: "Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e

vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região”.

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina “vovó”, “vovô”, “uva”, “viu”, não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucio-

nal, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Além disso, “a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências”, § 1º. “Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”, §2º – Por fim, “o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem”, §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, basta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, teremos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, “ciência pela paz e desenvolvimento”. Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu voo. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante

Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido "Um conto dos cosmos".

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui representando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desenvolver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os 10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos

mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNESCO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te vendo nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: "Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer". Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que "eu também posso". Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que

fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulgarem essas possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar para o exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que

ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresentação, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema "Um conto dos cosmos", o tema é "Nossa presença no cosmos". "Um conto dos cosmos" foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divul-

gação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui. Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabeno pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidálsio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidálsio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gildásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que vocês já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gildásio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama "O homem e a biosfera", que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera, a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positivamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas

sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvol-

vimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvolvimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergunto ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólon Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões,

nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade.

Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação entre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento, lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.



Edição de hoje: 968 páginas

OS: 2009/18931